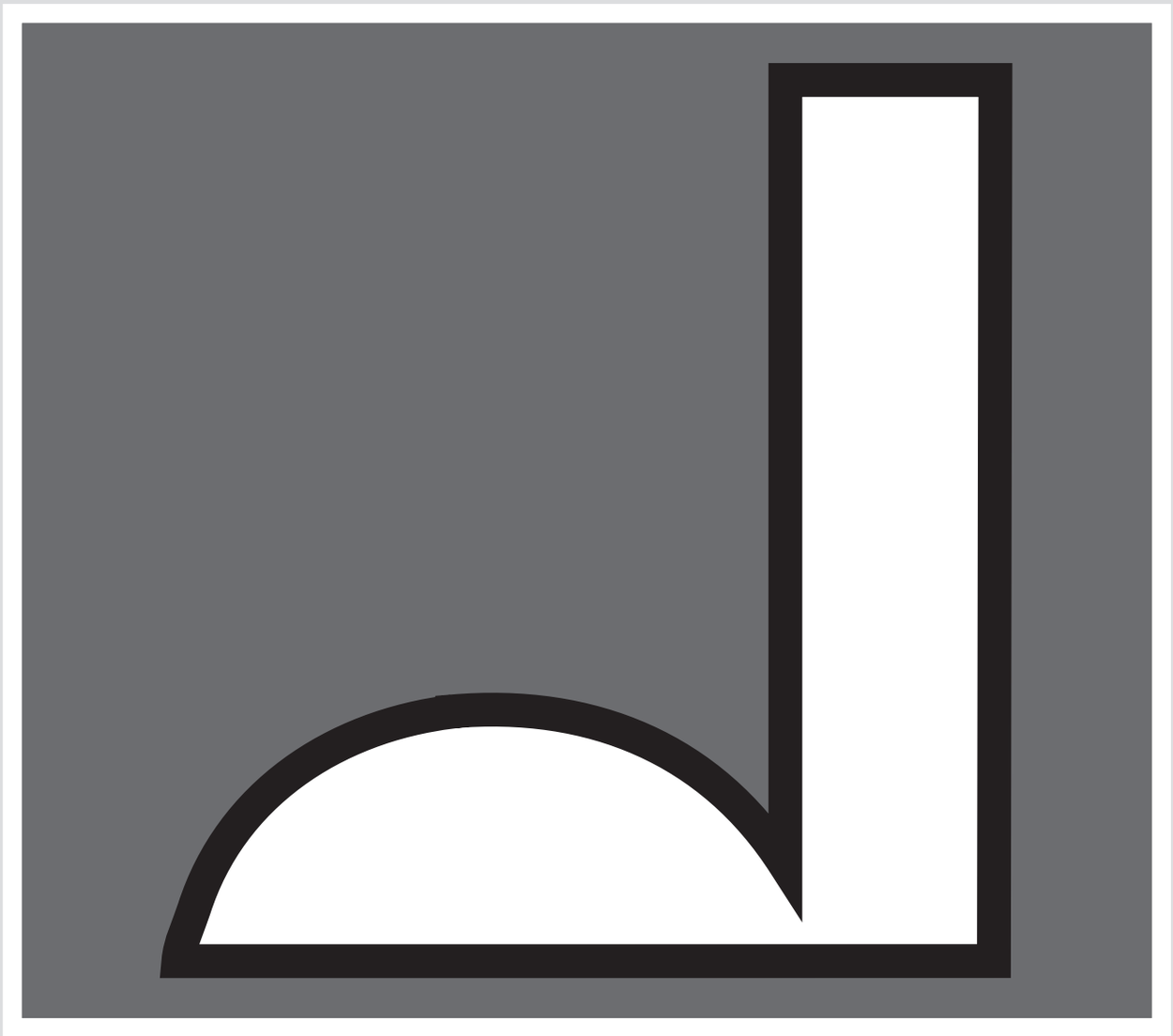
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII – SUP. AO Nº 177 – SEXTA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 2007 – BRASÍLIA-DF

(*) Republicado por incorreção na data da publicação e inclusão de matérias.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES
3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19

LÍDER

VICE-LÍDERES

.....

LÍDER DO PMDB – 19
Valdir Raupp

VICE-LÍDERES DO PMDB
Wellington Salgado de Oliveira
Valter Pereira
Gilvam Borges
Leomar Quintanilha
Neuto de Conto

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27

LÍDER
Ideli Salvatti – PT
VICE-LÍDERES
Epitácio Cafeteira
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella
Francisco Dornelles
.....
LÍDER DO PT – 12
Ideli Salvatti
VICE-LÍDERES DO PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns
LÍDER DO PTB – 6
Epitácio Cafeteira
VICE-LÍDER DO PTB
Sérgio Zambiasi
LÍDER DO PR – 3
João Ribeiro
VICE-LÍDER DO PR
Expedito Júnior
LÍDER DO PSB – 3
Renato Casagrande
VICE-LÍDER DO PSB
Antônio Carlos Valadares
LÍDER DO PC do B – 1
Inácio Arruda
LÍDER DO PRB – 1
Marcelo Crivella
LÍDER DO PP – 1
Francisco Dornelles

LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM[1]/PSDB) – 29

LÍDER
Demóstenes Torres

VICE-LÍDERES
.....
LÍDER DO DEM – 16
José Agripino

VICE-LÍDERES DO DEM
Kátia Abreu
Jayme Campos
Raimundo Colombo
Edison Lobão
Romeu Tuma
Maria do Carmo Alves

LÍDER DO PSDB – 13
Arthur Virgílio

VICE-LÍDERES DO PSDB
Sérgio Guerra
Alvaro Dias
Marisa Serrano
Cícero Lucena

LÍDER DO PDT – 4
Jefferson Péres

VICE-LÍDER DO PDT
Osmar Dias

LÍDER DO P-SOL – 1
José Nery

LÍDER DO GOVERNO
Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Delcídio Amaral
Antônio Carlos Valadares
Sibá Machado
João Vicente Claudino

[1] Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (Período de 1º a 31 de outubro de 2007)

2 – Atas de Comissões

2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de maio de 2007, às 09:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. ... 00141

Ata da 29ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de setembro de 2007, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal..... 00162

Ata da 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 2 de outubro de 2007, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. . 00196

Ata da 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de outubro de 2007, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. . 00212

Ata da 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de outubro de 2007, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. . 00230

Ata da 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de outubro de 2007, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. . 00262

2.1.1 – Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios

Ata da 16ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 1º de outubro de 2007, às 18:30 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal. 00287

2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 37ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura realizada no dia 26 de setembro de 2007, quarta-feira, às 11:00 horas.... 00307

2.3 – Comissão de Educação e Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunciação

Ata da 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 13ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de setembro de 2007..... 00317

Ata da 46ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de setembro de 2007..... 00343

Ata da 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação E 14ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de setembro de 2007..... 00363

Ata da 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 02 de outubro de 2007..... 00383

Ata da 49ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 15ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 04 de outubro de 2007..... 00392

Ata da 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 09 de outubro de 2007..... 00412

Ata da 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 16ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legis-

lativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de outubro de 2007..... 00431

Ata da 54ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada em 24 de outubro de 2007 00456

2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 15ª Reunião, Conjunta, da Comissão De Meio Ambiente, Defesa do Consumidor E Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada com as Comissões de Assuntos Econômicos-SF; Finanças e Tributação–CD; Fiscalização Financeira e Controle–CD, e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-CN, realizada no dia 24 de maio de 2007, quinta-feira, às 10:00 horas, no Plenário n° 2, do anexo Luís Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados. 00460

Ata da 22ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor E Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de agosto de 2007, às 11:30 horas. 00490

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de agosto de 2007 às 10:30 horas. 00496

Ata da 24ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 11 de setembro de 2007, às 11:30 horas. 00518

Ata da 25ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de setembro de 2007, às 11:30 horas. 00521

Ata da 26ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de setembro de 2007, às 11:30 horas. 00527

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 02 de outubro de 2007, às 10:00 horas. 00538

Ata da 28ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa Do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 09 de outubro de 2007, às 11:30 horas. 00564

Ata da 29ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de outubro de 2007, às 11:30 horas. 00567

Ata da 30ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de outubro de 2007, às 11:30 horas. 00574

2.4.1 – Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Ata da 5ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre o gerenciamento de resíduos sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 15 de agosto de 2007, às 14:00 horas. 00577

Ata da 8ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre o gerenciamento de resíduos sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de setembro de 2007, às 14:30 horas. 00594

2.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 24ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 23 de agosto do ano de 2007, às 10 horas. 00596

Ata da 25ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53º Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 30 de agosto do ano de 2007, às 10 horas. 00631

Ata da 26ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 4 de setembro do ano de2007, às 10:30 horas. 00638

Ata da 27ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 6 de setembro do ano de 2007, às 10 horas. 00663

Ata da 28ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 13 de setembro do ano de 2007, às 10 horas. 00685

Ata da 29ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 20 de setembro do ano de2007, às 10 horas. 00688

Ata da 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 27 de setembo de 2007, às 10:00 horas. 00706

Ata da 31ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 4 de outubro do ano de 2007, às 10:00 horas. 00720

Ata da 32ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 10 de outubro do ano de 2007, às 10:30 horas. 00739

Ata da 33ª Reunião Ordinária da Comissão De Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 18 de outubro do ano de 2007e, às 10:00 horas. 00752

Ata da 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 24 de outubro do ano de 2007, às 14:00 horas. 00767

2.6 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 21ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de setembro de 2007..... 00768

Ata da 22ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 3 de outubro de 2007..... 00790

Ata da 23ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de outubro de 2007..... 00813

2.6.1 – Subcomissão Permenente dos Biocombustíveis – CRA-BIO

Ata da 9ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis – CRA-BIO da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de setembro de 2007. 00838

Ata da 10ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 3 de outubro de 2007..... 00861

2.7 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Ata da 31ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de setembro de 2007. 00862

Ata da 32ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 03 de outubro de 2007. 00884

Ata da 33ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de outubro de 2007. 00802

Ata da 34ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 17 de outubro de 2007. 00924

Ata da 35ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de outubro de 2007..... 00943

2.8 – CPI DO APAGÃO AÉREO

Ata da 32ª Reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de setembro de 2007..... 00962

Ata da 33ª Reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de outubro de 2007..... 00998

Ata da 34ª Reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 31 de outubro de 2007..... 01024

2.9 – CPI DAS ONG's

Ata da 1ª Reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 3 de outubro de 2007..... 01041

Ata da 2ª Reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de outubro de 2007..... 01047

Ata da 3ª Reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de outubro de 2007..... 01050

Ata da 4ª Reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de outubro de 2007..... 01057

Ata da 5ª Reunião, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de outubro de 2007..... 01071

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura -2007

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 31/10/2007)

I – MEDIDAS PROVISÓRIAS

1 – APROVADAS NA ÍNTEGRA E DEVOLVIDAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Total.....2

Medida Provisória nº 381, de 2007 (encaminhada ao Senado Federal nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2007), que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R$ 6.334.721.758,00 (seis bilhões, trezentos e trinta e quatro milhões, setecentos e vinte e um mil, setecentos e cinqüenta e oito reais), para os fins que especifica.*

(Prejudicado o Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2007, oferecido pela Câmara dos Deputados)

Sessão: 17.10.2007

Medida Provisória nº 383, de 2007 (encaminhada ao Senado Federal nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2007), que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente, da Defesa, da Integração Nacional, das Cidades e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R$ 1.253.983.299,00 (um bilhão, duzentos e cinqüenta e três milhões, novecentos e oitenta e três mil, duzentos e noventa e nove reais), para os fins que especifica.*

(Prejudicado o Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2007, oferecido pela Câmara dos Deputados)

Sessão: 17.10.2007

2 – APROVADA COM ALTERAÇÕES E DEVOLVIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Total.....1

Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 2007 (apresentado pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 384, de 2007), que *institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI e dá outras providências.*

Sessão: 17.10.2007

II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO

De iniciativa do Presidente da República	3
De iniciativa de Tribunal Superior	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados	3
De iniciativa do Senado Federal	1
De iniciativa de Comissão Mista	1
Total	**9**

Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2004 (nº 7.701/2006, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, que *dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o fim de criar forma especial de amortização mediante serviço social.*

(Aprovado o Substitutivo da Câmara)

Sessão: 17.10.2007

Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2007 (nº 7.508/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região – (RN) e dá outras providências.*

Sessão: 17.10.2007

Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2007 (nº 2.086/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; altera as Leis nºs 10637, de 30 de dezembro de 2002, e 10865, de 30 de abril de 2004; e dá outras providências.*

Sessão: 17.10.2007

Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2007 (nº 1.631/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; altera o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.*

Sessão: 17.10.2007

Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Sessão: 18.10.2007

Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.*

Sessão: 18.10.2007

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2006 (nº 5.919/2005, naquela Casa), de iniciativa do Presidente da República, que *cria mil, novecentos e cinqüenta e um cargos da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para o Quadro do Ministério do Trabalho e Emprego; extingue dois mil, cento e noventa e um cargos vagos disponíveis no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC; e dá outras providências.*

(Aprovado em 24.10, sendo o despacho final retificado em 25.10)

Sessões: 24 e 25.10.2007

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), pelo qual *fica instituído o Programa Disque Idoso.*

Sessão: 24.10.2007

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista – Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

(Aprovado em 23.10, sendo o despacho final retificado em 30.10)

Sessões: 23 e 30.10.2007

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal	9
De iniciativa da Câmara dos Deputados	1
Total	**10**

Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2007, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que *altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o nascituro no rol de dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 04.10.2007

Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *altera os artigos 17 e 55 da Constituição Federal, para assegurar, aos partidos, a titularidade dos mandatos parlamentares.*

Sessões extraordinárias: 17.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.*

Sessão: 18.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2007, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2007.*

Sessão: 18.10.2007

Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Região das Missões no Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 19.10.2007

Projeto de Lei do Senado nº 509, de 2003, de autoria do Senador Mão Santa, que *determina a estadualização da realização das provas de concursos públicos para cargos federais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 23.10.2007

Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *dispõe sobre a quitação antecipada de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento e sobre a cobrança de tarifas nessas operações.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 23.10.2007

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2006 (nº 6.350/2002, na Casa de origem), que *dispõe sobre a guarda compartilhada.*

Sessão: 23.10.2007

Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2004, de autoria do Senador Romero Jucá, que *altera a redação do "caput" do art. 12 da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para conceder aos Municípios isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), nos produtos que menciona, quando adquiridos por órgãos de segurança pública.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 25.10.2007

Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafos ao art. 12 da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, para suspender a prescrição, após concluída a instrução, em ações penais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 29.10.2007

IV – PROPOSIÇÕES aprovadAs e enviadAs à promulgação

De iniciativa do Senado Federal	5
De iniciativa da Câmara dos Deputados	41
Total	**46**

Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.

Sessão: 02.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.

Sessão: 02.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.

Sessão: 02.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.

Sessão: 02.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.

Sessão: 02.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.

Sessão: 02.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos

Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.

Sessão: 02.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.

Sessão: 02.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatrídia, celebrada em 30 de agosto de 1961.

Sessão: 02.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.

Sessão: 02.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.

Sessão: 02.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.

Sessão: 02.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.

Sessão: 02.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.

Sessão: 02.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.

Sessão: 02.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.

Sessão: 02.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 566, de 2005 (nº 43/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco – GIECZ.

Sessão:18.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2007 (nº 1.041/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia, assinado na cidade do Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 2000.

Sessão:18.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2007 (nº 1.065/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto "Programa de Modernização do Setor Dendroenergético da Nicarágua", celebrado em Manágua, em 22 de novembro de 2000.

Sessão:18.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2007 (nº 1.838/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, assinado em Kingston, em 27 de agosto de 1998.

Sessão:18.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2007 (nº 2.316/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das emendas aos artigos VI e XIV.A do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), aprovadas por Resoluções da Conferência Geral da AIEA, em 1º de outubro de 1999.

Sessão:18.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2007 (nº 2.219/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.

Sessão:18.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2007 (nº 2.381/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Co-Produção Cinematográfica, assinado em Berlim, em 17 de fevereiro de 2005.

Sessão:18.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2007 (nº 12/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, assinado em Brasília, em 23 de maio de 2006.

Sessão: 18.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2007 (nº 39/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre os Membros do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia, para estabelecer Força-Tarefa Trilateral sobre Biocombustíveis, assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006.

Sessão: 18.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2007 (nº 2.240/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

Sessão: 18.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2007 (nº 2.538/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Estabelecimento da Rede Internacional de Centros para Astrofísica Relativística – Icranet, organização internacional com sede em Pescara, Itália, e de seus Estatutos, assinado em 21 de setembro de 2005.

Sessão: 18.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2007 (nº 1.898/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, celebrado em Praia, em 29 de julho de 2004.

Sessão: 18.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2007 (nº 1.975/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para combater o Tráfego de Aeronaves envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, assinado em Montevidéu, em 14 de setembro de 2004.

Sessão: 18.10.2007

Projeto de Resolução nº 60, de 2007, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que suspende a execução do inciso II do art. 20 da

Lei nº 8.118, de 30 de dezembro de 1985, do Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 18.10.2007

Projeto de Resolução nº 61, de 2007, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que suspende a execução de parte do art. 14 da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 18.10.2007

Projeto de Resolução nº 62, de 2007, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que suspende a execução do art. 2º e, no art. 7º, da expressão "retroagindo os efeitos do disposto no art. 1º, a 1º de fevereiro de 1995", ambos da Lei nº 11.722, de 13 de fevereiro de 1995, do Município de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 18.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2001 (nº 391/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Quinto Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, da Organização Mundial do Comércio (OMC), concluído em Genebra, em 27 de fevereiro de 1998.

Sessão: 23.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2001 (nº 284/1996, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Segundo Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio.

Sessão: 23.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2007 (nº2.220/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, assinada em Paramaribo, em 16 de fevereiro de 2005.

Sessão: 23.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2007 (nº 2.382/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo para a Facilitação de Atividades Empresariais no Mercosul aprovado pela Decisão CMC 32/04, emanada da XXVII Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

Sessão: 23.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2007 (nº 2.542/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, celebrado em Brasília, em 22 de maio de 2006.

Sessão: 23.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2007 (nº 1.899/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República

Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Praia, em 14 de janeiro de 2005.

Sessão: 23.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2007 (nº 1.938/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, celebrado em Brasília, em 20 de agosto de 2004.

Sessão: 23.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2007 (nº 1.974/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação no Setor de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica, celebrado em Brasília, em 19 de dezembro de 2002.

Sessão: 23.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2007 (nº 2.073/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas à Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha Causada pelo Alijamento no Mar de Resíduos e Outras Matérias.

Sessão: 23.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2007 (nº 2.134/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Romênia, celebrado em Brasília, em 12 de agosto de 2003.

Sessão: 23.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2007 (nº 2.141/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional relativa à Intervenção em Alto-Mar em casos de Acidentes com Poluição por Óleo de 1969 e seu Protocolo de 1973.

Sessão: 23.10.2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2007 (nº 2.543/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, celebrada em Paris, em 19 de outubro de 2005.

Sessão: 23.10.2007

Projeto de Resolução nº 43, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre o processo de apresentação, de tramitação e de aprovação dos projetos de lei de consolidação.

Sessão: 24.10.2007

Projeto de Resolução nº 42, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que denomina "Senador Antônio Carlos Magalhães" o auditório do edifício-sede do Programa Interlegis.

Sessão: 25.10.2007

V – escolha de chefeS de missão diplomática

Total **11**

Mensagem nº 117, de 2007 (nº 498/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Júlio César Zelner Gonçalves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

Sessão: 16.10.2007

Mensagem nº 118, de 2007 (nº 504/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Ánuar Nahes*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

Sessão: 16.10.2007

Mensagem nº 127, de 2007 (nº 573/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Alcides Gastão Rostand Prates*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.

Sessão: 16.10.2007

Mensagem nº 128, de 2007 (nº 574/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Valdemar Carneiro Leão Neto*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

Sessão: 16.10.2007

Mensagem nº 129, de 2007 (nº 575/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *João de Mendonça Lima Neto*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Socialista do Vietnã.

Sessão: 16.10.2007

Mensagem nº 133, de 2007 (nº 624/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Jorge D'escragnolle Filho*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.

Sessão: 16.10.2007

Mensagem nº 134, de 2007 (nº 625/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Brian Michael Fraser Neele*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

Sessão: 16.10.2007

Mensagem nº 135, de 2007 (nº 626/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora *Leda Lúcia Martins Camargo*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Tcheca.

Sessão: 16.10.2007

Mensagem nº 150, de 2007 (nº 667/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Affonso Emilio de Alencastro Massot*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.

Sessão: 16.10.2007

Mensagem nº 151, de 2007 (nº 676/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Raymundo Santos Rocha Magno*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), sediada em Montreal, Canadá.

Sessão: 16.10.2007

Mensagem nº 156, de 2007 (nº 688/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Antônio José Ferreira Simões*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.

Sessão: 16.10.2007

VI – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total 14

Parecer nº 659, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 74, de 2007 (nº 263/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *Luiz Antônio Pagot* para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Sessão: 02.10.2007

Parecer nº 734, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 141, de 2007 (nº 657/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *Paulo Fernando da Costa Lacerda* para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

Sessão: 02.10.2007

Parecer nº 688, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 109, de 2007 (nº 467/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor *Alfredo Luiz de Almeida Cardoso* para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Sessão: 16.10.2007

Parecer nº 689, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 110, de 2007 (nº 468/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor *Hesio de Albuquerque Cordeiro* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Sessão: 16.10.2007

Parecer nº 716, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 100, de 2007 (nº 418/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *Miguel de Souza* para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Sessão: 16.10.2007

Parecer nº 811, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 131, de 2007 (nº 598/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor *Agnelo*

Santos Queiroz Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Sessão: 16.10.2007

Parecer nº 812, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Ofício nº S/52, de 2007 (nº 105/2007, na origem), do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, comunicando a indicação do Ministro *João Oreste Dalazen*, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sessão: 16.10.2007

Parecer nº 814, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 145, de 2007 (nº 675/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Major-Brigadeiro-do-Ar *Allemander Jesus Pereira Filho* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, em complementação ao mandato de Jorge Luiz Brito Velozo.

Sessão: 16.10.2007

Parecer nº 813, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 101, de 2007 (nº 419/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor *Heraldo Cosentino* para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Sessão: 17.10.2007

Parecer nº 954, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 165, de 2007 (nº 729/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Doutor *Walmir Oliveira da Costa*, Juíz do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região dos Estados do Pará e Amapá, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Sessão: 24.10.2007

Parecer nº 955, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 166, de 2007 (nº 730/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Doutor *Márcio Eurico Vitral Amaro*, Juíz do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região do Estado de Mato Grosso do Sul, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Sessão: 24.10.2007

Parecer nº 956, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 167, de 2007 (nº 731/2007, na origem), pela

qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Doutor *Maurício José Godinho Delgado*, Juíz do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região do Estado de Minas Gerais, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Sessão: 24.10.2007

Parecer nº 957, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 162, de 2007 (nº 708/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor *Marcelo Pacheco dos Guaranys*, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, em complementação ao mandato do Senhor Leur Antonio Britto Lomanto.

Sessão: 24.10.2007

Parecer nº 958, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 172, de 2007 (nº 751/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor *Alexandre Gomes de Barros*, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, em complementação ao mandato de Denise Maria Ayres de Abreu.

Sessão: 24.10.2007

VII – SESSÕES ESPECIAIS/PERÍODOS DO EXPEDIENTE

Total.....7

Requerimento nº 1.121, de 2007, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos e outros Senhores Senadores, *solicitando que o tempo destinado aos oradores do Expediente da Sessão de 4 de outubro de 2007, seja dedicado a homenagear a memória do Deputado Ulisses Guimarães pelo transcurso dos 15 anos do seu falecimento.*

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 1.120, de 2007, de autoria do Senador José Sarney e outros Senhores Senadores, *solicitando a realização de Sessão Especial no dia 27 de novembro de 2007, destinada a comemorar os 35 anos de criação da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN.*

Sessão: 03.10.2007

Requerimento nº 1.128, de 2007, de autoria do Senador Efraim Morais e outros Senhores Senadores, *solicitando a realização de Sessão Especial no plenário do Senado Federal destinada a homenagear o Programa INTERLEGIS pelos dez anos do início de suas atividades.*

Sessão: 03.10.2007

Requerimento nº 1.131, de 2007, de autoria do Senador Valter Pereira e outros Senhores Senadores, *solicitando que o Período do Expediente da Sessão Ordinária do dia 07 (sete) de novembro de 2007, seja destinado a homenagear o 71º aniversário de nascimento e o primeiro aniversário de falecimento do Ex-Senador Ramez Tebet, ex-Presidente desta Casa.*

Sessão: 03.10.2007

Requerimento nº 1.136, de 2007, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros Senhores Senadores, *solicitando que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão de 16 de outubro de 2007, seja destinado a homenagear o Dia do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional, a ser comemorado no dia 13 de outubro.*

Sessão: 03.10.2007

Requerimento nº 1.137, de 2007, do Senador José Nery e outros Senhores Senadores, *solicitando a alteração da data da Sessão Especial em Memória de Ernesto Che Guevara para o dia 23 de outubro em curso, evento que estava anteriormente previsto para o dia 08 do corrente mês.*

(Em aditamento ao Requerimento nº 885, de 2007)

Sessão: 03.10.2007

Requerimento nº 1.141, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo e outros Senhores Senadores, *solicitando a realização de Sessão Especial às 10 horas do dia 25 de outubro de 2007, destinada a homenagear os 100 anos de criação do Município de Anápolis – Goiás.*

Sessão: 04.10.2007

VIII – REQUERIMENTO DE AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Total..... 1

Requerimento nº 1.177, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando o encaminhamento ao Senado Federal dos relatórios de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União em contratos que envolvam a empresa Aplauso Organização de Eventos Ltda, CNPJ nº 37.986.239/0001-92.*

Sessão: 18.10.2007

IX – REQUERIMENTOS DEFERIDOS PELA MESA

Total..... 6

Requerimento nº 1.134, de 2007, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004.*

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 1.135, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2005, com o Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2006, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 1.233, de 2007, de autoria do Senador Cícero Lucena, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 534, de 2007, e 394, de 2007, por versarem sobre a mesma matéria.*

Sessão: 23.10.2007

Requerimento nº 1.274, de 2007, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 365, de 2007, com os Projetos de Lei do Senado nºs 105, 147 e 292, de 2007, e 300, de 2004, por versarem sobre a mesma matéria.*

Sessão: 30.10.2007

Requerimento nº 1.275, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 579, 599 e 601, de 2007, por estarem regulando a mesma matéria.*

Sessão: 30.10.2007

Requerimento nº 1.276, de 2007, de autoria do Senador Inácio Arruda, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 237 e 425, de 2007.*

Sessão: 30.10.2007

X – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO APROVADOS PELA MESA

Total..... 24

Requerimento nº 874, de 2004, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 225, de 2007, de iniciativa da Comissão de Educação, solicitando ao Ministro de Estado da Educação as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 287, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 296, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 365, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 419, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro de Estado da Previdência Social as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 470, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 649, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 689, de 2007, de iniciativa da Comissão de Educação, solicitando ao Ministro de Estado da Educação as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 719, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 726, de 2007, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 727, de 2007, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 728, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 736, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando ao Ministro de Estado da Agricultura as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 740, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 741, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 742, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 758, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 759, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 772, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 795, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 796, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Educação as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 1.016, de 2007, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 1.017, de 2007, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.

Sessão: 18.10.2007

XI – OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS

Total..... 78

Requerimento nº 139, de 2007, do Senador Marco Maciel, *solicitando a desapensação do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2006-Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 68, de 2003; e 250, de 2005, ambos Complementares.*

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 293, de 2007, do Senador Paulo Paim, *solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 508, de 2007, do Senador Gilvam Borges, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 509, de 2007, do Senador Paulo Paim, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 510, de 2007, do Senador Eduardo Azeredo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 511, de 2007, do Senador Marconi Perillo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2006, seja ouvida a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 527, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei de Senado nº 216, de 1999, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 271, de 2000, e 47, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 528, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira,

solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; e 370, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 529, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 530, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 531, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 532, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 533, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 534, de 2007**, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.**

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 535, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 536, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 537, de 2007, do Senador Wellington Salgado de Oliveira, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 610, de 2007, do Senador João Pedro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 611, de 2007, do Senador Antônio Carlos Valadares, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 320, de 2003, e 6, de 2005, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 638, de 2007, da Senadora Fátima Cleide, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 662, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 663, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 665, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 666, de 2007, do Senador João Claudino, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 672, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 685, de 2007, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 697, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 698, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 711, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 712, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, sejam ouvidas, também, as de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Sociais.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 713, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2003, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 714, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei de Senado nº 367, de 2003, que tramita em conjunto com os de nºs 21 e 36, de 2004, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 715, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 717, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 723, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 733, de 2007, do Senador Gilvam Borges, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 738, de 2007, do Senador Paulo Paim, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 751, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 779, de 2007, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 780, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 785, de 2007, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2007, além da Comissão constante do

despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 792, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 510, de 1999, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 793, de 2007, do Senador Flávio Arns, solicitando que, sobre o Projeto de Câmara nº 85, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 804, de 2007, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 805, de 2007, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 806, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 851, de 2007, do Senador Gilvam Borges, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 852, de 2007, do Senador Gilvam Borges, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 854, de 2007, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 855, de 2007, do Senador César Borges, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007, com os Projetos de

Lei do Senado nºs 212, de 2005; 64, 67, 199, 239 e 342, de 2006, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 879, de 2007, do Senador Francisco Dornelles, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 902, de 2007, do Senador Gilvam Borges, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2007 – Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 903, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 912, de 2007, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 920, de 2007, da Senadora Kátia Abreu, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 921, de 2007, do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 951, de 2007, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 952, de 2007, do Senador Demóstenes Torres, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 957, de 2007, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 976, de 2007, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 999, de 2007, do Senador Romeu Tuma, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 1.029, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 76 e 137, de 2000, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 1.030, de 2007, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2003, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 76 e 137, de 2000, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 1.049, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 1.061, de 2007, do Senador Gim Argello, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2006, seja ouvida a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 1.062, de 2007, da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 1.083, de 2007, da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2007, com os Projetos de Lei do Senado nºs 237 e 504, de 2003, e 80, de 2004, e os Projetos de Lei da Câmara nºs 52 e 99, de 2003, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 1.088, de 2007, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nos 433, de 2003, e 341, de 2006, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 1.089, de 2007, do Senador Wellington Salgado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 1.109, de 2007, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 1.117, de 2007, do Senador Sibá Machado, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 1.154, de 2007, do Senador Raimundo Colombo, solicitando homenagens de pesar pelas vítimas do acidente ocorrido na BR-282, próximo a ponte do Rio das Antas, em Descanso, no Estado de Santa Catarina, no início da noite do dia 09 de outubro de 2007.

Sessão: 10.10.2007

Requerimento nº 1.218, de 2007, do Senador Romero Jucá, solicitando o reexame do Projeto de Resolução nº 23, de 2007, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Sessão: 23.10.2007

Requerimento nº 1.219, de 2007, do Senador Romero Jucá, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007, seja examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 23.10.2007

Requerimento nº 1.220, de 2007, do Senador Romero Jucá, solicitando audiência da Comissão de Assuntos Econômicos para se manifestar sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005.

Sessão: 23.10.2007

Requerimento nº 958, de 2007, do Senador Paulo Paim, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007, seja ouvida a Comissão de

Assuntos Sociais.

Sessão: 25.10.2007

Requerimentos nºs 1.247 e 1.248, de 2007, dos Senadores Sibá Machado e Romero Jucá, respectivamente, solicitando o envio do Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sessão: 25.10.2007

XII – MATÉRIAS PREJUDICADAS

De iniciativa do Senado Federal	5
Total	**5**

Requerimento nº 716, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando que, além da comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, seja o Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2006, enviado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa por tratar, concorrentemente, de assunto pertinente à comissão.*

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 1.132, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, *solicitando esclarecimentos sobre atos da administração interna do Senado, no que diz respeito ao Ato nº 292, de 1995, do Diretor-Geral do Senado Federal, no qual nomeou o Senhor Luiz Antônio Pagot, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Jonas Pinheiro.*

Sessão: 02.10.2007

Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2005, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que *dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro.*

(Prejudicado em virtude da aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, que tramitava em conjunto)

Sessão: 24.10.2007

Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2006, de autoria do Senador Romero Jucá, que *acrescenta o inciso IX, ao artigo 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), para incluir o crime de fraude contra seguro no rol de crimes antecedentes.*

(Prejudicado em virtude da aprovação de Substitutivo ao Projeto de

Lei do Senado nº 209, de 2003, que tramitava em conjunto)
Sessão: 24.10.2007

Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que "dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências". (Torna obrigatório a identificação de clientes, a informação de operações, a comunicação de transferências internacionais e aumenta os valores das multas).*
(Prejudicado em virtude da aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, que tramitava em conjunto)
Sessão: 24.10.2007

XIII – MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

De iniciativa do Senado Federal	6
Total	**6**

Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para excluir a aplicação desse Código quanto ao custo das operações ativas e à remuneração das operações passivas de instituições financeiras na intermediação de dinheiro.*
(Retirado pelo Requerimento nº 696, de 2007)
Sessão: 02.10.2007

Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, para incluir a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias de números administradas pela Caixa Econômica Federal.*
(Retirado pelo Requerimento nº 913, de 2007)
Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 1.152, de 2007, de autoria do Senador João Durval, que *requer seja encaminhado ao Ministro dos Transportes, Exmo Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, pedido de informações sobre o andamento e o cronograma das obras de restauração da BR-324 entre Salvador e Feira de Santana no Estado da Bahia.*
(Retirado pelo Requerimento nº 1.159, de 2007)
Sessão: 15.10.2007

Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2003, de autoria do Senador Pedro

Simon, que *altera a redação do artigo 3º da Lei nº 7678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, e dá outras providências.*

(Retirado pelo Requerimento nº 1.226, de 2007)

Sessão: 23.10.2007

Requerimento nº 1.092, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007 seja encaminhado à Comissão de Educação.*

(Retirado pelo Requerimento nº 1.252, de 2007)

Sessão: 25.10.2007

Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera os arts. 17 e 55 da Constituição Federal, para estabelecer a fidelidade partidária.*

(Retirada pelo Requerimento nº 1.258, de 2007)

Sessão: 30.10.2007

XIV – OUTRAS DELIBERAÇÕES

De iniciativa do Senado Federal	57
Total	**57**

Requerimento nº 1.126, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Seleção de Futebol Feminino do Brasil, vice-campeã da Copa do Mundo, realizada na China.*

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 1.127, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de aplauso para a Seleção Brasileira de Futebol Feminino pela conquista do Vice-Campeonato na Copa do Mundo, realizado na China.*

Sessão: 02.10.2007

Requerimento nº 1.139, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao jovem atleta amazonense Rudson Mateus Sarmento Teles, por ter conquistado Medalha de Ouro na decisão do título da faixa amarela, categoria leve, na Copa Norte-Nordeste de Jiu-Jitsu,recentemente realizada em Teresina, Piauí..*

Sessão: 03.10.2007

Requerimento nº 1.143, de 2007, de autoria do Senador Papaléo Paes, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Médica, Dra. Luciete Maia Pinheiro da Costa, ocorrido na última sexta-feira, dia 5 de outubro de 2007, em Macapá/AP.*

Sessão: 08.10.2007

Requerimento nº 1.147, de 2007, de autoria do Senador Neuto de Conto e outros Senhores Senadores, *solicitando homenagens e associação de pesar ao Estado de Santa Catarina e aos municípios da região oeste, envolvidos pelo trágico acidente ocorrido que ceifou a vida de mais de trinta pessoas e feriu gravemente uma numerosa quantidade que encontram-se hospitalizadas nos diversos pontos de atendimento da região e do Estado.*

Sessão: 10.10.2007

Requerimento nº 1.148, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando homenagens de pesar às famílias das vítimas dos acidentes ocorridos no dia 09 de outubro de 2007, na BR-282, no Estado de Santa Catarina, em duas colisões envolvendo um ônibus e dois caminhões.*

Sessão: 10.10.2007

Requerimento nº 1.150, de 2007, de autoria do Senador Pedro Simon, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Jornalista Amir Domingues, ocorrido no dia 10 de outubro de 2007, aos 79 anos de idade, no Hospital São Francisco, em Porto Alegre – RS.*

Sessão: 10.10.2007

Requerimento nº 1.154, de 2007, de autoria do Senador Raimundo Colombo, *solicitando homenagens de pesar pelas vítimas do acidente ocorrido na BR-282, próximo a ponte do Rio das Antas, em Descanso, no Estado de Santa Catarina, no início da noite do dia 09 de outubro de 2007.*

Sessão: 10.10.2007

Requerimento nº 1.156, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista e radialista Lupi Martins, ocorrido no dia 09 de outubro de 2007.*

Sessão: 10.10.2007

Requerimento nº 1.160, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Jornal Amazonas em Tempo, de Manaus, pela inauguração de novo e moderno parque gráfico, acompanhada da modernização editorial e visual.*

Sessão: 15.10.2007

Requerimento nº 1.162, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ator Paulo Autran, ocorrido dia 12 de outubro de 2007, em São Paulo.*

Sessão: 15.10.2007

Requerimento nº 1.163, de 2007, de autoria do Senador José Sarney, *solicitando voto de aplauso à Sra. Martha Muse, por sua contribuição ao*

aperfeiçoamento das relações Brasil-Estados Unidos.

Sessão: 15.10.2007

Requerimento nº 1.165, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à artista plástica Marlene Godoy, pela realização de mais uma exposição de suas obras, em Brasília.*

Sessão: 15.10.2007

Requerimento nº 1.166, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Município de Envira, Amazonas, pela realização da II Exposição Agropecuária – EXPOENVIRA e da Festa do Produtor.*

Sessão: 15.10.2007

Requerimento nº 1.167, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao grupo empresarial Brastemp da Amazônia, pela inauguração, em Manaus, do Instituto Consulado da Mulher.*

Sessão: 15.10.2007

Requerimento nº 1.168, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Sebrae/AM, pela comemoração do seu 35º aniversário de criação, realizada em Manaus, no dia 5 de outubro de 2007.*

Sessão: 15.10.2007

Requerimento nº 1.169, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à nadadora amazonense Valéria Santarém Lira, pela brilhante participação na II Etapa Nacional do Circuito Caixa Brasil Paraolímpico de Atletismo e Natação, realizada em São Paulo.*

Sessão: 15.10.2007

Requerimento nº 1.170, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp e à Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA, pela realização do "Prazer de Estar Bem 2007 – Qualidade de Vida ao Alcance de Todos".*

Sessão: 15.10.2007

Requerimento nº 1.171, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de lembrança por Dom Jorge Marskell, ao ensejo da abertura da sala dedicada à sua memória, na Associação Dom Jorge Marskell, em Itacoatiara, Amazonas.*

Sessão: 15.10.2007

Requerimento nº 1.172, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao município de Parintins, Amazonas, pelo transcurso do 155º aniversário de sua criação.*

Sessão: 15.10.2007

Requerimento nº 1.173, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento, dia 12 de outubro de 2007, do ator Paulo Autran, aos 85 anos, vítima de um enfisema pulmonar.*

Sessão: 15.10.2007

Requerimento nº 1.175, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, *solicitando voto de Congratulações ao Bispo Dom Zanoni Demettino Castro, Bispo da diocese de São Mateus – ES.*

Sessão: 15.10.2007

Requerimento nº 1.179, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à economista Noélia Lúcia Simão Falcão, pelo trabalho que realiza à frente da Divisão de Propriedade Intelectual e Negócios do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA.*

Sessão: 16.10.2007

Requerimento nº 1.180, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao jornal MASKATE, de Manaus, pelos 10 anos de existência.*

Sessão: 16.10.2007

Requerimento nº 1.181, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Senhora Isabel do Carmo Lobato Rodrigues, ocorrido no mês de setembro de 2007, em Manaus.*

Sessão: 16.10.2007

Requerimento nº 1.182, de 2007, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ator Paulo Autran.*

Sessão: 17.10.2007

Requerimento nº 1.184, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de aplauso para a Fundação Cultural de Joinville e para o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – SC, pelo prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, para ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, na categoria Educação Patrimonial.*

Sessão: 17.10.2007

Requerimento nº 1.185, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de aplauso para a Eletrosul, pelo prêmio "As Melhores da Dinheiro 2007", concedido pela revista "Isto é Dinheiro".*

Sessão: 17.10.2007

Requerimento nº 1.195, de 2007, de autoria do Senador Heráclito

Fortes, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Senhora Ayresnede Cavalcante Correira Lima, importante líder comunitária e política no Estado do Piauí.*

Sessão extraordinária: 17.10.2007

Requerimento nº 1.196, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de lembrança por Ulysses Guimarães, ao ensejo dos 19 anos da "Constituição Cidadã" e dos 15 anos de sua morte.*

Sessão extraordinária: 17.10.2007

Requerimento nº 1.197, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao advogado Bernardo Cabral, que foi Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Deputado e Senador, ao ensejo do 19º aniversário de promulgação da Constituição Federal, que garantiu a existência da Zona Franca de Manaus – Constituição da qual ele foi relator.*

Sessão extraordinária: 17.10.2007

Requerimento nº 1.199, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo pelo falecimento, ocorrido em Manaus, dia 12 de outubro de 2007, do ex- Procurador-Geral da Fazenda do Estado do Amazonas, Dr. Fernando Pentes Coimbra.*

Sessão extraordinária: 17.10.2007

Requerimento nº 1.202, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento, em Manaus, do DR. Mirtyl Levy, Conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.*

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 1.203, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a Carla Camurati, pela posse na Presidência do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.*

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 1.204, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso aos Médicos do Amazonas e de todo o Brasil, ao ensejo do "Dia do Médico" e pelo transcurso do Cinqüentenário do Conselho Federal de Medicina.*

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 1.205, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, nomeado Cardeal pelo Papa Bento XVI.*

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 1.208, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Srª Gláucia Florêncio Cunha, ocorrido no dia 17 de outubro de 2007.*

Sessão: 18.10.2007

Requerimento nº 1.211, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de aplauso aos 20 municípios gaúchos que possuem índices socioeconômicos comparáveis aos de países europeus.*

Sessão: 19.10.2007

Requerimento nº 1.212, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Cassiano Nunes, ocorrido no dia 5 de outubro de 2007.*

Sessão: 19.10.2007

Requerimento nº 1.215, de 2007, de autoria do Senador Gim Argello, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Senhor José Aparecido de Oliveira, ocorrido dia 19 de outubro de 2007, em Belo Horizonte – MG.*

Sessão: 22.10.2007

Requerimento nº 1.225, de 2007, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Pedro Simon, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento ocorrido no dia 19 de outubro de 2007, em Belo Horizonte, de José Aparecido de Oliveira, ex-Ministro, ex-Deputado Federal, ex-Embaixador e ex-Governador do Distrito Federal.*

Sessão: 23.10.2007

Requerimento nº 1.229, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista pernambucano Orismar Rodrigues, ocorrido no dia 23 de outubro de 2007, colunista do Jornal do Commercio.*

Sessão: 23.10.2007

Requerimento nº 1.238, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Senhor José Maria Papaléo Paes.*

Sessão: 24.10.2007

Requerimento nº 1.243, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Confederação Nacional da Indústria, por lançar no dia 24 de outubro de 2007 a etapa de itinerância do Prêmio CNI-SESI MARCANTONIO VILAÇA PARA AS ARTES PLÁSTICAS.*

Sessão: 24.10.2007

Requerimento nº 1.244, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao cartunista Ziraldo, por ter completado*

75 anos de idade no dia 24 de outubro de 2007.

Sessão: 24.10.2007

Requerimento nº 1.254, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, *solicitando voto de congratulações ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), pela passagem dos seus 169 anos de fundação, ocorrida no dia 21 de outubro de 2007.*

Sessão: 25.10.2007

Requerimento nº 1.255, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando voto de congratulações à família do Sr. João Pereira dos Santos, Presidente do Grupo Industrial João Santos, pelo transcurso do seu centenário.*

Sessão: 25.10.2007

Requerimento nº 1.268, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da professora Elisabete Hart, intérprete e tradutora que se credenciou pela pronúncia e entonação corretas.*

Sessão: 30.10.2007

Requerimento nº 1.269, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a Rozane Braga e a Fernando Barbosa Lima, da FBL Criação e Produção, por terem feito excelente documentário sobre Darcy Ribeiro.*

Sessão: 30.10.2007

Requerimento nº 1.270, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento, no dia 26 de outubro de 2007, no Rio de Janeiro, de Hans Stern, criador da mundialmente conhecida cadeia de joalherias H. STERN.*

Sessão: 30.10.2007

Requerimento nº 1.272, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso pelo transcurso do centenário da implantação do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, o atual Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).*

Sessão: 30.10.2007

Requerimento nº 1.277, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à revista Raça Brasil, por haver completado, mês de setembro de 2007, 11 anos de existência.*

Sessão: 30.10.2007

Requerimento nº 1.278, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao cartunista Maurício Pestana, por*

estar assumindo a presidência do Conselho Editorial da Revista Raça Brasil.

Sessão: 30.10.2007

Requerimento nº 1.279, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, pelo êxito de suas recentes expedições que descobriram novas espécies no Amazonas.*

Sessão: 30.10.2007

Requerimento nº 1.280, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao médico, educador e deputado federal José Aristodemo Pinotti, por haver assumido a Cadeira nº 17 da Academia Paulista de Educação.*

Sessão: 30.10.2007

Requerimento nº 1.281, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao coreógrafo amazonense Francisco Rider, por haver conquistado o Prêmio Klauss Vianna – 2007, da Fundação Nacional de Arte – Funarte.*

Sessão: 30.10.2007

Requerimento nº 1.286, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Hospital Português, por estar completando 134 anos de fundação, e aos contemplados com a Ordem do Mérito Luso-Brasileiro do Amazonas Comendador Emídio Vaz d'Oliveira: Drs. Raimundo Moura Tapajós (in memória), Eurípedes Ferreira Lins, José de Souza Leite e Fausto Vieira dos Santos.*

Sessão: 31.10.2007

XV – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

Total.....6

Ato nº 57, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de outubro de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 383, de 16 de agosto de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente, da Defesa, da Integração Nacional, das Cidades e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R$ 1.253.983.299,00, para os fins que especifica.*

(Publicado no Diário Oficial da União de 05.10.2007, seção I)

Ato nº 58, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de outubro de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 384, de 20 de agosto de 2007, que *institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e dá outras providências.*

(Publicado no Diário Oficial da União de 11.10.2007, seção I)

Ato nº 59, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de outubro de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 386, de 30 de agosto de 2007, que *reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e altera o Anexo II da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal.*

(Publicado no Diário Oficial da União de 26.10.2007, seção I)

Ato nº 60, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 2 de novembro de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 387, de 31 de agosto de 2007, que *dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008.*

(Publicado no Diário Oficial da União de 26.10.2007, seção I)

Ato nº 61, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 5 de novembro de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 388, de 5 de setembro de 2007, que *altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.*

(Publicado no Diário Oficial da União de 26.10.2007, seção I)

Ato nº 62, de 2007 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 5 de novembro de 2007, a vigência da Medida Provisória nº 389, de 5 de setembro de 2007, que *dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior.*

(Publicado no Diário Oficial da União de 26.10.2007, seção I)

SESSÕES PLENÁRIAS Realizadas (1º a 31 de outubro de 2007)	
Deliberativas Ordinárias	14
Não Deliberativas	7
Deliberativas Extraordinárias	7
Especiais	3
Total	**31**
Reunião	1

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL
(1º a 31 de outubro de 2007)

Matérias aprovadas (Itens I a XI) **209**

I – Medidas Provisórias aprovadas **3**

1 – Aprovada com alterações e devolvida à Câmara dos Deputados 1

2 – Aprovadas as Medidas Provisórias na íntegra e devolvidas à Câmara dos Deputados, ficando prejudicados os Projetos de Lei de Conversão da Câmara dos Deputados 2

II – Projetos aprovados e enviados à sanção **9**

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados **10**

1 – Por decisão do Plenário 4

1.1 – Do Senado Federal 3

1.2 – Da Câmara dos Deputados 1

2 – Em decisão terminativa 6

2.1 – Projetos de lei do Senado 6

IV – Projetos aprovados e enviados à promulgação **46**

1 – Acordos Internacionais 41

2 – Alteração do Regimento Interno 1

3 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais 3

4 – Outro 1

V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática **11**

VI – Escolha de Autoridade **14**

VII – Requerimentos de Sessão Especial e Período do Expediente **7**

VIII – Requerimento de Auditoria do Tribunal de Contas da União **1**

IX – Requerimentos de informação aprovados pela Mesa **24**

X – Requerimentos deferidos pela Mesa **6**

XI – Requerimentos Diversos **78**

Matérias enviadas ao arquivo (Itens XII E XIII) **11**

XII – Matérias prejudicadas **5**

XIII – Matérias retiradas pelos autores **6**

Total de matérias apreciadas (Itens I a XIII) **220**

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional prorrogando prazo de vigência de Medida Provisória **6**

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 1º DE FEVereiro A 31 DE OUTUBRO DE 2007

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS pelo senado federal na 1ª SESSÃO legislativa ordinária DA 53ª legislatura (1º de fevereiro a 31 de outubro de 2007)

Deliberativas Ordinárias.....99
Não Deliberativas.....66
Deliberativas Extraordinárias 19
Especiais 15

Total 199

Reuniões preparatórias 3
Reuniões 3
Sessões não realizadas.....5

Matérias aprovadas (Itens I a XV) **.....980**

I – Medidas Provisórias aprovadas 53

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção 17

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação.....23

3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados 9

4 – Aprovadas as Medidas Provisórias na íntegra e devolvidas à Câmara dos Deputados, ficando prejudicados os Projetos de Lei de Conversão da Câmara dos Deputados.....4

II – Projetos aprovados e enviados à sanção.....23

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados 132

1 – Por decisão do Plenário.....15
1.1 – Do Senado Federal 12
1.2 – Da Câmara dos Deputados..... 3
2 – Em decisão terminativa.....117
2.1 – Projetos de lei do Senado..... 117

IV – Projetos aprovados e enviados à promulgação 322

1 – Concessões de telecomunicações..... 254
2 – Acordos Internacionais..... 42
3 – Operações de crédito..... 8
4 – Proposta de Emenda à Constituição..... 1
5 – Alterações do Regimento Interno 4
6 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais.....9
7 – Outros..... 4

V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática.....20

VI – Escolha de Autoridade.....63

VII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante 3

VIII – Requerimento de Informações Sigilosas 1

IX – Requerimentos de Criação de Comissão Temporária.....4

X – Requerimentos de Sessão Especial e Período do Expediente.....47

XI – Requerimentos de Auditoria do Tribunal de Contas da União 7

XII – Requerimentos de desarquivamento aprovados 46

XIII – Requerimentos de informação aprovados pela Mesa.....69

XIV – Requerimentos deferidos pela Mesa.....71

XV – Requerimentos Diversos.....119

Matérias enviadas ao arquivo (Itens XVI a XX) 76

XVI – Matérias prejudicadas.....12

XVII – Matérias rejeitadas 18

XVIII – Matérias retiradas pelos autores.....44

XIX – Medida Provisória com tramitação encerrada.....1

XX – Medida Provisória inadmitida.....1

Total de matérias apreciadas (Itens I a XX) 1.056

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional prorrogando prazo de Medida Provisória 62

Requerimentos de criação de cpi deferidos 2

B – SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE OUTUBRO DE 2007 DAS COMISSÕES PERMANENTES

I – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

REUNIÃO REALIZADA EM 02/10/2007 – ORDINÁRIA

ITEM 01 – MENSAGENS DO SENADO FEDERAL NºS 104 E 105, DE 2007 – NÃO TERMINATIVAS
Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007.
Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Relator: Senador ROMERO JUCÁ
Parecer: Favorável nos termos do PDS que apresenta.
Resultado: O Presidente da Comissão designa o Senador Antonio Carlos Júnior Relator Ad Hoc. A Comissão aprova o Parecer do Relator.

ITEM 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2007 – COMPLEMENTAR – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo.
Autoria: Senador TIÃO VIANA
Relatora: Senadora PATRÍCIA SABOYA
Parecer: Favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01 a 14, 40, 41, 44, 45, 46, 47 e 48, acolhendo integralmente a Emenda nº 42 na forma da Emenda nº 06 e parcialmente a Emenda nº 43 na forma da Emenda nº 10, e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 16, 18 e 21, na forma das Subemendas nºs 01, 02 e 03, e pela rejeição das Emendas nºs 15, 17, 19, 20, 22, 24, 26, 38, 39.
OBS: – A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto;
A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;
- Foram apresentadas as Emendas nºs 15 a 21, do Senador Antônio Carlos Valadares; nº 22, do Senador Francisco Dornelles; e nºs 23 a 47, do Senador Flexa Ribeiro, sendo retiradas as Emendas nºs 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 37;
- Em 18/09/07, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01 a 14, 22, 40, 41, 44, 45, 46, 47 e 48, acolhendo integralmente a Emenda nº 42 na forma da Emenda nº 06 e parcialmente a Emenda nº 43 na forma da

Emenda nº 10, e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 16, 18 e 21, na forma das Subemendas nºs 01, 02 e 03, e pela rejeição das Emendas nºs 15, 17, 19, 20, 24, 26, 38, 39.

ITEM 03 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 371, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Acrescenta parágrafo ao art. 36 da Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985 (Lei do Cheque), para dispor sobre sustação de cheque.
Autoria: Senador GERSON CAMATA
Relator: Senador CÍCERO LUCENA
Parecer: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta, acatando ainda a Emenda nº 03, de autoria do Senador Valter Pereira, nos termos da Emenda nº 02 que apresenta.
OBS: A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator.

FORAM APROVADOS, AINDA, OS SEGUINTES REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 43/2007-CAE, que requer, nos termos do art. 76, § 1º, Inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação, por um período de 84 dias, dos trabalhos da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária – CAERT, instituída nos termos do Requerimento nº 09/2007-CAE, em virtude de ainda não ter sido concluída a sua tarefa. Autoria: Senador TASSO JEREISSATI

REQUERIMENTO Nº 44/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 37, de 2007, com a finalidade de incluir no rol de convidados, o nome do Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Armando Monteiro Neto, para expor a posição da entidade sobre a prorrogação da CPMF, cujo prazo de vigência termina no final deste ano de 2007.
Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO

REQUERIMENTO Nº 45/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja encaminhado a esta Comissão Permanente de Assuntos Econômicos, periodicamente, pelo Banco Central do Brasil, o relatório de inflação, bem como as atas das reuniões do COPOM, relativas ao mesmo período, para análise e discussão nesta Comissão.
Autoria: Senadora KÁTIA ABREU

REUNIÃO REALIZADA EM 09/10/2007 – ORDINÁRIA

ITEM 02 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; altera o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.

Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Relator: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR

Parecer: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição das Emendas nºs 01 a 05 apresentadas.

OBS: A Matéria tramita em Regime de Urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, do Regimento Interno do Senado Federal, e simultaneamente nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática, nos termos do art. 122, II, "b", do R.I.S.F.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator.

ITEM 02 – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PLS Nº 5, DE 2004 – NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o fim de criar forma especial de amortização mediante serviço social.

Autoria: CÂMARA DOS DEPUTADOS

Relatora: Senadora IDELI SALVATTI

Parecer: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados.

OBS: – A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, com Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados;

- A Matéria tramita em Regime de Urgência, nos termos do disposto no art. 64, § 1º, da Constituição Federal;

- A Matéria consta da Ordem do Dia do Plenário do Senado Federal, de 09/10/2007, às 14:00 horas.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer da Relatora e os Requerimentos de Destaque para Votação em Separado nºs 01 e 02 apresentados.

FORAM APROVADOS OS SEGUINTES REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 46/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja formulado convite aos Senhores Márcio Lopes de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; José Paulo Crisóstomo Ferreira, Presidente da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES; e Luiz Carlos Bernardi, Coordenador do Grupo de Trabalho do Executivo que trata de Cooperativismo e Associativismo; a comparecerem a esta Comissão para debaterem as propostas de sociedades cooperativas, expressas nos PLS nºs 03 e 153/2007 e no PLC nº 82/2006.

Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE

REQUERIMENTO Nº 47/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater e analisar a evolução do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, com a presença do Sr. Luiz Edson Feltrim, Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – DEORF, do Banco Central do Brasil; do Sr. Stélio Gama, Superintendente de Microfinanças e Projetos Especiais do Banco do Nordeste – BNB; do Sr. Gilson Bittencourt, Secretário-Adjunto de Microfinanças e Política Agrícola do Ministério da Fazenda; do Sr. Carlos Ximenes, Diretor de Microcrédito do Unibanco; e do Sr. Manuel Thedim, Diretor do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS.
Autoria: Senadores JOÃO TENÓRIO e FLEXA RIBEIRO

REQUERIMENTO Nº 48/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater as implicações e repercussões da compra do Banco ABN AMRO pelo consórcio formado pelos Bancos Fortis, RDS e Santander nas relações de trabalho e de consumo e também economia, com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Exmo. Sr. Henrique Meirelles; do Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Sr. Ricardo Morishita Wada; da Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Sra. Elizabeth Maria Mercier Querido Farina; de representante do Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC; do Diretor-Presidente da FEBRABAN; do Diretor-Presidente do ABN AMRO Bank; e demais entidades interessadas no debate.
Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA

A COMISSÃO APROVA, AINDA, O ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL, PARA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS, DO SEGUINTE REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO Nº ___ /2007, que requer, nos termos do artigo 50. Parágrafo 2º da Constituição Federal combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal que sejam solicitadas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e à Secretaria de Direito Econômico – SDE – informações acerca das iniciativas que ambos os órgãos estão adotando frente a anunciada venda do Banco ABN Amro (conglomerado que engloba o Banco Real) para o consorcio formado pelo Royal Bank of Scotland (RBS), Fortis, da Bélgica, e o espanhol Santander, no que diz respeito aos possíveis efeitos de concentração do setor financeiro brasileiro e de diminuição de oportunidades de trabalho que estão preocupando as diversas entidades representativas de trabalhadores como o Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – Contraf-Cut, Sindicatos e Federações de Bancários filiados à CUT e a Federação dos Bancários de SP/MS.
Autoria: Senador EDUARDO SUPLICY

REUNIÃO REALIZADA EM 16/10/2007 – ORDINÁRIA

1ª PARTE – AUDIÊNCIA PÚBLICA EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 31/2007-CAE, DE AUTORIA DOS SENADORES ALOIZIO MERCADANTE E FLEXA RIBEIRO.
Resultado: Audiência Pública realizada com a presença do Sr. Fábio Colletti Barbosa, Presidente da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, e ainda do Sr. Gabriel Jorge Ferreira, Diretor-Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF.
RESULTADO: REALIZADA

2ª PARTE

ITEM 01 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.865, de 30 de abril de 2004; e dá outras providências.
Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Relator: Senador ALOIZIO MERCADANTE
Parecer: Favorável ao Projeto, com as Emendas de Redação nºs 04 e 05 que apresenta, e pela rejeição das demais Emendas apresentadas.
OBS: – Foram apresentadas as Emendas nºs 01, 02 e 03, de autoria do Senador Francisco Dornelles; Emendas nºs 06, 07 e 08, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, Emendas nºs 09 e 10, de autoria do Senador Paulo Paim, e a Emenda nº 11, de autoria do Senador Marconi Perillo;
Em 09/10/07, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais.
Em 16/10/07, foram apresentadas as Emendas nºs 12, 13 e 14, de autoria do Senador Flexa Ribeiro; as Emendas nºs 15 e 16, de autoria do Senador Raimundo Colombo; e a Emenda nº 17, de autoria do Senador Marconi Perillo.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com as Emendas de Redação nºs 01 e 02-CAE. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

FOI APROVADO SEGUINTE REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO Nº 49/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja feito convite ao Professor Mohammad Yunus, criador do Grameen Bank, em

Bangladesh, e Prêmio Nobel da Paz de 2006, que estará no Brasil em 30 de novembro próximo, para participar da Conferência da Eco Power em Florianópolis, para que também compareça ao Senado Federal, em reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Relações Exteriores, a realizar-se em 29 de novembro de 2007, quinta-feira, se possível no Plenário do Senado Federal, para expor sobre as experiências de microcrédito e seus aspectos positivos.
Autoria: Senadores EDUARDO SUPLICY, ALOIZIO MERCADANTE e outros Senhores Senadores

REUNIÃO REALIZADA EM 23/10/2007 – ORDINÁRIA

ITEM 01 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; e dá outras providências.
Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Relator: Senador EDUARDO SUPLICY
Parecer: Pela aprovação integral ou parcial das Emendas nos 01, 02, 03, 05, 06, 10, 11, 12, 14, 18, 22, 28, 29, 31, 34, 35, 36, 38, 39, 41, 47, 50 e 53, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das demais Emendas apresentadas.
OBS: – A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Pareceres favoráveis ao Projeto com Emendas;
- Em 07/08/07, foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria, com a presença do Sr. Rogério Santana dos Santos, Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-SLTI; do Sr. André Kresch, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – SECOB; do Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; do Sr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base-ABDIB; do Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; e do Sr. Luiz Fernando dos Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada-SINICON;
- Em 21/08/07, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais;
- Em 28/08/07, após a leitura do novo Relatório, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais;
- Foram apresentadas as Emendas nºs 01, 08 a 12, 22 a 25, 31 a 33, 36 e 41, do Senador Antônio Carlos Valadares; nºs 02 a 07 e 15 a 17, do Senador Raimundo Colombo; nºs 13, 14 e 47, do Senador Pedro Simon; nºs 18 a 21, 27, 39, 40, 48 e 49, do Senador Francisco Dornelles; nº 26, da Senadora Kátia Abreu; nºs 28 e 29, do Senador Renato Casagrande; nº 30, do Senador Neuto de Conto; nºs 34 e 35, do Senador Jarbas Vasconcelos; nº 37, do Senador

Eduardo Azeredo; nº 38, do Senador Marcelo Crivella; nºs 42 a 45, do Senador Flexa Ribeiro; nº 46, do Senador Aloizio Mercadante; e nºs 50 a 53, do Senador Garibaldi Alves Filho.
- Em 18/09/07, após a leitura do novo Relatório, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM 02 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO
Altera o art. 96 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever renúncia à aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social.
Autoria: Deputado INALDO LEITÃO
Relator: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO
Parecer: Favorável ao Projeto.
OBS: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator.

REUNIÃO REALIZADA EM 30/10/2007 – ORDINÁRIA

ITEM 01 – AVISOS NºS 85 E 89, DE 2007 (NºS 303/07 E 321/07, NA ORIGEM) NÃO TERMINATIVOS
Autoriza a União a executar Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior e dá outras providências.
Autoria: MINISTÉRIO DA FAZENDA
Relator: Senador NEUTO DE CONTO
Parecer: Pelo arquivamento dos Avisos nº 85 e 89, de 2007.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, DE 2002 NÃO TERMINATIVO
Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com vistas a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresas e universidades.
Autoria: Senador JOSÉ AGRIPINO
TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, DE 2003
NÃO TERMINATIVO
Altera o artigo 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, visando estabelecer a utilização dos recursos do FAT para financiamento, por intermédio de sindicato de trabalhadores, de curso superior de graduação.
Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI
Relatora: Senador ROSEANA SARNEY

Parecer: Pela rejeição do PLS nº 52, de 2003, e pela aprovação do PLS nº 177, de 2002, com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta.
OBS: As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Educação com decisão terminativa.
Resultado: O Presidente da Comissão designa a Senadora Ideli Salvatti Relatora Ad Hoc. A Comissão aprova o Parecer da Relatora.

ITEM 03 – AVISO Nº 26, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO
Encaminha recomendações proferidas por aquela Corte de Contas, quando da elaboração do Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – exercício de 2005, referentes à reversão dos efeitos da desvinculação de receitas da União (DRU) sobre o orçamento da seguridade social, bem como solicitando prioridade para apreciação dos projetos de lei resultantes das propostas consubstanciadas no Relatório Final da CPMI dos Correios.
Autoria: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Relatora: Senadora IDELI SALVATTI
Parecer: Pelo conhecimento da Matéria e encaminhamento à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, posteriormente, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM 04 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para garantir aos estudantes financiados que tenham quitado 75% da dívida sem atrasos nos pagamentos das parcelas anteriores desconto na quitação do saldo devedor ou bônus de adimplência nas parcelas vincendas.
Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA
Relatora: Senadora IDELI SALVATTI
Parecer: Favorável ao Projeto com a Emenda de Redação nº 01.
OBS: A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa.
Resultado: Aprovado o Parecer.

FORAM APROVADOS, AINDA, OS SEGUINTES REQUERIMENTOS:
REQUERIMENTO Nº 50/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais e constitucionais, que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, audiência pública com o objetivo de discutir a contratação de operação de crédito externo entre o município de Uberaba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$ 17,27 milhões, com os seguintes convidados o Sr. Anderson Adauto, Prefeito de Uberaba, o Sr. José Luiz Alves, Presidente do Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba – Codau.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro

REQUERIMENTO Nº 51 / 2007 – CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos, em data a ser acordada entre a Presidência desta Comissão e os convidados, para discussão dos processos de concessão de rodovias no Brasil, com os seguintes convidados: Sr. Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes; Sr. Mauro Arce, Secretário dos Transportes do Estado de São Paulo; Sr. Ubiratan Aguiar, Ministro do Tribunal de Contas da União e Sr. José Alexandre Resende, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT.
Autoria: Senadora Ideli Salvatti

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS – CAE

REUNIÃO REALIZADA EM 01/10/2007

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM DE DEBATER A QUESTÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS COM ENFOQUE NA ÁREA DE "VIGILÂNCIA SANITÁRIA", EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO DA SUBCOMISSÃO.
CONVIDADOS: Senhores Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Edmund Klotz, Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI, no Conselho Consultivo da Anvisa; Cácito Augusto de Freitas Esteves, Assessor da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio, (representando o Sr. Antônio Oliveira Santos, Presidente da CNC; Luiz Felipe Moreira Lima, Assessor Técnico da Ação Direta de Vigilância em Saúde no Brasil – VISBRASIL, (representando a Sra. Ana Lucia M. de Mello, Presidente da Visbrasil); e, ainda, com a participação do Prof. Ademar Menezes Júnior, Engenheiro Agrônomo e Assessor da Associação Brasileira de Produtores de Essências Florais – ABRACAMPO.
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 25/10/2007

APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA SUBCOMISSÃO.
Resultado: Aprovado o Relatório Final da Subcomissão, que será submetido à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA – CAE

REUNIÃO REALIZADA EM 08/10/2007

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM DE DAR CIÊNCIA À SUBCOMISSÃO SOBRE OS ANDAMENTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA QUE SERÁ APRESENTADA PELO GOVERNO, EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO DA SUBCOMISSÃO.
CONVIDADOS: SR. BERNARD APPY – SECRETÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA; SR. JORGE RACHID – SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 25/10/2007

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM DE DEBATER SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA, EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO DA SUBCOMISSÃO.
CONVIDADOS
Resultado: Audiência Pública realizada com a presença dos Srs. Everardo Maciel, Ex-Secretário da Receita Federal do Brasil e Consultor na Área Tributária, Antonio Carlos Rodrigues do Amaral, Presidente da Comissão de Direito Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo – OAB/SP, e Gustavo Brigagão, Advogado Tributarista.

II – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS.

REUNIÃO REALIZADA EM 03/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2004
"Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando ao art. 28A § 8º, que institui penalidade ao produtor que não cumprir as normas de combate à febre aftosa, e dá outras providências".
Autor: Deputado ALEX CANZIANI
Relator: Senador JAYME CAMPOS
Parecer: Pela prejudicialidade do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer pela prejudicialidade do Projeto.

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – OFÍCIO "S" Nº 39, DE 2007
"Encaminhando ao Senado Federal Relatório de Atuação Conjunta e Integrada do Ministério Público na Questão dos Controladores de Tráfego Aéreo, elaborado pela Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho".
Autor: EXTERNO – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Relator: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR
Parecer: Pelo conhecimento da Comissão do trabalho realizada pelo MPT e pelo encaminhamento dos resultados à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura a crise do setor aéreo.
Resultado: Aprovado.

ITEM 04 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, DE 2007
"Altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para estender sua aplicação a todos os trabalhadores contratados no Brasil, ou transferidos para prestar serviços no exterior".
Autor: Senador VALDIR RAUPP
Relator: Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Parecer: Favorável ao Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado. A matéria vai à CRE dando continuidade a sua tramitação

ITEM 05 – REQUERIMENTO Nº 53, DE 2007 – CAS
"Nos termos regimentais, seja realizada, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, Audiência Pública com a finalidade de discutir o PLS 408/2005, de autoria da senadora Lúcia Vânia, que "altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para assegurar o atendimento da vontade das pessoas que houverem manifestado em vida o desejo de doarem tecidos, órgãos ou partes de seu corpo trata da manifestação de doar órgão em vida".
Para tanto solicito o convite das seguintes autoridades:
Dr. Abrahão Salomão Filho – coordenador do Sistema Nacional de Transplante do Ministério da Saúde;
Representante da Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos – ABTO.
Autores: Senador AUGUSTO BOTELHO e Senador FLÁVIO ARNS
Resultado: Aprovado.

ITEM 06 – REQUERIMENTO Nº 54, DE 2007 – CAS
"Nos termos regimentais ao Requerimento nº 53 – CAS, de 2007, sejam convidados também os Senhores DRAUZIO VARELLA, médico cancerologista; FRANCISCO NETO ASSIS, Presidente da Adote – Aliança Brasileira pela Doação de Órgãos e Tecidos; e JARBAS DINKHUYSEN, médico-cirurgião cardiovascular e coordenador do setor de transplantes do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia de São Paulo; para participar de debate em reunião de Audiência Pública com o propósito de discutir o PLS nº408, de 2005, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para assegurar o atendimento da vontade das pessoas que houverem manifestado em vida o desejo de doarem tecidos, órgãos ou partes de seu corpo,de nossa autoria, e que está sendo relatado pela eminente Senadora Rosalba Ciarlini".
Autores: Senadora LÚCIA VÂNIA e Senador FLÁVIO ARNS
Resultado: Aprovado.

EXTRA-PAUTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
"Define os serviços ou atividades essenciais, para os efeitos do direito de greve, previstos no inciso VII do artigo 37º da Constituição Federal, e dá outras providências".
Autor: Senador PAULO PAIM
Relator: Senador EXPEDITO JÚNIOR
Parecer: Favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado. A matéria vai à CCJ dando continuidade a sua tramitação

REUNIÃO REALIZADA EM 10/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – DENÚNCIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 1, DE 2007
"Solicita a suspensão da tutela antecipada, objetivando determinar que o Estado de Alagoas forneça todo e qualquer medicamento necessário para o tratamento dos transplantados e pacientes renais crônicos em hemodiálise".
Autor: EXTERNO – MOVIMENTO PELA VIDA "BRASIL MOSTRA SUA CARA"
Relator "ad hoc": Senador PAULO PAIM
Parecer: Pelo conhecimento, providências, assim como pelo encaminhamento de cópia da Denúncia ao Ministério da Saúde e à sua Assessoria Jurídica para conhecimento.
OBS: Parecer alterado pelo relator "ad hoc" Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado o novo Parecer do Senador Paulo Paim.

ITEM 02 – REQUERIMENTO Nº 49, DE 2007 – CAS
"Nos termos dos incisos II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada audiência pública perante a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2006, que dispõe sobre o controle da dopagem no desporto e dá outras providências".
Sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da Comissão, requeiro sejam convidados:
Um representante do Ministério do Esporte;
um representante do Comitê Olímpico Brasileiro (COB);
um representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro e
Professor Eduardo De Rose, Membro do Conselho da WADA (Agência Mundial Antidoping), responsável pelo controle antidoping do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e presidente da comissão médica da ODEPA (Organização Desportiva Pan-americana).
Autores: Senador PAPALÉO PAES e Senador FLÁVIO ARNS
Resultado: Aprovado.

ITEM 03 – REQUERIMENTO Nº 51, DE 2007 – CAS
Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAÚDE), para debater a integração dos serviços de saúde mantidos pelas instituições filantrópicas e sem fins lucrativos no Sistema Único de Saúde, com vistas à obtenção de subsídios para a atuação do Senado Federal em relação à matéria.
Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da Cassaúde:
1 – Representante da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde;
2 – Representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
3 – Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS);
4 – Representante da Confederação das Misericórdias do Brasil (CMB);
5 – Senhor Ademir Pestana, Presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência.
Autor: Senador PAPALÉO PAES E Senador FLÁVIO ARNS
Resultado: Aprovado.

ITEM 04 – REQUERIMENTO Nº 55, DE 2007 – CAS
Requeremos, nos termos do art. 93, incisos II, do regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com o objetivo de debater as implicações e repercussões da compra do Banco ABN AMRO pelo consórcio formado pelos Bancos FORTIS, RDS e Santander nas relações de trabalho e de consumo e também economia.
Para tanto, sugerimos convidar o Presidente do Banco Central do Brasil Sr. Henrique Meireles, o Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça Sr. Ricardo Morishita Wada, a Presidente do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, o Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC, o Diretor Presidente da FEBRABAN, o Diretor Presidente do ABN AMRO Bank Sr. Fábio Barbosa, e demais entidades interessadas no debate, assim como um Representante dos trabalhadores (a ser encaminhado pelo Senador Paulo Paim).
Autor: Senador INÁCIO ARRUDA e Senador FLÁVIO ARNS
Resultado: Aprovado.

ITEM 05 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2006
"Estabelece a reserva de no mínimo cinco por cento do número de candidatos às eleições proporcionais de cada partido ou coligação para portadores de deficiência".
Autora: Senadora FÁTIMA CLEIDE
Relator: Senador EDUARDO AZEREDO

Parecer: Pela rejeição do Projeto e pelo encaminhamento de cópia do Projeto e do presente Parecer aos Presidentes dos Partidos Políticos.
OBS: Apresentado novo Parecer pelo Relator em 10/10/2007.
Resultado: Aprovado o Parecer. A matéria vai a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa dando continuidade a sua tramitação.

ITEM 06 – NÃO TERMINATIVO – EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, DE 2003
"Regulamenta o exercício da Arquitetura e do Urbanismo, autoriza a criação dos órgãos de fiscalização profissional e fixa as respectivas atribuições".
Autoria: CÂMARA DOS DEPUTADOS
Relator: Senador LEOMAR QUINTANILHA
Parecer: Pela aprovação das Emendas nºs 1, 2 e 3, da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2003.
Resultado: Aprovado.

EXTRA-PAUTA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 56, DE 2007 – CAS
"Requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o senhor Ministro da Saúde, José Augusto Temporão, para, em Audiência Pública, discutir o Projeto de Lei Complementar nº 121 de 2007, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, e dispõe sobre a aplicação de recursos pelos entes federados em ações de saúde".
Autor: Senador EDUARDO AZEREDO
Resultado: Aprovado.

EXTRA-PAUTA

ITEM 01 – -NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 57, DE 2007 – CAS
"Requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que sejam convidados os senhores Secretários Estaduais de Saúde de Minas Gerais, Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva, e do Rio de Janeiro, Sérgio Luiz Côrtes da Silveira, para, em Audiência Pública, discutir o, Projeto de Lei Complementar nº 121 de 2007, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, e dispõe sobre a aplicação de recursos pelos entes federados em ações de saúde. Acrescido dos seguintes convidados: Representante do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde; Representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde e Representante do Conselho Nacional de Saúde".
Autor: Senador EDUARDO AZEREDO
Resultado: Aprovado.

EXTRA-PAUTA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 58, DE 2007 – CAS

"Requeiro nos termos regimentais seja convidado o Ministro do Desenvolvimento Social, senhor Ministro Patrus Ananias para debater e prestar esclarecimentos aos membros desta Comissão sobre os vários e diversos programas sociais de sua pasta".

Autor: Senador AUGUSTO BOTELHO e outros.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 24/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS PARA O PPA 2008-2011

PL nº 31 de 2007 – CN

"Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011. (Volume II – Projeto de Lei e Anexos)".

Relator: Senador SÉRGIO GUERRA

Resultado: Aprovadas 05 (cinco) emendas ao PPA 2008/2011

	EMENTA	PROGRAMA	AÇÃO
1	Drenagem Urbana	1138 – Drenagem Urbana de Erosão Marítima e Fluvial	3883 – Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária.
2	Economia Solidária em Desenvolvimento.	1133 – Economia Solidária em Desenvolvimento	4737 – Fomento e Assistência Técnica e Empreendimentos Econômicos Solidárias e Redes de Cooperação de Economia Solidária.
3	FUNASA – povos indígenas	0150 – Proteção e Promoção dos Povos Indígenas	3869 – Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena
4	SARAH	1220 – Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada	6148 – Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras
5	Serviços da Saúde da Mulher	1220 – Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada	Incluir Ação – Apoio a Implantação e aparelhamento de serviços de saúde a Mulher Vítima doméstica e familiar.

ITEM 02 – -NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2007 – COMPLEMENTAR

"Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de saúde, os

critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo".
Autor: Senador TIÃO VIANA
Relator: Senador AUGUSTO BOTELHO
Parecer: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007 – Complementar, com as emendas nos 1 a 13 oferecidas pelo Relator, com as emendas da CAE nos 8, 9, 14, 15 e 24, com a subemenda à Emenda nº 7 deste relator, oferecida pela Senadora Patrícia Saboya, e com subemendas às emendas nos 1, 17 e 22 da CAE, e pelo NÃO-ACATAMENTO das emendas da CAE nos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 23 e 25.
Resultado: Aprovado
OBS 1: Em 05/09/07 foi aprovado parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que concluiu pela constitucionalidade, juridicidade, e boa técnica legislativa, e pela aprovação do Projeto.
OBS 2: Em 02/10/07, na Comissão de Assuntos Econômicos, foi aprovado parecer da Relatora, Senadora Patrícia Saboya, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25.
OBS 3: Em 10/10/07, na Comissão de Assuntos Sociais, foi aprovado o RQS nº 56, de 2007-CAS de convite ao Senhor Ministro da Saúde, José Augusto Temporão para em audiência pública discutir o PLS 121 de 2007 e também foi aprovado o RQS nº 57 de 2007-CAS de convite ao Sr. Séc. de Saúde de Minas Gerais, Marcus Caetano Pestanha da Silva e ao Sr. Sérgio Luiz Cortes da Silveira, Séc. de Saúde do Rio de Janeiro, assim como um representante do Conselho Nac. de Secretários Estaduais de Saúde, representante do Cons. Nac. de Secretários Municipais de Saúde e representante do Conselho Nacional de Saúde, para em audiência pública, discutirem o PLS 121 de 2007. Art. 118, § 4º do Regimento Interno do Senado Federal; (aprovados Extra-pauta, itens 12 e 13, de retirada dos referidos Requerimentos).

EXTRA-PAUTA

ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 60, DE 2007 – CAS
"Nos termos regimentais solicito a retirada dos Requerimentos 56 e 57, de 2007 – CAS, referente à realização de audiências públicas sobre o Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2007".
Autor: Senador EDUARDO AZEREDO
Resultado: Aprovado.

ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº 61, DE 2007 – CAS
"Nos termos regimentais solicito a retirada do Requerimento 47, de 2007, – CAS, referente à realização de audiência pública sobre o Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2007".
Autora: Senadora PATRÍCIA SABOYA
Resultado: Aprovado.

ITEM 3 – REQUERIMENTO Nº 62, DE 2007 – CAS
"Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007 – Complementar, que 'dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de Saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo'".
Autor: Senador FLÁVIO ARNS
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 31/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – REQUERIMENTO Nº 59, DE 2007-CAS
"Nos termos do art.50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Saúde informações sobre a fiscalização e qualidade dos medicamentos genéricos destinados ao tratamento de pacientes da psiquiatria".
Autores: Senador EDUARDO AZEREDO e Senadora ROSALBA CIARLINI
Resultado: Aprovado

ITEM 02 – REQUERIMENTO Nº 63, DE 2007-CAS
"Nos termos dos incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de debater questões emergenciais de saúde pública, em particular, o problema enfrentado pelos usuários de medicamento sem similar nacional cuja importação encontra-se regulamentada pela Resolução nº 86, de 21 de setembro de 2000, notadamente, o medicamento MALIASIN, de prescrição neurológica".
Autores: Senador PAPALÉO PAES, Senador AUGUSTO BOTELHO e Senador ÁLVARO DIAS
Resultado: Aprovado

ITEM 03 – NÃO TERMINATIVO – AVISO Nº 52, DE 2002
"Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 712/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar em que medida o Programa Nacional de Saúde do Escolar – PNSE tem contribuído para melhorar o processo de aprendizagem da população escolar portadora de deficiência visual e auditiva (TC – 011.820/2001-3)".
Autor: EXTERNO – Pres. Tribunal de Contas da União
Relator: Senador EDUARDO AZEREDO

Parecer: Pelo conhecimento do Aviso nº 52, de 2002, do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União e arquivamento.
Resultado: Aprovado

ITEM 04 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2007
"Acrescenta § 3º ao art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Dispõe sobre a oferta de ensino superior aos povos indígenas)".
Autor: Deputado CARLOS ABICALIL
Relator "ad hoc": Senador JOÃO DURVAL
Parecer: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado

III – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

REUNIÃO REALIZADA EM 03/10/2007 – ORDINÁRIA

REUNIÃO REALIZADA EM 10/10/2007 – ORDINÁRIA

ITEM 2 – SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 2007 – TURNO SUPLEMENTAR – TERMINATIVO -
"Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil -, para estabelecer prazo para o julgamento das ações penais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, nos casos de foro especial por prerrogativa de função".
Autoria: Senador EDUARDO SUPLICY.
Relatoria: Senador JEFFERSON PÉRES.
Obs: Em 03/10/2007, foi aprovado o Substitutivo ao PLS nº 281, de 2007, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.
Resultado: Não tendo sido oferecidas Emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

EXTRAPAUTA

ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2007 – (PL. nº 1.631, de 2007 na Casa de origem) – NÃO TERMINATIVO -

"Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; altera o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências".
Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
Relatoria: Senador ADELMIR SANTANA.
Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto e das Emendas nºs 1 a 5, a ele oferecidas.
Obs: – No prazo regimental, foram apresentadas as seguintes Emendas: Emendas nºs 1, 2, 3 e 5, de autoria do Senador Cristovam Buarque; e a Emenda nº 4, de autoria do Senador Inácio Arruda;
A matéria tramita simultaneamente nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática, em regime de URGÊNCIA, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, c/c o art. 375, I, e art. 122, II, "b", do RISF.
Resultado: Aprovado o Parecer que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto e das Emendas nºs 1 a 5.

ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2007 – PL. nº 4.744, de 2005 na Casa de origem) – NÃO TERMINATIVO
"Altera o art. 6º da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, que autoriza o Poder Executivo a transformar a autarquia Casa da Moeda em empresa pública (Aumenta de três para quatro o número de diretores)".
Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
Relatoria: Senador EDISON LOBÃO.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR.
Parecer: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ.

REQUERIMENTOS APRECIADOS:

1) REQUERIMENTO Nº 17, DE 2007-CCJ.
"Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos sejam convocados os Ministros da Fazenda, Guido Mantega, da Saúde, José Gomes Temporão, da Previdência Social, Luiz Marinho e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias para comparecem em reunião da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, visando prestar informações pormenorizadas acerca da arrecadação e aplicação dos recursos recolhidos na forma da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, conforme disposto na legislação em vigor".
Autoria: Senador EDUARDO SUPLICY.
Resultado: Aprovado.

2) REQUERIMENTO Nº 18, DE 2007-CCJ.
"Requeiro, nos termos dos arts. 58, parágrafo 2º, incisos II e V, da Constituição da República e 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal,

sejam convidadas as seguintes instituições para, em audiência pública conjunta, discutirem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), a questão dos limites legais para a regulamentação da propaganda comercial:
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), na pessoa de seu diretor-presidente, DR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO;
Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), na pessoa de seu presidente, DR. GILBERTO C. LEIFERT;
Associação brasileira de Agências de Publicidade (Abap), na pessoa de seu presidente nacional, publicitário DAILTON PASTORE;
Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), na pessoa de seu representante em Brasília (DF), DR. FLÁVIO CAVALCANTI FILHO;
Câmara Americana de Comércio (Amcham/ São Paulo) na pessoa do presidente de sua força-tarefa nacional sobre a Anvisa, advogado GUSTAVO MORAES;
Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), na pessoa de seu vice-presidente executivo, DR. RAFAEL SAMPAIO;
Associação Nacional dos Editores de Revistas (ANER), na pessoa do seu diretor jurídico DR. LOURIVAL J. DOS SANTOS".
Autoria: Senador JEFFERSON PÉRES.
Resultado: Aprovado.

3) REQUERIMENTO Nº 19, DE 2007-CCJ.
"Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PRS nº 37, de 2007, que tramita em conjunto com o PRS nº 40, de 2007".
Autoria: Senadores MARCO MACIEL e JOSÉ AGRIPINO.
Resultado: Aprovado.

4) REQUERIMENTO Nº 20, DE 2007-CCJ.
Requeiro, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal – SF, audiências públicas com os Srs. abaixo assinalados, a fim de que sejam prestados esclarecimentos sobre precatórios. A matéria é objeto da Proposta de Emenda Constitucional nº 12, de 2006, da qual fui designado relator.
Dr. Raimundo Cezar Brito Aragão – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil;
Dr. Mauro Ricardo Machado Costa – Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo;
Dr. Paulo Ziulkoski – Presidente da Confederação Nacional dos Municípios;
Dr. Arno Hugo Augustin Filho – Secretário do Tesouro Nacional;
Dr. José Filipi Júnior – Prefeito de Diadema e Coordenador da Comissão dos Precatórios das Prefeituras;
Dr. Vulmar de Araújo Coelho Junior – Juiz do TRT/RO;
Dr. Paulo Marcos Borges Rizzo – Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN);
Dr. Felipe Nobre – Representante do Sistema Financeiro;

Dr. José Baracho Júnior – Representante dos Credores Públicos.
Autoria: Senador VALDIR RAUPP.
Resultado: Aprovado.

5) TERMO ADITIVO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 20, DE 2007-CCJ.
"Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Governador do Mato Grosso do Sul, Dr. André Puccinelli, ou o Secretário de Estado que ele designar, para a audiência de instrução à PEC n.º 12, de 2006, que acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 95 ao ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios".
Autoria: Senador VALTER PEREIRA.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2003
(Tramitam em conjunto as PEC's nºs 1 e 23, de 2003; 51, de 2004; 11, 29 e 61 de 2005; e 12, de 2006)
"Altera o § 3º do artigo 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios".
Autoria: Senador MAGUITO VILELA e outros senhores Senadores.
Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.
TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2003
"Dá nova redação ao § 1º do artigo 100 da Constituição Federal, criando limite máximo para pagamento de obrigações relativas a precatórios judiciais".
Autoria: Senador EFRAIM MORAES e outros senhores Senadores.
Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.
TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2004
"Altera o artigo 100 da Constituição Federal, e dá outras providências. (Dispõe sobre Precatórios Judiciais)".
Autoria: Senador PEDRO SIMON e outros senhores Senadores.
Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.
TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2005
"Altera o art. 100 da CF para instituir limite máximo de comprometimento da receita da União, Estados, Distrito Federal e Municípios com o pagamento de precatórios judiciais".
Autoria: Senador JOSÉ MARANHÃO e outros senhores Senadores.
Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.
TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2005

"Dispõe sobre a preferência para maiores de 60 (sessenta) anos de idade no recebimento de precatórios".
Autoria: Senador SÉRGIO CABRAL e outros senhores Senadores.
Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.
TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2005
"Altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios".
Autoria: Senador PAULO PAIM e outros senhores Senadores.
Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.
TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2006
"Acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios".
Autoria: Senador RENAN CALHEIROS e outros senhores Senadores.
Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.
Observação: Audiência Pública aprovada em 10/10/2007, conforme Requerimento nº 20, de 2007-CCJ, de autoria do Senador VALDIR RAUPP, e Termo Aditivo nº 1, de autoria do Senador VALTER PEREIRA.
COM A PRESENÇA DOS SEGUINTES CONVIDADOS:
DR. MARCOS LUIS BORGES DE RESENDE, representante do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, Dr. Raimundo Cezar Brito Aragão;
DR. JOSÉ ROBERTO DE MORAES, representante do Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Dr. Mauro Ricardo Machado Costa;
DR. EDUARDO COUTINHO GUERRA, representante do Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Arno Hugo Augustin Filho;
DR. JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA BARACHO JÚNIOR
Presidente da Comissão de Precatórios da OAB-MG.
Justifica a ausência, o DR. FELIPE NOBRE – Representante do Sistema Financeiro.
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 17/10/2007 – ORDINÁRIA

ITEM 1 – ATO Nº 1, DE 2007-CCJ
"Disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania".
Autoria: Senador MARCO MACIEL.
Relatores designados: Senadores JEFFERSON PÉRES e ANTONIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Favorável.
Obs: – Em 10/10/2007, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais, tendo o Senador Eduardo Suplicy oferecido a Emenda nº 1;- Em 17/10/2007,

durante a discussão da matéria, os Relatores oferecem Parecer favorável à Emenda nº 1, do Senador Eduardo Suplicy, e acolhem as sugestões do Senador Romero Jucá.
Resultado: Aprovado o Ato nº 1, de 2007-CCJ, com a Emenda nº 1-CCJ, e alterações acolhidas.

ITEM 2 – OFÍCIO "S" Nº 12, DE 2002 – (Ofício Nº 00074, de 17/05/2002, na origem) – TERMINATIVO – (Tramita em conjunto com o OFS nº 13, de 2002)
"Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Municipal nº 3.133, de 27 de junho de 1989, do Município de Araçatuba, Estado de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 264350, que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 3º, 4º, 5º e 6º da referida Lei municipal (taxa de conservação e serviços de estradas municipais com base de cálculo próprio de imposto)".
Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Pelo arquivamento dos Ofícios "S" nºs 12 e 13, de 2002.
TRAMITA EM CONJUNTO COM O OFÍCIO "S" Nº 13, DE 2002 – (Ofício Nº 00075, de 17/05/2002, na origem) – TERMINATIVO
"Encaminha ao Senado Federal para os fins previstos no artigo 52, inciso X da Constituição Federal, cópia da Lei Municipal nº 3.133, de 27 de junho de 1989, do Município de Araçatuba, Estado de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 259889, que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 3º, 4º , 5º e 6º da referida lei municipal (taxa de conservação e serviços de estradas municipais com base de cálculo próprio de imposto)".
Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Pelo arquivamento dos Ofícios "S" nºs 12 e 13, de 2002.
Resultado: Aprovado o Parecer que conclui pelo arquivamento dos Ofícios "S" nºs 12 e 13, de 2002, que tramitam em conjunto.

ITEM 3 – OFÍCIO "S" Nº 25, DE 2002 – (Ofício Nº 00191, de 19/09/2002, na origem) – TERMINATIVO – (Tramita em conjunto com o OFS nº 81, de 2002 e 81, de 1998)
"Encaminha ao Senado Federal, cópia da Lei Municipal nº 7.428, de 1994, com a redação dada pelo artigo 2º da Lei nº 7.539, do Município de Porto Alegre; do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 251238 em Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande

do Sul, que declarou a inconstitucionalidade do artigo 7º e parágrafos da referida Lei Municipal (reajuste de vencimentos/salários vinculado a indexador futuro constitui ofensa ao princípio da autonomia municipal)".
Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
Relatoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES.
Parecer: pelo arquivamento dos Ofícios "S" nºs 25, de 2002, e 81, de 1998.
TRAMITA EM CONJUNTO COM O OFÍCIO "S" Nº 81, DE 1998 (Ofício Nº 00224, de 04/11/1998, na origem) – TERMINATIVO
"Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de 5 de abril de 1990, bem como do parecer da Procuradoria-Geral , da certidão de trânsito em julgado, do acórdão e da versão do registro taquigráfico do julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 187142, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, dos arts. 25, 27 e parágrafos do referido Ato das Disposições Transitórias (inclusive questão de ordem levantada pelo Presidente, Ministro Moreira Mendes, que decidiu que "a decisão tomada, como a presente, em recurso extraordinário interposto em ação direta de inconstitucionalidade estadual tem eficácia 'erga omnes', por se tratar de controle concentrado)".
Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
Relatoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES.
Parecer: pelo arquivamento dos Ofícios "S" nºs 25, de 2002, e 81, de 1998.
Resultado: Aprovado o Parecer que conclui pelo arquivamento dos Ofícios "S" nºs 25, de 2002, e 81, de 1998, que tramitam em conjunto.

ITEM 4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2007 – (PL. nº 004203, de 2001 na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO
"Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências".
Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, acatando as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 16, 21, 24, 25 e 26, e rejeitando as Emendas nºs 1, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 22 e 23.
Obs: – Em 29/08/2007, foram oferecidas as Emendas nºs 1 a 23, de autoria do Grupo de Trabalho, criado no âmbito da CCJ, destinado a tratar das proposições que versam sobre "Reforma Processual Penal", composto pelos seguintes Membros: a Senadora Ideli Salvatti e os Senadores Jefferson Péres, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Simon e Romeu Tuma;
Em 10/10/2007, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais, tendo o Senador Valter Pereira oferecido as Emendas nºs 24, 25 e 26, que receberam Parecer favorável, nesta data (17/10/2007).
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), acolhendo as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 16, 21, 24, 25

e 26; e rejeitando as Emendas nºs 1, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 22 e 23.

REUNIÃO REALIZADA EM 24/10/2007 – ORDINÁRIA

1ª PARTE – ITEM 1 – OFÍCIO "S" Nº 41, DE 2005 (Ofício Nº 00069, de 05/07/2005, na origem)
- TERMINATIVO -
"Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 413782, que declarou a inconstitucionalidade do inciso IV do caput e do § 1º do art. 19 do Decreto nº 3.017, de 1989, do Estado de Santa Catarina (proíbe a impressão de documentos fiscais para as empresas em débito com a Fazenda Estadual)".
Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
Relatoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.
Parecer: Pela apresentação de Projeto de Resolução.
Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer da CCJ.

ITEM 2 – OFÍCIO "S" Nº 54, DE 1996 – (Ofício Nº 099-P/MC, de 18/06/1996, na origem) – TERMINATIVO -
"Encaminha ao Senado Federal, cópia do acórdão transitado em julgado, proferido nos autos do Recurso Extraordinário 375-0/320, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 03.05.86".
Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
Relatoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Parecer: Pelo arquivamento do Ofício "S".
Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício "S".

ITEM 3 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 38, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO -
"Altera dispositivos da Resolução n.º 20, de 1993, instituindo o regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal".
Autoria: Senador VALTER PEREIRA.
Relatoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.
Parecer: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, com o acolhimento das Emendas nºs 4, 5, 6, 7, 8, 10, 13, 14, 18 e 22, e acolhimento parcial das Emendas nºs 2, 15, 16, 19 e 20; pela prejudicialidade da Emenda nº 9; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 3, 11, 12, 17, 21 e 23.
Obs: – Em 10/10/2007, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais;
– Em 17/10/2007, foram recebidas as Emendas nºs 1, 2 e 3, do Senador José Nery; as Emendas nºs 4 e 5, dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Renato

Casagrande; as Emendas nºs 6 e 7, do Senador Pedro Simon; e as Emendas nºs 8 a 23, do Senador Aloizio Mercadante;
– Em 24/10/2007, durante a discussão da matéria, o Senador Romero Jucá oferece a Emenda nº 24, acolhida pela Relatora;
– A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

ITEM 4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2007 (PL. nº 07570, de 2006, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO -
"Dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça".
Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.
Parecer: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ITEM 05 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 7, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO -
"Altera a designação da Comissão de Educação para Comissão de Educação, Cultura e Desporto".
Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.
Relatoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Parecer: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CE a 3-CE.
Obs: A matéria foi examinada pela Comissão de Educação, e será apreciada pela Comissão Diretora.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CE-CCJ a 3-CE-CCJ.

2ª PARTE – ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 165, DE 2007 (Mensagem nº 729, de 2007, na origem)
- NÃO TERMINATIVO -
"Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Doutor WALMIR OLIVEIRA DA COSTA, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região dos Estados do Pará e Amapá, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista."
Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
Relatoria: Senador ROMERO JUCÁ.
Parecer: Votação Secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Doutor WALMIR OLIVEIRA DA COSTA para compor o Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, com dezenove (19) votos favoráveis.

ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 166, DE 2007 (Mensagem nº 730, de 2007, na origem)

- NÃO TERMINATIVO -
"Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Doutor MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região do Estado de Mato Grosso do Sul, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista."
Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.
Parecer: Votação Secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Doutor MÁRCIO EURICO VITRAL AMARO para compor o Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, com dezenove (19) votos favoráveis.

ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 167, DE 2007 (Mensagem nº 731, de 2007, na origem)
- NÃO TERMINATIVO -
"Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Doutor MAURÍCIO JOSÉ GODINHO DELGADO, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região do Estado de Minas Gerais, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista."
Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
Relatoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Parecer: Votação Secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Doutor MAURÍCIO JOSÉ GODINHO DELGADO para compor o Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, com dezenove (19) votos favoráveis.

EXTRAPAUTA

ITEM 1 – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 43, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO -
"Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre o processo de apresentação, de tramitação e de aprovação dos projetos de lei de consolidação".
Autoria: Senador TIÃO VIANA.
Relatoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.
Relatoria "ad hoc": Senador JARBAS VASCONCELOS
Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, e no mérito, pela aprovação do Projeto.
Obs: A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.
Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, e regimentalidade, e no mérito, pela aprovação do Projeto.

REQUERIMENTOS APRECIADOS:

1) REQUERIMENTO Nº 21, DE 2007-CCJ.
"Requeiro, nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública com o Ministro Guido Mantega, o Ministro Paulo Bernardo, o Presidente da FIESP Paulo Skaf, os economistas José Roberto Afonso e Samuel Pessoa, para instruir a PEC 89, de 2007 que trata da prorrogação da CPMF".
Autoria: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR.
Resultado: Aprovado.

2) REQUERIMENTO Nº 22, DE 2007-CCJ.
"requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o ex-ministro da Fazenda, senhor Pedro Malan, para em Audiência Pública, discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que 'Prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências'".
Autoria: Senadores ARTHUR VIRGÍLIO e FLEXA RIBEIRO.
Resultado: Aprovado.

3) REQUERIMENTO Nº 23, DE 2007-CCJ.
"requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o ex-secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, para em Audiência Pública, discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que 'Prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências'".
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO e FLEXA RIBEIRO.
Resultado: Aprovado.

4) REQUERIMENTO Nº 24, DE 2007-CCJ.
"requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, senhor Paulo Skaf, para em Audiência Pública, discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que 'Prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências'".
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Resultado: Aprovado.
5) REQUERIMENTO Nº 25, DE 2007-CCJ.
"requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o senhor deputado Antonio Palocci, para em Audiência Pública, discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que 'Prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências'".
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Resultado: Aprovado.

6) REQUERIMENTO Nº 26, DE 2007-CCJ.
"requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, senhor Paulo Bernardo, para em Audiência Pública, discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que 'Prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências'".
Autoria: Senador MARCONI PERILLO.
Resultado: Aprovado.

7) REQUERIMENTO Nº 27, DE 2007-CCJ.
"requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o senhor José Roberto Afonso, economista, para em Audiência Pública, discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que 'Prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências'".
Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA.
Resultado: Aprovado.

8) REQUERIMENTO Nº 28, DE 2007-CCJ.
"requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o Professor, economista da Fundação Getúlio Vargas, senhor Samuel Pessoa, para, em Audiência Pública, discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que 'Prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências'".
Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO.
Resultado: Aprovado.

9) REQUERIMENTO Nº 29, DE 2007-CCJ.
"requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o Professor Ives Gandra Martins, especialista em Direito Tributário e Finanças, para em Audiência Pública, discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que 'Prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências'".
Autoria: Senador ALVARO DIAS.
Resultado: Aprovado.

10) REQUERIMENTO Nº 30, DE 2007-CCJ.
"Considerando que este Senado Federal está prestes a votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2007, que trata da prorrogação do prazo previsto no caput do Art. 84 do Ato das Disposições Transitórias, referente à CPMF, requeiro, nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos seguintes convidados:
- Representante da FEBRABAN;
- Representante da FIESP;
- Representante do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário;

- Dr. Ives Gandra – Advogado Tributarista;
- Dr. José Roberto Afonso – Economista do BNDES (temporariamente cedido à Subcomissão de Reforma Tributária da CAE);
- Dr. Márcio I. Nakane – Prof. da Universidade de São Paulo (autor do trabalho "Os efeitos da CPMF sobre a Intermediação Financeira");
- Prof. Pedro H. Albuquerque – Professor Assistente da University of Minnesota Duluth. "Os Impactos Econômicos da CPMF: Teoria e Evidência". (Artigo Publicado no VI Concurso Nacional do Tesouro Nacional – Tópico de Finanças Públicas);
- Dr. Hugo de Brito Machado – Presidente do Instituto Cearense de Estudos Tributários."

Autoria: Senadores TASSO JEREISSATI e FLEXA RIBEIRO.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 30/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

Discussão e Votação das emendas da Comissão ao PL nº 31, de 2007-CN, que Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011, que serão apresentadas perante a Comissão Mista, de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

REUNIÃO REALIZADA EM 31/10/2007 – ORDINÁRIA (2ª REUNIÃO DO DIA)

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007 (PEC nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados)
"CPMF e DRU"
"Prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências".
Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
Relatoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Obs: À matéria foram oferecidas as Emendas nºs 1 e 2, dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; as Emendas nºs 3 e 4, do Senador Valter Pereira; a Emenda nº 5, do Senador Osmar Dias; a Emenda nº 6, dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; e as Emendas nº s 7, 8 e 9, do Senador Antonio Carlos Valadares.
Observação: Audiência Pública aprovada em 10/10/2007, conforme Requerimento nº 17, de 2007-CCJ, e Requerimentos nºs 21 a 30, de 2007-CCJ, aprovados em 24/10/2007.
CONVIDADOS:
PEDRO MALAN
Ex-ministro da Fazenda;
MARCOS LISBOA
Ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda;

ANTONIO PALOCCI
Deputado Federal;
SAMUEL PESSOA
Economista e Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 31/10/2007- EXTRAORDINÁRIA (2ª REUNIÃO DO DIA)

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007 (PEC nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados)
"CPMF e DRU"
"Prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências".
Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
Relatoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Obs: À matéria foram oferecidas as Emendas nºs 1 e 2, dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; as Emendas nºs 3 e 4, do Senador Valter Pereira; a Emenda nº 5, do Senador Osmar Dias; a Emenda nº 6, dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; e as Emendas nº s 7, 8 e 9, do Senador Antonio Carlos Valadares.
Observação: Audiência Pública aprovada em 10/10/2007, conforme Requerimento nº 17, de 2007-CCJ, e Requerimentos nºs 21 a 30, de 2007-CCJ, aprovados em 24/10/2007.
CONVIDADOS:
MÁRCIO ISSAO NAKANE
Professor da Universidade de São Paulo (USP);
IVES GANDRA MARTINS
Advogado especialista em Direito Tributário e Finanças;
PAULO SKAF
Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP);
FÁBIO COLLETTI BARBOSA
Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).
RESULTADO: REALIZADA

IV – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

REUNIÃO REALIZADA EM 02/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, DE 2007
"ALTERA OS ARTS. 18 E 26 DA LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991, PARA DISCIPLINAR A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS À CULTURA".
AUTORIA: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATORIA AD HOC: SENADORA ROSALBA CIARLINI
PARECER: FAVORÁVEL
OBS.1: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DAS REUNIÕES DOS DIAS 04/09/07 E 18/09/07
OBS.2: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2007
"CRIA O FUNDO NACIONAL DE APOIO A BIBLIOTECAS (FUNAB)".
AUTORIA: SENADOR NEUTO DE CONTO
RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL
PARECER: FAVORÁVEL
OBS.: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
RESULTADO: APROVADO

ITEM 03 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 041, DE 2007
"DENOMINA AEROPORTO DE ALEGRETE/RS – GAUDÊNCIO MACHADO RAMOS O AEROPORTO LOCALIZADO NA CIDADE DE ALEGRETE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL".
AUTORIA: DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO
RELATORIA: SENADOR PAULO PAIM
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 04 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 012, DE 2007
"INSTITUI O DIA NACIONAL DOS SURDOS".
AUTORIA: DEPUTADO EDUARDO BARBOSA
RELATORIA AD HOC: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL
OBS.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DAS REUNIÕES DOS DIAS 04/09/07 E 18/09/07
RESULTADO: APROVADO

EXTRA-PAUTA – RESULTADO

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 043 – CE, DE 2007
"NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, INCISOS II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 90, INCISOS II, V E IX E O ART. 93, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO

ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DESTINADA A ESCLARECER AS GRAVES INFORMAÇÕES VINCULADAS RECENTEMENTE PELA MÍDIA, REFERENTES AO AUMENTO DA EVASÃO ESCOLAR, MESMO COM A AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA 'BOLSA FAMÍLIA' DO GOVERNO FEDERAL. DEVERÃO SER CONVIDADOS A DEBATER O TEMA: 1- PATRUS ANANIAS – MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; 2- PALOMA OLIVETO – JORNALISTA DO CORREIO BRASILIENSE; 3- LUIZ RIBEIRO – JORNALISTA DO ESTADO DE MINAS; 4- MARCELO AGUIAR – EX-SECRETÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA BOLSA ESCOLA E AUTOR DO LIVRO 'BOLSA ESCOLA, EDUCAÇÃO PARA ENFRENTAR A POBREZA'; 5- DANIEL CARA – SOCIÓLOGO E COORDENADOR GERAL DA CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO E 6- REPRESENTANTE DE UM ESTUDANTE CITADO NA REPORTAGEM"
AUTORIA: SENADORA ROSALBA CIARLINI, SENADOR CRISTOVAM BUARQUE E SENADOR GERALDO MESQUITA
RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 04/10/2007 – CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280 DE 2007, QUE "DISPÕE SOBRE A PRODUÇÃO, PROGRAMAÇÃO E PROVIMENTO DE CONTEÚDO BRASILEIRO PARA DISTRIBUIÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ".
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR FLÁVIO ARNS E SENADORA MARISA SERRANO
RELATORIA DO PLS Nº 280/07: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
AUTORIA DO PLS Nº 280/07: SENADOR FLEXA RIBEIRO
CONVIDADOS
CARLOS FREIRE
Diretor do Departamento de Outorga de Rádio e Televisão do Ministério das Comunicações
CLÁUDIO MÁRCIO MAGALHÃES
Vice-Presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária – ABTU
STEVE SOLOT
Vice-Presidente da Motion Picture Association – MPA
CACÁ DIEGUES
Cineasta
JOSÉ CARLOS TORVES
Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ
CARLOS ALKIMIM

Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 09/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284 DE 2006, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996, QUE TRATA DO PLANEJAMENTO FAMILIAR, PARA TORNAR OBRIGATÓRIO O ENSINO DE EDUCAÇÃO SEXUAL, INSTITUIR O DIA DO PLANEJAMENTO FAMILIAR, REDUZIR A IDADE MÍNIMA PARA O EXERCÍCIO DA OPÇÃO PELA ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA E REVOGAR A EXIGÊNCIA DE CONSENTIMENTO DE AMBOS OS CÔNJUGES, NA VIGÊNCIA DE SOCIEDADE CONJUGAL PARA A REALIZAÇÃO DE ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA".
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES CÍCERO LUCENA, MARCELO CRIVELLA E FLÁVIO ARNS
RELATORIA DO PLS Nº 284/06: SENADOR EDSON LOBÃO
AUTORIA DO PLS Nº 284/06: SENADOR MARCELO CRIVELLA
CONVIDADOS:
DULCE XAVIER
Membro do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFÊMEA
ADSON FRANÇA
Coordenador do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas – DAPES/SAS do Ministério da Saúde
ROSEANE BARRETO S. DE SOUZA
Coordenadora Executiva da Casa da Mulher Renascer Companheira
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 16/10/2007 – CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

1ª PARTE – ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO
ADITAMENTO Nº01/07 AO REQUERIMENTO Nº 020/07 – CE E Nº 004/07 – SCTMC
"EM ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 020/2007 – CE E Nº 04/2007-SCTMC, APROVADO NESTA COMISSÃO EM 17 DE ABRIL DE 2007, E NA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL NO DIA 11 DO MESMO MÊS E ANO, COM O OBJETIVO DE REALIZAR AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA DEBATER A REGULAMENTAÇÃO DO ART. 221 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CUJO PROJETO DE LEI ENCONTRA-SE EM ELABORAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO, COM SUPORTE NO DECRETO DE 17 DE JANEIRO DE 2006, REQUEIRO, NOS

TERMOS REGIMENTAIS QUE, ALÉM DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA, A SEGUNDA E, SE NECESSÁRIO, AS POSTERIORES, TAMBÉM SEJAM EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE."
AUTORIA: SENADORES SÉRGIO ZAMBIASI, MARISA SERRANO E MARCONI PERILLO
RESULTADO: APROVADO

2ª PARTE – 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA
ASSUNTO: PROPOSTAS PARA A NOVA LEI GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA – Em especial, a regulamentação do art. 221 da Constituição Federal, que se encontra, atualmente, em elaboração no âmbito do Poder Executivo, com suporte no Decreto de 17 de janeiro de 2006 da Presidência da República.
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, MARCONI PERILLO E SENADORA MARISA SERRANO
CONVIDADOS
LAURINDO LEAL FILHO
Professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – USP
LUIS CUZA
Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas – TelComp
ANDRÉ BARBOSA FILHO
Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República
ETHEVALDO SIQUEIRA
Jornalista (Colunista do Jornal "O Estado de São Paulo") e Especialista em Comunicação
JOAQUIM CARLOS CARVALHO
Coordenador Jurídico Nacional da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – ABRAÇO

REUNIÃO REALIZADA EM 23/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2007
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE CONSTRUÇÃO NAVAL DO MUNICÍPIO DE SANTANA, NO AMAPÁ".
AUTORIA: SENADOR PAPALÉO PAES
RELATORIA: SENADOR PAULO PAIM
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, DE 2004

"ACRESCENTA ALÍNEA AO § 3º DO ART. 18 DA LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991, PARA ESTENDER O BENEFÍCIO FISCAL ÀS DOAÇÕES E PATROCÍNIOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE SALAS DE CINEMA EM MUNICÍPIOS COM MENOS DE 100.000 (CEM MIL) HABITANTES".
AUTORIA DO PLS 298/04: SENADOR ALOIZIO MERCADANTE
AUTORIA DAS EMENDAS: CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATORIA DAS EMENDAS: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: FAVORÁVEL
OBS.: NO DIA 03/05/2005 O PLS 298/04 FOI APROVADO NESTA COMISSÃO EM CARÁTER TERMINATIVO
RESULTADO: APROVADO

ITEM 03 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 042, DE 2007
"DENOMINA "SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES" O AUDITÓRIO DO EDIFÍCIO-SEDE DO PROGRAMA INTERLEGIS".
AUTORIA: SENADOR EXPEDITO JÚNIOR
RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO
OBS.1: APROVADO REQUERIMENTO DE URGÊNCIA, DE AUTORIA DO SENADOR FLEXA RIBEIRO (ITEM 01 – EXTRA-PAUTA)

ITEM 04 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, DE 2007
"DENOMINA "RODOVIA PREFEITO JOÃO EUTRÓPIO" O TRECHO DA RODOVIA BR-484 SITUADO ENTRE A SEDE DO MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO E SEU DISTRITO DE SERRA PELADA, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO".
AUTORIA: SENADOR RENATO CASAGRANDE
RELATORIA: SENADOR ADELMIR SANTANA
PARECER: FAVORÁVEL
OBS.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 02/10/07
RESULTADO: APROVADO

ITEM 05 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 2007
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL".
AUTORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
RELATORIA: SENADOR PAULO PAIM
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 06 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, DE 2007
"DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO 'DIA NACIONAL DO IMIGRANTE ITALIANO' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
AUTORIA: SENADOR GERSON CAMATA
RELATORIA: SENADOR NEUTO DE CONTO
PARECER: FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS OFERECIDAS
OBS.: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA AS EMENDAS
RESULTADO: APROVADO

ITEM 07 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 343, DE 2007
"INSTITUI O DIA DO MOVIMENTO PESTALOZZIANO NO BRASIL, A SER COMEMORADO NO DIA 26 DE OUTUBRO".
AUTORIA: SENADOR MARCONI PERILLO
RELATORIA AD HOC: SENADORA MARISA SERRANO
PARECER: FAVORÁVEL
OBS.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 02/10/07
RESULTADO: APROVADO

ITEM 08 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2007
"INSTITUI A DATA DE 5 DE JUNHO COMO O 'DIA NACIONAL DA RECICLAGEM'".
AUTORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
RELATORIA: SENADOR RENATO CASAGRANDE
PARECER: FAVORÁVEL
OBS.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 02/10/07
RESULTADO: APROVADO

ITEM 09 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2007
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERIDÓ POTIGUAR, POR DESMEMBRAMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE".
AUTORIA: SENADORA ROSALBA CIARLINI
RELATORIA: SENADOR CÍCERO LUCENA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 10 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 539, DE 2007

"INSTITUI O 'DIA NACIONAL DA LEITURA' E A 'SEMANA NACIONAL DA LITERATURA'".
AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 10 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 48 – CE, DE 2007
"DE ACORDO COM O QUE PRECEITUA OS ARTS. 90, II E V E 93, II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEREMOS A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, PARA DISCUTIR O TEMA "A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA POR MEIO DE AÇÕES NA PRIMEIRA INFÂNCIA". ESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA ESTÁ INSERIDA NA PROGRAMAÇÃO DO 3º FÓRUM SENADO DEBATE BRASIL, QUE SE REALIZARÁ ENTRE 28 E 29 DE NOVEMBRO DO CORRENTE, EM CUJA ORGANIZAÇÃO E APOIO ESTÁ INSERIDA A PARTICIPAÇÃO DESTA COMISSÃO. COMO EXPOSITOR, SUGERIMOS O NOME DO PROFESSOR DR. HUBERT MONTAGNER, DIRETOR DE PESQUISAS NO INSTITUTO DE PESQUISAS MÉDICAS, NEUROFISIOLOGISTA, PESQUISADOR NO LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA, PSICOPATOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO – BORDEAUX, FRANÇA, E UM DOS MAIORES ESPECIALISTAS DO MUNDO NA ÁREA DE VIOLÊNCIA NA INFÂNCIA".
AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
RESULTADO: APROVADO

ITEM 11 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 47 – CE, DE 2007
"NOS TERMOS DO ART. 93, II, DO RISF, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DO PROGRAMA EDUCAÇAÕ PARA A NOVA INDÚSTRIA, A SER APRESENTADO AOS MEMBROS DESTA COMISSÃO, PELO PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI), DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO NETO".
AUTORIA: SENADORA MARISA SERRANO
RESULTADO: APROVADO

EXTRA-PAUTA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 044 – CE, DE 2007
NOS TERMOS DO ARTIGO 336, INCISO II, COMBINADO COM O ARTIGO 338, INCISO IV, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUER URGÊNCIA, PARA O PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 042, DE 2007, QUE "DENOMINA 'SENADOR ANTÔNIO

CARLOS MAGALHÃES' O AUDITÓRIO DO EDIFÍCIO-SEDE DO PROGRAMA INTERLEGIS".
AUTORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO
RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 045 – CE, DE 2007
REQUEIRO, NOS TERMOS DO INCISO I DO ART. 93 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, QUE SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA PUBLICA NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, COM A FINALIDADE DE INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83 DE 2006, QUE "FIXA A IDADE MÍNIMA PARA O TRABALHO COMO ATOR, MODELO E SIMILARES", COM AS PRESENÇAS DOS SEGUINTES CONVIDADOS:
DR. ORIS DE OLIVEIRA, JURISTA;
DR. PEDRO AMÉRICO FURTADO DE OLIVEIRA, COORDENADOR NACIONAL DO TRABALHO INFANTIL (IPEC) DA OIT;
DRA. TÂNIA COELHO – PSICÓLOGA;
DR. JOSÉ ROBERTO DANTAS OLIVA, JUIZ DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO;
DRA. ELIANE ARAQUE DOS SANTOS – PROCURADORA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ºª REGIÃO.
REPRESENTANTE DOS PRODUTORES
AUTORIA: SENADORA IDELI SALVATTI
RESULTADO: APROVADO

ITEM 03 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 046 – CE, DE 2007
REQUEIRO, NOS TERMOS DO INCISO I DO ART. 93 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, QUE SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, COM A FINALIDADE DE INSTRUIR O PLS Nº 155, DE 2000, QUE "ACRESCENTA ARTIGOS À LEI Nº 6001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973 (ESTATTUTO DO ÍNDIO), DISPONDO SOBRE A RESERVA DE VAGAS NOS CONCURSOS PÚBLICOS PARA OS TRABALHADORES INDÍGENAS", COM A PRESENÇA DE REPRESENTANTES DAS SEGUINTES AUTORIDADES:
REPRESENTANTE DA COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO;
REPRESENTANTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO;
REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO TRABALHO;
REPRESENTATNE DA 6ª CÂMARA DO MNINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL;
REPRESENTANTE DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT;

REPRESENTANTE DO FÓRUM EM DEFESA DOS DIREITOS INDÍGENAS – FDDI.
AUTORIA: SENADORA FÁTIMA CLEIDE
RESULTADO: APROVADO

ITEM 04 – NÃO TERMINATIVO – ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 043 – CE, DE 2007
REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, A INCLUSÃO DO NOME DO SENHOR ANDRÉ LÁZARO, SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE, DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, PARA PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, APROVADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2007,DESTINADA A ESCLARECER AS INFORMAÇÕES VINCULADAS RECENTEMENTE PELA MÍDIA SOBRE O AUMENTO DA EVASÃO ESCOLAR, MESMO COM A AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA "BOLSA FAMÍLIA" DO GOVERNO FEDERAL.
AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM
RESULTADO: APROVADO

ITEM 05 – NÃO TERMINATIVO – ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 031 – CE, DE 2007
REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, A INCLUSÃO DO NOME DA CONSELHEIRA ALMERINDA AUGUSTA DE FREITAS CARVALHO, CHEFE DA DIVISÃO DE TEMAS EDUCACIONAIS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, APROVADA NA REUNIÃO DO DIA 15 DE AGOSTO DE 2007, DESTINADA A INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2004, DE AUTORIA DO SENADOR TIÃO VIANA E O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 2006 DE AUTORIA DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO.
AUTORIA: SENADOR PAPALÉO PAES
RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 24/10/2007 – ORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA – ASSUNTO:ESCLARECER AS INFORMAÇÕES VEICULADAS PELA MÍDIA, REFERENTES AO AUMENTO DA EVASÃO ESCOLAR, MESMO COM A AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES ROSALBA CIARLINI, CRISTOVAM BUARQUE E GERALDO MESQUITA JÚNIOR
CONVIDADOS
PALOMA OLIVETO
Jornalista do Correio Braziliense
MARCELO AGUIAR
Gerente do Programa "Escolas Técnicas" do Governo do Distrito Federal

ROSANI CUNHA
Secretária Nacional de Renda Cidadania – SENARC
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
LUIZ RIBEIRO
Jornalista do "O Estado de Minas"
ANDRÉ LÁZARO
Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD
Ministério da Educação
DANIEL CARA
Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 30/10/2007 – ORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA
ASSUNTO: INSTRUIR OS PROJETOS DE LEI DO SENADO Nos 217, DE 2004, DE AUTORIA DO SENADOR TIÃO VIANA, E 102, DE 2006, DE AUTORIA DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO, REFERENTES À EXIGÊNCIA DE EXAME DE PROFICIÊNCIA COMO REQUISITO PARA O EXERCÍCIO DA MEDICINA E DA ODONTOLOGIA
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR PAPALÉO PAES
RELATOR DO PLS 217 DE 2004: SENADOR MÃO SANTA
RELATOR DO PLS 102 DE 2006: SENADOR PAPALÉO PAES
CONVIDADOS
RONALDO MOTA
Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação
ELIAS FERNANDO MIZIARA
Diretor de Proteção ao Paciente da Associação Médica Brasileira
MARCOS LUIS MACEDO DE SANTANA
Secretário Geral do Conselho Federal de Odontologia
CONSELHEIRA ALMERINDA AUGUSTA DE FREITAS CARVALHO
Chefe da Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores
JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE
Corregedor Adjunto do Conselho Federal de Medicina
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 30/10/2007 – CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL.

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA
ASSUNTO: DISCUTIR O ANTE-PROJETO DE COMBATE À PIRATARIA NA INDUSTRIA, ELABORADO POR ESTA COMISSÃO
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES FLÁVIO ARNS E MARISA SERRANO

CONVIDADOS
MAURO DE BRITO
Coordenador Especial de Vigilância e Repressão da Receita Federal
GUSTAVO LEONARDOS
Presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual – ABPI
ARCELINO DAMASCENO
Delegado da Polícia Federal
LILIAN MOREIRA PINHO
Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
ANDRÉ GUSTAVO CORRÊA DE ANDRADE
Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL – CE

REUNIÃO REALIZADA EM 04/10/2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280 DE 2007, QUE "DISPÕE SOBRE A PRODUÇÃO, PROGRAMAÇÃO E PROVIMENTO DE CONTEÚDO BRASILEIRO PARA DISTRIBUIÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ".
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR FLÁVIO ARNS E SENADORA MARISA SERRANO
RELATORIA DO PLS Nº 280/07: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
AUTORIA DO PLS Nº 280/07: SENADOR FLEXA RIBEIRO
CONVIDADOS
CARLOS FREIRE
Diretor do Departamento de Outorga de Rádio e Televisão do Ministério das Comunicações
CLÁUDIO MÁRCIO MAGALHÃES
Vice-Presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária – ABTU
STEVE SOLOT
Vice-Presidente da Motion Picture Association – MPA
CACÁ DIEGUES
Cineasta
JOSÉ CARLOS TORVES
Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ
CARLOS ALKIMIM
Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 16/10/2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

1ª PARTE – ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO
ADITAMENTO Nº01/07 AO REQUERIMENTO Nº 020/07 – CE E Nº 004/07 – SCTMC
"EM ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 020/2007 – CE E Nº 04/2007-SCTMC, APROVADO NESTA COMISSÃO EM 17 DE ABRIL DE 2007, E NA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL NO DIA 11 DO MESMO MÊS E ANO, COM O OBJETIVO DE REALIZAR AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA DEBATER A REGULAMENTAÇÃO DO ART. 221 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CUJO PROJETO DE LEI ENCONTRA-SE EM ELABORAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO, COM SUPORTE NO DECRETO DE 17 DE JANEIRO DE 2006, REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS QUE, ALÉM DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA, A SEGUNDA E, SE NECESSÁRIO, AS POSTERIORES, TAMBÉM SEJAM EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE."
AUTORIA: SENADORES SÉRGIO ZAMBIASI, MARISA SERRANO E MARCONI PERILLO
RESULTADO: APROVADO

2ª PARTE – 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA
ASSUNTO: PROPOSTAS PARA A NOVA LEI GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA – Em especial, a regulamentação do art. 221 da Constituição Federal, que se encontra, atualmente, em elaboração no âmbito do Poder Executivo, com suporte no Decreto de 17 de janeiro de 2006 da Presidência da República.
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, MARCONI PERILLO E SENADORA MARISA SERRANO
CONVIDADOS
LAURINDO LEAL FILHO
Professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – USP
LUIS CUZA
Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas – TelComp
ANDRÉ BARBOSA FILHO
Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República
ETHEVALDO SIQUEIRA
Jornalista (Colunista do Jornal "O Estado de São Paulo") e Especialista em Comunicação
JOAQUIM CARLOS CARVALHO
Coordenador Jurídico Nacional da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – ABRAÇO

REUNIÃO REALIZADA EM 30/10/2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA

ASSUNTO: DISCUTIR O ANTE-PROJETO DE COMBATE À PIRATARIA NA INDUSTRIA, ELABORADO POR ESTA COMISSÃO

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES FLÁVIO ARNS E MARISA SERRANO

CONVIDADOS

MAURO DE BRITO

Coordenador Especial de Vigilância e Repressão da Receita Federal

GUSTAVO LEONARDOS

Presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual – ABPI

ARCELINO DAMASCENO

Delegado da Polícia Federal

LILIAN MOREIRA PINHO

Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

ANDRÉ GUSTAVO CORRÊA DE ANDRADE

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

R E L A T Ó R I O

OUTUBRO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E
COMUNICAÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO SINTÉTICO DA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS EM 2007

OUTUBRO

Reuniões Ordinárias

Convocadas.....01

Reuniões Ordinárias Realizadas.....01

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....08

Reuniões Extraordinárias Realizadas.....08

Total de Reuniões Realizadas.....09

Total de Proposições Apreciadas.....20

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

REQUERIMENTO (REQ)	OUTUBRO
PELA APROVAÇÃO	06
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	06

PROJETOS LEI DO SENADO (PLS)	OUTUBRO
PELA APROVAÇÃO	02
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	02

PROJETOS LEI DA CÂMARA (PLC)	OUTUBRO
PELA APROVAÇÃO	02
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	02

PROJETOS DE RESOLUÇÃO DO SENADO (PRS)	OUTUBRO
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	01

EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ECD)	OUTUBRO
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA	-

AUDIÊNCIA DA CCJ	
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	01

PROPOSIÇÕES TERMINATIVAS

PROJETOS LEI DO SENADO (PLS)	OUTUBRO
PELA APROVAÇÃO	08
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	08

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E REUNIÕES

FEVEREIRO A OUTUBRO DE 2007

Reuniões Ordinárias Convocadas.....03

Reuniões Ordinárias Realizadas.....03

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....53

Reuniões Extraordinárias Realizadas.....53

Total de Reuniões Realizadas..... 56

PARECERES	PLC	PLS (T)	PLS (ÑT)	PRS	EMENDA CD	RQS	RQS – PLEN	INS (ÑT)	AVISO	EMENDAS – PLEN	MSF	PETIÇÃO	SCD
PELA APROVAÇÃO	11	40	11	02	02	48	-	-	-	01	01	-	01
PELA **REJEIÇÃO**	01	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	01	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12	42	12	02	02	48	-	-	-	01	01	-	01

TOTAL GERAL: 121

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS E

REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS

OUTUBRO

Reuniões Ordinárias Convocadas.....00
Reuniões Ordinárias Realizadas.....00

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....03
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....03

Total de Reuniões Realizadas.....03

Total de Proposições Apreciadas.....00

V – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA.

REUNIÃO REALIZADA EM 02/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A VIABILIDADE ECONÔMICA E AMBIENTAL DO USO DE ENERGIA NUCLEAR NO BRASIL, EM CONFORMIDADE COM O REQUERIMENTO Nº 32/2007-CMA, APROVADO EM 14.08.2007, DE AUTORIA DO SENADOR SIBÁ MACHADO, COM OS SEGUINTES CONVIDADOS: MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA; RUY DE GÓES LEITE DE BARROS – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; ODAIR DIAS GONÇALVES– PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA) E JOÃO NILDO DE SOUZA VIANNA – COORDENADOR DE RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – CDS/UNB.
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 09/10/2007 – ORDINÁRIA

ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 37, DE 2007-CMA – NÃO TERMINATIVO
Requer, nos termos constitucionais e regimentais, sejam convidados o Ministro de Estado da Justiça, o Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário, o Advogado-Geral da União e o Presidente do INCRA a comparecerem em audiência a ser realizada por esta Comissão em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para prestarem esclarecimentos sobre os investimentos de grupos estrangeiros na compra de terras brasileiras.
Autoria: Senadores RENATO CASAGRANDE, ANTONIO CARLOS VALADARES e SIBÁ MACHADO
Resultado: Aprovado

ITEM 2 – AVISO Nº 27, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO
Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.092, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados destinada a exame dos gastos públicos relativos à montagem e divulgação do pavilhão Brasil na Exposição Universal de Hannover, Alemanha (TC 007.312/2000-0).
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relator "ad hoc": Senador SIBÁ MACHADO
Parecer: Pelo arquivamento da matéria
Resultado: Aprovado

ITEM 3 – AVISO Nº 18, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.188, de 2007-TCU-Plenário, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada com o objetivo de elaborar um diagnóstico sobre as obras inconclusas financiadas com recursos da União (TC 012.667/2006-4).
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relator "ad hoc": Senador GARIBALDI ALVES
Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo
Resultado: Aprovado

ITEM 4 – AVISO Nº 86, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Encaminha ao Senado Federal, Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º trimestre de 2007.
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relator "ad hoc": Senador GARIBALDI ALVES
Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo
Resultado: Aprovado
ITEM 5 – SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2007 – TURNO SUPLEMENTAR
Institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências.
Autoria do Substitutivo: Senador RENATO CASAGRANDE
Autoria do PLS 70/07: Senador INÁCIO ARRUDA
Parecer: Favorável, na forma do substitutivo oferecido
Obs.1: Não sendo oferecidas emendas ao projeto até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.
Obs. 2: O parecer ao PLS 70/07, de autoria do Senador Renato Casagrande, favorável ao projeto, na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 25.09.2007.
Resultado: Não foram apresentadas emendas. Matéria definitivamente adotada.

REUNIÃO REALIZADA EM 15/10/2007 – ORDINÁRIA
ITEM 01 – REQUERIMENTO Nº 38, DE 2007-CMA
Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado, audiência pública destinada a verificar a aplicação dos dispositivos legais referentes à definição dos preços de energia elétrica vendida ao consumidor final, bem como as fórmulas de reajuste dos respectivos preços, com os seguintes convidados: diretores das empresas fornecedoras de energia elétrica ao consumidor dos Estados do Mato Grosso do Sul e do Tocantins, Presidente e relator da CPI da ENERSUL instalada na Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul e dois diretores da ANEEL.
Autoria: Senadores VALTER PEREIRA e MARISA SERRANO
Resultado: Aprovado

ITEM 02 – REQUERIMENTO Nº 39, DE 2007-CMA
Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para ouvir o Diretor da Agência Nacional de Águas, Dr. BENEDITO BRAGA, um representante da Comissão de Transposição do Rio São Francisco e um representante da Região Amazônica brasileira, com vistas a ampliar a discussão sobre a gestão de recursos hídricos e subsidiar a participação do Brasil no V Fórum Mundial da Água, no período de 16 a 22 de março de 2009, organizado pelo Conselho Mundial da Água e pelo Governo da Turquia.
Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 23/10/2007 – ORDINÁRIA

PRIMEIRA PARTE – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PLANO PLURIANUAL (PPA), PARA O PERÍODO 2008/2011.
EMENDAS APROVADAS:
1 – Ementa: Aqüífero Guarani – Ministério do Meio Ambiente
Ação: 10TQ – Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais
Valor proposto total: R$ 38.614.000
Autor: Senador FLÁVIO ARNS

2 – Ementa: Combate à Desertificação do Meio Ambiente
Ação: 8906 – Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação
Valor proposto total: R$ 44.500.000
Autora: Senadora FÁTIMA CLEIDE

3 – Ementa: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos – FNMA
Ação: 2B07 – Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade (PROBIO I e II)
Valor proposto total: R$ 2.119.659.911
Autor: Senador ROMERO JUCÁ

4 – Ementa: Fomento a projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas
Ação: Nova – Fomento a projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas.
Valor proposto total: R$ 10.000.000
Autor: Senador VALTER PEREIRA

5 – Ementa: Recuperação e Preservação da Bacia dos Rios Tocantins/Araguaia

Ação: 101Q – Recuperação e Preservação da Bacia dos Rios Tocantins/Araguaia
Valor: R$ 1.671.377
Autor: Senador FLEXA RIBEIRO

EXTRA-PAUTA

REQUERIMENTO Nº 40, DE 2007 – CMA – NÃO TERMINATIVO
Requer, nos termos do art. 93, I, que seja convidado para ser ouvido em audiência pública nesta Comissão, o AFCE Ricardo Eustáquio, servidor do TCU, com vistas a apresentar os resultados de seu trabalho sobre os efeitos ambientais da hidrelétrica de lajeado.
Autoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 30/10/2007 – CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO–CD, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE–CD E DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO-CN.

EXPOSIÇÃO DO DOUTOR HENRIQUE MEIRELLES, PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9°, § 5°, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. RESULTADO: REALIZADA

VI – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

REUNIÃO REALIZADA EM 04/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº. 01 – REQUERIMENTO, Nº 59, DE 2007 – CDH
Assunto: "Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das QUESTÕES atinentes a "pagamento de precatórios e seus impactos na vida do idoso", com seguintes convidados: Julia de Oliveira Camargo – Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul/RS – (SINAPERS); Nadja de Paula – Presidente do Sindicatos dos Técnicos Científicos do Estado do Rio Grande do Sul/RS – (SINTERGS); Adroaldo Rodrigues – Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul/RS – (SERVIPOL); Clênio Fagundes – Presidente do Sindicato dos Portuário do Rio Grande do Sul/RS; Alberto Agostini – Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Carreira de Nível Superior do Grupo Tribulação, Arrecadação e

Fiscalização do Estado do Estado do Rio Grande do Sul/RS – (SINTAF); Rogério Macanhão – Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual – (FENAFISCO); Felippo Scolari Neto – Presidente do Movimento dos Advogados em Defesa dos Credores Alimentares – (MADECA); Julio Bonafonte – Presidente da Federação Nacional dos Servidores Públicos do Poder Judiciário dos Estados e Distrito Federal – (FENASJ); Ricardo Luiz Maçal Ferreira – Representante Federação das Entidades dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo/SP – (FESPESP); Edison Guilherme Haubert – Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas – (MOSAP); Flavio José de Souza Brando – Presidente da Comissão de Precatórios OAB/SP e Vice-Presidente da Comissão de Precatórios (OAB nacional); Marcelo Gatti Reis Lobo – Representante da Federação das indústrias do Estado de São Paulo/SP – (FIESP); Márcio Kayatt – Representante da Associação dos Advogados de São Paulo/SP – (AASP); Ulisses Riedel de Resende – (Advogado); Berenice Gazoni – Presidente da Federação das Associações Sindicais dos Servidores do Município de São Paulo/SP – (FASP).
Autoria: Senador PAULO PAIM
Resultado: Aprovado

ITEM Nº. 02 – SUGESTÃO Nº. 12, DE 2007
Ementa: "Solicita anistia das multas por atraso de Declaração do IR das Entidades".
Autoria: PRES. DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES CIRCULISTAS DO ESTADO DO RN.
Relatoria: Senador JAYME CAMPOS
Parecer: Voto pelo aproveitamento parcial da Sugestão nº12, de 2007.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº. 03 – PETICÃO – CDH Nº. 03, DE 2007
Ementa: "Informa e pede providências acerca de suposta fraude de venda de laudo pericial de identificação de paternidade (laudo de DNA – cível ou criminal), com o uso do nome da Universidade Federal de Viçosa e realizado por pessoa imperita e que teria atingido centenas de pessoas em todo o Brasil".
Autoria: COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA-CDH (SF).
Relatoria: Senador WELLINGTON SALGADO.
Relatoria Ad Hoc: Senador José Nery.
Parecer: Voto pelo arquivamento da PDH.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº. 04 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO -
Ementa: "Altera o Art.12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para permitir a

cobertura de despesas de acompanhante de paciente idoso, regulamentando o Art. 16 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso)".
Autoria: Senhora LÚCIA VÂNIA.
Relatoria: Senador LEOMAR QUINTANILHA.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº. 01 – REQUERIMENTO, Nº 60, DE 2007 – CDH
Ementa: "Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, REQUEIRO a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, com vistas a debater o PLS 84 de 2007 (Regulamentação do Direito de Greve de Servidores Públicos). Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas pessoas a serem indicadas por esta Comissão.".
Autoria: Senador PAULO PAIM e outros.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº. 02 – REQUERIMENTO, Nº 61, DE 2007 – CDH
Ementa: "Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de Audiência Pública com vistas debater as políticas permanentes para o reajuste anual do salário mínimo, em tramitação nesta Casa Legislativa (PLC 42/2007).
Para tanto, gostaríamos que fossem convidados Presidentes das Centrais Sindicais, Ministros de Estados e Empresários, a serem definidos pela própria comissão.".
Autoria: Senador PAULO PAIM
Resultado: Aprovado

ITEM Nº. 03 – REQUERIMENTO, Nº 62, DE 2007 – CDH
Ementa: Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de Audiência Pública com vistas debater as políticas permanentes para o reajuste anual do salário mínimo, em tramitação nesta Casa Legislativa (PLC 42/2007). Para tanto, gostaríamos que fossem convidados Presidentes das Centrais Sindicais, Ministros de Estados e Empresários, a serem definidos pela própria comissão.
Autoria: Senador PAULO PAIM
Resultado: Aprovado

ITEM Nº. 04 – REQUERIMENTO, Nº 63, DE 2007 – CDH
Em atenção à solicitação recebida do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, que segue em anexo, requeiro que a Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal encaminhe expediente ao Ministro do Planejamento, solicitando que os dias descontados dos servidores do Banco Central que entraram em greve neste ano, por decorrência da campanha salarial iniciada em 2005, sejam pagos com a efetiva compensação por parte dos servidores quanto aos dias de paralisação que foram descontados. Apesar dos entendimentos para a reposição salarial da categoria terem sido iniciados em 2005, as demandas foram atendidas apenas parcialmente, e a categoria iniciou em 2007 novos diálogos que resultaram na deflagração de greve, quando ao final foram descontados sete dias de trabalho. Considero que a reposição do serviço interrompido em regime de compensação,0, com esforço concentrado por parte dos servidores, é preferível por evitar a ocorrência de prejuízos aos serviços do Banco do Central e, por extensão, à sociedade brasileira.
Autoria: Senador FLÁVIO ARNS
Resultado: Aprovado

ITEM Nº. 05 – REQUERIMENTO, Nº 64, DE 2007- CDH
Requeremos, nos termos do art. 93, incisos II, do Regimento Interno do Senado federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater sobre a Luta pela paz e a defesa da soberania das Nações. Para tanto, sugerimos convidar: Sr Francisco Whitaker Ferreira, Secretário Executivo do Fórum Mundial Social; Sr. Orlando Fundora, Presidente do Conselho Mundial da Paz; Sra Socorro Gomes, Presidente do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz – CEBRAPAZ e; Sr. Carlos Alves Moura, Secretário Executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz.
Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA e outros
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 11/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA – Nos termos do Requerimento – CDH nº 57, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 20/09/07, para discutir item do ciclo de debates sobre as QUESTÕES ATINENTES À CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA À LUZ DA LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, tendo como centro as crianças.
COMPARECERAM:
Primeira Mesa:
Saron R. Medeiros – Estudante da 8ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 02, do Paranoá;
Beatriz Ramalho Gomes – Estudante da 7ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 05, do Gama;
Washington Siqueira Brandão Filho – Estudante da 8ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 16, da Ceilândia;
Jean da Silva Ribeiro Martins – Estudante da 4ª série da Escola Classe 425, de Samambaia;

Segunda Mesa:
Deborah Evangelista Nobre – Estudante da 8ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 16, da Ceilândia;
Estefhany Aimeé de França Pinheiro – Estudante da 7ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 05, do Gama;
Diego Duarte – Estudante da 7ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 02, do Paranoá;
Natália Anastácia Fonseca Mota – Estudante da 4ª série da Escola Classe 425, de Samambaia;
Terceira Mesa:
Lyliane Maros Sena – Estudante da 8ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 16, da Ceilândia;
Stefhane Clemente Lemos – Estudante da 7ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 05, do Gama;
Gleydson Bruno Viana Pinheiro – Estudante da 8ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 02, do Paranoá;
Isabelle Matheus Ribeiro Lacerda – Estudante da 4ª série da Escola Classe 425, de Samambaia;
Quarta Mesa:
Liniker dos Santos Fernandes – Estudante da 8ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 16, da Ceilândia;
Caio Lopes – Estudante da 5ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 02, do Paranoá;
Joseany Antônia Moreira da Silva – Estudante da 7ª série do Centro de Ensino Fundamental nº 05, do Gama;
Ronywerisson Veras Dantas – Estudante da 4ª série da Escola Classe 425, de Samambaia.
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 18/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº. 01 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº. 281, DE 2005 – TERMINATIVO
Ementa: "Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal".
Autor: Senadora PATRÍCIA SABOYA.
Relator: Senador PAULO PAIM.
Parecer: Pela aprovação da matéria, com cinco emendas que apresenta e rejeição da emenda nº 01.
Resultado: APROVADO O PROJETO COM AS EMENDAS Nºs 1, 2, 3, 4 E 5-CDH E REJEITANDO A EMENDA APRESENTADA PELO SENADOR CÍCERO LUCENA.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº. 01 – REQUERIMENTO Nº. 65, DE 2007 – CDH
Ementa: "Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, REQUEIRO a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar da problemática inerente à DEMISSÃO ARBITRÁRIA DE DIRIGENTES SINDICAIS, em data a ser definida, devendo serem convidados os representantes da OIT- Organização Internacional do Trabalho, Secretaria de Recursos Humanos da Presidência da República, do TST- Tribunal Superior do Trabalho e TEM- Ministério do Trabalho e Emprego e outros a serem definidos pela própria Comissão".
Autor: Senador PAULO PAIM.
Resultado: APROVADO

ITEM Nº. 02 – REQUERIMENTO Nº. 66, DE 2007 – CDH
Ementa: "Nos termos do art. 256, do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento CDH, nº 30, de 2007 que solicita audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006".
Autor: Senador EDUARDO SUPLICY.
Resultado: APROVADO

ITEM Nº. 03 – REQUERIMENTO Nº. 67, DE 2007 – CDH
Ementa: "Nos termos do art. 256, do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento CDH, nº 44, de 2007 que solicita audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006".
Autor: Senador PAULO PAIM.
Resultado: APROVADO

ITEM Nº. 04 – REQUERIMENTO Nº. 68, DE 2007 – CDH
Ementa: "Nos termos do art. 256, do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento CDH, nº 51, de 2007 que solicita audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006".
Autor: Senador PAULO PAIM.
Resultado: APROVADO

ITEM Nº. 05 – REQUERIMENTO Nº. 69, DE 2007 – CDH
Ementa: "Requer, nos termos do art. 222 combinado com o art. 245, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa encaminhe ao Plenário do Senado Federal voto de solidariedade e congratulações pelo trabalho de alta significação nacional e internacional realizado pelo padre Júlio Lancelotti, conhecido por sua atuação em defesa de moradores de rua e dos direitos humanos".
Autor: Senador EDUARDO SUPLICY.
Resultado: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 24/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA (1ª REUNIÃO DO DIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA – Ementa: No termo do Requerimento – CDH nº 57, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 20/09/07, para discutir item do ciclo de debates sobre as QUESTÕES ATINENTES À CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA À LUZ DA LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, tendo como centro a apresentação de Emendas ao Orçamento.
Autor: Senador PAULO PAIM
Resultado: Realizada
CONVIDADOS QUE COMPARECERAM
Sónia Malheiros Miguel – Secretária de Articulação Institucional (SPM) – representante da Excelentíssima Senhora Nilcéa Freire – Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres (SPM);
Alexandro Reis – Subsecretário de Políticas de Ações Afirmativas da SEPPIR – representante da Excelentíssima Senhora Matilde Ribeiro – Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR);
Marcos Cordeiro Bandeira – Conselheiro Titular do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) – representante do Ministério dos Transportes no Conselho – representante do Senhor Alexandre Carvalho Baroni – Presidente do CONADE;
Liliane Cristina Gonçalves Bernardes – Assessora Técnica da CORDE – representante da Senhora Izabel de Loureiro Maior – Coordenadora da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE);
Jurilza Maria Barros de Mendonça – Secretária Executiva do CNDI – representante do Senhor Paulo Roberto Barbosa Ramos – Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI);
Toni Reis – Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

EXTRA-PAUTA

ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 69-CDH DE 2007
Ementa: "Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, REQUEIRO a realização de Audiência Pública com vistas a debater o reconhecimento das Centrais Sindicais e Imposto Sindical na forma discutido no projeto do Governo federal (PL 1990/2007 na Câmara), a ser realizando no dia 01/11/2007 às 09:00 horas, para a qual serão convidadas, para reunião conjunta, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, devendo ser convidados representantes da categoria, e outros a serem definidos pela própria comissão.".
Autor: Senador PAULO PAIM
Resultado: APROVADO.

REUNIÃO REALIZADA EM 24/10/2007 – ORDINÁRIA
(2ª REUNIÃO DO DIA)

ITEM ÚNICO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 31/2007-CN – Plano Plurianual (PPA para o período 2008/2011)

Relator: Senador PAULO PAIM
Parecer: pela aprovação das emendas nº 01, 02, 03, 05 e10.
Resultado: AS EMENDAS APROVADAS SÃO AS SEGUINTES:

ATENDIMENTO: SENADOR – Nº DA PROPOSTA	U. O.	códigos programa – AÇÃO: descrição programa – ação	CATEGORIA ECONÔMICA VALOR PROPOSTO (ANO: R$ 1,00)	UNIDADE DE MEDIDA META
Integral: Paulo paim, 01	**SPPIR**	**1432 – nova: promoção de políticas afirmativas para a igualdade racial – apoio à divulgação e preservação da cultura indígena**	**GND 3: 2008: 10.000.000 2009: 11.000.000 2010: 12.000.000 2011: 13.000.000**	**INICIATIVA APOIAD 2008: 100 2009: 100 2010: 100** 2011: 100
Integral: Paulo paim, 02	**SEDH**	**1404 – nova: Promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa – capacitação de cuidadores de idosos em instituições públicas de longa permanência**	**GND 3: 2008: 1.000.000 2009: 1.100.000 2010: 1.200.000 2011: 1.300.000**	**PESSOA CAPACITADA 2008: 500 2009: 500 2010: 500** 2011: 500
Integral: cristóvam buarque, 03	**SEDH**	**0073-8788: enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes – apoio a comitês de enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes**	**GND 3: 2008: 80.000.000 2009: 1.227.355 2010: 1.291.070 2011: 1.347.788**	**COMITÊ APOIADO 2008: 100 2009: 20 2010: 21** 2011: 22
Integral: fatima cleide, 05	**SEPM**	**1453 – nova: programa nacional**	**GND 3: 2008: 50.000**	**UNIDADE DE ATENDIMENT**

		de segurança pública com cidadania – pronasci – apoio à criação de centros de perícia médico – legal especializados no atendimento à mulher vítima de violência doméstica	**2009: 50.000 2010: 50.000 2011: 50.000 GND 4: 2008: 1.500.000 2009: 2.000.000 2010: 2.500.000 2011: 3.000.000**	**O IMPLANTADA 2008: 5 2009: 7 2010: 9** 2011: 11
Integral: fatima cleide, 10	**SEDH**	**0155 – nova: gestão da política de direitos humanos – realização da conferência nacional glb**	**GND 3: 2008: 700.000 2009: 100.000 2010: 800.000 2011: 100.000**	**AÇÃO REALIZADA 2008: 1 2009: 1 2010: 1** 2011: 10

VII – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

REUNIÃO REALIZADA EM 04/10/2007 – ORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA EXPLANAR AOS MEMBROS DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL SOBRE A QUESTÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 39, DE 2007 – CRE, DE AUTORIA DO SENADOR HERÁCLITO FORTES, APROVADO DIA 05/07/2007.
CONVIDADO:
GENERAL-DE-EXÉRCITO ENZO MARTINS PERI, COMANDANTE DO EXÉRCITO.
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 10/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM (SF) Nº 150, DE 2007
SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL, A INDICAÇÃO DO SENHOR AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA HELÊNICA.
AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
RELATORIA: SENADOR MARIA DO CARMO ALVES

RELATOR: SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR "AD HOC"
PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.
RESULTADO: APRECIADA

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM (SF) Nº 151, DE 2007
SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE DELEGADO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ORGANIZAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL (OACI), SEDIADA EM MONTREAL, CANADÁ.
AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
RELATORIA: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
RELATOR: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE "AD HOC"
PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.
RESULTADO: APRECIADA

ITEM 03 – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM (SF) Nº 156, DE 2007
SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL A ESCOLHA, QUE DESEJA FAZER, DO SENHOR ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA.
AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
RELATORIA: SENADOR FRANCISCO DORNELLES
PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.
RESULTADO: APRECIADA

REUNIÃO REALIZADA EM 18/10/2007 – ORDINÁRIA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 2007
APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CUBA EM MATÉRIA DE TURISMO, CELEBRADO EM 26 DE SETEMBRO DE 2003, EM HAVANA.
AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CD)
RELATORIA: SENADORA ROSALBA CIARLINI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 215, DE 2007
APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO LÍBANO SOBRE O COMBATE À PRODUÇÃO, AO CONSUMO E O TRAFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS E SOBRE O COMBATE ÀS ATIVIDADES DE LAVAGEM DE DINHEIRO E OUTRAS TRANSAÇÕES FINANCEIRAS FRAUDULENTAS AFINS, CELEBRADO EM BEIRUTE, EM 4 DE DEZEMBRO DE 2003.
AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CD)
RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 03 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 217, DE 2007
APROVA O TEXTO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA NORUEGA SOBRE DIRETRIZES TÉCNICAS, HIGIÊNICAS E SANITÁRIAS PARA O COMÉRCIO BILATERAL DE PRODUTOS DA PESCA, DA AQÜICULTURA E SEUS DERIVADOS, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 7 DE OUTUBRO DE 2003.
AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CD)
RELATORIA: SENADOR CÉSAR BORGES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 04 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 218 DE 2007
APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO ESTADO DO KUAITE, ASSINADO NA CIDADE DO KUAITE EM 23 DE FEVEREIRO DE 2005.
AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CD)
RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 05 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2007
ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 7.064, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1982, ESTENDENDO AS REGRAS DESSE DIPLOMA LEGAL A TODAS AS EMPRESAS QUE VENHAM A CONTRATAR OU TRANSFERIR TRABALHADORES PARA PRESTAR SERVIÇO NO EXTERIOR.
AUTORIA: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
RELATOR: SENADOR JARBAS VASCONCELOS
PARECER: FAVORÁVEL.
OBS: A MATÉRIA AINDA SERÁ APRECIADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAS.
RESULTADO: APROVADO

PAUTA – EXTRA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM (SF) Nº 164, DE 2007
SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL A ESCOLHA DO NOME DO SENHOR PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DEMOCRÁTICA SOCIAL DO SRI LANKA.
AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
RELATOR: SENADOR MARCO MACIEL
PARECER: DEPENDEDO DE PARECER
RESULTADO: APRECIADA

EXTRA – PAUTA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 74, DE 2007 – CRE
REQUEIRO A PRORROGAÇÃO POR 10 (DEZ) DIAS DA DESIGNAÇÃO DESSA COMISSÃO, ENCAMINHADA PELO OF. Nº 340/2007-CRE, PARA QUE EU POSSA REPRESENTAR A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL NA DENOMINADA OPERAÇÃO U-PATAKON III, DA POLÍCIA FEDERAL, BEM COMO OS DESDOBRAMENTOS DESSE PROCESSO NA RESERVA INDÍGENA RAPOSA – SERRA DO SOL, EM RORAIMA.
AUTORIA: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO
ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 75, DE 2007 – CRE
EM ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 73, DE 2007 – CRE, REQUEIRO, NOS TERMOS DO ART. 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA CONVIDADO O PROFESSOR MUHAMMAD YUNUS, CRIADOR DO GRAMEEN BANK EM BANGLADESH E PRÊMIO NOBEL DA PAZ DE 2006, QUE ESTARÁ NO

BRASIL EM 30 DE NOVEMBRO PRÓXIMO PARA PARTICIPAR DA CONFERÊNCIA DA ECO POWER EM FLORIANÓPOLIS – SC, PARA QUE TAMBÉM COMPAREÇA AO SENADO FEDERAL, EM REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL E DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, SE POSSÍVEL NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL, PARA EXPOR SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE MICROCRÉDITO E SEUS ASPECTOS POSITIVOS, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2007.
AUTORIA: SENADOR EDUARDO SUPLICY
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 24/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

Item 01 – Discussão e votação das Emendas ao Plano Plurianual – PPA, período de 2008/2011.
Relator: Senador Romeu Tuma
PARECER: PELA APROVAÇÃO DE CINCO EMENDAS.
RESULTADO: APROVADAS CONFORME QUADRO ABAIXO.

PROPOSTA	AUTOR	ÓRGÃO	AÇÃO	VALOR (EM R$ 1,00)
01	HERÁCLITO FORTE	52000 – MINISTÉRIO DA DEFESA	2048 – MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE AERONÁUTICA	2.498.486.957
02	FRANCISCO DORNELLES/HERÁCLITO FORTES	52000 – MINISTÉRIO DA DEFESA	3138 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO	1.591.800.000
03	FRANCISCO DORNELLES/HERÁCLITO FORTES	52000 – MINISTÉRIO DA DEFESA	2891 – LOGÍSTICA DE MATERIAL DE AVIAÇÃO	384.000.000
04	FRANCISCO DORNELLES/HERÁCLITO FORTES	52000 – MINISTÉRIO DA DEFESA	11U2 – IMPLANTAÇÃO DA BRIGADA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	78.834.138
05	FRANCISCO DORNELLES/HERÁCLITO FORTES/SERYS SLHESSARENKO	52000 – MINISTÉRIO DA DEFESA	7E11 – CONSTRUÇÃO DE SUBMARINO – CONSUB	1.212.736.880

REUNIÃO REALIZADA EM 25/10/2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NUCLEAR DA MARINHA, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 45, DE 2007–CRE E REQUERIMENTO Nº 16, DE 2007–CCT, AMBOS DE AUTORIA DOS SENADORES AUGUSTO BOTELHO E MARCELO CRIVELLA.
CONVIDADO: ALMIRANTE-DE-ESQUADRA JÚLIO SOARES DE MOURA NETO, COMANDANTE DA MARINHA
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 25/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM (SF) Nº 163, DE 2007.
SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL A ESCOLHA DO SENHOR PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO CANADÁ.
AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
RELATORIA: SENADOR PEDRO SIMON
PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.
RESULTADO: APRECIADA

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM (SF) Nº 171, DE 2007.
SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL O NOME DO SENHOR JOSÉ MAURÍCIO DE FIGUEIREDO BUSTANI, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA FRANCESA.
AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
RELATORIA: SENADOR EDUARDO SUPLICY
PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.
RESULTADO: APRECIADA

VIII – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

REUNIÃO REALIZADA EM 04/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

Item 1 – Requerimento nº 55, de 2007-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo, requerendo seja realizada audiência pública com a finalidade de debater sobre a construção da Ferrovia Norte-Sul, com a presença dos seguintes convidados: Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes e José Francisco das Neves, Diretor-Presidente da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
Resultado: Aprovado

Item 2 – Requerimento nº 56, de 2007-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo, requerendo seja realizada audiência pública com a finalidade de tratar de assuntos relativos aos indícios de irregularidades apontados no Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – Exercício 2006, do Tribunal de Contas da União – TCU, principalmente àquelas concernentes ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, com a presença dos seguintes convidados: Ministro Walton Rodrigues, Presidente do TCU e Ministro Ubiratan Aguiar, Relator do TCU.
Resultado: Aprovado

Item 3 – Requerimento nº 57, de 2007-CI, de autoria dos Senadores João Tenório e Flexa Ribeiro, requerendo seja realizada audiência pública com a finalidade de debater e analisar as dificuldades para implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas do Governo Federal, com a presença dos seguintes convidados: Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB; Isaac Pinto Averbuch, Diretor da Unidade de Parceria Público-Pivada do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Maurício Portugal Ribeiro, Chefe da Área de PPP e Setor Público do Citibank.
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 18/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA
ITEM ÚNICO – Audiência Pública com a presença dos Senhores Alfredo Pereira do Nascimento – Ministro de Estado dos Transportes e José Francisco das Neves – Diretor da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., com a finalidade de debaterem no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura acerca da Construção da Ferrovia Norte e Sul, em atendimento ao Requerimento nº 055/2007-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo.
RESULTADO: REALIZADA

EXTRA – PAUTA

ITEM 1 – Requerimento, nº 058, de 2007-CI, requer nos termos regimentais, a realização de audiência pública nesta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com o objetivo de analisar e avaliar os futuros leilões que serão realizados para seleção das empresas e/ou consórcios que irão construir e explorar as usinas hidrelétricas de Santo Antônio – esta com leilão previsto para 22 de novembro próximo – e de Jirau, ambas no Rio Madeira, Estado de Rondônia. Para o pleno esclarecimento do assunto, solicita que seja convidado para debater Sua Excelência Ministro das Minas e Energia, Sr. Nelson Hubner, sem prejuízo de qualquer outra autoridade que possa colaborar com a discussão.
Autor: Senador Pedro Simon
Resultado: Aprovado

ITEM 2 – Requerimento, nº 059, de 2007-CI, requer nos termos regimentais, a realização de audiência pública nesta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em data a ser acordada entre a Presidência desta Comissão e os convidados, para discussão dos processos de concessão de rodovias no Brasil. Para esta audiência deverão ser convidados:
Sr. Alfredo Nascimento – Ministro dos Transportes
Sr. Mauro Arce – Secretário dos Transportes do Estado de São Paulo
Sr. Ubiratan Aguiar – Ministro do Tribunal de Contas da União.
Autor: Senadora Ideli Salvatti
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 23/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – Audiência Pública com a presença de Representantes das seguintes instituições: Secretaria de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes; Ministério do Turismo; Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Associação Brasileira das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal, Interestadual e Internacional de Passageiros (ABRATI) e Confederação Nacional do Transporte (CNT), com a finalidade de debaterem acerca do PLC nº 51, de 2007, para instrução da matéria, em atendimento ao Requerimento nº 052/2007-CI, de autoria do Senador Expedito Júnior.
Resultado: Audiência Pública realizada com a presença dos senhores José Eduardo Vaz Albanese e Reynaldo Araújo da Silva Soares, representantes da Secretaria de Política Nacional de Transportes, do Ministério dos Transportes; Francisco de Paula Magalhães Gomes e José Glauco Apoliano Andrade Dias, representantes da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT; Sérgio Augusto de Almeida Braga, Presidente da ABRATI e representante da Confederação Nacional do Transporte – CNT e Ricardo Martini Moesch, Coordenador-Geral de Serviços Turísticos, representante do Ministério do Turismo.

REUNIÃO REALIZADA EM 24/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 – Discussão e votação das da Comissão ao PL nº 31, de 2007-CN, que "Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização" – PPA.
Relator: Senador Sérgio Guerra
Resultado: Aprovadas as seguintes Emendas ao PPA:
Emenda nº 01-CI: Construção de Ponte sobre o Rio Paraná e seus acessos – ligação Castilho/SP – Três Lagoas/MS – BR 262, no valor R$ 65.000.000;
Emenda nº 02-CI: Construção da Ferrovia Cascavel/PR – Dourados/MS – Maracajú/MS, no valor de R$ 1.300.000.000;
Emenda nº 03-CI: Implantação de Sistema de Escoamento de Combustíveis – Poliduto – Paraná/PR (REPAR) – Ligação Estado do Mato Grosso do Sul (Via Campo Grande – Bataguassu) até o Estado de Mato Grosso, no valor de R$ 400.000.000;
Emenda nº 04-CI: Construção de Trecho Rodoviário – Divisa GO/MT – Entroncamento BR 153 – Cocalzinho/GO – na BR-070 – Estado de Goiás, no valor de R$ 58.500.000, e
Emenda nº 05-CI: Recuperação da malha interestadual da CFN, trecho Juazeirinho-PB a SUAPE-PE, no valor de R$ 200.000.000.
A Comissão aprova, também, no mérito, às seguintes emendas de cancelamento, todas de autoria do Senador Tasso Jereissati: Emendas de Supressão das Ações 4684, 4869, 8055 e 8019, no programa 0282 "Atuação Internacional na Área de Petróleo".

ITEM 2 – Mensagem do Senado Federal nº 162, de 2007
"Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Marcelo Pacheco dos Guaranys, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, em complementação ao mandato do Senhor Leur Antonio Britto Lomanto".
Autor: Presidência da República
Relator: Senador Sérgio Guerra
Relatório:A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação
Resultado: Aprovado com 18 (dezoito) votos "sim", 02 (dois) votos "não" e 01 (uma) "abstenção". Total de votos = 21 (vinte e um).

ITEM 3 – Mensagem do Senado Federal nº 172, de 2007
"Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Alexandre Gomes de Barros, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, em complementação ao mandato da Senhora Denise Maria Ayres de Abreu".
Autor: Presidência da República
Relator: Senador Adelmir Santana
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação

Resultado: Aprovado com 18 (dezoito) votos "sim", 02 (dois) votos "não" e 01 (uma) "abstenção". Total de votos = 21 (vinte e um).

IX – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

REUNIÃO REALIZADA EM 04/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM UM – Audiência Pública, com a presença do Presidente do Banco do Brasil S.A, Dr. Antônio Francisco de Lima Neto, com o objetivo de fazer uma avaliação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2007 – CDR, de autoria do Senador Jonas Pinheiro.
RESULTADO: APROVADO

ITEM DOIS – Requerimento nº 20, de 2007 – CDR
Requer, nos termos regimentais a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, a fim de discutir os Fundos Constitucionais da Região Norte – FNO e Nordeste – FNE, convidando os Presidentes do Banco do Nordeste, Dr. Roberto Smith e do Banco da Amazônia, Dr. Abidias José de Sousa Júnior.
Adendo: O Senador Antônio Carlos Valadares inclui a este Requerimento item que enfatize a questão do endividamento do setor rural nos referidos bancos.
Autoria: Senadores Sibá Machado e João Pedro.
RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 11/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.
Autoria: Senador VALDIR RAUPP
Relator: Senador JOÃO PEDRO
Relator "AD HOC": Senador VALTER PEREIRA
Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 01 – CDR e nº 02 – CDR

ITEM Nº 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Picos, Estado do Piauí.
Autoria: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO
Relator: Senador INÁCIO ARRUDA
Relator "AD HOC": Senador JOSÉ NERY
Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 01 – CDR e nº 02 – CDR

ITEM Nº 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 395, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Simão, Estado de Goiás.
Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA
Relator: Senador VALTER PEREIRA
Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 01 – CDR e nº 02 – CDR

ITEM Nº 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 488, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Redenção, Estado do Pará.
Autoria: Senador MÁRIO COUTO
Relator: Senador GIM ARGELLO
Parecer: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto

ITEM Nº 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na cidade de Brasília, Distrito Federal.
Autoria: Senador GIM ARGELLO
Relator: Senador JOSÉ MARANHÃO
Relator "AD HOC": Senador JOSÉ NERY
Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 01 – CDR e nº 02 – CDR

REUNIÃO REALIZADA EM 18/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Alta Floresta, no Estado do Mato Grosso.
Autoria: Senador JAYME CAMPOS
Relator: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO
Parecer: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Relator: Senador CÍCERO LUCENA
Parecer: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Tucuruí, Estado do Pará.
Autoria: Senador MÁRIO COUTO
Relator: Senador JOÃO PEDRO
Relator "Ad Hoc": Senador JAYME CAMPOS
Parecer: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 490, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exploração (ZPE) no Município de Breves, Estado do Pará.
Autoria: Senador MÁRIO COUTO
Relator: Senador VALTER PEREIRA
Relator "Ad Hoc": Senador GIM ARGELLO
Parecer: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Senadora MARISA SERRANO
Relatora: Senadora FÁTIMA CLEIDE
Relator "Ad Hoc": Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES
Parecer: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para reduzir os encargos financeiros dos financiamentos concedidos.
Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR

Relator: Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Parecer: Favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta.
Obs: Em reunião realizada no dia 11/10/07, foi concedida vista do Projeto ao Senador Valter Pereira.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com a emenda nº 01 – CDR.

ITEM Nº 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.
Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Relatora: Senadora MARISA SERRANO
Relator " Ad Hoc": Senador CÍCERO LUCENA
Parecer: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 361, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul
Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI
Relatora: Senadora ROSALBA CIARLINI
Relator "Ad Hoc": Senador CÍCERO LUCENA
Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as emendas nº 01 – CDR e nº 02 – CDR.

ITEM Nº 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 529, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Gurupi, no Estado do Tocantins
Autoria: Senadora KÁTIA ABREU
Relatora: Senadora MARISA SERRANO
Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as emendas nº 01 – CDR e nº 02 – CDR.

REUNIÃO REALIZADA EM 25/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

1ª PARTE

ITEM Nº 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Institui o Balanço Social Empresarial, autoriza a criação do Selo Empresa Responsável, altera o § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e o

inciso IV do art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.
Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA
Relator: Senadora PATRÍCIA SABOYA
Relator "AD HOC": Senador JAYME CAMPOS
Parecer: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 01 – CDR (Substitutivo).

ITEM Nº 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 560, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul.
Autoria: Senador VALTER PEREIRA
Relator: Senador JONAS PINHEIRO
Parecer: Favorável ao Projeto, com a emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com a emenda nº 01 – CDR.

ITEM Nº 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 536, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.
Autoria: Senador ÁLVARO DIAS
Relator: Senador JONAS PINHEIRO
Parecer: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Cabedelo, no Estado da Paraíba.
Autoria: Senador JOSÉ MARANHÃO
Relator: Senador JOÃO PEDRO
Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com as emendas nº 01 – CDR e nº 02 – CDR.

ITEM Nº 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 515, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Castanhal, Estado do Pará.
Autoria: Senador MÁRIO COUTO
Relatora: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO
Relator "AD HOC": Senador JOÃO PEDRO
Parecer: Favorável ao Projeto.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 6 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.
Autoria: Deputado ALEX CANZIANI
Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES
Parecer: Favorável ao Projeto, com as emendas que apresenta e as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11 e 12 da CCJ, pela aprovação da Emenda nº 9 da CCJ, na forma da subemenda que apresenta, e pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10 da CCJ.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11 e 12 da CCJ, aprovada a Emenda nº 9 da CCJ, na forma da subemenda nº 01 – CDR, aprovadas as Emendas de nºs 13,14,15,16,17,18 – CDR e a prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10 da CCJ.

2ª PARTE

Discussão e Votação das emendas da Comissão ao PL nº 31, de 2007-CN, que Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011, que serão apresentadas perante a Comissão Mista, de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Relator: Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Resultado: A Comissão aprova as Emendas de nº 01 – CDR: Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial; Programa: 0757 – Gestão da Política de Integração Nacional, 4664 – Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial; Órgão: Ministério da Integração Nacional. Observação: Ação Existente no PPA. Emenda nº 02 – CDR: Prodetur; Programa: 1166 – Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão, 10XO – Participação da União na Implantação do Prodetur Nacional; Órgão: Ministério do Turismo. Observação: Ação Existente no PPA. Emenda nº 03 – CDR: Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística; Programa: 1166 – Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão, 10V0 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística; Órgão: Ministério do Turismo. Observação: Ação Existente no PPA. Emenda nº 04 – CDR: Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO; Programa: 1025 – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO, 6424 – Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais. Órgão: Ministério da Integração Nacional. Observação: Ação Existente no PPA. Emenda nº 05 – CDR: Promoção de Eventos Do Turismo; Programa: 1166 – Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão, 4620 – Promoção de Eventos para a Divulgação do Turismo Interno. Órgão: Ministério do Turismo. Observação: Ação Existente no PPA.

Requerimento Aprovado:
Requerimento nº 21, de 2007 – CDR

Requer, nos termos do inciso II do artigo 336 do Regimento Interno do Senado, que seja submetido à deliberação do Plenário o pedido de inclusão, em Ordem do Dia, em regime de urgência, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003, que "Dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo".
Autoria: Senadores Antônio Carlos Valadares.

X – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 03/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA com a finalidade de tratar do tema: Logística e Infra-Estrutura de Transportes para o Escoamento da Safra Agropecuária no Brasil, em cumprimento ao Requerimento nº 16, de 2007 – CRA, aprovado em 8.8.2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com adendo do Senador Osmar Dias, com a presença dos seguintes convidados:
Sr. Luiz Antônio Fayet – Consultor de Infra-Estrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
Sr. João Aparício dos Reis Costa – Coordenador – Geral de Logística do Departamento de Desempenho Operacional da Secretaria Especial dos Portos – SEP;
Sr. Walneon Antônio de Oliveira – Gerente de Outorga e Afretamento da Navegação Interior da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ;
Sr. José Renato Ribas Fialho – Gerente Substituto de Desenvolvimento e Regulação da Navegação Interior da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ ;
Sr. Michel Dib Tachy – Diretor de Infra-Estrutura Aquaviária do DNIT;
Sr. Sérgio Mendes – Diretor-Geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais – ANEC.
Autora: Senadora Kátia Abreu, com adendo do Senador Osmar Dias.
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 10/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA com a presença do Ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP, Dr. Altemir Gregolim, com a finalidade de tratar sobre as políticas da Secretaria, bem como orçamento e planejamento 2008/2011, em cumprimento ao Requerimento nº 19, de 2007 – CRA, aprovado em 19.9.2007, de autoria do Senador Neuto de Conto, com adendo da Senadora Kátia Abreu e do Senador Flexa Ribeiro, com a participação dos seguintes convidados:
Sra. Miyuki Hyashida – Presidente da Comissão Nacional de Piscicultura da CNA;
Sr. Fernando Ferreira – Presidente do Conselho Nacional de Pesca (CONEPE);
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 24/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA (1ª REUNIÃO DO DIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA com o objetivo de discutir sobre o Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, em cumprimento ao Requerimento nº 22, de 2007 – CRA, aprovado em 19.09.2007, de autoria do Senador Neuto de Conto, com a presença dos seguintes convidados:
Sr. José Silva Soares – Presidente da Associação Brasileira de Extensão Rural – ASBRAER;
Sr. Argileu Martins da Silva – Diretor do Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER/SAF/MDA;
Sr. Luis Cláudio Macedo – Vice-Presidente da ASBRAER e Diretor-Rural da EMATER-RN.
Autor: Senador Neuto de Conto.
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 24/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA (2ª REUNIÃO DO DIA)

EMENDAS DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA AO PL Nº 31/2007-CN, PLANO PLURIANUAL (PPA) 2008-2011

Nº	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA /AÇÃO/AUTOR	VALOR (R$1,00)
01	MAPA	6003- Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Aquisição de Patrulha Agrícola e Equipamentos Mecânicos sEN. pAULO pAIM	800.000.000,00
02	MAPA	0357- Segurança da Sanidade na Agropecuária - Erradicação da Febre Aftosa SEN. FLEXA RIBEIRO	628.386.000,00
03	mda	1116- Crédito Fundiário Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários – Combate à Pobreza Rural SEM. ROMERO JUCÁ	854.271.549,00
04	mapa	6003- Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário SEM. ROMERO JUCÁ	600.000.000,00
05	MDA	0351- Agricultura Familiar PRONAF - Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA SEN. FLEXA RIBEIRO, SEN. SIBÁ MACHADO	2.000.000.000,00

REUNIÃO REALIZADA EM 30/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2007 (Não Terminativo)
Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para afastar a incidência do ITR sobre as áreas rurais preservadas além do exigido para reserva legal
AUTORA: Senadora Serys Slhessarenko
RELATOR: Senador Osmar Dias
RELATÓRIO: Pela Aprovação.
RESULTADO: Aprovado. Encaminhado à CAE, em decisão terminativa.

ITEM 2- AVISO nº 27, DE 2006 (Não Terminativo)
Encaminha recomendação proferida por aquela Corte de Contas, quando da elaboração do Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – exercício de 2005, de seguinte teor "à Presidência do Congresso Nacional que atente para a previsão, na Lei Orçamentária Anual, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste, em cumprimento ao inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".
AUTOR: Presidente do Tribunal de Contas da União
RELATOR: Senador Jonas Pinheiro
RELATÓRIO: Seja oficiado ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ao Relator-Geral, bem como ao Relator do Setor de Agricultura do Orçamento de 2008; e solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministério da Integração Nacional informações e explicações sobre o não cumprimento do art. 42, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
RESULTADO: Aprovado. Será encaminhado à SGM.

ITEM 3 – OFÍCIO Nº 560, DE 2007/CMO
AUTORA: COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Encaminha, cópia do ofício nº 738/2007/SE/MAPA, de 27/09/2007, de autoria do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Sr. Silas Brasileiro, solicitando, nos termos do inciso II do art. 62 da LDO 2007, autorização para que seja alterada, na forma proposta no referido ofício, a modalidade de aplicação de parte da dotação aprovada na emenda nº 60120004, apresentada por essa Comissão ao Projeto de Lei nº 15/2007-CN (PLOA para 2007).
AUTOR: Senador José Maranhão – Presidente da CMO
RESULTADO: A Comissão deliberou pela nulidade da solicitação.

ITEM 4 – REQUERIMENTO Nº 24 , de 2007-CRA
Requerem sejam convidados o Ministro de Estado da Justiça, Sr. Tarso Genro; o Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário, Sr. Guilherme Cassel; o

Advogado-Geral da União, Sr. José Antônio Dias Toffoli e o Presidente do INCRA, Sr. Rolf Hackbart, a comparecerem em audiência a ser realizada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para prestarem esclarecimentos sobre os investimentos de grupos estrangeiros na compra de terras brasileiras.
AUTORES: Senadores Renato Casagrande e Antônio Carlos Valadares.
RESULTADO: Aprovado.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS – CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 03/10/2007

ITEM 1 – REQUERIMENTO nº 17, de 2007 – CRA-BIO
REQUER NOS TERMOS DO ART. 93, II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA REALIZADA, NO ÂMBITO DESTA SUBCOMISSÃO, AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR AS PERSPECTIVAS DE CO-GERAÇÃO DE ENERGIA NAS USINAS DE AÇÚCAR E ETANOL.
AUTOR: Senador João Tenório
RESULTADO: Aprovado.

ITEM 2 – REQUERIMENTO nº 18, de 2007 – CRA-BIO
REQUER NOS TERMOS DO ART. 93, II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA REALIZADA, NO ÂMBITO DESTA SUBCOMISSÃO, AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DISCUTIR ASPECTOS RELACIONADOS AO MERCADO DE ETANOL: A VELOCIDADE DO AUMENTO DA OFERTA, O COMPORTAMENTO DA DEMANDA E AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DO SETOR, COM A PRESENÇA DOS SEGUINTES CONVIDADOS:
SR. PLÍNIO MÁRIO NASTARI – PRESIDENTE DA DATAGRO;
SR. MARCOS SAWAYA JANK – PRESIDENTE DA UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-ÁÇÚCAR – UNICA;
SR. HENRY JOSEPH – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES – ANFAVEA.
AUTOR: Senador João Tenório
RESULTADO: Aprovado, com adendo do Senador Neuto de Conto e Senador João Pedro, no sentido de convidar o Presidente da CONTAG, representante da EMBRAPA e o Coordenador do Núcleo de Apoio a Projetos de Energias Renováveis da UFPE.

REUNIÃO REALIZADA EM 18/10/2007

ITEM ÚNICO – Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 18, de 2007 – CRA-BIO, de autoria do Senador João Tenório, com adendo do

Senador Neuto de Conto, aprovado em reunião de 3/10/2007, com a finalidade de discutir aspectos relacionados ao mercado de etanol: A velocidade do aumento da oferta, o comportamento da demanda e as perspectivas para o futuro do setor, com as presenças dos seguintes convidados:
Sr. Antônio de Pádua Rodrigues – Diretor-Técnico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA;
Sr. Henry Joseph – Presidente da Comissão de Energia e Meio Ambiente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA;
Sr. José Eurípedes da Silva – Chefe-Adjunto de Comunicação e Negócios da Embrapa.
RESULTADO: REALIZADA

XI – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

REUNIÃO REALIZADA EM 03/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA – ASSUNTO: "DEBATER POLÍTICAS E PROGRAMAS RELACIONADOS À ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, POR OCASIÃO DA "SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 2007"
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES FLÁVIO ARNS E AUGUSTO BOTELHO
CONVIDADOS
JOE CARLO VIANA VALLE
Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS do Ministério da Ciência e Tecnologia
NELSON SIMÕES DA SILVA
Diretor Geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP
LUIZ FERNANDO SCHETTINO
Subsecretário da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP do Ministério da Ciência e Tecnologia
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 10/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA-

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA
ASSUNTO: DEBATER AS PROPOSTAS DE REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE TELEMARKETING, EXPRESSAS NO PLS 243 DE 2004, QUE "DISPÕE SOBRE AS PRÁTICAS DE TELEMARKETING, COÍBE ABUSOS E FRAUDES NESSES SERVIÇOS E IMPLEMENTA O REGISTRO NACIONAL DE CHAMADAS" E PLS 123 DE 2007, QUE "DISPÕE SOBRE A OFERTA DE BENS OU SERVIÇOS E A SOLICITAÇÃO DE DONATIVOS DE QUALQUER ESPÉCIE POR MEIO DE CHAMADAS TELEFÔNICAS", QUE TRAMITAM EM CONJUNTO.
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR RENATO CASAGRANDE

AUTORIA DO PLS 243/04: SENADORA ROSEANA SARNEY
AUTORIA DO PLS 123/07: SENADOR EXPEDITO JÚNIOR
RELATORIA: SENADOR RENATO CASAGRANDE
CONVIDADOS
JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL
TOPÁZIO SILVEIRA NETO
Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Telesserviços – ABT
MARIA BEATRIZ CORRÊA SALLES
Coordenadora de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça
MARCOS DIEGUES
Gerente Jurídico do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC
RESULTADO: REALIZADA

EXTRA-PAUTA

ITEM ÚNICO – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 080, DE 2007
"DISPÕE SOBRE O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FNDCT; ALTERA O DECRETO-LEI Nº 719, DE 31 DE JULHO DE 1969, E A LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
RELATORIA: SENADOR RENATO CASAGRANDE
PARECER: FAVORÁVEL E PELA REJEIÇAO DAS EMENDAS NºS 01 A 05 APRESENTADAS
OBS.1: NO PRAZO REGIMENTAL, FORAM OFERECIDAS PERANTE A CCJ, 05 (CINCO) EMENDAS AO PROJETO PELOS SENADORES CRISTOVAM BUARQUE (Nº 01, 02, 03 E 05-PLEN) E INÁCIO ARRUDA (Nº 04-PLEN)
OBS.2: A MATÉRIA TRAMITA SIMULTANEAMENTE NESTA COMISSÃO, NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E NA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EM REGIME DE URGÊNCIA, NOS TERMOS DO ART. 64, § 1º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 375, E ART. 122, INCISO II, "B", DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL (RISF)
RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 24/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA
ASSUNTO: DEBATER ALTERNATIVAS DE FLEXIBILIZAÇÃO DO PROGRAMA A VOZ DO BRASIL
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
CONVIDADOS
FRANKLIN DE SOUZA MARTINS
Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA
Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações
PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO
Membro do Conselho Superior da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABERT
FLÁVIO LARA RESENDE
Diretor Executivo da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA

EXTRA-PAUTA

ITEM ÚNICO – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº. 28, DE 2007 – CCT
"NOS TERMOS REGIMENTAIS, REQUEIRO QUE SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA, NESTA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT, PARA A APRESENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO 2007 – 2010 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, PARA A QUAL CONVIDO O EXMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DR. SERGIO MACHADO REZENDE."
AUTORIA: SENADORES IDELI SALVATTI, RENATO CASAGRANDE E ROMEU TUMA
RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 25/10/2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DFESA NACIONAL

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA NUCLEAR DA MARINHA, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 45, DE 2007–CRE E REQUERIMENTO Nº 16, DE 2007–CCT, AMBOS DE AUTORIA DOS SENADORES AUGUSTO BOTELHO E MARCELO CRIVELLA.
CONVIDADO: ALMIRANTE-DE-ESQUADRA JÚLIO SOARES DE MOURA NETO, COMANDANTE DA MARINHA
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 31/10/2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº. 269, DE 2006
"ALTERA A LEI Nº 8.666, DE 21 JUNHO DE 1993, QUE INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA GARANTIR A PRESERVAÇÃO DE SEGREDOS CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS, INDUSTRIAIS OU ESTRATÉGICOS."
AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA
RELATORIA: SENADOR AUGUSTO BOTELHO
PARECER: FAVORÁVEL, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO
OBS.: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ
RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, DE 2007
"ALTERA A LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996, COM VISTAS A ESTABELECER NOVAS CONDIÇÕES PARA O PROCEDIMENTO DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, INFORMÁTICA E TELEMÁTICA, ALÉM DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
AUTORIA: SENADOR JARBAS VASCONCELOS
RELATORIA: SENADOR EXPEDITO JÚNIOR
PARECER: FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS OFERECIDAS
OBS.: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ
RESULTADO: APROVADO

ITEM 03 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 247, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTO ÂNGELO – RADIOCOM FM PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANTO ÂNGELO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 04 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 253, DE 2007
"APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO PUBLICIDADE MAGGI-PLAN LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE FARROUPILHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 05 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 280, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE SÃO MARCOS – ASCAMARCOS PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO MARCOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 06 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 288, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA "ESPERANÇA" DE ESPERANÇA DO SUL PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ESPERANÇA DO SUL, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 07 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 276, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À RÁDIO COMUNITÁRIA SOCIEDADE FM DE MEDICILÂNDIA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MEDICILÂNDIA, ESTADO DO PARÁ."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 08 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 311, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTA ETELVINA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MANAUS, ESTADO DO AMAZONAS."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 09 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 281, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À LMG COMUNICAÇÕES LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE JEQUIÉ, ESTADO DA BAHIA."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 10 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 313, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE FORTALEZA, ESTADO DO CEARÁ."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 11 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 250, DE 2007
"APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO IGAPÓ FM LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 12 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 251, DE 2007
"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO MARUMBY LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 13 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 254, DE 2007
"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO VALE DO IGUAÇU DO VERÊ LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE VERÊ, ESTADO DO PARANÁ."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 14 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 257, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, ECOLÓGICA, CULTURAL E ESPORTIVA DE CAMPO BONITO – PARANÁ PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CAMPO BONITO, ESTADO DO PARANÁ."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 15 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 262, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA ITAIPULÂNDIA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ITAIPULÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 16 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 239, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ITUIUTABANA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL E SOCIAL PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ITUIUTABA, ESTADO DE MINAS GERAIS."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 17 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 268, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DA GRANDE GUARAPARI PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR RENATO CASAGRANDE
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 18 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 256, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA FM PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MIRANTE DO PARANAPANEMA, ESTADO DE SÃO PAULO."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 19 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 271, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO ECOLÓGICA NATUREZA E VIDA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE JUQUITIBÁ, ESTADO DE SÃO PAULO."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 20 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 279, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA HOREB DE FERNANDO PRESTES PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE FERNANDO PRESTES, ESTADO DE SÃO PAULO."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 21 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 164, DE 2007
"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO CLUBE DE BLUMENAU LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE BLUMENAU, ESTADO DE SANTA CATARINA."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADORA IDELI SALVATTI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 22 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 319, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À SOCIEDADE RADIOFÔNICA CENTURY LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE TERENOS, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 23 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 305, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASTO – ASSOCIAÇÃO TOTÓ PORTO DE APOIO À CRIANÇA CARENTE PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GOIATINS, ESTADO DO TOCANTINS."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 24 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 275, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ONG – ARTE CULTURA E MEIO AMBIENTE PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANTANA DO IPANEMA, ESTADO DE ALAGOAS."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 25 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 299, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO E TELEVISÃO INTEGRAÇÃO FM – ACRI PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE VOLTA REDONDA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR MARCELLO CRIVELLA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 26 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 204, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO AO CONSELHO COMUNITÁRIO DOS MORADORES E AMIGOS DE BOTUMIRIM PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BOTUMIRIM, ESTADO DE MINAS GERAIS."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 27 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 310, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE CUPIRA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CUPIRA, ESTADO DE PERNAMBUCO."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 28 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 306, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO NERCINO VALTER PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CURIMATÁ, ESTADO DO PIAUÍ."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR FLEXA RIBEIRO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 29 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 282, DE 2007

"APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO DIFUSORA DE POÇOS DE CALDAS LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE POÇOS DE CALDAS, ESTADO DE MINAS GERAIS."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 30 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 312, DE 2007
"APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO SOCIEDADE DE JUIZ DE FORA S/A PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE JUIZ DE FORA, ESTADO DE MINAS GERAIS."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

EXTRA-PAUTA
ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº. 30, DE 2007 – CCT
"REQUEIRO, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 90, INCISO V, E 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO, PARA TRATAR DAS POSSÍVEIS TECNOLOGIAS APLICADAS COM A FINALIDADE DE IDENTIFICAR, POR MEIO ELETRÔNICO, MEDICAMENTOS, DROGAS, INSUMOS FARMACÊUTICOS E CORRELATOS, COSMÉTICOS SANEANTES E OUTROS PRODUTOS, A FIM DE INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº. 521, DE 2007. PARA TANTO, INDICA-SE COMO CONVIDADOS AS SEGUINTES PESSOAS: DIRETOR-PRESIDENTE DA ANVISA; PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS NACIONAIS – ALANAC; PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA – FEBRAFARMA; PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA – ABIFARMA."
AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA
RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº. 31, DE 2007 – CCT

"REQUEIRO, NOS TERMOS DO INCISO I DO ARTIGO 93 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A JORNALISTA TERESA CRUVINEL – PRESIDENTE DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC) , SENHOR EVANDRO GUIMARÃES – DIRETOR DA ABERT E SENHOR ALEXANDRE ANNENBERG – PRESIDENTE DA ABTA, HÉLIO COSTA – MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES E FRANKLIN MARTINS – MINISTRO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº. 29, DE 2005, QUE ACRESCE E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 8.977/1995, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE TV A CABO."
AUTORIA: SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR
RESULTADO: APROVADO

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 22 de maio de 2007, às 09:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, senado federal.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia vinte e dois de maio do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, e, em seguida, da Senadora Patrícia Saboya Gomes, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Patrícia Saboya Gomes, Antônio Carlos Valadares, João Ribeiro, Romero Jucá, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Collor, Renato Casagrande, João Vicente Claudino, Valdir Raupp, Pedro Simon, Eliseu Resende, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de compromissos políticos assumidos no Estado de Mato Grosso, Kátia Abreu, Raimundo Colombo e Sérgio Guerra. Dando início aos trabalhos, o Presidente passa à Reunião Técnica com a presença da Sra. Regina Nunes, Presidente da Standard Poor's no Brasil; da Sra. Milena Zaniboni, Diretora-Gerente da Standard Poor's no Brasil; e da Sra. Lina Shineller, Diretora de Ratings da Standard & Poor's, Nova York, responsável pelo soberano da América Latina, a fim de discorrer sobre os critérios de classificação de risco, o "Risco Brasil", e as perspectivas do País para atingir o grau de investimento, em conformidade a deliberação da Comissão. Após a exposição das convidadas, usam da palavra os Srs. Senadores Garibaldi Alves Filho, Flexa Ribeiro, Adelmir Santana, Jefferson Péres, Francisco Dornelles, Rosalba Ciarlini, Tasso Jereissati e Edison Lobão. Em seguida, havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Logo após, a Presidência passa à apreciação dos itens constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2005, terminativo, que "insere inciso no art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, para incluir a dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do imposto de renda devido por pessoas físicas", de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01, de autoria do Senador Marcelo Crivella, nos termos da Subemenda nº 01, apresentando ainda as Emendas nºs 02 e 03. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, com Parecer favorável ao Pro-

jeto. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Edison Lobão, e encerrada a discussão, a Presidência adia a votação da Matéria; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2006, não terminativo, que "dispõe sobre o pagamento, pelas sociedades cooperativas, da contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), e dá outras providências", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2007, terminativo, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir o nascituro no rol de dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física", de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre a instituição de fundos agronegócios para captação externa de recursos e dá outras providências", de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2006, não terminativo, que "altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária", de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Valter Pereira, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2003, terminativo, que "dispõe sobre requisitos para a concessão, por instituições públicas, de financiamento, crédito e benefícios similares", de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, não terminativo, que "altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais", de autoria do Senador Papaléo Paes, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Edison Lobão, e encerrada a discussão, a Comissão aprova o Parecer do Relator com a Emenda nº 01-CAE; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2003, terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que 'altera a legislação do imposto de renda pessoa física e dá outras providências'", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2005, Complementar, não terminativo, que "ltera o art. 67 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para determinar que o empenho de despesas com publicidade seja condicionado ao pagamento integral dos precatórios de natureza alimentícia", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2005, terminativo, que "altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que autoriza modalidade de concurso de prognósticos da Loteria Federal regida pelo Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para tornar obrigatória a divulgação de informações que especifica", de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2005, terminativo, que "altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, com o objetivo de autorizar os estados e o Distrito Federal a deduzir, das parcelas pagas a título de amortização e encargos da dívida com a União, o montante por eles gasto em educação superior", de autoria do Senador Hélio Costa, tendo como Relator o Senador João Ribeiro, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, com Parecer pela rejeição do Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Se-

nado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nós vamos agradecendo a presença de todos, e hoje nós vamos ter uma experiência nova no Senado Federal, que é uma Reunião Técnica com uma Agência de Risco. A STANDARD & POOR´S é a maior Agência de Risco Internacional, é tida como a agência mais conservadora do mercado. E nós temos feito nas reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, reuniões técnicas sempre com o objetivo de esclarecer os Senadores sobre temas de interesse econômico desta Comissão. Tivemos já audiência com o Secretário de Tesouro Nacional, com o Presidente do BNDES; tivemos audiência com o Presidente do IBGE sobre a mudança de metodologia de cálculo do PIB; teremos agora, proximamente, com a Receita Federal do Brasil. E essas audiências sempre ajudam a esclarecer, a formar opinião, a ter uma análise dos dados, para que a gente possa ir criando uma convergência em termos da análise macroeconômica do País, que ajuda depois na deliberação de matérias relevantes. Eu queria agradecer a Lisa, a Milena e a Regina Nunes que são todas da Diretoria da STANDARD & POOR´S pela presença. Nós tivemos uma reunião há uma semana atrás, um pouco antes dessa melhora da classificação do Brasil pela STANDARD & POOR´S; mas eu queria registrar que nos últimos sete anos a agência que menos errou com o Brasil foi a STANDARD & POOR´S. Menos errou para baixo, na crise de 99 e 2002, e que mais próximo está do reconhecimento do grau de investimento do Brasil nesse momento. Acho que o País mostrou uma evolução muito consistente nas contas externas, na melhora da relação dívida/PIB, no controle da inflação, num crescimento já consistente e sustentável da economia. Acho que o próprio mercado financeiro internacional reconhece isso, o risco país, o volume de crédito. Nós estamos colocando títulos em moeda nacional com taxa de juros de um dígito; estamos colocando internamente títulos do Tesouro Nacional pré-fixado com taxa de juros de um dígito, e isso nunca aconteceu na história documentada do Brasil. Temos reservas cambiais de mais de $130 bilhões de dólares. Evidente que temos imensos desafios, a taxa de câmbio é um deles. A nossa taxa de juros ainda é uma taxa elevada, mas é muito importante o reconhecimento dessa evolução positiva do Brasil. Nós estamos hoje com a melhor classificação que o Brasil já teve em toda sua história em relação às agências de risco. Todas. Melhor classificação. Acho ainda muito conservadora, apesar de ter melhorado muito, muito conservadora a classificação. Não tem porque o Brasil não ser reconhecido como grau de investimento, mas nós vamos ouvir hoje todas as explicações, a fundamentação, e eu queria agradecer. Nós vamos ter uma apresentação inicial sobre a questão da classificação de risco e depois uma análise específica sobre o Brasil e uma análise comparativa do Brasil com outras economias. Queria agradecer todo o trabalho que foi feito, e eu não sei quem fala... A Regina é brasileira e a Lisa é uma brasileira que vive muito tempo em Nova Iorque, vocês vão sentir que ela tem lá no fundo um pequeno sotaque americano. Eu estou brincando porque ela está estudando português direto. O Brasil melhorou tanto na classificação que até ela está tendo que aprender português. E está com o português já preparado para a apresentação, que é uma contribuição muito importante para nós. Que você esteja podendo apresentar já na nossa língua, acho que é uma deferência interessante e culturalmente também. Ela está se empenhando muito no aprendizado da língua e vai fazer a apresentação em português. Então, antes de nós iniciarmos a apresentação, quero agradecer a vocês, já antecipadamente, em nome do Senado Federal, e passo a palavra à Regina Nunes, que é Presidente da STANDARD & POOR´S no Brasil.

SRA. REGINA NUNES – Bom, muito obrigada, Senador. Muito bom dia a todos. É um imenso prazer para a STANDARD & POOR´S ser recebida por essa Casa, a convite do Senador Aloizio Mercadante e dessa Comissão. É muito importante para a STANDARD & POOR´S falar sobre o seu trabalho e explicar com transparência mais do que absoluta seus critérios e metodologias. Porque o nosso trabalho é um trabalho de opinião; mas como ele é construído, é uma opinião estudada, é uma opinião educada. E ela é sempre educada através de um critério e de uma metodologia. Portanto, muitas vezes a consistência é o mais importante de tudo, e não se concordar com uma opinião. A gente faz até uma brincadeira, sei que nós estamos numa Casa séria, então é uma brincadeira séria: é como a lei. A lei é justa a partir do momento que é aplicada igualmente a todos, o critério é justo a partir do momento que é aplicado com consistência a todos. Se o critério não é o mais correto, leve-se à nossa casa de avaliação, que é o nosso comitê mais sênior de critério, mais superior de critério, e peça-se para mudar este critério, esta metodologia, esta visão, e passe novamente a aplicar igualmente a todos os países, empresas, Estados, Municípios, universidades, bancos que avaliamos. Portanto, é muito importante que se entenda que essa opinião, ela é construída em cima de um critério e metodologia, é construída com quem é avaliado, mas o nosso cliente é o investidor. É

o investidor que quer ver este resultado desta avaliação para poder fazer a sua decisão de investimento. E uma coisa que é muito importante ser dita aqui, é que um *rating* é uma opinião sobre risco de crédito, mas não é uma opinião de onde se deve ou não investir. O investimento quem decide é o investidor com o seu comitê de crédito, que pode discordar ou concordar com a opinião. Por quê é que a STANDARD & POOR'S é a maior agência do mundo? Tem 140 anos de história, foi fundada em 1860 e está no mundo com o poder que o investidor lhe dá. Por que o que a STANDARD & POOR´S faz com consistência é dar uma opinião para que ele balize a sua opinião de investimento. Nós nunca fomos vinculados a nenhum tipo de Governo, de Estado, de País, de Banco, de empresas, nós somos um grupo de avaliação de risco, opinião de *rating* e opinião financeira voltadas para o investidor. E o investidor a usa porque quer; ninguém o obriga a usar. Portanto o que nos dá o direito de ter a nossa opinião é exatamente o investidor querer vê-la. Obviamente que se você há 140 anos faz um trabalho de opinião independente para o mercado financeiro, o mercado financeiro vê o valor que ela tem. A única coisa que você não pode é errar. E errar para nós é não ter consistência na aplicação dos nossos critérios, e não as pessoas concordarem ou discordarem da nossa opinião. Porque o investidor tem o comitê dele para decidir. Quero dizer novamente que é um imenso prazer. Nosso objetivo é tentar deixar o mais claro possível a nossa opinião e como ela é construída, para essa Casa, e, certamente, ter transparência no que nós fazemos é o mais importante, ou então ninguém nos procuraria. Vou passar a palavra para a Lisa, que vai fazer a apresentação inteira, para depois ouvirmos as perguntas de V.Exªs. e de todos os presentes. Gostaria também de apresentar as pessoas. Eu represento a STANDARD & POOR´S no Brasil, desde 1998 nós estamos como empresa dentro do Brasil. A STANDARD & POOR'S tem hoje 22 países onde ela trabalha, mas tem o *rating* de 116 países. Ou seja, só temos agências locais nos países onde acreditamos que o mercado de capitais terá uma necessidade de uma opinião mais aprofundada. A Lisa é uma pessoa que trabalha no nosso risco soberano, é Diretora da Empresa. Ela está trabalhando com o Brasil há sete anos, oito anos... Desde 1998. Há nove anos, portanto, ela analisa o Brasil. Ela é o principal analista para o Brasil. O segundo analista normalmente pode mudar, mas ela é o principal analista do Brasil. Ela trabalha nos grupos soberanos que se localizam hoje em Nova Iorque, Londres e Singapura. Nós não temos analistas de risco soberano morando em outros países, apesar dos comitês serem globais. A Milena é a Diretora Líder do nosso grupo de analistas na área industrial e na área de bancos dentro do Brasil. Trabalha comigo desde o ano 2000 e desenvolve os *ratings* específicos de crédito no Brasil. É importante dizer que nenhum dos nossos comitês é feito só no Brasil ou só em Nova Iorque ou só em Londres ou só em qualquer lugar. Mesmo os *ratings* de bancos, empresas e universidades que possamos fazer no Brasil, são *ratings* que no mínimo envolvem analistas da América Latina, analistas de Nova Iorque, inúmeras vezes analistas de países europeus, porque são entidades vinculadas a algum tipo de produtividade ou são afiliadas de empresas européias ou americanas. E muitas vezes pessoas da Ásia, porque certamente existem produtos e paralelos que têm que ser feitos. Portanto, não existe um comitê dentro da STANDARD & POOR´S que é feito com duas, três, quatro, cinco pessoas de dentro do Brasil. Sempre vai ter um comitê que a gente chama de global. Lisa, por favor.

SRA. LISA SCHINELLER – Muito obrigada Regina, muito obrigada Sr. Mercadante, é um prazer. Vou falar em português, mas sem dúvida com erros. Antes de começar, mil desculpas para meus erros. Vou falar o que são os *ratings*; a diferença entre risco país, risco soberano; vou falar sobre os *ratings* soberanos do Brasil, as mudanças na semana passada; e sobre também nossa metodologia. E quando eu falo sobre a nossa metodologia, vou fazer algumas comparações com outros países, outros *ratings* soberanos no *investment grade*, outros *breeks*(F) e outros países na categoria *triple B*. Vou explicar o que é tudo isso. Tem minha apresentação aqui na frente. Como a Regina disse, o que são os *ratings* soberanos? Uma coisa muito específica: Nossa avaliação sobre a capacidade é a disposição de um Governo soberano para honrar completamente, completa e pontualmente, o serviço da sua dívida. Ponto. Pagar dívida, nada mais. Não é uma probabilidade. Olhamos para o médio prazo, não só um ano, mas vários anos, ao longo do ciclo político, ciclo de crescimento, ciclo de preços *commodities*, tudo isso, ciclo de taxa de juros. É importante enfatizar esse ponto. Como disse Regina, os *ratings* não são uma recomendação, uma probabilidade sobre volatilidade de um preço, de um título, e não fazemos conselhos. Temos escalas e temos uma escala global e temos uma escala nacional. Temos *ratings* em moeda estrangeira e moeda local. E Brasil é um dos países que tem escala nacional. Quando olha um *rating* na escala nacional não pode comparar essa avaliação com uma empresa, um banco dentro de outro País. Temos aqui mais de cem *ratings* para empresas e bancos. Mais ou menos 30 são escala nacional e mais de 60 *ratings* globais. *Ratings* globais são comparáveis com *ratings* em Inglaterra, em Singapura, em África, tudo isso. A

escala. Temos uma sopa de letras. O nível de *rating* que significa o menor nível de risco é *triple* A. E temos vários *ratings* até SD e D, que é *default* na realidade. O *cut off*, o corte para grau de investimento é *rating triple* B menos. Maior de *triple* B menos, *investment grade*, grau de investimento menor, que significa um maior nível de risco em geral, grau especulativo. Temos *ratings* soberanos em mais de cem países, temos 24 *ratings* soberanos na América Latina e também no Caribe. E outra vez esse tipo de... Todos esses *ratings* são relativos. Nossa avaliação creditícia relativa com todos os *ratings* globais. Vou falar um minutinho sobre a diferença entre risco país e risco soberano. Muitas vezes esses termos são confundidos. Acho que é importante notar a diferença aqui. Outra vez, risco soberano: pagamento dívida do Governo. Mas, sem dúvida, as políticas do Governo são muito importantes para o clima de investimento, o clima do ambiente do setor privado. Este ambiente, na realidade, é a idéia de risco país. Às vezes o risco país... Desculpa, acho que muitas vezes, o risco país é similar, parecido, a risco soberano. Sem dúvida os políticos do Governo que têm impacto sobre risco soberano tem impacto sobre risco país; existe uma vinculação. Mas para o Brasil achamos que o risco país é parecido, pode ser um pouco melhor do risco soberano. Mas, por exemplo, no caso de Rússia, no caso de Venezuela, apesar da situação do Governo mesmo, muitas reservas internacionais, um menor... Como implicações para dívida líquida externa do setor público privado, um baixo nível de dívida PIB. O clima é mais difícil para o setor privado. Nesses dois países, por exemplo, o risco país é maior do que no risco soberano. O ambiente aqui no Brasil mais parecido e podemos ter...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Presidente, eu sei que as perguntas serão feitas depois, mas ela está baseando a exposição muito na diferença do risco país para o risco soberano. E me permita, eu não estou conseguindo entender. Eu peço desculpas...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Acho que foi procedente. A idéia dessa reunião é exatamente o esclarecimento técnico, esse é o objetivo. Acho que seria prudente se fizesse uma explicação um pouco mais detalhada sobre risco país e risco soberano, aprofundar mais, para ficar nítida qual é a distinção entre os dois conceitos.

SRA. REGINA NUNES – Exatamente. E nosso objetivo, Senador Garibaldi, muito obrigada pela interferência se não estava claro, é exatamente isso. Porque muitas vezes nós conversamos e achamos que estamos sendo extremamente claros, mas só nós mesmos que entendemos que somos técnicos nisso. Isso deve acontecer com V.Exª. algumas vezes e o nosso objetivo é esse. O que nós falamos que é risco país e risco soberano? Na verdade risco soberano é o risco do Governo Central, e nós chamamos de Central e não de Federal, de honrar as suas dívidas a tempo e a hora de acordo com seus contratos. Por que Central? Porque existe uma série de dívidas dentro do Brasil ou de qualquer País que o Governo Federal pode assumir em lugar ou de Municípios, ou de Estados, ou de empresas que lhe pertencem ou que pertencem aos seus Estados e Municípios.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – (pronunciamento fora do microfone).

SRA. REGINA NUNES – É. Toda vez que ele avaliza alguma coisa ou está agindo direta ou indiretamente, até mesmo através da Lei de Responsabilidade Fiscal, sob alguma entidade, ou Estado ou Municípios, esta dívida é como se fosse somada à capacidade de pagamento ao Governo Federal, que nós chamamos de Central por isso, com a sua arrecadação, de fazer o pagamento. Vira uma responsabilidade dele. E as outras dívidas que não são responsabilidade dele, claro, são avaliadas por seus Estados e Municípios, e nós sabemos, por experiência não só no Brasil como em outros países, que um Governo Federal não é obrigado a honrar por um Estado ou Município todas as suas dívidas. Vou dar um exemplo: o Estado da Califórnia algumas vezes teve problema de pagamento, o Estado de Nova Iorque, há muitos anos atrás, mas teve problemas de pagamento. E o Governo dos Estados Unidos não pagou por isso. Então o Governo que nós chamamos de soberano, nós chamamos de soberano por quê? Porque nós falamos não é de uma classificação de risco, nós falamos de uma coisa que chama *rating*. O *rating* é um tipo de classificação de risco. E o *rating* soberano é o tipo de classificação que mede o Governo Central com a sua capacidade de pagamento para todas as dívidas que ele se responsabiliza a tempo, a hora e de acordo com os contratos. Muitas vezes uma moratória jurídica não é esperada para que a gente entenda que um País esteja em moratória, ou uma empresa. É simplesmente se alguém levantar e disser: "Eu não quero pagar uma dívida". Nós julgamos que não quer então não vai pagar. Isso já aconteceu em alguns países, nunca com o Brasil. Se houve uma moratória, ela foi jurídica. O que é o risco país? O risco país na verdade é: todas as entidades que estão dentro de um País com o risco que vem direta ou indiretamente mais forte, ou menos forte o indireto, para aquele segmento de operação. E aí esse é um pedaço da avaliação de cada empresa, de cada entidade, de cada Banco que está dentro desse País, que não necessariamente pode ser o mesmo que o risco soberano; e

não necessariamente pode ser diferente. Dependendo dos países isso é mais colado ou menos. No caso do Brasil, de alguns anos para cá, exatamente por uma melhora que é substancial, como já foi comentada pelo Senador, que o Brasil entrou num ciclo diferenciado e de se privilegiar determinados pontos para a economia privada. E muito se deve a essa Casa, e a Casa da Câmara também, porque vocês aprovaram uma série de regras, V.Exªs. sempre estiveram em função de uma série de regras, que fizeram com que operar dentro do Brasil institucionalmente talvez fosse mais seguro do que em outros países e dependendo do segmento muito mais ainda. Então, os riscos indiretos ficam menos fortes. Riscos diretos e indiretos, tentando exemplificar para o Senhor. Por exemplo: bancos têm uma regulamentação do Banco Central; mas o que faz com que os bancos estejam mais vinculados ao risco soberano não é exatamente a regulamentação no Brasil, e sim que eles investem em papéis do soberano. Portanto, o soberano-Brasil emite papéis dentro do País que os bancos compram. Então sua capacidade de pagar suas dívidas... Eu pego meu dinheiro e compro papel do Governo, é o Governo me devolver o dinheiro para eu pagar. Então eles estão mais vinculados. Empresas que têm uma capacidade produtiva, elas têm um risco dependendo do segmento mais, ou menos diferenciado, do risco soberano. Não sei se ficou claro.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É só para complementar. A divulgação é do risco país. Essa divulgação constante...

SRA. REGINA NUNES – Essa é uma outra. Então são expressões...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – As duas são divulgadas... O risco soberano, por exemplo, do Brasil, essa semana, da STANDARD & POOR´S teve uma evolução. Nós avançamos dois graus em moeda nacional e um grau em moeda estrangeira. O risco país é publicado diariamente por algumas instituições. Por exemplo, o J.P. Morgan tem lá um risco país. Então, ontem foi 140 pontos, que é a diferença que nós pagamos para a taxa básica de juros americana, quanto nós pagamos a mais. É uma estimativa que ele faz, é uma referência. E como foi, acho, bem explicado, o risco soberano é o risco do Governo, do Estado, e o risco país é o risco que incluem as empresas, bancos, instituições que tomam crédito. É em média quanto que o País pagará a mais, as empresas do País pagarão a mais da taxa básica de juros.

SRA. REGINA NUNES – E veja, foi bom que se citou o J.P. Morgan aqui, o Banco. Aquilo é um índice, não é a mesma coisa que a gente faz, mas é como o Senador acabou de dizer. Ele é um índice que diz qual seria a sua precificação; nós não fazemos isso. Nós não fazemos um índice de precificação. Quando nós falamos em risco país, nós estamos falando do risco de operar dentro do Brasil. Quando se fala daquele risco país que é quanto custaria para o Governo emitir ou para empresas brasileiras emitirem, aquilo é um índice. E índices têm que ser muito bem olhados no seguinte sentido: eles, provavelmente, se você tiver uma venda de um papel brasileiro, a última venda daquele papel do Brasil e a média com outros papéis brasileiros é que vão dar aquele índice que o J.P. Morgan faz. Isso é um índice do passado. Não necessariamente vai se colocar um papel do Brasil ou de uma empresa brasileira, principalmente em momentos de crise, com aquela precificação. Então, agora eu entendi o ponto do Senhor, Senador. Desculpe-me, até eu falei muito de risco país. Existem expressões usadas, como o risco país, que são na verdade ligadas à precificação. Isso não é o que a STANDARD & POOR´S faz. São índices colocados no mercado,como o índice BOVESPA. Ele é a média da circulação da Bovespa, que fica para cima e para baixo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – E é muito mais volátil. O risco país do J.P. Morgan é extremamente volátil. É diariamente... O risco país para o J.P. Morgan... É porque é o mesmo tema, mas são conteúdos diferentes. O risco país do J.P. Morgan é uma precificação de quanto ele estima que a colocação de títulos de empresas brasileiras no mercado vai pagar de taxa de juros acima do que a taxa básica de juros americana. Então isso aí é volátil e todo dia modifica em função dos negócios que são feitos, que foram feitos. O risco da STANDARD & POOR´S é uma análise econômica, mais aprofundada, do balanço das empresas, da liquidez das empresas, do cenário macro-econômico, da trajetória do País, do crescimento, da inflação, do balanço de pagamentos, da dívida pública. E aí ela classifica o risco soberano do Estado e o risco país das empresas e dá para o investidor qual é o risco de financiar o País ou uma empresa em relação à classificação que ela está estabelecendo. É como se essa análise macro-econômica, que eles fazem a 140 anos, seria uma referência... Na realidade 140 anos existe, mas a classificação mesmo vem da crise de 82 para cá. Da crise da dívida externa para cá que essa classificação ganhou alguma relevância. Até então não tinha maiores relevâncias. Então, da crise da dívida de 82 pra cá, essas análises passaram a ser referência para os bancos, porque a dívida passou a ser privada. Os financiadores passaram a ser bancos privados tanto do País, títulos públicos, quanto das empresas. É uma referência que os agentes financei-

ros se utilizam para emprestar ou não dinheiro, ou em que condições emprestam.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas desculpa a insistência, eu estou mais falando do ponto de vista... Porque eu estou entendendo, mas eu estou querendo que aqueles que estão nos vendo entendam. O risco mais popular, mais divulgado é o risco país, não é verdade?

SRA. REGINA NUNES – Mas não é o que a gente faz. É um índice. É como se V.Exª. estivesse falando assim: "Na Bolsa, de todos os papéis que estão na Bolsa de Valores do Brasil, o mais popular é o índice BOVESPA". Isso é uma precificação do que foi feito naquele dia, em média, dentro dos nomes mais importantes que foram transacionados na BOVESPA.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu posso explicar? Porque é uma questão jornalística. Porque o risco país, aquele que é um índice, todo dia ele muda. Então, todo dia a imprensa divulga. O risco soberano às vezes fica cinco, seis, sete anos sem alteração nenhuma. Mas ele é muito mais relevante para as decisões dos agentes econômicos do que o risco país diário que é um índice que mede... Ninguém vai investir na Bolsa simplesmente porque a Bolsa ontem chegou a 52 mil pontos. Vai investir se acha que a Bolsa vai subir, se acha que o desempenho, a projeção daquela empresa é positiva, se acha que ela vai dar bons dividendos. Então, a análise dos agentes macro-econômicos é muito mais em função do risco soberano e do risco país que as agências de risco divulgam, do que aquele risco país que é um índice diário.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Presidente, a denominação é a mesma, os conceitos são totalmente diferentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu acho que nós podíamos fazer inclusive uma recomendação que se altere os conceitos, para esclarecimento da opinião pública. O risco país diário e...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Presidente, sem nenhuma comparação entre as instituições, mas parece que uma é uma divulgação popular, vamos dizer assim, e a outra mais técnica, mais aprofundada, mais... Vamos dizer assim, de maior densidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Uma é resultado de uma análise econômica e de critérios que vão ser expostos aqui, e a outra é a projeção de um índice que estima quanto está sendo a taxa de juros que é paga por um País acima da taxa básica de juros americana. Eu proponho a gente seguir para poder ter mais informações... O pessoal... Está ficando mais interessante. Quando começar a classificação do Brasil é que a coisa vai pegar aqui. A Lisa falou: "Você vai me levar para a cova dos leões", mas como melhorou o *rating* o pessoal está todo mais manso hoje.

SRA. LISA SCHINELLER – Para concluir parte dessa discussão por um momento sobre risco país e risco soberano, outra vez, por quê o risco, desculpa, o *rating* soberano não muda dia-a-dia? Porque olhamos dentro de alguns anos, olhamos os fundamentos da economia, da política, do Governo. E quando eu falo sobre o Governo, eu não estou só falando sobre o Governo Executivo, mas também Legislativo, os Estados, os Municípios, todos os Partidos, uma definição ampla. Dia-a-dia, em prioridade, essa base não deve mudar. Na página 10 de sua apresentação tem a diferença entre risco país e risco soberano, e posso indicar a página, acho que seria melhor também. Por causa de nossa avaliação de risco país parecida e não pior, por exemplo, em comparação com os países Rússia e Venezuela, por causa do clima em geral, temos um clima econômico político, temos oito empresas com *ratings*. São *ratings* de suas capacidades. A próxima página, 11, temos oito empresas com *ratings* acima do soberano. Implica que se o Governo do Brasil está caminhando por uma situação estressada, mas para uma área de *default*, um cenário, temos a expectativa de que essas empresas, durante esse tipo de cenário, essas empresas podem pagar sua dívida. Nesta implicação aqui. Outra vez, os *ratings* aqui... E também temos dois bancos. Dois bancos com *ratings* acima do soberano. Também outra vez, quando o Governo está num cenário estressado, temos a opinião de que estas entidades aqui já podem pagar sua dívida. E só isso, pagar dívida. Vou falar mais agora sobre *rating* soberano, que é meu trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só fazer um pequeno comentário aqui que a Regina estava fazendo e que é relevante. O Brasil tem várias empresas, estão aqui citadas, cujo risco é melhor do que o risco soberano do País. Mas há muitos países que isso não acontece. Mesmo países que o risco soberano é melhor que o Brasil. Exemplo, Rússia. O ambiente regulatório, as regras democráticas, a consistência das instituições, não fazem com que nesses países, por exemplo, as empresas possam ter um *rating* melhor do que é o *rating* soberano do Governo Central. No caso brasileiro, sim. Ela disse isso, é que a imprensa não prestou atenção então eu estou reafirmando. Em parte, um papel relevante é o Legislativo ao estabelecer regras, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Falências. Quer dizer, o trabalho que nós fazemos do ponto de vista... Agência de

regulação, do marco regulatório, do ambiente macroeconômico do País, permite que as empresas tenham uma avaliação melhor ainda do que, por exemplo, as finanças do Estado em relação à sua dívida.

SRA. REGINA NUNES – E no caso brasileiro, é muito importante ressaltar que isso já acontece há mais de um ano e meio. Ou seja, o Brasil tinha um risco de probabilidade de *rating* em moratória muito maior do que o de hoje, e nós já tínhamos empresas em grau de investimento. Graças a uma democracia, a instituições mais fortes, a agências reguladoras, a leis como a Lei de Falência, e que certamente a continuidade de marcos regulatórios que criem regras claras e independência para os investimentos privados trariam para o Brasil ainda uma melhora rápida no seu setor privado e conseqüentemente do seu soberano.

SRA. LISA SCHINELLER – Para continuar com o *rating* soberano, só o Governo, sua capacidade, disposição para pagar sua dívida. Na página 12 temos o histórico de *rating* soberano do Brasil. E como o Senador Mercadante disse, agora temos melhor nível de *rating* para o soberano Brasil, para o Governo, hoje. Última mudança foi na semana passada. Na próxima página explica essa mudança na semana passada. Fizemos na realidade três mudanças. Um tipo de duas mudanças e uma manutenção. Semana passada elevamos o *rating* em moeda estrangeira um degrau. De *double* B a *double* B mais. O que é moeda estrangeira? Significa o Governo pode pagar sua dívida em moeda estrangeira, os bônus globais.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – (pronunciamento fora do microfone).

SRA. LISA SCHINELLER – BB a *double* B mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – É que o risco é C, B e A.

SRA. LISA SCHINELLER – Para voltar, página 06. Desculpa, em inglês, mas página 06. Temos nossa escala lá. O menor nível de risco é *triple* A.

SRA. REGINA NUNES – A tradução aqui é a seguinte: o que tem menos risco de crédito é o 3A, triplo A. O que tem moratória é o que está no SD ou D. E o grau de investimento, que é a tradução do que está aqui, é o triplo B menos.

SRA. LISA SCHINELLER – Tá. Melhor triplo A. Exatamente.

SRA. REGINA NUNES – (pronunciamento fora do microfone).

SRA. LISA SCHINELLER – Exatamente. Semana passada elevamos a nota em moeda estrangeira. A mim, por exemplo, o Governo tem títulos em dólares, iene, euro, moeda estrangeira. Também tem dívida, sem dúvida, em reais. E temos um *rating* para moeda local. Para o Brasil, o real. E temos um *rating* melhor, mais em cima, para o *rating* em moeda local para o Brasil, em real. Por quê? Porque o Governo tem mais flexibilidade com sua própria moeda. E na semana passada, acho que é importante enfatizar, elevamos a moeda local, elevamos o *rating* em reais dois degraus, para *triple* B, que é grau de investimento. E não só somente *triple* B menos, mas *triple* B. O Governo do Brasil tem *rating* ainda especulativo para moeda estrangeira, mas tem *rating*, grau de investimento, em sua própria moeda. Esse *doublé nât(F)*, dois degraus, é muito importante. Por quê? Porque recentemente olhamos o desenvolvimento do mercado local. Muito importante: os mercados locais, mercados capitais locais, estão desenvolvendo de uma maneira muito profunda, em comparação ao conceito passado. Tem crédito que cresceu 20% por ano, durante os três anos atrás. O Governo hoje, o Tesouro pôde emitir um bônus em reais, pré-fixado em 10 anos. Muito importante, emitiu esse título em janeiro. Na verdade, não existe muita liquidez no mercado secundário para esse título, mas existe um passo, um desenvolvimento muito importante para nós. Outra coisa, essa onda de IPO´s. Muito profundo.

SRA. REGINA NUNES – É a iniciativa... São as aberturas de capitais... IPO é a abertura de capital das empresas na Bolsa no mercado primário, não o secundário. Porque é a primeira vez que você coloca, põe o dinheiro dentro. Desculpa a gente usar a expressão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nos últimos 12 meses foram mais ou menos 32 bilhões de dólares de financiamento de empresas pela colocação de títulos no mercado primário. O que é quase um custo zero. O financiamento é o mais barato. Como a Bolsa está bastante valorizada, as empresas conseguiram emitir ações e terem investidores estrangeiros e nacionais da ordem de 32 bilhões de dólares nos últimos 12 meses.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – É porque o mercado secundário é um mercado especulativo. As pessoas ganham ou perdem dependendo da aplicação. Nos últimos quatro anos o Ibovespa valorizou 400%. Então, em média, as pessoas ganharam 400% por aplicar em ações da Bolsa. Mas a emissão primária é o financiamento que chega na produção. É realmente o sentido econômico da Bolsa, é a emissão primária. Quando ela lança ações e consegue se financiar.

SRA. LISA SCHINELLER – E por quê acontece essa onda, essa melhora? Uma combinação de coisas. Sem dúvida o ambiente global com liquidez global favorece. Mas, acho que é importante a estabilidade

macro no Brasil. Também a melhora na governança corporativa, as regras para novo mercado. Isso é muito importante para emitir esse tipo de IPO. Um mercado local mais profundo para nós implica mais flexibilidade em geral para o Governo em sua própria moeda. Esse *double* degrau, mudança, é importante para nós. Outra coisa, acho que é muito importante enfatizar, mantenhamos a perspectiva positiva. O quê significa isso? O quê é uma perspectiva? Acho que é mais fácil falar sobre os temas quando estou falando especificamente sobre o Brasil. Perspectiva para qualquer *rating* implica: pode ser estável, pode ser positiva, pode ser negativa. Se os riscos para a melhora na qualidade crediciária do Governo vai melhorar tem, em geral, temos uma perspectiva positiva. Se a tendência é para uma piora, temos uma perspectiva negativa. Se os riscos para uma melhora e uma piora são os mesmos, a perspectiva está estável. Implica... Não temos muitas informações para uma melhora, no futuro nenhuma piora. Nossa avaliação... Os indicadores do Brasil, indicadores fiscais, indicadores externos, indicadores econômicos, provavelmente vai continuar melhorando. Por isso existe mais uma probabilidade de mais de 50%, que vamos olhar um *upgrade* no ano que vem. E vamos precisar no ano que vem. Uma perspectiva fala entre seis meses até mais ou menos dois anos. Essa é a idéia de uma perspectiva. Eu olhei para o nosso histórico, histórico para todos os *ratings* soberanos, só existe um outro País que quando elevamos, quando nós elevamos, moeda estrangeira, *double* B com perspectiva positiva que tivemos para o Brasil na semana passada, antes da nossa mudança até *double* B mais, já com perspectiva positiva. Existe só um outro País com essa manutenção de uma perspectiva positiva com um *upgrade*. É claro, foi uma coisa importante para nós. Outro País foi o México. México... Antes de chegar, exatamente. Eu não lembro o ano. Pode ser 2000.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só fazer um comentário aqui que é importante. Se a gente analisar na página 12, que é a evolução da classificação do Brasil, tanto negativa quanto positiva, a perspectiva se realizou 100%. Quando estava negativa continuou caindo e quando virou positiva continuou subindo, sempre no intervalo de seis a dois anos se concretizou a perspectiva. Então o Brasil teve uma melhora de dois graus em moeda nacional, um grau em moeda estrangeira e a perspectiva continua positiva. Ou seja, de seis meses a dois anos a tendência de nós atingirmos com plenitude o grau de investimento. Porque falta apenas um grau para a moeda estrangeira. O México foi o único outro País que viveu uma situação semelhante. Teve uma evolução do grau de classificação e foi mantida a perspectiva positiva e depois se realizou. É difícil acontecer uma evolução. Quer dizer, em geral quando você tem uma evolução de dois graus na classificação, a tendência é ficar estável. Quer dizer, no caso do Brasil teve evolução de dois graus e a tendência continua positiva, a perspectiva que deve evoluir.

SRA. LISA SCHINELLER – Exatamente. Gostaria também notar que uma perspectiva positiva não implica que vamos elevar a nota com 100%. A probabilidade é mais de 50%. Se olharmos no passado, no histórico do grupo soberano, mais ou menos... Isso é uma probabilidade, mais ou menos 70% das perspectivas positivas tiveram um *upgrade* depois. Mas simplesmente perspectiva positiva implica uma probabilidade mais de 50% de *upgrade*. No médio prazo, para nós, de seis meses a dois anos. Próxima página, 14. Explica o porquê das mudanças na semana passada e porque manteremos a perspectiva positiva. Outra vez, queira da dívida do Governo, queira da dívida líquida externa do setor público, mas também setor privado com menos reservas internacionais, por exemplo. Em comparação, como base de exportações. Essa cifra dívida externa líquida em comparação como base de exportações é um indicador muito importante. E a melhora nesse indicador e todos os indicadores externos para o Brasil tem sido impressionante. 2001, 2002, esta cifra era acima de 200% de exportações; agora menos de 30.

SRA. REGINA NUNES – Ou seja, a dívida em relação às exportações, porque a exportação é como se fosse um colchão natural que você monta de outras moedas, moedas fortes. Ela era 200%. Ou seja, você devia 200% do que exportava. Hoje está em 30% tendendo a cair. Dívida externa do setor público e privado. Nós não fazemos sozinhos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – (pronunciamento fora do microfone).

SRA. LISA SCHINELLER – Exatamente. Mais ou menos mesmo tamanho. Exatamente. É dívida líquida. Menos em geral ativos líquidos que é a grande maioria, dívidas ativas, líquidas externas. A grande maioria são reservas internacionais. Agora o setor público é um credor. Mas olhamos setor público e setor privado na área externa. Por quê? Porque se tivemos um choque na balança de pagamentos, importante também para taxa de câmbio, tudo isso, impacta todos.

SRA. REGINA NUNES – E a disponibilidade de linhas de crédito, como em 2002, se viu acontecer. Houve uma diminuição de linhas de crédito, inclusive para exportação. E isso atinge a quem? Ao mercado privado. Então nós temos que nos somar às duas necessidades para saber qual é realmente a relação do Governo Central nesse caso que vai ter necessidade

de captação ou não para que a economia continue fluindo e qualitativamente.

SRA. LISA SCHINELLER – Também, como eu disse, melhora na dívida do Governo, dívida PIB, dívida líquida, PIB, a peça, a carga da dívida no sentido de pagamento de juros em comparação com o resto do orçamento, a transformação no mercado local, também. Coisas que são muito importantes para nós, para o passado, para o histórico do índice no Brasil, mas também para o futuro. Porque um *rating* olha na frente. O compromisso do Governo, e a definição ampla do Governo com uma política pragmática que vai manter um ambiente que facilita o pagamento da dívida, uma melhora no crescimento, tudo isso na economia. Temos expectativa de que essa política pragmática vai continuar e vai facilitar mais uma melhora nos indicadores. Se você vai... Na próxima página 15... Vou deixar grau de investimento para perguntas. Acho que pode ser melhor. Para explicar mais o *rating* específico. Página 16. Qualquer *rating* tem pontos fracos e pontos fortes. O *rating* do Brasil, os pontos fortes, risco político, estabilidade política. Brasil compara muito bem com seus pares. E em categoria *triple* B olhamos para frente, para grau de investimento. Na área de... Desculpa, vou precisar um minutinho. Um ambiente consistente de política macro é muito importante. As regras de lei de responsabilidade fiscal; compromisso com o nível baixo de inflação, como independência operacional do Banco Central, muito importante. Esse dá previsibilidade à política. Os pontos em geral mais fracos, em comparação com países com *rating* maior, são melhores. A dívida, a situação fiscal. Melhor agora em comparação com o seu passado, mas ainda é um ponto mais fraco. Também um ponto mais fraco o ritmo de crescimento. E vou falar sobre esse também. Agora, melhor no passado? Sem dúvida. Mas já está mais baixo que outros países com melhor nível de *ratings*. Próximas duas páginas: 17, 18. Nossa metodologia. Acho que é muito importante enfatizar que nossa avaliação é uma combinação de arte e ciência. Temos uma área qualitativa e também quantitativa. Não existe uma fórmula. Olhamos credibilidade política, a profundidade das instituições, transparência, tudo isso. E nessa parte é qualitativa, parte de arte. Mas também temos que olhar as coisas quantitativas. Dívida PIB, serviços da dívida PIB, serviço da dívida externa; porque tem impacto. Estamos trabalhando com pagamento de dívida. Mas também outra parte qualitativa e nossas projeções para o futuro. Porque olhamos para frente. Próxima página, 18. Quando falamos, quando discutimos sobre que tipo de *rating* podemos dar para o Brasil. Falamos sistematicamente risco político, a estrutura econômica, perspectiva para crescimento, política fiscal, estabilidade monetária e, quinto, a situação externa. Falamos de cada categoria e fazemos uma avaliação de cada e depois, outra vez, não existe uma fórmula específica, mas combinamos cada um para chegar ao *rating* do Brasil. Alguma parte pode ter mais uma influência no *rating* do que outras. Por exemplo, risco político, página 20. Com a transição entre o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Governo do Presidente Lula, essa transição era e continua a ser muito importante para nós. Por quê? Porque olhamos dentro de alguns anos a previsibilidade da política ao longo dos governos, ao longo da mudança nos governos estaduais, governos municípios, da Câmara e do Senado. Muito importante. Com essa marca muito importante no Brasil, um grande diferencial como outros países que ainda não têm grau de investimento também. Porque existe uma política pragmática com história através dos partidos, nível federal, local, estadual, tudo isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Deixa-me sintetizar. Quer dizer, aqui há alternância de poder com previsibilidade das regras democráticas institucionais.

SRA. LISA SCHINELLER – Tá. A profundidade das regras fiscais durante os últimos sete, oito anos, muito importante. A histórica operacional da independência do Banco Central, muito importante. A maioria, provavelmente quase todos países com grau de investimento em moeda estrangeira, provavelmente tem também um Banco Central independente, formal. Mas não só no papel. Temos Banco Central independente em alguns países, formal em nome, na Legislação, mas não prática. Muito importante em prática. E também a estabilidade monetária aqui no Brasil também. Outra área muito parecida, os países com grau de investimento: baixo nível de inflação, muito importante, como compromisso de política do Banco Central. As outras áreas para terminar, mais ou menos... Os gráficos, mostramos pontos fracos e pontos fortes do Brasil. Na área de crescimento, página, por exemplo, 23. Pode olhar que o ritmo de crescimento no Brasil, no passado, e provavelmente no futuro também, ainda está a nível mais baixo em comparação com outros países com melhores níveis de *ratings*; com exceção de México. México não cresce muito forte em níveis de China, níveis de Rússia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – É, mas a trajetória do Brasil é crescente, dos outros países é decrescente.

SRA. LISA SCHINELLER – É muito importante enfatizar. Incluímos essa perspectiva na nossa avaliação. E crescimento é muito importante, sem dúvida, para a dinâmica fiscal, para a dívida PIB, tudo isso.

Mas se olha a página anterior, 22, olhamos também, por exemplo, no nível de desigualdade, nível de pobreza de qualquer País. Por quê? Porque tem impacto sobre a profundidade de mercado local, mercado de consumo...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas aí também é a melhor dos últimos 30 anos.

SRA. LISA SCHINELLER – Exatamente. E também tem impacto sobre o ambiente para manter a política agora com uma melhora no nível de pobreza, desigualdade, mais crescimento nas classes C, D e E. É maior.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – A massa salarial está crescendo 8,8% nos últimos 12 meses. É ritmo chinês.

SRA. REGINA NUNES – Crescimento de poder aquisitivo para consumo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – E o *rating* da Casa Bahia está funcionando. E é soberano.

SRA. LISA SCHINELLER – Como eu disse, o Brasil tem empresas com *rating,* grau de investimento, CDRD(F), Vale do Rio Doce, ARACRUZ, tudo isso. Mas também tem um setor informal muito grande, e tem impacto sobre o ritmo de crescimento da economia. Olhamos para os índices de indicadores, olhamos para frente que a perspectiva de crescimento, como na página 23, está melhorando. Mas, em geral, um ponto mais fraco em comparação com outros países. E por quê? Falamos sobre isso um pouquinho, mas se olharmos a página 25, o nível de investimento, PIB, é menor em comparação com outros países. China é uma exceção com 40%. Mas também na próxima página, 26, as exportações em comparação com o PIB, ainda a economia brasileira está mais ou menos fechada. O Brasil pode ter 40% de exportações, é um País muito grande. Mas, mais uma abertura atrai mais tecnologia estrangeira e proteção competitiva, tudo isso.

SRA. REGINA NUNES – Na verdade, é importante exportar mais e, claro, exportar mais do que se importa faz com que você tenha um fluxo positivo de entrada de capital em recursos de outras moedas ou moedas fortes, como a gente chama. Mas no caso do Brasil, o Brasil não tem muita importação também. O que acontece quando você não tem importação? Primeiro, a importação é uma moeda de troca para se discutir a exportação. Ou seja, se eu compro de você, quando eu for vender eu tenho uma moeda para brigar com você. Segundo, você pode importar tecnologias que você não tem. Terceiro, você traz competitividade para a economia local. A importação é importante, mas claro que a gente prefere ver mais exportação crescendo a importação; mas tem que crescer os dois. Os países que têm grande desenvolvimento de fato e de direito, que tem uma boa diminuição em todos os níveis, melhora de pobreza, uma série de pontos, eles têm mais importação e exportação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas também quero fazer um comentário. Nos últimos 4 anos, 5 anos, 10 anos, a evolução do comércio exterior, do volume do comércio do Brasil, é espetacular. Nós tivemos... Exatamente, nós partimos de uma relação... O volume de comércio em relação ao nosso PIB era muito baixo. Hoje não precisa nem ir longe, nos últimos quatro anos dobrou o volume de exportações e continua crescendo. E as importações estão crescendo em um ritmo muito forte. Faltou um quadrinho aqui mostrando a trajetória da reserva cambial para o PIB. Tivemos 16 bilhões de dólares emprestado do FMI e agora temos 130 bilhões de reservas próprias, o que mostra muita consistência. E outro problema que está embutido é o seguinte, é verdade que isso está acontecendo, mas a nossa taxa de câmbio, nós estamos comprando dólar em lojinha de 1,99. É uma coisa também que ninguém imaginava. Evidentemente desequilibra o comércio exterior, estimula as importações e prejudica as exportações do País.

SRA. LISA SCHINELLER – Em página 34, 35 e 36 pode olhar essa melhora nas contas externas. Profunda. Aquela da dívida externa que reflete sem dúvida o ambiente global que favorece crescimento de exportações e tudo isso. Mas, também, uma política pró-ativa do Governo e de setor privado para reduzir sua dívida externa. O País, setor público privado, aproveitou da situação global para reduzir essa vulnerabilidade que era muito grande e agora é como grau de investimento mais ou menos. São muito parecidos, os pares, no grau de investimento. Nessa área, agora, na realidade não é ponto fraco para o Brasil. No passado, as contas externas eram um ponto fraco. Última área que gostaria de notar: área fiscal, página 28. Olhamos as balanças fiscais e dívida PIB e também pensamos em contingências como esqueletos para todos os países. Passivos contingentes, desculpa. A situação fiscal no Brasil melhorou muito. Se olharmos mais uma vez página 28. Uma melhora no resultado nominal do Governo Geral. Olhamos Governo Geral. Ainda está mais fraco em comparação com outros países com grau de investimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não, não. A situação da Índia, por exemplo... A relação da dívida PIB é quase 80% do PIB, a nossa caiu para 44,9%, é a metade da relação dívida PIB e também a relação resultado nomi-

nal. Agora, eles têm bomba atômica e nós não; e nem queremos ter.

SRA. LISA SCHINELLER – Situação de Índia, como eu disse, qualquer País tem pontos fracos e pontos fortes. Sem dúvida, o ponto fraco para a Índia é a situação fiscal. Posso falar sobre isso mais durante perguntas se V.Exªs. quiserem. Mas em geral países com grau de investimento nesta categoria tem situação fiscal melhor. A situação de resultado primário, próxima página. Para Brasil muito melhor do que em comparação de outros países. Mas, por causa da dívida PIB, na próxima página, o Brasil tem que ter um superávit primário maior. Página 30: dívida líquida do Governo Geral está caindo. Hoje 20 pontos básicos menor do que em 2001 e 2002. Uma melhora muito importante, mas temos uma visão que vai continuar levando devagar, pouco a pouco, e o tamanho da dívida ainda é mais alta em comparação com países como...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas deixa-me fazer mais um comentário. Além de cair em termos absolutos, teve uma melhora no perfil. Nós deixamos de ter dívida indexada ao câmbio e pós-fixada e hoje o componente predominante é dívida pré-fixada. Mudou a qualidade da dívida. E o fato do Brasil estar colocando títulos da dívida pública em real com taxa de juros pré-fixada em um dígito também é uma coisa inédita. Então melhorou a qualidade da dívida.

SRA. LISA SCHINELLER – Sem dúvida. E por isso se olha a página 32, como eu disse antes, é uma combinação de qualitativa e quantitativa. E a melhora na composição da dívida foi, era e vai ser uma coisa muito importante para a valorização do Brasil. A eliminação de títulos vinculados ao dólar é fantástica também. Com mais de 30% da dívida interna pré-fixada; mais de 20% vinculado ao preço. É uma queda da dívida vinculada ao SELIC. Essa tem implicações para a vulnerabilidade da dívida em frente de choques.

SRA. REGINA NUNES – É muito interessante quando se fala em vulnerabilidade. O investidor é que usa essa expressão grau de investimento. Foram eles que criaram, não foi a gente como agência de *rating*. Para nós é vulnerável e não vulnerável. O quê quer dizer ser vulnerável? Não é que você não vai pagar suas contas, é que você tem uma grande volatilidade. Então a sua previsibilidade de futuro é mais difícil de ser feita. O domínio sobre os mecanismos que podem impedir que a volatilidade seja alta, ou maior ou menor, são menores nos países mais vulneráveis e maiores nos menos vulneráveis. Então, ser não vulnerável o grau de investimento é ser menos volátil. E é isso que traz previsibilidade e, portanto, dá um certo conforto ao investidor quanto ao futuro do capital que ele investe. Então, veja, a volatilidade, ela é um sinônimo de vulnerabilidade.

SRA. LISA SCHINELLER – Obrigada, Regina. Olhamos também na compensação da dívida, mas também na composição das balanças fiscais. Eu falei sobre nível de resultado nominal, mas também em nível de superávit primário. Mas também consideramos que tipo de flexibilidade o País tem dentro do orçamento? Em frente de um choque pode ajustar? Não. É fácil ajustar ou não? Por isso a qualidade e a compensação de gastos e despesas são importantes para nós. O Brasil tem um orçamento sem muita flexibilidade. Mas também outros países já têm uma melhora na flexibilidade do orçamento, nível de despesas, qualidade nas despesas. Pode ser importante para uma melhora no ritmo de crescimento, por exemplo, também melhora na flexibilidade do orçamento. Para concluir: página 37. Olhamos uma melhora profunda nos indicadores externos. Olhamos uma melhora nos indicadores fiscais também, mas de um ritmo menor. Também, a situação de crescimento está melhorando, mas ainda é mais fraco em comparação com outros países com melhor *rating*. Acho que é importante enfatizar quando um País, estamos falando no Brasil, agora grau de investimento, quando chega grau de investimento, o ritmo de crescimento não muda de um dia até outro dia. Depende da política, da consistência e da política, compromisso do Governo em manter e facilitar, com a sua política, o ritmo de crescimento. Quando tem grau de investimento, sem dúvida, taxa de juros para títulos é menor para o Governo. Por causa da... Base de investidores mais ampla. Mas não muda o ritmo de crescimento um dia para outro dia. E também para continuar uma melhora no ritmo de crescimento, manter uma política prudente no futuro, manter um compromisso como melhorar a situação fiscal seria importante para nós. Também gostaria de enfatizar *triple* B menos, grau de investimento, não é o último *rating*. *Triple* A é o último *rating*. Então existe muito espaço aqui na frente para contínua melhora no *rating* do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu queria agradecer a Lisa, a Regina, a Milena pela exposição. Acho que a documentação que está anexa fortalece e permite a gente ter uma análise bem detalhada. Nós temos quatro Senadores inscritos, vou pedir que a gente tenha uma certa objetividade, porque nós temos em seguida a Sessão Ordinária com vários Projetos de Lei para serem votados. Mas queria dizer que foi muito oportuna a exposição, esclarecedora, e agora nós vamos à discussão mais abrangente por parte dos Senadores. Primeiro Senador, Flexa Ribeiro, com a palavra. Senador do PSDB do Pará.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Drª. Regina, Drª. Lisa, Drª. Milena, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores. Eu quero primeiro parabenizar o Presidente por nos ter dado esta oportunidade de esclarecimento com relação a uma matéria tão complexa. Quem não domina a economia e os fundamentos da economia precisa ficar muito atento para que a gente possa tirar os ensinamentos que nos foram dados hoje. Apesar da Drª. Lisa no início da sua exposição ter pedido desculpas pelo seu português, eu quero parabenizá-la. Nós temos um Ministro do CIALOPRA(F) que fala com tanta dificuldade quanto a Senhora. Tem essa mesma dificuldade de falar o português. Mas o Senador Mercadante, ao longo da explicação, ele sempre fez interferências oportunas, brilhantes, como é do seu perfil, como intervalos comerciais da Casa Bahia. Todo momento ele estava dizendo... Mas nunca no Brasil se fez tanto... Só que nós não podemos esquecer as origens. A coisa do Governo. Eu diria, Senador Mercadante, se V.Exª. não tivesse nascido, não seria esse Economista e Parlamentar brilhante que V.Exª. é. Foi preciso ter nascido para poder se tornar o Senador, Parlamentar e Economista. E mais do que isso, ter tido a formação que os seus pais lhe deram. Então, tudo que nós estamos colhendo hoje, evidente que foi plantado há muito tempo atrás. E nós não podemos esquecer isso, nós temos que reconhecer. Drª. Lisa fez três pontuações, que eu diria, da maior importância. E o Brasil precisa saber disso. Nós estamos colhendo, Senador Jefferson Perez, o que foi definido através de estabilidade monetária, Lei de Responsabilidade Fiscal e marcos regulatórios. Tudo isso que está acontecendo no Brasil, evidente que não só por isso, mas em função disso é que nós estamos podendo hoje ter esta alegria, eu diria. Eu fico como brasileiro eufórico, até, em ver que o Brasil está às portas de ser considerado de grau de investimento. Eu fico feliz, porque todos nós queremos o melhor para o País e estamos trabalhando por isso.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – O mérito do atual Governo foi ter dado continuidade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Diferentemente do que se propagava durante a campanha do primeiro Governo. Eu não sei se as Senhoras... Eu vi aqui o histórico da posição do Brasil, da análise do Brasil, mas só de 2001 para frente. Não tem o para trás. Quer dizer, o para trás é que iria nos mostrar o quanto ruim nós estávamos.

SRA. REGINA NUNES – Nós temos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Imagino que sim. Mas é importante que o Brasil soubesse o que existia antes desses pontos fundamentais. Estabilidade monetária, Lei de Responsabilidade Fiscal, marcos regulatórios, que, lamentavelmente, Senador Mercadante, o seu Partido foi contra os três; hoje é a favor, graças a Deus. Graças a Deus houve uma evolução, houve uma demonstração de que há necessidade de se ter o Brasil no contexto internacional e não como uma ilha isolada do que acontece no resto do mundo. Mas eu perguntaria às Senhoras em que ponto... Acho que nós vamos alcançar não só o grau de investimento, mas vamos alcançar o *triple* A, como disse a Drª. Lisa, que só os Estados Unidos hoje estão nessa categoria. Eu comecei a indagação à Drª. Lisa antes da audiência perguntando por que, Senador Jefferson Peres, o Brasil está no mesmo nível de risco que a Colômbia? Ela me deu, eu quero agradecer, uma pasta com alguns dados, vou fazer a leitura, para poder entender.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ela não fez referência a essa questão. Eu gostaria também, Drª. Lisa, que a gente pudesse ter, primeiro, até que ponto a carga tributária brasileira elevada... V.Sª. já disse que o crescimento do PIB brasileiro pequeno é o penúltimo da América Latina, só perde para o Haiti, e pediu que o Brasil já pudesse ter chegado ao grau de investimento. Talvez nós pudéssemos estar festejando hoje não estarmos às portas, estarmos já com o País em grau de investimento. Apesar de que, pelo o que eu entendi, na moeda nacional nós já estamos em grau de investimento, moeda estrangeira é que não. Então, a que nível essa carga tributária brasileira tão elevada, ela contribui para que o Brasil não avance mais aceleradamente para atingir esse grau de investimento? V.Sª. disse que a perspectiva é positiva. Todos nós achamos também, mas aí eu pergunto a V.Sª. se isso também, toda essa melhora da classificação brasileira... Nós estamos vivendo hoje diferentemente do que vivemos nas décadas passadas, um ambiente internacional, global, favorável. Quer dizer, os países estão comprando, as economias estão crescendo, o Brasil, no meu entendimento, a juízo meu, está perdendo uma oportunidade muito importante de crescer em velocidades maiores do que essa que estamos crescendo. Porque não sei se vocês têm esses dados, até quando o cenário internacional vai se mostrar favorável? E se isso mudar, quais, no entendimento da STANDARD, qual o posicionamento que o País terá? E para concluir, Senador Mercadante, eu quero dizer que eu quero parabenizar, parabenizar o nosso País, porque nós estamos realmente no caminho certo. É a continuidade. Se não começou de agora, vem desde a abertura da economia no início dos anos 90, depois continuado pelo Governo Itamar, Fernando Henrique

e pelo Governo Lula. Nós temos que reconhecer isso. E com certeza absoluta os próximos que virão darão continuidade e nós chegaremos ao grau de investimento que todos almejamos. Parabéns à audiência de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Segundo inscrito Senador Garibaldi. Vamos fazer todas as intervenções para permitir agilizar a audiência.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, primeiro eu quero fazer uma observação aqui, e é uma observação do meu agrado. É que as agências de *rating*, parece que dão preferência às mulheres. E só uma curiosidade antes das duas perguntas, que eu considero mais importantes que eu vou fazer. Para a pessoa trabalhar numa agência de *rating*, pode ser até que eu precise ainda, mas vou levar desvantagem, qual é o curso? Há um curso específico? Quais são as formações acadêmicas, profissionais, para se chegar a ser uma analista? É a primeira. A segunda é a seguinte: o Brasil está no caminho certo, isso já foi salientado aqui até pelo nosso Tucano. O Brasil... Mas isso vem, como ele disse, de mais longe. Mas eu gostaria de perguntar. Qual é a... Qual seria o fato negativo mais... Eu vou fazer o papel de Advogado do diabo aqui. Qual seria o fato mais negativo que poderia desestabilizar esse esforço do Governo Brasileiro? É a segunda pergunta. E a terceira, é porque aqui fala em dívida doméstica, perfil da dívida doméstica. Aí eu queria saber qual é o peso que se atribui a esse perfil da dívida doméstica? Não é da dívida externa. Assim, um comentário a respeito disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Muito obrigado pela objetividade. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, eu me somo aos demais Senadores que reconhecem da importância dessa Audiência Pública ao parabenizar o Senhor, bem como todas as palestrantes aqui presentes. Pra mim ficou muito claro de que hoje nós nos encontramos na situação de análise, fruto de um trabalho que vem sendo desenvolvido com a contribuição, quer seja de governos anteriores, quer seja do Parlamento e da própria iniciativa privada do Brasil também, que tem o seu destaque reconhecido não só pelo reconhecimento das empresas a nível internacional, como até a direção que passa a ter na abertura de capital, que foi um índice importante considerado na análise da agência. Agora, pra mim, nós temos aqui o nosso Presidente Lula, ele sempre usa a imagem do futebol como referência quando assim ele deseja fazer. E eu acho que ficou muito claro no final da exposição da Drª. Lisa de que a nossa economia se encontra na figura de um pênalti marcado; que muito time já comemora como gol, muita torcida comemora como gol. Podemos até comemorar o pênalti, mas com a consciência de que o gol ainda não foi feito para atingirmos a meta que todos desejamos. Portanto nesse pênalti tem o goleiro adversário e tem a qualidade do atleta que vai bater o pênalti. Daí a responsabilidade de todos de reconhecer as jogadas que fizeram com que o Brasil se encontrasse agora com a contribuição de todos, mas a preocupação permanente que devemos ter de que temos que continuar fazendo o nosso dever de casa. Vamos comemorar, mas com os pés no chão, com a responsabilidade que ainda temos muito por fazer. O Parlamento, o Executivo e a iniciativa privada. Agora, eu gostaria também de perguntar o seguinte: a política cambial hoje adotada do Brasil, ela ajuda na estabilização da análise de vocês para o positivo? E mais, qual é a perspectiva também do risco, se assim podemos chamar, do risco mundo? Porque num dos itens que a Senhora colocou a questão da influência internacional tem efeito, obviamente não só da economia do Brasil como do mundo como um todo. Que perspectiva nós temos do mundo que possa nos garantir uma análise positiva, uma análise estável ou uma análise negativa? Mais uma vez reconheço a importância que foi essa audiência, que está sendo, e que com certeza nós teremos outras de igual valor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço a objetividade. Como tem muitos Senadores se inscrevendo e nós temos uma pauta ordinária, eu peço o máximo de objetividade se for possível aos inscritos. Senador Jefferson Peres com a palavra. Depois Senador Eduardo Suplicy, depois Senador Dornelles, depois Senadora Rosalba e depois Senador Inácio Arruda.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – (interrupção no áudio) Nos últimos 15 anos nós... Afinal de contas saímos daquela loucura, inflação desbragada, de vulnerabilidade externa, enfim. E a continuidade mostra que isso já vai se tornando... Os políticos brasileiros estão mudando de cultura também. Já absorveram que a instabilidade é indispensável também. Mas, objetivamente, qual é o peso na avaliação da STANDARD e de outras agências? Primeiro lugar, fato de que o Brasil ainda não completou, não aprofundou o ajuste fiscal. Ainda temos um déficit nominal muito grande. Isso é um fator de risco, certamente, porque pode se agravar. E em segundo lugar, a estrutura institucional do País. Principalmente a falta de marco regulatório, de insegurança jurídica. Esse é outro fator de peso negativo também, uma vez que no Brasil deixa muito a desejar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Muito obrigado a objetividade. Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente Senador Aloizio Mercadante, Srª. Lisa Schineller, Srª. Milena Zaniboni e Srª. Regina Nunes. Eu quero cumprimentá-las pela colaboração nesse sentido e gostaria de observar que na análise da perspectiva de saúde, de economia, há uma breve referência aqui na exposição que fizeram, mas que não... Não que tenham desenvolvido este ponto, mas eu gostaria de saber até qual é o grau de análise que a STANDARD & POOR´S normalmente coloca como importante para a perspectiva de crescimento estável, de crescimento de saúde, do ponto de vista político e da estabilidade, para os indicadores de desigualdade e de erradicação da pobreza? Porque normalmente um País passa a ter problemas de instabilidade em geral relacionados à não resolução de problemas de desigualdade e de erradicação da pobreza ou, às vezes... E mesmo países que entram em guerra, seja guerra civil, guerra revolucionária ou tais como as guerras no Oriente Médio, ou mesmo no Iraque, no Afeganistão, guerra de guerrilhas como ocorreram algumas vezes, e ainda ocorre, por exemplo, na Colômbia, em alguns lugares das Américas, isso tem muito a ver com a não resolução dos problemas nesta área. Então, eu agradeço se puder nos indicar do ponto de vista da STANDARD & POOR´S em que medida isso está sendo devidamente considerado? Em especial também, no caso do Brasil, em que medida a STANDARD & POOR´S nos seus relatórios, porque aqui não foi especificado, considera que os avanços que foram registrados – inclusive nas pesquisas do IBGE e analisadas por inúmeros economistas em anos recentes, indicando uma diminuição do coeficiente GINI de desigualdade, bem como a diminuição do grau de pobreza absoluto – em que medida isto acaba influenciando também positivamente na qualificação do Brasil? Essa é a minha indagação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço Senador Suplicy. Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Presidente, eu quero cumprimentar V.Exª. pela iniciativa de ter trazido aqui nessa Comissão os representantes da STANDARD & POOR´S, uma verdadeira aula para todos nós. Eu quero fazer uma pergunta só. A contabilidade pública do Brasil é caracterizada hoje pela transparência. Todo mês, através dos relatórios da Secretaria do Tesouro, do Banco Central, da Secretaria de Comércio exterior, é possível ter uma noção exata das contas externas do Brasil, principalmente do problema fiscal na área da União, de Estado, Município, e até mesmo de empresas estatais. O que eu pergunto é o seguinte: a Índia, a Rússia, a China, o México, quando apresentam seus números eles têm essa transparência que o Brasil apresenta? É possível hoje fazer uma análise de dívida, por exemplo, de entidades estatais, de Estados e províncias, por exemplo, no caso do México, da China, da Índia? O Brasil vai até as empresas estatais da Rússia. Vocês têm esses dados? Por exemplo, hoje, se a STANDARD & POOR´S quiser saber o endividamento dos Estados do Brasil, das empresas estatais, tem na hora. É possível ter esses números da Rússia? É possível ter esses números da China? Do México? Essa era a questão que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço a objetividade. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Presidente, bom dia. Eu quero, inclusive, dizer da alegria de estar aqui agora participando também da CAE, da Comissão de Assuntos Econômicos. Sou mais nova integrante como Suplente. Mas estamos aqui para colaborar, para dar, junto aos demais companheiros, colegas, Senadores, dar a nossa contribuição. E eu queria dizer da Srª. Lisa, Milena e Regina, o quanto é importante que as mulheres estejam tratando as questões de economia, porque na realidade acho que nós é que estamos no dia-a-dia muito mais próximo de todas essas questões e a sensibilidade feminina, Senador Garibaldi ali tão bem colocou. Acho que é a oportunidade que temos de mostrar nossa garra, raça e sensibilidade que temos, contribuindo com assuntos que até então ficava muito a se pensar que só poderia ser dos homens. Então eu gostaria também de deixar minha pergunta. A Senhora falava em eficiência no gasto público como ponto positivo, importante para o crescimento. E será que a descentralização maior, com maior autonomia dos entes federativos, isso é importante ou não para a eficiência no gasto público? Porque quando nós observamos alguns países onde existe essa descentralização maior e maior autonomia, o caso dos Estados Unidos, se não me engano também Alemanha e outros, são países mais desenvolvidos e então será que esse também não é um fator que possa impulsionar mais o nosso crescimento? Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Muito obrigado pela objetividade. Parabéns pela presença aqui, será muito bem recebida nessa Comissão. Agora para concluir a argüição, Senador Inácio Arruda, que eu peço também bastante objetividade por causa da nossa Ordem do Dia.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Claro. Eu quero me somar ao Senador Garibaldi. A percepção, Senador Mercadante, do norte do nosso País, aquela região do nordeste, das praias, foi imediata. Eu quero também destacar essa questão levantada pelas nossas companheiras das agências, de que as agências emitem a opinião, vão fazendo a percepção das informações dos dados. Mas é uma opinião que mexe muito instantaneamente com posições de grandes investidores que podem alterar a sua presença ou não num grande mercado. E no nosso caso é muito importante, é muito significativo. Essas agências ganharam muita força no mundo inteiro. No nosso País se olha muito, se examina. Qual é a opinião das agências? Como é que está a posição das agências para que a gente possa ver se tal investidor vem ou não vem para o nosso País, se vai comprar um título, se vai se desfazer de tal papel? E hoje eu queria saber de vocês a posição ou uma opinião frente à situação, já foi levantada, mas nós vivemos aqui uma tríade: juros, superávit e câmbio. Eu tenho sempre dito que é uma espécie de veneno. As três juntas, agindo de forma... Um: com juros altos; a outra: superávit primário elevado para compor a vontade dos juros altos, então tem que pagar os juros, tem que ter o superávit elevado; e o câmbio muito apreciado. E se não há uma percepção de que os juros, superávit e o câmbio muito apreciado, se esse câmbio não está virando uma farra? Se não está num verdadeiro festival de câmbio que está transformando isso num veneno perigoso para a economia brasileira? Eu tenho examinado a questão dos produtos primários. Nós estamos exigindo aqui no Congresso Nacional medidas que possibilitem agregarmos valor aos produtos primários. Precisamos exportar agregando valor. Contudo, quando nós agregamos qualquer valor ao produto primário, nós criamos dificuldade para ele. Porque o câmbio está tão sobre valorizado... Está tendo uma farra tão grande do câmbio, que se eu agrego valor ao meu produto primário eu empeço a exportação desse produto. Então, qual é a percepção das agências também frente essa realidade cambial brasileira?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nós concluímos a fase de argüição e eu pediria apenas a Lisa e a Regina que fossem bastante objetivas nas respostas, para que a gente possa iniciar a nossa agenda ordinária. Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – PCdoB, quem diria. Acabou no Irajá.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sabe que a inveja mata.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu vou fazer só um pequeno comentário a propósito dessa intervenção. Quando a gente analisa historicamente a economia brasileira, o primeiro *rating* que nós estivemos foi em 94, que era B. Mas foi possível porque o Plano Brady, nós tivemos uma renegociação da dívida externa e todos os países endividados, que abriu perspectiva de nós termos um novo acesso ao financiamento externo. A dívida velha foi re pactuada, foi alongada, e o Brasil voltou ao mercado de crédito, saiu de uma moratória prolongada que vinha na realidade desde 82, mas mais propriamente final de 86, 87. Eu concordo com o que foi colocada, que a construção desses fundamentos macro-econômicos é uma coisa que vem de longe, do esforço de vários governos. Mas isso é inegável. O aprimoramento adicional do País não só veio de vários governos como também de forma suprapartidária. Quer dizer, a contribuição, a aprovação, não só de agência de regulação, mas toda a legislação fiscal, o esforço de transparência nas políticas públicas, foi feito também pelo Parlamento. Acho que a advertência feita pelo Senador Inácio é importante, porque nós perdemos, nós vimos de 94 até 98 melhorando a posição de *rating* e perdemos essa posição pela instabilidade macroeconômica que veio especialmente em função da vulnerabilidade cambial. Então 98 e 99 o Brasil perde posições pela vulnerabilidade cambial e o melhor momento da nossa história de *rating* são os últimos três anos. O País vem tendo uma taxa de crescimento de 4,1%, uma taxa média, crescendo com a própria projeção da STANDARD & POOR´S. Nós tivemos uma estabilidade econômica consolidada nesses 14 anos, que acho que foi um valor muito importante. Temos transparência nas contas públicas, na política monetária, nos indicadores macroeconômicos, como poucos países têm. O nosso regime de metas é o mais transparente possível. As informações são absolutamente seguras e acessíveis. Isso dá muita previsibilidade à política e muita credibilidade aos instrumentos de Política Econômica. Agora, o importante eu vejo é que é inegável o salto de qualidade que o Brasil deu nos últimos anos. O esforço do superávit primário permitiu o desendividamento do setor público. O esforço no comércio exterior permitiu um salto comercial que nem os mais otimistas em projeções avaliavam. Por último, eu concordo, é o melhor momento, mas nós temos um imenso desafio. Acho que o Brasil tem que se debruçar sobre essa agenda. A agência, inclusive, sempre chega atrasada em relação ao País. O País tem sido muito melhor do que a projeção das agências. Essa que é a verdade, especialmente o Brasil. Acho que somos, talvez pelo próprio ambiente político, a gente não consegue valorizar o tanto que nós fizemos e o quanto nós melho-

ramos nos principais fundamentos macroeconômicos. Mas acho que é um grande momento.

Eu quero já, antecipadamente, agradecer a vocês pela presença, não só por essa audiência, mas também pela seriedade com que vem acompanhando o País. Eu me lembro, a Lisa não falava muito português, e já em 2002 eu dizia que se nós ganhássemos as eleições nós íamos cumprir o que nós cumprimos. E cobrei isso dela recentemente, que nós honramos tudo que nós dissemos que íamos fazer e fizemos. Que não haveria populismo econômico e iríamos enfrentar a questão fiscal; que a estabilidade era um valor suprapartidário e fundamental para o Governo e para essa Nação; que as regras e contratos eram valores fundamentais para a democracia brasileira. E acho que hoje o País colhe esse amadurecimento, essa evolução bastante positiva. Que essa audiência mais do que apenas o reconhecimento do esforço que nós fizemos, sirva também como motivação para que o Congresso Nacional possa ter uma agenda positiva, construtiva, em torno desses pontos fundamentais para a vida da sociedade e para a evolução econômica do País. Muito obrigado a vocês. Agora para a conclusão eu peço bastante objetividade apesar de que foram muitas intervenções.

SRA. REGINA NUNES – Em primeiro lugar gostaria de agradecer novamente a presença de todos, agradecer a iniciativa do Senador Mercadante por nos convidar, dizer que realmente em 2002 nós conversamos com ele, mas acho que sempre conversamos desde que começamos a fazer o *rating* do Brasil. Portanto é uma construção conjunta com os líderes do País, sejam de oposição ou não. Quando a gente fala de cenário político, por exemplo, nós estamos falando exatamente disso: qual é a governabilidade existente e como se vê tanto em situação como em posição quando se fala em democracia? Eu vou fazer uma pequena intervenção, espero que bem breve, para passar para a Lisa todas as perguntas. Se ela quiser me devolver alguma pergunta, eu falarei. Mas eu gostaria de responder a pergunta do Senador Garibaldi que foi muito delicado em ressaltar que somos três mulheres, claro a Senadora Rosalba e todas as mulheres aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas nas conversas comigo elas trazem homens também. Acho que é uma deferência à Comissão. Nos últimos 10 anos sempre tinha homem na conversa. Hoje foi uma deferência aqui.

SRA. REGINA NUNES – Na verdade é uma coincidência bastante engraçada que a nossa empresa tem uma maioria absoluta masculina, não é feminina. Mas hoje nos postos de liderança da empresa, principalmente na América Latina, existem muitas mulheres. Mas a Presidente Mundial também é uma mulher hoje. Então chega a ser meio engraçado, porque é predominantemente masculina ainda, mas existem muitas mulheres em poder de decisão. Até porque nós fazemos questão de não beneficiar nem mulheres nem homens. Nenhuma de nós quer ser beneficiada por ter nascido mulher, mas sim por ser bons profissionais. É isso que nós queremos.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – É a competência.

SRA. REGINA NUNES – E não queremos ser competentes e ser prejudicadas por sermos mulher. É uma coisa engraçada porque na Europa não é uma maioria e na América Latina é uma maioria feminina. Deveria talvez ser o oposto, mas não é. Gostaria de dizer que a formação acadêmica, principalmente na universidade, ela não é restrita a Economistas. Na verdade você precisa ter uma graduação e aí sim se especializar. Porque nós não fazemos exatamente o que um Economista faz. Nós fazemos a análise de risco de crédito, de capacidade de pagamento. Ela traz arte e ciência, como a Lisa falou. Economia é uma ciência que vem da filosofia, portanto tem muito de matemática, como o índice que o Senhor comentou que chamam de risco país do J.P. Morgan. É uma coisa absoluta, um número. Ele pode ser inteligente ou burro depende pra que lado você olha. Mas traz a parte da arte, aonde você olha todo o qualitativo e tem que trazer isso para uma conta e fazer com que tenha transparência. Então, na verdade você não precisa ser Economista, mas certamente tem que ter muitos conhecimentos de economia, de análise de risco e muito da parte social, porque tudo é reação. As ações econômicas não são por si só uma ciência que consegue se impor. Então, por exemplo, países onde você tem uma democracia, às vezes as coisas demoram mais tempo mas saem muito mais decididas pela sociedade. Portanto elas vêm para ficar. Mas não determinamos que apenas democracias possam estar com grau de investimento ou com baixo risco; podem existir outros sistemas de Governo. A pobreza, como falou o Senador Suplicy, isso a Lisa vai se aprofundar pouco mais. Se você tiver toda capacidade de pagar sua dívida, até porque ela pode ser zero, é difícil dizer que você vai ter uma moratória numa dívida zero. Mas você não seria um *triple* A com pobreza. Talvez tivesse a capacidade de pagar sua dívida, mas não pode ser vulnerável. Então tem várias coisas que entram, e talvez a sensibilidade ajude, mas a gente acredita que muitos homens também a tem. E gostaria de passar a palavra para a Lisa para responder na seqüência as perguntas dos outros Senadores. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço a Regina. Lisa.

SRA. LISA SCHINELLER – Muito obrigada. Em ordem. Olhamos, por exemplo, a carga tributária, sem dúvida. Olhamos a complexidade também da carga tributária. Por quê? Porque tem impacto sobre a competitividade do setor privado, tem impacto sobre o ritmo de crescimento. Tem impacto porque tem impacto sobre o ritmo e nível de investimento. Sem dúvida olhamos na composição, no tamanho da carga tributária. Por exemplo, existe uma discussão agora para uma melhora na composição. Essa discussão é uma forma, outra forma estava na Mesa no fim dos anos 90. Mas parece que essa discussão está um pouco mais ampla agora. Temos uma carga tributária ainda mais alta, e eu gosto de oportunidades. Mais e mais tem impacto. Por exemplo, não precisamos olhar um avanço. O *rating* pode avançar sem uma Reforma Tributária, por exemplo. Mas provavelmente pode... Por exemplo, uma reforma pode facilitar, por causa de uma melhora na qualidade no nível de investimento, por isso crescimento. Sem dúvida, olhamos as reformas, reforma na área fiscal, por lado de gastos, por exemplo, por área tributária, a reforma no marco regulatório. Tudo isso pode ter um impacto sobre o *rating,* porque tem impacto sobre o ambiente para inversão. Achamos que um avanço nessa área pode ser importante porque é muito importante para o setor privado, para a competitividade do País enfrentar outros países no mercado global. A pergunta sobre o ambiente global. Sem dúvida, últimos anos antes do fantástico, é mais fácil colher os benefícios num ambiente no mundo como esse. O *rating* precisa olhar na frente, ao longo dos ciclos. Por exemplo, temos uma perspectiva positiva. O mundo global, o mundo pode crescer um pouco mais no ano que vem, um pouco menos no ano que vem, por exemplo, algum ano precisamos ter um ajuste. Mas, se as vulnerabilidades do Brasil são menores, menos dívida externa. Tivemos uma mudança fantástica na área externa. Agora o Brasil é completamente diferente do que no passado. Empresas têm menor dívida externa. Em geral, tem base de exportações maior. Ainda pequena, mas maior do que no passado. Essa combinação implica menos vulnerabilidade ou choque global. Dívida do Governo agora menor, mais alta que outros países com *ratings* acima, mas menor com o passado e com uma política pragmática por todos os partidos em geral continuar reduzindo esse tipo de vulnerabilidade tem peso na nossa avaliação. Quando existe um choque, o país, o Governo, tem uma base melhor para enfrentar esse choque. A composição da dívida interna muito menos vulnerável hoje do que no passado. Sem dúvida, o ritmo de crescimento da economia pode ser impactada. A taxa de juros depende, mas o impacto sobre a economia, o impacto sobre as contas externas, provavelmente no futuro vai ser menor. Por isso a nossa avaliação é melhor. Esse é vinculado à pergunta, a segunda pergunta. O quê pode piorar a situação do Brasil? Uma boa pergunta.

Tivemos recente muitas reuniões com o setor privado, mas também com setor público. Uma pergunta difícil, na realidade. Sem dúvida, um grande choque externo muito forte, uma queda no crescimento dos Estados Unidos, de China, um problema muito grande nos mercados de capitais em países, sem dúvida vai ter um impacto. Mas como eu disse, o impacto agora é menor do que no passado, mas pode implicar uma melhoria mais devagar, por exemplo, no futuro, nos indicadores do Brasil. Outra área, sem dúvida, se existe uma mudança no compromisso do Governo mesmo? Agora não é nossa expectativa. Temos perspectivas positivas, tudo isso, mas sem a política do Governo, outra vez estou falando um Governo, partidos no Congresso, governos estaduais, federais, municipais. Se existe uma mudança no compromisso, nas instituições que já não são perspectiva, pode ter, sem dúvida vai ter implicações para o *rating*. Esse é um exemplo de um choque interno, mas também um choque externo, dois exemplos. Perfil da dívida doméstica é muito importante, como eu disse. Com mais profundidade no mercado local que acompanhe baixo nível de inflação, o Governo pode pagar um nível de juros menor, mais longo prazo, tudo isso. Um perfil da dívida doméstica implica mais instabilidade nas contas fiscais. Exemplo, em 2001, 2002, quando tivemos uma porcentagem de títulos indexados ao dólar, também títulos indexados ao SELIC muito grande, o que passou? Como um choque externo, com mudança na taxa de juros, taxa de câmbio, olhamos um incremento muito forte de dívida PIB, um aumento muito forte no resultado nominal do Governo, uma deterioração das contas fiscais com implicações para mais um esforço no futuro para reverter essa tendência. Agora, com um perfil da dívida doméstica melhor, um impacto de um choque vai ser menor também. Mais estabilidade e mais previsibilidade no desempenho das contas fiscais, nas balanças fiscais, nos resultados nominais no futuro. A pergunta sobre pênalti gol. Acho que é muito importante. Se olharmos a página 15, eu fiz uma coisa vinculada a essa. O País está perto do grau de investimento, mas não tem. A meta não está atingida. Se você olha o caso do México, mas também o caso da Índia, no passado, em 93 México teve *double* B, mas com perspectiva positiva, mesmo com o Brasil longe, mas uma combinação, uma fraqueza. Tivemos o *Tequila Crisis*, depois mudamos o *rating* e precisamos mais anos, 7, 6 anos para chegar a grau de investimento. Mesma coisa com Índia. Em 95 tivemos *double* B mais, com perspectiva

positiva, mas houve um choque e um ano depois, 99, fizemos outra mudança para estável e o *rating* e houve os dois casos. É preciso mais tempo para chegar a grau de investimento. Uma perspectiva positiva não garantia um *upgrade*. Depende do compromisso do Governo manter uma política para atingir um *upgrade*, nesse caso grau de investimento é com o tempo *triple* A também. Bom, influência externa. Acho que... Situação fiscal. Temos uma melhora, mas ainda é um ponto fraco para o Brasil em comparação com outros países com *ratings* acima do Brasil. As regras de leis, Lei de Responsabilidade Fiscal, os acordos com os Estados, a combinação dá previsibilidade à política fiscal. Muito importante. Existem pontos fracos como nível de gasto, e também nível de gasto baixo de investimento, tudo isso. Mas, o exemplo da Índia. Índia tem grau de investimento com dívida PIB quase 80. Por quê? Porque o *rating* reflete uma combinação de vulnerabilidades e pontos fortes. As contas externas da Índia, Índia é um credor externo, quase 20% credor. Setor público também setor privado. Também o ritmo de crescimento, 8%, implica que a carga da dívida não está comprimindo o ritmo de crescimento. Achamos que a carga da dívida aqui tem um impacto sobre o ritmo de crescimento no Brasil. Tem um gosto mais importante. Mas mais uma melhora na área fiscal, na estrutura institucional pode ter mais um impacto sobre ritmo de crescimento como impacto sobre dívida PIB, mas também para base de crescimento. E achamos que o nível de crescimento sustentável, e estamos falando sobre nível de crescimento sustentável, é melhor agora no Brasil do que no passado. Por quê? Temos 7 anos com uma política consistente na área macro, estabilidade macro, compromisso com baixo nível de inflação, tudo isso tem impacto sobre, sem dúvida, desigualdade e nível de pobreza. E olhamos, sem dúvida, para todos os países, porque tem impacto sobre a profundidade sobre o mercado local e o potencial e o apoio para uma política do Governo. Sem dúvida, a situação hoje tem espaço para mais uma melhora.

Mas temos uma melhora em comparação com o passado. Sou Economista e achamos que, mais ou menos, um nível de crescimento sustentável no Brasil 4, 4,5. Para mais um nível precisamos olhar mais uma melhora na carga tributária, na carga dívida, o custo Brasil e todas essas situações micro. Transparência, muito importante para nós e facilita nosso trabalho. Sem dúvida existe a transparência no Brasil, é impressionante em comparação com outros países. México, por exemplo, nas suas contas agora mais transparente. Mas antes da sua transparência específica, fizemos esse trabalho dentro da nossa casa. Também é a situação da Índia. Por exemplo, no caso do Brasil, antes da divulgação de todas as informações sobre a possibilidade e a montagem de esqueletos, eu fiz com o Ministério da Fazenda, com o setor privado, com o setor público, eu fiz um trabalho sobre isso. Porque temos uma avaliação sobre isso. Sem dúvida, agora quando falamos com o Governo e setor privado, mais informações facilita essa discussão. Mas antes dessa transparência fizemos uma avaliação também.

SRA. REGINA NUNES – Lisa, é muito importante frisar a todos que quanto maior a transparência, melhor sempre será a sua avaliação no seguinte sentido: tem uma coisa que analista de risco, acho que até chama de risco por isso. A única coisa que você penaliza brutalmente uma análise é quando você não sabe realmente o quanto seria aquilo. Então você é obrigado a ser negativo. Quando você tem o número, se ele é negativo ou se é positivo, ele faz o papel dele. Agora, um número mais positivo que eu tenha que chutar, eu vou chutar ele mais negativo. Um número negativo que eu não tenho certeza, eu vou triplicar esse risco, porque não tem como medi-lo. Então, a transparência é fundamental na evolução para qualquer análise de risco, e sempre será mais penalizado quem não tiver.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu queria só aproveitar e fazer um parêntese. Queria elogiar a STANDARD & POOR´S, porque como faz análise de risco e cobra transparência das contas públicas, eu achava muito importante que as agências se colocassem de forma transparente através do Senado Federal. Quais são os critérios, quais são os argumentos, por que é que nós estamos classificados dessa forma ou não? E quero dizer que 2 outras agências a MOODY´S e a FIT(F) foram convidadas e não se depuseram a vir. E como elas também tem contrato com o Brasil e fazem análise cuja transparência é um valor fundamental, eu quero registrar aqui a minha insatisfação. Espero que elas revejam depois dessa experiência e se disponham, porque a Lisa e o pessoal estavam preocupados como é que seria a audiência. E eu disse que não. Que poderiam vir tranqüilamente que seria esse ambiente que nós estamos fazendo. E, no entanto, as duas outras agências não se depuseram a vir. Eu vou manter o convite publicamente, porque acho que a transparência é fundamental. Quem analisa os outros, tem que ter também a disposição de ser analisado. Quem classifica os outros, tem também que ter a disposição de ser classificado. Isso não pode ser uma relação unilateral impositiva, especialmente quando estamos falando de uma Nação.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA) – É um regime absoluto de mão dupla. Se as agências exigem transparência dos governos, é fundamental que elas por igual sejam transparentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – A gente pode concordar ou discordar da análise e da classificação. Mas ela tem a obrigação, no meu ponto de vista institucional, para ter credibilidade, de chegar e colocar seus argumentos e sustentar sua opinião em relação à classificação do risco soberano. Feito o meu esclarecimento, agora para poder concluir mesmo.

SRA. LISA SCHINELLER – Gasto eficiente e nível de descentralização. Se olharmos o histórico da América Latina, a América Latina tem problemas com descentralização, no sentido de um problema para o desempenho das contas fiscais. Mesmo com o Brasil. Mas agora com esse acordo entre governos e estados, muito melhor. Por ponto de vista de um Economista, sem dúvida, mais flexibilidade, por exemplo, do orçamento. Um orçamento mais pertinho das pessoas pode ser, e teoricamente, deve ser mais eficiente. E para nós é um *balancing act,* porque se olha o passado. Na América Latina olhamos... Tem os governos locais, capacidade técnica ou não para implementar várias políticas. Achamos que com o apoio de ONG´s, como do Governo Federal pode ter um benefício. Mas, outra vez, por nosso ponto de vista, paga de dívida, precisa ser numa maneira prudente fiscalmente. Taxa de câmbio, uma coisa muito complicada. Acho que temos que lembrar que como sou Economista, o nível de câmbio hoje reflete uma combinação de liquidez global e baixos juros em países desenvolvidos, também a situação do Brasil é a mesma. A melhora nas contas externas, a melhora nas contas fiscais implica um nível de taxa de câmbio melhor, mais forte do que no passado e com fluxos de comercial. Mas também, sem dúvida, o nível de juros que está girando ainda alto em comparação com outros países tem possibilidade de captar fluxo de capitais também. O nível agora reflete parte balança comercial e parte balança capital; para distinguir entre as duas realidades é difícil. Sem dúvida, qualquer nível de taxa de câmbio tem impacto sobre alguns setores, favorece alguns setores e prejudica outros. E achamos que outras políticas, por exemplo, custo Brasil, carga tributária, isso pode aliviar. Só acho que agora com essa melhora, com uma comparação com baixo nível de inflação pode olhar os pontos fracos em alguma economia. Também com um nível de taxa de câmbio mais realística, pode ser, não exatamente, os mercados muito difíceis. Mas com um nível de taxa de câmbio mais parecido, que mais reflete a melhora nos fundamentos do Brasil pode olhar outros pontos fracos da economia também mais claramente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Bom, eu queria agradecer a Lisa, a Milena, que entre outras virtudes é Economista formada pela UNICAMP, e também agradecer a Regina que entre outras virtudes é Paulista. E agradecer a Lisa, essa brasileira que ainda tem um leve sotaque nova-iorquino, mas que cada vez está cada vez dominando melhor o idioma e as informações. Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Presidente, eu queria apenas perguntar à Lisa, eu gostaria muito, se ela tiver, não precisa ser agora, conhecer a situação da Previdência no México, na Rússia, conhecer a dívida das províncias mexicanas. Se você tem esses dados. Conhecer a dívida de províncias da Índia. Se esses dados todos... Porque às vezes acho que o Brasil está sendo vítima das suas virtudes. Ele está tendo uma contabilidade tão transparente que está tendo dificuldade de outros países cuja contabilidade não tem nenhuma transparência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu só espero que V.Exª. não peça também as contas da previdência da China, porque o último que pediu teve problemas com o Estado Chinês lá. Agradeço muito a presença de vocês e, evidente, depois você pode encaminhar essas informações para o Senador Dornelles. Foi muito oportuna a audiência, acho que muito...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – 02:12:58: O Dornelles não vai ter problemas porque o Partido Progressista não tem dificuldade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu espero que brevemente a gente possa ter uma outra audiência para reavaliar a melhora da classificação do Brasil. E em relação às outras agências o convite é público e permanece por parte dessa Comissão. Agradeço a vocês, foi uma excelente oportunidade, suspendo por um minuto para podermos nos despedir.

(Sessão suspensa às 11h46.)
(Sessão iniciada às 11h47.)

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos retomar agora. Havendo número regimental declaro aberta a 15ª Reunião de Assuntos Econômicos Extraordinária. Antes de iniciarmos nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial do Senado Federal. Nós vamos iniciar com o item 01 da pauta como havia sido acordado na nossa última Reunião Ordinária, é o Projeto de Lei do Senado nº. 27/2005 terminativo. Insere o inciso no Art. 12 da Lei 9.250/95 para incluir a dedução de doações de livros em bibliotecas públicas no cálculo de Imposto de Renda de pessoas físicas.

Autoria do Senador Roberto Saturnino, Relator é o nobre Senador Edison Lobão. Pela Ordem, o líder do Governo, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – A matéria como bem disse V.Exª. é terminativa. Portanto teremos que ter uma votação nominal. Eu proporia que o Senador Edison Lobão pudesse apresentar a matéria, nós discutimos e encerraríamos a discussão, não votaríamos, para não arriscar o *quorum* e partiríamos para alguns itens que são consenso e que não tem nenhum tipo de problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Edison Lobão está de acordo?

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA) – Inteiramente de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Por favor, então a leitura do seu parecer, item 01.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA) – Sr. Presidente, o Projeto é muito simples. Compõe-se de dois artigos. O primeiro estabelece as contribuições aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como as feitas mediante doação de livros adquiridos pela contribuinte às bibliotecas públicas, até a data limite de entrega da declaração de ajuste. No § 3º, se declara: "No caso da doação de livros a que se refere o Inciso I, além do comprovante emitido pela biblioteca pública beneficiada, caberá ao contribuinte conservar por cinco anos a disposição da fiscalização as notas fiscais correspondentes à aquisição dos títulos doados". Sr. Presidente, o meu parecer é favorável com Emendas que apresentei e que acato. A primeira Emenda diz o seguinte: "Dê-se à Ementa do Projeto de Lei do Senado 27 a seguinte redação:" Altera a Lei 9.250 de 26 de dezembro de 95 para incluir a doação de livros a bibliotecas públicas, feitas até a data limite da entrega da declaração de ajuste, entre as hipóteses de dedução no valor do Imposto de Renda devido ". A Emenda nº. 02. Art. 12, 8º." As doações de livros adquiridos pelo contribuinte feitas a bibliotecas públicas até a data limite de entrega da declaração de ajuste. § 4º: No caso do Inciso VIII, somente serão admitidas deduções comprovadas por recibos fornecidos pela biblioteca pública beneficiada, acompanhado de nota fiscal de aquisição do livro doado, emitida em nome do contribuinte ". Isto é, eu procuro dar uma amarração maior à declaração de desconto de modo a que o beneficiário somente o seja na medida em que apresente o documento comprobatório da doação à biblioteca. A Emenda nº. 03 refere-se ao Art. 22:" A soma das deduções a que se refere os Incisos I, II, III, e VIII do Art. 12 da Lei 9.250 fica limitada a 6% do valor do imposto devido, não sendo aplicados limites específicos a quaisquer dessas deduções ". Ou seja, não pode ultrapassar os 6%. Estas são as alterações propostas e aceitas pelo Relator".

(troca de presidência)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, como sugestão do Senador Romero Jucá, nós passaremos ao segundo item.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu solicitaria o item 07, que o Relator também é o Senador Edison Lobão, e não terminativo. Portanto, poderíamos avançar nessa matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Então... Item 07, Projeto de Lei do Senado, não terminativo nº. 320/2005. Autoria Senador Papaléo Paes e Relator Senador Edison Lobão, que se puder nos fazer, mais uma vez, o favor de ler o seu Relatório.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sucintamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Com a palavra o Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA) – Srª. Presidente, este Projeto altera a Lei 7.797/89 que cria o Fundo Nacional do Meio ambiente e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos cuja área de atuação esteja em municípios das regiões centro-oeste, nordeste e norte, que possuam parte de seu território dentro dos parques nacionais. Esse Projeto foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, de Meio Ambiente, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle. Ou seja, há um cuidado muito grande na Mesa do Senado Federal em relação a ele. E também à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo a última decisão terminativa na CAE. Sem que fossem apresentadas Emendas no prazo regimental, foi designado Relator o Senador Aelton Freitas, que apresentou em 12 de outubro de 2005, Minuta de Relatório pela aprovação. O Projeto visa alterar a Lei a que me referi e cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente. Essa proposição atende aos requisitos constitucionais de competência e iniciativa do Congresso Nacional. O meu parecer, Srª. Presidente, o meu voto é no sentido da aprovação do referido Projeto com a seguinte Emenda: "Art. 1º – O § 2º do Art. 5ª da Lei 7.797 passa a viger com a seguinte redação – § 2º: Sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação Município das regiões centro-oeste, nordeste

e norte, que tenham parte do seu território dentro de parques nacionais e cujo índice de desenvolvimento humano seja inferior ao índice de desenvolvimento humano observado para o Brasil no último exercício para o qual a informação estiver disponível". Este é o voto, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, nós colocaremos em votação com a Emenda do Senador Lobão. Com parecer favorável. Todos que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o Projeto. Como todos os projetos... Com a palavra o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Srª. Presidente, tendo em vista que a maioria dos projetos é terminativa e a Relatora, inclusive, muitos deles não se encontram presentes, é notório a falta de *quorum*, eu solicitaria que fosse encerrada a Sessão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Bom, eu acho (interrupção no áudio)... Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu concordo com o líder do Governo, não temos Relatores, não temos como votar. Mas queria expressar a minha tristeza. Porque há projetos na pauta que são relevantes. Por exemplo, há um Projeto que apresento aqui e já está em discussão há dois anos, que trata de um assunto importante, Presidente Patrícia Saboya. Vou explicar para a Senhora em um minuto. É que os Estados estão endividados com precatórios alimentícios. Ou seja, são pessoas pobres que não estão recebendo aquilo que a Justiça determinou que o Estado lhes pagasse. O meu Estado, por exemplo, com esses tiroteios que existe nas comunidades carentes, há muitas pessoas inocentes que foram baleadas. Alguns ficaram tetraplégicos. Receberam da Justiça uma indenização de três mil, quatro mil, cinco mil reais para ter uma enfermeira na sua casinha, um colchão de plástico inflável, com água, colchão de água, remédios, alguns precisam de oxigênio. O Estado não paga precatórios. São Paulo deve dez bilhões de reais, o Rio deve outros bilhões de reais, mas gastam dinheiro com publicidade. Publicidade que visa mostrar os atos do Governo, das obras, empreendimentos... Ora, o Projeto é para que nós usemos a vaidade, diria até a ganância eleitoral, de determinados governantes para aproveitar e pagar precatórios. Quer fazer a publicidade do Governo? Faça, mas tem que ser no mesmo nível de pagamento de precatório. Quer gastar cinco milhões, dez milhões, cem milhões – como foi o Estado do Rio de Janeiro no ano passado, gastamos 110 milhões em publicidade – tudo bem, gaste, mas gaste 110 milhões também pagando precatórios alimentícios para essas famílias pobres que estão morrendo sem ter a sentença da Justiça cumprida. Infelizmente tem até um parecer do Senador Romeu Tuma e não vamos poder votar hoje, Presidente, e eu quero lamentar isso aqui. Muito obrigado pelo espaço.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Pois não, Senador Marcelo Crivella. Em função da Audiência Pública houve um esvaziamento em função da hora. Mas como a Comissão de Assuntos Econômicos tem se reunido todas as terças-feiras e não tem faltado *quorum* para deliberar, nós esperamos que na próxima Sessão V.Exª. tenha um Projeto de tanta importância sendo votado por essa Comissão. Eu gostaria de encerrar o item 01 da discussão e encerrar imediatamente essa Sessão. Obrigado a todos pela presença.

(Sessão encerrada às 11h59.)

Ata da 29ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de setembro de 2007, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e cinco de setembro do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Adelmir Santana, Edison Lobão, Eliseu Resende, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Jonas Pinheiro, Antonio Carlos Júnior, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Eduardo Azeredo, Osmar Dias, Jefferson Péres, e, ainda, da Senadora Lúcia Vânia e do 1º Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Tião Viana. Deixam de comparecer os Senadores Euclydes Mello, João Vicente Claudino, Pedro Simon, Gilvam Borges, Jayme Campos, tendo falta justificada para tratar de interesses particulares, e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência dá início à Primeira Parte da Reunião, Audiência Pública com a presença do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, para prestação de contas trimestral, em atendimento ao Requerimento nº 16/2007-CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. O Presidente

solicita aos Senadores Jefferson Péres e Romero Jucá que conduzam o convidado à Mesa a fim de dar início à sua exposição. São convidados para comporem a Mesa o Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro, DINOR, Sr. Alexandre Antonio Tombini; o Diretor de Política Econômica, DIPEC, Sr. Mário Magalhães Carvalho Mesquita; e o Diretor de Política Monetária, DIPOM, Sr. Mario Torós. Após a exposição do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, usam da palavra os Senadores Jefferson Péres, Garibaldi Alves Filho, Delcídio Amaral, Kátia Abreu, Antonio Carlos Júnior, Flexa Ribeiro, Renato Casagrande, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Antônio Carlos Valadares, Mão Santa, Inácio Arruda e, após passar a Presidência para o Vice-Presidente da Comissão, Senador Eliseu Resende, o Senador Aloizio Mercadante. Em seguida, tendo em vista o prolongamento da Audiência Pública, a Presidência adia a Segunda Parte da Pauta para a próxima Reunião da Comissão; Item 01-Mensagens do Senado Federal nºs 104 e 105, de 2007, não terminativas, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, não terminativo, que "altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; e dá outras providências", de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer pela aprovação integral ou parcial das Emendas nºs 01, 02, 03, 05, 06, 10, 11, 12, 14, 18, 22, 28, 29, 31, 34, 35, 36 e 38, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das demais Emendas apresentadas. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Pareceres favoráveis ao Projeto com Emendas. Em 07/08/07, foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria, com a presença do Sr. Rogério Santana dos Santos, Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do **Planejamento, Orçamento e Gestão –** SLTI; do Sr. André Kresch, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – SECOB; do Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; do Sr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB; do Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; e do Sr. Luiz Fernando dos Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON. Em 21/08/07, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 28/08/07, após a leitura do novo Relatório, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Foram apresentadas as Emendas nºs 01, 08 a 12, 22 a 25, 31 a 33 e 36, do Senador Antônio Carlos Valadares; nºs 02 a 07 e 15 a 17, do Senador Raimundo Colombo; nºs 13 e 14, do Senador Pedro Simon; nºs 18 a 21, 27, 39 e 40, do Senador Francisco Dornelles; nº 26, da Senadora Kátia Abreu; nºs 28 e 29, do Senador Renato Casagrande; nº 30, do Senador Neuto de Conto; nºs 34 e 35, do Senador Jarbas Vasconcelos; nº 37, do Senador Eduardo Azeredo; e nº 38 do Senador Marcelo Crivella. Em 18/09/07, após a leitura do novo Relatório, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007, Complementar, não terminativo, que "dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo", de autoria do Senador Tião Viana, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Em 18/09/07, foram apresentadas as Emendas nºs 15 a 22, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares. Em 18/09/07, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2007, não terminativo, que "acrescenta parágrafo ao art. 36 da Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985 (Lei do Cheque), para dispor sobre sustação de cheque", de autoria do Senador Gerson Camata, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta, acatando ainda a Emenda nº 03, de autoria do Senador Valter Pereira, nos termos da Emenda nº 02 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, para submeter a processo licitatório os projetos do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos Sociais (PIPS), e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela

aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. Em 18/09/07, foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2006, terminativo, "altera a legislação tributária a fim de estabelecer prazo para restituição do imposto de renda da pessoa física descontado em excesso, na fonte, e dá outras providências", de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2004, terminativo, que "ltera a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as Associações da Cruz Vermelha Brasileira", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy, que devolveu com Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003, não terminativo, que "acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, não terminativo, que "altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo", de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Romeu Tuma, que devolveu sem manifestação. Em 21/03/07, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Edison Lobão, concluindo pela rejeição do Projeto; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2007, Complementar, não terminativo, que "altera os arts. 150, 173 e 174 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para retirar a decadência do direito de lançamento do crédito tributário quando houver instauração de procedimento investigatório pela polícia ou pelo Ministério Público ou o ajuizamento de ação penal por ilícito que envolva o tributo devido", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Havendo número regimental declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa e a leitura da aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Nós hoje, nesse primeiro momento da nossa Comissão, nós teremos uma Audiência Pública com a presença do Sr. Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, para prestação de contas trimestral em atendimento ao Requerimento nº 16, de 2007, da CAE, de autoria do Senador Aloízio Mercadante e outros, porque eu acho que houve também outras demandas. De acordo com os artigos 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a presidência adotará as seguintes normas, que é já de conhecimento dos Senadores: nós vamos fazer primeiro a apresentação do Presidente e depois iniciaremos aí o período de sabatina e argüição por parte de todos os Senadores. Eu queria solicitar ao líder do Governo, Senador Romero Jucá, e ao Senador Jefferson Peres, se poderiam convidar o Presidente do Banco Central e sua diretoria para iniciarmos a nossa sabatina. Hoje a sabatina não é para autorizar ou aprovar, mas para debater a política monetária cambial, econômica e o desempenho do Banco Central, que vai ser recorrente agora, a cada três meses nós teremos uma Audiência Pública como esta sempre na forma de prestação de contas aí da diretoria . É com muito prazer que nós estamos recebendo mais uma vez aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, o Presidente e Ministro Henrique Meirelles, do Banco Central do Brasil, os Senadores manifestaram uma grande expectativa nessa Audiência, em especial em função de toda essa turbulência financeira internacional, essa volatilidade dos mercados. O Brasil reagiu de forma bastante consistente a este período recente da economia internacional e isso demonstra a consistência não apenas da políti-

ca econômica, da política monetária, do acúmulo de reservas, da gestão do Banco Central nesse período que gera tanta inquietação, preocupações, mas que felizmente as nuvens mais pesadas parecem estar se dissipando e com bom comportamento da economia brasileira durante toda essa forte turbulência dos mercados financeiros internacionais.

Nós gostaríamos de passar a palavra ao Presidente do Banco Central, ele fará a sua exposição e depois abriremos então para a fase de perguntas e sugestões para que a gente possa ter uma boa experiência desse procedimento que será regular nesta Comissão, de há cada três meses aproximadamente nós termos uma Audiência Pública com a presidência, a diretoria do Banco Central. O Presidente trouxe uma apresentação, pediria que fosse distribuída a todos os Senadores, eu acho que já o receberam, e dessa forma nós poderíamos então passar a palavra não antes sem agradecer à gentileza aí do Presidente do Banco, o Sr. Mário Mesquita, o Sr. Mário Toroz(F) e o Alexandre que estão aqui presentes participando e acompanhando aí essa Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos. Com a palavra o Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado Presidente, é como sempre uma honra muito grande estar aqui no Senado discutindo um pouco a situação da conjuntura e aproveitando também a oportunidade para fixar também alguns aspectos mais estruturais da economia brasileira.

O Senador mencionou a questão da volatilidade dos mercados internacionais. Desde meados de junho, e com mais intensidade a partir de agosto, os mercados financeiros entraram em um período de turbulência, caracterizado por um forte aumento da volatilidade e dos preços dos ativos. Problemas que começaram com o crédito imobiliário nos Estados Unidos se espalharam pelos diversos mercados, Brasil, Inglaterra, Indonésia, mercados tão diversos como esses, e isso derrubou preços de mercados de ações, renda fixa e câmbio. O índice, por exemplo, o índice 19, que é um índice que mede a volatilidade do mercado internacional americano, teve média de 20,80% no período de 15 de junho a 15 de setembro, contra média de 12,95% no ano até 14 de junho. Portanto, a volatilidade aumentou, e o que eu mencionei no início é o seguinte, quer dizer, os preços caíram dos ativos, a volatilidade dos ativos aumentou.

A origem dessa turbulência nos mercados financeiros foi o aumento na inadimplência nas hipotecas no mercado de maior risco do crédito imobiliário, era o chamado "mercado subprime". "Mercado subprime", basicamente, é o financiamento para aquelas famílias que não dispunham de garantia ou fontes de renda sólidas ou não dispunham de outras formas de garantia. Essa hipoteca do "subprime" e outros empréstimos, dentro da evolução do sistema financeiro americano, eles moram objeto de securitização, isto é, agentes financeiros geravam esses empréstimos com "subprime" e outros empréstimos, outros tipos de ativos financeiros, isto era comprado por um fundo ou uma empresa de propósito específico e esta empresa emitia papéis de crédito, muitas vezes de curto prazo, e financiava isso no mercado. Existia também a securitização a prazo final, isto é, quando os prazos dos papéis emitidos eram compatíveis com os prazos dos ativos que garantiam esse empréstimo. Muito bem. É importante mencionar que todo esse episódio de securitização em si, ele é uma evolução dos mercados, é positivo, diminui risco, aumenta a possibilidade de diversificação de risco, ele diminui os custos. Agora evidentemente que houve, como em todo o processo de expansão da economia, houveram alguns exageros que foram objeto de correção nesse período. O problema é que com a dificuldade crescente de financiamento desses veículos chamados não bancários cresceu a percepção de que os investimentos em ativos, todos ativos que eram originários do mercado imobiliário norte-americano, estariam ocasionando perdas pesadas, e mais importante, de uma extensão e distribuição não conhecidas. Isso gerou um nível de insegurança nos mercados muito grande.

Então se nós olharmos, por exemplo, aqui na transparência, na projeção, nós vamos verificar que essa linha vermelha, ela mede o chamado índice de aversão ao risco, isto é, quando maior, quando mais alta, maior a chamada aversão risco, que significa maior cuidado ou mais retorno demandam os investidores para aplicar. Então nós vamos ver aí como subiu exatamente a aversão ao risco nesse período.

Os Bancos Centrais, particularmente na Europa e nos Estados Unidos, reagiram prontamente, elevando a produção de liquidez e facilitando recursos nas operações de redesconto. Entretanto, essas economias continuam convivendo com esse tipo de problema, na medida em que esse processo implica numa elevação das necessidades de liquidez, mas também de capital. Então basicamente é este o quadro da economia. Como nós vemos aqui, isto mostra a questão da liquidez nos mercados americanos principalmente. Nós vamos ver, por exemplo, que em verde é a chamada "meta dos fetfans"(F). O que é a meta dos fetfans(F). Os Bancos Centrais hoje, no mundo, eles fixam meta de taxa de juros de curto prazo e asseguram que os mercados operem dentro daquela meta. No caso do Brasil, por exemplo, é a SELIC, e nós vamos ver que

a meta em verde e o fetfans(F) efetivo é o que de fato os mercados estão cobrando ou tomando naquele período. Então nós vamos ver a volatilidade da taxa efetiva que aumentou um pouco no período recente, já em agosto e setembro. Agora mais importante do que isso, se nós olharmos a taxa de uma semana, nós vamos ver que aqui já em agosto, setembro, a taxa subiu substancialmente, o que exatamente forçou a entrada do FED Americano, com injeção de liquidez, visando exatamente normalizar este mercado, porque se o Banco Central não tem capacidade de controlar a taxa de curto prazo, ele perde a capacidade de fazer política monetária.

Se nós olharmos agora a taxa de fetfans(F) efetiva e laibo(F) de uma semana versus meta, agora de 1º de junho a 21 de setembro, isto é, num período mais curto, portanto, é mais clara esta volatilidade a que eu me referi, principalmente o vermelho, que é a taxa de uma semana, nós vamos ver como ela subiu fortemente, aqui na semana de 10 de agosto, e depois voltou a subir com as intervenções do Banco Central Americano, ela voltou a níveis compatíveis com a meta.

Se nós olharmos, no entanto, no Brasil, muitas pessoas têm perguntado: "mas e o Brasil, qual é o efeito no mercado brasileiro, por que é que o Banco Central do Brasil não teve que fazer a mesma coisa que foi feito pelo FED Americano e pelo Banco Central Europeu? Se nós olharmos no Brasil a SELIC efetiva versus a meta SELIC, nós vamos ver que elas estão absolutamente compatíveis, portanto, o Brasil não enfrentou problemas de liquidez nos mercados interbancários ou financeiros. Portanto, houve no Brasil uma absoluta normalidade de funcionamento dos mercados.

Se nós olharmos, no entanto, agora, a evolução dos índices de aversão a risco relacionados ao prêmio de risco dos países emergentes, nós vamos ver claramente que naquele período houve uma subida grande do prêmio de risco dos países emergentes. Nós vamos aqui comparar os países emergentes no total em verde com o Brasil em vermelho, e nós vamos ver que todos subiram, inclusive o Brasil. É bastante claro exatamente que embora o aumento da aversão eleve no entanto todos esses prêmios, isso faz com que hoje nós estejamos um pouco acima ainda do piso alcançado aqui durante o mês de junho. O risco país, depois de ter caído 32% entre março e junho, aumentou 56% até o final de agosto, para depois recuar. Para o conjunto dos emergentes, aquelas variações foram menos 23% e 64% respectivamente. Em resumo, na medida em que os investidores ficaram mais preocupados com a evolução dos mercados internacionais, os investidores se retraíram e subiu a taxa de risco dos países emergentes, e, portanto, caiu os preços dos ativos. Mas depois houve um preço de normalização, que nós estamos vendo aqui já durante o mês de setembro. Se nós compararmos aqui o Brasil com os demais países, nós vamos ver que de 14 de junho a 16 de agosto, o Brasil está em azul, houve um aumento de risco de oitenta e um pontos, e, depois, houve uma queda do risco de cinqüenta e sete pontos. De 16 de agosto a 21 de setembro nós temos um processo de melhora, e nós temos, portanto, claramente o Brasil piorando oitenta e um versus noventa e dois de piora do mercado internacional de emergentes, depois o Brasil melhorando cinqüenta e sete e o mercado internacional cinqüenta e seis, está certo? Agora está claro. Em resumo, o Brasil claramente teve um desempenho, e aqui fica claro, agora sim eu peguei o período total de 14 de junho a 21 de setembro, o Brasil piora vinte e quatro pontos e os mercados emergentes trinta e seis pontos. Está claro, portanto, aqui, o desempenho do Brasil, um pouco melhor do que o total dos emergentes. Se nós compararmos aqui o Brasil com Turquia, México, África do Sul, Argentina, Filipinas e Venezuela, nós vamos ver que o Brasil, aqui em roxo, nós vamos ver que o Brasil oscila em sintonia com os demais países, mas, de novo, na parcela debaixo, isto é, o Brasil tem um desempenho relativamente melhor do que o conjunto dos países emergentes. Se nós compararmos agora, agora sim, mais uma vez, de 14 de junho a 21 de setembro, o desempenho do Brasil com os demais países, nós vamos ver que o México foi o país que teve um desempenho um pouquinho melhor que o Brasil, de dezessete pontos de piora apenas, o Brasil vinte e quatro, Rússia vinte e quatro, e depois diversos países, Filipinas, Turquia, África do Sul, Argentina e Venezuela e com pioras –

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – O México é grau de investimento.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – ... É, o México, é bem apontado pelo Presidente, o México é grau de investimento. Portanto, o Brasil tem um desempenho equivalente a alguns graus de investimento e a comparação com a Rússia nesse aspecto também é importante.

O Brasil comparando, agora, em não latinos, de novo o Brasil em vermelho, comparado com a Rússia, Filipinas, Turquia e a África do Sul, nós vamos ver de novo o que Brasil tem um desempenho um pouquinho superior à média e bastante superior, por exemplo, ao da África do Sul, e com uma volatilidade um pouco menor também do que os demais países. Quando nós comparamos aqui Brasil e não latinos, portanto, de novo, agora, com o período total, de 14 a 21, nós vamos ver que o Brasil tem, portanto, um desempenho também superior à maior parte dos outros emergentes:

Brasil, Rússia, Filipinas, Turquia e África do Sul é uma comparação bastante clara.

Brasil comparado com latinos, de novo, o Brasil em roxo, uma comparação bastante similar com México, como vemos, o México em vermelho, versus Argentina em verde e Venezuela em azul. De novo, a comparação do Brasil com os latinos. Se nós olharmos agora a taxa nominal de câmbio Brasil e países selecionados desde o dia 14 de junho, nós vamos ver claramente que o desempenho do Brasil, mais uma vez, ele teve um pico interessante ali em agosto na medida em que o Brasil era conhecido e é conhecido ainda um país de liquidez maior do que a média dos emergentes. Então no momento que houveram problemas em outros lugares, muitos investidores começaram a liquidar aplicações no Brasil para gerar liquidez para aplicarem em outros locais. Portanto, o Brasil teve uma desvalorização da taxa nominal de câmbio mais rápida num primeiro momento, mas depois, de novo, teve uma recuperação bastante pronunciada em função, de novo, das condições de resistência da economia brasileira. Se nós olharmos, por exemplo, a variação da taxa nominal de câmbio entre o Brasil e países selecionados, no período de 14 de junho a 21 de setembro, nós vamos ver, de novo, qual é a comparação do Brasil que, portanto, o Brasil, no caso, teve uma variação inclusive, Senador, um pouquinho menor neste caso do que o México, por exemplo, e um pouco maior do que outros países não latinos. Se nós compararmos, portanto, o Brasil com não latinos, vamos ver exatamente este quadro que mencionamos.

Agora a mesma comparação, aqui mais uma vez Brasil e latinos, comparado com o México e a Argentina. Então como nós estamos vendo, os latinos tiveram uma volatilidade de taxa de câmbio um pouco maior do que os não latinos entre os emergentes.

Aqui comparação de novo Brasil e latinos e, no entanto, este é um dado que eu gostaria de chamar a atenção, é um dado referente ao risco de crédito percebido pelos mercados, quer dizer, o risco de fato do país ter problema. No caso é o *credit default swap*, que é basicamente uma medida de risco de crédito durante cinco anos, portanto, isto é uma medida importante. E nós vamos ver aqui que o Brasil, em roxo, como a evolução do Brasil que foi bastante em linha com a média dos emergentes, apesar que na faixa inferior, mas subindo em linha com os emergentes, para depois, a partir da segunda quinzena de agosto, ele cai e tem um comportamento substancialmente superior à média dos emergentes. Em resumo, o risco de crédito percebido do Brasil pelos mercados caiu a uma taxa mais rápida do que a média dos emergentes.

Se nós compararmos aqui, exatamente o que eu estava mencionando, o risco de crédito percebido por cinco anos, de países selecionados, de novo o Brasil, Senador, de novo está aqui equivalente ao México, que é *vespin gray*(F), o que mostra uma evolução importante, e mostra também a evolução de outros países emergentes durante o mesmo período. Portanto, de 14 de junho a 21 de setembro.

De novo a medida risco de crédito, agora comparando Brasil e não latinos, o Brasil em roxo, mais uma vez, mostra claramente este comportamento que nós referimos do Brasil, Brasil e não latinos, Brasil, Turquia, África do Sul, Rússia e Filipinas, no caso de 14 de junto a 21 de setembro foi a menor variação entre todos esses emergentes. Se nós compararmos o Brasil e latinos, o desempenho do Brasil é ainda mais pronunciado e, portanto, fica mais clara ainda esta diferenciação. Se nós compararmos agora, mais uma vez, a variação do risco de crédito por cinco anos percebida no mercado entre Brasil e latinos, vemos aí Brasil, México, Venezuela e Argentina. Mas isto está consistente também com alguns outros países latinos.

Agora vamos olhar um outro dado interessante, que se fala sobre a questão da subida das taxas de juro no Brasil, das taxas de juro de médio prazo em função dessa turbulência internacional, e é interessante, se nós olharmos essas taxas das notas do Tesouro Nacional Série B, emitidas com vencimento em 2010 e emitidas com vencimento em 2045, essas são taxas interessantes porque elas são as taxas reais acima da inflação. Portanto, nós temos aqui a visão exatamente da percepção de risco acima da inflação, e nós vamos ver que essas taxas vieram caindo, por exemplo, vamos pegar em 2010, em laranja, vieram caindo sistematicamente desde o meio de 2006, atingindo aqui um piso ao redor de 6% aí em junho, depois com as turbulências elas de fato subiram, mas voltaram a cair com relativa rapidez. Em azul, a taxa de 2045. Se nós olharmos o prazo, portanto, dessas notas, nós vamos ver que a confiança na capacidade do Brasil de honrar os seus compromissos de fato aumento substancialmente, principalmente se nós olharmos digamos o que aconteceu nos mercados, e nós vamos chegar lá em um minuto. Em primeiro lugar eu vou fazer a comparação da evolução das taxas de câmbio do real frente ao dólar e da taxa da NTN-B, nós vamos ver exatamente a correlação entre as duas. A NTN-B caiu um pouco mais do que a taxa de câmbio nesse período, depois subiram as duas, voltou rapidamente.

Isso daqui é um dado muito importante, é um gráfico um pouco complicado, mas deixa eu sumarizar. Ele aponta um número de contratos de investidores estrangeiros na BM&F, nos derivativos, significava

aquele número de contratos de investidores estrangeiros que estavam apostando, seja no real, seja em taxa de juros, em resumo, estavam apostando no mercado, nos índices de mercado financeiro brasileiro em última análise, e nós vamos ver que em maio de 2006 houve uma diminuição, houve uma zeragem, uma invertida leve de posição, a posição estava de um lado e passou para outro, e nesse caso específico desse gráfico é taxa de câmbio – dólar versus real, mas isso é real, taxa de juros e outros contratos. Mas vamos pegar apenas aqui para demonstrar taxa de câmbio – dólar versus real. Nós vamos ver que a posição inverteu, portanto, a posição que estava comprada em real inverteu para vendida e a taxa de câmbio teve uma desvalorização substancial ali em maio de 2006. Se nós olharmos aqui de junho até setembro de 2007, nós vamos ver uma inversão muito mais forte entre o total que estava comprado em real e depois o total que estava vendido em real, e, no entanto, a taxa de câmbio desvalorizou num percentual inclusive levemente menor, o que mostra a resistência da economia brasileira. Se nós olharmos aqui no valor dos contratos, a conclusão é a mesma. Qual é a mensagem aqui? A mensagem é o seguinte: apesar de ter havido uma saída muito maior de recursos do Brasil do que naquela oportunidade, os impactos nos mercados foram muito menores. Muito bem.

Isto aqui é uma outra forma de medir a mesma coisa e aqui é a volatilidade implícita do real frente a outras moedas, e nós vamos ver, de novo, que ela foi menor nesta turbulência do que na turbulência de 2006, sendo que essa turbulência no mercado internacional foi muito maior, conforme está demonstrado pela evolução dos investimentos.

Qual é a razão disso? Eu gostaria de passar aqui os últimos cinco ou dez minutos nas razões pelas quais a economia brasileira hoje está mais resistente. Em primeiro lugar metas de inflação versus a inflação medida. Nós vamos ver claramente que a inflação medida em vermelho, comparada com a meta em azul, o intervalo em laranja, nós vamos ver claramente que a inflação brasileira tem tido um comportamento compatível com a trajetória de metas e, portanto, as expectativas, se nós olharmos o verde, estão ancoradas coincidentemente com as metas, mostrando que os agentes econômicos confiam que o Banco Central do Brasil vai cumprir a sua missão básica de entregar inflações consistentes com a trajetória de metas. Se nós olharmos o superávit primário do setor público consolidado, de novo uma outra trajetória consciente de estabilização da economia. Transações correntes, no Brasil, em bilhões de dólares, passando de um déficit aí de cerca de trinta bilhões de dólares no final da década passada para saldos positivos aí oscilando entre dez, catorze bilhões de dólares até agora, de novo um dado de maior resistência da economia brasileira. Reservas internacionais, em conseqüência, saindo aí de um piso de cerca de dezesseis bilhões de dólares para cerca de cento e sessenta e dois bilhões de dólares no dia 20 de setembro. Muitas pessoas tinham dúvidas sobre a conveniência de se carregar essas reservas na medida em que as reservas têm custo, certamente, mas têm benefícios importantes que ficam mais conhecidos neste momento, por exemplo, se nós levarmos em conta, além disso, que o Brasil fez um pagamento importante de dívidas que eram resultado dos problemas da década de 80, dívidas reestruturadas e depois dos problemas do final da década de 90 com o FMI. O Brasil pagou um total de 41,3 bilhões de dólares de dívidas reestruturadas, e se nós olharmos, por exemplo, a dívida, o Sibond(F) que foi pago em outubro, o resgate antecipado depois de 06 de janeiro a 07 de agosto dos Sibonds(F), os *Brady Bonds*, de novo *Brady Bonds* e dívidas contratuais com o FMI e com o Clube de Paris, no total de vinte e dois bilhões, tivemos um total de quarenta e um bilhões de dólares, e mesmo assim as reservas subiram para cento e sessenta e dois bilhões de dólares. A dívida externa líquida, vemos que caiu de um patamar de cento e sessenta e cinco bilhões de dólares para cerca de 28,9 no final do segundo trimestre.

Indicadores de vulnerabilidade. Os agentes financeiros internacionais, investidores em geral, olham esse tipo de indicador, por exemplo, dívida externa líquida sobre exportações, que caiu de 3,1 para 0,1. Em resumo, nós precisávamos de três anos de exportações para pagar a dívida líquida. Hoje, cerca de dois meses. Dívida externa líquida sobre produto. Era 32,7%, passando hoje para 1,7%. Digamos que isso são tipos de indicadores olhados pelos investidores para mostrar o porquê que o Brasil hoje é mais resistente à volatilidade.

Dívida cambial doméstica. O Brasil reduziu a dívida cambial doméstica que era a dívida doméstica indexada ao dólar, e essa redução foi de cerca de oitenta bilhões de dólares até agosto de 2007, portanto, diminuindo a vulnerabilidade do Brasil na taxa de câmbio. Este é um dado da maior importância, porque hoje, quando o dólar sobe, a dívida pública não sobe, porque ela não é mais fundamentalmente dolarizada. Hoje o Brasil tem uma posição credora em moeda externa, portanto, quando sobe o valor do dólar, na realidade a dívida pública tende a cair, o que funciona como um amortecedor, portanto, muito importante.

O impacto, como eu mencionei, de 1% da variação cambial na relação dívida líquida sobre produto, 1% de variação cambial gerava trinta e um pontos base de

aumento da dívida pública, da relação da dívida pública sobre produto em 2002, e hoje um aumento de 1% do valor do dólar, 1% de variação cambial, leva a uma diminuição de nove pontos base da dívida pública.

O risco Brasil, a evolução, como mencionamos, e aqui a diferença entre o risco Brasil e demais emergentes. O risco Brasil tinha um diferencial negativo em relação aos emergentes, era maior o risco do país, e isto, esta diferença foi diminuindo e hoje é positiva, isto é, o risco Brasil é um pouquinho menor do que os demais emergentes, e aqui retirando-se dos demais emergentes Brasil e Argentina. Risco Brasil, aqui uma evolução entre o risco Brasil, em amarelo, e o índice de aversão a risco. Nós vimos que no passado o risco Brasil oscilava junto com a aversão internacional risco, e em alguns momentos, como em 2004, por exemplo, o risco Brasil subiu mais até do que o índice de aversão ao risco, e agora tem um comportamento dramaticamente diferente, isto é, o índice de aversão ao risco subiu de uma maneira importante nos mercados internacionais e o risco Brasil subiu de uma maneira discreta. Isto mostra, de novo, uma maior resistência da economia brasileira nas turbulências do mercado internacional.

Srs. e Sras. Senadoras, basicamente era a nossa mensagem básica e, Sr. Presidente, gostaríamos, portanto, de passar à fase mais interessante que é podermos trocar um pouquinho de idéias sobre esses indicadores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Bom, eu queria agradecer ao Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles, essa exposição que eu acho bastante consistente, traz uma série de indicadores, mostra aí a resposta bastante competente que a economia brasileira deu a essa forte turbulência financeira internacional, em geral com um desempenho bastante superior aos países em desenvolvimento, e que estamos colhendo resultado de um trabalho eu diria importante de redução expressiva da vulnerabilidade externa. Eu sou o primeiro inscrito, mas eu falarei após, vamos manter os outros inscritos na ordem que foi a assinatura aqui na mesa. O primeiro a chegar foi o Senador Jefferson Peres, então é o primeiro a falar. Eu pediria só brevidade nas intervenções para que todos possam falar, são vários os inscritos.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Bom dia Dr. Meirelles, bom dia demais diretores. É um prazer recebê-los aqui, gostaria que num clima mais ameno, numa situação normal, o que infelizmente esse Senado não vive, mas eu não vou perder essa oportunidade não. Fiquem tranqüilos que não é para criticá-los não. Eu sou crítico contumaz de qualquer Governo, sempre, mas nunca critiquei o Banco Central, sempre concordei integralmente com a política do Banco Central desde o Governo anterior, quando V. Exª. se viu numa situação muito difícil, era imprensado por centrais sindicais, por empresários de todos os lados, era uma torques pedindo a sua cabeça e de seus companheiros, e u dizia aqui que a política do Banco Central estava correta. O Banco Central tem que ser isso mesmo, é um pitt bull como guardião da moeda, e faz uma política social, paradoxalmente ao que se pensa, de alta relevância. Não sei o que é mais eficaz, talvez ambos, se o bolsa-família ou a política monetária do Banco Central. Eu acho que o Banco Central impede que o trabalhador seja roubado pela inflação de parte de seu salário. É por isso que hoje um pensionista de salário mínimo talvez possa comprar uma geladeira com um prazo de trinta e seis meses e uma casa, incrível, com prazo de vinte e cinco a trinta anos, Dr. Meirelles, mas os demagogos só apontavam o Banco Central como implacável inimigo do social. O que é que se vai fazer com a má-fé e com a burrice? Dizia um tio meu que a burrice é incurável, é a pior das doenças mentais porque é incurável.

Mas, Dr. Henrique, vamos ao que interessa. Eu não vou fazer perguntas sobre o que V. Exª. acha dos efeitos a médio prazo da crise dos subprimes no mercado imobiliário americano porque eu acho temerário isso, é bola de cristal, é exercício de adivinhação, nós vivemos hoje num mundo em que eu acho que qualquer previsão, além de trinta dias, é temerário. Ninguém sabe o que vai acontecer de bom e de ruim, tudo será mera especulação, mas eu gostaria de outra coisa, para satisfazer a minha curiosidade apenas. Quando eu estudei a economia, já faz muito tempo, se usava como instrumentos clássicos de controle da inflação, além da taxa de juros, mais três outros que seriam: as operações de open marketing, a taxa de redescontos e o recolhimento compulsório, e eu só vejo colunistas econômicos se ocuparem exclusivamente da taxa de juros. Eu perguntaria a V. Exª.: esses instrumentos ainda são utilizados pelo Banco Central do Brasil ou no mundo de hoje, nas condições do mundo de hoje, eles já se tornaram de certa forma ineficientes ou ultrapassados? É só isso que eu quero fazer. No mais, nota dez para V. Exª. e o Banco Central.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado, Senador. Em relação a esse desempenho da economia brasileira, eu gostaria de dizer que o Brasil está vivendo, em nossa avaliação, um momento muito importante, porque nós estamos vendo agora os benefícios da estabilidade. Durante muito tempo o Brasil se preocupou muito com os custos da estabilização e agora nós estamos vendo os ganhos da estabiliza-

ção. Então isto é muito importante, sejam os ganhos sociais, que aumentam do poder de compra do trabalhador, como o senhor mencionou, seja também os ganhos de ordem macroeconômica, e, portanto, de fato, isso é um momento muito importante. Em relação à sua pergunta especificamente, no passado se usou de diversos mecanismos para o controle da inflação. Houve um período, por exemplo, em que prevaleceu a visão chamada monetarista, que era o controle dos agregados monetários, os Bancos Centrais fixavam metas de agregados monetários. Houve outros momentos em que os Bancos Centrais fixaram meta de taxa de câmbio. No Brasil, por exemplo, tivemos esse período, onde a âncora da inflação era a taxa cambial. Muito bem. No caso das metas de agregados monetários, o que aconteceu durante a evolução dos mercados é que, devido à questão de meios de pagamentos eletrônicos e outras, a volatilidade dos meios de pagamento aumentou muito, independentemente do que necessariamente estivesse acontecendo, não necessariamente co-relacionado com a inflação, melhor dizendo. Isto fez com que os Bancos Centrais, com o tempo, deixassem de abandonar o que era chamado, portanto, de meta intermediária, e passasse à meta de fato de inflação, que é o objetivo último da política monetária. Abandonou-se as metas de câmbio em função de crises cambiais. recorrentes em todos os países que tinham metas de câmbio, na medida em que conclui-se que a função dos mercados de câmbio principal é exatamente absorver os desequilíbrios dos diversos mercados, portanto, o câmbio flutuante é um mecanismo de maior estabilidade. Em relação ao funcionamento específico, no entanto, como colocado por V. Exª., as chamadas taxas de open, de uma certa maneira elas ainda são relevantes. Hoje com outro nome e outras estruturas. Na realidade nós estamos falando aqui exatamente, por exemplo, da meta SELIC ou da meta dos fetfans(F), quer dizer, hoje o Banco Central fixa a taxa de juros de curto prazo, e a maneira dela assegurar que essa taxa de juros de curto prazo seja aquela fixada pelo Banco Central, no caso do Brasil a SELIC, é exatamente a intervenção dos Bancos Centrais nos mercados que antigamente se chamava dos *open marketings*, que é o mercado das taxas do overnight, que nos Estados Unidos são a taxa dos fetfans(F). Portanto, esse é o mecanismo que os Bancos Centrais usam para influenciar as taxas de juros no mercado, as taxas de juros de médio e longo prazo que, de fato, em última análise, influenciam a atividade econômica. O compulsório continua sendo usado como instrumento de política monetária.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Qual é o percentual hoje?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – O percentual no Brasil chega ao máximo de cerca 45% para alguns tipos de instrumentos financeiros e a média deve estar aí em cerca de 29%, 30%, oscilando, oscila um pouco, dependendo dos diversos tipos de depósito, depósito a prazo, poupança, depósito à vista, oscila aí numa faixa entre 25%, um pouco acima de 30%, um pouco abaixo disso, mas digamos que esse é um percentual dos compulsórios no Brasil. As taxas de redesconto, elas existem, mas o redesconto é muito pouco usado porque os bancos que usam o redesconto tendem a ficar estigmatizados no mercado, haja vista o que aconteceu na Inglaterra recentemente com o Norden Trust(F), quando esta empresa de crédito imobiliário socorreu-se, através do redesconto do Bank Flingan(F), e, em conseqüência, sofreu uma corrida bancária, quer dizer, isto não é ... é um sinal digamos de insegurança, mas é um mecanismo importante.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Não é uma rotina dos bancos redescontarem no Banco Central aqui no Brasil?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Não, o chamado redesconto clássico de contratos não, não é uma rotina. No Brasil, por exemplo, nesta administração, não houve nenhum contrato de redesconto firmado com o Banco Central nos últimos quatro anos e meio. Nos Estados Unidos o FED baixou a taxa de redesconto e incentivou, facilitou o redesconto exatamente para melhorar essa crise. O Bank Flingan(F) também no final e o Banco Central Europeu, eles facilitaram as garantias, isto é, os contratos passaram a ser de diversos tipos de papéis, os Bancos Centrais começaram a aceitar papéis mais diversos para facilitar o redesconto, e nos Estados Unidos, inclusive, interessantemente, para quebrar um pouco esse estigma, cinco dos grandes bancos americanos anunciaram logo no primeiro dia, depois que o FED anunciou a flexibilização das regras, que estariam fazendo o redesconto de valores pequenos exatamente para tentar quebrar um pouco o estigma do redesconto, para que o redesconto pudesse ser usado exatamente da maneira que o senhor descreveu, mas hoje ele não é um mecanismo largamente utilizado porque as instituições se preocupam com isso. Aquela questão do FMI, tem uma questão similar agora do FMI, que se discute agora a questão de uma linha de crédito do FMI para ajuda a países que tenham uma boa saúde financeira, mas que possam ter problema em momento de turbulência. O problema é que a maior parte dos países que tem de fato uma boa saúde não querem se candidatar a essa linha porque seria uma demonstração de preocupação. É esse um pouco do dilema desse tipo de mecanismo.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu agradeço ao Presidente Henrique Meirelles. Como o Senador Jefferson Peres foi o primeiro a chegar e o primeiro a argüir, eu sabia que ele ia fazer esses elogios todos, ele falou sozinho, mas agora vamos ter que fazer perguntas de três porque são muitos os inscritos. Vamos fazer blocos de três para agilizar a argüição. O próximo inscrito é o Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu cumprimento novamente o Presidente do Banco Central que tem tido, a convite de V. Exª., o empenho de vir sempre a essa Casa. Eu gostaria de perguntar o que é que o Presidente do Banco Central acha da proposta do ex-secretário de política econômica do Ministério da Fazenda, que é Professor da Unicamp, o Sr. Júlio Sérgio Gomes de Almeida, onde ele quer, Sr. Presidente, e afirmou isso numa entrevista ao Estado de São Paulo, ele quer que a dívida pública seja administrada de uma forma diferente do que é hoje, e ele propõe inclusive um comitê de dívida pública semelhante à do comitê de política monetária do Banco Central que reúne todos os diretores do Banco Central para definir a taxa básica de juros da economia. Segundo ele, Sr. Presidente do Banco Central, o comitê de dívida pública ajudaria o Ministro da Fazenda a dar as diretrizes, sobretudo executar a estratégia de financiamento da dívida. O tema, diz ele, é importante demais para ficar nas mãos de um órgão apenas, e acrescenta ainda nessa entrevista que as diretrizes e a própria gestão da dívida fiquem não mais só nas mãos do Tesouro, mas sejam conduzidos por esse novo órgão. Era essa a pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu agradeço ao Senador Garibaldi. O próximo é o Senador Delcidio Amaral, depois a Senadora Kátia Abreu.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – Eu quero cumprimentar o nosso Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, a diretoria. Primeiro, Presidente, quero parabenizá-lo pelo trabalho, mais do que nunca pelo controle emocional em função de todas as pressões que V. Exª. enfrentou, seguro, com uma equipe segura e sabendo muito bem o que ia fazer. Guardadas as devidas proporções, nós estamos falando-se de Agências reguladoras, e o Banco Central, de certa maneira, guardada as devidas proporções, assim numa visão muito primário, é talvez uma Agência reguladora que deu certo, com independência, com autonomia, com firmeza, e estão aí os resultados. Eu acompanhei atentamente a exposição de V. Exª., as vantagens do câmbio flutuante, das metas de inflação, tive a oportunidade aqui também de analisar, olhar aqui não só o comportamento da inflação, a estabilidade alcançada, o desempenho das transações correntes de quase 10,6 bilhões, as reservas internacionais, aqui tem um gráfico importante que é o risco e a aversão ao risco, o desempenho da economia brasileira em função de toda essa oscilação que o mercado internacional enfrentou nas últimas semanas, e eu queria fazer três perguntas para V. Exª. A primeira, Sr. Presidente, na visão do Banco Central quando o Brasil alcançará o *investment grade*? Evidente que depende, como disse o Senador Jefferson Peres, isso depende também de uma série de outras variáveis, mas eu acho que essa discussão é uma discussão importante porque demonstra nitidamente o que essa curva determina com relação ao risco Brasil e a aversão ao risco. Segundo, a questão do déficit nominal zero, quer dizer, a influência do déficit nominal zero, inclusive com a política de juros adotada em função dessa redução dos juros, quer dizer, como que fica essa meta do déficit nominal zero, que eu acho que é também uma vitória importante além das grandes vitórias que foram conseguidas na economia brasileira ao longo dos últimos anos, e a terceira pergunta é ouvir de V. Exª., em função até das medidas tomadas pelos Bancos Centrais Europeus, pelo próprio Banco Central Americano, como o Banco Central olha hoje o sistema financeiro internacional, fruto dessas medidas, e quais os cenários que o Banco Central antecipa com relação a essas medidas, com relação a essa reação nas Bolsas européias, Bolsas asiáticas e, inclusive, na Bolsa brasileira, que ontem teve um dia memorável, mas quais são os cenários que o Banco Central efetivamente tem trabalhado em função desse balanço que tivemos nas últimas semanas? E no mais é mais do que nunca parabenizar, Sr. Presidente, a V. Exª., à diretoria, aos técnicos do Banco Central, pelo grande serviço que tem feito pelo Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu agradeço ao Senador Delcidio Amaral. A próxima é a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Presidente. Eu quero agradecer a presença do Presidente do Banco Central e dos seus diretores e gostaria apenas de fazer uma pergunta baseada numa materializa no jornal o Estado de São Paulo, de terça-feira, dia 25 de setembro, aonde alerta para a queda na taxa básica de juros, que caiu 22%, e a despesa com juros do Governo que teve uma redução de apenas 2%, inclusive sugere a criação de um comitê de dívidas públicas, que a administração dessa dívida pública deveria sair da mão do Tesouro, da exclusivida-

de do Tesouro, e montar um comitê de outras instituições, de outros Ministérios, quer dizer, sugerindo que há alguma coisa errada em termos de gestão nessa condição da redução com os gastos do Governo, com os juros terem recuado 2% e a taxa básica 22%. Eu gostaria que o senhor pudesse falar a respeito deste assunto. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Com a palavra o Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles, para responder às três argüições.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Pois não. As perguntas dos Senadores Garibaldi Alves e da Senadora Kátia Abreu são basicamente a respeito do mesmo assunto, que é a questão da despesa de juros num período determinado ter caído menos do que aquela da taxa base de juros – SELIC, e, portanto, qual é a implicação disso, em primeiro lugar, em segundo podemos falar o porquê isto ocorreu e, em terceiro lugar, um comentário a respeito do possível comitê de gestão da dívida público, conforme sugerido e mencionado pelo Senador.

Bom, em primeiro lugar o Brasil, em função da sua grande instabilidade no passado, não era capaz de emitir títulos de dívida pré-fixados, isto é, a maior parte dos países, se nós olharmos hoje para os Estados Unidos, Europa, Japão, na maior parte dos países os títulos são todos pré-fixados, isto é, o Tesouro americano paga lá uma taxa de juros – *Treasury Bills*(F) (0:53:02) por trinta anos, por dez anos, por vinte anos. No Brasil, como existia uma certa insegurança quanto ao futuro, os títulos do Tesouro Nacional eram indexados a algum tipo de índice. Por exemplo, no Brasil, nós tínhamos a indexação à inflação, temos ainda alguns títulos como a NTB, por exemplo, que é indexado à inflação. Todos os países têm um pouco disso, mesmo os Estados Unidos, é importante ter um pouco de títulos indexado à falação, mas no Brasil nós já tivemos, em alguns momentos, percentuais maiores do que a média dos países, apesar de que a política básica de dívida pública, na maior parte dos países, é pré-fixado, como eu mencionei, mas sempre se emite um pouco de dívida pós-fixada por razões diversas. No Brasil nós tínhamos os títulos e temos ainda indexados à SELIC, que é no fundo ao que nós estamos nos referindo. São títulos que variam, pagam de acordo com a variação da SELIC, e nós tínhamos também os títulos cambiais, temos ainda alguns poucos remanescentes, que são aqueles títulos indexados ao dólar. Bom, isso é aquilo que nos mercados internacionais e nos Bancos Centrais se chama de pecado original, é aquele país que não consegue emitir a própria moeda, então ele tem que emitir na moeda do outro, indexado à moeda do outro. Nós tínhamos esse problema de indexação ao dólar. Na medida em que a economia brasileira foi se estabilizando, nós, em primeiro lugar, ... (ininteligível – 0:54:39), nós tivemos a possibilidade de eliminar a indexação cambial da dívida doméstica, o que é um dado extremamente positivo, na medida em que diminui a volatilidade da dívida pública com a mudança do patamar de taxa de câmbio. Em resumo nós não temos mais aquele circulo vicioso do passado. Em segundo lugar está diminuindo também a parcela da dívida indexada à SELIC, o que significa que o Tesouro Nacional, mais e mais, está emitindo títulos pré-fixados. Evidentemente que no momento em que há uma queda pronunciada da SELIC, como houve nesses últimos dois anos, nós temos este efeito mencionado por muitos, quer dizer, e a comparação é a seguinte: "ah bom, se tivesse mantido a dívida pública totalmente indexada à SELIC, por exemplo, teria caído mais". É possível. Por outro lado é importante notar que o fato de uma parcela maior da dívida ser pré-fixada, ela dá mais estabilidade e aumenta a resistência a choques. Por quê? Porque no momento em que há, por exemplo, um possível choque, como tivemos em 2002, por exemplo, quando a SELIC teve que subir muito, ela subiu desde 2001 até o final de 2002, ela subiu de cerca de 15,25% para 25%, e depois 26,5% no início de 2003. Um movimento como esse, ele aumenta também o custo da dívida. Se nós temos a maior parte da dívida pré-fixada, quando tem uma subida da SELIC, isto impacta o custo da dívida. Evidentemente que tem um movimento reverso, que a SELIC cai mais rápido normalmente quando está caindo do que a pré-fixada, principalmente porque em sendo pré-fixada o efeito não é imediato, tem que esperar que vençam os títulos para que os novos títulos já tenham uma taxa menor e etc. Então os títulos pré-fixados, eles funcionam também como um certo amortecedor, que onde quando cai a SELIC, ele cai mais devagar, e quando sobe, também sobe muito mais devagar. A experiência de política monetária e de gestão de dívida pública e mesmo dívida privada no mundo todo tem mostrado que dívidas pré-fixadas, por causa desse fator estabilizador, a longo prazo, são mais saldáveis. Portanto, eu tenho a avaliação que o Tesouro Nacional está fazendo um trabalho de qualidade, um trabalho responsável na gestão da sua dívida. Eu não compartilho com esse tipo de críticas ao Tesouro Nacional exatamente porque nós estamos vivendo um determinado momento e, de fato, como eu mencionei, se nós temos uma parcela cada vez maior da dívida pré-fixada, no momento que a SELIC cai, ela demora a cair, e portanto se nós pegarmos este momento, nós vamos dizer: "se tivesse variado teria caído mais rápido". É verdade, mas por outro lado, quando

sobe, o efeito é contrário. Em resumo, eu acho que a política de estabilização, a longo prazo, ela tem benefícios. Em relação à questão de administrar assim ou de outro lado, quer dizer, me parece que a proposta é que fosse vários secretários da Fazenda que fizessem parte desse comitê, eu acho que aí é uma questão de administração interna do Ministério da Fazenda em como organizar, agora a caminho avaliação pessoal, perguntado pelos Senadores, é que o Tesouro Nacional está fazendo um trabalho de alta qualidade.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Se V. Exª. me permite é só uma pequena intervenção, Sr. Presidente, mas os títulos pré-fixados são bem mais caros, é por isso que há essa ...

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Depende, Senador. Como eu mencionei, no momento em que a SELIC está caindo, sim, mas no momento em que a SELIC aumenta, não, porque aí os pré-fixados não são substituídos imediatamente e, portanto, tem um fator estabilizador. Essa é a experiência da maior parte dos países, por isso que a maior parte dos países usam, na grande maioria da sua dívida, serem emitidas em títulos pré-fixados, exatamente por isso, porque ela diminui a volatilidade. Agora o senhor tem razão, no momento em que está caindo a SELIC, se nós tivéssemos toda a dívida pós-fixada e indexada à SELIC, nós tínhamos uma queda mais rápida, não há dúvida.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – (pronunciamento fora do microfone e falha no áudio).

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Houve uma interrupção do som e eu não ...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – O Senador disse que nós não aproveitamos bem a trajetória de queda da SELIC.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – É uma colocação tecnicamente interessante, porque se pode ler isso de duas maneiras, Senador. Uma deles é dizer: olha, a médio prazo nós poderíamos ter mantido a dívida totalmente indexada à SELIC ou aumentar a indexação à SELIC, não é verdade, e com isso nós teríamos tirado mais proveito do momento em que a SELIC caiu. Sim, mas nós teríamos maior problema talvez no momento de preocupação dos mercados. O fato de que está tudo funcionando tão bem mostra que a estabilidade também na área de gestão de dívida tem algumas vantagens importantes. Eu gostaria de mencionar que ainda 38% da dívida doméstica é indexada à SELIC, ela não está totalmente indexada, ela não é totalmente pré-fixada, digamos, sem a ausência de indexação.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, o senhor tocou no ponto da minha questão. O senhor disse que ainda 38% está atrelada à SELIC. Não foi exatamente aqui um questionamento, eu quero que o senhor me tire a dúvida, mas não foi exatamente a velocidade dessa substituição que causou essa defasagem tão grande e por isso a sugestão desse comitê? Porque a preocupação de tudo isso, como fazer, a velocidade ou não, eu acho que o Banco Central tem todos os fundamentos e os números para poder agir nessa hora, mas a nossa preocupação, a minha pessoalmente, é que nós sabemos que o juros é a maior despesa do setor público brasileiro, e isso nos preocupa muito, mesmo porque nós estamos aí todos esperançosos de que nós possamos abaixar a carga tributária brasileira, e nós só faremos isso quando nós conseguirmos diminuir as nossas despesas como um todo. Então eu repito: a velocidade dessa troca, dessa substituição de títulos não atrelados à SELIC não foi com uma velocidade muito grande gerando essa defasagem maior?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Senadora, de novo é a questão base que eu mencionei. Vamos supor que a velocidade fosse zero e nós tivéssemos substituído toda a dívida cambial por dívida indexada à SELIC. No momento em que a SELIC caiu, a despesa teria caído mais rápido, não há dúvida, a senhora tem absoluta razão nisso, S. Exª. está certa. Por outro lado, como eu disse, em outros momentos isso funcionaria ao contrário. Então existe uma política no mundo inteiro, de setor público e privado, de não indexar suas dívidas exatamente visando dar uma estabilidade no endividamento público, isto é, se a taxa de juros oscila por questões de política monetária para cima e para baixo isso não faz com que a dúvida pública suba e desça, suba e desça. No Brasil subia e descia com o dólar e subia e descia com a SELIC. Agora cada vez mais não é indexada, é pré-fixada, portanto, e isso têm vantagens importantes a médio e longo prazo e têm alguns custos de curto prazo. A avaliação do Tesouro Nacional me parece correta e é de que vale a pena nós substituirmos esta dívida e ela, na medida que vai sendo substituída, o efeito não é imediato, mas ela existe, Senadora, porque no momento em que os papéis que foram emitidos a juros maiores sejam substituídos por papéis que sejam emitidos a juros menores, nós vamos ter então uma continuada queda das despesas de juros, mesmo em momentos em que a SELIC não necessariamente esteje mais caindo. Agora não há dúvida que há curto prazo tem um certo custo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – O próximo inscrito agora é o Senador ...

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – O Presidente não respondeu às minhas perguntas ainda, porque a Senadora Kátia Abreu e o Senador Garibaldi monopolizaram ...

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS) – É que eram tão importantes as perguntas que ele deixou para o final. Ele o fará imediatamente.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Está certo, Senador, o senhor tem cem por cento de razão. Muito bem, eu vou passar às suas perguntas. Quando o Brasil acusará o *investment grade*. Bem, Senador, isto é algo que eu, na minha vida profissional há muitos anos, já deixei de fazer há muitos anos de tentar prever o que vão fazer as Agências de Rating, porque as Agências de Rating têm os seus critérios, eles têm por função ser mais conservadores do que a média das pessoas, principalmente quando eles fazem a nota dos títulos de crédito, e as Agências de Rating agora estão num momento particularmente delicado, vamos dizer assim, e por quê? Porque um dos problemas dessa atual turbulência nos mercados internacionais é que muitas destas decisões de crédito que nós nos referíamos, subprime e etc, dessa securitização e da venda desses papéis, foi feita baseado nos Ratings dado a cada parcela de empréstimos pelas Agências de Rating, e está um pouco cedo para dizer se houve alguma avaliação correta ou não, porque ainda há muita incerteza sobre exatamente qual vai ser o comportamento de cada tipo de papel quando for vencer e no seu pagamento, na sua adimplência ou inadimplência. Portanto, é um pouco cedo para nós avaliarmos isso, mas de qualquer maneira as Agências de Rating estão sujeitas a um certo questionamento e, portanto, estão sendo corretamente, particularmente, cuidadosas. Agora em dito isso, o Brasil teve aí um *upgrade* no meio da turbulência, foi um dado bastante positivo, interessante. Eu suponho que o Brasil está encaminhando para o *investment grade* num prazo não muito longo, mas, de novo, não é algo a essa altura totalmente previsível. Eu diria ao Senador que não é coisa para muitos anos, é uma coisa digamos assim mais perto de um ou dois anos do que de oito ou dez anos. Eu acho que devemos estar caminhando para lá num passo seguro, mas vamos chegar lá.

Em relação ao déficit nominal zero, o Brasil trabalha com meta de superávit primário, de resultado primário, que me parece uma medida adequada, porque o resultado primário, ele não influenciado pelas taxas de juros que não necessariamente são controladas pelos Governos, taxa de juros, setor de risco, de mercados, percepção de inflação, uma série de coisas, e, portanto, o Governo, o Governo no caso o Executivo e o Legislativo, o Governo tem controle sobre as suas despesas até um certo ponto, devido às limitações constitucionais, e tem um certo controle sobre as suas receitas, também até um certo ponto, mas de qualquer maneira tem mais controle sobre o resultado primário do que sobre o resultado nominal. Portanto, no Brasil, se trabalha com metas de resultado primário, que eu acho adequado, e dentro desta tendência me parece que o déficit nominal zero deverá ser uma conseqüência da evolução e da estabilização da economia brasileira, da queda dos prêmios de risco, portanto, queda das taxas de juros, como tem acontecido nos últimos anos, mas vai depender também de outros fatores, inclusive o próprio superávit primário, a manutenção do próprio superávit primário, etc, além da evolução do produto. Mas eu acho que de fato essa é a tendência, de caminharmos em direção ao déficit nominal zero. É importante mencionar também que hoje o déficit nominal brasileiro já é inferior à meta européia do Tratado de Maastricht, então é um dado muito importante.

Em relação a cenários para os mercados, a terceira pergunta do Senador, eu diria que o cenário base hoje é um cenário onde a economia americana deve crescer um pouco menos do que estava crescendo antes das turbulências e a economia mundial deve crescer possivelmente a taxas equivalentes ou levemente inferiores ao que estava crescendo antes. Em resumo, a economia fora dos Estados Unidos deve sofrer um pouco menos do que a americana. Isso no cenário base, mas existe cenário de risco, existe cenário de recessão nos Estados Unidos. Alguns discutem percentuais e etc, mas o fato é que existe um risco de recessão. Se ocorrer uma recessão nos Estados Unidos, nós teremos aí sim um reflexo maior no crescimento mundial. Por quê? Porque uma coisa é uma queda moderada, uma queda leve do crescimento americano, portanto, um efeito menor no crescimento mundial. Agora se houver uma queda maior do crescimento americano, aqueles países que exportam para os Estados Unidos vendem menos e etc. Além do mais existem outros fatores de incerteza. Por exemplo, na Europa, existe alguma incerteza em relação à própria exposição dos bancos europeus do mercado subprime, quer dizer, pode haver alguma surpresa negativa e que isso afete também o crescimento da Europa, apesar que, de novo, não é aquilo que eu mencionei, o cenário base. Mas existe, sumarizando, uma incerteza maior em relação à economia americana, mas existe algum grau de incerteza em função disso também da economia mundial. Por quê? Porque nós temos instituições e investidores de diversos outros países que investiram nesse merca-

do de subprime americano ou em papéis lastreados em ativos de risco americano, e, portanto, o problema americano não só tem um efeito da economia real, diminuir as importações americanas, se isso atingir a economia real americana, mas tem também efeitos nos mercado financeiros de outros países. Então existe um certo nível de incerteza, mas, de novo, o cenário base é aquele que eu descrevi, o cenário base não significa que é um cenário que vá necessariamente ocorrer, é o de maior probabilidade, mas existe, portanto, algum nível de risco sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu agradeço. O próximo inscrito é o Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior, depois eu farei a minha argüição, depois a Senadora Serys e o Senador Casagrande.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, senhores diretores do Banco Central, Senador Eliseu Resende. Bom, sem dúvida que a gestão do Banco Central tem sido extremamente responsável e eficiente, e nós temos aqui, digamos, a blindagem que é a economia brasileira recebeu, passando por todas as turbulências no mercado internacional, e nós tivemos um comportamento digamos extremamente positivo se comparado a outros países emergentes. Então nós temos que parabenizar a condução do Banco Central durante todo o período e, particularmente, durante o período de turbulência, isso nos deixa mais tranqüilos para que possamos manter a nossa economia sob controle, e a minha intervenção vem um pouco em cima desse assunto. Bom, é a questão das taxas de juros. O cenário externo nos dá um certo conforto, os números estão aí, quer dizer, a economia brasileira resistiu bem à turbulência, é claro que podemos ter mais turbulências, mas de qualquer maneira a blindagem mostra que nesse lado nós estamos um pouco mais tranqüilos. O outro ponto é a inflação, quer dizer, que seria o segundo ponto que influenciaria na tendência das taxas de juros, seria a inflação, que o Banco Central também persegue de uma maneira eficiente e sempre procurando estar dentro das metas de inflação, porque é uma administração inclusive responsável, e o terceiro ponto é a situação fiscal que também influenciaria na tendência de queda ou não das taxas de juros. Então essa é que preocupa mais, porque se nós tivéssemos um caminho para a redução do déficit nominal, embora o Presidente tenha colocado que o resultado primário é o mecanismo de controle, mas de qualquer maneira se a gente parte para uma redução e tem um caminho de tendência zero do resultado nominal, nós teríamos uma condição de reduzir mais, mais rapidamente as taxas de juros. Então nos dois primeiros aspectos eu acho que o Banco Central vem conseguindo controlar, que é da sua atribuição. Já o terceiro não depende do Banco Central, depende da questão fiscal e é uma gestão de política econômica do próprio Governo, Ministério da Fazenda, e esse é que preocupa mais, porque se nós tivéssemos uma política fiscal mais eficiente, ou seja, se nós tivéssemos redução de gastos correntes poderíamos caminhar para uma situação de redução das taxas de juros numa velocidade maior. Isso é uma opinião minha. Então eu só queria o comentário do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu agradeço a excelente intervenção do Senador Antônio Carlos Júnior. Passarei a presidência para o nosso Vice-Presidente para que eu possa fazer a minha argüição.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Com a palavra o Senador Aloízio Mercadante.

SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sr. Presidente, Ministro Henrique Meirelles, eu quero me associar a várias intervenções que reconhecem que o esforço que o Governo e o Banco Central fizeram em superar grave vulnerabilidade das contas externas do país e a política de acúmulo de reservas cambiais foram essenciais para que o país tivesse essa resposta bastante consciente às fortes turbulências financeiras internacionais, que foram muito bem expressas aqui na apresentação. Eu, no entanto, gostaria de, reconhecendo isso, explorar alguns outros caminhos. O primeiro deles é em relação à fiscalização do Banco Central. Eu denunciei à época a operação Marka e Fonte Sidan numa Audiência como essa com o então Presidente Armínio Fraga, que o desdobramento foi uma investigação onde parte daquela operação foi revelada, talvez uma parte dela quem sabe agora o Cacciola voltando ao cárcere brasileiro possa esclarecer, mas aquele episódio e outros que vieram depois, Banco Santos, demonstram que o departamento de fiscalização tem um papel essencial na prevenção à crise, na identificação das vulnerabilidades, portanto, política de redução de riscos sistêmicos. Eu perguntaria, dentro dessa perspectiva, como o Banco Central vê a abertura de capitais, o departamento de fiscalização e, ainda, o departamento de norma de fiscalização, nessa abertura de capital da BM&F. A Bolsa de Mercadorias & Futuros foi criada em 1986 e ela tem como um dos seus fundamentos a autoregulação do mercado. Essa Bolsa é essencial nas operações de swaps cambiais que o Banco Central opera, ela é hoje já a

quinta maior Bolsa do mundo em mercado derivativos e também fundamental nos juros futuros (ininteligível) da dívida pública. À medida que nessa abertura de capitais já houve o ingresso de um *private equit General Atlantic* de um bilhão de reais e essa empresa já opera em várias Bolsas do mundo, ela opera na Bolsa de Futuros de Nova Iorque, ela opera em várias Bolsas do mundo, eu pergunto: uma empresa privada está entrando numa Bolsa que é autoregulada, que é fundamental para a regulação da economia brasileira, e quero saber quais os desdobramentos dessa internacionalização da BM&F, sabendo que é uma empresa que já opera em outras Bolsas, que tem um padrão, portanto, e uma concepção em relação aos desdobramentos do futuro da BM&F, e se o Banco Central vai ou não discutir a autoregulação ou estabelecer regras de funcionamento da BM&F ou eventuais alterações de regras que esse novo sócio privado internacional possa vir a trazer no âmbito da BM&F. Minha segunda questão é em relação às reservas. Se é verdade, e é verdade, e se é positivo, e é positivo, que as reservas foram essenciais para nós podermos imunizar, prevenir o país das fortes turbulência internacionais, de outro ela tem um custo de carregamento fiscal muito alto, o que está evidentemente tendo um impacto do ponto de vista da evolução da dívida pública. Considerando que o FED acaba de reduzir em mais meio percentual a sua taxa de juros, significa que o custo de arbitragem, o custo do carregamento das reservas brasileiras vai aumentar ainda mais, é evidente, dependendo do futuro da nossa taxa de juros. Eu perguntaria se não é hora de diversificar as aplicações do Banco Central como estão fazendo vários países da Ásia, que não estão mais apenas aplicando numa moeda que vem perdendo valor, é evidente que é uma aplicação relevante em termos de custo, de segurança das aplicações do Tesouro americano, mas essa concentração, quase que um monopólio das nossas aplicações nesse tipo de papel, então perguntaria se isso não é um ponto importante. Minha terceira questão, Ministro Meirelles, é que o Banco Central reduziu em nove meses a taxa de juros de setembro de 2005, na realidade um pouco mais, de setembro de 2005 para cá, vamos pegar aí dois anos, reduziu de 19,75% para 11,25%. Foi uma redução bastante forte, especialmente nos últimos nove meses, mas ele ainda menciona que não dá para verificar a materialização deste afrouxamento monetário. Eu perguntaria se o modelo do Banco Central vai sofrer algum ajuste para que a gente possa ter mais capacidade de prevenção em relação a essas questões. E, por último, eu faço uma proposta ao Banco Central que é o seguinte: o Banco Central Americano tem uma coletânea de publicações, por exemplo, isso daqui é a história da inflação, e em vários níveis, até em revista em quadrinhos, para popularizar a história da moeda, a história da política monetária, a história do Banco Central Americano, a história dos cheques e do pagamento eletrônico, enfim, é um trabalho de educação financeira e de educação econômica muito importante. Eu perguntaria se o Banco Central Brasileiro não se disporia, e talvez inclusive em parceria com o Senado que tem condições de participar de uma parceria estratégica como essa, de produção de material didático que permita difundir tanto para o público universitário, mas também para jovens do segundo grau, um material didático para a população em geral, acessível, pedagógico, que permita às pessoas acompanharem com mais competência a história da política monetária, como se forma a taxa de juros, enfim, a história, o papel do Banco Central, a história da moeda, que são conceitos fundamentais para a formação econômica da sociedade brasileira, quer dizer, é um trabalho de educação econômica e financeira que nós poderíamos fazer em parceria com o Senado, o Senado tem uma excelente gráfica, produz material de ampla difusão, e sugiro que nós possamos trabalhar nessa parceria, a CAE se disporia a trabalhar nessa construção, e essa experiência do Banco Central Americano poderia servir de subsídio. Pois não, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Presidente Senador Aloízio Mercadante, eu quero louvar a proposta de V. Exª. dessa publicação do Banco Central, inclusive na forma de revista em quadrinhos para que conte a história do combate à inflação, porque o herói da revista será com certeza absoluta o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso (risos).

SR. SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – V. Exª. está sempre puxando o cordão. Eu acho importante mostrar a história da inflação, inclusive porque nós tivemos vinte e três trilhões de pontos percentuais de inflação entre 1980 e 1994, vinte e três bilhões de pontos percentuais, eu acho que é a mais longa hiperinflação da história, e os benefícios da estabilidade que o país construiu e que estão sendo, não só aperfeiçoados, está aí o aumento, e é muito importante, Presidente, para adicionar essa sugestão do Senador Flexa Ribeiro, mostrar o papel que o combate à inflação e as políticas públicas têm na distribuição de renda, no combate a pobreza, nos indicadores sociais e, seguramente, mostrarão também esse período recente da história do Brasil. Mas feita a sugestão, proponho que a gente possa dar continuidade à argüição, sendo que o próximo inscrito agora é o Senador ...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Presidente, é que o nosso grande líder, Sena-

dor Romero Jucá, ele disse que está tranqüilo, ele vai aparecer nas duas versões (risos).

SR. SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Seguramente, até não sabe quem é o próximo Governo, mas também estará presente (risos). Presidente Eliseu Resende.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Devolvo a presidência ao Senador Aluízio Mercadante.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu agradeço ao Senador Eliseu Resende, e a próxima inscrita é a Senadora Serys Slhessarenko. Como é Audiência de Ministro tem que fazer uma intercalação, agora é o Senador Casagrande e depois a Senadora Serys.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado, Senador Aloízio Mercadante. Eu acho que o Senador Flexa Ribeiro, Senador Aloízio Mercadante, cometeu só um erro em saber quem é o herói. Eu acho que o herói é o povo brasileiro que conseguiu vencer esse tempo todo de juro tão alto e está sobrevivendo ainda. Sr. Presidente Henrique Meirelles, só duas questões rápidas. As perguntas já feitas abordaram temas importantes para a abordagem, especialmente a pergunta do Presidente Senador Aloízio Mercadante, mas só voltando à questão da redução da taxa básica, da Taxa SELIC, entre agosto de 2006 e de 2007 os juros básicos caíram de 34,25% para 11,25%, menos 21%. O juro médio cobrado às pessoas físicas caiu de 137,65% para 131,62%, menos 4,3%, isso no mesmo período, menos 21% a taxa básica e menos 4,3% a taxa cobrada das pessoas físicas. Sempre nessas Audiências Públicas o que se discute é que faltam ainda algumas reformas, algumas medidas, falta o Congresso aprovar algumas medidas, o Governo encaminhar outras. O senhor não acha que já está passando do momento que isso já é desculpa? Porque nós já estamos num nível de estabilidade econômica e de segurança, como exposto por V. Exª. aqui, que já permitiria efetivamente que as nossas instituições financeiras pudessem disponibilizar ou reduzir, pelo menos num ritmo mais acelerado, do que vem reduzindo, e parar de usar esse argumento de que ainda nós não temos toda a segurança para fazer uma redução mais drástica da taxa de juros. Eu, Presidente Henrique Meirelles, eu acho que nós estamos vivendo ainda na vida fácil, na vida fácil, do lucro fácil. O sistema bancário, o sistema financeiro brasileiro, vive a vida fácil de lucros exorbitantes a cada ano e não pensou até agora em colaborar para uma estabilidade da nossa política econômica. Então temos muito que fazer ainda para que a gente possa tirar os obstáculos da frente, mas temos que declarar publicamente que há um nível de irresponsabilidade nessa condução dessas instituições financeiras. Eu queria ouvir um comentário do senhor sobre isso. A outra questão é que nós temos agora a provável aquisição do Banco Real pelo Santander, sendo que isso vai fazer com venha a ser o segundo maior banco privado com atuação no Brasil. O Banco Central anunciou algumas medidas de controle de tarifas bancárias, que é um custo elevado para o cidadão brasileiro que quer permanecer com a conta vinculada a uma instituição. Quais são efetivamente essas medidas, porque isso tem um custo na manutenção de um registro bancário, e se esta concentração que tem acontecido, essas aquisições, fusões, incorporações, isso tem dificultado o trabalho do Banco Central em fiscalizar minimamente essas cobranças de tarifas por essas instituições financeiras? Então eu queria deixar só essas duas questões, já sendo contemplado com as outras perguntas feitas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu só queria esclarecer, aproveitando o Senador Renato Casagrande, das vinte e sete Audiências Públicas que esta Comissão terá que fazer, uma delas é com o Presidente da FEBRABAN. Nós já fizemos o convite, entramos em contato, e a princípio estávamos imaginando que essa Audiência poderia ser na próxima terça-feira, ou na próxima ou daqui há quinze dias, para discutir especificamente tarifas bancárias, há um estudo inclusive da Fazenda com o Banco Central nessa direção, e nós faríamos nessa oportunidade a Audiência Pública sobre tarifas bancárias. Senadora Serys Slhessarenko com a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sr. Ministro, Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, senhores diretores, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. e Sras. Senadores. Em primeiro lugar eu gostaria de dizer ao Senador que preside a CAE, a nossa Comissão, que eu acho da mais alta relevância a sua proposta com relação a essa cartilha, porque eu que só estou Senadora, fui Professora vinte e seis anos numa Universidade Federal, sei, tenho muita clareza, e eu acho que todos nós aqui temos, mas quem é Professor tem mais ainda, que o que vai reverter realmente a maioria das situações, senão todas, é a educação, e só quem conhece compreende e só quem compreende transforma. E se a gente quer realmente caminhar num mundo em que a transformação aconteça a gente precisa da participação da maioria. Participação em todos os sentidos, de compreensão, de entendimento, de conhecimento da situação para poder mudar, porque se você não conhece a situação, você não compreende, e se você não compreen-

de, você não participa, e se você não participa dessa transformação ela acontece de forma muito lenta, e aí é uma cartilha do tipo dessa daí, em que a população brasileira possa entender de uma forma vamos dizer assim popular, através de uma linguagem popular, é fundamental, principalmente para os nossos jovens, para as nossas escolas, para a juventude. Eu diria que isso é fundamental. Mas, Ministro, muito aqui já foi falado na questão dos juros, e por isso eu não vou fazer tergiversações, até porque não é a minha área, mas eu vou fazer uma pergunta bem direta que até já foi mais ou menos feita e o senhor também já falou do assunto, muita coisa já foi falada sobre a política de redução dos juros, que vinha sendo adotada pelo Brasil e que foi afetada pela crise imobiliária dos Estados Unidos. Este mês a redução que era para ser de 0,5% foi de 0,25%. No entanto, lá nos Estados Unidos, após a crise instalada, a redução ainda foi de 0,5%. Eu pergunto: em que medida este fato irá ser considerado pelo Banco Central para continuar com a política de redução dos juros e se o Banco Central pensa em rever sua posição diante da reação americana que foi bem menos conservadora que a nossa? Então na realidade são essas duas perguntas, em que medida esse fato será considerado pelo Banco Central para continuar a sua política de redução dos juros e se o Banco Central pensa em rever essa posição. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Presidente Henrique Meirelles com a palavra.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado Presidente. Em primeiro lugar vou responder as perguntas do Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior. Senador, de fato existe uma série de fatores importantes que influenciam na trajetória da inflação, e nós levantamos em conta, no Banco Central, todos esses fatores, na nossa análise a essa altura a cada quarenta e cinco dias de média, quando fazemos as reuniões do COPOM, e tentamos incorporar a maior parcela possível desses fatores nos nossos modelos macroeconométricos que são aperfeiçoados, mas nós vamos nos referir a isso em relação à pergunta seguinte do Senador Mercadante, e não há dúvida que um dos fatores é a questão fiscal. Agora é importante mencionar que o Banco Central, quando toma as suas decisões, ele toma decisões baseado no conjunto muito grande de fatores, porque hoje, é esse o ponto que eu vou fixar agora e depois serve também para as perguntas seguintes, é que cada vez mais os Bancos Centrais do mundo inteiro trabalham com regime de meta de inflação, e, portanto, no regime de metas de inflação, os Bancos Centrais não trabalham com as chamadas metas intermediárias: "vou fazer isso se acontecer aquilo, se mudar o fator A eu vou tomar a atitude B". Os Bancos Centrais colocam todos esses fatores no seu processo de análise, fazem uma previsão da taxa de inflação e tomam uma decisão na sua previsão de taxa futura de inflação, sujeita a todas as incertezas e etc. Pois bem, nesse fator, portanto, é difícil mencionar exatamente qual é o efeito específico de cada fator. Não há dúvida de que quanto melhor a situação fiscal, quanto melhor os superávits primário e etc, quando melhor o resultado nominal, a médio e longo prazo, em tese melhor a situação na frente inflacionária. Não há dúvida que o Brasil cresceu e amadureceu muito nesse período. Eu estive, Senador, um dia desses, no final do mês de agosto, eu estava numa reunião de economistas, especialistas principalmente em política monetária, mas também especialistas em outras áreas da macroeconomia, nós estávamos discutindo exatamente não só os fenômeno dos mercados, mas a estrutura da economia mundial como um todo e etc, e eu me encontrei com um Professor economista, um senhor já dos seus oitenta anos, ainda muito reputado na economia internacional, onde ele me relatou que ele tinha ensinado no Brasil, feito um curso de pós-graduação e lá se vão cerca de trinta anos, e ele falou: "ainda existe no Brasil aquele negócio da conta movimento", eu falei: "não, Professor, isso felizmente já não existe mais", aí ele falou: "pois é, era o que o Brasil usava para fazer a hiperinflação naquela época e, quando eu falei disso, eu apanhei muito, fui muito criticado, quase me expulsaram do país e etc". O que eu estou dizendo é o seguinte: não há dúvida, Senador, que o Brasil evoluiu e cresceu muito nesse aspecto, mas não há dúvida que quanto melhor o resultado fiscal mais favorável é o resultado para a Nação no fronte inflacionário.

Em relação às perguntas agora do Senador Mercadante, em relação à fiscalização não só do Banco Central como dos diversos Bancos Centrais no mundo inteiro, não há dúvida, Senador, que a fiscalização do Banco Central é fundamental na previsão de crises, e isto está evidente agora nos mercados internacionais quando ficou claro que uma digamos certa liberalidade das normas, principalmente de regulação dos mercados americanos e alguns europeus, na concessão de garantias de linhas de crédito por parte de bancos, que prevalecem nas atuais normas, teve um certo efeito nesse certo exagero dos mercados, e isto está sendo corrigido agora parcialmente por mercados e por Bancos Centrais no mundo inteiro. Em resumo a fiscalização é um fenômeno de melhora constante, de aperfeiçoamento constante, todos os Bancos Centrais estão sempre aprendendo, melhorando, e isto não pára no mundo inteiro. Em relação à situação do Brasil men-

cionada pelo Senador, o Senador mencionou dois casos, um segundo caso, o caso do Banco Santos, e isso mostra, de novo, uma evolução grande da fiscalização e da ação do Banco Central. Vamos dizer, por exemplo, que no caso do Banco Santos não houve nenhum tipo de aporte de recursos públicos, isto é, é uma evolução grande no Brasil se nós compararmos, não só com a situação do Brasil, mas de diversos outros países do mundo inteiro em situações similares no passado, quer dizer, foi uma situação exclusivamente resolvida a ponto de mercado. O Banco Central fez uma intervenção quando concluiu que existia problema e fez a intervenção antes do problema adquirir uma dimensão sistêmica, o que poderia obrigar ou criar um problema de decisão grave. No caso, portanto, houve uma ação a tempo e a hora de maneira a que a intervenção foi declarada, portanto, antes do problema se tornar sistêmico e, portanto, não foi necessário nenhum tipo de uso do aporte público. Portanto o Brasil está evoluindo muito nessa área uma das razões exatamente dessa nossa estabilidade agora é exatamente não haver a menor suspeita de crises no sistema financeiro brasileiro. Eu gostaria de chamar a atenção para uma regulamentação emitida pelo Conselho Monetário Nacional, no final do mês de junho, onde, por sugestão do Banco Central, o Conselho Monetário Nacional determinou um maior aporte de capital para a exposição cambial dos bancos brasileiros, e isso foi importante porque isso foi um fator que ajudou a diminuir a exposição cambial dos bancos brasileiros antes dessa turbulência, e, portanto, quando veio a turbulência os bancos brasileiros estávamos menos expostos. De novo o exemplo para o Senador da fiscalização preventiva e da ação preventiva. Em relação à abertura do capital da BM&F, é importante mencionar que a questão da desmutualização da BM&F e a sua incorporação como empresa e abertura de capital na Bolsa, isto é uma aprovação da CVM, quer dizer, isto não é aprovação do Banco Central. Apenas uma observação formal. Agora ...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas CVM e Banco Central.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – ... Não, não, a aprovação formal é da CVM, o Banco Central não regula especificamente a Bolsa. O Banco Central entra em alguns aspectos de governança da Bolsa, que eles discutem, inclusive foram e discutiram com o Banco Central, o Banco Central analisou algumas normas de governança em relação a essa proposta de desmutualização, mas, de novo, a Bolsa não é uma instituição financeira regulada pelo Banco Central. A Bolsa tem uma subsidiária, que é um pequeno banco, o Banco BM&F, este sim é regulado e autorizado a funcionar pelo Banco Central. Mas a Bolsa em si, não. Em relação à situação como geral, de novo, o Banco Central, juntamente com a CVM, no entanto, fez uma avaliação ...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só uma ponderação. Partindo da experiência dessa crise, e eu compartilho integralmente com o que o Presidente falou a pouco, que um dos problemas desse mercado subprime é exatamente a falta de uma regulação, quer dizer, dividir esse mercado em três, depois alavancaram em dez no mercado futuro e com empréstimos para pessoas que não tinham garantia, não tinham renda e não tinham histórico, e deu no que deu, com um tamanho de prejuízo que nós sabemos exatamente o que é. Ora, o mercado derivativo hoje é um mercado absolutamente essencial para as tarefas do Banco Central na defesa da moeda e na regulação. É indispensável que o Banco Central se atenha ao mercado futuro, por exemplo, de operações swaps cambiais, que é um dos mercados fortes de atuação do Banco Central, ou o mercado derivativo de juros que todo o red(F) da dívida pública está exatamente nesse mercado. Eu me pergunto se não é um desafio do Banco Central discutir o problema da regulação desses mercados. Até agora nós tivemos uma autoregulação de uma Bolsa que era um mútuo e que agora abriu o capital e entrou um *private equit*, uma empresa que opera em várias bolsas do mundo, estamos internacionalizando com uma empresa que já opera em vários mercados. Como ficará o problema da regulação desses mercados?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Pois não, Senador. De fato o senhor tem absoluta razão. V. Exª. aponta com precisão de que a regulamentação, como eu disse hoje, e a fiscalização, usei um exemplo inclusive da questão cambial, da exposição cambial dos bancos brasileiros, mostrando como a regulamentação e a regulação e a fiscalização é importante. Em dito isso, existe sim regulação das Bolsas, não há dúvida que existe. O que eu disse apenas é que a regulação direta das Bolsas é feita pela CVM e não pelo Banco Central. Tal qual, por exemplo, a regulação e fiscalização das empresas de seguro é feita pela SUSEP, tal qual a fiscalização dos fundos de pensão é feita pela Secretaria de Previdência Complementar, tal quando dos fundos mútuos e etc é feito pela CVM. O que eu quero dizer é o seguinte: é essa a estrutura regulamentar e fiscalizatória só sistema brasileiro. Não há dúvida de que o Banco Central presta atenção e monitora, cuidadosamente, todos esses setores, quer dizer, o desempenho dos fundos mútuos não só de derivativos, mas mesmo aplicações em Bolsas ou em pré-fixados é de alto interesse do Banco Central e nós monitoramos isso com todo o rigor e toda a preci-

são. Agora a regulamentação específica das normas de fundo e etc é feita pela CVM e também, em última análise, pelo Conselho Monetário Nacional. E dos fundos, por exemplo, ou do caso dos seguros, por exemplo, da SUSEP, ou no caso dos fundos de pensão da Secretaria de Previdência Complementar, e, de novo, o Banco Central monitora cuidadosamente tudo isso, mas ele não regulamenta e supervisiona todos os aspectos. Isso é a decisão estrutural, regulamentar do Brasil, inclusive segundo decisão legal emanada dessa Casa, e, portanto, não nos compete questionar a nossa autonomia regulatória, digamos assim, versus outras Agências reguladoras. Em relação à coordenação, Senador, tem absoluta razão. Foi instituído, Senador, acerca de dois anos, o COREMEC, que é exatamente o Conselho Regulador de Mercados de Capitais, aonde essas diversas entidades se encontram, através de uma presidência rotatória, inclusive a primeira presidência foi do Banco Central, posteriormente da CVM e etc, e existe uma inter-relação e uma troca de informações constantes. Portanto, existe sim uma coordenação de atividade entre esses diversos órgãos regulatórios. Eu gostaria de mencionar, no entanto, que o Brasil tem uma vantagem em relação a outros países, e um exemplo grande é de um país europeu recentemente, quando houve uma descoordenação aparente entre Agências reguladoras do sistema financeiro, porque em alguns países a fiscalização dos bancos e das instituições financeiras, Senador, é feita por uma outra instituição e a política monetária pelo Banco Central, e a função de emprestador de últimos recursos também é do Banco Central. Isso a experiência está mostrando que isso pode gerar, em algumas situações, um certo risco. Portanto, é importante que o Brasil, por exemplo, mostrou o fato de ser integrado a fiscalização dos bancos com a política monetária, e isso têm vantagens importantes. Eu gostaria apenas, antes de terminar em relação à questão das Bolsas, para mencionar o seguinte: é uma tendência mundial a desmutualização das Bolsas e a capitalização. Por quê? porque em primeiro lugar isso permite às Bolsas ter mais acesso a capital, em primeiro lugar, permite uma gestão mais profissional e permite com que as Bolsas não sejam apenas propriedade dos corretores, ela permite uma gestão mais profissional.

Em relação à questão que o Senador coloca da participação de uma empresa internacional na Bolsa, na BM& F no caso, é uma observação pertinente, mas evidentemente tudo isso tem que estar regulado não por proibição, mas por limitação, e me parece, pelas informações que nós dispomos, que é cerca de 10% da capitalização, que tem também algumas vantagens importantes, no sentido de que isso também dá um patamar de preço para a comercialização das ações da Bolsa e etc, e é, de novo, algo que dá maior liquidez no processo. Mas de novo, Senador, é um processo internacional, mas o Senador tem absoluta razão, isso tem que ser perfeitamente monitorado e regulado pelas autoridades regulatórias no seu respectivo âmbito de atuação, sendo que o Banco Central está olhando isso e, inclusive, pode opinar sim e analisar as propostas, as estruturas de governança da BM&F já desmutualizada, se isto de fato vier a ocorrer.

Em relação agora à questão das reservas, de fato existe uma tendência de diversificação de reservas, diversificação em relação ao dólar de diversos países, mas temos que separar um pouco esses diversos movimentos aqui, Senador, que é o seguinte: em primeiro lugar o Brasil tem uma parte importante das suas reservas que serve como uma proteção, um chamado red(F), da sua dívida externa, do Governo, principalmente, fundamentalmente, mas também de uma certa maneira do país, e a dívida externa brasileira fundamentalmente é em dólares. Portanto, não há dúvida de que aquela parcela equivalente ao endividamento externo da República idealmente deve estar na mesma moeda, o endividamento e reserva. Aquela parcela que excede o endividamento público, mas ainda é inferior ao endividamento do país, existem aí diversas fórmulas de diversificação, e certamente aquilo que vier a exceder em algum momento o endividamento total do país, aí não resta a menor dúvida que isso tem que ser objeto de uma diversificação de moeda, mas o Brasil está num processo de diversificação a sim, naquela parcela superior ao endividamento público, e estamos olhando isso, monitorando todos os Bancos Centrais do mundo, e temos estudos sérios nesse sentido de cada vez mais ter uma diversificação. Mas, de novo, é importante notar que o endividamento externo brasileiro é fundamentalmente dólar, o que significa que se o dólar cai, cai não só a reserva em reais, mas cai também a dívida em reais e, se cair o dólar em relação a outras moedas, cai também o valor do passivo e do ativo em outras moedas, mas, de novo, ...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Presidente, só uma perguntinha nessa questão. Está correto, as reservas são red(F) em relação à nossa dívida, agora o mundo inteiro hoje especula com terceiras moedas contra o dólar. Nós temos visto, ao longo dos últimos anos, uma tendência de queda acelerada da relação dólar com qualquer outra moeda, não só o real. É só pegar com relação ao euro, talvez seja do ponto de vista substantivo, mais relevante. Se nós temos uma arbitragem significativa da taxa de juros e nós estamos assistindo agora o FED reduzindo em 0,5% a taxa de juros, o custo de carre-

gamento fiscal das reservas é um fator fundamental na consistência da política macroeconômica, quer dizer, se nós diversificarmos as aplicações, pelo menos uma parte das aplicações, nós vamos diminuir o custo financeiro e fiscal de carregamento das reservas e vamos continuar trabalhando com moedas fortes, que tem liquidez e que evidentemente preservam a função do Banco Central de defesa da moeda em qualquer que seja o cenário, mesmo porque ninguém projeta uma trajetória do euro que não seja esta que nós estamos assistindo, por exemplo. Então vários Bancos Centrais da Ásia já estão diversificando as suas aplicações em função desse reconhecimento, e é isso que eu, na realidade, recomendaria, sugeriria ao Banco Central que avaliasse com mais profundidade.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – ... Em primeiro lugar aceitamos de bom grado a sua recomendação, Sr. Presidente, e diria mais, nós já estamos estudando isso, como eu mencionei, já é um estudo sério e aprofundado do Banco Central já há bastante tempo e estamos encaminhando nessa direção, mas eu gostaria apenas de observar um aspecto importante: é que principalmente em países asiáticos, e alguns deles que estão mais notórios hoje nessa questão de diversificação de reservas, não há uma parcela importante das reservas ou até a maior parte que seja red(F) da dívida externa, porque alguns desses países não tem dívida externa substantiva. Então a reserva é realmente meramente um ativo líquido em moeda externa, portanto, a questão da diversificação ação é um fenômeno muito mais premente. Por quê? Porque o que está se discutindo é meramente qual é a variação das diversas moedas de uma ativo. É diferente do Brasil, portanto, cuja a parte importante das reservas é um passivo na mesma moeda e, portanto, sobe ou desce em conjunto. Em dito isso, eu menciono mais uma vez que não há dúvida em relação à parcela da dívida externa, que é pública, e existe um questionamento teórico maior naquela parcela da dívida que é privada, mas, de qualquer maneira, portanto, estamos discutindo esse aspecto que é a questão no momento. Em relação ao ponto que o Senador menciona, é o seguinte: não há dúvida, Senador, que esta é uma questão de aposta clássica de mercado financeiro. Em visto depois do fato, quem apostou e ganhou sempre parece ter razão. A dúvida é até que ponto compete a aposta de recursos públicos e quanto risco deve se tomar, inclusive o Senador colocou com clareza de que uma das razões da atual turbulência no mercado internacional foi exatamente riscos excessivos assumidos por investidores. Então a prudência às vezes paga, isto é, durante muito tempo aqueles que estavam apostando mais agressivamente ganharam muito e, depois, perderam também muito, às vezes até quantias maiores. Então a regra prudencial no mundo todo hoje é o seguinte: os Bancos Centrais que administram reservas de liquidez certamente, principalmente, se tem uma dívida externa, devem fazê-lo com prudência e idealmente fazendo o red(F) naquela parcela que cabe, e aquela parcela extra, acima digamos do endividamento, aí sim fazer uma diversificação prudente, mas, de novo, sendo cuidadoso na assunção de riscos, porque imagine se o Brasil tivesse assumido riscos importantes, apenas como exemplo, tivesse conseguido retornos extraordinários, durante um bom tempo assumindo riscos nos mercados internacionais, e agora tivéssemos perdido aí um valor importante, qual era digamos a explicação ao povo brasileiro. Portanto é importante que se vá aí com bastante cuidado na administração das reservas. Em dito isso, Senador, existem países que estão constituindo, pegando uma parte dessas reservas, ainda pequena, em alguns países até maior porque tem fontes de recursos específicos, no caso do Chile e da Rússia são parcelas maiores, no caso do Chile são os resultados do cobre e da Rússia do petróleo, onde se constitui fundos de investimentos para as gerações futuras, e aí os critérios de investimento são diferentes, porque aí não é reserva de liquidez, aí sim existe critérios de diversificação mais avançados, mas de qualquer maneira eu convidaria o Presidente e os Srs. e Sras. Senadoras para irem ao Banco Central para podermos até fazer uma apresentação específica sobre exatamente a nossa política de administração de reservas, que é algo muito interessante e eu acredito que será cada vez de maior interesse.

Em relação à questão dos modelos de previsão de inflação, como eu mencionei, os Bancos Centrais hoje, da maior parte do mundo, eles trabalham com uma meta de inflação, e existe uma defasagem importante entre a ação de política monetária do Banco Central e o seu efeito na inflação, atividade e inflação. Existem fatos empíricos bem documentados que mostram que, por exemplo, nos Estados Unidos e na Europa, um corte da taxa de juros demora cerca de um a dois anos para ter um efeito pleno sobre a economia. Estimativas para o Brasil variam, mas ...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – O senhor falou em cortes de taxa de juros, olha a alegria da galera (risos).

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – ... Está certo. Em geral a defasagem no Brasil estimasse em cerca de nove meses a um ano, portanto, os Bancos Centrais já levam isso em conta e é importante, portanto, mencionar que nem todo efeito dos cortes de juros ainda se refletiram na economia, quer dizer, existe uma boa parte de impulso monetário já contratado, que fo-

ram cortes de juros durante o decorrer desse ano e às vezes até no final de ano passado que já foram feitos, mas cujo impacto total não foi ainda totalmente sentido pela economia. Então existe um impulso monetário em andamento, Senador, e isto está assim capitulado pelos modelos do Banco Central. Em relação a isso, modelos nunca são perfeitos, o Banco Central tem vários modelos, não é um só, está atualizando isso constantemente, testando, verificando a sua eficácia, medindo os resultados que foram previstos há um ou dois anos atrás com o que de fato aconteceu, e estamos de novo cada vez mais aperfeiçoando os modelos macroeconométricos, visando que o Banco Central possa com cada vez mais precisão prever a inflação.

Em relação à sua sugestão, ela é muito bem-vinda, Senador. De fato nós temos um trabalho já feito há muito tempo sobre a questão de taxa de juros, política monetária, trabalho didático e etc, mas a sua sugestão é muito bem-vinda, não só porque o material americano de fato é de boa qualidade, mas principalmente a cooperação com o Senado é muito bem-vinda e com a gráfica do Senado, com a capacidade de distribuição e etc, certamente vamos trabalhar juntos nesse aspecto e é um avanço, não há dúvida, do ponto de vista, Senadora, de educação da população.

Em relação à pergunta e observações do Senador Casagrande, Senador, não há dúvida de que todos conjugamos da convicção de que as taxas de juros de mercado de crédito devem cair, esperamos todos que caiam o mais rápido possível. Evidentemente que nós vivemos num país de economia de livre mercado, que é hoje o que prevalece no mundo todo. Nós procuramos hoje inclusive, hoje não, ontem, desculpe, não só na área de tarifas, mas para a área de juros em geral, exemplos de tabelamento. Existem exemplos específicos, inclusive no Brasil nós temos o crédito rural, temos o crédito direcionado, temos o crédito habitacional e etc, mas prevalece, no entanto, na maior parte do mercado, taxas livres, onde isto é regulado pela concorrência. O Conselho Monetário Nacional é que regula o mercado financeiro, o Banco Central faz uma regulamentação específica detalhando as medidas tomadas pelo Conselho Monetário Nacional. O Conselho Monetário Nacional emite Resoluções e o Banco Central emite Circulares que regulamentam às Resoluções. As Resoluções têm força, inclusive, de Lei Federal. No caso das Resoluções do Conselho Monetário Nacional tem-se tomado uma série de medidas visando exatamente aumentar a competição e, portanto, obter-se uma queda das taxas de juro. A conta salário, que está sendo implementada paulatinamente, até no final do ano que vem nós teremos todos os funcionários empregados no setor privado já com conta salário, aqueles do setor público não será exatamente a conta salário até 2012, mas será uma conta com restrições muito próximas da conta salário, praticamente iguais, com exceção de uma questão de transferência. Portanto, isto vai gerar a possibilidade do consumidor poder mudar de banco com facilidade, inclusive mesmo que a empresa credite o salário em um banco, ele pode dar ordem para esse banco fazer a transferência automática sem custo para outra instituição, que vai permitir que ele vá em outras instituições verificar preços. Isso é um ganho institucional muito grande, Senador, porque isso é uma das razões que faz com que o cliente fique preso num banco, portanto, ele tem muito menos poder de negociação. A outra questão importante, o cadastro positivo, que inclusive está em análise no Congresso Nacional, que é muito importante porque, de novo, vai permitir que o consumidor pegue o seu cadastro num banco e transfira para outro, permitindo, portanto, que ele tenha maior poder também de negociação. Questões de transparência, o Banco Central juntamente com o Conselho Monetário Nacional e o Ministério da Fazenda está trabalhando intensamente também junto com a Comissão de Defesa do Consumidor aqui do Congresso, da Câmara dos Deputados, nós estamos trabalhando, juntamente com o Ministério Público, visando criar um sistema mais transparente de comparação de tarifas, passando agora dos juros para as tarifas, de maneira que o consumidor possa comparar mais claramente diversas tarifas, limitando o número de tarifas, padronizando a nomenclatura e divulgando isso de maneira que o consumidor possa com clareza ...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Isso é feito por uma Circular do Banco Central?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Deve ser por uma Resolução do Conselho Monetário Nacional.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Uma resolução?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – É.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Porque essa nomenclatura, unificação da nomenclatura, é importante para o consumidor acompanhar, para o cliente acompanhar.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Exatamente. Portanto, Senador, nós concordamos integralmente, nós somos absolutamente favoráveis a que haja maior competição e maior transparência, e quanto mais houver uma queda da taxa de juros, e em conseqüência um aumento do volume de crédito, também propiciado pela estabilização da economia, melhor a eficácia para a política monetária e também mais eficaz para o crescimento do país. Muito bem.

Em dito isso os Senadores terão a oportunidade de questionar diretamente evidentemente os bancos que estarão aqui na próxima semana ou na outra.

Em relação à última pergunta, a questão da possível fusão do Banco Real com outra instituição, isto evidentemente nós temos que ver, verificar qual será o resultado dessa negociação. Se o ABN será vendido para um consórcio de bancos, entre os quais faz parte o Santander, ou para o Barclays, que é o outro competidor. Isto não está definido ainda, existem palpites a esta altura e previsões, dependendo de valor de mercado, das ações do Barclays e etc, mas de qualquer maneira isto é um processo em andamento.

Em relação à questão da fiscalização em si, a fiscalização é eficaz independentemente do tamanho das instituições. A questão do tamanho das instituições é muito pertinente na questão da concentração bancária, isto é uma outra análise que é feita cuidadosamente pelo Banco Central, aliás, tem um projeto também aqui no Congresso muito importante que separa muito bem as funções do Banco Central e do CADE que eu acho que vai ajudar muito, de novo, nessa questão da análise de concentração.

À pergunta da Senadora Serys, eu diria a S. Exª. que a redução do FED atendeu a uma questão específica dos mercados americanos como eu mostrei na minha apresentação, quer dizer, o mercado americano enfrentou problemas de liquidez especificamente. Por quê? Porque existiram fundos e empresas de propósito específico que tinham nas suas carteiras empréstimos de mercado imobiliário que começaram a ter dificuldade de pagamento, empresas essas ou fundos que tinham financiamento de curto prazo para essa carteira. Tiveram dificuldade de financiamento. Além disso, existiram prejuízos a investidores que tinham o investimento final. Muito bem. Isto contaminou outros mercados, de outros ativos de risco, ativos de risco maior que prejudicou ou operações de alta alavancagem, quer dizer, houve uma contaminação maior e, em função disso, isso engessou de uma certa maneira o mercado de crédito americano e o *Federal Reserve* reagiu a isto. Existiram outros Bancos Centrais que tomaram decisões diferentes, existiram países que subiram a taxa de juros nesse período. Então se nós olharmos o Chile, se olharmos a Suíça, a China, são países que tem uma situação macroeconômica conjuntural diferente dos Estados Unidos. Então cada Banco Central vai olhar a situação do seu próprio país. De novo, a justificativa maior do *Federal Reserve*, pelo que nós entendemos nos comunicados, foi de que existiu uma preocupação de que esta menor eficiência dos mercados de crédito fosse ter um impacto na economia real, isto é, um decréscimo do nível de atividade e, em conseqüência, queda na inflação. Portanto, eles agiram preventivamente ao impacto na economia real. Então é este, digamos, o quadro, e o Banco Central do Brasil certamente vai olhar o quadro conjuntural brasileiro, como sempre, com a maior atenção e seriedade que merece. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Bom, nós temos ainda sete Senadores inscritos. Nós vamos fazer então todas as argüições finais para que a gente possa cumprir o horário, já são quase meio-dia e meia. Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Aloízio Mercadante, Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, senhores diretores do Banco Central. Prazer ter V. Exª. de volta aqui à CAE. Todas as vezes que até aqui veio, todos nós, tanto de Governo quanto de oposição, reconhecemos o trabalho que V. Exª. e sua equipe de diretoria vem desempenhando à frente do Banco Central. Eu algumas vezes já disse que o Presidente Lula merece os nossos parabéns por ter ido buscar alguém que foi do PSDB, eleito Deputado Federal pelo PSDB, o colocou à frente do Banco Central, e a demonstração é que a evolução da política macroeconômica do Brasil, que começou a estabilidade a partir do Plano Real de 1994, como bem V. Exª. disse, estão sendo colhidos os resultados agora e mais profundamente recentemente. Então todos nós reconhecemos que o Brasil tem uma estabilidade que deve receber os elogios de todos nós, não só os brasileiros, como o reconhecimento também de outros países. Eu perguntaria a V. Exª. com relação à questão da redução dos juros. O Senador Mercadante, apesar de ser um dos proeminentes membros do Governo, defensor do Governo, ele é talvez o maior defensor, entre outros, da queda mais forte da taxa de juros. Ele é economista, quer dizer, eu não tenho essa "deformação profissional", mas eu concordo também com ele de que acho que poderia haver uma aceleração, até porque V. Exª. há de convir que a SELIC baliza a questão dos títulos públicos, mas ela não chega ao consumidor final. A queda dos juros que vem se acentuando, lamentavelmente, ainda não chegou ao consumidor. Ainda agora, há coisa de uma semana atrás, eu fui procurado por um funcionário público que me mostrou algo que eu fiquei estarrecido, Senador Mercadante. Ele fez um empréstimo consignado na Caixa Econômica Federal, tirou mil e duzentos reais para pagar em doze meses, e sabe a que taxa de juros mensal? 4,7%, na Caixa Econômica Federal, quer dizer, isso é um absurdo, é uma –

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Roubalheira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – ... Eu não iria usar essa expressão tão forte, eu não iria usar essa expressão tão forte do Senador Valter, mas realmente é meter a mão no bolso do assalariado, e o que nós vemos é que todos os tomadores de empréstimos consignados, os aposentados e os funcionários, estão passando por dificuldades agora porque, sem nenhum risco para o sistema financeiro, eles estão tomados de... de... estão com dívidas, com dificuldades de saldar os outros compromissos, como conta de água, como a escola dos seus filhos. Então eu perguntaria a V. Exª. se não seria também importante haver uma redução do compulsório mais forte para que aí sim o empréstimo bancário, que é realmente o que vai atingir a população, pudesse cair de forma vertiginosa no sentido de que os juros... não aos grandes tomadores, que as linhas de crédito aos grandes tomadores tem reduzido, mas eu falo ao consumidor, à população menos favorecida. Perguntaria a V. Exª. também a questão das tarifas bancárias. Os bancos só faltam cobrar o ingresso para você acessar o banco, está faltando só o ticket cinema para você ter que pagar para poder entrar no banco ou então respirar o ar de montanha refrigerado, porque o que se vê hoje é que os custos dos bancos são pagos integralmente pelas tarifas bancárias.

A operação financeira, que é a atividade fim do Banco, ela vem diretamente para o resultado, e o que se vê são resultados aí astronômicos. Ninguém é contra o lucro, pelo contrário, eu acho que o lucro é saudável, mas os números estão chegando a valores estratosféricos, superando, inclusive, rentabilidade de bancos internacionais. Outra questão que eu gostaria de que V. Exª. se referi-se é a questão de como vê V. Exª. o término da CPMF agora em 31 de dezembro de 2007. Qual o efeito que V. Exª. poderia antever para a questão da política macroeconômica brasileira, ou V. Exª. concorda de que com o aumento da economia, o crescimento da economia, o aumento da arrecadação, que este ano já se aproxima de quase duas vezes o valor da CPMF, realmente ela não terá nenhum efeito nos investimentos do Governo Federal com a sua extinção que ocorrerá a 31 de dezembro de 2007, como está previsto na lei. Se isso não ocorrer o Congresso Nacional estará criando um novo imposto a partir de 1º de janeiro de 2008, ou seja, aumentando novamente a carga tributária brasileira. E, por último, Presidente, graças à atuação de V. Exª. e da política e da equipe macroeconômica do Governo o Brasil realmente passou ao largo nesta crise que houve do mercado americano. O Presidente Lula disse que lá estava com pneumonia e o Brasil não ia pegar gripe. Ele esperava isso e realmente a demonstração que os números nos deram aqui é de que não sei se já passou a preocupação, mas pelo menos a primeira fase sim. Eu pergunto a V. Exª.: caso o Brasil fosse atingido, V. Exª., como Presidente do Banco Central, tomaria a mesma medida que os Bancos Centrais dos Estados Unidos e da União Européia tomaram em apoiar com recursos substanciais o sistema privado bancário, como foi feito nas crises que ocorreram no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando o Banco Central, o Governo brasileiro teve que investir com aquele Programa PROER para que não houvesse o desequilíbrio do sistema financeiro brasileiro? V. Exª., com a responsabilidade que tem de Presidente do Banco Central, tomaria a mesma atitude que os Presidentes do Banco Central Americano e da União Européia fizeram?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – O próximo é o Senador Suplicy, depois o Senador Francisco Dornelles, depois o Senador Valdir Raupp, Valter Pereira, Antônio Carlos Valadares e a Senadora Kátia Abreu, que se reinscreveu. Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Aloízio Mercadante, Sr. Ministro e Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, senhores diretores do Banco Central. Eu gostaria, em primeiro lugar, Presidente Henrique Meirelles, que possa nos transmitir a sua avaliação pessoal, especialmente no momento presente, da CPMF. Se considera que, como dizem alguns empresários, vem prejudicando a eficiência e o desenvolvimento do país, ou se tendo em conta a alíquota de 0,38 %, ela representa uma arrecadação essencial hoje para finalidades como a saúde, a previdência e o desenvolvimento social? Com respeito à CPMF, segundo matérias recentes pela imprensa, o boletim da Receita Federal sobre a fiscalização de janeiro a julho desse ano revelou que trezentas e sessenta e seis empresas que trabalham com serviços financeiros, como bancos, seguradoras, cooperativas de crédito, deixaram de repassar impostos e contribuições aos cofres públicos. O valor da autuação contra as empresas somam 9,4 bilhões de reais, incluem recursos recolhidos dos clientes em CPMF, IOF e Imposto de Renda sobre os ganhos das aplicações financeiras, além da multa que o Governo cobra pela retenção dos recursos. No caso da CPMF, as instituições deveriam repassar aos cofres públicos a cada dez dias. Em 2006, trezentos e onze instituições financeiras teriam deixado de repassar parte do valor retido e geraram autuações de 2,8 bilhões. Por acaso há alguma vantagem financeira para estas instituições estarem demorando em recolher aquilo que é o seu dever fazê-lo no cumprimento das obrigações

fiscais e tributárias de cada instituição? Que medidas está o Banco Central adotando para regularizar esta situação?

Em sua exposição hoje V. Exª. mostrou a diminuição muito positiva da dívida externa líquida de cento e sessenta e cinco bilhões de dólares, no segundo trimestre de 2003, para 28,9 bilhões de dólares no segundo trimestre de 2007. Como nas exposições anteriores eu me lembro bem, de 2003, 2004 e 2005, V. Exª. sempre nos trazia as informações sobre o total de juros pagos pelo Poder Público, e eu agradeço se puder nos informar qual foi o total de juros pagos pelo Poder Público brasileiro de 2002 a 2007, ano a ano, porque há uma informação que acredito muito relevante, e se a diminuição gradual da Taxa SELIC, especialmente no período recente, essa diminuição tem tido um efeito positivo sobre o total de juros pagos pelo setor público brasileiro?

E, finalmente, em que medida o Banco Central tem acompanhado com atenção e através de estudos sistemáticos, ao longo dos anos recentes, um número de empresas que têm diminuído a sua capacidade competitiva em função da valorização do real, e, assim, diminuído vendas ao exterior com reflexo sobre a sua produção e o nível de emprego, ou seja, se o Banco Central tem realizado estudos sistemáticos, inclusive setoriais, seja na área da indústria ou na área agrícola, pecuária, no que diz respeito a este aspecto, dado que, como V. Exª. tem conhecimento, muitas vezes nós aqui recebemos a manifestação destes segmentos empresariais que mostram a sua preocupação com a questão do grau de competitividade decorrente da evolução da moeda brasileira vis a vis o dólar e outros. São essas as indagações, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu agradeço ao Senador Suplicy. Senador Francisco Dornelles com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Presidente Meirelles, parabéns por tudo. Essas são as palavras resumidas que eu encontro para cumprimentar todo o trabalho que V. Exª. tem desenvolvido no Banco Central do Brasil. Sr. Presidente, o Banco Central publicou dois relatórios sobre os resultados fiscais e as contas externas com dados verdadeiramente auspiciosos. Se nós analisarmos o relatório das contas externas, eu quero comentar fazendo um adendo às palavras da Senadora Kátia Abreu, ao Senador Garibaldi Alves. Nós verificamos que o déficit nominal no período de janeiro a julho de 2006 a 2007, teve uma queda de trinta e dois bilhões para treze bilhões, ou seja, ele que representou 2,49% do PIB em 2006, representou 0,94% agora em 2007. Agora a redução do déficit nominal nesse período foi decorrente do aumento do superávit primário, ou seja, dos dezenove bilhões de redução do déficit nominal, dezessete bilhões foram decorrentes do aumento do superávit primário e somente dois bilhões foi a economia com juros. Isso demonstra e mostra, V. Exª. já explicou, que a redução, que a mudança da SELIC para o pré-fixado não permitiu uma economia dos juros tão intensa quanto se ficasse na SELIC. E a gente vê, em alguns pontos, um certo atrito entre alguns parâmetros da política fiscal e da política monetária, ou seja, a medida extremamente competente de transformar os títulos emitidos em SELIC em pré-fixados não deu a economia nas despesas de juros que poderia ter dado se ficasse na SELIC. Então eu pergunto: existe no Governo algum órgão, o Banco Central se comunica com o Tesouro ou discute no Ministério da Fazenda quando algumas decisões de natureza monetária podem se chocar com alguns objetivos fiscais? Como é que é o processo de decisão? Vai prevalecer a preocupação monetária ou a meta monetária em relação à fiscal? Era essa a questão que eu gostaria de colocar a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu agradeço ao Senador Francisco Dornelles. O próximo inscrito é o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, Ministro Henrique Meirelles. Em primeiro lugar para congratular com V. Exª. pela exposição que fez e pela regularidade que tem mantido esse encontro com o Congresso Nacional. Eu gostaria de fazer algumas indagações de grande preocupação com o povão, com a sociedade brasileira, e aproveitando essa Audiência Pública eu gostaria de indagar de V. Exª. sobre o caráter sigiloso sempre que tem assinalado aqueles momentos decisivos do Banco Central para tratar dos cenários macroeconômicos. Sempre que tem a reunião do Banco Central, aquele período que antecede, o Banco Central sempre tem uma certa reserva sobre esses assuntos e etc, e eu gostaria de indagar a V. Exª. se não seria possível antecipar esses assuntos, colocando assim mais transparência nessas questões. Outra indagação que eu gostaria de fazer vai na direção daquela que foi pronunciada pelo Senador Flexa Ribeiro e por outros Senadores mais, que é quanto às tarifas. Diversos Bancos Centrais de outros países e Agências reguladoras impõem limites para a gulodice dos bancos, e há poucos dias atrás eu estava observando um noticiário de jornal e deparei com uma notícia curiosa: uma das instituições financeiras do Brasil, Senador Flexa Ribeiro, pela primeira vez conseguia um resultado que realmente causa grande inquietação nessa direção. As taxas de serviços cobradas pelo estabelecimento estavam dando um lucro equivalen-

te às taxas de juros, quer dizer, por isso que eu disse aqui a V. Exa. quando estava falando que na verdade é uma roubalheira. Roubalheira por quê? Porque eles estão cobrando o que querem e parece que há uma certa leniência do Governo, especialmente do Banco Central. Outra questão fundamental, que também foi tratada aqui e que acho que é preciso que haja uma medida mais dura, uma atitude mais rígida do Banco Central, é com relação aos empréstimos consignados. Veja, Sr. Presidente, que no empréstimo consignado a taxa de risco a que se submete a instituição financeira é zero, porque é descontado na folha de pessoal, e se não tem taxa de risco, por que cobrar? Por que permitir que os estabelecimentos cobrem aquilo que eles querem contra exatamente aposentados, contra pessoas idosas, contra servidores públicos que já ganham pouco? Então o que é que o Banco Central pode fazer para coibir esses dois tipos de abusos? Eram essas as duas perguntas que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador. Senador Francisco Dornelles, pela ordem.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) –Sr. Presidentes, apenas eu gostaria de trazer o meu apoio integral ao ponto levantado por V. Exª. da possibilidade do Banco Central, juntamente com a CAE, com o Senado, elaborar uma cartilha específica que pudesse ser distribuído a escolas e universidades com esses conceitos mais específicos com relação aos aspectos da política monetária, cambial e fiscal, que eu acho que seriam extremamente importantes para que pudesse haver o acompanhamento e uma análise até mais correta de todos esses problemas. Sr. Presidente, parabéns aí pela proposta de V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu agradeço ao Senador Francisco Dornelles. Na realidade eu me inspirei nessa experiência do ano passado do *Federal Reserve*, que foi um grande êxito, várias dessas cartilhas já foram reimpressas várias vezes pelo interesse que gerou no público americano, que eu acho que seria um bom caminho nessa parceria do Senado com o Banco Central. O próximo inscrito é o Senador Antônio Carlos Valadares, depois a Senadora Kátia eu Abreu, reinscrição, aí nós encerraremos. O senhor está se inscrevendo?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Estou.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Está inscrito o Senador Mão Santa. Senador Antônio Carlos Valadares com a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Henrique Meirelles do Banco Central, senhores diretores. Nós sabemos que toda vez que o COPOM se reúne para fixar novas taxas básicas, ou, melhor dizendo, a taxa básica da SELIC, cria-se uma expectativa muito grande no meio empresarial e também no setor público, porque a fixação dessa taxa vai, sem dúvida alguma, interferir nos negócios e no perfil da dívida pública estabelecida. Então essa expectativa, principalmente para nós que não somos economistas, gera uma visão de que não só as taxas de juros serão reduzidas no comércio, na indústria, no setor de serviços, que precisam de financiamento, como também contribuirá essa redução para a alteração do perfil da dívida, como também na redução das despesas com juros do setor público. Em função dessa preocupação é que o Professor Júlio Sérgio Gomes de Almeida, que foi Secretário da Política Econômica do Ministério da Fazenda e é Professor da Unicamp, ele idealiza a criação de um comitê de política da dívida pública, vez que a dívida pública é gerenciada atualmente apenas pelo Tesouro Nacional. Então a idéia é de que haja uma coisa parecida com o COPOM, onde o COPOM se reúne com várias autoridades do Governo, inclusive com o próprio Presidente do Banco Central, Ministério da Fazenda e etc, e que o Secretário do Tesouro possa participar desse comitê, mas que haja a interveniência de outros órgãos do Governo, de vez que se se aumenta a despesa com os juros, conseqüentemente nós teremos menos investimentos para o país, o PAC pode sofrer com esta falta de controle da participação dos demais órgãos, e há um levantamento que mostra, Sr. Presidente, que enquanto a taxa básica de janeiro a julho deste ano caiu 22% em relação a 2006, a despesa com juros, o custo do dinheiro para o setor público só caiu 2%, quer dizer, há uma incoerência, há uma distorção. Quando se estabelece a queda da taxa básica, o que se espera é que o custo do dinheiro diminua para o setor público, mas esse custo está sendo reduzido substancialmente muito menor, proporcionalmente muito menor do que a Taxa SELIC. Assim, esse comitê cuidaria das diretrizes e da estratégia de financiamento da dívida pública. Eu gostaria que V. Exª. me explicasse se há a possibilidade, se V. Exª. é favorável à criação desse comitê, vez que os juros representam a maior parcela de despesa do setor público, como é do conhecimento de V. Exª. Se V. Exª. acha essa idéia do Professor Júlio Sérgio uma idéia viável, que seria vamos dizer uma forma melhor de controlar as despesas do Governo com o financiamento que lhe é concedido. Agradeço a V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Mão Santa, V. Exª., e Senadora Kátia Abreu encerrando.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – A Kátia Abreu é que vai falar agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – É que o dela é reinscrição, então pela regra. V. Exª. faz a deferência à Exª. Senadora Kátia Abreu.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Eu me curvo à beleza e a inteligência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Sr. Presidente, obrigada Senador Mão Santa. Presidente do Banco Central, eu gostaria de fazer duas perguntas, dois comentários e, se puder, V. Exª. responder. Eu há alguns meses atrás, talvez dois meses atrás, eu participei de uma conferência com o ex-Presidente da Espanha Aznar, e numa conversa informal entre o grupo, ele fez um comentário bastante importante e que me deixou muito preocupada, que os países da União Européia tinham se desenvolvido muito, crescido muito, mas que Portugal, França e Itália estavam ficando para trás justamente porque não conseguiram fazer as grandes reformas que os outros países fizeram, como a Espanha, por exemplo. Eu pergunto: o que o senhor acha disso com relação ao nosso país que ainda não promoveu as grandes reformas? Até que ponto isso pode atrasar o país, quais são os seus comentários a respeito desse comentário do ex-Presidente Aznar sobre a necessidade das reformas e o prejuízo que esses três países tiveram, se isso é verdadeiro? O segundo comentário, Sr. Presidente, é com relação à DRU. O Governo está projetando, projetou na LDO um pagamento de juros de duzentos e sessenta bilhões de reais de 2008 a 2010 baseado na DRU. Eu não sei se isso é normal no mundo inteiro, um Governo fazer um tripé, um sustentáculo tão importante da sua política econômica, em cima de um instrumento que tem que ser votado no Congresso Nacional. Quer dizer, eu já estou antecipando numa LDO alguma coisa que será votado e que eu nem se quer sei o resultado dela. Até que ponto isso traz estabilidade ao país, aos olhos internacionais, o que pode significar isso? Porque o Governo pode projetar, mas os Senadores e os Deputados pensarem diferente e recusarem a DRU como outro qualquer tipo de imposto. Então nós não estamos muito vulneráveis com relação a esse pagamento de juros baseado na DRU que nem votado foi? E se não for votado? E se perder? E se acabar a DRU, qual é o plano B?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Presidente, Ministro, eu já fiz pronunciamentos contundentes quanto a V. Exª. de eleição, para ser franco, mas eu reconheço que V. Exª. atende à sabedoria popular, cada macaco no seu galho. V. Exª., eu nunca vi um homem tão poderoso na história do mundo. Eu só vi um, o Ministro da Fazenda de Luís XIV, *Leta Semoa Forché*(F), mas ele queria brilhar tanto que acabou na cadeia, porque o Luís XIV mandou. Eu sei que o Luiz Inácio não vai fazer com V. Exª., mas eu quero dizer a V. Exª. aquilo que eu entendo mais do que V. Exª., que é de povo pobre a aposentado, sou médico há quarenta anos e isso eu sei mais. Olha, os velhinhos, eu tenho um tio e padrinho que se suicidou. Esse negócio de empréstimo consignado é a maior ignomínia, a maior imoralidade. Nós não vamos ficar inimigos não, que está aí o nosso Mercadante, nós já estamos há quatro anos e nove meses em debates que ele chama qualificado, e eu o respeito muito e admiro. Mas olha, Ministro, eu quero lhe dar ... eu sei que V. Exª., ninguém é melhor do que você nessa posição. O Luiz Inácio acertou, eu me curvo e tal, mas de pobre entendo eu. Eu andando na procissão da padroeira da minha cidade, onde nasceu João Paulo Reis Veloso, Ivan Lins e Silva. Mercadante, eu fiquei impressionado. Olha, o que tem de financeira, é mais do que motel, que é a melhor coisa do mundo fazer o amor, porque é um dinheiro fácil. Governo irresponsável fazendo propaganda, fazendo as cabeças dos velhinhos para se endividar. Olha, o meu tio foi o homem mais perfeito que eu conheci, entrou nessas esparrela e está todos os velhos, não é um não, é milhares. Eu tenho, eu não sei a idade do senhor, mas eu nasci em 1942. Entraram, iludiram, propaganda fácil, mídia, imoralidade. E, para terminar, eu lhe admiro muito, mas eu admiro mais Abraham Lincon, ele ensinou o povo dele, ele disse: "não baseie a sua prosperidade com dinheiro emprestado". É a maior ignomínia essa imoralidade, e se está abrindo financeira, eu não sei o mecanismo, mas vou lhe dar o exemplo. Aqui não tinha cassino, mas tudo que era bodeguinha de quitanda estava cheio, tinha mais do que as cidades legalizadas que o Fisco chegava. Então entrou numa promiscuidade, numa prostituição, é um tudo que é bodega financeira fina, mas eu não sei o mecanismo que os prostitutos da economia estão se aproveitando dos nossos velhinhos. Talvez o senhor não soubesse, a verdade é dura, mas é a verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nós encerramos a fala e perguntas dos Senadores, e agora, para concluir a nossa Audiência Pública, a palavra com o Presidente Henrique Meirelles.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado, Senador. Passando então às perguntas, inicialmente às perguntas do Senador Flexa Ribeiro, a observação do Senador de que a queda de juros ainda não chegou completamente ao consumidor. De fato

percentualmente a queda da SELIC tem sido maior do que a queda dos juros ao consumidor, por exemplo, no caso de pessoas físicas a taxa média caiu 7,3% de agosto de 2006 para agosto de 2007, que é 13,5% do valor da taxa, e a SELIC, certamente, caiu a um percentual maior, que é o ponto do Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só que, Presidente, quando comparado com o valor da taxa aplicada, esse percentual de queda ainda é muito pequeno.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Não há dúvida, portanto, que realmente, de novo, tomando a SELIC como base, a taxa ao consumidor, em média, caiu menos. Para segmentos específicos caiu mais, mas esses dados são um pouco difíceis de serem analisados porque existe uma entrada muito grande no mercado de novos tomadores de crédito, o volume de crédito no Brasil subiu de cerca de 21% do produto em 2002 para cerca de 33% do produto agora, o que faz com que de fato um número muito grande de novos clientes entrem no sistema e isso altera certamente a taxa média. Em dito isso, não há dúvida de que todos somos favoráveis e é o trabalho do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional e de outros órgãos, do Ministério da Fazenda, de outros órgãos que estão olhando exatamente tudo aquilo que é necessário fazer para que a taxa de juros ao consumidor caia o mais rápido possível, já falamos sobre isso, e, em última análise, a transparência e a maior concorrência está em andamento e todas as medidas que já mencionamos aqui.

Em relação, no entanto, à questão do compulsório, Senador, evidente que todos queremos taxas de juros base mais baixa, compulsório mais baixo e todas essas medidas de política monetária. Por outro lado, nós temos compromisso com a inflação. Essa é a função básica de política monetária no Banco Central, quer dizer, como nós mencionamos no início, o Brasil, durante muito tempo, se preocupou muito com o custo da inflação baixa, e agora está começando a experimentar os benefícios da inflação baixa, ganho do poder de compra do trabalhador, aumento do padrão de vida, aumento da produção das empresas, aumento da capitalização das empresas, aumento de crédito e etc. Então é importante mencionar que a política monetária no Brasil de fato tem privilegiado a queda da SELIC antes do compulsório, porque nós achamos que para a economia, como um todo, a queda da SELIC é mais importante, num primeiro momento, em relação à queda do compulsório. Além do mais a avaliação do efeito de queda do compulsório nos modelos macroeconométricos visando prever a inflação é menos precisa no caso de compulsório do que no caso de taxa de juros. Portanto, são dois os motivos que justificam uma prioritização maior na queda da SELIC em relação ao compulsório, mas de qualquer maneira isso certamente é algo que o Banco Central considera com a maior seriedade.

Em relação às tarifas, já mencionamos também claramente, existem estudos grandes importantes sendo feitos no momento por diversos órgãos, no Banco Central, no Ministério da Fazenda, (ininteligível) do Conselho Monetário Nacional, o Congresso e o Ministério Público, todos estamos trabalhando nesse sentido visando aumentar a concorrência, aumentar a transparência e fazer com que as tarifas sejam aquelas menores possíveis dentro das regras de livre concorrência e das limitações que possam ser fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Em relação à questão do término da CPMF, já houve outras perguntas também a respeito, e a questão se o crescimento do produto compensaria o fim da CPMF e etc, Senador, não há dúvida de que decisões fiscais são decisões, em última análise, de ordem política. Tem um componente técnico, evidentemente, na medida em que o setor público tem compromissos fiscais de redução do endividamento para que a economia cresça e que de fato a carga de juros a ser paga pela sociedade como um todo através da carga de juros pagas pelo Governo diminua, e, portanto, o controle do endividamento público é fundamental, portanto, tem componentes técnicos, mas em última análise a definição sobre os componentes, quais são os tributos, o nível de tributos e o nível de despesas visando alcançar os resultados de equilíbrio fiscal, são decisões, em última análise, da sociedade brasileira, representadas aqui no Congresso Nacional e no Executivo. Portanto, não compete necessariamente ao Banco Central entrar nesse debate. O que nós frisamos sempre é a importância do equilíbrio das contas públicas e da queda do endividamento. Agora as decisões sobre os custos e benefícios de determinado tributo versus outros tributos, diminuição de despesas versus diminuição de impostos e etc, essa é uma decisão da maior importância para a população, mas certamente que está sendo, eu tenho certeza, muito bem explorada e discutida aqui no Congresso Nacional.

Em relação ao que o Banco Central do Brasil faria exatamente caso o Brasil fosse atingido por esta crise, aí, Senador, é importante mencionar para V. Exª. que depende muito do que exatamente ocorrer, quer dizer, como o Brasil poderia ser afetado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não, Presidente Meirelles, a minha pergunta é: se fosse afetado como foram os Estados Unidos e a União Européia, se o Banco Central tomaria a mesma atitude,

ou seja, ele socorreria o sistema privado com aporte substanciais de recursos?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – As medidas ...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para a mesma doença, se o remédio é o mesmo.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Isso, Senador, cada Banco Central olha as características estruturais de cada mercado financeiro. A reação do Banco Central Americano foi um pouco diferente do Banco Central da Inglaterra, que é diferente do Banco Central Europeu, quer dizer, depende do funcionamento dos mercados. O sistema financeiro americano é bastante diferente do sistema financeiro brasileiro. Lá os mercados de capitais são muito maiores em termos relativos do que no Brasil. Esse sistema de securitização que nós mencionamos nos Estados Unidos é muito mais abrangente, a economia americana já é estável com inflação baixa há décadas, este mercado é muito desenvolvido para o bom e para o mal. O mercado imobiliário tem uma dimensão nos Estados Unidos muito maior do que tem no Brasil, várias vezes como percentual do produto, o crédito nos Estados Unidos com percentual de produto é muito maior do que no Brasil, então as condições do mercado americano são diferentes e o FED reagiu especificamente com relação ao mercado americano. Portanto, é difícil dizer: "olha, tal remédio que foi aplicado a um paciente, se esse paciente tiver a mesma doença, o senhor aplicaria exatamente o mesmo remédio?" Não, nós vamos ter que olhar a situação específica do paciente. Agora o senhor tenha a certeza absoluta que o Banco Central está vigilante, o Banco Central está atento. Por exemplo, eu mencionei que o Banco Central recomendou ao Conselho Monetário Nacional, que aprovou no mês de junho, uma série de medidas providenciais que fizeram com que o sistema financeiro brasileiro diminuísse a sua exposição ao risco cambial e isto é o ideal, porque é medida preventiva, e, portanto, Senador, a medida preventiva que preveniu ... nós estamos discutindo agora se seria necessário ou não intervir. O Brasil não precisou, porque o Conselho Monetário Nacional tomou a medida adequada no momento adequado. Em resumo, o senhor fique sobre esse aspecto tranqüilo, que o Banco Central do Brasil está vigilante e estará tomando todas as medidas necessárias de acordo com as peculiaridades do Brasil. Agora não é boa norma de governança de Banco Central nós dissermos: "se acontecer isso no futuro nós faríamos aquilo". Isso nenhum Banco Central, na realidade, age assim, eu entendo a sua pergunta, eu entendo a raiz da sua pergunta, eu entendo a seriedade da sua pergunta, mas não seria uma norma de boa governança do Banco Central nós estarmos especulando sobre o que faríamos, criando perturbações de mercado absolutamente de matérias pró-funcionamento da economia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Presidente, só para ...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu pediria, Senador Flexa Ribeiro, o seguinte: nós temos seis Senadores para o Presidente responder, já são uma hora da tarde.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu só quero dizer ao Presidente Meirelles que todos nós estamos tranqüilos pela sua competência, pela competência da diretoria do Banco Central, e V. Exª. não precisa repetir, V. Exª. disse qual a origem da pergunta, mas é para parabenizá-lo porque a gestão macroeconômica do Governo Lula é continuidade da gestão do Presidente Fernando Henrique.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Flexa Ribeiro, vamos respeitar as inscrições, por favor. O próximo, eu pediria ao Presidente que respondesse, nós temos seis Senadores que fizeram intervenções, para a gente poder concluir dentro de um prazo minimamente razoável.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – O Senador Suplicy já perguntou, a pergunta sobre CPMF, é a mesma pergunta do Senador Flexa Ribeiro, a qual já respondemos. O Senador faz uma observação de que trezentos e onze, pelo que eu entendi, Senador, instituições financeiras que não teriam repassado o CPMF que foi recolhido. Eu fiquei um pouco em dúvida se seriam instituições financeiras ou trezentas e onze empresas que não teriam recolhido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Trezentos e onze em 2006 e nesse ano o número foi maior de instituições financeiras que deixaram de fazer no prazo adequado o recolhimento da CPMF, IOF e Imposto de Renda sobre aplicações financeiras para o Governo. Então normalmente o Banco Central aplica uma multa destas instituições pela retenção dos recursos. Se o Banco Central pensa em tomar algumas medidas para regularizar esta situação?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Senador, a competência da fiscalização da questão fiscal é da Receita Federal. Portanto, a Receita Federal sim tem acesso a todos os dados fiscais, dentro da sua esfera de competência, e aplica as multas fiscais devidas. O Banco Central não tem necessariamente acesso a todo digamos os resultados da fiscalização tributária. O Banco Central pode eventualmente ou não receber um pedido da Secretaria da Receita Federal visando fiscalizar algo específico em uma instituição financeira ou em instituições financeiras. Não recebemos nenhum pedido específico de fiscalização nesse

aspecto. Suponho que a Receita deve ter todos os dados na mão, deve estar tomando todas as medidas necessárias, porque a Receita, como sabemos, tem uma fiscalização bastante eficiente e eficaz. Mas de qualquer maneira vamos formular cima uma consulta à Receita Federal sobre esse assunto para saber se o Banco Central teria algum papel a desempenhar e certamente o desempenharemos com o maior rigor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – A outra pergunta é sobre a evolução dos juros pagos pelo setor público nos anos 2002 a 2007, qual é a evolução.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Pois não, Senador. No ano de 2002 foi 7,71% do produto, em 2003 foi 8,54% do produto, em 2004 foi 6,61 % do produto, em 2005 foi 7,32% do produto, em 2006 foi 6,89% do produto e em 2007 foi 6,20% do produto, essa é a previsão, doze meses, até agosto, e basicamente são esses os dados que nós dispomos a este respeito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Portanto, a taxa, a diminuição da Taxa SELIC tem tido sim um efeito positivo de diminuição dos juros pagos pelo setor público, é o que se pode depreender desta evolução.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Sim. Agora é importante mencionar, Senador, o seguinte: em última análise, a longo prazo ou mesmo antes, a médio prazo e num passado até curto, o que é importantes mencionar é que a taxa de juros é composta de uma previsão de inflação e um prêmio de risco. No passado nós tivemos prêmios de riscos muito elevados no Brasil e que, em última análise, se reflete no gasto com juros do setor público. Uma das coisas que vem acontecendo, tem inclusive permitido a queda da SELIC, é que o prêmio de risco de inflação tem diminuído, além de prêmios de risco de outra ordem da economia, e isso tem baixado a taxa de juros de mercado e tem permitido ao Tesouro Nacional obter esse efeito. É importante mencionar que qualquer mudança que fosse artificial ou equivocada por parte do Banco Central na SELIC, por exemplo, de diminuir a SELIC mais do que devia, algo que viesse a ser percebido e depois ocorresse de fato um movimento de aumento da inflação, isso aumentaria a incerteza, aumentaria o risco, aumentaria a taxa de juros e o Tesouro terminaria por pagar. O que eu quero dizer é o seguinte: o melhor serviço que o Banco Central pode fazer ao país, inclusive para o Tesouro, para o custo do Tesouro Nacional, é manter a inflação na meta, estabilizar a economia e, em conseqüência, diminuir os prêmios de risco e, em conseqüência, diminuir o custo de carregamento da dívida pública.

Em relação à questão do número de empresas que tiveram diminuídas a sua competitividade, é importante mencionar que cada órgão do Governo e do setor privado tenha a sua finalidade, a sua missão específica. A finalidade, a missão específica do Banco Central é macroeconômica, não é micro. Então o Banco Central tem uma função de equilíbrio e bom funcionamento do mercado de câmbio, fortalecimento dos fundamentos econômicos do país e manutenção da inflação na meta, e isso o Banco Central tem cumprido e, em conseqüência, a economia como um todo está se desenvolvendo e crescendo como está esse ano, em conseqüência a balança comercial bastante positiva, as exportações continuam crescendo. Por exemplo, a indústria nos últimos doze meses cresceu 6,8% e 5,1 % no ano. Portanto, como um todo, a indústria está crescendo. Temos fenômeno de valorização cambial, resultado da força das exportações brasileiras, algumas indústrias estão sofrendo mais do que outras, mas é importante mencionar, Senador, que muitas indústrias que sofreram muito num primeiro momento com a questão da competitividade externa, estão sendo capazes hoje de redirecionar a produção para o mercado interno que está muito robusto e muito forte, quer dizer, e ao mesmo tempo as exportações brasileiras continuam também muito robustas e crescentes.

Partindo agora para as perguntas do Senador Francisco Dornelles, que em primeiro lugar mencionou a questão do custo dos juros, Senador, eu já resumi aqui exatamente o custo do pagamento de juros com percentual do produto para o Tesouro Nacional, e o Senador pergunta exatamente até que ponto a criação de um comitê de dívida pública no Tesouro ou na Fazenda poderia adicionar valor e também até que ponto existe entrosamento entre o Banco Central e o Tesouro e etc? Bom, em primeiro lugar, entrosamento sim, não há dúvida que o Banco Central e o Tesouro tem comunicação bastante produtiva, profissional, adequada, como se faz nos países do mundo inteiro e que cada vez está evoluindo, e a nossa relação com o Tesouro é excelente. Em dito isso, são responsabilidades diferentes e uma das conquistas importantes hoje da política econômica no mundo inteiro é a independência operacional do Banco Central, quer dizer, evidentemente que se um Banco Central tem uma independência operacional na condução da política monetária e cambial, o Banco Central também tem que manter essa independência em relação à prerrogativa de outros órgãos do Governo na gestão de suas políticas, e no caso a política de gestão da dívida é do Tesouro Nacional, como deveria ser, como é e hoje na grande maioria de países do mundo. Agora em dito isso, o Banco Central e o Tesouro trocam informações e tro-

cam opiniões de uma maneira produtiva, profissional e etc. Mas não há certamente, eu acredito que não há muitos casos. Eu não vou falar nenhum porque isso é sempre arriscado no mundo de hoje, mas não há muitos casos onde o Banco Central opina diretamente no processo decisório de gestão dívida de Tesouro. Pode existir, não estou dizendo que não exista em nenhum país, eu estou dizendo que na maior parte dos países hoje não tem esse tipo. O Banco Central é independente, faz política monetária, em alguns casos política cambial e o Tesouro Nacional faz a gestão da dívida pública, a Secretaria da Receita Federal a gestão da Receita. Pois não, Senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Presidente, o que eu perguntaria é o seguinte: no caso, uma redução de dívida da SELIC de 19% para 11%, produziu no semestre uma economia de juros exclusivamente de dois bilhões, porque uma decisão desse tipo, se o endividamento tivesse só a SELIC, essa economia de juros teria sido muito maior. Essa decisão é levada, o Tesouro ou o Banco Central discutem sobre esse processo decisório?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Senador, é o seguinte: quando nós temos uma taxa de juros dos títulos públicos ou privados indexada, por exemplo, a SELIC, no momento em que a SELIC cai não há dúvida de que se a taxa de juros estiver indexada à SELIC ela cairá mais rápido do que ela cairá caso esteja em título pré-fixado. Por quê? Porque no momento que cai a SELIC se abate o custo da dívida de todo o estoque, enquanto que se cai a taxa de juros, SELIC, cai a taxa de juros de mercado de médio e longo prazo, isso diminui o custo de financiamento do Tesouro, mas isso só vai fazer um efeito nas contas do Tesouro na medida em que os títulos forem sendo substituídos por títulos mais baratos. Em dito isso, isso poderia indicar num primeiro momento que é melhor ter toda a dívida indexada a taxa de juros de curto prazo. Não é a experiência internacional. Por quê? Porque isso dá uma grande volatilidade no custo da dívida e, em momentos favoráveis, como o Brasil está passando agora, que a taxa de juros básica está caindo, certamente se nós tivéssemos apostado mais e tivéssemos indexado toda a dívida, cairia mais, mas, por outro lado, daria maior instabilidade, porque qualquer possível subida da SELIC geraria um impacto direto no custo da dívida e geraria uma instabilidade maior. Portanto, a experiência internacional é de que a estrutura de financiamento do Tesouro, se for mais estável, ela tende a ser mais benéfica a longo prazo, mesmo que em momentos de queda prolongada de taxa básica, como está acontecendo no Brasil, se a taxa pré-fixada existe, ela tem um efeito na queda de juros, portanto, de custo de juros do Tesouro mais lenta, mas dá mais estabilidade, e quando sobe a SELIC ela tem também uma maior lentidão de subida. Isso, portanto, aumenta a estabilidade e esta é a política usada pela maioria dos países. Em dito isso, o Brasil ainda tem 38% da sua dívida pública indexada à SELIC, não é que foi tudo substituído por pré-fixado não, e que deve ser um dos percentuais mais altos do mundo, ainda indexada à SELIC, que portanto aproveitou essa queda da SELIC na sua plenitude. Agora, de novo, eu acho que a tendência de pré-fixar a dívida é uma tendência positiva que acontece em todos os países, na maior parte dos países têm, a não ser uma pequena parcela de dívida que ainda é indexada normalmente à inflação, tem a grande parcela realmente pré-fixada. Mas, de qualquer maneira, eu acredito que o Tesouro está olhando tudo isso com a maior atenção e certamente deve ser objeto de uma discussão de V. Exªs. com as pessoas responsáveis se aqui vierem, no momento em que aqui estiverem.

Em relação às perguntas do Senador Valter Pereira, Senador, V. Exª. coloca a questão de antecipar a decisão, quer dizer, pelo que eu entendi nós temos uma decisão do COPOM, que será tomada em outubro, no mês de outubro, e o Senador questiona até que ponto se o Banco Central fosse mais transparente, já antecipando essa decisão, até que ponto não seria vantagem para o país. É essa basicamente a pergunta?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Não, basicamente a pergunta é a seguinte: quando vai se fazer alguma análise de cenário macroeconômico, é que a sociedade às vezes discute quais seriam aqueles tópicos mais relevantes e o Banco Central só toma uma posição mesmo depois da reunião mesmo, porque antes evita qualquer tipo de especulação, evita qualquer tipo de discussão. Seria basicamente essa daí a pergunta.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Está correto, Senador, realmente compete aos Bancos Centrais evitar especulações. Imagine o Senador que houvesse a divulgação de um dado que apontasse para uma certa direção e o Banco Central reagisse a esse dado nervosamente, fizesse declarações, e aí todos os mercados e etc reagissem nessa direção, daí no dia seguinte divulgado um outro dado, aí o Banco Central reagisse nervosamente e fizesse comentários em outra direção, quer dizer, nós estaríamos adicionando uma volatilidade à economia absolutamente negativa. Nenhum Banco Central faz isso. Segundo, o Banco Central tem que ter o momento de tomar a decisão. Hoje a nossa periodicidade é essa, oito reuniões por ano, que está em linha, por exemplo, com o Banco Central Americano e outros Bancos Centrais do mundo. Nós

tínhamos antes uma periodicidade um pouco maior, era a cada trinta dias, a economia era mais instável, mas com o Brasil caminhando em direção à estabilidade na época o Banco Central mudou para uma periodicidade mais em linha com outros países já de economia amadurecida. Em dito isso, portanto, este é o sistema de trabalho que tem que se mostrado eficiente em todos os países, isto é, numa determinada data o COPOM se reúne, analisa aí sim naquela data todos os dados disponíveis, toma a sua decisão e explica a sua decisão através da Ata. É um mecanismo que está funcionando muito bem, tem sido muito elogiado inclusive a transparência do Banco Central do Brasil no caso por outros Bancos Centrais e por empresas especializadas, quer dizer, este mecanismo do Banco Central, das Atas e do relatório de inflação trimestral, onde o Banco Central coloca com toda a transparência as suas decisões. O Banco Central não antecipa a decisão que tomará porque o Banco Central não sabe a decisão que tomará. O Banco Central vai se reunir naquela data, vai analisar todos os dados e vai tomar uma decisão, porque se o Banco Central já... muito bem, mas por que é que já não toma a decisão antes? Bom, antes, até algum tempo atrás, nós tomávamos num prazo mais curto. Por quê? Por que a economia era mais volátil. No momento em que ela é mais estável, não há dados necessariamente que justifiquem uma tomada de decisão freqüente, porque, em tese, nós podemos nos reunir a cada semana para tomar uma decisão, só que dificilmente nós teríamos novos dados a cada semana que justificassem uma nova decisão. Portanto, esse prazo de quarenta e cinco dias é um prazo equilibrado, está dentro dos padrões internacionais e é o momento onde o Banco Central analisa todos os dados e toma a sua decisão.

Em relação à questão do crédito consignado, que é também a pergunta do Senador Mão Santa em relação a esta questão, como é que o Banco Central deixa o crédito consignado? Quer dizer, por que é que o Banco Central não toma providências para, por exemplo, proibir o consignado ou tabelar e etc? Eu gostaria apenas de mencionar que o empréstimo consignado, na sua forma atual, é disciplinado por lei, que é a lei nº 10.820, promulgada pelo Presidente e aprovada antes pelo Congresso Nacional, é a lei que foi promulgada no dia 17.12.2003. Portanto, eu acho que isso é uma questão que compete na realidade, nós podemos discutir e etc, ao Congresso discutir.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas a lei, a lei não fixa parâmetros de juros, e aí é que está a brecha da qual se servem os bancos, e permite essa exploração danada sobre os seus clientes, e aí que o Banco Central poderia atuar no sentido de mediar, já que isso daí tem trazido indiscutivelmente um transtorno muito grande especialmente para aposentados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos concluir a nossa Audiência, nós estamos já bastante além do prazo razoável que nós tínhamos definido.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Bom, duas coisas: eu acho que em primeiro lugar nós devemos separar as duas coisas, Senador. E relação ao crédito consignado do setor privado, por exemplo, isso é parte de convênios específicos. Agora em relação ao crédito consignado para aposentados, especificamente, isto é objeto, a normatização da taxa para aposentado, que é algo específico, isso é objeto de uma normatização por Resolução do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS e implementado por meio de uma portaria do INSS. Portanto, então não cabe ao Banco Central regular isso. Portanto, qualquer sugestão, certamente os membros do Conselho Nacional da Previdência Social receberão de bom grado as sugestões.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – E os servidores?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Dos servidores públicos é produto de um contrato assinado entre as instituições e os funcionários daquela instituição.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Com a palavra, Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Presidente, só ...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Mercadante, a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só uma ponderação. Eu acho que nós tivemos, no caso da previdência social, um claro abuso no crédito consignado quando durante um período apenas dois bancos foram credenciados. É absolutamente inaceitável o que aconteceu, e à medida em que foi aberto o setor quarenta e quatro bancos se inscreveram, e a concorrência acaba beneficiando sempre o consumidor, aumenta a eficiência do crédito e favorece. Eu queria só destacar também que os trabalhadores de uma forma geral, antes do crédito consignado, quando precisam de crédito, estavam submetidos especialmente aos cheques especiais que eram taxas que continuam sendo, ou agiotas, agiotagem então desenfreada no Brasil, taxas muito acima do que são praticadas hoje. Então o crédito consignado hoje está em torno de 2,6%, a taxa ao mês, que ainda é uma taxa muito alta, mas é muito menor de 10%, 12%, 14% que nós tínhamos nos cheques especiais até então. Então eu particularmente acho que

é uma visão, e evidente que é uma opção do consumidor escolher qual é a modalidade de crédito, agora nós só vamos resolver isso na medida em que as taxas de juros caiam sustentadamente, caiam significativamente, e é toda a natureza do debate que nós temos feito em todas as Audiências. Com a palavra o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Ministro, essa Casa presume-se que terá um valor para fazer leis boas e justas. Nós não fazemos mais. Medida Provisória, isso é uma visão, eu não vou dizer que o Presidente é culpado, culpado somos nós. Esse Presidente foi eleito, ele jurou, ganhou o meu voto quando ele disse que ia diminuir. Já começou mentindo aí, por isso a fraqueza que nós estamos. E, segundo, é fiscalizar o Governo, e o mais importante, segundo Norberto Mobi (3:08:48), eu não ia buscar Norberto Mobi não, Theotônio Villela morreu e aqui disse: "é falar resistindo e resistir falando". Então eu estou fazendo uma denúncia que não houve momento mais imoral da economia com esses velhinhos. Eu sou aposentado, eu os acompanhe eu os vi. Eu ouço as vozes roucas das ruas, como dariam. Então V. Exª., que é o todo, que poder mesmo conquistou, tem mérito, eu só não lhe desejo o final do Rei Sol, que não deixou ninguém mais brilhar, mas V. Exª. advirta, isso é o mais embaraçoso, prostituíram, tem mais do que cabaré no Brasil de Agências financeiras aí enganando os velhinhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos concluir então, Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma ...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos só concluir. Tem mais alguma questão? Bom, feita a conclusão, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu posso estar com a minha posição vencida ou vendida na linguagem do mercado porque eu tive que acompanhar a Comissão de Meio-Ambiente onde um projeto de minha autoria estava sendo discutido e eu não podia estar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas, Senador Inácio Arruda, V. Exª. vai ter um minuto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Um minuto é mais do que suficiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nós já encerramos todas as inscrições, já passamos de todos os limites de tempo e faltam questões que ainda não foram respondidas pelo Ministro Henrique Meirelles.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Então duas questões que eu gostaria de levantar, eu até já propus um debate sobre esse tema aqui na Comissão. Um é sobre o problema da decisão do Conselho Monetário Nacional em relação à TR para a correção da poupança sempre que os juros caírem abaixo, a Taxa SELIC cair abaixo de 12%. Eu até agora eu não entendi bem porque é que não deveria ter a correção da poupança também pela TR, não deveria acumular essa correção, o que tornaria a poupança mais atrativa do que os títulos que são vendidos no mercado, na minha impressão, e a poupança, como ela é bem dirigida para a moradia, saneamento, água, então teria um efeito digamos assim ainda mais positivo do ponto de vista econômico. O outro é sobre o acumulado, o prejuízo acumulado do BC. V. Exª. já pode ter tratado desse assunto, mas eu não consegui ficar presente na reunião o tempo inteiro porque tive que acompanhar mais duas outras Comissões que estão reunidas nesse momento, que é a Comissão de Educação e a Comissão de Meio-Ambiente, que seriam muito importantes, como que nós resolvemos também, porque esse prejuízo do BC, ele vai acumulando também, vai somando, e isso vai erodindo as nossas contas com certeza, então eu gostaria que V. Exª. pudesse nos dar a informação de qual é o nosso prejuízo, o prejuízo do BC acumulado até o presente momento, e como ele evoluiu nesse período recente também de 2006 para 2007, qual é o prejuízo também de 2007, o acumulado e o prejuízo de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu agradeço, o prejuízo é nosso com a ausência de V. Exª. Senador Valter Pereira, ele vai voltar para responder as questões que não foram respondidas. Senadora Kátia Abreu, Senador Antônio Carlos Valadares e Senador Valter, tem alguma questão que não foi respondida?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Tem uma, é sobre as tarifas, e a pergunta, vou ser bem mais objetivo. Se o Ministro não entende que constitui uma anomalia um estabelecimento bancário ter tanta receita de serviços, de tarifas, de serviços prestados, como é de emissão de cheques, extratos, essas coisas todas, quanto daquilo que ele cobra de juros, quer dizer, esta que é a indagação fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – As tarifas respondem por 20% das receitas dos bancos. Presidente Henrique Meirelles.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Quer dizer, isto é um escândalo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – E está marcada uma Audiência com o Presidente da FEBRABAN aqui nesta Comis-

são que eu espero que seja na semana que vem ou no máximo em quinze dias para tratar especificamente da questão das tarifas, porque é um ponto de pauta do Governo e da sociedade e do consumidor, sendo que nós devemos assumir essa tarefa aqui no Senado Federal. Presidente Henrique Meirelles.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Pois não. Primeiro a pergunta do Senador Antônio Carlos Valadares que é a mesma pergunta já feita por outros Senadores sobre a questão do comitê gestor da dúvida pública, portanto é uma pergunta que eu entendo já ter sido respondida.

Vamos partir agora para as perguntas da Senadora Kátia Abreu. Em primeiro lugar as reformas e a comparação com a Europa, particularmente as observações feitas pelo ex-primeiro-ministro Aznar sobre Portugal, França e Itália. Em primeiro lugar ela pergunta se de fato procede essas questões. Não há dúvida, Senadora, que estaticamente, nos últimos anos, esses três países cresceram um pouco menos do que a média da Europa, alguns deles em alguns momentos cresceram mais, mas agora, nos últimos anos de fato estão crescendo menos, e de fato é um debate daquelas sociedades de quais são as razões disso. Algumas razões podem ser atribuídas de fato à questão de reformas nesses respectivos países, apesar de que a questão do crescimento e desenvolvimento é uma questão de difícil resposta muito simplista, é essa ou aquela reforma. Existem estudos muitos grandes feitos sobre isso, Bancos Centrais participam disso no mundo inteiro e etc, mas o fato concreto é que não há dúvida, se queremos generalizar, que reformas, desde que sejam modernizantes, desde que sejam reformas que tenham como conseqüência uma maior eficiência e um aumento da produtividade da economia, tendem a levar a um crescimento econômico maior, quer dizer, normalmente o crescimento econômico é produto da quantidade de mão-de-obra, a qualificação e da quantidade de mão-de-obra, do investimento de capital, quer dizer, quanto mais capital maior o crescimento, e da chamada produtividade total dos fatores, quer dizer, que é a produtividade da economia, que é o que nós estamos falando. Então a questão da disponibilidade do capital é um pouco relacionada à questão fiscal, não totalmente, mas é um pouco relacionada, muito relacionada à estabilidade da economia e outras coisas, e, evidentemente, que reformas, se feitas adequadamente, se bem feitas e etc, levarão em tese a um aumento da produtividade da economia, portanto, levam a um maior crescimento. Agora a questão de qual reforma especificamente, isso daí é uma questão certamente prerrogativa de discussão aqui do Congresso Nacional.

Em relação à DRU, Senadora, não há dúvida, quer dizer, quanto maior segurança tiver o Governo nas suas fontes de receita, menos incerteza haverá no planejamento, não há dúvida, agora evidentemente que cada Governo trabalha com as condições jurídicas e formais que lhe são atinentes, isto é, se um determinado tributo tem uma renovação, digamos, uma aprovação anual, haverá maior incerteza do que se for uma renovação quadrienal, do que se de fato não existir uma análise periódica mandatória. De fato não há dúvida que quanto maior a segurança, maior a previsibilidade. Por outro lado, eu entendo que há razões pelas quais o Congresso Nacional mantenha essa estrutura atual de aprovação. Não me compete questioná-las.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só para explicar, Senador, que a questão de V. Exª. foi profundamente debatida na argüição do Senador Garibaldi Alves Filho, no início da sessão.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sobre o comitê?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sobre o comitê.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Ele falou sobre o comitê?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) –Falou.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – É que eu não estava presente então, eu agradeço a V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – O Presidente disse que achava que isso era competência do Tesouro Nacional. Eu queria agradecer a todos os Senadores pela presença, pela qualidade da argüição que nós tivemos, agradecer ao Presidente do Banco Central Henriques Meirelles, a toda a diretoria, os diretores que aqui estiveram.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Presidente, e a TR?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Faltou, de fato. V. Exª. vê como é difícil chegar atrasado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Mas eu não cheguei atrasado não, eu cheguei cedo, eu tive que sair para ...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Presidente, pela ordem, o Ministro não respondeu a uma pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Valter, deixe ele responder agora ao Senador Inácio.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Se ele não entende como anomalia o estabelecimento bancário ter uma receita de serviços, daqueles serviços prestados ali de emissão de boletins, de extratos, de cheques, se essas tarifas, se essa receita dessas tarifas, dando uma equivalência com a taxa de juros cobrada, que é o objeto do banco, se ele não entende que isso é uma anomalia.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Senador, o sistema financeiro de diversos países tem estrutura de funcionamentos diferentes. Uma das características do Brasil é que o sistema brasileiro de pagamentos é totalmente processado, quase totalmente, no sistema bancário. Em outros países não necessariamente funciona assim. Mesmo no Brasil está começando a diminuir através de alguns meios eletrônicos, como o setor de crédito, por exemplo, começa a absorver fatias cada vez maiores, o cartão de crédito, melhor dizendo, mas o fato concreto é que em outros países, se nós olharmos historicamente, em outros países, usando o exemplo mais uma vez dos Estados Unidos, que foi muito mencionado aqui em diversas circunstâncias, é comum nos Estados Unidos ainda hoje se fazer pagamentos simplesmente mandando o cheque pelo correio ou até mandando dinheiro pelo correio. De novo, está cada vez mais sendo substituído por meios eletrônicos. No Brasil, isso historicamente, tem sido totalmente processado através do sistema bancário. De novo, começa a haver uma certa diversificação agora com as processadoras, administradoras de cartão de crédito. Em dito isso, até 1994 e por alguns anos depois uma grande parcela da receita dos bancos vinha do chamado *floating* da inflação, os bancos ganhavam com o giro da inflação, e isso foi paulatinamente sendo substituído por tarifas. Portanto, é um pouco difícil fazer uma afirmação genérica. Agora o que é importante é o que nós temos dito aqui: é importante que as tarifas sejam as menores possíveis, que exista competitividade, que exista transparência, que se dê ao consumidor poder de barganha, de maneira que o consumidor tenha condições de ter assegurada a possibilidade de ir buscar a menor tarifa possível e que seja consistente com o seu custo de processamento e etc, e é esse o trabalho que todos nós estamos envolvidos: o Banco Central, o Conselho Monetário, o Ministério da Fazenda, o Congresso, o Ministério Público, todos estão trabalhando na mesma direção.

Passando agora à pergunta do Senador Arruda, porque o Presidente está de fato preocupado aqui com o horário, Senador, eu só gostaria de portanto sumarizar, o senhor vai me permitir em pouquíssimo tempo, dizer o seguinte: se a poupança rende muito mais do que todas os demais formas de aplicação, de um lado, como o senhor disse muito bem, S. Exª. pontuou, é vantagem, porque isso vai para a habitação, para a moradia, para saneamento e etc. De um lado sim, mas de outro lado, Senador, imagine se todos os recursos captados pelo sistema financeiro num certo momento fosse para moradia, habitual e saneamento. Como que ficaria o financiamento da produção, como é que ficaria o financiamento do consumo, como é que ficaria o financiamento de todas as outras necessidades de crédito do país? Portanto, é importante que exista um certo balanceamento. A poupança sim é importante, o crédito imobiliário é importantíssimo, está crescendo muito no Brasil como resultado da estabilização da economia brasileira, mas evidentemente que nós temos que manter um sistema equilibrado para que os outros investimentos na produção, na agricultura, na exportação, na indústria, também ...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Apenas ela ficou mais atraente , ela não inibiu as outras aplicações.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – ... Pois é, mas o ponto é que, de novo, o Conselho Monetário tem tomado providência para que haja um certo balanceamento, que não se crie um desequilíbrio no sistema que poderia levar sim a um excesso de concentração de recursos numa área em detrimento de outras áreas do sistema que também precisam de ter financiamento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O que o senhor pode falar sobre os prejuízos do BC?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Perfeitamente. A questão do prejuízo do Banco Central, Senador, é importante, vai ser objeto, vale mencionar que vai ser objeto de uma participação específica que temos aqui no Congresso, que é determinado pela Lei da Responsabilidade Fiscal, vemos aqui uma vez por semestre, são sete Comissões do Congresso, inclusive a Comissão de Assuntos Econômicos está presente, aí nós vamos detalhar com isso. Com a preocupação aqui do nosso Presidente eu não vou entrar muito em detalhe porque isso daqui será objeto de extensa explanação e debate aqui no Congresso Nacional. Mas, em dito isso, eu só vou mencionar uma coisa: que o Brasil tem uma característica jurídica legal que é o fato de que as reservas internacionais são contabilizadas no balanço do Banco Central, enquanto que a dívida pública externa é contabilizada no Tesouro Nacional. Então quando existe a subida do valor do dólar ou a queda do valor de dólar, os efeitos opostos se dão em balanços diferentes, do Tesouro Nacional e do

Banco Central do Brasil, e isso destorce os resultados quando analisados isoladamente. Portanto, nós estamos desenvolvendo com as auditorias, isso será divulgado aqui no Congresso, exatamente uma metodologia que deixe isso completamente transparente. Já está transparente, mas vai melhorar, de maneira que a sociedade possa avaliar qual é o resultado de fato operacional do Banco Central, que eu posso lhe adiantar é relativamente equilibrado, pequeno prejuízo, pequeno lucro, o Banco Central não tem resultados muitos fortes, que é um resultado operacional próprio do Banco Central, agora o custo de carregamento de reservas ou anteriormente de passivo cambial, isso tinha efeitos e têm efeitos importantes no balanço do Banco Central, que, de novo, em grande parcela é compensado por resultados opostos do Tesouro Nacional, na medida, por exemplo, vou dar um exemplo para o senhor. Quando o dólar sobe, não é, o dólar ganha valor, o Banco Central tem um lucro contábil e o Tesouro Nacional tem um prejuízo porque sobe o passivo da dívida. Se o dólar cai o Banco Central tem um prejuízo e o Tesouro tem um lucro porque diminui o passivo da dívida. Portanto, tudo isso será objeto de uma discussão extensa, o senhor terá a oportunidade de entrar em detalhe nesse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP) – Faremos isso na próxima Audiência. Eu queria agradecer ao Sr. Mário Mesquita, Mário Toroz(F), Alexandre Tombini(F), que acompanharam, demais membros da diretoria e da assessoria do Presidente Henrique Meirelles, e em particular ao Ministro e Presidente do Banco Central do Brasil Henriques Meirelles por essa Audiência esclarecedora, que vai ajudando o Senado a ter informações mais aprofundadas sobre a política monetária, financeira, cambial do Brasil, seguramente aperfeiçoando o mecanismo democrático de relacionamento de Banco Central e essa instituição. Quero também dizer que a Lei de Licitações será o primeiro ponto de pauta na nossa próxima Audiência, terça-feira próxima, espero que todos os Senadores se preparem para a votação. Agradeço a presença de todos, está encerrada a nossa sessão.

(*Sessão encerrada às 13h45.)*

Ata da 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 2 de outubro de 2007, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões Nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia dois de outubro do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Euclydes Mello, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, João Vicente Claudino, Patrícia Saboya Gomes, Antônio Carlos Valadares, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Edison Lobão, Eliseu Resende, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Antonio Carlos Júnior, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Eduardo Azeredo, Jefferson Peres e, ainda, do 1º Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Tião Viana. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Pedro Simon, Gilvam Borges, Adelmir Santana, Sérgio Guerra e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente comunica o recebimento do seguinte documento, para conhecimento, Aviso nº 91/07 (nº 333, na origem), de 12 de setembro de 2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de agosto de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. O Expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Comunica, ainda, que em virtude de o Relatório Preliminar ao PL nº 31/07 não ter sido votado, o novo prazo para a apresentação de emendas desta Comissão ao PPA será comunicado posteriormente. Em seguida, a Presidência passa à apreciação dos Itens constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Mensagens do Senado Federal nºs 104 e 105, de 2007, não terminativas, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2007", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Antonio Carlos Júnior Relator *Ad Hoc.* Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Júnior, Flexa Ribeiro e a Senadora Kátia Abreu, que apresenta Requerimento que requer, nos termos regimentais, seja encaminhado a Comissão de Assuntos Econômicos, periodicamente, pelo Banco Central do Brasil, o relatório de inflação, bem como as atas das reuniões do COPOM, relativas ao mesmo período, para análise e discussão nesta Co-

missão. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, não terminativo, que "altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; e dá outras providências", de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer pela aprovação integral ou parcial das Emendas nºs 01, 02, 03, 05, 06, 10, 11, 12, 14, 18, 22, 28, 29, 31, 34, 35, 36 e 38, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das demais Emendas apresentadas. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Pareceres favoráveis ao Projeto com Emendas. Em 07/08/07, foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria, com a presença do Sr. Rogério Santana dos Santos, Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do **Planejamento, Orçamento e Gestão –** SLTI; do Sr. André Kresch, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – SECOB; do Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; do Sr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB; do Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; e do Sr. Luiz Fernando dos Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON. Em 21/08/07, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 28/08/07, após a leitura do novo Relatório, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Foram apresentadas as Emendas nºs 01, 08 a 12, 22 a 25, 31 a 33 e 36, do Senador Antônio Carlos Valadares; nºs 02 a 07 e 15 a 17, do Senador Raimundo Colombo; nºs 13 e 14, do Senador Pedro Simon; nºs 18 a 21 e 27, do Senador Francisco Dornelles; nº 26, da Senadora Kátia Abreu; nºs 28 e 29, do Senador Renato Casagrande; nº 30, do Senador Neuto de Conto; e nºs 34 e 35, do Senador Jarbas Vasconcelos; nº 37, do Senador Eduardo Azeredo; e nº 38, do Senador Marcelo Crivella; e nºs 42 a 45, do Senador Flexa Ribeiro. Em 18/09/07, após a leitura do novo Relatório, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03-Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2004, não terminativo, que "dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o fim de criar forma especial de amortização mediante serviço social", de autoria da Câmara dos Deputados, tendo como Relatora a Senadora Ideli Salvatti, que oferece Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, com Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007, Complementar, não terminativo, que "dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo", de autoria do Senador Tião Viana, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer Favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 01 a 14, 40, 41, 44, 45, 46, 47 e 48, acolhendo integralmente a Emenda nº 42 na forma da Emenda nº 06 e parcialmente a Emenda nº 43 na forma da Emenda nº 10, e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 16, 18 e 21, na forma de Subemendas, e pela rejeição das Emendas nºs 15, 17, 19, 20, 22, 24, 26, 38, 39. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Foram apresentadas as Emendas nºs 15 a 21, do Senador Antônio Carlos Valadares; nº 22, do Senador Francisco Dornelles; e nºs 23 a 47, do Senador Flexa Ribeiro, sendo retiradas as Emendas nºs 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 37; Em 18/09/07, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Após as considerações feitas pela Relatora, Senadora Patrícia Saboya, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Kátia Abreu, Antonio Carlos Júnior, e, ainda, o autor da Matéria, Senador Tião Viana. Encerrada a discussão e ao anunciar a votação da Matéria, foi apresentado, pelo Senador Francisco Dornelles, o Requerimento de Destaque nº 01, para votação em Separado da Emenda nº 22. Colocado o Parecer em votação, ressalvado o Destaque, a Comissão aprova o Parecer da Relatora. Passando a votação do Destaque, a Comissão aprova a Emenda nº 22 que será incorporada ao Parecer da Relatora. Sendo assim, a Comissão aprova o Parecer da Relatora, Senadora Patrícia Saboya, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25-CAE; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2007, não terminativo, que "acrescenta parágrafo ao art. 36 da Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985 (Lei do Cheque), para dispor sobre sustação de cheque", de autoria do

Senador Gerson Camata, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta, acatando ainda a Emenda nº 03, de autoria do Senador Valter Pereira, nos termos da Emenda nº 02 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Cícero Lucena, usa da palavra a Senadora Kátia Abreu. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator com as Emendas nºs 01 e 02-CAE; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, para submeter a processo licitatório os projetos do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos Sociais (PIPS), e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. Em 18/09/07, foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2006, terminativo, "altera a legislação tributária a fim de estabelecer prazo para restituição do imposto de renda da pessoa física descontado em excesso, na fonte, e dá outras providências", de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2004, terminativo, que "ltera a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as Associações da Cruz Vermelha Brasileira", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy, que devolveu com Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003, não terminativo, que "acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, não terminativo, que "altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo", de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Romeu Tuma, que devolveu sem manifestação. Em 21/03/07, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Edison Lobão, concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2007, Complementar, não terminativo, que "altera os arts. 150, 173 e 174 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para retirar a decadência do direito de lançamento do crédito tributário quando houver instauração de procedimento investigatório pela polícia ou pelo Ministério Público ou o ajuizamento de ação penal por ilícito que envolva o tributo devido", de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2003, terminativo, que "altera a legislação do Imposto de Renda relativamente à concessão de benefícios fiscais para as doações destinadas à assistência e promoção social", de autoria do Senador Sergio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas n°s 01, 02, 03 e 04 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CAS. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2004, Complementar, não terminativo, que "atualiza valores das faixas de referência do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, de autoria do Senador Paulo Paim, que se encontra tramitando em conjunto com os seguintes Projetos, Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2004, Complementar, não terminativo, que "altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário simplificado das microempresas e das empresas de pequeno porte (Simples), para determinar a revisão dos valores monetários nela constantes, e dá outras providências", de autoria do Senador Maguito Vilela; o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2004, Complementar, não terminativo, que "atualiza valores das fai-

xas de referência do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996", de autoria da Senadora Lúcia Vânia; e do Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2003, Complementar, não terminativo, que "altera a Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), para determinar a revisão dos valores monetários nela constantes", de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer pela rejeição dos Projetos nºs 2, 65 e 146, de 2004, e 343, de 2003, Complementares. A apreciação da Matéria é adiada. São aprovados, ainda, o Requerimento nº 43/2007-CAE, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que requer, nos termos do art. 76, § 1º, Inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação, por um período de 84 dias, dos trabalhos da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária – CAERT, instituída nos termos do Requerimento nº 09/2007-CAE, em virtude de ainda não ter sido concluída a sua tarefa; o Requerimento nº 44/2007-CAE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 37, de 2007, com a finalidade de incluir no rol de convidados, o nome do Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Armando Monteiro Neto, para expor a posição da entidade sobre a prorrogação da CPMF, cujo prazo de vigência termina no final deste ano de 2007; e o Requerimento nº 45/2007-CAE, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que requer, nos termos regimentais, seja encaminhado a esta Comissão Permanente de Assuntos Econômicos, periodicamente, pelo Banco Central do Brasil, o relatório de inflação, bem como as atas das reuniões do COPOM, relativas ao mesmo período, para análise e discussão nesta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Havendo número regimental declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Reunião Ordinária.

Antes de iniciar os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que essa Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento. Aviso 9.107 de 12 de setembro de 2007 do Ministério da Fazenda encaminhando em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº. 43, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de agosto de 2007. Tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de Ofício Circular.

Comunico ainda que em virtude de um relatório preliminar PL nº 31/07, não ter sido votado o novo prazo para a apresentação de Emendas desta Comissão ao PPA será comunicado posteriormente. Há Requerimento sobre a Mesa. Primeiro Requerimento.

Requeiro nos termos do art. 76, § 1º inciso I do Regimento Interno do Senado Federal a prorrogação por um prazo de 84 dias dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária instituída nos termos do Requerimento 09/2007-CAE. Em virtude de ainda não ter sido concluída a sua tarefa. Srs. Senadores que estiverem de acordo com o requerimento, permaneçam como se encontram... Prorrogado. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Fica aprovado.

Requerimento do Senador Eduardo Azeredo. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal requeiro aditamento ao Requerimento nº. 37/2007 com a finalidade de incluir no rol dos convidados o nome do Presidente da Confederação Nacional da indústria, Armando Monteiro Neto para expor a posição da entidade sobre a prorrogação da CPMF, cujo prazo de vigência termina no final deste ano de 2007. Fica em discussão. Srs. Senadores que aprovam o Requerimento permaneçam como se encontram. Fica aprovado.

Requerimento da Senadora Kátia Abreu. Requeiro nos termos regimentais que os dados constantes do Item 02 do parecer apresentado pelo Sr. Relator ao texto das mensagens do Senado Federal nº. 104 e 105 relativamente à evolução da economia e a nova programação monetária para o terceiro trimestre para o ano de 2007 sejam atualizados para melhor adequação aos recentes números apresentados na economia brasileira. A justificativa da Senadora por esse Requerimento é a seguinte. No País atualmente a expectativa de inflação apresentada pelo Banco Central do Brasil

cresceu para 4% ao ano. O Conselho Monetário Nacional manteve a TJLP em 6,25% até o final do ano. Os indicadores da indústria objeto de pesquisa produzida pela CNI em setembro deste ano indicam a população e que a população está preocupada com o aumento da inflação, indica ainda o aumento do desemprego nas grandes metrópoles, em especial em São Paulo, além da queda de renda média do trabalhador. Fica em discussão a Emenda da Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Com a palavra a Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, eu gostaria que os colegas Senadores e Senadoras, pudessem observar com bastante cuidado esse Relatório por conta de que todos os dados, mais importantes da economia brasileira, estão totalmente defasados. Nós corremos o risco de aprovar um Relatório aqui que não é verdadeiro. Eu vou ler apenas um índice, um indicador que aqui está escrito para aprovação do Senado Federal e que não corresponde à realidade. Na página 25, do 1º §, a última linha. "O COPON decidiu por unanimidade reduzir a Taxa Selic para 12,75 ao ano sem viés". E todo mundo sabe que a SELIC hoje está 11,25. A inflação que foi projetada para 3.2 hoje está em 4. E nós sabemos que essa mudança na taxa de inflação altera conseqüentemente todos os itens subseqüentes. A manutenção da TJLP idem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sim, mas olha aqui na página de cima. 13% ao ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Com a palavra o Senador Antônio Carlos.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Bom, na verdade, o que acontece é que ele aqui está fazendo um histórico da flexibilização da Taxa Selic. Então, quer dizer, em março de 2005 a taxa estava... Foi reduzida para 13%, depois em setembro de 2005 para 12,75. Então aí é um histórico.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Colocaremos sob aprovação o Requerimento da Senadora Kátia Abreu. Fica em discussão.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Eu gostaria, Sr. Presidente, que por conta dessa variação, principalmente da inflação que foi projetada para um percentual e ele aumentou, eu tenho certeza absoluta que esses dados podem não estar corretos para a votação do Senado. Se tiver, não terei o menor problema em recuar e votar o Relatório como está. Mas eu acredito que nós deveríamos verificar, que o Relator poderia verificar esses números e adequar e atualizá-los para que a gente pudesse votar de maneira correta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Se tiverem de acordo com o Requerimento da Senadora Kátia Abreu permaneçam como se encontram. Fica aprovado. Em conseqüência o Item 01 da pauta fica adiado para a próxima semana.

Item 03 da pauta. Substitutivo da Câmara dos Deputados do PLS nº. 05/2004. Não terminativo. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior com o fim de criar o fórum especial de amortização mediante serviço social. Autoria do substitutivo da Câmara dos Deputados, Relatora Senadora Ideli Salvatti. Na ausência da Relatora a matéria fica adiada para a próxima Sessão.

Item 05 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 371, não terminativo. Acrescenta parágrafo ao art. 36 da Lei 7.357 de 2 de setembro de 1985. Lei do Cheque. Para dispor sobre sustação do cheque. Autoria Senador Gerson Camata. Relator Senador Cícero Lucena. Não estando presente o Relator fica essa matéria adiada para a próxima Sessão.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Presidente. V.Exª... aqui havia o Item 03 da pauta. Item 04, desculpe. V.Exª passou do 03 para o 05.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – O Presidente Aloizio Mercadante que deve estar presidindo a Sessão dentre em poucos momentos alegou que gostaria de presidir a Sessão na discussão dessa matéria.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Presidente, eu queria, com todo respeito, o Deputado Aloizio Mercadante é Presidente do CAE, e não é membro da Comissão de Ética. De modo que ele está largando a Presidência de uma Comissão para participar de uma discussão de uma Comissão onde ele não é nem membro. E nós aqui não podemos deixar de apreciar matéria na maior importância. De modo que eu sugiro a V.Exª de acordo o seguinte, vamos saltar, o assunto é importante, se por acaso dentro de meia hora o Senador Mercadante não tiver regressado, que a matéria seja votada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Consideraremos a manifestação do Senador Dornelles. Vamos então passar ao Item 06.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. V.Exª concorda com a...?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Dentro de meia hora haverá nova inversão de pauta e nós passaremos a discutir o Item 04.

Item nº. 06. Projeto de Lei do Senado nº. 500/2003. Altera a Lei 10.735 de 11 de setembro de 2003 para submeter o processo licitatório os projetos de Programa de Incentivo à Implementação de Projetos Sociais, PIPS e dá outras providências. Autoria, Senador César Borges, Relator, Senador Valdir Raupp. Não estando presente o Relator, fica também essa matéria adiada para a próxima Sessão.

Item nº. 07. Projeto de Lei do Senado nº. 58. Passaremos a Presidência da Sessão para o Senador Mercadante.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço eminente Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Nós agora entraríamos na discussão e votação do Item nº. 07 e depois voltaremos para tratar a PEC que regulamenta o art. 29 da Constituição na matéria de saúde, e posteriormente a Lei de Licitações que vamos aguardar a conclusão da reunião do Conselho de Ética, inclusive o Senador Suplicy precisa estar presente para que a gente possa discutir a matéria da Lei de Licitações que será votada hoje.

Então o Item 07 é Projeto de Lei do Senado nº. 58, terminativo, altera a legislação tributária a fim de estabelecer prazo para restituição do Imposto de Renda de pessoa física descontado em excesso na fonte e dá outras providências. Autoria, Senador Álvaro Dias. Relator, Senador Francisco Dornelles. Parecer é favorável com as Emendas nº. 01 e nº. 02 que apresenta.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Então vamos adiar para a próxima Sessão e vamos imediatamente então dar início à discussão da PEC que regulamenta o art. 29 da Constituição, que trata de recursos relacionados à saúde pública. Pois não, Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Antes da chegada de V.Exª, o Item 01 da pauta, Senadora Kátia Abreu apresentou um pedido para que fosse... Fossem atualizados os números. O que eu queria chamar atenção aqui de que na verdade o Banco Central mandou a programação monetária de 2007 mandou isso dentro do prazo normal. Agora, ficou... Só que o projeto só veio ser votado agora.

Então, na verdade não há o que está havendo não é uma... São números errados. Números que ficaram defasados porque nós já estamos no último trimestre.

Então, foi votado um Requerimento aqui no sentido de atualizar isso. O importante é que o Banco Central mandasse logo o último trimestre porque no momento que chegasse esses dados a gente votava isso aqui e...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só queria entender pelo seguinte. A Lei que regulamenta a fiscalização da atividade do Banco Central, por parte do Senado a Comissão de Assuntos Econômicos, ela estabelece que nós temos que aprovar a programação monetária trimestralmente. A cada trimestre, concluído o trimestre o Banco Central encaminha os dados nós analisamos e votamos. Só que essa concepção estava ligada a uma idéia de base monetária na origem do Plano Real que ficou totalmente prejudicada na medida que você tem câmbio flutuante e o regime de controle de inflação é regime de metas inflacionárias. Então o que é que nós discutimos na Comissão de Assuntos Econômicos? Que nós não aprovaríamos a programação monetária trimestral antes de audiência com o Presidente Banco Central.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Ah, tá certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Então, aprovamos um projeto que já foi aprovado na CAE e na CCJ, está na Mesa Diretora, estabelecendo uma rotina de prestação de contas que a Diretoria do Banco Central estaria presente previamente. Pra quê? Paro discutir a essência da política monetária, que é a Taxa Selic, que é a meta inflacionária se está sendo cumprida ou não, que é a política de reservas cambiais, enfim foi objeto da audiência que nós fizemos a semana passada. Só após as audiências é que nós aprovaríamos a programação monetária. Porque a programação monetária hoje ela não tem mais nenhuma finalidade relevante. Porque a essência da política do Banco Central é exatamente a meta de inflação, a taxa de juros, a política cambial que foi objeto da audiência que tivemos. Nós queremos, inclusive, que isso passe a ser uma exigência institucional de prestação de contas.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Então, quer dizer, foi propositalmente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Foi propositalmente adiado porque nós não tínhamos a audiência com o Banco Central. Enquanto não tiver a audiência com o Banco Central a gente não aprova a programação monetária. E nesse último trimestre vai ter uma nova audiência com o Presidente do Banco Central, Diretoria do Banco Central antes de aprovarmos a programação monetária. Então foi isso que foi construído pelos Senadores já algum tempo.

Bom, feitos os esclarecimentos... De qualquer forma, a aprovação monetária do próximo trimestre vai ser entregue. Senadora Kátia Abreu, é obrigatório a apresentação da programação monetária do trimestre. Só que nós estabelecemos que não aprovaríamos antes da Audiência Pública. No próximo trimestre, o Presidente do Banco Central voltará aqui e só depois da audiência é que aprovaremos a programação. Essa tem sido a rotina da CAE.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Presidente, apenas para considerar, o Banco Central enviou para cá no período correto, na data correta. Houve um atraso da CAE em colocar em votação aqui no Plenário... Observar para o Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Na verdade o Presidente Mercadante explicou que ele propositadamente não votou para que o Banco central tivesse que dar as explicações aqui. E como essas explicações só foram dadas na semana passada, ele só colocou em votação agora. Essa foi a explicação do Presidente da CAE.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – E faremos assim também em relação ao próximo trimestre. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir, Sr. Presidente. A aprovação é do trimestre que passou ou é a programação para o trimestre que vai acontecer? Porque esta aqui é até junho. Então nós estamos...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – De julho a setembro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Ele apresenta o balanço do trimestre anterior e faz a programação do trimestre seguinte. E na realidade isso virou um formalismo Jurídico Legislativo porque não tem a menor relevância hoje você discutir a programação monetária. Porque nós não temos o regime de âncora monetária. Nós temos um regime inflacionário de meta de inflação. O que realmente interessa discutir hoje é se a inflação esta dentro da meta, abaixo da meta, se a Taxa Selic a decisão do Banco Central do COPON está correta ou não está correta. Se o nível de reservas é adequado ou não, se o Banco Central aplica bem as reservas. Se o câmbio se apreciou... Enfim, é o debate que nós fizemos. Porque a programação monetária hoje não tem mais nenhuma relevância. Com o câmbio flutuante e com metas de inflação, a programação monetária é um formalismo absolutamente democrático.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – O que deveria ser discutido na verdade, Sr. Presidente, era o relatório de inflação trimestral com o...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Exatamente. O que nós temos que discutir é a Ata do Banco Central, que é o debate da semana passada. A Ata do COPON e os relatórios de inflação que são trimestrais. Eu acho que nós poderíamos, eu sugeriria inclusive à Senadora Kátia Abreu, nós poderíamos até adotar isso como praxe daqui para frente. Solicitar a remessa da Ata da inflação, os relatórios de inflação, da Ata do COPON e os relatórios da inflação para acompanhar a programação monetária. E nós poderíamos fazer isso para todo o debate da programação monetária. É muito mais interessante esse debate do que o formalismo de aprovarmos programação monetária que não tem nenhuma importância. Propõe acordo nesse entendimento? Então nós transformaríamos solicitando... Senadora Kátia solicitaria que fosse remetida as atas do COPON do trimestre e os relatórios de inflação. Isso prepara a Audiência Pública que nós faremos posteriormente com o Presidente do Banco Central.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Positivo. Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Há acordo. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós poderemos depois votar o Item 01 com esse aditivo que foi incorporado.

Vamos agora... Projeto de Lei nº. 121/2007 complementar e não terminativo. Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União, em ações de serviços públicos de saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferência para a saúde, e as normas de fiscalização, avaliação, e controle das despesas com saúde nas três esferas de Governo. Autoria, Senador Tião Viana. Relatora, Senadora Patrícia Saboya. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania com parecer favorável ao projeto. A matéria ainda será apreciada na Comissão de Assuntos Sociais. Foram apresentadas as Emendas nº. 1.521 do Senador Antônio Carlos Valadares, nº. 22 do Senador Francisco Dornelles, nº 23 a 47 do Senador Flexa Ribeiro, sendo retiradas as Emendas 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, e no dia 18 do mês passado foi concedida vista coletiva nos termos regimentais. Com a palavra a Relatora, Senadora Patrícia Saboya.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores como o projeto, o Relatório já foi dado como lido na reunião passada, eu peço permissão a V.Exª para ler apenas as Emendas que estamos aprovando e aquelas que estamos

rejeitando, mas quero antes de iniciar meu parecer parabenizar mais uma vez o Senador Tião Viana pelo trabalho tão perfeito que procurou fazer com todas as entidades, buscando cada vez mais as condições para que a saúde no Brasil possa dar ao povo brasileiro a dignidade tão merecida.

Portanto, Senador Tião Viana, quero mais uma vez antes de ler o Relatório, parabenizar V.Exª. Sei que esse projeto foi feito com muito carinho por V.Exª. V.Exª teve a preocupação de procurar a sociedade civil organizada, as entidades ligadas à questão da saúde, no próprio Ministério da Saúde, o tesouro, V.Exª fez um esforço muito grande. E procurei dentro do Relatório, sugeri algumas Emendas que acho que pode aperfeiçoar um pouco mais o projeto. E rejeitei aquelas que considero que vão prejudicar o projeto.

Objetivando o aperfeiçoamento da matéria, ofertamos 15 Emendas ao final desse Relatório. Além disso, acolhemos integralmente as Emendas nº. 40, 41, 44, 45, 46 e 47 de autoria do Senador Flexa Ribeiro e parcialmente às Emendas 16, 18 e 21 do Senador Carlos Valadares na forma de Subemenda. A Emenda nº. 42 é acatada na forma da Emenda nº. 06 enquanto a de nº. 43 é parcialmente contemplada pela Emenda nº. 10. As Emendas nº. 15, 17, 19, 20, 22, 24, 26, 38 e 39 foram rejeitadas no mérito pelas seguintes razões: A Emenda nº. 15, Sr. Presidente, o Projeto de Lei em sua forma original já cria instrumentos eficazes para transferência de recursos de forma regular e automática. Inclusive com a previsão de que ela se dê segundo cotas estabelecidas em programação previamente aprovada. O que é incompatível com a aprovação da periodicidade decendial. A Emenda nº. 17, a definição das atribuições do Ministério Público é da competência do Procurador-Geral conforme prescreve o art. 128 § 5º da Constituição Federal. Ademais independentemente do dispositivo proposto pela Emenda, é função institucional do Ministério Público a defesa da ordem jurídica e dos direitos assegurados constitucionalmente. Cabe registrar que a proposição contempla um amplo sistema de fiscalização com a previsão de mecanismos que envolvem os poderes Legislativo e Executivo e a sociedade. A Emenda nº. 19. O disposto na Emenda já está previsto no art. 10 do projeto original para efeito do cálculo dos recursos mínimos aplicados em saúde. Inserir esses mesmos parâmetros para efeito da fiscalização seria desnecessário. A Emenda nº. 20, os encargos sociais são parte da remuneração dos servidores públicos, e sendo assim, no que diz respeito aos servidores da saúde eles devem ser considerados despesas com ações e serviços de saúde para fim de apurações dos percentuais mínimos. Aceitar essa Emenda proposta poderia inviabilizar os orçamentos dos Estados e dos Municípios. A Emenda nº. 22, propõe manter a sistemática atual... do Senador Dornelles, propõe manter a sistemática atual do cálculo de percentuais mínimos a serem aplicados em saúde pela União. O que representaria em relação ao exercício de 2008 o acréscimo de pouco mais de três bilhões de reais para o setor. Eu pediria a atenção dos Srs. e Srªs. Senadoras porque eu acho que essa Emenda vai ser bastante polêmica.

A prevalecer a proposta original do projeto, o aporte adicional de recurso será de ordem de 20 bilhões de reais. A aprovação da Emenda implicaria pois a perpetuação da insuficiência de recursos do Sistema Público de Saúde comprometendo a universalidade e a integralidade da atenção. Além disso, a proposta contida na Emenda leva a que aquilo que deveria ser o mínimo a ser aplicado em saúde passe a funcionar como teto, pois o gestor federal dificilmente irá destinar mais recursos para a saúde em determinado exercício ainda que tenha a reserva financeira para isso, uma vez que o valor irá vincular o montante a ser aplicado nos exercícios subseqüentes.

A Emenda nº. 24, o artigo original visa dar transparência aos gastos e facilitar a fiscalização mediante a instituição da obrigatoriedade de que os recursos mínimos para a saúde seja movimentados por meio de contas específicas. A argumentação do autor da Emenda para excluir essa obrigatoriedade carece de um pouco mais de sustentação jurídica. O fato de haver conta específica para os recursos de saúde não impede a manutenção da conta única do Tesouro. De fato, a conta única do Tesouro Nacional está determinada por dispositivos constitucionais do art. 164. No entanto, nada impede a criação de sub contas com o objetivo de controlar determinado tipo de receita. O projeto não interfere nos mecanismos de arrecadação da receita pública. Apenas disciplina que parte dos recursos arrecadados será centralizada e gasta por intermédio de contas específicas. Isso não invalida ou prejudica o conceito de conta única. Diversos programas do Governo são efetivados por intermédio de contas específicas, como, por exemplo, o próprio SUS e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. FNDE. No caso do SUS, em seu art. 36 na Lei 8.080, dispõe que os recursos financeiros do SUS serão depositados em conta especial em cada esfera de sua atuação e movimentado sob fiscalização dos respectivos conselhos de saúde. Não se está, portanto, criando um novo procedimento de arrecadação de receitas. O que se quer é disciplinar o modo de gastar determinados itens da receita pública. No caso específico, os da saúde. Já arrecadados e transitados pela conta única do Tesouro Nacional.

A Emenda nº. 26. O texto original do projeto é procedente e deve ser mantido, pois a apuração quadrimestral para a aplicação dos recursos mínimos para a saúde é um instrumento que poderá auxiliar a gestão desses recursos permitindo o acompanhamento dessa aplicação e a correção de rumos quando necessária. É importante para auxiliar a gestão dos recursos públicos e para dar transparência aos gastos favorecendo o controle social das dessas com saúde. Tem um caráter preventivo, já que pode sinalizar para a adoção de medidas que corrijam eventuais distorções antes mesmo do final do exercício financeiro quando não se poderá mais atuar. A Emenda 38 a redação proposta para os arts. 15 e 16, dados pela Emenda 04 e 05 é bastante clara com relação aos critérios de alocação dos recursos de saúde transferido de modo automático entre os entes federados. Acredito que não há espaço para alterações de caráter operacional a serem determinadas pelo Conselho Nacional de Saúde. Abrir tal possibilidade criaria uma inconsistência interna na própria Lei. Visto que o disposto no art. 32 conflitaria com os critérios estabelecidos pelos artigos 15 e 16. Ademais, no que se refere ao monitoramento dos recursos, não há impedimentos para a situação do Senado no acompanhamento da aplicação dos recursos repassados pela União. No entanto, em relação aos recursos repassados pelos Estados aos Municípios parece-nos mais apropriado deixar o monitoramento a cargo dos Conselhos Estaduais de Saúde. Já estou concluindo.

A Emenda 39, a proposta reduz a base de cálculo do montante a ser aplicado em saúde. Cabe ressaltar que a compensação financeira prevista no art. 6º do projeto não constitui nova vinculação. Pois ela é referente aos mesmos impostos previstos no § 2º do art. 198 da Constituição Federal. Trata-se, portanto, de uma interpretação autêntica do dispositivo constitucional. Não uma ampliação da base de cálculo definida pela EC de nº. 29/2000. Emenda Constitucional. Em relação à Emenda 43 cumpre ressaltar que a sua aprovação na íntegra resultaria na redução expressiva dos recursos efetivamente disponíveis para serem aplicados em ações, serviços públicos de saúde. A solução adotada pela Emenda nº. 10 tem menor impacto sobre os recursos da saúde ao mesmo tempo em que leva em consideração os gastos efetivamente empregados pelos entes federados no pagamento dos servidores da saúde inativos. Ou seja, a complementação resultante da diferença entre a contribuição Previdenciária arrecadada e o gasto com pagamento aposentadorias e pensões.

O voto. Diante do exposto somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 1001/2007 complementar, com as Emendas nº. 01 a 14, 40, 41, 45, 46, 47 e 48. Pelo acolhimento parcial das Emendas 16, 18 e 21 na forma de Subemendas e pela rejeição das Emendas 15, 17, 19, 20, 22, 24, 26, 38, 39, 42 e 43.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Oferecido o voto e o parecer sobre as Emendas, eu pergunto se algum Senador tem... Para discutir a matéria ou evidentemente sustentar alguma Emenda não acatada. Senador Dornelles com a palavra e depois Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar a Senadora Patrícia Saboya... (pronunciamento fora do microfone) Ao Senador Tião Viana, Senadora Patrícia Saboya. Eu tenho a Emenda 22 que eu pedi o destaque para... Foi recusada. E é o seguinte. A Senadora Patrícia Saboya estabelece que a União aplicará atualmente em ações de serviço da saúde montantes igual ou superior a 10% de algumas receitas que eu acho que não podem servir de base para esse aumento. Como receitas transferências correntes, patrimoniais, indústrias... O Senador Tião Viana, ele estabelece que a receita do ano anterior é aquilo que a saúde recebeu no ano anterior acrescido da variação do PIB dos dois anos anteriores. Eu acho que essa variação do PIB tem maior base para ser calculado esse aumento de verbas da saúde do que simplesmente esse percentual da receita. Eu acho também que pelos cálculos feitos isso promoverá um aumento de três bilhões e meio adotando a variação do PIB.

De modo que ao contrário da proposta da Senadora Patrícia Saboya, será uma variação que a meu ver ocorrerá quase 20 milhões. E é um montante realmente que acho difícil suportar o aumento de um ano para outro de 20 bilhões de reais. Acho que a base tomada pelo Senador Tião Viana é válida, a variação do PIB é um parâmetro realmente que tem substância, e ele ainda estabelece que no caso de haver uma redução do PIB é mantido o percentual do ano anterior.

Por esse motivo, com todo respeito que eu tenho e admiração pela Senadora Patrícia Saboya eu quero defender essa posição da Emenda 22 que é uma posição que tem sido colocada pelo ilustre Senador Tião Viana.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Francisco Dornelles. E antes de... A Relatora poderia falar ao final para dar o seu parecer em relação aos pronunciamentos. Passo a palavra ao autor, Senador Tião Viana para comentar a ponderação do Senador Dornelles. Só registrando, Senador, o mecanismo que V.Exª está propondo é semelhante ao mecanismo do salário mínimo. A variação do PIB dos dois anos anteriores é o mesmo

critério que nós usamos para o salário mínimo e que já acordado, já aprovado pelo Congresso Nacional e apoiado por todas as centrais sindicais. Me parece um procedimento bem mais consistente do ponto de vista orçamentário do que qualquer outro indicador que a gente eventualmente pudesse ter. Mas de qualquer forma com a palavra o autor Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – Sr. Presidente Senador Aloísio Mercadante, Srªs. e Srs. Senadores, eu inicialmente quero cumprimentar a Senadora Patrícia Saboya pela sensibilidade, pela compreensão imediata da dimensão que essa matéria legislativa tem para os desafios que tem o Congresso Nacional perante a Nação, perante a sociedade como um todo, e o entendimento que isso significa responder aquilo que o Ministro da Saúde tem gritado aos quatro cantos do Brasil, que o problema da saúde está resumido hoje em gestão e em financiamento. Nós aqui estamos discutindo o que seria o PAC da saúde. Dependendo do Poder Legislativo como uma atribuição e prerrogativa é nossa. Eu fui militante da aprovação da Emenda 29, à época ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, o Ministro José Serra fez um intenso trabalho pela sua aprovação, mas ela não foi suficiente. Ela estabeleceu que a União gastaria com saúde o equivalente ao exercício financeiro anterior, e estabeleceu que os Estados gastariam 12% de sua receita e os Municípios gastariam 15% de sua receita. Nós temos hoje menos de 60% dos Estados cumprindo a Emenda 29 e em torno de 74% dos Municípios cumprindo. Ainda está em fase de conclusão e consolidação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Esse índice de 60% dos Estados a avaliação de quem?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC) – São dados do Ministério que tem o monitoramento. Então veja V.Exª, quando o meu Estado do Acre gasta 269 reais per capita com saúde/ano, São Paulo gasta de V.Exª, está gastando 130 reais per capita com saúde/ano. Quando nós olhamos o Estado do Maranhão está gastando 51 reais per capita com saúde/ano. Então é uma discrepância em razão desse não alcance de responsabilidades que devam ser cumpridas com o setor de saúde. Por isso o Ministro diz: gestão e financiamento. E essa aprovação desse Projeto de Lei Complementar ele garante eficácia a norma constitucional. Sem ele não há eficácia da norma constitucional e nós não vamos ter as metas cumpridas. Por isso vamos fazer que os Estados fiquem a vontade para cumprir no prazo devido as suas responsabilidades legais e os Municípios também. E com isso se facilita com a responsabilidade muito bem estabelecida do que seria a União. O Presidente Lula ontem na Fundação Oswaldo Cruz assumiu como uma necessidade do Brasil a aprovação da Lei Complementar e a Emenda 29. O Ministro da Saúde advoga a necessidade da sua aprovação. Todos os partidos políticos aqui defendem a sua aprovação. Agora, nós temos que superar o impasse que essa etapa de votação. No passado recente, Governadores pagavam pensão de policial militar, aposentaria, e dizia que era gasto com saúde, porque a Emenda não estava regulamentada. Governadores compravam arroz e diziam que era gasto com saúde porque a Emenda não está regulamentada. Então nós temos que fazer que haja o devido cumprimento e o alcance desse déficit de garantir a necessidade da sociedade brasileira. Por isso que eu apresentei esse projeto desde 2001 que ele está sendo gerido, ele foi consolidado em 2002, do Deputado Gouveia na Câmara foi apresentado dois anos após que é uma cópia do meu com alguma ineficiência ainda, o meu caiu por decurso de prazo legislativo na Legislatura passada, eu reapresentei num amplo entendimento com o movimento sanitário brasileiro.

Então o que nós temos agora a pena de divergência acolhidas as Emendas da Senadora Patrícia ao projeto vem engrandecer porque ela fez num ato de racionalidade com algumas limitações dos Governadores. Isso nós temos que compreender os limites que terão de imediato alguns Governadores. E outros pontos que não podem ser também cedidos. Por exemplo, quando nós aprovamos os gastos com saúde pelo déficit previdenciário e trabalhadores da saúde, ela está indo ao limite do que é compreender a incapacidade dos governos estaduais. Mas se fosse aprovar qualquer gasto com os servidores da saúde, aposentado ou não aposentado, seria um caos. Daria margem a todos os desvios, então ela teve o devido zelo de aprovar no limite das responsabilidades o que seria preservar gastos com o setor de saúde pública no Brasil. Eu entendo que o ponto que devemos ceder aqui é diante da Emenda que pedi ao Senador Dornelles apresentasse para o entendimento, que foi meu primeiro projeto de 2001 porque o Governo está no seu limite. O Governo Lula saiu de 29 bilhões de gastos com saúde e está chegando aos 49 bilhões, sabe que nós precisamos avançar em pelo menos 20 bilhões para superar todas as etapas, mas tem seus limites. Os programas sociais, toda a agenda de investimento na área social.

Então, com a aprovação da Emenda do Senador Dornelles, nós vamos ter um acréscimo de em torno de três bilhões e 900 milhões já para o próximo ano, o que pode ser considerado o PAC da saúde somado a isso. Gastos com saneamento básico em populações com menos de 50 mil habitantes, como a Senadora

Patrícia apresenta. Gastos do PAC com saneamento básico, o que soma 500 bilhões, mais um bilhão e 200 milhões para saneamento básico que estão dentro do orçamento do Governo Federal, nós podemos ter um ganho que chega aos 5 bilhões de reais para o próximo ano. Isso é muito. A Câmara dos Deputados vai ter sua autonomia, o Presidente Chinaglia está de prontidão para negociar esta matéria, vai ter sua autonomia, vai negociar aquilo que possa ser acrescentado e devolve para o Senado. Aí nós daríamos um tratamento já de um entendimento construído a partir da Câmara.

Por isso eu faço um apelo que as Emendas da Senadora Patrícia sejam acolhidas e a Emenda do Senador Dornelles ainda com uma diferença do que ela apresentou no seu Relatório. É o limite do que nós podemos avançar agora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Queria parabenizar, Senador Tião Viana... Um aparte...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Apesar do Senador Tião já concluiu. Senador Tião, é muito oportuno a sua colocação, mas é bom que se esclareça que nós temos que deixar muito bem definido o que ocorre. Tem alguns Governadores, Prefeitos, que chegam ao cúmulo do absurdo de comprar arroz dizendo que está sendo aplicado na saúde. Mas eu vou mais longe, há alguns casos especificamente que eu conheço dentro do Estado que faz ponte, chega ao cúmulo do absurdo para dizer que esta ponte vai ser usada para ser atendida a comunidade num posto de saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas V.Exª não se confundiu com ponte de safena?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – (risos) É ponte de madeira. (ininteligível) concreto. (risos) Outro que é bom que se esclareça, quando V.Exª diz aqui no seu Estado do Acre gasta 269, é muito bom que se esclareça, São Paulo gasta 130, 120, mas também nós temos que ver por outro lado de que o profissional que trabalha no seu Estado do Acre, imagino um médico, tem que ganhar no mínimo de 15 a 20 mil reais que é o caso do Mato Grosso que especificamente em algumas cidades, o médico você propõe ele ganhar 15, 20 mil reais, ele prefere ficar na capital, ganhar 5 mil do que ir para o interior, cidade mais distante e ganhar 20 mil. São dois pesos e duas medidas. Nós precisamos com certeza de que esses recursos nós possamos melhorar, sobretudo, a questão do pagamento dos nossos profissionais. Lamentavelmente, Sr. Presidente, nós não temos profissionais hoje para atender as cidades mais distantes da capital. Para que V.Exª tenha conhecimento, nós temos cidades distantes de Cuiabá, algo parecido em torno de 1.400 a 1.500 quilômetros. O que ocorre? Se não pagarmos um médico 20 mil reais por mês, ele prefere ficar na Vieira Souto, em Copacabana no Rio ganhando 3 mil reais que não quer ir para o interior do Brasil.

Então, é muito oportuno definirmos com muita clarividência qual é o recurso que será aplicado realmente de que forma na saúde. Para que não ocorra esses desvios e lamentavelmente todo dia aumenta dinheiro para a saúde e o dinheiro ainda é muito mal aplicado, mal gerido e com isso quem é penalizado é a população menos afortunadas, os carentes, os mais pobre do Brasil que tem o serviço público de péssima qualidade, não só nos grandes centros, mas sobretudo no interior desse País.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço Senador Jayme Campos pela oportuna manifestação, e queria parabenizar o autor, Senador Tião Viana pela intervenção e pela qualidade do projeto, destacar também que o Deputado Roberto Golveia sempre lutou desde quando era Deputado Estadual pelo Sistema Único de Saúde e foi primeiro projeto inclusive a ingressar na Câmara nessa Legislatura, foi projeto de autoria do Senador Roberto Golveia. Primeiro projeto da Legislatura foi esse da regulamentação da Emenda 29. Ele como V.Exª faz parte desse partido do SUS, que é um dos partidos mais fortes do Congresso e da República que atua supra-partidariamente com muita eficiência.

Agora com a palavra o Senador Flexa Ribeiro que eu tenho certeza que vai explicar para nós como é que São Paulo que é o Estado mais rico do Brasil gasta menos da metade do que o Acre per capita com saúde. V.Exª tem a resposta que eu seguramente nunca consegui entender. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Acho que V.Exª, como nobre representante do Estado de São Paulo deveria ter essa resposta melhor do que eu. Eu estou preocupado com a saúde no Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas não há soma que possa justificar isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – A minha preocupação é que a saúde do Pará saia das dificuldades que se encontra e os paraenses e todos os brasileiros possam ter acesso à saúde.

SENADORA PATRÍCA SABOYA GOMES (PSB-CE) – 76 no Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – É gravíssimo. É menos da metade de São Paulo. É em torno da metade de São Paulo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu quero parabenizar tanto o Senador Tião Viana pelo

autor do projeto, quanto a Senadora Patrícia Saboya pelo parecer. A Senadora Patrícia Saboya, com a sua sensibilidade e a sua competência, ela realmente ela acatou inúmeras Emendas que foram apensadas ao projeto, de forma a não... No sentimento dela, a não prejudicar e é o que todos nós queremos, o fluxo de recursos para a área da saúde. Essa talvez seja uma das áreas mais importantes e que todos nós Parlamentares temos que dar atenção devida. E a regulamentação da Emenda 29 é exatamente como disse o Senador Tião Viana, que vai permitir definitivamente ter o segmento da saúde os recursos necessários. Que eles não sejam desviados, como aqui foram colocados por outros investimentos, e esses investimentos que nada tem a ver diretamente com a saúde possam ser considerados também como saúde.

A Senadora Patrícia Saboya acatou várias Emendas propostas por mim, e a Emenda 43, Senadora Patrícia, com relação ao cômputo dos gastos relativos à saúde, V.Exª aperfeiçoou a Emenda. Teve um entendimento até melhorando e aperfeiçoando a proposta que eu tinha feito. Quero parabenizá-la por isso. E eu me sindicato contemplado pela proposta que V.Exª acatou no seu Relatório.

Com relação à Emenda 42 também que foi rejeitada, uma Emenda de V.Exª também já acato. Essa também me dou como contemplado no seu Relatório.

As outras Emendas eu vou, por um acordo com a Senadora Patrícia Saboya, porque nós precisamos, e isso é importante, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores, que possamos agilizar a tramitação desse projeto nas Comissões. Como ele não é terminativo aqui na CAE, ele ainda será discutido na Comissão de Assuntos Sociais, então nós poderemos retomar a discussão das Emendas que não foram aqui acatadas lá na Comissão de Assuntos Sociais. E com relação à Emenda do Senador Dornelles, limitando a variação do PIB, o aumento do investimento do Governo Federal na área de saúde, eu, Senador Dornelles, com todo respeito que tenho a V.Exª, eu vou me posicionar a favor da proposta da Senadora Patrícia, que ao invés de limitar o investimento ao aumento do PIB, ela define em 10% da arrecadação. Porque todos nós sabemos que o PIB, a arrecadação está subindo muito acima do PIB. Ou seja, quando nós limitamos o aumento do investimento federal na saúde pelo PIB, nós estamos retirando, Senador Tião Viana, nós estamos suprimindo do setor da saúde recursos substanciais. Me disse agora a Patrícia Saboya, tomei uma informação com ela para poder me posicionar confio relação à Emenda do Senador Dornelles, disse a ela que há uma diferença de 20 bilhões para três bilhões. Não é isso, Senadora Patrícia?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – É.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ou seja, é impossível nós aprovarmos aqui para atendermos o Governo Federal uma limitação pelo PIB quando todos nós sabemos que a arrecadação ela suplanta e muito o PIB. Até que nós gostaríamos que o crescimento do PIB, o crescimento da economia fosse igual a da arrecadação. Porque aí todos nós não teríamos nem que discutir a Emenda do Senador Dornelles com a proposta da Senadora Patrícia Saboya. Eu vou me posicionar com a Senadora Patrícia Saboya e tanto quanto a... Com relação às Emendas que por ela foram acatadas de minha autoria eu agradeço a sensibilidade e competência da ilustre Senadora.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Flexa Ribeiro, só queria ponderar a V.Exª que esse conceito não é só para União. É para Estados e Municípios. Você veja, por exemplo, o Estado de Minas Gerais, sabe quanto está gastando per capita? 54 reais e 33 centavos. Se você vincular a receita bruta, e quero ponderar também, o conceito de receita bruta tem crescido acima do PIB, tenho certeza que na votação que vamos fazer futura sobre Reforma Tributária, CPMF, nós vamos trabalhar no sentido de aprofundar a desoneração tributária do País. A medida que você muda o eixo fundamental do crescimento deixa de ser exportações e passa a ser demanda interna tem crescimento importante porque as exportações são desoneradas e a demanda interna, não. Mas isso é uma coisa circunstancial. Eu ponderaria, me parece, por exemplo, São Paulo teve nos cinco primeiros meses desse ano 12 % de acréscimo de receita em relação à expectativa de receita prevista. Quatro bilhões de reais. Você vincular a receita bruta sem considerar o nível de endividamento do Estado, você pega, por exemplo, Rio Grande do Sul sabe quanto gasta? 49 reais e 35 centavos. Porque mais da metade do gasto público do Estado do Rio Grande do Sul hoje é folha de pagamento ativos e principalmente inativos. A margem do Estado é muito pequena. Se você vincular 10% da receita bruta de crescimento, nós podemos ter um forte desequilíbrio nas finanças dos Estados. Mas vamos continuar o nosso debate e nós temos ainda mais tempo para amadurecer. Senador Cícero Lucena com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Senador Mercadante, quero aproveitar para dar o meu reconhecimento ao Senador Tião Viana, bem como a Relatora Patrícia Saboya, trocando detalhes algo que é tão importante para quem já teve a oportunidade de administrar ou que pretenda administrar os nossos

Municípios, já que na universalização da saúde, há um avanço muito grande para que esse serviço seja operado e está sendo através da municipalização. A União e o Governo do Estado eles são parceiros na verdade do gerente maior que são os Municípios. Então em função disso nós temos a preocupação muito grande, até porque em outra oportunidade nós pretendemos discutir algo, Senador Mercadante, por exemplo, no pagamento per capita do SUS, do atendimento do SUS, há um diferencial para o Estado de São Paulo superior ao que é pago à Paraíba. Por exemplo, um pagamento de um per capito para o Estado de São Paulo gira em torno de 92 reais por habitante do Estado de São Paulo. Enquanto que no Estado da Paraíba gera entorno de 78 reais a distribuição per capita do SUS. Com um detalhe, a população paraibana 10% da sua população tem plano de saúde extra SUS. E São Paulo tem 60% da sua população com plano de saúde. Então esse fosso fica ainda maior e é um tema que com certeza nós precisamos aprofundar e discutir na etapa posterior, após a definição de volume de recurso a ser repassado.

Então com essa preocupação, eu acho que como uma fonte de recursos, e aí me permita discordar do Senador Mercadante, bem como do Senador Dornelles, no sentido de que se a fonte de recurso que vai financiar é a receita, nada melhor do que nós vincularmos essa distribuição também pela receita. Mesmo compreendendo que no processo do salário mínimo que foi um processo correto, justo, até porque teria outros a pagar o salário mínimo como a iniciativa privada e outros setores da Nação, mas em particular no item saúde eu concordo com a Relatora Patrícia Saboya no sentido de que seja fixado um percentual, e segundo ela me informou, esse percentual é para os Estados, Município e União. E na proposta do Senador Dornelles, ele estaria sendo o crescimento do PIB apenas em relação à União, e não em relação aos Estados e Municípios. Então esse é meu posicionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadora Kátia Abreu com a palavra. Depois Senador Dornelles e depois a Relatora e vamos votar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o trabalho do Senador Tião Viana, e também da Senadora Patrícia Saboya, que não é novidade para todos nós da sua competência, a sua dedicação às matérias. Eu gostaria apenas de fazer dois comentários: Um comentário e um apoiamento à Emenda do Senador Dornelles. O comentário é dizer para o Senador Tião Viana que dos 20 que ele disse que a saúde precisa eu sei aonde encontra sete rápido. É só derrotar a DRU que vamos achar esses 7 bi apenas esse ano. Com relação a Emenda...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadora, só um aparte. Ao comentário da Senadora Kátia Abreu eu entendo. Agora, V.Exª balançando a cabeça por quê? Eu não estou entendendo.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – É verdade. É indiscutível.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – É verdade, mas o voto de V.Exª não será esse.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – 7.9 bilhões. Eu tenho certeza, Senador Tião Viana vai votar com a saúde do Acre, a saúde do País e não com outros compromissos.

Mas Sr. Presidente, eu gostaria aqui, pedindo desculpas à Senadora Patrícia, apoiar a Emenda do Senador Dornelles. Porque a realidade do crescimento econômico do País é o PIB. Nós estamos vendo aí um aumento descompassado das despesas correntes, dos gastos públicos muito acima do PIB. Então se nós não focarmos todos os nossos aumentos, todos os nossos indicadores em cima do crescimento real nós vamos implodir esse País. Sei que a necessidade é grande às vezes faz com que nós torçamos para esse aumento com relação à saúde, mesmo porque a CPMF que foi criada não foi usada como deveria para a saúde, talvez aqui a gente não precisasse estar discutindo esses aumentos e esses percentuais se tivessem sido usada para o seu fim, mas eu gostaria muito de apoiar a Emenda do Senador Dornelles porque acho que esse é um indicador real, consolidado, sólido, responsável, que é os percentuais de acordo com o crescimento do PIB que é o que nós temos de real no País. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o projeto do Senador Tião Viana é meritório, o Relatório da Senadora Patrícia Saboya também é de altíssimo gabarito. A única discordância que nós estamos tendo aqui é em relação à Emenda do Senador Dornelles. Mas, tudo que... A expansão dos gastos públicos correntes preocupa a todos nós. O meu discurso aqui desde que eu assumi o mandato é nesse sentido de cortar gastos correntes. Então eu não posso ser incoerente comigo mesmo. Embora eu entenda os méritos do Relatório da Senadora Patrícia Saboya. Mas eu não posso ser incoerente comigo mesmo. Eu penso assim e sou de-

fensor dos gastos correntes. Daí a minha posição de ficar com a Emenda do Senador Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos então... Senadora... Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Vice-Presidente Senador Eliseu Resende, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores, essa discussão da Emenda do Senador Dornelles ela precisa ser aprofundada, porque os Estados e os Municípios constitucionalmente já têm um percentual da sua receita para aplicação na área de saúde. 12% da receita dos Estados têm que ser aplicado em saúde. E 15% dos Municípios em saúde. Única que não tem percentual aprovado é a União, que fica como disse a Senadora Patrícia, através de uma resolução em função do PIB, da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Então, se é muito os 10% que a Senadora Patrícia está propondo, mas que se defina também para a União um percentual mínimo e não em cima do crescimento do PIB. Porque nós estamos com um crescimento de receita, Senadora Kátia Abreu, muito acima do valor do PIB. Os Estados e os Municípios, que como disse o Senador Aloizio Mercadante, nós vamos fazer isso na Reforma Tributária, mas nós temos que fazer também uma revisão do pacto federativo. Os Estados e Municípios não têm mais condições de se manterem da forma como está sendo feito o repasse dos recursos para eles. Os Municípios estão todos com dificuldade, os Estados quase todos com dificuldade com exceção do Pará que foi administrado corretamente ao longo de 12 anos. Então está com as suas condições privilegiadas, numa administração do PT agora. Então eu quero voltar a insistir, que se o número que a Senadora Patrícia está propondo for considerado elevado para... A nível do aumento dos gastos, que a Senadora Patrícia possa ela própria reduzir esse percentual, mas que nós fixemos sim um número em função da receita da União. E não só deixar essa obrigação com os Estados e Municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos então...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, um minuto. Eu só gostaria ainda de argumentar com o meu colega Flexa Ribeiro, que eu sei da preocupação dele com as questões da saúde especialmente no Pará, que a tese do Senador ACM Júnior, eu também concordo com gênero, número e grau com relação a evitar o crescimento das despesas. O fato de nós estarmos tendo aumento nas despesas não significa que nós temos que aumentar as despesas. Muito pelo contrário, nós temos que diminuir a carga tributária que vai reduzir esses gastos e basear nossa vida em cima do que temos de palpável e real que é o PIB. Então aumento de receita como está havendo só justifica nós votarmos contra manutenção o aumento de carga tributária. Nós temos que lutar para isso. E não aumentando indiscriminadamente o aumento das receitas em qualquer área que seja, em que pese que a saúde é uma das áreas mais importantes do País. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Queria preservo a presença do Senador Antônio Carlos Valadares e parabenizá-lo, que foi Relator da matéria Emenda 29 na Comissão de Constituição e Justiça, deu uma imensa contribuição a esse debate, e agora para concluir Senadora Patrícia Saboya, seu último comentário e vamos à votação.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Sr. Presidente, eu permaneço com a minha Emenda estabelecendo os 10% realmente para a União. A Emenda em análise ela propõe manter a sistemática atual do cálculo dos percentuais mínimos a serem aplicados em saúde pela União. Que representaria no exercício de 2008 um acréscimo de mais ou menos três bilhões de reais para o setor. A prevalecer a proposta original do projeto, será um aporte de 20 bilhões de reais.

Portanto, como nós estamos acompanhando a situação da saúde no nosso País, que os recursos hoje são completamente insuficientes para se oferecer uma saúde de qualidade à população brasileira porque foi esse o entendimento do projeto original com vários segmentos, várias entidades ligadas à questão da saúde, e até para talvez corrigir, Senador Mercadante, os Estados e Municípios eles já têm um percentual. A Emenda do Senador Dornelles é apenas para a União. Como a minha Emenda também é apenas para a União.

Então, não tem repercussão aprovando uma e outra nos Estados e nos Municípios. Essa é uma compreensão errada. Daquilo que nós fizemos.

Portanto, eu compreendo as limitações do Governo, eu quero parabenizar, inclusive o entendimento do Senador Tião Viana, que é considerado uma das pessoas mais preocupada, uma referência importante aqui no Senado e no Congresso na sua liderança e na sua militância em relação à saúde, mas eu permaneço com a Emenda de 10% para a saúde.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos à votação. Os Senadores que são favoráveis ao projeto permaneçam como se encontram. Aprovado. Agora vamos votar a Emenda. O autor da Emenda pediu destaque, votação em separado, a Emenda nº. 22. Com a palavra o autor e depois votaremos a Emenda.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Emenda proposta com a variação, o montante gasto no ano anterior acrescido da variação do PIB. Isso dá aumento de três bilhões e meio. A proposta da Senadora Patrícia seria um aumento de 20 milhões. Acredito que dificilmente um valor desse pode ser absorvido. E além disso se toma como base para esse aumento receitas patrimoniais, industriais, quer dizer, se a PETROBRAS tem um lucro maior, aumenta esse percentual destinado à saúde que eu acho que não é apropriado para servir de base.

De modo que eu mantenho a minha posição de ser... O que foi destinado no ano anterior motivado e acrescido da variação do PIB. Essa é minha posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só o autor que fala na votação de destaque. Vamos agora à votação. Os Senadores que são...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Eu queria fazer uma proposta. Eu acho que a preocupação do Senador Dornelles, na diferença de 20 bilhões e 3 bilhões, acho que todos Senadores gostariam que fosse os 20 bilhões. E os 3 bilhões como uma possibilidade do Governo acatar. Por que nós não encontramos um equilíbrio nisso e estabelecemos um prazo para que o Governo Federal atinja esses 10%?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador, eu entendi que a Relatora manteve seu parecer e a argumentação do Senador Dornelles foi absolutamente transparente. Está usando o mesmo princípio que tem em relação a outras rubricas como o salário mínimo que tem imenso alcance social e a ponderação da Senadora Kátia Abreu e Antônio Carlos Valadares é não aumentar as despesas de caráter continuado para poder ter espaço para redução de carga tributária. Então nós temos realmente uma divergência de conceito. De visão. Eu proponho que a gente vote a Emenda... Pois não, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só fazer uma observação. Todos nós somos a favor da redução da carga tributária. Isso é ponto de partida. Não há como haver... Tanto que vamos se Deus quiser, acabar... Acabar não, não criar a CPMF a partir de primeiro de janeiro de 2008. Isso já é início da redução da carga tributária. Agora, o que é preciso que o Brasil todo saiba que de 2000 a 2007 o PIB brasileiro aumentou 20% e as despesas aumentaram 62%. As despesas públicas. Então o que está havendo é um gasto inadequado por parte do Governo Federal. Nós não queremos aumentar a carga tributária, nós queremos que o gasto seja qualificado do Governo Federal. Acabamos com a ajuda do PMDB derrubando o 37º Ministério do Governo Lula, que iria criar mais despesas. Então são esses são esses tipos de despesas...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Flexa, vamos à votação. V.Exª já falou três vezes sobre o mesmo assunto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas eu estou argumentando em cima de que...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu sei. V.Exª colocou todos os argumentos. Vamos à votação. Na votação de destaque só fala o autor da Emenda. Eu fiz uma concessão a V.Exª. com brevidade para a gente votar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas foi dito aqui que isso seria contra a diminuição da carga tributária. E não é, não. É a favor da melhoria da qualidade dos gastos públicos. Vamos diminuir os gastos públicos e não aumentar a carga tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos à votação. Senadores que são contrários à Emenda do Senador Francisco Dornelles, por favor, se manifestem. Os que são contrários. Quatro votos. Está aprovado o destaque. E, portanto, incorporado ao texto o parecer e encerrada a matéria.

Vamos agora ao Item número... Vamos ao Item 10, que temos agora a presença... Queria parabenizar o Senador Tião Viana, a Senadora Patrícia Saboya, pela Relatoria e pela votação, uma grande contribuição ao Sistema Único de Saúde.

Senador Expedito, vamos dar continuidade. Vou dar uma de Senador Marco Maciel, que na última Sessão foram 42 campainhas. Só dei uma. Vocês têm 41 se não fizerem silêncio. Vamos lá.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, o Item 5 é não terminativo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, nós vamos... Pela ordem, Presidente. Nós vamos discutir o processo da 8.666?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Esse é o projeto prioritário dessa Sessão junto com esse da saúde pública que é o Projeto de Lei de Licitações. Mas como nós estamos tendo reunião do Conselho de Ética, o Relator Senador Eduardo Suplicy solicitou e evidentemente ele tem que estar presente na votação. Com a razão de força maior, o Conselho de Ética tem um papel muito importante no Senado Federal nesse momento, nós vamos aguardar a presença do Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Aguardar ou deixar para a próxima Sessão?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – A princípio nós vamos aguardá-lo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu tenho um processo que eu sou Relator na Comissão de Educação. Então, eu precisava ir até lá e é terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu proponho que V.Exª vá até lá e assim que entrar o Item nós comunicamos V.Exª e V.Exª retorna.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agradeço a V.Exª

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.EXª. sempre será tratado aqui de forma absolutamente especial. Bom, tendo acordo sobre o Item 01, que nós faremos um Requerimento pedindo balanço da inflação e a Ata do COPON, já está aprovado o Requerimento, eu nomeio o Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior como Relator do Item 01 para que a gente possa votar. Relator ad hoc.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o assunto em pauta que é a aprovação da programação monetária já foi exaustivamente debatido inclusive com posicionamento extremamente preciso do Presidente Aloizio Mercadante propondo que nós não aprovemos mais, digamos, programação monetária porque na verdade houve uma mudança no sistema de política monetária no Brasil. Nós deixamos de fazer... Projetar agregados monetários e passamos a usar metas de inflação, que é um sistema muito mais eficiente. E, portanto, esse mecanismo está anacrônico. Contudo, há uma obrigação legal de discuti-lo e votá-lo. Mas, antes disso, a Senadora Kátia Abreu levantou, digamos, com muita precisão, a questão de defasagem de dados e nós fizemos um acordo no sentido que nós não vamos agora avaliar isoladamente essa programação monetária, e sim avaliar o Relatório de inflação e atas do COPON.

Então esse Requerimento já foi aprovado e, portanto, eu proponho, já que o assunto está vencido, até porque dentro das regras novas, o Presidente do Banco Central já veio para Audiência Pública, então nós não temos mais o que analisar aqui. O assunto está vencido, portanto, eu proponho a aprovação por mera formalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Feito o Relatório ad hoc, propondo a aprovação do Item 01 que é a programação monetária do Banco Central, com todas as ressalvas e destaques que o fundamental hoje é analisarmos as atas do COPON e os relatórios de inflação e podemos argüir diretamente o Presidente do Banco Central e sua Diretoria, peço aos Senadores que são favoráveis ao parecer do Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos ao Item 05. Relatoria do Senador Cícero Lucena. Projeto de Lei do Senado nº. 371/2007, não terminativo. Acrescenta parágrafo ao art. 36 da Lei 7.357 de 2 de setembro de 85, Lei do Cheque, para dispor sobre a sustação de cheque. Autoria Senador Gerson Camata, Relator Senador Cícero Lucena. Favorável ao projeto com a Emenda nº. 01 que apresenta acatando ainda a Emenda nº. 03 de autoria do Senador Valter Pereira nos termos da Emenda nº 2 que apresenta. A matéria ainda será apreciada na Comissão de Constituição e Justiça Cidadania por decisão, lá sim, terminativa. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, o projeto em exame de autoria do Senador Gerson Camata acrescenta ao inciso III e IV do art. 36 da Lei 7.357 de 2 de setembro de 85, para impedir que o emitente ou portador legitimado proceda oposição, isto é, a sustação do cheque caso não haja provisão de fundo suficiente para que o sacado pague o cheque. A não ser que o cheque tenha sido furtado. Pelo projeto, os fundos necessários ao pagamento do cheque sustado ficarão bloqueados até análise do pedido de sustação. A justificativa explicita a necessidade de impedir a prática de conduta de má-fé pelo correntista que emite cheque sabendo não possuir fundos, e logo após susta o pagamento de tais títulos. A presente proposição foi objeto de Emenda de autoria do Senador Valter Pereira a fim de conceder a nova redação ao inciso III do art. 36 da Lei 7.357/1985 com o intuito de permitir que o portador legitimado ou emitente suste o cheque em razão de inadimplemento da obrigação assumida pelo credor do título de crédito devidamente comprovado. Verificando todos os itens, eu vou direto ao voto, Sr. Presidente. Já que o Relatório foi distribuído antecipadamente.

Em consonância com as justificativas apresentadas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 371/2007 com o acatamento da Emenda 03 de autoria do Senador Valter Pereira nos termos seguintes da Emenda. Apenas acrescentar de que fica bloqueado os recursos por 90 dias devidamente remunerado pelo agente financeiro. Esse é o voto pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço o parecer do Senador Cícero Lucena. Algum Senador deseja discutir a matéria? Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação. Senadores e Senadoras que são favoráveis ao parecer permaneçam...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, sobre a matéria uma dúvida. No Relatório consta que apenas o Banco Central tem o poder de fazê-lo ou está em aberto?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Não. No Relatório ele concede o direito de fazer a suspensão quando você emite, desde que tenha os fundos suficientes do cheque, esse recurso ficará bloqueado por 90 dias até que seja esclarecida algumas pendências que por ventura exista. Agora, esse recurso bloqueado fica remunerado em favor do correntista ou em favor de quem recebe o cheque.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Os Senadores e Senadoras que são favoráveis ao projeto... Não há mais ninguém que queira discutir, vamos à votação. Senadores e Senadoras que são favoráveis ao parecer do Senador Cícero Lucena permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto vai agora para a Comissão de Constituição e Justiça onde sim, será terminativo.

Eu queria ponderara V.Exªs. o seguinte, nós teríamos marcado uma Audiência Pública com a FEBRABAN para próxima terça-feira, para tratar do tema de tarifas bancárias, que foi um tema que apareceu com bastante força na Diretoria do Banco Central do Brasil. Eu combinei com o Presidente da FEBRABAM, e sua Diretoria, Presidente Fábio Barbosa, que a FEBRABAM estará aqui para nós discutirmos esse tema que hoje já há um grande interesse da opinião pública. A FEBRABAM inclusive fez um portal colocando todas as tarifas, os Senadores poderiam acessar para fazer uma análise, volume de tarifas, diferença entre Bancos, abuso tarifário.

No entanto no próximo dia 9 o Presidente da FEBRABAN tem uma... é o dia que vai ser anunciado o resultado da venda do Banco do ABN/AMRO qual ele é o Presidente. E eles têm... São 12 mil funcionários, 51 mil funcionários a nível internacional, é há uma grande expectativa em relação à evolução do Banco. Então eu queria fazer uma proposta, dado que ele tem essa dificuldade, nós poderíamos transferir a audiência do Banco Central para o dia 16, sem ter essa terça próxima, e nós votaríamos a Lei de Licitações na próxima terça-feira. Porque já são meio-dia. O Relator não está presente. Conselho de Ética continua trabalhando. Eu acho que nós não teremos condições de fazer a votação hoje.

Então, eu vou colocar para a próxima terça-feira um único Item na pauta. E com ou sem a Presidência do Relator nós vamos começar a discutir, votar todas as Emendas e concluir que a Lei de Licitações, que é um projeto de grande interesse, grande complexidade, quero ponderar os Senadores, tem muitas Emendas, portanto é importante e que cada um analise com profundidade para nós podermos encaminhar o processo de votação na próxima Sessão. Se há acordo nesse encaminhamento, nós faremos a audiência com a FEBRABAN no dia 16 e terça-feira que vem um único Item na pauta Lei de Licitações.

Assim sendo, está encerrada a Sessão e agradeço a presença de todos.

(Sessão encerrada às 12h02.)

Ata da 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 9 de outubro de 2007, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões Nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia nove de outubro do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Euclydes Mello, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Sibá Machado, João Ribeiro, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, Jonas Pinheiro, Antonio Carlos Júnior, Tasso Jereissati, Marconi Perillo, João Tenório, Osmar Dias, Jefferson Péres, e, ainda, a Senadora Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, João Vicente Claudino, Pedro Simon, Gilvam Borges, Adelmir Santana, Edison Lobão, Jayme Campos, tendo falta justificada em razão de estar participando de reuniões político-partidárias fora de Brasília; Kátia Abreu, Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, tendo faltas justificadas em virtude de estarem em Missão Oficial na cidade de Frankfurt-Alemanha, e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida, o Presidente, Senador Aloizio Mercadante, passa a Presidência ao Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente, a fim de que possa emitir Parecer sobre o Item 01 da Pauta, Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2007, não terminativo, que "dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; altera as Leis nºs 10.637, de

30 de dezembro de 2002, e 10.865, de 30 de abril de 2004; e dá outras providências", de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que oferece Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas de Redação nºs 04 e 05, que apresenta, e rejeitando as demais Emendas apresentadas. Foram apresentadas as Emendas nºs 01, 02 e 03, de autoria do Senador Francisco Dornelles; as Emendas nºs 06, 07 e 08, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, Emendas nºs 09 e 10, de autoria do Senador Paulo Paim, e a Emenda nº 11, de autoria do Senador Marconi Perillo. Após a leitura do Relatório pelo Senador Aloizio Mercadante, usam da palavra os Senadores Marconi Perillo, Francisco Dornelles, João Tenório e Antonio Carlos Júnior. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais e passa a Presidência ao Senador Aloizio Mercadante; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2007, não terminativo, que "dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; altera o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências", de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto e pela rejeição das Emendas nºs 01 a 05 apresentadas. A Matéria tramita em Regime de Urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, do Regimento Interno do Senado Federal, e simultaneamente nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática, nos termos do art. 122, II, "b", do R.I.S.F. Foram apresentadas as Emendas nº 01, de autoria do Senador Inácio Arruda, e nºs 02 a 05, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Após a leitura do Relatório pelo Senador Antonio Carlos Júnior e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pela aprovação do Projeto e pela rejeição das Emendas nºs 01 a 05; Item 03-Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, não terminativo, que "altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; e dá outras providências", de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer pela aprovação integral ou parcial das Emendas nºs 01, 02, 03, 05, 06, 10, 11, 12, 14, 18, 22, 28, 29, 31, 34, 35, 36, 38 e 39, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das demais Emendas apresentadas. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Pareceres favoráveis ao Projeto com Emendas. Em 07/08/07, foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria, com a presença do Sr. Rogério Santana dos Santos, Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do **Planejamento, Orçamento e Gestão –** SLTI; do Sr. André Kresch, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – SECOB; do Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; do Sr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base – ABDIB; do Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; e do Sr. Luiz Fernando dos Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON. Em 21/08/07, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 28/08/07, após a leitura do novo Relatório, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Foram apresentadas as Emendas nºs 01, 08 a 12, 22 a 25, 31 a 33 e 36, do Senador Antônio Carlos Valadares; nºs 02 a 07 e 15 a 17, do Senador Raimundo Colombo; nºs 13, 14 e 47, do Senador Pedro Simon; nºs 18 a 21, 27, 39, 40, 48 e 49, do Senador Francisco Dornelles; nº 26, da Senadora Kátia Abreu; nºs 28 e 29, do Senador Renato Casagrande; nº 30, do Senador Neuto de Conto; nºs 34 e 35, do Senador Jarbas Vasconcelos; nº 37, do Senador Eduardo Azeredo; nº 38, do Senador Marcelo Crivella; nºs 42 a 45, do Senador Flexa Ribeiro; nº 46, do Senador Aloizio Mercadante; e nºs 50 a 53, do Senador Garibaldi Alves Filho. Em 18/09/07, após a leitura do novo Relatório, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Após as considerações feitas pelo Relator, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles e Antonio Carlos Júnior. A Comissão delibera no sentido de encerrar a fase de apresentação de emendas ao Projeto, ficando adiada a discussão e a votação da Matéria; Item 04-Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2004, não terminativo, que "dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o fim de criar forma especial de amortização mediante serviço social", de autoria da Câmara dos Deputados, tendo como Relatora a Senadora Ideli Salvatti, que oferece Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e apresenta, ainda, Requerimentos de Destaque nºs 01 e 02 para Votação em Separado. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, com Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados. A Matéria tramita em Regime de Urgência, nos termos do disposto no art. 64, § 1º, da Constituição Federal.

A Matéria consta da Ordem do Dia do Plenário do Senado Federal, de 09/10/2007, às 14:00 horas. Após a leitura do Relatório pela Senadora Ideli Salvatti e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer da Relatora e os Requerimentos de Destaque nºs 01 e 02; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, para submeter a processo licitatório os projetos do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos Sociais (PIPS), e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. Em 18/09/07, foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2006, terminativo, "altera a legislação tributária a fim de estabelecer prazo para restituição do imposto de renda da pessoa física descontado em excesso, na fonte, e dá outras providências", de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2004, terminativo, que "altera a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as Associações da Cruz Vermelha Brasileira", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy, que devolveu com Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003, não terminativo, que "acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, não terminativo, que "altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo", de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Romeu Tuma, que devolveu sem manifestação. Em 21/03/07, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Edison Lobão, concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Avisos nºs 85 e 89, de 2007 (nºs 303/07 e 321/07, na origem), não terminativos, que "autoriza a União a executar Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior e dá outras providências", de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Neuto de Conto, que oferece Parecer pelo arquivamento dos Avisos nº 85 e 89, de 2007. A apreciação da Matéria é adiada. São aprovados pela Comissão o Requerimento nº 46/2007-CAE, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer, nos termos regimentais, seja formulado convite aos Senhores Márcio Lopes de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; José Paulo Crisóstomo Ferreira, Presidente da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES; e Luiz Carlos Bernardi, Coordenador do Grupo de Trabalho do Executivo que trata de Cooperativismo e Associativismo; a comparecerem a esta Comissão para debaterem as propostas de sociedades cooperativas, expressas nos PLS nºs 03 e 153/2007 e no PLC nº 82/2006; o Requerimento nº 47/2007-CAE, de autoria dos Senadores João Tenório e Flexa Ribeiro, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater e analisar a evolução do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, com a presença do Sr. Luiz Edson Feltrim, Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – DEORF, do Banco Central do Brasil; do Sr. Stélio Gama, Superintendente de Microfinanças e Projetos Especiais do Banco do Nordeste – BNB; do Sr. Gilson Bittencourt, Secretário-Adjunto de Microfinanças e Política Agrícola do Ministério da Fazenda; do Sr. Carlos Ximenes, Diretor de Microcrédito do Unibanco; e do Sr. Manuel Thedim, Diretor do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS; e o Requerimento nº 48/2007-CAE, de autoria do Senador Inácio Arruda, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater as implicações e repercussões da compra do Banco ABN AMRO pelo consórcio formado pelos Bancos Fortis, RDS e Santander nas relações de trabalho e de consumo e também economia, com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil,

Exmo. Sr. Henrique Meirelles; do Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Sr. Ricardo Morishita Wada; da Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Sra. Elizabeth Maria Mercier Querido Farina; de representante do Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC; do Diretor-Presidente da FEBRABAN; do Diretor-Presidente do ABN AMRO Bank; e demais entidades interessadas no debate. A Comissão aprova, ainda, o encaminhamento ao Plenário do Senado Federal, para as devidas providências, do Requerimento, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e à Secretaria de Direito Econômico – SDE informações acerca das iniciativas que ambos os órgãos estão adotando frente a anunciada venda do Banco ABN Amro (conglomerado que engloba o Banco Real) para o consorcio formado pelo Royal Bank of Scotland (RBS), Fortis, da Bélgica, e o espanhol Santander, no que diz respeito aos possíveis efeitos de concentração do setor financeiro brasileiro e de diminuição de oportunidades de trabalho que estão preocupando as diversas entidades representativas de trabalhadores como o Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – Contraf-Cut, Sindicatos e Federações de Bancários filiados à CUT e a Federação dos Bancários de SP/MS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Havendo número regimental considero aberta a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária.

Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura da aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Nós ainda não temos votos para a deliberação, mas vamos iniciar a discussão das matérias para que a gente possa acelerar as... nós temos três itens prioritários. Quer dizer, a prioridade absoluta hoje é a Lei de Licitações. Mas vamos aguardar chegar outros Senadores para que a gente tenha quórum.

O primeiro item da pauta é um Projeto de Lei da Câmara nº. 76/2007 não terminativo. Antes disso eu só queria informar a Comissão dos requerimentos que nós recebemos. Primeiro, um Requerimento do Senador Renato Casagrande que propõe que sejam convidados a organização das cooperativas brasileiras, da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, e o Assessor da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República a comparecer a esta Comissão de Assuntos Econômicos a fim de apresentar informações sobre cooperativismo. É o Sr. Márcio Lopes de Freitas, que é da OCB, José Paulo Ferreira, da União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária, e Luis Carlos Bernard, que é coordenador do grupo de trabalho do Executivo que trabalha com o corporativismo e sociativismo. Então é uma proposta de Audiência Pública. Apesar que nós já temos 28 Audiências Públicas pré-agendadas, é uma matéria absolutamente compatível com a nossa Comissão. Segundo o Requerimento...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente... Relativamente à Lei das cooperativas, nós temos aqui no Senado Federal a tramitação do Projeto de Lei do Senador Osmar Dias, o meu projeto, ainda um projeto do Senador José Fogaça, e com o Senador Osmar Dias, inclusive em diálogo com o Executivo, nós temos tido o propósito de o quanto antes podemos chegar a um entendimento já que nossas proposições têm diferenças. Mas o propósito firme de chegarmos a um entendimento. Acredito que a audiência para que isto possa acontecer seja muito positivo. Agora, avalio que seria importante quando tivermos audiência, que possamos ter os diversos pontos de vista examinados.

Eu gostaria, portanto, antes de se efetivar esta audiência, até ter um diálogo com o Senador Osmar Dias previamente e agradeceria se V.Exª puder constar a nós dois para que tenhamos a presença das diversas... Dos diversos pontos de vista. E gostaria também, Sr. Presidente, de...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Fica acertado... Quer dizer, nós faremos essa Audiência Pública, e o Senador Osmar Dias e Eduardo Suplicy serão consultados sobre a composição da Mesa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bem. E gostaria de... Tendo em conta que está praticamente concluída a votação da CPMF lá na Câmara dos Deputados, que possa V.Exª em conjunto com a Senadora Patrícia Saboya Gomes, combinar a data

adequada daquela Audiência Pública dos Ministros que comparecerão em Sessão Conjunta da CAE e da Comissão de Assuntos Econômicos são os Ministros da Fazenda, da Saúde, do Desenvolvimento Social, da Previdência Social para exporem-nos sobre os prós e contra da CPMF, uma audiência que o Senado está aguardando e que certamente demandará uma terça-feira de grande relevância para todos nós. Agradeceria se puder V.Exª marcar com a devida antecedência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vou entrar em contato com os Ministros, talvez a gente possa fazer essa audiência, não na terça, mas na quinta que é o dia da reunião da CAS. São outras Comissões, nós faremos de comum acordo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quarta-feira a CAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Terça-feira próxima nós vamos ter audiência da FEBRABAN para discutir tarifárias bancárias aqui na CAE. E não podemos ficar tanto tempo sem reuniões ordinárias. Então vou entrar em contato e já construir com os Presidentes das demais Comissões uma agenda de comum acordo em relação à audiência sobre CPMF.

Nós temos uma segunda solicitação de Audiência Pública, Senador João Tenório e Flexa Ribeiro. Nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja realizada no âmbito dessa Comissão Audiência Pública com a finalidade de debater e analisar a evolução do programa nacional do microcrédito produtivo orientado. E como debatedores ele sugere Luiz Edson Feltrin, Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central, Sétimo Gama, Superintendente de Microfinanças e Projetos Especiais do Banco do Nordeste, BNB; Gilson Bittencourt, Secretário adjunto de Microfinanças e Política Agrícola do Ministério da Fazenda, Carlos Ximenes, Diretor de Microcrédito do Unibanco, e Manoel Tedin, Diretor do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade ETS. Então também é uma segunda proposta de Audiência Pública. Há dois requerimentos de informação, um do Senador Eduardo Suplicy e outro do Senador Inácio Arruda a respeito da fusão ou da compra pelo SANTANDER do BANCO ABN AMRO e as implicações sobre concentração no sistema financeiro, repercussão sobre o trabalho dessas... Emprego nessa importante instituição financeira que é ABN AMRO e os dois requerimentos tratam também de informações junto ao CADE para solicitar informações.

Eu vou ler os requerimentos. Requeiro nos termos do art. 50 § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senador Federal, que sejam solicitadas ao Conselho Administrativo Defesa Econômica CADE e ASDE, informações acerca das iniciativas que ambos os órgãos estão adotando frente à anunciada venda da ABN AMRO conglomerado que engloba o BANCO REAL para o consórcio formado pelo ROYAL BANK OF SCOTLAND, o RBS, FORTIS da Bélgica e o espanhol SANTANDER no que diz respeito aos possíveis efeitos de concentração do sistema financeiro brasileiro e diminuição de oportunidades de trabalho que estão preocupando as diversas entidades representativas de trabalhadores como sindicatos bancários e financiários de São Paulo, Osasco e região, e Confederação Nacional dos Trabalhadores no ramo financeiro, com TRAF(F), CUT, sindicatos, federações e bancários filiados à CUT a federação dos bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

E o outro Requerimento é o Requerimento do Inácio Arruda, Senador Inácio Arruda. Requeremos nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal realização de Audiência Pública nesta Comissão com o objetivo de debater as implicações e repercussões de compra do ABN AMRO pelo consórcio formado pelos bancos FORTIS, RBS e SANTANDER nas relações de trabalho de consumo e economia. Para tanto sugerimos convidar o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, Sr. Ricardo Morishita Wada. A Presidente da CADE, Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, e o Instituto de Defesa do Consumidor IDEC, e o Diretor Presidente da FEBRABAN, o Diretor Presidente da ABN AMRO, Dr. Fábio Barbosa e demais entidades interessadas no debate. Então uma é uma proposta de Audiência Pública e outro é Requerimento de informação. Requerimento de informação tem que ser encaminhado ao Plenário. Tem que ser deliberação da Mesa para ser formulado ao CADE e à SDE. Audiência Pública é de competência dessa Comissão. Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, a minha... O Requerimento que apresentei refere-se ao Requerimento de informações dada a preocupação dos... De todos aqueles que trabalham no SANTANDER, no antigo BANESPA e no BANCO REAL e assim por diante, há uma motivação importante da parte de todos os que, inclusive são clientes desses Bancos, e no setor financeiro com respeito a quais as possíveis implicações do ponto de vista, inclusive da competição no setor financeiro brasileiro da absorção de importante instituição financeira por um conglomerado maior.

Então, justamente a Secretaria de Direito Econômico e o Conselho Administrativo de Defesa Econômi-

ca são os órgãos que existem para estar examinando situações como essa. E avalio como importante que possam ser provocados para que examinem as possíveis conseqüências desta fusão que está sendo anunciada até para que preventivamente esteja o Senado bem informado a respeito.

E com respeito à iniciativa do Senador Inácio Arruda, sou favorável também que haja a oitiva das partes mencionadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nós colocaremos em votação os requerimentos de Audiência Pública assim que nós tivermos o quorum regimental assegurado na Comissão. E o Requerimento de informações, o Senador Suplicy encaminhará diretamente ao Plenário. É um tema de grande interesse social, de importante... Relevante do ponto de vista do sistema financeiro brasileiro e seguramente a Mesa dará provimento a essas informações solicitadas.

Vamos iniciar a discussão do Item 01 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 76/2007 não terminativo. Dispõe sobre desconto de crédito da contribuição para o PIS/PASEP e do COFINS, na aquisição do mercado interno ou importação de bens de capitais destinados a produção de bens relacionados no anexo 1 e 2 na Lei 10.485 de 3 de julho de 2002 e produtos classificados na tabela de incidência do IPI, a Aprovado pelo Decreto nº 6.006 de 28 de dezembro de 2006, autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimos e financiamentos destinadas a empresas de setor de calçados artefatos de couro, têxtil, de confecções de móveis de madeira e altera a Lei 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.865 de 30 de abril de 2004 e dá outras providências. A autoria é da Presidência da República. Esse projeto chegou no final da semana passada. Nós avocamos aqui a Relatoria para dar urgência urgentíssima à tramitação.

Queria explicar aos Senadores que esse projeto era uma Medida Provisória. Essa medida... Esse projeto era uma Medida Provisória e foi transformado em Projeto de Lei. Ao transformar em Projeto de Lei, os setores que estão sendo beneficiados por essas medidas tiveram que paralisar as iniciativas que estavam em andamento. Que é basicamente setores que foram muito atingidos pela apreciação do câmbio. Como é o caso de calçados e a indústria moveleira e a indústria têxtil. E em função de todo o processo de tramitação de matérias complexas na Câmara, nós assumimos aqui a Relatoria para ver se aprovamos em urgência urgentíssima à plenária ainda hoje para verificar se é possível nós aprovarmos ainda hoje essa matéria em Plenário, de forma terminativa. Eu farei então a leitura do parecer e peço ao Senador Eliseu Resende que assuma a Presidência da Comissão.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Sr. Presidente, pela ordem, rapidamente. Só para adiantar a V.Exª com toda lealdade, que por solicitação do Senador Arthur Virgílio, Líder do meu partido, eu estarei pedindo vistas a essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Bom, então está prejudicada o esforço de tramitação da matéria. Eu só queria ponderar, Senador Marconi, é basicamente crédito e incentivo, isenção fiscal para importação de bens de capital e equipamentos que atinge setor têxtil, calçados, e moveleiro que são setores que foram duramente atingidos, setores de exportadores que estão muito penalizados com a apreciação do câmbio, diminuíram a capacidade de exportação e estão sendo feitos alguns ajustes nessa direção. De qualquer forma, se não há acordo para tramitação com urgência nós respeitaremos o pedido de vista.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Sr. Presidente, eu sou e sempre fui um defensor da desoneração tributária. Acho que quanto mais agirmos dessa maneira mais estaremos colaborando com a competitividade do País. Ocorre que na nossa bancada alguns Senadores têm dúvidas ou tem algumas idéias a acrescentar. E aqui eu sou intérprete da bancada. Então eu gostaria de enfatizar que efetivamente nós vamos pedir vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Dornelles com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Presidente, eu examinei essa... Esse Projeto de Lei, e acho que houve algumas omissões não intencionais. Por exemplo, no Art. 2º, se dá o benefício a beneficiamento de coro, o art. 1º não deu. Acho que foi uma omissão. Também na... Existe já em... Art. 2º, não se fala em setor componente de calçado que fala no art. 1º. Então eu acho que houve alguns pequenos equívocos. Eu acho, eu até tinha apresentado algumas Emendas, mas realmente eu tenho... Fui procurado até pelo setor que está recebendo o benefício, e que me levantou a questão que se por acaso houver um atraso na votação da matéria como está, nós vamos prejudicá-los pela urgência porque se voltar da Câmara. Eu queria perguntar a V.Exª, se não seria possível V.Exª tomar iniciativa como Presidente da Comissão, de verificar esses equívocos que surgiram na votação da Câmara e propor, ou V.Exª ou alguns de nós, um Projeto de Lei corrigindo essas distorções e V.Exª assumiria, se fosse possível o compromisso de aprovar e nós inclusive então teremos condições de aprovar o texto como veio da Câmara, para que ele não tenha

que voltar, e teriam essa segunda alternativa, um segundo texto aprovado em que seriam acolhidos algumas preocupações que eu acho que eu apresentei nas minhas Emendas e estou certo também pode ser do Senador Marconi Perillo, Senador Garibaldi, alguns casos como esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu acho a iniciativa excelente. Ou seja, Senador, só comentar a iniciativa do Senador Francisco Dornelles. Eu acho excelente a sugestão apresentada. Ou seja, nós trataríamos toda e qualquer demanda adicional num projeto aparte para permitir que a gente discuta e encaminhe a Câmara sem prejudicar os setores que já foram duramente penalizados por ter deixado de ser uma Medida Provisória. Porque já estava em andamento uma série de iniciativas de investimento e ao deixar de ser Medida Provisória, esses setores foram muito penalizados. Então nós aprovaríamos esse projeto como veio da Câmara, e faríamos um projeto alternativo tratando dos demais temas que os Senadores apresentaram. Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Sr. Presidente, eu acho que esse projeto ele traz em sua essência algo extremamente importante. Os setores de exportação de modo geral estão sofrendo extremamente com esse câmbio absolutamente apreciado, e evidentemente que... Alguns mais e outros menos. No caso específico desse aqui seguramente com maior intensidade. Acho que o projeto procede. Entretanto a nossa bancada, tanto o Senador Arthur Virgílio como o Senador Flexa Ribeiro, que não está no momento, ele... Acredito até que no caso específico do Senador Flexa tem respeito alguma coisa de móveis na região dele, ele me solicitou que fosse pedido vistas também. Então se pudesse conciliar isso seria interessante também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Eu queria endossar a proposta do Senador Francisco Dornelles que V.Exª também endossou. Então nós poderíamos resolver alguns casos, inclusive a Bahia tem interesse na questão do coro, e nós poderíamos fazer esses ajustes num outro projeto para evitar que voltasse à Câmara. Portanto estou de acordo com a proposta do Senador Francisco Dornelles também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pergunto se nesse encaminhamento há acordo ou de qualquer forma está mantido o pedido de vista? Vamos dar o parecer como lido, e concedido vistas coletivas, nós votaremos terça-feira. A ponderação que eu faço ao Senador João Tenório e Marconi Perillo é que dialoguem com a bancada do PSDB na linha do Senador Francisco Dornelles. Que a gente busque qualquer acréscimo, modificação ou sugestão fazendo um Projeto de Lei outro que a gente poderia encaminhar à Câmara. Porque o setor é um setor que foi muito atingido, calçados, têxtil e indústria moveleira pela apreciação da taxa de câmbio, são setor fundamentalmente exportador, estamos aqui inclusive modificando essa exigência de empresa preponderantemente exportadora diminuindo a exigência de 80% para poder viabilizar esses setores e alguns benefícios fiscais e de financiamento. E como eles foram prejudicados por ter sido suspensa a condição de Medida Provisória, isso paralisa o setor porque você tem uma série de ações que estão em andamento e de repente parou aguardando a decisão do Congresso, nós já aprovaríamos como está e faríamos as negociações, Senador Flexa que trata de questões específicas, enfim, num projeto a parte para não prejudicar e não protelar a aprovação da matéria. A minha única preocupação com terça que vem é que vão ser lidas as Medidas Provisórias em plenária a partir de hoje. Então o risco que nós temos é semana que vem não ter uma janela no Plenário. Mas de qualquer forma o Senador Garibaldi também tinha encaminhado uma demanda no setor de camarão, e... Senador Garibaldi com a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo para ver se nesse período de tempo até terça-feira, se poderia fazer um exame da questão do camarão. Eu diria aos Senadores aqui presentes que nós fomos ao Ministro da Pesca, nós fomos ao Ministro Mantega, representantes do setor também estiveram com o Ministro da Agricultura fazendo esse apelo porque o setor do camarão foi muito atingido por essa crise com a valorização do real frente ao dólar.

Então, o apelo que eu faço é que se pudesse até terça-feira incluir o camarão no projeto que trata de incentivos e benefícios a esses setores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Tá ótimo. Eu proporia, o Senador Dornelles poderia contribuir.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Presidente, pediria a V.Exª. se fosse possível, já que a vista foi mantida, se até terça-feira a Assessoria de V.Exª aqui na Câmara pudesse fazer um Projeto de Lei acolhendo as reivindicações aqui dos Senadores e que na terça-feira nós aprovaríamos se fosse possível ao mesmo tempo a Medida Provisória como ela está e o Projeto de Lei corrigindo as distorções que seria um projeto separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Regimentalmente não sei se nós temos como aprovar até terça-feira porque tem

prazo de Emenda no projeto, mas nós faremos todo o esforço de apresentar o mais rápido possível e permitir essa negociação.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Um texto pelo menos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos apresentar um projeto incorporando as sugestões que estão sendo feitas. E nós faríamos uma... Iniciar imediatamente a tramitação e aprovar com a maior urgência possível. Se for possível, eu vou consultar a consultoria. Acho que é difícil. Porque o prazo de Emenda são cinco Sessões. Já discute na terça-feira, a gente coloca na pauta um projeto alternativo. Ta bom?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Osmar Dias com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Um outro assunto. V.Exª. já encerrou esse... ?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Já encerramos esse item.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Tá. Presidente, aproveitando a presença aqui do Senador Casagrande, eu gostaria de voltar um assunto que o Senador Suplicy comunicou que houve aqui a manifestação dele a respeito do projeto de cooperativismo. Eu quero comunicar a V.Exª que o Presidente da República, o Presidente Lula, me convidou para uma conversa no Palácio a respeito desse projeto já por duas vezes. Manifestando ele que esse projeto fosse votado, e me perguntando se eu concordaria em ceder na questão da unicidade sindical, a unicidade que tinha problema dentro do projeto. Eu disse a ele que sim e que estava propenso a fazer um acordo com o Senador Suplicy para que nós permitíssemos na nova Lei do Cooperativismo, que houvesse duas representações. A OCB que já existe, e outra das cooperativas de agricultores familiares. Esse entendimento meu, essa posição minha, permite que o projeto seja apreciado e votado. O Senador Casagrande fez um Requerimento propondo uma Audiência Pública. Esse projeto está aqui na Casa desde 99, projeto de minha autoria e também do Senador Suplicy. Havia até um projeto do Senador Fogaça que já deixou de ser Senador, é Prefeito de Porto Alegre, mas que acompanhava os nossos dois, que foram reapresentados agora nessa Legislatura. Nós reapresentamos.

Então, o apelo que eu faço é que essa Audiência Pública seja marcada o mais breve possível, e que o Senador Casagrande que é o Relator dos dois projetos possa também ele se dedicar a Relatoria para que nós pudéssemos votar e atender um segmento importantíssimo do campo social e econômico do País, o cooperativismo, atender o próprio Presidente da República que fez o apelo para que votássemos, ele queria prestar essa homenagem ao cooperativismo, segundo palavra dele mesmo, e esse projeto ele corrige uma grande distorção, já que a Lei em vigor é de 1971, quer dizer, estamos com uma Lei muito antiga. Nós precisamos renovar a Lei, modernizar, adequar aos novos tempos. E eu faço, portanto, esse apelo porque é um projeto que está na Casa já há sete, oito anos, não votamos em outras oportunidades por falta desse entendimento que há agora entre o Senador Suplicy e eu que sou autor do primeiro projeto. Ele é autor do segundo projeto. Então nós podemos partir com o Relator para um entendimento. Como o próprio Presidente da OCB me comunicou que já esteve com o Senador Casagrande e que há um entendimento também de que nós podemos votar o Projeto de Lei do Cooperativismo, eu estou fazendo um apelo a V.Exª, que como Presidente da Comissão tome as providências para que esse assunto possa fluir agora de forma mais célere e rápida.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pergunto se o Senador Renato Casagrande estaria de acordo com esse encaminhamento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Estou de acordo, Sr. Presidente. Tem um Requerimento, eu apresentei aqui a V.Exª pedindo audiência para que possa concluir esse debate.

Então, não tem nenhum problema. Até querendo ser bastante ágil na tramitação do projeto. Já conversei com a OCB, já conversei com as entidades de economia solidária, UNICAFES e outras entidades, estamos conversando com o Governo.

Então, estamos prontos a ofertar o nosso parecer logo após a realização da Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nós faremos o mais breve possível a Audiência Pública. A audiência seria construída junto com o Senador Osmar Dias e Eduardo Suplicy, qualquer contribuição na formação da Mesa já foi encaminhado. Vou colocar o Requerimento então em votação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se me permite, quais são as autoridades aí sugeridas?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – São convidados o Sr. Márcio Lopes Freitas, Presidente da OCB; José Paulo Pistostomo Ferreira, Presidente da UNICAFES, União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária, e Luis Carlos Bernardes, Coordenador do

Grupo de Trabalho Executivo que trata de cooperativismo e associativismo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – É o Governo e mais dois segmentos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Só faria a sugestão, que em consenso com o Senador Osmar Dias, quem sabe uma pessoa do Ministério da Agricultura e da Secretaria de Trabalho Prof. Paulo Singer e eu recomendaria por exemplo...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Não tem problema nenhum pra mim. O problema é o seguinte, que o Governo tem uma Comissão com pessoas do Ministério da Agricultura, Ministério do Trabalho, e essa Comissão fez a indicação dessa... Desse técnico para vir representando essa Comissão e esse debate.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Tudo bem. Então acho que já está contemplado para efeito de economia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só queria propor o seguinte, se houver sugestão do Senador Osmar Dias e Eduardo Suplicy a essa audiência, será incorporada a audiência. Porque os dois estão acompanhando isso há muitos anos. Então pediria ao Senador Osmar Dias e Eduardo Suplicy que entrem em contato depois com a Presidência, se houver depois algumas sugestões de acrescentar algum nome nós faremos. Segundo, faremos audiência o mais rápido possível e terceiro o projeto será pautado o mais breve possível. Há entendimento, a matéria de grande interesse social e econômico, e nós colocaremos na pauta. Senador Osmar com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, eu agradeço a pronta... O pronto atendimento de V.Exª à nossa reivindicação. E eu já respondo, não há nenhuma sugestão de minha parte porque esse assunto já foi objeto de várias Audiências Públicas com outras autoridades, outras pessoas relacionados ao assunto, inclusive o próprio Roberto Rodrigues que foi Ministro da Agricultura do Presidente Lula, esteve aqui duas vezes em duas Audiências Públicas, e eu não tenho nenhuma sugestão a dar, concordo com a proposta do Senador Casagrande, principalmente porque com muita gente numa Audiência Pública pouco proveito se tem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Ótimo. Assim sendo vamos colocar em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado. O Requerimento também do Senador João Tenório e Flexa Ribeiro a respeito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo orientado, eu já li aqui os convidados quais são. Os Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. O Requerimento do Senador Inácio Arruda para fazer uma Audiência Pública sobre a compra do BANCO ABN AMRO REAL pelo BANCO SANTANDER. Os Srs. Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. Estão aprovado os três requerimentos. E o Requerimento de informações do Senador Suplicy que nós temos que aprovar o encaminhamento à Mesa Diretora. Também trata do problema da compra do ABN AMRO e do BANCO REAL pelo BANCO SANTANDER e as implicações econômicas do mercado de trabalho. Especialmente em relação a emprego dos bancários. Os Srs. Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos ao Item 02 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 80/2007, não terminativo, dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Altera o Decreto-Lei nº 719 de 31 de julho de 69, a Lei 9.478 de 6 de agosto de 97, e dá outras providências. Autoria, Presidente da República, Relatoria Antônio Carlos Júnior. A matéria tramita em regime de urgência. Se nós não votarmos hoje vai direto a Plenário sem o parecer da Comissão. Nos termos do art. 64 Parágrafo Único da Constituição Federal combinado com o art. 375 do Regimento Interno do Senado Federal, e simultaneamente nas Comissões de Constituição e Justiça e Cidadania de Assuntos Econômicos e Ciência e Tecnologia e Comunicação, Inovação e Informática nos termos do art. 122, inciso II B do Regimento Interno. Foram apresentadas as Emendas nº. 01 de autoria do Senador Inácio Arruda, e nº. 2 a 5 de autoria do Senador Cristovam Buarque. Com a palavra o Relator.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores. Submete-se à exame da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei da Câmara nº. 80/2007, a proposição de autoria do Poder Executivo destina-se a reestruturar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico instituído pelo Decreto-Lei 719 de 31 de julho de 69 e restabelecido pela Lei 8.172 de 18 de janeiro de 91. Trata-se de um fundo de natureza contábil com o objetivo de financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico com vistas a promoção do desenvolvimento econômico e social do País.

Caberá à FINEP, no exercício da Secretaria Executiva do fundo a gestão. Ou seja, propor ao Conselho Diretor, políticas de diretrizes e normas para utilização dos recursos, realizar direto ou indiretamente estudos e pesquisas recomendados pelo MCT e pelo Conselho de gestor, decidir quanto à aprovação de estudos eu projetos a serem financiados, acompanhar e controlar

a aplicação dos recursos beneficiários finais e elaborar um Relatório anual de avaliação dos resultados dos recursos aplicados.

O art. 10 do Projeto de Lei da Câmara estipula fonte de receita do fundo e os artigos de 11 a 14 estabelecem a forma de aplicação daqueles recursos. Estão previstas três modalidades de aplicação de recursos. Não reembolsável no financiamento de despesas correntes e de capital para projetos de instituições científicas e tecnológicas, e projeto de cooperação entre estas e as empresas para subvenção econômica a empresas e para equalização de encargos financeiros às operações de crédito. Segundo. Reembolsável destinado a projetos de desenvolvimento tecnológico de empresa na forma de empréstimo à FINEP sob certas condições.

E terceiro, aporte de capital como alternativa de incentivo a determinados projetos mediante participação efetiva em empresa de propósitos específicos criadas com amparo no art. 5º da Lei 10.973 de 2 de dezembro de 2004, Lei da Inovação. E empresas criadas com a finalidade específica de estimular o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Os recursos poderão financiar ações transversais identificadas com as diretrizes da Política Nacional de ciência, tecnologia e inovação, e com as prioridades de política industrial e tecnológica nacional. Ações transversais são aquelas que relacionadas com a finalidade geral do fundo são financiadas com recursos de mais de um fundo setorial, não necessitando estar vinculadas à destinação setoriais específicas previstas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O Parágrafo Único do art. 3º B, é alterado de modo a abrigar a aplicação de no mínimo 30% dos recursos não apenas em instituições no norte, nordeste e centro-oeste. Mas também nas áreas de abrangência das agências de desenvolvimento regional. A mesma modificação, inclusão das áreas de abrangência das agências de desenvolvimento regional norte e nordeste, entre as localidades que serão aplicadas prioritariamente os recursos destinados ao Ministério de Ciência e Tecnologia é promovida no § 1º do art. 49 da Lei 9.478 de 6 de agosto de 97. Foram apresentadas cinco Emendas ao PLC 80/2007. O Senador Inácio Arruda ofereceu a primeira e o Senador Cristovam Buarque apresentou as demais.

De acordo com o inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal compete à CAE opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente. Para atender o regime de urgência constitucional, a proposição tramita simultaneamente de todas as Comissões as quais foi distribuída. Ou seja, na CAE, na CCJ e na CCT. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi durante algumas décadas o principal instrumento de fomento do setor de Ciência e Tecnologia. Nos anos 80, porém, perdeu este relevante papel quando a ele passaram a ser alocados os montantes cada vez menores de recursos orçamentários. O setor ressentiu-se fortemente desse quadro que começou a ser revertido somente no final da década de 90 com a criação do primeiro fundo setorial que destinou ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, parcela dos royalties de petróleo. Mas 14 fundos setoriais criados entre 2000 e 2004 fizeram com que o fundo readquirisse a sua importância, embora muitos dos recursos ali destinados tenham sido contingenciados nos primeiros anos de sua execução já nessa nova fase.

Um dos méritos da proposta em exame reside na flexibilização do emprego de parcela dos recursos de diversos fundos setoriais. Por meio de financiamento de ações transversais poderão ser viabilizadas pesquisas em áreas importantes para o desenvolvimento científico e tecnológico, mas que por sua natureza não se encaixam claramente nos setores que dão nome àqueles diversos fundos.

Outra inovação importante é a gestão operacional integrada dos fundos setoriais mediante estabelecimento de um comitê de coordenação, cujas atividades deverão otimizar o emprego dos recursos destinados a atividades de pesquisa e desenvolvimento. Se o Governo cumprir a promessa de ainda que gradualmente reduzir o contingenciamento de recursos destinados aos fundos setoriais será então razoável se esperar um aumento significativo nos valores disponíveis para aplicação em atividades de pesquisa e desenvolvimento do País. Mostra-se desse modo extremamente conveniente e oportuno aprimorar os instrumentos de gestão desses recursos.

Quanto as cinco Emendas propostas, apesar do mérito das preocupações que orientaram a sua apresentação, entendemos que ela não aprimora o texto aprovado na Câmara dos Deputados. A Emenda nº. 02, por exemplo, elimina um dos grandes méritos da proposta a gestão operacional integrada dos fundos setoriais, o que no nosso entender otimizará a aplicação dos parcos recursos destinados às pesquisas em desenvolvimento no Brasil.

Voto. Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 80/2007 pela rejeição das Emendas de nº. 01 a 05.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Queria agradecer ao Senador Antônio Carlos Júnior pela presteza com que ofereceu o seu parecer e a competência que tem marcado sua

presença nessa Comissão e no Senado, alertando aos demais Senadores que é um projeto com urgência constitucional e que nós precisaríamos encaminhar ao Plenário ainda nessa Sessão, sem o contrário a Comissão evidentemente não poderia opinar a matéria.

Algum Senador deseja discutir o projeto? Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Senadores e Senadoras que são favoráveis ao projeto, permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto está com urgência constitucional e será encaminhado ainda hoje à Presidência do Senado Federal.

Item 03 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 32/2007 não terminativo. Altera dispositivos da Lei 8.666 de 21 de junho de 93 e regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, institui normas para licitações de contratos de administração pública e dá outras providências. Autoria, Presidência da República. Relatoria, Senador Eduardo Suplicy. Parecer. Pela aprovação integral ou parcial das Emendas 1, 2, 3, 5, 6, 10, 11, 12, 14, 18, 22, 28, 29, 31, 34, 35, 36, 38 e 39, nos termos do substitutivo que apresenta e pela rejeição das demais Emendas apresentadas. A matéria já foi apreciada na Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e informática, com pareceres favoráveis ao projeto com as Emendas. Nós tivemos Audiência Pública. Foi pedido vista coletiva no dia 21. Foram apresentadas novas Emendas. A 1, 8, 12, 22, 25, 31, 36, do Senador Antônio Carlos Valadares, 2, 7, 15 e 17 do Senador Raimundo Colombo, 13 e 14 Senador Pedro Simon e 18, 21, 27, 39 e 40 do Senador Francisco Dornelles, nº 26 da Senadora Kátia Abreu, 28 e 29 do Senador Renato Casagrande, nº. 30 do Senador Neuto de Conto, 34 eu 35 Senador Jarbas Vasconcelos, 37 Senador Eduardo Azeredo, 38 Senador Marconi Perillo, 42 e 45 Senador Flexa Ribeiro, 46 Senador Aloizio Mercadante, 47 Senador Pedro Simon.

Na Sessão anterior nós vimos votar a matéria, era o ponto prioritário da pauta, em função da reunião do Conselho de Ética a ausência do Relator Senador Eduardo Suplicy nós suspendemos a votação e foi transferida para hoje. Com a palavra o Relator para oferecer as últimas informações sobre o andamento da matéria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Em primeiro lugar, Presidente Senador Aloizio Mercadante...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Queria encaminhar ao Senador Suplicy mais duas Emendas apresentadas pelo Senador Francisco Dornelles. 48 e 49.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Prezado Presidente Senador Aloizio Mercadante, primeiro lugar quero mais uma vez agradecer a confiança de V.Exª em ter me designado para ser Relator desse Projeto de Lei 32 que é dos mais complexos que já apreciei. E gostaria de dizer que tenho considerado mais do que legítimas as observações, as contribuições de todos os segmentos de entidades representativas, seja da construção civil, da indústria de construção pesada, do Tribunal de Contas, do Ministério do Planejamento, das Assessorias tanto do Senado quanto do Governo, e que atendendo o espírito público, a experiência de todos, tem feito sugestões. E aqui faço questão de também dizer, confirmando que a razão de adiamento havido foi em função de na semana passada eu precisar estar no Conselho de Ética, não pude estar concomitantemente presente aqui, e houve na semana anterior audiência com o Presidente Henrique Meirelles que tomou praticamente toda a manhã. Então hoje nós teremos essa oportunidade de examinar o complemento de meu parecer.

Gostaria de dizer que já somam além das 69 Emenda que foram apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça, depois na Comissão de Ciência e Tecnologia, onde os Relatores foram Romeu Tuma e Jarbas Vasconcelos, que deram uma contribuição muito significativa também, mas somente aqui na CAE agora já somam 49 Emendas que corresponde a contribuições de Senadores dos mais diversos partidos e destas 49 Emendas eu pude acatar 24. Tendo rejeitado 25.

Então, está havendo uma contribuição muito significativa de todos os Senadores.

Gostaria, prezado Líder Valdir Raupp, do PMDB, em função do diálogo que todo o Senado teve nos últimos dias, mas quero aqui também prestar uma homenagem à contribuição de seus colegas de... Do PMDB, Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos que nessa Comissão, em virtude de seu conhecimento e da sua experiência também deram contribuições muito significativas. E de ambos eu acatei e rejeitei Emendas que foram apresentadas também no interesse público. Eu quero aqui registrar a contribuição tão valiosa deles também na CAE, como lá na Comissão de Constituição e Justiça, onde eu fiz um apelo, reitero aqui, Senador Valdir Raupp, o Senado Federal precisa da contribuição de seus extraordinários colegas de bancada, que ainda na última quinta-feira fizeram uma homenagem tão bonita ao ex-Presidente Ulysses Guimarães do PMDB e da constituinte. Mas, como eu já falei das demais Emendas, aqui eu vou me reportar às que foram apresentadas desde a última reunião.

Então, com respeito à Emenda 40 do Senador Francisco Dornelles, ressaltando que acatei algumas das Emendas do Senador Francisco Dornelles, mas aqui esta Emenda 40 que altera o § 11, incluído no

art. 43 da Lei de Licitações para prever que nos certames de obras e serviços de engenharia se observe a seguinte ordem. Primeira fase, exame de habilitação técnica, econômico e financeira e de todos os licitantes. Segunda fase, exame e julgamento das propostas de todos os licitantes que houverem sido habilitados na primeira fase, e terceira fase, exame da habilitação jurídica e da regularidade fiscal do primeiro classificado. Essa alteração praticamente eliminaria a inversão de fases nas licitações de obras. Cria um procedimento burocrático como hoje aplicado às concorrências, desdobram a fase de habilitação em duas inserindo no meio delas a fase de julgamento com maior dispêndio de tempo e de recurso pela administração.

Segundo a Emenda, na primeira fase seriam examinadas as habilitações técnicas, econômico e financeira de todos os licitantes, pois esse exame que possibilita o maior número de tentativas as não mais adequadas, muitas vezes exitosas de afastar da licitação a empresa que não integra um eventual cartel. A habilitação previa ao julgamento tem servido para estimular a indústria de liminares com recurso dos cartéis para afastar com o apoio da Comissão de Licitação concorrentes que participem do conluio que poderia vir a apresentar propostas mais vantajosas para a administração. O dirigismo que os críticos da inversão de fase apontam já existe na prática hoje em licitações sem inversão de fase. A inversão de fase, assim, não propiciará a ocorrência de vício além daqueles que já existem atualmente. O que se argumenta é que poderia advir da inversão de fase já ocorre direcionamentos e inexecução contratual, etc. O pior é que tudo isso ocorre conjuntamente com sobrepreço e o superfaturamento, conforme apontou recentemente o Tribunal de Contas da União. Além de serem direcionadas as licitações e os contratos e não serem totalmente executados, a administração ainda paga preços acima dos de mercado para os contratados. A inversão de fase contribuirá para reduzir isso. As irregularidades em contratos de obras se prolifera em razão da impunidade.

Portanto, quem deseja sinceramente que elas deixem de ocorrer deve pugnar por mecanismos mais efetivos de punição dos responsáveis e não para que seja proibida a inversão de fase o que aumenta a competição no mercado de obras em benefício da administração.

No que diz respeito às Emendas 41 a 47. A 41, do Senador Antônio Carlos Valadares, cria novo gênero de exigência de habilitação de licitantes, referente à sua regularidade trabalhista. A documentação exigida consistiria em certidão da Justiça do Trabalho referente à execução de crédito trabalhista, Certidão de Delegacia Regional do Trabalho e declaração do próprio interessado de que não consta na lista suja do Ministério do Trabalho. Somos favoráveis à inclusão da exigência de certidão da Justiça do Trabalho haja vista que as execuções trabalhistas são justificáveis à luz do art. 3.721 da Lei Maior pois podem interferir na capacidade da empresa de honrar seus compromissos com a administração pública. Já a chamada lista suja do Ministério do Trabalho ainda se encontra sub judice do Supremo Tribunal Federal razão porque entendemos prudente não inseri-la no texto do projeto.

Quanto a certidão da delegacia do trabalho, porque eventual punição desse órgão ainda pode comportar discussão no plano judicial, consideramos mais adequado não incluir entre as exigências de habilitação.

Assim somos pelo acolhimento parcial da Emenda para alterar no seguinte modo o art. 27 da Lei 8.666 de 93. Art. 27, inciso IV. Fica acrescida Certidão Negativa de Execução de Crédito Trabalhista ou comprovação de que o crédito está judicialmente garantido.

Com respeito às Emendas 42 a 45, apresentadas pelo Senador Flexa Ribeiro. A de 42 altera o art. 23 da Lei 8.666 de 93 para vedar o Pregão de obras de valor superior a 3,4 milhões de reais de contratação de serviço técnicos profissionais especializados de natureza predominantemente intelectual e nas licitações do tipo melhor técnica e técnica e preço. Bem como para exigir no Pregão de obras que a participação no certame se restringe a licitantes cadastrados ou pré-qualificados. Não existe recursos pendentes de julgamento quanto a esse cadastramento ou pré-qualificação. O projeto Executivo esteja disponível aos licitantes, haja garantia adicional correspondente a diferença entre o valor orçado e a proposta vencedora quando esta for inferior a 85% daquela independente de qual seja o valor orçado.

O parecer é contrário à Emenda 42 pelos seus efeitos redutores da concorrência. A diminuição injustificada do universo de licitantes além de contrário ao princípio da isonomia tem por conseqüência a obtenção de proposta menos vantajosa para a administração dada as tendências de cartelização dos mercados onde há poucos competidores. Por que impedir a participação no certame de uma empresa que venha comprovar estar apta a cumprir o contrato antes mesmo da sua celebração? Prof. Adilson Dalare acentua que é absurdo o procedimento que proporciona meios de saber antecipadamente quais serão os possíveis licitantes, favorecendo conluio ou pelo menos dando elementos para orientar a elaboração da proposta com melhor proveito para a administração. Além disso, exigir garantias de valor elevado apenas porque o licitante ofertou um preço mais vantajoso para a administração é um desestimulo à evolução tecnológica

e à inovação das técnicas que barateiam os custo e a execução das obras. A Lei de Licitações prevê claramente mecanismos de desclassificação de propostas inexeqüíveis.

Quanto à vedação ao Pregão nas licitações do tipo técnica e preço, será ele comentários na análise que faremos da Emenda 45 a qual foi formulada com esse único objetivo.

A Emenda 43 altera o art. 56, § 6º da Lei para prevê que o piso da garantia em contratos de grande vulto, alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, corresponda a 2% do valor do contrato e que a garantia adicional seja exigida sempre que o valor da proposta vencedora for inferior a 85% do valor orçado pela administração relativamente a essas propostas. Cabe-nos esclarecer que a última versão do Relatório distribuída nessa Comissão já contemplava a elevação do percentual de 80 para 85% no caso da garantia adicional, bem como elevação do piso de garantia em contratos de grande vulto de 2 para 4%. Todas essas modificações foram feitas para facilitar o consenso nesta Comissão em atendimento às solicitações de Emendas do Senador Francisco Dornelles e da CBIC, Câmara Brasileira da Indústria de Construção para que tais pontos fossem contemplados no projeto. Desse modo, entendemos que a Emenda 43 já está contemplada no texto do substitutivo.

A Emenda 44 suprime as alterações promovidas pelo substitutivo no art. 114 da Lei 8.666/93 que trata da pré-qualificação à exceção do § 3º do artigo. Segundo a justificação, o texto do substitutivo não é claro, somente se aplica as licitações para aquisição de bens ou prestação de serviço e revogo o § 2º do citado dispositivo o qual prevê que as mesmas exigências da concorrência sejam feitas na pré-qualificação. A pré-qualificação deve ser um procedimento desvinculado de certames específicos. Do outro lado, os riscos de cartelização se farão sentir invariavelmente. Se antes da apresentação das propostas já for possível identificar todos os participantes do processo, a chance de haver um acerto entre eles serão altíssimas. O procedimento de pré-qualificação do substitutivo será dissociado de licitações concretas e servirá para formar um cadastro de empresas habilitadas a fornecer produtos, prestar serviço ou executar obras de acordo com as diversas categorias dos objetivos listáveis. O cadastro servirá para reduzir a possibilidade de ingresso de aventureiros nas licitações. E como ele será permanente, não significando que todas as empresas que nele figuram se interessarão por participar de uma licitação específica, os riscos de acerto serão bastante inferiores aos da pré-qualificação entendida como fase prévia a um certame individualizado. Por isso rejeitamos a Emenda.

Bem, a Emenda 45 proíbe o Pregão das Licitações de Técnica e Preço. Não podemos concordar com ela. Para se evitar uma redução dos valores das propostas que importem riscos ao cumprimento das obrigações, existem diversas regras objetivas na Lei de Licitações, como o § 3º do art. 44, o inciso II e o § 1º do art. 48. Como se encontra redigido o art. 3º do substitutivo, a análise dos aspectos técnicos da proposta é prévia ao exame das propostas de preço. Somente após atribuição dos pontos referentes aos aspectos técnicos da proposta é que se abrirão as propostas de preço e se dará início à base de lances. Cumpre assinalar que a Legislação da União Européia permite a adoção de pregões eletrônicos nas licitações de tipo técnica e preço. É sabido que dentro das mais diversas categorias de produtos e serviços existem variações que permitem identificar diferenças de qualidade. É perfeitamente legítimo atribuir pontuação diferenciada às propostas quando os aspectos técnicos variarem a ponto de interferirem na relação custo/benefício.

A introdução do fator técnica como um dos critérios de avaliação atua exatamente no sentido de contribuir para que as propostas de melhor qualidade sejam vitoriosas. Isso é particularmente relevante quando a administração não interessa apenas que as propostas atendem as exigências mínimas de qualidade. Então, aqui somos pela rejeição.

A Emenda 46 do Senador Aloizio Mercadante altera a Lei para permitir o oferecimento como garantia dos contratos administrativos de ações das companhias abertas negociadas na BOVESPA, e que no momento da concessão seja classificada de risco mínimo. Ora, aceitar como garantia bens que quando de uma eventual execução possam ter seu valor significativamente depreciado, faz da garantia algo muito variável. É contrário ao princípio da supremacia do interesse público permitir que o contratado ofereça como garantia ativos como as ações que por sua natureza caracterizam-se pelo alto grau de volatibilidade comparados a outros bens. Dessa forma, concederei não adequada esta proposição.

A Emenda nº. 47 do Senador Pedro Simon, revoga o art. 67 da Lei 9.478, de 97, o Decreto 2.745/98. Na justificação, o argumento é que o substitutivo ao prever diversas medidas simplificadoras do processo licitatório, inclusive o Pregão Eletrônico, torna obsoleta a Lei 9.478/97 a qual definiu que os contratos celebrados pela PETROBRAS para aquisição de bens e serviços fossem precedidos de procedimento licitatório simplificado definido em Decreto do Presidente. Tem razão o Senador Simon. É de duvidosa constitucionalidade

o art. 67 da Lei 9.478/97 que remeteu a Decreto Presidencial a disciplina das licitações da PETROBRAS. Acolhemos a Emenda apenas excluindo da cláusula de revogação o Decreto 2.745 por quanto a Lei não é meio idôneo para revogar Decretos. É certo, de qualquer modo que revogado o artigo da Lei com base no qual foi editado o Decreto, esse se torna insubsistente perdendo a validade. Assim damos essa redação ao art. 8º do substitutivo. Ficam revogados o § 2º do art. 9º, o § 6º do art. 17, o inciso V do caput do art. 40, o § 4º do art. 41, e o Parágrafo Único do art. 124 da Lei 8.666 de 21 de julho de 93, bem como o art. 67 da Lei 9.478 de 6 de agosto de 97. O Senador Eliseu Resende encaminhou-nos algumas sugestões de modificação da Lei 8.666. A primeira visa permitir aos órgãos e entidades da administração pública contratar entre si sem observar as formalidades da referida Lei quando se tratar de obras e serviços. Contudo, os órgãos e entidades da administração pública já se encontra autorizados a celebrar convênios entre si para a realização de atividades de interesse comum. Nesse caso a licitação é inexigível conforme a doutrina majoritária e a prática administrativa.

Quando se verifica uma relação em que o prestador de serviço é remunerado pela outra parte, os interesses são contrapostos não coincidentes. Nessa hipótese, é incabível ao convênio conforme a jurisprudência dos Tribunais de Contas. Como formulado a sugestão da alteração na Lei permitiria a contratação de ente da administração indireta por outro ou mesmo pelo próprio ente público que o criou. Para execução de serviços ou obras recebendo como contrapartida uma remuneração. Salvo alguns casos bastante peculiares de dispensa de licitação para contratação de entes da administração indireta. Não é consentâneo que a Constituição abra possibilidade desse tipo de contratação direta. Inclusive em virtude do imperativo constitucional de que as empresas estatais que explorem atividade econômica se submetam regime jurídico próprio das empresas privadas. Permitir a contratação direta em qualquer caso redundaria em privilégio para as empresas estatais incompatíveis com esse regime jurídico. Por isso rejeitamos a sugestão.

A segunda cria nova hipótese de inexigibilidade da licitação quando o contrato tivesse por objeto a execução do programa de eficiência energética em prédios públicos por empresas de serviço de energia utilizando contratos de desempenho mediante linhas de crédito. Na situação em que objeto da contratação envolvesse prestação de serviço técnicos profissionais e especializados e desde que o desembolso para pagamento se limitasse ao valor da economia obtida com o resultado do projeto auferidos os benefícios financeiros obtidos da redução da despesa da energia. Também essa sugestão não pode ser acolhida. Visa prever novo caso de inexigibilidade de licitação, sem que os seus pressupostos caracterizadores se verifiquem. Se o caso descrito fosse de inexigibilidade sequer seria preciso identificá-lo na Lei já que a lista com tais casos, o art. 25 da Lei não é exaustiva bastando para caracterizá-los que haja inviabilidade de competição. Como acreditamos existir no mercado uma pluralidade de empresas capazes de desempenhar atividade descrita na sugestão, sua inclusão na Lei findará por ser artificial e de constitucionalidade duvidosa. Ainda queria... (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Suplicy, sugiro a V.Exª que pegue mais uma garrafa d'água. Tem mais cinco emendas apresentadas aqui pelo Senador Garibaldi. Mais quatro. Nós já estamos na Emenda nº. 54.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Já peguei uma água sem gelo aqui. Sr. Presidente, o Senador Francisco Dornelles é um dos que mais tem contribuído com sugestões, mas quero saudá-lo por suas iniciativas. Algumas eu pude aceitá-las, outras nem sempre. Aqui ao art. 48.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – É que nas Emendas do Senador Dornelles V.Exª fez uma inversão de fase e no Pregão derrubou toda uma qualificação. Ele não consegue placar uma.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ele sugeriu, eu acatei o aumento de 80 para 85% e de 2 para 4 no que diz respeito às garantias. E no que diz respeito às regras de divulgação, de imprensa, também do Senador Osmar Dias elas foram acatadas, promovendo maior direito de informação.

A Emenda 48, o substitutivo no art. 23, § 10 em texto acordado com o Senador Dornelles, afirma que é vedada a adoção da modalidade Pregões em licitações do tipo melhor técnica e para a contratação de serviço previsto no art. 13 dessa Lei quando forem de natureza predominantemente intelectual. Ora, a Emenda 48 como está escrito veda o Pregão para a contratação de qualquer tipo de serviço especializado. Hoje há empresas que contratam serviços em licitações do tipo menor preço, e eu inclusive tenho aqui em mãos exemplos de licitações feitas pela Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco pela Companhia Docas do Espírito Santo, pela Companhia Nacional de Abastecimento, pela SABESP em São Paulo, e gostaria inclusive de... Pela companhia... Pela Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. Então por uma atenção ao Senador Francisco Dornelles, eu... Para comprovar a existência delas eu encaminho para

o seu conhecimento. E, portanto, infelizmente nesse caso não poderia acatar.

Também no que diz respeito à Emenda 49, onde há uma mudança sugerida para o art. 23, § 9º da Lei de Licitações, e ele propõe o aumento do uso do Pregão de obras apenas para valores até 3,4 milhões. Ora, o substitutivo propõe que o Pregão seja obrigatório em obras até 3,4 milhões de reais, e facultativo nas obras de valor superior.

Então, não existe razão objetiva para se limitar o uso do Pregão em obras. O Tribunal de Contas é favorável à sua adoção. Já utilizou em licitações por ele promovidas, já considerou legal o uso do Pregão por órgãos da administração pública, e conforme inclusive num artigo do Secretário da Fazenda Mauro Ricardo Costa, do Governo do Estado de São Paulo, do Governo José Serra, onde ele... E no último dia 5 de outubro colocou-se a favor da atualização da Lei de Licitações e destacou dois pontos do parecer que relata ao projeto que atualiza a Lei de Licitações e que estão gerando controvérsia. A inversão de fase e o uso do Pregão para contratação de obra ou serviço de engenharia. Diz Mauro Ricardo Costa: "O principal interessado, o cidadão, tem o direito de receber um esclarecimento". Os dois pontos em questão representam aperfeiçoamentos na Legislação que permitirão economizar dinheiro público sem comprometer a qualidade das obras e serviços contratados, ao contrário do que receiam alguns representantes de entidades do setor e que, inclusive o Sr. Eduardo Safady que aqui se encontra hoje presente, o Sr. Paulo... Temos aqui o seu artigo... Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira de Indústria e Construção, que fez comentários positivos a meu respeito, mas discordando de alguns aspectos de meu parecer. E gostaria aqui de ressaltar que na opinião do Secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, a inversão de fase possibilitará maior rapidez nas licitações. Abre-se os envelopes das propostas de preço, depois verifica se o vencedor está habilitado de acordo com o edital, e inclusive no... E uma série de outras alegações, mas sobretudo no que diz respeito ao Pregão, ele menciona que não procede a alegação de que o setor público não está preparado para esse tipo de licitação, pois desde 2002 a Administração Federal e vários Estados vêm acumulando experiência em realizá-los. Só no Estado de São Paulo, desde 2002, portanto nos governos Geraldo Alckmin e José Serra, já foram realizados com sucesso 67 mil e 203 pregões gerando uma economia de cerca de 20%, equivalente a 5,6 bilhões de reais. E esse mesmo ponto de vista, prezado Senador Francisco Dornelles, foi reiterado pela Ministra Dilma Rousseff na entrevista realizada na semana passada na Folha de São Paulo, onde ela ressaltou os aspectos positivos deste aperfeiçoamento na linha do parecer que aqui estou colocando. E portanto, a Emenda 49 também não poderá ser... Não estou acatando.

Com respeito a... Com respeito às Emendas 50 e 53, do Senador Garibaldi Alves. A Emenda 50 diz art. 34, § 1º a requisição conterá indicação e gênero do objeto pretendido conforme art. 2º a justificativa circunstanciada da sua real necessidade e a especificação de todas as características necessárias e suficientes para o atendimento de interesse da administração. A justificativa de que no âmbito da administração pública, quando da realização de gastos as pessoas com competência para tanto jamais poderão agir pautadas em sua própria vontade, posto que se acham obrigatoriamente vinculadas à vontade da Lei. Assim sendo, a execução de qualquer despesa pública só será admissível diante da prévia detecção da real necessidade de determinado bem capaz de atender a demanda específica da unidade administrativa pertencente ao órgão ou entidade pública contratante razão pela tal necessidade deverá ser justificada circunstanciadamente logo no documento caracterizador do pedido e contratação do objeto pretendido. A proposta é de bom senso, e está acatada, Senador Garibaldi.

Também no que diz respeito à Emenda 51. Art. 44 § 4º. A indicação de marcas é permitida quando decorrente de pré-qualificação do objeto 1, e 2, resultante de aplicação do princípio de padronização, três, indispensável para melhor atendimento do interesse público comprovar mediante justificativa técnica o consumo do material no exercício for inferior a cinco mil unidades monetárias brasileiras e a marca estiver disponível em mais de um fornecedor.

Como esta Emenda de alguma forma restringe a competição, porque permite a preferência por marcas nas licitações públicas podendo de alguma forma significar um direcionamento, neste caso eu a rejeitei.

No que diz respeito também à Emenda 52, que permite a identificação de marca acrescida da expressão similar quando houver regulamentação específica da administração observado ainda o disposto no inciso II do § 1º deste artigo. Mas já no que diz respeito à Emenda 53, que diz no art. 44 § 8º, a administração pode exigir dos proponentes a mostra bem como protótipo do objeto pretendido, aqui há um aperfeiçoamento de redação, haja vista que a administração jamais poderia exigir amostra do proponente, como dá entender o texto, mas ela poderá exigir que conforme o caso os proponentes apresentem a amostra, o protótipo do objeto pretendido, então esta Emenda, Senador Garibaldi Alves, está atendida. Muito obrigado por sua cooperação.

Sr. Presidente, a...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Em discussão a matéria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está encerrada. Quero agradecer a todos a contribuição. Essas Emendas do Senador Garibaldi Alves acabaram acho que fazendo com que no... Houve um equilíbrio. Praticamente aceitei metade de todas as Emendas apresentadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Dornelles com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero inicialmente cumprimentar o Senador Suplicy pelo belíssimo trabalho que ele apresentou a essa Comissão. Aliás, que não é nenhuma surpresa. Que todos trabalhos apresentados pelo Senador Suplicy são do mais alto nível e compatível com a sua competência e seu conhecimento que todos lhe reconhecemos. Eu queria apenas ponderar a V.Exª, Sr. Presidente, que esse assunto é da maior importância e nós tivemos aqui a participação de grande número de Senadores interessados na matéria, como é o caso do Senador Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, representantes do DEM, como é o caso do Senador Eliseu Resende, Adelmir Santana, Edison Lobão, Kátia Abreu, eu estou vendo que por motivos até de alguns compromissos no exterior, eles não estão aqui presentes. De modo que eu pergunto a V.Exª e ao Senador Suplicy, da possibilidade de nós adiarmos o exame dessa matéria por uma semana até que possamos ter presente outros Senadores que inclusive muitos deles foram autores de Emendas. Eu queria perguntar a V.Exª dessa possibilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Dornelles, eu quando vi o volume de Emendas que tinha no projeto, cerca de 50 Emendas, ponderei ao Senador Suplicy que seria conveniente uma reunião com os principais autores das Emendas, prévia à reunião da Comissão, para ver se era possível o entendimento, esclarecimento, e conhecer um pouco a avaliação. Tentei já na semana passada e faria uma reunião na segunda-feira. Se o Senador Suplicy não pôde segunda-feira, eu cancelei evidentemente a reunião, não tinha nenhum sentido fazer sem ele, nós tivemos uma fase bastante turbulenta, estamos vivendo ainda no Senado, em alguns momentos o Senador Suplicy não pôde estar presente pelas responsabilidades no Conselho de Ética que todos têm acompanhado do ponto de vista público. A semana retrasada também nós não podemos votar por causa da presença do Presidente do Banco Central Henrique Meirelles que era uma audiência regular. Quero alertar, no entanto, que na próxima terça-feira eu não tenho como adiar a Audiência Pública da FEBRABAN sobre tarifas bancárias. Porque era pra ter sido hoje, exatamente eu adiei para a semana que vem para nós podermos votar esta matéria e tratar isso como ponto prioritário. Seria muito difícil reagendar com a FEBRABAN e vem a Diretoria da FEBRABAN para tratar de tema de grande interesse público.

Então eu ponderaria ao Senador Suplicy a avaliação que ele faz e aos demais Senadores que sugestão fazem de encaminhamento. Senador Antônio Carlos Júnior com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Eu tinha aqui algumas ponderações a fazer em relação ao projeto. Agora, em função do volume de Emendas e algumas dessas ponderações estão envolvidas em Emendas, eu gostaria de que a votação também não fosse realiza hoje que a gente pudesse ter esse entendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.Exª encaminha também no sentido de postergar a decisão. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu quero primeiro justificar. Gostaria de ter podido atender a sua sugestão de ontem encontrar-me com os Senadores que haviam feito proposições, eu tinha um compromisso com respeito a organização do Fórum de Biarritz com a Presidente do Chile, Michele Bachelet, e cerca de mil pessoas reunidas ontem em Santiago. Eu até fui para lá domingo à noite, voltei na noite passada e cheguei aqui a tempo de estar presente. Mas não ontem.

Então, infelizmente não pude estar na reunião que ontem alguns Senadores e mesmo representantes de entidades gostariam de ter tido. O propósito é de procurar chegar a uma votação onde o melhor entendimento seja realizado com a compreensão de parte de todos os Senadores. Se trata de um projeto de grande complexidade. Eu avalio que sem que isso signifique qualquer propósito de estar postergando para não se votar, quero deixar isso bem claro, mas com o propósito de votarmos esta matéria e... Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de que então possa ser marcado, já que agora foi encerrada a apresentação de Emendas, só falta a votação, se houver destaques os Senadores terão toda liberdade de apresentar destaques. Mas quem sabe então possa V.Exª avisando previamente todos os Senadores de que vai haver a votação, que quem sabe possamos então porque ela... A discussão já se... A apresentação de Emendas e a apresentação e o meu parecer já foi feito, quem sabe possamos ter apenas a votação e avisados previamente todos de que teremos a votação, e para que não fique caracterizado qualquer manobra de não se querer votar. Então eu

tenho a convicção de que é o seu propósito de realizarmos isso. Ou então ou na próxima terça-feira ou em dia extraordinário só para a votação da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Sendo realista, eu acho difícil na próxima terça-feira encerrar a votação na matéria com essa complexidade. Eu colocarei na pauta de qualquer forma como primeiro item da nossa pauta esse projeto para a próxima terça-feira. Mas como temos audiência com a FEBRABAN eu não sei se conseguiremos votar. Então o compromisso ficaria votarmos na próxima terça-feira ou no máximo dia 23 que é a outra terça-feira. Ou dia 16 ou dia 23. Porque se for possível dia 16 nós iniciamos a votação, se não for possível, dia 23 é o único ponto da pauta, o primeiro ponto da pauta nós encerraríamos. Daríamos a discussão encerrada, portanto não cabe mais Emenda, e faríamos uma reunião na semana que vem eu proponho terça-feira, 15h, no gabinete da liderança do Governo, Senador Romero Jucá, para os Senadores que são autores de Emenda que quiserem ainda fazer uma relação mais aprofundada com o Relator em torno do parecer que ele já ofereceu sobre as Emendas para que a gente possa... e organizar a votação. Porque como os destaques vão ser feitos, sabemos a ordem da votação para o dia 23. Então eu proponho... Segunda-feira, todas as vezes não tem dado certo. Eu proponho terça-feira que vem nós fazermos a audiência com a FEBRABAN, às 15h nos reunimos na sala do Senador Romero Jucá, o Relator e os autores das 50 Emendas que têm interesse em negociação com o Relator e nós votaríamos dia 23, primeiro item da pauta prioridade absoluta a votação do projeto. Há entendimento nesse encaminhamento? Entendimento? Quero agradecer o excelente trabalho do Senador Suplicy o parecer que deu. Pois não, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu quero até por respeito ao jornalista Luis Nassif, que ontem colocou uma nota no blog, quero dizer que esse entendimento é com o propósito de votarmos mesmo a matéria. E ele saberá a complexidade desse projeto. É tamanha a complexidade que é importante votarmos com consciência, conhecimento e da parte de todos.

Eu quero inclusive dizer ao Sr. Paulo Safady Simão que considero importante a colaboração dele e de todos os segmentos empresariais. Estarei sempre me dispondo a dialogar com eles mesmo que tenha divergências, mas o propósito aqui é de termos o melhor para o Brasil, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Então faremos na terça-feira próxima às 15h uma reunião na sala da liderança do Governo para os Senadores que são autores de Emenda buscar uma negociação direta e nós no dia 23 impreterivelmente esse projeto irá a votação nessa Comissão.

Então, está já pré-agendado. Está encerrada a discussão do projeto. Não cabe, portanto, mais Emendas. E nós apenas aprofundaremos a negociação em torno das Emendas já apresentadas.

Eu queria pedir aos Senadores ainda, se nós poderíamos... O Item 04 da pauta, porque é um projeto que também tinha urgência constitucional, se nós não votarmos, nos poderemos ser prejudicados na apreciação da matéria. Senador Osmar Dias com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Apenas para fazer um questionamento. V.Exª encerrou a discussão ou apresentação de emendas?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não, não... Encerrada a discussão não compete mais apresentação de emendas.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Mas foi encerrada a discussão?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Encerrada a discussão hoje, porque nós estamos já com 50 Emendas. Agora, se na negociação houver alguma construção coletiva, evidente que o Relator saberá...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – É que não houve discussão. Houve apresentação do Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.Exª. quer fazer a...?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Não houve a discussão. Houve apresentação do Relatório e não foi dada a oportunidade para discutir. Que foi feito acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Aí o Senador Dornelles...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Propôs que se adiasse a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas V.Exª tem entendimento que nós faremos a discussão? Vamos fechar o prazo. 50 Emendas, se continuarmos com isso aqui vira inviável votarmos depois.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Tudo bem. É só para...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nós iniciaremos com a discussão do projeto e do parecer das Emendas na próxima Sessão. Mas não cabe mais Emendas. Quer dizer, regimentalmente nós encerramos apresentação de Emendas.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – De acordo, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O que pode haver é votação da matéria com encaminhamentos...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nós vamos fazer o debate com toda liberdade para que todos possam falar, só que está encerrada a apresentação de Emendas ao projeto.

Item 04 da pauta, Senadora Ideli. Vamos com bastante brevidade, que é matéria de grande interesse. Pois não, Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Queria cumprimentar V.Exª pela maneira que V.Exª conduziu assuntos de tanta importância e abrindo caminho para que sempre seja encontrado um diálogo e um debate profundo sobre essa matéria. Parabéns a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Se nós construirmos entendimento, ótimo. Caso contrário iremos a voto que é a forma democrática de deliberar quando há divergência.

Vamos agora a matéria importante aqui. Item 04 da pauta. Senadora Ideli, Relatora, peço com a maior brevidade o Relatório para que a gente possa concluir essa votação hoje.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se do PLS nº. 05, que foi apresentado aqui nesta Casa, pelo Senador Eduardo Siqueira Campos ainda em 2004. Este projeto tinha como objetivo criar dentro do FIES, o financiamento do ensino para os nossos estudantes, no ensino superior, uma forma especial de amortização em até 50% do valor do financiamento por meio da prestação pelo estudante beneficiado de serviço social.

Esta matéria foi aprovada aqui pelo Senado, foi enviado à Câmara, e na Câmara foi aprovado um substitutivo que transformou significativamente a matéria. Este substitutivo chegou aqui no Senado, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, através do parecer favorável do Senador Wilson Matos, conforme veio da Câmara. Sem qualquer alteração. E eu estou também apresentando o meu parecer pelo texto, pelo substitutivo que veio da Câmara. E faço este... Aprovação do substitutivo com base em vários elementos.

Primeiro, em 1993, nós tínhamos em torno de 600 mil alunos que eram aprovados no ensino médio brasileiro. Agora, em 2006, nós já ultrapassamos a Casa dos três milhões de alunos. Portanto, nós tivemos uma substancial ampliação dos alunos formados concluindo o ensino médio. Sendo que desses três milhões, apenas 10% são alunos oriundos de escolas particulares. Portanto, 90% dos alunos que são formados no ensino médio são alunos oriundos das nossas escolas públicas. Portanto, a abertura de espaço pela ampliação das nossas instituições de ensino superior federais gratuitas, seja através do programa, do PROUNI, que também abre vagas nas instituições privadas de ensino superior que nós já estamos, já ultrapassamos a casa das 300 mil bolsas no terceiro ano de implantação, e deveremos chegar muito brevemente a meio milhão de alunos estudando gratuitamente nas instituições de ensino superior privadas, através do PROUNI.

Portanto, o FIES, reformular o FIES se reveste de uma importância ainda maior. Porque temos cada vez mais alunos concluindo o ensino médio, a grande maioria 90% vindo de escolas públicas, portanto com um viés de necessidade de ter oportunidade de estudar gratuitamente ou com bolsa ou com financiamento, e por isso a reformulação no FIES ela se torna importante e ela inclusive foi incluída no Programa de Desenvolvimento da Educação, lançado pelo Presidente agora no mês de abril, aproveitando um projeto que já estava tramitando na Casa, no Congresso, de origem aqui do Senado, do nosso Senador Eduardo Siqueira Campos, e o substitutivo eu vou aqui resumidamente colocar o que ele apresenta.

Ele altera várias questões, entre elas, a extensão para alunos de mestrado e doutorado, do FIES, desempenho mínimo dos cursos no ENADE e na CAPES, portanto para ter financiamento tem que ter uma avaliação mínima positiva dos cursos, desempenho mínimo também do estudante, sanções aos que descumprirem as regras do fundo, introdução de outras receitas para as atividades do fundo, novas condições para a remuneração do agente operador e dos agentes financeiros, alteração nas condições de financiamento com introdução de carência, dilatação no prazo e redução dos juros. Possibilidade de pagamento dos encargos por meio de desconto em folha, maior possibilidade de utilização de garantias, alteração de participação dos agentes financeiros nas perdas decorrentes de inadimplência.

Portanto, é uma reengenharia econômica do FIES, e por isso se tornou necessário inclusive a aprovação aqui da Comissão de Assuntos Econômicos deste substitutivo que foi aprovado na Câmara, foi aprovado já por unanimidade na Comissão de Educação e tem como base um projeto de um Senador, do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Por isso nós somos pela aprovação do substitutivo que veio da Câmara. Apenas estou apresentando. Porque, como não cabe qualquer alteração, eu não poderia fazer alteração no projeto porque ou votaríamos o projeto original do Senador Siqueira Campos ou votaríamos na íntegra o substitutivo vindo da Câmara. Nós estamos apresentando dois destaques para serem apreciados no Plenário para que se retire do texto, se suprima do texto no art. 5º a possibilidade de utilização de recursos do fundo de garantia para o FIES.

Esta é uma política adotada já há muitos anos, não só pelo Governo atual, mas por governos que nos antecederam, de que os recursos do FGTS eles têm uma destinação prioritária efetivamente de aplicação em habitação e saneamento. Portanto, não cabem utilização de recursos do fundo de garantia para o FIES. Então era isso, resumidamente, Sr. Presidente, o nosso parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadores e Senadoras que queiram discutir a matéria, não havendo quem queira discutir, nós vamos colocar em votação o parecer e os dois requerimentos a Plenário para destaque de votação em separado de Emendas que dizem respeito à utilização do FGTS.

Os Srs. Senadores e Senadoras que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer. Os requerimentos vão a Plenário a votação do projeto.

Agradeço a presença de todos e encerrada a nossa Sessão.

(*Sessão encerrada às 12h07.)*

Ata da 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de outubro de 2007, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões Nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia dezesseis de outubro do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, João Vicente Claudino, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, João Ribeiro, Valdir Raupp, Mão Santa, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Valter Pereira, Eliseu Resende, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Antonio Carlos Júnior, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Marconi Perillo, João Tenório, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Euclydes Mello, Romero Jucá, Pedro Simon, Gilvam Borges, Adelmir Santana, Edison Lobão e Kátia Abreu. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica o recebimento do seguinte documento, para conhecimento, Mensagem nº 169/07 (nº 724, na origem), de 04 de outubro de 2007, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de agosto de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à Primeira Parte da Reunião, Audiência Pública com a presença do Sr. Fábio Colletti Barbosa, Presidente da Federação Brasileira de Bancos – Febraban, a fim de discorrer sobre tarifas bancárias, em atendimento ao Requerimento nº 31/2007-CAE, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Flexa Ribeiro. O Presidente convida para fazer parte da Mesa o Sr. Gabriel Jorge Ferreira, Diretor-Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF. Após a exposição do Sr. Fábio Colletti Barbosa, usam da palavra os autores do Requerimento, Senadores Flexa Ribeiro e Aloizio Mercadante, e os Senadores Francisco Dornelles, Osmar Dias, Sérgio Guerra, Jefferson Péres, Eduardo Suplicy, Jayme Campos, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Arthur Virgílio, Delcídio Amaral e Antonio Carlos Júnior. Em seguida, passando à Segunda Parte da Reunião, o Presidente, Senador Aloizio Mercadante, passa a Presidência ao Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente, a fim de que possa emitir Parecer sobre o, Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2007, não terminativo, que "dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.865, de 30 de abril de 2004; e dá outras providências", de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que oferece Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas de Redação nºs 04 e 05 e rejeitando as demais Emendas apresentadas. Foram apresentadas as Emendas nºs 01, 02 e 03, de autoria do Senador Francisco Dornelles; Emendas nºs 06, 07 e 08, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho; Emendas nºs 09 e 10, de autoria do Senador Paulo Paim; e a Emenda nº 11, de autoria do Senador Marconi Perillo. Em 09/10/07, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 16/10/07, foram apresentadas as Emendas nºs 12, 13 e 14, de autoria do Senador Flexa Ribeiro; as Emendas nºs 15 e 16, de au-

toria do Senador Raimundo Colombo; e a Emenda nº 17, de autoria do Senador Marconi Perillo. Após a leitura do Relatório pelo Senador Aloizio Mercadante, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Inácio Arruda e Garibaldi Alves Filho. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com as Emendas de Redação nºs 01 e 02-CAE. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria. O Senador Eliseu Resende devolve a Presidência ao Senador Aloizio Mercadante, que dando continuidade à Pauta, passa ao Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 168, de 2007, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Município de Uberaba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$ 17,270,000,00 (dezessete milhões e duzentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, para financiamento parcial do Projeto de Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Uberaba e Revitalização do Sistema de Abastecimento de Água – Projeto Água Viva (Municipal Lending Program I: Uberaba Água Viva Project)", de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03-Avisos nºs 85 e 89, de 2007 (nºs 303/07 e 321/07, na origem), não terminativos, que "autoriza a União a executar Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior e dá outras providências", de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Neuto de Conto, que oferece Parecer pelo arquivamento dos Avisos nº 85 e 89, de 2007. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, não terminativo, que "altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo", de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Romeu Tuma, que devolveu sem manifestação. Em 21/03/07, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Edison Lobão, concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2006, não terminativo, que "altera o art. 96 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever renúncia à aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social", de autoria do Deputado Inaldo Leitão, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, para submeter a processo licitatório os projetos do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos Sociais (PIPS), e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01 e 02 apresentadas. Em 18/09/07, foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2006, terminativo, "altera a legislação tributária a fim de estabelecer prazo para restituição do imposto de renda da pessoa física descontado em excesso, na fonte, e dá outras providências", de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2004, terminativo, que "ltera a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as Associações da Cruz Vermelha Brasileira", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy, que devolveu com Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003, não terminativo, que "acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 49/2007-CAE, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante e outros Senhores Senadores, que requer, nos termos regimentais, seja feito convite ao Professor Mohammad Yunus, criador do Grameen Bank, em

Bangladesh, e Prêmio Nobel da Paz de 2006, que estará no Brasil em 30 de novembro próximo, para participar da Conferência da Eco Power em Florianópolis, para que também compareça ao Senado Federal, em reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Relações Exteriores, a realizar-se em 29/11/07, quinta-feira, se possível no Plenário do Senado Federal, para expor sobre as experiências de microcrédito e seus aspectos positivos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa de leitura da aprovação da Ata da reunião anterior. Senhores Senadores que concordam, queriam permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal.

Comunico aos membros desta Comissão nós recebemos o seguinte documento do seu conhecimento. Mensagem número 169 de 2007, número 724 na origem de 4 de outubro de 2007. Encaminhado nos termos do inciso 2, artigo 7, da lei 9.069/95 o demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de agosto de 2007, as razões dela determinantes e a posição de reservas internacionais em área vinculada. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Nós temos também alguns Requerimentos na Mesa, trataremos disso depois da Audiência Pública. Nosso primeiro ponto de pauta é a Audiência Pública com a presença do Dr. Fábio Colete Barbosa, Presidente da Federação brasileira de Bancos, FEBRABAN, a fim de discorrer sobre as tarifas bancárias em atendimento ao Requerimento número 31 de 2007 desta Comissão, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Flexa Ribeiro. O convidado já se encontra no Plenário da Comissão e solicitaria que o Dr. Fábio Colete Barbosa, Dr. Gabriel Jorge Ferreira que é Presidente da Confederação Nacional de Instituições Financeiras, comparecesse aqui a nossa Mesa. Doutor Gabriel. Nós vamos proceder a Audiência que foi motivo de, esse tema surgiu numa Audiência Pública que nós tivemos com o Presidente Ministro Henrique Meireles do Banco Central do Brasil onde alguns Senadores expressaram as suas preocupações com o número excessivo e com valores exorbitantes de tarifas de serviço bancários e naquela ocasião nós tomamos a iniciativa de convidar a FEBRABAN como representação das Instituições Financeiras do Brasil e a confederação nacional de instituições Financeiras para exporem a visão do setor sobre essa tema que hoje preocupa bastante os consumidores, tem sido um tema bastante presente na imprensa brasileira.

Eu queria também, a título desta Audiência, agradecer, na figura do Presidente David Falcão, Presidente do sindicato nacional dos funcionários do Banco Central do Brasil, o Sinal, que ele encaminhou um conjunto de considerações elaborados pelo sindicato dos funcionários do Banco Central sobre o tema das tarifas bancárias. São argumentos bastante relevantes e fundamentados e que eu peço a nossa assessoria que distribua para os Senadores que eu tenho certeza que poderá ser uma referência importante na discussão que nós vamos ter hoje em torno das tarifas bancárias. Nós faremos as exposição, o senhor Fábio Barbosa poderia dispor do tempo que for necessário, sugerimos alguma coisa em torno de 20, 25 minutos para fazer a exposição inicial e após a sua exposição nós iniciaremos, então, a argüição dos senhores Senadores. Quero agradecer a presença do Dr. Fábio Barbosa, do Dr. Gabriel, e tenho certeza que esse é um tema de grande interesse da sociedade brasileira, o sistema financeiro brasileiro hoje é um serviço que grande maioria da população tem acesso, inclusive, aqueles que não tem, tem tido um esforço grande de bancalização da população de baixa renda, vários programas então em curso e de fado as tarifas bancárias tem representado um ônus aos clientes das instituições financeiras e esse tema precisa ser bem debatido, esclarecido, e tenho certeza que essa Audiência Pública cumprirá essa papel. Então, com a palavra Dr. Fábio Barbosa.

SR. SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA – Obrigado Senador Presidente, Senador Aloizio Mercadante, agradeço o convite e a oportunidade de participar dessa Audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, iniciativa de V.Exª. e do Senador Flexa Ribeiro. Agradeço também aos Senadores presentes, é uma honra está aqui no Senado Federal, e poder discutir um pouco Brasil a questão da tarifas bancárias. Antes de dar início a apresentação, eu gostaria de destacar dois pontos: Primeiro reforçar que nós valorizamos a idéia de dar transparência, dar transparência sempre a tudo e dar transparência, portanto, também a questão das tarifas. O Banco Central e o Ministério da Fazenda tem também prestado bastante no sentido de buscar cada vez mais a transparência na questão das tarifas e a própria FEBRABAN já tem isso como uma iniciativa dentro do contexto da auto-regulação. Eu, quando

tomei posse, em abril de 2007, coloquei dois grandes objetivos e um deles era justamente implementar a auto-regulação que já havia sido definida em gestões anteriores e inclusive, constava do estatuto e agora eu entendi em ser o momento de colocar isso no ar e, portanto, temos trabalhado bastante no sentido de colocar informações e disponibilizá-las num site que permite a comparabilidade das tarifas.

Então, o primeiro aspecto que eu destaquei foi a questão da transparência. O segundo aspecto que eu queria destacar é a questão da valorização do diálogo. Entendemos ser importantíssimo e eu valorizo essa oportunidade de estar aqui na Comissão de Assuntos Econômicos para discutir isso. E também com uma das metas estabelecidas no plano da FEBRABAN para essa minha gestão está a criação do Conselho Consultivo que é um Conselho onde incluiremos outros setores da economia para que possamos debater as implicações, das mexidas, enfim, do que é necessário se fazer no sistema financeiro para que a economia como um todo possa crescer. Com transparência e com diálogo certamente vamos poder trabalhar nos focos dos problemas e procurar resolvê-los aplainando o caminho. Eu destaco que essa Casa, o Congresso, o Senado tem sido, tem tido papel fundamental nesse processo de abrir caminho para que o setor financeiro desempenhe o seu papel e aí eu dou o contexto para essa apresentação. Ao final das contas, o que é o papel do setor financeiro? O setor financeiro tem duas grandes famílias, por assim dizer, de serviços prestados. Primeiro a intermediação financeira, onde protege e remunera a poupança, concede crédito ao consumo e a produção para o investimento e busca alocação eficiente de recursos na economia. E outra família de produtos é a questão de prestações de serviços. Tem de todos os serviços de pagamento e recebimentos, administrações de recursos, operações de câmbio, enfim, uma série de bastante grande de serviços prestados sobre os quais falaremos. É fazendo isso bem feito que o setor financeiro agrega valor para a economia e permite que a economia possa ter o crescimento nos vários setores agregando valor nos vários segmentos. Como tem sido o desempenho do setor financeiro nos últimos cinco anos, seis anos?

E é isso que eu passo a mostrar agora na segunda parte da apresentação. Crescimento do crédito foi de 154% de 2001 a agosto de 2007, contra um crescimento nominal do PIB 90%. Ou seja, tem crescido bastante o crédito e tem crescido principalmente, como aparece ali na parte debaixo, nos recursos que a gente chama de recursos livres, ou seja, ele cresce no total, ele cresce nos recursos livres mais do que no chamados recursos direcionados. Isso tem levado ao crescimento da relação crédito PIB. A relação crédito PIB que era de 25% de 2001, agora está em 33% do PIB, e isso tem sido importante alavancador do crescimento econômico. Se compararmos com outros países, se compararmos com outros países nós vamos ver que o percentual de crédito em relação ao PIB no Brasil ainda é bastante baixo. Esses números são de 2005 a fim de que eu pudesse ter a comparação com os demais países, mas eu queria destacar duas coisas: Primeiro que existe uma co-relação muito aceita entre o desenvolvimento econômico e a relação dívida PIB, os países que tem a maior relação crédito em relação ao PIB são os países que tem tido o maior nível de desenvolvimento. E destacar também que o Brasil aparece numa figura bastante baixa ali, mas largamente isso de deve ao fato de o crédito imobiliário no Brasil representar um percentual muito pequeno, por volta de 3% do PIB, quando em alguns mercados chega a 60, a 70% do PIB. Portanto, estamos atrás, estamos crescendo, mas estamos muito defasados, a maior defasagem ainda está na questão do crédito imobiliário. E como andam as taxas de juros? Segundo dados do Banco Central a taxa cobrada de pessoas físicas, que é o primeiro que aparece ali em cima, tem caído nos últimos anos, de 83 para 46% e caiu também pessoas jurídicas. Mas eu queria destacar que essa queda, na verdade, ela acaba sendo distorcida por duas outras variáveis. Primeiro é a questão dos prazos, no quadro debaixo aparece claramente que os prazos hoje são muito mais longos do que eram à questão de cinco anos atrás. Portanto, prazos mais longos representariam taxas de juros mais altas, essa é a tendência no mercado, ou seja, a média fica um pouco elevada, puxada para cima em função dos prazos mais longos. Um outro fator é que o setor financeiro tem agora conseguido trabalhar com um número muito maior de empresas e de pessoas físicas do que fazia no passado.

A comparação, portanto, de uma média de taxa de juros, ela esconde essa segunda variável que é o fato de que muito mais empresas tem tido acesso a crédito hoje do que tinha no passado, são empresas em geral, empresas que ia anteriormente, e pessoas físicas também tem tido muito mais acesso ao crédito. Então, essas duas variáveis puxam a média para cima, apesar disso a média tem caído. E uma coisa importante que nós vamos falar mais para frente que é a questão que cada vez que a gente trabalha com empresas menores, mais importante, é termos informações e um dos projetos que está sendo analisado nesta Casa é justamente a questão do cadastro positivo, que terá um papel importante no sentido de dar mais informações para o setor financeiro. O crescimento do crédito tem acontecido não apenas para pessoas

físicas, como tem sido mais expressivo, mas também no comércio e na indústria, lembrando que a indústria que aparece ali com crescimento menor na ordem de 90%, em muitos casos grandes indústrias tem conseguido financiamento no mercado de capitais diretamente através de emissão de ações, ou emissão de papéis e dívida, ou mesmo no mercado internacional. De qualquer maneira o crescimento é expressivo e ele contempla todos os segmentos da economia.

Se olharmos também em termos de produtos, tem havido um crescimento em todos eles, mais marcadamente em veículos e crédito pessoal, e crédito pessoal, de certa maneira estamos falamos também do consignado onde o crescimento tem sido mais expressivo. Crescimento em cartões é grande, mas a base é pequena e cheque especial que sempre atrai muita atenção representam um percentual relativamente baixo do total de crédito, menos de, por volta de 6, 7% e tem tido um crescimento também inferior as demais modalidades, que na verdade são mais interessantes para o tipo de financiamento que o cliente busca.

Na parte debaixo desse gráfico a gente destaca que tem havido um crescimento maior na concessão de crédito para empresas nos valores menores, ou seja, confirmando aquilo que eu havia dito de que hoje nós temos mais empresas com acesso a crédito do que tínhamos no passado. A se destacar ainda na questão da evolução do sistema financeiro nos últimos anos, além do crescimento do crédito a que me referi até agora, a questão do atendimento, uma base de clientes, são cento e três milhões de clientes, tendo aumentado 44% nesse período desde 2001, a base de cento e trinta e quatro mil postos de atendimentos, pontos de atendimento, vinte e sete milhões de clientes via internet, são 210%, a questão de trinta e sete bilhões de operações, tendo crescido 22% nos últimos dois anos. Ou seja, cresceu a questão do crédito, como eu destaquei, cresceu também o volume de operações, o número de clientes, base de cartões, número de transações, ou seja, o setor financeiro tem tido bastante, um crescimento bastante importante apoiando e estimulando com isso o crescimento econômico.

Passo agora ao terceiro item da apresentação, eu falei sobre o papel dos bancos, falei sobre a questão do panorama 2001 a 2007, falo agora da receita dos serviços e listo aqui, não para explorar cada uma delas, mas listo os vários serviços prestados pelo setor financeiro. Desde administração de fundos, manutenção de contas correntes, serviço de cobrança e a própria, lá embaixo, operações de emissões de títulos e ações. Por que faço isso? Porque na linha onde aparece nos relatórios dos bancos, serviços, ou Receitas de serviços, lá está não apenas a manutenção de conta corrente, mas também os valores referentes as operações de emissões de títulos e ações. Ou seja, ali está misturado pessoas físicas e pessoas jurídicas, operações de pequeno porte, operações de grande porte, tudo isso aparece nessa receita de serviços e, portanto, temos que entender um pouco melhor.

Se olharmos no próximo slide é uma comparação interessante que fizemos um estudo, se pegarmos essa receita de serviços nos últimos seis anos deflacionado e, considerado a evolução que temos na base de clientes, o número fica razoavelmente estável. O que eu quero dizer é que essa linha de receita de serviços, ela tem uma certa distorção por ter ali também tarifas ligadas a grandes operações e grandes empresas, mas também tem uma evolução importante na base que clientes e também levando em consideração uma deflação, ou seja, não usar os valores nominais, mas deflacionados, a gente vai ver que não teve um aumento, por assim dizer, unitário relevante, aliás, não teve um aumento unitário, tem se mantido estável, eu acho que importante esse aceito conceituo que a gente sempre fala do crescimento, mas em termos de arrecadação concreta, não tem dito um crescimento que tem havido na verdade é uma certa está estabilidade, o que tem havido assim é uma base de clientes cada vez maior e um número de operações também não necessitadamente ligados a pessoa física cada vez maior. Uma pesquisa feita pelo IBGE e que retrato aqui, aparece o percentual da renda familiar destinado ao pagamento de tarifas, percentual que vai de 0,1 a 1%, dependendo do nível de renda, mostrando também uma maior utilização do sistema financeiro a medida que a renda aumenta. Eu escolhi ao acaso e no anexo os senhores outras faixas de renda, mas na renda de seiscentos reais a mil reais, ali aparecem que são 2,2 reais gastos com tarifas bancárias aparecendo em 15º lugar, numa lista feito num trabalho, volto a dizer, preparado pelo IBGE. E quanto representa as Receitas Distrito Federal serviços dos bancos em relação ao total? Não tem se mantido com aquelas distorções que eu já chamei atenção, tem se mantido por volta dos 33% e isso se a gente olhar no próximo slide, 33% é a média brasileira, no caso americano isso tem subido bastante, já está por volta de 40, 45%, e em outros países, mundo a fora, as Receitas de serviços sobre o total de Receitas também varia 30, 40%, ou seja, não tem nenhuma distorção grande, face ao que acontece em outros mercados. Então, isso dá um pouco panorama da questão das tarifas o aumento no volume de transações, o aumento da base de clientes e, portanto, o crescimento naquela linha de Receitas de tarifas, que deflacionado e ajustado para esse aumento na base de clientes mostra um número bastante estável.

Aproveito para destacar aqui a questão da rentabilidade do setor e numa comparação uso aqui dados do jornal Valor Econômico, na publicação valor financeiro, rentabilidade setorial do Brasil em 2006, o setor financeiro aparece enfim, com a rentabilidade forte como tem sido através dos anos, mas bastante dentro daquilo que se observa em outros setores. Se a gente olhar no próximo slide onde aparece a evolução do lucro, vamos ver que a evolução do lucro dos bancos de 2001 até junho de 2007 não difere da evolução dos lucros que aconteceu em empresas não financeiras levando-se em consideração que temos médias tanto em cima ruim, em baixo existem empresas individualmente que podem ter um crescimento maior do que aquela média naturalmente, assim, também no caso dos bancos, mas essa é a média.

Se olharmos de uma outra ótica na questão ainda na rentabilidade, o Brasil apresenta sim, um total de custo operacional razoavelmente alto em relação aos artigos totais e por que isso acontece? Isso acontece porque no Brasil os bancos prestam uma série de serviços, o que não acontece em outros países. Toda a questão de pagamento e recebimentos de contas públicas, concessionárias, privadas, arrecadação de impostos, é tudo feito dentro do sistema financeiro, o que não acontece em geral em outros países, razão pela qual o Brasil aparece ali com um percentual maior de despesas em relação ao total de ativos do que a comparação com outros países. Se olharmos como isso tem evoluído a relação entre despesa/receita tem melhorado, já chegou a 89, 69%, trabalha por 57%, a média do mundo dependendo varia, varia de país a país, mas um número de 50, 60% é mais ou menos o que se observa.

Eu queria destacar e isso aparece no quadro ali em baixo, que de acordo com dados do próprio Banco Central, o total de funcionários ligados ao setor financeiro, incluindo aí terceirizados, estagiários e outros, subiu de 430.000 para 519.000, ou seja, tem havido um aumento no número total de funcionários ligados ao setor financeiro.

Falo agora da solidez do sistema financeiro, dado importante. Cresceu 124% o patrimônio líquido, mas mais importante o índice de capitalização dos bancos tem se mantido em 19% e eu vou destacar em direção ao final dessa apresentação a relevância de termos a solidez que dá ao setor financeiro a condição de respaldar o crescimento econômico.

Concentração bancária me encaminhando aqui para os dois últimos comentários, a concentração bancária nós temos que o setor financeiro no Brasil os três maiores bancos representavam no final de 2006 alguma coisa com 43% do total de ativos, que se compara com outros países, como o México, Canadá, Chile, 54, 52, 50%, e quando olhamos apenas os 5 maiores bancos no total de ativos, temos também 61% e em outros bancos observamos uma concentração bancária bastante maior. O que agrega um sistema financeiro, um sistema bancário forte? Por que isso é importante? O primeiro é alicerce para financiar consumo, produção, e estimular o crescimento econômico. Isso é fundamental que os bancos também sejam grandes como aparecem no segundo ponto, para dar suporte ao crescimento da indústria no Brasil. As empresas cada vez fazem investimentos maiores, cada vez buscam, inclusive, acessar o mercado internacional e só poderão fazer isso se tivermos um sistema financeiro forte. Eu queria lembrar que isso sempre foi uma tendência no mundo, assim foram com os bancos ingleses, os bancos americanos, os bancos japoneses e agora observamos também que os bancos chineses, e um dado que me chamou atenção, é que entre o seis maiores bancos do mundo por valor de mercado, três são chineses, atualmente. O que mostra que uma economia, na verdade, não pode prescindir de um sistema financeiro que lhe dê respaldo para o crescimento.

O terceiro item que eu coloco ali é que reduz a percepção do risco soberano e destaco aqui a importância que tem um sistema financeiro forte e nós aqui no Brasil pudemos ver isso, agora durante o mês de julho, agosto, com a crise no mercado norte americano, da importância que teve o fato do setor financeiro no Brasil ter considerado estável e forte de maneira que não houve qualquer tipo de preocupação com relação a nossa capacidade de absorver a crise, além de, obviamente, muitas virtudes vinda na própria política econômica e da reservas internacionais, mas a se destacar também que na própria Inglaterra houve um série de preocupações com relação a determinadas instituições.

O sistema financeiro forte, bancário forte, permite o investimento em capilaridade e bancalização, são 103 milhões de brasileiros que hoje tem acesso ao sistema financeiro, é um número bastante maior, eu mostrei que cresceu 44% em relação a cinco anos atrás e isso é importante que essa bancalização também tem a ver com cidadania, também tem a ver com direitos e transparência. Preserva a continuidade da execução da política monetária nacional e viabiliza praticamente todo o sistema de pagamentos e arrecadação de impostos do país com segurança. O Brasil é um dos poucos países, senão o único, onde o pagamento pode ser feito basicamente no mesmo dia e em todo território nacional através de cheques compensados, e isso é já de algum tempo, e isso dá uma agilidade para a economia que é muito importante e não poderia ser

feito sem os investimentos que e setor bancário tem conseguido manter nesse sentido.

Destaco, por fim, o apoio do Governo e do Congresso ao crescimento do crédito que tem sido expressivo, beneficiando toda A economia e a sociedade. Eu destaco isso porque eu acho importante lembrarmos que existem sim, gargalos, existem muitas coisas a serem melhoradas, em todo, seja por parte dos bancos, seja por parte dos arcabouços Jurídicos, enfim, todo os setores envolvidos, eu acho que é importante a gente sempre debater, como eu costumo dizer, com a luz acesa, e identificar aonde estão os problemas para que a gente possa tratar daqueles problemas. E ao desobstrui aquele gargalo, a gente consegue de fato que o mercado reaja e a economia positivamente impactada por isso. Os exemplos que eu listo aqui, a questão da alienação fiduciária, questão do incontroverso, leis aprovadas no ano de 97, 2002, patrimônio de afetação em 2004. Esses três eu li o primeiro o segundo e o quarto aqui, tiveram impacto muito grande na questão do crédito imobiliário.

Vivemos hoje um crescimento da ordem de 25% ao ano no crescimento do crédito, tem tido um impacto bastante grande na construção civil e isso só foi possível porque arcabouço jurídico foi bem trabalhado e com isso, determinados gargalos que impediam o crescimento desse setor acabaram por permitir um crescimento bastante pujante. A introdução do próprio crédito consignado teve um impacto bastante grande dando acesso a muitos, a muitas pessoas físicas, acesso a crédito, a prazos mais longos e as taxas mais baixas, justamente em função de uma estrutura de garantia que permitiu que isso fosse feito.

A lei da recuperação de empresas, também chamada lei da falência, também foi uma aprovação importante que permitiu que o crédito para empresas também começasse a funcionar de uma maneira muito mais ágil. E deixo aqui em andamento a questão do cadastro positivo de crédito, até porque destaco que o cadastro positivo permitirá um melhor conhecimento da situação financeira, enfim, de pessoas e empresas, e com isso a gente teria condições de trabalhar com um nível de risco menor e uma precificação mais adequada. Essas seriam as mais considerações iniciais, tendo destacado, eu deixei no material que está distribuído aos senhores Senadores um série de anexos onde eu destaco o crescimento do financiamento do crédito consignado, veículos, crédito mobiliário, o qual eu não repassarei aqui. Essa basicamente a minha mensagem, Sr. Presidente. Eu me coloco aqui a disposição para responder as perguntas dos senhores. Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao seu Fábio Barbosa, perguntas Dr. Gabriel, deseja também fazer uso da palavra nessa fase preliminar?

SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Obrigo Presidente, obrigado, vamos deixar o espaço livre para o debate, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Para o debate. Agradeço a exposição, a íntegra das transparências, já estão a disposições dos senhores Senadores. Vamos agora a lista de escritos para a argüição: Primeiro é o Senador Flexa Ribeiro que comigo é o autor do Requerimento de, para esta Audiência, Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Aloizio Mercadante, senhor Fábio Barbosa, Presidente da FEBRABAN, seu Gabriel Ferreira, Presidente da confederação nacional das Instituições Financeiras. Senhoras Senadoras, senhores Senadores. A Audiência Pública de hoje traz à discussão na CAE um assunto da maior relevância para a sociedade brasileira que tem como ponto de discussão a questão sobre o custo das tarifas bancárias, custo dos serviços bancários a que está sujeita toda a sociedade brasileira em função hoje de que praticamente todo o processo financeiro, todo o processo de pagamento, como o próprio V.Sa., na sua exposição fez ressalvar, de que é hoje feito através da intermediação dos bancos. Seja para pagar impostos, para pagar contas públicas e mesmo compromissos particulares. Então, o que se verifica é uma reclamação permanente da sociedade com relação a elevação dos gastos com essas tarifas bancárias. Até porque, elas aparentemente de valores não tão expressivos, quando olhadas de forma individualizada, elas na somatória do gasto mensal, elas passam a ter uma importância na despesa familiar. V.Sa., mesmo numa das suas transparências, coloca como o custo das tarifas bancárias representando 1% do gasto de uma família brasileira de renda média. Ora, e tem a posição como se não me falha a memória, estou procurando aqui a transparência, a 15ª posição de gastos. Nós não vamos poder comparar o gasto com alimentação, com a habitação, com aluguel, com o transporte, com vestiários, com a questão das tarifas bancárias. Não é? Nós evidentemente não somos contra a cobrança da tarifa, como era no passado, os próprios bancos aceitavam do pagamento dos seus usuários dessas tarifas, mas também não podemos deixar de esclarecer, Senador, Presidente Aloizio Mercadante, de que houve realmente uma elevação bastante significativa do custo desse serviço a ser absolvido pela sociedade brasileira. Os números que V.Sa. Colocou aqui nos induzem a raciocinar de que o

aumento da receita da cobrança das tarifas bancárias se deve ao aumento dos correntistas e não em função da elevação das próprias tarifas. O que nós temos dados conclusivos do Banco Central nos levam a avaliar que as tarifas tiveram um aumento de 94 a 2006 de 800% quando a inflação no período foi de 170% e o crescimento percentual das tarifas sobre a receitas dos bancos, de 6,5% em 94, para 20% em 2006. Então são números expressivos. Eu perguntaria um outro dado aqui importante também, Dr. Fábio, Dr. Gabriel, é que as tarifas sobre as despesas com pessoal, que em 94 era de 26%, em 2006 passou a 130%. Então o primeiro questionamento que eu gostaria de esclarecer é se hoje a arrecadação da cobrança das tarifas por serviço bancário, ela sustenta o pagamento da folha de empregados do sistema financeiro? Ou seja, se o que é hoje arrecadado com a tarifa banca o custeio do sistema financeiro? Uma outra questão, vou concluir, é que essas tarifas bancárias, ela no Brasil, elas na América latina só perdem para a México, elas tem valores superiores a qualquer outro país da América latina só perdendo para o México.

Já se discutiu aqui algumas vezes a questão de tabelamento de tarifas, eu particularmente sou contra, eu acho que mercado é que deve regular esses preços. Só o que nós estamos verificando é que o mercado está sendo incapaz, não está tendo condições de fazer a regulação que o mercado, a regulação dessas tarifas porque os bancos, eles, apesar de terem a condição de alterar o valor da tarifa com aviso antecipado de 30 dias, eles não tem tido, dentro da disputa de mercado, não tem tido uma redução gradual por parte da cobrança dessas tarifas. Há alguns bancos que propõem, inclusive, uma redução gradual até chegar a tarifa zero, mas como contrapartida de também por parte do correntista, de depósitos, de movimentação, que possam vir a cobrir esses custos. V.Sa. acharia de que qual seria a forma mais eficaz para que a sociedade pudesse ser menos penalizar por essas cobranças de tarifas bancárias, já que o mercado não está tendo capacidade de regulá-las?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Podemos então, encerrou a argüição?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro pela argüição e agora passo a palavra ao senhor Fábio Barbosa.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA – Senador Flexa Ribeiro, muito obrigado pelas colocações. Eu vou responder a primeira pergunta, vou pelo menos tentar. A sua primeira pergunta foi bastante direita com relação se a arrecadação susto tenta a folha, foi indicado um número de 130% das receitas ou 130% da despesa do pessoal, seria representado por Receitas de serviços. Queria só destacar, eu não tenho um número exato aqui, mas acredito que possa estar por volta disso, mas apenas destacar que os custos ligados a prestação de serviços hoje extrapolam em muito a questão da folha de pessoal. E eu destacaria pelo menos dois fatores se o senhor me permite: Primeiro a questão da certa terceirização, algumas despesas que aparecem como por outros prestadores de serviço, questão de transporte, questão de vigilância, questão de outros custos inerentes a atividade financeira, mas que não necessariamente estão dentro da despesa de pessoal por assim dizer. E segundo, talvez mais importante, a questão dos investimentos em tecnologia.

Cada vez mais o investimento é feito em sistemas, sistemas que permitem a conveniência de se utilizar o banco através da internet, que permitem utilizar o banco através dessas máquinas todas de saque automático e que permite ao cliente ter mais de 100.000 pontos de atendimento. E isso só tem sido possível graças ao investimento em tecnologia. Então a comparação simplesmente com a folha de fato chega aos números que V.Exª. apresentou, porém, eu acho que seria mais correto se a gente olhasse o total de despesas, chamadas despesas não financeiras, em cujo caso o total de Receitas de serviços representaria por volta de 65 a 75% desse custo total.

O senhor faz algumas colocações, permitir, é só um comentário rápido, de fato a comparação com relação ao total de tarifas que era observado em 94 deve representar um percentual bastante grande, até porque, antes de 96, praticamente, a cobrança de tarifas era muito baixa. A remuneração se dava muito mais através do famoso *float*(F), ou seja, aquele ganho inflacionário, que eu acho que não dava a devida transparência com relação ao tipo de relacionamento que existia entre o cliente e a instituto ação financeira. Eu acho que a tarifa teve o mérito de restabelecer uma transparência, quanto se cobra por um determinado serviço. E eu a partir daí gostaria então de defender um pouco essa idéia de que eu acho que em direção a resposta, a segunda pergunta feita por V.Exª, a questão da transparência. Nós temos feito um trabalho, é inicial, tem distorções, precisamos melhorar, mas nós temos feito um trabalho bastante grande para que a gente possa dar transparência a quais são os serviços prestados.

Nós apuramos em estudo feito na FEBRABAN que eram 46 as tarifas que demandavam mais informações ou que causavam algum desconforto, ou que

eram usadas com mais freqüência. E essas 46, 46 serviços, por assim dizer, nós colocamos agora num site para deixar a possível comparabilidade. Eu acho que existe aqui um reconhecimento com relação, inclusive, ponto destacado por V.Exª, de que não existia uma fácil possibilidade de comparação. A comparação hoje, num site, já está muito mais fácil, nós estamos padronizando a nomenclatura, padronizando o próprio texto que aparece nos extratos de maneira que o cliente tenha condição de ver, de uma forma simplificada o que cada banco cobra. Nós estamos refinando isso, isso começou há talvez dois, três meses atrás,nós estamos agora trabalhando para colocar cestas de serviço, porque V.Exª tem razão quando faz a colocação de que as tarifas postadas inicialmente, não necessariamente refletem aquilo que será cobrado, porque nós teremos determinadas condições em função do relacionamento, onde as tarifas poderão ser maiores, poderão ser menores, maiores não, poderão ser menores em função desse relacionamento, são as chamadas cestas de serviço e essa própria cesta a gente vai estar colocando de maneira que as pessoas (soa a campainha)possam acompanhar ....

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só pedir silêncio para que a gente possa acompanhar a apresentação.Obrigado.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA – ... Então, a cesta de serviço permitirá uma comparação das cestas de serviço vendo o que cada instituição oferece.

No momento são onze as instituições que estão colocando as suas tarifas, a gente vai aumentar isso, eu acho que isso dará maior transparência. Eu acredito que um caminho é justamente dar aos clientes a condição da comparabilidade em termos de nomenclatura, em termos de preço, em termos de um local, como é o caso desse site, que facilita não só para os clientes, mas também os PROCONS, os jornalistas, todos possam avaliar, fazer as suas recomendações, e isso estimular a concorrência entre as instituições. Então era esse os comentários que eu queria fazer em relação as duas perguntas, mas me coloco novamente a disposição, caso V.Exª queira que eu esclareça algo mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos dar prosseguimento a argüição, eu como autor do Requerimento também me inscrevo a fazer a minha intervenção preliminar e passo a palavra ao nosso Vice-Presidente Elizeu Resende para assumir a presidência da Comissão.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu começaria destacando um elemento muito positivo da apresentação que mostra o papel do crédito no impulso ao crescimento econômico. Então, nós estamos encaminhado aí para um crescimento econômico de 5% do PIB e tivemos aí nos últimos doze meses um aumento das vendas de automóveis de 27% e está aí apresentada a redução da taxa de juros, aumento de prazo, isso foi um papel fundamental, caminhões 34%, eletrodomésticos, as vendas cresceram 20%, cimento 15%, o que mostra o impulso na indústria da construção civil, e a crédito é um elemento decisivo para que nós possamos crescer sustentadamente e aceleradamente. Nós estamos muito longe de ter um padrão de financiamento semelhante aos países desenvolvidos. Quer dizer, os Estados Unidos tem um volume de crédito em relação ao PIB de quase 194%, quer dizer, quase duas vezes o PIB é crédito. O Brasil tem 28%. Então eu acho que essa Audiência tem como perspectiva no momento que o país caminha para ter grau de investimento, que houve uma série de aprimoramentos institucionais que ajudaram a ampliar o volume de crédito, nós precisamos reduzir o custo do crédito, é isso que vai ampliar as operações de crédito, é isso que vai dar chance o população, as empresas, os serviços, terem no financiamento uma condição fundamental das suas atividades.

Acho que o Congresso tem dado uma contribuição importante nesse sentido. Uma série de leis que foram citadas, afetação de patrimônio, mexemos, por exemplo, em imóvel, uma série de exonerações importantes, a lei de falências aqui, quero aqui render minha homenagem ao Relator e ex-presidente dessa Comissão Rames Tebit, foram uma série de contribuições que nós demos, que ajudaram a melhorar o volume de crédito. Eu acho que hoje nós estamos nos defrontando com mais um desafio que é a questão das tarifas bancárias. Desafio, por quê? Porque na medida que nós tivemos a estabilidade de um lado e tivemos a queda a taxa Selic de outro, quer dizer, o sistema deixou de ter no financiamento ao Estado uma motivação eu diria que sobrepunha a qualquer outra, o sistema financeiro vai ter que ampliar sua base de operações de crédito e para isso precisa reduzir custo. Eu fico muito feliz de colocar aqui o que cadastro positivo, eu havido que é um tema que nós poderemos pautar, é um tema de grande interessante e é voluntário ao cidadão e que vai ajudar a reduzir (ininteligível) e reduzir financiamento. Agora, tem coisas a fazer nas tarifas. Por quê? A primeira questão é que as tarifas hoje representam 56% das

despesas administrativas dos bancos. Mais da metade das despesas está sendo financiada com tarifas e é mais de um terço das Receitas operacionais. Mais de um tem certeza das Receitas operacionais, em torno de 37%. Se nós reduzirmos o preço relativo das tarifas, nós vamos abrir espaços para que os bancos ampliem suas carteira de crédito, e tragam mais clientes, mais operações para esse tipo de prestação de serviço que é o que nós queremos. Onde está o debate, no meu ponto de vista? O Conselho monetário nacional, desde 96, desregulamentou esse tema e deu ao sistema, com prazo de 30 dias de antecedência ele anunciou ao cliente a tarifa, ele pode fazer alterações.

Eu não sei exatamente os dados, mas aquele trabalho da Câmara dos Deputados e o trabalho do SINAL mostra isso, do sindicato do Banco Central, houve um aumento da ordem de 130% do preço da tarifas nesse período. Não sei exatamente, o Flexa colocou uma outra, um outro valor, precisa ver qual é a base de dados para gente ter segurança. Mas é evidente que há um peso, eu diria maior, das tarifas bancárias nos serviço prestados e que os bancos, na hora que perderam o impostos inflacionário e caiu a taxa Selic, eles migraram aumentando as tarifas para manter a sua rentabilidade. E nós queremos avançar na redução do custo das tarifas para aumentar os serviço bancários.

Onde está o debate? Quando um setor é concorrencial quanto menos regulação, mais eficiência no serviço. Só que nos termos bancários brasileiro, e os dados e o Fábio, quando faz a apresentação, o Presidente da FEBRABAN mostra, a senhoria mostra que há uma tendência a concentração bancária, mais de 90% dos depósitos à vista no Brasil estão em dez bancos. Então essa concentração leva a uma oligopolização e leva a uma imposição de tarifas que está longe de ser um serviço competitivo. Aí compete ao estado regulamentar, regular. Então, ou o sistema realmente na auto regulação faz um esforço para reduzir tarifas e portanto, e atender os clientes e a expectativa da sociedade, ou vai competir ao Governo e ao Congresso Nacional tomar medidas que coloquem limites e que regulem esses preços desse serviço. Eu acho que esse é debate que nós temos que fazer hoje nessa Comissão.

Eu sinceramente espero que o sistema financeiro tome medidas no sentido de reduzir os custos dos serviços. Aquele site que foi criado, ele portal STAR Foi uma tentativa com problemas, só tem onze instituições financeiras, que efetivamente estão oferecendo todos os serviços e ali o banco dá a informação que quer a responsabilidade é do banco, não é do portal. E sendo do banco as informações não são totalmente fidedignas, já dá exemplos, por exemplo, tem um exemplo recente de um banco que colocou lá cartão de crédito, tarifa zero. No entanto ele tem 70 modalidades de cartão e não é zero. Então tinha que estar ali, vai de zero a tanto. Então precisaria ter uma metodologia mais rigorosa de colocar esse serviço, para que o consumidor possa fazer a escolha e possa fiscalizar e eu espero que os sistema tome medidas no sentido de reduzir os custos. Eu dou um exemplo da abusividade. Por exemplo, o Ted, quando a gente, o Banco Central cobra 1,40 reais para fazer um Ted para o sistema financeiro. Os bancos cobram em média 14 reais. Se nós tivermos a internet, tivermos a automação bancária, nós tivermos uma redução brutal do custo de comunicação para essas operações e os bancos estimularem os clientes a utilizar os serviço automatizados e eletrônicos e é uma coisa que desonera o sistema porque o próprio consumidor, ele faz operações através da internet nos caixas eletrônicos.

Ora, isso tem que se traduzir numa redução de custo, numa redução de custo para a cliente e nós não sentimos isso na questão das tarifas. Então, eu basicamente queria fazer essas ponderações, eu acho que elas são necessárias para que a gente amplie a base de crédito, amplie o volume de crédito, e consiga com isso impulsionar ainda mais o crescimento e prestar serviços ao consumidor. Mas ou o sistema avança no sentido da auto regulação e consegue aumentar a eficiência e tomar medidas para reduzir os custos, ou o Governo e o Congresso Nacional terão que tomar medidas de regulação pelo nível de concentração bancária e pela dificuldade de atender o interesse dos consumidores.

Eu acho que é essa a provocação que eu faço e sinceramente espero que pela auto regulação seja possível nós avançarmos numa melhora das tarifas. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Com a palavra o senhor Fábio Barbosa.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA – Senhor Aloizio Mercadante, agradeço as suas colocações e eu gostaria de destacar que na verdade os interesses são convergentes. V.Exª. falou muito sobre a questão do crédito e eu vou primeiro falar rapidamente de crédito e depois eu falo das tarifas, se permite. Os interessantes são convergentes, é interesse da indústria, do comércio, das pessoas, enfim, da economia e, portanto, da sociedade como um todo que haja mais crédito, esse também é um interesse do setor financeiro. A redução nas taxas de juros, seja através da política econômica, ou seja através da desoneração, ou das várias leis que foram aprovadas e que aplainaram o

caminho, enfim, levaram a um crescimento substancial do crédito e como V.Exª destacou, está também como uns dos sustentáculos dos crescimento econômico que temos visto. Ainda muito pode ser feito e várias conversas tem sempre acontecido com relação a carga fiscal com relação ao crédito direcionado e com relação ao próprio arcabouço Jurídico e V.Exª. lembrou mais uma vez a questão do cadastro positivo que permitiria também que um número maior de pessoas fossem incorporadas a economia junto ao sistema financeiro, a questão do crédito, portanto, seria formalizada junto a essas empresas. Isso eu acho extremamente positivo e acho que todos trabalhamos na mesma direção e com a mesma agenda. Com relação as tarifas eu concordo plenamente com o senhor, eu acho que é muito bem colocada a questão da redução de tarifas.

Eu queria apenas fazer uma observação: Eu às vezes olhando para atrás, banco era uma coisa uma exclusiva, entrar numa agência bancária era uma coisa para muito poucos. Poucos podiam entrar numa agência bancária e sempre eram tratados de uma maneira com muita deferência. Hoje são 104 milhões, isso só foi possível porque houve uma redução bastante importante no custo de se transacionar com o banco, seja através de mecanismos como cartões de débito, a questão do auto atendimento, a questão da internet obviamente já para um público que tenha acesso a esse meio, reduziu significativamente o custo. Isso não quer dizer que não tenha muito a ser feito, V.Exª. tem toda razão, muito pode ser feito ainda, nós temos que trabalhar cada vez mais esse sistema a que o Senador Mercadante referiu, examinado stars, stars se refere a sistema de tarifas, daí o nome stars é um sistema que está disponibilizado na FEBRABAN para fazer a comparação e nós começamos há poucos meses atrás e podemos melhorar sim, a governança, estamos discutindo isso como fazer de maneira que seja uma fonte confiável de informações que permita ao cliente depois tomar as suas decisões com relação a qual instituição financeira melhor lhe serve em termos de conveniência, qualidade de serviço e preço que obviamente nesse pacote que ele tomará as suas decisões.

Eu acredito que ao trabalharmos cada vez com mais transparência, temos trabalhado também junto com as autoridades no sentido de dar essa transparência, permitir a comparabilidade, permitir a concorrência, a gente vai ter cada vez mais através da pressão dos consumidores, uma tendência de, enfim, de redução de mais concorrência. A gente observa isso já nos vários pacotes que são oferecidos pela instituições financeiras, mas reconhecemos que muito poderá caminhar na medida que haja cada vez mais transparência com relação ao tipo de serviço que está sendo prestado e ao tipo de tarifa que relacionada aquele serviço prestado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Por favor, senhor Gabriel.

SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Obrigado, Presidente. Ainda cumprimentando aqui as considerações do Fábio, em questão de redução de custos das instituições financeiras para elas possam cada vez mais buscar índices de eficiência, eu queria lembrar aqui alguns itens que sobrecarregam o custo de operações das instituições financeiras e que eu entendo que pode ser feito um trabalho importante com o apoio do Congresso Nacional, no sentido de reduzir esses impactos. Por exemplo, cursos de segurança bancária, é um item que tem um peso significativo no sistema bancário, que mantêm um sistema de vigilância, às vezes concertado em regiões dos centros de grandes metrópoles, que se fossem divididos para fazer um policiamento na comunidade, dariam um retorno em termos de segurança e ainda com alguma redução de custo em relação a própria instituição financeira. Isso é um sistema que foi introduzindo ainda em pleno regime militar, tem um peso significativo, tem um peso importante e que ele pode ser trabalhado.

Outra questão é a referente aos chamados custos de observância, que em outras palavras seria burocratização. As empresas em geral e em particular o setor financeiro detém um preço de uma burocracia em termos de informações, de estatísticas, de dados que tem um excesso de informações que poderiam ser simplificados e ajudar na redução de custos. E finalmente o seguro de garantia de depósitos, que foi um sistema instituído de forma muito bem pensada, muito interessante. Mas hoje o fundo de garantia de depósitos atingiu um nível de reserva muito alto, muito elevado para um sistema financeiro que é muito mais sólido, muito mais bem supervisionado, com mecanismos muito mais eficientes de acompanhamento de sua saúde financeira e que, portanto, poderia ter alguma redução que viria em benefício do consumidor pela redução dos custos de operação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Só para... Doutor Gabriel, o fundo de garantia de depósito, qual é a porcentagem e qual é o custo, qual é o valor?

SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Olha, era 36% ao ano, agora caiu para 12%, mas ele tem um nível de reservas da ordem de 12 bilhões de reais, caixa líquido, 12 bilhões, é 036, 016 sobre o passivo garantido. São os depósito a vistas das instituições Financeiras e depósito a prazos. Isso hoje atingiu um

volume já muito alto, ele já é auto-sustentável, até a própria rentabilidade dessas aplicações já geram um crescimento e isso ainda continua exercendo um ônus significativo no custo de captação das instituições financeiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Veja, uma das propostas que eu estou entendendo aqui o senhor está propondo reduzir a porcentagem do fundo de garantia dos depósitos e em contrapartida a redução das tarifas?

SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Se isso significaria a redução de custos de captação, portanto, redução de ....

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Ta bom. Vamos dar prosseguimento então a lista de escritos, nós vamos fazer o Senador Francisco Dornelles, fazer um bloco de três para que tem inscritos, para que a gente possa que todos os Senadores poderem participar. Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Dr. Fábio, meus cumprimentos, eu queria colocar as seguintes questões: O Presidente Mercadante, aliás, já levantou esse problema, a relação crédito PIB tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, mas está ainda muito baixa em relação A outros países. O setor financeiro pode fazer alguma coisa ou pensa em fazer, ou pode autuar para que haja o aumento dessa relação? A segunda: Eu gostaria de saber qual é o peso da carga tributária nos prédios dos bancos, qual dos impostos tem um peso mais, tem um peso maior no aumento desses prédios. E A terceira é o seguinte: O banco do Brasil vem adquirindo, sem, aliás, sem licitação nenhuma, o controle de vários bancos. Eu pergunto: O senhor vê nessa atuação do Banco do Brasil um viés de estatização de crédito do país? Como o senhor vê o aumento dessa participação do Estudo no sistema financeiro? E a quarta: Como o senhor vê o aumento da participação de grupos estrangeiros no sistema financeiro do país? Existe na união da Européia alguma limitação para que bancos de fora da área participem do capital de bancos da comunidade? São essas questões que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Dornelles, Senador Osmar Dias com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, eu até aproveito a análise que o Presidente Mercadante fez para fazer o meu questionamento. O Presidente Mercadante falou que dez instituições bancárias estão praticamente controlando 90% dos depósitos bancários do país. E isso vai, no meu entendimento, se agravar mais. Agora mesmo, a semana passada, nós tivemos o Santander comprando o Real. Então está havendo uma concentração visível e não é só nessa área bancária. Hoje eu ouvi, não sei se tem fundamento, que a Tim estaria comprando a Claro, o que significaria também maus uma concentração em outro segmento importante de tarifas que estão crescendo, não só as bancárias, que estão crescendo, mas também neste segmento de comunicação, e se houver a realização desse negócio, nós estaremos caminhando também para uma cartelização. Eu vejo, eu vejo aqui nos gráficos da própria FEBRABAN apresentados pelo Dr. Fábio Barbosa e dois me chamaram atenção: Um em relação a rentabilidade dos bancos, comparadas com outros setores da economia e vi que os bancos, e 19,5% estão muito próximos do Petróleo que é o ouro negro da década e a agricultura é o último, 10%. 19,5% dos bancos, 23,5% do segmento Petróleo. Bom, esse lucro talvez explique porque há hoje um movimento dos bancos para concorrer e participar mesmo do setor público no que se refere as contas de Prefeituras que tem uma grande movimentação financeira de Estados. Eu vi, por exemplo, uma notícia a semana retrasada, que em Minas Gerais o Banco do Brasil acabou ganhando as contas de Minas Gerais e pagou 1 bilhão, mais 150 milhões de dívida que existam do banco Itaú. A Prefeitura de Curitiba acaba de ceder as contas ao Santander por 130 milhões. Só o Estado do Paraná que não sei por que ficou com o Banco do Brasil, mas só por um valor de 60 milhões de reais. Muito aquém, portanto, dos outros negócios realizados.

Bom, isso demonstra o seguinte: Que os bancos estão com fôlego e este fôlego não está indo para um segmento que poderia resolver dois problemas, um levantado pelo Senador Mercadante, que é o de oferta de crédito para dinamizar a economia, eu ao mesmo tempo gerar empregos na construção civil, para que o gráfico que apresenta a FEBRABAN eu não entendi muito bem o gráfico, é essa a pergunta que eu gostaria de fazer, diz aqui que o déficit imobiliário por nível de renda chega a 92% até cinco salários mínimos e 6% entre cinco e dez salários mínimos e o que o déficit imobiliário para quem ganha mais de dez salários mínimos é de apenas 2%. E aí embaixo tem pessoal ocupado com construção civil, em julho de 2007, 1 milhão 686 mil trabalhadores. Isso mostra o seguinte: Que esse segmento continua sendo um grande gerador de empregos. Essa ocupação de quase 2 milhões de trabalhadores é importantíssimo e eu não estou vendo, por parte dos bancos, uma política mais acentuada, mais positiva, no sentido de ofertar crédito para o financiamento de moradias para pessoal, para famílias de baixa renda. Tanto é que a própria FEBRABAN coloca um gráfico onde 92% do déficit imobiliário está

localizado entre famílias que tem até cinco salários mínimos. Eu não entendi se esse déficit é em relação a quê? É ao total de famílias que procuraram os bancos e não encontram, ou se seria necessário que o banco colocasse um crédito para atender essa demanda de 92% das famílias que tem até cinco salários mínimos? Eu não entendi bem isso aqui e gostaria de uma explicação. E outra coisa só para falar um pouco da prática, Dr. Fábio. Quando alguém entra, o senhor disse e é verdade que hoje nós temos muito mais gente tendo acesso a banco. Não há dúvida que isso é verdade. Mas as dificuldades burocráticas que alguns bancos estão colocando, fazem com que as pessoas entrem no banco, mas saiam sem o crédito.

Eu conheço gente que entra num banco para obter um financiamento do FAT e não consegue. Eu conheço gente que entra no banco para conseguir um financiamento para financiar uma propriedade rural, o plantio e não consegue. Porque as exigências são tão significativas, tão grandes, que eles acabam desistindo. Então, ingressar no banco é fácil, duro é sair do banco atendido. Eu gostaria que o senhor fizesse um comentário a respeito dessas duas questões, a do déficit imobiliário para famílias de baixa renda e essa questão da dificuldade e da burocracia ainda, que talvez isso seja um dos motivos que elevem as tarifas bancárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Osmar Dias, para intercalar os partidos, o Senador Sérgio Guerra com a palavra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu queria dizer da absoluta pertinência da iniciativa do Senador Aloizio e do Senador Flexa na convocação dessa reunião, desse convite. Acho que como disse o Senador Mercadante, abre espaço para uma conversa que já está com muito atraso e que precisa ser efetivamente feita. Uma discussão qualificada, como gosta de dizer o Presidente Mercadante. Uma discussão sobre a questão dos bancos no seu papel da economia brasileira que, de uma maneira geral, é vista com imensa simplificação e nem sempre, sem preconceitos. Há um conjunto de preconceitos evidente em relação ao sistema financeiro que nós reconhecemos com tranqüilidade.

Não nos espanta que bancos façam grandes lucros ou que alguns bancos façam lucros excessivos. E agora nos espanta o custo do serviço prestados pelos bancos. É evidente que o sistema financeiro brasileiro tem feito avanços enormes, especialmente do ponto de vista de sua organização, é dos melhores que existe moderno, produziu rotinas muito racionais, mas o fato concreto é que os custos que estão alinhados, o preço dos serviços é excessivo. E como disse o Senador Mercadante, é preciso que uma discussão se dê em torno disso e se dê com absoluta tranqüilidade, porque o que de mais positivo pode acontecer agora nesse momento em que o Brasil parece que está numa plataforma para se desenvolver de maneira consistente e continuada é que não se tem compreensão exata sobre o papel dos bancos. A concentração em alguns bancos de como se dá e foi reconhecida aqui já pelo próprio Dr. Fábio e pelo Senador Osmar, a concentração não deve ajudar a concorrência, deve prejudicar a concorrência, quanto menos bancos operando, menos concorrência vai se dando, vai acontecendo.

De outro lado, a nós, por exemplo, eu não vi aqui nos dados que estão aqui inscritos nenhuma observação sobre se seria plausível conhecer qual, quais são os números do setor privado, dos bancos privados, e os números do setor estatal. Era importante para a compreensão desse conjunto. E segundo também seria importante um reconhecimento sobre a distribuição das operações dos bancos nas regiões brasileiras. Como de fato essa distribuição está se danados, seus depósitos, suas aplicações em aéreas mais pobres do Brasil, em aéreas menos pobres do Brasil. Se os bancos e o sistema financeiro atua na direção de maior equilíbrio ou atua de uma maneira a aprofundar essa divisão, que a nós não interessa manter o Brasil no conjunto e nem a nenhuma força política e nem a qualquer Governo. Então era preciso que houvesse muita clareza sobre isso, seja ponto de vista dos bancos privados, seja ponto de vista dos bancos estatais. Recentemente o BNDS, já na gestão de Luciano Coutinho, me parece que lança algumas plataformas para ter uma atuação mais consistente na minha área, por exemplo, o Nordeste do Brasil e é natural que um papel de um banco como o BNDS tenha, percorra estradas diferentes das estradas que o Bradesco ou qualquer outro banco privado tenha que percorro.

Mas o fato é que uma visão desse conjunto, o sistema privado de um lado, o sistema estatal de outro lado e da operação dos bancos do ponto de vista regional, a regionalização desses números me parece que é absolutamente pertinente para que continuemos a desenvolver a matéria que está sendo iniciada hoje aqui com valores e com a qualidade que lhe atribui o Presidente Aloizio Mercadante e a palavra é do Dr. Fábio Barbosa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Tirando os elogios, foi muito boa a intervenção. Senador Jefferson Peres com a palavra, fazer bloco de quatro, assim nós temos mais de 12 inscritos ainda.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, eu vou ser muito breve, nenhuma pergunta que eu vou fazer aos dois visitantes. É algo que eu levanto a reflexão é discussão, eu acho que faltando aqui nesta Audiência é a presença de um representante dos bancos estatais porque a pergunta que eu sempre me faço é a seguinte: As tarifas bancárias são muito elevadas, a receita proveniente de prestações de serviço pesa muito mais do que deveria na receita bancária, é um terço aproximadamente quando deveria haver muito mais da intermediação financeira, me parece.

Muito bem. Quanto a isso há consenso. Olha, no mercado realmente concorrecional não há preço abusivo, não há, porque o mercado estabelece o preço correto, adequado. Então a suspeita é, a suspeita é de ser um setor disfarçadamente cartelizado. Mas quando eu vejo as tarifas cobradas, eu vejo que não há muita diferença das cobradas pelo Banco do Brasil e a Caixa Econômica em relação aos bancos privados. Então das duas uma, ou o setor realmente não existe realmente cartel, não existe cartel, os preços são autos por outros motivos, ou então, existe o cartel e o Banco do Brasil e a Caixa Econômica adeririam, porque são instituições de crédito geral, eu tiro fora do B N D S, que é banco de investimento. Nós estamos de crédito geral, tem um enorme volume de crédito, pesam muito, portanto, no sistema. Por que é que as tarifas da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, Senador Mercadante, não diferem muito das cobradas pelo setor privado? É a pergunta que eu deixo no ar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço o Senador Jefferson Peres, agora com a palavra o senhor Fábio Barbosa para responder os quatros Senadores, Francisco Dornelles, Osmar Dias, Sérgio Guerra e Jefferson Peres que aprofunda aí essa discussão de grande interesse do país.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA – Muito obrigado Senador Mercadante. Bom, começando Senador Dornelles, V.Exª. listou eu anotei aqui que são quatro colocações que eu vou procurar endereçar e de alguma maneira vai acabar também impactando as demais colocações, mas eu voltarei em cada um dos casos, embora, talvez, eu vá repetir algumas das coisas que eu vou dizer aqui nesse início. A sua primeira colocação é em consideração ao crédito em relação ao PIB que ainda é muito baixo e como aumentar isso? De fato tem crescido, mas está em um percentual baixo, eu queria destacar aqui o principal fator que determina que a relação crédito PIB no Brasil seja mais baixa que em outros países é o crédito imobiliário. Obviamente não é apenas o crédito imobiliário, me permita destacar, mas é o crédito imobiliário. Em alguns países representa 60, 70% do PIB, no Brasil representa 3, talvez agora 4%, não quero ser preciso no número, porque não conheço com exatidão, mas é bem baixo, 4%. Então, o quê que acontece? Por que ele é (ininteligível)? Porque são empréstimos de longo prazo e de valores unitários elevados, com isso obviamente se acumula uma carteira rapidamente.

Então, eu acho que tem tido um crescimento da ordem de 25% no crédito imobiliário, tem crescido mais do que outras carteiras, eu acho que isso é positivo e é por ali que a gente vai ter a condição de ter o maior crescimento. Mas existem ainda algumas outras arestas a serem aparadas, a questão do próprio custo da intermediação financeira, que se reduzido abriria novos horizontes, a questão de cadastro positivo e outros assuntos já mencionados aqui. Então eu acho que é de interesse de todos que esse percentual cresça, eu acho que o rumo, diga-se de passagem, é um só vai haver o crescimento da relação crédito em relação ao PIB, eu acho que a gente precisa discutir a velocidade e quais são as arestas a serem aparadas e acho que algumas dela já foram, é questão de tempo, e outras podem ser que é a questão do custo e a intermediação e a questão de alguns ajustes ainda no arcabouço Jurídico. V.Exª perguntou também com relação a qual o peso da carga fiscal na intermediação financeira. São vários estudos, trarão vários números. Eu vou me fiar aqui num estudo feito recentemente pela FIPECAF que é um órgão ligado a USP em São Paulo, que dimensiona isso em 30%, ou seja, do valor total da intermediação, 30% é destinado a impostos. IOF, PIS, COFINS, PCMF, são todos impostos que tem onerado bastante a intermediação financeira e essa discussão também impactaria o primeiro ponto, ou seja, qualquer redução que se fizesse nisso elevaria a condição de aumenta, ou aceleraria a condição de se aumentar a relação crédito/PIB. E portanto, a gente tem que procurar discutir isso, sabendo obviamente que em muitos desses casos a gente está falando também de um orçamento de uma dificuldade maior e tudo isso tem que ser colocado num contexto e certamente é um assunto que será também discutido por essa Casa no devido momento. V.Exª colocou como terceiro ponto (Soa a campainha) a questão do banco do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu tenho evitado aqui da uma de Marco Maciel, mas o Plenário hoje tá demandando aqui uma intervenção da presidência para garantir o silêncio e nós podermos ouvir com atenção a exposição do Dr. Fábio Barbosa.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA – Então eu tinha feito duas colocações sobre a relação do cré-

dito/PIB, a segunda foi sobre o peso da carga fiscal, faço agora a terceira colocação de V.Exa. Com relação ao Banco do Brasil e a questão de participação do Banco do Brasil na privatização mais recentemente do BESC e também em algumas folhas. Eu acho que a colocação de V.Exª é se há viés de estatização. Eu acho que é um debate importante de se fazer, tem acontecido em vários jornais, a gente tem visto essa discussão com relação a se deveria ou não haver um leilão, se o banco do Brasil deveria estar disputando com outras instituições essa oportunidade de participar de uma... como foi o caso do Banco da Estado de Santa Catarina ou de algumas folhas, eu acho que a questão é mais essa, é transparência no processo de maneira que haja concorrência e aquela instituição que tiver oferecido as melhores condições para os consumidores seja aquela que possa prestar os serviços. Esse é o nosso entendimento, a gente entende a complexidade do assunto, mas eu acho que é um assunto que tem que ser debatido e V.Exª. tem razão em levantá-lo. O quarto ponto levantado por V.Exª. é se há no mercado internacional, eu tenho a impressão que V.Exª. se referiu ao mercado Europeu, eu não tenho certeza, se há alguma restrição com relação ao aumento da participação de grupos estrangeiros, se há alguma limitação? Eu desconheço e acho que não, não é que eu desconheço sem saber, pelo que eu sei não há, recentemente eu vi algumas disputas nacionais na Itália e que levaram a alguma série, algumas reações iniciais e que foram depois, enfim, colocadas de lado pela próprio Comissão Européia.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – O que eu pergunto, o que eu perguntei é se o sistema financeiro nacional como é que eles vêem esse crescimento da participação de grupos estrangeiros do sistema financeiro do país?

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA – Perfeito, eu acho que tem havido, inclusive, se o senhor me permite fazer uma referência ao material que foi distribuído, na página 31, tem justamente uma colocação com relação aos vários, ao capital das várias instituições estatal, nacional ou estrangeiro, que vai também, eu vou fazer referência depois, em uma outra resposta, e ver que a participação tem se mantido 2001 até 2007, mais ou menos Nos mesmos patamares dependendo do indicador que formos olhar aqui. Então me parece que foi saudável em termos de concorrência, traz um acesso aos mercados internacionais que é importante, e a concorrência tem se estabelecido, e tem se mantido mais ou menos, não tem havido, não tem prevalecido nem o setor privado, nem o setor estrangeiro, eu acho que tem havido concorrência. Então, me parece, mas eu coloco um ponto de vista deixando aberto também para outros pontos de vista, de que não há essa preocupação com relação ao aumento de participação dos estrangeiros, até porque no total isso não tem acontecido, tem mais ou menos se mantido nos mesmos percentuais. Mais ou menos respondido? Muito obrigado Senador Dornelles. Passo agora as colocações feitas pelo Senador Osmar Dias, Senador Osmar Dias, eu vou tentar também me ater aqui aos pontos, foram várias considerações importantes com as quais eu concordo e V.Exª. falou bastante sobre a questão, da concorrência da busca de negócio, das folhas e eu queria até atentar a isso e se isso não acontece até em detrimento de um maior foco no aumento da oferta de crédito, na questão das folhas. E eu queria também destacar duas coisas, primeiro que de fato esse busca por conseguir as folhas de pagamento em empresas estatais ou privadas mostra a concorrência no setor.

Uma concorrência bastante acirrada que tem acontecido e também mostra essa busca pela oferta de crédito. No fundo o que está se buscando é justamente uma posição, é se colocar de uma maneira mais favorecida em relação aos concorrentes, para que possa aumentar a oferta de crédito àquelas pessoas que trabalham com aquela instituição. É um posicionamento até pela presença e pela convivência que pode ser oferecida por aquela instituição financeira que se posicionou dentro daquela estatal, dentro daquela empresa privada, dentro daquele órgão público, e ele possa então oferecer o crédito. Portanto, eu acho que não são fatores que na verdade não são conflitantes, mas é justamente um posicionamento para que esteja aquela instituição preparada para atender a demanda de crédito que virá por parte daqueles funcionários em função das estruturas permitidas e, inclusive, aprovado aqui também nessa Casa a questão do consignado. Com relação ao gráfico da página 26 que V.Exª. levanta também uma dúvida com relação ao que representa, eu queria destacar no que aparece como déficit imobiliário por nível de renda, e V.Exª. tem razão, e talvez tenha ficado um pouco confuso é que do total das moradias necessárias para atender a demanda, 2% é no nível de renda mais elevado e 92% no mais baixo. Era de se esperar numa pirâmide, o deste é maior. Então, o número de moradias a necessidade é muito maior lá. Déficit é 17 milhões e ele é muito focado nos níveis de renda mais baixa. Eu vou fazer também uma elucubração aqui, o que está acontecendo no mercado de crédito imobiliário, pela minha observação. é que num primeiro momento, e isso é natural, o crédito imobiliário foi direcionado para as moradias de maior valor unitário, as mais fáceis, as mais óbvias. A concorrência tem sido bastante efetiva e o que eu noto, Senador Osmar Dias, é que existe agora uma busca

por moradia de valore unitário mais baixo. Então, o mercado está migrando. Eu tenho visto, e a própria instituição onde eu trabalho tem visto projetos onde se busca viabilizar moradias ao valor unitário de sessenta mil reais, quarenta mil reais, não mais aquelas iniciais onde se falava de duzentos mil, trezentos mil, ou seja, a própria concorrência está levando o setor financeiro a buscar formas de viabilizar o financiamento ou até a construção de moradias a um custo dias baixo e que, portanto, consiga entrar nesse mercado. Esse mercado em geral tem sido muito atendido, e aqui e peço desculpas pela talvez imprecisão, mas pelas COHABS mais pelo setor estatal, estadual, eu acho que é mais correto, companhias estaduais e municipais que tem atendido até com certo subsidio.

Mas eu acho que o caminho para sanear isso vai ser justamente através de um mercado, através de um alongamento de prazo, taxas fixas que começam a aparecer, a gente já fala hoje em taxas de 20 anos, em operações, desculpe, 20 anos com taxa fixa, que isso um conforto para quem está tomando um empréstimo e certamente vai reduzir o valor da prestação e vai viabilizar que uma parte desses 92% seja também atendido pelo setor financeiro. Então eu acho que vai ser crescente, é um interesse de todos e eu destaco aqui também o que eu disse no começo, que os interesse são convergentes. Por fim, V.Exª. destacou a questão das dificuldades burocráticas, as pessoas entram e sem às vezes sem crédito. Eu acredito que aconteça, mas eu gostaria de destacar que o número de clientes que hoje tem acesso a crédito é muito maior do que no passado, não apenas pessoas jurídicas, e isso tem sido muito bom, e isso ajuda na chamada formalização da economia, então, eu acho positivo quando acontece do lado das pessoas jurídicas e também positivo das pessoas físicas. O banco, até por uma questão do papel de um Banco Central, o papel de um Banco Central, apenas um pequeno parênteses, é também garantir a sanidade, a saúde do setor financeiro. E, portanto, existe também uma série de procedimentos que são exigidos pela própria autoridade reguladora que eu acho positivo e que muitas vezes podem criar entraves burocráticos. Já temos isso na própria abertura de contas, a questão de identificação das pessoas, enfim, vários procedimentos estabelecidos pelo Banco Central que eu entendo como positivo, mas que podem eventualmente causar dissabores.

Eu acho que todos nessa concorrência trabalhamos para que haja mais gente com condições de se financiar no sistema financeiro e é nessa direção que caminhados. Senador Sérgio Guerra, suas colocações, também eu vou tentar falar rapidamente. Eu não vou ter aqui, Senador, e posso depois fornecer para a V.Exª. a questão da informações por região. Realmente eu não tenho eu sei que muitas vezes é difícil, mas se V.Exª. tiver interesse nós podemos conversar e eu teria o maior prazer em trabalhar com a sua assessoria e prover esse tipo de informação, eu realmente não tenho aqui, portanto, vou me furtar a fazer comentários. Com relação a questão dos bancos estatais e a presença ....

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – E eu queria solicitar que depois pudesse encaminhar a distribuição das instituições Financeiras, das agências por região, Nordeste, norte, centro Oeste, Sul e sudeste e nós distribuiremos aos Senadores que há um interesse muito grande do Senado nesse tema regional.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA – Perfeito. Bom, então fica aqui o comprometimento de trazer isso. Com relação a setores, enfim, bancos públicos, na página 31 traz um pouco esse questão também da concentração e também tem mostrado que não tem variado demais a presença do setor público em relação ao total de depósitos, ao setor de concentração de ativos. 35, 34, 33% não é uma avaliação relevante do que tem acontecido. Temos sim um sistema moderno, V.Exª. destacou muito bem e eu acho que é a questão de haver ou não o preço excessivo eu procuraria sempre trabalhar nisso na questão da transparência e dando aos clientes, eu acho que esse é o ponto principal, a condição da comparação que permita de fato a compreensão do serviço, de que tipo de serviço ele pode ter em outro lugar, eu acho que um cliente busca numa instituição financeira três coisas: Ele vai buscar obviamente a qualidade do serviço, a conveniência, e o premente. E cada cliente em diferente mix olhará para cada um desses três fatores. Eu acho que tem que ser dado para o cliente sempre a total transparência com relação as tarifas e com isso tentar evitar. Pois não, Senador.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Fábio, eu acho que era importante que a gente tivesse conhecimento de comparações entre o sistema público e o sistema privado. Do ponto de vista da eficiência, dos seus custos e daí para frente. E apenas para acrescentar a discussão, os ganhos de escala que são evidentes no sistema bancário brasileiro por que não se refletem na redução dos custos, desse mesmo sistema? Se o sistema a cada dia cresce mais, atende a mais, ganha escala e vai ganhar muito mais, como parece que qualquer comparação com outros países mais desenvolvidos, demonstra que o papel do sistema financeiro pode ser ainda muito maior do que já é, do que já é. Por que esses ganhos não se refletem também, já que vai se ganhar escala em redução de

custos nos serviços que são prestados? Nas tarifas que são cobradas?

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA – Eu gostaria de responder o seguinte: O setor financeiro, até porque a população brasileira não é inteiramente bancalizada, obviamente isso pode ser constatado, eu acho que o principal ponto que nós temos agora é o aumento da bancalização, é levar o serviço financeiro a pessoas que hoje não tem acesso ao setor financeiro. Isso tem demandado um investimento muito grande, os bancos continuam abrindo mais agências, continuam colocando novos postos de atendimento, continuam através do correspondente não bancário buscando facilitar o acesso, então, tem havido uma série de investimentos que de certa maneira se refletem sim, me permita, em custos mais baixos, tanto que pessoas de mais baixa renda tem conseguido cada vez mais ter acesso ao setor financeiro. Mas por outro lado, os ganhos de escala a que se refere eles tem na verdade trazido em um sistema de pacotes financeiros, pacotes ou cestas de serviço, uma condição de negociação melhor para os clientes. A minha constatação ao fazer esse estudo aqui e olhar com mais profundidade é que o aumento na arrecadação da tal linha de receita de serviço se deve muito mais ao aumento da base de clientes, muito mais ao fato de lá dentro termos operações de grandes empresas, e eu destaco aqui a questão de abertura de capital e tudo mais, do que propriamente uma elevação unitária da tarifa efetivamente cobrada. Mas eu acho que colocando mais luz sobre esse assunto isso poderá ficar mais claro, e eventuais distorções aparecerão e o consumidor, sabendo disso, deveria buscar aquele que lhe oferece o melhor pacote.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nos, agora, passaremos para a próximo bloco. Ah, o Dr. Gabriel também solicitou a palavra, por favor.

SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Eu acho que tem aqui algumas questões importantes, mas falando um pouco de crédito imobiliário. Está em tramitação no Congresso Nacional, um Projeto de Lei muito importante que é o que desburocratiza e aumenta a segurança jurídica das operações imobiliárias. Hoje nós temos no Brasil um sistema de registro imobiliário que ele é muito pouco organizado em termos de centralizar qualquer tipo ônus que recaiam sobre aquele imóvel. Então existe uma exigência muito grande de certidões envolvendo documentação imobiliária que aumentam o custo de uma forma extraordinária, às vezes para obter essas certidões o custo pode ser quase igual ou superior a uma ou duas prestações do financiamento, o que não deixa de ser um absurdo e uma grande ineficiência. Mas isso espera-se corrigir o ao se criar essa centralização na matrícula do imóvel e todos os ônus de todas as informações a que se referem daquele imóvel. Outro ponto que eu queria mencionar, ainda na linha desta questão de concentração, cujos dados foram aqui mostrados, onde há uma certa ainda, não há uma, digamos assim, uma clareza muito grande sobre o nível que existe de concentração, mas uma coisa curiosa que eu queria mencionar é sobre a entrada de novos parceiros, ou de novos agentes no sistema bancário. Tradicionalmente o Brasil teve regras muito difíceis, muito fechadas de acesso ao sistema financeiro. Com a Constituição de 88 isso mudou radicalmente o Banco Central editou a resolução número 3040 de 2002 que criou as regras, regras de entrada, regras de permanência e regras de saída. Quer dizer, hoje a entrada de novos bancos, de novas instituições financeiras no mercado brasileiro, ela é absolutamente livre, atendendo as condições quanto a competência técnica, condições financeiras e projetos que sejam viáveis. Então isso é fenômeno curioso que precisaria talvez ser examinado, porque é que apesar de existir um documento oficial, uma norma no Banco Central, que abre o ingresso de novos participantes do mercado, e isso vem sendo feito de forma ainda muito pouco expressa? E isso aqui seria, digamos, um grande instrumento para que ressurgissem os bancos regionais. Eram só esses o comentário que eu queria fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Doutor Gabriel, eu só tenho uma, fiquei refletindo sobre aquele comentário anterior. O fundo garantidor do depositante caiu de 0,36 para 0,12?

SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – 0,12.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas as tarifas não caíram na mesma proporção, por sinal não caíram. Que garantia nós temos se houver uma redução?

SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Os custos de captação caíram, os custos de captação tiveram a redução proporcional, porque ele onera diretamente o custo de captação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Então, mas houve uma redução do custo de captação, mas esse custo de captação não foi transferido para redução das tarifas. Eu entendi da intervenção que se houvesse uma redução do fundo garantidor, poderia ajudar a uma redução mais expressiva das tarifas. Que garantia que nós temos que isso possa acontece, e porque não aconteceu? Porque caiu de um terço o custo de captação em função do seguro.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA – Senador, eu vou tentar ajudar aqui nessa questão, quando o Dr.

Gabriel mencionou a questão da redução dos custos ligados ao fundo garantidor de crédito, isso impacta na verdade a questão da concessão do crédito. Ele é mais ligado ao custo de captação das instituições e, portanto, tem mais a ver com condição de repasse ou de concessão de empréstimo a pessoas físicas e jurídicas. Como eu tenho procurado colocar isso sempre que posso debater o assunto, o (ininteligível) bancário tem caído, ele só não caiu mais porque ele tem duas grandes, tem dois desenvolvimentos muitos importantes que estão acontecendo, que é o alongamento do prazo e a incorporação de uma base muito maior de tomadores, então isso tudo fica meio poluído lá dentro. Mas a colocação de V.Exª está perfeita. Quer dizer, uma redução nos custos de intermediação devem levar a uma redução da cobrança da ponta. No caso não é um impacto tão grande, mas ele certamente nesse mix deve estar lá dentro. Ou seja, tem sido possível com isso, já que a concorrência que baliza no final os preços, tem sido possível que se faça um trabalho no sentido de atingir um público maior com o custo mais baixo. Mas essa redução também é importante como o Dr. Gabriel estava lembrando porque hoje o fundo garantidor de crédito já tem um montante suficiente para garantir as instituições financeiras e dar tranqüilidade para o mercado como um tudo. Eu acho que eram essas, essa a posição que o Dr. Gabriel estava colocando que eu me permite comentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu acompanhei, mas objetivamente se nós tivermos uma redução do fundo garantidor haverá uma redução relevante de tarifas de serviços bancários? Nós podemos tratar isso como uns dos caminhos para aprofundar a redução de tarifas? Pelo menos para iniciar? Senador Flexa, do fundo garantidor, porque na intervenção anterior o Dr. Gabriel disse o seguinte: Fundo garantidor hoje que é um fundo relevante para garantir os sistemas, os depositantes, já está num volume de captação muito alta com uma boa rentabilidade, ou uma redução de 0,36 para 0,12, e essa alíquota ainda é muito elevada. Se houvesse uma redução maior isso ajudaria na redução das tarifas, foi isso que eu entendi. Aí eu perguntei, se reduziu de 0,36 para 0,12, não teve redução de tarifa. Que garantia nós temos que teria uma redução de tarifas reduzindo o custo de captação dos bancos que é um ônus a mais que eles tem que é um fundo garantidor, quer dizer, esse recurso não fica na carteira do banco para alavancar os financiamentos. Que garantia nós teríamos que essa seria uma contrapartida importante para redução de tarifas? Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Aloizio Mercadante, o Dr. Fábio aí, ele eu acho que respondeu o questionamento que a dúvida de V.Exª. é a mesma minha. Eu acredito que o fundo garantidor de empréstimos, ao ser reduzido não vai ter nenhuma influência na questão das tarifas, porque ele leva a questão do SPRED, do custo do empréstimo. Então, nós teremos que fazer, sim no futuro uma outra reunião com a FEBRABAN para discutir a questão do SPRED, que é outro problema a ser aberta, porque a taxa Selic que tem sido reduzida gradualmente, eu espero que manhã tenhamos uma nova redução de pelo menos, mais 0,25 pontos percentuais, mas na ponta para o tomador do empréstimo essa redução não está correndo, ela não vem na mesma velocidade. Então, nós teremos que abrir um outro questionamento com relação a questão do SPRED. Uma outra questão, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Dr. Fábio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.Exª., se escreve por que tem uma fila grande aqui, vamos respeitar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só para complementar a questão que nós somos cobrados dessa questão das tarifas bancárias, e uma é fundamental que é quando você antecipa o pagamento de um financiamento e você, ao invés de ter uma redução, você acaba sendo penalizado por uma tarifa cobrada que inviabiliza a mudança de instituição para reduzir o custo. Também gostaria ao final de ter essa explicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Muito pertinente. Senador Eduardo Suplicy com a palavra, em seguida o Senador Jayme Campos, depois Senador Valter Pereira e Delcídio Amaral.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente só para registrar que hoje é o dia mundial da alimentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Está registrado e depois da interferência de V.Exª, o crédito vai cair e mais alimentos vão ser produzidos e a cesta básica vai ficar mais barata, nós vamos contribuir nessa Audiência hoje com a alimentação popular. Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Presidente Aloizio Mercadante, senhor Fábio Colete Barbosa, Presidente da FEBRABAN, e Dr. Gabriel Jorge Ferreira. Quero primeiro expressar que avaliei como muito importante do ponto de vista da informação para nós todos os indicadores que aqui trouxe a sua análise. Estou aqui ao lado do Senador Delcídio Amaral que foi

seu colega no colégio São Luís e ele estava me dizendo de como o senhor tem hoje o mesmo jeito sereno e muito assertivo de dizer as coisas como pensa e um conhecimento acumulado muito importante contribuindo para a saúde do setor financeiro do Brasil. Mas como V.Sa. nos falou a respeito em alguns aspectos da concentração do sistema financeiro eu agradeceria muito se puder nos fazer uma análise ainda mais aprofundada dos efeitos do grau de concentração que existe no setor financeiro brasileiro. Inclusive, a partir de uma experiência, que obviamente, o senhor próprio como Presidente da A B N real, e do Real, V.Exª, V.Sa., então, nessa qualidade, obviamente está no centro de uma operação das mais importantes que, inclusive, causou preocupação a um número muito significativo de bancários e nós aqui Senadores, recebemos manifestações do sindicato dos bancários, financiários de São Paulo, de Osasco da região da confederação nacional dos trabalhadores, dos sindicatos e federações de bancários filiados a CUT, federação de bancários e assim por diante, preocupados com o que vai ocorrer, por exemplo, com todos os empregos, por exemplo, da A B N Real, e do Santander, eventualmente se vai haver um enxugamento muito significativo, porque esta operação que envolve mais do que o Brasil, segundo foi informado, levaria a diminuição significativa de oportunidades de trabalho.

Eu gostaria que eu tenho certeza que V.Sa. irá continuar, mas se o A B N Real vai deixar de existir, então, quer dizer, é uma questão que preocupa até, é uma preocupação com V.Sa.. Então como a própria Secretaria de direito econômico e o CADE estão fazendo uma análise sobre em que medida essa operação poderá ter algum efeito eventualmente danoso do ponto de vista da competição do setor financeiro no Brasil, eu agradeceria se puder, V.Sa., nos brindar com a análise que tem vivendo muito de perto essa situação. Em que medida isso poderá causar qualquer problema? Inclusive, do ponto de vista de disso que está nos preocupando, que é o objeto da Audiência de hoje: Será que esse passo a mais na direção de maior concentração, vai facilitar cobrança maior de tarifas? Será que do ponto de vista, inclusive, da cobrança de taxas e juros, vai também criar dificuldades nesta direção? A outra pergunta que gostaria de formular, refere-se a questão do micro crédito. Até gostaria de informar o Senador Aloizio Mercadante, no próximo dia 30 de novembro, virá ao Brasil convidado pela conferência ECOPOWER em Florianópolis, inclusive, pelo Governador Luís Henrique, que convidou o Presidente Lula para estar lá, porque virá ao Brasil o prêmio nobre da paz, Mohamed Yunes(F) para este evento. Eu ontem conversei com o Senador Tião Viana, porque estando em diálogo com o professor Muhammad Yunes(F) autorizou-me a formular um convite a ele, se ele puder eventualmente vir ao Senado, então queria que o Presidente Heráclito Fortes já pediu para em nome da Comissão de relações exteriores, mas gostaria que também pudesse ser em nome a CAI e do Senado, um convite, se ele puder vir dia 29, quinta-feira aqui, dia 29 de outubro, de novembro, perdão. Mas a análise que gostaria de lhe pedir, em que medida a FEBRABAN está examinando o progresso das operações de micro crédito no Brasil? Há poucos dias, prezado senhor Fábio Colete Barbosa, eu ouvi o depoimento de uma empregada doméstica que teve enorme dificuldade e está tendo ainda para conseguir abrir uma conta num banco.

O Senador Osmar Dias há pouco falou no caso de um agricultor. Mas a empregada doméstica quando foi ao banco e tentou obter abertura de uma conta, praticamente disseram: Olha, isso aqui não é para, esse banco não abre contas para pessoa na sua situação, entende? E será mesmo que é assim? Um dos testemunhos interessantes que o seu Muhammad Yunes(F) nos contou, tem contado nas suas palestras, como é que ele quando resolveu iniciar as operações de micro crédito foi s um gerente de um banco em Bangladesh e disse: Por que é que os senhores não emprestam recursos para pessoas que são relativamente pobres, sem pedir exigências, sem colaterais, confiando na palavra das pessoas? Pois bem. Como há experiências nessa direção, eu gostaria de saber em que medida a FEBRABAN está acompanhando essas experiências? Quais são as perspectivas de desenvolvimento? Será esse um setor que a FEBRABAN vê como: não isso é um setor para outras instituições, que não aquelas que compõem a FEBRABAN, ou é uma atenção muito especial também da FEBRABAN

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Concluindo Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E finalmente, sobre a tarifa de abertura de crédito, a TAC que é cobrada em todos os contratos de financiamento segundo aquelas resoluções do Banco Central e do Conselho Monetário que representa o valor cobrado para a contratação de operações para prestação de serviços aos clientes e público em geral. Bem, nos financiamentos de veículos automotores a TAC varia de financeira para financeira, de modo geral em torno de trezentos e cinqüenta a seiscentos reais, dependendo do valor do veículo financiado. Que serviço justificariam a TAC neste valor cobrado? E se tiver, V.Sa., alguma opinião relativa a consideração que está sendo apreciada no Congresso Nacional de também se exigir que os contratos de registros de alienação fiduciária de ve-

ículos sejam também feitos não apenas no DETRAN, mas também nos cartórios de registro civil?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Suplicy. Eu queria pedir um pouco mais de objetividade nas próximas intervenções, são muitos inscritos e nós teremos que dar a palavra aos líderes, porque eles tem um compromisso com o Presidente da Casa neste mesmo horário. Então, eu vou manter os três inscritos, em seguida os líderes, e depois a gente segue a inscrições. Em relação ao Requerimento formulado oralmente por V.Exª., faço questão de assinar também, vou pedir para a Secretaria já providenciar e coloco em votação, eu tenho certeza que todos os Senadores e Senadoras são favoráveis a um convite da nossa Comissão e desse Senado para que Muhammad Yunes(F), prêmio Nobel da Paz, venha a esta Casa discutir política de financiamento em micro crédito. Senadores e Senadoras que são favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Próximo inscrito Senador Jayme Campos. Em relação só um comentário, Senador Suplicy, em relação ao caso da compra do banco A B N Amro pelo Santander, considerando que o Dr. Fábio Barbosa está na condição de Presidente da FEBRABAN e não está aqui como Presidente da instituição específica que acabou de ser comprado, eu tenho certeza que depois do apelo de V.Exª, Madrid seguramente o manterá no cargo, mas até o momento nós não sabemos sequer qual vai ser a nova direção do banco, gostaria que ele ficasse totalmente confortável em relação a tratar ou não dessa matéria, porque não é objeto da Audiência. V.Exª quiser tratar, se sinta a vontade, senão, futuramente nós teremos uma Audiência Pública, mas tenho certeza que o Senador Suplicy expressou isso pelo reconhecimento de competência de V.Exª. mais uma vez manifesta na intervenção desta Audiência Pública que nós estamos tendo. Senador Jayme Campos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Uma preocupação humanitária com o senhor Fábio Barbosa.

(risos).

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, senhor Vice-Presidente, Senador Elizeu Resende. Senhores convidados, Dr. Fábio, Dr. Gabriel. Atenderei *ibsis literis* o apelo do Sr. Presidente aqui até porque tem vários inscritos. Mas o meu parente ex-embaixador, ex-Senador e ex-deputado federal o falecido saudoso Senador Roberto Campos já dizia, Dr. Fábio, recordo muito bem algumas conversas que eu tive com ele, disse o melhor negócio do muito é um banco bem administrado. O segundo melhor negócio do mundo é um banco mais ou menos bem administrado. E o terceiro melhor negócio do mundo é um banco ainda mal administrado. Palavras do saudoso e querido parente e embaixador Roberto Campos. Pois bem, serei bem pragmático com as minhas perguntas, a V.Sa. aqui. Eu até tinha algumas perguntas para fazer, todavia fizeram mais ou menos idêntica, mas eu quero fazer apenas um questionamento bem prático. O cidadão emite um cheque, por exemplo, eu sou de Mato Grosso, eu dou um cheque aqui em Brasília de Cuiabá então, esse determinado do cidadão, esse cheque para ser liberado, eu não sei se V.Exª. tem capacidade de me responder, demora quatro dias para ser liberado na conta daquela pessoas que recebeu o cheque e o banco debita no mesmo dia na minha conta lá em Cuiabá, mas para liberar para aquela pessoa que eu emiti o cheque, são quatro dias. Então, eu pergunto por que dessa demora, do cidadão que recebe o cheque aqui em Brasília demora quatro dias para cair na conta dele, enquanto na minha conta que fiz a emissão do cheque, na noite esse cheque caí lá na minha conta em Cuiabá? Segundo, o senhor entendeu a minha pergunta, né? Isso é verídico ....

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – A resposta o Roberto campo já deu.

(risos).

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – É verdade. Segunda pergunta para ser bem prático, apesar do gigantesco crescimento do setor bancário, cuja atividade quase dobrou nos últimos cinco anos a ponto de termos hoje em atividade no país cerca de 102 milhões de conta corrente. O fato é que o atendimento deixa a desejar e os preços subiram barbaramente para o usuário. Desde 1996 surgiram mais de 40 novos tipos de tarifas. O número de caixas nunca é suficiente e o consumidor ainda tem que enfrentar enormes filas. Além de funcionários mal treinados, muitas vezes mal humorados e descontentes com o salário que recebem, após cinco anos de tramitação o Supremo Tribunal Federa, finalmente bateu o martelo sobre a ação direita de inconstitucionalidade determinando assim que desde o ano passado a inclusão dos serviços bancários nas férias de proteção jurisdicional do código do consumidor. Considerando-se que as reclamações fundamentadas contra os bancos hoje ocupam o segundo lugar do ranking da lista negra no PROCON, só perdem para as operadoras de telecomunicações. Pergunto a V.Sa., qual a opinião da V.Sa. quanto a possibilidade de criação dentro da estrutura

dos canais de entendimento da rede FEBRABAN, independente das ouvidorias de cada banco e instância centralizada e recebimento em triagem de reclamações? Para em (ininteligível) junto aos consumidores e seus órgãos representativos para minimizar demandas judiciais e melhorar a relação com a clientela. De forma para não ser longo, só essas perguntas que eu vou fazer ao senhor, recordo muito bem, V.Exa. tem conhecimento, quando fechou o banco Bandeirantes foi liquidado, o senhor sabe bem quanto de débitos de tarifas havia nas contas dos clientes, mais de trezentos milhões foi apresentado de débitos indevidos. Pergunto ao senhor: Os bancos, além de ter cobrado, me desculpa a minha sinceridade, como cliente de banco que sou também, como empresário que sou, as tarifas tem sido ainda quase permanentemente debitadas de forma incorreta ou de forma ilegal. Eu pergunto a V.Exª: Qual as providência que os bancos estão tomando e qual o prazo V.Sa., poderia dar a essa Comissão na redução dessas tarifas, porque é muito fácil nós estamos reduzindo gradativamente, mas nós não temos prazo ainda para estipular, estabelecido. Fundamentalmente eu como Senador da república, que faço parte dessa Comissão, eu gostaria de estabelecer um prazo para que nós saíssemos daqui sabedores de que daqui 60 dias, 90 dias, a FEBRABAN estará tomando algumas providências para reduzir tenho certeza as tarifas praticadas hoje no mercado financeiro. Obrigo Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço Senador Jayme Campos pela intervenção, Senador Valter Pereira com a palavra. Em seguida o Senador Delcídio, depois os líderes que tem compromisso, Senador Artur Virgílio, Valdir Raupp e Senadora Ideli. Eu peço, portanto, bastante objetividade para a gente garantir que eles possam falar.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Vou atender V.Exª., Sr. Presidente. Eu tinha várias perguntas para formular., no entanto, eu vou cingir-me ao mínimo possível. O correntista hoje ou o cliente do banco quando entra no estabelecimento de crédito já se depara com um arsenal enorme de tarifas. A minha primeira indagação é a seguinte: Ao instituir essas tarifas, os bancos tem a necessidade de fazer uma consulta prévia e receber a aprovação do banco central ou essa faculdade fica ao talante de cada um desses estabelecimentos? E em qualquer circunstância eu gostaria também que fosse esclarecido o seguinte: Geralmente quando vai se fixar um preço, leva-se em conta o custo de produção e neste caso específico dos bancos é muito difícil fixá-lo e realmente não há esse tipo de parâmetro. Então, qual é o referencial que leva a estabelecer determinados valores para a cobrança dessas tarifas? Basicamente são essas duas indagações, eu vou abrir mão de todas as outras indagações dado o adiantado da hora e o apelo feito pelo ilustre Presidente dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço pela objetividade e pela qualidade das perguntas que vão enriquecer a nossa Audiência. Senador Delcídio Amaral com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Presidente, o Senador Delcídio gentilmente trocou comigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu vou fazer então, a V.Exª depois o Senador Valdir Raupp, Senador Artur que tem compromisso imediato. Senadora Ideli com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Então fala Delcídio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu sei que a V.Exª. fez isso pela blusa elegante que a Senadora Ideli está visto indo hoje. Mas o Senador Artur Virgílio também cortou o cabelo, tem o mesmo direito que ela nesse momento.

(risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Senador Delcídio, eu quero também ser bastante objetiva. Primeiro lugar eu acho que a questão central que mereceria toda a atenção da nossa Audiência Pública é o seguinte: A FEBRABAN traz hoje aqui dados extremamente positivos. Primeiro: Do aumento significativo da relação crédito/PIB, né? Então, são números substanciais, 24% em 2001, e agora nós estamos com 33% em agosto de 2007. Outros dados extremamente significativos é a bancarização. É o aumento significativo das contas, das poupanças, dos cartões, da movimentação financeira na internet. Portanto, o que move a essência do sistema financeiro é o banco, do banco é o crédito. Portanto, se o crédito e quem está acessando e usufruindo do crédito, movimentando no banco, tem esse crescimento, é de se esperar que a gente tenha na contra partida uma diminuição dos custos por que se o banco opera com muito mais crédito e com muito mais gente, o certo é que a lucratividade se mantenha pelo aumento do crédito e o aumento do contingente que utiliza o banco. E o que a gente assiste é uma grande dificuldade da redução das tarifas, que infelizmente elas proliferam e não diminuem, a gente não consegue visualizar e a reclamação é muito grande e também na questão do Spread, do custo do dinheiro, a diferença imensa entre quando você empresta o dinheiro do banco e quando você coloca o dinheiro no banco. Então, essa diferen-

ça grande que a população percebe. E aí então, eu acho que nós deveríamos nos ater a esta questão. Se os bancos então movimentando mais crédito e estão trabalhando com mais gente, como é que nós vamos transformar isso em redução de tarifas e em redução do Spread? E por último, Senador Mercadante, hoje eu e o Senador Flávio Arns estamos apresentando um Projeto de Lei, está sendo protocolado, para contribuirmos com essa discussão a respeito das tarifas bancárias.

Então estamos apresentando algumas normas, algumas regras que nós entendemos inclusive, para transparência, para competitividade e para garantia de algumas vantagens para o usuário do sistema financeiro, inclusive, medidas no sentido de que alguns serviços obrigatoriamente sejam oferecidos sem cobrança de tarifas, de que a proibição no caso de pagamento de salários e aposentadoria não tenha obviamente nenhuma cobrança, as cobranças sejam todas feitas no mesmo dia do mês, com clareza do que é que está sendo cobrado, até para que a população e o usuário do banco possa trabalhar na competitividade e poder identificar qual é o banco que oferece condições melhores e escolher com quem ele vai trabalhar. Então, eu queria aqui deixar o registro de que estamos contribuindo com esse debate a partir de um projeto de lei que estamos apresentando e protocolando hoje à tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradecemos a intervenção de V. Exa.. Senador Valdir Raupp com a palavra, líder do PMDB.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, senhoras e senhores Senadores, senhores convidados. Sr. Presidente, eu, a exemplo da Senadora Ideli, eu já entrei com um Projeto de Lei aqui no Senado que está tramitando nas Comissões que regulamenta o art. 192 da Constituição Federal vedando a cobrança de tarifa sobre a emissão e compensação e o pagamento de cheques emitidos por correntistas de Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Eu justifico da seguinte forma, Sr. Presidente. A lucratividade dos bancos, quando medida sobre o patrimônio dessas instituições, não pára de crescer. Isso significa que a rentabilidade, não apenas está crescendo em linha com o próprio gigantismo e concentração do setor, mas também, o que é mais grave, em relação ao próprio tamanho do setor. Dito de outra maneira, a taxa de lucro cresce mais que a própria taxa de crescimento do setor que já não é baixa. Há duas fontes para essa lucratividade astronômica: De um lado os spread bancários que são a diferença entre o custo de captação das instituições e o que elas cobram dos tomadores de empréstimos. De outro, as tarifas bancárias que praticamente não existiam anteriormente ao Plano Real e hoje são onipresentes na relação entre bancos e clientes.

A vantagem nas altas tarifas para os bancos, no entanto, não é apenas aquela direta relativa a receitas que conseguem gerar para essas instituições, elas são usadas como elementos de estratégia anti-competitiva das empresas do setor bancário, pois aumenta o custo de o cliente migrar em uma para outra instituição e desse modo permitem indiretamente que os bancos ampliem seus lucros, agora na parcela relativa ao spread bancário.

Um dos maiores abusos de que se tem notícia é a cobrança de tarifa sobre a emissão dos chamados cheques de menor valor. Não há um consenso entre a instituição, entre as instituições sobre o que o seja o pequeno valor. Em reportagem da Folha de São Paulo de 23 de novembro de 2006 é citada a denúncia do Ministério Público Federal em que se informa que uma das instituições considera cheque de menor valor aqueles inferiores a vinte reais enquanto outras, tem como limite o valor de quarenta. A tarifa cobrada seria em média de 0,50. Essa é a pergunta que faço ao Presidente da FEBRABAN sobre a cobrança de tarifa de cheques de pequeno valor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço Senador Valdir Raupp. Senador Arthur Virgílio. Só queria lembrar também aos presentes que, após essa audiência pública, nós teremos que votar pelo menos um projeto que é aquele que dá incentivo a indústria têxtil, moveleira e calçados que ela é uma Medida Provisória transformada em Projeto de Lei e que tem urgência para que a gente possa aprovar. Foi proposto aqui o entendimento de que nós faríamos nas propostas de alteração da Medida Provisória um novo Projeto de Lei, inclusive, de comum acordo com a Receita Federal que tem interesse em fazer uma alteração, explicarei na oportunidade. Senador Arthur Virgílio com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, e já que V. Exa. entrou na questão da pauta, eu apenas digo do desejo do PSDB de ver retirado da pauta por hoje para uma meditação conjunta da Comissão o empréstimo para a Prefeitura dirigida pelo Ministro Anderson Adapto em função de tudo o que tem cercado a carreira pública deste cidadão. Eu não... prefiro, por questão até de elegância não historiar...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Esse projeto não irá a voto hoje. Só temos na pauta para votar um projeto. Foi pedido vistas a semana passada o Senador Marconi Perfilo e nós ficamos acordados de votar hoje.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem, Sr. Presidente. Antes de mais nada, parabenizo V. Exa. pela iniciativa de começar a destrinchar aqui na Comissão de Assuntos Econômicos um tema que é extremamente técnico, que não deve... claro que tem uma nevralgia popular muito grande, mas não deve ser discutida, a meu ver, se esta é uma Comissão Técnica a base de comício, a base de emocionalismos. Eu vejo que nós temos, assim, uma certa alma autoritária no Brasil que precisa ser combatida por nós próprios se nós queremos consolidar a democracia.

Fiquei espantado com as reações ao gesto do apresentador de televisão Luciano Huck de ter reclamado de que foi violentado no direito seu de ter seu relógio. Quase que propuseram que ele aceitasse um socialismo para lá de esquisito de ter sido justa a expropriação do relógio do senhor Luciano Huck. Do mesmo modo o filme do cineasta José Padilha, todos os dias criticado por pessoas que viram e até que não viram o filme como se fosse um filme de um fascista e faceta ele não é, eu o conheço pessoalmente e muito bem, não é faceta. Ele exibe a corrupção policial, exibe o quadro de violência e ele impede que alguns continuem deificando(F) como fizeram com Lúcio Flávio no passado, continuem deificando(F) a figura do bandido que hoje funciona em organizações criminosas sofisticadas. É um filme que vale a pena ser visto, mas eu me refiro a uma certa alma nossa de nós irmos criminalizar aqueles que ousam pensar diferente do que certa patrulha diz. É a mesma coisa quando se chega a bancos.

Algumas pessoas acham que dá para o Brasil se desenvolver sem banco, ou seja, quase que um fetiche, é como se fosse uma coisa sexual, uma cinta liga, você tem verdadeiro fetiche, ou seja, o que vem de banco nunca é bom. As taxas são terríveis. E quem disse que para os banqueiros isso é bom? Os banqueiros auferem taxas baixíssimas nos Estados Unidos e, no entanto, são banqueiros muito mais prósperos e muito mais seguros do que os banqueiros brasileiros. E aqui eu quero dizer que se nós temos a honestidade intelectual de dizer que foi muito bom para o Brasil a Lei de Responsabilidade Fiscal, foi muito bom para o Brasil um programa que foi demonizado nas ruas e que deu a solidez de que desfruta hoje o sistema bancário brasileiro que é o PROER, o programa de recuperação de bancos. Não foi nada para banqueiro não. Alguém disse aqui: "Os banqueiros se deram muito bem nessa história." Se deram não. Tem banqueiro preso, tem banqueiro com prisão pedida, tem banqueiro que perdeu seus bens, enfim, houve, foi um passo civilizatório significativo na direção de nós termos um sistema financeiro sólido que ajuda o Brasil, inclusive, a enfrentar os vendavais de crises sistêmicas, porventura, ameaçando a nossa... ameaçando a nossa economia. Então, o PROER, a meu ver, merece ser analisado, sobretudo, numa Comissão como essa com o respeito com que é analisada e respeitada hoje a Lei de Responsabilidade Fiscal. E eu fico feliz de ver que há uma concordância precisamente de quem representa a FEBRABAN, o Dr. Fábio Barbosa, que eu saúdo, o Dr. Gabriel Ferreira a quem eu saúdo também.

Eu gostaria de dizer que outras reuniões deveriam se suceder a essa para nós discutirmos as razões, as comparações com os países parecidos com o Brasil e compreendermos, se nós ficarmos, por exemplo, na SELIC em relação as taxas de financiamento na ponta do consumo, para mim o ideal seria, o equilibrado seria nós termos uma SELIC de X e mais 8%, 6% em cima disso na ponta do consumo, aí o Brasil seria um país normal. O Brasil não é ainda um país normal. É um país em vias de normalização, um país que não foi inventado em 2003, um país que tem já quase 15 anos de estabilidade econômica, de luta por estabilidade econômica, um Brasil que tem várias conquistas sucessivas e eu creio que será uma conquista do próximo Presidente da República, pertença ele a que partido pertencer, seja ele de que partido for, será uma conquista do próximo Presidente da República, se ele não for alguém tresloucado que troque, que resolva dar um revertério no que já foi feito de bom nesses últimos 15 anos, nós teremos então, talvez, quem sabe lá mais justas tarifas, spreads mais próximos da taxa SELIC, ou seja, eu percebo que tem havido mudanças e para melhor.

Eu estava vendo aqui os relatórios, ou seja, nós não podemos proclamar que vendemos mais carros esquecendo que os carros foram financiados por bancos. Não podemos proclamar que nós vendemos mais imóveis sem que o mercado imobiliário de certa forma vive um mini boom sem lembrarmos que isso aí é financiado por bancos, ou seja, não dá para nós dizermos: O crédito consignado é uma coisa maravilhosa e tirarmos a figura do banqueiro. Pelo amor de Deus, que nenhuma patrulha venha me dizer agora advogado de banqueiro porque nunca fui advogado de quem quer que fosse, nunca fui advogado de corporação sindical, nunca fui advogado de banqueiro, nunca fui advogado de empreiteiro, nunca fui advogado de quem quer que seja, apenas eu exerço o meu direito de opinar a partir do que eu possa ter reunido de cabedal sobre a realidade econômica do meu país.

Portanto, Sr. Presidente, Aloizio Mercadante, eu entendo que esta reunião é muito boa, é insuficiente porque eu não acredito que se vá ter um esmiuçamento técnico de um tema tão... tão árido, tão árido

e que tem que ser mesmo dividido porque são 20, 30 serviços que os bancos prestam, então, até que ponto que estaria havendo falha do Banco Central na fiscalização? O Senador Jefferson disse muito bem, cartelização não, senão nós termos que acusar o nosso glorioso Banco Brasil de estar na cartelização. Então, não caberia tanto isso. Nós teríamos que fazer outras reuniões porque algo que precisa ficar bem compreendido é primeiro o fato ruim de que nós pagamos tarifas altas, isso sacrifica o bolso de quem recorre aos bancos. Segundo. Nós pagamos spreads altíssimos e isso tem que ser normalizado. Terceiro. Isso é culpa exclusiva, responsabilidade exclusiva dos bancos? Eu tenho a impressão que não. Eu sinto que é o conjunto de uma abordagem da economia brasileira em relação a realidade do país que nos leva a ter essa situação. Portanto, eu não gostaria agora de entrar na lista do Zé... eu não queria agora ver eu, o Zé Padilha e mais o, qual foi o outro, patrulhado? Enfim, analisado com sensatez, uma situação que eu sei que chegar aqui e soltar todos os tiros é até bom popularmente, mas eu entendo que o papel desta Comissão é fazer uma análise técnica e análise técnica deve nos levar a conhecer algo que eu sinto que é desconhecido de todos nós, ou da maioria de nós outros aqui. Por isso parabenizo V. Exa. pela iniciativa e sugiro mais reuniões para nós começarmos a conhecer por dentro esse funcionamento, até para podermos criticar aquilo que porventura esteja errado e alguma pode estar errada sim com mais base e sem meramente nos quedarmos aos encantos de teses populares. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço Senador Arthur Virgílio. Senador Delcídio Amaral com a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Quero cumprimentar o Presidente da FEBRABAN, meu querido Fábio Barbosa, meu grande amigo de colégio São Luiz e mais do que nunca registrar, Senador Eduardo Suplicy também citou, a habitual serenidade, competência, equilíbrio que sempre pautou a tua vida desde menino e eu acompanhei isso muito de perto. Cumprimentar o Dr. Gabriel por tudo o que representa para as Instituições Financeiras e para o sistema bancário, por todo o trabalho desenvolvido ao longo de toda a história de V. Sa.

Eu vou ser muito rápido, Presidente. Pegando um pouco a questão aí da concentração que foi dita aos 10 bancos, 93% dos depósitos a vista e uma... e uma operação que não só existe no sistema bancário, mas está acontecendo também nas telecomunicações, realmente, que foi citado aqui pelo Senador Osmar Dias, as empresas de telecomunicações também estão passando por um processo de fusão, fruto de compras que tem ocorrido, basta ver o último exemplo aí da TELECOM Itália com a TELMEX e isso com reflexos aqui no país da TELEFÔNICA também, as Companhias Aéreas. Então, a primeira pergunta é em função desse processo de fusão, a despeito de todos os resultados que foram muito bem aqui apresentados e distribuídos aqui por esse material, será que nós não vamos caminhar por uma trajetória de uma presença do Banco Central mais intensa na regulamentação desse dia-a-dia dos bancos em função desse processo de aglutinação? O Senador Suplicy falou aqui do ABN, mas dessa concentração bancária que hoje nós estamos vivenciando no Brasil como em outros segmentos? Não é só privilégio do sistema financeiro. A outra questão é no que se refere a esse... ao programa estar, em função dessas deficiências, Fábio, apontadas, qual é o projeto que a FEBRABAN tem daqui para a frente para eliminar essas deficiências e realmente tornar esse projeto um projeto onde não só nós vamos ter condição de contribuir com a transparência nas tarifas públicas, mas acima de tudo também prestar um serviço que o consumidor, que o usuário brasileiro, mais do que nunca, exige do sistema financeiro ou das instituições bancárias? A outra questão, empréstimo em consignação. Aqui tem uma tela falando sobre os empréstimos em consignação, pode ser que eu não tenha mais acompanhado, Fábio, no detalhe isso, porque antes existia quase que uma concentração desses empréstimos em consignação na mão de alguns bancos, entre eles o BMG, que eu me lembro bem em função de tudo o que aconteceu lá pelos idos de 2004 e2005 na CPI dos Correios. Como é que esse projeto, como é que esses empréstimos consignados, como é que isso se capilarizou ou não no restante das instituições bancárias? Eu até num determinado momento cheguei a ler algumas matérias na imprensa onde alguns bancos reclamavam desses passos, desses primeiros passos no que se refere a empréstimos em consignação e que hoje são bastante difundidos, pelo menos da parte de algumas Instituições Financeiras?

A outra questão que o Senador Flexa falou muito rapidamente, hoje o dilema que se tem quando eu vou quitar, eu tenho um empréstimo, eu vou quitar um empréstimo antecipadamente. As dificuldades que estão sendo impostas pelas agências bancárias e por último eu queria aproveitar a oportunidade, perguntar ao Dr. Gabriel especialmente, nós estamos discutindo a CPMF agora. Qual é o posicionamento do sistema financeiro com uma... com a eliminação da CPMF eventualmente por alguma dificuldade ou por dificuldades ou problemas que nós venhamos a enfrentar aqui na votação no Senado Federal? O quê é que isso representa para o País e para o sistema financeiro?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Desde a época do São Luiz ele sempre colocava o Fábio Barbosa em situações delicadas. Vê que é uma coisa antiga. Nós vamos encerrar agora a argüição para passar para a Ordem do Dia. Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEMBA) – Sr. Presidente, Aloizio Mercadante, Vice-Presidente, Eliseu Resende, Dr. Fábio Barbosa, Dr. Gabriel Ferreira. Bom, o comentário que eu vou fazer aqui é exatamente em relação a questão das tarifas versus as receitas totais dos bancos, ou seja, há um quadro aqui que demonstra que as tarifas se mantém numa proporção estável em relação as receitas totais. Bom, mas acontece que as receitas totais são nos últimos anos foram impulsionadas grandemente pela expansão das Operações de Créditos que saíram de 24 para 33%. Ora, então as receitas de serviços, elas acompanharam também, quer dizer, tiveram um crescimento bastante elevado acompanhando o crescimento das Operações de Crédito, quer dizer, ou seja, elas acabaram tendo uma participação vigorosíssima, inclusive as receitas de serviço, elas cobrem todo o custo de pessoal dos bancos e dão uma sobra, ou seja, se paga toda a folha de pessoal e todo o custo de pessoal dos bancos e ainda dá, mais ou menos, 30% de folga. Então, ou seja, as receitas de serviço no Brasil ainda são muito elevadas para o nosso nível de desenvolvimento bancário.

Então eu acho que as receitas, esse é um comentário, acho que as receitas de serviços são extremamente ainda pesadas dentro dessa comparação que foi feita com as receitas totais. E a outra observação é só reforçando o que foi dito pelo Senador Arthur Virgílio que nós deveríamos continuar debatendo esse assunto do sistema financeiro, mesmo que fosse em audiências em outros horários que não viessem a prejudicar a pauta da CAE, mas que nós continuássemos permanentemente em contato com o sistema financeiro para poder exatamente conhecer melhor o funcionamento e debater melhor medidas que fossem necessárias para agilizar e melhorar o funcionamento do sistema. Então, eu acho que isso é salutar e isto, claro, nós teríamos que encontrar horários que fossem diferentes da agenda de votação da CAE para que nós não pudéssemos estar postergando as matérias. Eram os meus dois comentários.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço Senador Antônio Carlos. Encerrando agora a argüição. Com a palavra Dr. Fábio Barbosa.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA – Senador, tenho um monte de perguntas aqui, eu vou tentar endereçá-las todas. O Senador Flexa Ribeiro perguntou sobre a questão da tarifa de liquidação antecipada como o Senador Delcídio também perguntou. Quando eu responder as perguntas dele, eu endereçarei então, a questão da tarifa de liquidação antecipada. Começarei, então, com o Senador Eduardo Suplicy, um rápido comentário, Senador, com relação a questão do ABN AMRO, no momento, portanto, eu tiro meu chapéu aqui de FEBRABAN para falar não de Banco Real e ABN, apenas para esclarecer que esse processo ainda está num estágio muito inicial, tem havido uma certa confusão com relação ao que aconteceu e eu tentarei de uma maneira bastante simples elucidar. O banco ABN AMRO na Holanda mudou seu controle acionário na semana passada. Eram centenas de milhares de acionistas, eu falo 100 mil acionistas ao acaso e esses acionistas venderam suas ações para um consórcio formado por um banco escocês chamado Royal Bank of Scotland que eu chamaria RBS, um banco belga chamado FORTSAN(F), um Banco Espanhol chamado Santander. Então o ABN AMRO continua a existir exatamente como dantes, o Banco Real pertence ao banco ABN AMRO e os acionistas agora são outros, mas apenas isso mudou. Continua exatamente como dantes. Eles terão agora um prazo de 60 dias para apresentar um projeto ao Banco Central da Holanda de como esses três acionistas pretendem dividir os ativos do ABN AMRO e isso será operacionalizado no primeiro trimestre ou talvez até no segundo trimestre do ano de 2008. Portanto, é bastante prematuro nesse instante fazer qualquer previsão com relação ao que vai acontecer, qual vai ser a estratégia, até porque volto a dizer, o banco ABN AMRO continua a existir na sua integridade, exatamente como existia, é mais uma questão de que certamente vai mudar, mas vai mudar em 2008 e acho que no momento adequado, Senador Aloizio Mercadante, acho que seria o caso de, talvez, virmos aqui conversar, as partes pertinentes, quem puder de fato elucidar e atender as colocações feitas por V. Exa. e outros tantos que tenham perguntado sobre esse assunto. Mas eu acho que nesse momento nada muda.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu diria que esse encaminhamento é totalmente satisfatório e no momento que nós tivermos a definição do cenário nós convocaremos as autoridades competentes para tratar desse tema que é de grande interesse econômico e social no Brasil.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA – Portanto, por alguns meses nada vai mudar, teremos tempo, portanto, para analisar o caso. A sua segunda colocação é com relação a microcréditos e eu mantenho por mais um minuto, se me permite aqui o chapéu

ainda de Banco Real, ABN e nós temos tido uma situação bastante intensa com relação a questão do microcrédito, inclusive, estarei lá em final de novembro na reunião com o Muhammad Yunes, e as iniciativas do microcrédito tem tido uma evolução satisfatória, embora muito mais difícil, eu devo dizer a V. Exa., do que imaginávamos inicialmente e por várias razões que eu não vou estender aqui. Mas todo o caso eu só queria lembrar que a tônica também do Muhammad Yunes era não o empréstimo para despesas, mas sim o empréstimo para investimentos e é essa tônica que tem sido dada, ou seja, não é aquele empréstimo que permita só a expressão, quebra um galho para fechar a conta no final do mês, mas sim emprestar dinheiro para aquela costureira que quer comprar uma máquina de costura, para aquela pensão que quer, de repente, comprar sei lá, mais uma cama, ou alguma estrutura, ou até o vídeo clube, ou até restaurantes, coisas pequenas que existem em comunidades carentes. Esse é o foco e assim tem sido.

O que a FEBRABAN tem feito com relação a isso é muito mais promover seminários, debates, trazer pessoas, trocar experiências já que não cabe a FEBRABAN direcionar aquilo que cada banco entende como sendo sua estratégia. Talvez faça sentido para um, não faça sentido para outro, mas a gente entende que é um segmento importante, tem tido sucesso em outros países do mundo, começa a ter sucesso no Brasil e o que a gente faz é promover essa troca de informações, não apenas entre bancos brasileiros, mas também trazendo gente de fora e o Muhammad Yunes vem também um pouco nessa intenção e nós vamos estar bastante ativos quando da visita dele. Então, essa foi a sua segunda colocação. V. Exa. fez uma terceira colocação com relação a tarifa de abertura de crédito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita ainda. A situação de uma pessoa que tem um rendimento modesto, mas um rendimento regular, quer abrir uma conta numa Instituição Financeira e muitas vezes tem dificuldades. Há uma preocupação no sentido de democratizar oportunidades de pessoas, mesmo que tenham rendimentos até 500 reais, mil reais por mês e tal, de abrir a conta no banco, sem que haja exigências, as vezes só abrir a conta, eu tenho ouvido depoimentos de pessoas que em circunstâncias tais como esta o Gerente, a pessoa no balcão diz: Bom, aqui não é o caso para a senhora abrir uma conta. A senhora tem que ir para outro lugar. Então, bancos como os muito bem conhecidos em São Paulo disseram isso a pessoas que me relataram este episódio recentemente. Então, gostaria de como Presidente da FEBRABAN nos dizer algo a respeito.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA – Eu obviamente desconheço o exemplo concreto que V. Exa. tem em mente, mas eu queria comentar que os bancos tem procurado aumentar a base de clientes de uma forma bastante intensa e tem feito. Diferentes bancos, porém, se reservam ao direito de ter diferentes estratégias. Alguns operam até por uma limitação da rede de agências, ou por uma estratégia, procuram operar com segmentos de renda mais elevada, outros procuram trabalhar por ter até uma capilaridade maior, buscam clientes de mais baixa renda.

Eu me disponibilizaria a conversar com V. Exa. e procurar entender, mas a estratégia, a visão que tem é de bancarização. Isso não quer dizer que todas as Instituições Financeiras que compõe o sistema financeiro brasileiro estejam nessa direção de aumentar a bancarização até porque alguns trabalham com base, as vezes, de 100 mil clientes, 500 mil clientes e não podem abrir por não ter a infra-estrutura, o que congestionaria ainda mais o atendimento. Em todo o caso eu me disponibilizaria a entender um pouco melhor o seu caso. Sua terceira colocação, Senador, foi com relação a tarifa de abertura do crédito. Então, realmente varia, as vezes, 300, 600, V. Exa. mencionou a questão da tarifa cobrada quando da obtenção no financiamento de veículo. Tem dois serviços prestados, na verdade: O primeiro é a análise do crédito, muitas vezes a pessoa que está financiamento o veículo não é correntista daquela instituição que lhe financiará, portanto, cabe uma abertura de um cadastro e isso tem um certo custo envolvido. Existe também um outro custo, Senador, que é a questão do próprio comissionamento do lojista, aquele lojista aonde está localizada, está sendo feita a operação, o dono da concessionária, enfim, existe um comissionamento por a Instituição Financeira poder estar presente, portanto, é a facilidade de acesso aquela operação. Isso tem dado muita capilaridade, seria muito ruim se cada vez que fosse feito um financiamento a pessoa tivesse que sair de lá, ir até a sua Instituição Financeira, buscar o financiamento, voltar. Então, a conveniência, alguma instituição está lá, isso é fruto de um acordo operacional entre o banco e o lojista que por isso recebe uma certa remuneração que compõe a taxa de abertura de crédito.

É nosso interesse também dar mais transparência com relação a isso que acontece e onera e se V. Exa. me permite, nós entendemos que o duplo registro na verdade não trará nenhuma proteção, o duplo registro encarecerá e poderá transformar isso num custo adicional para quem toma o financiamento. Eu acho, minha opinião, que o financiamento de veículo funciona muito bem, os spreads praticados no Brasil são de patamar internacional, não fica nada a dever

ao que acontece no resto do mundo, portanto, eu creio ser desnecessário, se V. Exa. me permite, o duplo registro, causaria um aumento de despesa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA – Espero ter respondido. Ao Senador Jayme Campos que teve que se ausentar, fez a colocação com relação ao cheque, quatro dias, e a questão do valor é menor. Só queria lembrar que, na verdade, bom os quatro dias depois eu vou procurar entender porque pelo processo normal um cheque demora dois dias para compensar, eu não tenho a resposta, obviamente mais um caso concreto que foi trazido, deve ter alguma peculiaridade. Mas queria lembrar que com relação a... ele também destacou a questão das filas e da relação do cliente. Eu queria destacar que o interesse da organização é tratar bem o cliente e ter um cliente satisfeito. Isso é óbvio. Nós temos uma série de estudos que mostram que o cliente satisfeito, na verdade, intensifica o seu negócio com a relação. Portanto, eu volto a dizer: Os interesses são convergentes. O banco quer tratar bem o cliente e o cliente quer ser bem tratado. A questão é onde é que nós vamos parametrizar isso e o que precisa ser feito para corrigir. E eu queria aqui fazer um destaque a uma iniciativa recente, aliás, bem recente, eu não vou precisar a data, mas acho que foi até agora em 30 de setembro que o Banco Central definiu que os bancos têm que trabalhar com uma ouvidoria que vai ter que trabalhar de uma forma muito disciplinada, inclusive, com auditoria externa, com linha de repórter independente para o Conselho de administração, ou comitê de auditoria, dependendo da governança de cada instituição e que vai dar cada vez mais transparência para a questão do atendimento, ou seja, o atendimento vai ter que, tudo que for encaminhado vai ter que ser respondido, vai ter que ser trabalhado e medidas terão que ser tomadas no sentido de evitar que aquilo se repita. Acho extremamente positivo, os bancos já faziam isso, o que foi trazido agora é uma governança um pouco mais firme e acho que todos temos a ganhar. Senador Jayme Campos ainda fez a colocação de que ele gostaria de ver aqui uma definição de um prazo por parte da FEBRABAN com relação a definição, a redução de preço, só teria a destacar que não cabe a FEBRABAN definir qualquer preço de qualquer sorte e acho que isso é extremamente positivo. O mercado é que define, seria um horror se houvesse um organismo que definisse o preço a ser praticado por todo o setor. Então, o que a gente acredita é justamente que a maior transparência, a maior comparabilidade, a facilidade na troca de Instituições Financeiras é que levará a uma redução das tarifas. Senador Valter Pereira fez a colocação com relação ao arsenal de tarifas e se há uma necessidade ou não de aprovação prévia quando da cobrança de uma tarifa, resposta concreta. Não. Não há. Há sim necessidade de se colocar isso com 30 dias de antecedência para que possa, então, ser cobrada a tarifa e de uma forma transparente. O referencial, V. Exa. colocou para que se defina o valor de uma tarifa. Na verdade, existem diferentes métodos de custo e apuração de custo de diferentes operações, de diferentes instituições, não apenas em diferentes custos, como também definem isso a partir de diferentes metodologias.

Então, felizmente a gente tem uma variação muito grande com relação as tarifas cobradas, ao interesse que determinadas instituições possam ter num determinado tipo de cliente, num determinado tipo de tarifa, não, de tarifa não, me desculpe, de serviço e portanto pode haver diferenças e essas diferenças o que a gente quer é não é que elas acabem, a gente simplesmente entende que elas deviam estar muito transparentes e muito claras de forma que possa haver por parte de quem atua com aquela Instituição Financeira a condição de saber se ela oferece ou não. Lembro, é o cliente, na verdade, ao buscar aquela Instituição Financeira que pratica o preço mais baixo, ou que lhe oferece o melhor serviço, ou que lhe oferece melhor conveniência, cabe a ele, na verdade, definir e com isso buscar que as instituições compitam entre si e é isso que tem acontecido e tem acontecido cada vez mais. Uma série de outras colocações que algumas eu voltarei também comentando. Liberdade absoluta é o que nós entendemos como sendo o caminho, e isso que nós defendemos, na verdade. Senadora Ideli Salvatti pergunta um pouco sobre a questão do aumento de crédito, a escala, se tem havido redução do spread. Eu ouvi várias vezes aqui menções feitas ao fato de que a taxa SELIC caiu, mas o spread não caiu na mesma proporção. Os dados do Banco Central que eu trago em mãos aqui apontam, na verdade, para uma redução do spread, portanto, se houve uma redução do spread é porque de fato caiu, não apenas na proporção da taxa SELIC, mas caiu mais do que a taxa SELIC, são dados divulgados pelo próprio Banco Central, lembrando sempre que esses dados estão alterados, já que se trata de uma média, pela extensão de prazo nº. 1 e por uma maior base de clientes nº., 2. A questão também foi colocada por ela se a questão da redução da tarifa, concorrência, e a possibilidade de se definir alguns serviços que deveriam ser praticados sem custo.

Eu obviamente desconheço o trabalho que está sendo feito pela Senadora, mas desde já registramos nossa preocupação sempre com a definição de de-

terminados serviços para os quais não poderia haver a correspondente tarifa já que a cada serviço corresponde um custo e sempre pode, a gente pode acabar causando distorções num sistema que tem funcionado bastante bem conforme vimos, aumentando a bancarização e trazendo o serviço financeiro para uma parte cada vez maior da população. O Senador Valdir Raupp fala um pouco sobre a mesma questão de vedar cobranças de tarifas, a questão de determinados abusos, nós reforçamos nossa preocupação com relação a serviços gratuitos que sempre podem causar distorções e destaco também a questão do cheque de menor valor que foi por ele levantado dizendo que as Instituições Financeiras têm cada vez mais buscado destinar essas operações e cheque de menor valor para os cartões de débito, é muito mais conveniente, faz muito mais sentido para todos, um cheque de pequeno valor, ainda assim ele tem que ser transportado, existe uma bateria de aviões, inclusive, e de transportes para levar o cheque de uma destinação a outra a um custo muito elevado, o objetivo de fato para toda a sociedade é que não se desperdicem recursos como o caso que acontece hoje com o transporte aéreo para que a compensação possa ser feita por esse Brasil afora num prazo de dois dias e, portanto ,cheques a menor tendem a comandar um custo muito elevado dada a relevância da operação, a idéia de qualquer maneira foi jogar isso para cartão de débito, está acontecendo cada vez mais e eu posso dizer que a tal tarifa sobre cheque menor tem caído em desuso e já são várias as instituições que não a cobram até porque caiu muito o número de cheques dos chamados valor a menor. Senador Arthur Virgílio faz a colocação da importância da solidez do sistema financeiro.

Eu queria apenas destacar e ele lembrou que o crescimento da venda de veículo a 65% dos veículos hoje são financiados, percentual que tem se mantido num patamar elevado, crédito imobiliário, mas que ele destacou duas coisas que eu queria comentar: Primeiro na questão da análise técnica, eu acho que é um assunto bastante técnico sim. Eu acho que é importante a gente colocar luz nesse debate de maneira a seguirmos, a não seguirmos as ditas pistas falsas. Existem problemas sim e o problema é, acho que a arte aqui e a importância desse diálogo e a proposta feita por ele, inclusive, de que a gente tenha um fórum mais técnico, eu desde já me coloco à disposição, Senador Aloizio Mercadante, para que se for essa a intenção, que a gente debata mais a fundo que é o interesse de todos, de que colocando luz no debate a gente identifique de fato quais são os gargalos, trabalhem nesses gargalos e não sigamos as ditas pistas falsas. Eu destaco mais uma vez que os interesses são absolutamente convergentes. É interesse do setor financeiro que cada vez mais as condições permitam que haja um aumento da carteira de crédito, haja um aumento da bancarização de maneira que todos possamos, na verdade, desfrutar dos benefícios de uma economia crescente e cada vez mais inclusiva, como é o caso do crescimento econômico que temos visto agora. Senador Delcídio Amaral, agradeço a colocação inicial e carinhosa. Eu só queria fazer um destaque aqui sem ter o conhecimento profundo, o Senador Aloizio Mercadante mencionou que 93% dos depósitos a vista estão concentrados em 10 bancos. Eu desconhecia essa informação. Até o percentual que eu tenho é menor, mas creio que V. Exa. está correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Depósito a vista, 90,5%, 10 bancos.

SR. FÁBIO COLLETTI BARBOSA – Perfeito. Deve ser em função de apenas bancos que têm redes de agências é que captam depósitos a vista. Outros bancos e são muitos que não têm redes de agências, eles captam através de depósitos a prazo e, portanto, o percentual cairia bastante se olhasse depósitos, não apenas depósitos a vista, quero crer que é uma estratégia, alguns captam depósitos a vista que podem ser mais baratos, mas tem compulsória e tem um custo de captação na medida em que você tem a necessidade de ter uma rede de agências, outros procuram captar no mercado esse chamado depósito a prazo, CDBs, a um custo mais elevado, mas sem despesas operacionais a que me referi. V. Exa. mencionou a questão da fusão e as necessidades de regulamentação, tendo menos bancos e bancos isso levaria ou não a uma necessidade, uma regulamentação. Eu quero crer, Senador Delcídio, que nós vamos ter, na verdade, mais concorrência. Eu acho que economias fortes, economias grandes e nós vimos vários casos aqui, elas têm bancos muito fortes. Eu acho que o mais importante é que nós temos bancos a altura dos desafios que as empresas brasileiras terão pela frente. Eu acho que a concorrência tem sido bastante acirrada, foi colocado por um Senador aqui há pouco justamente a questão da disputa que tem havido por folhas de pagamento e tudo mais, o que denota uma concorrência bastante grande também na questão de busca de clientes. Então, eu quero crer que a concorrência continuará acontecendo, mas eu acho que sempre é um assunto que tem que estar sendo debatido e tem que estar se certificando de que a dita concorrência de maneira que não haja prejuízo por parte de qualquer tipo de consumidor. V. Exa. mencionou também a questão do STAR(F), volto a lembrar, STAR(F) é a sistema de tarifas que a FEBRABAN começou a trabalhar a ques-

tão de dois, três meses. Foi bem apontado por V. Exa. Há, sim, deficiências. Nós temos reunião, inclusive, amanhã, novamente e para discutirmos um pouco a questão da governança e acho que a pressão, seja do usuário, dos PROCONS, tudo mais, tem sido extremamente positivo, ou seja, toda vez que apontam um erro eu acho que a idéia, a intenção é de trabalhar com transparência, se há deficiências, nós vamos corrigir, eu acho que ele tem que se transformar num instrumento com credibilidade, portanto, é muito importante que a gente corrija essas deficiências que possam ter aparecido inicialmente, não há interesse nenhum em ter algum site como esse que não facilite a vida dos consumidores, então, nós estamos trabalhando, não tenho a resposta específica, mas a gente já identificou que na governança precisamos reforçar de forma que haja credibilidade nesse instrumento. O consignado V. Exa. fez uma colocação com relação se houve ou não uma desconcentração, se me permita a palavra, de fato houve, se capilarizou muito, hoje existem uma série de instituições que trabalham, talvez, aquelas que entraram inicialmente tenham conseguido, até porque identificaram uma boa forma de trabalhar através de agentes, tenham conseguido uma posição forte, mas com o passar do tempo outras instituições têm se colocado também e respondendo objetivamente a sua pergunta, houve sim uma redução na concentração que caracterizou esse mercado nos primeiros momentos, a concorrência está bastante atuante e isso também tem levado e eu pego o gancho aqui na sua pergunta com relação a TLA.

TLA é a Tarifa sobre Liquidação Antecipada, talvez, um dos assuntos mais técnicos dessa conversa toda que tivemos aqui, portanto, eu vou ser superficial, talvez, Senador, mas me colocando a disposição para nos aprofundarmos. Mas eu queria colocar a essência da questão. A essência da questão e felizmente estamos discutindo agora a questão da liquidação antecipada, primeiro porque só existe essa conversa sobre liquidação antecipada porque temos prazos mais longos. Quando os prazos eram curtos não se falava sobre isso. Agora, os prazos são mais longos temos que falar sobre isso. Qual é o problema que isso causa e na verdade não é uma tarifa que se cobra, é uma Comissão ou é, na verdade, um ajuste com relação a essa dívida. Qual é a essência do problema?

A essência do problema é que e eu me permita um exemplo, se é feito um financiamento de um veículo ou de um consignado por 3 anos, houve a necessária captação pelo prazo equivalente em taxas equivalentes. Eu costumo dizer que banco não está no negócio de correr risco. Banco está no negócio de administrar risco. Portanto, o banco nunca dá dinheiro por 3 anos sem que ele tenha tomado o dinheiro pelo prazo equivalente. Existem simples casamentos que são muito bem gerenciados, mas o exemplo que eu quero pegar aqui é que ele deu dinheiro por 3 anos, ele de alguma maneira tomou, seja através de estruturas dos chamados derivativos, seja como for, mas o banco se protegeu. O que acontece é que quando alguém vai pré-pagar aquela operação o banco não tem como pré-pagar o depósito que foi feito. Portanto, ele recebe o dinheiro de volta, ele não tem como devolver para aquele depositante, portanto, ele fica com a situação do descasamento que é herdado. Como é que isso funciona no mercado internacional? Existem várias formas com muita transparência, inclusive, no momento da negociação do empréstimo uma taxa mais alta para aqueles que querem ter o direito de pré-pagamento, uma taxa mais baixa para aqueles que não ficam com direito de pré-pagamento e nos mercados internacionais existem uma série de instrumentos que permitem o bom gerencialmente dessa situação. Não se trata apenas de não cobrar nada. Se trata de entender exatamente qual é o risco de maneira que a gente possa, isso é muito importante, que a gente possa de fato estimular o alongamento dos empréstimos no Brasil. Uma das razões do crédito em relação ao PIB ser baixo no Brasil, eu disse ao crédito imobiliário, mas a outra são os prazos muito curtos. Precisamos alongar. Portanto, esse assunto eu me permito deixar aqui nesse nível, mas eu me coloco à disposição para conversar, caso seja necessário, a questão da TLA. Eu vou aproveitar que eu estou com a palavra e também responder as colocações do Senador Antônio Carlos Gomes e depois vou passar... Antônio Carlos Júnior, desculpe. Depois passar a palavra para o Gabriel. O Senador Antônio Carlos Júnior fez colocação com relação as tarifas estarem estáveis em percentual da receita e como cresce a receita de crédito então, também está crescendo a de tarifas. Queria lembrar que as tarifas estão crescendo basicamente porque aumentou muito a base de clientes. Quando você faz um trabalho e ajusta isso para a elevação da base de clientes em termos reais não houve elevação no total de arrecadação de tarifas por parte do sistema financeiro. Ele também fez uma colocação de que as tarifas cobrem a folha de pessoal em 130%, isso é verdade. Porém, nós temos chamado a atenção para o fato de que a prestação de serviços no banco se dá cada vez mais através de investimentos em tecnologia, existe também uma parte de despesas que são terceirizadas, portanto, o que há de se olhar não é apenas a questão de despesas de pessoal, mas também o total de despesas, incluindo despesa de pessoal, de tecnologia e administrativas e nesse caso a relação, como o próprio Senador Mer-

cadante mencionou, é da ordem de 65%. Ele também reforça essa idéia da necessidade ou da conveniência, talvez, de termos um fórum para debatermos isso e a gente está aqui, novamente se coloca a disposição caso seja interesse de V. Sas. de conversar sobre esse assunto, a gente está preparado para isso a qualquer instante. Passo aqui a palavra para o Gabriel, aquele que fez a colocação simpática do CPMF.

SR. GABRIEL JORGE FERREIRA – Bem, coube a mim a última pergunta sobre a questão da CPMF. Eu diria o seguinte. Impostos em geral eles nunca são bem-vindos pela sociedade. Eu acho que haverá sempre um conflito entre os interesses de FISCO e de contribuinte. O fato é que o Senado é uma instituição que tem uma tradição de tomar decisões sempre equilibradas e voltadas muito para o atendimento dos interesses do país. E eu tenho certeza que com as justificativas que foram apresentadas e os debates aqui travados, o Senado irá tomar a decisão que ele entende como se direciona nesse rumo do maior interesse do país.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu queria agradecer a presença da FEBRABAN nessa audiência. Nós temos ainda um projeto em pauta, eu vou colocar imediatamente. Mas eu só queria terminar dizendo que o entendimento do Senado, desta Comissão, é que há muito tempo ainda, tanto na questão da transparência, de aprimoramento desses mecanismos que a FEBRABAN está criando, que são muito positivos, de colocar as tarifas a disposição e os serviços de todos os interessados, todos os clientes. Hoje nós temos um sistema de auto-regulação, auto-regulamentação do setor e que a nossa expectativa é que o setor, evidentemente dentro das exigências técnicas, avance no sentido de redução das tarifas e de providências em reduzir custos para que a gente possa ampliar a base de serviços bancários para a população, caso contrário, nós avançaremos no sistema de regulação pública sobre a questão das tarifas, o Governo já sinalizou nessa possibilidade e no Senado já começam a ser tomadas medidas nessa direção. Então, acho que até o final do ano nós seguramente voltaremos a tratar deste assunto e todas as informações que a FEBRABAN quiser oferecer aos Senadores nós estamos dispostos e evidentemente acompanharemos junto com o Governo as providências que serão tomadas nessa direção. Está encerrada a audiência pública. Agradeço a presença de V. Exa., Dr. Gabriel Jorge Ferreira, Dr. Fábio Colletti Barbosa e seguramente voltaremos a tratar desse assunto. Só vou pedir licença para dar prosseguimento porque nós temos ainda um ponto na pauta bastante importante. Muito obrigado.

Nós temos que votar hoje, o PL ficou acordado a sessão passada, o PLC nº. 76 que veio da... era uma Medida Provisória transformada em Projeto de Lei, que dá incentivos do PIS/PASEP e do COFINS para os setores de calçados, madeira e têxtil. Nós recebemos 17 emendas. A ampla maioria delas concernente a matéria porque trata dos setores afins a couro, têxtil e madeira. Algumas, inclusive, propõe ampliar esses benefícios para outros segmentos como é o caso da emenda do setor de camarão. Alguns setores que estão sendo propostos, a ampliação dos benefícios, o impacto fiscal é muito pequeno e eu acho que é possível ser atendido, por exemplo, é o caso de camarão e barcos. Então, são setores que eu acho que o impacto é bastante pequeno e não há dificuldade.

Há emendas que amplia para setores como máquinas e equipamentos agrícolas o impacto já é bem maior, nós teríamos que fazer um estudo para verificar a viabilidade. Agora, há uma emenda do Senador Flexa Ribeiro e Marconi Perillo que há já o compromisso da receita que é reduzir de 80 para 70% o compromisso das indústrias predominantemente exportadoras para terem os benefícios que estão estabelecidos. Então, a minha proposta de encaminhamento. Como tem 15 Medidas Provisórias chegando, se nós não votarmos imediatamente esse Projeto de Lei o risco é ficar para o final do ano ou para o ano que vem com um prejuízo muito grande desses setores porque isto era uma Medida Provisória que estava em vigência, a Câmara transformou em Projeto de Lei e nós precisaríamos dar urgência na tramitação.

A proposta que fiz e reapresento nesse momento nós aprovarmos o projeto original hoje para ir hoje a plenário, vou defender isso no Colégio de Líderes com urgência desta Comissão, nós tentaríamos aprovar ainda hoje em plenário o Projeto de Lei que beneficia o setor têxtil, calçados e couro. E as 17 emendas seriam tratadas em um novo projeto que nós votaríamos na sessão seguinte após licitações, votaríamos a sessão seguinte ou no máximo na outra sessão, se nós não conseguirmos porque projeto de licitações é bastante complexo, votaríamos no máximo em 15 dias. O Projeto de Lei que poderia ser de autoria do Senador Flexa Ribeiro e Marconi Perillo, projeto que reduz de 80 para 70% para toda a indústria os benefícios para o setor predominantemente industrial. Senador Flexa Ribeiro, então, nós aprovaríamos neste novo projeto já o compromisso de aprovar na sessão próxima ou em 15 dias o projeto que reduz de 80 para 70% o benefício para toda a indústria. Já há compromisso do Governo da receita, aprovaríamos para encaminhá-la à Câmara e trataríamos nesse projeto todas as demais demandas específicas. Eu me empenharei em

viabilizar as emendas que eu acho que não tenham grande impacto fiscal que é totalmente viável. As que têm grande impacto fiscal evidentemente terão que ser discutidas com a receita, por exemplo, máquinas e equipamentos agrícolas já é um tema muito abrangente, diferente de tratar um setor específico como é o caso de camarão ou beneficiamento de couro que são setores bastante específicos que poderiam estar dentro desse esforço. Pergunto se há acordo nesse encaminhamento?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu me inscrevo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Em seguida Senador Garibaldi.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Senador Eliseu Resende, senhores Senadores. A proposta de V. Exa. acho que ela pode ser acatada pelos membros da CAE já que V. Exa. faz um compromisso de que apresentado o projeto que reduz o benefício do RECAP para as empresas que tenham 70%, de 801, de redução de 80 para 70% o total das suas exportações e esse já haveria acordo pelo que V. Exa. diz da Receita Federal. Agora, as outras emendas que foram apresentadas, que diz respeito a alguns setores da maior importância para o Estado do Pará que é um Estado eminentemente exportador e acredito para outros Estados da Federação Brasileira que diz respeito a questão do setor pesqueiro e do setor de óleos e gorduras e o setor madeireiro, V. Exa. diz que isso será objeto de uma análise, de uma reunião com a Receita Federal para que seja incorporado neste novo projeto....

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – De qualquer forma nós votaremos no caso dessas emendas no projeto que já há acordo para ser aprovado que é o projeto de redução de 80 para 70. Mas eu acho que mais do que aprovar, é importante negociar previamente para não ter veto ou não ter dificuldade de tramitação na Câmara. Alguns setores eu acho que seguramente é possível e é sensível que seja aprovado como é o caso de camarões, castanha de caju, setor pesqueiro que são setores que a minha avaliação o impacto PIS/COFINS é bastante pequeno. Agora, há emendas aqui que a abrangência é muito grande, o impacto fiscal é muito grande e eu não tenho a menor chance de assumir nenhum compromisso antes de sentar com a receita previamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu entendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Então, compromisso firmado, nós aprovaremos o projeto redução de 80 para 70 para toda a indústria, seria um projeto de autoria de V. Exa., Senador Marconi Perillo, eu me disponho a continuar a relatoria e aprovarmos a semana que vem no máximo em 15 dias e nesse projeto, reduzir de 80 para 70% os benefícios do RECAP para a indústria predominantemente exportadora. Então, a receita já tem acordo com esse encaminhamento. E neste projeto nós negociaremos castanha de caju, camarões, mesa de bilhar, móveis, tem um conjunto de pequenos setores.....

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Exportador líquidos... o caju é exportador líquido. Então, você fica... querendo ou não o caju termina prejudicado, é um exportador líquido. O camarão também... praticamente também é um exportador líquido. Precisava...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nós trataríamos esses setores... eu acho que haverá grande sensibilidade da receita porque o impacto fiscal é muito pequeno e são setores eminentemente exportadores. A redução de 80 para 70 atinge toda a indústria brasileira, é um benefício horizontal de grande alcance. Esse projeto a receita tem compromisso já de aprovar. Nós aprovaríamos esse texto que acordei hoje com o Secretário Rachid, e neste texto nós negociaremos as demais emendas para aprovar o projeto como está hoje, tentar votar no plenário se possível entre hoje e amanhã para poder ir a sanção e não prejudicar o setor têxtil, moveleiro, calçados e couro porque isso é uma Medida Provisória que estava em vigência e como transformou... o setor todo foi prejudicado por uma mudança que o Congresso fez na tramitação da matéria. Então, se houver acordo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, nós vamos aprovar o da Câmara...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Aprovamos o da Câmara hoje.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Com esse compromisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – E terça-feira que vem, no máximo 15 dias, porque não sei se a gente consegue, na lei de licitações, votar todas as 54 emendas e aprovar esse projeto ou terça, ou no máximo em 15 dias, nós aprovaremos o projeto, Senador Flexa Ribeiro apresentaria, de aumentar de 70... de reduzir de 80 para 70% os benefícios para a indústria predominantemente exportadora e neste texto nós negociaremos as demais emendas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu só queria fazer uma observação, Senador Mercadante. Eu acho que o projeto é meritório, ele vem atender o setor exportador que necessita do apoio do Governo até para que ele possa manter o excedente da balança comercial que já está havendo redução em função do aumento das importações em relação ao aumento das exportações. A importação tem subido substancialmente mais. Mas eu gostaria de fazer uma observação. Uma das emendas que eu propus ele estende a proposta do Governo original que era para móveis de madeira, estende para o setor madeireiro. No projeto que veio da Câmara ele já incorporou a parte da emenda que eu fiz dando esse benefício para empréstimo em financiamento para o setor madeireiro, mas não na questão do crédito, desconto de crédito do PIS/PASEP COFINS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – É a mesma questão que o Senador Francisco Dornelles quer estender para beneficiamento de couro. Então são alguns setores afins à matéria que nós precisaríamos construir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pois é.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Então, vamos sentar e vamos construir daqui até a próxima terça no máximo 15 dias.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu gostaria de ter de V. Exa. o compromisso de Governo de que este projeto não será aprovado por nós do Senado e ficará engavetado na Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Então, o compromisso de Governo que eu posso assumir neste momento é o compromisso da redução de 80 para 70% e o compromisso de Governo é tratar, porque nós não sabíamos nem quantos setores são, são 18 setores que estão sendo propostos. Vai ter que sentar e negociar caso a caso. E nós sentaremos com o Governo. E de qualquer forma vai a voto, projeto que será aprovado a semana que vem ou em 15 dias que é da redução de 80 para 70.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas o acordo que for feito no Senado será respeitado na Câmara?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Será respeitado na Câmara. Por isso que eu proponho a gente negociar com a receita e tentar construir o acordo completo porque é muito melhor aprovar dentro do acordo do que simplesmente aprovar uma emenda que fica a sinalização do Senado ou cai na Câmara ou depois o Governo veta ou nem aprova o projeto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, então eu proporia um aparte ao Flecha...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO: Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Inácio, só antes o Senador Garibaldi estava inscrito, depois V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu ainda não conclui, Presidente. Ele pediu um aparte, se V. Exa. conceder.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu dou um aparte ao caju, mas o pessoal do camarão também quer outro aparte.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Camarão o Pará é um grande exportador também.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Camarão sem caju não vai funcionar. Não vai existir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – E muito. O Senador Delcídio, o Pará é o maior produtor de pescado do Brasil, a gente disputa com Santa Catarina e camarão, camarão também é um grande exportador de camarão. E o camarão e lagosta que é exportada não pelo Pará, pelo Ceará, mas é capturado nas costas do Pará, já disse isso ao Senador Inácio Arruda, ao Senador Tasso Jereissati, a Senadora Patrícia Saboya. O Senador Tasso disse que a lagosta do Ceará tem sotaque da Amazônia, e deve ter realmente, porque o sotaque nordestino todos nós reconhecemos facilmente. Mas o que eu pediria a V. Exa., nós entendemos a urgência, mas é estranho que o Governo que quer tramitar com essa urgência agora tenha retirado a Medida Provisória da Câmara e tenha transformado em Projeto de Lei. Se houvesse a intenção do Governo de fazer realmente caminhar de forma acelerada teria mantido a Medida Provisória que já estaria aprovada nesse instante. Mas eu entendo a questão política da retirada da Medida Provisória. Eu quero dizer que com relação a questão da proposta de V. Exa. nós vamos discutir só peço a V. Exa. que a gente possa agilizar o processo para que ainda este ano...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não, em quinze...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Aprovação a nível da Câmara Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Na Comissão e no máximo 15 dias nós aprovaremos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sim, mas a mesma presteza que nós vamos ter aqui no plenário...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – A mesma presteza, votaremos urgência na Comissão para ir ao plenário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Votar no plenário e na Câmara que não fique lá...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Aprovamos o projeto e pedimos urgência ao plenário.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, eu sugiro a V. Exa. que patrocine uma reunião da Comissão, no gabinete de V. Exa., com esses setores e Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Hoje nós temos...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Se possível antes da votação da matéria no plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Hoje nós temos uma reunião para tratar a lei de licitações. Então, ficaria para a próxima terça-feira, quinze horas na liderança do Governo, Senador Romero Jucá a negociação...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não pode ser amanhã, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – E desse benefício.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Porque o Senador Inácio está propondo que seja antes da aprovação em plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não. Hoje nós já temos a negociação agora a tarde para tratar da lei de licitações.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Então, eu proponho as quinze horas na Liderança do Governo. Eu proponho na próxima terça as quinze horas nós trataríamos. Pode ser amanhã também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Amanhã também...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vou tentar construir para amanhã com o Rachid, Secretário da Receita Federal para fazermos a reunião amanhã para tratar desses setores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu acompanho o Senador Inácio como da base do Governo a preocupação dele de fazer antes da aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V. Exa. prepara a peixada e ele trará a castanha caju de aperitivo. Vamos agora ao camarão. Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, o que eu estou achando é que na Comissão vai ser muito fácil, diante da obstinação de V. Exa. vai ser muito fácil se aprovar. Agora, no plenário com essas 15 Medidas Provisórias que V. Exa. mesmo está tentando fazer com que esse projeto possa se antecipar a isso, no plenário a história poderá ser diferente. Então, isso poderá demorar tanto que o recesso virá e nós não vamos aprovar uma medida como essa. Criou-se a expectativa de que nós poderíamos ter um tratamento igualitário para o camarão. V. Exa. mesmo disse. São atividades afins.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Garibaldi... eu estou indo agora na reunião de líderes para tratar dessa matéria entre outras. Nós... inclusive, pedindo urgência para ir para lá. Nós temos apenas duas Medidas Provisórias na pauta. A gente faz acordo para aprovar entre hoje e amanhã esse Projeto de Lei. O outro precisa cinco dias de prazo, precisa apresentar hoje para contar cinco dias de prazo para poder estabelecer as emendas. Então, nós só poderíamos votar na terça-feira que vem. Fazendo a reunião amanhã com a receita nós podemos votar na terça-feira que vem. Qual é o problema desses setores? É que esses setores já estavam beneficiados, as medidas já estavam em andamento e ficou sustado os benefícios pela tramitação no Congresso. Então, nós aprovaríamos... porque também Medidas Provisórias outras 13 estão lá na Câmara. Se nós não mandarmos esse projeto com as emendas para lá não chega. Então, é melhor aprovar isso agora e tratar no outro projeto as demais emendas. Eu peço esse entendimento. Vamos votar? Então acordo? Os Senadores que são favoráveis ao PLC 76 na forma do parecer do relator, permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Flexa apresenta o projeto ainda hoje e nós começamos a negociação amanhã com a Receita Federal. Agradeço a presença de todos os Senadores. Encerrada a sessão. Peço a urgência... peço urgência ao plenário. Os Senadores que são favoráveis a urgência, permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto vai com urgência ao plenário.

(*Sessão encerrada às 13h20.)*

Ata da 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de outubro de 2007, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões Nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e três de outubro do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante e do Senador Osmar Dias, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedi-

to Júnior, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Adelmir Santana, Jayme Campos, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Euclydes Mello, João Vicente Claudino, Mão Santa, Gilvam Borges, Eliseu Resende, Kátia Abreu e Raimundo Colombo. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica que foram apresentadas 11 (onze) Emendas, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, ao Plano Plurianual para o Período de 2008/2011 (Projeto de Lei nº 31/2007-CN), e que nenhuma delas pôde ser acatada em virtude de não estarem dentro da área da Comissão de Assuntos Econômicos. A Presidência registra a presença do Ex-Senador, Deputado Federal Aelton Freitas no Plenário da Comissão. Em seguida, a Presidência passa à apreciação dos itens constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, não terminativo, que "altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; e dá outras providências", de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer pela aprovação integral ou parcial das Emendas nºs 01, 02, 03, 05, 06, 10, 11, 12, 14, 18, 22, 28, 29, 31, 34, 35, 36, 38, 39, 41, 47, 50 e 53, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das demais Emendas apresentadas. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Pareceres favoráveis ao Projeto com Emendas. Em 07/08/07, foi realizada Audiência Pública para instruir a Matéria, com a presença do Sr. Rogério Santana dos Santos, Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do **Planejamento, Orçamento e Gestão**-SLTI; do Sr. André Kresch, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – SECOB; do Sr. Paulo Safady Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; do Sr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base-ABDIB; do Sr. Marcos Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA; e do Sr. Luiz Fernando dos Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada-SINICON. Em 21/08/07, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 28/08/07, após a leitura do novo Relatório, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Foram apresentadas as Emendas nºs 01, 08 a 12, 22 a 25, 31 a 33, 36 e 41, do Senador Antônio Carlos Valadares; nºs 02 a 07 e 15 a 17, do Senador Raimundo Colombo; nºs 13, 14 e 47, do Senador Pedro Simon; nºs 18 a 21, 27, 39, 40, 48 e 49, do Senador Francisco Dornelles; nº 26, da Senadora Kátia Abreu; nºs 28 e 29, do Senador Renato Casagrande; nº 30, do Senador Neuto de Conto; nºs 34 e 35, do Senador Jarbas Vasconcelos; nº 37, do Senador Eduardo Azeredo; nº 38, do Senador Marcelo Crivella; nºs 42 a 45, do Senador Flexa Ribeiro; nº 46, do Senador Aloizio Mercadante; e nºs 50 a 53, do Senador Garibaldi Alves Filho. Em 18/09/07, após a leitura do novo Relatório, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Após as considerações do Relator, Senador Eduardo Suplicy, usam da palavra os Senadores Osmar Dias, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Jayme Campos, Romero Jucá, Romeu Tuma, Cícero Lucena e, passando a Presidência para o Senador Osmar Dias, o Senador Aloizio Mercadante. Encerrada a discussão e ao anunciar a votação da Matéria, são apresentados pelos Senadores Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro e Cícero Lucena os Requerimentos de Destaque nºs 01, 02 e 03, respectivamente, para votação em separado das Emendas nºs 40, 42 e 45. Colocado o Parecer em votação, ressalvados os Destaques, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Passando à votação dos Destaques, a Comissão aprova a Emenda nº 40, que será incorporada ao Parecer do Relator, e havendo acordo para as Emendas nºs 42 e 45, os Destaques nºs 02 e 03 ficam prejudicados. Sendo assim, a Comissão aprova o Parecer do Relator, Senador Eduardo Suplicy, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 97-CAE (Substitutivo); de acordo com o art. 300, XVI, do R. I.S.F., ficam prejudicados o Projeto e as Emendas a ele oferecidas. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 168, de 2007, não terminativa, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Município de Uberaba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$ 17,270,000,00 (dezessete milhões e duzentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, para financiamento parcial do Projeto de Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Uberaba e Revitalização do Sistema de Abastecimento de Água – Projeto Água Viva (Municipal Lending Program I: Uberaba Água Viva Project)", de autoria do Presiden-

te da República, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03-Avisos nºs 85 e 89, de 2007 (nºs 303/07 e 321/07, na origem), não terminativos, que "autoriza a União a executar Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior e dá outras providências", de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Neuto de Conto, que oferece Parecer pelo arquivamento dos Avisos nº 85 e 89, de 2007. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2003, não terminativo, que "altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir ao empregado participar do capital da empresa em que trabalha, utilizando-se do saldo do referido Fundo", de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Romeu Tuma, que devolveu sem manifestação. Em 21/03/07, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Edison Lobão, concluindo pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2006, não terminativo, que "altera o art. 96 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever renúncia à aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social", de autoria do Deputado Inaldo Leitão, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável. O Presidente designa o Senador Antônio Carlos Valadares Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2003, terminativo, que "altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, para submeter a processo licitatório os projetos do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos Sociais (PIPS), e dá outras providências", de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01 e 02 apresentadas. Em 18/09/07, foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá nos termos regimentais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2006, terminativo, "altera a legislação tributária a fim de estabelecer prazo para restituição do imposto de renda da pessoa física descontado em excesso, na fonte, e dá outras providências", de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2004, terminativo, que "ltera a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as Associações da Cruz Vermelha Brasileira", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy, que devolveu com Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003, não terminativo, que "acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração", de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2006, terminativo, que "altera a redação do § 1º do art. 111 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para estabelecer a aquisição do direito a voto pelos titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com limitação desse direito, no caso de não-pagamento de dividendos pelo prazo de três exercícios consecutivos", de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Adelmir Santana, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2004, terminativo, que "autoriza o Poder Executivo a criar a Poupança Emigrante e o Fundo de Financiamento ao Emigrante Empreendedor (FEE), com vistas a incrementar a entrada de divisas no país e estimular o investimento e o crescimento do emprego", de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01 a 05, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 06. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2005, não terminativo, que "dispõe sobre a duração do trabalho dos farmacêuticos", de autoria do Deputado José Carlos Coutinho, tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, que oferece Parecer pela rejeição do Pro-

jeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13-Aviso nº 26, de 2006, não terminativo, que "encaminha recomendações proferidas por aquela Corte de Contas, quando da elaboração do Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – exercício de 2005, referentes à reversão dos efeitos da desvinculação de receitas da União (DRU) sobre o orçamento da seguridade social, bem como solicitando prioridade para apreciação dos projetos de lei resultantes das propostas consubstanciadas no Relatório Final da CPMI dos Correios", de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, tendo como Relatora a Senadora Ideli Salvatti, que oferece Parecer pelo conhecimento da Matéria e encaminhamento à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, posteriormente, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A apreciação da Matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, não terminativo, que "altera a Lei 11.284, de 02 de março de 2006, que "dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências", de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, tendo como Relator o Senador Sibá Machado. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2007, não terminativo, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para garantir aos estudantes financiados que tenham quitado 75% da dívida sem atrasos nos pagamentos das parcelas anteriores desconto na quitação do saldo devedor ou bônus de adimplência nas parcelas vincendas", de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relatora a Senadora Ideli Salvatti. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Aloizio Mercadante,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Declaro aberta a nossa 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária. E, antes de entrarmos na Pauta, eu gostaria de informar aos Srs. Senadores, que hoje nós deveríamos deliberar sobre Emenda ao Orçamento, Emendas de Comissão. Ocorre que as Emendas que nós recebemos nesta Comissão, nenhuma delas é própria da nossa Comissão. Elas estão prejudicadas todas; elas deveriam ter sido encaminhadas às outras Comissões respectivas, porque são... Algumas Emendas tratam do Ministério das Cidades, outros, do Ministério da Integração, outras, do Ministério da Defesa, e outra do Ministério de Ciência e Tecnologia. Ministério da Cidade é a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; Ministério da Integração é a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; Ministério da Defesa é na Comissão de Relações Exteriores, e Ministério de Ciência e Tecnologia é na Comissão de Educação. Então, essas Emendas estão... Não poderão ser aprovadas aqui.

Eu pedi para a assessoria de Orçamento da Casa analisar um pouco qual é o escopo de potencial que nós temos e, eventualmente, nós aprovarmos Emenda, dentro daquilo que é a competência desta Comissão. Então, a assessoria de Orçamento do Senado Federal está dando uma analisada no desenho do que nós poderíamos eventualmente apresentar, e aí, nós nomearíamos um Relator para fazer Emenda de Relator porque nós não temos mais prazo para Emenda. Mas houve um encaminhamento errado aqui, de alguns Senadores que sugeriram Emendas, muitas delas, inclusive, importantes, mas não podem ser apreciadas no âmbito da nossa Comissão. O Regimento é bastante rígido em relação à aprovação de Emendas e, portanto, não poderá ser tratada aqui. Nós temos, na Pauta hoje, a propriedade absoluta é o Projeto de Lei da Câmara nº 32/2007, não terminativo, que altera os dispositivos da Lei 8666, de 21 junho de 1993, "que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências". A autoria é da Presidência da República; o Relator é o Senador Suplicy. Nós já estivemos, nessa questão da lei de licitações, em várias Audiências na Comissão, debatendo, discutindo. Tivemos aí algumas negociações recentes e vamos dar propriedade hoje a este tema. Mas, só o faremos no momento em que for regularizado o nosso *quorum* oficial porque é matéria que nós precisamos deliberar. Então, vamos aguardar os demais Senadores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, se me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pois, não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se V.Exa. desejar, eu preparei uma breve reflexão, que poderia já ir adiantando, enquanto chegam os Senadores, é sobre o tema, e assim respeitando a ordem cipu(F), eu, então, faria as explicações, e também, sobre o entendimento havido na última semana, inclusive, na... Quando no gabinete da liderança do Governo, do Senador Romero Jucá, tivemos a oportunidade de dialogar com os Senadores que apresentaram Emendas, e houve um entendimento a respeito delas. Então, eu explicaria isso, se V.Exa. considerar adequado, e assim já poderíamos adiantar o trabalho da Comissão hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu acho oportuno, eu acho que V.Exa. poderia ler o Parecer, depois, quando os outros Senadores chegarem, inclusive, aqueles que estiveram diretamente envolvidos, fazer um resumo explicativo do entendimento da Relatoria. Com a palavra, o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, por ocasião da votação do PLC 32, que trata da nova lei de licitações, acredito também ser oportuno, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, fazer uma homenagem aos três economistas americanos laureados com o Prêmio Nobel de Economia, pela Academia Real Sueca de Ciência, pois eles desenvolveram as bases de uma teoria sobre como criar as regras de negociações entre empresas, governos e indivíduos, de forma a obter o melhor resultado possível para o maior número de pessoas, independentemente dos interessantes particulares de qualquer participante. O professor Leonard Hurwicz, da Universidade de Minnesota, que nasceu na Rússia, em 1917, mais tarde, se naturalizou americano, desenvolveu a chamada "teoria do desenho de mecanismos", que justamente estuda essas regras de otimização de negociações, desde o começo dos anos 60. E, mais tarde, foi seguido, em trabalhos separados, pelos professores Erik Maskin, da Universidade de Princeton, e Roger Myerson, da Universidade de Chicago; os três foram premiados. Essa teoria permitiu a criação de regras de negociação envolvendo interesses econômicos divergentes, como em leilões de privatização, programas de remuneração de executivos, ou na incidência de impostos.

Para melhor entender essa teoria, imaginemos, Srs. Senadores, a seguinte situação: Digamos que um eletricista orce um conserto por R$150,00, Senador Jayme Campos. Mas sabe que pode cobrar 120. Já o dono da residência, diz que não vai pagar mais do que R$100,00, mas, na verdade, está disposto a gastar até 130. O negócio fracassa. Mas, se ambos tivessem dito a verdade, Presidente Aloizio Mercadante, o serviço poderia ter sido feito entre 120 e 130 reais, resultando em eficiência de mercado, com alocação de recurso ideal e, portanto, maximização de lucros, combinados com o bem-estar do eletricista e do dono da casa.

No caso de um leilão, o objetivo pode se levantar o maior valor possível por um artigo, criar competição, estimular um investimento, ou diminuir um custo para um usuário de um determinado serviço. No caso do pregão eletrônico ou presencial, o objetivo é o Governo conseguir comprar ou contratar obras de serviço que tenham a maior qualidade, pelo menor preço. Para as empresas, o programa de bônus alinharia o interesse do acionista de obter o maior rendimento do capital investido com o dos executivos, fazendo com que o corpo dirigente trabalhe, acima de tudo, para receber a maior participação no lucro, no final do ano, em detrimento de eventuais outros interesses. No caso brasileiro, nós temos uma aplicação recente, prática, desse teoria, qual foi o leilão para a concessão de sete rodovias, 2.600 quilômetros, pelo Governo Federal; um percurso que custaria R$10,00, de acordo com as planilhas dos anos 90, acabou saindo por R$2,70.

No ano que vem, quando a empresa espanhola OHL começar a cobrar pedágio na Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo, cada 100 quilômetros rodados custarão R$1,42 de pedágio. Se o cidadão quiser viajar, na forma que existia antes, e ainda existe, tomará a Dutra, pagando R$7,58 pelos mesmos 100 quilômetros. Se for a Santos, serão R$13,10. O jornalista Hélio Gaspari, em sua análise recente sobre os méritos da iniciativa do Governo Presidente Lula e da Ministra Dilma Roussef, ressaltou esses aspectos. No início do leilão, havia 30 empresas na disputa. Três horas depois, todos os lotes estavam vendidos. Nenhum dos clientes tradicionais conseguiu apresentar uma boa proposta e o grupo espanhol OHL ganhou cinco trechos que disputou,tornando-se o maior concessionário de estradas no país, com 3.225 quilômetros.

Quando ele arrematou a Fernão Dias, oferecendo um pedágio de 1,42 para cada 100 quilômetros, houve espanto no salão. A Agência Nacional de Transportes Terrestres, a ANTT, fixara um teto de R$4,00; a segunda colocada pedira 2,21, e as demais, em torno de R$3,57. Esse episódio mostra como é possível ao poder público estabelecer procedimentos que garantam maior transparência e cuidado no tratamento dos empresários, eficiência nos resultados, combinado com A defesa do interesse público.

Um dos problemas básicos da economia é que os mercados tendem a ser eficientes, mas funcionam

melhor apenas sob algumas suposições bastantes extremas. Caso as informações detidas pelos compradores e vendedores sejam limitadas, por exemplo, o limite do que uma pessoa estaria disposta a pagar por alguma coisa, aí, o mercado pode entrar em colapso. As licitações em internet, o trabalho das agências reguladoras, os programas de bônus para executivos são todos exemplos de aplicações técnicas, práticas, da teoria do desenho do mecanismo, desenvolvida por esses três laureados com o Nobel de Economia, que justamente procura dar um caráter cientifico para algo que o mundo dos negócios sempre reconheceu: Os contratos são fechados, quando todos se sentem satisfeitos. Interferir nas regras do mercado, de modo a fazer com que a sociedade como um todo lucre em detrimento de apenas um participante, geralmente o de maior poder econômico, é objeto da lógica do desenho de mecanismos. O professor da FGV, Aloísio Pessoa de Araújo salientou que a teoria desses três laureados com Nobel é revolucionária porque viu aonde a teoria do mercado não se aplica. Num leilão, um não sabe o quanto o outro está disposto a pagar. Daí, o sucesso dos pregões eletrônicos.

Nesse momento em que o prêmio Nobel é conferido aos pesquisadores que desenvolveram a teoria que demonstra a necessidade de se regulamentar o mercado, de forma que ele trabalhou de forma mais harmônica e eficiente, o congresso brasileiro e, mais especificamente o Senado, está trabalhando nas alterações do marco legal que rege as licitações, aí compreendidas a concorrência, a tomada de preços, os convites, os pregões, os leilões e concursos.

Dentre as alterações que estamos propondo, está justamente aquela que pretende minimizar a possibilidade de combinação de preço e da divisão de obras e compras públicas. Com a instituição do pregão, será mais difícil a realização dessas práticas, fazendo com que ocorra uma sensível redução nas possibilidades de combinações entre grupos interessados em dirigir as licitações. Também vale destacar que a introdução do mecanismo que permite a inversão de fase em uma licitação diminuirá a possibilidade de os concorrentes utilizarem recursos e liminares jurídicas para ganharem os contratos.

Sobre esse assunto, gostaria de aproveitar para lembrar as palavras do nosso Presidente, Senador Aloizio Mercadante, quando, na Sessão do Senado, de 12 de novembro de 2004, ocasião em que defendia a aprovação do Projeto de Lei das PPPs, ressaltando as vantagens de inversão de fase do processo licitatório, disse: "Avançamos também em relação ao processo licitatório; nesse sentido, mantivemos o que está na lei de licitações, mas inovamos no seguinte: Quando se abre o resultado do leilão, por exemplo, os envelopes, a habilitação se dá depois do julgamento. Se o primeiro vencedor não for habilitado, o segundo entra. Com isso, diminuem-se aquelas ações jurídicas protelatórias, que muitas vezes atrasam os investimentos e levam a brigas jurídicas intermináveis. Se o primeiro não tem como se habilitar, o segundo entra. Com isso, o processo se agiliza. Então, mantivemos todo o escopo da lei de licitações, apenas com essa inovação que, mais tarde, poderemos, inclusive, introduzir na própria lei de licitações. Dessa forma, serão agilizados os processos licitatórios e esse procedimentos".

Também vale destacar, no mesmo sentido, as palavras do Senador Valdir Raupp, líder do PMDB, na Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, quando apresentou seu Parecer sobre o Projeto de Lei das PPPs, votado em novembro de 2004. Não era líder na época, mas hoje o é. Disse, então, o Senador Valdir Raupp: "Outras mudanças importantes foram feitas pelo Relator, entre elas, a exigência de pagamento prévio de indenização para rescisão dos contratos do PPP e a eliminação de qualquer alusão a limites para a quantidade admitida de lances nos leilões. Isso restringiria a competição entre os interessados, em prejuízo da Administração Pública. Sendo assim, a opção foi definir no edital a forma de apresentação das propostas econômicas, admitindo-se propostas escritas em envelopes lacrados, leilão em viva-voz ou a combinação das duas formas. Cabe ressaltar que o edital não poderá fixar limite para a quantidade de lances".

Gostaria, ao lembrar os laureados com o Prêmio Nobel de Economia, de registrar o testemunho de Gabriel Madeira, professor visitante da FEA, da USP, que teve o professor Roger Myerson, um dos premiados, em sua banca de doutorado da Universidade de Chicago. Gabriel Madeira afirma que Myerson é um homem preocupado com a gestão pública, a geopolítica e o desenho das instituições. E que, quando era o seu aluno, o professor Roger, inclusive, foi um crítico da iniciativa bélica dos Estados Unidos no Iraque e costumava até usar um *botton*, criticando ou pedindo para que não houvesse a guerra no Iraque, como uma forma de solucionar o problema, então, pois os Estados Unidos queriam derrubar o Saddam Hussein e ele era favorável a que não se fizesse isso através de meios bélicos.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de então, já que estão alguns dos Senadores que estiveram na nossa Reunião da semana passada, como Senadores Osmar Dias, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, expor que: Depois das diversas alterações que eu já havia feito no Parecer e aqui essas alterações foram explicadas na semana passada, e recordo que, de 57 Emendas,

foram aprovadas... De 54 Emendas, foram aprovadas 26 Emendas, e no mais largo espectro dos Senadores, e a quem agradeço, algumas Emendas foram aprovadas *in totum,* outras parcialmente. Mas ainda restaram algumas dúvidas que foram justamente objeto das observações dos Senadores, como o Senador Francisco Dornelles, que sugeriu a retirada do art. 13 do substitutivo, de tal maneira a permanecer o art. 13, tal como está na lei atualmente. E aí, haveria a manutenção do § 10º do art. 23, isso em entendimento com o Senador Francisco Dornelles.

O outro ponto objeto de observação foi que os Senadores Aloizio Mercadante, Francisco Dornelles e outros ponderaram, Senador Flexa Ribeiro, ponderaram, foi relativamente ao cadastro. E aqui, o Senador Flexa Ribeiro fez uma ponderação, uma sugestão, que nós atacamos. Senador Flexa Ribeiro, estou... A apresentação da documentação para um licitante não cadastrado participar de uma licitação deverá ser feita na hora da entrega das propostas, ou seja, no início da licitação. Isso significa uma alteração da redação do § 2º do art. 4º da lei 10.520, art. 3º do substitutivo. Então, nós acolhemos essa sua sugestão que, assim, contempla muitas das preocupações de V.Exa., do Senador Aloizio Mercadante e outros.

Em terceiro lugar, o artigo relativo à autorização para a realização do pregão permanece como está. Mas, ficou acordado que eu apresentaria, então, uma proposta de redação alternativa, visando contemplar as preocupações, sobretudo do Senador Francisco Dornelles, com relação às habilitações técnicas e econômicas que as empresas devem apresentar nas licitações. Assim, a alteração proposta no § 8º do art. 30 ficaria redigida da seguinte forma: Art. 30, § 8º. Peço a atenção do Senador Francisco Dornelles. "No caso de obras e serviços de grande vulto e de alta complexidade técnica, a avaliação da documentação prevista neste artigo e da metodologia de execução, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços, em qualquer das modalidades previstas no art. 22 dessa lei, e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos constantes do edital".

Assim, Sr. Presidente, são estas as modificações que fizemos, depois das reuniões havidas com o Senador Romero Jucá e os Senadores que estiveram reunidos conosco, e gostaria de recordar que, na semana passada, eu apresentei aqui todas as Emendas que acolhemos, das 54 que foram apresentadas, tendo sido acatadas 26 das mesmas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Suplicy. Nós já temos *quorum* regimental para iniciarmos o processo de votação. E agora abro a palavra aos demais Senadores que quiserem discutir a matéria. Senador Osmar Dias, com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Eu queria apenas agradecer ao Senador Suplicy por ter acatado a Emenda que apresentei, obrigando que também se coloquem, em jornais de circulação regional e estadual, os editais, exatamente para dar maior publicidade às licitações. Essa é uma Emenda importante porque nós poderíamos limitar, restringir a divulgação, a publicidade. E acredito que ela vai ajudar nessa modernização que essa lei propõe. E esse acatamento do Senador Suplicy, portanto, satisfaz este objetivo de dar a maior publicidade. Eu quero agradecer ao Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Para discutir Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Osmar Dias. Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu quero parabenizar o esforço do Relator, Senador Mercadante, nas várias reuniões em que se buscou um consenso com relação ao relatório final. E quero agradecer o acatamento da nossa sugestão, com relação à documentação, por ocasião das licitações, de poder ser entregue, no ato da licitação, e não somente com cadastro prévio. Mas eu pergunto ao Senador Suplicy: Senador Suplicy...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Foi mantido o cadastro e, independente do cadastro, as empresas que não estiverem cadastradas até o dia da licitação poderão participar com a entrega da documentação no ato da licitação. É assim que ficou?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Exatamente, foi mantido o cadastro e...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Certo. Aquelas que não estiverem cadastradas poderão participar, mediante entrega da documentação no ato?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim. Eu vou ler... O § 2º do art. 4º, ficou assim redigido: "O pregão que tenha por objeto obras ou serviços de engenharia, cujo valor orçado pela Administração seja superior ao limite constante do art. 23, I, "b" da Lei 8.666, de 93, será realizado entre interessados cadastrados, na forma da Sessão III do capítulo 1º da referida lei, permitida a participação do licitante não cadastrado que, até o ato de recebimento das propostas, comprove preencher os requisitos estabelecidos para o registro cadastral na categoria, na especialização e no grupo de licitantes indicados no edital do certame, sem prejuízo de requisitos específicos fixados no instrumento convocatório.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agradeço ao Senador Suplicy. Existem alguns pontos que não chegamos a um consenso, mas vamos votar hoje, e continuaremos a discutir a matéria, por ocasião da tramitação em Plenário.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado. Eu quero aproveitar também a oportunidade, Sr. Presidente, para aqui agradecer muito o trabalho que Luís Fernando Bandeira Mello, Renato Monteiro de Resende, Adriana Castro, os dois da... O primeiro da Assessoria do Senado; Adriana Castro, do Ministério do Planejamento, e também de Luís de Oliveira Cardoso e Carlos Frausino(F), que muito colaboraram no estudo deste assunto e para o Parecer, inclusive, em diálogo com a assessoria de todos os Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Suplicy. Com a palavra, o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria cumprimentar o Senador Suplicy pelo grande esforço que vem fazendo no exame dessa matéria. Achei extremamente importante o acatamento da Emenda do ilustre Senador Osmar Dias; nós precisávamos realmente dar maior divulgação a todas as licitações, e a publicação nesses jornais, nesses órgãos regionais, é extremamente importante para a transparência dessas licitações.

Também em relação ao art. 13, eu acho que a solução encontrada, pelo menos, representa 80% daquilo que eu considero ideal, mas é um passo que eu tenho que reconhecer que foi extremamente importante. Entretanto, Sr. Senador, eu... A sugestão apresentada a V.Exa., em relação à inversão de Pauta, eu não considerei satisfatória porque, na realidade, na prática, não está havendo inversão porque, embora começando, embora sendo iniciada pela parte da qualificação técnica e econômica, ela pode ir para a área de abertura de preço, ou seja, ela não desqualifica. Na realidade, na prática, manteve a abertura, a parte da abertura da proposta de escolher os qualificados pelo preço, o que eu acho extremamente perigoso. Feita essa qualificação, ainda que a empresa não tenha qualificação técnica e econômica para exercer essa obra, dificilmente haverá condições administrativas para sua desqualificação. Por esse motivo, Sr. Presidente, eu queria dizer, com todo o respeito, eu mantenho a minha Emenda 40. Obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu gostaria de ponderar, prezado Senador Francisco Dornelles, sobretudo com respeito ao argumento de que seria a dada à Comissão de Licitação poder muito grande para habilitar licitante que não preenche os requisitos de licitação, que a mesma Comissão de Licitação poderá habilitar licitantes sem condições para contratar com a Administração, pode hoje fazê-lo, sem inversão de fase e sem lances, assim como pode aceitar propostas bastante acima do valor de mercado, como ocorre muitas vezes.

Não existe, nas licitações processadas segundo as regras atuais, qualquer garantia de que a Comissão de Licitação irá desqualificar propostas inexeqüíveis ou com sobrepreço, ou inabilitar licitantes inidôneos. Pretender isso é como acreditar que a previsão no Código Penal do crime de corrupção é capaz de impedir que tal crime seja praticado. É equivocado, portanto, o raciocínio de que a comissão terá mais poderes para habilitar o licitante indevidamente ou aceitar propostas inexeqüíveis. Essa possibilidade já existe hoje e deve ser coibida com o cumprimento da lei.

Os mesmos instrumentos de que dispõem o licitante hoje para impugnar a decisão da comissão que aceite proposta inexeqüível ou com sobrepreço, continuarão existindo. Não foram vedados e não poderiam ser. O recurso contra a decisão da comissão, a representação ao Tribunal de Contas e as ações judiciais. Além disso, é uma demonstração de desconhecimento da matéria misturar inexeqüibilidade de proposta com condições de habilitação. Se na inversão de fase alguém apresentar proposta inexeqüível, que seja declarada vencedora, é contra essa circunstância que os demais licitantes devem se insurgir, não contra a habilitação de quem apresentou a melhor proposta.

Por outro lado, se no certame com a inversão de fase, a melhor proposta, embora exeqüível, for apresentada por quem não preencha os requisitos de habilitação, é contra a decisão que habilitar esses licitantes que os demais devem se insurgir. Como a licitação só que encerra após o julgamento dos recursos, sempre haverá a possibilidade de recorrer ao Tribunal de Contas ou ao Poder Judiciário antes da celebração do contrato. A diferença é que, havendo inversão de fases, os recursos serão dirigidos contra um único licitante e não contra muitos ou todos, como ocorre hoje.

É de extrema ingenuidade acreditar que, na inversão de fases, a Comissão de Licitação pode estar em conluio com o licitante que apresentou a menor proposta, para, de forma indevida, considerá-lo habilitado e, ao mesmo tempo, ignorar que o conluio pode se estabelecer, mesmo quando não houver inversão de fases. Para que isso ocorra, basta o licitante acertar com a comissão a sua habilitação e apresentar uma proposta de valor muito baixo, ou mesmo de valor alto, combinando com a comissão para que as propostas de valor mais baixo sejam por ela desclassificadas.

Sobre a possibilidade de apresentação de propostas inexeqüíveis em licitação... Em licitações com

a inversão de fases, seria o caso de indagar aos que temem que isso aconteça quantos casos concretos conhecem de inexecução contratual no pregão, por aceitação de preços inexeqüíveis. Fala-se nisso, mas, até o momento, não se apresentou sequer um caso. Podem existir exemplos, assim como existem licitações sem inversão de fases. No entanto, a imensa maioria das irregularidades em licitações de obras ocorre por sobrepreço, ou seja, a cotação acima dos preços de mercado, problema que a inversão de fases e os lances reduzirão.

É comum licitantes representarem ao Tribunal de Contas da União contra empresas que venceram os certames dos quais eles participaram. Seria o caso de se perguntar quantos exemplos os críticos da inversão de fases tem, de obras que deixaram de ser executadas, após o Tribunal de Contas da União ter confirmado serem exeqüíveis os preços oferecidos pelo licitante vencedor. Ora, se o Tribunal de Contas entendeu ser exeqüível a proposta e o contrato foi executado, qual é o problema? Problema haveria se a Comissão de Licitação e o Tribunal de Contas da União houvessem considerado uma proposta e o contrato resultante não tivesse sido executado. Quantos exemplos disso há, que podem os críticos da inversão de fases apresentar? Certamente, são inferiores aos casos de sobrepreços e contratações acima de valor de mercado, como têm demonstrado as pesquisas e a jurisprudência, nos Tribunais de Contas.

Gostaria ainda de salientar, Senador, prezado Senador Francisco Dornelles, que, no que diz respeito a.. Uma das principais objeções que levantou... Senador Dornelles, eu preciso agora da sua atenção, justamente porque, no art. 8º, redigido após o nosso diálogo no gabinete do Senador Romero Jucá, que estou propondo, contempla a sua preocupação, então, vou ler novamente: "No caso de obras e serviços de grande vulto e de alta complexidade técnica, a avaliação da documentação prevista neste artigo e da metodologia de execução para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços, em qualquer das modalidades previstas no art. 22 dessa lei, e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos constantes do edital". Concluí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Para encaminharmos o processo de votação, nós temos até agora, apenas um destaque para a votação em separado, apresentado pelo Senador Dornelles. Pergunto se algum Senador tem algum outro destaque a apresentar à Mesa. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Emenda 42.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.Exa. depois formaliza o requerimento, por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mas vou anotar aqui a Emenda 42. Mais algum destaque de votação em separado? O Senador Dornelles ainda quer fazer uma última leitura para verificar.

Então, nós vamos iniciar a votação do Projeto sem prejuízos dos destaques que poderão ser apresentados... Vamos fazer aqui um entendimento, mesmo após a aprovação do Projeto...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Porque o Senador Dornelles talvez tenha mais um destaque. Pois não, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Vai ser discutida a matéria, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Está sendo discutida, V.Exa. quer discutir?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Eu quero, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nós não poderíamos votar sem a presença, a intervenção de V.Exa., que tem uma longa experiência como Governador de Estado, que tem nessa matéria.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – É muita bondade e muita generosidade de V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Jayme Campos, com a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Muito obrigado. Eu quero, diretamente ao nosso querido amigo, Senador Eduardo Suplicy, fazer dois pequenos questionamentos. Aqui, caro Senador, o senhor está dando um prazo de 90 dias para o Tribunal de Contas da União, em relação àquelas obras que eventualmente possam ter indício de irregularidades. Feito isso, me parece que acaba a autoridade do Tribunal de Contas da União, mesma obra, mesma obra, possa estar com indício de alguma irregularidade, essa obra vai ser prosseguida, tendo em vista que o Tribunal de Contas passou do prazo, ou seja, os prazos exauriram nos 90 dias.

Eu entendo, Senador Suplicy, que o Tribunal de Contas da União, ele não pode perder a sua prerrogativa, com prazos pré-estabelecidos. Neste caso, no

meu entendimento aqui, me parece que o Tribunal de Contas, ele deixa de ter autoridade suficiente para dar seqüência na obra, ou seja, paralisar a obra ou dar continuidade à obra. Este é o entendimento meu, em relação aqui a esse ponto aqui dessa nova legislação, ou seja, dessa lei aqui de concorrência públicas.

Por outro lado, V.Exa., aqui também nós temos a questão do pregão. Pregão, Senador Mercadante, ele é muito relativo. Eu tinha acompanhado alguns pregões, sobretudo no meu Estado, e eu tenho visto lá, Senador Suplicy, a formação de cartel; basta fazer um pequeno agrupamento de empresários interessados neste pregão, que muitos afastam e entra apenas um cidadão com o preço que bem lhe interessa, ou seja, muitas vezes acima, bem aqui acima do mercado. Então, nós temos que ter alguns pontos, ou seja, alguns mecanismos, alguns instrumentos para barrar, eventualmente, alguma formação de cartel. Isso é muito relativo. Diz que é transparente, é eficiente, é o melhor que tem, o pregão... Ele é muito relativo. Eu tenho acompanhado, eu tenho visto, é um escárnio. Tem prejudicado, muitas vezes, têm sido muito maiores os preços em relação ao que está sendo praticado no mercado.

Por outro lado, também aqui, eu não sei se V.Exa. está entendendo bem o meu raciocínio, eu acho que também essa história, dizendo que *software* está fora, ele é enquadrado por técnica, ou seja, enquadrado como uma atividade de inteligência, ou seja, atividade de inteligência. Ora, um *software* não pode também ficar fora também. Eu acho que tem que ser inserido. Técnica e preço fora, é muito relativo. Quando você vai abrir, às vezes, um *software* desses, a bem da verdade, não tem nada de ver com aquilo que está pregado. Então, eu acho ideal também ser inserido também no pregão; eu acho que é fundamental ser inserido no pregão. E não enquadrar como uma atividade inteligente, fora. Eu acho que isso aí cheira mal.

Segundo, V.Exa. aqui, está, de forma gradativa, reduzindo os percentuais, ou seja, aqui, de 25% de aditivos, o senhor está baixando para 5%, mas, depois dos quarto... Só em 2011. Nós temos que colocar a partir de 2011, Senador Mercadante, é relevante isso aí. Dá a entender que me parece que estão armando uma cama de gato para os futuros governos que vêm aí. Aqui está aqui *vox legacy:* "Só a partir daqui uns quatro anos para entrada em vigor dos novos limites aditivos contratuais, que fazemos no § 2º do art. 7 º do substitutivo. Eu não acho ideal, Senador Mercadante, apesar de que nós já temos um prazo, vai este ano aqui, de 2007, correndo. Então, vamos deixar, vamos dar o 2008. A partir de 2009, ele teria que vir a quê? Ser dessa forma que está aqui. Caso contrário, os próximos três anos continuam aí os 25%, já em 2011, que vai ser 5% só. Eu acho que seria transparente e, sobretudo, demonstração que essa lei é uma lei para valer, é lei sem subterfúgio, sem nada, às caladas da noite. Eu acho que esse é o ideal, é a minha opinião, eu não sei se V.Exa. entendeu e se tem condições de me responder. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Prezado Senador Flávio Campos, agradeço as suas ponderações, com respeito à alteração da lei do Tribunal de Contas, veja que aqui prevê prazo apenas para a validade em medida cautelar. Se a decisão for definitiva, do Tribunal de Contas, pela paralisação da obra, aí sim, prevalecerá a decisão definitiva. No que diz respeito ao serviço de informática...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Ou seja, Senador Suplicy no caso do Tribunal de Contas da União, é o caso da liminar, não é? Quando há uma liminar, tem um prazo para que o Pleno possa se reunir e julgar o mérito, para que não fica essa liminar por um tempo indefinido; o Tribunal é obrigado a reunir o Pleno e julgar: Tem procedência, há indícios, está suspensa a obra ou não; não procede a liminar, a obra vai ser encaminhada.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – E só para acrescentar, Senador Mercadante, registrar também que, a qualquer momento, como o TCU é órgão assessor do Congresso, ele pode remeter à Comissão de Orçamento, pedindo que suspenda repasse de recursos futuros para qualquer obra também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Exatamente. Mas, basicamente.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Isso dificilmente vai ocorrer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não, não. Isso tem ocorrido muito...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Muito pouco. Na Comissão de Orçamento, tem lá seis meses, oito meses, até agora, não vi o caso—

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não, mas tem ocorrido.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Vi um caso, só a BR-309 que, me desculpe V.Exa., até agora...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – E essa eu acho que é uma questão que a Comissão, Senador Jayme, eu até proponho que V.Exa. apresente um Requerimento à Comissão de Orçamento para ser encaminhado ao Tribunal de Contas da União, pedindo todas as obras que foram julgadas irregulares, para que a Comissão possa, na elaboração do Orçamento desse ano, tomar as medi-

das e providências cabíveis. Eu acho que seria uma bela iniciativa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Só para registrar, tem uma Subcomissão na Comissão de Orçamento que cuida de obras irregulares...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – O Congresso Nacional precisa, inclusive, há uma Subcomissão de obras irregulares que tem essa tarefa e que seria importante que isso fosse informado. Agora, não pode, através de uma simples liminar, o Pleno precisa se reunir e dizer: "Há irregularidade ou há indícios e está suspensa a obra e, portanto, suspenso também o repasse de recursos". E nós precisamos acionar mais o Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar e que, muitas vezes, define políticas, iniciativas etc., sem o acompanhamento do Congresso Nacional.

E, Senador Suplicy, ainda com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Com respeito aos serviços de informática, o art. 45, apenas os de natureza predominantemente intelectual serão licitados por técnica e preço ou por melhor técnica, da mesma forma que outros serviços técnicos especializados. Com respeito ao prazo que V.Exa. mencionou, o prazo dos valores, dos eletivos, está relacionado à entrada em vigência da exigência de Projeto executivo, preceder a licitação...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Para ajudar, Senador Jayme Campos, eu acompanhei essa discussão, ela foi feita já na Sessão anterior. Quer dizer, a idéia básica do Projeto é: Quando você licita uma obra com Projeto básico, que é só um desenho do que deve ser a obra, a possibilidade de erro é grande; se a possibilidade de erro é grande, o aditivo deve ser como é hoje, já está na lei 8666. Quando você licita a obra com um Projeto executivo, que é um Projeto extremamente detalhado do que deve ser feito, a margem de erro é muito menor. O que não pode continuar acontecendo, é isso que o Projeto está corrigindo, é que você licita para o Projeto básico ou executivo, mas o aditivo é o mesmo. Não, agora não, o Projeto, quando é o Projeto executivo, o aditivo é bem menor. E o que o Projeto está estabelecendo é que vai ser obrigatória toda licitação com Projeto executivo no Brasil. Mas é uma obrigação que o Estado Brasileiro não está preparado; nós ficamos 20 anos sem capacidade de formulação de Projetos; houve uma deterioração muito grande no setor que, felizmente, está revertendo, que nós tivemos agora, só a venda de cimento, nos últimos 12 meses, cresceu 16%; por sinal o setor já está querendo reajustar preço, aí, nós vamos ter que aumentar a produção, vergalhão está faltando etc. O setor voltou a ter um impulso bastante promissor. Então, o que o Projeto estabelece é a obrigatória... É recomendado que a licitação seja feita no Projeto executivo e vai ser obrigatório o Projeto executivo para qualquer obra no Brasil. Agora, precisa de um tempo para que as empresas de engenharia se aperfeiçoem e que o Estado Brasileiro se aprimore. E outra coisa importante é que quem faz o Projeto executivo não pode participar da licitação porque isso também era outra coisa que viola a concorrência, quem conhece por dentro o que vai ser feito, evidente que tem condições de vencer a licitação porque pode um mecanismo influenciar o outro. Pois não, Senador Jayme.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Presidente, eu não estou questionando a questão dos Projetos básicos e os Projetos definitivos. O que é que ocorre? Eu estou questionando os prazos. É mais do que justo, até porque 25% de aditivo, evidentemente, nem no básico e muito menos no Projeto definitivo. Ora, já tinha que, por força de lei, nós já tínhamos que ter os Projetos definitivos. Esse negócio de licitar obra com Projeto básico, isso é enrolação e enganação. Acho que isso contradiz tudo que a lei, naturalmente, teria que exigir.

Eu estou questionando aqui, Senador Eduardo Suplicy, é a questão de por que quatro anos? Não vai demorar quatro anos para fazer esse ajuste não, para nós adequarmos nessa nova modalidade aqui das práticas de licitação. Ora, só daqui... 2011? Por favor, vamos colocar a partir de 2009, aí sim, nós teremos um ano para que eventualmente as empresas se ajustem no novo modelo de licitações públicas. Caso contrário, está fedendo carniça também, ou seja, não é o ideal, isso aqui é um jogo político, até porque não sabemos quem vai ser o próximo Presidente da República. De qualquer forma, eu acho que vai ser transparente, nós temos que abaixar o quê? O prazo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Presidente, só para esclarecer, Senador Jayme Campos, isso não vale para a União, vale para Municípios.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Então, ou seja, nós temos que imaginar se nós temos condições de, em um ano, dos 5.500 Municípios do Brasil, terem condições para qualquer obra, terem um Projeto executivo pronto. Eu acho que nós temos que avaliar. V.Exa. foi Governador e conhece bem o seu Estado.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Tenho experiência como Governador, Vice-Prefeito—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Os pequenos Municípios eu acho que têm grande dificuldade de poder, num prazo tão exíguo, estabelecer um Projeto executivo acabado. Então, nós não estamos... Inclusive, porque, na União, as obras de grandes vultos, todas são já Projetos executivos, e nos Estados também. Nós estamos falando é dos pequenos investimentos. Senador Romero Jucá, com a palavra.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Os pequenos e médios... O que é bom lembrar é o seguinte: Ao ser necessário o Projeto executivo, isso quer dizer que a Prefeitura vai ter que contratar o Projeto executivo antes de ter o recurso da obra. Isso quer dizer que vai ter que contratar com recursos próprios. Então, se a gente deixar um prazo muito curto disso, as Prefeituras não terão Orçamento e recursos próprios para, no prazo de um ano, dois anos, contratar Projeto executivo, não terão. Eu tiro por... Nenhuma Prefeitura de Roraima tem recursos para fazer isso, é um Estado pobre. Então, eu já acho que quanto mais... Eu já acho esse prazo curto, eu já acho esse prazo curto.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – O que é que é isso, rapaz?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Acho curto. Então, eu acho que diminuir esse prazo é uma temeridade.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Só fazer uma observação. Eu estou em dúvida, é só Município? Ou Estado e Município?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não é União, Estados e Municípios. O que a lei estabelece é que é recomendável que seja feita a licitação por Projeto executivo, mas passa ser obrigatório a partir de um período. Nós podemos discutir se há condições objetivas de reduzir esse período. A avaliação que foi feita, eu estou aqui ajudando a argumentar favorável ao Senador Suplicy, é a dificuldade, especialmente dos Municípios, de... Porque o Projeto executivo, hoje, teria que ser feito com recursos próprios...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Estados pobres também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – E é caro. E as empresas disponíveis para poder elaborar um Projeto executivo não estão habilitadas e não há essa cultura no país. Então, nós estamos caminhando para acabar com o Projeto básico e impor a obrigatoriedade do Projeto executivo. Agora, precisa um tempo para que as empresas de engenharia se recuperem, inclusive, se fortaleçam, tenham mercado, tenham técnicos...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Tenham competência...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senador Jayme Campos...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Para poder fazer essa avaliação. O que nós estamos discutindo aqui...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – V.Exa. está sendo brilhante...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agora, o tempo que nós precisamos...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – V.Exa. está sendo injustiçado porque, como Presidente, fica complicado. V.Exa. veio aqui para presidir, V.Exa. veio para o Plenário para debater, porque V.Exa. é muito importante o que V.Exa. está dizendo, mas V.Exa., eu sinto que está meio encabulada, assim, porque está na presidência (ininteligível). Quem sabe venha para o Plenário...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Já, já V.Exa. assumirá a minha Comissão.

(risos).

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Presidente, eu queria assinalar, na mesma direção, ao Senador Jayme Campos, que as suas ponderações fazem sentido, mas, dadas as ponderações havidas nas reuniões, sobretudo na semana passada, dos Senadores, e levando em conta as ponderações de todos os seguimentos, é que se acordou esse prazo. Eu também gostaria que fosse mais rápida a introdução.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Eu só quero que V.Exa., como eu tenho o maior conceito, o maior apreço, maior respeito, leve em consideração a minha opinião.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu estou levando.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Quatro anos é muito tempo. E eu discordo também do Senador Romero Jucá dizer que as Prefeituras não têm recursos para fazer Projeto, não são todas não; muito pouco, o senhor vai me desculpar, demorar, uma Prefeitura não ter capacidade de fazer um Projeto para fazer um recurso... O senhor vai me desculpar, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-PR) – Projeto executivo.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Projeto executivo. Aí, você está também praticamente, pode fechar a maioria das Prefeituras do Brasil. Não é por

aí. Não é bem assim. Se um Prefeito não tiver capacidade de arrumar recursos, ou seja, para fazer Projeto de obra, que me desculpa, tem que ser afastado do cargo e fechar, então, essa Prefeitura. Eu discordo, vai ficar aqui registrado, eu sei que sou voto vencido aqui, mas vai ficar...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não, não. V.Exa. tem uma alternativa, Senador Jayme Campos. V.Exa. pode fazer um destaque nesse item e pegar o Projeto originário, que era um Projeto, com a autorização do Senador Pedro Simon, porque aqui eu estou na minha função de ajudar a encaminhar a votação. Então, como o meu vice não chegou ainda, eu não posso passar a palavra. Mas faria o seguinte, tinha sido proposto um prazo inicial de dois anos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não, não, não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Nem prazo havia. Não havia prazo originalmente, mas aí houve a ponderação...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Havia um prazo original, acho que é bom pegar porque acho que há um prazo de dois anos...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Primeiro não via, depois se propuseram dois, e daí se chegou a quatro, dadas as ponderações dos mais diversos Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V. Exa....

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Pela ordem, Presidente. Se não havia prazo, é porque ia entrar em vigor assim que o Projeto fosse aprovado. Então, não tinha prazo...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Primeiramente não havia.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sim. Era para entrar em vigor junto com o Projeto, junto com a lei. Então, eu concordo com o Senador Jayme, que não há por que nós darmos quatro anos de prazo para essa exigência. E eu gostaria, então, de solicitar à Mesa, qual é o procedimento que nós devemos adorar para solicitar destaque...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu proponho, como sugestão, Senador Suplicy, que... Porque, como destaque, não tem como fazer. Por entendimento com o Relator, é possível construir uma mediação de redução do prazo. Entrar imediatamente em vigor, vai parar, porque as Prefeituras não têm e não há sequer empresas... Senador Jayme, Senador Jayme, nós ficamos 20 anos com baixo nível de construção civil no Brasil. As empresas de engenharia foram muito fragilizadas. Nós não temos como atender 5.500 Municípios, a partir de amanhã, para fazer o Projeto executivo todo detalhado da obra. Não dá.

Então, o que eu ponderaria, fazer uma ponderação ao Senador Suplicy, para a redução do prazo, que eu acho que seria um bom entendimento. Eu sugiro, Senador Suplicy, eu, pelo menos, aqui para facilitar a votação, o meu argumento é para facilitar a votação, usando a condição, eu sugeriria que houvesse uma redução do prazo e que o país fizesse esforço. Se, nesse período, por exemplo, de dois anos, nós avaliarmos que ainda não é possível, nós podemos prorrogar por mais um ano, mas vamos encurtar o prazo, porque aí já se cria uma cultura no país e já se sabe que o Estado brasileiro vai se preparar para isso. Essa é a minha sugestão a V.Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, se não houver objeção à sugestão, tendo em conta as observações dos Senadores Jayme Campos, Osmar Dias, Pedro Simon e do Presidente Aloizio Mercadante, se o Senador Romero Jucá, considerar que poderemos... Então, eu acato a sugestão para reduzir para dois anos.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu queria ponderar três anos. Eu acho dois anos... Eu acho dois anos um prazo curto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente ...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não. Três e quatro não é a mesma coisa... Três e quatro é...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu quero me associar à proposta do Senador Jayme Campos e de V.Exa., Presidente, dar um prazo menor para que os órgãos apresentem o Projeto executivo. Eu acho que ter o Projeto executivo é, sem sombra de dúvidas, o ponto de partida para que se tenha uma licitação transparente, que não deixe dúvida, por ocasião da sua execução.

O nobre Senador Romero Jucá, líder do Governo, pede que sejam três anos. Senador Romero, dois anos é tempo mais do que suficiente para que essas Prefeituras e os Estados e o próprio Governo federal possam estar aptos a apresentarem o Projeto executivo, porque até obras que possam vir a ser feitas daqui a dois anos, já podem começar a ter o Projeto executivo

providenciado desde agora. Eu acho que dois anos é mais do que suficiente para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – E ponderaria também, é o seguinte, Senador Romero Jucá, caso haja, em dois anos, nós avaliarmos que, de fato, o país ainda tem dificuldades, nós podemos prorrogar, por exemplo, para pequenos Municípios, podemos fazer uma prorrogação. Mas nós poderíamos partir dessa ousadia, eu acho que seria uma boa sinalização do Projeto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu acato a sugestão dos Senadores no sentido de ser para dois anos, com esse entendimento, Senador Romero Jucá, se observarmos, daqui a dois anos, que estiver havendo dificuldade, nós poderemos fazer essa prorrogação de prazo para pequenos Municípios.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Senador, um aparte. Eu acho que vale observar que ficariam estipulados aí dois anos, eventualmente, uma janela que vai permitir aqui que aquele Município que eventualmente não tiver a capacidade financeira ou técnica, ele seja prorrogado pelo menos seis meses ou um ano. Aí, eu concordo... Aí, eu concordo. Caso contrário, muito ruim, muito ruim. Tem que mandar essa válvula de escape da lei para permitir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Jayme Campos, só uma ponderação, o Senador Romero Jucá está colocando um outro argumento ali, que eu acho que nós deveríamos avaliar. A preocupação dele é: Os Municípios mais ricos terão condições de fazer os Projetos executivos e terão prioridade na liberação no Orçamento porque os Municípios mais pobres, com menores condições financeiras e técnicas serão prejudicados por não terem um Projeto executivo. Talvez nós pudéssemos, Senador, eu estou aqui pensando alto, ajudando a construir o consenso, nós podíamos colocar dois anos para todas os entes federados, e talvez fazer um corte nos pequenos Municípios, dando um prazo de três anos, como V.Exa. está sugerindo. Por exemplo, Municípios de até 100 mil habitantes, estaria obrigatório a partir de três anos. Aí, eu acho que a gente resolve também essa preocupação dos Estados mais pobres, dos Municípios mais pobres.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, eu posso acatar a sua sugestão, com o acréscimo de um parágrafo nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Poderia ser dois anos, é obrigatório para todos os entes federados e é recomendável para os Municípios... E, para os Municípios de até 100 mil habitantes...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – 50, não é, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – 50 mil habitantes—

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – De 10 a 50 mil, que é a maioria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – 50 mil habitantes, seria três anos obrigatório, está bom assim? Acordo?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, então—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) –

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, então, eu vou ler a forma como ficou...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – 100 mil habitantes... É classificado Município médio, pequeno...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Está sugerindo 50 mil habitantes. 50 mil habitantes, o prazo é de três anos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – De 10 a 50 mil. Vamos colocar as cidades de 10 a 50 mil. Se você fizer um levantamento... De 10 a 50 mil.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – 100 mil.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – 100 mil, então? 100 mil, tudo bem. Vou acatar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Até 100.000 habitantes?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bem. Sr. Presidente, posso ler, então, como vai ficar? O § 2º do art. 7º.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Está bem. Senador Jayme Campos, vou ler como vai ficar. § 2º do art. 7º: "As alterações promovidas no § 1º e no inciso I do § 2º; do art. 7º, no inciso IV; do *caput* do inciso I do § 2º do art. 40; no § 1º do art. 65, bem como a revogação do § 2º do art. 9 e do inciso V do *caput* do art. 40 da lei 8666 de 1993, somente terão efeito, decorridos dois anos da entrada em vigor dessa lei, permanecendo vigentes, em sua redação atual..." Perdão, "estendido o prazo para três anos nos Municípios de até 100.000 habitantes, permanecendo vigentes em sua redação atual os referidos dispositivos até o atingimento(F) daquele prazo". Está bem assim? Obrigado pela colaboração.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Presidente, eu não sei se eu chamo

alguém para vir aqui, mas eu queria fazer um comentário sobre um outro aspecto levantado pelo Senador Jayme Campos, que me parece procedente. Eu queria que o Senador Pedro Simon assumisse aqui, a sugestão foi dele, V.Exa. é o mais experiente Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Nós não podemos dar margem de estar dizendo que o cara está julgando em causa própria. Não, não vou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – O Senador Jayme Campos está no debate. Senador Osmar, assume aqui para mim.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Isso, vá lá, Osmar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu queria fazer um comentário só. Então, eu passo a Presidência ao Senador Osmar Dias, e peço licença a V.Exa. para ser informal e fazer daqui mesmo, para gente tocar a votação e não postergar. Presidente Senador Osmar Dias.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Eu assumo a Presidência e passo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu queria fazer uma outra ponderação, Senador, eu briguei muito por esse item, partindo de uma preocupação que V.Exa. apresentou aqui, que me parece absolutamente procedente. Apesar de que os técnicos achavam o contrário. O pregão, para que haja absoluta... Porque o pregão já está demonstrado que é um instrumento muito eficiente de redução de custos. A experiência, inclusive, do Governo Federal, no primeiro ano de utilização do pregão e o Governo de São Paulo a mesma experiência, com alguns outros Estados, a redução de custo, por exemplo, na compra, especialmente de *commodities* e bens, é da ordem de 25%. Hoje continua sendo a ordem de 14%. Apesar de o mercado ter evoluído, os ganhos são muito significativos para o Estado, portanto, protege o Tesouro, por quê? Porque aumenta a concorrência, aumenta a eficiência e, com isso, você faz, com menos recursos, mais investimentos.

No entanto há um problema. O problema é que, no pregão, você não sabe quem está participando, tanto no sentido da aventura de um sujeito que pode entrar com um preço qualquer e não tenha habilitação e depois vai ter problema jurídico na habilitação, quanto uma combinação, porque você não sabe quem está participando, para jogar o preço para cima e não permitir a eficiência, ainda que a regra seja o aumento da eficiência. Eu acho que o melhor instrumento para poder acabar com esse questionamento é uma lista de quais as empresas estão habilitadas para aquele tipo de serviço ou para aquele tipo de produto. Então, quais são as empresas que podem vender móveis escolares? Quais são as empresas que podem fazer até 100 km de asfalto? Exemplo.

Então, essa lista de cadastro das empresas, pública e prévia, como está no Projeto, inclusive com participação do CREA e de entidades que vão fiscalizar a lista, da absoluta transparência. Por que é que facilita a vida do Poder Público? Porque cada pregão que ele fizer, ele não precisa habilitar as empresas; elas estão previamente habilitadas. Segundo, para a sociedade, não tem como ter conluio, porque a lista é pública. Por exemplo, se o Governo do Estado não está aceitando uma empresa entrar no cadastro prévio, ela entra na justiça e vai exigir a sua habilitação prévia.

Então, o cadastro vai mostrar o número de empresas que estão habilitadas e que, de fato, há concorrência, e que, de fato, há transparência e, portanto, eficiência no gasto público. Então, o cadastro, que foi uma Emenda que foi parcialmente acatada pelo Senador Suplicy, me parece o instrumento. Hoje nós não temos cadastro, mas, daqui a dois, três anos, todas as empresas interessadas em participar da venda de um produto ou de participar de obras, vão estar lá no cadastro. E o cadastro é público, é transparente, qualquer um pode questionar, e se o cadastro é muito pequeno, o TCU diz que, quando tem menos de sete empresas, favorece o quartel e o conluio. Se tiver menos de sete, por que é que a só tem sete aqui nesse cadastro? E você fazer um chamamento para que outras empresas se cadastrem.

Então, eu acho que o cadastro elimina esse risco que V.Exa., muito bem, colocou do pregão, que não tem a transparência e nós estamos obrigando a transparência prévia. E eu acho que é um mecanismo que vai trazer grande eficiência nas compras e nos investimentos do Estado brasileiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Presidente, permite só uma... O senhor permite só uma colocação, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Eu vou devolver a Presidência para o Senador Mercadante, mas vou avisar que eu vou ficar aqui, por que ele vai querer discutir mais.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Eu só queria...

(risos).

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Sr. Presidente. Presidente...

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Com a palavra, o Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Presidente, Senador Jayme, eu gostaria só de testemunhar a importância do sistema de pregão. Eu, quando 1º Secretário, fizemos reuniões e conseguimos chegar a um acordo com as assessorias e fizemos o pregão dentro do Senado. A economia foi bastante alta. E talvez a pré-identificação de quem pode ou não entrar em uma lista... Seria fácil pedir, antes da concorrência, o pré-credenciamento para que pudesse disputar ou não o pregão, o pregão presencial, porque ele tem uma virtude muito grande, que não tem recurso; se decide na hora. Qualquer suspeita, qualquer discussão, ela é realizada na presença ali dos demais concorrentes, e se chega à conclusão, o vencedor é aquele. Não há possibilidade de recurso porque tudo é discutido na hora.

E nós tivemos sucesso aqui no Senado, que foi praticamente o exemplo que São Paulo ofereceu, durante o Governo Geraldo Alckmin, que espalhou praticamente por todos os Municípios. Então, eu acho que é uma coisa sadia para a economia nas despesas públicas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu passo a palavra... A Presidência, ao Senador Osmar Dias.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – O Presidente da Comissão quer discutir a matéria. Eu passo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não, é um outro item, Senador Jayme Campos. Eu queria tratar, viu, Senador Relator, Eduardo Suplicy? Eu preferi, inclusive, investi muito que essa lei fosse votada com essa morosidade que nós tivemos, porque ela é muito complexa, Senador Pedro Simon participou comigo da elaboração da Lei 8666, trouxe muitos avanços, mais de 12 anos depois, está na hora de nós avançarmos mais.

V.Exa. colocou um outro item que também me chamou atenção, que é a questão do *software*, o *software*... Senador Suplicy, inclusive, o Senador Dornelles, foi um tema que ele tratou com muita exigência, essa questão, que é: Quando há um trabalho predominantemente intelectual, o Poder Público tem que ter a liberdade de contratar o melhor. Por exemplo, viu, Senador Jayme Campos? Você vai contratar um advogado para uma causa internacional à União, uma disputa na Organização Mundial do Comércio, ela tem que contratar o escritório mais especializado para aquele serviço. Ou nós tivemos, por exemplo, caiu lá uma das obras do Metrô de São Paulo, para fazer uma auditoria das razões daquela queda e das implicações que poderia ter para o Município, se havia problemas na engenharia, tinha que contratar a melhor assessoria; contratou o IPT, o Instituto de Pesquisa Tecnológica da USP, que é um Instituto secular, com uma competência inquestionável, para fazer uma auditoria.

Então, quando é um trabalho predominantemente intelectual, tem que ter a liberdade da contratação. Agora, Senador Suplicy, eu acho que, no caso do *software*, todo *software* é predominantemente intelectual. Agora, há *software*s que são de uso difundido, são *commodities*. Se eu vou contratar um *software* Word para colocar nas repartições públicas, aquilo ali é um *commodity*, que tem que ser feita pelo menor preço. Agora, se eu vou contratar um *software* que é específico para construir um determinado produto para a Administração Pública, "vamos elaborar um *software* para o combate à aftosa, que exige tais requisitos", aí, eu acho que o trabalho predominantemente intelectual.

Então, talvez, no caso do *software*, pudesse fazer uma redação específica, separando o que é *commodity* do que é especificamente e, portanto, predominantemente intelectual. Porque todo *software* é um produto predominantemente intelectual, para não cair naquela regra geral que nós fizemos, correta, que o Senador, inclusive, em questão de universidade e tal, que é o artigo 13 da lei, que o que é predominantemente intelectual? Talvez, no caso do *software*, poderia fazer essa separação; se já tem essa separação, era bom esclarecer para ficar bem claro, qual é a separação.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr. Presidente...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Vou discutir com o senhor, quando o senhor fala que...

SR. PRESIDENTE SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Vou devolver a Pre...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – ...Que tem que ser uma empresa...

SR. PRESIDENTE SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias. Existia e existe ainda aí a tal da notória especialidade. Quando surgem fatos, como o senhor disse lá, no Estado de São Paulo, o Metrô, muitos desses Estados e muitos Municípios usam esse como se fosse uma válvula de escape, mas são direcionados também, é bom... Não vamos esquecer não que, muitas vezes, ele é direcionado porque, quando é um caso especificamente, como aconteceu

no Estado de São Paulo e o que é que acontece no Estado e no Município, por conseguinte. O que é que ocorre? Não é aberta uma licitação pública, às vezes; é como se fosse, quase um serviço de emergência, na medida em que até o problema emergencial, ele se enquadra em notória especialidade, aí a coisa é muito mais feia, Suplicy. A coisa é muito mais feia. São as velhas práticas daqui, nas obras de emergência. As obras de emergência também, a maioria das vezes, ela não é obra de emergência coisa alguma; é só a mentira, é só malandragem e patifaria.

Então, nós tínhamos que também buscar um mecanismo aqui para colocar, de que... Haver um impeditivo. Caso contrário, muitos Estados, Prefeituras, eles vão ao arrepio da lei e, conseqüentemente, depois que o Tribunal de Contas do Estado vai saber, depois que os Tribunais de Contas Municipais vão tomar conhecimento, as Câmaras Municipais, as Assembléias, e a coisa já aconteceu. Já aconteceu porque eu já vi muito disso aí. E, depois, já está feito e não tem para quem recorrer; quem paga o pato é e o cidadão que paga imposto; é o trabalhador, é o empresário que recolheu, que paga uma carga tributária excessiva no Brasil. É ele quem paga o pato.

Então o que é que acontece? Vamos ser bem transparentes aqui, se vamos discutir realmente eficiência nessa nova lei que nós estamos implantando aqui. Essa é a minha visão e, sobretudo, quando o Senador aqui, Suplicy, por sinal, inteligente a sua colocação, conhecedor do assunto, talvez não na prática efetivamente, até porque não exerceu cargo no Executivo, mas poderia ser o futuro Governador do Estado de São Paulo, Prefeito da Capital. Aí, o senhor vai ter mais conhecimento, de perto, de como funciona, na prática, essa lei de licitação.

De forma que o senhor está de parabéns, e fico muito grato ao adendo que o senhor faz, quando esses serviços aqui, que dizem "atividade inteligente", não podem ser tratados como *commodities*; tem que colocar, conceder também aqui dentro dessa licitação. Aí sim, nós estaremos, com certeza, fazendo, de forma transparente e eficiente, o serviço que nós queremos realmente prestar à sociedade, com essa nova legislação, em relação à lei de licitação pública. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Eu vou devolver a Presidência ao Senador Mercadante e sugerir que o Projeto seja colocado em votação.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Com a palavra, o Relator Suplicy, e a partir da intervenção do Relator, nós iremos à votação. Registro que só há duas Emendas de votação em separado, e destaques na Mesa até o momento.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos só encerrar esse tema específico e votaremos pela ordem; ordem é questão de encaminhamento, então, só passar para o Senador Suplicy, para responder essa questão específica. Senador Suplicy, com a palavra, como Relator.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Primeiro, sobre a questão de cadastro, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que houve um entendimento que está consubstanciado na forma de redação do § 2º do art. 4º e que explicita: "O pregão que tenha por objeto obras ou serviços de engenharia, cujo valor orçado pela Administração seja superior ao limite constante do art. 231-B da lei 8666/93, será realizado entre interessados cadastrados, na forma da seção III, do capítulo I da referida lei, permitir a participação do licitante não cadastrado que, até o ato de recebimento das propostas, comprove preencher os requisitos estabelecidos para o registro cadastral na categoria, na especialização e no grupo de licitantes indicados no edital do certame, sem prejuízo de requisitos específicos, fixados no instrumento convocatório.

Saliento que o cadastro é da União Estados e Municípios e todo órgão licitante pode ter um pelo princípio federativo. Então, temos, na verdade, cadastros muito precários, em especial nos pequenos Municípios. Então, exigir que o pregão seja somente entre os cadastrados, na verdade, diminui a competitividade. Com respeito aos serviços de informática do art. 45, reitero que apenas os de natureza predominantemente intelectual é que serão licitados por técnica e preço, ou por melhor técnica, da mesma forma que outros serviços técnicos especializados.

Atualmente, a lei diz que a contratação de todos os bens e serviços de informática será feita por licitação de técnica e preço. Com as alterações que estamos propondo, a simples compra, por exemplo, de *software*, será feita por licitação do tipo menor preço, o que, na verdade, é um avanço".

Sr. Presidente, acho que poderemos, então, fazer a votação, e com... E a votação dos destaques indicados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – A vista V.Exa. Senador Cícero Lucena, depois, Francisco Dornelles, pela ordem.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, é que, quando o Senador Flexa Ribeiro pediu

o destaque da Emenda 42, ela não se completa se não for também votado o destaque da Emenda 45; senão haverá contradição na aprovação dessas Emendas, na questão da defesa do cadastramento antecipado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço V.Exa. Senador Francisco Dornelles, com a palavra, fez o destaque da Emenda n°. 40.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Presidente, ainda não é relacionado ao destaque. Eu queria perguntar a V.Exa., com essa proposta feita, não existe nenhuma modificação no art. 13; ele foi mantido como está, não é isso?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Exato. Volta o art. 13... Nós retiramos a alteração do art. 13, portanto, permanece como está na lei presente, conforme o atendimento havido com V.Exa.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos encaminhar agora a votação do Projeto. Queria registrar a presença do ex-Senador Aelton, hoje Deputado Federal, prestigiando essa Comissão; sempre contribuiu muito com o nosso debate aqui.

Vamos à votação do Projeto, ressalvados os destaques que já foram apresentados aqui à Mesa. Senadores que são favoráveis ao Projeto, permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer do Relator, portanto, o Projeto não terminativo vai à Plenário. Vamos agora à votação dos destaques. Primeiro destaque, de n° 40, destaque apresentado pelo Senador Francisco Dornelles. O autor do destaque, com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Destaque n°. 01, Emenda n° 40.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Presidente, o que propõe o destaque é que, as contratações de obras e serviços, sejam realizadas em três etapas. Em primeiro lugar, a qualificação técnica e econômica. Em segundo lugar, a abertura das propostas dos concorrentes qualificados. E, finalmente, a qualificação jurídica e fiscal do vencedor.

Eu entendo, Sr. Presidente, que a começar pelos preços, sem verificar as condições técnicas e econômicas dos participantes, é extremamente perigoso, sob o aspecto administrativo porque as participações dão um preço extremamente baixo, não têm condições econômicas e, se ganharem, dificilmente a Administração terá condições de desqualificar aquelas pessoas.

Eu acho extremamente perigosa a adoção dessa sistemática. Por isso eu entendo que nós devemos, inicialmente, começar pela qualificação técnica e econômica dos participantes, posteriormente, à abertura das propostas e finalmente a qualificação jurídica e fiscal. Essa é a argumentação da Emenda 40.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Francisco Dornelles. Com a palavra, o Senador Relator, Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, ao adotar uma ordem de procedimentos como o Senador Francisco Dornelles propõe que, com muito respeito, eu gostaria de dizer que me parece danosa para a Administração. Em primeiro, porque a sua proposta elimina a possibilidade de inversão de fases nas licitações de obras e serviços de engenharia. Como exaustivamente assinalado, a inversão de fase é uma medida que diminui custos e tempo para a Administração, sendo racional por dispensar que a Comissão de Licitação examine todos os documentos de todos os licitantes. Se o que interessa à Administração é saber se o licitante com a melhor proposta reúne as condições de habilitação exigidas, por que motivo deveria analisar todos os documentos de habilitação de todos os licitantes? A verdade é que o filtro da habilitação prévia à abertura das propostas tem servido para estimular a indústria de eliminares e os expedientes mais anti-concorrenciais, por meio das quais as empresas cartelizadas procuram afastar da licitação, muitas vezes, com o apoio da própria Comissão de Licitação, empresas idôneas e com propostas exeqüíveis e mais vantajosas para a Administração, mas que sequer chegam a ser examinadas, porque somente passam para a fase de julgamento as empresas integrantes do cartel, que já fizeram acerto prévio e a divisão no mercado de obras, podendo, com isso, apresentar propostas em valores bem mais elevados.

Eu já assinalei aqui a opinião do Procurador Geral do Tribunal de Contas da União, Dr. Lucas Rocha Furtado, que diz em "Curso de Direito Administrativo", às págs. 518: "É sabido que a fase de habilitação costuma ser a que mais causa embaraço em uma licitação. É normalmente nessa fase da licitação onde costuma ocorrer a maior parte dos recursos; é nela onde é proposta a maioria dos mandados de segurança. A solução para resolver esses problemas foi alterar o procedimento a ser observado no pregão, fazendo com que a fase de habilitação somente se realize após o julgamento das propostas". Ainda advertindo: "Qualquer previsão legal que incentive a competitividade, que amplie a possibilidade de novos interessados poderem apresentar propostas, deve ser aceita e incentivada; quanto maior a competitividade do processo, maior o número de interessados em apresentar propostas à Administração,

menor a possibilidade de conluios ou fraudes. Isso indiscutivelmente realizará o interesse público".

Eu já havia assinalado na... Quando apresentei, na semana passada, outros argumentos, então, por essas razões, eu sugiro a rejeição da Emenda n°. 40, com todo respeito ao Senador Francisco Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Sérgio Guerra, com a palavra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, eu tem algumas idéias sobre esse assunto, que eu gostaria de expor com um pouco mais de clareza ao Senador Relator. E que, na minha opinião, tem a ver com a aprovação da Emenda do Senador Dornelles.

É verdade que a burocratização do processo de licitação é danosa e que produz, muitas vezes, extensão de prazo, deturpação dos cronogramas e o prejuízo geral do interesse público. Nada contra uma vacina contra isso. Eu acho perfeitamente normal. O problema central da obra pública no Brasil é que o setor público, no geral, trabalha de maneira viciada. O principal elemento desse vício é a vontade deliberada de conduzir licitações. Nada seria mais representativo, como causa de prejuízo no interesse público, do que a tendência do setor público – aí eu não quero ser oposicionista ao Governo atual, nem a Governos Federais ou Estaduais – mas a tendência do setor público é um vício nacional de conduzir licitações. Organizações se fazem nos Estados, Municípios e, no geral, no interesse de...

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pedir silêncio ao Plenário, senão eu vou chamar o Senador Marco Maciel aqui...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – ...No interesse de...

(risos).

O que é que se diz? "Olha, essa empresa aqui é muito boa. Nossa! O operador da empresa..." É essa a palavra, o "operador da empresa". "Esse cara opera bem, ele fez uma Comissão de Licitação que faz tudo o que ele quer, que é capaz de realizar toda a sua engenharia intelectual". Então, eu não estou vendo muita vacina contra esse procedimento muito abundante, bastante generalizado.

Segundo, essa questão de obra pública no Brasil tem um outro elemento central, que é a qualidade. A qualidade da obra pública do Brasil é, seguramente, das piores que se tem notícia. Em alguns Estados, pior do que nos outros; em alguns Municípios pior do que naqueles outros Municípios. No conteúdo da falta de qualidade, está a falta de qualificação das empresas. Empresas não qualificadas que, na verdade, nem empresa de engenharia são, são empresas de contrato, que nem equipamentos têm; alugam equipamentos; entram em todo esse processo para deixar a qualidade lá embaixo e resolver a sua vida, quando? Na licitação que vem combinada lá em cima e na realização da obra sem qualidade, que a fiscalização não é capaz de ir buscar, não é capaz de ir apurar. Esses são, na visão de qualquer pessoa prática, os problemas centrais da licitação no Brasil. Outros são relevantes, mas esses são os principais: condução, primeiro e, segundo, falta de qualidade. Obra pública no Brasil é um exemplo de falta de qualidade. Eu conheço centenas de obras assim. Raras são as obras públicas que alguém passa por elas e diz: "Olha, essa obra foi bem feita." Impossível dizer: "Essa obra foi bem feita por um preço justo".

Então, eu acho que abolir a privatização, aliás, abolir a qualificação, pelo menos técnica, eu não falo de papéis, papéis que podem ser questionados, um papel aqui, uma certidão lá na frente, não é disso que eu estou falando, nem eu penso que é disso que está falando o Senador Dornelles; está falando de uma avaliação da competência técnica de quem vai concorrer a uma determinada obra de especialização, de competência, de equipamento, de capacidade efetiva para fazê-la acontecer. Então, eu estou achando que uma das Emendas que estão aqui apresentadas, que apontam na direção da solução, é a Emenda apresentada pelo Senador Dornelles, que é boa para o país, boa para os Estados e boa para os Municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Renato Casagrande com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente Aloísio...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Ao final. Senador Renato Casagrande, com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado, Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Eu... Sr. Presidente, a minha preocupação com relação a essa inversão de fase, onde o preço, ele é colocado para definição clara daquilo que se vai avaliar depois, tecnicamente das empresas, é que nós vamos expor demais os gestores públicos porque, se você abre os envelopes, a empresa ganhadora colocou um preço muito diferente dos demais preços, em um valor menor, e depois essa empresa foi desqualificada tecnicamente, o problema é que depois, de fato, é difícil segurar isso porque o gestor público vai ser acusado de estar beneficiando... De manipulação.

Então, eu acho que o processo agiliza muito, mas o processo nos cria uma... Uma dificuldade de gerenciar isso, caso a empresa vencedora, num valor muito

menor, depois, tenha que ser desclassificada tecnicamente. Então, por isso, Senador Eduardo Suplicy, eu tendo, eu estou tendendo e estou apoiando a proposta do Senador Dornelles, que estabelece primeiro uma avaliação técnica, antes de entrarmos efetivamente no preço da obra ou do serviço contratado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Casagrande. Agora, o último inscrito para debater esse tema, o Senador Relator, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, a nova redação do art. 30 prevê que a habilitação técnica será feita previamente ao julgamento das propostas de preços nas grandes obras. Eu gostaria de assinalar, com respeito às observações do Senador Sérgio Guerra, com muito respeito, que, em verdade, as obras com irregularidades, apontadas pelo relatório do Tribunal de Contas da União, foram feitas na modalidade concorrência. E aqui está em uma exposição do Tribunal de Contas, relativa ao que aconteceu, houve nada menos do que 52 casos de sobrepreço e superfaturamento nessas obras realizadas na modalidade concorrência, sem inversão de fases.

Portanto, o que se quer é justamente procurar minimizar esse tipo de problema que tem ocorrido com a finalidade concorrência. Exatamente por isso é que estamos defendendo o pregão e a inversão de fases. Por isso, eu mantenho, portanto, o parecer, com todo o respeito ao Senador Francisco Dornelles, mas, propondo a rejeição da sua Emenda n° 40.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Bom, vamos à votação. Senador Suplicy mantém o parecer, propondo a inversão de fases. Senador Dornelles apresentou uma Emenda, propondo que a análise técnica e a habilitação das empresas sejam prévias à licitação de preços. Senadores que são favoráveis à Emenda do Senador Dornelles, por favor, levantem a mão. Está (interrupção no áudio). O nosso assessor aqui está impedindo a Mesa de analisar. Está aprovado o destaque. Portanto, está incluída no texto do Relator a Emenda 40, apresentada pelo Senador Dornelles.

Vamos agora a destaque do Senador Flexa Ribeiro, associado ao Senador Cícero Lucena. As Emendas 42 e 45, as duas tratam da mesma questão. Senador Cícero Lucena, com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, eu acho, pela opinião agora da Emenda que foi definida e votada pela maioria, da necessidade do cadastramento, da verificação da área técnica, da responsabilidade técnica, eu acho que a defesa dessas duas Emendas fica também muito aprovada, no sentido de que seja feito o cadastramento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V. Exa. poderia explicitar a Emenda?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Pois não. As Emendas 42 e 45, elas, na verdade, vedam o pregão para licitações de obras no valor superior a 3,4 milhões, estabelecendo que até este valor para aplicação do pregão, é necessário que o licitante esteja previamente cadastrado, pré-qualificado, esteja disponível o Projeto Executivo, estabelecendo regras para que possa ser feito o pregão eletrônico, seja exigida a prestação da garantia adicional para licitantes que ofertarem proposta com valor inferior a 85% do valor orçado pela Administração. E também...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu queria ponderar a V.Exa. só uma questão. Eu entendo que nós já...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Alguns desses mecanismos já estão na norma geral...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu imaginava, inclusive, que o cadastro eliminaria essa discussão da antecipação de fase. Eu acho que, para mim, era o caminho que eu sempre defendi, mas, de qualquer forma, está prejudicada a minha argumentação. Mas a questão do Projeto Executivo nós já deliberamos, que será obrigatório daqui a dois anos. Da forma como está o texto da lei, passa a ser obrigatório imediatamente, que foi a reflexão que nós fizemos...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Não. Mas eu entendo que foi feito o acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não, foi feito um acordo...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Para dois anos e três anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – É. Dois anos e três anos. Por isso que eu acho que a Emenda, como está, não pode ser aprovada.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – E como seria feito, então, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Aí, eu proponho que o autor dê uma avaliada porque esse aspecto da Emenda já foi contemplado na decisão anterior. E eu perguntaria a V. Exa.: Com a decisão da Emenda do Senador Dornelles, se procede à necessidade...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – E com a decisão já do cadastramento prévio também, eu acho que...-

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – É isso que eu disse. Na hora que...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – O Senador Suplicy já acatou o cadastramento prévio. Por isso que eu achava que essa discussão da antecipação de fase, no meu ponto de vista, não fazia sentido.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu digo exatamente o contrário. Sendo aprovada a não inversão...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V. Exa. poderia, Senador Suplicy, ler a questão do cadastro?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – No art. 4º, diz, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – "O pregão que tenha por objeto obras ou serviços de engenharia, cujo valor orçado pela Administração seja superior ao limite constante do art. 23, 1, "b", da lei 8666/93 será realizado entre interessados cadastrados, à forma da Seção III do capítulo I da referida lei, permitindo a participação do participante não cadastrado que, até o ato de recebimento das propostas, comprove preencher os requisitos estabelecidos para o registro cadastral na categoria, na especialização e no grupo de licitantes indicados no edital do certame, sem prejuízo de requisitos específicos fixados no instrumento convocatório".

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Levanta...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Portanto, está contemplada a ponderação de V. Exa.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Eu queria consultar o Senador Suplicy sobre o seguinte: Vai haver um cadastro, isso está aprovado por todos. Agora, esse cadastro é prévio. Quer dizer, quando começa o processo de pregão, as empresas já estão cadastradas. Ninguém pode chegar na hora e se cadastrar. Não tem isso, não é? A minha única dúvida é essa, se o cara pode chegar na hora e se cadastrar. Se ele está cadastrado antes, não parece fazer sentido.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O autor da Emenda, Senador Flexa Ribeiro, concordou com o procedimento no sentido de que a apresentação da documentação para um licitante não cadastrado participar de uma licitação deverá ser feita na hora da entrega das propostas, no início da licitação. Isso se refere à alteração na redação do § 2º, art. 4º da lei 10520, art. 3º do substitutivo.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Senador Eduardo, se alguém quer fazer, entrar em determinado pregão, se cadastra antes. Não vai se cadastrar no momento. É mais seguro, mais sério, mais responsável do que chegar na hora lá e se cadastrar.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Isso para obra, não é?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Para o que for...

Senador Romero, o senhor já foi Governador, sabe, se oferece a proposta à concorrência pública com antecipação, não é isso? Com antecedência. Agora, para o pregão, você vai na hora se habilitar? Não existe isso aí. Obrigatoriamente... Você tem que se habilitar antes.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não. O que nós tínhamos discutido na questão da habilitação prévia era questão de obras. Você faz um pregão para comprar lápis, papel Chamex...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Mas é isso.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Você pode... É um processo aberto, qualquer um pode se credenciar, é um processo via internet, é direto. O que nós estamos discutindo é para especificamente obras e serviços especializados.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Exatamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E, na concorrência, na tomada de preços, já é assim, não há cadastro prévio...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Presidente...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E assinalo, mais uma vez, que o cadastro é da União, Estados e Municípios e todo órgão licitante pode ter um, pelo Princípio Federativo, mas há cadastros muito precários, em especial nos pequenos Municípios. Então, exigir que o pregão seja somente entre cadastrados, é uma forma de diminuir a competitividade, Senador Sérgio Guerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Renato Casagrande...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Ninguém reduz o grau de concorrência por fazer um cadastramento a uma semana de antecedência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Não, eu só... Viu, Senador Sérgio Guerra, Senador Sérgio Guerra. Só que nós temos que tomar cuidado para o cadastro não anular o efeito do pregão porque o pregão é para que... A participação geral, de tudo quanto é lugar do Brasil, especializado de um patamar, porque compra de bens, compra... Você tem que ter... Você tem que ter condições de...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Senador Casagrande, se me permite um aparte, o cidadão, vamos imaginar aqui, só para dar um exemplo para o senhor aqui, quando o cidadão não está inscrito lá dentro da participação do pregão, o que é que ocorre? Vai imaginar aqui que não comparece alguém neste pregão. Ora, se você é aliado das pessoas que comandam esse pregão, ele dá um telefonema, o senhor está na porta, do lado de fora, o senhor entra, está habilitado, participa e ganha o pregão. Assim que funciona. Chega ao cúmulo do absurdo, Senador Casagrande, às vezes, o pregão, quando é feito, não satisfaça àquilo que a Mesa, ou seja, a Comissão do pregão, que é que ganha, ele suspende o pregão agora; depois de 48 horas, abre o pregão, exigindo os documentos das pessoas que, talvez, não tenha conhecimento e os amigos da pessoa que comandam a licitação, já está com documento para oferecer na hora.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Eu sei, Jayme. Nós temos coisas, nós temos ainda pontos para corrigir, Senador, só um minutinho...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Nós temos ponto para corrigir com relação ao pregão eletrônico porque acontece isso, às vezes, não atendeu àquilo que o leiloeiro quer fazer lá, ele fecha e abre posteriormente. Nós temos que corrigir isso. Agora, o pregão eletrônico, ele veio e ele reduziu o custo da Administração Pública. Essa é a realidade. Ele até prejudicou as empresas pequenas de um Município de uma região porque empresas grandes de outras regiões, maior poder de escala, acabam vendendo no lugar de empresas pequenas que comercializavam para aquela Prefeitura, para aquele órgão público. Causou esse efeito negativo na economia local. Mas ele reduziu o custo. Nós não podemos agora, com o cadastro prévio, anular o efeito causado e provocado pelo pregão, senão a gente vai estar inibindo as pessoas de participarem desse pregão eletrônico. Por isso que o Eduardo Suplicy está correto na sua preocupação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Sérgio Guerra, com a palavra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Presidente, a minha única dúvida é a seguinte. E não tenho idéia formada. Gostaria de discutir um pouco mais aqui. Mas é o seguinte, alguém que vai competir num pregão, por que não se cadastra com uma semana de antecedência? No que esse cadastramento inibe a livre... O livre desempenho do pregão? O fato de ele ter muitos participantes, inibe quem quer que seja? Alguém que não se cadastra previamente, eu acho que, inclusive, pode ameaçar a própria segurança da operação. Alguém que vende o feijão que não tem para entregar, alguém que não tem o óleo que devia entregar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu entendo...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – E não há problema nenhum em valorizar o cadastro...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Suplicy, o Senador Sérgio Guerra está propondo um entendimento no sentido que...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então, vamos... Vou acatar em parte.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – O cadastro. Só ajudando a ver se a gente consegue construir um entendimento. O cadastro, é verdade que nós não temos essa cultura, talvez precisasse um prazo para que isso possa ser implementado, mas o cadastro, ele vai dar transparência, vai melhorar a fiscalização e ajuda o Poder Público porque agiliza, quer dizer, o cadastro está lá, previamente habilitado, qualquer hora pode fazer o pregão com aquele cadastro e as empresas estão prontas a participar. Talvez se colocasse um prazo...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Posso fazer uma sugestão, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Ajudaria a viabilizar o entendimento, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Certo. Então, nessa direção, eu vou fazer uma proposta, Senador Sérgio Guerra, levando em conta as suas observações e de outros Senadores... Casagrande, Flávio... Jayme Campos. Toda vez que eu... V. Exa. sabe...

(risos).

Jayme Campos.

(risos).

§ 2º. Quero primeiro salientar o seguinte: O pregão que tenha por objeto obras ou serviços de engenharia, cujo valor orçado pela Administração seja superior a quanto? Ao limite constante do art. 23, 1, "b" da lei 8666/93 significa 3,4 milhões. Será realizado entre interessados cadastrados, na forma da Seção III, do capítulo I da referida lei, permitida a participação do licitante não cadastrado que... Aí vou sugerir: Até 48 horas antes do recebimento das propostas, comprove preencher os requisitos estabelecidos para o registro cadastral na categoria, na especialização e no grupo de licitantes indicados no edital do certame, sem prejuízo de requisitos específicos, fixados no instrumento convocatório. Por que esta sugestão, Senador Cícero Lucena? Porque, então, fica contemplada a preocupa-

ção de todos estarem cadastrados, mas, ao mesmo tempo, se dificulta o eventual conluio entre eles.

Então, levo em consideração a sua preocupação, mas também fica aqui com a preocupação, vamos diminuir a possibilidade de conluio entre os participantes. Então, se... Portanto, até 48 horas antes do recebimento, aí, tem que fazer o cadastro. Está bem assim, Sr. Presidente? Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Entendimento?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Resultou deste diálogo entre todos aqui e acato também, Senador Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Atendeu à ponderação, Senador Suplicy. E, desta forma, construímos os entendimentos. Senador Flexa Ribeiro, com a palavra...

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Flexa?!

(risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – É que V. Exa... Se o Jayme pode ser Flávio, por que V. Exa. não pode ser Flexa? Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Pois não, Senador Aloísio Suplicy, deixa eu esclarecer o seguinte: Tudo isso que o Senador Eduardo Suplicy está colocando é somente acima de 3400.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – 48 horas mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Mão, não. Acima não, até 3400. Abaixo de 3400.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – E acima?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Até 48 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Acima o cadastro é obrigatório.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Ok.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Abaixo é 48 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Até 3400. Acima de 3400, o cadastro é obrigatório. E esse cadastro vai ser fiscalizado por entidades da sociedade civil, com os CREAS.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Senador, eu pediria só a observação, "48 horas úteis", porque você pega um sábado e um domingo...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Código Civil hoje não fala em horas úteis, fala em 48 horas antes.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Então, vamos botar quatro dias?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – 48 horas, Sr. Presidente. Está bom. Está de bom tamanho.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Úteis?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – 48 horas, está de bom tamanho. Para evitar a possibilidade...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Mas se pegar um sábado e um domingo, Senador Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Aí...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Ele providencia antes. É esse o entendimento?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Fica melhor, 48 horas dá o suficiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Então, temos entendimento da matéria. Aprovada a Emenda, superada a questão. Senador Jayme Campos, com a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Senador Mercadante, só para dar um alento aqui ao nosso querido Senador Suplicy, na sua análise, diz o seguinte aqui: "Que fica suspenso, após 90 dias, com as liminares". Pois bem, o que é que ocorre? Aí, o senhor disse, o Presidente aqui mesmo disse, que fica por 90 dias suspenso, através de uma liminar. Todavia, Sr. Presidente... Por favor. Sr. Presidente, no art. 45 e no § 4º, diz o seguinte: "Quando o Tribunal, na apreciação de medida cautelar, determinar a suspensão de ato ou procedimento administrativo, deverá decidir o mérito da questão no prazo improrrogável de 90 dias, fim do qual a decisão cautelar, ela vai perder a sua eficácia". O que ocorre, Senador Eduardo Suplicy? A liminar, por 90 dias. Na medida em que o Tribunal de Contas não julgar o mérito, o mérito, o que é que ocorre? Essa liminar concedida, ela vai perder toda a sua eficácia. Então, ocorre o seguinte, a obra poderá dar andamento, ou seja, ser prosseguida, sem nenhum problema de ordem administrativa.

Presidente, eu estou colocando um fato aqui muito interessante, no artigo, não sei se V. Exa. tem conhecimento do Projeto, no art. 45, § 4º, é bem claro aqui, que diz o seguinte: "Quando o Tribunal, na apreciação de medida cautelar, determinar a suspensão de ato ou procedimento administrativo, deverá decidir o mérito da questão no prazo improrrogável de 90 dias, fim do qual a decisão cautelar perderá sua eficácia". O que ocorre? Feitos 90 dias, não julgaram o mérito, prosse-

gue normalmente a obra, sem nenhum problema de ordem administrativa...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vou fazer uma sugestão a V. Exa.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Porque isso realmente é um problema que tem hoje. Faz uma liminar, a obra fica parada dois anos

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Deixa eu fazer só uma observação, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – E o prejuízo é imenso. Queria fazer uma sugestão...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Deixa eu fazer só uma observação sobre o texto? É o seguinte, com 90 dias, a obra retoma. Isso não impede que, com mais 10, 15 dias, o Tribunal possa julgar e possa paralisar a obra efetivamente por uma decisão. O que não pode acontecer... O que não pode acontecer, é acontecer o que acontece muito hoje, uma obra ficar paralisada um ano e o Tribunal se manifestar conclusivamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Deixa eu fazer uma questão...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Romero, o Tribunal não tem capacidade de julgar todos os Projetos, ou seja, problemas de ordem administrativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Aqui, na condição...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Tem Projeto que tem 20 anos...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Jayme Campos, vê se a gente consegue fazer um entendimento aqui, que eu acho que, talvez, pudesse contornar. O Pleno seria, obrigatoriamente teria que se reunir para julgar a medida cautelar, mas o Pleno pode prorrogar, por período equivalente, o julgamento de mérito. Se ele achar que há indícios...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Isso não é nem um Pleno, é a Turma; a Turma pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – A Turma.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não precisava nem ser o pleno, agora, tem que ter decisão do Juízo...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – O que eu poderia dizer é o seguinte, a Turma...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Tem que estudar juridicamente porque até o cidadão que vai preso, tem 90 dias, caso contrário...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Deixa eu só ponderar aqui... Senador Jayme, vê se não é possível a gente chegar num entendimento, da seguinte forma. A medida cautelar suspende a obra por até 90 dias. É para acabar com essa coisa que qualquer medida liminar pára uma obra porque o concorrente foi lá e pediu, porque esse também é um outro problema, e é uma coisa que desorganiza o Estado Brasileiro, então, pára por 90 dias. A partir daí, a Turma tem que se reunir para fazer o julgamento de mérito. A Turma pode pedir a prorrogação da suspensão por um prazo equivalente...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Não pode. Se o senhor pegar o Código Civil, não existe isso daí. Não existe. No Código Civil, o cidadão que é preso, ele tem 90 dias; você condena ou você solta o cara. Isso é lei claro do Código Penal Brasileiro e, no Código Civil, não tem nada disso que fala lá, Presidente. O Tribunal de Contas da União não tem autoridade, regimentalmente, não tem, dentro do Regimento Interno do Tribunal...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Então, qual é a proposta... Eu entendi que V. Exa. estava preocupado que o prazo de 90 dias era pouco...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Não é que é pouco. O ideal seria votar isso lá, ao menos com 90 dias, mas eu, particularmente, entendo, acho que todo mundo que tem aqui já exerceu o cargo, exerce cargo e sabe que o Tribunal de Contas da União tem alguns assuntos, algumas matérias lá, que tem 10 anos, 15 anos. A administradora já até morreu, aí, está sendo julgado. Isso é claro. Todo mundo tem conhecimento disso. Aqui tem que ser inserida alguma coisa, Senador Mercadante, de que, no prazo de 90 dias, como perde a eficácia aqui, nós temos que exigir aqui que o Tribunal de Contas da União tenha por obrigação que todas, todas as obras, eventualmente, que estão suspensas, ele teria que julgar o mérito para ser retomado. Caso contrário, ela perde a eficácia. Está claro aqui. Ela perde a eficácia. A obra continua com o problema... Ela continua sendo executada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Renato Casagrande e, depois, Romero Jucá.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – O espírito não é o julgamento de mérito final. O espírito é não dar... É não continuar paralisada a obra. O espírito não é o julgamento final do mérito. O espírito do que está... O espírito não é... Se tiver o mérito

ótimo, mas, se não tiver a obra, que dê continuidade para que não fique paralisado durante 10 anos, 15 anos, 16 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não, e o Tribunal pode manter a suspensão da obra, se houver indícios, ele mantém a suspensão. O que não pode é uma mera medida cautelar você paralisar uma obra por prazo indeterminado. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Eu queria, veja bem, eu queria dizer o seguinte, nós discutimos isso, inclusive na CCJ, semana passada, no que diz respeito à questão do julgamento de autoridades. E se chegou à posição de que seria inconstitucional se fixar prazo para que o Supremo julgasse as autoridades. A mesma coisa aqui. Nós não podemos fixar um prazo, obrigando o Tribunal de Contas da União. Não podemos fazer isso. Agora, nós podemos dizer, e é o que estamos dizendo, no limite da constitucionalidade, dizer o seguinte: Para paralisar, o Tribunal tem 90 dias para paralisar sobre uma suspeita, e tem até 90 dias para tomar um posicionamento, mesmo que provisório, de conhecimento da Turma ou do Pleno. Se isso não ocorrer, sem prejuízo da continuidade das investigações e a qualquer momento da decisão do Tribunal, a obra deixa de ser paralisada porque efetivamente não se chegou a uma condição.

Eu acho que nós fomos no limite. Eu acho que esse trecho é um trecho com inteira preocupação do Senador Jaime Campos, mas eu entendo que nós fomos no limite do texto. Nós não podemos dizer: O Tribunal é obrigado a votar em 90 dias. Nós não podemos dizer isso. Agora, nós podemos dizer: "Se o Tribunal não se manifestar em 90 dias, a obra é retomada". Isso nós podemos dizer. Eu acho que nós estamos...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Jaime Campos, como essa matéria vai a Plenário, se V. Exa. tiver alguma sugestão a mais, deveria encaminhar.

Eu queria, antes de encerrar a Sessão, primeiro agradecer ao Sr. Rogério Santana dos Santos, Secretário em Logística e Tecnologia de Informação do Ministério do Planejamento; aqueles que participaram da elaboração desse Projeto na audiência pública; Sr. André Dresch, Secretário de fiscalização de obras e patrimônio da União; Sr. Paulo Safady Simão, que aqui está prestigiando esta Sessão, Presidente da CBIC. Agradecer a contribuição que deram ao processo. Sr. Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira em Infra-Estrutura, Indústria de Base-ABDIB; Sr. Marco Túlio de Melo, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o CONFEA, e Sr. Luiz Fernando dos Santos Reis, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, SINICON, todos eles que participaram desse processo e contribuíram. Agradeço a todos os Senadores...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem. Eu queria fazer um apelo para que nós pudéssemos votar o empréstimo da cidade de Uberaba...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não há acordo...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Já radicalizar...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Não, já foi apresentada, a Sessão passada, uma objeção do PSDB a esta matéria. Sugiro, Senador Romero Jucá, que entre em contato, pela liderança do PSDB, e busque um entendimento...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu requeiro a urgência para votação em Plenário do Projeto...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Vamos já. Senadores que são favoráveis à urgência, permaneçam como se encontram. Aprovado. Agradeço Senador Suplicy à relatoria, a todos os Senadores que contribuíram com essa matéria. Senador Renato Casagrande, com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Parabenizo o Senador Eduardo Suplicy pelo trabalho, pelo brilhante trabalho, e peço a V. Exa., Sr. Presidente, Sr. Presidente Senador Aloizio Mercadante, eu, e o Senador Osmar Dias e o Senador Eduardo Suplicy combinamos aqui com V. Exa. e com a Comissão uma audiência pública para tratarmos da questão da lei geral do cooperativismo...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Isso. Encaminhe à Mesa hoje e nós marcaremos a data.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Já encaminhamos. Só queria que o senhor definisse com a assessoria a data.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Nós vamos pedir só a votação do item 05 da Pauta, e nomeio como Relator *ad hoc,* Senador Antônio Carlos Valadares, que se solicitou urgência na votação dessa matéria. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. O Relator é o Senador João Vicente Claudino. A proposição em epígrafe 2006, de autoria do ilustre Deputado Inaldo Leitão, defende que seja formalizada a permissão de renúncia à aposentadoria concedida pelo regime de Previdência Social, com vistas à obtenção, pelo segurado de outro benefício do mesmo regime ou be-

nefício de regimes diversos. Análise: O Projeto objeto de análise não apresenta vício de constitucionalidade, juridicidade, também não carece de reparo, no tocante à técnica Legislativa.

No mérito, o PLC 78/2006 vem preencher uma lacuna que, há tempos, suscita polêmica e controvérsia. O INSS tem reiteradamente negado o reconhecimento à renúncia, alegando ser a aposentadoria um ato jurídico perfeito, que uma vez concretizado, não pode ter efeito dissolvidos. Contudo, esse não tem sido o entendimento do Tribunal de Contas da União e nem do Poder Judiciário. Quando questionados, tem manifestado entendimento favorável à renúncia à aposentadoria, com base na tese de que a renúncia é ato unilateral e o direito adquirido e o ato jurídico perfeito constituem garantias do detentor do direito e não do poder público. A questão acerca da renúncia, aposentadoria carece de regulamentação.

Assim sendo, Sr. Presidente, entendemos ser louvável a intenção do autor, o nobre Deputado Inaldo Leitão, que aqui se encontra presente, prestigiando essa Sessão, e agradeço a liberalidade do nosso Presidente, que, como última matéria dessa Sessão, permitiu que eu lesse, em nome do relator.

Em face do exposto, concluímos o nosso parecer pela aprovação do Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Bom, essa é uma forma de homenagear a V. Exa., que é tão dedicado no trabalho dessa Comissão. Senadores que são favoráveis ao parecer pela aprovação do Projeto, permaneçam como se encontram. Aprovado. Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 12h21.)

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Ata da 16ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 01 de outubro, de 2007, às 18:30 horas, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos do dia primeiro de outubro ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Francisco Dornelles, Presidente Eventual, e com a presença do Senador Garibaldi Alves Filho, Relator, reúne-se a Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Kátia Abreu, Eliseu Resende e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública a fim de debater a questão dos "Marcos Regulatórios", tendo como tema foco o Setor de Vigilância Sanitária, em atendimento a deliberação da Subcomissão. Foram convidados o Sr. Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, e representante da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED; o Sr. Osmar Terra, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; o Sr. Edmund Klotz, representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI, no Conselho Consultivo da Anvisa; o Sr. Antônio Oliveira Santos – Presidente Confederação Nacional do Comércio – CNC; e a Sra. Ana Lucia M. de Mello, Presidente da Ação Direta de Vigilância em Saúde no Brasil – VISBRASIL. A Audiência Pública é realizada com a presença dos Senhores Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Edmund Klotz, representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI, no Conselho Consultivo da Anvisa; Cácito Augusto de Freitas Esteves, Assessor da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio, (representando o Sr. Antônio Oliveira Santos, Presidente da CNC); Luiz Felipe Moreira Lima, Assessor Técnico da Ação Direta de Vigilância em Saúde no Brasil – VISBRASIL, (representando a Sra. Ana Lucia M. de Mello, Presidente da Visbrasil); e, ainda, com a participação do Prof. Ademar Menezes Júnior, Engenheiro Agrônomo e Assessor da Associação Brasileira de Produtores de Essências Florais – ABRACAMPO. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Senador Garibaldi Alves Filho e, ainda, o Senador Francisco Dornelles, Presidente Eventual. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e sete minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Francisco Dornelles,** Presidente Eventual da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Havendo número regimental declaro aberta a 16ª Reunião da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 53ª Legislatura a realizar-se neste dia primeiro de outubro de 2007, às 18h46 minutos, na sala de reuniões nº. 19 da Ala Alexandre Costa.

Eu, na qualidade de Relator, e tendo em vista a ausência do Senador Delcídio Amaral, que por compromissos em Mato Grosso do Sul de última hora não pôde estar presente hoje eu peço ao Senador Francisco Dornelles, ex-Ministro, para que ele possa presidir os nossos trabalhos e eu continuarei na minha função de Relator. Então peço a V.Exª que assuma a Presidência dos nossos trabalhos na qualidade de membro da nossa Subcomissão.

Eu peço que possamos suspender os nossos trabalhos apenas por dois minutos para um contato aqui com o Senador Francisco Dornelles.

(Sessão suspensa às 18h47)
(Sessão reaberta às 18h53)

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Senador Garibaldi Alves, senhoras e senhores, Sr. Presidente da ANVISA, é uma satisfação muito grande presidir essa Sessão, representando aqui o Senador Delcidio Amaral. Eu convidaria para participar da Mesa o ilustre Presidente da ANVISA, Dr. Dirceu Raposo de Mello; Dr. Luiz Felipe Moreira Lima, Presidente da Ação Direta de Vigilância em Saúde, Dr. Edmund Klotz, Dr. Cácito Augusto de Freitas Esteves, e aqui para nós darmos objetividade a essa nossa reunião, eu discuti aqui com o Senador Garibaldi Alves e com o Dr. Dirceu Raposo, e nós vamos inverter aqui a ordem das apresentações. Vamos dar a palavra inicialmente ao Dr. Luiz Felipe Moreira Lima, ao Dr. Edmund Klotz, ao Dr. Cácito Augusto Freitas Esteves, e posteriormente o nosso prezado Presidente usará das palavras.

Aqui nós estabelecemos aqui, o Presidente será o quarto a falar, falará por dez minutos e nós pediríamos a cada um dos senhores ser bem breve, resumido, objetivo, num prazo de cinco a seis minutos sem introduções, direto ao assunto para que nós pudéssemos realmente ter objetividade e encerrar essa Sessão até as 7h30, 7h45. Eu dou a palavra... passo a palavra ao Dr. Luiz Felipe Moreira Lima.

SR. LUIZ FELIPE MOREIRA LIMA – Obrigado, Senador. Senhoras e senhores, vamos então direto ao assunto, como o Senador Dornelles pediu.

Na questão sobre a vigilância sanitária, tem algumas coisas que são importantes a ser consideradas num contexto bem geral. Nesses quatro quadros a seguir, eu vou tentar resumir conceitualmente e finalizando numa proposta objetiva. Conceitualmente nós vivemos numa República Federativa e democrática. Isso é incontestável. Talvez sujeito a algumas críticas, mas a República que nós vivemos ela se equilibra no que se refere à questão sanitária e a questão de saúde entre duas áreas extremamente importantes. No que diz respeito especificamente à vigilância sanitária, a saúde em geral, a saúde pública.

A questão sanitária envolve conhecimentos de epidemiologia, boas práticas de fabricação, qualidade, a questão da inocuidade, dos agravos à saúde. O que ocorre, a área mercantil que é, vamos dizer assim, o outro prato da balança, a República deve também garantir o livre comércio no território, a regulação do mercado, o cumprimento de acordos internacionais, as exigências legais, trabalhistas, patrimoniais, etc. Ocorre que existem em algum momento, vamos dizer, um contigencioso. Ou divergências entre a atuação sanitária e a atuação mercantil. A lei brasileira, a própria Constituição, a doutrina brasileira ao longo dessas décadas todas estabeleceu a precedência técnica e científica da saúde sobre a área mercantil. A própria Constituição claramente diz isso, as leis, principalmente a lei de vigilância sanitária abre o seu art. 2º explicitamente dizendo que não será permitido a comercialização de produtos que não tem o aval da área de saúde pública. É óbvio que o fulcro dessa balança está na questão da responsabilidade, no julgamento, na inspeção, na isonomia que os parceiros devem ser tratados com relação aos impostos que devem ser cobrados e as penalidades que justificam a manutenção desse sistema.

O que ocorre quando há uma tentativa de fazer com que haja uma subversão desse fluxo só pode ocorrer na nossa lei atualmente através de situações consideradas não desejáveis, indesejáveis ou ilegais. No caso tráfico de influência, fraude, corrupção, prevaricação, etc. Quer dizer, são os exemplos que nós vemos cotidianamente aí de produtos que são colocados no mercado que foram fraudados ou que não tem o aval da saúde pública. Os jornais freqüentemente estão noticiando isso. Pois bem. A organização disso se dá através também de uma estrutura equilibrada que é a... Leis, normas, estatutos, a organização do poder que é o funcionamento da justiça, a eficiência dos órgãos de fiscalização, poder de intervenção, ação direta do cidadão e o conhecimento científico e tecnológico que é o apanágio da nossa legislação e da nossa doutrina. Ou seja, o conhecimento científico ele é que vai dar a base pela qual aquelas decisões da precedência sanitária serão estabelecidas.

Então, isso aqui é conceitual, todo o nosso aparato legal precisa estar equilibrado com essas áreas. Se houver um desequilíbrio em qualquer uma delas nós vamos ter problemas. Se a justiça não funciona adequadamente ou se nós temos leis, decretos ou normas insuficientes para dar conta dos nossos problemas nós

vamos ter um desequilíbrio aí e certamente isso vai refletir no desempenho da própria sociedade.

No nível mais específico relativo à questão da vigilância sanitária e das suas relações, nós temos algumas coisas interessantes. Nós temos três atores principais que estão sujeitos a esses regulamentos. É a população usuária contribuinte eleitora. Ela no fim das contas é que, vamos dizer assim, é a fonte e a finalidade de todo esse aparato. Os produtos, os produtores e prestadores de serviços e os órgãos de vigilância sanitária competente que fazem parte do aparelho do Estado. Eles se comunicam através de algo que nós chamamos de burocracia documental. Ou seja, todo e qualquer relacionamento entre produtores, órgãos do Governo e a população se dará através de documentos que podem ser tanto documentos cartoriais quanto documentos técnicos. Por exemplo, uma inspeção numa fábrica é um... Ela tem que ser além da inspeção específica ela tem que ser assentada em algum documento que e faz parte de um acervo que tem validade jurídica. Essa burocracia documental ela pode atuar e ela existe em uma dessas três vertentes da vigilância sanitária. A prevenção, que basicamente é a característica da vigilância sanitária, ela é preventiva, por isso ela dá autorizações, procede avaliação de registro, as análises prévias, as inspeções prévias. Ou seja, ela antecipa qualquer situação de dano à sociedade fazendo esse tipo de trabalho. É nisso aí que reside em parte à força do direito sanitário, vamos chamar assim, da vigilância sanitária, na sua precedência sobre atividade mercantil.

A questão da vigilância propriamente dita que são as revalidações, as análises posteriores, as inspeções correntes. Quer dizer, a manutenção desse Estado de vigilância para que aqueles produtos que foram aprovados continuem com as suas características de inocuidade e benefício. E finalmente o poder coercitivo, de correção. Quer dizer, a vigilância tem também o papel de aplicar infrações e penalidades no intuito de corrigir o curso de determinados eventos inibindo inclusive a prática deles.

Então, nesse sentido, para não ir muito longe, o que nós consideramos como as condições necessárias e indispensáveis para a vigilância sanitária em parte essas condições foram atendidas na criação das agências. Mas, obviamente que alguma coisa, muita coisa tem que ser aperfeiçoada. Há três reivindicações históricas. Existem já várias décadas na vigilância sanitária A autonomia política administrativa, a autonomia financeira e recursos humanos insuficientes e tecnicamente competentes. Além da integração dos diferentes níveis de Governo. Todos esses itens aqui foram de um jeito ou de outro atendidos na criação da agência e pelo que está estatuído no SUS, Sistema Único de Saúde. Na integração de diferentes níveis. A autonomia política administrativa, por que é que ela é necessária? Porque ela que vai salvaguardar as decisões técnicas da vigilância sanitária e deve abranger somente as funções encarregadas de análise técnica, inspeções sanitárias e análises laboratoriais. Essa autonomia política administrativa tem a ver com aquele primeiro quadro em que aparece em vermelho aquela seta falando do tráfico de influência, da fraude, da prevaricação, ou seja, são as forças contrárias à atuação sanitária propriamente dita, algo que nós devemos considerar apesar de estar numa seta vermelha e os nomes serem assim um tanto constrangedores às vezes é uma condição natural de toda sociedade. Quer dizer, não há sociedade no mundo que seja perfeita e não tenha aqueles problemas. Mas nós devemos levar em consideração que eles existem.

Essa autonomia significa que quando você faz uma análise técnica de um produto ou faz uma inspeção numa fábrica ou procede numa análise laboratorial, esse tipo de Relatório ou de laudo não pode estar sujeito a interferências extraordinárias além daquelas que a técnica, o conhecimento científico determinam. Por quê? Porque poderemos estar colocando em risco a saúde de boa parte da população e nós temos exemplos, que não vou fazer uma lista aqui, mas temos exemplos muito grandes aqui no Brasil quando essas coisas acontecem. Ou intencionalmente ou por um discutido ou por uma negligência dessa atividade.

Então, isso tem a ver a concessão do registro, a autorização de fabricação de produtos, boas práticas de fabricação, armazenagem e consumo. São as etapas essenciais. E finalmente há um assunto que eu acho que seria de interesse que deve existir uma regra de admissão e exclusão desses dirigentes culminadas com o Senado Federal e o Presidente da República. Isso tem a ver com a recente crise que as agências estão passando que é de conhecimento de todo mundo em que o Governo quer demitir, pelo menos o que está nos jornais, quer demitir os diretores de algumas agências e não consegue porque criou uma regra que ele mesmo não pode transpor. Isso é uma coisa inédita na administração pública brasileira uma regra na qual o Presidente da República e o próprio Congresso não consegue ultrapassar. Isso nunca existiu.

Então, isso é um problema que pode ser corrigido e só pode ser corrigido pelo Congresso brasileiro. Quer dizer, é admissível, você tem que ter uma regra de admissão, uma proteção ao mandato das pessoas que são responsáveis por isso aí, mas era necessário que haja uma regra de exclusão como está demonstrando a realidade.

Portanto, assim, a grosso modo, o que nós consideramos como atendendo a doutrina, a tradição, a filosofia da República, são aqueles itens e esperamos que talvez haja alguma modificação na legislação atual, dando uma característica mais ágil para atividade de vigilância. Obviamente que esse assunto poderia se estender muito, mas acho que já excedi até o tempo que me foi concedido. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Eu queria cumprimentar o Dr. Luiz Felipe Moreira Lima que acaba de dar uma demonstração de grande competência, mostrando em poucos minutos, fazendo análise profunda de um problema bastante complexo. Eu queria dizer ao Dr. Moreira Lima que eu tive o privilégio de ser Ministro do Sarney juntamente com o Brigadeiro Moreira Lima, ele teve um desempenho extremamente importante em todo o período que precedeu a posse do Presidente Tancredo Neves, ele teve muita coragem de enfrentar problemas difíceis naquele momento, de modo que eu quero fazer mais uma vez na sua pessoa uma saudação a essa figura excepcional que quando no momento que fosse escrita a história daquele período ele terá uma posição muito importante e de relevo no processo de redemocratização do País.

Eu dou a palavra, passo a palavra ao Dr. Edmund Klotz, representante da Confederação Nacional da Indústria, no período de cinco minutos.

SR. EDMUND KLOTZ – Muito obrigado, Senador. Cumprimentando o Presidente da Mesa, Senador Francisco Dornelles, Senador Garibaldi Alves Filho, meu amigo Dirceu Raposo, cumprimento os demais membros da Mesa e o público em geral. Para ser muito rápido e muito objetivo eu vou passar... eu tinha uma série de quadros para poder explicar melhor, mas a exigüidade de tempo vou procurar estar o mais sucinto possível e vou me permitir passar algum só.

A ABIA aqui está representada por ser ela aquela que representa o setor das indústrias de alimentos no País. É uma entidade nacional e ela representa dentro da CNI o Fórum Nacional da Agricultura e do Agronegócio. Portanto, eu coloco esse ponto para a minha eleição, embora tenha sido recente, eu fui indicado ao cargo pela mão aqui do nosso amigo Dirceu Raposo, há pouco tempo, acho que saiu há uma semana, de modo que não estou muito afeto, ainda não conheço muito bem quais são as minhas atribuições. Mas de qualquer maneira quero trazer aqui a minha contribuição por ter bastante relacionamento com a ANVISA no dia de hoje, há 40 e tantos anos que eu milito no setor de alimentos, eu vejo aqui um companheiro sempre presente aí também da ANVISA, que nos tem acompanhado, mas vamos adiante.

Eu quero passar o sumário do que é que nos traz aqui. A referência da ABIA, serviços prestados pela ABIA, sobre a ABIA, ABIA e ANVISA e a ABIA como membro consultivo da ANVISA. Estudos até a sétima e até a oitava vou me permitir passar.

Bom, nós estamos juntamente com a CNI, e dentro da CNI embasados desde 1963 quando ela nasceu, ela representa o sistema organizado das indústrias de alimentos. Nós tínhamos 400 ou 500 indústrias quando começou a... O processo da formação dessa entidade dentro do contexto da CNI, e hoje ela está reduzida devido a fusões, devido a saídas, mudanças, etc, cerca de 200. Também quando nós criamos a ABIA, havia 65 mil empresas de alimentos produzindo alimentos no País. Esses dados são do IBGE e hoje não existem mais de 43 ou 44 mais ou menos conhecidas. E isso as formais onde... E as informações são do RAIS(F). De modo que são essas que produzem o grande contingente de alimento que os senhores têm no mercado, não só alimentos para o mercado interno, mas também para o mercado externo.

Ela foi declarada (soa a campainha) referência da ABIA desde... Como órgão consultivo desde 1964, por um Decreto, naquela altura havia (ininteligível) entre Poder Público e setor produtivo, e referencial do setor em seu relacionamento de instituição com o consumidor, governo, congresso, a mídia e o mercado.

Objetivos. Colaboração com os poderes públicos, entidades privadas, etc, etc, interface com a indústria de alimentos e organismos oficiais. Nesse ponto que eu queria chegar. Primeiro lugar ao Ministério da Saúde que ela deve uma obediência isso era antigamente através da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária. Ela naquela altura ela administrava, ela dirigia, ela analisava os nossos produtos, ela dirigia as análises, ela indicava os quesitos, as exigências, e a permissão para produzir determinados produtos no País para que a saúde fosse preservada. Essa situação continuou até a altura da instituição ANVISA como agência independente, como agência desligada em princípio pelo menos comum na sua área de atuação do Ministério da Saúde, e com isso nós ficamos dentro do contexto com a ANVISA e continua esse relacionamento.

Temos também dependências com o Ministério da Agricultura pela parte de seus produtos de origem animal, pecuária, abastecimento e mapa, e MDIC nas questões meteorológicas de medidas. Portanto, nosso relacionamento com a ANVISA no que concerne à saúde em última análise praticamente todo o nosso segmento depende diretamente da regulamentação, do controle, de permissões de atuações. É assim aqui, é assim no mundo inteiro. Nos Estados Unidos têm uma contraparte muito importante, na comunidade

européia hoje nos países europeus tem outra, todos eles têm uma entidade que controla e isto é necessário. Até porque existe uma pluridade de empresas espalhadas pelo País das quais se não houver uma regulamentação, não tiver uma regra ela passará, dificilmente nós teremos uma produção saudável, uma produção minimamente controlada ou minimamente regulamentada que é o nosso objetivo. Nós somos a indústria que admite e quer esta regulamentação. Precisa de um agente, não vou chamar a ANVISA de agência, mas vou chamar de agente, que controla, que dá esses parâmetros. Não só isso, como certificar também aquilo que entra no País como produto importado, como insumo importando, mas também como exportação. Porque nós dependemos enormemente depois do produto aprovado permitido para a fabricação, evidentemente ele precisa também receber o beneplácito para poder ser exportado atendendo as exigências mundiais.

Existe um código tecnológico que norteia todas essas ações, o Codex Alimentarius as quais a ANVISA faz parte, esse Codex faz com que nós tenhamos uma regra universal para os produtos, o que nos permite produzir dentro deste contexto pelo menos nas empresas aqui representadas no contexto CNI e representadas no contexto ABIA.

Outras interfaces secundárias são o Ministério da Fazenda, onde nós temos algumas relações com as questões de disponibilidade de produto e disponibilidade de preços. Antigamente era muito mais forte, o controle de preço total, preços administrados, hoje infelizmente já estamos alheios, estamos fora disso, o Ministério da Justiça que tem na sua atuação a questão da defesa do consumidor, o Ministério do Trabalho evidentemente sempre rege todas as empresas e todo o trabalho, órgãos estaduais e municipais de vigilância sanitária, entre outros órgãos governamentais com os quais nós nos relacionamos.

Importante o diálogo contínuo para a discussão e solução de assuntos de interesse comum. Tem havido muito ultimamente nos últimos tempos. Participação prévia nas discussões e alteração de legislação que é dada através das câmaras setoriais formadas no bojo da ANVISA nesse exato momento. Evidentemente existem coisas que nós estamos discutindo com as quais nós não concordamos, tem algumas coisas, mas sempre há um diálogo, não é possível ter unanimidade e todo mundo estar de acordo em tudo. Senão não haveria controle, não haveria a indústria. Mas pelo menos há possibilidade de discussão tem nos sido dada essa oportunidade.

Nós tivemos algumas coisas que com as quais nós não concordávamos e começamos a apresentar como isso nos atingia. Então de uma maneira bastante leal estamos trazendo aqui um estudo que foi titulado impacto proposta da ANVISA de regulamentação de publicidade de alimentos. É coisa um pouco mais recente. Por ocasião da consulta pública de 71 de 10/11 encaminhado através do ofício, etc, onde nós demos valores, fizemos valorização de como é que iria impactar o setor. As indústrias de uma maneira geral. Pelo menos as formais. Porque as informais não pagam, não recolhem impostos e não iriam estar muito preocupadas com isso. Elas continuam informais e continuam praticando a sua... E olha, o número, eu não sei, mas me parece que 43 mil, só no rais(F), pode vir a ser alguma coisa a ser pesquisada ainda. O relatório do impacto intitulado gordura trans e o Projeto de Lei do Senado Federal, também nós temos dúvidas quanto a isso e questionamentos. No resto do Senador Paulo Paim nós estamos numa fase de absoluto esclarecimento. Não somente com a ANVISA, mas também com o próprio Senador Paulo Paim para dizer que esse programa está sendo... Não é só do Brasil, é um problema do mundo e esse problema está sendo levado em diversos países caminhando para soluções. Sempre negociados e sempre parceria entre Governo e iniciativa privada possibilitando com isso a criação de regras que atuem, que satisfaçam a questão de saúde e ao mesmo tempo não destruam o setor produtivo, não destruam ou pelo menos não compliquem ou não impossibilitem o setor produtivo. Isso acontece no Canadá, aconteceu recentemente na Argentina um pacto para estudar essa questão.

A indústria de alimentos, só para conhecimento, isso tudo nós manejamos. Nós estamos falando aqui para não entrar mais em números, o meu tempo está acabando, eu quero ficar dentro dele, é um fluxograma do que acontece com o alimento desde a sua produção pelos agricultores, pelas cooperativas, etc. Ela vai da agropecuária ela vai direto para a agroindústria, das cooperativas ela vai para exportação em algum momento, ela vai para atender a agroindústria também, as cooperativas a agroindústria tem suas indústrias de produtos alimentares, indústrias de embalagens, portanto atacado, são outros canais, as cooperativas abastecem e são feitas através da indústria de bebidas, outras indústrias do agronegócio onde tem o produto "in natura". Ou seja, ele não é tão beneficiado quanto deveria. Os senhores têm o sistema de distribuição, aí adiante já é atacado, varejo e supermercado, nós temos o (ininteligível) *service* que é alimentação fora do domicílio, e nas questões de exportação tem um misto. Portanto a indústria de produtos alimentares quanto à indústria de bebidas e quanto às indústrias originárias do agronegócio que são produtos "in natura" ou então

a base de commodities que nós estamos exportando ela hoje faz parte do contexto de exportações.

Eu acho que só para ter uma idéia, o setor... Só mais uma, por favor. 2001 o nosso faturamento foi 191.9 bilhões de reais. É o faturamento de alimentos foi de 162 e o faturamento de bebidas 29,8. Isso é só produto industrializado. Não tem aqui nada de produtos "in natura".

Portanto, este é o setor que está sendo hoje administrado pela ANVISA. É uma grande responsabilidade, é um setor que exporta 22 bilhões de dólares e importa 2.8. Portanto grande parte do superávit primário que temos aqui no Brasil sobre as exportações se deve ao produto industrializado, não a commodity. Commodity não é um produto que venda neste exato momento ainda. Primeiro é um lugar o preço dele são internacionais, não são feitas aqui à composição, os únicos que nós temos são os nossos. São os produtos administrados, são produtos com valor agregado. Portanto, achamos que precisa. Para toda essa movimentação que os senhores viram no fluxograma, nós precisamos de certificações e nós precisamos de um agente regulador.

Portanto, a agência ANVISA tem dado seqüência, nós tivemos algum tipo de questões, sabemos que a agência está passando por uma fase de transformação, Diretoria, etc, mas precisamos urgentemente por quanto os problemas continuam e essa agência tem feito grandes serviços relevantes que nós precisamos, tem seus problemas, evidentemente, esperamos que ela os contorne o mais rápido possível para que nós possamos continuar nessa produção, nesse ritmo de crescimento que é o setor que mais cresceu neste País nos últimos tempos, cresceu em preços também, alguns vão dizer, sim, cresceu. Mas acontece que se vocês olharem os preços desde 86 até agora foi o que menos cresceu, foi o que segurou a inflação até agora.

Eu acho que como conclusão final eu digo que tirado alguns problemas que nós temos a agência tem feito o seu papel, é um papel que é importante, todo o País tem que ter isso, não pode deixar solto alimentação sem que a saúde tenha a ingerência porque o objetivo principal é este, é que tenha alimentação para se promover à saúde, não só a saúde, mas também o bem-estar, enfim, mas tiradas algumas coisas eu acho que é uma... Tem feito mais e melhores serviços, bons serviços para nós. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Eu agradeço a exposição feita pelo Dr. Edmund Klotz. Muito objetivo. Tenho que agradecer a sua abordagem, estou certo que foi extremamente importante os trabalhos dessa Subcomissão.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Cácito Augusto Freitas Esteves, da Confederação Nacional do Comércio.

SR. CÁCITO AUGUSTO FREITAS ESTEVES – Bem, Srs. Senadores, demais integrantes da Mesa, a Confederação Nacional do Comércio vai fazer um enfoque estritamente jurídico sobre as questões do marco regulatório e é um assunto extenso, mas vou tentar ser o mais breve possível.

Podemos iniciar dizendo que jamais foi pretensão do comércio afastar a precedência da saúde pública sobre as atividades mercantis. O problema é como essa procedência vem sendo realizada no que diz respeito à vigilância sanitária. Nós entendemos que a pedra de toque, a questão central da vigilância sanitária para o comércio que está presente nos mais distantes rincões do País passa pela regionalização das suas atividades. Não só nas atividades como de fato foi implementado, mas principalmente sobre a regulamentação regional. As questões atinentes a peculiaridades locais como não observadas através de uma regulamentação central como era feita através de RDC pela ANVISA ela torna a efetiva prestação da vigência sanitária na ponta inviável. Então é através dessa regionalização que não é uma questão meramente ideológica, é uma imposição constitucional é que se defende a eficiência do controle sanitário. E é justamente em razão dessa deficiência é que surgem grande parte dos entraves ou pendências jurídicas envolvendo, principalmente comércio e ANVISA.

Como eu disse para vocês a regionalização não está prevista apenas em lei, mas está prevista na própria Constituição. A Constituição impõe a regionalização inclusive regulamentar. Vamos avançar, por favor.

Quando a Constituição trata de vigilância sanitária, ela via no seu art. 198, abre o capítulo da saúde ela vai definir que ações em serviço público de saúde íntegra uma rede regionalizada, todo o sistema único de saúde, parte do princípio da regionalização. Só que no estágio atual em que foi regionalizada foi apenas às ações, mas não regulamentação. Nós vamos provar com apresentação desse trabalho que a efetiva prestação da vigilância sanitária ela passa também pela regionalização da regulamentação. O art. 200 novamente repete o princípio da regionalização. O Sistema Único de Saúde compete nos termos da lei, remete ao 198, executar ações de vigilância sanitária, epidemiológica e tudo mais.

A Lei 8.080 que regulamenta o SUS. É lá na regulamentação ela começa a regionalizar, ela começa a definir no âmbito de cada ente da federação as suas competências. Aí começam os problemas de interpretação. No art. 7º ela define as ações de serviço públi-

co em saúde e serviço tal, serão desenvolvidos em acordo com as diretrizes previstas no 198 que prevê a regionalização da Constituição Federal obedecendo ainda os seguintes princípios. A (ininteligível) político administrativa, ênfase na descentralização. Aqui fala dos serviços ao Município. Mas isso aqui, e é isso que a ANVISA pega e os defensores da regulamentação centralizada defende. A Constituição apenas ou a lei apenas atribui a questão dos serviços, mas isso não é verdade. Ela precisa ser julgada com outros dispositivos. Ela vem art. 15. A União, os Estados, Distrito Federal e Municípios exercerão em seu âmbito administrativo as seguintes atribuições. Definir as instâncias e mecanismo de controle e fiscalização inerentes ao poder da vigilância sanitária. Art. 16. A direção nacional definida e coordenar o sistema de vigilância sanitária. Aí vem, estabelecer normas e executar da vigilância sanitária nos portos, aeroportos e fronteiras. Eu vou dizer para que. Estabelecer normas é no que diz respeito à vigilância de portos e fronteiras. Há quem entenda que não é. Isso aqui precisa ser conjugado com outros dispositivos constitucionais que nós vamos conjugar à frente. Promover a descentralização para unidades federadas para os Municípios, volto novamente a falar, dos serviços e ações em saúde, respectivamente a abrangência estadual e municipal. Aí vem a direção estadual, coordenar em caráter complementar executar ações em serviços de vigilância sanitária. Novamente ele fala em serviços. Novamente ele vai definindo atribuição agora do Município e diz: Executar serviços, vigilância sanitária, e por último normatizar completamente as ações de serviço público em saúde no âmbito da sua atuação. Ai você invoca um outro dispositivo constitucional que nessa hora passa desapercebido por alguns. O art. 24 da Constituição, quando ele faz a repartição de competências legislativas entre os entes da federação, ele atribui competência concorrente à União, aos Estados, ao Distrito Federal legislar concorrentemente proteção em defesa de saúde. Isso é vigilância sanitária. No âmbito da legislação concorrente, a competência da União (ininteligível) estabelecer normas gerais. Normas gerais, como diz Alexandre de Morais, renomado constitucionalista, a Constituição Brasileira adotou competência concorrente não cumulativa vertical, de forma que a competência da União está adstrito ao estabelecimento de normas gerais, devendo os Estados, Distritos Federais especificá-las através das suas respectivas leis. A chamada competência fundamental e tal. Essa orientação é derivada da Comissão de Vimer(F), artigo tal, consiste em permitir ao Governo Federal a fixação de normas gerais sem descer a pormenores, cabendo ao Estado membro adequação da legislação e as peculiaridades locais. Me perdoem, mas RDCs que definem boas práticas nos mínimos detalhes não são normas gerais. Aí vem a própria lei que criou a ANVISA estabeleceu as suas competências. Ela vem reafirmar isso que acabo de falar com vocês. Compete à agência proceder implementação, execução no disposto do artigo tal que fala sobre as atividades, princípios, coordenar o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, fomentar e realizar estudos de pesquisa, estabelecer normas, propor e acompanhar a execução de políticas nas diretrizes da ação da vigilância sanitária. Até aí a fundamentação para a regulamentação central.

Incumbe à agência respeitada a legislação em vigor... que respeitada a legislação em vigor, aquela que atribui regionalização, as normas constitucionais que atribui competência exclusivamente de estabelecer normas gerais, e não normas inferiores. Aí considera bens e produtos aí ele relaciona as atividades da ANVISA.

Aí nós entramos numa questão muito simples, princípio constitucional da legalidade. E o que diz esse princípio constitucional da legalidade? Aí Celso Antônio vem dizer quem é obrigado a que nesse sistema de princípio de legalidade. Princípios constitucionais. Nos termos do art. 5º II, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Aí não diz virtude de Decreto, Regulamento, Resolução, Portaria. Disse em virtude de lei. Estou enfocando isso porque mais à frente vou completar. Vale dizer, não é possível expedir Regulamento, Instrução, Resolução, Portaria, ou seja, lá o que for para acuatar(F) liberdade administrada. Salvo se a lei já existir delineada contensão e imposição de que o ato administrativo venha minudenciar. Aí ele continua. Ao regulamento desassiste incluindo o sistema positivo qualquer regra geradora de direito ou obrigação novas. Nem a favor nem restrição que já não se contenha previamente na lei regulamentada por ser agregado pelo regulamento. A inovação proibida sempre que seja impossível afirmar-se naquele específico direito dever, obrigação, limitação ou restrição já está estatuídos e identificados na lei regulamentada ou reversamente a inovação proibida quando não se possa afirmar que aquele específico direito, dever, obrigação, limitação ou restrição incidente sobre alguém já não estavam instituídos e identificados na lei regulamentada.

Aí ele continua falando, a gente pode passar essa parte, por favor. (soa a campainha) Aí todos podem invocar a seguinte questão. Mas existem outras agências reguladoras, todas elas focadas num marco regulatório. A primeira coisa que é preciso analisar é a natureza da ANVISA, a natureza da ação da ANVISA, comparada com as demais agências reguladoras. E a

primeira grande diferença que vai se notar é que a ANVISA não regula um mercado de concessão. Todas as demais agências reguladoras regulam o mercado de concessão de serviço público. Como todo contrato de concessão de serviço público ele é dotado de cláusulas exorbitantes. Cláusulas exorbitantes que o primeiro requisito da cláusula exorbitante é sujeitar aquele concedido às vontades de impero da administração, entre elas está se sujeitar às disposições das agências reguladoras. Até porque a única agência reguladora que tem fundamentação constitucional é a ANATEL. Todas as demais foram criadas à semelhança da ANATEL. Mas então nós vamos continuar. A ANATEL, a ANEEL, a ANP, ANAC, que atua são prestação de serviços públicos concedidos a particulares, mediante contratos administrativos. Art. 175 da Constituição da República regulamenta a concessão de serviço público e dá a fundamentação da atuação das agências reguladoras. Está aqui. Incumba o Poder Público na forma de lei, diretamente sobre agente de concessão, permissão, que não é o caso da ANVISA. A ANVISA não concede nem permite nada. Sempre através de licitação e prestação de serviços públicos. O regime das (ininteligível) permissionária caráter excepcional de seu contrato é o link que liga essas empresas ao poder das agências reguladoras, de sua prorrogação, bem como as condições de fiscalização e rescisão de concessões e permissões. Vou falar pelo começo, principalmente pelo comércio farmacêutico. Não há concessão nem contrato firmado com nenhum órgão de fiscalização de vigilância sanitária.

Aqui fala sobre cláusulas exorbitantes, cláusulas de contrato administrativo que dão a fundamentação da atuação das agências reguladoras. Mais à frente, por favor. Aí ele vem falar o que é serviço público. Marco Juruena, definindo por que é que as agências reguladoras precisam atuar da forma que atuam. Envolve uma atividade fim do Estado que é prestação de serviço público, é um contrato administrativo pelo qual a administração delega a particulares gestão e execução por sua conta em risco sobre o controle de Estado uma atividade definida como serviço público. Não é o caso das atividades comerciais. Atividades comerciais estão amparadas por uma questão de princípio de administrativa. Não trata-se de serviço público. Mesmo sentido da fonte (ininteligível) que repete a mesma coisa. Por favor, avance. Como havia dito, a ANVISA atua em regra que nos setores (ininteligível), pode haver alguma exceção, mas sobre atividades privadas, não submetidas a contrato administrativo ou regulamentos especiais, somente à lei. Por isso invoquei o princípio da legalidade. O que rege atividade comercial nesse País é lei. Não está sujeita a normas infralegais: Parágrafo Único do art. 170 que consagra a livre iniciativa. É assegurado a todos o livre exercício de atividade econômica independente de autorização dos órgãos públicos salvo nos casos previstos em lei. Aí volta lá para o Celso Antônio, informando que ali diz lei, não diz regulamento, Portaria, Decreto, etc, etc, etc. Aí eu invoco marco regulatório. Quando a gente vai pesquisar na doutrina administrativista sobre marco regulatório é unânime a definição de marco regulatório como poder central de um órgão como sendo uma atividade eminentemente em face de serviço público. Marco regulatório é o conjunto de regras, orientações, medidas e controles e valorações que possibilitem o exercício de controle social das atividades de serviços públicos. Essa sujeição de uma atividade a uma agência pressupõe o exercício no serviço público. Indicações necessárias ao ordenamento do mercado à gestão eficiente do serviço público concedido, mantendo, entretanto, grau significativo de flexibilidade que permita a adequação de diferentes circunstâncias que a configuram. A ANVISA não regulamenta mercado. Até porque ela não fixa preço, que é outra característica das agências reguladoras. Quem fixa preço em medicamento é CMED que não é órgão da ANVISA.

Outra questão, por favor. Outra questão que se enfoca quando se começa a analisar atividade típica da ANVISA é se a ANVISA realmente é uma agência reguladora ou uma agência executiva. Se a gente pegar definição de agente executivo não cabe na ANVISA. Até porque a ANVISA é criada por lei diz que é uma agência reguladora. A lei diz que é uma agência reguladora. Só que nós estamos diante de uma questão de (ininteligível). Não é porque a lei diz, dá o nome é porque ela realmente é. Assume a natureza. A natureza no direito brasileiro é derivado de suas efetividades e não no nome que se dá. Então quando a gente volta a consultar a doutrina da administrativista a gente vê que Plano Diretor, o uso, o Plano Diretor que formou as agências reguladoras no Brasil usou a expressão agência autônoma sem fazer distinção entre agências reguladoras voltadas para a intervenção em mercados específicos, regulando a relação entre a oferta com a qualidade e o preço acessível e demanda. Nenhuma dessas atividades é exercida pela ANVISA. E as agências executivas ligadas à implementação de política sem formular políticas, regular ou influir mercados. A agência executiva é uma autarquia com tratamento especial, como é a ANVISA, isto é, com maior autonomia de gestão, atua em setores de implementação de políticas, tributárias, etc, embora possa colaborar com formulação de políticas. Seu papel é de execução.

Vamos novamente, inciso I, II da lei que criou a ANVISA. Compete à União no âmbito do sistema na-

cional de vigilância sanitária. A competência da União será exercida pelo Ministério da Saúde no que se refere à formulação, acompanhamento e avaliação da Política Nacional de Vigilância Sanitária. Ou seja, é típico de agência reguladora elaborar política. Agência executiva elabora apenas execução. Só que as agências executivas não são dotadas de poderes regulamentar. Pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária em conformidade pelas atribuições conferida por esta lei.

Então nós temos três premissas pela qual nós analisamos. Por lei a ANVISA não é competente para formular política de vigilância sanitária. Ministério da Saúde. Está previsto na lei. A mesma lei que criou a ANVISA e atribuiu competência para ela. Não sendo por lei competente para formular a política de vigilância sanitária, mas apenas executar a política formulada pelo Ministério da Saúde, a ANVISA tem natureza jurídica de fato de agência executiva. Sendo uma agência executiva, a ANVISA não poderia ter a capacidade de regulamentar. Mas tem. Ao arrepio das normas constitucionais. Numa posição da Confederação Nacional do Comércio que por sinal já é objeto de ADIN no Supremo Tribunal Federal.

As conclusões que nós chegamos analisando essa questão há vários anos através da Câmara de Comércio Farmacêutico da Confederação Nacional do Comércio, que não é o fato de inexistir qualquer tipo de regulamentação. Evidentemente comércio farmacêutico, em especial, precisa ser regulamentado, precisa de normas gerais em âmbito nacional. Mas precisa de forma muito mais acentuada do que tantos outros ramos da economia de normas regionais. A ANVISA quando ela legisla de âmbito nacional ela ignora e solapa realidades regionais, principalmente no interior do País que tornam inviáveis a aplicação do que ela decide. Hoje a realidade é que 70% dos estabelecimentos de comércio farmacêuticos no interior do País, seja Roraima, Rondônia, Amapá, Acre, estão na ilegalidade, porque simplesmente não conseguem implementar a exigência feita por um órgão central regulador. Questões locais precisam ser enfrentadas. E quando você centraliza um poder regulamentar ou regulamentador na mão de um órgão central localizado em Brasília, ele legisla com a realidade de Brasília. Ele não legisla com a realidade de Nova York, lá no interior do Maranhão. E é onde o comércio sente essa questão da descentralização. E é por isso que para gente é muito importante a questão de descentralização. Então pra gente, para o comércio farmacêutico e para o comércio em geral, qualquer que seja ele, restaurante, hotel, tudo mais, ou prestadora de serviço, é fundamental qualquer marco regulatório, qualquer que seja pode vir a norma que for, sejam observados alguns critérios. Dois critérios: Um, é preciso definir de forma clara a atuação regulamentar da ANVISA. A ANVISA pode regular? Pode. De forma complementar à legislação Federal. No âmbito Federal. Estabelecer normas gerais? Pode. Porque está dentro da competência da União. Agora, ela precisa deixar a regulamentação específica para as autoridades locais. Porque as autoridades locais são aptas a identificar as necessidades locais e de fato implementar uma política séria e eficaz de vigilância sanitária. E não uma fantasia. E dois. Na verdade, repetimos. Não só a fiscalização implementar de fato essa capacidade de regulamentar das autoridades locais, não só a fiscalização como de fato a regulamentação.

Bem, é o que a Confederação Nacional do Comércio tinha a expor de forma rápida e sucinta. Novamente voltamos a reafirmar, nós não somos contra a ANVISA ou contra o poder regulamentar da ANVISA. Nós somos contra e vamos ser contra sempre quando a gente achar a fundamentação, principalmente constitucional para isso a forma como a ANVISA vem atuando. Mas, reconhecemos inclusive a importância dessa prevalência do interesse coletivo e principalmente da saúde pública sobre atividades empresariais. Era o que a gente tinha a falar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Eu quero cumprimentar o Dr. Cácito Augusto pelas suas observações, e eu devo dizer, Sr. Presidente, certamente o senhor terá oportunidade de analisar os pontos. E que os pontos levantados pelo representante da Confederação Nacional do Comércio as preocupações são também minhas. Eu acho que se eu tivesse eu não teria talvez o preparo técnico do ilustre representante da Confederação Nacional do Comércio para fazer as ponderações que ele fez. Mas eu partilho e ratifico que as preocupações da Confederação do Comércio são também minhas, principalmente ao que se refere à regionalização e dentro desse contexto também entra o problema das pequenas e microempresas que atuam no setor farmacêutico.

Senador Garibaldi Alves aqui sugere que seja dado e com pleno entendimento do Presidente Dirceu, a palavra ao Prof. Ademar Meneses Júnior, engenheiro agrônomo, representando... com curso de pós-graduação em fitoterapia, e que é professor de plantas medicinais. Professor, cinco minutos, por favor.

SR. ADEMAR MENESES JÚNIOR – Muito obrigado Senador Dornelles, Senador Garibaldi, é um prazer grande estar aqui. E há mais de 18 anos venho trabalhando com plantas medicinais, já participei de projetos da antiga ACM, no Ministério da Saúde, já tive projetos aprovados com a FIOCRUZ, e lamentavelmente eu tive que largar minhas obrigações para vir aqui em defesa

e pedir ajuda aos senhores. E aos senhores da Mesa que algo seja feito para a preservação da nossa cultura. Da nossa liberdade de poder utilizar as plantas como sempre utilizamos. Do jeito que está, do jeito que essas RDCs estão sendo colocadas a cada ano a gente não tem condições de trabalhar como sempre trabalhamos. A ANVISA é necessária? Sim. Muito necessária. Mas ela não pode utilizar os argumentos técnicos que ela utiliza para analisar substâncias químicas para analisar um floral, para analisar uma homeopatia, para analisar uma planta medicinal. Se nós pegamos dados, como eu tenho aqui da própria FIOCRUZ, da SINETOX, nós sabemos que o que mais mata, o que mais intoxica nesse País são medicamentos alopáticos. E aí sim a ANVISA tem que ser dura no controle desses medicamentos. Mas dentro da ANVISA não tem ninguém com capacidade para julgar um floral, para julgar uma homeopatia, para julgar uma planta. Quando eu estava na minha universidade, quando eu coordenava o curso de pós-graduação em fitoterapia por várias recebi telefonemas de técnicos da ANVISA dizendo o seguinte: Olha, nós precisamos fazer uma pós-graduação. O senhor não pode vir aqui dar o curso pra gente? Porque nós não sabemos como lidar com isso. E os pedidos estão sendo indeferidos porque nós não temos capacidade para julgar isso.

Então eu peço em nome da população que reveja todo esse processo. Achei brilhante a colocação do Dr. Cácito Augusto. Porque nós temos mais de sete mil farmácias de manipulação nesse País. Isso emprega uma população enorme e essas pessoas se for colocado em prática essa RDC aqui, praticamente eu diria que a totalidade das farmácias serão fechadas. Mesmo porque essa é uma discussão filosófica. Não é uma questão técnica. Porque a ANVISA decreta que nós farmacêuticos temos que sair e fazer uma fiscalização dos nossos fornecedores. Mas a própria ANVISA tem que fiscalizar isso. Ela tem essa capacidade. Ela obriga que a gente faça o teste microbiológico de uma matriz homeopática que é guardado em álcool 70 que é o melhor anticéptico que tem. Aí eu tenho para mostrar para o senhor quando que custa uma análise 50 reais. Nós trabalhamos com 1.000, 1.500 matrizes homeopáticas. Isso é um custo de 50 a 100 mil reais. Que farmácia consegue pagar uma quantia dessa? Sempre que a gente utilizou isso. Nunca. Eu tenho o dado aqui, não são as plantas que matam as pessoas. E os dados que existem são as plantas tóxicas mesmo. É comigo ninguém pode, é o bico-de-papagaio.

A visão que se coloca é uma visão errônea. Só que a gente tenta colocar isso e as pessoas não ouvem. No meu mundo mesmo, no meu mundo universitário, a gente vai conversar com os professores de gnosia eles não conseguem entender isso. Participando de uma mesa redonda, na UNESP de Araraquara, dois meses atrás eu escutei um absurdo. Tinha uma professora dizendo que a gente tinha que acabar com as plantas. Que até o chá teria que ser um extrato padronizado. Gente isso não existe. A legislação que existe no Brasil ela é muito dura, não existe no País nenhum. E a gente questiona, está sendo dura pra quê? Para acabar com tudo isso. (soa a campainha) Coincidentemente no País que tem a maior biodiversidade. Então eu vim pedir ajuda aos senhores. Me coloco à disposição para estar junto para fazer algo em benefício a essa riqueza toda. Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Prof. Ademar Meneses, meus cumprimentos pela sua participação extremamente importante. Estou certo que o nosso Relator vai levar muito em consideração as ponderações aqui levantadas pelo senhor. Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, eu estou aqui presidindo essa Sessão representando o Senador Delcidio Amaral, e aqui é uma Mesa democrática, objetiva mais conversar e quebrando certas formalidades, eu pedi autorização ao Presidente para fazer algumas ponderações, até antes que ele usasse da palavra para que ele pudesse examinar minhas preocupações que são preocupações de um político que não é um técnico no assunto, mas que recebe com freqüência pessoas que atuam no campo de supervisão da ANVISA e trazem aqui muitas vezes as suas ponderações.

Em primeiro lugar eu vou ficar no campo da área industrial, pedindo autorização ao Dr. Edmund Klotz fazer essas observações. O que eu pergunto, a primeira pergunta objetiva é o seguinte, por que um determinado produto tem sua comercialização adotada ou autorizada pelo FBI dos Estados Unidos, pelo órgão, o (ininteligível), não é isso? O Mercado Comum Europeu que tem sua comercialização autorizada por vários países do mundo, precisava de análises tão profundas para ter sua comercialização autorizada no Brasil? Por que não... Um determinado produto, quando tivesse a sua comercialização autorizada por seis, sete órgãos, em diversos países não poderia haver uma autorização quase automática aqui dentro para isso?

Segundo, eu já passo para o outro extremo. É que a ANVISA está exigindo de certas indústrias brasileiras algumas... Fazendo algumas exigências que não são feitas de produtos importados. Eu dou sempre um exemplo, exemplo típico da fábrica de luvas LEMGRUBER da cidade de Paulo de Frontin. Fábrica antiga, representa a riqueza da cidade, e quase não consegue colocar suas luvas no mercado porque as exigências feitas pela ANVISA ela simplesmente não pode cumprir.

Eu parto até do pressuposto que as exigências feitas pela ANVISA são válidas. Vamos admitir que são válidas. Agora, as luvas vindas da Ásia estão entrando no Brasil sem que a ANVISA faça qualquer exigência, qualquer fiscalização. Então eu pergunto, aquilo que é exigido numa indústria de Paulo de Frontin, partindo do pressuposto de que essa exigência é valida, porque essa exigência não é feita de produtos importados? Nós temos aqui produtos de péssima qualidade vindo da Ásia entrando no Brasil sem que a ANVISA crie qualquer dificuldade à comercialização e não faça as exigências que faz à indústria brasileira?

O outro ponto aqui levantado também pelo Dr. Cácito Augusto é a interferência muitas vezes da ANVISA em problemas de leis de Constituição. Ele se referiu aí ao § 1º do art. 170 que é um dos artigos importantes da Constituição, e nós vimos aí acerca de alguns meses a ANVISA no que pese um parecer até contrário da Advocacia Geral da União, a ANVISA querer achar que poderia por resolução regulamentar a publicidade de determinados produtos na televisão. Quando o próprio Procurador-Geral da União emitiu um parecer dizendo que aquilo era uma função de lei do Congresso Nacional. O Senador Gerson Camata tem inclusive um projeto sobre esse assunto, e eu pergunto por que motivo a ANVISA insiste em entrar em regulamentação de matéria que está na órbita do Congresso Federal? O Dr. Cácito Augusto colocou com muita propriedade este assunto mostrando que a ANVISA não pode ignorar a lei, não pode ignorar a Constituição no exercício da sua competência.

O outro ponto que eu levo é justamente das pequenas empresas, das pequenas farmácias que atuam no campo, principalmente as farmácias de manipulação. Me diga uma coisa, Sr. Presidente, eu vou repetir aquilo que eu tenho dito. É possível que o Prof. Meneses acabou de mostrar, uma RDC de quase dois mil itens que devem ser preenchidos ou cumpridos pelas farmácias de manipulação. Vamos apelar para o bom senso? É possível uma coisa dessa? É possível uma farmácia que tem dois, três farmacêuticos preencher os requisitos de uma RDC que possui mais exigências que o código cível brasileiro? Qual é a lógica desse procedimento? É querer acabar com as farmácias de manipulação? É não ter consciência de uma realidade. E aí eu volto também para a observação feita pelo Dr. Castro, na necessidade do problema regional. Eu cada vez estou mais convencido de que Brasília não tem condições de administrar o Brasil. Nós temos vários brasis aqui dentro e Brasília tinha que delegar para órgãos regionais, não sei como é a organização da ANVISA, até para dar maior poder às agências regionais para adaptar certas características. Que é impossível fazer exigências operacionais para determinadas farmácias de manipulação e mesmo outras farmácias. Por exemplo, vocês vêem a estrutura física que a ANVISA vem exigindo da farmácia faz com que ela seja uma grande empresa. Uma enorme empresa. Ela não tem condições de preencher esses requisitos feitos pela ANVISA nessa área.

A ANVISA está legislando sobre o exercício profissional. Eu também acho que isso é um problema de lei. A ANVISA tem que ir com cuidado nessa parte. Porque a atividade profissional é regulado por lei e não pode muitas vezes ser uma Portaria ou uma decisão da ANVISA.

Eu quero dizer, Presidente, que muitas vezes essas críticas que eu tenho feito à ANVISA, nem de longe tem qualquer problema de natureza pessoal, eu sou um grande admirador da sua pessoa. É um homem sério, é um homem de espírito público, é um homem que pretende, que procura fazer um trabalho com grande competência e seriedade, mas é aquela tendência de órgãos, de querer criar uma burocracia de criar, estar presente exercer o poder criando dificuldades. E eu vou dizer a V.Exª com todo carinho, eu vou aqui, inclusive disse ao novo... Ao nosso ex-Ministro indicado para membro da ANVISA, eu vou votar favoravelmente a ele, Dr. Ministro Agnelo, tenho por ele grande admiração, mas ou nós vamos corrigir com grande rapidez todos esses problemas apresentados aqui na área pelo representante da Confederação Nacional do Comércio, pelo Prof. Meneses, esses reclamos que estão havendo de todas as pequenas empresas ou nós vamos em determinado momento rediscutir a própria existência da ANVISA como órgão regulador.

De modo que eu tomei a liberdade de fazer essas ponderações antes até para a grande figura de hoje dessa noite é o Presidente da ANVISA. De modo que eu estou aqui levantando esses problemas que eu acho que ANVISA não está ajudando a indústria nacional, acho que está criando dificuldades ao comércio, está criando enorme burocracia e está ignorando a Constituição e a lei em várias RDCs que tem baixado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, já que o nosso Dr. Dirceu, Presidente da ANVISA vai ter agora a palavra e vai responder a várias perguntas, eu vou me encarregar também de perguntar a ele logo, porque aí ele trata logo do assunto em termos dos mais amplos e abrangentes possíveis. Eu vou apenas acrescentar algumas perguntas porque algumas já foram colocadas aqui pelos expositores, e agora pelo Senador Francisco Dornelles.

Eu queria perguntar ao Dr. Dirceu se realmente vai se concretizar o que o Ministro José Gomes Tem-

porão vem falando de que haverá um novo marco regulatório para estimular a produção nacional do setor farmacêutico e reduzir a dependência externa. E se V.Sª tiver condições de responder afirmativamente, já nos diria quais são as principais características dessa proposta, qual é o estágio atual de implantação desse novo marco regulatório, e também pediria ao Dr. Dirceu que procurasse nos adiantar alguma coisa sobre esse novo marco regulatório no que toca a uma nova política industrial para o setor alterando-se a tributação, licitações e o financiamento de fusões associações e investimentos em linhas especiais do BNDES. Tudo isso, Dr. Dirceu, tudo isso é baseado no que disse o Ministro. Eu não estou aqui me referindo a declarações do próprio Dr. Dirceu. Deixa eu ver se eu ainda sobrecarrego V.Sª aqui.

É sabido que as ações de vigilância sanitária atinge diretamente setores econômicos que representam mais de 25% do PIB brasileiro. Por conseguinte, qual a visão dos participantes... Mas eu aí quero direcionar essa pergunta ao Dr. Dirceu, a necessidade de revisão dos marcos regulatórios da área de vigilância sanitária vigentes com vistas a não impedir o desenvolvimento econômico sustentável desses setores. Afinal, a regulamentação na área de vigilância sanitária ajuda ou atrapalha o ambiente de negócio no Brasil? Como nós estamos vendo, há realmente uma certa perplexidade com relação ao trabalho da ANVISA que nós sabemos que é um trabalho meritório. Um trabalho que não vem de hoje, que vem sendo exercido ao longo dos anos. Mas é necessário uma reformulação e o que se espera é o seguinte, isso viria através, como diz aqui o Ministro, de um novo marco regulatório ou a ANVISA passaria por reformulações dentro do que está, do que ela tem em termos de acervo dos marcos regulatórios existentes? Com isso aqui eu acho que V.Sª tem muito pano aqui para as mangas, como se diz, muita coisa para esclarecer. Mas eu estou preocupado aqui é com o tempo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Ministro já contornou o problema de tempo. E vai certamente ser mais tolerante com V.Sª.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Eu passo a palavra ao ilustre Presidente, Diretor Presidente da ANVISA, Dr. Dirceu Raposo de Mello.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – Exmº. Senador Dornelles, Presidente dessa Mesa, Exmº. Senador Garibaldi Alves, colegas de Mesa, prezado Luiz, senhoras e senhores, muito obrigado pela oportunidade.

Eu vou fazer uma... Como costumo fazer, uma apresentação muito rápida, rápida mesmo para que a gente depois possa debater os temas que acho que é de interesse de todos nesse debate. Mas fazer uma apresentação de como está constituída... Ok. O Senador está pedindo para passar bem rápido, mas é importante para que a gente entenda o que é Agência Nacional. A Agência Nacional é uma autarquia sobre regime especial, isso já foi mostrado pelo Dr. Luiz no primeiro slide, independência administrativa, autonomia financeira, estabilidade dos dirigentes, predominância de critérios técnicos de decisão que confere estabilidade e previsibilidade ao processo regulatório. É a maior agência reguladora do País e tem oito anos de existência e foi criada pela Lei 9.782 em janeiro de 99.

A Diretoria é composta por cinco diretores, as decisões são em sistema colegiado por maioria simples, os diretores são sabatinados pelo Senado e o mandato na agência é de três anos, com possibilidade de uma recondução. E o Diretor Presidente é designado pelo Presidente da República entre os diretores com mandato para cumprir o mandato de Presidente.

Ela é uma agência singular, como já foi colocado aqui. Ela participa ativamente, não faz, mas participa ativamente da regulação econômica do mercado, além de regulação sanitária. Nós fazemos parte da Câmara, secretariamos a Câmara de medicamentos, e muitas dos registros, enfim, do processo de registro da agência tem o olhar sobre as questões de mercado porque é importante e nós temos um sistema de saúde que o impacto da introdução ou não de um determinado produto, qual quer que seja ele, medicamento ou produto da saúde, impacta diretamente no Sistema Único de Saúde. Na questão da... No caso da regulação econômica direta nós estamos falando aqui de medicamentos. Atua em setores relacionados a produtos e serviços que envolve saúde da população, coordena o sistema nacional e integra o Sistema Único de Saúde e atua na proteção e defesa do consumidor.

Acho que não está aparecendo a figurinha... Pois bem. Áreas de atuação da ANVISA. A ANVISA atua na área de medicamentos, serviços de saúde, hospitais, etc, casas de saúde, cosméticos, saniantes, alimentos, derivados de tabaco, produtos médicos, sangue e hemoderivados, monitora preço de medicamentos. Nós temos uma equipe que acompanha o preço de medicamentos e a sua evolução, e somos demandados todos os anos para cumprimento da legislação no sentido de determinar o preço de aumento ou o preço de ingresso de novos medicamentos no mercado. Trabalhamos em portos e aeroportos de fronteiras, recintos alfandegários, ambientes, processos e insumos e tecnologia. Através de medida legal trabalha-

mos com anuência de prévia de patentes na área de medicamentos, e na fiscalização de produtos sujeitos a regime de vigilância sanitária.

A agência tem trabalhado nos últimos anos com algumas... O que nós elegemos como marca de gestão. Os três pilares que norteiam a nossa atividade são a excelência, a descentralização e a transparência dos nossos atos. Com relação à excelência, o que a gente faz? Instituímos através de políticas uma política de recursos humanos, uma política de segurança institucional, uma política para atendimento ao setor regulado e a sociedade, e um plano estratégico de pesquisa. Participamos de... E fomos premiados no Programa de Implementação da Qualidade Contínua, já em 2006, esse programa começou em 2005, temos um forte trabalho no setor de pós-comercialização de produtos para a saúde, através do Sistema Notevisa(F) que está sendo implantado e do Programa Farmácia, Notificadores e Hospitais Sentinela.

Trabalhamos na regulamentação através de consultas públicas e executamos projetos de registro e de inspeções nas várias áreas que são reguladas pela ANVISA. A ANVISA, só para comentar, não vou me deter aqui, mas até 2004 ela tinha um quadro de servidores que estavam servindo a ANVISA através de organismos como organismos internacionais a servidores cedidos de órgãos federais, municipais ou estaduais. Aliás, os cedidos eram de órgãos federais. O que acontece? A partir de 2005 com a ANVISA promove concurso público e hoje temos então analistas e especialistas em regulação sanitária que são servidores de carreira. Então hoje a ANVISA possui concursados 672 especialistas, 157 analistas e agora estão ingressando 100 técnicos administrativos fruto do último concurso agora no final do ano passado.

Com relação à política de RH para suportar a excelência do nosso trabalho, trabalho que demanda conhecimento técnico fundamentalmente, o que nós fizemos? O programa de capacitação permanente uma política institucional da Casa e um investimento na capacitação e melhoria da qualidade da formação dos nossos servidores vem aumentado ano a ano, 2005 aportamos 530 mil reais para esta ação, em 2006, dois milhões de reais e este ano três milhões de reais. Esta capacitação que nós estamos falando é a capacitação do nosso servidor ANVISA. Mas nós temos um sistema nacional de vigilância sanitária que tem mais de 35 mil servidores e que precisam ser capacitados também. Para a capacitação do sistema nacional de vigilância sanitária alocamos dez milhões de reais para que nós possamos capacitar os inspetores, enfim, os nossos parceiros do sistema, do sistema em nível estadual e municipal.

Temos aqui uma série de resoluções que foram as últimas 2006 e 2007, não vamos nos deter aqui. Pode passar.

Com relação ao registro de produtos, todos esses produtos são... Têm registro por força de lei e, portanto, regulamentação por parte da ANVISA. A Câmara de Regulação de Medicamentos já foi mencionado aqui, é organismo do qual nós fazemos a Secretaria Executiva e o objetivo é regular o mercado e definir preço. Esse é detalhe do crescimento do mercado farmacêutico de medicamentos. Cronograma, as inspeções internacionais também é uma atividade da ANVISA, nós além de inspecionamos as plantas, indústrias farmacêuticas de produtos para a saúde no Brasil os fazemos também fora do País. E para que se dê conta disso nós estamos fazendo um forte trabalho de cooperação internacional. São as inspeções realizadas... Aqui temos um trabalho dentro da ANVISA que é o programa de verificação da qualidade de medicamentos, demandamos para nosso sistema de laboratório de saúde pública. São 27 LACENs no País que fazem análise periódica dos medicamentos que estão sendo oferecidos à população com relação à sua qualidade. O mesmo programa nós temos que é para agrotóxicos, que tem alcance nacional. Em 2001 apenas quatro Estados participavam do monitoramento da utilização de agrotóxicos em alimentos e consumo para a população, em 2008 todos os países, todos os Estados do País, da federação estarão contemplados.

Os recursos investidos nesses anos foram da monta de 10 milhões de reais. O sistema de notificação que é nosso controle de pós-mercado avalia notificação on-line de efeitos adversos e queixas técnicas e atingimos o escopo de todos esses produtos. São vacinas, artigos e equipamentos médicos hospitalares, kits para diagnóstico, sangue, cosméticos aliantes, agrotóxicos e medicamentos. Estamos introduzindo no País um sistema nacional de gerenciamento de controle de produtos que exigem prescrição, com retenção de receita, nós o denominamos de SNGPC que pretende monitorar substâncias e medicamentos sujeitos ao controle especial, são os medicamentos de tarja preta. Industrializados ou manipulados é feito através do sistema eletrônico nos dá informações praticamente on-line, no tempo real, é uma ferramenta de gerenciamento e ação muito forte, porque hoje nós conseguimos fazer ação sanitária sobre esses produtos com nove meses, um ano de atraso, e pretendemos estimular a promoção e uso racional desses medicamentos. A idéia é que no futuro a gente consiga num prazo de cinco anos introduzir os medicamentos de tarja vermelha também no sistema de controle parecido.

Temos feito, temos estreitado nossas relações com autoridades reguladoras particularmente da América Latina, participando na OMC no comitê de medidas sanitárias e fitossanitárias e de propriedade intelectual. Isso sem dúvida suporta a implementação de uma política... Apóia a política externa brasileira. E temos trabalhado com nível de cooperação internacional com várias... Vários países, Venezuela, Chile, Peru, Cuba, Uruguai, Portugal, México, AOPAS, Mercosul, estive essa semana passada na Organização Mundial de Saúde, temos também lá uma série de tratativas no sentido de transformar o Brasil numa planta mundial para a produção de soro antiofídico e de outros animais peçonhentos.

Outro eixo da gestão, ali nós estávamos falando de excelência, agora estamos falando de descentralização. Essa é uma diretriz do SUS. O fortalecimento das vigilâncias sanitárias municipais e estaduais faz parte da nossa proposta e da nossa execução de trabalho. Como é que está sendo feito isso? Através de transferência de recursos através desses pactos, e sob os auspícios do pacto pela saúde. Construímos algo que é uma aspiração do sistema nacional de vigilância sanitária desde a década de 70, mas que efetivamente hoje é uma realidade, reuniu mais de dez mil, perdão, dez mil servidores de vigilância sanitária nos Estados e dos Municípios e federais no País durante o ano passado e através disso construímos o Plano Diretor de Vigilância Sanitária que é o plano norteador de vigilância sanitária para o País. O plano articulado em que as três esferas de Governo têm claramente o seu objeto de atuação, de pactuação, enfim, de execução de vigilância sanitária. Isso foi construído, foi aprovado inclusive pelo Conselho Nacional de Saúde em março deste ano. E estabelecemos convênios e parcerias com Instituto de Defesa do Consumidor, Ministério Público, vários Estados, Polícia Federal... Enfim. Para executar a descentralização, nós precisamos de efetivamente de duas ações. A ação da excelência que é capacitar o servidor lá na ponta para executar ação da vigilância sanitária, e a outra é para que ele tenha dinheiro para fazer, que o Estado ou o Município tenha dinheiro para que a ação efetivamente possa ser executada. Nesse sentido, está aqui cabalmente demonstrado, em 2004 foi repassado para o sistema 100 milhões de reais.

Em 2007, nós estamos repassando 178 milhões, 710 mil reais para financiar... Isso aqui vai para Estado e vai para Município. Para efetivamente financiar as ações de vigilância sanitária e a construção do sistema.

Como eu já disse, os profissionais que trabalham em vigilância sanitária, 67% deles têm nível médio e 36% nível superior.

Os eixos do Plano Diretor. Organização e gestão do sistema nacional no âmbito do SUS. Ação regulatória. Vigilância de produtos, foco na ação regulatória com relação à vigilância de produtos, serviço de ambiente, a vigilância sanitária no contexto da ação integral à saúde, como falou o Luiz, a vigilância sanitária é muito mais uma ação de prevenção do que de correção ou pelo menos idealmente é o que a gente pretende. A produção do conhecimento, pesquisa e desenvolvimento tecnológico faz parte de uma das diretrizes dos eixos do Plano Diretor de Vigilância Sanitária e a construção de uma consciência sanitária através da imobilização e da participação e do controle social.

Bem, aqui estou falando dos fóruns regionais, vamos passar, já estamos terminando, os desafios para a consolidação do sistema. A vigilância transcendendo o papel de polícia, estabelecer novos critérios para a pactuação das ações, a nível de sistema, desenvolver o sistema de acompanhamento e avaliação das ações, sejam elas em nível federal, estadual e municipal, aprimorar a qualificação técnica das equipes e estabelecer regras claras para o financiamento.

A transparência, o nosso terceiro e último eixo que é um dos valores da ANVISA é o compromisso da agência com a sociedade. Valorizamos instrumentos e participação social.

Então, participamos ativamente do Conselho Nacional de Saúde, aliás, a menos de um mês o Plenário do Conselho Nacional de Saúde votou uma moção de apoio à atual gestão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária justamente num debate que nós tivemos com relação ao papel e a função dentro da agência, dentro do sistema nacional de vigilância sanitária. Temos ali o Conselho Consultivo do qual o Dr. Edmund é hoje membro efetivo, mas Dr. Edmund não fui eu que o levei ao Conselho Consultivo. Essa é uma atribuição do Ministro da Saúde então o senhor foi indicado pelo Ministro da Saúde, Ministro Temporão. A Ouvidoria, a agência tem um histórico de Ouvidoria tradicional, tanto que eu posso dizer aqui sem exagero que a Ouvidoria da agência é reconhecida entre as Ouvidorias das agências do Estado brasileiro como uma Ouvidoria que tem um excelente trabalho.

Nós constituímos as câmaras setoriais também a partir de 2005 em que são 10 câmaras setoriais. O que é a Câmara setorial? É o espaço de discussão dos assuntos de uma determinada área. Cosméticos, medicamentos saniantes, em que vários atores da sociedade civil organizada e do setor regulado no qual eles participam, muitas das discussões das câmaras setoriais são remetidas para câmaras técnicas e resultam ali em consultas públicas, em Audiências Públi-

cas, enfim, no marco regulatório amplamente discutido com a sociedade.

Bem, aqui estamos falando da Ouvidoria, podemos passar. Hoje a Agência Nacional de Vigilância Sanitária tem 60% da sua receita, do seu orçamento já é receita própria. Isso vem crescido com serviços que são prestados e, portanto, o que é aporte do Tesouro Nacional tem diminuído consideravelmente.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Dirceu, eu queria que o senhor repetisse aí. De receita própria, quanto é que representa?

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – 210 milhões de reais. Isso para 2006.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – São de receita própria? Representando quanto do orçamento?

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – 60% aproximadamente. São 141 de... Do Tesouro, então dá algo... Ano passado deu algo em torno de 350 milhões.

Por enquanto era o que eu queria mostrar o que é a ANVISA, de como ela se organiza. Podemos passar imediatamente às questões. Muito bem.

Então, eu queria dizer que... Ah, uma outra coisa que acho que é importante que... A agência tem que mostrar para sociedade que é para ela que a agência existe e trabalha, o que a agência faz. Até para que ela possa ser criticada e eu tenho dito lá na Câmara, menos do que eu gostaria aqui no Senado, mas na Câmara com certeza eu já fui convidado várias vezes. E estarei inclusive na quarta-feira discutindo mais uma... Mais uma Audiência Pública lá. Mas a partir de 2005, a ANVISA tem...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O senhor me permite, o difícil é saber o que a ANVISA não faz.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – (risos) Então veja, a ANVISA... Mas isso nos preocupa. Nós não queremos que isso aconteça. Nós queremos que...

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – Pois é. O que eu acho importante é que a gente diga e demonstre tudo que fazemos. Até porque a consideração ela fica a consideração pública. E as ações corretivas se necessárias devem ser implementadas para a melhoria da nossa atuação. Então desde 2005 nós temos editado um Relatório anual de atividade, e temos entregado para o Congresso Nacional, tanto para a Câmara como para o Senado que são as atividades executadas pela ANVISA durante o ano, e esse eu tenho dito, fiz uma... Vou sempre apresentar na Câmara Federal o nosso Relatório, e submeter esse Relatório ao crivo dos Parlamentares, enfim, porque esta é a Casa que representa o povo brasileiro, tanto na Câmara como no Senado, e é a ela que... Fazendo esta prestação de contas estamos também fazendo a prestação de contas ao povo brasileiro.

Bom, vamos começar pelo Senador Dornelles. Senador, o senhor tinha me colocado a questão do FDA e do EMEA... Como eu demonstrei ali, nós temos feito um esforço muito grande para harmonizar critérios, conceitos e ações entre as autoridades reguladoras das várias áreas de atuação da agência. O que chama mais a atenção das próprias autoridades de regulação é medicamento. Então quando vou falar com uma autoridade, quando fui ao México, "olha, vamos regular, vamos ver como é que a gente harmoniza a inspeção de medicamentos, como é que harmoniza o registro de medicamentos". Eventualmente a área de alimentos tem surgido também com uma força muito grande, como harmonizar os rótulos, a quantidade de calorias, a composição dos alimentos. Isso tem parecido sim. De maneira geral, nós temos relações bilaterais com várias agências reguladoras. Com a Argentina, estamos caminhando no sentido de relações bilaterais com agência mexicana, com agência cubana, com agência portuguesa, particularmente. Mas o senhor me faz uma questão e diz assim: Olha, se o produto está autorizado... Um medicamento. Pronto. Se ele está autorizado no EMEA ou está autorizado no FDA por que é que o Brasil não autoriza numa maneira mais ou menos sumária, automática? Porque com relação à questão das agências, a questão da autonomia e da governabilidade dos países, a reciprocidade é um marco que tem que ser exigido. Se os Estados Unidos aceitarem a competência que nós demonstramos aqui da autoridade brasileira no sentido de conceder o registro para o medicamento e autorizar o medicamento que nós autorizamos aqui e imediatamente lá, esta é a relação que nós queremos, é uma relação que eu vejo que não há problema. O fato é que isto não ocorre. Para o senhor ter uma idéia das dificuldades que nós estamos tendo, alguns laboratórios nacionais querem fazer testes de nossos medicamentos para efeito de bioequivalência num País, que eu não vou declinar o nome aqui, que não aceita que o paciente daquele País se submeta a um teste com medicamento da América Latina. Eu não posso tratar uma autoridade sanitária de uma forma se não for tratado da mesma forma por ela.

Então, isto se os Estados Unidos, se o FDA do qual eu já visitei, aliás o FDA nunca convidou autoridade sanitária brasileira para nenhuma atividade lá. Convidaram a Agência Nacional de Vigilância Sanitária em novembro do ano passado, eu estava com uma série de compromissos, declinei do convite e disse que man-

daria o nosso adjunto. A resposta foi o seguinte, ou o senhor vem ou não precisa mandar ninguém. E eu fui. Mas eu fui e descobri qual foi o motivo. Nós estamos construindo em parceria com o México, em parceria com a Argentina, em parceria, a partir de sexta-feira com a Organização Mundial de Saúde uma farmacopéia. Farmacopéia são padrões para fazer, testar qualidade de medicamentos, uma farmacopéia com a Argentina binacional. A Organização Mundial de Saúde quer que o Brasil contribua com a farmacopéia mundial que eles estão fazendo. Porque a farmacopéia, a USP americana, não é do FDA. Quando a gente fala da farmacopéia norte-americana, nós estamos falando de uma empresa que fabrica padrões e que vende esses padrões para o mundo. E nós estamos construindo uma farmacopéia que em princípio é uma farmacopéia que eu pretendi chamar de latino-americana. Porque inclusive a biodiversidade, os padrões nas nossas plantas, enfim, estão aqui. E nós estamos comprando, estamos nos submetendo a padrões que são padrões americanos que não sei se são os mais adequados.

Um outro exemplo, há um ano mais ou menos atrás, um ano e meio, uma empresa multinacional americana queria registrar um produto para câncer de pulmão no Brasil, e eles insistiram demais e aí falaram: Esse produto é para câncer de pulmão. Aí os nossos técnicos pegaram o produto, avaliaram, e falaram: "Mas qual câncer de pulmão? Porque tem vários tipos de câncer de pulmão". "A gente não falou, mas como vocês perguntaram, mas é para um câncer de pulmão de tal célula". "Ah, sim. Esta célula tem que característica?" "Vocês não tinham perguntado." Isso são exigências. As indústrias reclamam que vocês ficam fazendo um monte de exigências. Primeiro vem com um processo aleatório, depois com uma particularidade... Acho que depois de umas quatro exigências, era para tratar câncer de pulmão de um tipo de célula. Esse tipo de célula só tinha um marcador e só tinha um laboratório no mundo que ficava lá na Europa, não se sabe aonde, pesquisa que identificava qual era a célula. Se a gente registrar esse produto vocês vão dar... Sim, os pacientes acometidos por esse tipo de câncer de pulmão são 1% dos pacientes que tem câncer de pulmão. Então o medicamento, esse milagroso, só servia para 1% dos pacientes com câncer de pulmão.

Nota: Garantir a esses aí dois meses de sobrevida. Nós temos uma diferença fundamental no nosso sistema de saúde com o sistema de saúde americano. Quando se introduz o medicamento lá, quem paga é o plano de saúde ou o paciente. Aqui quem paga é a sociedade, porque o SUS diz que tudo é direito do cidadão. Então paga-se tudo. Nós temos que ter muito cuidado porque o impacto econômico de algo que não vai ter benefício preciso, com uma indicação precisa, causa um desastre econômico no nosso sistema de saúde.

Bom, o que aconteceu? Seis meses depois este produto que havia sido registrado pelo FDA, pelo EMEA pela agência japonesa descobriu-se que ele não só não dava mais dois meses de sobrevida para os pacientes como ele tirava meses de sobrevida. Eles retiraram o mercado do mercado. Esse medicamento hoje não está sendo utilizado em nenhuma das três... Por nenhuma dessas sociedades.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – (pronunciamento fora do microfone).

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – Não. A ANVISA nunca concedeu esse tipo de registro. Sofremos uma pressão tremenda. Os jornais diziam que a ANVISA atrasava o progresso, etc, etc. O fato é que nós não somos perfeitamente... Nós não acertamos em tudo. Mas nós temos critérios... A gente vai se alongar muito, mas acho importante, os Estados Unidos para registro de medicamentos por exemplo, eles têm um mecanismo que chama Fast Track. Para registrar um medicamento temos várias fases. Nós no Brasil exigimos que a fase três que é uma fase imediatamente, a fase três é a fase imediata para colocar esse produto no mercado, ela esteja conclusa. Nos Estados Unidos eles não exigem isso. E o que diz a fase três? Que esse produto tem eficácia e segurança. Já está comprovado. Os americanos não exigem isso. Claro, provavelmente porque além de outros fatores particulares e peculiares deles existe a peculiaridade de que o impacto quem vai pagar é o paciente se quiser. Então eles podem inclusive experimentar um pouco mais, e nós achamos que isso não é possível.

Com relação às luvas cirúrgicas, o Secretário de Indústria e Comércio lá do Governador Sérgio Cabral nos ligou uns meses atrás e tinha colocado inclusive essa questão. "Olha, Dirceu, nós estamos com esse problema, a LEMGRUBER é uma fábrica importante...". E nós a nossa legislação é verdade, ela não exigia a intensificação. Ao não exigir a certificação, a empresa brasileira fazia se queria. Porém, sem a certificação ela não podia entrar em concorrência pública. Então para a empresa nacional era obrigada que ela se certificasse indiretamente. E a empresa de fora do País, como não exigia certificação, não era obrigatório, ela entrava com o documento da certificação externa e entrava para o País.

Já está vigindo, já está valendo uma resolução que foi fruto desta queixa, desse problema que foi levado para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária que toda a luva que queira entrar no Brasil tem que ser certificada pelo Inmetro para poder circular e es-

tar dentro do mercado nacional. Se os produtores estrangeiros, Malásia, enfim, da Ásia produzirem luvas de qualidade por um preço menor do que do mercado interno, nós vamos ter que encontrar alguma forma, porque a ANVISA não pode, o nosso âmbito de atuação se esgota aqui. Quer dizer o seguinte, olha, estavam entrando luvas que não tinham qualidade e então nós criamos uma certificação que é para igualar para pelo menos não deixar entrar produtos que não sejam de qualidade aqui dentro. Agora, os produtos que entrarem entram com a qualidade para competir no mercado nacional. Pelo que eu tenho ouvido, como muita coisa acaba não entrando, só vai vir para cá aquilo que custa mais caro e que tem mais qualidade. Então parece que aparentemente atingimos nosso objetivo. Mas a ANVISA já fez uma regulamentação que fala sobre a certificação da... Particularmente sobre luva. Mas nós estamos trabalhando em outras também. Porque nós temos problemas com equipamentos médicos, enfim, com outros produtos.

Com relação a... Sim, com a questão da propaganda. A propaganda particularmente da cerveja, do álcool, tal. Eu me reuni várias vezes, inclusive com a equipe do Ministério da Saúde, e disse o seguinte. Olha, a pior coisa que pode acontecer para uma agência de regulação é ela ousar regular acima da lei. Nós não vamos fazer isso. Nesse sentido, eu... Foi a ANVISA, foi a ANVISA na pessoa do Presidente da ANVISA que consultou a AGU. A AGU não deu o parecer porque ela viu que havia um problema no mercado e falou: vamos dar o parecer. Eu pessoalmente liguei para Advocacia Geral da União, falei com o Assessor do Dr. Toffoli, e pedi para que eles analisassem a questão e fizessem o parecer para saber até aonde do ponto de vista legal nós poderíamos atuar.

Então essa foi uma ação da ANVISA para que a gente tivesse a garantia de até aonde nós poderíamos chegar. E o parecer da AGU foi claro dizendo que vocês podem chegar até aqui. Daqui para frente não pode a menos que haja uma previsão legal. E essa discussão está em nível de Congresso, está em nível de Ministério. Enfim, a ANVISA já fez o que deveria ser feito que é garantir a transparência de todo o processo.

Finalmente, com relação a seus questionamentos, Senador, a RDC 214 que é que trata de farmácia de manipulação, ela efetivamente tem 1300 itens. Ela na prática ela é muito singela. Sabe por quê? Porque os 1.300 itens é um roteiro de inspeção. Se o senhor pegar, é que eu não estou com ela agora. Eu quero.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – Senador... Tem mais. Tem um monte de folha em branco aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Não. É coisa que estão exigindo das pequenas farmácias. Não é possível.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – "No caso de manipular substância de baixo índice terapêutico e baixa dosagem e alta potência são adotados e registrados os procedimentos de dupla checagem na pesagem para diluição sendo uma feita pelo farmacêutico". Isso é um item. É só o cara dizer assim: Sim ou não. Agora, deixa eu lhe dizer uma coisa: A RDC 214 ela divide a farmácia... Quer dizer, nós temos uma farmácia. E tem farmácia que tem maior ou menor complexidade. E aqui estão todos, é para todas as farmácias. É para todas as farmácias. Então veja assim, farmácia do grupo um, é aquela que faz o quê? Manipula medicamentos a partir de insumos e matérias-primas inclusive de origem vegetal. Então se eu quiser a manipulação desses produtos estou no grupo um. A do grupo dois manipula substâncias de baixo item terapêutico. Depois eu digo o que é baixo item terapêutico aqui. Grupo três, manipula antibiótico, hormônio e citostático e substâncias sujeitas ao controle especial que são os psicotrópicos. Então se ela quiser manipular psicotrópico ela vai vir aqui, grupo três, ela vai pegar o roteiro do grupo três, e vai dizer: Eu tenho sala desse jeito... Se ela não quiser ela não precisa. Ela só fica no grupo um e responder 50 questões. O fato é que se ela quiser fazer tudo que todas as farmácias têm que fazer, manipulação de homeopático é grupo cinco. A minha farmácia é só homeopática. Então vou fazer só grupo cinco. Grupo seis, manipulação de... Essa aqui é para âmbito hospitalar. Este roteiro ele é o extrato de cada um destes itens. Agora, por que disso, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – (pronunciamento fora do microfone).

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – Ah, sim. Na semana passada nossa equipe foi fazer um encontro lá em São Paulo para fazer harmonização. Quer dizer, vamos harmonizar a equipe, a ação da equipe. Vou dizer o que algumas farmácias estão fazendo O treinamento de inspetores foi de 24 a 28 agora de julho, em São Paulo. Foram realizadas visitas técnicas em farmácias somente uma atende a critérios de manipulação de medicamentos estéreis. Exemplos de medicamentos manipulados na forma injetável. Senador, extrato de chá verde. Alcachofra, extrato de pâncreas, extrato de timomodulina, extrato de pituitária, extrato de músculo, segundo nós conversamos antigamente, caldo de carne, extrato... Silício, lidocaína, extrato de gincobiloba. Os medicamentos estão sendo manipu-

lados em escala semi-industrial. Farmácia de manipulação é para manipular para o paciente. Não é isso? Semi-industrial, divulgados em congressos médicos e distribuídos em nível nacional. O sistema nacional de vigilância sanitária realizará... Vai fazer inspeção, etc, exemplos de problemas detectados nas visitas. Sistema de purificação de água que não são capazes de produzir água com especificação para injetável. Tem uma farmácia que estava realizando recolhimento. Recolhimento é indústria que faz um lote e dá errado então ela manda recolher. É uma exigência sanitária. A farmácia estava fazendo recolhimento no produto que ela fez porque estava dando problema de pirogênio. As pessoas estavam sendo... Sofrendo risco de morrer. Esterilização de produtos em equipamentos que não eram qualificados. O cara tinha uma estufa e não sabia se a temperatura da estufa era suficiente para matar as bactérias que estavam no produto ou não. Desconhecimento de procedimentos básico de laboratório de microbiologia. Uso de matéria-prima na manipulação sem a realização de análise de controle de qualidade conforme necessário para a boa prática. No período de 2000 a 2004, o que nós tivemos aqui óbitos de pacientes, crianças, por... óbitos de dois pacientes em 2005, óbitos de um casal de idosos em 2005, óbito de três pessoas em Gabriel, Rio Grande do Sul, Itaguaí, Brasília, pessoas morrendo porque estavam manipulando produtos de forma inadequada.

Por fim, uma entidade, que inclusive procurou o senhor e o induziu a uma situação que acho que não é verdadeira, entrou com um pedido de liminar e antecipação de tutela na justiça contra a 214. E aí depois eu não sei porque eu não sei falar o... A linguagem jurídica, eu não sou Advogado. Eu sou farmacêutico. De manipulação eu entendo. E de medicamento também. Mas não entendo dessa discussão nós podemos remeter para o fórum jurídico legal. Aliás, aqui tem um parecer do fórum legal ou jurídico. Está aqui. Eles pediram, asseverou a autora ser ilegal ou inconstitucional a referida resolução uma vez que trata de matéria que foge à alçada da qual deve ser regulada por lei que foi colocado ali inclusive. Apontou violação ao sistema legal de vigilância sanitária. Também foi apontado. Dispensação de medicamentos, licenciamento de procedimentos, etc, etc, etc. O Juiz no presente caso tenho que a tutela antecipatória merece ser indeferida nesse momento processual uma vez que uma análise perfunctória própria dessa fase processual não reconheço haver a "similança" do direito alegado na medida em que a ANVISA foi dada a competência através da 9.782 para regular e fiscalizar a produção de medicações. Os meios e substâncias que envolvem os respectivos processos, bem como a adequação das exigências e padrões necessários à boa prestação de serviço de saúde. Veja que a edição da 214 ora impugnada, houve ampla discussão. Foram dois anos de discussão com todos os atores do sistema nacional de vigilância sanitária participando. Com todas as entidades representantes, todos os farmacêuticos ou não farmacêuticos que quisessem participar da discussão no País. Envolvendo todos os setores interessados possibilitando manifestações de irresignação desde sua fase embrionária o que ao que tudo indica não ocorreu. Tal inércia afasta inclusive o alegado *periculum in mora*, considerando que durante todo o processo que culminou com a edição da 214 em nenhum momento a parte autora sequer, que entrou com mandato aqui, em nenhum momento a parte autora se valeu de qualquer instrumento para impugná-lo.

Ante o exposto, diante da ausência dos requisitos ensejados nas medidas de urgência, indefiro a antecipação da tutela. Isso é de 28 de setembro agora. Três dias atrás.

Então, estas... Regular nós vamos sempre atingir interesses. E o que eu peço sempre para nossa equipe é que a gente faça isso da forma absolutamente transparente, que a gente dê... E aqui o Dr. Edmund Klotz falou na sua intervenção que a ANVISA tem feito um trabalho de interlocução incessante. Se tem algo que nós não nos furtamos é receber todos os interessados para que eles possam expor seu ponto de vista, possam debater. Agora, em determinado momento a regulação deve ser feita. Porque os casos que nós temos aqui são vários. Eu não vou me deter porque aí dá um livro. De risco. E não é só com relação a farmácia de manipulação, não. O comércio farmacêutico neste País precisa ser revisto com relação a sua prática e aos seus procedimentos. Eu não trouxe aqui, mas na quarta-feira, se o senhor... Eu posso lhe mandar, na discussão na Câmara Federal, a propaganda que é utilizada para promover medicamento nesse País eu chego a dizer, talvez seja o exagero da minha parte, eu entendo que não, mas pode ser que seja, chega a ser criminosa. E é... A minha esposa é médica. Quando eu mostrei para ela alguns anos atrás isso ela falou: Não é possível que isto ocorra atrás dos balcões das farmácias desse País. Ocorre, Senador. E a CPI de medicamentos de 99 já apontava isso. E nós precisamos efetivamente enfrentar esse problema. E tentar fazer com que o paciente do ponto de vista do medicamento nesse País seja atendido uma forma mais digna.

Senador Garibaldi. Senador, com relação ao Ministro Temporão, veja, o Ministro Temporão é um especialista na área de tecnologia, de desenvolvimento, enfim, quando ele fala de criar-se no País um ambiente para o desenvolvimento da indústria, do complexo que

ele chama do complexo industrial da saúde, ele fala com muita propriedade. O senhor me pergunta, eu não posso responder porque está no âmbito dele. Quer dizer, quando ele coloca isso a ANVISA tem que auxiliar o País na construção de uma política dentro da nossa responsabilidade. O que nós podemos fazer com relação a essa política? É criar marcos regulatórios que sejam discutidos efetivamente com a sociedade, que a protejam, mas que garantam o desenvolvimento industrial. Neste caso especificamente no caso específico que o senhor colocou. Nós temos trabalhado dentro da ANVISA na revisão. Porque o marco regulatório ele não é e nunca vai ser eterno. Ele acaba tendo que ser revisto, porque a legislação muda, a tecnologia muda, a necessidade muda, o conhecimento muda, então ele tem que ser dinâmico. Se a gente falar do... é claro que a gente tem que planejar também, tem que avaliar a adequação, a necessidade, isso tudo tem que ser visto para que ninguém acorde, como nós falamos cotidianamente na ANVISA, com o marco regulatório novo de surpresa. Isso não é o que a gente deseja e não é o que nós praticamos. Mas enfim, nós temos que trabalhar apoiando sem dúvida nenhuma uma política para o setor dentro do nosso âmbito de atuação que é construir um marco regulatório que seja factível e que garanta à população o melhor benefício com relação especificamente na área de saúde, e aos produtos e serviços que a ela são oferecidas.

Então acho que eu respondi as duas questões que o senhor me fez de uma forma genérica porque eu não tenho esses detalhes. Aqui essa pergunta deve ser dirigida ao Ministro Temporão, mas de qualquer maneira eu acho que...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não está sendo preparado o novo marco regulatório. Não está sendo objeto de estudo.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – Veja, a ANVISA trabalha todo dia na revisão e na observação do marco regulatório e de sua implantação. Se o marco regulatório que o Ministro fala é o marco regulatório do âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ele está sendo preparado porque está sendo preparado todo dia. E nós estamos trabalhando incessantemente nisso. Amanhã mesmo saem duas resoluções com relação a certificação de boas práticas de indústria farmacêutica e de produtos para a saúde. De equipamentos médicos hospitalares. Foi aprovada na reunião da Diretoria colegiada de hoje. É uma introdução...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas o senhor me permita. Ele fala aqui numa iniciativa mais ampla, estimular a produção nacional e reduzir a dependência externa.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – Veja, Senador, hoje eu soube que o Ministro da Saúde e o Presidente da República estiveram em Farmanguinha(F), ali na FIOCRUZ inaugurando lá uma planta, um setor na planta de vacinas. Tudo isso faz parte do processo de desenvolvimento industrial que o País busca, e que o Ministro Temporão tem sido um árduo batalhador por isso. Eu sei que inclusive a sua... O seu escopo de estudo, a sua tese de mestrado e doutorado se deu nessa área. Então ele é um profundo conhecedor do desenvolvimento do que ele chama de complexo industrial da saúde. E, portanto, ele tem muito mais propriedade para discorrer sobre isso.

Uma outra questão que o senhor coloca, o marco regulatório ajuda ou atrapalha o ambiente de negócio no País? O que a gente quer é não atrapalhar o ambiente de negócios, mas o escopo da regulação sanitária é garantir segurança e eficácia dos produtos e dos serviços à disposição da população.

Então, com o olhar da segurança, da eficácia e do direito que o cidadão tem de usar um serviço e um produto com qualidade e que atinja o propósito pelo qual ele está sendo disponibilizado, é o nosso olhar. E claro que deve ser feito sem atrapalhar o negócio. Mas o negócio não é o foco primeiro do nosso trabalho.

Eu não sei, perdi os papéis que estavam aqui... Tinha do Prof. Ademar... Ah, está aqui embaixo. Vou só terminar agora, o Prof. Ademar fez algumas considerações. Sim, professor, o Ministério da Saúde e a ANVISA participou ativamente da construção e já foi publicada da Política Nacional de Plantas Medicinais. No Brasil hoje nós temos uma diferença clara do ponto de vista regulatório da nossa... Das normas. Com relação ao que é planta medicinal e o que é fitoterápico. Planta medicinal, quando a gente fala do chá, quando a gente fala do decocto, do infuso, enfim, nós estamos falando de uma planta medicinal na utilização do princípio ativo que se extrai a partir de uma planta. Quando a gente fala de fitoterapia, a visão que nós temos do fitoterápico está expressa numa RDC 42/2004. Essa visão que foi construída, é que existe uma substância ativa e essa substância ativa deve ser mensurável e deve-se demonstrar que ela está ali numa determinada concentração e que essa concentração produza um efeito terapêutico que é o efeito terapêutico que eu necessito.

Portanto, este medicamento ele tem a garantia de segurança e eficácia, inclusive feito através de ensaios clínicos, etc. Nós temos um Laboratório Nacional que desenvolveu, teve um grande apelo de marketing inclusive há uns dois ou três anos atrás sob a luz desta regulamentação que é nova de 2004 para cá, de um medicamento fitoterápico brasileiro.

Então, eu acho assim, com relação à planta medicinal, não tem nenhum óbice. Nós temos problemas para a farmácia de manipulação, eventualmente, se ela quiser comercializar a planta medicinal como... A farmácia não, a indústria também. Como uma panacéia. E que nós não aceitamos. Eu vou lhe contar um caso que eu vivi em 2005. Um País estrangeiro queria registrar um chá. Eu falei: "Mas não tem problema nenhum registrar chá aqui na ANVISA. É só trazer aqui como é que é o chá, a composição, e registrar na área de alimentos esse registro sai rápido". "Não, não. Mas eu não quero como alimento, eu quero como medicamento". "Não. O que significa o senhor registrar como medicamento?" "É que eu quero colocar na caixa do chá que ele cura câncer, espinhela caída, bom para menopausa, é bom para andropausa, é bom para queda de cabelo, bom para crescer cabelo, para..." "Não. Não pode. O senhor tem como provar que esse chá faz isso?" "Não, esse chá é usado pelos índios há 500 anos. Para tudo isso". Eu falei: "Mas a 500 anos atrás também usava chá de asa de mandrágora. E se não prova que isso efetivamente tem um efeito terapêutico, a nossa representação não permite que seja feito. O senhor quer registrar o chá? Pode. Só não pode dizer que vai curar câncer". E ele queria colocar que vai curar câncer no rótulo. Não. Pode até registrar como chá para curar câncer, mas aí tem que fazer ensaio clínico e demonstrar que cura câncer. Porque eu lembro que as pessoas, nós quase acabamos com a floresta de ipê roxo quando eu era criança, que chá de ipê roxo curava câncer. E todo mundo tomava chá de ipê roxo. Então é diferente. O medicamento da planta medicinal. A planta medicinal ela tem todo o componente que é o componente da herança que nós temos, da cultura, etc, etc. O fitoterápico é diferente.

Por fim, a questão, a homeopatia, até duas semanas atrás eu recebi pessoal das associações em homeopatia, etc e tal. Nós temos duas correntes que eu lhe digo agora nesse País. E nós já definimos como é que é o registro de medicamento homeopático industrial e como é que é a atuação na farmácia de manipulação. A indústria de medicamento homeopático queria que eles fossem todos liberados. Em qualquer concentração. Eu tenho um problema, até porque fiz homeopatia logo depois que graduei lá na universidade em 1980, de entender como é que primeiro se produz medicamento homeopático industrializado. Porque se o medicamento homeopático não existem doenças, existem doentes e dois pacientes podem usar o mesmo medicamento para doenças completamente diferentes, como que é eu posso fazer uma linha de montagem e fazer um medicamento homeopático para todo mundo? Então esta foi uma discussão que nós tivemos e fizemos a regulamentação para homeopatia. Mas foram inúmeras vezes que nós atendemos os farmacêuticos de farmácia de manipulação homeopática, as indústrias de homeopatia, as multinacionais de homeopatia, a Febrafarma, enfim, e o processo foi feito, foi concluso. Mas também não está encerrado. Porque ele é dinâmico. Se alguém amanhã demonstrar que existe alguma mudança que precisa ser feita e nós entendemos que deva ser feita nós a faremos.

Com relação aos florais, e coloco o floral e eu falou falar sem conhecimento de causa. Não sou especialista na área. Mas acho que nesse campo tem que ser como planta medicinal. Porque nós estamos falando de que floral? De Bach? Da Califórnia, de Minas Gerais? Como é que eu vou regulamentar? Aí querem regulamentação para isso. É melhor não regulamentar. Isto é melhor que não se regulamente. Porque não tem como regulamentar isso e se for criado uma regulamentação vai ter que ter ensaio para ver a eficácia, a segurança... E não tem como fazer. Então eu não entendo qual é a questão aqui. Porque o floral está liberado. O floral não tem impedimento. Aonde é que... Por favor, professor.

SR. ADEMAR MENESES: É que na nova...

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – Bom, eu quero só então agradecer a oportunidade, ilustres Senadores, os companheiros aqui da Mesa, Dr. Edmund, Dr. Cácito, e ao Luiz. Colocar a Agência Nacional de Vigilância Sanitária na minha pessoa, na pessoa dos nossos companheiros, dos nossos servidores para todo momento estarmos à disposição da sociedade, dessa Casa, Senador, para qualquer intervenção, o que for necessário como temos agido e continuaremos fazendo. E colocar, professor, que da mesma maneira como eu recebi a Dª. Maria duas ou três semanas lá na agência, nós estamos à disposição, se quiser debater, aprofundar o tema lá nós estamos à disposição para fazê-lo. É só marcar. Eu pessoalmente ou a nossa equipe de especialistas está pronto a recebê-lo, lá. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Senador Garibaldi Alves, eu estou certo que essa reunião foi extremamente importante. V.Exª terá subsídios grandes para seu Relatório. Eu tenho que agradecer aqui a exposição do Dr. Moreira Lima, do Dr. Klotz, representante da nossa Confe-

deração Nacional da Indústria, Dr. Cácito Augusto, da Confederação Nacional do Comércio, o Prof. Ademar Meneses e dizer ao querido Diretor Presidente Dirceu Raposo de Mello, cumprimentar pela sua exposição, e dizer o seguinte. Acerca de algum período atrás nós tivemos uma infelicidade no País dois acidentes muito desagradáveis na área da Aviação Civil Brasileira. Com a GOL e com a TAM. E um momento o Ministério da Defesa procurou solucionar o problema acabando com as empresas brasileiras de navegação aérea. De modo que nós não somos contra qualquer exercício da fiscalização por parte da ANVISA em relação às farmácias de manipulação ou em relação a qualquer farmácia. Eu apenas acho que o fato de ser encontradas algumas irregularidades em algumas farmácias, que na realidade, a situação financeira dessas farmácias não permite que elas nem que publiquem, nem um aviso de falecimento de sétimo dia de seu proprietário e muito menos fazer essa publicidade a que se foi referida. Se essa publicidade existe não vem de pequenas farmácias de manipulação.

Mas de qualquer maneira eu queria dizer que acho importante que a ANVISA exerça essa fiscalização, mas entre exercer a fiscalização e acabar com as farmácias de manipulação através do peso da máquina e da burocracia eu acho que existe uma diferença muito grande, e eu pediria ao ilustre Presidente que levasse em consideração as pretensões, os pontos apresentados pelas farmácias de manipulação pelos pequenos farmacêuticos, por aqueles que atuam na área do comércio porque realmente eles precisam ser fiscalizados, eles precisam merecer da ANVISA uma presença permanente, mas entre ser fiscalizado e a ANVISA querer acabar com o setor pelo peso da burocracia existe uma grande diferença.

Eu agradeço muito a presença de todos e vamos continuar mantendo esse diálogo muito estreito. Muito obrigado aos senhores.

(*Sessão encerrada às 21h07.)*

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 26 de setembro de 2007, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, GIM ARGELLO, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, KÁTIA ABREU, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, FÁTIMA CLEIDE, SERYS SLHESSARENKO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA E MARISA SERRANO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência os Senadores Augusto Botelho, Jayme Campos e Marcelo Crivella. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica a abertura de prazo para apresentação de emendas da Comissão ao Plano Plurianual (PPA) para o período de 2008/2011, PL nº 31/2007- CN, e que a secretaria da Comissão de Assuntos Sociais estará recebendo as emendas até o próximo dia 1º de outubro, 2ª feira, às 18:00 horas. A reunião para apreciação das referidas emendas será realizada na próxima 4ª feira, dia 03/10. **ITEM 01 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, DE 2005 "**altera a lei nº 9.434, de 4 fevereiro de 1997, para assegurar o atendimento da vontade das pessoas que houverem manifestado em vida o desejo de doarem tecidos, órgãos ou partes do seu corpo" **Autora:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatora:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado: Retirado de pauta, a pedido da relatora. ITEM 07 DENÚNCIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 1, DE 2007** que "Solicita a suspensão da tutela antecipada, objetivando determinar que o Estado de Alagoas forneça todo e qualquer medicamento necessário para o tratamento dos transplantados e pacientes renais crônicos em hemodiálise". **Autor**: EXTERNO **–** Movimento pela vida "Brasil Mostra sua Cara". **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer:** Pelo conhecimento, providências e posterior arquivamento da matéria. **Resultado: Retirado de pauta, a pedido do relator. ITEM 08 – AVISO Nº 82, DE 2007** "Encaminha ao Senado Federal, no termos da Lei nº 10.748, de 2003, mídia com os registros do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego nas modalidades de Subversão Econômica e Responsabilidade Social". **Autora:** EXTERNO **–** Ministro de Estado do Trabalho e Emprego . **Relator "had hoc":** Senador Geraldo Mesquita Júnior. **Parecer:** Pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. **Resultado: Aprovado. ITEM 03 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2005** que "Dispõe sobre a desconsideração dos ganhos provenientes do benefício de prestação continuada recebidos por um membro da família, no

cálculo da renda mensal familiar per capita para concessão do benefício para outro integrante". **Autor:** Senador Flávio Arns. **Relatora**: Senadora Serys Slhessarenko. **Parecer**: Apresentado na reunião Parecer, recomendando que o Projeto seja encaminhado para análise preliminar da Comissão de Assuntos Econômicos, antes que esta comissão se pronuncie definitivamente sobre a matéria. **Resultado: Retirado de pauta, a pedido da relatora, para reexame. ITEM 06 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2004** que "Altera a Lei nº 9.425, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às vítimas do acidente nuclear ocorrido em Goiânia, Estado de Goiás". **Autor:** Deputado Sandes Júnior. **Relatora:** Senadora Lúcia Vânia. **Parecer:** Favorável ao Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado.** O Senador Flávio Arns sugere que seja acrescentada no *caput* do art. 2º a palavra "especial", logo após a palavra "pensão". A sugestão é acatada pela relatora. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 52, DE 2007** que "Requer, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública no âmbito desta comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de ouvirmos o Sr. Francisco Danilo Bastos Forte, Presidente da Fundação Nacional de Saúde, para debater com os Senhores Senadores o PAC/Funasa, que deverá beneficiar 15 milhões de famílias em mais de 1000 municípios em todo o país. Serão investidos aproximadamente R$ 4 bilhões, sendo R$ 280 milhões para atender 90% das comunidades indígenas com esgotamento sanitário e água tratada, e R$ 180 milhões para quilombos já legalizados. Outros R$ 3 bilhões serão aplicados em cidades com até 50 mil habitantes e alto índice de mortalidade infantil" **Autoras:** Senadora Fátima Cleide e Senadora Ideli Salvatti. **Resultado: Aprovado.** Os itens 02, 04, 05, 09 e 10 ficam adiados. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Serys Slhessarenko, Flávio Arns, Lúcia Vânia, Paulo Paim, Kátia Abreu e Fátima Cleide. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya,** Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Bom dia a todos e a todas, bom dia aos Srs. Senadores. Havendo número regimental declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Srs. Senadores, eu gostaria apenas de lembrar, Senador Paulo Paim, a todos que, de acordo com o cronograma o prazo para apresentação de emendas ao Plano Plurianual para período de 2008 e 2011, ou seja, PL nº 31 de 2007, perante a Comissão de Orçamento, é do dia 28 de setembro até o dia 07 de outubro.

Sendo assim, eu gostaria de comunicar que a Secretaria da Comissão de Assuntos Sociais, estará recebendo as propostas de emendas ao Plano Plurianual até o próximo dia 1º de outubro, que é segunda-feira. Esse é o prazo que nós estamos dando para que o relator tenha o tempo suficiente que ainda será designado, mas poder ter o tempo suficiente para fazer a triagem das emendas que forem apresentadas.

Assim na próxima quarta-feira, no dia 03, Senador Flávio Arns, nós estaremos discutindo e votando as emendas da Comissão para o Plano Plurianual 2008 e 2011. Eu acabava de informar, pois não, Senador Paulo Paim, eu acabava de informar, Senador Flávio Arns, que nós estamos recebendo, e o prazo será até o dia 1º de outubro, que é segunda-feira, para receber emenda ao PPA pela Comissão de Assuntos Sociais.

Esse prazo do dia 1º é em função de que, perante a Comissão de Orçamento, o prazo limite é até o dia 07 de outubro, e nós precisaríamos ter um tempo suficiente para que o relator que seja designado, ele possa, enfim, fazer essa triagem até o final da sessão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O número de emendas é limitado?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Cinco emendas cada comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Cinco emendas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Geralmente apresentam muito mais do que cinco emendas, então, era importante ter um prazo para que o relator designado, pudesse fazer essa triagem e a oportunidade e o tempo para dialogar com os Senadores.

A pedido da Senadora Rosalba Ciarlini, que está hoje impossibilitada de comparecer à nossa reunião, devido a um pequeno problema de saúde, fica retirado da pauta o Item 01, PLS 408 de 2005. Também a

pedido do Relator, Senador Augusto Botelho, que está em viagem oficial, fica retirado da pauta o Item nº 07, que é uma Denúncia nº 01 de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais.

O Item nº 08 da pauta, o Senador João Pedro ainda não se encontra na Comissão, está a caminho, eu pergunto aos Srs. Senadores, Senador Geraldo Mesquita, Senador Flávio Arns, se poderia nomear já, um relator *ad hoc* para que nós pudéssemos antecipar essa discussão. Eu pediria ao Senador Geraldo Mesquita, se não for incômodo, se pudesse ler o Item 08.

Na verdade, é um Aviso nº 82 de 2007 que encaminha ao Senado Federal, nos termos da Lei nº 10.748 de 2003, mídia com os registros do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego nas modalidades de Subvenção Econômica e Responsabilidade Social. O autor é externo, o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego e o Relator é o Senador João Pedro, com parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.

Eu concederia a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, para que pudesse proceder ao relatório.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Srª. Presidente e Srs. Senadores, o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, mediante o Aviso nº 82, encaminha a essa Casa registro do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, nas modalidades de Subvenção Econômica e Responsabilidade Social, que devem ser levados ao conhecimento das Comissões do Congresso Nacional.

No relatório, o Ministro apresenta as seguintes informações: demonstrativo de empresas participantes do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego; demonstrativo de jovens participantes do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego; relação nominal das empresas e respectivos ramos de atividade por unidade da federal; relação nominal dos jovens participantes das ações de Subvenção Econômica e Responsabilidade Social, raça, situação, sexo, idade, escolaridade e data de inscrição. Nos termos do art. 15, da Lei 10.748, cabe ao Ministro enviar as Comissões do Congresso Nacional nos meses de maio e novembro, as seguintes informações: detalhamento do conjunto de empregos, o montante de subsídios econômicos, relação dos jovens atendidos, expectativa sobre o PNPE.

Tais informações encontram-se efetivamente na mídia que acompanha o presente aviso; ademais, houve um atraso quanto ao envio do relatório que deveria ter acontecido no mês de maio, de qualquer modo, o Ministro cumpriu satisfatoriamente as determinações legais.

Cumpre ressaltar que o presente relatório sobre o andamento da PNPE, constitui nos termos do disposto na referida lei, procedimento que visa formalmente, dar conhecimento a essa Casa das ações levadas a efeito com a execução do referido Programa. Em síntese, o aviso é considerado procedimento regular, indispensável para que seja dado o conhecimento aos Membros da Comissão.

Diante do exposto, Presidente, o voto do Relator ao qual substituo, recomenda o arquivamento do Aviso nº 82 de 2007, do Ministro do Estado de Trabalho e Emprego, após tomada ciência pelos Membros da Comissão de Assunto Sociais. É o voto, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. O Projeto vai à Secretaria Geral da Mesa.

Nosso próximo item da pauta, aproveitando já a presença da Senadora Serys, é uma decisão, Item 03, decisão não terminativa, em função da audiência da Comissão de Assuntos Econômicos, com a mudança do relatório da Senadora Serys. A Mesa está distribuindo agora, o novo relatório que pede audiência da Comissão de Assuntos Econômicos.

O Projeto de Lei do Senado nº 334 de 2005, dispõe sobre a desconsideração dos ganhos provenientes do benefício de prestação continuada recebidos por um membro da família, no cálculo da renda mensal familiar per capita, para concessão do benefício para outro integrante. O autor é o Senador Flávio Arns, que também se encontra presente e a Relatora é a Senadora Serys Slhessarenko.

Com a palavra, a Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Srª. Presidente, Srs. Senadores. Eu vou tentar abreviar, mas em sua justificação, nosso querido Senador Flávio Arns, autor da proposta, lembra que a Lei nº 10. 741 de outubro de 2003, conhecida como Estatuto do Idoso, no parágrafo único do art. 34, determina que o benefício já concedido a qualquer membro da família nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social, não será computado para os fins de cálculo da renda familiar per capita para concessão do benefício assistencial às pessoas idosas, o que justificaria a extensão dessa possibilidade também aos deficientes físicos.

Assim, na prática, pelo menos para os idosos, foi corrigida a distorção que permitia incluir o benefício assistencial no cálculo da renda familiar necessária para a obtenção de similar benefício por outro membro da família. Portanto, a proposta em análise se aprovada,

irá estender aos deficientes físicos o mesmo procedimento já consagrado ao Estatuto do Idoso.

O Projeto de Lei é de absoluto mérito indiscutível, mas vale lembrar que, devido ao estabelecido no parágrafo 5º, do art. 195 da Constituição Federal, nenhum benefício ou seguridade social poderá ser criado sem identificação da correspondente fonte de custeio. Também a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 24, estipula que nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido, sem a fonte de custeio total. Desta forma, acreditamos ser necessário que a Comissão de Assuntos Econômicos se manifeste, sobre os impactos econômicos advindos com a possível aprovação dessa proposição.

Do exposto, recomendamos que o Projeto de Lei do Senado nº 334 de 2005, seja encaminhado para análise preliminar da Comissão de Assuntos Econômicos, para que aquela Comissão se pronuncie sobre os impactos econômicos da proposição e, posteriormente, retorne a essa Comissão para conclusão de tramitação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Esse é o voto da Senadora Serys Slhessarenko em discussão o Projeto. Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Srª. Presidente, eu gostaria de ponderar algumas coisas com a Senadora Serys Slhessarenko, porque este Projeto de Lei não cria qualquer figura nova dentro dos benefícios que podem ser concedidos para a pessoa com deficiência, bem como não aumenta despesas também.

O que acontece com o benefício chamado BPC, Benefício da Prestação Continuada? Que é aquele salário-mínimo da pessoa com deficiência e da pessoa idosa, isto já está previsto na Constituição e já está regulamentado pela LOAS, pela Lei Orgânica da Assistência Social.

O Ministério da Previdência, antes e atualmente é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ele fez uma interpretação, que eu diria equivocada, em prejuízo da pessoa com deficiência. Qual que foi a interpretação? Uma família tem dois filhos com deficiência, ou três filhos, ou quatro filhos com deficiência, como a gente sabe que acontece em famílias pelo Brasil. Não é um número grande, felizmente, e inclusive a gente tem que melhorar essa questão da genética clínica no SUS, que é um outro projeto de lei.

De qualquer forma, tem famílias que têm vários filhos com deficiência e , quando o primeiro filho recebe o benefício do salário-mínimo, da Prestação Continuada, isso, o Ministério passa a considerar renda e, tendo renda, foge daquele critério que é ¼ do salário-mínimo. Eu, inclusive já discuti com o Ministro, com a Secretária Executiva Márcia Lopes, que concordam com o argumento, porque eles poderiam internamente, podem internamente, não precisa de lei; eles poderiam internamente mudar só o critério, dizendo: "olhe, isso é benefício, não é renda, é benefício". Porque benefício? Porque a cada dois anos tem que rever, tem que ver se a condição continua a mesma e tal.

Então, não é benefício novo, a Lei Orgânica já estabelece o critério. Eu diria que é um equívoco do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e, com esse equívoco em reuniões havidas eles concordam. Então, é o decreto que precisa ser mudado, mas sabe como é essa burocracia federal. Já falamos, já discutimos e tudo...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Eu também. Eu gostaria só de um aparte, Senador?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pois não.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Dizer que eu sou totalmente favorável ao seu Projeto, absolutamente favorável, inclusive, meu parecer é favorável. Mas houve uma intervenção tão forte do Ministério, no sentido de que precisa passar pela Comissão de Assuntos Econômicos, sob pena então, de reverter a coisa. Como eu não quero que reverta eu quero que seja aprovado, a gente está pedindo esse tempo para passar por lá, para ver se a gente consegue fazer esse acerto para aprovar esse projeto o quanto antes.

Eu sou totalmente favorável. Não passa a idéia aqui, de que eu sou contra, ao contrário, eu estou tentando, porque o Ministério, por mais que eles tenham lá, internamente, que são favoráveis, mas não hora de realmente conseguir fazer a coisa, depois acaba sendo vetado, o que eu acho que é muito pior.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas eu diria o seguinte, a pessoa que fez esse posicionamento para V. Exª., e eu sei que V. Exª. é favorável, está claro no relatório, vê o mérito, e é simplesmente um equívoco do Ministério. Essa pessoa que fez esse posicionamento, eu acho que infelizmente tem que parar no Brasil do Ministério não decidir, quer dizer, aquele negócio de empurrar com a barriga: "Não, vamos empurrar para a Comissão de Assuntos Econômicos, porque demora mais, a gente não vai precisar discutir, não vamos tomar posição...". Enquanto isso, as famílias ficam sendo prejudicadas.

Então, esse negócio de "empurrar com a barriga" a Assessoria do Ministério que querem empurrar para Comissão de Assuntos Econômicos para não tomar a decisão, eu acho que isso não deve acontecer. Eu

acho que é um assunto, não que seja... A pessoa do Ministério tem que ver que o benefício não está sendo criado, não está sendo aumentada a despesa, e que o Ministro, a Secretária Executiva Márcia Lopes, o Jurídico, todo mundo já reconheceu que é um equívoco. Nem precisaria da lei para isto.

Nós estamos, assim, forçando uma situação para que as famílias que têm dois, três, quatro filhos de deficiência não sejam prejudicadas com o benefício de um... Quer dizer, a Constituição e a LOAS, V. Exª. sabe, dá o salário-mínimo para pessoa com deficiência carente, incapaz para o trabalho. Ora, se a família tem três filhos com deficiência, eu até diria que deveria até ter mais do que um salário-mínimo, porque três filhos com deficiência, carentes, incapazes para o trabalho, os gastos, as despesas dessa família são muito maiores, a mãe nem trabalha muitas vezes, o pai tem alguma dificuldade também.

Então, o apelo que eu faço para a Senadora Serys, é no sentido de não dar ouvidos à Assessoria, e nós realmente corrermos o risco - que eu tenho certeza que não vai acontecer, porque o Ministro já garantiu, se o Ministro garante, não vai ser a Assessoria que vai dizer alguma coisa diferente do Ministro. Quer dizer, o Ministro e a Secretária Executiva concordam com esse ponto de vista, e eu faço um apelo para não procrastinarmos: "e vai lá para Comissão de Assuntos Econômicos, no ano que vem a gente rediscute isso, na Comissão de Assuntos Sociais".

Então, eu faço esse apelo para a Relatora, para que dê o mérito, como está dando o mérito mesmo nesse valor, e vamos correr risco aqui, porque eu tenho a palavra do Ministro nessa direção.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Eu queria só dar um esclarecimento, Srª. Presidente, a gente pode correr o risco, mas eu acredito que correr o risco é que vai procrastinar, até porque, há uma pressão grande sobre o Ministério da Fazenda, sobre o Ministério de Desenvolvimento. Há uma pressão sim.

Ontem, eles conversaram muito conosco, tanto um quanto outro, dizendo que eles precisam ter o impacto que causará, para que eles possam realmente se organizar e fazer com que a coisa aconteça. E também, segundo eles diziam, não adianta aprovar e depois não ter as condições.

Então, eles querem ver o impacto para que se aprove e se aplique imediatamente, o que eu achei plausível. O que a gente pode fazer, eu diria, é diante das informações - pelo menos as que eu tenho - tanto de um, quanto do outro Ministério é de que a gente ao mandar para CAE, a gente converse com o Presidente da CAE, para que ele designe uma relatoria imediata e a gente possa fazer o Projeto retornar, não o ano que vem Senador, mas dentro de uma ou duas semanas no máximo. Acredito que seria ...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Concede-me, um aparte Senadora?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Essa a forma mais rápida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senadora Lúcia Vânia com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Olha, eu gostaria de saber, Senadora Serys, se as ações que o Governo Federal lança, me parece hoje, a respeito do benefício da ação continuada para pessoa portadora de deficiência, se não estaria incluída nessa posição defendida pelo Senador Flávio Arns?

É importante a gente saber, porque hoje a imprensa coloca que o benefício será alterado para facilitar a que outras pessoas possam usufruir desse benefício, uma vez que há uma limitação que tem dificultado muito, principalmente pessoas portadoras de deficiência. Eu acho que seria interessante se informar com o Governo se...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Porque isso está acontecendo exatamente nesse momento, a gente daqui vai ter acesso e vai saber o que está acontecendo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Paulo Paim, desculpa, Senador Flávio Arns. Eu pensei que V. Exª. já tinha concluído.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Na verdade eu tinha concluído, mas só que diante da ponderação da Senadora Lúcia Vânia, que já foi Secretaria Nacional de Assistência Social, naquela época seria o equivalente ao Ministério de hoje, que de fato, a minha posição é no sentido de que a gente não mande para a Comissão de Assuntos Econômicos, não dê ouvidos para: "não, o excepcional tem que esperar o cálculo do Ministério da Fazenda". Não tem cabimento isto, se o direito está previsto na Constituição e na lei.

Eu acho que nós temos que parar com este argumento de que a Fazenda diz não tem dinheiro, tem dinheiro para 500 cargos em comissão, mas não tem dinheiro, para dar o dinheiro para uma família que tenha três filhos excepcionais? Quer dizer, o que é mais importante? Dar para a família que têm três filhos excepcionais, ou criar 500 cargos em comissão em vinte situações diferentes? É um argumento furado do Ministério da Fazenda que a sociedade brasileira não pode aceitar.

Eu acho que nós estamos aqui na Comissão de Assuntos Sociais para garantir a cidadania. Mas diante da informação da Senadora Lúcia Vânia, eu até queria sugerir para a Senadora Serys, que a gente... Porque se não a gente teria que pedir verificação também de votação, mas que retirasse de pauta, que esperasse para ver que anúncio é esse que o Presidente vai fazer hoje, para ver se isso está previsto e, que retorne para semana que vem para a gente possa dar por encerrado esse processo aqui no Senado e mandar para a Câmara para cometer uma tremenda injustiça de interpretação da lei.

Não é de criação de despesa, uma tremenda injustiça de interpretação da lei, e que vem em prejuízo da pessoa com deficiência.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Só um esclarecimento, Senadora. É que houve toda uma reunião depois de todas as tentativas de entendimento com os dois Ministérios, houve reunião com a Assessoria do Senador, e houve concordância, inclusive da Assessoria, que esse seria o melhor caminho, quer dizer, aí fica difícil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Paulo Paim com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Senadora Patrícia Saboya, eu acompanho esse tema há muito tempo, e eu diria que essa questão nós já resolvemos em relação ao idoso, que é o mesmo quadro e nós resolvemos lá, então, lá no idoso foi assegurado para não ter mais essa discriminação que ainda existe a pessoa com deficiência.

Numa outra oportunidade aqui também, Senador Eduardo Azeredo, relator, chegamos no fim no entendimento de um projeto semelhante a este, foi votado e foi para a Câmara, semelhante, não idêntico. Eu acho que o do Senador Flávio Arns está mais completo, mas o que eu quero mesmo dizer é que eu me preocupo muito, porque todos os projetos de repercussão social acabam indo para a Comissão de Economia. Daqui um pouco a Comissão de Assuntos Sociais perde, digamos, a sua razão e a sua força, porque o recurso é sempre para a Comissão de Economia.

Eu até vou falar com o meu amigo Senador Aloizio Mercadante, que é Presidente daquela Comissão, porque ele é que está pagando a conta, o pessoal todo está dizendo: "Bom vai para onde esse projeto que tem alcance social? Vai para a economia". Na Economia tranca, e como você disse muito bem, o ano que vem, quem sabe, a gente discute.

Eu não me lembro um projeto de alcance social que nós tenhamos aprovado aqui, que não foi de uma forma ou de outra, com recurso no plenário de alguma forma para a Comissão de Economia. Eu fico com essa preocupação, até em defesa do Senador Aloizio Mercadante, que é um companheiro comprometido que eu sei, com as questões sociais. Mais uma vez mandaram para o Senador Aloizio Mercadante o problema.

Eu acho que nós aqui poderíamos votar. Bom, se houver recurso para a Comissão de Economia, houve. Eu acho até que vai estar contemplado no anúncio de hoje, eu vou além: como eu sei que algo semelhante já foi para a Câmara, eu acho até que está contemplado. Eu não veria nenhum problema de nós votarmos o projeto, votarmos o projeto ...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – E o parecer da Senadora Serys...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Mas a Senadora Serys teria que rever o seu parecer, esse é o apelo que nós estamos fazendo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Primeiro, o parecer da Senadora Serys Slhessarenko era pela aprovação. Com o apelo que ela recebeu dos Ministérios, ela fez um novo, que foi entregue hoje, um novo parecer que remete a audiência a Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, na verdade, agora nós só poderíamos retirar, por exemplo, o projeto com o consentimento da Relatora, ou então votarmos o parecer ...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Só queria um esclarecimento, o Senador me parece que fez uma proposta da gente esperar para ver as medidas de hoje, porque eu fui convidada, mas não tive tempo de ir lá, porque eu estou aqui na CCJ.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Seria retirar e voltar na próxima semana.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Retira hoje para ver as decisões de hoje, e volta na próxima semana.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Eu acho que de qualquer sorte, pela opinião do Senador Paulo Paim, Senadora Lúcia Vânia e o próprio Senador Flávio Arns, a nossa intenção é pôr em votação. Se o projeto que o Governo vai apresentar hoje coincide com o nosso, por que nós vamos abrir mão da autoria de um Senador em apresentar essa proposta? Abrir mão dessa autoria e entregar na mão do Governo, se ele já está com muito mais tempo, que é um Senador do PT, se ele está a muito mais tempo trabalhando e lutando para aprovar esse Projeto? Então, se coincidir, ótimo.

Parabéns pelo Governo e para o Senador Flávio Arns, mas acho que nós não deveríamos abrir mão dessa prerrogativa, dele ser o idealizador dessa idéia e do Projeto. Eu acho que nós deveríamos colocar em votação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Pois não. Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senadora Patrícia Saboya, caras Senadoras e caros Senadores, eu ando preocupado com esse tipo de...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu ando preocupado com esse tipo de encaminhamento que nós temos aqui, nada contra a Senadora Serys Slhessarenko.

Eu acho que se o Ministério tivesse alguma contribuição a aduzir a esse Projeto, teria remetido para que discutíssemos a contribuição aqui nessa Comissão, eu acho até uma falta de respeito. Falta de respeito de um Ministério que deve se dar ao respeito: dois Ministérios. Um absurdo um negócio desses.

Se tiver alguma contribuição que tenha que ser aduzida e discutida nesse Projeto que seja encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais, aqui que é o quorum adequado para se discutir uma questão como essa. O fato de sugerir à Relatora do Projeto que encaminhe o projeto à Comissão de Assuntos Econômicos, é porque de fato a intenção é meramente protelatória, Senadora Patrícia Saboya.

Então, eu acho um absurdo que isso se repita constantemente, principalmente nessa Comissão. O Senador Paulo Paim tem razão, daqui a pouco vamos esvaziar essa Comissão, Senadora Patrícia Saboya, e não podemos permitir que isso ocorra, não podemos permitir que isso ocorra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senador Geraldo Mesquita, eu quero aproveitar e dizer como Presidente da Comissão, e dizer que isso tem sido realmente uma prática na Comissão de Assuntos Sociais. São projetos que dizem respeito a esta Comissão, mas quando eles geram determinada polêmica, geralmente eles são encaminhados à Comissão de Assuntos Econômicos.

Inclusive, o nosso projeto, Senador Paulo Paim, para minha surpresa, o de licença-maternidade, o Senador Aloizio Mercadante, inclusive está querendo pedir para a Comissão de Assuntos Econômicos, mas isso não depende apenas da Presidente, isso que eu queria deixar muito claro, porque é difícil, eu não posso, quando tem um pedido de um Senador para que seja encaminhado... Eu quero aqui defender a Senadora Serys, porque eu sei a situação.

Ela é companheira de Partido tanto do Senador Paulo Paim, quanto do Senador Flávio Arns, é uma pessoa que tem demonstrado a sua solidariedade dentro do Partido, mas recebeu um apelo, que muitas vezes foge da sua possibilidade até de decisão aqui na Comissão. Eu acho que é o momento também, já que esse assunto está em pauta, de cada membro da Comissão refletir sobre isso e da importância que a gente mantenha; inclusive, o prestígio que deve ter a nossa Comissão de Assuntos Sociais, realmente correndo risco de que todos os projetos que têm mérito nessa Comissão sejam encaminhados a outras Comissões.

O que acaba protelando alguns projetos e alguns realmente quando há um interesse mais forte do relator, eles acabam ajudando nessa tramitação - que eu tenho certeza que vai ser como a Senadora Serys pretende fazer - mas àqueles que não se interessam tanto pelo projeto acabam deixando parado. Como disse o Senador Flávio Arns e todos os outros Senadores, isso acaba, muitas vezes, durando de um ano para que a gente consiga novamente votar esse projeto.

Eu acho que para que isso acabe a todos nós, que somos membros desta Comissão devemos fazer essa análise criteriosa, até para mantermos essa Comissão como uma Comissão que sempre teve ...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – A senhora se me permite só uma frase?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Pois não, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só uma frase, não é nenhuma fala. Para ter uma idéia, tem um projeto que trata da organização sindical, aprovado por unanimidade aqui: foi para onde? Comissão de Assuntos Econômicos. Só isso.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Eu gostaria também de registrar, de fazer uma reclamação, confirmando o que vocês aqui estão dizendo que essa Comissão é uma Comissão consolidada, respeitada no Brasil inteiro, que tem uma pauta pesada de assuntos importantes. Não deixem acontecer aqui o que estão tentando fazer com a Comissão de Agricultura. Tem dias na pauta, que tem dois, três, projetos, às vezes um.

Fizemos um levantamento aprofundado no Congresso Nacional, e achamos 64 projetos ligados ao agronegócio que estavam passando ao léu da Comis-

são de Agricultura. Nós estamos pedindo ao Presidente do Congresso que traga esses projetos de mérito da agricultura para a Comissão afim.

Então, nós temos que realmente ter muito cuidado com relação às intenções no sentido de enfraquecer e diminuir as nossas Comissões, que são muito importantes para o Senado e para o Brasil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Eu agradeço a Senadora Kátia, por mais essa ...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Senadora, eu vou pedir a retirada de pauta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Bom, retirada de projeto, retirada de pauta. Queremos agradecer à Senadora Serys pela compreensão.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Eu queria justificar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Pois, não.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Com dois problemas de dois Ministérios e, com concordância da Assessoria do Senador Flávio Arns, para que este fosse o procedimento, fica muito difícil da gente se movimentar de outra forma.

Eu peço a retirada de pauta, e nós vamos estudar e ver como vamos apresentar o nosso parecer na próxima.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Eu agradeço, Senadora Serys Slhessarenko, pela compreensão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Por isso que eu até justifico, que de fato o Partido faz reunião dos assessores uma vez por semana, e nem sempre o ponto de vista do Assessor coincide com o ponto de vista do chefe.

Então, o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome concorda, Secretária Executiva concorda e não tem nada que Ministério da Fazenda, interferir num processo que é específico da Comissão de Assuntos Sociais.

Então não é lei, não é mudança da lei, não é criação de despesa nova. É a correção, simplesmente de uma interpretação equivocada e que vem prejudicando todas as famílias do Brasil, que tenham mais de um filho com deficiência, o que, aliás, como o Senador Paulo Paim, já colocou, foi corrigido no Estatuto do Idoso e teria que ser corrigido aqui também. E a razão principal disto, é que hoje o Presidente também está assinando o decreto, vamos ver o que está acontecendo nesse decreto.

Concordo com toda a argumentação da Senadora Kátia Abreu. Eu acho que, se é para discutir um assunto econômico de um projeto de assuntos sociais, vamos discutir isto aqui por que não discutir aqui, na Comissão de Assuntos Sociais? E não ficar empurrando com a barriga e mandando para outras Comissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Obrigada, Senador Flávio Arns. Portanto, retirado o Item nº 03 da pauta.

Nós agora vamos para o Item nº 06, que é uma decisão não terminativa. É o Projeto de Lei da Câmara de nº 27 de 2004, que altera a Lei nº 9.425, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às vítimas do acidente nuclear ocorrido em Goiânia, Estado de Goiás. O autor é o Deputado Sandes Júnior e a Relatora é a Senadora Lúcia Vânia, com o parecer favorável na forma do Substitutivo que apresenta.

Portanto, eu concedo a palavra a Senadora Lúcia Vânia para proferir seu relatório.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2004, de autoria do Deputado Sandes Júnior, tem como objetivo estender aos membros das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, benefício de pensão especial concedido às vítimas do acidente do Césio 137, ocorrido em Goiânia, capital do Estado, que durante este mês completou vinte anos.

ANÁLISE: O dia 13 de setembro de 1987, ficará para sempre marcado na História do Brasil e, mais especificamente, do Estado de Goiás. Foi nesta data que teve início, na capital do Estado, o maior acidente nuclear do País, considerado um dos mais graves do mundo pelo número de pessoas expostas. Ele é considerado o terceiro mais grave, ficando atrás apenas dos acidentes de Harrisburg, nos Estados Unidos e de Chernobyil, na Ucrânia, quando morreram oficialmente 31 pessoas, embora se estime que milhares tenham sido contaminadas.

A cápsula que continha o cloreto de césio foi apanhada no terreno da esquina das Avenidas Tocantins e Paranaíba, onde funcionava a Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, por catadores de sucata e papel, em uma sala sem porta e sem janelas em local de fácil acesso, e levada para o ferro velho na Rua 57, onde, no dia seguinte, foi aberta a golpes de marreta.

Algumas centenas de curies de Césio 137 foram derramadas em um pequeno pedaço de tapete colocado sobre o solo nu, à sombra de duas mangueiras. A pedra de Césio 137 foi dividida e os pedaços presenteados a amigos e parentes do proprietário, espalhando a contaminação por vários pontos da cidade. Somente vários dias depois a tragédia foi detectada pelas autoridades sanitárias e as providências foram, então, tomadas para controlar a situação.

As vítimas de maior gravidade foram internadas de imediato em alguns hospitais da cidade, depois, porém, a equipe decidiu reuni-las no Hospital Geral de Goiânia. As pessoas irradiadas com menor gravidade ficaram na FEBEM e no Estádio Olímpico. O evento repercutiu em todo o País com grandes atitudes de solidariedade, mas também de discriminação contra Goiás e contra os goianos.

Falava-se em radioatividade nas pastagens, no leite, nos tecidos e calçados e seus produtos não podiam ser exportados. Hotéis em outros Estados negavam-se a receber goianos e cancelaram congressos, shows e outros eventos programados para a cidade. Os pacientes, em Goiânia, tiveram inicialmente náuseas, vômitos, tonturas, cefaléias, formigamento na pele e diarréias, surgidos alguns minutos ou horas após o contato com o material.

A síndrome aguda com depressão da medula óssea ocasionou quatro óbitos, por infecção ou hemorragia. Os efeitos das radiações são sempre maiores nas células com maior atividade mitótica ou menor grau de diferenciação, como as da pele, do intestino e dos órgãos hematopoiéticos. As lesões deixaram seqüelas importantes em grande número de vítimas inocentes que, inadvertidamente, estiveram em contato com o material radioativo.

Para minorar as conseqüências deletérias dessa tragédia o Congresso Nacional aprovou a Lei n° 9.425, de 1996. No entanto, ficaram excluídos dos benefícios legais muitos profissionais que tiveram papel fundamental no controle da situação à época, e colocaram em risco suas próprias vidas, para impedir que o problema se tornasse ainda pior com destaque para os membros das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, além dos funcionários do Consórcio Rodoviário Intermunicipal S.A.

O mérito do projeto de lei sob análise é corrigir um grande equívoco cometido contra esses verdadeiros heróis do nosso Estado de Goiás. Cabe assinalar, contudo, que o projeto traz alguns elementos redacionais que atentam contra a técnica legislativa, os quais são parcialmente sanados pelas emendas aprovadas na CCJ.

No mais, julgamos oportuno promover o reajuste dos valores das pensões, que estão congelados desde o ano 2000, quando a Unidade de Referência Fiscal foi atualizada pela última vez. Como as pensões são indexadas pela Ufir, a inflação corroeu significativamente seu poder de compra nos últimos sete anos, de modo que hoje a maior pensão não chega ao valor do salário mínimo.

No início da vigência da lei que instituiu a pensão especial às vítimas do acidente nuclear em janeiro de 1997, o valor máximo do benefício era de R$ 273,24, equivalente a mais que o dobro do valor do salário mínimo vigente à época. Propomos, dessa forma, que o valor da pensão seja equiparado ao benefício a ser concedido pela Medida Provisória nº 373, de 2007, às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórias.

Com efeito, na ocasião da votação dessa Medida Provisória a idéia foi muito discutida por todos os líderes partidários desta Casa Legislativa, quando apresentamos emendas de nossa autoria à Medida Provisória, no sentido de incluir as vítimas do acidente nuclear entre os beneficiários da pensão especial de que tratava a medida.

No entanto, durante a votação do Projeto de Lei de Conversão ficou decidido que o PLC nº 27, de 2004, constitui o instrumento mais adequado para disciplinar a concessão de pensões às vítimas do Césio 137. Destarte, oferecemos um substitutivo à proposição legislativa sob análise com o intuito de ampliar seu escopo, desburocratizar o acesso aos benefícios e corrigir os problemas de redação e técnica legislativa, incorporando os aperfeiçoamentos introduzidos pela CCJ.

Pretendemos, resumidamente, em nosso substitutivo, as seguintes alterações:

1. Modificar o caput e os incisos do art. 2º, da Lei nº 9.425, de 1996, para unificar o valor da pensão especial, suprimindo a gradação normativa e os diversos valores de pensão especial hoje em vigor. De fato, a realidade das vítimas do Césio 137, segundo incontáveis testemunhos que nos chegaram ao conhecimento é a de que a definição médico-científica do nexo de causalidade entre a contaminação pelo elemento radioativo e a seqüela física, contém uma impressionante carga de imprecisão e subjetividade, o que à toda evidência somente vem conferir um tratamento injusto do Estado, às pessoas que sofreram e continuam sofrendo em razão desse terrível mal.

2. Modificar o parágrafo único do art. 2º, para estabelecer o mesmo critério de atualização conferido à pensão especial dos hansenianos, sem dúvida alguma, mais justo e freqüente.

3. Ratificar a emenda da CCJ que altera o parágrafo único do art. 3º, modificando seu texto apenas para torná-lo mais claro e preciso, pois estamos explicitando que os servidores públicos de que trata o dispositivo, terão direito à pensão bastando para tanto, apresentarem laudo médico comprobatório de sua condição de vítima da radiação - o que abrange, também, a possibilidade alternativa de submeterem-se a exames comprobatórios, nos termos do parecer

aprovado na Comissão que analisou esta proposição anteriormente.

Vê-se, portanto, que a matéria apresenta inegável mérito. Este Senado Federal tem o dever de debruçar-se sobre esse assunto, que tanto comoveu os brasileiros do Sul ao Norte deste País e que hoje, às vésperas do vintenário do acidente nuclear continua sensibilizando a nossa já tão desiludida população.

Em virtude das considerações expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2004, na forma do seguinte substitutivo: Projeto de Lei da Câmara nº 27. Altera a Lei nº 9.425, de 24 de dezembro de 1996, para reajustar o valor da pensão especial concedida às vítimas do acidente nuclear ocorrido em Goiânia, Estado de Goiás e estender o benefício a todos os servidores e empregados públicos vitimados pelo acidente.

O Congresso Nacional decreta: art. 1º, os arts. 2º e 3º da Lei n° 9.425, de 24 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação: "art. 2º: A pensão especial terá o valor de setecentos e cinqüenta reais e será concedida: I - às vítimas com incapacidade funcional laborativa parcial ou total permanente, resultante do evento; II - às vítimas irradiadas ou contaminadas em doses superiores a cinqüenta Rads; III - aos descendentes de pessoas irradiadas ou contaminadas que nascerem com alguma anomalia em decorrência da exposição comprovada dos pais ao Césio 137; IV - às demais pessoas irradiadas ou contaminadas, não abrangidas pelos incisos anteriores, sob controle médico regular pela Fundação Leide das Neves, a partir da sua instituição até a o dia 24 de dezembro de 1996, desde que cadastradas nos grupos de acompanhamento médico I e II da referida entidade. Parágrafo único: O valor da pensão especial será reajustado anualmente, conforme os índices concedidos aos benefícios de valor superior ao piso do Regime Geral de Previdência Social".

art. 3º Parágrafo único. "Os servidores e empregados públicos, civis ou militares, que foram expostos às radiações do Césio 137, terão direito à pensão de que trata o art. 1º desta Lei, desde que sua condição de vítima do acidente seja comprovada por meio de laudo médico". art. 2º. "Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação". Relatora Lúcia Vânia.

Eu gostaria de informar aos meus pares aqui presentes, que por ocasião da votação da Medida Provisória que concedia pensão aos hansenianos, ficou estabelecido por acordo de liderança, com o apoio da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Romero Jucá, que esse projeto teria aprovação do Governo. Portanto, eu gostaria de vê-lo aprovado nesta Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – (interrupção no áudio) Senadora Lúcia Vânia, em discussão a matéria, se alguém deseja discutir.

Senador Flávio Arns para discutir a matéria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero dizer que concordo inteiramente com o mérito de matéria, com o relatório também apresentado pela Senadora Lúcia Vânia.

Eu só queria perguntar uma questão de redação somente, que a ementa da lei diz: "para reajustar o valor a pensão especial concedida às vítimas". Será que a palavra "especial" não seria interessante constar do art. 2º também? A "pensão especial terá o valor", porque esta expressão "especial", para inclusive dirimir a dúvida do outro projeto de lei que a gente discutia antes; para não acontecer da pessoa ter uma pensão e alguém dizer que não poderá receber a pensão especial, ou perder a outra pensão por ter uma pensão... Não pode ter duas pensões. Então, é uma pensão especial.

Eu acharia assim, para um reforço, "a pensão especial terá o valor de 750 reais".

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu acato aqui a sugestão do Senador Flávio Arns.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Seria como uma Emenda de Redação.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Eu vou só retificar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Em discussão à matéria, os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. O Projeto vai à Secretaria Geral da Mesa.

O requerimento da Senadora Fátima Cleide, o Item nº 11. É requerimento nº 52 de 2007 da CAEs, autores Senadora Fátima Cleide e Senadora Ideli Salvatti: "Requeiro, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de ouvirmos o Sr. Francisco Danilo Bastos Forte, Presidente da Fundação Nacional de Saúde, para debater com os Srs. Senadores o PAC/FUNASA, que deverá beneficiar 15 milhões de famílias em mais de mil municípios em todo o país.

Serão investidos aproximadamente R$ 4 bilhões, sendo R$ 280 milhões para atender 90% das comunidades indígenas com esgotamento sanitário e água tratada e, R$ 180 milhões para os quilombos já legalizados. Outros R$ 3 bilhões serão aplicados em cida-

des com até 50 mil habitantes e alto índice de mortalidade infantil".

Em discussão à matéria, o requerimento da Senadora Fátima Cleide. Para discutir, a autora Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Srª. Presidente, Srs. Senadores e Srªs. Senadoras. Eu só queria solicitar a esta Comissão a aprovação deste requerimento, porque entendo ser urgente a vinda do Presidente da FUNASA até esta Comissão, uma vez que nós precisamos nos inteirar melhor do que significa o Programa de Aceleração do Crescimento na Área do Saneamento, uma vez que está um desenho muito bonito o PAC da FUNASA.

Previsão de atender 239 municípios com maiores índices de mortalidade infantil, atender a comunidade quilombolas, atender também o saneamento rural, cidades com até 50 mil habitantes. Mas nós temos alguns questionamentos a levantar também, do interesse de conhecer melhor e difundir melhor o que é a PAC da FUNASA.

Portanto, eu acho muito importante que nós tenhamos a presença aqui, de preferência o mais rápido possível, do Presidente da FUNASA, para que as nossas dúvidas sejam esclarecidas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Obrigada, Senadora Fátima Cleide. Com a palavra, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Srª. Presidente, eu me manifesto também favorável ao requerimento, como oportunidade de nós podermos ver se esse PAC também não é apenas mais uma promessa, mais uma ação mais de marketing.

O que nós estamos vendo é que o PAC está empacado, ele tem não tem andado mesmo, não. São poucos os PACs... Agora têm vários PACs, tem PAC daqui, PAC de cá, PAC de lá, e na verdade, a efetividade dele é pequena.

Então, é uma boa oportunidade. Eu concordo com a Senadora Fátima Cleide, vamos aprovar a vinda dos representantes da FUNASA para ver qual é a perspectiva de efetividade, me preocupa, isso: que vai acontecer de fato, ao invés apenas de mais um plano.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Obrigada, Senador Eduardo Azeredo. Não havendo mais quem queira discutir o requerimento. Em votação. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Srs. e Srªs. Senadoras, nós agora só temos projetos terminativos, mas infelizmente não temos ainda o quorum suficiente para votar esses projetos, portanto, eu declaro encerrada a presente sessão. Senador Flávio Arns a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Antes de V. Exª. encerrar, a Senadora Lúcia Vânia é autora do Item nº 01 da pauta, sobre a questão de transplantes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Que foi retirado de pauta.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Inclusive, esse assunto vem sendo bastante debatido e, a Assessoria da Senadora Lúcia Vânia vai apresentar um requerimento de Audiência Pública, porque o Senador Augusto Botelho e eu próprio, nós tínhamos também uma sugestão para realizar uma Audiência Pública trazendo as autoridades desse assunto.

Nós vamos assinar em conjunto para convergir para o mesmo grupo também, e fica mais tranqüilo nesse sentido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PSB-CE) – Eu agradeço a V. Exª.

Está encerrada a presente sessão, muito obrigada a todos.

(Sessão encerrada às 12h13.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata da 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 13ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de setembro de 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Valdir Raupp, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Neuto De Conto, Adelmir Santana, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma e Cícero Lucena reúnem-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Rosalba Ciarlini e Augusto Botelho

que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão e à Subcomissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. A presidência inicia a 1ª parte da reunião com a deliberação da pauta. **Item 01: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 018/07-CE ao nº 001/07 – SCTMC** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Marisa Serrano que, "Em aditamento ao Requerimento nº 018/2007 – CE e nº 01/2007 – SCTMC, aprovado nesta Comissão em 11 de abril de 2007, e na Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, no dia 17 do mesmo mês e ano, com o objetivo de realizar Audiências Públicas para debater a Pirataria na Indústria Audiovisual, especificamente nas áreas de cinema, vídeo e música, requeiro, nos termos regimentais que, além da primeira Audiência, a segunda e, se necessário, as posteriores, também sejam em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte". O aditamento é aprovado. Prosseguindo a reunião, inicia-se a Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 018-CE de 2007 e nº 001-SCTMC de 2007 e Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 018-CE, de 2007 e nº 001 – SCTMC, de 2007, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Marisa Serrano, que tem como objetivo discutir o Ante-Projeto de Lei referente à Pirataria na Indústria. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Clayton Wilson Jorge, Advogado da Associação Antipirataria Cinema e Música – APCM; Senhor Ricardo Pimenta, Presidente da Associação Brasileira de Videolocadoras – ABV; Senhor José Henrique Vasi Werner, Membro da Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial – ABAPI e Senhor Manoel Antonio dos Santos, Diretor Jurídico da Associação Brasileira das Empresas de Software - ABES. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns e Marisa Serrano, autores do Requerimento, Geraldo Mesquita Júnior, Romeu Tuma e Marco Maciel. A Senhora Senadora Marisa Serrano sugere que os setores convidados para as Audiências Públicas, enviem sugestões por escrito a esta Comissão, com críticas e sugestões ao Ante-Projeto de Lei elaborado pela Comissão, ora em debate. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 13ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas. Os Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Nesta Primeira Parte da Sessão, para atender o que determina o Regimento Interno do Senado Federal, coloco em votação o aditamento nº. 001 da Comissão de Educação ao Requerimento nº. 018/07 desta Comissão. E também em votação o aditamento nº. 001 da Subcomissão de Cinema, Teatro e Música ao Requerimento nº. 001/07, também desta Subcomissão, que propõe a realização, havendo necessidade de outras Audiências Públicas destinadas a debater a pirataria na indústria, em conjunto entre a Comissão de Educação e a Subcomissão. Então eu ponho em votação esses aditamentos que propõem a gente fazer Audiências conjuntas da Comissão inteira de Educação com a Subcomissão de Cinema, Teatro e Música. Os Senadores membros da Comissão de Educação que aprovarem o aditamento permaneçam como estão. Está aprovado. Os Senadores membros da Submissão de Cinema que aprovarem permaneçam como estão. Está aprovado.

Esta Reunião, especificamente, atende a Requerimentos e aditamentos de autoria da Senadora Marisa Serrano e do Senador Flávio Arns para realização desta Audiência Pública, destinada a discutir o Anteprojeto de Lei referente ao fim da pirataria na indústria brasileira.

Dando início à Audiência Pública, solicito ao Secretário Júlio Linhares que acompanhe os convidados para que tomem assento à Mesa.

Eu, dando início à Audiência, começo pelo Sr. Dr. Cleiton Wilson Jorge, que é Advogado da Associação Antipirataria de Cinema e Música.

Dr. Cleiton, vamos dar 15 minutos, aí toca uma campainha automaticamente. Está bem? Para que possa haver um debate maior.

SR. CLEITON WILSON JORGE – Está ótimo. Bom dia ao Senador Cristovam Buarque, em nome de quem eu saúdo a todas as autoridades presentes.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao convite feito à APCM.

Eu trouxe uma apresentação, até para mostrar o que é a Associação, o nosso trabalho, e em que nós podemos contribuir com o trabalho da Comissão e com os trabalhos do Senado.

A APCM é uma associação que foi criada este ano. O combate à pirataria de filmes e música já existe a mais de 20 anos no Brasil, e esse combate era feito separadamente pela indústria de cinema e pela indústria de música. E a partir deste ano, até em virtude da pirataria crescente que vem existindo no Brasil por conta do DVD, existiu uma fusão entre essas duas indústrias, a de cinema e de música, então a APCM representa esses dois setores no combate à pirataria.

Entre os nossos objetivos, além de representar os nossos associados, é também auxiliar o Estado Brasileiro. Nós não vemos o Estado como um balcão de reclamações em que nós vamos pedir operações ou ações de combate à pirataria; nós também estamos aqui para contribuir, no que for necessário, no que for possível e no que a lei nos permitir.

Dentro dessas contribuições, estão as pesquisas de mercado, que são importantes para a gente ver o tamanho da pirataria no nosso País, promover intercâmbio entre a iniciativa privada e o Poder Público, projetos especiais que nós desenvolvemos, inclusive, um projeto em São Paulo, chamado Projeto Escola, com a Câmara Americana de Comércio, que vem de encontro aqui com a Comissão de Educação, é um projeto em que nós levamos o conceito de propriedade intelectual aos alunos. Nós sabemos que a repressão tem que existir, mas a educação é importante para que esse combate, em longo prazo, tenha efeitos.

Eu trouxe alguns índices de mercado para a gente entender um pouco o problema da pirataria nos setores de música e de cinema. O setor de cinema sofre muito com a pirataria. Hoje, de dez DVDs vendidos, seis são piratas. Isso causa um prejuízo de cerca de 200 milhões, na realidade são 200 milhões de dólares por ano ao setor. Isso sem contar as locadoras.

Aqui nós temos um representante das videolocadoras. Esse é um número que nós temos das distribuidoras, da indústria, mas, sem dúvida, quem perde muito também são as locadoras, é o pequeno empresário da cidade, que pode ser o nosso parente, o nosso vizinho, o nosso conhecido, que ou vai fechar as portas ou vai ter que demitir pessoas, por conta da pirataria, porque não consegue, realmente, fazer frente a esse crime.

20 mil empregos perdidos ao longo dos últimos anos em distribuidoras, em redes de comércio, em locadoras. Centenas de locadoras fechadas em todo o País, como eu já disse.

E eu acho que um dos itens principais é que a pirataria desestimula o investimento nos filmes brasileiros. No ano passado, o filme mais pirateado no Brasil: "Dois Filhos de Francisco". Este ano: "Tropa de Elite". Então a gente vê que o produto nacional, o filme brasileiro é produto ótimo, é um produto excelente, e o pirata trabalha com a demanda de mercado.

O "Tropa de Elite" teve uma pirataria muito grande, mais de três milhões de pessoas já viram o filme, e ele estreou esta semana no Festival de Cinema do Rio de Janeiro. Esse até foi um caso interessante, nós conseguimos chegar à pessoa que vazou o filme, e essa pessoa foi presa e hoje em dia responde a inquérito policial.

Mas a gente tem que... Fazendo um combate à pirataria, nós também vamos defender a cultura nacional, o cinema nacional. Porque nós entendemos que o cinema nacional nada mais é do que o espelho da nossa nação, e nós não queremos que esses investimentos diminuam no cinema nacional.

No mercado fonográfico, algumas pessoas até entendem errado esse conceito de 40% dos produtos, que são CDs, são piratas. Por que a pirataria de CDs é menor do que a DVDs? Na verdade, a pirataria de música migrou para a Internet. Hoje em dia, a pirataria de música se concentra basicamente na Internet.

Então essas alterações legislativas que são propostas hoje aqui são interesses, porque abordam esse tema do mercado na Internet, que é importante, a gente tem que saber proteger o mercado na Internet também.

Existe uma estimativa de que, apenas no Brasil, são baixadas mais de um bilhão de músicas por ano, ilegalmente. É muito fácil se fazer o *download* de uma música e a tecnologia acabou facilitando a pirataria de música.

Também no mercado musical, o Brasil é *sui generis* no mundo: 80% da música consumida no Brasil são músicas de artistas brasileiros. Isso é um dado importante. No mundo todo, na maioria dos países não é assim. Na maioria dos países, a maior parte da música consumida vem dos Estados Unidos. No Brasil, não. 80% da música que é consumida no País, dos CDs, dos DVDs de shows que são lançados, são de artistas brasileiros.

Então, protegendo também esse mercado fonográfico, nós vamos proteger a cultura brasileira, porque as gravadoras, por conta da pirataria, elas investem menos em novos artistas e por aí vai.

Na pirataria de música, também, a gente vê a extinção de pontos de vendas. Antigamente, existiam as lojas de CDs. Hoje em dia, a gente não vê mais lojas de CDs. A gente compra CDs em supermercados, em Shoppings, em livrarias, mas as lojas de CDs, aquelas redes de lojas de CDs, elas estão realmente se extinguindo, por conta da pirataria.

Acesso à pirataria. A pirataria de filmes e músicas é feita no Brasil. O que vem de fora é o insumo, o DVD virgem e o CD virgem, até por conta da nossa língua. Se você trouxer já um filme pronto de fora, sem ele ter uma dublagem ou sem ele ter uma legenda em português, esse filme não vai ser comercializado no Brasil, porque a população, a maior parte da população não entende outro idioma a não ser o português. Então a pirataria é feita no Brasil. A mídia virgem, o CD e o DVD, vêm de fora.

Essa é uma das pesquisas que nós fizemos. É interessante notar que o perfil do consumidor pirata, de quem compra o produto pirata, quase 40% são jovens, que estão atrás dos últimos lançamentos, dos últimos lançamentos de filmes ou de músicas. Desse percentual, 56% são homens. Mas quando a gente passa para a Internet, quase 60% das pessoas que lidam com esse mercado virtual de se baixar filmes e músicas, ou até mesmo se comprar - Existem *sites* na Internet que nada mais são do que camelôs virtuais - quase 60% são jovens.

Então por isso que nós entendemos também que campanhas educativas são importantes. Porque esse jovem, hoje, que faz isso, ele pode, no futuro, vir a ser um músico, um cineasta. Ele tem que entender, lá na frente, que ele não pode violar os direitos de propriedade intelectual, porque lá na frente ele pode se prejudicado com isso. Ele pode ser um criador, no futuro, e ele não vai querer, certamente, que a sua obra seja disseminada sem a sua autorização.

A prioridade da APCM junto ao Estado, em curto prazo continua sendo a repressão. A gente entende que tem que existir a repressão em camelódromos, em lojas, em vias públicas.

O Conselho Nacional de Combate à Pirataria articulou muito bem os órgãos federais. A Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, a Receita Federal estão apreendendo muitos produtos nas entradas aqui do Brasil, nas estradas do Brasil. Quem conhecia a Aduana, de Foz do Iguaçu, há dois, três anos atrás, e for lá hoje, vai ficar espantado. Está muito melhor, hoje em dia. A entrada do produto está sendo muito mais controlada. Isso demonstra um comprometimento do Governo Federal.

Os Estados também. Já existem alguns Estados com Delegacias especializadas em combate à pirataria, o que facilita.

Nós entendemos que, agora, a esfera, o nível municipal também tem que se empenhar nesse sentido, principalmente nos camelódromos, nos ditos Centros Populares de Compras, que devem continuar existindo, sem dúvida. Se nós formos observar os termos de permissão de uso dessas pessoas que vendem esses produtos lá, são para produtos artesanais, produtos da região. Então essa pessoa tem que vender o que é permitido e não CDs e DVDs "artesanais", como nós costumamos dizer. Os caseiros. Tem que vender o produto que é permitido. E a Prefeitura tem que fazer essa fiscalização nesses locais, uma vez que é a Prefeitura que cede esse espaço público. Então o ente que cede tem que também fiscalizar.

Os fornecedores de matérias-primas, como eu disse, CDs e DVDs virgens que entram pela fronteira, no combate à pirataria, na repressão, nós conseguimos chegar poucas vezes, realmente, ao grande pirata, ao grande contrabandista. Muitas vezes nós estamos ali só na ponta do *iceberg*, que são os camelôs. É importante se chegar, realmente, nessas pessoas que trazem essas mídias virgens em grande quantidade no País.

E na Internet, continuar o monitoramento, a remoção desses produtos, e aperfeiçoar a Legislação no que tange à Internet.

Em médio prazo, que é o que nós estamos fazendo hoje aqui, aperfeiçoamento de Legislação, para que essa condenação também tenha um cunho educativo. As pessoas que sejam condenadas por pirataria, essa condenação desestimule outros a entrar na pirataria. Somente neste ano, no mercado de cinema e vídeo, nós já contamos com mais de cem condenações. Então existem condenações. É certo que as pessoas não ficam na cadeia por esses crimes. Existe essa condenação, mas isso a gente acredita que pode desestimular alguém que queira entrar para esse ramo, que é o um crime.

E em longo prazo, a educação. Nós capacitamos agentes públicos, sempre que requisitado, em todo o País. Nós estamos fazendo um trabalho com a FIESP de São Paulo em 15 pontos de fronteiras e portos de todo o Brasil. Lançamos na semana passada uma campanha, em Blumenau, que é a primeira cidade do Brasil sem pirataria. Então, sempre que requisitados, nós atendemos ao chamado do Estado para apoiar no que for necessário. E campanhas educativas, como eu disse a vocês, que nós entendemos que a educação, ela é um projeto mais em longo prazo, mas é necessária, tem que começar.

Nós estávamos com um *trailer* de cinema, há pouco tempo, quem foi ao cinema há pouco tempo deve ter visto esse *trailer* de cinema, em que o pai chegava em casa com um DVD pirata, dava ao filho, falava: "Olha, filho, o papai já comprou o DVD antes de sair na locadora. Está até no cinema e já tem o DVD, porque é um DVD pirata". O filho fica feliz, vê o filme. No dia seguinte, o filho volta da escola, fala: "Olha, pai, eu tirei dez na prova". "Que jóia, parabéns!" Ele fala: "Mas é um diz pirata, porque eu colei". Então que moral que esse pai vai ter de falar para o filho não fazer uma coisa errada, se ele dá essa demonstração errada dentro de casa? Então nós também temos campanhas em que ligamos, é óbvio, a pirataria ao crime, ao crime organizado, o que é uma realidade, mas mostramos também que combater pirataria é resgatar, realmente, valores morais e éticos na nossa sociedade.

E finalmente, apenas para reflexão, esse é um dado da Interpol, que é um dado alarmante, mostra que a pirataria já movimenta mais dinheiro que tráfico de drogas, no mundo. Por conta da baixa prioridade no combate em alguns locais, por conta da facilidade de se vender o produto pirata, já esta quase o dobro, hoje. Quase o dobro de movimento de dinheiro do que o tráfico de drogas. Isso no mundo.

E uma pesquisa, isso é importante também, porque muitos dizem que a pirataria gera empregos. Na realidade, existe uma pesquisa do Ministério da Justiça e da Unicamp que indica que, por causa da pirataria, o Brasil deixa de criar dois milhões de empregos formais por ano. Então não é certo a gente dizer que a pirataria, o camelô, aquela pessoa que vende o CD e o DVD pirata, ele tem um emprego. É um subemprego. Ele é explorado. Realmente, existem máfias por traz da pirataria, isso é bem delineado, ele recebe ali um salário que, muitas vezes, é menor do que ele ganharia se estivesse empregado em outra função. O que a gente consegue ver é a ponta do *iceberg*. Existe uma organização criminosa muito grande por trás.

E eu acho que, além de tudo isso, a pirataria também se liga com outros crimes, que muitas vezes são crimes até mais danosos à sociedade: Contrabando e descaminho, receptação, associação criminosa, estelionato, trabalho escravo.

Isso é uma realidade. Em São Paulo, na região do Brás, as pessoas que fazem pirataria de marcas de roupas usam bolivianos. São chineses que usam bolivianos para fazer esse trabalho. Então eles ficam em porões, fazendo roupa ali o dia inteiro, recebendo muito pouco por cada peça, danos à saúde. Não é o nosso caso, do CD e DVD, mas nós já temos indicações por aí. Brinquedos, por exemplo, existem brinquedos piratas em que, na composição do brinquedo, na composição da tinta do brinquedo existem resíduos de lixo hospitalar. Óculos de sol é um problema muito grande. Os óculos de sol piratas, eles causam, realmente, danos à saúde.

No Rio de Janeiro, teve um caso que a Promotora Lilian Pinheiro, que muito ajudou na CPI da Pirataria, trouxe a público, de tintura de cabelo pirata. Mulheres que usaram essa tintura falsificada tiveram queimaduras de segundo grau, primeiro grau.

Então combater a pirataria de CD, DVD e de todos esses produtos, realmente vai ajudar também a combater outros crimes.

Era o que eu realmente tinha a trazer para vocês. Acreditamos também que esse Anteprojeto de Lei é um Anteprojeto interessante, porque a penalidade maior vai desestimular o crime. A articulação maior também do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais é necessária, porque nós estamos lidando com um crime organizado. Então, para combater o crime organizado, tem que existir também um combate organizado por conta do Estado.

A indústria de cinema e de música está à disposição, sempre que for necessário, para a gente contribuir e ajudar no que for preciso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agradeço a exposição e passo a palavra ao Dr. Ricardo Pimenta.

SR. RICARDO PIMENTA – Bom dia a todos. Eu sou Presidente da Associação Brasileira de Videolocadoras. Essa associação foi criada no dia 19 de abril de 2007, na Associação Comercial de São Paulo.

Eu queria, inicialmente, agradecer esta oportunidade que a instituição do Senado está nos dando e aos Excelentíssimos Srs. Senadores presentes. Ao Presidente da Comissão, da Subcomissão, aos demais Senadores, porque é a primeira vez que um representante de uma classe tão sofrida e de tamanho peso econômico, mas pouca representatividade ainda, institucional, está vindo aqui ao nosso Congresso. É a primeira vez na história do mercado de vídeo, que tem 26 anos, que um representante de uma videolocadora está presente, fazendo uma exposição no Congresso Nacional. Isso é extremamente significativo.

Eu vou tentar demonstrar para vocês, e espero conseguir, a importância desse nosso segmento para o País e para a sociedade. E num segundo momento, quais sãos as causas da situação atual do mercado, que é uma situação de retração significativa, e quais são as sugestões que nós podemos dar para que esse problema seja, eu diria assim, controlado, minimizado, e que o mercado volte a crescer, porque ainda existe uma possibilidade de nós recuperarmos o mercado de vídeo no Brasil

Como essas sugestões não se restringem apenas à questão da Legislação, eu tomei a liberdade de abordar outros aspectos econômicos e de preços, de marketing, mas de uma maneira bastante sucinta.

O primeiro *slide*, ele mostra primeiro a base. Esses dados são dados do Cine Vídeo São Paulo, da Revista Ver Vídeo e da SAV(F), que é uma assessoria empresarial que cadastra todas as locadoras que compram produtos da indústria. Então essa SAV(F) centraliza os dados da indústria do ponto de vista de liberação de crédito. Então são dados precisos. Não são dados estimados.

A questão do número de locadoras que fecharam já é um dado estimado. Nós não temos dados precisos do Brasil inteiro. E vocês vão ver, por esse *slide*, que nós passamos de cerca de 12 mil locadoras, em dezembro de 1005, a nove mil, agora, no início de setembro. Então houve o fechamento de três mil lojas, o que representa 25%, em 20 meses, que é um dado extremamente significativo para mostrar a retração dos negócios.

Um primeiro aspecto importante que acabe assinalar para quem não conhece o nosso negócio é que é um negócio de microempresário, em sua grande maioria. Existem algumas redes, evidente, como a *Blockbuster*, a 100% Vídeo, a Megamil, que são redes em torno de mais de cem lojas, a *Blockbuster* e a 100% Vídeo, e cerca de 50 lojas a Megamil. Existem algumas redes pequenas, pelo Brasil inteiro, que tem de cinco a 12 lojas, mas a grande maioria dos empresários do setor é de pequenos empresários. Eles montaram o negócio, muitas vezes, com fundo de garantia. Ele trabalha junto com a família, com filhos, tem três, quatro desempregados, no máximo. Eventualmente, cinco empregados nas lojas menores.

E se ele não sobreviver, vai acontecer com ele o que acontece com o empregado da indústria, do comércio, o funcionário público quando perdem o emprego. Ele vai passar fome, também. Ele vai ficar numa situação extremamente difícil de penúria.

Essa questão, inclusive, que eu tenho conversado com Prefeitos, mais do Rio de Janeiro, onde eu moro, porque os Prefeitos entendem o problema social como o problema do camelô, que também é um problema social; mas existe o problema social do microempresário, que ele depende do negócio dele para poder pagar as contas, para poder comprar comida, pagar o colégio do filho. E se ele não tiver esse negócio, ele vai também ficar na mesma situação de um desempregado, com toda certeza. E às vezes isso aí as pessoas não percebem, porque pensam que é empresário, então empresário não sofre dificuldades. Mas o pequeno empresário sofre muito, está sofrendo muito, no Brasil de hoje.

Um outro dado importante desse perfil do mercado, que eu chamo a atenção, é a questão da penetração das locadoras. Esse é um dado do IBGE, um dado recente que foi publicado, da pesquisa de informações básicas municipais. Nós estamos presentes em 4562 Municípios. É uma penetração de 82% do total de Municípios do Brasil. Isso é altamente significativo, porque a locadora, se ela for bem explorada e se o potencial da locadora de levar lazer e cultura a essas populações for bem desenvolvido, ele é um fator que ninguém, a não ser a TV aberta, pode ser mais forte.

A TV aberta está em... A TV aberta já está em 95% dos Municípios também, ainda de acordo com o IBGE. São 5297 Municípios. Então a TV aberta tem esse papel e essa capacidade muito maior do que a nossa capacidade como locadoras.

Só para vocês compararem o tipo de benefício que nós podemos fornecer à população do ponto de vista de cultura e de lazer com a questão do cinema, o cinema está em 449 Municípios e as locadoras estão em 4562 Municípios. Então nós devemos preservar esse canal de distribuição dos filmes, inclusive do cinema brasileiro, até por essa razão: Porque se as locadoras não existirem ou só existirem nas grandes cidades, como vai ser? Cinemas, não vão construir cinemas. O investimento em cinema é um investimento 500 a 700 mil reais, no mínimo. A locadora é um investimento de 50 mil, 70 mil reais, as locadoras menores. Então esse canal, que é um canal fundamental para esse projeto nacional de levar lazer e levar entretenimento às nossas populações do interior e das capacidades ao redor das grandes capitais, ele é um projeto que nós não podemos perder de vista.

Uma outra relevante contribuição do nosso segmento é na geração de empregos. Porque eu não sei se vocês sabem, uma locadora, é complexo para montar uma locadora, de uma certa forma, mas por outro lado, trabalhar numa locadora não exige experiência. Então se vocês conversarem com um, dez, 20, 50 donos de locadoras, vocês vão perceber que as pessoas que foram contratadas por eles, na sua grande maioria, foram os jovens, e no seu primeiro emprego.

Então lá eles aprendem a lidar com computador, aprendem a lidar com o cliente, aprendem o que é uma disciplina de trabalho. Porque eles precisam ter, porque se você quer organizar um negócio, você tem que ter disciplina, tem que ter regras. Então ele sai de lá, quando ele tem uma oportunidade para um emprego melhor, já aquelas deficiências de não ter experiência. Ele entra para o segundo emprego já com experiência.

Então, essa possibilidade que a locadora oferece, do primeiro emprego, ela vem a convergir com um grande projeto, uma grande política pública de primeiro emprego, que não está sendo bem conduzida no Brasil. E as locadoras podem ajudar nisso. Então é mais uma razão para que nós tentemos e consigamos preservar esse canal de distribuição, videolocadora.

Um outro fator, que eu também considero tão ou mais relevante que esse, eu não sei também se vocês sabem, são dados oficiais da Receita Federal e da ANCINE, essa indústria de *home video*, ela gera muito dinheiro. Não para as locadoras, mas ela gera muito dinheiro. E as locadoras também ganhar durante três ou quatro anos, agora elas estão perdendo elas também ganharam, durante três, quatro anos. Agora é que elas estão perdendo. Elas também ganharam.

Só para vocês terem uma idéia, no ano de 2006, foram remetidos para o exterior 503,957 milhões, a título de *royalties* e dividendos.

Nós temos no Brasil seis empresas estrangeiras, são as subsidiárias das empresas americanas, nós chamamos de *majors*: Warner, Universal, Sony, Paramount, Disney... Acho que não faltou nenhuma. E nós temos cerca de 24 empresas independentes. Dessas 24 empresas independentes, tem cerca de 11 que também participam da UBV, que é a União Brasileira de Vídeo, que congrega as *majors* e congrega as maiores empresas independentes.

As empresas *majors* remetem para o exterior praticamente todo o lucro que elas têm, porque não tem sentido deixar lucro no Brasil. Mas as empresas independentes pagam *royalties* e preservam lucros no Brasil, evidente. Então esse dinheiro não é o total que foi ganho, o total do lucro gerado, mas é uma parte substancial do lucro gerado no Brasil. E foram 503 milhões.

Desses 503 milhões, por força de uma renúncia fiscal, que é o Art. 3º da Lei 11.437, que é o Imposto de Rendas na remessa a remessa, 58 milhões foram aplicados no cinema brasileiro. Desses 58 milhões, para vocês verem a importância desse negócio de vídeos, 46 milhões foi do vídeo e 12 milhões do cinema. Por quê? Porque o vídeo fatura duas vezes e meia mais do que o cinema. O cinema é a grande vitrine, mas o vídeo ainda é, no mundo inteiro, um grande negócio para a indústria de cinema.

É um dado impressionante, dado oficial, Receita Federal e ANCINE: Dos 58 milhões que foram aplicados no Brasil, 45 milhões e 863 foram da indústria de vídeo e 12 milhões e 434, 21%, da indústria de cinema.

Como é que está o meu tempo? Quem controla isso, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não se preocupe. Tocam a campainha.

SR. RICARDO PIMENTA – Eu não posso deixar de chegar às sugestões, claro. Faltam quatro minutos ou eu falei quatro minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Faltam quatro minutos.

SR. RICARDO PIMENTA – Caramba! Tenho que correr! Então vamos lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não se preocupe, não.

SR. RICARDO PIMENTA – É mesmo? Se o Senador Cristovam Buarque garante...

Videolocadora. Gente, essa curva é uma curva interessante: Se vocês pegarem o primeiro o ano, 97, é o ano em que começou a acabar a VHS. Lembram do VHS? Então começou a cair o VHS, foram fechando locadoras. O piso foi em 2002. Em 2002, veio então o fenômeno do DVD. Tivemos três, quatro anos de crescimento na faixa de 23% a 25% ao ano de crescimento com os DVDs. É um dado fantástico, um crescimento de 23%, 25% na média ao ano, desse negócio.

Em 2006, o mercado estabilizou nas vendas da indústria e caiu 30% para as locadoras. A indústria não sentiu a queda, começou a sentir em 2007. E para as locadoras, a queda se gravou em 2007.

Isso está demonstrado no próximo *slide*. Esse dado, então, um dado avassalador, é um dado real também, não é estimativa. O que esse dado demonstra? Que das 8.588 locadoras que fizeram compras naquele período de 2005, em 2007, caiu para 3.411. É uma queda de 60% no poder de compra das locadoras! Essa queda se explica por quê? Pela queda nas locações. E eu vou explicar porque no próximo *slide*. É um dado do Brasil. E eu peguei três cidades, isso já estava pronto, eu não tive tempo de fazer os dados de Brasília, mas se nós pegarmos os dados de Brasília, ele vai ser semelhante, porque vocês vêem São Paulo, Rio e Minas Gerais, como eles se aproximam.

Esse é um dado altamente significativo. É tão significativo que na Revista Ver Vídeo de setembro, que publica essa estatística de compras, eles não publicaram. No mês de setembro, pela primeira vez, depois de anos, são 12 anos da Revista, eles não publicaram o número de locadoras que efetuou compras. Não foi um esquecimento. É porque deve ter caído a menos de três mil. Então esse é um dado calamitoso. Eu faço um comentário sobre isso, que é evidente que se apenas três mil locadoras e 411 estão comprando, e as oito mil ou nove mil que ainda existem? Como elas se abastecem? Então se abastecem no varejo. Tem promoções no varejo que banalizam o DVD, porque tem

DVD sendo vendido nas Lojas Americanas, por exemplo, a 4,99, filme recente, como "Rocky Balboa", "*Cassino Royale*" e outros. Estavam sendo vendidos, porque eu fiz um *e-mail* para o mercado inteiro e consegui retirar da grade das Lojas Americanas esse produto sendo vendido a 4,99. Isso é um escândalo!

É um escândalo nós pagarmos cem reais por um filme e quatro meses depois estar nas Lojas Americanas a 4,99. Isso é um abuso! A indignação que isso nos causa, vocês não tem idéia. Mas nós conseguimos. Hoje, nós temos uma associação, contra a vontade da indústria, que a indústria foi contra nós formarmos a associação, a *Motion Pictures*, a UBV foram contra, nós formamos a associação e fomos boicotados por eles. Nós conseguimos formar a associação, estamos crescendo no Brasil inteiro, e nós vamos lutar pelas locadoras. Nós não vamos lutar pela Warner, nem pela Universal, nem pela... Vamos lutar pelas locadoras, que são quem precisam estar representados no Brasil.

E evidentemente, uma parte dessas locadoras também está se abastecendo do mercado pirata e também vamos lutar contra elas, porque nós temos valores, os valores que nossos país nos ensinaram, que o nosso País nos ensinou, e a ética está acima de tudo, nós não permitirmos filme pirata, um que seja, em nenhuma locadora. A locadora que tem tenha um filme pirata, um que seja, não participa da associação e vai ser combatida também. (soa a campainha)

Tem algumas informações de mercado que eu acho interessante para vocês verem, como é que o nosso mercado se assemelha um pouco aos Estados Unidos, da importância desse mercado. O Brasil é o maior mercado de *rental* do mundo. Depois tem outro *slide*, está tudo escrito lá, acho que não preciso passar.

Aí também são informações interessantes sobre o mercado global e o nosso mercado. O peso do *rental*. Esse dado é interessante, isso é um dado real também, com base em 50 lojas de porte médio, e que mostram as curvas de decréscimo. Vocês vão ver no último ano, de 2006, caiu 30%. E agora, em 2007, mais de 20%.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Presidente, eu queria sugerir, que o senhor disse que tinha sugestões e propostas...

SR. RICARDO PIMENTA – Estou chegando, estou chegando.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Para nós era mais importante, nesse exato momento, a gente poder ter acesso a essas explicações.

SR. RICARDO PIMENTA – Perfeito. Também estão por escrito.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada.

SR. RICARDO PIMENTA – Aqui então as razões da queda, porque aconteceu essa queda gritante no mercado. As razões da queda, em primeiro lugar, a pirataria, é óbvio, isso é uma unanimidade. O Brasil está sendo chamado "novo México", onde o mercado legal é o mercado marginal e o pirata é o predominante. E o Brasil, se nós não combatermos a pirataria de uma forma mais eficaz, vai se tornar o "novo México". A questão dos preços da indústria, o problema da falta de um *marketing* adequado e as novas tecnologias também, que estão exigindo que as locadoras reinventem seu negócio.

E as sugestões são as seguintes: Primeiro, um combate mais articulado e com mais empenho em todo o Brasil, porque, de um modo geral, eu lido hoje com Secretarias de Segurança, lido com Prefeituras, lido com Ministérios Públicos, lido com o FIRJAN, e não há Coordenação. Com Delegacia especializadas, eu converso, tenho acesso a todos e não há Coordenação. Não se consegue articular as autoridades para um trabalho mais eficaz. Isso é um assunto que pode ser resolvido, embora seja bastante difícil. Nós estamos tentando no Rio de Janeiro, através de um Conselho Regional de Combate à Pirataria, em que eu participo. A APCM também. O Cleiton, inclusive, foi à última reunião.

As locadoras partiram para um método de luta que é ir para as ruas e chamar a atenção da sociedade para o problema. Fizemos agora o ato público de 12 de setembro, que repercutiu no Brasil inteiro, em 88 cidades e 15 capitais, entregamos um documento aos Prefeitos exigindo que os Prefeitos fiscalizem o comércio irregular.

A redução dos preços. O Brasil, hoje, paga mais do que o dobro dos preços no mundo inteiro. Então isso não é possível que continue. Nós estamos lutando com as indústrias, porque a indústria não aceita essa tese. E quem combate a pirataria, se não houver redução de preços, nós não vamos conseguir sucesso.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Por favor, o senhor podia... Eu estava ouvindo e... Preço do produto?

SR. RICARDO PIMENTA – O DVD, hoje, o preço médio do DVD, hoje, para locadora, está na faixa de cem a 105 reais.

O preço mais barato que eu pago, que compro para 11 lojas e tenho um desconto de 20%, é 89 reais. E o preço mais caro, que algumas lojas pagam, é 119. O preço médio que uma locadora de vídeo, hoje, paga por um DVD que vai para o mercado de locação é em torno de cem a 105 reais.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Em relação a outros países, o senhor estava falando que o nosso preço é quatro vezes...

SR. RICARDO PIMENTA – É mais do que o dobro. O preço médio no mundo, hoje, está na faixa de 25 dólares. Eu tenho um estudo de preços, que eu queria entregar... Eu tenho um estudo de preços, que isso aqui está provado, isso aqui não é estimava. Eu tenho um estudo de preços que eu vou entregar ao Senador Cristovam Buarque...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – E qual é a razão disso?

SR. RICARDO PIMENTA – Deixa eu terminar e eu...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – É gulodice, mesmo?

SR. RICARDO PIMENTA – Também. Não é só gulodice. Também as locadoras têm culpa nisso. As locadoras compravam tudo. Hoje não conseguem comprar mais. As locadoras compravam. A indústria vendia, as locadoras compravam, por que vai baixar o preço?

Agora, hoje, as locadoras não compram. Já têm alguns meses que as locadoras não compram, e eles continuam sem aceitar baixar os preços. As locadoras estão parando de comprar, estão atendendo pior os clientes, porque não tem mais a diversificação de produtos que tinham antes, e esse circulo vicioso vai agravar o problema, se a indústria não acordar para isso.

Eu vou entregar, esse é um estudo de preços, eu também tenho gravado em arquivo eletrônico e eu posso repassar para os e-mails aqui do júri, enfim.

Eu vou repetir. Desculpe, Exma. Srª. Senadora, a minha empolgação. É que eu prometi para os meus amigos aqui, para os meus mosqueteiros aqui, o Alexandre, o Costa e o Paolo, Presidente e Vice-Presidente do Sindicato de Brasília e o Diretor da ABV, que eu ia ser moderado, mas eu não consigo. Então vocês me desculpem, mas é o sangue que ferve nas veias e que também, cheio de indignação, eu não consigo deixar de ser explosivo. Então vocês me desculpem, por favor. Não é falta de educação. Não confundam com isso.

Então voltando às sugestões: O combativo efetivo à pirataria, melhor e mais eficaz. Porque o combate à pirataria, hoje, é o seguinte: Na sexta-feira entra um caminhão-baú no Camelódromo do Rio, saem 15 policiais e apreendem 35 mil DVDs. Na segunda-feira, eu passo no Camelódromo, subo a escada rolante do Metrô, e está lá um... Como é que chamam essas... Essas gôndolas, vendendo "Tropa de Choque". Eu ligo para o Ângelo Ribeiro, que é uma grande pessoa, o Delegado Titular da RCP no Rio, falando: "Ângelo, você apreendeu, sexta-feira, 35 mil, hoje estão vendendo aqui na porta do Metrô".

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Praticando um preço desse, a Polícia não pode ficar à disposição de quem explora o consumidor. Entendeu? É uma opinião. (soa a campainha) A Polícia não pode ficar a serviço de quem explora o consumidor. Se o preço médio é 25 dólares aí para fora, o nosso é 80, a Polícia não pode ficar a serviço disso. Não é?

SR. RICARDO PIMENTA – Por isso que eles não queriam deixar que eu viesse aqui. Porque eles sabiam que eu ia denunciar isso.

Então, o combate efetivo à pirataria mais articulado. É difícil essa articulação, eu sei, porque eu faço isso no Rio, porque eu moro no Rio, e também sou da Associação do Rio, então eu faço esse trabalho específico no Rio. É muito difícil, mas a gente pode conseguir, se todos colaborarem.

A questão da redução dos preços, como está sendo feito em outros países, que é até para combater a pirataria, só no Brasil que não fizeram ainda.

Campanhas educativas ao consumidor. É óbvio, eu concordo integralmente, é um trabalho de médio e longo prazos, mas tem que ser feito.

A definição (ininteligível) de janelas, porque a indústria de vídeo hoje está sem proteção, as locadoras. Nós não temos proteção. O cinema tem proteção; nós não temos. Hoje é um desrespeito total. Violação de domicílios, chega para as locadoras dia 10 de outubro, vendido pela Disney, já esta passando na SKY desde agosto. (soa a campainha) Entendeu?

E finalmente, a questão mais polêmica das minhas sugestões, Exma. Senadora Marisa Serrano, que é o seguinte: Nós achamos que tem que haver punição para o consumidor. Não é minha opinião, não; é opinião total das locadoras. Nem que seja pecuniária. Não vai adiantar, nesse processo recente do Brasil, para a gente combater a pirataria, apenas as outras formas. Também precisamos encontrar uma maneira de colocar no projeto alguma punição para quem compra produto pirata. Nem que seja apreensão pecuniária, uma multa, isso tem que ser feito.

Eu agradeço e desculpem por ter extravasado o tempo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só uma pergunta, Sr. Presidente, para esclarecimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não seria melhor deixar para o debate final?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É só esse preço de 25 dólares. É para todas as distribuidoras?

SR. RICARDO PIMENTA – Não. Esse é um preço médio. Está nesse trabalho, esse é o preço médio...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Ou melhor, refazendo a pergunta: O preço de cem reais cobrado, entre 80 e cem, é de todas as distribuidoras?

SR. RICARDO PIMENTA – Não. Eles não vão cobrar o mesmo preço. Isso seria uma estupidez. Então os preços variam. Uma cobra 95, a outra 112, a outra 97, a outra 107, a outra 105.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas na mesma faixa de 80 a...

SR. RICARDO PIMENTA – De 90 a 119. O preço mais alto é 119, da Disney e 116 da Fox. São os dois mais caros.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo a palavra ao Sr. José Henrique Werner.

SR. JOSÉ HENRIQUE VASI WERNER – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Srs. Senadores e demais integrantes da Mesa.

Eu vou fazer uma breve apresentação sobre o problema da contrafação no Brasil e vou partir, para o final, para algumas menções ao Projeto de Lei especificamente. Gostaria de ser muito direto, e até desculpem, porque eu vou tentar reduzir isso ao máximo.

Os direitos passíveis de contrafação, falsificação ou pirataria estão incluídos dentro dos Direitos de Propriedade Material. Para quem ainda não se situou nessa questão, envolvem todos os direitos de propriedade industrial, patentes, desenhos industriais, marcas, brasões ou sinais distintivos oficiais, indicações geográficas, e os direitos de propriedade intelectual, como Direitos Autorais e *software*.

Ou seja, quando se fala em contrafação, não podemos só pensar em direitos autorais. Então temos que pensar sempre em todos esses institutos, que estão presentes também na Lei de *Software*, que inclusive tem algumas menções nesse Projeto de Lei, e nos institutos que estão presentes no Direito de Propriedade Industrial, na Lei de Propriedade Industrial, que é a Lei 9279/96: Marca, desenho industrial, patente, indicações geográficas, etc.

Quanto à Legislação aplicável a esses direitos, pode-se citar a Constituição da República em seu Art. 5º, incisos XXVII e XXIX; a Lei de Propriedade Industrial, 9279/96; Lei de Direitos Autorais, 9610/98; e Lei de Software, 9609/98.

A contrafação, como já foi inclusive dito aqui pelo nosso companheiro Cleiton, a contrafação é, atualmente, a maior atividade criminosa do mundo. Ela movimenta cerca de 560 bilhões de dólares contra 322 bilhões de dólares do tráfico de drogas. O lucro seria calculado em 300% em relação ao tráfico de drogas, que seria o mais lucrativo dos crimes.

Não há necessidade, quem pirateia, quem pratica uma contrafação não investe em nada. Não investe é trabalho formal, não investe em tecnologia, em inovação, em qualquer emprego de capital que seja necessário para criar aquele produto. Tudo aquilo já está criado, ele simplesmente copia e se aproveita de toda aquela situação, pegando uma carona no desenvolvimento que foi feito por outra empresa.

Não há controle de qualidade nesses produtos contrafeitos.

A sonegação fiscal é extrema. Praticamente todos os contrafatores, eles não recolhem qualquer tipo de tributo, seja Imposto de Rendas, ICMS, IPI, IOF, etc.

Não há recolhimento de *royalties* para os titulares dos direitos intelectuais, incluindo marcas, patentes, obras intelectuais.

O uso da mão-de-obra informal, ou seja, não valoriza atividades de um trabalho formal, não há pagamento de encargos trabalhistas nas fábricas e nas lojas que atuam nesse comércio de contrafação.

A pena é muito inferior a aplicada aos demais crimes de tráfico de drogas e de armas. Então a pena, hoje, para os senhores terem uma noção, a pena máxima nos crimes contra a propriedade imaterial no âmbito do direito industrial é de um ano de detenção. Ou seja, então a pena é muito aquém do que ela deveria. São poucas as condenações. Eu desafio aqui alguém para me provar algum infrator que tenha ficado preso pela prática de pirataria. Não existe. Não existe.

Muitos benefícios - Eu vou falar sobre eles no final.

Insuficiência de Delegacias e Tribunais Especializados. Isso é muito raro, a não ser em alguns Estados. No Rio de Janeiro, fez-se algumas tentativas de Tribunais especializados no âmbito da Justiça Federal, tem funcionado, talvez isso seja o caminho.

Insuficiência de fiscais nas fronteiras. Lembrando que a falsificação não é só produzida no Brasil. Há muitos produtos que entram, que vêm de outros países: Da Ásia oriental, do próprio Paraguai. Há essa clareza nas informações.

Insuficiência de recursos destinados especificamente ao combate à falsificação. Estatísticas do Governo sugerem que 35% da população trabalha na informalidade. O problema é que essa estatística pode ser um pouco maior, ou seja, 20% maior, segundo dados de uma instituição privada que fez esse mesmo estudo. Ele prevê que essa parcela da população é de 55%, e que uma redução desses níveis para os níveis do Governo, de 35%, significaria um aumento de 5% no PIB.

Produtos trazidos do Paraguai, isso todos sabem, *Made in China*, que são fabricados na China, são ver-

dadeiros *best sellers*. O que vendem melhor nesses mercados, com vendas superiores a 88%. 59% dos entrevistados da FIRJAN, no Rio de Janeiro, admitem adquirir o produto falsificado, sabendo que ele é falsificado. Ou seja, tem a clara intenção de consumir aquele produto falsificado. E 47% dos cidadãos de classe A - Isso é um dado importante, Senador - entrevistados da mesma forma, adquirem produtos falsificados sabendo que os produtos são falsificados. Ou seja, há um problema cultural. E sabemos que o senhor é muito voltado para a questão da Educação. Isso é uma questão muito importante, a questão da Educação.

São dados de entidades internacionais, só por curiosidade, 14% dos produtos farmacêuticos americanos são falsificados, é um dado do *US Costumes*, é a alfândega, Receita Federal norte-americana. 10% dos produtos farmacêuticos mundiais são falsificados, um dado da *World Health Organization*. 25% dos produtos farmacêuticos nos países emergentes são falsificados, 68% dos produtos farmacêuticos nigerianos são falsificados.

Das 520 peças de aeronaves - Para quem voa de avião, fique de olho - instaladas por ano, 2% são fabricadas. Não sou eu que estou inventando, é um dado da *US Aviation Federation*.

Pesquisa realizada pela ANGARDI, Associação Nacional para Garantia dos Direitos Intelectuais, com sede em São Paulo, essa pesquisa foi realizada no Rio de Janeiro, também revela que os dados são assustadores: A compra consciente, intencional, 74% dos entrevistados, em pesquisa foi feita em âmbito nacional, admitem que compraram falsificação nos últimos 12 meses. Produtos falsificados custam a metade ou menos da metade do produto original. O consumo cresce nas faixas etárias mais jovens e todas as classes econômicas consomem produtos falsificados. São todos dados colhidos nessa pesquisa organizada pela ANGARDI.

Isso é só um gráfico que demonstra como entram os produtos no Brasil para aqueles produtos que não são fabricados aqui. Entram principalmente pelos portos de Vitória, Rio de Janeiro, Itajaí, Rio Grande, no Rio Grande do Sul, Santos e Paranaguá.

Essas sãos as rotas do Sul, do Sudeste para o Sul do País. Esses produtos entram por esses portos, seguem para as cidades do Leste, geralmente via terrestre, e retornam para o Brasil. Com especial atenção para os portos de Santos e Paranaguá, que eles possuem dentro deles verdadeiros territórios paraguaios. São entrepostos de depósito franco-paraguaios dentro desses portos de Santos e Paranaguá. Então eles estocam essas mercadorias e depois remetem os produtos para o Paraguai. E depois retornam para o Brasil, nas mãos dos sacoleiros, etc. Via terrestre. Via de regra é via terrestre.

Com as medidas que foram implementadas pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria, os falsificadores, que são muito organizados, às vezes muito mais organizados até que empresas formais, eles mudaram as rotas: Agora eles seguem pelo Canal do Panamá, seguem via lacustre ou por outros métodos para Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, ou eles entram pelo Porto de Iquique, no Chile, e seguem via terrestre para o Paraguai ou entram por Buenos Aires, no porto, ou Porto de Montevidéu, no Uruguai, e também seguem via terrestre para chegar até o Paraguai, e depois eles são trazidos para o Brasil.

Isso demonstra que é incrível essa realidade dos produtos piratas. Produtos que vêm do exterior. Esse é o Porto de Paranaguá. A nossa Ponte da Amizade, muito bonito o cenário. Quando a gente vai chegando um pouco mais perto, a gente vê a confusão que é isso aí. Isso melhorou um pouquinho com a atuação da Polícia Federal naquela região, só que, até pouco tempo atrás, a gente via esse quadro de confusão na Ponte da Amizade.

Eu não estou inventando nada desses dados. Aqui são produtos apreendidos no Brasil, em Santos, foram produtos apreendidos nas ruas, vindos de Santos, *Made in China*, Paraguai, Cidade Del Este, *Made in China*, Paranaguá também, *Made in China*, Colon Frison(F), no Panamá, Santos de novo, e Iquique, Chile. Todos apreendidos no Rio de Janeiro, São Paulo, nas grandes cidades.

Isso é a fila de ônibus que vinha trazendo produtos falsificados dentro deles. Parecem ônibus de turismo, mas não são.

Aqui eles tiram os bancos, eles retiram os bancos e põem toda a mercadoria falsificada ali dentro. São fotografias de dentro desses ônibus.

E tem produtos também fabricados aqui no Brasil. Então estão aí várias fábricas.

E para finalizar, eu tenho pouco tempo, eu gostaria de fazer algumas menções específicas ao Projeto de Lei, porque eu acho que faltou um pouco de comentários nesse sentido. Talvez eu possa abrir alguns debates quanto a esses comentários, em função desses comentários.

O primeiro deles seria em função de que talvez esteja se perdendo a grande oportunidade - Viu, Sr. Presidente? - de incluir no mesmo arcabouço legal todos os crimes contra a propriedade imaterial. Como eu disse no início da minha apresentação, os crimes de violação de direitos autorais são um crime dentro de um escopo geral, que incluem os crimes contra as marcas, contra as patentes, etc. Então, talvez esse pro-

jeto, inclusive eu faço aqui uma menção de que está muito bem redigido, agora, talvez, um dos pequenos defeitos que eu encontrei nesse projeto foi não incluir a majoração das penas para os crimes contra a propriedade industrial. São os crimes contra as marcas, os crimes contra as patentes, os crimes de concorrência desleal. Esses crimes, os senhores estão vendo aqui que nesse projeto há uma majoração da pena para quatro anos de reclusão, a pena máxima. E os crimes de marcas, contra marcas, contra patentes têm a pena máxima de um ano de detenção.

Então são crimes de mesma natureza. A única questão distintiva no caráter punitivo desses crimes, seria então manter os crimes de violação de direito autoral como crimes de iniciativa pública, ou seja, o Ministério Público ser o *dominus litis*, o titular da ação penal, enquanto que nos crimes contra a propriedade industrial, esses, por sua vez, seriam crimes de ação privada, crimes em que o titular do direito é obrigado a entrar com a ação penal. Então essas modificações são muito oportunas, mas talvez fosse interessante pensar em incluir os crimes do âmbito da Lei de Propriedade Industrial, a Lei 9279/96, e os crimes contra os *softwares*, 9609/98. Talvez fosse muito interessante incluir, e aproveitar e colocar tudo isso no Código Penal Brasileiro, porque a Legislação está esparsa, cada matéria está numa lei diferente. Isso talvez gere um pouco de confusão. Muitos operadores do Direito desconhecem (soa a campainha) que há sanções no âmbito da propriedade industrial.

Então esse projeto, ele está alinhado com o que a Legislação internacional prevê, o TRIPS, por exemplo. O TRIPS é o Tratado de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio. Eles prevêem que esse tipo de sanção deve prevalecer. Sanções criminais, sanções cíveis, de indenização, para que o infrator fique desestimulado de praticar novamente esse crime. E que para o titular desses Direitos Intelectuais, eles possam ter alguma ferramenta, algum instrumento efetivo no combate à falsificação e à contrafação e de proteção aos seus direitos.

Era tudo que eu tinha a falar. Me faltam dez segundos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agradeço. Lembro que o Projeto de Lei que foi elaborado e está em discussão, o anteprojeto, obviamente, está aberto a toda sugestão. Obviamente. E agradeço muito as sugestões que vieram. E durante os debate que vão ser feitos aqui, outras sugestões que chegarem serão bem-vindas.

E passo a palavra ao último dos expositores, que é o Sr. Manoel Antônio dos Santos.

SR. MANOEL ANTONIO DOS SANTOS – Bom dia a todos. E em nome da Associação Brasileira das Empresas de *Software*, que é uma entidade que congrega 780 empresas de *software* no Brasil, que representa 80% do mercado, e de uma entidade irmã, com a qual a gente mantém um convênio, que é a *Business Software Alliance*, que atua em 84 países na proteção da propriedade intelectual, e também como representante no Brasil da ESA, *Entertainment Software Association,* que trabalha em 23 países e coordena as empresas que produzem *softwares* na área de entretenimento, eu, na pessoa do Senador Cristovam Buarque, eu gostaria de agradecer a disponibilidade de todos os senhores de ouvir os setores, na expectativa de poder nos ajudar nessa tarefa. Eu acredito que, ao final da exposição, a gente vai poder ter uma quantificação econômica de quão importante é essa intervenção desta Casa Legislativa para tentar solucionar algumas das pendências que nós temos aqui. Algumas das pendências.

Esse é um perfil das empresas associadas a ABES. Como a gente disse, coordena 85% do mercado de software. Pelo perfil dos associados dá para ter uma noção do mercado brasileiro. O mercado brasileiro tem, só de *software*, sem considerar o serviço, 3,9 bilhões de receita. Emprega 58 mil empregos, os associados ABES. E a distribuição, os senhores podem notar que a grande maioria, 57%, tem até 500 mil dólares de faturamento anual. E o segundo grupo, 21%, menos de um milhão de dólares de faturamento anual. Ou seja, o conjunto de empresas que exploram o *software* no Brasil é composto, na sua grande maioria, de pequenas e micros empresas.

Nós vivemos um momento atual muito importante, porque, de uma maneira especial, nos últimos dois anos, três anos praticamente, depois da criação do Primeiro Comitê, depois do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, foi aberto um enorme espaço para discussão desses temas de combate à pirataria. E o Conselho Nacional tem coordenado uma série de atividades, enfim, a mensagem, a imagem do Brasil no exterior mudou muito. A gente estava na *Watching List*, na *Priority*, na lista de prioridades de empresas de países que poderiam sofrer sanção, e por força desse trabalho antipirataria, nós saímos dessa lista. E é uma expectativa, um trabalho muito forte, que a gente saía inclusive da chamada *Watching Lis*t, ou seja, da lista dos países que estão sob observação.

Há algum ponto negativo. De uma maneira especial, o grande problema nosso, o maior de todos, já foi falado aqui, é a falta da punição.

A gente está fazendo o trabalho de busca e apreensão nas ruas há mais de uma década e a gente ouve

todos os dias dos piratas: "Enquanto estiver apreendendo CDs, eu continuo comercializando. No dia que começar a ir para o papel" - que eles chamam, ou seja, no dia que começarem as punições - "as penas privativas de liberdade, eu paro". Então nós não vamos conseguir sucesso nesse trabalho, um sucesso significativo, enquanto a gente não criar um mecanismo. Seja de três únicos dias, mas é importante que o sujeito saiba que ele tem o risco de ter a liberdade dele tolhida por força da pirataria. Enquanto a gente não chegar a esse resultado, a nossa luta vai ser muito, muito difícil.

A própria sociedade mudou a consciência a respeito do *software*, mas a pirataria está se associando a alguns crimes muito mais graves do que esse. O próprio Secretário Nacional do Conselho Nacional de Combate à Pirataria tem reconhecido, em vários casos de processos e de apreensões, a vinculação com tráfico de drogas, com tráfico de armas e outros crimes muito mais perigosos do que esses.

Eu tenho 15 minutos, é isso?

O *software* é um conjunto. A gente vê, às vezes, eu já ouvi muitas vezes falarem: "Mas como é que pode um software na loja custar 300 reais e lá na Rua Santa Ifigênia custar 10 reais?" O que custa 10 reais na Santa Ifigênia não é o *software*; é uma cópia gravada numa mídia magnética. O *software* é um conjunto composto de código fonte, a linguagem do Programador que escreve, depois ele traduz aquilo num computador e vira código objeto, um conjunto de zeros e uns, que só o computador entende. Ele tem os ícones, a própria diagramação, que a gente vê em qualquer abertura de um programa, aquilo foi pensado, refletido, medido. As próprias cores, os planos de fundo, é tudo muito, muito bem estudado. Enfim, o resultado de um *software*, além da documentação, qualquer pacote que vocês abrem de *software* comprado em lojas, vocês vão ver que às vezes tem Manuais com 300, 400 folhas. A documentação técnica associada. O software é um conjunto.

O sujeito que vende na rua, simplesmente duplica uma cópia e coloca à venda numa banquinha, lá.

Há quatro grandes modalidades de pirataria que afligem o setor. O primeiro é pouco comum no Brasil, que a gente chamaria de contrafação, ou numa linguagem mais comum, a falsificação. O que é falsificação? O sujeito se esmera de produzir uma cópia pirata com a mesma qualidade da outra. Isso é muito comum, por exemplo, em cartuchos de *game boy*. Até a embalagem colorida, pintada, plástico reflexível, tenta reproduzir os slogans, os nomes da empresa, enfim, ele tenta induzir em erro o comprador, de que aquilo é um *software* original. É incomum no Brasil essa prática.

O mais comum no Brasil é a pirata, ou seja, aquelas compradas em lojas de esquina. Nem tem qualidade industrial.

Nos *games*, de uma maneira particular, que vem do exterior, de uma maneira especial dos tigres asiáticos, há muitos produzidos industrialmente, mas é só uma "bolacha", ou seja, só um CDzinho redondinho com um buraquinho no meio. Não vem manual, não vem embalagem, não vem a descrição do autor, não vem a definição da máquina em que foi feito, um Código de uma entidade que coordena a produção, chamado EFPI, nada.

E a outra forma de contrafação, também muito comum no Brasil, que é vender o computador e dentro do computador já gravar o *software*. O sujeito leva para casa a máquina, paga lá 1500, 1600 reais, às vezes leva dentro um AutoCAD, que custa, a licença de uso, uns 12 mil reais. Ou seja, ele valoriza a venda do equipamento através de gravação, sem ter a licença, de *softwares* nessa máquina.

E um outro que está cada vez aumentando mais na medida em que a Banda Larga vai conseguindo agregar valores e mandar quantidades maiores de dados, é a duplicação através da Internet. O sujeito baixa de um *site* o próprio *software*, direto na máquina dele, sem sequer mídia magnética.

Aqui é o mercado mundial de TI. Aí é *software* e *hardware*. Máquinas de um trilhão e 170 bilhões. Desse mercado, os Estados Unidos sozinhos têm 439. O Brasil está com 16,9 bilhões de dólares de TI, *software* e *hardware*, serviços complementares. Brasil, Rússia, Índia e China têm um mercado muito parecido. O Brasil está com 16,2, a Rússia com 14,2 e a Índia com 13,6 bilhões de dólares. Dentro dos chamadas BRICs, dos quatro países em desenvolvimento, que eles têm feito uma comparação muito próxima, a China está avançada com cerca de 38 bilhões. Mas se a gente comparar na América do Sul, a América Latina, o Brasil é maior do que o México, praticamente o dobro do mercado do México. É o maior País de todos os países da América Latina.

Esse é o mercado latino-americano. O México aparece com 9,2, Argentina e Colômbia dois e pouquinho, o Brasil, 16,2. Ou seja, sozinho o País representa 43% de todo o mercado de TI da América Latina.

Esse é um número interessante. A gente fala muito de *software*, mas ao lado do *software* se vende uma infinidade de serviços de customização, de suporte técnico, de atualização, de treinamento. No mercado brasileiro, dos nove bilhões, que é o mercado de *software* e serviços agregados, o software representa 36% e 64% são os serviços complementares. Se critica muito no Brasil, porque o percentual de produtos de origem

externa, de *softwares* desenvolvidos no exterior é muito grande. Para ser mais preciso, a gente estima em torno que 80% de softwares que são comercializados e explorados no Brasil foram desenvolvidos do exterior e 20% no Brasil. Só que os serviços complementares são exatamente o contrário: Aproximadamente 95% desses 64% que representam os serviços são produzidos no Brasil, por empresas brasileiras, pagando os tributos e gerando empregos. Ou seja, o valor agregado que os *softwares* geram é importantíssimo para fazer esse mercado crescer. Para olhar para esse mercado com muito carinho.

Há um crescimento. O número de crescimento de 2004, 2005 e 2006, nós partimos de um mercado de 5,9, em 2004, para um mercado de 9,9, em 2006. Ou seja, crescimento superior a 20% ao ano.

Nós fizemos um estudo da antipirataria em nível mundial. No mundo, no último ano, de 2006, em 62 países houve redução do índice e em 13 países cresceu o número de piratarias. O Brasil não ficou nem entre os que mais cresceram, nem entre os que menos cresceram. Ficou num intermediário.

Esse é o número mundial. Esse estudo mostra o seguinte: Se o índice de pirataria mundial caísse dez pontos percentuais, ou seja, de 64 para 54, geraria 2,4 milhões de empregos no mundo, 400 bilhões seriam acrescentados de receita e 70 bilhões em arrecadação de impostos. A mensagem básica é: A pirataria gera perda de receita, perda de tributo e perda de emprego.

Eu vou me centrar agora um pouquinho na análise do Projeto de Lei que nós estamos aqui estudando. O projeto foi muito bem elaborado, um trabalho bem feito, porque partiu de duas propostas, a Dra. Lilian Pinho e outra da Associação Brasileira de Direito de Informática. Então o próprio fato de condensar textos já é uma tarefa difícil. Ao final, ficou um belo trabalho, ainda acompanhado de uma justificação de motivos muito bem feita e também de algumas notas técnicas.

Eu gostaria de centrar foco nessas notas técnicas, para dizer que alguma delas nós entendemos como procedentes e algumas delas a gente tem um entendimento diferenciado.

A nota técnica aponta, por exemplo, uma falha quando ela diz assim que a pena mínima será de dois anos e dois meses. E diz assim: "Uma pena sujeita a esses dois meses são em meio de contrabando"(F) . E o intuito do setor com esses dois meses foi evitar a suspensão condicional do processo.

Eu estou aqui com uma condenação, eu posse deixar para vocês, um julgamento, um processo muito bem feito, um sujeito que tinha um laboratório de duplicação de *softwares*, foram apreendidos com ele uma enorme quantidade de jogos duplicados, foram levados o computador, as matrizes de reprodução, e ao final, a ABES foi intimada, apresentou a *noticia crimes*, o processo chegou ao final e o Juiz entendeu que não havia o crime, por quê? Segundo ele, a ação seria de iniciativa privada. Não teria acontecido e tipificado aquelas condições previstas no § 3º do Art. 12 da Lei 96 do *Software*, ou seja, a perda de arrecadação tributária, crimes contra a relação de consumo, nem a redução de arrecadação, a sonegação fiscal. E com base nisso, ele entendeu: "A ação deveria ser de natureza privada. Apesar de a ordem judicial ter sido cumprida, apesar dos peritos do IC terem feito laudo, apesar da ABES, Associação do *Software*, ter apresentado *noticia crime*, eu não vejo crime aqui, porque a ação teria sido de natureza privada. Como passou dois anos, arquive-se". É uma constante, absoluta constante, isso.

A gente vai em Audiência, prepara processo, ajuda o IC a preparar os laudos, oferece as matrizes para confronto, quando chega no dia do julgamento, comparece para testemunhar, e o Juiz simplesmente manda suspender o processo, aguardando o acometimento do segundo delito.

Então se a gente tiver um mecanismo que afaste a suspensão do processo, ainda que haja uma condenação muito leve, de suspensão de direitos políticos, suspensão de direito de dirigir, prestar serviços comunitários, doação de cestas básicas, mas é importante que haja uma condenação, por uma razão muito forte: No dia que houver uma condenação, o sujeito perde a primariedade e, a partir daí, ele fica sujeito, num segundo delito, à pena privativa de liberdade. Então nós precisamos criar um mecanismo que levem à condenação. Pode ser, por exemplo, qual mecanismo?

A Lei de *Software* está muito bem elaborada, a Lei de *Software* é uma criação muito bem feita do Legislador brasileiro, só que, ao lado da *Lei de Software* foi editada a 9099, depois a da lei que criou os Juizados Especiais Federais. E ao criar os Juizados Especiais, se permitiu o mecanismo da suspensão do processo para crimes (soa a campainha) cuja pena mínima seja de um ano. E no caso da federal, pena máxima de dois anos.

Pode ser um mecanismo muito simples que a gente poderia introduzir na lei. Nós não temos nenhuma grande intenção de aumentar a penalidade. Bastaria dizer o seguinte: "O mecanismo da suspensão condicional do processo não se aplica aos crimes contra a propriedade material", de tal sorte que os processos tivessem um julgamento. Pode ser a suspensão.

Outro ponto que fala, tem razão, a distância entre a pena mínima procede, de fato, de cem para 50 mil

vezes, é muito grande. A gente precisaria fazer alguma modificação para reduzir essa distância.

Quanto à fixação de uma indenização, a nota técnica não aprova a fixação de uma pena mínima de 35 mil, porque entende que pode ser desproporcional. É importante saber: Numa ação contra a empresa, a gente faz lá, gasta em torno de 30 a 35 mil de Advogado, perito, laudo pericial e acompanhamento de processo, e tem condenações que normalmente são de valores significativos e acabam resultando num acordo e extinção do processo.

Fazer uma busca e apreensão numa residência onde estiver rodando um FIFA pirata, um *Windows* pirata e um *Word* pirata, no máximo a condenação vai chegar a dois mil reais. Então você gasta em torno de 35 mil para fazer uma busca e apreensão, contra uma condenação de dois mil reais. O que acontece? Não há repressão. O histórico que vocês conhecem de pessoas que receberam no seu lar ou no seu pequeno negócio, escritório de Advocacia com dois computadores, um pequeno escritório de Contabilidade, não há. Por quê? Porque o custo da ação é muito mais caro. Então, se tivesse um mecanismo que a condenação mínima existisse, compensaria fazer essa repressão, porque, pelo menos, se recuperaria o custo desse investimento, dessa ação. Por isso essa idéia de se criar uma pena mínima. Pode chegar a um diferencial, a um valor diferenciado, mas é importante que exista.

Em relação ao projeto, o artigo, qual o grande objetivo que a gente tem? Quais os pontos focais para a indústria de *softwares* nesse projeto? Estabelecer que quando houver fim de comércio, ou seja, aqueles crimes... A lei tem o Art. 12, que é violar Direitos de Autor, depois tem para fins de comércio, a pena vai de reclusão de um a quatro anos, e quem colabora, mantêm o estoque, aquela coisa toda. Se a gente estabelecer que esses dois tipos de delitos, fins de comércio ou contribuir para a disseminação dessa cópia for ação pirata, a gente resolve o caso, por exemplo, desse processo de Belo Horizonte, que o Juiz designou que a ação deveria ser de natureza privada e mandou arquivar o processo. A gente precisaria resolver, criar um mecanismo de transformar, não só quando o envolvido for uma empresa pública, mas também quando tiver fim de comércio e quando tiver colaboração, manter em estoque, manter em depósito, comercializar, que a pena seja pública incondicionada.

A elevação da pena mínima pode ser trocada por um mecanismo que autorize que não haja suspensão do processo nos casos de pirataria, quando a propriedade é intelectual.

Nas mudanças do Código de Processo Penal, três merecem destaque: Aquela que autoriza a associação a ficar como depositária dos bens apreendidos, a Associação de Autor. Imagine, entrou num (ininteligível), pegou 86 mil cópias de *softwares* de 54 empresas. Aí o Delegado começa a chamar a empresa 01, coloca em depósito os produtos dela, empresa 02, coloca em depósito os produtos dela. Não, a gente precisa criar um mecanismo que a associação receba esse conjunto em depósito e fique como depositária fiel desses bens.

Segundo, o laudo pericial, a lei diz que tem que ser feito sobre a totalidade dos bens. No meu exemplo, 86 mil unidades apreendidas no tendida em São Vicente imagine o perito ir fazer o laudo pericial nas 86 mil unidades apreendidas no (ininteligível), imagine o perito fazer o laudo pericial nas 86 mil unidades! Nós precisamos criar um mecanismo mais simplificado. Por isso a proposta de se fazer em amostra.

E um outro problema é na hora da descrição. Na hora em que apreende os bens, para fazer aquela descrição dos 86 mil processos, imagine dizer: "Loja tal, produtos tais, tais e tais; loja tal, produto tal e tal". A gente precisa criar um mecanismo também, e esse é um dos objetivos do projeto, propor a criação de um auto de depósito mais simplificado.

Eu acho que esses são os pontos básicos que a gente gostaria de trazer à discussão dos senhores. Muito obrigado de nos terem ouvido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço e passo a palavra, de imediato, inicialmente, aos dois Senadores que fizer o requerimento, Senadora Marisa Serrano, depois o Senador Flávio Arns. E não há nenhum outro Senador inscrito.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar os expositores desta manhã, dizer da importância da participação de todos para nos auxiliar a aclarar alguns pontos importantes desse Anteprojeto de Lei. Senti que alguns não tocaram muito no anteprojeto e para nós era importante isso, porque é em cima dele que nós estamos nos debruçando agora, porque afinal de contas nós estamos aqui, Sr. Presidente, e isso é importante para a Comissão, discutindo mudança no Código Civil, no Código Penal e na Lei do Direito Autoral. Quer dizer, são mudanças significativas na Legislação Brasileira, em cima de algo que hoje está cada vez mais se avolumando no País, que é o caso da contravenção, da contrafação em cima de alta tecnologia, algo que veio para ficar, não há como não se discutir mudanças no setor, porque são mudanças efetivas. São crimes que, há 15 anos atrás, eram impossíveis, às vezes, de a gente imaginar que poderiam acontecer, mas cada vez mais, com a tecnologia e com a alta tecnologia em

novos produtos chegando ao mercado, novos tipos de criminalidade vão se instalado.

Aquilo que nós vimos, alguns podem dizer assim: "Mas, olha, falar de contrabando disso, pirataria está em todo lugar, é melhor deixar, porque os camelôs estão aí mesmo, vendem de qualquer jeito", não há como deixar. É um crime, porque quem mora na fronteira sabe que se passa isso através do contrabando. Jovens são mulas para isso, fazem contrabando, sabendo que é um crime, e nós temos que...

Não há condições de um País pensar em ser um País de primeiro mundo, ser um País que preserva as leis, que cumpre as leis, se nós mesmos vamos deixando que isso aconteça, achando que nada... Está ali na nossa cara e nós deixamos passar. Quer dizer, não podemos deixar passar. Se deixarmos passar, acharmos que produto pirateado, contrabandeado é normal, então qualquer produto contrabandeado, nós vamos ter que aceitar, desde remédio a arma, seja o que for. Quer dizer, não tem crime menor, nesse sentido. Tudo é passível de punição.

Então eu queria deixar aqui uma sugestão ao Sr. Presidente e ao Secretário da nossa Comissão, que numa próxima vez, se pudesse vir aqui, pudesse vir, não, que cada órgão aqui nos enviasse, através da sua Assessoraria Jurídica, aquilo que foi visto aqui pelo Sr. José Henrique, em ponto menor, e pelo Sr. Manoel Antônio, e nos mandassem sugestões de modificação do Anteprojeto de Lei. Que as áreas jurídicas nos mandassem isso.

Eu acho que não precisaria aqui uma nova Audiência Pública, porque nós já tivemos os setores aqui, mas nos interessaria, sim, ter por escrito as sugestões de cada organismo.

E aí, Sr. Presidente, há uma coisa interessante, que eu não sei como a gente poderia fazer, mas eu queria que o usuário também desse a sua contribuição. Não só as empresas, não só aqueles que estão ali colocando os seus produtos ou seus serviços a favor da comunidade, mas que a comunidade também. Eu queria ver aqui quem utiliza os *softwares*, os jovens que utilizam as músicas, que eles nos dêem sugestões também. Eu queria que eles também fossem responsáveis, e não só a gente dizer que temos que coibir isso de qualquer forma. Mas eu gostaria que quem utiliza dos produtos também ajudasse na elaboração de uma lei que eles soubessem que eles também podem ser incriminados nessa lei. Eu não sei como, Sr. Presidente, mas eu acho que nós tínhamos que pensar que o usuário (soa a campainha) devia estar presente aqui nesta nossa discussão.

Portanto fica aqui. O senhor vai me desculpar, eu vou ter que me ausentar, porque eu sou Vice-Presidente de uma outra Comissão. Pedi para falar primeiro, porque ela começa às onze e trinta. Mas eu queria muito deixar aqui essa proposta para que as Assessorias Jurídicas nos mandassem por escrito suas propostas, para nos ajudar pouquinho, já que nós estamos mexendo em leis fundamentais para a sociedade brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agradeço à Senadora Marisa Serrano e passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, Srs. expositores, eu quero destacar, como a Senadora Marisa Serrano já colocou, que esta, na verdade, é a segunda Audiência Pública que nós estamos fazendo neste ano sobre este assunto. A primeira Audiência foi feita em maio, portanto quatro meses atrás, onde esses itens todos foram assim levantados. E pelo que eu me recordo, também fizemos Audiência Pública já em anos anteriores, eu acho que na Subcomissão, exatamente, na Subcomissão de Ciência, Tecnologia, na época, Comunicação e Informática, e foram Audiências Públicas bem interessantes.

Inclusive, estão sendo feitas essas Audiências Públicas, porque o Ministério da Justiça, através doa seus órgãos próprios de combate à pirataria, inclusive o grupo de trabalho que, de acordo com os relatos nas Audiências Públicas, foi constituído no Ministério da Justiça. O Ministério da Justiça estaria para mandar um Projeto de Lei para o Congresso Nacional, fruto desse debate todo que estaria acontecendo. E isso não aconteceu também.

Quer dizer, o debate deveria convergir para um aprimoramento Legislativo, razão pela qual, inclusive, existe esse Anteprojeto de Lei, fruto dessa iniciativa de V. Exª. e do Senador Demostenes Torres, que pediram para que a Consultoria do Senado se debruçasse sobre esse trabalho.

Mas já naquela ocasião, nós discutimos a dificuldade, inclusive, de se ter um encaminhamento adequado em termos de Legislação.

Eu acho que a sugestão da Senadora Marisa Serrano é muito pertinente. Assim, cada setor, dentro da sua realidade, que são realidades bastante diferenciadas, pudessem se debruçar sobre o Projeto de Lei, como, aliás, alguns expositores fizeram, todos fizeram, alguns de maneira mais detalhada e outros nem tanto, também em função do tempo disponível para a apresentação, mas que pensassem se o Anteprojeto de Lei atende as necessidades ou não.

Mas eu tenho sempre aquelas perguntas que a população faz, também, que nós fazemos do mesmo jeito. Sabemos, temos consciência de que a pirataria é crime organizado, já rende mais do que o narcotrá-

fico, quase o dobro do narcotráfico, de acordo com os números. Se é crime organizado, tem suas raízes também no Legislativo, no Judiciário, no Executivo, na comunidade, no crime, na eliminação de pessoas, como todo crime organizado tem. Rende muito.

Agora, existe uma grande diferença entre o narcotráfico e o crime organizado de pirataria, porque a gente vê que a sociedade não considera crime a pirataria. Quer dizer, a percepção cultural é no sentido de dizer que aceitam esse fato. Tanto que 74% da população, (soa a campainha) de acordo com dado indicado, diz: "Não, eu utilizo. Eu vejo isso, eu utilizo". E não está correto. A gente sabe que não está correto.

Por que não está correto? Porque isso faz com que haja concorrência desleal, isso faz com que recursos não sejam arrecadados, isso faz com que o crime se organize, se estabeleça, enfim, há um problema, inclusive, como foi colocado aí, de saúde, até. Produtos farmacêuticos, cirúrgicos, luvas, tal, quer dizer, tanta coisa falsificada, que acaba, inclusive, incidindo em problemas.

Mas existem dificuldades. Todo mundo diz: "Por que as coisas no Brasil são tão caras?" Quer dizer, isso é uma coisa que a gente tem que... Inclusive a Comissão deveria dizer para o Governo, que nas outras Audiências Públicas se chegou à conclusão de que um dos fatos, uma das iniciativas para diminuir a pirataria é diminuir a diferença de preço que existe entre o produto original e o produto falsificado.

Impossível que haja esse diferença de preço, de você comprar um CD por cinco reais e um outro CD por 30 reais. Ou um filme.

Mas não é só da pessoa que vende. Quer dizer, até como o Senador Geraldo Mesquita colocou antes também, as próprias distribuidoras de filmes, aqui no Brasil, que elas próprias, através do cartel que provavelmente fazem, se for o cartel mesmo, se forem impostos e tal, teria que se investigar isso. Mas num País onde cobram 25 dólares para colocar um filme na locadora, aqui no Brasil cobram 50 dólares. Quer dizer, isso é um absurdo absoluto! Não tem cabimento! Há uma variação da preço, mas há uma variação da preço, como o senhor mesmo colocou, entre 90 e 110 reais. Então pode perfeitamente, eu diria, haver uma combinação de preço, dizer assim: "Não vamos variar, porque se todo mundo botar o mesmo preço, exatamente o mesmo preço, então a gente aumenta num filme, distribui no outro, diminui no outro". Essa situação.

Então, nas outras Audiências Públicas, eles disseram, essa percepção cultural de que não é crime, a gente tem que trabalhar, é lógico, em termos de campanhas educativas, esclarecimento, jovens, impostos, serviços que não são prestados em função da pirataria. E isto é uma... E como foi sugerido, inclusive hoje.

Mas nós temos que ter também o aprimoramento da Legislação. Então esse aprimoramento da Legislação, é sobre isso que a gente está se debruçando. Nós temos um problema, este problema tem que ser resolvido com a participação do Executivo, porque nós temos que ver se a carga tributária é que vem fazendo com que o crime organizado se estabeleça no País. Sem duvida, isso contribui. Temos que ter repressão para isto. Quer dizer, agilização, modernização dos aparelhos repressivos.

Sem dúvida também, me surpreende o fato que o Dr. José Henrique colocou, que as mercadorias chegam ao porto e vão por terra, dentro do Brasil, para o Paraguai. Eu penso aí alguma coisa... Não consigo entender como é que isso acontece.

Por isso que eu acho, inclusive, que nós deveríamos discutir esse Anteprojeto de Lei, além das partes interessadas, deveríamos discutir com a Polícia Federal, com a Receita Federal, com os órgãos repressores, o Ministério Público Federal, que certamente já têm uma experiência acumulada bem interessante, para eles dizerem: "Olha, isto aqui vai ajudar a minha vida, como Receita Federal, vai ajudar a minha vida, como Polícia Federal, vai dar os instrumento para o Ministério Público". Por exemplo essa dúvida: Quem inicia a ação? Será que uma iniciativa privada, é uma iniciativa do Ministério Público? Como é que isso deve acontecer? Então eu acho que trazer os representantes desses órgãos que tem em si a obrigação de fiscalizar e controlar, eu acho que seria uma alternativa.

Quando se coloca a questão dos camelôs, a sociedade coloca também: "Não, mas coitado do camelô". Eu acho que o camelô, nessa história, salvo exceções, é uma pessoa que está sendo explorada pelo crime organizado. Porque na outra Audiência Pública, um dos expositores disse: "Olha, em tal lugar, uma pessoa ligada à pirataria, ela tem uma rede de 400 camelôs". Quer dizer ela, aquela pessoa tem uma rede de 400 camelôs, ou seja, aquele camelô deve receber um percentual pequenininho sobre a venda daquele produto e, na verdade, aquela pessoa está explorando o ponto de vista do trabalho, a informalidade, não segurança social, salários irrisórios, quer dizer, uma rede de exploração também.

Mas então eu considero o assunto assim complicado, difícil, mas um assunto que tem que ser abordado, eu diria, dentro dessas óticas todas também, com a participação dos setores que prestam serviços, assim como foi colocado também.

Mas chamar, eu acho que nós deveríamos ter mais do que propriamente uma Audiência Pública,

talvez até eu sugiro, Sr. Presidente, algum Grupo de Trabalho que pudesse... Em que as pessoas pudessem se debruçar sobre esse Projeto de Lei.

Eu tenho muita... O que eu gostaria de saber em relação ao anteprojeto é se o anteprojeto atende às necessidades da área, se atende as necessidades, se a área acha, considera que este Projeto de Lei é um avanço? E ao mesmo tempo, eu gostaria de saber da Polícia, da Receita, do Ministério Público, se esse Projeto de Lei facilita o exercício, com mais adequação, com mais propriedade, da fiscalização e do controle que devem acontecer?

Então são considerações gerais, mas eu acho que já é a terceira Audiência Pública e nós estamos fazendo isso porque nós queremos tomar iniciativa. Porque o Ministério da Justiça também tem que contribuir para mandar para cá as iniciativas que vêm sendo estudadas e que foram levantadas nas Audiências Públicas, e que não foram remetidas ainda para cá.

Então queremos ter uma Legislação que seja mais adequada.

Até me desculpe ter me estendido demais no argumento, mas eu acho que é complexo, as soluções não são fáceis, mas são possíveis. Porque eu só queria dizer que se a gente...

Qual é o total da pirataria no Brasil, que se estima? Pirataria

SR. MANOEL ANTONIO DOS SANTOS – Em *software*, 60%. Você fala em números, é isso?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – A pirataria no Brasil?

SR. MANOEL ANTONIO DOS SANTOS – 35 bilhões de dólares.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – 35?

SR. MANOEL ANTONIO DOS SANTOS – 35 bilhões de dólares em geral. Não software. A pirataria no Brasil.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – 35 bilhões.

SR. JOSÉ HENRIQUE VASI WERNER – É um dado complexo, Senador Flávio Arns, porque, obviamente, o ilegal não se consegue apurar. Então é um dado que acaba sendo trabalhado pelas próprias indústrias. A ANGARDI, associação da qual eu também faço parte, ela fez um estudo recente nas principais capitais, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e no Brasil inteiro, e nós fizemos um estudo específico, focado nas cidades de São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, e nós detectamos que o prejuízo para a indústria, nesses Estados, ele ultrapassa 40 bilhões de reais. Então a falta da arrecadação, de arrecado fiscal é um problema, um problema de arrecadação e um problema para a indústria também. Então ela varia de 40 bilhões a 180 bilhões de reais.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pois é. 180 bilhões de reais!

SR. JOSÉ HENRIQUE VASI WERNER – Em três indústrias somente: De tênis, roupas e brinquedos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – São duzentos bilhões de reais, vamos supor, só pensando num imposto de...

Eu acho que vale a pena, eu acho que nós temos que chegar num ponto do Governo pensar: "Vamos tirar o imposto, baixar o imposto, e arrecadarmos mais". Porque só aí com imposto seriam 40, 50 bilhões de reais. É mais do que... Só nisso aí, numa pequena coisa, é mais do que uma CPMF por ano.

Mas de qualquer forma, eu sei, Sr. Presidente, que eu só perguntei assim para me esclarecer, porque eu sei que o Senador Geraldo Mesquita vai perguntar também, depois respondem todas as questões, mas eu só quero ressaltar ainda, para finalizar, que realmente essa solução é uma solução que tem que vir junto com Educação, esclarecimento, conscientização, com iniciativas do Governo, do Executivo, para dizer: "Olha, eu quero acabar com o crime organizado nesta área".

E para isto eu preciso ter mecanismos que envolvam, entre outras coisas, a questão tributária também.

E precisamos de uma Legislação mais adequada, mais ágil, que atenda às necessidades de fiscalização e de controle dos órgãos próprios, em benefício desse universo que queremos estabelecer.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, depois o Senador Romeu Tuma está inscrito.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, Srs. Senadores, Srs. convidados para esta Audiência Pública, eu quero, antes de mais nada, louvar a iniciativa daqueles envolvidos na elaboração desse Anteprojeto de Lei.

Em princípio, eu acho ele prolixo demais, extenso demais, mas é uma tentativa e deve-se louvar a tentativa.

Por uma razão muito simples, Senador Cristovam Buarque: O combate, não à pirataria, eu acho que a grande indústria foi absolutamente infeliz quando cunhou essa expressão: Pirataria. É o combate à falsificação, mesmo, e à sua comercialização.

Pirataria, no imaginário popular, já disse uma vez aqui, na outra Audiência, pirataria, no imaginário popular é uma coisa bacana, um negócio romântico.

Pirata é aquele cara que pilha o império e distribui por ali e tal. Então é uma coisa romântica.

Mas, devemos, sim, esse deve ser um combate, inclusive, permanente. O Estado deve se desenvolver nesse combate à falsificação e a sua comercialização. Independentemente do produto. Especificamente com relação à comercialização de discos, de DVDs, de CDs.

Até que alguém me prove o contrário, Senador Flávio Arns, eu acho, sim, o Governo deve cogitar a possibilidade de reduzir parcialmente a carga tributária que incide nesses produtos, mas até que me provem o contrário - Desculpem a franqueza, isso aqui não é um com ninguém em particular -, eu acho que em grande parte é a gulodice que é demais. Entende? A gulodice.

Senador Cristovam Buarque, há quatro anos atrás, um bom computador custava 4.500 reais, nesse País. hoje, o senhor compra um bom computador por 987 reais. E a prestação ainda.

Um aparelho de DVD custava 600 e poucos reais, até pouco tempo atrás. Hoje, custa 89 reais. Entende como é a coisa?

Você entra num...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Me permite só um aparte?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Pois não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu concordo com V. Exª., mas eu gostaria só que me explicasse depois porque um CD custa cinco e outro custa 30. Três por dez.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Não tem explicação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Só para me explicar, para saber o que está embutido no custo de 30 reais. Para saber se é carga tributária, se são Direitos, ECAD, não sei o que mais e tal.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Eu tenho o maior respeito pelo Direito Autoral, pela patente, acho que devemos respeitar. Isso é uma regra que não podemos tergiversar com relação a ela. Mas eu acho que a grande indústria se aproveita mesmo, mete o pé, Senador Cristovam Buarque. É exploração do consumidor brasileiro. Isso aí. É exploração do consumidor brasileiro.

Com o avanço da tecnologia, a tecnologia... Como a tecnologia influencia a redução radical de preços de produtos, Senador Cristovam Buarque, que até um dia desses eram caríssimos no nosso País, e não consegue influenciar a redução radical de preço num CD de disco, num DVD filme? Como é que pode um negócio desses? Como é que a gente pode entender isso? E as coisas se mantêm.

O aparato estadual, judicial, policial não pode ficar a serviço disso, não. Eu sou radicalmente contra isso. Acho que o combate à falsificação e a sua comercialização deve ser uma política de Estado, permanente. Agora, tem que haver a contrapartida da grande indústria, Senador Flávio Arns. A Polícia brasileira não pode ficar a serviço de quem explora o consumidor brasileiro, tira aproveito disso no nosso País. O aparato judicial do nosso País também não pode ficar a serviço. Desculpe o Dr. Manoel, pelo que ele falou. (soa a campainha) Não pode ficar a serviço.

Nós temos que ter regras, leis que disciplinem o assunto, mas, olha, me perdoem, há que haver uma contrapartida imediata da grande indústria, para que o consumidor brasileiro... Uma campanha educativa, sim. Uma política de redução, talvez, da carga tributária. Temos que ver até onde ela onera o produto, Senador Flávio Arns, que eu repito, até que me provem o contrário, não é ela não. Ela pode influenciar, mas não é ela a causa principal disso, não. A causa principal chama-se gulodice. Nós ainda somos uma colônia para esse povo aqui no Brasil.

O que o Sr. Ricardo Pimenta... Está aqui, rapaz, claramente! A média de preço de um produto desses lá fora é 25 dólares, aqui é 50 ou 60 dólares, Senador Cristovam Buarque! Tem cabimento um negócios desses? Tem cabimento um negócio desses? Nós ainda somos colônia para esse pessoal. Isso aqui é uma feira livre para esse pessoal. E nós não podemos permitir!

Se querem continuar com essa política de extorquir o cidadão brasileiro com preços absurdos, continuem. Agora, não fiquem cobrando do aparato estatal brasileiro uma ação mais enérgica. Não fiquem cobrando, porque isso... É admissível que isso aconteça! O aparato estatal brasileiro tem que continuar serenamente combatendo a fraude, a falsificação, seja de que produto for.

Agora, ação, tal, incisiva do aparato policial? Negativo! Negativo. Isso aí tem que haver uma contrapartida efetiva da grande indústria, para que as coisas possam se encontrar numa política sensata, correta, nesse País, para que o cidadão brasileiro possa comprar um produto de boa qualidade.

Por que a falsificação é ruim? Porque ela entrega ao cidadão um produto ruim, de má qualidade, é uma atividade predatória com relação ao comerciante que trabalha dentro da lei, Senador Flávio Arns. É por isso que é ela é ruim.

O anteprojeto contempla coisas, é por isso que eu fiz questão de iniciar elogiando a iniciativa, mas tem coisas aqui, me perdoe... Art. 530 “d”: “O Juiz,

ao prolatar a sentença ou determinar a suspensão do processo, determinará a destruição dos bens ilicitamente produzidos ou reproduzidos e o perdimento dos equipamentos apreendidos, desde que precipuamente destinados à produção ou reprodução de bens, em favor da Fazenda Nacional, que deverá destruí-los ou doá-los" - Ou doá-los! - "aos Estados, Municípios, Distrito Federal, instituições públicas de ensino e pesquisa ou de assistência social, bem como incorporá-los, por economia ou interesse público, ao patrimônio da União". Pode um negócio desses? A gente incorporar ao patrimônio da União um produto falsificado! Entendeu, Senador Cristovam Buarque? Um negócio de doido, isso!

Então, elogiei. A iniciativa é louvável, é válida. Agora, a proposta é prolixa demais, extensa demais, e contempla coisas que - Me perdoe! - isso aqui não posso considerar como uma proposta sensata, porque não dá.

Incorporar contrabando, incorporar produto falsificado ao patrimônio da União, aí não sei mais onde é que a gente vai chegar. Desculpem a franqueza.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero dizer para o Geraldo Mesquita...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Vou ser rápido, porque o Senador Geraldo Mesquita está muito entusiasmado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só queria dizer para o Senador Geraldo Mesquita que isso já acontece. Atualmente, os equipamentos apreendidos, televisões, computadores, DVDs e tal, eles estão sendo encaminhados para escolas públicas.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Senador Flávio Arns, o senhor permite? Existe uma diferença entre o falsificado e o contrabandeado. O contrabandeado é o produto perfeito, correto. E a cópia, a pirataria pode ser o *software* ou qualquer coisa mal estruturada. Esse não pode ser incorporado. O que se incorpora é apreensão do contrabando, que é da entrada ilegal, sem pagar os impostos. Porque o que é pirata e o que é falsificado, em hipótese alguma pode ser doado. Tem que ser destruído, mesmo, porque ele não preenche os pré-requisitos da indústria que descobriu ou que fabricou.

O que nós estamos sofrendo muito, principalmente no Paraguai, é o exemplo talvez não muito bom para essa discussão, é o cigarro que vem do Paraguai, falsificado. Quer dizer, ele tem que ser destruído, mesmo. Não dá para o senhor aproveitar.

E hoje, com as empresas de seguro dando seguro de carga roubada, que também é vendida, a indústria, às vezes, não se preocupa muito, porque o seguro vai dar cobertura. Porque ele vende duas vezes.

E o medicamento é a pior coisa que pode acontecer, Senador.

Porque o sal que é importado, vem normalmente dos países das Europa, aqui nós temos pequenas indústrias médicas, de produtos farmacêuticos, então a falsificação ou o que se importe de países que não pagam *royalties*, não respeitam o dono da fórmula, que o Brasil importado da Índia, da China, eles produzem medicamentos. Só que outro dia eu estava falando com um médico do HC, Senador Flávio Arns, ele estava dando diurético, que eu tomo esse diurético, e o doente 20 dias não conseguia melhorar. Ele falou: "Não pode ser, aumentou dose". Ele pegou o comprimido e mandou para fazer a análise química. Não tinha 20% do sal. Não tinha 20% do sal! Então hoje ANVISA tem que ter uma fiscalização fortemente em cima de quem fábrica medicamento aqui dentro, também. Ou dos produtos importados, principalmente. Precisa saber de onde vem.

Nos Estados Unidos, eles vendem muito medicamento, uma porção de coisas eles põem suplemento vitamínico e que é remédio para doenças cardíacas e tudo. E põe suplemento para não pagar impostos e nem os *royalties*. Então são coisas que não ainda a gente falar que é o Brasil, não, porque é um negócio.

O vai à *Chinatown*, lá em Nova Iorque, compra contrabando igual aqui na Rua 25. Só que lá eles usam carrinho A Polícia vem, eles fecham e saem correndo. Na 25 é o saco. Põe nas costas, vem o Rapa, ele sai. Quer dizer, não tem... É uma coisa internacional.

Nós temos que lutar sempre com projetos que punam exemplarmente aqueles que usam essa metodologia de aproveitamento.

Eu vi aqui contrafação no Brasil. Eu fui Diretor de Polícia, em São Paulo, eu acredito que tem uns 30 anos, eu criei a Delegacia Fazendária, o setor de contrafação. Por quê? Porque começaram a falsificar principalmente roupa de marca e vendiam normalmente por menos da metade do preço.

O Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo sentou conosco para fazermos um projeto que pudesse combater. Deve ter mudado muito a Legislação, mas é uma coisa importantíssima. Vai à região da Oriente, ali. Eu não estou criticando o comerciante, eu não gostaria de fazer isso, eles importam, pagam imposto de importação de produtos de marca que não paga (soa a campainha) *royalty* lá fora.

Desculpe, já passou o tempo.

Então essas coisas, a gente tem que se acautelar para poder vencer.

E se não houver um acordo internacional, Presidente, eu acho que é difícil a gente... E de fronteira, principalmente. Agora, no MERCOSUL, que o senhor está, a gente tem que decidir algumas coisas nesse sentido. Como combater o crime de fronteira, que é o que faz principalmente o tráfico de produtos ilegais. É uma tese que a gente tem que defender lá no MERCOSUL, para criar uma Legislação. Porque não adianta o senhor fazer uma Legislação dura aqui e no outro país é liberado. Então o cara entra por qualquer esquina, porque não tem uma fronteira física de proteção. Ela é uma risca imaginária. Uma linha imaginária. Então é difícil o combate. Agora, deixar de combater aqui dentro, eu acharia que seria absurdo.

E o custo vai em cima do que? Do imposto. *Royalty*. Quando o cantor faz um CD, tem que pagar a taxa dele. Muitas vezes o ECAD (falha no áudio) e aqui tem briga entre ECAD e o cantor, quer dizer, é um tumulto dentro do que é legal. Então essas coisas sobem o preço, claro. Quem quiser fazer direitinho tem que pagar tudo, não pode deixar nada de lado. Então tem que ter uma planilha, vai ver que os custos elevam o preço de venda.

Porque o senhor vai à 25, compra três vídeos por dez reais.

Esse da rota lá do Rio de Janeiro, apareceu o pirata antes de terminarem o filme. Então são coisas malucas.

Porque a máquina de copiar, põe assim, em cinco minutos sai um filme, uma cópia igual. E às vezes de boa qualidade, pelo equipamento que são fabricados e cópia.

Desculpa interromper, mas eu vou ler com calma toda essa...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Antes de passar a... Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Nobre Senador Cristovam Buarque, eu gostaria de, em rápidas palavras, cumprimentá-lo pela iniciativa de promover esta Audiência Pública, e de modo particular, reconhecer que foi boa a iniciativa dos Senadores Senador Flávio Arns e da Senadora Marisa Serrano.

E também quero mencionar um fato, que aqui foi dito à saciedade, é que, na realidade, nós vivemos num momento em que há uma relativização de valores. A sensação que a gente tem é que o certo está virando errado, que a verdade está sendo contraposta pela mentira, etc.

Mas de toda maneira, acho que a Comissão toma um bom rumo quando resolve, através de Projeto de Lei, analisar a questão. E acredito que o caminho adequado é esse. Quer dizer, nós não podemos perder a esperança, se assim posso dizer, de que tendo instrumentos legais, nós teremos condições de combater esses diferentes crimes em que tanto se empenha esta Comissão já há algum tempo.

Eu espero que aprovado aqui na Comissão de Educação a matéria, vai à Comissão de Constituição e Justiça, nós possamos oferecer ao Poder Executivo uma boa proposta. E em assim acontecendo, nós estaremos dando a nossa contribuição, como a Casa das Leis.

Por fim, gostaria de observar ao Senador Romeu Tuma, que é um grande conhecedor do tema, que dizem que a Rua Vinte e Cinco de Março é uma rua onde há muita pirataria, muito contrabando, etc. E que é um paradoxo que essa rua tenha o nome "Vinte e Cinco de Março", por ser a data da primeira Constituição Republicana.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – O pior, Senador...

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – E é justamente a Constituição...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – O melhor da minha vida é que eu nasci lá. Numa vila da Rua Vinte e Cinco de Março.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Então talvez seja por causa do nascimento de V. Exª. Eu pensei que era pelo aniversário da Constituição.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Nasci lá, pela parteira, na Rua Vinte e Cinco de Março, numa vila. E agora tem muito comerciante sério lá.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu avalio.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Ali, comércio normal é sério. Agora, é o sacoleiro, é o pirata, são aqueles que vão tentar vencer uma dificuldade financeira para poder se alimentar. Agora, os grandes exploradores têm grandes depósitos, que estão sendo descobertos pela Polícia. Entregam para meia dúzia de sacoleiros, que vão lá, abrem a banca, fecham e vendem seus produtos, repõem, e se perder, o dono da mercadoria repõe sem cobrar. Então esse é um mecanismo horroroso.

E a Vinte e Cinco de Março é histórica, não é?

Desculpe.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Eu agradeço o aparte do nobre Senador Romeu Tuma e devolvo a palavra ao Presidente Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Obrigado, Senador Marco Maciel.

Antes de passar a palavra, eu queria dizer que nós estamos trabalhando muito com o verbo combater e pouco com o verbo evitar. É uma tradição nossa. A

gente sempre, a velha história, deixa a porta aberta, depois vê como é que evita.

Tem que combater, sem dúvida alguma. Não pode continuar, porque a pirataria terminará, em médio ou longo prazo, reduzindo a produção cultural. Porque se os autores não recebem seus Direitos Autorais, terminam sem produzir tanto. É um desincentivo à cultura. É um desincentivo à indústria. Como diz o Senador Flávio Arns, é um incentivo à criminalidade, de alguma forma.

Entretanto, eu acho que a gente tem que analisar algumas coisas, que se a gente não tomar cuidado, não tem lei que consiga evitar. Uma, o desemprego que está aí. Se o trabalhador tivesse um emprego de oito às seis da tarde, ele não ficaria na Vinte e Cinco de Março vendendo. Segundo, o avanço técnico que facilita, sobretudo nisso de descarregar no computador as músicas. Terceiro, a tradição cultural brasileira da contravenção. Os exemplos dados em todos os setores, em todos os lados, de que a gente termina tolerando. A tolerância, melhor dito, que a gente tem.

A lei, entretanto, o Projeto de Lei tem por objetivo ver como combater já, antes de evitar em um futuro. Mas sem querer esquecer que é preciso evitar e não apenas combater.

Nossa lei, essa que está sendo debatida, eu estou de acordo que é muito complicada, prolixa, como disse o Senador Geraldo Mesquita. Tem que ser simplificada, e para isso a gente está aqui, com os debates que fizemos.

Essa é a segunda Audiência, vamos ter mais uma já, em cima do Anteprojeto. E depois ainda vai para a Comissão de Constituição e Justiça, onde será modificada, trabalhada, para ver se a gente consegue combater, enquanto não se esquece de evitar.

Mas eu queria fazer uma pergunta na linha do evitar: Tecnologicamente, não há forma de evitar a pirataria? Não há maneira de fazer com que uma música não seja descarregada no computador de uma pessoa sem pagar um direito, automaticamente?

Como hoje tem escritor que já não escreve mais em papel, já escreve diretamente no computador, mas a pessoa só recebe se pagar um direito. Esse grande escritor de teor, chamado Stephen King, atualmente, Senador Marco Maciel, os livros dele são feitos diretamente. Inclusive seriados. São seriados. Mas lá na ponta, ninguém descarrega sem haver um pagamento, a não ser que haja pirataria também aí. Sobretudo porque um descarrega e depois passa para outro.

Mas eu pergunto: Não tem como colocar uma vacina em cada programa de computador, em cada *software*, de tal maneira que ele não possa ser replicado, que ele não possa ser clonado, sem uma interrupção ou um pagamento? Não pode valer isso também para os CDs? Essa é a pergunta: Se tecnicamente não dá para evitar.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Nas locadoras tem uma trava, que não pode usar. Mas a pessoa tira fora, destrói. Já existe.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo então a palavra, na ordem que nós tivemos...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Desculpe interromper, porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não, eu agradeço.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Nós, durante algumas investigações, a gente percebia que tinha. A indústria põe a trava, que o próprio vídeo não pode passar o pirata. Mas eles quebram. Fazem uma destruição lá, não sei de que forma, e acaba entrando normalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo a palavra, então, a partir do Dr. Cleiton Jorge.

SR. CLEITON WILSON JORGE – O avanço da tecnologia, como foi dito aqui, é muito benéfico para todos os setores, mas, infelizmente, também ajuda a pirataria.

Já existiram tentativas de se colocar proteção em DVDs, em CDs, mas os *rackers* que existem hoje em dia conseguem quebrar essa proteção, até com certa facilidade.

Até mesmo em aparelhos eletrônicos. Nos Estados Unidos, o *I-Phone*, ele tinha uma proteção para que não fosse utilizado com outras operadoras, e um garoto de 16 anos conseguiu quebrar essa proteção.

Então a proteção é muito difícil de se colocar. O mercado já tentou isso algumas vezes, em algumas ocasiões, mas ela se mostrou ineficaz, porque o pirata consegue quebrar isso.

Com o advento da Internet, da Banda Larga, a partir do momento em que esse produto está na Internet, aí fica muito difícil de evitar a disseminação, como foi com "Tropa de Elite". A partir do momento em que ele caiu na rede, a primeira cópia dele, foi muito difícil se bloquear isso. E hoje, já mais de três milhões de pessoas viram o filme, sendo que ele foi lançado na semana passada. Mas isso vai refletir lá na frente, no cinema, na locação dele.

Só complementando a respeito do próprio anteprojeto, para o mercado de cinema e de música, nós entendemos que o aumento da pena mínima é importante, até como um fator de educar a população através da pena.

A perícia por amostragem também é um fator muito importante. A apreensão de produtos piratas, ela tem aumentado muito. Nós temos, em São Paulo, um depósito com mais de dez milhões de CDs e DVDs. Nós fazemos esse trabalho de ficar com esse material depositado para nós, então a perícia tem que ser realmente por amostragem. E a destruição tem que ser mais rápida, porque nós ficamos como depositários desse material, nós somos responsáveis por esse material. Então, muitas vezes, se acontecer algo com esse material, nós vamos sofrer alguma penalidade e o pirata não vai, lá na frente. Então essa tentativa de se alterar a lei nesse sentido, é muito benéfica. Nós entendemos assim.

E quanto ao preço que foi falado, é sempre uma discussão muito grande que existe. A indústria já tem feito tentativas de lançar produtos a preços menores. O CD da Vanessa da Mata saiu a 9,90. É um CD diferenciado, chama CD zero, ele saiu com cinco músicas em um encarte um pouco diferenciado também, para se baratear o custo desse CD, mas já é uma tentativa de se fazer um produto a um preço menor. Mas o custo de produção, a carga tributária, os Direitos Autorais que são pagos, não é só o cantor que vai ganhar, os músicos também ganham.

No filme existe a trilha sonora. Você tem que pagar também Direitos Autorais em cima dessa trilha. Isso tudo encarece o produto. É uma realidade.

E baixar preço, a indústria tenta baixar até o nível que lhe é possível, que lhe é permitido, mas não vai ser assim que a gente vai conseguir, infelizmente, combater a pirataria no Brasil, porque o pirata vai pagar 50 centavos de real na mídia virgem e só. Ele tem um gravador de CD, ele vai fazer cópias e cópias e mais cópias, e muitas vai colocar o produto à venda embaixo do *outdoor* que o estúdio ou que a gravadora pagou para colocar na rua. Ele coloca ali embaixo a banquinha e vai vender o produto dele. Então existem tentativas nesse sentido, mas não vai ser assim que a gente vai conseguir, realmente, combater a pirataria.

Em outros países já foi falado que existem preços diferentes, mas também existe a escala de venda desses produtos, o tamanho do mercado.

Então, com certeza, se a pirataria baixar alguns pontos percentuais, com certeza vai haver uma distribuição maior desses filmes e dessas músicas e também a tentativa de se baixar o preço.

Já existe a tentativa, hoje em dia, a indústria já está vendendo música pela Internet também, não vende o disco todo, vende faixa a faixa, você pode comprar as faixas de lhe interessar, e também é uma maneira de se baratear. Você vende muito mais barato isso.

Isso daqui a pouco vai acontecer com vídeos também, com os filmes, vão ser vendidos pela Internet.

Então a indústria está se movimentando nesse sentido também de combater a pirataria no campo dos piratas, que hoje em dia também é a Internet.

E como eu disse, o anteprojeto vem de encontro à expectativa da indústria. Para a pirataria de CD e DVD, a pena mínima já é de dois anos, dois a quatro anos, com a alteração do Código Penal em 2003, então já houve um avanço muito grande nesse sentido.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Ricardo Pimenta.

SR. RICARDO PIMENTA – Exmo. Senador, eu posso também responder a pergunta da Senadora Marisa Serrano? Todas?

Primeiro, em respeito aqui aos Exmos. Senadores Geraldo Mesquita e Marisa Serrano, saíram, a nossa é uma associação de abnegados, de alguns abnegados. Nós não temos estrutura nenhuma, a nossa associação é virtual. As associações regionais, os sindicatos regionais, nós unificamos. Nós estamos organizando as locadoras do Brasil inteiro. As nossas associações regionais e alguns sindicatos têm já alguma estrutura. Eu recebi o anteprojeto com alguns dias antes, e eu não tive, eu não sou Advogado, não tenho formação jurídica, e nós não tivemos tempo hábil de colocar sugestões específicas.

Mas se vocês permitirem, eu tenho condições, eu me comprometo, num prazo entre 15 e 30 dias, no máximo, de enviar por e-mail, para o Júlio, sugestões específicas sobre o Projeto de Lei, no sentido, como uma contribuição, pela nossa prática de lidar com o Ministério Público, com Executivo, com os Conselhos Regionais, de aperfeiçoamento.

A grande questão que eu vejo com relação ao Anteprojeto de Lei, que é uma opinião de alguns Promotores com quem eu tenho conversado, é que eles dizem o seguinte: "Ricardo, eu recebo a sua denúncia, eu quero que você me mande a sua denúncia" - Eu tenho mandado algumas denúncias bem fundamentadas - "só que ela esbarra num Juiz. Porque a interpretação do Juiz é uma interpretação diferente da nossa". Até eles brincam, que alguns Promotores me disseram: "Ricardo, o Juiz, ele pensa que é Deus. E o Desembargador tem certeza que é Deus". Eles brincam, citando isso. E eu sou lá um cidadão, que fico espantado de ver como um Desembargador, um Promotor, um Procurador da República estão pessimistas com relação ao Poder Judiciário.

Então a nossa contribuição num nível mais amplo, macro, seria tentar fazer esse anteprojeto de uma forma que ele fosse aplicado no Judiciário no sentido

das condenações. Eu vou tentar fazer isso, usando amigos que a gente tem pelo Brasil inteiro, o pessoal aqui de Brasília, que está muito organizado, para que a gente... Posso dar sugestões concretas com relação a esse aspecto.

A outra questão que eu quero citar, com relação a imposto, especificamente na indústria de vídeo, Exmo. Senador Flávio Arns, a carga tributária não é problema. A carga tributária na indústria de vídeo, segundo as palavras do Presidente da Videolar, que é a maior indústria do setor, é menor que a cesta básica. Ele comenta não se deve ou não se pode explicar os preços estabelecidos devido a carga tributária, que no caso brasileiro, essa carga é inferior a da cesta básica. Então não é problema de tributação no caso da indústria de vídeo.

É evidente que tem, na remessa dos *royalties*, em nosso Governo, como política de Estado, tem que exercer de cobrar o Imposto de Rendas sobre os dividendos, e esse Imposto de Rendas sobre os dividendos e *royalties* é de 25%. Mas tem ainda a renúncia fiscal, que a indústria consegue aproveitar parte desse Imposto de Rendas que é perdido e contribuir para o cinema brasileiro, e vai ter algum retorno ou não, mas, enfim, ele tem uma expectativa de retorno. E no caso do Imposto de Rendas, pagou e acabou.

Com relação à escala também, eu adoro o Cleiton, é um guerreiro, adoro o Cleiton, é um guerreiro, um amigo, a gente luta juntos, a gente se expõe, a gente corre riscos nessa luta contra pirataria, mas ele está redondamente enganado. Você desculpe! Porque, por exemplo, na Argentina, que o mercado de vídeo é 10% do brasileiro em tamanho, ou seja, não tem a escala que nós temos, o preço também é metade do Brasil. Inclusive é curioso que na Argentina, por exemplo, alguns produtos são colocados lá, da Sony, Warner, tem algumas indústrias brasileiras, a Sony é uma delas, com certeza, a FOX também, e a Videolar produz em Manaus, exporta para a Argentina, vende lá por 30 reais, 40 reais. Então o que está acontecendo?

Algumas locadoras brasileiras, que são chamadas de espertas, hoje, descobriram isso e estão importando, (soa a campainha) porque esse título tem legenda em português.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Dr. Ricardo o senhor está...

SR. RICARDO PIMENTA – Então nós estamos comprando mais barato na Argentina para poder...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Só para lhe esclarecer um pouquinho, Dr. Ricardo...

SR. RICARDO PIMENTA – Desculpe, pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu que peço desculpas, porque o senhor está trazendo uma coisa aqui séria, com essa vinculação do MERCOSUL, então. Mas lá em Manaus, nós fizemos algumas diligências de roubo de cargas, e a Receita, com a Polícia Federal apreenderam em uma indústria várias mercadorias que são vendidas como brasileiras, mas importadas da China e ou da Coréia, escrito Brasil com Z, sem cedilha, quer dizer, não tiveram nem o cuidado de trocar a plaqueta. Então são coisas difíceis de controlar.

SR. RICARDO PIMENTA – Mas esse caso não é assim, não. Esse caso não é.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Não, eu digo, esse é um caso mecanicamente perfeito ou fiscalmente perfeito, porque vai e volta com a isenção de impostos que são feitos. Então teria que ser proibido o retorno dessa mercadoria. Se vende para um País com benefício fiscal, não pode retornar à origem.

SR. RICARDO PIMENTA – Com relação aos números, também respondendo, é a minha parte final, é o seguinte: Os números dessa indústria, a UBV, que congrega mais ou menos, no mínimo 80% do negócio no Brasil, ela vendeu, em 2006, 28 milhões de unidades físicas, entre varejo e locação, ela vendeu 28 milhões. A importação, segundo dados da MPA(F) - se tiver algum erro o Cleiton me corrija - segundo dados da MPA(F), a importação, por esses portos que foram citados, foram 220 milhões de unidades físicas. Então vocês vêem, a Associação das Indústrias que congregam 80% do mercado, venderam quase 80 milhões de unidades físicas e a importação oficial de mídia virgem foi de 220 ou 230 milhões, em 2006. Então para onde vai isso?

Então os números da pirataria são números astronômicos. A gente não tem como levantar. O fato é que a desproporção entre o que é vendido regularmente e o que a gente imagina onde vão parar esses 200 e tantos milhões de mídias virgens, fora o contrabando, então a pirataria tem proporções astronômicas no Brasil.

E a nossa convicção é que o mercado brasileiro, se não for controlada a pirataria, vai virar um México. Onde em setembro do ano passado, a exposição do Vice-Presidente da Sony na América Latina, um mexicano, disse que eles lá perderam a guerra e o mercado legal lá só existe para atender alguns consumidores que querem ter o produto original. Então eles criaram uma organização de locadoras lá, com benefício, como *Blockbuster*, para poder atender uma parte pequena da sociedade mexicana.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Passo a palavra ao Sr. José Henrique Werner.

SR. JOSÉ HENRIQUE VASI WERNER – Senadores Sr. Presidente, demais Senadores, principal-

mente Senador Romeu Tuma, eu gostaria de chamar a atenção pelo seguinte, uma coisa que eu falei talvez rapidamente, até em função do tempo, o senhor muito bem colocou, Senador Romeu Tuma, a questão dos remédios falsificados. Nós, quando pensamos em contrafação, temos que pensar como um todo. Não podemos restringir a CD, a DVD, a *software*. Desculpem aqui, mas, realmente, nós temos que falar sobre o problema da contrafação como um todo. Não aqui restringir à questão da violação de Direito Autoral ou à violação do *software*. Nós temos que incluir a marca, a patente, a concorrência desleal, porque são indústrias nacionais que estão tendo prejuízo.

Eu não sei se os senhores sabem, algumas indústrias nacionais são falsificadas na China. Tive oportunidade de participar de algumas apreensões na China de indústrias nacionais que estavam tendo seus produtos falsificados lá. E não eram de CD, de música, de vídeo ou de *software*. Uma era de cutelaria e a outra era de bebidas.

Então temos que chamar a atenção para esse fato. São todos os institutos relativos à propriedade imaterial.

Por que esse projeto de lei é interessante? Porque ele, primeiro, ele vai tratar especificamente, e talvez derrubar, qualquer chance de teorias que são criadas a fim de impedir que o processamento e o julgamento desses processos criminais tenham andamento.

Primeira dessas teorias: Suspensão condicional no processo. Então não entendo aqui, na minha humilde opinião, não entendo que aumentar a pena em dois meses vai livrar a questão dos crimes de propriedade imaterial da suspensão condicional do processo, até porque, uma das decisões de dois anos, que permitia a suspensão condicional do processo em crimes com pena mínima de dois anos, essa tese já caiu. Então volta-se à questão de um ano. Então não ainda majorar a pena mínima, porque isso não vai ter um reflexo tão efetivo na questão.

Acho que pior do que a suspensão condicional do processo é a prescrição pela pena ideal. Não sei se os senhores conhecem, mas a teoria que defende a prescrição do crime pela pena ideal é a pena supostamente aplicada pelo Ministério Público e pelo Juiz, ao crime, ou seja, se um crime tem pena máxima de um ano e a prescrição da pretensão punitiva desse crime se dá em quatro anos, se o Ministério Público, ele chegar aos autos e afirmar que aquela pena será aplicada não no máximo de um ano, mas de seis meses, esse crime decai em seis meses ou em dois anos. Então é impossível chegar até o fim do processo procedimento penal. Exatamente, tem a questão das penas alternativas.

Acho muito importante o projeto, porque ele tira os crimes contra a propriedade imaterial do rol de crimes de menor potencial ofensivo. Porque os crimes de menor potencial ofensivo não têm a menor atenção do Judiciário. A menor atenção do Judiciário.

Então a questão do crime de bagatela, fala-se que o crime contra a propriedade imaterial é um crime de bagatela. Não é. As questões cíveis envolvidas numa violação de Direto de Propriedade Imaterial são muito bem tratadas pela Lei de Direitos Autorais, por exemplo, que coloca uma indenização de, no mínimo, três mil vezes o valor daquela unidade falsificada vezes o valor do produto, num caso de não se saber o número da edição, o número de produtos feitos com aquela edição fraudulenta.

Além disso, a questão das sanções internacionais, eu sei que vai apitar agora, mas ainda tenho um minuto, não é isso? (soa a campainha) A questão das sanções internacionais dadas pelos Estados Unidos, por exemplo, quanto ao *Special Trial One*, que é uma questão da Casa Branca, aquele USTR, *United States Trade Representative*, eles colocaram o Brasil numa *Priority Watch List*, que seria uma lista prioritária de países em observação, enfim, são países que são observados quanto à proteção à propriedade intelectual, à proteção efetiva à propriedade intelectual. Então isso é mais um fator que nos leva a refletir sobre modificar a Legislação.

E quando eu falei inicialmente sobre incluir os crimes contra a propriedade industrial nesse projeto, talvez seja o caminho, porque nós estaríamos tratando todos os crimes desse arcabouço legal relativo à propriedade imaterial, num só Anteprojeto de Lei. Então talvez seja interessante isso.

Por fim, quanto à argumentação do Senador, que agora está ausente, quanto à geração de empregos e a relação entre geração de empregos e a leniência ou a desídia contra as atividades piratas ou de contrafação, não creio eu que tenham uma relação, porque, sinceramente, todas as empresas - E aqui eu defendo, eu estou falando em nome da Associação Brasileira dos Agentes de Propriedade Industrial -, são profissionais que atuam perante o INPI, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial para depositar marcas, patentes, enfim, atuar nesse âmbito de contratos e todo o depósito, a proteção da propriedade industrial, então não tenho aqui a pretensão de falar em nome das outros associações, mas creio que todas as empresas privadas que protegem a sua propriedade intelectual, lembrando que o Art. 5º da Constituição Federal menciona nos seus incisos XXVII e XXIX que a intenção é exatamente o desenvolvimento tecnológico do País, estimular a inovação. Então nós temos que lembrar

que a inovação, quando ela é conduzida por empresas privadas, ela deve ser observada. E as empresas privadas, para inovar, para terem um arcabouço, um conjunto de propriedades intelectuais no âmbito das suas atuações, ela precisam de pessoas. Essas pessoas são empregadas também. Essas empresas, portanto, geram empregos, da mesma forma.

Talvez as pessoas que estejam empregadas formalmente recebam muito mais benefícios do que aquelas que estão trabalhando na informalidade. Então lembrando que os argumentos talvez utilizados aqui anteriormente não têm, não guardam uma relação própria. Não adianta dizer que deixando a propriedade intelectual seguir seu caminho sem a devida proteção, isso vá contribuir, de alguma forma, para melhorar o nosso País.

Então eu acredito que a gente tenha que pensar e refletir um pouco sobre o Projeto de Lei específico, mas também, como o Sr. Presidente mencionou, sobre a questão da Educação. Não adianta somente reprimir, temos que evitar. Sermos um pouco preventivos também. Então talvez aí entre a questão da Educação, de criar campanhas públicas, de colocar o consumidor também, talvez até no debate, para o próprio consumidor poder apresentar ali seu argumento, e talvez ele possa se convencer de que ele está atuando não de uma forma legal, e observando os demais, os demais da população.

Eram esses os meus comentários. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo a palavra ao Sr. Manoel dos Santos.

SR. MANOEL ANTONIO DOS SANTOS – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

De uma forma singela, evidentemente que a gene pode sugerir alterações no texto, e a gente vai fazer. Mas se eu tivesse aquele poder mágico de determinar que se assinasse a lei como ela está, eu estimularia. Está muito bem elaborada. Um projeto como a gente nunca viu dentro desta Casa em matéria de proteção à propriedade intelectual.

Mesmo com todo o esforço daquela CPI do Combate à Pirataria, o projeto que saiu da Comissão não tinha a amplitude, as previsões e os cuidados que esse projeto tomou.

A ressalva que o Senador Geraldo Mesquita fez, foi, talvez, dificuldade, na pressa de ler, porque diz assim o Art. 530: "O Juiz, ao prolatar a sentença e expressão do processo, determinará a destruição dos bens ilicitamente produzidos ou reproduzidos". Vai se destruir os bens. O que vai se transferir para o patrimônio da União são as máquinas que estavam sendo usadas na produção desses bens. Então mesmo nesse particular o projeto... O patrimônio, os equipamentos que foram usados na produção dos bens. Então até nesse particular o projeto é perfeito.

Em relação ao preço na nossa indústria, é importante a gente perceber que a inovação é um aspecto interessante do preço. Isso é comum. Mesmo nas roupas, as mulheres preferem pagar três vezes o preço na boutique, mas ter a certeza de que ninguém vai à festa com um vestido igual. Na área da tecnologia é isso: A gente pegar os televisores de plasma para comparar daqui a dois, três anos, em matéria de *software* também é isso.

Eu me lembro em 89, quando a gente fez as primeiras ações de combate à pirataria e a divulgação na televisão, eu cansei de ver empresas adquirem uma cópia do Lotus por 2000 dólares. Hoje você adquire da mesma empresa o *Smart Switch*, que tem o Lotus, tem a planilha de apresentação e um processador de texto, muito mais evoluído que aquela versão de 89, por 200 reais.

Na área de *software* existem alternativas. Praticamente todos os programas de computador, a gente tem alternativas muito mais econômicas. Em alguns até na linha do *software* livre.

Mas eu diria que o problema maior em relação à pirataria, na nossa convicção, é a falta de cultura.

Eu fui uma vez em Brusque, participar de um seminário promovido pela Polícia Federal, e lá tem um Shopping, um Shopping regular, que é da indústria de roupas local. Eu fui fazer a compra, paguei com um cheque e esqueci a caneta no balcão da loja. O comerciante mandou uma das empregadas deles me procurar no Shopping para me devolver a caneta, de 30, 40 reais.

A nossa cultura latina de crime, que é errado pegar propriedade material do outro já está muito bem sedimentada. Falta a gente formar a cultura de que pegar a propriedade intelectual é tão greve quanto a propriedade material. E nisso a indústria tem culpa. Nós precisamos ajudar a formar essa convicção. Se a gente olhar a consciência do povo brasileiro em relação à proteção à natureza, ao meio ambiente, é muito mais evoluída hoje do que há 40 anos. Porque há 40 anos nós vimos falando de proteger os animais, proteger a natureza, proteger o meio ambiente.

A indústria de *software* tem parte de culpa e já está fazendo essa *mea culpa*. Existe algum projeto, por exemplo, que a gente faz com a AMCHAM, de visitar escolas falando sobre a questão da pirataria. As campanhas que a gente tem feito na televisão e no rádio é mais no sentido educativo do que repressivo.

E nós precisamos ajudar o povo brasileiro, o povo latino, de um modo geral, a formar a convicção

de que pegar uma cópia não autorizada de um filme de alguém é tão errado como pegar o CD que um colega deixou no balcão.

Muito obrigado pela paciência de vocês em nos ouvirem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço a todos os expositores.

Creio que, pouco a pouco, a gente está chegando a uma posição sobre o Projeto de Lei. Não há dúvida que o assunto é muito complexo, como muitos desses assuntos que implicam em compactibilizar a sociedade com o avanço técnico. Isso é o que está por trás.

Desde a xérox que a gente vive esse problema de direitos autorais em relação a livros.

Eu fico satisfeito de ouvir a boa referência ao Projeto de Lei, mas a gente ainda quer melhorar e vamos continuar discutindo, temos mais uma Audiência em cima do anteprojeto, e eu espero que, em breve, a gente chegue a uma proposta que vá adiante.

Eu quero, antes de encerrar, dizer que amanhã vamos ter mais uma Audiência Pública, dessa vez para prestar informações e, ao mesmo tempo, nosso reconhecimento em relação a Jogos Pan-Americanos realizados no Rio de Janeiro. E vamos homenagear os atletas brasileiros participantes do evento. Foi um requerimento de autoria do Senador Renato Casagrande, da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Flexa Ribeiro, com aditamentos do Senador Flávio Arns e o próprio Senador Cícero Lucena. Vão estar aqui o Ministro Orlando Silva, o Sr. Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, o Secretário do Executivo do Ministério do Esporte que cuidou do Pan, que é o Addison Natanael Ribeiro, o Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Vital Severino Neto, o Secretário Executivo do Pan e do Parapan, Ricardo Leyser, e o Secretário de Nacional de Esporte de Alto Rendimento, Djan Madruga.

Está encerrada esta Sessão.

(Sessão encerrada às 12h38.)

Ata da 46ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de setembro de 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dezenove minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Gilvam Borges, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Neuto De Conto, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Wellington Salgado, Mão Santa, Valdir Raup, Edison Lobão, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Papaléo Paes e Augusto Botelho que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, dos Senhor Wadson Ribeiro, Secretário-Executivo do Ministério dos Esportes; Senhor Ricardo Leyser, Secretário-Executivo do Pan-Americano e Parapan-Americano; Senhor Djan Madruga, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento; Senhor Júlio Filgueira, Secretário Nacional de Esporte Educacional; Senhor Carlos Roberto Osório, Secretário Geral do Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007 e Diretor de Relações Internacionais do Comitê Olímpico Brasileiro; Senhor Bernard Rajzman, Presidente da Comissão de Atletas do Comitê Organizador dos jogos Pan-Americanos Rio 2007 e Membro da Assembléia do Comitê Olímpico Brasileiro; Senhor Andrew Parsons, Presidente do Comitê Paraolímpico das Américas e Senhor Waldemar de Souza, Chefe de Gabinete do Ministro dos Esportes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, o que é aprovado. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimento nºs 032 (Senador Renato Casagrande e Flexa Ribeiro) e 033/07-CE, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Ideli Salvatti e seus respectivos Aditamentos, de nºs 01 (Senador Cristovam Buarque) e nº02/07, de autoria do Senador Flávio Arns, que tem como objetivo prestar informações sobre os jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos realizados na cidade do Rio de Janeiro e homenagear os atletas brasileiros participantes dos eventos. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Vital Severino Neto, Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB; Senhor Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB e Excelentíssimo Senhor Orlando Silva, Ministro de Estado do Esporte. Finda a exposição, o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Renato Casagrande, autor do Requerimento, Wellington Salgado de Oliveira, Inácio Arruda e Paulo Duque. O Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, requer que a Comissão oficie

ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sugerindo a condecoração, pelo Poder Executivo, dos organizadores dos jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos. A sugestão é acatada por todos. A presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental declaro aberta a 46ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está Aprovado.

A presente reunião atende a requerimentos aprovados nº. 032 e 033 de 2007 da Comissão de Educação, de autoria dos Senadores Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Flexa Ribeiro, e aditamentos nº. 01, 02, ao Requerimento nº. 032/2007 da Comissão de Educação e 01 ao Requerimento nº 33/2007, de autoria dos Senadores Flávio Arns, eu próprio, Cícero Lucena e se destina à reunião a prestar informações sobre jogos Pan-americanos realizados na cidade do Rio de Janeiro e muito especialmente homenagear os nossos atletas e os organizadores daquele evento.

Dando início à Audiência Pública solicito ao Senador Flávio Arns que traga os convidados para que tomem assento à Mesa.

Eu quero agradecer aos nossos convidados que aqui vieram, dizer que essa Sessão foi convocada por iniciativa de diversos Senadores, e Senadoras, com o objetivo de termos o máximo de esclarecimento sobre o Pan, mas, sobretudo, com o objetivo de prestarmos uma homenagem aos atletas e aos organizadores deste evento que eu creio que está na história já do Brasil.

Agradeço a presença, quero dizer que não se preocupem que não estão aqui todos os Senadores da Casa, porque são dezenas de atividades simultaneamente, mas que o que importa é que o Senado nesta Comissão de Educação está prestando homenagem, transmitindo pela televisão Senado que repetirá diversas vezes ao longo do tempo, e, sobretudo, vai ficar registrado nos anais da Casa, tanto nos anais escritos quanto nos canais televisivos, auditivos, vai ficar registrado essa nossa Sessão com homenagem.

Eu quero passar a palavra em primeiro lugar, conforme foi acordado ao Vital Severino Neto, que é o Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, a quem agradeço muito a presença e passo a palavra por 15 minutos.

SR. VITAL SEVERINO NETO – Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em primeiro lugar ao cumprimentá-lo eu gostaria de cumprimentar a todos os Senadores aqui presentes, a todos os Senadores dessa Casa. Cumprimentar o Ministro Orlando Silva e, em seu nome, também na sua pessoa cumprimentar a todos os funcionários e colaboradores, Secretários e dirigentes do Ministério do Esporte. Meu amigo e companheiro Carlos Nuzman, ao cumprimentá-lo eu cumprimento também a todos os dirigentes esportivos que possam estar presentes nessa reunião, nessa solenidade, nessa audiência.

Senador Cristovam, Senadores, é um momento de muita... De muito regozijo para nós, para o esporte brasileiro. O esporte nacional eu acredito que esse ano marcou uma posição que há tempos a gente vinha buscando em termos de confirmação de tudo que a gente lutava para demonstrar que o País, que o Brasil, não só na esfera governamental, mas também na esfera privada é um País que sabe organizar e que tem condições de produzir no Brasil grandes eventos. A presença do Governo Federal de forma decisiva na organização dos jogos Pan-americanos e para-Pan-americanos. A presença dos outros entes governamentais, Governo do Estado do Rio, Prefeitura do Rio de Janeiro, mas tudo isso eu gosto e quero ressaltar a presença marcante pela vontade do Presidente Lula em que esse evento pudesse acontecer. E, na área, na esfera privada, a capacidade com que... E a competência demonstrada pelo comitê organizador dos jogos Pan-americanos e para-Pan-americanos ficou evidenciada através de toda a... De todo o retorno que foi conseguido e que foi obtido dos países participantes e dos dirigentes internacionais e porque não dizer dos participantes, dos atletas internacionais e também e principalmente dos atletas brasileiros.

Falar de resultado técnico, eu acho que até seria dispensável. Porque a melhor campanha que o Brasil já realizou. E aqui eu peço licença para concentrar na questão do para-Pan, do esporte paraolímpico para fazer minhas análises e observações.

Com relação aos jogos para-Pan-americanos, jamais em tempo algum até pelo pouco tempo de

existência desse evento que nós tivemos 1999 na Cidade do México, 2003 em Mar del Plata em outra situação completamente diferente da que aconteceu no Rio de Janeiro. No México, quando houve o para-Pan, havia acontecido o Pan em Winnipeg no Canadá com organizações absolutamente diferentes. Em Mar del Plata absolutamente da mesma forma, o Pan acontecera em Santo Domingo e o para-Pan foi para o Mar del Plata.

O número de delegações, o número de esportes e acima de tudo a qualidade na organização eram diferenciais. Hoje, e na época, se perguntava muito qual seria a expectativa nossa com relação a resultados e a participação do Brasil. E a gente não tinha parâmetros. Pela primeira vez, os jogos para-Pan-americanos, por iniciativa do Presidente Nuzman e do comitê organizador se realizaria com a mesma estrutura e com a mesma organização dos jogos para-Pan-americanos. E os jogos para-Pan-americanos também começaram a ser organizados em 2002, 2003 a partir do momento que o Brasil conquistou o direito de realizar, o Rio de Janeiro, conquistou o direito de organizar os jogos Pan-americanos e por via de conseqüência os para-Pan-americanos. Então nós não tínhamos parâmetros. México e Mar del Plata, os Estados Unidos, Canadá, compareceram com delegações, para não dizer insignificantes, mas diminutas. Isso em razão da falta de estrutura e de organização. Foram eventos que foram organizados no prazo de menos de um ano. Então a gente sabe que esses países eles têm todo um planejamento de longo prazo e seria impossível participar daqueles eventos com suas equipes. Nós tivemos o para-Pan no Rio e obviamente esses países tiveram tempo. Tanto que Estados Unidos compareceram com uma delegação de mais de 100 atletas e componentes. O Canadá em torno de 100, o México com mais de 150.

Então nós tivemos no Rio de Janeiro 26 países participando, que foi um recorde, de todas as participações, um número significativo de atletas, aproximadamente entre 1.200 e 1.300 atletas e 10 esportes de alto nível e de alta qualidade.

O Brasil em termos de resultados técnicos, obviamente eu acho que superou a expectativa de muita gente. Nós esperávamos brigar com Estados Unidos, Canadá e México pela ponta por ser um dos primeiros. Mas a gente realmente, sendo muito honesto, a gente não esperava que a vantagem que o Brasil teria em resultados técnicos seria tão grande. Que a gente conquistasse o dobro do número de medalhas do Canadá que foi o segundo colocado na classificação geral.

Mas isso tudo reflete trabalho. Tudo isso é reflexo de uma ação que vem sendo desenvolvida há muito tempo, e acima de tudo, com o apoio que foi recebido que o esporte paraolímpico recebeu principalmente do Governo Federal, do Congresso Nacional porque a aprovação da Lei Agnelo/Piva marca o diferencial da organização do esporte no nosso País, não só do esporte paraolímpico, do esporte de maneira geral, fruto desse apoio, fruto desse trabalho desenvolvido nós alcançamos os resultados que alcançamos. E o mais importante na nossa avaliação foi o retorno obtido junto aos países participantes, porque pela primeira vez os atletas para-Pan-americanos competiram em instalações esportivas olímpicas, de nível olímpico. Isso não tem nenhuma dúvida. Pela primeira vez eles tiveram uma vila para-Pan-americana. Coisa que não aconteceu em nenhuma das outras edições. Avaliações feitas por pessoas em conversas de que as instalações esportivas estavam niveladas ou superiores às instalações da paraolímpiadas de Atenas.

Então isso traz uma alegria muito grande e a certeza de que acertamos todos. Acertou o comitê organizador em reivindicar para o Rio, acertaram os governos federal, estadual e municipal ao assumirem a responsabilidade de realizar. E acertaram todos aqueles que gostam do esporte em comparecer e acompanhar pela televisão, pela mídia impressa, radiofônica, de internet, além, claro, da televisiva, eu repito. Tiveram oportunidade de acompanhar esse evento.

Então eu queria, Senador, para concluir as minhas avaliações e as minhas análises, dizendo do positivo que foi da valorização que a gente tem que emprestar nesse momento a tudo que foi positivo nesse evento. Por tudo que aconteceu, pela grandiosidade do evento, e uma vez mais para que a sociedade brasileira tomasse conhecimento e passasse a conhecer um pouco mais do esporte paraolímpico e que tem que ser visto e tratado e essa é a nossa luta como esporte de alto rendimento, esporte de performance, esporte que dá resultado, esporte que é vendável, que é um produto inclusive comercial e que é atrativo para a televisão. Nós tivemos no domingo, na final do futebol de cinco, praticado por cegos, quando a TV Globo no Esporte Espetacular entrava com os flashes ao vivo, nós temos informação de que aquele medidor de Ibope que eles contam por pontos ele saltava de nove, dez, onze para dezoito, dezenove. Saía o flash ao vivo do futebol voltava para o patamar de dez, onze. Isso para nós significa exatamente isso. É a comprovação de que é um produto, que acima de tudo é um produto comercial e que tem interesse para mídia.

Mas para finalizar eu gostaria de deixar registrado nessa Casa o agradecimento do esporte nacional, do esporte paraolímpico em especial a ação do Presidente Lula, do Ministro Orlando que comandou essa fase da

organização, dos jogos Pan-americanos e para-Pan, não posso cometer a injustiça de não lembrar o Ministro Agnelo que antecedeu o Ministro Orlando e que foi o iniciador de todo esse processo. E ao Congresso Nacional pela aprovação da Lei Agnelo/Piva, e tenho certeza pela manutenção de outros dispositivos e acima de tudo também pela aprovação da lei de incentivo que nós acreditamos que será um passo a mais que a gente vai estar dando para consolidar de vez o esporte no nosso País.

Então eram as minhas considerações, eu agradeço em nome do Comitê Paraolímpico Brasileiro o convite dessa Comissão pra comparecer junto com o Presidente Nuzman, com o Ministério dos Esportes capitaneado pelo Ministro Orlando para poder estar aqui conversando com vocês e fazendo nossas avaliações. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço a fala do Vital, que mostra como foi importante para todos nós assistir o paraolímpico. Eu quero dizer que estão aqui presentes o Wadson Ribeiro, que é o Secretário-Executivo do Ministério dos Esportes, Ricardo Leiser, Secretário-Executivo do Pan-americano e do para-Pan, o Djan Madruga, Secretário de Esportes de Alto Rendimento, o Júlio Filgueira, Secretário Nacional do Esporte Educacional, Carlos Roberto Ozório, Secretário-Geral do Comitê Organizador dos Jogos Pan-americanos e Diretor de Relações Internacionais do Comitê Olímpico Brasileiro. E o Bernard, que eu não tinha visto ainda, que é Presidente da Comissão de Atletas do Comitê Organizador dos jogos Pan-americanos e membro da assembléia do Comitê Olímpico Brasileiro. Dito isso eu passo a palavra ao nosso amigo Carlos Nuzman.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN – Bom, bom dia a todos e a todas. Eu queria cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, cumprimentar o Ministro do Esporte Orlando Silva, cumprimentar os Senadores e Senadoras presentes, cumprimentar o meu colega Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Vital Severino Neto, cumprimentar o Secretário-Executivo do Ministério dos Esportes, Wadson Nataniel Ribeiro, cumprimentar os secretários do Ministério dos Esportes, Ricardo Leiser, Júlio Figueira, Djan Madruga, e os demais membros do Ministério dos Esportes aqui presentes, cumprimentar o Carlos Roberto Osório, Secretário-Geral do comitê organizador dos jogos Pan-americanos e para-Pan-americanos, cumprimentar Bernard Rajzman, Presidente da Comissão de Atletas dos Jogos Pan-americanos, cumprimentar Andrew Parsons, Presidente do Comitê Paraolímpico das Américas e cumprimentar os companheiros de imprensa aqui presentes, senhoras e senhores, inicialmente eu quero, Senador Cristovam Buarque, queria agradecer a oportunidade de nós podermos estar presentes nesta assentada e fazermos uma apresentação que ela se concentrará na estrutura de organização do comitê organizador. Sei que nosso estimado Ministro Orlando Silva fará uma apresentação detalhada de todas as ações do Governo Federal, então nós nos cingiremos a esta parte.

Queria, antes de dar início a esse balanço, deixar registro o agradecimento do comitê organizador dos jogos Pan-americanos e para-Pan-americanos, e do Movimento Olímpico Brasileiro, aos três níveis de Governo. Ao Governo Federal, na pessoa do Presidente da República, Presidente Luis Inácio Lula da Silva, pelo seu extraordinário comprometimento com o esporte. Eu tenho dito que o Presidente Lula se tornou Presidente da República que mais apoiou o esporte em toda a nossa história. E só por isso bastaria eu dizer do apoio que o Presidente Lula deu em diversas oportunidades nos deixando comprometidos na estrutura e na responsabilidade com a sua ação em prol dos jogos Pan-americanos e para-Pan-americanos.

Falando em Governo Federal eu quero deixar meu agradecimento ao então Ministro do Esporte, que foi inicialmente o Ministro Agnelo Queiroz e hoje é o Ministro Orlando Silva, ele e toda a sua equipe, Ministro queria deixar registrado nos anais do Senado Federal todo seu empenho, dedicação, vontade política e as ações que redundaram no resultado extraordinário, positivo desses jogos. Foi muito importante e mais do que importante as ações que foram desenvolvidas ao largo de todo o período de preparação e dos jogos propriamente ditos, e eu deixo aqui então registrado esse agradecimento a V.Exª, aos seus Secretários e ao seu corpo do Ministério dos Esportes.

Queria deixar também ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao Governador Sérgio Cabral, que não mediu esforços no período curto de que ele assumiu, mas demonstrou que foi um trabalho que diria de anos, resumido em meses e ao Secretário de Estado do Esporte, Eduardo Paes, por todo trabalho realizado. E ao Governo Municipal, o Prefeito César Maia, toda a prefeitura, o Prefeito César Maia desde os primórdios da candidatura em 2001 e percorreu todo esse período e ao Secretário Rui César e a todo o corpo o nosso agradecimento também pela vontade política, pela dedicação que foi feita.

Essa história dos três governos, o federal, estadual e municipal, independente de partidos políticos, independente das eleições que ocorreram ao largo de toda a organização, foi uma demonstração pública nacional e internacional de que raras vezes isso aconteceu

em cenários de organização, seja em jogos Pan-americanos, seja em jogos olímpicos. E queria deixar um agradecimento muito grande ao Congresso Nacional, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, por todo esse percurso, todas as ações, leis que surgiram, e deixo aqui destacado também a lei de incentivo fiscal ao esporte que foi no curso dos jogos Pan-americanos e aqui nós tivemos por várias oportunidades, com vários atletas e deixar registrado e consignado o nosso agradecimento. Foi um momento único, e eu digo, estes jogos eles conseguiram transformar o esporte brasileiro numa página de história anterior e o que daqui para frente será.

Bom, passando ao balanço dos jogos que nós faremos, a nossa missão...

Bom, eu vou continuando... A nossa missão foi organizar com sucesso o segundo maior evento esportivo do mundo depois dos jogos olímpicos. Comprovando a capacidade do Brasil de sediar com qualidade os grandes eventos, deixando um legado para o esporte e a sociedade brasileira. Eu tenho dito que organizar eventos internacionais é o diferencial para o futuro, isso atrai a juventude brasileira, congrega a cultura e o conhecimento de todos os esportes e saímos de uma monocultura esportiva passando a uma policultura que é fundamental para que atraiamos esses jovens e essas crianças que estão hoje buscando o caminho do esporte no extraordinário trabalho que é feito por todos os governos e pelas confederações brasileiras e o comitê olímpico brasileiro.

Bom, esses são os números que nós havíamos nos proposto para organizar, e aí podem ter uma noção das delegações, são 42 países, 43 comitês olímpicos, e 23 nos jogos para-Pan-americanos. Nós vamos buscar se o meu companheiro Vital me permitir, alguns dados também dos jogos para-Pan-americanos já que tivemos no nosso Conselho Executivo Andrew Parsons que fez um trabalho magnífico. Então a participação de todos os países do continente americano, com 5.500 atletas previstos, foram mais, depois falaremos, e 1.300 do para-Pan-americano. 2.000 oficiais técnicos do Pan-americano e 700 do para-Pan-americano. 1.336 árbitros do Pan-americano e 700 do para-Pan.

Nós tivemos 34 modalidades esportivas, as 28 que constam do programa olímpico, o mesmo dos jogos olímpicos de Pequim, e seis dos esportes não olímpicos. 44 disciplinas no total Pan-americano e 10 do Pan-americano. Tivemos 332 eventos, sendo 10% a mais que os jogos olímpicos. Em 16 dias de competições Pan-americanas e 8 dos para-Pan-americanos.

Depois nós vamos deixar, Senadores, essa apresentação para poder passar aos anais do Senado Federal e da própria Comissão. Os números dos jogos. A força de trabalho, tivemos 1.600 colaboradores diretos dos dois jogos. Pan-americano e para-Pan-americano, 15 mil voluntários do Pan-americano e 5 mil do para-Pan-americano e 40 mil terceirizados do Pan-americano e 15 mil do para-Pan-americano. A imprensa com quase 1.500 jornalistas da imprensa escrita e rádio e televisão com 4.116. Tivemos um centro de imprensa no Riocentro com 1.500 metros quadrados e quase 10 mil metros para o centro de televisão.

Bom, o processo de planejamento integrado que nós tivemos é bom lembrar que nós começamos em 2001 com a campanha, e essa campanha foi uma campanha de um ano e meio, porque entramos em 2002 chegando à eleição no dia 24 de agosto de 2002 quando vencemos. E nós convivemos no final de 2002 com os procedimentos eleitorais no Brasil, e aí então nós passamos já com as autoridades eleitas em 2003 a um trabalho de planejamento básico. E aí por esse quadro tem a idéia que trabalhamos com orçamento e aí sim os ajustes orçamentários, qual eram os objetivos, os programas e os cronogramas iniciais. Isto levou algum tempo. Um exemplo que nós damos, nós saímos de uma previsão de um estádio de atletismo de 10 mil pessoas e foi construído um de 45 mil. Só isso dá uma demonstração que o processo orçamentário ele sofreu modificações.

Em 2004 nós já passamos aos planejamentos estratégicos e aí finalizando, os orçamentos dos jogos para em 2005 nos concentrarmos junto com 2006 no planejamento operacional detalhado. Conceitos de operações, modelo de operação de instalações, os planejamentos de operações para as instalações e aí sim os planejamentos do detalhamento que nós tínhamos com os eventos teste. V.Exªs. vão notar que estão concentrados em dois anos o grande avanço do comitê organizador, junto com os governos, que foram fundamentais na preparação básica do que foram apresentados nos jogos. Entramos em 2007 com as contratações existentes, ainda com o final da operação detalhada e os planos de execução dos eventos e a prontidão operacional. Essa prontidão operacional foi um dos segredos para o sucesso dos jogos.

Bom, isto foi um resumo porque nós teríamos alguns milhares de páginas de detalhamentos que foram feitos, que estão nos arquivos e passam à história do esporte brasileiro. Nós trabalhamos nesse período com consultorias especializadas. Os coloridos aí, estão vendo, não tem os coloridos, mas dá a identificação de tivemos na Austrália a EMAI(F), que foi para planejamento operacional, a IR INTELLIGENT RISKS na área de segurança, ambos trabalharam com o comitê organizador dos jogos olímpicos de Sidney, que é o modelo hoje adotado Pelo Comitê Olímpico Interna-

cional e as que venceram posteriormente. A EKS de Recursos Humanos que é uma consultoria Suíça com componentes australianos, e aí trouxemos pela primeira vez no esporte brasileiro a contemporânea, que é o serviço ao espectador e vão notar que é diferente do que é do torcedor. É muito mais amplo que hoje o Comitê Olímpico Internacional adota o que será usado para os jogos olímpicos de Pequim.

Tivemos no Brasil a ERNST & YOUNG, é uma das empresas de consultoria e de gerência de projetos de jogos olímpicos, e a Módulo, que é uma questão de gestão de riscos. Ambas brasileiras.

Bom, o comitê organizador é uma associação civil sem fins lucrativos, com propósito específico e prazo de duração determinado que vence em 26 de janeiro do ano de 2008. É dirigido por um Conselho Executivo que é composto por representantes dos três níveis de Governo: Federal, Estadual e Municipal. Aqui nós temos o membro Ricardo Leiser da área federal e o Carlos Roberto Osório pelo comitê organizador, o Bernard pela parte de atletas e do Comitê Olímpico Brasileiro e do Comitê Paraolímpico Brasileiro eu mencionei o Andrew Parsons pelo comitê paraolímpico e do comitê olímpico estava quem vos fala e o Carlos Alberto Osório.

Nós temos balanços publicados e verificados por auditoria externa independente que está fazendo todo o questionamento da parte das prestações de contas, independente das prestações de contas, aos Tribunais de Contas da União, do Estado e do Município. Que nós estamos ligados e somos fiscalizados. (soa a campainha) Eu não vou muito longe, não. Mas...

Bom, esse está muito curto, mas é a estrutura do comitê organizador e vejam que a cabeça é o Conselho Executivo e em seguida tem a Presidência, tem a Secretaria-Geral e os demais órgãos, eu não vou detalhar todos, mas abrange todas as áreas.

Bom, esse próximo são as áreas desenvolvidas pelos clientes que nós chamamos principais clientes externos que são os espectadores, os atletas e oficiais técnicos, as áreas vips e comitês olímpicos nacionais, imprensa, televisão e patrocinadores. E todas essas áreas funcionais nós trabalhamos com 11 gerências gerais e 54 áreas funcionais. Na linha de frente. E notem que estão todos alinhados aqui com as... Nós chamamos de caixinhas de serviços e de operações. Esta tomada de decisões ela é muito importante. É uma pirâmide. Ela trabalha nas equipes de instalações e as áreas de gerentes de instalações e comandos de áreas funcionais elas, 90% das decisões saíram dessas áreas. 10% veio para o comando de operações. Isso nunca havia sido realizado na história do esporte brasileiro. E só é feito em jogos olímpicos. E nós explicaremos e trataremos mais adiante. E a ODEPA, que é a Organização Esportiva Pan-Americana. O Comitê Paraolímpico Nacional e o Conselho Executivo tratava desse 1% junto com as decisões das áreas críticas.

Os resultados alcançados. É uma nova dimensão. E aí já vem, nós estamos entrando numa nova dimensão para os jogos Pan-americanos e para-Pan-americanos e para o próprio esporte brasileiro, já que nós com a parceria dos governos, isso é muito importante deixar claro, sem os governos nós não poderíamos fazer. Mas nós qualificamos a organização dos jogos em nível olímpico e paraolímpico. Tanto das instalações como da estrutura de serviços para os atletas e participantes. Para os serviços públicos de segurança e transporte do padrão internacional.

Eu queria dar um destaque à área de segurança, e a área de segurança feita através da SENASP, e deixar um registro ao Ministério da Justiça, aos Ministros da Justiça, Ministro Márcio Thomaz Bastos e o novo Ministro, que é o titular hoje que é o Ministro Tasso Genro, e o Secretário Nacional de Segurança Pública Luiz Fernando Correia. Eles fizeram um trabalho extraordinário. Um trabalho que foi feito em nível de jogos olímpicos. Totalmente. Tanto que o Consultor Internacional do Comitê Olímpico Internacional, o inspetor de segurança Peter Ryan classificou esse trabalho nos moldes dos jogos olímpicos. Então os nossos agradecimentos, eu queria deixar registrado de uma maneira total, foi um serviço que todos, todos mencionam em todos os níveis que tivemos. Nós tivemos a volta das famílias. As famílias participando e estando presente em todas as instalações esportivas, andando de metrô, trem e ônibus. Esse é muito importante. Da mesma forma para o transporte. Um trabalho extraordinário feito e que funcionou, todos duvidavam e só para dar uma idéia, a cerimônia de abertura ela passou... em duas horas nós conseguimos retirar 100 mil pessoas do estádio e colocá-las no transporte que foi fundamental. Uma ampla adesão da população em perfeita sintonia da cidade com os jogos. E a visibilidade mundial por televisão e a cobertura de imprensa para o mundo todo. Esses recordes e resultados históricos têm aqui todos. Eu não vou ler todos até para ganhar tempo. Mas eu não posso deixar de não registrar os 123 recordes Pan-americanos batidos e os 101 recordes para-Pan-americanos. Recorde de tecnologia que nós tivemos, mais de 400 quilômetros de fibras óticas instaladas. E operadas sem um segundo de paralisação. Dito por todas as televisões. Isso é um dado que ele é impressionante. Nenhum segundo caiu a imagem, a luz nas transmissões por televisões que tivemos. E eu falava dos centros de operações dos jogos que tiveram quase 700 horas de operações com 1.400 chamados. Tive-

mos 1 milhão e 300 mil espectadores nos estádios e 280 mil nos jogos para-Pan-americanos. Sem nenhum incidente em nenhum dos dois. E mais recordes tivemos com 850 horas de transmissão em alta definição para mais de 150 países em quatro continentes, com um bilhão de telespectadores de audiência acumulada no Brasil, 1.400 profissionais de imprensa inscrita, e tivemos 234 instituições de imprensa brasileiras. E 244 internacionais é um recorde que só os jogos olímpicos superam. Com 941 veículos em mais de 85 mil translados realizados. E 30 milhões de visitas ao nosso page view e tivemos 109 mil credenciamentos. Impressionante. Para V.Exªs terem uma idéia, os jogos olímpicos ele tem um limite de 200 mil credenciais. E nós ultrapassamos a metade e em jogos que tem metade deles. Isso é para mostrar a operação que foi.

Então, eu gostaria de passar um vídeo mostrando essas instalações, já próximo do final, Senador, e, por favor, dá para passar o vídeo? Então, por favor. Aí a operação... Para nós mostrarmos, já estamos aí na reta final das instalações que nós organizamos.

(apresentação em vídeo) Aí dar o destaque às excepcionais instalações em nível olímpico construídas, readaptadas pelo Governo Federal, Governo Municipal, e Governo Estadual. As construídas Governo Federal e Governo Municipal. Todas em nível olímpico. Todas. Esse é o parque Júlio Delamare, do Governo do Estado. Aí é o estádio João Havelange. Vai 45 mil pessoas. Aquele que tínhamos dito. De 10 mil fomos para 45 mil. Aqui são as obras do (ininteligível) da Silva, na zona oeste do Rio. Da galeria de patinação. Aqui nós chegamos à vila militar em Teodoro, as obras do Governo Federal extraordinárias. Esse centro olímpico de tiro ele está em nível superior ao de Atenas. E no nível que vai ter nos jogos de Pequim. E de hipismo também. É superior até o de Pequim. Magníficas as instalações e aonde teremos os centros nacionais hoje de treinamento. E aqui são Pentatlo Moderno com a piscina... E aqui a parte da Barra da Tijuca, aqui a Arena Multiuso, que foi basquete e ginástica... E onde foi o mundial de judô também. Essas instalações que eu mostrei de Teodoro, que o Governo Federal fez, e essas daqui, não existem na América Latina. Para mostrar que hoje a qualificação esportiva que o Brasil tem. É centro de operação de televisão de cada instalação tinha um centro de operações. Aqui é o parque aquático. Tanque de saltos. Todos aprovados pelas federações internacionais. Esse é o velódromo. Eu queria também destacar que muitas dessas instalações não existiam no Brasil. O Brasil não tinha local para prática esportiva dos seus atletas de instalações para essa prática. E esses exemplos foram dados, centro de tiro, hipismo, hóquei, sobre a grama, pentatlo moderno, velódromo, e vão por aí. Grande maioria. Esse é o Riocentro. Que é uma parceria da Prefeitura com a empresa francesa GL EVENTOS. E qualificou essa instalação e foram disputadas 12 modalidades esportivas. Esse é o centro internacional de televisão. A empresa que ganhou a licitação e que produziu o sinal de televisão trabalhou com 900 pessoas, 450 técnicos brasileiros e 450 estrangeiros. É a mesma que faz Copa do Mundo e Jogos Olímpicos. O seu Diretor, que é o nº. 01 na televisão mundial, é o espanhol Manolo Romero que esteve aqui. Ele que dirigiu a operação. Esses resultados é o resultado... é o centro operacional de televisão, de tecnologia, me perdoe, foi inaugurado pelo Presidente Lula do Governo Federal. Ele transmitia para o mundo inteiro os resultados on-line. Na hora que, por exemplo, tinha um ponto, seja do basquete, um gol, e será transmitido imediatamente para o mundo inteiro e para todos os veículos de mídia do Brasil e do exterior. Faltou a vila... Tem razão. A vila de qualquer forma ela foi considerada hoje exterior à própria...

(final da apresentação em vídeo)

Só um minutinho que ainda tem uma coisinha, por favor. Dá uma pausa. Vamos voltar. Para ter uma idéia eu vou comentando... Está voltando. Ela vai passar a emissora anfitriã que foi essa daí (ininteligível) que eu comentei. Só para ter uma idéia, se juntarem todas as televisões do Brasil, elas não conseguem ter as nove unidades móveis que foram utilizadas nos jogos Pan-americanos. Para mostrar que se juntar as televisões elas não poderiam ter gerado as imagens. E essas nove unidades móveis muitas delas vieram do exterior pela alta definição de tecnologia que tem e que foram transmitidas depois para o... Saíram daqui, entraram em transmissão temporária e já foram para Pequim. Posso ir falando...

Bom, os detentores de direitos do Brasil para nós ganharmos foi a TV Globo, TV Record e Bandeirantes, a cabo a Esporte TV, ESPN e a Band Esportes. E nas rádios o sistema Globo de rádio, a rádio Bandeirantes e a Rede Itatiaia. Foram divulgados para todos os associados da OT, que é a Organização de Televisão. Eu só queria... para todas as Américas... Essas são as televisões de todos esses países. E vamos antes de encerrar passar uma avaliação do público. Tem a pesquisa feita nos estádios. Essa é muito importante, foram entrevistados 1.008 pessoas nos dias 25 e 26 de julho, e a idéia do Rio de Janeiro sediar outros eventos esportivos inclusive os jogos olímpicos em 2016 é muito bem aceita pelos entrevistados.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É 2016? Até lá o Lula já voltou. (risos) A garantia do Orlando já foi programado isso.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN – (risos) 91% acham que o Rio de Janeiro pode ser candidato a sediar outros eventos esportivos e 95% gostariam que a olimpíada de 2016 fosse no Rio de Janeiro. Da mesma forma 2007 foi muito bem avaliados. 95% ficaram satisfeitos com o evento. Muito satisfeitos e satisfeitos. Principais pontos: A qualidade das instalações do local, a decoração e a ambientação do local, a animação para a torcida antes e nos intervalos de competições e o atendimento dos funcionários e dos voluntários. Nós fizemos uma outra pesquisa, pesquisa Brasil, pelo instituto (ininteligível), mil entrevistas nacionais face a face domiciliar, entre 22 de agosto e 31 de agosto. A nota média da organização foi de 9,6. 97% acreditam que os jogos Pan-americanos foram importantes para o Brasil, 85% dos entrevistados acham que o Rio pode se candidatar a sediar eventos esportivos mundiais como jogos olímpicos, e 84% dos entrevistados gostariam que os jogos olímpicos de 2016 fosse no Rio de Janeiro.

Muito bem. Só para encerrar, a avaliação pelos donos. Nós somos executores, e aí vem os donos, o Presidente da Associação Esportiva Pan-americana, Mário Vasquez Raña, aí está a carta e o destaque. "Os jogos superaram todas as expectativas. Foram excelentes, grandes e maravilhosos. O Rio de Janeiro celebrou os melhores jogos Pan-americanos da história".

Sr. Philip Craven, Presidente do Comitê Paraolímpico Internacional. "Foi criada uma organização que é competente e eficiente, retendo as características dos melhores comitês organizadores, que são a amizade no tratamento dispensado aos participantes dos jogos". O Presidente de honra do Comitê Olímpico Internacional Marquês Juan Antonio Samaranch, "reitero minhas mais sinceras felicitações pelo êxito dos jogos Pan-americanos. A organização e desenvolvimento dos mesmos foram excelentes". E finalmente do Presidente do Comitê Olímpico Internacional, Jacques Rogge. "Gostaria de apresentar minhas calorosas congratulações pelo sucesso da organização dos jogos Pan-americanos. Vocês realizaram um tremendo trabalho".

E para encerrar, nós vamos passar um vídeo dos medalhistas brasileiros dos jogos Pan-americanos e eu pediria só para apagar as luzes e passar esse vídeo que é um vídeo rápido também. Por favor.

(exibição em vídeo)

– O resultado do esforço é a consagração do atleta. A vibração da torcida e a alegria de um continente inteiro. O resultado da dedicação é o sorriso e a lágrima. E o coração agitado como a bandeira suspenso ao mais alto nível da emoção. O resultado do empenho é o aplauso, o reconhecimento e a vitória. E o resultado da vitória é o entusiasmo para novas conquistas. Ainda mais surpreendentes, ainda mais comoventes. É a oportunidade da realização de uma celebração única, repleta de momentos inesquecíveis, e muita garra. Por tudo isso, o resultado do esporte é um Brasil melhor. O nosso Brasil.

(final da exibição em vídeo)

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN – Com essas imagens e... (palmas) Com essas imagens renovando os agradecimentos pela honra de podermos estar presentes no Senado Federal, Comissão de Educação Cultura e Esporte e ter a parceria dos governos federal, estadual e municipal eu deixo meus agradecimentos, agradecimentos do Comitê Olímpico Brasileiro, do comitê organizador dos jogos e todos os companheiros que aqui estão e que foram os responsáveis por toda essa organização, em especial os Secretários que tiveram o trabalho gigantesco e hercúleo e aqui tem dois presentes deles que foi o Carlos Roberto Ozório e Ricardo Leiser e os dois é o Ruy César pelos Municípios e Eduardo Paes pelo Estado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Presidente Nezman, nós como brasileiros que agradecemos a demonstração de duas competências. A competência esportiva e a competência organizacional e gerencial que o nosso País demonstrou graças a vocês. E eu passo a palavra ao Ministro Orlando Silva.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Bom dia a todos. Eu quero cumprimentar e agradecer o convite da Comissão de Educação, Esporte do Senado, cumprimentando nosso Senador Cristovam Buarque, quero cumprimentar o Secretário-Executivo do Ministério do Esporte, em seu nome Wadson Ribeiro, saudar a todos os membros que aqui estão presentes, cumprimentar meu caro amigo Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, saudando toda a equipe do com o COB e do CO-RIO, que participa aqui o Ozório, o Bernard, cumprimentar o meu caro amigo Vital Severino Neto, ao tempo que saúdo também o nosso caro amigo Andrew Parsons, Presidente do Comitê Paraolímpico Pan-americano, e queria saudar os Senadores aqui presentes, o Senador Renato Casagrande, a quem agradeço a iniciativa de propor a realização dessa reunião que foi prontamente subscrita pelos Senadores Ideli Salvatti, Flexa Ribeiro, Flávio Arns, Cristovam Buarque e Cícero Lucena. Cumprimentar o Senador Inácio Arruda e o Senador Wellington Salgado de Oliveira. Agradecer a presença deles nessa Sessão.

Meus amigos, eu acredito que essa reunião ela neste instante já cumpriu seu objetivo. Porque as palavras proferidas pelo Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro e pelo Presidente do Comitê Olímpico

e do CO-RIO Carlos Arthur Nuzman, deram conta de apresentar para os Srs. Senadores os principais resultados alcançados com os jogos Rio 2007 Pan e para-Pan. Mas eu creio que seria oportuno apresentar um pouco do trabalho feito no âmbito do Governo Federal, uma vez que esta reunião para nós é a seqüência de uma audiência feita alguns meses atrás. Quando por provocação do Senado estivemos aqui apresentando a preparação dos jogos Pan-americanos. E saímos daquela reunião entusiasmados pelo apoio que o Senado da República apresentou, Senador Cristovam, naquele nosso encontro. A confiança que os Senadores expressaram quanto à possibilidade do Brasil realizar com sucesso, Senador Inácio, aqueles jogos. Me lembro que foi uma proposta do Senador Inácio Arruda a audiência realizada naquele momento. Mas vou ocupar parte do tempo para apresentar um pouco do trabalho feito no âmbito do Governo Federal. São muitas as afinidades que o Governo Federal tem, o Ministério dos Esportes tem com o Comitê Paraolímpico e o Comitê Olímpico Brasileiro. Essas afinidades se expressam em telas parecidas com as que já foram apresentadas com discursos semelhantes aos que foram apresentados, mas vou buscar ser o mais meticuloso possível no sentido de impedir a repetição para não tornar exaustiva essa nossa reunião.

De saída eu queria desenvolver o papel desenvolvido por vários Governadores, o Pan-americano e para-Pan-americano foram obras realizadas a várias mãos, a cidade do Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro, vários Ministérios, foram 21 que participaram do processo de realização dos jogos Pan-americanos, queria destacar o meu companheiro Ricardo Leiser, tem papel importantíssimo na organização dos jogos Pan e para-Pan-americanos. Mas queria fazer um destaque especial a uma personalidade do esporte do Brasil que é o nosso Presidente Carlos Arthur Nuzman. Eu tenho a plena consciência que o sucesso do Pan-americano em grande medida deve ser dedicado ao esforço, a persistência, a perseverança e a competência do Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro.

Queria deixar esse registro de público porque a história haverá de estabelecer com muita nitidez o papel que teve o nosso Presidente Nuzman.

Eu queria sumariamente passar a apresentação partindo do final da intervenção do Nuzman, quando ele resgata o testemunho feito pelos vários visitantes que aqui estiveram. Registro dois, o Presidente da Organização Desportiva Pan-americana, o Presidente Mário Vasquez Raña, e o representante do COMITÊ PARAOLÍMPICO INTERNACIONAL, Xavier Gonzalez, quando os dois testemunharam a excelência da realização dos jogos e positivaram essa avaliação em declarações que se tornaram públicas. Eu creio que é motivo de orgulho para o Brasil, de satisfação para o Senado da República o registro de que o Rio celebrou, e leia, o Brasil celebrou os melhores jogos Pan-americanos da história ou a afirmação que a realidade superou o sonho que foi a posição expressa pelo Comitê Paraolímpico Internacional.

Poderia falar de vários números, grandes números, mas creio que seria demasiado, uma vez que o Presidente Nuzman e o Presidente Vital já falaram de muitos deles. Pode seguir rapidamente o número de pessoas envolvidas na organização, mais de 80 mil, voluntários, agentes de segurança que participaram, vale a pena um destaque para esse item que diz respeito aos investimentos que foram feitos do ponto de vista de aquisição de equipamentos esportivos. Porque isso é legado para o esporte brasileiro. 36 mil itens se nós considerarmos todos os equipamentos que foram adquiridos para os jogos Pan-americanos, para-Pan-americanos e que ficarão a serviço do esporte brasileiro. Repercutirão na elevação do nível técnico do nosso esporte, na medida em que permitirão uma melhor performance dos nossos atletas. Creio que vale a pena um registros nesses investimentos que foram feitos para a qualificação do esporte no nosso País. O número de credenciados já foi abordado aqui, importa registrar atletas, autoridades, colaboradores, voluntários, profissionais que atuaram, dirigentes esportivos, os veículos que operaram com pleno sucesso. Os números da vila Pan-americana são números equivalentes a uma cidade. As operações que nós tivemos na vila Pan-americana, refeições servidas, serviços, enfim, são números muito impressionantes, os moradores permanentes, os visitantes que lá estiveram, jornais distribuídos, programação cultural, enfim, um conjunto de informações que já foram detalhadas pela apresentação do comitê olímpico. Assim como informações relativas ao centro de operações, a tecnologia... tecnologia chamaria atenção de um aspecto. Tecnologia diz respeito a segurança e a confiabilidade dos jogos. Esses dados permitem registrar recordes mundiais, recordes olímpicos, recordes Pan-americanos, e o funcionamento pleno, como aqui foi dito, é importante para a confiabilidade dos resultados dos jogos Pan e para-Pan. Produtos licenciados que é importante para o nosso País na medida em que parte das receitas que permitirão desenvolvimento do esporte brasileiro nós apostamos que virão da sofisticação do licenciamento de projetos. Uma palavra sobre os eventos em si, o Pan e para-Pan. Foi dito da maior delegação que realizamos, Senador Cristovam, tivemos 659 atletas com desempenho fantástico. 161 medalhas. Praticamente dobramos o número de medalhas de ouro alcançadas

comparativamente com resultados de Santo Domingo. E o que é mais importante é que o crescimento esportivo do Brasil no Pan é um crescimento consistente e permanente. O que nós dá segurança de que é um processo pleno de desenvolvimento do esporte em nosso País. Os resultados do Pan permite a seleção de atletas para os jogos de Pequim em sete modalidades já tivemos 68 atletas. Os 120 recordes é um dado importante que revela a qualidade da realização dos jogos do Brasil.

Chamo atenção aos exames de doping 1.600 testes de doping foram realizados, e nós podemos registrar jogos limpos. Há uma luta do esporte no plano internacional para garantir a superação do doping. Garantir a lisura, a limpeza, o espírito olímpico, o espírito esportivo marcando as competições. E o Pan-americano é um belo exemplo de sucesso dessa cruzada que o Brasil participa pelo espírito olímpico imperando nos jogos Pan-americanos, jogos olímpicos, aliás aproveito a oportunidade para agradecer o empenho do Senado Federal em ratificar o código mundial antidoping, a convenção mundial antidoping, que neste momento, o Senador Azeredo inclusive participou desse esforço, nós aprovamos na Câmara, hoje o Senado da República já aprovou em Comissão, está no Plenário, é muito importante Senador Cristovam que o Brasil até novembro quando haverá uma convenção mundial antidoping em Madri possa apresentar-se como País que ratificou a Convenção Mundial Antidoping, queria agradecer ao Senado da República por essa contribuição.

Durante o Pan fizemos na fase pré-Pan um movimento importantíssimo. O revezamento da tocha Panamericana que mobilizou 51 cidades, todos os Estados da Federação participaram daquele processo, foi uma solução para nacionalizar os jogos. E que nós podemos testemunhar para os senhores foi uma grande motivação, uma grande imobilização, o Bernard Rajzman foi o nosso Embaixador, esteve praticamente em todas as cidades onde a tocha circulou e pode dar o seu testemunho, muitos Senadores participaram, não é Senador Inácio? O Senador Inácio acompanhou... No Estado do Ceará. E foi uma grande motivação mostrando que o Brasil abraçou os jogos Pan-americanos o que pode ser medido pela participação popular.

Muitos Senadores aqui presentes acompanharam a cerimônia de abertura. Mais de 100 países acompanharam aquele evento que foi um evento magnífico. Todos os visitantes internacionais que tiveram a oportunidade de conversar conosco durante o Pan testemunharam a magnitude, a beleza, a magia da abertura dos Jogos Pan-americanos. Abertura e encerramento do Pan e do Para-Pan que deram a tônica à marca do caráter amistoso, da beleza, das tradições e da cultura do nosso País. Merece um destaque essa cerimônia pelo espetáculo, pelo impacto que causou. O para-Pan como foi bem recordado pelo Vital teve a participação importante de 25 Países que nos visitaram, recordes mundiais batidos, 28 recordes mundiais alcançados no para-Pan-americano, muitos deles por atletas do Brasil. O que revela uma evolução técnica importante do esporte em nosso País. O recorde de medalhas brasileiras, o recorde de... Recorde Pan-americanos quebrados. Todas as modalidades do para-Pan foram seletivas para Pequim o que revela a confiança da comunidade esportiva internacional na capacidade do Brasil realizar uma competição que permita a seleção de atletas para os Jogos Paraolímpicos de Pequim.

No evento em si, não voltarei aos números que o Nuzman já apresentou, dos espectadores, ingressos vendidos, chamo a atenção, o Nuzman já registrou, mas é muito importante dizer do ambiente pacífico e amistoso das instalações. Nenhum incidente foi registrado envolvendo os espectadores nas instalações esportivas. O que é um fato maravilhoso. Quer dizer, o Brasil, o Rio de Janeiro incorporou o espírito esportivo durante toda a realização das competições. Um esforço importante foi feito para atender as expectativas e as necessidades dos nossos espectadores o que é muito importante se estabelecer uma polêmica na fase preparativa dos jogos, se os jogos respeitaria ou não respeitaria o estatuto do torcedor. Nós podemos dizer com confiança que os jogos foram além daquilo que está estabelecido no estatuto do torcedor, respeitando e criando um parâmetro, um padrão, uma referência que vai ser um desafio importante para os outros países e para outros eventos esportivos no Brasil cumprir as determinações estabelecidas no estatuto do torcedor. As audiências foram importantes, a ESPN, que é uma empresa de comunicação especializada em esporte teve um crescimento de 317%. é um emblema, é um símbolo de crescimento, de interesse, de acompanhamento. Existe um compromisso, quando eu estive no Senado alguns meses atrás, eu afirmei para os senhores que nós teríamos a transmissão de 700 horas de competições esportivas. Nós transmitimos 850 horas. Porque também houve um interesse maior, um grande interesse das empresas de comunicação e do público que em sintonia cobrou uma participação, um acompanhamento de tudo que aconteceu. A Vila Pan, o Senador Cristovam Buarque me relatava há pouco que teve a oportunidade de ter uma visão num evento que ele foi participar, um sobrevôo e pôde inclusive conhecer um pouco da Vila Pan, que foi uma vila muito elogiada, foi talvez um dos itens que mais impressionou e esse é o testemunho de atletas, muitos atletas olímpicos, dirigentes, todos que estiveram no Brasil, a vila Pan

tinha um charme, uma beleza externa, Senador, mas dentro a qualidade do atendimento ao atleta foi algo excepcional. Os números da vila Pan, os senhores poderão observar, aí uma visão panorâmica que dá para perceber as edificações que essencialmente serviram para o descanso, a acomodação dos atletas, mas aqui abaixo um restaurante com padrão olímpico também. Um sistema de transporte que funcionou plenamente, havia um sistema próprio de transporte interno, serviço médicos pleno no Pan, no para-Pan, no para-Pan inclusive com a participação do setor públicos que serviu com a mesma qualidade dos jogos Pan-americanos, uma atividade cultural importante, toda uma área de segurança, as imagens seguintes poderão demonstrar, a luz não ajuda, mas o serviço de hotelaria, do apartamento, toda a assistência, restaurante. Tudo serviu para conforto e o bom convívio entre nossos atletas. O centro que eu quero afirmar aqui para os senhores eu passo a apresentar a partir daqui. Que são as ações governamentais, as ações que envolveram 21 Ministérios, seria demasiado afirmar todos, mas foi a Casa Civil, a Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, passando pela Defesa, Fazenda, Justiça, enfim, um conjunto de Ministérios interviu na preparação dos jogos Pan-americanos. O Governo Federal, o Presidente Lula criou um comitê de gestão, um comitê que tinha a participação dos Ministros de Estado, mas que havia o comitê operacional, com executivos dos vários Ministérios e uma Secretaria Executiva que era coordenada pelo Ministro dos Esportes. Esse comitê teve a tarefa de estruturar um plano estratégico, que também seria demasiado um detalhamento aqui, Senador Cristovam, mas foi um plano estratégico que durou três anos de trabalho, que colaborou com os outros sistemas de governo, com o CO-RIO no sucesso do Pan-americano. Mas que teve além do planejamento, teve um papel importante na operação, na fase pré e durante a realização dos jogos.

O plano de ação governamental tinha essa missão que talvez essa única notícia importante para registrar aqui, porque a síntese do trabalho feito no âmbito do Governo Federal que era de coordenar, mobilizar e dar transparência da atuação do Governo Federal na implantação das ações fundamentais para o sucesso dos jogos Rio 2007. Esse plano tinha temas que articulava vários Ministérios como instalações, segurança, tecnologia, questões de esporte, cultura, enfim, o próprio para-Pan. Esses sistemas é que aglutinava as ações que foram desenvolvidas.

Importante registrar na tela seguinte um suporte que nós tivemos de algumas instituições que através de cooperação com o PNUD, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, nós apoiamos na FIA, na Fundação Getúlio Vargas e esse apoio dessas instituições foram fundamentais do planejamento, na organização de dados, de informações, no monitoramento, havia um monitoramento permanente com registros fotográficos, com medição de cada obra, medicação de cada serviço e esse monitoramento era fundamental para que nós pudéssemos identificar os limites, as virtudes, os pontos altos, os pontos críticos e assim ter uma capacidade gerencial maior naquilo que era de nossa responsabilidade. Assim nós conseguimos acumular conhecimento, acumular informação, e dar qualidade à nossa ação. Inclusive algumas informações que mais adiante nós disponibilizaremos ao País, informações, por exemplo, quanto ao impacto econômico dos jogos Pan-americanos, no Rio e no Brasil. Porque muitos dos serviços contratados envolveram empresas, profissionais de fora do Rio de Janeiro, e são informações relevantes para demonstrar que incorporar o Brasil no circuito esportivo internacional é um fator importante de apoio ao desenvolvimento econômico do nosso País.

Havia também diretrizes no âmbito do... Da articulação, da articulação de programas sociais. Uma preocupação com o chamado legado social do Pan. E a nossa perspectiva foi, sobretudo, de articular ações governamentais, implantá-las no que nós chamamos no circuito do Pan, no roteiro do Pan, em comunidades que estavam próximas daquelas instalações esportivas e não esportiva para que elas percebessem o movimento do Pan se apropriassem ao mesmo tempo que conquistavam cidadania. Programas como escola aberta, segundo tempo, posto de cultura, guias cívicos foram programas sociais que tiveram impacto e uma concentração nesses espaços fazendo com que o Pan deixasse no rastro da sua realização um legado social muito importante e ajudasse a envolver, mobilizar a comunidade carioca e fluminense em torno dos jogos Pan-americanos.

Nós realizamos durante a Pan-americano também a promoção da imagem do Brasil no exterior. Por isso a magnitude da abertura era importante para expressar as nossas melhores tradições. Por isso a praça das medalhas que era um local em que os atletas após terem alcançado bons resultados, boas conquistas, iam até Copacabana confraternizar com o povo do Rio de Janeiro. Ali também nós tínhamos uma série de atividades culturais, tivemos um salão em que todos os Estados do Brasil apresentaram seus destinos turísticos, uma área imensa que a EMBRATUR implantou em Copacabana que serviu a incrementar as possibilidades do turismo no Brasil. A mostrar as belezas, as tradições do nosso País. A divulgar os nossos destinos turísticos já que essa é uma possibilidade importan-

te a promoção da imagem do Brasil e a valorização da nossa diversidade cultural e capacidade técnica, capacidade de realização foi um desafio importante cumprido plenamente.

O Ministério do Turismo foi um parceiro importante, aí exemplo de algumas peças que eles trabalharam, fizeram um salão lá em Copacabana como já me referi. Aí tem um roteiro de 14 feiras internacionais, que através do Ministério do Turismo e o próprio Ministério do Esporte nos tivemos presentes divulgando o Pan, divulgando o para-Pan e afirmando o nosso País, assim como seminários internacionais.

Tivemos a campanha importante para informar a sociedade brasileira justificar o porquê do investimento federal, inclusive afirmando que ganhava o Rio e ganhava o Brasil. Ganhava o esporte brasileiro, a geração de emprego permitia que a economia brasileira ganhasse. A promoção do país no exterior. Enfim, uma forma de comunicar, informar ao nosso povo o porquê e os resultados dessas nossas ações. Chamaria atenção no exemplo de intervenção importante que foi potencializada pelo clima do Pan no Rio de Janeiro, a campanha Pan sem Dengue, que foi um sucesso importante que aproveitou a movimentação do Pan-americano no Rio de Janeiro. Enfrentou a partir do Pan essa questão, nós tivemos resultados importantes, assim como a questão do combate à Aids, sobretudo, junto às mulheres que tem sido um segmento na sociedade brasileira em que a incidência tem tido um desenvolvimento acima da média nacional. Então o Pan-americano foi uma oportunidade de motivação para outras áreas intervirem pelo clima criado, pelas possibilidades criadas em torno dos jogos Pan-americanos. Houve um trabalho de informação das ações do Governo também durante o Pan. Nós nos preocupamos durante o Pan-americano em qualificar no Rio de Janeiro o Pan e o para-Pan, Senador, com as mesmas condições. Então os atletas paraolímpicos, os atletas olímpicos que aqui estiveram tiveram o mesmo padrão técnico de instalações. Como o Presidente Vital registrou, isto não é um detalhe, primeiro é a convicção que nós temos de que é necessário a garantia da cidadania para as pessoas com deficiência. Uma luta que o Senado Federal contribui, o Senador Flávio Arns é um expoente desse esforço, e eu creio que esse resultado foi alcançado. O mesmo... A mesma qualidade no para-Pan que tivemos no Pan americano na organização e nas instalações. Pela primeira vez foram realizadas na mesma cidade e foram realizados com pleno sucesso.

Já comentei a questão do compromisso, inclusive não só na organização, mas a cobertura de mídia do para-Pan foi uma cobertura impressionante que ajudou, Presidente Vital, a sensibilizar o Brasil. Em todos os lugares que eu vou, ainda segunda-feira na reunião com a bancada do Rio Grande do Sul eu ouvi o testemunho de Parlamentares que ficaram muito felizes com os jogos Pan-americanos, mas ficaram ainda mais sensibilizados com os jogos para-Pan-americanos. Esse é um testemunho que nós observamos porque o Brasil descobriu definitivamente a força, a capacidade, a eficiência dos nossos atletas paraolímpicos, e o para-Pan teve essa importante virtude.

Os jogos permitiram a construção de dois complexos esportivos importantes, a cidade dos esportes, temos o parque Maria Lenque o velódromo e a Arena Multiuso. Em Deodoro algumas instalações para hóquei, pro pentatlo, hóquei sobre grama, hipismo, tiro, nós tínhamos, portanto, dois complexos e reformamos plenamente o complexo do Maracanã o que nos deixa na condição de ter o Rio como uma cidade olímpica. É o Rio de Janeiro hoje uma candidatura aos jogos 2016 respeitável no mundo. Não porque nós queremos nem porque nós falamos, mas respeitável pelo que nós realizamos. Isso não é um detalhe. Isso é uma conquista importante que o Brasil alcançou e mais uma vez o Senado da República teve um papel importante.

Todas as imagens das instalações esportivas e não esportivas podem ser passadas em série já que o Nuzman apresentou com uma riqueza maior, com uma vida importante e já falou da importância que cada uma dessas instalações teve no sucesso dos jogos Pan-americanos.

Voltando às ações do governo federal, queria registrar rapidamente o papel que teve outras áreas, da Receita Federal colaborando com desembaraços, na entrada de equipamentos, Instrução Normativa que facilitou a execução orçamentária, o Ministério da Agricultura, que colaborou com a qualificação da área de Deodoro, com a entrada e saída de animais, as comunicações que foi fundamental o Ministério das Comunicações para a implantação do sistema de informação. Porque falamos aqui de tecnologia, geração e transmissão dos dados de TV, mas sem uma ação, um suporte técnico que nos foi dados pelo Ministério das Comunicações não teríamos capacidade de selecionar com a qualidade que foi selecionada, contratar os softwares que foram disponibilizados pelo Ministério, tudo isso ajudou para que a informação fosse segura e de qualidade. Os nossos Correios, a empresa de Correio e Telégrafos que deu um suporte fundamental, ainda dá, porque a fase de armazenamento os Correios ainda dá uma contribuição importante, postagem, manuseio, recebimento de equipamentos, foi fundamental os Correios deixou uma logística importante para que a operação dos jogos Rio 2007 fossem plenas de sucesso. O LADETEC que me referi aqui, ao código mundial

de antidoping, essa luta internacional que o Brasil se soma, o LADETEC é um dos legados. O LADETEC é o único laboratório, o laboratório vinculado a Universidade Federal do Rio de Janeiro, um Instituto de Química da UFRJ, e o LADETEC é o único laboratório no Brasil que é certificado pela Agência Mundial Antidoping, a WADA. E foi totalmente modernizado para os jogos Rio 2007, com investimento dos Ministérios, do Governo Federal e é uma referência muito positiva para o País e para a nossa região. É importante registrar o papel do Itamaraty, junto aos designatários, vários que nos visitaram aqui, aos profissionais, ao apoio no receptivo, no protocolo. Todo o apoio que a justiça fez, me somo aqui ao registro feito pelo Nuzman quanto ao papel que teve o Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Secretário à época o Luiz Fernando Correia, o empenho, alguns duvidavam da possibilidade do Pan acontecer no ambiente tão amistoso. E o Pan foi seguro e transbordou a segurança do Pan para a cidade do Rio de Janeiro. As outras ocorrências policiais tiveram redução significativa no período dos jogos Pan e para-Pan. O trabalho de articulação das forças de segurança do Estado, do Governo Federal e do Município, o apoio das Forças Armadas, o trabalho de inteligência, a modernização dos meios de transporte, de repressão, de comunicação, e a grande maioria e todo esse investimento ficou na cidade do Rio de Janeiro. Nós sabemos que o tema violência, criminalidade é um tema muito sensível, complexo, e o Rio de Janeiro com enfrentamento desse tema no Rio de Janeiro, a superação dessa questão do Rio de Janeiro vai ser um passo que o Brasil vai dar para vencer essa guerra. E eu creio que o Pan-americano deu uma contribuição importante pelo que fica para a cidade do Rio e para o nosso País. Assim como outras questões relativos à temática social que o Ministério da Justiça foi muito importante, sobretudo, no que diz respeito à questão ao programa dos guias cívicos. O Presidente Lula inclusive participou da formação de mais de 10 mil jovens, jovens que inclusive serão incorporados na sua maioria nesse Programa Nacional de Segurança e Cidadania. O PRONASCI que há pouco foi anunciado pelo Governo Federal.

Vale a pena registrar um suporte importante eu considero assim do Tribunal de Contas da União. O Tribunal de Contas da União que é vinculado ao Congresso Nacional do Brasil, mas que a meu ver foi uma instituição fundamental para o sucesso dos jogos Pan-americanos. O Tribunal de Contas não fez um acompanhamento apenas dos números após a prestação de contas, após a conclusão do contrato, após a realização dos serviços. O Tribunal de Contas fez um acompanhamento permanente em tempo real criticando, observando alguns itens que mereceriam mais atenção, mais concentração, mais transparência mesmo e o Tribunal de Contas da União foi um instrumento importante para que os jogos acontecessem com mais profissionalismo e com mais transparência. Como é um órgão vinculado ao Congresso Nacional eu quero ao agradecer o Tribunal de Contas da União pela colaboração, pela estrutura, pelos técnicos que colocaram à disposição do Pan agradecer mais uma vez ao Congresso do nosso País.

Os senhores sabem quando estivemos aqui apresentamos um quadro sintético dos investimentos em que o Governo Federal participou de modo significativo, algo em torno de 50%, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro deu uma contribuição importante, o Estado do Rio de Janeiro, me somo às observações do Nuzman, prazo curto o Governador Cabral deu uma contribuição enorme nesse esforço, mas é importante nós valorizarmos a participação da Prefeitura do Rio. Da primeira hora, da postulação, e mesmo do investimento. Porque se nós considerarmos que a Prefeitura do Rio de Janeiro participou com investimento de pouco mais de um bilhão de reais, estamos falando de uma cidade, apesar de ser uma grande cidade, é digo de admiração, o esforço feito pela cidade do Rio de Janeiro para o sucesso dos jogos Pan-americanos. E tudo isso foi (soa a campainha) consolidado uma lição para nós que é da matriz responsabilidade, lição para o futuro, para os próximos passos, será muito importante colocar no papel e assinar. Quem faz o que, quem paga o que, em que tempo para garantir o mais estabilidade na realização de um evento dessa magnitude.

A dimensão dos jogos, comparável a jogos olímpicos, já falei, foi fruto do esforço destacado os três governos, e eu queria fazer para concluir estou na fase de conclusão das minhas observações, um destaque particular para os investimentos no para-Pan-americano. Porque nós tivemos, o Nuzman apresentou aqui algumas empresas privadas, estatais que participaram dos jogos Pan-americanos, compraram cotas como patrocinadores. Aliás fundamentais os patrocinadores privados para o sucesso do Pan-americano também. Mas eu queria fazer um destaque especial para a nossa CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Porque foi a patrocinadora exclusiva dos jogos para-Pan-americanos. A CAIXA demonstrando não apenas compromisso com o esporte, ela que é patrocinadora do atletismo brasileiro, da ginástica brasileira, mas também o compromisso com o paraolimpismo no Brasil. Porque além de ser patrocinadora do comitê paraolímpico, ser patrocinador de atletas individualmente, se dispôs a participar e foi uma participação decisiva para o sucesso dos jogos para-Pan-americanos. Porque além da Caixa,

a participação do Governo Federal foi que viabilizou o sucesso dos jogos para-Pan-americanos. Então eu queria fazer uma saudação particular à nossa querida CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

E queria, se Senador Cristovam Buarque, se permitir, fazer um comentário para que os senhores tenham uma noção de perspectiva. Porque foi muito importante Pan-americano porque contribuiu para elevar o nível técnico do esporte do Brasil, contribui para motivar a população brasileira em torno da atividade esportiva, o Lars Grael me encontrou outro dia e fez um comentário que eu achei brilhante e revelador do potencial do esporte. Ele procurado por uma mãe falou, "Lars, o Pan-americano foi importante de vário aspectos. Agora, foi importante na minha vida pessoal. Porque eu tinha dois filhos que viviam em casa brincando na internet e agora estão loucos por esporte. Aprenderam a conhecer, a gostar a partir do Pan-americano". Mas a virtude que tem eventos dessa magnitude é motivar o País para entrar em movimento. Cultuar, cultivar, praticar, desenvolver atividade esportiva não apenas para serem campeões, mas para terem um ambiente social melhor, para fazer amigos, para ter melhor qualidade de válida, para produzir saúde. Eu creio que essa crença, a dimensão social do esporte, além da elevação de nível técnico é algo muito importante e ter a dimensão que eu já referi, mas eu falo uma vez mais, a dimensão de promoção de País no exterior. Quem não se impressionou ao assistir a copa do mundo na Alemanha e observar a reunificação cultural daquele País? Durante os jogos da copa do mundo 2006. Não é? Então, eu creio que um calendário esportivo nacional ajuda a promover o Brasil no mundo, ajuda a nos tornar mais conhecidos, e a incrementar a nossa economia no investimento em infra-estrutura, na qualificação dos nossos profissionais, porque aqui não foi dito, mas nós tivemos durante o Pan-americano e para-Pan-americano os melhores profissionais do mundo nas áreas que foram operadas no Pan-americano. Na área do esporte, de tecnologia, de geração de imagem, de TV, de transmissão de dados e tudo isso fica. Porque os nossos brasileiros que compuseram essas equipes acumularam experiência, conhecimento, capacitação. Muitos já estão sendo motivados para participar de muitos eventos pelo mundo afora. Digo isso porque o 2011 o Brasil sediará os Jogos Mundiais Militares, na cidade do Rio de Janeiro, partindo inclusive da capacidade instalada que a cidade do Rio de Janeiro tem, os senhores sabem que o Brasil concorre e no próximo dia 30 de outubro, daqui, portanto há pouco mais de um mês, a FIFA pode anunciar ao País, espero eu que anuncie como sede da copa do mundo em 2014, e teremos a copa das confederações em 2013, fomos procurados e há um projeto de o Brasil participar da UNIVERSIDE que é um evento impressionante, enorme que reúne atletas universitários do mundo inteiro também de elevado nível técnico. E, sobretudo, o foco central que nós teremos que a participação, a energia do Governo Federal, sobretudo, vai se concentrar em trazer para o Brasil em 2016 a possibilidade de realizar os jogos olímpicos. Alguns até já me perguntaram: "Mas Ministro, jogos olímpicos 2016, copa do mundo 2014, mas não é pouco tempo de intervalo?" Mas os Estados Unidos já fez, a Alemanha já fez. Aí vem a pergunta: Mas eles são muito ricos. Mas o México também já fez. Em 68 e 70. Porque são eventos diferentes, eventos que tem naturezas próprias, mas são eventos que são oportunidades de investimento no Brasil. O Brasil precisa de dotar suas cidades de melhor infra-estrutura de uma logística que é bom para os eventos mas, sobretudo, boa para as cidades que recebem esses eventos. Por isso a minha confiança é que nós temos capacidade de entrar e dessa vez entrar para disputar e para ganhar a candidatura de 2016. Nós teremos uma fase importante no ano de 2008, mas 2009 eu confio que haverá a possibilidade do Brasil celebrar a conquista de 2016 e eu creio que essa celebração contará com a participação do Senado, o Senado da República, assim como a Câmara dos Deputados, o Senador Cristovam Buarque tem sido um parceiro do esporte brasileiro.

Eu queria concluir agradecendo mais uma vez a oportunidade de estar mais uma vez com senhores no dia de hoje e dar o testemunho de que tudo isso com essas afirmações que eu resgato do que eu apresentei no início, da ODEPA e do Comitê Paraolímpico Internacional, não seria possível sem a participação do Congresso Brasileiro. O Congresso que em todos os anos, desde que o Presidente Lula assumiu e criou o Ministério específico deu uma contribuição ao esporte. Congresso que recentemente aprovou a Lei de Moralização do Futebol, o Estatuto do Torcedor, a Time Mania, que além de realinhamento fiscal dos clubes permite mais recursos para o esporte olímpico e paraolímpico, já que parte da arrecadação vai para o Comitê Olímpico e para o Comitê Paraolímpico Brasileiro, Congresso que permitiu a aprovação da Lei do Incentivo ao Esporte, nós confiamos que será um marco histórico na vida do

esporte brasileiro, e desde antes já trabalhava como a Lei Agnelo/Piva, com instrumentos fundamentais para a estruturação do esporte brasileiro. E o Congresso, agora para finalizar mesmo, que eu confio que também em 2008 vai dar uma contribuição para esporte, dessa vez na forma do orçamento público.

Na última conversa que eu tive com o nosso Senador Cristovam Buarque na visita feita aqui eu tinha feito uma provocação e o Senador Cristovam Buarque de pronto assumiu o compromisso conosco de pautar na Comissão de Educação, Esporte e Cultura, esta Comissão, a possibilidade de uma Emenda ao orçamento da União para implantar infra-estrutura nas escolas do nosso País. Não há futuro para o esporte brasileiro que não passe pelas escolas e pelas universidades. E o Congresso Brasileiro, o Governo Federal pode dar sua contribuição dotando esses espaços de pistas, piscinas, ginásios, quadras, e dessa maneira nós poderemos ter outros talentos identificados, mas, sobretudo, teremos jovens críticos capazes de intervir na realidade brasileira, capazes de exercer a sua cidadania com valores aprendidos pelo esporte. Então Senador Cristovam, rememoro os nossos queridos Senadores para o desafio nosso de qualificar escolas públicas, já que é um déficit brutal perto da metade das escolas públicas no Brasil não possuem sequer um equipamento esportivo. E essa tragédia tem que ser enfrentada e eu sei que posso contar com o apoio de V.Exªs. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu creio que é a primeira vez que a gente pode dizer que os craques são os cartolas. Porque tanto o Nuzman quanto o Ministro deram um show na fala que eles fizeram. E eu lamento que as imagens não possam refletir o que vai na alma de cada um da gente nesse momento e eu tenho certeza na alma do Brasil. Pelo orgulho de termos realizado esse evento. E não há dúvida que vocês têm o mérito muito grande, obviamente, junto com o Presidente da República e todo o Governo.

Eu quero citar que estão presente aqui o Andrew Parsons, Presidente do Comitê Paraolímpico das Américas, Valdemar de Souza Chefe de Gabinete do Ministro dos Esportes. E dizer que entre os cartolas, craques, eu incluo o Vital que consegue fazer esse milagre de dar otimismo, de colocar nas pistas e em todos os demais esportes pessoas que teriam razões de preferirem um certo acomodamento pelas suas diversas deficiências.

Eu quero dizer também que não está aqui uma pessoa que eu convidei que foi o Ministro Agnelo Queiroz. Eu convidei para estar aqui assistindo obviamente e ele não está por uma razão que eu quero dizer que mostra a nobreza dele. Ele está no hospital no Gama fazendo cirurgia, como médico que ele é. E não pode sair de lá antes das duas da tarde porque está fazendo cirurgia de pessoas que precisam. Mas é alguém que vale a pena lembrar também, não só por ter estado no começo como também por ter... Na maior parte, como também por ter sido ele que trouxe o Orlando, a quem eu o conheço desde estudante quando eu era da UNE. E não vou dizer que infernizava a minha vida de Reitor, (risos) mas trabalhava em uma boa parceria naquele instante.

Bem, eu quero dizer que estão inscritos alguns Senadores e eu vou passar primeiro na ordem dos que assinaram o Requerimento, que presente está o Senador Renato Casagrande. A Senadora Ideli, o Senador Flexa Ribeiro e eles comunicaram que por diversas atividades que estão tendo aí não estão presentes. Depois estão inscritos dos presentes o Senador Wellington Salgado e o Senador Inácio Arruda. Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Obrigado, Senador Presidente, Cristovam Buarque, Sr. Ministro Orlando Silva, Sr. Presidente do Comitê Paraolímpico Vital Severino Neto. Sr. Carlos Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro e Sr. Wadson Nataniel, Secretário-Executivo, Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes.

O objetivo, Sr. Presidente, do Requerimento está cumprido, como já disse o Ministro Orlando Silva. Era de fato e o senhor já falou com bastante propriedade. Era fazermos uma homenageio aos organizadores desses dois eventos. Os eventos... O evento que foi coordenado pelo Comitê Olímpico Brasileiro, e o para-Pan e que o Governo Federal tão bem colaborou, ajudou e coordenou. Vai aqui o nosso abraço ao Ministro, ao Presidente Lula, e a todos... Todas autoridades do Governo Federal pela participação e ao Comitê Paraolímpico e Comitê Olímpico Brasileiro. Acho que isso é fundamental para nós porque nós aqui no Congresso, nós quando alguma coisa dá errado a gente chama logo as pessoas para virem para cá para cobrarmos dessas pessoas. E esses eventos, esse evento esportivo deu certo. Foi um sucesso. Então nós temos também que

fazer a nossa homenagem a vocês, a nossa homenagem a todos os atletas do evento, do Pan-americano, do para-Pan, porque nos propiciaram um verdadeiro show nos dias que tivemos o evento no Rio de Janeiro. Acho que essa homenagem ela é fundamental. Acho que depois deste evento e o Brasil entrou num novo momento de possibilidade de atração e o Ministro anunciou aqui de outros eventos internacionais. Acho que isso é importante. Nós não tínhamos uma infra-estrutura esportiva em nenhum local brasileiro que permitisse esses eventos. Nós temos, mas não temos que ter só no Rio de Janeiro.

Então, outros eventos porque carro apertado é que anda, outros eventos marcados vão fazer com que nós possamos fazer mais investimentos na área do esporte. Acho que nós entramos numa nova fase, demonstrando a capacidade de organizar esse tipo de evento, e temos a confiança das instituições internacionais que organizam os eventos esportivos de que nós temos a total condição de sediarmos esse tipo de evento.

Então acho que nós vamos colher fruto da ousadia, da audácia, mesmo que atrasada, mas da audácia do Governo e das entidades em estarem atraindo para cá o Pan-americano e o para-Pan. De fato, eu também quero fazer coro aqui, e quero ajudar, porque o esporte é a maneira mais fácil junto com a educação de nós incluirmos as pessoas. O esporte é a maneira mais fácil de nós combatermos a violência, a droga, e temos tido muitos investimentos. Municípios, Estados tem feito investimento em infra-estrutura esportiva, em escolas, comunidade, mas nós temos ainda um passivo que precisa ser... Nós precisamos dar conta dele. Precisamos recuperar e compensarmos a falta de investimentos no passado e aumentarmos os investimentos em infra-estrutura esportiva. Então também o evento proporciona isso, porque coloca o esporte como prioridade nacional. E não só como lazer. Não só como lazer na visão do lazer, mas como uma atividade que cumpre outros objetivos importantes na sociedade brasileira. (soa a campainha)

Então, Sr. Presidente, eu quero encerrar fazendo uma homenagem a todos, mas fazendo uma homenagem ao Presidente Severino, Vital Severino Neto. Porque todos nós descobrimos alguma coisa nova. Mas descobrimos a capacidade, os atletas com deficiência, o que eles podem fazer que nós não sabíamos. Nós que Deus nos deu a perfeição da visão, da mobilidade, de tantas outras, nós não tínhamos a idéia daquilo que as pessoas poderiam fazer.

Então, acho que tudo foi muito bonito e muito importante, mas eu quero deixar aqui por fim essa homenagem a todos os atletas paraolímpicos porque nos ensinaram como vencer desafios. Nos ensinaram como nós somos acomodados, nos ensinaram como nós devemos estar agindo e atuando para que a sociedade seja melhor e que as coisas que a vida tem muitas possibilidade e muitas alternativas.

Então parabéns Vital, que transmita a todos os seus colaboradores nosso abraço do Senado, parabéns Ministro, parabéns Carlos Nuzman pelo trabalho de vocês. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo a palavra ao Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nuzman, Ministro, meus caros amigos, demais componentes desse evento maravilhoso, eu na verdade, Sr. Presidente, queria felicitar também o Vital, nosso Secretário-Executivo. Queria vir aqui, fiz questão de ficar tinha até uma reunião, mas eu empurrei um pouquinho com a barriga para ficar aqui. Porque realmente eu tive a felicidade de ser atleta, participar de jogos, tive a oportunidade de ver o Bernard no auge que acabou tendo o primeiro casamento com uma ex-amiga minha de universidade, a Michele, tive a oportunidade de ver o Djan nadando fazendo sucesso, até conferi com ele quantas olimpíadas ele foi, Bernard eu vi lançar o famoso saque... Quer dizer, momentos maravilhosos que eu tive a oportunidade de ver. E o Nuzman, uma pena que ele não foi para o basquete, né Bernard? Porque o basquete poderia estar uma outra posição hoje. Mas sempre foi ligado ao vôlei historicamente. E fez um grande trabalho. E toda essa revolução que o vôlei aconteceu. Acabou colocando o vôlei essa máquina indestrutível, ganhando tudo que o vôlei ganha e depois veio também para o COB e conseguiu fazer junto com o Ministério, junto com o Governo do Presidente Lula esse evento maravilhoso que foi o Pan.

Então, eu queria só reforçar nesse sentido, parabenizar, no caso estou citando o Nuzman, mas vai o para-Pan também e o Ministro também porque eu vejo nessa liderança que o Presidente COB, Nuzman consegue exercer, eu vejo atletas hoje em cargos diretivos do COB. Isso é uma coisa super importante. Porque muitas vezes quando nós somos atletas, como quando eu fui atleta, você tem uma série de questionamentos. E acaba virando membros diretores e aplicam aquilo

que eles achavam à época que não era correto. Isso é importantíssimo. O Bernard a gente conhece diferentes, Djan também, são completamente diferentes. Bernard é todo explosivo, o Djan já é mais zen. Quer dizer, um grupo maravilhoso que se formou.

Então, estão de parabéns. Eu só... Quer dizer, o Prefeito César Maia também não posso deixar de falar porque realmente é uma figura polêmica, mas ao mesmo tempo sempre pensando nas melhores coisas para a cidade do Rio de Janeiro. E a única coisa que eu não poderia deixar de falar porque estaria sendo injusto em toda essa festa foi o amor demonstrado pelo Presidente Lula ao Estado do Rio e a cidade do Rio de Janeiro, e aquele momento que não vou chamar de desamor porque é quem conhece o público carioca sabe como ele se manifesta, mas na verdade também aquele momento não deveria ter acontecido, digamos assim. O Presidente Lula não merecia. Não é desamor, porque quem conhece sabe como o público se manifesta lá no Rio de Janeiro. Mas ao mesmo tempo ele não merecia aquela atitude. O Presidente Lula declarou seu amor ao Estado, declarou seu amor à cidade, organizou os Ministérios para investimento daquela magnitude e foi preparado para algo que não recebeu. Mas é assim que o Rio, historicamente, quem for olhar lá para trás sabe que ele sempre se manifesta assim. Nada disso tem a ver com desamor ao Líder.

Então Presidente Nuzman, eu cito V.Sª, mas na verdade a toda a sua equipe, todo o primeiro escalão que está aqui, do Ministério, Orlando também teve um clima de momento maravilhoso. De ter o Ministro que eu acompanhei, em alguns eventos. Ele sempre vibrando, sempre procurando participar, botou o Ricardo Leiser para estar acompanhando os senhores. Quer dizer, eu vi. Não é só a vontade de fazer, tem que ter aquela vibração interna. Quem pratica esporte sabe que muitas vezes naquele momento a técnica não vale, vale o coração e se decide uma partida numa bola que parecia que não poderia acontecer e acaba acontecendo. São momentos que a gente não esquece jamais. Eu acho que esse Pan-americano aconteceu justamente isso. (soa a campainha) Um momento maravilhoso que aquele que não acreditava, foi como no esporte. Vamos fazer e foi na vontade, foi no peito, a questão do orçamento, uma discussão como o Ministro bem colocou, aquela briga de quem bota o que e no final colocou tudo e saiu uma festa maravilhosa.

Estão de parabéns, pra mim ser Senador nesse momento que estamos aqui agradecendo a organização do Ministro, do Nuzman, de sua equipe, do para-Pan, do Secretário-Executivo pra mim é uma momento maravilhoso. E também Senador Casagrande que estava aqui autor do Requerimento está de parabéns também por ter feito esse Requerimento e reconhecer esse evento.

Então não vou ficar agradecendo mais, agradecendo ou não, mas espero que na próxima olimpíada porque como bem disse, fazendo a conta fica quatro anos o Presidente Lula fora, ele volta depois de quatro anos e aí ele faz a olimpíada, faz tudo e o Orlando retorna também. Essa boa relação. Quer dizer, os erros todos que aconteceram não vão acontecer mais. Não é isso Orlando? O Presidente Lula já tem essa experiência, você e Nuzman, então com certeza nós faremos a olimpíada. O Presidente Lula espero que esteja me ouvindo porque pode contar comigo. Um abraço.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Nesse caso ou é Lula ou é Orlando. (risos) Eu quero me congratular com a iniciativa do Senador Casagrande, porque ele bem disse aqui nas suas palavras. Sempre que tem uma denúncia nos jornais, no rádio, na televisão, correm os Parlamentares, seja na Câmara ou no Senado para fazer foto para mídia brasileira, para aparecer no episódio muitas vezes degradante. Mas dessa vez, não. Dessa vez nós estamos trazendo aqui o Ministro do Esporte juntamente com o Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur, o Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Vital Severino para a homenagem ao êxito. A homenagem ao êxito. Uma vitória extraordinária. Os jogos começam assim. Que são os jogos do Rio. Mas impregnou o Brasil. Esse que é o problema. Os jogos se transformaram nos jogos do Brasil. Quer dizer, foi o Pan do Brasil. Em todos os cantos que se falava por aí fora do Rio de Janeiro, ninguém falava jogos do Rio. O Rio é nossa homenagem. O Rio é o samba, festa. Mas os jogos, em todo lugar, são os jogos do Brasil. É o Pan do Brasil. É assim que eles foram tratado nos outros Estados e fora do Brasil. Aqui na América do Sul, inteira onde nós íamos, como é que vai ser o Pan do Brasil? Como é que está o Pan do Brasil? Vai ser no Rio. É o Pan do Brasil. Vai ser no Rio de Janeiro. Então acho que foi um fato extraordinário. O Brasil caminhou com os jogos. Caminhou e a vontade dos atletas também se transformou. Quer dizer, os atletas quase que se agigantam nessa hora

que não é possível, os jogos são aqui. Essa detalha não vou deixar de botar no peito.

Então, quer dizer, isso tudo criou um sentimento. Eu lembro da Tita Tavares com a tocha lá, pequenininha, surfista, saindo daquelas águas quentes com o nordeste, na praia do Titanzinho, por isso que é Tita Tavares, onde milhares de garotos pobres que talvez às vezes não sabe nem soletrar a palavra esporte, estão praticando pela sua força esporte. E que precisa de uma ação também positivize aquele trabalho que é feito ali. Que às vezes é espontâneo. Pega uma tábua e se joga dentro do mar e se transforma numa Tita Tavares, quer dizer uma medalhista e uma campeã mundial. E muitas atividades dessas que são esportivas, diz que o surfe começou aqui no pacífico com os nativos naquelas regiões dos Andes que desciam e entravam pelo mar, um mar muito forte daquela região, esses atletas há pouco tempo eles não eram esportistas. E hoje o surfe é um esporte. E várias modalidades passaram a existir a partir dali. É uma riqueza que tem o nosso País. Esse potencial extraordinário que tem o Brasil. Em todas as áreas. O Nuzman ainda há tempo de você ir para o basquete. Acho que vai ajudar. Não vamos... Pelo amor de Deus. Eu acho que... Não, o que é isso... O Wellington... o homem sem fé. (risos) Eu creio que com as bençõe de Padrinho Cícero, São Francisco e Canindé você vem para o basquete e a gente toca esse negócio para ver se consegue alcançar êxitos maiores também nessa modalidade. Ele praticou, eu pratiquei também, nós ficamos um pouco com inveja do vôlei brasileiro que teve tanto êxito. (soa a campainha)

Então eu queria destacar esses aspectos de como o povo brasileiro, Orlando, foi contagiado pelos jogos. E essa demonstração de que esse gasto que sempre foi levantado, porque nós fizemos um debate aqui antes se era gasto excessivo, se não era gasto excessivo, se estava orçado em 500 e que já estava em quase três bi. Ou ia passar de 3 bi. É que foi um investimento fabuloso. Você olha o Rio de Janeiro, quantas moradias novas nós deixamos como legado dos jogos? Quantos equipamentos fabulosos você tem no Rio de Janeiro? Isso é um incentivo. Isso o atleta olha e fica fascinado. Eu quero jogar ali. Para jogar ali eu tenho que ser da seleção, eu tenho que estar no time de ponta para poder entrar naquele estádio, para poder entrar naquela arena. Então isso é um estímulo muito forte que vai ficar. Que vai ficar. O outro é a parceria. Como vocês envolveram o trabalho. Essa parceria com Estado, União, e a Prefeitura do Rio de Janeiro. A questão do Congresso Nacional, o debate permanente do Congresso Nacional, sempre que eram convidados estavam aqui ou para prestar informações, prestar contas ou para pedir apoio. Evidente, era um evento de grande magnitude. Com o TCU. Um órgão auxiliado ao Congresso Nacional que acompanhou *pari passu* para poder examinar. Vai ter problema para frente? Não sei. Mas foi acompanhado pelo TCU. Isso tem muito significado. E tenho a impressão que todo esse êxito e a nossa homenagem ela deve se materializar. Ela não pode ser uma homenagem, digamos assim, da abstração da coisa. Não. Nós temos que materializar. E materializar essa homenagem é um esforço nosso para fazer... Acho que podemos fazer dois movimentos, Ministro Orlando Silva. Um movimento a Comissão por iniciativa do nosso Presidente Senador Cristovam, é de nós fazermos aqui uma proposta de que a Emenda, uma das Emendas da nossa Comissão para o orçamento seja a Emenda do esporte. E que a gente faça um trabalho grande em torno dela. A outra não sei se é possível, mas talvez a gente convidar o Relator do orçamento para uma conversa conosco sobre o problema das Emendas e do trabalho do Relator. Porque o Relator também pode tomar. Muitas modificações foram feitas, inclusive restritiva do papel do Relator e Sub-Relatores, mas o Relator pode tomar iniciativa também para elevar o orçamento do esporte no Brasil ainda é dos menores. Não sei se tem alguém abaixo do orçamento do Ministério do Esporte. Mas eu sei que é o menor orçamento.

Então, sendo o menor orçamento, nós temos a obrigação de conversar com o Relator. Vem cá, Deputado Zé Pimentel, vamos fazer um esforço aqui pra gente dobrar esse orçamento do esporte. Que está muito baixo para os êxitos que o esporte tem alcançado O esporte é assim, eu vejo o Ministério dos Esportes como aquele Ministério que todas às vezes que tem uma crise ele chega com boas notícias. E leva vitórias para o Brasil. Então acho que Ministério desse merece uma ação muito bem organizada nossa, o Senador Cristovam já demonstrou aqui a sua... O seu compromisso firme com a questão do esporte. Na área da educação firme sempre e o esporte é parte da educação.

Então, nós estamos, digamos assim, afinados com o pleito que o Ministério realiza aqui. Acho apenas que a gente deve materializá-lo e acho que o Senador Cristovam vai nos conduzir partir para isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo a palavra ao último ins-

crito que é o Senador Paulo Duque, nobre representante do Rio de Janeiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Meu caro Senador Presidente dessa Comissão. Eu queria inicialmente perguntar ao nosso Ministro se ele já fez algum tipo de esporte, atletismo, alguma coisa. Eu vi a exposição dele, foi muito eloqüente, foi muito brilhante, e a minha primeira pergunta é esta.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA: Com baixo rendimento.

(risos)

Só para recreação, Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Só para recreação. De qualquer maneira o Nuzman está ali, fez vôlei, não fez o Basquete. Foi vôlei e isso mostra a categoria da Mesa, educadores, esportistas, também já foi candidato a Deputado. O Ministro que eu não conhecia tenho o prazer de conhecer agora, e como representante do Rio de Janeiro aqui estão dois pelo menos, que sou eu e o Bernard, foi meu companheiro como Deputado Estadual também. E é muito prazer ver e cumprimentar a todo mundo. Não quero falar do professor de educação física que está aqui no final da fila que ele sabe que carinhosamente... ele carinhosamente é professor de educação física e ganhou aqui pela sua contextura física o apelido de Rambo, carinhoso. Rambo, o grande.

Quero dizer o seguinte, Ministro, nos idos de 1950, por aí, não havia televisão, não havia no Rio de Janeiro a pujança de coisas para se fazer a mocidade naquela ocasião. Mas havia uma coisa muito importante que era o atletismo, o remo e em São Paulo, não só o atletismo como também o remo. Engraçado numa cidade do interior. Sem mar, mas... E tudo aquilo se realizava no estádio de Botafogo antigo, antes de ser retalhado e vendido, lamentavelmente foi, e no estádio do Fluminense e posteriormente no Flamengo, sobretudo, com a natação. A pujança que houve nesses últimos anos foi de uma expressividade notável para o nosso País. O nosso ilustre representante do Ceará tem razão. Virou não jogo do Rio de Janeiro, não um evento carioca, virou um evento sul-americano, brasileiro, quase que mundial eu diria. Quase mundial. Mesmo com as desavenças iniciais que foram difíceis. Eu me lembro, estive na primeira reunião, primeira reunião no Palácio da Cidade, na rua São Clemente. Presidida pelo Prefeito César Maia. E começou engatinhando, engatinhando, foi tomando força, as autoridades foram se interessando pelo assunto, e finalmente a sensibilidade de V.Exª fez com que o Congresso Nacional, o Senado, o Senado Federal adotasse o movimento. Que o Senado representa o Brasil inteiro no seu todo. Eu não sei se a Câmara dos Deputados também pensou nisso, que representa o povo de cada Estado. Não sei. Mas o Senado fez. (soa a campainha) E com ótima oportunidade, com boa lembrança. A única coisa que posso dizer aqui como carioca é que o Rio mais uma vez venceu. O Rio não perde nunca. Só perdeu a copa de 50. Infelizmente. Foi um sucesso maravilhoso. Participamos todos nós, com emoção maior ou menor, mas participamos. E essa homenagem aos organizadores, a todos que colaboraram, confesso que eu não conheço todos, mas foi uma homenagem do Senado. É próprio do Senado. O Senado é isso. O Senado não é o que pinta uma imprensa malévola por aí não. O Senado é isso. É efetivamente o Senado é uma força brasileira grande que se manifesta com seriedade na hora precisa.

Eu saúdo todos os organizadores, o Sr. Ministro que nos deu o prazer da sua visita, os atletas presentes aqui do passado, ou atuais que estejam presentes aqui e que eu não conheço. E finalmente, eu quero dizer pelo fato de terem aqui quatro Senadores não significa que não esteja todo o Senado, de acordo com essa homenagem, não. Que essa homenagem foi apoiada por todos os Senadores. E o Senado então pela voz, não só do Rio, como pela voz do Ceará, pela voz de Minas Gerais... V.Exª, Sr. Presidente, Senador aqui pelo Distrito Federal, grande educador, eu não me furto sempre de elogiar porque eu sou admirador dele. Ele não acredita, mas eu sou um admirador.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu acredito em tudo que um careca fala. Careca não mente, não.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Tem outro ali. E tem um cabeludo lá. Mas de qualquer maneira somos todos irmãos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu não sei que os cabeludos mentem, eu disse que os carecas falam a verdade.

(risos)

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Então eu agradeço a oportunidade de ter vindo aqui hoje, foi muito bom ter vindo aqui hoje, encontrar o passado e o presente e os vitoriosos somos todos nós aqui no Senado da República. Muito obrigado a vocês todos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, eu queria agregar apenas mais uma questão, que foi a relação com a cultura e a arte. Também foi um fato extraordinário. A beleza do fogo olímpico no Maracanã. Feito por uma carnavalesca extraordinária. Extraordinária. Uma coisa de muita beleza que ficou ali marcado na memória de cada um que teve a oportunidade de estar presente. Na televisão não deu para perceber tudo isso. Mas quem esteve presente percebeu que aquela era uma grande obra de arte que estava ardendo ali no Maracanã durante todo o período dos jogos olímpicos. E o único fato desagradável para demonstrar toda a grandeza da organização, também foi organizado. Isso demonstra que os jogos foram espetaculares.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, esta é uma Sessão diferente em que os expositores não tem nada a responder de perguntas. Só receberam elogios. Mesmo assim eu quero saber se algum quer dizer alguma palavra antes que eu encerre. Não. Então eu quero dizer... O Vital. Com o maior prazer.

SR. VITAL SEVERINO NETO – Obrigado pela concessão. Eu não poderia deixar de... Para concluir, expressar os nossos agradecimentos, as palavras aqui dirigidas a toda a organização em especial ao segmento paraolímpico, e eu me reporto às palavras do Senador Casagrande, e dizer que essa é realmente a grande luta do Comitê Paraolímpico Brasileiro, de todos que amam o esporte, é fazer com que as pessoas que a sociedade brasileira conheça, conheça de forma concreta a potencialidade e a eficiência de pessoas que teriam, como o senhor disse razões para buscarem uma acomodação pelas limitações, pelas deficiências, mas que vão à luta e que buscam acima de tudo resgatar o seu direito de exercitar a sua cidadania plena.

Eu tenho convicção, Senador, e eu queria que ficasse registrado ao Senador Casagrande, quando ele diz que a sociedade brasileira aprendeu a conhecer isso com o para-Pan. Eu digo que não só a sociedade brasileira, todos nós também aprendemos e acrescentamos algo mais a cada dia. E tenha certeza, todos os Srs. Senadores que o dia que a pessoa com deficiência no nosso País, através da informação e da conscientização da sociedade brasileira deixar de ser vista esta pessoa com deficiência como um bicho estranho que perambula pelas ruas, nós vamos estar chegando num momento preciso de direito e de respeito à cidadania. O dia que a criança não se assustar como não se assustou vendo a competição esportiva no para-Pan, se o atleta não tinha dois braços, não tinha perna, se ele não se conseguia se movimentar ou se ele era guiado por um outro, a criança percebeu e a sociedade brasileira percebeu que ali estava um atleta representando e competindo pelo seu País. A deficiência ficou jogada de lado. E assim que tem que ser. Nós temos que criar novos conceitos, a eficiência e a pessoa tem que estar acima das suas aparentes deficiências.

Então eu fico muito, vamos dizer, agradecido e realmente comovido com as palavras que foram ditas aqui pelo Senador Casagrande e que eu tenho certeza que é o eco de toda essa Casa e de todo o Governo Brasileiro. Muito obrigado Senador.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu quero dizer que de todas as Comissões que eu já participei, Sessões nesse Senado essa foi a mais gratificante. A que nos trouxe mais orgulho, creio que isso todos os demais Senadores também acham.

Eu lamento que não haja medalha para os organizadores. Deveria haver um podium especial. Como não tem, quero sugerir que a Comissão aprove uma proposta para que enviemos ao Presidente da República uma solicitação de que ele faça uma condecoração para os organizadores do evento. Uma das condecorações brasileiras que essa pode ser a medalha que vocês mereceriam, não sei como escolher entre os milhares que participaram desde os três que aqui estão até quem chega lá embaixo, isso é um problema que a máquina burocrática e o Governo discutirá. Mas se a Comissão estiver de acordo, se o Presidente não pensou ainda, eu gostaria de enviar essa sugestão enviada pelos Srs. Senadores. Estão de acordo?

Eu quero agradecer como brasileiro, mais de que como Presidente e dizer que não são apenas vocês,que o Wellington também mantém aqui um time de basquete, Universo, cujo Jorge Bastos que estava ali, o Jorge está ali, que mantém e que foi campeão brasileiro, se eu não me engano, esse ano. Eu quero dizer a vocês que tenho feito isso pelo nosso Distrito Federal. E vocês que aqui estão, que tem feito pelo Brasil inteiro. Eu voto, torço, desejo, e vou dizer com franqueza, sobretudo, depois do Pan e do para-Pan que de fato a gente consiga vencer a disputa para ganharmos ao mesmo tempo e poucos anos de diferença ganharmos a sede da Copa e a sede das Olimpíadas. Contém comigo. Se eu puder ajudar um pouquinho para que venha para o Brasil. Eu estou muito mais convencido disso agora, depois de ter assistido as três exposições de vocês.

Muito obrigado e está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 12h28.)

Ata da 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 14ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 27 de setembro de 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Inácio Arruda, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares e Romeu Tuma, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo e Marisa Serrano. Justificam a ausência os Senhores Senadores Augusto Botelho e Sérgio Zambiasi. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Waldemar Cunha, Presidente da Câmara dos Produtores do Distrito Federal; Senhora Jacqueline Safe, Assessora Parlamentar da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex – ABRAPLEX; Senhora Carla Gomide Camargo, Assessora Parlamentar da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; Senhor Ronaldo Galvão, Assessor Parlamentar da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; Senhora Márvia Scárdua, Diretora da União Nacional dos Estudantes – UNE e Senhor Sérgio José Custódio, Coordenador Nacional do Movimento dos Sem Universidade – MSU. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 039/07-CE e nº 008/07-SCTMC, de autoria dos Senadores Demóstenes Torres, Eduardo Azeredo e Flávio Arns e Aditamento nº 001/07 – CE e nº 001/07 – SCTMC de autoria dos Senadores Flávio Arns e Flexa Ribeiro, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 188 de 2007, que "Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, para estudantes e idosos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos". Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Paulo Roberto Barbosa Ramos, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI; Senhor Lúcio dos Santos Oliveira, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Eventos – ABRAPE; Senhor Thiago Franco Batista de Oliveira, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES; Senhor Odilon Wagner, Ator e Produtor Teatral e Senhora Cristina Saraiva, Coordenadora do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música – GAP. Finda a exposição, a presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão e da Subcomissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, autor do Requerimento, Wellington Salgado e Paulo Duque. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Havendo número regimental declaro aberta 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 14ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende a Requerimento 039/2007 da Comissão de Educação e 08/2007 da Subcomissão de Teatro, Música e Cinema e aditamento nº. 01/2007 da Comissão de Educação da Subsecretaria de Cinema, Teatro, Música e Comunicação aprovado, de autoria dos Senadores Demóstenes Torres, Eduardo Azeredo e Flávio Arns para instruir o Projeto de Lei do Senado 188/2007 que dispõe sobre benefícios do pagamento de meia entrada para estudantes e idosos nos espetáculos artísticos, culturais e esportivos.

Dando início à audiência eu peço ao Secretário Júlio Linhares que traga os convidados para tomarem assento à Mesa.

Eu quero inicialmente agradecer a presença dos convidados, dizer para eles que nós estamos aqui, como sabem, procurando instruir um Projeto de Lei nº. 188/2007 que dispõe sobre o benefício de pagamento de meia entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos. O autor desses requerimentos são os Senadores Flávio Arns, Eduardo Azeredo e Demóstenes Torres. E os autores do projeto são os Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns. A quem agradeço muito a presença.

Devo dizer aos convidados que nesses últimos dias no Senado muitos têm preferido até suspender as audiências diante do acúmulo de atividades que existem. Vocês vêem que está tocando a campainha que vai ter uma Sessão Plenária em homenagem ao dia... Pelo turismo no Brasil. Aqui ao lado tem duas Comissões que eu deveria estar nas duas porque sou membro, e uma delas diz respeito muito a Brasília, que é sobre os anistiados do Governo Collor que estamos tentando retomar. Mesmo assim nós insistimos teimosamente em manter a audiência, porque a audiência além de ficar registrada nos anais, os documentos irão para os Senadores na hora de darem o voto, a Sessão é transmitida através da televisão, quando não ao vivo depois à noite, vocês podem assistir, e isso faz com que a população participe desse assunto. Assunto que tem sido muito polêmico. Aqui já fizemos outra audiência sobre o assunto e vê-se a polêmica entre os possíveis beneficiados e os... Não vou chamar prejudicados, mas os que pagarão a conta.

Então, nós vamos fazer a audiência e a ordem que está aqui de inscrição, se vocês tiverem, aceitarem, é Paulo Roberto Barbosa Ramos que é Presidente do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos, o Lúcio dos Santos Oliveira, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Eventos, Thiago Franco Batista de Oliveira, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Odilon Wagner, ator e produtor teatral e Cristina Saraiva, Coordenadora do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música.

Eu passo a palavra, portanto, ao Dr. Paulo Roberto Barbosa. Nós vamos dar um tempo de 10 minutos para ver se fazemos o assunto mais conciso. E toca uma campainha automaticamente aos dez minutos. Se for preciso um tempinho mais a gente conversa e vê como é que prorroga.

SR. PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS – Bom dia a todos. É uma grande satisfação estar aqui com os senhores hoje para discutirmos este Projeto de Lei que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos culturais e esportivos, mas inicialmente eu gostaria de cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, que preside os trabalhos e os Senadores Flávio Arns e a Senadora Maria do Carmo que se encontra aqui presente. Cumprimentar também os meus colegas de Mesa e os senhores e senhoras também se encontram aqui prestigiando esta Audiência Pública.

Falar hoje de gratuidade ou mesmo de descontos para espetáculos e outras atividades, não somente culturais como também econômicas no Brasil, para segmentos tidos ou como discriminados ou como vulneráveis, seja sobre o aspecto mesmo social ou mesmo vulneráveis no aspecto econômico por conta de serem ainda impossibilitados de produzir renda, muitas vezes no caso de estudantes, é uma situação muito delicada em se tratando de uma sociedade com viés efetivamente capitalista cujo grande objetivo é auferir lucros ou senão completamente auferir lucros dar conta justamente das despesas dos gastos tidos com as apresentações, com os trabalhos desenvolvidos no caso aqui dos espetáculos artísticos e culturais que têm um custo realmente para aqueles que se dispõe a trabalhar com esse tipo de atividade esse custo precisam ser devidamente coberto e repostos porque senão não há possibilidade de continuidade dos trabalhos.

Em relação ao segmento idoso que me cabe fazer um breve comentário, uma breve exposição, nós já encontramos uma previsão legal aqui no art. 23 do Estatuto do Idoso. Está situado no capital 5ª da educação, cultura, esporte e lazer. O art. 23 do estatuto, Lei 10.741 dispõe que a participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionando desconto de pelo menos 50% nos ingresso para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem o acesso preferencial aos respectivos lugares ou locais.

Então nós já verificamos que o Estatuto do Idoso já contempla esta possibilidade, já determina que os idosos terão esse tipo de desconto ou esse percentual de desconto em todos os espetáculos, o que a primeira vista não exigiria uma outra regulamentação. Por quanto bastante claro, bastante definido aí no art. 23 do Estatuto do Idoso. E nos vem agora a discussão, um Projeto de Lei para tratar do desconto para os idosos e também para os estudantes. No que diz respeito aos estudantes, eu não quero entrar nessa seara porque tantos outros irão falar sobre essa temática, há uma grande preocupação por conta de uma falta de controle na confecção e na distribuição de carteira de estudantes que não é o caso dos idosos em que a comprovação da idade ela se dá tranqüilamente pela apresentação da carteira de identidade que vai comprovar se a pessoa possui idade igual ou superior a 60 anos para então usufruir desse benefício de desconto nos espetáculos artísticos e culturais. Pois bem.

Em relação ao projeto aqui especificamente, eu colocaria algumas preocupações, faria algumas ponderações. O Brasil hoje ele já conta com aproximadamente 18 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Nos próximos anos, daqui a poucos anos, não muitos anos, o nosso contingente de idosos deverá se aproximar do patamar de 30 milhões de pessoas.

Então, um contingente bastante significativo. Conversando agora há pouco com alguns integrantes aqui desta Mesa, nós constatamos a partir da experiência deles mesmos que os idosos constituem aquele segmento preferencial ou aquele segmento mais presente nos espetáculos.

Então, é o que me parece que na medida em que nós concedemos esse desconto de 50% a todas as pessoas com 60 anos ou mais sem estabelecer um limite para que esses idosos tenham assento... Tenham acesso a esses espetáculos podemos chegar a uma situação de praticamente todos os presentes nesses espetáculos virem a ser efetivamente idosos. De maneira que aquele valor apresentado inicialmente como inteiro praticamente acaba caindo pela metade se todos os espectadores aí se apresentarem como pessoas de 60 anos ou mais. Eu acho realmente correto que se estabeleça um percentual para esses descontos, para essas gratuidades, para esses descontos especialmente aqui de 50% para idosos que estamos falando especificamente de descontos, estabelecendo aqui o projeto estabelece 40% das vagas disponíveis para que os idosos possam pleitear, portanto esse desconto de 50%. Esse percentual pode ser até discutido, mas algo em torno disso me parece correto, me parece adequado até mesmo para a sustentabilidade desses espetáculos até mesmo para a sustentabilidade dessas apresentações. Estabeleça... 100% dos assentos estarão disponibilizados para desconto de 50% para idosos, mas sim 40 ou 50% desses assentos estarão disponibilizados para que os idosos possam usufruir de 50% desses descontos. Me parece uma perspectiva razoável dentro de um viés de ponderação atendendo os interesses dos próprios idosos que terão, portanto, o desconto de 50% e também aqueles que tomam a iniciativa de promover estes eventos. Acredito que nessa perspectiva ambos estarão contemplados, ambos terão sido, portanto, beneficiados.

Outra questão que se colocou inicialmente numa conversa que tivemos antes de estarmos aqui sobre a possibilidade de se restringir esse desconto de 50% aos idosos que possuem basicamente uma renda inferior ou uma renda baixa, assim como aconteceu com o chamado benefício para o transporte interestadual no que se concedeu dois assentos gratuitos e mais 50% de desconto nos demais assentos havendo disponibilidade. Nesse caso não vejo possibilidade de estabelecermos um patamar de renda para a concessão de benefícios nos espetáculos porque o Estatuto do Idoso ele próprio aí não estabeleceu e me pareceria que tentar se fazer isso agora seria um retrocesso. Então o mais correto que se mantenha a relação do Estatuto do Idoso no art. 23 que aí não estabeleceu realmente um nível de renda para que a pessoa pudesse ter acesso aos benefícios em termos de espetáculos culturais e artísticos. Por mais que isso possa nos incomodar de alguma maneira, por conta estaremos contemplando idosos com uma renda superior e muitas vezes em detrimento de idosos com uma renda inferior. Mas, nesta altura, em termos de conquista, de benefícios para pessoas com 60 anos ou mais não me parece, portanto, muito adequado na medida que o acesso a cultura é um direito universal de maneira que não seria adequado, pertinente tentar estabelecer um escalonamento por renda para acesso a esse benefício na medida em que genericamente os benefícios para os idosos eles independem desse patamar remuneratório muito mais da questão da idade. Muito embora possa vir a discutir (soa a campainha) esta questão remuneratória aí no futuro, como aconteceu já com o Estatuto do Idoso em relação ao transporte interestadual porque ficou comprovado que as pessoas com renda mais baixa elas que realmente necessitam desse tipo de transporte para que possam, portanto, se locomover e se deslocar.

Então, em relação aos idosos não há grande complexidade no projeto na medida em que é muito fácil a identificação da pessoa com 60 anos ou mais com a simples apresentação da carteira do idoso. A única coisa é que seria estabelecer um número de assentos para que os idosos pudessem, portanto, ou possam, portanto, usufruir desse benefício do desconto. 40% ou 50% me parece um percentual adequado e pertinente tanto mais ante o acelerado processo de envelhecimento da população.

Só para contribuir e já finalizando aqui no que diz respeito aos descontos aos estudantes eu pediria uma reflexão maior sobre a real importância e real necessidade e pertinência mesmo de criar-se um Conselho para emissão ou acompanhamento de carteiras estudantis para que possam efetivamente usufruir desse benefício.

Eu fico preocupado ante o que dispõe a própria Constituição da República e eu chamo a reflexão dos Srs. Senadores, há uma Assessoria Jurídica na Casa, mas acho que é importante verificarmos se realmente esse projeto aqui poderia já partindo da própria Casa contemplar a questão de um Conselho entendendo-se um Conselho como um órgão aí da administração

pública. Mesmo que não remunerado, mas nós precisamos refletir se isso realmente não deveria partir do Poder Executivo. Exatamente nesse órgão, mas é uma coisa que eu chamo mais à reflexão neste ponto aqui do projeto. Agora, que seria interessante realmente um órgão de âmbito nacional centralizando esse processo de confecção de carteiras com datas, com limites específicos de validade seria muito interessante para combater a fraude e, portanto, moralizar o sistema e garantir as produções artísticas e culturais, os espetáculos e proteger também e beneficiar os estudantes efetivamente.

Sr. Presidente, seriam essas as nossas contribuições, pedindo autorização de V.Exª se necessário de uma oportunidade outra poder fazer alguma colocação, se conveniente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agradeço e durante as perguntas haverá esse espaço. Eu quero agradecer a presença aqui do Valdemar Cunha que é Presidente das Câmaras dos Produtores do Distrito Federal, Jaqueline Safe, Assessora Parlamentar das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex, de Carla Gomide de Camargo, Assessora Parlamentar da Agência Nacional do Cinema, Ronaldo Galvão, Assessor Parlamentar da Agência Nacional de Cinema e a Márvia Scardua, Diretora da União Nacional dos Estudantes que já foi uma das que aqui estiveram na Sessão anterior. Passo a palavra agora ao Lúcio dos Santos Oliveira.

SR. LÚCIO DOS SANTOS OLIVEIRA – Bom dia a todos. Obrigado pelo convite. Já é a terceira Audiência Pública que a ABRAPE tem o prazer de estar participando e contribuindo aqui tanto no Senado quanto na Câmara. Eu queria pedir licença a vocês para exibir um vídeo. Esse vídeo na verdade já foi exibido na audiência anterior, mas é só um trecho dele que eu acho pertinente com o conteúdo que eu vou falar em seguida.

(exibição em vídeo)

• **FERNANDA MONTENEGRO** – Dependendo de cada cidade ou Estado tem direito a meia entrada, olhe bem, as seguintes categorias. Estudantes de qualquer natureza e também quem não é estudante, desde que vá na esquina, como tem uma amiga minha que tirou uma carteirinha, foi na esquina, depois ela plastificou e ela entra em todos os lugares e não está estudando coisa nenhuma. Quando perguntaram pra ela: "O que você estuda?" "Ela falou arte dramática". Chancelou lá com o carimbo e foi adiante. Pela internet se consegue pela internet. Se consegue sem nenhuma comprovação. Outras categorias que têm meio ingresso. Acima de 60 anos. Funcionários públicos, professores, bibliotecários, deficientes físicos, no Rio são 25 leis de meio ingresso. Diante dessa distorção, como é que fica o produtor? Como fica o artista? Não podemos bancar, nós não podemos assumir totalmente a política pública. Sozinhos não podemos. Porque senão morremos. Nós vivemos do nosso trabalho. Estamos em princípio com a lei, mas não podemos bancar todo o nosso trabalho nessa caridade, na maior parte das vezes eleitoreira. E os senhores vão entender o que eu estou falando. Propomos que se faça regulamentação da lei lembrando que não podemos dar de graça a única coisa que nós temos para vender. E essa frase é de Cacilda Becker. Vender ela fala no sentido de sobreviver como artista e profissionais que inclusive geram empregos. A cultura não é uma coisa abstrata. Talvez nada no mundo empregue mais gente do que a cultura, porque tudo é cultura. Até uma comida que se faça e se venda aquilo ali é uma forma de cultura. Queremos participar. Isso eu quero deixar claro. Queremos participar desse projeto de presença de público, mas não podemos sustentar o evento cultural ou esportivo com os espaços totalmente tomados pelo meio ingresso. Porque é isso que está acontecendo. Concluindo é o seguinte: Nós estamos com a lei. Nós queremos que haja meio ingresso. Nós precisamos do estudante no teatro. Nós temos que formar platéias, nós temos que ter uma diversificação de público também para aquele que talvez não possa pagar, talvez não tenha dinheiro suficiente para pagar um ingresso inteiro. Eu acho que é uma atitude nossa de clarificar, de ajustar, e de participar. Era isso que eu queria dizer.

• Meia entrada, tudo bem. Até bom e justo, mas então o Governo que teve a idéia da meia entrada tem que pagar para os produtores o resto da entrada... Vocês não pensaram nisso, não? Os artísticas estão pensando.

• Não somos contra a meia entrada. Somos a favor da regulamentação. Queremos uma meia entrada de verdade sem essa enrolação.

(final da exibição em vídeo)

SR. PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS – Bem, como eu disse esse vídeo já tinha sido exibido

numa audiência que a gente fez na Câmara aqui o ano passado, estava discutindo o projeto do então Deputado Eduardo Paes, e a partir de então a gente tem caminhado numa linha que eu acredito de consenso na condução desse assunto que é muito delicado, mas eu vou me permitir, Presidente, contrariar sua primeira fala que nós definitivamente não queremos ser a parte que vai pagar a conta e é o que a gente pretende mostrar agora. Como tem várias pessoas aqui na Mesa e as pessoas certamente vão abordar outros temas, eu queria usar meu tempo para falar sobre esse ponto que acho que é um ponto fundamental e que precisa cada dia mais de esclarecimento. Queria lembrar antes de entrar nesse ponto que a gente tem um manifesto que foi feito em conjunto com as entidades estudantis e assinado por vários artistas, que está colocado aí para vocês, eu vou reforçar os pontos que estão escritos nesse manifesto que a gente está reiterando nesse momento que são, primeiro: acreditamos na meia entrada como importante mecanismo de acesso a cultura e ao entretenimento por parte dos estudantes e idosos. Esse ponto definitivamente não está em discussão. Essa é uma conquista e como tal nós a entendemos. É necessária a votação em caráter de urgência do PL 5205 ou programação de Decreto ou Medida Provisória por parte do Executivo, considerando o interesse comum na regulamentação na questão em todo o País. Isso evidentemente não existe mais porque esse Projeto de Lei como foi extinto o mandato do Deputado Eduardo Paes ele também deixou de existir, mas acreditamos que tem essa mesma validade para esse projeto que está em andamento pelo Senado.

Terceiro, cobrar das devidas instâncias governamentais uma posição em relação à contrapartida referente a perda de receita causada pelo benefício da meia entrada aos agentes promotores da cultura e do entretenimento, pois como qualquer outra atividade da economia necessita e tem direito à contrapartida do Estado de acordo com a Constituição. Nº. 04, validação apenas das carteiras emitidas pelas entidades estruturadas e reconhecidas nacionalmente mediante apresentação de documentos que comprovem sua atuação legal e legítima. Número 05, criação de um fórum formado por estudantes das entidades representativas dos estudantes e do fazer cultural do entretenimento no País para gerenciamento e controle do mecanismo. Acho que esses pontos continuam vivos e válidos. E aí a gente entra no ponto que eu quero abordar realmente que é a necessidade urgente de uma Lei Federal que possa nivelar a legislação em todo o País. Hoje existem centenas de legislações estaduais e municipais, muitas delas inclusive antagônicas, eu acabo de fazer uma turnê, a minha empresa acabou de fazer agora com o espetáculo a gente viajou em 25 cidades brasileiras, fomos de Manaus a Belém, passamos inclusive por Brasília, em cada cidade existe uma política diferente. É impossível fazer um planejamento de um negócio que isso é um negócio como qualquer outro a gente precisa sobreviver e ter lucro até para que possa gerar novos empreendimentos, com essa balbúrdia que se estabeleceu hoje no setor. Entidades cartoriais fazendo carteirinha a qualquer preço. Eu infelizmente não trouxe hoje, mas recebi um (ininteligível) na minha cidade essa semana que era uma coisa impressa no papel jornal anunciando uma carteirinha a quatro reais. Quer dizer, há que se entender que isso é sério? Não, claro que isso não é sério. Então nós estamos aqui lutando juntos, eu acredito com as próprias entidades sérias, históricas que estão aqui do Brasil para poder fazer frente a isso.

Eu acho que o cerne da questão não é esse. O cerne da questão no nosso entendimento, o entendimento dos produtores é: voltando para a sua fala, Presidente, quem vai pagar essa conta? Então a gente acredita, como os artistas acabaram de dizer, que isso é uma política pública. Como política pública, ela tem que ter recursos públicos para que seja feita a reposição dessa perda. E essa perda é cada dia maior. Porque a lista cada dia aumenta mais. Como foi dito pela Fernanda Montenegro tem cidades que dão meia entrada para professor, no Espírito Santo agora em Vitória acabaram de aprovar uma lei dizendo que o doador de sangue tem meia entrada. Quer dizer, existe uma benevolência gigantesca em acima do nosso negócio. E é preciso ter a sapiência de entender que isso não pode continuar assim. Estamos falando de uma indústria, e uma indústria que gera emprego, gera renda, e movimenta a economia brasileira. Em todos os países do mundo a indústria da cultura e do entretenimento é um dos pilares da economia de cada País. E nós não podemos dilapidar esse patrimônio que nós temos aqui.

Então, entrando nesse ponto, até para não ficar repetitivo com os demais que eu que vão abordar outros pontos aqui, eu quero colocar para os senhores e pedir que distribuísse cópia também, (soa a campainha) eu vou pedir para estender um pouco meu prazo em função do vídeo que foi exibido, um parecer da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados sobre um Projeto de Lei 4.637/2001 e os Projetos 1671/2003, 3325, então são cinco, seis projetos, essa cópia está com vocês aí. Todos esses projetos têm o mesmo espírito que é estabelecer descontos de meia entrada ou coisas parecidas em cima de culturas, entretenimento, de esporte e assim por diante. Então aqui, Projeto de Lei que cria carteira cultural para pes-

soas com renda até dois salários mínimos. Projeto de Lei de autoria de Mariana Campos(F) que dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante. O Projeto de Lei de Wilson Santos que dispõe sobre o direito a meia entrada dos estudantes no ensino fundamental, profissionalizante, etc, etc.

O voto Relator diz o seguinte: A Constituição Federal, os artigos 170 e 174, não vou ler todo ele até pelo prazo, mas vou ler os pontos que eu considero importantes. Determino in verbis, que a ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano administrativa tem por fim assegurar a todos a existência digna conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios. Primeiro, soberania nacional; Segundo, propriedade privada – e eu grifo isso aqui; Terceiro, função social da propriedade, a livre concorrência, a defesa do consumidor, a defesa do meio ambiente. E eles seguem por aqui. Redução das desigualdades, etc. Depreende-se das normas constitucionais transcritas que segundo o modelo capitalista, de produção adotada pelo constituinte, a regra é da liberdade de iniciativa das pessoas físicas e jurídicas sendo exceção a intervenção do poder na economia. E eles citam uma fala de um jurista que é o Celso Ribeiro Bastos que ele fala que a liberdade de iniciativa e de empresa pressupõe o direito de propriedade da mesma, sorte que é de certa forma a decorrência deste. Seu exercício envolve uma necessidade de mercado. O que significa dizer que são proibidos os processos tendentes a tabelar os preços ou mesmo a forçar a venda em condições de não sejam as resultantes de mercado. E segue por aí.

Vou tentar ser mais breve e colocando agora o parecer do Relator. Ele fala: "A promoção e incentivo à educação, cultura, esporte e lazer devem ser fomentados pelo Estado. Desde que seja estabelecida alguma forma de contraprestação estatal evitando-se que os agentes econômicos arquem com os custos da política estatal sendo obrigados a cobrar preços diferenciados de determinadas categorias da população em prejuízo da economia e, portanto, da sociedade. Destarte, os demais projetos...", ele fala que os demais projetos que são, que tem o mesmo espírito naturalmente. "Estão ao nosso sentir eivados do vício insanável de inconstitucionalidade sobre o prisma material eis que afrontam o princípio da livre iniciativa, ao intervir na ordem econômica, obrigando o particular a arcar com os custos da política que estabelece. Resta evidente que existem alternativas menos prejudiciais à economia, sociedade, mas condizentes, portanto, com o princípio constitucional da proporcionalidade...", etc, etc.

E na última audiência que eu estive presente aqui no Senado, um Senador que estava presente aqui me fez o seguinte questionamento. Falou: "Mas quando eu vou a Nova York existe uma pracinha lá em Nova York que vende ingresso pela metade do preço. E até por menos que a metade do preço". E eu lembrei ao Senador que isso é extremamente saudável. Isso chama-se política de preço. Não é uma política compulsória. Nenhum espetáculo de Nova York é obrigado a estabelecer desconto para quem quer que seja. Ele faz o desconto em cima de uma política de preço. São os ingressos que porventura não foram vendidos na casa A, casa B, casa C, vão para esse local quando são vendidos a preço de desconto que é o que acontece em qualquer lugar do mundo dentro da economia. Se tem uma agência de automóvel o seu automóvel está difícil vender, o que você vai fazer? Você ai fazer política de preço. É o que acontece hoje com as empresas aéreas. Se você compra o bilhete aéreo mais cedo você vai comprar mais barato você vai comprar mais barato do que quem compra mais tarde. Isso chama-se política de preço. É diferente de se estabelecer um desconto que é compulsório, que é obrigatório, e sem uma reposição a que isso aconteça. Mais grave do que isso, esse desconto hoje ele é imposto sem nenhum tipo de regulamentação.

Então, não existe... Se a gente vender 10% de meia entrada está vendido, se vender 60% está vendido, se vender 90%, está vendido. Então como se vai fazer um planejamento financeiro de um negócio porque isso é um negócio, sem ter o parâmetro mínimo que é: quanto vai custar o preço de venda do meu produto. Meu produto é o ingresso. Então estabelece hoje um paradoxo que é o seguinte, eu só sei quanto custa o meu ingresso no final do espetáculo. Que é quando eu conto a urna, estabeleço a média aritmética, tantos ingressos de tanto, a média deu tanto. Aí vou saber quanto custou meu ingresso. Aí vou ficar eternamente tentando adivinhar qual o percentual de um e de outro que vai ser feito. E penalizando sempre a parte mais frágil disso aí que é o pagador da inteira que hoje é que está subvencionando o processo todo.

Coloquei para vocês também um anúncio de um jornal que saiu no Rio de Janeiro muito interessante falando que: só no Rio de Janeiro existe uma lei que 24 é maior que 30. Tomara que tenha remédio para isso. Essa lei que graças a Deus já foi revogada, mas que foi estabelecida uma lei municipal no Rio de Janeiro onde as farmácias teriam a obrigação de dar 30% de desconto para o idoso nos remédios. Só que a margem de lucro dessa farmácia é 24%. Então por isso a brincadeira que fizeram porque 24 é maior que 30. Se as farmácias fossem dar esse desconto elas certamente elas iriam quebrar. O que acontece é que é difícil para as pessoas entender que a arte enquanto

ela é feita e realizada pelo artista ela é um bem incomensurável, mas a partir de então ele é um produto. E ele tem que ser tratado como tal até para que ele sobreviva. Porque para que ele possa sobreviver, a Fernanda Montenegro tem anos que não faz espetáculo em turnê nacional. Não é por acaso. Porque as dificuldades fazem com que o mercado está ficando cada dia mais difícil. E se o mercado vai ficando mais difícil quem perde com isso é a população. Porque a Constituição assegura ao cidadão a qualidade de vida e o acesso à cultura. E para ter acesso a cultura é preciso que os artistas trabalhem. E para que os artistas trabalhem é preciso que exista uma política coerente para que se dê suporte a isso.

Então, eu queria encerrar minha fala reiterando o compromisso que nós temos, em primeiro lugar de estabelecer o consenso, estamos prontos a debater todos os pontos, acho que nada, não existe uma posição fechada sobre ponto algum do que está sendo dito, mas quero lembrar a todos que se nós não colocarmos a questão da reposição dessa perda dentro do escopo da nova lei, ela vai estar fadada a nem passar. Porque certamente ela vai se tornar inconstitucional e como está não vai ter prosseguimento.

Esse é meu depoimento, queria agradecer a atenção dos senhores e vou estar me colocando também para o debate para novos questionamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço a fala do Dr. Lúcio que realmente traz o problema central. Como atrair mais jovens para os espetáculos sem que eles quebrem. Sem que eles fiquem inviáveis. Porque aí todos vão perder.

Eu passo a palavra para o Thiago Franco Batista de Oliveira.

SR. THIAGO FRANCO BATISTA DE OLIVEIRA – Bom dia Senadores, bom dia a todos e a todas. Pessoal, o movimento estudantil brasileiro ele ao longo do tempo tem ao lado da sua marca de luta, da sua marca da defesa dos direitos da juventude, dos estudantes, a defesa da educação pública no nosso País, a defesa do desenvolvimento do nosso país, a defesa do País soberano, colado nisso está a defesa do acesso à cultura, colado nisso está a defesa de que educação não se dá somente na sala de aula, a educação se dá com acesso ao meio urbano por isso se faz defesa de uma série de políticas importantes relacionadas ao transporte, educação se dá quando você consegue acessar uma biblioteca pública, um museu, um teatro, uma sala de cinema, uma sala de teatro, um espetáculo esportivo... Enfim, educação ela é o acesso aos vários elementos que compõem o mundo. Dentre eles a cultura seria um dos principais. Então seguramente formaremos melhores cidadãos e cidadãs quando esses cidadãos e cidadãs estudantes brasileiros tiverem mais acesso aos livros, aos filmes, aos espetáculos teatrais, aos espetáculos esportivos... Enfim, tudo isso é de extrema importância para aumentar a qualidade da educação no nosso País, qualidade essa que Senador Cristovam que é grande lutador da educação no nosso País sabe muito bem... anda mal, né Senador Cristovam. Temos uma série de problemas ainda. Alguns meses eu estive aqui nessa mesma Comissão discutindo algumas provocações feitas pelo Senador com relação aos desafios da educação no nosso País, tinha a presença de outros Senadores aqui Senador Flávio Arns inclusive, que a gente discutia os desafios da educação brasileira. E se a gente não trata a cultura como um dos principais pontos a gente não consegue avançar.

Eu faço essa pequena introdução porque isso que justifica a defesa da meia entrada. Isso que significa a meia entrada existir no País para estudantes. É você garantir para aqueles e aquelas que estão nos bancos das escolas das universidades brasileiras uma possibilidade de se formar de uma maneira mais completa. De ter uma formação melhor. É isso que justifica a nossa defesa. A cultura faz parte da... O acesso à cultura faz parte da defesa do acesso a educação. E mais, a defesa da meia entrada para os estudantes ela é essencialmente a defesa do acesso, do real acesso à educação de qualidade. Eu diria isso com total tranqüilidade. E isso, ao longo do tempo, foi construído de uma maneira no início muito parceira entre estudantes e produtores culturais. Lá para os idos da década de 40, da década de 50. Eram acordos feitos entre estudantes, escolas, não sei o que... e atores, músicos, etc, para as coisas acontecerem. E enfim, foi feito com as entidades estudantis e tudo mais. Aí depois todo o ordenamento jurídico no País, as várias constituições, o processo do regime militar que acabou com a meia entrada no nosso País e há de se lembrar que o Presidente Figueiredo emitiu certa vez uma lei também que dizia que a meia entrada era para todos os estudantes e que não precisava ter a carteira da UNE ou da UBES, e no fim das contas o que aconteceu foi o fim da meia entrada País naquele período, a meia entrada só voltou a existir a partir da redemocratização e da aprovação por leis municipais e leis estaduais que garantiam a meia entrada com carteiras estudantis, então isso é importante ser frisado. E que a partir de 2001, como muito bem dizem aqui os Senadores Flávio Arns e Eduardo Azeredo na justificativa do Projeto de Lei, a Medida Provisória 2.208/2001 desorganizou todo o ordenamento jurídico estabelecido para a concessão da meia entrada. Está

desorganizado. E isso prejudicou todo mundo. Porque ninguém se deu bem nessa história. Ninguém se deu bem nessa história. Quem se deu bem nisso daqui foi quem era pilantra. Se deu bem nessa história. Falo isso com toda tranqüilidade. Por quê? As entidades estudantis não tendo mais o direito de emitir a carteira, o que aconteceu? Qualquer um podia emitir. As escolas ou quem quiser que fosse. Então os estudantes perderam... Na UBES, na UNE nas entidades de movimento estudantil organizadas de fato, entidades, referência da luta e até mesmo entidades capacitadas, inclusive financeiramente, não tenho problema de falar isso aqui para fazer a luta de defesa de qualidade no País. Perde aí. Os empresários e produtores culturais, de forma geral, perderam porque ficou descontrolado completamente. Porque existe hoje sequer existe uma padronização do documento. Então existem centenas e centenas de possibilidades de documentos para chegar na bilheteria do teatro, do cinema ou do estágio de futebol, de uma forma geral. Ou seja, sequer é possível realizar isso o que o Lúcio chama aqui de política de preço, porque sequer poder saber o quanto custa, quanto vai custar, o quanto vai ser.

Então acho que esse Projeto de Lei ele chega num bom momento. Num momento importante para buscar a regulamentação do direito à meia entrada. Esse é o objetivo. E por isso nós estamos juntos. Obviamente nós discordamos em algumas coisas, mas no essencial estamos junto. É regulamentar o direito à meia entrada. Porque existe um consenso de todo mundo que está nessa Mesa aqui de que a meia entrada é importante para os estudantes, para os idosos e para os produtores, e para os exibidores e para os promotores de evento de forma geral. Esse consenso existe. Agora, precisamos regulamentar para que ninguém saia prejudicado, para que ninguém consiga... Para que ninguém seja perdedor nesse processo.

E aí, o meu tempo já chegando ao final, eu queria só fazer duas observações ao texto pra gente... Acho que alguns pequenos ajustes necessários, na minha opinião. Primeiro o seguinte, o problema das cotas. Você ter cotas para meia entrada. Acho que regulamentando a emissão do documento, regulamentando a emissão da carteira de identificação estudantil, organizada como está colocando aqui, com conselho, com fiscalização, porque nós não temos nenhum problema em ser fiscalizado, não tem nenhum problema com isso. Regulamentando tudo isso, você acaba com a fraude. E aí o problema das cotas ele está essencialmente nos eventos que são essencialmente voltados para o público que é estudante.

Então, você limitar a 30% ou 40% o público para isso acho que aí sim aí o produtor, ou o exibidor tem condição de fazer a política de preço porque ele sabe qual é o público alvo daquele filme ou daquela peça teatral, daquele show, enfim, de forma geral. Então, acho que isso era importante perceber melhor porque senão a gente pode criar um direito que... Um direito para os estudantes, por exemplo, para os idosos que de fato não vai ser para todos os estudantes e todos os idosos. Porque se você chegar lá e não ter o direito isso cria um problema. Porque quem chegou primeiro, o que determina isso é quem chegou primeiro? Ainda mais que muitas políticas essas sim de preço ou venda de ingresso são praticadas muitas vezes de você ter somente um local para a venda dos ingressos de meia entrada dos ingressos dos estudantes. E geralmente são distantes de onde os estudantes de fato circulam. Então a regra é quem chega primeiro?

E uma outra preocupação que eu acho que essa (soa a campainha) a gente precisava ver melhor como resolve porque eu também acho que de fato precisava ter algum tipo de contrapartida para os produtores de uma forma geral, mas a gente precisava tomar cuidado ao citar elementos constitucionais porque eu acho de fato, Lúcio, que tem que ter contrapartida. Agora, como dissemos aqui, a cultura é um elemento essencial da formação e da educação. E por esse lado, antes, na Constituição, e não é a toa que a Constituição, as coisas têm uma ordem, o direito à iniciativa privada e a livre iniciativa estão depois do direito à educação. E não é por qualquer razão que está, inclusive bastante depois, mas acho que tem que ter de fato algum tipo de contrapartida, mas acho para gente tomar cuidado com isso para a gente de fato conseguir os objetivos aqui colocados. E acabo no tempo exato. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço a posição firme do representante estudantil e passo a palavra ao ator e produtor teatral Odilon Wagner. Pedindo ao Senador Arns que me substitua por dez minutos.

(troca de presidência)

SR. ODILON WAGNER – Obrigado, Senador. Eu queria agradecer a mais esse convite aqui no Senado, nessa Comissão, agradecer o Senador Flávio Arns, que sempre esteve aí ao lado dos interesses público na área da cultura e da educação. Queria agradecer a Senadora Maria do Carmo Alves, Senador Inácio Arruda pela presença, Senador Raimundo Colombo, Wellington Salgado, Senador muito obrigado. Acho que a presença de vocês aqui é muito importante hoje porque a gente trata de temas que falam diretamente sobre interesses muito diretos na economia, muito diretos no interesse público realmente do movimento de geração de emprego e de renda que o nosso setor produz.

Em primeiro lugar eu queria dizer que acho que já ficou claro para todo mundo que ninguém é contra a meia entrada. Nenhum dos setores aqui até agora nas discussões em todas as Audiências Públicas das quatro que já aconteceram ninguém se manifestou contra a meia entrada. Isso é ponto passivo. Até o próprio... A gente tem um entendimento com os próprios estudantes e com os representantes dos idosos e a associação que representa o estatuto dos idosos, afinal de contas. Ninguém tem nenhuma dúvida em relação a isso. Portanto, eu acho que nós temos que analisar e enxergar talvez o problema para conscientizar não só a opinião pública, mas a nós mesmos, a nossa própria categoria de produtores, de artistas, de homens públicos, políticos que muitas vezes a gente vê, como o próprio Lúcio citou aqui, um Senador levantou, "mas em Nova York acontece isso..." outro, mas acontece isso... mas é porque realmente existe um desconhecimento do mercado da indústria do entretenimento. Nós fazemos parte de uma indústria chamada indústria do entretenimento que é uma indústria como qualquer outra. Que tem produtos, como o Lúcio falou, o fazer cultural ele é artesanal e absolutamente artesanal, mas a produção ela é industrial. E é uma indústria que gera muito emprego, muita renda e está conectada com outros setores da atividade econômica no País gerando massa de trabalho e renda.

Para vocês terem uma idéia, acho que já foi até distribuído aí, recentemente foi... Vocês devem ter recebido em 23 de junho, saiu na Folha de São Paulo um artigo dizendo que o entretenimento terá receita de 3,8 trilhões de reais até 2011. Isso não só no Brasil. No mundo. Mas, principalmente, maiores avanços ocorrerão em países como Brasil, Rússia, Índia e China.

Muito bem, nós estamos falando de uma indústria que gera um volume monumental de dinheiro. Só para o Brasil, isso feito pela PRICE WATERHOUSE, que é umas das maiores empresas de pesquisa do mundo. Só no Brasil eles falam de 130 bilhões de renda nesse período. É um valor bem considerável. É uma indústria que gera um valor bem considerável. Eu queria falar um pouquinho dessa indústria para que a gente possa entender como é que ela funciona. Para vocês terem uma idéia, só na cidade de São Paulo nós temos aproximadamente de cinco a 7 mil empregos diretos ligados à área de entretenimento. Empregos diretos. Empregos indiretos, nós chegamos por volta de 17 a 20 mil pessoas. É um número bem considerável. Só na cidade de São Paulo neste momento, sem considerar nenhuma outra capital e o restante do Brasil.

Então, esse segmento ele está conectado diretamente, por exemplo, com a indústria do turismo. Por isso que tem tantos empregos indiretos. Porque a cultura está conectada com a educação e com o turismo de uma forma tão intrínseca que é praticamente um segmento só. Todo mundo que vai a São Paulo hoje, estou dando como exemplo São Paulo, mas pode pegar Rio de Janeiro, podem pegar Belo Horizonte, podem pegar Recife, ou nordeste, qualquer lugar aonde os turistas são o grande foco da atenção daqueles que são produtores culturais. São Paulo hoje então... Exemplo... a vocação da cidade é gastronomia e cultura. Hoje as grandes redes hoteleiras estão emitindo passaporte cultural. Porque eles trazem o público de fora já com o pacote completo. Levam para o restaurante, para a atividade cultural, shopping, compras, a cidade inteira ganha com o movimento cultural. Muita gente fala assim. Fórmula 1 trouxe três milhões e não sei quanto de lucro para a cidade de São Paulo. Nós trazemos o mesmo valor todos os anos expandido pelo ano inteiro. A indústria de entretenimento ganha muito mais que a fórmula 1 durante o ano inteiro. Só que a nossa indústria é espalhada. E nós temos a conexão com o comércio. O comércio funciona. 30 a 40% do público que vai a espetáculos culturais nos grandes centros hoje são públicos de fora dos grandes centros. Hoje na nossa contabilidade de uma produção cultural a gente vê 30 a 40% de público que vem do interior, de outros Estados, pela gastronomia, pela cultura, pelo comércio que São Paulo oferece, que Rio de Janeiro, que Belo Horizonte, enfim, é assim que funciona. Cada região com suas especificidades.

Portanto, a geração de emprego e renda, a nossa indústria é uma indústria limpa, uma indústria que não polui, uma indústria que só traz benefícios em todos os aspectos.

Por outro lado, eu pergunto a vocês: Existe alguma outra indústria... Eu não estou falando no Brasil, estou falando no mundo que vocês conhecem, que possa citar que tenha interferência direta do Estado como a nossa indústria tem? Eu não conheço. Que é o Governo chega e diz assim: Você vai dar... Tem que agir dessa maneira, o teu preço tem que ser regulado dessa maneira... Não existe isso. É uma interferência do Poder Público na iniciativa privada. É inconstitucional. Nós vamos, mais uma vez, não estamos falando que somos contra a meia entrada. Eu só estou fazendo uma explanação do nosso mercado. O entendimento do nosso mercado. Imaginem aqui os Srs. Senadores, senhores presentes aqui que tem negócios particulares ou as suas famílias podem ter negócios particulares, alguém pode ter uma farmácia ou alguém pode ter uma borracharia, qualquer negócio, uma lanchonete, um pequeno supermercado, e o Governo chega lá e diz para vocês: Vou dar o exemplo dos Senadores. Vocês são homens públicos, os Senadores, e então agora o

Governo quer que vocês dêem 50% de desconto para todo funcionário público porque vocês são homens públicos. Seria mais ou menos a mesma coisa. Regular um negócio fora de propósito sem nenhum sentido, uma interferência direta na gestão do negócio.

Agora, existe uma razão para tudo isso acontecer. Porque historicamente os artistas são mambembes, eles cresceram mambembes desde o princípio da sua existência, uma das mais antigas profissões do mundo que trabalhava na rua, nos circos, nas arenas. E naturalmente essa tendência de achar que o artista ele faz arte porque ele gosta. São artistas, são idealistas. Somos mesmo. Fazemos porque gostamos. Porque se não gostasse já tinha abandonado há muito tempo, se a gente não gostasse de arte, a gente ia abrir empresa de fabricar carteira de estudante, porque dá muito mais dinheiro. Pode ter certeza. Porque as empresas que hoje ilegais e com omissão do Governo que não fiscaliza isso e com prejuízo, inclusive as entidades estudantis que deixaram de arrecadar aqueles recursos importantes para proporcionar as atividades importantes que eles têm, perderam. Quem ganha hoje (soa a campainha) Eu tenho uns minutinhos a mais pela troca da chefia aí, Senador. Então esses mesmos... Nós se não fôssemos idealistas estaríamos abrindo. A Jovem Pan declarou, que é das grandes emissoras de carteira de estudante em São Paulo que ... agora eu não tenho número exato, mas uma coisa assim, que ganhou num ano três milhões e não sei quanto. Não foi isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ODILON WAGNER – A meta era chegar a 11 milhões no ano faturando, vendendo carteira de estudante. Agora eu me pergunto o que a Jovem Pan tem a ver com carteira de estudante ou qualquer outra entidade? Então, eu se isso for... eu quero me credenciar a ser uma empresa dessa. Porque empresa de produção de cultura jamais vai ganhar esse valor num ano, mas no ano não, acho que na década como lucro. Porque isso é lucro. Jamais vai chegar a esse valor. Então existe uma distorção dos valores e uma ingerência direta numa atividade produtiva que apesar de gerar esta renda toda os produtores são pequenos. Os produtores têm resultados muito pequenos. É no coletivo que a gente consegue esse mercado grande através da indústria do cinema, do teatro, dos shows, da música, exposições de artes plásticas, enfim, todas as atividades culturais, mas o resultado de cada produtor. Agora, essa ingerência, portanto, é uma visão que a própria sociedade tem que o artista faz arte porque ele é idealista. Isso ouvi dentro da minha casa. Eu quando resolvi ser ator meus pais me falaram assim: "Ah, que bom, mas vai trabalhar em quê?" E hoje até hoje me perguntam isso. "Ator? Muito bom, mas trabalha em quê? Qual é a sua profissão?" Até hoje eu ouço isso. Isso demonstra que a sociedade ainda não se conscientizou de que esta é uma profissão, é uma atividade como qualquer outra industrial.

Então, nós somos penalizados, vou fazer um pequeno resumo, somos penalizados por falta de política pública do Governo em relação à cultura. A cada Governo que entra uma lei nova é estabelecida, o governante, o Ministro da Cultura, e aí o Secretário da Cultura Municipal ou Estadual nas três esferas começam a editar leis ou fazer Decretos ou artigos modificando a lei impedindo que a gente tenha um planejamento porque aquilo que valia há dois anos atrás não vale mais agora. Isso está acontecendo até hoje. Está sendo uma briga dura nossa em vários Estados da União. A cada Governo mudança. Aí vem o ISS que nos tributa em todos os Estados de uma maneira absurda. Nós tínhamos, vou dar o exemplo do Estado de São Paulo, historicamente não existe a condição de não isento, mas não tributável existia. A cultural sempre foi não tributável no Estado de São Paulo. A Prefeita Marta Suplicy... Imune. Obrigado, Senador. Eu sabia que o termo não era bem esse. A Prefeita Marta no final do seu governo deixou um presente para gente, tributando a 5%, ela disse: mas foi sem querer... Errou. Nós acreditamos. E foi realmente um engano. Deixou passar. E nós ainda, mea culpa, nós não atentamos, não nos organizamos e a coisa passou. Você criou expectativa de receita, entrou Prefeito Serra em seguida, fomos lá com ele imediatamente baixou tudo para 2%. Viram a regulamentação, é outro setor... Acho que está agora no País todo. Na área da cultura.

Bom, mas aí mostramos ao Prefeito Serra naquele momento que na verdade não era 2%. Na verdade era 6 ou 8 que estávamos pagando. Porque somos tributados no 100% da nossa bilheteria. Só que 100% da bilheteria não é nossa. Estão nos tributando sobre recursos alheios. Só para vocês terem uma idéia, estou justificando tudo isso não tem nada a ver com meia entrada. Tem. Para vocês entenderem como tudo está conectado e como isso é o achatamento da possibilidade do criador e do produtor cultural. E a morte da cultura por conseqüência.

Numa bilheteria de 100%, 25, 30, 35, 40% dependendo dos acordos, 40% é arrendamento do local aonde a gente faz a apresentação. Então não é aluguel. Aluguel é historicamente 10% do valor. Vai de 20 a 40%. Se a casa da mídia, não sei o que vai a 50%. E nós pagamos os 2% sobre este valor que não é nosso. Então nós estamos sendo bi e algumas vezes tri, "tri-tributados". E então há um recurso que nós estamos obrigando nos Estados agora para acabar

com isso. Estamos com uma demanda com o nosso Prefeito em São Paulo e tomara que isso a gente consiga porque vai se reverter evidentemente para o resto dos Estados.

O achatamento das verbas da cultura que nós temos perdido aí no decorrer dos anos de uma maneira absurda os recursos do financiamento e do incentivo à cultura. O achatamento brutal. Nós tivemos numa época em que nós tivemos uma série de conquistas no passado depois do desmanche da cultura da era Collor quando nós conseguimos montada as leis de incentivo, Lei Rouanet, a criação da ANCINE, importante organismo que regulamenta uma indústria que hoje... a ANCINE mostra que hoje o cinema se transforma numa indústria e dessa forma pode gerar emprego e renda. O histórico disso, nos últimos seis anos quantos filmes brasileiros foram indicados ao Oscar? Seis, cinco filmes? E 40 anos para trás? Um. Pagador de Promessa lá atrás. Então mostra que a indústria hoje regulamentada com uma agência competente e trabalhando como a indústria está crescendo. Isso que a gente precisa fazer em todos os setores da produção cultural. Aliás, existe uma demanda aqui da produção da criação da ANCENA também, Agência Nacional das Artes Cênicas e nós tivemos até Audiência Pública aqui nessa mesma Comissão. Porque isso vai impedir que cada Governo, cada Secretário de Cultura venha e mude as regras do jogo o tempo todo.

Portanto, para criar a nossa indústria precisamos ter regras. Porque hoje a indústria é alimentada por nós. Nós atores, nós músicos, nós... é que produzimos os nossos eventos. Porque não tem a figura do empresário. Raros empresários nessa região. Porque não tem nenhum louco que vai entrar num segmento que apesar de gerar uma verba muito considerável, ele não pode planejar nada. Ele não sabe quando muda a regra do jogo. Ninguém vai ser louco de investir nesse segmento. Agora, no dia que tivermos regras aí vamos ter investidores e vamos crescer com esse segmento e aí vamos liberar a verba que hoje é necessária para incentivo à cultura para fazer cultura de base, para fazer políticas públicas pelo arredor do Brasil. Muita gente fala assim: "Mas as políticas públicas são só pra os consagrados..." A gente não vê política para a coisa regionais. Culpa de quem? Nossa? É culpa do Governo que não tem política pública. O Governo sempre diz que sobra dinheiro da Lei Rouanet, sobra dinheiro das leis de incentivo. E para onde elas vão? Por que o Governo não aplica e não cria projetos, estimula e fomenta cultura em todas as regiões do Brasil para utilizar o valor que sobra nos recursos destinados às leis de incentivo? Aliás, quando foi dito isso uma vez Ministro da Cultura quando entrou para assumir a sua pasta, primeira coisa que falou foi assim: "Vamos acabar com as coisas dos consagrados..." Ministro Gil. Ingenuamente, eu acredito. Porque foram dizer para ele que só os consagrados tinham a coisa das leis de incentivo. Aí que fizemos um estudo e levamos para ele, 0,98% eram os recursos destinados para espetáculos de artistas considerados consagrados. E os outros noventa e tanto por cento estão aonde?

Bom, as leis de incentivo que servem para fomentar a cultura nós sofremos uma concorrência brutal nessa lei de incentivo do próprio Governo. Uma concorrência desleal e ilícita. As próprias companhias governamentais como PETROBRAS e tal utilizam das verbas para complementar os seus recursos.

Então, mais uma ingerência, uma dificuldade de atuação no nosso segmento. E finalmente vivemos com a meia entrada que chega e diz assim: Olha, agora vocês têm todas essas dificuldades, mas mais ainda vocês tem que dar 50% para tais, tais e tais atividades.

Então, essa exposição se faz necessária só para deixar claro que o nosso segmento sofre uma ingerência brutal. É uma excrescência da lei a gente permitir que isso aconteça. Nós não somos contra as leis de incentivo a meia entrada. Ao contrário. A meia entrada é obrigatória e ela funciona como incentivo à cultura e educação como muito bem colocou o Thiago. A cultura é uma... é via paralela da educação (soa a campainha) e aliada da primeira hora. Mas, não existe lei, não existe regulamentação, não existe programa público do Governo para fazer isso acontecer. Então ele espera que nós façamos. O Governo espera que a iniciativa privada tome a frente e delibere sobre essas políticas públicas.

Em relação aos idosos, a mesma coisa. Agora, se nós tomarmos como base esses estudos internacionais que mostram que a medida que os países se desenvolvem economicamente os idosos, por exemplo, são... Passam a ser os maiores consumidores de todas as áreas sociais, porque passam a ter renda e tempo para usufruir da cultura e do lazer. É o que acontece na Europa, Estados Unidos e países de primeiro mundo. Isso acontecerá no Brasil se Deus quiser em breve e por esse estudo aqui a gente vê que isso não é invenção da gente, isso é real. Então nós precisamos do público da terceira idade, os idosos. Nós precisamos de formação de público. E ao contrário, nós temos que aumentar nossos valores de ingresso para ter uma planilha para compensar um mínimo possível aos nossos custos, ou fator de elevação de preço diminui o público. Ninguém mais tem acesso pelo valor. Então nós temos que ter política pública de incentivo e de formação de público. E meia entrada é formação de público. É ótimo pra gente. Só que resumindo a mi-

nha colocação, aceitamos a meia entrada, achamos importante instrumento de fomento e de formação de público de platéia necessário para o nosso País, mas temos que trabalhar com a cota. A cota que a meu ver e dos nossos representantes de produtores culturais de teatro do Estado de São Paulo debatemos esse assunto, acima de 30% é insuportável. 30% significa 30% de ingerência no seu negócio, mas ela cabe naquele patamar que eu defino que a gente sempre tem promoção. Sempre faz promoção. Política de preço. Então ela cabe dentro dessa política. Porém, que essa cota de 30% seja para políticas públicas quaisquer que forem elas. E não para um segmento 30, para outro 30, daí dá cem. Passa, vai para duzentos. 30% para políticas públicas todas elas como faz qualquer companhia empresa privada quando tem as suas promoções. Eles colocam X%. Aí Thiago colocou: mas como é que isso é fiscalizado? Cria-se. Isso não é função nossa. O Estado e o Governo têm que criar metas. Tem aí o Procon. E o Procon funciona muito bem para muitos setores. Eu mesmo já procurei o Procon e fui excelentemente assistido em São Paulo e outros casos. Então existem mecanismos de controle. Regular emissão de carteira. São três pontos então do Projeto de Lei que estamos agora só para finalizar. 30% a nossa recomendação, a nossa sugestão sobre políticas públicas. Regulação imediata da emissão das carteiras, dessa fraude absurda que acontece no Brasil. E o terceiro tripé que é o financiamento da contrapartida, dos outros 50% que nós abrimos mão que seja então financiado ou retornado para uma política pública de retorno desses recursos. Porque dessa maneira nós vamos estar investindo na cultura e na educação que faremos, faríamos com todo prazer se tivéssemos uma política forte, mas isso é obrigação do Poder Público. E foi colocado na lei também, só para finalizar, que um dos recursos que poderia ser tirado para financiamento ou subsídio, que a palavra não é subsídio. É retorno. Subsídio você recebe dinheiro para fazer alguma coisa. Aqui nós já fizemos. Construímos e depois vamos ter que retornar aquilo que nós gastamos. Falar assim, mas as leis de incentivo servem para isso. Espetáculos, produções culturais incentivadas pode-se aí o retorno dessa coisa. Ta bom, só que o acesso a esses meios das... por exemplo, é muito difícil. E eu acho que nesta lei fica complicado você relacionar uma coisa com a outra. Pode dizer assim, espetáculos ou produções culturais que já conseguiram financiamento ou os recursos do PRONAC isso já é um retorno. Isso dá para atender. Agora, os que não são financiados pelo PRONAC não pode entrar nesse segmento. Porque senão... Mas se o PRONAC não aprovar meu projeto depois? Eu dou 50% agora, mas o PRONAC não aprova meu projeto depois. Como é que faz? Então tem que ter um mecanismo direto de financiamento desses recursos. Só para demonstrar para vocês o interesse do Ministério, do MIC, eu perguntei alguém representante do MIC aqui hoje? Ministério da Cultura não está representado nessa discussão aqui hoje. (soa a campainha) Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço essa participação do Odilon Wagner. Prazer tê-lo na Comissão. Prazer sempre vê-lo também na televisão e nos espetáculos todos aí abrilhantando também com desempenho tão bom aí pelo Brasil.

Eu quero destacar que essa Audiência Pública é conjunta da Comissão de Educação e da Subcomissão do Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Vários dos aspectos mencionados, como a criação da ANCINE foi objeto de um amplo debate aqui nessas duas Comissões como outros aspectos na área da cultura. Só quero dizer também para todos vocês que estão aqui, as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação de que a denúncia em relação a emissão de carteiras falsas que esse assunto já veio à tona na primeira Audiência Pública acerca de três semanas atrás em função da denúncia a Comissão de Educação já oficiou a Polícia Federal para a investigação desse assunto. Envolvimento da Polícia Federal. Já que tem contornos de um crime altamente organizado, interestadual e trazendo lucros ilícitos significativos para muitas pessoas. Então isso está sendo feito.

E passo agora a palavra, com prazer, à Drª. Cristina Saraiva, que é coordenadora do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música. GAP. Cristina, com a palavra.

SRA. CRISTINA SARAIVA – Obrigada, Senador, bom dia a todos, bom dia aos Senadores e bom dia aos presentes, queria primeiro agradecer pelo convite de estar aqui hoje nessa Comissão. Comissão com a qual a gente já vem trabalhando a algum ponto de uma forma muito boa, muito produtiva, um trabalho muito bom que a gente vem realizando nessa Comissão e essa é mais uma oportunidade de a gente estar aqui presente.

Quando a gente fica por último, em geral quase tudo já foi dito, e não resta mais muita coisa a ser colocada. De qualquer forma eu gostaria de levantar alguns pontos. Eu acho que talvez um primeiro ponto não é basicamente sobre o Projeto de Lei em si, mas da importância de ser feita uma reflexão a respeito dessa questão da meia entrada. Porque a gente tem a impressão de que é muito fácil. Existem vários Projeto de Lei tramitando na Câmara atualmente, aqui no Senado eu não sei, mas na Câmara eu sei que tem

vários tramitando, só um aqui? Que concede o benefício da meia entrada a uma série de categorias. Professores... a Fernanda Montenegro falou aqui, professores, funcionário público, pessoas com deficiência... e a gente não sabe mais quantos mais vão entrar em tramitação.

Então eu acho que a questão fundamental, a reflexão que tem que ser feita é a seguinte, a quem compete o ônus de arcar com esse benefício da meia entrada? É o produtor particular? É o artista? É ele que tem que arcar com esse ônus desse benefício? É muito difícil essa situação para o produtor. Vocês ouviram aqui o Odilon e o Lúcio que são pessoas que trabalham com grandes produções, o Odilon está na mídia, tem a facilidade aí de acesso ao mercado, e eles têm muita dificuldade. Já. Então vocês imaginem o que acontece com o pequeno produtor. Se o grande produtor já tem muita dificuldade de conseguir viabilizar o seu negócio, o pequeno produtor, o pequeno artista esse então fica numa situação insuportável, inviável. Eu queria contar aqui uma breve historinha que acho que ilustra muito bem essa questão, eu sou compositora, trabalho com produção também, e a minha primeira produção foi um show no Centro Cultural São Paulo, esse já tem mais de 10 anos, eu nunca tinha feito, era um espetáculo com uma artista que eu produzia que era a Simone Guimarães junto com o Boca Livre. Aí eu fiz as contas, imaginei quanto que eu iria arrecadar com o público, achei que daria para fazer e parti para aventura desse primeiro espetáculo. E de fato a sala encheu, o espetáculo foi muito legal, teve muita gente, e eu fiquei fazendo minhas contas achando que ia dar para pagar todo mundo. Já que o público estava mais ou menos dentro daquilo que eu tinha planejado. E quando eu fui fechar o borderô, qual não foi a minha surpresa foi que a maior parte dos ingressos tinha sido vendido a um real. Eu não sabia, claro, marinheira de primeira viagem, era meu primeiro show, eu não sabia que tinha uma lei municipal lá em São Paulo que previa que uma série de categorias tinham direito a pagar um real.

Bom, é claro que eu tive que pagar do meu bolso essa produção, para pagar os músicos, pagar todo mundo. Foi uma lição. Eu acho até, pensando depois razoável, já que o centro cultural São Paulo é um espaço público, então evidentemente a gente não pode querer que um espaço público tenha a mesma política do espaço privado, particular, mas acho que a questão muito importante é que a gente não cabe ao artista individualmente ou à produtora arcar com esse ônus. É claro que o Thiago falou ali, que a cultura ela é um elemento essencial, e é mesmo, é claro que é essencial, mas a gente lembra, por exemplo, que a saúde também é essencial. E nem por isso os planos de saúde ou os hospitais particulares eles são obrigados a pagar, a cobrar metade do preço. Imagina que beleza, os planos de saúde tendo que pagar metade do preço para os idosos. Eles fazem o inverso. Eles cobram cinco vezes mais para os idosos. Quer dizer, alimento, educação, quer dizer, todas essas atividades são igualmente essenciais e nem por isso há uma intervenção do Estado no sentido de dizer quanto vai ser cobrado.

Então, a gente concorda, não precisa ficar reprisando aqui a importância da meia entrada, inclusive para o setor mesmo como formação de platéia é fundamental, todo mundo apóia. Agora, é preciso que haja uma reflexão no sentido de que a gente não pode pagar essa conta. A gente não tem condições de pagar essa conta. E temos muito menos condições quanto menos regulamentado for. Quer dizer, hoje em dia não há como fazer nenhum tipo de planejamento. Você não sabe quantas pessoas vão pagar uma meia entra.

Então, isso vai inviabilizando as produções ou então tem um outro efeito, efeito colateral que também não é bom para ninguém, que é aquele produtor que aumenta o seu preço, preço que normalmente ele cobraria, como não tem como prever quanto vão ser as meias entradas, ele aumenta o preço e o que acontece algumas vezes é que em vez do estudante pagar meia entrada o adulto trabalhador paga duas entradas. É claro que ele vai esticar esse valor até um teto máximo, que o mercado agüente.

Então, eu acho que, primeiro, é preciso que seja feita essa reflexão, é preciso que se entenda que não é possível ficar dando o benefício da meia entrada a vários segmentos sem que isso signifique uma contrapartida para quem está arcando, que somos nós, e com relação ao Projeto de Lei especificamente, bom, a gente acha fundamental que se mantenha um percentual que aqui está 40%, mas para nós até seria 30. 40% já é muito pra gente. E eu particularmente eu sinto falta e havia um outro projeto tramitando que o Lúcio fez referência na Câmara, do Eduardo Paes que era um projeto que previa que aquilo que... Mecanismo de reposição. Ou seja, aquilo que o produtor deixou de arrecadar por conta da concessão do benefício da meia entrada, ele pudesse ser ressarcido em forma de isenção de algum imposto que ele fosse devido. Ou algum outro tipo de arrecadação que ele pudesse deduzir isso que ele perdeu. Eu achava... A gente achava dentro do nosso grupo de músicos a gente chegou a discutir um pouco essa questão da meia entrada, e havia realmente um consenso, no sentido que é preciso que se crie algum mecanismo para que haja uma reposição desse recurso que o produtor deixou de arrecadar por conta da concessão do benefício,

porque o Odilon já cansou de falar ali, explicou muito bem, simplesmente não é possível que sejamos nós que arquemos com esse ônus.

Então, não vou usar o meu tempo todo, ainda falta um minuto, mas eu paro por aqui. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço, Cristina. Quero também justificar a ausência do Senador Eduardo Azeredo que é também junto comigo autor deste Projeto de Lei, ele está num evento que já tinha sido programado em Belo Horizonte, pediu desculpas, mas a gente tem que sempre entender a razão pela qual esse Projeto de Lei foi apresentado. Porque aqui na Comissão de Educação e na Subcomissão de Cinema, Teatro, Música, assim, os problemas, as dificuldades, as necessidades da área são apresentadas de maneira permanente a esta Comissão. E realmente, se nós olharmos a realidade nós vamos ver que existe esse problema da meia entrada. Ou são denúncias de falsificação, denúncias de entidades que não poderiam estar emitindo as carteiras de estudantes, o aumento de como foi apresentado na última reunião da Comissão, aumento de 20% para 80%, 70%, 90%, até em certos espetáculos da meia entrada, o que de fato inviabiliza a programação também dos artistas, dos produtores.

Então, todos esses, o problema então da cota por conseqüência, e tudo isso são problemas que se relaciona em ausência de um Projeto de Lei nessa área. Existe a Medida Provisória do ano de 2001 e contestada por todas as pessoas que discutem esse assunto. E ao mesmo tempo com aquela necessidade de se dizer como o Odilon e todos colocaram, o Thiago, Lúcio, todo mundo colocou, ninguém é contra a meia entrada. Isso tem que ficar bastante claro também. Que quando se apresenta esse projeto, muitas pessoas no Brasil pode pensar: não, acho que estão querendo acabar com a meia entrada. Não. Isso não está sendo debatido. Ninguém está querendo acabar com a meia entrada. Agora, todos nós estamos querendo é regulamentar adequadamente a meia entrada para justamente através de um Projeto de Lei dar conta destes problemas que foram levantados hoje aqui. Quer dizer, a cota. Vamos ter cota? Não vamos? Existe algum outro mecanismo? Apresentaram sugestões, Cristina, inclusive de outros Estados, de outros Municípios onde existe uma variação, uma variável em relação ao sistema de cotas. A questão do próprio Conselho, ou fórum que consta do Projeto de Lei. Eu próprio tinha dúvidas em relação à criação deste Conselho, mas depois do debate, na última Audiência Pública eu próprio me manifestei dizendo: olha, eu não tenho mais dúvida alguma. Acho que tem que ter mesmo, tem que discutir, as pessoas têm que se sentar, mas será que é um Conselho, será que é um fórum, será que está no gabinete da Presidência, ou será que está em outro local? Foi levantado a questão da inconstitucionalidade pelo Dr. Paulo, que também é uma coisa tem que ser vista, a questão da falsificação foi sugerido inclusive houvesse a emissão de carteiras de uma maneira centralizada a partir das decisões deste fórum ou deste Conselho para se evitar. Porque é impossível que você tenha uma ocupação de assentos num espetáculo de 20% e de repente de um ano para o outro aumentar para 80%. Quer dizer, aí tem alguma confusão de falsificação que possa estar acontecendo, definir exatamente quais são os estudantes, quer dizer, já colocados no título quinto da LDB que é o ensino fundamental, ensino médio, ensino superior... Quer dizer, estão todos constantes lá do título quinto.

Enfim, da contrapartida, quer dizer, discutirmos. Nós temos que discutir isso inclusive com o Ministério da Cultura e com o Executivo porque a questão da política pública a partir do princípio de que o acesso a cultura, produção, a participação, isso faz parte do processo educacional de formação, como o Thiago levantou claramente isso na fala.

Então, tudo isso tem que fazer parte de um Projeto de Lei que se apresenta. E a dificuldade que foi trazida para essa Comissão de que realmente chegam Estados de diferentes Municípios as exigências são as mais variadas possíveis e não existe a possibilidade de um planejamento, de uma programação a esse respeito. Que de repente a pessoa está se programando em São Paulo para fazer uma turnê pelo Brasil e tendo que ver se especializando na legislação que existe em cada Município, em cada Estado pelo qual a turnê vai passar para ver quais vão ser as exigências, os custos, os gastos, é muito complicado pela ausência de uma lei nacional, inclusive os tribunais têm decidido nesse sentido a favor muitas vezes do consumidor, entre aspas, da lei estadual municipal na inexistência de uma lei federal.

Então, tudo isso justifica essa necessidade, mas o que nós desejamos é... Até a Cristina trouxe essa preocupação, quando a gente tem um Projeto de Lei, não é que vai ser aquele Projeto de Lei. Aquele Projeto de Lei é uma idéia inicial, vamos dizer, é um pontapé inicial que com a discussão, com os atores interessados, que entendem da área, que podem contribuir para que a lei seja boa, que reflita essas necessidades e anseios, por isso que esta leia está sendo debatida nessas Audiências Públicas. Agora, nós já discutimos na última reunião que nós não gostaríamos de protelar este processo por muito tempo, porque na verdade a aprovação de uma lei dessa natureza é urgente. É necessária. É urgente. Para estudantes, para idosos,

para produtores, para todos que têm vindo aqui nesse debate. E eu até lembrando que aprovado aqui tem que ir para Câmara. Se por acaso for aprovado aqui dentro deste entendimento que os atores todos considerem assim, não, esta lei vai atender as necessidades, a aprovação na Câmara naturalmente será muito mais fácil também. Nós não podemos ter um Projeto de Lei aqui que traga muitos conflitos para ser enviado à Câmara. E dentro desse espírito todo de educação, de cultura, de acesso à cultura, de formação de platéia como foi colocado, do gosto, do prazer de ir para espetáculos, então, isso dentro desse espírito todo que esta lei se encaixa.

Então eu gostaria só de propor aos expositores também, antes de... Gostaria de fazer depois algum... O Senador Wellington também, mas eu gostaria de propor aos expositores que nesse mês de outubro a Comissão de Educação pudesse estar em contato permanente no aprimoramento do texto. Para que a gente pudesse ter um tempo de um mês, mais ou menos, para que pudéssemos aí... 15 dias, talvez até 15 dias, mas vamos dizer, um mês, o mês de outubro para que junto com a UBES, junto com a UNE, junto com o Conselho Nacional de Idosos que são os públicos, até o Dr. Paulo colocou de uma maneira muito adequada, o estatuto já prevê, não sei, por que é que a outra lei estaria prevendo novamente esse direito, talvez até remetendo então o artigo para o Estatuto do Idoso porque isso já consta da Legislação, mas fazendo menção a esse artigo, mas a gente pode discutir com o Dr. Paulo como isso poderia ser redigido de uma maneira adequada, mas que no mês de outubro nós pudéssemos fazer isso. E realmente, levando em conta os aspectos todos levantados aqui. Como dar conta desse desafio. Para que no final os artistas, estudantes, idosos, toda a sociedade saiba, não, funciona desse jeito. Houve a discussão e aprovação e é como os artistas colocaram uma coisa séria. Todos eles disseram: Somos a favor, mas tem que ser uma meia entrada de verdade, verdadeira, que atenda o público a que ela se destina, dentro de objetivos de política pública bem discutidos.

Então eu queria só pedir essa participação também maior nesse mês de outubro para irmos, e talvez até no final, antes de submetermos à versão final também para debate a gente pudesse fazer uma discussão ou como Audiência Pública ou como Grupo de Trabalho, não precisa necessariamente talvez ser uma nova Audiência Pública, mas um Grupo de Trabalho para vermos e tal, reunirmos todos e dizer: bom, está tudo de acordo, não está, o que pensam, o que acha, atende, está de acordo com os problemas que estão sendo enfrentados. Porque a lei não pode trazer mais problemas. A lei tem que resolver os problemas que estão acontecendo nesta área.

Então esse é o desafio que eu coloco como autor do projeto, mas certamente o Senador Cristovam faria isso, o Senador Eduardo Azeredo, mas pode ter certeza que o objetivo aqui na Comissão é pensarmos existe algo importante, cultura, educação, acesso, política pública. E existem problemas sérios para que este acesso seja assegurado de uma maneira clara e transparente. Vamos dar conta destes problemas. E tanto quanto possível. É claro que a Legislação também surgem novos mecanismos mais para frente que tem que ir sendo aprimorada, se for o caso. Senador Wellington Salgado com a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente Flávio Arns, Sr. Odilon Wagner, Thiago, Sr. Lúcio dos Santos, Sr. Paulo, Srª. Cristina Saraiva, com um sobrenome... é parente da Teresinha Saraiva e do Cláudio Saraiva ou não? Não? Grandes amigos.

Presidente, eu tive oportunidade de estar dos dois lados. Primeiro, que a minha família veio desde um coleginho e acabou criando uma universidade, e eu tinha uma relação muito grande com a questão dos alunos da UNE, o Thiago, e aí na época que eu era Presidente da instituição eu fazia carteirinha direto com a UNE. Pegava com a UNE, a UNE ia lá, fotografava, mandava a carteirinha e acabava nem cobrando os alunos, reembolsava a UNE por aquela despesa, mais uma parte para UNE e fazia diretamente com eles. E tem por outro lado também uma amiga e um amigo que são produtores teatrais que é a Cíntia Gravea(F) mais o Zé que é o esposo dela, que estão agora nessa produção de Os Produtores que está em São Paulo. E que o Odilon bem colocou e a Cristina também que o primeiro espetáculo normalmente é com os convidados para que possa sair falando bem do espetáculo. (risos) O pessoal do jornal. Porque senão não tem a propaganda do espetáculo. Então é mais uma despesa que tem que pagar imposto e também tem que colocar. Agora, realmente nós temos que encontrar uma solução para esse problema, entendeu Senador Flávio. Ou se coloca um percentual para que vocês pelo menos possam fazer um orçamento. Como é que vai para uma peça sem saber quantos vão entrar idosos, quantos vão entrar jovens, com uma carteirinha, e diante disso o aluguel do espaço que funciona assim realmente. E temos que ter soluções práticas ouvindo aqui, como bem colocou essa Audiência Pública vejo que tem interesse tanto dos membros da... Presidente da União Nacional dos Estudantes, a UBES, quanto dos produtores teatrais. Quer dizer, há a vontade de chegar um resultado lógico e existente. Senão não há

razão de existir. Como é que alguém pode fazer um orçamento, pegar um teatro, vamos locar por tanto, tantas cadeiras, coloca as cadeirinhas extra também, aqueles lugarzinho ocupa, vamos colocar e depois vamos chegar na hora vem, como você colocou, a um real. Em Uberlândia também temos problema assim. Se faz um show e quando você vai ver 50% e você não calcula e tem carteirinha de tudo quanto é jeito. A verdade é essa. Hoje tudo dá carteirinha. Esse caso mesmo da rádio, bem colocada pelo Odilon, e fala no ar. As carteirinhas e consegue. Não sei se tem um convênio com a UBES. A Jovem Pan. Acabou convênio? Mas ela continua dando a carteirinha mesmo acabando o convênio?

SR. THIAGO FRANCO BATISTA DE OLIVEIRA – Agora não pode mais.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O que vai fazer? Vai entrar com uma ação contra ela?

SR. THIAGO FRANCO BATISTA DE OLIVEIRA – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O que acontece também, Presidente Flávio Arns? Tem que ter, quem chegar com uma carteira falsa e for identificado tem que prender. Ter um processo. Porque isso só vai parar quando a lei atuar. A verdade é essa, só se respeita quando a lei vem de cima para baixo. Chega lá, apresentou uma carteirinha, ter um sistema que possa identificar, hoje a informática permite tranqüilamente que tenha elencado num grande servidor da UBES e chega na hora e consulta. Todo mundo faz isso. Serasa. Faz uma série de consultas on-line naquele momento. Digitou o nome da carteirinha é verdadeiro, não é, tem outro nome, pá. Pega a carteira, abre processo contra a pessoa que está usando uma carteira falsa... Aí nós vamos moralizar. O problema do País é esse. Moralização. Autoridade que está faltando. Leis nós fazemos todo dia. (risos) Problema é fazer cumprir as leis, Senador Flávio Arns. V.Exª sabe muito bem disso. Aqui nós trabalhamos muitos pensam que o Senado trabalha pouco. Senado trabalha de nove da manhã, ontem saímos daqui era que hora? Onze e meia da noite. E não fizemos a pauta toda. Fizemos um acordo para continuar votando a semana que vem.

Então, temos que fazer algo prático. Objetivo, e que satisfaça os produtores e também possa passar cultura para os alunos, para os estudantes que estão aí. Precisam. O teatro dá uma... Transmite um conhecimento imediato ali que não é como um filme. Você vê a pessoa. Essa peça que eu tive, a última que eu tive a oportunidade, justamente Os Produtores, o Falabella num momento maravilhoso e também aquela artista que... A Juliana Paes cantando. Outro lado que ninguém imaginava. Quer dizer, é impressionante. Eu fiquei até preocupado quando ela começou a cantar. Ela cantou muito bem. Porque todo mundo só vê outros assessórios da Juliana. (risos) Quando ela sai. No entanto não, ela está se tornando uma artista completa, que é importante isso.

Então essa questão do teatro ele precisa ter essa receita, mas precisa de uma organização para que possa funcionar. Ter um orçamento. Como é que faz orçamento dessa maneira? Eu não sei como que você... Vamos fazer uma peça? Vamos fazer uma peça. Tá bom. Qual o teatro? Quantas cadeiras têm? Quanto vamos pagar? Quando você paga você faz... Usamos tantas cadeiras, não é isso? Aquelas cadeiras que você está usando é de inteira, de meia, de um real? Não dá. O Juninho já me falou aqui que eu tenho que falar em cinema e música também, mas quando eu falo isso é toda produção. Entretenimento. O problema do cinema é outro também. Eu não sei. Até hoje, Odilon, eu quero saber se aquela... Se essa questão dos... Do filme que está fazendo sucesso aí, soltaram um monte de vídeo pirata se foi programado como publicidade ou não. (risos) Que eu não entendi. Foi não? Sucesso maravilhoso. Tropa de elite, né? E que de repente acabou sendo fruto de alguns CDs piratas que apareceram, se falou nisso e explodiu o filme que não vi ainda. Esse filme eu não vi ainda, mas meu filho já viu e me falou. Não sei como ele viu também. Deve ter visto com algum coleguinha com alguma coisinha. São de menores. E esse filme ele está em toda a classe social. Outro dia fui ver meus filhos que tenho no Rio, chego lá, descem os garotos novos falando: não, vamos ver. Acho que estava no Festival de Cinema que teve no Rio. Ele foi apresentado. Pelo menos me falaram que iam ver. Então não poderia ser pirata, porque estava programando de ir um grupo. Deve ser apresentado no Festival de Cinema do Rio que teve. Eu estava lá.

Então temos contato. É muito importante esse momento, essa Mesa completa com representante dos estudantes aqui, o Thiago, vejo até que a UNE e a UBES deram uma sumida, deram uma sumida. Não sei onde é que vocês andam. Estão estudando demais. Tem que ir um pouco mais para rua. Isso que faz o Brasil mexer. O Brasil mexe nessa maneira. Não adianta achar que está todo mundo quieto e que está funcionando, tá não. Aí que está ruim demais.

Que é isso, Senador, essa troca de cadeira... Mas, Senador Cristovam assumindo agora.

É importantíssimo. Contém comigo, o que precisar, Senador Cristovam, sempre fazendo Audiências Públicas importantíssimas nessa Comissão, temos que encontrar uma solução. Algo prático. Porque eu gosto

de ir ao teatro, ao cinema, assistir show, em Uberlândia, por exemplo, nós não temos muito teatro. O teatro lá em Uberlândia está sendo construído o projeto do Oscar Niemeyer, mas show nós temos sempre. E tem o mesmo problema. Então se nós encontrarmos uma solução acho que poderíamos levar peças teatrais e shows para lá já com orçamento visto porque para ir para Uberlândia tem que pegar avião, tem que levar um caminhão com os assessórios de uma peça de teatro, isso tudo envolve custo. Na hora de fazer a conta das cadeirinhas tem que colocar se é meia, se não é, se é para jovem, se é para idoso. Aí entrou numa variável que acaba virando uma equação que é aquela de X, Y, Z, K, para chegar no resultado. Aí fica difícil. Parabéns pela Audiência Pública, Presidente.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo a palavra, portanto, ao Senador Paulo Duque, a quem aproveito para agradecer publicamente um excelente livro que me mandou ontem com discurso de grandes personagens brasileiros.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Presidente, eu não tenho tido muito assíduo nos trabalhos dessa Comissão pela complexidade do Senado, que eu imagino que mereceriam um filme se algum produtor se arriscasse a fazer um filme aqui. Seria até um grande filme, mas me interesso pelos assuntos culturais e vejo, tenho certeza, que tudo que está acontecendo hoje em matéria de divertimento de ausência do povo diretamente é que você marcava o encontro na sessão das oito, do (ininteligível) de Copacabana depois da sessão das dez lá em São Paulo... Tudo isso está ocorrendo depois que a televisão tomou conta da mente das pessoas.

E eu imagino que o Brasil inteiro está curioso o que é que vai acontecer com dois personagens de uma novela aí da Globo. Só se ouve falar nisso. E seria tão interessante se essas pessoas que possuem tanto poder de dinheiro, são produtores de televisão, uns grandes, outros menos... Se eles pudessem ajudar os pequenos produtores como já tenho visto aqui. As pessoas lutando com dificuldade. A jovem Cristina relatou uma aventura financeira incrível. Incrível. No final ela teve que bancar quase que o espetáculo inteiro com o idealismo, mas teve que bancar. Então eu estou solidário com a solução inteligente que esta Comissão tão bem presidida aqui por Senadores mais antigos do que eu na Casa, não na idade, na Casa. Eu estou solidário em ajudar no que for possível.

Sou do Rio de Janeiro, onde o cinema ali, a televisão tiveram seu ápice, tiveram sua glória sempre, e vejo... tenho podido acompanhar. Se você contrata um grupo famoso de rock, você põe um milhão de pessoas na praia de Copacabana. Não tem idoso, não tem velho, não tem estudante, não tem coisa nenhuma. São os fenômenos. E não acontece crime nenhum também. Não tem violência nenhuma. Porque o Rio é diferente. O Rio é diferente.

Então, eu também estou preocupado. Quero dar minha colaboração, o Presidente sabe disso. Acompanhei o pronunciamento do meu amigo Wellington Salgado. Eu ia falar outra coisa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sansão. (risos)

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Não, Sansão, não. Rambo, mas o professor. Professor, hein, Prof. Wellington Salgado. Acompanhei com muita atenção, ele que acompanha muito mais que eu esse problema, está muito mais por dentro. E vi muita razoabilidade no que ele falou, mas podem contar comigo. Eu entendo muito bem esse problema. Já vi muito teatro fechar. O teatro Glória, quantas vezes já abriu e fechou? Quantas vezes abriu e fechou? Várias vezes. Eu moro ali no Flamengo, eu sei. Ali perto. E eu me congratulo com esses Deputados que estão aqui porque são idealistas, com essas pessoas que vieram de toda parte do Brasil, espero, com a compreensão da UNE, que se já estiver por aí a UNE hoje. Está em outra audiência, né? E podem contar comigo no que eu puder fazer. Era só isso que eu queria dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Muito obrigado, Senador, eu só queria dizer que há uma coisa que ele não parece com o Rambo de jeito nenhum. O Rambo é um robô. Esse aqui é um coração. Mesmo quando a gente discorda e briga ele é um afetivo. Rambo não tem afeto. Já reparou? É um personagem robotizado. Completamente. (risos)

Bem, não havendo mais nenhum Senador inscrito, eu quero saber se eu dou para cada um da Mesa faça seu encerramento e depois eu quero dar... Pedindo desculpas por ter estado fora, mas aqui ao lado estão votando coisas que eu não podia deixar de estar presente. Era votação mesmo na Comissão de Relações Internacionais. Por favor, de lá para cá.

SR. ODILON WAGNER – Como o senhor estava fora, vou repetir toda a minha parte. (risos). Brincadeira

Senador, eu mais uma vez queria agradecer ao senhor e todos os senadores, principalmente o Flávio Arns e o Eduardo Azeredo, Cristovam, que sempre estiveram aí preocupados com essa questão. São questões importantes como todos entendemos aqui, agradeço a presença do Senador Paulo Duque.

Eu queria só finalizar dizendo que a gente não está, nossa indústria, nosso segmento não está de pires na mão pedindo nada. Ao contrário. Nós somos um segmento produtivo, que tem possibilidade de trazer grandes benefícios de retorno e, aliás, é um dos segmentos produtivos que mais trazem retorno social ao País. E que pensando do ponto de vista político, estratégico nós temos que cuidar desse setor porque gera renda, trabalho, e naquele estudo que nós fizemos temos que pegar o nosso quinhão para desenvolvimento de todos os aspectos financeiros, econômico do País que é necessário, mas também cultural, educacional, turístico, em todos os aspectos. Temos que fortalecer, Senador, a nossa indústria porque ela está conectada com todos esses outros aspectos da sociedade. Temos que enxergar esse segmento como uma indústria capaz de gerar renda e gerar emprego e bem-estar social por todas as características dela. Eu agradeço e tenho certeza que nós estamos chegando num consenso dentro dessa lei, Senador, Arns falou de uma maneira muito adequada, eu... Tem aqui lados, produtores de São Paulo, a nossa disponibilidade total para durante esse mês de outubro para um grupo de trabalho, o que quer que seja, estamos à disposição e temos todo o interesse, como sentimos que todos têm de mais breve possível dar andamento a esse projeto tão importante para a nossa sociedade. Agradeço mais uma vez o convite de estar nessa Casa tão importante.

SR. THIAGO FRANCO BATISTA DE OLIVEIRA – Bom, acho que ficou claro mais uma vez que está... Todos os setores aqui estão comprometidos com a garantia da meia entrada, com a qualidade da educação no País, com o papel que a cultura tem na qualidade da educação, com a necessidade desse processo, da produção cultural poder existir com a meia entrada isso precisa acontecer de forma sustentada, de forma sustentada, e eu acho que isso vai seguramente nos dar aqui os caminhos para nós, para nós não, para os Senadores, mas já coloco nós porque estamos nos colocando à disposição também aqui para contribuir no que for necessário, compor um grupo de trabalho, enfim, nos dá o caminho então para chegar a um bom... Uma boa regulamentação da meia entrada no País, essa meia entrada que de fato será uma meia entrada e não de mentira que acabou sendo a partir da Medida Provisória 2.208/2001, então uma meia entrada de verdade, com garantia do acesso a cultura, com garantia da produção cultural e com a sustentabilidade do País que seguramente com mais cidadãos e cidadãs formados pelas nossas escolas em conjunto com as nossas ferramentas culturais nós vamos conseguir fazer. E garantir inclusive, porque não eu não tenho vergonha de dizer isso, a estruturação e o financiamento do movimento estudantil brasileiro que é um patrimônio do povo brasileiro, dos estudantes brasileiros também e que precisa continuar tendo como estar nas ruas, fazer suas lutas, mobilizar a juventude brasileira em torno das várias questões que nos mobilizam e que precisa ser resolvidos ainda no nosso País.

Queria agradecer mais uma vez a Comissão que sempre nos convida para discutir vários assuntos (soa a campainha) e desejar sucesso, Senador, todo mundo aqui.

SR. LÚCIO DOS SANTOS OLIVEIRA – Bom, em nome da ABRAPE eu queria agradecer o convite, e dizer que eu saio dessa reunião extremamente contente e convencido de que acho que a história se faz, se constrói passo a passo e existe o momento oportuno de se fechar um ciclo. Acho que hoje nós estamos aqui com um ciclo encerrado. Eu acho que diante de todas as falas ficou claro, não houve nenhuma divergência nas falas dessa Mesa aqui hoje. Nenhuma divergência nas falas dessa Mesa aqui hoje. Isso deixa claro que está consolidado o conceito. Nós todos hoje temos o conceito de onde estão as questões e onde estão as soluções. Então o nosso desafio agora, Senador Arns, perfeita a sua fala, a nossa entidade que é uma entidade que representa a entidade nacional se coloca a disposição na elaboração desse texto porque agora o que nos resta é transcrever para o papel o ideal de todos nós que estamos aqui que acredito tenha sido reflexo já na audiência anterior e que também foi reflexo das audiências anteriores que nós já tivemos, das discussões com as entidades aqui representadas. Então aqui agora é uma questão de materializar o que todos nós já entendemos e que já consolidarmos. Eu saio daqui satisfeito, acho que finalmente nós vamos alcançar o objetivo. Muito obrigado.

SR. PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS – Senhores, também gostaria de agradecer em nome do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, a oportunidade de estar aqui com os senhores discutindo esta temática tão importante, saio com algumas preocupações, contudo certo de que a discussão irá continuar, especialmente no que diz respeito à constitucionalidade da proposta num projeto de criação de um Conselho por conta do que dispõe o art. 61 na sua alínea "E".

Outra questão também que me preocupa diz respeito a essa intenção de disciplinar o desconto de 50% a estudantes e também a idosos com a possibilidade que está previsto aqui no art. 23-5, inciso... da Constituição quando determina que se trata de competência comum da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, proporcionar os meios de acesso à cultura, então nessa perspectiva haverá sempre a

possibilidade dos Estados e Municípios virem a disciplinar essa questão de descontos.

Então, ao se discutir um projeto dessa natureza é preciso pensar estabelecer logo parâmetros também para que os Estados e os Municípios não fiquem criando também outras possibilidades de descontos para outras categorias. Que nós podemos até disciplinar para idosos e para estudantes, mas os Municípios e os Estados podem criar outras categorias. Então nós precisamos refletir sobre isso e encontrar um mecanismo de estabelecer um percentual em que todas as categorias, todos os segmentos aí sejam contemplados. Porque nós resolvemos para idosos e resolvemos para estudantes, mas não resolvemos para outros segmentos também.

Então é importante ter em mente esse art. 23 da Constituição (soa a campainha) que fala das competências comuns.

Outra questão é já para encerrar, que deve ser bastante trabalhada e já resolvida aqui é sobre o custo. Todo direito impõe um custo. Todo direito tem um custo. Então quem vai pagar essa conta é preciso que isso fique definido. E se o Estado e Município, se alguns dos entes da federação, qualquer um deles, quiser criar benefício para algum segmento que fique já estabelecido que terá de arcar com esse benefício, aí sim nós poderemos resolver o problema. Tudo bem. Vocês arcam, podem criar. Nós não podemos impedir por conta do que está disposto no art. 23 da Constituição, mas vocês terão que arcar com o custo desse eventual desconto aí estabelecido em leis municipais, leis estaduais. Assim eu acredito que possamos resolver o problema, mas é preciso inserir um dispositivo nesse sentido justamente por conta do que dispõe o art. 23 da Constituição. Acho correto também que seja estabelecido um percentual de todas as vagas disponíveis nessas apresentações, em teatros, ou qualquer outra apresentação artística e cultural. Justamente para permitir aos promotores desses eventos, aos organizadores custearem realmente as despesas e porque todos eles precisam também se sustentar na medida que esse é o trabalho que eles desenvolvem. Eu chamaria atenção basicamente para isso e levando em consideração que o art. 23, retomando essa questão já do Estatuto do Idoso já estabelece claramente que a participação dos idosos em atividades culturais de lazer será proporcionada mediante desconto de pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e culturais, precisando sempre considerar esse artigo tendo em vista também este projeto. Então muito obrigado pela atenção.

SRA. CRISTINA SARAIVA – Bom, eu queria para finalizar então agradecer mais uma vez a participação aqui. E gostaria também de me penitenciar pela minha falação inicial porque eu acho que deixei de comentar uma questão muito importante. Eu acho que eu deveria ter começado a minha falação aqui saudando o Projeto de Lei do Senador Flávio Arns, porque independente de qualquer discussão que a gente possa ter a respeito de um artigo ou de outro, para chegar ao melhor termo da elaboração do projeto, a iniciativa ela é fundamental, ela é imprescindível e ela é realmente um passo adiante. A possibilidade da gente ter finalmente regulamentado em lei federal toda a política de concessão de meia entrada, seja ela qual for, do idoso ou estudante, enfim, não importa, ela é imprescindível para própria continuidade da indústria de entretenimento.

Então, queria agradecer ao Senador e dizer que realmente é uma iniciativa de uma importância absoluta para a categoria. É isso. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, antes de encerrar a Sessão eu quero dizer, sobretudo aqueles que estão aqui, que o trabalho do Senador, quando a gente vai votar muitas vezes é muito fácil. Tem o lado certo e o lado errado. Tem o nosso lado e o lado do outro. Tem o mal e o bom. Aqui não tem isso. Aqui os dois lados são os nossos lados. A gente quer ampliar assim o número de atendimento de estudantes, de idosos, de carentes aos espetáculos artísticos. Obviamente isso. Culturais em geral, mas não pode fazer isso às custas dos artistas, dos promotores. Senão, não vai ter arte para ninguém. O nosso problema então é como compatibilizar os dois interesses, e isso termina sempre o Estado tendo de entrar. E é por aí que eu vejo que o projeto do Senador pode trazer uma maneira de a gente ver como financiar o benefício e ao mesmo tempo como evitar os desvios que o Thiago falou muito bem dos que... Picaretas, não. (risos) Como é que você usou a expressão?

SR. THIAGO FRANCO BATISTA DE OLIVEIRA – Pilantras.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Pilantras. (risos) Dos pilantras. Agora, eu quero insistir que tudo isso ainda é uma solução paliativa. A verdadeira solução mesmo estaria em termos 185 milhões de brasileiros participando dos espetáculos artísticos. Se uma peça teatral durasse aqui três, quatro, cinco meses, o preço baixaria do ingresso, mas a gente não consegue manter tanto tempo e não é pela má qualidade, é pela falta de público. E por que não tem público? Porque na escola a gente não botou teatro. Porque na escola a gente não acostumou as crianças a irem ao cinema. Tudo volta à educação. Tudo volta. A solução final teria que ser aí. Se a gente tiver escola boa para todo mundo e colocando cultu-

ra lá dentro, isso sim. Colocando arte. Aumentaria o número dos usuários e isso facilitaria muito a solução do problema. Mesmo assim, ia ter que ter meia entrada, mas ia ficar muito mais rentável o funcionamento dos espetáculos.

Por isso, o caminho está na educação, mas enquanto isso não acontece, e mesmo que comece agora levaria 20 anos para criar uma geração, temos que encontrar um caminho e vocês contém conosco. Tanto os beneficiados como os promotores e os artistas que também são beneficiados pelo maior número de pessoas que assistem. O objetivo de qualquer artista é ter muita gente assistindo. Se pudessem fariam de graça. Como, aliás, existe o espetáculo artístico que é grátis. O espetáculo das novelas. Se assiste em casa de graça. Por quê? Porque tem milhões assistindo, aí tem alguém que paga para que você assista de graça. Se fossem poucos que vissem novela, não tinha patrocinador. Não é isso? E se todos vão, cada um é um pouquinho patrocinador. Então é criar o hábito. Esse hábito exige educação com cultura lá dentro, porque a educação sem cultura lá dentro forma uns tecnocratas que também não vão gostar de freqüentar teatro. Eu quero antes de encerrar dizer...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – S.Exª só me permite...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Com prazer.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – ...fazer uma observação na esteira do que V.Exª está dizendo, que de fato eu também concordo inteiramente com o seu ponto de vista de que tudo isso deve ser enfatizado no processo de educação. Isso faz parte no sentido... nós próprios temos que ser educados, mesmo que a gente tenha educação formal e nível mais elevado em educação acadêmica, formal, mas todos nós temos que ser formados dentro daquele aspecto que até a Fernanda Montenegro levantou que a é formação de platéia. Nós temos que saber apreciar o teatro. Eu admiro lá em Curitiba que existem cursos chamados de formação de platéia. Para apreciação da música, apreciação do teatro, apreciação da literatura...

Então, isso poderia fazer parte de um processo de educação formal também, mas o que eu quero dizer é que mesmo o povo brasileiro que não tem uma educação acadêmica formal, e o Thiago levantou isso que não é só o formal, é o não formal também da comunidade, mas mesmo essas pessoas que não têm uma educação formal acadêmica mais elevada, quando um espetáculo vai para uma cidade dessas que exista gratuidade, o povo participa. Ele vai. Ele quer estar presente. Quer dizer, isso leva a gente a pensar que... eu acho que além da educação a gente tem que pensar em termos, por exemplo, de renda. Quer dizer, a pessoa não vai ao teatro, à música, porque na verdade não consegue gastar aqueles dez, quinze, vinte reais porque se a pessoa tem quinhentos reais, vai gastar vinte, isso acaba 5%, 10% do orçamento. Então é o problema da renda. Problema da formação da valorização eu acho que como política pública. Quer dizer, nós pensarmos como é que isso tudo pode ser acessível para a população. Acho que esse debate sobre a meia entrada vai fazer com que esta discussão também aconteça.

Então, eu acho que é bom esse debate sob várias óticas, vamos dizer, que acaba contribuindo, convergindo para o objetivo final.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Só que como disse a Cristina, no fim tudo termina em educação. Até mesmo a renda. (risos) Não quer dizer que todos que tenham educação tem renda alta. Não, mas há uma correlação muito forte entre a elevação do nível de educação e elevação da renda familiar e da renda média do País.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agora, tem muita gente também de renda alta e que não aprecia. (risos) Não aprendeu a apreciar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Que não se educou para os valores estéticos. Falando isso eu quero dizer e agradecer a presença aqui do Sérgio Zé Custódio que representa o MSU. Movimento dos Sem Universidade que é um movimento que tem crescido muito no Brasil inteiro e que hoje tem como causa principal a falta de renda. Porque já há vagas suficientes para quase todos que terminam o ensino médio no Brasil. O número dos que... O acúmulo é que não. Há um grande acúmulo de pessoas que já terminaram o ensino médio que só agora decidiram ir para a universidade, mas o número dos que terminam ensino médio no Brasil... Isso é uma coisa que é preciso dizer muito. É igual ao número das vagas na universidade. Teria vaga para todo mundo. Agora, não tem por causa do dinheiro, mas isso mostra é que o nosso verdadeiro problema está, não é entre os que terminam o ensino médio e não vão para universidade, é os que entram na escola hoje na primeira série e que não vão chegar ao fim do ensino médio. 1/3 termina o ensino médio. No médio noturno, mas 70% da evasão é ao longo de todo ensino básico. Agora, dos 33% que terminam, se quisesse, tiver dinheiro tem vaga para todos.

Bem, esse é outro assunto para outra audiência. Eu agradeço a presença de todos e está encerrada essa audiência.

E digo a vocês que eu estive na outra Comissão e essa aqui teve quórum melhor do que a outra onde está se discutindo coisas que eles consideram mais importantes.

(Sessão encerrada às 12h38.)

Ata da 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 02 de outubro de 2007.

Às onze horas e dez minutos do dia dois de outubro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro, Patrícia Saboya Gomes, Antônio Carlos Valadares, João Vicente Claudino, Neuto De Conto, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo reúnese a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Ribeiro, Fátima Cleide, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes e Augusto Botelho que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2007, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Neuto De Conto que "Cria o Fundo Nacional de Apoio a Bibliotecas (FUNAB)". O relator desigando é o Senador Marco Maciel e o parecer favorável é aprovado. Item 06: Projeto de Lei da Câmara nº 041, de 2007, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Maria do Rosário que, " Denomina Aeroporto de Alegrete/RS – Gaudêncio Machado Ramos o aeroporto localizado na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. Item 16: Projeto de Lei da Câmara nº 012, de 2007, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que "Institui o Dia Nacional dos Surdos". O relator designado ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o parecer favorável é aprovado. Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2007, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que "Altera os arts. 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à cultura". A relatora desiganada ad hoc, é a Senadora Rosalba Ciarlini e o parecer favorável é aprovado. Neste momento, a Senhora Senadora Rosalba Ciarlini requer, oralmente, a inclusão extra- pauta de Requerimento, o que é aprovado. Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 043 – CE, de 2007, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, Rosalba Ciarlini e Geraldo Mesquita Júnior que, requer "...nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II, V e IX e o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, destinada a esclarecer as graves informações vinculadas recentemente pela mídia, referentes ao aumento da evasão escolar, mesmo com a ampliação do programa 'Bolsa Família' do Governo Federal. Deverão ser convidados a debater o tema: 1- Patrus Ananias – Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2- Paloma Oliveto – Jornalista do Correio Braziliense; 3- Luiz Ribeiro, Jornalista docEstado de Minas; 4- Marcelo Aguiar – Ex-Secretário Nacional do Programa Bolsa Escola e autor do livro 'Bolsa Escola, Educação para enfrentar a pobreza'; 5- Daniel Cara – Sicológo e Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo direito à educação e 6- Representante de um estudante citado na reportagem". O requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 02: Comunicados da Presidência: Comunicado 01: "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de correspondência do Exmo. Sr. Deputado Júlio Semeguini, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, convidando para o 'Seminário Pesquisa Tecnológica', que integra as atividades da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2007, a ser realizado no dia 02 de outubro do corrente, das 14h00 às 19h15, no Plenário 13, anexo II. Comunicado 02: "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil, para a cerimônia de lançamento do Programa Cultural para a redução de desigualdades, denominado Mais Cultura, que contará com a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a realizar-se no dia 04 de outubro do corrente, às 11h00 horas, no Teatro Nacional Claudio Santoro, Sala Villa-Lobos. Ficam adiadas por falta de quórum as seguintes matérias: Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 002 de 2007; Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 341 de 2007; Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2007; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 473 de 2007; Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 332 de 2007 e Item 17: Projeto de Lei do Senado nº 412 de 2007. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2007, Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 333 de 2006; Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 252 de 2007; Item 10: Projeto de Lei do Sena-

do nº 282 de 2007; Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2007;Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2007 e Item 15: Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2007. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e três minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia a cada um e a cada uma. Havendo número regimental declaro aberta a 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à análise da pauta. O item nº 1 é terminativo, não temos quorum ainda suficiente. O segundo também é terminativo, deixamos para mais adiante. O terceiro é não terminativo, mas não está presente o Relator Demóstenes Torres, nem o autor. Vamos esperar um pouco mais, se não chegar já é possível ter um Relator *ad-hoc* porque a matéria já constou de duas pautas. O quarto é terminativo. O quinto é não terminativo, de autoria do Senador Neuto de Conto, o Relator é o Senador Marco Maciel, parecer favorável, é um projeto extremamente interessante que cria o Fundo Nacional de Apoio à Bibliotecas. Eu passo a palavra ao Senador Marco Maciel, que creio que é um Senador muito bem indicado para ser Relator de um projeto sobre bibliotecas.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Muito obrigado ao nobre Presidente, Senador Cristovam Buarque, com a confiança que me depositou para relatar esse projeto, que de fato eu considero extremamente importante para melhorar a qualidade da educação do Brasil e conseqüentemente aumentar o número de eleitores, e na medida em que nós aumentamos o número de eleitores, nós fazemos surgir também novos escritores, porque não há escritor sem que antes haja um eleitor.

Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado, PLs nº 310, de 2007, é de autoria do Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão aliás da Agricultura do Senado Federal. Ele propõe a criação do Fundo Nacional de Apoio a Bibliotecas – FUNAB, cujo o propósito é de servir de instrumentos para viabilizar as políticas previstas na Lei 10.753, de 2003, a chamada Política Nacional do Livro. O Projeto desdobra-se em cinco artigos, sendo que o primeiro dispõe sobre a criação do Fundo. O segundo especifica a sua destinação. O terceiro define a responsabilidade pela gestão. O quarto enumera as fontes de financiamento. E o último trata da vigência da proposição.

Em sua justificativa o Senador Neuto de Conto alega a necessidade de se ampliar o número de bibliotecas no país como forma de estimular a leitura, já que pelo seu alto custo os livros ainda não são acessíveis à maioria da população, e isso é verdade. Em que pese políticas governamentais tenham ensejado uma redução do custo do livro na medida em que se fez isenção de impostos federais, ainda assim o livro é caro no Brasil, e sobretudo, porque os mais carentes também têm renda muito baixa, o que fica ainda também inacessível àquelas pessoas de menor poder aquisitivo. A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Educação e à Comissão de Assuntos Econômicos, a qual proferirá sua decisão em caráter terminativo. No âmbito da Comissão da Educação não foram oferecidas emendas. A proposição apresenta-se em consonância com o disposto no artigo 215 e no § 3º do artigo 216 da Constituição Federal, segundo os quais o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos seus direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará a valorização e a difusão das manifestações da cultura brasileira, além de estabelecer incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Igualmente, Sr. Presidente, a iniciativa em exame se encontra em harmonia com os princípios da Lei 10.753, de 2003, a que já me referi, que estabelece a chamada Política Nacional do Livro. Se eu não estou equivocado, esta Lei foi resultante de um Projeto de iniciativa do Senador José Sarney. Ao optar pela instituição de um Fundo de natureza contábil como instrumento para implementação desse apoio, a proposição segue o exemplo do Fundo Nacional de Cultura, criado pela Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Apesar de alguns questionamentos a respeito da instituição de fundos específicos, não há como negar que tal expediente ainda se revela necessário para alguns setores, como é o caso da Política do Livro e da leitura. Efetivamente, para que criemos um país de eleitores ainda há um longo caminho a ser percorrido, o qual passa pelo estabelecimento de mecanismo de mediação da leitura, entre os quais se incluem as bibliotecas de natureza pública.

Ainda há um grande número de Municípios brasileiros sem uma biblioteca sequer. Apesar das biblio-

tecas públicas serem os equipamentos culturais mais presentes nos Municípios brasileiros, 15% deles ainda não dispõe dessa fonte de informação e de formação, e se nós olharmos os 85% dos Municípios brasileiros, ou seja, excluindo os 15% que ainda não tem, vamos verificar que nem todos os Municípios as bibliotecas têm um acervo compatível com as necessidades de sua população.

Sr. Presidente, em outras palavras aproximadamente mil Municípios brasileiros sequer contam com uma biblioteca. Por outro lado, na maioria daquelas em que há esse equipamento cultural, sua consulta é praticamente restrita a estudantes, o que denuncia outra falta. Não existem bibliotecas em número suficiente ou com acervo atualizado disponível, não apenas para os estudantes, mas para toda a população. E mesmo esses mais de quatro mil Municípios que contam com bibliotecas sofrem de outro problema, pois pouquíssimos dispõe de acesso à Internet, fonte indispensável nos nossos dias para a difusão do conhecimento. Desse modo, o ingresso de mais recursos para criar e aparelhar biblioteca seria mais do que bem-vindo. Daí porque eu encerro a análise da proposição cumprimentando mais uma vez o nobre Senador Neuto de Conto pela iniciativa da matéria, que vem ao meu ver atender a uma grande demanda da sociedade brasileira, porque eu sempre tenho presente que somente a educação estabelece a soberania do cidadão, o cidadão só é efetivamente livre e soberano quando tem acesso aos códigos básicos da sociedade em que vive, não somente aos códigos da leitura letrada, mas também hoje da chamada cultura digital.

Sr. Presidente, pelo exposto o meu voto é pela aprovação do referido Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2007, de iniciativa do nobre Senador Neuto de Conto, e espero que a proposição em face do exposto venha a aprovar a medida que ora é sugerida. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu abro a palavra e passo inicialmente ao Senador Neuto de Conto, que é o autor do Projeto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Primeiramente para cumprimentar e agradecer ao Senador Marco Maciel pelo acolhimento e pela aprovação em seu relatório, seu brilhante relatório, deste Projeto que no nosso entendimento vem buscar a complementação necessária para que a sociedade tenha mais acesso aos livros, livros que poderão ser formados nas bibliotecas, nas comunidades, nas associações de classes, poderão ser formados não só nas escolas, e essas associações poderão ter doações de livros, até dos livros já lidos, que a grande maioria permanecem nas bibliotecas ou nas gavetas paralisados, quando eles poderiam estar conduzindo conhecimento e a oportunidade da leitura de uma sociedade que não tem acesso ao livro, até porque ele é muito caro.

Sr. Presidente, diz Monteiro Lobato que "um país se faz com homens e livros", embora que está citado também muitas passagem por Rui Barbosa. Eu vejo de que realmente temos a oportunidade de avançar na educação pela vontade, pelo desejo, pela compreensão e, principalmente, pela vontade da classe política em dar a oportunidade para as empresas, para os empresários, para o Poder Público, para a área federal, estadual, municipal, ter o interesse e, acima do interesse, a oportunidade de oferecer este importante instrumento para a sociedade que mais precisa. Por isso, eu quero cumprimentar e agradecer o Relator, Senador Marco Maciel, e dizer de que eu ficaria imensamente gratificado se esta Comissão, aprovando esta proposta, que será de benefício para a sociedade brasileira, e vou encerrar até citando um filósofo chinês que se chamava Quantin Zu(F), que viveu três séculos antes de Cristo, ele dizia: "se queres projetar a vida por um ano plante cereais, porque dá para plantar e dá para colher". Dizia também: "se quiseres projetar a vida por trinta, quarenta, cinqüenta anos, plante árvores, porque vai dar uma visão mais larga, mais ampla, e dá a oportunidade de se ver a árvore crescer e produzir". Mas ele dizia também: "se queres projetar a vida para sempre, treine e eduque o homem", e treinando e educando o homem, Sr. Presidente, nós não temos dúvida nenhuma de que vamos encontrar o espaço, a prosperidade e o avanço de uma sociedade com o maior patrimônio que o país tem que é o ser humano. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Muito obrigado, Senador, eu o parabenizo por este Projeto, creio que ele implantado vai ter um excelente impacto no Brasil, e deixo aberta a palavra aos Senadores que queiram fazer. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Eu gostaria aqui de parabenizar o autor do Projeto, o Senador Neuto de Conto, e o Relator, o Senador Marco Maciel, pelo brilhante relatório, e dizer que nós entendemos o quanto esse Projeto é importante, porque enquanto estamos assistindo quase que diariamente um esforço, através da mídia, através das escolas, de estimular o ato da leitura, é necessário que nós tenhamos condições de dar acesso, não somente à juventude, mas à população de uma maneira geral, o acesso aos livros, que o custo é caro e nós reco-

nhecemos que são poucos os que têm condições de adquiri-los. Então fica aqui o nosso apoio e a certeza de que Projetos dessa natureza vem para ajudar no processo educacional e para fazer com o que o país possa caminhar com os livros, porque no caminho dos livros, com certeza, nós teremos dias melhores para o nosso país. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Caro amigo Presidente Senador Buarque, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Eu só queria fazer uma pequena, me permita a ousadia, retificação na sua fala. Um Projeto como esse não vem ajudar, ele vem revolucionar. Eu creio que eu já relatei para o Senador Cristovam que um colega nosso de outro Estado, já levei ele lá no Acre para ver, no escritoriozinho que nós mantemos na capital do Estado, Senador Neuto, eu instalei uma biblioteca, ela tinha a finalidade inicial de servir aos nossos companheiros e companheiras que lá trabalham, e a coisa foi aumentando, Senador Buarque. Hoje nós temos mais de seis mil livros colocados à disposição não só de quem freqüenta o escritório, entre servidores e visitantes, mas do público em geral. Temos lá dois ou três terminais de computadores ligados à Internet, temos lá no ambiente dessa pequena biblioteca um ambiente para passarmos filmes interessantes que se prestam à discussão. Mas, enfim, biblioteca é um instrumento revolucionário, viu Senador Neuto, e eu queria dar os parabéns a V. Exª., que eu acho que é muito pouco, muito pouco, eu acho que os parabéns deveriam vir acompanhados, o Senador Buarque está nesse caminho, aliás, falar do Senador Buarque na área de educação é chover no molhado, mas eu acho que os parabéns deveriam vir acompanhados de iniciativas, eu acho que cada um fazendo e dando a sua contribuição, a sua parcela de contribuição nesse processo, que eu insisto mesmo até me tornar chato, que é um processo revolucionário, é o conhecimento, é o acesso ao livro, nós aqui já discutimos muito isso, e essa possibilidade, ele abre horizontes, abre portas, ele é o veículo que nos leva e leva grande parte da população brasileira da escuridão, do desconhecimento, Senador Buarque, à possibilidade de a gente enxergar a vida de forma colorida inclusive, o livro. Então eu já me antecipo para agregar as minhas congratulações à V. Exª. a pequena iniciativa que tomamos no Estado de instalarmos uma biblioteca com muita dificuldade, mas instalamos, estamos lá com livros, e não é nada bagunçado não, é organizado, livros cadastrados, as pessoas vão lá, visitam, consultam, e isso, no mandado, Senador Neuto, é uma das coisas que me dá mais assim satisfação, poder ver aquilo acontecendo e as pessoas terem acesso a uma pequena biblioteca em locais onde isso é uma coisa complicada e difícil. Portanto, meus parabéns, minhas congratulações acompanhadas já dessa pequena iniciativa que eu gostaria até de ver reproduzida entre nós e por todos os brasileiros. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agradeço a palavra do Senador Geraldo. Não tive ainda a chance de ir visitar a biblioteca dele, mas já prometi, mas vi as fotos e é impressionante. E aproveito para fazer um pouco de propaganda ...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – ... Senador Neuto. O senhor que gosta de livros desse jeito, para fazer esse projeto, eu queria lhe convidar, vamos juntos um dia visitar, uma experiência absolutamente... não só a biblioteca dele, mas uma outra coisa aqui. Aqui há um senhor chamado Luiz, conhecido como Luiz Tibone, dono de um açougue, jovem ainda, ele é um prometer como se diz hoje cultural. Ele tem biblioteca na parada de ônibus. Uma biblioteca aberta, não tem nem porta nas estantes. Três mil litros. As pessoas pegam o livro, assinam no papel "estou levando tal livro". Isso já faz meses. Eu fui visitar, tem até Enciclopédia Britânica, e não roubaram, como ele diz, nem a caneta que se escreve no papel que está levando o livro. Não tem vigia, diante o dia tem alguém lá cuidando, à noite não tem ninguém. As pessoas saem de cursos que têm ali perto, enquanto esperam o ônibus ficam brincando com os livros, escolhendo os livros, levando os livros, há uma ânsia disso. Então o seu Projeto vem num momento muito oportuno. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Senador Buarque, eu gostaria, já que o senhor vai estar no nosso Estado e na minha cidade ainda esse mês para prestigiar a Feira do Livro que realizamos naquela cidade, eu fico muito feliz em podermos contar com a sua participação, que muito vai engrandecer a feira, e mais feliz ainda porque vamos ter a oportunidade, eu quero desde já fazer o convite, para que o senhor conheça talvez a biblioteca mais moderna num prédio antigo, preservando a estrutura de um prédio histórico na cidade, onde foi a primeira escola, a Escola de Formação de Contadores da cidade de Mossoró, onde na nossa administração nós adquirimos esse prédio, restauramos e fizemos a sede própria da Biblioteca Municipal que já existia na realidade desde 1948, quando ainda Prefeito foi o meu sogro Dissé Rosado(F), depois foi Governador do Estado, mas o primeiro ato da sua administração foi criar a Biblioteca

Pública de Mossoró. Mas não tinha uma sede própria e nós fizemos esse resgate, é uma biblioteca inclusive moderna, com espaço digital, mas tem uma outra coisa que eu vou já também convidá-lo a conhecer, que é o Portal do Saber, no bairro Santo Antônio, que é um bairro mais distante do centro, especificamente no Conjunto Abolição I, onde existia uma favela que nós fizemos toda uma relocação, dando moradia boa para os que ali estavam, transformamos aquele espaço numa praça, uma praça de esportes, lazer e cultura, onde tem quadra de esportes, passeios, mas tem esse equipamento que fala do livro, que é o Portal do Saber, que com a arquitetura inclusive moderna, lembra até algo assim do futuro, futurístico, de uma nave, ela tem duas coisas importantes: é uma biblioteca para a comunidade e também um espaço de Internet gratuita para o público, para os estudantes, para a comunidade de uma maneira geral. Essa idéia nós colocamos nesse bairro, ela realmente foi um sucesso e torcemos muito para que a cidade tenha outros, porque a idéia inicial era fazer vários Portais em pontos específicos, norte, sul, leste e oeste da cidade. Então já que o senhor vai estar com a gente, quero que o senhor conheça esses dois espaços e, se puder também, o Baú do Livro, que vai à zona rural, esse baú, com livros para fazermos empréstimos nas comunidades, nos bairros mais distantes. Eu acho, por isso, o meu entusiasmo, Senador, com o seu Projeto, porque tudo que vier a estimular, apoiar, e fazemos com dificuldades, porque os administradores, nos Municípios principalmente, enfrentam muitas dificuldades, embora tenham boas idéias, para poder estar equipando, modernizando, atualizando as bibliotecas e não ter apenas uma biblioteca pública, mas ter muitas bibliotecas públicas e apoiar também as instituições que assim o fazem. Então era só reforçar o convite e desde já anunciar, para o Rio Grande do Norte, a sua presença, que esteve presentemente em Natal e soube do brilhantismo da palestra sobre educação que o senhor proferiu no Congresso Nacional de Clubes de Diretores e Lojistas sobre o futuro pelo caminho da educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Muito obrigado, Senadora. Senador Neuto, quer falar ainda? Pediu a palavra.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Eu queria me colocar à disposição para essas visitas, quer seja aqui em Brasília e lá no Estado do nosso querido Senador Geraldo para conhecer mais profundamente, mas eu queria registrar ainda, Sr. Presidente, no dia de ontem eu participei de um evento muito interessante para a educação no Município de Salete, no Alto Vale do Rio Iguaçu(F), em Santa Catarina, aonde tinha um seminário, ou melhor, uma feira da matemática. Eu não conhecia, há onze anos se faz, aonde todas as escolas do Município se fazem presentes com um tema. Então lá aparece uma das aulas que levam a planta das casas. Como é que se calcula, como é que se faz, e produzem a matemática, o estudo da matemática através dos livros e do conhecimento. Outros trazem como se calcula a água nos copos, nos vasos, nos tonéis. Em outra aula trabalhando sobre como se mede a velocidade de vários segmentos, do vento, a velocidade da luz, tudo produzido pela matemática, e foi uma aula tão interessante e tão importante, tinha em torno de umas vinte turmas diferentes de alunos do Município, do Estado e até das Universidades, do primeiro e segundo grau, conduzindo o conhecimento através da matemática em todas as áreas diversificadas. Isso também nos trás com muita satisfação anunciar a isto, mas acima disso dizer que também o livro da matemática conduzindo para o saber das comunidades e, principalmente, lá no interior do meu Estado, no Município de Salete.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Obrigado. Eu passo à votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o Projeto de Lei criado pelo Senador Neuto de Conto, que cria o Fundo Nacional de Apoio às Bibliotecas.

Passamos ao item nº 6.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor, eu gostaria de, antes de passarmos ao item 6, eu acho que todos os colegas, nobre Senadores aqui presentes, devem ter tomado conhecimento de matéria do Jornal Correio Brasiliense, neste final de semana, que de autoria da jornalista Paloma Oliveto que trata da questão da evasão escolar. Apesar do número de bolsas-família ter ampliado, a evasão escolar em todo o Brasil vem crescendo de forma preocupante. Por integrar esta Comissão, que eu considero uma das Comissões mais importantes, que a educação é o futuro, é a solução para o desenvolvimento, é a revolução para um país de paz e justiça social, eu gostaria, Sr. Presidente, de solicitar a esta Comissão, extrapauta, que seja analisado um requerimento sugerindo Audiência Pública para que possamos esclarecer as graves informações vinculadas recentemente pela mídia referente ao aumento da evasão escolar, mesmo com a ampliação da bolsa-família, solicitando que sejam convidados o Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patruz Ananias, a jornalista Paloma Oliveto, do Correio Brasiliense, o jornalista do Estado de Minas Luiz Ribeiro, o ex-secretário nacional do programa bolsa-escola e autor do livro "Bolsa-escola – Educação para enfrentar a pobreza", Marcelo Aguiar,

e o Dr. Daniel Cara, sociólogo e coordenador geral da campanha nacional pelo direito da educação. Fica aqui a nossa solicitação e que extrapauta o senhor coloque para apreciação desta Comissão este requerimento que considero de extrema importância.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu consulto se os Senadores estão de acordo de colocar extrapauta e deixamos para o final a votação para seguir a pauta. Está bem assim? Todos de acordo, que seja incluído extrapauta.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu estou com um probleminha porque está havendo uma sessão de homenagem aos idosos no Plenário, eu sou um dos autores, inclusive para ajudar a abrir, que só tem dois Senadores. Se pudesse entrar já no item 6, eu resumo, e não é terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Então nós discutiremos, já está aceito o requerimento extrapauta, depois discutimos. Projeto nº 6, denomina aeroporto de Alegrete, no Rio Grande do Sul, Galdêncio Machado Ramos. O aeroporto, localizado na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria da Deputada Maria do Rosário, Relator o Senador Paulo Paim, a quem eu passo a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, eu vou simplificar, primeiro cumprimentando a Deputada Maria do Rosário pela iniciativa. O presente Projeto presta a merecida homenagem a um valoroso brasileiro que dedicou sua vida à causa da aviação, semeando o desenvolvimento em sua terra natal. Galdêncio Machado começou a pilotar em 1941. Entre 1955 e 1986 exerceu a atividade de instrutor de vôo. Além disso, foi fundador e Presidente do Aeroclube de Alegrete. Se ainda estivesse vivo Galdêncio Machado completaria cem anos no presente ano. Por considerar meritório o Projeto, eu dou o parecer favorável numa homenagem à cidade de Alegrete, numa homenagem a Galdêncio Machado Ramos e todos os seus familiares e todos aqueles que dedicam a sua vida pela atuação nessa área. Com esse rápido comentário, Sr. Presidente, o Projeto já foi aprovado por unanimidade na Câmara, e agora aqui no Senado, então, o meu parecer é favorável, cumprimentando também aqui a iniciativa da nobre Deputada Maria do Rosário.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu consulto se algum Senador quer fazer comentário. Está em discussão. Não havendo nenhum que queira se pronunciar ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o Projeto.

(interrupção no áudio)

Vamos ao item 16, é o Projeto que "Institui o Dia Nacional dos Surdos, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, relatoria da Senadora Kátia Abreu, que não está presente, parecer favorável, já tivemos duas sessões, então eu solicito ao Senador Flávio Arns que faça a gentileza de ser o Relator *ad-hoc*.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pois não, Sr. Presidente. O Projeto, como V. Exª. já colocou, é de autoria do Deputado Eduardo Barbosa e tem como Relatora nesta Casa a Senadora Kátia Abreu. Tem por objetivo estabelecer a data de 26 de setembro como o Dia Nacional dos Surdos. O Deputado Eduardo Barbosa destaca a participação cada vez mais efetiva das pessoas com deficiência auditiva na sociedade e apresenta percentuais que demonstram a expressividade dessa população no Brasil e no universo de pessoas com necessidades especiais em países com nível de desenvolvimento semelhante ao nosso. O autor também argumenta que sua sugestão do dia 26 de setembro visa lembrar a inauguração da primeira escola brasileira para surdos – AFINES(F) (0:30:57), não é a Federação, mas a escola de surdos no Rio de Janeiro. A matéria insere-se no âmbito da competência legislativa concorrente da União, descriminada na Constituição Federal. Além dos requisitos constitucionais verifica-se igualmente que a proposição observa as demais normas de nível infraconstitucional, estando em conformidade dos princípios do direito. No que diz respeito ao mérito, julgamos a iniciativa justa e oportuna, principalmente neste momento em que o tema da acessibilidade é discutida nos mais diversos setores da sociedade brasileira.

Consideramos também digna de nosso apoio a intenção do autor de marcar no calendário nacional e na lembrança do brasileiro a criação do Instituto dos Surdos Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de surdos. De resto, entendemos que, além de meritória, constitucional e jurídica, a proposição não contém ofensa regimental e encontra-se elaborada em conformidade com a boa técnica legislativa. Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007. Eu quero destacar, Sr. Presidente, que concordo inteiramente com o relatório da Senadora Kátia Abreu, que eu estou lendo como Relator *ad-hoc* inclusive, e destacar que esta aprovação de Dias Nacionais, na minha ótica, é uma iniciativa muito importante, porque são assuntos do interesse da sociedade, e o Dia Nacional dos Surdos faz com que toda a comunidade também pense sobre esse assunto, discuta, palestras, reflexões, conferências, cursos, visitas, e isto vai fazer com o que a pessoa surda tenha assim mais possibilidades de se integrar e de se incluir na sociedade. São 2% da população que apresentam algum tipo

de surdez, seja leve, moderada, severa, profunda. 2% significará que no Brasil nós temos aproximadamente quatro milhões de pessoas surdas, quatro milhões. Pensando que cada uma dessas pessoas está numa família de quatro pessoas, pai, mãe, irmão, mas sempre tem o tio, a tia, o avô, o amigo, então nós temos aí um percentual enorme da nossa população que tem interesse na discussão dos temas relacionados à pessoa com deficiência e particularmente na surdez. Por todas essas razões, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu vou por em discussão o Projeto do item nº 16. Não havendo nenhum pronunciamento eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o Projeto que institui o Dia Nacional dos Surdos, e quero congratular o Deputado Eduardo Barbosa, Senadora Kátia Abreu e o Senador Flávio Arns, porque de fato esse dia vai ajudar a população brasileira a se envolver nesse problema que afeta tantos milhões de brasileiros.

Eu volto ao item 3, pedindo à Senadora Rosalba que tenha a gentileza de ser a relatora *ad-hoc.* Trata-se do Projeto de Lei nº 136, de 2007, ele altera os artigos 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar concessão de incentivos fiscais à cultura. O autor é o Senador Antônio Carlos Valadares, que está aqui presente, o Relator é o Senador Demóstenes Torres, a matéria constou na pauta das reuniões do dia 04 de setembro e 18 de setembro. Com a palavra a Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é este o relatório do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2007, que altera os artigos 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à cultura. O Projeto de Lei do Senado, PLs nº 136/2007, propõe modificações nos artigos 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para alterar os percentuais de dedução do Imposto de Renda devido por empresas em benefício de programas de incentivo à cultura. Pela proposição do § 1º do artigo 18, é alterado para especificar que as deduções incidirão sobre doações e patrocínios. Por seu turno, os dois incisos acrescidos no § 1º dispõe respectivamente: a) se a pessoa jurídica tiver auferido receita bruta inferior a quinhentos milhões de reais no ano calendário anterior ao do ajuste, o limite para dedução será de 10% do imposto devido; b) se a receita bruta for superior a quinhentos milhões de reais, a dedução será de 4%. A proposição acrescenta ainda quatro alíneas ao inciso II do artigo 26, destinados a criar uma escala diferenciada de deduções de acordo com o faturamento da empresa. Segundo a redação do inciso II, do artigo 26, as deduções para pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real são de 40% para doações e de 30% para patrocínios. Conforme o Projeto de Lei em análise, haverá quatro faixas de deduções de acordo com o faturamento. Para empresas cujo o faturamento seja inferior a trinta e seis milhões de reais, 100%; para faturamento abaixo de duzentos e quarenta milhões de reais, 80%; para faturamento igual ou superior a quatrocentos e oitenta milhões de reais, 60%; e para faturamento igual ou superior a quatrocentos e oitenta milhões de reais, 40%. Encaminhadas às Comissões de Educação e de Assuntos Econômicos, o Projeto não recebeu emendas no âmbito da Comissão de Educação.

Análise. A política cultural incentivada por meio de benefícios fiscais não é nova no Brasil, e já oferece a possibilidade de se avaliar os seus resultados que são positivos. Seus principais mecanismos são a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual. Os incentivos fiscais da cultura funcionam efetivamente como instrumentos para suprir a precariedade de recursos orçamentários destinados ao setor, que giram em torno de 1% do orçamento da União. Uma vez que se trata de política consagrada que tem o apoio de produtores culturais e de empresas patrocinadoras, não caberiam questionamentos ao seu mérito. Quanto ao aumento do percentual para as pessoas jurídicas proposto pelo Projeto, assim como o escalonamento de dedução de acordo com o faturamento das empresas, a medida cria possibilidades de um aporte maior de recursos para projetos culturais, segundo a capacidade financeira das empresas. O que ocorre hoje é que os patrocínios culturais só são feitos por grandes empresas que podem arcar com valores significativos para projetos culturais. Portanto, esse escalonamento vem resolver dois problemas simultaneamente: primeiro das empresas de menor faturamento que terão vantagens efetiva em aplicar recursos na cultura; segundo, o dos promotores culturais que passarão a contar com ingressos mais significativos de empresas de menor porte e poderão ampliar o universo de patrocinadoras. A empresa tem feito seus aportes na medida em que encontra na atividade cultural uma maneira de se projetarem na sociedade, o que pode ser visto pelo aumento dos valores capitados, que praticamente duplicaram entre 2002 e 2005. Com as alterações propostas pode ser que esse volume cresça muito mais, o que é altamente positivo, visto que os recursos para a produção cultural no Brasil ainda estão aquém da força criativa e da capacidade produtiva nacional.

Voto. Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2007, e não poderia

ser diferente, porque eu só entendo que quanto mais nós pudermos ter mecanismos de estimular, de apoiar o crescimento do movimento cultural, mais esse país estará caminhando na estrada que leva a um desenvolvimento com uma população que esteja com a vida melhor e socialmente justa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Colocando em discussão. Não havendo nenhum Senador interessado em discutir eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Continuamos sem quorum para votar qualquer projeto terminativo, que são simplesmente todos os outros.

Eu ponho então em discussão o requerimento da Senadora Rosalba, lembrando que eu considero, Senadora, extremamente pertinente a sua proposta, dou todo o meu apoio, se for o caso subscrevo com a senhora com muito prazer.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Eu gostaria muito, Presidente, que o senhor subscrevesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Muito bem, porque essas matérias que o Correio Brasiliense publicou, elas dão continuidade também a matérias de outros jornais, Senador Marco Maciel, e que mostram uma situação muito, muito preocupante, o fato de que o programa bolsa-família consegue obviamente dar uma mínima ajuda de renda às famílias, disso não há dúvida, mas não está criando a porta de saída que seria a educação. E também lembrando que está na lei que criou o bolsa-família a idéia de controlar a freqüência. Entretanto, desde o começo o Governo foi avisado, Senador Geraldo Mesquita, da impossibilidade de fazer esse controle por três razões: 1) A transformação de bolsa-escola em bolsa-família. A retirada do nome "escola" quebrou no imaginário da mãe a preocupação direta com a família; 2) A transferência da gerência do Ministério da Educação para o Ministério de Desenvolvimento Social, que é o nome, mas é de Assistência Social, não é porque a Assistência Social se preocupar em controlar a freqüência do aluno, não há porque; 3) O fato de ter misturado com programas anteriores que eram de fato assistenciais e tinham nomes diferentes, como o vale-gás e o bolsa-alimentação. O Presidente Fernando Henrique criou os três separados, de propósito. Ao misturar ficou impossível fazer a exigência, porque algumas famílias recebem sem ter filhos. O fato de que os filhos recebem um pouquinho só a mais, todas as família recebem um valor, os que tem filho um pouquinho a mais, tirou todo o incentivo de fazer com que fosse um programa de impacto educacional, e por isso eu a parabenizo pelo requerimento e ponho em discussão. Senadora Rosalba, quer falar alguma coisa?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Só um detalhe, Sr. Presidente. É que o nobre Senador Geraldo Mesquita fez aqui uma solicitação que eu acho que é pertinente. É que entre os que aqui estarão para participar dessa audiência, pudéssemos trazer algum desses jovens que foram citados aqui na matéria, que realmente deixaram de freqüentar a escola e que poderiam aqui nos trazer a sua experiência, contar da sua dificuldade. Fica a critério do senhor, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Se ficar a meu critério está aceito. Eu acho isso de uma criatividade muito grande, de uma sensibilidade muito grande e mostraria uma face nova do Senado, ouvindo a própria vítima chamamos no caso. Até porque isso, Senador Flávio, é uma questão de Direitos Humanos também. Eu fico muito feliz com a sugestão, mas eu ponho em discussão. Como Presidente, o mais que eu tenho direito é de dar o meu voto. O Senador Marco Maciel pediu a palavra, depois o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Nobre Presidente Senador Cristovam Buarque, eu serei breve. Na realidade, como V. Exª. salientou, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi criado o chamado bolsa-educação, que estabelecia um link entre o auxílio financeiro, a contribuição financeira, e a necessidade da matrícula do educando, e isso naturalmente induzia também, como V. Exª. citou, houvesse uma convicção de que aquela bolsa tinha um fim específico, e mais: o procedimento que se adotava, inclusive de entregar um cartão magnético, a pessoa ia no banco, sacava o recurso e depois a comprovação de freqüência à escola, tudo isso reforçava o sentimento de cidadania, primeiro porque eu via algumas pessoas que recebiam, pais ou mães, ou o responsável por crianças, mas sobretudo no interior nós notávamos maior presença das mães, elas tinham assim uma consciência da sua responsabilidade e se sentiam por outro lado assim prestigiadas na medida em que tinham o acesso ao banco e podiam dialogar também no estabelecimento de ensino, então tudo isso estava se gerando uma cultura da educação, da cidadania, e na medida em que se diluiu tudo isso num programa chamado bolsa-família, se perdeu todo esse foco, e ao meu ver não foi algo que contribuiu para melhorar o acesso das pessoas carentes à escola, e mais do que isso, o aumento da taxa de evasão é um sinal muito claro do efeito ao meu ver não positivo dessa fusão de diferentes programas sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Presidente, era só para sugerir. O primeiro jovem aqui relacionado na reportagem, na brilhante reportagem da Paloma, é o João Batista Teodoso(F) (0:47:24) da Silva, ele tem dezessete anos, e Tamboril deve ser um lugar ou um bairro de Teresina onde ele mora e tem as suas atividades. Mas seria muito interessante trazer um jovem desse aqui para expor de forma nua e crua qual é a realidade que ele está vivendo, porque é uma realidade que não diz respeito só a ele, talvez há milhares de jovens nesse país envolvidos com essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – O Senador Geraldo Mesquita sugeriu a incluir um desses jovens, mas sugeriu o nome agora?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Não, não é o nome, o primeiro mencionado na reportagem aqui é o João Batista Teodoso(F) da Silva.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas seria interessante consultar ...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Consultar, lógico, a Paloma, a repórter, que ela pode nos auxiliar nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sem dúvida. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu quero da minha parte também concordar com o requerimento da Senadora Rosalba, com as idéias do Senador Geraldo Mesquita. Eu acho importante que o jovem, os jovens estejam aqui presentes também, porque a família, o jovem, talvez até a família que possa, porque existem assim depoimentos aqui nesta reportagem do jornal Correio Brasiliense em que os pais mostram assim a necessidade, até o pai mostrando a necessidade do filho deixar de estudar para ajudar na renda familiar, e do próprio filho desestimulado com a baixa qualidade, a falta de qualidade da educação que está recebendo, e isso de uma certa forma reflete o problema que ocorre no Brasil. Eu quero inclusive parabenizar V. Exª. também pelo artigo a cujo assunto também já se referiu semana passada, "não sou Brasil" é o depoimento de um jovem em relação a uma análise que faz de toda a circunstância atual no Brasil, no Senado Federal, no Congresso Nacional, e a sua campanha, Sr. Presidente, em termos de "Educação Já", comparado com "Diretas Já", que ocorreu anos atrás, e dizendo de "Educação Já. Então essa campanha inclusive está de acordo inclusive aqui também com este artigo. Eu acho que valeria à pena a gente pensar, refletir, ver o que é que pode ser feito, tivemos todo o ciclo de educação, de debates, doze Audiências Públicas aqui na Comissão de Educação para discutir isso, mas é um assunto permanente. Então eu quero parabenizar o jornal Correio Brasiliense pela reportagem de ontem, eu acho que é importante, é importante nós discutirmos isto, pegarmos o texto inteiro, de inteiro teor do jornal, e nos debruçarmos de novo sobre isso. Mas eu acho muito importante que a família e o jovem, eu acho que até os dois, o jovem também, o jovem já reflete o ponto de vista da família, mas que o jovem ou os jovens estejam presentes. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Consulto se algum outro Senador e Senadora quer fazer uso da palavra. Não havendo, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão, assumindo que foi aprovada a moção ou o requerimento foi aprovado com a incorporação de um nome representante dos jovens que estão saindo da escola apesar de suas famílias receberem o bolsa-família. Então está aprovado.

Tenho dois comunicados a fazer e terminaremos a sessão. Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Exmo. Sr. Deputado Júlio Semeghini, que é Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informação da Câmara dos Deputados, convidando para o seminário de pesquisa tecnologia que integra as atividades da Semana Nacional de Tecnologia de 2007, a ser realizada no dia 02 de outubro do corrente, das 14:00 às 19:15, do Plenário III do Anexo 2 da Câmara. Comunico aos Srs. Senadores e convido o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cultura Gilberto Gil para a cerimônia de lançamento do programa cultural para redução de desigualdade denominado Mais Cultura, que contará com a presença do Exmo. Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, a realizar-se no dia 04 de outubro do corrente, às 11:00 horas, no Teatro Nacional Cláudio Santoro, na sala Vila Lobos. Com esses comunicados dou por encerrada a sessão.

(Sessão encerrada às 12h03.)

Ata da 49ª Reunião Extraordinária Da Comissão de Educação e 15ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 04 de outubro de 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia quatro de outubro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Renato Casagrande, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Antônio Carlos Valadares e Francisco Dornelles, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado de Oliveira, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Papaléo Paes e Flexa Ribeiro. Justificam a ausência os Senhores Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda e Geraldo Mesquita Júnior. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Sean Spencer, Presidente da Television Association of Programmers – TAP Latin America; Senhor Marcos Bitelli, Advogado e Professor de Direito de Comunicação Social nos cursos de Pós-Graduação da PUC de São Paulo e Senhor Fábio Augusto Andrade, Diretor Regional de Brasília – TV Liberal, afiliada da Rede Globo. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 25/07-CE de 2007 e 07/07-SCTMC, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Marisa Serrano, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007 que "Dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências". Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Carlos Freire, Diretor do Departamento de Outorga de Rádio e Televisão do Ministério das Comunicações; Senhor Cláudio Márcio Magalhães, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária – ABTU; Senhor Steve Solot, Vice-Presidente da Motion Picture Association – MPA; Senhor Cacá Diegues, Cineasta; Senhor José Carlos Torves, Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ e Senhor Carlos Alkimim, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura – ABPTA. Finda a exposição, o Senhor Presidente , Senador Cristovam Buarque, franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão e da Subcomissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns e Marisa Serrano, autores do Requerimento e o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque. A presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Havendo número regimental declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 15ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata das reuniões anteriores e a aprovação das mesmas pelos Senadores e Senadoras que estiverem de acordo. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

A presente reunião atende a Requerimento nº. 002 da Comissão de Educação feita pelo Senador Flávio Arns e a Senadora Marisa Serrano. Eu peço ao Secretário Júlio Linhares que traga os nossos convidados para a Mesa.

Eu quero agradecer a todos que compareceram, dizer de que essa audiência tem um propósito muito sério de tentar fazer um Projeto de Lei e aprovar uma lei que realmente traga vantagens para o processo das comunicações no Brasil. Peço desculpas pelo atraso que houve uma dificuldade no equipamento de uma televisão na qual estava gravando um programa, ficaria muito ruim suspender para vir aqui na hora. Então, esse atraso se deve a isso.

Quero dizer também que nos dias de hoje o Senado, em ebulição, os Senadores têm dezenas de compromissos. Eu mesmo teria que estar aqui ao lado

assistindo depoimento do Comandante do Exército sobre recursos para as Forças Armadas que me interessa muito. Mas, como Presidente da Casa, eu estou aqui porque isso é importante. Então a presença dos dois Senadores que deram origem a essa audiência é algo extremamente positivo para nós. Aqui estão os dois, outros provavelmente chegarão, outros não virão, mas essa audiência vai ao ar pela televisão, estamos inclusive ao vivo nesse momento, essa audiência depois de gravada vai ser transmitida, e a repercussão em que vai trazer os dados subsídios que permitam os Senadores a elaborarem uma lei conforme o Brasil precisa. Eu vou passar a palavra segundo a ordem que está aqui inicialmente ao Sr. Carlos Freire, Diretor do Departamento de Outorga de Rádio e Televisão do Ministério das Comunicações.

SR. CARLOS FREIRE – Bom, inicialmente nós gostaríamos de saudar o Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Srs. Senadores, senhores membros da Mesa, senhoras e senhores.

Estamos aqui nessa oportunidade para discutir o Projeto de Lei 280 que trata de conteúdo para ser transmitido pelas emissoras de telecomunicações, entendendo como tais as emissoras de TV a cabo, MMDS, transmissão via satélite, e a Secretaria de Comunicação eletrônica do Ministério das Comunicações é uma Secretaria voltada para a atuação na área de radiodifusão. Entende-se como radiodifusão o serviço livre e gratuito que as emissoras transmitem e disponibiliza para todos os cidadãos sem a cobrança do preço de sua veiculação.

Portanto, a Secretaria atua nessa área e o foco desse projeto ele tem uma abrangência maior no sentido das TVs ligadas às áreas de telecomunicação que são a TV a cabo, etc. Porém, ao analisar esse projeto, desculpa, Projeto de Lei, sentimos que ele tem uma grande importância porque na verdade estabelece um critério de conteúdo brasileiro. Nós precisamos saber o que é conteúdo brasileiro e por isso nós consideramos que é importante e é necessário para que realmente entenda-se na Legislação o que vem a ser esse conteúdo de importância pra gente poder diferenciá-lo de outros conteúdos e assim estabelecer uma regra e com isso ter... Dar a oportunidade às emissoras ou os produtores, os programadores de serem... Terem benefícios fiscais, ou outros benefícios que a lei assim estabelecer.

Na análise do projeto, além desse aspecto positivo que nós consideramos desse Projeto de Lei, existe um aspecto que a gente considera que não foi feliz porque estabelece uma regra que vem de encontro a uma lei em vigor da TV a cabo que tira a obrigatoriedade da veiculação das emissoras de sinais aberto na TV a cabo. Como represento a radiodifusão, isso pra gente é um retrocesso porque essa obrigatoriedade assegura a geração de sinal local pelo menos as emissoras geradoras de televisão. Nós devemos lembrar que existe uma estatística, uma pesquisa que mostra que 75% dos telespectadores de TV a cabo ou de assinatura elas, na verdade, ela tem... A maior audiência nas TVs de sinal aberto. Se isso é verdade, então veja que o que vai acontecer se nós retirarmos essa possibilidade, porque na verdade ela... E há um outro problema aí que nós devemos levar em consideração que a TV a cabo ela não atinge o maior público devido a seu valor, seu custo elevado para a renda do cidadão brasileiro. E aí o que acontece? Nós vamos ter dificuldades ou... De se expandir esse sistema que nós devemos ampliá-los, acreditamos e queremos que ele amplie para atingir a maior camada da população e a gente vê isso um dos empecilhos. Eu gostaria de com esse depoimento abrir e passar depois ao debate para que a gente possa ampliar essa visão e lembrando que a radiodifusão, a Secretaria de Comunicação, a Lei 4.117 que estabelece, que cria a radiodifusão no Brasil, ela estabelece que o Ministério, a Secretaria de Comunicação só controla conteúdo relativo a 25% das emissoras com relação à propaganda comercial, e 5% de noticiosos. Nós não temos, não fiscalizamos conteúdo com relação a apenas quantitativo. O Ministério das Comunicações não tem prerrogativa quanto ao seu conteúdo de veiculação. Apenas em termos de número.

Bom, acho que essa é a contribuição inicial e a gente ficaria a disposição para exatamente ampliar esse debate ouvindo os demais participantes da Mesa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço ao pronunciamento do Sr. Carlos Freire e passo a palavra ao Cláudio Márcio Magalhães, que é Vice-Presidente da Associação Brasileira de TVs Universitárias.

SR. CLÁUDIO MÁRCIO MAGALHÃES – Inicialmente um bom dia a todos eu a Associação Brasileira de Televisão Universitária se sente extremamente honrada Senador Cristovam e Senadores, por ter sido mais uma vez convocada pelos Parlamentares desse País para que nós possamos discutir a questão da televisão. Principalmente uma televisão que se propõe a voltar aos interesses públicos. E mais uma vez reafirmando que a ABTU, em todos os momentos que for convocados se sente na obrigação de representando as universidades que produzem uma televisão universitária nesse País está contribuindo com a sua posição.

Eu inicialmente eu queria falar, acho que os pontos positivos do projeto certamente os Senadores já conversaram e já debateram, então acho que um pouco a nossa função quando somos provocados a vir aqui é exatamente falar o que nos desagrada. E tem três pontos básicos nesse projeto que nos desagrada profundamente. O primeiro que já foi tocado pela freire que é a questão das emissoras locais não estarem mais sendo obrigatoriedade no cabo, a questão de como a lei hoje principalmente nessa área, mas em outras também se afasta dos jovens que deveriam estar sendo contemplados por ela e pela sua tecnologia, em terceiro como a questão da burocratização que o projeto acaba se colocando em relação também aos produtores de televisão.

Eu queria inicialmente lembrar que as televisões universitárias por mais que se pense que surgiu junto com o cabo, elas são antigas, são desde 1967 já existem em sinal aberto e a legislação inclusive tem como prerrogativa dar as concessões educativas para as universidades. Ao longo do tempo foi sendo deixado de lado por todas as coisas que nós já conhecemos, mas ela já existe desde 67 como um exemplo. Claro que quando nós tivemos com a lei do cabo nós proporcionamos e foi essa lei do cabo foi um fruto de uma luta das entidades para se colocar o acesso aos canais de acesso público entre eles a universitária, a comunitária e também as legislativas, assim também como os educativos locais. Isso é um projeto de luta em que os Parlamentares estavam presentes, a sociedade estava presente, e conseguiu se colocar isso no cabo por mais paradoxo que possa parecer onde uma televisão onde a maioria das pessoas é de classe A, B nós temos as pessoas de canal público, de interesse público colocados nessa televisão particular, nessa televisão voltada mais paras pessoas de poder aquisitivo maior. É um paradoxo, mas já é fruto de uma luta que aconteceu e nos temos, pelo menos o desejo que se reflita também no sinal aberto e também na TV digital. E lembrando que mesmo assim por conta dessa TV a cabo mesmo sendo só da classe A, B surgiram mais de cem instituições de ensino superior produzindo televisão universitária e mais de 90 televisões comunitárias produzindo televisão e fora o sucesso que todos aqui sabem e presenciam e são atores das TVs Legislativas. Tudo isso é proporcionado porque a lei de TV a cabo pensou que é possível e necessário que as emissoras que não sejam do aspecto comercial tenham aspecto, tenham voz e tenham janelas para se colocar. E o que a gente percebe que hoje, não só nessa legislação, mas outras que circulam anterior por aí é que em vez de abrirmos mais janelas nós estamos querendo fechar as janelas. Sendo que o ideal seria justamente o contrário. As TVs abertas, a legislação, como diz já têm a preferência por outorgas, várias emissoras abertas no País, televisões universitárias, e no sinal aberto que estariam efetivamente correndo o risco com essa não obrigatoriedade de sinal aberto. Lembrando que essas televisões no interior, certamente em muitos dos casos são a única emissora aberta dessas cidades. São vários os exemplos de Uberlândia, Viçosa, Ouro Preto, só que estou lembrando que sou de Minas Gerais, mas outras pelo País, e aí você vai restringir ou não ter mais obrigatoriedade para que as pessoas possam ter acesso a esse canal. E muitas dessas emissoras têm grave problema de transmissão porque o transmissor está ruim, não tem dinheiro para poder comprar um outro e sofre uma concorrência desleal das emissoras da capital com sinais melhores e etc. E uma das janelas que as pessoas poderiam assistir essa televisão local de interesse público, educativo, seria fechado com essa não obrigatoriedade. Então nós consideramos que isso também de acordo com a nossa opinião com o freire é um retrocesso de uma conquista que foi conseguida nesta Casa e que agora está sendo deixada para trás. É um retrocesso na conquista foi conseguida aqui dentro no Congresso. É importantíssimo então continuando dando essa janela. E acabei tendo um depoimento até pouco tempo atrás de como é que as coisas são integradas. Então cidades do interior hoje que não tem TVs Câmara, não tem a Legislativa, se associam a televisão universitárias para transmitir as sessões locais. Então essa integração dos canais públicos acontece muito mais que as comerciais e mais uma vez isso pode ser restringido com o fechamento de janelas para isso. Vai contra essa democratização que nós esperamos da comunicação. Temos que cada vez mais abrir mais essas janelas. E é isso onde está a nossa briga, me permita aqui um pouquinho tangenciar da questão das TVs. Estamos brigando por esse acesso. Quer dizer, se estamos discutindo... Tivemos uma boa discussão e colocamos os canais públicos de interesse público, no cabo, é imprescindível que essa luta também seja na TV Digital. Não faltam canais por mais que se falam de questões técnicas, a tecnologia vai permitir muito mais e hoje ainda se tem, no nosso ponto de vista, uma discussão irrelevante no sentido se deve ou não deve ter canais para os canis comunitários, para os canais universitários, para a TV Legislativa e tantos outros de interesse público como se não houvesse espaço. Isso é uma lógica que não deveria está nem sendo discutida e estamos todos brigando para que a gente possa ter um lugarzinho nesse espectro. Mostra que é mais uma janela na tentativa de ser fechada em relação às emissoras não comerciais, emissoras de interesse público. E isso a gente perce-

be uma tendência não só no Governo, mas também algumas legislações sendo discutidas como essa, por exemplo, que vai contra esse desejo principalmente dos jovens e dessa nova geração de se abrir janelas para as comunicações. Cada vez mais a gente vê os jovens se comunicando de todas as maneiras possíveis. Por torpedo, por iPod, por YouTube, de todas as maneiras e nós estamos trabalhando contra essa possibilidade de que ele possa ter um acesso maior.

A universidade inclusive hoje ela já está preparando profissionais para esse mundo multifacetado, para esse mundo tecnológico, para esse mundo de multiprogramação. Essa legislação que nós estamos fazendo é para esse jovem que está sendo formado nesse momento. E a universidade ainda está atrasada. Ela está atrasada nessa discussão. Eu, por exemplo, dou aula num curso de comunicação no sexto período, os mesmos estudantes quando entraram na universidade não tinha Google. Pelo menos não na força que tem hoje. Não tinha YouTube. Os meus estudantes hoje. Você imagina a velocidade da tecnologia. E a gente nesse momento está ensinando ao aluno: olha, você está aprendendo essa multifacetagem de tecnologia, mas a lei não vai te permitir que você aproveite tudo isso em seu benefício.

Bom, isso quer dizer, gente, não quer dizer que há uma apologia de todo conteúdo aberto, tudo tem que ser colocado, tudo tem que ser posto. Achamos que sim. Deve ter uma série de restrições, mas essas restrições devem se valer de valores, valer de ética, da moral, mas não em relação à tecnologia. Se a tecnologia permita que nós então vamos legislar sobre quais os conteúdos são permitidos para isso, mas não exatamente se a gente deve ou não deve usar essa tecnologia, se deve ou não deve abrir os canais. Se devemos fechar para os canais abertos ou fechados. Nós temos que liberar para as pessoas possam ter acesso a todo tipo de tecnologia e que ele possa ter maior tipo de acesso a qualquer tipo de televisão e de produção. Hoje são produzidos para ter idéia 240 horas por mês só em 44 emissoras universitárias. Imagina se nós formos somar isso à questão das comunitárias e todas as demais. Isso então vai de encontro a uma questão que está apenas tangenciada na legislação, mas nos preocupa que é a burocratização desse processo. Claro que precisa ter legislação sobre isso, mas (soa a campainha) Já estou terminando. Nós tivermos que legislar sobre aquele pequeno sindicato que produz televisão comunitária para que posso fazer uma série de documentos para que ele possa produzir televisão. Assim também os estudantes. Existe hoje mecanismos virtuais que faz com que a gente possa ter esse controle sem ter que necessariamente encher o Ministério da Comunicação ou a ANATEL de documentos para provar aquela ONG se é digna ou não é de produzir televisão. Existe uma série de mecanismos hoje utilizados virtualmente que podem ser feito esse tipo de controle. E é interesse dessa divulgação pelos produtores. Os produtores querem que tenham essa seleção de quem é bom e quem não é. Quem está voltado para o interesse público ou não. Nós queremos que essa produção seja realmente legislada, mas não no sentido da burocratização. Deve ser feita uma negociação entre todo esse campo público e essa produção.

Então essa é a mensagem que nós gostaríamos de deixar, e mais uma vez a televisão aberta, a televisão universitária aberta para a discussão no campo público. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço e passo a palavra ao Steve Solot, Vice-Presidente da Motion Picture Association.

SR. STEVE SOLOT – Bom dia. Primeiramente eu queria agradecer muito o convite em nome da Motion Picture Association estar aqui hoje, agradecer ao Senador Cristovam Buarque Presidente da Comissão, e também o Senador Flexa Ribeiro autor do projeto e que está em discussão, que está em pauta hoje. Eu tenho uma apresentação aqui para passar, eu queria pedir para já colocar. E também eu queria já como introdução colocar que não foi mencionado ainda que na verdade o timing, o momento de falar sobre esse tema é excelente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu gostaria de pedir só um minuto porque houve um problema conosco, no computador. E é fundamental que tudo fique gravado, registrado para ser depois analisado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Se for essencial a apresentação do material, que outra pessoa que não necessite de material possa falar antes. Como o Dr. Steve Solot achar mais adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Se tem algum que vai falar sem ter material para projetar. Não tem. Então, vamos...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Dr. Steve também concordar. Só uma sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Foi uma boa sugestão. Então eu peço que faça sua apresentação.

SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Bom dia Senador, bom dia aos demais expositores aqui da Mesa. A todos e a todas presentes aqui nessa audiência. A Federação Nacional dos Jornalistas extremamente preocupada com esse tema sempre que for chamada agradece e participa com essas reflexões, principal-

mente sobre esse tema. Primeiramente dizer da importância do projeto do Senador Flexa Ribeiro em função de que temos uma necessidade urgente de ter alguma regulação por mínima que seja nesta área. Concordo tanto com as falas do Carlos Freire como do Cláudio Márcio Magalhães, também detectamos essas falhas no projeto, e acredito que possam ser corrigidas e o projeto minimamente dá conta dessa situação do audiovisual brasileiro.

Expondo alguns números, o mercado de audiovisual mundial ele fatura anualmente 342 bilhões. 5,5 bilhões faturados em 2005 no Brasil em 2005. Então, a diferença do faturamento brasileiro com o audiovisual para o faturamento internacional é fantástica. De 5,5 bilhões no Brasil, o faturamento, e internacionalmente 342 milhões. Esse faturamento brasileiro é quatro vezes menor do que o da Time Warner que é a maior empresa internacional do setor. A TV no Brasil trabalha hoje basicamente tem seis redes nacionais, a Globo, SBT, a Bandeirantes, a Record, a Rede Mulher e Rede Família, e vejam só, contrariando de certa forma a Constituição Brasileira, a Rede Globo tem 32 concessões de TV comercial, sendo 11 só em São Paulo. 113 afiliadas e possui 54% em audiência. O SBT tem 10 emissoras, 100 afiliadas, 24% da audiência, Bandeirantes, 12 emissoras próprias, 57 afiliadas e a Record agora 18 emissoras próprias e 55 afiliadas.

Quadro da televisão no Brasil. A TV por assinatura tem três programadoras estrangeiras que agrega 27 redes. As TVs estrangeiras são hegemônicas nas grades da TV por assinatura. Estimula a formatação de operações globalizadas. Importam programação de principalmente modelos de programação. Não traduzem a riqueza da cultura local nem a diversidade social. Os usuários não têm nenhuma identidade cultural com o que exibido nas TVs por assinatura. Pagam esse custo geralmente para ter uma boa imagem das TVs locais como há pouco mencionou o Cláudio Márcio da ABTU. As TVs estatais tem 19 emissoras educativas abertas nos Estados. Com 1.561 retransmissores próprios e atinge 2.911 Municípios. Empregam 5.608 pessoas, portanto, esse é um dado relevante porque em breve estará chegando uma MP aqui no Congresso sobre a criação da TV pública brasileira que já traz alguns vícios de TV Governamental sem a participação da sociedade civil na formação do seu Conselho e a direção da emissora sendo indicada pelo Executivo.

Depois nós temos 73 TVs universitárias, 79 legislativas, 70 comunitárias, com programação basicamente educativa cultural precariedade em recursos de tecnologia e necessidade de se transformar em públicas e deixarem de ser governamentais como a maioria das TVs educativas são no País.

O consumo do produto televisão no Brasil hoje é de 85 milhões de receptores de TV. Vejam só a comparação no momento de convergência tecnológica que no Brasil nós teremos... Já temos 105 milhões de celulares. E esse número avança de forma com uma grande... De grande capacidade mês a mês. E agora com a transmissão portátil da imagem, com a digitalização certamente esse número será maior ainda. Vai dobrar a base de telespectadores. Para vocês terem uma idéia, no Japão 40% do consumo audiovisual a permanência com o usuário, a multifuncionalidade, mobilidade absoluta no ambiente digital, virtual fonte primária de informação do consumidor, no mundo até o final de 2007 nós teremos 3,25 bilhões, metade da população mundial de acesso aos televisores e essa imagem que vai ter condições de se ver pela internet e celulares. No primeiro bilhão vai acrescentar em 20 anos, segundo bilhão em 40 meses e o terceiro bilhão praticamente alcançando quase toda a população do planeta em 24 meses.

Então, 65 dos novos... 65% dos novos aparelhos estão nos mercados emergentes. O primeiro trimestre de 2007, 135 milhões de novos usuários. A Europa tem mais celulares que habitantes. Tem 665 milhões. O ambiente digital e a produção de conteúdos vai privilegiar a multiprogramação, portabilidade, novos modelos de negócios, interatividade, parcerias com centros de pesquisa, ambiente propício para a formatação de modelos de conteúdos originais, e diversificação da produção e dos mecanismos de produção. Com a convergência, o processo, agregação e combinação de setores de telecomunicações, serviços de redes, os meios de comunicação, produção e difusão de conteúdos e tecnologias da informação, serviços diversos da internet, o objetivo para a sociedade brasileira aumentar a produção e a circulação de conteúdo nacional, diversidade e pluralidade, fortalecer a cultura e a identidade nacional, acessibilidade do usuário a qualquer conteúdo através de qualquer rede ou plataforma, múltiplos aparelhos ou receptores. E também sem falar na perspectiva de aumento de emprego, de trabalho e de renda. A dinâmica empresarial no ambiente convergente do mercado audiovisual da convergência tecnológica e das energias derivadas, desregulamentação do mercado e dos processos naturais de concentração empresarial. O cenário da dinâmica empresarial é de capilaridade das redes das grandes empresas. Grande poder de influência junto aos consumidores e fornecedores, exclusão dos concorrentes do acesso à rede via integração vertical e acordos (ininteligível) ou de contratos de preferências exclusivas. Efeitos concorrenciais negativos e falhas de mercado podendo ocasionar a marginalização dos produtores

e dos difusores, os programadores independentes que se encontram fora dos circuitos estabelecidos e da diversidade cultural. Necessidade de estabelecimento por parte do Estado de parâmetros regulatórios e concorrenciais. Um histórico da intervenção do Estado em defesa da concorrência no mercado audiovisual. Nos Estados Unidos, temos um caso histórico em 1948, o caso conhecido como Usa versus Paramount. Os Estados Unidos, na sua Suprema Corte do País decretou que as majores deveriam desfazer-se das suas atividades voltadas para exibição cinematográficas. (soa a campainha) 50% das receitas nas bilheterias no País. Em 70, o FCC, órgão regulador das comunicações, criou normas para a televisão aberta que beneficiou a produção independente e a produção regional. Na Europa, em 1997, a diretiva, televisão sem fronteiras, que Estados membros devem assegurar que canais de TV exibam conteúdo nacional audiovisual europeu. Não incluindo notícias, esportes, publicidades e televendas. Reserva 10% do orçamento destinado a produção independente ou mesmo percentual de tempo da programação. E finalmente no Reino Unido a obrigatoriedade de 25% de produção independente. Ainda há outra questão que podem ser colocadas na defesa da regulamentação da produção audiovisual no Brasil e também da questão legal privilegiando o cumprimento da Constituição Brasileira que até hoje existem muitos artigos para serem regulamentados e que nunca foram tratados. Daí a importância desse Projeto de Lei do Senador ter esse encaminhamento com as correções que já foram levantadas por outros palestrantes. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu que agradeço e passo a palavra ao Sr. José Carlos Torves,... Desculpe, ao Carlos Alckmim, Diretor Executivo... Ah, tem que voltar a você. É verdade. Eu ia jogar você por último. Então eu retomo a palavra do Steve.

SR. STEVE SOLOT – Muito obrigado. Então, eu vou diretamente ao ponto aqui, só queria mencionar que o objetivo geral aqui meu é basicamente oferecer Motion Picture Association e as empresas associadas algumas idéias e sugestões de como o Brasil pode realmente aproveitar a convergência tecnológica, a evolução da tecnologia em relação audiovisual e como fazer crescer o setor audiovisual no Brasil através de eliminação de algumas barreiras.

As empresas associadas à Motion Picture Association são essas pequenas, às vezes chamadas (ininteligível) que vocês talvez já conhecem. Atividades da Motion Picture Association são basicamente essas em relação a produção e distribuição de conteúdo para cinema, televisão aberta, televisão por assinatura, e também (ininteligível) ou seja, vídeo do México que hoje em dia é basicamente DVD. Tanto o mercado de aluguel como venda direta. O sell-thru.

Embora a Motion Picture Association representa seis estúdios grandes em cada País e no Brasil também, a configuração exata das empresas muda. No caso aqui está listadas as empresas relacionadas e inclui também a HBO Brasil que na verdade não é membro diretamente da Motion Picture Association, mas é feito de três empresas e um Joint Venture de três empresas que são membros dos estúdios Warner, Disney e Sony, com via pictures. Atividades da Motion Picture Association basicamente são essas sendo que também nós temos uma programação de capacitação, treinamento de produtores e roteiristas no Brasil. E também em toda a América Latina. Aqui um exemplo de um dos workshops, um dos seminários que fizemos em São Paulo e também em Buenos Aires. Outro exemplo é um workshop grande para produtores profissionais, em Porto Alegre dirigido ao Mercosul. E aqui recentemente semana passada através de visita do famoso roteirista (ininteligível) Syd Field em palestra dirigidas a profissionais do setor nesse caso a ABD, a Passe(F) de São Paulo e outras entidades.

Bom, vamos falar um pouco da indústria audiovisual brasileira e para ter um pouco de contexto em relação à análise do PL. Na verdade, a gente fala da retomada do cinema nacional devido em grande parte aos incentivos fiscais, sendo que existem incentivos fiscais são basicamente derivados da legislação da Lei do Audiovisual e Lei Rouanet e também MP 2.228 que contém o art. 39 relacionado com investimento, pelo setor, segmento de EPTV. Importante indicar aqui que entre 2003 e 2006, 191 filmes brasileiros foram co-produzidos com incentivos justamente do art. 3º do audiovisual, dos quais 30% co-produzidos pelas associados da Motion Picture Association. Também nesse período 10 filmes brasileiros do maior sucesso, desses dez 90% também foram co-produzidos pelos associados da Motion Picture. Esse dinheiro que a gente chama de dinheiro incentivado é complementado pelo dinheiro bom. Ou seja, o dinheiro que sai diretamente do bolso do estúdio, que no caso que essa proporção no Brasil é 2 reais investido de dinheiro bom para cada real investido através de incentivos fiscais. Também em 2004 até 2007 foram 78 obras audiovisuais co-produzidas com recursos do art. 89 e o Sr. Carlos Alkmim vai falar mais adiante em mais detalhe. Aqui uma lista pequena, uma parte da lista grande de filmes efetivamente co-produzidos e distribuídos pela associados da NPA. Alguns casos emblemáticos como tropa de elite que vai ser lançado amanhã no Brasil, uma versão legal, nos cinemas, e também o caso de o ano que meus

pais saíram de férias que é um filme já indicado pelo Brasil na indicação desse Oscar do ano que vem para melhor filme estrangeiro. E também alguns filmes de natureza diferente que eu chamaria até filmes de arte, filmes de orçamento reduzido como caso de Areia, ou Vinícius. Ou seja, são filmes diversificados, não são necessariamente filmes de grande bilheteria.

O movimento financeiro, o faturamento do setor audiovisual já foi indicado até pelo José Carlos Torves e quero só ratificar que a gente está falando aqui de 2005 em aproximadamente euros, quase 5,5 bilhões. Que parece muito, mas na verdade apenas igual ou mais ou menos faturamento de uma única empresa que ocupa hoje em dia a 20ª posição no mercado mundial.

Como a gente poderia mudar esse cenário? Aqui antes de falar especificamente no setor de EPTV que é o objetivo específico do projeto, vamos ver um pouco quadro geral do setor. Aqui nós temos a cadeia tradicional de distribuição da obra audiovisual, o chamado Pipeline ou a seqüência de lançamento do produto audiovisual. Que começa com o produtor e já com a obra criada e vai para o distribuidor e o lançamento em janelas específicas. Começando lado esquerdo e terminando no lado direito. Isso através de um contrato específico de distribuição.

Agora, o problema que a gente encara nesse momento é exatamente o fato de que a capacidade de crescimento das plataformas de distribuição tradicionais que são essas, estão quase totalmente esgotadas em relação da infra-estrutura reduzida e a necessidade de maior investimento.

Bom, vamos falar então a uma possível saída. O que pode ser feito? Primeiro, vamos olhar no pacto da convergência tecnológica. Do lado esquerdo o chamado mundo pré-convergência e o lado esquerdo mundo convergente. Não vou listar, não vou ler cada um, mas para ter uma idéia obviamente a interatividade do mundo digital é uma característica básica da nova tecnologia. Então é uma expansão, é uma democratização do setor audiovisual através da nova tecnologia digital. Esta nova tecnologia a convergência será justamente a força motriz do crescimento do setor audiovisual brasileiro oferecendo novas plataformas de distribuição. Ou seja, o Brasil precisa se preparar para aproveitar essas mudanças. Agora, o contexto dessa convergência. Infelizmente temos esse paradoxo da era digital. Ou seja, é exatamente a mesma tecnologia que viabiliza a distribuição de obras a um grande número de usuários criando novos modelos de negócio, mas que também permite a distribuição não autorizada dessas obras na internet. Ou seja, a pirataria.

Dois novos modelos de negócios, só rapidamente mencionando, EPTV lançado recentemente pelo Brasil Telecom e também a operadora de celular Oi com novos business model, modelo de negócio para distribuição no celular.

Fora do Brasil já existe essa possibilidade tecnológica e acessível para quem tem um cartão de crédito internacional, cinemanal(F) e talvez o modelo mais conhecido.

(ininteligível) que era um site pirata de (ininteligível) ou seja, de troca de arquivos de conteúdo ilegal, virou justamente legal porque tinha uma tecnologia avançada de transmissão e de baixo (soa a campainha) conteúdo.

Bom, então antigamente a gente dizia que o conteúdo era o rei que mandava. Hoje em dia não é mais a verdade. É o consumidor. Será que Brasil pode oferecer ao consumidor o conteúdo quando, como e aonde ele quiser? Porque se não oferecer, vai para onde? Vai para pirataria. Aqui um site ilegal que já oferece um produto brasileiro, um conteúdo brasileiro. Ó Pai, Ó lançado recentemente.

Outro site também de material pirata e não sei se dá para ler bem, mas o primeiro título pirata oferecido nesse site é nada menos que Bye-Bye Brasil que certamente Cacá Diegues vai comentar mais adiante.

Então, passando o próximo. Rapidamente em relação ao PL. Nossa preocupação, e é preciso chamar atenção da sociedade brasileira sobre esses aspectos do PL. Definições imprecisas, a restrição ao capital estrangeiro que pode ser o grande impedimento para crescer o setor, e a discussão sobre posição de cotas para conteúdo nacional embora não faz parte desse projeto já foi longamente discutida em outras audiências.

Bom, as definições imprecisas, não dá tempo para demorar sobre cada um, talvez na hora de debate a gente pode comentar, mas a pergunta, o conteúdo audiovisual cada vez mais visam o mercado global, que produz, gera. Lá fora será que esse produto vai ser considerado justamente conteúdo nacional? Destinado ao consumidor brasileiro ou não?

Bom, o texto proposta do PL em relação à restrição ao capital. É importante chamar atenção ao que pode ser o resultado negativo justamente desse momento da necessidade do Brasil de criar infra-estrutura para aproveitar essa nova tecnologia. Aqui vamos diretamente à citação embaixo do Conselheiro Luiz Carlos Prado, do CADE, que é efetivamente impedir programadores internacionais de adquirir ou pregar conteúdo nacional tem o efeito inverso do pretendido. Reduzindo mercado doméstico para produção nacional sem necessariamente beneficiar os programadores nacionais.

Distorções. Aqui é importante indicar e esclarecer que na verdade apesar de não ser discutido aqui no PL foi debatido em outras audiências e como pode ser negativa a cota? Obrigatória? Na verdade, como funcionaria no caso de Canadá que foi citado por uma outra entidade como modelo não é verdade que pode funcionar. Resultados concretos. Depois da aplicação de cotas, na verdade não resultaram no aumento substancial no Canadá da audiência e da programação canadense, aumentou artificialmente a demanda, inflacionaram os preços da programação, e no final o que aconteceu? O faturamento obtido pela programação importada foi usada justamente para poder comprar a programação canadense para cumprir a cota. Ou seja, uma distorção total. Então... Vamos passar o próximo também, dado o tempo.

Finalmente, essas são as distorções provocadas pela falta de definições e os impactos negativos de alguns aspectos do PL especialmente em relação à restrição a investimento estrangeiro no setor. E finalmente... Com esses impedimentos, os objetivos declarados do PL não vão ser alcançados.

E finalmente... Nossas recomendações. Basicamente deixar o mercado funcionar, deixar as obras audiovisuais brasileiras, inclusive as independentes, ser vinculados nas diversas plataformas, assegurar livre concorrência em investimento no setor, sem restrições ao capital estrangeiro e imposição de cotas e aproveitar finalmente ao máximo os benefícios dessa convergência tecnológica nessa era digital e eu quero só finalizar confirmando que a Motion Picture Association está à disposição do lado técnico para poder facilitar esse processo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agradeço e passo a palavra ao Cacá Diegues.

SR. CARLOS DIEGUES – Caro Senador Cristovam Buarque, nosso Presidente aqui da Mesa, Srs. Senadores, meus colegas aqui de Mesa. Eu não tenho aqui a pretensão de ser legislador, de falar profundamente sobre a lei porque não é essa a minha área. Eu estou do outro lado do balcão, eu represento aqui a área de criação e produção de conteúdo audiovisual e, sobretudo, aquela que vem do patriarca, do avozinho dessa dinastia audiovisual que é o cinema. O cinema foi inventado no final do Século 19 e durante grande parte do Século 20, eu diria a maior parte do Século 20 se tornou uma arte internacional, mas que tinha como motor principal a produção feita nos países ricos, industrializados. Basicamente nos Estados Unidos, na Europa e de algum modo no Japão. Isso significa que o cinema que era feito em alguns outros pouquíssimos países do mundo não circulava internacionalmente. Essa troca de conteúdo não existia. Até pelo menos parte do final do Século 20. A partir dos anos 70, sobretudo, começaram a surgir os cinemas nacionais. Os cinemas de vários países que não eram necessariamente industrializados, mas dada a série de tecnologias novas que começaram a surgir e o próprio crescimento das economias locais começou a surgir os cinemas nacionais a partir dos anos 70. De tal modo que hoje se filma do Paraguai à Tailândia, do Mali a Romênia, acho que não existe mais nenhum País do mundo que não tenha uma cinematografia por menor que ela seja, por menos significativa que ela seja. Hoje isso está mudando muito mais racialmente. Porque com as novas tecnologias não são mais todos os países que produzem, mas também segmentos sociais desses países onde não havia possibilidade de acesso ao produto audiovisual que de repente começou a haver. Então não se trata mais de cinemas nacionais, mas cinemas representativos de camadas sociais que não se manifestaram antes dessas novas tecnologias que barateiaram e de certo modo democratizara a criação e produção do audiovisual. De tal modo que hoje a gente sabe que a sala de cinema, muitas vezes a gente fala de cinema e lembra logo de sala, tela, aquela coisa, mas isso hoje, em todo mundo cinema, sala de exibição é apenas uma vitrine para vender esse produto nos outros circuitos, nas outras plataformas. E essas plataformas elas hoje se desenvolvem velozmente, mas é claro que aquela primeira que a gente sempre pensa que é responsável inclusive pelo desenvolvimento do cinema mundial desde o final do Século 20 que é a televisão. Em todo lugar do mundo a televisão é uma sócia do cinema. De algum modo ou de outro. Nos Estados Unidos é de um modo, na França de outro, na Coréia do Sul é de outro dia, mas essa associação fez com que os cinemas nacionais se consolidassem graças a essa interação entre cinema e televisão que no Brasil não existe maneira nenhuma. Primeiro que não existe uma tradição de indústria cinematográfica no Brasil embora o Brasil seja um dos mais antigos produtores de filme, nós já passamos por vários ciclos, mas já temos mais de 100 anos de existência o produto audiovisual e cinematográfico no Brasil. Não havia essa tradição de indústria cinematográfica e por outro lado também, quando a televisão se instalou no Brasil se instalou sem encargo nenhum, e nunca se discutiu esse problema dos encargos que a televisão poderia ter em relação ao cinema que é uma tradição que foi uma coisa que desenvolveu o cinema no mundo todo. Esse processo permitiu que, por exemplo, o cinema francês, por exemplo, que hoje o marketing do cinema francês na França, o cinema nacional na França é de quase 50% do mercado. E na Coréia do Sul é de 65%

do mercado. Enquanto aqui no Brasil nós estamos patinando entre 10, 12, 14%. Se Tropa de Elite fizer muito sucesso a gente vai dar uma crescida no final do ano, mas estamos patinando nisso já há muito tempo.

E mais do que falta de interação, não existe presença do cinema brasileiro nas televisões. As estatísticas de 2006 mostram que só a TV Globo e a TV Cultura exibiram fizemos nacionais em rede no ano passado. A Rede Globo exibiu 65 filmes brasileiros e a TV Cultura cerca de 20. A Cultura e eu estou considerando também a TVE e etc. Isso é uma coisa absolutamente... Todas as outras redes nunca exibiram um só filme brasileiro. Isso são coisas que já deviam estar sendo resolvidas desde o final do século passado. Então o que eu proponho é que a gente pule por cima dessas coisas que não foram resolvidas e tentemos nos integrar no século 21 nessa convergência tecnológica e tudo que está acontecendo nesse século e discutir a questão contemporânea. Essa questão contemporânea bate inclusive numa coisa que vocês podem achar que é megalomania minha, mas eu garanto que é verdade que pelas circunstâncias culturais, demográficas, mesmo cinematográficas, o Brasil é um dos poucos países do mundo que pode construir uma cinematografia nacional a nível do que Hollywood foi no Século 20. Provavelmente não vamos realizar essa vocação como muitas outras vocações que o Brasil tem e não realizou, mas nós poderíamos pelas nossas circunstâncias demográficas, culturais, étnicas, enfim, econômicas, e pela nossa pequena tradição cinematográfica nós poderíamos perfeitamente fazer de maneira mais fraterna e mais humanista o que Hollywood fez no Século 20, quando além de registrar o que foi o Século 20, fez o Século 20, fez com que fosse o Século 20 acabou sendo. E nesse sentido, nós estamos hoje num momento de transição, de um estado de crise. E crise aqui não estou usando no sentido pejorativo. Acho que crise é uma coisa positiva porque nos leva para frente. Nos leva a adiante. E essa transição não vai se resolver a curto prazo. Então a primeira coisa que gostaria de dizer é que essas regras que têm que ser acho que tem que haver marcos, mas não tem que haver limites. Tem que haver uma sinalização em relação ao que está acontecendo, mas não impedir a progressão do que está acontecendo. Qualquer lei que tenha regras pétreas que impeça a progressão do que está acontecendo, a convergência tecnológica, o desenvolvimento dessas novas tecnologias será prejudicial. E eu coloco aí duas questões básicas fundamentais para que esse desenvolvimento não seja interrompido. Não seja impedido e o Brasil mais uma vez não seja bloqueado no seu avanço na área cinematográfica e audiovisual.

A primeira é da multiplicação das formas de difusão. Nós estamos vendo aí, os palestrantes todos se referiram a isso, as plataforma se multiplicam. Agora mesmo de manhã no avião eu estava lendo a notícia que a Oi está oferecendo serviço de televisão via internet o famoso IPTV que será uma das formas de difusão no futuro do cinema, não há dúvida, e no final da matéria diz: A Oi negocia com a Warner, Fox e a Sony. Num segundo momento, disse o Diretor da Oi, serão incluídos programas produzidos no País. Esse segundo momento aconteceu quando essa televisão se instalou, esse segundo momento aconteceu quando a indústria cinematográfica se instalou, e vai acontecer novamente. Quer dizer, é preciso entender que a defesa do conteúdo brasileiro é a defesa do Brasil. Eu não sei se a solução é a cota. Porque eu também não acredito muito em casamento feito na delegacia. Um dos dois acaba traindo o outro, mas é preciso que se compreenda que essa integração é fundamental para a democracia brasileira. Porque democracia não é só liberdade. A democracia não é só liberdade de criar e de consumir. A democracia é também a oportunidade de produzir e difundir esse produto. Uma democracia que garanta só a criação e o consumo é uma democracia imperfeita, uma democracia que não realiza seus objetivos básicos, sobretudo, nesse momento de multiplicação dos meios de produção em que segmentos da sociedade brasileira estão se manifestando de uma maneira muito explícitas nos morros cariocas, nas periferias de São Paulo, no interior, os índios brasileiros estão filmando, enfim, esses segmentos sociais todos precisam se manifestar através dos canais formais. (soa a campainha) E o outro fator que eu também acho muito importante é essa questão da globalização além da multiplicação das formas de difusão, é a questão da globalização da economia do cinema. A economia do cinema e do audiovisual hoje está completamente globalizada. É impossível falar em economia nacional do cinema, é impossível impedir a participação de recursos estrangeiros seja na forma de investimentos, seja na forma de infra-estrutura, seja na forma de co-produção, seja na forma que for é impossível impedir isso. O cinema mundial hoje é uma grande rede de... Isso está acontecendo na China. O capital estrangeiro está... Capital estrangeiro para eles chineses está funcionando hoje na China que, aliás, eu esqueci de dizer uma coisa importante, voltando um pouco atrás, a China tem um tipo de legislação para o audiovisual que eles chamam de renovável. Ou seja, não é uma legislação pétrea. Ele muda todo ano, se adapta todo ano. Evidentemente tem lá condições nacionais como, por exemplo, cotas de importação que é uma coisa que no Brasil não vai acontecer nunca e nem acho que seja

desejável, mas de qualquer maneira existe hoje, como eu estava dizendo, essa economia está totalmente globalizada. Impedir que a produção do audiovisual brasileiro seja feita com colaboração de recursos externos, seja ele de investimentos, de infra-estrutura, do que for, é condenar o Brasil a mais um atraso.

Eu acho que para encerrar a isso, tinha outras coisas para falar, mas estou vendo que... Acho que já falei o suficiente. Queria só dizer o seguinte, a nacionalidade de uma obra ela não é dada só para economia que ela é feita e que ela é baseada. Ela é dada, sobretudo, pelo caráter do seu conteúdo. O caráter do conteúdo dessa obra é que lhe dá a principal fonte de nacionalidade. Você sabe que um filme é brasileiro não porque foi produzido por A, B ou C. Ou que foi feito com recursos de A, B ou C, mas porque foi feito com o sentido de espelhar o que nós somos. Porque um País sem um audiovisual próprio e sem um cinema próprio, é como uma Casa sem espelho. A gente nunca vai ver o nosso próprio rosto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo a palavra agora ao Carlos Alckmim que é o Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura.

SR. CARLOS ALKIMIM – Bom, a ABPTA se sente muito honra em participar dessa Audiência Pública nessa Casa. Eu quero agradecer o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, demais Senadores aqui presentes, demais membros dessa Mesa de exposição e a todos presentes. Eu quero apresentar para vocês um power point no qual vamos estar identificando quem exatamente é a ABPTA e entrando um pouco mais no projeto propriamente dito.

ABPTA, Associação Brasileira dos Programadores de Televisão por Assinatura, fundada em 2001, ela atua como agente de ligação entre as associações e órgãos públicos legislativos privados na obtenção de interesses relevantes na difusão da diversidade, pluralidade e acesso à informação. Atuamos também fortemente no combate à pirataria que é uma briga um tanto quanto grande em todo mundo.

Os membros da ABPTA, os programadores que compõem a associação, são Discovery com todos os seus canais, ESPN também com todos os canais, MGM, FOX, HBO, MTV e TURNER. Estamos enquadrados existe um enquadramento legal dos canais dentro da Lei 10.454 de 2002 na qual tem uma descrição efetiva e funcional sobre o que é uma programadora e o que é uma programação internacional. A co-produção, investimento de conteúdo brasileiro independente. Os canais internacionais assim como o Steve Solto falou dentro do art. 3º nós utilizamos o art. 39 da MP 2.228 no qual 3% da receita bruta de toda a receita bruta dos canais aqui no Brasil ela é direcionada a co-produção de obras verdadeiramente independente. E eu posso lhes assegurar que para cada um real investido com o art. 39 também existe mais um outro real investido em função das obras terem sido desenvolvidas e a qualidade delas ser extremamente importante e significativa para cada um dos canais membros da ABPTA.

Nós distribuímos que é importante estar mencionando várias obras, elas são distribuídas também em outros países. Oferecemos acesso a brasileiros de informação, documentários, esporte, internacional, com excelência, apoiamos completamente a política de classificação indicativa e garantimos a difusão de esportes amadores, como, por exemplo, futebol de salão, esportes que não tem acesso a divulgação por outras mídias isso está amplamente coberto até como exemplo citamos o canal ESPN.

No período de 2004 a 2007 temos um total de obras co-produzidas na casa de 78 com utilização do art. 39 e também com capital próprio. Dentre essas 78 obras, várias, todos aqui presentes já puderam estar assistindo como o caso de Mandrake, Filhos do Carnaval, Cristo Redentor, Chico Buarque, Danças Brasileira, Avassaladoras dentre tantas outras. Para essas 78 obras, foram utilizadas 44 produtoras independentes. O que não chega a ser duas obras por cada produtora. Um total de investimento destinado a essa co-produção foi na casa de 67 milhões de reais cujo 58 milhões já foram alocados e concluídos por intermédio do art. 39 da ANCINE.

Co-produção, investimento e trabalho profissional. Muito nos alegra saber que mais de dez mil profissionais brasileiros foram utilizados para essas co-produções. Direta ou indiretamente. Entrando efetivamente no assunto aqui em pauta que é o PL 280 entendemos que ele intervém regulando as atividades privadas não sujeitas a concessões, outorgas e autorizações tais como produzir, programar e prover conteúdo. Cria uma obrigação de gestão de brasileiros ou brasileiras natos no controle da produção, programação e provimento de conteúdo. O que interfere no direito da liberdade de expressão e comunicação que é garantido pela Constituição Federal.

Confunde drasticamente o conceito do que é uma programadora de televisão por assinatura com portais de internet o que nós entendemos não ser correto. Define conteúdo de forma tão abrangente que qualquer sinal passa a ser conteúdo e aí acho que cabe uma grande reflexão do que é conteúdo brasileiro. A lei não pode regular comunicação social além dos limites previstos na Constituição. As programações e provimento de conteúdo são atividades puramente privadas não

sujeitas a outorga ou concessão ou autorização pelo Poder Público. Organizar a exploração de tais atividades vai além da competência outorgada pela Constituição Federal e a União e poderá aferir o disposto no art. 220 da Constituição. Definições de conteúdo brasileiro ferem o marco legal do audiovisual. O que é conteúdo brasileiro, como eu disse há pouco? Na verdade, um jornalista âncora por ser brasileiro, mas está narrando um fato no canal CNN torna essa programação nacional? A missa do Papa que foi filmada aqui no Brasil torna essa programação brasileira? Um filme cujo roteirista é brasileiro, mas ele foi rodado na Europa, isso também torna um conteúdo nacional? Eu acho que é a questão sobre o que é conteúdo nacional precisa ser muito mais bem discutido, detalhado e exemplificado para que dê uma clareza e que todos possam usufruir e desfrutar do que é verdadeiramente o nosso conteúdo e a nossa cultura. E acreditamos que as limitações que o projeto traz como, por exemplo, a restrição do capital estrangeiro ela vai criar na prática um monopólio de pequenos, grandes e poucos grupos de mídia local. Onde vai dar uma reserva nacionalista que não se mostram eficazes desde os anos 80.

Aqui a gente fala um pouco mais sobre a restrição do capital estrangeiro. Na verdade, como foi exposto pelo Steve Solot a MBA produziu 191 obras. Os programadores internacionais, 78. Chegamos na casa de 269 obras co-produzidas pelas produtoras verdadeiramente independente. Nesse período de 2004 a 2007 isso nunca foi visto antigamente. Quer dizer, na verdade, nunca se produziu tanto obra audiovisual brasileira como nos últimos dias. E isso tudo só é possível em função do fomento, e em função do investimento das empresas estrangeiras. O que é restrição do capital estrangeiro vai eliminar completamente sobre a nossa ótica. Porque restringindo-se o capital também a verba do art. 3º, a verba do art. 39 e também o investimento propriamente dito na produção verdadeiramente brasileira.

A confusão fundamental da proposta está em assumir que agentes relacionados a conteúdo seriam meios de comunicação social. O que não é correto. E aí tem uma frase que nós entendemos ser muito bem colocada que é: Portanto, as propostas não poderiam estabelecer uma distinção entre nacionais e estrangeiros quanto à propriedade de empresas que exercem atividade não sujeito à concessão pública e não mencionadas na Constituição como sujeitas à restrição de capital. Aqui para exemplificar a questão da restrição de capital estrangeiro, todos podem visualizar o canal ESPN que é o canal cujo faturamento e investimento é 100% estrangeiro, mas ele é gerido por brasileiros, administrado por brasileiros com produção brasileira e voltado ao público brasileiro. Essa restrição provavelmente ela inviabilizaria a permanência desse canal.

E aqui fica a conclusão da ABPTA. As programadoras internacionais de televisão por assinatura solicitam que o Brasil não coloque óbice à manifestação do direito constitucional de informar e ser informado preservando a diversidade de acesso às fontes originais de informação, conhecimento e circulação de bens intelectuais. As programadoras internacionais fomentam a produção nacional verdadeiramente independente e exportam esses produtos nacionais e difundem a produção cultural brasileira no exterior. As restrições de capitais estrangeiro não são formas legítimas de incentivo ao conteúdo nacional de qualquer natureza e serão concentradoras do mercado interno na mão de grandes e poucos grupos locais. Regras restritivas sobre produção e criação por parte de importantes agentes de programação internacional com investimentos de interesso legítimos no Brasil são ineficazes quando se vê que qualquer pessoa em qualquer lugar no planeta pode criar, ofertar, produzir e distribuir conteúdos dirigidos ao Brasil e aos brasileiros a partir de qualquer computador conectado à rede mundial de computadores. Tudo isso acontecerá sem a geração de empregos, divisas, impostos e nenhum tipo de benefícios ao nosso País. A ABPTA entende que uma agenda positiva para o conteúdo nacional, independente passa por fomento, incentivo, valorização e adequação dos produtos aos interesses dos espectadores e que qualquer proposta restritiva limitadora criadora de reservas ou cota se traduz num retrocesso cultural econômico, social e político. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, ouvidos todos os expositores, eu passo a palavra aos dois Senadores que são os autores do pedido dessa audiência. Senadora Marisa Serrano, Senador Flávio Arns, passando em primeiro lugar para a Senadora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu queria cumprimentar e agradecer a participação de todos que vieram aqui nesta manhã para dizer quanto é importante nós que fazemos as leis podermos ter oportunidade de ouvir diversos setores e pessoas que têm às vezes formação diferente, interesses diferentes, mas assuntos que podem convergir em determinados momentos e nos dá uma... A possibilidade de poder discutir um projeto como esse com mais tranqüilidade. Isso para nós é extremamente importante no momento em que vamos discutir uma TV estatal, pública, que não vem por Projeto de Lei, vem por uma MP que não vamos ter a oportunidade de fazer o que nós estamos fazendo aqui. Não vamos ter a oportunidade de ouvir a sociedade brasileira. De ouvir todos aqueles que

podem nos dar subsídios para que todos possamos votar com mais tranqüilidade nessa Casa. É por isso que quando vem um Projeto de Lei e o Presidente Cristovam nos dá essa oportunidade junto com nossos técnicos de podermos ouvir mais e nos preparar mais é possível que a gente erre menos. Podemos até errar, mas a possibilidade de errarmos menos quando a gente pode ouvir mais.

Portanto, eu quero dizer que me esclareci bem, tenho aqui todo o material que vou estudar com mais tranqüilidade, mas a preocupação sempre é com uma área que é mais fluída, e mais difícil de a gente fechar uma lei. Que são os valores, os conceitos, o problema de caráter, que o Cacá colocou, e isso é difícil. É mais difícil você poder fechar isso numa lei. E depois algumas questões que nessa Casa sempre aflora que é o problema de nacionalismo de querer fechar as coisas para fazer com que o Brasil sempre tenha aquele ufanismo que hoje em dia com o mundo globalizado é difícil.

Quando se fala aqui, o Carlos colocou o problema da tecnologia, da inovação, aliás, todos colocaram e de como hoje as coisas estão tão fáceis que até essa Casa esses dias fez uma Sessão Secreta que não podia ter nada de secreto porque hoje com o celular, as notícias dadas em primeiro momento todo mundo acabando a Sessão deu-se conta, todos deram-se conta de que isso era obsoleto porque era impossível ter uma Sessão Secreta com a tecnologia que temos hoje.

Então eu quis fazer essas colocações para dizer que não dá e não podemos restringir a criação, a produção, a comercialização, a divulgação de tudo aquilo que é importante para o povo brasileiro. O acesso ao conhecimento... ao acesso ao conhecimento tem que ser aí sim uma causa pétrea nossa. O que não dá para imaginar é que possa o nosso País ou no nosso continente restringir uma época de hoje as nossas liberdades. A liberdade nós não só de ir e vir, mas principalmente a liberdade de produzir. De construir pensamento. E de colocar nossos pensamentos em ação.

Eu não posso admitir que isso possa acontecer na nossa América Latina, por exemplo. E o receio de que a gente possa fazer leis restritivas a que isso aconteça.

Portanto, eu quero agradecer muitíssimo a participação de todos, dizer que vamos estar atentos a essas modificações, acompanhar uma evolução tecnológica que é difícil de acompanhar de tão rápido que ela está se processando. E as leis hoje realmente na China está pensando em leis muito mais rápidas de serem mudadas, as nossas aqui, uma restrição imensa a leis que estão dormindo nessa Casa há anos, e quando a gente vai votar já não tem mais nem razão de ser. Quer dizer, essa Casa não aprendeu a ser rápida e acompanhar a evolução do mundo. Então eu acredito, discussões como essa são importantíssimas e Oxalá nós todos possamos contribuir para que o povo brasileiro tenha a sua liberdade garantida e tenha acesso ao conhecimento também garantido. E aí terminar o que nosso Presidente diz sempre: Sem educação não há como, e aí não dissocio educação de cultura, e a educação não é só educação formal, mas a formação do povo brasileiro como um todo, sem isso, sem fazer com que o povo brasileiro tenha educação nós não vamos conseguir fazer com que ele tenha um acesso à liberdade que nós queremos que ele tenha. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Quero, a exemplo do que fez a Senadora Marisa Serrano, também enaltecer a presença dos expositores, os pontos de vista também dependendo da ótica diferentes e muitas situações convergentes, e destacar a importância dessas Audiências Públicas nesse debate de um Projeto de Lei com tamanha repercussão e com tanta necessidade para o Brasil. Esta é a terceira Audiência Pública que é feita em torno deste Projeto de Lei. É uma iniciativa da Comissão de Educação que é cultura também, e é esporte, educação, cultura e esporte, em conjunto com uma Subcomissão que existe nesta Comissão, Subcomissão Permanente que é do cinema, do teatro, da música, e da comunicação social.

Então, diz muito respeito ao debate que está sendo feito agora. Além disso, este tema objeto deste Projeto de Lei do Senador Flexa Ribeiro também vem sendo objeto de discussão na Comissão de Ciência e Tecnologia, comunicação e informática porque envolve também aspectos, como também foi levantado aqui em termos da tecnologia, disposição, recursos, os mais variados e assim uma rapidez no desenvolvimento de novas alternativas que existem hoje em dia. E sendo colocadas à disposição. Por exemplo, portabilidade. É um conceito tecnológico também que assim, é incrível. A gente até às vezes, eu me lembro que eu fui eleito Deputado Federal em 1991, 90, mandato se iniciou em 91, e naquela época aqui na Câmara dos Deputados isto 15 anos atrás, não havia fax, por exemplo. Não tínhamos fax. A gente tinha que usar o telex 15 há anos atrás. Ou a máquina de datilografia estava lá no gabinete 15 anos atrás. Nós não tínhamos, por exemplo, caixa eletrônico. Hoje em dia a gente pensa como a gente vivia sem caixa eletrônico entrando na fila do Banco para pagar as contas e tal. Hoje não precisa entrar, nem precisa ir no caixa eletrônico mais também.

Enfim, e também nessa área a evolução que acontece. Quando a gente participa dessas exposições, a gente vê como o assunto... Estava comentando com a Senadora Marisa como o assunto é complexo também. E uma lei tem que ter essa preocupação ao mesmo tempo de valorizar, de tomar cuidado com as restrições, de tornar possível, agora, nós temos preocupações assim que têm que ser assim sempre lembradas, e a Constituição nossa também tem que pensar como é que esses meios de comunicação, essas alternativas todas, seja em termos como é colocado também no debate, seja em termos de produção, de programação das plataformas que podem ser criadas para a difusão desse conhecimento. Como é que tudo isso pode levar em conta o que a Constituição Federal prevê e que a gente tem que pensar realmente como é que isto pode estar à disposição da consolidação da cultura de um povo como o nosso Cacá Diegues falou. Quer dizer, o espelho do povo, a imagem do povo, a consolidação da cultura do povo. E ao mesmo tempo não sendo restritivo para no sentido de impedir que também isso possa ser processado. Que a Constituição é bastante clara, a produção e a programação atenderão aos seguintes princípios. Preferência, a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. Promoção da cultura nacional. E regional. E estímulo à produção independente que objetive sua divulgação. Regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei. Conforme percentuais estabelecidos em lei. Então nós temos que discutir isso. Porque está não Constituição. Quer dizer, ou a gente discute, regulamenta, quer dizer, fruto de um grande debate ou tem que mudar a Constituição. Porque não pode estar escrito na Constituição e a gente dizer: não, não é tão importante, não vamos cumprir. Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. Quer dizer, isso está escrito na nossa Constituição. Então nós temos que debater, discutir, porque nos preocupa mesmo essa questão... Não hoje é globalização. E aí onde que está a nossa cultura, da região sul, da região norte, do Amazônia, do índio, do sertanejo, e coisas assim que possam ser valorizadas, prestigiadas, incentivadas. Então nós não podemos... Esses dias até numa outra Audiência Pública alguém usou a expressão eu achei interessante porque é isso mesmo que acontece hoje em dia. Nós temos que criar a necessidade. A população não tem a necessidade, mas é que vem uma onda avassaladora, a necessidade tem que ser criada. Então temos que criar a necessidade.

Então, nós temos que achar esse ponto de equilíbrio, nesse debate, nessa discussão, cumprir a Constituição. Então eu penso assim, Senadora Marisa e Senadores Cristovam, que eu penso que talvez a gente deva ter bem claro como foi levantado, aliás, nas falas e nas outras falas os conceitos. Nós achamos que é importante o conceito da regionalização. Nós achamos fundamental o conceito de que a informação tem que vir de fontes variadas. Nós temos que ter o controle também social sobre fontes de informações que não é possível deixar que o mercado resolver isso tudo. Então esse debate é que tem que acontecer na minha opinião para deixarmos claros os princípios, a filosofia, os conceitos, para partir daí a gente pensar se é um perfil X, um percentual Y, isso ou aquilo deixar muito claro o que a gente quer como sociedade brasileira. Como cultura brasileira, qual é o futuro que a gente almeja em termos de dependência, de pluralidade, de democracia, de regionalização e a partir daí ver a questão do capital estrangeiro se isso se coaduna, se não coaduna, se vai facilitar ou vai dificultar. Eu penso os interesses nossos do Brasil também e inserido, claro, dentro de um contexto em que o brasileiro também quer saber o que está acontecendo e participar de todo o contexto internacional e mundial, mas eu achei muito bom, achei os pontos de vista bastante fortes, bastante contundentes em muitas situações, o material de apoio é importante para a análise do Projeto de Lei, e da minha parte também fiquei bastante satisfeito novamente com a apresentação e quero particularmente destacar a presença de Cacá Diegues que a gente acompanha e deseja sempre sucesso. Os senhores... realmente é uma grande referência nosso País. Continuem firme, atuante, e pensando naquilo que o senhor mencionou mesmo na sua fala. Como é que tudo isso pode trazer para nós como avanço cultural, mas não desprezando as alternativas todas, mas valorizar o espelho do brasileiro, (soa a campainha) a cultura brasileira, o cinema, o audiovisual, representando os avanços que o Brasil precisa ter também. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço e antes de passar a palavra para os expositores eu gostaria de colocar pontos e algumas perguntas, muito na linha do que falou o Senador Flávio e a Senadora Marisa. É de que nós estamos tempo que mesmo as leis que a gente fizer elas vão durar pouco tempo. Vai ser difícil a gente manter esse controle rígido do capital estrangeiro. Daqui a pouco o investimento vai ser por cartão de crédito e não mais pela Bolsa de Valores ou trazendo dinheiro ou transferindo dinheiro. Aí não ter como frear. Segundo que são duas coisas que a gente pensa que estão juntas, mas não estão. Capital estrangeiro e conteúdo nacional. É possível ter capital estrangeiro produzindo com conteúdo nacional e é possível ter capital nacional produzindo com conteúdo estrangeiro.

O processo de integração que a gente vê hoje já permite isso. Então essas leis elas não vão durar muito. De qualquer maneira é preciso proteger o patrimônio nacional. Tanto o patrimônio em termos de empresas, como o patrimônio em termos de cultura. Desde que sirvam a um projeto. E o importante é que esse projeto de fato a gente tem que trazer medidas que impeçam que a cultura brasileira se dilua, embora ela vai ter que ser cada vez mais abertas a concorrência com os culturas estrangeiras. E uma coisa que está faltando nesse projeto e que o Flávio tocou, o Senador Flávio Arns, é o problema da regionalização e não só da nacionalização. O Brasil é um País não só federativo, mas com características diferentes. Tem uma televisão nova no ar que tem como slogan, se não me engano, uma TV com sotaque. Essa TV... A Record News. Eles estão insistindo que é uma TV com sotaque, na medida em que vão estar na ponta priorizando as características locais. Mas, dito isso, dessa impotência, até positiva de frear uma dinâmica que está aí forçando as mudanças, de um dia para o outro, eu queria perguntar aqui como é que vocês acham que a gente poderia no tempo de TV interativa, poderia ter trazido os consumidores para participar dessa Mesa? Os consumidores não vieram. Os que estão lá na ponta com a TV ligada não estão dando opinião se eles querem ou não que haja proteção ao patrimônio nacional que é capaz, que isso é uma mania de uma geração antiga como a minha. Qual é a preocupação deles com o capital nacional ou estrangeiro? O que é que o assistente está pensando de um debate como esse? Até porque aqui não está sendo interativo. A gente só fez uma audiência interativa. Eu me lembro. Ouvindo aquilo de lá... Vai ver que já tem alguém tocando, tocou um telefone... (risos)

Como é que a gente faz para saber o que lá na ponta eles estão ouvindo? Uma pergunta a vocês para ter uma audiência contando com isso. Outra coisa, como é que a gente inclui a educação nesse processo? Como é que a gente faz que através de um processo educacional a criança desde pequena passe a ter dois gostos. Um gosto pelo cinema, pelo teatro, e outro gosto pelo cinema e pelo teatro que tenha mais características com as nossas realidades sem deixar de serem cosmopolitas. Porque também formar um aluno no tempo de hoje gostando apenas do que é nosso, com chauvinismo, é uma luta inglória e anticultura. A cultura por definição ela tende a ser cada vez mais global mesmo independente dos meios novos de comunicação. O que é que a gente poderia fazer no nível educacional para que um debate como esse não precisaria ser feito. Porque as crianças passassem a gostar de cultura e tivesse um gosto pela cultura nacional que vai depender da qualidade de nossos artistas e dos nossos produtos. Porque o público ele sabe fazer a sua seleção de qualidade, ainda que a qualidade que eles escolham não seja a nossa. Muitas vezes a gente discorde profundamente do que é qualidade, mas tem que saber como é que a qualidade vai chegar a eles.

E finalmente, no mundo de hoje em que a gente tem televisões monopolizando, com todo carinho e respeito pela Globo, e agora pelo visto mais uma chegando aí como super potências como parece que a Record está chegando, como é que no mundo de super potências a gente vai conseguir prestigiar canais que não tenham o monopólio para um dia eles possam demonstrar a sua qualidade. Não é protecionismo da incompetência, mas é a chance à competência. O Brasil passou 50 anos protegendo a incompetência, mas também não pode deixar de proteger a chance para os competentes botarem a cabeça fora. Tanto do ponto de vista da TV, como do ponto de vista dos produtores e dos cineastas. Dos produtores e dos diretores de teatro. Em todas as áreas. Como é que a gente pode, sem o protecionismo da incompetência, que muitas vezes a gente termina fazendo e fez, a gente cria uma proteção à chance de desenvolver o talento? Proteger a chance de desenvolver o talento. Não proteger o incompetente, não proteger a falta de talento, mas criar um sistema que permita aos que tiverem talento colocarem a cabeça para fora do domínio que a gente tem hoje pelos mais poderosos. Essa é a pergunta que eu faria. Não sei se essa resposta existe, mas eu gostaria de provocar os senhores que de certa maneira estão envolvidos no ramo.

Eu vou passar a palavra na mesma ordem anterior, só corrigindo pelo fato de que... Do problema do computador. Então em primeiro lugar ao Carlos Freire, depois ao Cláudio Márcio Magalhães, depois ao Steve Solot, depois ao Cacá Diegues, depois ao José Carlos Torves e finalmente ao Carlos Alckmim. Com a palavra.

SR. CARLOS FREIRE – Ok. Bom, estamos vendo que a realidade que nós enfrentamos hoje é uma realidade de mudança e que na verdade traz uma série de questionamentos que a gente às vezes não tem uma resposta imediata porque a tecnologia existente ela está mudando o nosso dia-a-dia, porém, a gente tem características no País que são diferenciadas. Recentemente, só pra gente ter uma posição, nós que estamos em Brasília e pensamos no Brasil a partir de Brasília, a gente tem... Espera às vezes que o Brasil inteiro tenha acesso às tecnologias. E é uma realidade que nós não temos. Por isso que quando a gente fala em termos de internet, só 20% do Brasil tem internet. Essa é importante. Dentro dessa caracterização.

Então, com relação à interatividade. Então tem de pensar formas de ir buscar, trazer sociedade a discussão dos problemas, e Governo, a gente sente e tem uma dificuldade muito grande, não só o Governo Executivo e Legislativo, e isso é claro, porque nós não acessamos e nem conseguimos acessar ao cidadão de forma tão rápida e tão... No modo que nós conhecemos hoje. Eu lembro bem, eu morei numa região que até 1980 não tinha telefone fixo. Isso é aquilo que o Senador estabeleceu e que mostra o quê? Mostra que essa realidade ainda existe no Brasil.

Então, a interatividade, acho que a participação do público é fundamental na discussão, porém a gente tem uma dificuldade muito grande de alcançá-lo. E nós temos um programa no Ministério das Comunicações que a gente tem que é a universalização da radiodifusão, e o que a gente observa é que apesar de todos os meios existentes, a gente não consegue chegar ao cidadão para levar esse programa. No caso típico é radiodifusão comunitária a gente não consegue chegar porque as entidades não conseguem se organizar. E há críticas e tudo mais.

Bom, um outro fator que acho que dentro dos questionamentos apresentados, hoje há um entendimento de que como é que será rádio do futuro? Se nós estamos falando em conteúdo, nós não sabemos como é que vai ser a rádio de futuro. O jovem hoje, a criança, ela não ouve mais rádio. Essa é uma realidade. O jovem de 12 anos, 15 anos, não existe a rádio para ele mais. E é o grande questionamento, a grande discussão que estamos tendo hoje. Como vamos chegar até eles? Então essa cultura nacional ela tem os seus... Quando você procura levar o conhecimento até o cidadão e você não tem... Você não consegue acessá-lo, é a grande dificuldade. Eu vejo que a discussão da cultura nacional, a nossa criança como está estabelecido vai ter problemas aí. E também o problema do protecionismo que eu acho que o brasileiro sempre teve essa preocupação de proteção sem olhar aquilo que o Senador Cristovam abordou da competência. Nós temos que as universidades têm procurado diminuir esse aspecto, porém os meios pra gente tentar proteger o nosso público terá de ser através de legislação específica, porque eu acho que essa tem. Ela procura identificar. Eu acho que o seguinte, tirar a proteção, mas pelo menos conceituando o que é brasileiro. Acho que é fundamental para que a gente possa na verdade, sim, esse produto é um produto que é feito por brasileiros e tem que ter um espaço de proteção como tem no mundo todo. O mundo todo protege a sua produção local e eu acho que é uma forma de proteger a competência é através da legislação em que traga conceitos específicos. É o grande problema que nós temos hoje na legislação em vigor é que você não tem identificações, não identifica nelas às vezes alguns conceitos para que possa realmente ter uma proteção mais adequada daquele objetivo. Bom, eram essas colocações que eu queria fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Com a palavra o Cláudio Márcio Magalhães.

SR. CLÁUDIO MÁRCIO MAGALHÃES – Senador, eu acho as perguntas extremamente pertinentes e eu queria responder a primeira e a terceira juntas, como poderíamos ter essa participação e como a gente pode proteger para que a gente não tenha esse monopólio. Eu acho que a resposta é uma só. A resposta é criar janelas. Como em qualquer outra questão do País, qualquer outra questão até nossa mesmo a gente só consegue interferir com a prática. Produzindo, fazendo, vendo o que deu errado, fazendo de novo.

Hoje a televisão, a televisão no País ela tem um pouco... ainda mantém aquele altar do Olimpo. Um lugar onde a gente assiste de que os Deuses vivem, de que maneira eles vivem, mas nós não conseguimos alcançá-lo porque isso não pertence ao nosso mundo. Está cada vez mais comprovado por essas novas tecnologias e pelas pessoas que qualquer um com boa vontade, com uma câmera razoável pode produzir televisão e programas de boa qualidade, programas o que vão dizer o que ele sente, o que ele quer representar, o que ele acredita ser a sociedade, o que falta para essas pessoas são janelas onde eles possam mostrar isso e que as pessoas possam interagir e dizer o seguinte: Olha, esse programa tá bom, não ta, essa é uma boa maneira de ser feito... Porque as janelas continuam fechadas, verticalizadas. Onde você tem sempre uma cabeça de rede, e isso está se reproduzindo nesse novo modelo de televisão estatal onde eu tenho uma cabeça de rede e ela define quem vai ser exibido ou não. Por mais que nós tenhamos projetos interessantes, como o DOCTV, maravilhoso, temos lá a produção independente onde para cada um vencedor nós temos cerca de 100 perdedores. Nós do campo público, televisões universitárias, comunitários, gostaríamos de exibir os outros 99, mas não temos local nem janela para exibir isso. E acreditamos que esses outros 99 que não são exibidos, a partir do momento que eles são assistidos, cria a demanda. E cria a demanda e com isso começa a se movimentar para saber o que é certo, o que é errado, e o que pode ser feito. Então nós temos hoje pouca prática. É a criação dessas janelas seria importante para essa formação, para essa participação. Os instrumentos já têm. Se a gente quisesse estar fazendo uma Sessão interativa agora era fácil. Era ter lá transmitindo por internet, alguém ad-

ministrando um chat ou mesmo um e-mail passando aqui para nós as informações, todos nós poderíamos estar acompanhando na tela o que as pessoas estavam dizendo. Talvez até pequenas gravações de vídeo onde as pessoas da sua própria, cada web ia botar a sua opinião e olha, eu acho que essa Mesa foi assim, assim, assado. Você poderia ter essa participação. Os instrumentos já existem. O que nós não temos hoje é não sabemos usar. Ou não temos a prática de usar. De como que eu posso estar usando esse vídeo e possa efetivamente passar para o Senado e o Senado efetivamente vai passar. Não. É ainda é o lugar do Olimpo. Eu tenho que usar o lugar marginal se quiser exibir a minha produção. E assim então que a gente desprestigiando o monopólio, abrindo essas janelas, deixando de ser vertical para a gente ter canais horizontais. Onde o que vale é a produção da regionalização muito bem lembrado pelo Senador. Essa é uma discussão que está sendo deixada um pouco de lado quando novamente vem se falar do modelo vertical.

Ora, a Constituição diz isso e é fundamental para qualquer coisa que nós tivermos que falar daqui da Mesa a produção precisa ser regionalizada porque as pessoas precisam ter janelas para poder exibir a produção.

Então dessa maneira a gente consegue quebrar o monopólio. Abrindo janelas. Agora, a segunda questão, como entrar na questão da educação, eu me permito ser pelo menos um pouco otimista quanto o senhor sempre foi em relação à educação. E gostaria de fazer uma analogia. 20 anos atrás quando a gente falava sobre meio ambiente, acho que era a mesma situação da televisão. As pessoas... meio ambiente a gente estava discutindo, mas meio ambiente não estavam nas escolas. Não se ensinava qual era a importância da escola, do meio ambiente nas escolas. Era um tema mais ou menos árido que os professores não se tocavam que não tinha conhecimento. Hoje não há escola que não se fala de meio ambiente. Que coloque isso na criança como uma obrigação da cidadania, dele estar tratando a questão do meio ambiente. Acho que pode estar acontecendo nos meios de comunicação exatamente da mesma maneira. Como é que aconteceu no meio ambiente? Com a primeira coisa que é a formação de professores. Que é muito delas iniciam pela iniciativa privada que foi ajudando a formar esses professores do meio ambiente, mas hoje em relação aos meios de comunicação social nós não temos faculdades e universidades que têm uma simples disciplina que chama-se mídia e educação. Que nós temos muita literatura que é importante ter, mas hoje cada vez mais as crianças lêem menos e vêem mais. E nós não temos professores que ensinem essas crianças a gramática do audiovisual. A dizer o seguinte, close significa emoção, uma panorâmica significa uma descrição. Uma coisa que não exatamente complicada, mas nós não temos e os professores e a universidade ficam receosos sobre essa questão de ensinar o que não conhecem. Então primeiro lugar a começar nas próprias escolas de estar se exigindo que as universidades formem professores modernos. Alguém lembrou recentemente se tivéssemos congelado alguém há cem anos atrás, o único lugar se acordasse hoje, o único lugar que ela reconheceria seria a escola. Todas as demais. Comunicação não é a mesma, o hospital não é mais o mesmo, nada mais é. Menos a escola. Opa, aqui eu conheço. Aqui as cadeirinhas. Aqui tem uma pessoa aqui na frente. Quer dizer, porque a formação do professor ainda continua nessa de sentido de estar o lugar da informação é o professor. Não é mais o lugar da informação não é mais o professor. O lugar da informação é tudo que está cercando a criança. O professor tem importantíssima tarefa de dizer o seguinte: Nós vamos te ajudar a selecionar o que é importante e o que não é importante. Quais são os critérios de você saber o que é certo? E principalmente como é que pode ser inserido nessa sociedade interativa, nessa sociedade onde você pode participar produzindo seu vídeo.

Uma coisa interessante, Senador, quando vai botar essas crianças para o produzir vídeo, eles não produzem videozinho sobre fantasia, Homem Aranha, não. Eles produzem vídeo sobre a sua localidade. Vão lá entrevistar o Prefeito. Vão fazer perguntas que nós adultos não fazemos para ele. Ele vai lá e pergunta para ele. Mostra a sua questão. Qualquer vídeo produzido pelas crianças mostra sua realidade. Onde é que nós vamos colocar isso? Não temos lugar para colocar. Então a questão da janela, mas se nós treinarmos os professores fazendo que essas crianças participem elas vão participar. E aí tem uma idéia meio utópica da ABTU, há muito tempo atrás, mas que a gente continua insistindo naquela idéia utópica, como toda boa idéia utópica de educação é, dizer o seguinte: Quem fiscaliza as televisões educativas? Quem? O Ministério das Comunicações? Quem deveria fiscalizar a televisão educativa para saber se essa televisão educativa naquela cidadezinha onde está na sua outorga, na sua concessão, na sua renovação deveria ser as escolas. E dizer o seguinte, a Srª. Diretora, faça uma enquête na sua escola e pergunta se essa televisão educativa efetivamente está contribuindo com educação para essa cidade. Ela abre espaço para as escolas participarem dessa televisão educativa? Ela tem conteúdos locais que vão ajudar no apoio da escola? Incrementar cultura regional? Democratizar informação? Essa

fiscalização, por exemplo, não passa pelas escolas. E deveria passar e não é difícil. Porque o MEC faz esse tipo de consulta para uma de outras questões, para livro didático, para TV escola, por que é que não pode simplesmente fazer uma pequena pesquisa com os diretores e isso ajudaria não ter a questão da influência porque afinal de contas não se pode influenciar todas as diretoras de uma cidade, você pode, mas não todas, e elas diriam: Essa TV objetivamente trabalha. Obrigaria as televisões educativas a estarem sempre em contato com as escolas para que quando fosse passar, digamos, no ENADE das televisões educativas dizer o seguinte, não essa televisão educativa ela faz parte.

Por isso defendemos que toda TV educativa ela deve ser obrigatoriamente ligada ou trabalhando sempre como instituição de educação para que a gente não tenha essas distorções que a gente tem hoje. É isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço. Eu vou passar a palavra ao Cacá Diegues antes do Steve porque ele tem que tomar um avião às duas horas e se deixar para o final ele pode perder o vôo.

SR. CARLOS DIEGUES – Vou voltar um pouco aqui à minha área e a minha praia e para dizer o seguinte: Primeiro, sobre essa questão da multiplicação dos meios de difusão, é inimaginável o que pode acontecer nos próximos 5, 10 anos. Acho que toda tentativa do que pode acontecer é quase inútil. A gente pode chegar perto, mas não de uma maneira absoluta. Uma questão, por exemplo, uma questão que o cenário que é possível, não sei se vai acontecer, mas é possível. Amanhã com as tecnologias digital os cinemas, o cinema não vai acabar nunca porque a sala de exibição será sempre com celular, com telefone portátil, IPTV. O cinema não vai acabar porque o cinema é uma sala de exibição é um fenômeno social. Você vai com seus amigos, a sua mulher, a sua namorada, vai ver os outros, vai ter aquela experiência do êxtase cinematográfico na companhia de muita gente. É mais ou menos como os estádios de futebol. As televisões hoje transmitem todos os jogos do brasileirão, mas tem sempre alguém no estádio que vai lá e quer aquela emoção do estádio. Mas isso pode mudar completamente porque a partir da tecnologia digital a projeção no cinema pode vir a ser feita por satélite e cabo.

Então, pode perfeitamente no futuro não muito distante o sujeito estar em Miami, transmitindo o filme aqui por um shopping center na Asa Sul, e esse filme chega aqui via satélite cabo telefone. Pode acontecer, mas é um cenário possível. Isso significa que não tem mais transporte, não tem mais cópia, não tem mais custo de armazenamento, não tem mais mão-de-obra praticamente, e enfim, a distribuição de um filme vai ficar uma coisa tão barata que é muito possível que o exibidor comece a passar esse filme de graça para atrair você para os (ininteligível), para pipoca, para coca-cola, para o DVD, para o comercial na sala, amanhã o show ao vivo na sala. Isso vai se transformar rapidamente. Como também pode acontecer retrocesso. Eu estava vendo o ano passado 2005, houve uma reunião na França de produtores e diretores, jornalistas, professor, sobre a questão do produto audiovisual para celular. E eles chegaram à seguinte conclusão. Que o produto, uma síntese o produto audiovisual para celular quando fosse fixação tinha que ser todo feito em close, câmera próxima do rosto, câmera fixa para não balançar muito, não pode ter muito som porque atrapalha, não pode ter movimento de câmara. Ou seja, estavam reinventando o cinema mudo. Essas coisas vão acontecer e a gente não vai poder controlar isso. Vai acontecer de maneira muito rápida, muito imediata. O que nós temos e podemos fazer, o que temos a fazer e que podemos fazer é garantir que essas novas plataformas, essas novas formas de difundir o audiovisual a elas tem acesso todas as vozes possíveis. Eu falei aqui na minha intervenção inicial sobre a questão da democracia. A democracia não é só a liberdade. A liberdade com oportunidade. Porque liberdade sem oportunidade não quer dizer nada. Essa oportunidade significa dar acesso a essas plataformas a todas as vozes. A regionalização, claro, mas também a segmentação social. Eu nos últimos anos tenho dado aula de audiovisual em algumas favelas cariocas. Cursos de audiovisual que é uma coisa que explodiu no Rio de Janeiro, São Paulo, aqui em Brasília também tem. Eu não conheço muito Brasília e São Paulo, mas no Rio eu conheço, porque vou algumas dessas Cidade de Deus, Vidigal, Maré(F) de vez em quando dou umas aulas lá. É inacreditável o número de produtos audiovisuais que estão sendo feitos por esses meninos nessas favelas. E acredito que aqui também, São Paulo, Recife também.

Esse produto é completamente diferente do que nós estamos acostumados a ver na televisão e nos cinemas brasileiros. Não tem nada a ver. É um testemunho da vítima. Ou seja, um testemunho de quem não tem culpa, de quem não está preocupado com que vão pensar de mim. Estão testemunhando a própria existência deles, o cotidianos deles. A vida deles. É outro um humor, é outra visão do que é o Brasil, aliás, muito mais esperançosa do que a nossa. Muito mais empenhada em mudar do que a nossa. Com sentimento de pragmatismo muito maior. Isso tudo precisa ser visto. Porque é como se fosse ao restaurante sem cardápio. Vai sempre pedir bife com fritas. Então tem que estar

lá no cardápio peixe, ave, coelho, porco. E é isso que tem que garantir a possibilidade de todas as vozes se manifestarem nessa verdadeira revolução tecnológica que estamos assistindo e que vai assistir muito mais ainda. Esse espaço mínimo para todas as vozes pode ele ser identificado como nacionalidade, quer dizer, o produto brasileiro, mas como eu disse aqui também na primeira intervenção isso não se define pela economia, se define pelo caráter desse produto. Que caráter é esse? Vamos conversar. Eu acho que a gente não pode recuar. Eu estou totalmente de acordo com o Senador Cristovam Buarque é que não pode recuar um passado nacionalista fanático de proibir a cultura estrangeira. Não é isso que a gente deseja. De jeito nenhum, pelo contrário. A gente quer cosmopolitizar a nossa cultura. Eu falei aqui no projeto louco de que o Brasil podia ser o... Nós podíamos produzir no Brasil uma Hollywood no Século 21 muito mais generosa, muito mais fraterna por causa de várias condições. Pode ser que provavelmente não faremos isso, mas nós temos condições de fazer. E isso que é importante.

Agora, eu acho que nesse caso eu sou contra. A gente tem muita... Tem uma coisa na tradição brasileira, não sei se é tradição brasileira, mas sempre quando fala desses assuntos sempre fala em impor, obrigar, proibir, restringir, censurar, como a gente podia fazer, incentivar, estimular, ajudar, premiar. Uma espécie de legislação positiva para que todas essas coisas se harmonizem. Por isso que é preciso entender que isso vai ser bom para todo mundo. Que isso vai ser bom para as televisões, para as teles, para as produtoras de cinema. Evidentemente que estou falando do conteúdo. Não estou pensando na plataforma. Plataforma é outra coisa. (soa a campainha)

Então eu acho que o papel do Estado, eu acho e quando falo Estado eu estou falando Congresso e Executivo, eles são mediadores nessa conversa. De ser mediador nessa conversa nessas duas medidas e saber que isso não vai acabar amanhã de manhã e nós não podemos criar obstáculos a essa progressão tecnológica aconteça, não podemos com a legislação antiga e arcaica impedir a progressão da revolução tecnológica no Brasil senão nós estamos nos submetendo a mais um atraso, mas ao mesmo tempo garantindo o mínimo de presença de todas as manifestações de todas as vozes de segmentação social, de regionalização, seja o que for, através da produção independente. Porque a produção independente é que representa essas vozes. Eu acho que é esse o papel do Estado, seja no campo da legislação aqui no Congresso, seja no campo do Executivo. Da administração dessa legislação e a garantia de que isso vai se dar. E eu tenho a impressão de que eu estou de acordo com a Senadora Marisa, é muito difícil fazer essa lei. É muito difícil fazer essa lei e eu acho que a primeira coisa que a gente tem que pensar é não ter muita pressa. Porque senão vai fazer errado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – O problema é que se a gente não tem pressa fica superado antes de a gente fazer. Tão rápido. Só um minuto aqui, queria duas coisas. Primeiro para dizer, fiquei pensando aqui quando falou em tradição. Eu acho que a gente não tem tradição. A gente tem vício. Precisa ter mais tradições e menos vício, mas eu queria fazer uma pergunta por curiosidade. Nada a ver com isso aqui. Como é que é a diferença desse trabalho na periferia que você falou que é completamente diferente. Em que é que caracteriza essa diferença?

SR. CARLOS DIEGUES – Senador, por exemplo, a primeira aula que dei foi uns dez anos atrás, CUFA, Central Única das Favelas, uma ONG da Cidade de Deus organizada por eles mesmo. Fui dar aula porque me pediram para ajudar o curso de audiovisual lá, ajudei a montar o curso, chamei os professor, fiz uma espécie de currículo e aí me convidaram para dar aula inaugural. Eu tinha que ir. Aí eu fui, eu passei dias, eu digo: Meu Deus, como é que eu vou dar uma aula inaugural de cinema com um grupo que provavelmente tem uma educação precária, que esses meninos mal acabaram o... Pouquíssimos deles foram ao ensino médio. E eu fui para essa aula preocupadíssimo como é que eu iria falar de cinema para esse tipo de público. Quando eu cheguei lá, tinha uns 120 meninos e meninas, média de idade de 20, 20 e poucos anos. Não vou dizer que metade porque é exagero, mas tinha uns 20, 30% que já tinha feito filme. Que já tinha pegado a sua camerazinha doméstica, mini digital doméstica, feito um filme, montado num (ininteligível) que é um programa de montagem de edição precário, simples, mas que você pode comprar de uma forma cooperativa, 10, 12 meninos se reúnem, compram aquilo e fazem. Então a primeira aula foi discutir o filme deles que me surpreenderam e até hoje me surpreendem. E que não são vistos. Isso que é importante. Não são vistos. É claro que por enquanto eles estão fazendo é muito curta-metragem. Não tem longa-metragem. Em geral é filmes mais curtos. Mas, são filmes que tem um outro ponto de vista sobre eles. Tem mais humor, tem mais esperança, são muito menos fatalistas... E ao mesmo tempo são extremamente... Como é que eu posso dizer? Talentosos. A palavra é essa mesmo. Cheio de imaginação formal, cheios de idéias. Eu comecei a falar negócio de cinema de periferia eles me chamaram a atenção. "Pára com esse negócio de cinema de periferia. Porque isso aí cria um gueto. Isso

bota a gente num arquivo. Cinema de periferia. E não é isso. A gente quer ser cineasta".

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas na forma e no estilo muda também?

SR. CARLOS DIEGUES – Muda bastante porque são coisas muito assim que a gente não supõe que eles discutam tanto entres eles Senador, como a gente está falando, eles... A diferença. Como, por exemplo, a educação que é uma coisa que eles se preocupam. A imagem deles. Muitos desses filmes são no sentido de mostrar que nas comunidades cariocas moram pessoas de bem, que não é só traficante, não é só bandido. Essa necessidade de afirmação cultural de certo modo, a afirmação da sua própria cultura, do seu próprio cotidiano. São filmes muito cotidianos, sobre cotidianos. E sobre questões que revelam muita esperança no futuro, muita possibilidade de mudança, de interesse de mudança. E ao mesmo tempo uma coisa que sempre me assusta e que eu acho que isso aí não precisa ir para ver porque isso aí está nos jornais está na televisão que quando você sai da sociedade formal e chega numa situação limite como essa, você inventa uma outra forma de conviver com o outro. É uma espécie de outra moral, outra ética, outra maneira de funcionar. Por exemplo, eu conheci um caso, esse foi no Complexo do Alemão, tinha uma curtinha sobre essa moça, vou contar rapidamente porque já estou me alongando muito, mas esse caso é interessante. Essa moça, ela era uma senhora, mãe de quatro, cinco filhos, não sei e um deles menino de 14 anos foi para o tráfico. Tráfico de drogas. E a mãe que não queria, fez a maior força, mas o menino foi, e fazia o turno noturno, então todo dia essa mãe acordava à meia-noite e levava uma quentinha para o filho comer na boca que ele estava trabalhando. E aí essa mãe começava a levar a quentinha, aí os companheiros começaram: "Ah, a senhora não pode trazer pra gente também porque a gente fica aqui com fome, a comida é tão boa..." Aí ela disse assim: "Vocês me dão o dinheiro que eu trago". Aí o pessoal lá do tráfico juntou dinheiro e deu para ela. Em suma, encurtando a história, essa mulher hoje é uma sensacional empresária no Complexo do Alemão. Ela tem uma rede de quentinhas, servindo a todos os traficantes do Complexo do Alemão. E tem uma rede mesmo de bicicletas, as quentinhas são levadas de bicicletas e coisa e tal. Essa mulher é uma criminosa? Ela é uma traficante, está enquadrada dentro de alguma lei? Eu não sei. Porque é uma outra circunstância, é realmente uma cultura de gueto mesmo. Diferente da sociedade formal. Um dos curtas deles é sobre essa moça. Moça não, uma senhora.

Então é isso que eu queria dizer quando eu estava dizendo que é preciso encontrar um espaço mínimo para que todas as vozes brasileiras se manifestem. Porque graças a Deus, felizmente nós vivemos num País em que existe muitas diferenças culturais, étnicas, religiosas, regionais, e que precisam ser reveladas para que a gente realmente tenha orgulho disso e tire o maior proveito disso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Meu obrigado e fique à vontade quando quiser sair. Bem, eu passo a palavra agora ao Cláudio. Ah, o Cláudio já falou. O Steve.

SR. STEVE SOLOT – Bom, eu vou ser breve. Eu gostaria de antes de tentar responder um pouco as perguntas do Senador, eu queria lembrar a todos que na verdade o Brasil criou um sistema de incentivo fiscal para fomentar o setor audiovisual já desde 93 que virou modelo. Modelo para toda a América Latina. E lá fora outros países também. E esse mecanismo que foi mudando durante uns anos, já foi comentado algumas mudanças, foi até aprimorado e acrescentado o elemento de art. 39 da Medida Provisória que permitiu também o investimento através do setor do segmento de IPTV. Mas, esse setor também como foi comentado por Cacá, contribuiu muito para criar, difundir a imagem do Brasil lá fora. Nos Estados Unidos especialmente já que tem uma boa parte das obras audiovisuais co-produzidas pelos membros da Motion Picture pelo menos, que são levadas para outros países automaticamente. Porque são essas empresa que tem uma infra-estrutura grande de distribuição em toda a América Latina e também nos Estados Unidos. Então automaticamente é um canal aberto para a distribuição de conteúdo brasileiro nos Estados Unidos e nos outros países. É importante lembrar que esse mecanismo que foi criado depende da participação justamente dos estúdios e outros investidores estrangeiros nesse segmento do audiovisual. E que agora vir ameaçada na verdade. Se for fechada a torneira ou a possibilidade de participação de capital estrangeiro nesse setor e também no outro segmento de investimento em infra-estrutura, pode vir a ser contraproducente para todos os atores do setor.

Quais são realmente os objetivos do PL que nós estamos debatendo hoje? O fomento à produção e fortalecimento da indústria audiovisual e identidades nacionais. Preservação da livre concorrência, fomento do pluralismo cultural, e defesa da propriedade intelectual. Mas na verdade são justamente esses valores, esses objetivos que serão ameaçados se não for possível colaborar... a colaboração do investimento estrangeiro nesse setor como já foi comprovado desde 93 com a Lei do Audiovisual que funciona, que virou modelo que

até a gente defende e tenta vender para outros países porque isso está funcionando muito bem.

Em resposta às perguntas colocadas pelo Senador, em relação ao consumidor, qual o ponto de vista do consumidor? Aqui na verdade se manifesta facilmente não verbalmente, não com o microfone, nem com telefone, mas na verdade com bolso dele. Estamos falando hoje em dia em relação ao consumidor, as novas tecnologias, que ele tem demandas. As novas tecnologias estão aí que oferece a possibilidade dele absorver, receber conteúdo aonde ele quer, quando ele quer e no formato que ele quer. A pergunta permanece para o Brasil e para os outros países, vai poder atender a necessidade, as demandas do consumidor? Sem obrigar ele a recorrer a pirataria? Porque o conteúdo ele vai receber. Legalmente ou ilegalmente. É uma opção a ser pensada.

Em relação à educação, obviamente o papel principal é requisito, ou pré-requisito para poder oferecer uma expansão nos canais de transmissão de conteúdo é a infra-estrutura. Então novamente estamos frente à possibilidade de expansão rápida de infra-estrutura digital através de colaboração e investimento estrangeiro.

Em relação à concorrência, a competição como expandir também como meta do PL e também da sociedade brasileira. Bom, nós sabemos que do jeito que está redigido, com o texto da redação atual, caso aprovado o PL, nós teremos a verticalização das atividades do setor, concentração econômica em grandes grupos de mídia e a redução da diversidade e prioridade cultural.

Então, parece óbvio que na verdade a intenção do projeto é louvável, precisa ser aprimorada. Precisa ser aberta, precisa ser adequada às necessidades das demandas do consumidor e também da tecnologia na convergência atual das tecnologias que nesse mundo digital oferece mais possibilidades para o consumidor. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agradeço e passo a palavra ao José Carlos Torves. O José Torves não falou ainda. O Alckmim depois.

SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Senador, com certeza os cidadãos gostariam de estar presente nessa audiência e com certeza vai ter a TV Senado vai ser muito vista. Há pouco tempo atrás, a questão da área de comunicação, qualquer ponto que se discutisse era um problema dos proprietários das emissoras, donos dos veículos, de jornalista, radialista e publicitário. Hoje em dia a sociedade quer participar de todas as decisões. Vou dar um exemplo. Amanhã está acontecendo em todo o País atos organizados pela sociedade civil sobre a revisão das concessões que estão vencendo, das emissoras de rádio e televisão. Há uma pressão grande da sociedade civil para que o Ministério das Comunicações e o Executivo realizem uma Conferência Nacional de Comunicação para que se possa discutir política de comunicação para esse País. Nós estamos há 40 anos com a legislação defasada na área de comunicação do País. E uma fiscalização muito fraca que infelizmente os veículos hoje fazem em todos os setores, se comportam sem nenhuma fiscalização. Por exemplo, os partidos vêm se comportando como partidos políticos, sem terem sido eleitos por ninguém, a tomarem decisões e até achando que pode substituir o Parlamento.

Uma outra questão importante, no campo da educação, as novas tecnologias e a digitalização poderiam permitir um avanço enorme na ajuda à educação com a interatividade, e com a participação desses novos veículos eletrônicos com o objetivo de contribuir com a educação. Se escolhemos um modelo, um modelo tecnológico, que de certa forma nesse momento vai nos dar o quê? Apenas uma boa imagem de televisão. Poderíamos avançar muito mais. Isso vai demorar muito mais tempo em função do modelo que nós escolhemos.

Então, todas essas questões hoje há uma preocupação da sociedade em participar das decisões sobre o que está sendo feito na área de comunicação, sobre política de comunicação, a questão de um novo marco regulatório é importantíssimo, a sociedade tem uma preocupação e está procurando de certa forma dar a sua contribuição e intervir nesse processo. Porque é um processo que nós na pré-convergência hoje estamos defasados na legislação. Quer dizer, nós vamos entrar no novo modelo com a digitalização, com a convergência das mídias e com a possibilidade de interação e com a legislação que já é defasada na pré-convergência, quer dizer, é necessário uma nova legislação, é necessário um novo marco regulatório. E a sociedade civil tem se manifestado de forma bastante forte querendo que haja esse tipo de regulação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo a palavra agora ao Sr. Carlos Alckmim.

SR. CARLOS ALKIMIM – Bom, sobre a pergunta de o que o público, o assinante quer ver. Essa pergunta ela é fantástica. Porque com os programadores internacionais a gente pôde identificar que em função de várias pesquisas porque o canal ele é direcionado a um público específico, ele é dividido por gênero, então é importante saber o que o público exatamente quer ver, o que ele gosta de estar assistindo. E o fantástico disso é que o público ele não tem discriminação nenhuma.

Ele assiste o que é bom. Se for brasileiro, se for estrangeiro. O público quer ver uma boa programação. Não importa se essa programação é Argentina, americana, européia ou brasileira. No fim do dia ele quer assistir um bom conteúdo. E se não for bom aquele canal que está assistindo ele simplesmente muda de canal.

Na descrição do assunto em pauta aqui nessa audiência diz o seguinte: Provimento de conteúdo para brasileiro. Bom, então vamos entender tudo que foi falado aqui. Provimento de conteúdo para brasileiro. No último triênio, juntando as obras que a NPA produziu 191, com 78 co-produções feitas pelo mercado de televisão internacional, 269 obras co-produzidas com conteúdo verdadeiramente brasileiro. Aí a gente faz o seguinte, mas o capital que foi utilizado para a produção desse conteúdo é o estrangeiro. A gente restringe o capital.

Então, quer dizer, na verdade o grande fomento para essa produção de conteúdo nacional foi o capital estrangeiro. E agora nós entendemos que restringindo o capital estrangeiro eu vou aumentar e qualificar melhor o conteúdo brasileiro? Eu acho que existe um ponto aqui que a gente deve avaliar, que a gente deve estudar com muita atenção para que o resultado por uma determinação de legislação como essa que está exposta aqui se vai à frente, ele vai dar um resultado completamente diferente ao proposto pelo Projeto de Lei ora apresentado.

Então, eu não consigo entender, agora dizendo como brasileiro, que é o que eu sou, represento programadores internacionais, mas isso seria um retrocesso a tudo o que a Nação e tudo que o público brasileiro conquistou nesses últimos três anos que a gente vem de 2004 a 2007. E quando se coloca também tem se falado, é lógico que esse projeto aqui não, mas tem se falado em outros projetos em cotas. Se você avaliar para conseguir colocar um percentual de cotas mínimo de 10% no setor de televisão por assinatura, avaliando números a muito grosso modo, você inviabiliza mais da metade dos canais. E aqueles que você não inviabilizar, você vai aumentar o preço drasticamente.

Então, quero dizer, os dois pontos principais do assunto em pauta é: O fomento, a produção de conteúdo nacional, e a redução de custo da televisão por assinatura e a viabilidade desse acesso a um número maior de brasileiros. Se isso vai à frente, você encarece a assinatura, diminui a quantidade e não aumenta o conteúdo. Na verdade, essa é uma... é a nossa visão, essa é a visão da entidade, e a gente queria deixar esse ponto aqui para reflexão. E nós sentimos grandemente o que o assinante quer ver porque ele simplesmente muda de canal. Ele simplesmente ele busca um conteúdo que realmente agrade e que ele se identifique com aquele conteúdo. Seja ele internacional ou não. Até porque todo o povo brasileiro tem muita necessidade de conhecer o que acontece lá fora. Acho que todos compartilham dessa idéia.

Era isso que eu tinha a colocar para os Senadores aqui presentes e para todos os demais. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço a cada um dos expositores, e gostaria de cumprimentar alguns que estão aqui presentes. O Sr. Sean Spencer, que é Presidente da Television Association of Programmers, o Sr. Marcos Biteler, Advogado e professor de direito de Comunicação Social nos cursos de Programação(F) da PUC São Paulo, o Sr. Fábio Augusto Andrade, que é Diretor regional de Brasília e a TV Liberal que é uma filiada da Rede Globo e o Custódio Toscano Costa, que representa aqui a Oi.

Eu, com a minha pergunta creio que já fiz o pronunciamento que eu queria, apenas concluo sobre isso do capital estrangeiro dizendo que embora a origem tem algo que ver, mas muito mais importante do que a origem, o tamanho e a quantidade de capital estrangeiro é o destino e a qualidade do produto. Isso é certamente o mais importante. Para quem se destina e qual é a qualidade. Mais do que de onde vem o patrocínio e em que quantidade. Ainda que isso também tem a ver. Porque a origem às vezes influi no destino e na qualidade, mas o fundamental é quem se beneficia e o benefício vem de onde está, qual é a sua classe, qual é a pessoa, qual a sua idade, e qual a qualidade que ele recebe.

Eu agradeço a cada um de vocês e digo que esse debate vai ajudar sim na elaboração desse Projeto de Lei, sobretudo, aqui alguém que pediu paciência, creio que o Cacá Diegues, que não tivesse pressa, e dou por encerrada essa audiência.

(Sessão encerrada às 13h04.)

Ata da 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 09 de outubro de 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia nove de outubro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, João Ribeiro, Mão Santa, Valdir Raupp, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Francisco Dornelles,

Marcelo Crivella, Neuto De Conto, Jonas Pinheiro e Lúcia Vânia reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Paulo Duque, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro e Geraldo Mesquita que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, o que é aprovado. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimento nº 08-A/07, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Cícero Lucena, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei do Senado nº 284 de 2006, que "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o Dia do Planejamento Familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges, na vigência de sociedade conjugal para a realização de esterilização cirúrgica". Comparecem à Audiência Pública, a Senhora Dulce Xavier, Membro do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFÊMEA; Senhor Adson França, Coordenador do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas – DAPES/SAS do Ministério da Saúde e Senhora Roseana Barreto S. de Souza, Coordenadora Executiva da Casa Mulher Renascer Companheira. A Senhora Zilda Arns Neumann, Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, convidada para a Audiência, justifica a ausência em virtude de problemas de saúde. Finda a exposição, o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, autor do Requerimento, Marcelo Crivella, autor do Projeto e Augusto Botelho. A presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Havendo número regimental declaro aberta a 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

A presente reunião atende a Requerimento nº. 004/2007, Comissão de Educação, aprovado, de autoria do Senador Cícero Lucena para instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 284/2006, que altera a Lei 9.263 de 12 de janeiro de 1996 que trata do planejamento familiar, para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o dia do planejamento familiar, reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges na vigência de sociedade conjugal para a realização de esterilização cirúrgica.

Dando início à audiência, solicito ao Senador Flávio Arns que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa. Comunico que o representante do Centro Brasileiro de Análises e Planejamento não se fará presente, mandou a devida justificativa, e por motivo de saúde a Drª. Zilda Arns, Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança, representante titular da CNBB no Conselho Nacional de Saúde mandou a devida justificativa lamentando não poder estar presente por causa de um acidente e que por conseguinte comprometeu a sua saúde. Nós agradecemos a gentileza da Drª. Zilda Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Pela ordem, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Até eu quero também reforçar a justificativa, porque a semana passada ela ainda havia conversado com o Secretário da Comissão, com Júlio e comigo mesmo, e dizendo que ela teria sim a maior alegria de estar presente. Mas sofreu uma queda, teve uma luxação acentuada no ombro, e isso a está impedindo de viajar. Mas sem maiores riscos, felizmente, porque o trabalho dela é muito importante no Brasil, seja na área da saúde ou na área da promoção social de uma maneira geral, mas ela realmente mandou pedir as desculpas a essa Comissão e se colocando sempre à disposição para o que for necessário em termos de entrosamento em outras Audiências Públicas. Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Eu agradeço a V.Exª e a Drª. Zilda Arns já encaminhou, como V.Exª bem falou, material que será... Com a ausência da Drª. Zilda ela mandou ma-

terial sobre o projeto que vai ser distribuído agora para nós e nós agradecemos mais uma vez.

Esta Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura ela é a segunda Audiência Pública cujo assunto, volto a repetir é instruir o Projeto de Lei do Senado 284 de 2006 que altera a Lei 9.263 de 12 de janeiro de 1996 que trata do planejamento familiar para tornar obrigatório o ensino de educação sexual, instituir o dia do planejamento familiar, reduzir a idade mínima para exercício da opção pela esterilização cirúrgica e revogar a exigência de consentimento de ambos os cônjuges na vigência de sociedade conjugal para a realização de esterilização cirúrgica. O autor do Requerimento é o Senador Cícero Lucena, a Relatoria do PLS nº. 284/2006 é do Senador Edison Lobão, e autoria do PLS nº. 284/2006 é do Senador Marcelo Crivella. Agradecemos a presença dos convidados e vamos iniciar nossa Audiência Pública. Inclusive, lembrando que na nossa primeira Audiência Pública nós tivemos a participação do Dr. Drauzio Varella, Ministro da Educação, do Presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, do Presidente do Conselho Federal de Medicina, do representante brasileiro no Fundo das Nações Unidas para a população, e do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Foi realizada no ano passado e a nossa segunda audiência que é extremamente importante para nós fazermos juízo e avaliarmos essa questão dessa Lei está sendo realizada hoje e eu convido para fazer uso da palavra Drª. Dulce Xavier, membro do Conselho Feminista de Estudos e Assessoria.

Eu quero dizer que a senhora pode ficar a vontade para usar o tempo de 20 minutos, e se necessitar nós prorrogaremos o tempo. Com a palavra.

SRA. DULCE XAVIER – Ok. Bom dia a todos e a todas. Eu agradeço o convite por estar aqui presente nessa Mesa, e considerando que esse é um tema de suma importância para as mulheres brasileiras, especialmente para as jovens, em se tratando de uma discussão para a redução da idade para o exercício da esterilização, com vistas a realizar laqueadura.

Eu queria chamar atenção que para esse assunto é muito importante nós retomarmos a década de 90, quando o projeto do planejamento familiar foi aprovado e se tornou Lei, que ele foi... A Lei do Planejamento Familiar foi aprovada cinco anos depois de acontecer uma CPI sobre esterilização em massa de mulheres brasileiras, inclusive sem o consentimento delas. E a Lei do Planejamento Familiar ela veio para garantir às mulheres brasileiras o direito à informação e o direito de decidir sobre o próprio corpo. A Lei de Planejamento Familiar ela está... Ela garante os direitos reprodutivos para as mulheres brasileiras e os direitos reprodutivos é uma conquista importante, mundial, para todas as mulheres. Visto que a partir dessa concepção de direitos reprodutivos dada em 94, com mais ênfase, se confirma a idéia de autonomia para a decisão sobre a maternidade e a paternidade também. Porque direitos reprodutivos significa o respeito à condição de homens e mulheres, o respeito à condição ética que eles têm para tomar decisão sobre a fecundação. E entre os direitos reprodutivos, que inclusive estão inseridos nos direitos humanos, eu gostaria de destacar o direito à informação, à educação, e ao desenvolvimento da capacidade para tomada de decisões. Porque inclusive o direito a ter condições de tomar decisões, coisa que na nossa conjuntura atual a gente pode constatar que há uma dificuldade, ou a gente tem ainda uma exclusão de um grande número de jovens da escola. A gente não tem garantido ainda o acesso à informação de todos os jovens. A gente tem uma minoria de jovens hoje que está nas universidades. Portanto, a maioria dos jovens não teriam essa condição prevista como um direito inclusive de informação e capacidade para desenvolvimento para poder tomar decisões informadas responsáveis, seguras em relação à reprodução.

Eu gostaria de lembrar também que essa questão da reprodução é uma questão de saúde pública que nós ainda temos algumas dificuldades de ter acesso ao planejamento familiar, aos métodos contraconceptivos que não estão garantidos em todas as unidades de saúde.

Portanto nós não temos ainda plenas condições para dizer que os jovens brasileiros teriam essa condição para tomar decisão nessa questão tão séria que é o uso de uma intervenção cirúrgica para o controle da fertilidade.

Uma outra questão que eu gostaria de levantar é que os jovens brasileiros se encontram numa situação de vulnerabilidade grande, especialmente as mulheres, as jovens, em relação à contaminação por doença sexualmente transmissíveis e Aids. Os últimos dados em relação à contaminação por HIV demonstra que há uma... Na maioria da população, nos setores... Na população em geral, os índices estão estabilizados. Em relação aos jovens, especialmente as mulheres jovens, esses índices são os mais altos e têm crescido. Isso significa que essas meninas elas têm uma dificuldade maior de negociar o uso de camisinha, e tem uma vulnerabilidade maior em relação ao uso de métodos anticoncepcionais e preservativos, o que as coloca mais uma vez numa situação de vulnerabilidade e que eu acredito que usando a laqueadura, facilitando a laqueadura para jovens de 18 anos isso vai aumentar mais ainda a vulnerabilidade delas, uma vez que

depois de ter feito laqueadura, elas poderão ter uma, vamos dizer assim, ter uma dificuldade maior ainda de usar a camisinha ou de negociar a camisinha. Então depois de fazer a laqueadura, o uso da camisinha se torna mais difícil ainda para um setor da população que já demonstrava uma dificuldade de uso de camisinha. Realizar laqueadura ou a vasectomia, vai facilitar, vai aumentar a vulnerabilidade desses jovens em relação à contaminação a DST e Aids.

Eu queria também lembrar que na Lei de Planejamento Familiar, a questão da laqueadura para menores de 25 anos ela já é possível. Porque o texto da Lei diz que os critérios em relação à laqueadura são 25 anos ou já terem dois filhos. Isso já está previsto na Lei. Então acho que essa discussão é uma discussão que nós não teríamos necessidade de estar fazendo aqui. Eu acho que a alteração do projeto da Lei do planejamento familiar considerando a obrigatoriedade da educação sexual nas escolas, a não obrigação do consentimento dos cônjuges para fazer a laqueadura, isso são elementos que podem contribuir para o acesso ao planejamento familiar. Agora, a redução da idade talvez seja uma... Um desserviço, não será uma contribuição importante, não será... Acho que até complicará a saúde das mulheres, das mulheres jovens em relação ao uso da laqueadura como uma... Um meio contraceptivo. Nós precisamos na verdade incentivar, garantir educação sexual nas escolas, garantir orientação sexual e inclusão dos jovens na educação em geral para que os nossos jovens tenham condições de optar, condições de escolher e escolher métodos anticonceptivos que eles possam mais tarde ter uma vida sexual, uma vida reprodutiva que não venham a se arrepender. O uso da laqueadura tem demonstrado que muitas mulheres se arrependem a um índice grande de arrependimentos de mulheres que fazem laqueadura jovens, e que depois de adultas, vivem outros relacionamentos e acabam se arrependendo de fazer laqueadura porque eram muito jovens.

Então, o acesso à educação, o acesso à informação e orientação sexual deve ser a prioridade para que os jovens tenham autonomia para viver a sua sexualidade com responsabilidade, mas que possam decidir com muito mais segurança e depois dos 25 anos por um método anticoncepcional que é considerado irreversível, ou quando há reversão, é sempre um pouco mais trabalhoso. Então eu acredito que as outras reivindicações, as outras colocações aqui da alteração no projeto são importantes, no entanto a redução para 18 anos eu acho que a gente deve defender que não se efetive. Que a gente retire isso da proposta de mudança do planejamento familiar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Agradeço a Drª. Lúcia Xavier. E quero reparar um erro que cometi ao não citar o nosso Senador Flávio Arns, que é um Senador... O erro foi meu. Senador Flávio Arns, que é um Senador atuante nesta Casa, respeitado por todos nós e que nesta área social realmente merece nota 10. Então eu quero dizer a todos que o Senador Flávio Arns é um dos autores do Requerimento. Então quero reparar este meu erro e cometer justiça ao nosso querido colega Senador Flávio Arns. Tenho que fazer isso, sim. Porque a sociedade observa essas questões importantes e a participação de cada Senador nesta Casa.

Então eu concedo a palavra ao Dr. Adson França, coordenador do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde. O senhor terá 20 minutos, se necessário nós aditaremos tempo para que o senhor possa fazer sua palestra da melhor forma possível.

SR. ADSON FRANÇA – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes, e até pela forma gentil de flexibilização se necessário. Gostaria de dizer que em nome do Ministro José Gomes Temporão e toda a equipe do Ministério da Saúde nós nos sentimos bastante honrados com esse convite porque reafirma essa linha geral que vem sendo desenvolvida no nosso País e especialmente também na gestão do Ministro Temporão de que o Ministério da Saúde deve estar presente em todos os espaços, e esse espaço é um espaço nobre. O Senado Brasileiro, o Senado da República, o Senado Brasileiro como um ente dos mais destacado da Legislação, e o Ministério da Saúde não pode de forma nenhuma estar ausente desse debate porque a legislação brasileira e o próprio gestor público, gestor da saúde pública brasileira ele segue exatamente a legislação brasileira. Então se pudermos interferir de alguma forma no sentido das reflexões, da experiência histórica dos gestores que estão no Ministério da Saúde, da experiência histórica do Sistema Único de Saúde, assim o faremos no sentido de aperfeiçoar a Legislação para servir melhor a sociedade brasileira. Então é um prazer para nós estar nesse momento nessa Casa.

Gostaria de cumprimentar a Roseane Souza, por estarmos juntos nessa Mesa, Lúcia Xavier, pessoas que têm uma história de vida e um compromisso com questões importantes, e assim justifica também o próprio convite, cumprimentar o Senador Flávio Arns que estamos trocando idéia sobre uma série de assuntos importantes, e parabenizar pelo requerimento, e cumprimentar o Senador Valdir Raupp, cumprimentar a Senadora Maria do Carmo Alves, cumprimentar o Senador Marco Maciel e cumprimentar o Senador

Marcelo Crivella que é autor do próprio projeto que estamos nesse processo de debate.

Então, para nós do Ministério e sempre temos uma visão de trabalho em equipe, hoje estamos aqui, nesse momento atuamos na Diretoria do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas que tem toda uma relação e uma responsabilidade com a saúde da mulher, da criança, do adolescente, do jovem, do aleitamento materno, do idoso, da saúde mental, com a pessoa com deficiência e sempre uma visão de conjunto do Ministério da Saúde com outras áreas. Estamos hoje em conjunto aqui com a diretora adjunta, Lena Peres e também com Adriana Xavier Assessora Parlamentar que é um esforço que o Ministério da Saúde sempre vem fazendo, onde for, sempre está levando também outras pessoas para reflexões conjuntas e eventualmente aperfeiçoar as nossas ponderações.

A primeira ponderação a ser feita, em relação ao projeto e ao debate do planejamento familiar é que o projeto ele traz elementos importantes, indiscutivelmente, está dentro desse debate nacional de avanço nas questões pertinentes ao planejamento familiar, e para nós sempre vamos contextualizar as questões pertinentes ao planejamento familiar dentro de uma visão mais ampla de direitos sexuais e direitos reprodutivos. É importante que a gente lembre que a idéia do planejamento familiar e a Lei de Planejamento Familiar de 1996 é uma Lei que incorpora o direito à sociedade brasileira, o direito aos cidadãos, as cidadãs de ter, planejar os seus filhos, ter amplo acesso aos métodos e também receber todo o apoio no processo da reprodução. Porque às vezes a gente vê a Lei do Planejamento Familiar e não passa pela cabeça que cabe também ao Estado prover as pessoas que necessitam, que desejam ter filhos e por uma ou outra dificuldade assim não conseguem. E é uma forma de ampliação e acesso a direitos sexuais reprodutivos visto que o processo de reprodução humana assistida ele hoje o acesso a ele é fundamentalmente um acesso para segmentos com maior poder aquisitivo da sociedade brasileira. Segmentos das chamadas aí numa classificação de extrato social das classes A, B e C no máximo ou de classe média e média alta conforme outros economistas falam. Isso tem uma importância mesmo que alguns às vezes até quando a gente discutia isso levantava e falava: Mas se o SUS não tem ainda recursos às vezes até para garantir todo o processo de planejamento familiar pensa em apoio a pessoas mais pobres e que desejem engravidar? Sim, é uma questão de direito. São avanços que o Brasil conquistou e o legislativo brasileiro fez isso na Lei de 96. Tanto é que hoje o Sistema Único de Saúde já apóia um serviço de reprodução assistida aqui em Brasília com recursos do SUS e em perspectiva alguns outros serviços serão criados. Então a nossa visão é ampla. É visão de acesso, é visão de incorporação de direitos. E direitos dentro do contexto internacional. O Brasil é signatário de todas as conferências mais importantes, especialmente a conferência de Beijing e a conferência do Cairo onde incorpora a visão de direitos sexuais reprodutivos e incorpora a visão de planejamento familiar não coercitivo. Ou seja, incorpora uma visão que foi necessário os países darem um marco a várias concepções de controle da natalidade. O Brasil, o nosso Estado, ele é signatário de uma legislação de planejamento familiar e não de uma legislação controlista. E não de uma legislação de que temos que reduzir a fecundidade da população a qualquer preço. Não. Precisamos dar amplo acesso a todos os meios para que a população decida quantos filhos ter, quando deseja tê-los e qual é o método mais indicado.

Então, posto isso, o projeto tem uma série de méritos, mas nós também e a opinião clara do Ministro José Gomes temporão nós discordamos da redução da idade mínima para o exercício da opção por esterilização cirúrgica dos atuais 25 anos para 18 anos. O limite atual, assim diz o projeto é incompatível com a realidade fática e arcabouço jurídico assentado. Com efeito é de 18 anos a idade mínima exigida para adoção de filhos segundo o Código Civil. Esse código igualmente reconhece no cidadão com 18 anos de idade, a maturidade e o discernimento completos necessários à prática de todos os atos da vida sexual. E aí o projeto vai à frente.

Então, achamos que não procede porque como a própria Dulce fez uma reflexão, a Lei de planejamento familiar no Brasil ela é importante, avançada, e talvez até ela tenha cometido um pequeno lapso na hora que o legislador estava no processo de votação que é não ter colocado de que 25 anos e dois filhos. Porque hoje nós temos uma margem, uma possibilidade de várias pessoas serem esterilizadas abaixo dos 25 anos.

Então se nós aprovamos ou somos solidários a um projeto que faz essa redução, nós vamos estar aprofundando a possibilidade de uma esterilização em massa que já foi repudiada pela sociedade brasileira historicamente. Não que sabemos, sabemos da boa intenção do Senador Crivella, sabemos da sua coerência em vários aspectos e a sua trajetória, mas contudo o projeto abre todo o espaço para perdermos o controle do ponto de vista da relação do gestor com os profissionais no sentido de aprofundar um processo de esterilização em massa.

E aí vejamos, o processo de esterilização nos interessa? Não. O processo de esterilização é um dos métodos para o gestor em saúde, a Lei de Planeja-

mento Familiar, ela é Lei com uma série de métodos. E os métodos contraceptivos ou anticoncepcionais são vários. E a esterilização para nós é a esterilização deve ser o último método a ser lançado mão. Quer seja laqueadura tubária quer seja vasectomia. É a última escolha do casal dentro do contexto que ele esteja vivendo, dentro das próprias condições ou condições do ponto de vista da qualidade da saúde ou por uma opção ou por reflexões, em relação às própria vida e objetivos e o tamanho da família. Então a laqueadura tubária e a vasectomia nós não pretendemos o gestor público de forma nenhuma permitir uma vulgarização da laqueadura ou vulgarização da vasectomia. Estamos numa campanha nacional defendendo a vasectomia como uma forma de incorporar o homem no processo reprodutivo. E essa incorporação é necessária, porque as mulheres sempre pagaram historicamente um preço. Quer seja pela educação, quer seja pela busca da proteção das doenças sexualmente transmissíveis, exigindo do parceiro o preservativo, quer seja pelo uso dos anticoncepcionais orais, quer seja uso dos anticoncepcionais injetáveis e última análise é a mulher que acaba, sempre acabou sendo responsável para decidir e fazer a laqueadura tubária, a esterilização cirúrgica. Então incorporar a vasectomia é algo importante porque é trazer o homem para o processo reprodutivo. Mas mesmo no processo da incorporação da vasectomia nós estamos reafirmando no Ministério da Saúde que é preciso manter normas técnicas, protocolo científico e rigor na decisão de como acolher esse homem. Não queremos de repente ter filas de homens, de repente fazendo vasectomia aqui e acolá de forma que eles não reflitam junto com a família se é o caso de fazer a vasectomia. E no caso da laqueadura tubária, se assim pensamos para a vasectomia, para que a laqueadura tubária pensamos de forma até mais consistente porque nós temos uma experiência histórica ruim no País. A experiência histórica da esterilização que levou a uma CPI. E essa experiência histórica hoje não temos uma avaliação de quantas mulheres no País foram laqueadas. Nós temos hoje claro de que esse quantitativo é difícil mensurar, mas tem incursões, têm pesquisadores que falam em torno de 1/3 da população de 15 a 49 anos de idade. Podemos achar que é exagero ou não, mas são pesquisadores sérios e renomados. O Ministério da Saúde não tem condições de firmar qual é esse número, mas temos condições de informar Senador Papaléo Paes, de que temos uma média de 51 mil laqueaduras tubárias por ano. E a vasectomia ela começa também há pouco tempo e a vasectomia chega a um patamar de 2006 a 20 mil laqueaduras. E nós pretendemos dobrar. Mas você tem 50 mil laqueaduras/ano. Isso oficialmente pelo SUS. É possível que tenhamos muito mais? Sim. É possível que pessoas sem escrúpulos realizem vasectomia sem estar dentro do serviço público e sem fazer o registro no sistema de informação do Ministério da Saúde. Mas no sistema de informação do Ministério da Saúde através das IHs nós temos 50 mil laqueaduras tubárias/ano. E no caso da vasectomia, 20 mil em 2006.

Então, posto isso, achamos que em que pese outras contribuições que o projeto traz, essa queda do limite levando as reflexões do Código Penal, levando o Código Civil, de que o arcabouço jurídico, nós achamos que na questão dos direitos sexuais reprodutivos é muito mais complexo essa maturidade do momento de ter filhos, quanto ter filhos, será que teremos mesmo pessoas com maturidade aos 18 anos para estar definindo que já é o momento de encerrar a sua carreira reprodutiva? Será que com 18 anos de idade nós já teremos pessoas com a maturidade suficiente para optar de que não quero mais ter filhos? Porque a laqueadura tubária e a vasectomia elas podem ser reversíveis. Mas a sua reversibilidade é muito difícil. É muito complexo o processo de reversibilidade. Então a possibilidade dessa cidadã, ou do casal, mas no caso da cidadã se arrepender, ela é muito grande. Será que com 18 anos nós temos mesmo essa maturidade das pessoas? Hoje às vezes a gente vê casos de pessoas com 20, 30 anos tendo relações extraconjugais, gestações não desejadas, com uma série de implicações, imagina alguém com 18 anos já tendo que optar por encerrar a sua vida reprodutiva. Achamos que aí não é uma contribuição do ponto de vista da sociedade brasileira no planejamento familiar. Até porque se raciocinamos de que essa questão da queda e da laqueadura tubária a diminuição da idade ajudaria no processo de diminuição da fecundidade no Brasil é bom que a gente lembre nós estamos com uma política importante lançada pelo Governo, com apoio do Congresso, planejamento familiar, mas ao mesmo tempo a gente está atento, Senador Papaléo, Senador Flávio Arns, nós estamos muito atentos que a fecundidade no Brasil vem caindo. E nós não podemos não levar em conta a experiência tipo do velho continente, da Europa, onde alguns países já estão pagando um preço alto por um excesso de diminuição da fecundidade. Recente pesquisa do IBGE já nos sinalizam nesse sentido.

Então, não é só apenas a queda da fecundidade no Brasil nas camadas altas, ou seja, no setor e segmentos mais pobres da sociedade brasileira. Inclusive no norte e nordeste há uma queda de fecundidade. Então nós preferimos até que essa queda de fecundidade ocorrendo, através do acesso aos amplos métodos, mas deixar a laqueadura tubária como último

método. Deixar a esterilização, a vasectomia como último método. Mas que são métodos que o Governo vem, claro, apoiando, mas achando de que o melhor momento é o momento onde você tenha de preferência mesmo dois filhos e tenha 25 anos de idade ou mais porque você tem uma margem de maior segurança em termos de maturidade. Até porque essa preocupação com maturidade e com arrependimento o próprio legislador fez. Vocês fizeram isso. Essa Casa fez isso em 1996, quando na Lei diz que tem que... Precisa ter 60 dias para refletir, ora, isso não é à toa. Se é algo tão tranqüilo a laqueadura tubária ou a vasectomia, seria necessário de fato 60 dias entre o exame do médico, entre a anamnese e o ato cirúrgico, se o legislador colocou 60 dias é porque ele também está preocupado com essa possibilidade de que durante 60 dias ou o homem ou a mulher podem mudar de idéia. Optou pela laqueadura tubária, mas durante 60 dias mudou. Então o legislador vai facilitando. Então nesse sentido essa restrição em certo aspecto é uma contramão no processo de reflexão do legislador no sentido de admitir caminhos para a laqueadura e para a vasectomia que foi um avanço no Brasil a Lei de Planejamento Familiar ao normatizar esterilização cirúrgica, mas que nós devemos ir para um caminho de uma reflexão que não seja a diminuição da idade para a laqueadura.

Um outro aspecto a considerar já na linha de ponderações finais é que nós estamos no Ministério da Saúde com o planejamento familiar na seguinte linha, ou do Governo Brasileiro. Três premissas: Planejamento familiar para nós é completamente diferente do controle da natalidade, consideramos que pobreza também é diferente de violência, que não é porque é pobre ou que mora em periferia porque é violento e reacionário. Estamos dizendo isso porque de vez em quando aparecem algumas teses nesse sentido. E para nós a garantia dos direitos sexuais reprodutivos é completamente diferente de uma proposta de política do Banco Mundial que considera que a redução da natalidade extrema garante a distribuição de renda. Nós não achamos isso. Pelo menos a reflexão do SUS nós não achamos de que necessariamente o aprofundamento e redução de natalidade garante distribuição de renda. Nós temos vários outros mecanismos. Nós precisamos fazer planejamento familiar sim nesse País, e essa tem sido uma decisão do Congresso e do Governo Brasileiro. Mas não necessariamente essa premissa. E aí vejamos para chamar atenção de vocês de que tem um estudo apresentado pelo peruano Norman Loia do Banco Mundial que defende três políticas de longo prazo para a prevenção da criminalidade. Olha que coisa extremamente perigosa. Ele considera que a legalização do tráfico de drogas e de que o planejamento familiar com o aprofundamento até mesmo da esterilização e o combate informalidade e a corrupção através da desburocratização do Estado. Esse estudo foi apresentado no seminário de combate ao crime na América Latina realizado na Universidade de Harvard em setembro de 2005. Então essa é um tipo de tese que nós não concordamos. Planejamento familiar consciente, mas não essas outras idéias. Em relação à concepção da política de planejamento familiar do Governo, primeiro, garantia de acesso a todos os métodos anticoncepcionais; Dois, a informação permanente sobre os métodos que aí é um valor do projeto do Senador Crivella, a questão dos direitos sexuais, importantíssimo isso, bastante valorizado e apoiamos, a informação permanente da eficácia, a conveniência para cada faixa etária ou a situação de saúde com base em orientação médica. Porque certos métodos anticoncepcionais, nós sabemos, uma platéia seleta, eles são mais indicados para uma faixa etária mais indicados para uma outra faixa etária. Outros métodos não necessariamente a mulher pode usar em função de problemas de natureza de saúde, problemas tromboembólicos, problemas cardíacos. Hoje, por exemplo, é importante que a gente leve em conta o dispositivo intra-uterino que ele tem uma evidência científica já de 18 anos como um método extremamente seguro e com risco pequeno, a possibilidade de doença inflamatória pélvica não chega a 1%. O dispositivo intra-uterino no Brasil só temos 1.2 % da população brasileira. Enquanto que nós temos a população européia já utilizando 20 a 22% da população usando dispositivo intra-uterino. Você tem a população canadense, 25% utilizando dispositivo ultra-uterino. E nós ainda não conseguimos uma estrutura no SUS, profissionais qualificados, qualificar profissionais para estimular o dispositivo ultra-uterino que é extremamente seguro. O dispositivo intra-uterino ela dá quase que uma margem de segurança de dez anos, segundo todas as pesquisas com evidência científica. Então nós temos vários outros métodos para estar valorizando entre eles o dispositivo intra-uterino. 1.6 da população brasileira, Senador Papaléo, com idade reprodutiva, nós só compramos 260 mil dispositivos intra-uterinos, enquanto nós vamos comprar agora 50 milhões de cartelas de anticoncepcionais orais. E no caso do anticoncepcional oral o risco de engravidar é 0.1%. Mas do ponto de vista prático, chega a ser 6 a 8 mulheres por cada 100 mulheres. Por quê? Porque a mulher esquece. Porque a mulher toma alternadamente porque surge uma situação onde ela acha que pode não ter uma relação sexual ou não ter um parceiro estável. Aí não toma. Deixa para depois. Então nós temos outras formas de valorizar o planejamento ou outros métodos contraceptivos.

Terceiro. O estima dupla proteção com uso do preservativo. Para nós é fundamental associar o uso do preservativo para diminuir as DSTs, a prevenção das DST Aids. E quarto a incorporação do homem no planejamento reprodutivo. Então esses são os elementos básicos a concepção da política lançada pelo Presidente Lula em 28 de maio de 2007 numa parceria conjunta do Ministério da Saúde e da Secretaria Especial de Política para as mulheres. E dentro dessa linha é importante receber do Congresso como temos recebido e-mails e cumprimentos de que esse é um caminho importante. Ou seja, nós temos agora já licitação para 50 milhões de cartelas de pílulas anticoncepcionais, a licitação para quatro milhões e trezentos mil injetáveis, a licitação para 350 mil dispositivos intra-uterino já a licitação para 1 milhão e 800 milhões de preservativos nessa primeira fase, temos aí também já duas medidas importantes que vem sendo acompanhado pela sociedade brasileira, que é ter um anticoncepcional de emergência, ter o anticoncepcional oral nas farmácias populares a preços bastante acessíveis, variando de 1.2 a cartela até 3.2 o injetável mensal ou trimestral, estamos com 3.580 farmácias já dentro da rede, aqui tem farmácia popular, e o Ministro Temporão nos solicitou que até o final do ano a gente tenha 10 mil farmácias. Aqui tem farmácia popular vendendo. A farmácia popular também tem uma ampliação dos métodos anticoncepcionais e a idéia de uma campanha educativa que seja uma campanha onde não seja só uma campanha de pouco tempo. Mas que até o final da gestão do Ministro Temporão, do Governo do Presidente Lula a gente desenvolva um trabalho de educação sexual permanente. E fortalecendo isso, uma proposta já em curso com o apoio de 451 Municípios brasileiros que é o Saúde Prevenção nas Escolas que é um processo de educação sexual envolvendo pais de família, profissionais, nas cidades em parceria com o Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Agradeço ao Dr. Adson França, Coordenador do Departamento da Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde. E agora fará uso da palavra a Srª. Roseane Barreto de Souza, coordenadora executiva da Casa da Mulher Renascer Companheira de João Pessoa, Estado da Paraíba.

SRA. ROSEANE BARRETO S. DE SOUZA – Bom dia a todos e a todas. É um prazer enorme estar aqui em nome da Paraíba. Represento a ONG que trabalha com mulheres, e é uma preocupação muito grande nossa quando falamos de esterilização, principalmente nessa idade. É um método radical, tendo muita conseqüência principalmente na saúde, das mulheres jovens, e assim quando falamos em reprodução eu acho que engloba muita coisa. Principalmente lá no nordeste que nós temos é o grande índice de contaminação com DST e Aids e pensamos que quando se faz uma esterilização, as mulheres nos procuram lá na ONG: Ah, tem como a gente fazer uma laqueadura? Porque assim vamos ficar livres de ficar tomando remédio, isso e isso. E pensamos também que quando se fala em esterilização às mulheres vão ficar mais vulneráveis. Porque uma das preocupações é o quê? É de não engravidar. E com a esterilização, realmente não vai ter o quê? A gravidez precoce de um número de filhos é detonar(F) dois. Mas no nordeste nós sabemos que vai além disso. E que é uma decisão muito radical e que uma pessoa com 18 anos não tem autonomia de estar preparada, tanto financeiramente quanto psicologicamente para uma mudança, uma... Tira seu direito de futuramente quando tiver com escolaridade elevada, quando tiver já estruturada ter outros filhos.

Eu tenho como exemplo eu mesmo fui laqueada aos 22 anos, contra minha vontade. E isso até hoje é um problema comigo e meu parceiro. Porque foi uma decisão que ele tomou só. E na verdade eu nem sabia que estava sendo laqueada. E com dois, três meses foi que eu fui ter o conhecimento de que tinha sido laqueada sem minha permissão. E até hoje isso causa muitos problemas, não só lá no nordeste, como eu acho que na maior população de baixa renda. E assim, e sem falar também na mortalidade infantil que uma pessoa com 18 anos geralmente sua gravidez não é aquela gravidez planejada, muitas faz aborto clandestino e tem conseqüências maiores na saúde. E o Estado tem o dever de garantir a educação sexual nas escolas públicas, privadas independente de qualquer condições. Com sexo, orientação sexual, religião ou posição política através da Lei que obrigue os responsáveis pelo estabelecimento educacionais a cumpri-la. Que seja criado o dia do planejamento familiar, ocasião que seja promovido em amplo debate a nível nacional, apontando experiências, estudos e pesquisa sobre o tema e o regido de mudança da realidade social e a partir dessa revisão de Lei. Ficando claro que nada poderá justificar essa opção, além da soberana vontade da opção da própria mulher.

E assim encerro minha fala, até porque não tive tempo de preparar, porque estava participando de outro movimento. E é uma preocupação muito grande. Porque quando se fala da redução da idade, eu acho que devemos pensar direitinho na classe mais pobre, que é uma classe que nunca está preparada para uma mudança assim tão radical. Principalmente quando não se tem todas as informações. Porque, assim, o que nós temos hoje, principalmente no nordeste, é um índice muito grande de contaminação com Aids.

E mesmo assim essas pessoas por falta de informação, por falta de acesso aos meios contraceptivos. Na verdade acaba sempre uma bola de neve. Cada dia mais crescendo e onde nós mulheres somos as mais prejudicadas. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Agradeço a Srª. Roseane, e de agora em diante os Senadores poderão fazer suas perguntas. Pela ordem aqui. Os autores do Requerimento, Senador Flávio Arns e Senador Marcelo Crivella.

Então, com a palavra o Senador Flávio Arns. E a Srª. Roseane Barreto de Souza, logicamente será explorada nas perguntas pela experiência que tem nessa convivência importante, importante instituição do seu Estado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exatamente. Eu quero enaltecer a fala dos expositores, agradecer também a presença de todos nesta Audiência Pública, e que tem por objetivo debater um tema de fundamental importância para a sociedade brasileira e para qualquer sociedade do mundo, que é o planejamento familiar. E neste planejamento familiar discutir-se a questão da educação sexual, um dia de planejamento familiar e a questão da idade para... a idade cronológica para se tomar à decisão de fazer a laqueadura, ou a vasectomia.

Eu estava relendo inclusive o Projeto de Lei, e a própria Lei a partir da fala da Dulce, e eu acho que a Dulce Xavier foi muito clara ao dizer que a Legislação atual já traz assim essa possibilidade sem necessidade de mais mudanças. A Lei 9.263 diz que homens e mulheres com capacidade civil plena, maiores de 25 anos de idade, ou... Quer dizer, ou é justamente aquele que a senhora falou antes que poderia ser feito. Ou pelo menos com dois filhos vivos. Quer dizer, abre-se essa possibilidade de se ter a vasectomia ou a laqueadura com idade inferior a 25 anos.

Então, a Lei atual eu diria, diz o seguinte, a partir dos 25 anos tendo ou não tendo filhos. Salvo melhor juízo. E a lei atual diz pode ser a partir dos 18, desde que você tenha dois filhos. Me parece que é esta a interpretação da Lei, salvo melhor juízo. Os médicos interpretam assim. Quer dizer, 25 anos, mas a Lei diz, a atual, 25 anos mesmo não tendo filhos. Não é verdade? 25 anos mesmo não tendo filhos. Ou tendo dois filhos que seria antes. O que a proposta do Senador Marcelo Crivella coloca? Ele diz o seguinte: A partir de 18 anos... Aqui está riscada a palavra e, na minha cópia pelo menos, mas pegando o original, maior de 18 anos e pelo menos com dois filhos vivos. Agora não sei se é "e" ou "ou" porque está escrito "ou" em cima. Mas se for e pelo menos com dois filhos vivos. Isso significa que só a pessoa que tenha dois filhos. Não é verdade? Quer dizer, fecha-se a possibilidade de uma pessoa que não tenha filhos fazer a laqueadura e a vasectomia. Senador Augusto Botelho, talvez eu esteja errado, mas...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V.Exª me concede um aparte?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Pois não, Senador Marcelo Crivella. É a palavra "e" ou "ou"?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A palavra é "e". Na verdade o projeto tem o cuidado de explicitar essa interpretação que hoje no texto da lei é um pouco confusa, para garantir que a partir dos 18 anos, não antes, não antes, a partir dos 18 anos e com dois filhos vivos, e aí submetido a toda a chicana na lei que são as diversas consultas, os psicólogos, a reiteração da vontade, passado 60 dias, e sob pena inclusive de se esse processo não for bem feito amanhã o cirurgião possa responder inclusive por crime de genocídio, que é um agravo importante, na lei, a partir dos 18 anos possa ser utilizado um método anticoncetivo. Isso que diz a lei. A lei hoje ela deixa dúvidas. Inclusive pessoas com dois filhos aos 16, dois filhos ao 17. O que a nosso ver não é o ideal.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Muito bem. Então eu diria que a lei atual coloca com as observações que o Senador Marcelo Crivella colocou, e que de fato são pertinentes. Mas existe então dupla possibilidade. A partir dos 25 anos ou conforme a Dulce Xavier colocou muito bem, pelo menos com dois filhos vivos com idade inferior a 25 anos. O Projeto de Lei atual restringe essa possibilidade dizendo a partir dos 18 anos desde que tenha dois filhos. Ou seja, uma pessoa que tenha 30 anos, 35, 40 anos, seja lá o que for e quiser fazer a vasectomia, de acordo com o projeto pelo menos não vai poder. Então eu acho que isso também não pode acontecer. Porque eu acho que é uma alternativa que em muitas situações é necessária na decisão que o homem ou que a mulher, o casal que eles estão tomando. Então essa restrição, Senador Marcelo Crivella, acho que nós tínhamos que talvez pensar um pouquinho mais nesse sentido. Eu colocaria ainda a "n" situações que muitas vezes a pessoa com 18 anos... Até a Roseane depois poderia falar um pouco mais sobre isso. Porque eu, por exemplo, moro perto de uma favela em Curitiba. E acompanho várias famílias na favela. Querendo ajudar também, a gente vê muitas situações em bolsões de pobreza de pessoas que têm 18 anos, 19 anos, estão na terceira, na quarta gestação. Me lembro de uma família, por exemplo, que a mulher teve recentemente mais um filho, e o Conselho Tutelar acompanhou todo o caso e não permitiu que a criança acompanhasse a mãe na saída do hospital por "n" problemas que aquela família vem

apresentando e o segundo filho, já seria o terceiro ou quarto filho, o segundo filho já também numa situação em que o Conselho Tutelar retirou o poder da família sobre a criança em função das dificuldades que aquele casal, aquela família apresentava.

Então, a gente tem que pensar em alternativas disponíveis para que... Isso poderia ser feito dentro da possibilidade atual dentro da legislação. (soa a campainha)

Então, a questão de 18 anos eu dou toda razão para Roseane. Porque eu acho que tem que se discutir, tem que se ver, tem que ter o conhecimento, tem que haver o debate, a preocupação... Agora, há situações em que realmente a idade de 18 anos já mostra, infelizmente, uma falta de cidadania. Quer dizer, quando a pessoa tem... Está nesta situação que eu mencionei em relação a essa família, é que todos os direitos fundamentais dessas pessoas foram negados a vida toda e estão chegando num ponto em que existe muita dificuldade inclusive de se viver com o mínimo de dignidade.

Eu quero lembrar só uma outra situação nessa discussão do planejamento familiar, Senador Marcelo Crivella, que poderíamos pensar na questão do aconselhamento genético na decisão de se ter o filho também. Que isso ainda não está sistematizado no SUS e nos planos de saúde com uma dificuldade de que isso constava nos planos de saúde, foi retirado esse dispositivo e agora está se tentando recolocar a possibilidade das famílias onde existe uma dúvida genética, casais que possam ter filhos com alguma deficiência, com algum problema, de serem orientados para o adequado planejamento familiar. Eu acho que até o Dr. Adson lá no Ministério da Saúde já existem estudos nesse sentido, e seria algo assim fundamental. No meu ponto de vista também e do ponto de vista da sociedade. Porque eu acho que tem toda possibilidade, os estudos estão prontos e o planejamento familiar para essas famílias todas e isso seria uma contribuição bastante grande. No fundo a gente discute-se nesse projeto a questão da educação sexual. No Projeto de Lei anterior está escrito planejamento familiar. Eu acho que isso deveria ser mudado também. Porque quando a gente fala para o jovem, para a criança, a gente não está falando em planejamento familiar, nós estamos falando em educação sexual. Salvo, Drª Dulce, porque lá está escrito: "É dever do Estado através do Sistema Único em conjunto com o sistema educacional promover condições e recursos informativos educacionais técnicos e científicos que assegurem o livre exercício do planejamento familiar". Está correto também. Mas não é só. É a educação sexual e não tem nada a ver, me parece, com a questão propriamente do planejamento familiar. Mas acho que deveria estar nessa lei de uma maneira clara, conforme o substitutivo foi colocado.

Eu dou toda razão para os argumentos da Roseane e da Dulce no sentido de que a gente tem que pensar bem nessa questão também de 18 anos. Acho que a lei atual já abre essa possibilidade. Em vez de abrir muito a possibilidade de laqueadura ou de vasectomia qual o efeito que isso vai ter sobre a saúde do jovem. Negócio mais fácil, mais simples, e é uma questão no fundo de educação. A gente vê todas as reportagens em relação aos jovens deixando de usar camisinha, deixando de tomar medidas protetivas, e aumentando o risco de terem doenças sexualmente transmissíveis e que implique inclusive em risco de vida para eles próprios também. Então eu acho que esta questão de educação sexual realmente precisa ser muito enfatizada. E eu gostaria só que o Dr. Adson e a própria Dulce e a própria Roseane se pudessem falar um pouco mais sobre os números. Me preocupa a observação que o Dr. Adson fez ,e com toda razão, com toda pertinência, em relação ao pouco uso, por exemplo, de dispositivos intra-uterinos. E o senhor tem toda experiência como médico e como trabalho na comunidade. Quer dizer, um dispositivo que pode causar pouquíssimos problemas se comparado com uma solução que se bem orientada pode ser adequada de tomar a pílula. Não sendo contra a pílula. Nós não estamos fazendo esse debate aqui se a gente é a favor ou contra a pílula. Mas a gente sabe que tomar a pílula implica em ter um acompanhamento do médico muito próximo também. Não é verdade? Para ver se não está havendo efeitos colaterais, se a saúde está sendo preservada, se aquela pílula está fazendo bem. Isso é uma série de problemas que parece que podem advir do uso da pílula. E claro, a pessoa pode tomar, deve tomar se for o caso. Mas é uma discussão que tem que ser feita. Na outra Audiência Pública que nós tivemos aqui com o Dr. Varela e com outras pessoas, eles disseram: "Olha, não existe estrutura no Brasil. A pessoa quer fazer laqueadura ou quer fazer vasectomia, eles colocaram a dificuldade para alguém poder fazer isso. Fazer a reunião. Tem que faltar no trabalho uma vez, tem que faltar no trabalho na outra vez, o médico não está disponível, tem que marcar e depois de um ano ainda não fez. E daí? Quer dizer, o pessoal desiste de fazer. Tem que faltar ao trabalho. Já é um trabalho. Não, tenho que participar de tantas reuniões e tal. E por outro lado tem que ter a discussão também para não ficar fazendo vasectomia e laqueadura sem qualquer critério. Mas os expositores da outra Audiência Pública colocaram muitos problemas. Não sei se são esses os problemas, Drª. Roseane, que você observa que acontecem. Quer dizer, é fácil de fazer. Ago-

ra, qual é a estrutura que o sistema de saúde coloca à disposição da mulher para tomar a pílula? Vão ser comprados 50 milhões de pílulas. Tudo bem. Existe o médico, existe o centro, a mulher procura, tem acompanhamento, não tem, e tal. Será que esta compra não vai implicar, Drª. Dulce, numa diminuição da possibilidade da mulher ter uma vida mais saudável ou com menos problemas? Quer dizer, por um lado, se não tomar a pílula, quer dizer, pode ter uma gravidez não planejada, não pensada. Agora, por outro lado, qual é a garantia que a gente pode dar para essa mulher de ter uma vida saudável também tomando a pílula? Senão daqui a pouco tem problema de trombose, problema de coração, problema de câncer, problema de não sei o que. Eu sempre digo o seguinte, a minha esposa ou a minha filha ou a minha irmã, eu tenho cinco irmãs também, tenho filha, sou casado e tudo, quer dizer, nós jamais permitiríamos já por cultura que você tome um remédio sem acompanhamento médico. Não é verdade, Dr. Papaléo? Não pode tomar remédio sem acompanhamento médico. Isso vai ser garantido? Está sendo garantido? Essa que é a preocupação.

Mas eu quero dizer que é um projeto delicado. Eu essencialmente concordo com que a Drª. Dulce falou no começo. Quer dizer, fazendo a interpretação da lei. Depois o Senador Marcelo Crivella colocou, acho que a lei tem que ser esclarecida um pouco mais para ajudar, mas eu acho que não mudar muito a essência, porque também a gente corre o risco de dizer para o Senador, a população interpretar que o Senador Marcelo Crivella está autorizando laqueadura e vasectomia a partir dos 18 anos de idade. Isso já está na lei. Já está na lei. Pode ser. Só que falta deixar um pouco mais claro e ver a questão da educação sexual e ver esses apoios todos que o Ministério da Saúde deseja certamente, e o Dr. Adson tem toda condição como coordenador dessa área e médico da área de nos esclarecer sobre esse assunto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Senador, primeiro peço aos senhores palestrantes que anotem as perguntas que deverão ser respondidas após as demais dos outros Senadores. Mas V.Exª, Senador Flávio Arns, só para eu mostrar um pouquinho da minha experiência médica. Porque eu sou cardiologista. E como cardiologista, eu sempre conversando na anamnese com as pacientes, eu sempre pergunto se faz uso de anticoncepcional oral. E a todas eu recomendo rigorosamente que não fumem. Que se são tabagistas, ou deixem de usar o anticoncepcional ou parem de fumar. O que eu observei aí que V.Exª chama muita bem atenção? Do acompanhamento médico. Eu observei que pelo menos 95% das pacientes que usam anticoncepcional nunca foram chamadas atenção pelo seu médico de que não deveriam fumar pelo risco das embolias, do tromboembolismo. Então isso é muito importante. A minha experiência como cardiologista e por eu ter conhecimento de uma das causas de embolia, eu sempre fiz essa pergunta. E 95% com certeza absoluta não recebem orientação ou da pessoa que entrega a cartela nos centros de saúde ou do seu próprio médico de que não deveriam fumar. Mas eu... Essa observação queria fazer diante da sua, que é muito pertinente.

Eu agora vou fazer uso da palavra... Antes do autor do projeto, Senador Marcelo Crivella é o aniversariante do dia. Então nós queremos aqui dar os parabéns por mais um ano de vida que nós deveremos sempre agradecer a Deus cada dia que ganhamos e desejar a V.Exª muita saúde, muita paz, muitos e muitos anos de vida para continuar lutando pela nossa sociedade, porque nós precisamos de homens como V.Exª. Então eu quero fazer esse registro aqui em nome da Mesa, em nome dos companheiros, dos colegas Senadores e dizer que é muito honroso lhe ter como colega aqui no Senado Federal.

Com a palavra V.Exª, como autor do projeto. E o almoço aí fica por sua conta, marcar o local que sei que está programado um grande almoço para todos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – (risos) Senador Papaléo, de V.Exª, eu não poderia esperar outras palavras, já que V.Exª se pauta nessa Casa sempre na linha da generosidade cristã, na elevada compostura, nos argumentos sempre tão... eu diria inteligentes, e fico mesmo muito envaidecido da lembrança de V.Exª. Muito obrigado de coração em meu nome e em nome da minha família. Mas Senador Papaléo, querido Senador, Senadores presentes, Senador Flávio Arns, Senador Botelho, minha querida palestrante Roseane, Dulce, e nosso querido companheiro Adson. Eu devia a vocês uma explicação mais clara sobre a intenção do projeto. Nós não temos a mais remota, a mais distante intenção de esterilização. O Brasil tem uma população adequada ao seu tamanho. Nós devemos em 2040, segundo os demógrafos brasileiros estabilizar a nossa população em 240 milhões de brasileiros que ainda será muito adequada e aí passaremos a ser como Argentina e outros países. A nossa população será estável. Estabilizada em 240 milhões de habitantes. Essa é a previsão de todos os demógrafos brasileiros. Não tenho nenhuma intenção de conter a violência. Ou diminuir a pobreza. Não é essa a intenção. A intenção é dar à mulher a decisão solene, lúcida que Roseane não teve, infelizmente, de decidir por ela mesma se fará a vasectomia, seu esposo ou ela fará a ligadura de trompas. Hoje a lei ela é mais aberta que o meu projeto. Porque o que diz a lei

hoje? Capacidade civil plena. Pois bem. A minha filhinha, apaixonada, me pediu para dar a ela antes dela completar 21 anos a sua chamada emancipação. Há meninas emancipadas com 16, com 17. Já é a capacidade civil plena pela lei. Poderá sofrer uma ligadura de trompa. Com o meu projeto, não. O meu projeto é na contramão das preocupações do Adson França. Adson, estou restringindo, não abrindo. Nós estamos dando opção às mulheres que hoje fazem milhões de abortos clandestinos de poderem optar se tiverem dois filhos e se fizerem o acontecimento previsto na lei, eu quero ressaltar o que o legislador preconizou. Quem não seguir os passos das consultas multidisciplinares, psicológicas, psiquiátricas, ginecológicas, etc, poderá ser culpado de crime de genocídio. É um crime sem fiança, inafiançável. É grave. É muito grave.

Portanto a nossa preocupação é das mais responsáveis. Não se trata aqui de maneira nenhuma em se falar de esterilização ou de qualquer outro contexto senão dar opção às mulheres que conscientemente depois de dois filhos e com mais de 18 anos. Veja, por exemplo, um menino, constitui uma empresa, perante a lei ele já é capacidade civilmente, está emancipado aos 16 anos...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É só para dizer que eu diria que esta preocupação já consta da lei atual. Porque a lei diz: Somente é permitida a esterilização voluntária, conforme a Constituição, nas seguintes situações em homens, mulheres com capacidade civil plena e maiores de 25 anos de idade. Ou pelo menos com dois filhos vivos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Então, 16 anos com capacidade civil plena por emancipação ou uma menina que tenha casado, ou alguém que tenha constituído empresa, ele pode se vasectomizar e se esterilizar uma mulher com menos de 18 anos, o que minha lei proíbe.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Então V.Exª está colocando é a partir de 18 anos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A partir de 18 anos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas V.Exª fecha a possibilidade para pessoas que não tenham filhos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Também. Só com dois filhos. 18 anos e dois filhos. 18 anos sem filhos...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, não. 30 anos, 40 anos 50 anos sem filhos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – V.Exª está dizendo que não pode. A atual diz que pode. V.Exª está dizendo que não pode.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu estou dizendo aqui que a partir de 18 anos voluntariamente e com dois filhos pode recorrer ao SUS. A idéia minha é que as pessoas com dois filhos. Até por questão eu diria de segurança nacional. Até por questões mesmo de soberania nacional. Eu acho que se as pessoas querem se vasectomizar com o apoio do Governo, sem pagar, com o apoio do SUS, etc e tal, sejam aquelas que tenham relevantes intenções. Por exemplo, suponha o sujeito que aos 30 anos de idade numa vida promíscua pretenda se vasectomizar. Eu acho que o Governo não deve se preocupar com isso. Por questões de ter uma vida promíscua ou não correr risco de uma gravidez indesejável. É diferente daquele que já com dois filhos deseja lançar mão de um processo que agora é irreversível. O Governador Sérgio Cabral, por exemplo, é um caso interessante, mas vale a pena ser citado. Ele casou a primeira vez, teve dois filhos, e se vasectomizou. Na segunda, no segundo casamento dele a esposa pediu para ter filhos. Então ele desfez a vasectomia dele. Casou-se, teve mais um filho, e depois se vasectomizou. Agora está no terceiro casamento. Desvasectomizou outra vez. Então o médico inclusive já disse a ele o seguinte: Não volte mais aqui. Não volte mais aqui. Mas, eu digo isso aqui, é um caso interessante para dizer que nós não podemos também usar o argumento de que seja um método contraceptivo definitivo nos homens. Porque não é. Há casos aí muito em que ele é reversível. De maneira que eu acho que nós temos que discutir aqui Dulce é o caso da educação. Eu fui militar durante oito anos. Todos anos passam 300 mil jovens no serviço militar. Por que não? Por que não darmos a eles instrução sobre uma vida sexual saudável, sobre os perigos da contaminação das doenças transmitidas sexualmente? Por que não dar a eles também a instrução de que amanhã casados com dois filhos poderão usar os métodos de planejamento familiar. Dizer a eles o perigo, o horror dos abortos. O aborto que o Ministério hoje, da saúde, defende como mal menor, não como uma bandeira de ideologia programática, mas como mal menor. Porque tantas mulheres sofrem danos nessas clínicas de abortos clandestinos. Eu vejo assim a visão do Governo, poderia ser evitado se tivermos consciência dos nossos jovens.

Eu acompanho e acompanhei já várias mulheres que até com idades avançadas ainda carregam o drama de terem feito um aborto. Uma decisão que é tomada por pressão da sociedade, da falta de recursos, mas que aos 50, 52, 53, 55 anos numa idade mais madu-

ra, essa coisa volta como um fantasma recorrente. No Japão há um templo, veja como isso ocorre em todas as civilizações. No Japão há um templo em que as mulheres compram uma boneca de água e ali elas fazem as suas rezas, as suas ladainhas, orações, e acendem incenso e colocam aquela boneca num altar. E são milhares e milhares de bonecas que é uma maneira de aplacar o peso da consciência ou de apagar por aquilo que acha ter sido um crime cometido. A boneca é de água exatamente porque representa um feto ainda em formação. Isso ocorre no Japão. Nos dez anos que passei na África, meu Deus, quantas vezes encontrei pessoa preocupadas me dizendo: Pastor será que vou pro céu? Será que Deus perdoa o meu pecado? Eu fiz aborto... Enfim, não quero entrar nos conceitos religiosos, mas gostaria de que o projeto fosse nós da Comissão fôssemos generosos suficientemente para contemplar também essas coisas. Nós sabemos que o aborto é uma coisa tão dura, tão difícil, tão complicada, se multiplicam as clínicas ilegais, e nós poderíamos evitar tudo isso se tivermos uma educação. Ou darmos às mulheres métodos de planejamento familiar que sejam da sua escolha.

Eu acho, embora seja autor da lei, que um DIU é muito mais recomendável. De repente em certos casos os contraceptivos orais. Defendo o uso do preservativo. Mas infelizmente a realidade dos nossos jovens, as paixões, o papel do sexo na mídia, hoje a juventude vive o tempo inteiro através da internet, dos cartazes, das revistas, sobre um constante bombardeio psicológico para terem uma vida sexual ativa. E com isso acabam moças engravidando e tendo dois, três filhos ainda na terna idade.

É por isso que eu acho que nós deveríamos nos debruçar sobre esse projeto, entendermos o projeto na sua intenção, na sua concepção, aprovarmos o projeto e assim contribuirmos para dar as nossas mulheres e homens mais uma opção que lhes possa garantir uma qualidade de vida mais segura, mais saudável, melhor. Muito obrigado Sr. Senador Papaléo Paes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella. Eu concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu sou médico, como o Papaléo Paes também, trabalhei 30 anos lá em Roraima, e juntamente com um colega nós fundamos o serviço lá no hospital público, lá de aconselhamento familiar. Não era assim de planejamento. Fundamos antes de 96 esse serviço. E lá o acesso é livre para todos fazerem. Mas em relação ao projeto nos temos aqui o projeto do Senador Marcelo Crivella. Uma coisa que eu sou contra seu projeto, Senador, é que se existiu a convivência, se existiu uma família constituída, um marido e uma esposa, tem que ser com a permissão do dois, não pode ser só de um. Nós temos um exemplo bem aqui do nosso lado que isso ocorre. Então tem que haver consentimento do casal. Isso aí eu vou ser contra esse item do seu projeto. Em relação à idade, baixar para 18 anos, eu também como médico e dentro da minha experiência...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Já é 18.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Já é 18 desde que tenha dois filhos. Mas se você tiver só um filho e quiser ligar com 18 você não liga. Só liga... pela lei. Com 25. Bom, depois vai me explicar isso direitinho.

Então, 18 anos dentro do nosso projeto atual eu já tenho a experiência de pessoas. Acho que primeiro que dificilmente um médico, médico consciente, faz uma ligadura antes dos 18 anos numa mulher. Até com 18 a gente tem dificuldade de fazer. Porque a gente tem alternativa. Você está casado com uma mulher que fez 18 anos, tem dois filhos, e o marido tem 20. Faz a vasectomia do que tem mais idade. Mas tem um grande obstáculo aí, é que o homem resiste muito a fazer vasectomia. É menos invasiva, menos perigosa, é menos complicada. Eu costumo dizer lá em Roraima, a gente graças a Deus lá já estamos vencendo mais essa barreira e já tem fila para fazer vasectomia. Era bom que não houvesse fila, que fosse atendido imediatamente. Mas ainda tem fila porque poucas pessoas se dedicam ao serviço. Mas o marido que faz a vasectomia é o marido que ama mais. Eu digo assim, o marido que ama mais a sua família faz a vasectomia. Porque a mulher não precisa ficar internada, não precisa abrir a barriga da mulher, não precisa tomar uma injeção dentro da coluna vertebral e o risco é muito menor. A pessoa faz a vasectomia, vai para casa na mesma hora. Não se interna. Vai para casa na mesma hora. Mas vasectomia e esterilização são processos assim radicais. Ele cita o caso do nosso campeão de reconstituição da terceira. Mas o percentual realmente estatístico é muito baixo. Eu não sei dizer, mas... Era 20% mais ou menos em vasectomia que conseguia.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A esposa dele não engravidou, o Estado do Rio de Janeiro acompanha com expectativa o sucesso da cirurgia.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Vou fazer essa pergunta ao Adson que ele está por dentro dos percentuais. Qual o percentual de sucesso na reconstituição? Tanto de vasectomia como de laqueadura. Certo?

SR. ADSON FRANÇA – Ele é variável das condições de saúde da pessoa, é variável exatamente do

procedimento para possibilidade de ter ou não uma pequena área de fibrose e aí depende de cada organismo, pessoas fazem cirurgias grandes não têm o mínimo de fibrose, e pessoas fazem... E tem. Pessoas negras fazem cirurgias e não tem quelóides. De repente fazem e tem.

Então, assim, tem uma revisão sistemática a nível mundial de que na media ela não está passando de 12%. Considerando as condições ideais. Então o rei do futebol, o Governador, etc, eles estão dentro de um contexto de uma série de condições ideais para a realização da reversibilidade.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – E da habilidade. O Sérgio Cabral vai operar com quem tem grande habilidade. Mas lá em Roraima, pelo País todo, com as pessoas comuns não existe disponível um médico de habilidade nesse sentido. Então a laqueadura e a vasectomia deve ser o último recurso a serem tomados. Agora, o Adson falou que de 10 anos, um DIU permanecer 10 anos na pessoa eu queria um esclarecimento maior sobre isso também.

SR. ADSON FRANÇA – A Organização Mundial de Saúde, o T de cobre e quando eu falo de T de cobre nós não estamos fazendo um merchandising de nenhuma empresa porque hoje o mais usado no mundo é o T de cobre 380. Você também tem outras formas associado com hormônios ou não. Também revisão sistemática realizada em 68 países e está no site Kroken(F) do Brasil, Kroken(F) Collaboration, Krokanion(F) ou na Organização Mundial de Saúde. Ou seja, a média desse DIU é uma média de segurança de oito a dez anos, sendo que de 8 anos com 53% e com 10 anos esse outro percentual. Então você trabalha com oito a dois anos considerando que não tenha tido intercorrências. Não tenha tido aí uma doença inflamatória, não tenha tido uma doença sexualmente transmissível, considerando uma saúde, considerando de que a mulher esteja fazendo regularmente, não tenha tido nesse processo um prurido, uma coceira fruto de um fluxo genital que tenha como base bactéria ou até mesmo uma situação de vírus.

Então, considerando as condições ideais, é essa a margem de segurança. No Brasil tem uma... Acompanhado pela UNICAMP 62 mulheres que tiraram o DIU com 13 anos. Ou seja, e com segurança. Um estudo dirigido não com o objetivo macro.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Outra pergunta em relação ao efeito do cobre sobre o espermatozóide. Comprovado.

SR. ADSON FRANÇA – O DIU não é abortivo. Ele vida exatamente a junção, encontro, a fecundação. Ele cria um ambiente dentro do útero que não permite a sobrevida de 72 horas que o espermatozóide precisaria ter em média, 72 a 96 horas, com isso não ocorre o encontro com o óvulo. O espermatozóide precisaria chegar à trompa para encontrar o óvulo, haver a fecundação aí para depois voltar e implantar no útero. Então vai ter tanta dificuldade, se ele passar para implantação por causa das condições do útero. Então nós estamos partindo do pressuposto de mulheres que não têm doença inflamatória pélvica, nós estamos partindo do pressuposto que essas mulheres não tiveram doença sexualmente transmissível. Que estão fazendo dupla proteção. Que uma coisa é o método anticoncepcional. Mas nós continuamos defendendo. O preservativo é fundamental para a preservação. E por fim, qualquer intercorrência o caso de retirar o DIU, tratar e colocar. O DIU só não é indicado para mulheres que nunca tiveram filho. Então por exemplo, para adolescente que nunca teve filho, nem pensar. Se o adolescente teve um ou dois, aí já pode ser indicado. Uma mulher que não teve filho não é indicado. Por quê? Porque você tem uma margem de 7% de risco do DIU ajudar ascender microorganismos e aí levar a uma gravidez ectópica num processo, levar uma doença inflamatória pélvica que pode levar a área de fibrose e esterilização. Então o DIU não é indicado, não é o melhor método de escolhas para mulheres que nunca tiveram filho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Senador Botelho, para nós darmos depois a seqüência correta na resposta, eu pediria que V.Exª fizesse as demais perguntas para serem respondidas até...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Em conjunto. Tá bom. Concluindo era assim, as mulheres que usam DIU levam a vida de prevenção e cuidados iguais às outras ou têm um cuidado mais acentuado? Eu gostaria que esclarecesse isso para o pessoal da TV Senado perceber também isso. Eu gostaria de deixar bem claro a minha posição aqui também. Eu acho que primeiro, o tempo de 60 dias que é exigido entre a decisão e a efetivação da fertilização pode ser até maior a gente no nosso serviço lá a gente em usa prática mais tempo. Outra coisa também é a mulher não pode tomar a decisão nem o casal de fazer a laqueadura ou vasectomia durante a gravidez. Essa decisão tem que ser anterior à gravidez. Isso é uma coisa que deve ser considerado que não fica claro aqui na lei, mas que na prática as melhores decisões são tomadas antes da gravidez. E que espero que o Ministério da Saúde realmente aumente a oferta de DIU porque DIU falta nos serviços, nos Estados e... Primeiro... Mesmo lugar onde tem, você falou, passou de 290 mil para 300 mil DIUs. Não sei se vai satisfazer, mas eu espero que aumente, se for o caso de aumentar. Porque nós temos é que fazer, o Governo tem que oferecer os processos

para as pessoas decidirem. Uma mulher de 16 anos, 18, 20, até de 24, às vezes eu duvido se está decisão, convicção. No momento que ela está vivendo bem com aquele marido está certo. Mas nós temos exemplos aqui do outro. Do homem. Casou outra vez, não é o seu, do colega, casou outra vez, voltou a decisão para trás, teve que refazer. Por isso se puder usar um processo reversível, usar pílula, DIU, camisinha, é melhor que use. A esterilização definitiva, laqueadura tubária ou vasectomia só deve ser tomada se houver plena convicção se você não quer ter mais filho mesmo. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Muito obrigado ao Senador Augusto Botelho. Então pela ordem nós poderemos começar as respostas através da Srª. Dulce Xavier, depois o Dr. Adson, dois dona... Então a senhora pode responder a todos. O que lhe couber. Tempo necessário para responder a todos com clareza.

SRA. DULCE XAVIER – Ok. Bom, eu acho importante retomar a idéia de que o planejamento familiar ele está dentro de um programa de atenção integral à saúde da mulher. Quer dizer, essa idéia de uma atenção integral à saúde da mulher prevê um atendimento das mulheres em todas as fases da vida e um atendimento que prevê a atenção à saúde, que prevê o acompanhamento, informação. Então essa coisa, essa questão do planejamento familiar eu acho que ele... Dentro da Lei de Planejamento Familiar está previsto a atenção à saúde, o acompanhamento, a educação sexual, a informação. Então acho que tudo isso está previsto dentro da Lei de Planejamento Familiar e acho que é uma luta antiga do movimento de mulheres é ter de fato acesso, que a população tenha acesso de fato e aí, assim, a gente fala em educação sexual na escola, acho que a Emenda, a mudança do projeto para garantir, para obrigar a educação sexual na escola eu acho que é muito importante porque é isso que a população espera. Quer dizer, é ter condições, as pessoas terem condições plenas não só com educação sexual, mas com a orientação para a vivencia dessa sexualidade, para que tomem decisões informadas, livres, mas que garantam a autonomia das pessoas em relação à maternidade. Porque o fato de colocar 18 anos e dois filhos significa que a pessoa que não tenha filhos, que queira utilizar a laqueadura não vai poder fazer isso. É uma decisão de cada um. Apesar de que eu acho que a maioria aqui concorda que laqueadura e vasectomia são coisas radicais. Extremas, que só deveriam ser utilizadas com muita segurança do que se quer. E sempre, claro, todos os métodos anticoncepcionais junto com a preocupação da prevenção da DST e Aids. Porque não é só a Aids que mata. Quer dizer, outras doenças sexualmente transmissíveis são tão graves quanto, por exemplo, o vírus HPV que é um dos... Que está presente na maioria absoluta dos casos de câncer de colo de útero. E que se transmite por via sexual.

Então, o uso de qualquer método anticoncepcional tem que ser acompanhada da preocupação da prevenção de doença sexualmente transmissível e Aids. Então falar em planejamento familiar eu acho que é reforçar todas essas políticas. E a gente no movimento de mulheres está falando também ultimamente em planejamento reprodutivo. Porque essa questão do planejamento familiar ela precisa ser ampliada considerando as pessoas que não têm uma vivência em família. Quer dizer, a gente tem jovens ou pessoas que estão vivendo sozinhas, mas que têm uma prática sexual, que tem uma atividade sexual e que necessariamente não estão... Não está na composição de uma família.

Então, a gente tem que pensar em planejamento reprodutivo que vai além da questão da discussão de uma família. Quer dizer, e eu acho que aqui a gente poderia também eu acho que é muito importante reforçar essa idéia do não... Da não obrigatoriedade do consentimento de um dos cônjuges para realizar a laqueadura. Porque o que a gente vê na prática é que o sistema de saúde, alguns profissionais de saúde exigem isso da mulher. Mas duvido que exijam do homem para realizar a vasectomia. Então mais uma vez isso recai sobre a mulher como uma necessidade de tutela para as mulheres resolver aquilo que ela quer fazer com o corpo dela. Então eu acho que suspender essa questão da obrigatoriedade da...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Dulce, esse machismo já vem de longe. Lembra da música do Odair José "pare de tomar a pílula..." O sujeito quer ter filho e depois não cuida. Depois não dá assistência. Você tem toda razão. A mulher tem que decidir o que vai ser feito com o seu corpo, sua gestação, ela que vai cuidar da criança. Então esse negócio de pare de tomar a pílula é coisa de machista que depois não cuida do filho.

SRA. DULCE XAVIER – Pois é, mas eu acho que essa questão da paternidade responsável é outra coisa que a gente precisa discutir quando a gente fala em planejamento. Se a gente não pode colocar a responsabilidade da questão da reprodução sobre os ombros das mulheres. A gente tem que incluir os homens nessa discussão. Mas eu acho muito importante a gente considerar essa não obrigatoriedade porque muitas mulheres inclusive não estão mais na companhia, estão sozinhas, tal, não tem o parceiro, e se ela

ficou viúva, por exemplo, a quem que ela vai recorrer para dar essa autorização?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Mas na lei atual não precisa de autorização. Só se você tiver um... A lei atual já permite fazer ser independente. Sim senhor.

SRA. DULCE XAVIER – Essa questão da lei é muito interessante porque alguns profissionais de saúde fazem os seus critérios. Fazem os seus critérios. E a gente tem problemas para ter acesso, para as mulheres terem acesso aos métodos contraceptivos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A lei atual, Botelho...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – § 5º da lei.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Não, não... O meu projeto ele tira a exigência. Atualmente a lei vigente exige a autorização tem que ser o consentimento mutuo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Na vigência da sociedade conjugal.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Exatamente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Na vigência. Se você tem marido ou mulher, tem que ter autorização. Se você não tem mulher, não tem marido, você pode fazer independente. Está separado, não tem problema. Pode fazer sozinho. Vocês têm que exigir do médico que leia o art. 5º da lei. É porque não estão lendo o artigo lá de baixo.

SRA. DULCE XAVIER – Acho que lêem sim. Mas acho que é uma questão de a gente empoderar as mulheres, trabalhar... eu acho que o mais importante a gente ter campanhas que informem a população. Que de fato garanta a informação sobre todas essas coisas que estão colocadas aí que a população não tem acesso. Que a população muitas vezes, assim, não tem a oportunidade de ir na unidade de saúde e passar por uma discussão de um grupo multidisciplinar que vai fazer o planejamento familiar porque esse grupo acontece a tarde e as pessoas estão trabalhando. Então como é que a gente garante o acesso à informação? Acho que essas coisas que são importantes. Garantir o acesso à informação, garantir educação sexual, garantir orientação sexual que vai além da educação. Acho que é uma discussão mais aprofundada quando a gente fala em orientação sexual e especialmente garantir as condições para essa mulher tomar a decisão. Porque como estávamos falando aqui, com 18 anos, e considerando que a maioria da nossa população em geral não tem acesso fácil à informação, a gente pode imaginar que os jovens também não tenha essa condição plena para tomar decisões. Então eu volto a defender que a gente não... Que o projeto não seja modificado em relação a isso, para que de fato as pessoas só tenham acesso a laqueadura e vasectomia com plena consciência, com plena informação, com plena condição de depois não se arrepender e voltar atrás e ter que recorrer novamente a outro processo cirúrgico que em geral é muito difícil. E acho que é importante a gente dizer que nós estamos falando aqui de acesso a laqueadura e acesso a métodos contraceptivos para população com menos recurso. Para a população que precisa do sistema público de saúde. Porque muitas pessoas que recorrem aí para reverter laqueadura, para reverter vasectomia são pessoas que têm condições financeiras para isso. (Soa a campainha) Quem não tem condições financeiras tem dificuldade até para fazer a laqueadura ou vasectomia quanto mais para fazer a reversão.

Então, garantir a informação, garantir meios para que as pessoas possam ter condição de tomar decisão consciente. Eu também queria também levantar mais alguma coisa em relação à fala sobre os jovens que muitas vezes as jovens engravidam de homens adultos. Então, as jovens engravidam de homens adultos, e muitas vezes recai sobre a mulher essa responsabilidade de pensar se ela vai fazer laqueadura, se vai colocar o DIU, não sei o que. E sempre a gente faz uma fala de que o jovem não tem consciência, o jovem é que precisa de informação. Acho que toda a população precisa de informação. Toda a população precisa de informação e a gente tem que incluir os homens nisso. Porque muitas vezes esses jovens que engravidam, engravidam de homens adultos que não estão assumindo a sua parte na responsabilidade de discutir como é que vai planejar a reprodução. Então fica mais uma vez recaindo sobre as meninas nesse caso as meninas e que podem colocar inclusive a saúde delas em risco. Porque fazer uma laqueadura com 18 anos a gente não sabe, gostaria até de perguntar aqui para os médicos presentes, o que pode significar para a saúde de uma adolescente de 18 anos fazer uma laqueadura. Que implicações isso tem para o futuro da saúde dela? Que acho que são coisas importantes para a gente pensar. Assim como é importante a gente pensar a questão da contracepção de emergências que é uma dose alta de hormônios que a gente sempre procura enfatizar que é de emergências, que deve-se usar outro método anticoncepcional sistematicamente, que esse é um recurso importante e deve estar disponível, mas que a carga de hormônios também pode causar problemas se for usado constantemente. A mesma coisa a gente deve pensar na saúde das jovens em relação à realização de uma laqueadura com 18 anos.

Então acho que por isso é importante a gente enfatizar que a gente em relação a essa questão de 18 anos não deveria reduzir esse prazo e não deveria facilitar, tornar essa prática uma prática tão simples de fazer. Mas sempre ligada a uma preocupação de informação e de garantia de saúde das mulheres e especialmente das mulheres jovens.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Muito obrigado à senhora e passo a palavra à Srª. Roseane Souza.

SRA. ROSEANE BARRETO S. DE SOUZA – Quando o Flávio fala sobre... Onde você mora que tem uma favela perto que tem pessoas com 16 anos que tem 2 a 3 filhos e a gente desenvolve um trabalho com um grupo de mulheres índias, lá na Baía da Traição, na Paraíba, e lá tivemos casos de meninas com 14 anos com três filhos que não sabia, não tinha conhecimento que um preservativo poderia evitar uma gravidez. E a gente vê aí quais são as ações que o Ministério da Saúde tem na questão de prevenção no uso do preservativo feminino que está aí no comércio, está aí sendo distribuído e não tem uma preparação, não tem uma divulgação. Os agentes de saúde não estão preparados para incentivar as mulheres no uso e lá na nossa instituição está ficando um ponto de referência de distribuição de preservativos. Porque se deslocam até os postos de saúde e lá não têm as informações corretas de uso, não tem demonstração e nós fazemos tudo isso. Quer dizer, é uma preocupação grande na nossa comunidade e assim, para que isso não seja um trabalho direcionado às ONGs que o Ministério da Saúde está aí, tem profissionais, tem verbas, e poderia ser mais direcionado a isso. Também desenvolvemos lá palestras nos colégios sobre sexualidade, gênero, o uso do preservativo, e as meninas quando a gente está na sala de aula, nenhuma quer pegar preservativo. Quando a gente sai, somos abordadas, pede ponto de referência onde é a instituição, perguntam se a gente abre a noite para pegar os preservativo, guarda em locais que a mãe não tem acesso. Quer dizer, está faltando mesmo é o investimento na questão da prevenção e na educação sexual mesmo. Aí é um incentivo aos adolescentes transar? Não. Mas estamos sabendo que estão transando aí a toda maneira, de maneira errada por falta de orientação. E é uma preocupação muito grande quando fala nessa questão da laqueadura. Porque eu, assim, pessoalmente eu acho que uma pessoa com 18 anos não está preparada para tomar uma decisão tão importante que depois venha trazer danos e assim, como o excelentíssimo ali falou, no caso que o rapaz fez a laqueadura, a vasectomia, depois desligou de novo. Depois fez. E no caso da mulher? Se a mulher tivesse feito a laqueadura, tivesse trocado de parceiro. Como seria? Encerro minha fala com isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Muito obrigado a senhora e passo a palavra ao Dr. Adson França para responder as perguntas solicitadas.

SR. ADSON FRANÇA – Obrigado, Senador Papaléo. Primeiro uma ponderação em relação as reflexões do Senador, reflexões importantes do Senador Botelho, de Roraima, nessa questão como esclarecimento, como mais uma informação somos colegas mais por estarmos nesse momento a gente não está clinicando, tem até uma brincadeira de uma criança de dez anos no Rio de Janeiro que o pai é médico sai de branco todo dia, a mãe é médica, mas é pesquisadora vai para o IFF leva para área de gestão, assenta numa mesa, aí a mãe perguntou, "e aí minha filha, você quer ser o que quando crescer?" Uma grande cientista lá no Rio. "Minha mãe eu quero ser médica, mas eu não quero ser médica de escritório como a senhora, não. Quero ser como meu pai". (risos) Então eu queria dizer que há cinco anos estou no Ministério como médico de escritório. Mas depois a gente volta para a clínica. Mas mesmo como médico de escritório a gente é obrigado a estar mais atualizado com as pesquisas na gestão e tal. Então essas pesquisas em relação ao DIU, o DIU você precisa colocar o DIU, imediatamente você precisa fazer um ultra-som e deve pedir a mulher naquele período antes do ultra-som que se tiver relação sexual com o parceiro estável use preservativo. Se não for parceiro estável ela deve usar sempre o preservativo. Mas se for o companheiro, se ela optar por não usar o preservativo, aí é até um direito dela. Mas ela teria que fazer a ecografia para ver o DIU. A mesma coisa a laqueadura tubária que você precisa de 30 dias na laqueadura tubária e na vasectomia de uso de preservativo. Porque você pode ter alguma possibilidade de engravidar. Você tem um percentual que varia de 6 a 8% na vasectomia e uma possibilidade de 2 a 5% na laqueadura se não usar o preservativo nos 30 primeiros dias pós o procedimento cirúrgico.

No caso do DIU, se não tem nenhuma intercorrência, no processo que ela faz a avaliação do preventivo, e hoje já tem uma norma da Organização Mundial de Saúde que uma mulher que não tem fatores de risco, que ela fez três preservativos... Desculpe, preventivos, seqüenciados, três Papanicolau, ela só precisa fazer um a cada três anos. Que de vez em quando um ou outro ginecologista diz aí: O Ministério da Saúde está propondo acabar com o preventivo, quer fazer de três em três anos. Não. Isso é pesquisa, é ciência da Organização Mundial de Saúde. Se a mulher fizer dois ou três seguidos normais e não tiver relação sexual sem

preservativo, ou seja, se ela não tiver intercorrência, se ela não tiver nenhuma infecção, ela pode espaçar esse preventivo Papanicolau porque as células neoplásicas a malignidade não se desenvolve com tanta rapidez. Mas fechando isso, então, o acompanhamento do DIU pode ser feito nessa consulta de rotina se ela não teve intercorrência. Então na consulta de rotina o médico e a médica pode pedir uma ecografia para ver se o DIU está no local. Se ela não teve dor, se ela não teve nenhum incômodo nesse período, o DIU, a ecografia vai ver exatamente como é que está a ecogenicidade do dispositivo intra-uterino. Como ele é de cobre, se ele tiver mais ecogênico, mais branco na hora da ecografia, é porque está bem. Se ele tiver localizado até dois centímetros do fundo uterino aquilo é o lugar. Se ele baixou de dois, é porque ele está descendo e aí aumenta o risco de gravidez. Então é isso.

Segundo ponderações do Senador Arns, Senador, sobre as preocupações em relação ao anticoncepcional, a pílulas e a medicação e estrutura do SUS. O senhor é um Senador, é uma pessoa que eu respeito muito e que tem um profundo conhecimento do SUS, das dificuldades e das limitações e das reflexões. No caso de qualquer medicamento, é preciso ser com orientação médica. E o SUS está garantindo isso. Senador Papaléo. Ou seja, nenhuma mulher pega hoje no SUS uma cartela sem ter sido examinada pelo médico.

Então, se a mulher com tromboembolismo, com fatores de risco familiar, fatores cardíacos ou uma mulher que tem história familiar de neoplasia maligna, câncer de mama e pegar um anticoncepcional e tal sem um médico, o médico prescrever, ele está sendo imprudente. Imprudente. Ou seja, é um médico que está equivocado nessa prescrição. É algo muito claro. No caso de câncer de mama, aumenta-se o risco muito grande do... Se ela tem especialmente fator de risco, a mãe já teve câncer de mama ou a avó e se ela usa anticoncepcional, aí o risco aumenta muito. Então o SUS tem normas técnicas. Eu estou olhando para a companheiro Enio, Secretário-Geral do CONASEMS, a gente tem construído junto com o Conselho Nacional dos Secretários Municipais de saúde, esse SUS. Quer dizer, esse SUS só vai dar certo especialmente com a força do Município. Com o processo de municipalização e o Município, claro, recebendo recursos e tendo condições de fazer tudo que se pode. Então esse é um dos desafios do CONASEMS junto aos profissionais de saúde também para eles cumpram as normas técnicas e protocolos do Ministério. Porque normas e protocolo nós temos muitos. O problema às vezes é o profissional cumprir. É o profissional pegar a norma e colocar em prática. Você tem toda uma norma de orientação para laqueadura, para vasectomia. Nem todos os profissionais cumprem. O Senador Augusto Botelho sabe do que eu estou falando. Você tem normas para atendimento a mulher em situações de violência. Nem todo profissional cumpre. O profissional diz não, eu vou fazer como eu quero. Mas não dá mais para fazer como eu quero. O achismo, a medicina com base na minha experiência pessoal. Isso é coisa do passado. Hoje a gente tem que levar em conta as melhores evidências científicas, as normas técnicas, os protocolos porque foram construídos no processo rico e não essa do achismo. No caso do achismo, e no caso da forma de fazer, então aí é preocupante quando alguns médicos vão na linha de prescrever equivocadamente o anticoncepcional oral.

A estrutura. Nós temos estrutura para a distribuição dos 50 milhões de cartelas, Senador Arns? Veja só, nós compramos em 2005 20 milhões de cartelas. E agora fizemos um cálculo que é um cálculo que nós temos 31 milhões de mulheres no Brasil em idade fértil. Dessas, 70% usam o SUS. Desses 70%, segundo a PNDES de 1996, está longe, mas a gente tem que basear no que tem, até para o termo de licitação sair correto e não ter problema com o Tribunal de Contas, ou seja, a coerência é de que nós temos que cobrir pelo menos mais 70%. Então nós precisamos desse quantitativo. E a distribuição do Ministério é uma média de 7.5 cartelas por mulher/ano. Que o ideal é 12. Você tem 12 anos. Mas se ainda não está. Dispositivo intra-uterino, Senador Botelho, precisamos aumentar. A idéia é dobrar. Nós vamos a 600 mil até, (soa a campainha) vamos dizer assim, meados do ano que vem, março, abril, até lá a gente está com 600 mil comprando dispositivo intra-uterino. Então isso é assim como informação. Agora, o dispositivo intra-uterino qual é a dificuldade? Que aí o próprio Enio do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde tem refletido com a gente. É porque você não tem profissionais ainda qualificados. Esse País é extremamente heterogêneo. E as senhoras e os senhores, grandes legisladores, esse País tem 270 mil cidades com mais de 100 mil habitantes. Esse País tem apenas 16 cidades com mais de 500 mil habitantes. Esse País tem 436 cidades com menos de 30 mil habitantes.

Então, é complexo. E você tem aí em torno de 1.000 Municípios entre 60 e cento e poucos mil habitantes. Então você encontrar urologistas para todos esses Municípios que tem habilidade em fazer vasectomia, não é simples. Você ter uma estrutura nesses Municípios para que faça tudo que nós precisamos, então aí entra o problema. Nós temos carência de médicos ou pelo menos má distribuição. Tem regiões do País que sobra médico e tem região que falta. Nós temos escolas e aí vocês estão com esse debate aqui no

Senado. Escolas médicas abre mais, não abre mais, fecha as que não estão qualificadas... Então é toda uma discussão de profissional que o SUS está tendo. A Lena Peres, diretora adjunta do departamento que a gente trabalha, que a gente está na direção também de ações programáticas, vem fazendo essas reflexões. Ou seja, do SUS, o SUS precisa melhorar a quantidade de profissionais. Nós precisamos qualificar melhor os profissionais. Porque não adianta boas normas, boas leis, e se você não tem um profissional lá na ponta. Se você não tem interiorização do profissional. Se você não tem o profissional no norte e nordeste brasileiro. Então você define coisas boas, leis boas, normas boas, mas e aí? Sem o profissional não dá. E outra questão que ela também faz uma reflexão interessante que a gente tem discutido, é que a gente está tão acostumado a ver os aspectos negativos do SUS que às vezes a gente esquece coisas boas.

Então, nós temos ainda muitas limitações. Nós temos que melhorar a estrutura. Não temos estrutura ainda para vasectomia em todos os lugares. Acho que foi uma reflexão do Senador Crivella. Não temos. Mas estamos em processo. Mas, por outro lado, Dulce também está certa. Nós não temos estrutura para a reversibilidade. E aí não é culpa do Ministério. É um processo, é SUS, é a situação do País. Você tem serviços que fazem reversibilidade ligados a hospitais universitários, mas você não tem serviços em larga escala para reversibilidade.

Então, a reversibilidade da esterilização cirúrgica ela é muito complexa também por isso. A lei diz de 96 que os serviços devem ser montados. Mas entre você ter a lei e conseguir é outra. Nós temos uma lei importante agora, a lei da garantia do acompanhante no trabalho de parto e com a mulher. Nós temos 5.564 Municípios, nós só conseguimos até agora mais ou menos quinhentos e poucos Municípios garantindo o acompanhante. O Ministério vai liberar recursos. Então são essas dificuldades entre o desejo e a prática. Mas todos vocês, grandes legisladores, estão aí fazendo a parte de vocês e nós no Ministério buscando fazer e a sociedade civil também fazer.

Na linha de conclusão, vejamos algumas ponderações do Senador Crivella. O Senador Crivella é extremamente generoso, extremamente cordato, polido, e aí ele merece todos os presentes de hoje, do aniversário. E fala com causa dessa temática e desses projetos. E aí eu vou fazer um pedido a ele. Nós vamos dar todos os presentes do aniversário que ele merece hoje, e ele vai nos dar um presente, que é tirar esse artigo da diminuição da idade. Porque é um artigo, Senador, que causa uma complexidade nesse País, uma confusão, uma possibilidade de rotulação que é assim, é o Senador Crivella que patrocinou, que pode ser feito laqueadura tubária a partir dos 18 anos. A intenção do Senador é a melhor, mas entre a intenção e o que pode acontecer no País, nos preocupa muito. Vejamos, Senador, hoje a lei permite que uma mulher que não tenha a chamada maioridade penal, profissional, maioridade civil, um profissional de saúde faça a laqueadura. Mas Senador, eu estou já na oitava reunião com o Conselho Federal de Medicina representando o Ministério na Plenária. Tem um levantamento do Conselho Federal de Medicina que os médicos hoje no Brasil tem um medo violento, depois da CPI da laqueadura tubária de fazer qualquer laqueadura tubária se a mulher não tiver 25 anos.

Então, o que a lei diz, o que ele está certo. Mas do ponto de vista prático, eu diria assim que se a gente pedir ao Conselho, eles estão concluindo uma pesquisa, essa pesquisa quando sair nós não vamos ter aí... Nós não vamos chegar a 5% de médico nos últimos anos que fez uma laqueadura com mulher com menos de 25 anos. Ou seja, o medo é muito grande. Nós tivemos CPI em vários lugares. (soa a campainha) Na Bahia, no Maranhão, no Pará, aquelas questões de laqueadura tubária para ganhar voto, tivemos laqueadura tubária com indígena na Bahia, com indígena no Pará, com indígena no Amazonas. Então os médicos estão assim.

Então, mesmo que a lei abra espaço para fazer laqueadura, os médicos não estão fazendo, não. Estou errado, Senador Botelho? É claro que não sou dono da verdade. A gente vai atrás da pesquisa. Não tem feito. Os médicos não têm feito. E para nós com serviço do Ministério, a gente tem um balanço de idade tal não vem aparecendo com menos de 25. Ou seja, tem um medo aí. Então o receio nosso é que de repente com 18 pode, aí a coisa dificulta.

Então é esse pedido no aniversário do Senador. E quanto às ponderações dele, preocupações quanto o aborto, é verdade. Nós não diminuiremos aborto nesse País se não melhorar o planejamento familiar. E nós queremos diminuir aborto nesse País com duas formas. Acabar com aborto clandestino, ou vamos dizer assim, inseguro que leva a morte da mulher, ou pelo menos acabar com a lei que prende a mulher, que... E ao mesmo tempo ampliar o planejamento familiar. Nos países onde a lei foi flexível e teve planejamento familiar, a mortalidade materna, Senador Papaléo, foi lá para baixo. A mortalidade materna em Nova York e a mortalidade paterna em 18 países da Europa ocidental caiu profundamente. Planejamento familiar assinado, associado a acabar com a penalização. Por outro lado, vejamos o exemplo da Rússia, acabou a penalização, mas não teve planejamento familiar. A mortalidade ma-

terna não caiu. Então a maternidade materna na Rússia está estável. É o único exemplo. Ou seja, planejamento familiar tem importância para vários aspectos, dentro do contexto que a Dulce diz. Atenção integral à saúde da mulher, e dentro dessa visão de direitos sexuais reprodutivos com essa visão mesmo de planejamento reprodutivo. Muito obrigado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, só eu gostaria que o Dr. Adson abordasse, a visão dele sobre o aconselhamento genético no planejamento familiar.

SR. ADSON FRANÇA – Nós estamos discutindo. Eu seria prematuro dizer... Ou seja, ter uma opinião mais conclusiva. Existem preocupações em relação a estrutura do SUS a essas questões todas. Mas acho de que é uma questão que a gente deve aprofundar, deve levar a sério, eu acho que é bem-vindo esse debate.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero dizer que acerca de dois a três anos, já, nós fizemos um Grupo de Trabalho aqui decorrente da Subcomissão de Saúde que existe na Comissão de Assuntos Sociais, e a informação que eu tenho... Até o senhor poderia olhar lá no Ministério também, a informação que eu tenho é que os estudos desse Grupo de Trabalho estariam concluídos para a inclusão da genética clínica nos serviços do SUS no Brasil. E que isso estaria dependendo de uma autorização do Ministro para... E eu acho que para as famílias que querem pensar sobre a possibilidade de... Do risco de terem um filho, filha, com alguma dificuldade, alguma deficiência, eu acho que isso é um elemento fundamental nesta questão do planejamento.

Então, pelas informações de que dispomos, o estudo está pronto, está disponível para ser apreciado e é um trabalho já mais antigo. Nós estamos inclusive fazendo essa discussão com a Agência Nacional de Saúde Suplementar, para que as pessoas tenham acesso a esses exames, como já tinham um tempo atrás, dois, três anos atrás e que agora está nesta consulta pública para serem reincluídos nos planos de saúde a possibilidade das pessoas também fazerem os exames na área da genética clínica.

SR. ADSON FRANÇA – Perfeito. Acho que é inclusão, é direito e não tenha dúvida, eu assumo o compromisso e no máximo nos próximos cinco, seis dias a gente vê no Ministério como é que anda esse processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Então eu agradeço aos palestrantes, Srª Dulce Xavier, membro do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, a Srª. Roseane Barreto de Souza, Coordenadora Executiva da Casa da Mulher Renascer Companheira, João Pessoa-Paraíba, ao Dr. Adson França, Coordenador do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde, agradecer ao Senador Flávio Arns, Senador Marcelo Crivella, Senador Cícero Lucena como autores do Requerimento, autor da lei, enfim, agradecer a todos que colaboraram e estão colaborando para que nós possamos tomar uma decisão correta para a sociedade que venha realmente solucionar e acabar com uma série de hipocrisias que acontecem na clandestinidade sobre questão de planejamento familiar. E lembrar também o senhor falou muito bem aqui na questão, nas campanhas políticas, que se vê até equipes, se forma equipes clandestinas para fazer esterilização em massa. E depois não sei se é questão de disputa política, de adversário, diz: Daqui a um ano espero que tu vai engravidar. Porque só fizeram cortar sua barriga e deram uns pontinhos... Então acabar com isso, levar a sério essa questão que é muito importante para a sociedade brasileira, para a saúde pública brasileira, para o nosso País. Agradecer toda a equipe da Comissão de Educação representada aqui pelo Júlio, e aos senhores presentes aqui que logicamente vieram participar e abrilhantar esta importante reunião.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, antes de concluir, V.Exª independente do meu presente de aniversário ou o presente que o Adson pediu, nós precisamos dar um presente ao povo brasileiro que é uma Lei de Planejamento Familiar que leva em consideração o direito da mulher de decidir tendo todas as informações necessárias para tomar uma decisão consciente. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Eu agradeço também a presença do Senador Mão Santa, Senador atuante e médico, e que realmente veio abrilhantar nossa reunião. Então está encerrada a presente reunião.

(Sessão encerrada às 12h38.)

Ata da 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 16ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de outubro de 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores

Flávio Arns, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, João Vicente Claudino, Neuto De Conto e Romeu Tuma reúne-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Wellington Salgado de Oliveira, Paulo Duque, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel e Raimundo Colombo. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Excelentíssimo Senhor Deputado Federal e Ex Senador, Marcondes Gadelha (PSB/PB). A presidência inicia a 1ª parte da reunião com a deliberação da pauta. **Item 01: Aditamento nº 01/07 ao Requerimento nº 020/07-CE ao nº 004/07 – SCTMC** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi, Marconi Perillo e Marisa Serrano, que "Em aditamento ao Requerimento nº 020/2007 – CE e nº 04/2007 – SCTMC, aprovado nesta Comissão em 17 de abril de 2007, e na Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, no dia 11 do mesmo mês e ano, com o objetivo de realizar Audiências Públicas para debater a regulamentação do art. 221 da Constituição Federal, cujo Projeto de Lei encontra-se em elaboração no âmbito do Poder Executivo, com suporte no Decreto de 17 de janeiro de 2006, requeiro, nos termos regimentais que , além da primeira Audiência, a segunda e, se necessário, as posteriores, também sejam em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte". O aditamento é aprovado. Prosseguindo a reunião, inicia-se a Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 20/07-CE e 04/07-SCTMC e Aditamento nº 01/07, de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi, Marconi Perillo e Marisa Serrano, que tem como objetivo discutir as "Propostas para a nova Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica, em especial, a regulamentação do art. 221 da Constituição Federal, que se encontra, atualmente, em elaboração no âmbito do Poder Executivo, com suporte no Decreto de 17 de janeiro de 2006 da Presidência da República". Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Laurindo Leal Filho, Professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – USP; Senhor Luis Cuza, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas – TelComp; Senhor André Barbosa Filho, Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República; Senhor Ethevaldo Siqueira, Jornalista (Colunista do Jornal " O Estado de São Paulo) e Especialista em Comunicação e Senhor Joaquim Carlos Carvalho, Coordenador Jurídico Nacional da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – ABRAÇO. Finda a exposição, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão e da Subcomissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi e Marconi Perillo, autores do Requerimento, Papaléo Paes e Augusto Botelho. A presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinqüenta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental declaro aberta a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 16ª Reunião Extraordinária da SubComissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Tudo isso tem que ser lido para ficar registrado nos arquivos para nas Atas saberem. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e a aprovação das mesmas. Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Nessa primeira parte da sessão, para atender o que determino o Regimento Interno do Senado Federal, coloco em votação o Aditamento nº 001 da Comissão da Educação, o Requerimento nº 020/07 da Comissão de Educação e o Aditamento nº 001 da SubComissão de Teatro, Música e Comunicação Social. Há o Requerimento 004/07, também dessa SubComissão, propondo que, além da primeira Audiência Pública destinada a debater proposta para a nova Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica, a segunda e se necessário as posteriores, também sejam realizadas em conjunto com esta Comissão. Os Senadores que estiverem de

acordo com esses Aditamentos permaneçam como estão. Está aprovado.

Como sabem os senhores e senhoras, a presente reunião atende a requerimentos de Aditamentos de autoria da Senadora Marisa Serrano e dos Senadores Sérgio Zambiasi e Marconi Perillo para a realização de Audiência Pública destinada a discutir proposta para a nova Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica e em especial a regulamentação do artigo 221 da Constituição Federal que se encontra atualmente em elaboração no âmbito do Poder Executivo, com suporte no Decreto de 17 de janeiro de 2006 da Presidência da República.

Dando início à Audiência, solicito ao secretário Júlio Linhares que traga os convidados que vão ser os nossos expositores no dia de hoje, que são os senhores Laurindo Leal Filho, Professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, Luis Cuza, André Barbosa Filho, Ethevaldo Siqueira e Joaquim Carlos Carvalho.

Considerando que hoje temos uma Mesa com cinco expositores, eu vou pedir que, dentro da medida do possível, os senhores expositores façam suas exposições no prazo de dez minutos. Obviamente, se for preciso um pouco mais, isso não será um problema, mas dentro do possível, se fecharmos em dez minutos, é possível terminar antes da uma e trinta, quando vai começar uma outra sessão nesta sala sobre Educação à Distância. Vamos ter aqui a reunião de uma entidade nacional de promoção do ensino à distância. Eu passo a palavra, portanto, dentro desse prazo, ao professor Laurindo Leal Filho que, eu repito, é Professor de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Professor Laurindo, o senhor tem a palavra.

SR. LAURINDO LEAL FILHO – Muito obrigado Senador Cristovam, eu agradeço o convite e espero poder nesse tempo que me é dado contribuir de alguma forma para o trabalho da Comissão no sentido de elaborar e contribuir para o Projeto de Lei da Lei Geral de Comunicação Social Eletrônica, que na minha opinião é algo que já se faz tardio no Brasil. O Estado deve à sociedade uma Lei de Comunicação Eletrônica de massa há muito tempo. A minha contribuição se dará a partir de uma experiência profissional e de uma experiência da militância política em torno da democratização da comunicação no Brasil. Eu tive a oportunidade de participar desde a década de 80 desses movimentos como jornalista, como integrante da Federação Nacional dos Jornalistas e, mais recentemente, a partir dos anos 90, em Organizações Não Governamentais que se criaram para discutir o papel da radiodifusão no país e especialmente da televisão. Me refiro à ONG TVer, criada em São Paulo em 1995, e posteriormente à campanha ética na TV que lidera a campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania", e esses movimentos revelaram, ainda que de maneira difusa, um forte sentimento de incômodo por parte de setores da sociedade com relação ao que os meios de comunicação, em especial os eletrônicos, oferecem em termos de informação, educação e entretenimento. Todas as pesquisas realizadas por estas organizações ou por elas divulgadas ressaltam a baixa qualidade dos serviços oferecidos pela maioria dos concessionários de radiodifusão do Brasil, e o remédio para esse mal estar difuso está justamente englobado no tema desta Audiência, a elaboração de uma Lei de Comunicação de Massa Eletrônica moderna e democrática. Diante de sua amplitude, torna-se impossível detalhá-la nesse espaço de tempo. Vou me restringir o que considero central: a necessidade de um regulador para a radiodifusão que possa, entre outras tarefas, exigir dos concessionários o respeito do que determina o artigo 221 da Constituição Federal, também objeto desta sessão.

Eu quero dizer, a minha experiência nessas Organizações Não Governamentais, é que quando elas surgem, e elas se tornam públicas para parte da sociedade, elas passam, ainda que informalmente, a exercer na prática, mas sem nenhum poder institucional, o papel desses órgãos reguladores que existem em vários países do mundo. Basta você publicar num jornal que existe um site, que existe uma organização que está preocupada com este problema, ele é imediatamente buscado por uma grande parte da população, o que demonstra a necessidade urgente não só da lei, como principalmente do órgão regulador. Eu incluo aí a experiência da pesquisa acadêmica e talvez a tarefa mais complexa para a elaboração da nova lei seja objetivar princípios que na aparência sejam altamente subjetivos, principalmente aqueles vinculados ao conteúdo das programações, quer dizer, quando se toca na questão do conteúdo a resposta é sempre de que é algo subjetivo, que o que é bom para um pode não ser bom para outro, o que é uma falácia, como provam alguns países no mundo que já têm legislações bastante objetivadas no sentido de regular o conteúdo do rádio e da televisão. E mais do que isso, a União Européia, no protocolo de Amsterdã, em 1997, diz que o sistema de radiodifusão está diretamente relacionado com as necessidades democráticas, sociais e culturais de cada sociedade e com a necessidade de preservar o pluralismo dos meios de comunicações. E eu completo: a garantia da diversidade é a pedra de toque do sistema. Sabemos que deixá-lo ao sabor das leis do

mercado, a concentração torna-se inevitável e o espaço público privatizado.

Cabe falar brevemente sobre esse conceito e como ele se viabiliza na prática. Não vou entrar aqui, por causa do tempo, no detalhadamente da atrofia do espaço público a partir do conceito de Habermas do espaço público organizado pelos meios de comunicação social, eles que num primeiro momento alargaram esse espaço público e, num segundo momento, pela lógica do sistema de organização capitalista das empresas, obviamente o atrofiaram, e hoje há cada vez menos autores no mundo atuando nesse setor que é um setor público. Ora, cabe ao Estado evitar que essa atrofia seja levada a limites dramáticos da uniformidade absoluta do pensamento, como infelizmente nós temos notado em alguns momentos, em alguns países, incluindo o Brasil.

Qual é a resposta, quais são as soluções do Estado e da sociedade para essa atrofia do espaço público? Bem, leis modernas, democráticas, que incluem a criação de órgãos reguladores, como é o caso da FCC nos Estados Unidos, da OFCOM no Reino Unido, do Conselho Superior de Audiovisual na França, da ERC em Portugal, todos países democráticos onde não se pode de maneira nenhuma dizer que há algum tipo de censura, mas que há órgãos reguladores que impõem algum tipo de controle a esse sistema de radiodifusão. Por exemplo, a FCC nos Estados Unidos tem, como uma de suas atribuições, repartir um bem raro, e eu acho isso importante, trata-se de um bem raro, finito e são privilegiados aqueles que têm o controle por algum tempo dessas concessões. Então cabe ao órgão regulador repartir esse bem de maneira justa em relação aos interesses da sociedade. Diz a FCC também que tem a obrigação de satisfazer o princípio do localismo, da regionalização, de otimizar o uso do espectro eletromagnético, de regulamentar a concorrência para evitar a concentração, ou seja, um controle rígido para evitar a propriedade cruzada dos meios de comunicação como nós temos aqui no Brasil, e a proteção, entre outras coisas, a proteção dos telespectadores, especialmente das crianças e dos adolescentes. No Canadá um dos objetivos é a continuidade, a permanência do serviço, ele não pode ficar ao compasso e ao sabor da situação empresarial de cada órgão. O órgão regulador tem que garantir a continuidade e a permanência do serviço, a igualdade, a universalidade do acesso, a promoção da cultura e da identidade do país. E vou à frente: na França a defesa do pluralismo da informação, a promoção da cultura nacional, a proteção ao cinema, a proteção da infância e do adolescente, atribuição do uso de freqüências, a concessão de outorgas. No Reino Unido, a OFCOM, que recentemente, há coisa de quatro anos, juntou quatro ou cinco órgãos reguladores num só para combinar a regulação das telecomunicações com a radiodifusão.

No Brasil nós fizemos exatamente o contrário, nós separamos as telecomunicações da radiodifusão, e é importante ressaltar que no Reino Unido, a OFCOM tem também o poder e a incumbência de regular a grade. Eu acho isso fundamental, eu estou tentando em dez minutos destacar alguns pontos que eu acho importantes. A regulação da grade, ou seja, tem o poder de manejar o espectro da programação com o objetivo de fazer com que o serviço seja prestado a toda a sociedade, que ele não seja repetitivo, que ele não seja uniforme em todas as emissoras, como infelizmente ocorre aqui no Brasil. A maioria só tem televisão por sinal aberto e quando assistem determinados horários, muda de canal para ver a mesma coisa. Mudam apenas os apresentadores, muda apenas o cenário, mas o formato é o mesmo. O órgão regulador tem a obrigação, no caso inglês e em alguns outros países, de exigir que no mesmo horário públicos diferentes sejam atendidos por este que é um serviço público.

Diz a lei na Inglaterra que numa democracia seria insatisfatório que o público tivesse só uma fonte de informação, entretenimento ou educação através do rádio e da televisão, ou seja, a televisão independente é uma efetiva ampliação de escolhas e não escolhas todas iguais, e os concessionários devem ser empresas rentáveis, competentes para sustentar-se e que exerçam competição por bons programas e não por Audiência.

Em 2002 a União Européia, numa das suas diretrizes diretivas sobre televisão (soa a campainha) promulgou um conjunto ... diz que, a Lei de 2002, essa Resolução, diz que um conjunto equilibrado de programações e canais generalistas e automáticos de todo o tipo de gêneros com o fim de atender as necessidades democráticas, sociais, culturais do conjunto dos cidadãos, garantindo o acesso à informação, cultura, educação e entretenimento de qualidade, e o órgão regulador, no caso inglês, aparece como o ordenador do serviço. Eu tive oportunidade de, na década de 90, acompanhar a concessão, e aí eu acho que é fundamental o papel dos órgãos reguladores no processo de outorga, porque é no processo de outorga que se definem os princípios e os serviços que serão aplicados pelos concessionários, que serão oferecidos pelos concessionários, e eu tive a oportunidade na década de 90, Sr. Senador, de acompanhar a outorga, o processo de outorga do terceiro canal mantido pela propaganda na Inglaterra, o Canal Cinco, a duas emissoras do ABC e três mantidas pela propaganda, e eu acompanhei, por

exemplo, um debate amplo que se deu no parlamento, no parlamento inglês, se deu na sociedade, se deu na mídia impressa, e até por órgãos, organizações da sociedade, que distribuíram à sociedade, e está aqui amplamente, as propostas dos quatro grupos finalizadas que estavam disputando aquela concessão, e há uma combinação entre o lance oferecido pelo aluguel da concessão, e não é apenas um pagamento inicial, é pelo aluguel ao longo do serviço daquela concessão do uso do bem público, combinado com uma proposta de programação bem detalhada: quanto tempo será dado para o jornalismo, para os documentários, para os programas infantis, que tipo de programa religioso será transmitido. E quatro grupos, grandes grupos finalistas, apresentaram estas propostas que foram amplamente debatidas pela sociedade.

Eu acho que é isto que nós necessitamos no Brasil, uma transparência para saber o que os grupos esperam fazer quando obtém do Estado uma concessão desse tipo de serviço público, e curiosamente, neste caso específico da Inglaterra, não ganhou o grupo que deu o maior lance financeiro, ganhou aquele que o órgão regulador julgava que estava apresentando uma proposta de programação que naquele momento era mais complementar e mais condizente ao que esperava parcela do público.

Fico por aqui na questão dos órgãos reguladores, tentei ressaltar a importância e a urgência da existência de um órgão regulador no Brasil, e vou concluir, não vou poder entrar por causa do tempo, eu tinha me preparado para vinte minutos, mas atendo à solicitação do Presidente, eu ia falar do órgão regulador e em seguida falar da objetivação do artigo 221 da Constituição, que eu acho o mais difícil do ponto de vista operacional, quer dizer, como você defender a criança e o adolescente, como você prestar serviços de qualidade, quer dizer, tudo isso a sociedade relativisa muito. De qualquer forma eu fui buscar em algumas experiências no exterior e mesmo em projetos existentes aqui no Brasil, avanços muito grandes nesse sentido que levam à objetivação. Claro que você não vai ter a objetivação absoluta, somos todos seres humanos e de oncicrazias(F), visão de mundo, diferenciadas. No entanto, você pode levar pelo menos a possibilidade de que os órgãos reguladores tenham alguns parâmetros para julgar as condições daqueles conteúdos, julgar a qualidade daqueles conteúdos. Portugal, agora em julho, recentemente, aprimorou a sua Lei de Televisão, a Lei de Broadcasting inglesa é renovada há cada cinco anos, o parlamento tem Comissões Permanentes acompanhando as modificações, não só tecnológicas, das quais o André gosta tanto, mas também das condições sociais, culturais da sociedade. É impossível o Brasil ter uma Lei de Comunicação de 1962 quando a televisão, aí é questão tecnológica, era em preto e branco, o videotape não havia chegado, sendo que nós estamos aí às vésperas da digitalização e a lei é a mesma. Mas, pior que isso, a sociedade, em 1962, 80% da população estava no campo, hoje inverteu. As condições culturais eram outras, a mini-saia ainda nem tinha surgido como moda, Senador, e nós temos a mesma lei, a mesma lei hoje. Então a par da conta dessas modificações, tanto tecnológicas como culturais e sociais, a Inglaterra renova, através do parlamento, revisa através do parlamento há cada cinco anos, a Lei de Broadcasting, que é uma boa referência em alguns aspectos para nós.

Posso falar de outra experiência recente, sabendo do risco político que corro, mas da importância da Lei de Responsabilidade Social em rádio e TV promulgada pela Venezuela, que é bastante interessante do ponto de vista da objetivação de certos conceitos. Em relação à regionalização, nós temos aqui na Casa, nesta Casa, em tramitação há tantos anos, o Projeto da Deputada Jandira Feghali. E mais, para concluir, como referência para esse debate da objetivação, o Projeto de Lei, que deve ter sido arquivado, já que ele não foi eleito, do ex-Deputado Marcos Rolim, do Rio Grande do Sul, que ele introduziu o Código de Ética de Programação Televisiva. Eu acho que ali, e ele se baseia muito na Lei do Broadcasting britânico, ali há uma série de elementos, eu poderia dar alguns destaques desses elementos, que serviriam muito bem para objetivar a legislação acerca da regulamentação do artigo 221. Dou alguns exemplos apresentados pelo Deputado Rolim: por exemplo, que as emissoras de televisão zelarão para que seus profissionais não contribuam para aumentar a angústia das pessoas que experimentam sofrimentos ou tragédias pessoais, importunando-as com solicitações de entrevistas ou gravações de imagem. Eu já vi repórter não sossegando enquanto a criança não chorava no vídeo, a partir de uma situação dramática. É este o cuidado que se pede aqui na lei. Por exemplo, que as emissoras de televisão não permitirão que imagens de crianças e adolescentes, em situação de sofrimento ou constrangimento, sejam divulgadas. No caso da divulgação ser imprescindível para a identificação de autoria ou prevenção de conduta tipificada pelo Código Penal ou de infração cominada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, deve-se zelar para que a identidade da criança ou do adolescente seja preservada do grande público. Há uma série de outros itens que eu destaquei aqui, depois passo passar para a Comissão, que poderiam muito bem auxiliar na regulamentação do artigo 221.

Com relação à discussão que é feita comumente, mas o que é violência, mas o que é sexo, sexo pode, que tipo de sexo? A Lei de Responsabilidade Social de Rádio e Televisão da República da Venezuela consegue fazer isso em vários aspectos, inclusive em sexo e em violência. Ele faz uma gradação das cenas de sexo que podem ser ilustrativas, educativas, de educação sexual, até pornográficas, há toda uma gradação e a partir dessa gradação você pode estabelecer horários de exibição. Vale o mesmo para situações de violência, vale o mesmo para questões de linguagem, enfim, não é impossível, só quero dar esse exemplo, não é impossível objetivar essas questões.

E agora, para finalizar mesmo, eu sei que há outros importantes ilustres convidados para falar, eu quero dizer que no caso brasileiro é fundamental que os contratos de concessão de outorga sejam precisos, sejam aprofundados, contextualizem amplamente essas questões da produção com relação a formatos, tempos da grade, e quando se firma este contrato o órgão regulador tem que passar a exigi-lo e a acompanhá-lo ao longo de toda a concessão. Portanto, quando houver qualquer tipo de sanção à emissora, ela jamais poderá alegar qualquer tipo de censura, uma vez que ela assinou um contrato ao receber a concessão, e esse contrato, por não ter sido cumprido em determinado momento, por não ter cumprido ela pode vir a ser sancionada.

Por exemplo, outras questões que poderiam estar presentes no contrato, isto poderia ser imediato: a presença de um ouvidor independente em todas as emissoras, de fácil acesso para o telespectador, para o público. Isso poderia ser uma obrigatoriedade na assinatura do contrato. A existência de bancos públicos para consulta. É inconcebível que uma concessão pública que armazena uma quantidade enorme de informações e de material não disponibilize esse material para o público, como fazem os jornais impressos. É muito difícil a Academia ter acesso a essas fontes importantíssimas de pesquisa.

A penúltima idéia que me ocorre aqui e que também tem já experiências no exterior, é a necessidade fundamental da alfabetização para a mídia. Nós precisamos que nestes contratos estas emissoras se comprometam junto com o Estado, junto com os órgãos públicos, a criar formas e a incentivar formas de que as crianças, os jovens, sejam gradativamente alfabetizados para a mídia. Com isso nós teremos pessoas cada vez mais críticas e mais conscientes eliminando qualquer possibilidade de censura, porque o próprio telespectador, o próprio cidadão terá condições de ele fazer o controle tendo esse tipo de alfabetização, esse tipo de ensinamento.

E, para terminar, é fundamental que as emissoras de rádio e televisão digam para o público, porque o público não sabe que elas são uma concessão pública, e coloquem no ar em determinados horários, em determinados momentos, este fato, que ela é uma concessão pública, que tem começo, meio e fim, que começou no dia tal e será concluída no dia tal. Só assim nós começaremos a ter uma discussão mais ampla na sociedade sobre o papel da radiodifusão como concessão pública no Brasil. Muito obrigado, Senador, desculpe por ter passado o tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não precisa pedir desculpas porque sua parte que excedeu foi extremamente ilustrativa e serviu para consolidar a sua fala.

SR. LAURINDO LEAL FILHO – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo a palavra ao Sr. Luis Cuza, que é Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas.

SR. LUIS CUZA – Muito obrigado aos Senadores, à Comissão, eu gostaria de agradecer por esta oportunidade de fazer comentários sobre este tema que é tão importante, um tema que se está discutindo muito não só no Brasil, mas também em muitos países do mundo. Por razão do tema ser tão amplo eu estarei focando bastante o aspecto de distribuição da comunicação social e eletrônica, especialmente Projeto de Lei 290, de Flexa Ribeiro.

Nossa Associação é uma Associação focada em aspectos para aumentar a competição e as ofertas nos serviços de telecomunicações. Está formada por de mais de quarenta operadoras grandes e pequenas e de todo o tipo: telefonia fixa, dados, TV por assinatura, celulares, voz sobre IP, é um conglomerado bastante significativo.

Para começar, sem dúvida essa discussão que está ocorrendo aqui no Brasil e no resto do mundo é um resultado de milhares de mudanças tecnológicas que hoje resultam em grandes oportunidades para os países que podem estabelecer suas regras de tal maneira a proteger o consumidor e ao mesmo tempo ampliar o acesso às comunicações que estão digitalizadas para que um menino, uma menina, em uma pequena cidade, possa acessar os arquivos de um museu em Paris sem ter que viajar. Sem dúvida são muitas mudanças tecnológicas e muitas que teriam sido padronizadas, como a questão do protocolo de IP, que já têm mais de vinte anos, já foi definida que vai ser protocolo para a comunicação eletrônica.

Os níveis de conhecimento e informação por parte da sociedade assumem proporções impensáveis no

passado, o que proporciona condições de participação social e política sem precedentes. Surge um novo consumidor, e não só os jovens, que multitarefa e que exige alternativas e interatividade, é de onde surgem muitos potenciais de novas oportunidades de negócio e também para crescimento social do país.

Eu vou focar neste Projeto de Lei, como mencionei, porque eu acho que é a melhor maneira de contribuir. O Projeto de Lei essencialmente tem quatro elementos: um é fomentar conteúdo brasileiro, apoiar geradoras legais de radiodifusão, eliminar barreiras obsoletas ao capital estrangeiro, atribuição de TV a cabo, e restringir concessionários (ininteligível) nos serviços de TV a cabo por dez anos.

A questão de fomentar conteúdo brasileiro é algo que é extremamente importante e precisa e está recebendo o foco do Congresso em sua totalidade e da sociedade, mas o conteúdo que é esse foco, sem dúvida o mais importante, precisa de uma distribuição ampla, e é parte do que eu vou falar hoje sobre a questão de como a assegurar essa pulverização de acesso a esse usuário. É muito importante apoiar o aumento na quantidade, diversidade e qualidade e conteúdo brasileiro. Se fala de quotas, se fala de diferentes maneiras de proteger o conteúdo brasileiro, mas, sem dúvida, o melhor é assegurando que a criatividade do brasileiro receba o apoio da sociedade, do Governo, para assegurar uma qualidade em que as pessoas querem ouvir, escutar ou olhar, não só no Brasil, mas também por aí afora, e as regras, sem dúvida, precisam respeitar o direito do consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, regras relativas à publicidade e restrições de transmissão de conteúdo ilegal. As regras também precisam explorar as novas possibilidades ofertadas pela revolução digital do conteúdo.

Sobre as regras para apoiar as geradoras locais de radiodifusão, regras de apoio às geradoras locais deveriam estimular novos modelos de negócios que reconhecem as mudanças tecnológicas e as novas necessidades dos consumidores. O consumidor está mudando, possibilidades novas precisam ser exploradas, identificar novas maneiras de distribuir conteúdo local e regional, inclusive sua exportação, não só as novelas, muito mais o Brasil tem que oferecer. Reconhecer o direito do consumidor a acessar a diversidade de informação em tempo real e em qualquer lugar. Lembro que agora, com os novos dispositivos sem fios e os fixos, se pode fazer quase qualquer coisa de qualquer ponto de onde exista a conexão. Procurar em não resultar em tiro no pé para as geradoras locais e com isso dizer que se tem que reconhecer que o mundo do consumidor mudou, as tecnologias mudaram, e agora é como assegurar que esse gerador local tenha maneira de explorar e manter o seu cliente e aumentar a sua receita, e as regras são eficientes para fomentar e não impedir o acesso do usuário a conteúdos que podem ser acessados em qualquer lugar do mundo.

Sobre a questão de eliminar barreiras obsoletas ao capital estrangeiro, eu acho que o Congresso já está chegando a um ponto de bastante consenso, que a tecnologia não deveria definir a participação de capital estrangeiro na distribuição. A distribuição precisa de muito capital, seja por cabo, por freqüências, por celulares, por satélite ou pela concessionária fixa, e é importante assegurar que todos possam investir e procurar dinheiro onde precisam, e o CADE definiu que não deverá existir, no ponto de vista de definição de mercado relevante, qualquer diferença em serviços de TV paga por tecnologia ou por meio de utilização.

Sobre a questão de restringir as concessionárias de (ininteligível) de local e no serviço de TV a cabo por dez anos, se entende que o objetivo deste Projeto de Lei é assegurar a pulverização de acessos ao cliente final, assegurar que tenham diferentes meios que podem escolher. Nossa pergunta seria que uma rescisão de dez anos aos serviços de TV a cabo pela (ininteligível) local é a melhor solução? Achamos que não.

Aquilo que queremos demonstrar é uma mudança pela tecnologia digital. Existem agora muitas diferentes maneiras de um cliente final receber os serviços de voz, dados ou de TV. Tradicionalmente deve ele (ininteligível). Mas isso mudou agora, agora isso se pode fazer via telefonia fixa, se pode fazer sem fio, por freqüências de MMDS, se vai poder fazer através de telefonia celular, de 3-G, se pode fazer por satélite, se pode fazer por TV a cabo e também por outras licenças de sem fio que estão chegando ao mercado e a ANATEL está em processo dos leilões.

O desafio que existe para o agora brasileiro hoje é assegurar que estes diferentes meios fiquem nas mãos de diferentes operadoras para assegurar que o cliente final vá ter opções de escolha. O que está ocorrendo agora no Brasil, infelizmente, ainda não está completado, mas é algo que está começando e está começando de uma maneira não tão positiva, é que as Companhias de telefonia fixa, as Concessionárias de telefonia fixa (soa a campainha), por exemplo, em São Paulo, estão comprando dos outros meios, por exemplo, estão comprando as Companhias de MMDS, já controlam uma boa porcentagem dos celulares, já estão obtendo licenças de satélite e estão tratando também de manter o monopólio nas licenças de *Aimax*(F), o controle de *Aimax(F)*. Se isso ocorre nas três regiões ou ainda em uma região, então o cliente, ao invés de ter uma, duas, três, quatro, cinco, seis opções, vai ter

uma ou duas só, e isso é algo que o Governo tem que definir, se é isso que querem apoiar.

O que está em jogo com essas compras, essas fusões bilionárias que estão nos jornais, é o controle de cliente, o controle do acesso local, é a última milha, e esse que é o desafio em qualquer lei que trate de comunicação social e eletrônica assegurar que esse cliente final tenha essas diferentes opções.

Eu queria demonstrar aqui que por esse controle que existe hoje na comunicação telefônica do Brasil estão altamente concentradas ainda dez anos depois da privatização, na telefonia fixa em média 92% estão nas mãos das concessionárias dessa região.

Como resultado também os custos de banda larga no Brasil, o Brasil ainda não tem banda larga, a banda larga ainda não chegou aqui, de dez megas e etc, estão a preços bastante altos e não tão acessíveis. Se você compara aqui na parte debaixo os preços por megabytes por segundo de velocidade de banda larga, você vê que em países como o Japão, Itália e etc, os preços são de dois a doze reais por megabytes. Em países como o Brasil, infelizmente, os preços são de trinta a cento e cinqüenta, duzentos e cinqüenta por megabytes. Isso é um custo alto para a produtividade do Brasil e um custo que é muito difícil para muitos estudantes e pequenas empresas poderem usar esse serviço que hoje é essencial.

Agora restringir as concessionárias há dez anos, por dez anos a prestar serviços de TV a cabo, achamos que pode ser a nova fórmula que se precisa. As soluções benéficas às sociedades precisam focar no problema principal: concentração e poder de mercado. Soluções precisam resultar em aumento de opções para o consumidor e atrações de novos investimentos que são mensuráveis. Pulverização na distribuição garante maior necessidade de conteúdo e aumenta a produção deste.

Sugestão. Ao invés de focar nesses dez anos, as sugestões de, do que disse A e B é focar na questão de poder de mercado significativo. Quando esse poder de mercado diminui o suficiente para ser definido pela ANATEL e pelo CADE, que tem um mercado competitivo, então se elimina esse tipo de restrições. Ou existem outras fórmulas, a Europa está usando fórmulas tipo de separação estrutural, separação funcional que podem também ... que deveriam ser consideradas no Brasil e possivelmente implementadas, a questão de assegurar que o cliente tenha mais de dois, três, quatro opções para os produtos de voz, TV e Internet.

Como final, existem grandes oportunidades para o país, eu acho que o Congresso, o Senado e a Câmara estão numa situação em que podem contribuir muito e assegurar que os benefícios da tecnologia cheguem ao consumidor final, e como diz aqui, as discussões do Senado oferecem oportunidades de definir políticas públicas que estimulam a quantidade, diversidade e qualidade do conteúdo nacional, que promovem benefícios sócio-econômicos ao país com novos investimentos e fomentam a expansão de banda larga, banda verdadeiramente larga a preços acessíveis. Muito obrigado por esta oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu agradeço ao Sr. Luis Cuza e passo a palavra ao André Barbosa Filho, que é Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República.

SR. ANDRÉ BARBOSA FILHO – Eu queria agradecer ao Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação e Cultura, a oportunidade de representar o Ministério Franklin Martins, eu sou assessor da Ministra Dilma Roussef para a área de comunicações e de comunicação de massa, representando o Brasil no Fórum da TV Digital desde o início do seu processo, em 2004, e também agora acompanhando os processos de escolha do rádio digital, nós estamos ainda nos estudos para a definição desse processo, e eu venho a essa Casa com muita honra trazer um pouco ... uma contribuição no sentido de discutir o cenário que nós estamos trabalhando, quer dizer, eu já sabia aquilo que os meus companheiros de Mesa, e até pela qualidade de cada um deles, iria se apegar a alguns temas de discussão dessa própria Casa e do Congresso como um todo em relação aos Projetos que estão sendo apresentados, o esforço que essa Casa tem feito em discutir esse tema tão importante, um tema tão oportuno, e dizer que o Executivo também não se furta a discutir esse tema, mas é necessário que alguém traga a contribuição sobre de que cenário estamos falando, qual é a realidade que nós vivemos hoje? E a gente chama, eu conversei isso com os dois Ministros, eu também sou da área acadêmica e, portanto, trago uma contribuição no sentido de procurar criar alguns parâmetros para tentar demonstrar esse cenário de uma forma que nos pareça uma contribuição mais precisa, e a gente chama essa contribuição de um estudo sobre a nova ordem tecnológica, o que é esta nova ordem tecnológica? Então se vocês me permitem, eu fiz um texto, gostaria de transmiti-los.

As atuais mudanças que se vislumbram dentro do cenário tecnológico são, pode se afirmar, a terceira grande transformação a ocorrer nas mídias de massa no palco da modernidade. A primeira, ocorrida ao longo do Século XIX, ao tempo das locomotivas a vapor e da popularização do jornal impresso, isso inclusive foi a primeira forte manifestações das mídias massivas, aliadas a editoras de livros e revistas em grande escala.

A mudança subseqüente diz respeito à introdução das transmissões pelas ondas artesianas, protagonizado pelo rádio em 1920 e pela televisão em 1939.

A terceira transformação acontece precisamente em nossos dias, envolvendo uma transição para a produção, armazenagem e distribuição de informações e entretenimento, estruturados em mídias digitais. Estão aí alicerçados os uso de rede mundial de computadores, a incipiente e ainda alvissareira televisão digital interativa e o uso das redes de banda larga para transmissão de dados, além das conexões baratas através de tecnologias e Internet Protocol IP e o Power Line Communication (PLC), que é através da rede elétrica, este último na verdade em fase ainda experimental. Essa realidade fantástica nas transmissões, aplicativas e terminais digitais nos remete ao mundo dos compact discs, os computadores multimídia, dos bancos de dados portáteis e das redes nacionais de fibras óticas, também das mensagens enviadas por terminais de última geração, páginas de web, podcasting, arquivos de dados compilados e transmitidos pela Internet para terminais portáteis e móveis. Toda esta parafernália tecnológica deveria estar ligada ao acesso individual à informação e ao conhecimento, mas essa posição é dependente do estilo das relações político-econômicas que sempre nortearam as decisões em nossa região.

Vamos a esse ponto nos permitir uma digressão. Os conceitos de progresso e desenvolvimento instituídos na América Latina, durante o século passado, recebeu nos anos 60 o reforço de ser agregado ao sentido de avanço objetivo ou, como nos propõe Martin-Barbeiro, um crescimento que encontraria seu expoente qualificável no crescimento econômico, na sua conseqüência natural da democracia política, uma equação que pode ser explicada como sendo a relação entre o aumento da produção, gerando aumento de consumo, conduzindo a uma distribuição mais generalista dos bens, gerando, assim, a democracia. Como diz Faletto, a democracia aparece como subproduto da modernização. Os fatos, entretanto, mostraram, ao longo dos últimos trinta anos, que esses conceitos aprofundaram as diferenças conceituais entre os diversos grupos ideológicos da contemporaneidade. Eles são provocados pela derrocada do princípio político da modernização geral, homologada pelo recrudescimento do regime totalitário nos anos 60, como também pelo crescente e grandioso endividamento constatado nas economias dos países latino-americanos nos anos 80. Isso vai gerar a quebra das barreiras nacionais, reduto contra a concentração capitalista, diminuindo, sobremaneira, a capacidade de intervenção do Estado na economia e nas políticas de desenvolvimento.

Passamos a viver o tempo da globalização. O Muniz Sodré, emérito professor, afirma que o termo indicativa nos primórdios da era moderna a possibilidade de utilização de novos instrumentos técnicos, permitindo os descobrimentos, assim como uma visão global da terra, assim como a expansão do capital. E emenda: agora, indica a interconexão de economias parceladas, nacionais e relevantes, por um novo *modus operandi* e com o auxílio de novíssimas tecnologias integradoras. Miguel de Moragas Spa, pesquisador catalão, assinala que as novas tecnologias da informação, informática, fibra ótica, satélite, bancos de dados, estão reforçando a divisão entre a informação e a cultura, voltada para o entretenimento das grandes massas. Isso pode ser entendido como a nova maneira de se perceber a comunicação pelos indivíduos a partir da oferta daquelas tecnologias integradoras de que fala o Muniz Sodré e de comportamentos diferenciados que implicam em ações compartilhadas à distância, não mais presencialmente, pois se inscrevem numa informação que eles dizem aquilo que realmente lhes interessa para os seus negócios, seus trabalhos e suas investigações.

Essa nova relação com os meios massivos causados pela oferta de terminais variados, dotados de uma gama crescente de usabilidades e com que escala de programação global são oferecidos a miúde a preços palatáveis para as diferenças faixas da população, tornam o acesso à informação presumivelmente mais democrático e com características inovadoras de atender as demandas individuais.

Já em 1995 o professor Renato Ortiz definia as relações entre tempo de intersecção, no início do século XXI, a partir da constatação da existência de duas tradições: uma tradicional, que conhecemos tão bem na América Latina e que se associa à cultura popular, e outra mais recente que começamos a conhecer, a tradição ligada pela modernidade. Nesse sentido, a relação entre tradicional e a moderna tradição redefine os termos, inclusive o conceito que tínhamos de popular, que agora não mais possui o mesmo significado. Sobre o termo, acompanhamos a expressão de novo do professor Muniz Sodré: no significado da palavra globalização está primeiramente implicada a idéia de planetarização, etimologicamente advinda do grego plakso, que significa nivelamento ou aplastamento das diferenças. Aprofundamento ... está aprofundando, desculpe, a questão da desterritorialização da cultura. Matelar expontifica(F) de alguma maneira essas tipologias de alvo, salva fronteiras, só fazem confirmar um desequilíbrio estrutural.

A proliferação dos símbolos ubliquitários(F) da cultura global e a diminuição da proporção dos be-

neficiários reais das mercadorias e do estilo de vida, como é exibida pelos seus defensores, reporta-se ao documento publicado pelo Banco Mundial em 1996, intitulado *"In crise internect conective in subsa área na África"*(F). A autora acrescenta que o discurso dos autores do documento oscila entre expectativas radiosas da revolução da informação, que oferece uma ocasião ímpar de dar um salto para o futuro, rompendo dessa maneira com décadas de estagnação e declínio, ou as mornas perspectivas para os países que não surfarão sobre esta grande onda de mudanças tecnológicas e estão arriscados a serem varridos por elas.

Para realizar o que de fato é o conceito que queremos apresentar, formalizado com o título de "Nova Ordem Tecnológica", algumas questões devem ser clarificadas dentre esse verdadeiro caos de nomenclaturas, definições, apropriações e contextualizações. Não podemos correr o risco de ver o termo utilizado para reforçar a tese da neutralidade tecnológica ou do reducionismo da panacéia tecnológica. Canclíni(F) pondera que não foram tantas revoluções sociais, nem o estudo das culturas populares, nem a sensibilidade excepcional de alguns movimentos alternativos na política e na arte, quanto o crescimento vertiginoso das tecnológicas (soa a campainha) audiovisuais de comunicação que tornou patente como vinha mudando desde o século passado o desenvolvimento do público em exercício da cidadania. Refletindo sobre as mudanças do cenário cultura ele registra cinco processos diferenciados. Um redimensionamento das instituições e dos circuitos de exercício público, o que significa o enfraquecimento do poder dos órgãos locais e nacionais diante dos conglomerados empresariais transnacionais. A reformulação dos padrões de assentamentos e convivência urbanos, uma migração dos vetores de interesse dos indivíduos a partir das localidades de assentamento e convivência, entendidas aqui como os bairros em todos os grandes centros para os locais de estudo, trabalho e consumo, geralmente localizados em redutos distantes daqueles pontos, reduzindo sua permanência em lugar de origem. A reelaboração do que é próprio, devido à preponderância dos bens e mensagens provenientes de uma economia e cultura globalizadas, subgeradas na cidade, bairro, localidades a que pertence. A conseqüência redefinição do senso de pertencimento e identidade, cenário na calcável cada vez menos atitude de defesa do interesse e característica culturais locais ou nacionais em relação às opções comportamentais que reproduzem atitudes provenientes da comunidade transnacional e que se observa na atitude dos jovens diante do rock and roll e das audiências que acompanham programas de redes internacionais de TV. A transformação do cidadão interessado participativo, membro ativo de sua comunidade e representante da opinião pública, é um cidadão interessado em desfrutar de uma certa qualidade de vida. A computadorização e a automatização da indústria desobriga os indivíduos de atividades manuais e do convívio com chefes, capatazes e com a própria família. O surgimento de novas comunidades voluntárias de indivíduos não necessariamente vivendo perto uma da outra, que emergem a partir dos interesses especiais compartilhados e da crescente interconectividade permitida pelos novos meios eletrônicos. A auto-atualização com empreendimentos crescentemente avaliados em relação às metas determinadas pessoalmente, de interesses especiais, além das atividades ocupacionais.

Ainda podemos imaginar que esses grandes Projetos podem estar calcados em algumas premissas que queriam seu contorno preciso e que para a qual podemos imaginar que seria o conceito de nova ordem tecnológica observado. A universalização do acesso aos meios, ferramentas, conteúdos e saberes da sociedade do conhecimento, mediante o uso intensivo das tecnologias das informações e da comunicação, objetivando diminuir as desigualdades sociais. A inclusão digital através do uso discriminado de ferramentas digitais, do conhecimento das linguagens utilizadas, da capacitação do indivíduo no sentido da apropriação do conhecimento, da construção e desconstrução dos conteúdos e da aplicação dos seus resultados em processos interativos.

A condução dos países em desenvolvimento a processo de pesquisa e desenvolvimento tecnológico integrados que permitam a criação de centros experimentais de excelência, com vistas a torná-los referência em alguns setores de vanguarda e tecnologia digital.

Uma política específica para a área educacional, através da oferta de centros informatizados em cada escola, conectados em banda larga e apoiados por programas de reciclagem dos professores, diante das necessidades de domínio do uso dos aplicativos e sua inserção programática, assim como disciplinas que discutam e ensinem sobre a educação para a mídia, independente do suporte tecnológico ofertado.

Uma estratégia de difusão cultural com incentivo de valores e identidade simbólica referente aos hábitos e costumes das comunidades, das manifestações artísticas locais, regionais e nacionais, independente da livre expressão artística do ser humano.

O livre acesso da informação através da abundante oferta de terminais, promovendo uma rede de saberes interligadas e conectadas de modo a utilizar a convergência tecnológica, permitindo o fluxo de conhecimento e troca incessante de experiência entre

os povos, como já sucede nas sociedades desenvolvidas do planeta.

Apoio às premissas de espaço e desenvolvimento e investigação e de implementação de processos de inclusão digital no âmbito da discussões dos fóruns internacionais, tendo como premissas básicas a livre determinação dos povos, a justiça social e a oportunidade de crescimento econômico de acordo com as suas especificidades e demandas locais, nacionais e regionais.

A implantação de redes de conexão física ou na busca de apoios em programas internacionais com a finalidade de permitir de que programas de inclusão digital, capacitação dos sujeitos e pesquisa e desenvolvimento possam se realizar a contento.

Ações objetivas de caráter econômico, político e legal, dirigida à implementação de parques indústrias ou regionais, tendo em vista a sua otimização e modernização diante dos fluxos de produção internacional, procurando obter uma utilização competitiva dos seus resultados e atingir patamares de produção que permitam custos finais acessíveis ao maior número de sujeitos sociais.

Implementos dos marcos regulatórios modernos e abrangentes que possam garantir a saúde econômica desses empreendimentos, a garantia dos direitos à cidadania e uma maior e mais igualitária distribuição da riqueza.

O incentivo às pesquisas sobre o comportamento humano diante das facilidades tecnológicas sob o ponto de vista da produção de conteúdos, dos aplicativos digitais, aos estudos de recepção das atitudes e hábitos de relação em relação à percepção das tecnologias digitais e da construção e reconstrução das informações.

A existência da nova ordem tecnológica está diretamente enlaçada na concretização das premissas acima mencionadas. Não se poderá falar em nova ordem apenas com a implantação de terminais ao sabor das inovações tecnológicas como preconizava Schumpeter.

Uma outra interpretação da crise econômica, basicamente de viés tecnológico, surgiu em 1911, exposta pelo economista austro-americano Josef Schumpeter no livro "A Teoria do Desenvolvimento Econômico". O capitalismo para ele desenvolvia-se em razão de sempre estimular o surgimento de empreendedores, isto é, de capitalista ou inventores extremamente criativos, os inovadores, que eram responsáveis por todas as ondas de propriedade que o sistema conhecia. Para Schumpeter eram os heróis da modernidade. O progresso dependia essencialmente dessa vanguarda de empreendedores que quase sempre surgiam em grupos. As transformações incluem necessariamente a participação efetiva dos grupos humanos enquanto catalizadores de suas grandes identidades culturais, assim como o próprio indivíduo humano tratar de sua grandeza, como criador e multiplicador de informações e conhecimentos.

Entretanto, é necessário se dizer que estamos longe de nos deleitar com essas regras da nova ordem tecnológica. A realização dos postulados dessa nova ordem deve servir de baliza para que essa implementação se faça segundo os seus preceitos, assegurando a cada cidadão de todo o planeta a alfabetização digital, a utilização plena dos recursos tecnológicos para servir como mais um instrumento entre outros patrimônios de natureza social e cultural que se deve preservar para a conquista das relações harmoniosas e pacíficas entre os povos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Agradeço ao Dr. André Barbosa Filho e passo a palavra ao Dr. Ethevaldo Siqueira, que é jornalista, colunista do jornal O Estado de São Paulo e um conhecido especialista em comunicação.

SR. ETHEVALDO SIQUEIRA – Senador Cristovam Buarque, eu gostaria de em primeiro lugar saudá-lo e a todos os companheiros da Mesa, acho isso uma iniciativa extremamente importante, debater um lei, eu que acompanho esse setor há quarenta anos, exatamente quarenta anos, desde 1967, eu estava cobrindo como repórter a instalação do Ministério das Comunicações aqui em Brasília, e tenho escrito, nos últimos anos, sobre a necessidade fundamental de nós termos uma reestruturação institucional das comunicações do Brasil através de uma lei nova que unifique todos os segmentos e não crie conflitos e não estimule realmente antagonismos como nós temos assistido nos últimos anos.

O setor de telecomunicações, radiodifusão, a TV paga, digamos os outros setores eletrônicos, não esquecendo aqueles que nascem da tecnologia da Internet, IPTV é uma realidade, IPTV vai tornar totalmente obsoleta formas que estão nascendo hoje, como a própria TV digital, em cinco a dez anos tudo aquilo que se investiu em TV digital, para poder realmente ter uma outra alternativa, muito mais econômica, e que pode ser não apenas através dos computadores e através da própria rede, mas através de sistemas sem fio.

Há um processo hoje de quebra de paradigmas, o mundo analógico e o mundo digital são coisas profundamente diferentes nos seus paradigmas. Aquilo que o mundo digital oferece é de uma facilidade imensa, é de uma confiabilidade extremamente maior. Eu vou dar apenas o exemplo da fotografia: uma Kodak que viveu cem anos numa tecnologia analógica, utilizando um

sistema de sensibilização de sais de prata, um sistema fotoquímico não só na captação do sinal da imagem, mas no processo de revelação, que é a fotoquímico, utilizando sistemas caros de papel, comparado com uma foto digital, que eu pego num celular, e é bom lembrar que o maior número de câmeras digitais hoje no mundo está instalada em celulares, o maior fabricante de celulares do mundo é a Nokia, uma empresa finlandesa, a digitalização tornou a fotografia muito mais eu diria democratizada no mundo do que a tecnologia analógica que a antecedeu. Isto é apenas um exemplo. Eu visitei a Kodak, o maior desafio da Kodak é a sobrevivência hoje, porque ela tem que financiar todo um mundo tecnológico com receitas declinantes do mundo analógico. Os japoneses, já nascem empresas novas como na área de tecnologia de fotografia, como a SONY, que era especialmente de eletrônica de áudio e vídeo, e que entra em fotografia, não tem passivo nenhum do ponto de vista tecnológico. A competição é brutal. O que nós assistimos na competição entre os relógios digitais e relógios analógicos levou quase que à falência a indústria suíça de relógios, baseado exclusivamente em analógicos.

Então essa convergência não é só de tecnologias, é de serviço, é de mercado, ela queria novos parâmetros. Viver no Brasil com uma lei de 1962 para radiodifusão é de um anacronismo total, quer dizer, uma obsolescência que só interessa àqueles que a defendem. Por quê? Porque politicamente ela favorece ao *status quo*, aos grupos que detém a maior parte das concessões e que a atribuição de uma concessão de televisão nacional por esta lei era dada por vontade pessoal do Presidente da República, nos termos de licitação que foi levemente modificado por um Decreto da ditadura, o 236, que estabeleceu em cinco o máximo de concessões por grupo, aliás, por grupo não, por pessoa física. Então o dono da emissora pode ter cinco, a esposa pode ter cinco, o filho pode ter cinco, quer dizer, o Brasil tem formas de burlar a lei.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Fora os sócios.

SR. ETHEVALDO SIQUEIRA – Fora os sócios, exatamente. Então nós temos aí grupos com dezenas de concessões. Uma empresa... agora com duas concessões abertas na mesma cidade, em São Paulo, está certo? Outra coisa é que devíamos ter um cuidado extremo ao atribuir concessões a entidades confessionais, quer dizer, de qualquer natureza, políticas ou religiosas, usando uma concessão aberta, que vão usar aquilo às vezes até como uma forma de marketing arrecadatório, construindo fortunas como o desse casal que foi preso agora nos Estados Unidos e outros.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Da Renascer.

SR. ETHEVALDO SIQUEIRA – Exatamente, nós estamos vendo os bispos famosos desse país.

Do que é que nós precisamos? De uma lei, eu tenho escrito desde a morte do Sérgio Mota, esse país paralisou realmente o sistema de reestruturação. A grande reestruturação que foi feita, foi feita só na área de telefonia, com a Lei Geral de Telecomunicações, que dez anos depois já exige atualização. Nós devíamos ter uma lei para a radiodifusão e unificar isto sob o grande guarda-chuva, que é isso que eu proponho ao Senado debater e chegar a um consenso de uma lei abrangente para todas as formas de comunicações. Não é só comunicação eletrônica de massa, não é só telefonia, é preciso que uma única Agência reguladora possa trabalhar esse setor. Nós ouvimos os exemplos dados aqui pelo professor Lalo(F), o que ocorre na Inglaterra e o que ocorre em Portugal, o que já ocorria nos Estados Unidos. Uma FCC cuida de todas as formas de comunicações, para evitar conflitos, conflitos até entre as próprias Agências. No Brasil, um Ministério briga com uma Agência reguladora da sua área, quer dizer, como se estivesse disputando o poder. O que nós temos visto é isso. O Brasil, na área de comunicações, o exemplo que eu vejo é que não se cumpre muitos as leis. Este é um país onde há leis que pegam e que não pegam, isso já se tornou um lugar comum.

Vejam leis que arrecadam recursos, como fundos, fundos específicos. Foi criado lá no primeiro Governo do Fernando Henrique o Fundo de Universalização do Serviço de Telecomunicações. Aliás, foi proposto e no ano de 2000 se transformou em lei. Ele acumulou de lá para cá mais de seis bilhões de reais, seis bilhões de reais corresponde uma quantia considerável em qualquer moeda do mundo, são mais de três bilhões de dólares sem aplicar um único centavo. Estão fazendo um barulho muito grande no Ministério das Comunicações porque agora vão aplicar o primeiro contrato utilizando recursos do fundo. O pior é o seguinte: esse fundo é arrecadado, não é utilizado e não é, digamos, ele não volta para os orçamentos seguintes. Ele simplesmente vai pelo ralo, ele é utilizado para os famosos superávits fiscais e desaparece. Mais vergonhoso ainda é um fundo específico como o FISTEL, que é o Fundo de Fiscalização do Serviço de Telecomunicações. Senador Cristovam Buarque, ele arrecada por ano dois bilhões e quatrocentos milhões de reais, sendo que aplica apenas quatrocentos milhões no orçamento da ANATEL. Os outros dois bilhões são recolhidos como em Las Vegas se recolhe com o rastelinho ali aquilo tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É um confisco.

SR. ETHEVALDO SIQUEIRA – Um confisco, puramente um confisco o que nós temos. Isto é, acima de tudo, imoral. Pode até ser do ponto de vista legal, eu não conheço a legislação, mas se aquele fundo tinha uma destinação específica e não foi utilizado, ele deve devolver realmente aos contribuintes, se transformando em créditos ou então ser reutilizado nos exercícios seguintes na mesma finalidade. Nós tivemos lá no tempo digamos nos anos 60 e 70, o Fundo Nacional de Telecomunicações, que na sua primeira fase foi utilizado para criar a EMBRATEL. A EMBRATEL construiu toda a sua infra-estrutura (soa a campainha) até então baseado naqueles 30% de recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações. A partir de 1975 aquilo passou a ser jogado na vala comum do déficit público, todos os fundos fizeram aquilo. Então o fundo tem sido uma enganação brasileira, está certo?

Eu queria mencionar que o órgão regulador que eu acho que o Brasil precisa, é fundamental que ele seja o mais profissional, o mais autônomo possível e menos sujeito realmente a interferências político-partidárias. Nomear, por exemplo, um líder sindical para a ANATEL, um líder sindical que combateu radicalmente a privatização, entrando com dezenas de ações na justiça, perdendo todas, mas que não tem uma formação como regulador, está certo, é acima de tudo um escárnio. Porque é nomear, por exemplo, o lobo para tomar conta das ovelhas, ele não tem nenhuma afinidade do ponto de vista com o modelo existente, com a questão. E isso aconteceu, tem acontecido.

Politizar as Agências nós vimos o que é que deu, tem a ANAC, por exemplo. As Agências devem ter poder, competência e probidade. O poder limitado pela lei, evidentemente, não é poder discricionário. Outra coisa é que elas devem outorgar sim, não é o Ministério das Comunicações que pode dar a concessão, quem deve dar é a Agência reguladora, que ela ultrapassa o período de Governo, ela não é um órgão de Governo, é um órgão de Estado, quer dizer, ela tem que ter essa função. Então o que nós esperamos que o nosso Congresso faça é que crie uma lei com essas características. Além de outorgar, ela regula, ela estabelece regras para a aplicação da lei, os regulamentos que ela faz, e ela fiscaliza. A ANATEL não tem recursos para fiscalizar, apenas do FISTEL render dois bilhões de reais que vão para o Governo.

Nós temos falado tanto nas rádios piratas, que ameaçam a segurança dos aeroportos desse país, que interferem nas comunicações da polícia, do corpo de bombeiros, do serviço de emergência, por quê? Porque em São Paulo a maioria dessas rádios não tem uma finalidade comunitária, elas são utilizadas por grupos ou políticos de bairros que querem aparecer, que querem criar a sua base e etc.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Tem umas que tem a capacidade de estender a área ...

SR. ETHEVALDO SIQUEIRA – Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – ... (pronunciamento fora do microfone) fez referência e seria para fiscalizar e não tem nada para fiscalizar.

SR. ETHEVALDO SIQUEIRA – Não tem nada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – As rádios comunitárias pela extensão que estão alcançando hoje, intervindo em procedimentos de segurança.

SR. ETHEVALDO SIQUEIRA – Exatamente, e eu acho acima de tudo que é sempre bem-vinda, Senador, qualquer opinião favorável ou contrária, eu acho que a sua reforça a necessidade de nós termos uma ANATEL ou uma Agência de Comunicações. Portugal tem a ANACOM – Agência Nacional de Comunicações, e que fiscaliza tudo. É para correios, é para a telefonia, é para a radiodifusão, é para a TV a cabo, é para a Internet quando existem aspectos técnicos operacionais numa Internet, tudo isso.

Esse é o quadro, e eu queria terminar mostrando o que é que falta, por exemplo, num caso, quando se fala em rádio digital nesse país, por exemplo, que situação dramática que nós encontramos Não existe uma Comissão Técnica especializada para estabelecer uma tecnologia para o rádio digital no Brasil. Foi decidido que o Brasil ia fazer experiências e várias emissoras começaram com o IBOC, que é uma tecnologia norte-americana de uma empresa chamada IBIQUITY. Várias emissoras estão fazendo. Eu sou uma das poucas pessoas que consegui adquirir um rádio digital e colocar no meu carro para ouvir o que é que está acontecendo, ouvir um sinal digital. É um desastre. O sinal digital tem um menor alcance que o analógico, então você fica numa briga entre os dois sinais, e outra, com um atraso de oito segundos entre um e outro. Você ouvir uma notícia, interromper, e entra outro com oito segundo com atraso, ou adianto ou atrás, quer dizer, isso é inerente ao processo. Não é possível fazer um receptor digital portátil, não há bateria que agüente, está certo? Só plugado dentro do carro ou na sua casa, ou seja, tiraram a mobilidade pessoal do rádio digital. A empresa que introduziu isto, foi aprovada nos Estados Unidos, há menos de dez anos, cerca de oito anos, e até agora só 10% das emissoras lá digitalizaram o rádio. Não se vende rádio digital nas lojas, vocês podem procurar, embora em algumas casas especializadas se encontrem aparelhos na faixa de cento e cinqüenta a trezentos dólares. Imagine se nós vamos vender no Brasil. Lá com a produção numa escala muito maior do que a do Brasil, como é que nós vamos vender? A

indústria brasileira não tem a menor idéia do rádio digital hoje. No entanto, o Brasil já definiu, pelas palavras do Ministro das Comunicações, que vai aprovar o IBOC e, pior ainda, vai incentivar a compra da IBIQUITY por empresas brasileiras com recursos públicos. O BNDES será convocado para financiar, porque a situação dela é tão difícil que ela não consegue nem amadurecer a tecnologia, e eu digo isso, eu sou um defensor convicto da tecnologia digital, mas não nesse padrão. É preciso que se faça isso, interessa para a sociedade toda, e as emissoras vão pagar um preço muito alto por isso, quer dizer, vão investir, são obrigadas a investir de trinta e cinco a cento e cinqüenta mil reais em novos transmissores de sistemas, dependendo da potência evidentemente, e, no entanto, para surpresa nossa, tem o apoio da ABERT, está certo, de uma das entidades que representa. Era isso que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Muito obrigado ao jornalista Ethevaldo Siqueira e eu passo a palavra ao Dr. Joaquim Carlos Carvalho, que é Coordenador Jurídico Nacional da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – ABRAÇO.

SR. JOAQUIM CARLOS CARVALHO – Bom dia Senador Cristovam, é uma grande satisfação da nossa entidade poder participar desse debate.

Enquanto a maioria dos debatedores aprofundavam em temas tecnológicos, de difícil compreensão, mas de necessária implementação, venho aqui transportá-los da ponta da tecnologia para as preferirias das cidades, e a maior parte da sociedade tem na rádio comunitária seu principal meio de comunicação. A rádio comunitária é a verdadeira rádio pública, não havendo como se criar uma nova Lei Geral de Comunicação sem atender a cinco pontos que seriam: a anistia, processo transparente de outorgas, adequação da Lei 9.612, digitalização do rádio e conferência nacional de comunicação.

Anistia. No final da década de 80 uma enorme onda de brasileiros, progressistas e revolucionários, ansiavam pela democracia após vinte anos de luta contra a ditadura militar. Respiravam os princípios libertários das rádios livres européias que lutavam contra o monopólio estatal da comunicação, encontrando as facilidades promovidas pela redução dos custos dos componentes eletrônicos e ao fácil acesso aos diagramas para montá-los. Assim, milhares de militantes do movimento pela democratização pela comunicação deixaram de ser meros receptores passivos da informação, cultura e arte, e se transformaram em agentes da comunicação, fugindo do controle do pensamento instalado pela truculência dos ditadores. Literalmente enfrentaram a polícia de um Estado privatizado pelos mais ricos para garantir o seu direito humano pela comunicação, conforme reza a Carta de Direitos Humanos da ONU, da OEA, e a própria Constituição Federal. O monopólio privado, excludente de espaços para a sociedade, além das rádios comunitárias e a demanda social reprimida, fez-se multiplicar as emissoras de baixa potência pelo Brasil. Milhares de transmissores de baixa potência, sem outorga, ora caseira e ora industrializados, pipocavam por todo o canto, desafiando as autoridades. O Ministério das Comunicações, por inoperância nesses nove anos de lei, não conseguiu atender as necessidades sociais, criando um grande processo de resistência. Estavam instaladas a desobediência civil no campo eletromagnético.

A rádio favela, de Belo Horizonte, Minas Gerais, originalmente comunitária e hoje educativa, é o símbolo mais visível desse processo, com destaque internacional, mas a perseguição outrora realizada pela ditadura militar continua até hoje, igual ou pior nos anos de chumbo. A esperança que este movimento tinha em Lula e no PT, que sempre defendeu as rádios e televisões comunitárias, transformou-se em medo, frustração e ódio, culminando com a entrega do sistema brasileiro de TV digital à Rede Globo e com uma TV pública que na realidade é estatal. No ano em que vem completar dez anos de lei que criou a rádio comunitária, a situação do movimento se encontra assim: há apenas três mil emissoras outorgadas para prestação de serviços de rádio comunitárias no Brasil, mais de 50% dos municípios brasileiros não foram contemplados com outorgas de rádios, mais de 20% das cidades do país não foram contempladas sequer com um aviso de habilitação, quase vinte mil entidades se cadastraram para prestar o serviço de rádio comunitária no Ministério das Comunicações. A maioria das outorgas encaminhadas pelo Ministério das Comunicações ao Congresso Nacional foram concedidas a políticos, grupos religiosos e comerciantes, em detrimento às entidades do movimento social. São mais de dezessete mil emissoras de baixa potência no ar sem outorga. Enquanto o Estado é péssimo para resolver os problemas administrativos da outorga, é eficaz na repressão, diferente da opinião do Senador Tuma, gerando a apreensão de milhares de reais em equipamentos, prisões, multas, processos criminais, condenações e até mortes. Entre as condenações e processos em andamento, mais de três mil pessoas estão sendo coagidas judicialmente por exercer o direito humano à comunicação, sendo necessária a anistia desses comunicadores populares que estavam desenvolvendo um serviço social para as suas comunidades, Tem que deixar claro, não é anistia à todos, mas sim realmente àqueles que prestaram serviço comunitário, e dizer que no caso específico de

São Paulo a ANATEL sabe qual é a rádio que faz interferência ao aeroporto, sabe onde está e não fecha por interesse político.

O processo de transparente de outorgas. O procedimento de outorgas das rádios comunitárias é altamente burocrático, fato que leva em média quatro anos de tramitação, havendo processos que já completam oito anos de tramitação sem autorização, como também há entidades esperando há nove anos por abertura de avisos de habilitações em suas comunidades. O Governo Lula produziu dois excelentes trabalhos no uso de análise e propostas para adequação à legislação de rádios comunitárias e dos procedimentos administrativos no MINCOM, em 2003 no grupo de trabalho, em 2005 no GTI, e na prática não foi realizado nada para resolver a demanda. Os números das outorgas não deixam mentir: em 1998, que foi a criação da lei, não foi dada nenhuma outorga; em 1999 foram setenta e oito; em 2000 foram quatrocentos e sessenta e seis; em 2001 foram quatrocentos e cinqüenta e nove; 2002, ano eleitoral, setecentos e quatro; aí vem o primeiro ano de Lula, trezentos e quarenta nove; em 2004 foram cento e sessenta e um; em 2005 foram duzentos e quarenta; em 2006 foram duzentos e noventa e oito; e até agosto de 2007 foram cento e doze, totalizando duzentos e sessenta e sete outorgas no país. O trabalho dos professores Venício A. de Lima e Cristiano, "Novo Coronelismo Eletrônico", transformou-se em prova inequívoca da deficiência do processo de outorga, necessitando ser criado um sistema de controle social. A ABRAÇO vem defendendo há anos a necessidade de criação do Conselho de Acompanhamento e Fiscalização dos processos de outorgas, compostos por membros da sociedade, com finalidade de acompanhar e fiscalizar os processos no Ministério e às entidades outorgadas. O Ministério Hélio Costa nunca abriu espaço para debater esse tema e um procedimento mais ágil dentro do Ministério.

Na questão da Lei 9.612, nós entendemos que a lei possui uma excelente definição teórica sobre radiodifusão comunitária, mas na questão técnica é restritiva, moldado para inviabilizar o sistema, necessitando de algumas adequações para aprimorar o sistema. O limite de potência, o artigo 1º, hoje a legislação permite vinte e cinco watts e se faz necessário a potência que atenda as necessidade de comunidades a serem atendidas pela sua diversidade. Então vinte e cinco watts para a cidade que eu participo da rádio comunitária em São Pedro do Butiá, no interior do Rio Grande do Sul, é altamente possível e não há necessidade. Agora para a região amazônica se precisa de trezentos, quatrocentos, quinhentos watts, dependendo da comunidade que vai ser atendida. Número de canais e zoneamento de freqüência, artigo 5º. Hoje se garante apenas um canal e se busca 30% do espectro, respeitando a complementaridade dos sistemas público, estatal e privado com a garantia como determina o artigo 223 da Constituição Federal, com o zoneamento de freqüência que potencializará um maior número de comunidades. A Constituição de rede, artigo 16, a lei é proibitiva na construção de redes. Ocorre que os programas e soluções que afetam diretamente a vida das comunidades podem ocorrer em lugares distintos. Permitir a rede é garantir que se potencialize os interesses das comunidades. Sustentabilidade, artigo 18. Garantir que a sustentabilidade das rádios comunitários, através de apoio cultural, sem a definição (soa a campainha) de que isso representa, originando interpretações esdrúxulas, necessitando da definição do termo. Então isso tem que deixar bem claro. O que é apoio cultural? O legislador criou o termo, só que não identificou o que é que é isso, não existe nenhum lugar na legislação o que significa apoio cultural. Aí numa assumidade do Ministério, numa Portaria, estabeleceu que era só a indicação do nome do patrocinador, só que na lei que regula a publicidade estabelece que só indicar o nome é publicidade, então tem que ser definido como sustentar. Proteção, artigo 22. No princípio da igualdade que é de se garantir a proteção do serviço de rádio comunitário em toda a região atendida, e no artigo 1º, voltando, a TV comunitária em sinal aberto, não há como ter uma TV criada para as classes pobres e estarem na Lei do Cabo, onde não dá acesso aos pobres. Então a TV comunitária, principalmente nessa abertura da TV digital, tem que ser garantida em canal aberto, e nós estranhamos que quando veio o Decreto da nova TV pública, não foi garantido esse espaço.

A digitalização do rádio. Eu tenho que concordar com o Dr. Ethevaldo, isso eu levaria vinte minutos só para debater a questão do rádio digital, mas o principal tema é o seguinte: se for implantado no Brasil o sistema IBOC é a decretação do fim de todas as médias e pequenas rádios comerciais, as rádios educativas e as rádios comunitárias. Este é o preço. E toda essa discussão sobre a questão do espectro de São Paulo e a interferência no serviço de aeronáutica, só tem uma razão: é que vão ter que ser desligadas 30% das emissoras que estão em São Paulo para poder entrar a rádio digital. Esse é o preço que está sendo pago e é isso que não se fala. Então estão tentando levar para as rádios não autorizadas a responsabilidade, mas o interesse é financeiro para poder garantir a digitalização na cidade de São Paulo.

Conferência Nacional de Comunicação. Já há uma consciência nacional da necessidade de uma nova Lei Geral de Comunicação. O que há de contro-

verso é: para que e para quem? Hoje há um disputa de espaço de interesses dos rádios difusores e das empresas de telecomunicação, e tanto o Congresso Nacional e o Governo recebem pressões, a pressão natural deste conflito. Nossa defesa jamais será a dos interesses de capital, tanto para A quanto para B, e sim da sociedade, e essa sociedade é que deve debater e estabelecer as linhas de políticas públicas para o setor, prática deste Governo. Assim, a Conferência Nacional de Comunicação é imprescindível para o Brasil, e seu povo e o Senado Federal devem unir forças com as rádios comunitárias para termos um país diferente.

A ABRAÇO tem como princípio o fim do oligopólio e monopólio das comunicações e prima pela democratização dos meios de comunicação, e descordada com a política desenvolvida de Governo de apenas usar as rádios comunitárias através de distribuição de CDs de todos os Ministérios e não conceder as nossas outorgas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, nós tivemos a apresentação de todos os participantes. Eu quero dizer que de todas as audiências que teve até aqui essa foi a mais candente, a que trouxe mais problemas no sentido de buscar caminhos. Eu fico feliz dos temas polêmicos que aqui vieram e da perplexidade de como a gente fica de como elaborar essa lei que o Brasil de fato está precisando. Nós temos, obviamente, que passar em primeiro lugar aos autores que estão aqui, o Sérgio Zambiasi, o Marconi Perillo, a Senadora Marisa deve votar, o Senador Augusto Botelho também é autor do Requerimento, também terá a palavra. Eu passo, então, a palavra primeiro ao Senador Zambiasi, depois ao Senador Marconi e ao Senador Papaléo.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Primeiro eu quero cumprimentar, Presidente, pela iniciativa. Olha, nós já fizemos algumas audiências aqui, eu acho que seguramente já passaram aqui pela Mesa alguma coisa entre trinta ou quarenta representantes de diversos setores nas diversas audiências que fizemos, e me pareceu que uma das mais produtivas audiências é esta. O tema, ele traz uma diversidade de situações, é difícil até sintetizar, porque cada convidado fez uma abordagem e a gente vai assim aprendendo, vai recolhendo conceitos de pessoas que dedicam uma vida toda pesquisando, estudando, a caso do Dr. Ethevaldo, Dr. Laurindo, que focam uma vida profissional em determinado tema e mostra como a gente tem que... a nossa responsabilidade, Presidente, e de repente o Congresso Nacional precisa tratar de um tema desta profundidade e nós não somos especialistas no assunto. Estamos decidindo sobre questões de tamanha relevância sem a informação e o conhecimento técnico necessários. Eu aqui fui designado Relator de dois Projetos, que acho extremamente importante, da Feghali e do Flexa Ribeiro, provavelmente pela minha origem de rádio, de comunicação, mas eu não sou especialista no assunto. Então ouvindo já esses cerca de quarenta especialistas que passaram, eu não vi nada convergindo. Dos quarenta que eu ouvi aqui eu não consegui encontrar eu acho que cinco que mais ou menos encaminhassem uma conceituação parecida, o que me chamou muito a atenção. Então o cara fica meio que como uma babel na cabeça, até imaginar assim uma perspectiva de solução para o caso.

Eu vejo desde a rádio comunitária, para minha satisfação é gaúcho o Presidente da Entidade, da nossa (ininteligível), quase região metropolitana, ouvi atentamente a questão e motivada pela provocação do Senador Tuma, e eu tenho muita simpatia pela rádio comunitária, eu só não concordo com algumas... assim como o Joaquim fez a críticas à concessão, o Joaquim e outros aqui, a determinadas concessões, a rádio comunitária está seguindo o mesmo caminho. Se observar bem, lá no fundo, no fundo, é o Vereador, é o Prefeito, é o Padre, não sei quem, são os donos da rádio comunitária. São eles, e ali vai uma conceituação na programação da rádio, enquanto a rádio comercial tenta pluralizar o máximo possível, porque ela quer o maior número de ouvintes possível, que ela está vendendo o seu produto, eu vejo a rádio comunitária ainda muito de alguma maneira ideologizada, e isso é perigoso. O que é ser comunitária? É trabalhar na tendência ideológica? Então é uma questão preocupante. Eu tenho estudado bastante, eu tenho uma relação muita próxima com boa parte... especialmente em Porto Alegre, porque eu estou Senador e sou radialista com muito orgulho, e de outra parte, ouvindo o Dr. Laurindo citando, eu acho que não é o melhor momento citar o exemplo Venezuelano, no Senado talvez, mas é muito interessante estudar o processo. Eu acho que pegar a lei e dar uma lidinha, daqui a pouco, até lá, até o Chaves pode nos fazer algum tipo de elemento produtivo. Eu acho que eu não posso ter preconceito, eu não posso ter preconceito. É só citar a questão venezuelana, no Senado não é o melhor momento agora, porque ultimamente as duas últimas manifestações do Chaves foi contra o Senado brasileiro (soa a campainha). Mas assim, então, ouvi o Dr. Luis que fala, ele especificou, foi no Projeto 280 do Flexa, e o Ethevaldo nos traz uma reflexão assim extremamente sensível, extremamente sensível e que nos faz refletir. Daqui a pouco tudo que nós estamos produzindo, logo ali na frente, não vale mais. Eu estava pensando aqui, nós estamos tratando da Lei Geral de Comunicações, mas hoje os veículos de comunicação

já começam a enfrentar uma brutal concorrência de algo que não tem a regulamentação que são os novos canais de rádio e televisão na Internet. É um negócio fantástico, o YouTube é hoje o maior centro de divulgação de microproduções independentes. Tu produz um filminho qualquer, põe no Youtube e avisa os amigos, e dependendo dele é um sucesso. Tem uma atriz que fez uma música, pouca gente conhecia aquela atriz, porque a atividade dela era muito centrada eu acho que em São Paulo, no Rio, alguma coisa assim, então ela se torna famosa e conhecida popularmente a partir de uma música que ela produz e coloca. Aonde? Colocou no Youtube. Não foi num canal convencional de televisão. Então como é que nós vamos trabalhar esta regulamentação? Nós vamos regular só a TV, só a TV a cabo, só a TV aberta, só o rádio. E esse sistema, como é que fica? Eu fico me questionando, Dr. Luis, como que vamos fazer? Nós vamos trabalhar e eu gostaria que o Dr. André nos deixasse uma cópia da sua manifestação, porque ela é complexa, eu vi que tem que ler algumas vezes para pegar exatamente a mensagem que o senhor está transmitindo, mas eu tenho diretamente uma pergunta ao senhor, porque eu vejo aqui o Decreto de 17 de janeiro de 2006, ele cria a Comissão Interministerial para elaborar o anteprojeto de lei da regulamentação dos 221 e 222 da organização e exploração do serviço de comunicação sócio eletrônica, então reúne aqui treze representantes, treze membros, e a minha pergunta é assim bem direta: esta Comissão Interministerial já se reuniu?

SR. ANDRÉ BARBOSA FILHO – Senador Zambiasi, obrigado pela oportunidade. Nós tivemos uma reunião há mais ou menos um mês, aproximadamente vinte dias, a Ministra Dilma Roussef que é a coordenadora desse processo interministerial, assim constitucionalmente ela é a coordenadora dos Ministérios, com o Ministro Franklin Martins, e se discutiu, ainda no âmbito da Casa Civil, a formulação desse Decreto que ainda está em vigor, esse Decreto ainda está em vigor, esse Decreto de 17 de janeiro de 2006, que é assinado pela própria Ministra, para dar andamento a essa questão. O que se discute aí, claramente, é que o Executivo, ele quer... eu acho que isso é uma questão importante a ser colocada, eu disse isso também na Câmara dos Deputados há uns vinte dias atrás, quinze dias atrás, eu acho que nós estamos num momento muito importante de aproveitar todo esse esforço que é o Congresso tem feito, não só através da apresentação dessas emendas e alguns substitutivos, foi apresentado na semana passada um substutivo, no sentido de que todo esse caldo de cultura que já se tem, apesar do senhor dizer dessa babel que se estabeleceu, e é assim mesmo porque são assuntos muito complexos, e eu peço desculpas, o meu texto realmente é um texto um pouco mais acadêmico, vamos dizer assim, talvez eu tivesse errado um pouco o foco e colocado talvez a necessidade de trazer algo um pouco mais direto, mas a minha intenção foi discutir o cenário em si, sabendo que outros iriam discutir esse tema. O que perpassa hoje nessa discussão é: trabalhar no sentido de desenvolver esse grupo, ele deve estar se reunindo já na próxima semana, na outra semana agora, já na última semana de outubro, exatamente não só para aproveitar esses conhecimentos, nós estamos levantando todos os dados referentes às emendas e às discussões que estão sendo feitas nesta Casa, também no Congresso como um todo, para criar uma ponte. A nossa idéia não é simplesmente apresentar um Anteprojeto de Lei como no passado havia essa intenção, mas de tentar um diálogo com os líderes dessa Casa, tentar um diálogo com as Comissões para que a gente possa apresentar em conjunto algo que já possa andar com mais facilidade. Pode parecer algo muito difícil, realmente é, até porque as idéias são completamente diferenciadas. A gente pega os quatro principais Anteprojetos que estão aí e algumas emendas, eles têm diferenças muito claras entre si. Então trabalhar no sentido dessa convergência, vamos usar a palavra no sentido da convergência legal, eu acho que é um aspecto muito favorável e que essa é a posição dos dois Ministros, do Ministro Franklin Martins e da Ministra Dilma, de que a gente possa discutir esse tema não apenas para criar um solo, um vôo solo do Executivo em relação a essa Casa, mas aproveitar aquilo que tem sido discutido aqui e tentar traduzir uma experiência também do executivo nessa área, já que essa experiência vem do outro Governo, outros Projetos, o Ethevaldo disse que veio do outro Governo, são cinco projetos do Governo anterior, cinco projetos que foram estabelecidos pelo Governo Fernando Henrique e nenhum deles foi estabelecido por nenhum Ministro das Comunicações daquela época. Nós estamos também no mesmo processo e não podemos permitir que isso aconteça, quer dizer, nós temos que definir. Como essa Casa tem feito bem a sua lição de casa e tem cumprido o seu papel constitucional de discutir questão tão relevante, eu acho que esse aproveitamento dessas questões, junto ao esforço que nós vamos fazer, deve gerar provavelmente um diálogo muito produtivo nos próximos dias. Eu espero que nessa próxima semana, ao nos reunirmos e ao discutir todo esse caldo de cultura, repito, que essa Casa produziu, nós possamos estabelecer essa ponte com o Congresso Nacional e aí para tentar produzir alguma coisa em conjunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu só quero dizer que enquanto

o Governo, que tem a obrigação de elaborar, fez uma reunião, nós fizemos seis ou sete audiências em poucos meses aqui. Pena que no fundo no fundo o poder não esteja aqui, senão a gente já teria soltado um Projeto de Lei há mais tempo. Nós estamos sendo cuidadosos, a gente precisa que o Poder Executivo avance nisso e traga esse Projeto, mas nós vamos terminar fazendo o nosso em breve. Eu quero agradecer a presença do Deputado Gadelha, que aqui está conosco. O Senador Zambiasi ainda quer falar?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Não, só comentar com o Dr. Ethevaldo. Eu sou simpático e favorável às Agência reguladoras, eu acho que elas têm um papel extremamente importante, nós vivemos um período aqui de uma certa instabilidade e até de incompreensão, mas eu acho que elas devem existir, agir com independência, elas são importantes na regulamentação, no processo, e obviamente que elas têm que ser um ente de Estado e não de Governo, isso é fundamental, e eu não sei se o senhor está sugerindo a possibilidade de uma nova Agência para no caso trabalhar especificamente esta questão, quer dizer, telecomunicações, ANATEL, e ...

SR. ETHEVALDO SIQUEIRA – Absorveria a ANATEL.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – ... Absorveria a ANATEL.

SR. ETHEVALDO SIQUEIRA – Seria um dos segmentos, seria um departamento dessa nova Agência, como teríamos uma área de radiodifusão, uma área de comunicações em eletrônica em geral.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Setores de segmentação.

SR. ETHEVALDO SIQUEIRA – Mas uma Agência, uma cabeça só coordenando tudo, como se faz em Portugal, como se faz na Inglaterra, como se faz nos Estados Unidos há mais de cinqüenta anos, está certo?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Eu acho que é isso daí, nós temos que aperfeiçoar, as Agencias no Brasil tem o que, dez anos? Nem isso, eu acho que é de 1999 se não me engano, as primeiras.

SR. ETHEVALDO SIQUEIRA – 1997.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Então estão completando dez anos, quer dizer, então eu acho que ainda estão em fase de consolidação, quer dizer, talvez seja o momento de fazer esse debate e quem sabe até aperfeiçoar com essas experiências internacionais mais longas e, portanto, trazendo este aperfeiçoamento seguindo exatamente uma expressão que eu acho que o Dr. André usou, que é a nova ordem tecnológica que nós estamos vivendo. Era isso, Presidente Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Obrigado ao Senador Zambiasi, eu passo a palavra ao Senador Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Sr. Presidente, senhores convidados. Como autor do Requerimento eu gostaria de inicialmente cumprimentar aos expositores pela qualidade dos depoimentos, embora não tenha chegado aqui desde o início, estava em outra Comissão, mas já fui informado de que os debates foram muito proveitosos, de tal sorte que estou convencido do acerto nosso ao propor esse Requerimento. Eu queria fazer aqui rapidamente, Sr. Presidente, duas reflexões. Primeiro relacionada ao próprio Decreto em si, o Decreto de 17 de janeiro de 2006, e depois uma rápida reflexão sobre as exposições do Dr. Laurindo, Dr. Ethevaldo, em relação ao papel das Agências reguladoras. Eu não estava aqui, mas já fui informado das opiniões de cada um e eu queria dar a minha opinião também rápida sobre o assunto.

A primeira preocupação diz respeito à regulamentação, ao próprio Projeto de Lei Geral de Comunicação que precisa ser regulamentado. O primeiro Decreto governamental que instituiu a primeira Comissão data de 26 de abril de 2005. O segundo Decreto data de 17 de janeiro de 2006. Lamentavelmente, pelo que foi informado agora a pouco pelo Dr. André, a primeira reunião aconteceu acerca de vinte dias atrás. Essa Comissão já debateu esse assunto exaustivamente em pelo menos seis ou sete Audiências Públicas, de modo que fica aqui a nossa preocupação, porque o que se pretende ao regulamentar o artigo 221 é tratar efetivamente da questão da produção e da programação, e o artigo 222 é a questão da propriedade da empresa, e aí isso envolve rádios comunitárias e etc, todo o espectro na área de comunicação. Acho que essa Comissão, Presidente, tem todas as condições de preparar esse Anteprojeto nos próximos dias em virtude das informações que já conta depois das Audiências Públicas e apresentar ao Governo. Aqui no Senado as coisas acontecem quando se prioriza determinado setor, determinado assunto. Eu me lembro que no começo do ano nós conseguimos aprovar, em um mês, mais de vinte Projetos na área de segurança pública, porque o Presidente Antônio Carlos Magalhães instituiu uma Comissão, de alto nível, e nós fomos trabalhando os consensos em relação a cada tema, até que chegamos a algumas conclusões, alguns consensos, enfim, conseguimos aprovar esses Projetos. O que na minha opinião deve ocorrer então é isso, é que o Governo, em tendo essa dificuldade em apresentar um Anteprojeto ao Senado, que nos deixe então trabalhar aqui no âmbito da Comissão de Educação, nós apresentaríamos um Anteprojeto que pudesse expressar o consenso,

depois de todos esses debates, o que na minha opinião se constituiria numa grande contribuição dessa Comissão e do Senado ao próprio Governo Federal. Se o Sr. Presidente concordar e os demais integrantes dessa Comissão, acho que nós teríamos toda a condição, sem qualquer tipo de prejuízo ao Executivo, sem qualquer tipo de afronta ao Executivo, contribuir efetivamente com esse debate.

A segunda reflexão que faço é em relação à questão das Agências reguladoras. Eu sou Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, por lá passam todas as indicações das principais Agências do país, especialmente aquelas que tratam de serviço de infra-estrutura e logística, ANATEL, ANEL, ANAC, etc, e o que a gente percebe é o seguinte: de um lado o legislador, e o próprio Executivo, ao trabalhar a idéia, o conceito de Agências reguladoras, estava efetivamente se preocupando no sentido de que o Estado pudesse estar regulamentando e regulando todas as atividades, sobretudo em relação aos serviços prestados através de concessionárias de serviços. Ocorre que as Agências foram criadas e nesses últimos dez anos nós não conseguimos estabelecer alguns parâmetros em relação ao funcionamento dessas Agências. Nós não temos autonomia para as Agências, essas Agências não são independentes, há um Projeto de Lei tramitando na Câmara que vai na contramão do espírito e do conceito das Agências, de modo, Dr. Ethevaldo, que o senhor tem toda razão. Além disso, agrega-se a isso ainda o fato de que praticamente todas as indicações que vieram para o Senado, pelo menos esse ano, obedeceram a critérios eminentemente políticos, ex-deputados ou pessoas que foram indicadas por partidos, quer dizer, na contramão de tudo o que estabelece, no mundo moderno, os conceitos mais modernos e mais precisos de Agências reguladoras, de modo que de um lado eu acho que o Dr. Laurindo tem toda razão ao apostar no fortalecimento das Agências, na independência das Agências, no aprimoramento das Agências, e também estou convencido de que o Dr. Ethevaldo tem toda a razão em relação ao seu ceticismo, porque da forma como as Agências se encaminham hoje, eu não tenho dúvida de que elas se encaminham para a desmoralização, isso seria um crime de lesa ao Estado, um crime de lesa à pátria, porque no mundo moderno inteiro as Agências são fundamentais na regulação dos serviços, principalmente na defesa dos interesses dos consumidores que são as pessoas que estão do outro lado aguardando o serviço de qualidade e, sobretudo, esperando que o Poder Público possa estar cobrando dos prestadores de serviços, de todas as áreas, serviços de efetiva qualidade e a preços também compatíveis com a realidade brasileira, de tal sorte que eu não vou fazer perguntas, eu apenas quero fazer essas duas reflexões. Primeiro em relação ao Anteprojeto: ou o Governo envia rapidamente o Anteprojeto de regulamentação dos artigos 221 e 222, ou deixa a Comissão de Educação e o próprio Senado trabalharem aqui intra-setorialmente para que a gente possa dar essa colaboração. E a segunda reflexão que eu faço é o seguinte: Dr. Ethevaldo, apesar da nossa tristeza com relação à falta de aprovação, inclusive de Projetos que tramitam nessa Casa, no Congresso, que visam aprimorar o papel das Agências, eu ainda continuo apostando nas Agências. Eu acho que as Agências são fundamentais.

E, por último, uma fala rapidinha com relação às rádios comunitárias. Eu sempre defendi, desde o tempo do Sérgio Mota, a criação das chamadas rádios comunitárias, mas lamentavelmente o que a gente percebe é que grande parte delas também foram aparelhadas politicamente ou para a religião, enfim, e nós precisamos também regulamentar ou, enfim, incluir essa modalidade dentro da regulamentação dos artigos 221 e 222, sob pena de nós termos empresas comunitárias concorrendo com as empresas comerciais sem as responsabilidades que têm as empresas comerciais, num processo de desmoralização dessa idéia e desse conceito que na minha opinião é um conceito vago. Muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Obrigado. Antes de passar a palavra ao Senador Papaléo, eu quero passar a palavra, como exceção, ao Dr. André, que como ele disse foi citado aqui duas vezes, uma delas por mim próprio. Então eu vou passar a ele, pedindo que seja breve, depois retomamos os Senadores.

SR. ANDRÉ BARBOSA FILHO – Eu agradeço muito V. Exª. e quero agradecer também as palavras de V. Exª., dos Senadores. Eu só queria, Senador Perillo, explicar que quando me referi à reunião de vinte dias atrás, eu não disse, se fui entendido assim peço a *venia*, de que foi a única reunião que nós fizemos no Executivo sobre isso. Não é verdade. Nós fizemos uma série de reuniões entre os técnicos, entre os assessores, subchefia de assuntos governamentais, subchefia de assuntos jurídicos, e nós estamos levando aos Ministros, no último dia vinte, alguns Pareceres sobre aquilo que tem sido discutido nessa Casa. A minha proposta, e na semana que vem isso vai ser definido pela própria Ministra Dilma, o Ministro Franklin Martins e outros Ministros que fazem parte desse Conselho, é exatamente a necessidade de apresentar com rapidez um Anteprojeto. É verdade, isso está em pauta. Agora nós estamos propondo e até foi uma sugestão que veio desta Casa em relação ao Executivo, de criar

uma ponte para que essa discussão possa ser feita de maneira mais célere. Isso eu acho uma coisa muito alvissareira, eu acho que é importante essa discussão para dirimir essas arestas e nesse sentido é que eu disse e peço desculpas por ter intervindo, eu sei que essa intervenção é fora de hora, despropositada, mas eu acho necessária para explicar ao público e aos Srs. Senadores que o Executivo não está de braços cruzados não, ele está exatamente finalizando uma posposta, mas quer atualizar-se diante do caldo de cultura que essa Casa, de maneira pertinente, produziu.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Senhor Presidente, mais um segundozinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Senador Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO) – Apenas para dizer o seguinte: pelas informações que tenho, a Comissão Interministerial é que não teria se reunido, teria sido a primeira. Em relação à criação de uma Agência independente para cuidar desse setor, de Comunicação, eu diria que tem o meu apoio integral, eu acho que nós temos que avançar nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Passo a palavra ao Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, eu quero parabenizar esta Comissão por estar realizando hoje esta Audiência Pública extremamente importante para o sistema de comunicação brasileiro, e parabenizar os Senadores Marconi Perillo, o Senador Sérgio Zambiasi e a Senadora Marisa Serrano, que são os autores do Requerimento. Eu realmente considero que todos os senhores expositores cumpriram as suas tarefas de nos trazer conhecimentos, trazer elucidações para podermos debater entre nós aqui essas informações técnicas, que possamos formar a nossa opinião para discutirmos a questão legal.

Eu quero dizer que fiquei impressionado com o Dr. Ethevaldo Siqueira pela maneira esclarecedora que nos deu aqui sobre esse sistema digital. Realmente para mim foi um impacto muito grande, principalmente considerando, além das questões técnicas importantes que o senhor nos forneceu, que discrimina a maioria da população brasileira, porque se hoje nós temos a população brasileira bem informada através dos meios de comunicação pelo sistema analógico, porque cada um pode ter o seu radinho de pilha, seja lá de que forma for, nós estaremos aí passando por uma situação muito difícil, discriminatória quanto à obtenção do seu direito de receber informações. Então eu queria inclusive solicitar ao senhor o material por escrito, técnico, para que eu possa estudar, ter algum tipo de conhecimento mais aprofundado para debater aqui nesta Casa.

Mas eu quero fazer, eu acredito que seja o foco o Dr. André, por ser o representante do Governo aqui. Então, por exemplo, lá no meu Estado, as rádios comunitárias, Dr. Joaquim, quero dizer que é uma realidade que nós vivemos, no Estado do Pará também tive essa experiência de presenciar. As rádios comunitárias, a maioria delas funciona de maneira comercial. Isso daí é uma realidade. Elas vendem programas, fazem cadeia com o rádio comercial e também a maioria delas tem o aproveitamento de políticos. Já foi oferecido a mim: "Doutor, o senhor arrume aí não sei quanto que nós fazemos lá a divulgação do seu nome na comunidade". Então isso daí, para mim, realmente não tem nem qualificação essa forma de atuação da rádio comunitária, considerando isso que eu já citei. Outra coisa: nós temos rádios comunitárias que estão atuando muito acima do que é autorizado em questão de potência. Tem rádio que nós estamos com mil watts, temos, lá temos, você viaja por aquele vinte e quatro horas, chega no Município, por exemplo, Laranjal do Jari, você há cinco quilômetros, dez quilômetros, já começa a ouvir a rádio FM. O que é isso? É rádio comunitária.

Aí vem o que o Dr. Ethevaldo colocou com muita lucidez aqui, a questão das Agências. Como é que a ANATEL vai fiscalizar essas rádios (soa a campainha) se alguma delas podem ter relação com político, e o indicado para ser o representante da Agência lá é afilhado político de alguém, o cara diz: "olha, veio fiscalizar a minha rádio, não voto mais no Governo". É essa a realidade. Então, desculpem o termo, talvez nem se usasse esse termo aqui dentro dessa Casa em respeito à Casa, mas peço desculpas, a questão das rádios comunitárias, com relação ao que eu citei, está uma verdadeira avacalhação, isso é uma avacalhação com a intenção de que tínhamos para as rádios comunitárias. Rádio comunitária era para servir a população de uma maneira clara, lúcida, ou seja, a serviço da população, e nós estamos vendo os aproveitadores nessa questão da rádio comunitária. Então quanto ao Dr. André é a fiscalização, como é que o Ministério das Comunicações ou a ANATEL poderia fiscalizar isso daí? A outra, o Ministério das Comunicações tem mais de quarenta mil processos pendentes de concessões e outorga. Qual o critério que está sendo usado pelo Ministério das Comunicações para renovação e concessão de outorga, considerando que nós vamos ter um novo sistema e que todos esses processos têm que estar concluídos para poder, os outorgados, eles renovarem com o novo pedido para o novo sistema, seriam novos processos, se não me engano, eu quero ser corrigido se estiver errado. Então eu pergunto:

como o Ministério das Comunicações vai resolver essa questão burocrática?

E, por último, realmente reconhecer a capacidade técnica de todos, agradecer, e, Dr. Joaquim, eu fiz essas colocações não é por informação que eu recebo de alguém não, é por testemunhar essa questão, porque mexe conosco. Eu não tenho rádio nenhuma, não tenho laranja nenhum, não tenho patrocínio nenhum de rádio comunitária, ou seja, eu passo lá no meu Estado, e aquelas pessoas que me conhecem, minha profissão é de médico, eu sou médico, não me interessa ter rádio porque eu não tenho dinheiro para sustentar uma rádio, o salário de Senador não dá para sustentar rádio, então nós passamos por essa desvantagem. Além de hoje, o político sério, o Augusto é médico também, nós sabemos como que nós participamos da vida pública política, é pela confiança do povo, não é por termos por trás de nós grupo de industriais, de comerciantes, patrocinando campanha não. Nós somos de Estados pequenos e a confiança para o povo crer em nós é exatamente por nós exercermos uma profissão que ele reconhece a confiança através da profissão. Então além de nós passarmos, o político passar por essa dificuldade, o político honesto, correto, financeira, nós passamos por mais esta desvantagem que é patrocinada pelo próprio Governo diretamente, que é a questão dessas concessões políticas e no caso da rádio comunitária estarmos participando de um verdadeiro massacre porque os aproveitadores sabem se aproveitar muito bem disso. Então parabenizar a Comissão, parabenizar os senhores palestrantes, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Obrigado ao Senador. Eu passo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Bom, eu quero lamentar não ter podido acompanhar as palestras todas, que eu tenho acompanhado todas as nossas audiências, não é Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É verdade.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – de hoje última eu não pude porque eu fui relatar a regulamentação da Emenda 29, é uma coisa sobre a saúde, muito complexa, e nós estamos correndo para ver se fazemos com rapidez isso.

Mas eu quero passar a minha preocupação. É que eu estou vendo essas mudanças de digital e não sei o que, eu vim para cá com a intenção de democratizar o acesso às rádios e à comunicação, mas eu não estou vendo horizontes assim nesse sentido. Com a digitalização, que vai ampliar o número de canais, vem uma barreira muito grande, que é do custo dos transmissores e dos receptores, que é uma coisa séria.

Em relação às rádios comunitárias, no começo eu tinha essa visão do nosso amigo Papaléo de achar assim que estava uma bagunça, mas eu acho assim: a comunidade é a pessoa mais pobre, o que a gente pressupõe geralmente é isso daí, a nossa comunidade que quer a rádio comunitária é a mais pobre. Quando ela fica proibida de ganhar ... para a própria rádio, a gente quer que a rádio comunitária, que é a mais pobre, que é a que está mais perto da pessoa, viva sem poder ter uma renda. Primeiro para comprar o aparelho, a comunidade tem pouco recursos para isso, recorre a um político. Eu devo deixar bem claro que eu descordo dessa situação no Brasil em que é um laranjal o sistema de comunicação praticamente, porque muitos políticos têm rádios e televisão. Ele falou de Laranjal do Jari, eu me lembrei, coincidiu justamente com laranjal da comunicação, que a maioria está na mão de políticos, que é uma coisa injusta e incorreta. Quando a gente é eleito, é eleito para defender os interesses da comunidade, não para ser dono de rádios. Eu estou falando por Roraima, eu não conheço como é em São Paulo, aqui em Brasília. Em Roraima eu sei disso, apesar de todo mundo ser santinho e ninguém conseguir comprovar que é um laranja, é sempre a mesma história.

Mas são dois grupos que dominam o meu Estado há muito tempo e que são donos da comunicação. E as comunidades que estão surgindo também, estão caindo nessa mesma história de ter sempre um benfeitor por trás e tudo. Eu acho que está na hora de a gente fazer uma mudança que a rádio comunitária também possa arrumar um jeito de ganhar dinheiro para sobreviver. O fato de ela ser da Igreja A ou da Igreja B, é até um pouco bom porque não está na mão de um político, está na mão da Igreja, eu prefiro, porque o político, ele só vai ter o dono da verdade naquela comunidade. Quando é de uma Igreja, dá uma chancezinha de um falar, de outro, ou fala só de religião, mas tem que ter liberdade, eu acho que é um direito da Igreja ter a sua rádio comunitária, da Igreja do pastor A, do padre B, tem isso também, 3. Agora não pode ficar esse fingimento que a gente faz de que não pode ter político, e a maioria está no nome de político no nosso sistema, pelo menos eu estou falando do meu Estado, e eu acho que nos lugares, em Estados pequenos, a maioria é dessa forma. Então é hora da gente talvez fazer uma lei que a rádio comunitária posso também ter uma forma de auferir algum lucro. Por que é que ela não pode ter lucro? Só os grandes que podem ter lucro, só o grande que poder vender propaganda, só a grande empresa? Então a pequena também tem di-

reito, eu não sei como... é uma entidade, é um ente, mas tem que achar, nós temos que achar, eu acho que aqui nessa Casa tem que achar uma forma. Nós estamos esperando o Governo mandar a lei, mandar a lei, mas nós já estamos fazendo o nosso trabalho também de tentar elaborar, e eu acho que nós temos que começar a pensar nesse sentido também, eu não sei como, mas de alguma forma de sobreviver, se não a rádio comunitária vai ficar sempre na mão do Vereador, do Prefeito. Se ficasse na mão pelo menos dos empresários locais seria bom, porque eles produziriam, mas não, fica geralmente na mão dos políticos e isso que é ruim. Então eu acho, eu queria saber se existe alguma forma, se os senhores que estão só pensando nisso, que trabalham só com isso, tem pensado de alguma forma da gente democratizar, de mudar essa forma. Eu acho também, é cartorial, eu voto, participo, mas é um cartório, toda a rádio tem que vir aqui para a gente votar e decidir. Eu não sei para que a gente fazer isso aqui. Para que é que precisa fazer isso? Os técnicos já examinaram, todos já olharam, é só para a gente poder fazer... Eu sou um médico do interior, que entrei na política agora, e a minha visão que eu estou dando é a visão do cidadão comum lá, eu não tenho essa visão aqui (soa a campainha).

Eu estou, Senador, há quatro e meio, nós, eu e o Papaléo, e gosto muito dessas audiências porque a gente vê essas coisas, essas diferenças, mas eu queria achar uma solução para isso, e os senhores também têm que pensar, porque nós aqui dentro não estamos achando esse caminho não para democratizar, e tenho a certeza que a maioria dos Senadores que participam aqui, pode ser até que alguns sejam, eu não sei se são, donos de alguma rádio, mas querem democratizar, porque não tem outro caminho para o país que não seja esse, da gente dar acesso a todos aos benefícios da tecnologia e do conhecimento, não a gente ficar só comendo, só recebendo, só recebendo dos grandes, dos pequenos aglomerados que dominam a comunicação no nosso país também. Eu tenho esperança de que no Governo Lula a gente vá conseguir fazer isso, apesar de dizer que está difícil, de ele estar perdendo um pouco a esperança, o Joaquim, que representa as pequenas rádios comunitárias, mas eu acho que é esse o caminho, eu acho que nós temos que achar a forma. A minha pergunta é essa: algum dos senhores têm alguma forma da gente democratizar, de tornar mais... de descomplicar essa forma de conseguir rádio, como ele falou, quarenta mil processos. Outra coisa também que eu descordo é assim: se lá no Laranjal do Jari eles amplificam, a rádio comunitária tem que ter autorização para ter, para ampliar também o poder dela no lugar onde só tenha ou não tenho outro. Numa comunidade de três mil habitantes não pode ter duas rádios comunitárias, mas aquela rádio tem que ampliar porque os habitantes não moram só ali em torno da cidade, os que estão lá no lote, que a rádio também é um meio de comunicação. Avisa aqui pela rádio: "fulano, avisa para fazer isso, para trazer aquilo, ou avisa que está doente, que vai mandar o ônibus entregar um produto tal". Às vezes porque a restrição da nossa lei de ser só aquele raio pequeno dificulta, então eu acho que onde não houvesse rádios assim, porque essas rádios grandes, grandes rádios, o povo lá das pequenas cidades não tem acesso. Então eu acho que os senhores têm que nos ajudar a achar uma forma da gente abrir o acesso, e também que as rádios comunitárias tenham o direito de sobreviver. Por é que só as grandes rádios podem cobrar pela propaganda?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Muito bem, eu vou passar aos expositores e vou começar pelo Dr. Ethevaldo Siqueira, porque ele queria fazer já uma referência direta, esperou bem, então eu passo a palavra ao senhor.

SR. ETHEVALDO SIQUEIRA – Obrigado, Senador. Eu acho que nós devemos ter leis sérias que sejam cumpridas. Encontrar uma fórmula adequada para as rádios comunitárias eu acho que é uma necessidade. Eu não defendo uma rádio comunitária comercial, para ganhar dinheiro. A finalidade não seria essa, ela deixaria de ser comunitária imediatamente, está certo? É como criar uma sociedade sem fins lucrativos e defender depois o lucro para elas.

O Brasil tem algumas coisas que são profundamente cínicas. O senhor vai a uma favela e vê o número de gatos que puxam, não só a eletricidade, mas que puxam TV a cabo, e que é defendido isso no sentido "democratizar o acesso". O senhor vê a pirataria multiplicando CDs e DVDs, violentando o direito de propriedade intelectual e etc. Nós não podemos ser coniventes com isso, está certo, apesar de termos leis hoje que coíbem, mas na prática não há, não tem o que em inglês eles chamam de *rayn forciman*(F), quer dizer, não se aplica a lei, não faz com que ela seja realmente adotada. Na questão das Agências há uma questão final que vale para o mundo inteiro, que se nós não escolhermos as pessoas certas para o lugar certo, não adianta ter o modelo mais perfeito de legislação, de Constituição. Nós temos Constituições que são utópicas, o Brasil é campeão dessas coisas. Então na hora que o próprio Governo vai brigar com a ANAC, ele é o responsável, ele escolheu. Se o Zuanazzi está lá é porque foi colocado pelo Governo Lula, está certo, e é alguém que defende até o último instante a permanência no poder. Então nós vivemos com comportamentos que nada tem a ver com o inte-

resse público e com a própria finalidade de uma instituição, seja ela uma Agência reguladora, está certo? A Agência reguladora tem que ter especialistas que sejam competentes, que tenham probidade acima de tudo e que tenham o poder de exercer dentro da lei as suas funções. Isto que é fundamental. Ao pensarmos numa Lei Geral de Comunicações aqui para o país, pensarmos numa lei que seja a melhor possível, que não seja utópica, que seja aplicável, portanto, mas que na prática ela seja posta em ação.

Agora temos que educar o povo, educar esse país, que ele é muito leniente com as formas de pirataria, nós somos muito flexíveis. "Ah, não, já que fazem aqui, deixa fazer ali." Este é um país que eu defendo que nós que comecemos no horário todas as coisas. Uma reunião da Comissão de Educação tem que começar às dez horas, eu vim de São Paulo para começar às dez horas para poder falarmos o máximo e trocarmos idéia. Um país não chega ao primeiro mundo se não tiver o mínimo de pontualidade, está certo? Então eu acho que isto é a reflexão mais importante que eu tenho que fazer perante o Senado do meu país, que eu gostaria que passasse por uma fase bem melhor do que a atual em termos de respeito, de reconhecimento, de imagem, sabendo que existem aqui pessoas da mais alta competência e respeitabilidade, mas que infelizmente aparecem menos para a opinião pública do que aqueles que não se comportam da melhor maneira possível. Então nesse ponto da rádio comunitária nós não podemos é ser tolerantes com a situação de hoje, principalmente quando põe em risco a vida de pessoas. O senhor sabe que em Cumbica, pela proximidade de Cumbica, existem perto de duzentas rádios comunitárias próximas do aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, Todos os dias existem dezenas. A Polícia Federal não pode tomar a iniciativa, tem que aguardar a ANATEL requerer isto aí, o que é de uma hipocrisia imensa. O interesse público tem que ser extremamente predominante, prioritário e urgente. Qualquer entidade pública deve poder tomar uma iniciativa para coibir um abuso dessa natureza que está pondo em risco a vida de pessoas. Desculpe o excesso, professor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não, não houve excesso, pelo menos de tempo, de conteúdo depois a gente vai ver (risos). Eu passo a palavra ao professor Laurindo.

SR. LAURINDO LEAL FILHO – Bom, eu queria apenas fazer algumas observações. Eu fui eu acho que até veemente demais na minha intervenção inicial a respeito das Agências reguladoras, mas eu acompanho um pouco o ceticismo de alguns em relação à sua eficácia, mas eu acho que isso não deve nos desanimar. Eu não vejo outro meio, no caso da radiodifusão, de nós termos uma regulação que não seja operada através de Agências reguladoras para garantir exatamente essa participação da sociedade, independente dos interesses de Governo e da iniciativa privada, do comércio em geral, sobre essa área tão sensível que é a radiodifusão, tão sensível politicamente que é a radiodifusão. A minha opinião é de que enquanto nós não tivermos uma democratização real desse setor a democracia brasileira continuará imperfeita, porque nós temos vozes mais potentes e vozes menos potentes, idéias que proliferam no país de uma forma muito mais abrangente do que outras. Então nós temos no limite, quer dizer, grupos ou cidadãos de primeira e de segunda classe, aqueles que tem o alto-falante da radiodifusão e aqueles que não tem acesso a esses mesmos alto-falantes. Me incomodava muito um apresentador de televisão que dizia que aquilo era uma vergonha, quando na minha casa eu achava que era exatamente o contrário, que não era uma vergonha. Eu não tinha o alto-falante que ele tinha para poder dar essa opinião. Esta é uma outra questão, é uma outra discussão do papel do jornalismo na televisão, que usa concessões públicas e que em países onde essa discussão já avançou, democráticos, o telejornalismo está impedido de dar opinião. Ele tem que dar todas as opiniões possíveis e quem tem que formar a opinião é o cidadão, o telespectador, porque não pode privatizar para a sua opinião uma concessão que é pública, ele não pode partidarizar, porque aquele é uma partidarização, é uma partidarização, é o religioso de uma concessão pública, é uma privatização de um espaço público. Bem, mas essa é uma discussão que caberia a uma Agência reguladora acompanhar, como Portugal passa a fazer agora, a Agência reguladora tem o poder de acompanhar o equilíbrio no jornalismo de rádio e de televisão. Eu queria dialogar, inclusive se fosse possível com o Senador Marconi Perillo, que se referiu às Agência reguladoras, e eu quero reforçar: nós não podemos, pela força das circunstâncias e pela forma como essas entidades estão sendo operadas no Brasil ou outras que também têm a generosidade de abrir espaço à sociedade, e que são capturadas no meio do processo.

Eu vou dar um exemplo claro: a Fundação Padre Anchieta, em São Paulo, que opera talvez a emissora de rádio e televisão mais próxima do modelo público mais bem acabado, ela é uma Fundação de Direito Privado, tem dependência do Estado, tem um Conselho Curador autônomo, totalmente independente do Estado, e infelizmente ao longo do tempo, em vários momentos, esse Conselho Curador foi capturado por grupos políticos, e embora a proposta fosse generosa do ponto de vista democrático, na prática ela se

revelou passível de uma apropriação. Mas nós temos que enfrentar isso, eu acho que a democracia tem que enfrentar isso, e nós temos que aprimorar, e aí eu concordo muito com o Ethevaldo, nós temos que aprimorar as formas de indicação para esses Conselhos, para essas Agências, as mais técnicas possíveis, as menos contaminadas por interesses políticos ou econômicos. Eu acho que isso é um avanço, é lento, é um avanço, mas nós temos que caminhar nesse sentido. Aqui mesmo, aproveitando a nossa presença aqui no Senado Federal, aqui mesmo no Congresso Nacional, a Comissão de Comunicação do Congresso foi também gradativamente sendo capturada por determinados interesses, inclusive está esvaziada, está completamente esvaziada, está com o mandato dos seus membros vencidos e não renovados, quer dizer, é uma prova clara de que a idéia é boa, a idéia é generosa, ela avança, mas os interesses particulares muitas vezes se sobrepõem a ela.

Eu queria só reforçar isso e dizer, com relação à lei, à Lei Geral de Comunicação Eletrônica de Massa, que nós já temos no Brasil massa crítica suficiente para dar sustentabilidade a essa legislação. Eu acho que nós não precisamos inventar a roda. O que é necessário, eu concordo também com o Ethevaldo, o que é necessário é que todas essas questões, todas essas leis setoriais que tramitam aqui ou na Câmara dos Deputados possam vir a ser discutidas conjuntamente e que nós tenhamos uma lei única para a comunicação eletrônica. Em 2004 eu tive a oportunidade de observar, havia cento e dezenove Projetos, eu escrevi um artigo sobre isso, cento e dezenove Projetos mexendo nas questões da radiodifusão na Câmara dos Deputados. Projetos anacrônicos, Projetos que às vezes até caíram por inconstitucionalidade, mas de qualquer forma eu acho que tudo isso é o caldo de cultura capaz de dar sustentabilidade a essa nova legislação, que eu repito, como eu disse logo na minha intervenção inicial, para a qual nós estamos atrasadíssimos. Nós devíamos já ter implantado essa legislação há muito tempo e nós estaríamos com o setor de radiodifusão muito mais moderno e democrático, prestando efetivamente um serviço à população e não se servindo dela para interesses particulares.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Passo a palavra agora ao Sr. Luis Cuza.

SR. LUIS CUZA – Muito obrigado. Os comentários que gostaria de fazer é sobre as Agências reguladoras. Eu acho que sem dúvida uma Agência reguladora única ajudaria a eficácia dessa Agência, se adiciona, e eu acho que isso pode fazer na lei, a segurança que essa Agência vá fazer planejamento estratégico. Um dos problemas das Agências reguladoras, pelo menos na área de telecomunicações, ainda que tenha dez anos, é a falta de estratégia, de planejamento estratégico, onde ao Congresso pode trazer problemas, como, por exemplo, a questão de democratização da comunicação, as rádios comunitárias, e forçar as Agências reguladoras com os (ininteligível) que eles têm, porque eles têm conhecimento, acesso a pesquisa internacionais, trazer opções na parte positiva e negativa de cada opção a vocês e ao Governo Executivo. Isso é algo que falta. Os problemas da democratização de acesso de diferentes serviços é algo que também se tivesse, se o país aqui tivesse um planejamento estratégico onde se reconhece o que se quer fazer para 2009, 2011, 2013, as decisões de hoje seriam mais fáceis de fazer.

O segundo ponto é que em outros países está se estudando essas questões bastante. Na Europa já há vários anos de diretrizes, é uma TV sem fronteira, que fala muitos desses valores adicionados e também da democratização da comunicação social. Eu sei que a Câmara dos Deputados está estudando, está lendo certos desses documentos, seria interessante para cá também, porque as mudanças tecnológicas de Youtube, de JUST(F), que esteve no computador, nos rádios, de Internet, é algo que já está aqui. Isso não vai sair. Então a questão é: como assegurar que o Brasil beneficie e que a criatividade do Brasil e dos artistas e dos empreiteiros do Brasil possam crescer nessa nova situação? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Passo a palavra agora ao Dr. Carvalho.

SR. JOAQUIM CARLOS CARVALHO – Bom, sempre é complicado quando você chega a um local, é bombardeado e não tem como depois rebater. Eu agradeço aos Senadores que ficaram para dizer que a ABRAÇO se preocupa muito com isso. Primeiro porque o processo, como foi concebido dentro do Ministério das Comunicações para a outorga de rádio comunitária, é uma safadeza. Eu vou falar bem claro. Existe interferência política? Muita, tanto que existe um trabalho do professor Venício Lima que é o "Novo Coronelismo Eletrônico", e isso é comprovado. A maior parte das outorgas é concedida para políticos, para Igrejas e para pequenos comerciantes. Este é o fato e nós viemos denunciando isso há muito tempo. A solução para a democratizar é muito fácil: é o controle social sobre as outorgas. Mas o Ministro Hélio Costa não quer conversar sobre isso. Nós queremos que a sociedade, a própria ABERT, as entidades representativas de todos os seguimentos tenham um Conselho que vá analisar quem é a rádio comunitária e seja

feito um processo de outorga de como é a da rádio educativa. A rádio vai ter que entregar um projeto, o que é que ela vai desenvolver, e não simplesmente ser usada para tocar música durante o dia inteiro, música sertaneja e não defende nem a música local. Então a criação de Conselho de Acompanhamento e Fiscalização dos processos e das outorgas é que vai melhorar isso, mas nós da ABRAÇO já mudamos isso, nós estamos num processo de ocupação. O que é um processo de ocupação? A lei nos garante duas formas de ocupação das rádios: primeiro que toda rádio comunitária, qualquer pessoa da comunidade pode ser sócio. Então nós estamos incentivando os movimentos sociais a ocuparem essas rádios e disputarem a diretoria, e outra é que qualquer entidade da sociedade civil pode participar do Conselho da rádio e que controla a programação. Então nós estamos incentivando que os movimentos sociais entrem dentro dessas rádios. É uma disputa que nós estamos fazendo. Então quem tem recebido a outorga, infelizmente, são as pessoas inescrupulosas, e aí nós pagamos, infelizmente a exceção regula a regra: tanto conheço rádios muito boas nos Estados de todos os Senadores, no Rio de Janeiro, no Amapá, em Roraima, existem rádios boas, mas também existe o que nós não chamamos de piratas, mas sim de picaretárias. Então a gente tem feito isso. Eu tenho que descordar um pouco do Ethevaldo, vou dizer assim: a rádio comunitária, ela não quer lucro, não é isso que nós queremos. Nós queremos que se regule a questão da sustentabilidade, certo? Se vai ser por fundo público, se vai ser por publicidade, se vai ser ... o que não pode acontecer é colocar lá apoio cultural e não dizer o que é apoio cultural, não existe. E aí eu tenho um exemplo muito claro para quem assistiu o filme Dois Filhos de Francisco, que é financiado pelo Estado, parte é financiado pelo Estado, só que durante o filme aparece, por três oportunidades, a imagem do patrocinador, que é o Banco Bradesco, que é uma publicidade subliminar. Então eles utilizam, mesmo com fundo público, artifícios para potencializar a marca, e não existe rádio comunitária sem falar em desenvolvimento local, e desenvolvimento local é: potencialização do comércio local. Potencialização do comércio local gera impostos e gera postos de trabalho. Então as rádios comunitárias têm que fazer publicidade. Eu poderia aqui dar o exemplo da minha comunidade: nós ficamos um ano fazendo publicidade de todo o comércio, uma cidade de três mil habitantes. Por quê? Porque todo mundo saía da cidade, do Município, e ia comprar, fazer as compras no Município mãe, e aí não tinha emprego para os filhos da comunidade e não tinha impostos. No momento que nós potencializamos o comércio local, isso deu um efeito imediato na arrecadação do Município e nos postos de trabalho. Essa é a função da rádio comunitária: desenvolvimento local. O desenvolvimento local passa pelo comércio e pela indústria. Quem não falar isso, é complicado.

Sobre a questão de fiscalização, eu vou lhe contar mais uma. As rádios, as verdadeiras rádios comunitárias são fiscalizadas. Na cidade de Horizontina, no Rio Grande do Sul, que o processo da rádio está há nove anos no Ministério das Comunicações sem outorga, este ano a ANATEL foi lá e prendeu cinco vezes todo o equipamento da rádio: computador, transmissor, mesa de som, tudo. No outro dia a rádio está no ar. Por quê? O Senador Sérgio Zambiasi colocou bem, pois a comunidade quer se comunicar e ninguém vai tirar o patrimônio da rádio do ar. Aquilo é patrimônio da sociedade e eles vão criar mecanismos para colocar no ar no outro dia. Então a pressão social é que vai mudar as leis, esse é o princípio, a lei não nasce por um acaso, é um processo de evolução social, e lhe dizer que no caso de São Paulo a lei vai completar no ano que vem dez anos e não existe nenhuma rádio outorgada comunitária para a cidade de São Paulo, e no ano passado é que foi aberto o primeiro aviso de habilitação para a cidade de São Paulo. Então quer dizer que durante dez anos da lei, durante dez anos da lei a sociedade vai ficar inerte esperando que a qualquer momento o Governo resolva o problema. Não, a sociedade vai exigir e vai ocupar, como garantido (soa a campainha) o princípio dos Direitos Humanos, que é uma garantia da sociedade. Nós vamos ocupar, isso onde for. Então a nossa atividade dentro da ABRAÇO é apoiar as iniciativas das comunidades. Se as comunidades optarem em colocar a rádio no ar nós vamos estar lá apoiando. Se eles acharem que o transmissor de vinte e cinco watts não é o suficiente para atender essa comunidade e quiser botar mais de vinte e cinco watts, vamos botar, agora vamos denunciar todas as irregularidades e todos os picaretas que tentam se usurpar desse direito humano na comunicação e ocupar esse espaço, e são milhares, são muita gente. A maioria das rádios outorgadas hoje foram feitas por trocas. É só pegar o último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, está aqui na minha apresentação e vale a pena colocar: em 1999 setenta e oito rádios foram outorgadas; em 2000 foram quatrocentos e sessenta e seis; em 2001 foram quatrocentos e cinqüenta e nove; em 2002 foram setecentas e quatro. No Governo Lula também não foi diferente: em 2003 foram trezentos e quarenta e quatro; em 2004 foram cento e sessenta e uma; em 2005 foram duzentos e quarenta; em 2006 subiu para duzentos e noventa e oito. Agora essa de 2003, trezentos quarenta e quatro, é porque já era o restante que sobrou do Fernando Henrique Cardoso,

que eles concluíram, só que essa média de duzentas e poucas rádios que eles outorgam por ano nunca vai atender a demanda de vinte mil entidades que foram criadas para prestar esse serviço. Então se não tomar uma iniciativa, a resistência da sociedade de manter as rádios no ar vai continuar, e agora como exigir que as rádios que estão fazendo um processo de resistência vão cumprir a lei? Então primeiro garante a lei para eles, aí eles vão cumprir.

E dizer que nós temos um grande problema: enquanto na Europa se lutava contra as rádios, o monopólio estatal, a característica do Brasil é um oligopólio privado, não é? Então as rádios comunitárias conhecem um sistema de comunicação privado, porque não tem curso de formação para radiodifusor comunitário. Em dez anos de lei, mesmo existindo um artigo da Lei 9.612, que diz que o Governo tem obrigação de capacitar esses agentes, durante três anos consecutivos, vai ser o terceiro ano consecutivo que o Ministério das Comunicações vai devolver ao erário recursos que seriam destinados à capacitação dos radiodifusores comunitários. Não teve a capacidade de gastar o dinheiro, o Ministério das Comunicações. Então esse é o grande princípio. Então eu tenho que concordar que existe, mas os bons projetos, o que desenvolve as comunidades, não pode pagar por um e outro sem-vergonha que aparece, e nós estamos nessa luta constante. E a criação do Conselho, do Centro de Controle e Fiscalização dos processos, nós queremos fiscalizar os processos lá no Ministério para não chegar aqui no Congresso para vocês homologarem um picareta como acontece diariamente, semanalmente aqui. O controle lá no processo, depois a fiscalização do que a rádio está fazendo para que possa garantir um sistema adequado. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu é que agradeço a todos nós, a participação de cada um de vocês. Eu só queria fechar dizendo o seguinte: primeiro da dificuldade que a gente vive, porque como disse o Joaquim Carlos Carvalho, o problema é de ebulição social e de ebulição tecnológica, que a cada dia muda a maneira. Quanto tempo vai demorar ainda para cada pessoa ter uma rádio em casa como tem hoje um computador? Pode chegar a isso. Ao mesmo tempo a gente sabe dos riscos que isso pode trazer com essas ondas circulando por aí perto não só de aeroportos, pois isso pode causar problema em hospitais, inclusive, em aparelhos, o hospital daqui já teve problema. Então é um problema de ordem técnica, política, muito grave, pelo que levantou o Senador Augusto Botelho e outros, com repercussão social, como falou o Joaquim Carlos, cultural, é um problema muito complexo, e eu creio que nós devemos tomar a iniciativa. Eu vou pedir à consultoria que a gente tente fazer uma proposta de um Projeto para submeter aos Senadores e, obviamente, ao Governo também, discutir e mandar para cada um de vocês uma minuta para ouvir o retorno disso, o que é que vocês acham daquilo que aqui a gente poderia elaborar.

Sobre a pirataria, essa Comissão está debruçada sobre o assunto em todos os sentidos, todos os níveis: industrial, as comunicações, tudo. Nós estamos trabalhando duramente, já fizemos diversas audiências sobre pirataria, que é outro assunto que também é complicado, porque o processo faz com que todos terminem sendo piratas de tão fácil que é hoje ter acesso a certos bens. De qualquer maneira, já temos o Anteprojeto que está em discussão. Sobre as agências, eu quero aqui falar de público como observador, não como Senador, fazer de público uma manifestação que é olhar os quadros dirigentes dessas Agências, a gente tinha mais quadros técnicos no Governo anterior, do que tem no Governo atual, houve uma palito sensação maior nesses últimos anos, o que é muito ruim, porque faz com que a finalidade de uma agência que é de estado fique muito próxima de ser uma agência de Governo, porque é exatamente o que se deseja evitar para o bem de todos nós. Eu quero agradecer, dizer que realmente foi muito substancial, foi muito interessante essa Audiência, temos muito material, como sabem isso daí foi transmitido e a parte que não ficou ao vivo passa em outras horas na TV Senado à noite, a população toma conhecimento, que é uma televisão que se vê muito, vai escutar o que vocês disseram, nós temos as transcrições, à disposição dos Senadores, e certamente hoje nós tivemos uma sessão que vai ajudar o Brasil a entender e encontrar um caminho de como trabalhar o problema das comunicações. Seja separadamente, seja em conjunto como foi proposto pelo grande Jornalista Ethevaldo. Eu agradeço a todos vocês, está encerrada a sessão, lembrando apenas aos Senadores que amanheça termina o prazo de emendas para o PPA.

(Sessão encerrada às 12h55.)

Ata da 54ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada em 24 de outubro de 2007

EMENDAS AO PLANO PLURIANUAL-PPA 2008/-2011

Às treze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Bu-

arque e com as presenças dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, João Ribeiro, Gilvam Borges, Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano e Flexa Ribeiro reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Wellington Salgado, Valdir Raupp, Paulo Duque, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Marconi Perillo, Papaléo Paes e Sérgio Zambiasi que justifica a ausência. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, com o que todos concordam. A seguir, o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as cinco (5) emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao Plano Plurianual – PPA 2008-2011. Neste momento o Senhor Presidente, passa a palavra ao Senador Flávio Arns, relator das Emendas ao PPA 2008-2011, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas ao **PPA 2008-2011**: **Emenda n.º 01** – **Educação – Educação Infantil – Aquisição de Equipamentos** – "Apoio à aquisição de equipamentos para a Rede Pública de Educação Infantil", no valor anual de R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) e no valor total de 1.600.000.000 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), apresentada pelos Senadores Marisa Serrano, Lúcia Vânia, Romero Jucá e Cristovam Buarque. **Emenda n.º 02 – Educação – Brasil Alfabetizado e EJA – "**Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos", no valor anual de R$ 320.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e no valor total de 1.280.000.000 (um bilhão e duzentos e oitenta milhões de reais) apresentada pelos Senadores Cristovam Buarque e Marconi Perillo. **Emenda n.º 03 – Educação – Qualificação de servidores da Educação Básica – "**Formação em serviço de funcionários da Educação Básica"**,** no valor anual de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e no valor total de 1.200.000.000 (um bilhão e duzentos milhões de reais), apresentada pela Senadora Fátima Cleide. **Emenda n.º 04** – **Esporte – Esporte de Lazer na cidade – "**Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Recreativo e de Lazer", no valor anual de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e no valor total de 1.200.000.000 (um bilhão e duzentos milhões de reais), apresentada pelos Senadores Romero Jucá, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Paulo Paim. **Emenda nº 05 – Cultura** – **Modernização de Espaços Culturais – "**Apoio e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura", no valor anual de R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinqüenta milhões de reais) e no valor total de 1.000.000.000 (um bilhão de reais), apresentada pelo Senador Flávio Arns. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao PPA 2008-2011, o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às quatorze horas, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Boa tarde a cada uma e a cada um Senador. Quase duas horas da tarde. Essa é a 54ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura em 24 de outubro de 2007, que se faz imediatamente após uma Audiência Pública.

Temos um único item: discussão e votação das cinco emendas da Comissão para o Plano Plurianual 2008/2011. A relatoria é do Senador Flávio Arns a quem eu passo a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque. E eu acho que todos os Senadores e Senadoras já receberam o relatório. É bem curto. Eu passo a ler o relatório.

No prazo estabelecido pela Comissão foram oferecidas 31 propostas de emenda ao Projeto de Lei nº 31 de 2007 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008/2011. Dessas 20 foram destinadas para educação, uma para a cultura, nove para esporte e uma para órgão que não guarda correspondência direta com a área de atuação da Comissão. Todavia, como se sabe, a Resolução nº 01 de 2006 estabelece o limite de cinco emendas por Comissão Permanente. Assim, apesar do inegável mérito de todas as proposições, tivemos que escolher apenas cinco. Para tanto adotamos como critério inicial indicar para aprovação três emendas na educação, uma na cultura e uma no esporte. Além disso, dentro de cada tema demos preferência àquelas propostas que conseguiram mais apoio dos parlamentares. Com esses critérios conseguimos atender a maioria dos Senadores que apresentaram sugestões.

Na educação optamos por priorizar a educação básica, porque, inclusive, na Câmara dos Deputados historicamente já é apresentada uma emenda para a ANDIFES, principalmente, a educação infantil e a educação de jovens e adultos. Ao nosso ver essas duas etapas à educação são fundamentais para o desenvol-

vimento da sociedade brasileira, primeiro por cuidar das crianças na fase em que mais necessitam, a segunda por possibilitar o resgate da cidadania da parcela da sociedade que não teve condições de aprender a ler e escrever na infância e juventude.

No caso de educação infantil aglutinamos as propostas da Senadora Lúcia Vânia, dos Senadores Romero Jucá e Cristovam Buarque, da Senadora Marisa Serrano, páginas 13, 14, 15 e 16 e uma única emenda que tem por objetivo apoio, aquisição de equipamentos para rede pública da educação infantil no valor de 400 milhões. Pretende-se assim alcançar mais de três mil escolas.

Ao apoiar a educação infantil estamos atuando diretamente para dar um atendimento adequado às crianças carentes contribuindo para reduzir as diferenças sociais do país.

Em relação à educação de jovens e adultos optamos por atender a proposta do Senador Cristovam Buarque no valor do 320 milhões para o apoio à alfabetização e à educação de jovens e adultos por ser mais genérica a emenda. Uma vez que essa proposta tem mais amplo alcance entre as relacionadas ao tema. Com isso acreditamos estar contemplando também as iniciativas do Senador Marconi Perillo. Para que se possa oferecer uma educação básica de qualidade consideramos importante acatar a sugestão da Senadora Fátima Cleide que reforça os recursos destinados para formação em serviço de funcionários da educação básica, inclusive, incluindo aqui todo o quadro administrativo a exemplo do debate que aconteceu nesta Comissão ontem que é a qualificação, a capacitação de diretores de escolas.

Temos a certeza de que para melhorar a educação no país é necessário valorizar e qualificar os servidores. Assim destinamos 300 milhões para esta finalidade.

Na cultura acolhemos a proposta de ampliar os recursos para apoio e modernização de espaços culturais, pontos de cultura, iniciativa de minha autoria. Era a única iniciativa também. Serão 250 milhões para promover o acesso da sociedade aos meios culturais por meio de desenvolvimento de projetos para adquirir equipamentos, adequar os espaços culturais. Importa lembrar que essa iniciativa deve abranger também a acessibilidade dos espaços às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Finalmente, na área do esporte resolvemos atender as propostas dos Senadores Romero Jucá, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Paulo Paim, que tem por objetivo a implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer, aglutinadas de uma nova emenda de 300 milhões.

Com isso reforçaremos a atuação do Ministério no sentido de proporcionar a camada mais necessitada da sociedade, inclusive, as comunidades quilombolas que era objeto de emenda do Senador Paulo Paim uma opção de lazer. Dessa forma contribuiremos para reduzir a injustiça, a exclusão que atinge àqueles em situação de vulnerabilidade social.

O voto diante do exposto. Votamos no sentido que esta Comissão de Educação delibere pela apresentação das seguintes emendas ao Plano Plurianual para 2008/2011. Apoio e aquisição de equipamentos para a rede pública da educação infantil no valor de 400 milhões. A Senadora Marisa Serrano havia apresentado uma emenda de equipamentos e construção. As duas juntas não podem constar equipamento e construção. Então tem que ser equipamentos, por isso que nós... Porque até haveria uma parceria com o município, se eles construírem, a comunidade construir e tudo, ter, pelo menos, equipar a educação infantil. Apoio, alfabetização e educação de jovens e adultos no valor de 320 milhões. Várias emendas para educação de jovens e adultos. Então nós discutimos e vimos uma que fosse mais abrangente para incluir aquilo que os outros Senadores estavam propondo. Formação e serviços de funcionários da educação básica. Então qualificação. Então é qualificação, equipamento e também apoio à alfabetização de jovens, adultos em serviços. Formação em serviço de diretores, gestores, secretários, merendeiros; todo o pessoal da escola, mas principalmente com uma ênfase, eu diria, para gestores. Apoio e modernização de espaços culturais, pontos de cultura que pelos relatos vem sendo algo extremamente aceito em termos de Brasil com ênfase, inclusive, para acessibilidade, para pessoa com deficiência. Implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer. Havia ou para esporte educacional ou para esporte recreativo e de lazer. Discutimos bastante assim preliminarmente isto e optamos por recreativo e lazer porque toda comunidade deve e participar de campos de futebol, pistas de atletismo, natação. E isto pode até se integrar com esporte educacional também.

Então este é o relatório, Sr. Presidente. Só um minuto. Ah, não. Exato. Só para antes de terminar, só para fazer um comentário, o Senador Aloízio Mercadante havia proposto e com toda razão, por isso ficar escolhendo emendas é um negócio assim difícil, mas o Senador Mercadante pediu para dar-se uma ênfase para informática, equipamentos, tecnologia nas escolas. E isto então nós optamos até pelas informações do Ministério da Educação que buscamos que dispõe no recurso significativo para essa finalidade. E nós aprovamos, outro dia, uma lei que se aprovada na Câmara que é a lei do FUST do Fundo de Universalização das

Telecomunicações que vai permitir uma destinação de recursos para isto. Havia também uma emenda fundamental do Senador Paulo Paim que a gente discutiu muito, inclusive, hoje cedo que é a destinação de recursos para instituições de ensino superior estadual. O que é essencial tanto para o Rio Grande do Sul como para o Paraná, onde nós temos muitas instituições de ensino superior estadual, mas existe uma restrição neste ano nas orientações na Comissão de Orçamento que não permita a destinação de emendas coletivas para esta finalidade, coletivas entendidas como de bancada e como de comissão, o que seria possível na emenda individual. Então até nós propusemos. Eu peço que até o Dr. Murilo sente aqui com a gente. Desculpa-me até por não ter chamado antes o nosso consultor, Sr. Presidente, para qualquer dúvida, ele também esclarecer. Nós já combinamos que nós faremos pelas bancadas, pelo menos, do Sul e talvez até de outros estados, nós vamos ter uma emenda com o mesmo texto feito pela assessoria do Paulo Paim e pela consultoria para que cada Senador, individualmente, apresente a mesma emenda para o Comitê de Emendas da Comissão de Orçamento. Então eles receberão, vamos dizer, umas 20, 30 emendas com o mesmo conteúdo, quer dizer, uma das dez que nós podemos apresentar individualmente que seja destinada para esta finalidade.

E eu quero enaltecer porque o Senador Paulo Paim, nós discutimos no detalhe isto e ele assim com uma preocupação intensa em relação às instituições de ensino superior estadual.

E mais uma coisa que eu gostaria de dizer, nós estamos aprovando no pressuposto de discutir com a Câmara dos Deputados para que não haja uma superposição de emendas. Então ele saberia aqui, há uma preocupação com transporte escolar que seria colocado lá, com o ensino superior que seria colocado lá, e com mais alguma área que seria colocada na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para, claro, que as áreas todas, transporte escolar é, vamos dizer, fundamental. Até na reunião com o Ministro da Educação no outro dia a Câmara dos Deputados até assumiu esse compromisso também. Então para ter três aqui e três lá e que as seis se somem em relação às áreas prioritárias. Obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu vou por em discussão. Do meu ponto de vista que não entrei na discussão, eu só lamento que não tenha entrado uma emenda que é um compromisso com o Ministro Haddad que eu assumi de colocar, que era para a educação infantil. Mas eu entendo as dificuldades do relator.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não. Para equipamento. Era construção de escola que ele pediu. Mas tendo equipamentos o Ministro deve entender as nossas dificuldades.

Alguém quer fazer algum comentário?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente, bem rápido. Eu só queria dizer, Sr. Presidente, que essa minha insistência com a UERGS, no caso, Universidade Estadual lá do Rio Grande do Sul foi fruto, inclusive, de uma Audiência Pública. Nós lá naquela Audiência Pública com a sua presença nós havíamos... Claro que fui eu que me comprometi mais, e V. Exa. apenas concordou que faria de tudo para que acontecesse. Que nós destinaríamos uma verba para as universidades estaduais e que a Comissão de Direitos Humanos poderia provocar abrindo um novo programa no PPA. Eu quero dizer que fizemos de tudo para que isso acontecesse, seguindo a orientação, inclusive, daquela Audiência Pública que V. Exa. junto com os outros Senadores participaram lá na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Mas a assessoria aqui, o Dr. Murilo, o Dr. Murilo orientou na forma que o Senador Flávio Arns relatou nesse momento aqui coloca que nas emendas individuais nós poderemos colocar as emendas para as universidades estaduais. Nesse sentido o Senador Flávio Arns e eu aqui falávamos, nós vamos apresentar nas emendas individuais para os respectivos Estados. Eu faço isso com uma justificativa fruto daquela Audiência Pública minha aqui na Comissão que eu apresentarei então nas emendas uma para a UERGS. A UERGS é uma universidade estadual que abrange praticamente todo o estado e está praticamente falida. E não é nem responsabilidade, no caso, da Governadora. Está falida. E é preciso verbas para fazer com que, efetivamente, ela retome com todo o seu potencial.

Então eu farei isso com uma emenda individual para permitir que a UERGS volte a funcionar na sua normalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu devo dizer que houve outras emendas que eu sei que apareceram sobre o ensino superior e que também não foram colocadas como a do Dornelles, mas nesse sentido eu acho que foi uma opção correta do relator.

Vamos por em votação.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Pela ordem. Só gostaria de cumprimentar o Relator e agradecer a atenção dele em relação às duas emendas de minha autoria, a que trata da questão do equipamento para educação infantil e a que trata do esporte. Portanto, os meus agradecimentos ao relator. E parabéns pelo trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu ponho em votação. Os que estiverem... Ainda não por quê?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Não. Eu quero também, se me permite, não é só reclamar, dizer que eu apresentei uma emenda para quadra de esporte para os quilombolas que eu tenho visitado muito, há uma pobreza enorme e a emenda foi acatada pelo nobre Relator. Muito obrigado. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu quero agradecer também as minhas emendas incorporadas. E ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada. E com os meus parabéns ao relator.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Sr. Presidente, eu quero também agradecer a sensibilidade do Senador Flávio Arns, a ajuda que proporcionou também o Júlio para que a gente incluísse a formação continuada dos funcionários de escola. É um importante projeto para melhoria da qualidade da educação básica deste país. Meu muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Está encerrada a Sessão exatamente 14h.

(Sessão encerrada às 14h00.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Ata da 15ª Reunião, Conjunta, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada com as Comissões de Assuntos Econômicos-Sf; Finanças e Tributação–CD; Fiscalização Financeira e Controle–CD, e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-CN, realizada dia 24 de maio de 2007, quinta-feira, às 10:00 horas, no plenário n° 2, do Anexo Luís Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia vinte e quatro de maio do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Senador José Maranhão, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF); Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), com a presença dos Senadores Eliseu Resende, titular da CAE/SF e titular da CMA/SF, e, ainda, dos Deputados Acélio Casagrande, titular da CFT/CD, Aelton Freitas, titular da CFT/CD, Albano Franco, titular da CDEIC/CD, Alex Canziani, suplente da CMO/CN, Alfredo Kaefer, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD, Arnaldo Madeira, titular da CFT/CD, Asdrúbal Bentes, suplente da CMO/CN, Carlos Alberto Leréia, suplente da CMO/CN, Celso Maldaner, suplente CDEIC/CD, Claudio Cajado, titular da CMO/CN e suplente da CFFC/CD, Daniel Almeida, titular da CMO/CN, Dr. Ubiali, titular da CDEIC/CD, Edinho Bez, titular da CMO/CN, Eduardo Cunha, titular da CFT/CD, Eduardo Sciarra, titular da CMO/CN, Eunício Oliveira, titular da CMO/CN, Fábio Ramalho, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Félix Mendonça, titular da CFT/CD, Fernando Coruja, titular da CFT/CD, Giovanni Queiroz, titular da CMO/CN, Guilherme Campos, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD, Humberto Souto, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, João Carlos Bacelar, suplente da CMO/CN, João Dado, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD, João Leão, suplente da CMO/CN, José Pimentel, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Júlio Cesar, titular da CFT/CD, Leandro Sampaio, suplente da CDEIC/CD, Luiz Carreira, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Mauro Benevides, suplente da CFFC/CD, Miguel Corrêa Jr., suplente da CMO/CN e titular da CDEIC/CD, Milton Monti, suplente da CFT/CD, Nelson Meurer, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Osório Adriano, titular da CDEIC/CD, Pedro Chaves, suplente da CMO/CN, Pedro Fernandes, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Pedro Novais, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Reginaldo Lopes, titular da CDEIC/CD, Regis de Oliveira, titular da CMO/CN, Ricardo Barros, suplente da CMO/CN, Roberto Rocha, titular da CMO/CN, Rocha Loures, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD, Vanderlei Macris, titular da CMO/CN e titular da CDEIC/CD, Vignatti, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Wellington Fagundes, titular da CDEIC/CD e Wellington Roberto, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD; Comparece, ainda, o Deputado Gilmar Machado, Parlamentar não integrante das Comissões que participantes. Deixam de comparecer os demais Senadores e Senadoras membros da Comissão. A Reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema “avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impac-

to e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços – 2º semestre de 2006, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal". A Reunião é iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador José Maranhão, que convida as seguintes autoridades para tomarem assento à Mesa: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Dr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica; Dr. Antônio Gustavo Matos do Vale, Diretor de Administração e Dr. Alexandre Antonio Tombini, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro. Em seguida, o Presidente informa que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante dispõe de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no § 5º do mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor podem fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Em seguida, o Presidente em exercício anuncia a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles faz apresentação em *datashow* sobre o tema em referência, tendo finalizado sua apresentação às onze horas e dez minutos. Prosseguindo, o Presidente esclarece que os Deputados Fernando Coruja e Alfredo Kaefer têm prioridade no uso da palavra tendo em vista o teor do Ofício nº 130, de 25 de abril, do Deputado Virgílio Guimarães, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. O referido expediente foi encaminhado à Comissão Mista de Orçamento em decorrência da aprovação do Requerimento nº 18/07, daquela Comissão, de autoria do Deputado Fernando Coruja, que solicita esclarecimentos sobre o custo das tarifas e de serviços bancários e da aprovação do Requerimento nº 38/07, que assegurou ao Deputado Alfredo Kaefer o debate sobre a questão cambial. O Palestrante responde aos questionamentos efetuados pelos autores dos Requerimentos. Aos mesmos é assegurada a réplica e tréplica. A discussão é iniciada. Interpelam o Expositor os Deputados Félix Mendonça, Giovanni Queiroz, Edinho Bez, Júlio César, Fábio Ramalho, Daniel Almeida e Osório Adriano. É assegurada réplica ao Deputado Giovanni Queiroz. O Palestrante responde os questionamentos efetuados. O Presidente agradece a presença do Dr. Henrique Meirelles e, nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **José Maranhão,** Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Roteiro da reunião nº 13, de 2007. Primeira reunião conjunta de audiência pública de 2007.

Declaro iniciada a 1ª reunião conjunta de audiência pública de 2007, com a participação das seguintes Comissões:

Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômica, Indústria e Comércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle;

Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;

Congresso Nacional: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nosso convidado é o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, que discorrerá sobre o relatório de avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados no balanço referente ao primeiro semestre de 2006, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Convido o Dr. Henrique Meirelles para compor a Mesa.

Anuncio também a presença do Diretor de Política Monetária, Dr. Mário Mesquita; do Diretor de Administração, Dr. Antonio Gustavo Matos do Vale; e do Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro, Dr. Alexandre Antonio Tombini.

Convido os Srs. Presidentes das Comissões para comporem a Mesa dos trabalhos. Da Câmara dos Deputados, os Presidentes das Comissões de Finança e Tributação, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e de Fiscalização Financeira e Controle; do Senado Federal, os Presidentes das Comissões de Assuntos Econômicos e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; do Congresso Nacional, o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o

palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser aparteado.

Conforme estipulado no § 5º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Informo que, por se tratar de reunião de audiência pública, o livro de presença encontra-se sobre a mesa, à minha esquerda. Solicito aos Srs. Parlamentares que não deixem de registrar a presença.

A lista de inscrições para o debate está aberta. Os Srs. Parlamentares poderão se inscrever na secretaria.

Com a palavra o Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente. Como das outras vezes, é sempre uma honra e uma satisfação estar presente nesta Casa para uma ação que é talvez a mais importante para o Banco Central, a prestação de contas ao Congresso Nacional das suas atividades, não só em relação aos resultados específicos da atividade financeiro e a transferência dos resultados ao Tesouro Nacional como também sobre o cumprimento da missão básica do Banco Central, seja na área de inflação, seja na área cambial, seja na área de crédito. Enfim, é um resumo geral das atividades do Banco Central e dos efeitos na economia nacional.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vamos sumarizar, começando com o resultado contábil do Banco Central e depois falando sobre os objetivos da política monetária, creditícia e cambial e possíveis efeitos fiscais da política monetária e a evolução recente da atividade econômica.

Passando imediatamente ao resultado consolidado do Banco Central, vamos observar que o Banco Central teve resultado positivo, de juros, de cerca de 1 bilhão e 926 milhões de reais, resultado das operações ativas do banco.

Correção cambial, negativo: 1 bilhão e 873 milhões de reais.

Da mesma maneira, as operações com *Swaps*, resultado direto da apreciação do câmbio e do fato de que hoje as reservas internacionais do País são parte do balanço do Banco Central, e com a valorização do real isso tem um impacto negativo.

O valor justo a resultado positivo: 1 bilhão, 659 milhões de reais, como resultado da melhora do risco País, da melhora das condições macroeconômicas e da valorização dos papéis em carteira do Banco Central do Brasil.

Outras despesas, principalmente operacionais, administrativas, cerca de 569 milhões de reais.

Resultado líquido de todos esses itens, resultado negativo: 643 milhões de reais. No entanto, tem uma informação suplementar, de acordo com autorização fornecida pela empresa, de autoria do Banco Central, que mostra claramente que o Banco Central gerou resultado positivo no Tesouro Nacional, na medida em que o Tesouro Nacional tendo uma dívida externa denominada em dólares, essa dívida externa desvaloriza-se. Isso tem resultado positivo no Tesouro Nacional. O fato de que o Banco Central carrega as reservas, gera resultado positivo em geral para o País, na medida em que diminui o Risco País. E o Tesouro Nacional tem resultados positivos sobre isso de diversas maneiras. É muito difícil medir isso de forma precisa. Concluímos com a auditoria que a melhor forma de medir isso seria retirar do balanço do Banco Central, na sua apresentação de resultado, a avaliação cambial e o *Swaps*. Isso geraria resultado líquido de correção cambial de *Swaps* de cerca de 3 bilhões de reais positivos.

Se olharmos agora o comparativo dos últimos semestres, vamos ver que o resultado tem variado muito em função da questão cambial. Gostaria de observar apenas que a prestação de contas diz respeito ao segundo semestre de 2006.

Em relação ao resultado de juros, portanto, aqui um detalhamento do resultado em moedas estrangeiras, um resultado positivo de 3 bilhões e 700 milhões de reais; em moeda nacional, 1 bilhão, 785 milhões de reais, negativos – resultado líquido positivo, portanto, pouco abaixo de 2 milhões de reais.

Uma explicação sobre o resultado líquido para o Tesouro, o benefício para o Tesouro da valorização cambial. Especificamente vou sumarizar, Aqui tem um demonstrativo para os Senadores e Deputados que queiram olhar isso com maior cuidado. Mas basicamente o resultado líquido é que o Tesouro teve um benefício direto do segundo semestre de 2006, de 1,7 bilhão de reais como resultado da apreciação do real e da diminuição e valor do real em reais da dívida pública externa denominada em dólares.

O valor justo a resultado é basicamente resultado da melhora do Risco País, que faz com que o valor dos títulos carregados no balanço do Banco Central aumentem. Em função disso, o Banco Central teve um ganho de 1 bilhão, 659 milhões de reais.

Portanto, esse é o sumario dos resultado do Banco Central no semestre, resultado líquido negativo de 600 milhões de reais. Tirou-se esses resultados da variação cambial, na medida em que o carregamento

das reservas gera resultados positivos para o País e o Tesouro Nacional. Procurando refletir isso, tirou-se esse resultado. Portanto, o Banco Central com isso mostra um resultado líquido de 3 bilhões de reais positivos.

Outras receitas e despesas. Despesa de pessoal, fabricação de cédulas e moedas, repasse do Tesouro Nacional, em razão das contas entre o Banco Central e o Tesouro. Temos perdas com título de moeda local, ações judiciais, resultado positivo. Portanto, resultado líquido de 569 milhões de reais.

Em resumo, esse é o quadro dos resultados do Banco Central.

Em termos dos objetivos do Banco Central, basicamente basta ler o que está na Lei de Diretrizes Orçamentárias, do conhecimento dos Srs. Deputados. Não vou voltar a ler.

Objetivos do Banco Central: política monetária, creditícia e política cambial.

Política monetária. O objetivo fundamental do Banco Central na política monetária é o cumprimento da meta de inflação. Foi estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional em 4,5%, com tolerância mais ou menos de 2%. A definição básica do Conselho Monetário Nacional é que uma inflação na meta, estável e controlada é condição fundamental para o crescimento.

Esse é o pressuposto da definição de metas de inflação não apenas no Brasil, mas na grande maioria dos países, hoje, que adotam regimes de estabilidade econômica, que é basicamente quase a totalidade.

Temos aqui a evolução da inflação no País desde 2002. Portanto, vemos uma cadente trajetória de inflação, quando fica claro que o Banco Central tem cumprido sistematicamente as metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional e sua básica missão.

Um dado da maior importância que precisa ser levado em conta é que se observamos a inflação e o seu impacto nas diversas classes de renda, há o seguinte detalhe: o INPC, índice que mede com melhor acuracidade o poder de compra das classes de renda mais baixa, em 2006, teve uma evolução ainda melhor do que o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA. Portanto, vamos ver que o INPC teve um índice de variação no período de 2,81%, o que mostra que nas regiões metropolitanas, com renda de 1 a 8 salários mínimos, o ganho do poder de compra, como resultado da inflação baixa, foi ainda mais pronunciado.

Se observarmos melhor esse ponto, vamos ver que a alimentação, por exemplo, no IPCA tem um peso de 20,5%, no INPC de 27, o que mostra, novamente, que o INPC reflete melhor a inflação para as classes de renda mais baixa. Trata-se de um claro demonstrativo, se olharmos, por exemplo, a inflação do ano de 2006, em azul, que mostra como os analistas financeiros, econômicos previam uma inflação um pouco mais alta e que com o passar do ano de 2006 foram baixando suas estimativas, bem como para 2007/2008. Isso mostra, novamente, o sucesso da política monetária.

O outro quadro demonstrativo – aqueles que têm maior interesse podem observar detalhadamente –, basicamente mostra que pela primeira vez na história recente do País temos não apenas a inflação na meta no ano/referência, mas na meta, segundo as expectativas dos analistas para os 2 anos seguintes. E no regime de metas de inflação é muito importante a expectativa de inflação. Ou seja, todos os agentes econômicos esperam que a inflação esteja na meta. Isso permite que o custo de controlar a inflação baixa signifique em termos práticos uma queda da taxa de juros real na economia ao longo do tempo.

Portanto, isso mostra a evolução das expectativas para o IPCA nos 12 meses seguintes. Apresenta, de novo, essa trajetória cadente e o sucesso da política monetária aplicada no País.

Se olharmos aqui, em azul, veremos a inflação medida no Brasil; a faixa cinza mostra a evolução do intervalo de metas. Vemos, claramente, como a inflação convergiu para o intervalo de metas durante o ano de 2003, mantendo-se, a partir daí, com uma pequena exceção temporária, no ano de 2005, quando a inflação superou o intervalo superior. Temos a inflação voltando a convergir. E, em vermelho, as previsões do mercado para a inflação nos próximos 2 anos – de novo, rigorosamente, dentro das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Vou passar, rapidamente, por esses gráficos, apenas para demonstrar um fato da maior importância. É que, muitas vezes, se discute porque a inflação pode estar um pouco abaixo do centro da meta, ou um pouco acima do centro da meta. Eu faço uma analogia aqui, dizendo que, se compararmos, por exemplo, a inflação com a medida feita por um eletrocardiograma, veremos que o eletrocardiograma oscila. Quando o eletrocardiograma mostra uma linha reta, significa que o paciente já morreu ou, pelo menos, o coração parou naquele momento. Quer dizer, que o organismo vivo basicamente tem uma certa volatilidade. E a inflação é comparada à inflação de um organismo vivo, que é a economia do País. Assim, ela oscila. A inflação que tem um comportamento ideal dentro do regime de metas é aquela que orbita em torno do centro da meta, abaixo e acima. E é, exatamente, o que está acontecendo agora no Brasil. Não existe essa discussão: *"Ah, está um pouco acima da meta, errou. Está um pouco abaixo da meta, errou"*. Não. Ela deve estar no intervalo de tolerância, na zona cinza, como está projetado, acima e abaixo do centro da meta. Em alguns momentos,

acima; e em alguns momentos, abaixo, dependendo dos choques positivos ou negativos a que tenha sido sujeita a economia.

Se olharmos diversos países – por exemplo, a Nova Zelândia, em vermelho, intervalo de metas – veremos exatamente a demonstração do que eu estou falando. Nova Zelândia, Reino Unido, e a maior parte do tempo, inclusive, o Reino Unido com a inflação abaixo do centro da meta. Em alguns momentos, acima, o Chile, de novo, oscilando abaixo e acima – inclusive, abaixo e acima do próprio intervalo de metas. E, no caso do Chile, é interessante notar que foi até abaixo de zero, em alguns momentos.

Portanto, mostra que a política monetária no Brasil está atingindo seus objetivos, de acordo com o estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional.

Com relação à política de créditos, o objetivo do Banco Central é ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. Não há metas formais e o fato é que o crédito está crescendo de forma importante. Aqui ele é medido em comparação ao Produto Interno Bruto. Veremos que o crédito total – linha vermelha – está crescendo de forma sustentada como percentagem do Produto Interno Bruto. E o crédito livre, não direcionado – linha azul, coluna da direita – com percentagem do produto também crescendo de forma sustentável. Portanto, um dado importante da economia brasileira.

A evolução de crédito livre direcionado, pessoas jurídicas, pessoas físicas, mostra que o crédito que mais cresce é o crédito para pessoas físicas. Os *spreads* bancários – de novo, em azul – pessoas físicas. Como os *spreads* têm tido uma trajetória cadente, no caso das pessoas jurídicas houve uma subida, no ano de 2006, fundamentalmente, em conseqüência do aumento do crédito para empresas pequenas e médias. Mas, já voltou a cair. Esse é um dado de mercado.

Crédito em consignação. Em azul, mostra claramente que está evoluindo. É uma evolução extremamente positiva. O crédito em consignação a aposentados, em termos de volume e quantidade de contratos.

Política cambial. A meta do Banco Central é o aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante. O Banco Central não trabalha com meta de câmbio. Por quê? Porque o Conselho Monetário Nacional fixou meta de inflação e não de câmbio. E esse é o sistema que tem funcionado melhor no mundo inteiro. Já houve momentos, inclusive, no Brasil, em que se adotaram outras metas. No Brasil, adotamos, em alguns anos, metas de câmbio; outros países também as adotaram. Isso não tem funcionado no mundo. Hoje, a maior parte dos países adota de forma explícita, como o Brasil, ou implícita, o regime de metas de inflação. E o câmbio é flutuante.

Discute-se muito sobre o valor do dólar. O dólar é uma moeda importante, não há dúvida, mas o importante é que o Brasil hoje tem uma pauta de exportações e de comércio exterior muito diversificada. É importante, portanto, compararmos o valor do real não só com o dólar, mas com as moedas dos parceiros econômicos mais importantes do País.

Se deflacionarmos cada uma das 15 moedas mais importantes no comércio exterior pela inflação do seu respectivo país ou região e deflacionarmos também a moeda brasileira, o real, observaremos que a evolução do real frente a essa cesta, a esse quadro de moedas terá um comportamento que, às vezes, difere um pouco do que se pode ter quando comparamos apenas com uma moeda específica.

Durante a década de 90, o real ficou mais valorizado do que a média histórica. Em 2002 e início de 2003, o real depreciou-se muito em função da crise cambial de 2001/2002, e voltou de novo a esse patamar.

Portanto, os senhores puderam observar claramente a evolução da cotação da moeda nacional frente a essa cesta de moedas dos parceiros comerciais mais importantes do Brasil. Está na linha vermelha; é como se situa a média histórica.

Como disse, o Banco Central não tem meta de taxa de câmbio, porque isso não é mais usado, hoje, na maioria dos países do mundo. O Brasil já usou, mas teve de abandonar pela crise cambial de 1998.

Se observamos, agora, a cotação da moeda com o risco, veremos que existe uma correlação entre a apreciação do real e a melhora da taxa de risco do País; uma correlação entre o preço das *commodities*, o preço das exportações brasileiras sobe, e uma correlação entre a apreciação da moeda do Brasil. Isso é comum em muitos países.

O fenômeno da desvalorização da dólar é global, devido ao desequilíbrio da balança comercial norte-americana. Isso está acontecendo com grande parte das moedas dos países que têm, hoje, uma situação econômica favorável.

Com relação a saldo em conta corrente, o Brasil tem um desempenho excepcional. Compete no comércio exterior e elimina as vulnerabilidades, que tínhamos no passado, basicamente, puxado pela balança comercial. Inclusive, mantém, nesse início de 2007, um saldo comercial acima de 45, 46 bilhões de dólares.

Tudo isso é um processo impulsionado pelas exportações. Há também o crescimento importante das importações. Mas o fato concreto é que as exportações brasileiras continuam mostrando um dinamismo muito forte.

É muito interessante mencionar as quantidades exportadas, porque, muitas vezes, se tem a impres-

são, pelo noticiário, de que o Brasil só está aumentando a exportação de matéria-prima, *commodities* etc. Não é fato. Cinqüenta e cinco por cento do total das exportações brasileiras são hoje de manufaturados. Se observarmos a evolução das quantidades, não de preço, veremos claramente que as exportações totais em manufaturados estão aumentando, e novamente como resultado do aumento da competitividade do Brasil, devido à estabilização econômica que permite que as famílias se planejem e invistam, sendo mais competitivas.

Se olharmos agora a participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais, veremos que o Brasil, durante um bom tempo, perdeu uma fatia do mercado. Significa que as exportações brasileiras estão crescendo mais do que a média mundial.

Há muita preocupação com a questão dos fluxos. Até que ponto está havendo um fluxo muito grande de capital especulativo, até que ponto está se repetindo, ou não, aquilo que já aconteceu no passado, na história do Brasil?

Gostaria de apresentar a V.Exas. alguns dados importantes que mostram, em 2005, 2006 e, depois, no início de 2007, a comparação entre diversos números. Veremos claramente que as barras amarelas são o fluxo comercial, isto é, basicamente, o superávit comercial mais outros componentes do fluxo comercial. Veremos que o grande influxo de moedas estrangeiras no Brasil está vindo das transações comerciais. É muito importante que deixemos isso bem claro. Poderemos elaborar, de novo, atendendo a perguntas de V. Exas.

Se olharmos agora a dívida externa brasileira, principalmente a líquida, que é aquela descontadas as reservas internacionais, veremos que ela tem uma trajetória cadente, saindo de um patamar de 165 bilhões de dólares para 55 bilhões de dólares, no dado final do primeiro trimestre.

Gostaria de mencionar que, no caso da esquerda, a operação de uma companhia específica foi responsável por esse aumento da dívida externa bruta total. A dívida externa líquida de reservas foi resultado da grande operação de uma empresa brasileira que gerou um aumento da dívida nominal bruta. Evidentemente, a dívida total líquida continuou caindo pelo aumento das reservas.

O Banco Central tem aproveitado o momento favorável para fortalecer as reservas cambiais. Essa é uma política anunciada em janeiro de 2004 e, em 2006, o Banco Central adquiriu, no mercado, 34.3 bilhões de dólares, totalizando, portanto, compra de 55.8 bilhões de dólares desde o início de 2005. A finalidade principal do Banco Central é o fortalecimento das reservas do País e, consequentemente, melhora do Risco País e diminuição das taxas de custo pagas pelo Governo e pelas empresas brasileiras e conseqüente diminuição do custo de financiamento do País.

Se olharmos a aquisição da reserva do mercado de câmbio desde o ano 2000, pelo Banco Central, veremos a evolução destas aquisições. Aquisição das reservas no mercado de câmbio, fluxos acumulados desde janeiro de 2004. vemos um total acumulado de cerca de 83 bilhões de dólares. Em conseqüência, esta é a evolução das reservas internacionais do País, atingindo, em abril de 2003, a reserva líquida de 15.9 bilhões de dólares, e, no dia 2 de maio, alcançando 122.4 bilhões de dólares, numa trajetória crescente.

Esta tem sido uma das razões fundamentais da melhora do Risco País recente e, portanto, da queda no custo de financiamento do Tesouro Nacional e das empresas brasileiras em geral, para a captação externa e doméstica.

É importante mostrar que os indicadores de solvência externa têm mostrado melhora significativa. Por exemplo: dívida externa líquida sobre exportações: chegou a 3.1, o que significava que o Brasil precisava de 3 anos de exportação para pagar a dívida. Hoje, 0,4, o que representa cerca de 5 meses de exportação. A dívida externa líquida sobre o produto também chegou a quase 33% e, hoje, é 5%.

Pagamento de juros sobre exportação. Nós chegamos a usar quase 30% das exportações para pagar juros, e hoje cerca de 10% caíram. O Risco Brasil, em conseqüência, a trajetória cadente, estará atingindo, no dia 21 de maio, 143 pontos.

Diferença entre o Risco Brasil e outros países emergentes. Vamos ver, por exemplo, que, no início de 2003, o Brasil tinha um risco que era mais cerca de 900 pontos acima da média dos outros emergentes. Hoje o Brasil está com um risco menor do que a média de outros países emergentes.

Relação dívida cambial e dívida total prefixada. Um dos problemas que enfrentamos no início foi que cerca de 40% da dívida interna – não falamos nem da externa, estamos falando da interna – era indexada ao dólar. Por quê? Porque os agentes econômicos não tinham total confiança na moeda brasileira e o Tesouro tinha que emitir, mesmo internamente, indexado a uma moeda externa. Hoje, esse número é negativo. Não há mais dívida doméstica indexada ao dólar em termos líquidos.

Por outro lado, a dívida prefixada, que é a dívida usada pela quase maioria dos países do mundo, é uma dívida que está crescendo como percentual da dívida total. Hoje já está em 36% do total. E a tendência será cada vez mais termos apenas dívidas prefixadas. Em resumo, o Governo não tem mais de indexar

os seus títulos ou moeda externa, ou mesmo a taxa de juros interna.

Em relação aos efeitos fiscais da política monetária, há várias maneiras de discutir esse assunto. A maneira mais intuitiva seria aquela de dizer que o Banco Central está baixando os juros desde setembro de 2005, que isso deu um impacto na dívida porque a taxa de juros está caindo e, portanto, a dívida brasileira custa menos. É uma maneira de ver. Nós gostamos de ver o consolidado, porque há vários fatores que intervêm nisso. Por exemplo, se o Tesouro aumenta os prazos da dívida e eventualmente paga um pouco mais caro para ter um prazo maior, para dar mais segurança, isso tem um impacto. Se o tipo de indexação da dívida é fixado em valores de diversos prêmios de risco etc., há uma série de outros impactos. Portanto, o mais importante é ver o resultado líquido final, a trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao produto. E nós vamos ver que a dívida líquida do setor público em relação ao produto está numa trajetória cadente, em cerca de 45% do produto.

Agora, um dado da maior importância: se olharmos a composição da dívida líquida total e aquilo que leva a aumentos ou diminuição, vamos ver, por exemplo, que os juros nominais, como percentagem do produto, estão caindo. O efeito líquido é que a carga de juros do Tesouro Nacional está numa trajetória cadente. Então, esses são os diversos componentes da evolução da dívida.

Se olharmos o déficit nominal do setor público consolidado, vamos ver de novo que ele tem uma trajetória que atingiu, em alguns momentos, perto de 8% e que agora está um pouco acima de 2% do produto.

Se olharmos agora a atividade econômica, vamos notar que, se medirmos o trimestre com o trimestre do ano anterior, ou mesmo, por exemplo, com o último trimestre de 2006, vamos ver que o consumo das famílias estava crescendo a cerca de 5%, 4,9% ao ano, o que é um dado importante do ponto de vista de medida da evolução do padrão de vida da população.

Quando olhamos a questão do crescimento, temos de observar o efeito para a população do País. Se olharmos, por exemplo, a produção industrial – esse é o quadro de crescimento da produção industrial – veremos que hoje está crescendo em cerca de 4% da margem.

Já a venda no varejo tem um crescimento mais pronunciado do que inclusive a produção industrial, que cresceu ao ano, nos últimos anos, em função do mesmo mês do ano passado, cerca de 7%. Em alguns, no último mês, chegando a crescer 11,5%, em relação ao mesmo mês do ano anterior, depois de descontada a inflação.

Portanto, o varejo está crescendo fortemente, resultado do aumento de poder de compra da população.

Por exemplo, se formos ver a massa salarial em 2007 – que é o total dos salários e desencargos pagos no País sobre março de 2006 – veremos que cresceu 8,4% acima da inflação. Portanto, um crescimento real, descontada a inflação, crescimento asiático. Acho que superior, inclusive a maior parte dos países asiáticos. Alguns países asiáticos, muitas vezes, têm uma taxa de crescimento grande do PIB, mas a massa salarial cresce menos.

Pessoal ocupado, rendimento real e massa salarial. Vamos ver o crescimento de pessoal ocupado constante. Rendimento médio crescendo. Por exemplo: março de 2007 sobre março de 2006, tivemos, portanto – na linha embaixo –, o pessoal ocupado crescendo 3,2%. Isso é número de pessoas. Rendimento médio cresceu 5. Massa salarial, 8,4%. Quer dizer, cresce o emprego, cresce o rendimento médio e cresce a massa salarial. Isso aqui é de fato o que está levando e impulsionando hoje o crescimento do País, que é o crescimento da renda, principalmente, e do crédito.

Salário real e massa salarial, portanto, está evoluindo. Em azul a massa salarial e em vermelho o salário real.

Gostaria de mencionar que houve uma queda importante do salário real, em 2002 e 2003, em função do aumento súbito da inflação. Isso diminui o poder de compra do trabalhador. No momento em que a inflação começa a cair o rendimento real começa a subir imediatamente.

Taxa de desemprego. Ela tem uma trajetória sazonal: sobe no início do ano e cai mais no segundo semestre. Mas vamos ver que a taxa de 2007, que é a taxa em marrom-escuro, à esquerda, está no nível mais baixo da série medida, segundo esta metodologia nos anos recentes.

Criação de empregos formais. Mostra, em vermelho, o gráfico de evolução. Gostaria de mencionar que essa é a criação em 12 meses. Gostaria de dizer também que no mês de abril de 2007 tivemos a maior criação de empregos ao mês da história. Criamos 300 mil empregos formais, além dos informais que também estão aumentando substancialmente.

Às vezes nota-se a preocupação: *"Muito bem, mas e o investimento? Está havendo um problema na indústria etc, não está investindo com máquinas, equipamentos etc?"* A formação bruta do capital fixo, que é uma forma interessante de medir o investimento na produção, está crescendo de forma importante – linha vermelha, linha da tendência. Se olharmos a absorção doméstica de bens de capital, média móvel de 3 me-

ses, também há uma taxa de crescimento expressivo. Então, o crescimento está crescendo a taxas maiores do que o crescimento do produto, principalmente de máquinas e equipamentos seriados. Quer dizer, não há dúvida de que está, sim, investindo maciçamente de máquinas e equipamentos no Brasil para o aumento da produção.

Insumos da construção civil – também crescente.

Basicamente é esta, Sr. Presidente, a nossa apresentação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Terminada a exposição, vamos iniciar o debate.

Tendo em vista o teor do Ofício nº 130, de 25 de abril, do Deputado Virgílio Guimarães, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, terão prioridade, no uso da palavra, os Deputados Fernando Coruja e Alfredo Kaefer.

Este expediente é em decorrência da aprovação do Requerimento nº 18/07, daquela Comissão, cujo autor é o Deputado Fernando Coruja.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Pois não. Eu *v*ou fazer o anúncio e, em seguida faculto a palavra ao nobre Parlamentar, porque, inclusive para os Deputados, autores do requerimento, é até mais interessante ouvi-los e depois interpelá-los.

Como já foi dito, o requerimento se refere a tarifas e serviços bancários e de aprovação do Requerimento nº 38/07, que assegurou ao Deputado Alfredo Kaefer o debate sobre a questão cambial.

Com a palavra o Deputado Fernando Coruja. *(Pausa.)*

Perdão, se assim preferir, darei preferência à exposição do Presidente do Banco Central, porque inclusive V.Exa. ficará mais aparelhado para suas interpelações.

Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Vamos então fazer, atendendo ao requerimento, uma apresentação breve sobre tarifas bancárias.

Basicamente, farei um sumário da questão de regulação e concorrência sobre a evolução das tarifas do Sistema Financeiro Nacional.

Os objetivos da regulamentação relacionadas às tarifas, em primeiro lugar, é promover a concorrência entre as instituições financeiras; em segundo lugar, incentivar a eficiência no processo de intermediação financeira.

Existe a questão, muitas vezes mencionada, do possível abuso. Vamos supor que determinada instituição financeira abuse numa determinada tarifa, ou tarifas, ou seja o que for. Existe uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal que determina que as instituições financeiras estão sujeitas ao Código de Defesa do Consumidor e que cabe ao sistema judiciário decidir, baseado no Código de Defesa do Consumidor, sobre denúncias ou casos específicos de suspeita de abuso na tarifação.

O enfoque da regulamentação do Banco Central, portanto, é permitir a informação ao cliente bancário não só para buscar a melhor tarifa do sistema, mas também para recorrer, segundo o Código de Defesa do Consumidor, caso ele julgue que esteja havendo algum comportamento abusivo, e facilitar a mobilidade entre instituições por parte dos clientes.

Portanto, o que há já de medidas específica nesta linha? Disponibilização das tarifas praticadas no *site* do Banco Central; transparência e clareza na contratação das operações, em que o Banco Central cada vez mais demanda isso da rede; acesso a produtos e serviços financeiros, cada vez mais sendo assegurados por intermédio dos postos de serviço bancários correspondentes, etc.; e algumas medidas importantes em andamento, uma delas é a questão da portabilidade do cadastro, do salário e do crédito. Algumas medidas estão em discussão no Congresso Nacional, como, por exemplo, a questão do cadastro positivo, e outras medidas estão sendo já implementadas. Por exemplo, em relação à questão do salário, foi criada a conta-salário nas instituições, permitindo que o cliente possa dar uma ordem ao banco para que transfira o seu salário para outras instituição sem a cobrança de tarifas, etc. Em resumo, existe toda uma série de medidas. A Central de Risco do Banco Central, já em funcionamento, permite que o cadastro do cliente seja acessado por outras instituições, visando à melhoria da qualidade competitiva.

Apenas para dar uma visão rápida da regulamentação, existe a vedação de cobrança de alguns serviços básicos: cartão magnético, substituição de cartão, documentos destinados à liberação de garantias, devolução de cheques, exceto por insuficiência de fundos, manutenção da conta de depósito poupança, exceto com saldo igual ou inferior a 20 reais e sem depósitos ou saques pelo período de 6 meses e fornecimento de extrato mensal. Não pode ser objeto de tarifa.

Autoriza a cobrança pela prestação de outros serviços desde que haja obrigatoriedade de divulgação, não só na dependência da instituição, em local visível ao público, de tabelas contendo a relação do serviço oferecido e os respectivos valores, e a cobrança de nova tarifa ou aumento do valor da tarifa já existente devem ser informados ao público no mínimo de 30 dias.

Caso haja uma liquidação antecipada de operações de crédito, hoje há um arcabouço legal regulamentar permitindo a liquidação antecipada, o que era um problema anteriormente.

A Resolução nº 3.401, de 2006, estabeleceu critérios objetivos para a cobrança dessas tarifas e a liquidação antecipada das operações de crédito e de arrendamento.

A tarifa deve ser estabelecida no contrato. É fixado no valor máximo em reais, o valor deve aguardar relação direta e linear com o prazo de amortização que remanesce com a parcela não amortizada do principal. Deve conter informações necessárias e suficientes para possibilitar o cálculo – no caso, o contrato – pelo cliente do valor ao longo do prazo da operação. Em resumo, o contrato tem de prever todas essas cláusulas, a partir da data daquela legislação.

Basicamente, é esta um visão sumária da questão das tarifas. Estamos à disposição de V.Exas., inclusive o diretor responsável pela área, Alexandre Tombini, para que possamos discutir amplamente quaisquer dúvidas referentes à questão das tarifas.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, Sr. Ministro Henrique Meirelles, Srs. diretores do Banco Central, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, nós vivemos um período de alta lucratividade dos bancos, de sofisticação do sistema bancário e de grande diminuição do volume de trabalhadores no sistema bancário.

Paradoxalmente, há uma sensação de insatisfação com o sistema bancário, tendo em vista que a modernização que veio para diminuir filas não parece ter produzido esse efeito. Há enormes filas nos bancos e vemos constantemente cenas constrangedoras por causa disso – mesmo com a grande lucratividade.

A lucratividade dos bancos tem sido produzida por vários fatores. Um deles são as tarifas bancárias. Alguns bancos chegam a ter 150% da sua folha de pagamento paga com tarifas bancárias.

A legislação prevê que o Banco Central deve limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários e financeiros, e exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas.

Os bancos, que deveriam fundamentalmente fazer intermediação financeira, têm lucrado muito com as tarifas. Sr. Henrique Meirelles, parece-nos que há um exagero. V.Exa. se referiu a várias questões, tais como a portabilidade, que não teve sua eficácia atingida, e outras metas e objetivos do Banco Central, mas há claramente um exagero.

Serei objetivo em uma pergunta: não há um cartel bancário no Banco Central? Porque não é possível. É muita tarifa. É grande o percentual em relação à lucratividade dos bancos. Será que o País não poderia ter tarifas mais baixas?

Farei algumas perguntas sobre a exposição do primeiro assunto.

O Sr. Henrique Meirelles se refere à ampliação do crédito – uma das velhas discussões. Gostaria que V.Exa. me explicasse melhor o gráfico crédito total e crédito livre, pois, na coluna da esquerda, o percentual do PIB é de 22%; na da direita, cresce para 22% também.

Eu queria que V.Exa. me dissesse quais são os 3 principais problemas da economia do Brasil hoje.

Há preocupação com várias questões, inclusive em relação à evolução bastante positiva da dívida externa. Como V.Exa. entende que vai evoluir a questão da dívida interna do País?

Até quero elogiar o Presidente Meirelles, tendo em vista a política adotada desde o Governo Fernando Henrique, porque o Governo atual tem sido mais eficiente na condução dessa política. Discordamos no que se refere ao modelo de política econômica. Eu nunca vi em nenhuma apresentação do Banco Central dizerem que estavam indo mal, todos dizem que está um céu de brigadeiro.

Durante os anos que aqui estou, vejo que os gráficos estão sendo aperfeiçoados – quero até elogiar a pessoa que os faz.

Quanto à questão de desemprego, que está claramente crescendo no primeiro trimestre, colocam a evolução de muitos anos e escondido, lá embaixo, a questão de desemprego. Quando vão comparar outra coisa, colocam apenas os últimos 2 anos. Então, há uma falsa impressão, porque nunca é uma comparação de 10 anos. Uma hora é de 2 anos, outra de 1, depende.

Portanto, no que se refere ao desemprego, como o Ministro vê essa questão? O desemprego está crescendo.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Interrompo o orador para lhe informar que há 10 oradores inscritos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Como o Presidente Meirelles vê a questão do crescimento do desemprego no País?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Em primeiro lugar, Deputado, com relação às tarifas, o cartel, quando existe, é considerado uma atividade ilícita, prevista em

lei, e deve ser provada. As pessoas devem ser objeto de acusação específica sobre isso.

O que a autoridade monetária faz, em qualquer país, é assegurar a transparência, visando a uma apuração por parte do cliente de informações suficientes para lhe permitir buscar o melhor negócio. Isso é algo que cada vez mais está acontecendo no sistema financeiro brasileiro. O Banco Central tem adotado medidas para que a transparência e o acesso às informações sejam maiores o possível, e para que o cliente tenha a possibilidade de buscar o melhor serviço e a menor taxa. Para isso, um dos dados da maior importância é, como V.Exa. mencionou, a questão da portabilidade, principalmente a portabilidade do salário. Isto é, no momento em que uma empresa coloca a sua folha de pagamento para ser processada em uma instituição, é importante que o empregado tenha a possibilidade de pegar esse salário e mudar de banco, aquele que lhe ofereça melhores condições. Esse é um processo que está em andamento e que terá efeitos muito importantes. Ele é gradual, e, na medida em que novos convênios sejam firmados entre empresas e bancos, isso já será objeto de uma conta-salário, na qual o depósito será feito e, a partir daí, será transferido automaticamente, caso o cliente assim o deseje. Mas é um processo que se vai estender até o final do ano que vem. E a partir daí será obrigatório, mesmo para contratos antigos, independentemente de prazo. Portanto, é um processo que está em andamento. Em resumo, existe um enorme conjunto de ações que estão sendo tomadas e que já estão em andamento, visando exatamente assegurar ao cliente a melhor possibilidade de competição. Como eu mencionei, existe recente decisão do Supremo Tribunal Federal que dá ao Poder Judiciário a atribuição de análise de casos específicos de violação do Código de Defesa do Consumidor. Então, caso exista qualquer suspeita, isso hoje está claramente endereçado pelo Supremo à Justiça, no sentido de que tem de ser apurado imediatamente, novamente baseado no Código de Defesa do Consumidor.

Em relação à questão dos gráficos, vamos endereçá-los no momento, mas eu gostaria de mencionar que a situação da economia brasileira, Sr. Deputado, está melhorando muito. Todos os dados mostram isso com muita clareza. Os gráficos, além da sua excelência técnica, mostram uma realidade positiva. Portanto, seria muito difícil a essa altura ter uma visão negativa da economia brasileira. Alguém precisaria ser muito criativo, hoje em dia, para achar que a economia brasileira está piorando. Eu acho que não se trata meramente de uma questão da excelência, que é real, dos gráficos. Mas o fato é que a economia está melhorando.

O Deputado pediu um esclarecimento sobre o crédito livre e o crédito total. Vamos mencionar o seguinte. O crédito total está em vermelho e está medido na coluna da esquerda. Na coluna da esquerda, S.Exa. verá que em janeiro de 2003 era cerca de 22% do produto. E se seguirmos a linha vermelha, que é a linha coincidente com a azul, que também cresce na mesma inclinação, vamos ver que ela atingiu, em março de 2007, cerca de 32% do produto.

O crédito total é medido na coluna da esquerda, que vai de 20 a 32. E o crédito livre, que é menor do que o total, é na coluna da direita, que varia de 12 a 22. O que é o crédito livre? É retirando-se o crédito direcionado – BNDES, crédito agrícola, etc. Tirando-se o crédito direcionado, vamos ver, aí sim, em azul, na coluna da direita, crescendo de 13 a 21%.

Outra pergunta do Deputado é sobre a questão que resulta em desemprego. Vamos mostrar aqui os gráficos para que novamente possamos olhar isso com maior precisão.

S.Exa. afirma que o desemprego está aumentando. Nós temos que entender o que significa essa afirmativa. Existe um padrão na economia brasileira, que é o padrão sazonal, em que o desemprego de fato aumenta no primeiro trimestre, todos os anos. Vamos começando em 2002, por exemplo, aqui em azul, ele aumenta cerca de 11% da força de trabalho para cerca de 13% no primeiro trimestre, vindo depois a cair. Em 2003, ele também aumenta num período prolongado, mas depois cai. Depois, 2004, em amarelo, ele aumenta e cai. Depois 2005, 2006 e 2007. O que estamos dizendo é que o crescimento sobe no primeiro trimestre, em função do comportamento das pessoas. Isto é, as pessoas tendem a buscar mais trabalho no início do ano. Muitas pessoas vão buscar trabalho, e isso aumenta o denominador da medida, aumenta o número total da população economicamente ativa. O número de empregados muitas vezes está aumentando, mas se aumenta mais o denominador, isso faz com que o desemprego aumente. Só que depois esse fenômeno se reverte e o desemprego cai. Isso é um padrão que se repete todos os anos, cai bastante no final do ano. O importante é comparar um ano com outro. E se compararmos um ano com outro, vamos ver que este ano o desemprego é o mais baixo dos anos recentes. É o mais baixo desde que essa série foi desenvolvida pelo IBGE. Há muitos anos a medida era diferente e não dá para comparar. Mas o fato concreto, portanto, é que o desemprego, comparando ano com outro ano, está caindo.

Vamos agora voltar à questão da outra pergunta do Deputado sobre a evolução da dívida interna. Vamos aqui voltar à dívida líquida do setor público.

O importante aqui, Excelência, é que analisemos a dívida pública total, e a dívida pública total como percentual do produto. O que acontece? Nós vamos ver claramente que a dívida está caindo, sistematicamente, como percentagem do produto. Isso mostra, novamente, a evolução positiva das finanças públicas, na medida em que, cada vez mais, como parcela do produto interno, a dívida pública consome menos recursos para ser financiada, esse resultado e diversos fatores. O superávit primário é um fator importante. O crescimento do País é outro fator importante. A queda de juros reais da economia é outro fator da maior importância. As quedas de juros reais pagas pelo Tesouro Nacional são reflexos da melhora das condições econômicas. As taxas reais de juros, aquelas de prazo de 1 ano ou de 2, ou 3 anos, que prevaleciam na economia brasileira desde a década de 90, por exemplo, têm caído sistematicamente e hoje estão nos patamares mais baixos da história.

Quanto a uma pergunta mais genérica do Deputado sobre os 6 principais problemas da economia brasileira, se olharmos o modelo de crescimento, hoje, em todo o mundo, vamos ver que a economia cresce mais com alguns fatores importantes que precisam ser endereçados: é o aumento do investimento, que está acontecendo no Brasil não só o investimento privado nas empresas, como também o público, principalmente na infra-estrutura, na educação, etc. Isso é objeto do Plano de Aceleração do Crescimento. A grande meta do Governo, hoje, é o investimento público, principalmente no setor de infra-estrtutura e de educação. Em relação ao investimento privado, nós mostramos que já está crescendo.

Um outro dado da maior importância é a produtividade total dos fatores, isto é, a capacidade de a economia brasileira ser mais produtiva. Em primeiro lugar, é uma conseqüência da estabilidade econômica. Quando temos inflação alta, a produtividade da economia baixa, porque se desorganiza a economia, desorganiza os seus sistemas, o planejamento passa a ser mais difícil. Portanto, na medida em que há uma instabilidade, as empresas podem investir mais, os trabalhadores também podem se planejar, as pessoas passam a tomar crédito a prazos mais longos. Tudo isso permite maior produtividade. É um dos fatores. Investimento em educação é outro fator. Investimento em infra-estrutura é outro fator que também reflete no aumento da produtividade. Isso é um importante desafio para qualquer país, certamente para o Brasil, que o está enfrentando de forma vigorosa. E há também a chamada segurança institucional. Essas são as questões.

Existem alguns avanços importantes que estão sendo endereçados ao Brasil agora. Por exemplo, a súmula vinculante, do Supremo Tribunal Federal, que permite, à medida que seja implementada, maior previsibilidade das decisões contratuais no País – é algo dentro do chamado marco regulatório. É muito importante que se possa ter maior previsibilidade. Esses são os maiores fatores-chave para que possamos endereçar.

Os problemas históricos da economia brasileira de inflação estamos resolvendo vigorosamente, na área de balanço de pagamentos, que sempre gerava as crises periódicas e a questão fiscal. Hoje em dia se fala pouco nisso, porque são problemas em processo de resolução.

Basicamente é um sumário.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pequena análise, rapidamente.

Em relação à dívida líquida, temos uma evolução positiva do setor público. Mas não temos o gráfico da evolução em valores totais, que é o valor crescente. Talvez um dos fatores da diminuição seja essa nova correção do PIB, que o colocou para cima, em função da nova fórmula de cálculo prevista pelo IBGE.

Outra questão é que, claro que a economia do Brasil tem esse lado positivo, mas uma pergunta fica sempre: por que, se é tão positiva, na América Latina só crescemos mais do que o Haiti? Não há algo errado?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – A primeira observação, Deputado, é que a mudança da série do PIB pelo IBGE não mudou a trajetória desse gráfico. Ele baixou todos os números, mas a trajetória continua a mesma. Na série anterior, ao invés de 56%, em setembro de 2002, tínhamos 62%; ao invés de 45%, em março, tínhamos um pouco abaixo de 50%. Portanto, houve uma queda de todos os índices, na medida em que subiu o denominador. Mas a melhora é real na série anterior, bem como nesta.

Em relação aos números, é importante mencionar que, sim, o Brasil ainda não tem um superávit nominal. Não existem muitos países no mundo que o tenham, francamente. Se o país tem um déficit nominal, por definição, sobe nominalmente sua dívida. O importante é comparar com a evolução do produto, ou todos os países, para diminuir sua dívida, teriam de ter um saldo nominal, o que pouquíssimos têm. O único é o Chile, devido à receita do cobre da CODEL, que gera parcela importante da receita pública: subiu o preço do cobre, o Chile tem um superávit nominal. Mas isso é muito raro.

Na Europa, por exemplo, existe um tratado regulando essa situação: para ser membro da União Européia, o país deve ter um déficit nominal de até 3%. Então, mesmo na Europa, nos Estados Unidos, em todos os países de valores nominais, a dívida sobe, porque se deu déficit nominal. Mas esse é, hoje, o padrão aceitável de que é normal que suba um pouco a dívida, desde que idealmente suba menos do que o produto.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sobre a outra pergunta, em relação à...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – V.Exa., agora, está fazendo a tréplica da tréplica.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – É um esclarecimento sobre se o Brasil cresce só mais que o Haiti.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – É importante mencionar, Deputado, que, primeiro, esses números eram reflexo da série anterior do IBGE. Com a série nova, eles mudam bastante. O crescimento médio de 2004, 2005 e 2006 foi de 4,1% e não aqueles mais de 2% de que se falavam tanto. O Brasil, pela série nova, está claro, já está crescendo a taxas maiores do que se pensava.

Segundo, o crescimento previsto, por exemplo, pelo Fundo Monetário Internacional, entidade que tem previsões bastante seguras, para o Brasil é de 4,4% para este ano, que já dá um quadro muito diferente desse referenciado pelo Deputado.

Dito isso, não há dúvida de que existem diversas economias latino-americanas, principalmente as menores e muito dependentes de *commodities*, que estão tendo percentuais de crescimento muito altos, em função da evolução dos preços das *commodities.*

Digamos que o Brasil só exportasse minério de ferro, soja e álcool. Certamente o crescimento da economia nacional, se esse fosse um percentual muito grande, este ano, estaria crescendo a taxas muito mais elevadas, porque é um momento favorável para o preço das *commodities* internacionais e para os volumes.

O Brasil é uma economia muito mais complexa, que tem uma base industrial muito grande e um setor de serviços que é a maior parte da formação do produto. Em resumo, o País tem uma economia que cresce mais de acordo com os padrões das economias mais robustas do mundo. Seu padrão de crescimento, de novo, não é o que desejamos, todos queremos que cresça a taxas mais elevadas e estamos trabalhando para isso, mas é um crescimento que já está tendo um comportamento bastante diferente do que tinha no passado, já é mais que o dobro nas décadas recentes.

Também é forçoso mencionar que a taxa de crescimento, por exemplo, de 1900 até 1970, foi mais elevada, porque o Brasil passava pelo fenômeno por que passam China e Índia hoje: incorporação maciça de mão-de-obra dos setores rurais para os industrializados, com salários baixos e acumulação maciça de base de capital. Portanto, é um momento diferente da economia brasileira.

O importante, Deputado, é que a curva está na direção positiva, que o País está crescendo a taxas cada vez maiores e, mais importante, com base sólida. Não precisamos temer que vamos ter uma crise no ano que vem ou ainda neste.

Eu me lembro de que, a primeira vez que vim aqui, o que se discutia, e que foi o padrão por muito tempo, era: como é que vamos fazer para sair da crise? Como é que vamos fazer para não entrar na próxima crise? Qual é a situação em que o Brasil vai se ver? Hoje, não. Estamos discutindo como crescer mais. Isso significa uma trajetória de sucesso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, senhores diretores, considero o Banco Central uma das mais sérias e competentes instituições do País. Ainda espero ver seu Presidente sem *status* de Ministro; espero vê-lo independente, guardião da moeda, da moeda estável, tanto para cima quanto para baixo.

Considero, e muitos economistas, pessoas especializadas também, que a valorização cambial é o maior problema de curto prazo da economia brasileira. Entre outras coisas, causa desindustrialização, em especial, em áreas de maior empregabilidade, pois tem reduzido em volume as exportações e, conseqüentemente, a produção de manufaturados, gerando desemprego em vários setores.

As exportações têm se mantido superavitárias porque volumes expressivos de *commodities* e produtos manufaturados seletivos têm tido expressiva base na balança de exportação. Há procura no mercado internacional porque há um bom momento na economia externa, e ela tem comprado essas *commodities,* grãos em especial, proporcionando essa sempre superavitária situação da balança comercial

A valorização tem criado muitos empregos, mas lá fora, porque impede a exportação de vários setores e também proporciona o aumento de importação de vários produtos que acabam tirando empregos dos brasileiros aqui.

O País adotou o câmbio livre em 1999, depois de mantê-lo engessado por longo tempo. Os estragos pós-Plano Real, com o câmbio valorizado, estancou a

economia vários anos seguidos, com a nefasta política na época, de forma controlada. Hoje, a mesma prática de câmbio valorizada faz, na minha opinião, os mesmos estragos, só que, na época, controlada, e, hoje, na forma de livre mercado. Mas o estrago é o mesmo, com uma supervalorização da nossa moeda.

A maioria dos países, é verdade – como diz o Presidente –, adota o câmbio livre. Mas livre em tese, porque, na verdade, em nenhum lugar do mundo se deixa flutuar total e livremente o câmbio. Há sempre mecanismos, expedientes que os bancos centrais usam para que este "livre", na verdade, não seja tão livre. Todo o mundo usa os expedientes – o Banco Central aqui sabe – das mais diversas formas possíveis, alguns chamam até de "flutuante sujo", que são os mecanismos que os bancos usam – livre, deixa entrar, mas com mais juros ou menos compulsória, etc. –, e fazem com que, na verdade, não se tenha efetivamente um câmbio totalmente livre.

No Brasil, adotou-se, então, o dito câmbio livre, totalmente livre, deixando o ingresso de dólares fazer com que a nossa moeda, o real, sofresse a maior valorização de todas as moedas do mundo.

Pesquisei dados de alguns países e verifiquei que, em 4 anos, a nossa moeda valorizou 80%. O Chile e a Coréia tiveram 35% de valorização. Repito, nós tivemos 80% no período. É evidente que ele estava desvalorizado e, então, não é totalmente essa proporção. Mas parece-me que o Brasil tem tido a maior valorização da moeda – eu acho que até do planeta –, nos últimos 4 ou 5 anos. Isso tem trazido algumas coisas interessantes. Fiz uma conta. Um cidadão estrangeiro que aqui trouxe, há 3 anos, 1.000 dólares – poderia ser 100 mil ou 1 milhão de dólares –, no segundo semestre de 2004, num câmbio de 2,80 ou 2,70 reais, aplicou na taxa SELIC em menos de 36 meses e, com essa valorização, hoje, fazendo o câmbio de volta, em dólar a 1,94, está levando de volta 100% de rendimento em dólar. Ou seja, em menos de 36 meses, ele dobrou o seu rendimento em dólares. Eu não tenho referência de nenhum lugar do mundo que isso possa efetivamente ter acontecido. Então, estou falando do rendimento de 100% em dólar. Oportuno lembrar que o valor dos juros que o Tesouro pagou no ano passado – não tenho o número exato – , passou de 150 bilhões de reais. Não pagamos, mas emendamos na nossa conta de dívida do Tesouro. Fui informado agora, de que foram 179 bilhões de reais.

Vemos os gráficos em torno de PIB. Creio que parte da dívida pública até ajuda na compra de dólares. O Governo Itamar Franco deixou 70 bilhões de reais de dívida. O Governo Fernando Henrique Cardoso entregou com mais de 500 bilhões. E o Presidente Lula, em pouco mais de 4 anos, já saiu de 600 bilhões para 1 bilhão, 150 milhões de reais. Então, é evidente que, se isso é referencial de PIB, há um declínio, mas, nominalmente, vejam como subiu a nossa dívida. Há alguma coisa errada. Na minha visão, está muito claro que o Banco Central usa o expediente do câmbio livre com finalidade básica. E V.Sa. disse agora há pouco que o foco realmente é inflação. Com câmbio valorizado nesse nível, com o nosso produto que seria levado para fora a um preço maior transformado em real, somado a um incentivo de importações, é evidente que temos como resultado uma inflação baixa.

Tenho absoluta certeza de que, se tivéssemos tido menos ingresso de dólares, se o real estivesse mais desvalorizado, certamente o Banco Central não estaria cumprindo sua meta inflacionária. Tenho a impressão de que, assim como o Governo, em algum momento, na sua política de relações exteriores, teve por objetivo buscar um assento no Conselho de Segurança – que acabou não se concretizando –, agora, na sua política econômica, visa ao *investment grade*.

Nosso objetivo é moldar o Brasil realmente dentro dessa linha. E aí fica a pergunta: como será depois, se não tivermos mecanismos de controle de entrada dessa moeda? Por quê? A partir desse *rating* que estamos prestes a alcançar, a enxurrada de dólares deverá ser de tal tamanho, que nós deveremos ter a cotação do dólar a 1,80, 1,70, 1,50 real e por aí afora.

Alguns indicativos dizem que tudo o que nós queremos conseguir de crescimento econômico com o PAC, toda essa engenharia que está sendo feita, nós teríamos conseguido se não tivesse havido valorização excessiva da moeda. Segundo muitos economistas, nós teríamos 1,5%, 2% a mais de crescimento ao ano se não tivesse havido essa valorização excessiva da moeda. Então há expedientes, mas não sei qual é o caminho. Certamente V.Sa. vai responder depois.

Para mim, a situação de moeda tão valorizada não vai dar certo. Vimos a Argentina, que durante mais de 10 anos insistiu com a sua moeda, na época do plano de conversibilidade, na cotação de 1 por 1. A economia argentina, assim como a de outros que insistiram numa moeda artificialmente forte, sucateou o seu setor produtivo. Certamente nós vamos cair para esse caminho se não houver nenhuma decisão nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Deputado, embora constrangido, porque V.Exa. está-se mostrando um homem muito seguro nas suas interpelações, muito conhecedor da matéria, nós temos 11 oradores inscritos. V.Exa. já esgotou seu tempo várias vezes.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Vou concluir, Sr. Presidente.

Nós realmente temos de alertar os nossos exportadores. Os manufaturados crescem, mas é visível, há vários Deputados que encontram problemas sérios em suas bases em alguns setores, tais como coureiro-calçadista, moveleiro, têxtil, que estão sofrendo penosamente com a situação do dólar. Acabamos ficando confusos, não sabemos qual é a real informação.

Vemos o Governo dizer que vai tomar providências, mas sabemos que isso não vai acontecer. O Governo é lento, a Fazenda vai tapar buraco. Isso é o mesmo que pegarmos um cano com vários furos, em que se tapa num lugar e noutro, mas não dá certo. A valorização da nossa moeda, numa tendência de alcançarmos o *investment grade*, é motivo de enorme preocupação para um setor tão importante como o exportador, que lá atrás foi várias vezes chamado pelo Governo com o *slogan "Exportar é o que importa"*.

Lembro muito bem que há muitos anos os aviões da VARIG estavam parados no exterior porque não tínhamos moeda para transacionar. O que nos salvava eram os dólares advindos da exportação.

Realmente minha posição é efetivamente sobre política cambial. Preocupa-nos, a uma grande parte da sociedade, aos Deputados e ao setor produtivo o caminho a que leva a excessiva valorização do real e a nefasta conseqüência para nossa economia e para muitos e muitos empregos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Sr. Henrique Meirelles.

Naturalmente, depois de tantos questionamentos, não posso limitar seu tempo, mas quero fazer mais um apelo. Temos 10 oradores inscritos. É evidente que, democraticamente, queremos ouvir todos. Mas o Deputado Alfredo Kaefer ultrapassou muito o limite. Se continuarmos nesse ritmo, não vamos terminar esta reunião até o final do expediente de hoje. Então direciono outra vez o apelo para que os oradores inscritos se atenham aos 3 minutos para a interpelação e 3 para a réplica.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Só para disciplinar nossos trabalhos ou, quem sabe, melhorar o debate, poderíamos ouvir 3 Deputados seguidamente, e depois a resposta. Trata-se de metodologia já utilizada anteriormente, com o objetivo de facilitar os trabalhos.

O ideal seria mesmo pergunta e resposta. Mas, em função de tantas perguntas e da demora, se 3 ou 4 Parlamentares fizerem as perguntas e, depois, o Sr. Henrique Meirelles responder a elas em conjunto, talvez possamos adiantar um pouco mais o ritmo.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – É razoável a sugestão de V.Exa. Mesmo assim, se os oradores não se restringirem ao tempo regimental, não vamos terminar esta reunião.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Concordo com V.Exa. Só quero ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – De agora em diante, vou cumprir rigorosamente o que está no Regimento Interno da Comissão.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Sr. Presidente, abro mão da réplica, porque tenho certeza de que na seqüência o Presidente vai acabar atendendo aos quesitos.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado. V.Exa. esteja certo de que consideramos extremamente respeitável e tratamos com a maior seriedade a situação de setores específicos da economia brasileira. Não há dúvida de que trabalhadores que possam perder emprego, empresas que possam enfrentar situação de maior competição e que tenham dificuldades são motivo de preocupação do setor público e de toda a Nação.

Dito isso, temos que ver a situação real do País, como ela é, não apenas do ponto de vista de um setor ou de outro. Temos que olhar o País como um todo e ver o bem público da Nação. Se olharmos, portanto, por esse ponto de vista e observarmos, por exemplo, uma questão mencionada por S.Exa. no que diz respeito à evolução da taxa de câmbio, evidentemente podemos fazer a comparação que quisermos e chegar a resultados os mais diferentes possíveis.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou mostrar, por exemplo, na projeção que observamos no momento, a evolução do real contra a cesta de moedas dos 15 países que têm relações comerciais mais importantes com o Brasil. Vamos ver que, sim, existiram períodos em que a taxa de câmbio estava muito mais valorizada do que a média histórica, que está em vermelho, e existem períodos em que a taxa de câmbio estava, de fato, muito desvalorizada.

O período que o Deputado mencionou, do câmbio controlado, foi exatamente este aqui, em que claramente a taxa de câmbio estava muito mais valorizada do que a média, quando teve uma baixa, de 1995 a 1999. Nós vemos claramente um período em que, de fato, o Banco Central controlava as taxas de câmbio. Não é o que está acontecendo no momento, temos uma taxa de câmbio flutuante.

Segundo, não há dúvida, Excelência, de que houve um momento, como V.Exa. mencionou com toda a

clareza, em que o País estava enfrentando dificuldade. V.Exa. até mencionou aviões da VARIG parados no exterior por falta de dólares para pagar. Não há dúvida de que nesse momento a moeda se desvalorizou muito. Então houve esse período em ocorreu pico de desvalorização do real.

Evidentemente, se compararmos com este momento, a valorização passa a ser impressionante, mas temos que observar a economia dentro de uma evolução balanceada. Não podemos comparar apenas com aquele período que nos interessa ou com a moeda daquele período que nos interessa para demonstrar uma tese. Aqui vemos uma comparação abrangente com todas as moedas mais importantes, durante um longo período, desde 1988. V.Exas. verão que a conclusão fala por si só.

Excelência, hoje os Estados Unidos representam apenas 17% das destinações totais das exportações brasileiras. O euro, por exemplo, ou a União Européia, 22%. O que está acontecendo, conforme já mencionei, é que o dólar está se desvalorizando frente a todas as moedas. Esse é um problema do dólar. E nós não vamos conseguir resolver aqui o problema dos Estados Unidos; precisamos nos concentrar nos nossos. Os Estados Unidos têm um problema de déficits comerciais sérios e déficits de conta corrente, portanto o dólar está se desvalorizando frente a todas as moedas. Não vamos conseguir resolver isso no Brasil. Se conseguirmos resolver os nossos problemas, já está bem. Então essa é uma questão para a qual gostaria de chamar a atenção de V.Exas.

Em segundo lugar, se olharmos um pouco mais à frente, V.Exa. mencionou o final da década passada e os efeitos no País da política de câmbio sobrevalorizado. Eu gostaria de mencionar que existe uma diferença grande em termos de resultados de conta corrente entre o final de década passada e hoje. Naquele momento que o senhor mencionou, o Brasil chegou a ter um déficit de conta corrente de 33 bilhões de dólares, que era quase 6% do Produto Interno Bruto daquela época, enquanto hoje temos saldos de conta corrente. Nós temos um saldo de balança comercial crescente, ao contrário de déficits comerciais daquele período ou déficits comerciais, por exemplo, da década de 70.

Em resumo, o Brasil tem um saldo comercial importante, mostrando que as exportações estão crescendo, como vemos na linha em amarelo. V.Exa. mencionou muito bem, mas isso é resultado apenas do crescimento dos preços dos volumes das *commodities*, porque os manufaturados, não; os manufaturados estão tendo dificuldade de exportação.

Deputado, vamos olhar de novo as quantidades exportadas. Temos aqui exportações totais em vermelho escuro e exportações de manufaturados em vermelho claro. Nós vamos ver claramente que as exportações de manufaturados estão crescendo, inclusive no passado recente. De novo, em nenhum momento subestimamos as dificuldades dos setores específicos, etc., que são objeto da maior atenção, e devem sê-lo, mas temos que olhar também a situação do País como um todo.

O Deputado perguntou o que o Banco Central faz no mercado de câmbio. Eu gostaria apenas de enfatizar que, visando a adquirir reservas para fortalecer a economia brasileira, de maneira a que diminua a vulnerabilidade, inclusive para não ter o tipo de problemas que tivemos no passado, o Banco Central está comprando volumes importantes de moeda nos mercados, comparáveis à maior parte dos países do mundo. O Deputado tem razão quando diz que nós não temos meta de câmbio. De fato, isso já houve no Brasil e em muitos países, e não deu certo. Trabalhamos realmente com meta de inflação, e é o que prevalece hoje na maioria dos países. Mas, dito isso, o Banco Central tem feito compras importantes nos mercados, não somente no mercado à vista, mas no mercado futuro. É importante mencionar que isso não funciona da maneira descrita.

Finalmente, observemos a questão do emprego. Podem dizer o seguinte: "O fato concreto é que a indústria está perdendo emprego, e o País, em função disso, está elevando a taxa de desemprego e deixando de criar empregos". Novamente, eu mostro os números relativos à criação de empregos líquidos no Brasil no mercado formal. O Brasil está criando, em média, 1,272 milhão de empregos líquidos por ano. Deduzidos os empregos que fecham, liquidamente – repito – criamos 1,272 milhão de vagas. Gostaria de chamar a atenção para o fato de que apenas no mês de abril, em termos líquidos, foram criados mais de 300 mil empregos no País.

No País como um todo, as taxas de emprego estão crescendo vigorosamente, e, em conseqüência disso, como eu mencionei, o rendimento total dos trabalhadores brasileiros está aumentando a taxas superiores às da maioria absoluta dos países do mundo. Isto é o rendimento do trabalhador brasileiro, resultado do emprego e do aumento da renda.

Portanto, novamente, com o devido respeito e seriedade, digo que se deve olhar para os setores específicos, que podem estar encontrando dificuldade. É importante averiguar isso com a maior seriedade, mas não podemos perder de vista o fato de que o País cada vez mais segue com uma situação excepcionalmente positiva no que diz respeito ao seu comportamento

macroeconômico. E o efeito disso recai sobre o padrão de vida da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Concederei a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Félix Mendonça, que terá 3 minutos para sua interpelação.

O interpelado vai responder cumulativamente a 5 oradores. Conseqüentemente, seu tempo será maior.

Com a palavra o Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, Sr. Ministro, o Deputado Alfredo Kaefer fez uma exposição interessante e consistente. Mas nós sabemos que o Ministro Meirelles fez um trabalho muito bom para atender à meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Fez até demais. Quer dizer, está no nível 3,1, o que significa uma excelência que nós não gostaríamos de ter.

Explico. Na verdade, hoje temos o maior juro do mundo, o juro real de 9,4%. Esse juro real é um diferencial para todas as economias do mundo. Quer dizer que podemos tomar empréstimo a 0,5% no Japão e aplicar no Brasil aos nossos juros. Isso atrai uma massa de recursos exteriores, que naturalmente forçam a queda do câmbio. Eu acho que não há dúvida quanto a isso e lembro que as nossas exportações também contribuem para a queda do câmbio. O câmbio, na verdade, flutua dentro desse aspecto. Então não é um câmbio tão flutuante.

Ministro, para conter a queda, a apreciação do real – como os economistas agora inventaram de falar –, V.Exa. está comprando dólar em massa. E V.Exa., ao explicar isso, disse que era uma vantagem para o Brasil. Mas nós sabemos que V.Exa. compra dólar e aplica com os juros que temos aqui. Então, há um prejuízo. E a nossa dívida externa e interna foi para 1 bilhão e 285 milhões, sem considerar os empresários, aquelas outras dívidas. Na verdade, a externa está caindo 134.

Sr. Ministro, V.Exa. falou dos fundamentos da economia. Em relação ao Risco Brasil, por exemplo, nós não gostaríamos que ele fosse tão bom, porque vai atrair mais dólar, vai fazer cair mais o câmbio. Essa é a verdade. O Risco Brasil é excelente, mas vai atrair dólar. Estamos numa posição difícil de entender. Como é que se tem 62 bilhões aplicados em renda fixa de recursos do exterior? O que acontece, na verdade, é que o Brasil não cresceu. O IBGE mudou, e V.Exa. falou nessa mudança. Com ela, se a metodologia for aplicada, nós ficaremos patinando em 3%.

Sr. Ministro, nós temos quase 60% dos trabalhadores na informalidade. V.Exa. falou e repetiu que foram criados empregos formais mas, na informalidade, devemos ter mais de 50% dos trabalhadores, e estamos caminhando para os 60%. No momento, temos uma população rarefeita até 14 anos, temos 125 milhões de brasileiros até 65 anos e temos apenas 9% de velhos. Não há melhor instante demográfico para o crescimento.

Mas, Sr. Ministro, nós medimos os fundamentos da economia pelo que está acontecendo no País. Temos o desemprego e temos a violência, um dos vetores do desemprego; as invasões de universidades; há populações assistidas, quando, na verdade, são bandidos que invadem fazenda – invadiram até Tucuruí. Não vejo diferença entre invadir uma fazenda e assaltar uma casa. Essa é a realidade brasileira. As greves acontecem uma atrás da outra; as habitações nas periferias são da pior qualidade; as estradas no Norte e no Nordeste estão terríveis; os hospitais públicos e as Santas Casas estão falindo. Este que é o resultado que nós medimos.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Quero lembrar ao orador que seu tempo é de 3 minutos e que V.Exa. já usou 5 minutos.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Encerrarei.

O retrato do Brasil que nós vemos é este: a juventude sem emprego e sem esperança.

Até ficamos alegres com a suposição de V.Exa., porque começamos a acreditar no Brasil. Mas devo dizer a V.Exa. que a visão certa do Brasil não é a de V.Exa.; é a do Brasil real, o Brasil em que estamos, e ela depende muito de V.Exa., dos juros. Nós devemos fazer esses juros decaírem rapidamente, para ficarem iguais aos juros normais que o Brasil tem, senão ficamos nesse crescimento: a China com 11.1 e nós aqui patinando junto com o Haiti.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu nem precisaria falar. O Deputado Alfredo Kaefer, o Deputado Félix Mendonça e o Deputado Fernando Coruja já abordaram a matéria de forma extraordinária. Apenas quero falar sobre os dados da economia apresentados pelo Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles.

Quando S.Exa. fala que a economia brasileira está melhorando, ninguém o contesta diante dos números. Os dados do Banco Central são formidáveis, eu concordo. Em relação à dívida/PIB, caem os juros, cai a inflação. Tudo bem. E o Brasil como é que fica? O Deputado Félix Mendonça tem razão quando fala que o Brasil real é uma vergonha. O nosso crescimento comparado com outros países é uma vergonha, e isso V.Exa. tem que entender.

Aliás, vi uma entrevista do Presidente Lula – e aqui eu falo como advogado do Presidente Lula, sou da base do Governo – em que alguém perguntou: mas o senhor não gostaria de ligar para o Banco Central para pedir para baixar os juros? Ele respondeu: gostaria. Gostaria, mas não faz.

Ele credita aos senhores todos do Banco Central a condição de poder orientar os rumos do País. Ele gostaria que o ritmo de crescimento deste País fosse outro; que não fabricasse mais bandidos como se fabrica neste País; que não pagássemos tantos juros como pagamos hoje. Pagamos 179 bilhões ano passado, este ano estão previstos 165 bilhões e temos só 30 bilhões para investimentos. Como o Governo nunca executa o Orçamento, só executa parte dele, executa 60%, vamos investir quanto? Dezoito bilhões de reais? Com o PAC, vamos investir mais 12, 15 bilhões. Aí vai para os 30 bilhões, mas vamos pagar de juros 165 bilhões. É o que está previsto no Orçamento.

Acho que V.Exa. está acertando muitas coisas. Nem discuto isso. Está melhor do que o Governo Fernando Henrique. Eu estava aqui e criticava, denunciava, mostrava que nós pagávamos de juros o dinheiro que daria para construir 45 mil casas. Isso é o que nós pagamos hoje por dia. Dava para construir mil quilômetros da Transamazônica com os juros de 2 dias, ou mil quilômetros da Cuiabá/Santarém, mas os senhores se prendem aos números.

Aqui, o Deputado Felix disse muito bem: pega-se a juro a meio por cento no Japão, em ienes, e aplica aqui a 12,5%, porque V.Exa. está sendo muito benevolente com o sistema financeiro.

Olha só, o Brasil paga o juro mais caro do mundo: 8,5% de juro real. Depois vem a Turquia, que paga 6%, mas cresce a 5,5%; Israel paga 5,4% e cresce a 5,1%; a China paga 3,6% de juro real e cresce a 10,7%, e assim vai. Não tem nenhum país dos 20 primeiros de maiores juros do mundo. O Brasil é o maior.

O Risco Brasil é dos menores entre esses. Então, temos credibilidade. Se temos credibilidade, o risco é baixo. Eu fiz esta pergunta ao Ministro anterior a V.Exa.: se o Brasil está tão bem, por que tem que pagar os juros mais caros do mundo?

O Brasil está bem nas contas porque no resto está uma desgraça: na educação, na saúde, na segurança pública. É uma guerra interna. Ontem mesmo, o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro disse o seguinte: se nós esmorecermos, perderemos a guerra. Quer dizer, já admitiu que tem guerra no Rio de Janeiro. Este País não cresce. Pagamos esses juros malucos. Cada 1% é 11 bilhões.

Então, nós temos, Dr. Henrique, que chamar para a brasilidade maior de V.Exa. e dos seus assessores; chamar a atenção dos senhores para o fato de que tem gente morrendo nas filas dos hospitais sem remédio, e nós sangrando o País, entregando para o sistema financeiro milhões por dia. A conta é de 453 milhões de reais por dia. Repitam isso todo dia, cada um dos senhores assessores que estão aí sentados, e vejam se arranjam uma solução, porque não é possível isso. Se isso fosse a média do mundo real, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Maranhão) – O tempo do orador já está ultrapassado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, dê-me só mais 1 minuto para concluir.

O Deputado Felix falou aqui exatamente aquilo que eu repeti. Mas tem uma outra coisa que talvez mantenha esses juros tão altos: a meta oculta, que é aquela meta que, no ano passado, era de 4,5% da inflação e ficou em 2,9% ou em 3,1%. E os senhores põem os juros mais altos para baixar a inflação e, com isso, o Brasil todo paga mais. Esse mecanismo, já está provado, não dá certo, porque outros países pagam juros muito menores e não têm inflação, ou a inflação não é maior do que a do Brasil.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo aqui o papel de advogado do Presidente Lula, dizendo a V.Exa. aquilo que ele gostaria de dizer e talvez não tenha condições porque respeita o Presidente do Banco Central, ou outros Ministros que têm vontade dizer a V.Exa.: baixe esses juros. Alguém, quando insinua, diz que depende do Meirelles, aí o senhor emburra e mantém os juros altos. Pelo amor de Deus, vamos ter juízo, vamos parar de sangrar o País.

Há um livro, ao qual fiz referência anteriormente, "As Veias Abertas da América Latina", escrito há 50, 60 anos por Eduardo Galeano. É formidável. Hoje não estamos com as veias abertas, estamos com as artérias abertas. É uma pressão de 12, 13, sangrando, esguichando. No caso da veia, o sangue escorre; da artéria, esguicha. É o que está acontecendo com o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ – Sr. Presidente, Srs. Diretores do Banco Central, procurarei ser breve para não ser repetitivo.

A expectativa de inflação tem ajudado a melhorar a credibilidade do País junto aos investidores internos e externos. Não questionamos isso. O Banco Central vem cumprindo as metas de inflação. Também não questionamos isso. No entanto, os juros vêm sendo reduzidos timidamente e o cidadão comum, mesmo o esclarecido, não tem oportunidade de falar com o Presidente do Banco Central, com os seus diretores,

com o Governador ou com o Presidente da República, o que é natural. Mas com o Vereador, o Prefeito e o Deputado eles falam – não nos queixamos disso. Participamos de reuniões com associações comerciais e industriais, com CDLs – no nosso caso, o de Santa Catarina e com a FIESC – e vem chumbo grosso. Os Deputados estão fazendo a sua parte. Temos que pressionar o Banco Central e o Governo para baixar a taxa de juros.

Eu havia anotado alguns pontos para fazer meus questionamentos. Como já foi comentado, quero manifestar nosso desejo de ajudar a baixar ainda mais os juros, que vêm baixando em ritmo lento; é preciso apertar mais o acelerador.

Mas vou fugir do tema e aproveitar a oportunidade para falar da figura do avalista.

Apesar da taxa de juros elevada, vem crescendo no País o número de empréstimos contratados. Reconheço que melhorou a qualidade do crédito, mas não é possível continuarmos com a figura do avalista, que paga a conta da má gestão, embora nada tenha a ver com ela.

O avalista vem perdendo crédito. O tomador não paga o financiamento e o avalista é chamado a fazê-lo. Recebe no próprio extrato bancário a comunicação de que tem 20 dias para regularizar a situação. O Banco do Brasil está craque nisso.

Alguns casos se dão com sócios de empresas; outros, com avalistas. As restrições cadastrais inviabilizam situação empresarial ou pessoal. E o avalista não tem nada a ver com a dívida. Na verdade ele tem porque assim o define a lei. Se ele assina, tem de se responsabilizar por ela. Mas se ele não avaliza, perde o amigo, o compadre, ou paga a conta. O risco deve ser do banco porque quem está ganhando dinheiro com o empréstimo é o banco e não o avalista.

A partir deste momento, vou me esforçar para acabar com a figura do avalista no País. Posso não conseguir, mas farei a minha parte.

Conheço casos terríveis de separação de casais porque o marido ou a mulher avalizou um amigo e os bens comuns foram penhorados ou ameaçados.

Trata-se de assunto seriíssimo. Sei que não vamos resolvê-lo hoje, mas estou aproveitando a oportunidade para abordá-lo.

Uma pessoa avaliza um vizinho, um amigo – determinadas situações são constrangedoras – e, de repente, tem o seu cartão de crédito bloqueado porque o tomador do empréstimo não conseguiu regularizar a situação. O avalista fica impedido de fazer novas operações. Ele tem uma empresa, precisa realizar operações urgentes, pessoais ou da empresa e, mesmo tratando-se de pessoa íntegra, não consegue fazer nova operação por ter avalizado alguém que não honrou o compromisso. Repito: as conseqüências da má gestão de determinada empresa não deve ser transferida para o avalista.

Esse assunto muito tem-me angustiado. São muitas as reclamações.

Encerro dizendo que a responsabilidade é do banco. Sabemos que ele capta recursos e os empresta. Existe intermediação financeira. É difícil explicarmos para o povão, quando dizemos que a inflação está sob controle, entre 0,5% e 0,6%, por que o banco cobra 4%, 5% ao mês de juros no cartão de crédito. Afinal, a intermediação financeira não é tão alta assim. Isso sem falar nas tarifas bancárias, assunto que prometi não repetir.

Enfim, precisamos de regras claras. Nesse sentido, proponho-me a discutir o assunto no Banco Central. Se não quiserem, vou apresentar o projeto de qualquer maneira. Estudarei uma forma legal para eliminar a figura do avalista.

O problema é sério. A situação ocorre em todo o mundo, não apenas no Brasil. Alguém tem que tomar a iniciativa para resolver o problema. Não podemos correr riscos. A intermediação financeira tem de embutir provisão para o caso de inadimplência. Mas, pelo amor de Deus, vamos ser um pouco mais humanos.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, Srs. Diretores, tenho questionado muito as tarifas bancárias. Muitas instituições financeiras bancam toda a sua folha de pagamento com o valor recolhido com as tarifas. No cômputo geral, o sistema financeiro está muito próximo de atingir essa meta.

Entre todas as tarifas, chama minha atenção a TAC – Taxa de Abertura de Crédito, principalmente no caso de financiamento de carros, operação na qual os bancos cobram de 350 a 500 reais. Se o empréstimo for de 5 mil reais e a taxa, 500 reais, significa 10% do valor total do empréstimo.

V.Exa. fala muito em crescimento das exportações. Mas o que tenho observado é a queda das exportações em relação ao PIB: em 2004, 15,93%; em 2005, 14,86%; em 2006, 14,79%. Já o percentual das importações em relação ao PIB está crescendo: em 2004, 9,84%; em 2005, 9,24%, caiu um pouco; em 2006 subiu para 10,40%.

Outro aspecto que chama a atenção é a queda do número de empresas exportadoras a cada ano: em 2004, 18.600; em 2005, 17.000; em 2006, 16.000. Enquanto isso, aumenta o número de empresas importadoras: em 2004, 22.410; em 2005, 22.600; em 2006, 24.567.

Preocupo-me com o crescimento das exportações – em 2005, girava em torno de 17% – em relação às importações, 25%. Se essa tendência for permanente, um dia se anulará esse saldo, que constitui grande vitória nossa em toda a história do País, porque o percentual de crescimento das importações é bem maior que o das exportações.

O último aspecto diz respeito ao bloqueio, pela Justiça do Trabalho, das contas de pessoas com pendência trabalhista. Às vezes o juiz, comodamente, em vez de exaurir todas as alternativas, inclusive de hasta pública de bem penhorado, aciona do seu gabinete o bloqueio de contas da pessoa que está sendo questionada. Só que, em vez de bloquear apenas o valor necessário para o pagamento da dívida, bloqueia todas as contas abertas no sistema financeiro com aquele CPF. Se a pessoa tem 5 contas, as 5 são bloqueadas; se tem 20, todas são bloqueadas, e assim por diante. O bloqueio instantâneo, comandado pela vontade unilateral de um juiz que talvez não queira exaurir todas as tentativas de receber o pagamento dentro do processo contraditório, cria muitos problemas para as pessoas físicas e para as pequenas empresas brasileiras.

Pergunto: não há a possibilidade de esse bloqueio recair apenas em uma conta com saldo suficiente para quitar o débito?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Ramalho.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, o que permitiu que os bancos aumentassem em até 26% os preços dos serviços bancários aos correntistas no último ano?

O mercado está comprando ativos de maior prazo com taxas abaixo da SELIC. Por que o Banco Central, nos últimos anos, vendeu papéis prefixados mesmo sabendo que os juros iam cair? Não é verdade que, apesar de os juros terem caído para 12%, os papéis emitidos pelo Governo pagam juros de até 20%?

Sou do Vale do Jequitinhonha, onde fui prefeito de uma cidade. Na época, os bancos ofereciam empréstimos consignados. Na qualidade de prefeito, não deixei que isso acontecesse. Hoje vejo que a maioria dos funcionários públicos estaduais e municipais ativos e aposentados daquela pequena cidade utilizam o dinheiro que ganham para pagar empréstimos consignados. O salário, que deveria ser utilizado para comprar comida, hoje está sendo utilizado para pagar juros. As pessoas trabalham durante todo o mês e os bancos pegam todo o dinheiro que recebem. Os bancos oferecem facilidades para a concessão de empréstimo. Os servidores tomam empréstimos em mais de um banco e depois, no final do mês, ninguém tem dinheiro para comprar nada.

Pergunto ao Presidente do Banco Central se não vai tomar nenhuma providência em relação a isso, porque, nas regiões pobres, as pessoas, os aposentados, os assalariados estão passando fome para pagar juros com o salário ou o provento que recebem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Aelton Freitas. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA – Cumprimento o Presidente José Maranhão, o Presidente do Banco Central e os Diretores dessa instituição.

É evidente que o Brasil de hoje é melhor. E devemos apostar que o País vai melhorar cada vez mais, crescer, distribuir renda. Os números apontam para essa direção, todos reconhecemos. Mas é verdade também que há a expectativa e a convicção de muitos setores de que o País pode melhorar, pode ir adiante e tirar as travas que impedem um crescimento mais acelerado.

Eu acho que deveríamos debater mais essa questão. Existem mesmo essas travas? Elas podem ser retiradas? O problema dos juros é objeto da preocupação e análise de todos nós, dos diversos setores da economia, do Governo, todos analisamos a necessidade de remover algumas dessas travas.

Sr. Presidente, vou apresentar algumas preocupações em relação aos prejuízos decorrentes da política em curso. Por exemplo, o Banco Central indica prejuízo de 10.494 em 2005 e de 13.167 em 2006 nos resultados.

Os prejuízos decorrentes do custo dessa política monetária acabam sendo assumidos pelo Tesouro. As altas taxas de juros depreciam o câmbio, forçam a aquisição de reservas e impõem as operações *swap*, que resultam também na depreciação do resultado acumulado das reservas.

Todos nós sabemos que o Governo brasileiro atrai capital mediante a remuneração de 12,5% a 13%, e essas reservas que são acumuladas têm remuneração muito mais baixa, 2% ou algo assim.

Então, elas não são reservas saudáveis. Elas decorrem não de superávit da balança comercial, mas

dessas transações que provocam dificuldade de sustentação dessa política. Até que ponto essa política é sustentável? Em que horizonte devemos trabalhar com essa política?

Outros prejuízos que já foram aqui explicitados. Ainda hoje li uma matéria com o seguinte título: *"Câmbio piora mercado de trabalho para jovem sem experiência"*.

Trata-se de uma pesquisa feita pelo Prof. João Sabóia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que indica que 63,5% dos empregos na indústria para jovens sem experiência estão nas indústrias moveleira, têxtil, calçadista, exatamente os setores que são afetados pela valorização do real.

Precisamos analisar, de forma muito objetiva, políticas que possam compensar esses setores, e ainda não percebi nenhuma resposta que pudesse dar conta desse tema.

Além disso, Sr. Presidente Henrique Meirelles, quero fazer um comentário a respeito das tarifas bancárias, que me preocupam enormemente. Não sei se o tempo me permite.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – V.Exa. tem uma prorrogação de mais 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA – Obrigado, Sr. Presidente.

O problema da tarifa bancária preocupa bastante. O Presidente do Banco Central afirmou que o objetivo de algumas medidas que foram adotadas é promover a concorrência. Aí há um problema sério, porque se analisarmos uma cesta de produtos que são oferecidos pelos bancos, podemos até identificar diferenciação entre preços individualmente, mas numa cesta os preços acabam sendo uniformizados. Com a elevação dos preços, hoje, Deputado Julio César, essas tarifas já são responsáveis por 130% e alguma coisa da folha de pessoal. Com elas, os bancos cobrem todas as despesas com a folha de pessoal, e sobra ainda uma gorda fatia para outras despesas. Os números são crescentes. Essa concorrência não está sendo verificada.

A eficiência é um outro elemento. Verificamos, efetivamente, o aumento das filas. São várias as Prefeituras que estão fazendo leis para regular o tempo de permanência das pessoas nas filas dos bancos. É um absurdo um sistema com tanta tecnologia e com tantos resultados positivos ter filas. E os bancos resistem em cumprir o Código de Defesa do Consumidor.

Eu entendo que o Banco Central teria de ter atitude mais ofensiva na fiscalização daquelas relações que diretamente envolvem os consumidores. Eu sei que o Banco Central tem de ter o controle do mercado como um todo, mas precisa ter um cuidado maior com os consumidores.

A minha preocupação, Sr. Presidente, é porque nos últimos dias o Banco do Brasil anunciou reestruturação que suprime cerca de 5 mil caixas executivos, deixando, inclusive, de atender segmentos que demandam a presença direta nas agências. Entendo que isso não demonstra eficiência.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Deputado Osório Adriano.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – Sr. Ministro, temos ouvido com muita freqüência os discursos do nosso Presidente Lula, sempre estabelecendo analogias otimistas. De acordo com ele, chegamos no topo.

V.Exa. nos trouxe estatísticas, eu diria, bastante confiáveis. Não há como dizer não em razão da sua pessoa, pelo que V.Exa representa. Mas acontece que nem sempre as estatísticas comprovam tudo aquilo que realmente acontece. Podemos pegar o lado bom, o lado mau – não creio que V.Exa. tenha feito essa opção. Isso está muito claro. Mas não é o que sentimos nesta Casa, Sr. Ministro.

Na semana passada, estiveram aqui na Câmara, em audiência pública, representantes da mais alta importância do setor moveleiro, para nos pedir ajuda, pelo amor de Deus, porque não estão conseguindo vender. E o que estão vendendo está abaixo do preço de mercado. Por quê? Para fazer caixa. Uma empresa que começa a vender abaixo do custo para fazer caixa tem vida curta, e ninguém melhor do que V.Exa. sabe disso.

Estiveram também nesta Casa representantes dos setores calçadista e têxtil. No início do mês estive em Uberaba para participar de uma famosa feira, e a queixa sobre o preço da carne é a mesma. Sabemos que a arroba da carne no mercado mundial é da ordem de 24 dólares, o que corresponde hoje a menos de 50 reais. Há 5 anos, vendia-se carne a esse preço e até hoje continua-se a vender.

V.Exa. é de Goiás, um dos maiores Estados produtores de carne do País, e conhece bem o setor. Aqui a arroba ainda custa 52 reais. Mas como produzir a esses preços se todos os insumos subiram?

Ministro, não pretendo levantar polêmica, os meus colegas foram bastante claros ao externar o que está se passando na economia. Mas parece que existem 2 países diferentes: um da estatística, do Presidente Lula; o outro daquilo que ouvimos aqui quase que diariamente.

Não tenho pergunta específica, mas peço a V.Exa. que disserte um pouquinho sobre como isso pode acontecer. Existem 2 países diferentes? Creio que não.

Eram essas as minhas observações.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou começar pelas perguntas do Deputado Félix Mendonça, que se refere a várias questões, mas centra-se em um ponto básico: a diferença entre os números e o Brasil real. No caso, os números representam todos os dados aqui mostrados e o Brasil real está voltado para o aspecto referente – usando as palavras de S.Exa. – a greves, segurança, estradas, habitação etc. E termina por dizer que quanto ao Risco Brasil e outros aspectos econômicos, o País está atingindo uma excelência que não gostaríamos de ter. Evidentemente, essa opinião é respeitável. Mas, Deputado Félix Mendonça, em primeiro lugar, os números refletem o Brasil real. Ou seja, número dos salário reflete a média dos salários dos brasileiros; o número do emprego reflete o número de empregos sendo criados no Brasil; o aumento do poder de renda do trabalhador reflete a realidade do poder de compra do trabalhador.

Sem dúvida, isso não significa que todos os problemas do País estão resolvidos do dia para a noite. Também não significa que não devemos continuar trabalhando, que não existam outros problemas de responsabilidade de diversos governantes do País inteiro, seja nos âmbitos federal, estadual ou municipal, nas esferas do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Não há dúvida de que o Brasil necessita que todos continuemos a trabalhar para que todas as situações sejam resolvidas e melhorem o padrão de vida da população.

No que diz respeito ao Banco Central, que é exatamente a minha área de atividade, segundo as avaliações aqui mostradas, estamos cumprindo a missão determinada pelo Conselho Monetário Nacional, e a conseqüência disso para a população brasileira tem sido extremamente positiva. Isso não resolve todos os problemas das pessoas, evidentemente, mas é uma questão fundamental.

Como exemplo, faço uso de uma analogia. Seria o caso de uma pessoa doente que vai ao médico, faz o tratamento e fica bem de saúde. Mas depois ela volta ao médico para reclamar que o seu problema de saúde foi resolvido, é verdade, mas que existem vários outros problemas que não foram resolvidos: problema com a mulher, problema de salário; problema no emprego, enfim, ele tem uma série de outros problemas não resolvidos.

Creio que os problemas aqui levantados devem ser endereçados a quem de direito e levados a sério. Mas o fato concreto é que a situação do brasileiro e da brasileira está melhorando, porque o salário médio, o emprego e a massa salarial estão aumentando. Além disso, a situação do País está melhor, porque hoje temos reservas, a inflação está na meta, a situação fiscal está melhorando e o Brasil está crescendo, segundo previsão de órgãos internacionais, cerca de 4,5% ao ano. E mais importante do que isso, tem condições de continuar a crescer de forma sustentada.

O Deputado Giovanni Queiroz basicamente aborda de novo os problemas enfrentados pelo Brasil real, que já mencionei. S.Exa. vai mais longe ao dizer que mecanismos não têm dado certo, porque ainda há problemas nas áreas da saúde e da educação. E, novamente, desejo usar a mesma analogia e mostrar que é importante cada um trabalhar para cumprir o seu dever com o País. Repito, não significa que todos os problemas do País estão sendo resolvidos do dia para a noite. Pelo contrário, não se resolvem problemas criados há séculos em poucos anos. Mas cada vez mais temos de tentar resolvê-los da melhor forma, e é isso o que está acontecendo.

Foi mencionada a situação do Japão, que possui juros muito baixos, e, em face disso, existe mecanismo que permite as pessoas de lá fazerem empréstimos para aplicar em outros países etc. Mas, no Japão, os juros são mais baixos inclusive do que a média dos países industrializados porque houve deflação na sua economia, o que não é bom, e também crescimento muito baixo, o que também não é bom. Logo, sua situação monetária não é necessariamente positiva.

Durante muitos anos o Japão teve crescimentos elevadíssimos. Isso foi até a década de 80. A partir da década de 90, o Japão tem enfrentado situação difícil. Agora, alguns preferem o exemplo do Japão, porque tem juros baratos, apesar de não ter crescimento. É uma opção! Para isso, talvez precisássemos chegar a outra forma um pouco perigosa para o Brasil, principalmente levando-se em conta que sua população é crescente e precisar crescer.

Em relação à taxa de juros reais como um todo, e respondo aqui a outras perguntas feitas, o juro real no Brasil está caindo consistentemente. Não há dúvida de que foi muito alto no passado, continua alto, mas está caindo muito.

Por exemplo, de 1994 até 1998, o juro real no Brasil, para operações financeiras comercializadas no mercado, foi de cerca de 22% ao ano. Nos anos seguintes baixou para 14% e 12%. Hoje, nas transações de um ano, está um pouco acima de 7,5%, valor mais baixo da história. Em prazos mais longos, está abaixo disso.

A pergunta é a seguinte: como fazer para que os juros baixem ainda mais? A resposta é simples: temos de continuar mantendo a inflação na meta. Este é o

caminho para que os juros continuem a baixar. Por quê? Exatamente por causa do nosso histórico de hiperinflação. O Brasil teve a mais longa hiperinflação da história da humanidade; aplicou toda a sorte de planos heterodoxos que geravam enormes esqueletos a serem pagos pelo Governo e que até hoje estão em disputa nos Tribunais; tentou toda a sorte de experiências, sua dívida pública cresceu de forma importante em relação ao PIB durante muitos anos; teve importantes déficits de conta corrente e diversas crises em relação a balanço de pagamentos. De fato, entre outras conseqüências, tudo isso gerou elevada taxa de juros no País.

Portanto, qual o caminho para baixar os juros, a fim de acompanhar os padrões internacionais? Continuar a baixar o Risco País, continuar a baixar os prêmios de riscos, o que já está acontecendo.

Gostei muito da expressão utilizada pelo Deputado, quando ele disse que precisamos ter juízo. Concordo em gênero, número e grau com S.Exa. Precisamos mesmo ter juízo e manter a inflação na meta, como todos os países que têm juízo fazem; manter os juros adequados para que a inflação continue caindo e, em conseqüência, os juros também, porque todas as vezes em que se tenta fazer manobras artificiais a conseqüência é contrária, no caso a elevação dos juros, como ocorreu no passado. Portanto, temos de continuar com a relação cadente de dívida/produto, com saldos comerciais importantes para que a situação do Brasil continue melhorando.

O Deputado Edinho Bez diz que a situação está melhorando, mas os juros estão caindo timidamente.

Quero lembrar que, quando assumimos a direção do Banco Central, a taxa de juros SELIC estava em 25% ao ano e os juros de mercado a quase 30% ao ano. A SELIC hoje está em 12,5% e os juros de mercado abaixo disso, dependendo do prazo, 11%, e já há prazos abaixo de 10%, os menores do passado recente do Brasil.

Portanto, é importante mencionar que os juros estão caindo. Trata-se de questão subjetiva dizer que caem tímida ou agressivamente. Algumas pessoas podem até achar que caem agressivamente. Preferimos achar que se trata de um movimento adequado para que o Brasil continue com a inflação na meta e que os prêmios de risco continuem a cair e, em conseqüência, também as taxas de juros.

O Deputado menciona ainda forte preocupação com a situação dos avalistas. Como bem mencionou S.Exa., para não prejudicarem o relacionamento com amigos ou parentes, muitas vezes os avalizam e depois enfrentam uma série de problemas. A pessoa avaliza alguém que não honra o compromisso e, a partir daí, enfrenta toda a sorte de dificuldades, corte do limite de crédito etc. O Deputado propõe que se elimine a figura do avalista ou que seja permitida a sua substituição no caso de dificuldade, isto é, se alguém avaliza o amigo e ele não paga, procura outro amigo para ocupar o lugar de avalista, a fim de enfrentar o problema.

Deputado, o aval é um instituto cambial definido no Código Civil e nas leis sobre títulos de crédito. Portanto, não é da alçada do Banco Central mudar a lei. Ele tem, sim, de seguir a lei. Uma das definições mais importantes na missão do servidor público é seguir a lei. Agora, certamente, o Deputado dispõe de toda prerrogativa para apresentar projeto de lei com a finalidade de mudar o Código Civil ou qualquer outro tipo de obrigação. Quero dizer apenas que essa é uma prerrogativa do Congresso Nacional e não do Banco Central.

O Deputado Júlio Cesar se preocupa com as tarifas bancárias, particularmente com a TAC – Taxa de Abertura de Crédito. Trata-se de uma taxa como várias outras cobrada pela prestação de serviço bancário. E o Banco Central a tem regulado de maneira a que o cliente tenha a possibilidade de escolher o banco que lhe oferece melhores condições. Para isso, foi tornada obrigatória nos contratos a especificação da Taxa de Abertura de Crédito e, depois, da taxa efetiva anual, que tem de ser informada ao cliente, o que dá a ele condições para negociar.

Inclusive, encorajo todos os Deputados a ajudarem o Banco Central nisso. Cada vez mais estamos divulgando os direitos da população. O Código de Defesa do Consumidor também tem de ser divulgado para que a população tome conhecimento dos seus direitos. Mas já existem normas visando tornar mais transparente todas as operações. Dessa maneira, o cliente terá condições de negociar.

Outra preocupação apontada pelo Deputado Júlio Cesar diz respeito ao bloqueio pelo juiz de contas bancárias, resultado de condenações trabalhistas, na medida em que S.Exa. diz que o juiz, muitas vezes, bloqueia diversas contas da mesma empresa, fato que cria dificuldades para pequenas e médias empresas.

Devemos mencionar novamente que essa é uma decisão do juiz trabalhista e não do Banco Central, que apenas operacionaliza a decisão tomada. Portanto, trata-se de prerrogativa dos Srs. Deputados apresentar projeto de lei nesse sentido.

Mas quero informar aos Srs. Deputados algo que talvez seja importante aos clientes de banco saberem. É possível a pessoa física ou jurídica cadastrar apenas uma conta bancária, de maneira que o juiz, de posse daquela informação, caso haja saldo suficiente, mande bloquear apenas aquela conta. E conside-

ro importante que o Banco Central divulgue também essa informação.

Devo informar ainda aos Srs. Deputados que nos meios de transmissão eletrônica do Banco Central existe um número muito grande de informações benéficas para que o cliente possa defender seus direitos. É muito importante que o cidadão saiba acessar os mecanismos de informação do Banco Central para que tenha condição de melhor defender seus direitos.

O Deputado também se preocupa com a evolução das exportações e das importações. S.Exa. acha que o crescimento das importações é percentualmente maior do que o das exportações, o que futuramente pode levar a uma situação de perigo para as contas externas do Brasil.

(Segue-se exibição de imagens.)

Na projeção a seguir, vemos, na linha amarela, as exportações e na outra linha, as importações. Observamos que ainda existe um saldo comercial importante que não está caindo. Como as 2 linhas estão subindo e a exportação tem um valor maior, é normal que o valor menor – que no caso do Brasil é a importação – tenha um aumento percentual maior.

O importante é que o saldo comercial tem-se mantido numa faixa de 45 a 47 bilhões de dólares, nos últimos anos. Vejam que não há nada de mágico nesse número. Os saldos comerciais podem variar de forma importante, ano a ano, o que não significaria que o País estaria caminhando para a dificuldade. É natural que, em uma retomada de crescimento, como estamos vendo, neste momento em que as empresas brasileiras estão investindo em reequipamento, as importações cresçam.

Então, as exportações brasileiras estão mostrando um crescimento vigoroso. Gostaria de terminar este ponto mostrando um gráfico que já exibi. As exportações brasileiras estão crescendo acima das exportações mundiais, o que significa que esta é uma área de muito dinamismo da nossa economia.

O Deputado Fábio Ramalho perguntou como foi possível ao sistema financeiro ter tido crescimento de 26% nas receitas, nos serviços bancários, de um ano para outro. A economia brasileira está crescendo em várias áreas. Por exemplo, o tráfego aéreo cresce mais de 20% ao ano. O crescimento real do varejo também é muito grande. Não há dúvida de que o crescimento dos serviços bancários é um deles.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Sr. Presidente Meirelles, eu falei foi do aumento do serviço bancário, do custo, da taxa.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Existe esse dado de crescimento, diretor? *(Pausa.)* Gostaria de saber a fonte de onde o Deputado tirou esse dado.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – As fontes de informações que temos são a imprensa, o CADE e o TCU, que está achando um superfaturamento. Essas entidades estão acompanhando desses serviços.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Poderíamos saber exatamente...

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – O Tribunal de Contas da União está achando um superfaturamento nesses 26%. O crescimento está assustador.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Nós não temos essa informação, Deputado. Certamente vamos procurar nos órgãos de imprensa alguém que a possa ter divulgado. Mas vamos verificar no banco de dados do Banco Central, que é bastante preciso; vamos averiguar essa informação e lhe dar uma resposta a esse respeito.

Em relação aos papéis prefixados, o Deputado pergunta por que o Banco Central vendeu papéis prefixados quando sabia que a taxa de juros iria cair.

Deputados, em primeiro lugar, o Banco Central não vende papéis prefixados. Aliás, não vende papel, a não ser que seja da sua carteira. Ele faz operações compromissadas de captação de recursos, que não são prefixadas, são indexadas á taxa de juros. Portanto, se a taxa de juros cai, o custo dessas operações caem.

Quem vende operações prefixadas é o Tesouro Nacional, que não tem necessariamente que fazer previsões sobre a evolução futura da taxa de juros. Tem de financiar as taxas que prevalecem nos mercados aquele dia, que, aliás, estão caindo.

O fato de as taxas de juros estarem caindo acredito que não é algo negativo, é positivo. O fato de que há 4 anos a taxa de juros de mercado era de 30% e hoje, pelo mesmo prazo, é de 11% ou de 10%, não é ruim, é extremamente positivo. Agora, naquele momento, o Tesouro Nacional tinha de se financiar e, portanto, financiar a taxa de mercado.

A grande parcela do financiamento que o Tesouro tinha, naquela época de taxa de juros elevada, não era prefixada. A parcela prefixada era muito pequena. Quando os juros estão caindo, aos poucos, está crescendo a parcela prefixada. Acredito que o movimento feito pelo Tesouro atende às preocupações do Deputado. Quando a taxa de juros era muito alta, grande parte do financiamento era feito em LFTs, indexado à taxa de juros diária, portanto, com custo cadente. À media que as taxas de juros foram caindo, o Tesouro foi vendendo papéis prefixados, num movimento conforme o desejado.

O Deputado também pede medidas contra o crédito consignado. V.Exa. mencionou que, quando era Prefeito, proibiu a oferta de crédito consignado. Pelo

que pude entender, seu sucessor não teve o mesmo cuidado de prevenir a oferta de crédito consignado...

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Para o funcionalismo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Para o funcionalismo.

Em primeiro lugar, Deputado, tomar crédito é um direito do cidadão. Não podemos proibir as pessoas, porque seria negativo para elas. Tomar crédito garantido pelo salário permitiu novamente que as pessoas tomassem crédito com taxas de juros muito menores.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Salário não é comida? Se V.Exa. analisar bem, as pessoas não estão tendo comida! Trabalham, dão seu suor e, no final do mês, não têm nenhum dinheiro. As mais pobres não sabem usar esse tipo de crédito. Então essa operação tem que ser melhor regulamentada.

Os bancos que fazem crédito consignado, avaliam, vamos dizer, 100 milhão de reais, e hoje, isso vale 1 bilhão de reais. É publicidade escandalosa em cima das pessoas. Hoje em dia, o que vemos? Se V.Exa. analisar bem, se fizer um apanhado por índice do dinheiro do aposentado, vai verificar que esse dinheiro está ficando todo nos bancos, só para pagar juros pelo empréstimo consignado.

Tem de se disciplinar essa operação, estabelecer um valor prefixado de 20% do salário da aposentadoria, e para todos os bancos. A pessoa vai a um banco, a outro e a outro e, no final do mês, não tem dinheiro nem para comer. É a isso que estamos assistindo nas regiões mais pobres do Brasil. Acho que essa é uma responsabilidade do Banco Central.

Aproveito para parabenizar V.Exa. pela gestão frente ao Banco Central, bem como sua equipe. Peço a V.Exa. que olhe essa minha preocupação com carinho. É triste o que vemos em todas as regiões do Brasil: pessoas deixam todo dinheiro do seu trabalho para os bancos, por causa dos empréstimos consignados.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Deputado, sua preocupação e recomendação já foram implementadas por este Congresso Nacional, após aprovar a medida provisória que criou o crédito consignado, e na regulamentação posterior do Conselho Monetário. Já existe um limite de 30% do salário, consolidado entre todos os bancos, como V.Exa. mencionou. O empregado, mesmo que quisesse, não poderia comprometer mais do que 30% do salário. Essa regulamentação a que V.Exa. se refere já está implementada. Não é possível, pela regulamentação, o empregado comprometer mais do que 30% do salário.

O Deputado mencionou o valor de 20%. É uma prerrogativa legal, porque tem, como tudo na vida, prós e contras. Muitos trabalhadores poderiam não gostar da idéia de não tomar um pouco mais de crédito a uma taxa melhor, consignando até 30%. Mas, de novo, é uma prerrogativa soberana do Congresso Nacional baixar esse valor para 20%, se assim o entender o Deputado em eventual projeto de lei.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Peço a V.Exa., então, uma melhor fiscalização, porque, pelas informações que temos, além de eles aderirem ao crédito consignado, outros bancos emprestam e, no final do mês, todo o dinheiro deles fica retido.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Repito, Deputado, no crédito consignado existe um limite de até 30%. Mas o cidadão brasileiro é livre para tomar outros tipos de créditos, não consignados, em outros bancos que também vão cobrar. Aí já é uma questão do cidadão, uma opção do cidadão. A lei não pode proibir o cidadão de tomar crédito. No crédito consignado, já existe uma limitação de 30% do salário.

Agora a pergunta do Deputado Daniel Almeida. S.Exa., em primeiro lugar, menciona uma preocupação muito grande com o custo da política monetária, diversos tipos de custo da política monetária. Mas, evidentemente, o custo da política monetária que preocupa a todos seria em razão do seu possível impacto no custo de financiamento do Tesouro.

Eu gostaria de mencionar que, segundo dados que mostrei, a despesa do Tesouro Nacional com o pagamento de juros tem caído, como percentagem do PIB. Gostaria também de mencionar que a política monetária tem juros cadentes desde de 2005. Em resumo, independente disso, o fato concreto é que o custo de financiamento do Tesouro e das empresas está caindo. Em resumo, a política monetária está atendendo à preocupação do Deputado, fazendo com que o custo de financiamento do Governo, das empresas nacionais tenha caído de forma importante nos últimos anos. Portanto, tenho aqui a grande satisfação de dizer ao Deputado Daniel Almeida que os resultados da política monetária estão de acordo com a sua preocupação.

S.Exa. menciona que as reservas internacionais não são resultado do saldo comercial, e sim, de investimentos especulativos etc.

Eu gostaria de mostrar, mais uma vez, o gráfico que esclarece essa preocupação do Deputado Daniel Almeida. Espero que S.Exa. fique feliz de ouvir essa informação, que a sua preocupação não procede. O grande saldo de entrada de recursos no País não vem de atividades financeiras, preferencialmente, mas na sua grande maioria, de operações comerciais. Portanto, em amarelo está o fluxo líquido de câmbio comercial, e em vermelho, o fluxo líquido de câmbio financeiro. Portanto, podemos dizer que as reservas são resultado

de importantes saldos comerciais que o Brasil tem tido nos últimos anos, não só isso, mas primordialmente.

Quanto ao problema das filas, o Deputado manifesta uma grande preocupação. S.Exa. menciona que diversas Prefeituras já estão regulando o assunto. Eu acredito que compete exatamente às Prefeituras regular esse tipo de questão, e não ao Banco Central. É a Prefeitura que tem de verificar se há filas abusivas ou não aceitáveis na sua cidade. Esta deverá, certamente, regular o assunto. Eu mencionaria, mais uma vez, que a preocupação geral com a aplicação do Código de Defesa do Consumidor nas atividades do sistema bancário foi recentemente definida de forma muito clara pelo Supremo Tribunal Federal, cabendo ao Poder Judiciário endereçar casos de violação do Código de Defesa do Consumidor.

O Deputado Osório Adriano diz que parece que temos 2 países diferentes. Pelo que entendi, um é o Brasil real do povo e das empresas e o outro é o Brasil dos números, que vai muito bem.

Eu diria, Deputado Osório Adriano, que os números refletem o Brasil. Eles podem não refletir todas as pessoas e todas as empresas. V.Exa. tem razão. Muitas vezes a média engana. É aquela velha piada do cidadão que estava com a cabeça na geladeira, o pé no forno e a temperatura média estava boa. Não há dúvida de que nem sempre os números refletem toda a realidade. Mas os números no Brasil refletem, sim, a realidade da maior parte dos brasileiros, isto é, quando verificamos um número em que o salário médio está crescendo, isso reflete a grande maioria dos brasileiros, que estão tendo salários crescentes. Quando os números refletem que a massa salarial está crescendo significa que o emprego está crescendo e o salário médio está crescendo e, portanto, os brasileiros empregados estão recebendo mais rendimento. E isso, em última análise, reflete a situação de grande parcela dos brasileiros.

Na medida em que vemos o varejo crescendo 11.5% no Brasil ao ano, de abril de 2006 a abril de 2007, significa que o comércio varejista no Brasil está crescendo muito como um todo. Isso não quer dizer que todos os varejistas do País estejam crescendo. Poderá ter um varejista numa cidade, quem sabe na região do Deputado, ou outro que possa estar tendo dificuldades. Mas o comércio varejista do País como um todo está crescendo muito. Da mesma maneira que a atividade econômica está crescendo. O País está crescendo ao redor de 4.5% este ano, segundo órgãos internacionais, a produção. O investimento está crescendo.

Eu gostaria de dizer ao Deputado Osório Adriano que os números refletem, sim, a situação do País, não refletem a situação de todas as pessoas, ou de todas as empresas.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – Presidente Henrique Meirelles, esta semana eu li na *Folha de S.Paulo* artigo do Antônio Ermírio de Moraes dizendo que o País agüenta bem o dólar a 1.70. Ora, sabemos da estrutura de Antônio Ermírio de Moraes, da potência de suas empresas. Talvez ele consiga, mesmo com o dólar a 1.70, continuar exportando. Mas esses setores que mencionei não conseguem. Eu digo isso porque nós sentimos esse problema aqui. Eles vêm à Câmara pedir socorro, esse pessoal do setor moveleiro, principalmente no Sul, do setor têxtil, do setor calçadista etc.

Veja o preço da carne, que V.Exa. conhece tão bem, pois é de Goiás, vive aí diariamente. Como é que se pode vender uma arrouba de carne a preço de 4, 5 anos atrás, quando se sabe que houve uma inflação nos últimos anos não tão grande, mas houve. É isso que surpreende. Qual é o final de tudo isso? É o desemprego? Porque essas empresas vão fechar. Não hoje, porque eu disse que eles estão vendendo abaixo do custo. Mas quantos meses, quantos anos, uma empresa consegue ficar fornecendo seus produtos abaixo do custo? No final, é a questão do câmbio. Como esses exportadores podem exportar a esse preço? Não podem. E V.Exa. sabe bem que não podem. Não vai durar muito e vai haver uma *débâcle,* o que é a minha preocupação. Eles vão quebrar. Hoje eles estão bem e amanhã? Aí diremos: *"Mas como? Ia tão bem!"* Nós deixamos que a coisa ficasse nesse nível. No fim, é o preço dos juros. Como ficou bem claro aqui, todos vêm investir no País, porque nós pagamos melhor do que os outros! Hoje somos confiáveis. A preocupação do investidor é se o País é ou não confiável. *"Ah, podem aplicar no Brasil porque é um país confiável*."

Então, são essas preocupações, Sr. Presidente, que nos levam a lhe trazer esses problemas, porque nós sentimos isso aqui. Não é? Nós estamos na ponta, e sentimos isso aqui diariamente, nas entrevistas que concedemos, e até individualmente somos procurados nos gabinetes. De toda forma, aquele que está em dificuldade acha que o Deputado pode resolver seu problema. Eu não digo que possa, mas o Deputado tem condição de no mínimo levar às autoridades esses problemas que lhe são trazidos.

Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado, Deputado. Temos o maior respeito pela situação de setores específicos da economia que possam estar enfrentando dificuldades, por fatores diversos; isso acontece no mundo todo. É uma preocupação que existe no mundo todo, com essas transformações que

a globalização, que a modernização traz – e a própria tecnologia, não é? O Deputado deve recordar, historicamente, ainda no século passado, há muitos anos, quando começou o processo de industrialização e de uso de máquinas, os protestos que se levantaram nos países industriais, por parte dos trabalhadores, contra a máquina, na medida que isso, em tese, poderia eliminar alguns postos de trabalho.

Eu gostaria de dizer que são problemas que acontecem no mundo todo, mas o importante no Brasil é que, primeiro, o emprego está crescendo no País; se olharmos mais uma vez os números, vamos ver que o Brasil está criando, em termos líquidos, cerca de 1.272.000 empregos por ano em média, a partir de 2004, e que em abril apenas criou, em termos líquidos, mais de 300 mil empregos; e, de novo, a massa salarial está crescendo, etc., etc.

De novo, Sr. Deputado, temos o maior respeito pela função do Deputado de receber as preocupações de segmentos específicos, de pessoas, e de trazer tudo isso aqui, e levar essas preocupações a outras Comissões, a outros ambientes; é a sua função, não é? E temos o maior respeito por ela, tanto que uma vez pleiteei o cargo de Deputado, candidatei-me e inclusive ganhei, mas fui convidado pelo Presidente Lula e não cheguei a tomar posse; renunciei, infelizmente, ao cargo de Deputado. Portanto, tenho o maior respeito pela função do Congressista, pela função do Deputado. Agora, de novo, temos de olhar a situação do País como um todo. E o País, como um todo, vai bem; o País está com a economia crescendo, o emprego está crescendo, o salário está crescendo, a renda está crescendo, a inflação está na meta, as exportações estão bem; em resumo, nós temos de tomar o cuidado – aí sim, Deputado, isso é importante – de, na tentativa de atender a setores específicos, não estragarmos a situação da maioria da população, que se tem manifestado de uma maneira muito clara a esse respeito, inclusive, como não podemos deixar de mencionar, nas últimas eleições.

Quer dizer, é importante mencionar que a população brasileira está sendo claramente beneficiada, a maioria da população, por uma política econômica de sucesso. De novo: salário crescendo, salário médio crescendo, massa salarial crescendo, poder de compra crescendo, o emprego total crescendo, o desemprego menor do que nos anos anteriores, e com tendência, de novo, decrescente, tudo isso ancorado numa inflação na meta, numa situação fiscal sólida, dívida pública sobre o produto cadente, todos os indicadores econômicos melhores, reservas internacionais fortes e sólidas, enfim, uma balança de pagamentos extremamente saudável; portanto, o País está caminhando na direção que todos gostaríamos.

Agora, dito isso, existe um trabalho enorme à frente, em diversas áreas, inclusive no Banco Central. Não há dúvida de que o Brasil demanda que todos nós olhemos todos esses problemas com a maior seriedade, trabalhemos e demos o máximo de nós para resolvê-los. Portanto, respeito muito as preocupações trazidas aqui. V.Exas. tenham a certeza de que as levamos muito a sério.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, tenho direito à réplica e quero apenas fazer algumas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Pois não, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Dr. Henrique Meirelles, sobre as taxas bancárias, eu tenho um quadro aqui – a fonte é o Banco Central – que mostra distorções, como uma diferença de 14.900% entre as taxas cobradas por um banco e por outro. Vão a 2.500%, 5.900% as diferenças da mesma taxa cobrada no banco A e no banco B. A fonte é do Banco Central, e posso até passar o quadro a V.Exa., para facilitar o trabalho. Depois de checar os números eu passo a V.Exa. Então, é gritante, realmente. É preciso haver uma intervenção do Banco Central no sentido do disciplinamento da matéria.

A segunda questão: com relação aos juros para a rolagem da dívida – estamos falando dos juros de mercado, que caíram à taxa de 7% –, eu concordo que algumas empresas conseguem 7%, 7,5%, 8%; o BNDES tem financiado também nessa linha, ou em torno disso. O que me preocupa é que nós pagamos pelos nossos títulos brasileiros 12,5%, com juros reais de 8,5%, quando na verdade os juros dos bancos para empréstimo anual, de médio e longo prazos, de 7% são os juros nominais; em termos de juros reais, tirando a inflação, isso aí cairia para 4,5% a 5%, se a inflação ficasse em 4,5%, não é?

Uma outra questão citada por V.Exa., Sr. Ministro, é o exemplo da vida no Japão: o Japão não cresce, então seria uma desgraça viver em um país como esse. Eu gostaria que o Brasil fosse 20% só como o Japão, que é a segunda maior economia do mundo, com uma das melhores qualidades de vida do mundo. Não é verdade? Então, viver no Japão seria um negócio extraordinário, se pudéssemos. Isso mostra pelo menos a competência do Japão, que tem lá um punhado de ilhas, com 380 mil quilômetros quadrados, 125 milhões de japoneses, e nós no Brasil, com esta extensão territorial de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, uma população de 188 milhões de brasileiros, apenas um pouco mais do que o Japão, com as riquezas naturais

que o Japão não tem – e não temos aqui terremoto, nem maremoto, furacão ou vulcão; o que temos é gerentes incompetentes, essa é a verdade; nós todos, políticos incompetentes, nós todos temos de fazer mea-culpa, porque eles, que não têm nada disso, são a segunda economia do mundo! E nós, que temos tudo isso e temos de conviver com a miséria humana? Miséria humana! É a pior qualidade de ensino do mundo! Do mundo, não; da América Latina. No mundo ainda há uns poucos piores do que no Brasil.

Mas aí vou para um outro item, Sr. Presidente. Vamos deixar os juros do Japão, que não cresce, mas pelo menos o povo vive bem, tem escola, tem garantia de emprego e tal. Quanto ao emprego crescente, Sr. Ministro, eu anotei aqui: V.Exa. mencionou o emprego 8 vezes. Tenho um quadro aqui, a informação é da Fundação Getúlio Vargas e de uma outra companhia; eu não falo em inglês, sou do interior e não conheço bem essas coisas, mas aqui se informa o seguinte: em 2005, a taxa de desemprego brasileira foi de 9,83%; em 2006 foi de 9,98%; em 2007, no primeiro trimestre, é de 10,1%. Isso é o que tenho aqui, da Fundação Getúlio Vargas, obtido pela nossa assessoria.

Comparado com outros países do mundo – do mundo não, com a Argentina, com o México, com o Chile, com a Venezuela, ou melhor, com a Venezuela não; a Venezuela não está aqui, nesses últimos anos –, temos a maior taxa de desemprego, e é crescente, não é decrescente. Se V.Exa. quer dizer que o Brasil está indo bem porque está diminuindo o desemprego, não é verdade, pelo menos pelos dados da Fundação. De repente V.Exa. tem outra fonte, que não é a nossa, e podemos ter aí diferenças conceituais, de metodologia.

Agora eu quero encerrar, Sr. Ministro, dizendo o seguinte: V.Exa. fez um comparativo, uma analogia com o médico que curou o doente, mas não curou outros problemas – o problema familiar dele, o problema de desemprego. Eu sou médico; então, deixe-me contar-lhe a minha história. Eu acho médico que o médico que V.Exa. arrumou aí foi um infectologista que curou uma infecção do dedão do pé *(risos)*, e com o antibiótico e o antiinflamatório estourou o estômago do cidadão, porque não olhou o todo. Assim é o Banco Central. É um infectologista: foca uma coisa, busca os números, o resultado – se o superávit está caindo, está melhorando –, mas se esquece de que está explodindo o estômago do cidadão. Não tem a visão do todo.

Eu acho que, no caso do Banco Central, quanto ao apelo veemente que eu fiz a V.Exa., patético até, ao dizer que estamos com as artérias abertas, porque estamos sangrando na direção do sistema financeiro, estamos irrigando o sistema financeiro com nosso sangue, com o sangue do povo brasileiro, o que V.Exa. poderia fazer seria atender ao apelo do Presidente Lula: baixe esses juros mais rapidamente, Ministro. V.Exa. já está fazendo o dever de casa, mas está esquecendo o todo às vezes. Baixando os juros mais rapidamente, vai evitar a entrada fácil de dinheiro especulativo baixando o dólar, prejudicando setores, vai diminuir os R$ 165 bilhões de juros das dívidas que temos de pagar este ano – R$ 165 bi de juros, é o que está previsto!

Eu não sei se V.Exa. pode informar, mas fica mais uma pergunta: qual é o custo de manutenção desse superávit de dólares que temos, dessa reserva cambial que temos, de US$ 126 bilhões? Quando custa isso para o Brasil? Qual o custo disso, US$ 20 bi? E mais: quanto perde o Brasil quando esse dólar cai, se se compra a R$ 2,03 e agora já está R$ 1,94? Quanto custa isso para o Brasil?

Então, por quê? Porque estamos com juros muito altos; quem vai pegar dinheiro lá fora, pega no Japão – o Japão foi citado aqui como tendo os juros mais baixos do mundo – e aplica aqui ganhando 12% acima. Aí vem o dólar. Quanto de dólar entrou de forma especulativa no Brasil? Porque se viesse para produzir, ótimo; mas o desgraçado do banqueiro, do investidor, não vem aqui para produzir; vem aqui para especular, na sua grande maioria. Tem entrado dinheiro...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Para concluir, quantos bilhões há aqui, no mercado especulativo? Porque dizer que aplicar em bolsa é aplicar no mercado produtivo é conversa. É especular mesmo. Porque não há quarentena alguma, o sujeito compra hoje e vende amanhã, não é? Aquilo lá é uma jogatina desgraçada, e quem paga é o povo brasileiro.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, na réplica, que eu gostaria de fazer, mais uma vez apelando para o Presidente do Banco: baixe mais rapidamente esses juros. Se Lula estivesse aqui estaria pedindo isso a V.Exa. Como Deputado, estaria. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – O Presidente vai responder.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Deputado, em primeiro lugar, atitudes aparentemente populares, ou aparentemente fáceis, como, por exemplo, o Banco Central manipular taxas de juros para agradar pessoas etc., têm tido resultados desastrosos, inclusive no Brasil. Tivemos a mais alta hiperinflação da história da humanidade, e isso não foi bom para o País. Foi péssimo. Nós tivemos uma década perdida. Não vamos repetir isso, Deputado. Precisamos ter responsabilidade, cumprir a nossa função, e enquanto estivermos aqui

vamos cumprir a nossa função com responsabilidade, está certo? Outra pessoa pode fazer diferente.

Agora, em relação a algumas questões específicas levantadas pelo Deputado, tenho a dizer o seguinte: primeiro, em relação à diferença de taxas entre bancos, o Banco Central divulga exatamente para que o cliente possa escolher aqueles bancos que oferecem a taxa mais baixa. O Banco Central não tem função determinada por lei para tabelar ou intervir na formação de preço, ou para estatizar o sistema de formação de preço no Brasil. Não é assim, não é esse o sistema jurídico e econômico brasileiro. O que podemos fazer – e isto, sim, fazemos – é criar todas as condições para que os clientes possam, repito, escolher a menor taxa. E nisso ainda há um grande trabalho a ser feito, para divulgar cada vez mais.

O fato de o Banco Central estar divulgando essas informações a que se refere o Deputado mostra claramente que ele está cumprindo sua função de divulgar. E o banco que tiver taxa muito elevada certamente não deve ser procurado pelos clientes. Os clientes devem ter condições de procurar os bancos que oferecem as taxas menores. E o Banco Central, como já mencionei, tem tomado toda uma série de medidas para permitir que os clientes tenham condições de procurar as taxas menores.

Em relação a taxas de juros, o Deputado mencionou que a taxa de juro real está 7,5%, mas o Tesouro está pagando uma taxa real mais alta. Não é real isso, Deputado, permita-me o trocadilho. A verdade é a seguinte: o último título de emissão do Tesouro Nacional a taxas reais mais inflação, portanto a uma taxa indexada à inflação, para termos uma visão concreta da questão da taxa real, foi uma emissão de 40 anos, a 5,82% – taxa de juros reais, emissão recente do Tesouro Nacional; portanto, abaixo desse número de 7,5%, que é para prazos mais curtos. A taxa nominal de títulos em real, prefixada, colocada no mercado internacional com inflação dentro, portanto uma taxa prefixada, é um pouco abaixo, ao redor de 9% ao ano, nominal, também de longo prazo. Portanto, o Tesouro Nacional está sendo diretamente beneficiado pela queda da taxa de juros no mercado, inédita na história recente do Brasil, promovida pela aplicação, pelo Banco Central do Brasil, de uma política monetária responsável e bem sucedida, reconhecida no mundo inteiro.

Em relação ao crescimento, gostaria de mencionar o seguinte: nós não podemos ficar mudando de conceito e criticar o Brasil cada hora por um critério diferente. O que quero dizer é o seguinte: por exemplo, existem países que são mais ricos há muito tempo, como o Japão e alguns países europeus, porque cresceram muito no passado, e hoje têm taxas menores de crescimento; existem países que têm uma grande massa de mão-de-obra que está sendo incorporada ao mercado de trabalho, como a China, por exemplo, que está crescendo a taxas muito elevadas; existem países de economias menores, muito dependentes de *commodities* e de exportação, que também estão crescendo a taxas elevadas; e existem países que têm um nível de distribuição de renda muito ruim e que estão piorando essa distribuição de renda.

O que podemos dizer do Brasil? O Brasil está crescendo a taxas cada vez mais elevadas, em comparação com a nossa história recente; essa taxa é o dobro da taxa das últimas décadas; estamos crescendo a taxas cada vez melhores; o Brasil está distribuindo renda de forma importante; todos os indicadores de distribuição de renda no Brasil estão melhorando; e, em conseqüência disso, o nível de riqueza da população está aumentando, e a renda *per capita* brasileira está aumentando. O que não podemos é, se há um país que cresce a taxas muito menores do que o Brasil, mas já tem um padrão de vida maior, porque cresceu no passado, criticarmos, dizendo que esse país é mais rico, e esquecermos que ele cresce pouco; se outro país tem uma renda *per capita* muito menor do que o Brasil, mas cresce a uma taxa muito elevada, esquecermos que a renda é baixa e só olhamos a taxa de crescimento; se outro tem uma péssima distribuição de renda, que está piorando, esquecermos isso para ver apenas a taxa de crescimento.

Deputados, o que temos de fazer é uma análise equilibrada. E o fato concreto é que o Brasil está de fato melhorando extraordinariamente as condições de vida da sua população: aumento de renda, aumento de emprego, aumento de consumo e aumento de crédito. E, em conseqüência disso tudo, no geral, o padrão de vida da população brasileira está crescendo.

Em relação a determinados dados sobre desemprego, eu tenho projetados aqui os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o chamado IBGE, que é o órgão responsável pelas taxas oficiais divulgadas no Brasil. Portanto, segundo fontes do IBGE, o fato concreto é que, neste momento do ciclo sazonal, no ano, o desemprego no Brasil está no menor patamar dos anos recentes, e com uma tendência decrescente. Portanto, isso embasa a nossa afirmação de que o desemprego no Brasil está tendo uma trajetória positiva, apesar de que, de fato, ainda apresenta números superiores aos de outros países.

Agora, quando falamos em outros países, devemos atentar para várias coisas: primeiro, eles usam metodologias diferentes; segundo, muitos deles já têm taxa de desemprego mais baixa há décadas. Existem vizinhos nossos, por exemplo, que desde a década de

20 já têm uma taxa de desemprego equivalente à de países como os Estados Unidos, por exemplo, e que às vezes até estiveram em muito pior situação nesse período. O importante é que o Brasil está trabalhando para melhorar, está fazendo as coisas certas e os resultados são claros e tangíveis.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, quero apenas dizer o seguinte: na verdade, quanto à questão do desemprego, quero concordar com V.Exa., porque a fonte da Fundação Getúlio Vargas é a mesma, o IBGE. É apenas a interpretação do período. Em 2006 a taxa esteve menor, 9,87%, e agora, neste momento, está em 10,1%. É a mesma fonte, o IBGE. Mas concordamos: V.Exa. está falando da sazonalidade, e aí, sim, podem bater os números.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Exatamente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – É que em nenhum momento, Presidente, eu quis dizer que devemos ser irresponsáveis com a política econômica. Se V.Exa. interpretou dessa forma, não o faça. Na verdade, o que quis dizer é que quero que todos nós sejamos mais responsáveis, para acelerar um pouco, rever a metodologia de queda dos juros, para que possamos ter esse Brasil melhor para todos o mais rapidamente possível, senão se deteriora tudo. V.Exa. está vendo aí explodirem os escândalos nacionais, isso tudo até porque, de repente, o Poder Judiciário não está aparelhado para meter na cadeia quem está roubando. Então, de repente, a impunidade tem estimulado essa criminalidade toda que campeia pelo País.

Então, o que deixar é uma sugestão. Eu não sou economista, sou médico, conheço muito pouco disso, e médico de interior conhece menos ainda, porque está lá, mais distante ainda, apesar de a Internet facilitar um pouquinho, mas quero dizer o seguinte: comparados com os de outros países do mundo, os números que me trazem aqui é que me fazem ter esta veemência toda. É que eu estou inspirado em números do mundo inteiro. Há países com inflação maior que a nossa, mas o juro está muito menor. Nós temos países aqui, e vários deles, por exemplo o México, com inflação de 3,9% em 2007, como está previsto; juro: 2,6%; crescimento do PIB maior que o do Brasil: 4,8%.

Então, eu estou fazendo um parâmetro, eu estou comparando. Se eu posso comparar com outros países similares, como a Rússia, ou a Índia, todos eles com parâmetros melhores... E V.Exa. mesmo disse, muito bem, que o Risco Brasil está caindo cada vez mais. Então, os investidores querem investir mais no Brasil. Podemos praticar no mercado juros menores, para sobrar dinheiro para investimento, Ministro, porque o nosso investimento é muito pequeno. É preciso que sobre dinheiro. Em vez de ir para o banqueiro, que vá para investimento na infra-estrutura nacional, para desenvolvermos o País. Vamos educar nossas crianças, construir escolas, pelo amor de Deus! Não sairemos nunca da miséria se não tivermos a educação do nosso povo.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Apenas para terminar esse ponto, senão corremos o risco de ficar repetitivos – vamos repetir os mesmos argumentos sem ir muito longe, não é, Deputado? –, vou apenas mencionar, de novo, que na questão do desemprego existe um padrão sazonal no Brasil: no final do ano o desemprego cai, porque o número de pessoas que procuram emprego diminui; no início do ano o desemprego, sobe porque a população economicamente ativa sobe, porque as pessoas vão procurar emprego. Portanto, não é correto comparar o desemprego de dezembro com o desemprego de março. Devem-se comparar taxas de desemprego de mesmas épocas nos diversos anos. Se analisarmos esse gráfico, vamos ver que, quanto ao desemprego no Brasil, essa comparação é a correta.

Em relação a sermos mais ou menos responsáveis, quero dizer-lhe que respeito a opinião do Deputado, na sua ansiedade, de que a taxa de juros caia o máximo possível, mas é nossa responsabilidade, com toda a experiência que tem o Banco Central, com toda a análise macroeconômica e as projeções de inflação que a instituição faz, fixar uma taxa de juros adequada para que a inflação continue na meta.

Dito isso, a taxa de juros real no Brasil, e nominal inclusive, está caindo de forma consistente, atendendo, portanto, o desejo de todos os brasileiros de ter taxas de juros caindo. Estamos obtendo um sucesso na política monetária reconhecido hoje no mundo inteiro. De novo: respeitamos essa ansiedade, mas a ansiedade não pode levar-nos a cometer erros que, em última análise, já foram pagos pela população brasileira no passado.

Obrigado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – V.Exa. tem 3 minutos, agora improrrogáveis.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO – Insisto no tema "manufaturados seletivos". Aí constam aumentos dos manufaturados, mas eles são seletivos. A prova é que 1.700 exportadores foram alijados desde 2004 do setor.

Muitos países têm grandes superávits, e não é o superávit comercial que faz com que haja a valorização da sua moeda. E dizer que o Banco Central tem os instrumentos... Volto a dizer o que disse no começo:

os países usam sua moeda flutuante, mas sempre de forma administrada, e o Banco Central, pelo próprio fato de comprar moeda – e vem fazendo isso desde que o dólar vem caindo, mas não tem tido êxito para segurar isso, e não vai conseguir, porque está batendo no mercado, que é muito forte; não vai conseguir segurar o mercado, que é mais forte do que o Banco Central –, terá de usar, não de forma irresponsável, porque acho que o Banco Central é muito responsável, mas de forma mais corajosa, algumas ações que fariam com que o dólar não se apreciasse tanto.

Quando tivemos impacto forte com o dólar, no final do Governo Fernando Henrique Cardoso, a SELIC foi para 43%. Eu não posso dizer que seja aquele Presidente do Banco Central que tenha feito isso, e hoje é outro Banco Central. Teve de se tomar uma atitude corajosa e levantar a taxa SELIC a 43%, senão o dólar iria a R$ 5,00. Hoje tem-se que tomar uma atitude mais corajosa e fazer com que o juro caia, para que tenhamos o equilíbrio dessa moeda. Os juros têm de baixar. Continuamos com o compulsório de 53%, como se estivéssemos em período de inflação e de alta demanda.

Quer dizer, há instrumentos, volto a insistir, há forma de os bancos centrais, como em quase todos os lugares do mundo, usarem o câmbio flutuante, mas de forma administrada. Gostaríamos que o Banco Central fosse mais corajoso, para que não tivéssemos uma apreciação tão forte da nossa moeda.

Finalmente, agradeço ao Presidente do Banco Central e a toda sua equipe a presença. V.Exa. veio aqui a convite. Nós até temos a prerrogativa de convocar Ministros e o Presidente do Banco Central, mas fizemos um convite. Eu fui o autor do requerimento. Então, quero agradecer-lhe e a toda a sua equipe a prestatividade de vir aqui, como convidado, e dedicar todo esse seu tempo, que eu sei que é precioso, para tirar as dúvidas que os Deputados têm. E certamente o nosso objetivo é único: contribuir para tenhamos um País mais forte e próspero, para que tudo melhore cada dia mais.

Obrigado.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado, Deputado. Foi de fato uma satisfação muito grande e uma honra, como sempre, estar aqui no Congresso Nacional debatendo os assuntos de interesse da população brasileira e a função do Banco Central.

Eu gostaria, em função disso, de mais uma vez repetir que eu respeito muito, todos nós do Banco Central respeitamos muito as preocupações específicas de setores e de trabalhadores de determinados segmentos que possam estar sendo prejudicados pela evolução da situação econômica, mas de fato temos de fazer uma política que seja boa para o País, para que no longo prazo todos os brasileiros estejam em situação melhor, com o País estando bem, o País como um todo. Portanto, é importante que mantenhamos essa visão, com clareza.

E o fato concreto é que felizmente o Brasil não precisa mais de atitudes heróicas, como colocar taxa de juros acima de 40% ao ano. É bom que o País já esteja vivendo uma situação de normalidade, e que não precisemos de coragem para tomar atitudes dramáticas que têm custos enormes, não é verdade?

Então, temos de ter coragem para fazer a coisa certa, temos de ter coragem para manter a economia brasileira melhorando cada vez mais, e temos de ter coragem para ter a visão como um todo e, portanto, fazer com que o País continue a crescer, de forma que a renda continue a crescer, o salário da população continue a crescer, a situação externa fique equilibrada, a situação interna fique equilibradas, e o País possa continuar crescendo não só agora como no ano que vem, daqui a 10 anos, daqui a 20 anos, daqui a 30 anos. É isso o que tem nos faltado: a continuidade do crescimento. E é preciso coragem para enfrentar os problemas que aparecem nessa trajetória, tomar a melhor medida possível e continuar de fato numa trajetória que, em última análise, é que vai levar o Brasil aonde todos queremos.

Eu gostaria, então – não sei se meu tempo está esgotado...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Aqui a única coisa que não houve foi obediência ao tempo *(risos)*.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Está certo. Mas pelo menos fizemos aqui um grande exercício de democracia, Sr. Presidente. Não é verdade?

Então, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a todos os que se interessaram em ficar aqui até o final conversando conosco, e manifestar mais uma vez o meu respeito à opinião de todos. Houve manifestações enfáticas, e evidentemente as respostas teriam de ser, inclusive por respeito a quem as formulou, também dadas de forma enfática, clara e transparente.

Quero novamente dizer o seguinte: existem problemas no Brasil. O País tem pouco mais de 5 séculos de vida, e muitos desafios à frente; agora, dito isso, é importante enfatizar que não podemos usar isso como justificativa para voltar a fazer coisas erradas. Isto é, aquilo que está dando certo tem de ser mantido, e temos de continuar trabalhando para resolver todos os problemas.

E não é possível resolver todos os problemas também do dia para a noite. É importante, sim, que a direção esteja correta, e que a população brasileira es-

teja confiante em que os problemas estão sendo paulatinamente resolvidos, o que é interesse de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) – Ao encerrar a reunião, quero agradecer o comparecimento a todos os companheiros da Câmara e do Senado, às Comissões envolvidas nesse processo, e ao Dr. Henrique Meirelles e à sua equipe econômica, pela forma objetiva, clara e democrática como se portaram neste debate/prestação de contas.

Ao mesmo tempo, quero dizer que graças à inteligência, graças ao nível de conhecimento dos membros desta Comissão, pudemos ter um debate esclarecedor e qualificado.

Obrigado a todos.

(Sessão encerrada às 13h58.)

Ata da 22ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 21 de agosto de 2007, às 11:30 horas.

Às doze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, FÁTIMA CLEIDE, JOÃO RIBEIRO, WELLINGTON SALGADO, VALDIR RAUPP, VALTER PEREIRA, HERÁCLITO FORTES, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, EXPEDITO JÚNIOR, GARIBALDI ALVES, GERALDO MESQUITA, CÉSAR BORGES** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente passa a direção dos trabalhos à Senhora Senadora **MARISA SERRANO**. A seguir, inicia-se a deliberação da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº , DE 2007-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal e do art. 90, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) destinada a apurar denúncia de irregularidades nos Projetos PNUD BRA-01/03 e BRA-01/031, conforme documentação em anexo". **Autoria:** Senador **HERÁCLITO FORTES. Resultado: Adiado. Item 02) AVISO Nº 12, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha, em CD, os Relatórios de Fiscalização em que estão contidos os resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria-Geral da União nas Unidades da Federação sorteadas na 22ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos". **Autoria:** Ministério de Estado do Controle e da Transparência. **Relator:** Senador **FLEXA RIBEIRO. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, enviando-se o CD à Biblioteca do Senado Federal, para compor seu acervo e tornar disponíveis as informações aos pesquisadores e ao público em geral. **Resultado: Aprovado. Item 03) OFÍCIO "S" Nº 06, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao ano de 2006". **Autoria:** Banco do Nordeste do Brasil S.A. **Relator "ad hoc":** Senador **CÍCERO LUCENA. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo**. Resultado: Aprovado. Item 04) REQUERIMENTO Nº 35, DE 2007-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer ao Ministro da Fazenda, através do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), relatório detalhado sobre o histórico de inadimplência e sobre a concentração do crédito, por município, por agência e por perfil de mutuário, em cada linha de crédito que utiliza ou utilizou recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) a partir do ano 2000". **Autoria:** Senadora **FÁTIMA CLEIDE. Resultado: Aprovado. Item 05) REQUERIMENTO Nº 34, DE 2007-CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão, para tratar sobre os fatores que contribuem para a desertificação e as medidas necessárias ao seu combate e à mitigação dos seus efeitos, sendo convidado o economista Antonio Rocha Magalhães e um representante do Ministério do Meio Ambiente". **Autoria:** Senadores **GERALDO MESQUITA** e **INÁCIO ARRUDA. Resultado: Aprovado**, com aditamento da Senadora **MARISA SERRANO**, convidando um representante do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA. **Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "acrescenta artigos à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, tornando obrigatória a disponibilização do sistema braile nas teclas dos caixas eletrônicos e

dá outras providências". **Autoria:** Senador **ÁLVARO DIAS**. **Relator:** Senador **FLÁVIO ARNS. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Aprovado. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências". **Autoria:** Senador **INÁCIO ARRUDA**. **Relator:** Senador **MARCONI PERILLO. Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma Emenda nº 1 (Substitutiva) que apresenta. **Resultado: Adiado. EXTRA-PAUTA**, a Comissão delibera o **REQUERIMENTO Nº 33 , DE 2007-CMA,** que "requer na forma do art. 74, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão, que sejam tomadas as providências no sentido de criar uma Comissão Externa, com 03 (três) membros, destinada a representar o Senado Federal na mesa redonda de parlamentares, que ocorrerá no âmbito da 8ª Conferência das Partes na Convenção das Nações Unidas sobre a Luta Contra a Desertificação, nos dias 08 e 09 de setembro de 2007, em Madri, na Espanha". **Autoria:** Senadores **LEOMAR QUINTANILHA** e **INÁCIO ARRUDA. Resultado: Aprovado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **LEOMAR QUINTANILHA, CÍCERO LUCENA, AUGUSTO BOTELHO, FLÁVIO ARNS** e **GERALDO MESQUITA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da sessão anterior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu gostaria de solicitar à eminente Senadora Marisa Serrano, vice, ilustre vice-presidente dessa Comissão, que assumisse a condução dos trabalhos desta reunião por uma necessidade emergencial que tenho de me ausentar. Passo, então, a presidência à eminente Senadora Marisa Serrano.

(troca de presidência)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu queria fazer uma solicitação ao Plenário pedindo uma inversão de pauta colocando agora em votação o item 3. O item 3 é não terminativo como a relatora, autoria do Banco do Nordeste do Brasil, a relatora é a Senadora Fátima Cleide, como a Senadora não está aí eu gostaria de pedir ao Senador Cícero Lucena que seja o nosso Relator *ad hoc* no ofício S número 06 de 2007 de autoria do banco do Nordeste do Brasil. Com a palavra o Relator *ad hoc* para o item número 3 da pauta.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Obrigada, senhora Presidente. Tenho o prazer de relatar ....

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Cícero Lucena, eu queria fazer um apelo a V.Exa., Presidente, eu gostaria de fazer um apelo a V.Exa. e ao Senador Cícero Lucena. Antes que ele começasse a relatar, há um requerimento que eu gostaria de, subscrito pelo Senador Inácio Arruda e subscrito por mim e é muito rapidinho e eu precisaria ....

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Se o Senador Cícero Lucena não se opuser? Com a palavra então, a inclusão na pauta do requerimento que vai ser lido agora pelo Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Muito obrigado, Presidente, Senador Cícero Lucena, as nossas homenagens, os nossos agradecimentos. Requeiro na forma do artigo 74, Inciso II do regimento interno do Senado Federal que sejam tomadas providências no sentido de criar uma Comissão externa com 3 membros destinado a representar o Senado Federal na Mesa redonda de parlamentares que ocorrerá no âmbito da oitava conferência das partes na convenção das Nações Unidas sobre a luta contra a desertificação nos dias 8 e 9 de setembro de 2007 em Madrid, na Espanha. Trata-se de uma questão extremamente pertinente aos atributos desta Comissão e da qual o Brasil necessita intensamente de que discussões dessa natureza sejam feitas, não só aqui, no âmbito desta Comissão, mas de um modo mais, assim, das universidades e todas aquelas instituições de órgão que possam estar interessadas no combate à desertificação brasileira. Eu tenho certeza que essa Comissão nossa terá uma experiência muito grande nessa conferência na Espanha. Então, eu gostaria de submeter a inclusão de pauta e a aprovação do requerimento, senhora Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado. Está em votação, então, a inclusão do requerimento. Se todos concordarem está aprovado. Obrigado, senhor ....

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Para discutir o requerimento, Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Em discussão, desculpe, descul-

pe Presidente, o senhor estava tão apressado que eu queria liberá-lo. A inclusão já foi deliberada, mas em discussão o requerimento.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu, em particular, fico muito feliz e parabenizo o Senador Inácio Arruda, bem como o Senador Leomar Quintanilha, porque eu tenho como origem, Deus me permitiu que eu nascesse no interior da Paraíba e sei da realidade em que o nosso país, em particular o nordeste, o semi-árido nordestino, corre efetivamente o risco, inclusive, com a mudança climática, que é um tema que está tão, sendo debatido no mundo todo e sem dúvida nenhuma no Brasil, independente de qualquer coisa, mas há prognósticos de que o Nordeste é quem vai mais sofrer pela sua característica climática, por essas condições, hoje, que nós já vivemos, a Paraíba, por exemplo, sedia a cidade que menos chove no Brasil, e por que não dizer na América do Sul que é Cabaceira, perto de Campina Grande, e eu acho que é muito oportuna a presença nossa nesse evento, dessa Casa representada pelos três parlamentares, então eu quero parabenizar a iniciativa do Senador Inácio Arruda, bem como do Presidente Leomar Quintanilha no sentido de que nós nos façamos presentes para que a gente dê, possamos dar o testemunho dessa preocupação, bem como buscar alternativas e soluções para ela.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Senador Cícero, como foi aprovado já a inclusão do requerimento na pauta, coloco, voltamos ao parecer do item 3. Sim, o requerimento depois da discussão (Risos). Já foi votado e aprovado, então, o requerimento. Senador Cícero. Volte ao item 3.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – O item 3, ao qual eu tenho a honra de ser Relator *ad hoc*, a relatora Fátima Cleide onde, nessa Comissão sobre o ofício S número 6 de 2007, que encaminha ao Senado Federal, no termo do art. 20º Parágrafo 4º da lei 7827 de 27 de setembro de 89 as demonstrações contábeis do fundo constitucional e financiamento do Nordeste referente ao ano de 2006. Como foi distribuída anteriormente essa pauta, Senhor Presidente, se a senhora me permitir eu vou direto ao voto de alguém que aprofundou na análise que foi exatamente a Senadora Fátima Cleide. Então, por tudo que está, foi repassado aos demais senadores, pelo exposto, tendo em vista que as prestação de contas do FNE deverá, por imposição normativa, ser avaliada pelo Tribunal de Contas da União, voto no sentido de que a Comissão tome conhecimento do conteúdo da matéria, como já foi feito anteriormente, encaminhada pelo ofício S número 6 de 2007 e determine o seu encaminhamento ao arquivo. Esse é o voto, senhora Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Senador Cícero. Em discussão. Não havendo Senador que queira discutir, em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos ao item 5 da pauta. O requerimento não terminativo de autoria do Senador Inácio Arruda e subscrito pelo Senador Mesquita. Portanto, Senador Geraldo Mesquita com a palavra para ler o relatório.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Senadora Marisa que preside nossa audiência, trata-se de um requerimento nos termos do artigo 96, inciso II do regimento interno com vistas a realização de Audiência Pública nesta Comissão para tratar sobre os fatores que contribuem para a desertificação e as medidas necessárias ao seu combate e a mitigação dos seus efeitos sendo convidada o economista Antônio Rocha Magalhães e um representante do Ministério do Meio Ambiente. O propósito do Senador Inácio Arruda é absolutamente relevante, é um assunto que a todos preocupa e tenho certeza absoluta que, com essa audiência, colheremos informações, subsídios que possam nortear o nosso trabalho nessa Casa com vistas ao tratamento dessa questão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Senador. Em discussão. Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Só para avisar que o economista Antônio Rocha de Magalhães é uma das maiores autoridades brasileiras sobre o tema de desertificação e é um forte candidato para ser Presidente da Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação que vai ocorrer agora na Espanha. É um homem de alta competência e é bom que a gente conheça bem ele antes que ele assuma esse cargo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Senador Cícero Lucena com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, isso vem somar o requerimento anterior do Senador Inácio Arruda e, sem dúvida, essa preocupação da desertificação assume o papel que lhe cabe, de preocupação, mas mais do que preocupação, não só identificar o problema e buscar as soluções. Então, mais uma vez, muito oportuno esse requerimento para que nós possamos ouvir alguém que é especialista no setor, como bem disse o Senador Augusto Botelho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu queria cumprimentar também o Senador Inácio Arruda pela preocupação que ele tem tido com esse tema aqui no, na nossa Comissão, mas queria também fazer uma proposta de que a gente pu-

desse colocar o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura que é do Banco Mundial e que está fazendo um trabalho sobre a desertificação, é um programa de combate a desertificação e mitigação dos efeitos da seca na América Latina. E como nós fazemos parte do Mercosul também e como é uma questão continental, essa desertificação não é só aqui no país, mas em outros países da América Latina e como esse estudo é muito mais amplo, talvez fosse bom ouvir também quem está fazendo trabalho na América Latina. Então, eu propunha, também, a inclusão do IICA que é o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura do Banco Mundial.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Muito bem lembrado, Senadora Marisa, e como subscritor do requerimento concordo plenamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, senhor Senador. Não havendo mais quem queira discutir coloco em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado. Item 46 da pauta, Não terminativo também. Projeto de Lei do Senado, 129 de 2007. É autoria do Senador Alvaro Dias e o Relator é o Senador Flávio Arns a quem eu passo a palavra para fazer a sua relatoria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Senador Alvaro Dias propõe, é um projeto que, em princípio é um projeto simples, porém, muito importante para a pessoa com deficiência visual, particularmente aquela pessoa com deficiência visual portadora de cegueira em que as instituições financeiras são obrigadas a disponibilizarem no auto atendimento o sistema braile de leitura das teclas e também meios tecnológicos que viabilizem o acesso operacional dos clientes com deficiência visual a todos os serviços oferecidos aos demais clientes. Então, a gente pode imaginar que chegando no caixa eletrônico, que haja caixa eletrônico com identificação possível das teclas, e que também o extrato, por exemplo, que a gente consiga no caixa eletrônico seja também disponibilizado para pessoa com deficiência visual na metodologia, na alternativa em braile. Isso está dentro daquilo que se pressupõe em termos de Direitos Humanos, que as pessoas tenham procedimentos diferentes para exercerem os mesmos direitos. Tecnologias diferente para que todos tenham acesso às mesmas, aos mesmos recursos. Então, neste sentido a gente tem que sempre pensar que existem muitas pessoas com deficiência, 18 milhões se nós utilizarmos os índices, os parâmetros da organização mundial de saúde, 10% da população, 18 milhões de brasileiros, ou, de acordo com o IBGE, 24 milhões de brasileiros.

Então, por causa disto que, inclusive, indo para frente na minha análise, eu digo, por outro lado pesquisa sobre a iniciativa legislativa parlamentar em matéria de acessibilidade às condições tecnológicas modernas na área financeira, demonstra que já houve vários projetos de lei, alguns arquivados, outros em tramitação, dispondo sobre a obrigatoriedade da emissão em braile de extratos e correspondências aos usuários portadores de deficiência visual. Entretanto, nenhuma dessas proposições legislativas obriga as instituições financeiras a adotarem seus caixas eletrônicos desse sistema braile ou outros meios tecnológicos que viabilizem o acesso dos portadores de deficiência visual aos serviços financeiros oferecidos pelas instituições. Ademais, conforme informações obtidas pelo serviço técnico da consultaria legislativa desta Casa junto ao Banco Central, não existem normas reguladoras da autoridade monetária sobre a matéria. Deveriam haver porque são dezenas de milhões de brasileiros que tem cegueira total. Então, é um número expressivo.

Desse modo, a aprovação de um projeto de lei dessa natureza seguramente contribuirá, ainda que de forma modesta, como a gente colocou, para a concretização de um dos direitos fundamentais escritos em nossa carta política, qual seja? A igualdade de tratamento no direito fundamental de acesso à informação. Para corroborar a eficácia da obrigatoriedade da oferta dos serviços, o projeto determina, em caso de descumprimento da norma, a aplicação das sanções administrativas prevista no Código de Defesa do Consumidor. Coerente, portanto com a decisão do egrégio Supremo Tribunal Federal que entendeu serem os serviços fornecidos pelas instituições bancárias, financeiras e de crédito, submetidos às regras de nosso direito consumerista. Por fim, enfatizamos que o presente Projeto de Lei ordinária, ao acrescentar dispositivos a lei 4595 de 64, atende a boa técnica legislativa, adequada e consentânea com a Lei Complementar número 95 de 98 e trata da elaboração legislativa e consolidação das leis. Em face do exposto e em função da importância do tema e do alcance social pela luta de igualdade de direitos, então, eu sou, em face o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado número 129 de 2007 de autoria do Senador Alvaro Dias. Eu gostaria de acrescentar, Senhora Presidente e Srs. Senadores que eu fui procurado por instituições bancárias, algumas dizendo que o prazo de um ano para a adequação das agências seria um prazo muito curto. Como? Existe tecnologia, a máquina teria que ser também desenvolvida. O que eu ponderei com as pessoas foi o seguinte: Que eles pediram 3 anos, agora eu disse: Olha, esse projeto está sendo aprovado em caráter não terminativo, irá para outras

comissões no Senado também e depois do Senado irá para a Câmara dos Deputados e a gente sabe como que essa tramitação legislativa é, infelizmente, em muitos casos, demorada. Então, certamente a gente não teria a aprovação desse Projeto de Lei neste ano, seria só no ano que vem.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Um aparte Senador?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E a instituição bancária, financeira, terá o prazo de 12 meses, a partir da aprovação do Projeto de Lei. E eu até sugeriria, assim que as instituições bancárias e financeiras, independentemente do Projeto de Lei, já se dediquem, assim, intensamente à busca de soluções para essa parcela da população, não precisa esperar o Projeto de Lei. Isto, eu diria, se chama responsabilidade social, ou seja, a entidade fazer aquelas coisas que não são determinadas pela lei. Eu quero atender melhor, porque eu tenho uma responsabilidade social, então isso já deveria estar, ter sido, diante da tecnologia que temos hoje, regulamentado, mas eu dou aparte com prazer ao Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Não, era só para lembrar, disse bem V.Exa., o sistema financeiro não precisa que a gente discipline essa matéria. Eu vou dar um exemplo, Senador Flávio Arns: Os fabricantes de elevadores no nosso país, salvo engano não, tem nenhuma norma que obrigue a eles e, no entanto, eles já, os elevadores hoje dispõe da tecla, entendeu? Que permite as pessoas com deficiência usarem. E não há norma nenhuma obrigando. Então os bancos, pelo amor de Deus, não é? Que os bancos se compenetrem o compromisso com a sociedade não carece de norma obrigando uma instituição dessa a adotar procedimento dessa natureza, disse bem V.Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu queria só pedir ao Senador Flávio que encerrasse o seu relatório para colocar em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Exatamente. É que Senador Geraldo Mesquita havia pedido um aparte, mas eu concordo inteiramente com que o Senador também colocou. O elevador, por exemplo, também já permite, inclusive, para o deficiente visual, para o deficiente auditivo, tem um conjunto de mecanismos lá que facilitam a vida e que são bons, não só para quem tem alguma deficiência, como uma para pessoa que eventualmente não saiba ler ou coisa assim, que também é bom. Então, eu diria para as instituições bancárias e financeiras, dentro do aspecto de defesa de direitos, de defesa dos direitos do consumidores, que esses mecanismos, que são fáceis, nós não estamos falando, já íntimo hoje, inclusive, mecanismos aí, bons no sentido de permitir com que a pessoa tenha acesso a todo esse material em braile. Então, se dedicarem a isto e isto é responsabilidade social. Agora a lei, eu me admiro, inclusive, que o Banco Central não tenha já estipulado as regras e as normas para que isso se transformasse em realidade. Então, o projeto do Senador Alvaro Dias, nesse sentido, vem em boa hora e reforça toda a argumentação já apresentada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, Senador Flávio Arns. Em discussão, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Na verdade, Presidente, só me somar ao que foi dito pelo Senador Flávio Arns, bem como o Senador Geraldo Mesquita de que o Banco do Brasil com essa propaganda que está falando do três, a gente não sabe que três é esse, qual é a intenção deles, a sustentabilidade... eu acho que parte da propaganda que ele está gastando poderia ser investido exatamente na adaptação. E como bem disse os demais senadores, dizer que isso poderia ser até uma bandeira de uma instituição financeira no sentido de respeitar o cidadão. Eu acho que aqui, ao aprovar esse projeto, nós estamos fazendo mais do que um, chamando atenção e, como bem disse, eu espero que isso seja adotado antes dessa lei tramitar em todo o processo burocrático de votação do Senado e da Câmara e algum banco, ou quem sabe algum conselheiro de agência publicitária dos bancos, sugira aos bancos que adote essa medida como bandeira de respeito ao próximo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Está certo. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Era nesse sentido mesmo que o Senador Flávio está dando um gancho de marketing para os bancos. Imagine o banco se, todo mundo agora considera a visão social um dos critérios para você escolher uma instituição. Então o que sair na frente dizendo que tem acesso às pessoas com deficiência visual vai ter um marketing tremendo, Senador. O senhor está sendo um marqueteiro dando a dica de graça para os bancos saírem na frente, espero que eles ouçam e saiam na frente em relação a isso. É lógico que o deficiente visual, quando lida com o computador, o computador fala com o deficiente visual, então vai ter que criar um tipo de uma cabine para ele poder verificar os dados dele lá, principalmente, porque ele sendo deficiente visual pode um outro gaiato mal intencionado ficar olhando os segredos que ele utiliza lá sem que ele perceba isso uma hora em que não houver muito movimento no banco. Vários fatores, várias variáveis tem que ser conside-

radas, mas que é uma coisa que praticamente que já existe, só falta fabricar, fazer, mandar, dizer assim, eu quero que faça essa máquina com isso. E os bancos, com esses lucros que estão tendo aqui no Brasil, tão grandes, poderiam olhar essa parte das pessoas também e melhorar o seu marketing. Eu creio que o banco que sair com isso na frente vai ter um marketing para muito tempo e com certeza as pessoas irão utilizar ele, porque ele está realmente tendo compromisso com a acessibilidade. Muito obrigado, nós somos favoráveis também ao projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado. Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado então o projeto de lei do Senado número 129 de autoria do Senador Alvaro Dias. Continuando a pauta, voltamos para o item número 2, já que o Relator, Senador Flexa Ribeiro encontra-se presente, é o aviso número 12 de 2007, é não terminativo e autoria o Ministro do Estado do controle e da transparência. Então, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro para fazer a leitura do abismo do item número 2.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Presidenta Senadora Marisa Serrano, Srs. Senadores. O aviso número 12 de 2007 do Ministro de Estado do Controle e da transparência que encaminha em CD os relatórios de fiscalização em que estão contidos os resultados das ações levadas a efeito pela Controladoria Geral da União, nas unidades da federação sorteadas na vigésima segunda etapa do programa de fiscalização, a partir de sorteios públicos. Trata-se da apresentação dos resultados da vigésima segunda etapa do programa de fiscalização, a partir dos sorteios públicos. Neste programa são sorteados municípios com população de até 300 mil habitantes e, de acordo com a Controladoria Geral da União seus objetivos são conscientizar, estimular a sociedade para o controle dos gastos públicos, inibir e dissuadir a corrupção e coletar dados que indiquem a tendência a respeito da execução dos programas de governo. Análise: Os relatórios são padronizados e apresentam os resultados da fiscalizações de acordo com o Ministério ao qual está subordinado o programa sob exame. As irregularidades encontradas são discriminadas em: "Problemas graves". E "problemas administrativos". Um resumo inicial lista todas as constatações feitas em todos os programas. Alguns exemplos de irregularidades graves constatadas são: Fraude, direcionamento, dispensa ilegal de licitações, desvio de recurso, subfaturamento e pagamento de mercadorias, por mercadorias não recebidas, não comprovação de despesas realizadas, contratações sem concurso público, falta de merenda escolar, não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre salários, ausência de contrapartida do município para complementar verba federal para aquisição de medicamentos, sucateamento de equipamentos por falta de manutenção, desvio de finalidade no uso de recurso com aplicação específica determinada por lei, condições físicas inadequadas em instalações de escolas e unidades de saúde. Apresento em meu relatório escrito tabela que contém dados mais detalhados sobre a incidência das irregularidades. Voto, senhora Presidente. Frente ao exposto voto pelo conhecimento e arquivamento da matéria enviando-se o CD-Rom anexo, enviando-se o CD-Rom anexo que contém o resultado das auditorias à biblioteca do Senado Federal para compor o seu acervo e tornar disponível as informações aos pesquisadores e ao público em geral.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigado, senhor Senador. Coloco em discussão. Não havendo discussão, em votação. Aqueles que concordam com a aprovação do aviso número 12, permaneçam como se encontram. Aprovado. Senhores senadores, vamos para o último item da pauta, o item número 4, um requerimento não terminativo em que a autora é a Senadora Fátima Cleide, autora para a leitura do seu requerimento.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Nos termos do Parágrafo 2º do artigo 50 da Constituição Federal combinado com o artigo 216 do regimento interno do Senado Federal e considerando o parecer da Comissão de meio ambiente, defesa do consumidor e fiscalização e controle sobre o ofício S, número 6, de 2007, que encaminha ao Senado Federal as demonstrações contábeis do fundo constitucional de financiamento do Nordeste, FNE, referentes ao ano de 2006, requeiro seja solicitada ao excelentíssimo senhor Ministro de Estado da Fazenda o encaminhamento a esta Comissão de relatório detalhado sobre o histórico de inadimplência e sobre a concentração do crédito por município, por agência e por perfil de mutuário em cada linha de crédito que utiliza ou utilizou recursos do fundo constitucional de financiamento do nordeste a partir do ano de 2000.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Em discussão o requerimento da Senadora Fátima Cleide. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado, não havendo mais nada a tratar, queria solicitar aos Senadores que fazem parte da Subcomissão de resíduos sólidos que permaneçam aqui para começar a reunião da subcomissão presidida pelo Senador Cícero Lucena. Está encerrada a reunião.

(Sessão encerrada às 12h59.)

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 28 de agosto de 2007 às 10:30 horas.

Às onze horas do dia vinte e oito de agosto de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, VALDIR RAUPP, VALTER PEREIRA, MARCONI PERILLO, AUGUSTO BOTELHO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, GARIBALDI ALVES, GERALDO MESQUITA, CÉSAR BORGES** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da primeira parte da pauta, destinada à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, em atendimento ao Requerimento nº 34/2007-CMA, de autoria dos Senadores **INÁCIO ARRUDA** e **GERALDO MESQUITA,** para tratar sobre os fatores que contribuem para a desertificação e as medidas necessárias ao seu combate e à mitigação dos seus efeitos. Comparecem os seguintes convidados: Antônio Rocha Magalhães – Assessor Principal para o Brasil do Banco Mundial; José Roberto de Lima – Coordenador do Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos efeitos da Seca da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) do Ministério do Meio Ambiente – MMA e Gertjan Beekman – Representante do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA. Após a exposição dos convidados, apresentam seus questionamentos os Senhores Senadores **INÁCIO ARRUDA, GERALDO MESQUITA, CÉSAR BORGES** e **GARIBALDI ALVES.** Na seqüência, a Presidência adia a segunda parte da pauta**. Item 01) REQUERIMENTO Nº , DE 2007-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal e do art. 90, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) destinada a apurar denúncia de irregularidades nos Projetos PNUD BRA-01/03 e BRA-01/031, conforme documentação em anexo". **Autoria:** Senador **HERÁCLITO FORTES. Resultado: Adiado. Item 02) AVISO Nº 48, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha, ao Senado Federal cópia da Decisão nº 78, de 2001- TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Grupo Hospitalar Conceição S/A, administrador dos Hospitais Nossa Senhora da Conceição S/A, Hospital Cristo Redentor S/A e Hospital Fêmina S/A, em Porto Alegre-RS, em 1994, na área de licitações e contratos (TC - 625.093/94-1)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatora:** Senadora **FÁTIMA CLEIDE. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Adiado. Item 03) AVISO Nº 13, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 513, de 2003 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras do Contorno Ferroviário de Jaraguá do Sul/SC e Guaramirim/SC (TC - 003.655/2003-0)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatora:** Senadora **FÁTIMA CLEIDE. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Adiado. Item 04) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO,** que "propõe, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX e com o artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a instauração de procedimento de fiscalização e controle com a finalidade de acompanhar os processos investigativos, administrativos e judiciais das instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal que as indicia em crimes contra o sistema financeiro". **Autoria:** Senador **PEDRO SIMON. Relator:** Senador **SIBÁ MACHADO**. **Relatório Prévio:** Pela admissibilidade da matéria e do plano de trabalho apresentado. **Resultado: Adiado. Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2007 - TERMINATIVO,** que "institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências". **Autoria:** Senador **INÁCIO ARRUDA. Relator:** Senador **MARCONI PERILLO. Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma da Emenda nº 1 (Substitutiva) que apresenta. **Resultado: Adiado.** No decorrer da audiência, o Senhor Presidente, Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador **AUGUSTO BOTELHO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Ordinária da Comissão do

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária e da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da sessão anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A nossa pauta hoje será dividida em Audiência Pública para tratar sobre fatores que contribuem para a desertificação e as medidas necessárias ao seu combate e à mitigação dos seus efeitos com os convidados que anunciaremos a seguir. E a segunda parte será para apreciação de matérias ordinárias da Comissão.

Nós começaremos com a Audiência Pública, convidando para compor a Mesa o Dr. Antônio Rocha Magalhães, assessor principal para o Brasil do Banco Mundial e o Dr. José Roberto de Lima, Coordenador do Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos efeitos da seca, do Ministério do Meio Ambiente.

Nós adotaremos o seguinte critério, são dois, são três expositores, o terceiro ainda não chegou. Os dois estando aqui, nós concedemos o prazo preliminar de vinte minutos para a sua exposição inicial e abriríamos ao debate com os Srs. Senadores. Nós concederíamos a palavra inicialmente ao Dr. Antônio Rocha Magalhães, assessor principal para o Brasil do Banco Mundial. Tem V.Sª a palavra.

SR. ANTÔNIO ROCHA MAGALHÃES – Senador Leomar Quintanilha, é uma grande honra estar aqui hoje nessa Audiência Pública na Comissão de Meio Ambiente do Senado. Meu caro amigo Senador Inácio Arruda e senhores e senhoras, colegas de Mesa, José Roberto Lima.

Eu pensei em falar um pouco sobre a questão do combate à desertificação de um modo geral e ligando isso com a questão das mudanças climáticas. Como todos sabemos, existem as três chamadas convenções ambientais do Rio de Janeiro, Convenção de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Combate à Desertificação e aos Efeitos das Secas, e são três assuntos muito interligados, tanto do ponto de vista de causalidade, que são as causas de mudanças climáticas, de perda de biodiversidade ou de desertificação algumas são as mesmas, como também do ponto de vista das respostas, por exemplo, a idéia de florestamento e reflorestamento de matas ciliares respondem a objetivos das três convenções.

Eu queria me concentrar um pouco sobre a questão da convenção de mudanças climáticas e, em seguida, falar um pouco sobre a convenção de combate à desertificação.

Eu tenho uma apresentação, eu não sabia quanto tempo iria levar, ela é um pouco mais longa, por isso eu vou passar um pouco mais rapidamente, talvez me concentrando naqueles pontos que possam ter um interesse maior. E, basicamente, o roteiro que eu queria seguir, uma rápida introdução e gostaria de introduzir algumas definições, porque eu tenho notado que há alguns conceitos chaves nessas convenções que no dia-a-dia da imprensa são usados de forma um pouco ambígua. Eu só queria precisar um pouco essas definições, cenários, impactos e adaptação e mitigação que são os dois tipos de respostas para mudanças climáticas e a questão de implicações para o Nordeste, sobretudo, que eu gostaria de discutir aqui hoje.

À guisa de introdução, talvez, a gente tenha tempo para voltar um pouco, se houver debate, mas eu só queria mencionar que praticamente hoje não há mais dúvida de que nós estamos em meio há um processo de mudanças climáticas e aquecimento global da atmosfera, isso foi, a teoria foi prevista no final do século XIX quando não havia nada, hoje está praticamente tudo sendo comprovado e, mais recentemente, há um grande consenso entre a maioria dos cientistas de que está havendo mudanças climáticas e que elas são causadas basicamente pelas atividades humanas.

A mesma coisa com relação à questão da desertificação, que tem sido uma preocupação já de um pouco mais de longo tempo, a conferência das Nações Unidas, a primeira conferência foi em 1977, que já desenhou um amplo plano de ação para combate à desertificação, que infelizmente não foi implementado, mas é um problema que hoje atinge grandes parcelas, cerca de 2 bilhões de pessoas no mundo inteiro habitam em regiões que são sujeitas, suscetíveis à desertificação.

E, finalmente, mencionar que há uma relação estreita entre a questão do aquecimento global e da desertificação. Há um processo de causação circular o entre os dois.

As informações que eu vou apresentar, sobretudo, as informações de dados e mudanças climáticas e de impactos, elas se baseiam nos relatórios do painel intergovernamental sobre mudanças climáticas que é esse grupo de cientistas do mundo inteiro, praticamente de todos os países, que de cinco em cinco anos fazem um levantamento de toda a literatura científica e também de respostas de políticas públicas e fazem essa atualização. O quarto relatório do IPCC foi divulgado este ano em três etapas. A primeira que é a base física da ciência, ela mostra que realmente já estamos em meio a um processo de mudanças climáticas de um lado, e, de outro, que os cenários para o futuro indicam que essas mudanças continuarão. O relatório nº 2 discute quais são as conseqüências dessas mudanças e o nº 3 que faz um inventário das políticas voltadas

para a redução das causas das mudanças climáticas. Podemos passar, por favor.

É por isso que eu gostaria só de apresentar, rapidamente, algumas definições, para gente falar na mesma língua. A idéia de variação climática ela inclui as duas coisas. Inclui as variabilidades climáticas, que é a variabilidade normal. Nós estamos, normalmente, sujeitos às secas, cheias, etc, eventos climáticos, e a mudança que implica numa mudança de patamar. Ou seja, no futuro vai continuar havendo variabilidade, mas de uma natureza um pouco diferente. Por exemplo, no Nordeste hoje tem secas, as previsões aqui continuará havendo secas no futuro, serão secas mais freqüentes e mais intensas.

Outra definição que é sobre a questão dos impactos. Eles estão, geralmente, organizados na forma de impactos sobre impactos sociais, impactos sobre a população, sobre a economia e sobre o meio ambiente, eu vou voltar nisso daqui a pouco, e o conceito de vulnerabilidade, o impacto é maior para o mesmo nível de fenômeno climático, de mudança, o impacto é maior naquelas sociedades ou naquelas regiões que são mais vulneráveis, ou naqueles ecossistemas que são menos resilientes. A resiliência é a capacidade natural de regeneração dos ecossistemas, no nosso caso, o Nordeste, por exemplo, o ecossistema da caatinga ele é resiliente à variabilidade normal do clima, ele está adaptado aquele padrão de secas históricas, mas havendo uma mudança climática, às secas mais freqüentes, mais intensas, a previsão é que o ecossistema deverá ser resiliente e, daí, poderá passar a ter processos de desertificação mais intensos.

Há outra definição importante, é a adaptação. As respostas, o que fazer para enfrentar a questão das mudanças climáticas? Uma é dizer: "Alguma mudança já está acontecendo, portanto, temos que aprender como nos adaptar". E adaptação significa adaptação à variabilidade normal, que é o que nós temos feito em mais de 150 anos, quer dizer, toda essa idéia de Defesa Civil, de programas de emergência, de combate à seca, de convivência com as secas, enquadra-se dentro deste conceito de adaptação. E adaptação às mudanças, digamos, envolve construir cenários sobre como será a variabilidade no futuro, depois as mudanças e o que será preciso ser feito. E, certamente, vamos ter que ter um processo de adaptação a fenômenos que são mais intensos do que as atuais. E, evidentemente, adaptação depende da capacidade adaptativa, ou seja, um país mais rico, uma população mais esclarecida, tem mais capacidade adaptativa do que um país mais pobre ou uma região com uma base rica de recursos naturais tem capacidade adaptativa do ponto de vista ambiental, maior do que uma região mais pobre.

A outra resposta à questão das mudanças climáticas é o que chamam de mitigação, a mitigação tem a ver com a redução das causas de mudanças climáticas, redução de emissões. O que fazer para reduzirem isso? Toda idéia de desenvolvimento limpo e que envolve, sobretudo, as áreas de energia, de transportes, e as indústrias manufatureiras e também o uso da terra ou, por exemplo, a questão do desmatamento.

Nós falamos que as duas respostas são adaptações, mitigação. Na prática, há algumas coisas concretas que podem ser feitas, que atendem aos dois objetivos, tanto de adaptação, como mitigação. Novamente a questão do florestamento, reflorestamento. Ele pode ser importante como medida de adaptação para melhorar a questão do ecossistema e recuperar as fontes de água, etc, mas, ao mesmo tempo, ele seqüestra carbono da atmosfera e, portanto, reduz a emissão de gases de efeito estufa. E o conceito de desenvolvimento sustentável, que é mais, já está mais divulgado, que é a idéia de desenvolvimento que dura ao longo do tempo, que é sustentável do ponto de vista ambiental, social, econômico e político e, aqui também, o desenvolvimento sustentável, ele já incluiria as medidas de mitigação e de adaptação. Podemos passar.

É inequívoco que já existe um aquecimento global, até hoje de 0,7% nos últimos anos, nos últimos 12 anos, aconteceram os 11 anos mais quentes e, esse aquecimento, continuará. Ele continuará dependendo de vários cenários, dependendo se as coisas continuam como estão hoje. Então, que se prevê é um aquecimento médio de 3,4 graus ao longo desse século, mas se fizermos um grande esforço, reduzindo as emissões atuais em 70%, esse aquecimento será em torno de 1,8 grau.

Evidentemente, com a margem de erro no primeiro caso entre 2 e 5 e, no segundo caso, entre 1 e 3. Isso significa que já estamos no processo de aquecimento. O aquecimento é distribuído desigualmente na Terra, sobre o continente ele vai ser maior do que sobre os mares, por exemplo, e vai ser maior nos pólos do que nos trópicos. Alguns possíveis impactos, essa parte de impactos eu vou passar um pouco mais rápido, mas aqui no Brasil o sul e o Sudeste devem ficar mais úmidos e o Nordeste deve ficar mais árido, isso é o que dizem todos os modelos. A Amazônia deve se tornar mais seca também, inclusive, com a provável substituição de parte da floresta Amazônia oriental por vegetação de savana, isso alguns modelos, o nosso pessoal do INPE trabalhou muito nisso com alguns grupos de fora, e, em geral, o estresse nos recursos hídricos e, evidentemente, as áreas costeiras num prazo mais longo vão estar sujeitas à elevação do nível do mar.

Portanto, em termos globais, em termos do mundo, as áreas semi-áridas e áridas como é o caso do Nordeste sofrerão um decréscimo em disponibilidade de água e a própria operação do gerenciamento dos recursos hídricos será afetada, haverá coisas que precisam ser feitas na área da operação da infra-estrutura.

Esses próximos *slides* são todos sobre tipos de impactos, eu iria sugerir para gente passar rapidamente para não, que eu não possa ultrapassar os meus vinte minutos.

Essa é uma questão que nos interessa muito, a questão do aumento das secas. E, aqui, nós temos, nós vamos voltar isso um pouco mais na frente, mas precisamos reconhecer que embora o Brasil tenha feito grandes progressos em relação à política de combate às secas, a criação de infra-estrutura, etc, nós não estamos no ponto ideal ainda em relação às variações atuais do clima. Isso coloca um desafio a mais e isso mostra, porque eu diria, é tão importante a discussão desse projeto de Lei que está acontecendo nesse momento aqui na Comissão.

Esse dado sobre a América Latina é muito impressionante, vários modelos indicaram isso também e quase que três quartos da superfície da terra seca da América Latina já estão moderados ou severamente afetados por processos de degradação e o Nordeste, caso o Nordeste se enquadre aqui também.

Isso já alguns eventos extremos que, provavelmente, já são resultados dessas mudanças, coisas que não se ouviam falar, como furacão Catarina, em Santa Catarina, a seca da Amazônia, aumento da escassez da água.

Sobre adaptação à variabilidade climática, nós temos uma experiência muito longa aqui no Nordeste e essa experiência pode ser muito útil como ponte de partida para realmente conseguirmos desenhar respostas mais eficazes, mas o grande esforço realmente precisa ser feito.

Temos falado muito pouco sobre a questão de adaptação, as mudanças climáticas, essa é uma área que precisamos evoluir bastante, sobretudo, no momento em que estamos discutindo, por exemplo, grandes projetos de infra-estrutura no país e, ao mesmo tempo em que estão sendo previstos impactos sobre a disponibilidade de recursos hídricos.

É importante mencionar que as medidas de adaptação, de conveniência com os fenômenos climáticos, elas raramente são tomadas levando em conta apenas o fenômeno climático. Elas geralmente são tomadas como parte de propostas mais amplas de desenvolvimento regional ou de desenvolvimento setorial. Aqui, por exemplo, no Nordeste, nós temos discutido muito isso, de que precisamos de um planejamento para o desenvolvimento sustentável do Nordeste, que inclua a questão da variação climática e da convivência com a seca como um componente, não como um plano isolado.

Adaptação é necessária para reduzir vulnerabilidade, evidentemente, mas fazer a adaptação há dificuldades técnicas e há custos envolvidos, por isso, que temos que analisar isso com atenção. E esse exemplo de que o fato de um país, ou uma região, ou um Estado, terem uma alta capacidade adaptativa não quer dizer que essa capacidade adaptativa vai naturalmente ser utilizada, porque ela vai depender de haver também conscientização e vontade política. Isso nós vimos recentemente o desastre do furacão *Katrina*, em Nova Orleans, onde há toda a capacidade adaptativa e foi um dos maiores desastres verificados nos Estados Unidos.

A mitigação, em geral, ela é objeto de acordos internacionais, o Protocolo de *Kyoto*, no caso, e outros acordos. E eu só queria mencionar que é possível, podemos ter sinergia entre adaptação e mitigação e, isso pode melhorar, tanto reduzir custos, como melhorar o efeito das políticas públicas. Um exemplo principal é o reflorestamento de matas ciliares ou o reflorestamento de encostas de serra, que seqüestram carbono ao mesmo tempo em que melhoram a capacidade adaptativa.

Importante mencionar que as respostas às políticas públicas dependem dos caminhos de desenvolvimento escolhidos pelas sociedades e, sobretudo, isso tem a ver com a questão da idéia de sustentabilidade, nós não podemos continuar seguindo uma rota de projetos de desenvolvimento que não levam em conta a questão do seu impacto sobre o meio ambiente, do seu impacto sobre as sociedades. O modelo de desenvolvimento é fundamental e é preciso buscar mais sustentabilidade.

A vulnerabilidade, eu já mencionei, quanto mais vulnerável uma sociedade, menos capacidade de adaptação. A vulnerabilidade futura, a vulnerabilidade as mudanças climáticas, ela não depende apenas da mudança climática, mas de novo ela depende do processo de desenvolvimento, da sustentabilidade do desenvolvimento, daí que é tão importante, realmente, caminhar na direção do desenvolvimento sustentável. Há diferenças na população, na renda, no desenvolvimento tecnológico, todas essas coisas afetam a vulnerabilidade enquanto fatores como pobreza, desigualdade, degradação ambiental, desastres naturais, eles contribuem para aumentar a vulnerabilidade.

Maior variação na precipitação implica em secas mais freqüentes e também episódios de chuvas mais intensas e mais mal distribuídas e aumento no nível

do mar. Quando essas coisas acontecem ao mesmo tempo, pode-se esperar, um nível de vulnerabilidade que é maior até do que a simples soma das partes.

A idéia de desenvolvimento sustentável com uma resposta mais completa para enfrentar o risco das mudanças climáticas, mas evidentemente que quanto mais intensas as mudanças climáticas, mais é difícil promover o desenvolvimento sustentável.

A idéia do desenvolvimento sustentável, ele tanto propicia adaptação às variações climáticas, aumenta a capacidade adaptativa, como também se beneficia, se há mais capacidade adaptativa, é mais fácil promover o desenvolvimento, enfim, nós precisamos tentar criar esse ciclo virtuoso.

O desenvolvimento sustentável reduz a vulnerabilidade. Eu só queria agora discutir, rapidamente, algumas implicações para o Nordeste. Diante dessas conclusões, quais as conseqüências para o Nordeste e para a caatinga.

Sabemos que independentemente das mudanças climáticas, o semi-árido já está sendo utilizado além da sua capacidade (soa a campainha), é enorme a pressão sobre os recursos naturais. Mais um minuto?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – O senhor precisaria de quanto tempo para concluir?

SR. ANTÔNIO ROCHA MAGALHÃES – Três minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Então, três minutos.

SR. ANTÔNIO ROCHA MAGALHÃES – Os indicadores sociais e ambientais do Nordeste já mostram que atualmente há uma situação de insustentabilidade. As secas atuais já provocam crises sócio-econômicas que nós conhecemos bem, sobretudo, os nordestinos e os congressistas que têm que debater essas questões todo o tempo. E, diante desse quadro, como vamos reagir a uma situação de secas mais intensas e mais freqüentes? São algumas perguntas que eu gostaria de deixar. Como vamos enfrentar a questão do desenvolvimento sustentável do Nordeste diante de uma perspectiva de aumento de aridez? De redução da capacidade de suporte do ecossistema da região semi-árida para manter uma população? E menos terras aptas para agricultura, sobretudo, em função da restrição da água?

Com as mudanças climáticas, aumentarão os fatores que levam à redução na capacidade de suportes do semi-árido. Portanto, mais incerteza na agricultura de sequeiro e maior freqüência nas crises sociais provocadas pelas secas. Esses impactos todos eles são potencial, são pelos chamados fatores estressantes, por exemplo, a pobreza. Quer dizer, a pobreza não é causa em si, mas, evidentemente, que se a pobreza exerce uma pressão maior sobre os recursos ambientais, ela acaba, digamos, exacerbando o problema da desertificação. E ao fazer isso, ela acaba sendo uma causa para mais mudanças climáticas (soa a campainha).

Degradação ambiental e desertificação, super população e práticas inapropriadas para uso do solo. Vamos só passar os demais *slides,* sem ler, para que a gente possa dar por terminada essa apresentação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Dr. Antônio Rocha. Já se encontra conosco o Dr. Gertjan Beekman, Coordenador do Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca da América do Sul do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, a quem eu gostaria de convidar para tomar assento à Mesa. Passo imediatamente a palavra ao Dr. José Roberto de Lima, Coordenador do Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, do Ministério do Meio Ambiente. Tem V.Sª a palavra. Vinte minutos.

SR. JOSÉ ROBERTO DE LIMA – Muito obrigado, Sr. Senador Leomar Quintanilha, Dr. Magalhães, Gertjan Beekman, minhas saudações. Quero agradecer o convite do Senador Inácio Arruda, companheiro de longas datas nessa caminhada de fazer da desertificação um tema realmente importante da política nacional, companheiro e conterrâneo de lutas ambientais, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senhoras e senhores, eu vou começar a minha apresentação dizendo que se, por um lado à questão de mudanças climáticas é um tema realmente recente na discussão e na pauta política internacional e do Brasil, a desertificação não é, é um tema tão antigo quanto à história da organização humana. Alguns autores mais antigos colocam que a questão da desertificação, que muitos grupos sociais foram aniquilados da face da Terra por terem usado processos de desertificação, por terem utilizado recursos, sua base de recursos naturais até a exaustão. Esse rol de comodidades, os Maias, os habitantes da Ilha de Páscoa, os norte-americanos, os nórdicos da Groelândia e uma série de outras sociedades que se auto-aniquilamos, por não respeitarmos a capacidade de suporte de um ambiente ao qual viviam.

Agora, há dois eventos que são extremamente importantes nesse processo na qual eu vou, dizem aqui todo bom discípulo segue o mestre, e aqui o meu mestre é o Antônio Magalhães, e ele já falou algumas questões, algumas coisas que estão na minha apresentação, eu vou passar algumas, correndo muito, mais

tentando colocar aos senhores um certo histórico de como nós chegamos aqui, hoje.

Dentre essas datas, duas são extremamente importantes, a década de 30, onde uma grande seca no oeste americano traz o tema da questão da desertificação de forma diretamente para a pauta da academia, onde as questões de causa e efeito começam a serem realmente estudadas. A desertificação passa a ser elo de processo realmente, de busca de entendimento da academia.

A década de 60 também é extremamente importante, por conta de uma grande seca no Sahel Africano, onde morreram aproximadamente 500 mil pessoas, milhares de animais, os mais antigos devem lembrar das fotos daquelas crianças caindo durante as caminhadas, os urubus em volta, e essa seca provoca uma comoção internacional e de forma, a partir daí, o tema entra na agenda das instituições internacionais, como tema relevante para a questão humana. Todos esses processos estabelecem a crescente consciência de que a questão da desertificação está ligada não só às questões de variabilidade climática, mas também em função dos processos clonais de produção que também eram incompatíveis com a fragilidade de ecossistemas, principalmente os ecossistemas secos. A partir disso daí, em 72 pela primeira vez há uma conferência, o tema é tratado em uma conferência de desenvolvimento humano em Estolcomo, que leva também a 77 uma conferência específica sobre a desertificação anaeróbica, onde a partir daí se busca implementar um programa internacional.

O naufrágio dessa primeira experiência que provoca em 92 uma articulação internacional para a criação durante o Rio 92 da Convenção Nações Unidas de Combate à Desertificação. Eu quero fazer uma ressalva que preparatório, a essa convenção aconteceu essa ICID, Internacional Conferência *of Impacts of Climatic Variations and Sustainable Development* e está aí, essa coisa toda, que foi organizada pelo Dr. Magalhães. Essa conferência que estabelece as bases para a criação da Convenção Nações Unidas da qual o Brasil é signatário e tal qual tem que respeitar.

A convenção é um instrumento jurídico de acordo internacional, ratificadores por mais de 192 países a nível global, que trata hoje é o maior instrumento internacional. Ela foi iniciada em janeiro de 93, a sua elaboração, e concluída em 94, em 17 de junho. Até hoje dia 17 de junho é considerado, é comemorado o dia mundial de combate à desertificação. No Brasil ela entrou em dezembro de 96 e o Congresso Brasileiro aprova em julho de 97. Eu vou correr um pouco.

Aqui é importante a questão do conceito. As Nações Unidas definiu o conceito como a degradação das terras áridas, semi-áridas, fatores naturezas, fatores climáticos, mas, principalmente, as atividades humanas. Esse não é um conceito que engessa os países, esse é um conceito que norteia para que a atenção nessas regiões seja mais específica, principalmente por quê? No escopo da convenção está estabelecido que combater a desertificação implica, necessariamente, em combater a pobreza, porque nessas regiões áridas, semi-áridas e secas, estão os maiores contingentes de pobres do planeta, e são as regiões mais frágeis do ponto de vista de impacto da degradação ambiental, são regiões mais próximas de virar deserto e por degradação da terra, a perda da produtividade econômica e biológica e da complexidade do ecossistema causada por questão de erosão, deteorização de propriedade física e química do solo, biológica e química do solo e, também, claro, da perda da vegetação natural como nós vamos ver a degradação dos nossos dois ecossistemas do programa nacional, o impacto que eles estão sofrendo, mais adiante.

Esse é o conceito da questão da aridez, o que significa, o que classifica árido, semi-árido, subúmido e seco, e um conceito *store them* de que estabelece uma relação entre a precipitação e a evapotranspiração potencial. A partir daí que se estabelece até 0,5 é um hiper-árido, já é um deserto, árido de 0,5 a 0,20, que seria um semideserto e a semi-árido da forma que nós conhecemos 0,21, a 0,50, e o subúmido e seco de 0,51 a 0,65. É isso que define e que norteia o programa de ação nacional de combate à desertificação.

Para vocês terem uma idéia do que nós estamos falando, a desertificação atinge 33% da superfície imensa do planeta hoje. As áreas afetadas pelo fenômeno já atingem mais de 2,6 bilhões de pessoas em aproximadamente 42% da população mundial. E nessas regiões é onde se produzem aproximadamente 20% da produção de alimentos mundial. Ou seja, nós não estamos falando de algo trivial ou algo tão pequeno, estamos falando de uma região significativa do planeta.

Aqui é um pouco das questões das grandes secas do Nordeste que eu coloquei, mas eu vou passar um pouco por aí, porque como eu tenho pouco tempo, eu acho que isso daí, a maioria dos senhores já conhece.

E vamos nos ater melhor nas causas da desertificação, que é um pouco o retrato que acontece na área que nós chamamos suscetível do Brasil, que é o semi-árido e seco. O que mais provoca é a questão do extrativismo, principalmente extrativismo de madeira e extrativismo mineral de forma desordenada e inconseqüente, o desmatamento desordenado, questão de queimadas, a utilização da madeira, ou seja, da lenha

da caatinga para questões econômicas, como panificação, olarias e também para o consumo humano, o sobre pastoreio ou sub pastoeiro, hoje a capacidade da caatinga está extremamente já acima do seu suporte, sua capacidade de sustentar essas atividades.

E a questão da agricultura, ou seja, a agricultura mal utilizada, uso intensivo principalmente do processo de irrigação mal conduzida que por falta de drenagem provoca um processo de salinização de solo, que é o pior tipo de desertificação, e do manejo incorreto de solo, também. Esses processos são as causas mais visíveis da desertificação do semi-árido brasileiro.

Os impactos nós bem conhecemos. O processo de imigração, ou seja, o conjunto desses fatores do *slide* anterior leva a população ao estado de extrema pobreza, como o Dr. Magalhães falou, é um processo de causa e efeito, fazendo com que se estabelecesse um processo de desertificação intensa, o que nós hoje chamamos em função dessa questão, o refugiados ambientais, os processos de seca e processos acontecidos na África hoje é chamado de refugiados ambientais. Só para vocês terem uma idéia, entre 98 e 2000, só na área suscetível do Brasil, com desertificação, foi resultado mais de um milhão de imigrantes das áreas rurais. É um processo extremamente grave. Isso provoca, entre outros, problemas de agravamento de infra-estrutura dos setores urbanos e perdas econômicas que hoje estudos da UNCCD estão estimados em 5,6 bilhões/ano devido à desertificação, isso no caso do Brasil. Num estudo feito pela Coordenação para a América Latina e Caribe da UNCCD, disponível no *site* do Ministério. Pode ter erros, pode, quem quiser fazer críticas, mas esses são os dados mais recentes que nós temos das perdas econômicas, e o custo dessa recuperação seria da ordem de R$ 2 bilhões por ano no período de 20 anos para o Brasil frear e começar a recuperar áreas onde o avanço da desertificação já atinge em torno de 3% ao ano dessas áreas suscetíveis à desertificação.

Isso é um pouco do histórico, mas eu estou passando muito rápido, era mais para provocar o debate, mas como o tempo é curto, nós temos dois períodos entre a década de 60 e 70, a agricultura do semi-árido brasileiro era pautada pelo avanço da fronteira agrícola. Ou seja, da incorporação de novas áreas do setor produtivo. Essa era uma agricultura tradicional, de baixo nível tecnológico. A partir de 70, vamos verificar principalmente ao longo do São Francisco, uma agricultura mais intensiva em questão de tecnologia, principalmente nos projetos de irrigação. O fato que esses dois modelos provocam o mesmo efeito contribui para processos de degradação ambiental, salinização do solo, principalmente, e você já registra uma taxa de aproximadamente 2% de decréscimo da questão como se diz, da produtividade agrícola dessa região.

Agora vamos começar o programa de, apresentar a vocês, que é a partir desse histórico, a partir de 2003, o Brasil começa, retoma a elaboração do seu plano nacional, ou seja, um instrumento capaz de organizar as atividades do Governo, dos Estados, e da sociedade civil nessa questão do combate à desertificação. O Pan Brasil ele objetiva estabelecer diretrizes e instrumentos legais e também institucionais para otimizar a formulação e execução de políticas nessas áreas suscetíveis à desertificação, visando o desenvolvimento sustentável, então, o Pan Brasil é na sua gênese um programa de desenvolvimento sustentável, e seu foco é apoiar o desenvolvimento nessas áreas por meio do estímulo e promoção de mudanças do modelo de desenvolvimento em curso. Ou seja, o modelo predatório de utilização dos bens naturais. Focado nas questões de combate à pobreza, que é um dos temas chaves da convenção em um dos pilares da política do Governo atual, do Governo Lula, sempre voltando à questão de combater a desigualdade como elementos norteadores dessas mudanças de desenvolvimento. Aliada à questão de recuperação, preservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

Essa é a área suscetível à desertificação no Brasil, você tem o semi-árido dentro do conceito *store them*, o subúmido, seco e essa de entorno, que são municípios que, em algum momento, já tiveram estado de calamidade pública por seca. É importante lembrar que como nós tínhamos grande eficiência de informações meteorológicas, esse mapa ele ainda não está esgotado, sabemos que tem regiões aí dentro que possui característica de árido, mas nós não temos estudos suficientes que possamos incluí-los como num programa de âmbito nacional. Incluir é fácil, excluir é mais difícil, nós optamos por manter essa área onde os estudos já comprovam e avançar nos estudos e, depois, incorporar novos municípios, novas regiões nesse processo.

Os eixos do Pan estão simplesmente pautados na questão da redução da pobreza da desigualdade, na ampliação sustentável da capacidade produtiva, na preservação, conservação e sustentável dos recursos naturais e na gestão democrática e institucional. Ou seja, de ampla participação social, são os eixos temáticos. O Pan Brasil foi construído a partir de um amplo processo de consulta e debate na região suscetível. Participaram mais de 1.400 pessoas e aproximadamente 400 instituições. É um trabalho do Governo que realmente tem penetração e base social de sustentação.

Abrangência desse território, como eu estava dizendo para vocês, é de aproximadamente 15, 16%

de território nacional onde moram aproximadamente 18, 19% da população brasileira. Ou seja, quase 32 milhões de pessoas. Então não é uma região, aliás, é importante salientar que o semi-árido brasileiro é o semi-árido mais populoso do mundo e esse é um dos problemas que nós temos, principalmente considerando as projeções que o Dr. Magalhães já citou ali na frente. Mais adiante eu volto a comentar esse assunto.

É um pouco a situação dessas áreas, como ela se encontrou hoje, que é de conhecimento de todos, ou seja, uma região onde a questão de pobreza e distribuição de renda é extremamente desigual, questão onde o manejo do solo é altamente predatório, onde as questões de saneamentos são extremamente precárias e altamente dependentes de matéria, lenha para a base energética. Todos esses conjuntos somados é que coloca a região, em um estado de extrema gravidade do ponto de vista da desertificação. Para vocês terem um pouco a idéia e isso casa um pouco com o que o Dr. Magalhães falou anteriormente, primeiro nós temos a redução dessa área, ou seja, os dois biomas que a área suscetível abrange, estão extremamente impactados.

A caatinga hoje tem quase 60% da sua área antropizada, de solos expostos e em péssimo estado de conservação e apenas 4% desse bioma está protegido por unidade de conservação federal. Por outro lado, o cerrado já tem 67% da sua área antropizada, apesar de ter aproximadamente 20% da área em unidade de conservação. Então são dois biomas em estágios extremamente altos de degradação, que também nos preocupa.

Só para vocês terem idéia, e é fonte da Secretaria de Agricultura do Crato, no Ceará, como esse processo de degradação impacta nas outras questões ambientais? A redução das fontes de água na Região do Ceará é extremamente assustadora entre a década de 20 até a década de 93. Outro impacto imediato também é a questão, como o Dr. Magalhães afirmou e se vê a partir desses dados também lá da região do Ceará, a redução da produtividade de alimentos, principalmente, arroz, feijão e milho e mandioca. A partir da década de 90, há uma redução nesse crescimento por ano extremamente significativo.

Eu vou discutir um pouco mais e apresentar a questão dos impactos das mudanças climáticas nas áreas suscetíveis. Como o Dr. Magalhães informou, hoje nós já vemos no semi-árido, a questão da seca no Nordeste está ficando mais intensa e mais prolongada, e as chuvas estão ficando mais concentradas e, quer dizer, estava chovendo mais e também mais concentrado, se você considerar aquele dado anterior de 69% da caatinga desflorestada, 56% da caatinga florestada e 67% de cerrado, esses dois eventos são extremamente críticos para a questão ambiental, são extremamente favoráveis ao que o processo de desertificação se avance mais nessas regiões.

Segundo os estudos do IPCC, poderá haver um aumento médio de 2 a 6 graus nessas regiões da América Latina e Caribe. No caso do semi-árido brasileiro, projeções do INPE indicam que em qualquer processo de mudança climática, o semi-árido brasileiro é a região mais vulnerável, e no semi-árido, esse aumento de temperatura pode variar numa média entre 4 a 6 graus. Se você considerar o estado hoje já é crítico e se houver um aumento, toda essa base ambiental ela se torna ainda mais frágil.

Segundo essas projeções, até o ano de 2050, 50% terras da América Latina e Caribe poderão estar fora do processo produtivo por desertificação e salinização dos solos. Os estudos estão indicando que até esse mesmo horizonte temporal de 2050, o semi-árido brasileiro não mais existirá, terá se transformado em árido, o subúmido seco do Brasil não mais será subúmido seco, será semi-árido. E o subúmido poderá vir a se transformar em subúmido seco. A área suscetível à desertificação no Brasil poderá crescer em média de 30 a 40% considerando esses processos de mudanças climáticas. Uma coisa extremamente importante disso é que essas projeções climáticas elas estarão muito mais impactantes quanto mais for a questão da depredação ambiental, (soa a campainha) ou seja, quanto maior nós tivermos a depredação. Quanto tempo ainda? Mais três minutos?

Em função disso eu vou avançar um pouco, porque eu ia mostrar um pouco como esse processo de degradação...obrigado.

Essa é uma região chamada de Gigóes(F) é um núcleo desertificado de subúmido e seco, são 8 mil quilômetros quadrados nessa situação de extrema degradação. Alguém deve ter visto já na Folha de São Paulo, tal, tal, é um dos núcleos mais impactados da América Latina. Isso são solos férteis. Esse é o processo que está sendo jogado fora. Mas, ou seja, todos o processo da parte produtiva começa a ser impactada a partir dessa degradação.

Hoje segundo dados da FUNCEME você começa a ver no Ceará uma perda significativa da precipitação da média, de precipitação anual de 20%. Como foi dito aqui, as chuvas estão ficando mais concentradas no tempo e no espaço, o que colabora para o quadro atual de mais secas e enchentes intensas conforme a gente viu lá atrás.

Claro, o impacto imediato disso, nesse processo, primeira perda da questão do patrimônio genético do solo e da vegetação, ou seja, perda de biodiversidade,

o que implica na diminuição das áreas agricultáveis em função das perdas do solo por causa do processo de salinização que são resultantes, podem ser resultantes também dessas mudanças climáticas, mas, principalmente, dessa questão da utilização inadequada dos bens naturais e do ecossistema tão frágil como a caatinga. Isso implica na diminuição da produção agrícola, implica no aumento da pobreza, e o que vai implicar também no aumento da imigração, ou seja, dos inchaços urbanos.

O que eu queria alertar aqui é o seguinte, o semi-árido brasileiro é o semi-árido mais populoso do mundo. Se você for considerar o cenário de que 2050 o semi-árido virou árido, o nós vamos fazer com esses 32 milhões de pessoas que estão lá hoje? Para onde vamos colocar? A Amazônia não suporta mais, as outras regiões, muito menos. A solução eu acho que nós temos que vislumbrar a médio e longo prazo é começar a preservar e a salvar o que ainda temos de recursos naturais, e recuperar as áreas impactadas para mantermos essas populações no local que elas estão, porque se essa região virar árido, ninguém segura esse fluxo migratório, não só do ponto de vista interno do país, mas também do ponto de vista dos países envolvidos. Essa é a grande questão que está em jogo hoje no cenário internacional e que leva os países desenvolvidos a darem uma atenção maior à convenção de combate à desertificação, o aumento dessa pobreza, o aumento dessa degradação ambiental, essa mudança climática vai implicar em mais aumento de perdas econômicas que vai aumentar essa pobreza e isso vira um ciclo vicioso.

O fato é que hoje a questão da desertificação ela não pode mais ser tratada como uma questão meramente ambiental. Aliás, ela já não é tratada como uma questão meramente ambiental dentro do escopo internacional. Ela é uma convenção sócio-ambiental. Por isso que no Brasil hoje nós temos que ressaltar, o Ministério do Meio Ambiente coordena esse trabalho, mas vários Ministérios estão envolvidos com isso. Quero citar aqui o esforço do Ministério da Integração, o esforço do Ministério da Agricultura, o esforço do Ministério de Desenvolvimento Agrário, o esforço do Ministério de Minas e Energia e de Educação.

Eu acho que apenas uma integração da política nesse sentido é que pode preservar e salvar um pouco isso. Eu queria, para fechar, só lembrar essa colocação do Dr. Magalhães, que eu considero extremamente pertinente, que o Governo Brasileiro, o Estado Brasileiro ainda não está preparado política e institucionalmente para (soa a campainha) minimizar esses impactos da desertificação.

O Governo está desenvolvendo esforço, o Ministério do Meio Ambiente está consciente disso, tem buscado se organizar para atacar esse problema da desertificação e da mudança climática. Foi criada uma Secretaria de mudança climática, só para fechar senhor, o Programa Nacional de Combate à Desertificação hoje recebe do Ministério do Meio Ambiente um *status* extremamente forte por um tratamento igual do ponto de vista da necessidade de se atacar um problema da relevante para a população brasileira. Nos demais, eu queria só destacar o papel que essa Casa tem nesse processo de integrar políticas e de aparelhar o Governo para poder resolver um problema e tratar um tema tão delicado para a população do Brasil e do Nordeste em particular. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós agradecemos as considerações preliminares do Dr. José Roberto de Lima, aqui representando o Ministério do Meio Ambiente e, juntamente, com o Dr. Antônio Rocha nos coloca a gravidade e a extensão da questão da desertificação no Brasil.

Enquanto o Dr. Gertjan Beekman ajusta o programa do *Power Point*, nós gostaríamos de informar aos ilustres membros dessa Comissão, que amanhã nós teremos um seminário misto organizado pela Câmara dos Deputados, mas com a participação do Senado, inclusive, da nossa Comissão, um seminário internacional sobre mudanças climáticas, é um tema que nos interessa muito, um tema recorrente que tem sido objeto de diversas Audiências Públicas, seminários, discussões das autoridades, das pessoas que se preocupam com essa situação. Nós estaremos participando. A nossa própria Comissão estará participando amanhã desse seminário.

A informação, só para lembrar aos ilustres membros da Comissão do Meio Ambiente do Senado, que quiserem estar presentes nesse seminário.

Passamos a palavra, Dr. Gertjan Beekman, ilustre Coordenador do Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca da América do Sul, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Tem V.Sª. vinte minutos para as suas considerações iniciais.

SR. GERTJAN BEEKMAN – Muito obrigado, cumprimento aos presentes, aos integrantes da Mesa, aos colegas, é uma satisfação estar aqui, agradeço ao convite e, queria transmitir nesse tempo, nessa exposição, um bom-bocado das impressões que já foram aqui relatadas, mas com enfoque também da cooperação internacional. O IICA vem se engajando nesse tema já há algum tempo, e tem uma cooperação nesse âmbito com o Ministério do Meio Ambiente, com a coordena-

ção nacional do Pan e também com um programa de cooperação técnica que está sendo também a ponto, já foi celebrado, está sendo conduzido com o Ministério de Integração.

Essa aqui é uma imagem que já começa a ser familiar, mas eu só queria me enfocar um pouco no primeiro, de onde veio, de onde surgiu o termo desertificação. Isso ocorreu no começo do século e, principalmente, nos anos 30, quando nos Estados Unidos, no oeste americano, o fenômeno do *Dustball* que é uma espécie de tempestade de areia, começou a afligir a economia local na região de Oklahoma, Texas e *New* México, onde havia uma intensa atividade agrícola provocada também por incentivos, na verdade, na ocasião em função da depressão econômica que o país vivia. A partir daí, é que começou a surgir esse termo da desertificação, porque era uma ação antrópica, era resultante já de uma atividade humana que era bastante extensa em termos de território naquela ocasião.

Isso, inclusive, requereu depois vastos investimentos por parte do Governo americano no sentido de controlar o processo de degradação ambiental que perdurou e, ainda assim, hoje em dia, se manifesta de uma forma bastante, mais moderada, mas, de qualquer maneira, as ações antrópicas acopladas a outros fenômenos que lá são muito comuns do ponto de vista meteorológico, os ciclones e os furacões que assolam aquela região do país com certa regularidade, agravam esse processo todo de degradação ambiental.

Isso aqui é uma imagem que acentua bastante esse tipo de fenômeno, claro que isso aqui ocorre numa região hiper-árida, o que está fora da convenção de combate à desertificação, que já foi mencionado aqui, se concentra essencialmente nas regiões áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, isso ocorre em ambientes naturais, que são ecossistemas hiperáridos, os desertos, isso aqui é uma imagem de um acampamento americano no Iraque.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Isso no fundo é o quê?

SR. GERTJAN BEEKMAN – Isso aqui é uma tempestade de areia, uma nuvem de areia se aproximando. Aqueles que assistiram ao filme "O Retorno da Múmia", tem bem uma dimensão do que é isso. Realmente é algo extremamente impactante esse tipo de fenômeno carreia, obviamente, uma quantidade enorme de sedimentos em suspensão e que no caso do *Dustball* americano, soterrava cidades, aldeias e pequenas comunidades. É como se fosse uma avalanche, de fato, como acontece também com neve, com tempestade de neve, as casas são soterradas por esse tipo de transporte? De sedimentos. Isso ocorre também bastante no norte do Sahara, quando as tempestades de areia, inclusive, atravessam o Mar Mediterrâneo e depositam sedimentos na Espanha e, inclusive, ultimamente têm sido detectadas ocorrências, porque até na Suíça, nas regiões alpinas, onde nos *jet streams* estão carreando esses sedimentos e depositam nessas regiões. Uma tempestade desse tipo, ou uma ocorrência dessa natureza, tem seus reflexos a centenas ou até milhares de quilômetros de distância.

São outras imagens, mas que dão bem em termos de escala qual é essa estrutura vertical e o que isso pode significar. Aqui já é uma imagem no norte da África, na região urbana, do perímetro urbano de Tunis, à direita está havendo um desenvolvimento de uma zona residencial, isso está em fase de implementação, onde eles sofrem também continuamente com os processos de remoção do solo, dessa camada superficial imediata pelo mecanismo de remoção que é o vento. Então, tempestades de areia também são extremamente comuns nessa região, convivem com isso diariamente.

Isso aqui é uma visão de satélite de uma tempestade que está ocorrendo na região da China. Isso é no Deserto de Gobi, está a 150 quilômetros de distância de *Beijing* e que sofre também periodicamente com esse tipo de fenômeno. Há uma preocupação maior por parte do Governo chinês, principalmente em relação à proximidade dos jogos olímpicos, então, ações efetivas estão também sendo já conduzidas há muitos anos nessa região desse deserto.

Esse aqui é um exemplo que, provavelmente, muitos já têm conhecimento, é o Mar Aral, na União Soviética, isso aqui era, na ocasião, o quarto maior mar interno do planeta, e que foi profundamente afetado por uma ação humana, projetos de irrigação que montavam à época 1 bilhão de hectares, destinados à irrigação de algodão no entorno do lago foram implementados, isso foi à custa do desvio de dois rios, *Amu Daria* e *Sir Daria*, que comprometeu o abastecimento da água desse mar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Era Mar Aral, era doce ou salgado? Lago ou mar?

(troca de presidência)

SR. GERTJAN BEEKMAN – Mar Aral, salgado, sim. Com a redução da superfície hídrica, houve uma exposição maior por parte do leito do mar, que está salinizado, e isso também, com a ocorrência de tempestades por lá também e a remoção do sal, isso passou a afetar, inclusive, os projetos de irrigação do entorno. Foi uma atividade humana que buscou incrementar um sistema de produção, só que o problema foi de tal or-

dem que o sal passou a afetar essa própria produção de algodão. Isso foi um exemplo claro de um desastre ecológico provocado por ação humana.

Isso aqui mostra a evolução da redução dessa superfície do Mar Aral que agora está na ordem de um terço. Estão sendo envidados esforços no sentido de também, novamente, reverter esse processo, isso tem um custo colossal.

Na Agenda 21, o tema da desertificação e degradação ambiental foi fortemente retratado no capítulo 12. E é claro, a Agenda 21 é um documento básico que devemos levar em consideração, são 40 capítulos, e como é uma agenda, agenda significa o que é que temos para fazer. Temos muito, mas ler os 40 capítulos em combinação. O capítulo 12 é o de degradação de terras, o 18, por exemplo, refere-se a recursos hídricos naturais e assim tem uma série de outros temas que sempre precisam ser considerados concomitantemente e estão refletidos também os compromissos de Governo.

Já estamos em Rio + 10, onde foram também concebidas as metas de desenvolvimento do milênio, onde, entre outros, está a preocupação em redução da pobreza à metade daqueles que recebem até um dólar por dia. E claro que pobreza está fortemente associado à desertificação.

Aqui são os conceitos que nós já vimos anteriormente com os expositores anteriores. Isso aqui é o retrato da situação atual no globo em termos de degradação ambiental.

São os conceitos, os parâmetros que atualmente norteiam essa nossa preocupação. Na América Latina, nos países vizinhos, temos problemas da mesma ordem ou até piores em termos proporcionais. Isso aqui é o retrato de onde está a vulnerabilidade em termos de áreas suscetíveis à desertificação no mundo.

Esse tipo de cenário nós vemos não só nas regiões da Ásia ou África, mas são muitos semelhantes com aquilo que temos e vivemos aqui na América Latina também. Esse é o programa que estamos conduzindo no âmbito do IICA ele está orientado para seis países aqui na América do Sul.

Esse é um programa que funciona por meio de recursos de um Fundo especial do Governo do Japão administrados pelo banco interamericano de desenvolvimento e executado pela IICA. Esses são os países que estão envolvidos nessa primeira fase, Brasil, Argentina, Bolívia, Peru, Equador e Chile.

Nessa segunda fase, Uruguai, Paraguai, Colômbia e Venezuela também manifestaram interesse em seguir as mesmas premissas do programa. Assim também foi posto pelos países da região mesoamericana.

Esse é a página do programa e tudo aquilo que foi produzido nos últimos anos está disponível, pode ser *download*, recuperado. Também há uma galeria de imagens bastante interessante que é continuamente atualizada também para uso de outros interessados. Aqui estão os projetos pilotos do programa e aqui no Brasil temos quatro regiões que estão sendo enfocadas especificamente. Hoje em dia estamos com um programa bastante intenso na região de Gilbués, mas todos esses projetos estão identificados no plano de ação ou nas regiões, núcleo de desertificação no Pan, como mencionado pelo José Roberto e também estão contemplados nos projetos de cooperação técnica que estamos implementando.

Também pelo programa foi definida uma base comum de indicadores, de desertificação para a região, para os seis países, isso foi consensuado entre os pontos focais de todos os países. E também há interesse em replicar esse tipo de interesse junto à Comissão de ciência e tecnologia da convenção de combate à desertificação.

Também foi estabelecido um protocolo de entendimento entre essas organizações internacionais que estão aí citadas, no sentido de coordenar melhor o esforço da coordenação, da cooperação técnica internacional aqui no Brasil em apoio à implementação de todas as fases do plano de ação nacional. Isso foi expresso no próprio Diário Oficial, quais são as premissas desse entendimento. A cooperação internacional está envolvida em diversas outras iniciativas e é por isso também que essas organizações também vão estar ou estão interessadas em participar dessa plataforma visando um apoio mais efetivo da cooperação internacional ao tema da desertificação no Brasil.

Isso aqui na região de Mendonça, no norte da Argentina, onde um dos projetos pilotos estava sendo desenvolvido. Esse é o grande objetivo, obviamente, de ter a preservação dos serviços e das funções ecológicas que permitam que algum desenvolvimento econômico possa ser levado a cabo, garantindo também a qualidade de vida das comunidades que ali vivem.

Aqui, por exemplo, nessa região, que é um dos pontos importantes em termos de núcleos de desertificação, a percepção da população é que as pedras crescem, isso porque o solo é removido, então, dá essa impressão, o aerólito, então dá impressão que as pedras crescem. Gilbués, estamos em Gilbués, novamente. Há um processo extremamente importante de formação de voçoroca nessa região. Tudo isso aqui é resultado também da falta de drenagem numa estrada, na BR-135 que passa ali ao lado e que abriu esse tipo de sulco. Isso aqui já no ribeirão.

Isso é uma passagem molhada que está sendo assoreada durante os períodos de chuvas, de um ano para o outro, nós vimos isso, testemunhamos isso, que a areia do leito do rio já está passando por cima dessa passagem.

A participação da comunidade é fundamental. Obviamente, não só na identificação das causas, mas também na busca de solução de a participação da comunidade. E também está se estimulando um processo, um sistema de produção local, o curtume a seco de couro, de caprinos, que agrega valor é uma tecnologia local, o método local, a pele anteriormente valia uns R$ 2 ou R$ 3 reais e com essa tecnologia que é extremamente simples, agora varia de R$ 20 a R$ 25 reais, agrega significativamente valor a essa atividade.

Aqui estão os nossos modelos que já ostentam o resultado desse tipo de trabalho. Isso é um componente fortíssimo e, claro, sempre está presente. Convivência com a seca requer também tecnologias apropriadas. Essa é uma das metas de garantir água de forma segura em quantidade também e outra meta de desenvolvimento do milênio. Esse é um panorama e que trata de mudar também, são os indicadores, o acesso à água é a grande dificuldade, é claro.

Essas são as tecnologias, barragens subterrâneas, cisternas e até dessalinizadores de tecnologia esse é o grande programa (soa a campainha) de um milhão de cisternas. Como projetar, aqui o termo de recebimento, barragem de deslocamento, são todas técnicas muito adequadas. Tem demonstrado bons resultados.

Aqui, só para reforçar aquilo que já foi comentado principalmente pelo Dr. Magalhães, o que isso, de que maneira isso impacta? Podemos eliminar isso, isso aqui é mais para demonstrar a interação que existe entre as três convenções e isso precisa ser conduzido em conjunto. Isso é como o ciclo hidrológico está sendo afetado também pela degradação ambiental. Isso também já foi comentado. Essa redistribuição, a seca que tivemos aqui.

Eu queria só mostrar algo sobre o agro, o zoneamento agro-ecológico. Agora já temos o nosso Catarina(F) também, que mostra também mudanças climáticas que nos afetam aqui. O déficit hídrico, com a mudança de cenários, principalmente com o aumento de temperatura, como preconizado pelo IPCC como foi mencionado aqui. Agora temos nas simulações do balanço hídrico para o Nordeste, uma situação preocupante em termos de déficit hídrico para o cenário pior, que é de 4,8 graus de diferença, todos os meses do ano apresentariam déficit hídrico, o que, obviamente, vai requerer um bocado de planejamento na condução do uso e da gestão dos recursos hídricos.

Isso aqui é o cenário como está visto para a soja no Brasil, no primeiro quadro à esquerda lá em cima, é a situação favorável do ponto de vista climático, solo, tudo, em relação à soja. Já no quadro à direita, com 1 grau de temperatura, há uma limitação geográfica com 3 graus aqui inferior, no quadro inferior à esquerda, do ponto de vista geográfico isso já começa a mudar significativamente, e com os 5 graus, os 4,8, veja que há uma limitação bastante forte em termos de condições favoráveis para a concorrência de soja. Veja que isso é extremamente importante levar em consideração no planejamento de programas que estejam baseados na soja, especificamente.

Aqui no caso do café, no Estado de São Paulo, situação atual com 1 grau de aumento de temperatura, com 3 graus e com 5 graus. Com 5 graus só existe café em condições favoráveis na fronteira com o Rio de Janeiro em altas altitudes. Esse tipo de cenário está sendo produzido para todas as culturas no setor agrícola e, novamente, são essenciais para considerar o que fazer do planejamento desse setor nos próximos anos. Isso aqui é tudo um cenário que deve ocorrer dentro desse século.

Temos que manter a nossa percepção e olho nas prioridades. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Muito obrigado, Dr. Gertjan Beekman. Após a exposição dos três, agora passamos para os Senadores que vão indagar os palestrantes. Começamos pelo Senador Inácio Arruda, autor do requerimento. O próximo é o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores eu tenho a impressão de que nós, de plano, já cumprimos os nossos objetivo, que era permitir que esse debate se tornasse o mais público possível, porque na questão das mudanças climáticas que nós estamos assistindo no planeta e aqui no Brasil, sempre nós discutimos quantos graus nós vamos ter de aumento na temperatura. E as zonas costeiras, porque elas implicam em assentamentos muito grandes no mundo inteiro, mas os efeitos disso em regiões enormes como é o caso no Nordeste brasileiro, nós sempre passamos um pouco à margem, nós não sentamos para examinar. E aqui reside uma população também muito grande. Quer dizer, é a afirmativa de que nós temos a maior zona semi-árida, maior população localizada em zona semi-árida, no mundo, está localizada no Brasil. Antônio Sales, disse uma vez, percorrendo os sertões do Ceará e do Nordeste brasileiro, ele se referiu a esse episódio daquela população ali quase como uma teima. Vamos ficar aqui, mas está virando deserto, não tem jeito. Mas nós criamos aqui, vamos continuar vivendo aqui nessa região.

A minha indagação que é genérica para a Mesa, é, primeiro, essas medidas mitigadoras elas têm como trabalhar a produção que é vista hoje de escala nessas regiões? Porque determinadas áreas têm produção bovina, uma escala comercial de caprinas, também na escala comercial. Eles têm grandes impactos nessa região e tem grande efeito econômico, a mudança desse tipo de produção. Isso mexe com a bacia inteira, da região inteira, é o suprimento alimentar básico nessas regiões todas, tanto de origem bovina, como caprina, bovinos e caprinos, mesmo a produção de feijão, arroz, milho, nessas regiões todas, porque as medidas mitigadoras ela teriam que, nós teríamos que examinar se elas estão adequadas à capacidade produtiva da região, se elas vão responder também a essa necessidade dessa população, a maior população em região semi-árida do mundo. Então me parece que é pouco provável o deslocamento desses 31 milhões de habitantes dessa região. E já se discutiu muito isso, já se debateu muito isso no Nordeste brasileiro. Nós fazemos esse êxodo naturalmente numa escala de milhares, digamos assim, mas na escala de milhões, ainda não conseguimos fazer esse manejo populacional. E as outras regiões também já estão, digamos assim, sendo utilizadas numa escala chegando já no seu suportável.

A primeira questão é essa, se nós temos condições com as medidas mitigadoras e está dentro do programa, tanto o programa brasileiro como o programa internacional a partir da convenção internacional sobre desertos, e a segunda questão que a gente precisaria examinar, é se há necessidade. Primeiro: é econômico? Como é que nós vamos resolver? E a segunda: é se a legislação hoje brasileira está ajustada ao acordo que o Brasil assinou internacionalmente, se nós precisamos acelerar, e se os recursos no âmbito do Ministério do Meio Ambiente são suficientes para que a gente possa desenvolver esse programa?

Um dos dados apresentados é de que as perdas anuais elas são altíssimas, superiores a 5 milhões. E um programa de mitigação desses efeitos seria na ordem de 2 milhões, para um prazo de 20 anos no Brasil. Se for isso mesmo, se são 2 milhões para que a gente possa conter esse prejuízo anual de mais de 5 bilhões.

E, por último, uma questão que eu considero que ela é, talvez, assim, básica para o problema das mudanças climáticas e seus efeitos e até na produção de desertos, porque nós tínhamos a ação natural, dificilmente nós vamos conseguir meios de contê-las, e a nossa ação, que é onde nós podemos mexer efetivamente, é o problema da produção de energia.

Um dos quadros que foram apresentados é exatamente que nós vamos ter suprimento energético decrescente na base da produção hídrica que é a principal produção de energia do Brasil, está assentada no modelo de produção hídrica, é uma energia considerada, razoavelmente, limpa no nosso país, ela responde hoje, praticamente, quer dizer, é a principal do Nordeste brasileiro, a energia hidroelétrica a partir das barragens sobre o Rio São Francisco, das várias barragens que fizemos no Rio São Francisco que produzem energia que hoje dão garantia do desenvolvimento econômico do Nordeste.

Sempre se escuta o seguinte, que caro é não ter energia. Nós estamos entrando nessa fase de que precisamos ter uma alternativa mesmo que seja cara para essas regiões, de apostar em outros tipos de energia e trabalhar nisso com mais rapidez, que ela é, sem energia, não tem desenvolvimento nenhum. Isso desde antes, desde que o homem virou aquelas pedrazinhas de fogo para cima e que não teve mais jeito. A energia é o motor desse desenvolvimento econômico, seja ele sustentável ou nos padrões de hoje, nos padrões da insustentabilidade é a energia. E nos padrões sustentáveis também é a produção de energia. Então, quais são as fontes que a gente pode ter mesmo que elas sejam caras, mas razoáveis para as nossas regiões?

E nós falamos muito de Nordeste, mas que outras regiões no Brasil também estão sofrendo esse processo? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Vou passar a palavra para o Senador Geraldo Mesquita Júnior e, eles responderão em conjunto, todos. Senador César Borges também tem espaço. Com a palavra, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, queria inicialmente cumprimentar nossos convidados, ilustres convidados, nós temos aqui o Ministério do Meio Ambiente, Banco Mundial e IICA, nas três esferas, o que recebemos aqui e quero igualmente louvar a iniciativa do Senador Inácio Arruda, a sua preocupação com o tema e um assunto que precisa impregnar nessa Casa para que possamos domá-lo, Senador Inácio Arruda, diria assim, do ponto de vista da formulação legislativa, do que pudermos fazer por aqui.

E eu dizia que essas três instâncias, essas três esferas de preocupação, trazem para nós um diagnóstico muito semelhante da realidade. Eu creio que no momento, devemos... E trazendo esse assunto para Casa, precisamos pensar em cima do diagnóstico já feito. Eu sei que o monitoramento, o levantamento per-

manente do quadro, da situação, ele é imprescindível, mas eu creio que já há um acúmulo de informações e de situações levantadas que nos permitem primeiro uma interação maior entre as instituições, as instâncias, no sentido de dar um foco mais na objetividade das resoluções. A gente tem notícia de algumas ações.

Quando se fala em 32 milhões de pessoas e a gente coloca em programa de construção de cisternas, de... Qual o volume? Os números desse programa? 1 milhão? O programa contempla a possibilidade de termos 1 milhão de cisternas em regiões de absoluta carência. Eu creio que é hora de pensarmos numa escala maior, creio que é hora de imaginarmos ações concretas e efetivas de reversão desse quadro.

O Senador Inácio Arruda mencionou o que a gente chama lá no Nordeste da teimosia das pessoas em permanecerem no seu canto, mesmo em condições absolutamente adversas, e essas pessoas precisam mesmo da parceria. Elas precisam, a partir do diagnóstico que é feito, preciso, extenso, esse diagnóstico, a partir das instituições, precisa se reverter em parceria mesmo, estreita, para que essas pessoas enxerguem com clareza soluções concretas, alternativas e, nesse sentido, a vinda do assunto assim de forma concentrada nos traz hoje, o Senador Inácio Arruda, para apreciação nessa Comissão, nessa Casa. Eu creio que nos permite atrair atenções aqui dentro do Congresso, do Senado. Creio que essa Casa, uma Bancada enorme de Parlamentares de regiões que sofrem esse fenômeno, talvez seja a maior Bancada dentro dessa Casa, sem contar com aqueles que também, Dr. José sabe disso, a preocupação que já nos acomete de fenômenos semelhantes que ocorrem dentro da Região Amazônica, lá na terra, em Roraima e por aí afora.

Eu não tenho uma indagação objetiva a fazer, a não ser em relação ao que fazer além disso, não é? Eu fico pensando no programa de 1 milhão de cisternas, o que mais? O que mais de forma concreta, objetiva, o que mais estamos fazendo em cima do acúmulo de informações que já dispomos? A perspectiva em médio prazo, em longo prazo, de o que se fazer com o contingente populacional dessa ordem, mais de 30 milhões de pessoas, e esse é um negócio que chega a fazer com que a gente se arrepie. Não podemos encontrar respostas lá em 2050, à resposta tem que estar hoje, presente, para que a gente nem chegue a vivenciar o que se constrói hoje em termos de perspectiva.

Então, que essa Casa se debruce sobre esse assunto com responsabilidade, com objetividade, aproveitando as contribuições expressivas que aqui chegam de técnicos, cientistas, pessoas envolvidas na busca de soluções para um quadro tão feio como esse, e eu acho que juntos, a gente pode... A questão é a objetividade, objetivar ações concretas que façam com que esse cenário possa ser desconstruído daqui para 2050. O ideal é que isso ocorra, e não que a gente chegue lá em 2050 com a situação instalada, o que fazer com 32 milhões de pessoas. Deus me livre que a gente chegue lá nessa situação. Portanto, objetividade, informação nós temos já abundante, o monitoramento tem que ser permanente, mas o acúmulo já nos permite ações mais concretas ainda para que esse quadro e esses efeitos possam ser revertidos na medida das nossas condições e possibilidades.

Eu quero apenas reiterar os meus agradecimentos pela oportunidade de ouvi-los e a afirmação de que nos apropriaremos nessas informações e, com elas, trabalharemos para dar a nossa contribuição nessa Casa e ao nosso país na solução de tão grave quadro.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Por ordem de inscrição, Senador César Borges, em seguida, Senador Garibaldi Alves Filho.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Sr. Presidente, senhores convidados, eu lamento não ter participado da reunião desde o início, lamentavelmente, eu estava me deslocando da Bahia para cá e os efeitos ainda do apagão aéreo continuam. O avião estava previsto para as 7h30, saiu aproximadamente às 10h30. Mas, um pequeno atraso.

Mas eu lamento porque essa é uma questão fundamental para o Brasil, e acho que fundamental, mais ainda para a minha região, para o Nordeste. Aqui são três Senadores nordestinos: um da Amazônia, que empresta o seu apoio...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Dois da Amazônia, Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Desculpe Sr. Presidente, dois do Amazônia, Estado do Roraima, do Acre, mais aqui está Rio Grande do Norte, está Ceará e está a Bahia. Eu digo para os senhores que para a Bahia isso assume um aspecto com a dimensão ainda maior, porque é o Estado com 567 mil quilômetros quadrados e 360 mil estão no semi-árido. Claro que nem os 360 mil eles não estão todos ameaçados de desertificação, mas poderão até ficar. E hoje, lamentavelmente, há um processo gradual de avanço de desertificação por vários motivos. O semi-árido da Bahia, 360 mil quilômetros quadrados é maior do que o Ceará e o Rio Grande do Norte somados é o dobro, apesar de que não temos uma situação tão, às vezes, difícil como tem o Ceará, porque 90% do seu território está no semi-árido, enquanto que na Bahia e Rio Grande do Norte, a Bahia seria algo próximo a 60% do semi-árido e temos ainda 40% de região úmida que é no litoral, que temos também o oeste da Bahia, onde

você tem o regime de seis meses, que apesar do gráfico e dizer que a soja não dá, mas dá. No Oeste, no que se chama além do São Francisco, que os baianos que vivem além do São Francisco? Não gostam de ser chamados além São Francisco, acham que isso é pejorativo, mas é do oeste do São Francisco, que o São Francisco divide o Estado. Mas lá a soja nós estamos produzindo, já produzimos mais de 5 milhões de toneladas de grãos e a soja é predominante, mas essa é uma situação que preocupa.

Entretanto, eu vejo aqui com muito bons olhos e parabenizo o Senador Inácio Arruda pela iniciativa dessa audiência que fazemos aqui hoje para despertar um pouco para essa problemática que vive o Brasil em especial do Nordeste, em especial a Bahia, vejo que o Governo se mobiliza, porque pelo menos faz um diagnóstico do assunto. Quer dizer, você só pode tratar uma doença se você faz o diagnóstico. O que não pode é ficar no diagnóstico. A minha preocupação é exatamente essa, eu acho que essa Casa pode emprestar o seu apoio político para que recursos existam e não sejam contingenciados para que esse diagnóstico e as soluções propostas possam se efetivar.

Aqui, olhando rapidamente, pretendo estudar com mais detalhe, é um Pan, o nome é Pan, falamos do Pan-Americano, que aconteceu com sucesso no Rio de Janeiro, agora é o Pan, o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. Eu acho ótimo, porque estou vendo aqui, é um diagnóstico. Apenas eu tenho receio com a execução de diagnóstico, porque o que eu tenho visto no Estado da Bahia, lamentavelmente, é uma degradação até dos nossos biomas, e isso existe na Região do São Francisco onde a nossa catinga que caatinga que é um bioma rico está sendo destruído que já é uma vegetação, de certa forma, sofrível, raquítica, mas sendo destruída para se transformar em carvão que vão ser utilizados nas siderurgias de Minas Gerais. É incrível, mas é um crime que se comete contra a nossa natureza, contra os recursos naturais existentes no Estado da Bahia.

Eu conheço o Estado todo, fui Governador do Estado. Na recente campanha política eu sobrevoei grande parte dessa região, de helicóptero, sobrevôo baixo, e você vê a proliferação de carvoarias. E entra a questão da sobrevivência econômica daquela população de baixíssima renda, e não há programas efetivos. Fala-se aqui, falar de Brasília, de programa, de diagnóstico, fica muito bom, agora, até que esses programas consigam ter capilaridade para chegar àquelas populações que estão, talvez, forçadas a fazer esse tipo de depredação, que devia ser coibida. Eu acho que tinha que ser coibida, não há porque ter liberalidade de relação a isso.

Eu não vejo o IBAMA com pessoal suficiente para fazer essa fiscalização e coibir essa devastação que está sendo feita na nossa caatinga, não sei se acontece no Ceará. Na Bahia, é algo que prolifera de uma forma que é inaceitável. É preciso que o Governo faça algo. Eu, quando fui vice-Governador do meu Estado, já fui Governador, mas quando eu fui vice-Governador, nós criamos um programa chamado “sertão forte”.

Na verdade, significativa você implementar políticas onde o homem não precisasse combater a seca, ele iria conviver com a seca, conviver de forma saudável. Você sabe que a seca chega a cada ano como num país de clima temperado, você sabe que a neve chega, mas, nem por isso, o animal morre, nem a sustentabilidade econômica fenece, e nós podemos ter isso no País. Nós temos institutos de pesquisas lá em Petrolina, CPATSA que desenvolveu um sistema que é a associação entre o capim *buffel* com a leguminosa e a caatinga chama CBL, caatinga, *buffel*, do capim e L da leocena, que você consegue dar sustentabilidade igual à região úmida.

Agora, você não faz isso sem crédito, você não faz isso sem extensão. Pesquisa nós temos, nós não temos nem extensão, nem crédito para implementar. Lamentavelmente o nosso produtor está totalmente endividado. Quantas vezes nós bradamos aqui com relação a isso, nessa região onde há a devastação para se transformar as nossas árvores em carvão para as usinas de Minas Gerais, os agricultores nos apresentam os documentos do Banco do Brasil para executá-lo pela Secretaria do Tesouro Nacional, agora porque as dívidas, através da securitização, que eram dívidas rurais, bancárias, se transformassem em dívida fiscal. É muito bom o levantamento. Agora, se essas realidades não forem enfrentadas, aqui propõe uma articulação interministerial com o Governo, mas eu não vi, pelo menos rapidamente, números com cifrão recursos alocados.

E essa minha intervenção é para perguntar: Recursos efetivos para que sejam implementados, porque quando se fala em gestão democrática e fortalecimento institucional, é realmente algo interessante, bonito, do ponto de vista discursivo. Agora, nação prática, em providências imediatas, tem jurídicas legais ligadas à mobilização popular, providências políticas, administrativas e operacionais. Mas não vi um número aqui orçamentário. Recursos alocados no orçamento para a implementação das políticas necessárias.

Então, sem desmerecer o trabalho, que eu acho que é válido é um diagnóstico, eu gostaria de informações no sentido de qual o apoio efetivo orçamentário,

no orçamento geral da União, que está sendo alocado para esses tipos de programas, que eu acho que aqui, inclusive, há um erro, porque um programa que eu debati muito aqui, muitas vezes, até com o Senador, Senadores do Nordeste setentrional, que estão querendo levar a nossa água, que já é pouca para gente, estão querendo levar para o Nordeste setentrional, que é a famosa transposição do Rio São Francisco, aqui fala em revitalização da Bacia do São Francisco. E, na página 152 diz: "O programa de revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco é uma prioridade do Governo, sendo que estão previstos R$ 100 reais para o ano de 2005". Aqui estão R$ 100 reais. Eu acho que é um equívoco, um erro. Tem um R... Não, 100 é o número, algarismo, 100, R$ 100 reais. Eu sei que é algo mais, mas também, 100 reais a gente pode acertar agora, aqui, rapidamente, deve ser um equívoco aqui da impressão do livro que eu acabei de receber.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu vou garantir esse dinheiro com a revenda bancária do Ceará.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Mas eu não vou garantir a água para o Ceará não do Rio São Francisco, por 100 reais, a compensação, Senador, teria que ser muito maior (risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Deus vai lhe pagar a sua bondade.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Primeiro salvar as nossas populações ribeirinhas que estão ao lado do São Francisco quando se fala em gastar 6 bilhões para fazer a transposição, que, pelo que eu sei, o Banco Mundial nunca aprovou esse projeto, tem restrições sérias, tem restrições sérias, nós temos debatido demasiadamente, achamos que podemos atender do ponto de vista do equilíbrio hídrico no Nordeste setentrional, no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba através dos açudes existentes da região, achamos que o rio pode se utilizada a sua água para abastecimento da população através de adutoras que podem ser feitas, mas não através de um projeto megalomaníaco como esse de 6 bilhões para transpor 125 metros cúbicos por segundo, que é a previsão dos canais, mas dizendo que em tempo de baixa vazão, são 25 metros cúbicos por segundo. Pelo amor de Deus, esse país tem dinheiro para fazer um investimento de 125 metros cúbicos por segundo e só transpor 25, realmente é algo que não dá para aceitar do ponto de vista técnico, do ponto de vista de alguma lógica.

Mas são essas as observações que eu queria fazer inicialmente e pedir aos senhores palestrantes para saber se há, porque o Banco Mundial tem programas, tem a Pró-Água que eu sei, é um grande programa de perenização de rios, nós trabalhamos, eu trabalhei na Bahia com o Governador que foi até um baiano que também participou desse programa, Azevedo, agora não sei se ele está ainda no banco, mas não está mais no Brasil e deu um excelente resultado. Pelo que eu sei a avaliação do banco, que o programa já está na segunda fase, nós aprovamos recentemente aqui no Senado, e é perenizar os nossos rios através não de grandes barramentos, mas de barramentos de médio porte, até pequeno porte, mas perenizar. Nós perenizamos o Rio Itapicuru, um rio importante do semi-árido da Bahia, que agora é produtivo, tem abastecimento de água. E não foi preciso nenhuma transposição, nós fizemos perenização. Também a perfuração de poços que no Nordeste nós temos o problema da água salinizada, mas através dos dessalinizadores por osmose reservas tem sido uma situação que tem tido êxito e temos vários outros programas. Não precisamos de nada megalomaníacos, precisamos de programas efetivos e contínuos, que não haja descontinuidade dos programas. E a parceria entre as instituições. O Governo Federal, Governo estaduais e de Governos Municipais. Agora, não pode descontinuidade. Se houver simplesmente boa intenção e não dotações orçamentárias, nós vamos, num futuro próximo, se não formos nós ainda que não estamos tão velhos ainda, mas daqui a 10 ou 15 ou 20 anos e, principalmente, nossos filhos e nossos netos vão ter um dissabor muito grande com a desertificação no Nordeste. Eu agradeço, Sr. Presidente, mas queria saber de números, como diz o outro, gaita.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Muito obrigado, Senador. Com a palavra agora, o Senador Garibaldi Alves Filho. Foi bom, o que Senador César Borges já começou a botar uma luzinha de entendimento em relação ao São Francisco. Eu fico feliz, eu torço para que a solução seja achada. Quanto na localização e na transposição que é para ter água para as pessoas beberem.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Em Sr. Presidente**,** qual foi a luzinha?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Que ele já admitiu que está sendo super dimensionado, se houver uma outra discussão, já pode ter uma solução. Foi assim que eu entendi, não é Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Primeiro, esgotando o potencial hídrico do Rio Grande do Norte que é muito grande, é maior até que algumas áreas da Bahia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não caia nessa não, Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Para ele é muito fácil, ele mesmo disse que a área do Estado é só de...compõe o semi-árido só representa 60%. Para ele é muito fácil, porque o Estado da Bahia tem outros instrumentos e tem, sobretudo, gaita mais do que os outros Estados do Nordeste. E nós estamos querendo apenas uma quantidade mínima da vazão do rio, e isso tem sido negado e eu acho que está na hora, Sr. Presidente, me permita e os convidados a quem eu quero saudar desde o Dr. José Roberto, Antônio Rocha Magalhães e minha pronúncia aqui *Beekman.*

Eu quero dizer a todos, que, na verdade, nós estamos numa hora em que temos que intensificar as ações com relação à desertificação e devemos chegar a um consenso com relação a elas. Eu acho que o único ponto aqui de divergência seria mesmo da transposição, porque os outros pontos todos eles se constituem numa preocupação de todos nós e todos nós pensamos de uma forma assim, urgente. É um verdadeiro grito de socorro com relação a uma região como essa, a região nordestina. Nós temos no meu Estado, Siridó, onde índice de desertificação é ainda muito maior, e o Brasil detêm 14% da água doce do planeta, no entanto, ela é mal distribuída no nosso próprio território.

Nós temos que democratizar essa distribuição da água. Eu acho óbvio que se possa pensar, apesar do nosso Senador César Borges achar que não, eu acho óbvio que se possa realmente reforçar numa hora como essa à importância do projeto da transposição do Rio São Francisco, que é um projeto de reforço de bacias. Isso não vai se constituir naquela permanente sangria de água, de busca de água não, apenas ele se constitui num mecanismo de reforço. Vai ficar tudo preparado quando houver a necessidade, nós vamos então, não, viu Senador César Borges, mas nós vamos procurar ter aquela compensação para uma segurança mínima hídrica que o Nordeste setentrional nunca teve.

As áreas desertificadas são as de menor IDH do país e aquelas que apresentaram, claro, uma maior migração para o eixo Sudeste, apesar disso já ter diminuído bastante. Temos uma Costa intensa, como poderíamos utilizar esse potencial. Temos 32 milhões de habitantes. Eu creio que... Eu agora tenho que dar razão ao Senador César Borges. Projeto não está faltando, apesar de nós termos antes uma concepção que era equivocada de combater a seca, quando nós temos é que conviver com a seca, essa é a concepção é uma concepção muito mais viável, muito mais madura, logo, Sr. Presidente, o que eu peço é que nós possamos ter a aprovação desses programas como aprovamos recentemente aqui no Senado, um financiamento o que Governo Brasileiro obteve para a continuação do Pró-Água, que já é a segunda Pró-Água. A primeira Pró-Água nós, inclusive, participamos. A principal necessidade da região, além de combater, sobretudo, a pobreza, mas é de ter a água presente em todas as suas dimensões.

E a pergunta que eu faço é essa: Será, primeiro, será que nós obteremos os recursos para fazer em face de esse programa de ação nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca? Recursos nacionais e recursos internacionais. Para o Pan, o Pan do esporte, os recursos foram conseguidos. Para o Pan do combate à desertificação, eu creio que nós deveríamos ter a mesma sorte. Era isso que eu queria dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Muito obrigado, Senador Garibaldi, muito obrigado. Passamos agora para os senhores expositores para responderem as questões que forem e fazer as suas considerações também. Vou começar pelo que falou primeiro. Foi o Dr. Antônio Magalhães. Professor Antônio Magalhães.

SR. ANTÔNIO ROCHA MAGALHÃES – Muito obrigado. Eu anotei aqui os comentários do Senador Inácio Arruda, a quem eu quero fazer a homenagem, porque estamos juntos trabalhando sobre essa questão do semi-árido desde os idos de 92, e ele sempre realmente foi um estudioso dessa questão e continua, e fico contente e feliz de vê-lo aqui no Senado mais uma vez liderando esse trabalho.

O amigo Senador Garibaldi Alves Filho, Governador Garibaldi, com quem eu tive a honra de trabalhar quando estava aqui no Governo Federal, Senador Paulo Souto também, enfim, é uma grande honra estar aqui. E foi seu antecessor, o Senador César Borges, isso é a idade que já faz a gente...e também anotei os comentários do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que precisou se ausentar e, evidentemente, levaria muito tempo para comentar sobre cada uma das coisas que foram aqui colocadas, todas muito importantes.

Eu só gostaria, talvez, me baseando na colocação inicial do Senador Inácio Arruda, que, de certa forma, também reflete algumas das colocações que foram feitas, posteriormente, sobre o que fazer sobre as soluções, e dizer, bom, muitas coisas estão sendo feitas, as questões foram colocadas aqui de falta de continuidade são um problema constante das políticas públicas em todos os lugares, e aqui no Brasil, sem dúvida, são experiências bem sucedidas como gerenciamento de recursos hídricos do projeto da Bahia a Pró-Água, o projeto do Ceará, o PROGERI, e a gente tem que reconhecer que tem sido feito um progresso

no Brasil nos últimos 10, 15 anos, coisas que realmente são coisas que têm que constar dentro dessa visão de longo prazo, a continuidade desses esforços.

O que eu só gostaria de mencionar, é, de que de qualquer forma, não é uma resposta simples para responder a complexidade de todo esse desafio que nós vemos aqui. Como o que fazer para tornar sustentável o desenvolvimento da nossa região, estamos falando aqui do Nordeste, particularmente do Nordeste semi-árido, de tal maneira que os 31 milhões de pessoas que estão lá no interior do Nordeste possam ter acesso a condições de vida dignas, que possam sair da pobreza. Essa é uma questão complexa, mas que não tem uma resposta simples.

Uma resposta mais ou menos genérica seria dizer: "Temos que aperfeiçoar as coisas que já estão sendo feitas pelo Governo Federal, pelos Estados, e os Estados têm assumido um papel cada vez mais importante, quer dizer, as articulações das ações no nível do Estado são essenciais e um papel que cabe também nos municípios onde há possibilidades de melhorias muito grandes, porque quando falamos, por exemplo, na questão do desenvolvimento local, temos que falar no papel dos municípios, e há um espaço imenso para melhoria de qualidade de governança, de enfim, no nível municipal também".

Há muita coisa a ser feito ainda na parte de pesquisa, de estudos, e, sobretudo, na transmissão dos conhecimentos gerados para aqueles que fazem políticas, como o que está sendo feito aqui nesse momento que precisa ser feito de uma maneira muito mais sistemática, para que os políticos realmente possam ter as informações objetivas, sempre vai ter uma conotação política, e aqui, por exemplo, o caso que foi levantado aqui do São Francisco ele já saiu de uma questão totalmente objetiva para se transformar numa questão política e que precisa realmente ter mais informações, mais dados objetivos para que se possa, digamos, as várias correntes, sentar e chegar a uma solução que chegue, que atenda ao interesse, digamos, do Nordeste, como um todo, das pessoas que realmente estão vivendo lá.

Eu creio que o esforço que nós fizemos no Projeto Áridas e aqui eu acho que os Governadores que estão aqui patrocinando aquele projeto há alguns anos atrás, eu acho que ele chegou a algum tipo de resposta muito interessante, que tentam, de certa forma, organizar essa complexidade sobre o que eu falei. Por exemplo, é preciso pensar na geografia, um plano de Governo, um plano de ação não pode esquecer a geografia.

É preciso pensar o que vai acontecer com o território, com os recursos naturais, com a água, com a vegetação. E quando a gente fala, o senhor mencionou o caso do desmatamento para a produção de carvão, não é só retirar as árvores, é retirar também daquele pedaço de território a capacidade de armazenar água. A água vai correr rapidamente, os rios ali vão secar como já secou os rios da margem esquerda do lado oeste do São Francisco por conta do desmatamento. É preciso pensar na geografia e desenvolver uma estratégia, digamos ambientais de uso da terra que seja capaz de preservar a qualidade dos recursos naturais e compatibilizar isso com um nível que seja sustentável para a população que está lá.

Mas além de pensar na geografia, tem que pensar nas pessoas. E temos que levar em conta um dado que foi colocado aqui de que o que existe em termos de pobreza no semi-árido do Nordeste e de migrações ao longo desses anos todos para as cidades, são um indicador de que o semi-árido realmente não suporta esse nível de população que existe. Ou aumenta a capacidade de produção sustentável, ou realmente a população vai continuar saindo.

Daí que uma dimensão importante colocada pelo Projeto Áridas, foi a participação do capital humano, numa visão de longo prazo, o que é importante não é impedir que as pessoas decidam sair, como nós saímos, mas é fazer com que as pessoas que saírem vão ter condição de competir lá fora, não pelos empregos de mais baixo nível, mas por outras oportunidades. Daí que a questão do próprio Projeto Árida, o projeto nº 1, a ação nº 1 foi de educação, apesar de mencionar a importância da água, a importância ambiental, a importância de novas tecnologias que têm que continuar, que é uma questão muito mais complexa. Mas, no longo prazo, o que nós queremos é que cada pessoa possa ter a capacidade de dizer "eu quero continuar morando aqui e com os conhecimentos que eu tenho, eu vou poder fazer isso e isso". Ou então, não. "Eu vou para Salvador, eu vou para São Paulo, eu vou para o Banco Mundial, mas eu vou estar capacitado para fazer isso". Ou seja, a capacitação da população era o centro daquela proposta que a gente, na qual a gente trabalhou e eu digo a gente foi uma associação dos dez Estados do Nordeste com áreas federais, com outras instituições de pesquisa, e foi um esforço que realmente vale à pena ser retomado, inclusive...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, me permite só uma pergunta ao Dr. Antônio?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Pois não.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – O Áridas hoje ele já deu por encerrada a sua missão? Não? Encerrada a sua missão, jamais, mas eu quero saber o áridas, porque pode ter sido substituído

por outro programa e eu confesso que não estou bem informado quanto a isso e gostaria de ser informado por V.Srª. que eu reconheço que é uma autoridade de um assunto ao lado dos demais convidados.

SR. ANTÔNIO ROCHA MAGALHÃES – Muito obrigado, Senador. O áridas, para quem nunca ouviu falar, foi um esforço de desenvolver uma metodologia para o planejamento do desenvolvimento sustentável do Nordeste, 1992, 94. Ele teve um impacto muito grande, por exemplo, no desenho no Pró-Água, no desenho dos projetos de recursos hídricos pensando como desenvolver uma política sustentável. No projeto de 1 milhão de cisternas, também, e no planejamento estadual, inclusive Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará desenvolveram planos estaduais de desenvolvimento sustentável e, sobretudo, ao viabilizar essa metodologia, mas ele também foi vítima da questão da descontinuidade. No momento em que deveria ter, digamos, sido continuado, ser robustecido, ele, de certa forma, enfraqueceu um pouco.

No momento, com a ajuda do IICA, do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração, está sendo feito um esforço de recuperar todo o acervo para relançar, se tentar relançar uma nova fase desse esforço e a gente espera que, nesse momento, seja capaz de responder de uma maneira objetiva muitos dos desafios que estão sendo colocados agora com o agravamento dos problemas de desertificação e de mudanças climáticas também.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Dr. Antônio Rocha, o Presidente vai permitir, eu cheguei atrasado agora eu estou querendo tirar o atraso, mas atrasando os convidados e os outros expositores, e os outros debatedores, aliás. Mas eu queria dizer que o PAPP, Programa de combate...No início era Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, hoje tem um nome.

SR. ANTÔNIO ROCHA MAGALHÃES – Hoje é PCPR.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Isso, PCPR. Eu acho que esse programa, esse eu sei que continua, prestou e continua prestando um grande serviço a essa causa de combate à pobreza e à desertificação. Isso eu estou absolutamente seguro, eu acho que nesse ponto nós não divergimos não. Eu e o Senador César Borges estamos aqui unidos, porque é um grande programa.

SR. ANTÔNIO ROCHA MAGALHÃES – Perfeito. Ele continua, esse projeto continua sendo fortalecido, mas agora com uma dimensão mais clara na parte ambiental também, educação ambiental das comunidades e também na parte de geração de projetos produtivos.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Eu quero destacar o papel importantíssimo que o Banco Mundial sempre teve de combate à pobreza na base incluindo a preservação da sustentabilidade do semiárido, não é? Inclusive é preciso que se diga, em determinado momento o Governo Federal tirou o suporte do programa, no momento o Governo Federal disse: "Eu não tomarei o empréstimo", que ele tomava e repassava para os Estados, e os Estados assumiam. Pelo menos o Estado da Bahia assumiu incontinente o projeto e deu, e está pagando. Os Governos Estaduais, o Governo Federal, fugiu da sua responsabilidade.

Eu só quero com isso, Senador Garibaldi Alves Filho, dizer de que há uma necessidade do convencimento nacional de que esse é um problema nacional, não é um problema apenas nordestino não, é um problema nacional, um problema continental, um problema mundial, nós temos aqui o semi-árido muito grande, é um desastre para todo o planeta se isso for se agravando no Brasil. Lamentavelmente não sabem V.Sª. como é difícil, como é difícil, como é exaustivo, é desestimulante convencer a União de que o Nordeste é diferente e tem que ter um tratamento diferenciado, porque as políticas públicas em seus volumes, seus recursos, ficam no Sudeste. São Paulo absorve absolutamente a grande maioria desses recursos, mas é difícil quando se fala em algum programa para o Nordeste. Esse exemplo é o exemplo. Não é esse Governo, eu sou oposição a esse Governo, mas não é o Governo. Foi o Governo passado que tirou o apoio e disse: "Não, nós não temos mais interesse porque o endividamento externo do país poderia aumentar e os Estados assumiram esse compromisso", mas eu quero, de público, parabenizar o Banco Mundial, e dizer, por exemplo, que a Bahia sempre procurou cumprir religiosamente os programas com o Banco Mundial fazendo a contrapartida. Porque Senador Garibaldi Alves Filho conhece bem esse assunto, se não houver a contrapartida dos governos que assumem o compromisso com o banco, seja o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o programa tem descontinuidade.

Eu acho que a responsabilidade nº 1 do Governo Estadual manter depois de assinado os contratos com os bancos, manter os recursos orçamentários para fazer frente às contra partidas. O que, lamentavelmente, não acontece com a União, muitas vezes. Mas é uma intervenção. Quero parabenizar em seu nome o Banco Mundial e a parceria com que o Banco Mundial faz com o desenvolvimento do Nordeste.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Nesse ponto, pode falar por mim. (risos).

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu estava na oposição, mas garanto que será também do partido.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Professor Antônio Magalhães. Muito obrigado, com a palavra, José Roberto Lima, do MMA.

SR. JOSÉ ROBERTO DE LIMA – Eu creio que muitos pontos já foram aqui respondidos pelo Dr. Magalhães, mas eu gostaria primeiro de, respondendo ao Senador Inácio Arruda, lembrá-lo do início dessa caminhada, quer dizer, o início oficial, porque você teve um trabalho antes feito pelo Vasconcelos Sobrinho, que começa a colocar o Brasil do ponto de vista estratégico na questão da desertificação do mundo. Mas a ISSID é um momento institucional muito forte onde se começa a criar a instituição Nações Unidas. Até nesse momento, até a Rio 92, três temas estavam muito fortes dentro daquela agenda internacional, mudança climática, diversidade ideológica e a desertificação estava um pouco marginal. O Governo Brasileiro participa dessas negociações da criação da Convenção apenas com o Ministério de Relações Exteriores. Até então, apenas a sociedade civil estava envolvida nessa criação, era o Ministério das Relações Exteriores com a sociedade civil. Só em 2004 que o Governo, depois de criada a convenção e estabelecido um convênio com o PNUD para elaboração do antigo PNCD, que isso o Governo puxa para ele essa responsabilidade, que era uma responsabilidade de Estado definida pelo próprio Congresso Nacional, ratificar a convenção, mas o Governo deixa esse tema muito apagado.

A questão da desertificação ela não sofreu nenhum avanço das outras duas convenções quadro, mudança climática e desertificação, que passaram a ter por parte do Governo Federal uma atenção muito maior do ponto de vista de institucionalidade, do ponto de vista de estabelecimento de recursos, do ponto de vista de estabelecimento de legislação. Apenas em 2003, com a chegada da Ministra Marina à frente do Ministério do Meio Ambiente que a sociedade civil a procura e estabelece com ela um pacto.

Esse tema é importante para a agenda, não só do Nordeste que foi dita aqui, é importante para a agenda nacional, porque os impactos disso nós não estamos restritos à área suscetível à desertificação, semi-árido e subúmido seco. Os impactos são nacionais. Nós bem conhecemos isso. O Senador Geraldo Mesquita Júnior está aqui, eu sou acriano, descendente de cearense, Ministra Marina também. A Amazônia sofreu dois ciclos importantes de imigração. A Região Sudeste também sofreu isso. E vice-versa agora as regiões de cerrado. Ou seja, se a questão é local, o impacto é nacional e precisa ser tratado como uma política nacional, uma preocupação nacional.

Esse vácuo que ficou nos deixou frágil, a Ministra Marina vem desenvolvendo um esforço de dar a questão do programa institucionalidade maior, mas eu não preciso dizer a essa Casa as dificuldades que a questão ambiental tem em se colocar no ponto de referência das políticas públicas e de referência também das questões orçamentárias não só do Governo, mas do Estado Brasileiro. Essa questão orçamentária que está no Pan, quando nós começamos a elaborar o Pan Brasil, nós identificamos algumas ações, três tipos de ações que mais ou menos nos colocavam com algumas preocupações. Duas delas de forma muito forte. Uma delas eram os recursos que eram destinados a programas que não conheciam a convenção, não sabiam o que Brasil era signatário da Convenção, mas que ajudavam a combater a desertificação.

Então, podiam ser incluídas dentro de um programa desse como recursos voltados a combater a desertificação, apesar de não estar na esfera do Ministério do Meio Ambiente. Eram recursos que não conheciam a desertificação, não sabiam que o Brasil tinha obrigações internacionais com esse tema, e que provocavam, potencializavam o processo de desertificação, e que precisavam ser reenquadrados, precisavam ser redirecionados do ponto de vista da efetividade ambiental. E aquele pequenozinho, que era muito pequeno, PCPE era um deles, a Pró-Água também que era um recurso que dizia: "O Brasil é signatário de um acordo internacional e essas ações precisam estar voltadas para a questão de combate à pobreza, à desertificação, a melhores condições de proteção ao solo e reflorestamento e que os dois biomas fossem tão impactados como nós vemos aqui anteriormente".

A busca hoje do Ministério é tentar colocar a questão ambiental e a questão da desertificação num patamar realmente um pouco mais proeminente dentro das questões de desenvolvimento econômico social no semi-árido. Agora, isso é um caminhar. De 2003 para cá o Brasil logrou muitos avanços, aliás, o Brasil é reconhecido internacionalmente como um dos que de 2003 para cá mais avançou. Nós estamos dando apoio técnico institucional aos países da comunidade de língua portuguesa, está aqui, eu trouxe para vocês, coordenamos a elaboração da estratégia do Mercosul de desertificação, estamos portando cooperação com os países da Mesoamérica, outros países africanos e também com os países do Caribe. Ou seja, esse conhecimento se traduz de forma muito clara num movimento internacional para que o Brasil coordene a convenção de combate à desertificação, tanto é que o Brasil está lançando o nome do nosso amigo Antônio

Rocha Magalhães para Secretaria Executiva da convenção de combate à desertificação.

Está em processo, acredita-se que até dentro de uma ou duas semanas se defina essa situação. A Ministra Marina está muito envolvida nesse processo, o Itamaraty está dando todo o apoio, está extremamente envolvido nessa campanha, porque acreditamos que essa convenção pode ser o elo entre a grande plataforma internacional e nacional do Governo que é o combate à pobreza, com a política internacional de proximidade com a África e com os países latino-americanos.

Todo esse esforço tem se traduzido em algumas ações do Governo, que nós concordamos e sabemos que não são suficientes. A institucionalidade que nós temos hoje, dentro da questão de combate à desertificação ainda não é a mesma das demais convenções. Temos problemas, vocês sabem que consegui hoje estabelecer, criar uma diretoria ou criar uma Secretaria implica numa coisa muito difícil de conseguir DAS, de formar gente, de fazer concurso e essas coisas, para vocês terem idéia, Senador Inácio Arruda, em 2003 a Coordenação de Combate à Desertificação era ligada a uma gerência de água que é ligada a uma diretoria, que era ligada a uma Secretaria, que respondia à Ministra, e tinha uma pessoa cuidando, que apenas participava das reuniões internacionais. Hoje não. É uma coordenação com extrato de diretoria ligado ao Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável com equipe de aproximadamente 13 pessoas, tem mais dois estagiários. Ou seja, não é o suficiente, concordamos que não é o suficiente, mas o Ministério desenvolveu um esforço muito grande nisso e todo esse avanço, por exemplo, do ponto de vista de recursos, eu quero salientar aqui a importância da Comissão de Meio Ambiente, dessa Comissão, que está locando para esse ano a emenda Parlamentar de 10 milhões para o programa de combater à desertificação. Espero que não seja contingenciada, porque os compromissos com isso são basicamente 11 planos estaduais de combate à desertificação que estão na Mesa no Ministério da gestão de recursos.

Com esses recursos, nós vamos elaborar 11 planos estaduais. No Estado da Bahia, organizamos seminários regionais, internacionais de combate à desertificação que foi apresentado aqui e está iniciando esse processo. E também com esse recurso, vamos conseguir criar numa parceria junto com o Instituto de Pesquisas Espaciais, com o FUNCEME e com o INMED e mais com a Agência Nacional de Águas e outras instituições. Primeiro o sistema de alerta precoce, ou seja, um sistema que possa prever, antecipadamente, esses eventos de secas prolongadas e desertificação, para que as políticas públicas possam ser direcionadas de forma que não fique desperdiçando recursos públicos com frentes emergenciais, mas com políticas eficazes de preparação da população e de armazenamento de produção, de segurança hídrica, de segurança alimentar e coisa desse tipo. Outra questão que eu acho...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Dr. Roberto, vou lhe dar um minuto para terminar. Quase dez minutos.

SR. JOSÉ ROBERTO DE LIMA – Outra questão que eu acho extremamente importante ressaltar aqui é a forma que outros Ministérios estão trabalhando. O recurso, apesar de você chegar no Ministério do Meio Ambiente o recurso está lá 1 milhão, há mais do que isso, porque você tem hoje um programa de cooperação técnica do Ministério de Integração para atuar com o projeto piloto em áreas definidas pelos Estado como mais degradada do valor de 16 milhões. Esse projeto, inclusive, já foi aprovado pela Agência Brasileira de Cooperação, estamos preparados. Estamos com recurso do Ministério da Educação sendo trabalhados. Aliás, iniciamos agora o primeiro curso de pós-graduação junto com a Universidade de Campina Grande na área de desenvolvimento sustentável do Nordeste e combate à desertificação. Temos também recurso do Ministério da Agricultura trabalhando nos núcleos desertificados apresentados pelo professor *Beekman* na área de formação de agricultores. Ou seja, não é o suficiente, mas estamos iniciando esse processo e eu acho que essa Casa tem uma contribuição muito grande a dar nesse processo de, inclusive, incluir a questão da desertificação de forma definitiva na agenda política nacional. Muito obrigado.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Só para eu fazer uma breve intervenção rápida. É que não é difícil criar, nós temos aqui, criamos uma Secretaria de Portos com não sei quantos cargos, cento e tantos cargos, dos Portos, que estava ligado ao Ministério, foi criado. Porque não se cria algo no Governo Federal para essa questão específica?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – V.Exª vota a favor ou...

(risos).

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – A favor de quê?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Da Secretaria.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Claro que eu voto a favor dos portos, foi só para resolver um problema político.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – O ex-Ministro precisava ocupar o cargo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Não seja contra os portos.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Não sou contra os portos, eu sou a favor de verba para os portos agora, poderia ficar no Ministério dos Transportes. Agora não se cria essa dificuldade. E esses valores que ele falou aqui são valores irrisórios, irrisórios. Eu fico a imaginar se 6 bilhões que teoricamente não sei, porque eu acho que essa transposição pode ter até início, agora, meio e fim não vai ter, não é? Mas se esses 6 bilhões fossem colocados para a educação, mas um problema efetivo como era previsto no Áridas um programa continuado, permanente, nunca se colocou, se colocar todos os recursos que até hoje o Governo Federal colocou no semi-árido, não dá 6 bilhões de reais ao longo da história do Brasil.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Me lembra a obra da construção do Metrô de São Paulo quando as pessoas olhavam assim e diziam: "Um elefante branco, isso não vai funcionar nunca". Foram bilhões que foram gastos lá, e precisamos gastar mais alguns bilhões só para tratar do assunto de transporte no Estado de São Paulo. O Senador César Borges sabe muito bem que essa obra de interligação de bacias é uma obra pequena frente às inúmeras interligações de bacias que nós já temos no Brasil e no mundo. O problema nosso aqui é se ela vai responder aos objetivos para o qual ela foi feita adequadamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Senador Inácio Arruda, vamos deixar o último para o Dr. *Beekman*, com a palavra.

SR. GERTJAN BEEKMAN – Os comentários com relação a custos, a cooperação técnica do IICA com o Ministério do Meio Ambiente está funcionando por meio de um projeto de cooperação técnica que conta com R$ 4 milhões e 140 mil reais, que foram viabilizados por meio de uma emenda Parlamentar dessa Casa. Isso é, já é uma demonstração importante em termos de engajamento da Casa no tema. Outro projeto de cooperação técnica com o Ministério de Integração, que foi mencionado também de 16 milhões, está aguardando que haja uma decisão administrativa por parte da recém empossada também Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica, para que esses recursos sejam liberados. Isso seria muito bom. Para que isso seja liberado, são 16 milhões, isso realmente já existe todo o embasamento para isso, ele foi aprovado, foi assinado pelas partes e, inclusive, dentro, no contexto deste projeto, está sendo também proposta a criação de um Centro de Estudos Avançados de Combate à Desertificação que seria o depositário de todo o conhecimento que foi gerado nessa área de conhecimentos em desertificação referente, claro, à Região do Nordeste. E dentro também estaria, por assim dizer, sacramentado toda a base de informações gerada pelo Projeto Áridas. Nós conseguimos recuperar todo o acervo, isso já está em meio eletrônico, temos um CD já feito, só falta colocarmos um pouco do histórico atrelado a isso e isso constituiria a base de informações para as premissas desse novo, desse centro a ser considerado.

Também como foi comentada a participação da cooperação tem sido extremamente importante. Na semana passada nós tivemos esse evento onde estivemos, nós três estivemos em Salvador na discussão sobre subsídios para um plano de ação estadual de combate à desertificação, e isso está no contexto da cooperação viabilizado pelo Pró-Água. Também está identificado de novo, como existe muita proximidade nas ações que já historicamente vem em custo, a mesma coisa vai acontecer nos outros Estados, como comentou José Roberto, os pais nos Estados também serão idos desenvolvidos.

Também em relação a um dos pontos que o Senador Inácio Arruda mencionou de aonde mais acontece desertificação no Brasil? Claro, tudo está orientado pelo Pan que olha basicamente para o árido, semi-árido e subúmido seco de acordo com a convenção. Existem outras regiões que sofrem degradação ambiental no Brasil. No Rio Grande do Sul existe um problema seriíssimo de degradação que eles chamam lá de arenização e alegrete, isso requer também políticas específicas e que são muito semelhantes às de combate à desertificação.

Também há iniciativas, por exemplo, de Itaipu nacional, com o programa "Cultivando Água Boa", que preconiza a preservação e recuperação das cabeceiras das bacias. Cabeceiras da Bacia do Prata onde há processo de degradação também importantes e que levam a porte de sedimentos ao lado de Itaipu. O envolvimento de novo por parte da comunidade da solução desse tipo de situação está sendo muito importante. É um programa extremamente interessante e eles se interessavam pelo enfoque com base na desertificação, porque os procedimentos, técnicas, metodologias, enfoques são muito semelhantes, existem exemplos nossos aqui.

Em termos de, no cenário que vimos de aumento de temperatura, como é que isso afeta o zoneamento agro-ecológico ou principalmente o agrícola, isso também abre, entre aspas, outras oportunidades na área de pesquisa e de investigações, criar variedades ou desenvolver variedades que sejam resistentes ao aumento de temperatura, ou variedades que é o cultivo que requeiram menos requerimentos hídricos, que exijam menos requerimentos hídricos. Isso é função de uma EMBRAPA, por exemplo, ou desse tipo de entes de

pesquisa que deveriam estar engajados nessa temática também. Necessitam recursos para isso. EMBRAPA foi magnífica em termos de criar opções para a soja, que antes estavam confinadas a uma determinada latitude no país, e que, em função da biotecnologia, foi possível adotar soja no país como um todo.

Na questão de fontes alternativas de energia, claros, no Ceará têm a eólica, que está sendo utilizada até no PROGERI, nos eixos das bacias internas, está se cogitando isso como fonte de energia também. Energia solar, obviamente, é algo extremamente atraente. Por que aqui não usamos fóruns solares a nível doméstico? Na África funciona, aqui continuamos utilizando, enfatizando muito a utilização da lenha, inclusive, para efeitos domésticos. A utilização, por exemplo, de tecnologias apropriadas para a melhoria da eficiência no uso da lenha já seria um fator extremamente importante na redução da pressão sobre o meio ambiente nesse sentido. Há opções e estamos trabalhando em todas elas, claro, em escalas diferenciadas, mas temos muito ainda para discutir, sem dúvida. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Muito obrigado, Dr. Beekman, Dr. Antônio Magalhães e Dr. José Roberto Lima. Haveria mais alguns assuntos para, algumas delegações de matérias que eu transfiro para a reunião por ausência de tempo e de relatores.

Declaro encerrada a sessão e agradeço em nome do Senado aos senhores que aqui se apresentaram.

(Sessão encerrada às 13h27.)

Ata da 24ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada em 11 de setembro de 2007, às 11:30 horas.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia onze de setembro de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, JOÃO RIBEIRO, HERÁCLITO FORTES, MARCONI PERILLO, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, EXPEDITO JÚNIOR, GERALDO MESQUITA, CÉSAR BORGES** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência dá conhecimento aos membros da Comissão que recebeu, do Tribunal de Contas da União, os avisos de números 1163, 1205, 1262, 1279 e 1305. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº , DE 2007-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal e do art. 90, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) destinada a apurar denúncia de irregularidades nos Projetos PNUD BRA-01/03 e BRA-01/031, conforme documentação em anexo". **Autoria:** Senador **HERÁCLITO FORTES. Resultado: Adiado. Item 02) AVISO Nº 48, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 78, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Grupo Hospitalar Conceição S/A, administrador dos Hospitais Nossa Senhora da Conceição S/A, Hospital Cristo Redentor S/A e Hospital Fêmina S/A, em Porto Alegre-RS, em 1994, na área de licitações e contratos (TC - 625.093/94-1)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União**. Relator "ad hoc":** Senador **AUGUSTO BOTELHO. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 03) AVISO Nº 13, DE 2003 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 513, de 2003 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras do Contorno Ferroviário de Jaraguá do Sul/SC e Guaramirim/SC (TC - 003.655/2003-0)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador **AUGUSTO BOTELHO. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo**. Resultado: Aprovado. Item 04) AVISO Nº 20, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.572/2007-TCU-2ª Câmara, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente aos autos do ato de aposentadoria do Sr. Tereso de Jesus Torres (TC 017.082/2003-6)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União**. Relator "ad hoc":** Senador **AUGUSTO BOTELHO. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria com remessa de cópia ao Primeiro Secretário, com vistas à adoção das providências administrativas cabíveis e envio do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 05) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO,** que "propõe, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX e com o artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a instauração de procedi-

mento de fiscalização e controle com a finalidade de acompanhar os processos investigativos, administrativos e judiciais das instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal que as indicia em crimes contra o sistema financeiro". **Autoria:** Senador **PEDRO SIMON. Relator:** Senador **SIBÁ MACHADO. Relatório Prévio:** Pela admissibilidade da matéria e do plano de trabalho apresentado. **Resultado: Adiado. Item 06) OFÍCIO "S" Nº 20, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal informações do Senhor Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e do Senhor Marcelo Ribeiro de Oliveira, Procurador da República no Estado do Pará, sobre questão referente a legislação de licenciamento ambiental, suscitada pelo referido Diretor-Geral em audiência pública patrocinada pelas Comissões de Minas e Energia e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, ocorrida no dia 12 de abril de 2007". **Autoria:** Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. **Relator "ad hoc":** Senador **AUGUSTO BOTELHO. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 07) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO,** que "altera o artigo 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que 'dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências' ". **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Autor do Projeto:** Senador **ÁLVARO DIAS. Relator:** Senador **CÉSAR BORGES. Parecer:** Pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto. **Resultado: Adiado. Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2007 - TERMINATIVO,** que **"**institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências". **Autoria:** Senador **INÁCIO ARRUDA. Relator:** Senador **MARCONI PERILLO. Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma da emenda nº 1 (substitutivo) que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2006 – TERMINATIVO,** "altera o caput do art. 36 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a mensagem publicitária conterá a expressão 'informe publicitário' ". **Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO. Relator:** Senador **GARIBALDI ALVES. Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma da emenda nº 1 (substitutivo) que apresenta. **Resultado: Adiado**. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2005 – TERMINATIVO,** que "altera as Leis n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, e n° 10.962, de 11 de outubro de 2004, para, entre outras providências, considerar como prática abusiva a oferta à venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista". **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES. Relator:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA. Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma da Emenda nº 2 que apresenta. **Resultado: Adiado**. Usa da palavra o Senhor Senador **AUGUSTO BOTELHO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo nº regimental declaro aberto a 24ª reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presidência passa a dar conhecimento aos membros desta Comissão, sobre os seguintes avisos oriundos do Tribunal de Contas da União. Aviso nº 1.163, referente ao embargo de declaração contra acórdão de 575 de 2007. Aviso 1.205 referente a pedido de reexame contra acórdão 1.001 de 2005. Aviso nº 1.262 referente às contas do Governo relativas ao exercício de 2006. Aviso 1.279 referente a recurso denominado contra acórdão 810 de 2007. E aviso 1.305 referente ao Requerimento da Comissão do Meio Ambiente nº 24 de 2007, que requereu a auditoria do Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, para fiscalizar procedimentos e ações em especial da reserva extrativista de Cassurubá, Caravelas, acórdão 1.840 de 2007.

Tais avisos encontram-se na Secretaria dessa Comissão a disposição dos Srs. Senadores.

Passamos a pauta do dia, iniciaremos pelo item nº 2, aviso nº 48 de 2001 que encaminha ao Senado Federal, cota da edição de 78 de 2001, bem como dos respectivos relatórios e o votos que a fundamentaram, sobre a auditoria realizada no grupo hospitalar Conceição S/A, administrador dos Hospitais Nossa Senhora da Conceição S/A, Hospital Cristo Redentor S/A e Hospital Fêmina S/A, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 1994, na área de licitações e contratos.

Convido para funcionar como Relator *ad doc* o eminente Senador Augusto Botelho. Tem V. Exª a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sr. Presidente. Diante das razões expostas pelo Ministro Marco Vinícius Vilaça, que determinou o grupo Hospitalar Conceição, (ininteligível) Hospital Nossa Senhora

da Conceição e Hospital do Cristo Redentor, algumas medidas. A Senadora Fátima Cleide encontra de todo o exposto aqui, escrito e relatado, opina que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo. Este é o voto da Senadora Fátima Cleide, que eu represente e apresento como voto também em relação ao item 2.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão, não havendo a quem queira discutir, encerrada a discussão, passamos a votação. Srs. Senadores que aprovam permitam como estão, aprovados.

Passamos ao item 3. Aviso nº 13 de 2003. Encaminho ao Senado Federal a cópia do acórdão 513 de 2003 do TCU, bem como dos respectivos relatórios e voto que o fundamentam, sobre a auditoria realizada nas obras do Contorno Ferro viário de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina e Guaramirim, também em Santa Catarina. Esse aviso tem como Relator a eminente Senadora Fátima Cleide.

Convido para funcionar como Relator *ad doc*, Senador Augusto Botelho. Com V. Exª a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sr. Presidente. Senadora Fátima Cleide que analisou bem esse processo constatou, considerando que todas as irregularidades anteriormente apontadas pelo Tribunal de Contas da União tiveram o seu saneamento formalmente constatado, voto porque esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização de Controle, toma conhecimento do assunto aqui relatado e delibere pelo seu arquivamento nos termos no art. 133, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal. Este é o voto da Senadora Fátima Cleide, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senador Augusto Botelho. Em discussão o voto. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Passamos ao processo de votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao item 4. Aviso nº 20 de 2007. Encaminho ao Senado Federal cópia do acórdão 1.572 de 2007 do TCU, segundo a câmara, bem como dos respectivos relatórios e voto que o a fundamentam, referente aos atos do ato de aposentadoria do Sr. Tereso de Jesus Torres. Tem como Relator o Senador Cícero Lucena, convido o Senador Augusto Botelho, para funcionar como Senador *ad hoc*. Tem V. Exª a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Li a exposição do Senador Cícero Lucena e vou provir o seu voto. A luz do exposto, concluo pelo conhecimento do assunto por esta Comissão. Recomendando ao Presidente a remessa de cópias desse parecer, e do aviso nº 20 de 2007 do Tribunal da União ao primeiro secretário com vistas à adoção das providências administrativas cabíveis e pelo posterior arquivamento do referido aviso, bem como dos documentos que o acompanham. Este é o voto, Sr. Presidente, do Senador Cícero Lucena, do item 4 referente ao caso da aposentadoria do senhor, do Senado Federal, Sr. Tereso de Jesus Torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. O voto e o relatório exarado(F) pelo eminente Senador Augusto Botelho. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Passamos ao processo de votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao item 6. Ofício nº 20. Encaminho ao Senado Federal informações do Sr. Jerson Kelman, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, a ANEEL, e do Sr. Marcelo Ribeiro de Oliveira, Procurador da República do Estado do Pará, sobre questão referente à Legislação de Licenciamento Ambiental suscitada pelo referido Diretor-Geral em audiência pública, patrocinado pelas Comissões de Minas e Energia de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, ocorrida no dia 12 de abril de 2007. É de autoria da Agência Nacional de Energia Elétrica, a ANEEL, e tem como Relator a Senadora Serys Slhessarenko.

Convido o Senador Augusto Botelho para funcionar como Relator *ad hoc*. Tem V. Exª a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sr. Presidente. Trata-se de relatório elaborado pela Senadora Serys Slhessarenko. E vamos proferir o voto da Relatora que foi bem exposto aqui em relação a vários licenciamentos ambientais. Face do exposto cabe a essa Comissão tomar conhecimento das informações contidas nos ofícios 94 de 2007 e no nº 8 de 261 de 2007. E, não havendo outras providências a tomar voto pelo encaminhamento da matéria ao arquivo, bem como dos documentos que o acompanham. Com a devida comunicação a mesa dos termos do art. 143 do Regimento Interno.

Sr. Presidente, esse é o voto da Senadora Serys Slhessarenko, que eu represento e confirmo nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A mesa agradece ao Eminente Senador Augusto Botelho, e coloco em discussão o relatório e o voto. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Passamos ao processo de votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O item 1 da pauta foi retirado em atendimento ao pedido do Relator. Os demais são terminativos, razão porque nós não tendo mais nada a tratar, declaramos encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 11h40.)

Ata da 25ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de setembro de 2007, às 11:30 horas.

Às doze horas e sete minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, HERÁCLITO FORTES, JONAS PINHEIRO, MARISA SERRANO, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, GARIBALDI ALVES, CÉSAR BOGES, EDISON LOBÃO, LÚCIA VÂNIA** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº , DE 2007-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal e do art. 90, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) destinada a apurar denúncia de irregularidades nos Projetos PNUD BRA-01/03 e BRA-01/031, conforme documentação em anexo". **Autoria:** Senador **HERÁCLITO FORTES. Resultado:** Foi aprovado o sobrestamento da matéria, a pedido do Senador **SIBÁ MACHADO**, até a próxima semana. **Item 02) AVISO Nº 21, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.257/2007-TCU-Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao Acórdão nº 214/2007-Plenário, que julgou irregulares as contas do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - Iterra (TC 004.486/2004-4)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador **JONAS PINHEIRO. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 03) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO,** que "propõe, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX e com o artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a instauração de procedimento de fiscalização e controle com a finalidade de acompanhar os processos investigativos, administrativos e judiciais das instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal que as indicia em crimes contra o sistema financeiro". **Autoria:** Senador **PEDRO SIMON**. **Relator:** Senador **SIBÁ MACHADO. Relatório Prévio:** Pela admissibilidade da matéria e do plano de trabalho apresentado. **Resultado: Aprovado o Relatório Prévio. Item 04) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO,** que "altera o artigo 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que 'dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências' ". **Autoria:** Câmara dos Deputados**. Autor do Projeto:** Senador **ÁLVARO DIAS. Relator "ad hoc":** Senador **RENATO CASAGRANDE. Parecer:** Pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto. **Resultado: Aprovado. Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências". **Autoria:** Senador **INÁCIO ARRUDA**. **Relator:** Senador **MARCONI PERILLO. Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma da emenda nº 1 (substitutivo) que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2006 - TERMINATIVO** que "altera o caput do art. 36 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a mensagem publicitária conterá a expressão 'informe publicitário' ". **Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Relator:** Senador **GARIBALDI ALVES. Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma da emenda nº 1 (substitutivo) que apresenta. **Resultado: Adiado**. **Item 07**) **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2005 – TERMINATIVO** que "altera as Leis n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, e n° 10.962, de 11 de outubro de 2004, para, entre outras providências, considerar como prática abusiva a oferta à venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista". **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES. Relator:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA. Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma da Emenda nº 2 que apresenta. **Resultado: Adiado**. Usam da palavra os Senhores Senadores **SIBÁ MACHADO, HERÁCLITO FORTES, EDISON LOBÃO** e **GARIBALDI ALVES.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B.

de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental declaro aberta a 25ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós começaremos a nossa pauta uma vez que o autor do projeto relativo ao Item 01 não se encontra presente, nós começaremos com o Item 02.

Aviso nº. 21/2007 que encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão 1.257/2007, bem como dos respectivos relatórios e voto que o fundamental referente ao um acordo nº. 214/2007 do Plenário que julgou irregulares as contas do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa de Reforma Agrária - ITERRA. É de autoria do Tribunal de Contas da União e tem como Relator o eminente Senador Jonas Pinheiro. A quem concedemos a palavra.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como o Presidente já se referiu, este projeto ele, a origem dele é o Tribunal de Contas da União que julgou irregulares as contas do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária -ITERRA. O Tribunal de Contas encaminhou esta documentação ao Senado Federal para que tomássemos conhecimento seguindo procedimento que vem sendo adotado por aquela corte de contas de enviar cópia de seu julgamento a esta Casa.

Portanto, a intenção do Tribunal de Contas é enviar cópia de seu julgamento a esta Casa. O aviso 21 chegou ao Senado Federal no dia 28 de junho do mesmo ano sendo encaminhado a esta Comissão no dia 6 de julho e foi distribuído ao meu gabinete no dia 7 de agosto.

A análise do acórdão refere-se ao julgamento do embargo declaratório interposto pela Srª. Elizabeth Galvão contra o acórdão 214 do Plenário que julgou irregulares as contas do ITR e também aplicou multas à recorrente. Os Ministros da Corte de Contas reunidos em Sessão plenária ante as razões expostas pelo Relator decidiram: Primeiro, conhecer dos embargos declaratório interposto julgá-los parcialmente procedente para fim de modificar a decisão recorrida apenas alterando o valor da multa fixada para um mil e quinhentos reais. E terceiro, encaminhar os autos à Secretaria de Recurso para que proceda os exames de admissibilidade de recurso de reconsideração interposto pelo ITERRA.

Voto, Sr. Presidente. Com base no exposto, opinamos que essa Comissão tome conhecimento do aviso 21 e delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

Portanto, a Comissão já tomou conhecimento do parecer do acórdão do Tribunal de Contas da União e agora tem que deliberar pelo encaminhamento do processo ao arquivo. Este é meu parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o parecer do eminente Senador Jonas Pinheiro. Não havendo quem queira discutir. m votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item 03. Proposta de Fiscalização e Controle nº. 02/2006. Propõe nos termos do art. 49 inciso X da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso IX e com o art. 102 B do Regimento Interno do Senado Federal a instauração de procedimento de Fiscalização e Controle com a finalidade de acompanhar os processos investigativos, administrativos e judiciais das instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal que as indicia em crimes contra o sistema financeiro. A proposta é de autoria do eminente Senador Pedro Simon e tem como Relator o Senador Sibá Machado. A quem concedo a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Simon propõe mediante a proposta de Fiscalização e Controle nº 2/2006 que a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, CMA, instaure procedimento de Fiscalização e Controle com a finalidade de acompanhar os processos investigativos, administrativos e eventualmente judiciais das instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal que as indicia em crime contra o sistema financeiro, especificamente em operações cambiais fraudulentas. Propõe ainda que sejam solicitadas cópia dos respectivos inquéritos das 18 instituições indiciadas e respectivos relatórios administrativos realizados pelo Banco Central, Receita Federal e outros órgãos federais de controle correlatos conforme noticiado pelo jornal Folha de São Paulo no dia 19 de fevereiro de 2006 nas páginas de capa B1 e B3 que anexa o Requerimento.

Nas matérias jornalísticas que servem de subsídio à proposta de Fiscalização e Controle encontra-se a relação completa dos Bancos cujos administradores estão sendo investigados por colaborarem com doleiros e serem lenientes com as práticas de lavagem de dinheiro. BRADESCO, BCN, ITAÚ, UNIBANCO, BANCO

DO BRASIL, SANTANDER, HSBC, CITY BANK, BANK BOSTON, ABN, AMRO, PACTUAL, LLOYDS, MERIAL, LINK, RURAL, SCHAHIN, PININ(F), BANRISUL, BIC e SOFISA, todos estariam envolvidos em transações de doleiros por meio das contas bem como (ininteligível) em evidência desde a CPMI do BANESTADO. É justamente em virtude da reincidência de várias dessas instituições em diversas ilegalidades apuradas desde a CPI dos Bancos passando pela dos precatórios e finalmente pela já citada no BANESTADO que o autor da proposta de Fiscalização e Controle entende ser necessária dessa vez uma investigação mais profunda e conclusiva de onde surge à necessidade de que o Senado Federal acompanhe essas investigações.

Da análise. Não resta dúvida de que a evasão de divisas e a lavagem de dinheiro causa sensíveis prejuízos a finanças públicas. Por isso mesmo não é sem razão que existe todo um instrumental jurídico regulando a matéria como, por exemplo, a remessa de lucros para o exterior. É que as finanças governamentais não podem ficar ao vedril(F) dos agentes financeiros, sobretudo se lenientes com práticas suscetíveis de causar prejuízo aos interesses do País. Na conformidade do disposto do inciso IX do art. 49 da Constituição Federal é da competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar diretamente ou por qualquer de suas Casas os atos comissivos ou omissivos do Poder Executivo incluídos os da administração indireta. Regulamentando a matéria o Regimento Interno do Senado Federal assim dispõe: Art. 102, a fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo incluído os da administração indireta pela Comissão de Fiscalização e Controle obedecerá as seguintes regras.

Item um, a proposta de Fiscalização e Controle poderá ser apresentada por qualquer membro ou Senador à Comissão com específica indicação do ato e fundamentação da providência objetivada. Dois. A proposta será relatada previamente quanto à oportunidade e conveniência da medida e ao alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato impugnado definindo-se o plano de execução e a metodologia da avaliação. Desse modo cabe a providência alvitrada na proposição em análise, mas é de todo recomendável que se busque o auxílio do Tribunal de Contas da União nesse mister por ser o órgão constitucionalmente incumbido de prestar adjutório ao Congresso Nacional no que diz respeito ao controle externo das finanças públicas nos termos do art. 71 da Constituição notadamente no disposto de seus incisos IV e VII.

Em face do exposto votamos pela aprovação da proposta de Fiscalização e Controle de nº 02/2006 com a adoção do seguinte plano de execução inciso II do inciso 102 B (ininteligível).

Um, solicitação de cópia dos inquéritos das 18 instituições indiciadas e os respectivos relatórios administrativos realizados pelo Banco Central, Receita Federal e outros órgãos federais de controle correlatos conforme noticiado pelo jornal Folha de São Paulo do dia 19 de fevereiro de 2006, páginas de capa B1 e B3 consoante explicitado na justificação da proposta em exame.

Dois. Remessa desses documentos ao Tribunal de Contas da União para o exame da matéria no que concerne ao âmbito de suas atribuições constitucionais e legais com a remessa a esta Comissão do resultado de seus trabalhos.

Três. Elaboração do Relatório Final da Comissão oportunamente inciso IV, do art. 102 B do regimento. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o Relatório (ininteligível) do Senador Sibá Machado. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado.

A presença do Relator do Item 01, nós voltamos ao Item 01 da pauta. Requerimento de 2007 que requer nos termos do art. 71, inciso IV da Constituição Federal e do art. 90, inciso IX e X do Regimento Interno do Senador Federal seja solicitado ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria da Direção de Proteção Ambiental, DIPRO do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA destinado a apurar denúncia de irregularidade nos projetos PNUD BRA-01/03 e BRA 01/031 conforme documentação em anexo. É de autoria do Senador Heráclito Fortes, a quem passamos a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, ao receber essa denúncia na qualidade de Senador da República não me cabe outra alternativa a não ser pedir a apuração. Até para no caso de não comprovadas as irregularidades, fazer com que não pese sobre esse órgão nenhuma suspeita. Daí porque, Senador Sibá Machado, acho da maior importância que em nome da transparência e no zelo pela coisa pública esse assunto seja aprofundado. Daí porque o meu Requerimento. Sei de antemão que por se tratar do Ministério do Meio Ambiente o Senador Sibá vai se posicionar contra. Mas é um direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o Requerimento de autoria do Senador Heráclito Fortes.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Sibá Machado, com a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, o Requerimento foi embasado numa denúncia embora anônima, mas qualquer denúncia tem que ser levada a sério. Tem que ser investigada. Mas não podemos a partir de desqualificação de qualquer pessoa que venha expressivamente ou não, que é o caso do que foi feito, temos que com muito rigor ir saber das informações, analisá-las, julgá-las e tomar procedimento necessário. Neste caso nós estamos entendendo que o Requerimento está prejudicado porque este procedimento já está sendo tomado por duas instituições simultaneamente. A primeira delas é a CGU, que inclusive amanhã já teremos aqui uma primeira versão do apurado, uma pessoa vai comparecer aqui ao Senado Federal, vou propor que até possamos conversar com esta pessoa que vai apresentar a primeira versão do que está sendo analisado desta denúncia. E na seqüência até no máximo início de outubro nós deveremos ter também uma opinião do próprio Tribunal de Contas que vai também trazer até esta Casa a versão sobre o apurado dos fatos.

No meu entendimento, se por ventura a explicação não for a contento por qualquer natureza, nós entendemos da extrema necessidade então da própria Comissão no ato da fiscalização e do controle que é uma das suas prerrogativas a gente também, todos nós subscrevemos Requerimento dessa natureza.

Neste caso eu não quero nem dizer que nós poderemos votar o Requerimento. O que eu estou propondo aqui é sobrestamento. Se as explicações não forem a contento, não só o Senador Heráclito Fortes, mas acho que todos nós estaremos dispostos a colocar o Requerimento em apreciação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, para contestar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Eu consulto o Senador Heráclito Fortes se acolhe à propositura de sobrestamento apresentada pelo eminente Senador Sibá Machado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O Senador Sibá recebeu orientação do partido para em seguida... Posso falar, Senador Sibá? Senador Sibá Machado, quando V.Exª. disse que qualquer denúncia tem que ser apurada foi um alívio que eu tive. Eu vi que realmente V.Exª. tinha interesse no assunto. Posteriormente V.Exª. quer retirar do Senado uma prerrogativa que é de apuração. Nós já estamos acocorados demais perante a opinião pública. Nós não merecemos esse tipo de... O Senado tem o dever, tem o direito de mandar investigar. O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar nosso. Nós não podemos passar como omissos. Bonito. Órgão tal que V.Exª. não disse qual estão fiscalizando. E por que é que o Senado Federal não cumpre o seu papel? Por que é que nós Senadores damos um passo no sentido de acocorar ainda mais esta Casa, de agachá-la ainda mais? Essa é uma prerrogativa que nós temos. Eu tenho certeza que V.Exª. consultado a Ministra Marina ela vai estar ao seu lado. Porque tem defendido pelo menos a transparência. E eu faço isso não só no sentido de proteger a própria Ministra, como o próprio programa que é um programa que tem prestado serviços ao País. Me causa espécie V.Exª. com a biografia que tem querer que o Senado não participe dessa apuração. Essa nossa missão é inaceitável, e por isso que nós estamos pagando perante a opinião pública o alto preço de um desgaste. Porque se nós temos, Srs. Senadores, a prerrogativa, o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar, por que é que nós não vamos usá-la? É mais uma prova da inocência dos envolvidos nessa questão e vai fortalecer o partido de V.Exª.. Sei que tem um problema. Aqui tem ONG metida nisso. E os Advogados das ONGs começam a aparecer. Mas tenho certeza que não deve ser o caso de V.Exª.. Já basta a pressão que se faz para que as ONGs não tenham sua Comissão instalada. V.Exª. não vai defender as ONGs que estão citadas aqui. Pelo menos eu espero. Daí porque eu rogo a compreensão de V.Exª. no sentido da transparência dessa Casa porque não vai ficar bem. Eu prefiro até que V.Exª. use os recursos regimentais que tiver, mas eu insisto no Requerimento. E V.Exª. ou eu nós arcaremos com a responsabilidade para nosso lado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Em primeiro lugar para tranqüilizar o Senador Heráclito Fortes, não se trata aqui de querer acobertar absolutamente ninguém. Defendo todas as Organizações Governamentais, não-governamentais do País, não tenho já por antecipação a visão da culpabilidade de ninguém, absolutamente, como também não tenho nenhum compromisso e muito menos tolerância com quem venha fazer coisas mal feitas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – (ininteligível).

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O que eu estou aqui querendo dizer para V.Exª. é que nós já estamos com o trabalho bem avançado da CGU e temos também o trabalho do Tribunal de Contas da União. E como tal, o que eu estou querendo é apenas sugerir a V.Exª. que se estes dois procedimentos, que

no meu entendimento por até respeito às instituições já estão trazendo para nós informações sobre este procedimento, se nós chegarmos à conclusão de que é superficial que nós não concordamos, não há nenhum prejuízo desta Comissão e do Senado Federal trabalhar. Não estamos aqui fazendo nenhum tipo de prejuízo do trabalho desta Comissão. Esta Comissão tem todo o direito de fazer. Agora, está chegando para nós informações que eu gostaria muito que a gente pudesse baseado nela, seguir para frente ou não se entendermos...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – (ininteligível) informações estão chegando. Está chegando para V.Exª. que tem uma fonte privilegiada.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Qualquer informação que vier é de ambiente da própria Comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas para nós quem?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Para esta Comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A Comissão não recebeu nada. O que a Comissão recebeu, Sr. Presidente? Nós não podemos inverter o processo. Não podemos abrir mão do...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Heráclito...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Senador Heráclito Fortes, é para amanhã que nós estamos recebendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Vamos deixar o Senador Sibá colocar, depois V.Exª. fará uso da palavra novamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu quero ser derrotado pelo Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não. Não precisa. Aqui não se trata de ganhadores e perdedores. Aqui nós estamos querendo apenas entendimento. Estou propondo sobrestamento do Requerimento porque a gente analise essas informações que vão chegar até nossas mãos. É importante que ela chegue até nossas mãos também pra gente avançar. Porque se essa documentação nos deixar claro de que há procedimentos para avançar, nós vamos a partir delas e se elas forem suficiente para nos dizer que não há nenhum tipo de problema fundamentado pela denúncia então não há porque a gente perder tempo com isso. Pronto, está esquecido o problema. Então é isso que eu estou propondo para esta Comissão. No dia de amanhã receberemos já algumas informações. Se estas informações, Sr. Presidente, amanhã vou procurar V.Exª., procurarei a todos os Senadores inclusive o Senador Heráclito Fortes para apresentar estas argumentações. Se elas forem convincentes não há porque votarmos o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Heráclito Fortes V.Exª. tem a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Siba Machado, V.Exª. está transformando o Senado da República em órgão de segunda classe. Paciência. Não é assim. Nós não podemos esperar que os outros decidam. Nós somos um poder independente. Não faça isso com o Senado da República. O Senado não merece isso, Senador Sibá.

(falas sobrepostas)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Sibá (soa a campainha) Vamos garantir a palavra ao Senador Heráclito. V.Exª. fará uso depois.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Como as pessoas se transformam quando o assunto é ONG! Espera aí, Senador Sibá Machado. V.Exª. agora diz que defende todas as ONGs do Brasil...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O assunto não é ONG. O assunto é Instituto do Meio Ambiente e órgão público.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Ah, não tem ONG aqui não?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Autarquia. Se trata aqui de órgão público. Nós estamos preocupados é com ele.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Para onde foram os repasses, Senador Sibá Machado? (soa a campainha) Eu o parabenizo pela sua declaração que defende todas as ONGs. Não sabia que V.Exª. é incentivador da má fruta, aquela lá do Pará, do Lorenzeti. Lhe parabenizo e esperava que V.Exª. defendesse as boas ONGs e combatesse as... aliás que é o objetivo da Comissão que eu proponho. Mas cada um tem o direito de agir da maneira que quiser. Não tem nenhum problema.

Agora, o Senador tem uma solução. É pedir vista. Agora, eu insisto na votação hoje. Até porque não vejo porque o Senado se acocorar diante desse fato. Não é um capricho do Ministério do Meio Ambiente que vai fazer com que o Senado se acocore. O Senador Sibá tem amplas razões que eu respeito de trabalhar por isso. Agora, não com o meu apoio. Não com minha concordância.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Não cabe pedido de vista a Requerimento. Eu gostaria de saber se mais algum Senador deseja discutir a matéria. Em não havendo

quem queira discutir nós vamos submeter o Requerimento então à votação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Só para um questionamento, Senador Sibá Machado. Chegar informação até quando?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Vamos deliberar. Ao invés de votar o Requerimento vamos votar a proposta de sobrestamento do Senador Sibá Machado. Os Srs. Senadores que aprovam o sobrestamento até a semana que vem permaneçam como se encontram. Está aprovado o sobrestamento do Requerimento até a semana que vem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Fica registrado aqui a minha posição e acho lamentável que nós do Senado nos submetamos aos caprichos do Ministério do Meio Ambiente em defesa das ONGs no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós compreendemos e registramos que foi aprovado com os votos contrários do Senador Heráclito Fortes e Senador Jonas Pinheiro e Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA) – Sr. Presidente, eu tenho muito apreço por determinadas ONGs e grande desapreço, como o Senador Heráclito Fortes, por outras. Que fique registrada a minha posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Perfeitamente. Passamos então ao Item 04. Eu só solicitaria aos Srs. Senadores que permanecessem. Nós temos algumas matérias de caráter terminativo.

Item 04. Projeto de Lei do Senado nº. 57 que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Convido o Senador Renato Casagrande para funcionar como Relator ad hoc dessa matéria. Tem V.Exª. a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Obrigado, Sr. Presidente. O Relator Senador César Borges e a matéria trata de um incentivo à atividade de aqüicultura e proteção à fauna, a ictiofauna entorno das represas das lagoas. As represas e barragens, Sr. Presidente, resultante ou não da construção de hidrelétricas, além de modificar radicalmente o ecossistema terrestre que aí num dado interfere no regime hídrico dos cursos d'águas, e conseqüentemente do ecossistema subaquático. Um exemplo é a interferência da piracema. Na piracema. Fenômeno em que cardumes de peixes sobem os cursos dos rios em direção à nascente para a reprodução e desova. Muitas populações ribeirinhas que têm a pesca fluvial parte importante de seus sustentos são afetadas pela redução da piscicosidade dos rios em virtude das alterações de suas vazões e regimes hídricos. Sendo em geral empreendedoras de grande porte responsáveis por médias e grandes barragens é louvável a iniciativa do Senador Álvaro Dias. É autoria do Senador Álvaro Dias a proposta de imputar-lhe também a responsabilidade de mitigar os impactos sócio-econômicos ambientais de tais empreendimentos. O projeto foi à Câmara, Sr. Presidente, temos aqui um substitutivo da Câmara dos Deputados e a decisão do Relator que eu concordo com ela como Relator ad hoc é que nós possamos acatar pela redação mais adequada e, portanto, sou favorável pela aprovação pelo substitutivo da Câmara dos Deputados nº. 57/2001, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o Relatório. Não havendo quem queira discutir... Senador Garibaldi, tem V.Exª. a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, numa vista de olhos aqui muito rápida eu queria fazer só uma consulta a V.Exª. se essa é a que nós chamamos a Lei Geral da Pesca.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Não, não é, Sr. Presidente. Essa que só trata mesmo do incentivo de obrigação para as empresas que constroem barragens e represas para que eles possam incentivar a atividade de pesca e de proteção ao ecossistema em torno da represa.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Exatamente. Não é a Lei Geral de Pesca.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, me parece que o Senador Casagrande está bem informado. Eu só gostaria de aproveitar essa oportunidade para dizer que a Lei Geral da Pesca, não estou dizendo que é responsabilidade dessa Comissão, é responsabilidade do Senado. Ela precisa ser aprovada. O Senador, claro, está me garantindo que não há conflito nenhum entre essa proposição e a chamada Lei Geral da Pesca. Acontece que eu estou aproveitando esta oportunidade para fazer um apelo para que a Lei Geral da Pesca seja aprovada. Porque se esse projeto está caminhando tão bem, por que não caminhar também a Lei Geral da Pesca, inclusive é mais abrangente, apesar desse ser um projeto específico.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Eu desconheço o status dessa Lei Geral da Pesca. Mas me comprometo com V.Exª.

de promover uma pesquisa e trazer as informações necessárias. Em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado o Relatório.

Visivelmente sem quorum não podemos apreciar as demais matérias que tem caráter terminativo. Agradeço a presença dos Senadores, declaro encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 12h36.)

Ata da 26ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 25 de setembro de 2007, às 11:30 horas.

Às doze horas e dezesseis minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, VALDIR RAUPP, ELISEU RESENDE, HERÁCLITO FORTES, JONAS PINHEIRO, JOSÉ AGRIPINO, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, JEFFERSON PÉRES, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, ROMERO JUCÁ, GARIBALDI ALVES, GERALDO MESQUITA, ADELMIR SANTANA, CÉSAR BORGES, EDISON LOBÃO, RAIMUNDO COLOMBO** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº 36 , DE 2007-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal e do art. 90, IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) destinada a apurar denúncia de irregularidades nos Projetos PNUD BRA-01/03 e BRA-01/031, conforme documentação em anexo". **Autoria:** Senador **HERÁCLITO FORTES. Resultado: Aprovado. Item 02) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais". **Autoria:** Senador **PAPALÉO PAES. Relator:** Senador **RENATO CASAGRANDE. Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma do texto aprovado pela CAE. **Resultado: Aprovado. Item 03) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências". **Autoria:** Senador **INÁCIO ARRUDA**. **Relator "ad hoc":** Senador **RENATO CASAGRANDE. Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma das emendas de redação nºs 1 e 2 que apresenta. **Resultado: Aprovado.** Obs: a matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2006 - TERMINATIVO** que "altera o caput do art. 36 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a mensagem publicitária conterá a expressão 'informe publicitário'". **Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Relator:** Senador **GARIBALDI ALVES. Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma da emenda nº 1 (substitutivo) que apresenta. **Resultado: Aprovado**. **Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2005 – TERMINATIVO** que "altera as Leis n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, e n° 10.962, de 11 de outubro de 2004, para, entre outras providências, considerar como prática abusiva a oferta à venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista". **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES. Relator:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA. Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma da Emenda nº 2 que apresenta. **Resultado: Aprovado**. **Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2007 - TERMINATIVO** que "altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências". **Autoria:** Senador **OSMAR DIAS**. **Relatora:** Senadora **LÚCIA VÂNIA. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado**. Usam da palavra os Senhores Senadores **SIBÁ MACHADO, HERÁCLITO FORTES, RAIMUNDO COLOMBO, GARIBALDI ALVES, ADELMIR SANTANA, JOSÉ AGRIPINO, RENATO CASAGRENDE, INÁCIO ARRUDA, CÍCERO LUCENA** e **CÉSAR BORGES.** No decorrer dos trabalhos, o Senhor Presidente, Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, temporariamente, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE.** Nada mais havendo a tratar, encerra-

se a reunião às treze horas e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental declaro aberta a 26ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio-Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passaremos de imediato ao Item 1 da pauta.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V. Exª. a palavra pela ordem, Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo a V. Exª. para que nós pudéssemos apreciar logo no início dos nossos trabalhos, não é questão que eu vá ter que sair não, mas é porque está pendente esse Item 4 de uma decisão muito singela, nós temos aí em dois ou três minutos, já amadureceu, trata-se apenas de uma substituição de codificação de uma Emenda de aditiva para substitutiva, então eu gostaria de saber se nós poderíamos logo no início dos nossos trabalhos adotar isso, eu queria fazer um apelo aqui para inverter a pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Garibaldi, nós teremos imenso prazer em atender ao apelo de V. Exª., submeter a inversão de pauta ao Plenário. Eu só ponderaria o seguinte: trata-se de matéria terminativa e nós ainda não temos o quorum necessário, falta apenas um Senador. Eu creio que nós vamos apreciar o Item 1 da pauta, que não tem o caráter terminativo, e em seguida, quem sabe, chegando mais um Senador, nós poderemos já apreciar as matérias terminativas. Vamos passar ao Item 1 da pauta, que é um requerimento: "Requer, nos termos do artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal, e do artigo 90, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) destinada a apurar denúncia de irregularidades nos Projetos PNUD BRA-01/03 e BRA-01/031, conforme documentação em anexo". A autoria é do Senador Heráclito Fortes. No dia 18 de setembro foi aprovado o sobrestamento da matéria a pedido do Senador Sibá Machado até esta reunião. Nós consultaríamos o Senador Sibá Machado se tem alguma informação a trazer a respeito da propositura que apresentou de sobrestamento do requerimento.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V. Exª. a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora. Conversamos com o nosso diretor de Projetos lá do IBAMA, pessoa responsável pela área em questão, tivemos uma conversa muito longa e pedi então que ele pudesse nos dar, em documentos, todo o procedimento que levou a este requerimento. Claro que existe uma denúncia, essa denúncia existe, os fundamentos dessa denúncia estão sendo trabalhados já tanto por dentro de próprio órgão quanto pela Controladoria Geral da União, há um pedido expresso dele para a própria Polícia Federal também fazer, conforme Memorando de nº 2069, de 13 de novembro de 2006, onde ele aqui solicita que a Polícia Federal também se debruce sobre esta denúncia, tem o trabalho já realizado pelo Tribunal de Contas da União, do qual quero fazer chegar também a cópia na mão de todos os Srs. Senadores, cujo documento, o protocolo de nº 16.174, de 10.09.2007, encaminhado ao Tribunal de Contas da União, que vai trabalhar, segundo o Tribunal de Contas, sobre os seguintes pontos da dúvida da denúncia: locação de veículos, aquisição de combustíveis, contratação de consultores e produtos, viagens e prêmios de consultores, pagamento de contas telefônicas, pagamento de pró-labore a servidores públicos. Sr. Presidente, este Projeto do PNUD, o BRA 01-30 e 01-31 foi requerido pelo Governo no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao PNUD, porque naquele momento, principalmente pela deficiência do quadro de pessoal do Ministério do Meio-Ambiente e do próprio IBAMA para atender a crescente demanda de controle e fiscalização e de todos os serviços ambientais promovidos pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e pela deficiência do quadro de pessoal o PNUD aportava esse recurso e o grande elemento motivador era poder se contratar como se fosse serviços terceirizados, pessoas que tinham uma contrato não permanente com o Governo Federal e que, pela forma do contrato, dispensaria o concurso público. Foram então cento e trinta e nove contratos realizados através desse Projeto e de lá para cá, na política do atual Governo, tem se substituído gradativamente esse tipo de contrato pela realização de concursos públicos,

e nós já reduzimos de cento e trinta e nove contratos para apenas vinte e seis. Então a política atual é de fazer sim o concurso público e substituir, porque era uma mão-de-obra muito vulnerável, e na medida em que a pessoa começa a ter digamos assim um melhor entendimento do trabalho do qual ele é contratado, tem que encerrar este contrato, porque não poder gerar o vício e poder, digamos assim, entrar em choque com a Constituição Federal. Portanto, nós estamos, até os próximos momentos, acho que o IBAMA e o Ministério do Meio-Ambiente estarão cem por cento resolvidos no quadro de pessoal e que nós não teremos mais necessidade deste tipo de contrato.

Outra questão é que não tem absolutamente a presença de nenhuma ONG na realização desses contratos, com exceção da participação da Fundação Getúlio Vargas e que também é peça da investigação, porque é o único contrato externo, é uma espécie de sub-rogação deste contrato, é com a Fundação Getúlio Vargas. Estes documentos, eu faço o pedido a todos que tenham acesso, pedi que a Secretaria pudesse tirar cópia e encaminhar a V. Exªs., e eu queria, então, solicitar do Senador Heráclito Fortes, do Sr. Presidente e dos demais que nós pudéssemos transformar então o requerimento no teor que o Senador está solicitando para os seguinte teor: "o resultado do saneamento do processo que versa sobre reclamação apresentada à ouvidoria do Tribunal de Contas da União - TCU sobre possíveis irregularidades verificadas na Diretoria de Proteção Ambiental e do Instituto Brasileiro e dos Recursos Naturais Renováveis – DIPRO e IBAMA, refere-se a Projetos do PNUD 01-30 e 01-31, e que a gente então solicita do Tribunal de Contas ou dos demais órgãos que estão neste momento fazendo esta investigação, tão logo concluam os seus trabalhos remeta a esta Comissão de imediato o resultado obtido. E aí volta aquela questão: se neste momento os resultados, digamos, já contempla as preocupações, está encerrado o assunto. Se o assunto não estiver encerrado ao olhar de qualquer um dos Srs. Senadores, os procedimentos já não é nem mais de pedir ao Tribunal de Contas que se pronuncie, porque ele já está se pronunciando. Então ele está, segundo este documento, já está motivado e já está trabalhando, claro que vai levar alguns dias, não estamos aqui com o resultado pronto, porque isto é uma coisa de competência do próprio Tribunal, como também da própria Polícia Federal, que o diretor Mutiel tomou a liberdade, já que o nome dele foi citado, de que a Polícia Federal também fizesse um trabalho complementar ao do Tribunal de Contas da União. Além disso, a CGU também vai se pronunciar sobre o assunto. Então nós teremos três instituições que vão fazer o trabalho de investigação desta denúncia. Então com isso , Sr. Presidente, eu solicito a esta Comissão e ao próprio Senador Heráclito Fortes que não há, no meu entendimento, a necessidade do requerimento no teor da solicitação, mas sim no teor de que requeira dos órgãos que estão investigando que tão logo concluam os seus trabalhos, remetam o resultado desse trabalho a esta Comissão. É a solicitação que eu faço a V. Exª. e aos membros desta Comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Indago ao Senador Heráclito Fortes se acolhe a propositura apresentada pelo Senador Sibá Machado, que visa alterar o procedimento proposto em seu requerimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, o Senador Sibá Machado agora me fez tornar mais claro esse desejo de setores do seu partido, a começar do Presidente, de querer a extinção do Senado. É um caminho, Senador Sibá, para a extinção do Senado, é deixá-lo de cócoras, e retirar as atribuições e os poderes. Ora, se V. Exª. reconhece que os órgãos já estão apurando, o que o Senado quer? O que o Senado não quer é ser omisso diante de fatos que chegaram ao seu conhecimento, e aí eu não sei porque esse temor de que o Senado também acompanhe e participe dessa investigação. V. Exª. falou de pequenos recursos, mas nós temos aqui inclusive aluguéis de helicópteros.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sim, pois o sim, nós queremos é apurar esse sim, quem é o dono desse bichinho, quem passeou, Senador. Não é possível. O PNUD é um Projeto fantástico criado, como V. Exª. disse, no Governo Fernando Henrique, como foi criado o bolsa-escola, mas com outro critério, com outro uso e com outra visão. O que nós queremos, Senador, é livrar um pouco o Senado do que nós estamos passando. V. Exª. inclusive dias atrás teve um momento de decisão pessoal que o país todo admirou, mas eu não entendo por que você não quer esclarecer um fato como esse. É muito simples, nós queremos a apuração. Se o seu companheiro que lhe mandou essa correspondência disse que está tudo resolvido, tudo bem, mas não vamos aqui, na teoria do regulador Xavier, não vamos pecar por escassez, mas vamos pelo excesso, vamos proteger o seu colega que lhe mandou essa correspondência, porque esta maçaroca aqui não diz nada, não diz nada. No meio dela eles inclusive, eu acho que por engano, reconhece inclusive a investigação do Tribunal de Contas aqui com a citação que está sendo feita. Essas coisas mandadas de última hora, feita por assessoria, dá nisso. Talvez V.

Exª. não tenha lido, mas na própria maçaroca de documentos que veio está aqui. Então por que é que nós vamos mandar daqui para o senhor Bazileu. Quem é o Sr. Bazileu Margarido? Está aqui. Então, meu caro Presidente, meus caros Senadores, eu não sei porque essa insistência do Partido dos Trabalhadores em que não que se apure o PNUD. Já sei que não querem que se apure as ONGs, mas é mais fácil saber. Por que é que não quer que apure o PNUD? Não vamos tirar o Senado das suas atribuições, Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, me permita aqui só para esclarecimento. Eu estou com base num requerimento ...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Só um minutinho. Concluiu, Senador Heráclito?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Concluí, eu quero a votação do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Perfeitamente, a Mesa vai decidir. Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu quero fazer um esclarecimento para o Senador Heráclito Fortes. Eu estou fazendo uma resposta ao requerimento, eu não estou aqui com ilações, com imaginações. Tem um requerimento que diz o seguinte: "requeiro nos termos do artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal e do artigo 90, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO) do Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), destinada a apurar denúncia de irregularidades nos Projetos PNUDs citados". Pois bem. O requerimento solicita que o Tribunal de Contas faça esta investigação, e o que eu estou dizendo a V. Exª., ao Senador Heráclito e aos demais, é que este procedimento já está sendo realizado, através deste ofício, onde o Tribunal de Contas nos diz que vai proceder nos moldes desta investigação que eu acabei de citar, que não se restringe a um ou outro detalhe do Projeto, mas vai fazer uma devassa no Projeto, vai fazer uma devassa: contratação de pessoal, compras de combustíveis, aluguéis de veículos, tudo, está aqui, o Tribunal de Contas já disse o que ele vai pesquisar. Portanto, o seu requerimento pede que o Tribunal de Contas faça a pesquisa, está aqui, ele está fazendo. Portanto, o que eu estou solicitando é que transforme o teor do requerimento a solicitar o resultado do trabalho do Tribunal de Contas que na hora que concluir nos mande para que a gente possa ter um elemento maior até de dizer. Se o Tribunal nos disser que tem problemas lá dentro do Projeto, nós vamos tomar a decisão de dar um encaminhamento cabível a esta Comissão e ao Senado Federal, mas não precisamos aqui chover no molhado. Seriam dois requerimentos então ao Tribunal de Contas e ele vai nos responder: "Sr. Presidente, já estou fazendo". Pronto, e daí? O que eu estou pedindo aqui é apenas substituir o teor do requerimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V. Exª. há de compreender que não cabe ao Senado ficar esperando e sim acompanhando. Nós somos órgão fiscalizador, além do mais, a partir do momento que a gente fica esperando, nós vamos esperar o resultado e não acompanhar os fatos ali apurados. O Tribunal de Contas, a partir do momento em que esta Casa tem aprovado este requerimento, vai ter que mandar para esta Casa as informações que nós necessitamos, Senador. Eu não entendo o porquê disso de V. Exª. Eu, sinceramente, eu não consigo entender porque é que V. Exª. não quer que o Senado acompanhe uma atividade. Aliás, eu quero que V. Exª. veja uma coisa: se o Senado é que aprovou o empréstimo do PNUD, que provocou inclusive esse convênio, nada mais justo do que nós acompanharmos isso, porque nós somos o responsável, nós somos os avalistas por isso. Então tirar do Senado essa atribuição é no mínimo omissão, é no mínimo uma omissão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – É que o requerimento de V. Exª., eu estou dizendo que o teor do requerimento de V. Exª. não tem mais razão, a natureza dele ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V. Exª. está tirando a razão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – ... A natureza dele já foi atendido, então é preciso apurar agora o teor do requerimento ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, não, não, não foi atendido.

(falas sobrepostas)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Sibá, a palavra está assegurada ao Senador Heráclito. Por favor, para concluir, Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – São duas coisas diferentes. Agora é engraçado, um Senador da República não quer que o Senado acompanhe, não quer que o Senado participe. Vamos admitir que seja redundância, mas vamos ter a consciência tranqüila de que cumprimos o nosso dever, Senador Sibá. Por que esse medo do Senado, através do requerimento, pedir providência ao Tribunal de Contas? Que medo é esse do Tribunal de Contas, Senador? O senhor pode, V. Exª. poderia responder ao país?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu estou tão feliz com o trabalho do Tribunal de Contas que eu estou dizendo para V. Exª. que ele já está fazendo. Então o requerimento que pede para ele fazer, não precisa, porque ele já está fazendo, está aqui nos notificando ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas por que o Senado Federal não acompanhar, Senador?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – ... Já está tomando toda a providência.

(falas sobrepostas)

(soa a campainha).

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Sibá e Senador Heráclito, eu creio que os membros desta Comissão compreenderam muito bem a intenção de V. Exª., expressada no seu requerimento, e as intenções do Senador Sibá, expressadas na sua manifestação e no seu requerimento. Eu só consultaria se outro Senador quer discutir o assunto, quer se manifestar sobre o assunto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu finalizaria apenas dizendo: esses empréstimos, esses convênios são feitos, passam pelo Senado. O Senado é o responsável. Se o Senado é o responsável pela liberação, nada mais lógico de que o Senado também acompanhe e que, quando receba denúncia dessa natureza, tome a iniciativa das providências.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Eu acho que o ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Esse novo PT que não quer apurar nada não é aquele que nós conhecemos. É estranho, mas é a realidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o requerimento do Senador Heráclito.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – O PNUD é um calombo de grande valia, mas ele é aprovado pelo Senado, e na aprovação do Senado fica uma co-responsabilidade na execução, o Poder Legislativo passa a ser partícipe desse processo. Qual é uma das principais funções do Poder Legislativo? Fiscalizar. Abrir mão disso é um grande equívoco. Então está muito claro, o Tribunal de Contas vai tomar a iniciativa, vai acompanhar o processo, vai cumprir o seu dever, e o Senado tem que cumprir o seu. O Tribunal de Contas vai cumprir o seu dever e o nosso é de acompanhar, não é apenas de receber o resultado. Isso seria abrir mão de nossas prerrogativas, seria abrir mão do sentido do nosso trabalho, isso é um absurdo, é inaceitável. Nós temos que de fato acompanhar o processo como é do nosso dever, vamos cumprir o nosso dever, vamos deixar de acobertar as coisas que estão equivocadas, que estão erradas, que precisam ser esclarecidas. Isso é uma coisa profunda, não dá para aceitar esse tipo de postura, isso está nos desmoralizando a todos, a cada dia está mais difícil andar na rua. Vamos cumprir com o nosso dever. Se não tiver nada, ótimo. Se tiver alguma coisa que precisa ser corrigida, vamos corrigir. Nós não faremos uma oposição como o PT fez contra tudo e contra todos o tempo inteiro, tentando destruir, não é esse o nosso papel. Agora não dá como, não é possível abrir mão do nosso dever. Eu quero deixar bem claro a minha posição, que é a favor do requerimento do Senador Heráclito Fortes.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado ao Senador Colombo. Senador Garibaldi e em seguida a V. Exª. o Senador Adelmir Santana.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu não vejo dificuldade nenhuma em colocar o Tribunal de Contas da União e o Congresso Nacional nessa investigação, só que deve ser adotada a hierarquia. O Congresso Nacional tem como órgão auxiliar, das suas atribuições no campo da fiscalização, o Tribunal de Contas da União. Eu não vejo problema nenhum. Eu faria um apelo até ao Senador Sibá para que realmente isso pudesse acontecer, termos o Senado acompanhando alguma coisa que é inerente às suas atribuições e exercitando o seu poder, tendo como auxiliar o Tribunal de Contas da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Sr. Presidente, eu queria, nessa mesma direção, dizer que o papel que o Tribunal de Contas faz é um papel rotineiro. Nós estamos exatamente na Comissão de Fiscalização e Controle. Acho que cabe o requerimento, quero me posicionar favoravelmente ao requerimento do Senador Heráclito, até como a função desta Comissão. Se já está sendo feito, vamos suscitar o aprofundamento dessas investigações baseada exatamente na denúncia recebida. Portanto, eu queria aqui me associar às colocações do Senador Heráclito e pedir ao Senador Sibá que compreenda que essa é uma função desta Comissão pela própria definição dela, Fiscalização e Controle. Portanto, estou do seu lado aqui na questão do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Mais algum Senador quer se manifestar a respeito do assunto?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Para fazer em trinta segundos um apelo ao meu amigo Sibá Machado, que tem uma biografia boa na Casa, para retirar esse óbice. É evidente que os Senadores aqui da base aliada, da oposição, estão todos querendo a investigação, investigação por um órgão isento, que é o Tribunal de Contas da União. Então eu queria pedir a V. Exª. para retirar, para que a gente aprovasse por unanimidade e fazer um trabalho isento, sem nenhum radicalismo, apenas para proteger a imagem do Brasil e do IBAMA, que tem em curso Projetos com recursos do PNUD, que é um órgão internacional, que merece ser consultado e a quem nós devemos obrigações e justificativas. Eu pediria a V. Exª. que retirasse o óbice para que a Comissão, por unanimidade, pudesse aprovar o requerimento do Senador Heráclito Fortes.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente, na sessão passada ...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – ... Na sessão passada nós acatamos a sugestão de esperarmos as informações vindas do TCU, que o Senador Sibá Machado se dispôs a trazer, e trouxe algumas informações hoje. Essa Comissão aqui é a Comissão de Fiscalização e Controle, sendo que nós temos que adotar uma certa prática aqui dentro, porque se nós formos fazer disputa política por todos os requerimentos aqui, nós vamos colocar o ambiente da Comissão aqui muito negativo. Nós não podemos transformar a Comissão numa Comissão que por qualquer razão tenhamos requerimentos para fazermos inspeção do Tribunal de Contas da União, auditorias e qualquer tipo de investigação por qualquer razão só pela disputa política, mas também não podemos ter uma prática de não fazermos investigações. Então nós demos um prazo, o TCU já está comprovado, está fazendo, eu acho que se torna inócuo aprovar ou não aprovar e, como se torna inócuo, eu vou aprovar pela aprovação do requerimento do Senador Heráclito Fortes, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Não havendo mais quem queira se manifestar, está encerrada a discussão. Vamos passar à votação do requerimento do Senador ...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Só para lembrar que foram feitas duas citações à minha pessoa, Sr. Presidente. O meu papel aqui é exatamente também colaborar ao máximo. O pedido que foi feito através do requerimento, parecia que era um alvoroço, não tem absolutamente, só estou dizendo que não apenas o Senado Federal que tem iniciativa de tomar algumas providências dessa natureza, o próprio Poder Executivo tomou a sua providência. É isto que eu estou querendo dizer, como o próprio Poder Executivo tomou a sua providência e buscou os órgãos que considera de competência, CGU, Polícia Federal e Tribunal de Contas, eu estou dizendo que o requerimento já está plenamente atendido na sua preocupação. Também agora, já que o Senador Renato Casagrande acha que é inócuo o requerimento, porque o procedimento já está sendo tomado, neste entendimento dele posso dizer a V. Exª. que retiro o que disse, vamos aguardar então o procedimento do Tribunal de Contas da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, apenas para fazer o registro de quanto foi inócuo, Senador Sibá, o seu sobrestamento. Eu pensei que o que lhe fazia sobrestar fossem convicções intransponíveis, mas felizmente V. Exª., graças ao argumento do Senador Casagrande, V. Exª. achou que estava defendendo uma causa inócua, o que eu lhe parabenizo pela humildade de reconhecer com este gesto de grandeza.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor vê, Presidente, que é a questão é política então, é de natureza política, terminou ficando demonstrado isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Se o PC do B agora coloca questões éticas e apuração de corrupção como política, é um novo modelo. Nós não estamos tratando disso, V. Exª ...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Nessa matéria V. Exª. deveria se calar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – ... Não tem sido só nessa não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Nessa matéria V. Exª. deveria se calar (soa a campainha).

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Calar por quê?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Não tem porque V. Exª. levantar essa questão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Outro dia V. Exª. fez uma acusação a um companheiro e voltou atrás.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – V. Exª. sempre gosta de fazer gracinha nas reuniões. Aqui estamos fazendo coisa séria, o requerimento de V. Exª. é um requerimento de disputa política, e o que disse o Senador Casagrande é que o requerimento de V. Exª. era inócuo, se votou aqui por isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – O requerimento se tornou inócuo pelo atendimento, pelo fato do Tribunal já estar ...

(falas sobrepostas)

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – O senhor respeite aqui as pessoas, o senhor respeite (soa a campainha), respeite porque não vai ficar gracinha não.

(falas sobrepostas)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A mesa faz um apelo ao Senador Inácio Arruda e ao Senador Heráclito ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não defende a moralidade, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Defende a moralidade, não defende as posições golpistas de V. Exª.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Golpista?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Claro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Golpista?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Golpista, rapaz, quem faz apologia do Chaves aqui é V. Exª.

(soa a campainha).

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – É estranho, o Chaves acaba de propor um plano de paz para a Colômbia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A Mesa faz um apelo aos Senadores Inácio Arruda e ao Senador Heráclito que nos permita voltar à pauta dos trabalhos (soa a campainha).

Passamos ao Item 2, Projeto de Lei do Senado nº 320 de 2005, "altera a lei ...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V. Exª. a ordem pela ordem.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Eu pediria a V. Exª. que invertesse a pauta no sentido de que nós apreciássemos primeiramente os Projetos que têm caráter terminativo, porque eles exigem quorum e o horário já está bastante avançado. As matérias que não são terminativas a gente poderia votar praticamente por acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – V. Exª. tem razão, nós efetivamente temos quorum suficiente, eu submeto ao Plenário a propositura de inversão de pauta para apreciarmos os Projetos de caráter terminativo. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Passamos então ao Item 3. Como o Relator não se encontra, vamos passar ao Item 4.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, eu sugiro a V. Exª. que nomeie um relator *ad-hoc* para o Item 3.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – V. Exª. é atendido. Item 3, Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2007. "Instituiu a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências". Autoria do Senador Inácio Arruda, tem como Relator o Senador Marconi Perillo. Eu solicitaria ao Senador Renato Casagrande que funcionasse como Relator *ad-hoc* dessa matéria, Item 3.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V. Exª. a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado, relatarei a matéria com muita honra pela importância do Projeto do Senador Inácio Arruda que instituiu a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação. Também o Senador Inácio Arruda participou de um debate internacional sobre o tema recentemente e o Estado do Ceará, assim como outros Estados do Brasil, especialmente no Nordeste, mas também o meu Estado, o Estado do Espírito Santo, tem características de climas, de precipitação, de solos que caminha numa direção de uma desertificação e é fundamental que tenhamos uma política no Brasil, temos que ter uma política em diversos Estados do Brasil com relação este tema. Então substituindo aqui o Senador Marconi Perillo, é importante que nós possamos ressaltar, Sr. Presidente, que essa é uma competência da União, dos Estados, do Distrito Federal, proteger o Meio-Ambiente. Então é um trabalho que nós estamos debatendo muito no Congresso Nacional, no Senado da República, na sexta-feira mesmo estaremos lá em Fortaleza, na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, um dos pontos que nós vamos debater com certeza será esse, além da geração de energia através do vento, que também o Ceará tem um potencial grande,

então nesse ambiente que nós estamos debatendo o Projeto tem muito mérito e eu, portanto, manifesto o meu voto pela aprovação do Projeto de Lei de acordo com o substutivo apresentado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o relatório do Senador Renato Casagrande.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, só para destacar que este é um Projeto que beneficia o país inteiro, mais destacadamente os Estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, parte significativa de Pernambuco, uma parte grande de Paraíba e uma parte muito grande do Estado da Bahia, onde estão os principais Municípios atingidos pelo processo de desertificação, embora já exista um processo de desertificação também na região Sul, atingindo o Estado do Rio Grande do Sul, estes Estados do Nordeste são os principais atingidos, e este programa tem como base a gente criar as condições favoráveis para que o Nordeste brasileiro, na sua parte mais significativa, possa ser atendido.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senador Inácio Arruda. O Senador Heráclito Fortes inscreveu-se primeiro e em seguida o Senador Garibaldi Alves.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a cautela de explorar aqui o Senador Inácio Arruda, que tornou-se agora um intérprete do sentimento à lei, não julgue como politicamente a minha decisão, eu sou favorável à sua intenção, porque o Piauí é um Estado que sofre e padece disso numa região específica. Eu espero apenas que o Senador não ache que esta é uma decisão política. Na realidade eu fico constrangido ...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Essa é uma posição política, mas é muito bem-vinda.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – ... Não é política minha não. Eu sei que V. Exª., quando lhe interessa, aceita, quando não interessa, contraria. Está vendo como sãos as coisas (risos). Muito obrigado, parabéns Senador, não diga mais nada hoje, a história sua foi sempre assim. Sr. Presidente, eu sou a favor do Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Muito obrigado. Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, como foi dito aqui pelo Senador Inácio Arruda, o Rio Grande do Norte sempre manifestou e continua manifestando uma preocupação muito grande com relação ao problema da desertificação, porque é um Estado que tem 90% do seu território no semi-árido, é um Estado portanto que tem dificuldades de toda ordem com relação ao problema da desertificação. Mas o que nós vemos como mais positivo nesse Projeto é que ele dá uma dimensão muito maior ao problema do combate à desertificação, que muitas vezes foi visto como peculiar apenas à região nordestina, como peculiar apenas a esses Estados que foram citados pelo Senador Inácio Arruda. Se dizia até, Sr. Presidente, que esses Estados faziam e promoviam a chamada "indústria da seca", nós ficamos sendo estigmatizados durante muito tempo, quando na verdade o problema é nacional, atinge várias regiões do país, mas que deve ser dado prioridade, é claro, onde ele se mostra gritantemente mais grave. Então eu queria dizer a V. Exª. que eu parabenizo o Senador Inácio Arruda pela sensibilidade demonstrada, ele que chegou há pouco tempo ao Senado, porque foi eleito pela primeira vez agora, e já apresenta um Projeto dessa importância que vai ser realmente uma verdadeira cruzada no combate à desertificação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado, Senador Garibaldi. Com a palavra o Senador Cícero Lucena e em seguida o Senador César Borges.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, eu me somo aos Senadores que são favoráveis à aprovação desse projeto por ser de um Estado, no caso a Paraíba, onde somos conhecedores da importância de ser adotada uma política nacional, não só com a visão social, que já é grave, mas também com a preocupação ambiental. Esperamos que nós possamos, a exemplo de outros países que convivem com esse problema, nós também possamos ter uma política séria e responsável, igualitária para todos aqueles que são vítimas desse processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado ao Senador Cícero Lucena. Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Senador, Srs. Senadores, eu quero também nesse momento apoiar integralmente o Projeto do Senador Inácio Arruda, e ele citou inclusive que a Bahia tem um problema, e eu diria que em termos quantitativo é até superior aos demais Estados por conta da sua dimensão territorial, pois nós temos quinhentos e setenta mil quilômetros quadrados. A Bahia é do tamanho de um país como a França. Nós temos um semi-árido de trezentos e sessenta mil quilômetros quadrados, é superior à área de alguns Estados nordestinos somados. Então do ponto de vista quantitativo a nossa situação é extremamente preocupante. Do ponto de vista qualitativo, eu diria que temos áreas extremamente degradadas, mas o que é pior, Sr. Presidente, é que este processo

é contínuo, quer dizer, os nossos biomas, principalmente da Caatinga, estão sendo devastados, transformando a nossa madeira em carvão para ir para as siderúrgicas de Minas Gerais, e lamentavelmente os órgãos ambientais não estão aparelhados para fazer a necessária fiscalização. É um verdadeiro crime que se pratica contra a natureza que vai levar inevitavelmente a um processo de desertificação. Eu aplaudo aqui a iniciativa do Senador Inácio Arruda, vamos aprovar, agora fico me perguntando, Sr. Presidente, qual é a atitude do Executivo, porque quem dispõe de recursos e quem pode efetivamente fazer o combate é o Executivo. Quantas leis nós aprovamos aqui, eu vou citar só uma, como o Estatuto do Desarmamento, que se não houver a conseqüência da eficácia da lei, a aplicação da lei por parte do Executivo, do Judiciário, a lei fica inócua. Então nós fazemos o nosso papel legislando, mas lamentável se o Governo não estiver consciente de que esse é um problema gravíssimo, que afeta áreas importantes do nosso país, que como disse não é um problema apenas do Nordeste, é um problema nacional, aqui o Senador Garibaldi colocou dessa forma, agora eu quero lhe dizer que na Bahia eu conheço de perto, e que se nada for feito pelo IBAMA e por outros órgãos de fiscalização ambiental, dificilmente a lei sairá do papel, Senador Inácio Arruda. Nós vamos aprovar, é o nosso dever, vamos cumprir o nosso dever. Agora temos que cobrar aí um acompanhamento por parte do Executivo. É essa a nossa posição, para dizer que aplaudo, apoio e continuo com as preocupações com relação à desertificação no Brasil, em particular no Estado da Bahia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Continua em discussão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Duas preocupações aqui, desculpe, eu não tive a oportunidade de me aprofundar no propósito apresentado aqui pelo Senador Inácio Arruda. O primeiro deles é que estava passando rápido uma lida no texto e fala de uma política de fortalecimento da agricultura familiar para que este setor da economia nacional não venha a ter que usar com técnicas rudimentares o excessivo e o intensivo uso e até mau uso dos solos. É isso que eu pude entender. Eu queria imaginar que nós, por iniciativa do Governo Federal, temos agora uma Universidade que deve estar sendo instalada para ter este foco, única e exclusivamente este foco que é estudar o semi-árido brasileiro. Eu imagino que traria uma boa demanda para que essa Universidade já possa oferecer o que seria um arcabouço de programas e de atividades públicas nas três esferas, imaginemos assim, Federal, Estadual e Municipal, para que a gente tenha essas iniciativas digamos assim em curto prazo melhor elaboradas e implementadas. Custo de um investimento dessa natureza, estou aqui imaginando. O primeiro debate que eu queria propor é essa coisa das nascentes de água. Se a gente tem ali numa situação como aquela um mínimo de recuperação das nascentes de água, fortalecimento sobre isso, é o básico de fornecimento de água, eu acho que todo um outro procedimento ficaria mais fácil. A outra é a preocupação do Senador César Borges, eu acho que ele tem razão e queria ainda fortalecer com a seguinte sugestão, porque eu também já foi um dos ativistas do movimento social e sei que qualquer Governo, não importa o seu grau de comprometimento social com as organizações comunitárias e assim por diante, mas é preciso que haja sim uma cobrança permanente, porque é natural de que as coisas vão surgindo e poderão, prioridades do momento, ficarem secundarizadas num momento seguinte por conta de outras novidades que vão surgindo, e eu queria aqui imaginar de que um programa como esse, com todos os demais programas, precisa sim de se ter esta mobilização social permanente. Então eu queria sugerir aqui ao Senador Inácio Arruda que, talvez como um desafio de um Projeto desse aprovado, seria V. Exª. propor a esta Universidade que está em fase de instalação ou às demais, quais são as coisas assim de técnicas já devidamente comprovadas que poderão imediatamente ser aplicadas dentro de um programa da natureza que V. Exª. nos propõe. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Presidente, o quorum pode cair a qualquer momento, era bom a gente proceder a votação logo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A Mesa faz um apelo ao Senador Adelmir Santana que –

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Eu tenho um almoço com um grupo de ...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – ... Não vão iniciar esse almoço sem a presença de V. Exª.. Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Vamos fazer a chamada, que é uma votação nominal. Com o voto o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Voto sim, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador César Borges, como vota?

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Aprovado. A matéria será incluída em pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar nos termos do disposto do artigo 282, c.c. o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Passamos ao Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2006. "Altera o *caput* do artigo 36 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a mensagem publicitária conterá a expressão "informe publicitário"". É de autoria da eminente Senadora Serys Slhessarenko e tem como Relator o eminente Senador Garibaldi Alves, a quem concedo a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Houve um equívoco na apreciação desse Projeto por ele ter sido encaminhado dispondo que a mensagem publicitária conterá a expressão "informe publicitário". Se considerou isso, Sr. Presidente, uma Emenda aditiva, quando na verdade se tratava de uma Emenda substitutiva. Daí porque a matéria retorna hoje à Comissão a fim de que seja votada a Emenda substitutiva ao Projeto e não a Emenda aditiva. Como V. Exªs. estão vendo, trata-se apenas dessa substituição do caráter da Emenda, já que o projeto já foi bastante discutido e só não foi aprovado definitivamente por conta desse equívoco, razão porque eu peço a todos, na qualidade de Relator, que aprovem a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Chamada nominal. Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Aprovado. A matéria será incluída em pauta da próxima reunião para aprecia-

ção em turno suplementar nos termos do disposto no artigo 282, c.c. o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

A próxima matéria, o Item 5, eu sou o Relator dela, eu convidaria o Senador Renato Casagrande para assumir a presidência para que eu pudesse dar conhecimento do relatório aos eminentes membros desta Comissão.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Trata-se de Projeto de Lei do Senado de nº 191, de 2005, que "altera as Leis n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, e n° 10.962, de 11 de outubro de 2004, para, entre outras providências, considerar como prática abusiva a oferta à venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista". É uma proposta, um projeto de autoria do eminente Senador Nezinho Alencar e é de muito fácil compreensão, creio que a grande maioria dos Senadores já experimentaram essa situação na prática quando vão buscar adquirir produtos no mercado e encontram o preço à prazo pelo mesmo preço à vista sem que seja informado ao comprador os juros que estão ali embutidos. Esse Projeto de Lei, ele foi relatado pelo Senador Nezinho Alencar, foi aprovado com a Emenda nº 01 desta Comissão. A Emenda supriu os artigos 2º, 3º e 4º do PLs 191, de 2005. Como são citados na Ementa, há necessidade de alterá-la, por isso, propõe a seguinte Emenda à Ementa: "dê-se à Ementa do Projeto de Lei do Senado 191, de 2005, a seguinte redação: altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, para, entre outras providências, considerar como prática abusiva a oferta à venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista". Então este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado ao Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Propondo, naturalmente, a aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, eu vou colocar a matéria em votação. Como vota o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Como vota o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Como vota o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – É o voto conhecido, sim, é o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Como vota o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Como vota o Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Como vota o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Como vota o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Como vota o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Senador Garibaldi Alves.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Com o Presidente Quintanilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Matéria aprovada, Sr. Presidente. Devolvo a presidência ao Senador Leomar Quintanilha.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado ao Senador Renato Casagrande.

Nós voltamos então ao Item 2, que não tem mais caráter terminativo. Atendendo à solicitação da Senadora Lúcia Vânia, relatora do Item 6, pedindo a retirada de pauta desse Item, de forma que nós voltamos ao Item

2 para apreciar um processo de caráter não terminativo, cujo Relator é o Senador Renato Casagrande, que "altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio-Ambiente, para dar prioridade aos Projetos que tenham sua área de atuação em Municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais". Tem V. Exª. a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente, esse Projeto é de autoria do Senador Papaléo Paes, de 2005, ele tem o objetivo de priorizar, na hora da realização de convênios com o Governo Federal, aqueles Municípios do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste que têm em seus territórios parques nacionais, e junto com isso é priorizando aqueles com menor IDH. Então, Senador Heráclito Fortes, eu acho boa a iniciativa porque hoje a distribuição de recursos é feita basicamente por aqueles Municípios que têm maior atividade econômica, sempre desprezando aqueles que têm área com cobertura florestal. Então, por essa razão, Sr. Presidente, eu sou favorável à aprovação do Projeto do Senador Papaléo Paes.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Heráclito Fortes, tem V. Exª. a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu quero louvar o objetivo desse Projeto e o relatório de V. Exª. Eu sou de um Estado, o Estado do Piauí, em que nós temos três parques e um em fase de elaboração: nós temos o Parque de Sete Cidades, nós temos o Parque da Serra das Capivaras, da Serra das Confusões ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Muito apropriado, pois é, e temos um que foi beneficiado no Projeto anterior, que é exatamente o das nascentes do rios, e tão bem disse o Senador Sibá Machado, é uma questão que nós temos que ter um cuidado muito especial com essas nascentes. Como muita delas ficam em áreas de parque nacionais, elas também serão beneficiadas. Sr. Presidente, eu vejo, por exemplo, o Rio Parnaíba, que banha o Estado do Piauí e nos separa do Maranhão, dizem até que nos unem, eu acho que é certo, as suas nascentes estão morrendo exatamente por falta de proteção, e esse Projeto poderá ser exatamente a salvação, não só para ele, vai para a nascente do São Francisco. Enfim, ao proteger parques nacionais nós vamos ter a responsabilidade de salvar o que ainda resta de beleza e o que ainda resta na ecologia brasileira. Portanto, sou favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A Mesa agradece a manifestação de V. Exª. Mais algum Senador que queira discutir? Não havendo quem mais queira discutir, está encerrada a discussão e votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, agradecendo a atenção dos Srs. Senadores, declaro encerrada a presente sessão.

(Sessão encerrada às 13h09.)

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 02 de outubro de 2007, às 10:00 horas.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia dois de outubro de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **SIBÁ MACHADO,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **EUCLYDES MELLO, VALDIR RAUPP, VALTER PEREIRA, SERYS SLHERRARENKO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, GARIBALDI ALVES FILHO, EDISON LOBÃO** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, inicia-se a presente reunião, destinada à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, em atendimento ao Requerimento nº 32/2007-CMA, de autoria do Senador **SIBÁ MACHADO,** "para discutir a viabilidade econômica e ambiental do uso de energia nuclear no Brasil". Comparecem os seguintes convidados: Márcio Pereira Zimmermann - Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; Ruy De Góes Leite de Barros - Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente; Odair Dias Gonçalves – Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Ministério de Ciência e Tecnologia) e João Nildo de Souza Vianna – Coordenador de Relações Interinstitucionais do Centro de Desenvolvimento Sustentável - Universidade de Brasília - CDS/UnB. Após a exposição dos convidados, apresenta seus questionamentos o Senhor Senador **GARIBALDI ALVES.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado

Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Sibá Machado,** Presidente eventual.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Havendo número regimental declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Pedimos a dispensa da leitura da Ata... A presente reunião trata-se de Audiência Pública para discutir a viabilidade econômica e ambiental do uso de energia nuclear no Brasil com os seguintes convidados: Dr. Márcio Pereira Zimmermann, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; Dr. Ruy de Góes Leite de Barros, Diretor de Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente; Dr. Odair Dias Gonçalves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Ministério de Ciência e Tecnologia, e Dr. João Nildo de Souza Vianna, Coordenador de Relações Institucionais do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Brasília, CDS-UnB. Em conformidade com o Requerimento de nº 32/2007-CMA, aprovado em 14 de julho de 2007.

Bom, como nós estamos hoje com um dia bastante concorrido, o Presidente pediu que viesse conduzir os trabalhos desta audiência e eu proponho então que a gente faça as apresentações no tempo que geralmente a gente costuma dar entre 10 minutos iniciais, precisando prorrogar por mais cinco, e na seqüência se os Srs. Senadores chegarem a gente vai fazendo o conjunto das perguntas para fazer o debate.

Então na ordem que eu chamei, eu convido então o Dr. Márcio Pereira Zimmermann, que é Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, para então apresentar a sua palestra no tempo inicial de 10 minutos.

SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Bom, gostaria de cumprimentar o Senador Sibá Machado, o Odair da CNEN, Dr. Ruy do Ministério do Meio Ambiente, o Prof. João Nildo da UnB. É uma satisfação estar participando aqui em nome do Ministério de Minas e Energia e nós podermos falar sobre um tema que deve-se tornar muito presente nos próximos anos, que é a energia nuclear, ou geração de energia nuclear no Brasil.

Eu vou tentar passar rapidamente dentro desse tempo que foi dado dando o porquê que o Brasil hoje trabalha firmemente com um projeto de retomada do programa nuclear. Só lembrando rapidamente, esses modelos uma parte importante que foi retomada foi o planejamento. Quando se estruturou a Secretaria de Planejamento do Ministério e criou a empresa de pesquisa energética é porque realmente esse era um dos pilares desse modelo que foi implantado a partir de 2004. E nesse processo aí, com a retomada do planejamento você estruturou de forma a recuperar a visão estratégica do Estado brasileiro e ao mesmo tempo a visão de programação com relação aos assuntos energéticos. Aí com dois produtos aí já... com três produtos já publicados e outro saindo ainda esse mês, como o Plano Nacional, com visão de cinco anos na frente, o plano de 2030, e os planos decenais que estão saindo. Já o ano passado tinha saído um e agora está saindo o outro. Com visão de horizonte de 10 anos. Nessa visão de você trabalhar com planejamento energético integrado então você trabalha com o setor elétrico, trabalha com o setor de petróleo e gás e os outros setores tipo biocombustíveis e você procura integrar então dando uma visão energética bastante integrada para o Brasil. E até diga-se de passagem o Brasil retomando um processo que não fazia há muito tempo, e às vezes ele foi meio esquecido no passado recente e sempre o pessoal esquecendo que grandes países sempre tiveram áreas estratégicas de... Com visão energética. Então os Estados Unidos trabalham com cenário de 50 anos na frente, 30 anos na frente e no Brasil se achava que não precisava. O mercado resolve tudo. Mas a recuperação disso depois vai ser um item bastante importante para a parte de segurança energética para o País.

Aí rapidamente também fica como contribuição, aí o ciclo de planejamento que se faz, onde saem as políticas e diretrizes a partir do Conselho Nacional de Política Energética, o planejamento de longo prazo, que é tipo esse plano PNE 2030, uma matriz 2030, os planos decenais e o monitoramento dessa expansão para que você tenha a segurança de que realmente vá se atendendo a esses requisitos de demanda.

Na discussão, por exemplo, vocês terem uma idéia do plano 2030, é importante lembrar que nós tínhamos grandes discussões sobre eletricidade. Qual era a prioridade que nós íamos aproveitar o nosso potencial hidrelétrico, qual a necessidade da engenharia nuclear, carvão mineral, biomassa, interligações regionais, interligações com países vizinhos, fontes alternativas, aspectos sócio ambientais. Nesses cenários aí, claro que você traça um cenário macroeconômico e você tem uma projeção de PIB e toda a repercussão que tem nos consumos energéticos. Isso mostra um País que vai crescer em torno de 53 milhões entre 2005 e 2030 incorporando praticamente uma Espanha, uma região nordeste no Brasil nesse período.

E no final a nível de eletricidade nós chegamos então a uma condição que nós temos que atender

um mercado que chegaria aí no cenário B1, que seria um cenário intermédio, com 1.045 (ininteligível) hora. Só lembrando que hoje o consumo seria em torno de 3,61. Você estaria quase triplicando. E uma curiosidade, aqui não se fala só em ampliar usinas, fala em conservação de energia. Nesse caso mesmo nós estamos trabalhando com um cenário de uma economia que seria o equivalente a quase duas Itaipus. Nós estamos considerando 5% de progresso autônomo de conservação e 5% de induzida. Isso é um esforço muito grande, mas de qualquer forma tem uma vantagem bastante grande.

A nossa matriz há uma orientação de nós perseguimos aquela característica renovável da nossa matriz elétrica, diga-se de passagem o Brasil a nível mundial tem uma matriz extremamente renovável, a matriz elétrica, e nós vamos continuar mantendo isso até 2030. E é claro que com isso nós temos um esforço de continuarmos a desenvolver a hidroeletricidade e ao mesmo tempo vamos ter uma ampliação da parte de biomassa, conforme podemos observar ali, e outras fontes alternativas tipo eólicas e outras. Esse é um desafio hercúleo que o carro chefe desse desenvolvimento seria a hidroeletricidade e que você teria que implantar isso, cerca de 85 mil megawatts, hoje o Brasil tem setenta e poucos mil megawatts instalados de hidrelétricas e nós teríamos uma ampliação de ordem de mais 85 mil a 90 mil. Isso significa um senhor desafio e uma realidade que temos que efetivamente, grande parte desse potencial está na Amazônia, então faz parte a exploração dentro de uma ótica bastante sustentável a exploração da hidroeletricidade. Claro que nesse esforço também aparece o aspecto do desenvolvimento da nuclear. Como eu falei ainda há pouco, conservação você trabalha com progresso autônomo e um programa específico, conservação induzida, e as outras são as alternativas que você tem para atender essa demanda.

Uma realidade que o Brasil tem enfrentado ultimamente é que até por não ter sido feito estudos nos últimos anos e inventário, e estudo de viabilidade, nós ficamos com poucas alternativas. Então a nossa matriz dos últimos leilões é exatamente essa aí. Somente 34% de hidrelétrica é o que nós conseguimos colocar. E o restante, uma forte contribuição de óleo e combustível e essas outras aí que vocês podem ver. Isso é uma preocupação. Uma preocupação muito forte e daí a importância do Brasil retomar fortemente um processo de construção de hidrelétricas. Esse é uma característica que pra mim é a maior explicação técnica por que é que você vai precisar de térmicas que operam na base. Essa aqui é muito clara. O gráfico à esquerda ele mostra o crescimento da potência instalada, a capacidade que uma usina tem de gerar na ponta hidrelétrica. E o outro mostra a capacidade de armazenamento. Como pode ver, a curva de crescimento da potência instalada ela é bastante acentuada e a outra é praticamente estabilizada. Isso indicando a necessidade de você ter térmicas na base que consiga uma geração média que possa atender e suprir aquela diminuição dos reservatórios. E existem dois tipos de térmicas que podem fazer esse papel. É a térmica a carvão e a térmica nuclear. Então nesse horizonte temos um forte desenvolvimento também da térmica nuclear justamente por causa desse aspecto aí que ela tem um custo bastante razoável, e isso não é só aqui no Brasil, é a nível mundial, de forma que nós pudéssemos ter essa geração média com participação forte da térmica nuclear.

Aqui nós vimos um aspecto de competitividade entre fontes, tarifárias de equilíbrio, não são econômicas. Só vale a pena lembrar que todo o processo de planejamento você leva em conta a lógica, a técnica, econômica e ambiental. Nesse processo no aspecto econômico você vê uma comparação entre fontes, tarifa de equilíbrio, não é econômica, onde você vê então que gás natural se você tiver que gerar 100% do tempo, ela vai a 175 reais. (soa a campainha) Se você tiver que gerar uma eólica, a eólica só gera 30% do tempo. Vai a 232. Então dentro desse aspecto nós temos uma perseguição nesse... De sempre procurar o aspecto de modicidade tarifária, então a importância de você ter modelos que venham a desenvolver uma matriz que seja renovável e ao mesmo tempo tenha uma contribuição forte na modicidade tarifária.

Aqui só um exemplo para vocês vêem. Isso aqui foi apresentado na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados na época que nós estávamos discutindo porque fazer o Madeira. Aqui nós temos a evolução daquilo que está já previsto, e aí você observa um processo de termificação da matriz brasileira onde nós saímos de 84% de hidro para 69 em 2016.

Quando nós não considerarmos se o Madeira, por exemplo, não tivesse entrado, na época era uma discussão e hoje ele é uma realidade que já tem licença prévia, nós chegaríamos a 54 em 2016. Se não fizermos Madeira e Belo Monte, nós chegaríamos a 61%. E se nós não fizéssemos nenhuma usina mais no norte, só até 2016 nós já praticamente estaríamos tornando a matriz brasileira 56% hidro e 42% térmica. Qual é a conseqüência disso? Essa matriz teria um potencial de emissões nessa ordem aí. Como vocês observam ali, no caso base hoje nós teríamos um potencial de emissões de 40 milhões de toneladas de CO2 e quando nós vamos para 2016 da forma como ocorreram os últimos leilões, nós estaríamos passan-

do para 106 milhões de toneladas de CO2. Quando nós consideramos a última hipótese ali sem nenhuma usina você vê que hidrelétrica no norte aí você vê passar de 40 para quase 300. Ou seja, de 106 para 283. Seriam praticamente três vezes o potencial de emissões de CO2 da matriz elétrica brasileira se nós substituímos essa hidrelétrica por térmicas a óleo ou térmica a carvão seguindo o retrato que ocorreu nos últimos leilões.

Considerações finais, eu gostaria de fazer um comentário que o modelo hoje do setor elétrico na verdade ele é resultado de uma evolução contínua que vem ocorrendo desde a edição do código de água em 1934 e que foi aperfeiçoado, achou um meio termo com toda onda que ocorreu a nível mundial e que hoje está caminhando num bom caminho. A integração regional e a importância do setor energético na relação entre os países, isso o Brasil hoje é testemunha do que vem ocorrendo. Todas as agendas entre Presidentes na verdade é fortemente o item energético entra nessas discussões a ponto do Itamaraty até organizar um Departamento de Energia justamente para se adequar a isso. Foi muito bom esse terceiro ponto o Brasil ter retomado esse planejamento e não deixar de ter... Deixar de ter medo de ter visão estratégica, você trabalhar com planejamento integrado de longo prazo com toda a parte energética isso num momento que o mundo inteiro fala em segurança energética. Então falar em segurança energética você tem que pensar fortemente em ter uma estrutura de planejamento. Então quando eu citei ainda há pouco o próprio Estados Unidos, a estrutura que eles têm lá, quem conhece o Departamento de Energia que é o Ministério de Energia deles lá, vocês vão ver que tem praticamente em torno de 500 pessoas trabalhando com visões, prospectivas e visão estratégica da área energética dos Estados Unidos. Então é muito importante o Brasil recuperar isso, com a criação lá da empresa de pesquisa energética e a estruturação do Ministério para isso.

A importância da participação da sociedade nas diversas etapas do planejamento energético. Isso é uma tentativa que o Ministério vem executando até pelo aspecto da contextuabilidade do planejamento, só para os senhores terem uma idéia, no ano passado nós tivemos uma etapa importante do plano 2030, nós tivemos 10 seminários lá com a participação convidamos universidades, convidamos centros de pesquisa, federações de indústria, fórum de secretários e tivemos discussões separados por títulos, por itens, tipo geração hidrelétrica, transmissão, nuclear, carvão, e houve contribuições muito valiosas e esse plano está sendo agora, já está em fase de impressão. E o realismo ambiental com avaliação precisa dos reais impactos de cada fonte é um aspecto importantíssimo para a sociedade brasileira e para os órgãos ambientais e para os órgãos de planejamento energético discutirem, porque a coisa mais importante é nós termos o realismo ambiental do impacto de cada fonte. Ninguém pode atropelar ninguém, mas é importante que não se tenha miopia com relação aos impactos ambientais de cada fonte. É que toda fonte de expansão, de geração, em princípio, ela causa impacto. Então você tem que procurar minimizar esse impacto. A importância do Brasil desenvolver o seu potencial hidrelétrico e a exemplo dos países desenvolvidos. Quer dizer, nós não temos porque pararmos de desenvolver o potencial hidrelétrico já que os países desenvolvidos desenvolveram de uma forma bastante forte e o Brasil que tem um potencial enorme não é possível que não venha a continuar desenvolvendo. E essa estratégia que nós estamos fazendo dessas grandes usinas do Madeira, dessas grandes usinas do... Da Amazônia, ela é importante até porque são uma oportunidade que nós temos de retomar esse processo já que em andamento o Governo está fazendo muitos estudos de inventários, de novas usinas, estudos de viabilidade. Até nós recuperarmos essa capacidade vai ser importante isso. Agora, como eu falei ainda há pouco, se vocês observaram um detalhe, nós temos que ampliar o consumo mesmo considerando uma conservação de praticamente duas Itaipu até 2030, nós temos um crescimento de 85 mil na hidroeletricidade, mas cerca de 37 mil em outras fontes.

Então, para um desafio no País em desenvolvimento vai ser importante a nuclear, vai ser importante as fontes alternativas, a biomassa, e mesmo até o próprio carvão mineral. E, cada vez mais a gente espera que venha evoluir esse aspecto do aspecto ambiental. Senador, com isso eu... Era o recado geral que eu queria dar com relação a essa área.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Agradecemos muito a V.Sª e vamos convidar então o Dr. Ruy de Goés Leite de Barros, que é Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente. Acho que podia fazer aqui uma sugestão de troca. Até acho que você poderia falar mais do contraponto, deixamos então falar da política geral de toda a matriz nessa coisa, na seqüência poderíamos ouvir o senhor. Ok? Então, vamos convidar então o Dr. Odair Dias Gonçalves, que ele é Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear do Ministério de Ciência e Tecnologia. Dr. Odair.

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES – Muito bom dia, Senador Sibá Machado, meu amigo Zimmermann, Ruy de Góes, estamos sempre juntos em diversas apresentações já, o Prof. João Vianna da UnB, senhoras e

senhores. É um prazer estarmos aqui e termos mais uma oportunidade de discutir esse assunto, que é um assunto candente, é um assunto que está na pauta, e é importante como qualquer outro assunto estratégico, assunto de importância relevante que a sociedade participe. E nada melhor para sociedade participar do que debates com os representantes eleitos dessa sociedade.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear, ela é constitucionalmente responsável por dar a Assessoria ao Governo na questão da área nuclear. Portanto, a minha intervenção vai ser no sentido de informações gerais sobre a área nuclear. Seja sobre segurança, seja sobre problemas candentes como, por exemplo, a questão do rejeito, então a minha apresentação vai se pautar nessa maneira. E em particular com algumas coisas didáticas que eu acho importante que esclareçamos para que todos possamos discutir com a mesma base.

Eu começo sempre a minha apresentação com essa fotografia da Terra. Uma série de fotografias montadas de satélite. Essa fotografia é muito interessante. Os pontos brancos são iluminação elétrica mundial. Isso mostra claramente que nós temos no Brasil, na África e na... Essencialmente nessas duas partes do hemisfério sul um grande escuro. Ou seja, uma diferença muito grande na disposição de eletricidade em relação ao mundo. É importante que a gente saiba que a energia nuclear não é nada mais do que uma energia térmica. Qualquer forma de energia, inclusive a hidrelétrica, ela parte do princípio de ter alguma coisa que faça um gerador girar, um dínamo, como dínamo de automóvel que gera energia elétrica. Isso é coisa básica. Isso aí pode ser feito através da queda d'água ou por calor ou pressão ou por uma caldeira. A única diferença no caso da nuclear é que a pressão que faz gerar a turbina é uma pressão que vem da reação nuclear. A reação nuclear é produzida no interior desse reator e aí já vem alguns fatores de segurança que são bastante importantes. A reação nuclear esquenta a água e a água circula nesse circuito absolutamente fechado e estanque, sem nenhum contato com o ambiente, ele produz vapor e aquece o circuito secundário que também é completamente fechado e estanque, e que é refrigerado com água do meio ambiente. Ou seja, só aquele do último circuito que é esse aqui, é que tem algum contato com o meio ambiente e nenhum contato com a radioatividade. Esse é o esquema básico do tipo de usina que nós temos no País. E aí vem a questão clara de segurança. Um primeiro fator, um dos argumentos contrários à energia nuclear é a possibilidade de um acidente como, por exemplo, aconteceu em Chernobyl. Nós tivemos na história dois acidentes significativos O primeiro acidente foi Three Mile Island era um reator não muito diferente do nosso, e não houve nenhuma vítima fatal. Chernobyl houve uma falha humana, 56 fatalidades diretas e entre 15 e 30 mil esperada devido a efeito de médio e longo prazo da radioatividade. Agora, é muito importante dizer, que Chernobyl era um modelo completamente diferente e não tinha essa série de camadas que nós temos protegendo o nosso reator. Os reatores ocidentais eles têm um vazo de contensão, eles ficam dentro de uma caverna de aço, de concreto com paredes cerca de dois metros e eles têm um edifício final que vocês podem ver, isso aqui é realmente são paredes de largura dois metros e a previsão é que eles devem resistir ao choque de um avião de médio porte. Uma coisa importante, na segurança de qualquer usina, é que qualquer falha que exista, qualquer problema que seja detectado em qualquer reator... Uma coisa importante é que qualquer falha num reator num País ocidental ele deve ser incorporado ao sistema de segurança de uma maneira mundial. E o que acontece é que o órgão regulatório do País ele obriga a qualquer outro reator da área ou dos países filiados a agência internacional a incorporar essa medida de segurança.

Então, todas as lições aprendidas, seja com Three Mile Island, seja com Chernobyl, foram incorporadas nos reatores. Ou seja, já estão mais seguros do que eles eram contendo já experiência obtida nesses dois acidentes. Aí tem rapidamente o número de usinas nucleares em operação em 2005 que eram cerca de 443, sendo o maior número nos Estados Unidos, apesar da França que com 59 tem cerca de 80% da sua produção de origem nuclear.

A partir de 90, houve o que se chamou de renascença da área nuclear em função de diversos fatores. Mas um deles bastante importante é a questão ambiental. Um reator ele emite nenhum gás de efeito estufa. E isso gerou uma discussão a respeito, e obviamente o fator preponderante foi o alto preço do petróleo. A subida do preço do petróleo e o fato do petróleo hoje estar localizado em situações, em zonas geográficas conturbadas, levou a uma repensada, a uma revisão do processo mundial da matriz elétrica. Poucos países têm a possibilidade de hidrelétrica que nós temos. A grande maioria ela tem que confiar ou na questão nuclear ou na questão térmica principalmente com óleo e carvão. Ou gás. No caso do Brasil, nós temos a hidrelétrica, mas o problema com o petróleo levou a uma revisão e somado às questões ambientais começou a se falar fortemente numa retomada da área nuclear. A ponto de que em 2005, nós tínhamos 25... 24 usinas em construção, mas os Estados Unidos com estudo muito grande e muito forte em cima da retomada a

ponto de que hoje existem em processo de licenciamento já adiantado, cerca de quatro usinas e outras 29 estão sendo apresentadas nos próximos meses para licenciamento até 2015 mais ou menos. Fora isso, existe também uma série de ações como, por exemplo, a extensão da vida útil, você trocando algumas peças da usina ela consegue sobreviver muito mais tempo porque 40 anos ou 50 anos, que é a praxe, ela pode permanecer por cerca de 20 ou 30 anos a mais o que diminui muito o custo da usina e uma série de ações visando uma simplificação tanto do licenciamento como investimento em novas tecnologias, redução de custos, e aumento da segurança.

Vale dizer que o licenciamento de projeto na área núcleo elétrica talvez seja o projeto mais complexo de todo o licenciamento industrial da sociedade moderna. Ele exige que o licenciador refaça todos os cálculos apresentados pela instalação que está sendo licenciada. Isso exige um trabalho muito grande, é um trabalho caro e obviamente está incluído naqueles preços que o Zimmermann apresentou. Obviamente um outro fator de licenciamento é o licenciamento ambiental. No Brasil quem faz licenciamento é o IBAMA e como qualquer outra instalação. Nós temos uma cooperação bastante grande nessa área de tal maneira que sempre que é necessário existe um intercâmbio seja na área ambiental propriamente dita seja nas técnicas da área nuclear. (soa a campainha)

No caso do Brasil, o Brasil como eu já disse tem uma enorme riqueza em potencial hidrelétrico, mas nós temos necessidade de variação. Eu não vou entrar... de uma modificação inclusive da matriz, conforme muito bem apresentado pelo Zimmermann. Uma coisa importante é que as energias consideradas alternativas como, por exemplo, a eólica e a solar elas não se mostraram viáveis para a geração de energia em escala. Além do preço existem problemas técnicos em relação, por exemplo, ao casamento de fases e a energia solar, por exemplo, custa cerca de dez vezes o preço hoje que a gente tem na energia nuclear ou preço médio seja de hidráulica, seja de qualquer outra fonte.

Nós temos uma competência estabelecida muito grande na área nuclear e isso às vezes até por um pouco de sorte em termos do modelo adotado no passado, mas também pelo fato do Brasil ser um país muito rico em urânio. Para vocês ter uma idéia, quando se começou em 1950 a discutir a questão da energia nuclear, houve uma tentativa de os Estados Unidos no Plano Baruch de criar uma internacionalização das reservas de urânio. O argumento apresentado então nos fóruns internacionais é que eram uma injustiça divina deixar o Brasil com tanto urânio e outros com tão pouco. O Brasil os nossos representantes na época disseram: não, então a gente também corrige a justiça divina e divide o dinheiro que está disponível, o óleo, assim por diante.

Infelizmente por falta de uma política de Estado em governos passados, a área nuclear esteve em vias de perder a competência adquirida, mas hoje nós ainda estamos absolutamente competentes e capazes de levar a frente qualquer dimensão de programa que se imagine. O Brasil tem... Outro dado importante é que a nossa tecnologia de reatores que é o PWR ele usa o urânio enriquecido, vou explicar o que é o urânio enriquecido até 3,5%, e é importante dizer que qualquer aplicação bélica, inclusive que signifique risco, ele implica em enriquecimentos acima de 95%. A rigor acima de 95%. Essas são as reservas de urânio. O Brasil ele é a sexta reserva apenas com 30% do seu território prospectado e até uma profundidade de cem metros. Nós temos já reservas detectadas que projetam uma capacidade de cerca de cerca de 800 mil toneladas, o que nos colocaria em terceiro lugar e mesmo assim só com os 30% prospectado. Ou seja, é muito provável que a gente tenha talvez a segunda reserva de urânio.

Para vocês terem uma idéia, aqui são as reservas que a gente tem conhecido e já mapeado. Ou seja, nós temos cerca de 880 mil toneladas especulativas, 300 mil já detectadas e certamente algumas outras ainda por descobrir. Aqueles primeiros países lá eles têm cerca de 950 mil tonelada.

O ciclo de combustíveis que vocês ouvem tanto falar. O que acontece é que o combustível do urânio é uma parte importante no processo e ele requerer uma série de procedimentos. Depois da mineração ele é necessário fazer um refinamento que produz o que nós fazemos de eloquei(F). Essas duas fases do Brasil já estão funcionando a todo vapor e elas funcionam na medida de Caetité na Bahia, devem começar agora também no Ceará na mina de Tatae(F). Nós temos depois que a gente faz o refinamento, o *yellow cake* ele tem que ser transformado para gás. Porque é o gás que é enriquecido. Ele é feito através de centrífugas, as centrífugas separam o urânio 235, 238, são dois tipos de urânio que tem peso diferente, só que a outra centrífuga funciona em velocidade ultra-sônica. É uma tecnologia que não se vende, não se compra e o Brasil tem esta tecnologia desenvolvida, que foi desenvolvida no CTA da Marinha, nós temos hoje provavelmente a centrífuga mais desenvolvida no sentido de resistência, e de durabilidade, inclusive na eficiência do processo. Esse enriquecimento o Brasil já tem, vocês devem ter lido, ele é feito hoje em Rezende, mas está ainda no início da montagem da planta. A planta ela tem cerca de 10 cascatas. Cada cascata tem centenas de cen-

trífugas funcionando em cadeia, por isso que ela se chama cascata. E nós instalamos apenas a primeira dessas 10 cascatas e quando as 10 cascatas estiverem prontas, nós teremos capacidade de fornecer 60% do urânio necessário para a usina Angra 1 e 2. Mas já existem planos para até 2010 ou até 2013 nós sermos capazes de enriquecer 100% do urânio necessário. Hoje esse enriquecimento é feito na Europa, na empresa URENCO que é um consórcio europeu.

Depois do enriquecimento eu tenho que voltar ele para pó, isso também já existe e funciona em Rezende no Município de Rezende na fábrica da ANB, nós temos que produzir pastilhas que também é feito em ANB, essas pastilhas são colocadas dentro desses pequenos tubos. Isso daqui é um elemento de cerca de cinco metros de altura, quem tiver oportunidade de passar pela estrada de Angra dos Reis existe um centro de visitantes, onde inclusive existe uma coisa dessa disponível e uma série de informações muito interessantes para quem tiver interessado. Esse elemento de combustível é colocado dentro da usina, vai dentro daquele vazo, são centenas de elementos dentro de um vazo e isso é o que gera a energia elétrica propriamente dita. Ele gera o calor que por sua vez faz mover o dínamo que gera energia elétrica.

Meio ambiente, que é um caso sempre premente para nós. Uma questão importante na energia elétrica é o armazenamento. A gente precisa de reservatórios porque nem sempre chove. Então o reservatório é que sustenta o nível de água e sustentando o nível de água a queda d'água é sempre garantida e eu tenho a produção de energia elétrica. Um dos problemas, por exemplo, da solar e da eólica é que única maneira de você armazenar seria por baterias. E não é. A nossa eletricidade é uma eletricidade em corrente alternada. Seria bastante complicado sem contar que baterias são extremamente poluentes, grandes e incômodas. Então é um dos problemas da energia alternativa. Comparado com outras fontes, dez gramas de urânio 235 equivale a 700 quilos de óleo que por sua vez equivale a uma tonelada e 200 de carvão. Só aí você percebe a economia que tenho em relação ao meio ambiente com transporte, com armazenamento e inclusive com resíduos. Outra coisa é a emissão de gás por centrais térmicas. Se pensar em usina a carvão, para produzir um quilowatt/hora de energia elétrica, eu produzo cerca de um quilo de gases que provocam efeito estufa. Uma usina a óleo, cerca de 800 gramas, usina a gás, cerca de meio quilo, enquanto a usina nuclear produz apenas quatro gramas. E essas quatro gramas é porque nesse ciclo eu considero toda a produção, e ela vem do aço que foi usado para produzir a usina. A usina mesmo ela não produz gás nenhum. Só produz vapor d'água.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES – Bom, esses fatos levaram a alguns ambientalistas a reverem a sua posição. E aí eu coloco um artigo da Folha de São Paulo onde o Patrick Moore, um dos fundadores, hoje ele não está tão bem com os ambientalistas, mas ele reviu a posição assim como o James Lovelock que foi um dos fundadores da Teoria de Gaia.

Rejeitos, que é sempre um problema complicado. Rejeitos é um problema realmente extremamente discutido hoje. Um exemplo é que Fisic Today(F), isso é uma revista de física, uma das resistentes mais prestigiadas do mundo científico hoje. Em dezembro de 2006 ele colocou uma matéria de capa justamente sobre a questão de opções para a área de rejeito especificamente nuclear.

Uma coisa que precisa ser dita, a questão da sociedade moderna nós produzimos rejeitos e interferimos com o meio ambiente. Não há atividade que não interfira no meio ambiente ou que não produza rejeito. Deve ser dito que fatalmente a área nuclear é a única que conseguiu equacionar esse sistema. E vamos explicar algumas coisas. Sempre se argumenta que a área nuclear não encontrou uma solução definitiva economicamente viável para os rejeitos. Isso é verdade. Isso é verdade, mas é importante dizer que nós estamos falando em termos de definitiva para períodos de milhão de anos, sem vigilância ou sem monitoração. Isso seria uma solução definitiva. Seria produzir alguma coisa que fosse absolutamente inócua para o meio ambiente.

Bom, a minha pergunta é a seguinte: Qual é a área hoje empresarial, industrial ou de atividade humana que não produza rejeito? E que realmente tenha obtido uma solução definitiva para seus rejeitos? Mas será que a nuclear não tem solução nenhuma? Não. A solução nuclear existe e é importante dizer que quem é responsável por essa solução, quem é responsável pelas ações necessárias para a preservação do meio ambiente é o Estado. E é o Estado que tem que tomar atitudes para garantir isso. Na área nuclear isso é uma função nossa da Comissão Nacional de Energia Nuclear. De quanto nós estamos falando? Qual é o rejeito que nós estamos falando? Veja que se eu pensar, por exemplo, em garrafas PET, plástico em geral, metais pesados, se eu pensar em gases, todos esses fatores são fatores extremamente críticos. Eles deterioram o meio ambiente. O plástico é uma coisa terrível. São 600 anos para degradar ou mais não se sabe exatamente quanto o tempo. Pneus. Ou seja, a

sociedade produz um monte de coisa e produz numa quantidade enorme. Vocês lembram que 10 gramas de urânio equivale a uma tonelada de carvão. No caso da usina nuclear, eu vou dizer depois um pouco melhor o que são esses rejeitos, mas os rejeitos complicados são principalmente o combustível usado. Quanto é que é esse combustível? 40 anos de operação de uma usina nuclear ela produz cerca de mil metros cúbicos de combustível irradiado. Isso é uma piscina de 20 por 20 por 5. Uma pequena piscina. Outras usinas equivalentes produzem milhões de metros cúbicos de rejeitos. Enquanto a gente tem mil metros cúbicos. É importante dizer que se eu tiver 20 usinas produzindo durante 60 anos, todo o rejeito produzido durante toda a vida, veja, 20 usinas, 60 anos, eles cabem num campo de futebol escavado a cinco metros. É disso que nós estamos falando. Estamos falando em controlar um campo de futebol escavado a cinco metros. Não é tão complicado assim.

O que são esses rejeitos? É bom algumas clarezas. Existem depósitos diferentes. Existem três tipos de rejeitos: Rejeitos de baixa e média atividade, esse a gente consegue armazenar facilmente e controlar em tambores, vocês vão ver alguns exemplos mais à frente e existe os rejeitos de alta que são os combustíveis. Todos eles têm três tipos de depósitos possíveis. Eles têm o inicial, que é o responsável, operador, mas é importante dizer que esse rejeito... Que esse depósito inicial ele não tem limite de tempo. Portanto, quando se fala em limite, em deposito provisório de Angra é absolutamente equivocado. Que eles não são provisórios, eles são iniciais. E inicial é completamente diferente de provisório. Porque o inicial ele pode permanecer durante toda a vida útil da usina e muito bem guardado. O intermediário ele pode ocorrer ou não, depende, e o final somos nós. A Comissão Nacional de Energia Nuclear que é responsável. Então como não tem limite, vamos para o próximo slide, por favor. Por que o Brasil não tem ainda os depósitos definitivos para combustível usado? Porque ele depende de uma decisão básica. Depois de ser usado o tempo necessário, na usina, existe ainda um potencial de produção de energia de cerca de 40%. E aí os países têm que optar se vão se reprocessar o urânio ou não. O Brasil optou por não reprocessar o urânio. Por que não reprocessar? Porque não reprocessando eu evito a produção de plutônio. A grande utilidade de plutônio é bomba. Existem inúmeras pesquisas sendo desenvolvidas para conseguir reprocessar sem produzir o plutônio. E isso é provavelmente o caminho do futuro. O Brasil optou por não reprocessar. Porque nós temos na nossa Constituição que energia nuclear é só para fins pacíficos e não queremos produzir plutônio que é proliferante. Essa questão é a grande questão mundial. E por isso que não existem mais depósitos definitivos. Porque ainda é uma discussão muito presente e as pesquisas estão sendo fortemente financiadas de maneira que eu acredito que em 30 ou 40 anos nós tenhamos a tal solução definitiva para os rejeitos.

Isso aí é a questão da piscina que eu falei para vocês. Ou seja, isso é usado no mundo inteiro. E não é provisório. Ele é inicial. Uma coisa importante, rejeitos não existe nenhum registro de acidentes com rejeitos de alta atividade no mundo. Por favor, Goiânia foi um acidente lastimável nosso. E é um acidente que grande parte dos países está sujeito. Porque ele foi feito a partir de uma fonte médica. Essa fonte médica de césio hoje elas não são mais de em pó, elas são em metal duro justamente para não acontecer isso. Mas nada impede que um terrorista entre num hospital roube uma fonte e espalhe essa fonte criando um acidente similar a Goiânia. Nada impede em termos. Existem uma série de medidas que são necessárias para se obter o licenciamento. Mas, se você entrar com o Exército no hospital, não há quem registra porque nenhum hospital tem Exército reagindo. Essa é uma questão de risco benefício. Ninguém consegue mais sobreviver sem radiação na área de saúde. Radiação na área de saúde evita milhares e milhares de mortes por ano. Então esse é o risco calculado, controlado e que infelizmente no Brasil aconteceu. O Brasil aconteceu, nós aprendemos a lição, corrigimos, retificamos, hoje podemos atender qualquer emergência em 24 horas em qualquer lugar do País, mas é um acidente por menor que seja essa probabilidade lá embaixo ela pode acontecer. Mas essa probabilidade ela existe realmente em fontes principalmente de uso médico industrial. Não existe risco de acidente praticamente na área de usina ou de gerência de rejeitos. Aí é o exemplo do depósito de rejeitos de baixa e média atividade, ele é feito em Angra dos Reis. Estamos construindo um outro depósito, vai ser outro local do País e esse é o depósito inicial e o final estamos estudando. Vejam que isso aqui não aparece realmente nem um pouco com que a gente chama de deposito de lixo. E aqui vocês vêem as piscinas onde são armazenados os rejeitos. Também nem de longe lembra a idéia de um depósito de lixo. Isso é absolutamente seguro, as usinas são guardadas por guardas armados, entrar e provocar um acidente é absolutamente impossível. Isso aí são o que nós temos. Só para dizer que nós então não estamos fazendo nada em relação a decepções final? Não. Estamos. Estamos junto com a ELETRONUCLEAR uma parceria para desenvolvimento de um depósito definitivo. Esse depósito deve ser resistente pelo menos por 500 anos a qualquer tipo de acidente

sísmico, terremoto, avião, invasão, ou qualquer coisa que se imagine. Eles são colocados, os elementos combustíveis são colocados dentro de um contêiner especial que vai dentro dessas partes aqui dessa colméia. Isso é coberto depois por um concreto, em cima do concreto ainda vai água. Isso deve ser instalado dentro de uma caverna que seja no local adequado e suficientemente isolado. É claro que esse contêiner vai ter que ser transportado e para isso existe também desenvolvido um contêiner de transporte especial. Nós estamos desenvolvendo um protótipo junto com a ELETRONUCLEAR, esse protótipo deve estar pronto por volta de 212. O protótipo de todo o depósito.

Bom, eu não vou falar mais, já tomei muito tempo, mas a retomada das atividades nucleares no Brasil elas exigem não só Angra. O projeto da EPE, o projeto do Ministério de Minas e Energia é de construção de além de Angra mais entre quatro e oito usinas até 2030. Além disso a gente precisa de capacitação e treinamento de recursos humanos, pesquisa, divulgação e discussão pública, isso é um ponto fundamental, a gente tem que redimencionar o ciclo de combustível com o objetivo da auto-suficiência e principalmente a gente tem que fazer uma revisão completa das áreas regulatórias e licenciamento de controle. Isso é tudo. Obrigado.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Vamos agradecer aqui o Dr. Odair Dias Gonçalves e convidar então o Dr. Ruy de Goés Leite de Barros, ele é Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente. O senhor também tem 10 minutos podendo prorrogar.

SR. RUY DE GOÉS LEITE DE BARROS – Bom dia. Bom dia a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar meus companheiros de Mesa na figura do Senador Sibá Machado, cumprimentar os aqui presentes, e agradecer o convite para participar desse debate, acho que é um tema absolutamente relevante para o País. Traz consigo discussões que não são simples e que vem dentro de um debate que envolve tanto a área ambiental quanto a área de geração de energia, quanto mesmo modelo de desenvolvimento e apostas tecnológicas a serem feitas para o futuro.

O País acabou de passar por um processo de discussão dentro do... No âmbito do CNPE em que se discutiu o término da usina de Angra 3 e a possibilidade de um investimento maior na área nuclear, tal como foi dito pelos que me antecederam, e hoje está em discussão o que o Brasil pretende enquanto matriz energética, enquanto apostas tecnológicas que possam suprir as necessidades de energia que o País precisa para crescer. Nisso há um pressuposto básico. Se o Brasil quiser crescer e quiser incluir as pessoas que hoje se encontram marginalizadas do ponto de vista de fornecimento de energia, é necessário aumentar a potência, a capacidade instalada do pais. É necessário com isso investir em novas fontes de geração, além do óbvio investimento em conservação e eficiência energética que possa aumentar a intensidade econômica do País, que possa aumentar a competitividade porque na medida em se gasta pouca energia, se gasta menos para se produzir o mesmo produto. Isso seria a nosso ver a prioridade nº. 01 a ser perseguida pelo Governo e em seguida claro que precisaríamos discutir como ampliar a capacidade instalada do País. E consideramos também que qualquer forma de geração de eletricidade implica em dano ambiental e a discussão de qual dano ambiental aceitável é uma discussão que passa pela sociedade que em última instância deve arbitrar o que é aceitável do ponto de vista do dano causado por cada uma das fontes. E nesse sentido o Ministério do Meio Ambiente tem se manifestado contrariamente à expansão da energia nuclear como fonte de geração de energia por três motivos que eu gostaria de expor a seguir. Antes disso, gostaria também de discernir o que é atividade de pesquisa, atividades médicas e o que é a geração de eletricidade que são campos completamente distintos.

Hoje a sociedade requisita uso de equipamentos médicos que necessita uso de isótopos radioativos, isso não existe um substituto para essas atividades, a sociedade requisita pesquisa, e acho que a gente deve estar investindo em pesquisa para que o País mantenha não só a sua capacidade atual, mas também amplie não a habilidade de superar desafio para o futuro. Então não somos em absoluto contra usos médicos ou a pesquisa na área nuclear que é necessária para o desenvolvimento do País.

No entanto, em relação à geração elétrica, gostaria de falar um pouco sobre esses três fatores: Primeiro, o risco. Como foi manifestado, há uma série de medidas de contensão para se evitar vazamentos de material radioativo em usinas nucleares. A probabilidade de um acidente é baixa, mas ela existe. Se a gente pensa do ponto de vista de estatística, o risco é o produto entre a magnitude de um acidente e a probabilidade de ocorrência desse acidente. Nesses 50 anos de operação de usinas nucleares no mundo tivemos dois acidentes em cerca de 400 usinas. Não é uma probabilidade tão baixa. Embora seja uma probabilidade baixa, a gente deve considerar que ela existe. Além desses dois acidentes mais famosos, de Three Mile Island e Chernobyl, há registros de diversos acidentes com diferentes graus de seriedade, desde Japão em Tokaimura até diversos acidentes na então

União Soviética, em que houve vazamento de material radioativo, houve vítimas entre trabalhadores, houve alguns graus de contaminação reduzidas claro quando a gente pensa em Chernobyl. Chernobyl ainda é grande referência de acidente em grande escala, produziu além das dezenas de milhares de mortes, o isolamento de uma área de raio de 30 quilômetros que permanece até hoje como área inutilizada. Isso provocou uma enorme, um enorme dispêndio de recursos na Ucrânia e Bielo-Rússia principalmente onde os gastos com remediação chegaram a 5% do PIB daqueles países por alguns anos. E quando a gente fala em probabilidade de acidentes, vale lembrar que acidentes os mais improváveis ocorrem, e vale lembrar também, vale pensar qual a probabilidade de dois aviões colidir em pleno vôo no meio de um País, de uma região com baixíssimo tráfego aéreo como é a Amazônia. A gente tem diversos sistemas de segurança do próprio avião, temos transponder, temos controladores de vôo, temos pilotos treinados, equipamentos eficientes, mas acidentes ocorrem por falha humana, por falha mecânica, pela conjunção dessas falhas, mas é um risco do qual não estamos livres. E no caso de usinas energia nucleares não se pode negar a probabilidade da ocorrência de um acidente nuclear com vazamento de material radioativo. É o chamado acidente Loca. Onde há perda de material radioativo. E para isso é necessário que se tenha planos de emergências, é necessário que se invista pesadamente em segurança.

Nós consideramos que a magnitude desse acidente implica em um risco que é alto demais para ser corrido pela sociedade. No caso de um único acidente se tem o comprometimento não só de uma geração, mas também das gerações que nos sucederão. Agrava a isso um fenômeno recente que é o terrorismo. Hoje o Brasil não é um País que é alvo de atentados terroristas, mas essa realidade não se aplica em outros países e se pensarmos num cenário de décadas, é também algo que devemos levar em consideração. No caso de um atentado terrorista, qualquer instalação nuclear torna-se um alvo em potencial. Desde instalações de reprocessamento a todas as instalações ligadas ao ciclo do urânio poderiam e incluindo-se nisso, um detalhe que é muito importante, o transporte entre uma e outra instalação que trata de material radioativo. Então são questões que implicam em segurança de uma forma que deve ser tratada com toda a seriedade. Por sorte, não diria nem sorte, felizmente temos a CNEN que tem competência, trabalha com toda a competência, temos que respeitar enormemente o trabalho que é executado por ela, mas isso não significa eliminação do risco e esse risco deve ser considerado.

O segundo fator que levantamos em relação a objeções é quanto ao lixo nuclear. Como foi explanado pelo Dr. Odair, trata-se de um resíduo em quantidade limitada, mas que tem algumas particulares. Apesar do seu volume pequeno, são materiais extremamente perigosos, por exemplo, se ficarmos a um metro de distância de um contêiner de plutônio a carga de radiação pode ser fatal a um ser humano. Ainda se falando em plutônio que é um subproduto contido dentro dos resíduos produzidos pelas usinas nucleares numa certa fração, é um elemento que não existe na natureza. Que só é produzido a partir das reações nucleares tais como ocorrem dentro dos reatores. Esse elemento químico tem uma meia vida de 25 mil anos. Ou seja, demora 25 mil anos para que a atividade nuclear caía a metade. Ou seja, para que caia a um quarto se toma 50 mil anos que é (soa a campainha) grosseiramente o tempo de vida dos homo sapiens aqui na terra.

Então temos que com materiais que não existem na natureza, que são produzidos durante esse processo e que permanecerão perigosos durante períodos que ultrapassam a nossa dimensão de história. A gente começa a falar em escala de tempo geológica ao invés de escala de tempo histórica. E como foi explanado pelo Dr. Odair, ainda não há uma saída para isso. Quer dizer, hoje se tem desenhos de como mexer provisoriamente com esses resíduos, mas País nenhum do mundo contém, tem ainda soluções de como tratar esses resíduos. Eles implicam em uma herança indesejável para próximas gerações na medida em que nós estamos gerando um problema para o qual não temos soluções. E nesses 50 anos de vida das usinas nucleares não se conseguiu encontrar uma solução que fosse considerada a contento pela comunidade científica internacional. Ou seja, apesar desse pequeno volume, trata-se de um problema de grande dimensão pela necessidade de medidas de contensão de extrema segurança, porque um pequeno vazamento pode significar contaminações aceitáveis do ponto de vista da segurança humana.

O terceiro fator que a gente levanta é com relação ao custo. Usinas nucleares são caras se compararmos com as chamadas fontes alternativas que estão no limiar tecnológico certamente ela é mais barata do que energia solar fotovoltaica que ainda é muito cara embora haja um enorme potencial de desenvolvimento, ainda estamos na curva de aprendizado do uso de solar fotovoltaica, no entanto nuclear já passou dessa curva de aprendizado e o que temos observado é uma estabilização senão um encarecimento dos custos de energia nuclear em função das condições de segurança.

Na década de 70, há uma frase famosa de um cientista da área nuclear que falava que no futuro a energia nuclear seria tão barata que seria impossível ser quantificada. Ou seja, havia toda uma esperança de que a energia nuclear com o aprendizado, com a curva de aprendizado realizada, seria muito barata. O que se observou foi o contrário, foi um acirramento das medidas de segurança com os custos decorrentes disso, e hoje em todos os países em que se investe em energia nuclear há subsídios governamentais.

Então, trata-se de deixar claro que nos Estados Unidos, na França, há custos declarados e há custos embutidos na pesquisa e no desenvolvimento de energia nuclear que a tornam pouco competitiva em relação a outras fontes. Se considerarmos esses subsídios, certamente isso não é exceção no caso do Brasil, há necessidade dela ser pesadamente subsidiada. Quando pensamos em Angra 1 e Angra 2 havia uma lei que estabelecia o subsídio da nuclear, a lei do equivalente hidrelétrico em que tudo que ultrapassasse o valor de uma hidrelétrica de potência equivalente seria subsidiado pelo Tesouro Nacional. Os cálculos são meio obscuros para aquela época porque foram construções que demoraram décadas para serem finalizados, mas se calcula que o subsídio do Angra 1 e Angra 2 tenha ultrapassado os 50% do custo da usina e talvez tenha se aproximado dos 80%. São cálculos difíceis de serem feitos porque depende de critérios, qual o dólar da época, qual o marco da época, o real, o cruzeiro, o cruzado, ou seja, dados que o próprio TCU teve dificuldades de metabolizar. No caso de Angra 3 a discussão no CNPE partiu do seguinte pressuposto. Havia um investimento inicial de 750 milhões de dólares ou 1,5 bilhão de reais que foram assumidos como (ininteligível) cost(F) ou custos afundados ou custos que se dá por perdido e não se insere no cálculo do megawatt/hora a ser produzido. Com a abstração desse 1,5 bilhão que foi gasto ainda há alguma discussão sobre o custo real do quilowatt/hora a ser produzido por Angra 3. Os cálculos hoje apresentados mostra que ele seria por volta de 156 reais, no entanto esses cálculos se feitos de outra maneira podem apresentar valores mais elevados. Depende da taxa de desconto que se coloca do fator de potência da usina, etc. Há alguns meses atrás ainda nas discussões do CNPE, o próprio Ministério de Minas e Energia apresentava um custo de 224 reais megawatt/hora para Angra 3 assumindo o (ininteligível) cost(F) de 1,5 bilhão.

Caso o País decida a construção de outras usinas não teremos esse (ininteligível) cost(F) para levar em consideração e certamente o custo do megawatt/hora produzida será elevado e cabe ao País a decisão de subsidiar a energia nuclear ou não levando em consideração que pela Constituição a energia nuclear é monopólio da União. Ou seja, isso teria que ser feito com investimentos do Estado, assumindo-se também a possibilidade de um subsídio pesado para que a energia nuclear fosse vendida e inserida no gride tal como as outras formas de geração.

A título de comparação, nos outros países se parou de investir em energia nuclear aproximadamente uma década e meia. Se compararmos a capacidade instalada referente a energia nuclear no mundo, em 1989 tínhamos 423 reatores gerando 321 gigawatts. Em 2004 tínhamos 440 reatores gerando 365 gigawatts conforme dados da Agência Nacional de Energia Atômica. Isso significa que durante uma década e meia a energia nuclear no mundo cresceu 5%. A participação dela na matriz mundial diminuiu nesse período. Hoje a gente tem cerca de 16% da matriz mundial correspondente a energia nuclear. Perdendo de outras fontes e levando em consideração que esse valor se estagnou durante os últimos 15 anos. Se fala hoje de um renascimento de energia nuclear em função dos dados levantados pelo IPCC e que a gente vem debatendo com relação ao fenômeno do aquecimento global. Não consideramos que nuclear seja uma boa solução do ponto de vista de aquecimento global, porque apesar de emitir pouco CO2 por quilowatt/hora produzido ela traz consigo uma série de problemas que seriam de difícil solução. Se pensarmos que hoje temos 16% da matriz nuclear para que se chegasse a 1/3 da energia elétrica gerada mundialmente, teríamos que dobrar o número de usinas nucleares presentes no mundo para se chegar em trinta e poucos por cento da matriz. É um valor muito alto. Significa uma quantidade enorme de usinas nucleares espalhadas pelo mundo com a diminuição da segurança dos cidadãos nas proximidades dessas instalações. Em relação à reação internacional a essas usinas, alguns ambientalistas realmente mudaram de posição. E até vale a pena. Mas eu não diria que isso seja uma tendência que possa ser observada ainda uma enorme crítica por parte dos ambientalistas as usinas nucleares. São dois nomes que têm sido citados até pelo Dr. Odair, pela imprensa, um do Patrick Moore que há três décadas atrás fez parte do Greenpeace. E não é considerado como ambientalista. Algumas décadas têm trabalhado nos últimos anos como consultor, não seria de organizações ambientalistas para as quais ele presta serviço. E quanto ao James Lovelock é um cientista altamente respeitado, foi o criador da Teoria de Gaia, considera a terra como organismo vivo, e tem um texto dele que é muito interessante de energia nuclear em que ele fala o seguinte: Se a gente vê o que aconteceu com Chernobyl depois de mais de duas décadas de isola-

mento daquela área de exclusão de 30 quilômetros, a fauna e a flora vão bem, obrigado. O que não está bem, obrigado, é o ser humano. E do ponto de vista de Gaia, o ser humano não é tão importante assim. E ele até cita em tom jocoso que seria interessante instalar usinas nucleares em florestas a serem protegidas, porque aí eliminaria o risco da presença humana. Nós do Ministério do Meio Ambiente não somos tão radicais. Quer dizer, a gente aceita o ser humano como parte integrante do meio ambiente e ao se considerar os riscos eu acho que deve se considerar também não só os vegetais, a fauna, a flora, mas o ser humano como parte integrante disso. Ou seja, meu tempo já esgotou também, estaria disponível para mais questões e obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Obrigado Dr. Ruy de Goés. Vamos ouvir agora o Dr. João Nildo de Souza Vianna, é Coordenador de Relações Inter-Institucionais do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

SR. JOÃO NILDO DE SOUZA VIANNA – Muito obrigado. Bom, bom dia a todos. Bom dia Senador Sibá Machado, é um prazer estar aqui. Bom dia meus colegas de Mesa. Ao contrário dos outros oradores que me precederam, eu não represento uma posição institucional oficial. Entretanto, eu vou colocar aqui algumas questões para reflexão e o meu discurso, se eu fosse fazê-lo, seria repetitivo porque o Dr. Ruy já expressou grande parte do meu pensamento individual e da forma como eu passo esses problemas quando eu trato do desenvolvimento sustentável e as relações entre a energia, o meio ambiente e a sociedade. Eu vou só ressaltar alguns pontos complementares que não foram colocados aqui que eu acho extremamente relevante e eu acho que vale a pena nós refletirmos sobre ele.

Quando nós falamos em energia e meio ambiente, eu acho que o primeiro ponto, o ponto fundamental é a utilização eficiente da capacidade instalada que se tem, a utilização eficiente dos insumos energéticos que estão disponíveis aí para a utilização pela humanidade. No que diz respeito à geração de eletricidade, acho que ainda tem um espaço muito grande para melhorar a eficiência, tanto da geração quanto da transmissão de energia elétrica. Nós viemos de uma época em que nós éramos perdulários, nós tínhamos critérios de cálculo de linha de transmissão, de colocação de transformadores aonde a energia não tinha essa importância e esse custo que tem hoje. Então eu acho que um planejamento energético passa primeiramente pela revitalização das usinas hidrelétricas e pela revisão do sistema de transmissão. Em segundo lugar, eu queria acrescentar alguma coisa à utilização de energias renováveis, no que diz respeito às hidrelétricas eu considero que um reservatório é um patrimônio, é um patrimônio de um valor social econômico energético enorme, desde que ele seja construído dentro de critérios técnicos que leva em conta as condições sociais, ambientais, e da própria preservação dos reservatórios que são as perdas potenciais por evaporação. Isso o planejamento energético da utilização de um reservatório deve levar em conta esses três parâmetros.

Com referência às energias de fluxo, essas energias que não são estocadas, porque a energia hidrelétrica a feita que se tem um reservatório e um controle correto dele ele deixa de ser uma energia de fluxo renovável para ser uma energia de estoque renovável porque ele tem a energia estocada na forma potencial para ser utilizada numa forma cinética.

Então, esse outro conjunto de energia que seria energia de fluxo seria a energia eólica e energia solar. Eu acho que... eu estou vindo da Espanha agora. Estou vindo do sul da Espanha. Nós encontramos lá verdadeiras fazendas de eólicas. Gerando e injetando nas linhas de transmissão e sendo utilizadas sem problema nenhum. Nós temos levantado no nordeste um potencial eólico que eu não vou apresentar os números aqui porque eu não conhecia a dinâmica dessa reunião senão eu traria esses números do potencial eólico levantado no nordeste que não é negligenciado. É muito maior que toda capacidade de máquinas instaladas nas nossas hidrelétricas. Para se ter uma idéia, na Alemanha já se usou 85... 87% desse potencial eólico com... O potencial eólico alemão já está se esgotando com êxito. Com êxito econômico porque nós não podemos tratar a energia só com custo específico dela, nós temos que tratar sistemicamente os custos energéticos. Então existe, vamos dizer, um sucesso tecnológico e um sucesso ambiental e existe um sucesso social na utilização da energia eólica. E no nordeste nós temos uma situação que é peculiar. Nós temos um reservatório conhecido de gás que se nós fizermos uma projeção ou um cenário que não seja... Um cenário *laissez-faire*. Nós acreditamos que a forma como está sendo usado o gás no nordeste se não forem incorporadas novas reservas dentro de mais uns sete, oito ou nove anos aquele gás estará esgotado. A capacidade de produção de energia elétrica no complexo do São Francisco também está limitado embora tenha uma sobra de energia. Se a região crescer em torno de 4,5% ao ano dentro de três ou quatro anos o complexo de São Francisco não terá capacidade de fornecer energia para aquela região.

Então, entra aí em cena uma idéia da utilização do potencial de energia eólica como energia complementar. A utilização da energia hidráulica.

Então, enquanto houver... Como é que nós vamos armazenar energia eólica? Nós armazenamos energia eólica deixando de usar energia hidráulica. Enquanto nós temos produção de energia eólica nós deixamos a represa fechada. Aí então eu tenho uma forma simples sem precisar de bateria, sem precisar de complexidade para o casamento das fases aproveitando essa fonte de energia além dela poder suprir durante o tempo que for necessário.

No que diz respeito à fotovoltaica, os preços da fotovoltaica eu tenho um trabalho que foi feito em Setúbal, em Portugal, aonde foi instalada na cidade fotovoltaica para produzir 11 megawatts. Isso dava em torno de 70 milhões de dólares. Se nós pensarmos em termos de escala e a escala de produção desses equipamentos que vai fazê-los baixar se nós pensarmos em termo de escala são 70 mil placas solares, esse custo ficou em torno de seis mil dólares por quilowatt instalado.

Então eu acredito que com a tecnologia que está disponível aí, a energia solar, a geração fotovoltaica chegou no seu piso porque a escala cresceu o máximo que era possível crescer. Isso é mais ou menos o preço que... Das publicações que eu tenho lido da instalação de uma central nuclear. Por quilowatt instalado. Sem contar as externalidades que tem que se considerar dessa forma de energia. E certamente se houver um esforço para a instalação de eólica como complementar à hidráulica, os custos de três mil dólares por quilowatt que estão colocados mais ou menos aí, isso aí vai abaixar. A outra coisa que não foi falado aqui, que eu gostaria de levantar é que além de toda a problemática da energia nuclear que (soa a campainha) está sendo discutida... Eu concluo. Posso ir? Tenho um grau de tolerância, né?

Tem uma coisa que não foi dita aqui que eu reputo da mais alta relevância. Quanto custa desativar uma central nuclear? Quanto custa? Quanto custa desativar. Custa em torno de 480 mil dólares por quilowatt instalado. Eu li um trabalho... De 10 a 20 milhões de dólares é o custo de desativação de cada reator na Alemanha. Isso eu acredito que esses números estejam bons porque já se pensou em fazer uma mudança na matriz energética alemã, passando para outras fontes de energia.

E para concluir eu diria o seguinte, pelo que eu entendi, eu cumprimento o Dr. Márcio, eu saio daqui muito tranqüilo com a responsabilidade com que está sendo tratado esse problema. Eu lhe cumprimento. Me dá uma tranqüilidade. Mas eu diria o seguinte, e com isso eu quero concluir, que as causas que desaceleraram o entusiasmo pela energia nuclear elas não mudaram a não ser a partir dos efeitos do aquecimento global. Agora, o meio ambiente não é só o aquecimento global. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Vamos agradecer aqui a contribuição do professor Dr. João Nildo de Souza Vianna, coordenador de Relações Inter-Institucionais do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. Já que o debate é entre nós mesmos, vou fazer algumas considerações e depois abriria para os contrapontos com livre participação entre as partes. Que eu acho muito importante.

Primeiro para dizer que esse assunto está tratado aqui no Senado Federal com certo carinho e com uma certa dedicação. São várias Comissões que nós temos trabalhado sobre o tema, Comissão de Infra-Estrutura já teve oportunidade também de tratar sobre isto, e esta Comissão de Meio Ambiente certamente e outras poderão também avançar sobre o assunto. E temos sido provocado também por conta dos biocombustíveis... Então virou um pacote de conversa. Mas hoje na ordem do dia que está sendo trabalhado um pouco mais próximo aqui do Senado são estas fontes mais renováveis e também a fonte nuclear. Ademais entra mais como complemento do debate que temos feito aqui.

Então eu ouvi bastante, já tenho procurado inclusive visitar in loco, conhecer, tirar minhas dúvidas, fazer perguntas, e ver um pouco também daquilo que não é minha praia, não sou da área, mas fazer o contraponto do que acho que até um determinado momento é por ambição econômica, é por ambição de domínio tecnológico ou aquilo também que pode ser, digamos assim, um sonho de alguns de nós que no afã de encontrar uma alternativa mais adequada a gente já rotular determinadas iniciativas como sendo extremamente pecaminosas ou coisas parecidas.

O que eu pude compreender e posso, digamos assim, dar como contribuição ao trabalho de vocês aqui? Eu queria, se pudéssemos avançar um pouquinho, quem tiver essas informações, que a gente pudesse listar que de fato são fontes que nós temos no Brasil para energia. Seja energia líquida para o transporte ou energia voltada para a transformação elétrica. Isto é um ponto de partida. E quais são as fontes mesmo que nós temos hoje registradas e em funcionamento e mais ou menos o potencial de cada uma. E em cima disso, eu queria que a gente pudesse ver o que hoje é também do ponto de vista político mundial. Porque no Brasil hoje por conta do etanol, e do biodiesel, sabe-se que alemães estão numa gritaria danada com norte-americanos que o grande problema não é discutir se a tecnologia é ou não viável. Mas quem é o dono dela. Quem vai mandar no mundo a partir de uma nova iniciativa. Como hoje nós temos meia dúzia de donos a

partir do petróleo. Então eu quero dizer que a questão ambiental social e outras está muito mais vinculado também ao debate da distribuição da propriedade dessas coisas. Quando eu olho o debate da energia nuclear eu coloco na mesma condição. E eu fiz aqui uma conta lá em Angra dos Reis da área quadrada da usina nuclear que ela ocupa e que você deu os números aqui da piscina onde coloca rejeitos para um lago de Tucuruí e para ao lago de... Do Paraná lá, Itaipu.

Então, cortamos uma barreira, fazemos uma barreira interrompemos um fluxo natural de um rio que eu disse inclusive ao leito foi até a pedra onde era o leito final a 180 metros de profundidade e o rio está bem afastado dali e não passa mais lá. Então todo aquele sistema de vida que estava ali vai criar um micro clima local, quer dizer, a vida é outra. Mudamos o parâmetro da vida a partir de uma usina hidrelétrica. Os argentinos e os uruguaios morrendo de medo se nesta coisa de uma guerra, Brasil em guerra, alguém solta uma bomba lá quebra a barreira quantos argentinos e uruguaios serão arrastados pela força das águas.

Então, eu queria assim, eu tenho medo de a gente entrar no debate um pouco apaixonado. Eu tenho medo disso. Eu estava querendo muito friamente que somos brasileiros, estamos querendo crescer a nossa economia, sabemos que o crescimento da economia nesses números, acho que foi o próprio Prof. Vianna que deve ter lembrado, a 5% do crescimento da economia nós temos o risco argentino novamente, outro exemplo que eu quero citar. Deixa de pagar a dívida externa jogou na economia não tinha energia para responder. Então a foto também que o mundo quem está no escuro e quem já tem lâmpada para ascender nos mostra claramente o grande escuro principalmente no centro-oeste, norte e nordeste brasileiro todo mundo no escuro.

Então voltando aqui à questão, eu queria lembrar. Fiz uma análise precária, é clara daquilo que eu posso, das fontes que o Brasil hoje tem em mãos. E aquilo que é real, que é verdadeiro. Energia eólica no Brasil. Na melhor condição dos ventos no período X do ano, quanto que ele pode oferecer de energia para o Brasil. Segundo, na questão do sol, quanto que nós podemos na insolação que é despejada aqui dias anos no Brasil quanto que pode gerar na melhor das hipóteses. E aí para fazer esse contraponto. No período eu posso usar essa determinada fonte por esse momento para fazer como nós temos aqui agora tradicional o horário de verão no Brasil para economia de 5%.

Saindo desse ponto nós poderíamos avançar sobre quem hoje está querendo mandar no mundo sobre determinadas fontes. Aí vamos para o tal do custo/benefício que é: se o Brasil precisar pecar aqui neste ponto qual é o benefício que ele tem que fazer para na questão ambiental social compensar de alguma maneira este prejuízo que vem a ter. Eu acho que se a gente fizesse a sobreposição da forma do debate, ficaria muito interessante até mesmo para melhor esclarecer a própria sociedade a tomar uma decisão. Porque eu já estou pelo menos no enésimo seminário que eu participo nesta linha e tenho tido a preocupação que é um pouco nisso. Vamos para o Rio Madeira, um outro exemplo. Então duas barragens no rio e a empresa que fez o projeto nos garante que vai usar um tipo de turbina de fundo de vale. Funciona parecido a turbina de um avião. Então volume de pouca pressão é capaz de fazer ela girar. Mas o rio tem que perenizar na sua cota mais alta. Aí vem aquela história do bagre, da tartaruga, que precisa da praia para poder se reproduzir e a praia vai sumir, vai desaparecer a praia. Então isso é custo/benefício. Alguns seres vão pagar a conta. Alguém vai pagar a conta. Então no final eu queria ver que a conta seja mais barata possível e que seja, digamos assim, socializada ao máximo possível para que todos fiquem não sei se penalizados, mas sabendo como funciona hoje a conta CCC.

Então nesta linha eu deixo um pouco livre para quem quiser falar primeiro o segundo, não queria mais direcionar nesse momento a fala. E se me permitirem no meio da conversa também fazer algumas indagações complementares, eu gostaria demais. Mas antes de passar só quero dizer que gostei muito das apresentações, peço já à secretaria que a gente possa disponibilizar isso em algum artifício, CD, alguma coisa, que seria bom a gente passar para cada um dos membros dessa Comissão e eu também queria montar meu arsenal para as viagens que estou fazendo ter sempre esses números em minhas mãos.

Então neste momento eu deixo livre a fala, só vou controlar tempo para a gente também não esticar demais, mas quem quiser falar está aberta a palavra neste momento. Dr. Zimmermann.

SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Eu gostaria de fazer um comentário, Senador, até porque como eu fui coordenador do Plano Nacional 2030, a minha Secretaria é coordena o planejamento energético no Brasil. Acho que é importante nós fazermos um comentário com relação à realidade que você tem. Primeiro como eu falei você tem sempre uma tendência num País em desenvolvimento de ter um crescimento. Por mais que você tome medidas de dentro de uma realidade não sonhar, eu já vi declarações de que você consegue economizar 40% da energia até 2030 com eficiência energética. Isso é uma loucura, é uma sandice. Não existe isso. No mundo inteiro não tem País que conseguiu isso em nenhum momento.

Outro ponto quando eu analiso o preço, o custos de fonte, eu discordo do colega do Ministério do Meio Ambiente fortemente, no aspecto do custo da nuclear. Se você entrar nos outros países, você vai observar que a França 80% da energia deles é nuclear. E é dos maiores exportadores da energia da Europa. Será eles exportam energia subsidiada só para levantar a bandeira da nuclear? Será que a população francesa aceitaria isso? Ou quando nós olhamos em qualquer site que o quilowatt instalado de uma nuclear não é 6 mil dólares, é entre 2.200 a 2.700 dólares. Isso dentro da razoabilidade. No mundo é isso. Quando nós analisamos o custo da ELETRONUCLEAR nós estamos com uma equipe, uma das empresas que mais tem consultorias a nível mundial, a Colenco, está trabalhando com o Ministério lá para fazer uma avaliação real de Angra 3 já que ela tem contratos de 20 anos que foram renovados. E a nossa expectativa não é esse preço absurdo que foi falado aqui da nuclear, não. A nossa expectativa é que venhamos a ficar abaixo do 140 reais por megawatt/hora. Essa é a realidade. Não adianta sonhar, inventar. Eu tenho dados. Eu boto uma planilha financeira, eu tenho todo uma questão de custos que entra numa nuclear, o aspecto de você desconstruir depois a nuclear. Isso é previsto no custo. Isso é padrão universal. Sempre foi assim. Está incluído na viabilidade da usina. Com o aspecto da repotenciação, eu acho que tem um ponto importante a comentar. Às vezes eu escuto falar que: Não, o Brasil poderia não fazer o Madeira em Belo Monte e usar repontenciação.

Olha, repontenciação, se eu aumentar o tamanho do reservatório, mudar o projeto da usina, eu teria ganho energético. Agora, só mudar a eficiência, a maior parte das turbinas no Brasil elas são da década de 70 para cá. E a evolução tecnológica de uma turbina de lá pra cá é muito pequena. Então em usinas velhas pode conseguir um determinado ganho. Até porque nós tivemos várias empresas que fizeram, voltaram a usina a ter o seu tempo de vida útil, e não valeu a pena a avaliação econômica de você tentar trocar a turbina ou gerador achando que vai ganhar porque não se paga nunca. Então tem que ter muito cuidado nessa análise. Com relação ao custo de eólica, Senador, acho que um ponto importante, a eólica tem no Brasil se imagina que é em torno de ponto 28, ponto 30. Na Europa ponto 25. Quer dizer em 25% do tempo ela gera. No Brasil a gente imagina que pode ser pouco mais. Seria ponto 28, ponto 30. Claro que vai ter uma a 38, 40%. E vai ter outra que vai gerar ponto 25. A média no Brasil, pelo atlas aí que você quer desenvolver é ponto 28. O que significa isso? Uma eólica, o custo dela hoje, isso mesmo na Espanha, a Espanha deve estar com uns oito mil, foi citado aqui, oito mil megawatts instalados de eólica. Qual é a lógica da Espanha? Ele é um País, como o Senador perguntou. Qual é recurso energético tem o Brasil? Vamos falar primeiro da Espanha. A Espanha não tem petróleo, não tem gás, não tem carvão, o que tinha de hidrelétrica já explorou. Tem aqueles comprometimento da comunidade européia para aumentar a parte renovável, então hoje ela é totalmente dependente de gás e óleo para gerar energia. Então a eólica cada vez que entra economiza combustível. Então esses oito mil na Espanha está entrando, eles entram o custo lá é da ordem de 86 euros por megawatt/hora, é 100 dólares por megawatt/hora, e é o preço mais ou menos que está na Alemanha.

Quando nós falamos que temos aproveitamentos aqui no Brasil comparando isso com eólica, eólica eu estou chegando a cento e poucos dólares no Brasil como tarifa de equilíbrio. Só que eu estou falando agora, e eu tenho que analisar e aí respondendo diretamente a pergunta do Senador, quais as fontes que tenho no Brasil? Senador, nuclear se nós considerarmos um milhão e cem mil toneladas, nós temos em torno de 56 bilhões de toneladas equivalente de petróleo. Se nós falarmos em petróleo, hoje as reservas provadas do Brasil é da ordem de 17 bilhões barris equivalente de petróleo. Se nós falarmos em hidrelétrica, considerando 100 anos aproveitando o potencial nós vamos a 70. Aí as renováveis eu ponho 100 anos. Aí eu vou a 70 bilhões de... Quando eu falo em eólica, eu vou da ordem de 19 mil que eu tenho uma capacidade do atlas de inventário no Brasil, inventariado da ordem de 144 mil megawatts que conseguiria produzir cerca de 1/3 disso, menos que 1/3 disso. É ponto 28 disso. Isso daria o equivalente a 19 mil, mais que a reserva de petróleo. Se eu considerar o carvão, o carvão mineral que eu tenho no sul, apesar de ter uma qualidade menor, mas ele daria em torno de 53 também ou 63 bilhões de teto.

Então, com isso quando você vai fazer o teu planejamento, você vê as alternativas que você tem. Agora, você nunca foge da lógica econômica. Por que é que o Brasil tem que priorizar a hidrelétrica? O brasileiro sabe o que é uma concessão numa hidrelétrica? É a sociedade brasileira que dá para alguém fazer através de leilão uma usina hidrelétrica que ele vai ter direito de construir, operar e manter, e explorar, em 35 anos ele tem, ele tem que pagar esse investimento e depois de 35 anos devolver para a sociedade brasileira. E essa hidrelétrica muito provavelmente vai poder operar mais cem anos. Sem grandes investimentos. Quando nós comparamos aí com a eólica puramente: não, mas o impacto da eólica não é nada. Vamos pegar o caso de Angra 3. Angra 3 ela tem uma capacidade de geração

média da ordem de 1.140 megawatts médios. Angra 2 é assim também. Pra mim ter numa usina eólica produzir os mil e poucos megawatts médios, para arredondar ponto 26, eu precisaria em torno de quatro mil megawatts, metade do que a Espanha tem para produzir o que Angra produz em média.

Bom, esses quatro mil megawatts, você sabe qual é a área que ele ocuparia? 2.280 quilômetros quadrados. Vamos explorar todo o nosso potencial? Vamos. Quantos Estados brasileiros nós vamos ter que... Em área? Vocês sabiam que pra mim explorar todo o potencial da Amazônia eu provavelmente não vou gastar 20 mil quilômetros quadrados de área. Do potencial hidrelétrico. Provavelmente hoje eu desmato, acho que é dessa ordem de 20, 30 mil. Quando eu penso em substituir tudo por eólica, eu esqueço que eu quando eu boto lá... Isso ninguém é contra eólica. A gente não age com emoção contra essa ou aquela fonte. É mais questão de avaliar bem. Por isso que eu cito naquele item a importância de você avaliar o verdadeiro impacto de cada fonte.

A solar. É um ponto importante também que nós teremos que considerar. Ela vai ser provavelmente, Senador, no futuro, o maior potencial do Brasil. Só que hoje a tecnologia, o professor falou em seis mil dólares por quilowatt instalado lá em Portugal. Você sabe qual é a eficiência da energia solar aquela que a hidrelétrica é ponto 55. A eólica é ponto 27, ponto 28, sabe qual é a eficiência da solar fotovoltaica? Ponto 15. Então aquela usina lá, aqueles painéis que colocaram a seis mil dólares, enquanto numa hidrelétrica nós estamos falando de 1.000 a 1.500 dólares por quilowatt instalado que vai funcionar durante mais de 100 anos tranqüilamente, nós estamos falando hoje no custo da solar que seria alguma coisa entre 500 e 800 dólares o megawatt/hora gerado com a deficiência da fonte. Ainda tem muito, a humanidade ainda tem muito a crescer para poder utilizar melhor a energia solar. Eu sei de experiências na Espanha que está usando a termo solar. A termo solar num sentido de uma térmica cheia, e aí cheia de espelhos espalhadas em áreas mais desérticas e que lá estaria conseguindo em torno de 300 a 400 dólares por megawatt/hora gerado. Essa talvez seja um pouco mais eficiente. Com relação à biomassa, o Brasil tem um potencial muito grande de biomassa. Agora nesse plano quando é importante essa discussão e por isso que a gente diz que o planejamento tem que ser discutido com a sociedade, por que eu tenho que pensar. A biomassa, por exemplo, um dos desafios que nós tínhamos é que até 2012, 2015, você vai conseguir tirar etanol da celulose. O que significa isso? Muito pouco bagaço para se gerar energia. Porque vai ser mais rentável produzir o etanol do bagaço de cana. O que é que sobra quando você tira o etanol do bagaço de cana? Praticamente nada. Nós tivemos até quando você observa ali que nós tínhamos 37 mil a ocupar com outras fontes, você avançou na eólica com mais três, quatro mil, porque você não pode onerar a sociedade de pagar um preço muito maior. Você elencou as hidrelétricas que são as mais econômicas para irem entrando. Você está considerando a nuclear porque nós temos uma visão bem clara. A nuclear se na França você consegue algo em torno de 60 dólares por megawatt/hora, e se no Brasil nós estamos a 70, setenta e poucos dólares megawatt/hora, há condições de se baixar. Mas não é esse preço e nem essa caixa de surpresa porque a decisão do CNPE mandou o Ministério de Minas e Energia na verdade a nuclear entra no caso a Angra 3 não paga pelo consumidor de energia elétrica. Ela paga pelo contrato que ela vai ter de venda por trinta e poucos anos de energia. E isso vai ter que pagar todo o processo nuclear. E a expectativa nossa da própria ELETROBRAS, da CNEN, de todos que estudaram a fundo é que realmente você venha conseguir isso aí a exemplo de outros países.

Então, esses desafios energéticos eu tratei aí basicamente todas as fontes, eu não sei se teria mais alguma, Senador, que o senhor citou, o carvão nós colocamos uma ampliação da ordem de três mil porque quando nós falamos no Brasil, se nós estamos falando num País que chega a 90% de renovável então para gerar energia elétrica o Brasil não contribui com aquecimento global. Mesmo aqueles estudos que eu vejo de vez em quando sair na mídia e aí respeito muito o Prof. Pinguelli, que vem estudando isso há mais de 15 anos sobre o gás metano que sairia dos reservatórios. Prof. Pinguelli tem diversos trabalhos aí (soa a campainha) editados e tem participado externamente de eventos e tem... E não é aquilo que se diz.

Então, quando você fala em emissões, na verdade nós temos uma matriz que é exemplo para o mundo. E nós temos condições de continuar mantendo ela e com uma vantagem competitiva para a sociedade brasileira. A nível de custo. Tanto o aspecto ambiental de emissão como o aspecto de preço final. E ao mesmo tempo conforme eu falei, se nós temos uma estratégia para fazermos usinas ambientalmente mais correta, o Madeira é um exemplo. Sabia que a usina de Santo Antônio ela vai alagar uma área de 270 quilômetros quadrados, só que 130 já era o leito do rio. Então você está pondo um pouquinho para fora. E é uma usina que vai funcionar por mais cem, cento e poucos anos produzindo energia elétrica para o Brasil. Quando nós falamos em Belo Monte, era um reservatório, ou mesmo o Madeira, antes, era um reservatório, o Madeira era uma usina só e inundava 1.400 quilômetros quadrados.

Hoje as duas usinas produzindo a mesma energia vai inundar alguma coisa de com ordem de 500 quilômetros quadrados. Então tudo isso são projetos que os requisitos ambientais da sociedade cresceram. Claro que cresceram. E tem que crescer. Mas por outro lado os projetos também têm evoluído e os estudos que se faz hoje, por exemplo, Belo Monte era uma usina que ia inundar 1.200 quilômetross quadrados. Hoje o projeto atual inunda 400. Então tudo isso são projetos que a gente vê de uma forma de evoluir e de forma que a gente possa atender da melhor maneira possível manter uma matriz renovável no Brasil.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu quero antes do Dr. Odair falar, lembrar um trecho da sua apresentação que é sobre onde guardar o rejeito. Até mesmo que eu ouvi essa palavra que não é bem lixo, é o rejeito. E na preocupação do nosso Dr. Ruy Goés, você está trabalhando com uma coisa que foge a chamada escala do tempo da história e vai para a escala de tempo geológico. Isso realmente chamou atenção e a pergunta que eu quero fazer é no sentido de que quando as outras fontes de energia como o carvão, o diesel e outros emitem CO2 para a atmosfera, nós estamos perdendo o endereço. Sabendo que está lá em cima, mas não podemos puxar mais de volta. E a piscina de 20 por 20 por 5, que o senhor lembrou aqui, eu tenho o endereço dela. O problema é o futuro do controle desse negócio nas mãos de pessoas erradas, que é o que lembrou aqui de um maluco chegar aqui e se apropriar. E outra se você pudesse dar uma relembrada porque o Brasil rejeitou o enriquecimento, o re-enriquecimento do material utilizado na transformação do plutônio. Porque acho que é uma coisa que também a gente poderia talvez ir lembrando um pouco... é uma coisa que está passando despercebido do meu ponto de vista. O senhor também dispõe do tempo para fazer sua abordagem.

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES – Ok. Antes de mais nada, eu... Bom, queria agradecer a oportunidade. Eu tenho uma série de problemas com o discurso do Ruy e também do João. Me permite chamá-lo pelo primeiro nome. A gente está sempre junto nessas... Eu iria pedir... eu gostaria de pedir para vocês que toda vez que nós discutíssemos, que fosse feito em cima dos dados que eu certamente sei que vocês têm e dispõe. Mas fica difícil para nós argumentarmos quando não são dados claros e fontes desses dados claros. Eu sou físico por formação. Minha mulher é psicóloga social, e eu sou do tempo da universidade que a gente fazia muito curso de sociologia. Então tenho um interesse muito grande e eu compreendo absolutamente as questões sociais envolvidas nesse tipo de opção. Portanto é muito claro pra mim a necessidade de uma discussão e uma coisa muito ampla. Mas por exemplo, quando se fala em risco, e se fala em probabilidade, isso não é muito simples. Todo mundo usa essa palavra probabilidade, mas não é muito simples saber o que é isso. Para vocês terem uma idéia, em física existe uma probabilidade de uma pessoa sair correndo e atravessar uma parede. Isso chama-se efeito túnel. Essa probabilidade existe, mas ela nunca vai acontecer. Porque ela é tão baixa que por toda a população do mundo seguidamente até a morte começar a bater na parede não vai atravessar. Agora, a probabilidade existe. Portanto, quando se fala em risco em probabilidade é importante dar números. Dar números relacionados a isso. E as probabilidades são muito baixas. Elas são muito menores que 0.00001 e assim por diante. Quando se fala em probabilidade de risco é importante falar isso. Falando em risco, existem riscos muitos maiores. O risco, por exemplo, de acidentes que tornem por escalas de tempo muito grande também áreas impraticáveis, na área de biologia, de alta tecnologia biológica, é enorme. Vocês já ouviram falar em ebola, uma série de vírus. Já corre por aí até que a própria Aids seria um vírus que escapou. Não chego ao ponto de dizer, mas é uma questão. O fato concreto é que laboratórios que cuidam de prolongamento da vida humana, o risco associado a ele é enorme. Agora, para isso é que existem as medidas que controlam esse risco.

Na questão de segurança, por exemplo, de terrorismo. Eu volto a dizer que a área nuclear aprende muito rápido. Eu vou dar um exemplo interessante até um pouco cômico, mas de uma falha na segurança. Algum tempo atrás um grupo do Greenpeace invadiu a usina de Angra e pendurou lá uma placa protestando contra a energia nuclear. Isso foi uma falha de segurança. E eles queriam justamente demonstrar que existe a falha. Por quê? Eles confiaram e realmente foi o que aconteceu que eles não iam ser alvejados. Que eles não iam ser mortos. E isso aí aconteceu porque todos sabem que o Greenpeace é um grupo que tem boas intenções. Agora, eles ameaçaram a segurança da usina e os guardas não estavam preparados para saber o que fazer num caso desse. Hoje eles estão autorizados a atirar em qualquer pessoa que tente entrar na usina. E tem que ser dessa maneira. Isso é um exemplo claro de que às vezes as boas intenções podem colocar em risco a segurança que a gente tem numa usina.

Dados que foram colocados sem números. Custo nuclear aumentando. Não é verdade. O custo está reduzindo. Existem inclusive iniciativas. O fato do prolongamento da vida útil só trocando a peça que é gera-

dor de vapor isso reduz o custo uma vez que estende a vida útil da usina quase por 50%. Outro dado que é importante, subsídios, o Ruy falou certamente, subsídios pesados na área nuclear. Isso não é verdade. A área nuclear não é subsidiada. Eu dou um exemplo em que ela é subsidiada. Nos Estados Unidos ela é subsidiada. Ela é subsidiada em parte. Existe um seguro, que é seguro contra ambientalista. Ou seja, é um seguro que existe para se a empresa entrar numa cidade e depois houver movimentos no sentido em que impeçam aqueles estudos se desenvolver, o Governo repõe o custo que houve para esse estudo. Agora, a usina propriamente não é subsidiada. É uma atividade particular. Privada, como é em muitos lugares do mundo. Então não existe subsídio. Mesmo no Brasil, hoje, a partir desse modelo recentemente de dois anos não tem mais subsídio. Não existe subsídio na energia nuclear. A energia nuclear hoje ela tem a tarifa conveniente. Ela foi subsidiada muito tempo porque havia um modelo de tarifação que era um modelo absolutamente cruel, que mantinha o preço que era pago de tarifação para NUCLEBRÁS muito abaixo do custo inclusive da energia elétrica que era fornecida pelos outros sistemas de FURNAS. Hoje isso foi corrigido pelo Ministério de Minas e Energia e não existe subsídio.

Outra coisa, a questão dos outros países que foram citados de maneira genérica. O renascimento nuclear é renascimento da área mundial. Não é só no Brasil é da área mundial e a principal razão que ocorreu a queda, ou seja, a falta de investimento durante os 10 a 20 anos que o Ruy falou, realmente os acidentes de Chernobyl e Three Mile Island contribuíram. Mas o grande motivo foi o baixo custo do preço do petróleo. Era muito mais caro na época a energia nuclear do que o óleo. Hoje não é mais. Hoje, foi muito bem demonstrado os custos. Hoje nós temos custos comparáveis. Então não existe isso. A Alemanha, que investiu muito, por exemplo, na questão eólica pode entrar nos relatórios técnicos dele esse foi o modelo falido na Alemanha. Ele não cumpriu sequer 10% das metas que eles tinham. Hoje a própria Angela Merkel antes de assumir tinha divulgado que pretendia voltar para a nuclear. As condições políticas não permitiram. Ainda se espera, mas existe uma séria discussão na Alemanha porque se eles desmontarem as usinas como estava previsto eles não têm o que colocar no lugar. Aí eles vão passar frio no inverno porque não tem como aquecer. Berlim é aquecida com água da usina nuclear. Grande parte do aquecimento interno da cidade de Berlim é usina com água aquecida na usina nuclear. Eles estão muito bem, obrigado. E é um dos redutos, um dos grandes redutos do partido alternativo que chama-s Alternative Liste, na Alemanha. Então essas informações elas precisam ser muito documentadas. Não basta nós dizermos que é assim ou é assado. A fotovoltaica, que o senhor citou, nós precisaríamos cobrir Pernambuco inteiro para conseguir o equivalente a uma hidrelétrica de porte médio. Este custo não é está incluído. Cobrir um Estado com painel fotovoltaico não é viável. Hoje infelizmente não é. Falando de futuro...

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES – Tem que ser coberto para conseguir uma usina média. Cerca de quatro megawatts, por exemplo. Gigawatts.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES – Deixa só... Sobre isso mesmo, o nordeste, uma das propostas é colocar algumas usinas nucleares no nordeste. (risos) Vai usar um pedacinho pequenininho, vai usar um pouco de água de São Francisco, vai tirar e volta a água pro São Francisco, quer dizer, aquecida cerca de um grau mais ou menos. Esse é o efeito concreto que você tem na área de maior corredeira, inclusive isso não tem problema. E esses dados é que tem que se levar em conta. Deixa eu acabar só e aí acho que é melhor responder de uma maneira geral.

Futuro. Futuro é fusão e hidrogênio. Hidrogênio para locomoção, fusão para locomoção de energia nuclear. Fusão, hoje nós temos um grupo no Brasil estudando, pesquisando, o próprio Ruy mesmo... Isso é inevitável. Ninguém questiona a necessidade de pesquisa. Nós temos, o Ministério de Ciência e Tecnologia reuniu os grupos que estavam trabalhando nessa área num chamado rede nacional de fusão para a construção de um laboratório. E nós já fazemos parte de iniciativa internacional chamada Iter que estuda a geração do futuro que é a fusão provavelmente para daqui a 50, 60 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – A que pé anda isso mundo afora?

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES – A tecnologia ela em escala reduzida já está dominada. Hoje já está se construindo um grande gerador de energia, chama-se Projeto Iter, isso é um consórcio internacional. Participar desse consórcio custa centenas de milhões de dólares, o Brasil participa como observador por enquanto.

Hidrogênio. Única maneira de produzir células de hidrogênio realmente viável é com reator nuclear. Só que são reatores de nova geração, são reatores de alta temperatura chamados. Então, provavelmente para a área de locomoção, a grande alternativa do futuro é células de hidrogênio produzidas em reator nuclear. Fora isso, a escala de tempo geológica, um monte de coisa tem escala de tempo geológica. Plástico, tem escala de

tempo geológica, metais pesados tem escala de tempo geológica. Infelizmente nós estamos numa sociedade que a energia não tem como inventar a energia. Você não produz do nada. Você precisa tirar de alguma coisa. E para tirar de alguma coisa você interfere com o meio ambiente. E isso significa tudo. Se eu pensar em plástico, se eu pensar em produtos, se eu pensar em alimentos, qualquer coisa que eu pense, eu estou necessariamente lidando com ciclo de energia. E esse ciclo de energia acaba produzindo conseqüências que se estende ao longo do tempo. Renovável, não existe nada renovável. Renovável na concepção da palavra. Totalmente. Porque até a energia solar, o sol vai queimando. Então se eu pensar em escala de tempo de milhões de anos o sol vai apagar. Ou seja, não tem como produzir. Pelo contrário. A física demonstra que a energia sempre vai se perdendo. A gente sempre vai diminuindo a energia do mundo. E ela vai para um fundo que não tem como recuperar.

Então, produzir energia que significa manter qualquer atividade humana, sempre tem um custo. E a questão na escala de tempo geológica é sempre complicada. Reprocessamento o Brasil está repensando reprocessamento. Só que no mundo inteiro hoje se investe muito no novo tipo de reprocessamento que não vá produzir plutônio. Porque o Brasil tem esse compromisso internacional de não proliferação.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – A pergunta é se o plutônio pode ser reaproveitado...

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES – A principal utilização do plutônio é bomba.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Para energia não...

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES – Para energia ele é muito pouco eficiente. A Índia usa ele um pouquinho, mas ainda tem interesses...

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas é uma questão técnica e não financeira. Isso que eu quero saber. Se eu tem urânio enriquecido para transformar em energia elétrica... E tenho o plutônio, desculpe é um leigo que está falando.

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES – O plutônio é produzido pela queima, como disse o Ruy. O plutônio é produzido na queima do urânio e se você reprocessa, você tira ele sozinho. Você acaba ficando bom o plutônio bom para fazer bomba.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E este não é bom também para energia elétrica?

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES – Não. O plutônio, não, ele é muito pouco eficiente para energia elétrica. Ele é bom para fazer bomba.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Daí a razão do Brasil rejeitar também.

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES – Ele não rejeitou. A gente adiou a decisão. Por isso que o nosso depósito, é um depósito... o depósito que nós estamos planejando é um depósito onde a gente possa recuperar aquele combustível. A gente vai guardar lá pode guardar por 500 anos. Não é isso. A gente quer guardar por um tempo onde já esteja disponível esse processamento, e retira de novo, reprocessa e aí aquele (soa a campainha) campo de futebol é reduzido para fator 10. Você consegue ficar com 1/10 do campo de futebol para vinte usinas durante 60 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Muito bem. Quem quer falar? O senhor quer falar? Dr. Ruy de Goés.

SR. RUY DE GOÉS LEITE DE BARROS – Bom, acho que... A gente não vai chegar num consenso aqui. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Pelo menos por enquanto. (risos)

SR. RUY DE GOÉS LEITE DE BARROS – Pelo menos por enquanto. Acho que são argumentos de peso que cada lado apresenta. Acho que depende muito da ótica em que a gente observa, tem a velha história do elefante e o cego. Onde é que você toca, onde é que você prioriza para ter uma interpretação da mesma realidade. E alguns fatos são polêmicos mesmo. Outros dependem também da ótica de se examinar. Por exemplo, quando se fala em potencial para produção de energia elétrica no Brasil, sem dúvida qualquer forma de geração de eletricidade produz dano ambiental. Isso ninguém opta na sociedade por voltar a não ter eletricidade para mover a sociedade tal como ela é.

Agora, sem dúvida que temos que ser extremamente cautelosos na hora de gastar energia. Por exemplo, em relação à eficiência energética há enorme potencial que podemos ainda explorar. Agora, vamos ter que nos confrontar também com o fato de que é inevitável aumentar a capacidade instalada. E aí não tem uma solução mágica. Acho que o Brasil deve investir em diversificação da matriz. Há um espaço para hidroelétrica que deve ser ocupado, há um espaço para a biomassa que deve ser ocupado. Isso além da cana-de-açúcar, apesar da tecnologia de hidrólise que está a caminho, há ainda um potencial bom de utilização para a biomassa. Se a gente examinar até qual a porcentagem de palha que a gente tem dentro do total de biomassa na cana, há um potencial para uso de resíduos madeireiros, resíduos da agricultura podem também ser aproveitados para a produção de eletricidade. E no caso de solar, eu acho que a solar fotovoltaica é

uma aposta para o futuro, eu considero que hoje ainda é caro, hoje ainda é ineficiente, mas se olharmos o potencial de aproveitamento disso para o futuro sem dúvida é uma aposta que deveríamos estar fazendo. E no caso de eólica, acho que é uma aposta muito próxima. Quando a gente examina os custos associados à eólica eles estão próximos à nuclear. Enquanto a gente olha a curva de crescimento de cada uma das indústrias, enquanto nuclear permanece estagnada nos 16 a 17% nas duas últimas décadas, eólica tem crescido a taxas de 25 a 30% ao ano internacionalmente. Hoje países da Europa como Alemanha e Espanha se aproximam de 10% da sua matriz elétrica movido a energia eólica. 10% da matriz. Claro, como foi dito pelo Dr. Zimmermann, não vai conseguir chegar numa situação em se mova o País a eólica. Ela precisa ser complementada ou precisa ser tratado como complemento de outras fontes de geração.

Agora, existe potencial economicamente inviável para que se tenha uma fatia significativa da matriz elétrica brasileira ocupada por eólica. Claro que o futuro a longo prazo é sempre difícil de prever. Se formos imaginar o mundo em que o brasileiro, o chinês e o hindu têm o mesmo padrão de consumo de um americano e europeu, não existe conta nenhuma que feche. Tanto para a produção de eletricidade quanto para consumo de matérias-primas, consumo de alimentos, quer dizer, alimentos até acho que é uma questão mais de poder aquisitivo do que capacidade de produção. Mas, tem uma questão que é ver a forma como a gente está desenvolvendo a própria sociedade. Quer dizer, cabe um consumo no padrão americano para cinco, seis bilhões de habitantes? Dificilmente. Com esse padrão de desenvolvimento que a gente tem, a resposta seria um taxativo não. Quer dizer, nós temos que repensar a sociedade para as próximas décadas se a gente quiser inclusão social e democratização do consumo.

Então, eu me atreveria a pouco a fazer projeções para muitas décadas à frente exatamente porque a gente vai ter que repensar a forma como a sociedade se estrutura se quisermos democratização de consumo.

Com relação a custos e subsídio, gostaria de dar um exemplo de subsídio. O Dr. Odair estava falando em seguro que é oferecido hoje pelo Governo americano para tentar incentivar nuclear, mas eu gostaria de fazer o seguinte, todos vocês que têm uma cassa e uma apólice de seguro, leiam com atenção. Um dos poucos itens que não são cobertos por seguro de uma casa é acidente nuclear.

Então, se houvesse um acidente nuclear eram Angra dos Reis, quem tiver uma casa em Angra dos Reis não vai ser remunerado. O seguro não cobre isso. Existe uma convenção internacional que limita o seguro a ser pago no caso de um acidente nuclear. Isso é claramente um subsídio que é colocado. Quer dizer, o valor a ser pago para o seguro seria tão alto que tornaria o seguro proibitivo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. RUY DE GOÉS LEITE DE BARROS – Se eu quiser produzir eletricidade, eu tenho que ter seguro para uma termoelétrica. Está incluído na tarifa. Se quiser ter uma hidrelétrica, eu tenho um seguro para o caso de um acidente como aquele de romper uma Itaipu. Isso existe seguro. E as pessoas são indenizadas caso haja um acidente desse. No caso de nuclear, não. 50 milhões de dólares é o limite. Quanto foi o custo de um acidente como Chernobyl? Se mede na casa de trilhões.

Então, isso é um acordo internacional que limita a 50 milhões de dólares os danos a serem remunerados por uma usina nuclear. Isso é um subsídio disfarçado que eu usaria para ilustrar. E um outro número, não sei, até pra mim fica meio a ser compreendido melhor, mas na hora que a gente fala na tarifa de Angra 3 e se tem 1,5 bilhão de reais que é dado como custo perdido eu entenderia isso como subsídio que foi um valor gasto pelo Governo e que não vai ser remunerado na tarifa. Esse valor, vamos dizer, se a ELETRONUCLEAR fosse uma empresa privada, esse 1,5 bilhão estaria na conta dos acionistas ou estaria na conta dos consumidores. Como se trata de uma empresa pública, na medida que esse valor não vai ser remunerado através da tarifa, isso pra mim tem nome. É subsídio. E aí se o valor de Angra 3 seria vamos dizer por volta de 150 reais por megawatt/hora, com (ininteligível) cost(F), então pra mim fica a dúvida de quanto seria o preço do megawatt nuclear de uma outra usina a ser construída.

Bom, acho que é um assunto polêmico, a gente poderia ficar aqui por mais algumas horas. (risos) Acho que a polêmica é sempre enriquecedora, acho que iniciativas como essas ilustram a todos, todos aprendemos em cada um desses debates.

(soa a campainha)

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Muito bem. Vamos ouvir então o Dr. João Nildo. Da UnB.

SR. JOÃO NILDO DE SOUZA VIANNA – Eu diria que o risco se caracteriza pela potência destrutiva que ele tem pela incerteza espacial e temporal em que ele vai acontecer. É assim que eu entendo uma análise de risco.

Mas eu queria, Senador, primeiramente eu queria dizer ao Dr. Ruy que... E pedir desculpa porque eu não sabia a dinâmica de funcionamento disso aqui então

eu não me preparei para esse tipo de debate e nem trouxe os dados pra gente discutir em cima de dados concretos. Isso eu não faço com freqüência. Uma discussão eu acho que nós temos que ter os dados aonde a gente vai argumentar e colocar as posições a partir desses dados. Aí então eu iria procurar a situação da eficiência energética de todo o setor de geração e transmissão para poder chegar aqui e discutir com uma base mais concreta. Mas se o Dr. Ruy disse que está esgotada essa possibilidade, eu cumprimento...

SR. RUY DE GOÉS LEITE DE BARROS – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOÃO NILDO DE SOUZA VIANNA – Perdão. O Dr. Odair. O Dr. Odair disse que... É totalmente diferente. É um discurso totalmente diferente. Se ele diz que está esgotada toda a possibilidade de utilizar eficientemente, tanto na parte de geração quanto na parte de transmissão, eu não tenho como questionar porque não tenho esses dados aqui.

SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – (pronunciamento fora do microfone) Eu acho que solar não deve ser abandonado de jeito nenhum.

SR. JOÃO NILDO DE SOUZA VIANNA – Não, não. Eu estou falando de solar. Peraí, eu estou falando da geração hidrelétrica e transmissão.

SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Esgotado? Não.

SR. JOÃO NILDO DE SOUZA VIANNA – Não, eu estou falando de potencial de utilização racional. De conservação de energia de eficiência energética.

SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Em que parte? Na hidrelétrica?

SR. JOÃO NILDO DE SOUZA VIANNA – Na hidrelétrica e na transmissão. Na geração e na transmissão.

SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Eu nem falei isso. (risos)

SR. JOÃO NILDO DE SOUZA VIANNA – Foi ele que falou.

(falas sobrepostas)

SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Não, o único comentário que eu fiz com relação a isso é... Tem a onda, tem o trabalho do Sérgio Berman, eu já conheço da época que era Diretor de Pesquisa do Cepel. E uma época o Pinguelli era Presidente da ELETROBRAS e nos mandou para analisar. E na verdade o trabalho do Berman ele é citado como se tivesse no Brasil, você não precisaria fazer Madeira, não precisaria fazer Belo Monte, que a repotenciação... aí uma análise que foi feita bem clara é que na verdade se você pegasse turbinas da década de 30, 40, 50, poderia ter um ganho. Mas a nível de... Como as nossas usinas saíram pós 70, ou pós 60, a diferença de você melhorar a eficiência de uma turbina é muito pequena. E não tem... Aí o que eu falei que para você ter um ganho efetivo em cima disso você precisaria aumentar o reservatório. A barragem está aqui, se eu aumento o reservatório para ter mais água, capacidade de ação, eu tenho que construir uma nova usina e aí sim eu posso pôr mais máquina, eu posso otimizar. Mas você imagina ambientalmente está ampliando usinas aqui no sudeste é difícil isso.

E outro ponto que eu acho importante com relação ao que o senhor falou e eu concordo plenamente, a transmissão, por exemplo, o Ministério e a ELETROBRÁS fizeram um investimento muito grande agora, o ano passado um laboratório de transmissão e extra alta potência lá no Cepel que justamente como nós sabemos que o grande potencial do Brasil está na Amazônia, nós precisamos de linhas de transmissão que consigam transmitir com menor perda. Lá está sendo testado, por exemplo, 500 KV, que normalmente no Brasil se utiliza com quatro cabos por fase, lá nós estamos comentando com seis e configurações diferentes que diminui perda. Então isso acho que é um desafio que se tem e continua aberta.

SR. JOÃO NILDO DE SOUZA VIANNA – Tá. Obrigado pelo esclarecimento. Então existe esse potencial da eficiência que eu reputo como muito importante. Eu vou só responder os pontos polêmicos.

Agora, para o Dr. Márcio. Eu não estou falando em colocar painéis solares em todo Pernambuco para substituir o complexo São Francisco. O que estou falando é utilização sistêmica de todas as formas de energia. Sistêmica e racionais.

Então, ter um espaço para solar, desde uma utilização mais simples... desde uma utilização mais simples de distribuir coletores solar plano para substituir chuveiro elétrico até a geração de eletricidade. Eu acho que tem todo um espectro aí que temos que examinar.

A segunda coisa foi o custo. Foram os custos. Esse exemplo de Setúbal em Portugal, acho que é um exemplo válido e que precisa ser analisado pela dimensão dele eu acho que é a maior instalação solar 11 megawatts para atender toda uma cidade. E que custou 70 milhões de dólares. Então se nós pensamos em termos de escala e utilização e benefícios que isso pode causar, houve uma economia de... Houve um projeto de mecanismo de desenvolvimento limpo que pagou 10% dessa instalação. O seqüestro de... A emissão de carbono equivalente evitado nessa instalação. É uma grande instalação. É uma instalação enorme, naturalmente suprime áreas agricultu ráveis, ninguém vai plantar mais uvas ali na Alentejo, naquela área, e

o prejuízo vai ser nosso que gostamos do vinho do Alentejo. Mas, é factível e eu acredito que por isso a energia solar com essa tecnologia ela atingiu um piso. Agora, eu diria que esse rendimento aí foi que o Dr. Odair falou. Esse rendimento de 15%, o rendimento de uma fotocélula ela é entre 12 e 15% dependendo do material. Se você usa uma película de ouro ela vai até 18%. Mas essa tecnologia que está aí, esse rendimento é o que ele aproveitou do um quilowatt por metro quadrado que chegou na terra. Chega um quilowatt por metro quadrado, ele aproveitou 0,15 quilowatt. Esse 0,15 quilowatt que está sendo distribuído ao preço de uma instalação de seis mil dólares por quilowatt instalado. E não... isso aí tem um rendimento de 15% só. Segundo eu entendi o seu argumento foi esse.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOÃO NILDO DE SOUZA VIANNA – Sim, mas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOÃO NILDO DE SOUZA VIANNA – Tá, ok. Sobre as hidrelétricas. Eu acho e continuo achando e estou convencido e espero que o Senador reflita sobre isso também. Que um reservatório é um patrimônio. Desde que ele seja feito, não como foi feito Balbina na Amazônia. Aquilo sim é um escândalo ambiental e um escândalo energético também. Um reservatório ele tem certas características e nós temos tecnologia para fazer isso, temos métodos e meios e capacitação técnica, tanto é que Belo Monte saiu de um lago enorme para...

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Aí o senhor me permite só por que é que eu falei.

SR. JOÃO NILDO DE SOUZA VIANNA – Acho que pode preservar as tartaruguinhas.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Tudo bem. Só para lembrar o que eu estou dizendo. Quando a gente olha para os X metros quadrados da planta de Angra dos Reis, vou calcular ali uma área total de 20 hectares aquilo ali acho. Tudo. Contando tudo. Até os jardins. E as famílias que estão no entorno na preocupação aqui do Dr. Goés que é numa possibilidade de um acidente, já tem uma previsão de indenização. Então estou trabalhando com uma previsão de deslocamento, de evasão de área, essas coisas.

Quando eu vou para barragem hidrelétrica, eu já tenho de cara esse deslocamento. Inclusive não só de seres humanos, mas de todos os seres.

Então, neste caso quando estou fazendo aqui na minha cabeça o processamento custo/benefício ambiental ainda, não os outros, então neste caso uma parede do tamanho de Itaipu, uma parede do tamanho daquela de Tucuruí, das demais do rio aqui do Rio São Francisco que eu já visitei várias. Então neste momento eu digo para o senhor com toda tranqüilidade. Como é que a gente pode mensurar o custo, e aí não sei se é possível fazer esse custo de que quantos seres serão atingidos na construção desse barragem? Esse custo eu desafio algum matemático a trazer aqui para nós.

Então, vamos ficar só no humano, que é da forma que foi feito aqui, tudo bem. Acho que a sociedade não permite mais nenhuma hidrelétrica nos moldes daquela no período militar. Nenhuma. Como é o caso de Tucuruí. Mas o desacerto social que se cria na construção da barragem, solos que não serão mais utilizados, área de vegetação coberta, a micro vida que tem ali, tudo aquilo vai embora. Some, desaparece. E nós não temos esse cálculo para fazer esse custo somado com o possível deslocamento da área que tem uma usina nuclear. Então, portanto, é nisso que estou falando e pediria que a gente... Pediria que quando a gente talvez fosse trabalhar, que eu estou com medo aqui daquilo que é visível apenas. E na hidrelétrica nós temos um ponto visível e invisível.

Na nuclear estou dizendo tudo está visível. Previsto. O problema é incerteza ainda de alguns produtos que como vai para a escala de tempo muito maior do que as nossas idades, nossa presença aqui no planeta, então a responsabilidade é sobre-humana, mesmo. Isso aí então eu concordo com a observação que o senhor tem feito até aqui.

SR. JOÃO NILDO DE SOUZA VIANNA – Mas eu diria o seguinte, nós estamos preservando de certa forma o maior bem que nós temos hoje que é a água. E ela traz benefícios também. Agora, o que eu quero dizer é o seguinte, o reservatório é um patrimônio, mas ele não pode ser construído a qualquer custo. Existem meios de você construir isso, de sorte que estes custos, estas externalidades sejam reduzidas. E você beneficia, você disponibiliza água para irrigação, você disponibiliza possibilidade de uma piscicultura, você disponibiliza atividades econômicas decorrente daquilo ali, você pode colocar terras que antes não eram produtivas em produção muito maior do que aquelas ocupadas. É claro que tem que se levar em conta outros fatores. Você pega o lago de Itaparica, por exemplo, ele perde de água por evaporação a quantidade mais do que a quantidade da transposição do São Francisco. De Itaparica. São 70 mil litros por minuto que sai por evaporação. Por quê? Porque tem uma área muito grande. Então existe uma perda. Agora, então acho que tem... E Sr. Senador, o senhor está num País que tem uma competência técnica remarcável. É só

colocar os desafios que eles serão bem estudados e apresentará solução.

A outra coisa que eu queria dizer só para encerrar a minha fala, eu estava lembrando, agora foi o Dr. Márcio que falou. Odair... (ininteligível)

Eu não sou tão otimista quanto a fusão. Não sou tão otimista. O que se consegue é uma coisa muito rápida, pequena, com controle muito difícil. Mas a célula combustível é uma realidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOÃO NILDO DE SOUZA VIANNA – Espera aí, deixa eu falar. (risos) A célula combustível só tem um problema. É que nós não temos o combustível. Que é o hidrogênio. Não existe o hidrogênio na natureza. Ele está sempre agarrado com alguma coisa e ele é muito solidário a essa coisa que ele está agarrado. Seja carbono, seja o oxigênio e para separar é muito difícil. Quer dizer, ele consome uma grande quantidade de energia para ser liberado desses produtos. Seja do gás metano, seja do hidrocarboneto, ou seja da própria... Agora, se for tratado sistemicamente dentro desse processo de um conjunto de intervenções para suprir energia, levando em conta todos os benefícios que isso pode causar, se pode usar, por exemplo, energia eólica ou mesmo energia hidráulica para gerar eletricidade para gerar um combustível que seja adequado para a mobilidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. JOÃO NILDO DE SOUZA VIANNA – A reforma desses combustíveis é uma realidade. Pode-se fazer com gás e tal. O problema é o seguinte, é que um carro equipado com uma célula combustível que tem como resíduo água ele custa 200 mil dólares. Hoje. Isso é o quê? Isso é um problema de escala. Mas nós temos a tecnologia e é uma questão... E todas as montadoras do mundo têm veículos experimentais porque sabem...

Então, o que é que eu quero dizer? Eu queria repetir aqui uma frase do Lester Brown embora eu não concorde com ele em muitas coisas, mas ele diz que a civilização do hidrogênio vai chegar, a civilização do petróleo está no fim e entre essas duas está a civilização do gás. Os indicadores, as reservas, os custos e as formas de utilização de gás permite que se espere chegar a civilização do hidrogênio. Qual é o problema do gás? O problema do gás é que ele sai de toda a lógica da geopolítica do petróleo. O gás ele sai do poço e vai para o consumidor. Não tem jeito de você chegar e abrir a torneira no meio do caminho e mandar para outro lugar. Esse que é o problema.

Então, das coisas que eu anotei aqui era só isso que eu tinha a falar. (risos) Vocês me desculpem eu não ter preparado a minha intervenção aqui. Eu não sabia a dinâmica que funciona a Comissão, mas foi um prazer enorme e uma honra estar aqui partilhando com vocês desse momento, com os senhores e trazendo essa minha contribuição, embora esteja um pouco na base do achismo que não apresentei os números, mas são questões que acho que merecem reflexão de todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Muito bem. Pergunto ao Senador Garibaldi se gostaria de fazer...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Presidente, infelizmente eu peço desculpa. Cheguei atrasado, mas isso para os Senadores não é nenhuma novidade. Pela mobilidade que nós temos que ter aqui nessa Casa de participar ao mesmo tempo de duas ou três Comissões. E, ao mesmo tempo, discutir assuntos como energia nuclear, como saúde, educação... Mas, eu queria colocar aqui como representante da região nordestina, porque eu sou de um Estado nordestino chamado Rio Grande do Norte, então eu queria perguntar se já há por parte do planejamento uma decisão com relação à implantação de uma usina de energia nuclear no nordeste.

Se sabe que hoje há resistências à implantação de energias... De usinas, desculpe, nucleares são muito menores. Há uma segurança muito grande hoje com relação à implantação de usinas nucleares. Mas a minha pergunta também decorre em função de que a nossa matriz energética estaria deixando de lado ainda o imenso potencial hidrelétrico que nós temos para privilegiar outras fontes de energia como a usina nuclear.

Então, resumindo, são duas as perguntas. Primeiro, se há mesmo, se já temos estudos realmente adiantados com relação a essa indicação de uma energia nuclear para o nordeste. Segundo, se o nosso potencial hídrico... Não é que esteja esgotado, mas subitamente vem encontrando resistências haja vista o que aconteceu recentemente com relação à usina de Madeira. E se não seria o chamado... A chamada ameaça de um déficit de energia que aqui e acolá persiste em 2010. Ou 2011.

Então, não são propriamente perguntas, até não estão bem formuladas, não. São dúvidas que eu coloquei aqui para ver se encontro da parte dos senhores que são autoridades no assunto uma palavra de tran-

qüilidade. Obrigado, Senador Sibá. Muito obrigado. E eu quero me congratular com os palestrantes, lamentar até não ter chegado antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Obrigado, Senador Garibaldi. Como o assunto a gente deixou um pouco livre mesmo porque nós estamos aqui diante de dois pensamentos básicos. Tratar um pouco sobre toda a matriz de energia do Brasil e como é que o mundo também se comporta com relação a isso, e digamos assim, os percalços que cada fonte dessa tem pela frente com foco maior na questão ambiental. Talvez caso o nosso coloborador Dr. Ruy de Góes...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, só um esclarecimento. Primeiro do atraso que também eu sou suplente, não sou titular da Comissão. E segundo, se eu estiver colocando alguma dúvida que já tenha sido esclarecido eu peço desculpas, mas é porque eu não...

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Mas acho importante que esta última rodada de falas passou muito por este assunto. Acho muito bom então. Primeiro Dr. Márcio poder falar um pouquinho dessa preocupação que levantou e na seqüência a gente abre para os demais, até mesmo para a complementação de algum ponto que ainda tenha ficado por colocar. Dr. Márcio.

SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Senador Garibaldi, com relação à nuclear, na verdade a nível de Ministério foi formada uma Comissão, e nós estamos convidando a NUCLEN e mais essa empresa EPE, onde nós vamos começar a estudar os sítios para o novo programa nuclear brasileiro.

Então, esse processo está iniciando. O que nós sabemos é que no nordeste tinham estudos antigos, até pelo que já foi falado aqui pelo esgotamento potencial hidrelétrico na década de 80, as próprias CHESF conduziram determinados estudos lá e uma região que eles chegaram a prever no nordeste era ali na foz do Rio São Francisco. Era uma região positiva para isso. Mas hoje ainda vai se iniciar esse estudo. Com relação à hidroeletricidade, nós estamos explorando, o Brasil tem hoje em torno de 70, 74 mil megawatts implantados de hidrelétrica. Nós pretendemos chegar em 2030 com alguma coisa da ordem de 167 mil megawatt. Isso aqui significaria um acréscimo aí de 90 mil megawatts, em torno de 90 mil megawatts. Isso são aquelas hidrelétricas daquele potencial total que nós tínhamos estimado na década de 90 de 260 mil. Então a gente imagina que consegue chegar com ordem de preço razoável com 90 mil. A partir disso, já que eu tenho que acrescentar nesse período alguma coisa entre 100 mil que nós temos hoje para 221 mil em 2030 megawatt de potência instalada, são 122 mil. Então se eu tirar 90 de hidrelétrica, são cerca de 32 mil que eu efetivamente tive que usar de outras fontes. Até para ter uma... Quando eu estou falando em implantar 32 mil, eu estou falando que as hidrelétricas daqui para frente tem uma tendência, não só por aspectos de requisitos ambientais, mas por uma característica de região. O grande potencial está na Amazônia. A Amazônia baixa a queda. Então eu não posso tentar fazer usinas com grandes quedas senão eu inundo milhares de quilômetros quadrados. Então as usinas lá, a tendência é ser como Belo Monte, que reduziu a área. Ela tem uma queda maior, mas teve uma saída de reduzir área e manter a potência. As usinas do Rio Madeira também foi baixando mesmo, não tendo muita queda. Mas, com isso nós precisamos de uma capacidade de geração média que antes a região sudeste é que dá isso para o Brasil. O relevo da região sudeste, onde nós temos grandes reservatórios do Brasil são aqui. A partir disso nós tivemos que analisar e eu mostrei aqui que o atendimento a esse mercado então eu precisava de térmicas que operasse na base. Térmicas que se preste a operar com geração média alta, ou é nuclear ou é térmica a carvão. A carvão mineral. O Brasil tem um carvão mineral de menor qualidade lá no sul. E no Rio Grande do Sul tem reservas bastante grandes. E a nuclear, o gás quando eu coloco para geração média alta, ele fica bem mais caro que a nuclear e bem mais caro que o carvão. Porque o gás se você fizer uma simulação considerando a sete dólares por milhões de BTU, ele naturalmente chegaria a alguma coisa da ordem de 180, 190 reais. E carvão eu trabalhei com 150, nuclear também. Como tarifária de equilíbrio. Não é nem custo econômico. Custo econômico daria menos. Então esse com relação ao segundo ponto. Eu gostaria de fazer um comentário sobre um assunto que o professor tocou, e que eu acho importante, eu particularmente e tem vários estudos que mostram isso na verdade a transição que vai ocorrer entre o homem hoje e o homem que vai ter a fusão nuclear, acho que o único energético no mundo que pode fazer essa transição acho que é o carvão mineral.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Porque a China tem 500 bilhões...

SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Não. É porque as reservas são muito grandes. Seria o energético maior reserva.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E as restrições ambientais...

SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Ambientais ou aquecimento. A não ser que consiga gaseificar carvão.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC: (pronunciamento fora do microfone) a localização (ininteligível).

SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Mas aí é espalhado pelo mundo. A Alemanha tem... O carvão ele é bem... A África tem. A América do Sul tem carvão excelente em Colômbia, Venezuela... E aí um ponto que eu acho importante, Senador, é essa pergunta com relação ao risco de apagão. Até nós tivemos a semana retrasada aqui na Câmara e me lembro que vi o Cláudio Sales fazer um comentário, sobre o estudo do EMS que mostra um risco de apagão de vinte e poucos por cento em 2010, 2011. E cita como NS que tinha feito esse estudo. Eu me surpreendi e eu estava até com o estudo na mão que o NS divulgou agora em janeiro e que coincide muito com o estudo que o planejamento tem feito com relação se nós estamos ou não atendendo o critério de risco de déficit. Esse estudo do NS que é feito pela NS e discutido com todos agentes, ele mostra que nesse horizonte de 2010, 2011, em se efetivando toda essa projeção de usinas que já foram leiloadas que estão sendo construídas, entrar nas datas, os riscos estão menores que 5%. E eu sugeri que se alguém tivesse dúvida do que ele falou e eu falei, que entrasse na página do NS e acessasse lá o PEM, que é o planejamento do NS de cinco anos na frente e então...

Então, Senador, por mais que o Brasil tenha passado duas situações que foram interessantes: Restrição de gás e aquele problema de importação da Argentina, nós perdemos quase 5 mil megawatts de lastro que nós tínhamos aqui. Foram tomadas as medidas, mas de qualquer forma como eu sempre falo, esse modelo ele nasceu em cima da ressaca do apagão de 2001 e 2002. Então ele tem mecanismo através do monitoramento e através de ações via esses leilões, pode ser cinco anos antes, quatro anos antes, um ano antes, de sempre agir à frente para que o Brasil não venha a ser surpreendido como foi em 2001, que foi uma situação que realmente teve conseqüências econômicas bastante sérias para o País.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu pergunto se o Dr. Odair quer complementar alguma coisa sobre este assunto. Não? Dr. Ruy de Goés, sobre a pergunta do Senador... Ok.

SR. RUY DE GOÉS LEITE DE BARROS – Até gostaria de tocar nesse ponto do planejamento energético para o futuro. E nisso eu acho que gostaria de ressaltar enquanto potencial para o Brasil, potencial eólico. E olhando no horizonte de 10 anos, talvez um pouco mais. E nisso que a gente tem visto é que até no nordeste tem uma característica interessante nesse atlas eólico que foi citado que foi feito pelo (ininteligível), e desse 143 megawatts que o Brasil teria potencialmente de uso de energia eólica, uma parte muito grande está no nordeste. A maior parte, aliás, está no nordeste. E tem um dado interessante que o Vale do São Francisco também é muito rico em eólica. E tem um ciclo hidrológico que é o inverso do ciclo do vento. Ou seja, o vento poderia entrar como complemento à geração de fonte hidráulica de uma forma que se equilibrasse períodos de escassez de um com período de abundância de outro. Então ele tem essa característica que é muito interessante. E aí entra a questão de aposta no futuro. Quer dizer, hoje o Brasil tem recursos limitados, ele pode estar investindo em geração de um lado, de outro, agora, se quisermos focar, e isso acho que é uma posição particular nossa no Ministério do Meio Ambiente, a gente vê a eólica como mais promissora enquanto uma aposta para o futuro. Em função do barateamento progressivo que vem se observando internacionalmente hoje o Brasil tem uma produção interna muito limitada de equipamentos de energia eólica, outros países já conseguiram baratear a instalação desses equipamentos, e um dado interessante é que... Até cita na fonte com dados da IEA e da (ininteligível) em 2005 a matriz elétrica mundial teve redução de 2,9 gigawatts de energia eólica. No mesmo ano entraram em operação 2,9 gigawatts de energia nuclear contra 11 gigawatts de energia eólica. E o que a gente vem vendo é uma tendência a crescimento de eólica que vem acompanhado também com barateamento. Então é uma questão de aposta para o futuro. Acho que o País pode decidir onde apostar e a gente acha que existe um potencial ainda a ser explorado com eólica que pode ser bastante positivo para o futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Dr. Odair vai...? Ok.

SR. ODAIR DIAS GONÇALVES – Só um pequeno detalhe. O Ruy já falou diversas vezes na questão de não ter havido aumento no fornecimento de energia nuclear e da participação. Claro que não houve. Nós estávamos numa época de recessão. O problema é que... eu acho que você no seu raciocínio está parando em 2000. Se você pegar em... Claro, o problema é que hoje estão sendo licenciados. O que acontece que o renascimento foi a partir fortemente começou a se falar em 90, os licenciamentos começaram em 2000. São cerca de sete a dez anos para construção de uma usina. Então a gente vai ver realmente uma forte mudança na realidade com o aumento da nuclear a partir de 2010. Entre 2010 e 2020 vai ser o período de resultado dos licenciamentos que estão acontecendo. Se você entrar na mesma fonte que você pegou, se você pegar o número de usinas sendo licenciadas, construídas e desenvolvidas, você vai ver que inclusi-

ve até mesmo a própria Itália hoje discute a questão da energia nuclear. Inglaterra estará entrando com mais duas. Existe um número enorme sendo desenvolvido. Então a única coisa que eu questiono aqui, é que verdade, todos os números que vocês estão dando estão lá na usina. Mas aí é que você está vendo uma coisa que é até o momento presente. Existe um intervalo de tempo para se notar o que está acontecendo de pelo menos dez anos. E aí você vai ver que o forte investimento que houve em energia eólica que inclusive enriqueceu poucas companhias que são as produtoras, houve uma centralização do capital e uma elevação do preço dos moinhos às alturas, muito além do próprio custo dos moinhos, você vai ver que daqui para frente nos próximos dez anos aí a gente vai ver o resultado. E em termos de perspectiva e das políticas futuras, inclusive dos países que investirem em eólica, a tendência é redução. E você vai ver qualquer planejamento. Se você pegar o planejamento futuro de todos os países que investiram em eólica, é a diminuição. Veja, eu acho que a gente tem que investir. Eu concordo completamente com a usina. A posição do Governo é que energia é um bem tão valioso que a gente não pode desperdiçar nenhuma delas. Nós temos que investir em todas. Na área de solar, nós temos que investir no barateamento ou então na utilização, por exemplo, residencial. Nós não somos absolutamente defensores de um investimento fortemente numa coisa só. Mas os estudos da EPE mostra claramente que em 2010 a curva do petróleo vai começar a diminuir. A gente tem que se preocupar... A questão da redução do tamanho dos reservatórios não foi aqui muito discutido, mas acontece o seguinte. Não tem jeito, o tamanho do reservatório é proporcional à altura. E é proporcional à altura é a capacidade de reserva. O que está acontecendo é que está se reduzindo tanto o tamanho dos reservatórios que ele está ficando quase a fio d'água. O que é que significa isso? Secou, um pouco que diminuiu já não gera mais energia elétrica. Então nós estamos num modelo que é diferente daquele modelo anterior que os nossos reservatórios agüentavam por dois, três anos. Agora a gente vai ter um problema que precisa a começar a se preocupar no próprio ano quando houver seca. É uma equação complexa. Nós precisamos desenvolver todas as energias viáveis. Agora, não podemos esquecer economia. Não podemos pagar 10 vezes por um tipo de energia quando tem um de nuclear e que sinceramente não consigo ver porque não. Uma vez eu dei uma palestra que o título era: "Por que não?". Se você pensar em segurança, pensar em economicidade, área, o próprio tratamento de rejeitos, as regras que nós temos, aliás, eu convido quem quiser para visitar, seja a usina, seja o nosso site na home page CNEN.GOV.BR que vocês vão ver todas as medidas de segurança que são desenvolvidas. Então esse dado Que VOCÊ DÁ é real. Mas ele está em mudança. E basta você olhar o planejamento energético dos países.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Eu só estou agora preocupado com o tempo. E deixa eu só fazer a pergunta se o Dr. João ainda quer tratar sobre a pergunta do Senador... Senão, a gente ouve imediatamente. Deixar? Então pode fazer sua consideração que a gente... Eu preciso sair daqui a pouco.

SR. RUY DE GOÉS LEITE DE BARROS – É só um comentário sobre isso, sobre o renascimento que essa curva poderia se inverter. Acho difícil até, se a gente for olhar enquanto tendência para o futuro, vamos supor que essas 15 usinas em processo de licenciamento sejam aprovadas que vão entrar em operação ao longo de alguns poucos anos. Agora, se a gente olha...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. RUY DE GOÉS LEITE DE BARROS – Novas usinas nucleares.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – No mundo?

SR. RUY DE GOÉS LEITE DE BARROS – É, no mundo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – São mais de 60.

SR. RUY DE GOÉS LEITE DE BARROS – Não, em estudos.

(falas sobrepostas)

SR. RUY DE GOÉS LEITE DE BARROS – Não, mas vamos lembrar que entre os estudos e a realização vários acabam morrendo no meio do caminho. Vamos lembrar, por exemplo, o caso do plano nuclear da Turquia, que eram oito usinas programadas, entravam em todas as projeções da OEA e acabaram não saindo. Agora vamos supor que seja 60 em estudo para entrar em operação nos próximos anos. Se a gente olha o número de usina presente no mundo, dos 444 reatores em operação, 69 deles têm menos de 15 anos. Ou seja, 84,4% dos reatores nucleares têm mais de 15 anos de operação. Se colocarmos o tempo de construção dentro disso, dá mais do que 20 anos. Se olharmos para a década de 70 e 80, no fim da... Entre a década de 70 e começo de 80, entrava em operação por ano 32, 33, 24, 22, 21, 19, 22, 21, isso era o número de reatores que entrava em operação por ano. Então a tendência para as próximas décadas seria esses reatores que estão na faixa média de 15 a 20 anos de idade vão entrar em processo de descomissionamento, outros vão entrar no lugar. O que a

gente vê é longe de se atingir os números da década de 70, em que entravam 20 reatores, 30 reatores em operação por ano. Então a tendência hoje é de cair gradativamente a potência instalada de fonte nuclear em relação às outras. É um processo que vai ser inevitável nos próximos anos porque mesmo que a gente tivesse 30 reatores entrando em operação no ano que vem, não iria suprir os reatores que estão sendo descomissionados ao longo do tempo. Isso mesmo com a extensão da vida útil dos reatores, a plant life extension(F) que prolongou por às vezes mais 20 anos a vida de um reator, o que faz com que as usinas nucleares ainda estejam presentes no mundo. Senão a gente teria uma presença muito pequena de nucleares dentro da matriz energética mundial.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Bom, devido o avançado da hora, eu vou ter que pedir a compreensão, mas vou agradecer muito aqui de coração a colaboração, Dr. Márcio Pereira Zimmermann, Dr. Ruy de Góes Leite de Barros, Dr. Odair Dias Gonçalves, Dr. João Nildo de Souza Vianna. A gente fica muito agradecido com a presença de vocês e esperamos no debate que vamos fazer sobre esses todos esses sistemas como o Senado então, a medida do possível, contribuindo para a execução do avanço da matriz energética brasileira. Muito obrigado pela presença, está encerrada a presente reunião.

(Sessão encerrada às 13h12.)

Ata da 28ª Reunião, Ordinária, da Comissão De Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 09 de outubro de 2007, às 11:30 horas.

Às doze horas e vinte e oito minutos do dia nove de outubro de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, JOÃO RIBEIRO, VALTER PEREIRA, JONAS PINHEIRO, MARCONI PERILLO, JEFFERSON PÉRES, SERYS SLHESSARENKO, EXPEDITO JÚNIOR, GARIBALDI ALVES** e **LÚCIA VÂNIA.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº 37 , DE 2007-CMA - NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos constitucionais e regimentais, sejam convidados o Ministro de Estado da Justiça, o Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário, o Advogado-Geral da União e o Presidente do INCRA a comparecerem em audiência a ser realizada por esta Comissão em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para prestarem esclarecimentos sobre os investimentos de grupos estrangeiros na compra de terras brasileiras". **Autoria:** Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **ANTONIO CARLOS VALADARES** e **SIBÁ MACHADO. Resultado: Aprovado. Item 02) AVISO Nº 27, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 1.092, de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados destinada a exame dos gastos públicos relativos à montagem e divulgação do pavilhão Brasil na Exposição Universal de Hannover, Alemanha (TC 007.312/2000-0)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador **SIBÁ MACHADO. Parecer:** Pelo arquivamento da matéria. **Resultado: Aprovado. Item 03) AVISO Nº 18, DE 2007– NÃO TERMINATIVO,** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.188, de 2007-TCU-Plenário, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada com o objetivo de elaborar um diagnóstico sobre as obras inconclusas financiadas com recursos da União (TC 012.667/2006-4)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador **GARIBALDI ALVES. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo**. Resultado: Aprovado. Item 04) AVISO Nº 86, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO** que "encaminha ao Senado Federal, Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º trimestre de 2007". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador **GARIBALDI ALVES. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado**. **Item 05) SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2007 - TURNO SUPLEMENTAR** que "institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências". **Autoria do Substitutivo:** Senador **RENATO CASAGRANDE. Autoria do PLS 70/07:** Senador **INÁCIO ARRUDA. Parecer:** Favorável, na forma do substitutivo oferecido. **Resultado: Não foram apresentadas emendas. Matéria definitivamente adotada**. **Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2006 - TERMINATIVO** que "acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o

fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores". **Autoria:** Senadora **MARIA DO CARMO ALVES**. **Relator:** Senador **INÁCIO ARRUDA. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado**. **Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2007 – TERMINATIVO** que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para acrescentar nova proteção contratual ao consumidor e considerar como prática abusiva cláusulas contratuais contrárias ao justo equilíbrio entre fornecedor e consumidor". **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES. Relator:** Senador **SIBÁ MACHADO. Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma das emendas nºs 1 e 2 que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2007 – TERMINATIVO** que "dispõe sobre o Programa de Substituição de Embalagens Plásticas Convencionais por Congêneres Biodegradáveis". **Autoria:** Senadora **MARIA DO CARMO ALVES. Relator:** Senador **VALTER PEREIRA. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Matéria retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2007 – TERMINATIVO** que "altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências". **Autoria:** Senador **OSMAR DIAS. Relatora:** Senadora **LÚCIA VÂNIA. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO** que "acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça". **Autoria:** Senador **GERALDO MESQUITA. Relator:** Senador **RAIMUNDO COLOMBO. Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Adiado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **SIBÁ MACHADO** e **VALTER PEREIRA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental declaro aberta a 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós passamos ao Item 01 da pauta, e eu solicitaria ao Item 02 da pauta, e eu... Ao Item 02 da pauta, e eu solicitaria ao voluntarioso Senador Sibá Machado que funcionasse como Relator *ad hoc*. V.Exª em concordando em relatar o Item 02 da pauta, tem V.Exª a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle sob o aviso de nº. 9.269 SGS TCU de 14/12/2000, na origem, que encaminha ao Senado Federal cópia da decisão de nº. 1.092/2000 proferido nos autos do processo nº. TC 007.312/2000-0. Relator, Senador Heráclito Fortes. Posso ir direto ao voto, Sr. Presidente?

O voto. Pelo exposto, considerando-se que as providências cabíveis foram tomadas pelo Tribunal de Contas da União, somos pelo arquivamento do presente processo. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado.

Passamos ao Item 03. Aviso nº. 18/2007, encaminho ao Senado Federal cópia do acórdão 1.178/2007, TCU bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamental sobre a auditoria realizada com o objetivo de elaborar um diagnóstico sobre as obras inconclusas financiadas com recurso da União. De autoria do Tribunal de Contas da União, tem como Relator o Senador Flávio Arns, eu solicitaria ao Senador Garibaldi que relatasse o Item 03 como Relator *ad hoc*.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, em 26 de junho de 2007, Srs. Senadores e Srªs. Senadoras, o Senado Federal recebeu por meio do aviso nº. 18/2007, cópia do acórdão nº. 1.188 do Tribunal de Contas da União e dos respectivos relatórios e voto que o fundamentaram.

No dia seguinte o aviso e seus anexos foram encaminhados a essa Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. E em 7 de agosto foi designado Relator o Senador Flávio Arns e na impossibilidade da sua presença eu respondo aqui como Relator *ad hoc*. O acórdão em questão refere-se ao levantamento de auditoria realizados nos

Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Integração Nacional, da Saúde, das Cidades, e das Comunicações e do Turismo e no Departamento Nacional de Infraestrutura no intuito de elaborar diagnóstico sobre as obras inconclusas financiadas com recursos da União. A equipe de auditoria selecionou para análise entidade do Poder Executivo com maior concentração de obras. Os trabalhos procuraram responder todas as questões que foram levantadas e aqui, Sr. Presidente, há uma extensa análise de tudo que foi levantado por aquela Corte de Contas e no que toca ao voto, o voto é no sentido que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle tome conhecimento da presente matéria com subseqüente encaminhamento ao arquivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Voltamos ao Item 01. Requerimento... Para convidar o Ministro de Estado da Justiça, do Desenvolvimento Agrário, Advogado Geral da União, e o Presidente do INCRA a comparecer em audiência a ser realizada por esta Comissão em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para prestarem esclarecimento sobre os investimentos de grupos estrangeiros na compra de terras brasileiras. Este Requerimento tem como subscritores Senadores Renato Casagrande, Antônio Carlos Valadares e Sibá Machado, a quem concedemos a palavra para argumentar sobre o pleito, sobre o Requerimento apresentado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, esse Requerimento é de iniciativa do Senador Casagrande e Antônio Carlos Valadares, porque tem tido uma preocupação muito grande, especialmente do Presidente do INCRA, a respeito de grupos estrangeiros em aquisição de terras no Brasil. E agora com a onda do etanol e do biodiesel, recrudesceu ainda mais esses interesses. Eu agora esse final de semana visitei o interior de São Paulo e pude observar a preocupação de que alguns investidores tipo Bill Gates, George Soros e o mexicano lá da grande empresa telefônica, Carlos Slim estariam formando um consórcio de mega empresários para dirigir-se ao Brasil para aquisição de terra. E ouvi falar por terceiros. Não temos nenhuma informação mais segura. Porém, o Presidente do INCRA tem levantado como preocupação porque isso certamente vai embrutecer exageradamente o preço da terra no Brasil em qualquer uma das regiões. Isso pode também no investimento de monocultura ter problemas ambientais. No momento que nós estamos debatendo civilizadamente aqui no Brasil um ordenamento para a cana-de-açúcar, um ordenamento para a produção de oleaginosas com finalidade de combustíveis renováveis seria muito importante que nós pudéssemos ouvir das autoridades vinculadas do setor se há veracidade da aquisições de terras por grupos estrangeiros e em que patamar de legalidade, sei lá, que a gente possa tirar aqui nossas dúvidas e tomar as providências que forem cabíveis ao Senado Federal.

Portanto, esse é o motivo do Requerimento que subscrevo e peço a V.Exª que a gente possa votá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado.

Voltamos ao Item 04. Aviso 86/2007, encaminha ao Senado Federal, Relatório das atividades do Tribunal de Contas da União referente ao segundo trimestre de 2007. De autoria do Tribunal de Contas da União. Tem como Relator o Senador Euclides Mello. E eu solicito ao Senador Garibaldi Alves que funcione como Relator *ad hoc* deste Item. Item 04. Tem V.Exª a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, vem à apreciação dessa Comissão Relatório de atividades do Tribunal de Contas da União relativo ao segundo trimestre de 2007. O documento foi encaminhado pelo seu Presidente em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, segundo o qual o TCU encaminhará ao Congresso Nacional trimestral e anualmente o Relatório das suas atividades. Temos agora, Sr. Presidente, no Item 02 a análise do Relatório. O Relatório conclui pelo seguinte voto.

Diz o voto: De acordo com que foi redigido pelo Senador Euclides Mello. Face ao exposto, cabe a esta exposição tomar o devido conhecimento das informações constantes do Relatório do TCU, e não havendo outras providências a tomar, voto pelo encaminhamento da matéria ao arquivo com a devida comunicação à Mesa, nos termos do art. 143 do Regimento Interno da Casa. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o Relatório do Senador Garibaldi Alves. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado.

Item 05, substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº. 70/2007, em turno suplementar. Institui a política nacional de combate e prevenção a desertificação e dá outras providências. Autoria do Substitutivo, Senador Renato Casagrande. Autoria do PLS 70/07 Senador Inácio Arruda. Parecer favorável na forma do substitutivo oferecido.

Observação. Primeiro, não sendo oferecidas Emendas ao projeto até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo que preceitua o art. 282 combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Segundo. O parecer do PLS 70/07 autoria do Senador Renato Casagrande favorável ao projeto na forma do substitutivo oferecido foi aprovado na reunião do dia 25 de setembro de 2007. A matéria fica definitivamente adotada.

Item 08. O Senador Valter Pereira é Relator do Projeto de Lei do Senado nº. 259, solicita a retirada da pauta, S.Exª será atendido. Requerimentos 627 e 628 de 1999. Nos últimos anos as leis de diretrizes orçamentárias têm determinado que o Tribunal de Contas da União encaminhe ao Congresso Nacional relação de obras eivadas de irregularidades. No Congresso a matéria é tratada pela Comissão Mista Permanente de Orçamento, Fiscalização e Controle. Nessa Comissão as listagens têm sido utilizadas para impor condicionalidades da liberação dos valores à regularização das pendências apresentadas. Em 1999 a esta Comissão então chamada apenas como de Fiscalização e Controle aprovou dois requerimentos 627 e 628 em que pede ao TCU esclarecimento sobre as providências adotadas e os resultados obtidos no tocante aos índices de irregularidades. E informações detalhadas sobre a reincidência de irregularidades em algumas obras públicas fiscalizadas nos últimos dois anos. Ambos os requerimentos tem caráter meramente informativo, pois as providências que deveriam ser adotadas cabiam ao TCU que conforme respostas tem tomado em cada caso individualmente as cautelas necessárias ao saneamento e regularização de cada obra.

Assim sendo, uma vez que não cabe a esta Comissão a tomada de providências em concreto, proponho o arquivamento dos dois processos deixando cientes os Srs. Senadores que em desejando proceder qualquer pesquisa poderão requerer o arquivamento dos respectivos processos. Sala das Sessões, Requerimento datado dessa data, submeto à apreciação de V.Exªs.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado.

As demais matéria são de caráter terminativo. Nós não temos quórum para a sua apreciação. Agradecendo a presença dos Srs. Senadores...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Valter Pereira, tem V.Exª a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Antes de V.Exª encerrar essa Reunião, eu gostaria da atenção de V.Exª e dos demais Senadores presentes para um fato que precisa ser do conhecimento dessa Comissão.

Há indícios muito fortes de que empresas de energia elétrica privatizadas estariam produzindo números fantasiosos para justificar aumentos incomensuráveis dos valores de suas tarifas. E em Mato Grosso do Sul a Assembléia Legislativa enfrentou esse problema. Instalou uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, houve uma restrição imposta ao funcionamento dessa CPI pelo Judiciário, posteriormente insistiu-se com o funcionamento dessa CPI, e agora mais recentemente ela conseguiu demonstrar que realmente existem evidências de que a manipulação de dados tem dado suporte para esses reajustes pecaminosos, diga-se de passagem, das tarifas cobradas por aquela empresa.

Entendo que está na hora desta Comissão promover uma série de Audiências Públicas, a começar pela oitiva da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul e dos diretores da ENERSUL, a fim de conferir estas informações e orientar esta Comissão em medidas que possam ir em defesa do consumidor de energia elétrica de todo o País.

Então, minha sugestão é nesse sentido, para que a gente realize uma série de Audiências Públicas ouvindo as empresas que foram privatizadas para saber como é que está se dando esse processo de privatização em relação ao consumidor.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Gostaria que V.Exª formalizasse os requerimentos que julgar pertinentes para nós submetermos à apreciação da Comissão.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Falo-ei. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 12h45)

Ata da 29ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 16 de outubro de 2007, às 11:30 horas.

Às onze horas e cinqüenta e um minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e sete, na Sala nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senho-

res Senadores **RENATO CASAGRANDE, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, GERALDO MESQUITA** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência convida, para tomar assento à mesa, o Sr. Benedito Braga, Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA, que usa da palavra para explanar acerca do V Fórum Mundial da Água que acontecerá em Istambul no ano de 2009. Após a exposição do Diretor da ANA, o Senhor Presidente dá conhecimento aos membros da Comissão que recebeu, do Tribunal de Contas da União, os avisos números 1427, 1415 e 1377. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO,** que "dispõe sobre o uso da palavra 'cancerígeno' em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco". **Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO. Relator:** Senador **CÉSAR BORGES. Parecer:** Pela rejeição do projeto. Obs: matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado: Adiado. Item 02) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2006 – TERMINATIVO,** que "acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores". **Autoria:** Senadora **MARIA DO CARMO ALVES. Relator:** Senador **INÁCIO ARRUDA. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado.** Obs: foi apresentado, pelo Senador **EDISON LOBÃO**, voto em separado pela rejeição da matéria. **Item 03) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para acrescentar nova proteção contratual ao consumidor e considerar como prática abusiva cláusulas contratuais contrárias ao justo equilíbrio entre fornecedor e consumidor". **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**. **Relator:** Senador **SIBÁ MACHADO. Parecer:** Pela aprovação do projeto, com as Emendas que apresenta. **Resultado: Adiado.** Obs: serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o Projeto e a segunda para as Emendas. **Item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2007 - TERMINATIVO** que "altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências". **Autoria:** Senador **OSMAR DIAS. Relatora:** Senadora **LÚCIA VÂNIA. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Retirado de pauta, a pedido da relatora, para reexame. Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO** que "acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça". **Autoria:** Senador **GERALDO MESQUITA. Relator:** Senador **RAIMUNDO COLOMBO. Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Adiado. Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007- TERMINATIVO** que "acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências". **Autoria:** Senadora **LÚCIA VÂNIA**. **Relator:** Senador **FLÁVIO ARNS. Parecer:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado: Adiado**. Obs: serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o Projeto e a segunda para a Emenda. **Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2007 – TERMINATIVO** que "revoga o inciso XII do art. 39 e acrescenta os arts. 47-A e 47-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estipular multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, na omissão do contrato". **Autoria:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR. Relator:** Senador **CÍCERO LUCENA. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. EXTRA-PAUTA,** são apreciadas as seguintes matérias: **REQUERIMENTO Nº 38, DE 2007-CMA** que "requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado, audiência pública destinada a verificar a aplicação dos dispositivos legais referentes à definição dos preços de energia elétrica vendida ao consumidor final, bem como as fórmulas de reajuste dos respectivos preços, com os seguintes convidados: diretores das empresas fornecedoras de energia elétrica ao consumidor dos Estados do Mato Grosso do Sul e do Tocantins, Presidente e relator da

CPI da ENERSUL instalada na Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul e dois diretores da ANEEL". **Autoria:** Senadores **VALTER PEREIRA** e **MARISA SERRANO. Resultado: Aprovado**. **REQUERIMENTO Nº 39, DE 2007-CMA** que "nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para ouvir o Diretor da Agência Nacional de Águas, Dr. Benedito Braga, um representante da Comissão de Transposição do Rio São Francisco e um representante da Região Amazônica brasileira, com vistas a ampliar a discussão sobre a gestão de recursos hídricos e subsidiar a participação do Brasil no V Fórum Mundial da Água, no período de 16 a 22 de março de 2009, organizado pelo Conselho Mundial da Água e pelo Governo da Turquia". **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Resultado: Aprovado**. Usam da palavra os Senhores Senadores **MARISA SERRANO, FLÁVIO ARNS, GERALDO MESQUITA, CÍCERO LUCENA** e **FLEXA RIBEIRO.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental declaro aberta a 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada.

Nós estamos tendo a honra de receber a visita do Ilustre Diretor da Agência Nacional de Águas, professor, Dr. Benedito Braga. Quando da última visita que fizemos à ANA, àquela instituição, ele comentou conosco a respeito de um fórum internacional que será realizado brevemente de gestão de recursos hídricos, que nós entendemos ser do maior relevo, face notadamente aos fortes apelos contemporâneos sobre a gestão desses recursos tão importantes para a humanidade. E ao receber esse convite a ANA decidiu que deveria dar conhecimento ao Senado e, sobretudo, à Comissão de Meio Ambiente propondo, inclusive a extensão do convite à participação desse Fórum. Mas eu gostaria, como preliminar, de passar a palavra ao Dr. Benedito Braga para que ele fizesse uma breve exposição do que se refere, do conteúdo, do propósito desse seminário internacional e, conseqüentemente, do convite que a ANA pretende estender a esta comissão. Então com a palavra o Dr. Benedito Braga.

SR. BENEDITO BRAGA – Muito obrigado, Senador Quintanilha, Srs. Senadores é um prazer muito grande estar aqui para estender esse convite à participação desta Comissão ao Fórum Mundial da Água, o V Fórum Mundial da Água que acontecerá em Istambul no ano de 2009 no mês de março durante a comemoração do Dia Mundial da Água.

Esse Fórum Mundial da Água é uma iniciativa do Conselho Mundial da Água que é uma instituição sem fins lucrativos que foi organizada há aproximadamente dez anos para promover uma motivação maior da classe política para os problemas da gestão eficiente da água. Nessa ocasião da criação do Conselho Mundial da Água foi feito o primeiro Fórum Mundial da Água em Marraqueche no Marrocos com, inclusive, a presença do Rei do Marrocos, na ocasião, para mostrar a importância de que não só os profissionais discutissem esse tema, mas aqueles que, realmente tomam decisões que impactam o cidadão comum pudessem conhecer, digamos assim, as dificuldades e as possíveis estratégias para gestão de águas no mundo.

Três anos depois foi organizado o Fórum em Aia(F), o primeiro Fórum nós tivemos 400 participantes, em Aia(F) subiu para cinco mil, o terceiro Fórum foi em Kioto e aconteceu justamente por ocasião da declaração de guerra ao Iraque e aí, digamos, o impacto midiático que nós esperávamos com o Fórum do Japão foi um pouco reduzido, mas nós tivemos 20 mil participantes no Fórum do Japão. O quarto Fórum no México nós tivemos uma quantidade tão grande quanto esta de pessoas participando, de maneira que é um tema extremamente importante, principalmente para o Brasil que detêm 12% da água doce do mundo. O nosso país que tem uma Lei Nacional de Águas, que tem uma Agência de Estado encarregada de coordenar a implementação desse sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos. Então o Brasil tem uma experiência nesse tema, tem um conhecimento acumulado muito grande e seria muito importante que a classe política brasileira pudesse se envolver nessa discussão em 2009 na Turquia. E a idéia então é que a Comissão de Meio Ambiente que, no âmbito do Senado é quem tem uma relação maior com esse tema pudesse se envolver mais, com mais energia nesse tema participando não só do Fórum, mas também de uma reunião preparatória que deve acontecer no próximo mês especificamente para definição do processo político que vai acontecer nesse V Fórum em Istambul.

Então, Senador Quintanilha, assim muito rapidamente entendendo a premência do tempo aqui que

nós gostaríamos de trazer esse convite aos Srs. Senadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Nós agradecemos ao Dr. Braga, não só a sua presença enriquece a nossa reunião, mas também o convite e o tema instigante que traz a discussão da Comissão do Meio Ambiente.

E eu entendo que seria importante que esta Comissão promovesse uma Audiência Pública até como uma forma preparatória para ir amealhando subsídios e conhecimentos a respeito do tema do Fórum que, naturalmente, terá um enfoque muito grande em razão das alterações climáticas que estamos constatando no planeta e isso trará sérias conseqüências aos recursos hídricos e que implicará em providências o quão antecipadas possíveis na sua gestão. Então eu creio que uma Audiência Pública nessa direção somente enriquecerá os membros desta Comissão como o Senado como um todo e já nos preparando para ter subsídios para a participação desse Fórum.

Então eu agradeço ao Dr. Braga à sua presença e o convite formulado e recorreremos a ele para ver quem, senão ele próprio quem falará pela ANA nessa Audiência Pública que procuraremos realizar aqui na Comissão.

SR. BENEDITO BRAGA – Muito obrigado e tenha um bom dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Voltamos aqui à nossa tarefa diária. Nós temos um requerimento extrapauta de autoria do Senador Valter Pereira e da Senadora Marisa Serrano que eu gostaria de submeter à aprovação do plenário. Srs. Senadores que aprovam a inclusão do requerimento extrapauta, permaneçam como estão. Aprovado. O requerimento diz respeito à promoção de Audiência Pública destinada a verificar a aplicação dos dispositivos legais referentes à definição dos preços de energia elétrica vendida ao consumidor final, bem como, as fórmulas de reajustes dos respectivos preços. Para tanto solicita que sejam ouvidos os diretores das empresas fornecedoras de energia elétrica ao consumidor dos Estados do Mato Grosso do Sul e Tocantins, o Presidente e o Relator da CPI da ENERSUL instalada na Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul e dos dois diretores da ANEEL. Esse requerimento firmado pelo Senador Walter Pereira e pela Senadora Marisa Serrano que aqui se encontram, consultaria a eminente Senadora se gostaria de tecer considerações aditivas para consubstar(F) o requerimento que apresenta.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V. Exª. a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada. Eu queria informar aos Srs. Senadores e Senadoras que o Senador Valter Pereira ao solicitar esse requerimento ele pensou e o objetivo que o moveu foi justamente uma guerra que envolve dentro do nosso estado do Mato Grosso do Sul com a fornecedora de energia elétrica ENERSUL. A discussão é tão grande que a Assembléia Legislativa do Estado criou uma CPI para verificar cobrança de taxas da energia elétrica pelo consumidor.

Então os problemas são tão sérios que vale a pena discutir já que o Mato Grosso do Sul cobra a mais alta taxa de energia elétrica do país. Isso é um absurdo. Precisa ser discutido, mas não é só Mato Grosso do Sul, outros estados também estão enfrentando o mesmo problema e é necessário se discutir aqui numa Audiência Pública essa questão. Portanto, era essa a justificativa do Senador Valter Pereira que eu endosso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

A Presidência passa a dar conhecimento aos membros desta Comissão sobre os seguintes avisos oriundos do Tribunal de Contas da União. Aviso 1427 referente ao relatório consolidado dos levantamentos de auditorias realizadas em obras públicas no exercício de 2007. Aviso 1415 referente ao pedido de reexame contra o Acórdão 130/2001 auditoria operacional no BACEN sobre irregularidades na sistemática de operação das contas CC5. Aviso 1377 referente ao recurso contra o Acórdão 1372 do plenário interposto pelas empresas responsáveis pelas obras civis e fornecimento de equipamentos e assessórios para o porto de Itaqui no Maranhão.

Na nossa pauta o item 1 tem como autor a Senadora Serys Slhessarenko que pede a retirada de pauta. S. Exa. será atendida. Nos demais itens são de caráter terminativo nós, efetivamente, não temos quorum para deliberar. Se os Srs. Senadores não tiverem outra questão a levantar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, se V. Exª. me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Flávio Arns V. Exa. tem a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – No outro dia até nós estávamos discutindo com a Senadora Marisa Serrano e com outros Senadores a respeito

dos documentos, dos avisos, das auditorias, das sugestões que o Tribunal de Contas fornece para o Senado Federal e, particularmente, para esta Comissão onde esses documentos são avaliados. Eu acho que todos os avisos do Tribunal de Contas vêem para esta Comissão Fiscalização e Controle ou vão para outras comissões também?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Eles vêem sistematicamente para esta Comissão e ficam à disposição dos eminentes Srs. Senadores na secretaria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – E são relatados na seqüência por alguém também para pedir que vá para o arquivo caso as providências estejam sendo tomadas e, caso contrário, sugerir algum outro tipo de encaminhamento.

Eu penso, Sr. Presidente, com base nessas discussões que foram feitas que nós poderíamos nos deter bem mais, inclusive, a pedido em conversas informais com conselheiros do Tribunal de Contas da União para que esses relatórios sejam acompanhados, inclusive, mais de perto, com as previdências a serem tomadas, com encaminhamentos para o Executivo, para que este aspecto de fiscalização e controle do que acontece nas obras, enfim, como foi mencionado por V. Exª. na leitura, nos avisos, na leitura dos avisos para que nós possamos fazer um debate maior. Eu penso, inclusive que talvez a gente pudesse até sugerir, Senadora Marisa Serrano, que a gente fizesse algum tipo de encaminhamento de trabalho, tipo de trabalho que poderia ser feito em relação a esses relatórios, chamando, inclusive as pessoas do Tribunal de Contas para haver assim uma sintonia mais fina entre aquilo que o Tribunal de Contas, afinal, tem o corpo técnico lá, se debruça sobre essas questões todas que são fundamentais em termos de ética, de transparência, de aplicação correta de recursos para que a gente possa assim, inclusive subsidiar e dar a força, vamos dizer, maior para as conclusões do Tribunal de Contas nessas áreas todas.

Então eu sugeriria, Sr. Presidente, eu não sei assim, mas a gente poderia se debruçar, pelo menos, sobre isso e ver como esta sistemática poderia ser melhor avaliado, eu penso, porque ficou uma coisa muito burocrática, eu penso. O Tribunal de Contas tomou a decisão, a gente toma conhecimento e manda para o arquivo. Na maior parte das vezes, pelo menos, é assim. Mas que tipo de acompanhamento que vem sendo feito? O que é que de fato foi sugerido? Como é que essas questões todas acontecem em termos de encaminhamentos futuros? Então eu penso assim que um aprofundamento talvez fosse interessante em termos das dificuldades e é o que a sociedade vem exigindo. Porque, às vezes a gente é pego de surpresa, inclusive por uma noticia nos meios de cominação porque tais obras estão inconclusas, ou tais obras nem foram iniciadas, mas o Tribunal de Contas acompanha isso e nós temos que dar um apoio a esse trabalho que é fundamental do Tribunal de Contas da União. E a nossa Comissão é fiscalização e controles, tanto que apreciamos esses relatórios, esses avisos, esses documentos todos que vêem do Tribunal.

Então é só uma questão, Sr. Presidente, mas da gente pensar que tipo de encaminhamento, fruto de uma conversa que a gente pode ter posterior à reunião, analisarmos com a assessoria também o que é que pode ser feito para que haja, sim uma segurança maior nesse tipo de apreciação.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senadora Marisa Serrano com a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Eu queria cumprimentar aquilo que o Senador Flávio Arns colocou porque é uma preocupação nossa. Nós temos discutido muito como fazer para que o Senado tenha uma imagem efetiva de trabalho, de solução que a sociedade precisa. Quando eu ouvi ontem o Senador Tião Viana assumindo a Presidência desta Casa pelos próximos dias e ele propondo hoje aos líderes uma nova forma de trabalho da Casa, uma agenda positiva de trabalho, eu tinha discutido com o Senador Flávio Arns, como discuti com o Senador Cristovam em outros aspectos e outros Senadores como é que nós poderíamos ajudar a fazer com que essa Casa realmente tivesse mais produtividade, que a sociedade nos visse com outros olhos para que a gente pudesse atravessar esse momento que nós estamos passando aqui e o descrédito frente à sociedade brasileira. Levantamos vários pontos em vários setores. Mas nesta Comissão o que nós discutimos, o Senador Flávio, eu e outros companheiros era justamente isso, questões como essa absurda do TCU. E não é só um problema nosso, é um problema que os conselheiros estão levantando e questionando. Eu fui questionada, como o Senador Flávio Arns foi questionado e outros Senadores aqui o que é que nós estamos fazendo, qual é a atitude nossa frente aos relatórios. Porque foi analisado um relatório aqui, Sr. Presidente, e quando eu cheguei ele já tinha sido terminado a sua apreciação, em que o Tribunal de Contas fazia uma série de ressalvas e simplesmente nós mandamos para o arquivo, nem questionamos, nem perguntamos, nem procuramos saber para ajudar a sociedade a ter uma resposta das questões que o TCU levantou. Então isso

mostra, como disse um conselheiro para mim, parece que o TCU não existe para o Senado, que nós aqui não queremos nem saber da análise e dos projetos que o TCU está fazendo principalmente das verificações e dos acompanhamentos. E se essa Comissão é Comissão do Senado que deve a isso nós temos a obrigação de analisar com mais profundidade aquilo que o TCU tem enviado a esta Casa. Portanto, quero fazer coro às palavras do Senador Flávio Arns. Estou preparando e depois vou conversar com outros Senadores aqui para entregar a V. Exª. uma proposta de trabalho, talvez a gente pudesse discutir, como disse o Senador Flávio aqui, mas uma proposta exeqüível de trabalho em relação à fiscalização e controle para que a gente possa dar uma resposta não só ao TCU, mas a sociedade brasileira com o nosso trabalho.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V. Exª. a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC) – Muito obrigado, Presidente. Ainda sobre o assunto em tela, Presidente. Eu sei que funciona no âmbito do TCU um membro do Ministério Público Federal, o Dr. Lucas, inclusive muito cioso(F) das suas atribuições, por sinal. Mas a preocupação da Senadora Marisa é justa e requer de nossa parte iniciativa. Um relatório como esse que aponta irregularidades graves, inclusive, eu creio que sem prejuízo, inclusive, da atuação do membro do Ministério Público do Tribunal de Contas da União que devêssemos enviar cópia desses relatórios ao Ministério Público Federal para que examine a evidência de irregularidades por vezes até de crimes comedidos contra a administração pública, contra o erário público e adote as providências e as medidas que julgar cabíveis, assim eu creio que abrimos oportunidade, inclusive, Senadora Marisa de acompanharmos através da atuação do Ministério Público o desdobramento de registros feito pelo Tribunal de Contas que nos preocupa a todos, porque o arquivo, de fato, concordo com V. Exª., é a gente talvez até fechar os olhos para evidências tão graves e fatos tão preocupantes. Eu creio então que chamando o Ministério Público à colação, à atuação num caso como esse temos uma oportunidade adicional de continuamos acompanhando a questão até a apuração, o Ministério Público verificará se houver cometimento de crime de irregularidade grave cabe a ele, inclusive adotar as providências no sentido de oferecer denúncia ao Poder Judiciário. E assim eu creio que estaremos cumprindo com a nossa obrigação aqui também de fiscais do que se passa do âmbito da Administração Pública geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Eu compreendo que o tema suscitado ressalta a preocupação que tem os eminentes Srs. Senadores sobre esse trabalho importante que o TCU tem feito com relação a diversas ações, diversas obras no país inteiro. Na verdade, a competência da Comissão, realmente é limitada, é restrita, mas eu entendo que é importante que nós possamos, realmente verificar dentro dos limites das nossas atribuições quais as providências que nós temos que adotar, sobretudo, em relação àquelas que o TCU levanta e ressalta algumas irregularidades.

Eu queria também aproveitar para, quem sabe, provocar uma discussão entre os membros da Comissão. Pela Resolução nº 1 do ano passado, se não me engano, esta Comissão que já era grande tomou uma dimensão muito maior, nº 1 de 2005, ano atrasado(F) que nós passamos de Comissão de Fiscalização e Controle para Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Ora, ampliou-se bastante o espectro de responsabilidades e de atribuições da Comissão. Quem sabe se não seria...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Que não são conexas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Que não são conexas. Quem sabe se não seria de bom alvitre que, pelo menos, nós discutíssemos a possibilidade de setorizar essas atribuições, já que nós temos aqui 19, 17 membros, quem sabe se nós identificássemos por iniciativa dos Srs. Senadores, aqueles que se manifestassem a fim ou interessado em determinado segmento e nós distribuíssemos os grupos, grupo que cuida do meio ambiente, grupo que cuida da defesa do consumidor e o grupo que cuida na Comissão da questão relacionada à fiscalização e controle. Quem sabe assim nós poderíamos ter mais eficiências no nosso trabalho. Eu gostaria de deixar esse sugestão e essa proposta para discussão dos Srs. Senadores. Eu creio que essa amplitude, às vezes, nós todos envolvidos com todos esses temas tenhamos um pouco mais de dificuldade de ter um aprofundamento maior, um conhecimento mais amplo e uma participação mais ativa. É provável que se nós conseguíssemos distribuir nesse grupo aqui, ainda que não se constituíssem subcomissões, mas designasse os grupos encarregados de cada um dos objetos do escopo da Comissão. O grupo que cuidasse do meio ambiente, o grupo que cuidasse da fiscalização e controle e o grupo que cuidasse da questão relacionada à defesa do consumidor.

Tem V. Exª. a palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Acho muito oportuno, Presidente, até por nós estarmos tendo, con-

comitantemente, com esta reunião um debate com a FEBRABAN e a CNF onde está sendo discutido a cobrança das taxas e tarifas bancárias na Comissão de Assuntos Econômicos que, sem dúvida, pode e deve participar desse tema. Mas para mim, ao meu ver, isso tem mais a ver a com a Defesa do Consumidor, embora, lá esteja sendo bastante rico esse debate em função de não ter ficado feita apenas a discussão das tarifas bancárias, mas estendeu-se a informação de empréstimos consignados, mas sempre tem o custo do empréstimo consignado, a questão do novo mercado e o volume de recurso aplicado no financiamento imobiliário, mas sempre volta os custos do financiamento imobiliário. Então, eu acho que nós temos muito a discutir, até aproveito se V. Exª. permitir, para registrar que oportunamente estaremos nesta Comissão apresentando o relatório da viagem que foi feita da Subcomissão de Resíduo Sólido composto por três Senadores, com a minha presença, do Senador Flexa Ribeiro e do Senador César Borges à Alemanha onde verificamos todas as questões do resíduo sólido, mas que oportunamente nós estaremos apresentando aqui.

E voltando às tarifas, eu apresentei há vinte dias um requerimento ao Banco Central, porque no momento em que nós estamos discutindo a questão do CPMF que tem um custo de 0,38 e uma grande parcela, senão a maioria da parcela dos empresários e do povo brasileiro deseja que não haja a recriação da CPMF, existem tarifas bancárias como, por exemplo, cobrar cheques acima de 5 mil reais cobrar determinado percentual, tem banco que chega a 0,11%, ou seja, praticamente, 1/3 do valor da CPMF para o banco, não é compartilhada com o Governo Federal, não é dividida com os estados e com os municípios, não é aplicada em saúde, é receita para os bancos. Por isso nós pedimos as informações e tem muito a ver com o setor aqui da nossa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para verificar se isso, inclusive tem amparo legal, V. Exª. tem razão...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Exatamente. Então foi isso que eu pedi ao Banco Central que é tema dessa nossa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – V. Exª. lembrou bem essa questão relacionada ao crédito consignado que não é uma questão nova, mas tomou uma dimensão muito grande de pouco tempo para cá, esse crédito consignado tem sido objeto de muita discussão, levantando aspectos positivos e aspectos negativos, mas que seria talvez importante que esta Comissão pudesse talvez fazer um estudo aprofundado sobre os resultados e sobre a prática. Também V. Exª. coloca com muita propriedade a questão de cobrança de taxas e tarifas que as instituições financeiras têm aplicado, e como V. Exª. comentou nem sempre se supõe com amparo legal. Eu acho que seria importante que esta Comissão adotasse uma providência com relação a essa investigação. Vamos aguardar o relatório que V. Exª. propôs e, quem sabe, aprofundar no exame, no estudo e na discussão desta Comissão.

Senador Flávio Arns, com relação aos avisos do TCU, voltando um pouquinho ao assunto que V. Exª. suscitou, via de regra, são distribuídos aos eminentes Senadores que examinam, que analisam e fazem o seu relatório, julgando quando assim entendem conveniente encaminhar o arquivo. É prerrogativa do Senador ao examinar se entender que as irregularidades saltam aos olhos e precisa ser aprofundada a investigação pode ser criada pela Comissão uma proposta de fiscalização e controle. Nós podemos fazer isso, é de competência da Comissão. Então é importante que nós estejamos atento aos relatórios dos Srs. Senadores que quando mencionarem algum fato levantado pelo Tribunal de Contas da União que justifique um aprofundamento da investigação também por parte desta Comissão nós possamos fazê-lo desde que seja apresentado um requerimento de criação de uma proposta de transformação em proposta de fiscalização e controle.

A Mesa informa aos eminentes Senadores que deve ser reaberto o prazo para apresentação de emendas ao PPA até a próxima quinta-feira para decisão na próxima reunião da CMA. Então, o mais correto seria na próxima terça-feira, a eventual sugestão para apresentação de emendas ao PPA.

Bem, eu estou apresentando à Mesa o requerimento para realização de Audiência Pública relativa ao tema apresentado aqui pelo Dr. Braga da ANA que é sobre gestão de recursos hídricos com vistas a instruir o seminário internacional a esse respeito. Eu gostaria de submeter ao plenário à aprovação desse requerimento. O Senador Flexa que chegou agora não teve a oportunidade de ouvir o relato feito pelo Diretor da ANA, quando nos informou, veio pessoalmente trazer a extensão de um convite que a ANA recebeu de um seminário internacional que será realizado em 2009 em Istambul para discutir um tema muito atual que é a questão relacionada à gestão de recursos hídricos, notadamente em decorrência das fortes alterações climáticas que o planeta está experimentando e que tem muito a ver com os recursos hídricos e seria importante que o Brasil que detêm um volume expressivo de recursos hídricos participasse desse seminário e a ANA que é o órgão do estado brasileiro que cuida da gestão desses recursos hídricos resolveu estender o convite à Comissão do Meio Ambiente do Senado Fe-

deral e nós estamos apresentando um requerimento para uma proposta para realização de uma Audiência Pública com vistas a formar subsídios para instrumentalizar aqueles que representarão esta Comissão e a ANA junto a esse fórum internacional. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Para discutir, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Para discutir. V. Exa. tem a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, eu acho muito oportuno esse debate nesta Comissão até porque, além, das necessidades que o Brasil tem se em algumas regiões nós podemos ter um volume de água, vamos dizer, suficiente pela extensão do nosso país, nós temos regiões que são bastante deficitárias nessa questão de água. E eu tenho uma consciência que nós estamos muito atrasados no debate da discussão do gerenciamento das águas no país, a prova é o conflito ainda hoje que se faz da discussão se deve ou não fazer a transposição do rio São Francisco para uma região como o Mordeste com a prioridade do abastecimento para matar a sede das pessoas que lá moram. Então eu acho que é fundamental nós nos inteirarmos dessa discussão, aprofundarmos esse debate para que nós possamos, nessa Audiência Pública quando vir definir os nomes ter representantes de várias regiões do país e, em particular, do Comitê de Gestão da Bacia do Rio São Francisco que está debatendo o tema da transposição que, sem dúvida, não é só uma obra de engenharia, mas principalmente precisará ter muita responsabilidade no futuro gerenciamento dessas águas que serão transpostas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Obrigado pelas considerações Senador Cícero Lucena. Tenho a honra da conceder a palavra ao eminente Senador da região de abundâncias dos recursos hídricos, Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – A nossa região, não é Senador Leomar Quintanilha, eu quero primeiro parabenizar V. Exª. pela proposta do requerimento da Audiência Pública. Acho que devemos aprofundar a discussão, acho que a questão dos recursos hídricos é de fundamental importância em nível global porque no futuro próximo e acredito, não muito distante, a água potável será, sem sombra de dúvida, um bem de valor inestimável, incomensurável porque ela cada vez mais se torna escassa no mundo, e nós temos no Brasil, na região amazônica a maior reserva de água potável do planeta. Então, isso também entre outras riquezas nossas é, sem sombra de dúvida, um motivo, eu não diria cobiça, mas eu diria de uma atenção especial do resto do mundo para esta reserva que o Brasil, através da Amazônia detêm. Como disse aqui o nobre Senador Cícero Lucena, nós temos regiões como a do Nordeste que tem escassez de água potável que a população sofre pela falta desta, talvez, mais importante parte da sobrevivência humana que é a água. Então nós temos e o requerimento de V. Exª. vai nos permitir que esta Comissão através da Audiência Pública possa discutir o assunto preparando, evidentemente, os seus membros para esse encontro que haverá no ano de 2009. E assim como o Senador Cícero Lucena propõe a presença de um representante do Nordeste, mais especificamente da transposição do rio São Francisco. Acho que na Audiência Pública a Amazônia também deverá ter um representante para que a gente possa discutir as nossas reservas e como tratá-la adequadamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Eu sugeriria ao eminente Senador Flexa Ribeiro que tivesse a iniciativa de indicar um representante da sua região, como ao Senador Cícero Lucena que o fizesse da região Nordeste.

Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Os nossos itens da pauta são de caráter terminativo, não temos quorum suficiente.

Agradecendo a participação dos eminentes Senadores.

Declaro encerrada a presente sessão.

(Sessão encerrada às 12h29.)

Ata da 30ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 23 de outubro de 2007, às 11:30 horas.

Às doze horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, FÁTIMA CLEIDE, VALDIR RAUPP, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, JEFFERSON PÉRES, FLÁVIO ARNS, SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, ROMERO JUCÁ, GERALDO MESQUITA, RAIMUNDO COLOMBO, LÚCIA VÂNIA** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais

Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da primeira parte da pauta, destinada à discussão e votação das emendas da Comissão ao Plano Plurianual (PPA) para o período 2008/2011. Foram aprovadas: **EMENDA Nº 01-CMA** - Ementa: Aqüífero Guarani – Ministério do Meio Ambiente. Ação: 10TQ - Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais. Valor proposto total: R$ 38.614.000. **Autor:** Senador **FLÁVIO ARNS. EMENDA Nº 02-CMA** - Ementa: Combate à Desertificação do Meio Ambiente. Ação: 8906 - Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação. Valor proposto total: R$ 44.500.000. **Autora:** Senadora **FÁTIMA CLEIDE**. **EMENDA Nº 03-CMA** - Ementa: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos - FNMA. Ação: 2B07 - Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade (PROBIO I e II). Valor proposto total: R$ 211.965.914. **Autor:** Senador **ROMERO JUCÁ. EMENDA Nº 04-CMA** – Ementa: Fomento a projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas. Ação: Nova – Fomento a projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas. Valor proposto total: R$ 10.000.000. **Autor:** Senador **VALTER PEREIRA. EMENDA Nº 05-CMA** - Ementa: Recuperação e Preservação da Bacia dos Rios Tocantins/Araguaia. Ação: 101Q – Recuperação e Preservação da Bacia dos Rios Tocantins/Araguaia. Valor: R$ 1.671.377. **Autor:** Senador **FLEXA RIBEIRO.** Em seguida, o Senhor Presidente, Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** adia a segunda parte da pauta**. Item 01) REQUERIMENTO Nº , DE 2007 - NÃO TERMINATIVO** que "nos termos regimentais, requer seja realizada nesta Comissão audiência pública para tratar sobre a criação do Parque Nacional dos Campos Amazônicos pelo Decreto s/nº de 21 de junho de 2006, e os problemas causados as 186 famílias de agricultores que residem na área desde o ano 2003, com os seguintes convidados: Dr. Bazileu Alves Margarido Neto, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) e o Sr. Albertino Marques da Silva, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Machadinho do Oeste". **Autoria:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR. Resultado: Adiado. Item 02) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO** que "dispõe sobre o uso da palavra 'cancerígeno' em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco". **Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO. Relator:** Senador **CÉSAR BORGES. Parecer:** Pela rejeição do projeto. Obs: matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado: Adiado. Item 03) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2006 – TERMINATIVO,** que "acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores". **Autoria:** Senadora **MARIA DO CARMO ALVES. Relator:** Senador **INÁCIO ARRUDA. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado.** Obs: foi apresentado, pelo Senador **EDISON LOBÃO**, voto em separado pela rejeição da matéria. **Item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para acrescentar nova proteção contratual ao consumidor e considerar como prática abusiva cláusulas contratuais contrárias ao justo equilíbrio entre fornecedor e consumidor". **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**. **Relator:** Senador **SIBÁ MACHADO. Parecer:** Pela aprovação do projeto, com as Emendas que apresenta. **Resultado: Adiado.** Obs: serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o Projeto e a segunda para as Emendas. **Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO** que "acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça". **Autoria:** Senador **GERALDO MESQUITA. Relator:** Senador **RAIMUNDO COLOMBO. Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Adiado. Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007- TERMINATIVO** que "acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências". **Autoria:** Senadora **LÚCIA VÂNIA**. **Relator:** Senador **FLÁVIO ARNS. Parecer:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado: Adiado**. Obs: serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o Projeto e a segunda para a Emenda. **Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2007 – TERMINATI-**

VO que "revoga o inciso XII do art. 39 e acrescenta os arts. 47-A e 47-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estipular multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, na omissão do contrato". **Autoria:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR. Relator:** Senador **CÍCERO LUCENA. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. EXTRA-PAUTA,** é deliberado o **REQUERIMENTO Nº 40, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO** que "requer, nos termos do art. 93, I, que seja convidado para ser ouvido em audiência pública nesta Comissão, o AFCE Ricardo Eustáquio, servidor do TCU, com vistas a apresentar os resultados de seu trabalho sobre os efeitos ambientais da hidrelétrica de lajeado". **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Resultado: Aprovado**. Usa da palavra o Senhor Senador **FLÁVIO ARNS.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB -TO) – Havendo número regimental declaro aberta a 30ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que tiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós temos na pauta a discussão das Emendas ao PPA apresentadas por diversos Srs. Senadores. Eu elencaria aqui, para conhecimento dos Senadores, as Ementas das Emendas apresentadas. A primeira, de autoria do Senador Flávio Arns. No programa de conversação de bacias hidrográficas ele pretende implementar gestão integrada de águas subterrâneas e superficiais, com relação à proteção do aqüífero Guarani, junto ao Ministério do Meio Ambiente. A Senadora Fátima Cleide, apresenta uma proposta de combate à desertificação. No âmbito do Ministério do Meio Ambiente, entendo ser uma Emenda muito adequada. Eu gostaria de comentar com a Senadora Fátima Cleide, que ela apresentou mais de uma proposta. Eu tive a ousadia de selecionar uma, e gostaria de saber da concordância da eminente Senadora. Entendo que o combate da desertificação é realmente um programa muito significativo, muito importante, que nós temos que nos dedicar a ele, já que um terço das áreas antropisadas no Brasil já estão com esses sintomas fortes de desertificação. Se a Senadora Fátima Cleide, para que nós possamos dar um aproveitamento melhor às propostas apresentadas pelos diversos Srs. Senadores, nós teríamos que acolher apenas uma Emenda da Senadora Fátima Cleide, e eu entendo essa de desertificação, a mais importante, salvo melhor juiz da eminente Senadora.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Com a concordância da autora, e agradecer desde já a sensibilidade de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB -TO) – Muito obrigado. Nós temos do Senador Valter Pereira uma Emenda no sentido de promover o fomento a projeto de recuperação e conservação de bacias hidrográficas. Do Senador Romero Jucá, a conservação e uso sustentável da biodiversidade dos recursos genéticos. E do Senador Flexa Ribeiro, a recuperação e preservação das bacias dos rios Tocantins e Araguaia. Creio que são Emendas do maior relevo, altamente significativas e totalmente pertinentes às atribuições desta Comissão. Nós excluímos outras também importantes, mas em razão do número restrito de Emendas que nós podemos aproveitar, essas seriam as Emendas que nós apresentaríamos em nome desta Comissão. Se alguém quiser discutir a respeito, quiser sustentar, Senador Flávio Arns, se quiser falar sobre o aqüífero Guarani, que defende, fica a V.Exª à vontade. Tem V.Exª a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, eu concordo com abordagem de V.Exª, eu tenho certeza que todos as Emendas que não foram objeto de apreciação, também são importantes, em relação ao aqüífero Guarani, essencialmente eu diria que é uma riqueza que o Brasil possui, em termos, inclusive, de fornecimento de captação da maior riqueza que vai ser no futuro uma das maiores, pelo menos que a água. Inclusive, o município de Ribeirão Preto, por exemplo, em São Paulo, é totalmente abastecido pelo aqüífero Guarani. E é a implementação proba-se as conservação de bacias hidrográficas, que é algo fundamental no Brasil e o aqüífero Guarani, com uma ênfase importante, sendo assim algo essencial para o país. Eu considero esta Emenda importante, bem como as demais também fundamentais, e da mesma forma como eu ressaltei, inclusive, aquelas que não foram assim beneficiadas com uma Emenda, mas que possam ser objeto de debate e discussão no futuro, dentro dessa Comissão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB -TO) – Obrigado, Senador Flávio Arns. Senadora Fátima Cleide, gostaria de comentar

sobre a Emenda que a V.Exª apresentou? Tem a V.Exª a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO) – Não, eu estou contemplada. Eu só queria nessa oportunidade, porque tentei falar com V.Exª duas vezes hoje e não consegui, parabenizá-lo pelo aniversário.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB -TO) – Muito obrigado. Muito obrigado fico feliz com a manifestação de V.Exª .

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Parabéns, me desculpe V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB -TO) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não estava atento a esse aspecto, mas saúde, paz, felicidade para a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB -TO) – As pessoas que dobram o Cabo da Boa Esperança normalmente não costumam, não costumam estar festejando. Mas eu tenho que reconhecer, primeiro, essa manifestação espontânea dos mais diversos amigos que tive oportunidade de amealhar ao longo da minha vida. E reconhecer que Deus tem sido muito generoso comigo, me permitindo alcançar o inimaginável para mim, me permitindo viver o que eu não pensava viver, alcançar o que eu não imaginava alcançar. E ter a oportunidade de privar, de companhias tão ricas, tão interessantes, tão importantes como as que eu tenho convivido aqui nesta Comissão, e nesta Casa. Continua em discussão a apresentação das Emendas. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada.

Creio que está Comissão estará apresentando Emendas ao PPA, Emendas bastante importante, bastante significativas. Nós temos, as nossas matérias são todas terminativas. E visivelmente nós não teremos condições de deliberar sobre elas. Mas gostaria de apresentar um requerimento extrapauta, e contar com a anuência de V.Exas. para que nós possamos convidar em Audiência Pública e ouvirmos nesta Comissão, a manifestação do Dr. Ricardo Eustáquio, servidor do Tribunal de Contas da União, que ficou encarregado de fazer um estudo, uma apreciação sobre os efeitos ambientais da construção da usina hidroelétrica do Lajeado, do Estado do Tocantins. Seguramente é a obra mais importante que o estado tem, e ela deixou as suas conseqüências de natureza social, econômica, e ambiental. E o técnico do Tribunal de Contas, encarregado desses estudos, dessa matéria, é esse Dr. Ricardo, e eu gostaria que ele viesse, aceitasse esse convite que estamos formulando para que nesta Comissão pudesse expender as suas opiniões a respeito. Então eu gostaria, é esse o Requerimento que faço, gostaria de submeter a apreciação dos membros dessa Comissão, o acolhimento seu, extrapauta e a sua aprovação. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada. Não havendo mais nada a tratar, agradecendo a presença dos Srs. Senadores, está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 12h55.)

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Ata da 5ª Reunião da Subcomissão Temporária Sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 15 de agosto de 2007, às 14:00 horas.

Às quatorze horas e cinqüenta e sete minutos do dia quinze de agosto do ano de dois mil e sete, na sala nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador CÍCERO LUCENA, reúne-se a Subcomissão Temporária para a discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, com a presença dos Senhores Senadores SERYS SLHESSARENKO, WELLINGTON SALGADO, INÁCIO ARRUDA e FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Presente, também, o Senhor Senador LEOMAR QUINTANILHA, não pertencente à Subcomissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA, em atendimento ao Requerimento nº 01/2007-CMAGRS, de autoria do Senador CÍCERO LUCENA, "com a finalidade de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados 'lixões' e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotados pelos entes públicos e privados". Comparecem os seguintes convidados: Rodrigo Dias, Técnico de Assuntos Ambientais da Confederação Nacional de Municípios - CNM; André Teixeira de Vilhena, Diretor Executivo do Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE e Márcia Abadia Martins, Presidente da Cooperativa Granja Julieta. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senhor Senador FLEXA RIBEIRO. EXTRA-PAUTA, é aprovado o REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007–CMAGRS, que requer "a participação

da Subcomissão de Resíduos Sólidos, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle na realização do 3º Seminário de Resíduos – Recicle CEMPRE (Compromisso empresarial para Reciclagem), marcado para o dia 24 de outubro, em que completa 15 anos de atividades em prol da melhoria do gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil, com ênfase na coleta seletiva e reciclagem do lixo urbano, que alia benefícios ambientais e sociais, tornando-se referência em nível internacional", bem como "a visita técnica a fábrica da BS Colway Pneus Remoldados e ao IBS – Instituto BS Colway Social, marcada para o dia 13 de setembro, responsável por diversos programas sociais". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Cícero Lucena,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Havendo número regimental declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Temporária para discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiveram de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se a uma Audiência Pública no âmbito dessa Subcomissão para que nós possamos discutir os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados lixões e apresentar propostas para a solução desses problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotados pelos entes públicos e privados com os seguintes convidados: Sr. Rodrigo Dias, técnico de assuntos ambientais da Confederação Nacional dos Municípios; Dr. André Teixeira de Vilhena, Diretor Executivo do Compromisso Empresarial pela Reciclagem, CEMPRE, e Srª. Márcia Abadia Martins, Presidente da Cooperativa Granja Julieta.

Passo a palavra inicialmente ao Sr. Rodrigo Dias representando a Confederação Nacional os Municípios, com o tempo de 15 minutos para sua explanação, podendo ser prorrogado, se assim for necessário.

SR. RODRIGO DIAS – Senador Cícero Lucena, em seu nome eu quero cumprimentar a também Senadora Serys Slhessarenko e, em nome de V. Exªs., cumprimentar a todos os participantes desta Audiência Pública.

É uma satisfação para a Confederação Nacional dos Municípios estar aqui, ser parceira da Comissão que busca soluções para essa questão do lixo, tão importantes no dia-a-dia das nossas cidades.

Eu trago em nome do Presidente da Confederação, Presidente Paulo Ziulkoski o cumprimento e a saudação municipalista ao senhor, a Senadora Serys Slhessarenko e a todos os participantes. Dizer que a CNM hoje é uma entidade que representa os 5562 Municípios Brasileiros, aqui em Brasília, trazendo os pleitos desses municípios, junto ao Congresso, junto ao Poder Executivo da União e faz esse trabalho com uma sede aqui em Brasília. Desses 5562 municípios, perto de treze mil são filiados da Confederação e pagam mensalmente uma contribuição para ter além da representação política, algo mais, que são as ações voltadas ao fortalecimento da gestão local, nas mais variadas áreas, entre elas, a ambiental.

No início deste ano, por determinação do Presidente Paulo Ziulkoski foi criada uma área técnica dentro da entidade para auxiliar os municípios na área ambiental, primeiro para chegar ao diagnóstico da situação, foi feito um levantamento com os nossos Prefeitos, na última marcha Brasil, qual era a grande dificuldade ambiental no dia-a-dia das prefeituras e também ouvimos as comunidades sobre esse assunto e chegou à conclusão de que um dos graves problemas da área ambiental, hoje, nas nossas cidades, é a falta de continuidade das ações administrativas na área ambiental, por vez, eu tenho um gestor público que é mais sensível às causas ambientais, desenvolve uma série de projetos durante a sua gestão, mas o que sucede não acredita nisso, tem uma outra postura e, enfim, por vezes, param ações ambientais tais naquela cidade naquele ente local.

A CNM preocupada com esse falta de continuidade criou um programa de gestão ambiental municipal, voltado justamente a garantir a continuidade dessas ações administrativas e como fazer isso? Através da institucionalização da questão ambiental no Município, ajudando o Município a desenvolver um sistema Municipal de Meio Ambiente, que esse é uma carência das nossas cidades, por vezes, as cidades tem Conselho Municipal, mas ele não é ativo, não trabalha, algumas tem Fundo, mas esse Fundo não se presta às suas finalidades, não tem uma Secretaria constituída ou um órgão administrativo para tratar das questões ambientais.

A CNM criou esse programa de gestão voltada a institucionalizar a questão ambiental do Município, a partir da capacitação dos agentes públicos, auxiliando eles a criar um sistema Municipal, aonde tenha um Conselho Municipal de Meio Ambiente atuante, um

Fundo Municipal pronto para receber recurso, para desenvolver projetos, uma legislação própria que trate da questão do licenciamento ambiental de impacto local, por exemplo, que é uma necessidade das prefeituras assumirem no nosso País, isso porque, tem competência para fazer o licenciamento das atividades de impacto local, a CNM criou este programa com esse intuito e começamos a desenvolver, esse ano, essas ações para as mãos dos Municípios. Evidentemente que, acreditamos que, com essa estrutura administrativa, que garante a continuidade das ações, fica muito mais simples desenvolver projetos, garantir a continuidade do projeto, inclusive, projetos que envolvam a questão do lixo, do gerenciamento de resíduos sólidos. Por isso, que a nossa primeira preocupação foi, como eu comentava, constituir esse sistema Municipal e, a partir disso, fazer um diagnóstico dos problemas, outros problemas envolvendo a questão ambiental. Um deles, sem dúvida, é o lixo.

Por isso, que a CNM constituiu uma área técnica que está fazendo um levantamento sobre as dificuldades dos Prefeitos, os anseios das comunidades locais, a respeito da questão lixo.

A gente sabe que, hoje, isso tem uma dimensão social, ambiental, econômica, é um problema que envolve multidisciplinar, que envolve uma abordagem multidisciplinar, a CNM se preocupou em fazer um diagnóstico e chegar, a partir disso, a uma proposta para apresentar à Comissão e quer ser parceira da Comissão para desenvolver ações nesse sentido, nesse programa central do lixo.

Um assunto que o Senador Cícero, quando foi Prefeito de João Pessoa desenvolveu muito bem lá ações na área de Educação Ambiental, nos mostrava um material aqui, agora a pouco, uma das grandes preocupações também da CNM é a questão da Educação Ambiental, que está também dentro do nosso programa de gestão.

Senador eu trago a palavra do Presidente Paulo, colocando a CNM, hoje, com a sua representação, seu peso político, a sua atuação técnica, totalmente a disposição do Senado e dessa Comissão, para desenvolver ações nesse sentido.

As propostas mais concretas que são os objetivos da reunião, apresentar parâmetros, metodologias, obrigações, isso nós estamos desenvolvendo lá com a área técnica, como eu disse, pesquisando isso para chegar a uma proposta que atenda aos anseios da nossa comunidade e dos Prefeitos. E vamos, assim que tivermos isso concluído, acredito que num prazo bastante curto, que já vem sendo desenvolvido esse trabalho lá dentro, poder trazer aqui à Comissão os resultados desse trabalho.

Outra coisa que eu trago como preocupação dos gestores municipais, conversávamos antes também sobre esse assunto, é muitas vezes, um pensamento que se tem macro de que legislar sobre determinado assunto vai ser a melhor solução para resolver os problemas, nós temos nessa questão de resíduo e mais mesmo na questão ambiental, uma abundância da legislação já, nós precisamos partir para um trabalho mais ativo da fiscalização, então, das entidades para saber se elas estão atuando ou não no cumprimento dessa Legislação que já existe e menos na produção de normas, porque isso na área ambiental há em abundância no País e a questão do lixo, como é uma questão que trata, tem muito aspecto local, mesma peculiaridade local, sem dúvida uma preocupação da CNM, da Confederação, que representa os municípios é que uma legislação de política nacional, que pode fazer uma política nacional, mas que tenha o cuidado de não entrar no detalhamento das questões locais, porque nós estaríamos dentro de uma situação de invasão da esfera de competência municipal autônoma, para deliberar sobre os assuntos de interesse local, que é a questão da coleta seletiva de resíduo do lixo.

Uma preocupação que a gente tem, como entidade também, é de garantir que essa esfera de competência do ente seja preservada e que a legislação de política nacional se preocupe em estabelecer diretrizes gerais, mas que não entre em grande particulares porque isso vai tornar essa própria norma ineficaz no futuro por conta das inconstitucionalidades, enfim, que ela possa ter. Essa é uma preocupação que gente tem e gostaria de acompanhar de perto e estamos à disposição da Comissão para isso.

E outra questão também, Senador, é o fato de que as prefeituras hoje, o Município e a Prefeitura, o Prefeito é a face de poder mais próxima do cidadão, o Prefeito quando vai ao supermercado, quando vai a banco, o cidadão o pega pelo braço e diz: “Prefeito eu estou com um problema na minha rua; Eu estou com um problema na iluminação pública em frente a minha casa”. Ele é a face do poder mais próxima do cidadão e recebe ali os anseios do cidadão em todas as áreas, algumas coisas que são de sua competência, outras não.

O Prefeito recebe reclamação sobre segurança pública todo dia e, nem por isso, tem competência para atuar mais definitivamente na questão da segurança. Uma preocupação da CNM é justamente, cada vez mais existe uma delegação de competência, enfim, uma passando atribuições ao Município e não ter recursos correspondentes para que o gestor lá da ponta, possa tocar essas atividades, muitas vezes, nós temos

uma abundância de legislação passando atribuição aos municípios, mas e os recursos para fazer isso?

Essa é grande luta do Presidente Paulo que a gente pense na República, essa República Federativa que tem esses entes autônomos e que eles formem a República, ou seja, a União, os Estados membros e o Município, possam atuar num regime de necessária colaboração, mas nunca de sobreposição, ou o pensamento de que o gestor local é irresponsável, o gestor local é ineficiente. Nós temos 5.563 gestores locais, vamos ter problemas evidentemente, mas tenho certeza que esse gestor que está na ponta do sistema, que encontra o cidadão no dia-a-dia, tem muito mais condições de responder aos anseios do cidadão, mas precisa de estrutura para fazer isso, precisa de recurso, às vezes, falta também ao gestor local à informação, a capacitação e uma Instituição como a CNM se propõe a suprir isso também. Lutar, evidentemente, pelas prerrogativas do Município, por assegurar sua competência, mas levando informação para que ele atue cada vez mais e melhor com eficiência na gestão. Essa é a palavra que eu trago do Presidente Paulo e dizer que estamos desenvolvendo um trabalho para chegar a uma proposta mais concreta de parâmetros e metodologias para essa questão do lixo, dizer que Confederação está à disposição da Comissão para todo o trabalho na questão ambiental, que é de total interesse da Confederação estar disposta a auxiliar os trabalhos da Comissão, Senador. Seria essa a minha intervenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Muito obrigado ao Dr. Rodrigo Dias, representante da CNM e, dando continuidade, passamos a palavra ao Sr. André Teixeira de Vilhena, representando a CEMPRE, que é o grupo Executivo Empresarial de Reciclagem.

SR. ANDRÉ TEIXEIRA DE VILHENA – Excelentíssimo Senador Cícero Lucena, Presidente da Subcomissão temporária sob o gerenciamento de Resíduo Sólido, Senadora Serys Slhessarenko, em nome do CEMPRE nós agradecemos o convite para participar dessa Audiência Pública aqui no Senado. Nós vamos falar hoje um pouquinho do cenário brasileiro da coleta seletiva de reciclagem e, também, o que as empresas, através do CEMPRE, tem feito para colaborar com essa questão da reciclagem, especialmente no âmbito do pós-consumo, o resíduo sólido urbano. O CEMPRE é uma associação sem fins lucrativos e, hoje, as empresas que mantém o CEMPRE, juntas, elas têm o faturamento em torno de cem bilhões de reais por ano.

Os primeiros *slides* falam sobre o que é o CEMPRE é uma associação privada, sem fins lucrativos, foi fundada em 1912, esse ano estamos completando 15 anos de atividades no País voltado para pesquisa e difusão de informações com relação à questão da coleta seletiva e da reciclagem especialmente. O CEMPRE tem trabalho também focado na questão de fechamento dos lixões, substituição por aterros sanitários. Podemos passar.

A missão do CEMPRE é a promoção do gerenciamento integrada do lixo sólido Municipal, a coleta atendendo a 100% da população, a coleta seletiva, a reciclagem e a disposição final adequada. A promoção da reciclagem pós-consumo e a difusão da Educação Ambiental com foco nos três "R": Reduzir, reutilizar e reciclar. As empresas que se reuniram e montaram o CEMPRE elas são empresas que têm uma visão próativa com relação ao que acontece no pós-consumo, além de cumprirem com a legislação pertinente, elas tem uma preocupação de fazer algo mais, e esse algo mais, é ajudar o País a desenvolver o setor de reciclagem.

Essas são as empresas que mantêm o CEMPRE, tem também nesse folder, que está sendo distribuído. Nós temos empresas dos mais diversos setores, setor de bebidas, alimentos, cosméticos, papel e celulose, embalagens, o setor de varejo e isso confere, enriquece muito o trabalho da instituição, em função desse caráter que nós temos, entre aspas, de ecumenicidade, são vários os segmentos trabalhando conjuntamente.

Nós vamos falar um pouquinho sobre como está a coleta seletiva no Brasil. Nos últimos dez anos, nós avançamos bastantes e vocês vão ver que hoje o Brasil é, inclusive, uma referência para países em desenvolvimento, na reciclagem de vários materiais. Nós temos hoje coleta seletiva no Brasil acontecendo no plano porta a porta, que é a Prefeitura, que passa coletando e separando basicamente secos e úmidos, quem mora em Curitiba, em Porto Alegre e, agora aqui Brasília está voltando, está familiarizado com esse sistema. Nós temos também as coletas voluntárias, locais onde as pessoas levam voluntariamente o material seco, plástico, papel, vidro, metal e, depois, ele é encaminhado para centros de triagens.

Nós temos o trabalho do catador autônomo e o cooperativado e, depois, mais para frente nós vamos falar um pouco mais sobre a importância das cooperativas e já adiantamos que, hoje, o Brasil tem elevados índices de reciclagem para vários materiais, graças ao trabalho que é feito pelos catadores e depois a Márcia vai poder dar um testemunho mais específico. Temos a coleta feita por sucateiros e é muito comum, principalmente nos grandes centros, e alguns outros projetos que, por exemplo, no âmbito empresarial.

Podemos passar. Aqui a gente tem, por exemplo, a coleta porto a porta, que é um modelo que deu certo no Brasil, normalmente conduzido pela Prefeitura, sozinha ou em parceria com cooperativas de catadores, por exemplo, Londrina, no Paraná, tem um sistema interessante de parceria com cooperativas de catadores, que em determinadas regiões da cidade ela mesma faz a coleta, porta a porta, com caminhões cedidos ou pela Prefeitura ou pela iniciativa privada. Está o exemplo clássico no Brasil de coleta de secos, porta a porta.

Aqui temos um exemplo de sistema de coletas voluntárias, do lado esquerdo, exemplo de sistemas municipais, algumas prefeituras como é a caso de Niterói, já introduziram esse sistema, parece muito com aquele sistema *drive thru* de cadeias de lanchonetes, as pessoas no caminho para o trabalho, para o lazer, elas param nesses pontos de entrega voluntária e colocam o material reciclável a disposição depois para a coleta, incluindo os resíduos chamados perigosos que nós temos no âmbito urbano, como por exemplo, lâmpada fluorescente, baterias.

Ali nós temos, à direita, um exemplo de uma rede de varejo que também faz um programa abrangente de coleta voluntária. As pessoas quando vão fazer as compras, elas levam o material reciclável, esse material depois é encaminhado para cooperativa de catadores. Como nós falamos, o catador hoje, ele é a figura protagonista desse avanço da coleta coletiva e de reciclagem no Brasil e, aqui, nós podemos ver alguns exemplos de cooperativas, nós podemos notar que é um trabalho mão-de-obra intensiva, gera grande quantidade de postos de trabalho e o coração para o funcionamento em escala econômica dessas cooperativas é a prensa hidráulica. Alguns números sobre os catadores.

Hoje, segundo a Cáritas, a Pastoral de Rua e o Movimento Nacional dos Catadores existem cerca de 800 mil catadores nas ruas, trabalhando e, infelizmente, nas cooperativas ainda são entre 20 e 25 mil, que é um número pequeno ainda. Na cooperativa, o catador tem melhores condições de trabalho e, inclusive, melhor oportunidade de renda também, em muitos casos, mas infelizmente, a maioria ainda trabalha de forma autônoma.

Nós temos no CEMPRE mais de 500 cooperativas ou associações de catadores cadastrados, portanto, é um segmento já consolidado e importante no País. Aqui, uma relação de investimentos por parte do poder Municipal, em relação a postos de trabalhos gerados, no caso das cooperativas, a gente vê uma relação bastante favorável de dois mil e 500 reais investidos para cada posto de trabalho gerado, para uma renda média de um salário-mínimo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e nas regiões Sudeste e Sul uma média de um ponto cinco salário-mínimo, ganha o catador.

Alguns casos comuns, eu não sei no caso da Cooperativa da Márcia, ela pode falar depois, mas há casos de catadores que ganham mil e quinhentos, dois mil e quinhentos, até três mil reais por mês, trabalhando na coleta seletiva, mas não é regra geral, a média está em um salário-mínimo e um salário-mínimo e meio.

Aqui entra uma boa parte dos trabalhos do CEMPRE, das empresas que mantêm o CEMPRE, empresas que têm uma visão pró-ativa com relação à questão da reciclagem e que entendem que tem a sua responsabilidade pós-consumo, com o que acontece ponto para fora do muro das empresas, e o modelo que nós elegemos no Brasil para trabalhar é o modelo, que chamado, conhecido mundialmente como *triple bottom line*, é o tripé da sustentabilidade econômico ambiental e social.

No caso brasileiro, o componente social é muito forte, por exemplo, se comparamos com um País como a Alemanha, a questão social aqui ela tem um componente mais importante do que em um País como a Alemanha, o trabalho, boa parte do nosso trabalho é focada no apoio ao desenvolvimento dessas cooperativas é na melhoria do ponto de vista de capacitação, de gestão e de aparelhamento. Hoje nós já temos, felizmente, também fontes de financiamento e crédito para essa cooperativa com razoável aporte.

Quer dizer razoável não, aporte muito bom, exemplo a linha do BNDES que foi criada e algumas cooperativas já estão sendo, inclusive, gerenciadas com esse recurso é um recurso a fundo perdido que veio a partir de um Decreto Presidencial do ano passado.

Existem outras fontes também como Banco do Brasil, tanto a fundo perdido, quanto de outras formas. A gente trabalha a questão da capacitação das cooperativas e como eu falei o aparelhamento, as cooperativas precisam da prensa, precisam da balança, precisam dos EPIs para trabalhar com segurança, proteção e também evitar a questão do trabalho infantil e essas distorções que possam acontecer. É muito importante dar condições para que a cooperativa seja auto-sustentável e trabalhe em condições técnicas ideais.

Alguns exemplos das atividades que nós desenvolvemos aqui fazem parte do projeto do CEMPRE, de apoio a cooperativas na parte da capacitação. Nós damos palestras, fazemos visita, levamos umas cooperativas para conhecer uma outra, que é um caso de sucesso, promovemos a interatividade entre essas pessoas e, com isso, o modelo vai sendo sedimentando, vai se fortalecendo em todo o País.

Aqui, exemplo de visita técnica que fazemos com as cooperativas, os catadores, para conhecer, por exemplo, as indústrias de reciclagens. Muitos não conhecem, nunca tiveram acesso à indústria recicladora e quando passam a ter o contato, tem oportunidade, inclusive, de melhorar a questão da venda do material reciclável, auferindo uma receita maior, uma condição melhor de negócios.

Outro aspecto do nosso trabalho de apoio a essas cooperativas está relacionada à adoção de máquinas e equipamentos que possa alavancar o trabalho dessas cooperativas e, também, material de campanha. Nós já fizemos campanha na televisão, temos um *portfólio* de materiais que são utilizados para a conscientização das comunidades, nesse trabalho, formiguinha, porta a porta, que as cooperativas fazem que é muito importante.

E muito importante é o reconhecimento do trabalho dos catadores, freqüentemente nós promovemos um concurso para conhecer as melhores experiências em todo o País de cooperativismo e, cada ano, cada edição do prêmio que passa, a gente recebe mais e mais projetos e é muito importante ter conhecimento desses avanços, desses projetos, para que outras instituições possam também apoiar essas iniciativas. Ali em cima, nós temos exemplo de uma cooperativa de Nova Olinda, no Ceará, que a partir do prêmio CEMPRE, ela teve portas abertas para outros apoios, hoje, eles recebem apoio até da Embaixada da Dinamarca, se não me falha a memória, ou da Noruega, alguma coisa assim.

A gente faz esse trabalho também de divulgação desse trabalho, fazendo com que esse importante trabalho das cooperativas tenha maior visibilidade no cenário nacional. Aqui mais alguns exemplos de ações pró-ativas, empresas que mantêm o CEMPRE, aqui é a rede de varejo, nós temos hoje trabalhos muito bem feitos por algumas cadeias de varejos, como Pão de Açúcar, o *Wal Mart*, o Carrefour, fazendo com que haja essa ponte, esse *link* entre o consumidor e, lá na ponta, a Cooperativa de catadores, aumentando a quantidade de matéria-prima que chega para eles.

Outro trabalho que o CEMPRE faz é o acompanhamento da evolução no plano Municipal, nós temos disponível, inclusive, no nosso *site* a relação das prefeituras que nós apuramos que tem programas de coleta seletiva em nível nacional, a gente vê que o universo ainda é pequeno se considerarmos as 5560 cidades que temos no País, mas é bom lembrar que nos Municípios acima de trinta mil habitantes, esse percentual é bem maior.

Nós temos com mais de trinta mil habitantes, nós temos menos de 900 Municípios, me corrija se eu estiver errado, colega do Conselho, a gente sabe que para viabilizar a cooperativa através da coleta coletiva, os trinta mil habitantes é o nosso *break (ininteligível)* e não significa que os Municípios menores não possam fazer, mas o ideal é que faça de forma consorciada, tanto para o aterro sanitário, quanto para a coleta seletiva, porque aí se tem volume e com volume a escala tem uma melhor condição de negócios do setor de comércio de reciclagem.

A estrutura do segmento de recicláveis está assim, nós temos o trabalho como eu falei do catador autônomo, das cooperativas, temos o pequeno, o médio e o grande sucateiro, e que muitos casos é considerado prejudicial por alguns e por outros nem tanto, mas a gente sabe que algumas partes do País não dão para prescindir do trabalho dos sucateiros, porque não haveria condições das cooperativas no local vender diretamente (soa a campainha) para as indústrias.

E na ponta nós temos a indústria de reciclagem, algumas cooperativas já conseguem vender direto para o reciclador alguns matérias, mas em geral ele tem que vender para o sucateiro que fará a venda para a indústria de reciclagem. Com esses esforços o Brasil atingiu índices elevados de reciclagem para vários materiais, é bom lembrar que o Brasil não tem incineração com fração de energia, portanto, não tem a reciclagem chamada energética, nós só podemos comparar com países que tenha apenas as reciclagens mecânicas, que é a transformação da sucata de papel, esse papel reciclado desse informativo.

Basicamente para todos os materiais secos encontrados no ambiente urbano nós temos índices altos de reciclagem, menos para a matéria orgânica, infelizmente, o Brasil tem índices baixíssimos de compostagem, que é basicamente a principal oportunidade de recuperação da matéria orgânica, infelizmente, as nossas usinas de compostagem elas acabaram na sua maioria sendo sucateadas ao longo do tempo.

Eletroeletrônicos, nós temos no Brasil também um avanço nessa questão, algumas empresas estão promovendo a chamada logística reversa entre elas, e tem também alguns casos de empresas sendo instaladas e especializadas na reciclagem desses materiais, lá no CEMPRE nós dispomos do cadastro dessas empresas, tem empresas recicladoras de lâmpadas fluorescentes, de computadores, de eletrodomésticos, este é um segmento que tende a crescer no Brasil e também, felizmente, nós temos visto investimentos pesados em *design for environmental*, o designer para melhorar o desempenho ambiental de um produto, que pode ser um televisor, uma impressora, a indústria nacional está fortemente engajada na questão da redução na fonte.

Não dá para entrar em muitos detalhes por conta do tempo, mas a gente gostaria de mostrar alguns números para dúvidas do avanço da reciclagem. Em 2005 o Brasil reciclou, cerca de 11% do lixo urbano, parece pouco, mas se nós considerarmos apenas a fração de secos está em 18%, por que vai para onze? Porque a matéria orgânica que é menos reaproveitada ela é a que tem mais peso no lixo urbano brasileiro.

O Brasil segue a característica de muitos países em desenvolvimento onde a maior parte do lixo urbano é matéria orgânica cerca de 55%, isso é característica de países em desenvolvimento. Nós atingimos em 2005, 5 milhões e 800 mil toneladas de material reciclado, com isso, em relação à base de 140 mil toneladas/dia gerada deram esse número de 11%, muitas pessoas não sabem como a gente consegue esse número, dada a informalidade da cadeia, mas nós conseguimos na ponta onde há formalização da etapa final da reciclagem do alumínio, do papelão, do plástico, naquele momento nós temos uma precisão maior dos volumes que são efetivamente recuperados.

Agora temos um desconhecimento do que acontece em nível de importação e exportação. Nós fizemos inclusive uma observação recentemente no Comitê Interministerial dos Catadores sobre a necessidade de saber, por exemplo, quanto é exportado de *pet* hoje no Brasil.

Nós soubemos na China, que a China importa do Brasil cerca de 15 mil toneladas/ano de pet após consumo, mas esse dado não existe aqui no Brasil pelo menos não que nós tenhamos tido acesso, e essa é uma informação relevante porque significa que boa parte do material que esta sendo coletado não necessariamente está sendo reciclado aqui no Brasil, mas efetivamente está sendo coletado.

Como eu falei, o Brasil hoje é considerada uma referência para países em desenvolvimento e para alguns tipos de materiais o Brasil tem índice de reciclagem, inclusive, ou mais altos ou equiparados, vamos aos exemplos, latas de alumínio, o plástico *pet,* o Brasil é um dos países que mais recicla hoje, embalagem longa vida, nós só perdemos para a Alemanha e outros países da Europa que me falhou o nome. No caso do papelão o Brasil também é um dos Países que mais recicla no mundo e graças, como eu falei, ao trabalho com os catadores.

Nós temos um trabalho constante de monitoramento do segmento, tem disponível no *site* da CEMPRE cadastro que nós procuramos manter atualizado de empresa de reciclagem, de comércio de sucata, os sucateiros e também cooperativas de catadores, o objetivo desse banco de dados do CEMPRE é facilitar negócios entre esses agentes e tornar a sistema auto-sustentável, porque nós sabemos que no Brasil, felizmente, a reciclagem ela caminha em base de mercado e isso dá sustentabilidade ao modelo, nós não temos no Brasil um modelo subsidiado como acontece em alguns países da Europa, por exemplo, quando você tem subsídio você sabe, fica flutuando ao saber da mudança, da dimensão desse subsídio, felizmente no Brasil nós temos e isso chama muita a atenção no plano internacional, um sistema baseado em regras de mercado.

Podemos passar. Aqui só alguns dados que ilustram o que está acontecendo na calçada, vamos dizer assim, esse dado é um dado oficial da Prefeitura de São Paulo, mostra o impacto da coleta seletivo no que é coletada pela companhia de limpeza pública, essa é a coleta regular do lixo, reparem que de 2001 para 2004 houve uma redução de cerca de 25% do lixo coletado pela prefeitura em função do quê? Em função de desbaste que é feito na fonte, na calçada, na coleta seletiva pelo catador, pelo programa de coleta seletiva. Esse é um dado real, uma estatística real. Aqui outro exemplo da cidade de Santos, também um dado oficial da Prefeitura que mostra como vem caindo a quantidade de lixo coletado e, portanto, que vai para o aterro.

Podemos passar. Com isso o Brasil tem se tornado, como eu falei, uma referência para outros países em desenvolvimento que tem as mesmas dificuldades que nós temos. Quais dificuldades são essas? Desigualdades sociais, a necessidade de combater a pobreza, a miséria e gerar renda, gerar trabalho, o modelo brasileiro hoje, como eu falei, reconhecido internacionalmente como um modelo *triple bottom line*, que tem as bases econômicas, ambientais e sociais e nós estamos trabalhando três metas do milênio, com isso, a redução da pobreza, à proteção do meio ambiente e o desenvolvimento através do trabalho, da cooperação local.

Isto tem feito com que vários países venham conhecer as experiências brasileiras, aqui temos alguns exemplos de delegações asiáticas nós nos últimos dois anos tivemos a formação de outras entidades como o CEMPRE, em países como a China, a Tailândia, a Rússia, agora a Índia, países que estão vendo no modelo brasileiro uma oportunidade de combater a miséria, a pobreza, em seus domínios. Nós temos os BRICs, hoje, são países que têm os mesmos problemas, todos eles, inclusive, a questão da desigualdade social, a necessidade urgente de gerar postos de trabalho, às vezes, a gente ouve comentários do tipo: "Ah! Mas a reciclagem no Brasil é sucesso graças à miséria urbana", mas se existe a miséria urbana, nós temos que fazer algumas coisas para combatê-la, para melhorar

esse cenário, e a coleta seletiva apareceu com essa oportunidade.

Existem muitos catadores hoje no Egito, na Turquia, na Índia, na Rússia, que tem trabalhado de forma desorganizada, através da organização eles acreditam que podem seguir o exemplo brasileiro e promover um *up grade* social considerável.

Com isso nós formamos no final da década de 90 uma rede latino-americana de entidades empresariais que estão trabalhando a questão do pós-consumo, da gestão compartilhada do pós-consumo com o foco social, o *triple bottom line* e nós temos uma rede hoje na americana latina consolidada, como eu falei, mais recentemente em países da Ásia, Rússia, agora Índia, Egito e, com isso, nós estamos tendo a oportunidade da ter um modelo, uma expansão do modelo em nível, não só regional, mas da Americana Latina, mas ema nível global.

Em outubro nós vamos ter, vocês já estão convidado, de 24 a 26 de outubro, o 1º Encontro Mundial dessas entidades em São Paulo, quando nós teremos oportunidades de formalizar esse novo *network* e trocar experiência sobre realidades locais, seguindo os preceitos da ONU, soluções locais com impacto global.

Sobre a questão da política nacional de resíduos, a gente tem acompanhado, eu diria, que pelo menos nos últimos dez anos, o trâmite da política nacional na Câmara, foi um projeto que começou, inclusive, aqui no Senado, com serviço de saúde, e o que nós vemos é que faz falta o modelo, o marco regulatório para a política de resíduo no Brasil, porque muitas empresas têm insegurança em trabalhar, por exemplo, no apoio às cooperativas de catadores porque isso não está definido no marco regulatório claramente. Felizmente, no caso da política de saneamento, já houve uma sinalização, o CEMPRE congrega 23 empresas, nós temos muito mais empresas no País que poderiam está engajadas em projetos relacionados ao pós-consumo também.

O marco regulatório, nós vemos como muito importante, inclusive, para trazer esse universo de empresas também para trabalhar juntamente com as que já esta fazendo, para que aumente o impacto do apoio setor empresarial com essa questão do pós-consumo.

Aqui nós elencamos quatro tópicos que nós achamos que são importantes para a política nacional de resíduos. A questão de ser uma política enxuta, com diretrizes gerais e, evitando, o detalhamento exagerado. A gestão compartilhada entre o Poder Público, o setor governamental e a sociedade, o restante da sociedade.

Importantíssima a inclusão dos catadores, nós não acreditamos que no Brasil venha a funcionar o modelo que hoje funciona, por exemplo, na Finlândia ou na Dinamarca, a gente costuma ver muitas pessoas que viajam e vão para esses Países e que fazem uma analogia com esse processo como seria no Brasil. Nós temos uma realidade diferente de um País como a Dinamarca, como a Alemanha e, por isso, temos investido muito nesse componente social e estamos atingindo índices elevados de reciclagem por um caminho um pouco diferente, mas não menos eficiente.

É muito importante também à questão dos incentivos econômicos, é preciso desonerar de uma vez por todas a cadeia do comércio de recicláveis e de reciclagem ainda incide IPI exagerado em alguns produtos reciclados, existe o problema do ICMS também que precisaria ser equacionado no comércio de materiais reciclados, enfim, essa política poderia também, certamente, traria um ordenamento melhor para essa questão tributária que hoje, de uma certa forma, inibe um pouco a atividade de reciclagem no Brasil. Caminhando para o final, esses são alguns dos grandes desafios que nós temos trabalhado no ano de 2007.

Enquanto CEMPRE, as questões da regularização, da profissionalização da cooperativa de catadores, existem muitas Cooperativas que trabalham na informalidade, nós temos a preocupação de mudar essa realidade para uma Cooperativa, por exemplo, fazer um contrato de fornecimento com uma grande empresa recicladora, ela precisa estar legalizada, esse é um desafio grande que nós temos pela frente, a questão tributária, fiscal, entre outros.

Estamos vendo com expectativa a questão da aplicação dos recursos do PAC, esperamos que impacte no segmento de resíduos sólidos, também a questão da capacitação das prefeituras, nós temos um trabalho de sensibilização e de apoio técnico para as Prefeituras que querem a implantação da coleta seletiva, mas não sabem como começar tem dificuldades, a questão do aterro sanitário o CEMPRE não desenvolve o projeto, mas nós temos toda a informação, base para a Prefeitura sair, aquela que ainda não saiu da estaca zero, poder sair da estaca zero.

Muito importante também o combate do trabalho infantil das Cooperativas, muitas vezes, a gente vê um problema que a Márcia pode falar melhor, que, às vezes, as mães que trabalham na Cooperativa não tem com quem deixar a criança, falta um apoio do poder local, com creche, alguma coisa nesse sentido para poder fazer com que a criança não esteja ali envolvida com a atividade da coleta e reciclagem. Isso é um dado importante.

E, finalmente, a questão da definição do marco regulatório para que a questão do resíduo, nós temos um projeto que foi aprovado o ano passado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, existe uma proposta do Governo Federal também de fazer o envio de um Projeto de Lei. Enfim, seria interessante nós fazermos um apelo para que se possa encontrar um caminho para, definitivamente, equacionar essa questão do marco regulatório e a gente poder encerrar o ano de 2007 com uma política de resíduos sólidos no Brasil.

Portanto, a nossa visão para o futuro do País nesse segmento é a gestão compartilhada, nós acreditamos que a melhoria continuada vem a partir do envolvimento do setor empresarial, do setor governamental e, principalmente, a colaboração do cidadão. Claro que vamos cair sempre na questão da educação, sem uma Educação boa, um nível de educação bom na população, é difícil trabalhar sensibilização, a conscientização, mas nós não precisamos chegar num patamar ideal de educação para trabalhar a conscientização, mas nós estamos procurando fazer a nossa parte enquanto setores empresariais, de trabalhar nessa questão da conscientização, da sensibilização da população.

Todas esses informações estão disponíveis no nosso *site.* A apresentação fica aqui a disposição do Senado e nós estamos à disposição dos senhores ou através do *site* ou por telefone, enfim, o CEMPRE tem um *call center* em São Paulo que está preparado para responder quase todas as perguntas relacionadas ao universo do segmento de resíduos sólidos, que nós não tivermos imediatamente informações, a gente se compromete a encaminhar para os senhores no menor espaço de tempo possível.

Mais uma vez agradeço ao Senador Cícero Lucena pelo convite, para nós é sempre uma satisfação vir aqui ao Senado Federal, a Câmara dos Deputados e dar a nossa colaboração nesse assunto que já nos apaixona há 15 anos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Obrigado Dr. André Teixeira. A metodologia dos nossos trabalhos nós vamos dar continuidade à explanação e, depois, abriremos a fase de debates. Eu passo a palavra a Srª. Márcia Abadia Martins que é Presidente da Cooperativa da Granja Julieta.

SRA. MÁRCIA ABADIA MARTINS – Boa tarde. Eu queria agradecer a oportunidade da estar no Senado, porque nós que ficamos lá dentro das Cooperativas ou viramos catadores, porque ninguém nasce catador, vira por acaso, eu virei pela exclusão do mercado de trabalho, quando chega no Senado e tem o prazer de levar para os companheiros que: "Começamos aqui, separando sacos de material e chegamos ao Senado". Porque ninguém acredita que isso é possível, do lixo chegar para nós que ficamos lá do outro lado no luxo, para nós isso aqui é um luxo, e eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui e dar o meu depoimento enquanto catadora.

Constituímos uma cooperativa de material reciclável conveniada com o Poder Público, Prefeitura de São Paulo, é muito difícil, eu vejo assim, no filme do André todo o momento fala em capacitação, é difícil você educar pessoa para esse mundo de empreendedor, porque ninguém foi educado para isso, não fomos educados para tratar com o lixo. Em São Paulo acontece muito às pessoas dizerem assim: "O lixo é nosso". E no decorrer desses quatro anos que eu estou lá, eu aprendi que realmente o lixo é de todo mundo, nós só queremos enquanto catador é o material reciclável, porque é disso que nós tiramos a nossa sobrevivência. O André deu também exemplo no filme de rateios, o quanto um catador pode tirar organizado ou não em cooperativas, ele, no mínimo, é 450 reais, mas ele chega a 1200, 1800, os que estão fora tirando 600, 700 reais é porque ele não quer se adequar à hora, à regra do jogo da cooperativa, mas está perto de se adequar porque tem construído, contribuído com muitas coisas que a gente vê na prática e na política. Para que isso aconteça de fato o trabalho reconhecendo esses catadores.

As pessoas sempre falam assim: "Márcia você bate muito, fica forçando muito catador", porque como eu já disse, eu não nasci eu virei e eu vivencio isso, a maioria de nós quando um carroceiro está buscando material numa carroça, se ele passar 10h da noite, a gente tranca a porta achando que é ladrão e não é, às vezes, ele tem pontos de coleta a ser feito só aquele horário.

É uma classe que tem se esforçado para crescer e para mostrar, que a gente quer mostrar, que a gente só quer trabalhar e que foi o que nos restou também, limpar a cidade não porque queremos continuar somente nesse patamar de catador, temos catadores também que já está indo para a faculdade, começaram na capacitação e hoje estão entrando no Serviço Social, vai fazer Administração, Gestão Ambiental, porque é possível da catação se melhorar a condição de vida de cada um e não só do catador, que está ali incluso na cooperativa, porque se você não cuidar dentro da casa dele ou onde ele mora, muitos são moradores de rua com dois, três meses ele já consegue sair da rua passar para o albergue, alugar, ter uma moradia, mas também resgatar a família, às vezes, têm alguns que já não sabem nem mais onde a família mora, a gente consegue trazer, trabalha com os filhos desses catadores,

um pouco direta e indiretamente, senão eles querem, por eles, estariam mesmo dentro da cooperativa.

Mas a gente defende, pelo menos no bairro que eu estou, que se tenha creche e é uma briga porque estamos falando de Educação, é briga difícil porque eles falam que não tem, a demanda é muito grande e eu falo: "O cooperado vem para dentro da cooperativa e perde o filho para a droga?" Porque a mãe alega, dentro dessas cooperativas, a maioria são mulheres: "Se eu deixar aqui filho em casa eu perco ele para o traficante". Então, às vezes, você tem que adequar ou diminuir também a quantidade de horas para se trabalhar para a mãe ter tempo de ver o filho, porque senão realmente ela. Isso quando a gente também não consegue termos esses meninos que já estão de liberdade assistida ou por roubo ou uso de droga, a gente tenta mudar eles dentro da cooperativa e, inclusive, trabalhar que ele já errou lá fora, lá dentro da cooperativa é o único lugar que ele só tem o direito a acertar, a gente vê a mudança dessas pessoas, eu mesmo também era uma pessoa assim, o André me conhece a mais ou menos um ano, eu era mais rebelde, hoje eu vejo como é bom trabalhar, como é bom trabalhar com a reciclagem de material reciclável, você consegue mudar primeiro o seu coração, porque você começa a amar todo mundo, não tem aquele pior e nem o melhor, todo somos iguais e começa a trabalhar vendo a transformação que a gente consegue fazer no material, que a gente transforma no coração, sem contar também que a gente quer, aliás, eu vou contar até uma historinha aqui.

A semana retrasada eu fui num hospital, o médico me expulsou, eu estava com o uniforme da cooperativa, ele falou assim: "Você não pode ficar aqui, saía daqui que eu sou um médico". Eu falei: "Engraçado o senhor salva a vida, eu salvo o meio ambiente", ele tentou me trazer de volta para conversar, mas não foi mais possível e as pessoas precisavam, tem muito preconceito com o catador, precisávamos há quatro anos atrás do reconhecimento do Poder Público.

Hoje já se consegue isso, só que não tem um Conselho Gestor do qual os catadores possam participar e estar sinalizando qual seria a melhorar maneira, porque os governos vão mudando e nós continuamos lá, infelizmente, é isso que dificulta. Mas, a gente vai crescendo, tentando ensinar os que chegam na mudança de Governo, para poder manter porque são milhares de famílias, o André tem também ali, mais ou menos, a última vez que nós apuramos lá em São Paulo, que ele viaja mais, ele tem mais conhecimento de mais cooperativas é uma categoria com trinta mil pessoas envolvidas, se a gente multiplicar por três que automaticamente o filho ou algum parente está envolvido chegamos a 90 mil pessoas que temos conhecimento.

E só vou parar o meu relato, porque o André falou tudo ali no filme.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu lhe agradeço o seu depoimento e, com certeza, falo não só em meu nome, mas em nome do Senado, se você se sente alegre, orgulhosa, de estar aqui, com certeza o Senado é que se sente orgulho de estar tendo essa oportunidade de ouvir sua experiência de vida e esse trabalho que, queira Deus, possa ser multiplicado e cada vez mais sendo respeitado o direito do trabalhador e, principalmente, o direito do cidadão.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para suas considerações, registrando a alegria de passar, a contar, com a sua presença nessa Comissão de resíduos sólidos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Cícero Lucena, senhores convidados, dona Márcia Martins, Dr. André Vilhena, Dr. Rodrigo Dias. Primeiro eu quero registrar que a alegria é nossa de poder, a partir de hoje, participar desta importante Subcomissão. Primeiro pela determinação de V. Exª. Senador Cícero Lucena, V. Exª. que já deu, emprestou seus conhecimentos, sua competência como Prefeito, como Governador, e teve essa experiência principalmente na Prefeitura, de ter que enfrentar esse complexo problema que é da solução, do que fazer, com os resíduos sólidos, isso é um problema que, lamentavelmente, a sociedade só acordou para ele, como sempre acontece, quando ele já tinha uma importância negativa na vida da população, que levava a riscos de saúde de grande importância.

Para mim é uma alegria poder contribuir com o trabalho que V. Exª. desenvolve tão bem na Subcomissão de resíduos sólidos, como em toda as outras Comissões que V. Exª. participa. Eu não assisti às palestras do Dr. André e da dona Márcia, o Rodrigues eu não assisti, estava num compromisso fora do Senado, na CNI, mas não poderia deixar de vir até aqui. Pelo que eu pude entender eu gostaria primeiro de parabenizar.

Eu acho que ao se levar esse ensinamento, vamos dizer, essa mudança de comportamento para a sociedade, nós estamos, além de minorar a questão dos riscos da população pelo mal cuidado com os resíduos sólidos, nós estamos diminuindo os gastos públicos, ou seja, estamos economizando recursos que são de toda a sociedade.

Isso foi uma demonstração de um dos quadros que eu pude ver da redução de toneladas recolhidas pelo Poder Público em face de reciclagem. E a reciclagem, é a forma correta de você tirar daquilo que seria

desperdiçado ter o uso econômico para sustento de grande pai da família, a Dra. Márcia falou no número de 90 mil associados em São Paulo da cooperativa, como existem essas cooperativas em quase todos os Estados brasileiros, são centenas de milhares de pessoas e correspondendo cada uma, uma família, então nós temos um número bastante expressivo de brasileiros que sobrevivem de forma digna do trabalho em função do resíduo sólido.

Esse é um assunto que hoje é matéria mundial dessa preocupação. Não só nessa parte inicial de fazer a coleta seletiva de tal forma que você possa dar à parte desse material que seria dispensado, dar uma função econômica como é feito pelos catadores, o papelão, os vidros, as latas, eu acho que ontem saiu uma reportagem da Globo mostrando o número de latas de alumínio, algo fantástico, já que o Brasil é o campeão, me parece, de nível mundial da reciclagem de lata de alumínio para a reutilização, o que antigamente era um problema para a meio ambiente, se torna um fato de agregar valor econômico.

Mas aquele resto que não tem essa possibilidade de reciclagem, ele pode ainda assim, ter utilização econômica, ou pela produção de gás, para a geração de energia, ou pela produção de adubo, para fertilizante, quer dizer, o lixo deixou de ser lixo. Ele tem que ser visto como um produto que deva ser tratado economicamente e em função disso deixar de ser uma questão de poluição ambiental, para se tornar uma questão de melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Eu quero parabenizar os expositores. A dona Márcia, a senhora não tem porquê se sentir lisonjeada por estar aqui, eu acho que nós temos que agradecer a sua presença porque V. Sª. nos traz um exemplo de vida no seu relato, quer dizer, da forma como V. Sª. e os seus companheiros da cooperativa olham a vida, de outra forma, poderia muito bem a senhora estar sendo atendida pela Bolsa-Família e aceitar a forma de indigência permanente, mas, com dignidade vai buscar o trabalho, vai buscar o meio de subsistência, vai buscar condições de ter uma receita, que como à senhora disse, no mínimo, de 450 reais, mas podendo chegar a 700, até 1200 dependendo da disposição que é exatamente isso que deva ser incentivado na pessoa humana.

Nós não podemos nivelar as pessoas tornando-as todas miseráveis ou incompetentes, eu acho que Deus deu livre arbítrio para que as pessoas pudessem definir a qualidade da vida e o tipo de vida que cada quer ter e sempre tendo a possibilidade, pela sua generosidade, de fazer as correções necessárias ao longo do caminho. V.Sª. disse que pessoas que antes tinham desvio de conduta sejam por qualquer tipo de delito, ou uso de entorpecente, que hoje estão na catação, com uma vida sadia, correta e sustentando a sua família.

Esse é um exemplo que eu acho que Senador Cícero Lucena, nós aqui do Senado é que temos que agradecer, da gente poder ter esse relato transmitido pela TV Senado para todo o Brasil, essa reunião não está sendo transmitida ao vivo em função da sessão em Plenário, mas ela em seguida passará na grade da TV Senado e será assistida por brasileiros de todas as regiões e de todos os Estados e vão ver naquilo que foi dito aqui, que esse exemplo tende e tem que germinar. Ou seja, aqueles municípios, e aí nós temos a participação da Confederação Nacional dos Municípios que o nosso nobre Senador Cícero Lucena, tão bem preside a Comissão de Assuntos Municipais na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, e é no Município que o resíduo sólido fica, não é nem no Estado, e nem na União, é lá no Município que é o problema, realmente esse é um exemplo que a Confederação Nacional do Município tem uma importância no sentido de levar a todos os municípios a possibilidade de transformar um problema em solução.

Dando inclusive como fonte de renda para a própria Prefeitura, de forma auto-sustentável, que não cubra os custos da coleta, mas pelo menos ele diminui muito aquele gasto, que não é pequeno, não é pequeno, que as prefeituras têm da necessidade de fazer a limpeza permanente da cidade.

Eu perguntaria ao Dr. André o compromisso empresarial para reciclagem é uma ONG, ele funciona como ONG, e quais são as fontes de receitas para que V. Sª. possa desenvolver o trabalho no sentido de poder levar esses exemplos e essas sugestões a nível nacional, e até a nível internacional, a dona Márcia, doutora no futuro, a senhora disse que já existem colegas seus que já estão na universidade, eu espero que também chegue lá, mas eu lhe perguntaria essa catação ela é feita antes da coleta da Prefeitura, ou seja, essa cooperativa funciona nas ruas antes que haja a coleta por parte da Prefeitura e se há também um tratamento de reciclagem no local onde é despejado primeiramente o resíduo sólido, se nesse local haveria uma segunda catação no sentido daquilo que não foi recolhido inicialmente, ainda nos pontos de coleta, possa ser feito na centralização da coleta também essa uma segunda reciclagem de material que porventura possa ter sobrado.

E ao Dr. Rodrigues de que forma a Confederação Nacional dos Municípios vai poder disseminar essa prática, salutar junto aos mais de 5500, aos mais não, junto aos 5.562 Municípios, por enquanto. É o que eu tinha a dizer Presidente Senador Cícero Lucena.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Muito obrigado Senador Faisã Ribeiro. Em uma demonstração clara que o senhor chegando nessa Comissão irá abrir abrilhantar o nosso trabalho com sua inteligência, a sua experiência, e sua vontade de servir não só ao Pará, mas ao Brasil como um todo. Para nós é motivo de alegria, a demonstração do seu conhecimento e esse seu desejo de fazer.

Eu farei algumas colocações para que vocês possam responder em bloco. Eu gostaria de iniciar conversando um pouco com a Srª. Márcia Martins, dizer Márcia, que eu tive uma experiência como Prefeito, bastante rica nessa área, rica porque em João Pessoa tinha um lixão com mais de 50 anos, que moravam mais de 180 famílias, dentro do lixão do Roger e que tinha cerca de 360, 400 catadores porque aí se incluíam as crianças que lá moravam, se é que pode dizer que moravam, sobreviviam de forma desumana. E nós tivemos praticamente alguns passos que eu acho que foi uma experiência bastante exitosa e como existem várias outras no Brasil, mas eu posso lhe assegurar que o primeiro trabalho nosso foi à construção de uma creche para que a gente evitasse das crianças continuar morando no lixão do Roger.

Depois nós construímos os apartamentos, porque foi uma etapa um pouco mais difícil para retirar as famílias de dentro do lixão, embora no local conseguimos ter uma solução próxima. Construímos escolas, demos bolsa-escola para as crianças, para evitar delas retornarem à catação. E partimos para um processo que consideramos muito importantes, e tendo muito a ver com a experiência vivida pela senhora, primeiro nós procuramos elevar a auto-estima e o reconhecimento do valor do trabalhador, que antes nós chamávamos de catador e passamos a chamá-los de agentes ambientais.

A primeira etapa nossa foi à alfabetização e, depois, em parceria com universidade, com o SEBRAE, nós fizemos cursos de relações humanas, de higiene pessoal, de higiene no local de trabalho, noção de trânsito para aqueles que saem puxando os carrinhos de porta a porta, uma série de outros cursos que foram ministrados para essa cooperativa chamada Astra Mari, onde nós tínhamos, mista essa cooperativa, porque tinha os postos de alguns bairros que fazia essa coleta, bem como na unidade do novo aterro sanitário que nós colocamos, nós colocamos também uma unidade de reciclagem, antes do lixo ir para o aterro, ele passava pelas esteiras, que você conhece bem, para fazer a separação dos materiais reciclados, obviamente com os trabalhadores, com a preocupação de equipamentos de proteção individual, com todo esse processo que foi colocado.

E na Região Nordeste, e o André colocou isso, nós passamos um ano e aí precisa ter uma decisão política, como o Rodrigo disse aqui que nós aproximamos mais de um ano garantindo salário-mínimo para esses trabalhadores. Por quê? Porque a sociedade, a cidade de João Pessoa, não tinha ainda consciência de fazer a coleta seletiva. Que é um dos pontos fundamentais para que se tenha volume e, ao se ter volume, ter a renda suficiente para a associação.

O Dr. André colocou, mostrando de uma forma clara, o declínio do resíduo final que estão indo para os aterros sanitários, mesmo com o crescimento da população em função do volume que está sendo tirado. Nós fizemos tentativas de parceria com supermercados, para que os supermercados ao fornecer as sacolas plásticas, fornecessem em cores diferentes, num processo educativo para que você na sua casa, separasse o material por sacola e isso facilitando ao agente ambiental quando de porta a porta passassem, já tinha o material mais ou menos limpo, e esse avanço foi muito importante, eu vejo que há uma multiplicação, não apenas por exemplo de João Pessoa, mas porque nós também aprimoramos outros exemplos que existiram no País, e eu acho que é fundamental esse trabalho com essa preocupação, há valorização do trabalhador.

Eu pergunto à senhora, dentro dessa política de reconhecimento, de valorização, não só na experiência da senhora vivida exitosa, mas o que é que pode se adotar como legislação ou como prática algo mais para melhorar as condições dos agentes ambientais, ex-catadores de lixo. Essa é uma pergunta que eu faria à senhora.

O Dr. André Teixeira da CEMPRE, eu quero dizer, que eu fico muito feliz com esse compromisso da empresa com a preocupação ambiental, até porque nós identificamos que a solução desse problema, ele tem que ter a participação do cidadão, da iniciativa privada e do Poder Público, sem dúvida nenhuma, até porque um dos pontos mais importantes dessa base de sustentação é a consciência do cidadão em relação à questão ambiental e como proceder na preocupação do lixo, do resíduo final.

Essa associação, eu quero até registrar aos Senadores que em outubro, ele disse de uma forma bastante rápida, vai ter um Congresso Internacional de Empresas que há exemplo das que compõem a CEMPRE no mundo todo, para discutir essa questão e que toda a Comissão foi convidada a participar desse encontro, que se eu não me engano é de 24 a 26 de outubro em São Paulo, que sem dúvida nenhuma, venha a enriquecer o nosso conhecimento com os debates e as proposições que lá serão oferecidas.

Eu pergunto ao Dr. André, no sentido de que política tributária que o senhor considera importante para ser incentivada essa questão da reciclagem? Até porque todos nós temos a consciência que é muito forte há necessidade para garantir a sustentabilidade do fator econômico.

Se você fizer uma leitura rápida, Senador Wellington Salgado que nós honra também com a sua presença, você vai ver que o Brasil atingiu 96,4% de reciclagem de latas em função, basicamente, não dá consciência, mas da questão econômica, porque facilitou o posto de empregos, a geração de renda para os catadores, quer sejam eles organizados em cooperativas ou mesmo autônomos, na maioria das nossas cidades. Então, sem dúvida, a sustentabilidade econômica é importante, mas ela não será suficiente como o senhor também fez referência, se nós não tivermos a questão educacional.

Quando na minha experiência em João Pessoa, além de ter tratado os agentes ambientais da forma que eu já relatei nós tivemos uma preocupação educacional muito forte, nós implantamos o processo de coleta reciclada em todas as escolas do Município, incentivamos no Estado, fizemos visita no lixão do Roger, nas escolas particulares também, além das públicas, no novo aterro sanitário, que estava sendo construído e instalado, nós fizemos concursos de redação sobre a coleta de lixo, sobre o problema do lixo da nossa cidade. Esse concurso tinha a participação da escola pública Municipal, estadual e particular e o ganhador desse concurso de redação foi um ex-catador do lixão do Roger, uma criança com 15 anos de idade, que já tinha deixado de ser catador, que já tinha a sua bolsa-escola, era aluno da rede Municipal, ele contando a sua história, como ele vivia no lixão do Roger, foi quem ganhou o concurso de redação.

E nós adotamos na rede Municipal um trabalho que tinha sido desenvolvido por duas professoras universitárias da nossa cidade que era Tânia Andrade e Valdite Jerônimo onde criou uma cartilha do meio ambiente, onde não só tratava desse assunto com muita, vamos dizer assim, propriedade, questão do resíduo sólido, do meio ambiente como um todo, facilita a assimilação porque existe até um processo de atividade, de jogos para que as crianças facilitem o aprendizado, com metodologia bastante simples, para que elas se conscientizem cada vez mais de como fazer a reciclagem, da importância do meio ambiente, com jogos, com brincadeiras e isso foi muito importante, até porque Senador Flexa Ribeiro, essa cartilha na sua contracapa, ela chama a atenção para um pequeno detalhe que poucos percebem que é uma realidade. Ela diz alguns materiais e o seu tempo de degradação.

Por exemplo, o chiclete - cinco anos; o cigarro - de um a dois anos; o metal - mais de cem anos; o *nylon* - mais de 30 anos; o vidro - tempo indeterminado; o pano - de seis meses a um ano; plástico - mais de cem anos; pneu - tempo indeterminado; papel - de três a vários anos; a madeira - treze anos.

E conclui, com um senhor de cabelos brancos, que diz o seguinte: "Parece assustador, não é? Mas vamos lembrar disso na hora de produzirmos e descartarmos o nosso lixo, pense nisso". Eu acho que essa questão educacional ao lado da movimentação empresarial, da consciência do Poder Público, é que vai nos ajudar com um suporte legislativo com as verificações que precisam ser feitas de tributárias, bem como de subsídios que possam ser adotados, legislação que possam ser cumpridas verdadeiramente na realidade do Brasil, não apenas importada, mas adequada à nossa realidade é que nós vamos dar o avanço nesse sentido.

Eu perguntei ao Dr. André quanto à questão, que ações tributárias precisam ser adotados, no marco regulatório que propostas essas empresas têm, como elas vêem a questão da logística reversa responsabilizando cada vez mais a quem produz, e nos colocando a disposição também e pedindo para que ele informe o site da CEMPRE, para que todas aquelas pessoas, não só empresas, não só pesquisadores, prefeitos, possam ter acesso às informações que vocês disponibilizam para projetos outros que possam ser adotados ou providenciados.

E por fim ao Dr. Rodrigo, dizendo, e lhe perguntando primeiro, qual é o maior problema das prefeituras em relação aos resíduos sólidos. Se ele pode nos informar, embora ele disse que essa Comissão Técnica foi implantada há pouco tempo e que estarão concluindo esse trabalho e apresentando para o nosso conhecimento.

Até porque Dr. Rodrigues, em um dos nossos debates, não necessariamente nessa Comissão, mas se falava do PAC e do recurso que estava disponível para o saneamento básico. E eu perguntei ao representante, ao Ministro, que volume de recursos estava disponibilizado para resíduos sólidos, ele disse que não havia limite, o que faltava era demanda.

O senhor falou aqui de alguns problemas da Prefeitura, que eu conheço, de dificuldades de financiamento, de recurso, mas ele de uma forma clara, disse que a demanda é tão pouca que o Ministério não se preocupou em estabelecer um limite para que atendesse as prefeituras e, sem dúvida nenhuma, será fundamental que a Confederação Nacional dos Municípios se qualifique de forma tal, para dar o suporte, não só de captação de recurso, mas também operacional aproveitando as experiências exitosas para que elas

possam multiplicar, até porque, o papel dessa Comissão é de ouvir, como nós estamos fazendo de debater esse assunto, propor legislação, mas também temos o interesse de proporcionar o debate e a discussão sobre o assunto em todos os níveis, quer seja Federal, Estadual e Municipal. Pela ordem. Muito obrigado. Pela ordem eu passo a palavra ao Sr. Rodrigo Dias.

SR. RODRIGO DIAS – Senador Flexa Ribeiro, agradeço muito a perguntada de V. Exª., a confederação, nesse ano de 2007, gostaria de falar também presente o Senador Wellington Salgado, a Confederação Nacional dos Municípios que representa os 5.562 Municípios Brasileiros, faz representação política deles aqui em Brasília, mas também tem para cerca de três mil filiadores que são contribuintes da entidade ações técnicas de capacitação do gestor, e na área ambiental, este ano foi criado um programa de gestão ambiental, que justamente procura auxiliar o Município na institucionalização da questão ambiental em nível local, que isso é um grave problema das Prefeituras, na fala da Márcia a gente recolhe a informação da dificuldade que tem os catadores quando existe alternância de poder, alternância de governos em nível local, porque muitas vezes o agente político é sensível a causa ambiental, tem isso no seu plano de Governo, desenvolve ações, mas aquele o que sucede não tem essa mesma compreensão do tema.

Falta essa institucionalidade da questão ambiental em nível local e a CNM para fortalecer a gestão, buscou criar um programa de gestão ambiental que está focado em quê? Em permitir que os Municípios criem um sistema municipal de meio ambiente e esse sistema está estruturado nos seguintes pilares: ter um Conselho Municipal de Meio Ambiente, atuante efetivamente com participação popular, que cobre do Poder Público ação na área ambiental; ter uma legislação própria em nível local, que disponha sobre a questão, por exemplo, de licenciamento de impacto ambiental, que é um assunto importantíssimo; ter o Fundo Municipal de Meio Ambiente para receber recurso de projetos, pode buscar recurso através de projeto e destinar a esse Fundo, enfim, criar a institucionalidade, não basta ter Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou órgão dentro da Administração é preciso um pouco mais do que isso e é isso que a CNM propõe a disponibilizar aos cerca de três mil Municípios contribuintes que são filiados a Confederação, esse programa nacional para que possa institucionalizar a nível local, a continuidade das ações administrativas.

A Márcia falava dessa dificuldade e vem ao encontro do que eu disse na minha intervenção inicial, que é um grave problema, aproveito para responder a pergunta do Senador Cícero Lucena, que um dos graves problemas da Prefeitura, por exemplo, é a falta de condição técnica, de preparos técnicos, claros, há problemas de recursos, mas há também de capacitação. Por isso, a preocupação da CNM em levar informação, em capacitar os técnicos para que não aconteçam essas dificuldades em nível local.

Levar a informação, garantir a continuidade das ações administrativas, independentemente da posição política do gestor que venha a assumir, garantir que uma ação desenvolvida no Governo anterior tenha a sua continuidade, esses são pontos centrais com que nós nos preocupamos, quando foi criados o programa de gestão, e os principais problemas, claro, existe um *déficit* de recurso, a gente sabe que essa área demanda tecnológicas que, às vezes, não é barata e o nível municipal.

Eu comentava Senador Flexa Ribeiro que o Poder Público Municipal é aquele que é mais próximo do cidadão. O Prefeito quando atravessa a rua, saí da Prefeitura para ir a um mercado, enfim, quando vai à sua casa para ir ao mercado, para ir ao banco, o cidadão pega ele pelo braço chama e diz, Prefeito e o buraco na frente da minha casa, enfim, é o poder mais próximo do cidadão é aquele que acolhe a demanda continua do cidadão.

Ele tem que estar preparado, muito bem preparado com informações, com capacitação, para enfrentar essas demandas no dia-a-dia, que eles extrapolam a questão ambiental vão para todas as outras áreas, mas eu acho que a grande missão, além da representação política, lutar pela autonomia dos Municípios, enfim, garantir suas esferas de competência que a Constituição de 88 deu ao Município, reconhecendo ele como ente autônomo, é uma outra missão da entidade justamente levar informação, capacitar os gestores é isso que o programa de gestão ambiental se propõe, a levar essa informação e, também, respondendo a pergunta do Senador Cícero Lucena é suprir um dos graves problemas que é a falta de preparo, de condição técnica dos servidores públicos municipais. A CNM se propõe justamente a suprir essa dificuldade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Muito obrigado Dr. Rodrigo, com a palavra o Sr. André Teixeira.

SR. ANDRÉ TEIXEIRA DE VILHENA – Obrigado Senador. Respondendo a primeira pergunta do Senador Flexa Ribeiro, a manutenção do CEMPRE é feita pela empresas privadas que fundaram e fazem parte dos quadros de associadas que eu mostrei no início da apresentação. A lista delas tem também nesse folder institucional que nós distribuímos, esse folder verde.

Com relação à pergunta do Senador Cícero Lucena, primeiro sobre a questão tributária, existem algu-

mas alternativas interessantes para serem trabalhadas como, por exemplo, no âmbito federal a questão do IPI para produtos reciclados. Ter uma proporcionalidade de redução desse IPI, conforme o aumento do teor de matéria-prima reciclada, naquele produto. Existem, inclusive, proposições que versam sobre a questão do imposto de renda, no Plenário da Câmara dos Deputados, foram pensados, perdão na Comissão Especial, foi pensado um projeto especificamente sobre esse assunto, o projeto da política nacional de resíduo, a redução do imposto de renda das empresas produtoras de materiais recicláveis a partir de uma proporcionalidade com relação ao teor também de conteúdo de material reciclável.

No âmbito Estadual, e a gente sabe que é uma questão a ser equacionado no CONFAZ, seria uma uniformização do ICMS, a redução do máximo possível dessa alíquota de ICMS para a comercialização dos materiais recicláveis incluídos no comércio de sucata. Nós temos alguns Estados da Federação com isenção ou redução de ICMS, mas muitos outros que não têm. Há confusão na questão do crédito/débito. Este é um cenário que está muito confuso do ponto de vista tributário, então são sugestões no âmbito do IPI, no âmbito do imposto de renda e, também, se possível, influenciar na questão estadual do ICMS e aí é uma decisão do CONFAZ.

Sobre a questão da logística reversa, como eu falei, nós não representamos todo o setor empresarial do Brasil, mas as empresas que estão no CEMPRE elas entendem que tem uma responsabilidade sobre o que acontece para fora do muro das empresas, portanto, o que acontece no pós-consumo, elas estão atentas a isso, agora o que nós temos procurado trabalhar é valorizando esse componente social, quer dizer, o Brasil tem tido sucesso nesse modelo que emprega, que gera rendas, falando especificamente das cooperativas de catadores.

Nós temos canalizado esse exercício das empresas para esse apoio as cooperativas, ao invés de estabelecer sistema que, às vezes, são bons para outros países como o Japão, mas que aqui no Brasil geraria um impacto social muito negativo. Se a gente tivesse uma logística no Brasil que excluísse o trabalho que a Márcia faz, por exemplo, na cooperativa, a gente deixaria de ter uma logística reversa para ter uma logística perversa, não é verdade, a gente tem procurado valorizar muito esse componente social no apoio, mas, de novo, essas são empresas que tem procurado trabalhar nessa direção, nós não podemos falar em nome do todo o setor empresarial brasileiro. Por fim, o endereço do CEMPRE, o site do CEMPRE é WWW.CEMPRE.ORG.BR e o telefone nosso para atendimento é o (011) 3889.7806.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sobre a questão tributária eu pretendi fazer um projeto, apresentar um projeto, exatamente com relação à isenção do IPI para os produtos industrializados com material reciclável. Eu consultei a Assessoria Legislativa do Senado para que pudesse fazer a montagem do projeto e na reunião que tivemos, a dificuldade maior que me foi passada, e eu gostaria de saber se o Dr. André teria alguma sugestão para fazer, é como fiscalizar aqueles produtos feitos com material reciclado, ou seja, se a indústria não poderia dizer que o material era reciclado e agregar ou fazer parte reciclada, parte material primário ainda, de que forma poderia ter essa fiscalização e a segurança de que o Governo estaria realmente incentivando a industrialização com produto reciclável e não abrindo uma possibilidade de você usar o benefício para trabalhar com material não reciclável?

SR. ANDRÉ TEIXEIRA DE VILHENA – Perfeito. Esse é um desafio, como em diversas áreas que nós temos a questão da fiscalização teria que ser encontrado no âmbito do Governo, qual seria o órgão que poderia e que teria capacidade de fazer essa fiscalização em termos quantitativos e em termos qualitativos, provavelmente algum órgão ambiental teria que estar envolvido no âmbito, talvez, do Ministério do Meio Ambiente, e temos que pensar e ver as atribuições, inclusive, constitucionais de cada um, mas eu acredito que algum órgão da área de Meio Ambiente, pela questão da qualitativa, da avaliação qualitativa, deveria de alguma forma estar envolvido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – O senhor reconhece o problema levantado pela Consultoria, de que há dificuldade de você definir, na industrialização, qual o produto feito com uso de material reciclado ou não.

SR. ANDRÉ TEIXEIRA DE VILHENA – Sim, há essa dificuldade. Hoje o que nós orientamos as empresas que estão entrando nesse ramo são elas seguirem as normas internacionais preconizadas pela ISO – *International Standardization Organization* essas normas têm um guia do que deve ser feito para considerar que aquele produto é efetivamente reciclado, têm os percentuais, os critérios e, até na declaração, e buscar certificação em órgão competente como, por exemplo, IPT, CETEA, o Instituto de Tecnologia de Alimento, que sejam capazes de atestar que aquele produto, efetivamente, ele tem aquele componente reciclado, que

é feito na declaração, mas reconhecemos que essa é uma dificuldade e teremos que encontrar que organismo poderia em parceria com a área ambiental fazer essa fiscalização efetiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Para o senhor ter uma idéia, para V. Exª. ter uma idéia Senador Flexa Ribeiro nós exportamos, se eu não me engano, nós exportamos para a China quanto?

SR. ANDRÉ TEIXEIRA DE VILHENA – Segundo informações que obtivemos na China 15 mil toneladas de *pet* após consumo/ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Podendo ser, com certeza, usando novos produtos aqui no Brasil. Com palavra a Srª. Márcia Martins.

SRA. MÁRCIA ABADIA MARTINS – Inclusive Senador, nós enquanto cooperativa no Município de São Paulo tivemos contato com esse pessoal da China e vendemos direto. Só não sabemos como foi feito o processo para eles levarem, mas eles retiraram, inflacionaram o mercado lá e deu uma graninha a mais, foi maravilhoso, saudade dos chineses.

Eu vou responder a pergunta do Senador Flexa Ribeiro, ou eu aguardo e respondo a do senhor?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Fique à vontade.

SRA. MÁRCIA ABADIA MARTINS – O senhor perguntou o que poderia ser feito para melhorar? Na catação, na cooperativa e também corrigindo e descorrigindo, em São Paulo a gente já acostumou bater no peito e dizer que é catador, não queremos ser agente ambiental é que a gente acostumou mesmo, mesmo porque também tem até um CDO - Código Brasileiro de Ocupações, 5192 está lá "catador", o agente ambiental ninguém reconhece, fala no Poder Público, não existe, eles simplesmente, às vezes, ignoram a nossa categoria, mas eu acredito que com Lei, decreto, fortalecendo essas cooperativas, o catador, o agente ambiental autônomo, porque tem como ele provar, eu estive em Minas, quando eu cheguei na ASMARE, que é uma grande cooperativa que tem em Belo Horizonte, quando eu cheguei, eles falaram assim: "Quem é que garante que você é ou está catadora". Eu falei: "O calo na minha mão". Eu fui reconhecida.

Tem que ter algum mecanismo para que essas pessoas possam se manifestar ou mostrar o trabalho que eles estão fazendo, inclusive, eu conversei com um senhor, que está ali na fileira de detrás, o Walfrido, uma rápida conversa, a gente acredita na cadeia produtiva, hoje a gente só pode pegar da calçada, da rua, das praças, nos grandes geradores acreditamos também que podemos industrializar.

Claro com todo o cuidado e está muito perto da nossa categoria fazer isso, por quê? Porque algumas lideranças dentro das cooperativas não agüentam mais aquele processo, coleta, trio, prensa e vende para a indústria. Podemos também industrializar, temos como modelo à madeira plástica, só não sabemos, ainda, como vamos fazer para pegar de volta, que é o que acontece com a indústria, mas é possível se fazer sim. Decretado, Lei, fortalecendo essa categoria, reconhecendo mesmo o trabalho, porque quatro anos atrás quando eu entrei para se coletar em determinada área à gente tinha que sair correndo. Hoje, não, já somos assim, o pessoal cumprimenta, agradece pelo trabalho que está fazendo e não marginalizar.

Infelizmente a categoria ainda é marginalizada por conta de alguns que, ele não tem culpa, ainda não conseguiu resgatar toda a auto-estima, mas ele já está no caminho próximo. Mesmo porque quando a gente faz um trabalho dentro da cooperativa, falta o serviço social, falta à creche, a gente teve que adequar um espaço na cooperativa para ficar cuidando das crianças, fizemos sala mova, também porque até no dia-a-dia as pessoas falavam: "Há senhor, eu já estou com cooperados de 18 a 75 anos. A de 75 anos não vai se aposentar, mas ela fala: eu vou me aposentar dentro da cooperativa, porque eu nunca trabalhei, passei a vida inteira reprimida. Eu falo, o fato da senhora não ter aprendido, era para ter ido para a escola quando era nova, não impede a senhora de crescer agora".

Tivemos sala mova, alfabetização para adultos e alguns já estão indo procurar escola normal e, mesmo porque, é tudo seis meses, nove meses e, quando termina, se encarregamos de estar ali, contribuindo e fazendo como proposta de subir um e ficar o outro, vamos todos juntos.

E também acreditamos que somos todos sócios e se não exercer mesmo o cooperativismo no dia-a-dia, ele é muito difícil de fazer, a Lei do cooperativismo precisava ser revista, ela está ultrapassada para a realidade do dia de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Você permite-me Márcia, vocês tem algum apoio da Associação Brasileira de Cooperativas e da Organização Brasileira de Cooperativas.

SRA. MÁRCIA ABADIA MARTINS – Em São Paulo é difícil entrar nessa questão, porque quem é uma cooperativa conveniada, a Granja Julieta, é uma cooperativa conveniada com a Prefeitura e a Secretaria que cuida. Eles determinam que se, como o senhor perguntou mesmo? Que se filiem ao OCESP?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Isso.

SRA. MÁRCIA ABADIA MARTINS – Só que nós, na diversidade de cooperativas cada uma acredita que tem o direito de ir e vir e posso me filiar a outras. Nós mesmos somos filiados a UNISOL que são 90 cooperativas e cada um vai, mas é muito difícil quando tem o poder, a Prefeitura só deveria ceder o maquinário, o espaço e os caminhões, e sumir da nossa vida porque eles têm o poder de, às vezes, agravar onde eles poderiam ser os facilitadores eles complicam.

E como o André fez um comentário ainda há pouco para mim: "A burocracia Márcia, não pode vencer o trabalho". E eu acho que é assim, interessante ele falar isso porque de tempos em tempos vivemos uma briga eterna com Poder Público local, que não entende o que está acontecendo, como diz muito bem o Rodrigo, que deveria ter uma capacitação técnica para esses técnicos da Prefeitura, porque eles chegam falando: "Eu sou técnico, você é catador". Inclusive eu que sou mais ousada, fiz um carimbo também de técnico e bato lá e falo: "Eu também sou técnica". Eles passaram meio que a respeitar quando eu falo, porque eu falei: "Como se eu estou te ensinando como vai ser feito tudo. Você fala que é técnico e eu a catadora". Eu me orgulho de ser, mas eles impõem como se fosse um cargo menos e um maior.

Eu falei: "Eu acredito nos técnicos que vão para dentro da cooperativa". Como exemplo, o projeto CEMPRE, que passa o dia com a gente, se dispõem até ir para a esteira, para a mesa de triagem, vê o dia-a-dia porque só assim eu vou demonstrar que eu estou em algum momento igualitária com os outros.

Fica difícil pegar, receber essas Ongs porque algumas chegam determinando como vai ser e não precisamos, nós já estamos triando, coletando, não estamos beneficiando, mas vamos beneficiar.

Eu vou responder a pergunta do Senador Flexa Ribeiro, onde é feita e como é feita a coleta. Em São Paulo, por exemplo, são 14 cooperativas em duas concessionárias, ECOURBS E LOGA, que detém determinadas regiões em nível de Município. Então, recebemos o caminhão compactador, que foi feito uma pré-educação ambiental que poderia ter sido investido mais na propaganda de Educação Ambiental e temos também o quê? A coleta do caminhão porta a porta que nós mesmos vamos de porta em porta conscientizamos o morador ou o comércio para doarem o material e fazemos também prestação de conta para ele ver que não é só o simples fato de fazer a catação, é de mostrar para ele que com a doação dele quanto que se agrega de valor, como que o cooperado melhora, nós provamos por A mais B quanto que chega, quanto que isso faz de melhor na vida do catador.

E tem esses caminhões, essas duas concessionárias que distribui esse material. O bom mesmo é quando não se tem muito desses caminhões e, sim, o porta a porta que a dona de casa só entrega para a gente. O catador avulso ele, às vezes, ele peca porque ele pega só o filé, seria o papelão, a latinha, a pet, o PAD, mas na realidade todo o material tem um valor é que ele não está informado pelo simples fato dele estar fora da cooperativa que são 31 qualificações.

E todos a gente consegue repassar para a indústria. E agregando valor, ele não tem essa informação, ele está vinculado com o quê? Com os ferros- velhos, que no final do dia paga a ele com valor, eu diria, quatro vezes menor e ele está vinculado, às vezes, por conta ou da bebida ou da droga. É isso que está mantendo ele ali, embora no bairro da região que eu estou, a Subprefeitura fez um trabalho com os universitários, foram para as ruas, fizemos um levantamento de quantos são esses catadores, tem a apreensão da carroça, a carroça é pintada, organizada, e devolvida para ele, o tempo que está passando por esse processo de reforma ele fica interagindo dentro da cooperativa e fecharam também os ferros-velhos ao entorno.

Tem sempre algum ainda que pula daqui e nasce ali, mas ele vê a diferença dentro da cooperativa. Se em um mês ele tinha um ganho de R$ 600 reais vendendo sozinho no carrinho, dentro da cooperativa ele consegue R$ 1.200 reais só que ele só traz o que, normalmente, filé, porque ele tem os pontos de coleta fidelizado, ele só vai buscar o papelão e o bom da cooperativa é que você qualifica todos os materiais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas dona Márcia, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Pois não Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Essa coleta feita pela cooperativa de porta em porta com os carros é pela companhia que faz também a coleta de lixo ou é a própria cooperativa que faz essa coleta, vamos dizer, com o resíduo selecionado?

SRA. MÁRCIA ABADIA MARTINS – Na realidade é a concessionária e a cooperativa, só que houve um acordo, onde o caminhão que para nós lá é compactador, aqui eu não sei como que chama, onde ele passa, ele coleta no compactador e ele faz um mapeamento, eu coleto aonde ele não passa, respeitando o que se faz coleta, para que também, se não onde, se nós dois coletarmos onde um e o outro coleta, vai ficar muito feio enquanto mostrar os caminhões do Poder Público dois na mesma rua ou num atendimento ou no outro e, mesmo porque, o caminhão coleta na parte da noite e, durante o dia, ele leva e descarrega dentro da cooperativa conveniada com a Prefeitura.

Apesar de que tem mês que some muito material e tem mês que some também, mas ele tem que destinar esse material para uma cooperativa. A coleta é feita pela cooperativa, escolhemos um determinado setor e vamos conscientizar as pessoas e temos também a concessionária que coleta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Eu quero agradecer aos palestrantes e dizer que para nós foi muito importante esse esclarecimento e mais do que esclarecimento é a história de vida principalmente pela Srª. Márcia, bem como pelo André, com a missão que o Dr. Rodrigo, no sentido de que possa fazer propostas para o ente mais responsável, a nível público, no caso o Município, com esse problema que é tão sério.

Eu gostaria de apresentar aos Srs. Senadores, que tem a ver com essa questão de resíduo sólido, a questão do resíduo sólido pneu.

Há uma grande discussão, inclusive, na Comissão de Meio Ambiente, em todos os níveis da questão, da reutilização das carcaças dos pneus e nós vamos propor uma Audiência Pública, nessa Comissão, para que esse assunto seja debatido, fruto de uma provocação, no bom sentido, que nós recebemos da Associação Brasileira de Indústria de Pneus remoldados que me convida, como Presidente e os demais Senadores membros dessa Comissão, para que possam visitar unidades da produção de pneus remoldados e, conseqüentemente, conhecer esse trabalho que eles vêm executando no Brasil.

Eu proponho aqui, aos Srs. Senadores, o debate da possibilidade da visita a esse essa unidade com o Senador que desejar comparecer, obviamente, uma nova data a ser fixada. Em discussão. Aprovada.

Estaremos marcando essa agenda para, em seguida, discutirmos esse tema específico da questão dos pneus remoldados.

A todos meu muito obrigado e que Deus nos proteja. Está encerrada a sessão.

(Sessão encerrada às 16h39.)

Ata da 8ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de setembro de 2007, às 14:30 horas.

Às quinze horas e quatro minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandro Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **CÍCERO LUCENA**, reúne-se a Subcomissão Temporária para a discussão sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, com a presença dos Senhores Senadores **JOÃO RIBEIRO, WELLINGTON SALGADO, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO** e **ADELMIR SANTANA.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se a deliberação da pauta. **Item único) REQUERIMENTO Nº 06, DE 2007-CMAGRS** que, considerando as atribuições e objetivos desta Subcomissão, bem como a necessidade de identificar as experiências e realizações que obtiveram êxito na solução de problemas relacionados ao gerenciamento do lixo, e ainda, tendo em vista as sugestões apresentadas pela GTZ (Cooperação Técnica Alemã) e o KFW (Banco de fomento da República Federal da Alemanha), requer a realização de visita técnica da Subcomissão de Resíduos Sólidos, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, às cidades da Alemanha abaixo citadas, que tiveram experiências inovadoras e bem sucedidas quanto ao tema, apresentando bons resultados: na cidade de Frankfurt - visita a empresa encarregada de colher o lixo doméstico, a chamada "Frankfurter Entsorgungs – und Service GmbH", para receber explicações sobre todo o processo de eliminação de lixo e, particularmente, o sistema de colheita separada e reciclagem de materiais reutilizáveis, possuindo, também, um sistema moderno de separação de papel usado; em Offenbach - visita a empresa pública da Prefeitura, denominada Gemeinnützige Offenbacher Ausbildungs – und Beschäftigungsgesellschaft (GOAB), especializada em reciclagem, sobretudo de aparelhos elétricos e eletrônicos usados, tais como computadores e aparelhos elétricos, bem como projeto de inserção social; na zona de Darmstadt - visita a uma usina que utiliza o sistema de compostagem; em Mannheim - visita a uma usina de co-geração de energia e calor à base de lixo. **Autoria:** Senador **CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **JOÃO RIBEIRO, WELLINGTON SALGADO** e **INÁCIO ARRUDA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e doze minutos, lavrando eu, José Francisco Bernardes de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Cícero Lucena,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Havendo número regimental declaro aberta a 8ª reunião da Subcomissão Temporária para

a discussão sobre gerenciamento de resíduos sólido no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata reunião anterior permaneço em como se encontram. Aprovado.

Se encontram na Mesa um Requerimento onde considera que as atribuições e objetos dessa Subcomissão, bem como a necessidade de especificar as experiências e realização que obtiveram êxito na solução dos problemas relacionados ao gerenciamento do lixo, e ainda tendo em vista a sugestões apresentada pela GTZ, Cooperação Técnica Alemã. E o KFW, Banco de Fomenta República Federal da Alemanha. Requeremos a realização de uma visita técnica da Subcomissão de Resíduos Sólidos no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. As cidades alemãs, abaixo citada, que tiveram experiências inovadoras e bem sucedidas quanto ao tema. Apresentando bons resultados. Na cidade de Frankfurt, visita a empresa encarregada de colher o lixo doméstico chamado Frankfurt(F) (ininteligível), para receber explicações sobre todo o processo de eliminação de lixo e particularmente o sistema de coleta separada e reciclagem de materiais reutilizáveis. Possuindo também um seus sistema moderno de separação de papel usado. Em Offenbach, visita a empresa pública da Prefeitura, denominada, aí me desculpe o Alemão que eu não conheço, especializada em reciclagem, sobretudo, de aparelhos elétricos eletrônicos usados tais como: Computadores e aparelhos elétricos, bem como o projeto de inserção social, ainda na zona de (ininteligível), visitam a usina que utiliza o sistema de compostagem(F). Em (ininteligível) visitam a usina de coogeração(F) de energia e calor a base do lixo. Então, Srs. Senadores, está em discussão.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Pois não.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Bom, primeiro eu quero cumprimentar a V.Exª pela forma inteligente como preside essa Subcomissão, procurando estabelecer sobretudo, esclarecer, não apenas estabelecer, mas esclarecer e elucidar bem a questão do resíduos sólidos do Brasil e no mundo. E acho que V.Exª busca agora a experiência da Alemanha, que segundo informações que nós temos, é o país no mundo que tem um hoje um dos melhores serviços é a Alemanha e o Japão, e portanto, não sei qual dos dois é melhor, mas são os melhores do mundo. E V.Exª com esta decisão dessa Subcomissão vai buscar experiência, trocar informações e com certeza enriquecer o trabalho desta Subcomissão, que é preparar um relatório sistemático, um relatório que possa realmente enriquecer a questão dos resíduos sólidos no Brasil. Nós precisamos avançar nessa questão, e portanto, eu cumprimento V.Exª, não apenas voto favorável, feito os outros colegas Senadores também, mas cumprimento a V.Exª pela sabia decisão de levar uma equipe de Senadores até a Alemanha para que lá possamos discutir e ver de perto a experiência magnífica que eles têm, na questão do lixo e do resíduo sólido. Meu parabéns, e o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) –Muito obrigado. Com a palavra o Senador Welington salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu que já acompanho o trabalho de V.Exª quando vez o tratamento no estado, na cidade que V.Exª foi Prefeito, e realmente sem visitar organismos internacional e tratamento em outros países, já fez aquele grande trabalho, imagina agora que V.Exª vai ver realmente um dos países mais avançados no tratamento de resíduos sólidos.

Então, eu queria parabenizar que uma Subcomissão tão recente já está providencio ando visitas a países desenvolvidos nessa área. E com certeza trará idéias, recursos e convênios e acordos internacional, para que possamos trabalhar com toda essa questão dos resíduos sólidos. É uma honra muito grande participar dessa Subcomissão, e estou realmente satisfeito de ter evoluído tão rápido, e já prevendo alguns acordos internacionais. E meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Agradeço. Senador, em discussão o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, eu considero assim uma iniciativa Senador Cícero Lucena, da Subcomissão, das mais importantes, por quê? Porque nós precisamos conhecer todas essas experiências internacionais, eu acho que a Alemanha, o Japão, a Inglaterra tem experiências muitos significativas, os países escandinavos também estão trabalhando muito com a reciclagem.

Mesmo nos Estados Unidos, onde você tem um trabalho já mais difícil, mas eles tem atentado para essa questão que é central, nós temos experiências brasileiras muitos importantes que podemos fazer um intercâmbio de experiências, experiências que envolvem populações locais, que é muito importante, você ouvir o povo, o povo compreender que é possível você transformar o que parece para uns lixo, também em riqueza e sobretudo em energia. Transformação do lixo

em energia. Muitos países, principalmente na Europa, tem feito uma complementação das suas necessidades na área de energia com a energia oriunda do lixo.

Então, nós podemos fazer isso aqui no Brasil, eu acho que nós temos responsabilidade nessa questão, nessa Subcomissão, para poder oferecer subsídios ao Governo, influenciar o Governo no nosso país, a apoiar as iniciativas locais, porque lá no município que vai se materializar essa questão, é no Estado e, especialmente, no município apoiar experiências que vai fazer com que aquele município ganhe dinheiro, produzida energia, faz um resgate dos (ininteligível) carbonos que são muitos importantes para o Brasil, estão, digamos assim, na nossa mão, mas nós temos que transformar isso, materializar. Eu acho que é uma oportunidade para não só enriquecer esta Subcomissão, mas, sobretudo, porque vem trazendo as experiências possa chegar para o Governo com esforço da nossa Subcomissão, e olha, essa experiência é muito positiva, mas para se viabilizar precisa que o Governo Federal adote como importante instrumento de produção de riqueza dos municípios a partir de algo que poderia parecer absolutamente inútil para a sociedade.

Então, eu acho que a V.Exª toma uma iniciativa muito importante para todos nós na Subcomissão, na Comissão, e para o nosso país, porque vai ajudar o Brasil, e se vai contribuir com o nosso país, nós temos que dar todo apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Agradeço, encerrada a discussão. Os Senadores que aprovam o Requerimento permaneçam como estão. Aprovado.

Estaremos agendado e comunicando aos demais Senadores do procedimento. Muito obrigado.

Não tendo mais nada a constituir declaro encerrada a Presidente reunião.

(Sessão encerrada às 15h12.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da 24ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ªLegislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 23 de agosto de 2007, às 10:00 horas.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e três de Agosto do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MOZARILDO CAVALCANTI, JARBAS VASCONCELOS, ROMEU TUMA, ARTHUR VIRGÍLIO, CRISTOVAM BUARQUE, AUGUSTO BOTELHO, GILVAM BORGES, CÉSAR BORGES** e os Senadores não membros **JOSÉ AGRIPINO, JOÃO PEDRO, SÉRGIO ZAMBIASI, SIBÁ MACHADO, TIÃO VIANA, MAGNO MALTA, IDELI SALVATI, ROMERO JUCÁ** e o Deputado **MARCELO ITAGIBA.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente dá início a apreciação da pauta que destina-se a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Tarso Genro, Ministro da Justiça, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a deportação dos atletas cubanos que vieram ao Brasil para os Jogos Pan-Americanos de 2007, em atendimentos ao Requerimento nº 53, de 2007 – CRE, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo. O Presidente convida o Ministro Tarso Genro e os Senhores Luiz Paulo Barreto, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, e Paulo Lacerda, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, para comporem a Mesa. O Presidente concede a palavra ao Ministro **TARSO GENRO** para fazer sua exposição. Usaram da palavra os Senadores **ROMEU TUMA, ARTHUR VIRGÍLIO, CÉSAR BORGES, EDUARDO SUPLICY e MOZARILDO CAVALCANTI.** Assumiu a Presidência interinamente o Senador Romeu Tuma. O Presidente em exercício concede a palavra aos Senadores **JARBAS VASCONCELOS, HERÁCLITO FORTES, JOÃO PEDRO e IDELI SALVATI.** Os Senhores **PAULO LACERDA** e **LUIZ PAULO BARRETO** fizeram uso da palavra. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRAO MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Havendo número regimental declara aberta a 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à apreciação da pauta.

Item 1 - Com a presença do Exmo. Sr. Tarso Genro, Ministro do Estado da Justiça, para prestar a esta Comissão esclarecimentos sobre a deportação dos atletas cubanos que vieram ao Brasil para os jogos Pan-ame-

ricanos de 2007 em entendimento ao requerimento nº 53 de 2007, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo, aprovado em 09.08.2007.

Convido o Sr. Ministro Tarso Genro para compor a mesa. Convido o Dr. Luiz Paulo Barreto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça, para compor a mesa. Convido o Dr. Paulo Lacerda, Diretor Geral da Polícia Federal, para compor a mesa.

Antes de dar início à sessão, eu peço permissão para abrir um parêntese e parabenizar o Senador Jarbas Vasconcelos que aniversaria hoje, desejando-lhe plena felicidade e o exercício de um Senador profícuo.

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Ministro Tarso Genro para fazer a sua exposição, comunicando que estará sobre a mesa as inscrições para ...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu não preciso me inscrever?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – ... Não, V. Exª., como autor, apenas se inscreve por formalidade, mas é o primeiro inscrito pela autoria do requerimento. Concedo a palavra ao Ministro Tarso Genro.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Obrigado, Senador Heráclito Fortes, Presidente dessa importante Comissão. Em primeiro lugar eu quero registrar que é uma honra estar presente aqui nesta Casa, nessa Comissão, dando as informações solicitadas pelos Srs. Senadores, pela Instituição, não somente porque é um dever funcional nosso, mas também porque queremos colaborar com a avaliação que os Srs. Senadores e Senadoras possam fazer a respeito da conduta da Polícia Federal no que se refere à questão da deportação dos cubanos. Vou dar uma explicação sumária, formal, e evidentemente estarei à disposição para responder quaisquer perguntas relacionadas com esse processo administrativo. Está comigo aqui o Delegado Paulo Lacerda, Chefe da Polícia Federal, e o Secretário Executivo, Luiz Paulo Barreto, que também estarão à disposição.

O episódio do ponto de vista do Ministério da Justiça é um episódio puramente administrativo, de natureza policial. Não envolve, da parte do Governo, do Ministério da Justiça, qualquer atitude de excepcionalidade em relação aos atletas cubanos, aliás, nós temos muitos cubanos refugiados no Brasil, e nem envolve qualquer tipo de relacionamento irregular, imprevisto ou imprevisível legalmente da Instituição da Polícia Federal brasileira com as autoridades cubanas. O fato concreto e simples é que os Srs. Rigondeaux e Lara Zantaya se ausentaram da sua delegação, eles vieram numa delegação com um avião cubano ou do Estado cubano fretado pelo Estado cubano, se ausentaram da delegação, a delegação informou às autoridades olímpicas e também às autoridades policiais que os dois cidadãos estavam desaparecidos, e a partir desse registro evidentemente as autoridades policiais fizeram a descrição desses dois cidadãos para que eles fossem localizados.

A polícia brasileira, ela não teve tempo, condições ou prioridade para fazer qualquer busca especial relacionada com os dois cubanos. Evidentemente a fotografia dos cubanos foi distribuída para as autoridades competentes e, num determinado momento, cuja as datas foram fartamente informadas pela imprensa, a Polícia Militar do Rio de Janeiro foi informada de que os dois cubanos estavam numa determinada praia, num determinado local, e foram buscá-los. Buscaram os cubanos e, neste momento, a partir desta busca e da entrega à Polícia Federal, entra o cuidado, a cautela e a vigilância que o Ministério da Justiça teve para que fosse a lei cumprida. Quando os cubanos solicitaram o auxílio da Polícia Militar, segundo declarações que eles deram assistidas pela OAB e conferidas pela Procuradoria da República da região, o Secretário de Segurança me avisou: "Recebi uma informação de que os cubanos foram acolhidos pela Polícia Militar do Estado e orientei para que se cumprisse a lei, ou seja, que eles fossem levados à Polícia Federal". Foram levados à Polícia Federal, manifestaram essa intenção de voltar ao seu país, eu tive a cautela de ligar para o Dr. Lacerda e dizer a ele: "Dr. Lacerda, verifique se todos os rigores da lei estão sendo cumpridos, inclusive se foi oferecido refúgio para esses cidadãos".

Foi efetivamente o que ocorreu, foi oferecido refúgio, os cubanos não quiseram permanecer no país, estavam com vontade de voltar para a sua Pátria, para a sua Terra, e o Governo cubano, que os trouxe por delegação, estava atento evidentemente para que no momento que eles prestassem declarações e fossem liberados, que fossem levados para a sua Terra. Foram deportados porque houve um desvio no visto e isto está previsto dentro da lei. Portanto, a Polícia Federal, eu quero dizer que esse episódio é um episódio circunscrito a uma ação policial administrativa da Polícia Federal que cumpriu rigorosamente a lei e que no momento em que esses trâmites terminaram, estando um avião à disposição, é óbvio que as autoridades cubanas estavam acompanhando o caso e queriam levar os seus compatriotas de volta, e não o fariam contra a sua vontade porque a Polícia Federal não permitiria, o Governo brasileiro não permitiria. Encerrado o trâmite legal, com todos os rigores determinados pela lei, esses cidadãos foram entregues às autoridades cubanas que os levaram de volta para a sua Terra ...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Ministro, se o Senhor me permitir só uma perguntinha, o

Dr. Paulo está aí, desculpe, Presidente. O Senhor falou em deportação. Eles estavam aqui legalmente na delegação, eu não sei qual é o prazo de permanência que eles tinham, não estavam como turistas, mas como profissionais atletas, então estavam temporários, dentro do prazo, então eles podiam sair ou permanecer por mais algum tempo dentro do prazo?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Poderiam.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Então eu pergunto: esse termo deportação está bem aplicado?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Está juridicamente correto.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu estou perguntando por experiência, mas a população fica um pouco confusa, que deportação parece que algemou e botou o cara no avião.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – O que não ocorreu.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Desculpe interromper V. Exª.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – ... Inclusive o entendimento que a Polícia Federal adotou é o entendimento adequado na nossa opinião, porque eles efetivamente estavam por prazo determinado, e como eles desapareceram da delegação houve um desvirtuamento nesse visto e eles foram dados como desaparecidos. Manifestaram a intenção de voltar, então em função desse desvirtuamento foram, segundo a sua vontade, manifestada formalmente, foram deportados e ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Em avião do próprio Governo cubano?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – ... Do próprio Governo cubano. O Governo brasileiro não colocou nenhum avião à disposição, não fez ninguém gesto de ...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Constrangimento.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Constrangimento ou de reforçamento da idéia que eles manifestaram. Agora por que é que foi rápido? Foi rápido porque havia sim um interesse manifesto do Governo cubano de levá-los, tanto é verdade que o chefe da delegação, o chefe de segurança da delegação registrou o seu desaparecimento, e, obviamente, fez contato com a Polícia Federal para que no momento em que fossem liberados fossem levados novamente para Cuba. Então o que eu quero apenas, com essa informação, e permaneço à disposição, é registrar que não houve nenhum ato político do Governo Federal e muitos menos da Polícia Federal, e digo muito menos porque a Polícia Federal é que tratou diretamente do caso, sem qualquer interferência política nossa que não fosse esta advertência, esta advertência feita, aliás, por uma pessoa que é um ex-exilado político e que utilizou dessas prerrogativas na época do regime militar, quando manifestei diretamente ao Dr. Lacerda e comentei com o Luiz Fernando, no momento em que eles foram entregues, é que observassem e deixassem claro para os cubanos que se eles quisessem permanecer no Brasil poderiam permanecer, como permanecerão esses que já encaminharam o pedido de permanência aqui no país.

Portanto, nós não politizamos, nem forçando a permanência deles aqui, o que seria uma atitude de seqüestro político nosso, e nem politizamos empurrando eles para que fossem levados para Cuba para resolver um problema de natureza política para Cuba, seja o que for. A Polícia Federal agiu rigorosamente dentro da lei e não tomou nenhuma atitude nem ilegal e nem não regulamentar. As dificuldades que ocorrem em caso de deportação ou em caso de expulsão normalmente são porque dividem-se, nestes casos, as atenções para quem vai pagar a deportação, como é que vai ser processada a deportação, se o país que pede uma extradição, por exemplo, e o extraditando está à sua disposição, manda uma avião ou manda recursos para uma passagem, mas nesse caso não houve esse problema, daí a celeridade com que esse ato administrativo se processou, sem nenhuma violência, respeitando os direitos dos cubanos, eles ficaram sob vigilância, eles se quer foram presos na Polícia Federal, eles ficaram num hotel com vigilância da Polícia Federal, nas normas regulamentares da legislação que prevê esta tipicidade para os estrangeiros em situação irregular, e voltaram para a sua Terra.

Então esta foi a atitude do Governo brasileiro, esta foi a postura da Polícia Federal. Para encerrar, Sr. Presidente, eu quero dizer que a Polícia Federal, ela vem prestando relevantes serviços à sociedade brasileira, não só no que se refere ao combate à corrupção, que é uma questão sistêmica do Estado brasileiro, como também no combate direto ao crime organizado, ao tráfico de drogas, ao controle que nós temos que ter das relações perversas e ilegais com que instituições internacionais criminosas tem aqui dentro, e a Polícia Federal não faria nenhum gesto para desmerecer esse prestígio que ela vem adquirindo na sociedade brasileira. É absurdo pensar que a Polícia Federal fizesse qualquer articulação, qualquer relação não legal, não protocolar e não institucional com qualquer autoridade cubana, ou seja, de que ela poderia estar colaborando com a polícia cubana para vir aqui buscar pessoas que tivessem dissidência política. Isso a Polícia Federal não fez e não fará não só pela maturidade e responsabilidade que ela adquiriu nesse país,

como também pela responsabilidade que ela tem com o Estado brasileiro, não somente com o Governo, mas com o Estado brasileiro, e, portanto, também, com relação a esta Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu queria apenas desfazer uma dúvida com o Ministro. V. Exª. informou que fotografias dos dois cubanos foram distribuídas. Por que e com que objetivo?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – É o que determina a lei nos procedimentos policiais quando as pessoas são dadas como desaparecidas. Se informa todo o sistema policial e no caso o sistema estadual, que aliás nem localizou os cubanos, o sistema estadual, foi solicitado à Polícia Militar para buscar ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Houve uma solicitação formal por parte do Governo cubano?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Não, não houve, isso é um procedimento que é feito pela polícia regularmente.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Mas a delegação não comunicou o desaparecimento?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Sim, sim. O Senador perguntou se as fotografias foram pedidas pelo ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, foram distribuídas ...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Foi registrado o desaparecimento em razão daqueles que estavam chefiando a delegação.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Exatamente, foram distribuídas.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu digo ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – É colocado no sistema.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu queria saber, o Senhor perguntou se houve a queixa ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Se foram distribuídas, Senador Tuma, alguém provocou, por que quantos desaparecidos tem no país?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Foi a autoridade policial que providenciou isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, por que não seguimos a lista?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quem provocou foi o chefe da delegação, não foi isso?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – O registro do desaparecimento foi feito pela delegação cubana.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu estou me referindo apenas ao detalhe da distribuição das fotografias. Bom, Senador Arthur Virgílio, como autor da proposta.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Muito bem. Ministro Tarso Genro, Dr. Luiz Paulo, meu prezado amigo, Dr. Paulo Lacerda, Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Antes de mais nada eu devo dizer como vejo o Ministro Tarso Genro. O Ministro Tarso Genro para algumas pessoas é um bicho-papão, e dizem assim, alguns vêem em V. Exª. um traço de autoritarismo que eu não enxergo e dizem: "ele é ideológico". Eu também sou, isso não quer dizer nada, eu até respeito V. Exª. com todas as divergências que temos, então o político Tarso Genro em mim não mete assim nenhum medo do ponto de vista do seu compromisso democrático, nenhum, eu tenho V. Exª. como um dos principais interlocutores meus no Governo Federal, o que não impede que nós tenhamos hoje uma sessão que eu julgo que será bastante interessante do ponto de vista dos argumentos e dos contra-argumentos que vamos aqui apresentar.

Antes de mais nada, para então nós ficarmos na absoluta honestidade intelectual, o termo deportação, que parece pejorativo, ele é o correto, seria retórico se falar em repatriamento, o termo é deportação sim e não tem nenhuma conotação pejorativa aí, assim como no jargão diplomático asilo, e o Ministro usou corretamente a expressão refúgio, asilo é quando no exterior alguém pede socorro à embaixada brasileira, digamos. Quando esse socorro é pedido em solo pátrio, em solo brasileiro, aí a figura já é do refúgio. Muito bem, Ministro, eu antes de tecer algumas considerações, eu faço uma pergunta: o Dr. Paulo Lacerda certamente terá esses dados se V. Exª. não tiver de cabeça. Eu gostaria de saber os dados do avião, prefixo, como foi, tripulação desse avião cubano que transportou os boxeadores. Tem aqui um episódio e tem o episódio que seria passado em Niterói. Há um lutador brasileiro chamado Ricardo Arona, de outra modalidade, ele pratica *mixed martial arts*, e ele travou contato, declaração dele própria, travou contato com os boxeadores cubanos que estavam no firme propósito de perseguirem uma carreira. É vedado a eles até lutarem boxe como amadores lá, mas eles queriam uma carreira profissional a partir da Alemanha. Trata-se de dois pugilistas da melhor qualidade, do melhor nível, sendo que o mais leve deles, o Rigondeaux, talvez é o melhor do mundo no peso dele, e o Arona revelou que a namorada de um deles, ao falar ao telefone, disse: "olha, já tomaram a minha casa, já tomaram o meu carro". Ela tinha privilégios por ser supostamente a companheira de um herói nacional, enfim, lá todo mundo é militar, e a partir daí teria mudado o quadro, começou a povoar a cabeça deles a preocupação com a família, aquela

idéia de "para eu poder ficar fora, eu teria que trazer a família inteira, sob pena de eu largar a minha família na desgraça". A declaração deles, e eu digo isso, agora falando, já me posicionei diante de V. Exª., Ministro, estou falando agora para o democrata, estou falando para um homem que enfrentou o regime militar.

A declaração dos dois, a aparição pública dos dois boxeadores dizendo que estavam voltando por vontade própria, que não havia constrangimento, que queriam, enfim, retornar ao éden, ao paraíso, me lembrou a figura do Massafumi, aquele militante de esquerda torturado até mais não poder, e não foi o caso, eu não estou dizendo que teve tortura, tortura foi lá, ou seja, pressão em cima das famílias, enfim, o Massafumi que aparece na televisão em circuito nacional, com a bandeira brasileira atrás, aquela história, o Massafumi dizendo que meditou e concluiu, preso, concluiu que a revolução redentora de 1964, era o melhor caminho da juventude, que aconselhava a juventude a se afastar do caminho das armas, a se afastar do caminho da contestação do regime. Eu não consigo deixar de ligar os olhos tristes dos dois boxeadores, e a gente lê muito pelos olhos, a gente não lê só pelos livros, aquela coisa lamentável que caracterizava o desrespeito da ditadura, toda ditadura é assim e a cubana não é diferente, em relação à pessoa humana, eu estava vendo ali a figura aviltada do Massafumi, uma figura arrasada, colocada no seu nível mais baixo de condição humana. O Ministro se referiu à vontade de voltar. Eles anunciaram essa vontade e eu me referi ao Massafumi.

Estranho que duas pessoas inteligentes tivessem tido a vontade de voltar por elas mesmas, porque lá, e de maneira muito lamentável, lá não cá o Chanceler cubano diz que eles serão tratados com decência e veja o que é uma ditadura, e isso, Ministro, me parece que manter relações normais com os países, o Brasil deve manter, manter relações comerciais, políticas normais, enfim, mas o que deve unir V. Exª. e eu, por exemplo, é nós dois temos no fundo, nós dois, ainda que conversando em particular, nós dois temos que ter repulsa ao regime cubano. Eu não admito que V. Exª. e eu não tenhamos juntos repulsa ao regime cubano, não é possível que a gente fique imaginando que se a ditadura é de direita é uma ditadura, se é uma ditadura de esquerda não é bem ditadura, é o socialismo que está por trás e em função desse suposto sonho a gente permite a violação diária e cotidiana do direito da pessoa humana. Eu tenho certeza que se estivermos juntos os dois, V. Exª. vai dizer que tem um nível de repulsa tão grande quanto eu tenho pela forma como eles se portam. Vamos pegar o seu Governo, inclusive. O Presidente Lula não trata da seleção brasileira de vôlei, ele não se mete na briga do Ricardinho com o Bernardinho, não se mete. Lá o Chanceler cubano determina a profissão que vai ser a próxima profissão dos dois boxeadores, ele diz com a maior naturalidade, porque o uso do cachimbo torna a boca torta, ele diz com a maior tranqüilidade que boxear não vão mais, hoje, violinista que não vai mais tocar, é o pianista que não vai dar mais conserto, é o pintor que não vai mais pintar, é o escritor que não vai mais escrever, é a bailarina que não vai mais dançar, é o orador que não vai mais falar, é o pregador que não vai mais pregar, é o estilista que não vai mais costurar. E são dois artistas, os dois boxeadores cubanos, dois artistas. Vão fazer qualquer outra coisa, quem sabe carregar mala lá no Varadero, quem sabe dar aula de boxe sem que os dois possam mais integrar uma delegação cubana, foi o que disse, foi o que disse.

Então essa idéia de que tem um regime e que você dele não pode sair, tem que ter autorização, pedir autorização para sair, isso se choca com tudo que é consciência que nós aqui construímos numa democracia que está consolidada. Eu digo isso porque oposicionista do Governo Lula, como V. Exª. sabe que sou, quando as pessoas dizem: "ah, estão lutando por um terceiro mandato", eu não levo a sério porque eu não vejo a menor possibilidade, não vejo que passe pela cabeça do Presidente Lula pretender um terceiro mandato, nem ele quer e nem o Brasil toleraria. O Brasil é uma democracia consolidada, com instituições sólidas. O Congresso passa por uma crise, as instituições brasileiras são sólidas e nós temos muito tempo não só de estabilidade política como de estabilidade econômica para garantir essa democracia que é um patrimônio de todos nós. Eu vejo o Chanceler falando, eu vejo o Presidente Fidel Castro se metendo nessa história, dando palpites, levanta do leito, quase que de um sarcófago, se desmumifica para vir se meter na história, na vida dos rapazes que a meu ver queriam pura e simplesmente sair daquele país e tentar a vida em outro, ir tentar a vida em outro. Ainda, Ministro, eu gostaria de dizer que eu saio daqui, sairei satisfeito se restar comprovado perante todos que o Brasil não teve, porque o meu único medo, e de certa forma disse a V. Exª. ao telefone ontem, a única coisa que eu não gostaria, medo não, a única coisa que eu não gostaria de ver era a idéia de uma colaboração de Governo, o Governo brasileiro se achando no dever de colaborar com um Governo supostamente amigo e nesse nível, nesse nível, porque não caberia.

Eu gostaria de sair daqui acreditando mesmo nisso, que não tinha alternativa, que os rapazes coagidos sim, por vontade própria não, coagidos sim, os rapazes saíram daqui e foram levados para Cuba no fundo no fundo para evitar retaliação às suas famílias,

e aí o Governo brasileiro teria então supostamente pouco a ver com isso. Mas tem algo que me estranha, esteve no meu gabinete outro dia o Chanceler interino, Samuel Pinheiro Guimarães, o meu colega de Itamaraty, e o Chanceler Pinheiro Guimarães me disse que, de maneira sucinta e com aquela capacidade que têm os Diplomatas de dizer só o que querem e no limite mínimo, e por isso eu larguei a carreira, porque eu não conseguiria dizer no limite mínimo coisa alguma, o Chanceler me disse que o Itamaraty não estava nisso, e isso me causou estranheza e eu queria aí sim uma explicação sobre este fato, porque digamos que o Governo brasileiro tivesse induzido, no máximo induzido os boxeadores a ficar no Brasil, "fica aqui, por que vocês não ficam, aqui é melhor, você não tem que ceder a essa chantagem", enfim, digamos que isso daí, por absurdo que fosse, rendesse o estremecimento de relações com o Governo de Fidel Castro. Como é que isso poderia acontecer às costas do Itamaraty? Como é que isso poderia, Dr. Paulo Lacerda, acontecer com o Itamaraty, que tem que arcar com as conseqüências dos atos que levam ao bom ou ao mau relacionamento entre dois países, do ponto de vista diplomático, não estar nisso, e eles não estavam nisso, ou seja, eu, Ministro, não me estenderei, gostaria de dizer que, em primeiro lugar, V. Exª. para mim não é o bicho-papão que alguns gostam de pintar, uma figura que supostamente encarnaria uma ideologia que levaria o Brasil para caminhos autoritários, eu conheço V. Exª. e não tenho nenhuma razão para não o respeitar. Esse episódio a mim me constrangeu e esse episódio, se provado que o Governo brasileiro agiu de maneira correta, fica apenas o meu sentimento de repulsa a uma ditadura que apoiada por intelectuais, estranhamente apoiada por intelectuais, estranha e lamentavelmente apoiada por alguns intelectuais, eu percebo que alguns deles estão produzindo menos, começam a apoiar a ditadura, começa a compor menos, começa a produzir com menos brilhantismo, é uma relação direta, assim como consumo tem a ver com produção e economia, eu diria que apoio à ditadura tem a ver com endurecimento das faculdades intelectuais, tenho convicção disso. Intelectuais que conseguem justificar aquele episódio vergonhoso de cinco rapazes fugirem de Cuba, são apanhados na boca do tubarão na baía que separa de Miami, são retirados daquela jangada precária e são fuzilados sumariamente.

Eu gostaria de que nós tivéssemos uma posição, claro, com todos os cuidados diplomáticos, mas mais firme do que temos tido nos fóruns internacionais, mais firmes do que temos tido em relação a essa questão da defesa dos direitos da pessoa humana, afinal de contas nós precisamos do voto de Cuba, se quisermos ser só pragmáticos, e em duas ocasiões não obtivemos o voto de Cuba, nem para a OMC e nem para o BID, não obtivemos, ou seja, e ainda que fosse em troca do voto, o Brasil, que é uma democracia e marcha para ser uma democracia exemplar enfrentando as suas crises, resolvendo as suas crises dentro dos quadros da Constituição brasileira, o Brasil teria que, acima dos votos e das conveniências, estabelecer as suas posições. Eu não sou a favor do bloqueio americano, eu considero que é acertadíssima a decisão do Brasil quando o Chanceler San Tiago Dantas, em 1961, enfrentou o Secretário de Estado Din Husky na célebre conferência de Punta Del Este, e o Brasil se abstém de votar junto com o México, se não me engano, na hora que os Estados Unidos armava a expulsão de Cuba do sistema interamericano, eu sou contra o bloqueio portanto, não considero, para mim também não caio nessa armadilha, ou seja, tem alguns que dizem: "eu me perfilo ao lado do Presidente Bush", mas eu considero o Presidente Bush um flagelo, um desastre, algo que não faz bem aos Estados Unidos, não faz bem às relações externas dos Estados Unidos, não faz bem, enfim, não faz bem à paz mundial, e eu digo que finalmente o regime cubano não pode, a meu ver, ser encarado como algo normal, como algo natural por nós outros brasileiros.

Eu volto a dizer, Ministro, eu não tenho porque duvidar de V. Exª., eu não tenho mesmo, e eu gostaria de ter essas informações que pedi, detalhes sobre o avião e a razão da ausência do Itamaraty, que eu não consigo entender, porque se isso é uma praxe, essa praxe está errada, a gente tem que mexer nela, porque se é algo que rende conseqüências internacionais diplomáticas não tem sentido a gente, enfim, digamos que a Polícia Federal, que é perita, é uma grande Instituição e que a meu ver deve procurar agir sempre com sobriedade, quando menos, Dr. Paulo Lacerda, quanto menos holofote dentro das ações que a gente apóia melhor, eu preconizo uma Polícia Federal sóbria, ela tem que pura e simplesmente enfrentar e coibir a corrupção. Isso não tem nada a ver, se alguém me disser que holofote aumenta a eficiência no combate da corrupção, aí a gente vai acender todas as luzes, mas eu tenho a impressão que não há essa relação como aquela que eu tentei estabelecer na economia e na... eu não vejo, enfim, mas o trabalho que faz é meritório, mas digamos que tivesse havido uma imperícia nessa relação, o Itamaraty ia arcar com as conseqüências, logo o Itamaraty teria que ser avisado, teria que estar dentro, teria que ter participado. Aí se o Ministro quiser me dar um presente, é dizer que como cidadão, como militante, ele condena o regime cubano. Eu ficaria ex-

tremamente feliz e isso aumentaria a ternura que há muito tempo me liga a V. Exª. no plano pessoal.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Eu poderia dizer de plano que eu não tenho afinidade.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Já fico satisfeito, como Ministro eu fico satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Ministro Tarso Genro.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Obrigado, Presidente, obrigado Senador Arthur Virgílio. Rápidas informações complementares. O Itamaraty não entrou porque deveria entrar se tivesse se configurado um conflito entre Estados. V. Exª. sabe mais do que eu, porque é um Diplomata, e no caso concreto foi apenas uma seqüência de atos administrativos e de relações institucionais entre os órgãos correspondentes nessa relação, e se fosse solicitada qualquer intervenção do Itamaraty, eu tenho certeza que o Itamaraty teria ... tratava-se na verdade de uma relação de indivíduos, com previsibilidade legal para a sua solução e que ficou no âmbito do departamento da Polícia Federal e sob a observação do Ministro da Justiça. Então nós cumprimos rigorosamente a lei em relação a essa questão. Se houver uma modificação constitucional ou legislativa ou um indicativo inclusive, regulamentar que o Itamaraty deva acompanhar um caso como esse, eu sinceramente não tenho nenhuma contraposição, embora me pareça vamos dizer assim um gasto de energia do Itamaraty, porque daí teria que acompanhar todos os casos relacionados com estrangeiros.

Em relação àquela primeira observação, comparando com o Massafumi, um jovem que representou uma tragédia naquela oportunidade, no Estado de fato do Brasil, no Estado autoritário, o que nós podemos garantir, Senador Virgílio, é que aqui no Brasil eles não fizeram papel de Massafumi porque eles estiveram assistidos pela OAB, ao abrigo da Polícia Federal e com a atenção também do Procurador Geral da República. Agora fora do Brasil obviamente eu não posso fazer um juízo, eu não posso fazer um juízo por razoes de função política que eu exerço no Governo, de uma parte, e de outra parte porque também não teria uma massa de informações suficientes para informá-lo com credibilidade, mas aqui no Brasil eles foram tratados com respeito e foi obedecida a sua vontade. Eu tenho uma experiência pessoal em relação a essa questão da volta, Senador Arthur Virgílio, que eu quero contribuir com V. Exª. também para a gente poder excepcionar.

Eu saí aqui do Brasil, eu nunca fui torturado aqui no Brasil, nunca fui desrespeitado, mesmo na época do regime militar, eu quero dizer isso. Eu sei que centenas de brasileiros o foram, mas eu não tenho tendência para posar de herói ou para apresentar falso sofrimento para valorizar o meu depoimento. Eu, nas vezes que fui preso no regime militar, fui tratado com consideração, porque eu vivia numa cidade do interior e no interior sempre tem relações mais lábeis, mais fáceis, mais democráticas, mesmo dentro de um regime militar. Eu estive na Polícia Federal, eu estive no Exército brasileiro e estive no DOPS, mas eu, quando saí, eu saí na época mais dura da repressão, na época do Médici, e eu saí porque teve uma ordem de prisão naquele momento contra mim e outras pessoas. Eu fui para o Uruguai e no outro dia eu estava tentando voltar, e esperei que o meu processo fosse para a auditoria militar, onde eu teria mais garantias, como efetivamente tive, e um ano e oito meses depois eu voltei e me apresentei na auditoria militar, porque tem um sentimento que vai além dos regimes conjunturais que é um sentimento de Pátria, de relação familiar, de ambiente, de cidade e de criação que é muito superior, na minha opinião, pelo menos no meu caso foi, a esta questão relacionada com problemas políticos mais imediatos, e considerando também que tudo indica que neste caso os boxeadores não eram militantes, eles eram grandes esportistas e são grandes esportistas, não é, e tomara que Cuba não cometa o erro de aproveitá-los como grandes esportistas que são.

Então eu acho, sinceramente, sinceramente que eles queriam voltar. Eu não acho que foi em função de uma eventual repressão que a sua família tenha sofrido, que pode ter sofrido, nós sabemos que os regimes de fato funcionam de diversas formas, mas na minha opinião é que eles estavam realmente deslocados daquela possibilidade de ir para o exterior, de ter sucesso na Alemanha, foram abandonados ao que tudo indica pelos agentes, pelos aliciadores, ficaram inseguros e daí vem a vontade da volta. Mas repito: qualquer manifestação de vontade, mesmo que não fosse inequívoca, de permanência no Brasil, eles permaneceriam, como vão permanecer esses que requereram o Estatuto de Refugiado agora e permaneceram, há vários cubanos que estão aqui, porque nestas questões nós não só estamos ao abrigo das Convenções Internacionais, como a Convenção de Viena, como nós temos que ter respaldo nos direitos fundamentais da pessoa humana e de preservá-las da repressão, preservá-las de qualquer tipo de violência, seja de que país for e seja de que regime for. Então são essas as explicações complementares que eu quero dar, e farei chegar às mãos de V. Exªs. todos os detalhes do avião cubano que esteve aqui. Não há polêmica sobre isso. O avião era cubano, foi cubano, nós estamos reconhecendo que foi e o Governo de Cuba deixou um avião à disposição para que eles pudessem voltar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Para uma breve ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – ... Ministro, quando mencionei Massafumi, eu fiz questão de dizer que não estava colocando em dúvida o comportamento oficial brasileiro, mas sim eu liguei isso ao telefonema de um deles para a namorada e a partir daí a ficha que caía de como estava a situação lá. Agora quando V. Exª. diz "eu voltei", V. Exª. em seguida acrescenta: "eu sou um militante". V. Exª. voltou, no fundo, porque V. Exª. queria no Brasil e podia, outros queriam voltar e não podiam, mas V. Exª. queria e pode voltar para ajudar a armazenar forças para se enfrentar e derrotar o regime autoritário no Brasil. Eles não tinham essa razão política. V. Exª. eu sei que voltou num certo percentual por saudades, mas outros militantes tiveram saudades e não conseguiram voltar. Os boxeadores se tivessem saudades, eles não teriam razão nenhuma política, já que militantes não eram, para retornar ao regime cubano, até porque não é esse o ramo deles. Quando V. Exª. se refere a "abandonados por aliciadores", pelos tais aliciadores, eu posso assegurar a V. Exª., sou uma pessoa que vivi a minha vida inteira ligada ao suporte, enfim, eles não teriam nenhuma dificuldade de se apresentar, e eles sabem disso, eles conhecem o próprio valor, eles não precisam de ninguém para arranjar contratos profissionais de lutas, eles poderiam inclusive fazer carreira nos Estados Unidos, que é a Meca principal do boxe, eles não precisam perder tempo na Alemanha, eles têm nível para jogar nos Estados Unidos, então isso para mim é irrelevante.

Vamos lá então, vamos admitir que os boxeadores tenham imaginado que voltavam para lá e retomavam suas vidas normais. Não foi assim, estão proibidos de boxear. Uma coisa boa, quem sabe, seria o Brasil agora convidá-los a retornar ao Brasil, dizer: "olha, já que vocês não estão bem aí, volta para cá, volta para o Brasil, vem lutar boxe aqui no Brasil - o Brasil é fraco nessa modalidade, infelizmente -, volta para cá, aqui você vai poder exercitar sua profissão, aqui você não vai ser obrigado a descobrir uma outra vocação, aqui o Estado não vai dirigir a sua vocação, não vai dizer assim você até então foi um bom boxeador, se você for um bom boxeador, logo você poderá ser o melhor carregador de malas do Varadero, e se você é um bom carregador de malas do Varadero, você pode, também evidentemente, ser um professor de violino, algo assim", ou seja, eu não consigo me conformar com a falta de direito de ir e vir, e eu tenho a impressão que seria uma atitude bastante simpática. Olha, os rapazes querem lutar, o Governo não deixa, quem sabe nós, se dissermos: "venham para cá, venham para cá", e já que ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O Senador Suplicy está encarregado dessa missão, já declarou inclusive que vai a Cuba tratar do assunto, eu quero deixar ...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Eu sei, aqui toda vez que tem uma missão espinhosa o pessoal quer jogar para o Suplicy, já tentaram mandá-lo para o Iraque, já tentaram, mas ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, mas nessa ele se ofereceu, nessa ele se ofereceu.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – ... Tentaram mandá-lo, Ministro Tarso, para o Haiti, para o Iraque e agora querem mandá-lo para Cuba. Eu digo que as três missões são igualmente espinhosas, mas, enfim, eu gostaria muito que essa sessão servisse muito menos de tentativa de estigmatizar a Polícia Federal ou o Ministério da Justiça e muito mais, eu ficaria feliz se saísse daqui uma condenação ampla e unânime, seja no tom delicado e diplomático como V. Exª. como Ministro de Estado aqui usou, mas para mim já me satisfez, já fez a condenação ao regime ditatorial cubano, mas que saísse daqui uma condenação de todos. Não é possível que algum Senador consiga justificar aquilo, não é possível, não é possível, e olhe que eu já tive uma vez uma altercação com um Senador aqui, que disse uma expressão indelicada e até primária, quando eu disse a ele que na minha juventude eu era muito treinado para justificar a invasão da União Soviética sobre a Hungria, "não, o capitalismo iria voltar, então nós precisávamos mesmo daquela atitude", enfim, liberdade individual do povo húngaro, direito de escolher, de optar, zero, não tinha importância, o importante é que nós tínhamos a convicção de que era por ali, mas um tempo depois teve a invasão da Tchecoslováquia, aí muito bem, então se tinha que caracterizar como inimigos do socialismo, portanto inimigos do futuro, inimigos do ser humano aqueles que queriam uma via nova para o seu país, e aquela brutalidade que foi a invasão soviética sobre a Tchecoslováquia, eu consegui, em determinada altura da minha vida, justificar.

V. Exª. me perguntaria assim: "tem vergonha disso?" Não, não tenho, era a minha vida, era o que eu acreditava, eu não tenho vergonha de acreditar nas coisas, era no que eu acreditava, agora hoje eu vejo que aquilo não passou de uma brutalidade com relação ao povo húngaro primeiro e ao povo tchecoslovaco depois, não passou de uma brutalidade, e que nós não temos

outro caminho a não ser fazer o que estamos fazendo no Brasil, um regime com alternância de poder, com regras fixas para se estabelecer a disputa pelo poder, com a possibilidade de trocarmos essas idéias que aqui estamos trocando, ou seja, eu não gostaria de ver estigmatizado o Governo brasileiro, nem a Polícia Federal, o Ministério da Justiça. Eu ficaria felicíssimo se saísse daqui uma condenação unânime, cada um no seu tom, condenação unânime dessa Comissão a um regime que pertence ao que não tem de melhor no Século XX e que não cabe seguramente no Século XXI. Obrigado, Ministro.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Se me permite ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois não, com V. Exª. a palavra.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Se me permite informar, jato executivo, prefixo YV-208, fretado por Cuba. Através desse prefixo é possível obter qualquer informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – YV.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – YV-208.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Ministro tem a informação de quem ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – YV é prefixo da Venezuela.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A quem pertence esse avião?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É prefixo da Venezuela.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A empresa?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Tenho condições de remeter a todos os senhores, isso é fácil, é fácil. É fretado por Cuba, não pelo Governo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É o prefixo YV. Eu na outra encarnação fui piloto, esse prefixo YV é da Venezuela, mas eu pediria à assessoria que conferisse e nos desse essa informação o mais rápido possível.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – A ANAC deve saber.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Nós já fizemos ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A ANAC? Eu duvido, a ANAC eu duvido (risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A Polícia Federal tem esses dados.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Esses dados nós podemos fornecer rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É, o tipo de avião, detalhe, os passageiros, é importante. Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Tarso Genro, Dr. Paulo Lacerda, Diretor Geral do Departamento da Polícia Federal, Sr. Luiz Paulo, Secretário Executivo do Ministério da Justiça. Sr. Presidente, Sr. Ministro, V. Exª. tratou aqui este caso como um episódio rotineiro, administrativo. Acho que V. Exª. há que reconhecer que não foi tão rotineiro e tão administrativo até por conta da polêmica que esse caso tem suscitado em toda a imprensa nacional, em particular no Congresso Nacional. É um caso que tem reverberado, então não é tão rotineiro assim. Primeiro V. Exª. classifica como um ato assim como se fosse uma burocracia que teria que ser executada e rapidamente resolvida. Não me parece dessa forma. A reclamação que nasce aqui no Congresso Nacional e na imprensa é que houve açodamento para a solução desse problema. V. Exª. pode negar, entretanto, há de reconhecer que não houve a transparência necessária exigida para um caso como este, porque à imprensa não foi dado acesso a esses atletas, as entidades de Direitos Humanos também não tiveram acesso. Se isso tivesse sido feito talvez tudo estivesse esclarecido, mas assim não aconteceu e, por isso mesmo, aqui nós estamos nessa reunião de hoje. V. Exª. está convocado por isso, porque não foi tão rotineiramente e tão administrativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Convidado.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Convidado, desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Na realidade havia aprovado uma convocação, aí depois o Senador Arthur Virgílio ...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – ... Se me permite, eu tenho a impressão que tínhamos até que mexer nesse artigo da Constituição, porque ele é que prevê essa suposta grosseria.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É verdade.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Nós não temos outra alternativa, Ministro, a não ser convocar, aí depois se transforma em convite. Então devemos abrir na letra da Constituição a possibilidade de se diferenciar ou fazer a diferença entre o convite e a convocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Na realidade a convocação seria obviamente quando houver uma rejeição de convite, o que não foi o caso aqui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Pois é, deveria ter as duas hipóteses até para não ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É verdade.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Porque sempre tem aquela conotação que é um grosseria, quando não é, nós sabíamos que o Sr. Ministro não se negaria a vir, no entanto era convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Tem razão.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – ... Então essa sessão se dá exatamente porque as coisas não correram tão tranqüilamente como V. Exª. colocou aqui inicialmente. Em segundo lugar também a palavra desaparecimento. Não é um desaparecimento puro e simples do tipo por exemplo de um seqüestro. Todos sabem do regime cubano, já foi muito bem colocado aqui pelo Senador Arthur Virgílio, e sabemos também que nessas delegações cubanas acontece freqüentemente a deserção, eles deixam a delegação porque se sentem oprimidos no seu país ou no exercício da sua atividade profissional, esportiva, e procuram se liberar dessa opressão, inclusive aconteceu com dois outros atletas. Então não é um desaparecimento que estaria procurando pessoas que desapareceram, que estavam seqüestradas, sumidas. Eu acho que a própria Polícia Federal tem esse entendimento, que essas pessoas estavam ali procurando de alguma forma se libertar de algo que não lhe convinham naquele momento, porque é muito difícil admitir que esses atletas tivessem saído da delegação para fazer uma farra e que logo em seguida estivessem arrependidos para retornar ao seu país, se lamuriando "fiz uma bobagem". V. Exª. é um homem inteligente e aqui mesmo reconheceu.

Então eu faço a primeira indagação, até por conta das declarações que foram dadas ontem pelo Chanceler de Cuba Felipe Pérez Roque que disse textualmente, isso está nos diversos jornais do país hoje: "logicamente tivemos que fazer coordenações para que eles pudessem regressar". Isso foi dito no jornal O Globo. Na Folha de São Paulo o Chanceler de Cuba Felipe Pérez Roque admitiu ontem que o Governo do ditador Fidel Castro contatou o Brasil para ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador César Borges, apenas para confirmar, a assessoria confirma que o prefixo YV são de aviões pertencentes à Venezuela. Só para registrar.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – ... Muito obrigado, Sr. Presidente, é um fato importante. Mas volto aqui à leitura da Folha de São Paulo. O chanceler de Cuba, Felipe Pérez Roque, admitiu ontem que o Governo do Fidel Castro contatou o Brasil para "propiciar e organizar" a volta à Ilha dos boxeadores Guilherme Rigondeaux e Erislandy Lara. Então fica essa indagação: houve esse contato prévio do Governo de Cuba com o Governo brasileiro para uma cooperação nesse caso, nessa atividade desse repatriamento rápido e açodado desses esportistas cubanos? Essa é uma pergunta, apesar que depois o Chanceler procurou desfazer até. Mais adiante, quando foi ao Planalto, disse que o Governo cubano não pediu nada, mas está aqui registrado no jornal Folha de São Paulo. Então houve ou não houve este contato? Após a prisão desses esportistas que, se não me engano, foi pela Polícia Militar, houve contato do Governo cubano, da delegação ou de familiares com esses atletas? Porque me ocorre, e o Ministro de certa forma admitiu a hipótese, de que tenha havido uma coação a esses atletas, uma coação que veio de Cuba, uma coação do Governo cubano, que é praxe em uma ditadura de coagir a família, os familiares, as esposas, filhos, pais, de perdas de direitos em Cuba para que eles pudessem mudar tão rapidamente de posição, de alguém que deixou a delegação por livre e espontânea vontade deles, eles não foram forçados a isso, pelo menos não se caracterizou em momento nenhum que eles tivessem deixado a delegação forçados, e passa então eles demonstrarem um desejo ardoroso de voltar para o paraíso cubano, e o próprio Ministério da Justiça procura, através de nota técnica, querer demonstrar isso para nós: dois pediram refúgio, dois recusaram. Repetida e peremptoriamente essa possibilidade, esses ao contrário manifestaram o desejo de rápido retorno a Cuba.

Ora, quando a condição para isso aconteceu com fretamento de avião pelo Governo cubano, que agora nós sabemos, é um avião venezuelano, improcedeu como sempre, aliás, qualquer exercício de convencimento ou dissuasão por parte de agentes brasileiros ou ainda tentativa de embargo. Será que em momento nenhum ocorreu à Polícia Federal, ocorreu à Ordem dos Advogados do Advogado do Brasil, que tem aqui uma declaração do Sr. Wadih Damous, que esteve presente conversando com esses atletas, ou ao Ministério Público Federal, aqui tem uma declaração da Procuradoria da República do Município de Niterói, assinado pelo Dr. Leonardo Luiz de Figueiredo Costa, que ali se configurava uma coação nítida e clara que aqueles atletas estavam coagidos, ameaçados na integridade física de suas famílias que estavam lá em Cuba e que o Governo brasileiro participava daquela ação de repatriar rapidamente, porque esse era um desejo do Governo cubano, e que o Governo brasileiro não deu a transparência necessária. Por que o que é que seria presumível? Que os atletas pudessem falar para a imprensa abertamente, à imprensa brasileira, isso acontecer em qualquer regime democrático, que

as organizações, as entidades dos Direitos Humanos pudessem ouvi-los, pudessem dar uma oportunidade de esclarecer o que estava acontecendo. Mas não, lamentavelmente o Governo brasileiro foi pressuroso, foi rápido em atender, pelo que diz aqui o Chanceler de Cuba, a um entendimento que havia do Governo de Cuba que solicitou ao Brasil providenciar essas ações rápidas.

Então veja bem V. Exª., eu deixo essas indagações e tudo isso aqui está acontecendo porque para nós, Senadores, e eu digo aqui todos, oposição, Governo, que eu já conversei esse assunto, já vi pronunciamentos, Senador Eduardo Suplicy, esse é um assunto nebuloso, não ficou claro. Se nós estamos vivendo numa democracia não é assim que se resolve um assunto dessa forma, Sr. Ministro. Pode V. Exª., no seu juízo, achar que o episódio é rotineiro, administrativo, mas não tem sido esse o entendimento desta Casa, da mídia nacional, da sociedade brasileira. Eu gostaria que V. Exª. reconhecesse isso. Há equívocos nesse procedimento. O que há por trás, se houve entendimento do Governo brasileiro ou não, eu desconheço. Se houve ou não, eu estou fazendo uma ilação, a essa coação, mas V. Exª. admitiu aqui hoje que é provável que tenha havido, que V. Exª. acha que as ditaduras agem dessa forma. Então são pontos que eu gostaria de esclarecer, além de reforçar, Sr. Presidente, de que nós temos que identificar esse avião exatamente de onde ele saiu, que horas ele saiu, que horas ele penetrou no espaço aéreo brasileiro e como que ele decolou daqui, para onde, para que fique bastante claro essa questão do uso deste avião. Era isso que eu tinha que falar, eu agradeço a atenção do Sr. Ministro, do Dr. Paulo Lacerda, Dr. Luiz Paulo, são as minhas indagações e preocupações que vivemos numa democracia e esse assunto não está bem esclarecido, Sr. Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu quero dizer ao Dr. Paulo Lacerda e ao Dr. Luiz Paulo que em determinado momento, se eles sentirem necessidade de algum esclarecimento ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – O Dr. Paulo Lacerda poderia trazer informações preliminares a respeito dessa questão, depois eu complemento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Dr. Paulo.

DR. PAULO LACERDA – Bom, se me permitem, nessa primeira intervenção, Senador Heráclito, Ministro Tarso Genro, Srs. Senadores, dizer da satisfação de vir a esse Senado onde trabalhei como assessor durante seis anos a convite do Senador Romeu Tuma e aqui muito aprendi com os senhores sobre a importância desse debate democrático, mesmo diante das incompreensões e das injustiças, como eu imagino que esteja a ocorrer nesse caso particularmente em relação à Polícia Federal, mas é para esclarecer a esta Casa e aos Exmos. Senadores que aqui estamos. Eu gostaria de lembrar dois aspectos que não têm sido se quer cogitados em todas essas notícias que surgiram. Jogos Pan-americanos foi objeto de um longo planejamento das autoridades da área de segurança dada a preocupação que se tinha em relação à questão da propalada e de fato existente insegurança e violência na cidade do Rio de Janeiro, e por força disso um grande aparato foi mobilizado para aquela área, para aquele Estado, para aquela cidade, e a preocupação das autoridades de segurança era exatamente evitar que houvesse uma situação que tornasse o nosso país alvo de manchetes internacionais sobre um eventual seqüestro, uma situação que nos colocasse como um país sem condições de sediar um evento de tamanha importância.

Então para as autoridades de segurança, e eu aí me incluo dentre elas, o desaparecimento naquele instante dos atletas cubanos era um evento altamente preocupante. Eles poderiam ter sido seqüestrados, poderiam estar mortos, poderiam ter saído ali para um eventual passeio e ser vítima de um assaltante, então aquilo foi motivo de grande preocupação sim e daí todo um aparato foi mobilizado para tentar saber o que estava havendo, aonde é que eles estavam. É natural que nós tivéssemos em mente também a possibilidade de uma deserção deles. Algumas delegações eram alvo de preocupações especiais, dentre elas os Estados Unidos e Cuba. Então aquilo, sob o ponto de vista dos gestores ali da segurança pública, não era uma simples questão política que poderia haver, mas sim o desaparecimento de atletas importantes de Cuba. Então nós vimos esse quadro ao longo daqueles dias com extrema preocupação, muita preocupação mesmo, o que é que poderia ter ocorrido. Então esse é um dado que é relevante perceber em todo o contexto, desde o momento em que os Policiais Militares os localizaram e que houve uma intenção deles e das próprias autoridades cubanas de os levarem para o seu país, uma afinidade de interesses. O interesse dos atletas manifestado, um interesse do país que queria levá-los e porque não dizer o interesse da própria Polícia Federal e das autoridades de segurança que tivesse um deslinde aquele caso, já que essa era a intenção manifestada. Esse é um aspecto que eu gostaria de lembrar. O outro aspecto que eu gostaria de mencionar é que nós todos aqui, todos nós aqui, à distância, podemos deduzir, podemos, usando a expressão de V. Exª., fazer ilações, podemos até especular, mas quem pode testemunhar de corpo presente foram aqueles que lá estavam, os próprios boxeadores, foram os Po-

liciais Militares, foram os Policiais Federais, o Procurador da República, os Advogados, o Presidente da OAB, o motorista do táxi, o dono da pousada e todos documentalmente manifestam no mesmo sentido, não existe nada discordante, nada, absolutamente nada. E como um último aspecto que eu gostaria de dizer é o seguinte: se nós estivéssemos a serviço do Governo cubano nós iríamos fazer um pacote completo, iríamos botar os quatro, inclusive aqueles dois que pediram refúgio ao Brasil, um atleta da equipe de hóquei e um atleta da equipe de ciclismo. Por que é que nós aceitamos o refúgio deles e não os pressionamos para que fossem juntos? Aproveitava a mesma aeronave e iriam quatro ao invés de dois. Então eu gostaria de fazer essas considerações com todo o respeito ao Senado Federal, a V. Exª., mas apenas para uma reflexão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra V. Exª.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Eu queria fazer duas observações, porque no processo de debate que está ocorrendo, que eu acho que é extremamente saudável, porque aqui se debate não somente a questão dos cubanos, mas concepções e democracia, compreensão do significado do Estado de direito, e se debate também obviamente relações internacionais, eu gostaria de fazer algumas afirmações preliminares para que se retornem às preliminares para que não haja dúvida a respeito do debate que está sendo feito. Primeiro eu quero dizer que embora tenha sido divulgado em diversas oportunidades pela imprensa e na vocalização feita também por alguns parlamentares, o que é totalmente natural dada a tensão que o caso envolveu, que os cubanos foram presos. Os cubanos não foram presos. Em nenhum momento os cubanos foram presos. Eles, segundo dados, segundo provas, inclusive divulgadas pela imprensa que de maneira sadia fez o contraditório como quase sempre faz, nós observamos ali a palavra do dono do hotel e do pescador que disseram: "eles nos procuraram e nós chamamos a Polícia Militar". Eles foram levados à Polícia Federal e ficaram sob liberdade vigiada num hotel como determina a lei. Não ficaram detidos na carceragem. Imediatamente tiveram assistência inclusive da OAB e tiveram assistência do Procurador da República. Então para a Polícia Federal, que cumpriu rigorosamente o que determina a legalidade, a questão estava se esgotando rapidamente, e é que claro que havia o interesse do Governo cubano. Nós não estamos negando isso. Como haveria o interesse de qualquer Governo num caso como esse de recuperar aquilo que poderia ser apresentado publicamente como um dissidente político, seja ou não dissidente político, ou um esportista de importância que estava tentando, cujo passe estava sendo negociado com um outro país.

Então as razões políticas, as razões esportivas e as razões de Estado que Cuba teve, eu sinceramente não quero me manifestar sobre isso, Senador, e admito que a reflexão que os senhores fazem é uma reflexão útil, importante para o momento que nós estamos vivendo nas relações internacionais. Agora eu acho que nós temos que observar também, neste momento de relações internacionais, que a América Latina passa por um processo de distensão, inclusive os Estados Unidos começam, inclusive por dentro do Governo Bush, tentar uma solução na sua relação com Cuba flexibilizando de maneira ainda discreta algumas questões para provavelmente no próximo Governo, seja ele Democrata ou não, restabelecer as relações com Cuba, até porque eles têm uma expectativa de que haverá uma mudança no Governo cubano. Então o Brasil tem que sempre se comportar estritamente nos termos da lei e é isso que eu estou sustentando só. Eu queria que os senhores admitissem que nós, o Ministério da Justiça, que acompanhou o caso, e a Polícia Federal, que trabalhou de maneira sóbria e responsável, cumpriu a lei neste caso. As demais conseqüências, as demais conclusões de natureza ideológica, de avaliação da relação entre Estados, de concepção democrática, isso graças a Deus e a nós todos nós podemos fazer aqui no Brasil livremente. Então nós estamos aqui para defender o princípio da legalidade. Nós nos comportamos segundo a Constituição, segundo a lei brasileira e vamos nos comportar sejam os Estados Unidos, a França, o Iraque, seja quem for, porque se comportando desta maneira nós não geramos essa imprevisibilidade que pode ocorrer em momentos como esse.

Então os parlamentares tanto da oposição quanto da situação, as personalidades independentes, os intelectuais, a imprensa vão dizer: "olha, não foi a melhor solução na minha opinião, na minha visão", agora o Governo se comportou dentro da lei e nós nos comportamos dentro da lei. E, com isto, eu não estou tirando aqui a razão de qualquer observação que tenha sido feita aqui sobre as conseqüências nas relações geopolíticas, nas relações internacionais e até na questão democrática que todos nós estamos dispostos a consolidar. Eu acho que a Polícia Federal deu um exemplo de republicanismo. Eu diria até, quem sabe, lamentavelmente foi depressa demais, mas esse lamentavelmente não vem por parte do Governo brasileiro. Nós terminamos todo o expediente com toda a técnica, com toda a assistência, com todo o respeito ao direito dos cubanos. Se nós fizéssemos um movimento contrário, nós poderíamos ser acusados, quem

sabe pelos mesmos parlamentares que estão aqui, não é, dizendo o seguinte: "ah, o Governo brasileiro está utilizando os cubanos, pressionando os cubanos para ficarem aqui para o Governo brasileiro ficar bem com tal ou tal corrente política". Poderíamos ser acusados disso também. Então eu acho que nós agimos dentro da rigorosa legalidade e a rigorosa legalidade às vezes tem dissabores, mas tem aquele sabor de ter o compromisso com a Constituição e com a lei que todos nós aqui seguramente temos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Antes de passar a palavra a V. Exª., eu quero aqui apenas fazer um esclarecimento, porque o Ministro falou sobre o acompanhamento da Ordem dos Advogados do Brasil, aliás, a participação do Presidente da Ordem do Rio de Janeiro foi muito contestada por companheiros da Ordem e até por ex-Presidentes. Mas eu queria, Ministro, o documento foi enviado inclusive pelo Ministério da Justiça, o que diz o Presidente da Ordem. "Disse-nos o Sr. Procurador da República que os atletas cubanos, cientes de todos os seus direitos, manifestaram o firme desejo de voltar à Pátria e que não tinham qualquer temor de sofrerem sanções por conta das suas decisões. Ante tais informações prestadas por um membro do Ministério Público brasileiro, órgão autônomo e independente de qualquer instância, tranqüilizei-me e pus-me na respectiva da repatriação dos cidadãos cubanos, o que foi efetivada no dia seguinte conforme a legislação em vigor". Dito isso, a Ordem dos Advogados não acompanhou e não prestou assistência a esses atletas. Apenas baseado numa informação deu esse documento que se encontra aqui e me foi enviado pela assessoria de V. Exª. Eu quero fazer justiça até à Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro que estava sendo acusada talvez até no caso só por omissão ou por comodismo do Presidente da Ordem, mas não pelo acompanhamento. Em segundo lugar eu queria apenas lembrar ao Dr. Lacerda que o encontro lá dos dois rapazes não se deu na violenta cidade do Rio de Janeiro, mas na tranqüila e pacata e bela Uruarama.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Araruama.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Araruama, errei, até recebi reclamações, Araruama. Então não estava na órbita da fiscalização e nem da preocupação de seqüestro. Eles estavam num final de semana numa praia que encanta a todos.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra V. Exª.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Eu fiz duas perguntas assim bem diretas e não recebi a resposta. Eu gostaria de recebê-las. Se houve o contato que foi relatado pelo Chanceler de Cuba, Felipe Pérez Roque, de que o Governo cubano contatou o Governo brasileiro para propiciar e organizar, ele declarou isso, está aqui na Folha de São Paulo, se houve ou não esse contato, e se também poderia ser esclarecido se esses atletas tiveram contato com autoridades cubanas, via telefone, com os seus familiares, porque a meu ver é claro que ocorre ilação porque eu não tenho os dados, eu não acompanhei, mas o Dr. Paulo Lacerda pode ter esses dados, o Ministro pode ter muito mais esses dados, de que foi dada oportunidade a esses atletas de serem coagidos e ameaçados na integridade das suas famílias para que mudassem tão rapidamente de posição. O depoimento dos dois, está me dizendo aqui o Senador Arthur Virgílio, são idênticos, parece que foram treinados, ditados para responderem da mesma forma, quer dizer, não é muito difícil chegar a essa conclusão. É uma ilação porque eu não tenho, não acompanhei, mas é uma lógica que me impõe o raciocínio. Então eu quero dizer ao Dr. Paulo Lacerda também que não foi dado acesso à imprensa, às entidades de Direitos Humanos não foi respondido, por que não foi feito dessa forma, por que não foi permitido isso? Talvez não estivéssemos aqui discutindo esse assunto. E, segundo, pode ser que Cuba tivesse um interesse específico nesses dois atletas e não nos outros dois, porque esses dois, um é campeão mundial, o outro é campeão olímpico, tem uma importância, um significado simbólico maior, isso daí pode muito bem existir, os dois outros que pediram refúgio, esses dois eles preferiram coagir para retornar. Então são questões que não foram, Sr. Presidente, ainda respondidas, e eu ficaria imensamente satisfeito se pudesse serem esclarecidas essas questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Dou a palavra a V. Exª.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – O contato que o Chanceler deve ter falado deve ter sido o contato com a Polícia Federal. Eu não recebi contato de nenhuma autoridade cubana, Senador. Eu me esqueci realmente de responder a sua pergunta. O Consulado cubano fez contato com a Polícia Federal para tratar do retorno dos cubanos. Contato do Governo cubano com o Ministro da Justiça nenhum, nenhum contato.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Houve com a Polícia Federal?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Certamente houve.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Houve contato e que medidas ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Agora eu passo para o Dr. Lacerda para ele detalhar. Em relação a se eles tiveram ou não conversações com familiares, a minha informação, a minha informação é que não tiveram contato com os familiares. Agora podem ter dito, eu não sei se isso ficou registrado em algum documento da Polícia Federal. A minha informação é que não tiveram. Dr. Lacerda.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Dr. Lacerda com a palavra.

DR. PAULO LACERDA – Eu não tive contato nenhum em momento nenhum, nem antes, nem durante e nem agora com qualquer autoridade cubana, em momento nenhum procurou a Polícia Federal aqui em Brasília. Os contatos foram todos num nível da delegacia de Polícia Federal em Niterói. O Delegado que acompanhou o caso, que inclusive se houver interesse desta Comissão, poderá vir aqui e dar os detalhes e aí sim aquela testemunha presencial dos fatos. Então entendi aquilo ali, como o próprio Ministro disse, uma medida meramente administrativa que trouxe repercussões intensas, sem dúvida nenhuma, tanto é que está a justificar a nossa presença aqui. Portanto, não teve qualquer contato comigo de autoridade nenhuma e com nenhum assessor meu aqui de Brasília, não houve. Então o contato foi todo lá ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O Senhor poderia falar como foi a busca aos cubanos?

DR. PAULO LACERDA – Na verdade eu soube que teria sido ... foi criado um órgão de inteligência para trabalhar, para atuar na questão do PAN. Então esse órgão de inteligência que até tinha servidores da SENASP, foi avisado do desaparecimento desses cubanos e ele difundiu essa informação, então estavam todos preocupados como eu disse.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Houve fuga de algum outro país que tenha sido registrado, desaparecimento de algum atleta de algum outro país?

DR. PAULO LACERDA – Que eu saiba não, apenas desses quatro, os dois que pediram refúgio e os dois que ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Retomada a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – ... porque não foi dado e às entidades de Direitos Humanos?

DR. PAULO LACERDA – Bom, veja bem: eles se manifestaram desde o início, segundo me foi dito, foi uma preocupação que eu tive também, eu acho que isso aí resolveria plenamente, porque segundo me foi dito eles não queriam contato com a imprensa e até me disseram: podem olhar, todas as vezes que eles aparecem nas filmagens, eles fogem, eles não queriam contato. Então nós não podemos chamar a imprensa para dizer: "olha, nós temos os atletas cubanos que nada querem declarar". Nós não podemos fazer isso. Então ...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Dr. Paulo.

DR. PAULO LACERDA – Então essa foi a informação ...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Esse é até um dado a mais, de medo, não é?

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – O próprio medo deve ter ...

DR. PAULO LACERDA – É, pode ser.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Existe uma informação que eu acho que é importante para que se atribua um grau de seriedade às informações que nós estamos prestando a esta douta Comissão. O Delegado da Polícia Federal Felício Laterça fazendo a informação: "Na sexta-feira à noite tivemos contato com o Exmo. Sr. Procurador da República em Niterói, Sr. Leonardo Luiz de Figueiredo Costa, que foi pessoalmente ao local onde entrevistou os atletas, sendo outra vez recusada por eles, outra vez recusada por eles qualquer permanência no Brasil, bem como seu desejo de regressar a Cuba".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Qual Procurador?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – O Procurador da República. "Em ato contínuo foram recebidos no gabinete do Dr. Ricardo Eniz (1:20:46), chefe da DPF de Niterói, os ilustres advogados da OAB/RJ, sendo o Presidente e o representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB, onde na presença do Procurador da República, Dr. Leonardo, foram inteirados de toda a situação". Aí vem a informação da Delegada de Polícia Federal Rita de Cássia Sanches do Amor Divino, que faz a informação complementar e diz: "Eles foram também diversas vezes entrevistados, inclusive pelo Procurador da República e por representantes da OAB do Rio de Janeiro, tendo sido sempre categóricos quanto à vontade de retornar imediatamente ao seu país, o que efetivamente ocorreu em 04 de agosto, por avião fretado pelo Governo de Cuba, após expedição de novos documentos de viagem e trânsito pela representação consular de São Paulo que estava fazendo o contato para a sua volta".

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Dr. Paulo, o Itamaraty estava fora disso?

DR. PAULO LACERDA – Fora.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – E a assessoria internacional da presidência, Dr. Marco Aurélio Garcia?

DR. PAULO LACERDA – Que eu saiba, eu não tive ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – O Dr. Marco Aurélio teve uma intervenção. Ele me ligou na sexta-feira, se não me equivoco, sexta ou sábado, eu não estou bem certo, mas antes da deportação, e me perguntou: "como que está o caso dos cubanos, como que está a situação dos cubanos?" Eu disse: "estão tendo toda a assistência legal; se quiserem ficam, se quiserem saem".

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Foi isso. Muito bem. Eu talvez tenha uma explicação a dar: vai ver que ficaram com medo da imprensa brasileira temendo que ela não fosse livre, que eles só conversam com a imprensa livre de Cuba (risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu quero esclarecer ao Ministro que o documento que eu li está aqui, em papel timbrado e assinado pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro. Aqui ele diz que não teve nenhum contato e que se baseou na informação dada pelo Procurador da República, colaborando para que o espírito de seriedade da sessão não caia. Eu apenas transmiti aqui para os ...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois não, V. Exª. tem a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Só para eu entender. O Presidente da Ordem é que comunica que não teve nenhum contato?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É, baseou-se na informação do Procurador e ficou na expectativa ...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – O Ministro disse que era o do Direitos Humanos da Ordem que ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – A Delegada Rita não fala em Presidente efetivamente, o Senador tem razão, fala em representantes da OAB do Rio de Janeiro, que é o pessoal dos Direitos Humanos.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – ... Comunicaram ao Presidente da Ordem, se lá foram não comunicaram.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – É o pessoal dos Direitos Humanos da OAB.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – É o que eu estou entendendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Entendeu? Para ficar bem claro ...

DR. PAULO LACERDA – Presidente, se me permite acrescentar, ainda dentro desse assunto, eu tenho aqui em mãos o depoimento do boxeador cubano, o Erislandy, no dia 03 de agosto, e ele está assinado como acompanhado por um Advogado da OAB/RJ nº 106.941, então ele estava assistido sim por um Advogado. É possível que o Presidente da Seccional da OAB não estivesse presente lá naquele momento, mas ele estava acompanhado de um Advogado que assinou o termo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

DR. PAULO LACERDA – Não tenho essa informação aqui, mas ele assina, ele assina. É que houve dois depoimentos.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Uma outra informação complementar, se me permite, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois não.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – O Advogado que acompanhou o depoimento, indicado pela OAB, Dr. Marco Aurélio da Costa Dumont, OAB 106.941/RJ, acompanha o depoimento do Rigondeaux.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Como Advogado voluntário ou contratado?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Não, não foi contratado, esse é o Advogado que dá assistência, indicado pela OAB.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pela OAB, indicado pela OAB. Senador César Borges, satisfeito? Passamos ao próximo orador, que é o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, caro Ministro Tarso Genro, Dr. Paulo Lacerda, Diretor Geral da Polícia Federal e Dr. Luiz Paulo, Secretário Executivo do Ministério da Justiça. Quero cumprimentar ao Ministro Tarso Genro pela disposição de comparecer aqui através desse convite que a Comissão de Relações Exteriores fez e, sobretudo, compreendendo que, tal como nós estamos observando, este episódio passa a ter uma conotação de grande importância do ponto de vista dos direitos da pessoa humana, da democracia, das relações internacionais, e, portanto, é muito além do que só duas pessoas que sendo pugilistas tiveram as circunstâncias difíceis porque passaram.

Em verdade nós estamos tratando de um tema importante para o planeta terra, para as Américas e, sobretudo, algo que está relacionado, por exemplo, ao que aconteceu com grande repercussão ontem nos Estados Unidos da América quando o Governo norte-americano resolveu deportar a mexicana Elvira Arellano,

de trinta e dois anos, de volta para o México, ainda que tenha e seja mãe solteira de cidadão norte-americano de nome Saul, de oito anos. E por que razão? Porque ela, embora há um ano abrigada numa Igreja ali em Chicago, resolveu fazer uma grande campanha sobre o direito dos imigrantes, por vezes ilegais, mexicanos e latino-americanos nos Estados Unidos. Nesses últimos anos cresce um movimento pelos direitos de as pessoas nos Estados Unidos, vindos de outros países das Américas, poderem ter a livre circulação. Sobre este tema, quando o Presidente Lula esteve recentemente no México e nos países do Caribe, no seu artigo publicado no O Globo, dia 05 último, ele diz com relação que em nosso continente não precisamos de muros, a verdadeira integração faz circular livremente não apenas mercadorias e serviços, mas também pessoas e idéias. O que nós estamos dialogando aqui tem a ver com este propósito que o Presidente Lula expressou tão bem e que eu aqui tenho me referido. Eu acho que nós iremos avançar muito se pudermos realizar a integração no Mercosul, na América do Sul e nas três Américas que envolva o quão antes possível a livre circulação dos seres humanos, que é o principal, é mais importante do que a livre circulação de bens e serviços. Eu gostaria de lembrar ao Senador Arthur Virgílio que o Brasil não é tão fraco assim em boxe, porque senão estaríamos esquecendo de Éder Jofre, que foi considerado pelo Conselho Mundial de Boxe como o nono melhor pugilista da história e, pelo *The Ring*, como o maior Peso Galo de todos os tempos. E recentemente nós tivemos o Popó, que é amigo do nosso Magno Malta, o Popó que afinal de contas recentemente foi campeão mundial de boxe e que é da Bahia.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sobre essa questão eu vou ser agora extremamente delicado aqui, vou mudar o rumo, porque veja bem: o Brasil não tem tradição de boxe; tem lutadores excepcionais como Éder Jofre, aquela dinastia Jofre/Zumbano, não é, e teve o Popó recentemente. Teve outros, agora a tradição –

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES) – Popó que mandou o pobre do cubano Casamayor ...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – ... fantástica. Eu digo que lutador de boxe brasileiro, agora eu vou ser delicado, é como uma porcelana tcheca, ou seja, quando ela é boa, é boa mesmo, mas não é sempre que a porcelana tcheca é boa, e lá já é um esporte de massa, Cuba dá aula nisso, isso é verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Vai ver que nós perdemos a oportunidade de ter o terceiro grande boxeador, que era o Senador Suplicy, que cedo demais foi nocauteado pelo coração da Marta e não pode dar continuidade à sua carreira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, embora nós não tenhamos a tradição do boxe como do futebol, e Cuba tem, mas o único tetracampeão do mundo é do Brasil, que é o Popó, e infelizmente nunca teve um patrocínio do seu país.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – E nunca quis sair dele com tudo isso. Senador Suplicy, com a palavra V. Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois bem, mas eu tive a oportunidade de, em visita ao Ministro Tarso Genro, entregar a ele a cópia de carta que encaminhei na semana passada ao Presidente Fidel Castro Ruz, que escrevi juntamente com o campeão mundial Éder Jofre, hoje com setenta e um anos, mas mantendo-se em excelente forma, ele que vai com freqüência, algumas vezes por semana, à academia, e que compartilhou comigo da situação destes pugilistas cubanos, e resolvemos ambos fazer uma carta aberta ao Presidente Fidel Castro no sentido de que ele possa tomar outra atitude que não a expressa ontem pelo Chanceler cubano, Pérez Roque, ao transmitir na sua entrevista que os boxeadores cometeram uma indisciplina grave, que a decisão de quem representa a bandeira cubana em eventos esportivos é tomada pelo país e, por causa disso, está dizendo que ainda que eles estejam lá levando uma vida normal, ele expressa que não poderão mais sair de Cuba.

O nosso apelo, que pelo que V. Exª. expressou na sua primeira manifestação, é também o de V. Exª., Ministro Tarso Genro, é para que o Presidente Fidel Castro ou o Governo cubano realmente possam considerar que tendo em conta que eles se mostraram arrependidos da ação de terem abandonado a delegação cubana, que tendo voltado para o seu país, expressando a vontade de estar com os seus familiares e tendo o Presidente Fidel Castro dado enorme importância ao assunto, tanto é que já escreveu diversos artigos dentre os quais dois em ograma, somente sobre os dois pugilistas, dedicando grande importância ao assunto, no primeiro artigo mencionou que eles não sofreriam qualquer arresto e nem sofreriam qualquer tipo de punição, tal como acontece nas prisões de Guantánamo ou Abu Ghraib, aí ele queria dizer que jamais seriam torturados, mas no artigo seguinte ele mencionou que as autoridades cubanas estavam considerando que os pugilistas cubanos seriam trocados para o campeonato que haverá classificatório proximamente em Atlanta, nos Estados Unidos, para os vencedores então poderem ir às Olimpíadas de Pequim, e, portanto, que estava se considerando inclusive que não mais haveria pugilistas cubanos para o campeonato mun-

dial nos Estados Unidos classificatório para as Olimpíadas de Pequim.

Ora, diante do que poderia ser a interpretação de que os atletas, ainda que sendo campeões olímpicos, um deles campeão mundial, que assim não poderiam continuar sua carreira de defensores de Cuba como pugilistas, é que nós, eu e o Éder Jofre, fizemos este apelo e estamos ainda aguardando a resposta do Presidente Fidel Castro para que permita que eles possam efetivamente estar representando o seu país. Eu gostaria de informar, caro Ministro Tarso Genro, que ontem eu telefonei para a residência de um deles, do Erislandy Lara Zantaya, conversei com a sua companheira, que se chama Miriam, Mirita é a maneira como ela se refere porque a sua avó também se chama Miriam. Eu conversei com a avó Miriam, com a mãe Eliana e com a Mirita em dois telefonemas, mas o que eu fiz ontem foi um telefonema à Mirita e, para ela, li a carta que V. Exª. conhece ao Presidente Fidel Castro Ruz, perguntei a ela se haveria meios de eu enviar a carta por e-mail ou por fax, ela disse que não tem estes meios, mas como há uma amiga que vai à Cuba nos próximos dias, ainda que em setembro, ela achou melhor que fosse enviada pessoalmente quando esta pessoa estiver em Cuba, mas eu aqui quero fazer um apelo ao próprio Ministro Pérez Roque, Chanceler de Cuba, que ainda se encontra nesse instante no Itamaraty, para que transmita o apelo renovado ao Presidente Fidel Castro, que acredito seja também de V. Exª. e de todos nós para que os atletas, os pugilistas cubanos possam, diante da reflexão de todos nós, ainda poder continuar representando o seu país, em sendo verdade que eles amam o seu país, que querem estar com a sua família.

Guilhermo, um deles, tem já um filho com a sua esposa. Mirita, com quem eu conversei ontem, me disse que está de sete meses aguardando a chegada do filho deles, de Erislandy Lara e de Mirita, então obviamente eles têm laços muito fortes com Cuba, inclusive do ponto de vista familiar, mas certamente estarão desejando fazer o que o Senador Arthur Virgílio e outros aqui gostariam de ver, a possibilidade de poder representar o seu país, ir lá e, quem sabe, será muito melhor para Cuba mesmo confiar em seus atletas e dizer a eles: nós estamos confiando que vocês possam se redimir do erro grave cometido sim, eles saíram da delegação na hora que iriam disputar um campeonato tão importante para eles próprios e para Cuba, ainda mais levando em conta que Cuba conseguiu um resultado fantástico de cinqüenta e nove medalhas. Se em menos do que as noventa e sete dos Estados Unidos, mas os Estados Unidos tem uma população vinte e seis vezes maior do que a de Cuba.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES) – Senador Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pois não, Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES) – O Senhor não acha que isso é tratar com condescendência a ditadura não? Porque eles fizeram uma opção, qualquer cidadão tem o direito de ir e dizer quero ou não quero. Esse negócio de desrespeitou o país porque não quis lutar, é a mesma coisa de você pegar, ninguém faz isso aqui, por exemplo, para o Ronaldinho e o Kaká que disseram que não queriam jogar a Copa América. Só faltava agora o Lula mandar punir eles porque desrespeitou a bandeira e tal, entendeu? Então no banco eles sentaram bonitinho, entraram e decidiram o jogo, entendeu? É o direito, é o direito. O Senhor não acha não? O seu pedido e do Éder Jofre é louvável, respeitável, bonito, mas pedir isso para Fidel Castro é a mesma coisa de pedir a ele para mudar o regime.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Bom, o apelo ao Fidel Castro eu fiz com o Éder Jofre e eu espero que haja uma resposta positiva e diferente daquela que o chanceler Pérez Roque ontem disse. Agora o Dunga ontem resolveu deixar um pouco no banco os dois atletas e eu ouvi... não, ele tinha uma razão de mérito, qual seja, que o time que foi vencedor na Venezuela precisava também ser bem considerado e por isso ele resolveu começar com o time que venceu na Venezuela, mas, enfim, eu tenho só um esclarecimento que eu gostaria de obter melhor. O Dr. Paulo Lacerda fez já uma menção a isso, mas se houve, por parte de qualquer pessoa, seja recomendação cubana que foi do conhecimento das autoridades brasileiras ou de eventual pessoa brasileira no sentido de recomendar aos dois pugilistas, quando ainda estavam no Rio de Janeiro, e nós vimos as suas imagens se deslocando, já referida pelo Dr. Paulo Lacerda, mas se teria havido alguma recomendação para que eles não respondessem perguntas da imprensa ou de quem quer que fosse, quem quer que seja. Por que razão? Porque obviamente se eles tivessem espontaneamente respondido a algumas perguntas que fosse da imprensa, quem sabe toda esta preocupação estaria já superada, mas pode ter a certeza, até como um aprendizado, o Presidente Fidel Castro, na medida em que ele até disse que estão os dois pugilistas na Casa de Visitas com a liberdade de dar entrevistas se assim o desejarem, se eles pudessem aqui no Brasil ter dado a entrevista, muitas das preocupações que hoje eles mesmo estão tendo em Cuba por causa deste episódio, estariam sendo superadas.

Mas eu agradeço e muito o Ministro Tarso Genro da sua disposição de aqui estar dialogando conosco,

conforme V. Exª. está vendo, sobre questões que são importantes para o ser humano, as suas aspirações que são minhas também de liberdade, de democracia nas Américas e para além do Brasil. Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Senador Suplicy, eu não poderia esclarecer ...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu pediria para ser transcrita a carta que já é de conhecimento do Ministro e do Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu peço à assessoria do Senado que o faça e distribua cópia a todos os membros da Comissão. Eu apenas queria dizer a V. Exª. que pela exposição do Ministro e do Dr. Paulo Lacerda, que V. Exª. também ouviu, como eu, eles em tese se recusaram a prestar depoimento, e a lisura com que a polícia agiu, não querendo fazer média com este fato, não fez absolutamente nada que os forçasse a ficar perante as câmeras. Então eu acho que esta é a explicação clara, quem não quer dar entrevista, e toda a filmagem que foi feita nos deslocamentos que eu vi dos dois atletas, eles corriam e entravam no carro. Provavelmente por medo ou por outra coisa, mas se recusaram a fazer qualquer tipo de depoimento à imprensa. Desculpa, viu Ministro.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Não, correto, eu agradeço ao Senador Tuma. Eu só queria fazer uma observação que denota uma contradição que nós estamos vivendo e que tem que ser processada em discussões de alto nível como essa. Quando nós assumimos o Ministério da Justiça nós conversamos com o Dr. Lacerda e chegamos à conclusão de que as prisões que a Polícia Federal estavam fazendo ou os atos da Polícia Federal de repressão ao crime ou em outras circunstâncias quaisquer estavam expondo demais as pessoas contra a sua vontade, e chegamos à conclusão, eu evidentemente como a visão política e institucional do Governo em relação a questões de segurança e o Dr. Lacerda como Chefe da Polícia Federal, que tem toda a confiança do Governo, que nós deveríamos reduzir o grau de exposição de pessoas contra a vontade dessas pessoas em situações que pudessem causar a elas qualquer tipo de constrangimento. Isso nós fizemos inclusive em função de críticas que a Polícia Federal vinha sofrendo, não da imprensa, evidentemente, que tem o dever de informar e ir atrás dos fatos e buscar as suas fontes, mas críticas de diversos setores políticos, dizendo que havia exposição demasiada, que a Polícia Federal estava fazendo promoções indevidas, e nós tomamos essa providência. E nesse caso concreto nós estamos sendo criticados porque respeitamos a vontade dos pugilistas de não se exporem na imprensa, quer dizer, ...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Ministro, o Senhor permita, talvez o Dr. Luiz Paulo ou o Paulo tenham um conhecimento maior que eu e o senhor também. A própria Constituição impede que nós forcemos qualquer preso, bandido ou o pior marginal de prestar esclarecimentos à imprensa se não for desejo dele.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – ... Correto. Então isso eu atribuo, veja bem, eu não estou atribuindo aqui, não estou fazendo qualquer juízo de valor, nem me compete fazer isso, que alguma crítica tenha sido injusta. Nós estamos apenas colocando que existe um itinerário de regularidade no nosso comportamento, segundo a lei, segundo a norma, que foi cumprido de maneira rigorosa e respeitosa. Apenas isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ministro, me permite. Ao final da sua fala, Ministro, ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Questão de ordem, tem a palavra V. Exª.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, é porque o Senador Romero Jucá, se V. Exª. arrumar um jeito de... obrigado. Não, Ministro, é porque houve uma intervenção do Senador Tuma e eu ia fazer ao mesmo tempo aqui, só rapidamente na fala do Ministro ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador, nós estamos com a lista de inscrição. Se for uma rápida intervenção, tudo bem, senão ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, é uma rápida intervenção, só porque na fala anterior dele, ele disse que... ao Ministro... ao assessor da Presidência da República ele respondeu: "os cubanos, se quiserem ficar, ficarão; se quiserem ir embora, vão embora". Eu acho que fica essa palavra, a gente discutir o comportamento de Fidel dali para frente não tem novidade nenhuma para nós aqui, o comportamento dele, e fazer qualquer apelo para ele, qualquer coisa, é pedir para mudar o regime. Então o que interessa para nós fica a sua frase, viu Ministro, se quiserem ficar, vão ficar; se não quiserem ficar, é a vontade deles.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Se quiserem voltar também, não tem nenhum impedimento legal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu quero ver essa aí agora.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu tenho uma breve questão de esclarecimento ainda relativamente a outros cubanos que estão no Brasil e que tem tido dificuldade de regulamentar. Até quem

sabe possa o Ministro, o Dr. Paulo Lacerda, esclarecer, porque há casos de brasileiros ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu pediria um minuto para questões técnicas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então eu aguardo um pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É, aguarda o retorno do Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Suplicy, V. Exª. se refere ...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ao caso de que há cubanos no Brasil que ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Cinco cubanos ...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ... Há diversos cubanos que estão tentando permanecer no Brasil e que não têm ainda a sua regulamentação, a sua situação reconhecida para permanecer no Brasil. Talvez seja o mesmo pedido que ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Deve ser um grupo de trinta cubanos?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se estimam que sejam trinta ... Bom, V. Exª. então recebeu, como eu, um apelo de jornalista, Camilo Coelho, do jornal Extra, que está fazendo uma reportagem sobre pelo menos trinta cubanos que ele já detectou, mas ele estima que há um número bem maior de cubanos que tendo vindo de Cuba para o Brasil, uns recentemente e uns há mais tempo, estariam com dificuldade para poder ter a sua situação, para viver no Brasil. Se efetivamente para eles viverem no Brasil teriam ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sim, é um caso que tanto eu quanto o Presidente Heráclito Fortes recebemos, através de um e-mail, um Jornalista que está dialogando, já detectou, conversou com trinta cubanos que estão no Brasil, uns há menos tempo, outros há mais tempo, mas não tiveram a sua situação legal ainda regularizada. Teria sido informado a eles que eles só poderiam ficar no Brasil se casassem com uma brasileira, se tivessem um filho ou conseguindo uma permissão de trabalho, o que não é tão fácil para eles de pronto porque estariam sem documentos, não podem voltar à Cuba para visitar suas famílias e nem conseguem aqui legalizar a sua condição. Então se haveria alguma orientação para os mesmos, do ponto de vista da legislação brasileira, ou se poderia ter uma orientação da parte da Polícia Federal sobre o que fazer, sendo a vontade deles de permanecer no Brasil segundo o relato que chegou a mim e ao Presidente Heráclito Fortes.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Se me permite que eu esclareça ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V. Exª. tem a palavra.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Seria bom procurar a Secretaria da Justiça, o representante deles, que ali será dada toda a informação das possibilidades legais.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito bem, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Ministro, pergunta para esclarecer, vale para V. Exª. e para o Dr. Paulo Lacerda. O ex-Embaixador do Brasil em Cuba, Tilden Santiago, em algum momento contatou V. Exª. para tratar dessa questão?

DR. PAULO LACERDA – O ex?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O ex-Embaixador do Brasil em Cuba, Tilden Santiago.

DR. PAULO LACERDA – Não, a mim não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu fiz questão de fazer essa pergunta porque ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, mas ele já está no Brasil, e eu tenho pelo Tilden uma extraordinária impressão, um respeito, e não quero crer que ele tivesse, já que não exercia nenhuma função formal, que tivesse ... e fica feito esse esclarecimento até para que não haja nenhuma dúvida com relação à sua conduta. Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Tarso Genro, Dr. Paulo Lacerda, Diretor Geral da Polícia Federal, Srs. Senadores. Eu ouvi atentamente os Senadores Arthur Virgílio, César Borges e Suplicy. Portanto, muitas das indagações que já fizeram eu não vou repetir, mas eu gostaria de primeiro de dizer que não quero tornar a minha colocação aqui de maneira alguma ideológica, até porque eu não tenho posição ideológica nessa questão. Eu quero até acrescentar que estive como representante da Universidade Federal de Roraima em Cuba para contratar professores visitantes para a nossa Universidade Federal de Roraima, que inclusive só consolidou o seu curso de medicina graças a esses professores visitantes de Cuba. Então eu não tenho nenhum tipo de questão ideológica nessa questão. Me preocupa nesse *affair* uma coisa, Ministro: de novo se coloca a Polícia Federal no cenário principal e não é a

Polícia Federal que está no cenário presidencial não, é o Governo do Brasil, o Ministério da Justiça. Eu quero dizer isso, aproveitando até a presença do Dr. Paulo Lacerda, porque a Polícia Federal está levando alguns bônus, evidentemente das ações que realiza com ordem judicial, mas está levando também alguns ônus de ações, autorizadas pelo Poder Executivo, como é o caso da operação na Raposa Serra do Sol antes da demarcação e sem ordem judicial, sem ordem judicial, mas cumprindo uma determinação administrativa, com certeza, baseado apenas num parecer da SubProcuradora da República, invadiu, esse é o termo, propriedades privadas. Eu estive presente lá e eu digo: a Polícia Federal fez isso de espontânea vontade? Não, é evidente que não. Ela cumpriu uma ordem judicial? Não. Administrativa, do Governo, portanto. Era a FUNAI? FUNAI é o que? É um órgão subordinado a V. Exª. e V. Exª. ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Quando ocorreu essa invasão?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – ... Eu não tenho a data precisa, mas foi antes da data da homologação, eu posso lhe passar esses detalhes todinhos, inclusive as fotos da operação.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Nos últimos quatro meses?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Não, já tem uns cinco meses mais ou menos, mas eu posso lhe passar detalhes com fotografias e tudo. Então isso está, e eu denunciei aqui, preparando ou estava preparando uma nova operação agora para retirar da reserva os não índios que ainda estão lá porque não aceitaram a identificação que o Governo propôs e porque estão questionando na Justiça. Eu li o documento com todos os itens da operação: quantos homens iam ser empregados, que tipo de armamento, que tipo de coisa, que logística, que pedido para o Exército, para a Aeronáutica. Então eu me preocupo muito com a imagem da Polícia Federal que não pode ser nem partidária e nem de Governo. Eu até sugeriria que nós começarmos a pensar que a Polícia Federal saísse do âmbito do Ministério da Justiça e fosse talvez para a Procuradoria-Geral da República, porque aí sim ela seria uma Polícia Federal mesmo e não uma polícia que eventualmente pode ficar sendo confundida como polícia de Governo. Então eu estou aqui querendo defender a Polícia Federal nesse episódio, inclusive, que é evidente, foi botado muito claramente, a Polícia Militar prendeu, o chefe do hotel, o dono do hotel comunicou a Polícia Federal e ela tomou os procedimentos legais, não tenho nenhum questionamento disso, agora é evidente, como foi dito pelo Senador Suplicy, é muito estranho, no mínimo muito estranho, Ministro, que esses dois pugilistas tenham resolvido sair para comprar um playstation, um videogame lá, e de repente, casualmente, se encontraram com esses dois aliciadores e de repente eles foram, depois se arrependeram e de repente eles resolveram voltar para Cuba, e lá, agora, ontem o Chanceler falou que estão impedidos de sair de Cuba agora para exercer a atividade que eles sabem fazer que é ser pugilistas, mas ...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Estão em prisão domiciliar.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Exato, então vejam bem: eu acho que temos que analisar essa questão sem nenhum tipo de ... eu não estou aqui condenando o Governo, nem V. Exª. como Ministro, mas nós precisamos fazer reflexões como brasileiros de que esse episódio, no mínimo, não ficou muito bom para o Governo, não ficou bom para a Polícia Federal, e aí é aquela história, eu vou repetir: a Polícia Federal entra nisso na verdade por uma decisão de Governo e cumprindo a lei, eu não estou aqui acusando a Polícia Federal não, pelo contrário, repeti que na questão lá de Roraima, que eu fui representando o Senado e me opus, tive presente com o chefe da operação e disse que ele estava cometendo uma ilegalidade, mas cumprindo ordens, e a essa outra operação que eu já denunciei que o superintendente de Boa Vista disse que não havia a operação, mas abriu um procedimento administrativo, inclusive me convidou para prestar esclarecimento. Ora, se não havia operação, para que abrir um processo administrativo? Se o documento não era verdadeiro, para que abrir um processo administrativo? E por que me convidar para prestar esclarecimento se não havia operação, como ele diz? Então eu quero aqui deixar bem patente uma coisa: eu me preocupo muito que uma Instituição séria como eu reconheço que é, inclusive importantíssima na Amazônia para a questão das fronteiras, para o combate ao narcotráfico, a questão inclusive da segurança nacional, possa estar de repente envolvida num negócio tão pequeno quanto esse, mas de uma dimensão internacional e que envolve direitos humanos como esta também. Eu não tenho perguntas, apenas essas observações que se V. Exª. quiser comentar ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Algum comentário, Sr. Ministro.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Registre-se e respeite-se.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu queria dizer aos companheiros que o Ministro, a assessoria de imprensa do Ministro, no início da sessão, me disse que o Ministro teria uma audiência emergencial com o Presidente da República às onze e meia, e eu mostrei a impossibilidade de se

fazer essa oitiva, o Ministro compreendeu e permanece aqui. Eu pediria apenas que houvesse um pouco, dentro do possível, um pouco de tolerância com relação ao tempo para também que o Ministro não ficasse limitadamente ...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu vou só solicitar porque eu tenho um almoço com o Presidente numa entidade empresarial ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – ... E gostaria de estar presente também. Eu vou ser rápido aqui. Primeiro, Ministro, eu queria pedir licença e um favor a V. Exª., para cumprimentar o Presidente Lula pelo seguinte: há mais ou menos um mês eu estive com ele, estávamos conversando sobre o problema das dificuldades de algumas Secretarias de Segurança. Alguns Governadores não estão cumprindo o que a Constituição manda pela responsabilidade que tem pela segurança pública. Estão sempre se socorrendo do Governo Federal e com isto cada vez mais o Governo Federal assume a responsabilidade por uma coisa que não tem. Tem que ajudar, tem que ajudar, mas não pode assumir a responsabilidade porque a cada passo os Governadores vão se acomodando. Então quando eu o vi, ele disse: "não, eu vou fazer um PAC da segurança, você pode ter certeza que eu vou fazer o PAC da segurança". Eu vi, eu estava conversando com o Paulo sobre o PRONACE, e V. Exª. me mostrou aí os seis milhões e setecentos que é a previsão de investimento. Eu não conheço o ... ontem eu mandei buscar a Medida Provisória, eu sei que há vários projetos ainda em andamento, e a expectativa, a ansiedade de quem viveu cinqüenta anos na polícia, é que realmente isso venha a funcionar, mas sem deixar de lado a responsabilidade dos Governadores, que eles precisam ter uma participação obrigatória no desenvolvimento dos projetos de combate ao crime, principalmente no que diz, no jornal, a diminuição dos homicídios.

Mas nós temos o que é mais grave, que é o latrocínio, porque o homicídio acontece e tem algumas ações sociais que buscam resolver isto, algumas cidades têm colocado algumas providências de ordem social, o Delegado da Federal esteve na Colômbia e viu em alguns setores um entendimento social, é evidente que eu fiz um discurso, diante do relatório que o Dr. Paulo autorizou que me entregasse, e o casamento do combate à criminalidade com ações sociais à população mais carente tem tido bom resultado onde essas experiências surgiram. Então eu queria dizer que metade da palavra está cumprida, agora nós queremos ver é o funcionamento e espero viver até que isto realmente tenha sucesso e sei que pelas mãos do Senhor, com a sua vontade, com a sua dedicação, os auxiliares que tem, o farão. Então eu pediria que transmitisse isso ao Presidente.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Obrigado, Senador. Me permite, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra V. Exª.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Eu agradeço as referências do Senador Tuma, e o sentido estratégico desse projeto é precisamente esse. Não retira e nem pode, em função da norma constitucional, a responsabilidade dos Governadores, mas a União passa a exercer um papel indutor, programador e financiador de um conjunto de projetos articulados de maneira federativa. A União, o Estado e o Município como novo sujeito inclusive da segurança pública preventiva.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Muito obrigado. Primeiro rapidamente saudar a presença do Ministro, eu acho que foi elegante a vinda dele aqui e a inteligência de V. Exª. para tentar apagar de uma vez todas essas dúvidas que surgiram durante o *affair* da deportação dos dois cubanos. Dr. Paulo Lacerda, que é meu amigo particular, trabalhamos juntos, conheço o caráter dele, a linha de conduta, a seriedade com que ele sempre se conduziu em todas as atividades a que foi determinado, e hoje na direção da Polícia Federal não nega esse conceito que tem. O Dr. Luiz Paulo, Secretário Executivo, tive a oportunidade com outros Ministros, quando estava na Polícia Federal, de ter contato, e é muito respeitado dentro da Polícia Federal, acredito que também no Ministério pela coordenação que consegue gerenciar vários processos, principalmente administrativos que passam por aquele gabinete. Então é uma honra estar com os senhores aqui hoje. Eu não vou perguntar muito, mas V. Exª. falou que estariam numa hospedaria em Araruama, os dois. Eu pergunto ao Dr. Paulo, se possível, se lá foi constatado se eles fizeram ou receberam alguma ligação. Senador Heráclito, se lá eles receberam ou fizeram alguma ligação para fora, lá da hospedaria, se a conta telefônica foi ou não examinada. Se o Senhor não puder, depois a gente verifica ...

DR. PAULO LACERDA – Posso responder?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pode responder.

DR. PAULO LACERDA – Esse assunto, na verdade, ele ficou todo a cargo da nossa delegacia de Niterói. Os levantamentos e os detalhes eles têm, eu não tenho pessoalmente essa informação, mas me comprometo a levantá-la e a passar a V. Exª.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu acredito que deve ter sido dentro de uma... porque eu vi que houve uma cronologia de investigação.

DR. PAULO LACERDA – É verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Foi rápido porque foi num fim de semana e foram deportados no susto. Para nós, que estávamos ali, tomamos conhecimento no jornal, todo mundo achou que foi alguma coisa feita na marra. Eu estou dizendo isso sem nenhum desrespeito, mas a impressão que causou é que foi na marra, e agora, com o prefixo do avião, bendito esse Chaves que se mete em tudo que vá trazer problema para o Presidente Lula. Então acredito eu que ele tenha telefonado e colocado o avião à disposição do Comandante Fidel, que está adoentado e o seu irmão está respondendo. Então aparece a Venezuela em tudo que é quanto, então é uma coisa que nos preocupa bastante principalmente em razão da sua decisão de transformar a Venezuela num país bastante armado. Eu não digo que ele vá ter coragem de começar a invadir todo lugar, mas é só para dizer que ele é um Comandante e que está bem armado, para se cuidarem senão ele vai... ele tem bala na agulha.

Mas outra coisa que me causou assim um pouquinho, não estranheza, que eu acho que o Promotor, o Procurador, tem todo o direito de exercer a sua função na apuração de fatos, mas ele fez um relatório, que foi lido aqui, sobre a sua visita que fez aos dois lutadores e colocando à disposição se quisessem permanecer no país. Em seguida, Dr. Paulo Lacerda, Ministro, Dr. Paulo, ele requer à Polícia Federal de Niterói a abertura de um processo para ver se houve coação no convencimento dos dois lutadores, o que para mim é estranho, o que é estranho. Se ele ouviu os dois lutadores e disse que foi vontade própria, como é que ele requisita a abertura de um inquérito de alguém que já tinha viajado para a Alemanha, que era o que veio a contrato, que ofereceu um contrato que eles aceitaram, em princípio aceitaram, não houve nenhum tipo de coação. Por que é que ele... aparece aqui, e no final da comunicação que ele faz, diz: "Esclareço, outrossim, que caso seja do interesse do Governo de Cuba, e se houver um convite da diplomacia cubana, coloco-me à disposição para deslocar-me à Cuba e esclarecer as autoridades daquele país sobre os meus contatos com os atletas". Eu acho isso estranho, Senador, desculpa, mas eu acho estranho. Ele não estava a serviço do Governo de Cuba, ele estava a serviço da Procuradoria da República Brasileira. Então o que ele tem que explicar, explicar o que para Cuba, se for convidado a prestar esclarecimentos lá? Eu acho que não há nenhuma ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – E a diplomacia, já que o assunto não estava sendo tratado pelo meio diplomático?

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – ... Então eu acho que é um negócio aí que ele quer substituir o Itamaraty, eu acho que essa é ... o nosso Diplomata Arthur Virgílio questionou a falta da presença do Itamaraty, mas ele falou: "eu estou aqui para substituir". Então eu acho que todas as explicações foram feitas, eu acho que o Dr. Paulo também, outro dia, conversando com ele, ele me disse que talvez tenha faltado uma explicação imediatamente após os acontecimentos, ou seja, foi tratado como uma espécie de rotina algo que poderia ter realmente uma repercussão negativa do que aconteceu pela surpresa da deportação praticamente num fim de semana. Então é isso, eu acho que trouxeram os esclarecimentos e isso ajuda muito a todos nós, a raciocinarmos e sabermos como vamos nos comportar sempre que houver dúvida. Sabemos que o Ministério, os Ministros, têm atendido prontamente todo e qualquer convite que seja feito por qualquer uma das Comissões. Eu agradeço e peço desculpas.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Presidente, eu queria só fazer um complemento, que chegou um documento agora depois que eu falei com o Ministro, com relação ao convite que eu recebi da Polícia Federal para depor no inquérito lá que foi aberto, inclusive com a portaria que abriu o inquérito e eu pedir ao Presidente que sejam retiradas duas cópias para ser passada ao Ministro e ao Diretor Geral da Polícia Federal, o convite do Delegado para que eu, aliás, não é um convite, na verdade é uma solicitação para que eu compareça à Polícia Federal para prestar esclarecimentos para a operação que está prevista de acontecer, Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Feito o registro, eu peça a V. Exª. que encaminhe ao Ministro. Concedo a palavra ao próximo orador, o Senador Jarbas Vasconcelos, mas antes peço ao Senador Tuma que assuma a presidência porque após o Senador Jarbas eu sou o inscrito e gostaria de questionar o Sr. Ministro da bancada.

(troca de presidência)

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Sr. Presidente, eu vou procurar obedecer a recomendação de S. Exª. no sentido de que seja prático, objetivo, até em função do compromisso do Ministro da Justiça. Eu não vou fazer nenhum questionamento nem ao Ministro e nem à Polícia Federal, porque tenho uma convicção firmada, formada, e quem tem convicção formada ou firmada não deve se perder em detalhes nem ser prolixo. É inquestionável que Cuba vive

sob um regime ditatorial, avesso às diversas formas de liberdade e sem nenhum carinho pela democracia. E não existe diferença de ditaduras, seja ela de esquerda, de centro ou de direita, civil ou militar. Ditadura é ditadura. O questionamento que faço com relação aos cubanos foi a pressa que o Governo teve quando se sabe que o Governo é lento em outras áreas, o Governo não resolve de imediato. O próprio Presidente da República, nas suas aparições públicas, ele diz e reitera que não tem pressa, que não dá para se julgar as coisas com pressa, é preciso serenidade, é preciso um pouco de tempo para se julgar as coisas, e o Brasil foi de uma extrema presteza, rápido, ágil, para atender aos caprichos do ditador. Feito esse registro não adianta estar questionando o Ministério por isso ou por aquilo.

Eu quero, Sr. Presidente, no trecho final da fala inicial, da fala inaugural do Ministro Tarso Genro, ele ressalta o papel e a atuação da Polícia Federal. O papel da Polícia Federal, ao longo dos anos, sempre foi um papel de destaque, quer quando ela estava desaparelhada, com deficiência material, deficiência de contingente humano, não me consta que a vida inteira a Polícia Federal tenha se prestado, a não ser talvez regionalmente, episodicamente em casos menores, mas a sua história, desde a sua criação, sempre foi uma história correta, uma história de buscar, através das suas ações, fazer as coisas da melhor forma. Quando assumi o meu mandato, tenho sete meses de mandato aqui, quando assumi o mandato, com trinta dias eu fiz uma análise crítica do Governo e, nessa análise crítica, e do país, nós ressaltamos, tivemos a oportunidade de ressaltar as ações exitosas, isso no dia 1º de março próximo passado, as ações exitosas tanto do Ministério Público, seja ele Estadual ou Federal, quanto da Polícia Federal. O que condenei da tribuna do Senado e volto a reiterar agora na presença de V. Exª. são os abusos, são as extravagâncias cometidas pela Polícia Federal. Por que algemar uma pessoa com mais de setenta anos? Por que chegar à casa das pessoas às seis horas da manhã? Por que levar a televisão para filmar as pessoas saindo constrangidas?

Nós vivemos num país onde é preciso, onde é fundamental, o Congresso inclusive não faz isso, o Congresso, eu sou membro dele, não faz isso, de combater a impunidade, de buscar meios de combater a impunidade, que é o pior câncer nosso, a corrupção existe, ela prolifera, ela é exuberante por conta da impunidade, e se criou um falso conceito com relação à impunidade no Brasil, de que o Poder Judiciário prende e a Polícia Federal solta. Não é verdade. Quem prende é o Poder Judiciário e quem solta é o Poder Judiciário. E essas ações da Polícia Federal contra bandidos, contra corruptos, pessoas que assaltam o orçamento, que aumenta patrimônio, essa coisa toda, de consenso eu não conheço um brasileiro que seja contra isso, um brasileiro, que tenha uma polícia, onde a impunidade predomina do Brasil, não é do Governo Lula, é um processo histórico, ele pode estar aumentando e tal, mas a Polícia Federal, ela deve continuar esse empenho, não sei se colocar, Ministro, e V. Exª. sabe do apresso que lhe tenho ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – É recíproco.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – ... Eu sei disso, da admiração que tenho por V. Exª. quer como Prefeito, quer como homem público, quer como dirigente de partido, ponderei inclusive que V. Exª. não deveria ocupar o Ministério da Justiça exatamente por ser um dirigente partidário, mas V. Exª. sabe da admiração e do respeito que eu tenho por V. Exª., um homem íntegro e uma pessoa correta. Então eu quero aproveitar só essa oportunidade para não se imaginar de que eu tenho alguma coisa com relação à Polícia Federal, para inibir a Polícia Federal das suas ações, não. Já que a gente vive num país onde a impunidade prolifera, ela vive, e a Polícia Federal tem tido essas ações exitosas, ela coíba de uma vez por todas com os abusos. Há determinada coisas, Dr. Paulo, que eu, por exemplo, não consigo entender, quando uma diretora vai à imprensa e diz, com relação aos Advogados que foram tentar falar com as pessoas presas, e o Ministro inclusive se colocou de imediato à disposição da OAB para ver isso. Então há que se distinguir entre Advogados de porta de cadeia e um Advogado que vai à porta da cadeia. Há que se ter uma distinção disso, em que se prende vinte, trinta, quarenta numa operação denominada disso ou daquilo, e essas pessoas estão presas lá, a Polícia Federal cumpriu mandados de prisão, essas pessoas estão presas e os Advogados vão à porta da Polícia Federal, essas pessoas merecem respeito, porque senão nós vamos voltar àquela era da ditadura, onde a ditadura tinha ojeriza à OAB, a Advogados, a profissionais liberais, a essa coisa toda. Então ela convoca a imprensa e diz que a Polícia Federal tem suas normas, seus procedimentos. Que normas e procedimentos são esses? O país tem lei, o país tem Constituição. A Polícia Federal não pode ficar acima da lei, da Constituição. A questão do Supremo. Uma revista de circulação nacional publica que metade ou quase mais da metade de uma corte com onze membros se encontra grampeada.

Essa questão de grampo tomou conta do país, a gente vai a qualquer reunião, eu chego no Recife, por exemplo, numa reunião de classe média, classe média média, não é nem baixa e nem alta, então todas as pessoas que trocam de telefone todas as semanas, uma

paranóia, porque se instalou no país de que a Polícia Federal grampeia todo mundo. Evidente é um exagero, mas a Polícia Federal tem o seu serviço de inteligência e deve saber que esse estágio, essa situação hoje é disseminada no Brasil inteiro, inclusive aqui dentro do Senado da República com questão à questão de grampos, essas coisas todas. Isso tem que ter uma palavra final ou do diretor geral, do superintendente geral da Polícia Federal, ou do Ministro da Justiça ou do Presidente da República, não é, para dizer que não tolera isso, porque quando se denuncia que há grampos no Supremo, aí vem a Polícia Federal e diz: "não, não tem grampo", e o assunto morreu, acabou. Não adianta você imaginar uma CPI, não ainda eu ir à tribuna do Senado, alguém ir à tribuna da Câmara, o Deputado Raul Jungmann querer convocar o Ministro, eu disse isso a ele ontem que isso era uma tolice, não é, porque a Polícia Federal falou, a Polícia Federal falou e está encerrado o assunto. Não é desse jeito que a gente vai resolver as coisas, há que se tranqüilizar.

Uma polícia para ser respeitada ela não pode ser temida, ela tem que ser respeitada, como é a Polícia Federal, a história da Polícia Federal, as ações da Polícia Federal, a independência da Polícia Federal, a Polícia Federal que se nega a ser polícia de Governo, sendo polícia de Estado, essa é a polícia que todo país quer, qualquer pessoa de bem, seja Governo ou oposição, quer uma polícia que seja uma opção de Estado e não uma polícia de Governo, nem tucana e nem petista. Então eram essas as ponderações que eu queria fazer, porque V. Exª. no final do seu discurso, dentro do seu ângulo, da sua visão, da sua ótica, V. Exª. colocou a ação da Polícia Federal, que eu não discordo, eu estou aqui na sua frente, na frente do Dr. Paulo, que ela continue as suas operações sem inibição, mas que coíba, mas que tente coibir, não do dia para noite, mas através de um processo esses exageros, essas coisas que a Polícia Federal faz completamente desnecessária. Uma pessoa que é presa às seis horas da manhã, nesse horário que a Polícia Federal escolheu para prender as pessoas, não pode ser algemada. A pessoa só pode ser algemada quando resiste à prisão, quando não quer ser presa, quando ameaça o agente que vai cumprir o mandado. Aí sim se o algema essa pessoa para que ela não traga inconveniente e nem ponha a risco a pessoa que está prendendo. Mas prender um cidadão, uma pessoa com mais de setenta anos, uma senhora, uma pessoa para ser exibida de noite numa televisão, e se ali no meio tem um inocente, como que vai ser isso depois, para explicar isso depois? Em política eu sempre digo que toda situação que você tem que explicar, ela já é complicada, imagine uma pessoa que é algemada para explicar isso depois, por que é que foi algemada e apareceu em vídeo ou em primeira página de jornal algemada. Eram essas as ponderações que eu queria fazer, que podem parecer inoportunas, mas V. Exª. pode concordar que me permitiu fazer isso quando V. Exª., acabando o assunto dos cubanos, fez o papel merecedor da ação e das ações exitosas da Polícia Federal. Muito obrigado, Ministro.

DR. PAULO LACERDA – Me permite?

SR PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Tem a palavra o Dr. Paulo Lacerda.

DR. PAULO LACERDA – Bom, eu gostaria de dizer, Senador, que a Polícia Federal, nós temos toda a preocupação de zelar pela absoluta regularidade dos seus atos. Jamais iremos permitir que procedimentos escusos ou ilegais fossem realizados. Nós ouvimos falar muito sobre abusos, excessos, e sempre orientamos aqueles que falam para que façam uma representação e digam o que houve. Normalmente o que nós escutamos muito são alegações de quem não conhece realmente o caso em concreto, e nós precisamos conhecer o caso concreto, nós precisamos que aqueles que sejam vítimas de algum abuso, de alguma arbitrariedade, represente, e se entender até que a Polícia Federal não seria o órgão legítimo para fazer essa apuração, que o faça ao Ministério Público.

Diante dessas notícias que foram veiculadas aí agora pela Revista Veja, eu acho que aquilo ali é uma coisa altamente tendenciosa, se pegou detalhes daqui, detalhes dali, não se esclareceu com profundidade de questões que já estão devidamente solucionadas e esclarecidas como, por exemplo, dois Ministros receberam um e-mail de alguém que dizia ser ou ter acesso à Polícia Federal e saber que um Delegado da Polícia Federal estava realizando grampos clandestinos em relação a dois Ministros do Supremo Tribunal Federal, no caso também o Ministro Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, o Ministro Marco Aurélio. Houve essa denúncia, o Ministro Marco Aurélio encaminhou ao Ministro Tarso Genro que, por sua vez, enviou à Polícia Federal e a Polícia Federal fez a apuração. Agora a Polícia Federal fez a apuração e a primeira constatação, o e-mail, a identificação, é falsa, não corresponde àquela pessoa. E corresponde a quem? Corresponde a um ex-funcionário, a um ex-auditor da Previdência Social que foi demitido do serviço público, que foi preso pela Polícia Federal e que nutre um ódio em relação àqueles que causaram aquela situação, ou melhor, que atuaram no caso que gerou aquela situação e, por força disso, ele fez essas denúncias a algumas autoridades. Isso foi demonstrado. Está lá, o inquérito foi aberto, agora se alguém duvida que... sempre a Polícia Federal é que vá apurar os atos da Polícia Fe-

deral, então que se constitua aqui uma Comissão do Senado, do Congresso Nacional, e que vá rever esse ato da Polícia Federal, se nós inventamos que esse cidadão causou essa situação ou não.

Então eu acho que se nós não partimos do princípio de que as autoridades são sérias, de que os Srs. Senadores são sérios, não tem como a gente trabalhar numa democracia. Então eu quero dizer que nós temos toda a humildade, nós queremos corrigir os nossos equívocos, até por iniciativa do Ministro Tarso Genro nós estamos elaborando um manual do planejamento operacional da Polícia Federal com todas as observações. Algumas dessas colocações que V. Exª. fez são também preocupações nossas, agora nós não orientamos a ninguém a execrar publicamente um preso, a denegrir a imagem dessa pessoa, não tem orientação nenhuma nesse sentido, muito pelo contrário, mas também nós não podemos impedir que a imprensa, que hoje faz plantão em unidades da Polícia Federal, basta sair um comboio de viaturas e a imprensa acompanha e exerça o seu papel. Nós não temos como impedir isso. Então é um aspecto apenas que eu gostaria de ponderar a V. Exª., mas toda e qualquer contribuição do Congresso Nacional para a Polícia Federal aprimorar os seus procedimentos será recebido de muito bom agrado.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Senador Jarbas está satisfeito com a colocação? Senador Heráclito Fortes, como próximo inscrito, com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Ministro Tarso Genro, quando eu lhe ponderei que ficasse até ao fim, que resistisse um pouco aos compromissos, é porque eu acho que essa sua presença aqui vai lhe fazer bem. Esse episódio vai deixar três vítimas: os atletas cubanos, que nós não sabemos a dimensão, e V. Exª., que foi vítima de um processo que pelo que já disse não teve uma participação tão direta, mas que macula sua biografia no momento em que ocorreu no âmbito do Ministério que V. Exª. dirige. E V. Exª,. corajosamente, não se coloca entre aqueles que não sabia depois do fato acontecido e assumiu alguns pontos dessa questão. V. Exª. fique tranqüilo que ninguém no país duvida da sua determinação democrática. Agora pois, se V. Exª. convive democraticamente a mesma mesa com adversário, porque não vai conviver com os outros, por que não vai tolerar posições divergentes? E acho que por isso mesmo a biografia de V. Exª. não pode ser maculada no quesito democracia nesta questão mal explicada e que vai sempre deixar dúvidas no país. Este país que viu a cara aflita de V. Exª. representando o Governo tempos atrás, tentando justificar, tentando defender o seu partido e o seu Governo na crise dos aloprados. A indignação, a decepção.

Então V. Exª., a necessidade da sua presença aqui é para inclusive que o Brasil tenha tranqüilidade de que o Ministério sob o comando de V. Exª. não pode participar de atos como esse, um ato açodado. Nós aprendemos, e o Piauí não é diferente do Rio Grande do Sul, desde menino, que a pressa é inimiga da perfeição. O crime foi o da pressa. Nós sabemos que estava havendo um conflito entre Cuba e o Brasil por conta da fuga inicial, que o Presidente Fidel Castro foi duríssimo com as autoridades brasileiras, culminando com a fuga em massa, e que apressadamente alguns optaram por resolver a questão dos dois rapazes da maneira mais rápida possível e se livrar daquele problema. Compreendemos. Nós temos uma geração que viveu os encantos de Cuba, uns foram para lá morar, outros através dos livros, tudo isso facilitou a que este imbróglio fosse feito da maneira que fez. A primeira estranheza que nos causa, Senador Tuma, é a rapidez com que a polícia do Rio de Janeiro agiu com esses dois rapazes, já que é tão ineficiente em caçar traficantes e bandidos no morro do Rio. Deixaram as suas tarefas na cidade violenta e foram achar esses rapazes de calção de banho no Rio de Janeiro, inclusive de maneira preconceituosa o Sr. Fidel Castro disse que eles estavam na companhia de prostitutas. Eu não sei se tem algum registro na Polícia Federal sobre exatamente a profissão dessas moças. E não vi o Governo brasileiro, em nenhum momento, protestar sobre essa maneira preconceituosa como o Sr. Fidel Castro se dirigiu às brasileiras. O porquê de não ter se feito exame de corpo de delito para se ter garantia? E se foi feito, por que é que não foi divulgado? Por que o Conselho Nacional de Imigração, órgão do Ministério de V. Exª., não foi acionado? Por que é que a Igreja, tão recorrida pelo PT, pelo partido de V. Exª. e pelas autoridades que faziam oposição nos anos duros da ditadura, aquela Igreja que se socorria tanto em nome da liberdade, os refugiados e os torturados através das Comissões de Direitos Humanos, por que é que a Igreja não foi chamada para ser ouvida e para dar um testemunho dos fatos? Por que é que a imprensa, que bate na porta como disse o Senador Jarbas Vasconcelos em situação de constrangimento para cidadãos de idade, não foi acionada, embora a contragosto dos rapazes, de maneira imediata, para que pelo menos fosse dada uma satisfação à opinião pública? Por que é que não houve uma clareza do avião, do tipo do avião, as circunstâncias da fuga? Tudo foi feito num fim de semana. Fala-se dos aliciadores. Quais as providências que o Governo tomou de maneira concreta com relação aos aliciadores? E, se existiam os aliciadores, era mais um motivo para a retenção desses rapazes no Brasil para esclarecer até que ponto havia o en-

volvimento dos aliciadores e a maneira, inclusive o Governo ter condições de tomar providências através da INTERPOL, porque o que se comenta é que um dos aliciadores, inclusive, estava com credencial falsa no pano, de jornalista. São questões dessa natureza, Ministro, que criou todo este manto de dúvidas e de incertezas com relação a esses atletas.

Esses atletas não eram foragidos, fugitivos, seja lá o que for, comuns, até porque, conforme foi dito, fotografias deles, por iniciativa do Governo, foram distribuídas, então não eram cidadãos comuns, não eram pessoas comuns, e não podemos compará-los com os outros atletas. Os outros atletas são atletas de esporte coletivo e esses dois são atletas de esporte individual, um campeão mundial e o outro campeão olímpico, e criou um mal estar muito grande provocando inclusive aquela fuga em massa. Qual foi a participação do Ministério da Justiça e da Polícia Federal dando cobertura à fuga em massa? À fuga em massa não, à retirada em massa desses atletas para evitar a fuga por parte do Governo cubano? Antecipando a data do vôo de uma empresa comercial de Cuba, conseguindo um *slot* extra que para esse avião descesse, prejudicando os passageiros de carreira, os passageiros comuns que estavam com a sua passagem marcada para um dia normal do vôo. São questões, Ministro, que precisam ser esclarecidas. Por que a não participação, pelo menos por acompanhamento, do Ministério das Relações Exteriores? Seriam as perguntas e os questionamentos iniciais que faço e espero ouvir de V. Exª.

SR PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – V. Exª. tem a palavra, Ministro.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Com muito prazer, Senador, faço esclarecimentos levantados por V. Exª. Em relação à busca que a Polícia Militar fez, na verdade foi uma busca suscitada a pedido dos próprios cubanos. Então a Polícia Militar do Rio de Janeiro, que os localizou, localizou-os a pedido dos próprios cubanos, como está comprovado na documentação que instrui o procedimento administrativo da sua deportação. Em relação às prostitutas, a informação não foi do Governo brasileiro, foi uma informação dada pela imprensa e informação derivada certamente de avaliação feita pelos repórteres que fizeram a cobertura livremente. Então não houve também nenhuma negativa, nenhuma manifestação ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A afirmação foi do Sr. Fidel Castro num artigo publicado e vastamente divulgado no Brasil.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – ... Com fundamento nas informações dadas pela imprensa brasileira e não pelo Governo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, em nenhum momento eu disse que foi pelo Governo.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – O Governo não fez nenhum juízo ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, não, apenas a minha estranheza é que o Governo silenciou sobre a discriminação de brasileiros.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – ... Trata-se aí de uma questão que me parece não de direito internacional público na relação do Brasil com Fidel Castro, mas uma questão relacionada com a honra subjetiva das pessoas que foram atingidas. Eu entendo que não haveria condições para o Governo brasileiro manifestar sobre isso, já que a informação circulou aqui dentro. Certamente o repórter que fez transitar essa informação é que tinha condições de sustentá-la, tanto é que ela não foi respondida. Eu não sei sinceramente, nós não temos informações, Senador, se as moças que acompanhavam os pugilistas eram prostitutas ou não. O exame de corpo de delito foi feito regularmente, consta do procedimento administrativo. O Conselho Nacional de Refugiados, ele é uma estrutura de apoio das decisões do Ministro e ele é acionado a pedido do interessado. Então o Conselho Nacional de Refugiados, se fizesse qualquer movimentação, essa movimentação seria ilegal e irregular inclusive, porque ele recebe pedidos para mover-se no sentido de dar um parecer para o Ministro para fazer o acolhimento ou não, e eu reitero que dos cinco cubanos que saíram, três ficaram e dois quiseram ir embora. Portanto, não há nenhuma ... isso comprova que não há nenhuma tendência do Governo brasileiro de proteger aqueles que querem voltar ou proteger o Governo cubano ou qualquer outro Governo que queira eventualmente acolher ou reacolher ou resgatar cidadãos seus. A Igreja realmente não foi acionada pela Polícia Federal e a Polícia Federal não tem o dever de fazê-lo. A Igreja poderia ter sido acionada pela OAB, pelo Procurador Geral da República, por alguém que tenha dado alguma informação ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pelo Governo.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Não, o Governo não deveria fazer isso, Senador, porque isso seria uma intervenção num processo que estava tramitando de maneira legal, de maneira regular e colocaria, neste procedimento, uma estrutura que não está prevista na função da Polícia Federal, ou seja, a Polícia Federal tem que receber o Procurador, tem que receber o Advogado; o Governo chamar a Igreja para fazer um acompanhamento seria uma demonstração de falta de confiança e de relevância da Polícia Federal e isso

não é adequado do ponto de vista das relações funcionais do Estado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Ministro, por cautela. Agora só me diga uma coisa para esclarecer: da prisão dos dois rapazes ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Não houve prisão, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sim, mas da... da ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Da condução.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Da condução dos dois rapazes até o embarque, quantos dias?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Na sexta eles foram recolhidos pela Polícia Militar e viajaram na madrugada de domingo para segunda.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Na sexta-feira à tarde? Então veja bem: na sexta-feira, vamos admitir, é uma medida muito rápida, Ministro, trabalhou-se um meio expediente e os dois dias ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – É que tem que compreender, Senador, e eu acho que isso é realmente uma questão a ser avaliada publicamente inclusive até para que o Governo possa esclarecer. É que toda a nossa estrutura policial estava totalmente mobilizada dentro do PAN, todas as estruturas de polícia, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, todo mundo trabalhando quarenta e oito horas por dia, a própria PM Polícia Militar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – À procura dos cubanos?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Não, trabalhando no PAN, ela estava estruturada no PAN, para funcionar no PAN, então este procedimento foi um procedimento, eu reitero, normal da Polícia Federal. Agora o que pode ser colocado como um interesse evidentemente de pressa, não foi por parte do Governo brasileiro. Um outro Governo eu não sei se seria a mesma presteza de mandar um avião para buscar os seus pugilistas. Eu não faço esse juízo, Senador, agora o que eu quero dizer que o procedimento da Polícia Federal foi um procedimento ordinário, e quando ele terminou, com toda essa assistência que houve, o Governo cubano já estava com o avião na porta para levá-los e a Polícia Federal fez regularmente a ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas, Ministro, vamos aqui acompanhar um raciocínio. Se ele estava no Brasil legal, em natureza legal, eles estavam com o passaporte ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Não, eles estavam sem passaporte e não estavam legalmente no Brasil porque o visto que eles estavam foi deformado pois eles já não estavam mais como atletas, já não estavam mais cumprindo as finalidades do visto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas o visto não é dado especificamente de atletas, é um visto por noventa dias para visitar o Brasil.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – É de atleta, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, não, não, o Brasil não tem essa prática específica.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Nesta questão do PAN os vistos que foram dados, foram dados para a delegação, para atletas do PAN.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –. Então por que é que está com noventa dias, por que é que não deu só no período do PAN?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Isso é apenas uma parte formal.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, Ministro, espera aí.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Se eles quisessem ficar por noventa dias, eles ficariam, até como cento e oitenta, mas não quiseram.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Então veja bem: se estavam dentro do prazo eles não estavam ilegais, se o passaporte ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Veja, Senador: o artigo 13 do novo estatuto diz: "o visto temporário poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de artista ou desportista". No momento em que eles abandonaram a delegação e foram informados como desaparecidos, eles perderam a condição desse visto. Portanto, a situação deles era ilegal no país.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, não Senhor.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Sim, Senhor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, não, não, espera aí.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – É ilegal.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, não, não, ele não é ilegal perante o Brasil. Ele pode estar ilegal perante a ótica do Governo cubano.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Perante o Brasil porque o visto se converte, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Ministro, antes de ele ser um atleta ele é um cidadão.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Mas, Senador, veja, isso é irrelevante. Por que é irrelevante? Porque não houve nenhuma negativa do agora brasileiro para que eles permanecessem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – No entanto houve um atendimento do Governo brasileiro de buscá-los, de procurá-los.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Não, quem procurou, eles é que se ofereceram. Eles foram registrados como desaparecidos, Senador, a pedido da sua delegação, como seria o registro de qualquer pessoa que estivesse no PAN, que estivesse na delegação. A partir desse registro foi informado para todas as Autoridades Policiais que aquelas pessoas estavam desaparecidas, mas não houve a busca da Polícia Militar para localizá-los naquele lugar, foram eles que se ofereceram para voltar e daí a pressa deles em voltar para o seu país.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Até porque V. Exª. primeiro disse que houve um pedido das autoridades cubanas para localizá-los.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Claro que houve, houve, houve da delegação, e a delegação cubana, como se sabe, é uma delegação estatal como qualquer outra delegação. Eu não estou querendo entrar em choque com os seus pontos de vista que eu estou vendo que são muito bem formatados do ponto de vista inclusive de uma visão de como isso daí deve ser tratado pelo Governo brasileiro e das relações do Brasil com Cuba. O que eu estou dizendo é que o procedimento feito pela Polícia Federal foi absolutamente legal, previsível e respeitou os direitos desses cidadãos cubanos. Agora o que nós não fizemos foi tomar qualquer atitude para detê-los contra a vontade deles, isto não fizemos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Até em respeito ao regime do Sr. Fidel Castro, não uma admiração, mas em respeito, eu quero dizer que durante todo esse período eu não fiz nenhuma restrição ao procedimento de Cuba, eu fiz à do Brasil, porque Cuba está agindo como sempre agiu, Cuba não alterou o seu procedimento. Nós é que cedemos de maneira fácil demais, sabendo que o destino desses rapazes seria um destino incerto.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Só que nós cedemos à vontade das pessoas que tinham o direito de fazer esse pedido.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Ministro, esses rapazes, o depoimento percorreu aqui, eles foram dados ... exatamente o mesmo texto de um é o mesmo texto de outro, agora mesmo circulou, um dos companheiros que me antecedeu, quem nos garante que esses rapazes não estavam sob pressão? Aqui mesmo nós temos matéria ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – O depoimento que eles deram na Polícia Federal, como o Senhor sabe, foi acompanhado inclusive por Advogado e depois glosado pela Procuradoria-Geral da República que ouviu diversas vezes. Se eles, pessoalmente, estavam intimidados, eles não manifestaram isso para a Autoridade Policial, apesar de a Autoridade Policial ter reiteradamente dito para eles que eles poderiam ficar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas isso é comum, Ministro, em uma questão como essa. Ministro, isso é comum numa questão como essa, daí é que eu acho que devia-se, no mínimo, que esse caso devia ter sido levado mais a fundo, ter sido apurado, porque o que se sabe é que os familiares deles estavam sendo pressionados, cortaram luz, há depoimento aqui, cortaram a água da casa da noiva de um deles e aí por diante, e aí por diante. Aí é aonde eu acho que faltou um cuidado maior de inclusive vir um documento de Cuba dando algumas garantias para não acontecer o que está acontecendo agora, aonde o Embaixador diz que eles jamais sairão de Cuba, que jamais serão atletas, e na época o que se dizia não era isso, Ministro. Se esses rapazes saíram da delegação e estavam inclusive com tramitação de visto de entrada na Alemanha, a imprensa divulga isso daí, era fácil conferir com o Governo alemão, a questão não é tão fácil. O Governo de Cuba pedir é uma coisa. O Governo brasileiro aceitar ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Nós não atendemos a nenhum pedido do Governo cubano, nós atendemos o pedido dos próprios atletas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – ... Não, mas aqui o Senhor diz a pedido dos cubanos, do Governo de Cuba, foi o Senhor que disse, não fui eu.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – A pedido do que?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A pedido dos cubanos nós mandamos, acionamos a polícia para saber onde eles estavam.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Não, a pedida da delegação cubana que fez um registro formal ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Que é Governo.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – ... De uma parte ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Que é Governo.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – ... Dizendo que tinha atletas desaparecidos. Faríamos para qualquer denegação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Que é Governo.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Mas esta é a função da Autoridade Policial.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sim, Ministro, mas a partir do momento em que eles

estão no Brasil, legais, embora estivessem em caráter precário porque não tinham o passaporte em mãos, não havia por que dessa ação da Polícia Federal.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Mas qual é a ação que o Senhor se reporta?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – De receber, de fazer ... a partir do momento em que a Polícia Civil do Rio de Janeiro entrega à Polícia Federal e a Polícia Federal entre sexta-feira e domingo resolve todos os problemas, e evidentemente combinado com o Governo de Cuba, tanto é verdade que o avião chegou aqui a tempo ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Não houve nenhuma combinação da Polícia Federal com o Governo cubano.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas como o avião chegou aqui, como o avião chegou?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – O que houve foi uma manifestação do Consulado cubano, a partir do momento em que eles ficaram disponíveis, dizendo que tinha um avião à sua disposição, e eles já estavam liberados segundo a sua vontade, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas, Ministro, eles não estavam liberados, tanto é que foram entregues pelas Autoridades Policias, eles entraram no Galeão com as Autoridades Policiais, eles não estavam ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Mas como ocorre em qualquer deportação, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – ... Mas eles estavam deportados por que, Ministro?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Eles estavam deportados ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eles não estavam ilegais no Brasil.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Eles estavam deportados porque estavam numa situação irregular no Brasil e porque pediram, negaram-se a pedir refúgio, pediram para sair.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Então não foram deportados, eles estavam pedindo para ir?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Mas a figura jurídica ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Então não precisava a polícia lá para dar cobertura, a polícia não precisava ter acompanhado ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Mas isto é uma norma regulamentar da deportação, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas não estavam indo de livre e espontânea vontade?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Estavam.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Para que esse acompanhamento, Ministro?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Porque esse acompanhamento é determinado pela lei.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Ministro, se tinha um acompanhamento determinado pela lei, por que não se chamou a imprensa para prestar todos esses esclarecimentos e evitar essa discussão ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Não se chamou a imprensa porque temos por norma buscar, nos esforçar, estamos fazendo isso, estamos trabalhando isso, de não expor as pessoas para a imprensa quando as pessoas não querem ser expostas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O primeiro caso então foi esse, eu parabenizo a Polícia Federal.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Não, o primeiro não, já faz três meses que nós reduzimos intensamente a presença da imprensa nas ações da Polícia Federal exatamente porque estávamos sendo criticados por expor as pessoas que estavam sendo presas pela Polícia Federal.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O Ministério das Relações Exteriores ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Nós obedecemos a vontade livre dos pugilistas, nós obedecemos as determinações legais e nós obedecemos a Convenção de Viena. Essa foi a atitude do Governo brasileiro e da Polícia Federal, Senador, isto pode ter ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A Convenção de Viena?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O que é que diz a Convenção de Viena sobre –

SR. MINISTRO TARSO GENRO – É que regula esse processo, o acolhimento do direito interno dos países da deportação, dos refugiados, das relações que as autoridades devem restabelecer em casos como esses.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mesmo o cidadão estando regular no país?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Senador, nós temos interpretações diferentes sobre isso. Eu respeito a sua e acho que o Senhor está prestando um grande serviço ao país, tencionando essa questão, até para que possamos explicar, mas nós temos uma visão diferente disso. Na verdade no momento em que eles receberam um visto para participar de competições, como esportistas, e saíram dos seus alojamentos, foram indicados como desaparecidos pela autoridade que formalmente competia fazer isso, à medida em que ficou absolutamente claro que eles se deslocaram da sua

relação originária competiria a nós fazer o que? Verifica se queriam refúgio ou não e foi o que fizemos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – As autoridades comunicaram que os outros três também tinham fugido, que os outros três?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Sim, comunicaram.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Qual a providência que foi tomada?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Aguardando eles voltarem. E agora eles se apresentaram, alguns já se apresentaram, outros estão buscando emprego para pedir o Estatuto de Refugiado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Num caso se aguarda e no outro se busca, Ministro?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Mas não se buscou, Senador, eles que se ofereceram para a Polícia Militar, eles pediram para o pescador avisar a Polícia Militar onde eles estavam e foram chamados para isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Ministro, essa história ainda vai ter muito mais ...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu posso fazer uma sugestão a V. Exª., se assim me permitir. Tem o relatório do Procurador, se o Senhor permitir eu leio o texto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Claro.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – "Tanto Guilhermo como Erislandy narraram o desejo de regressar à Cuba dizendo que possuem família, filhos e esposas ..."

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Meu caro amigo Romeu Tuma, V. Exª. é um homem experimentado em interrogatório ...

SR PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – ... Deixa eu terminar a minha proposta a V. Exª. Não era esse texto que eu queria não, era o outro. "Pude ainda presenciar que quando os delegados da Polícia Federal compareceram no recinto, Dr. Felício Laterça, Dr. Adriano Antônio Soares e Dr. Ricardo, os atletas mostraram-se amigáveis e familiarizados". Eu sugeria convidar os três para virem depor e descrever toda a situação do que ocorreu lá. Se foram detidos, se não foram, se foram conduzidos. Eu sugeriria a V. Exª., que o Dr. Paulo autorizasse a vinda dos três ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Poderemos tomar essa providência, agora V. Exª. sabe que esse depoimento, V. Exª. sabe que isso daí ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Se o Senhor me permite, Senador Tuma, que o Dr. Luiz Paulo dê uma rápida informação sobre o instituto da deportação para que a gente possa esclarecer também tecnicamente o caso.

DR. LUIZ PAULO BARRETO – Senador, na verdade o que leva um Estado brasileiro a deportar, não podemos confundir deportação com expulsão. Expulsão sim é um ato de retirada forçada, quando se pega o estrangeiro e se bota porta afora como se fosse um banimento. A deportação é simplesmente a retirada compulsória sim do país de pessoas que se encontram em três situações: que tenham ingressado como clandestino no Brasil, sem visto, burlaram a fronteira e entraram, quem entrou e deixou o seu visto vencer o prazo de noventa dias, sessenta dias, ou uma terceira hipótese muito clara, de desvirtuamento do visto. É o sujeito que entra para estudar, larga os estudos e vai trabalhar. Todos os dias acontecem deportações assim no Brasil e, aliás, todos os dias acontecem deportações de brasileiros que estão nos Estados Unidos, por exemplo, e voltam, que foi objeto de CPI nessa Casa, onde se apurou que brasileiros nos Estados Unidos que estavam sem visto ou que estavam com o visto de turista e estavam trabalhando, eram detidos e deportados para o Brasil.

Então deportação é uma figura comum nesse aspecto. Eles receberam, do Consulado do Brasil em Havana, vistos dados para o Pan-americano, para participação de delegação esportiva cubana nos jogos Pan-americanos. Os vistos foram dados, o prazo era de até noventa dias para todo mundo, e entra na lista de controle do Governo brasileiro. Naquela noite, quando várias pessoas não chegavam de volta da denegação, o chefe da denegação esportiva cubana comunicou ao centro de segurança dos jogos que as pessoas não tinham voltado. Aí se iniciou o que? Uma tentativa de localizar, se tinham sido mortos, assaltados ou qualquer coisa assim. Dois deles procuraram por meio da (ininteligível), por meio do Governo, o refúgio. O outro ainda não, porque está negociando um contrato de trabalho para ser técnico de ginástica olímpica, e esses dois, depois de tudo que já foi dito aqui, compareceram e disseram: "nós queremos voltar". Nós não temos vôo direto Brasil a Havana, então não tínhamos como levá-los para o aeroporto e embarcá-los num avião, teríamos que fazer conexão em Miami ou com conexão em Cancun, o que se torna um vôo muito complicado, porque não tinham passaporte, não tinham visto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – No Panamá também, é mais prático.

DR. LUIZ PAULO BARRETO – Também. Quando veio o soldado do Consulado de Cuba para buscar o passaporte para que pudesse embarcar, talvez até acompanhado de policiais brasileiros ou não, depen-

de da situação de segurança deles, para com essa conexão toda, o Consulado disse: "não, nós vamos fretar um avião e vamos mandar buscar". Foi um procedimento absolutamente regular e no dia a Polícia Federal os levou até ao aeroporto, a Convenção de Viena é a Convenção de Relações Diplomáticas que permite aos Consulados acompanhar todo o procedimento de deportação e o Brasil invoca isso o tempo todo, seja nos Estados Unidos, seja na Europa, para que os nossos Diplomatas tenham acesso aos nossos deportados.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O Consulado então acompanhou tudo?

Dr. LUIZ PAULO BARRETO – Acompanha, é a Convenção de Viena ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Por que é que o Presidente de Relações Exteriores, até como co-relato brasileiro, não acompanhou?

Dr. LUIZ PAULO BARRETO – ... Porque o Consulado acompanha as providências de deportação, de viagem, porque eles não tinham dinheiro, não tinha vôo direto, não tinha como fazer isso de uma maneira alternativa, então o Consulado se dispôs a colaborar nas medidas de práticas de deportação, do contrário até oneraria o Governo brasileiro, que teria que pagar essas passagens, porque eles não tinham recursos para fazer isso. Então as tratativas com os Consulados foram para buscar um avião, trazer, expedir o passaporte, como acontece se tiver um alemão no Brasil ou se nós tivéssemos a mesma coisa com qualquer atleta que tivesse desertado dos jogos. Não mudaria a situação se fosse um atleta dos Estados Unidos. Eles abandonaram a delegação, com visto próprio para a delegação, específico para o Pan-Americano, nos nossos registros constando tudo aquilo, ele decidisse simplesmente abandonar a delegação, aquele visto estaria desvirtuado, ele poderia: "ah, eu quero refúgio, eu sou perseguido", mas, enfim, ou poderia ter ido embora. Nós não podemos é forçar ao refúgio e aí as Convenções Internacionais, eu me refiro à Convenção de 1951 em Genebra, ela não permite que se force o refúgio; que se ofereça o refúgio. É um instrumento de proteção internacional garantido às vítimas de perseguição e eles disseram claramente no documento: nós não somos perseguidos nem por aspectos religiosos, nem por aspectos políticos, nem por aspectos raciais ou qualquer tipo daquelas figuras que estão na Convenção de 1951. O que eles querem? Queremos voltar, e disseram isso sempre, inclusive em entrevista depois que chegaram a Cuba, nunca vacilaram na firme convicção de retornar. Fabricaram o procedimento de deportação comum como, aliás, deve estar sendo aplicado hoje com algum estrangeiro que deve ter sido detectado no Brasil com visto vencido, com visto desvirtuado ou como clandestino. Não houve uma ... e o fato de serem cubanos, eu repito ao Senhor, teria sido feito o mesmo procedimento se tratasse de um norte-americano numa situação semelhante.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Dr. Luiz, V. Sª. mostra que tem conhecimento, eu lhe parabenizo, mas eu quero apenas lhe dizer uma coisa: na imprensa já circulava que eles estavam se movimentando para ir em processo de fuga para a Alemanha, já se notificava inclusive que eles não estavam mais no país, já havia uma série de informações sobre o caso dos dois. Ministro, eu vou encerrar o assunto, vou ficar com a consciência tranqüila de que cumpri com o meu papel. Eu só não queria era que os senhores fossem pegos de surpresa com o depoimento dado pelos atletas a um companheiro, magnético, gravado, e que vai sair e que vai deixar muito mal o Governo brasileiro. Um depoimento, uma gravação dada por ele a um companheiro que se encontra no Brasil com quem eles se encontraram. Eu quis evitar isso, mas vamos aguardar. Apenas evitar. Acho que foi um ato de pressa, foi um ato açodado e que nós vamos pagar um preço altíssimo por isso. Nós que temos uma imagem com relação a estrangeiros no Brasil, de respeito aos Direitos Humanos, o Ministro Brossard me contou, seu conterrâneo, quando Ministro do Governo Sarney, episódios difíceis que enfrentou no Ministério da Justiça em questões semelhantes, o que ele sofreu de pressão e o que teve de resistir, de forma que acho que cumpri o meu papel, principalmente mostrando ao país que V. Exª. é vítima desse episódio. O meu medo era que V. Exª. tivesse sido o grande artífice, o grande comandante, mas já soube, já vi pelo que V. Exª. disse que não, apenas assunto que é na sua área, agora que foi um ato precipitado e injustificável, eu continuo com essa convicção. O tempo dirá quem tem razão.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Eu acho, um registro rápido, apenas eu acho que um debate como esse é um debate extremamente importante porque ele não só faz a análise e produz a transparência das relações políticas no país e também aciona a própria máquina pública para responder, para informar, e apenas quero reiterar, encerrando a minha intervenção, primeiro que nós agimos rigorosamente dentro da lei e do Estado de direito democrático, cumprimos a nossa função e o nosso mandato enquanto Ministro de Estado. Segundo que a Polícia Federal agiu dentro da rigorosa legalidade, sem qualquer tipo de favoritismo. As interpretações diferentes a respeito são normais, são absolutamente normais dentro do Estado de direito, e eu, a minha biografia é uma biografia modesta, é uma biografia eu diria até irrelevante para o nosso país e

para o futuro do país, mas eu não considero, eu quero deixar bem claro, que a minha atitude nesse episódio tenha deixado qualquer mácula, qualquer mancha na minha biografia política, que como eu disse é bastante modesta. Obrigado.

SR PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Obrigado, Ministro. V. Exª., eu vou passar a palavra, eu não sei se V. Exª. tem algo a acrescentar, e se aceita a sugestão de convidar o Delegado que fez todo o trabalho para vir esclarecer alguns detalhes que ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Vamos aguardar o começo da semana, na próxima reunião ...

SR PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Só queria registrar, que V. Exª., como Presidente, vai decidir. Com a palavra o Senador João Pedro, como inscrito, em seguida a Senadora Ideli Salvatti, como última inscrita. Tem V. Exª., Senador João Pedro, a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Minha solidariedade ao Ministro que perdeu o almoço, mas eu também perdi, todos nós perdemos aqui o almoço (risos) ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – O meu almoço com o Presidente da República e uma viagem para o Rio de Janeiro para uma reunião de trabalho.

SR PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu já desisti de almoçar com o Presidente agora.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V. Exª. desistiu de almoçar com o Presidente da República? Parabéns pelo privilégio.

SR PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – É uma entidade que faz ... que está fazendo um simpósio, hoje tinha o almoço, fui convidado, mas preferi ficar à disposição de ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Senador Heráclito, eu não posso falar pelo Presidente, mas o Senhor está convidado a almoçar comigo no Ministério da Justiça, com todo prazer.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Muito obrigado, mas V. Exª., V. Exª. fica absolutamente tranqüilo que almoço em que o Presidente comparece é como vôo do Brasil, atrasa sempre, vai chegar lá a tempo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Mas, Ministro Tarso Genro, Luiz Paulo e Delegado da Polícia Federal, eu achei esse debate aqui longo, mas ele é emblemático para mim, tem um grande simbolismo esse debate, primeiro porque essa questão ganhou uma repercussão na imprensa nacional, na mídia nacional, aqui na Casa, que provocou essa sessão, essa reunião aqui na Comissão. Então, para mim ela é emblemática porque ela é esclarecedora da postura republicana do Estado brasileiro. Eu penso que das polêmicas levantadas, este debate foi esclarecedor do ponto de vista da postura, da conduta e de todos os procedimentos internacionais, nacionais, da Polícia Estadual, do contexto que nós tínhamos no país de um evento internacional, de uma responsabilidade, onde alguns setores não acreditavam na realização do PAN, quer dizer, o contexto do PAN, a responsabilidade que o Brasil tinha com todas as delegações presentes, e para mim é esclarecedor a postura do Governo brasileiro e do Estado brasileiro porque eram cinco atletas, alguns atletas ficaram e dois foram. Sabe, para mim isso é esclarecedor, isso para mim, da relação, da postura, do zelo.

Aí tem o comprometimento, o respeito do ponto de vista humano, da postura do Estado brasileiro, enfim, então esse exemplo para mim é esclarecedor, a estada dos cubanos que aqui ficaram, e também me suscita aqui porque há uma preocupação com os cubanos que foram. Eu ainda não vi nenhuma manifestação de solidariedade aos cubanos que ficaram, do tipo onde eles estão morando? Qual a moradia? Os cubanos que ficaram ainda não vi nenhuma manifestação de solidariedade aos que ficaram, às condições em que ficaram, como vão ficar, a preocupação com as famílias dos atletas que estão aqui e que ficaram lá em Cuba, eu ainda não vi nenhuma manifestação. Agora esse é um debate que nos leva a uma visão Pan-Americana, inclusive penso que é uma sugestão ao nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores aqui do Senado de participar desse debate que está acontecendo lá nos Estados Unidos, um debate duro, uma reforma que inclusive está obstruída pelo partido republicano, a reforma da imigração. São doze milhões de latinos americanos nos Estados Unidos, e penso que a gente poderia travar esse debate aqui em solidariedade a todos os latinos americanos, mas fundamentalmente dos brasileiros que estão nos Estados Unidos e alguns na prisão, e alguns na prisão.

Então esse é um debate importante do ponto de vista da relação latino americana na nossa relação com a América do Norte, com o povo mexicano, porque segundo dados, 70%, 80% dos imigrantes nos Estados Unidos são mexicanos e eles merecem a nossa solidariedade, e esse debate também, no avançar da hora, nós que somos representantes de partidos, que temos mandatos, não podemos subtrair a importância ideológica do debate, da postura política, e não tem debate neutro em relação a Cuba, não tem, não tem. Cuba, com todas as críticas, mas Cuba é emblemática do ponto de vista do seu processo histórico, da revolu-

ção, da bandeira do socialismo, do enfrentamento com os Estados Unidos, do enfrentamento com os Estados Unidos, os Estados Unidos que já invadiu Cuba, os Estados Unidos que agride o povo cubano quotidianamente através da televisão, do rádio, enfim, mas nós precisamos fazer esse debate mesmo não só para analisar a postura do Estado brasileiro, mas no debate do ponto de vista dos interesses humanitários, da solidariedade do povo das Américas. Então eu quero, para mim é esclarecedor esse debate na Comissão porque eu fico mais tranqüilo, primeiro do gesto do Ministro em ser convidado e passar aqui uma amanhã entrando pela tarde sem almoço, isso é uma coisa importante, um Delegado da Polícia Federal ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Se V. Exª. me permite apenas um esclarecimento ...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – ... Então para mim é esclarecedor para nós continuarmos porque esse debate não vai travar, porque ainda não atendeu o Senador Heráclito Fortes, nós vamos travar lá no Plenário, nós vamos continuar travando, mas eu fico tranqüilo do ponto de vista da conduta, da postura dos procedimentos das polícias e da condução do Ministro Tarso Genro nesse processo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu queria colocar duas coisas rapidinhas. Eu queria dizer a V. Exª. que eu não tenho atrelamento, eu quero deixar bem claro, nem com Cuba e nem com os Estados Unidos, nem eu fumo o charuto do Fidel e nem passo o final de semana em *Camp David*. A minha questão, eu sou contra ditadura, venha ela de onde vier. Acho que a ditadura, e o erro nosso é querer proteger ...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – A discussão aqui é a relação do Brasil com os atletas ou com a ditadura de Cuba?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V. Exª. foi que puxou o assunto.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – A gente precisa focar ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V. Exª. é que puxou o assunto, V. Exª. é que puxou o assunto.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Eu fico tranqüilo, a postura do Estado brasileiro foi corretíssima, foi correta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Me desculpe, mas foi V. Exª. que puxou o assunto.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Eu estou contextualizando a história de Cuba. Cuba é América.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu estou dizendo a V. Exª. que eu não sou atrelado nem com um e nem com outro, agora sobre aquela situação de brasileiros, eu quero lhe comunicar que esta Comissão possuiu uma SubComissão que estuda, o Senador Tuma acompanha isso, a situação de brasileiros no exterior. Então nós não somos omissos nisso.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Nem disse que ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, eu estou deixando bem claro, Ministro, nós temos aqui uma Comissão, nós já fomos, já tivemos delegação que foi aos Estados Unidos com o Senador Crivella para ver a situação, então essa questão nossa, e qualquer brasileiro que tenha, que sofra lá fora, nós estamos aqui, nós fizemos isso no caso do rapaz do Iraque morto, no caso do rapaz de Londres. O nosso objetivo é exatamente esse e esse papel nós estamos cumprindo.

SR PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Senador João Pedro, o Bispo Crivella presidiu uma CPI e então eu pediria que a relatoria fosse entregue a V. Exª. e pediria para o Senhor ser rápido, a Senadora Ideli também, que o Ministro está aflito aqui com toda a razão. Não é fome, é obrigação que ele tem que ...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – O Senhor viu que eu estou pacientemente aqui esperando. Se o Senador João Pedro terminou –

SR PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu queria apenas realçar algumas questões. A primeira delas, eu acho que a questão mais contundente que a vontade das pessoas foi respeitada dentro da legalidade é de que teve os que ficaram e os que voltaram. Se não tivesse ficado ninguém, nenhum dos cubanos tivesse ficado, eu acho que aí as suspeitas efetivamente poderiam ser levantadas porque aí houve um procedimento para devolver todo mundo rapidinho, entendeu? Agora teve atletas cubanos que decidiram, manifestaram isto de permanecer no Brasil. A estes atletas está sendo dado todo o direito de asilo, de permanência e, portanto, está se respeitando a vontade. E teve dois atletas que manifestaram o desejo de voltar. Assim, se a preocupação que eu considero legítima do que significa esse retorno, como é que vai ser a vida deles lá, entende, eu já visitei duas vezes Cuba, eu tenho várias coisas que eu rasgo elogio para muitas coisas boas que acontecem em Cuba e outras não. Preocupação com quem vive lá, eu acho que tem que ter uma grande preocupação com quem vive lá, porque a dificuldade de sobrevivência naquele país, apesar de todo o atendimento de saúde, todo o atendimento educacional que eles têm, só os índices de escolaridade, nível superior em Cuba, eu acho que é uma bofetada, entende, na

cara de um país, de tantos outros países, entre eles o Brasil, com tanta dificuldade eles conseguem ofertar a escolaridade até a nível superior e tal.

Agora eu acho que a coisa mais importante é isto: quem quis ficar, ficou, e quem não quis ficar, voltou. E as duas coisas, tanto quem quis ficar como quem quis voltar foi feita dentro da legalidade, e independente da vontade ou da preocupação, entende, tanto o João Pedro falou assim "como é que estão vivendo os que estão aqui e como que estão vivendo os que voltaram para lá", mesmo que qualquer autoridade tenha esta preocupação, a autoridade não pode agir fora da lei. A lei exigia deportar, eles querendo voltar, teria que acontecer. A outra coisa que eu acho importante ainda realçar é o seguinte: esse procedimento talvez não tenha sido acompanhado diretamente pela imprensa, mas teve o acompanhamento de instituições fora do Governo.

Eu quero, eu faço questão, eu sei que já foi comentado, mas eu faço questão de ler a nota que saiu na seção de cartas do Globo, do Presidente da OAB do Rio, eu vou ler. "Diante das notícias desencontradas sobre os dois boxeadores cubanos que abandonaram a sua delegação perante os jogos Pan-Americanos, esclareço: a) na qualidade de Presidente da OAB do Rio de Janeiro estive na Polícia Federal em Niterói sexta-feira à noite para conhecer a situação dos dois atletas e oferecer-lhes assistência jurídica caso o desejassem; b) quando cheguei à Polícia Federal os boxeadores não estavam mais lá, mas um num hotel em liberdade vigiada; c) na Polícia Federal pude conversar não só com o Delegado Federal responsável pelo caso como também com o Procurador da República, Leonardo Luiz Figueiredo Costa, representante do Ministério Público Federal, órgão independente do Governo. O Procurador me informou que entrevistara os atletas a sós, sem a presença de agentes policiais, e ofereceu-lhes a possibilidade de ingressar com *Habeas-Corpus* para que permanecessem no Brasil, mas ambos lhe informaram que por livre e espontânea vontade tinham decidido regressar a Cuba". Esta é a carta do Presidente da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro, até porque o episódio era no Rio de Janeiro, portanto, a OAB do Rio que era a que tinha que efetivamente acompanhar e fiscalizar todo o procedimento. Não bastasse isso nós temos a ACNUR, que é o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. A ACNUR aqui no Brasil também se manifestou de forma pública, vou ler a nota divulgada pela imprensa da ACNUR. "O ACNUR esclarece que a solicitação de refúgio no Brasil é pautada pelo princípio da confidencialidade e por isso não comenta qualquer caso individual referente à Lei 9.747/97 que define os mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951.

Esclarece também que não é responsável pelo reconhecimento de refugiados no país, o que é competência do Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE, órgão de deliberação coletiva que funciona no âmbito do Ministério da Justiça. Por fim, a agência da ONU para refugiados afirma que a solicitação de refúgio no Brasil é um procedimento pautado por critérios estritamente humanitários e apolíticos, sendo acessível a todos os estrangeiros que o solicitem. Portanto a própria ACNUR, entende, referenda que todos os procedimentos de refúgio, de asilo, são respeitados pelo Governo brasileiro, e não interpôs nenhum comentário a respeito de que tenha havido qualquer tipo de ilegalidade, tanto no acolhimento dos cubanos que pediram o asilo como dos que desejaram retornar. Portanto, se nós tivermos alguma questão que venha a público posteriormente a respeito da situação desse episódio dos cubanos, eu acho que as autoridades brasileiras não terão nenhum problema de repercutirem e se referirem a se algum fato vier a público nos próximos dias.

Agora eu tenho o entendimento de que com preocupação maior ou menor que todos nós temos que ter, não é, preocupações humanitárias, tanto com as pessoas que ficam como com as pessoas que vão, mas eu tenho o entendimento de que tantos o asilo para os que ficaram como o retorno para que os desejaram voltar foi feito dentro da legalidade, e o que pauta esta Comissão tem que pautar, inclusive a discussão entre Senado da República e os órgãos competentes neste caso do Executivo, é o cumprimento da lei, e eu não consigo vislumbrar nada, entende, que a lei, nos dois casos, e volto a dizer, como nós temos os dois casos, eu acho que a prova mais contundente de que a vontade das pessoas foi respeitada. Quem quis ficar, ficou, quem fiz voltar, voltou.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente (soa a campainha), eu queria apenas dizer que os dois documentos, um documento já foi lido exaustivamente aqui, o Presidente da Ordem dos Advogados, por comodismo, não foi ver os atletas, apenas baseou-se no que ouviu, e o segundo documento é um documento em tese, em tese naturalmente provocado por alguém para se manifestar e há uma manifestação com muita cautela.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Se o Senador Heráclito me permite ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – ... Se tivesse, pode até ser em tese como V. Exª. está colo-

cando, agora o Alto Comissariado das Nações Unidas, se ele tivesse percebido qualquer problema ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas deu tempo, Senadora, de sexta-feira para domingo dá tempo de se perceber alguma coisa? É complicado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Mas eu posso lhe dizer que se não percebeu nos dois ou três dias e percebeu depois ou teve alguma dúvida, aliás, eu acho que V. Exª. talvez pudesse ser indicado lá para o ACNUR, porque a sua preocupação é tanta com isso. A Instituição que está encarregada pela ONU de fazer essa fiscalização, este acompanhamento, faz uma nota, não se manifesta posteriormente e nós vamos aqui contestar que o Alto Comissariado da ONU se omitiu, não acompanhou, não fez? Eu acho que, sabe, eu queria dizer de forma muito clara e volto a afirmar: a prova mais contundente é de que quem quis ficar, ficou, quem quis sair, saiu, é que temos, no caso da delegação cubana, não é nem de outro país, da própria delegação cubana os dois casos. Os dois casos, eu acho que eles desmontam qualquer tipo de ilação de que as autoridades brasileiras não cumpriram a lei ou tentaram de uma forma ou outra, entende, fazer como se, inúmeras vezes já foi falado, um acordo com Fidel para devolver os atletas que Fidel tanto precisa e quer (soa a campainha).

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu quero apenas lhe esclarecer que eu, na minha ótica, a ONU falhou, a ONU foi omissa. Não tem pecado nenhum nisso não, nós estamos vivendo numa democracia ...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Senador Heráclito para o Alto Comissariado da ONU já. Eu estou lançando a campanha.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu quero dizer à Senadora Ideli que eu me dispenso aos conselhos dela. A minha atividade é exclusivamente parlamentar. Eu não denuncio colega, eu não peço investigação de colega, eu atuo única e exclusivamente em Plenário. Em vinte e seis anos de atividade eu nunca denunciei ninguém, nunca pedi investigação contra ninguém. Então o meu trabalho, Ministro, é aqui, na tribuna democrática que me foi dada pelo povo, de forma que eu dispenso as suas sugestões e os seus conselhos. Aplique na sua biografia e na sua vida. Não denuncio colega, não faço nada, a minha vida é parlamentar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Vamos voltar, Senador Tuma, vamos voltar ao assunto, até porque eu é que estava (soa a campainha) com a palavra. O Senador Heráclito já fez a sua exposição, a sua alocação, e eu qualquer assunto que saia do que nós estamos tratando, entende, é apenas desviar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas, Senador Tuma, quem desviou o assunto fui eu ou a Senadora?

SR PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – O Senador já tinha encerrado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Tudo que eu falei até este momento ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O que é isso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – ... É referente, inclusive, à questão do Alto Comissariado da ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Me lançar para o ir para o Alto Comissariado?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É, porque o Senhor questionou, entende, questionou dentro do tema.

SR PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Senador Heráclito, eu pergunto a V. Exª. se quer reassumir a presidência.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, eu sou democrata, eu quero ficar aqui, eu deixei para ficar livre. Eu queria fazer apenas uma pergunta final: como foi que a Polícia Federal e o Ministro da Justiça tomaram conhecimento de que estava havendo um processo de fuga em massa, uma tentativa de fuga em massa que foi barrada pela ação do Governo cubano com a ajuda do Governo brasileiro? Como que isso se deu? Tem um grupo de investigação no Pan-Americano, um grupo que acompanhava isso. Como que se deu o fato da questão da fuga em massa?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Essa informação que o Senhor tem da fuga em massa é a mesma que eu tenho. Nós, no Ministério da Justiça, e me consolido ao Dr. Lacerda, não tivemos nenhuma informação de fuga em massa ...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Mas a Globo deu.

SR. MINISTRO TARSO GENRO – ... E não tem nenhuma informação nossa, não tem nenhuma postura do Governo Federal de ajuda a qualquer tipo de ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O Senador João Pedro está comunicando aqui que a Globo deu, é uma comunicação dele. A Polícia Federal foi acionada apenas na hora de levar o comboio para o aeroporto, qual foi a participação da Polícia Federal?

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Não houve nenhuma participação da Polícia Federal, nem do Governo brasileiro, para deter fuga em massa e nem tivemos qualquer informação da fuga em massa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, não, não, Ministro, não foi para deter a fuga em massa, a pergunta é essa: se teve, se não teve, se a participação foi apenas no momento de transferir o pessoal ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – O Senhor está falando em fuga em massa e depois faz uma pergunta de participação, eu presumo que o senhor ...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – ... Para evitar, exatamente, do Governo brasileiro, para evitar a fuga ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – ... O acompanhamento da Polícia Federal ou da Força Nacional de Segurança das delegações para o aeroporto é feita para todas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mas a pergunta é para evitar a fuga em massa, ou foi apenas a delegação cubana que ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Não houve nenhuma ação do Governo Federal para impedir qualquer fuga em massa e nem fomos informados disso, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Nem foram informados disso?

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Só para a condução do comboio ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Normal, um acompanhamento normal que se fez para todas as delegações.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Tá bom, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Senador Heráclito, V. Exª. quer encerrar? Eu apenas queria agradecer a presença do Ministro, a uma habilidade de responder a todos os questionamentos, ao Dr. Luiz Paulo, ao Paulo que também aqui colaborou nos esclarecimentos. Senador, eu só queria esclarecer que num momento difícil da vida pública, na década de 70, a ACNUR teve um papel preponderante, vigilante e sempre presente na discussão de qualquer coisa que pudesse assustá-la. Então eu acho que a Senadora Ideli confundiu um pouco as coisas porque a ACNUR é presente quando há razão para que ela intervenha. Eu mesmo, como diretor de um departamento em São Paulo em momentos dificílimos, nunca deixei de receber quase que diariamente representantes da ACNUR que vinham em defesa de refugiados. Ela cumpre exatamente o papel do acordo internacional. Então eu não podia deixar de esclarecer isto aqui, e cumprimentar, na esperança de que o Senhor volte para outras discussões menos acirradas ...

SR. MINISTRO TARSO GENRO – Do PRONACE.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – ... Do PRONACE, se Deus quiser, nesse eu vou querer ouvir a V. Exª. Dou por encerrada a presente sessão em honra ao Senador Heráclito Fortes.

(Sessão encerrada às 13h38.)

Ata da 25ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ªLegislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 30 de agosto de 2007 às 10:00 horas.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia trinta de agosto do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, ANTONIO CARLOS VALADARES, JOÃO RIBEIRO, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, JOÃO TENÓRIO, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, FRANCISCO DORNELLES, GERALDO MESQUITA JUNIOR, CÉSAR BORGES e FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida aprovada. O Presidente dá início a apreciação da pauta. **Item 01**: Mensagem (SF) nº 117, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Julio Cesar Zelner Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria***.** O Senhor Presidente convida o Embaixador Julio Cesar Zelner Gonçalves para compor a Mesa. **Item 02**: Mensagem (SF) nº 118, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Ánuar Nahes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar*. **Item 03:** Mensagem (SF) nº 128, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor* V*aldemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia*. O Senhor Presidente convida os Embaixadores Ánuar

Nahes e Valdemar Carneiro Leão Neto para comporem a Mesa. **Item 01**: O Relator Senador **MARCO MACIEL** faz a leitura do seu Relatório. O Senador **EDUARDO AZEREDO** assume a Presidência. O Senhor Presidente em exercício passa a apreciação do **Item 02** e concede a palavra ao Senador **JOÃO TENORIO** para a leitura do seu relatório. O Senhor Presidente em exercício passa a apreciação do **Item 03** e concede a palavra ao Senador **JARBAS VASCONCELOS** para a leitura do seu relatório. O Presidente em exercício abre o processo de votação. O Presidente em exercício passa a palavra ao Embaixador **JULIO CESAR ZELNER GONÇALVES** para fazer sua exposição. O Presidente em exercício passa a palavra ao Embaixador **ÁNUAR NAHES** para fazer sua exposição. O Presidente em exercício passa a palavra ao Embaixador **VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO** para fazer sua exposição. Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO SUPLICY**. A Reunião torna-se secreta às dez horas e cinqüenta e seis minutos. A Sessão é reaberta às doze horas e nove minutos. O Senhor Presidente comunica a aprovação dos indicados. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e nove minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRAO MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente. – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente em exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Havendo número regimental declara aberta a 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a leitura da Ata da sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam com a sua dispensa permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à apreciação da pauta. Item 1, Mensagem 117: "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Júlio César Zelner Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria". Autoria é da Presidência da República e o Relator é o Senador Marco Maciel. Convidamos o Embaixador Júlio César para tomar assento à mesa dos trabalhos.

O Item 2, Mensagem 118: "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Ánuar Nahes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar". Autoria da Presidência da República e a Relatoria é do Senador João Tenório.

Item 3, Mensagem 128: "Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia". Autoria da Presidência da República e o Relator é o Senador Jarbas Vasconcelos.

Convidamos também os dois Embaixadores a tomarem assento.

Passamos então à apreciação do Item 1. Concedo a palavra ao Sr. Senador Marco Maciel, Relator da Mensagem, para ler o seu relatório.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Sr. Presidente, nobre Senador Heráclito Fortes, Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Sras. e Srs. Senadores. A Presidência desta Comissão distribuiu a indicação do Embaixador Júlio Zelner para exercer as funções de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria à minha pessoa e vou fazê-lo de forma a cumprir o regimento da Casa, em especial da Comissão, como também procurando ser breve no meu relatório. Eu gostaria de lembrar que o indicado é pessoa que eu conheço há bastante tempo, tendo inclusive integrado a Assessoria de Relações Internacionais da Vice-Presidência da República ao tempo que eu era Vice-Presidente da República. O Embaixador Júlio César Zelner Gonçalves nasceu no Rio de Janeiro, agradou-se em direito pela Universidade Federal do Rio e ingressou no Ministério das Relações Exteriores em março de 1971, ou seja, há trinta e seis anos atrás. Acendeu a Conselheiro em 1984, a Ministro de Segunda Classe em 1992 e a Ministro de Primeira Classe no ano de 2000. Desempenhou numerosas funções na Chancelaria e na administração federal, entre as quais eu destacaria a chefia da Divisão de Política Financeira e Desenvolvimento, chefe de gabinete da Secretaria de Administração em 1991, chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia em 1992 e Assessor da Vice-Presidência da República, como tive a oportunidade de afirmar, em 1999. No exterior cumpriu várias missões temporárias e ocupou, entre outros, os cargos de Primeiro Secretário Conselheiro no México, Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra em 1987, Ministro Conselheiro encarregado dos negócios na Haia em 1994 e Cônsul Geral em Lisboa de 2004 até o presente. Neste instante ele está como Cônsul Geral do Brasil em Lisboa.

Quanto à República da Áustria importa registrar, neste relatório, algumas informações básicas sobre

aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre a relação com o Brasil.

Creio, Sr. Presidente, que S. Exª., o Embaixador indicado, poderá tecer valiosas observações sobre a missão que ele irá exercitar uma vez aprovado por esta Casa e a sua aprovação referendada pelo Plenário do Senado, mas quero dizer que o indicado é um Diplomata que tem excelente *curriculum*, é um intelectual e, além disso, é uma pessoa que também tem enormes enlaces com outros Ministérios, além do Ministério de Relações Exteriores, por ter participado de cargo na administração federal aqui em Brasília.

Desejo, portanto, e encerrando a minha exposição, dizer que o indicado tem todas as condições para exercer e bem a função e esperamos agora que, com a sua manifestação, possamos dar depois início aos debates sobre os temas que S. Exª. vier a suscitar. Muito obrigado a V. Exª.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Senador Marco Maciel. Antes de dar a palavra ao Embaixador nós vamos ler as relatorias dos dois outros Embaixadores.

Mensagem 118, de 2007, é o Item 2, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Ánuar Nahes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar". O Relator é o Senador João Tenório, a quem concedo a palavra para ler o seu relatório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Sr. Presidente, eu gostaria de seguir a orientação do nosso grande Senador Marco Maciel e ser sucinto. Aliás, procuro sempre seguir o seu exemplo por ser um homem que tem uma experiência de vida dedicada à coisa pública respeitável e única, singular.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Muito obrigado.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Mas o Ministério das Relações Exteriores, atendendo preceito regimental, elaborou o *curriculum vitae* do Diplomata indicado do qual extraímos para esse relatório as informações que seguem. Nascido em Santa Adélia, São Paulo, em 25 de maio de 1952, filho de Ánuo Nahes e Elvira Nahes. O Diplomata Ánuar Nahes graduou-se em letras pela Universidade de São Paulo em 1976 e em pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Professor Carlos Pasquale em 1978. Ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em dezembro de 1982, após concluir o curso de preparação para a carreira diplomática, acendendo a Conselheiro em 1997 e a Ministro de Segunda Classe em 2005, sempre que por merecimento. Desempenhou distinguidas funções na Chancelaria, entre as quais apontamos aqui o chefe de Divisão do Oriente Próximo, de 1995 a 1997, chefe da Divisão de Pessoal em 2004 e Coordenador do Seguimento da Cúpula da América do Sul/Países Árabes de 2005/2007. Trata-se, sem sombra de dúvidas, de Diplomata que tem uma experiência, que tem uma vivência sobretudo com o mundo árabe, o que é absolutamente importante nesse momento em que se vive tencionado, eu diria assim, sobretudo naquela região. Então um homem com a qualificação do Sr. Ánuar Nahes poderá, sem sombra de dúvidas, colaborar profundamente para o estreitamento das relações do Brasil não só com o país para o qual ele está sendo indicado, que é o Catar, como também para relações com o Oriente Médio e o mundo árabe de um modo geral.

Então, sintetizando, gostaria de registrar a concordância dessa Comissão, expressa nesse relatório, com a indicação do Embaixador, e dizer que temos absolutamente certeza e confiança de que o seu desempenho será da maior importância para o estabelecimento das relações absolutamente indispensáveis e que seja de boa qualidade entre o Brasil e aquele mundo e, particularmente, o país.

Eu quero só lembrar que em Catar encontra-se Doha, que será uma coisa absolutamente importante, necessária, e indispensável, que possamos ter um bom desempenho lá, e se por acaso acontecer a próxima rodada, sem sobra de dúvida o futuro Embaixador terá uma condição de colaborar para que essa rodada seja importante. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado Senador João Tenório pelo relatório.

Passamos então ao Item 3, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia. O Relator é o Senador Jarbas Vasconcelos, que esteve aqui no início e foi registrar a presença no Conselho de Ética, e, como ele não está presente, eu vou pedir ao Senador Flexa Ribeiro que, como Relator *ad hoc*, faça a leitura do relatório preparado pelo Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Eduardo Azeredo, Srs. Embaixadores, Srs. Senadores. Eu vou ter a honra de relatar *ad hoc* o parecer do nobre Senador Jarbas Vasconcelos. Esta Casa do Congresso Nacional ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O Senador Jarbas chegou, então ...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É uma honra maior passar ao Senador para que ele possa fazer a leitura do seu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – ... Na verdade ele não chegou, ele retornou.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Retornou.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Sr. Presidente, o Senado é chamado a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia. A Constituição atribuiu competência privativa ao Senado para examinar previamente por voto secreto a escolha do chefe de missão diplomática de caráter permanente. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o *curriculum vitae* do Diplomata indicado, do qual se extrai para este relatório as informações que se seguem. Eu tive a oportunidade também, Sr. Presidente, de conversar com o indicado, o Sr. Valdemar Carneiro Leão Neto, que tem uma grande experiência já no Itamaraty, e considero um homem preparado para assumir essa nova missão. Ele inclusive exerce hoje sua função no Canadá, um país que tem, não só pelo seu tamanho, mas pelas experiências adotadas lá no Canadá tem chamado a atenção não somente da América Latina, mas do mundo inteiro. Então ele já vai com a bagagem, já esteve em outros países, no Japão, na Inglaterra me parece, e vai com toda certeza dar a sua contribuição lá na Colômbia.

O relatório aqui fala sobre a vida do Dr. Valdemar, que exerceu, entre outros cargos, o de Segundo Secretário em Londres, o de Primeiro Secretário em Tókio, lá no Japão, o de chefe de Divisão de Produtos de Base e de Coordenador Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais da Secretaria Geral, Coordenador Executivo também da Secretaria Geral, o de Ministro Conselheiro em Washington, o de Diretor Geral do Departamento Econômico e de Embaixador em Ottawa. Desempenhou ainda importantes funções em sessões de negociações de organismos internacionais em conferências diplomáticas isoladas e chefiou inúmeras delegações de particular relevância, como junto ao Conselho da Organização Internacional do Cacau - Londres, em 1990, 1991, 1992 e 1993. O Embaixador indicado possuiu inúmeras condecorações nacionais e estrangeiras, dentre as quais incumbe destacar as seguintes: Ordem do Mérito Naval, Ordem do Mérito Militar, Ordem do Rio Branco e Ordem do Tesouro Sagrado do Japão.

Sobre a República da Colômbia cabe assinalar que no Governo do Presidente Lula tem se verificado considerável estreitamento das relações bilaterais com este país. Vem se mantendo um importante diálogo notadamente nas áreas de defesa, comércio e investimento, não obstante o Governo demonstrar reticências diante de temas importantes para o Brasil no plano multilateral. A Colômbia hoje tem inclusive servido de laboratório para experiências exitosas, positivas, na área de combate à violência. Aqui do Congresso Nacional mesmo já compareceram, já foram ao país Deputados e Senadores que tiveram inclusive a oportunidade posteriormente de escreverem em jornais de circulação nacional mostrando experiências altamente positivas, exitosas, desenvolvidas num país que recentemente tinha índices de criminalidade, de violências, alarmantes, e que através de uma política séria, e permanente, tem enfrentado essa questão com êxito do combate à violência.

Diante do exposto, Sr. Presidente, eu com absoluta segurança julgo que os integrantes desta Comissão, todos, possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação do Presidente da República, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório, e esclarecendo a V. Exª. que, além do relatório formal, guardei boa impressão do Ministro Valdemar Carneiro Leão Neto, agora indicado para exercer a nobre função de Embaixador do Brasil junto à Colômbia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Senador Jarbas Vasconcelos. Nós vamos passar então à oitiva, mas antes disso, como já foram lidos os relatórios, todos eles favoráveis, eu pedirei à Secretaria que já abra a votação e aqueles que considerarem já suficiente a informação possam votar, ao mesmo tempo em que passaremos, portanto, à segunda parte, que é a de ouvirmos os Srs. Embaixadores.

Com a palavra, vamos começar com o Embaixador Júlio César Zelner Gonçalves, que é indicado para a República da Áustria.

SR. JÚLIO CÉSAR ZELNER GONÇALVES – Obrigado Sr. Presidente, Senhores membros da Comissão de Relações Exteriores. É uma honra muito grande estar nessa Comissão para a sabatina com vistas à indicação para a República da Áustria. Em particular queria falar da minha alegria e honra de ter tido por Relator dessa indicação o meu amigo de longa data e chefe, o Senador Marco Maciel, a quem eu agradeço pelas palavras gentis.

Eu queria rapidamente deixar de falar praticamente da Áustria para falar um pouco do contexto atual das relações bilaterais e do que é possível fazer na Embaixada em Viena. Naturalmente as nossas relações com a Áustria se iniciam em 1817, com o casamento de D. Pedro, e de lá para cá sempre se desenvolveu dentro da maior cordialidade. A Áustria é hoje um dos países líderes na União Européia. Em produção industrial é a terceira melhor produtividade na União Européia, é um país com renda per capta altíssima, um país extremamente desenvolvido, com a economia voltada basicamente para os serviços, mas ancorado, evidentemente, numa sólida indústria. O comércio com o Brasil é muito desfavorável ao Brasil e assimétrico, porque os produtos principais que o Brasil vende para a Áustria são fumo e minérios e algumas partes e peças de automóveis, enquanto importa da Áustria basicamente produtos de última geração tecnológica, produtos de siderurgia, produtos de química fina, fármacos e produtos de grande sofisticação e muito valor agregado. Portanto, além da pauta ser desfavorável numericamente ao Brasil, ela é assimétrica. O cruzamento da pauta nos permite ter esperanças de desenvolver alguns produtos não necessariamente de última geração industrial, mas seguramente industriais, calçados, produtos de alumínio, mesmo produtos siderúrgico, novos e etc, partes de veículos, e isso, espero, estimular através do estímulo à iniciativa privada e das iniciativas governamentais com a participação de empresários em feiras setoriais aqui e lá. Eu acho que a área cultural é uma área que merece também um esforço especial, sobretudo depois que as relações bilaterais subiram a um patamar de excelência com a visita do Presidente Lula, em 2006, e a visita que se tem em mente realizar o ano que vem do Primeiro Ministro Gusenbauer ao Brasil. O Chanceler Celso Amorim está convidado para visitar a Áustria, espero que o faça nos primeiros meses do ano, e acho que isso então nos fornece o pano de fundo para o desenvolvimento de relações mais intensas e sólidas com esse país.

A Áustria é um país que pratica o que chama de neutralidade ativa, portanto é um país que preza a sua neutralidade até por conta para assegurar a sua própria sobrevivência, isso foi imposição dos vencedores da guerra, mas também opção constitucional do país, mas ao mesmo tempo não se furta a participar de ações internacionais, seja em missões de paz, seja esforços especiais desde que sempre solidamente amparados no Direito Internacional. Por isso a Áustria desaprovou a invasão do Iraque, porque entendeu que não havia base jurídica legal da ONU para isso, foi um dos países mais críticos com relação à participação da Europa nesse esforço, mas é um país que está pronto a participar da reconstrução, é um país que hoje está na liderança da luta anti-terror, é um país que está aberto a ampliar a participação, a associação com o Brasil em diversas áreas, seja no setor político, seja no setor econômico, comercial. É um país governado atualmente por uma coalizão que já deu certo historicamente na história do país, que é a coligação entre digamos a democracia cristã e a social democracia. A social democracia nas últimas eleições teve ligeira vantagem de votos, mas na formação do Governo teve que fazer concessões muito sérias. A democracia cristã é que levou os cinco principais Ministérios, mas essa união tem funcionado bem ao longo da história. Eu, naturalmente, estou à disposição para quaisquer perguntas que V. Exªs. possam vir a ter. Muito obrigado e desculpe a brevidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, inclusive, pela brevidade, porque nós estamos com duas reuniões simultâneas e que exige a presença dos Srs. Senadores. Vamos passar a palavra, então, ao Embaixador Ánuar Nahes, que é o indicado para o Estado do Catar, que é uma Embaixada do Brasil.

SR. ÁNUAR NAHES – Muito obrigado Senador Eduardo Azeredo, Exmos. Srs. Senadores, Exmo. Relator Senador João Tenório, Senadores presentes, colegas. Eu quero agradecer a oportunidade por estar aqui hoje submetendo a V. Exª. a minha indicação como Embaixador em Doha, e reiterar a honra de ter tido o Senhor, Senador, como Relator, uma pessoa refinada, competente, simpática. Gostei muito de ter esse contato com o senhor.

Falarei brevemente sobre o Catar. É um país pequeno, muito rico e estrategicamente localizado no Oriente Médio. Tem um PIB praticamente igual ao da Áustria, um PIB com poder de paridade de compra de trinta e três mil dólares, a Áustria tem trinta e seis, então é um país rico, tem uma população pequena, produz petróleo, mas a riqueza do Catar é gás, ele está localizado num mar de gás. As reservas são as terceiras do mundo, reservas provadas, depois da Rússia e do Irã é o Catar que detém as maiores reservas, e o Catar investiu pesadamente no processamento de GNL e já é hoje o maior supridor internacional de GNL, sendo que em 2012 se tornará de longe o maior produtor exportador mundial de GNL. País estável politicamente, onde se faz uma experiência muito interessante, quer dizer, derrubar o mito da incompatibilidade entre islã e modernidade. É um país aberto para o exterior e conserva as suas características culturais baseadas no islã. Na política externa é um país que tem uma situação quase que desproporcional ao seu peso político específico, por ter uma política externa ousada,

por abrigar a maior base militar dos Estados Unidos no Oriente Médio, por ter um diálogo mais fluido com Israel e por ter uma atuação muito forte com base em seus recursos financeiros, reconstruindo o Líbano bombardeado há pouco tempo, dando dinheiro para os palestinos nesse momento de fechamento.

No plano comercial com o Brasil as relações são pequenas, são de pequena monta, o fluxo foi de noventa e cinco milhões de dólares apenas no ano passado, francamente favorável ao Brasil, mas as relações diplomáticas começaram em 1974, com Embaixadores não residentes, o Brasil abriu sua Embaixada em 2005, em Doha, e o Catar acaba de abrir agora a Embaixada aqui em Brasília, funcionando provisoriamente no Hotel Naum Plaza.

A minha atuação no Catar, caso mereça a aprovação de V. Exªs., poderia se efetuar em três vertentes. A primeira é no âmbito da cúpula América do Sul/Países Árabes. Como sabem os Senhores, essa cúpula reuniu pela primeira vez países árabes e sul-americanos e no seguimento houve uma coordenação de políticas, uma previsão de atividades e projetos que podem ser desenvolvidos ou bilateralmente ou com um número "X" de países de ambas as regiões, quer dizer, aí há uma pauta rica a explorar. O outro âmbito, a outra vertente de atuação seria no âmbito do Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo. Há um acordo de livre comércio sendo negociado no momento, espera-se que termine ainda em 2007, e certamente isso fará aumentar o comércio entre duas regiões que são bastante complementares. E a terceira vertente é no plano das relações bilaterais propriamente dita. Catar é um excelente posto de observação política por causa, como eu disse anteriormente, dessa experiência que eles estão fazendo entre o islã e a modernidade, e o êxito ou o fracasso dessa experiência poderá fortalecer alternativas como Arábia Saudita ou até mesmo o Irã.

No plano econômico, gás. A Petrobrás, o Sérgio Gabrielli e o Duzal estiveram lá em julho, e foram muito bem recebidos. O Catar tem, como eu disse, grandes reservas, mas estão ... o Catar está atualmente fechado para novas atividades de prospecção e exploração de Campos, mas a Petrobrás poderá atuar nesse âmbito no contexto da política mais ampla, sobretudo iniciada por pesquisa e desenvolvimento na área enérgetica, e também estarei pronto para facilitar a atuação da Petrobrás enquanto empresa em busca de dividendos. Seria possível também estimular os investimentos catarianos no Brasil, tem bastante dinheiro e pouco investimento aqui. Então seria possível fazer isso, e a assistência também, no plano comercial, porque Doha quer se tornar uma espécie de Dubai, um entreposto comercial, no plano institucional há muito que fazer, há acordos novos a serem negociados. Houve agora, terminou de se negociar em maio último o acordo aéreo, a *Catar Airlines* quer começar a voar em 2008 no Brasil fazendo inicialmente Doha/Rio de Janeiro.

E, por fim, não menos importante, o Catar vai eleger o primeiro Parlamento de sua história. 2/3 serão leitos por sufrágio universal, inclusive voto feminino, mas 1/3 será indicado pelo Emir, aquela figura que nós tivemos no passado do biônico, não é isso, que nós tivemos aqui. Então, Srs. Senadores, muito obrigado, era isso que eu queria dizer, eu estou aberto a perguntas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Embaixador Ánuar. É a primeira Embaixada no Brasil, é a primeira vez lá, vai ser a abertura da Embaixada?

SR. ÁNUAR NAHES – A embaixada foi aberta em 2005, em maio, tem um Embaixador lá que se aposentou, o Paulo Dyrceu Pinheiro, e o Catar é a reabertura, o Catar abriu a Embaixada em 1997 aqui, mas o Brasil naquela época, crise Russa, crise Asiática, o Itamaraty teve que fechar muitas Embaixadas naquela época e não fazia sentido abrir a Embaixada em Doha. Então eles fecharam a Embaixada em Brasília e agora estão reabrindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado. Passamos, portanto, ao Item 3, que prevê a apreciado por esta Comissão do Sr. Valdemar Carneiro Leão Neto, Embaixador Valdemar Carneiro Leão Neto, para a República da Colômbia. Concedo a palavra para que faça a sua exposição pelo tempo que julgar necessário.

SR. VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria, antes de mais nada, dizer que é uma honra estar nesta Casa, nesta Comissão, sobretudo agradecer as palavras generosas do Senador Jarbas Vasconcelos em seu relatório.

A premência de tempo naturalmente me obriga a abreviar ao máximo a minha exposição. Eu vou falar rapidamente sobre a Colômbia e uma palavra também, claro, sobre as relações bilaterais. Nós estamos diante de um país que tem uma imagem na imprensa e na opinião pública em geral muito associada ao narcotráfico e ao crime organizado, alta criminalidade e, enfim, insurgência armada. Essa imagem contrasta, naturalmente, com uma realidade que eu acho que, antes de mais nada, precisa se destacar nessa Casa: trata-se de uma democracia. A Colômbia é um país democrático, seu Presidente foi recentemente reeleito com uma maioria bastante expressiva, o parlamento em duas Câmaras funciona regularmente, também foi eleito em 2006 por mandatos de quatro anos nas duas Casas, e o Judiciário é um Judiciário independente, sendo

que qualquer decisão, tanto do Legislativo quanto do Executivo, estão sujeitos à apreciação da Justiça. Ao lado desse quadro democrático interno, nós estamos diante de um país com um crescimento vigoroso, um crescimento em torno de 5% a 6% nos últimos três ou quatro anos. Não é uma novidade a evolução histórica da Colômbia. A Colômbia teve, ao longo das décadas, uma curva de crescimento bastante regular, inclusive escapou da década chamada Década Perdida dos anos 80, da qual o Brasil se viu vítima. A primeira recessão que ocorreu na Colômbia nos últimos cinqüenta anos praticamente foi a recessão de 1999, da qual a Colômbia saiu com muita dificuldade. Agora, entretanto, o país está numa evolução econômica com um crescimento bastante acentuado e com indicadores sociais que estão também demonstrando uma evolução muito encorajadora, de modo que temos um quadro que economicamente vai bem.

O lado político, como os Senhores sabem, apresenta um quadro complexo, um quadro difícil em que o Governo se vê às voltas por um lado com insurgência de grupos armados e, por outro, com o narcotráfico. Há iniciativas variadas que se têm multiplicado, se tem repetido no sentido de ora dialogar, ora combater esses grupos e, no caso o Presidente Uribe, fazendo as duas coisas quase que simultaneamente. Os resultados têm sido mais positivos em certos casos do que em outros. Há evidentemente uma sensação de melhoria considerável do clima de segurança no país, mas é impossível dizer hoje que a paz na Colômbia está facilmente ao alcance da mão. É um quadro político complexo. Afora isso há o narcotráfico com um combate que se intensificou muitíssimo nos últimos anos, inclusive com um apoio americano substancial. Campanas de fumigação, problemas de fumigação que inclusive suscitaram problemas na fronteira. As cifras e os números hoje diferem muito quanto à área plantada com cultivos ilícitos na Colômbia. Qualquer que seja o número que se tome de todo modo e pode variar de oitenta mil a cento e cinqüenta, cento e sessenta mil hectares, ainda assim é uma situação que demonstra, que mostra que a Colômbia não está propriamente com uma solução facilmente ao alcance da mão na questão do narcotráfico. De todo modo avanços têm sido realizados e são expressivos.

No quadro das relações bilaterais eu gostaria de destacar, por um lado, um significativo esforço de aproximação do Governo brasileiro com o Governo colombiano, tem havido no plano oficial visitas, reuniões, e isso se estende e se desdobra em inúmeros grupos de trabalho. Há uma extensa agenda de cooperação, inclusive na área de segurança e de defesa, de combate ao narcotráfico, operação técnica na área agrícola e em muitas outras áreas. Portanto, o quadro é um quadro de intensificação bastante grande.

No plano econômico, realmente sobretudo no plano econômico comercial, eu diria que há novidades. Há novidades primeiro com uma expansão extraordinária das exportações brasileiras para a Colômbia: 200% foi o aumento das exportações brasileiras nos últimos três anos para a Colômbia. Nós saímos de uma cifra de setecentos e cinqüenta milhões em 2003 para dois bilhões e cem milhões no ano passado. A recíproca não é verdadeira. A Colômbia continua, embora tenha crescido, aumentando suas exportações para o Brasil, a Colômbia continua a vender pouco para o Brasil. Não é uma novidade. O grande mercado colombiano é o mercado americano, a Venezuela é um mercado importante para a Colômbia, o Brasil ocupa uma posição inexpressiva, então há um desequilíbrio aí que não é novo, mas que tem se assentado em termos absolutos.

Há uma novidade sim, muito favorável à Colômbia, que é uma migração importante de capitais brasileiros no mercado colombiano. Empresas como a Gerdau, como Votorantim, a Petrobrás já está lá há algum tempo, o Grupo Cinergy do empresário Germán Bramovich, que estão entrando em áreas importantes como siderurgia, como aviação. O Grupo Cinergy, por exemplo, controla a principal companhia aérea da Colômbia, que é a Avianca. Nas áreas de siderurgia a Gerdau e a Votorantim também estão entrando de forma maciça, de modo que nós temos um quadro, hoje, de penetração bastante acentuada e encorajadora de capitais brasileiros na Colômbia e que atestam naturalmente o vigor econômico do país.

De modo que nós estamos hoje, para concluir, com desafios que estão mais eu diria na área política, onde há uma imensa fronteira na qual precisamos estreitar a cooperação, do que propriamente na área econômica comercial, onde pelo menos do lado brasileiro as coisas têm caminhado de forma muito satisfatória. Eu acho que há, portanto, um trabalho importante a desenvolver na área mais propriamente política do que na área comercial, onde os agentes econômicos estão apostando, vamos dizer, no crescimento colombiano. Eu agradeço muito à atenção dos Senhores e me coloco à disposição.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado Embaixador Valdemar. Pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, em virtude de ser membro titular do Conselho de Ética, eu vou pedir licença para me retirar,

desejando aos Embaixadores Ánuar Nahes, que vai ao Catar, Júlio César Zelner Gonçalves, que vai à Áustria, e Valdemar Carneiro Leão Neto, que vai para a Colômbia, muitas felicidades e boa sorte nas suas missões. Já votei favoravelmente e gostaria de lhes dar um exemplar a cada um da "Renda de Cidadania: A saída é pela porta", dizendo como em cada um desses países há todas as condições para implementar essa medida que já é lei no Brasil, só falta implementá-la e espero que em breve possamos colocá-la em prática. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Senador Suplicy. Bom, de acordo com as normas legais e regimentais, a reunião deverá ser transformada em secreta, mas eu indago dos Srs. Embaixadores, dos Srs. Senadores, se há algum tema que justifique ser secreta. Sim? Então de acordo com o disposto no inciso IV, do artigo 52, da Constituição Federal, combinado com parágrafo único do artigo 383, do Regimento Interno, vou transformar a reunião da Comissão em secreta, a fim de que os Embaixadores façam as suas exposições e, em seguida, sejam argüidos pela Comissão. Designo, ainda, o Senador Geraldo Mesquita como Secretário nessa reunião, uma inovação, para a gente pode fazer em seguida a apuração dos votos.

(Sessão secreta às 10h56.)
(Sessão reaberta às 12h09.)

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Feita a apuração dos votos, estão, portanto, aprovados, os Srs. Embaixadores Júlio César Zelner Gonçalves para a República da Áustria, o Sr. Ánuar Nahes para o Estado do Catar e o Sr. Embaixador Valdemar Carneiro Leão Neto para representar o Brasil na República da Colômbia. Parabéns, felicidades para todos.

Nada mais tendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Sessão encerrada às 12h09.)

Ata da 26ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 4 de setembro de 2007 às 10:00 horas e trinta minutos.

Às onze horas e cinco minutos do dia quatro de setembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, MARCELO CRIVELLA, ANTONIO CARLOS VALADARES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO RIBEIRO, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, MARIA DO CARMO ALVES, ROMEU TUMA, JOÃO TENÓRIO, AUGUSTO BOTELHO, FÁTIMA CLEIDE, SERYS SLHESSARENKO, FRANCISCO DORNELLES, LEOMAR QUINTANILHA, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, GILVAN BORGES, EDISON LOBÃO, ROSALBA CIARLINI e FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente dá início a apreciação da 1ª parte da pauta da Reunião. **Item 01**: Mensagem (SF) nº 141, de 2007, de autoria do Presidente da República, *que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do Art. 52, Inciso III, Alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do Art. 11 da Lei Nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o nome do Senhor Paulo Fernando da Costa Lacerda para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.* O Senhor Presidente convida o Senhor Paulo Fernando da Costa Lacerda para compor a Mesa. Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA** para a leitura do seu parecer**.** O Presidente concede a palavra ao Senhor **PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA** para fazer a sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores **EDUARDO SUPLICY, MARCELO CRIVELLA, PAULO DUQUE, JARBAS VASCONCELOS, SERYS SLHESSARENKO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES.** O Senador Romeu Tuma assume a Presidência. O Presidente, em exercício, concede a palavra aos Senadores **HERÁCLITO FORTES e MÃO SANTA.** O Senador Heráclito Fortes reassume a Presidência. O Presidente concede a palavra aos Senadores **ROMEU TUMA e MOZARILDO CAVALCANTI**. A matéria é aprovada com 15 votos Sim, 2 votos não e nenhuma abstenção. O Presidente passa à apreciação da 2ª parte da pauta. **Item 01**: Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, assinado em Paramaribo, em 16 de fevereiro de 2005."* Adiado. **Item 02**: Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo para a Facilitação de Atividades Empresariais no Mercosul aprovado pela Decisão CMC 32/04, emanada da XXVII Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004."* Adiado. **Item 03**: Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de

2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo de Estabelecimento da Rede Internacional de Centros para Astrofísica Relativística – ICRANET, organização internacional com sede em Pescara, Itália, e de seus Estatutos, assinado em 21 de setembro de 2005."* O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. O Presidente coloca em votação como Extra-Pauta: **Item 01**: Requerimento nº 57, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que *"Requer nos termos previstos no Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores esclarecimentos e providências quanto ao ocorrido no último dia 2 de agosto, no Aeroporto Internacional dos Guararapes, no Recife, onde Jaques Brotchi, Senador do Reino Belga e detentor de passaporte diplomático, professor titular de neurocirurgia da Universidade de Bruxelas e atual presidente da WFNS – Federação Mundial da Sociedade de Neurocirurgia, sofreu constrangimento por funcionários da Polícia Federal."* Aprovado. **Item 02**: Requerimento nº 64, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que *"Requer nos termos previstos no Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, esclarecimentos e providências quanto ao ocorrido no último dia 2 de agosto, no Aeroporto Internacional dos Guararapes, no Recife, onde Jaques Brotchi, Senador do Reino Belga e detentor de passaporte diplomático, professor titular de neurocirurgia da Universidade de Bruxelas e atual presidente da WFNS – Federação Mundial da Sociedade de Neurocirurgia, sofreu constrangimento por funcionários da Polícia Federal."* Aprovado. **Item 03**: Requerimento nº 62, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *"Requer a participação da Subcomissão da Amazônia, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, no Simpósio Amazônia no Século XXI envolvendo atividades diversas – mostra de produtos industriais, artesanais e culturais da região, a ocorrer neste semestre de 2007, em reunião conjunta com a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – CAINDR, da Câmara dos Deputados."* Aprovado. **Item 04**: Requerimento nº 63, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *"Requer, nos termos regimentais, que Vossa Excelência designe membro desta Comissão, concomitantemente, membro da Subcomissão Permanente da Amazônia, para acompanhar, durante o mês de setembro próximo vindouro, a operação UPATAKON 3, a ser realizada pela Polícia Federal na reserva indígena Raposa – Serra do Sol, localizada no Estado de Roraima, na região da Tríplice Fronteira entre Brasil – Venezuela e Guiana."* Discussão pelos Senadores **ROMEU TUMA e MOZARILDO CAVALCANTI**. Aprovado. O Presidente designa o Senador Mozarildo Cavalcanti para acompanhar a Operação da Polícia Federal. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às quatorze horas e um minuto, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRAO MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Havendo número regimental declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos à apreciação da pauta.

De acordo com o dispositivo da alínea "f", do inciso III, do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o inciso II, do art. 383 do Regimento Interno, esclareço que a argüição do Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda é em caráter público e apenas a votação será secreta, a não ser que algum dos Srs. Senadores solicitem argüição em caráter reservado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sou pela aberta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Fica o registro. A Mensagem de nº 141 de 2007, "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN". Autoria da Presidência da República e o Relator é o Senador Romeu Tuma. Convido para tomar assento à mesa dos trabalhos o indicado, o Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda.

SR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Com licença.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Concedo a palavra ao senhor Romeu Tuma, Relator da Mensagem, para a leitura do seu relatório.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Preliminarmente, Presidente Heráclito, eu queria agradecer a V. Exª. pela honra que me dá em ser o Relator da indicação feita pelo Presidente, conforme Mensagem 141, Mensagem 657, de 31.08. 2007, que submete à apreciação desse Senado a indicação do Sr. Paulo

Fernando da Costa Lacerda para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN. Essa Casa do Congresso Nacional é chamada a manifestar-se sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz ao Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, conforme art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, c.c. o § único, do art. 11, da lei 9.983, de 07 de dezembro de 1999.

A Mensagem 657, da Presidência da República, de 31 de agosto de 2007, *Curriculum Vitae* do indicado do qual cumpre extrair para esse relatório as seguintes informações: nascido em Anápolis, Goiás, filho de Mário Araújo Lacerda e Antônia da Costa Lacerda, o Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda é bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, tendo se formado em 1975. Possui, ainda, cursos de especialização e aperfeiçoamento na área de segurança pública e inteligência. Chamo a atenção que o Dr. Paulo é especializado também no assunto não só de segurança pública como de inteligência, entre os quais convém destacar: curso de formação profissional de papiloscopista; Polícia Federal na Academia Nacional em 1976; curso de formação profissional, Delegado de Polícia, em 1976, na mesma Academia; na mesma Academia o curso superior de Polícia em 1988; Curso de Altos Estudos de Política Estratégica, Escola Superior de Guerra em 1989. Chamo a atenção que esse é o curso da ESG que dura um ano, Senhor Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, não é a ESG que normalmente nós fazemos os cursos nos Estados, que duram três meses, Senador, este é de um ano e o Dr. Paulo concluiu com louvor este curso que tem a parte de inteligência embutida no seu *curriculum* escolar da ESG. Como servidor público de carreira, Paulo Fernando da Costa Lacerda tem larga experiência na área de segurança pública. Ingressou na Polícia Federal em 1975. Nos vinte anos de exitosa carreira como Delegado atuou em diversas unidades da Federação, exercendo as seguintes funções: Chefe de Delegacia de Polícia Fazendária em Minas Gerais, Belo Horizonte; Superintendente Regional da Polícia Federal em Rondônia; Chefe da Delegacia Fazendária do Rio de Janeiro de 1982 a 1983; Delegado Executivo da Divisão de Polícia Federal em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro; Diretor da Divisão de Polícia Federal em Ponta Porã, na fronteira do Mato Grosso, 1984/1985; Corregedor Regional da Polícia Judiciária no Rio de Janeiro; Delegado de Polícia Judiciária também no Rio de Janeiro; chefe da Divisão de Polícia Judiciária – TJDF de 1991 a 1992; Diretor da Divisão de Disciplina da Corregedoria Geral da Polícia Federal de Brasília de 1992 a 1994; e Diretor da Divisão de Polícia Fazendária, da Coordenação Central de polícia de Brasília, 1994 a 1996. Eu chamo a atenção que neste período o Dr. Paulo buscou formar uma especialização nos crimes de lavagem de dinheiro e das remessas ilegais de dinheiro. Foi através dele, de presidência de inquérito a respeito em período difícil que passava a Nação brasileira, que ele conseguiu estabelecer normas que hoje são instaladas em todas as superintendências da Polícia Federal no Brasil e, inclusive, hoje acolhida pela maioria dos órgãos de polícia dos Estados.

Convém ainda registrar que no exercício de sua carreira realizou diversos trabalhos de natureza especial, designado pela Direção Geral do Departamento de Polícia Federal com autuação em vários Estados da Federação e do Distrito Federal, tanto na presidência de inquérito quanto em procedimentos administrativos disciplinares. Atingiu o ápice da carreira em 2003, quando foi indicado Diretor-Geral do DPF, cargo que exerceu com superlativa competência até aqui. De acordo com o documento enviado a essa Casa, o servidor em apreço participou, nos últimos vinte anos, de congressos, conferências e reuniões internacionais sobre lavagem de dinheiro, sonegação, contrabando e falsificação.

Nas condecorações e prêmios recebidos cumpre mencionar a Medalha "Tempo de Serviço" - Departamento da Polícia Federal, pelo exemplificar cumprimento dos seus deveres funcionais, em 1994; Ordem do Rio Branco em 2004, Ordem ao Mérito de la Polícia Nacional de Peru e outras tantas que eu deixo de citar porque são várias.

É oportuno lembrar, por fim, que o indicado foi Assistente Parlamentar desta Casa de 1997 a 2002. Eu, aqui, presto uma homenagem pessoal pelo grande apoio que recebi do Dr. Paulo Lacerda durante sua gestão nesta Casa, principalmente no aspecto de acompanhamento do gabinete como da Corregedoria, onde tivemos a oportunidade de realizar vários trabalhos de investigação na busca de interesse de comportamentos éticos dentro do Senado Federal.

Dada a natureza da matéria e consoante o Regimento Interno do Senado Federal, art. 383, inciso V, essas são as considerações a serem exaradas no âmbito deste relatório. Julgo que essa Comissão dispõe de informações necessárias para votar a presente indicação. É esse o meu relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Antes de passar a palavra ao Dr. Paulo Lacerda, a presidência vai, em caráter excepcional, abrir o processo de votação, tendo em vista que o relatório já foi distribuído aos Srs. Senadores e o inquirido trata-se de um homem público, de carreira, com *curriculum* apresentado pelo Senador Romeu Tuma. Os Srs.

Senadores que se sentirem em condições de exercitarem o voto, poderão fazê-lo a partir desse momento. Comunicamos também que a lista de inscrição para quem quiser fazer algum questionamento encontra-se à disposição dos Srs. Senadores. Concedo a palavra ao Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda para fazer a sua exposição no tempo que julgar necessário.

SR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Bom dia a todos. Exmo. Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Srs. Senadores. Quero dizer, inicialmente, que é motivo de grande satisfação comparecer mais uma vez a esta Casa legislativa onde tive a experiência, a grande experiência de trabalhar por seis anos, durante o período de 1997 a 2002, assessorando o Senador Romeu Tuma e, como foi dito, trabalhando na assessoria de Comissões Parlamentares de Inquérito - e aqui tem alguns Senadores, como o Senador Suplicy, que eu tive a oportunidade também de assessorar nessas Comissões - e também na Corregedoria Parlamentar do Senado Federal. Foi uma grande experiência para mim. E agora tenho a satisfação de retornar à Comissão de Relações Exteriores, estive aqui há cerca de quinze dias atrás e, desta vez, eu venho cumprir o dever democrático de submeter-me à avaliação dos Srs. Senadores, requisito necessário para concretizar a minha indicação ao importante cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, vinculada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Compreendo a responsabilidade e o desafio que recai sobre aquele que se propõe dirigir o principal órgão de inteligência governamental do nosso país, razão pela qual cabe a V. Exªs. extrair desta sabatina opinião conclusiva sobre a minha condição técnica, idoneidade moral e perfil de descrição para o exercício do referido cargo.

O primeiro mandatário do país é sem dúvida o principal destinatário do conhecimento estratégico a ser difundido pela Agência Brasileira de Inteligência com a finalidade de melhor fundamentar altas decisões governamentais, de interesse do Estado brasileiro. De tal sorte a ABIN necessita estar tecnicamente preparada, com recursos humanos, meios materiais e instrumentos legais para propiciar informações oportunas, seguras e fidedignas, obtidas sobre o manto da ética e da moralidade pública, em estreita observância dos direitos e garantias individuais assegurados na forma do art. 5º da Constituição Federal.

Existem direitos fundamentais como a privacidade, a intimidade das pessoas, que somente podem ser devassadas por meio de investigação criminal a cargo da Polícia Judiciária e, ainda assim, há de ser executada mediante restrições, com ordem judicial e anuência do Ministério Público. Mas, no caso da fundada suspeita de graves práticas criminosas voltadas para atentar contra o Estado brasileiro, como o terrorismo e a sabotagem, entendo que o Congresso Nacional deve discutir amplamente a possibilidade de a inteligência governamental ser munida de dispositivos legais para realizar investigação sigilosa, com ordem judicial, que a permita se antecipar a tais atos ilegais, mobilizando tempestivamente as forças públicas. Entretanto, nessa hipótese excepcional, seria necessário aumentar ainda mais o controle das atividades da ABIN pela CCAI - Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência e também por esta Comissão de Relações Exteriores. Por outro lado, não deve existir superposição de atividades por parte de órgãos que atuam em áreas afins, para não desperdiçar meios, de sorte que desejo estimular a melhor definição do papel de cada órgão de inteligência estatal para dar foco às suas ações, isto sem prejuízo do necessário intercâmbio de informações e da maior aproximação entre as Agências Públicas, como forma de conhecer as melhores práticas em curso, no intuito de absorvê-las e fortalecer o sistema como um todo.

Outro objetivo será motivar os servidores da ABIN que possuem excelentes quadros, conscientizando-os da relevância de suas atividades para orientar as ações governamentais. Para tanto, torna-se necessário reestruturar um plano de carreira para a ABIN nos moldes de outros órgãos que exercem atividades típicas de Estado, prevendo-se remuneração compatível que, juntamente com melhores condições de trabalho, em termos de instalações e equipamentos, possa elevar a auto-estima funcional de seus excelentes quadros.

É inegável a importância de resgatar na estrutura da administração pública brasileira a sua Agência de Inteligência Estratégica, objetivo a que me proponho a ajudar. Nessa linha, com entusiasmo e humildade, coloco-me à disposição dessa nova jornada de trabalho a partir da avaliação de V. Exªs.. Por hora, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Aberta a lista de inscrição, o primeiro inscrito é o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes, Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda. É para mim uma satisfação especial ter a oportunidade primeiro de cumprimentá-lo pelo excepcional trabalho que realizou à frente da Diretoria da Polícia Federal desde o início dos trabalhos do primeiro mandato do Presidente Lula, sob a designação do Ministro Márcio Thomaz Bastos, que inclusive ontem, eu não pude estar presente, eu tive compromisso em São Paulo, mas eu notei que o

Ministro Márcio Thomaz Bastos fez questão de estar presente à transmissão de posse, não apenas como uma homenagem ao novo diretor que o substitui, mas também, tenho a certeza, à pessoa de V. Sª.. como reconhecimento pelo trabalho realizado e que vem contando com o apoio do Ministro Tarso Genro, pois quando V. Sª., que já havia cogitado pela Ministra Marina Silva para ser Presidente do IBAMA, e, entretanto, pelo que todos observamos, precisou e avaliou como importante continuar, pelo menos por mais algum tempo, por causa das atribuições e missões que estava realizando como diretor da Polícia Federal, mas agora o Presidente da República e, obviamente com toda a anuência do Ministro da Justiça Tarso Genro, V. Exª. está sendo convidado para dirigir a ABIN.

Eu acho que seria muito importante se pudéssemos ouvir uma reflexão do Senhor relativamente à extraordinária experiência que realizou à frente da Polícia Federal, recordando, Presidente Heráclito Fortes, que o Dr. Paulo Lacerda foi uma das pessoas responsáveis, tanto na assessoria da Comissão Parlamentar de Inquérito que aqui realizou a apuração dos fatos relacionados às atividades do Sr. Paulo César Farias, que culminou com todo o processo de representação contra o então Presidente e hoje nosso colega Senador Fernando Collor de Mello. O Dr. Paulo Lacerda, inclusive, após a CPI foi quem, na Polícia Federal, acompanhou a conclusão do inquérito para que ele fosse encaminhado à Procuradoria Geral e depois presidiu o inquérito, portanto, foi uma das pessoas que mais estudou um assunto tal como aquele. Em outras CPIs também nos ajudou aqui ao longo dos anos 90. Como assessor, conforme ele mencionou, do Senador Romeu Tuma, ele colaborou não apenas com o Senador Romeu Tuma mas com diversos dos Senadores, e eu aqui dou o meu testemunho, pois o Sr. Paulo Lacerda se dispôs a ajudar a muitos de nós e eu fui uma das pessoas que, dado o relacionamento que havíamos mantido anteriormente, ele continuou sempre com a boa vontade a nos ajudar, e ao longo destes quatro anos e oito meses foi responsável pela condução de inúmeras operações da Polícia Federal que detectou procedimentos contrários ao interesse público, contrários ao erário público, procedimentos de desvios de recursos do Poder Público, além de estar desvendando e detectando problemas de quadrilhas, as mais diversas, nas mais diversas áreas.

Mas eu gostaria que pudesse V. Sª. nos dar assim como que um depoimento, pelo seu conhecimento pessoal, sobre o que, na sua avaliação, poderá contribuir para que no Brasil nós tenhamos um menor grau de problemas de desvios de procedimentos, especialmente no setor público. Constitui um objetivo da Nação, da Constituição, mas de todos nós que temos responsabilidades, constitui um objetivo do Presidente Lula, de quem assume a Presidência da República, de quem assume qualquer função parlamentar, estar colaborando para minimizar ações de desvios de procedimentos na área pública e, em especial, no seu relacionamento com os interesses de grupos econômicos privados. Então o Poder Público precisa estar atento a isso. No seu livro "Desenvolvimento como Liberdade", o Prêmio Nobel de Economia *Martya Sen* tem um capítulo onde ele fala de valores, de procedimentos, e onde ele ressalta que a corrupção constitui um fator que normalmente atrapalha o desenvolvimento econômico e que é muito importante que uma sociedade pense em formas de prevenir, de evitar que haja procedimentos de corrupção. Procedimentos como a transparência, a abertura de informações e tantos outros. Ele cita, por exemplo, um ensinamento muito interessante que vem desde a China antiga, estava inscrito ali nas pedras cento e vinte anos antes de Cristo, se a linha medidora estiver reta então normalmente a madeira sairá reta, da mesma maneira que quando um chefe de Governo, um chefe de organização procede com retidão, normalmente as pessoas que estão trabalhando em torno dele, que tenham a intenção de sempre trabalhar com retidão, procuraram fazê-lo, e aquelas que por ventura pensassem em tirar vantagens dela ou daquela situação acabam se inibindo. Se por ventura a pessoa que está no comando de uma organização de repente começa a proceder de uma maneira inadequada, os que sempre querem proceder com retidão às vezes se inibem e são digamos como que as ratazanas que se aproximam. Então esse é um ensinamento antigo que *Martya Sen* coloca.

Mas eu gostaria que pudesse V. Sª. nos dar assim como que uma avaliação diante da experiência extraordinária que teve de trabalhos para diagnosticar, verificar, proceder e, inclusive, encaminhar à justiça aqueles que por ventura forem flagrados, mas acredito que possa ter também uma visão de recomendação sobre o que poderia ser feito no Brasil para prevenirmos, evitarmos, minimizarmos atos de corrupção. E a segunda pergunta que tenho refere-se àquilo que mencionou em sua exposição e ontem também em suas declarações quando transmitiu o cargo de Diretor da Polícia Federal. Eu me refiro à menção que fez sobre a necessidade da Agência Brasileira de Inteligência Nacional também poder solicitar à justiça autorização para, em se verificando como necessário, detectar procedimentos incorretos, contrários ao interesse público, prejudiciais à segurança da Nação e, por isso, solicitar a possibilidade de averiguação das conversas telefônicas mediante autorização judicial nos termos que V.

Sª. saberá nos explicar. Como houve algumas reações na imprensa hoje, eu agradeço muito se puder nos esclarecer inteiramente, possivelmente com exemplos de como é que isso poderá acontecer, por que é que isto é importante, porque eu quero dizer que eu avalio como importante que isso possa ser realizado, mas gostaria de compreender em maior profundidade, por isso é que formulo essa pergunta para que possamos conhecer inteiramente as suas razões. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Dr. Paulo Lacerda.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Obrigado Senador Suplicy. V. Exª. iniciou pedindo que eu falasse sobre algumas medidas que eu tomei e que trouxeram algum resultado positivo na Polícia Federal. De início houve uma reestruturação administrativa, organizacional. A Polícia Federal tinha uma estrutura com duas diretorias apenas, o Diretor-Geral e o Vice-Diretor e todos os demais órgãos em menor posição, de modo que assoberbava, no caso era um diretor de Polícia Judiciária, e com isso dificultava a gestão. Hoje a Polícia Federal tem sete diretorias, bem divididas, sendo três delas operacionais.

A outra questão é a metodologia de trabalho em que nós demos maior enfoque à inteligência, trabalho de inteligência, trabalhos mais profundos, o planejamento operacional, a mobilização de pessoal, quem tem efetivos pequenos tem que saber lidar com esse grupo, tem que estar pronto, preparado para atuar em vários locais do território nacional. E nessa nova metodologia de trabalho nós passamos daquele sistema tradicional em que se busca responsabilizar um único indivíduo por uma atividade ilegal detectada e passamos a apurar de forma mais ampla a organização criminosa que eventualmente aquela pessoa esteja participando. Isso, naturalmente, é um trabalho mais demorado, mas os resultados são positivos porque maximiza todo o esforço e todos os meios operacionais. Já que não temos meios suficientes para tudo, temos que selecionar algumas situações específicas para apuração.

Na questão da moralidade pública, o combate à corrupção, nós iniciamos lembrando aos servidores da própria Polícia Federal que precisávamos cortar na própria carne, mudar conceitos. A Polícia Federal, como eu acho que toda administração pública, é composta de uma grande maioria, de uma expressiva maioria, de uma quase totalidade de servidores honestos, mas não é suficiente o servidor ser honesto. Ele tem que também ser um agente público vigilante no combate à corrupção, porque aquela pequena parcela que pratica, comete ilegalidade, muitas vezes se sente à vontade para essa atividade criminosa. Por quê? Porque não tem ao seu lado um servidor público, que embora seja honesto, venha a combatê-lo e, desse modo, nós conscientizamos os Policiais Federais sobre essa importância. Não é suficiente ser honesto, é preciso também ser um agente no combate ao ilícito praticado pelo eventual agente público que, travestido muitas vezes de um homem da lei, na verdade está ali para praticar ou facilitar o cometimento de ilegalidades. É uma parcela ínfima do serviço público, é uma parcela ínfima nas polícias, mas o dano à imagem causado por suas ações é muito grande. Então a partir desta consciência do servidor público de que ele tem que ser vigilante, eu acho que começa a mudar a cultura da impunidade administrativa. E mais seria valorar as ações dos órgãos de controle. Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, a CGU e a TCU, e com isso dotar esses órgãos de condições adequadas para realizar o seu trabalho de controle.

Especificamente na questão do monitoramento telefônico, dos dispositivos legais que poderiam ser permitidos a Agência Brasileira de Inteligência utilizar, eu acho que essa é uma discussão que eu posso meramente dar a minha opinião, mas eu acho que o foro competente é o Congresso Nacional. Tem que ser amplamente discutido pelo Congresso, tem que ser discutido aqui nesta Comissão, tem que ser discutido da forma mais ampla pela sociedade brasileira e se verificar se seria oportuno, seria conveniente, dar esta condição à Agência Brasileira de Inteligência. Eu penso, aí é uma opinião minha, pessoal, que eu tenho refletido sobre ela, até mesmo antes de vir a ser indicado para a ABIN, que em casos como ameaças de terrorismo, sabotagem, que possam causar danos extremos ao Estado brasileiro, haveria de se pensar a possibilidade de o agente da ABIN, com elementos em mãos que os justifiquem, apresentar à autoridade judiciária, mediante um procedimento sigiloso, essa necessidade e essa conveniência. Enquanto essa situação não ocorre, dentro da realidade de hoje, eu penso que o único caminho é uma aproximação do órgão de inteligência, a Polícia Judiciária da União, no caso, a Polícia Federal, a inteligência da Polícia Federal, para que aí também se verifique a possibilidade de ir ao Judiciário e o Judiciário, devidamente orientado sobre o que está prestes a acontecer, possa dar essas autorizações, de modo que nós precisamos ter o Estado brasileiro em condições de estar presente, de reprimir e, se possível, prevenir que essas ameaças venham a acontecer. O Brasil é um país tradicionalmente que jamais teve essas ameaças terroristas, entretanto nós temos que estar preparados, nós não podemos ser pegos desprevenidos, nós temos que ter uma estrutura de Estado capaz de estar presente num momento em que essa eventual

suspeita venha a acontecer. Nós tivemos um exemplo triste e mais marcante da história da humanidade que foi o 11 de Setembro, em que a maior Nação do planeta, com todos os recursos que dispõe na sua área de defesa, de segurança, foi surpreendida por aquela ação das Torres Gêmeas. E aquilo ali demonstrou o quê? Demonstrou que a despeito de todo o aparato do Estado não havia integração entre as Agências, e, mais, que não havia intercâmbio, troca de informações em tempo suficiente. Muitas vezes a informação existe, mas ela não transita com a velocidade necessária e chega às mãos daquela autoridade competente para agir. Então nós não podemos esperar, o Brasil é um país que cresce, a sua economia cresce, é um país importante no cenário mundial, e, certamente, poderá haver a tornar-se alvo de ações desse tipo e nós não podemos ser surpreendidos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito obrigado. Permita, Presidente, só uma brevíssima complementação?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois não, tem V. Exª. a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pelo que tenho tomado conhecimento ao longo dos tempos a ABIN tem, e eu gostaria que confirmasse isso, a função de estar informando ao Presidente da República sobre se quando uma pessoa é indicada para um posto de responsabilidade, no âmbito do Governo, pode ser uma diretoria de uma Agência, de uma Instituição, de um Organismo Governamental ou um Ministério, assim por diante, normalmente o Presidente recolhe informações sobre a vida dessa pessoa, se o seu procedimento é condizente justamente com padrões éticos adequados que se espera de alguém na administração pública. Se pode o Senhor nos dizer como que é esse procedimento, para que possamos conhecer bem qual é o procedimento. Se o Senador Heráclito Fortes um dia for considerado para Ministro, por exemplo, então a ABIN, normalmente, irá encaminhar ao Presidente um *curriculum.* Poderia ser a minha pessoa, Presidente, mas só para ilustrar, poderia... (risos). Só para ilustrar, então, para que o Presidente possa conhecer desde a infância todos os procedimentos do Senador Heráclito, e, assim, o Presidente depois não ficar surpreendido por algum ato que ele não sabia. Então se puder nos informar como é que é este procedimento. Dá conta a ABIN de analisar todas as pessoas, em número hoje significativo, sobre as quais o Presidente precisa decidir, nomear ou não? Muito obrigado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Investigar a ONG do Heráclito também, a ABIN investigar a ONG.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O Senador Suplicy deu uma demonstração de que não voltou muito otimista do encontro que o seu partido teve no domingo. Ele já admite que a oposição vai ser Governo daqui há dois anos, daí porque eu fico muito satisfeito em ...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Foi apenas um exemplo hipotético.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – ... Muito obrigado. Com a palavra o Dr. Paulo Lacerda.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Bom, a ABIN de fato é um órgão de assessoramento do Presidente da República e, como tal, também tem essa missão de verificar o histórico das autoridades que estão indicadas para assumir função pública. Entretanto, dentro do estado democrático de direito, há que se observar critérios. Então essas informações, elas devem ser sempre de cunho objetivo, se aquela pessoa indicada responde a algum procedimento investigatório, se teve no seu passado alguma condenação, se teve algum ato que possa desabonar a sua conduta moral. Então são questões extremamente objetivas, inclusive há de ser lembrado ao Sr. Presidente da República, nesta informação, sobre a fase, o andamento de uma investigação, tendo sempre em conta a presunção da inocência até o trânsito em julgado de uma decisão. E aí a autoridade que vai decidir, vai avaliar se é oportuna ou não aquela indicação. Então a informação da ABIN é um mero conjunto de dados para assessorar o Presidente, não é conclusivo, não é veto, mas é apenas de dar condições ao primeiro mandatário de decidir segundo a sua opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de iniciar essa intervenção agradecendo ao Delegado Paulo Lacerda pelo apoio que deu quando presidi a CPI da Imigração Ilegal. Ele nos cedeu um Delegado e depois acolheu no programa de proteção à testemunha dois depoentes fundamentais para nós traçarmos o Atlas da Imigração Ilegal. Então eu quero fazer jus, quero fazer público os agradecimentos que faço a V. Sª.

Eu tenho algumas perguntas para o Senhor. Eu imagino a ABIN sob a direção do Senhor, Delegado Paulo Lacerda, numa nova fase. Eu sou do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro tem setecentas comunidades carentes que hoje estão dominadas pelo narcotráfico e a população vive sob regras impostas, um horror. Falta cidadania, falta liberdade, falta ... quer dizer, crianças não podem se tratar num posto de saúde de uma outra

comunidade simplesmente porque são de uma outra facção diferente. As pessoas não podem usar uma roupa, por exemplo, se estão no Terceiro Comando, uma roupa vermelha, porque o Comando Vermelho é em outro morro. É um absurdo. O Governo do Estado do Rio de Janeiro tem feito ações tentando reprimir, mas essas ações têm sido muito sangrentas e isso acaba tirando, é claro, o apoio da população. Recentemente uma capitã foi presa, escapou três vezes e novamente presa, foi salva graças a Deus, seqüestrada, a capitã da Polícia Militar, e a segunda vez que ela conseguiu escapar, foi para a casa das pessoas e as pessoas a entregaram de novo para a delinqüência. Isso tudo nos preocupa muito, embora, como eu disse ao Senhor, nós queremos retomar o nosso estado de legalidade no Rio de Janeiro e ninguém aplaude quando dezoito pessoas são mortas, a polícia desce com dezoito corpos do morro, a população não aplaude isso. A população gostaria que descessem com dezoito pessoas algemadas e fossem colocadas nos presídios. Para isso, Delegado Paulo Lacerda, nós precisamos da ABIN. Nós precisamos de ações de inteligência, de infiltração nas comunidades carentes, nós precisamos detectar por onde entram tantas armas no meu Estado do Rio de Janeiro, tanta cocaína. Nós temos a cocaína mais barata do mundo, com dois reais as pessoas compram um papelote, uma trouxinha de cocaína. E ela é barata por quê? Porque tem facilidade de chegar aqui e em grandes quantidades. Nós precisamos da ABIN para identificar onde esses traficantes estão lavando esse dinheiro e tornando esse comércio uma coisa lucrativa e com um crescimento vertiginoso. São ações de inteligência que precisam anteceder as ações operacionais da polícia para que nós não tenhamos lá o império da barbárie. Morros cercados durante dias e dias, tiroteios de fuzil, de armas pesadas, e o campo de operações, o teatro de operações, é a casa das pessoas. São balas perdidas resvalando, entrando pelas portas, janelas, arrebatando janela durante a noite e crianças apavoradas que de noite acordam, que molham a cama, que tem problema de ir para a escola, que ficam nervosas, que roem as unhas, que a qualquer barulho corre para debaixo da saia da mãe, crianças que já vivem numa situação lastimável em termos de educação, de qualidade de vida, de saúde, de habitação, de acesso ao saneamento, enfim, numa situação lamentável do meu Estado, que não é muito diferente das grandes capitais brasileiras.

Então a minha primeira pergunta: como é que a ABIN, sob a liderança de V. Sª., um homem experiente, tarimbado, que levou a Polícia Federal a operações de brilho extraordinário, infelizmente algumas truculências, mas a culpa não foi de V. Sª., em todo lugar tem sempre um ou outro que acaba extrapolando os limites da sua missão ou do seu dever, mas, de modo geral, a Polícia Federal brilhou nesses anos todos com operações que foram aplaudidas nessa Casa, no Congresso e pela sociedade brasileira. Como é que a ABIN vai ajudar o Rio de Janeiro a vencer hoje o nosso maior drama que é a guerra contra o tráfico? Segunda: como é que o senhor vai lidar com eventuais indicações políticas para ocupação de cargos na Agência importantíssima e estratégica para o país? Terceira pergunta: cabe à ABIN, na condição de órgão central do sistema brasileiro de inteligência, planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência. Como exercer essas atribuições com tantos órgãos dotados de serviços de inteligência? Polícia Federal, Forças Armadas, em cada quartel da Marinha, da Aeronáutica e do Exército existe uma segunda seção. Nessa segunda seção há um Oficial que na sua área de influência recolhe todos os dados no campo social, no campo econômico, no campo cultural, no campo religioso, dados importantes que possam ou não colocar a nossa segurança como Nação ou como sociedade. A ABIN tem acesso a esses dados, ela se aproveita dessa corrente de informações que existe hoje no nos pais? Quarto: considerando que a Agência possui carreira própria, como compatibilizar a chefia do órgão por cidadão pertencente a outra Instituição? O Senhor vem da Polícia Federal. O Senhor acha que vai encontrar alguma resistência corporativa lá naquele órgão que tem carreira e que talvez os funcionários esperassem que o Presidente fosse nomear da casa? Na opinião de V. Sª., como consolidar o trabalho da ABIN de modo a afastar, de forma definitiva, a impressão de determinados setores da sociedade de que se trata uma reencarnação do extinto Serviço Nacional de Inteligência – SNI. Aqui até faço uma pequena lembrança, nós estamos na semana de Juscelino Kubitscheck. Presidente, posso me desentender um pouquinho, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu inclusive vou receber a medalha lá dada pelo Governador Aécio, em Diamantina, na semana que vem, mas Juscelino fala aqui, na despedida dele do Senado, quando foi cassado, num discurso, eu não estava aqui, mas li, ele dizia o seguinte: que mais uma vez me é dada a bandeira da democracia no momento em que se aproximam as trevas sobre a Nação - ele falava sobre a ditadura, uma vez que já não restavam dúvidas de que ele seria cassado, mas ele dizia o seguinte: que davam-lhe as mãos à bandeira da democracia porque com direitos políticos ou sem ele continuaria lutando

pelo povo, como homem do povo, que sempre chegou ao poder pelo voto do povo e que se antecipava ao sofrimento do povo tendo em vista o regime de exceção. Mas ele dizia lá: mas eu tenho certeza que isso passará, porque nessa terra a tirania não impera, não prospera, porque somos um povo de índole cristã, de formação da generosidade, do respeito ao direito, do culto da liberdade e havemos de ressurgir no amanhã onde a dignidade humana novamente terá valor. Foi um discurso que ele fez, eu lembro aqui, em homenagem a esse grande brasileiro, garimpeiro de Diamantina, que agora estamos festejando no mês de agosto mais um ano da sua morte. Como manter uma ABIN inteligente, democrática e que não passe para o nosso povo que haverá truculência, que haverá grampear telefones do Supremo, de políticos ou seja lá de quem for? Como V. Sª. distinguiria serviços de inteligência de espionagem? A pergunta anterior seria como colocar limites ao Estado democrático. Por último, Sr. Delegado Paulo Lacerda, considerando a superlativa experiência de V. Sª. no comando da Polícia Federal, como compatibilizar esses dois órgãos? Eu já acompanhei pela mídia que houve entre Polícia Federal e ABIN, eu diria, um choque, um conflito ...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Uma dicotomia.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – ... uma dicotomia. Obrigado, Senador Romeu Tuma, é sempre bom a gente estar sentado ao lado de um homem sábio e generoso que domina o português com brilhantismo. Dicotomia, palavra certa, uma dicotomia entre essas duas importantes estratégicas instituições do nosso país. Muito obrigado, Dr. Paulo Lacerda.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Dr. Paulo Lacerda.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Obrigado, Senador Crivella, pelas perguntas. Como a ABIN vai agir no Rio de Janeiro? Olha, as situações que V. Exª. enumerou, em princípio, eu vejo como ações típicas dos órgãos estaduais e da Polícia Federal. A inteligência desses órgãos deve estar de alguma maneira unida, articulada, em prol de um trabalho conjunto. V. Exª. iniciou falando sobre a importância do trabalho de inteligência para saber o que é que se passa naquelas comunidades. Isso é absolutamente, rigorosamente, verdadeiro. Somente assim é que se consegue. Agora eu entendo que não seria o papel da ABIN estar voltada para essa questão. Eu acho que nós temos que definir o papel de cada organização que tenha atividade de inteligência, porque quem faz tudo acaba não fazendo nada, sobretudo quando nós temos poucos recursos. Então nós temos que estabelecer um foco. Eu acho que há uma necessidade hoje de as instituições policiais, os órgãos que têm atividade de inteligência, estarem integrados, e nós fizemos uma proposta. Existe em andamento, em construção, na superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro e na superintendência regional da Polícia Federal em São Paulo, um órgão que está criado, não foi implantado, demanda inclusive instalações físicas adequadas dentro da superintendência, que vai se chamar CICOR - Centro de Inteligência Policial Compartilhada de Crime Organizado. O que é que vai ser esse CICOR? Inclusive foram disponibilizados recursos da ordem de trinta e oito milhões de reais com essa finalidade, que agora o novo Diretor-Geral vai ter disponível para tornar realidade, já em andamento. O que significa esse CICOR? A Polícia Federal, numa área da sua sede no Rio de Janeiro e em São Paulo, constrói instalações adequadas, escritórios com um acesso único para aquele pessoal que trabalha ali. Entretanto, cada escritório terá a sua privacidade com os equipamentos necessários, os acessos ao banco de dados e cada órgão policial receber ali a chave e trabalharem juntos. Então sem prejuízo da atribuição de cada um no levantamento e processamento das suas informações sobre a criminalidade vão ter oportunidade de estarem próximos fisicamente e com uma área em comum: um auditório para que diariamente se reúnam e tratem do que aconteceu naquele dia. Por exemplo, uma Guarda Municipal. Ela há de ter um órgão de inteligência que tenha condições de, naquele espaço, estar recebendo alguma informação de algo importante que não chegou à Polícia Militar, nem à Polícia Civil, nem à Polícia Federal, e ele tem naquele espaço ali a condição de chamar uma reunião. Evidentemente terão que ser servidores qualificados, capacitados, profissionais da área de inteligência para se reunirem. Isso aí visando evitar aquilo que aconteceu em São Paulo, aqueles atentados de maio do ano passado, e no Rio de Janeiro da mesma forma. Quando alguém toma conhecimento da informação, algum órgão toma conhecimento da informação, e a Polícia Federal recebeu uma informação lá no caso de São Paulo e repassou prontamente para o Estado, mas aquilo, até chegar a um grau de execução e mobilização de pessoal, é uma demora imensa, e aí, como aconteceu com as Torres Gêmeas, como se diz na gíria, já era. Então em razão disso é preciso que haja um órgão de articulação. Nessa proposta da Polícia Federal a ABIN também estará fazendo parte, como órgão de inteligência que é, dando a sua contribuição. Eu acho que com isso aí, esse projeto do CICOR vai reunir todos esses órgãos de maneira a que a informação possa ser prontamente difundida e o órgão que é competente para executar já vai estar ali através do seu representante que vai ligar para o

dirigente maior do órgão e vai dizer: "venha para cá imediatamente que tem aqui uma crise a ser resolvida". Eu acho que só assim nós conseguiremos resolver essa questão do Rio de Janeiro. Inteligência sim para evitar a violência. O exemplo da Polícia Federal que nós tivemos durante esse período todo, eu poderia discutir aqui todas essas questões de excessos, mas jamais a administração compactua com esse tipo de coisa. A orientação que nós damos sempre é de moderação, de equilíbrio, de inteligência, de evitar o problema. Nós realizamos uma operação chamada Facção Toupeira, na Polícia Federal, que para mim é o exemplo de uma investigação do crime organizado violento e bem sucedida.

Nessa investigação, que foi destinada a apurar responsabilidade do assalto que aconteceu no Banco Central de Fortaleza, a Polícia Federal iniciou a sua investigação, constituiu um grupo dedicado àquela ocorrência e resultou, ao findar de um ano e pouco, na desarticulação de toda a organização criminosa com a prisão em Porto Alegre de vinte e nove indivíduos participantes da quadrilha, a grande maioria pertencentes ao PCC, alguns com cem anos de condenação, que estavam foragidos, e nós desarticulamos essa quadrilha, e depois, numa operação nacional, os demais da quadrilha, num total de cinqüenta e poucos envolvidos, sem dar um tiro. Foi uma ação articulada usando o trabalho de inteligência, acompanhamento com as melhores técnicas do mundo. Então as polícias têm que seguir esse exemplo da Polícia Federal e a Polícia Federal tem que também compartilhar essa sua doutrina de trabalho com esses órgãos. Realizamos tantas e tantas operações e, graças a Deus, deixei a Polícia Federal ontem sem ter o dissabor de, numa dessas operações, ver um policial morto ou uma das pessoas investigadas ferida ou morta. Os casos que eventualmente aconteceram não foram no contexto das operações planejadas que a Polícia Federal realizou. Portanto, eu acho que existe espaço sim para uma polícia inteligente e a ABIN pode colaborar como? A ABIN pode colaborar com orientação na área de inteligência, mas não na execução no combate a esse tipo de criminalidade, porque aí ela vai tirar o seu foco de áreas que ela pode agir com excelência.

No que diz respeito a indicações políticas, o Presidente Lula e o General Felix, quando me convidaram para a ABIN, disseram que eu tenho ampla liberdade para fazer as indicações. Naturalmente que eu vou prestigiar, privilegiar o pessoal de carreira, agora mesmo dentro do pessoal de carreira, depois de fazer um levantamento, eu vou fazer as modificações necessárias. É a única maneira que eu sei trabalhar, com liberdade. Assim foi na Polícia Federal, não admiti indicações políticas, todos na Polícia Federal sabem disso. Tive pressões sim, pressões inclusive de Parlamentares, e que hoje, felizmente, graças a Deus, alguns que até estão sendo... foram afastados e estão sendo investigados. Então eu fui muito feliz em seguir essa linha e na ABIN não será diferente. Eu não brigarei por cargo nenhum, mas manterei a minha conduta de responsabilidade que eu terei, porque quem vai ser cobrado sou eu, não será quem indicou, então eu tenho que ter essa autonomia e o Presidente Lula e o General Felix se comprometeram comigo, disseram que é isso mesmo que eles queriam.

O papel de cada um na Agência Pública da Polícia Federal, da ABIN, eu acho que isso tem que ser também bem definido, cada órgão de inteligência, e eu acho que esse é um trabalho importante que eu devo fazer. Eu devo me sentar com todos os órgãos de inteligência, eu acho que a aproximação deve existir, mas vamos definir qual é o seu papel, qual é o meu papel, o que eu faço, o que você faz. Quando chegar uma informação para mim, por exemplo, nessa área que o Senhor falou do combate ao crime comum, a ABIN deve fazer isso? Não, ela deve passar para o órgão que tem a competência para aquilo ali, para a inteligência daquele órgão. Se ela recebeu muitas informações, ela repassa essas tantas informações, mas não ela perder a sua capacidade, a sua condição, a sua expertise em áreas que não sejam delas.

A questão da carreira, nomeado da casa. Olha, eu sempre pensei assim: nós todos somos servidores públicos. Eu quando fui designado para a Polícia Federal, na condição de Diretor-Geral, eu já estava aposentado. Houve uma série de críticas e tudo e eu coloquei para o pessoal: "olha, eu estou aqui indicado; o dia que quem me indicou quiser me tirar, eu estou saindo tranqüilamente, eu não vou discutir, não vou brigar. Eu sou servidor público, todos nós somos servidores públicos, nós ganhamos do Estado para trabalhar". Então na ABIN, na Polícia Federal, em qualquer órgão, não tem dono de cargo, todos são funcionários do Estado. Então eu, na condição de diretor da ABIN, estarei lá o tempo necessário que entenderem que eu estou sendo útil. No dia que eu não for mais útil podem me tirar que não haverá problema nenhum, e isso também eu espero de todos os que ocupem função na ABIN, que também raciocinem que não são donos da função. Nós somos servidores públicos, não é a iniciativa privada em que o acionista maior faz o que bem entende, o dono da empresa faz o que bem entende. Nós somos servidores que prestamos concurso público para entrar para o Estado e o nosso patrão é a sociedade brasileira. Assim eu raciocino. Então eu não vou me sentir constrangido de dirigir a ABIN, chegar lá, pedir desculpas

porque eu estou ocupando o cargo de alguém. Não vou fazer isso e acho que haverá compreensão sim dos servidores da ABIN, compostos em sua absoluta maioria de servidores públicos altamente capacitados que estão em condições de prestar um serviço público de qualidade. Estou certo que irei motivá-los nesse sentido, conseguir conquistar os meios necessários para que a Agência Brasileira de Inteligência seja como a Polícia Federal hoje o é, um órgão de credibilidade junto à sociedade brasileira.

A questão da legalidade dos atos. Eu sou legalista. Isso tudo que se fala da Polícia Federal de excesso, todas as vezes que me chegam comunicações de irregularidade eu peço uma única coisa: represente que eu vou mandar apurar. Jamais eu direi: não, isso que o Senhor está dizendo não é verdade, que é isso assim, assim e assim, isso assim, assim e assim. O Senhor represente que eu vou mandar apurar, a Polícia Federal tem uma Corregedoria séria. E a mesma coisa eu acho que deve acontecer na ABIN. Não admitirei também ilegalidades. Se existe na ABIN, e eu acredito que não exista, essa propalada utilização de monitoramentos clandestinos, de ilegalidade, já saibam que vão ter problemas, vão ter que responder pelos atos. Eu acredito que não exista. E por isso é que nós devemos buscar os meios legais necessários para que se julgado pelo Congresso Nacional, pelos Senhores, que é importante que esta Instituição do Estado tenha a condição de excepcionalmente invadir a privacidade de alguém naqueles dois casos que eu falei, terrorismo e sabotagem, aí poderemos fazê-lo. Nos demais casos eu acho que não poderá acontecer. Quero lembrar que eu trabalhei muitos anos em Corregedoria na Polícia Federal e eu nunca admiti ilegalidade. Nesse tempo todo que nós estamos aí, que se fala de grampos de todo mundo, eu sempre disse nas reuniões de dirigentes da Polícia Federal: se os Senhores cometerem a ilegalidade de realizar um grampo clandestino, podem saber, ainda que seja um amigo de longa data, eu vou ficar muito triste, mas vai para a rua, vai responder a um processo criminal. Eu não tive conhecimento de nenhum fato.

Quanto a essa matéria que saiu na Revista Veja, extremamente leviana a matéria, aquela que colocou ali, fez uma colcha de retalho de situações, onde inclusive não esclareceu um fato. Colocou dois Ministros do Supremo como tendo sido grampeados pela Polícia Federal. A Revista Veja tinha conhecimento de que o Ministro Marco Aurélio havia recebido um e-mail que dizia que um Delegado da Polícia Federal havia grampeado, que é o termo chulo que se usa, havia grampeado dois Ministros do Supremo, o Ministro Marco Aurélio e Celso de Mello. Diante da gravidade do quadro o Ministro Marco Aurélio foi ao Ministro Tarso Genro e apresentou a ele aquele documento, requisitando investigação da Polícia Federal. O Ministro Tarso Genro, como não poderia deixar de ser, me chamou diante dessa gravidade e também recomendou que fizesse uma investigação rigorosa. Por mais sério que seja o fato a investigação foi muito simples. Na verificação do e-mail notou-se que era de uma falsa autoria, o nome não batia, e na realidade aquele e-mail havia sido enviado por um ex-servidor público que fora preso pela Polícia Federal, por aquele Delegado que ele informou que estava fazendo o grampo no Supremo. A investigação demonstrou que esse ex-servidor público, no caso da Previdência Social, inclusive era processado já por uma prática semelhante, porque ele, após vir a ser investigado e preso, ele passou a nutrir um ódio das pessoas, não só do Delegado, como do membro do Ministério Público, como do Juiz que o condenou, como daqueles funcionários do órgão que ele trabalhava, que o demitiram, e ele começou a usar essa prática. Então ao chegar aquela informação e nós verificarmos, foi aberta uma investigação, foi comprovado. A Revista Veja teve essa informação e botou duas linhas mínimas minorando aquilo. Então aquilo não era caso de grampo. Naquele caso, a Polícia Federal era vítima daquilo ali. Se houvesse dignidade daquele Jornalista que fez aquilo e dos diretores dessa empresa de publicidade, desse veículo de mídia, não teria feito daquela forma. Isso aí não ajuda a sociedade brasileira, essas informações distorcidas. Então, portanto, eu sou pela legalidade e assim será no meu trabalho na ABIN.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra –

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, pela ordem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, eu só quero agradecer pela sinceridade, pela firmeza das afirmações e contamos, Delegado Paulo Lacerda, que sob sua direção a ABIN marchará o trilho da legalidade e do que nós esperamos deste país, ter instituições sérias e homens públicos sérios. Muito obrigado, Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pela ordem tem V. Exª, a palavra, Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Se possível a Comissão poderia ouvir, com o apoio do Plenário, naturalmente, os Senado-

res em bloco, e em seguida o Dr. Paulo Lacerda daria as respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Se houver ...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Têm outras Comissões funcionando e temos que participar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Se houver consenso ... Há consenso?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Há consenso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Como relator ele tem ...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Não, não há problema, eu vou só elogiar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – ... Como Relator V. Exª. pode fazer uso da palavra. Senador Paulo Duque e em seguida o Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Delegado Paulo Lacerda, a Justiça Federal e a Polícia Federal foram criadas após 1964, não foi? Não havia antes a Polícia Federal. Antes de 1964? Desde quando existe, tem lembrança?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – 1944, era Departamento Federal de Segurança Pública. Só mudou o nome em 1964.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Mudou o nome.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – A Justiça Federal sim.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – A Justiça Federal sim. Foram nomeados os juízes, ninguém prestou concurso na época. Você se lembra disso?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – É, alguns ...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Hein?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Alguns ....

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Não, eu digo os Juízes Federais. Foram escolhidos pelo Presidente Castelo Branco, eu tenho lembrança disso porque eu advogava muito no Rio nessa época. Então o que é que antecedeu a ABIN. Antes da ABIN, em termos de inteligência, junto ao Presidente da República, era o SNI ou outro órgão qualquer? Era o SNI antes da existência da ABIN?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – O SNI foi sucedido por outro órgão que depois foi sucedido pela ABIN, mas o SNI não foi o primeiro, antes teve outros órgãos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Exato, mas sempre houve, não é?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Sempre houve.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Desde a Monarquia que existe.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Sempre existiu um órgão de inteligência, é a denominação que muda e a estrutura.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Agora outra pergunta: o acervo do SNI, o acervo, a papelada, as informações, fichários, tudo que o senhor pode imaginar, isso foi tudo transferido para a ABIN, está lá hoje, ainda hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Paulo Duque, ele irá anotar os questionamentos e, conforme o entendido, ele fará as respostas ao final.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Está certo, sem problema. Porque no Rio o SNI funcionou com muita atividade, com muita ação, com muito dinamismo, mas depois... Agora é um órgão essencialmente informativo ou pode ser também opinativo? Por exemplo, quer-se nomear o José da Silva Presidente da Petrobrás. É feito um levantamento generalizado sobre ele, etc e etc. É só a informação sobre o José da Silva ou também a opinião da ABIN é contra ou a favor do José da Silva? É outra indagação.

Como eu advoguei muitos anos no crime, na área criminal, eu tenho um acompanhamento muito grande e sei que V. Sª., com muita dignidade, muita efetividade aqui em Brasília sobretudo, V. Exª. é aposentado, Delegado Estadual aposentado ou Federal?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Federal.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Delegado Federal. Se aposentou há muito tempo?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Foi em 1996, aí em 1997 eu vim trabalhar aqui no Senado em Comissões Parlamentares de Inquérito até 2002.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Sei. E de lá para cá?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Polícia Federal, Diretor-Geral.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Diretor-Geral, cargo em Comissão, não é isso?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Sim.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Agora eu já tenho mais ou menos um panorama da sua trajetória, mas não chegou a trabalhar no Rio?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Trabalhei no Rio.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Como?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Na Polícia Federal, ocupando várias funções na superintendência regional.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Sei, lá na praça Mauá, onde foi a imprensa oficial?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Na praça Mauá, comecei na Senador Dantas.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Bem antigo?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Antigo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – E depois na imprensa oficial, onde está ocupado?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Isso, exatamente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ) – Obrigado, é só isso, é por curiosidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Sr. Presidente, o Dr. Paulo Lacerda quando aqui esteve, faz menos de duas semanas, respondendo a indagações minhas ou colocações minhas, não foram nem indagações, sobre abusos da Polícia Federal, ele reiterou naquela ocasião o que acabou de dizer agora a pouco, de que não concorda com isso, não era orientação oficial da Diretoria Geral da Polícia Federal e que quem se sentisse prejudicado, inclusive na sua opinião, deveria representar, ou seja, deveria formalizar uma queixa, uma reclamação junto à Polícia Federal. A OAB inclusive ameaçou de fazer isso, de apresentar queixa-crime por considerar cerceamento à defesa o acesso de Advogados às dependências da Polícia Federal e não fez. Eu não tenho conhecimento de que até hoje a Ordem dos Advogados do Brasil tenha formalizado essas queixas-crimes. Evidentemente que não caberia a mim, como cidadão, fazer representação à Polícia Federal. Primeiro porque concordo com as ações da Polícia Federal, o país hoje é contaminado pelo sentimento de impunidade, que o Supremo agora, na semana passada, tenta colocar um freio nisso, pela criminalidade em todos os vinte e sete Estados da Federação e pela corrupção desenfreada, e a Polícia Federal, ao longo dos anos, tem cumprido uma missão exitosa com relação a isso. O que se condena no meu caso, eu condenei aqui, e não poderia usar outro caminho que não fosse a Tribuna do Senado, e usei a Tribuna do Senado não para tentar inibir a Polícia Federal, não para dizer que toda a corporação estava comprometida com isso, mas de lançar a inquietação com relação ao que se divulgava, que o Delegado agora com clareza inclusive dissipa essas dúvidas, de grampear telefones, de se chegar ao amanhecer na casa das pessoas, de algemar mulheres e idosos que não ofereciam ou não ofereceram resistência à prisão, e considerando tudo isso um abuso, dentro de operações exitosas, mas considerando esses abusos, é que ocupei por mais de uma vez a Tribuna do Senado no primeiro semestre, V. Exª. é Presidente e é testemunha disso, e pedindo que a Polícia Federal continuasse a operar, mas coibindo esses excessos, essas exacerbações públicas. O que vale, Presidente, é que vejo hoje na imprensa que o seu substituto, o Senhor deixou a Polícia Federal ontem, diz que a Polícia Federal vai preferir o conteúdo à imagem e diz que isso será feito pela Polícia Federal. A mim, eu quero deixar claro a V. Sª. e eu acho que é desnecessário lhe dizer isso, a mim não me interessa de que isso ocorreu na sua gestão, o Senhor não tomou conhecimento ou se tomou conhecimento não tomou providências e só o novo é que está tomando. Entre isso e um procedimento da Polícia Federal, um processo, que aconteceu dentro da Polícia Federal, eu prefiro ficar com a hipótese do processo, um processo que tem começo, meio e fim, e que agora, aquilo que a gente protestou, aquilo que a gente chamou a atenção, vai se dar. Era esse o primeiro registro que eu queria fazer com relação à questão da Polícia Federal, enfim, envolve de qualquer forma a sua passagem pela Polícia Federal.

Vejo na imprensa de hoje, e V. Sª. já se estendeu sobre o assunto por mais de uma vez nesta manhã, de que a ABIN pode fazer escutas. Eu acho, Dr. Paulo Lacerda, que um Estado, um Estado moderno, que tem essas três coisas que nós chamamos a atenção aqui, a questão da impunidade, a questão da alta criminalidade no país inteiro, Estados com índice de violência lá em cima, inclusive o meu Pernambuco, e com a corrupção desenfreada, tanto a nível dos Municípios, dos Estados e, sobretudo, da União. Eu acho que se um Governo, por exemplo, a União não investe em duas coisas que eu considero fundamentais: a inteligência e a Corregedoria. Se não se tem uma inteligência moderna, apta, capaz, amplamente moderna e uma Corregedoria sem nenhuma interferência política, com profissionais honestos e competentes, a gente não vai a lugar nenhum, nem a nível de Estados, de combate à criminalidade. Uma Polícia Militar, uma Polícia Civil com uma Corregedoria inerte ou corrupta, o Senhor

sabe disso como policial, sabe que uma Corregedoria é fundamental, ela é importante, é como se fossem duas pernas: a inteligência aqui, uma inteligência atuante, e uma Corregedoria paralela concomitante que pudesse dar sustentação, não permitir que o militar civil ou fardado pudesse praticar atos de bandidismo, de ladroagem ou de qualquer outro ilícito.

De forma que eu concordo com V. Exª., eu acho que esse debate, quando quiser trazer esse debate para o Senado, para o Congresso Nacional, será um momento importante, eu acho que um órgão como esse, a ABIN, ele não pode ficar como se dizia antigamente, do SNI, acompanhando as coisas pelos jornais, com recorte de jornais, as ditaduras usaram muito isso, o Estado novo lá em Pernambuco, com a redemocratização do país e a exposição desses arquivos a gente vai encontrar fichas de pessoas, de ex-parlamentares, artistas plásticos, jornalistas, e o farto material a que se refere às pessoas eram recortes de jornais. Então o que eu quero dizer a V. Sª. é que eu li o seu *curriculum*, sei que V. Sª. é um homem cuidadoso, é uma pessoa que procura fazer as coisas certas, por isso que me deu condições inclusive de votar, de apreciar favoravelmente o seu nome para ir para a ABIN, pela sua honestidade pública e notória, de forma que eu quero que o Senhor faça um trabalho correto. O Senhor não se cansou de dizer isso daí, mas é importante a gente ressaltar, deixar registrado nesses anais, de que essas escutas sejam para terrorismo ou sabotagem, mas se realizadas com autorização judicial e acompanhadas pelo Ministério Público, ela não vai se confundir nunca, na minha opinião, com o estado policial e sim com uma ação de Estado, e é assim que deve ser procedido.

De forma que espero que sua experiência, que foi uma experiência exitosa à frente da Polícia Federal, o Senhor possa inclusive, dentro da ABIN, interferir junto ao Governo Federal, ao Presidente da República, ao Ministério da Justiça, para que tanto dinheiro gasto com a segurança pública no país, parte dessa, necessariamente, obrigatoriamente, a União destinasse uma parte ao investimento da inteligência e uma parte num investimento da Corregedoria. Eu não vejo nenhuma inconveniência, como me parece que falou aqui algum Senador, de várias inteligências. É importante que cada polícia tenha a sua inteligência, é importante que a Polícia Federal tenha recursos inclusive para aperfeiçoar a sua inteligência e é importante que a ABIN tenha a sua inteligência também modernizada. Essa política deveria ser uma política nacional, de investimento tanto na inteligência quanto nas Corregedorias para que a gente pudesse, através dessas duas pernas como lhe falei, a gente pudesse fazer isso. De fato, Sr. Paulo Lacerda, eram duas constatações: uma para que a verdade não ficasse comigo e a inverdade com o Senhor ou então ao contrário, a verdade ficasse com o Senhor e a inverdade ficasse comigo. O Senhor falou que quem se sentisse incomodado, se não com essas palavras, mas com palavras parecidas, que fizesse uma representação. Eu não fiz representação, porque não era parte envolvida, mas como Senador da República, usei a Tribuna do Senado para registrar o meu protesto.

E com relação ao que o Senhor coloca hoje na imprensa, eu acho que esse é um debate interessante, que quando chegar ao Congresso Nacional ele terá, eu tenho certeza, a participação de todos e eu procurarei dar uma contribuição que considero positiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Paulo Lacerda, muitas falas extremamente favoráveis e positivas ao seu respeito já foram feitas, mas eu gostaria de assinar embaixo de todas e dizer outras tantas. Realmente é uma honra para o Brasil nós termos uma pessoa do seu quilate na área em que o senhor atua. O senhor, que tinha fama de um Delegado reservado, mas muito eficiente quando chegou à direção da Polícia Federal, juntamente aí com o Ministro da Justiça, o nosso Ministro de então, Márcio Thomaz Bastos, e depois os senhores iniciaram o maior processo de transformação da história do órgão da Polícia Federal, realizaram uma faxina sem precedentes no combate à corrupção. O senhor virou com certeza unanimidade, unanimidade nesse país, em silêncio e quase sempre longe das câmeras o senhor, com certeza, se existiram extrapolações, foi em alguns momentos por parte de algumas partes, vamos dizer assim, da corporação, nunca do senhor. Eu tenho isso muito claro, aliás, nós brasileiros temos. O senhor fez a diferença, fez a diferença na segurança pública e no trato da máquina federal, tanto é que o senhor foi ganhador do prêmio Faz a Diferença, o Globo 2003, concedido a quem faz a diferença em nossa sociedade. Eu gostaria de dizer isso aqui porque eu não vou me alongar com mil qualificativas ao Senhor. Eu acho que uma pessoa como o senhor, que ganhou o prêmio Faz a Diferença - Globo 2003, é porque o senhor faz a diferença na sociedade, com certeza.

A pergunta seria: na sua gestão à frente da Polícia Federal, gestão essa que foi marcada pela modernização e autonomia que o Senhor já falou, já foi perguntado, já explanou, na ABIN o senhor já deve ter algumas coisas planejadas, pensadas, em como buscar espaço para uma atuação semelhante na ABIN,

uma atuação buscando a modernização e autonomia da ABIN, porque eu tenho já ouvi aqui a fala de vários Srs. Senadores na necessidade de um serviço de inteligência moderno. Eu acredito nisso. Eu acredito que a segurança vai ganhar muitíssimo, a violência vai ser muito reduzida, o trabalho da polícia será mais facilitado grandemente, com esse serviço de estar presente, aquela polícia que vai para o confronto, se nós tivermos um serviço de inteligência realmente moderno.

O Senador que nos antecedeu aqui na fala, ele falou com relação à questão da escuta com autorização, só com autorização judicial. A gente não tem dúvida disso e eu sei que o Senhor não tem essa dúvida também. Tem que ser essa escuta com uma ação de Estado, com autorização judicial e etc. Senão for assim com certeza será uma ação terrorista contra os cidadãos de um modo geral, porque hoje o que a gente vê, realmente as pessoas assim, todos nós, não é, todos nós, os cidadãos de um modo geral no Brasil, os cidadãos de bem e etc apavorados, "eu não posso mais falar por telefone que pode ser mal interpretado". Uma frase pega solta no telefone, de uma coisa que às vezes é uma brincadeira, uma frase no meio de uma fala maior é sugada e aquilo ali se transforma numa coisa muito complicada. Eu não tenho a menor preocupação que escutem os meus celulares, eu não tenho o menor, porque o menor problema que eu tive, no momento que eu tive, eu autorizei a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico, da minha história de vida inteirinha, e, aliás, eu acho que nós, políticos, devíamos na hora que nos candidatássemos a qualquer cargo, já deveríamos quebrar, pelo menos, o nosso sigilo fiscal e o nosso sigilo bancário da nossa vida inteira. Eu defendo isso, porque o meu sigilo fiscal e bancário pode ser aberto a qualquer momento da minha história de vida inteira, e o telefônico também não tem problema, mas eu acredito que a gente precisa ter paz para conversar sem ter medo que alguma coisa seja retirada, uma parte de uma fala nossa, e nos comprometa quando a gente é absolutamente inocente. Quando eu digo a gente, é o povo brasileiro de uma maneira geral. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Após três perguntas, vamos passar a palavra ao Dr. Paulo Lacerda para responder a essa primeira bateria de questionamento. Com a palavra o Dr. Paulo Lacerda.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Bom, inicialmente respondendo ao Senador Paulo Duque sobre para onde foram as informações do antigo SNI. A grande parte foi para o Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Se transformaram em informações de caráter histórico e lá estão, inclusive a própria Polícia Federal, que tem também a sua área de inteligência, enviou todo esse material para o Arquivo Nacional no Rio de Janeiro na época própria. Esse material vem sendo catalogado e está à disposição, naturalmente, para consulta pública. É a informação que eu tenho, acredito que estão todas disponibilizadas lá. Sobre se o levantamento pela ABIN para assessorar o Presidente da República é opinativo ou informativo apenas, na verdade não existe esse caráter de vetar ou não. Na verdade a autoridade que tem o poder de mando sobre a administração pública, a autoridade maior, o primeiro mandatário do país, ele não pode ficar condicionado a um veto de uma Agência Pública. Nós convivemos num estado democrático de direito e cada autoridade, com as suas atribuições, lhe compete decidir da maneira adequada. Portanto, a ABIN não pode vetar. A ABIN tem que fornecer os elementos para que a autoridade competente, para decidir, verifique da conveniência de indicar ou não. É lógico que a informação, ela tem que ser fidedigna, porque se ela não for, aí sim a autoridade vai incorrer numa falha na comunicação. Por isso, deve ser precisa.

Ao Senador Jarbas Vasconcelos eu quero dizer que recebi da outra vez e dessa vez com muito respeito todas as suas intervenções, sempre lúcidas. É um Senador da República, um político importante pelo seu passado, tive a oportunidade numa ida com o Ministro Márcio Thomaz Bastos de visitá-lo no Governo do Estado de Pernambuco e tenho o maior respeito por V. Exª. Na verdade tudo que V. Exª. falou serve como um alerta para que a Polícia Federal, no caso a ABIN, seja cada vez mais vigilante nos seus procedimentos em busca da legalidade. Queria lembrar também que a Polícia Federal, como a própria ABIN, esses órgãos devem sempre estar submetidos a controles no caso na área orçamentária, financeira, de TCU, de CGU, à atividade específica da ABIN, do Congresso Nacional, desta Comissão, enfim, sempre que houver uma necessidade, um desvio, haverá o dirigente dessa Instituição, assim como também da Polícia Federal, ser convocado sim. Eu inúmeras vezes estive na Câmara dos Deputados e aqui mesmo no Senado Federal, em várias oportunidades, para dar explicações. Embora nós que não estamos, como eu, muito acostumados a lidar com o público assim, nos sentamos de certo modo desconfortáveis, mas a natureza dessas explicações são altamente importantes e eu compreendo como necessárias no estado democrático de direito. Sempre que for chamado eu virei com a maior satisfação e, sobretudo às observações de V. Exª. estarei sempre atento. Eu gostaria de lembrar que as explicações ou as observações que o novo Diretor-Geral da Polícia Federal fez, o Dr. Luiz Fernando Corrêa, sobre

o novo procedimento da Polícia Federal, ele está de acordo com a nossa visão, com a minha visão, inclusive na ocasião, por recomendação do próprio Ministro Tarso Genro, eu determinei que um grupo de trabalho estudasse e elaborasse um manual da atividade operacional. Isso foi feito e ontem foi entregue ao Dr. Luiz Fernando Corrêa, depois de revisado no Ministério da Justiça, em que se alerta. Aquilo que nós já fazíamos anteriormente, ficava de uma maneira esparsa, agora está condensado num manual, dando orientações. Evidentemente que as situações da atividade policial, elas não cabem num conjunto de exposições que venham a estabelecer todas as possibilidades existentes. É uma atividade que muitas vezes o nível da investigação e a situação com que se depara o policial comporta atitudes que ele muitas vezes, não apenas como profissional preparado, mas como um ser humano, ele reage segundo a sua formação, segundo a sua capacidade. E às vezes erra. E às vezes erra involuntariamente e às vezes pode ser até de má-fé. Mas esse procedimento, esse manual, ele visa evitar, orientar os policiais para que minimizem estas falhas e, com isso, até evitem que os controles sociais, feitos através da própria mídia, venham a criticar as ações da Polícia Federal. Portanto, agora o Dr. Luiz Fernando Corrêa tem em mãos mais esse instrumento para que ele realize uma boa gestão na Polícia Federal.

Com relação à Senadora Serys, agradeço as manifestações de apreço ao nosso trabalho e, sobre a modernização da ABIN, eu acho que precisa realmente ser um órgão dotado de equipamentos, de instrumentos, investir muito na capacitação. Sei que lá tem funcionários altamente qualificados que, se tiverem a orientação necessária, o foco necessário, os instrumentos legais, os equipamentos de trabalho, realmente irão mostrar serviço e que logo-logo essa Instituição estará entre aquelas que possam orgulhar o Estado brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu vou pedir ao Senador Tuma que assuma aqui a presidência porque eu sou o próximo inquiridor, então eu gostaria de fazê-lo do Plenário. Senador Valadares com a palavra.

(troca de presidência)

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Paulo Lacerda. Não há dúvida que um órgão tão importante como a ABIN - Agência Brasileira de Inteligência teria que ser ocupado por alguém que não apenas tivesse o respeito da sociedade brasileira, a confiança dos órgãos públicos, mas acima de tudo fosse uma pessoa cuja formação técnica, profissional, se revestisse das qualidades indispensáveis ao exercício de função tão importante, e o Dr. Paulo Lacerda é uma dessas pessoas qualificadas para o exercício da direção dessa Agência, uma Agência que assessora o Presidente da República de forma eficiente e sigilosa para dar melhores resultados. Muitos erros ou equívocos são cometidos, inclusive na escolha de assessores do Governo Federal, por falta de uma formação mais adequada, uma informação mais adequada ao chefe do Executivo no sentido de preveni-lo de que aquele nome não é o adequado para a ocupação de uma determinada função no âmbito do Governo Federal. Além disso, a ABIN terá que mobilizar todos os recursos humanos e de inteligência do órgão para identificar fatos futuros que poderiam acontecer caso o Governo, o Poder Executivo, não tome determinadas medidas preventivas. São ações como essas que tranqüilizam a ação do Governo. Um Governo que está envolvido diuturnamente na execução de obras, de serviços e à procura da eficiência administrativa não pode ter o seu caminho obstaculizado por ações que o seu órgão de inteligência deveria ter previsto por antecipação. Daí que eu acho da mais alta relevância a existência deste órgão, um órgão de Estado para ajudar o Governo a conseguir, com tranqüilidade, exercer as suas ações para as quais foi escolhido pelo povo brasileiro.

V. Exª. assinalou no seu discurso de despedida da Polícia Federal alguns fatos que eu gostaria aqui de recordar com brevidade. A instalação de equipamentos de telecomunicações modernos, dotar a Polícia Federal de um instrumento indispensável como a aquisição da tecnologia Tetrapol, sistema de rádio e comunicação criptografada com rede móvel nacional e rede fixa de antenas no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Também a aquisição de avançados equipamentos de inteligência policial e de tecnologia de informação que coloca hoje a Polícia Federal, como se referiu V. Exª., dotada dos recursos tecnológicos entre os mais modernos do mundo. Também V. Exª. se refere ao incremento do volume de recursos do orçamento federal. Este volume passou de um bilhão, novecentos e setenta e sete mil reais no ano de 2003, como V. Exª. assumiu, para três bilhões, trezentos e vinte mil reais, ou seja, para o orçamento de 2008, com um aumento de 59,55%. Vale ressaltar que a importância que o Governo dá à Polícia Federal, à sua reestruturação, em moldes modernos, visando combater o crime, a criminalidade e a corrupção. Um outro ponto que V.

Exª. detalha no seu discurso é o programa anual de reaparelhamento policial, com a permanente modernização operacional através da aquisição de viaturas, embarcações, blindados, armamentos e até uma aeronave da EMBRAER - 145, um jato para deslocamento rápido de policiais. A inauguração de um novo Instituto Nacional de Criminalística em Brasília também é um fato da maior significação, porque dotou essa Instituição de modernas instalações e equipamentos de ponta, que com pessoal altamente qualificado que possui tornou-se a maior referência no campo da perícia criminal em toda a América Latina. E, também, a implantação, no Instituto Nacional de Identificação em Brasília, do AFIS, o mais moderno e completo sistema eletrônico de identificação criminal, inclusive com equipamentos ligados a todas as superintendências regionais da Polícia Federal. São alguns pontos que eu destaco, além de V. Exª. ter tido a coragem de cortar a própria carne, dispensando policiais por conduta, por desvio ético, que não se coadunavam com a doutrina e a filosofia da Polícia Federal que trabalha com seriedade e fundamentada sempre em prestar à sociedade brasileira um serviço inestimável nesses campos a que eu me referi, no da criminalidade e da corrupção.

Há um aspecto que sempre é abordado aqui no Senado, inclusive pelo Senador Jarbas Vasconcelos e por integrantes do próprio Governo, com o Ministério da Justiça. É sobre o espetáculo das operações. Filmagens e refilmagens de pessoas que são presas, algemadas, antes da própria condenação da justiça. E o próprio diretor, que substituiu V. Exª., já indica uma mudança de metodologia de comportamento neste campo. Aliás, O Globo, no dia de hoje, fala de uma declaração do Dr. Luiz Fernando Corrêa: "Polícia Federal vai reduzir publicidade em operações", quer dizer, há, então, uma preocupação de setores da própria Polícia Federal de que as investigações devem ser feitas de forma mais sigilosa e com operações menos espetaculares, mas que dêem resultados palpáveis. Com isso eu não estou fazendo nenhuma crítica a V. Exª., mas colocando aqui um ponto que à primeira vista pode ser uma divergência com a atuação anterior, a metodologia anterior, mas como V. Exª. já se referiu há um manual que já foi entregue ao novo dirigente da Polícia Federal e construído na administração de V. Exª. dando orientação à Polícia Federal em todo Brasil de como deve agir nessas investigações ou nessas operações, no combate tenaz que a Polícia Federal faz, e nesse ponto nós estamos totalmente de acordo, contra a criminalidade, a corrupção, o combate ao tóxico, à lavagem de dinheiro, enfim, ao bandidismo que se espalhou em todos os segmentos e em todas as cidades do Brasil.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de me referir a uma operação que estaria sendo concatenada ou planejada pela Polícia Federal no sentido da desocupação de uma Reserva, a Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, em que o Ministro da Justiça pediu o apoio logístico ao Ministro da Defesa, mas o General Maynard Marques Santa Rosa, Secretário de Política Estratégica e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, confirmou ontem ao O Globo que há resistência das três Forças e disse que o momento não é apropriado para ação, que pode haver uma reação da população, lá em Roraima, e isso podendo redundar em mortes ou em atritos entre as forças policiais e os residentes nesta Reserva em Roraima. Então eu gostaria que V. Exª. me informasse até que ponto isto tem fundamento, da existência desta operação para desocupar as pessoas da Reserva e se realmente ela foi abortada em face da possibilidade de atos de violência lá naquela reserva. Agradeço a V. Sª. e desejo sucesso. Eu tenho certeza que será retumbante, como foi na Polícia Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente, Dr. Paulo Lacerda, um dos estilos do Governo do Presidente Lula é não fazer mudança na sua equipe. No entanto, o Senhor assume como terceiro comandante da ABIN neste Governo. Primeiro foi o Dr. Paulo Roberto, numa gestão completamente atabalhoada, que teve o seu episódio final quando agrediu o Congresso brasileiro, depois tivemos o (ininteligível) e agora V. Sª. Eu não quero abordar a sua atuação na Polícia Federal, até porque não é o objeto dessa Comissão. A sociedade brasileira está aí para julgá-lo como Diretor-Geral da Polícia Federal que foi exatamente num período difícil, aonde coube à ação da polícia esclarecer fatos graves na história política brasileira. A minha preocupação é ver um nome como de V. Sª. na ABIN, até porque a função da ABIN não está bem definida no conjunto da administração brasileira. Eu sempre entendi, Senador Suplicy, que esta Agência tem, dentre muitas, a preocupação primeira de proteger a figura do Presidente da República mostrando-lhe erros, alertando-lhe sobre falhas da sua equipe, indicações inadequadas e assim por diante. Mas o que nós vimos ao longo desse período foi uma ABIN completamente desinformada do que acontecia no Brasil, surpreendentemente desinformada. Senão vejamos. A famosa quebra de sigilo do caseiro. Posteriormente a quebra do sigilo de alguns parlamentares por uma estrutura montada dentro do Banco do Brasil comandada à época pelo Vice-Presidente de informática, salvo en-

gano, um Senhor conhecido como Mexerica, militante partidário do companheiro Suplicy. Mas a coisa foi tão gritante, Senador Tuma, que providência nenhuma foi tomada e em seguida o substituto do senhor Mexerica, na mesma função, praticou o mesmo crime e que foi estourar exatamente na questão dos aloprados. Aonde é que estava a ABIN? Aonde é que estava a ABIN que não alertou o Presidente que Ministros seus estavam fazendo festas numa casa no Lago e que aquilo estaria comprometendo ou iria comprometer a imagem do Governo? Onde estava a ABIN que não preveniu o Presidente da República sobre os negócios do Lulinha? Onde estava a ABIN que não alertou o Presidente sobre as capilossadas do Vavá com o jogo? Onde estava a ABIN na questão dos sanguessugas? Envolvia Ministros do Governo. No caso dos aloprados, uma operação montada e o Presidente da República não foi alertado e sistematicamente dizia: "não sabia, não sabia". Aquela não sabia, cada vez que a sociedade brasileira ouvia, era como se fosse uma condenação a uma Agência de Informação que tinha ou tem como objetivo exatamente proteger o Presidente da República de questões dessa natureza. Desvio de recursos das ONGs. Esse General Santa Rosa, que acabou de ser citado, vem alertando já há algum tempo sobre o que vem acontecendo, principalmente com homens de origem estrangeira, que se instalam na Amazônia, e praticam atos inclusive contra a soberania nacional. Nós tivemos agora um caso de grampo, na casa da Ministra do Supremo Ellen Gracie. Também não se sabe de nada.

O atual Presidente, empossado ontem, fala em diminuir a publicidade, e aí vem a minha grande interrogação? O que significa diminuir publicidade? No caso da Polícia Federal, é o único ponto que eu quero tocar. Sabemos que a Polícia Federal não dispõe de recursos para publicidade. Será que o diminuir publicidade é cercear a liberdade de imprensa? Porque o que nós sabemos é que a imprensa às vezes se posta na porta das delegacias de operação e acompanham os carros da polícia em disparada. O que é diminuir essa publicidade? O que é que o novo Diretor-Geral quis dizer com isso? Que houve zetetismo na gestão passada? Começa mal. É preciso explicar o que é isso. Porque se essa diminuição de publicidade é cerceamento da liberdade de imprensa, vamos novamente ficar com a orelha em pé, porque vez ou outra nós temos aqui, Senador Tuma, ideólogos do atual Governo querendo mexer exatamente nesse capítulo, o que é inaceitável num momento de democracia que nós vivemos. Eu prefiro conviver com os exageros cometidos aqui ou ali por agentes da Polícia Federal do que com o silêncio provocado pelo cerceamento dessa liberdade. Isso é inaceitável. Fazer um apelo aos seus companheiros para que mudem um pouco o estilo é uma coisa, mas daí pedir para diminuir a publicidade há uma diferença bem grande e cria uma interrogação, uma curiosidade, que acho que precisa ser colocada nesse ato inicial.

Nós temos aqui, e eu tenho a honra de presidir, a Comissão Mista de Controle das Atividades da Inteligência. Tivemos muita dificuldade por questões de ordem política de fazer a instalação nesse primeiro semestre, mas vamos fazer a instalação já nessa semana e nós vamos ter, Dr. Paulo, uma convivência pelo menos bimestral para que nós possamos saber como anda a ABIN, o que faz a ABIN, o que tem feito a ABIN. O Senado da República, juntamente com a Câmara, que é aquela Comissão Bicameral, tem o dever e a obrigação constitucional desse acompanhamento, e eu tenho a impressão que será uma atividade, uma prática salutar para as duas partes. O manto de silêncio que envolve os fatos em que a ABIN é parte, a ABIN ou os seus funcionários, é uma coisa desconcertante. O caso da saída do Dr. Paulo Roberto se deu quando uma CPI resolveu convocar um funcionário e ele partiu com pedra na mão para cima. Eu me lembro do episódio de um agente que é muito forte na ABIN, o Senhor vai ter dificuldade porque ele manda muito, que é o Said Cury. Esse Said Cury é o famoso tradutor trapalhão daquela viagem que o Presidente fez, e que depois interferiu nas apurações, por parte do Governo brasileiro, das causas da morte do engenheiro do Iraque, fato esse que preocupou tanto, não só a mim, mas principalmente ao Senador Suplicy. Eu cheguei a ser procurado com um pedido para que não mexesse no assunto porque iria comprometer o Brasil não sei aonde. O que compromete o Brasil é a omissão, é o silêncio e não é o desejo de saber o que aconteceu com um filho seu que, de maneira misteriosa, desapareceu no Iraque. De forma que eu lhe desejo muito sucesso, sei que o senhor vai encontrar uma área difícil, minada pelo seu antecessor, com a própria preparação, discurso de preparação, que é o que se chama de minar a base, mas a sua experiência, acima de tudo com o seu equilíbrio demonstrado no outro cargo, eu tenho a esperança e a certeza de que esses assuntos serão contornados e o Senhor possa dar realmente ao Brasil uma noção do que é a ABIN que funciona, porque a imagem que nós brasileiros tínhamos era do SNI antigo, sempre envolvido no submundo, na época de chumbo, aonde os fatos eram feitos do mais absoluto sigilo e se colocavam inclusive um Ministro a presidi-lo. Hoje a intenção é de um órgão de informação técnico e profissional, e que, como tal, tem que corresponder à confiança e a respectiva do chefe da Nação. Pelo visto esses fatos aqui citados, ausência, a omissão da ABIN

ou o comodismo, deixou definitivamente maculada a imagem de uma Instituição que tem o dever de proteger o Presidente da República, quer em questões de Estado, de Governo, ou quer em questões que envolvam inclusive a família. São omissões duras, penosas, árduas, que ninguém gosta de cumprir, mas é o dever de quem tem a missão de presidir trabalho dessa natureza, daí porque eu espero que daqui há um ano nós possamos aqui dizer que a ABIN no Brasil existe. Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Senador Mão Santa como último inscrito. Tem V. Exª. a palavra. Convido o Senador Heráclito para retornar.

(troca de presidência)

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Dr. Paulo Lacerda, primeiro eu vou pedir desculpas, mas eu gostaria de saber a idade de V. Exª. Mulher é que não gosta que se pergunte.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – 61 anos.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – 61 anos. É porque estava faltando aqui, mas o *curriculum* é extraordinário. Eu tenho 64 anos e foi longo e sinuoso o caminho de estar aqui.

A Polícia Federal é um encanto, eu me orgulho, não é de agora. É muito comum a gente estar prestando homenagem para o sol que está nascendo, para V. Exª., mas eu quero explicar que essa Instituição nos anos ... eu estava lá no Rio de Janeiro quando eu ouvi o Geraldo Vandré cantar: "Vem, vamos embora, esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer". Estudantes, todo mundo cantando, isso fez renascer as liberdades democráticas. Então nesse espírito eu voltei para o Piauí porque quis, eu não sei nunca... eu só aprendi o que é desemprego, Duque, quando eu fui em negócio de política, porque eu sempre tive tanta sorte que era uma fila de emprego para eu escolher, mas não vai ao caso. Então eu fui porque quis. Aí de repente, com esses ideais libertários, não é, que eu ouvi cantar, eu me envolvi lá nesse partido que estou, o PMDB, antes de Ulisses. A história de Ulisses é em 1974; a nossa foi em 1972. Nós ganhamos a Prefeitura da maior cidade, Elias Ximenes e eu, do Piauí. Era representante do Governo revolucionário Alberto Silva, na cidade dele, e eu, o Elias, quer dizer, lideramos esse processo. O senhor imagina o que é antes de Ulisses, que está glorificado, antes. Daí eu representar o PMDB do Brasil, eu aqui. Está vendo, Suplicy, não é esse que está se negociando, se vendendo, trocando placas não, é antes de Ulisses. O Heráclito é testemunha, ele é de lá, então eu fui muito perseguido, eu quero dar um testemunho aqui. Eu fui amparado pela Polícia Federal. Jovens decentes, corretos. Quando eu vi de repente eles estavam era me protegendo. Os Senhores imaginam, não é, a polícia. Então tem essa história de grandeza. Eu estou dando um testemunho, eu era contra o Governo, o Estado e tal, tomamos, mas na hora de acusações, pelo contrário, eu sempre fui amparado, e nem conhecia, eles chegaram, quer dizer, essa história de idoneidade, de grandeza, é o material humano deles. Outro dia eu quis até saber, porque de repente eu era Governador, aí indaguei um, que quiseram prender, subversivo, vieram me envolver até em tráfico de tóxico porque eu era médico e eles me convidavam para consultar, fui lá, entrei na casa de um, não sabia nem que tinha, eu fui ver maconha naquele tempo em 1982, eu já era Deputado Estadual, mas a polícia federal correta, decente, então eu tenho essa imagem. Depois nós vimos a transição... Romeu Tuma, esse Sarney deveria se ajoelhar, lhe pedir a benção. O Senhor segurou esse país no momento mais difícil. Esse Sarney devia tomar benção, ele fez o papel dele, mas você V. Exª. foi mais do que um Cirineu, porque foi muita greve, muita confusão, e o Senhor aí, era polícia. E agora V. Exª. mantém, não é, quer dizer, ama a Instituição. Eu sei que o mundo sempre teve, teve o Hitler, KGB, não sei o que, e tem que ter informação. O filósofo Francis Bacon, o Antônio Carlos Valadares sabe tudo, o Francis Bacon disse: "conhecimento é poder". Então para o Governo ter poder tem que ter esses conhecimentos.

Mas o que nós queremos aqui é o seguinte: é importante que seja um nome, SNI, KGB, SA, para mim é o conhecimento, CIA nos Estados Unidos. Mas, Lacerda, então o homem é um homem em circunstância, é o momento. Isto eu faço agora dizia o apóstolo Paulo, o agora, e tem uns impulsos aí, eu sei mais do que V. Exª., eu sou médico, fui professor de fisiologia, de psicologia neurolingüística, tem uns talco aí que a gente pensa que nem tem, são o que o povo chama de intuição, impulso, nós chamamos reflexo condicionado. Então o primeiro que nós temos é de combatividade, tem o de cooperativo, tem o reflexão impulso sexual, que o nosso Presidente tem demais (risos), tem um paternidade, de fraternidade, tem isso que a gente pensa que nem que tem, de proteção, mas o primeiro que mais funciona, o número um que nós temos - eu sou professor de fisiologia - é o impulso de combater. Então V. Exª., eu só queria dizer isso, é para continuar a admiração, hoje o problema. Então tem que dizer, vamos dizer, e os povos utilizaram combate à fome, combate em busca da terra, é sempre... Então V. Exª., o país lhe convida, a V. Exª.. A guerra de hoje é a ética, é combater a corrupção, a indecência, a indignidade. Levante esta bandeira, combater, é a falta de ética, va-

mos dizer assim, e bem recente, esse italiano que sabe das coisas, não é, eles fizeram Roma, eles fizeram o Renascimento, Norberto Bobbio veio outro dia, que eu não vou dizer a V. Exª., eles fizeram aí uma campanha mais ou menos. Então eu sou otimista, eu sou médico como Juscelino, cirurgião, até cassado ele foi. Então é o seguinte: eu sou otimista, o melhor é ser otimista. O otimista pode errar, mas o pessimista ... Então que inicie essa campanha porque está ruim. Eu conheço esse Brasil, eu estudo história, o momento mais grave que nós vivemos é esse. Eu vou lhe dar um quadro para V. Exª.. Só um. Nós ganhamos a eleição em 1972, quando era Arena. Pá, pá, tinha Governo, tinha tudo. Os militares, eu não vou dizer que eram meio honestos, porque é meio complicado, porque eu sou médico, é como diz é virgem ou não é, mas era possível. Nós ganhamos não é porque era coronel, era possível, eles apitavam. Agora não, agora é uma roubalheira, é uma falta de sem-vergonhice. Eu não confio, eu tenho um bocado de quilômetros rodados em eleições. É possível com esses apetrechos, com essas corrupções, com esses latrocínios, essas bandidagens. Olha, eu passava no Banco Rural, "rapaz, esse banco aí dá semente, dá trator para os agricultores". É só dinheiro para campanha, as roubalheiras. Então nunca teve isso não. A gente tinha um jogo, o militar ou o seu, eu não estou defendendo a história, eu era contra, mas eles fizeram aqueles AI-5 e depois os juízes tinham moral, tinham dignidade. Olha, quiseram me prender e o Juiz nunca deixou, a Polícia Federal nunca deixou. O jogo era legítimo. Agora não ganha não, a roubalheira... não existe na história do mundo, e eu quero lhe lembrar que eu conheço Cuba, existe, eu conheço o Fidel. Eu fui o primeiro que disse que o Chaves era perigoso aqui. "O Mão Santa está doido". Olha lá. Eu fui, porque quando eu cheguei aqui o Presidente Sarney gostou de mim e eu dele, ele me mandou ir lá para a Venezuela, e para entrar no Congresso eu pedi um Coronel, eu Senador da República, aí fiz o meu diagnóstico, eu tenho mais idade do que V. Exª., e deu tudinho. Equador é o mais sabido, já deu isso daí, Venezuela e Nicarágua está aí. E V. Exª., eu acredito muito em Deus, Deus pegou o Davi vai acolá, botou o Moisés e botou V. Exª. O país está num cruzamento: nós podemos permanecer num país democrático, com liberdade e tal, ou vamos, está aí Cuba liderando os vizinhos e tudo, e V. Exª., Deus colocou lá e eu lhe desejo felicidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o último orador inscrito, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu pouco teria a acrescentar a tudo que já foi dito aqui. Senador Heráclito, eu acho que esta sessão de hoje é um exemplo importante para todas as Comissões desta Casa ao sabatinarmos aqueles que são designados pelo Governo. Dr. Paulo, V. Sª. sabe o conceito que eu tenho a respeito da sua pessoa, a amizade e o carinho que sempre norteou os nossos caminhos, mas todo mundo veio preparado para questionar o indicado, não houve nada de só elogios. O comportamento exemplar na Polícia Federal foi citado, mas sobre a ABIN V. Exª. mesmo fez uma série de questionamentos. Eu acho que esta Comissão hoje dá o exemplo de como se sabatina um indicado do Governo para evitar o que aconteceu na ANAC e em outras Agências, que normalmente só se elogia, são indicações políticas e que trazem uma conseqüência praticamente a curto prazo, e V. Exª. foi indicado pela competência e pela capacidade, pelo conhecimento jurídico e operacional que tem na missão que sempre escolheu como o seguimento da sua vida, na atividade policial, na atividade de inteligência, e nunca deixou falhas pelo caminho. Eu tenho certeza que V. Exª. será um grande diretor da ABIN. A ABIN passou por períodos difíceis. Nós temos hoje aí, ainda perguntei para um assessor seu, sobre o Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN, que foi criado para integrar vários Ministérios, e ele me disse que ainda continua. Eu não sei se vai ser idéia de V. Exª. dar continuidade. Senti no seu discurso de ontem, que mais foi um relatório de atividades prestadas ao seu país durante a sua gestão, da unificação dos setores de informação. Nós tivemos as ASIs que foram extintas, que era uma Agência de Segurança e Informação de cada Ministério, Senador, que vigiavam mais o Ministro e davam mais opiniões e decidiam o que fazer do que propriamente buscar informações para orientar, como V. Exª. diz, o principal cliente da ABIN, que é o Presidente da República. Elas foram extintas ao longo do tempo.

Nós falamos muito em grampo telefônico, falamos e eu fui o Relator da matéria, sempre exigindo que fosse por autorização judicial. Mais de uma vez fui à Tribuna, Dr. Paulo, para me queixar não da Polícia Federal, mas da falta de fiscalização e da facilidade com que vários grupos têm de grampear telefone de quem quer que seja, sejam governadores ou políticas, que contratam investigadores particulares, que fazem este grampo e, de repente, dizem que foi a Polícia Federal. Então um sistema de fiscalização que antigamente havia no antigo SNI, provavelmente poderia ter abuso ou não, é uma outra coisa a ser discutida durante o período que V. Exª. recriar o CICOR, a Comissão Especial, que tinha na Agência, em cada setor da telefônica operacional, um membro da SNI para fiscalizar ordem judicial e saber quem estava sendo grampeado ou não. Então ninguém podia fazer, a não ser o detetive

particular que fazia nas caixas próximas aonde eram grampeados, fazia a extensão e conseguiam fazer o grampo telefônico. Essa fiscalização, alguma coisa tem que acontecer, porque não dá mais para um Delegado, mal formado, incluir numa lista de autorização do Juiz nomes que tem ele interesse em grampear para servir de extorsão ou prestar serviço a terceiros. Então é uma coisa grave que provavelmente a ABIN poderá direcionar com a nossa ajuda, uma legislação específica sobre esse assunto.

Quando o Dr. Paulo fala em terrorismo e subversão, nós temos que nos preocupar bastante e dar elementos para que os órgãos competentes possam fiscalizar e realmente se anteceder à ocorrência que possa trazer um prejuízo enorme à sociedade.

É claro que o Dr. Paulo fez um belo trabalho operacional dentro da legislação existente com a legalidade que foi oferecida por um período por este Congresso. Dr. Paulo, V. Exª. estava aqui, quando fazia-se algum projeto e V. Exª. nos auxiliava a alguns pontos importantes a serem colocados como Emenda ou como Projeto de Lei para dar a liberdade de operação sobre vigilância judicial, mas a lei prevendo este tipo de trabalho que tenha um resultado efetivamente correto e bom.

Agora sobre publicidade, nós sabemos que a orientação da Academia Nacional de Polícia orienta quando se deve ou não usar algema, porque a algema, além de proteger o policial, ela tem o objetivo principal de proteger o preso, que poderá se autolesionar para acusar o policial, poderá se suicidar ou poderá, como aconteceu outra vez, matar o policial que o prendeu e não teve a cautela de colocar a algema, tudo no devido jeito, colocando-o à frente e ele estrangulando o motorista do veículo, isso eu vi na polícia de São Paulo. Então essas regras que V. Exª. ontem, no seu discurso, disse que deixou preparado por essa Comissão, tem uma importância vital. Armas pesadas seriam usadas a torto e a direito é um recurso tremendo também. Eu acho que pegar uma metralhadora para prender um cidadão, ela pode disparar a qualquer instante e ferir um cidadão de bem que não tem nada a ver. Eu acho que são regras importantes e nós temos que dar apoio a elas para que realmente o diretor da Polícia Federal possa trazer qualidade no seu trabalho sem ferir.

Agora o que V. Exª. disse, como é que a gente, como é que a sociedade vai saber que a Polícia Federal está fazendo alguma coisa de combate à corrupção se fechar para a imprensa qualquer informação? Como é que vai saber? A ocorrência de apreensão de dinheiro, perto do Aeroporto de Congonhas, se a imprensa não tivesse tomado conhecimento, a polícia não tem obrigação de contar a história, ela tem obrigação de tomar providência, abrir o inquérito, fazer o flagrante e mandar para a justiça e o Ministério Público oferecer ou não a denúncia. Mas a imprensa, sabendo, ela acompanha mesmo, ela acompanha e dá a notícia. A polícia vai no encaminhamento da sua investigação, que é um degrau continuado, ela sobe degrau por degrau, vai saber se há ou não responsabilidade do que em tese teria indícios da prática de crime.

Eu não vou falar muito mais porque eu só estou aqui apenas no que eu colhi e a experiência que me deu, e a confiança que eu deposito integralmente em V. Exª. Hoje nós temos o gabinete integrado nos Estados, eu me lembro que tinha a Comunidade de Informações antigamente e que todos os órgãos participavam. Eu fui aos Estados Unidos numa visita ao CIAA(F) e me levaram a um General que era de um setor de inteligência, tinha nove segmentos de inteligência que se reuniam mensalmente para trocar idéia de todos os acontecimentos. Então esta parte que V. Exª. vai cuidar da Agência e que cuida do SISBIN, do Sistema Brasileiro de Inteligência, que é formado por vários Ministérios, não terei dúvida que fará funcionar permanentemente para acompanhar de perto inclusive corrupção que não seria o objetivo principal da ABIN, mas ela não pode fugir quando chegar uma informação e encaminhar ao órgão competente para a sua investigação e processamento para que se apure. Eu acredito que o Senhor terá toda a sorte, nós sabemos que o Ministério da Justiça tem três órgãos importantes, que é a Polícia Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública, que tem definido o apoio operacional às polícias dos Estados e mais a Guarda Nacional pronta para intervir quando solicitada, e a Secretaria Nacional de Justiça, que tem como princípio, ainda conversava como V. Exª. a pouco, lavagem de dinheiro, remessa ilegal e recuperação de ativos. Então há, dentro da administração pública, uma gama de responsabilidade de cada setor que V. Exª. terá talvez a visão de unificar para buscar as informações mais corretas, e dizia a V. Exª. ontem, no seu discurso ou no início de hoje, peço desculpas se eu fizer essa confusão, que tem que definir a obrigação de cada seguimento da administração pública, principalmente no setor de inteligência e de apuração de fatos delituosos que prejudicam a sociedade. Que Deus o abençoe e lhe dê muita sorte na sua caminhada. Espero continuar com a sua amizade, de vez em quando um almocinho (risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Antes de passar a palavra ao Dr. Paulo Lacerda eu solicitaria ao Senador Suplicy e ao Senador Antônio Carlos Valadares que procedam a apuração dos votos. Acaba de chegar o Senador Mozarildo, vamos ver se ele ...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – ... Já completou, já completou. Eu gostaria de avisar ao Senador Paulo Duque e aos demais Senadores que em seguida teremos matéria aqui na pauta, inclusive V. Exª. relatando. Em terceiro lugar eu queria lembrar ao Senador Tuma que a questão da sabatina, dos nomes, as Comissões, essa que no caso da ANAC, a Comissão de Infra-Estrutura, sabatina os nomes que são remetidos pelo Governo. A responsabilidade com a qualidade dos nomes é menos dessa Casa e mais do Executivo. Nós tivemos no caso da ANAC, por exemplo, o adiamento por várias vezes e na última instância o Governo tem maioria e coloca a sua tropa que vota e aprova. Quando coloca nome de qualidade evidentemente que nós temos o prazer de não ter nenhum dissabor depois.

Dr. Paulo, com relação à questão da escuta telefônica, eu lhe conto um fato que me deixou profundamente marcado. Acerca de um ano e meio atrás eu estava no aeroporto de Brasília embarcando, e uma garota com cinco para seis anos, com a roupinha toda cor-de-rosa, uma mala toda e um telefone, conversando com uma amiga, de repente alguma coisa é dita pelo telefone, ela diz: "fulana, não fale isso porque nós podemos estar sendo escutadas". Então é uma paranóia que acontece no Brasil e que é preciso que a gente acabe com isso.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Senador Heráclito, eu faço um outro alerta a V. Exª., que V. Exª. foi vítima de um grampo real quando viajou para uma praia e foi abordado por Juiz e pessoas estranhas armada dizendo que V. Exª. conduzia dinheiro para uma eleição, o que era mentira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Era o início da atividade dos aloprados querendo me calar.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – É verdade, mas V. Exª. foi vítima.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – E nós tivemos que fazer uma apuração aqui em que esclareceu claramente que isso ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – E depois um grupo, dos quais eu me incluía, fomos vítimas de bisbilhotagem nas contas bancárias, que custou caro inclusive com o afastamento do diretor do Banco. Eu até cito esse fato lamentando que ...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – É o que digo: se não houve uma fiscalização de grampo telefônico ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Vai ser uma avacalhação ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – ... Grampo de qualquer natureza, grampo em conta, qualquer tipo de grampo. Com a palavra o Dr. Paulo Lacerda.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Bom, muito obrigado por todas as observações feitas pelo Senador Valadares, Senador Heráclito, Senador Mão Santa, Senador Romeu Tuma.

Respondendo aqui a alguns questionamentos, o Senador Valadares falou sobre a questão da mídia, a super exibição da polícia e como eu vejo isso. Na verdade eu gostaria de lembrar que quando eu estava para assumir a Polícia Federal eu procurei examinar o programa do Partido dos Trabalhadores na área de segurança, o que é que falava sobre a Polícia Federal, e lá estava escrito, feito inclusive por especialistas, que a Polícia Federal era uma verdadeira caixa preta, não se sabia o que acontecia lá dentro, e que o novo Governo tinha grande preocupação em administrar esse órgão sem saber o que realmente se passava. Então em razão dessa preocupação do novo Governo eu também procurei refletir sobre isso e colocamos, na área de comunicação social da Polícia Federal, profissionais. Chamamos policiais com formação na área de comunicação social, do jornalismo, para ajudar, tirar da Polícia Federal essa pecha de caixa preta, e, daí, evidentemente que passou-se a dar mais transparência, maior visibilidade. Agora tem um detalhe extremamente relevante disso aí: em que fase que se dá essa exposição da polícia? A polícia faz uma investigação e fica um ano, dois anos investigando, absoluto sigilo, e consegue, nesse tempo, reunir informações relevantes sobre determinada prática irregular e não vaza, geralmente não vaza. Mas partir do dia em que há uma operação ostensiva, em que ali vão se cumprir ordens de busca domiciliar e ordens de prisão, aí é que começa a mídia a tomar conhecimento, os advogados participarem e tudo, e a partir daí é que se diz que está havendo uma super exibição, e foi até defendido, pelo Senador Heráclito e o Senador Romeu Tuma, essa preocupação de que o trabalho da mídia é importante para levar para a sociedade a sua visão daquilo que está acontecendo. Na verdade a atividade da Polícia Federal, no caso, ela não produz matéria, ela não veicula matéria, ela não divulga matéria. Não é a polícia. A Polícia Federal trabalha em fatos. Agora

fatos que envolvam desvio de dinheiro público, que envolvam atuação do crime organizado, que envolva quadrilha de traficante e apreensão de milhares de dólares, isso é notícia em qualquer país do mundo. Não adianta querer evitar, que isso sempre vai ter repercussão. Naturalmente que o que se deve evitar, e isso o manual está colocando, é expor pessoas que ainda estão sendo investigadas, evitar que haja a possibilidade dessa mesma mídia, que está indo atrás do fato, fotografar, filmar pessoas na sua intimidade, pessoas algemadas, coisa deste tipo, e isso é que o manual vai evitar. Agora o trabalho da mídia tem que ser amplo como numa democracia como é a nossa. A mídia tem que ter ampla liberdade na sua ação, eventualmente até errando, e, para isto, tem o Judiciário para corrigir eventuais abusos também da mídia, que é um direito de qualquer cidadão de ir lá e ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Exatamente, exatamente. Mas ela, mídia, tem que ter ampla liberdade como V. Exª. mesmo acabou de defender. Então é um aspecto que eu queria mencionar, que esse manual ele vai ajudar, agora na gestão do Dr. Luiz Fernando, mas o fato em si vai estar sempre presente toda vez que a Polícia Federal fizer uma grande operação e a mídia vai querer repercuti-la naturalmente, e tem esse direito.

Sobre as observações do Senador Heráclito Fortes, eu gostaria de dizer que assim que eu tiver já há algum tempo dentro da ABIN, e na primeira oportunidade, eu gostaria que a própria Comissão de Relações Exteriores, na sua atividade de fiscalização, que visitem a ABIN e passem a conhecer pessoalmente como se trabalha, porque aí começará a gerar uma confiabilidade no trabalho. Nós não queremos que a ABIN seja aquela polícia secreta do passado. É uma polícia de Estado que trabalha com informações reservadas, informações cessíveis(F) e, por isso, ela tem que ser reservada. Agora a sociedade, através dos seus instrumentos de controle, tem que saber como ela está trabalhando e, aí, ficará aberta para esta Comissão, para o parlamento, para visitar, Senador Heráclito Fortes, a ABIN, e lá conhecer os seus métodos de trabalho. A mesma coisa que eu fiz, certo momento, na Polícia Federal, quando uma Comissão de Deputados foi lá para questionar esses equipamentos que a Polícia Federal estava utilizando em questão de monitoramento e eu os convidei que conhecessem, porque às vezes fica com uma imagem assim que é algo sobrenatural, e quando chega lá vê um servidor que está sentado numa mesa, com um equipamento de informática, e aí é o caso, na tarefa de controle, perguntar: "cadê as autorizações judiciais para isso?", que é o que o Ministério Público faz, os órgãos devem fazer. "Me dá aqui a autorização judicial". Aí vai verificar, está autorizado, esse está autorizado, e é assim, é assim que deve funcionar. Então eu acho que a ABIN, também, terá a oportunidade de convidar V. Exªs. para conhecê-la mais de perto, verificar de que maneira que está trabalhando.

Ao Senador Mão Santa, muito obrigado pelos elogios à Polícia Federal, e eu concordo inteiramente, levantar a bandeira da ética, a bandeira da moralidade pública em todos os órgãos da Administração Pública, e por toda a sociedade, aí já não é apenas o Poder Público, toda a sociedade deve levantar esta bandeira da ética e da moralidade.

O Senador Romeu Tuma, eu não precisaria falar, é um profundo conhecedor da atividade da polícia, da atividade de inteligência, é um homem que saiu da Polícia Federal, mas sempre se manteve atualizado, sempre interessado com os avanços, auxiliou imensamente na edição dos modernos instrumentos legais para combate ao crime organizado, e eu aqui estava a assessorá-lo no Senado quando inúmeras daquelas leis que hoje fortalecem a ação da polícia tiveram o Senador Tuma como Relator. Lembro aqui a própria lei de lavagem de dinheiro, COAF, enfim, e ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – ... Exatamente, e o Senador Romeu Tuma sempre procurou se informar sobre todos os avanços que estavam acontecendo no mundo inteiro para poder trazer para a nossa legislação. Portanto, só me resta agradecer esse período que eu estive com o Senador Tuma, que eu aprendi muito, na Polícia Federal e aqui no Senado, é um homem extremamente equilibrado.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Tem que lembrar que eu disse: "se sair da Polícia Federal, o seu lugar está aberto aqui". Mas graças a Deus, como disse o Mão Santa, Deus o colocou na ABIN.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Muito obrigado, mas agradeço então a sua participação aqui também nesse debate.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu antes de passar a palavra ao Mozarildo Cavalcanti, eu queria só dar só um exemplo da importância da imprensa nessas questões. Se o episódio envolvendo os cubanos tem sido acompanhado pela imprensa desde o início, desde a prisão, do recolhimento ou seja lá do que for lá na praia, talvez

a história fosse outra. O fato do desconhecimento foi que gerou todo o imbróglio que dá hoje ...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – A surpresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – ... A surpresa. Ainda hoje estamos aí alguns na tentativa de explicar e outros lamentando. Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Bom, primeiramente eu queria pedir desculpas tanto ao Presidente como o Dr. Lacerda de não ter estado presente até digamos o momento das perguntas e até da votação, porque é uma sessão extraordinária, portanto não estava prevista, e havia uma sessão já aprovada há muito tempo para nesse horário homenagearmos a Rede Amazônica de Televisão, inclusive de minha autoria, eu tive que presidir a maior parte da sessão. Mas, evidentemente, que eu quero dizer que se aqui estivesse na hora da votação, embora o meu voto seja secreto, eu tenho certeza que ninguém se oporia e eu também não me oporia a votar no Dr. Lacerda porque eu acho que ele se comportou e se houve na Polícia Federal com muita competência. É evidente que como toda instituição humana existem falhas, mesmo que sejam comandadas pela pessoa mais competente do mundo, e eu sempre faço questão de dizer, nos meus pronunciamentos, nós da Amazônia precisamos muito da Polícia Federal e lamentamos inclusive as condições em que a Polícia Federal trabalha na Amazônia. Eu sou testemunha disso daí em vários locais, não só no meu Estado.

Agora eu soube que o Senador Valadares fez uma pergunta que eu gostaria de ter feito. Embora já não seja mais o diretor da Polícia Federal, mas se isso houve, houve na gestão dele, e hoje inclusive o jornal O Globo dá a notícia a respeito disso, que é a respeito da chamada Operação Upatakon III, que deveria se realizar em 03 de agosto, segundo a informação que eu tinha, depois foi adiada para setembro e lá o que se sabe é que deve estar ocorrendo ainda durante esse mês de setembro, sem uma data agora que a gente tenha notícia, mas eu inclusive denunciei, da Tribuna do Senado, porque me chegou às mãos documento que tinha toda a logística, vamos dizer assim, todo o roteiro da operação, e eu queria dizer, Dr. Lacerda, que eu descordo da forma como foi demarcada a área, descordo profundamente, até porque fui Presidente da Comissão Externa do Senado que estudou o problema com isenção, o Relator foi o Senador Delcídio, que é do PT, portanto, do partido do Presidente Lula, que não é de Roraima, também ele, e nós produzimos um relatório que tinha uma solução que seria extremamente pacífica para todos. Muito bem. Então o Presidente demarcou, no meu entender inclusive de maneira juridicamente incorreta, mas está demarcada, não foi derrubado ainda o decreto do Presidente, está demarcada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sim, porque esse nome já se generalizou, Raposa/Serra do Sol. Na verdade seria certo que fosse Serra do Sol e Raposa, porque é uma montanha na fronteira com a Venezuela e uma área de lavrados ou de serrados bem lá do outro lado, em outro Município completamente diferente, mas isso são detalhes que não interessam no momento. O que interessa no momento é a questão de obedecer a lei, de obedecer a lei e de cumpri-la, inclusive com respeito aos Direitos Humanos. E eu entendo que Direitos Humanos não é só os Direitos Humanos de negros, de índios, de prostitutas, de gays, não, é Direitos Humanos de todos, de todos, inclusive daqueles cidadãos que estão lá e que, uma grande parte já foi retirada, porque opção não teve, mediante uma indenização irrisória, mas outros não saíram ou porque não concordaram com a indenização, e aí tem que haver o processo judicial para que depositado em juízo e tal, haja uma demanda judicial para retirá-los, e alguns, eu ouvi agora nessa minha viagem na semana passada em Roraima, nem sequer receberam ainda o relatório da FUNAI dando conta da indenização. Então essa operação não pode ser feita agora, tem que se respeitar a questão do estado de direito. O que eu quero saber é se essa operação, ela está planejada com ordem judicial? Se ela está baseada apenas como esteve a outra, no parecer da Procuradoria-Geral da República, obedecendo o que deseja a FUNAI, e aqui é bom entender que acima do próprio Ministro da Justiça está a lei. Então eu, como representante de Roraima, quero dizer duas coisas bem claras: a demarcação está feita, eu não estou questionando que não devia ser feita. Não devia ser feita como foi, mas está feita, e o que os que estão lá, que não são índios, serem retirados, sim, de acordo com o decreto do Presidente sim, agora também, de acordo com a lei. Acima do decreto do Presidente existem leis e no próprio decreto diz duas coisas básicas: tem que haver indenização e tem que haver reassentamento em local adequado e condizente. Isso não está acontecendo. Então eu queria, repito, é até um pouco inadequado, que devíamos estar discutindo aqui com o Senhor sobre a ABIN, que eu também teria perguntas para fazer sobre a ABIN, como que o Senhor pensa a ABIN do futuro, mas eu queria primeiro um esclarecimento sobre essa questão, já que o que assumiu agora com certeza vai dizer que nada sabe.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Dr. Paulo Lacerda.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Obrigado, Senador. Eu sei da preocupação de V. Exª. em relação a esse tema e é preocupação também da Polícia Federal. Essas questões que envolvem demandas de natureza social são aspectos dos mais delicados na atividade da polícia. Muitas vezes a polícia é acionada para dar segurança a um Oficial de Justiça que vai cumprir uma ordem judicial, e aí todo um aparato da polícia é que vai dar visibilidade ali. O que acontecer de ruim vai ser atribuído à polícia, não vai ser ao Oficial de Justiça. Então nós temos tido isso, nós temos tido problemas dessa natureza inúmeros. Agora nós sempre colocamos a necessidade de fazer um planejamento, analisar os aspectos legais, todas essas questões. De fato já houve iniciativas para a ação naquela área e que, por uma série de razões, muitas vezes óbices esses de natureza legal, V. Exª. sabe que inúmeras demandas judiciais já aconteceram em relação àquele assunto, e volta e meia tem que vir novamente às assessorias jurídicas, aos advogados, enfim, para analisar em que pé que fica aquela situação, se pode efetivamente dar cumprimento. O fato é que até o dia de ontem, em que eu estava na Polícia Federal, não se executou a medida. Planejamento houve sim, isso eu confirmo, para a retirada do pessoal. Eu acredito que esta mesma preocupação que eu tive haverá por parte do novo diretor e, lembrando, não é uma ação da Polícia Federal, não é a Polícia Federal que está retirando o pessoal como inúmeras vezes ocorre em relação a movimentos sociais que por uma determinação judicial às vezes tem que desocupar áreas, áreas indígenas, áreas de propriedade pública, e que nós somos chamados a dar aquela segurança, quer dizer, estar junto de um representante do judiciário para que faça cumprir a ordem de determinado Juiz. Eu acredito que vá haver também, como sempre houve, bom senso na solução dessa desocupação, se ela já está em condições de ser feita.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Vamos ...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Eu quero só agradecer a explanação, primeiro porque o Dr. Paulo Lacerda confirmou que havia um planejamento. Então o que eu denunciei não foi uma coisa vazia. Segundo, dizer que é a terceira operação, já foram duas operações da Polícia Federal, e eu quero ressaltar que eu também tenho convicção de que não é a Polícia Federal, é evidente que a Polícia Federal exerce o papel de dar segurança, mas na operação Upatakon II, que eu estive presente lá, não havia ordem judicial e foram invadidas propriedades particulares, inclusive ocupadas pela Polícia Federal. Agora dando garantia, logicamente, ao funcionário da FUNAI e do INCRA, é verdade, mas como V. Exª. diz, V. Exª. diz que o que ficou foi a imagem de que a Polícia Federal invadiu e que a Polícia Federal ocupou.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu vou proclamar o resultado. Votaram dezessete Srs. Senadores. Quinze votos sim, dois votos não, nenhuma abstenção. Está aprovado, portanto, o nome do Dr. Paulo Lacerda. A matéria vai em caráter de urgência, com a aprovação dos Srs. Senadores, para a Secretaria da mesa para as suas devidas providências. Vamos liberar o Dr. Paulo e continuar a sessão na sua pauta normal.

Vamos ao Item 3 da pauta: "Aprova o texto do acordo de estabelecimento das leis da rede internacional de centros para astrofísica relativística - ICRANET, Organização Internacional com sede em Pescara, Itália, e dos seus estatutos, assinado em 21 de setembro de 2005". Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Parecer favorável é do Senador Antônio Carlos Valadares, a quem passo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Faça um resumo, por favor.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – É isso que eu pretendo fazer. Esta Mensagem, Sr. Presidente, solicita a apreciação do texto do acordo de estabelecimento da rede internacional de centros para astrofísica relativístista - ICRANET, Organização Internacional com sede em Pescara, na Itália, e de seus estatutos, assinado em 21 de setembro de 2005.

A cooperação entre Estados soberanos é modernamente fora indispensável para o desenvolvimento harmonioso dos povos e para a segurança coletiva internacional. O acordo sob exame proporciona ao Brasil acesso privilegiado a Organização Internacional e Informação, permitindo ao país participar do desenvolvimento tecnológico e do acesso à informação científica promovido pelo esforço coletivo da comunidade internacional. O desenvolvimento tecnológico corresponde modernamente à insuperável atributo sem o qual pouco pode-se esperar em relação ao desenvolvimento econômico e social dos povos. Haja vista o ineditismo da proposta trazida pela neo-organização que se pretende instituir em Pescara, na Itália, bem como a urgente necessidade que o Brasil tem de buscar o desenvolvimento como forma insuperável de melhoria das condições de vida de sua imensa população, marginalizada do progresso material da humanidade, a proposta em apreço é de toda conveniente e oportu-

na aos interesses nacionais. Voto. Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais, opinamos pela aprovação do acordo de estabelecimento da rede internacional de centros para astrofísica relativística – ICRANET, Organização Internacional com sede em Pescara, na Itália, e de seus estatutos, assinado em 21 de setembro de 2005. É o parecer, salvo melhor juízo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item extrapauta. Requerimento nº 57. Requeiro nos termos previstos no Regimento Interno do Senado Federal seja solicitado ao Sr. Ministro do Estado das Relações Exteriores esclarecimentos e providências quanto ao ocorrido no último dia 02 de agosto, no Aeroporto Internacional de Guararapes, no Recife, onde Jacques Brotchi(F), Senador do Reino Belga e detentor de passaporte diplomático, professor titular de neurocirurgia da Universidade de Bruxelas e atual Presidente da Federação Mundial da Sociedade de Neurocirurgia, sofreu constrangimento por funcionários da Polícia Federal. O autor do requerimento é o Senador Jarbas Vasconcelos. O Senador Jarbas Vasconcelos não se encontra, mas eu gostaria de solicitar aos Senhores para que fossem estendido o mesmo requerimento também ao Ministro da Justiça, uma vez que se trata da Polícia Federal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Então, com a aprovação, será encaminhado também ao Ministro da Justiça o mesmo requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados.

Item não terminativo, nº 62. Requeiro a participação da Subcomissão da Amazônia e da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal no Simpósio "Amazônia, Século XXI", envolvendo atividade diversas, mostra de produtos industriais, artesanais e culturais da região, a ocorrer nesse semestre de 2007, em reunião conjunta com a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados. Autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho. Em discussão. Os Senadores que queiram discutir, manifestem-se. Não existindo discussão, em votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O último requerimento. Requeiro, nos termos regimentais, que V. Exª. designe membro desta Comissão, concomitantemente membro da Subcomissão Permanente da Amazônia, para acompanhar durante o mês de setembro próximo vindouro a operação Upatakon III, a ser realizada pela Polícia Federal na Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, localizada no Estado de Roraima, na região da tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Para discutir.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Ficou muito claro que já está marcado. Eu acho que tinha que levantar todos os dados a respeito ...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Por isso que eu estou ... que está sendo ... não está se estabelecendo data, é durante o mês de setembro.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Mas eu acredito, se o Senador concordar, que todas as informações fossem imediatamente remetidas a esta Comissão.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sim, a idéia é essa, Dr. Tuma, a idéia é a seguinte: é que haja designação de uma pessoa e que essa pessoa ficaria em contato inclusive com a própria Polícia Federal e com os outros órgãos para poder: "vai ser tal dia", então nesse tal dia passamos a informação, mas tem que aprovar para não ficarmos a descoberta, acontecer e depois ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Feito o esclarecimento, aprovado. Não há quem queira discutir e, uma vez aprovado, eu faço a designação do Sr. Mozarildo Cavalcanti para cumprir esta missão. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, agradecendo a todos pela colaboração.

(Sessão encerrada às 14h01.)

Ata da 27ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 6 de setembro de 2007, às 10:00 horas.

Às dez horas e cinqüenta e oito minutos do dia seis de setembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, MARCELO CRIVELLA, ANTONIO CARLOS VALADARES, MOZARILDO CAVALCANTI, MÃO SANTA, MARCO MACIEL, ROMEU TUMA, CRISTOVAM BUARQUE, SERYS SLHESSARENKO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, WELLING-**

TON SALGADO DE OLIVEIRA, GILVAN BORGES, GARIBALDI ALVES FILHO, CÉSAR BORGES, ROSALBA CIARLINI e FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os demais senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O presidente dá início a apreciação da pauta. **Item 01**: Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2001, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Quinto Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, da Organização Mundial do Comércio (OMC), concluído em Genebra, em 27 de fevereiro de 1998".* O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc" Senador **CRISTOVAM BUARQUE** para fazer a leitura do seu Relatório. Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA**. Aprovado. **Item 02**: Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2001, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Segundo Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio".* O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc" Senador **ROMEU TUMA** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 04**: Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo para a Facilitação de Atividades Empresariais no Mercosul aprovado pela decisão CMC 32/04, Emanada da XXVII Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004".* O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc" Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 03**: Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2007 de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*Aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, assinado em Paramaribo, em 16 de fevereiro de 2005".* O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc" Senador **CÉSAR BORGES** para fazer a leitura do seu Relatório. Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA**. Aprovado. **Item 05**: Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2007 de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, celebrado em Brasília, em 22 de maio de 2006".* O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **CÉSAR BORGES** para fazer a leitura do seu Relatório. Fazem uso da palavra os Senadores: **ROMEU TUMA, EDUARDO SUPLICY e GERALDO MESQUITA JÚNIOR.** Aprovado. **Item 06**: Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2007 de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Romênia, celebrado em Brasília, em 12 de agosto de 2003".* O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc" Senador **EDUARDO SUPLICY** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 07**: Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2007 de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto da Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, celebrada em Paris, em 19 de outubro de 2005".* O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc" Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 08**: Requerimento nº 59, de 2007 – CRE, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Heráclito Fortes**,** que *"requer nos termos do art. 50, caput e & 1º e art. 58, & 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 397, & 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Exmo. Sr. Guilherme Cassel, e seja convidado o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Ilmo Sr. Rolf Hackbard, para, em Reunião de Audiência Publica, prestarem esclarecimentos perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre assentamentos de famílias em áreas da Floresta Amazônica".* Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO SUPLICY**. A convocação do Ministro foi transformada em convite. Aprovado. O Presidente coloca em votação como Extra-Pauta: **Item 01**: Requerimento nº 65, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *"requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministério da Defesa sobre a violação do espaço aéreo e invasão do território nacional por aeronaves das forças armadas da Venezuela, conforme matéria publicada no Jornal Folha de Boa Vista – online, em 05/09/2007".* Aprovado. **Item 02**: Requerimento nº 66, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *"requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministério das Relações Exteriores sobre a violação do espaço aéreo e invasão do território nacional por aeronaves das forças armadas da Venezuela, conforme matéria publicada no Jornal Folha de Boa Vista – online, em 05/09/2007".* Aprovado. **Item 03**: Requerimento nº 67, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *"requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Comandante*

Militar da Amazônia, General Raimundo Nonato de Cerqueira Filho, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a violação do espaço aéreo e invasão do território nacional por aeronaves das forças armadas da Venezuela, conforme matéria publicada no Jornal Folha de Boa Vista – online, em 05/09/2007". Aprovado. **Item 04**: Requerimento nº 61, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que *"requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Embaixador do Peru, Hugo de Zela, para em audiência publica explanar, aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o terremoto de grandes proporções que atingiu recentemente o País, sobre a extensão da ajuda internacional às vitimas, incluindo a participação do governo brasileiro, bem como, acerca das medidas cogitadas para a reconstrução das cidades e para a volta à normalidade".* O Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR** faz uso da palavra. Aprovado. **Item 05**: Projeto de Lei da Câmara n° 25, de 2007, de autoria do Presidente da República, que "*dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB".* O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **ROMEU TUMA** para fazer a leitura do seu Relatório. Fazem o uso da palavra para discutir, os Senadores: **CÉSAR BORGES, MOZARILDO CAVALCANTI, MARCELO CRIVELLA E ROMEU TUMA**. Aprovado. **Item 06**: Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto das Emendas à Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha causada pelo Alijamento no Mar de Resíduos e Outras Matérias.'". O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **MOZARILDO CAVALCANTI** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 07:** Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, celebrado em Brasília, em 20 de agosto de 2004". O Presidente concede a palavra à Relatora Senadora **SERYS SLHESSARENKO** para fazer a leitura do seu Relatório Aprovado. **Item 08:** Requerimento nº 68, de 2007 - CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que "Requer nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor **Saty**a **Nadan**, Secretário-Geral da Autoridade Internacional dos fundos Marinhos, para, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, apresentar e discutir as atividades da Autoridade, e sua relação com os interesses econômicos e de defesa do mar territorial brasileiro". Aprovado. **Item 09:** Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto da Convenção Internacional relativa à Intervenção em Alto-Mar em casos de Acidentes com Poluição por Óleo de 1969 e seu Protocolo de 1973". O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc" Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 10:** Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo Sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do **Brasil** e o Governo da República de **Cabo Verde**, celebrado em Praia, em 29 de julho de 2004". O Presidente concede a palavra à Relatora "Ad Hoc" Senadora **ROSALBA CIARLINI** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 11:** Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular e Técnico, celebrado em Praia, em 14 de janeiro de 2005.". O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc" Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 12:** Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Setor de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica, celebrado em Brasília, em 19 de dezembro de 2002". O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc" Senador **CRISTOVAM BUARQUE** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 13:** Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, assinado em Montevidéu, em 14 de setembro de 2004". O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc" Senador **MÃO SANTA** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 14:** Mensagem (SF) nº 267, de 2005, de autoria do PRESIDENTE DA REPUBLICA, que "Solicita, nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal, autorização para aceitação de dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa da-

quele país". O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc" Senador **MARCELO CRIVELLA** para fazer a leitura do seu Relatório Aprovado. **Item 15:** Projeto de Resolução do Senado nº 43, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella**,** que "Cria o Grupo Parlamentar Amizade Brasil-Estados Unidos da América do Norte"**.** O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc" Senador **CRISTOVAM BUARQUE** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 16:** Requerimento (SF) nº 624, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Guerra**,** que "Requer, nos termos regimentais, seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, pela indicação do Sr. Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de Assuntos Tarifários e Comerciais da Organização Mundial das Alfândegas - OMA". O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc" Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. **Item 17:** Indicação nº 01, de 2006, de autoria do Senador Aloizio Mercadante**,** que "Sugere a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, que procedam a **estudos sobre a criação de um Fundo Mundial Ambiental (FMA)**, na forma proposta no texto da justificação desta indicação". O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc" Senador **MOZARILDO CAVALCANTI** para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. O Senhor Presidente nada mais havendo a tratar encerra a reunião às doze horas e cinqüenta e três minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Havendo número regimental declaro aberta a 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto a Comissão a dispensa da leitura da sessão anterior. Senhores Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Pauta do dia. Item 1. Não terminativo. Projeto de Decreto Legislativo n 286, de 2001, que Aprova o texto do 5º protocolo ao acordo geral sobre o comércio de serviços da organização mundial de comércio, OMC, concluído em Genebra em 27 de fevereiro de 98, autoria, Comissão de Relações Exteriores da Câmara, o relator é o Senador João Tenório que não se encontra presente. Eu faria um apelo ao Senador Cristovam Buarque que atuasse como relator ad hoc. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. De conformidade com o disposto no art. 49, inciso I da Constituição, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional a mensagem 1095/99, com o texto do 5º protocolo do acordo geral sobre o comércio de serviços da Organização Mundial do Comércio, OMC, o qual, na Câmara dos Deputados, e na forma de projeto decreto Legislativo para prosseguimento da análise congressual. Fato de que se trata de um acordo da maior importância em um mundo globalizado e tendo em vista que o 5º protocolo do acordo geral sobre o comércio de serviços aprova nova lista de compromisso de liberalização do setor financeiro tornando-os mandatários, mas reserva ao país o direito de tomar as medidas por razões cautelares e prudenciais, incluindo as de proteção aos investidores.

Especificamente no que tange a seguros de serviços correlatos de seguros, chamo atenção dos Srs. Senadores, para os seguros de transportes de casco, máquinas e responsabilidade civil de embarcações as limitações de acesso ao mercado na oferta transfronteiriça são, para o primeiro caso, restritas a exigência da presença comercial para o contrato de importação de bens. As limitações ao tratamento nacional para este subsetor restringe também as hipóteses mencionadas. Na modalidade presença comercial os subsetores de seguro de vida, de transporte, de propriedade, de assistência médica e responsabilidade de casco, de máquinas e responsabilidade Civil de embarcações a limitação de acesso ao mercado é a incorporação segundo a lei brasileira dessas prestadoras na forma de sociedade anônima.

No tocante a seguro de acidente de trabalho, reafirma-se o INSS como único provedor autorizado desse seguro. No que tange ao serviço de resseguros e de retrocessão a modalidade presença comercial fica contida pela necessidade de regulação futura que permitirá o provimento desse serviço por instituições privadas. Quanto aos serviços auxiliares, agências e corretoras o Brasil permitirá que Pessoas Jurídicas prestadores desse serviço possam estabelecer, no Brasil, desde que incorporado segundo a lei nacional. E finalmente, quanto aos serviços providos por instituições financeiras a lista brasileira de compromissos inclui o serviço de recebimento de fundos para depósito a vista, a prazo e de poupança, destinados ao financiamento habitacional, empréstimo realizado pelas Instituições

Financeiras incluindo crédito ao consumidor, crédito hipotecário, financiamento de transações comerciais, arrendamento mercantil financeiro de transferência de dinheiro, permite dessa forma uma ampliação desses serviços e o Brasil compromete-se por esse instrumento multilateral a que o estabelecimento de novas agências subsidiárias de Instituições Financeiras estrangeiras, assim como aumento da participação de pessoas estrangeiras no capital de instituições financeiras incorporadas segundo a lei brasileira sejam permitidos quando autorizados pelo Poder Executivo por meio de decreto presidencial.

Cumpre lembrar que os compromissos referentes aos bancos e outras Instituições Financeiras serão circunscritos aquelas atividades exercidas por instituições financeiras, classificadas como e aqui vai a lista que todos tem acesso no parecer, bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedade de crédito, etc. Finalmente, quanto a serviços providos por instituições não financeiras, esse 5º protocolo abarca negociações por conta própria ou por conta de terceiros em bolsa ou mercado de balcão regulamentares, de valores imobiliários e derivativos, serviços de compensação e liquidação de valores imobiliários e derivativos, oferta pública de valor imobiliário em mercado de balcão regulamentado, os valores imobiliários e derivativos definidos nos três subsetores do estado são: Ações, debêntures e partes beneficiárias, os chamados cupons desses títulos e os bônus de subscrição, certificado de depósito de valores imobiliários, índice representativo de carteira de ações, opções de valores imobiliários, contratos ATM e futura, nota promissória emitida por sociedade, por ações destinadas a oferta pública exceto de Instituições Financeiras de sociedade de corretora.

Outros dois subsetores de serviços providos por instituições não financeiras abarcadas pelo 5º protocolo são os serviços de consultoria, pesquisa e assessoria relativos a investimentos. O sexto parágrafo dos *considerandos* impõe que a sua entrada em vigor ocorreria no 30º dia após a data de aceitação de todos os membros interessados. Se até 30 de novembro de 1999 o protocolo não tiver sido aceito por esses membros, aqueles que já o tivessem aceito poderiam, em novo prazo de 30 dias decidir sob sua entrada em vigor.

Sr. Presidente, a análise desse processo, desse acordo permite ver que os compromissos a que se refere o 5º protocolo ora em análise anteriores a atual rodada da OMC vincula o Brasil a um patamar mínimo de liberalização do setor que, salvo melhor juízo, não ameaçaria o empresariado nacional. Tão pouco parece ferir os ditames Constitucionais, tanto ao sistema financeiro nacional. À luz da pretérita redação, entendia-se que na falta de lei complementar que dispusesse a matéria restaria ao Poder Executivo e decreto a autorização para o funcionamento das Instituições Financeiras a conveniência e oportunidade nacionais o que foi a prática constatada até aquele ano.

A nova redação do artigo 192 trazida pela emenda a Constituição número 40/2003 não nos parece ter trazido nenhuma diminuição a interpretação descritiva. No mérito, em face da paralisação da chamada rodada Doha e da conseqüente proliferação de acordos regionais a qual ameaça o regramento do comércio nacional por normas multilaterais em relação a exceção da cláusula nacional fornecida que este acordo faculta, é de todos, nos parece salutar qualquer iniciativa que reafirme o regime multilateral de comércio como esse 5º protocolo busca. Além de aprovar compromissos liberalizantes mínimos, a chancela do Congresso ao 5º protocolo significará a reafirmação da crença do regime multilateral de comércio. Cabe observar que para diversas instituições financeiras a previsão de aditamento da lista de compromissos específicos quanto a participação de capital estrangeiro em empresas brasileiras que os prestem após dois anos de adoção.

A Emenda Constitucional nº 40, de 2003, modificativa do art. 192 da Constituição Federal, estabelece que a Lei Complementar versará sob a participação do capital estrangeiro nas instituições que compõe o sistema financeiro nacional. A lei complementar nº 126, de 15 de janeiro, que dispunha sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intervenção as operações com seguros de contrato de seguros no exterior e as operações lá do estrangeiro no setor secundário e altera o decreto nº 73, de 21 de 1986 e a lei nº 8031, de 12 de abril de 1990.

Por tudo isso, senhor Presidente, o voto quanto ao explicitado por julgá-lo oportuno e conveniente, somos pela aprovação do Decreto Legislativo. Esse é o voto do relator que eu não apenas leio, mas subscrevo, do Senador João Tenório tendo em vista que é um Decreto Legislativo que busca situar o Brasil mais de acordo nas regras do mundo global no qual vivemos. Está, portanto, apresentado o protocolo do Senador João Tenório favorável a aprovação do Decreto Legislativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Senhores...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Só uma citação aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois não, V.Exa. com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – É muito importante e interessante este relatório lido pelo Senador e me chamou atenção aqui sobre o texto que

fala para o serviço de cartão de crédito e factory que tem uma relatoria minha, não está aqui, está na outra Comissão há mais de ano para regulamentar a efetiva operacionalidade e quem fiscaliza as factory. Hoje elas agem, com todo o respeito, como se fosse gente que empresta sem nenhuma responsabilidade. Então, a OMC chama atenção da inclusão. Então, tem uma importância muito grande, estou até pedindo se possível um avulso para na hora de discutir a aprovação ou não do projeto de factory citar o que foi dito pelo Senador Cristovam na leitura do seu relatório feito pelo Senador João Tenório. Então, eu acho que ele é muito importante porque ele entra bem na área de economia, não é, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Muito.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Ele entra muito na área de economia, com o Banco Central, operações financeiras. Eu acho que é de grande valor, V.Exa. coloca em boa hora na pauta e V.Exa. tem ganhado um espaço muito grande na aprovação dos acordos internacionais, eu digo, tirando o atraso porque ele está, eu queria cumprimentar V.Exa. por isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu agradeço a V.Exa. e o propósito dessa Comissão é tentar colocar em dia toda essa pauta envolvendo o Brasil e acordos bilaterais com nações amigas. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 2. Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2001, que Aprova o texto do segundo protocolo ao acordo geral sobre o comércio de serviços da Organização Mundial do Comércio. A autoria é Comissão de Relações Exteriores da Câmara e o relator é o Senador João Tenório. Encontrando-se ausente, solicito o Senador Romeu Tuma para fazer o relatório.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, de conformidade com o disposto no art. 49 inciso 1 da Constituição Federal, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional mensagem nº 233, de 1996, com texto do segundo protocolo ao acordo geral sobre o comércio de serviços, organização da OMC, a qual a Câmara dos Deputados ganhou a forma de Decreto Legislativo para prosseguimento da análise congressual. Eu pediria a V. Exa. se procedesse a análise porque a exposição de todo o acordo já está na mão de todos, se concordarem eu leria uma parte da análise e o voto, porque isso sempre a gente tem que ver mais para frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V.Exa. está completamente liberado para assim proceder.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – A luz da pretérita redação, entendia-se que na falta da Lei Complementar que dispusesse sobre a matéria, restaria ao Poder Executivo, via decreto, autorização para o funcionamento das Instituições Financeiras, a conveniência e oportunidades nacionais, o que foi prática constatada aquele ano.

Essa leitura é reforçada pelo artigo 52 do ato das disposições Constitucionais transitórios que impõe que até que sejam fixadas as condições do art. 192 são vedadas as instalações no país de agências, de novas agências e Instituições Financeiras domiciliadas no exterior e o aumento percentual de participação no capital de Instituições Financeiras com sede no país de Pessoas Físicas ou Jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, exceto, de acordo com o parágrafo único, se forem resultantes de acordos internacionais de reciprocidade ou de interesse do Governo Brasileiro.

A nova redação no art. 192 trazida pela emenda a Constituição nº 40, de 2003 nos parece ter trazido a diminuição a interpretação de escrita, também essa análise deverá ser depurada pela CCJ. No mérito em face da paralisação da rodada de Doha e da conseqüente proliferação de acordos regionais a qual ameaça o regramento do Comércio Internacional por normas multilaterais em razão da exceção a cláusula de nação, mais favorecida que esses acordos facultam é de todo salutar qualquer iniciativa que reafirme o regime multilateral de comércio entre janeiro de 2004 e fevereiro de 2005, foram modificados 43 acordos regionais na OMC.

Atualmente, somam-se 186 acordos. Os atores mais freqüentes na elaboração desses acordos são as chamadas economias de transição, ex-países socialistas da Europa, economias emergentes e promissoras cujo mercado parece complementares ao brasileiro. A Federação da indústria do Estado de São Paulo, FIESP, divulgou em janeiro de 2007 uma declaração conjunta com outras 18 entidades empresariais e internacionais pedindo a retomada imediata das negociações e a rápida conclusão da rodada de Doha.

O documento assinado por entidades do Brasil, da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos, da Coréia do Sul, de Taiwan, de Hong Kong e da União Européia, representantes de cerca de 60% do comércio global. Solicita aos países membros adotarem posições mais flexíveis, a fim de evitar um fracasso que poderá abalar a credibilidade da OMC. E aí vai citando novamente a Emenda Constitucional nº 40, portanto, o voto dado pelo relator por julgá-lo oportuno e conveniente é pela aprovação do Decreto Legislativo 299, de 2001, e digo e continuo dizendo que a importância que eu acho que esse vem em complementação ao primeiro voto lido

pelo Senador Cristovam Buarque. Eles se interligam na sua descrição e V.Exa. teve a inteligência de dar para o mesmo relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Senhores Senadores que queiram discutir. Não há quem queira fazê-lo. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 3. Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2007, que Aprova o texto do acordo para facilitação de atividades empresariais no Mercosul, aprovado pela decisão da CMC, emanada na 27ª Reunião da cúpula do Mercosul realizada em Belo Horizonte em 16 de dezembro de 2004. A Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados é a autora e novamente o relator é o Senador João Tenório que se encontra ausente. Solicito ao Senador Geraldo Mesquita Júnior que exerça a função de relator *Ad hoc*. Opa... um equívoco. Eu retornarei em seguida ao item 3. Esse é o 4. Item 4, retificando.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Item 4.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Item 4.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, senhoras e Srs. Senadores. A Comissão de Relações Exteriores é chamada a opinar sobre o texto do acordo para a facilitação de atividades empresariais no Mercosul, aprovada pela decisão CMC 32/04, emanada da 27ª Reunião de cúpula do Mercosul realizada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

O ato em tela foi encaminhado ao Congresso por meio de mensagem, tudo absolutamente regular, senhor Presidente. Esse novo e importante pacto do Mercosul destina-se a facilitar o abastecimento e o livre exercício das atividades mercantis pelos empresários dos outros Estados, parte, facilitando os procedimentos e autorização para residência, expedição de documentos trabalhistas e de identidade, e harmonizando reciprocamente as legislações internas.

Segundo esclarece a exposição de motivos encaminhada pelo eminente Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, o acordo resulta das atividades de harmonização dos marcos regulatórios em serviço do Mercosul. O instrumento visa a simplificar e harmonizar os trâmites jurídicos nos quatro Estados partes, com vista a criar canais privilegiados para o estabelecimento de empresas na região. Os empresários nacionais dos Estados partes poderão assentar-se no território e qualquer dos outros membros do bloco sem outras restrições além daquelas emanadas das disposições que regulamentam as atividades exercidas pelos empresários no Estado receptor. Forma ainda em exposição que o acordo foi aprovado na 5º rodada de negociações sobre comércio e serviços do Mercosul e beneficiará especialmente as pequenas e médias empresas da região.

No caso do Brasil, haverá redução do montante mínimo necessário para o estabelecimento de investidores provenientes dos Estados partes, do equivalente a 50 mil dólares para o equivalente a 30 mil dólares, uma redução significativa. O compromisso internacional de integração em análise é composto de instrumento principal e um anexo. O artigo 1º constitui a cláusula geral a prevalecer, os estados partes não poderão impor aos empresários de qualquer desses outros Estados outras restrições, além daquelas que regulam as atividades exercidas pelos empresários do Estado receptor e o artigo 2º estabelece a conceituação de empresários e pessoas correlatas que serão abrangidas pelo acordo, investidores e membros do corpo diretivo e do conselho de administração, determinando também os requisitos de referências comerciais e bancárias e o montante mínimo para o capital a ser aplicado nas atividades empresariais, ou seja, o equivalente a 30 mil dólares

Os demais dispositivos destinam-se a regular o exercício desses novos direitos pelos agentes econômicos, pelos Estados partes, além das condições para entrar em vigor, depósito e outras formalidades inerentes a esses atos internacionais. Cumpre observar, senhor Presidente, que o Brasil e Argentina e o Brasil e o Uruguai já tem dispositivos semelhantes a esse que ora é encaminhado através dessa proposição. Cuida-se agora, por meio desse novo acordo estender as condições para todo o bloco de maneira uniforme, o que vem de encontro ao interesse de todos os países membros no sentido da integração completa e absoluta de nossas atividades econômicas, comerciais. Em face do exposto, senhor Presidente, o voto é pela aprovação do projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Os srs. Senadores que queiram discutir, manifestem-se. Não há quem queira fazê-lo, encerrada a discussão. Em votação. Os srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos retornar agora ao item 3 que havíamos faltado. O item 3. Projeto de Decreto legislativo 114, de 2007, que aprova o texto do tratado entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre assistência jurídica mútua em matéria penal assinado em Panamaribo em 16 de fevereiro de 2005. Autoria. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara,

o relator é o Senador Pedro Simon. Encontrando-se ausente, solicito ao Senador César Borges que exerça a função de relator *Ad hoc*.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Sr. Presidente, esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2007, em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso 1º, combinado com o art. 84, inciso 8 da Constituição Federal o senhor Presidente da República submeteu a apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional referido. O projeto de Decreto Legislativo foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 17 de maio de 2007, tendo naquela Casa, passado pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e cidadania de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Acompanha a proposição a mensagem nº 35, de 2006 do Poder Executivo que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional e a exposição de motivo nº 490 do Ministério de Relações Exteriores de 23 de dezembro de 2005, do senhor Ministro de Estado de Relações Exteriores. Já no preâmbulo do tratado, resta claro que sua finalidade é tornar mais efetiva a investigação, o inquérito e a prevenção do crime pelas autoridades responsáveis.

Essa assistência jurídica mútua em matéria penal não se opõe à soberania dos Estados contratantes, uma vez que será prestada nos limites das respectivas legislações internas. O acordo prevê ainda regras sobre a forma e o conteúdo das solicitações, bem como os procedimentos a serem observados para atendimento destas. Com isso a repressão ao Crime Organizado Internacional requer medidas de cooperação entre os Estados, tais como as previstas no tratado em exame. Em outras palavras, o simples aperfeiçoamento de legislações domésticas não são meios eficazes para combater o crime que hoje mostra sua força além de fronteiras nacionais. Os termos do tratado reforçam, assim, em nível bilateral, iniciativas constantes de outros instrumentos multilaterais a exemplo das convenções das Nações Unidas contra a corrupção e contra o crime transnacional organizado e seus protocolos.

Por derradeiro, vale ressaltar que a celebração deste acordo internacional com a República do Suriname tem particular importância por se tratar de país que mantém fronteira com o Brasil. Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, Constitucional e legal e versado em boa técnica Legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2007. Esse é o relato do Senador Pedro Simon que tenho o prazer de apresentar no momento, Sr. Presidente..

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Não quero abusar da paciência de V.Exa. nem dos ....

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É um direito regimental que V.Exa. tem.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Mas é importante até porque fala...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não de abusar da minha paciência, que V.Exa. jamais abusa, mas de exercer o direito de intervir.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Mas é que é um assunto que eu sempre digo, está no sangue, que é o problema da matéria penal. Esse acordo tem uma importância muito grande, eu não me lembro o nome de quem era Secretário do Ministério de Relações Exteriores e houve um problema muito grave com garimpeiros brasileiros que se internaram no Suriname e também com procedimentos sobre drogas. E nós tivemos presentes lá. E há uma simpatia, há uma ligação do Brasil com o Suriname apoiando e ajudando aquele país. Então, esta parte de um tratado de Direito Penal, no aspecto combate ao crime transnacional, crime organizado que vem crescendo e hoje não tem mais bandeira, eles se instalam em qualquer lugar onde a maior dificuldade do Estado em combatê-los tem uma importância muito grande, Senador.

A leitura do seu relatório, prestei atenção e vejo que nós não podemos retardar esses acordos. Falava agora com nosso representante do Itamaraty, Senador, faria um apelo a V.Exa. que vários acordos que V.Exa. tem aprovado estão paralisados lá na Mesa por essa paralisação de votação e há um desespero no Itamaraty porque todos eles praticamente estão em vigor. Vale a sanção do Senado para o endosso do que o Governo faz como acordo com os países amigos e principalmente país de fronteira como disse o Senador César Borges, o nosso grande Senador hoje nesta Comissão. Meu amigo pessoal. E vai ficar bonito emagrecer e tudo. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Item nº 5. Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2007, que Aprova o texto de acordo de cooperação e auxílio jurídico em matéria penal entre a República Federativa do Brasil e o reino da Espanha, celebrado em Brasília em 22 de maio de 2006. Autoria Comissão de Relações Exteriores da Câ-

mara e o relator é o Senador César Borges. É mais uma matéria da qual V.Exa., evidentemente, estará atento. Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Muito obrigado, senhor Presidente. Em atenção ao disposto no inciso 1º do art. 49 da Constituição que estabelece atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, o Poder Executivo enviou às Casas Legislativas a mensagem nº 593, de 24 de julho de 2006, solicitando a apreciação do texto do acordo de cooperação e auxílio jurídico em matéria penal entre a República Federativa do Brasil e o, reino da Espanha.

Na Câmara dos Deputados a mensagem foi aprovada em 31 de maio de 2007, na forma de projeto de decreto Legislativo formulado e aprovado pela sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de cidadania.

O acordo hora examinado faz-se acompanhar de exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores no qual cabe destacar o seguinte: O instrumento em apreço foi firmado com o propósito de tornar mais eficaz a aplicação da lei de ambos os países no que respeita a investigação, Ação Penal e prevenção do crime por meio de cooperação e assistência jurídica mútua. Inscreve-se, portanto, no contexto de ampla assistência, refletindo a tendência atual de aprofundamento de cooperação jurídica, ou melhor, judiciária e internacional para o combate à criminalidade.

A assistência inclui realização de depoimentos, fornecimento de documentos, localização ou identificação de pessoas, busca e apreensão de produtos do crime, devolução de ativos e qualquer outro tipo de assistência acordada entre as partes. O mecanismo de intercâmbio entre as partes consiste na designação de autoridades centrais, no caso do Brasil o Ministério da Justiça, encarregados da tramitação das solicitações de cooperação formuladas com base no tratado. A utilização de autoridades centrais para a tramitação de pedidos de cooperação jurídica tornam os procedimentos mais expedidos e eficazes.

Aduz, ainda, a comunicação do Poder Executivo segundo a qual o acordo é compatível com as leis internas das Partes, o mesmo a ocorrer com outros acordos sobre assistência jurídica mútua que o países tenham adrede ratificado. A proteção da confidencialidade das solicitações e o sigilo das informações encontram-se igualmente salvaguardadas pelo instrumento. Estão previstas, ademais, a possibilidade de utilização de vídeo conferência para obtenção de declarações e a garantia de imunidade contra processo ou prisão de intimados. Em ter-se pormenorizado, o acordo visa a instituir mecanismo moderno de cooperação apto a agilizar o intercâmbio de informações e providências judiciais no âmbito da assistência jurídica mútua em matéria penal. O acordo hora apreciado de natureza bilateral visa aperfeiçoar o aparato jurídico penal entre os dois países signatários, provendo cooperação e internação administrativa e judiciária.

Por tratar-se de proposição referente a matéria que contempla as relações internacionais conforme estipula o art. 103, inciso 1º do Regimento Interno do Senado Federal o acordo sob exame deve, visa absoluta, submeter-se ao crivo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A cooperação entre Estados soberanos é, modernamente, forma indispensável para a persecução da criminalidade internacional, particularmente insidiosa em suas práticas transnacionais do que se tem denominado globalização do crime. A inteligência policial e a cooperação internacional na repressão e na prevenção de crimes internacionais não podem prescindir da interação dos países, com a previsão de formas como as que ora se consertam no bojo do presente acordo.

A lavagem de dinheiro e o tráfico de armas devem ser, nesse sentido, alvos de grande interesse, haja vista o fator de irradiação e de fomento que estão aptos a gerar na criminalidade internacional organizada.

Em face do exposto, senhor Presidente, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 2007. Esse é o relato, senhor Presidente, e o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão o parecer.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Posso fazer uma manifestação de ordem pessoal, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra V.Exa..

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu pediria até o Senador César Borges que me perdoasse e permitisse que eu fizesse uma referência de ordem pessoal. Eu tenho quatro filhos. Todos eles, graças a Deus, só me trazem orgulho. O mais velho é Delegado de Polícia, fez por vocação, provavelmente por viver comigo quando jovem sempre acompanhando o meu trabalho na polícia de São Paulo, depois na Polícia Federal, ele tem um belo currículo na ação, na atividade policial, fazendo toda a sua carreira com destaque, sendo promovido por merecimento, chegando ao cume da carreira e em razão disto, com uma visão forte junto a população, foi eleito Deputado Estadual. E um bom trabalho fez, fez oposição ao Governo e teve um grande destaque.

O Ministro... o Ministro, ex-Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, conhecia do trabalho que ele desenvolvia na Secretaria de Segurança de São Paulo, pelo seu currículo, por sua atividade em combate ao crime organizado e máfias que existiam lá sempre coordenando e comandando as operações importantes que a polícia de São Paulo tinha. E disse a ele, você vai qualquer dia trabalhar comigo no Ministério.

O dia que o senhor achar que eu seja conveniente, ele perdeu a eleição, ficou na expectativa de que o então Governador Serra lhe desse um cargo compatível com a sua classificação na carreira, mas infelizmente não houve, apesar de que nós fomos parceiros nas eleições. Então, ele foi designado para trabalhar com outro delegado subordinado que é meu amigo, um homem de bem e tudo e ele não se importou, continuou trabalhando. O Ministro Tarso Genro, houve por bem em conversa, provavelmente anterior, com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, sobre o currículo do Romeu Júnior, que ele já tinha pensado em levar, ou para a Secretaria Nacional de Segurança, ou por uma Secretaria voltada.

Quando o Senador César Borges fala agora no grande interesse da lavagem de dinheiro, tráfico de armas, tráfico de pessoas, ele foi escolhido para ser o Secretário Nacional de Justiça que tem como missão precípua essas missões, lavagem de dinheiro, recuperação de ativos, remessa ilegal, tráfico de seres humanos, tráfico de arma, quer dizer, dentro do currículo que ele estabeleceu. Então, não houve nenhuma troca minha com ninguém porque nunca o Presidente Lula, com quem eu tenho um respeito mútuo por razões óbvias, de um passado não muito longínquo, e nem o Ministro me pediu nada para aprovar ou qualquer voto para que exercesse essa nomeação. Acho até difícil para ele sair de São Paulo, mas eu estou orgulhoso dele ter sido escolhido pelas qualidades que ele tem, Senador, e pela missão que ele vai receber dentro do que ele sempre exerceu. Não tem nada fora disso. Não tem troca. Não tem perspectiva de que eu vou sair do partido, ou deixar de ser porque ele está sendo nomeado Secretário. É por ele mesmo. E isso eu tenho orgulho, não precisei pedir a ninguém que o fizesse.

Eu tenho aqui o Senador Marco Maciel, minha testemunha, falei com ele da minha expectativa dele ter uma nomeação em São Paulo que era, cada família e tudo isso, eu não fiz queixa ao partido. Mas demonstrei a minha angústia de não ter reconhecido as qualidades que ele tinha. Então, eu queria deixar claro isso, peço perdão a V.Exa., sei que é meu amigo e sei que o Senador César Borges também é meu amigo, compreenderão sem dúvida nenhuma, o Senador Suplicy é testemunha do trabalho que o Romeu Júnior desenvolveu em São Paulo. Então, eu tenho orgulho e acho que foi uma nomeação porque o Ministro Tarso Genro analisou o currículo e não teve dúvida em nomeá-lo e tenho certeza que ele corresponderá a expectativa da população, não só de São Paulo, mas também do Brasil por que ele trabalha, sabe trabalhar, tem condições Jurídicas e praticamente foi a vida dele de 20 anos no combate a criminalidade organizada. Inclusive, trabalhou na Interpol e foi comissionado na Polícia Federal também durante o período que lá eu estive.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Esta Comissão acolhe o registro feito por V.Exa.. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Sr. Presidente, eu gostaria aqui de dizer ao Senador Romeu Tuma que ele fez uma explicação porque ele achou necessária, era do seu foro íntimo fazê-lo. Entretanto, eu acho desnecessária essa explicação, pelo menos, para mim é totalmente desnecessária porque eu conheço o Senador Romeu Tuma, tenho por ele apreço, amizade pessoal e, acima de tudo, respeito pela sua atuação de homem público, tanto a nível da sua profissão abraçada com competência, com fervor, com determinação, como Senador que eu conheci aqui e como companheiro de partido. Então, para mim é totalmente desnecessária, acredito que ele tem é que ter orgulho que o seu filho está capacitado para contribuir com a República brasileira e acho que não há empecilho algum em qualquer pessoa que tem qualidades profissionais técnicas, estar assumindo, seja o Governo de um partido ou de outro, aí a questão é mais de competência, é mais de escolha e isso eu não tenho dúvida que não falta essa competência ao recém designado Romeu Júnior para essa importante tarefa junto ao Governo da República brasileira que, independe quem é o Presidente, ou quem é o Ministro, o importante é a instituição, o Governo Brasileiro e o serviço que pode prestar. Portanto, eu queria apenas fazer essa manifestação para me solidarizar inteiramente com o Senador Romeu Tuma por qualquer tipo de insinuação que eu tenho certeza que não tem a menor procedência.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Apenas para me somar a essas manifestações e acho que não seria nem necessário o senhor estar aqui falando, mas é bom que fale.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Qualidade...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É bom que fale. Exatamente, é bom que fale e eu conheço ele de todos os encontros por aqui nos corredores, nas conversas e tenho a maior admiração e fico admirando ainda mais o senhor por ter falado sobre isso, embora nem fosse necessário dar atenção a esse tipo de coisa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Também...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Suplicy, V.Exa. com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Registrar que é fato, conforme o Senador Romeu Tuma mencionou que ainda no ano passado eu tive a oportunidade de interagir com o seu filho, Deputado Romeu Tuma Júnior em que pude acompanhar a seriedade com que desenvolveu um trabalho ali, tanto na área policial, inclusive, como parlamentar e eu também quero aqui expressar os votos de como ele certamente vai se sair bem nesta nova missão junto ao Ministério da Justiça na Secretaria Nacional de justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Geraldo Mesquita, com a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, o assunto vem a baila, como disse o Senador César Borges, o Senador Tuma não precisava fazê-lo. Mas fez, tornando a coisa transparente, cristalina, quem conhece o Senador Tuma, quem conhece o Ministro Tarso Genro, jamais poderia supor alguma entabulação, algum acordo, diria até nesse caso, diria até espúrio, quem poderia supor o Senador Tuma envolvido numa entabulação dessa natureza? Senador Tuma, V.Exa. fique tranqüilo, nós que conhecemos V.Exa., seu filho, ex-Deputado Tuma, V.Exa., por mais que quisesse tutelar a ida dele para o Ministério, V.Exa. esbarraria no fato de que seu filho tem, digamos, estrela... tem luz própria no que ele faz, no que ele... na sua profissão, no seu currículo, está aí à vista de todos e desculpe a franqueza, mas V.Exa. terá que se conformar com o fato de que resta a V.Exa. apenas se orgulhar e declinar a vaidade que V.Exa. deve ter da competência e do prestígio do seu filho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Tuma eu quero me associar aos companheiros pelas manifestações aqui feitas e dizer que V.Exa., pelo menos no seio do nosso partido, não tem absolutamente que justificar como já bem disse o Senador César Borges. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 6. Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2007, que Aprova o texto do tratado de extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Romênia, celebrado em Brasília, em 12 de agosto de 2003. Autoria Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, relatoria Senador Antônio Carlos Valadares que, estando ausente, eu solicitaria ao Senador Eduardo Suplicy, com o seu conhecido poder de síntese, que exercesse a função de relator **Ad hoc**.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, submete ao Congresso Nacional o texto do tratado de extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, de 12 de agosto de 2003, o Ministro de Relações Exteriores destaca que se trata de importante instrumento de cooperação jurídica entre o Brasil e a Romênia que permite tornar mais eficaz o combate ao crime, em especial o crime organizado transnacional. Permitirá a agilização da cooperação jurídica entre os dois Estados signatários, no que se refere extradição e, ainda, realizada com base na reciprocidade. Se bem mantém a via Diplomata para a tramitação de pleitos dessa natureza o acordo permite que os pedidos de prisão preventiva para fins de extradição sejam encaminhados por intermédio da Interpol e posteriormente transmitidos pela via Diplomática. A Interpol confere rapidez em benefício do combate ao crime. Com base no exposto, considerando ser o acordo examinado oportuno e conveniente aos interesses nacionais, além de Constitucional e legal, versado em boa técnica Legislativa, concluo pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 224, de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2007. É o item 7. Aprova o texto da convenção internacional contra o doping nos esportes celebrados em Paris, em 19 de outubro de 2005. Autoria Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara. Relator é o Senador Eduardo Azeredo que, encontrando-se ausente, solicito ao Senador Wellington Salgado que exerça a função de relator *Ad hoc*. Com a palavra V.Exa..

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, o código mundial antidoping em vigor desde 1º de janeiro de 2004, foi o primeiro marco legal de abrangência internacional que visa a harmonia das políticas de combate ao doping nos esportes em todos os países. O documento foi promovido e ultimado pela Agência Mundial Antidoping, fundação de direito privado suíça que se utilizou de

amplo processo de consulta a seus apoiadores para aperfeiçoar os termos do futuro acordo internacional.

Como método de fomentar a mais ampla adesão possível ao código e conduzir a gradativa elevação dos padrões mundiais de combate ao doping, a Agência fez contar no Código alguns artigos não obrigatórios porque até então polêmicos como os que tratam das conseqüências, da constatação de alguma prática proibida por parte de um atleta ou equipe a qual pertença. Ademais, o Código Mundial Antidoping encontra com barreira a sua missão o fato de que muitos Governos não poderem legalmente subscrever documentos produzidos por uma Organização Governamental como é o caso da agência mundial antidoping. Por esse motivo se fez necessário avançar no âmbito dos organismos e Fóruns Internacionais e governamentais, instrumentos que ratifiquem e eventualmente complementem e avancem o entendimento cristalizado pelo código.

Em conseqüência, muitos Governos assinaram a declaração de Kopenhagen, sobre antidoping no esporte expondo a intenção de reconhecer o código e o trabalho da agência, e, finalmente por meio da Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura, UNESCO, concluíram texto de ato internacional que *inter alia,* impõe padrões de combate ao doping nos esportes, mecanismo de cooperação internacional necessário para tornar essas medidas consignadas e eficazes no que concerne a prática de esportes em nível internacional.

Portanto, no que tange ao mérito a convenção em tela não poderia ser mais oportuna e conveniente, afinal, conforme consta nos considerandos da própria convenção, é notória a influência que atletas de elite exercem sobre a juventude, bem como se reconhece no esporte desde a Grécia antiga, meio de Excelência para a promoção do entendimento entre os povos. Voto. Por tudo quanto explicitado, por julgá-lo como oportuno e conveniente, pela aprovação do Projeto Decreto Legislativo nº 229, de 2007. É esse o voto, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 8. Requerimento 59, de 2007, que Requer nos termos do art. 50, caput, parágrafo 1º e art. 58, parágrafo 2º da Constituição Federal combinado com art. 397, parágrafo primeiro do Regimento Interno do Senado Federal a convocação do Ministro do Desenvolvimento Agrário, senhor Guilherme Cassel e seja convidado o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, o Excelentíssimo senhor Rolf Hackbart para reunião de audiência pública, prestar esclarecimentos perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre assentamento de famílias em áreas da floresta Amazônica. O autor é o Senador Arthur Virgílio. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Para discutir, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois não, V.Exa. tem a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu tenho a convicção que o Ministro Guilherme Cassel, assim como o senhor Rolf Hackbart, Presidente do INCRA, terão a melhor disposição de aqui estar dialogando conosco sobre os assentamentos de famílias em áreas da floresta Amazônica, tendo em conta as preocupações mais do que justas do Senador Arthur Virgílio. Gostaria apenas, conforme tem sido tradição nos procedimentos desta Comissão, possamos transformar a convocação em convite ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, no que diz respeito ao Presidente do INCRA já está como convite. Mas apenas por uma questão da nossa tradição e da cortesia com a certeza de que o Ministro Guilherme Cassel de pronto atenderá num comum acordo em termos de data com V.Exa. para que nos fazer os esclarecimentos necessários.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não havendo nenhuma discordância por parte dos membros dessa Comissão, acatamos a sugestão do Senador Suplicy e colocamos em votação. Senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento. A Mesa comunicará as autoridades essa aprovação que acaba de ser feita nesta Comissão.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti pediu em primeiro lugar, em seguida ouvirei os demais companheiros.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma comunicação que é relevante para essa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de uma matéria publicada ontem em vários jornais, em sites que dão conta de um sobrevôo ilegal na Amazônia, mais precisamente no Estado de Roraima de aviões das Forças Armadas da Venezuela. Eu quero, inclusive, ler aqui a matéria que é curta, publicada no Jornal Folha de Boa Vista que fala o seguinte. "A agência Amazônia publicou que helicópteros e outras aeronaves do Exército da Venezuela fizeram um sobrevôo ilegal dentro do Espaço Aéreo

Brasileiro e chegaram, inclusive, a pousar numa aldeia indígena em Roraima, no dia 8 de agosto passado. A denúncia foi feita por lideranças dos índios Ianomâmis em carta endereçada as autoridades brasileiras.

Os líderes manifestaram sua preocupação porque acreditam que os Militares do país vizinho estão apoiando o garimpo dentro da área indígena. A violação do espaço aéreo, seguido de pouso de helicóptero das Forças Armadas da Venezuela, aconteceu na aldeia de Xitei e foi presenciada por representantes do Ministério Público Federal e pela diocese de Roraima que estavam em visita aos índios. Embora o chefe do Comando Militar da Amazônia, General Raimundo Nonato de Cerqueira tenha alertado para o vazio de poder na região, afirmando que a ausência no Estado Brasileiro na faixa de fronteira Norte facilite a expansão do narcotráfico, os líderes Ianomâmis informam que os Militares brasileiros dos destacamentos da serra do Surucucu, da região do rio Araris, mesmo avisados da invasão do Espaço Aéreo, não tomaram nenhuma providência e isso não é bom afirmam os índios. Não é a primeira vez que representantes do Exército venezuelano invadem a área indígena.

Em 2003, soldados daquele país chegaram a pernoitar na aldeia Poimoipé, no alto Mucajaí, quando intimidaram um funcionário da organização de saúde indígena e na mesma época outro grupo de Venezuelanos ocupou uma pista de pouso de um garimpo clandestino no rio Catrimanho, dentro do território brasileiro quando torturou e saqueou o acampamento". Então, Sr. Presidente, é uma notícia gravíssima e que eu quero apresentar em função disso três requerimentos. Um, que essa Comissão peça informações ao Ministério da Defesa sobre o fato. O outro também ao Ministério das Relações Exteriores, para que se ele tomou conhecimento, que providências tomou? E por fim um terceiro, convidando o Comandante Militar da Amazônia para vir a essa Comissão esclarecer esses fatos, se realmente procedem, e se são verdadeiros, que providências foram tomadas? Eu gostaria de encaminhar a Mesa e pedir, dada a relevância, que pudessem ser apreciados esses três requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sobre o assunto e sobre a matéria? Em votação os três requerimentos. Senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Essa Presidência, diante do fato, Senador Suplicy, propõe, Senador Mozarildo, que formemos uma Comissão de três Senadores para hoje uma audiência em caráter emergencial com o Ministro da Defesa para tratar dessa questão, pedir esclarecimentos. Eu sugeriria que o Senador Cristovam Buarque, o Senador Suplicy e o Senador Mozarildo Cavalcanti fizessem parte dessa Comissão. Poderia até eventualmente acompanhá-los, mas pediria ao Senador Suplicy pelo acesso que tem, por ser da base do Governo, que providenciasse imediatamente, em caráter emergencial, essa audiência com o Ministro da Defesa, a fim de relatar as preocupações aqui demonstradas pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ministro Nelson Jobim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Nelson Jobim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – No dia que ele puder, se possível hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Hoje. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em caráter de emergência.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Senador Mozarildo...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O Senador Mozarildo, coordenaria a conversa, mas eu apelo até a agenda que seja a cargo do Senador Suplicy pelo acesso e pela facilidade que ele tem por ser da base do Governo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu acho que eu... eu acredito que o Senador Mozarildo Cavalcanti tem toda a condição. Mas nós vamos fazer aqui a ligação conjunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pronto...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Os três aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Democraticamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se for possível.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Presidente, eu queria apenas requerer, solicitar que V.Exa. incluísse extra-pauta um requerimento ....

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É o próximo, Senador.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Está na pauta para ser... está em pauta. Extra pauta. Item 4. Requerimento nº 61, requeiro nos termos, do artigo 93 do inciso 2º do Regimento Interno do Senado Federal seja convidado senhor Embaixador do Peru para em audiência pública explanar aos membros da comissão de relações exteriores e defesa nacional sobre o terremoto de grandes proporções que atingiu recentemente o país, sobre a extensão da ajuda internacional as vítimas, incluindo a participação

do governo brasileiro, bem como acerca das medidas cogitadas para a reconstrução das cidades e a volta a normalidade. Sala das sessões, 28 de agosto, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Para justificar, Senador. Rapidamente. Eu estive em visita ao Embaixador do Peru no nosso país, recentemente chegado, como um Senador do Acre, nós temos fronteira com o Peru, fui lá fazer uma visita de solidariedade ao Embaixador e levar a preocupação também dos membros que compõem a representação brasileira do Parlamento do Mercosul e na conversa surgiu a possibilidade de o Embaixador comparecer a essa Casa para nos trazer informações acerca daquele grave episódio natural que acometeu e vitimou centenas de peruanos e o Embaixador se mostrou interessado em assim vir a Casa e conosco conversar. Queria, inclusive, sugerir, Senador, que a participação do Embaixador que pudesse se fazer, inclusive, no início de qualquer das nossas reuniões, em caráter preliminar, sem prejuízo da apreciação da pauta normal.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A Mesa solicita a V.Exa. que mantenha contato com o Embaixador no sentido de acertar a data da vinda, da sua vinda a essa Casa e entre em contato posteriormente com a Secretaria da Mesa. Item 5. Extra pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2007, que Dispõe sobre a mobilização nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização, SINAMOB, autoria Presidência da República, relator Senador Romeu Tuma que tem parecer favorável e a quem eu passo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Sr. Presidente, é um Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2007, dispõe sobre a mobilização nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização, SINAMOB. Ela está na Câmara desde outubro de 2003, todas as Comissões importantes da Câmara apreciaram e aprovaram o projeto. E como a minha designação foi feita para esta Comissão de Defesa eu acho importante, acho que o Senador Crivella também seria um bom relator nessa área em razão de conhecer como eu e outros aqui vestimos o uniforme do Exército brasileiro, e aqui tem um detalhe e eu pediria se o Senador César Borges está aí como testemunha do problema da mobilização, da regulamentação e da possibilidade de mobilização de um plano de mobilização das Forças Armadas. Quando houve a greve na Bahia, não sei se V.Exa. lembra, houve algumas mortes durante a greve da Polícia Militar e o Exército foi compelido a ter que agir, o comandante, o General, então, me disse que levou cinco dias para tentar mobilizar uma força para dar a segurança interna na Bahia, por solicitação do Governador, não sei se era V.Exa..

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Eu posso...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Por favor, assim me ajuda um pouco.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Na verdade, Senador Romeu Tuma, a greve da polícia da Bahia, nós não temos a lamentar mortes, foi a greve, era efetivamente o Governador, foi um momento grave para o Estado quando uma instituição como a Polícia Militar que tem como função principal preservar a ordem, ela se coloca em estado de greve é um Estado de insubordinação que coloca em perigo as instituições. É realmente uma situação muito difícil para qualquer governante ter uma situação dessa. E como no momento só resta ao Governo solicitar que as Forças Armadas pudessem intervir para prevenir danos maiores à sociedade. Nós fizemos lamentavelmente a época, o próprio Presidente da República, o Presidente Fernando Henrique teve a máxima boa vontade de colocar o Exército à disposição do Governo para manter a ordem pública, mas o Exército se sentia naquele momento ....

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Com dificuldade.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Em dificuldades, por conta da própria Legislação. E aí houve a necessidade de negociação e a intervenção do Presidente para que as Forças Armadas se mobilizassem, o que demorou um tempo, como diz V.Exa., que foi prejudicial. Se houvesse um pronto atendimento e não faltou solicitação por minha parte a época, as Forças Armadas poderiam ter atuado e impedido algum tipo de constrangimento que terminou acontecendo para a sociedade baiana. Mas posteriormente foi negociado e foi votado aqui no Senado Federal uma modificação na Legislação de acordo, inclusive, com as Forças Armadas, possibilitando a intervenção das Forças Armadas quando solicitadas em determinados momentos e eu fui informado, inclusive, que há uma força hoje na cidade de Rezende do Rio de Janeiro, treinada com essa finalidade, para uma pronta intervenção, o que falta, muitas vezes, aqui eu estou com informação que a Lei Complementar 117, de 2004.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Isso mesmo.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Foi votada, que permite as Forças Armadas intervenção e, inclusive, havia uma proposta, um Projeto de Lei do Senador Tasso Jereissati propondo uma força de Segurança Nacional, o Exército solicitou que não hou-

vesse dispersão de recursos, que fosse concentrado no próprio Exército que estava se mobilizando.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Isso mesmo.

SENADOR CÉSAR BORGES (DEM-BA) – Através desse Batalhão na cidade de Rezende para estar a disposição dos Governos constituídos democraticamente que não podem ficar subordinados a esse tipo de movimento que não tem como ser aceito, uma Polícia Militar insubordinada contra o poder instituído. É uma força Militar, a Polícia Militar. É o que eu poderia informar a V.Exa., mas o Exército eu acho que está hoje pronto a fazer esse tipo de intervenção e tem acontecido, se diga até que neste Governo tem acontecido de forma eficiente e eficaz.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Senador, quero agradecer profundamente as explicações de V.Exa. e é claro que são dois pontos importantes, a intervenção das Forças Armadas como polícia tem que ter uma regra que foi pela 117, eu acredito que até então, eu sempre fui contrário a ação do Exército em ação de polícia quando não houvesse uma necessidade como a descrita pelo Senador César Borges. Então, teve que mudar a Legislação porque quem julga o entrevero entre um bando de criminosos e um membro do Exército brasileiro? Tem várias razões que a lei permitiu a intervenção do Exército quando necessária. Esta aqui ela diz respeito à capacidade do Exército de se mobilizar e meios para poder transportar essa tropa com a maior rapidez possível. Então, o que eu peço essa aprovação dessa lei de mobilização é para dar respaldo à descrição que foi com conhecimento de causa feito pelo Senador César Borges. Portanto, eu pediria encarecidamente aos colegas que aprovasse o Sistema Nacional de Mobilização que tem uma importância vital para a segurança interna e todas as necessidades que forem premissa a intervenção das Forças Armadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão ,com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Para discutir também, Senhor Presidente.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Presidente, eu tive a felicidade de relatar esse projeto na Comissão de Constituição e Justiça. E uma coisa que chama atenção é que esse projeto deu entrada na Câmara em 2003, 2003, e o Brasil, portanto, antes já estava, digamos assim, sem nenhum mecanismo de mobilização nacional frente a qualquer evento mais grave como questão de terrorismo, enfim, ao combate ao narcotráfico, etc. Então, eu acho que esse momento que nós estamos vivendo aqui no Senado é uma resposta positiva que damos, principalmente às pessoas que sentem essa questão da insegurança na pele e mais ao país como um todo como uma questão de Segurança Nacional. Então, eu acho que a votação desse projeto vem não só numa hora mais do que oportuna, embora até que um pouco tardiamente. Mas é meritório sobre todos os aspectos e extremamente necessário para o país.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu fui o oficial mobilizador há quase 30 anos atrás. O que fazia um oficial mobilizador? Cada quartel brasileiro tem um tamanho para o seu tempo de paz e um tamanho para o seu tempo de guerra. Essa senhor Presidente, é uma grande controvérsia.

Os exércitos todos são muito grandes para tempo de paz e muito pequenos para tempo de guerra. Então, sempre que os contingentes de soldados, de oficiais, de cabos e praças passam por um quartel e vão para a reserva e declaram residir naquela região. Durante 5 anos, senhor Presidente, eles ficam arregimentados naquela oportunidade para que se houver o caso de necessidade então aquele quartel se torne cinco vezes maior com a reserva que está, eu diria, catalogada, está arquivada, está documentada no quartel. Então, o oficial mobilizador ele tem o quartel de hoje e tem o quartel da paz e o quartel da guerra. Todos os anos têm o Dia Nacional da mobilização, tinha na minha época e eles comparecem ao quartel para atualização dos seus endereços. Mas não é apenas em termos de pessoal.

Há, também, a mobilização industrial, cada empresa do nosso país por que hoje, por exemplo, está produzindo um batom que emoldura, por exemplo, os lábios da nossa linda Senadora, amanhã pode fabricar um cartucho de uma pistola nove milímetros, uma fábrica de tubos, por exemplo, Bárbara em Barra Mansa era uma empresa de tubos de canhão, ou de morteiro, quem faz móveis, faz coronhas de fuzil. É a mobilização industrial que o Exército cumpre com primor, faz existir esses planos em cada um dos seus comandos, em cada uma de suas regiões, isso os Militares são extraordinários, organizados, tem a sua engenharia Militar, tem seu corpo, etc.

O que nós na lei 117 que teve um trabalho extraordinário do Senador César Borges e do saudoso Senador Antônio Carlos Magalhães fez, foi dar uma dimensão do Exército diante dos problemas nacionais. Greves de Polícia Militar, narcotráfico das nossas fronteiras e isso foi a Lei Complementar 117, deu ao

Exército possibilidade de fazer treinamentos de controle de trânsito com poder de polícia e ter atribuições de poder de polícia nas fronteiras brasileiras, já que a nossa Polícia Federal é uma polícia, eu diria, bem treinada, mas são 12 mil homens. 12 mil homens. Não dá para guardar nossas mais de 8 mil quilômetros de fronteiras terrestres, sobretudo com o Peru, Colômbia, Bolívia onde se produz a maior parte da cocaína do mundo. Deu à Marinha também poder de Polícia Federal no nosso litoral e à Aeronáutica no nosso espaço aéreo.

O que faltam hoje são recursos, Senhor Presidente, recursos para a gente ter uma guarda costeira, não faz sentido nenhum o Brasil explorando sua maior riqueza na plataforma continental onde estão a exploração do petróleo, nós não temos guarda costeira. Eu, por exemplo, hoje nós recebemos a visita do Presidente de Moçambique, Armando Guebuza, que está no Brasil, ele se recente muito disso, Moçambique não tem guarda costeira, então os grandes navios russos fazem pesca, e ao mesmo tempo que fazem pesca da sardinha enlatam e vendem, há uma descarga enorme de material contrabandeado na costa africana porque não há guarda costeira e eu lamento muito que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, tendo dispositivo legal ainda não tem os recursos necessários para ter suas guardas costeiras, tanto Exército, como Marinha, como Aeronáutica no Espaço Aéreo, mas senhor Presidente eu gostaria de dizer ....

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Senador, permite um apartezinho só?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com o maior prazer.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu só queria dizer que V.Exa. tem razão sobre o problema de guarda costeira. Mas na administração do Senador... do Paulo Lacerda que hoje está aí indo para a ABIN, foi criado em cada superintendência um grupo especial de vigilância marítima e todas elas têm lanchas blindadas de combate ao crime organizado na região. O que acho que V.Exa. quer é a defesa da Amazônia azul que é para poder explorar os interesses e os royalties que não estão pagando nem para a Marinha, nem para o Exército, para nenhuma das Forças Armadas e sim, as prefeituras têm direito, devem receber e as Forças Armadas estão para fazer esse sistema de defesa, não estão sendo, recebendo a colaboração do royalties da exploração dessas áreas marítimas. Desculpe....

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Não, o aparte de V.Exa. é muito oportuno. Agora, pela quantidade de cocaína que nós temos nas grandes capitais brasileiras a gente vê que esse esforço da Polícia Federal ainda não é o suficiente. Sr. Presidente, eu gostaria de concluir isto dizendo que esse projeto tão bem relatado pelo Senador Romeu Tuma dá agora a dimensão da mobilização da força diante de problemas internos. E gostaria de dizer que aprovei no Senado Federal com relatório do nobre Senador Jefferson Péres uma lei que agora está na Câmara dos Deputados, faço até um apelo aqui aos Deputados para aprovarem rapidamente que dá poder, dá condições dos Governadores poderem requisitar em casos de calamidade pública a reserva da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros nos seus Estados. Os últimos 5 anos, todos os Policiais Militares que foram, que se aposentaram, ou os últimos 5 anos, os últimos 5 anos do Corpo de Bombeiros poderiam, num caso de greve, num caso de conturbação, serem convocados, assumirem os papéis na área burocrática das forças para liberar Policiais Civis e Militares para o combate daquela contingência. Mas é isso, senhor Presidente, são essas as considerações que eu gostaria de fazer, que dizer, colocando aqui a preocupação que nossa Comissão e o Senado Federal tem com a Segurança Pública e também com a segurança, diria, das fronteiras brasileiras. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Na extra pauta, vamos ao item 6. Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2007, que Aprova o texto das emendas a convenção sobre prevenção da poluição Marinha causada pelo alijamento no mar de resíduos e outras matérias. Autoria Comissão de Relações Exteriores da Câmara, o relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti. A quem passo a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente, vou me ater à parte principal do relatório e ao voto. As emendas ora sobre exame são as seguintes: Emenda de 12 de outubro de 78, aprovada pela resolução LDC, resolução 5, inciso 3º que estabelece procedimento para incineração de rejeitos do mar. Dois. Emenda de 24 de setembro de 80, aprovada pela resolução LDC, resolução 12 que acrescenta respectivamente no anexo um, substância cujo alijamento é proibido, o oléo cru e seus rejeitos, e no anexo dois, substâncias cujo alijamento pode ser feito com restrições, substância que quando despejadas em grande quantidade podem tornar-se perigosas. Emenda de 3 de novembro de 1989 aprovada pela resolução LDC 37 que acrescenta no anexo terceiro, critérios para avaliação de substâncias passíveis de serem alijadas, um novo parágrafo determinando a necessidade de realização de estudos técnicos para avaliação de seu impacto sobre o meio ambiente. Emenda de 12 de novembro de 93, resolução LDC 49, que proíbe o

alijamento de rejeitos industriais. Resolução LDC 50, que proíbe a incineração de rejeitos do mar. Resolução LDC 51, que proíbe o alijamento de rejeito radioativo ou outras matérias radioativas. Por todo o exposto, senhor Presidente, voto favoravelmente à aprovação do projeto decreto legislativo nº. 222, de 2007, que aprova o texto das emendas a convenção sobre prevenção da poluição Marinha por alijamento de resíduos e outras matérias. É o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Não há quem queira discutir. Em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vamos ao item extra pauta nº. 7. Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2007, que Aprova o texto do tratado de extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, celebrado em Brasília, em 20 de agosto de 2004. Autoria, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, autoria com parecer favorável da Senadora Serys Slhessarenko a quem passo a palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – É para mim que ele passou a palavra? Eu não consegui ouvir. Foi, né?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Exatamente.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, sobre o projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2007. PDC nº 1938, de 2005, na Câmara, que aprova o texto do tratado de extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, celebrado em Brasília em 20 de agosto de 2004.

Como todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras têm o relatório eu vou passar direto para a análise e o voto. Análise. A proposição em exame representa importante instrumento no campo da cooperação judicial internacional e muito contribui para o combate ágil e eficiente ao crime organizado transnacional.

Segundo informa a exposição de motivos encaminhada ao Presidente da República pelo Ministro das Relações Exteriores, o Ministério da Justiça participou das negociações do tratado em apreço e aprovou o seu texto final. O diploma internacional sobre análise, incorpora dois importantes princípios que regem o instituto da extradição, isto é, o princípio da especialidade, mediante o qual o indivíduo só pode ser julgado pelo delito que fundamenta o pedido de extradição e o princípio da identidade que autoriza a extradição desde que o ato que lhe tenha dado origem, for tipificado como crime segundo a Legislação das partes requerente e requerida.

O instrumento em pauta também proíbe a extradição de pessoas acusadas de praticar crimes políticos e a extradição cujo objetivo possa ser o de processar e julgar a pessoa reclamada por motivo de raça, religião, sexo ou opinião política, o que se coaduna com os modernos instrumentos internacionais de proteção aos Direitos Humanos em vigor. Voto. Por todo o exposto voto favoravelmente a aprovação do projeto de Decreto Legislativo nº. 216, de 2007, que aprova o texto do tratado de extradição celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala. É este o nosso voto, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo. Em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Extra Pauta, Item 8. Requerimento nº 68, de 2007 – CRE, que Requer nos termos do art. 93, inciso 2º do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Sr. Satya Nadan, Secretário-Geral da Autoridade Internacional de Fundo Marinho para, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, apresentar e discutir as atividades da autoridade e sua relação com os interesses econômicos e defesa do mar brasileiro. Esse requerimento é de minha autoria e eu justifico, Senador Mozarildo, por se tratar de um organismo internacional com sede na Jamaica e que está tendo hoje a responsabilidade de definir o uso do fundo marítimo. É o Senador Marco Maciel que, infelizmente nesse instante não se encontra, fez um pronunciamento a semana passada, acho que nós devemos voltar um pouco as vistas para essa questão, a questão de muita importância para o futuro da humanidade e o Sr. Satya que é da ilha de Fiji vem ao Brasil em abril do próximo ano e a intenção, Senador Suplicy, é aproveitar a sua vinda ao Brasil para que ele venha a Comissão de Relações Exteriores falar sobre a matéria. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Tem V.Exa. a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Permite apoiar o relatório porque nós não podemos esquecer que em Lisboa foi realizada a grande reunião internacional sobre os benefícios do mar aonde cada país foi obrigado a emitir um prazo máximo para expor seus projetos de exploração da plataforma marítima. E talvez se V.Exa. concordasse, é porque virá só no ano que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Só em abril.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Nesse interregno chamar alguém que seja responsável por esta área, ou o Itamaraty, ou num outro Ministério porque é um assunto importantíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V.Exa. tem razão.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Para a economia brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V.Exa. tem razão e tomaremos providências nesse sentido. Em abril vai haver um encontro internacional no Rio de Janeiro sobre essa questão. Vamos, portanto, ao próximo item. Aprova o texto do projeto da convenção internacional relativa a intervenção em Alto mar em caso... . O requerimento, a assessoria me informa que não foi aprovado o requerimento proposto, item anterior por uma falha dessa Presidência. Então coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Aprovado foi, não foi colocado em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Agora foi. Pois é. Agora foi, cumprimos a formalidade. Extra Pauta, Item 9. Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 2007, que Aprova o texto de convenção internacional relativa a intervenção em alto-mar em caso de acidentes com poluição por óleo de 1969, e seu protocolo de 1973. Autoria da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, o relator é o Senador Flexa Ribeiro. Estando ausente, solicitaria ao Senador Geraldo Mesquita que relatasse.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores. Em atenção ao disposto no inciso 1 do art. 49 da Constituição que estabelece atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, o Poder Executivo enviou as Casas Legislativas a mensagem 718, solicitando apreciação do texto da convenção internacional relativa a intervenção em alto-mar em caso de acidentes com poluição por óleo. O Brasil, senhor Presidente, tem sido um dos principais países provedor do desenvolvimento da consolidação do direito do mar, o acordo sob exame é vocacionado a normatizar sensível questão de intervenção multilateral em caso de acidentes marítimos com poluentes no meio ambiente Marinho. Logo, liminarmente se tem inevitável juízo de conveniência e oportunidade para que o Brasil adira ao documento internacional em apreço. Em razão do exposto, senhor Presidente, consideramos conveniente e oportuno aos interesses nacionais a presente proposição e opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 228. Eu queria um esclarecimento de V.Exa., apenas uma formalidade. Aquele requerimento convidando o Embaixador do Peru não foi submetido também a...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Aquele foi submetido a votação e aprovado. E V.Exa. escolhido para acertar, inclusive, com ele a data.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Tá certo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Não havendo quem queira discuti-la. Em votação. As Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Extra pauta, Item 10. Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2007, que aprova o texto do acordo sobre serviços aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde, celebrado em Praia, em 29 de julho de 2004, autoria Comissão de Relações Exteriores da Câmara e o relator Senador Jarbas Vasconcelos. Estando ausente, solicitaria a Senadora Ciarlini para promover a relatoria *Ad hoc*.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, pela ordem. Antes da Senadora...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Tem V.Exa. a palavra pela ordem, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu só queria justificar a minha ausência por ocasião da leitura do parecer que me fora dado por V.Exa. em virtude de que eu estar na Comissão de Desenvolvimento Regional, também participando e lendo um parecer. E essa razão porque eu não estava presente no momento que V.Exa. colocou em votação. Agradeço a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Fica feito o registro Senador. Senadora Rosalba com a palavra V.Exa..

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Em atenção ao disposto no inciso primeiro do artigo 49 da Constituição Federal que estabelece atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar os atos internacionais, o Poder Executivo enviou as Casas Legislativas mensagem nº. 203, de 11 de abril de 2005, solicitando apreciação para o acordo entre serviços aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde, celebrada em Praia, no dia 29 de julho de 2004. Na Câmara dos Deputados a mensagem foi aprovada em plenário no dia 28 de julho de 2007, na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado pela sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após a apreciação das Comissões de Constituição e Justiça e Cidadania de finanças, de tributação e de viação e transporte.

No Senado Federal a proposição recebida em 4 de julho, sendo distribuída a essa Comissão no dia 11 de julho, e é o relator que subscreve dia 16 de agosto subseqüente. Análise. Cuida-se de um acordo interna-

cional bilateral sobre aviação, fulcrado principalmente em duas vertentes, estabelecimento, regime de quinta liberdade entre Brasil e Cabo Verde e o tratamento das questões financeiras incidente, entre as quais, as de compensação de dívidas tributárias incidentes nas operações e de conversão e remessa de receitas. Esse caráter do acordo está bem delineado da exposição de motivos que acompanha a mensagem presidencial preparada pelo Ministério das Relações Exteriores.

O objetivo da chancelaria brasileira tem sido em múltiplas frentes, ordenar os serviços de transportes aéreos, de forma a trazer benefícios, benéficos efeitos nos campos do comércio e turismo. A negociação do acordo visou a favorecer um maior intercâmbio entre Brasil e Cabo Verde, de forma a estreitar os laços bilaterais e promover um maior ordenamento nos serviços de transportes aéreos entre os dois países. A conclusão do acordo, segundo o Itamaraty, deverá contribuir para a intensificação dos fluxos comerciais com Cabo Verde, os quais, nos últimos anos, tem envolvido particularmente o Nordeste brasileiro. Entre os avanços que podem ser alcançados com a implementação do acordo, destaca-se a possibilidade de extensão de serviços aéreos a partir de Cabo Verde para outros países da África. O exercício de direitos de quinta liberdade, o que pode contribuir para o incremento da projeção econômica do Brasil no continente africano.

O acordo incorpora ainda modernas exposições de segurança da aviação em plena consonância com as disposições da organização da Aviação Civil internacional. Além disso, nas tratativas mantidas com os cabo-verdianos, foi possível lograr a inclusão de dispositivos de particular interesse para o país à luz da política aéreo comercial exterior, traçadas pelas autoridades aeronáuticas ao longo dos últimos anos. Especificamente destaco os seguintes pontos, nesse acordo que bem revela o caráter dessa política. Item A, art. 2. Prevê o exercício do direito de quinta liberdade, ou seja, do direito de embarcar e desembarcar nos territórios de terceiros países, conforme rotas a serem especificadas posteriormente pelas autoridades aeronáuticas. B, art. 3, institui o princípio da multi designação de empresas pelas partes normalmente difícil de ser negociado dado o receio existente quanto ao surgimento de quadro de desvantagem no tráfico multilateral. C. Art. 8. As partes incorporam a questão da segurança da Aviação Civil no acordo, conforme prescrição recorrente da organização da Aviação Civil a todos os seus Estados integrantes. Art. 9. Referente a direitos alfandegários que refletem sua totalidade, os mais recentes entendimentos argüidos com a Secretaria da Receita Federal, a respeito do tratamento da questão fiscal em acordos aéreos e por último art. 13 sobre conversão e remessas de receitas também em perfeita linha com recomendações do Banco Central para acordos do conselho.

A questão da remissão de débitos tributários por parte de Empresas Aéreas tem constituído tema recorrente dos encontros de alto nível para acordo de aviação e encontrou, por meio do presente acordo, encaminhamento condizente com o dinamismo das relações econômico comerciais bilaterais e com a necessidade de intensificação do intercâmbio turístico.

O acordo estabelece que, respeitado o princípio da reciprocidade, os pactuantes isentarão as Empresas Aéreas de direitos aduaneiros, emolumentos de expressão e outros direitos são impostos sobre aeronaves, combustíveis e outros itens da atividade Aeroviária, incluindo provisões de bordo. No instrumento são prescritas condições de conversão e remessa de lucro para o exterior pelas Empresas Aéreas com isenção de cargos administrativos e cambiais, exceto os normalmente cobrados pelos bancos para a sua execução. O acordo não implica em concessão de benefícios fiscais ou tratamento tributário privilegiado em relação às concessões normais demais empresa de transportes aéreos nacionais e internacionais, motivo que não conflita com as normas de finanças públicas em vigor.

Não obstante a previsão da múltipla designação de Empresas Aéreas, as partes não se olvidaram de assegurar igualdade e oportunidade de justiça para que as Empresas Aéreas designadas operem seus serviços em rotas especificadas com igualdades de condições.

O acordo que está vazado no artigo 22 em anexo sobre o Quadro de Rotas, se aperfeiçoa com cláusulas formais de praxe, que apresentam boa solução técnica, dentro dos cânones do direito internacional, prevê sua vigência no prazo determinado ressalvando o direito de renúncia, estabelece a arbitragem como o mecanismo para a solução de eventuais controversas. O voto. Pelo exposto e consoante a perfeita conveniência desse acordo firmado pelo Governo Brasileiro, opinamos pela aprovação do Projeto Decreto Legislativo nº 212, de 2007, nos termos da redação oriunda da Câmara dos Deputados. Esse é o voto, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo. Em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Outro item extra-pauta. Item 11. Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2007, que aprova o texto de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, sobre o exercício de atividades remunerados por parte de

dependentes de pessoal Diplomático, consular e técnico, celebrado em Praia, em 14 de janeiro de 2005, autoria a Comissão de Relações Exteriores da Câmara e o relator, com parecer favorável é o Senador Jarbas Vasconcelos que será substituído pelo Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Obrigado, Presidente. Passemos imediatamente à análise do Projeto de Decreto Legislativo. O ato internacional em tela visa a permitir que os dependentes do pessoal Diplomático, Consular, administrativo e técnico de uma das partes signatárias sejam autorizados a exercer atividade remunerada no Estado acreditado, em consonância com a Legislação do referido Estado e uma vez obtida a respectiva autorização nos termos do presente acordo.

Segundo o acordo são considerados dependentes: o cônjuge, filhos e filhas solteiros menores de 21 anos; filhos e filhas solteiros menores de 24 anos que estejam cursando estudos superiores em centros de Ensino Superior; e filhos e filhas solteiros dependentes economicamente de seus pais e com deficiências físicas ou mentais. O tratado estipula que a Embaixada do Estado acreditante deverá comprovar, perante a chancelaria do Estado acreditado, a situação de dependência do interessado em relação ao funcionário do qual é dependente. Estabelece também sob o regime de imunidades a vigorar para os dependentes, mesmo para aqueles que desfrutem de imunidades, de acordo com as convenções de Viena sob relações diplomáticas e sob relações consulares, especificando que não gozarão de imunidade Civil e nem administrativa no que diz respeito às atividades relacionadas com o seu emprego, sendo o que o Estado acreditado considerará a possibilidade de renúncia e imunidade penal a ser solicitada por escrito pelo Estado acreditante.

O acordo sujeita aos dependentes que exerçam atividade remunerada no Estado acreditado a legislação aplicável naquele Estado em matéria tributária de Previdência Social e estabelece que a autorização para o exercício da atividade remunerada terminará na data em que cesse a condição do dependente do beneficiário da autorização, ou do término da missão do indivíduo de que a pessoa em questão é dependente.

O ato internacional em apreciação permite acesso aos trabalhos familiares dos agentes Diplomáticos e consulares, bem como de outros agentes públicos que se encontrem em missão oficial em país estrangeiro que, de outra maneira, ver-se-iam obrigados a interromper sua carreira profissional. Afinal, segundo esclarece a exposição de motivos do senhor Ministro de Estado de Relações Exteriores, o Brasil tem acordos semelhantes assinados com diversos outros países. Tais acordos refletem a tendência atual de extensão aos dependentes dos agentes das missões oficiais a oportunidade de trabalhar no exterior permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional. Um acordo, portanto, muito importante para o Brasil e para os países que tenha relações com o nosso país.

O voto por todo o exposto, e visto que estão observadas a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo, de 2007. Esse é o parecer da autoria do Senador Jarbas Vasconcelos que como relator *Ad hoc*, acabo de fazer a sua leitura por designação do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Próximo item, Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2007 que Aprova o texto de acordo de cooperação no setor de turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica, celebrado em Brasília, em 19 de dezembro de 2002. A autoria é da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, o relator Senador Jarbas Vasconcelos estando ausente solicito ao Senador Cristovam Buarque para exercer a função de relator *Ad hoc*.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. O projeto relatado pelo Senador Jarbas Vasconcelos aprova o texto do acordo de cooperação do setor de turismo entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica, celebrado em Brasília, em 19 de 2002. Nos termos do disposto no art. 49, inciso 1, combinado com art. 84, o texto do acordo de cooperação, a referida passagem da notícia de que o acordo composto de único instrumento foi celebrado na cidade de Brasília. Os signatários registraram, por igual, no discurso preambular do tratado sob apreciação, a importância do turismo nas relações do Brasil com aquele país.

O acordo foi apresentado a Câmara dos Deputados em 28 de julho de 2007. Foi aprovado pelo plenário daquela Casa em 17 de maio de 2007 e em seqüência remetido à apreciação do Senado. Da análise, senhor Presidente. Cumpre ressaltar de início que não há reparos a serem feitos ao projeto que concede a constitucionalidade, jurisdicidade e regimentalidade. No mérito, o acordo proporciona importante marco jurídico com vista o incremento do fluxo turístico entre as duas Repúblicas. Assim, por exemplo, o documento prescreve que as partes apoiarão a cooperação técnica bilateral entre organismos e instituições.

O acordo institui, ainda, a Comissão Mista bilateral, a ser composta de representantes autorizados

de cada uma das Partes. Por essas razões, ao mesmo tempo que destaco, por fim, que o acordo com apreço tem prazo de validade de 5 anos, isso posto e tendo em consideração relevante interesse nacional pelo acordo a vista, tanto da posição dos súditos de ambas as partes, com pelo desenvolvimento econômico que tratado poderá proporcionar, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2007. Esse é o voto, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Srs. Senadores que queiram fazê-lo, exerçam o direito. Encerrada a discussão. Em votação. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Próximo item, Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 2007, que aprova o texto de acordo de cooperação mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para combater o tráfico de aeronaves envolvidas com atividades ilícitas transnacionais, assinada em Montevidéu, em 14 de setembro de 2004, autoria Comissão de Relações Exteriores da Câmara, o parecer do Senador Augusto Botelho, encontrando-se ausente, solicito ao Senador Mão Santa, para exercer a função de relator *Ad hoc*, a quem concedo a palavra.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – É uma honra substituir aquele bravo Senador do PT que votou pela liberdade independente. Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição, que estabelece atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, o Poder Executivo enviou as Casas Legislativas a mensagem nº 160, de 22 de março de 2005, solicitando a apreciação do texto do acordo de cooperação mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, para combater o tráfico de aeronaves envolvidas com atividades ilícitas transnacionais, assinada em Montevidéu em 14 de setembro de 2004.

Na Câmara dos Deputados a mensagem foi aprovada em 9 de novembro de 2007, na forma do Projeto de Decreto Legislativo aprovado pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. O acordo hora examinado faz-se acompanhar de exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores da qual cabe destacar o seguinte: O referido documento firmado pelo Ministério da Defesa dos países, insere nos esforços para incrementar a cooperação entre as respectivas Forças Armadas e coibir tráfego de aeronaves supostamente envolvidas com atividades ilícitas transnacionais.

Para esse fim prevê uma série de atividades conjuntas, entre as quais, intercâmbio de informações, controle de tráfico de aeronaves, treinamento, fornecimento, equipamentos e Recursos Humanos, assistência técnica e exercícios combinados deverá servir de amparo institucional para diversas atividades da fronteira onde detecta, segundo dados disponíveis, cerca de 150 vôos clandestinos por mês.

O acordo deverá constituir documento importante para o combate as atividades ilegais, sobretudo o contrabando e narcotráfico contribuindo ademais para o estabelecimento de novo patamar no relacionamento com o Uruguai. Sua relevância toma-se ainda maior, em visto do recente regulamentação, no Brasil, da lei do abate.

Atualmente, não há mecanismos atuais que permitam o patrulhamento conjunto de aeronaves clandestinas que cruzam o espaço aéreo de um país para o outro. Esclareço, a propósito, que acordos semelhantes foram firmados com o Paraguai, Colômbia, Peru e Argentina, sendo desejável que venham a ser negociados com os demais países limítrofes, de modo a estender a toda a fronteira brasileira normas uniformes de cooperação. Da análise. A cooperação entre Estados soberanos e modernamente de forma indispensável para o desenvolvimento harmonioso dos povos e para a segurança coletiva internacional.

O acordo sob exame, de natureza bilateral, proporciona aos signatários a possibilidade de prover aproximação e a interlocução entre seus aparatos policiais no sentido de combater a incidiosa utilização de aeronaves para fins criminais. As imensas fronteiras que os países possuem, bem como fácil acesso a Aeroportos clandestinos em regiões rurais próximas as zonas de fronteira, proporcionam facilidade ao comércio ilegal e fundamentalmente ao tráfico de drogas e de armas e munições.

Vale salientar que a cooperação internacional contra o crime organizado corresponde modernamente a insuperável atributo a disposição dos Estados sem o qual pouco se pode esperar contra a internacionalização do crime. Aduz, ainda, a comunicação do Poder Executivo que o acordo é compatível com as leis internas do Brasil em nada colidindo com o nosso Ordenamento Jurídico pela sua aprovação se configura legal e conforme o ordenamento brasileiro. No que concerne as demais questões técnicas da proposta internacional a exposição de motivos mencionada é bastante suficiente para demonstrar as razões condizentes à aprovação do acordo, haja vista o oportunismo da proposta trazido pelo acordo em apreço em prol do aperfeiçoamento da segurança regional e como forma de promover a melhoria de condições de vida de

populações indefesas em face do crime organizado, a matéria é oportuna aos interesses nacionais. Voto. Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais, opinamos pela aprovação do acordo de cooperação mútua entre Governo da República do Brasil e Governo da República do Uruguai para combater o tráfico de aeronaves envolvidas com atividades ilícitas, transnacionais, assinada em Montevidéu, 14 de setembro de 20047. Assinado Senador Augusto Botelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Extra pauta, Mensagem (SF) 267, de 2005, que solicita nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal, autorização para aceitação de dação de imóveis do Governo da Bolívia como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele país. Relator, Senador Marcelo Crivella, a quem passo a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, serei bem breve. O Governo da Bolívia propôs ao Governo Brasileiro ceder um imóvel que eles têm na Bolívia, em La Paz, como parte da dívida que eles têm com o Brasil. Este imóvel dará uma economia de 230 mil dólares por ano a chancelaria brasileira que poderá ocupá-lo como uma das suas sedes, estão pretendendo colocar lá os institutos brasileiros, uma difusão de institutos brasileiros, parece, lá na Bolívia. De tal maneira, Sr. Presidente, que o relatório é favorável, o voto é favorável e peço aos companheiros que o aprovem. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Eu quero, senhor Presidente, fazer uma justificativa, uma posição, inclusive, que eu tomei na Comissão de Constituição e Justiça quando esse projeto foi apreciado, eu votei contra. Eu votei contra porque acho que a Bolívia tem tratado muito mal o Brasil. Tem, inclusive, sido, digamos, de maneira não só deselegante e descortês, mas também prejudicado do ponto de vista econômico o país. Mas depois de receber esses esclarecimentos do Ministério das Relações Exteriores e se tratando de um dinheiro que, talvez, nem viéssemos a receber, recebendo, portanto, o imóvel e representar uma economia para o Ministério de Relações Exteriores, eu voto favoravelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O fato de que eu ter colocado, Senador Mozarildo, foi exatamente este. Um compromisso, um acordo já feito e é vantajoso para a nação brasileira. Em votação. Os Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Próximo item. Projeto de Resolução do Senado nº 43, de 2004, que Cria o Grupo Parlamentar amizade Brasil-Estados Unidos da América do Norte. Relator, Senador Cristovam Buarque a quem passo a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores. Esse é um projeto que surpreende por ter demorado tanto a chegar aqui. Nós temos tantos grupos de parlamentares de amizade e até hoje não tínhamos o Brasil e Estados Unidos da América que eu acho fundamental.

Por essa razão a análise que é feita coloca com clareza a necessidade e os aspectos positivos de termos esse bloco parlamentar e, em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 43, de 2004, que cria o Grupo Parlamentar amizade Brasil e Estados Unidos da América do Norte, lamentando que tenha demorado tanto a ser aprovado, como eu espero que seja nessa discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Requerimento (SF) nº. 624, de 2007, que requer nos termos regimentais seja aprovado voto de congratulações e solidariedade a ser encaminhada ao senhor Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, pela indicação do senhor Augusto Vasconcelos Leite Ribeiro como representante único do Governo Brasileiro para ocupar o cargo de Diretor de assuntos tarifários e comerciais da organização mundial de alfândegas, OMA. Relator, Senador Wellington Salgado a quem concedo a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o auditor da Receita Federal Álvaro Augusto de Vasconcelos Leite Ribeiro é o único candidato brasileiro e, se eleito, será o primeiro brasileiro a ocupar um posto eletivo na OMA, podendo então exercer influência positiva em eventuais participações do nosso país nos acordos e litígios comerciais tendo em vista que o diretor de assuntos tarifários e comerciais tem assento na área de sua competência em importantes Fóruns Internacionais com especial destaque para o grupo do G-8. A iniciativa é meritória, tendo em vista a importância da indicação do candidato brasileiro a organização, cuja função desempenha papel vital na eficácia do Comércio Internacional. Os instrumentos desenvolvidos pela OMA tem por objetivo facilitar a movimentação internacional do comércio legitimo do que se deduz a grande importância de um represen-

tante brasileiro ocupar posto eletivo nesta entidade internacional.

Além do mérito do requerimento acima apontado, temos a reconhecer sua adesão aos termos do contido no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal segundo o qual o requerimento de voto de aplauso regozijo, louvor, solidariedade, congratulações ou semelhante só será admitido, quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

Não há dúvidas, a nosso ver, quanto a importância de eventual eleição de um representante do Brasil em organização de tamanho relevo, daí a oportunidade do presente voto que atende plenamente as normas regimentais sobre o assunto. Voto. Ante ao exposto opinamos pela aprovação do requerimento (SF) nº 624, de 2007. Esse é o nosso voto, senhor Presidente, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Extra Pauta. Indicação nº 1, de 2006, que Sugere a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e fiscalização e Controle, bem como a Comissão de Assuntos Econômicos que procedam estudos sobre a criação de um fundo mundial ambiental, FMA, na forma proposta do texto da justificação dessa indicação. Com a palavra o relator, Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) – Sr. Presidente, como o parecer constante com o relatório já foi distribuído a todos eu quero só, ao final, ler o final do relatório em que se menciona. Nesse sentido, parece oportuno que a indicação em análise seja encaminhada a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, informando-se sobre este envio a Subcomissão Permanente sobre mudanças climáticas da CRE para que seja objeto de discussão e até de tema para uma audiência pública. E assim dar seguimento a sugestão contida na indicação de forma que parecer mais apropriado. O voto. Por todo o exposto, o nosso voto é pelo encaminhamento da indicação nº 1, de 2006 a Comissão Mista do Congresso Nacional sobre mudanças climáticas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Esse é o parecer do Senador Mozarildo. Não há quem queira discuti-lo. Vou colocá-lo em votação. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Senhores Senadores, senhoras Senadores, eu quero agradecer a colaboração da Comissão no dia de hoje. Nós avançamos muito na nossa pauta, alguns tratados envelhecidos aqui e que finalmente nós conseguimos votá-los e aprová-los. Estamos agora com a pauta completamente atualizada, Senador Cristovam, evitando o constrangimento que tivemos hoje de votar acordos do ano de dois mil, de 2003, de forma que eu quero agradecer aos Senadores, nessa quinta-feira, essa presença surpreendente, inclusive, até o final da presente sessão. Concedo a palavra a V.Exa..

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu aceito os agradecimentos, mas quero parabenizar ao Presidente e a equipe que realmente eu estava aqui surpreso como a gente conseguiu trabalhar bem hoje. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois é. Eu agradeço e vamos agora, na próxima semana nós temos o Ministro do Exército que vem falar aqui sobre orçamento e teremos no dia 19 ou dia 20 a sabatina de três Embaixadores. Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente sessão, agradecendo a todos, principalmente ao corpo de funcionários dessa Comissão. Muito obrigado.

(Sessão encerrada às 12h53.)

Ata da 28ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 13 de setembro de 2007, às 10:00 horas.

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia treze de setembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, MARCELO CRIVELLA, EUCLYDES MELLO, ANTONIO CARLOS VALADARES, MOZARILDO CAVALCANTI, MÃO SANTA, ALMEIDA LIMA, PAULO DUQUE, MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, FÁTIMA CLEIDE, FRANCISCO DORNELLES, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, EDISON LOBÃO, CÉSAR BORGES, ROSALBA CIARLINI e FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente dá início a apreciação da pauta da Reunião que destina-se a ouvir em Audiência Pública o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, para explanar aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a questão orçamentária da força aérea**,** em atendimento

ao Requerimento nº 39, de 2007 - CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, aprovado dia 05/07/2007. O Presidente convida o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito e o Tenente-Brigadeiro-do-Ar José Américo, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica para comporem a Mesa. O Presidente concede a palavra ao Senhor **JUNITI SAITO, Comandante da Aeronáutica,** para fazer a sua exposição. A reunião torna-se secreta às dez horas e vinte e oito minutos. A reunião é reaberta às quatorze horas e vinte minutos. O Presidente coloca em votação como Extra-Pauta: **Item 01**: Requerimento nº 70, de 2007 – CRE, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes, Marcelo Crivella e Eduardo Azerdo, que *"Requer nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Senhores Frederico Fleury Curado e Luis Carlos Siqueira Aguiar, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da EMBRAER, para explanar aos membros desta Comissão sobre o projeto do avião C390. Este projeto atende às necessidades da Força Aérea Brasileira e também aos interesses das Forças Aéreas de outros países*." Aprovado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às quatorze horas e um vinte e dois minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRAO MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Havendo número regimental declaro aberta a 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos, portanto à pauta da reunião de hoje que tem no seu Item 01 e único, a presença do Exmº. Sr. Comandante da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, para explanar aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a questão orçamentária da Força Aérea em atendimento ao Requerimento 39/2007 da CRE de autoria do Senador Heráclito Fortes aprovado em 25/07/2007.

Convido, portanto, o Sr. Tenente Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito a compor a Mesa. Convidamos o Chefe do Estado Maior da Aeronáutica Tenente-Brigadeiro José Américo para compor a Mesa.

Srs. Senadores, Sr. Brigadeiro, senhores componentes do comando da Força Aérea Brasileira, Srs. Jornalistas, senhoras e senhores, estamos procedendo mais uma Audiência Pública... mais uma audiência com o objetivo de que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tome conhecimento da real situação financeira das três forças brasileiras. Nós tivemos na última oitiva a presença do Comandante da Marinha. Hoje vamos ter a presença do comandante da Aeronáutica e posteriormente a presença do Comandante do Exército. O objetivo é exatamente o Congresso dentro das suas atribuições procurar, da melhor maneira possível e mais rápida, equacionar a defasagem histórica de recursos destinados às Forças Armadas brasileiras. Cada dia mais nós estamos convencidos de que é preciso por circunstâncias não só internas, mas também por circunstâncias externas o Brasil investir no setor de defesa. Daí porque achamos por bem com a aprovação unânime dessa Comissão se promova essa série de oitivas envolvendo os três comandantes. Agradecemos a presença do Ministro, do membro da sua equipe, e lhe passo a palavra.

SR. JUNITI SAITO – Obrigado, Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão. Srs. Senadores. É com muita satisfação que a Aeronáutica se faz presente nessa audiência, e trago aqui também o nosso Chefe do Estado maior, Brigadeiro José Américo também alguns membros do Alto Comando para aquelas perguntas mais específicas.

Inicialmente eu gostaria de apresentar então em termos de projeção algumas... A nossa missão e como nós vamos conduzir essa breve apresentação. A missão da Aeronáutica então é constitucionalmente a defesa da Pátria e garantia dos poderes constitucionais da lei e da ordem. E temos também, além disso, as atividades subsidiárias previstas na Lei Complementar 97/99 alterada pela Lei Complementar 117/2004. Quais sejam, cooperar com o desenvolvimento nacional e Defesa Civil, prover a segurança da navegação aérea através do controle do espaço aéreo, contribuir para a política aeroespacial nacional e no que tange a atribuição da Aeronáutica cuidar da infra-estrutura espacial aeronáutica e aeroportuária, bem como operar o nosso Correio Aéreo Nacional e também cooperar com os órgãos federais na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional com o apoio logístico, inteligente e de comunicações e de instrução e atuar de maneira continua e permanente contra todo os tipos de tráfego aéreo ilícito, agindo em operação combinada com fiscalização competente que após o pouso da aeronave deverá tomar as devidas providências.

Então, a nossa missão principal é manter a soberania no espaço aéreo nacional com vistas à defesa da Pátria. Para tal então nós temos todo um sistema de vigilância e de radares que cobrem todo o território nacional. E como esses radares estão dispostos de

tal maneira que possa efetuar o controle do espaço aéreo adequado, mas também para circulação aérea geral, nós temos que ter esses tipos de aeronaves de alarme antecipado que nós chamamos de aeronaves AEW e também de sensoriamento remoto que contribuem para preencher aquelas lacunas aonde vão ser detectadas aeronaves voando a baixa altura. Porque esse sistema é um sistema que é coberto totalmente o espaço aéreo brasileiro acima de 30 mil pés. Então toda aeronave que voa abaixo de 30 mil pés vai perdendo sua detenção por problema de construção dos radares e disposição dos radares no terreno. E para isso então essas aeronaves são aquelas que proverão esse tipo de missão.

Tem algumas características do espaço aéreo que eu gostaria de dizer, quanto à grande área de responsabilidade. Porque na verdade embora o nosso território tenha 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados de extensão, nós temos que cobrir inclusive a área oceânica também. Não só no controle de informações de vôo, mas também para as missões de busca e salvamento. Isso é um acordo internacional que o Brasil tem e que nós cumprimos com bastante eficiência. As demandas distintas por região também, demanda eu diria cuidado todo especial, porque o nosso tráfego, o que ocorre mais movimento é nessa área do DACTA I. Quase 60% do nosso tráfego ocorre dentro dessa área do DACTA I. Temos DACTA II, DACTA III, DACTA IV. E naturalmente isso demanda uma complexa coordenação de controle regional.

Além disso, como eu disse, a nossa área oceânica merece proteção, digamos assim, em matéria de qualquer acidente não só de aeronaves, mas também de navios que engloba quase 13 milhões e 500 mil quilômetros quadrados.

Eu gostaria de falar sobre poder aéreo, Presidente. Esse é um assunto que eu gostaria de falar reservadamente. É um assunto secreto, contém dados que nós consideramos secretos, gostaria de saber se era possível fazer uma audiência reservada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É regimental e consulto os Srs. Senadores se estão de acordo com a...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Perfeito. Porque a logística que talvez o Brigadeiro vai explicar e as condições da Força Aérea pode servir de informações que pode ser...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V.Exª tem razão, a Mesa acata e transforma em reunião secreta pedindo a compreensão dos senhores... deixando apenas na sala os Assessores da Comissão que são essenciais e do Comando da Aeronáutica. Então, portanto... Os funcionários ligados ao Ministério e os nossos funcionários. Aí...

(Sessão Secreta às 10h28)

(Sessão aberta para o público às 14h20)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A partir desse momento transformaremos novamente a Sessão em Sessão aberta, uma vez que a formalidade regimental de Sessão fechada, segundo solicitação do depoente completou-se.

Antes de encerrar a presente Sessão eu quero pedir a aprovação de um Requerimento nos termos do art. 93, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal sejam convidados os Sr. Frederico Fleury Curado e Luiz Carlos Siqueira Guerra respectivamente Presidente e Vice-Presidente da EMBRAER para explanar aos membros dessa Comissão sobre o projeto do avião C-390, esse projeto que atende a necessidade da Força Aérea Brasileira e também aos interesses da Forças Aéreas de outros países. Sala das Comissões, Heráclito Fortes, Crivella e Eduardo Azeredo. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional agradece Brigadeiro a presença de V.Exª e de sua equipe nesse dia, e se sente completamente atendida nas questões aqui discutidas. O objetivo dessa Sessão é exatamente a discussão das questões orçamentárias envolvendo a Aeronáutica. Tivemos na semana passada a presença do Comandante da Marinha, hoje temos o Comandante da Aeronáutica e na próxima semana o Comandante do Exército, nesse período em que estamos exatamente na elaboração do orçamento para o ano que vem. A Aeronáutica, Senador Lobão deverá merecer de todos nós uma atenção especial tendo em vista a crise aérea que é de conhecimento de todos os brasileiros.

Portanto eu agradeço a sua disposição, estamos aqui 14h22 minutos, várias horas de debate, e quero crer que todos os assuntos aqui discutidos foram esclarecedores.

Portanto, os agradecimentos dessa Comissão, e nada mais havendo a tratar está encerrada a Sessão. Muito obrigado.

(Sessão encerrada às 14h22.)

Ata da 29ª Reunião Ordinária Da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 20 de setembro de 2007, às 10:00 horas.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia vinte de setembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JOÃO RIBEIRO, MÃO SANTA, ALMEIDA LIMA, MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, EDUARDO AZEREDO, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, FRANCISCO DORNELLES, GERALDO MESQUITA JUNIOR, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, EDISON LOBÃO e ROSALBA CIARLINI.** Justificaram a ausência os Senadores **MOZARILDO CAVALCANTI, PAULO DUQUE, HERÁCLITO FORTES e JOÃO TENÓRIO.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente dá início à apreciação da pauta convidando os Embaixadores Alcides Gastão Rostand Prates, João de Mendonça Lima Neto e Jorge D'escragnolle Taunay Filho para comporem a Mesa. **Item 02**: Mensagem (SF) nº 129, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor João de Mendonça Lima Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Socialista do Vietnã."* O Presidente concede a palavra a Relatora Senadora **MARIA DOS CARMOS ALVES** para fazer a leitura do seu Relatório. **Item 03**: Mensagem (SF) nº 118, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Jorge D'escragnolle Taunay Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru."* O Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc" Senador **EDISON LOBÃO** para fazer a leitura do seu Relatório. **Item 01:** Mensagem (SF) nº 128, de 2007, de autoria do Presidente da República, que "*Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor Alcides Gastão Rostand Prates, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas."* O Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc" Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR** para fazer a leitura do seu Relatório. O Presidente concede a palavra ao Embaixador **JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO** para fazer sua exposição. O Senhor Presidente em exercício abre o processo de votação. O Presidente concede a palavra ao Embaixador **JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY FILHO** para fazer sua exposição. O Presidente concede a palavra ao Embaixador **ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES** para fazer sua exposição. O Presidente designa o Senador Geraldo Mesquita Júnior como Secretário. Fazem uso da palavra a Senadora ROSALBA CIARLINI e os Senadores CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA e GERALDO MESQUITA JÚNIOR. Assume a Presidência o Senador Cristovam Buarque. O Senador Eduardo Azeredo assume a Presidência. A Reunião torna-se secreta às doze horas e onze minutos. A Sessão é reaberta às doze horas e trinta e três minutos. O Senhor Presidente em exercício comunica a aprovação dos indicados. O Presidente em exercício concede a palavra aos Senadores MÃO SANTA e CRISTOVAM BUARQUE. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRAO MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Eduardo Azeredo,** Presidente em exercício.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Declaro aberta a 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Dispensada. Em votação. Aprovada.

Passamos à apreciação da Pauta. Antes, eu quero convidar os senhores embaixadores para comporem a Mesa. Embaixador Alcides Gastão Rostand Prates, Embaixador João de Mendonça Lima Neto e Embaixador Jorge D'Escragnolle Taunay Filho.

Eu vou começar pelo item 02 da Pauta, que é a mensagem nº. 129/2007, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. João de Mendonça Lima Neto, Ministro de 2ª Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Socialista do Vietnã. A Relatora é a Senadora Maria do Carmo Alves, a quem passo a palavra.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. João de Mendonça Lima Neto, Ministro de 2ª Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Socialista do Vietnã. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao preceito regimental, elaborou o *curriculum vitae* do diplomata indicado, bem como a análise de conjuntura do país a que se destina.

Dos documentos encaminhados, extraímos, para este relatório, as informações que se seguem. O indicado nasceu em Roma, brasileiro nato, por força do art. 129, alínea II da Constituição Federal de 46. O Diplomata é filho de Alcides Brandão de Mendonça Lima e Ângela de Mendonça Lima. Graduou-se em Filosofia e Economia pela Sofia Universidad Internacional College, de Tóquio, em 76.

Ingressou na carreira diplomática no posto de 3º Secretário, em 77, após concluir o curso de preparação da carreira diplomática do Instituto Rio Branco.

Ascendeu a Conselheiro, em 93, e a Ministro de 2ª Classe, em 2001. Em ambas as ocasiões, por merecimento.

Na Chancelaria, exerceu diversas funções entre as quais convém destacar aqui as de assessor na Secretaria de Imprensa e na divisão de Assuntos Previdenciários e Sociais, em 91. O chefe... E chefe substituto do Centro de Processamento de dados do Departamento de Comunicação e Documentação.

No exterior, desempenhou, entre outros, os cargos de Conselheiro na Embaixada de Tóquio, Conselheiro na Embaixada de Londres e Cônsul Geral em Xangai, em 2003. O Diplomata indicado recebeu condecorações do Governo do Peru e da França.

Sobre a República Socialista do Vietnã, referimo-nos a algumas considerações trazidas pelo informe ministerial, de forma a subsidiar a sabatina pela Comissão. O país tem uma área de 331 mil quilômetros quadrados e população de 84 milhões de habitantes, cuja esmagadora maioria não tem religião declarada, cerca de 80%. Trata-se de uma República Socialista, parlamentarista, cuja capital é Hanoi. Os principais idiomas são: Vietnamita, idioma oficial, inglês, francês e *khmer*. Seu Produto Interno Bruto, em 2006, foi de 61 bilhões de dólares, o que propicia o PIB *per capita* de 700 dólares, em valores nominais.

Os principais produtos de exportação são: petróleo cru, têxteis, calçados e produto de pesca. Entre os principais parceiros comerciais, podemos destacar os seguintes: Estados Unidos da América, Japão, China, Austrália, Cingapura, Alemanha e Reino Unido.

Com as garantias constitucionais outorgadas à iniciativa privada e os investimentos estrangeiros, o Vietnã entrou em fase de superlativo crescimento econômico. A média de crescimento do país, nos últimos 15 anos, foi de quase 8% ao ano. O Vietnã tem adotado iniciativas diplomáticas com vistas a reforçar a sua inserção internacional de que é exemplo seu ingresso na associação das... De nações do Sudeste, do Sudeste Asiático.

Em novembro de 2006, a Organização Mundial Do Comércio aprovou o ingresso do Vietnã e a adesão teve como contrapartida a abertura de novos setores da economia vietnamita nos investimentos estrangeiros. No momento presente, o Vietnã goza da reputação de um dos países mais estáveis e seguros da região Ásia/Pacífico.

Não obstante o país enfrentar algumas dificuldades de adaptação à economia internacional, que deriva das contradições entre uma economia que se pautar... Que quer se Pautar pelas regras de mercado dentro do marco político, caracterizado por um modelo centralizador de partido único. No relacionamento com o Brasil, as relações são cordiais. Mas, carecem ainda de maior densidade. O comércio bilateral, apesar de favorável ao Brasil, ainda é bastante tímido. Em 2006, exportamos 128 milhões de dólares e importamos o equivalente a 75 milhões de dólares. O Vietnã tem demonstrado interesse em estreitar cooperação nas áreas de produção do etanol, em ciência, tecnologia e esportes.

No momento presente, encontram-se em fase de negociação instrumentos nesses três domínios. Em 2007, a Secretaria Geral do Partido Comunista, o Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnã, Sr. Nong Duc Manh, a mais alta autoridade política do país, visitou o Brasil acompanhado de vasta delegação. S. Exa. foi recebida pelo Presidente da República e, na ocasião, firmou-se um memorando na área de saúde e ciências biomédicas.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

É o voto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Senadora Maria do Carmo. Antes de passar a palavra ao Embaixador, vamos ouvir os relatórios dos demais relatores, depois faremos, então, a oitiva de todos os três juntos.

Eu peço, então, ao Senador Edison Lobão, na qualidade de Relator *ad hoc* da mensagem, do item

03, que é a mensagem nº. 133/2007, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Jorge D´Escragnolle Taunay Filho, Ministro de 1ª Classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru. O Relator é o Senador João Tenório, que, não estando presente, será substituído pelo Senador Edison Lobão. Com a palavra, o Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA) – Sr. Presidente, a Constituição Brasileira estabelece que o Embaixador indicado terá que ser submetido a uma sabatina na Comissão de Relações Exteriores e, depois, a voto secreto no Plenário do Senado Federal.

Eu confesso que, por algum tempo já tenho manifestado a minha opinião, no sentido de que o Diplomata, já sabatinado, Diplomata ou não Diplomata, indicado Embaixador, já sabatinado para um cargo anterior de Embaixador, em outro país, não deveria mais ser submetido a esta sabatina. Se ele foi aprovado, aprovado está. O Senado deu a ele o seu sinete, o seu selo de aprovação. É o meu pensamento.

Já tivemos casos de equívocos aqui cometidos. Eu me recordo de um episódio curioso, que o Embaixador Paulo Nogueira Batista, que era uma das figuras pinaculares da diplomacia brasileira àquela época.

Era Embaixador em Genebra, durante o Governo do Presidente José Sarney, e foi indicado representante do Brasil junto à ONU. E o que aconteceu? Ele veio para uma sabatina na Comissão de Relações Exteriores, é um caso curioso, e aqui havia um Senador do Amapá... Do Acre, Bezerra, que fez ao Embaixador uma série de indagações sobre a política nuclear brasileira. E nada tinha a ver uma coisa com a outra. É que o Embaixador fora o criador da NUCLEP, e da NUCLEBRAS. O Embaixador, por ter sido o criador da política nuclear brasileira, sabia tudo sobre o assunto. E o nosso colega Senador não sabia coisa alguma. Sentiu-se o Senador humilhado durante o debate porque ele fazia perguntas desconexas, sem sentido, e o Embaixador respondia com firmeza porque conhecia o assunto. Não é que o Senador fosse incapaz.

Depois disso, o Senador foi a todos os gabinetes de seus colegas, pedindo uma solidariedade dos companheiros na votação no Plenário. E ele dizia: "Eu sei que o Embaixador vai ser aprovado, mas, estou lhe pedindo um voto de solidariedade a mim, contra o Embaixador, apenas para que eu não fique sozinho, e vou votar contra o Embaixador".

O resultado é que pediu a todos e, na hora da votação secreta, o Embaixador foi rejeitado. Isso se deu há muitos anos, há quase 20 anos. Eu era um dos líderes do Governo, naquela ocasião. Levantei-me prontamente, diante da perplexidade do Plenário, que aquilo nunca ocorrera, a não ser uma vez, com um Embaixador que o Presidente Jânio Quadros indicou. E disse ao Presidente que aquele fato era um fato inusitado e que deveria ter havido algum equívoco, algum erro fundamental, porque o Embaixador fora aprovado por larga margem na Comissão de Relações Exteriores. E pedi então que fosse repetido o voto. Houve protesto do Senador Bezerra, obviamente. Mas os líderes me apoiaram e foi repetida a votação. O Embaixador foi aprovado quase que por unanimidade.

Então, estas coisas às vezes acontecem quando mal conduzidas. Daí a minha convicção, repito, de que uma vez sabatinado um Diplomata para uma Embaixada e aprovado, não deveria sê-lo outra vez para uma outra Embaixada. Em todo o caso, não se mudou a regra e, fora da lei, não há salvação; vamos cumprir a lei, portanto.

Sr. Presidente, venho, portanto, em razão disto, ao exame desta Comissão, o nome do Embaixador Ministro de 1ª classe, Jorge D´Escragnolle Taunay Filho indicado para a Embaixada do Brasil na República do Peru. Nascido em Paris, na França, filho de Jorge D´Escragnolle Taunay e Mary Elizabeth Pena e Costa D´Escragnolle Taunay. Creio que foi Embaixadora também, não é? O seu pai foi Embaixador. O Sr. Jorge D´Escragnolle Taunay Filho graduou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, em 1970. Egresso do curso de preparação à carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, ali concluiu também o curso de aperfeiçoamento de diplomatas. Nomeado 3º Secretário em 1973, o Diplomata em apreço foi promovido a 2º Secretário em 76 e a 1º Secretário em 1979. A Ministro de 2ª Classe em 94 e a Ministro de 1ª Classe em 2001, sempre por merecimento. No Ministério das Relações Exteriores, entre as funções desempenhadas pelo Diplomata, destacam-se, entre outras, a de Chefe das Divisões de Pagamento de Pessoal e da África II, a de Chefe Substituto do Departamento da África e a de Subsecretário Geral da Secretaria Geral da América do Sul. No exterior, exerceu os cargos de cônsul adjunto do Consulado Geral, em Nova Iorque; de Conselheiro, na Embaixada em Lisboa; de Cônsul Geral, em Marselha, e Embaixador, em Luanda.

Consta do processo, além do *curriculum vitae* relatado, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, contendo, além de dados básicos sobre a República do Peru, perfis biográficos sobre autoridades peruanas, aspectos concernentes à política interna e externa daquele país, à economia e ao comércio, bem como à avaliação das relações bilaterais entre o nosso país e aquele país.

O Peru, com população estimada em 28 milhões de habitantes, é uma República Presidencialista, hoje chefiada pelo Presidente Alan García Pérez, eleito, pela segunda vez, em 2006.

Em seu segundo Governo tem sido adotadas políticas favoráveis a investimentos externos e ao controle inflacionário. O crescimento do Produto Interno Bruto peruano, no ano de 2006, foi de 8%, bastante elevado, sobretudo em razão do incremento nas atividades industriais de construção e de exportações de minérios. Sua taxa de crescimento foi a terceira maior da América Latina. No cargo e no campo econômico, a República do Peru vem, ainda, negociando acordos de livre comércio com uma série de países e blocos comerciais.

Especificamente em relação ao Brasil, o Presidente peruano, assim que divulgada a sua vitória, em junho de 2006, manifestou interesse em aprofundar as relações políticas e econômicas entre os dois países, com enfoque sobre o processo de integração sul-americana. Desde 2003, foram assinados mais de 30 acordos bilaterais entre os dois países. Em 2006, em visita do Presidente Alan García Pérez ao Brasil, foram firmados acordos de negociação das áreas energética, social, educacional, de saúde e de defesa.

Nota-se, ainda, convergência política entre os dois países em fóruns multilaterais e regionais. A exemplo da participação do Peru na missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti e do apoio à candidatura brasileira ao assento permanente no Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas.

Os números da balança comercial tradicionalmente têm sido favoráveis ao Brasil e os fluxos comerciais vêm se intensificando. Estima-se que o intercâmbio comercial entre os dois países alcance três bilhões e quatrocentos milhões de dólares, em 2007, com o Brasil ocupando o terceiro lugar na parceria comercial com o Peru.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não nos cabe aduzir mais informações ou até conceitos sobre o Embaixador, porém, eu gostaria apenas de acrescentar, para concluir, Sr. Presidente, que o mundo da diplomacia é um mundo admirável; é a forma pela qual os povos conseguem entender-se uns com os outros. E isto vem de tempos, eu quase diria: imemoriais. O Egito dos faraós já adotava a diplomacia, mandava os seus diplomatas a outros países, na tentativa de evitar os conflitos que, desde aquela época, e o mundo era guerreiro, tanto prejudicavam os países e a sociedade.

Estou convencido, portanto, que a nossa diplomacia, a diplomacia brasileira, está entre as melhores do mundo, e eu tenho observado isso por onde ando, pelos países todos. Eu fui Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar e Vice-Presidente Internacional da IPU e tive muito contato com os nossos diplomatas por aí afora, não deixando nunca de admirar o conceito que eles angariaram, auferiram, em todos esses países, e a ajuda fundamental que eles emprestam ao Brasil, como nação e como povo. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Senador Edison Lobão. Passamos, então, agora ao item 01, que é a mensagem 127/2007, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Alcides Gastão Rostand Prates, Ministro de 1ª Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo junto à República das Filipinas.

O Relator é o Senador Flexa Ribeiro, que, não estando presente, eu convido o Senador Geraldo Mesquita Júnior, como Relator *ad hoc*, para que possa ler o seu relatório.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, representantes... Membros do Itamaraty, aqui presentes, senhoras e senhores, o Senador Edison Lobão trouxe à baila um fato ocorrido, envolvendo um Senador do Acre, muitos anos atrás.

(risos).

Quero lhes assegurar que constrangimento da mesma natureza ninguém passará aqui. Pelo contrário, eu aproveito, inclusive, a carona aqui do Senador Edison Lobão, que tem a história do Senado na cabeça muito viva, inclusive para me desculpar aqui pela... Pelo atraso, aqui na nossa Comissão, porque eu estava correndo de um lugar para o outro, aqui no nosso Senado; eu estava, Senador Edison Lobão, estava refletindo, há tempos atrás, eu tive a oportunidade de assistir à palestra de um especialista em recursos humanos, para um público determinado, servidores de uma empresa estatal que eu pertencia e ele... Eu achei, eu nunca esqueci isso, Senador Edison Lobão, ele querendo se referir e passar a todos nós a idéia de que, às vezes, a gente a gente corre, corre, corre e não chega a lugar nenhum; ele tentou nos mostrar essa idéia, falando sobre a eficiência e a eficácia. E trouxe como exemplo, ele deve ter criado essa imagem de dois atletas de natação, um que não dominava muito bem a modalidade e se jogava na piscina, fazia um esforço fantástico e tal, chegava do outro lado, mas... E o outro que, sob absoluto controle, um especialista na modalidade, com muita leveza, com muita suavidade, fazia o seu percurso.

Então, ele quis nos mostrar exatamente isso. Às vezes, Senador Eduardo, a impressão que eu tenho aqui no Senado é essa, que a gente tem sido, talvez, eficaz, mas não eficiente. A gente corre de um lado para o outro, sai de uma Comissão para a outra, aquela confusão. A idéia do Senador Lobão, de dispensar a oitiva dos Embaixadores, é algo que a gente precisa considerar como uma idéia de se fazer uma... Eu tenho feito críticas... Eu não sou daqueles que abraçam a idéia da extinção do Senado. Acho que o Senado é uma instituição republicana útil ao povo brasileiro. Enquanto for assim, enquanto eu entender assim, eu serei favorável à continuidade do Senado. Mas, eu tenho feito--

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA) – V.Exa. permite só uma ligeira intervenção, o que não é usual nesse tipo de procedimento da Comissão de Relações Exteriores? É que eu defendo a dispensa da oitiva aos Embaixadores que já tiverem sido sabatinados anteriormente para outras embaixadas.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Exatamente, exatamente.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA) – Muito obrigado.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Exatamente. Exatamente. São profissionais que irão representar o país em outras flagas(F). Eu creio que um bocado de coisa aqui no Senado, Senador Edison Lobão, nós precisamos nos debruçar sobre elas e revê-las, com muita acuidade, com muita atenção, que nós estamos cheirando a anacronismo aqui no Senado. Mas, é como V.Exa. disse, isso aí nós estamos tangenciando, e vamos ao que importa.

Trata-se da indicação do Embaixador Alcides Gastão, Ministro de 1ª classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, nos oferece aqui elementos que dizem sobre o *curriculum vitae* do eminente Diplomata gaúcho, nascido em São Gabriel. Não vou revelar a data.

(risos).

Filho de Mário Conceição Prates e Álmia Constant Prates. O Diplomata graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo, em 74. Ingressou na carreira diplomática, no posto de 3º Secretário, em 77, após concluir o curso de preparação da carreira diplomática do Instituto Rio Branco. Ascendeu a Conselheiro em 93. A Ministro de 2ª Classe, em 99, e a Ministro de 1ª classe, em 2007. Na Chancelaria, exerceu diversas e importantes funções, entre as quais assinalem-se aqui as de Chefe Substituto da Divisão do Mar, Antártida e do Espaço, em 86; coordenador executivo substituto do Departamento Econômico, em 90; Chefe da divisão do Mercado Comum do Sul, em 94; Chefe da Divisão da Ásia e Oceania 01, em 94. E chefe da divisão de política comercial, em 99. No exterior, desempenhou os cargos de Vice-cônsul e cônsul adjunto, em Hong Kong, em 79; primeiro Secretário e Conselheiro da delegação permanente em Genebra, em 90; Conselheiro na Embaixada em Moscou; embaixador em Hanói, de 2002 até o presente. Integrou e chefiou, ainda, importantes missões temporárias, representando o Governo brasileiro em conferências internacionais e reuniões de organismos intergovernamentais, entre as quais merece ser destacada aqui a sua participação no processo negociador da tentativa de criação da Área de Livre Comércio das Américas, entre 99 e 2001, e na chefia de diversas delegações para consultas comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos. O Diplomata recebeu distinguidas condecorações dos Governos da Itália, do Brasil.

E restam algumas considerações aqui acerca do país no qual o Embaixador vai servir: a sociedade filipina encontra-se marcada tanto por sua herança espanhola, que se revela na disseminação da fé católica por mais de 80% da população e na presença de uma Igreja dotada de alto grau de participação política, como pela influência nossa americana. No plano bilateral com o Brasil, as relações são cordiais, mas carecem ainda de maior densidade. O comércio bilateral, embora relativamente modesto, 615 milhões em 2006, com déficit de 70 milhões de dólares para o Brasil, têm aumentado ano a ano.

Os principais produtos a comporem a pauta de exportação brasileira para as Filipinas, em 2006, foram minério de ferro, carne bovina e fumo. As importações brasileiras, por sua vez, compuseram-se principalmente de equipamentos eletrônicos para computação, televisores, telefones celulares e microcomputadores. Atualmente, há dois acordos bilaterais vigentes entre o Brasil e Filipinas, sobre isenção de vistos de turismo e sobre prevenção de bitributação. Além destes, estão em negociação cinco acordos sobre comércio e cooperação científica e tecnológica, cooperação cultural, penal e extradição.

Diante do exposto, Sr. Presidente, julgamos que os integrantes dessa Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial e nada mais cabe aduzir no âmbito desse relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Nós vamos passar agora, então, à exposição dos

Srs. Embaixadores. E eu convido, inicialmente, então, o Embaixador João de Mendonça Lima Neto para fazer a sua exposição no tempo que julgar necessário. O Embaixador é indicado para a República Socialista do Vietnã, estando, no momento, como Cônsul em Xangai. Nos recebeu muito bem numa missão dessa Comissão lá, no início do ano.

SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os colegas do Itamaraty, senhoras e senhores. É para mim motivo de muita honra poder estar aqui para falar sobre Vietnã e solicitar a aprovação de V.Exas. para minha indicação para esse posto.

Vietnã é para mim um dos países que atualmente vem atraindo muito interesse e oferece grandes oportunidades. Um país marcado, na sua história, por longos períodos de lutas pela independência, um país dividido internamente, um país isolado internacionalmente, um país considerado um dos mais pobres do mundo. Vietnã é, atualmente, um modelo de desenvolvimento. A mudança teve início em 1986, com a implementação de um projeto de reformas, chamado Doi Moi. Via esse projeto, o Vietnã mudou radicalmente a sua posição. Ele soube se adaptar às condições internacionais e colocar a economia numa via de desenvolvimento sustentado.

Na área externa, como primeira prioridade do Governo, o Vietnã resolveu os problemas que tinha com os seus vizinhos, sobretudo Camboja e China. Depois, usou a entrada para a Ásia para, a partir daí, estabelecer relações com outros países. Hoje, o Vietnã conta com relações com 171 países. E, a partir... Depois disso, passou a atuar de maneira incisiva em fóruns internacionais.

Na área econômica, o Vietnã vem implementando uma... Esse mesmo projeto de reformas permitiu ao Vietnã estabelecer, aos poucos, uma economia de mercado. Em etapas sucessivas, o Vietnã está buscando promover a iniciativa privada, sobretudo às empresas de pequeno e médio porte, de cunho familiar. Hoje, elas já respondem por 38% da economia, 90% do emprego, o que é bastante expressivo. Ao mesmo tempo, está privatizando suas indústrias ou abrindo essas indústrias ou abrindo o capital dessas indústrias, inclusive, para multinacionais.

E, finalmente, também está fazendo um grande esforço de aberturas de zonas especiais, zonas econômicas especiais, para atrair capitais externos. Hoje em dia, as multinacionais representam 16% do PIB do país, 56% das exportações, o que mostra a importância dessas zonas. Como conseqüência, o Vietnã é hoje um dos países em desenvolvimento que vêm apresentando uma das taxas de crescimento mais altas do mundo, entre sete a 8%, de maneira consistente. Seu comércio exterior está crescendo na base de 20% ao ano, o que é muito expressivo. E, entre os países em desenvolvimento, é um dos que atrai, comparativamente, o maior volume de investimentos diretos estrangeiros. Só no ano passado, foram sete bilhões de dólares; isso equivale a 1/10 do PIB do país, o que é realmente, em termos comparativos, muito expressivo.

Tem um ponto que é extremamente importante, eu acho que do ponto de vista das empresas nacionais, isso é interessante, existe um estudo anual que está sendo feito pela Kentz, uma consultoria dos Estados Unidos, que é o Global Index... Consumer Index, desculpe--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Embaixador, só um momento, por favor. Eu quero só liberar a votação, já que foram lidos os relatórios, todos favoráveis, então, a votação está liberada para os Srs. Senadores e Senadoras.

SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – É o índice de desenvolvimento do setor consumidor em países em desenvolvimento. Nesse índice, no ano passado, o Vietnã ficou em quarto lugar, depois da Índia, China e Rússia. Para lhe dar uma idéia do que é que isso representa, o Brasil, nesse mesmo índice, está em 20º lugar. Isso não quer dizer que o Vietnã, o mercado consumidor do Vietnã, seja muito mais importante do que o brasileiro; é apenas em termos de potencial. O nosso mercado já é um mercado consolidado, já é muito mais difícil hoje em dia se penetrar no Brasil, enquanto o Vietnã está apenas crescendo, por isso que é interessante.

Um outro aspecto importante da economia do Vietnã, e isso me interessa muito estudar no futuro, é que o Vietnã, de acordo com dados do PNUD, já, por exemplo, já atingiu o primeiro dos objetivos do milênio, de reduzir a pobreza absoluta pela metade até 2015. No ano passado, o Vietnã já tinha conseguido reduzir de 58,1%, em 1993, para 24,1%, em 2006, o que é muito expressivo. É claro, bom, enfim. São dados políticos, econômicos, que são extremamente interessantes. Evidentemente não vale à pena exagerá-los. Mas, que mostram que o país tem um grande potencial.

Sobre nossas relações, desde 89, quando nós estabelecemos relações, o Brasil e o Vietnã mantêm um relacionamento muito fluído, de entendimento e cordialidade. O interesse do Vietnã pelo Brasil é evidente, sobretudo se nos considerarmos as visitas; em 1995 e em 2004, nós tivemos dois Presidentes do Vietnã aqui. No ano passado, tivemos um... O Presidente da Assembléia Nacional do Vietnã. E este ano, em maio, tivemos o Secretário-Geral.

Em termos de política externa, eu não creio que seria exagerado dizer que temos uma visão do mundo muito semelhante. Nós dois países privilegiamos a soberania, privilegiamos a autodeterminação, privilegiamos o trabalho em organismos internacionais e também propomos a inserção internacional mais eqüitativa. Em outras palavras, nós somos muito... O relacionamento é muito fluído e nos permite pensar que poderá ser muito maior. Sobretudo, o que me deixa extremamente contente e animado em assumir o posto, é que o nosso Chanceler já declarou que, a partir do ano que vem, o Vietnã será... O Vietnã, perdão, a Ásia será a prioridade da política externa brasileira. Isso me deixa muito animado porque eu acredito que o Vietnã será uma peça importante nesse tabuleiro.

Eu não quero me estender muito mais. Só para dizer, para lhe agradecer mais uma vez essa oportunidade de estar aqui e, depois, estou pronto para responder. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Embaixador João Mendonça Lima Neto. Vamos, depois é que teremos a parte secreta, para ouvirmos as indagações dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Passamos, agora, à palavra ao Embaixador Jorge Taunay Filho, indicado para a República do Peru.

SR. JORGE D´ESCRAGNOLLE TAUNAY FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, meus colegas e amigos do Itamaraty, aqui presentes, minhas senhoras, meus senhores, meus colegas de banca, de sabatina, esta é a segunda vez que eu tenho a honra de comparecer a esta Comissão. Da primeira vez, eu estava... Eu era indicado para a Embaixada do Brasil em Angola, isso há oito anos atrás, 1999.

Em Angola, passei seis anos, que constituíram a mais rica, a mais valiosa experiência da minha vida profissional. Agora, sou mandado para uma outra missão, em tudo e por tudo, diferente.

Quando eu cheguei em Angola, o país estava em guerra; uma guerra que já durava quase 40 anos, uma guerra imposta ao povo angolano. Quando saí, Angola estava em paz. Agora, em franco desenvolvimento, como está até hoje.

Agora eu venho, quer dizer, se tudo correr bem, eu vou para um país que está em pleno, franco desenvolvimento e em franco processo também de aproximação com o Brasil.

Só para ter uma idéia, o ano passado o Peru cresceu 8%. Enfim, está com 20 bilhões de dólares de reservas, está com um comércio de quase 40 bilhões. Enfim, o país, depois de muitos anos de... Dificuldades imensas e, inclusive, de quase uma guerra civil, na época do Sendero Luminoso, hoje o Peru é um país próspero. E o Peru também foi, Sr. Presidente, o exemplo mais típico de como o Brasil vivia, e os países da Costa do Pacífico, da América do Sul, viviam de costas uns para os outros.

O Peru, a parte mais desenvolvida do Peru era na Costa. A Cordilheira e a Amazônia menos, mais pobres, mais despovoadas. O Brasil também, na costa. Esse movimento para o centro do país, que o Brasil já faz, o Peru também começou a fazer. E agora nós temos, em construção, três eixos rodoviários. Aliás, dois rodoviários e um intermodal, que irão ligar o Atlântico ao Pacífico, por onde nossas exportações poderão sair para os mercados da Ásia, por onde as exportações peruanas poderão sair para o Atlântico, para a Europa, para os outros mercados. São três eixos: um no Centro, Norte, Sul; o do Norte é intermodal porque até a cidade de Yurimaguas é rodovia e depois pega o rio e vai até o Amazonas... Manaus. Sem falar que ainda tem, em projeto, quer dizer, há um projeto totalmente privado, que vai... Orçado em 10.5 bilhões de dólares, para se criar uma ferrovia do porto, do porto peruano de Bayovar, até Porto Velho. E daí, se ligar ao sistema brasileiro ferroviário. Isso ainda é projeto.

E há outro projeto, muito mais avançado, e que esse já está, já há decisão dos três Governos de fazer, digo três porque é com o Equador, é o projeto entre a cidade, o porto equatoriano de Manta e Manaus, passando, passando um grande trecho pelo território peruano porque vai de estrada até o Rio Napo e depois, do rio, vai até o Rio Amazonas, passando pelo... Por dentro do território do Peru.

Quem conhece a história do Equador e do Peru não pode deixar de se maravilhar, diante dessa situação que seria impossível e impensável nos anos 90, quando os dois países estiveram à beira da guerra, não é? E que, graças aos esforços, em não pequena medida da diplomacia brasileira, do Governo do Brasil, do Presidente do Brasil, em 1998, foi firmada a paz. E de tal maneira que até hoje continua, a tal ponto que hoje pode fazer um projeto desses, que passa pelo Equador e por dentro do Peru até Manaus. E já se pensa, inclusive, em fazer... Já deve estar começando por esses dias, a ligação aérea entre Manta e Manaus. Manta é um porto importante no Equador, vai ser recondicionado, enfim...

Então, eu contei, são cinco eixos, se nós formos, se todos se concretizarem, são cinco eixos de ligação entre o Atlântico e o Pacífico. Quer dizer, para países que viviam de costas uns para os outros, é realmente notável. Além disso, a gente sabe, de capitais de empresas brasileiras investidos no Peru, dois bilhões

de dólares. Só a Petrobras projeta, até 2011, investir outros dois bilhões.

Recentemente, bom, sem falar que não só essa... Esse aspecto econômico, como político. O Presidente Alan Garcia, a primeira viagem que ele fez como Presidente eleito foi ao Brasil. Já esteve aqui. O Presidente Lula, no ano que vem, vai duas vezes ao Peru. Já combinaram de, agora em novembro, se encontrarem na fronteira. Enfim, está intensivo. Realmente muito intenso o relacionamento.

Recentemente estive com o Ministro Celso Amorim em Pisco, que foi o epicentro, na Terra, em terra do... Do recente terremoto, que matou tanta gente lá. E lá estava o Presidente Alan Garcia, comandando os... Os esforços de socorro aos sobreviventes. E houve uma longa reunião entre o Presidente Alan Garcia e o Ministro Celso Amorim, onde, realmente, se debateu e se conversou sobre toda... Todo o relacionamento bilateral. E eu senti, eu estava lá assistindo, senti muito entusiasmo da parte dos dois; da parte do Presidente Alan Garcia, ele até veio com uma idéia de se criar, em Lima, um Liceu Peruano Brasileiro. Para tanto, já há até uma projetada visita do Ministro da Educação a Lima, para ver como é que isso provavelmente vai acabar sendo responsabilidade do futuro Embaixador.

Mas, o que eu queria dizer é que, diferentemente do que me ocorreu em Angola, agora a experiência é diferente, porque agora o que eu tenho que fazer é estar à altura do trabalho dos meus antecessores. Porque é do trabalho dos meus antecessores é que veio todo esse... todo esse cenário otimista que eu vou encontrar, Esse cenário excelente que eu vou encontrar lá.

Então, cabe ao Embaixador, eu acho que isso é uma das funções primordiais do Embaixador em posto, é de propiciar a criação e a manutenção de um bom clima, de um clima favorável, propício às.. À aproximação política com o Brasil e às próprias empresas brasileiras. Essa não é uma tarefa fácil, mas essa eu acho que é uma das tarefas mais importantes do Embaixador: Não deixar que o clima... Que caia, que o clima deixe de ser bom. Nem sempre é fácil, mas é possível.

Então, se essa Comissão houver por bem me confirmar nessa missão, eu espero poder contribuir para a manutenção e o enriquecimento dessas relações bilaterais. E estou à disposição dos senhores Senadores para as perguntas que houverem por bem fazer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Embaixador Jorge Taunay Filho, indicado para a Embaixada do Brasil no Peru. Ouviremos agora o Embaixador Alcides Gastão Rostand Prates, indicado para a República das Filipinas.

SR. ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadoras, senhoras e senhores. É para mim uma enorme honra voltar a esta Casa, no cumprimento do mandato constitucional, de que a designação tão honrosa do Sr. Presidente da República, do Ministro Celso Amorim, de exercer a Embaixada da República das Filipinas deve ser aprovada pelo Senado.

Eu ouvi muito atentamente as observações do Senador Edison Lobão sobre dispensar os Embaixadores uma segunda vez na presença, nesta Casa. Devo dizer ao senhor que me garante um pouco que o senhor mantém que se deva, pelo menos, ouvi-los uma primeira vez.

Uma... Eu tenho visto, ao que... Em interlocutores e muitos habitualmente, que só se dão conta da importância real desta formidável missão, que é exercer a sua projeção externa, a soberania do Brasil, quando eu me refiro a essa exigência que nós, diplomatas brasileiros, embaixadores brasileiros, temos.

A aprovação eventual do Senado certamente potencializa vigorosamente a autoridade, a meu ver, dos Embaixadores no exercício de suas funções.

Eu não vou me estender muito sobre as Filipinas. Eu acredito que as informações recebidas do Ministério das Relações Exteriores são bastante abrangentes. Apenas sublinharia que, tendo iniciado a minha carreira na Ásia, há quase 30 anos, em Hong Kong, tendo exercido a chefia da divisão da Ásia do Itamaraty e estando, há cinco anos e meio, em Hanoi, onde serei substituído, sucedido, se os senhores assim decidirem, pelo meu amigo e colega João Mendonça Lima, eu creio poder avaliar bem a importância que adquiriu a ASEAN, esse agrupamento regional dos 10 países dos quais as Filipinas e o Vietnã fazem parte, que muito ativamente assumiram a decisão de exercerem uma nova identidade perante vizinhos como a China, como o Japão, como a Índia, que têm um peso, cada um, extraordinário. E estão cumprindo um papel importantíssimo.

Eu vejo nisso um potencial de relações com o Brasil, extraordinário, no comércio, nas... Nas relações políticas. Por exemplo, foi no âmbito da ASEAN que se criou a... O primeiro mecanismo válido e eficaz de contenção dessa tensão muito séria, que são as disputas territoriais no arquipélago das Spratley, onde tem, se sabe, um potencial de exploração petrolífera muito grande.

O Tratado de Cooperação e Amizade da ASEAN também está recebendo a adesão de parceiros de fora. De modo que, a continuar acompanhando esse trabalho da ASEAN e nas Filipinas me parece que será muito útil para o Brasil.

O comércio com as Filipinas, ainda que seja menor, segundo as informações que foram passadas aos senhores, cresceu de, anualmente, de 300 milhões para 400 milhões, para 500 milhões, para 600 milhões. E tende a crescer mais; está muito concentrada ainda em minério de ferro, carnes bovinas, o que é promissor, porque as Filipinas podem se tornar um centro de expansão desse comércio para a região, e outro item, que é o tabaco.

Estou à disposição dos senhores. Reitero que, para mim, é motivo de uma enorme honra, um grande prazer estar aqui novamente nessa Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado ao Embaixador Alcides Prates.

Eu convido e designo o Senador Geraldo Mesquita e a Senadora Maria do Carmo para funcionarem como Secretários desta Reunião. Mas... Não, só temos como secretários; escrutinadores, depois de votada.

Antes de passar à fase secreta, como prevê a Constituição e o Regimento Interno, eu indago aos Srs. Senadores se querem usar da palavra para questões que não sejam secretas.

Com a palavra, a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadora Maria do Carmo, Srs. Embaixadores, o Senador Edison Lobão, quando nos levantou uma questão, do alto da sua experiência e conhecimento, e, como eu sou Senadora no meu primeiro mandato...

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA) – É bondade de V.Exa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Eu aprendi, Senador, fui educada de que nós temos que aproveitar a experiência daqueles que já, no decorrer de toda uma vida, já têm muito o que nos ensinar.

E o senhor coloca uma questão que, realmente, me deixou a pensar. Os senhores embaixadores, quando chegam para ser aqui analisados na primeira vez, claro, primeiro posto é importante para uma função da mais alta significação para o nosso país, manter as relações com os demais países, o equilíbrio na... Nas relações políticas, nas relações comerciais. O interesse, claro, que o Embaixador vai para manter essa boa convivência, esse equilíbrio, mas defendendo o nosso país. Nós sabemos que são pessoas que foram extremamente preparadas, capacitadas pelo Itamaraty, pelo Instituto Rio Branco e que estão sendo apontadas pelo... Pelos seus méritos e pela capacidade que têm. Depois da primeira sabatina, é natural que, ao mudar de posto, só seriam indicados pelo próprio Ministério o nome à Presidência se bem tivessem desempenhado suas funções.

É aqui como eu vejo o Embaixador Jorge, o Embaixador Alcides, o Embaixador João Mendonça, que desempenharam bem suas missões e estão se colocando a serviço do Brasil, para novas missões em outros países, para estreitar mais esse relacionamento, para fazer com que o nosso país possa, na troca de experiências, na troca de conhecimentos, também podermos, cada vez mais, engrandecer o Brasil.

Então, era isso que eu queria colocar. Mas, acho que é realmente procedente essa colocação do Senador Edison Lobão. Mas, graças a Deus, isso ainda não aconteceu porque me tiraria a alegria de aqui aprender um pouco com a experiência de quem já esteve, com certeza, em situações de... Em situações até, podemos dizer, até difíceis. Acredito, Dr. Jorge, quando chegou em Angola, não deve ter sido fácil, naquele clima que ele vivenciou. E outros momentos em que os senhores, com sua inteligência, com competência, deram conta do recado, contribuíram para, cada vez mais, elastecer, cada vez mais, o Brasil poder ter essa convivência amigável, saudável, que muito vem ajudando o crescimento do Brasil.

Então, essa missão que os senhores... E que aqui estamos exatamente para, mais uma vez, reafirmar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senadora Rosalba, eu quero apenas concordar com a questão da avaliação de um Embaixador que já tenha passado pela sabatina. Mas, por outro lado, é um momento importante de nós atualizarmos as informações sobre todos... Todas as relações com os países e eu até, como um Parlamentarista, eu até vou mais longe. Eu acho que de vez em quando era até bom que nós ouvíssemos os Embaixadores que estão na ativa sobre o que está acontecendo num determinado país, e que o Senado pudesse ter esse tipo de interlocução também para termos um acompanhamento mais *pari passu.* Senador Cristovam...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Só para finalizar, Presidente, com licença, com sua permissão, Senador.

O senhor realmente, isso eu acho que nós deveríamos ter essa presença, quando concluísse uma missão, para que nós pudéssemos, realmente, estarmos mais atualizados, situados e poder, com o nosso trabalho no Senado, ajudar também a auxiliar o grande trabalho que os senhores fazem. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado. Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Se-

nadoras, Srs. Embaixadores. Eu sempre costumo dizer que é um dos momentos que eu sinto desejo de estar desse outro lado em vez de estar aqui é quando escolho Embaixador. E vocês vão para três países extremamente interessantes; Vietnã é um dos países onde eu estive que mais me fascinaram, onde eu acho que eu mais aprenderia, depois da Índia, talvez, e outros. Filipinas é um país também muito interessante para a gente ver. E, obviamente, o Peru, por tudo o que a gente tem.

Mas, eu gostaria de romper a fala sobre cada país e tentar tirar proveito da presença de três grandes personagens do nosso Itamaraty, para analisar algo mais das relações do Brasil com o mundo. Eu queria mais explorar como é que os senhores, três Embaixadores, que vão estar em três países diferentes, vêem o futuro da relação do Brasil nesse mundo, que ainda é unipolar, mas que eu queria ver como é que vocês estão vendo o surgimento de novos pólos, como a Comunidade Econômica Européia, a China e a própria Rússia. Se há ou não possibilidade de que esses sejam pólos? Sem falar da Índia. E como é que vai ficar o Brasil? Será que o Brasil vai ficar, de fato, no cenário das relações internacionais, não falo da economia, um país que vai ter que se aliar a um desses pólos? Ou o Brasil vai conseguir ter um papel de mais destaque?

Eu não nego que o esforço do Itamaraty, e aí eu diria até do próprio Presidente Lula, e desde Fernando Henrique Cardoso, é preciso dizer, tem sido extremamente positivo no crescimento do Brasil no cenário internacional. Nas minhas viagens, as pessoas se perguntam: "Como é possível um país como o Brasil ter um destaque muito menor do que a Iugoslávia teve durante muitos anos, de que o Egito tem, não é? Países que muito menores conseguem ter uma presença, ter uma influência". E não falo a Iugoslávia por causa da guerra, nem o Egito por causa dos conflitos, porque aí são, são destaques que a gente não quer que aconteçam no Brasil. Mas, quando é que a gente vai, nesse mundo em que há uma superpotência e começam a surgir, por aí, pelo menos três, sem falar da Índia, que podem ocupar um espaço tão grande que a gente fique marginalizado? Como é que a gente vai crescer ou a gente desiste até, de repente, não é um equívoco de política você assumir uma estrela menor. Em política, muitas vezes, e a gente que é candidato sabe, muitas vezes é muito melhor disputar uma eleição em busca de um cargo menor com chance de vencer do que buscar uma maior sem chance de vencer. Aliás, eu não sou o melhor exemplo para isso não porque eu tentei uma sem nenhuma chance de vencer, e a maior de todas.

Mas, o Brasil vai ter um destaque? Eu não falo em cinco anos, 10 anos, 20 anos, eu falo no longo prazo, nuns 40 anos, 50 anos, como Rio Branco, 100 anos atrás, conseguiu. E aí, obviamente, aproveitando para onde vocês vão, como é que vocês vêm o papel do Peru, das Filipinas e do Vietnã neste cenário de polarização? Esses países vão ser independentes? Eles vão estar afinados mais com um ou outro país das potências? Ou, de repente, a gente pode criar um eixo com eles, como está sendo criado com a África do Sul e com a Índia? Com o êxito muito grande, pelo que eu tenho acompanhado.

Essa é a pergunta que eu faço aos três, mais que tudo, tirando proveito de vocês do que fazendo sabatina.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Embaixador Jorge Taunay.

SR. JORGE D´ESCRAGNOLLE TAUNAY FILHO – Belíssima pergunta, Senador. Eu queria aproveitar também para agradecer as palavras generosas do Senador Edison Lobão, da Sra. Senadora, em relação ao Itamaraty, aos meus colegas, à minha carreira. E queria dizer que, quando entrei para o Itamaraty, quando eu entrei para o Rio Branco, o Diretor do Rio Branco, o Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento Silva, o então nosso Diretor, disse para a gente assim, olhou para a gente, todo mundo, anos 70, todo mundo com 20 e poucos anos e dizia assim: "Vocês vão ser os embaixadores do ano 2000. Que inveja que eu tenho de vocês porque, quando vocês forem Embaixadores, vocês vão falar com uma voz muito mais forte".

Eu pude sentir isso claramente quando estive em Angola. Quando eu cheguei em Angola, como eu disse, já havia a guerra e havia uma... O que chamávamos de TROICA – Estados Unidos, Rússia e Portugal, os três países que observavam, teoricamente, por mandato das Nações Unidas o processo de paz, monitoravam e davam conselhos. Conselhos sem parar, inclusive, muitas vezes, quando nem se quer era pedido. Mas, enfim.

E o Embaixador que era mais procurado pela imprensa, o Embaixador mais conhecido era o Embaixador do Brasil. Apesar de eles serem politicamente mais importantes naquele momento. Mas, a projeção do Brasil lá era muito maior.

Quanto ao futuro, Senador, eu acho que a resposta está na integração, na integração sul-americana. Como houve, de repente, nos confrontamos com o fim da Guerra Fria, o fim da bipolaridade, e uma afirmação agressiva, violenta e ameaçadora de unipolaridade, que se traduziu numa guerra que ninguém queria e que foi feita contra o... Conselho de toda a comunidade internacional.

Eu acho que, aí, isso foi um elemento agregador, que levou não só a América do Sul, como quase todas as regiões do mundo, a procurarem unir, a procurarem unir-se. E é o que nós fizemos. Estamos fazendo, quando se fala em integração do Mercosul com a comunidade andina, quando se fala em comunidade sul-americana de nações, é disso que nós estamos falando. Estamos falando do que disse o Presidente Juan Domingo Perón, uma bela frase disse: "O século XX vai nos encontrar unidos ou dominados".

Então, quando eu cheguei de Angola, o Secretário Geral, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, me deu a missão de sair pela América do Sul, mas, um pouco vendendo a idéia da comunidade sul-americana de nações, que já estava adiantada, que já tinha havido a reunião de Brasília, mas ele queria que a gente, que o Brasil, que era o Presidente *pro tempore*, o Secretário *pro tempore,* desse o impulso. E eu senti, de todos os países que eu visitei, talvez o mais entusiasmado foi o Peru, que nos acompanhou com mais entusiasmo, embora tenham eles outras prioridades, eles têm prioridades diferentes. Aquela coisa das coalizões de geometria variáveis; eles estão fazendo TLC com os Estados Unidos, mas o que não os impede de tentarem se acercar do Mercosul, de nós, porque eles estão conscientes, eles têm uma boa diplomacia, eles estão conscientes de que a integração é a resposta para esse fenômeno que o Senador descreveu. Eu acho que essa é a resposta nossa. Quanto mais integrados nós formos, e isso como diz... E isso não é fácil. Como diz o... O Ministro Celso Amorim diz assim: "A integração é difícil porque integracionista tem que ser do Presidente da República ao guarda de fronteira".

Eu me lembro, quando eu fui a Montevidéu, no ano passado, estava uma crise na fronteira, uma crise porque um caminhão uruguaio, com água Salus, tinha sido parado na fronteira do Rio Grande. E era manchete em todos os jornais. Por quê? Porque pararam. Quer dizer, não era o que o Governo queria, não era o que o Presidente queria, mas aconteceu.

Então, do Presidente ao guarda de fronteira e passando por toda a burocracia que, muitas vezes, não é fácil, mas, a resposta é essa. O que eu tenho para dizer é isso, Sr. Senador. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Algum dos senhores embaixadores quer complementar? Embaixador Alcides.

SR. ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES – Eu quero agradecer ao Senador por propor essa questão difícil. Eu entendo que o Brasil e outras regiões já estejam contemplando os problemas que o senhor sugere que podem surgir com a... Com erosão da unipolaridade, que já se vê.

Eu acredito que, por exemplo, os países pequenos do sudeste asiático, ao se unirem nesses 10 países, que são ASEAN, estão atentos a essa preocupação com eficácia.

O Brasil é um caso à parte porque o Brasil é, em si, já um continente, com essa população que temos, com esse território que temos, com uma... Com um passado, mais de 140, 150 anos que não temos guerra com vizinhos. Foi plantado, portanto, pelas gerações anteriores, preparado o terreno para essa integração a que se referiu o Embaixador Taunay, que estamos liderando, estamos ajudando a liderar.

Eu vejo apenas um... Não vejo muito problema nas nossas alianças, na aliança com os pólos a que o senhor sugeriu. Acho que já estamos tentando estabelecer esses vínculos com todos os pólos válidos. O grande problema, me parece, que é aquele problema sobre o qual o senhor é a grande autoridade, que é a educação.

Se nós não investirmos muito mais do que estamos já fazendo muito, na educação, nós tenderemos a ter problemas em manter essa... Essa superioridade potencial que temos, na evolução das placas que se deslocam no cenário internacional. Mas, eu acho que nós estamos preparados, estamos atentos, não só o Ministério das Relações Exteriores como o Governo brasileiro, como os Presidentes da República, que o senhor se referiu, como o Senado. Essa Sessão está ilustrando isso, essa preocupação do Brasil com esses problemas que existem.

A unipolaridade, ela é unipolaridade violenta; se ela continuar violenta, nós não teremos o que discutir porque o planeta não resistirá, não é? É muito fácil destruir. Será muito mais difícil fazer isso que o senhor nos propõe que pensemos como fazer melhor, que é criar um mundo pacífico e próspero. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Embaixador. Embaixador João Mendonça.

SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – Só algumas palavras, se o senhor me permitir. Eu queria, talvez, enfocar essa resposta, a minha resposta, com base na minha experiência de Xangai, que talvez seja bastante limitada, mas, de qualquer maneira, eu estava e passei quatro anos e meio em Xangai, no consulado geral. Então, o foco talvez seja mais econômico do que político, mas não é esse o meu objetivo.

A verdade é que, nesses anos de Xangai, o que me deixou extremamente convicto é que o nosso maior obstáculo nas relações com países distantes como a China, não está na distância geográfica, não está na língua, não está na diferença de cultura, e sim na falta de conhecimento. Ao mesmo tempo, o que eu

assisti nesses últimos anos é, na medida em que a economia brasileira volta a progredir, a mostrar sinais importantes de crescimento, de solução de problemas internos, o lado chinês tem se animado a buscar mais informações. A viajar mais. O... E isso é um fato concreto. Na medida em que eles vêem que o Brasil está buscando, está em via de resolver seus problemas, de crescer etc., o Brasil passa a ser importante para os chineses. Isso refletindo um pouco o grande pragmatismo dos chineses.

Eu também acho, e aí falando um pouco dessa... Da questão da integração, na medida em que nós progredimos na nossa integração, mais importante seremos para os chineses, inclusive, como uma solução a mais, não necessariamente a solução, para os vários problemas que eles têm. Quer dizer, nós estamos falando no mundo unipolar e a China, nesse mundo unipolar, precisa de mais aliados, precisa de mais contatos, precisa de um diálogo mais expansivo. Por isso mesmo, eu vejo que o nosso trabalho futuramente, se formos aprovados aqui, é de divulgar a nossa realidade. Esse eu acho que é o grande trabalho que nós podemos fazer nas nossas relações.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Embaixador. Sim, Senador Cristovam, depois ouviremos o Senador Inácio Arruda.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É possível ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim, claro. A reunião é democrática.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu li há pouco o livro de um correspondente de um jornal francês, radicado na China há muito tempo e tem um título que eu queria saber se o senhor concorda pelo título. O título é: "Fique rico e cale-se". Se cale.

(risos).

A idéia é que "vamos crescer a economia, mas vamos reprimir politicamente". Ou seja, não há liberdade nem haverá liberdade, agora, a economia vai crescer. Essa frase resume o que hoje acontece na China?

SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – Senador, eu acho que a China é bem mais complexa. Essa frase não reflete a realidade. É claro que ela repete, de alguma maneira, uma frase de Deng Xiaoping, que ele, ao propor a abertura etc., ele falou e ficou famoso, que é ser milionário e glorioso. É um pouco isso.

Mas, a verdade é que a China está vivendo uma série de problemas que o Governo está sendo obrigado a enfrentar, que é a disparidade de renda. O crescimento, ele, no fundo, está muito localizado, há uma grande dificuldade em internizar esse crescimento e isso gera debates e está gerando oposição e precisa ser atendido.

E isso é realmente, por esse motivo é que eu acho que a frase, ela é importante, mas ela não está sendo aceita. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Embaixador... Senador Inácio Arruda, pode ser Embaixador no futuro, ninguém sabe.

(risos).

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Essa... Essa questão das indicações de Embaixadores, o Senador Cristovam, eu acho que ele pode ficar tranqüilo porque ele pode ser sabatinado por essa Comissão. Não há impedimento legal. Então, qualquer hora, quem sabe, ele não será sabatinado. E agora numa situação mais favorável porque a oposição já anunciou que vai ser muito rigorosa com as sabatinas aqui, em função de determinadas indicações que aconteceram por aí. Então, acho que vai ser bom. No caso do Senador Cristovam, ele tem muitas facilidades porque ele já é um Embaixador do Brasil por aí afora. Então, ele vai ter muita facilidade.

Então, Senador Cristovam, fica tranqüilo, V.Exa. vai ser sabatinado, mas vai se sair muitíssimo bem.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Arruda, meu desejo não é ser sabatinado não, meu desejo era ser Embaixador.

(risos).

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Infelizmente, para poder responder à frase dos chineses de "fique rico e cale-se", V.Exa. vai ter que ser sabatinado, lamentavelmente.

Então, eu queria, assim, a minha preocupação maior com as nossas sabatinas, acho até que já aprovamos um requerimento do Senador Eduardo Azeredo a respeito, ou do Senador Cristovam ou do Senador Eduardo Azeredo ou de outro Senador, mas todos estavam dialogando nesse mesmo sentido, de como, durante o exercício do mandato dos Senadores, lá no Vietnã, nas Filipinas e no Peru, nós pudéssemos ter um diálogo na Comissão: Como estão as coisas? Os senhores foram sabatinados, aqui a turma é muito boa em sabatina de Embaixadores. E como estão as coisas? Essa nossa geopolítica sul americana, ela está acontecendo mesmo? Em Lima a gente sente isso? É possível que isso se materialize, fortalecendo esse bloco econômico que vai se constituindo na América do Sul, a partir do Mercosul? Quer dizer, têm outras iniciativas, ali os países andinos, mais andinos, digamos assim, porque todos nós estamos nessa... Nessa falha andina. Então, mas os mais andinos, que estão

em cima da Cordilheira, digamos, eles estão com essa perspectiva, eles vêem isso como possibilidade real?

No caso da Ásia, também há uma articulação econômica dos países asiáticos; se o Brasil chegar por esses portos ao Pacífico, daqui a pouco nós participamos também da associação do lado de lá, que seria de muito significado para nós.

Os senhores já estiveram em Embaixadas. Quer dizer, essa... Possibilidade que o Senador Cristovam levanta de o Brasil ocupar, acho que não é uma posição de estrela mediana, mas é o Brasil articulado na América do Sul, ele tem essas condições efetivamente de ocupar essa posição? Se nós tivéssemos oportunidade de examinar isso, no meio do mandato dos senhores, seria muito interessante. Às vezes é difícil, a gente: "Convoca ali o Embaixador do Vietnã. Convoca ali o Embaixador de Lima". Não se sai assim tão rapidamente do país...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Há um protocolo até...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Teve realmente um requerimento meu...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – ...para nós ouvirmos o Embaixador do Brasil na Argentina, que ele pudesse exatamente falar um pouco sobre o estágio da questão do Mercosul.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Mas ainda não marcamos a data e isso é novo realmente é original.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – É novo, é muito interessante

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Normalmente só o Ministro das Relações Exteriores que viria aqui para falar em nome de todos os Embaixadores. Essa é uma questão ainda por resolver com o Itamaraty.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – E, na resposta, e, na resposta do nosso Embaixador para o Vietnã, porque entrou essa... Essa questão do crescimento chinês, é, digamos, nós dávamos pouca importância à China. É tanto que a gente dizia assim, como castigo: "Vai para a China!" Está certo? Isso era antes, isso era desde sempre, não era no advento dos comunistas dirigindo a China não. Era antes disso. "Vai para a China!" Como castigo, Por quê?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Meu avô já falava isso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Seu avô já falava isso, então, o negócio é antigo. Por quê? Porque estava numa situação de dificuldade. A miséria era muito grande. Então, é um castigo, é uma desgraça você ir para a China. Hoje, isso alterou-se, por quê? Porque, ao planejar o seu desenvolvimento, criou condições tão favoráveis de crescimento econômico, que passou a ser um pólo de atração muito grande. Lá, na sua região, na Ásia, e no mundo inteiro.

Até há uma tese de que grande atrai grande. Mas eu acho que o Brasil tem potencial para isso. Quer dizer, ele não entra como um mediano ou um pequeno. Ele é um grande.

Agora, talvez a gente tivesse que ter mais planejamento do nosso crescimento, mais metas a serem alcançadas. Você vê agora já tiramos seis milhões de pessoas da miséria, abaixo da linha de pobreza, quer dizer, deixaram de estar abaixo da linha de pobreza e agora são pobres, quer dizer, um *status* mais avançado. Quer dizer, isso é que atrai. Quer dizer, o cara olha e diz: "Puxa vida, então, há motivos suficientes para nós alcançarmos o Brasil, apesar da distância geográfica, apesar da separação nos mapas, nós podemos alcançar o Brasil e vice-versa."

Nós passamos também a enxergar melhor a Ásia. Eu vejo esses países todos aqui, Filipinas, Vietnã, populações razoáveis, metade da população do Brasil. Então é... São, às vezes, o território é pequeno, mas o potencial econômico vai mostrando que é muito grande.

E não sei se é verdade, mas os senhores podem confirmar ou não, a política nossa sempre foi muito, muito boa, política externa brasileira, mas, parece que há, na atualidade, mais agressividade na política externa brasileira. Nós passamos a, digamos assim, em todos os aspectos, econômicos, culturais, de direitos sociais, nós passamos a sermos mais agressivos. Nós estamos vendendo mais Brasil. E está sendo aceito. A impressão que eu tenho, não sei se isso é verdadeiro, é de que aonde se anda por aí, na África, na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia, há um sentimento de que o Brasil está chegando. Em todas as áreas. Na música, nas artes em geral, na economia. Não só mais nas matérias primas, mas em manufaturados. Nós estamos vendendo manufaturados para todos esses países, para todas essas regiões.

Então, parece que há mais agressividade nossa. E, no caso da América do Sul, parece que há uma necessidade, é como se alguns países pedissem ao Brasil, dissessem: "Oh, Brasil, vocês precisam vir para cá. vocês precisam trazer indústrias para cá, vocês pre-

cisam trazer as empresas brasileiras para cá", porque isso gera uma integração mais sólida, se nós temos empresas associadas, seja aqui, ou mesmo na China ou no Vietnã ou nas Filipinas. Não sei se estou falando verdadeiramente, se isso acontece. Se há mais agressividade na política externa brasileira, do ponto de vista de vender o Brasil. O Brasil é um bom produto na atualidade. Não sei se isso é verdadeiro. Gostaria que os senhores pudessem opinar sobre essas questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Antes de responder ao Senador Inácio, eu vou passar a palavra ao Senador Geraldo Mesquita que, em seguida, os Embaixadores poderão falar.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Muito obrigado, Senador Azeredo. Quero, inicialmente... Olha, eu quero discordar do Senador Inácio com relação ao Senador Cristovam. Se o Senador Cristovam...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – Não precisa de sabatina...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Não. Eu acho que a gente tem que valorizar... Olhe, eu considero duas maneiras, aliás, as duas únicas que eu considero fundamentais para que o cidadão, a cidadã preste serviços ao seu país: É através do concurso público ou através do mandato eletivo.

Eu quero dizer com isso o seguinte, eu já propus aqui que o Senador Buarque fosse Ministro da Fazenda, inclusive, do nosso país, para que a educação ascendesse--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – E Ruy Barbosa--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Ao seu *status* importante e que tem que ter. Agora, para Embaixador, não votaria nele por uma razão muito simples, eu acho que a gente deve valorizar é aqueles que se submeteram a um concurso duríssimo no Instituto Rio Branco, fazem uma carreira, vocês. Entende?

Com total apreço que eu tenho ao Senador Buarque, eu acho que não se deve quebrar essa regra...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas eu fui professor do Rio Branco.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Ah, o senhor foi professor do Rio Branco?

(risos).

Eu acho que o Senador Buarque, jovem como é, pode... Pode ingressar no Instituto Rio Branco, agora como...

(risos).

Mas é brincadeira. Mas, eu queria dizer, na verdade, Embaixador Jorge, que sua fala me despertou muita curiosidade. O seu espírito de integração aqui no nosso continente.

Olhe, dia 05 agora, dia 05 próximo, de outubro, Parlamentares de países que fazem parte de um... Países andinos, e nós, que fazemos parte do Parlamento do Mercosul, vamos nos encontrar em Cochabamba para começarmos ou continuarmos a conversar sobre esse processo de integração que tem que se acentuar, cada vez mais. Vamos conversar da possibilidade de conciliarmos agendas em torno de determinados temas para que a gente não fique disperso por aí, despendendo tanto esforço sem, sem muita concentração, sem muita objetividade.

Então, nesse sentido, outras... Outras... Outros episódios, acredito que deverão ocorrer. Essa reunião de Cochabamba, eu estou assim com uma expectativa muito boa em relação a ela porque é um passo muito interessante, muito importante. O Parlamento do Mercosul, agora, funcionando há pouco tempo aqui, com exceção do Senador Mão Santa, todos nós fazemos parte dele. A nossa expectativa com relação a esse Parlamento é muito positiva. E, portanto, Embaixador Jorge, eu ouvi com muito prazer, assim, a sua fala, o seu espírito de em torno da integração.

Quero... Aqui não é nem uma indagação, mas é uma solicitação, aliás, não precisaria nem fazer, tendo em vista o que o senhor falou aqui. Mas, a sua participação mesmo apaixonada em nos ajudar com relação a isso. Conversei, há poucos dias atrás, com o Embaixador do Peru, aqui no Brasil, recém-chegado. Ele expressou a mesma opinião, o mesmo entendimento. Ele estará aqui, na próxima semana, virá aqui falar conosco, aqui na Comissão de Relações Exteriores. A idéia do Senador Azeredo é muito interessante. Era aquilo que eu falava no início. A gente precisa se despir de alguns formalismos, aqui na nossa Casa, se preciso for, até emendar a Constituição nesse sentido, para darmos efetiva... A sorte é que, por exemplo, de uma formalidade como essa, a gente se aproveita da presença dos senhores aqui e todas as vezes que eu tenho participado aqui de... Do que a gente chama aqui de sabatina dos... Dos candidatos a embaixadores, os debates são sempre muito interessantes.

Então, a idéia do Senador Azeredo é muito interessante. A gente... Quem sabe a gente não evolui para... Para nos liberarmos, a nós, aos senhores dessa... Dessa formalidade, e introduzimos mecanismos que dotemos a Comissão de Relações Exteriores, de mecanismos que permitam que esse encontro seja... Seja habitual, que a gente possa, o Embaixador lá no Vietnã, está lá há um ano, que venha aqui na Comissão falar para o Senado da República acerca do que

está acontecendo nas relações do Brasil com esse país, enfim, não é?

A sorte é que a gente transforma a formalidade aqui numa coisa muito interessante, pelo menos de nossa parte, sempre é muito interessante. Mas, a gente precisaria pensar em evoluir nesse sentido.

Em suma, queria era a sua... Me dirijo especialmente ao senhor, à sua... À sua participação mesmo nesse processo. Eu acho que o caminho é esse. O caminho é esse. Eu enxergo. Eu enxergo no processo de integração desse belo continente, eu costumo até usar uma expressão, eu digo: "Olha, a gente precisa juntar as nossas precariedades, que são muitas, com as nossas potencialidades também, para que a gente se fortaleça". Eu não consigo enxergar, eu não consigo enxergar, na perspectiva que o Senador Buarque colocou aí, 40, 50 anos... O mundo está caminhando para isso. O mundo, nesse processo de globalização, eu digo sempre, a gente, nesse processo, há um outro processo dentro dele, que é o processo de "blocalização". O mundo está se constituindo em blocos, em grandes blocos. A gente não pode ficar alheio e nem à margem de um processo desses, sob pena de a gente nunca ascender à condição que o Senador Inácio já nos... Nos cunha, de um grande país. A gente pode sucumbir no processo desses, a gente pode ser tragado num processo desses.

Portanto, eu enxergo, e não é romantismo, eu enxergo com muita praticidade a questão da integração, como algo que a gente precisa, como o senhor disse, do Presidente da República ao cara lá do posto aduaneiro. Esse sentimento tem que nos impregnar para que a gente efetivamente construa essa realidade e já num horizonte muito mais próximo. A gente não pode deixar isso para muito tempo lá na frente. A gente precisa começar a trabalhar isso com mais intensidade, construir fatos que possam ir, tijolo a tijolo, não é? Construindo essa idéia, essa casa. A integração dos povos da América Latina, da América do Sul para que a gente possa fazer face aos desafios aí, no mundo de hoje.

Portanto, a sua colaboração, tenho certeza que vai ser de fundamental importância nesse processo, Embaixador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. O Senador é também hoje Presidente do nosso grupo no Parlamento do Mercosul.

E eu queria até aproveitar, pedir ao Embaixador Marco Antônio, que pudesse ultimar uma solução intermediária, que nós já tínhamos achado, que era que o Embaixador do Brasil Argentina viesse para uma reunião conosco, que poderia ser um café da manhã, uma reunião mais informal. É a solução intermediária, já que a vinda dele nesta Comissão, por enquanto, ela ainda depende de... Só o Ministro das Relações Exteriores é que pode vir. Mas essa solução intermediária nós pudéssemos ultimar, pedir que ele venha aqui, nós possamos fazer essa reunião, até conjunta com o pessoal do Mercosul, com os representantes dos Parlamentares do Mercosul, para ter a posição dele, o que é que ele está sentindo de dificuldade nessa implementação do Mercosul na parte da Argentina, que é o nosso principal parceiro no caso do Mercosul.

O Senador Cristovam Buarque, eu pediria, se V.Exa. puder, que já foi Presidente dessa Comissão, puder assumir a Presidência apenas por alguns instantes, que eu tenho que ir, numa Comissão ao lado, para uma votação que se processa também de uma indicação para a ANAC, e aí, então, já passaríamos a ouvir os Srs. Embaixadores sobre essas questões colocadas pelo Senador Inácio e pelo Senador Geraldo Mesquita.

(troca de presidência)

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Presidente Buarque, eu queria só uma questãozinha rápida aqui, é porque eu fui designado pelo Senador Azeredo para secretariar e certamente apurar ali. Eu estou sendo chamado na Comissão de Infra-Estrutura. Tenho ali uma questão importante, que a gente precisa estar lá para resolver, e pediria que o senhor designasse, em meu lugar, um outro colega, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Está bem, fica o Senador Mão Santa tem que... vai votar. Eu também preciso votar ainda. Então, nós vamos fazer a apuração, mas eu encontrarei um substituto. Eu passo a palavra ao Embaixador--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – O PT é bola branca.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Eu passo a palavra ao Embaixador Jorge Taunay Filho.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE) – PC do B é bola vermelha.

(risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Bem, eu passo a palavra ao Embaixador Jorge Taunay Filho e pedindo apenas um pouco, se possível, ser rápido porque a apuração só é possível depois de concluir a Sessão. E os Senadores, como estão muito atarefados, eu temo que eles saiam. Embaixador Jorge.

SR. JORGE D´ESCRAGNOLLE TAUNAY FILHO – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Presidente. É... Em primeiro lugar, eu gostaria de, realmente, louvar, com toda a ênfase possível, a idéia de convocar Embaixadores que estão servindo nos postos do exterior para vir, para vir conversar aqui com os Srs. Senadores. Porque quem viveu no exterior sabe, muitas vezes, a vida é solitária, o trabalho é solitário. Muitas vezes não se sabe, não tem o que se chama hoje em linguagem de informática é... *Feedback*. É difícil saber se o trabalho da gente está sendo visto.

Então, o sujeito está lá na África, por exemplo e, de repente, recebe uma convocação do Senado Federal para vir falar sobre o país onde a pessoa está trabalhando? Isso é um estímulo profissional poderosíssimo, compreende? Eu acho que é uma excelente idéia. Eu viria aqui com a maior alegria se isso acontecesse.

Quanto à integração e o papel do Brasil nela, eu acho que todos concordam que o Brasil tem um papel importante, mas todos têm a integração sul-americana, assim como a formação de blocos no mundo inteiro é a resposta aos fenômenos de política do cenário internacional atual, ao fenômeno do fim do bipolarismo, da erosão, do unipolarismo também.

E o que eu senti e sinto é que embora, embora alguns países, com velocidades maiores ou menores, todos comungam do mesmo ideal, todos sabem que a integração é essencial. É essencial. Agora mesmo estamos empenhados no trabalho, eu e o Embaixador Ênio Cordeiro, aqui presente, que vai me suceder, no lugar onde eu estou hoje, no trabalho da elaboração do tratado da União Sul-americana de nações.

Temos visto grande sentido de cooperação e de colaboração em todos os países. As conversas, as negociações estão indo muito aceleradamente, muito bem. Então, o texto está quase todo pronto. E isso aí reflete o ideal. Esse ideal de... De integração é de todos e não poderia ser de outra maneira. Se não houvesse a vontade de todos, era difícil concretizar.

E eu acho, então, o papel do Brasil é importante, mas o papel de todos os países também é. Obrigado.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Embaixador Alcides Prates.

SR. ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES – Muito brevemente, eu queria atender a pergunta do Senador Inácio Arruda sobre a expansão do Brasil na Ásia, especificamente. Assim, não há dúvida, me parece que, nos últimos anos, tem havido essa expansão, talvez não com a velocidade que terá, porque, conforme o Ministro Celso Amorim já tem manifestado muito claramente, a intenção é de que o ano de 2008 seja um ano especificamente voltado para a Ásia, onde já há... As relações com a China têm aumentado extraordinariamente, com a Índia, com o Japão, são tradicionais, estão passando por uma fase que será superada, mas não é, mas não é por razões nossas que está assim, mas será superada. E o resto da Ásia, o que sobrou, justamente que é o Sudoeste asiático, está se organizando e é, hoje em dia... Os países individualmente e a ASEAN são interlocutores válidos. Eu não tenho nenhuma dúvida de que as nossas relações econômicas e políticas com a Ásia vão aumentar ainda mais.

SR. JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO – Se permitir, eu gostaria de falar novamente sobre o meu posto anterior. O que é que aconteceu em Xangai? Quando eu cheguei, há quatro anos e meio atrás, em Xangai, ou melhor, até um pouco antes, o posto tinha sido, inclusive, fechado porque não era considerada uma prioridade nossa.

Quando eu cheguei, eu passei a ter um apoio, que eu acho que é importante dizer. O posto foi lotado e passei a ter funcionários, eu passei a ter recursos para poder trabalhar. Eu nunca me senti tão bem na carreira quanto nesse meu posto anterior, no Consulado em Xangai.

Ao mesmo tempo, e foi para mim uma grande surpresa, descobrir o novo ativismo do empresário brasileiro. Eu, quando cheguei em Xangai, tinha uns 20 e poucos brasileiros; hoje são mais de 800. São 40 empresas que estão procurando fazer negócios na China.

E, juntamente com o Embaixador, em Beijing, nós formamos um grupo que hoje é o fórum das empresas brasileiras na China, que nos ajuda muito a trabalharmos juntos, a desenvolvermos nosso relacionamento.

Hoje, uma empresa, querendo fazer negócios na China, ela não só, ela tem um apoio do Consulado, tem o apoio da Embaixada, mas também tem o apoio das outras empresas lá. Então, na realidade, isso tudo mostra um grande ativismo e eu acho que isso precisa ser dito.

Ao mesmo tempo, eu gostaria, só respondendo àquela questão do... Não questão, mas a proposta que o Embaixador Taunay já disse que louva essa posição. Eu acho que nós temos até um mecanismo para vir aqui mais freqüentemente, nós temos, em postos difíceis, sobretudo, nós temos o mecanismo da vinda periódica, que é pelo qual o Itamaraty nos paga para vir aqui ao Brasil.

E eu acho isso, poderíamos usar isso como... Exatamente. Bom, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado.

Conforme a Constituição prevê e o nosso Regimento, eu vou transformar a Reunião em secreta para alguma indagação adicional e também para escrutinação dos votos que foram já dados pelos Srs. Senadores e Senadoras em relação à indicação dos três Embaixadores que vão apresentar o Brasil no Peru, nas Filipinas e no Vietnã.

(Sessão secreta às 12h11).

(Sessão reaberta ao público às 12h33).

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Senador Mão Santa, só interromper um momento. Reaberta a Sessão, eu quero informar que os três Embaixadores foram... Os três Embaixadores foram aprovados por unanimidade. O Embaixador Alcides Gastão Rostand Prates, como Embaixador do Brasil na República das Filipinas. O Embaixador João Mendonça Lima Neto como Embaixador do Brasil na República Socialista do Vietnã e o Embaixador Jorge D´Escragnolle Taunay Filho, representando o Brasil na República do Peru.

Continua a palavra com o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Presidente, Professor Cristovam, a maior empresa de fazer contabilidade de Imposto de Renda é norte-americana, mas hoje ela só tem o telefone lá para falar na Índia, por quê? Porque um técnico, aqui no nosso mundo capitalista, ele quer 10 mil dólares para trabalhar, oito mil dólares, e lá eles deram curso para esse pessoal, com 800 dólares, então, são verdadeiras ilhas desses capitais internacionais, que estão nesses logradouros aí que progridem.

Então, cada vez, eles vão na vantagem porque é difícil a gente conseguir aqui botar empresa. É como o homem disse: "a vida fora está difícil".

Então, eu vejo Nisso perspectiva cada vez pior porque a mão-de-obra lá tem essas facilidades do Governo e o fato é que eles, vamos dizer, eles estão andando de avião e nós estamos andando de jumento. Ele diz que o autor, o autor diz que foi levar a filha dele e disse: "Olha, você vai ver lá charrete, bicicleta..." E a avenida onde ele conhecia é só moto, é só carro. O progresso, então, eles estão acelerados. Essa é a nossa realidade. Essa globalização aí é... Do mundo atual.

E o nosso Peru aí. É interessante mesmo, nós vimos aqui, tanto a Marinha como a Aeronáutica. É triste a situação do Brasil. Hoje, se nós tivéssemos uma guerra, nós só ganharíamos da Bolívia, graças a Deus. Avalie se ele estivesse mais forte, do Uruguai e do Paraguai. Na prática, em dados, você entendeu? Essa é a realidade. Então, você vê as fronteiras.

Então, eu estou meio... Eu não estou nem ingênuo... Essa é, vamos dizer, eu queria ser um realista com esperança. Mas, essa é a nossa realidade. O Senado tem dado a contribuição porque, no começo, no começo aqui, quase tudo era... Não era de carreira.

Então, hoje a gente já vê. É muito raro hoje, porque a gente começava a dar bola preta e demos "uns paus".

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Hoje não tem nenhum, não tem nenhum.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Mas a minha experiência, que eu tenho disso não foi no Governo do Luiz Inácio não; foi do Sr. FHC. Eu fui à Cuba, eu conheço tudinho lá. Aquela malandragem todinha eu conheço. Está muito perigosa a questão das Américas. Cuba existe, Venezuela existe. Eu, há quatro anos e seis meses, eu cheguei aqui dizendo que o Chavez é doido, não tem nada, é perigoso, olhe. Eu estava lá e eu vi aquele plebiscito. Eu assisti o discurso dele, eu fui ao comício. O jornal lá disse que o partido lá do Bush botou 50 mil. Aí, eu fui, um rapaz da Embaixada que me acompanhou, vi o Vice-Presidente do Chavez, grande orador. Ele é formado em Direito e jornalista. Mas, o assessor da Embaixada, que estava comigo disse: O Chavez é que fala melhor. Eu fiquei impressionado. Porque o Vice-Presidente falou divinamente e até o discurso dele em português.

E realmente eu fui ver esse Chavez. É um perigo. Olha, ele disse no dia seguinte, que tinha um jornal que ele botou 250 mil. Quer dizer, os que queriam derrubar ele, naquele referendo, botaram 50 mil, eu digo: "250 mil e dois, eu estava com a minha mulher, bem pertinho, era um telão. O homem era um orador perigoso e está aí. Eu vi, no começo, eu estava lá no referendo. Assisti. E está aí ele. O do Equador é mais forte do que ele. Porque o que já fez e foi em pouco tempo, ele levou seis anos, mas fechou o Congresso, cassou 19 Deputados. Aí, os cabras foram na Justiça. E voltaram com liminar. Ele prendeu nove; 10 fugiram para a Colômbia. vão ler lá aquele Garcia Marques e mandou prender o Juiz. Quer dizer, nós estamos na iminência desse negócio. Graças a Deus, o seu, ele é democrático, Alan Garcia já foi, é outra mentalidade. Mas Bolívia está no mesmo rumo; Nicarágua está no mesmo rumo e aqui, essa Casa tem que deter isso porque eles estão falando em fechar Senado, é isso. Nós somos últimos. Isso aqui era para estar tudinho do PT, é porque nós começamos a votar coisa, mas não foi não, Fernando Henrique que iniciou esse balcão(F) à Cuba.

Aí tinha um Embaixador que era um amigo dele, estava em lua-de-mel. Chegou lá, e foi falar com o Fernando tudo o que é bonito mesmo, as praias. Aí, eles são organizados.

Eu tinha um... Pedro era da KGB: "A gente não dá um passo não, o Governador chega, está tudo pro-

gramado, vai lá na praia e pá, pá". Eu digo: "Pedro e tal ". Aquela confusão.

O responsável por mim era o Governador de Havana, que era um Deputado um rapaz muito simpático. Mas, esses regimes estão aí. É muito perigo o que eu vejo. Por isso essa história de fechar o Senado, porque nós estamos defendendo; é a última resistência que tem. Eu não sei até quando vai.

Mas, o Peru... O Peru, graças a Deus, ele veio até aqui o Alan Garcia. Você vê que o negócio está tão intenso, que ele sente essa resistência, o nosso Morales botou foi o Presidente feito besta, esperando ele aí, e o Congresso e nem veio. Porque aqui é uma resistência, não é? Você sabe, nós temos resistido. Mas, vocês, Embaixadores, têm uma missão extraordinária.

Mas, a minha experiência que eu fui em Cuba tinha um desses aí, um amigo do Fernando Henrique Cardoso. E estava lá em lua-de-mel, lá, com a mulher dele. Olha, mas o... O KGB, lá, o Pedro, ficava gozando dele, quando a gente chega, o outro nem sabia, e a gente tem viajado, sabe como é útil, é a importância, a especialização de vocês; não se cria, cada macaco em seu galho. Esse país está piorando em todos os aspectos. Vamos começar aí pelo Jobim. O Jobim passou na Justiça foi um desastre. Foi o período pior que ela esteve no Brasil; foi só sair de lá, melhorou a Justiça. Já está aí com o comando aí e tal, tal.

Mas esse PT e ele entrou aí, você pode ver os primeiros Embaixadores eram todos do PT.

Então, o Senado já deu esse serviço. Reconhecimento aos profissionais que vocês têm, um ideal, um sonho, e garante, hoje não vai se pensar mais em guerra, há paz. E o Sr. Francisco diz: "É paz e bem. Vocês no meu senso representam essa paz que todo mundo sonha".

Então, nós estamos aqui para aplaudir o trabalho, como testemunho que nós temos a dar, é muito superior quando a gente é acolhido e a participação de uma Embaixada de que uns leigos desses. Um, que o Fernando Henrique, eu não sei nem o nome dele, nem contei, eu sei que ele estava lá com a mulher dele, em lua-de-mel. Eu era Governador do Piauí e fiz importantes convênios com a Universidade, está vendo? Culturais e tudo. E nós temos que nos aproximar desse Peru. Eles são mais educados do que nós. Eles têm Universidade lá; a mais velha da América do Sul é a Universidade de São Marco, em 1540. A nossa primeira, quando foi? Professor? A Universidade?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – 1922.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Então, eles têm esse fundamento da educação.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – E peço permissão, a nossa primeira foi de 1922 e com um detalhe: Ela foi criada porque o Rei da Bélgica vinha ao Brasil e exigia, no protocolo, receber um título de *Dr. Honoris Causa* e o Brasil não tinha Universidade para dar *Honoris Causa*, então, juntaram três cursos superiores que existiam no Rio e criaram a Universidade. E a idéia era que não houvesse mais nenhuma, porque botaram o nome de Universidade do Brasil.

(risos).

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Não botaram do Rio de Janeiro nem nada, era do Brasil. Ou seja, seria a única. Era para dar um título creio que, Leopoldo II, não me lembro o nome. Mas era o rei da Bélgica.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Ele veio visitar exatamente Minas Gerais, que foi o empreendimento da Bélgica na siderurgia, foi na companhia siderúrgica Belgo Mineira na época.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Presidente, eu gostaria de pedir licença para me retirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Perfeito. Nós estamos terminando, Senador Cristovam. Eu queria apenas lembrar que realmente, no primeiro Governo do Lula, nós tivemos três Embaixadores que não eram de carreira; neste momento, não há nenhum Embaixador que não seja de carreira. Mas, eu quero dar a minha opinião pessoal, eu acredito que, em um caso ou outro, é válido que possamos ter Embaixadores que representem o Brasil, mesmo não sendo de carreira. Isso acontece com outros países. O Embaixador dos Estados Unidos no Brasil hoje, ele também não é um Embaixador de carreira. Então, não vejo também que tenha que haver essa... Essa proibição. É claro que sempre, como regra, devem ser os Embaixadores de carreira. Mas, uma ou outra exceção não vejo problema que aconteça.

Indago só dos Srs. Embaixadores se querem fazer alguma afirmação ainda, alguma declaração final. E já, de antemão, cumprimentando-os pela aprovação.

Então, Embaixador Alcides Prates.

SR. ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES – Eu gostaria apenas de comentar muito brevemente um comentário do Senador sobre as causas de que países asiáticos estejam crescendo a sete ou 8% ao ano e foram essas que o senhor mencionou. A simplificação fiscal, simplificação na burocracia para pequenas e médias empresas e educação, o *autosourcing*, que o senhor se referiu; as empresas americanas usam a Índia e usam as Filipinas. E aí são fatores de crescimento. Obrigado.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Tudo que é cidade aí têm tomógrafos, ultra especializado dentro da especialidade da radiologia, mas acontece que aquilo ali hoje está de tal maneira que o médico que dá o laudo está lá na Índia, lá nas Filipinas. Vai, nesses fenômenos da internet, que é né... Que é a maior invenção hoje do mundo moderno, então, aquilo ali já chega na hora pelo fuso horário, na mesa do cirurgião, o diagnóstico dado pelo profissional técnico que está numa desses países da Ásia.

Quer dizer, a gente tem o aparelho e feito o serviço por técnico, técnico prático. Mas quem dá o lado científico, o lado diagnóstico do laudo está lá num país desses.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Obrigado, Senador Mão Santa. Agradeço, então, aos Senadores e Senadoras e cumprimento os senhores Embaixadores. Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 12h35.)

Ata da 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 27 de setembro de 2007, às dez horas.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e sete de setembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores EDUARDO SUPLICY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JOÃO RIBEIRO, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, SERYS SLHESSARENKO, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, EDISON LOBÃO E FLEXA RIBEIRO. Justificou a ausência o Senador Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia a 1ª Parte da Reunião que destina-se a ouvir, em Audiência Pública, o Embaixador da República do Peru no Brasil, Hugo de Zela, para explanar aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o terremoto de grandes proporções que atingiu recentemente a República do Peru, sobre a extensão da ajuda internacional às vítimas, incluindo a participação do governo brasileiro, bem como, acerca das medidas cogitadas para a reconstrução das cidades e para a volta à normalidade, em atendimento ao Requerimento nº 61, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado dia 06/09/2007. O Presidente convida o Embaixador para compor a Mesa. O Senador EDUARDO SUPLICY faz uso da palavra. O Presidente concede a palavra ao Embaixador Hugo de Zela para fazer sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores GERALDO MESQUITA JÚNIOR, ROMEU TUMA E EDUARDO SUPLICY. O Presidente suspende a reunião por dois minutos para que o Senhor Embaixador Hugo de Zela receba o cumprimento dos Senadores. O Presidente comunica que o prazo para a apresentação das emendas ao Plano Plurianual perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional será entre os dias vinte e seis de setembro e primeiro de outubro e que o relator é o Senador Romeu Tuma. O Presidente informa que a reunião para deliberação sobre as emendas será dia três de outubro. Fazem uso da palavra os Senadores ROMEU TUMA E FLEXA RIBEIRO. O presidente também comunica que o Contra-Almirante Maurílio Euclides Ferreira da Silva, Diretor da Secretaria de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia do Ministério da Defesa, convida a Comissão para participar do seminário de Ciência e Tecnologia em áreas estratégicas e de Aplicação Dual, que ocorrerá nos dias 24 e 25 de outubro do corrente. O Presidente lê um ofício enviado pela Governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, com a assinatura da maioria dos Governadores da região Norte e Nordeste, onde se faz um apelo para o ingresso da Venezuela no Mercosul. Fazem uso da palavra os Senadores ROMEU TUMA, FLEXA RIBEIRO E EDUARDO SUPLICY. O Presidente coloca em votação como Extra Pauta, o Requerimento nº 71, de 2007 – CRE, de própria autoria que "*requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Embaixador Rubens Barbosa, para, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, discutir a questão da adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul".* O Senador EDUARDO SUPLICY faz uso da palavra. Aprovado. O Presidente passa a apreciação da 2ª Parte da Reunião convidando os Embaixadores Brian Michael Fraser Neele e Leda Lucia Martins Camargo para comporem a Mesa. Item 01: Mensagem (SF) nº 134, de 2007, de autoria do Presidente da República, que "*Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Brian Michael Fraser Neele, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras".* Item 02: Mensagem (SF) nº 135, de 2007, de autoria do

Presidente da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal a Indicação da Senhora Leda Lucia Martins Camargo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Tcheca."* O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador EDUARDO SUPLICY, para fazer a leitura do seu Relatório. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador JARBAS VASCONCELOS, para fazer a leitura do seu Relatório. O Presidente abre o processo de votação. O Presidente concede a palavra ao Embaixador BRIAN MICHAEL FRASER NEELE para fazer sua exposição. O Presidente concede a palavra a Embaixadora LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO para fazer sua exposição. O Presidente concede a palavra ao Senador EDUARDO SUPLICY. A Reunião torna-se secreta às onze horas e cinqüenta e quatro minutos. A Sessão é reaberta às doze horas e vinte e seis minutos. O Presidente coloca em votação como Extra Pauta o Requerimento nº 72, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti que *"requer a prorrogação por 15 (quinze) dias da designação dessa Comissão, encaminhada pelo Of. nº 340/2007-CRE, para que eu possa representar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na denominada Operação U-Patakon III, da Polícia Federal, bem como os desdobramentos desse processo na reserva indígena Raposa – Serra do Sol, em Roraima."* Aprovado. O Senhor Presidente comunica a aprovação dos indicados. O Senhor Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO M. DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Havendo número regimental declaro aberta a 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à Pauta. Item 1. Audiência pública com a presença do Exmo. Sr. Embaixador da República do Peru, Hugo de Zela, para explanar aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o terremoto de grandes proporções que atingiu recentemente a República do Peru; sobre a extensão da ajuda internacional às vítimas, incluindo a participação do Governo Brasileiro, bem como acerca das medidas cogitadas para a reconstrução das cidades e para a volta a normalidade e atendimento ao Requerimento 61/2007 desta Comissão, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 06 de setembro de 2007.

Convido o Sr. Embaixador Hugo de Zela para compor a Mesa. Concedo a palavra ao Excelentíssimo Sr. Embaixador Hugo de Zela para fazer a sua exposição. Comunicamos que haverá, em seguida, a oitiva do Sr. Embaixador, na Sessão para aprovação de suas mensagens do Itamaraty para aprovação dos nomes dos Srs. Brian Fraser Neele, para República de Honduras, e Leda Lúcia Martins Camargo, para a República Tcheca. Sr. Embaixador Hugo de Zela, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pela ordem, tem V. Exa. a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu queria sugerir, dada a relevância da exposição do Embaixador Hugo de Zela e o fato de termos a Embaixadora Leda Lúcia Camargo e também o Embaixador Brian Michael Fraser Neele, aqui aguardando para, logo em seguida, serem argüidos. Mas, sendo eles membros do Itamaraty, que têm grande interesse em conhecer a situação havida no Peru, então, queria sugerir que V. Exa. convidasse os Embaixadores para também assistir a exposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu já fiz esse convite, os coloquei à vontade, só que eles estão na ante-sala preparando exatamente a oitiva. Em seguida, eles estão com a liberdade de se dirigir à sala. O convite já foi feito, e eu peço ao Secretário que, mais uma vez...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Que insista...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Porque eles estão exatamente preparando...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eles estão muito bem preparados.

SR. HUGO DE ZELA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Senadores, membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, é, para mim, particularmente grato dirigir-me a vocês nesta ocasião tão especial. Eu estou recém iniciando minha missão neste país, motivo pelo qual estou realmente honrado com este convite da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ainda que neste caso tenha que ocupar-me de um assunto muito penoso. Mas eu quero começar esta breve apresentação, agradecendo mui-

to ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, que foi quem teve a iniciativa de fazer este convite pelo qual estou muito reconhecido.

Entrando no tema. O movimento sísmico, o terremoto, como nós falamos no espanhol, ocorreu às 18h40 e teve uma magnitude de 7.9 graus na escala Richter. O epicentro, vocês podem ver no mapa, foi localizado a 60 quilômetros a Oeste da cidade de Pisco, que vocês vêem aí, não? Que, mais ou menos, para situar vocês, a 290 quilômetros ao sul de Lima, capital do Peru, e abrangeu todo o litoral sul e centro do Peru. Este sismo afetou muito fortemente as cidades de Ica, Chincha, Naska, Pisco, Palpa, Cañete Yalyos, cidades que estão todas ao redor dessas zonas que vocês vêem no mapa.

Então, segundo informações do Instituto Nacional de Defesa Civil que, no caso do Peru, tem a seu cargo ocupar-se desses dois assuntos, tivemos mais de 500 vítimas, mais de 500 mortos, mais quase 2000 feridos e quase 72 mil famílias danificadas e uma destruição de pouco mais de 70 mil moradias e 146 centros educativos. Como vocês podem comprovar, foi um sismo de uma magnitude importante. Obviamente, algumas pontes, algumas rodovias foram afetadas também. Então, a conexão dessas cidades com as outras do país foram impedidas, no caso. Uma das primeiras ações executadas pelo Governo do Peru foi enviar um grupo de Ministros de Estado para olhar o que estava acontecendo nas zonas afetadas. E, como resultado desse processo, foi criado por lei do Congresso do Peru um Fundo para a reconstrução integral das zonas afetadas por este sismo que ocorreu, como vocês lembram, em 15 de agosto.

Então, é a Presidência do Conselho do Ministro do Peru que tem que administrar este fundo, que tem autonomia econômica, financeira e técnica e que tem por objetivo central alcançar a reabilitação, a reconstrução das zonas declaradas em emergência. Para evitar qualquer utilização política, o Sr. Presidente da República do Peru designou um membro, um empresário, para liderar este fundo. Não. Agora, no exterior e obviamente, o Ministério das Relações Exteriores do Peru, que teve a seu cargo coordenar a ajuda externa. Vou referir-me somente, de forma muito breve, ao caso do Brasil, às ações no Brasil. Aqui, a Embaixada apenas socorreu o sismo, emitiu um comunicado solicitando doações, principalmente alimentos não perecíveis, medicinas e roupas e contribuições monetárias. Abrimos uma conta no banco e arrecadamos mais ou menos 20 mil reais.

O Consulado de São Paulo foi muito exitoso em obter contribuições e tiveram a ajuda, entre outras instituições, da FIESP, que ajudou muito neste esforço, a Telefônica do Brasil, a Força Sindical, a Schincariol, Eternit, todas essas empresas e instituições ajudaram muito e totalizamos mais de 100 mil quilos em doações, que já foram enviados ao Peru, uma colaboração de algumas empresas privadas também de Aeronáutica. E o Consulado também arrecadou, em sua conta, mais de 50 mil reais, que já foram enviados ao Peru.

Agora, eu tenho também que ressaltar a ajuda que foi outorgada pelo Governo do Brasil, que enviou mais de três toneladas de medicamentos, 16 toneladas de medicamentos, duas e meia toneladas de purificadores de água, assim como que deslocou às zonas afetadas médicos, especialistas em atenção de emergência. E recebemos também ajuda da Força Área do Brasil, que pôs à nossa disposição, vários aviões, quatro aviões, que foram do Brasil ao Peru levando ajuda.

Eu tenho que destacar também a presença do próprio chanceler do Brasil, o chanceler Celso Amorim, que esteve na zona de desastre, levando não só ajuda, mas sentimentos de solidariedade do povo e do Governo do Brasil. Então, o Presidente do Peru agradeceu muito este esforço e dirigiu uma mensagem de agradecimento ao Presidente Lula por esta ajuda.

Agora, estamos, como eu disse no começo, na etapa de... Finalizada a etapa de resgate das vítimas e de ajuda imediata aos danificados, no processo de reconstrução das zonas afetadas. O Governo peruano, comprometido seus esforços, mais ainda precisamos de ajuda de países amigos. No caso especial do Brasil, como vocês sabem, temos uma relação especial, entre outros países, temos uma aliança estratégica numa relação abrangente de muitos setores, como os comerciais, financeiros, culturais, sociais, econômicos e políticos. E temos uma visão... Uma visão compartilhada de cooperação e de integração, que tem objetivo central unir os oceanos Atlântico e Pacífico, para o qual estamos trabalhando conjuntamente. E, dentro dessa visão compartilhada, que eu faço esta apresentação e, neste momento de necessidade e de reconstrução das zonas afetadas, que digo a vocês, Srs. Senadores, a você Sr. Presidente, que qualquer ajuda que pudessem fornecer ao Peru será muito, muito apreciada e reconhecida pelos peruanos.

Eu, finalmente, quero renovar meu agradecimento ao Sr. Presidente, ao Senador Geraldo Mesquita e a vocês, senhores, pela atenção que brindaram a esta exposição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Agradeço V. Exa., Embaixador, e passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita para suas considerações iniciais.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Obrigado, Senador Heráclito. Quero

cumprimentar o Embaixador Hugo de Zela, do país irmão, Peru. Agradecer a aquiescência pela possibilidade de vir aqui conosco conversar sobre aquele acidente natural, que causou tantos transtornos ao país amigo, Peru, e vitimou tantas pessoas. Quero agradecer também à sensibilidade do Senador Heráclito, que prontamente agendou, nesta Comissão, a presença de S. Exa., Sr. Embaixador.

Na verdade, o propósito da sugestão da vinda do Embaixador Hugo de Zela aqui, nesta Comissão e, particularmente nesta Comissão, era, de fato, ouvir o Embaixador, que acaba de fazer um relato sucinto dos fatos que ocorreram naquele país. Saber da extensão do acidente, do terremoto, colher informações acerca da extensão também e da ajuda internacional, das providências que estão sendo adotadas, no sentido da recuperação, da reconstrução das cidades, da vida das pessoas que foram vítimas desse lamentável fato.

E também a minha preocupação se prende à necessidade de, colhendo informações, subsídios a esse respeito e, já que participamos, como alguns Srs. Senadores aqui presentes, participamos de um Parlamento regional, Parlamento do Mercosul, a idéia é imaginarmos a possibilidade de sugerirmos a instituição, no Parlamento do Mercosul, no próprio organismo Mercosul, a criação de mecanismos que possam permitir o socorro mais imediato ainda.

Nós temos, por exemplo, Embaixador, aqui no nosso país, nos Municípios e nos Estados, nós temos Secretarias ou departamentos de Defesa Civil, que são estruturas, em muitos casos, permanentes, que dispõem de recursos e coordenam forças: Corpo de Bombeiros, Polícias e organismos da Sociedade Civil, no sentido de fazer com que o socorro às vítimas de episódios de pequenas, médias e grandes proporções, fazer com que esse socorro se faça efetivo, de imediato. Mas, num caso como esse que ocorreu no Peru, creio que os países da América do Sul precisam se compenetrar da necessidade de criarmos estruturas, mecanismos semelhantes, com essa finalidade de coordenar, num momento como esse, de muita aflição, de forma eficaz e eficiente, um socorro imediato, cuidando, inclusive, nas fases que vivemos atualmente, recuperação, de reconstrução... Creio que, se tivermos possibilidade de criarmos organismos dessa natureza, na nossa região, creio que isso se fará com mais eficiência, para o benefício de pessoas e grande número de pessoas que são vítimas de ocorrências dessa natureza.

Portanto, eu colho dessa audiência elementos preciosos e pretendo levar ao Parlamento do Mercosul sugestão nesse sentido, de que possamos imaginar a possibilidade de criarmos, no âmbito do Mercosul, no âmbito do Parlamento do Mercosul, pelo menos, a disposição de criarmos organismos que se voltem precipuamente, especificamente para atuar numa situação de emergência como essa.

Portanto, mais uma vez, quero agradecer a presença de V. Exa. E, mais uma vez, agradecer a sensibilidade do Senador Heráclito Fortes, que prontamente abriu espaço, nessa Comissão, para trazê-lo aqui, para que pudéssemos ouvi-lo. Por enquanto, era isso que eu gostaria de dizer, Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Gostaria de fazer algum comentário sobre o que disse o Senador? Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu tenho a impressão de que o Senador Geraldo já manifestou o nosso respeito, a nossa solidariedade e, sem dúvida nenhuma, o nosso sofrimento e sentimento pelo povo peruano. Eu, certa vez, acompanhando o Presidente Sarney, participei de uma reunião dos países do grupo andino, no Peru, e, às vezes, eu fico lutando aqui para lembrar como é que chamava a cidade, que é um oásis no deserto, uma beleza, cidade veraneio, e fomos tratados com muita elegância pelo próprio Presidente que hoje dirige o Peru, à época era também o Presidente, Alan Garcia. E foi muito gentil conosco. E a gente acaba se apaixonando por esses locais diferenciados da estrutura geográfica. E, quando há uma ocorrência desta, o choque é mais profundo porque nós pisamos território peruano. E isso nos traz amargura; a solidariedade é importante, mas o mais importante é a ajuda que se pode oferecer àqueles que estão ao desamparo. Sei que o Governo peruano tomou todas as providências, mas desastres dessa natureza, em que a própria natureza cobra o que foi feito de mal com ela, ela é destrutiva, ela não tem parâmetros até que ponto ela chega na sua destruição. E essa mudança de temperatura, que hoje ocorre no mundo, em razão do abuso do homem, essas são as lições... E quem sofre mais? Os povos que têm menos estrutura e são menos favorecidos financeiramente.

Então, agradecer a presença do senhor, porque deve ser angustiante o senhor expor aqui todo o processo do que ocorreu e reconhecer que o Brasil, dentro das suas possibilidades, ofereceu a ajuda limitada, é claro, porque a gente também tem suas dificuldades, mas estará sempre pronto a socorrer principalmente os países amigos, os países irmãos, os países vizinhos. E o Peru é considerado um país irmão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Gostaria de fazer algum comentário? Ao final? Está bom.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eduardo Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, Senador Heráclito Fortes, quero agradecer a disposição do Embaixador da República do Peru, Hugo de Zela, por nos dar a informação relativa à forma como o Governo Brasileiro, o Ministro Celso Amorim, que pessoalmente esteve no Peru, e, expressando a solidariedade do Presidente Lula e, inclusive, com providências junto ao Governo do Peru, do Presidente Alan Garcia, foi importante conhecer que diversas empresas brasileiras e pessoas, inclusive junto aos Consulados, têm procurado ajudar. É importante que, inclusive, estejam... As pessoas, no Brasil, com a disposição de ajudar a população peruana, que foi objeto deste terremoto, que sofreu prejuízos com este terremoto tão significativo, que possam continuar a prestar ajuda ao Governo peruano, ao povo peruano.

E gostaria, Embaixador Hugo de Zela, se pode completar a sua exposição com respeito à situação da economia cubana, da economia peruana, mesmo depois do episódio do terremoto. Não é a primeira vez que o Peru sofre um terremoto desta proporção. Mas, então, o povo peruano tem sabido, muitas vezes, superar as dificuldades de terremotos. Felizmente, no Brasil, nós, muito dificilmente, temos terremotos, mas sabemos que ali, na região dos Andes, os terremotos, nos Andes e na região junto ao Pacífico, por vezes, acontecem, senão os terremotos, mas, também os maremotos e até tsunamis, como aconteceram no Pacífico, mas isso faz com que o povo peruano, ao longo da sua história, saiba reagir e superar estes obstáculos.

Então, se pudermos dar uma informação a respeito de como é que está a economia peruana, em que pesem os prejuízos causados pelo terremoto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra, o Embaixador Hugo de Zela.

SR. HUGO DE ZELA – Obrigado, Sr. Presidente. Srs. Senadores, eu quero agradecer muito as intervenções, as palavras que vocês disseram. Eu tenho que dizer que realmente, nestes momentos difíceis para o Peru, é fundamental perceber a solidariedade do povo do Brasil, que vocês representam. E eu tenho que dizer que, neste curto tempo que estou neste país, eu já percebi, com muita claridade, que a vinculação bilateral, a relação bilateral entre Peru e Brasil está solidamente fundamentada na amizade dos povos, que têm muitas coisas em comum. Eu queria dizer especialmente nesses momentos difíceis que vive o Peru.

Agora, para ir diretamente à sua pergunta, Sr. Senador, a zona do terremoto é uma zona agroexportadora, é a zona onde temos muitos tipos de cultivos, que são fundamentalmente destinados à exportação. Evidentemente essa indústria está afetada fortemente, mas devo ser muito franco em dizer que, neste momento, a prioridade está na construção de vivendas, porque temos pais de 70 mil vivendas, nesta zona, que foram destruídas. Então, temos muita gente que não só não pode trabalhar, mas não tem onde dormir. Então, os esforços do Governo estão fundamentalmente destinados à reconstrução de vivendas.

Agora, num total, nos últimos anos, a economia do Peru vai muito bem. Temos uma taxa de crescimento da economia em um *promedio* de 5%, entre cinco e 6% anual do produto. Temos uma inflação perfeitamente estabilizada. A inflação, no Peru, é menos de 1% anual. A moeda do Peru... Com a moeda do Peru, está ocorrendo algo similar ao Real, está crescendo o valor da moeda, do Sol, frente ao Dólar norte-americano. Nossas exportações têm crescido muito. Em particular o intercâmbio comercial com o Brasil, tem crescido mais de três vezes nos últimos anos. E nós achamos que isso vai crescer muito mais quando finalizarmos as rodovias, que estão, como vocês sabem, em plena construção. A zona do Acre do Brasil tem uma vinculação privilegiada com o Peru porque é uma zona que tem uma projeção natural ao sul do Pacífico.

Eu tenho que dizer, com toda a franqueza, que a movimentação do Brasil a seu oeste, que começou há muitos anos, inclusive, com a criação de Brasília, desta cidade, está dando agora um novo impulso, continuando essa marcha ao seu oeste, ao seu Oceano Pacífico e também para os países da Ásia. E, nesse processo, o Peru é o parceiro privilegiado. Tem só um país, só um país que tem as condições para ser um parceiro privilegiado do Brasil. Esse país é o Peru. Felizmente, agora estamos vivendo uma etapa na qual os dois países compreenderam isso e os Governos desses países, do Brasil e do Peru, decidiram fazer uma aliança estratégica, que está em pleno funcionamento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Mais algum Sr. Senador deseja fazer uso da palavra? Quero, Sr. Embaixador Hugo de Zela, agradecer, em nome dessa Comissão, em meu nome pessoal, a presença de V. Exa. ao Senado brasileiro, num momento em que, numa demonstração de solidariedade, aliás, solidariedade recíproca, historicamente marcada pela convivência dos nossos países, nós temos a oportunidade de, por seu intermédio e, atendendo convite do Senador Geraldo Mesquita, tomarmos conhecimento das reais... Da real situação

que se abateu sobre o Peru após esses abalos. Quero que V. Exa., que assumiu recentemente suas funções aqui no Brasil, fique certo de que essa Comissão do Senado da República, tem o maior respeito, o maior apreço pelo país aqui representado por V. Exa., e que nós teremos sempre a determinação de um diálogo permanente e, acima de tudo, de um fortalecimento, de uma amizade histórica e, acima de tudo, de uma amizade que vem sendo marcada pela cordialidade e, acima de tudo, por um relacionamento respeitoso e profícuo. De forma que agradeço a V. Exa., dizendo que o Senado da República está à disposição, não só do Embaixador, mas também do povo do Peru para continuarmos nessa interação positiva para a integração continental. Muito obrigado.

Vamos suspender aqui por dois minutos, enquanto o Embaixador cumprimenta os Srs. Senadores...

(Sessão suspensa às 10h51)

(soa a campainha).

(Sessão reaberta às 10h53)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Passamos, então, à segunda parte dessa Sessão. Em primeiro lugar, quero transmitir aos senhores os seguintes comunicados: Comunico aos Srs. Senadores que, no prazo de apresentação das Emendas ao Plano Plurianual - PPA, período 2008/2011, perante esta Comissão, será de 26 de setembro a 1° de outubro do corrente, até às 18 horas, impreterivelmente. As referidas Emendas deverão ser enviadas pelo sistema de Emendas oferecido pela Rede de Internet do Senado, e a via assinada pelo Senador deverá ser entregue na Secretaria da Comissão. Informo ainda que o Relator das Emendas ao PPA é o Senador Romeu Tuma e que a Reunião para deliberar sobre as respectivas Emendas será no dia 03 de outubro, às 10h30.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Véspera do meu aniversário. Mas eu perguntaria quantas são e se é possível apresentar...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – São cinco Emendas do PPA.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Forças Armadas uma só do Ministério ou pode ser individualizada para cada...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Ontem, nós tivemos uma Reunião preliminar, inclusive, Senador Tuma, mandei lhe procurar, não encontramos. Foi tida uma conversa preliminar com o representante das Forças, e eu pediria a V. Exa. que, inclusive, que desse continuidade a esse...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Perfeito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu recebi uma informação de que o prazo para a entrega das Emendas seria dia 1° de outubro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu estou aqui com a informação... Sim, claro, 1° de outubro, às 18 horas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não dia 03, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, dia 03 é a Reunião para deliberar sobre as Emendas. O prazo de entrega é dia 1°. Agora, a deliberação sobre as Emendas é dia 03, entendeu?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Mas esse prazo de entrega não é lá na... Aqui na Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É o seguinte: Nós vamos receber até o dia 1° e, no dia 03, nós vamos ter uma Reunião Extraordinária para deliberar as Emendas aprovadas. V. Exa. é um velho conhecedor da tramitação das Emendas nesta Casa, sabe... É a entrega que é dia 1° e a votação dia 03.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Sugestão...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – É, sugestão. Aí está informando aqui o Secretário que o prazo para entrega na Comissão Mista é dia 08. Certo? Comunicado. Comunico aos Srs. Senadores que o Almirante, o Contra-Almirante Maurílio Euclides Ferreira da Silva, Diretor da Secretaria de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia do Ministério da Defesa, convida essa Comissão para participar do seminário de Ciência e Tecnologia em áreas estratégicas e de Aplicação Dual, que ocorrerá nos dias 24 e 25 de outubro do corrente. Ele solicita que o nome dos interessados seja enviado até o dia 28 de setembro... Eu estou remetendo para cada um dos senhores uma cópia, mas, é em Brasília. Dia 24, no QG do Exército, aqui em Brasília. Cada um dos senhores receberá uma cópia e, caso desejem participar, comunicarão à Secretaria do...

Recebemos um ofício, que foi encaminhado a essa Comissão pelo Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, dirigido à Casa e à Comissão pela Governadora Ana Júlia Carepa, nos seguintes termos: "Encaminhamos a V. Exa., em anexo, a manifestação de apoio dos Governadores das regiões Norte e Nordeste do Brasil para o ingresso da Venezuela no Mercosul. Ressaltamos que o original desse documento foi entregue às suas Exas. Luiz Inácio Lula da Silva, Presi-

dente da República Federativa do Brasil e Hugo Rafael Chávez Frias, Presidente da República da Venezuela, respeitosamente, Senadora Ana Júlia Carepa... Governadora Ana Júlia Carepa". A Governadora faz aqui a... Vem anexado o documento, aonde ela diz, vou ler para os senhores: "Por ocasião do encontro na cidade de Manaus, nós Governadores, Parlamentares e lideranças políticas da região Norte e Nordeste do Brasil, queremos vir a público manifestar nosso apoio ao imediato ingresso da Venezuela ao Mercosul. Consideramos que a economia brasileira da região Norte e Nordeste tem uma enorme convocação de complementaridade com a economia venezuelana, que pode se potencializar com sua integração ao bloco do Mercado Comum do Mercosul. Consideramos também que sua integração potencializará inúmeros outros Projetos entre os nossos povos, nos âmbitos sociais, culturais e políticos. Atenciosamente..." Aí, vem o documento que consta a assinatura da Governadora Ana Júlia, Governador Arnóbio Almeida Júnior, Governador Antônio Valdez Góes, Governador Eduardo Braga, não assina o Senador Cassol, não assina o Senador Otomar Pinto, assina o Senador Marcelo Miranda; o Senador Teotônio Vilela, por procuração; o Senador Jacques... O Governador Jacques Wagner; o Governador Cid Gomes não assina; assina o Governador Jacques Wagner; Governador Cássio Cunha Lima não assina; Governador Eduardo Campos não assina; assina o Governador Wellington Dias; a Governadora Vilma Faria não assina e o Governador Marcelo Déda não assina.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois não, V. Exa. com a palavra, pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu só... Se V. Exa. permitir, nós temos os dois Embaixadores, e deixar este assunto quando fosse discutir aqui a aprovação ou não do ingresso da Venezuela, e a gente discutiria esse Requerimento para agora não...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Se for de concordância, não terá problema.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Porque pode precipitar uma decisão...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu apenas queria comunicar o recebimento para que a Comissão...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Está ótimo. Mas eu acho que a discussão vai caber.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – No Requerimento da Governadora, ela solicita à Comissão que a Comissão faça... Tome conhecimento...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Não, faz um apelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Ela faz um apelo para que seja aprovado o mais rápido possível o ingresso da Venezuela no Mercosul. Evidentemente, o Governo Brasileiro, as autoridades brasileiras, no caso, o Senado, o Presidente da República, se esforcem para que isso aconteça.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu concordo com o Senador Romeu—

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – A tramitação da solicitação de ingresso, se assim o é, da Venezuela no Mercosul passará pela Comissão de Relações Exteriores. Eu acho que, se nós fôssemos votar hoje, nós votaríamos pela rejeição, tanto do Requerimento da Governadora Ana Júlia, quanto da entrada da Venezuela no Mercosul. O Presidente da Venezuela tem dado mostras de total desrespeito para com o Congresso Brasileiro. Ainda há pouco, o próprio Senador Tião Viana fez... Saiu em defesa do Senado Federal por ataques sofridos novamente pelo Sr. Hugo Chávez. E a condição primeira para participação dos países no Mercosul é que haja democracia plena, o que não existe naquele país.

Então, da nossa parte eu, inclusive, Presidente, tenho um Requerimento de minha autoria, que há mais de três meses, desde quando o Sr. Hugo Chávez não autorizou a prorrogação da concessão da RCTV da Venezuela, eu encaminhei um Requerimento à Mesa para que... Propondo voto de repúdio ao Presidente Hugo Chávez. Esse Requerimento não foi pautado ainda. Eu pediria à V. Exa. que o senhor colocasse em Pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu explico por que. Nós tivemos dificuldade uma vez por falta de *quorum* e as outras duas V. Exa. não estava em Plenário e nós não queríamos colocar em Plenário sem estar o autor, para que fizesse a devida defesa. Parece que o Senador Suplicy...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Gostaria de usar a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Se manifestar sobre a matéria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Primeiro, respeitosamente, eu tenho uma opinião diferente daquela do Senador Flexa Ribeiro, com respeito ao

que foi manifestado pelo Senador Romeu Tuma, que o Senador Flexa Ribeiro também concordou, aí não tenho objeção; nós deveremos examinar o assunto por ocasião do trâmite, nesta Casa, passando primeiro pela Comissão de Relações Exteriores, das... Da mensagem do Governo Brasileiro, segundo a qual a Venezuela gostaria de participar do Mercosul. Eu tenho a visão, Sr. Presidente, de que nós precisamos lidar sobre isso com uma visão mais ampla, inclusive, no que diz respeito ao Governo do Presidente Hugo Chávez, mas, inclusive, levando em consideração que constitui um objetivo da Constituição da Venezuela, assim como da Constituição Brasileira, de estarmos integrando a economia de nossos países. Isso está muito bem claro quando o Embaixador da Venezuela visitou V. Exa. e que teve a gentileza de me convidar para estar presente, nós ouvimos isso.

E, em verdade, as manifestações do Presidente Hugo Chávez, últimas, foram mais no sentido de ele corrigir aquilo que havia dito primeiramente, quando tinha dito que gostaria que nós, até setembro, que está terminando, tivéssemos já tomado a decisão. Agora, ele apenas disse que ele gostaria muito que o Congresso Nacional, por uma atenção à Venezuela, considere o ingresso, sem colocar qualquer tipo de ultimato, inclusive, num sinal de respeito ao Congresso Brasileiro. E eu tomei conhecimento, pela imprensa, da manifestação de alguns dos Senadores, inclusive, de V. Exa., do Senador Tião Viana, mas eu, pelo menos, considero que, se nós formos dialogar mais aprofundadamente, como chegará a ocasião deste... Do exame da proposição, então, nós vamos estar pensando de uma maneira mais adequada do que as reações que hoje estão prevalecendo. Mas esse assunto, Sr. Presidente, nós vamos discutir quando entrar na Pauta.

Eu gostaria apenas, Sr. Presidente, de registrar, V. Exa. me chamou a atenção da matéria hoje na Folha de São Paulo, denominada... Com o título: "Boxeadores cubanos estão abandonados, diz Itamaraty". Que aqui registra que, numa comunicação encaminhada pelo Embaixador de Cuba, Bernardo Pericá, ao Secretário, ao Ministro interino das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, é reportado que os dois boxeadores cubanos, Guillermo Rigondeaux e Erisland Lara, estariam como que não sendo reintegrados às atividades esportivas que normalmente eles fariam.

Eu quero aqui reiterar o pedido que fiz publicamente ao Presidente Fidel Castro, juntamente com o campeão mundial de boxe que tanto honrou o Brasil, Éder Jofre, no sentido de que o Governo cubano possa reconsiderar a decisão de não permitir que eles continuem representando seu país em competições, tais como o Campeonato Mundial de Boxe, que se realizará proximamente em Atlanta, nos Estados Unidos, como parte da classificação para as Olimpíadas de Pequim. Era isso que eu gostaria de manifestar. Eu aguardo ainda a resposta do Presidente Fidel Castro Ruz sobre a carta que, inclusive, registrei nesta Comissão e na tribuna do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Suplicy, com relação à primeira parte, quero que fique registrado nos anais que o Senador Suplicy não considera que o Sr. Hugo Chávez tenha ofendido o Senado brasileiro, no que eu discordo completamente, mas é uma questão de opinião. Eu quero apenas dizer que fique registrado que eu acho que ofendeu, mas que V. Exa....

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Permita esclarecer...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois não...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Uma coisa foi quando ele mencionou que ele queria que houvesse um prazo até setembro. Pelo que eu me lembro, a segunda observação que ele fez em Manaus foi que ele gostaria que houvesse logo. Sim, ele fez uma observação que o Império, se referindo aos Estados Unidos...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Vai ver que foi com relação à V. Exa., que morou no Império algum tempo e tem fascinação por ele.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não, que o Império estaria dificultando a aprovação. Neste sentido, eu quero transmitir a V. Exa., eu mesmo transmiti ao Presidente Hugo Chávez pessoalmente, ao final de julho e início de agosto, quando estive em Caracas, numa conferência que ele estava dando, no Clube Militar, ele teve a gentileza de me dar a palavra, eu estava na primeira fila, ao lado do Embaixador, numa conferência que estava sendo transmitida ao vivo, e eu disse a ele: "Presidente Hugo Chávez, eu sou favorável a que a Venezuela ingresse no Mercosul". Conheço, conforme V. Exa. Também, o propósito escrito na Constituição venezuelana, semelhante ao nosso, de estarmos nos integrando. Quero lhe dizer que o Congresso Brasileiro e o Senado brasileiro têm tido uma postura muitas vezes até crítica das ações do Governo norte-americano, como eu próprio fiz e V. Exa. sabe, um pronunciamento para que o Governo norte-americano do Presidente Bush não iniciasse as ações bélicas no Iraque porque considerava que outro método deveria ser utilizado, não violento. E, portanto, que, de maneira alguma, esteja V. Exa. considerando que nós aqui somos instrumentos do Governo dos Estados Unidos. E, neste sentido, eu sou inteiramente

solidário à V. Exa., a todos os Senadores. Nós não somos aqui instrumentos do Império norte-americano e, nesse sentido, quero reiterar qualquer mal-entendido que, porventura, tenha aqui expresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Suplicy...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em seguida. É muito interessante o Sr. Hugo Chávez acusar o Senado Brasileiro de ser fantoche, seja lá o que for do Império americano. No entanto, exatamente esse Império que ele critica é que é o seu maior cliente, é para onde ele vende o petróleo. Essa ira dele devia se voltar... A primeira atitude era não vender o petróleo para os Estados Unidos. No entanto, sabe V. Exa. que o maior comprador... Daí porque não somos nós que temos essa dependência. Eu, pelo menos, esse Congresso, eu acho ele, com raríssimas exceções, eu acho que todos nós somos completamente independentes. Daí porque eu acho que o Sr. Chávez quer criar factóides sobre um episódio no qual ele tem dificuldade de cumprir. Daí porque eu queria contar, antes de passar a palavra, eu tenho aqui um Requerimento e queria a aprovação dos senhores: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Sr. Embaixador Rubens Barbosa para, no âmbito dessa Comissão de Relações Exteriores e Defesa, discutir a questão da adesão da República bolivariana da Venezuela no Mercosul. Em seu artigo, 'Mercosul e Venezuela', publicado em 'O Globo' do dia 25 de setembro de 2007, o Embaixador Rubens Barbosa expressou suas preocupações sobre um grande número de pendências técnicas em torno do processo de adesão da Venezuela ao Mercosul. Seu encontro com o Embaixador, iniciativa conveniente e oportuna para trazer a esse Congresso Nacional debate inadiável acerca de um assunto tão importante".

V. Exa. deve ter lido o artigo do Embaixador, que eu recomendo, porque trata da abordagem e exclusivamente técnica. E, como é um Embaixador experiente, inclusive, com vivência de negociação internacional, não só bilateral, como multilateral, eu queria colocar em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, acho importante aqui ouvirmos o Embaixador Rubens Barbosa. Não conheço esse artigo. Vou ler. Mas avalio que quem sabe sobre esse tema poderíamos ter mais do que uma opinião. Gostaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Que seria a segunda sugestão de V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – No caso, se vamos aqui estar dialogando sobre a Venezuela, teríamos, de pronto, assim, duas alternativas: Uma, o nosso Embaixador da Venezuela, que poderia dar informações bastante interessantes sobre o que está se passando e outra seria o próprio Embaixador da Venezuela no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V. Exa. faz sua opção e formalize o convite, nós faremos...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu estou pensando alto aqui com os meus colegas no Senado. Eu acho que a...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não, tudo bem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu gostaria de...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Tudo bem—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quem sabe poderia ter... Porque a facilidade seria de termos o Senador da Venezuela, que está aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Na realidade, trazer o Senador Rubens Barbosa é porque foi... É um brasileiro, Ministro, foi Embaixador...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Conheço muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Do Governo de V. Exa., foi Embaixador em Washington, e eu quero me valer de informações brasileiras. Mas, se V. Exa. Prefere, não tem nenhum problema, fico à inteira disposição.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Queria...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Ouvir um por vez, depois faz o Requerimento para outro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Era essa a sugestão que eu ia fazer ao Senador Suplicy. Vamos ouvir o Senador Barbosa... O Embaixador...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E possivelmente depois o outro...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Está bom. Segundo ponto. V. Exa. refere-se...

Bom, o Requerimento em votação. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Segundo ponto. A questão dos cubanos. Quando eu passei a V. Exa., porque eu conheço as suas convicções e a sua boa intenção, V. Exa.

empenhou-se, teve boa-fé. Mas nós teríamos evitado esse problema se o nosso Governo tivesse sido mais cauteloso e não entregasse, da maneira que entregou, os dois jovens atletas ao Governo de Fidel Castro, naquelas circunstâncias. Nós não... Esse assunto não existiria se nós tivéssemos tido um pouquinho mais de responsabilidade e cautela com relação a dois seres humanos.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Presidente, poderia começar os Embaixadores para a gente...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Vou, exatamente... Gostaria de convidar para compor a Mesa o Sr. Brian Michael Fraser Neele, brasileiro e... Será submetido, na qualidade de Primeiro-Ministro de primeira classe de carreira do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Honduras. E convidar a Diplomata Leda Lúcia Martins Camargo, Ministra de primeira classe de carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Tcheca.

Nós estamos vivendo aqui um dia hoje atípico. Tivemos Sessão ontem até quase uma hora da manhã e os relatórios encontram-se distribuídos. Eu vou abrir excepcionalmente a votação para aqueles que já se sentirem em condições de julgar e tiverem compromisso em outras Comissões, se quiserem fazer, poderão, a partir do início do relatório... Não, o primeiro relatório é do Senador Suplicy, a quem passo a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Senhor Presidente, Senador Heráclito Fortes, prezado Embaixador Brian Michael Fraser Neele, prezada Embaixadora Leda Lúcia Martins Camargo, quero aqui dizer uma palavra especial de agradecimento, Sr. Presidente, à Embaixadora Leda Lúcia Martins Camargo que, em julho último, teve a gentileza de receber-me em Moçambique. Eu visitei aquele país por seis dias, juntamente com a Comissão Interparlamentar do Banco Mundial, que acompanhou inúmeras iniciativas apoiadas por agências do Banco Mundial, e foi extremamente proveitosa, e a Embaixadora Leda Lúcia Martins Camargo, extremamente gentil comigo, inclusive, convidou-me para estar na sua residência, para dialogar com pessoas, inclusive, com o Mia Couto, dentre outras pessoas que... O maior escritor de Moçambique, que recém recebeu um prêmio na Feira de literatura de Passo Fundo, como o melhor trabalho literário publicado recentemente. Esteve no Brasil o Mia Couto, eu quero recomendar, a Embaixadora Leda Lúcia sempre está recomendando a todos os brasileiros que leiam o Mia Couto, quero aqui reiterar porque o conheci pessoalmente, inclusive, alguns de seus livros, é uma leitura muito especial deste escritor que, inclusive, se diz muito influenciado pelos escritores brasileiros como o Guimarães Rosa e tantos outros. Enfim, muito obrigado à senhora.

E gostaria de aqui registrar a indicação do Presidente da República ao Sr. Brian Michael Fraser Neele, do quadro especial do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras. A Constituição atribui competência privativa ao Senado para examinarmos a escolha dos Chefes de caráter... De missão Diplomática, e o Embaixador Brian Michael Fraser Neele, nascido no Rio de Janeiro, em maio de 41, filho de Jorge Brian Freaser Neele e Ethel Marie Neele, ingressou por concurso direto à carreira de Diplomata, em 1963, subseqüentemente promovido a 3° Secretário, em 64; 2º Secretário por merecimento, em 67; 1°, também por merecimento, em 73; a Conselheiro, em 78; Ministro de 2ª classe, em 83; de 1ª classe, sempre por merecimento, em 96. Ele exerceu, dentre outros cargos, o de Chefe da Divisão de Informação Comercial; Chefe do Programa de Informatização – INFONET - da Secretaria de Estado; Chefe do escritório de representação do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro; como Chefe de Delegação, entre outras missões, esteve na 26ª Sessão do Comitê de países produtores de estanho, em Abuja; na primeira missão comercial do Brasil aqui em Galli, em Ruanda; ocupou postos de relevância, como 1° Secretário em Londres, Cônsul-geral em Genebra, Embaixador em Lagos, na Nigéria; Embaixador em Beirute e Ancara e Cônsul-geral em Roma.

O Embaixador Brian Michael Fraser Neele tem... Recebeu inúmeras condecorações nacionais e estrangeiras, medalha Lauro Muller; Ordem da Coréia Bélgica; Grau de Cavaleiro; Ordem Real de Vitória; Reino Unido, Cavaleiro; Ordem de Cedro, no Líbano; Grã-Cruz; Medalha do Pacificador; Ordem do Mérito Aeronáutico, do Mérito Militar.

Honduras é um país que sempre esteve alinhado com os Estados Unidos da América. A negociação da renovação do *Temporal Protection Status* é o ponto prioritário da agenda externa do país, uma vez que cerca de 300 mil hondurenhos vivem na América do Norte. Como evidência dessa política de alinhamento, pode-se mencionar o envio de soldados para o Iraque, retirados, porém, logo depois da saída da Espanha. Honduras continua a ser grande receptor de assistência externa, especialmente da União Européia, do Japão e de Taiwan, país com o qual mantém relações diplomáticas plenas.

Em termos de relações com os vizinhos, tradicionalmente tensas, em função de dificuldades relativas

à delimitação fronteiriça, terrestre e marítima, houve avanço, em especial com El Salvador e Nicarágua, em especial, depois do conflito armado entre Honduras e El Salvador, no triste episódio da história latino-americana, conhecido como a "Guerra do Futebol".

A economia do país ainda permanece frágil, bastante dependente da remessa de emigrados residentes nos Estados Unidos, um bilhão de dólares por ano, que constitui a primeira fonte de divisas para Honduras. As relações bilaterais com o Brasil... Mas sobre esses temas nós vamos ouvir do Embaixador Brian, eu vou deixar para que ele possa nos transmitir, dado o seu conhecimento, ainda melhor do que o relatório no qual me baseei, encaminhado pelo próprio Itamaraty, porque eu gostaria de ouvir, como todos aqui, as suas próprias considerações. Mas tenho a convicção, Sr. Presidente, que, por sua dedicação, sua carreira no Itamaraty, o Embaixador Brian Michael Fraser Neele preenche inteiramente as condições para estar nos representando na República de Honduras.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra, o Senador Jarbas Vasconcelos, Relator da indicação da Sra. Leda Maria Lúcia Martins.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Senhor Presidente, Srs. Senadores, Sr. Embaixador, Sra. Embaixadora, o Congresso Nacional é chamado a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz da Sra. Leda Lúcia Martins Camargo, Ministra de 1ª classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Tcheca.

É atribuição desta Comissão assim proceder. O Ministro das Relações Exteriores, atendendo também um preceito regimental e praxe, encaminhou um *curriculum vitae* da Diplomata indicada. A Dra. Leda Lúcia nasceu em Porto Alegre, é filha de Ernani Saldanha de Camargo e Leda Adelina Martins Camargo; graduou-se em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal do Rio Grande, em 1969, e participou dos cursos de direito internacional público e privado da Academia de Direito Internacional de Haia, em 1970. Foi professora assistente de Direito Constitucional da Faculdade de Economia, Administração de Empresas de Porto Alegre, em 71. Concluiu, ainda, pós-graduação na Universidade de Paris, em 72; o curso de política internacional e América Latina no Instituto de Altos Estudos Latino-Americanos da Universidade de Paris, também em 72, e o curso de sociologia, poder político e idéias políticas contemporâneas, no Instituto de Política... No Instituto de Ciências Políticas em Paris, em 63. Ela ingressou na carreira de Diplomata no posto de 3ª Secretária em 77; ascendeu a Conselheira, em 1990, e à Ministra de 2ª classe, em 1997, chegando a Ministra de 1ª classe, em 2004.

Na Chancelaria, exerceu diversas funções, entre as quais deve-se assinalar a de Subchefe da Divisão Econômica Latino-Americana, em 1987; Chefe da Cooperação Intelectual, em 1989, e Chefe de Gabinete da Subsecretaria geral de Assuntos de Integração Econômica e de Comércio Exterior, em 1997. No exterior, desempenhou, entre outros, os cargos de Conselheira na Embaixada em Roma, em 91; Conselheira do Consulado Geral, em Santiago, em 95; Ministra Conselheira na missão junto à União Européia, em 2000, e Embaixadora em Maputo, de 2004 até o presente. Integrou e chefiou ainda importantes missões temporárias, representando o Governo Brasileiro em conferências internacionais e reuniões de organismos permanentes.

A Diplomata ora indicada recebeu várias condecorações dos Governos da Argentina, da Itália, do Brasil, a Ordem do Mérito das Forças Armadas do Brasil e Comendador e Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz. Quanto à República Tcheca, importa registrar, neste relatório, algumas informações básicas sobre aspecto de seu relacionamento bilateral com o Brasil, trazidas no informe ministerial que acompanhou a Mensagem Presidencial. O Brasil mantém relações diplomáticas ininterruptas com o Estado Tchecoslovaco, desde a sua criação, em 1918. Com o fim do regime comunista, em 89, a agenda bilateral adensou-se ainda mais com as intensificações de visitas recíprocas de altos signatários dos dois países.

Nesses últimos anos, têm-se observado uma fértil cooperação na troca de apoio entre os dois países, nos fóruns multilaterais. Tal se deve, por um lado, ao processo de consolidação democrática da República Tcheca e à sua política de aproximação com o Ocidente. Os países têm compromisso com os princípios que hoje norteiam relações internacionais e, nesse sentido, têm amplo campo para cooperação e convergência em seus objetivos políticos e econômicos. Pode-se citar como exemplo dessa cooperação o recente apoio dado pelo Brasil à candidatura da República Tcheca a assento não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, biênio 2008/2009, e o co-patrocínio da República Tcheca ao projeto do G-4 para a reforma do Conselho de Segurança da ONU.

O Brasil ocupa o primeiro lugar entre os parceiros comerciais da República Tcheca aqui na América Latina, 38% do total das exportações tchecas para a região. Apesar disso, o intercâmbio comercial ainda se encontra aquém das potencialidades, além de registrar seguidamente saldos negativos para o Brasil.

Em 2006, as exportações brasileiras para a República Tcheca totalizaram 49 milhões e as importações 237 milhões, resultando um déficit de 188 milhões.

A pauta de exportações tchecas para o Brasil consiste basicamente de motores, automóveis, microscópio, peças automotivas e máquinas diversas. As exportações brasileiras estão atualmente concentradas em peças automotivas, fumo, motocompressores, minério de ferro e calçados, com sinalização para o maior interesse tcheco pelo produto com maior valor agregado, como máquinas agrícolas, eletrodomésticos e materiais elétricos.

Devo ressaltar também, Sr. Presidente, o trabalho que a Dra. Leda Lúcia desempenhou e continua desempenhando em Moçambique, não se limitando apenas a questões diplomáticas e a questões comerciais de aumentar esses itens de importação e exportação entre Brasil e Moçambique, com uma visão social e uma dimensão bastante aguçadas, com muita sensibilidade, ela desenvolveu, como aqui testemunhou o Senador Eduardo Suplicy e me deu também depoimento o Senador pelo Distrito Federal, o nosso Cristovam Buarque, de que a conheceu e também, além de destacar a sua competência como Embaixadora, revelou também a grande figura humana que é a Dra. Leda Lúcia, que sempre deixa essa marca de competência, de desenvoltura, pelos cargos que sempre ocupou com muita dedicação. E se referiu em especial ao trabalho que ela desenvolve lá na África; D. Leda está saindo de um país pobre, muito pobre, para uma cidade-cenário como Praga, desejo de muitas criaturas, não somente no Brasil, mas que tem imensa curiosidade de conhecer, não apenas a Tchecoslováquia, mas, sobretudo, Praga.

De modo, Embaixadora, que eu não a conhecia, mas tive a oportunidade de, ao elaborar o parecer, que não poderia deixar de ser favorável à sua indicação, destacar esses pontos, esses pontos do seu trabalho, esse eficiente trabalho que a senhora tem feito e continua fazendo, lá em Moçambique, não ficando restrita apenas à questão de Embaixada, de formalidades, mas um trabalho bastante dimensionado e esse desafio que a senhora vai enfrentar, num outro mundo, um mundo mais civilizado, um mundo mais dimensionado, um mundo mais vivido, que é a República Tcheca.

De forma que eu quero desejar para a senhora muitas felicidades e parabenizá-la pelo trabalho, lá em Maputo, e desejar muitas felicidades, lá na Tchecoslováquia.

Assim, Sr. Presidente, julgamos que os interessantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório. É o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Brian Michael Fraser Neele.

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE – Alô. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Suplicy, meu Relator, Senador Tuma, companheiro de velha... De muitos anos. Eu confesso que me sinto inibido em falar sobre Honduras, porque presente nós hoje está o Senador Cristovam Buarque, que lá viveu alguns anos e, obviamente, conhece o país muito melhor do que eu, que ainda lá não estive—

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Mas já faz 30 anos.

SR. BRIAN MICHAEL FRASER NEELE – Mas falou ontem comigo com tanto entusiasmo, que era como se ontem fosse. É, aliás, uma opinião, uma unanimidade dos brasileiros, sobretudo diplomatas que lá estiveram, um país extremamente amigo do Brasil, um país cujo povo tem um carinho sempre presente, sempre manifestado a nosso respeito. Temos 100 anos de relações diplomáticas com Honduras, completados no ano passado e devidamente comemorados, inclusive, pela gentileza de publicarem uma série especial de selos comemorativos desse aniversário, desse centenário. Tivemos uma série de visitas de altíssimo nível, culminando com a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em agosto passado, ocasião em que foram assinados oito atos e acordos, ampliando imensamente o leque de instrumentos já à disposição, portanto, da ação diplomática e ação comercial e empresarial brasileira, inclusive na área de cooperação bilateral em numerosíssimos campos.

Eu me permito assinalar que também o Brasil teve um papel de muito relevo recentemente sendo, talvez, o papel decisivo no perdão da dívida da... De Honduras, junto ao BID, quando também fez o mesmo gesto em relação à Guiana, Guatemala, Bolívia. Esse gesto tem sido muito reconhecido, em todos os níveis em Honduras, e nos granjeou, inclusive, uma grande... Ainda maior simpatia de parte do Governo do Presidente Zelaya, que não deixa de fazer referência ao fato em toda a ocasião que se lhe apresenta. Não vou dizer... Não foi... Não foi por isto, porém, mas com a convicção de que Honduras apóia a indicação

do Brasil para membro permanente do Conselho de Segurança, inclusive, co-patrocina a resolução da ONU nesse sentido e já reiterou, ainda há pouco, esse... Sua intenção desse co-patrocínio.

Foi, por exemplo, citado, durante a visita do Presidente, que ainda não temos uma infra-estrutura, nem em Honduras, para maior divulgação da nossa cultura, um centro de estudos brasileiros. E eu posso hoje anunciar aos senhores que recebi ontem instruções do Chanceler Celso Amorim, de que minha primeira missão é abrir um CEB, um Centro de Estudos Brasileiros, e de atender, assim, um pedido expresso do Presidente Zelaya de que houvesse cursos de português que pudessem ser instituídos, instalados em Honduras.

O Presidente Zelaya não deixou tampouco de mencionar, em diversas ocasiões, inclusive, quando, durante a visita, foi estabelecido e firmado o ato de estabelecimento de uma Comissão Mista, uma Câmara de Comércio, perdão, Brasil/Honduras, que Honduras deseja a participação de empresas brasileiras em seus projetos de infra-estrutura, sobretudo, na área de energia, obviamente, na área de combustíveis renováveis, toda a nossa experiência com etanol, é uma promessa do Presidente Lula, inclusive, de que o Brasil vai participar fortemente no fortalecimento e na ampliação da capacidade hondurenha de produzir etanol.

Nós também queremos equilibrar, tentar equilibrar a balança comercial; hoje, nós vendemos 170 milhões para Honduras e isso quintuplicou... O comércio quintuplicou, em cinco anos, com quase total desequilíbrio a nosso favor, e o Chanceler Celso Amorim preconiza que a associação, a aproximação e um acordo, de liberação comercial entre o SICA, Sistema Interamericano de Comércio Centro Americano, com o Mercosul, possa ser um instrumento para facilitar e viabilizar um maior equilíbrio do nosso intercâmbio. Nunca é uma coisa agradável você estar com um forte desequilíbrio comercial. É sempre um aspecto que se olha, que se vê, que é patente e que não pode agradar a outra parte. E eu vivi isso na Turquia, também a Turquia se recente muito que o Brasil vende muito e compra pouco.

Curiosamente, a Turquia, como Honduras, são dois países que eu não hesito em dizer que o Brasil tinha que olhar muito de perto, sobretudo nossos empresários. Ambos estão perfeitamente posicionados como plataformas para o Brasil ali se instalar e de lá, vender para mercados que nos interessam, no caso de Honduras, o mercado mexicano e... Centro americano, obviamente, mas, além disso, mexicano e o norte-americano. No caso da Turquia, era o caso da União Européia, com quem a Turquia tem um acordo aduaneiro desde 96. E eu acho que as nossas empresas poderiam estar mais interessadas em explorar essas possibilidades, tentarei fazer disso uma área de trabalho meu, lá em Honduras, se os senhores concordarem com minha indicação.

Eu penso que, em tudo mais, o maço que os senhores têm à sua frente é um maço bastante completo. Não gostaria de me alongar mais, até porque eu sei que estamos premidos pelo tempo. Muito obrigado, Senador. Muito agradecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra, a Embaixadora Leda Lúcia Martins Camargo.

SRA. LEDA LÚCIA MARTINS CAMARGO – Muito obrigada... Muito obrigada, Sr. Presidente da Comissão, Senador Heráclito Fortes, Senador Jarbas Vasconcelos, meu Relator, obrigada pelas palavras tão gentis, Senadores todos, especialmente também Senador Suplicy, obrigada. Eu tenho muita honra em estar aqui e em pedir aos senhores a concordância com a minha designação pelo Presidente da República, para Embaixadora em Praga.

Eu vou tentar ser breve e demonstrar que a República Tcheca é um país que sempre representou uma encruzilhada histórica e geográfica e tudo o que acontece no país tem um efeito multiplicador, além de que os países da Europa Central e do Leste, neste momento, são prioridade da política externa, o que me dá muita responsabilidade diante da escolha com que o Presidente e o Chanceler Celso Amorim me designaram, me agraciaram, e aos quais eu estou extremamente agradecida pelo confiança.

O que eu quero comentar aos senhores é que uma das atividades mais importantes da diplomacia, da observação, além da representação do país. No caso da República Tcheca, eu faço um pequeno retrospecto para os senhores terem uma idéia do que é que vai representar a observação. No século XVIII, nos Estados eslavos, deu início a Guerra dos 30 anos, que tem conseqüência nas fronteiras da Europa até hoje. E, já em 1848, a Boêmia foi líder dos movimentos na Europa por modificações políticas e sociais e econômicas, como se sabe. Já como integrante do Império Austro-Húngaro, se dá origem à Primeira Guerra Mundial e, como resultado do Pacto de Munique, de 38, a anexação dos Sudetos por Hitler, leva o mundo a Segunda Guerra Mundial. A primavera de Praga de

68, embora tenha sido abafada pelo Pacto de Varsóvia, foi o único levante contra o sistema comunista. Em 89, a Revolução de Veludo, que foi iniciada na Tchecoslováquia, leva à queda de todos os regimes comunista na Europa.

Quero chegar, em 2008, quando a República Tcheca vai assumir a Presidência da União Européia, especialmente ao fato de que começará a sediar os radares do sistema de controle de mísseis, proposto pelos Estados Unidos, e que tem causado quantas inquietações na Rússia, a ponto de que, já estão nos ares da Europa, os bombardeiros russos de monitoramento, coisa que não acontecia desde 1992, e um fato bastante grave, que é a suspensão da participação russa no Tratado de Forças Convencionais na Europa. O Presidente Putin já alertou para o rompimento do equilíbrio da dissensão recíproca entre os Estados Unidos e a Rússia e o Ministro do exterior da Alemanha resumiu, dizendo que, "se não há mais Guerra Fria, o que há agora realmente é uma paz fria com a Rússia".

Longe de mim insinuar que nós estamos à beira de uma crise porque, obviamente, eu acredito que os canais Diplomáticos podem contornar qualquer problema. Mas quero, sim, salientar que há países que têm uma capacidade estratégica comprovada de representar um fator-chave na política internacional. E a República Tcheca é um país nessas circunstâncias e, nessa linha, eu registro a possibilidade que se cria para o Brasil. O esfriamento das relações entre os dois ex-parceiros, esse esforço da República Tcheca de desvincular a sua dependência econômica da Rússia abre espaço para novos parceiros. Nesse momento, esse arrefecimento político e econômico tem sido aproveitado, especialmente pela Alemanha, que representa 30% do comércio, nos dois sentidos, com a República Tcheca. E as duas diretrizes da política externa tcheca, no sentido de uma reintegração na Europa Ocidental com a adesão à CDE, à OTAN e à União Européia, com quem o Brasil tem uma parceria estratégica, e a aliança privilegiada com os Estados Unidos nos permite um grande espaço de atuação econômica e comercial.

O pragmatismo Tcheco se traduz em um PIB de 150 bilhões, com uma população de apenas 10 milhões, em reservas de 30 bilhões, uma inflação baixa e uma grande penetração no mercado comunitário, que significa 77% das exportações tchecas a preços competitivos. Na verdade, a República Tcheca participa sob o guarda-chuva da OTAN e de resoluções da ONU, de várias forças no Kosovo, no Afeganistão, na Bósnia e no Líbano, mas, mais do que tudo, eu chamo atenção para participação dela na coalizão de forças multinacionais no Iraque, que representa não apenas essa estreita relação com a comunicação transatlântica, mas esse interesse da República Tcheca na reconstrução iraquiana, o que é um exemplo muito importante, creio que para nós.

Hoje a República Tcheca tem o mais alto crescimento da União Européia, com 6,2%, e assume a Presidência da União Européia, já em... Em julho, na Tróica, e também em julho, com a realização, em Praga, da reunião do grupo do Rio, União Européia. Então, para nós o que há de mais importante é que muitos países, conscientes da importância do mercado interno e também do potencial da República Tcheca como pólo irradiador para os mercados vizinhos; já se estabeleceram no país mais de 1200 empresas multinacionais, têm sede regional na República Tcheca, inclusive, empresas já da Índia, do México, sul-africanas e uma presença brasileira realmente ainda muito incipiente.

O comércio da República Tcheca é crescente. Em 2002, o total era de 80 bilhões, sendo que, em 2006, já chegou a 176 bilhões, o que significa um crescimento de 225%, em quatro anos. O comércio com o Brasil, o Senador Jarbas Vasconcelos já citou, mas, pelos números, se vê a potencialidade de crescimento, e eu pretenderia fazer um cruzamento entre a Pauta exportadora tcheca e a importadora tcheca e a exportadora brasileira para fazer um esforço especial nos itens comuns. Essa potencialidade também nos é facilitada por uma grande coincidência de posições nos temas da agenda multilateral, como o Senador Jarbas citou, especialmente o co-patrocínio ao Projeto do G-4, Brasil, Alemanha, Índia e Japão, para reforma do Conselho das Nações Unidas. O Presidente Lula já aceitou um convite do Presidente Klaus para visitar Praga, e eu espero que essa visita se concretize em 2008, juntamente com uma grande exposição do nosso Presidente Juscelino Kubitschek, de origem tcheca, e essa visita significará a alavanca que está faltando para a expansão das relações bilaterais.

Eu acho que eu tenho a sorte de poder dizer aos senhores que a padroeira do Brasil chegou à Praga, 10 dias atrás, para poder ajudar aqui em socorro. Nossa Senhora Aparecida, 10 dias atrás, foi colocada numa capela ao lado do Menino Jesus de Praga...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SRA. LEDA LÚCIA MARTINS CAMARGO – Exatamente... Finalizando, para não tomar mais o tempo dos senhores, eu gostaria apenas de deixar constância a essa Comissão do meu agradecimento por ter sido, em 2004, aprovada para a Embaixada em Maputo. Apesar de Moçambique ser um país com vários problemas ainda por resolver, eu ter tido que enfrentar dificuldades no exercício do meu cargo, a verdade é que eu posso dizer, com muita tranqüilidade, que, nos 10 países que eu morei, foi o posto que mais realização pessoal e profissional me concedeu. Uma grande alegria eu tive ao poder colaborar com o início de atividades de grandes empresas brasileiras em Moçambique, como a Petrobras, a Vale do Rio Doce, a Camargo Corrêa que, neste momento, em Maputo está entregando ao Governo moçambicano um estudo de viabilidade para construir a 3ª ou 4ª maior hidroelétrica da África. Isso significa para nós um sucesso estrondoso na África.

E, mais do que qualquer outra coisa que muito me emociona, é deixar em Moçambique o início de uma fábrica de produção de anti-retrovirais e outros medicamentos, com a transferência de tecnologia brasileira da nossa excepcional Fundação Oswaldo Cruz. Então, eu posso assegurar aos senhores que, se já não fosse pela minha obrigação de bem representar ao Brasil, já seria pelo desejo de ter, em Praga, ao menos um pouco da satisfação que Moçambique me proporcionou, que meu esforço será muito grande, como representante do Brasil. Muito obrigada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Tem V. Exa. a palavra pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu quero pedir a compreensão, mas como a Ministra Marta Suplicy que, inclusive, já terminou a sua exposição, mas continua no Plenário do Senado, mãe de meus filhos, eu me sinto na responsabilidade de também estar lá. Então, eu quero desejar, a ambos, muito sucesso na sua missão, pedir perdão por precisar sair. E, mais uma vez, agradecer à Embaixadora Leda que, inclusive, proporcionou-me encontros de muita importância para o meu conhecimento e, certamente, do Senado, com o Ex-Presidente Joaquim Chissano e com a Sra. Graça Machel, dentre outras autoridades em Moçambique. Muito obrigado e parabéns, Embaixador Brian Michel.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Suplicy, fique absolutamente tranqüilo que todos nós compreendemos essas suas obrigações partidárias. De acordo com o dispositivo do inciso IV do art. 52 da Constituição Federal c/c § único do art. 383 do Regimento Interno, vou transformar a reunião da Comissão em secreta, a fim de que os Embaixadores sejam argüidos pela Comissão.

(Sessão secreta às 11h54)

(Sessão reaberta ao público às 12h26)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A Embaixadora... A Mesa vai proclamar o resultado. A Embaixadora Leda Lúcia foi aprovada. E, juntamente com o Senador... O Embaixador Brian Neele. A Embaixadora aprovada para a República Tcheca e o Embaixador Brian para a República de Honduras.

Antes de encerrar a Sessão, eu gostaria de submeter a esta Comissão um Requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti: "Requeiro a prorrogação, por 15 dias, da designação dessa Comissão, encaminhada pelo ofício 340 de 2007, da CRE, para que eu possa representar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no acompanhamento denominado "operação Upatakon III", da Polícia Federal, bem como o desdobramento desse processo na reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Nós atendemos...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu conversei com ele, problema sério, é uma coisa centenária e esta luta interna entre os indígenas e os que... Ocupantes da terra, praticamente um século, com plantios e tudo, estão sendo retirados da terra. Então, a confusão é grande. E ele tem uma liderança, eu acho que é importante a aprovação do Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Srs. Senadores que aprovam a ampliação do Requerimento, permaneçam como se encontram. Aprovado. Antes de encerrar a Sessão, eu quero agradecer a presença dos Srs. Senadores e me congratular com os dois Embaixadores aprovados nessa manhã, desejando que ambos desempenhem as suas funções com o maior sucesso e, acima de tudo, defendendo os interesses do nosso país.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Eu posso fazer um pedido a V. Exa.?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois não, V. Exa. tem a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Quando o senhor... O senhor preside a Comunidade Interparlamentar, quando tiver uma viagem a Praga, não esqueça de mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Seja feita a vossa vontade. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente Sessão... Para cumprir aqui normas regimentais, os senhores Senadores concordaram com a aprovação do... Então, está aprovado. E a Sessão está encerrada, ficando convocada uma para a próxima quinta-feira, no mesmo horário.

(Sessão encerrada às 12h29).

Ata da 31ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 4 de outubro de 2007, às 10:00 horas.

Às dez horas e cinqüenta e três minutos do dia quatro de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JARBAS VASCONCELOS, MARCO MACIEL, FRANCISCO DORNELLES e EDISON LOBÃO.** Como não membro da Comissão compareceu o Senhor Senador **SIBÁ MACHADO**. Justificaram a ausência os Senhores Senadores **MARCELO CRIVELLA, MOZARILDO CAVALCANTI e INÁCIO ARRUDA.** Deixam de comparecer os demais senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente dá início a apreciação da pauta da Reunião que destina-se a ouvir em Audiência Pública o General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército, para explanar aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a questão orçamentária do Exército Brasileiro**,** em atendimento ao Requerimento nº 39, de 2007 - CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, aprovado dia 05/07/2007. O Presidente convida o General-de-Exército Enzo Martins Peri para compor a Mesa. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO SUPLICY** que solicita seja enviada aos Presidentes do Senado Federal e Câmara dos Deputados, correspondência relacionada à permanência da sede do Parlatino no Brasil. O Presidente determina que a Secretaria da Comissão providencie seja enviada a correspondência. O Presidente concede a palavra ao Senhor **ENZO MARTINS PERI**, Comandante do Exército, para fazer a sua exposição. O Presidente concede a palavra aos Senadores **EDUARDO SUPLICY, EDISON LOBÃO, FRANCISCO DORNELLES e ANTÔNIO CARLOS VALADARES.** Antes de encerrar a Reunião, o Presidente concede a palavra ao Senador EDUARDO SUPLICY, que solicita a transcrição da correspondência sobre o Parlatino.Transcrição do ofício: *"OF. Nº 359/2007 – CRE, Brasília, 04 de outubro de 2007. Assunto: Parlamento Latino-americano – Compromisso para provisão dos recursos necessários para permanência de sua sede no Brasil. Senhores Presidentes, Como é do conhecimento de Vossas Excelências, o Parlamento Latino-americano – PARLATINO é uma organização regional, permanente e unicameral, integrada pelos Parlamentos Nacionais da América Latina. Integram o PARLATINO delegações de 22 países. Desde 1993 a sede do PARLATINO está abrigada em edifício projetado especialmente por Oscar Niemeyer para esse fim e localizado dentro do Memorial da América Latina, na cidade de São Paulo. O governo de São Paulo, ratificou o Acordo de Sede firmado entre o Governo Brasileiro e o PARLATINO, passando a arcar com os subsídios necessários e complementares ao funcionamento daquela entidade, da ordem de R$ 3,5 milhões. No início deste ano, contudo, o Governador José Serra indicou ao PARLATINO que não mais manteria o repasse do subsídio financeiro e que a entidade deveria desocupar o edifício no Memorial da América Latina até dezembro próximo. Desde a decisão do Governador, inúmeras gestões têm sido feitas, todas no sentido de viabilizar a permanência da sede do PARLATINO no Brasil, e, preferencialmente, em São Paulo. Estamos na iminência de perder a oportunidade de mantê-lo em nosso País. Não há mais como protelar decisões. É imprescindível que ambas as Casas tomem para si a responsabilidade e a incumbência de oferecer soluções para as questões do subsídio e da sede. Neste momento em que o Congresso Nacional discute as propostas do Plano Plurianual para o período 2008-2011 e do Orçamento para 2008, esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conforme decisão unânime, na reunião realizada hoje, vem pleitear junto a Vossas Excelências que viabilizem, por meio de inclusão nas propostas orçamentárias para 2008 de ambas as Casas, os recursos necessários, atual-*

mente estimados em R$ 2,5 milhões, para manter a sede do PARLATINO no Brasil. Considerando que a iniciativa de ambas as Presidências é crucial para que o PARLATINO tenha segurança quanto a permanência de sua sede no Brasil, esta Comissão solicita a manifestação urgente quanto ao pleito ora encaminhado. Respeitosamente, Senador HERÁCLITO FORTES, Presidente. A Suas Excelências os Senhores Senador RENAN CALHEIROS e Deputado ARLINDO CHINAGLIA Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados". O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e cinqüenta e três minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRAO MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Havendo número regimental declaro aberta a 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Dispensada e aprovada.

Passamos agora à apreciação da pauta de hoje, contendo o item 1 convocação para uma Audiência Pública com a presença do Exmo. Sr. Comandante do Exército, General-de-Exército Enzo Martins Peri, para explanar aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a questão orçamentária do Exército brasileiro, em atendimento ao Requerimento nº 39, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores, de autoria do Senador Heráclito Fortes, aprovado em 05.07.2007. Convido o Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri para compor a mesa. Concedo a palavra ...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – ... Tem V. Exª. a palavra pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes, Comandante Enzo Martins Peri, permita apenas, Comandante Peri, antes que V. Exª. nos faça ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A confusão é porque nós temos aqui um Senador que hora é Nery e hora é José Nery (risos).

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ... Então, mas V. Exª. há de compreender, juntamente ao nosso Presidente Heráclito Fortes e diversos membros da nossa Comissão, como o Senador Francisco Dornelles, nós temos tido uma preocupação com respeito à continuidade, de o Brasil continuar a ter a sede do Parlatino, e tivemos uma emergência, tendo em conta um diálogo com o Senador Jorge Pizarro do Chile, que é o Presidente do Parlatino, que se não houver um compromisso firme do Congresso ou do Governo brasileiro sobre prover os recursos necessários para que se mantenha a sede do Parlatino ali em São Paulo, num local até onde Darcy Ribeiro, Oscar Niemeyer e Franco Montoro, Orestes Quércia, Mário Covas sempre propuseram que ali permanecesse e com o apoio dos Governos brasileiros desde então, já teria até à disposição, pela dificuldade que haveria no próximo ano, de eles estarem transferindo a sede para o Panamá, mas eu conversei com o Senador Heráclito Fortes, pensamos nas diversas sugestões de encaminhamento, e a sugestão que há pouco conversei com o Senador Heráclito Fortes, mas para isso gostaria de obter a anuência dos demais Senadores, é no sentido de que possamos, os membros dessa Comissão e o Presidente, encaminhar uma carta, um ofício ao Presidente Renan Calheiros e ao Presidente Arlindo Chinaglia, da Câmara, aonde nós sugeriríamos que no orçamento do Congresso Nacional houvesse os recursos necessários da ordem de dois milhões e quatrocentos, dois milhões e meio de reais para que se viabilize a continuidade. Então em havendo anuência, Sr. Presidente, eu prepararia, enquanto houvesse o transcorrer de nossa reunião, já conversei com a assessoria para preparar um ofício nesta direção, então se os Senadores presentes estiverem de acordo e V. Exª., ao longo de nossa reunião poderíamos preparar isso para que então pudéssemos, na parte da tarde, levar o ofício ao Presidente Renan Calheiros e ao Presidente Arlindo Chinaglia. Esta é a sugestão que eu não faço, não mais querendo atrapalhar, interromper a sua exposição Comandante Peri.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A proposta de V. Exa. é oportuna e é necessária, daí porque eu submeto à votação, pedindo aos Srs. Senadores que concordam para permanece-

rem como se encontram. Aprovado. Então, com a proposta aprovada, solicito a V. Exª. que se encarregue de todas as tratativas no sentido de tornar o mais rápido possível o objetivo alcançado. É da maior importância a permanência do Parlatino no Brasil pela sua tradição e pela sua história, de forma que eu ...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Com esta decisão, Sr. Presidente, eu poderei agora então escrever ao Senador Jorge Pizarro informando da decisão aqui tomada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – ... Pode comunicá-lo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ... E vou propor que o mesmo seja feito no âmbito da Câmara dos Deputados, na Comissão correspondente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Concedo a palavra ao Sr. Comandante de Exército, General Enzo Martins Peri.

SR. ENZO MARTINS PERI – Exmo. Sr. Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Exmo. Srs. Senadores, Exmo. Srs. Oficiais Generais, Srs. Oficiais, demais autoridades, profissionais da imprensa, senhoras e senhores. Inicialmente desejo agradecer a oportunidade que V. Exª. e esta Comissão nos dá, ao Exército brasileiro, de vir aqui expor alguns aspectos relacionados com a nossa situação atual e, com isso, sem dúvida nenhuma, prestar uma colaboração e contribuir para que esta Comissão, dentro das suas importantes atribuições, possa ajudar o país a encontrar soluções para ter Forças Armadas à altura de sua importância estratégica.

Antes de chegar na parte relacionada ao aparelhamento e orçamentação eu vou abordar esses aspectos: a questão da defesa nacional em face da conjuntura sul-americana, a necessidade de rearticulação e reaparelhamento do Exército e a necessidade de valorização do militar.

A destinação do Exército, todos os senhores sabem perfeitamente, está prevista na Constituição e Leis Complementares, são a defesa da pátria, garantia dos poderes constitucionais, garantia da lei e da ordem, ações subsidiárias e força de paz. Este é o grande farol que ilumina todos os nossos procedimentos.

Vamos ver a percepção da conjuntura internacional. Para essa concepção da conjuntura internacional nós fazemos um estudo de situação continuado para acompanhar e analisar nos diferentes campos do planeta: no campo econômico, no campo social, no campo político, no campo militar naturalmente. Avaliar os impactos na conjuntura da defesa do país, integrar as diferentes variáveis à concepção estratégica de emprego do Exército mantendo o seu alinhamento com a política de defesa nacional, e adequar à conjuntura as ações de estruturação, preparo e emprego da força.

Vamos ver, recordando aqui, olhando para o mapa da América do Sul, qual é o nosso entorno estratégico. Eu repito sempre que esse colosso que é o Brasil, é um país continente por si só, temos imensas fronteiras, são dez vizinhos. Existem no continente focos de instabilidade regional, em muitas cidades temos questões de insegurança urbana, existem áreas despovoadas, grandes áreas despovoadas, sem dúvida nenhuma áreas onde existe a cobiça internacional, existe ameaça em terrorismo, pode haver, não podemos descartar, e uma realidade é a porosidade das nossas fronteiras.

Interessa para o Brasil consolidar um marco de instabilidade aqui com todos os vizinhos. Agora como é que ele pode fazer isto aqui, o que é que ele precisa ter? É preciso que o Brasil tenha um Exército forte para garantir este objetivo. O Brasil, estando numa situação de estabilidade, mas é importante que os seus vizinhos também estejam, e é importante que ele tenha uma capacidade dissuasória para ajudar com a possibilidade de arbítrio, que venha a ser chamado a exercer, ajudar a manter este arco de estabilidade.

Vamos ver o Exército brasileiro na América do Sul. Em termos de população aqui está o Brasil e aqui está a população de alguns países. Sem comentários a nossa presença em termos de população.

Se vamos verificar o PIB nominal em bilhões de dólares relativos ao ano de 2006 também há uma diferença muito grande do Brasil em relação àqueles países. Vamos ver como é que anda a relação de gastos com defesa em relação ao PIB no ano de 2006. A média mundial dá 3,7% do PIB. Aqui temos a Venezuela, a Colômbia, Peru, Bolívia, Brasil. Então o Brasil, em relação ao gasto de defesa com o PIB, está bem aquém de vários países vizinhos.

Como é que está o efetivo, a relação do efetivo do Exército com a área do país? Então, militares, a quantidade de militares do Exército por quilômetros quadrados. O Brasil está aqui. Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia, Chile, Argentina. Então o Brasil é um dos que é menor a relação percentual efetivo militar com

a população. O Brasil também é o menor percentual. Temos a Colômbia, o Peru, a Bolívia.

Organizações militares, valor brigada, mas as nossas brigadas estão incompletas.

Como é que andam os nossos blindados? Nós temos, estamos aqui, temos mais blindados, mas 78% têm mais de trinta e quatro anos.

As nossas peças de artilharia. Nós somos o país que tem maior quantidade, mas a maioria é oriunda da Segunda Guerra Mundial.

Aeronaves do Exército. Nós temos helicópteros. Então nós estamos aqui praticamente, perdemos para a Colômbia, Peru e para a Argentina.

Vamos ver a conjuntura brasileira. Desigualdades regionais. Isto é um fato, a infra-estrutura do país é deficiente. Existem dificuldades crescentes na área da segurança pública em todo o país e não apenas nas principais cidades, nas mais populosas. Há uma relevância dos movimentos sociais. Até agora existe uma baixa prioridade para os assuntos de defesa e este é um tema que o Ministro da Defesa está lançando para modificar, nas palavras dele para incluir na agenda do país o tema: Defesa. Existe um esforço diplomático em busca da projeção internacional do país e há a preocupação do Governo com a solidez econômica e o crescimento do país. Então dentro dessa conjuntura também nós analisamos.

Qual é o cenário para o país que nós vislumbramos? O Brasil mantendo o ritmo de crescimento que vai permitir a inserção com êxito na economia mundial, tornando-se um importante ator global e uma importância militar de porte médio. Lembrar que o Brasil está sendo chamado a assumir responsabilidades militares de maior relevo no campo internacional. Lembramos o exemplo mais notável do Haiti, mas somos, temos sido solicitados pela Organização das Nações Unidas para estar com tropas na Ásia, na África, para designar oficiais generais para exercer o comando dessas Forças tendo em vista o sucesso que temos tido no Haiti, e em outras tantas missões de observadores militares que temos.

Vamos lembrar as linhas mestras da política de defesa nacional. Está na política de defesa nacional: a defesa nacional deve estar apoiada em eficiente e moderno poder militar facilmente mobilizável e capaz de responder eficazmente a eventuais ameaças. Na América do Sul o peso relativo e a responsabilidade do Brasil devem ser respaldados por um poder militar respeitável que contribua para a estabilidade regional; manter Forças Armadas preparadas para participar extraterritorialmente em missões de paz; e possuir capacidade adicional para atuar na garantia da lei e da ordem interna, na vigilância das fronteiras e realizar ações subsidiárias. Isto faz parte das linhas mestras da nossa política de defesa nacional.

A avaliação que está inserida nessa política, que é o Decreto 5.484, de julho de 2005, a percepção das ameaças ainda está desvanecida para muitos brasileiros. É isto mesmo, nós não vemos. Quando falamos de defesa, como graças a Deus não temos guerra no país e há muitos anos não participamos, isso daí está muito desvanecido, esse sentimento da necessidade da defesa. Agora é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não enfrenta disputas ou antagonismos ao buscar alcançar seus legítimos interesses. E também sempre lembro, afirmação muito antiga, não há nenhum país onde não haja um Exército. Sempre haverá um Exército, será o do próprio país ou será de um outro país. Então cabe à Nação, cabe à sociedade escolher a opção.

Objetivo simples então da nossa política militar terrestre: capacitar o Exército em forma permanentemente ajustada à estatura político estratégica da Nação para atuar eficazmente no cumprimento de suas missões. Então nós não queremos estar acima da estatura político estratégica da Nação, mas não podemos estar abaixo, não podemos nos permitir isso.

Como é que nós estamos articulados? Nós temos sete Comandos Militares de Área. Um na Amazônia, um no Centro-Oeste, outro no Sul, um lá em São Paulo, um no Leste, um no Planalto e um no Nordeste, são os sete Comandos Militares de Área. ... as capacidades desejadas para atender às hipóteses de emprego? Então nós vamos falar muito em brigada. Para nós, eu acho que talvez ajude a compreender o que é uma brigada, para nós a brigada corresponde ao navio para a Marinha, corresponde ao avião, a uma aeronave para a Aeronáutica, para a Força Aérea. Então é uma grande unidade que tem, faz a combinação de armas e serviços, então tem equipamentos e armamentos muito diferentes, então temos desde a Infantaria, com o seu armamento individual, seu armamento leve, temos algumas unidades que sejam blindadas, temos os carros de combate, se não temos os caminhões que vão transportar as tropas, temos a Engenharia que vai permitir o movimento, a Artilharia que vai fazer o apoio de fogo e o apoio logístico que permite que essa estrutura toda ande, a parte de comunicações que permite que seja

exercido o comando e controle. Então vamos dar um exemplo, mas eu gostaria que o senhor entendesse que este é um exemplo de uma brigada blindada, nós temos duas dessas e é o que no nosso entendimento o que interessa. As nossas brigadas, na sua maioria, são brigadas leves, são brigadas de Infantaria motorizada, brigada de céu, brigada leve. Essa que eu estou dando o exemplo é das nossas brigadas blindadas. Então nós temos a Infantaria com os seus veículos que transportam a tropa, a Cavalaria dos regimentos com os seus carros de combate, então esses são equipamentos específicos de brigada blindada. Artilharia, que nessa brigada blindada é deste tipo, é autopropulsada, na outra brigada ela é rebocada por caminhão. A Engenharia com suas portadas, que ajuda a transportar, transpor rios, mas também ela vai lançar campos de mina, tem outras finalidades. O Batalhão Logístico que vai fazer o apoio, o suporte, vai fazer a manutenção, vai fazer o apoio de saúde, vai, enfim, dar condições de utilização desses meios. A Artilharia Antiaérea na bateria. Cavalaria Mecanizada que vai fazer o reconhecimento, é o esquadrão, é uma Companhia, a Companhia de Comunicações. Então estamos falando aqui, como é blindada essa brigada, tudo é blindado. Onde não é brigada blindada, a Companhia de Comunicações também não é blindada, é natural. A Companhia de Comando que permite o comando da brigada e o Pelotão de Polícia do Exército.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Ainda há cavalos na Cavalaria?

SR. ENZO MARTINS PERI – Não, só o nosso regimento histórico aqui que faz guarda, mas não temos mais como emprego operacional, não existe.

Vamos ver a organização da força terrestre. As nossas forças de união estratégica. Nós temos a força de vigilância estratégica, então ela é apenas vigilância, é muito espalhada. Temos uma força de cobertura estratégica, aí ela já tem uma ação um pouco mais forte. Existem forças de emprego local que podem ocorrer em casos de necessidade na área que isso for preciso. E temos as forças de emprego estratégico, que são as forças que vão resolver o problema se a questão ficar mais difícil. E as forças de emprego geral que vão ajudar a completar essa estrutura e fazer a mobilização do recompletamento quando necessário.

O que é que nós temos? Nós temos vinte e seis brigadas e um Comando de Aviação. Temos cinco brigadas de Infantaria de Selva, uma brigada de Operações Especiais, oito brigadas de Infantaria Motorizada, isso daqui é leve, uma brigada Pára-Quedista, uma brigada de Unidade de Escola, mas é a Infantaria Motorizada, uma Infantaria Leve Aeromóvel, uma brigada de Artilharia Antiaérea, uma brigada de Infantaria Leve também em condições de garantia da lei e da ordem, o Comando de Aviação, duas brigadas Blindadas, quatro brigadas de Cavalaria Mecanizada e uma brigada de Infantaria de Fronteira.

Quais são as principais estratégias de emprego? A dissuasão, a presença seletiva, mais recentemente desenvolvemos a da resistência e a de projeção do poder. Permeando todas essas estratégias temos a Comunicação Social. O que é a estratégia de dissuasão, apenas para lembrar aos senhores? É preciso que o país tenha uma força capaz de desencorajar qualquer agressão militar. A simples existência dessa força é suficiente para dissuadir, para evitar que qualquer outro Estado pense fazer alguma ação que não deva. É a simples existência, ela não está entrando em ação, mas a existência já é suficiente. A estratégia de dissuasão depende da manutenção de forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato. Ela está intimamente ligada ao reaparelhamento.

A estratégia da presença seletiva. Para a articulação do Exército nós fazemos uma criteriosa distribuição e articulação nas organizações militares, querendo que elas tenham a capacidade de deslocamento rápido para qualquer região. Então nós temos espalhados pelo país cerca de novecentos quartéis. Na fronteira nós temos setenta e um quartéis de diferentes tipos. Agora é importante: antes de pensar em aumentar a quantidade de quartéis na fronteira é preciso dar condições de operacionalidade aos que lá existem. Não adianta dizer vamos aumentar a quantidade de quartel, vamos construir mais quartéis na Amazônia. Não, antes eu preciso ter a condição, ter o recurso de custeio para fazer mais operações de inteligência, para fazer mais operações da fronteira, para empregar aquilo que eu já tenho. Depois posso pensar em aumentar se for o caso. Mais do que estar presente é importante a capacidade de o Exército fazer-se presente.

Responsabilidade territorial. A Lei Complementar 117, de 2004, dá a responsabilidade para o Exército de ações preventivas e repressivas contra delitos transfronteiriços e ambientais. Mas nós temos, só para lembrar, quinze mil e setecentos quilômetros de fronteira, uma faixa de cento e cinqüenta quilômetros. O que isto significa, apenas para fazer uma pequena comparação? Nós acompanhamos a notícia e a preo-

cupação dos Estados Unidos da fronteira México/Estados Unidos, dois mil e quinhentos quilômetros. Vamos imaginar o que são dois mil e quinhentos quilômetros no Brasil. Vem ali do Acre até Porto Velho e só. Então os Estados Unidos, com toda aquela sua potencializado, força e providência que está tomando, não está satisfeito com o controle lá da fronteira, está fazendo até um muro, mas são dois mil e quinhentos quilômetros. Nós temos quinze mil.

Outra questão: como que são essas nossas fronteiras? Nós temos os mais diversos tipos de fronteiras, os mais diversos cenários. Nós temos, por exemplo, essa daqui é ... no Amazonas com a Colômbia, aqui Tabatinga, então é uma avenida, é uma rua separando o Brasil do Peru e Colômbia. Lá em Clevelândia, no norte do Amapá, com a Guiana Francesa. Com o Paraguai nós temos um imenso lago e uma ponte. Lá em Santana do Livramento é uma rua. Mato Grosso do Sul são centenas de faixas que a gente não sabe de que lado que está, se atravessou ou não a fronteira.

Estratégia da projeção do poder. É a participação militar, em fronteiras, em situações que favoreçam o respaldo crescente do país no cenário internacional, seja por força de paz ou uma força expedicionária. Então o exemplo mais notável nosso e mais recente e atual é a nossa presença no Haiti, presença essa que, em função do sucesso obtido lá, a ONU está nos solicitando, está querendo também que nós estejamos presentes em outros continentes, seja com tropas, seja até assumindo o Comando das Forças da ONU.

Vamos ver as nossas áreas estratégicas e as vocações prioritárias. O Nordeste, o núcleo Central e o Sul do país, eles têm uma vocação mais para defesa territorial e garantia da lei e da ordem, quer dizer, as tropas nossas que lá estiverem têm esta vocação. Para as nossas tropas na Amazônia, no Centro-Oeste e também lá na região Sul, também na região Sul precisam estar para defesa externa, voltadas para a defesa externa, e a nossa prioridade um é a Amazônia. Mas por que a prioridade um para a Amazônia? Esses dados já têm sido muito repetidos com freqüência. É a maior parte do Brasil, mais da metade do Brasil está na Amazônia, maior banco genético do planeta, maior província mineralógica da terra, quantidade de carbono, ela é maior que a maioria das Nações do mundo, só a nossa Amazônia, o que representa 1/10 da América do Sul, 1/20 da superfície da terra, e faz divisa com sete países, só a Amazônia faz fronteira com sete países.

A estratégia da resistência, que é a outra estratégia, ela está voltada para a defesa da Amazônia, que representa 56% do território nacional. Ela é contra um poder militar incontestavelmente superior e prevê operações não convencionais com longo prazo de duração. Essa é a nossa estratégia da resistência que nós desenvolvemos.

Vamos fazer uma comparação sobre o que é a Amazônia, sempre é bom lembrar, a que o território da Amazônia eventualmente corresponde. Corresponde a esses países todos da Europa e ainda sobra terra que poderia absorver outros tantos se juntássemos. Então isso daí é uma idéia apenas para ver o tamanho e o que significa tomar conta disto aí.

Necessidade de rearticulação do Exército. Nesses últimos anos, em função dessa análise da conjuntura, nós chegamos à conclusão de que havia necessidade de rearticular o Exército. Há alguns anos já transferimos uma brigada lá do Sul, lá de Santo Ângelo, e mandamos lá para Tefé, no Amazonas. Antes tínhamos mandado uma brigada de Petrópolis, no Rio de Janeiro, lá para Boa Vista, em Roraima. E agora estamos transferindo uma brigada, o comando da brigada já foi transferido, de Niterói para São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. Falta transferir as suas unidades. A brigada de Operações Especiais foi criada lá em Goiânia. Brigadas Blindadas, elas foram concentradas, as nossas duas Brigadas Blindadas, foram concentradas no Sul, que é a área de vocação para emprego das brigadas. E o Grupo Lançador Múltiplo de Foguete, foi constituído esse grupo reunindo nas baterias lançadores múltiplos de foguetes em um grupo lá em Formosa. Então nós temos na Amazônia uma brigada em Marabá, outra em Boa Vista, essa que transferimos o comando para São Gabriel da Cachoeira, lá de Niterói, uma em Porto Velho e outra em Tefé. E é nossa intenção transferir as unidades desta brigada até 2010 para as suas novas sedes, uma em Barcelos e outra, provavelmente, em Santa Isabel do Rio Negro, ambas no Estado do Amazonas. A evolução do efetivo da Amazônia: em 1950 tínhamos mil militares, em 1980 quinze mil, vinte mil e quatrocentos em 2000 e nesse ano já temos vinte e cinco mil militares do Exército na Amazônia. A brigada de Operações Especiais foi aqui instalada em Goiânia, está numa posição central, em condições de ser empregada facilmente em qualquer parte do país. Os blindados foram concentrados no Sul pela facilidade logística e o ambiente operacional é mais favorável. Então é basicamente Paraná, Rio Grande do Sul. O

grupo de Lançadores Múltiplos de Foguete, reunimos as baterias em Formosa.

Necessidades de reaparelhamento do Exército. É preciso entender que quando se fala no reaparelhamento nós temos duas fases que são importantíssimas: é preciso manter o nível de operacionalidade do Exército de hoje, eu preciso repor material, mas preciso também adquirir novos materiais para fazer frente a novas ameaças. Então nós estamos numa situação que precisamos repor o que temos ou o que tínhamos e partir para coisa nova, mas são dois estágios.

Vamos ver a nossa situação. Nós temos mil, quatrocentos e trinta e sete blindados de vários tipos, oitenta e um helicópteros, seis mil, seiscentos e setenta e seis viaturas sobre rodas de vários tipos, quatrocentos e oitenta e dois obuseiros e canhões, e o fal, que é um armamento individual nosso, já tem quarenta e dois anos de uso. É um senhor armamento, é muito bom e etc., mas já tem quarenta e dois anos de uso.

Como é que está o índice de indisponibilidade? Aí está. Então o que a gente constata? Uma perda da capacidade dissuasória. Agora a responsabilidade territorial do Exército é equivalente à de todos os outros países sul-americanos juntos. Os blindados e viaturas sobre rodas são antigos. Os blindados, 78% com mais de trinta e quatro anos e as viaturas, 58%, têm mais de vinte anos. A nossa manutenção é muito boa, mas não faz milagre. Ás vezes até faz. Grande número de blindados, equipamentos e viaturas indisponíveis. A maior parte do material de artilharia de campanha oriunda da Segunda Guerra Mundial.

A Artilharia Antiaérea. Nós temos a capital federal, nós temos represas de grande porte, nós temos objetivos que seriam alvos importantes. E como é que anda a nossa Artilharia Antiaérea? Ela não está nem aí explicitada. O Exército enfrenta séria restrição de munição de todos os calibres, comprometendo o adestramento. Esse Decreto que aprova a Política de Defesa Nacional, que nós de vez em quando apelamos para ele, está lá escrito: "é prioritário assegurar a previsibilidade na alocação de recursos em quantidade suficiente para permitir o preparo adequado das Forças Armadas".

Quais são as necessidades para o reaparelhamento do Exército? Foi criado um grupo de trabalho interministerial que concluiu os seus trabalhos no ano passado e considerava um prazo que ia até 2014, e ele estabeleceu, naturalmente, que considerando os recursos que o Governo entendia que estariam disponibilizados para as Forças Armadas, estabeleceu uns determinados valores e esses valores, nós verificando o nosso Plano Diretor do Exército e uma diretriz para o reaparelhamento que foi fixada pelo Comandante do Exército, nós procuramos, atendendo ao grupo, apresentamos as nossas prioridades.

Eu volto antes de apresentar ao módulo brigada. Então nós dissemos que o módulo brigada, então é aquela organização, aquela grande unidade que é uma estrutura complexa, com unidades de vários tipos, com milhares de itens bastante diferentes, porque tem desde as unidades de manobra, que é a Infantaria, Cavalaria, a Logística, o apoio de fogo que é a Artilharia, mobilidade contra proteção que é a Engenharia, Defesa Antiaérea, Comando de Controle, que é comunicações, Inteligência, esse sistema de brigada tem que estar apoiado em projetos de ciência e tecnologia nossos, projetos desenvolvidos por nós. Nós temos que ter a capacidade tecnológica. Não se trata apenas simplesmente de ir adquirindo meios e ter esses meios comprados, porque quem adquire tudo que tem em determinado momento pode ficar sem a reposição de peças essenciais, e esses projetos de ciência e tecnologia desenvolvidos irão desenvolver uma base industrial de defesa nacional que é muito importante. Nós também sabemos, e os senhores sabem, que uma indústria de defesa normalmente puxa as indústrias, o parque industrial do país. Ela desenvolve produtos que são desenvolvidos inicialmente para serem aplicados na área de defesa, eles são estendidos para todas as utilidades, tem normalmente aquele emprego dual, e também uma indústria de defesa forte no país ajuda a parte também do emprego no país. Não adianta eu resolver o problema de uma dessas áreas que eu não terei aquele meu módulo à altura. Não basta eu ter blindados se eu não tiver artilharia. Não basta eu ter blindados e artilharia se não tiver também meios de engenharia que permita o deslocamento daqueles blindados e da artilharia. Não basta eu ter blindados, artilharia e a engenharia se eu não tiver a parte de comunicação e controle para fazer a coordenação. É tudo integrado, tudo na verdade é simultâneo.

Quais são os projetos prioritários do Exército na área de ciência e tecnologia? A nova família de blindados de rodas, nós agora estamos em vias de assinar um contrato para desenvolver o novo blindado sobre rodas, a nova família de blindados, aquilo que nós estamos chamando provisoriamente, pelo menos, de um Novo Urutu, Urutu III. Esse carro, temos a certe-

za de que vai substituir com ampla vantagem aquele Urutu que tanto sucesso fez no mundo. Sistema de defesa antiaérea, sistema de comando de controle, míssil, morteiro, arma leve anticarro, equipamentos de visão noturna, sistema tático em guerra eletrônica, o fuzil 556 que vai substituir o fal e o veículo aéreo não tripulado. Esses são os projetos prioritários na nossa área de ciência e tecnologia. Então para o grupo foram apresentadas cinco prioridades. Na prioridade um, aquisição de blindados, projetos de ciência e tecnologia, viaturas operacionais, implantação de brigadas, sistema de defesa antiaéreo, equipamento para o combatente em hospital de campanha, armamento e munições, material de comunicações, blindados de rodas, embarcações e pontes flutuantes, mísseis anticarro, reequipamentos de batalhão de construção, engenharia de construção, dando um montante de quatro milhões e oitocentos milhões de reais. Na prioridade dois seguem-se diversos itens, atingindo setecentos e sessenta e oito milhões de reais. Na prioridade três também há outros tantos itens, com novecentos e sete milhões de reais. Na prioridade quatro, cento e oitenta e seis milhões. Na prioridade cinco, cinqüenta e cinco milhões. O total nesse período de 2008 a 2014 é de seis bilhões e setecentos milhões. É muito dinheiro? É. É suficiente? Não é. Mas se vier, será muito bom. Um bilhão por ano.

Vamos ver alguns países o quanto gastam por ano. O Chile, utilizando o royalty da Lei do Cobre, ele tem isso aqui: 2,7 bilhões de dólares por ano. A Venezuela, o gasto foi esse daqui, mas ela tem o petróleo. A Colômbia foi isto aqui. E o Brasil, em 2007, o Exército gastou isso aqui. Qual seria o mínimo desejado, aquele ideal? E isso é continuado, porque todo ano se renovam, mas vai chegar um ano, daqui há vinte anos aquilo que se compra hoje já terá vinte anos. Então isso daí é um modo contínuo. Seriam dois bilhões de dólares por ano.

Vamos ver o orçamento do Exército. Eu vou apresentar um quadro, uma evolução do orçamento do Exército, nós temos um quadro que mostra isso desde os anos 50 e que mostra uma curva descendente e contínua com alguns poucos ligeiros espaços nessa curva descendente e contínua. Por uma questão dessas mudanças de moeda que tivemos ao longo do período, para evitar apresentarmos dados que pudessem estar involuntariamente incorrendo em erro na conversão que fizéssemos, eu só vou apresentar de 1995, quando se estabeleceu o último padrão monetário e com isso facilita, apenas para ver um dado. 1995 não foi bom, mas é um dado real, em real. Então este é o valor até 2007, este aqui é o valor previsto no PLOA 2008. Então mostra que há uma ascendência, particularmente no montante, uma ascendência bastante razoável no nosso montante, um pouco acima de 50%, quer dizer, isto aí é bastante promissor considerando que seja um ponto de inflexão. Nós entendemos que isso aí, houve manifestações continuadas do Presidente da República, da sua disposição de fazer o reaparelhamento, e entendemos que virá, que será feito, mas naturalmente que contamos com a participação do Congresso Nacional, seja na aprovação do PLOA, seja também nas emendas que nós contamos, como sempre contamos, com a compreensão dos senhores congressistas.

Como é que está em relação ao PIB? Em relação ao PIB é a mesma, não podia ser diferente, um pouquinho, mas de qualquer maneira ...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Comandante.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – ... Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – No quadro anterior, só para esclarecer, o senhor não mencionou se são valores nominais ou constantes.

SR. ENZO MARTINS PERI – Nominais. Bom, isso daí é o mesmo quadro, só em relação ao PIB. Isso daqui, naturalmente que nós não temos nenhum PIB de 2007, isso daí é mais uma estimativa.

Então esse quadro, esse verde aqui apresentando as necessidades planejadas, na verdade as necessidades são os valores que nós todo ano temos limitações para apresentar as nossas necessidades. Na verdade não é uma coluna de necessidades. Se fosse uma necessidade esse quadro estava estourando lá em cima, mas então, dentro dos limites fixados, necessidades. Então para 2008, dentro das nossas necessidades, isto é o que está constando no PLOA, mas como eu mostro está bastante elevado, mais de 50% acima. Aqui é LOA, LOA mais crédito adicional.

Em termos de reaparelhamento este ano: cento e quatro milhões. Para o ano que vem, no PLOA, consta quatrocentos e um. Esperamos fazer isso e mais alguma coisa.

Então 2007 como é que foi o PLOA? Foi um milhão, seiscentos oitenta e dois, LOA mais os créditos adicionais, atingimos um, oitocentos e setenta e um, e com o último descontingenciamento, um bilhão, se-

tecentos e trinta e nove autorizados. Para o ano que vem esperamos que esse PLOA se transforme na LOA, seja ampliada a LOA e não seja contingenciado.

Agora temos alguns motivos também no mínimo de satisfação. É que no plano plurianual já consta valores que indicam a disposição do Governo de manter no mínimo semelhante ao previsto para 2008, o que nos dá a perspectiva de manter as cifras no mínimo semelhantes ao que nós esperamos que será no ano que vem.

Nós falamos muito em termos de aparelhamento, necessidade de aparelhamento, mostramos a necessidade, a situação dos nossos equipamentos, mas uma coisa, há algo que é fundamental em que nós investimos muito, que é no preparo do homem, na formação do homem. Então o nosso moral é muito elevado, as dificuldades são compreendidas, mas existe a convicção de que o entendimento da importância do que fazemos vai conduzir a uma melhoria no quadro, naquele quadro que nós mostramos. Nós temos pessoas muito bem preparadas, investimos muito no preparo do pessoal. Mas também de pouco adianta o reaparelhamento se o militar não é valorizado. Ele precisa ser valorizado e há muita distorção nisso daí, e nessa distorção também temos a convicção de que haverá de ser corrigida. Vamos lembrar que há necessidade para o militar de prontidão, de estar sempre pronto. As Forças Armadas, por força da Constituição, devem estar adequadas e permanentemente preparadas para o emprego, defesa da pátria, garantia da lei e da ordem. E aí podemos fazer uma pequena comparação: as Forças Armadas constituem, podem ser consideradas como se fosse uma apólice de seguro. Se o orçamento é insuficiente é aquela apólice mínima, aquele que paga pouco, o seguro é pouco. Se houver algum problema, o meu carro vale vinte, eu pago cinco, não tem problema, se houver algum problema com o meu carro eu vou receber cinco. Isso daí é uma questão de opção. Se o orçamento é insuficiente, leva a que? A uma degradação do patrimônio físico, mas o patrimônio físico, se eu tiver recursos para reaparelhamento, em boa parte eu posso fazer uma reposição em curto prazo. Mas a degradação do patrimônio humano, a reposição é em longo prazo, porque exige adestramento, motivação, mobilização. Lembrar sempre: as Forças Armadas respaldam decisões soberanas. Um país para exercer a liderança precisa de forte capacidade dissuasória. Não basta o tamanho do país, não basta o seu balanço de pagamentos, não basta a sua potencialidade, até pelo contrário, a potencialidade exerce uma atração muito grande. Não há retoque para ação de desmoralização da soberania e não se pode desprezar o risco de perda de soberania sobre a Amazônia. Isso não é paranóia.

A valorização do militar. Para o recrutamento de recursos humanos é muito importante que as Forças Armadas permeiem todos os níveis sociais, não fiquem restritos a determinados segmentos sociais. Então ela tem que ter a capacidade de ser atrativa para todos os segmentos sociais. Há uma evasão ao longo da carreira. Os militares são bem preparados, uns percebem se continuarem na carreira, mesmo os que consigam chegar e poucos atingem os mais altos cargos, a promoção até Coronel cumprindo determinados rituais ela é atingida, mas a promoção a General não é, e mesmo assim eles são atraídos por salários que eles não teriam mesmo que se atingissem ao posto de General-de-Exército. Então é um atrativo e está havendo uma evasão que preocupa. É preciso uma política de vencimentos de longo prazo e que leve em conta as especificidades da profissão militar. Vamos lembrar algumas: o risco de morte, preceitos rígidos de hierarquia e disciplina, é exigida dedicação exclusiva, uma disponibilidade permanente, mobilidade geográfica, transferências em princípio há cada três anos, quatro anos, dois anos ou menos, dependendo, exige-se o vigor físico, uma formação específica, um aperfeiçoamento constante, proibição de participar de atividades políticas, proibição de sindicalizar-se, de participar de greves ou de qualquer movimento reivindicatório, restrições a direitos trabalhistas, um vínculo com a profissão e as conseqüências para a família. Por vezes, em determinado momento, o militar começa a viajar sozinho porque a família tem que ficar em um determinado local para não prejudicar o estudo da família. Mas as deficiências não impedem o Exército de manter o grau de eficiência graças à qualidade. Então com a competência da formação de recursos humanos e a grande capacidade de planejamento operacional nós superamos as deficiências até o nosso limite pessoal. Lembrar que esses valores que preservam a instituição, a hierarquia, a disciplina, valores éticos e morais, a nossa história e tradições e os atributos afetivos. A credibilidade da nossa força está baseada nesses aspectos, na lealdade, na disciplina, na camaradagem, na dedicação, na honestidade e no exemplo.

O Exército deve estar preparado para enfrentar antagonismos simultâneos no nosso entorno. A Força

Terrestre tem perdido paulatinamente a sua capacidade de dissuasão e de se fazer presente nas nossas fronteiras. Hoje a recomposição do seu material de emprego militar que está desgastado e tecnologicamente defasado. O reaparelhamento deve ser quantitativo e qualitativo e que há que se pensar em um aporte regular de recursos extraorçamentários para investimento em material de emprego militar, e o Brasil precisa recompor o equilíbrio da balança dissuasória regional. Lembro de novo esse quadro: o objetivo síntese da nossa política militar terrestre é capacitar o Exército de forma permanentemente ajustada à estatura político estratégica da Nação para atuar eficazmente no cumprimento de suas missões. Mas o Exército está muito aquém da estatura político estratégica do Brasil.

Bem, senhores, eu agradeço a atenção que dispensaram, eram esses aspectos que eu gostaria de apresentar inicialmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Passando à parte dos questionamentos concedo a palavra ao primeiro Senador inscrito, o Senador Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. General Enzo, Srs. Generais. A Revolução de 1964 foi feita por um conjunto de circunstâncias, a participação de segmentos da sociedade, mas sobretudo a liderança de alguns políticos e de militares, entre eles o Governador Carlos Lacerda. Rememore-se esses fatos para tentar estabelecer uma similitude entre o que disse certa vez Lacerda e que de algum modo V. Exª. hoje também fala. Lacerda, logo no começo, prestou um serviço relevante à Revolução servindo de Embaixador especial na Europa explicando a Revolução. Voltou de lá e por uma insatisfação de natureza política, ele que era um irrequieto intolerante, resolveu brigar com o Governo, com a Revolução e com os Militares. Exilou-se, foi para a Europa, desembarcou em Roma, e ao chegar em Roma, entrevistado pela imprensa, disse que estava insatisfeito com o que aconteceu no Brasil e aí resolveu falar mal do Exército. Ele disse que o Exército brasileiro era composto de Oficiais indisciplinados e mal armado, que as armas mais modernas do Exército brasileiro eram os restos da Batalha de "El Alamem"(ocorrida na África), foi um supremo insulto que ele fez às nossas Forças Armadas. Mas vejo com tristeza hoje, aquilo não era verdadeiro, mas vejo com tristeza que temos ainda armamentos que vem da Segunda Guerra Mundial, com mais de sessenta anos. Definitivamente esta é uma situação que não pode continuar. Nós somos indiscutivelmente um país rico. Parece uma contradição, uma contraposição, fala-se que o Brasil é pobre, mas o Brasil é a décima Nação econômica do mundo. Não podemos chamar pobre um país deste, com as exportações que temos hoje, até com a renda per capta que melhorou significativamente, o PIB, e as nossas Forças Armadas estão nessa situação de penúria. Este quadro aqui estatístico que V. Exª. nos apresenta é doloroso: 55% dos blindados estão em situação de indisponibilidade, ou seja, apenas 45% dos nossos blindados são operativos, e vem descrevendo aqui a posição de cada tipo de blindado. Blindado Leopardo, que eu suponho que seja um tanque de grande potência, 70% indisponíveis. A situação da Marinha de Guerra é pior do que a do Exército até, da Força Aérea Brasileira.

Srs. Senadores, as nossas fronteiras foram estabelecidas por Rio Branco e nós não desejamos ampliá-las. Jamais pretendemos guerras de conquista ao longo da nossa história. Não é da nossa vocação, mas nós temos que manter as nossas fronteiras haja o que houver. Haja o que houver as fronteiras têm que ser mantidas, e elas não serão se nós não tivermos Forças Armadas aparelhadas. Eu tenho esta convicção. V. Exª. falou freqüentemente da capacidade de dissuasão. É isto mesmo. Na medida em que nós estivermos suficientemente equipados, nós teremos condições de impedir a cobiça de eventuais inimigos. Se nós não estivermos nessas condições adequadas sempre haverá sonhos, aventuras que se projetam na consciência de possíveis adversários ou inimigos nossos.

Os recursos das Forças Armadas têm sido cada vez menores em relação ao nosso orçamento. Sei que nós temos outros problemas graves, a dívida foi um deles, já não é tanto, e esta dívida, sobretudo no período em que os militares governaram o Brasil, decorreu da necessidade de importação, sobretudo de petróleo, pouca gente sabe disso. O Brasil fez uma opção na crise do petróleo que foi a de manter o pleno desenvolvimento interno quando quase todas as Nações desenvolvidas entraram em recessão para ajustar a sua economia à nova ordem econômica, e o Brasil fez a opção, que não era errada, de manter o pleno desenvolvimento e o pleno emprego quase no Brasil. A Alemanha devolveu mão-de-obra para Portugal e para outros países. Os Estados Unidos tinham milhões e milhões de desempregados. O Brasil manteve o seu desenvolvimento. Mas, com isso, teve que

importar petróleo caro que se elevou de dois dólares para trinta e tantos dólares num momento, num minuto, e teve que constituir uma dívida para pagar esta importação de petróleo. Mas hoje esta situação está sob controle.

Eu acho que o Governo, o Poder Executivo, o Congresso Nacional, devem contribuir desta feita para que as Forças Armadas brasileiras consigam reequipar-se e manter-se numa situação adequada. Nós não queremos ter uma posição militar a ponto de infundir temor nos países vizinhos ou até de sermos olhados pela Europa e por outras regiões como sendo um país que se prepara para o conflito. Não. Esta não será nunca a nossa intenção. Nós não somos beligerantes, nós temos que apenas estar preparados. Os nossos militares são bons militares, os seus salários são precaríssimos. Senador Jarbas Vasconcelos, um General do Exército brasileiro ganha o que ganha um Major da Polícia Militar de Brasília. Isso é inconcebível, é verdadeiramente inconcebível. As Forças Armadas se mantém na hierarquia e na disciplina. Como nós poderemos manter uma hierarquia adequada com salários confusos, emparelhados como estes? É responsabilidade nossa também do Congresso Nacional vigiar esta situação, até porque os militares de Brasília são pagos pelos recursos federais, da União Federal. Eu não estou me levantando contra os salários dos militares de Brasília, até porque eles merecem esses salários. A minha crítica é aos baixos salários das Forças Armadas, daí essa evasão a que V. Exª. se refere, que é compreensível a invasão diante de uma situação calamitosa dessa natureza. Tudo isto nós temos que ver, nós não precisamos talvez de um Exército de um milhão de soldados, não, o nosso Exército até pequeno, em número, muito pequeno, também V. Exª. demonstrou isso. Creio que nós temos duzentos mil soldados no Exército brasileiro e trezentos e poucos mil nas Forças Armadas. São Forças Armadas de número reduzido, mas vamos atribuir dignidade salarial aos nossos militares. Toda vez que a Nação precisou deles, eles estiveram presentes e cumpriram bem o seu papel, bem. O prestígio das Forças Armadas brasileira é muito grande. Numa crise como essa do Rio de Janeiro de insegurança e que começa a surgir em outros Estados, a simples presença do Exército foi bastante para mudar o quadro e a psicologia daquela crise.

Não vou fazer perguntas a V. Exª. que creio que dissertou de maneira convincente e profunda sobre a situação do Exército brasileiro. Quero apenas declarar a minha solidariedade às necessidades e à posição do Exército brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Antes de passar a palavra ao General Enzo eu gostaria de dizer, Senador Lobão, que o objetivo dessas três oitivas, juntando as três Forças, é exatamente para trazer para esta Casa de maneira bem clara essa situação, e nós estamos exatamente tendo essa oportunidade de conhecê-la, o que tenho certeza, Senador Lobão, Srs. Senadores, é muito importante, porque todos nós, isso sem exceção, todos nós ficamos estarrecidos com o quadro que vimos nas três Armas. Tivemos a Marinha, tivemos a Aeronáutica e agora o Exército, e não se justifica, daí porque esse empenho que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vem procurando fazer no sentido de chamar a atenção do Congresso e do Poder Executivo para a questão orçamentária.

SENADOR EDISON LOBÃO (DEM-MA) – V. Exª. foi muito bem, o requerimento é assinado até por V. Exª. mesmo, esta é uma Comissão de Defesa Nacional, é nossa responsabilidade cuidar realmente disto. Cumprimentos a V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o General.

SR. ENZO MARTINS PERI – Quero agradecer ao Senador, contamos com o apoio de V. Exª. como sempre contamos, continuaremos contando com o apoio e incentivo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes, Comandante e General-de-Exército Enzo Martins Peri, quero também agradecer e cumprimentá-lo pela exposição que para nós Senadores é muito importante, conhecer o trabalho do Exército brasileiro de uma maneira tão compreensiva diante deste território tão grande que temos, as necessidades de haver a presença das Forças Armadas e em especial do Exército nas diversas áreas e sobretudo nas áreas fronteiriças, o cuidado com que o Exército tem tido para com a imensa região amazônica, que V. Exª. aqui ressaltou o tamanho desta região e obviamente dada às riquezas ali existentes, é muito importante que nós tenhamos a presença das Forças Armadas, em especial do Exército.

Eu acho importante que o Brasil venha mantendo esta tradição de sermos um povo pacífico e, sobretudo, um povo que tem procurado, junto aos seus vizinhos, ter uma relação de muita harmonia, de cooperação e felizmente na América do Sul, em especial, mas nas Américas, não tem havido, como em outras regiões do mundo, situações de tensão e, sobretudo, em decorrência de quaisquer iniciativas de nós, brasileiros. Todas as iniciativas que temos tido normalmente, e aí falo de diversos Governos e não apenas do presente,

tem sido de cooperação, de integração, de estarmos agindo de maneira harmônica, e nós até nos sentimos bem quando, por exemplo, nos lugares de tensão do mundo, ainda ontem percebemos, acompanhamos a notícia de que os Presidentes da Coréia do Sul e da Coréia do Norte conseguiram, após três dias de reunião, realizar um entendimento no caminho de paz e que inclusive leva o Governo da Coréia do Norte a fazer um entendimento pelo qual irá diminuir, digamos, ou desativar grande parte da produção daquilo que poderia ser utilizado para fins bélicos e numa direção de estar realizando a paz. Nós estamos distantes daquela situação, felizmente aqui na região, mas o senhor mencionou que um país que não tem um Exército normalmente acaba tendo outro Exército ali ocupando. Permita citar que pelo menos há o conhecimento de um país nas Américas que tradicionalmente não tem o Exército, tem digamos o equivalente ali à polícia, que é a Costa Rica, que salvo engano meu seria uma exceção em relação à sua afirmação, porque não há Exército de outro país lá dentro e felizmente é um país que tem uma tradição importante de procurar agir sempre com propósitos de paz.

Eu acho muito importante que nós possamos incorporar, como brasileiros, as recomendações daqueles como Mahatma Gandhi, Mather Luther King Júnior, de que sempre é preciso se estar procurando confrontar a força física com a força da alma, e uma coisa é estar preparado para dissuadir quem por ventura venha a agir de outra maneira, mas eu acho importante que esse objetivo de paz que se vê nos propósitos de nossos governantes, e eu falo isso para além daquilo que normalmente tem sido dito pelo Presidente Lula, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, pelos que os antecederam, nós sempre temos tido palavras que são de construção da paz, mas eu acho importante que aqui o senhor nos traga a informação de como é importante termos o necessário para estarmos ocupando inclusive com o sentido de a presença do Exército tem o sentido também de estar colaborando para o desenvolvimento inclusive dessas regiões por vezes mais longínquas e nas fronteiras, e aí há um papel muito relevante.

Eu gostaria, porque sempre quando o Comandante do Exército nos visita, é importante que possamos aproveitar e ter a informação sobre como anda a situação da Força de Paz que está atuando ali no Haiti. O senhor mencionou que a ONU vem considerando tão relevante o papel das Forças Armadas brasileiras ali no Haiti que gostaria até que nós estivéssemos presentes também em outras áreas. Então se puder nos dar uma informação breve de como andam os trabalhos no Haiti e as perspectivas de colaboração para que o Haiti possa então ter a sua situação inteiramente normalizada, já que houve as eleições, o Governo eleito do Haiti tem dado boas vindas à continuidade da Força de Paz ali, mas qual é a perspectiva e em que áreas a ONU gostaria também que o Governo brasileiro, que as Forças Armadas brasileiras estivessem colaborando, já que citou que há esta solicitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Comandante Enzo.

SR. ENZO MARTINS PERI – Obrigado, Senador. Eu quando afirmei a respeito do Exército, eu também olhei para a Costa Rica, mas a Costa Rica é uma exceção que confirma a regra ao meu ver. Mas no Haiti, a situação é a seguinte: V. Exª. sabe, é um país totalmente desestruturado e que vai levar não se sabe quanto tempo para se reestruturar. É um país em que faltam os quadros para dirigir o país. Existe vamos dizer assim um nível alto de dirigentes no primeiro escalão, mas falta o segundo, o terceiro e talvez o quarto escalão, e existe a massa. Então é uma dificuldade muito grande que o Governo tem. Segundo as autoridades da ONU, eles imaginam que esse processo vai levar bastante tempo. Eles não gostam de fixar prazos porque é sempre complicado, mas estimasse que é coisa para dez anos, quer dizer, mais seis anos, mais oito anos no mínimo. Uma saída prematura poderia fazer com que a situação voltasse ao nível anterior.

A questão das nossas tropas. Então o nosso trabalho, nós começamos num determinado bairro, que foi *Bel Air*, então pacificamos o bairro, a seguir *Cité Militaire* e a partir do fim do ano passado assumimos a região que era de *Cité Soleil*, que era a região mais difícil, se mostrava mais difícil para a tropa que lá estava, houve a decisão política do Governo, do Presidente Préval, que foi eleito, ele entendeu que não havia mais a condição de diálogo com aqueles bandos armados que lá dominavam, então o preparo da nossa tropa, a decisão política, o adestramento e o trabalho de inteligência convergiram para que também hoje, desde abril desse ano, nós possamos dizer que este bairro está sob controle. Eu estive lá nesses últimos três meses, tive a oportunidade de ir lá duas vezes, nessas duas vezes andei nesse bairro *Cité Soleil* junto com a população, sem colete, sem capacete, quer dizer, mostrando uma situação normal. As patrulhas são feitas ultimamente a pé, mostrando também que existe um trabalho que está progredindo. A questão toda é que todos nós sabemos, em qualquer situação no Haiti, no Brasil ou onde quer que seja, esta parte é apenas um aspecto do problema para conseguir atingir a segurança pública.

Então é preciso realmente a presença do Estado lá. Lá a tendência, as autoridades da ONU entendem que progressivamente as forças militares serão substituídas por forças policiais da própria ONU enquanto não há efetivo suficiente da polícia do Haiti em condições, estão sendo preparados também policiais da ONU para assumir esses locais, de assumir toda a atividade policial. Existe uma reação muito grande da população contra a polícia. O Haiti não tem Exército, foi dissolvido pelo Presidente Aristides. O que sobrou tinha sido a polícia e agora essa polícia também está sendo refeita. Então segundo as autoridades de lá, o representante do Secretário Geral da ONU no Haiti, de qualquer forma a nossa tropa vai ser o último efetivo que seria diminuído. Então imagina-se uma progressão, uma diminuição progressiva dos efetivos militares, mas a nossa, segundo eles, vai ser a última, tendo em vista o sucesso. Sob o ponto de vista da nossa tropa de Engenharia, está fazendo pequenos trabalhos lá na área. Os recursos são recursos que são repassados pela própria ONU. O que precisa efetivamente são que os recursos que estariam disponibilizados pelas potências maiores para serem empregados no desenvolvimento do país efetivamente sejam alocados e empregados lá, é uma política que vai levar tempo. Isso é o que está precisando lá no Haiti.

Nós fomos solicitados pela ONU, por exemplo, para participar em algumas áreas ali na África, por exemplo, lá em Darfur, inclusive querendo que nós assumíssemos o comando da Força de Paz. Nós precisávamos de um General de Divisão com fluência em inglês e francês, simultaneamente nós temos inglês e/ou francês, mas não inglês e francês, isso não podemos atender, mas também nós estivemos presentes há pouco tempo, até bem pouco tempo, no Timor Leste, que também formou um efetivo pequeno, mas estamos em Costa do Marfim e Sudão também, e fomos consultados, no ano passado, mas não foi o caso, não aceitamos, foi estar presente no Líbano. Então essa é a situação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o próprio Senador inscrito, Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Senador Heráclito Fortes, Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército, Srs. Senadores, Srs. Oficiais Generais, Srs. Oficiais. Eu quero inicialmente cumprimentar o senhor, Comandante, pela brilhante exposição que acaba de fazer na Comissão de Defesa Nacional do Senado, o que para nós não é nenhuma surpresa porque nós aqui todos temos e conhecemos a sua competência e o conhecimento profundo que o senhor tem da matéria e do assunto.

Eu quero fazer minhas integralmente as palavras do Senador Edison Lobão, que tem demonstrado nos últimos anos ser um conhecedor profundo dos problemas das Forças Armadas, dos problemas da defesa, e cumprimentar o Senador Lobão por essa luta permanente que ele vai tendo no Senado e pedir a ele para me considerar um aliado seu nessa luta aqui para que nós possamos fortalecer as nossas Forças Armadas. Eu estou certo que o nosso querido, prezado e ilustre Presidente Senador Heráclito Fortes vai coordenar as emendas da Comissão voltadas principalmente para as necessidades das Forças Armadas, decisão essa que terá o apoio de todos nós.

Eu queria fazer ao senhor, Sr. Comandante, uma única questão. As Forças Armadas constituem um mercado permanente que o senhor chamou de produção de uma indústria de defesa. Eu queria perguntar ao senhor se existe, e eu acredito, que o senhor mencionou, a idéia de se fazer no país, se desenvolver no país uma indústria de defesa, e quais são as medidas que estão sendo tomadas? Se existe nessa concepção, se caso exista de constituir no Brasil uma indústria de defesa que seria uma indústria de característica, uma indústria estatal, se haveria participação de grupos privados, se existe alguma vedação mesmo a que capital estrangeiro participe dessa indústria brasileira de defesa e que medidas estão sendo tomadas, que política está sendo desenvolvida para que o Brasil possa ter uma forte indústria de defesa, se é que existe essa preocupação? Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o General Enzo Peri.

SR. ENZO MARTINS PERI – Obrigado Senador, obrigado pelo apoio também e pelas palavras. Com relação à indústria de defesa o Exército tem a IMBEL, que é a Indústria de Material Bélico. Esta IMBEL, ela está já há algum tempo, fruto inclusive desta carência de encomendas, ela está passando por dificuldades grandes, tanto que estamos nesse momento, está sendo feito um estatuto, um trabalho com o apoio do BNDES que vai ao final nos mostrar o novo modelo que a IMBEL deverá adotar. Nós imaginamos, vai haver de alguma forma uma nova estrutura e que ela poderá ou deverá

deixar de fazer alguma coisa e concentrar em alguns produtos. Por exemplo, existem alguns explosivos que só a IMBEL fabrica, e sendo uma indústria estratégica, isso ela vai ter que continuar fabricando, e mais alguns outros itens, até para dar sobrevivência a ela, porque não vai ser suficiente isso para ela sobreviver. É uma indústria, essa IMBEL, para ter uma idéia, ela exporta bastante armamentos, pistolas fabricadas pela IMBEL são adotadas pelo FBI. Então não exporta mais porque não tem a capacidade de produzir mais, precisa investir mais para poder produzir mais.

Mas a nossa indústria, a nossa idéia, e isso vai ser agora objeto, o Ministro Nélson Jobim já tem comentado isso, ele usa essa expressão, eu acho que já comentei isso, de que a indústria de defesa, ele quer inserir a agenda de defesa na agenda nacional, até porque as indústrias de defesa vão poder alavancar a indústria nacional, mas a idéia básica não é estatal, a idéia básica é ter indústrias ou dar condições à indústria de defesa que já existe no país, muitas indústrias, várias indústrias que estão apenas ou subempregadas ou estão desenvolvendo, fazendo produtos que não são aquela para as quais foram criadas na vocação. Então elas partem para onde tem que fazer, para não fechar as portas elas saíram, abandonaram ou estão no mínimo possível no seu mercado de defesa, mas a concepção básica da indústria de defesa vai ser a indústria privada, mas ter desenvolvido aqui uma indústria nacional. A associação com grupos estrangeiros, eu entendo, isso daí gera a especulação, é terrível, sempre é complicado fazer, mas poderá acontecer, observados determinados limites e determinados aspectos que serão cuidados, mas isso daí é ser prematuro qualquer observação minha.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Dornelles com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Comandante, eu estou vendo aqui na situação do Exército, nós verificamos que em relação às viaturas praticamente o índice de indisponibilidade é muito grande. Em alguns casos como o Blindado Leopardo a indisponibilidade é de 70%, em alguns outros de 43%. Existe em relação a esses blindados a possibilidade de nós desenvolvermos uma indústria brasileira nesse setor? Existe no caso também, por exemplo, na situação de helicópteros, se pensa, partindo talvez até de uma associação com HELIBRAS, de Minas, e associação com alguns outros parceiros para o desenvolvimento de uma indústria de helicópteros no país?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Comandante.

SR. ENZO MARTINS PERI – Perfeitamente. Então na parte relacionada com os blindados, por exemplo, já existem algumas empresas que anunciaram, eu pessoalmente ainda não vi, mas o lançamento de um tipo de blindado. Ele não está exatamente dentro daquilo que nós estamos necessitando, mas eu vi já o anúncio de um projeto que foi desenvolvido pela INBRAFILTRO e pela AGRALE de um determinado tipo de blindado. Nós agora, é aquilo que eu comentei, que vamos lançar, devemos assinar um contrato com a empresa que foi no caso e até a FIAT/VECO que venceu a licitação, para desenvolver um novo Urutu, que é o novo blindado sobre rodas que vai ser o carro chefe da nossa família de blindados. Então a idéia é desenvolver esse projeto, fabricar aqui. Então no caso a fabricação não vai ser feita, por exemplo, pelo Exército. Eventualmente a fabricação será feita, sendo assinado este contrato como esperamos em mais trinta ou quarenta dias assinar, sendo desenvolvido, fazendo os protótipos, tudo sendo aprovado, ao final iniciarmos a produção deste carro blindado, se isto acontecer, pela FIAT/VECO, que é ali em Minas. Isso na parte relacionada a blindados. Na parte relacionada a helicópteros temos, por exemplo, a HELIBRAS, que foi estatal, é privatizada hoje, e a idéia anunciada, já foi anunciada pela empresa que detém o controle da HELIBRAS de fabricar helicópteros aqui no Brasil, para servir aqui no Brasil, helicópteros de porte, para servir até como exportação, com o básico de montagem para depois exportar. Então essa é a perspectiva. Eu não sei se eu respondi.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Exatamente, muito bem, eu apenas queria dizer o seguinte dentro dessa linha: se fosse possível as Forças Armadas estabelecerem qual seria a demanda razoável e possível, por exemplo, num orçamento plurianual, para que pudéssemos, até aqueles setores industriais interessados nesse mercado, vamos chamar mercado de Força Armadas, pudessem inclusive programar investimentos, porque eu acho que um país com a dimensão do Brasil, e a importância das nossas Forças Armadas dentro desse contexto aqui levantado pelo Senador Suplicy, pelo Senador Lobão, ele nunca poderia ficar na dependência de ter a necessidade de importar todas as suas, vamos dizer, todo o seu material de indústria de defesa, porque no momento que tiver uma crise cambial nós estaríamos na maior dificuldade. Por isso

que eu considero fundamental para o fortalecimento das Forças Armadas a existência de uma indústria de defesa no país, e para que essa indústria de defesa tenha investimento privado nacional ou estrangeiro é necessário que eles conheçam, tivessem uma garantia de demanda, que seria importante a inserção dos orçamentos plurianual das Forças Armadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o General Enzo.

SR. ENZO MARTINS PERI – Perfeitamente, isso é fundamental, essa garantia de demanda. Agora sobre essa questão do índice de indisponibilidade, como os valores, o montante disponível para o custeio nosso é pequeno, nós não podemos executar o reparo de um bocado desses itens, então nós temos condições e estamos fazendo, mas com uma velocidade muito reduzida a recuperação dos Urutu e dos Cascavel nossos e estamos fazendo também, com recurso que o Ministério das Relações Exteriores repassou para nós, alguns carros blindados, alguns Urutu e Cascavel do Paraguai, que estamos recuperando para eles. Estamos colocando em condições, é lógico. Então nós tendo recurso, nós melhoramos aqueles índices. Continuamos, não podemos melhorar a idade, não podemos melhorar isso, mas melhoramos substancialmente alguns dos índices daqueles de indisponibilidade. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Dornelles, apenas para conhecimento dos demais companheiros, nós constituímos, com a aprovação dessa Comissão, um grupo juntando militares das Três Forças, especialistas em orçamento, e do Ministério das Relações Exteriores que estão elaborando as emendas. V. Exª. que é um perito da matéria poderia dar inclusive uma boa colaboração na próxima reunião, nós vamos verificar aqui a data exatamente, Senador Lobão, para a gente dar uma analisada no montante sugerido, e o primeiro ponto é que a Comissão, que o Relator Geral não corte. O Relator Geral é do partido do Senador Suplicy, é um nordestino, terá toda a boa vontade com relação a isso, e o segundo ponto será numa outra oportunidade, já se luta no Congresso muito por isso, é de que recursos para a saúde, para as Forças Armadas, por exemplo, não sejam contingenciados. Isso daí é fundamental e nós estamos avançando exatamente nessa direção.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois não.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Essa proposta é realmente importante e principalmente porque nós estamos numa fase, o Senador Suplicy conhece bem, em termos financeiros é uma situação bastante privilegiada, porque com a queda da taxa de juros nós tivemos uma redução substancial de despesas do Governo, o que permitirá até com superávit primário, se fosse no caso menor, em decorrência de um menor pagamento de juros, até continuar um déficit nominal menor, e além disso o crescimento que tem sido mostrado nesses últimos dois meses, a avaliação feita pela Receita Federal da arrecadação dos últimos dois meses mostra que nós já podemos de início talvez ter uma receita para o ano de 2008 para começar num patamar de alguns bilhões acima do que está inserido na proposta, de modo que seria um trabalho importante de V. Exª., que têm um grande prestígio aqui em todas as áreas do Senado, em todas as áreas do Congresso, e um trabalho grande das Forças Armadas, Senador Lobão, Senador Suplicy, para que realmente as emendas de Comissão, que eu considero as emendas mais importantes apresentadas no Congresso, porque são aquelas emendas que representam setores importantes, setores que já existem dentro da ... não são emendas dispersas, e que as emendas de Comissão não pudessem sofrer qualquer tipo de congestionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Vamos dizer que tem que ter a luta de todos nós nesse sentido, mas acho, Senador Dornelles, que é fundamental, já que não vamos conseguir de imediato o orçamento impositivo, de que pelo menos nessas áreas não haja nenhum tipo de corte. Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente Heráclito Fortes, Exmo. Sr. General Enzo Martins Peri, Comandante do Exército, senhores militares que participam ao lado do General Enzo desta Audiência Pública, Srs. Senadores. Esta Audiência Pública representa um momento muito importante, não só esta como as demais que já foram realizadas com o mesmo objetivo de sabermos as condições das Forças Armadas, realiza um grande objetivo que é o de demonstrar a posição real em termos de efetivos, de gastos, de reaparelhamento de todas as nossas Força Armadas, e lamentavelmente os relatórios que aqui foram proferidos pelas demais Forças demonstram a nossa fragilidade em matéria de posição estratégica dissuasória em relação aos demais países da América

do Sul. Se nós estivéssemos vivendo momentos mais graves como já vivemos no passado, por exemplo, a guerra-fria, quando havia sempre uma ameaça latente de algum país estrangeiro querer se apoderar do território de outro país, nós não poderíamos realizar, sob a hipótese de estarmos praticando uma reunião inconveniente e prejudicial à segurança nacional do nosso país, nós não poderíamos realizar essas sessões, a não ser que fossem secretas, dada a fragilidade com que as nossas Forças Armadas estão se apresentando em relação às suas necessidades. É verdade que nós não temos a intenção e todos os Comandantes já disseram isso, como o próprio Presidente Lula, nós não desejamos uma posição de hegemonia, de força em relação aos nossos vizinhos. O que nós queremos é nos prepararmos, como todo país se prepara, para qualquer eventualidade, e para tanto temos que ter as Forças Armadas devidamente instruídas, orientadas e também com a capacidade de um reaparelhamento visando substituir os seus equipamentos mais velhos, que foram danificados ao longo do tempo, como está acontecendo com as três Forças Armadas, inclusive com o Exército, como V. Exª. aqui demonstrou.

Veja, nós somos um país gigante, uma população de mais de cento e oitenta milhões de habitantes e os gastos com a nossa defesa estão num aquém se compararmos com a média mundial de 3,7%, como V. Exª. demonstrou na sua palestra, e comparativamente à Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Chile nós estamos perdendo feio. Só estamos na frente da Argentina. Em relação ao nosso efetivo, quer dizer, militares do Exército por quilômetro quadrado, quer dizer, nós somos um país continental, é preciso que as nossas fronteiras sejam vigiadas, é preciso que haja segurança na capital, segurança nas grandes cidades, as grandes represas que estão aí, como também os poços de petróleo, afinal o nosso efetivo também é muito pequeno. Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Chile estão ganhando do Brasil, estão na frente. Lógico que a Colômbia talvez com a ajuda dos Estados Unidos no combate ao narcotráfico e combate à guerrilha ali existente, realmente ela está numa posição muito acima da do Brasil, mas os demais, a não ser a Argentina, estão vencendo o Brasil nessa questão em relação efetivo/área do país.

Eu acho que, já que já foi dito, nós temos o dever de ficarmos preocupados com esta situação, já houve épocas em que o Brasil se envolveu em guerras. Por exemplo, quem imaginava, isso eu já falei outra vez, quem imaginava que um país tão pequeno como o Paraguai fosse capaz de invadir um gigante como o Brasil? Mas foi capaz, lá tinha um ditador, ele invadiu o Brasil e enfrentou três países: Argentina, Uruguai e o Brasil, e a guerra demorou cinco anos. O Brasil estava totalmente despreparado. Naquela época a Marinha teve um papel preponderante, também o Exército, na guerra contra Solano Lopes. Ora, hoje nós estamos vivendo um momento de tranqüilidade, sem dúvida. A não ser a guerra existente lá no Iraque, onde morrem dezenas de pessoas por dia na base do terrorismo, aqui na nossa região nós temos uma paz que é bem-vinda, sem dúvida, mas devemos estar preparados para a eventualidade de haver, quem sabe, um espírito bélico que de repente possa se enraizar em algum país da América do Sul ou da América Latina e possa vir a ameaçar o nosso país. Além do mais, como V. Exª. se referiu, o Amazonas, o Estado do Amazonas é fruto da cobiça pelas suas riquezas, pela sua biodiversidade, pelo tamanho do seu território, enfim, ali tem riquezas incomensuráveis que até não foram descobertas e vamos levar anos para descobrir. As Forças Armadas então precisam estar ali presentes, mais do que presentes, mas devidamente preparadas não só com armamentos, mas também com efetivo condizente às necessidades.

Eu gostaria apenas de fazer uma pergunta, eu queria dizer ao Presidente que eu faço parte da Comissão de Orçamento, eu sou um dos membros, nós tivemos uma redução drástica na Comissão de Orçamento, nós passamos de cento e vinte para quarenta membros, e felizmente, por indicação do bloco do Governo, eu fui para lá e sou um dos seus membros, e quero me colocar à disposição do nosso Presidente ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Inclusive lembrar aqui que o Relator Setorial é o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – ... Que é nosso ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Nosso companheiro.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – ... Companheiro do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Do Rio Grande do Sul.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – E é um homem preparado também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Preparado e interessado na matéria, membro do Parlamento do Mercosul.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então eu só queria fazer uma pergunta, Sr. Comandante. O senhor falou nos projetos prioritários do Exército na área de ciência e tecnologia envolvendo várias iniciativas, inclusive fabricação de blindados de rodas, sistema de defesa antiaérea, sistema de comando e controle e assim por diante. É lógico que nós temos que ter a nossa própria ciência e tecnologia, o nosso setor de ciência e tecnologia sempre desenvolvido visando criar novos campos de ação nesta área. Mas eu gostaria de saber com qual nação da Europa ou da nossa América Latina que o Exército mantém acordos de cooperação técnica na área de ciência e de tecnologia? E, por último, nós sabemos que o aumento do efetivo, ou seja, se nós gastamos mais, eu não digo gastar, se nós investirmos mais no Exército e nas demais Forças, nós estamos garantindo a segurança do nosso país, nós estamos sendo mais respeitados e estamos também abrindo frentes de trabalho, não só frentes de trabalho, mas também dando educação aos nossos jovens, qualificando-os para a vida, não só internamente, dentro do Exército, como também em outras profissões que sejam abraçadas fora do Exército, porque o Exército qualifica o soldado, não deixa o soldado apenas dando continência. O soldado lá recebe instrução não só de hierarquia e disciplina, como também educação, ensinamento para a vida e para o futuro.

O seu corpo de engenharia é um dos mais desenvolvidos do país. Tantas obras que estão sendo realizadas e vão ser realizadas com a participação do Exército, e isto significa o que? Emprego para muita gente. Ora, então investir nas Forças Armadas não é apenas investir em armas, é investir em recursos humanos, preparar o brasileiro, preparar os jovens para servir às Forças Armadas e também para o exercício de uma profissão não habilitante quando saírem do Exército, da Aeronáutica e da Marinha. Portanto, a minha pergunta se refere à cooperação técnica que o Exército possa estar realizando neste momento, eu gostaria de saber de V. Exª. quais os países com os quais o Brasil, mantendo relações diplomáticas, também tem acordos de cooperação técnica na área de ciência e tecnologia?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o General Enzo.

SR. ENZO MARTINS PERI – Efetivamente em função dos recursos muito limitados dos nossos orçamentos, a área de ciência e tecnologia também ficou prejudicada. Então acordo mesmo e projetos em desenvolvimento em comum nós só temos com a Argentina, desenvolvemos um veículo, 4 toneladas, tipo jipe, chamado por nós de Gaúcho e pelos argentinos, eles pronunciam diferente, falam “Gaucho”, mas que é uma viatura que já temos vários protótipos, a gente está na fase final para aprovação, há interesse do Exército argentino em adotá-lo integralmente para todas as suas unidades, nós pelo menos de saída temos o interesse e previsão de adotar para um determinado tipo de unidade nossa. Então em parceria comum com a Argentina. Os demais, alguns desses projetos que nós estamos desenvolvendo, estamos desenvolvendo até em parceria com empresas nossas também, mas não temos maiores projetos em parceria com outros acordos de cooperação com outros países. Essa que é a situação. Particularmente eu destaco também na parte ligada a projetos, além dos trabalhos que como o senhor destacou relacionados nas rodovias, portos e etc. que fazemos com a engenharia, fizemos também, desenvolvemos um convênio com o Ministério dos Transportes, fizemos um trabalho que foi feito muito importante, é o novo Plano Nacional de Aviação, que é o Plano Nacional de Logística e Transporte, que é um dos trabalhos que nos orgulha muito ter participado disso. Esse plano, não houve maior divulgação do seu lançamento, mas ele vai orientar toda a política de Governo e está à disposição do Governo que orienta em todos os modais de transporte, é um plano muito importante.

Também destaco nessa parte de projetos um projeto que é o estudo da engenharia, que tem a patente, que é o da argila calcinada, que é uma solução para em determinadas áreas do Brasil onde há dificuldade de brita, por exemplo, lá no Acre, e nós vamos fazer uma experiência, na parte de laboratório já está encerrada há muito tempo, agora estamos terminando a construção de uma usina que vai fazer exatamente a calcinação da argila, vamos fazer uma experiência num trecho na BR-163, Cuiabá a Santarém, num trecho que estamos fazendo lá entre Santarém e Rorópolis, num determinado trecho vai ser feito utilizando a argila calcinada ao invés da brita para verificar então na prática essa parte. É um projeto exclusivamente nosso. Então em parcerias nós estamos muito limitados, limitados à Argentina, nesse caso, e com empresas nacionais, alguns projetos interessantes, entre eles o Radar, mas com empresa nacional.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Eu só gostaria de saber, logicamente que o Exército sempre está atento à preocupação com a segurança interna do nosso país e dentro da sua atitude disciplinar obedecer a nossa Constituição e participar através de seus efetivos da segurança em determinadas ocasiões, como agora aconteceu no Pan-Americano. Então eu quero aproveitar a oportunidade para me congratular com o Exército brasileiro que conseguiu no Rio de Janeiro, num ambiente de tanta violência descabida, trouxe a paz e a credibilidade para o nosso país. Eu gostaria de saber se há, vamos dizer assim, algum entendimento entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Governo Federal no intuito de manter pelo menos um pequeno efetivo ainda das Forças Armadas lá no Rio de Janeiro, devido à violência que recrudesce a cada dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o General Enzo.

SR. ENZO MARTINS PERI – Muito obrigado. Efetivamente no PAN a nossa atuação ficou limitada à parte lá na Vila Militar, onde tivemos o complexo da... das provas de hipismo, de tiro, pentatlo, hóquei sobre grama e outras. Não atuamos no restante da cidade, ali foi uma experiência feita com a Força Nacional de Segurança. A nossa questão, nós sempre dizemos o seguinte: é preciso para o nosso emprego na garantia da lei e da ordem, é preciso ainda que seja dado, sejam resguardados aqueles militares que são empregados diretamente, e ainda nós não temos, porque nós não temos poder de polícia, é preciso que seja atribuído poder de polícia para que nós entremos nessa situação, e é preciso que sejam satisfeitas determinadas condições impostas na Constituição, condições essas que muitas vezes o Governo do Estado não deseja atender, quer dizer, então para sermos empregados temos que ser empregados dentro daquilo que preconiza a Constituição, mas mesmo assim, além daquilo que está previsto na Constituição, ainda é preciso ser aperfeiçoado a questão de resguardar o militar, que está naquela função de qualquer problema que aconteça lá, ele não seja prejudicado. Tivemos casos, alguns incidentes, e que depois militares ficam respondendo a um processo interminável na área cível porque é entendido de uma forma que falta amparo, enfim, prejudica a própria carreira mesmo do militar. Então esses aspectos é que o próprio Ministro da Defesa já está atento a isso e vai estudar. Por quê? Lá no Haiti nós somos empregados, mas existe um amparo de acordo com as regras chamadas de... eles chamam de Engajamento, tem um outro nome, da ONU, e que dá o amparo e as condições em que esse emprego é feito. Então isso precisa ser aperfeiçoado.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Então haveria a necessidade de uma reforma constitucional, tanto a nível Federal quanto a nível de Estado, para permitir uma maior participação das Forças Armadas na segurança interna de cada unidade federativa. Não é isso que o senhor quer dizer?

SR. ENZO MARTINS PERI – Perfeitamente, a nível Federal sim, e a nível Estadual a disposição do Governo Estadual de atender a determinadas condições. Por exemplo, se nós vamos atuar numa determinada área, nós não atuamos sozinhos, normalmente a Polícia Militar está atuando junto conosco. Então aquele contingente que estiver atuando junto conosco tem que passar o controle operacional nosso, ou seja, não é o comando, mas é o controle operacional para haver coordenação de ações. A questão tem que ser coordenada, tem que haver um controle e isso às vezes causa alguma dificuldade.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Satisfeito? Para finalizar essa Audiência Pública, quero em nome da Comissão agradecer a presença de V. Exª., dos seus companheiros de comando do Exército, dos Srs. Senadores e dizer que essa Comissão se sente satisfeita e com a convicção de que atingiu o seu objetivo, que é exatamente de aproximar as Forças Armadas desta Casa para que se pudesse discutir, como fizemos aqui, de maneira clara, transparente, a situação em que ela se encontra, e poder, diante desses fatos conhecidos pela Casa, trabalhar no sentido de num tempo mais rápido possível tentar melhorar a situação orçamentária das três Forças. Agradeço a V. Exª., agradeço aos seus companheiros que aqui se encontram, desejamos um bom comando e que nós consigamos atender a demanda não só do Exército, mas também da Marinha e da Aeronáutica. Muito obrigado e está encerrada a sessão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, se me permite apenas sugerir que seja transcrito como parte da reunião a decisão tomada na forma de ofício para que seja transcrita nas notas taquigráficas o documento que está sendo assinado por todos os senhores membros Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois não, está determinada a transcrição e está encerrada a sessão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Obrigado.

(Sessão encerrada às 12h53.)

Transcrição do Ofício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional solicitado pelo Senador Eduardo Suplicy.

OF. Nº 359/2007 – CRE

Brasília, 4 de outubro de 2007

AssuntO – Parlamento Latino-americano – Compromisso para provisão dos recursos necessários para permanência de sua sede no Brasil

Senhores Presidentes,

1. Como é do conhecimento de Vossas Excelências, o Parlamento Latino-americano – PARLATINO é uma organização regional, permanente e unicameral, integrada pelos Parlamentos Nacionais da América Latina. Integram o PARLATINO delegações de 22 países.

2. Desde 1993 a sede do PARLATINO está abrigada em edifício projetado especialmente por Oscar Niemeyer para esse fim e localizado dentro do Memorial da América Latina, na cidade de São Paulo.

3. O governo de São Paulo, ratificou o Acordo de Sede firmado entre o Governo Brasileiro e o PARLATINO, passando a arcar com os subsídios necessários e complementares ao funcionamento daquela entidade, da ordem de R$ 3,5 milhões.

4. No início deste ano, contudo, o Governador José Serra indicou ao PARLATINO que não mais manteria o repasse do subsídio financeiro e que a entidade deveria desocupar o edifício no Memorial da América Latina até dezembro próximo.

5. Desde a decisão do Governador, inúmeras gestões têm sido feitas, todas no sentido de viabilizar a permanência da sede do PARLATINO no Brasil, e, preferencialmente, em São Paulo. Estamos na iminência de perder a oportunidade de mantê-lo em nosso País. Não há mais como protelar decisões. É imprescindível que ambas as Casas tomem para si a responsabilidade e a incumbência de oferecer soluções para as questões do subsídio e da sede.

6. Neste momento em que o Congresso Nacional discute as propostas do Plano Plurianual para o período 2008-2011 e do Orçamento para 2008, esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conforme decisão unânime, na reunião realizada hoje, vem pleitear junto a Vossas Excelências que viabilizem, por meio de inclusão nas propostas orçamentárias para 2008 de ambas as Casas, os recursos necessários, atualmente estimados em R$ 2,5 milhões, para manter a sede do PARLATINO no Brasil.

7. Considerando que a iniciativa de ambas as Presidências é crucial para que o PARLATINO tenha segurança quanto a permanência de sua sede no Brasil, esta Comissão solicita a manifestação urgente quanto ao pleito ora encaminhado.

Respeitosamente, – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

Ata da 32ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 10 de outubro de 2007, às 10:00 horas e trinta minutos.

Às dez horas e cinqüenta e dois minutos do dia dez de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, MARCELO CRIVELLA, EUCLYDES MELLO, JOÃO RIBEIRO, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, MARCO MACIEL, EDUARDO AZEREDO, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, FRANCISCO DORNELLES, GERALDO MESQUITA JUNIOR, LEOMAR QUINTANILHA, GILVAM BORGES, GARIBALDI ALVEZ FILHO e KÁTIA ABREU.** Justificaram a ausência os Senadores **MOZARILDO CAVALCANTI e ROMEU TUMA.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente dá início à apreciação da pauta convidando os Embaixadores Affonso Emílio de Alencastro Massot, Raymundo Santos Rocha Magno e Antônio José Ferreira Simões para comporem a Mesa. O Presidente determina a inversão da pauta, a pedido do Senador Francisco Dornelles. **Item 03:** Mensagem (SF) nº 156, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Antônio José Ferreira Simões, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela".* O Presidente concede a palavra ao Relator, o Senador **FRANCISCO DORNELLES** para fazer a leitura do seu Relatório. **Item 01:** Mensagem (SF) nº 150, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Affonso Emílio de Alencastro Massot, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica".* O Senhor Presidente abre o processo de votação. O

Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc", o Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR** para fazer a leitura do seu Relatório. **Item 02:** Mensagem (SF) nº 151, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Raymundo Santos Rocha Magno, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), sediada em Montreal, Canadá".* O Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc", o Senador **CRISTOVAM BUARQUE** para fazer a leitura do seu Relatório. O Presidente concede a palavra ao Embaixador **ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES** para fazer sua exposição. O Presidente concede a palavra ao Embaixador **RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO** para fazer sua exposição. O Presidente designa o Senador Eduardo Suplicy como Secretário desta Reunião. O Presidente concede a palavra ao Embaixador **AFFONSO EMÍLIO DE ALENCASTRO MASSOT** para fazer sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores CRISTOVAM BUARQUE e EDUARDO SUPLICY. O Presidente comunica à Comissão a visita do Embaixador dos Estados Unidos da América, Clifford Sobel, no dia 16 de outubro do corrente. A Reunião torna-se secreta às doze horas e um minuto. A Sessão é reaberta às treze horas e dezesseis minutos. O Senhor Presidente comunica a aprovação dos indicados. O Presidente concede a palavra aos Senadores MÃO SANTA e EDUARDO SUPLICY. O Presidente aceita a indicação do Senador Mão Santa para ser observador das eleições na República da Argentina no dia 28 de outubro do corrente, sendo que irá encaminhar o pedido ao Embaixador do Brasil em Buenos Aires. O Presidente coloca em votação como Extra-Pauta o Requerimento nº 73, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *"requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Professor Muhammad Yunus, criador do Grameen Bank em Bangladesh e Prêmio Nobel da Paz de 2006, que estará no Brasil em 30 de novembro próximo para participar da Conferência da Eco Power em Florianópolis – SC, para que também compareça à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e, se possível, ao Plenário do Senado Federal, para expor sobre as experiências de microcrédito e seus aspectos positivos, em 29 de novembro de 2007"*. Aprovado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRAO MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Havendo número regimental declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordem com a sua dispensa permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos agora à apreciação da pauta. Em primeiro lugar eu convido para compor a mesa os Srs. Embaixadores Affonso Emílio de Alencastro Massot, Raymundo Santos Rocha Magno e Antônio José Ferreira Simões.

Por solicitação do Senador Francisco Dornelles eu vou fazer a inversão da pauta, uma vez que ele tem compromisso na Comissão de Orçamento.

Item 3º, Mensagem nº 156, "Submete à apreciação do Senado Federal a escolha que deseja fazer do Sr. Antônio José Ferreira Simões, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela". A autoria é da Presidência da República e o Relator é o Senador Dornelles, a quem eu passo a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores. Essa Casa do Congresso é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Antônio José Ferreira Simões, Ministro de Primeira Classe, para exercer o cargo de Embaixador junto à República Bolivariana da Venezuela. A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado para aprovar previamente por voto secreto, após argüição em sessão, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, enviou *curriculum* do Diplomata indicado. Dos documentos encaminhados extraímos para este relatório as informações que seguem. Nascido no Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1960, o indicado é filho de Valter Simões e Norma de Jesus Simões. Graduou-se em direito pela Universidade de Brasília. Ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1982, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática – Instituto Rio Branco. Ascendeu a Conselheiro em 1998, a Ministro de Segunda Classe em 2003, a Ministro de Primeira Classe em 2007. Na Chancelaria exerceu

diversas funções, entre as quais se deve destacar a de chefe do núcleo de coordenação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, Coordenador Geral das Negociações da ALCA em 2002, Assessor do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores em 2003, Diretor do Departamento de Energia em 2006, Chefe da Delegação Brasileira na Primeira Reunião do Fórum Internacional de Biocombustíveis em 2007. No exterior desempenhou, entre outros, os cargos de Segundo Secretário na Embaixada em Santiago e de Primeiro Secretário da missão do Brasil nas Nações Unidas. O Sr. Antônio José Ferreiro Simões pertence à Ordem Rio Branco e da Aeronáutica, ambas no grau de Comendador.

As relações entre o Brasil e a Venezuela têm experimentado um significativo aumento, o país da Venezuela já é o décimo destino das nossas exportações, de modo que é importante que nós tenhamos nesse país um Embaixador da competência, da credibilidade e da experiência do Sr. Antônio José Ferreira Simões. Por esses motivos, Sr. Presidente, eu julgo que os integrantes dessa Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação profissional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Vamos passar ao item 1, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Affonso Emílio de Alencastro Massot, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministro das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junta à República Helênica. A autoria é do Presidente da República e a relatoria está entregue ao Senador Geraldo Mesquita.

Antes de passar a palavra ao Relator eu quero comunicar que tendo em vista o processado de apresentação dos nomes se encontrarem nas bancadas e alguns Senadores já terem tido inclusive acesso ao detalhadamente do seu conteúdo, fica aberta a partir de agora a possibilidade, de quem desejar, exercer o direito do voto. Com a palavra o Relator Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhores membros do Itamaraty. Com muita honra relato *ad-hoc* a indicação do Sr. Affonso Emílio de Alencastro Massot, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênica.

O eminente diplomata é nascido na cidade do Rio de Janeiro, filho de João Batista de Alencastro Massot e Estézia Pessanha Massot(F), graduou-se em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1966. No ano seguinte concluiu o Curso de Prática Diplomática e Consular do Instituto Rio Branco e foi nomeado Terceiro Secretário. Cursou pós-graduação sobre comunidades européias do Instituto Internacional de Administração Pública Paris e Bruxelas e concluiu o curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Ainda no ano de 1970 ascendeu a Segundo Secretário, em 1976 a Primeiro Secretário, 1979 a Conselheiro, em 1985 a Ministro de Segunda Classe e em 1995 a Ministro de Primeira Classe.

No Ministério das Relações Exteriores, entre as funções desempenhadas pelo eminente diplomata, destacam-se a de Assessor no Departamento da África, Ásia e Oceania, a de Chefe do Departamento Consular e Jurídico e a de Diretor-Geral da Direção Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e Assistência a Brasileiros no Exterior. No exterior exerceu, entre muitos outros, os cargos de Conselheiro na missão junto às Nações Unidas, Cônsul Geral de Lisboa, Embaixador em Haia, membro do Conselho da Corte Permanente de Arbitragem em Haia, representante permanente na Organização para Proibição de Armas Químicas e na Conferência de Direito Internacional Privado, ambos de Haia. Foi ainda Embaixador em Praga. Além de chefe de inúmeras delegações, com destaque para as Conferências dos Estados-partes da Convenção para Eliminação das Armas Químicas em Haia. O Sr. Affonso Emílio de Alencastro Massot foi ainda agraciado com incontáveis condecorações, enfim, trata-se de membro do Itamaraty, altamente qualificado e preparado para assumir as funções a ele cometidas, por S. Exª. o Ministro das Relações Exteriores. Ele vai para representar o país na República Helênica, esse longínquo recanto.

Há referências aqui no relatório da Senadora Maria do Carmo que diz o seguinte: embora apenas 27% do território da Grécia seja cultivado, as atividades econômicas mais destacadas são agricultura, pecuária, manufatura, construção, turismo e transporte marítimo. No campo econômico vale lembrar ainda que como resultado do ingresso do país na União Européia houve liberalização dos setores bancário e financeiro, bem como a adoção do euro em substituição à dracma no ano de 2002. As relações diplomáticas entre Brasil e Grécia caracterizam-se pela ausência de conflitos. O clima de cordialidade entre os dois Estados é reforçado pela ocorrência de imigração grega, assim como pela presença de cerca vinte e cinco mil descendentes gregos no Brasil. Tem se verificado nos últimos anos aumento no volume de comércio bilateral. Quanto à balança comercial entre os dois países, foram registrados saldos positivos para o Brasil no ano de 2005 e

2006. Aliás, no ano de 2006 houve aumento de 123,6% das importações, sendo que o saldo favorável ao Brasil foi de 188,2 milhões de dólares. O Brasil exporta para a Grécia essencialmente café não torrado, não descafeinado em grão, outros grãos de soja, bagaço e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja. Já os principais produtos gregos importados no ano passado foram nafta para a petroquímica, outras partes para aparelhos interruptores de circuitos elétricos e mármore. Considerando que as exportações para a Grécia representam apenas 0,18 %, Senador Buarque, do total das exportações brasileiras, e que conforme mencionado os países mantêm relações diplomáticas estáveis, acreditamos haver ambiente favorável ao incremento do comércio bilateral entre os dois países.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações, motivo pelo qual julgamos que essa Comissão dispõe dos elementos suficientes para apreciar a indicação presidencial. É o relatório, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Passemos então agora à apreciação do item nº 2, que é a Mensagem de nº 151, "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Raymundo Santos Rocha Magno, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional – OACI, sediada em Montreal, no Canadá". Autoria do Presidente da República, a relatoria é do Senador Leomar Quintanilha. Não encontrando-se presente, eu solicito ao Senador Cristovam Buarque que faça o relatório da matéria.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Com muito prazer, Sr. Presidente. Bom dia a todos, bom dia Srs. Embaixadores, bom dia Srs. Senadores. O relatório do Senador Leomar Quintanilha diz que esta Casa, o Congresso, é chamado a opinar sobre a indicação feita pelo Sr. Presidente do Sr. Raymundo Santos Rocha Magno, que é Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional, sediada em Montreal, no Canadá.

Como é do conhecimento de todos, a Constituição atribui competência privativa ao Senado para isso. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o *curriculum* que está anexo e que foi analisado pelo Senador Leomar Quintanilha, por todos os consultores, e que diz de uma maneira resumida o seguinte: o Embaixador nasceu no Rio de Janeiro, em abril de 1953, é filho de Fernando Pantoja(F) Magno e Maria do Horto Santos Rocha Magno, e após ter concluído o Curso de Formação na Carreira Diplomática no Instituto Rio Branco, foi subseqüentemente promovido a Terceiro Secretário em 1965, Segundo Secretário em 1978, Primeiro Secretário por merecimento em 1982, Conselheiro por merecimento em 1990, Ministro de Segunda Classe em 1996, Ministro de Primeira Classe em 2005, ele é bacharel em direito pela UDF, possui ainda o Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituído Rio Branco.

Pelo *curriculum* se percebe como todos, aliás, da carreira, ele está preparado para essa nova função. Ele exerceu, entre outros cargos, de Terceiro e Segundo Secretário em Bondy(F), Segundo e Primeiro Secretário na ALADI, Primeiro Secretário em Paramaribo, Assistente da Direção Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos de Assistência Brasileira no Exterior, Assistente da Divisão Consular, Assistente da Divisão de Informação Comercial, Chefe Substituto da Divisão da América Meridional II, Chefe da Divisão de Protocolo, o de Ministro em Montevidéu e Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República. Ou seja, ao lado do seu *curriculum* por estudos, por formação e por promoções, ele tem no seu curriculum o exercício de cargos que sem dúvida alguma lhe permitem desempenhar qualquer função de representação do Brasil.

O Embaixador possui inúmeras condecorações nacionais e estrangeiras, entre as quais incumbe destacar a Ordem da Palma, a Ordem Nacional ao Mérito, Ordem Bernardo O'Higgins do Chile no grau de Comendador, Ordem do Condor dos Andes na Bolívia, Comendador, Ordem Real Norueguesa do Mérito, Ordem Nacional do Cedro do Líbano, Ordem do Mérito Militar e Medalha Mérito Santos Dumont, brasileiras.

Sobre a organização, Sr. Presidente, civil e internacional, cabe destacar que a autoridade internacional que estabelece os padrões pelos quais se orienta e opera a Aviação Civil Internacional, tendo sido criada em 1944 no âmbito da Conferência de Chicago, ocasião na qual foi aprovada a Convenção da Aviação Civil Internacional que estabeleceu os princípios gerais do sistema de aviação civil. A Organização tem status de Agência Especializada das Nações Unidas desde 1947 e é mantida apenas com os recursos provenientes dos Estados-membros. O Brasil tem sido extremamente atuante e faz parte do primeiro grupo de Conselho desde a sua primeira eleição, em 1947. A posição do Brasil, como já vimos, é de liderança, e esta posição se justifica pela importância do país na aviação civil. É sem dúvida o líder entre os latinos americanos e vem fazendo parte do primeiro e mais importante grupo de países do Conselho ao lado das maiores potências

mundiais no campo da aviação civil desde a criação da Organização.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o parecer do Senador Quintanilha diz que os integrantes dessa Comissão já possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório. Além das considerações que eu pessoalmente fui acrescentando fora do relatório, eu quero dizer que nesse momento essa é uma posição de extrema importância para o Brasil, pelos fatos todos que ocorreram no nosso país, e que eu, pessoalmente, não mais como Relator, mas já como membro, considero que nos dá uma certa tranqüilidade ter o Embaixador Raymundo nessa função, se os demais membros dela também votarem como eu pretendo votar. Esse é o parecer que eu apresentado *ad-hoc*, elaborado pelo Senador Leomar Quintanilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Apresentado os três Pareceres, vamos agora ouvir os senhores indicados. Em primeiro lugar concedo a palavra ao Sr. Embaixador Antônio José Ferreira Simões, indicado para exercer a função na República Bolivariana da Venezuela.

SR. ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Obrigado. Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, senhoras e senhores. Eu gostaria de dizer inicialmente que estou muito honrado em que hoje esteja aqui presente no Senado Federal, à Comissão de Relações Exteriores, onde está sendo tratada a minha indicação para Embaixador do Brasil na República Bolivariana da Venezuela.

Eu gostaria inicialmente de fazer uma apresentação da Venezuela. A Venezuela é um país de vinte e sete milhões de habitantes, tem um PIB de cento e oitenta bilhões de dólares. Trata-se do país que teve maior crescimento na região da América Latina em 2006. De 2002 a 2006 o crescimento da economia da Venezuela chegou a 44%. É uma economia fortemente baseada no petróleo. O petróleo representa 90% das exportações venezuelanas. É um país que é um grande importador de produtos industriais e de produtos também agrícolas. Em termos de petróleo, base da sua economia, ela seria a sexta reserva mundial de petróleo, se usarmos o cálculo conservador de reservas, que se elevariam a oitenta bilhões de barris, que é o cálculo da *British Petrolim*, ou ela poderia se elevar até a trezentos e dezesseis bilhões de barris de petróleo se usarmos o cálculo que não é conservador, o cálculo considerando toda a Faixa do Orenoco, de reservas que com as novas tecnologias passam a ser disponíveis. Considerando-se esse segundo cálculo, ela passa a ser a maior reserva de petróleo do mundo, ganhando inclusive da Arábia Saudita. O principal mercado para o petróleo venezuelano é os Estados Unidos. Os Estados Unidos compram um milhão e meio de barris de petróleo por dia da Venezuela. Trata-se do quarto maior supridor do mercado americano, o primeiro sendo o Canadá, seguido do México e da Arábia Saudita. O comércio com os Estados Unidos é muito grande. Além de 70% das exportações de petróleo da Venezuela irem para os Estados Unidos, também para os Estados Unidos vão 50% das exportações que não são petróleo, e a Venezuela compra dos Estados Unidos 31% de suas importações. Portanto, existe o que nós poderíamos chamar de uma interdependência sólida.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Não, esse quadro é atual, os dados que eu estou informando são quadros atuais, inclusive só para satisfazer o Senador Simon, eu gostaria de mencionar que com relação às exportações de petróleo, elas diminuíram no último ano em 8%, mas está havendo também triangulação, quer dizer, petróleo que é exportado pela Venezuela para países caribenhos termina no mercado norte-americano. Então o 1,5 milhão de barris é uma sirva segura.

Outro ponto também que eu acho importante mencionar é o seguinte: só para se ter uma idéia do que representa a receita do petróleo, desde que o Presidente Chávez chegou à presidência, em 1999, a receita de petróleo representou para a Venezuela duzentos e cinqüenta bilhões de dólares, ou seja, é realmente algo expressivo. Se nós compararmos é muito mais do que... é quase o dobro da dívida externa brasileira, não chega a isso, mas é 2/3, então é algo absolutamente expressivo.

Outro ponto que eu acho importante também mencionar é a parte social, quer dizer, a Venezuela é um país que hoje tem problemas sociais graves, uma grande parte da população vive em habitações precárias que no Brasil poderiam ser chamadas de favelas, nós temos hoje 38% da população abaixo da linha da pobreza, e isso é uma situação que melhorou. Por quê? Nós tínhamos, em 1996, 61% da população abaixo da linha da pobreza. Então, só para a gente ter um quadro, de um país riquíssimo, com uma receita de petróleo enorme, mas que em 1996 tinha 61% da população abaixo do nível da pobreza.

Um outro ponto também importante é que a Constituição da Venezuela, assim como a do Brasil, prevê a integração como um dos pontos fundamentais, a integração latino americana como um dos pontos basilares e que deve ser perseguido pelo Estado. Está na

Constituição venezuelana assim como está na Constituição brasileira.

Agora o comércio com o Brasil. A Venezuela, ela é o segundo maior superávit comercial do Brasil, vai chegar esse ano a três bilhões de dólares. O maior é com os Estados Unidos, que chega a quase cinco. Esse superávit cresceu de 2001 a 2006 750%. O Brasil é o terceiro maior fornecedor da Venezuela, ele perde só para os Estados Unidos, que é o maior parceiro comercial, e a Colômbia. As nossas exportações para a Venezuela ...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Senhor, desculpe.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Diversos produtos, produtos agrícolas, produtos industriais, sempre a exportação é petróleo e algumas outras coisas, mas bem menos. As exportações do Brasil para a Venezuela são de alto valor agregado. Nós temos basicamente produtos eletrônicos, celulares, automóveis. Só para os senhores terem uma idéia, 10% das nossas exportações de medicamentos vão para a Venezuela, 8% de material elétrico como celulares, 7% dos automóveis que nós exportamos vão para a Venezuela, e 6% das preparações alimentícias. Esse comércio, ele favorece sobretudo São Paulo, favorece também a Zona Franca de Manaus e em menor escala a Bahia. Vale também mencionar que esse comércio gera empregos de carteira assinada, quer dizer, são empregos sólidos, não se trata de uma exportação como no caso de outros países que é minério de ferro ou soja em grão, cujo valor agregado é muito pequeno.

Com a saída da Venezuela da Comunidade Andina, que congregava os países andinos, inclusive a Colômbia, que ocupa o segundo lugar, e do chamado grupo econômico que eles mantinham com a Colômbia e com o México, que eles saíram desses dois agrupamentos, a perspectiva é o Brasil ganhar mercado.

História recente da Venezuela. Para entender a Venezuela nós precisamos nos rebater a um acordo feito em 1958 pelos dois maiores partidos políticos de então, a Ação Democrática e a Copei, que ficou conhecido como acordo de *Punto Fijo* ou de Ponto Fixo, em português. Esse acordo determinou basicamente que os dois partidos iriam se revezar no poder, não iriam permitir que nenhum outro partido ascendesse ao poder e essa situação perdurou durante quarenta anos, essa divisão do espaço político apenas entre esses dois partidos políticos. Essa situação, ela perdurou, mas ela começou a entrar em crise já no final dos anos 80, e aí é importante a gente notar o seguinte: a economia da Venezuela, o reloginho dela, o cronômetro dela é o preço do petróleo. A partir do momento que o preço do petróleo sobe a economia melhora, quando cai, a economia piora, e o preço do petróleo chegou em 1980 a trinta e sete dólares, o que era fantástico naquele momento, mas ele caiu a quinze dólares em 1988, e isso gerou uma crise sem precedentes na Venezuela. Em 1989, quando entra o Presidente Carlos Andrés Pérez, quando ele chega ao poder ele duplica o preço do ônibus e no dia seguinte tem um evento chamado Caracaço, que foi basicamente o seguinte: toda a população de baixa renda das enormes favelas que cercam Caracas, desceram e invadiram as casas, invadiram os negócios, houve um levante popular que durou vários dias, houve muitos mortos, e isso foi um pouco a prévia do que aconteceria alguns anos depois com o impeachment do Presidente Carlos Andrés Pérez, e isso ocorreu em 1993, o impeachment dele. E aí nós chegamos, então nesse período em que nós chegamos até 1996, quando a porcentagem de população abaixo do nível da pobreza chega até a essa porcentagem aí enorme que foi de 61%.

Bom, nesse quadro todo político de decadência do acordo de *Punto Fijo* e econômico, de empobrecimento geral do país, é que chega ao poder o Presidente Chávez em 1998. Nesse momento o preço do petróleo chegou a treze dólares, estava a treze dólares. O Presidente Chávez, ele foi às urnas seis vezes desde 1999, sendo que ele ganhou todas as eleições. Ele ganhou três eleições presidenciais, em 1999, 2000 e 2006, ele ganhou também os dois referendos, o referendo pela constituinte e o referendo revocatório do seu mandato, e ele também ganhou a eleição legislativa de 2005.

Relações com o Brasil. A prioridade da política externa da Venezuela nunca foi o Brasil. Na verdade o Brasil sempre ocupou um papel muito secundário nas prioridades venezuelanas. A prioridade sempre foi basicamente os Estados Unidos, os países andinos, o Caribe, e de certa forma a OPEP. A Venezuela é um dos membros fundadores da OPEP, é um dos países que idealizaram a OPEP. Na verdade foi um venezuelano, Juan Pérez Alfonso, quem idealizou a OPEP junto com um Xeique Saudita. Mas o importante reter é que quando o Presidente Chávez chega ao poder, ele inverte isso e transforma o Brasil numa prioridade. O Presidente Chávez veio ao Brasil dezesseis vezes desde 1999. Ele vê na integração da América do Sul, na integração latino americana, sobretudo na relação com o Brasil, um elemento muito importante na redução da dependência dos Estados Unidos. Então é um ponto que ele valoriza muito. E isso gerou para o Brasil uma

série de oportunidades, foram fechados muitos acordos com a Venezuela nesse período. Apenas para ilustrar, em fevereiro de 2005 foram assinados cerca de vinte e seis acordos de cooperação. O superávit comercial, que eu já comentei, decorre da vontade do Presidente Chávez de que a Venezuela compre do Brasil produtos e isso, evidentemente é algo favorável para nós, isso gerou um crescimento das exportações brasileiras de 2002 até 2006 de 346%. Muitas empresas brasileiras estão instaladas lá, várias com operações pesadas. Eu citaria a ANBEV, citaria também a Odebrecht, a Petrobrás, a Gerdau, a Camargo Corrêa, apenas para citar as maiores.

A entrada da Venezuela no Mercosul. O Mercosul representa uma adição hoje, o Mercosul sem a Venezuela já representa uma adição ao mercado brasileiro de 25%. Com a Venezuela essa adição chega a 40%. É importante também mencionar o seguinte: há uma grande complementaridade entre o Brasil e a Argentina e os outros membros do Mercosul e a Venezuela. E enquanto o Brasil e a Argentina têm na verdade uma grande potencialidade industrial e agrícola, a Venezuela é uma potência energética, que é um elemento que agrega muito ao Brasil. É verdade que o Brasil hoje é auto-suficiente em petróleo, mas a persistir o nível de crescimento é importante notar que a energia venezuelana pode ser muito importante, pode ser mesmo indispensável. E é por isso que a energia, e agora eu vou falar um pouco de energia, é o núcleo central da relação. Então nós temos um grande projeto, por exemplo, petroquímico, a Braskem e a Pekiven venezuelana estão fazendo um projeto petroquímico na Venezuela que monta 2,5 bilhões de dólares. É realmente um projeto muito grande. Além disso a Petrobrás tem vários projetos com a Pedevesa. O mais promissor deles é o projeto conjunto de exploração de reservas na Faixa do Orenoco de petróleo extrapesado em Carabobo e também o projeto da refinaria, abriu em Lima, em Pernambuco, são projetos casados. Além disso há também que se mencionar o projeto do grande gasoduto do Sul. Enfim, é uma série de projetos que vinculam o Brasil e a Venezuela.

Para finalizar eu gostaria apenas de mencionar que, pelo que eu procurei apresentar aqui, as relações entre o Brasil e a Venezuela são relações de grande complexidade, são relações extremamente importantes, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista político, é um país que tem uma grande fronteira com o Brasil, tem uma série de trocas nisso, e a minha idéia, uma vez aprovado pelo Senado Federal, é poder trabalhar pelo desenvolvimento harmônico das relações, e para tanto eu contaria com o apoio do Senado Federal à minha indicação. Muito obrigado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Posso fazer uma pergunta só?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Tem V. Exª. a palavra, pela ordem.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É só para voltar a discutir um pouco. A balança comercial entre os dois países, como que está hoje isso, quantos bilhões de dólares exportamos e importamos?

SR. ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES – Para esse ano a nossa perspectiva é que nós tenhamos uma exportação que vai chegar a 3,5 bilhões e uma importação, nós importamos muito pouco, deve chegar só a quinhentos milhões de dólares. Então o nosso superávit será de três bilhões. Evidentemente que o nosso interesse é inclusive aumentar essa importação, porque nenhum tipo de comércio se sustenta só com exportação, e é por isso que é tão importante esses projetos em comum que nós estamos fazendo, como o Projeto de Carabobo, que a gente vai poder importar petróleo venezuelano para incorporar valor agregado no Brasil e depois ser exportado, enfim, e o projeto também petroquímico e vários outros.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Vamos agora ao item 2, já que houve uma inversão de pauta. É a Mensagem nº 151. Passamos então a palavra ao Embaixador Raymundo Santos Rocha Magno, indicado para Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional. Com a palavra V. Exª.

SR. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, senhoras e senhores, obrigado por me receberem aqui para falar um pouco sobre a missão do Brasil em Montreal. Eu queria agradecer também as palavras, não só a relatoria do Relator Quintanilha, como as palavras gentis que ouvi do Senador Cristovam Buarque, que leu a relatoria e fez comentários gentis a respeito.

Em Montreal vai se tratar de OACI, que é a Organização da Aviação Civil Internacional, mas também de temas relacionados com o meio-ambiente que tem o secretariado naquela cidade de Montreal. Os temas estão todos vinculados à proteção do ser humano, seja na questão de segurança operacional e segurança contra atos ilícitos como na OACI, como também nos aspectos de meio-ambiente no sentido de uma preocupação por manter o planeta habitável para gerações futuras.

A OACI, como já indicou o Senador, a OACI foi criada em 1944 e a partir de 2005 a chefia da representação junto à Organização passou ao Itamaraty. O Itamaraty se coordena com a ANAC, que indica o

assessor de transporte aéreo, e com o Comandante da Aeronáutica, que indica o assessor de navegação aérea, então é um trabalho feito por três órgãos em conjunto.

A OACI, como já disse o Senador, é uma Agência Especializada das Nações Unidas, foi criada em 1944, estabelece a segurança operacional, segurança contra atos ilícitos, eficiência em regularidade na aviação civil e cuida também de aspectos de meio-ambiente, quer dizer, em termos muito gerais a OACI é um grande órgão de certificação da qualidade da aviação civil dos países. Ela tem cento e noventa Estados partes, as Nações Unidas para comparar tem cento e noventa e dois. Como eu já disse tem sede em Montreal e os grandes temas políticos são orientados pela Assembléia Geral que se reúne há cada três anos e que se reuniu há duas semanas atrás e eu tive o privilégio de ser indicado o chefe da delegação do Brasil que contou com vinte e cinco integrantes dos órgãos que eu já mencionei aqui. Nesses quinze dias de Assembléia eu pude verificar que o prestígio do Brasil na Organização continua e é muito grande. O Brasil foi reeleito para o Grupo I, foi eleito como Terceiro Vice-Presidente da Assembléia, eram quatro Vice-Presidentes e um Presidente da Assembléia, e ratificou o Brasil a importância que tem como líder numa suborganização que se chama Comissão Latino Americana de Aviação Civil. Os países estão divididos regionalmente em Comissões e a Comissão Latino Americana é uma Comissão muito ativa na qual o Brasil tem um papel bastante importante de liderança. O órgão executivo e de caráter permanente é o Conselho. É nesse Conselho que o Brasil foi eleito para o primeiro grupo, o Conselho é composto de três grupos e o Brasil faz parte desse primeiro grupo desde a fundação da Organização.

11 de setembro de 2001, uma grande crise internacional, a paralisação praticamente de todos os meios de transporte aéreo, a indústria aérea foi muito abalada, centenas de milhares de empregos foram perdidos e a Organização imediatamente procurou criar um mecanismo e providências para assegurar a segurança contra atos ilícitos em todos os países. Esses mecanismos são colocados por auditorias que são hoje em dia obrigatórias e que são feitas, espera-se que até 2010 essas auditorias estejam cumpridas em todos os países.

Existe um outro aspecto de segurança que é de segurança operacional da OACI, que é aquele aspecto que se vincula a aeroportos, à segurança de pouso e decolagem. Para este assunto existe também um sistema de auditorias muito detalhado e que é feito periodicamente nos países. O Brasil deve ter uma auditoria já contratada com a OACI em 2009, e depois dessa auditoria nós só viremos a ter uma nova auditoria seis anos depois, ou seja, os resultados dessa auditoria vão perdurar no cenário internacional durante seis anos.

Os programas de interferência ilícita e de segurança operacional restauraram a confiança na aviação civil e nós hoje em dia temos a aviação civil crescendo internacionalmente de uma forma muito pujante. Hoje em dia a indústria de aeronáutica e o mercado de transporte aéreo são inimaginavelmente grandes. Eles são um fator determinante na economia mundial. Por exemplo, só para lhes dar um exemplo de grandeza, empregam vinte e nove milhões de pessoas pelo mundo inteiro.

A participação do Brasil em termos políticos e diplomáticos nessa Organização é considerada como importante para a imagem do nosso país e para a defesa dos nossos interesses que muitas vezes são ameaçados por aspectos comerciais que estão embutidos em medidas nem sempre claras para uma visão para o leigo.

Eu queria dar uma palavrinha agora sobre os aspectos que a delegação vai cuidar em termos de meio-ambiente. A delegação do Brasil vai cuidar de duas ConvençõeS – a Convenção de Viena sobre Proteção da Camada de Ozônio e o seu Protocolo de Montreal, que dá detalhes a essa Convenção, e vai cuidar também da Convenção sobre Diversidade Biológica e o seu Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Como os Senadores sabem, a camada de ozônio esteve nos anos 80 ameaçada, ainda está, ainda tem dimensões muito grandes, mas uma Convenção foi adotada em meados de 1985, o Protocolo de Montreal que dá detalhes a essa Convenção, e hoje em dia o assunto está bastante bem encaminhado. Existem agentes chamados CFC que são os cloro-flúor-carbonos, que destroem essa camada de ozônio, hoje em dia nós estamos em plena recomposição porque esses agentes já estão praticamente banidos. O Brasil tem uma história de sucesso nos vinte anos do Protocolo de Montreal. Na verdade a eliminação total dentro dos países está prevista para 2010 e nós já em 2007 eliminamos o CFC de toda a indústria brasileira. Agora existe uma nova luta para a eliminação de um outro gás que foi o substituto do CFC nos anos 80, ele se chama HCFC ou hidro-cloro-flúor-carbono. Este gás tem um efeito muito violento sobre o efeito estufa e o aquecimento global do mundo.

Bom, foi possível agora numa reunião em que o Brasil inclusive ganhou um prêmio pelos progressos que teve no Protocolo de Montreal, foi possível manter o Protocolo de Montreal com a característica que ele teve desde o início, e isso é um esforço diplomático brasileiro que nós tivemos sucesso e outros países

que se uniram a nós, de não associar a destruição do ozônio e principalmente os Fundos que existem para ele com outros regimes como o do aquecimento global, a Convenção de Mudança de Clima das Nações Unidas e o Protocolo de Kyoto. São dois esforços válidos, mas que devem ser levados separadamente, cada um por si. O Brasil e a Argentina apresentaram um projeto de aceleração da eliminação do HCFC, esse projeto foi aprovado na última reunião do Protocolo de Montreal e o Protocolo de Montreal é tido hoje em dia como um modelo entre outros acordos multilaterais e internacionais.

A Convenção de Diversidade Biológica passou a ter muita importância pelo avanço da biotecnologia no mundo e pela propriedade intelectual dos recursos fitogenéticos que são retirados dos países em desenvolvimento e são processados e vendidos nos países desenvolvidos. O Brasil tem uma política muito firme em relação à condução dessa Convenção, obviamente o Brasil quer a preservação da diversidade biológica, ele quer o uso sustentável dos seus componentes, mas ele vincula isso à repartição eqüitativa dos benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos.

O Protocolo de Cartagena sobre biossegurança detalha as providências que devem ser tomadas no âmbito da Convenção de Diversidade Biológica para procedimentos adequados e seguros de transferência da manipulação e da utilização segura de todo o organismo vivo. Como bem sabem o Brasil é um país que tem duas características muito grandeS – uma de grande exportador de produtos agrícolas e outra de um dos maiores países, dos chamados países megadiversos. Essa complexidade brasileira se reflete nas negociações internas das posições brasileiras em relação ao protocolo de biossegurança. O Itamaraty faz um papel de mediador entre esses dois pólos e procura juntar os aspectos na posição brasileira que é levada aos fóruns internacionais em que o assunto é discutido.

Bom, o papel do Brasil, em termos de meio-ambiente, sempre foi muito importante e hoje, depois da Rio-92, obviamente muito mais ainda, e isso nos faz como candidatos naturais e fortes para sediar a reunião de avaliação que deve haver em 2012, a reunião de avaliação da Rio-92. O Presidente Lula já fez oferecimento de sede para essa reunião da Rio + 20 na Cúpula do G-8 recentemente, e agora, mais recentemente ainda, na Assembléia Geral das Nações Unidas. Eu agradeço a atenção dos Senadores, estou pronto para responder a perguntas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Passo agora a palavra ao Embaixador Affonso Emílio de Alencastro Massot, que irá representar o Brasil na República Helênica.

SR. AFFONSO EMÍLIO DE ALENCASTRO MASSOT – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores. Eu quero agradecer as palavras do Senador Geraldo Mesquita a meu respeito, eu gostaria de muito brevemente, brevissimamente tecer alguns comentários sobre o posto de onde eu saio, que é a Embaixada em Praga. Os senhores aprovaram a minha indicação há alguns anos atrás, eu me propus a fazer um trabalho e eu gostaria de vos relatar um pouco desse trabalho em pinceladas muito rápidas, se me permitem.

Eu fico muito honrado e muito feliz novamente de retomar esse contato com a Comissão de Relações Exteriores do Senado, indicado pelo Sr. Presidente da República, esse é um momento muito importante para um Embaixador porque é um contato com os representantes não só da cidadania, mas também aos representantes da Federação. O Embaixador do Brasil no exterior representa os poderes constituídos, mas representa o Brasil federativo, e isto é dado ao Embaixador pelo aval do Senado, que é a Casa da federação.

Na relação com a República Tcheca foi possível elevar o nível do diálogo político, foi assinado um acordo de isenção de vistos, esse acordo que para nós é um acordo que tem uma importância relativa, mas para um país aonde o direito de ir e vir foi dificultado durante mais de cinqüenta anos, tendo em vista a invasão nazista e depois um regime que não facilitava a circulação das pessoas, esse acordo constitui-se numa etapa importante, que foi inclusive pedido, quando eu apresentei as credenciais ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, nas conversas subseqüentes com o Ministro de Relações Exteriores, de modo que foi possível fazer isto e isso tornou muito fluidas as visitas de brasileiros, tem aumentado muito e de tchecos ao Brasil.

Os tchecos também não só apoiaram como co-patrocinaram o projeto do G-4, isto é, o projeto de autoria também do Brasil de aumento do número de vagas no Conselho de Segurança e a candidatura brasileira a um assento permanente naquele Conselho, à primeira hora esse apoio foi dado. Depois foram feitas também visitas do Presidente do Senado da República Tcheca e depois do Vice-Presidente do Senado até aqui e eu tive a honra também de trazer o Primeiro-Ministro da República Tcheca no ano passado, de modo que do ponto de vista político as relações se elevaram substancialmente. É claro que precisa continuar este ritmo, sobretudo quem sabe no futuro a nível de chefias de Estado.

O comércio de investimento também foi possível fomentar, tivemos visitas do Ministro Furlan, houve seminários sobre negócios e economia bilateral promovi-

da pela Câmara de Comércio de São Paulo em Praga, participamos de feiras de alimentos em (ininteligível), que é uma feira muito importante para toda aquela região. Os vôos charters se iniciaram com bastante freqüência a partir da abolição dos vistos, foi possível ajudar também na colocação de vinhos brasileiros que hoje já se vêem em prateleiras de supermercados competindo com os vinhos argentinos e vinhos chilenos, embora o preço seja um pouco mais elevado porque eles entram numa faixa de mercado mais cara.

Em 2003 o comércio bilateral era de cento e setenta e um milhões, em 2006 esse volume alcançou trezentos e sessenta e cinco milhões, ou seja, dobrou em três anos, e nos primeiros sete meses do corrente ano já estava em trezentos, o que aponta um comércio bilateral de quatrocentos e cinqüenta milhões de dólares.

Foi possível, um dos meus últimos atos, foi negociar também um acordo de desenvolvimento econômico e industrial com a República Tcheca. Esse acordo eu tive a honra de rubricar, mas ele vai ser assinado evidentemente por ocasião de alguma visita ministerial ou presidencial.

Foi possível divulgar também e muitíssimo a cultura brasileira naquela região da Europa, na República Tcheca, Praga é um berço cultural, é um centro cultural importantíssimo, com uma irradiação enorme, as suas universidades são muito antigas, a Universidade de Carros(F) é do Século XIV e é um marco na academia internacional. Ali foi possível criar um centro de estudos de língua e cultura brasileira, fizemos também festivais de cinema brasileiro, mais de seis festivais, recitais, semanas de teatro e cinema e lançamentos de cinco livros brasileiros com traduções para o tcheco. Enfim, essas foram as realizações que foi possível realizar e eu fico muito orgulhoso de ter podido participar com a minha equipe dessas realizações.

Agora falemos da República Helênica, a Grécia, para onde o Sr. Presidente da República me indica à apreciação dos Srs. Senadores. Eu não vou falar sobre a Grécia antiga, da Grécia antiga não vou falar porque não haveria nem tempo, nem conhecimento da minha parte para entrar nesses assuntos. Eu quero apenas recordar sobre a Grécia antiga que a Grécia antiga foi o berço de uma civilização e de uma cultura importantíssima, que depois absorvida pela cultura romana migrou e espalhou-se pelo mundo e influencia até hoje muitíssimo a cultura universal. Desde os filósofos pré-socráticos até a visão socrática e platônica, depois refinada por Aristóteles, enfim, a cultura digamos ocidental e evidentemente todas as demais formas de cultura que vem absorvendo essa forma de cultura aceleradamente tem como inspiração a Grécia antiga e a cultura grega, e uma das maiores criações da Grécia antiga foi a democracia e no do momento em que no dia-a-dia todos nós, inclusive os senhores, que são os representantes mais importantes do exercício democrático fazem esse exercício diariamente, estão mergulhando nas raízes da cultura grega antiga.

A economia, vou falar da Grécia atual. Ela é membro da União Européia desde 1º de janeiro de 1981, portanto, é um país com forte tradição de associação comunitária desde a Comunidade Econômica Européia até hoje, enfim, já se vão vinte e seis anos de Associação. O PIB é um PIB de duzentos e trinta bilhões de dólares, que é quatro vezes menor do que o PIB brasileiro, mas também não esqueçamos que a população grega é sessenta e quatro vezes menor do que a população brasileira, e são cinco milhões a força de trabalho que participa na formação desse PIB. Então são cinco milhões de pessoas que geram um PIB anual que é ¼ do PIB brasileiro. A agricultura na composição desse PIB pesa em 5%, o setor industrial em 20% e o setor terciário, isto é um elemento importantíssimo dessa equação da economia grega, representa 75% do Produto Interno Bruto. Isto por quê? Por causa da importância dos transportes e dos serviços de transporte marítimos, e também a presença muito grande de turistas, são quinze milhões de turistas que todos os anos vão à Grécia. O país tem uma fortíssima tradição mercantil que vem desde os tempos históricos, dos gregos antigos, em toda aquela região do Mediterrâneo, do Mar Egeu, enfim, das ilhas em torno do poliponésio(F), o comércio daquela região sempre foi feito pelos gregos, e hoje em dia essa presença continua e continua fortíssima, porque, para os senhores terem uma idéia, 16% de toda a tonelagem mundial é grega, e a essa participação da tonelagem grega segue-se o Japão, a Noruega, os Estados Unidos e a China. Os armadores gregos controlam 20% da frota mundial de petroleiros e 23,5% da frota mundial de cargueiros, em termos de tonelagem transportada, tonelagem de frota. Os navios de tonelagem grega representam 50% da tonelagem da União Européia. Então os senhores vêem o poder deste setor e desta forte tradição como soube se desenvolver e permanecer e até hoje gerar uma atividade importantíssima, e isso nos acena, evidentemente, para um futuro, num projeto de atuação na Grécia, evidentemente uma interação maior com esse setor de armadores, que é um setor que pode interagir com os setores assemelhados no Brasil, inclusive num momento em que o país tende a retomar a sua construção naval e, quem sabe, pode interessar ao setor de armadores gregos.

O PIB per capta é vinte e quatro mil dólares, a taxa de crescimento do PIB é 4,2% ao ano, a força de

trabalho é 4,8 milhões de pessoas gerando esse PIB que é ¼ do PIB brasileiro. O índice de desemprego é 9%, portanto, está num nível aceitável. A dívida externa é pequena, são vinte e três bilhões de dólares. A moeda não sofre abalos porque é o euro, o euro está suficientemente forte, respaldado e não há pressão sobre ela. A taxa de inflação é de 3,3%, levissimamente acima dos padrões da União Européia, mas perfeitamente aceitável. As principais indústrias são o turismo, com quinze milhões de turistas por ano, alimentos, tabaco, têxteis, produtos químicos, produtos metalúrgicos, mineração e petróleo. O comércio exterior é um comércio exterior, é uma outra característica dessa economia, é um comércio exterior muito deficitário, mas que se compensa através dos serviços. As exportações são de vinte e quatro e meio bilhões de dólares, de alimentos, bebidas, bens manufaturados, derivados de petróleos, produtos químicos e têxteis. Importações de sessenta bilhões, máquinas, equipamentos, transporte, combustíveis, produtos químicos. O déficit comercial é muito acentuado, que é a principal, como eu falei, característica da economia, e o impacto de pagamentos é compensado pelos ingressos do setor de serviços, que são em torno de quinze bilhões de euros por ano de afretamentos, e de quinze bilhões de euros por ano no setor de turismo, e também pela forte presença de cinco milhões de gregos vivendo fora da Grécia e que fazem as suas remessas para o país, de modo que isso fecha e muito bem as contas gregas.

As relações bilaterais, elas têm sido sempre muito cordiais, desde sempre. Há uma forte presença grega no Brasil, é uma presença de em torno de vinte e cinco mil gregos, mas se contarmos os seus descendentes, os seus parentes, isso pode ir até ao dobro, e até muito mais. Agora o que eu sinto é que é preciso sacudir essa relação. Essa relação está muito tranqüila. É preciso sacudir e esse ato de sacudir a relação passará necessariamente pelo setor de comércio, pelo setor de serviços e pela cultura. No campo político, por exemplo, a última visita de importância foi a do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grécia, em agosto de 2006. Anteriormente o Ministro Celso Amorim havia estado lá em 2003, mas no âmbito de uma reunião América Latina/União Européia, de modo que é preciso manter este nível de diálogo e, se possível, incrementá-lo, porque o diálogo político suscita outras curiosidades e outras afinidades de outra interação, e aí eu creio que os Srs. Senadores, os Srs. Deputados, podem representar um papel fundamental através da interação dos parlamentos dos Senados e das Câmaras com visitas. Há um grupo parlamentar de amizade Grécia/Brasil, e eu, na minha modestíssima experiência de Embaixador, nos meus dois últimos postos, na Holanda e na República Tcheca, eu pude ver que sempre que lá chega um Senador ou que chega uma missão de Senadores ou Deputados, abrem as portas, são janelas novas que se abrem para o chefe do posto, para a Embaixada, estabelece-se um diálogo imediato, um diálogo privilegiado com o poder, com as autoridades, e aquilo passa a fluidificar a relação de uma maneira extraordinária. Eu tive exemplos disso, concretos, de modo que tudo que eu lhes disser no sentido de que estimulem as visitas e a interação de grupos de parlamentares é pouco para a importância que isso pode ter no futuro da relação.

No campo econômico comercial os valores ainda são modestos, mas denotam uma tendência para crescimento. O comércio bilateral era de duzentos milhões de dólares em 2005, trezentos e seis milhões de dólares em 2006 e já está neste ano em duzentos e trinta e dois até julho, portanto, já aponta para um volume global provavelmente em torno dos quatrocentos, quatrocentos e poucos milhões.

Já as nossas exportações para a Grécia, em 2006 foram de duzentos e quarenta e sete milhões, com um aumento de 42% já sobre 2005, em 2007 já se situam em duzentos e treze milhões, o que nos faz prever um volume de talvez trezentos e cinqüenta milhões até o fim deste ano de 2007.

Uma coisa interessante e que eu quero destacar aqui é que embora a relação comercial não seja ainda tão expressiva, embora não desprezível, pelo contrário, ela vem crescendo e muito, por exemplo, a Grécia já comprou do Brasil dez aviões fabricados pela EMBRAER, comprou quatro M-145, comprou quatro M-135, comprou Legacys para o Governo e uma empresa privada grega já comprou quatro M-145, num total de dez. Não são muitos os países que teriam comprado equipamentos desse tipo em tamanho e volume, o que nos diz que a propaganda e a inserção não dependem necessariamente dos volumes tradicionais de comércio, pelo contrário, os volumes tradicionais de comércio são o início de um trabalho que tem que ser feito para ampliá-los. Então eu acho que esse estímulo passa, necessariamente, pelo estímulo ao comércio, pelo estímulo à cultura, porque a Grécia é, como todos já sabemos, um *hub* cultural desde sempre, aquilo é um centro irradiador de cultura, as visitas de quinze milhões de turistas, de modo que promover a cultura brasileira neste país, para tanta gente e com tamanha irradiação é extremamente importante.

Na parte comercial, promover também qualquer atividade comercial ali alcança esta função de *hub* comercial que a Grécia tem no Mar Mediterrâneo, naquela região do Mar Mediterrâneo, nos Bálcãs, nos países balcânicos, e no sudeste da Europa, nos países novos,

a Bulgária, enfim, que estão entrando agora, a Romênia, e também, evidentemente, a própria Turquia, de modo que a nossa participação na Feira de Tessalônica eu acho que deve ser estimulada.

Estimular ainda as missões comerciais brasileiras, eu já muito informalmente conversei sobre o assunto com o Presidente da FIESP, que está interessado em promover uma missão, até mesmo para reciprocar uma missão grega de julho desse ano da Federação das Indústrias Gregas a São Paulo.

Em suma, nós temos que aproveitar essa equação de um país que tem uma órbita importante cultural, comercial e de serviços, e fazer com que possa ser útil essa relação, cada vez mais, ao Brasil e à Grécia. Muito obrigado, Srs. Senadores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Me permite só enquanto ainda está aberto ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy,

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – O Embaixador Massot mencionou, quando estava falando sobre a contribuição de cinco milhões de pessoas aí da força de trabalho, que a população da Grécia é da ordem de ...

SR. AFFONSO EMÍLIO DE ALENCASTRO MASSOT – Onze milhões de habitantes e cinco milhões fora da Grécia que remetem, fazem as suas remessas para a Grécia e que com isso reforçam o balanço de pagamentos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – ... Deve ser um dos poucos países em que o número de turistas é, portanto, superior à própria população. Tem alguns casos como o Vaticano, por exemplo, mas aí como país mesmo deve ser um dos poucos países no mundo que tem esta relação.

SR. AFFONSO EMÍLIO DE ALENCASTRO MASSOT – O senhor tem toda razão. A República Tcheca recebe oito milhões de turistas por ano numa população de dez. Não chega ao índice grego, realmente o senhor tem toda a razão, eu não conheço nenhum outro, o que faz com que esse déficit crônico do balanço de pagamentos seja perfeitamente compensado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E é de sua iniciativa trazer aqui o mapa da Grécia ou do Presidente Heráclito Fortes, como uma inovação?

SR. AFFONSO EMÍLIO DE ALENCASTRO MASSOT – Eu creio que foi do Presidente Heráclito Fortes aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu quero agradecer então por nos trazer o detalhe do mapa da Grécia aqui agora, de todos os países, que bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Foi exatamente atendendo àquela sua reivindicação e aquela sua –

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Agora podemos examinar até as ilhas gregas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Também, e desfazer qualquer curiosidade que V. Exª. tenha com relação a alguma delas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu quero conhecê-las.

SR. AFFONSO EMÍLIO DE ALENCASTRO MASSOT – Se concordarem com a aprovação eu terei muito prazer em recebê-lo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Quando vão para o Iraque, V. Exª. irá à Grécia. Primeiro ao Iraque.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Para a Parnaíba e as ilhas gregas também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu quero comunicar à Comissão que vamos receber na terça-feira, 16 de outubro, às onze horas, a visita do Embaixador dos Estados Unidos, o Sr. Clifford Sobel, e gostaria que a Senadora Serys Slhessarenko estivesse aqui participando desse comitê de recepção tendo em vista as suas afinidades com o país amigo.

Vamos passar agora à parte reservada. Solicito a retirada. Agora eu quero abrir um parênteses. Se por acaso tiver aí algum familiar, marido, mulher, irmão dos Srs. Embaixadores, a gente abre a exceção partindo de um princípio defendido pelo Senador Suplicy de que entre marido e mulher não há segredo, daí porque fica aberta a sessão.

(sessão secreta às 12h01)
(sessão reaberta às 13h16)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Está reaberta a sessão e nós vamos proclamar o resultado que foi de maioria absoluta para os três indicados Embaixadores, de forma que diante deste resultado comunicamos que estão aprovados os nomes do Embaixador Affonso Emílio de Alencastro Massot para exercer função de Embaixador na República Helênica, de Raymundo Santos Rocha Magno para representar o Brasil na OACI e Antônio José Ferreira Simões para representar o Brasil na República Bolivariana da Venezuela.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Senador Heráclito, eu já fiz anteriormente, informalmente

uma solicitação para que V. Exª. vamos dizer, vai ter uma eleição democrática na República da Argentina no dia 28, e se V. Exª. com o seu prestígio e força me designasse para ser o observador lá dessa eleição democrática, eu gostaria de ir, e tem um pedido do Presidente do Mercosul, o Geraldo Mesquita, que nos acompanharia.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Recebo a solicitação de V. Exª., vou encaminhar ao nosso Embaixador do Brasil em Buenos Aires e lhe comunicarei oportunamente. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente Heráclito Fortes, eu gostaria de dar uma informação de interesse eu acho que geral dos brasileiros. Eu recebi ontem uma carta do Prêmio Nobel da Paz, Professor Mohammed Yunus, informando que ele estará no Brasil no dia 30 de novembro para a Conferência Eco Power, quando será recebido pelo Governador Luiz Henrique, de Santa Catarina, nessa Conferência, e eu inclusive transmiti a informação ao Presidente Lula, ao Ministro Celso Amorim, ao Ministro Guido Mantega e do Trabalho, Carlos Lupi, pois acho que seria importante que os brasileiros possam aproveitar essa oportunidade para interagir com ele sobre a experiência do Grameen Bank, do microcrédito, vou até perguntar da possibilidade de ele estar em Brasília, mas ele aqui me informa numa carta que mandou hoje que talvez só venha um dia ao Brasil para essa Conferência, eu não sei se vai ... quem sabe possamos convidá-lo para vir ao Congresso Nacional, eu que com ele estive em Bangladesh em julho último, gostaria muito que todos os Senadores pudessem ouvi-lo, mas ao Brasil ele virá.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – A sugestão que nós fazemos é que V. Exª. formalize um convite para que ele inclusive visite esta Comissão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Que bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pedimos então aos Senadores que aprovam a sugestão que permaneçam como estão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Se todos estiverem de acordo eu vou aqui responder a ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Está aprovado.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Qual o nome do professor aí?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mohammed Yunus, Prêmio Nobel da Paz, do Grameen Bank de Bangladesh.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Do banco popular.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Está proclamado o resultado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então fica formalizado, aprovado evidentemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Está aprovado, já foi feita a votação e a aprovação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – De maneira que eu vou dizer que ele tenha o convite oficial do Senado, da nossa Comissão, para nos visitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Essa Comissão se sente altamente satisfeita com essa sessão de hoje, aonde nós tivemos a oportunidade de aprovar a indicação feita pelo Ministério das Relações Exteriores de três diplomatas que representam uma geração nova no Itamaraty e que já tem, pelos postos e as posições que ocuparam, desempenhado funções com muito brilho e acima de tudo competência. Eu fico muito feliz de poder presidir essa sessão e dizer da minha alegria, meu caro Embaixador Simões, cumprindo aqui a oportunidade inclusive de participar de uma viagem numa missão diplomática à ONU e ver o prestígio com que ele é recebido, como que é tratado pela competência com que ele discute em nome do Brasil as questões na área de energia.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Senador Heráclito, eu sugeria que a vinda do Professor Yunus, que criou o banco Grameen Bank de Bangladesh, que tem aquele livro o Banco do Povo, V. Exª. conseguisse com a CAE, ser uma reunião conjunta pela autoridade que ele representa, a grandeza, a popularidade de um banco para os mais pobres, até o Bill Clinton mandou que a Hilary Clinton favorecesse as idéias dele nos Estados Unidos, ele não ia encampar porque não era do interesse do Banco, mas ele aceitou, então é uma oportunidade da sua Comissão, que V. Exª. dirige com muita inteligência, buscar a CAE, de Assuntos Econômicos, e fizéssemos uma reunião conjunta para atendermos vamos dizer à solicitação do Suplicy e todos aprendermos com a tese do Professor Yunus.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Mão Santa, na realidade nós aprovamos agora uma delegação ao Senador Suplicy para tratar da questão. Na realidade o que eu acho, e caso isso se concretize, Senador Mão Santa, é que a participação dele se dê no próprio Plenário do Senado, devido à aquiescência do Presidente da Casa, porque tendo em vista a importância e acima de tudo a curiosidade que causará a sua vinda, nós temos que ampliar exatamente e dar a oportunidade para que os demais Senadores ...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Ele é uma autoridade, eu mesmo com o Suplicy já discutimos isso, no começo do mandato eu apresentava o livro dele que deveria ter sido uma orientação para esse Governo, do Professor Yunus.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Eu queria, se me permite, eu gostaria de acatar de que a sua sugestão seja da CAE para o Plenário, e hoje à tarde, durante o momento da Ordem do Dia, possamos fazer o requerimento nesse sentido, que o Plenário do Senado ...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – O requerimento seria numa segunda etapa. Numa primeira etapa, Senador Suplicy, é o convite e a aceitação do convite. A outra questão, o convite já está feito, a Comissão já lhe deu, seria apenas um deslocamento geográfico da sessão e aí aconteceria um trabalho na segunda etapa, certo?

Bom, nada mais havendo a tratar declaro encerrada a sessão, comunicando à Secretaria que encaminhe à direção da Mesa os nomes aprovados para que sejam submetidos ao Plenário. Está encerrada a sessão.

(Sessão encerrada às 13h23.)

Ata da 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 18 de outubro de 2007, às 10:00 horas.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia dezoito de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores EDUARDO SUPLICY, EUCLYDES MELLO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, ALMEIDA LIMA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, MARCO MACIEL, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, FRANCISCO DORNELLES, GERALDO MESQUITA JUNIOR, EDISON LOBÃO, CÉSAR BORGES, ROSALBA CIARLINI E FLEXA RIBEIRO. Justificou a ausência o Senador MOZARILDO CAVALCANTI. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Senhor Presidente inicia a apreciação da pauta. Item 1: Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*aprova o texto do acordo entre o governo da república federativa do Brasil e o governo da república de cuba em matéria de turismo, celebrado em 26 de setembro de 2003, em Havana.*". O Presidente concede a palavra a Relatora Senadora ROSALBA CIARLINI para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. O Presidente determina a inversão da pauta. Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2007, de autoria do Deputado Júlio Redecker, que "*altera o art. 1º da lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, estendendo as regras desse diploma legal a todas as empresas que venham a contratar ou transferir trabalhadores para prestar serviço no exterior*." O Presidente concede a palavra ao Relator o Relator Senador JARBAS VASCONCELOS para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. Item 12: Projeto de Resolução do Senado nº 18, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "*institui o grupo parlamentar Brasil-México*". O Presidente concede a palavra ao Relator Senador EDUARDO SUPLICY para fazer a leitura do Relatório. O Relator solicita reexame da matéria. A matéria é retira de pauta para atender ao Relator. O Presidente coloca item em votação como Extra Pauta. Item 01: Requerimento nº 74, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e Heráclito Fortes, que "requer a prorrogação por 10 (dez) dias da designação dessa comissão, encaminhada pelo of. nº 340/2007-CRE, para que eu possa representar a Comissão de Relações Rxteriores e Defesa Nacional na denominada operação U-Patakon III, da Polícia Federal, bem como os desdobramentos desse processo na reserva indígena Raposa – Serra do Sol, em Roraima. Aprovado. O Presidente coloca em votação o item da Pauta Extra. Item 01: Mensagem (SF) nº 164, de 2007, de autoria do Presidente da República, que "*submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do senhor Pedro Henrique Lopes Borio, Ministro de Segunda Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Social do Sri Lanka*". O Presidente convida o Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio para compor a Mesa. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador MARCO MACIEL para fazer a leitura do seu do Relatório. O Presidente concede a palavra ao Embaixador PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO para fazer a sua exposição. O Presidente abre a votação. O Presidente concede a palavra aos Senadores EDUARDO SUPLICY, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO e ANTÔNIO CARLOS VALADARES. A Reunião torna-se secreta às onze horas e quarenta e três minutos. A Reunião é reaberta às doze horas e oito minutos. O Presidente comunica a aprovação do indicado. O Presidente concede a pa-

lavra aos Senadores EDUARDO SUPLICY e ROMEU TUMA. Transcrição do ofício solicitada pelo Senador Eduardo Suplicy: *"OF. Nº 359/2007 – CRE, Brasília, 04 de outubro de 2007. AssuntO – Parlamento Latino-americano – Compromisso para provisão dos recursos necessários para permanência de sua sede no Brasil. Senhores Presidentes, Como é do conhecimento de Vossas Excelências, o Parlamento Latino-americano – PARLATINO é uma organização regional, permanente e unicameral, integrada pelos Parlamentos Nacionais da América Latina. Integram o PARLATINO delegações de 22 países. Desde 1993 a sede do PARLATINO está abrigada em edifício projetado especialmente por Oscar Niemeyer para esse fim e localizado dentro do Memorial da América Latina, na cidade de São Paulo. O governo de São Paulo, ratificou o Acordo de Sede firmado entre o Governo Brasileiro e o PARLATINO, passando a arcar com os subsídios necessários e complementares ao funcionamento daquela entidade, da ordem de R$ 3,5 milhões. No início deste ano, contudo, o Governador José Serra indicou ao PARLATINO que não mais manteria o repasse do subsídio financeiro e que a entidade deveria desocupar o edifício no Memorial da América Latina até dezembro próximo. Desde a decisão do Governador, inúmeras gestões têm sido feitas, todas no sentido de viabilizar a permanência da sede do PARLATINO no Brasil, e, preferencialmente, em São Paulo. Estamos na iminência de perder a oportunidade de mantê-lo em nosso País. Não há mais como protelar decisões. É imprescindível que ambas as Casas tomem para si a responsabilidade e a incumbência de oferecer soluções para as questões do subsídio e da sede. Neste momento em que o Congresso Nacional discute as propostas do Plano Plurianual para o período 2008-2011 e do Orçamento para 2008, esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conforme decisão unânime, na reunião realizada hoje, vem pleitear junto a Vossas Excelências que viabilizem, por meio de inclusão nas propostas orçamentárias para 2008 de ambas as Casas, os recursos necessários, atualmente estimados em R$ 2,5 milhões, para manter a sede do PARLATINO no Brasil. Considerando que a iniciativa de ambas as Presidências é crucial para que o PARLATINO tenha segurança quanto a permanência de sua sede no Brasil, esta Comissão solicita a manifestação urgente quanto ao pleito ora encaminhado. Respeitosamente, Senador HERÁCLITO FORTES, Presidente. A Suas Excelências os Senhores Senador RENAN CALHEIROS e Deputado ARLINDO CHINAGLIA Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Subscreveram o Ofício os Senadores Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Edison Lobão, Jarbas Vasconcelos, Wellington Salgado de Oliveira, Pedro Simon, Euclydes Mello, Eduardo Azeredo, Álvaro Dias, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Garibaldi Alves Filho, Jefferson Peres, João Tenório, Geraldo Mesquita Júnior, Augusto Botelho, Sérgio Zambiazi, Paulo Paim, Kátia Abreu, Serys Slhessarenko, Mão Santa, Flexa Ribeiro, João Ribeiro, Fátima Cleide, Maria do Carmo Alves, Aloizio Mercadante, Inácio Arruda, Rosalba Ciarlini, César Borges, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Cícero Lucena, Romero Jucá, Antônio Carlos Júnior,Romeu Tuma, João Pedro, Ideli Salvatti, Osmar Dias, Arthur Virgílio, José Agripino, Valdir Raupp, Neuto de Conto e Paulo Duque".* O Presidente concede a palavra ao Senador CRISTOVAM BUARQUE. O Presidente volta a apreciação da pauta. Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD), que "*aprova o texto do acordo de cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre o combate à produção, ao consumo e o trafico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e sobre o combate às atividades de lavagem de dinheiro e outras transações financeiras fraudulentas afins, celebrado em Beirute, em 4 de dezembro de 2003*." O Presidente concede a palavra ao Relator Senador ROMEU TUMA para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do memorando de entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Noruega sobre diretrizes técnicas, higiênicas e sanitárias para o comércio bilateral de produtos da pesca, da aqüicultura e seus derivados, celebrado em Brasília, em 7 de outubro de 2003". O Presidente concede a palavra ao Relator Senador CÉSAR BORGES para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 218 de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "*aprova o texto do acordo de cooperação cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado na cidade do Kuaite em 23 de fevereiro de 2005*". O Presidente concede a palavra ao Relator Senador CRISTOVAM BUARQUE para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado. O Presidente coloca em votação item como Extra Pauta. Item 02: Requerimento nº 75, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que "*em aditamento ao requerimento nº 73, de 2007 – CRE, requer, nos termos do art. 93, inciso II, do regimento interno do Senado Federal, seja convidado o professor Muhammad Yunus, criador do Grameen Bank em Bangladesh*

e prêmio Nobel da paz de 2006, que estará no Brasil em 30 de novembro próximo para participar da conferência da Eco Power em Florianópolis – SC, para que também compareça ao Senado Federal, em reunião conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Assuntos Econômicos, se possível no Plenário do Senado Federal, para expor sobre as experiências de microcrédito e seus aspectos positivos, em 29 de novembro de 2007". Aprovado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Está aberta a 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à pauta. Na primeira parte comunicamos os Srs. Senadores que teremos também a oitiva... Teremos a oitiva do Sr. Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio, indicado para a Embaixada do Brasil na República Social do Sri Lanka.

Item 01 da pauta. Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba em matéria de turismo celebrado em 26 de setembro de 2003 em Havana. Autoria, Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado, a Relatora é a Senadora Rosalba Ciarlini, a quem passo a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – É o Item 01. Sr. Presidente, Srs. Senadores, é esse o nosso Relatório. Conforme o mandamento constitucional do art. 49, inciso I ao Congresso Nacional compete atribuição exclusiva de aprovar atos internacionais em razão do que o Poder Executivo enviou às Casas Legislativas mensagem nº. 999 de 4 de fevereiro de 2005 a qual deu início ao trâmite Parlamentar de análise do acordo em epígrafe.

Na Câmara dos Deputados, Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do acordo foi analisado e aprovado pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Turismo e Desporto e de Constituição e Justiça e Cidadania. No Senado Federal, o projeto foi encaminhado tão somente por essa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Análise. Brasil e Cuba são dois destinos turísticos do potencial irrealizado, mas que a despeito de suas insuficiências no provimento de infra-estrutura que alavanca o turismo para outro patamar consegue captar o interesse e a curiosidade do turista estrangeiro mantendo sua atratividade. Em particular o turismo bilateral não é dois mais significativos a despeito dos marcantes laços de cooperação bilateral averiguados, por exemplo, no campo técnico e tecnológico e no campo político. Laços decerto forjados no passado recente com restabelecimento das relações diplomáticas em 1986 proximamente ao frio da guerra fria marcada com a deblaque do regime soviético intensificados com a nova orientação de política externa latino-americanista e africanista. Dos 49 acordos bilaterais em vigor, 22 foram firmados a partir de 2003. A eficácia desse acordo, sua tradução e medidas práticas de cooperação bilateral, todavia ainda está, salvo melhor juízo, por comprovar-se. Não consta na página oficial da Agência Brasileira de cooperação, órgãos da chancelaria brasileira, projetos de cooperação mantidos com aquele País que concretize as normas e intenções consignadas em numerosos diplomas internacionais mencionados.

No campo do turismo, ato e de cooperação técnica encontra como desafio natural à circunstância da forte restrição imposta aos cidadãos cubanos ao saírem do País. Da vez o ato seja o gérmen da abertura relativa do regime cubano via de acesso, influência e persuasão do Governo Brasileiro para que a aproximação bilateral também seja maior convergência de opiniões em torno de temas importantes da agenda da política externa brasileira e por força até mesmo de preceitos constitucionais com prevalência dos Direitos Humanos entendidos na abrangência dos direitos civis e políticos econômicos, sociais e culturais, as quais o regime cubano, na atualidade, rende poucas homenagens. Por tudo quanto explicitado por julgá-lo oportuno e conveniente somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 34/2007. É o parecer. E o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. V.Exª não proferiu o voto ainda.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Já preferi o voto. parecer e o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passaremos agora ao Item 11. Altera o art. 1º da Lei 7.064 de 6 de dezembro de 82, estendendo as regras de diplomas legais a todas as empresas que tenham a contratar ou transferir trabalhadores para prestar serviços no exterior. Autoria Deputado Júlio Redecker, saudosa memória, o Relator é o Senador Jarbas Vasconcelos. A quem passo a palavra.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE) – Sr. Presidente, é projeto oriundo da Câmara dos Deputados de autoria do ex-Deputado Júlio Redecker que estende para todos os trabalhadores o âmbito de incidência da Lei 7.064 de 6 de dezembro de 82. A aludida Lei que disciplina relações de trabalho daqueles que foram contratados no Brasil para prestar serviços no exterior. Limita seu campo de atuação aos empregados de empresas prestadores de serviços de engenharia. A proposição recebeu parecer favorável das Comissões de Trabalho, Administração em Serviço Público e de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. Não foram apresentadas Emendas ao projeto. Compete Comissão manifestar sobre Projeto de Lei ora referenciado. No aspecto formal a iniciativa satisfaz ao prescrito no art. 22, inciso I e 61 da Constituição Federal. No mérito a iniciativa é importante porque dá tratamento isonômico a todos os trabalhadores contratados no Brasil para prestações de serviços no exterior.

Atualmente, a Lei que o ex-Deputado Redecker pretende modificar, somente os que forem contratados por empresas prestadoras de serviços de engenharia, consultoria, projetos e obras, montagem, gerenciamento e congêneres que possuem diploma legal específico. Qual seja a Lei de número 7.064 de 6 dezembro de 82. A Consolidação das Leis do Trabalho não possuem determinação específica no que importa a remoção para o exterior. A regra geral para solucionar os conflitos de lei trabalhista no espaço é a de que a relação jurídica é regida pela Lei vigente no País da prestação de serviço e não por aqueles, por aquelas do local da contratação. Esse comando é conhecido como regra da territorialidade consignada na Convenção de Havana de 1928 ratificado pelo Brasil e seguida pela jurisprudência trabalhista Pátria no enunciado nº. 207 do TST. A atual Lei 7.064/82 fixa uma parcial inserção ao princípio da territorialidade deixando claro que se aplica aos contratos por ela regulados a legislação do local da prestação de serviços. Porém permite a aplicação da Legislação mais favorável. Dessa maneira a Lei nº. 7.064 de 82 nos assegura os contratos por ela regidos à aplicação da Legislação de proteção ao trabalhador naquilo que não for incompatível com suas disposições. Quando mais favorável do que a legislação territorial analisada no conjunto de normas em relação a cada matéria. Mas, conforme já apontamos anteriormente, a lei ora comentada, tem aplicação restrita aos trabalhadores que forem contratados por empresas prestadoras de serviço de engenharia, consultoria, projetos e obras, montagens, gerenciamento e congêneres. A solução que os tribunais têm encontrado para equacionar essa questão respeitando o princípio da igualdade consagrado no art. 5ª da Constituição Federal é de aplicar por analogia a Lei de 7.064/82 a remoções externas implementadas pelos demais empregadores situados no Brasil. Essa solução sempre dependerá da intervenção judicial, o que não nos parece adequado. Pois nem todos os trabalhadores procuram tribunais para fazer valer seus direitos.

A presente iniciativa pretende corrigir essa injustiça, equacionando da melhor forma possível o problema desses milhares de brasileiros, razão pela qual merecem nossos aplausos. Face ao exposto, votamos pela aprovação do PLC nº. 59/2007 de autoria do ex-Deputado Júlio Redecker.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Quero louvar o Senador Jarbas pela aprovação dessa matéria e prestar uma homenagem à figura extraordinária do ex-Deputado Júlio Redecker, vítima do acidente do Airbus da TAM em São Paulo. Um Deputado realmente cumpridor do seu dever, exercia um mandato com muito afinco e com muita dedicação. Quero fazer esse registro em nome dessa Comissão.

Item 12. Institui o grupo Parlamentar Brasil/México. Autora, Senadora Serys Slhessarenko, o Relator é o Senador Eduardo Suplicy. Cujo parecer é pelo arquivamento. Com a palavra S.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Refiro-me ao projeto de Resolução que institui o Grupo Parlamentar Brasil-México de autoria de Senadora Serys Slhessarenko. Determina em síntese que o projeto da Resolução em análise a criação do grupo Parlamentar composto por Parlamentares que lhe aderirem será regido por regulamento interno deverá prevalecer decisão absoluta de seus membros fundadores. Autor apresentou como justificativa o aumento da influência dos parlamentos Brasil-México nas relações internacionais que vem ampliando em razão da crescente participação de legisladores, em organizações Parlamentares de âmbito regional, internacional e comunhão interparlamentar e o Parlamento latino-americano.

Em que pese o mérito da iniciativa e a justificativa da autora, destacamos que a Resolução 9/91 já determinou a criação do grupo Parlamentar Brasil-Mé-

xico, composto por membros do Congresso Nacional, que eles aderirem regidos por estatuto próprio sem ônus para a Câmara. Além da Resolução acima citada existem diversos instrumentos jurídicos internacionais que tratam de convênios entre Brasil e México como o Decreto 8.312 de 9 de abril de 79, que estabeleceu em seu antigo art. 3º, que fica instituída a Comissão Mista de coordenação brasileira mexicana que terá por finalidade fortalecer a cooperação entre os dois países, analisar e acompanhar os assuntos de interesse comum e propor nos respectivos governos as medidas que julgar pertinentes com ênfase nos seguintes campos, projetos econômicos de interesse para as relações bilaterais, intercâmbio comercial e as medidas para assegurar seu incremento e a diversificação, aperfeiçoamento dos meios de comunicação entre os dois países, cooperação técnica, intercâmbio cultural científico e tecnológico.

Sr. Presidente, permita eu solicitar que eu posso fazer uma revisão deste parecer, preparado pela Assessoria, que eu avalio que gostaria de fazer uma revisão e apresentá-lo na próxima reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu louvo a iniciativa de V.Exª, era uma sugestão que inclusive essa Presidência ia fazer ao nobre Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas é que eu próprio ao verificar o que foi preparado pela Assessoria e tendo, inclusive, consciência da importância da relação entre o Brasil e o México, tendo eu próprio sido membro de visitas ao Parlamento mexicano e tendo... ainda há poucos dias, encontrei... Na segunda-feira da semana passada, encontrei a ex-Embaixadora Cecília Soto do México que foi uma grande estimuladora das relações entre os nossos parlamentos e eu sempre me lembro que é importante fazê-lo e como aqui se conclui que não seria o caso, mas com base em proposições que estou percebendo não são as mais adequadas, o fato de ter havido um grupo Parlamentar Brasil-México, se porventura não estava sendo suficientemente ativado, então é o caso de ativarmos. Então eu vou propor uma nova conclusão. Por isso quero fazer...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Ao que me parece, Senador Suplicy, aí uma falha técnica da Assessoria, é que esses grupos se renovam, se extinguem a cada renovação Legislativa. Não quero afirmar é que o grupo composto por membros da Legislatura anterior e caducou. Então, naturalmente a proposta da Senadora é exatamente da sua renovação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então eu aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V.Exª está corretíssimo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então eu vou pedir a revisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu fiquei observando V.Exª porque (risos) tinha certeza que iria tomar essa atitude pelo que eu lhe conheço.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Então... Fica adiado o parecer de V.Exª.

Requerimento nº. 74, requeiro a prorrogação por dez dias da designação dessa Comissão encaminhada pelo Ofício 340/2007 da Comissão de Relações Exteriores para que eu possa representar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na denominada Operação Upatakon 3 da Polícia Federal bem como os desdobramentos desse processo na reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Os autores são os Senadores Mozarildo Cavalcanti, subscrito pelo Senador Heráclito Fortes. Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Quero comunicar a Mesa que recebi um telefonema do Senador Mozarildo comunicando a necessidade imperiosa de permanecer nessa apuração e me pediu que subscrevesse o Requerimento apenas para dar respaldo legal.

Solicitado a inversão de pauta para que possamos apreciar a pauta-extrA – mensagem 164/2007 de escolha do Sr. Pedro Henrique Lopes Borio, Ministro de Segunda Classe de Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Social do Sri Lanka. Srs. Senadores você aprovam a inversão permaneçam como se encontram. Aprovado.

Mensagem 164. Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Sr. Pedro Henrique Lopes Borio, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República democrática social do Sri Lanka. Autoria Presidência da República e o Relator é o Senador Marco Maciel. Convido o Sr. Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio a fazer parte da Mesa.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Marco Maciel, Relator da mensagem para ler o seu Relatório.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Sr. Presidente, nobre Senador Heráclito Fortes, Srªs. e Srs. Senadores. Esta Casa do Congresso Nacional é

chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Pedro Henrique Lopes Borio, Ministro de Segunda Classe da carreira de Diplomata do quadro de permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Social do Sri Lanka.

A Constituição, como sabemos, atribui competência privativa ao Senado para examinar previamente, por voto secreto, a escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente. Por força do art. 52 do texto constitucional de modo especial seu inciso IV. O Ministério das Relações Exteriores atendendo a princípio regimental elaborou curriculum vitae do Diplomata indicado, do qual se extrai para esse Relatório as informações que se seguem.

O Diplomata Pedro Borio pessoa que já conheço de longa data e admiro seu trabalho realizado no Itamaraty e fora dele, porque esteve em missões inclusive aqui no Governo do Distrito Federal, o Diplomata Pedro Borio, como dizia, nasceu em Curitiba, 1956, e concluiu o curso de preparação à carreira de Diplomata no Instituto Rio Branco em 1977. E tem obtido no Itamaraty sucessivas promoções, sendo que a última ocorreu no dia 29 de dezembro de 1998, quando passou a Ministro de Segunda Classe conforme já tive a oportunidade de isso me referir no início do meu Relatório. Dentre os cargos e funções importantes que exerceu cumpre destacar: Chefe de Gabinete de Organismo Internacionais, Segundo Secretário de Missões junto à ONU, Secretário e encarregado em negócios na Embaixada de Tóquio, Japão, Chefe de Gabinete do Departamento de Ásia e Oceania, Chefe de Gabinete Diretor interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidente da República ao tempo em que era Presidente da República o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi Diretor da Subsecretaria de Planejamento estratégico da Presidência da República, Conselheiro na Embaixada de Washington, Diretor de Programas da Secretaria de Comunicação social da Presidência da República, Assessor da Presidência e Chefe da Assessoria de Cerimonial de Relações Públicas do Supremo Tribunal Federal. Que talvez tenha sido a sua última missão fora do Itamaraty. A par de suas atividades diplomáticas o Ministro Pedro Borio prestou importantes serviços à administração pública brasileira do que exemplifica a sua atuação como Chefe de Gabinete do Ministro de Trabalho, Chefe do escritório de representação do Estado do Paraná em Brasília e Secretário de Cultura do Distrito Federal. Que realizou, aliás, um trabalho reconhecido por todos. Aliás, é bom lembrar que a Secretaria de Cultura do Distrito Federal, já em algumas oportunidades, vem sendo exercida por Diplomatas. E entre os que ocuparam a função, com essa condição de Diplomata, eu gostaria de lembrar a figura paradigmática de Wladimir Murtinho, que realmente realizou um longo e muito fecundo trabalho como Secretário de Cultura do Distrito Federal. Brasília, por ser a Capital da República obviamente não pode deixar de dispensar uma atenção muito importante às questões culturais e de modo especial àquelas questões que dizem respeito também ao cumprimento de tarefas e funções que o Itamaraty desempenha aqui na capital visto, como disse, tratar-se Brasília de Capital Federal e termos aqui em Brasília conseqüentemente muitas embaixadas e delegações. E sem contar também a representação de organismos internacionais. Que aqui se sediam também. O Diplomata em apreço recebeu importantes condecorações, inclusive a medalha de mérito de Santos Dumont, Medalha do Pacificador, Ordem de Rio Branco, Ordem do Mérito Naval e real ordem do mérito da Noruega.

Em relação ao Sri Lanka, ex-Ceilão, me cumbe informar que se trata de República presidencialista situada ao sul do subcontinente indiano e que se tornou independente no pós-guerra, 1947. É lógico que desde sua independência não tem sido fácil a consolidação institucional do Sri Lanka. Convivendo com guerra civil, insurgência interna, o que tem causado transtornos a sua economia. Trata-se de um País alinhado dentre os 50 países menos desenvolvidos. Aqueles menos desenvolvidos países do mundo que hoje em alguma linguagem também significaria dizer o quarto mundo. A sua economia baseada na exportação de produtos primários com investimentos vultuosos na área de turismo, que também foi muito afetado em função do Tsunami que abalou o País há três anos atrás. As relações diplomáticas do Brasil com o Sri Lanka foram estabelecidas em 1960 e a Embaixada de Sri Lanka se instalou em Brasília em 2001, no tempo em que era Presidente da República o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 2007 foi criada a Embaixada do Brasil em Colombo, que é a capital do ex-Ceilão, Colombo, e também agora está sendo enviado o seu primeiro representante que recaiu na pessoa do Ministro Pedro Borio.

O Brasil tem procurado ativar sua relação com o Governo do Sri Lanka, e tem procurado também estabelecer além de cooperação no campo político, ações também no plano social e no plano econômico. Inclusive, através de cooperação feita por instituições do Governo ou empresas do Governo, como é o caso da PETROBRAS.

Sr. Presidente, sem querer me alongar em considerações, julgamos que os integrantes dessa Casa

possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, razão pela qual eu gostaria de dizer que a minha manifestação se ampara em dados técnicos e enviados pelo Itamaraty que deixam bem evidente a competência, o tirocínio e a capacidade do indicado, o Ministro Pedro Borio para as relevantes funções de Primeiro Embaixador do Brasil junto ao Governo do Sri Lanka. Era o que tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Lido o parecer, passo a palavra ao Sr. Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio para fazer a sua exposição.

SR. PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO – Exmº. Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Exmº. Srs. Senadores e muito particularmente Exmº. Sr. Presidente Senador Marco Maciel, a quem agradeço sobretudo as palavras muito generosas que atribuo mais à amizade e ao convívio de muitos anos. Gostaria de iniciar essa exposição com uma palavra de reconhecimento a S. Exª, o Sr. Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva e a S.Exª, o Sr. Chanceler Celso Amorim por terem confiado no meu nome para essa missão hoje aqui em discussão.

O eminente Relator mencionou a formatura da minha turma, precisamente 30 anos registrados ontem, registro também a presença da Embaixadora Gladys Facó, colega da mesma turma que comemora nessa semana 30 anos de carreira.

Eu tentarei ser breve, como eu entendo que é a praxe dessa Comissão, e mencionar um pouco como foi a minha própria abordagem para me aprofundar nas questões relativas ao Sri Lanka. É surpreendente que um País com mais de três mil anos de história e um País com uma identidade muito forte seja relativamente tão pouco conhecido no nosso País. Um País como bem mencionou o Eminente Relator, que tem os seus problemas, mas tem também um grande potencial, e significa um desafio muito significativo para o Brasil. O Sri Lanka é um País que desde o seu...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu queria pedir ao Embaixador uma pequena interrupção para avisar aos Senadores que tendo em vista compromisso em outras Comissões e tendo em vista o Senador Marco Maciel já leu seu parecer e todo o processamento que encontra-se sobre a Mesa, aqueles que se acharem em condições de exercer o seu voto a partir desse momento poderão fazê-lo. Muito obrigado.

SR. PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO – Obrigado, Presidente. O Sri Lanka é um País que foi peculiar e original desde os seus... Desde muito antes a sua atual configuração como País independente no pós-guerra e teve uma história bastante similar à própria história brasileira na medida em que teve a presença colonial português no século XVI, teve presença colonial Holanda no século XVII, teve a presença colonial inglesa a partir do século XVIII e, sobretudo, início do século XIX, mas ao longo de todo esse processo preservou uma identidade muito forte e inclusive teve a peculiaridade de que essas presenças estrangeiras, mais ou menos se poderia dizer que foram presenças pactuadas e não mediante a imposição da força meramente. Foram pactos primeiro de reinos da Costa com os portugueses, depois uma espécie de pacto também com os holandeses, e só no período inglês em 1830 o País foi efetivamente, integralmente controlado por uma potência colonial, quando a Inglaterra dominou o último reino na montanha que se mantinha, até então praticamente de todo independente. Mesmo assim, mantendo relações com essas presenças coloniais. É um país com uma fortíssima tradição política, tradição essa que converge muitas vezes com o Brasil, tem longo histórico de contato com o Brasil, por exemplo, como País fundador e líder dos não alinhados, como País muito ativo nas Nações Unidas, aliás a primeira razão que levou a encarar de modo muito positivo o desafio de ir para Colombo, se assim essa Casa aprovar, foi o convívio com a diplomacia de alta qualidade de que dispõe o Sri Lanka e que sempre impressionou muito de Diplomatas extremamente preparados e extremamente ativos, apesar de se tratar de País pequeno. O País é uma República com sistema um pouco à moda francesa, durante muito tempo tentou conviver o Presidente de um partido com o Primeiro Ministro e outro, nos últimos anos tem sido muito forte a figura do Presidente, chamado até a partir de 2005 de Presidente Executivo, e como bem mencionou o eminente Relator, um País que tem tido a sua dose de sofrimento e dificuldades que, entretanto, não deve obscurecer as possibilidades de sofrimento porque ao longo de dez anos perdeu mais ou menos 70 mil vidas com a luta, com a insurreição tâmil que é um paradoxo que vale a pena registrar. É um movimento de libertação e que citado por autores como Walter Laqueur, como inventor do terrorismo pós-moderno, inventor do homem bomba, inventor da mulher bomba, do avião bomba, mas ao mesmo tempo é um movimento que remonta cerca de mil anos de história de relações difíceis entre a maioria budista, quase 80% do País é budista em relação à minoria hindu. Essa é uma peculiaridade importante que distingue o País totalmente da sua vizinha Índia, ou seja, há uma uniformidade muito maior no Sri Lanka do que na Índia fracionada entre muitas religiões. 80% é budista, faz do Sri Lanka um País onde a religião tem um peso muito importante e remete a questões altamente contemporâneas como, por exemplo, a dis-

cussão, o acompanhamento da comunidade internacional ao que se passa hoje em Miamar. O Sri Lanka tem a exemplo de Miamar um budismo militante que é um certo paradoxo. Como é possível uma religião ter também uma atuação política, inclusive muitas vezes defendendo o uso da força, o que aparentemente representaria um paradoxo.

Por outro lado, o País tem um potencial econômico enorme, a começar pela nossa borracha brasileira que para lá foi levada por anglo-brasileiros, ao mesmo tempo que foi para Malásia, fez do País o maior exportador de borracha do mundo, é também maior exportador de chá do mundo e hoje avança em segmentos muito mais modernos como telecomunicações, software, terceirização de serviços, a exemplo do que a Índia já vem fazendo. Avança também no comércio, rapidamente, eu acho que esse é um aspecto particularmente importante, o País celebrou acordos de livre comércio com a Índia e com o Paquistão e pretende inclusive ampliar esses acordos, o que pode fazer de Colombo e da sua região e das zonas econômicas de exportação uma base eventual para a entrada em mercados muito maiores. É o que já se passa até certo ponto. Como exemplo, o País no ano passado já exportou cerca de dois bilhões de dólares em vestuários para os Estados Unidos, que são seu maior mercado para exportações. O País tem características que indicam potencial econômico importante, por exemplo, 90% da população com o nível secundário completo, um nível de pobreza muito diferente do nível de pobreza extrema que se vê na Índia, é um País pobre, mas não miserável, eu diria. É um País onde há uma ênfase profunda na educação integralmente gratuita. É um dos poucos países onde toda a educação continua a ser gratuita com uma universidade de mais de 130 anos reputada como das melhores da Ásia e motivo de orgulho no País.

Eu diria que talvez a melhor descrição do Sri Lanka seja recorrendo ao título de um livro que descrevia o Brasil, que era o famoso Brasil Terra de Contrastes. É a mesma impressão que me dá a leitura de centenas de artigos na verdade são grande fontes sobre Sri Lanka porque livros há muito poucos. Fiquei muito surpreendido quando vi que na própria biblioteca do Itamaraty só há dois livros relativamente atualizados sobre o Sri Lanka. Artigos, por outro lado, há muitos e eu tive tempo para procurá-los até o começo do século... 300 mais ou menos, todos indicando a mesma... O mesmo aspecto de paradoxo. De um lado um País antigo, com grande orgulho da sua identidade, de outro uma economia dinâmica onde existem empreendimentos construindo, por exemplo, a maior torre, o maior empreendimento imobiliário da região, prédio de 60 andares, telecomunicações entrando, o porto de Colombo se tornando um dos maiores portos de contêineres e de transhipping do mundo, vai ser quadruplicado em três anos, que não é pouco para um País que literalmente vive numa situação de tensão quase como se tivesse uma guerra civil, o porto vai passar a operar com 12 milhões de contêineres por ano em 2010, o País tem também o que é considerado a maior baía ainda disponível como grande porto, a Baía de Trincomalee, mas no coração da região conflagrada até recentemente pela guerrilha, baía essa que é comparada só com Rio de Janeiro e Hong Kong. E o fato da crise política prolongada se estender, dá margem até algumas, digamos, piadas diplomáticas de que outros países ficariam felizes com a crise, porque disso estaria o benefício já que o Sri Lanka não alcançaria o potencial de ser o grande competidor, uma vez que se pacificado, estima-se que Trincomalee poderia se tornar o maior porto da Ásia e o porte da baía tal que ela foi base de toda a frota britânica durante a Segunda Guerra Mundial. Ou seja, estima-se que poderia ser a nova Cingapura. Há sinais de que isso vem acontecendo. O país tem um estoque enorme de projetos de infra-estrutura que pode interessar o Brasil, tem interesse de exploração petróleo no mar, já nos pediu cooperação da PETROBRAS, tem interesse em estradas, tem interesse em aeroportos, tem interesse em turismo, e está atraindo atenções importantes. Por exemplo, os investidores do Golfo, sobretudo de Dubai que já estão explorando ao limite o seu potencial estão comprando e investindo no Sri Lanka. Acabaram de comprar, por exemplo, 43% da principal companhia aérea e tudo indica que vão investir muitos bilhões de dólares em infra-estrutura turística naquele País. A Emirates, que é a companhia de Dubai, que aliás começa a voar para a região, começou esse mês assim como a Qatar começa em breve. Isso abre perspectivas também para o comércio brasileiro, porque o comércio de alto valor agregado, como eu mesmo pude testemunhar quando vivi no Japão e assisti a Varig se tornar uma grande protagonista do comércio bilateral naquela época, esse comércio poderá se estender nas asas das empresas que começam a voar para lá. Tanto a Emirates quanto a Qatar que começa a operar também em cinco vôos por semana em breve. Ou seja, a distância fica relativa como em tantos casos que ocorrem pelo mundo. Há evidentemente risco porque o País ainda vive uma situação tensa. Quem esteve recentemente no Sri Lanka fala de um País com forte aparato de segurança, com a cidade protegida por ninhos de metralhadora, canhões antiaéreos e um dispositivo militar muito forte. É um País que gasta, tendo um PIB de 22 bilhões de dólares por ano, gasta cerca de um bilhão e meio em

armamento. O que não é nada desprezível no meu entender. E inclusive, eventualmente, poderá trazer a discussão esse tipo de cooperação com o Brasil. Interesse em aquisição de armamentos, etc. Então de novo, mais um sinal do que eu mencionava como paradoxo. Um país que tem pobreza, mas não tem miséria. Tem instituições educacionais fortíssimas, tem uma estrutura política sólida, tem um potencial econômico muito grande. Acredito que o sentido principal da abertura da Embaixada é um sentido político, e pessoalmente acredito que a oportunidade é muito importante. Porque o País deprimido, o custo inclusive dessa operação de se abrir a Embaixada é baixo, relativamente há outros custos comparáveis pelo mundo, e eu poderia ousar dizer que o momento para nós voltarmos ao Sri Lanka é agora, porque se o País retomar o trilho do desenvolvimento acelerado, quem estiver lá presente poderá fazer parte desse processo.

Do ponto de vista político, como eu mencionei, as relações com o Brasil sempre foram muito construtivas, muito positivas, o Sri Lanka esteve conosco já no Oriente Médio, nos capacetes azuis de Gaza, está conosco hoje na operação de paz no Haiti, tem sido um parceiro amigo e leal do Brasil muito construtivo, muito presente nos foros internacionais.

Em resumo, Presidente, não quero me estender, teria outras informações, mas acredito que deva se deixar se houver interesse de Senadores e V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Não foi o Sri Lanka o local onde Adão e Eva estiveram no paraíso? É uma história nesse sentido.

SR. PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO – Existe toda uma...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – (pronunciamento fora do microfone) e eu estou imaginando que o Embaixador...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V.Exª quer dizer que já esteve no paraíso?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quem sabe ele vá ao paraíso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Ou vive nele. (risos)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quem sabe ele vai ao paraíso.

SR. PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO – Existe na mitologia do Sri Lanka um orgulho muito grande de algumas questões mitológicas e religiosas. Uma delas é precisamente a mencionada por V.Exª. O ponto mais alto do Sri Lanka se chama Adam's Peak e disse que nesse ponto mais alto existe uma depressão que seria uma pegada de Adão no paraíso. Esse é um lugar de peregrinação religiosa importantíssimo. Assim como disse e é considerado anátema discutir a convicção dos Sinhalas, a população budista de que o próprio Buda teria estado no Sri Lanka três vezes. E depois teria mandado emissários para instalar o budismo do Sri Lanka que se julga o budismo mais puro do mundo, de onde saiu o budismo de Miamar, da Tailândia, etc. Então V.Exª tem toda razão, existe essa forte convicção de que lá era o paraíso original.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Há uma outra... (pronunciamento fora do microfone) relativo ao Sri Lanka porque tem origem no antigo Ceilão, agora Sri Lanka, a palavra em inglês que não tem correspondente tradução para o português. É uma palavra que eu considero muito interessante, "*serendipity*", não sei se o Presidente Heráclito Fortes conhece. "Serendipity" em inglês, o Embaixador saberá muito bem o que significa, como que uma inesperada e agradável surpresa. Não é isso, Embaixador?

SR. PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO – É, Serendipity vem do Serendib que é um dos nomes da ilha, como aliás nessa linha das alusões de significado cultural para nós também a famosa Trapobana do Camões é a ilha de Trapobana, que fica ao sul do Sri Lanka. Além da Trapobana citado nos Lusíadas é o Sri Lanka.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Então, sempre que surgem e às vezes aqui acontecem inesperadas e agradáveis surpresas, pode ser utilizada a palavra "serendipity" sem a correspondente palavra como saudade que não tem tradução correspondente em outras línguas, "serendipity" tem essa característica.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – V.Exª para seu partido então permanente "serendipity". Não sempre é tão agradável, mas sempre é uma surpresa. Entendi bem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – (risos) Muitas vezes proporciono boas surpresas ao PT também, Sr. Presidente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Por ser um País tão distante, a gente conhece muito pouco, tem poucas informações, Sr. Embaixador, mas já saber que lá é um paraíso é desejar que o senhor tenha realmente uma boa estada e possa contribuir muito com as relações entre o nosso País e o Sri Lanka e quem sabe realmente poder usufruir de todo esse paraíso. Diz o Senador Eduardo Suplicy que lá é o paraíso, Adão e Eva por ali passaram...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Mas é um lugar muito bonito e o Embaixador... Quando eu

estive lá dia 3 de maio de 2006 a convite da UNESCO, num simpósio, meios de erradicar a pobreza onde falei da renda básica de cidadania e na conferência internacional muito interessante e tinha ocorrido naqueles dias alguns problemas ali relativos a situação de insurreição e então muitos cuidados e tudo. Mas a conferência se deu com toda tranqüilidade. Então...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – (pronunciamento fora do microfone) pelo que numa situação social de pobreza é algo que é preocupante pelo menos pelas informações que temos. Não sei se o Sr. Embaixador tem algo mais a nos acrescentar.

SR. PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO – Eu agradeço em primeiro lugar os votos e essa eu acredito que é a própria visão do Itamaraty. Que é possível fazer um trabalho de interesse para o Brasil.

As fontes são peculiares. São menos ortodoxas do que se encontra sobre outros países. A quantidade de livros, por exemplo. Então eu tive o cuidado de buscar algumas fontes como, por exemplo, documentos muito recentes do Banco Mundial, avaliações, alguns até comentários informais, informações que eu consegui, digamos extra oficialmente. O que é interessante observar e exatamente na linha da constante preocupação do Senador Suplicy com a questão da pobreza é que essa é uma questão central do Sri Lanka. É um País muito cioso do seu... Da sua identidade e ao mesmo tempo como eu disse País com pobreza, mas sem miséria. Com muita ênfase na sua questão da liberdade do crescimento das pessoas através da educação, e um País que apesar de estar abaixo da linha média dos membros do Banco Mundial, por exemplo, é tido como um dos que mais rapidamente poderiam alcançar as metas do milênio, que tem feito um trabalho para isso. É a questão que eu mencionei dos paradoxos. Por exemplo, um País que cerca de dois mil anos domina a irrigação. Nós que discutimos hoje transposição etc, o Sri Lanka faz há dois mil anos bem feito irrigação. Que é chave para a sua agricultura. E tem questões a enfrentar, por exemplo, a questão dos combustíveis, da energia que tem impacto no seu balanço de pagamento significativo. A Índia acaba de decidir seguir o exemplo brasileiro sair, de 5% que ela tinha de adição de álcool no combustível para 10. Tudo indica que o Sri Lanka não só pode seguir a mesma linha como também recorrer à tecnologia brasileira, abrir fontes de cooperação conosco, formas de cooperação conosco e se tornar um protagonista interessante nesse mercado. Ou seja, assegurar a sua suficiência energética. Nós tivemos uma missão exploratória que foi ao Sri Lanka agora em maio, o Embaixador Marcos(F) Portes(F) esteve lá, foi recebido com imensa cordialidade e com demandas imediatas, inclusive os setores do Governo pedindo à empresa petrolífera que o Brasil entrasse já em leilões de blocos de petróleo no mar, ou seja, refletindo a nossa excelência nesse setor.

Essa questão, esse Relatório do Banco Mundial que se V.Exª tiver interesse, posso lhe passar depois a cópia, eu fiquei muito impressionado com a listagem das metas do milênio e o que o Sri Lanka tem feito a esse propósito. Ou seja, um país que tem condições de evoluir muito rapidamente. A grande questão que paira sobre o país de fato é a questão política, questão da pacificação, mas confesso que acredito que vai ser um processo muito difícil. É uma sensibilidade extremadíssima, por exemplo, não se pode sequer falar ou em unitarismo, ou federalismo porque as radicalizações são tão grandes que há que se procurar alguma forma híbrida. Eu, conversando com um Diplomata muito experiente de outro País que serviu lá longamente, ele me dizia que comparava um pouco o Sri Lanka à Irlanda do Norte que ainda não teria chegado ao grau de exaustão tal que as partes resolvessem sentar e decidir as suas pendências. O que complica um pouco a questão é que existe uma situação de alta volatilidade militar no momento, o governo central aparentemente convencido de que pode acabar pela via militar com a insurreição, a média tem sido de 30, 40 mortes por mês no mínimo, o gasto muito grande com isso e ao mesmo tempo figuras muito importantes da política local dizendo que não acredito que a solução militar possa ser duradoura. Esse é um pouco o cenário que vamos enfrentar lá.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Eu espero que o senhor tenha boa sorte e que esse cenário cada vez melhore, já que o senhor colocou uma questão que eu considero importante, no crescimento, na possibilidade de um encontro de um consenso pela paz é que o Sri Lanka, pelas palavras do senhor e conhecimento, está dando ênfase muito importante à educação. Isso eu acho que é vital para o crescimento econômico e também para as reduções das desigualdades sociais e conseqüentemente para encontrar caminhos de paz.

SR. PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Embaixador Pedro Henrique, eu não pude estar presente desde o início da sua exposição, mas eu queria algumas informações adicionais a respeito dessa abertura da Embaixada, nós já tivemos realmente um número expressivo de novas embaixadas criadas nesse

período do Governo Lula. Eu vi aqui pelo Relatório que Sri Lanka já tem a Embaixada aqui desde 2001.

SR. PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO – Na verdade, houve várias etapas que eu acredito que a Embaixada foi criada em 2001 e efetivamente instalada aqui em Brasília em 2005. Mas, a informação é importante, porque dá uma certa... Um exemplo da importância que eles atribuem ao Brasil. O Sri Lanka já teve dois Embaixadores no Brasil. Ambos ex-Comandantes gerais do Exército. Ou seja, figuras de eminente atuação, sobretudo política naquele País. O atual Embaixador do Sri Lanka aqui é um ex-Comandante do Exército. E como eu mencionei, o País tem demandado do Brasil uma presença mais ativa lá. O próprio Chanceler Celso Amorim assim referiu dizendo que mesmo com o impacto do Tsunami que fez o País perder 36 mil vidas, nós tínhamos aceitado o compromisso, reiterado em 2005 o compromisso de abrir Embaixada e ainda não o tínhamos feito. Enquanto que o Sri Lanka tinha feito, digamos, o seu dever de casa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – E a questão de relação do Sri Lanka com a Índia, é uma relação que está hoje pacificada ou tem algum problema ainda que possa levar porque nós estamos buscando aproximação maior com a Índia, o Brasil buscando aproximação com a Índia. A minha pergunta é mais nesse sentido de que tipo de situação poderia criar essa maior aproximação com o Sri Lanka em tendo em vista a relação do País. E aqui também não tem a documentação, a população do Sri Lanka hoje está em quanto?

SR. PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO – Agradeço as duas perguntas de V.Exª. A população de 22 milhões de habitantes, cerca de 2 milhões na grande Colombo que lembra um pouco Brasília. Área central com 700 mil pessoas, a grande Colombo com cerca de 2 milhões de pessoas. Cidade, aliás, passando por uma renovação muito grande, construção de metrô, obras públicas, trabalhos com a comunidade européia de renovação. A renovação com a Índia, e eu agradeço particularmente a V.Exª a pergunta que dá margem a tocar num ponto cruel. É sem dúvida nenhuma dos aspectos essenciais do Sri Lanka. É uma relação central na política externa do Sri Lanka e na economia do Sri Lanka. Já passou por momentos muito difíceis. Por exemplo, a própria insurreição tâmil tem origem em populações que vieram da Índia, sobretudo o Estado de Tamil Nadu. Num certo momento a Índia acreditou que poderia ter um papel pacificador e de resolver a situação, entrou no Sri Lanka no fim da década de 70, o Governo Rajiv Gandhi com uma força de paz de mais de 150 mil homens, estima-se que gastou cerca de dois bilhões de dólares e foi escorraçada para mostrar também aquela questão a qual eu me referia da identidade extrema do Sri Lanka e da peculiaridade de muito forte das suas questões internas. Não só a Índia foi derrotada na sua incursão pacificadora como a guerrilha tâmil de origem hindu, indiana, foi quem matou o Primeiro-Ministro Rajiv Gandhi. Foi uma mulher bomba guerrilheira, tâmil, assim como a mesma guerrilha matou um Presidente, matou um Chanceler, e tem cometido mais ou menos um atentado por dia. Inventou o avião bomba, assim por diante.

Agora, nos últimos anos a relação é boa. Houve a celebração desse acordo de integração econômica, um acordo de livre comércio com a Índia, um outro acordo com o Paquistão, a Índia viu o Sri Lanka com imensa preocupação, há todas as indicações de que o que a Índia não quer é que haja outra disputa estratégica como hoje ocorre em Miamar. A Índia não quer as grandes potências presentes, por exemplo, no desenvolvimento militar estratégico da baía de Trincomalee e de outros aspectos do futuro do Sri Lanka. Sabe muito bem do papel estratégico do País, me parece, pelo que me é dado ler e obter de informações, que as relações hoje vão muito bem. Inclusive há um processo de integração olhando no mapa para reconstrução da ligação física entre o norte do Sri Lanka e o sul da Índia. O que, aliás, mostra como as questões nessa região são complexas, porque a maior resistência a essa ligação é uma resistência de fundo religioso. Dizendo que ali havia uma ponte natural que foi construída por macacos para a passagem do Buda e, portanto o homem não deveria fazer obras civil, de dragagem ou de engenharia que estaria conspurcando uma região de interesse religioso. É só um detalhe de como tudo ali passa também pela religião.

Bom, a ligação ferroviária seria longa. O País tem mais ou menos 500 quilômetros de comprimento e tem um... Naquela ligação que se vê no mapa seria um multimodal ferroviário e provavelmente com... mas o que a Índia pretende é dragar aquela passagem de modo que os navios que saem de Shenai e vão para outro lado da Índia possam economizar um enorme custo hoje de transporte. Isso tem causado uma discussão política imensa nos dois países.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Só uma última pergunta. Existem informações sobre quantos brasileiros estão lá, moram lá em Sri Lanka? Ou quantos... Não sei...

SR. PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO – Existem informações que são muito pouco. A informação que eu tive é que praticamente todo mundo tem jogador de futebol brasileiro no Sri Lanka. Mas aparentemente a comunidade brasileira é praticamente inexistente lá. Até onde estou informado, também mínima, se algu-

mas centenas de pessoas. Aliás, a pergunta de V.Exª é muito importante dentro do quadro político, porque existe uma enorme comunidade expatriada, sobretudo o tâmil, que seria a grande fonte de recurso da guerrilha. E esse é problema muito grande em países como Canadá e Estados Unidos que incluíram a guerrilha tâmil no Governo Clinton, gestão Madlener O'Bright(F) na lista dos terroristas, o que causou uma perda de apoio internacional para esse movimento de libertação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Um equilíbrio de nossa balança comercial, quais são os produtos mais vendido e mais comprados entre as duas partes?

SR. PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO – Tem sido de longe o açúcar. E a grande pergunta que se faz é se essa venda e esse nível de comércio alcançado no ano passado que chegou a 110 milhões de dólares mais ou menos, tem capacidade de sustentar ou não, ou se seria um produto vendido nesse nível como reflexo de uma sazonalidade regional de quebra de safra, de fornecimento. Há uma certa preferência inclusive no Sri Lanka por açúcar diferente daqueles que nós exportamos, mas no ano passado se verificou essa exportação muito significativa. O comércio vinha em quatro, cinco anos na faixa de 20 a 30 milhões de dólares e de repente deu um salto para mais de 100. O que acho que é bastante importante e é um desafio grande de se tentar manter um comércio nesse patamar que já muda de padrão talvez. Nós temos também exportado alguma coisa de carne, alguma coisa de maquinaria, mas eu acredito que o que se pode fazer é nessa linha dos interesses que eles têm nos manifestado, por exemplo, na área da tecnologia do álcool, na área da exploração de petróleo no mar, equipamento provavelmente na área do... eventualmente até de equipamento militar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, eu estou satisfeito com a exposição do indicado. Como também com as indagações que foram feitas pelos Senadores anteriores e suas respostas. Agradeço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Passaremos agora, cumprindo o regimento à parte reservada da Sessão. Ficando apenas os Srs. Senadores e os Srs. Deputados, aqui muito bem representados pelo Deputado Alceni Guerra que visita esta Comissão. O processo de votação continua. Agora vamos fazer a Sessão reservada para discussão de... Os funcionários do Itamaraty também estão autorizados.

(Sessão secreta às 11h43)

(Sessão reaberta ao público às 12h08)

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Está portanto reaberta a Sessão, com a palavra o Senador Suplicy que pede uma questão de ordem. Antes, porém eu gostaria de comunicar que o nome do Embaixador foi aprovado por maioria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Por unanimidade, por maioria.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Evidente que eu estou apenas cumprindo a praxe regimental de comunicar o resultado. Tem a palavra V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Para que o Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio tenha instrumentos para promover a paz no Sri Lanka, onde eu já estive lá, vou dar um exemplar da Renda Básica de Cidadania, em português e em inglês.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, gostaria também de informar a V.Exª que aquele ofício que já foi aqui registrado, aprovado por consenso por todos os Senadores da Comissão de Relações Exteriores e que conta agora com a assinatura de mais de 44, 45 Senadores, inclusive de todos os líderes e muitos, acho que quase todos membros da Mesa Diretora, estará então sendo encaminhado ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara para que possam os membros da Mesa do Senado e da Câmara destinar os recursos necessários do orçamento para que o Parlatino continue com a sua sede no Brasil e em São Paulo, conforme o entendimento que todos desejamos inclusive com o Governo. E eu convidaria V.Exª se assim o desejar de podermos entregar este ofício ao nosso Presidente Tião Viana, e quero inclusive ressaltar que os três Senadores por São Paulo, também Senador Romeu Tuma, Aloizio Mercadante assinaram e agradeço a...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Um aparte, rapidinho, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pois não. Tem V.Exª. a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Foi um pouco estranho, com todo respeito ao Governador Serra, a quem eu dedico uma estima pessoal, e ele praticamente despejar o Parlatino que foi constituído e criado pelo então Governador Franco Montoro. E tem uma história dentro do partido do Senador Franco Montoro, que criou e o Quércia construiu onde funciona hoje o Parlatino. E repentinamente inclusive falei com o Dr. Aloizio que é o Secretário da Casa Civil, ele disse que isso é um problema do Governo

Federal. Mas lá é um espaço físico que pode se locar também e pagar o aluguel e assim quiser o Governo do Estado de São Paulo, porque há um desejo do... O Itamaraty participou conosco de mais de uma reunião e se depois a colaborar para que o Parlatino não saia do Brasil e nós lutamos para não sair de São Paulo. Acho que se V.Exª puder somar com a gente será muito importante isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Gostaria de esclarecer que justamente o Governador José Serra nos assegurou que uma vez o Governo Federal e o Congresso Nacional, aportando os recursos como está explicitado aqui, que ele então garantirá a continuidade do Parlatino, inclusive ele pediu que providências fossem tomadas nessa direção e o ofício que aqui está sendo registrado, gostaria até que fosse registrado nas notas taquigráficas novamente, inclusive com todas as assinaturas agora, se puder a Secretaria colaborar para registrá-las, para que possamos então entregar à Mesa oficialmente a Mesa da Câmara e do Senado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Agradeço a V.Exª, quero deixar claro Senador Tuma que desde o início tenho acompanhado essa questão, sou defensor da permanência do Parlatino em São Paulo e a iniciativa do Senador Suplicy ela é muito importante. De forma que quero até sugerir, Senador Suplicy, que V.Exª procure o Senador Dornelles, que é do orçamento, exatamente por ser uma pessoa sensível para que ele também possa se juntar a esse mutirão. Senador Cristovam Buarque com a palavra. Eu queria apenas saber o seguinte, se tiver alguma correlação com o Embaixador... Não? Caso contrário eu ia agradecer a presença, parabenizá-lo pela aprovação, desejar sucesso nessa nova missão e dizer que o Senado sente-se honrado em ter cumprido aqui com seu papel regimental, fazendo essa sabatina e aprovando seu nome para exercer as funções de Embaixador do Brasil na República Social do Sri Lanka. Cabe-nos agora remeter a Plenário para processo regimental continue. Parabéns a V.Exª.

SR. PEDRO HENRIQUE LOPES BORIO – Agradeço muito a V.Exª, Sr. Presidente, e aos eminentes Senadores pela confiança em mim depositada. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – É sobre o assunto, Senador Suplicy, para ouvir a opinião dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador Suplicy está enviando ao Sri Lanka o livro dele sobre a renda mínima.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Embaixador peço desculpas de não ir aí cumprimentá-lo, Senador Suplicy, eu creio que sou um aliado total de manter o Parlatino no Brasil. Mas creio que deveria pensar se continua em São Paulo ou não. Quando foi criado o Parlatino, Fernando Gasparino, dos Líderes, a Universidade de Brasília ofereceu uma área para que fosse construído aqui a sede. Naquela época é claro que não foi possível porque São Paulo ofereceu a área e o prédio. A UnB não tinha condições de oferecer o prédio. Eu era o Reitor na época. Eu tenho a impressão que se conversarmos com o Governador Arruda, com o Reitor da UnB que tem 300 hectares que qualquer dia serão invadidos, não serão difíceis ter o recurso para colocar o Parlatino em Brasília, onde aliás acho que seria muito mais correto que ele ficasse. Ficava aqui essa sugestão se o Presidente achar conveniente em tabular negociações nesse sentido, eu creio que valeria a pena. Explorar esse lado, trazer a sede para Brasília, continuar no Brasil, só que em Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Com a palavra o Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Quero inclusive informar que o Senador... O Governador José Roberto Arruda inclusive se dispôs e até ofereceu no caso do impedimento da continuidade lá em São Paulo, um andar do Palácio do Buriti para a finalidade. Mas, pelo menos até que houvesse uma solução mais definitiva. Mas, aí é que houve todo o esforço inclusive de persuadir o Governador José Serra, que disse: Bem, o problema é que está havendo um aporte de recursos significativos do Governo do Estado de São Paulo, e ele avaliava, achava justo que o Governo Federal ou Congresso Nacional ficasse responsável e é neste sentido que uma vez aprovado e este encaminhamento que estamos colocando para os Presidentes do Senado e da Câmara, como neste Ofício que V.Exª inclusive apoiou, então se viabilizará a continuidade. Quem sabe possa depois haver uma consideração nessa direção. Mas eu gostaria de relembrar que foi um esforço inclusive dos Governadores Orestes Quércia, Franco Montoro, conforme assinalado pelo Senador Romeu Tuma, Mário Covas e tantos, e inclusive por Darcy Ribeiro que apoiou a iniciativa e o desenho que Oscar Niemeyer fez para a finalidade do Memorial da América Latina que lá existe para esta finalidade.

Então, seria... E por outro lado... Reconheço todos os méritos de Brasília, mas há alguma facilidade em ser São Paulo, por ser a cidade onde normalmente chegam os Parlamentares que voam de outros pa-

íses para São Paulo. Muitas vezes isso pode facilitar. Muitas vezes as reuniões do Parlatino poderão se dar aqui em Brasília.

Então, pelo fato de aqui estar a capital. Mas eu não teria nenhum problema, mas avalio que seria uma pena que São Paulo perdesse a sede do Parlatino por uma falta de melhor entendimento. Por isso eu conversei com o Governador José Serra e por essa razão estamos providenciando este Ofício assinado por praticamente todos os Senadores e que V.Exª inclusive também colocou sua assinatura. E eu agradeço muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu compreendi exatamente a mensagem do Senador Cristovam. Primeiro lugar, ele é um brasiliense empedernido e ficaria muito orgulhoso de ter o Parlatino aqui. E segundo ele quis mostrar, Senador Suplicy que o Parlatino a partir desse instante não é mais um sem-teto. Se a solução de São Paulo não for positiva, nós já temos a solução de Brasília. E evidentemente que esse problema... geográfica V.Exª tem razão, mas não será o fim do mundo. O importante é que o Parlatino continue...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – No Brasil. Só para completar, Senador Cristovam, foi discutido por duas vezes no Itamaraty e o Ministro se dispôs a encontrar um local em Brasília caso não houvesse a possibilidade da continuidade no prédio do memorial. Então já foi discutido e ele se dispôs a encontrar o local caso São Paulo...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – E há outros Parlamentares que estão hoje conversando com o Governador Sérgio Cabral que gostariam que fosse no Rio de Janeiro. E...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Mas podemos fazer uma sede eram cada lugar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – (risos) Mas ainda hoje há uma reunião com o Governador... Aliás, amanhã sexta-feira, com o Governador Sérgio Cabral a respeito também dessa eventual possibilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Sr. Presidente, é que eu sou Relator do Item 4 da pauta...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Vamos retomar agora, inclusive.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Gostaria de saber se V.Exª. se vai retomar porque se tiver eu já estou pronto para relatar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Já estou aqui com o Item 3 e em seguida V.Exª.

Item 3. Projeto de Decreto Legislativo 215. Aprova o texto do acordo de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre o combate à produção ao consumo e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, e sobre o combate às atividades de lavagem de dinheiro e outras transições financeiras fraudulentas afins, celebrado em Beirute em 4 de dezembro de 2003. Autoria, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatoria Senador Romeu Tuma que deu parecer favorável, a quem passo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Me ater à análise rápida e voto. Assim, nós andaremos mais rápido. É marcante a tendência entre os Estados à adoção de instrumentos bilaterais ou multilaterais em combate ao crime organizado transnacional e a corrupção. Tendo em vista que ambos estão estritamente vinculados entre si e que representam grave ameaça à segurança e estabilidade da sociedade e de suas instituições. O crime organizado e a corrupção enfraquecem ademais as instituições e os valores da democracia da ética e da justiça. Tendo em vista que o tráfico ilícito de entorpecentes e a atividade de lavagem de dinheiro já se converteram em fenômeno transnacional, há a necessidade de novos mecanismos de cooperação internacional para o seu combate. É pertinente observar ainda que o diploma internacional sob análise ressalva que a cooperação deve ser implementada em conformidade com os princípios fundamentais do Direito Internacional e sem prejuízo das leis e dos regulamentos em vigor nos Estados signatários. Portanto nós somos favoráveis ao acordo assinado entre o Governo Brasileiro e o Governo do Líbano.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº. 4. Projeto de Decreto Legislativo 217, aprova o texto de memorando de entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Noruega sob diretrizes técnicas, higiênicas e sanitárias para o comércio bilateral de produtos da pesca, da agricultura e seus derivados. Celebrado em Brasília 27 de outubro de 2003 autoria Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sendo seu Relator o Senador César Borges, que profere parecer favorável a quem dou a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Obrigado, Sr. Presidente. V.Exª já mencionou, é o Projeto de Decreto Legislativo 217, que aprova esse memorando de entendimento entre a República Federativa

do Brasil e o reino da Noruega sobre técnicas de pesca, técnicas de diretrizes higiênicas e sanitárias para o comércio inclusive de pesca.

Então, V.Exª sabe muito bem como os Srs. Senadores que a Noruega tem uma expertise muito grande nessa área de pesca e para que o Brasil possa ter maior participação, maior competitividade nesse comércio internacional é uma meta das mais importantes a ser atingida. Também há que se acentuar a cooperação entre Estados soberanos de forma indispensável para aperfeiçoamento de mecanismos facilitadores de livre comércio. Embora não tenhamos ainda no Brasil a devida exploração de recursos fluviais e marinhos, a indústria de pesca desenvolve-se com alguma celeridade, mas ainda muito a desejar nessa área econômica que o País poderia explorar muito melhor pela sua extensa costa, Sr. Presidente. Entretanto ter o apoio de um País como a Noruega que possui uma tradição muito antiga e profunda na pesca, e forjar essa amizade sempre é muito importante, portanto o nosso voto nesse caso é inteiramente favorável consideramos conveniente e oportuno aos interesses nacionais. Essa é a análise e o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº. 05. Projeto de Decreto Legislativo 218/2007. Aprova o texto do acordo de cooperação cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuwait. Assinado na cidade do Kuwait em 23 de fevereiro de 2005. Autoria, Comissão de Relações Exteriores, Relator Senador Cristovam Buarque com o parecer favorável, a quem concedo a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) – Sr. Presidente, vou fazer um resumo do Relatório deste projeto que tem 14 artigos. Com a finalidade de promover a cooperação entre as instituições públicas e privadas de ambos os países a fim de desenvolver atividades que contribuam para melhorar o conhecimento recíproco e a difusão de suas culturas, conforme está no seu primeiro artigo. Uma Comissão será coordenada pelas respectivas chancelarias integradas por representantes dos países com a finalidade de viabilizar essa cooperação. É preciso dizer que o acordo enumera outras atividades além das culturais, como medidas que tomem prevenção à importação, exportação e transferência ilícitas de bens, a proteção contra a exportação e importação de bens culturais, e o acordo terá vigência de cinco anos podendo ser renovado.

Quanto ao mérito, não cabem reparos ao texto formulado. E é preciso dizer que o projeto do Governo kuwaitiano, potencializa a sua função de importante entreposto comercial de serviço para seu entorno. Por isso a maior presença do Brasil no mercado daquele País pode contribuir para a facilitação do acesso e a distribuição dos produtos nacionais em toda a região.

Diante disso, somos pela aprovação do projeto do Decreto Legislativo nº. 218/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Srs. Senadores que o queiram discuti-lo que o façam. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item Extrapauta. Requerimento nº. 75. É aditamento ao Requerimento nº. 73/2007 da Comissão de Relações Exteriores. Requeiro dos termos do art. 93, inciso II do regimento do Senado Federal seja convidado o Prof. Mohamed Yune para que compareça ao Senado Federal em reunião conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Assuntos Econômicos se possível no Plenário do Senado Federal para expor as experiências do microcrédito e seus aspectos positivos no dia 29 de novembro de 2007. O autor é o Senador Eduardo Suplicy. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 12h28.)

Transcrição do Ofício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional solicitado pelo Senador Eduardo Suplicy.

OF. Nº 359/2007 – CRE

Brasília, 04 de outubro de 2007

AssuntO – Parlamento Latino-americano – Compromisso para provisão dos recursos necessários para permanência de sua sede no Brasil

Senhores Presidentes,

1. Como é do conhecimento de Vossas Excelências, o Parlamento Latino-americano – PARLATINO é uma organização regional, permanente e unicameral, integrada pelos Parlamentos Nacionais da América Latina. Integram o PARLATINO delegações de 22 países.

2. Desde 1993 a sede do PARLATINO está abrigada em edifício projetado especialmente por Oscar

Niemeyer para esse fim e localizado dentro do Memorial da América Latina, na cidade de São Paulo.

3. O governo de São Paulo, ratificou o Acordo de Sede firmado entre o Governo Brasileiro e o PARLATINO, passando a arcar com os subsídios necessários e complementares ao funcionamento daquela entidade, da ordem de R$ 3,5 milhões.

4. No início deste ano, contudo, o Governador José Serra indicou ao PARLATINO que não mais manteria o repasse do subsídio financeiro e que a entidade deveria desocupar o edifício no Memorial da América Latina até dezembro próximo.

5. Desde a decisão do Governador, inúmeras gestões têm sido feitas, todas no sentido de viabilizar a permanência da sede do PARLATINO no Brasil, e, preferencialmente, em São Paulo. Estamos na iminência de perder a oportunidade de mantê-lo em nosso País. Não há mais como protelar decisões. É imprescindível que ambas as Casas tomem para si a responsabilidade e a incumbência de oferecer soluções para as questões do subsídio e da sede.

6. Neste momento em que o Congresso Nacional discute as propostas do Plano Plurianual para o período 2008-2011 e do Orçamento para 2008, esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conforme decisão unânime, na reunião realizada hoje, vem pleitear junto a Vossas Excelências que viabilizem, por meio de inclusão nas propostas orçamentárias para 2008 de ambas as Casas, os recursos necessários, atualmente estimados em R$ 2,5 milhões, para manter a sede do PARLATINO no Brasil.

7. Considerando que a iniciativa de ambas as Presidências é crucial para que o PARLATINO tenha segurança quanto a permanência de sua sede no Brasil, esta Comissão solicita a manifestação urgente quanto ao pleito ora encaminhado.

Respeitosamente, – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

Ata da 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 24 de outubro de 2007, às 14:00 horas.

Às dezoito horas e cinqüenta e três minutos do dia vinte e quatro de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores EDUARDO SUPLICY, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, ROMEU TUMA, ARTHUR VIRGÍLIO, JOÃO TENÓRIO, LEOMAR QUINTANILHA, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, GILVAM BORGES, EDISON LOBÃO E FLEXA RIBEIRO. Justificou a ausência o Senador MOZARILDO CAVALCANTI. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Senhor Presidente inicia a apreciação da pauta. Item 1: Discussão e votação das Emendas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional apresentadas ao Plano Plurianual – PPA, período de 2008/2011. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador ROMEU TUMA para fazer a leitura do seu Relatório. Foram Aprovadas as seguintes emendaS – 01 – Autor Senador Heráclito Fortes, órgão 52000 Ministério da Defesa, ação 2048 manutenção e suprimento de aeronáutica, valor (em R$ 1,00) 2.498.486.957; 02 – Autor Senadores Francisco Dornelles e Heráclito Fortes, órgão 52000 Ministério da Defesa, ação 3138 implantação do sistema de aviação do exército, valor (em R$ 1,00) 1.591.800.000; 3 – Autor Senadores Francisco Dornelles e Heráclito Fortes, órgão 52000 Ministério da Defesa, ação 2891 logística de material de aviação, valor (em R$ 1,00) 384.000.000; 4 – Autor Senadores Francisco Dornelles e Heráclito Fortes, órgão 52000 Ministério da Defesa, ação 11U2 implantação da brigada de operações especiais, valor (em R$ 1,00) 78.834.138; e 5 – Autor Senadores Francisco Dornelles, Heráclito Fortes e Serys Slhessarenko, órgão 52000 Ministério da Defesa, ação 7E11 construção de submarino – Consub, valor (em R$ 1,00) 1.212.736.880; Total (em R$ 1,00) = 5.765.857.975. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezoito horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRAO MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à apreciação da pauta. Item 1: a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas apresentadas ao Plano Plurianual de Investimento 2008/2011. Concedo a palavra ao Sena-

dor Romeu Tuma, Relator das emendas para ler seu relatório.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Sr. Presidente, conforme regimentalmente previsto a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convocou esta reunião para analisar e discutir as propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 31, de 2007 – Congresso Nacional, o Plano Plurianual 2008/2011 nos termos do disposto do art. 97, inciso I da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional.

No prazo estabelecido foram apresentadas 20 emendas, propostas de emendas ao PPA 2008/2011, conforme discriminado no anexo. Então, segue, em anexo, aqui Sr. Presidente, a última folha das 20 emendas apresentadas pelo Srs. Senadores. Como a Comissão, ela tem a responsabilidade pela defesa nacional e relações exteriores as emendas, tendo em vista, as grandes dificuldades porque passam, as forças armadas nacional até pelos depoimentos que foram apresentados nesta Comissão por todos os comandantes das três armas nós aceitarmos e vou permitir, se V. Exa. autorizar, ler o voto e as emendas acatadas.

Diante do exposto até porque esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional delibere pela apresentação das seguintes emendas ao Projeto do Plano Plurianual. Nº 1: Senador Heráclito Fortes, Ministério da Defesa, manutenção e suprimento da Aeronáutica. Nº 2: Francisco Dornelles e Heráclito Fortes, Ministério da Defesa, implantação do sistema de aviação do Exército. Nº 3: Francisco Dornelles e Heráclito Fortes é uma comissão, uma emenda de ambos os Srs. Senadores. Também para o Ministério da Defesa a logística de material de aviação.

Nós vimos nas últimas matérias publicadas nas revistas e na imprensa a grande dificuldade que é a apresentada na Aeronáutica para manter uma pequena parte das suas aeronaves em vôo.

Nº 4: Francisco Dornelles e Heráclito Fortes também Ministério da Defesa, implantação da brigada de operações especiais. A Nº 5: Francisco Dornelles, Heráclito Fortes e Serys Slhessarenko, Ministério da Defesa construção de submarino – CONSUB.

Então são essas cinco emendas que são as permitidas que a Comissão possa apresentar ao PPA.

Propomos ainda que a Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas do PPA 2008 a 2011 junto à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Público e Fiscalização – CMO.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Romeu Tuma permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Sessão encerrada às 18h57.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Ata da 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura E Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de setembro de 2007.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e sete, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em exercício, do Senador **EXPEDITO JÚNIOR**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores(as) – **SIBÁ MACHADO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, NEUTO DE CONTO, HERÁCLITO FORTES, CÉSAR BORGES, JONAS PINHEIRO, KÁTIA ABREU, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, PAULO PAIM, JOÃO RIBEIRO, JOSÉ NERY E JOÃO TENÓRIO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as) – João Pedro, Garibaldi Alves Filho, Leomar Quintanilha, Pedro Simon e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente em exercício, Senador Expedito Junior, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte PautA – **1ª PARTE** – **APRECIAÇÃO DE MATÉRIAS – ITEM 1**: **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007. NÃO TERMINATIVO. EMENTA –** Inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências. **AUTOR –** Deputado Nilson Pinto. **RELATOR –** Senador Garibaldi Alves. **RELATORA AD-HOC:** Senadora Marisa Serrano. **RELATÓRIO –** Pela rejeição. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as) – Kátia Abreu, Flexa Ribeiro e Marisa Serrano. **RESULTADO – Leitura do Relatório. Concedido vista ao Senador Flexa Ribeiro. ITEM 2**: **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006. NÃO TERMINATIVO**. **EMENTA –** Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências. **AUTOR –** Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "da Terra" (SF). **RELATOR**

– Senador Delcídio Amaral. **RELATÓRIO –** Pela rejeição. **RESULTADO – Retirado de Pauta a pedido do relator. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, DE 2007 – COMPLEMENTAR. NÃO TERMINATIVO. EMENTA –** Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para ampliar as hipóteses de direito a créditos de ICMS na aquisição de insumos e equipamentos destinados à produção agropecuária. **AUTORA –** Senadora Marisa Serrano. **RELATOR –** Senador Neuto de Conto. **RELATOR AD-HOC:** Senador João Ribeiro. **RELATÓRIO –** Pela aprovação. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as) – Marisa Serrano, Kátia Abreu, Flexa Ribeiro, João Ribeiro, Paulo Paim e João Tenório. Passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO – Aprovado o Parecer. À Comissão de Assuntos Econômicos. EXTRA-PAUTA – ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 23, DE 2007 – CRA. ASSUNTO –** Requer, nos termos regimentais, e, em aditamento ao Requerimento nº 20/2007-CRA, de autoria do senador João Tenório, seja acrescentado à lista de convidados para participar de audiência pública, nesta Comissão, com finalidade de debater e analisar a evolução da produção e da importação brasileira de adubos, fertilizantes e corretivos agrícolas, o nome do Sr. GEORGE WAGNER SOUSA, Presidente da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (AMA). **AUTORA –** Senadora Kátia Abreu. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as) – Marisa Serrano, Kátia Abreu, Flexa Ribeiro, João Ribeiro, Paulo Paim e João Tenório. Passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO – Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº , DE 2007 – CRA. ASSUNTO –** Requer, em aditamento ao RQS nº 15/2007-CRA-BIO seja alterado a referida propositura para incluir na lista de convidados, as pessoas abaixo enumeradas, a fim de que possam debater a respeito das condições da rescisão direta de contrato de trabalho de 1.180 empregados da empresa Pará Pastoril e Agrícola (Pagrisa). Dr. Luiz Antônio Camargo – Subprocurador-Geral do Trabalho; Drª Rosa Maria Campos Jorge – Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; Drª Andréa Bolzon – Representante da OIT – Organização Internacional do Trabalho; Dr. Cláudio José Montesso – Presidente da ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; Sr. Manoel José dos Santos – Presidente da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Drª Mary Cohen – Coordenadora da Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Escravo da OAB Nacional; Frei Xavier Plassar – Representante da Comissão Pastoral da Terra. **AUTORES –** Senador José Nery e Senador Paulo Paim. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as) – Kátia Abreu e Flexa Ribeiro. **RESULTADO – Retirado de Pauta a pedido dos autores. 2ª PARTE – AUDIÊNCIA PÚBLICA,** em cumprimento ao **Requerimento nº 14, de 2007 – CRA**, de **autoria** dos Senadores João Ribeiro e Expedito Júnior, com a finalidade de contribuir com debate e instrução do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007, que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária, com a participação dos seguintes convidadoS – **Sr. José Roberto Rodrigues Peres** – Gerente-Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. **Sr. Luiz Carlos Balbino** – Gerência, Planejamento e Negócios – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as) – Jonas Pinheiro, João Ribeiro, João Tenório, Paulo Paim e Neuto de Conto. **RESULTADO – AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Expedito Júnior,** Presidente em Exercício, da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que com a anuência do Plenário é dada como aprovada.

Comunico à Comissão que se encontra, a partir de hoje, 26 de setembro, aberto o prazo para apresentação de cinco emendas ao Projeto de Lei nº. 31 de 2007, Plano Plurianual, PPA, para o período 2008 a 2011, até o dia 1º de outubro, segunda-feira, às 18 horas.

A presente Reunião destina-se, em Primeira Parte, à deliberação de matérias. E em seguida, esta Comissão realizará Audiências Públicas para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 260/2007, de nossa autoria. Item 1.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Tem V. Exª., pela ordem, a palavra, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Senhor Presidente, eu gostaria de fazer aqui uma solicitação a V. Exª., já fiz ao Presidente Neuto de Conto, mas apenas para reforçar, devido à importânciA – A Confederação Nacional da Agricultura fez um levantamento, no Congresso Nacional, de todos os Projetos de Lei que se referissem ao agronegócio brasileiro. Nós encontramos 1400 projetos, que foram trabalhados na CNA e separados em grau de importância. E nós encontramos, então, projetos que significavam alto impacto, médio impacto e baixo impacto para o agronegócio brasileiro, tanto no sentido de ser a favor ou que traria prejuízos ao agronegócio.

Diante desses 1400, nós selecionamos 64 de alto impacto e protocolamos aqui na Secretaria de Comissão, para que o Presidente Senador Neuto De Conto, e hoje V. Exª., pudessem requerer à Mesa do Senado, para que pudesse passar na Comissão de Agricultura.

A nossa pauta está bastante raquítica, a importância desta Comissão, hoje, não há dúvidas da importância desta Comissão hoje no Senado Federal, mas nós não podemos ficar com tantos projetos aprovados na Câmara Federal, passando pela Comissão de Agricultura, e passar por outras Comissões do Senado, ao léu da Comissão da Agricultura, sendo que todos os méritos dizem respeito ao agronegócio.

Então eu gostaria de pedir, reiterar a V. Exª. que esses 64 projetos de alto impacto para o agronegócio brasileiro pudessem ser requeridos à Presidência da Mesa para passar para a análise dos Membros da Comissão de Agricultura do Senado.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Senadora Kátia Abreu, dos projetos requeridos, que já foram solicitados à Mesa do Senado, nós temos já 15 que já estão nesta Comissão, já destinados a esta Comissão. Já foram requeridos. 31 deles ainda estão sendo analisados pelo Presidente da Mesa. Estão sendo analisados. 12 foram propostas de emendas à Constituição, então foram à CCJ, e seis deles já foram assinados, nós já assinamos aqui, estão aguardando só a aprovação do Plenário. Já foi assinado, ainda esta discussão nós tivemos ela ainda na época em que...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Presidente, para complementar, eu tenho conhecimento disso. A Comissão de Agricultura encontrou seis projetos e nós apresentamos, pela CNA, 64 como sugestão.

Desses 64, esses 15 foram pedidos ao Presidente do Congresso, mas ainda não obtivemos resposta. Eu tenho certeza de que o atendimento será feito.

O que eu gostaria é que tivesse sido enviado, e seja enviado, a totalidade deles, devido à importância...

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Eu vou fazer uma proposta aqui: Eu acho que nós deveríamos, logo depois da nossa Reunião, nós termos uma conversa com o Presidente Senador Renan Calheiros. Eu acho que, na verdade, esta Comissão, ela não acontece. As nossas Reuniões aqui são fracas, infelizmente, porque os projetos não tramitam nesta Comissão. Projetos que seriam para ser tramitados nesta nossa Comissão, não acontecem aqui, estão sendo discutidos em outras Comissões.

Eu lembro quando V. Exª. levantou esse problema, lá atrás ainda, e acho que nós teríamos que ter uma reunião com o Presidente, nós teríamos que ter uma reunião da Comissão com o Presidente, exigindo mais uma determinação dele para que esses projetos venham a ser discutidos nesta Comissão. Eu acho que...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Eu acho uma excelente idéia, Presidente. E nós podíamos marcar essa Audiência, o senhor e o Presidente Senador Neuto De Conto, para que a gente pudesse ir num grupo, levando o pedido, a solicitação desses 64. Porque se nós formos mandando aos poucos, muitos deles sairão do Senado e não passarão na Comissão de Agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Eu acho que nós não precisamos esperar que se decida um a um. Eu acho que se... Acredito que se nós formos lá numa Comissão com 64 pedidos dos projetos para que venham para esta Comissão, com certeza, eu acho que não tem como Presidente negar o pedido, não só do Presidente ou do Vice-Presidente, mas de toda a Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, eu quero associar-me às propostas da Kátia Abreu, e sugerir, Presidente, e sugerir que esta reunião que V. Exª. propõe com o Presidente do Senado, que regimentalmente todos os projetos que dizem respeito ao agronegócio, regimentalmente terão que passar pela Comissão de Agricultura.

Então não é possível que projetos de interesse do setor do agronegócio brasileiro não tramitem por esta Comissão. Então é solicitar ao Presidente que todos, qualquer que sejam eles, que digam respeito ao agronegócio, tramitem pela Comissão de Agricultura.

Nós sabemos que apenas as PECs têm tramitação direta na CCJ, mas os outros todos terão que passar por aqui.

Acho que essa proposta sua de se fazer, se ter essa reunião com Presidente da Mesa é importante até para que o processo seja automático. Não seja necessário estar se solicitando a tramitação, pela Comissão, de projetos que dizem interesse à própria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – O Presidente Senador Neuto De Conto já assumiu o compromisso de requerer e de trazer esses projetos para esta Comissão, mas vamos reforçar isso, vamos ajudá-lo. A nossa ida ao Presidente da Mesa, com certeza vai reforçar, e vamos trazer esses projetos para esta Comissão de Agricultura.

Item 01 da pautA – Projeto de Lei da Câmara nº. 56/2007, de autoria do Deputado Nilson Pinto, que "inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências".

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Tem V. Exª. a palavra, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – O Item 01 da pauta, que "Inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências", de autoria do Deputado Nilson Pinto, tem como Relator o nobre Senador Garibaldi Alves Filho. Ele não está presente à Sessão de hoje. Eu perguntaria a V. Exª. se seria indicado um Relator *ad hoc*, porque o parecer do nobre Senador Garibaldi Alves Filho é pela rejeição. Eu vou pedir vista ao processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Eu gostaria da pedir à Senadora Marisa Serrano que fosse Relatora *ad hoc* e fizesse a leitura, então, do parecer do Senador Garibaldi Alves Filho.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agradeço Presidente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Sr. Presidente, o Relator seria o Senador Garibaldi Alves Filho, e a análise do Projeto de Lei da Câmara nº. 56/2007 é o seguinte: "Em conformidade com os art. 91 e 104, incumbe a esta Comissão a decisão de caráter terminativo à apreciação". E é bom lembrar que é terminativa a apreciação a esta ComissãO – "a apreciação da matéria quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito".

No tocante à constitucionalidade, estão respeitados os requisitos referentes à competência Legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa, não havendo assim ressalvas a fazer, quanto a esse aspecto, ao Projeto de Lei da Câmara.

Com respeito à técnica legislativa, a proposição apresenta uma impropriedade com relação ao que estabelecem as Leis Complementares 95, de 26 de fevereiro de 98, e 107, de 26 de abril de 2001, segundo as quais a ementa deve explicitar o objeto da lei. Contrariando a Legislação citada, a ementa do PLC descreve medida diferente da adotada no corpo do projeto. No caso, a ementa informa que o projeto inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural; no entanto, o art. 1º da proposição equipara aos produtores rurais, os produtores de pescados cultivados. Pesca industrial e cultivo de peixes e de outros organismos aquáticos são matérias diferentes. Em nosso entendimento, tal imprecisão poderia ser corrigida por meio de emenda de redação.

Ademais, com relação à juridicidade, constatamos que a equiparação pretendida já se encontra disciplinada em lei, a chamada Lei Agrícola. O § Único do art. 1º da Lei Agrícola estabelecE – "art. 1º, § Único – Para os efeitos desta lei, entende-se por atividade agrícola, a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços dos insumos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais". Um dos aspectos que compõem a análise da juridicidade é verificar se a lei inova o mundo jurídico. Leis inócuas, que estabelecem dispositivos já existentes na Legislação vigente são antijurídicas.

Dessa forma, mesmo reconhecendo o mérito da proposta de equiparar os produtores de pescados cultivados aos produtores rurais, entendemos que a proposição deve ser rejeitada, pois tal equiparação já existe na Legislação Brasileira.

O VotO – Em face do exposto, considerando sua antijuridicidade, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº. 56/2007.

Sala das Comissões, o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho".

É esse o voto, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – A Relatora concluiu pela rejeição da matéria. Em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, com todo respeito ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, que é o Relator deste projeto tão bem relatado, como Relatora *ad hoc*, pela Senadora Marisa Serrano, eu vou pedir vista a esse processo, até porque o próprio Relator, no seu parecer, ele diz que a imprecisão que ele encontrou poderia ser corri-

gida por meio de uma emenda de redação, e que ele não fez essa proposição de emenda.

E com relação à questão, mais adiante, que ele fala sobre a juridicidade, dizendo que já se encontra disciplinado na Lei Agrícola, há aqui uma questão que o autor do projeto, ele diz que entende que a Lei Agrícola equipara a produção, o processamento e a comercialização de produtos pecuários, pesqueiros e florestais à atividade agrícola. O PLC nº. 56/2007, por sua vez, equipara os produtores de peixes, crustáceos e demais organismos de água doce ou salgada ao produtor rural. Ou seja, a Lei Agrícola refere-se à atividade agrícola, enquanto a proposição sob análise refere-se ao produtor rural.

Então eu peço vista, para que possa, em contato com o Senador Garibaldi Alves Filho, fazer uma reunião para esclarecer as questões por ele levantadas, e se necessário for, apresentar um voto separado na próxima Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Concedida a vista ao Senador Flexa Ribeiro, passamos ao Item 02 da pautA – Projeto de Lei do Senado nº. 264/2006, de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, Senado Federal, que "Altera o art. 161 do Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº. 8.072, de 25, de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos e dá outras providências".

O Relator é o Senador Delcidio Amaral. Ele entrou em contato com esta Comissão, pedindo para que retirasse de pauta, que ele gostaria de discutir ele mesmo, e não podendo estar presente, pediu que retirássemos de pauta.

Não havendo objeção nenhuma, vamos retirar de pauta.

E passamos, então, ao Item 03 da pautA – Projeto de Lei do Senado nº. 272/2007, Projeto Complementar de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "Altera a Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996, para ampliar as hipóteses de direito a crédito de ICMS na aquisição de insumos e equipamentos destinados à produção agropecuária".

O Relator também é o Senador Presidente desta Comissão, Senador Neuto De Conto. Não estando presente, eu vou indicar aqui o Senador João Ribeiro para fazer a leitura como Relator *ad hoc*.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. SenadoreS – "PL nº. 272/2007, Complementar, de autoria da Senadora Marisa Serrano, tem por objetivo ampliar as hipóteses em que o produtor rural possa se creditar dos valores de ICMS cobrados do fornecedor na compra (entrada) dos insumos utilizados na produção, quando da venda dos produtos (saída) for isenta ou não tributada; permitir a apropriação dos créditos de ICMS de equipamentos e outros bens de capital utilizados na produção agrária em prazo de 12 meses, quando o previsto para as demais atividades é de 48 meses; a imputar à União a responsabilidade pelo ressarcimento aos Estados dos valores que estes entes da Federação venham eventualmente a perder, em função dos efeitos da aprovação do Projeto de Lei.

O primeiro objetivo seria alcançado por meio da alteração da redação do Inciso I e do Inciso III do art. 20 da Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996, Lei Kandir e de acréscimo no Inciso VII do mesmo artigo. A alteração do referido Inciso deixa de citar a produção rural como uma das atividades sujeitas à vedação ao crédito de ICMS nas situações em que a haja tributação na saída por isenção ou não tributação, com exceção feita à produção para exportação.

Já o Inciso VII, que passaria a fazer parte da art. 20, diz explicitamente quE – 'O direito a crédito à aquisição de mercadoria ou serviços para integração ou consumo na produção rural, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto'. O segundo objetivo dependeria da inclusão do Inciso VIII, Incisos I e V do mesmo art. 20, que na verdade reproduzem, em grande parte, a redação do já existente Inciso V do artigo, com as seguintes diferençaS – A redação atual prevê o tratamento tributário para os créditos de ICMS e bens de ativo permanente de todas as atividades e o proposto no Inciso VIII, do que se restringe aos bens e ativos permanentes para a atividade agropecuária.

A redação atual prevê prazo de escoamento do crédito de 48 meses. No proposto Inciso VIII, ele é de apenas 12 meses.

A redação atual prevê perda de bens em caso da venda do ativo permanente em prazo inferior a quatro anos. Proposto no Inciso VIII prevê a perda do benefício em venda que se der no prazo inferior a um ano.

O terceiro objetivo seria alcançado com a inclusão do art. 2º, que prevê que a União deveria ressarcir os Estados das perdas de receita decorrentes da aplicação das alterações previstas no art. 1º da proposição.

Não foram apresentadas emendas.

AnálisE – No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a matéria vinculada não é de iniciativa privada do Presidente da República (art. 61 Inciso I da Constituição Federal) e não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer uma das Casas (expresso nos Artigo 49, 51 e 52). Regra geral estabelecida no art. 155 Inciso II "b" da Constituição Federal: 'Anulação de

créditos anteriores quando a saída de mercadoria ou a prestação de serviços for isenta ou não sofrer incidência de ICMS'. Essa é a chamada esterilização dos créditos de ICMS.

Porém, aqueles dispositivos também autorizam que a Legislação excepcione essa regra geral. Assim como na alínea "c" do Inciso XII do art. 155 estabelece que 'Cabe à Lei Complementar disciplinar o regime de compensação do imposto'.

No caso, o PLS em análise tem a forma da Lei Complementar, podendo dispor sobre a matéria. Além disso, estabelece que a União irá ressarcir os Estados em razão da perda de arrecadação eventualmente comprovada. Não há qualquer dispositivo constitucional a vedar que a União, por meio da lei própria no exercício de competência legislativa própria possa estabelecer obrigações para si. Não há no PLS qualquer vinculação de receitas vedadas constitucionalmente, pois a vedação prevista na CEF(F), salvo as exceções previstas, refere-se à vinculação de receitas de um imposto a órgão, fundo ou despesas – art. 167. No caso, o PLS não está estabelecendo que determinado imposto irá custear o ressarcimento previsto.

Esse ressarcimento até poderia ser estabelecido por Emenda Constitucional. Tal ocorreu por ocasião do advento da Emenda Constitucional nº. 42/2003, que introduziu o art. 91 ao ato das disposições constitucionais transitórias, exatamente porque alterou o art. 155 Incisos II e X da Constituição Federal, de modo a constitucionalizar a não incidência do ICMS nas importações para o exterior também de produtos primários ou semi-elaborados.

No presente caso, não há necessidade de alteração da Constituição, exatamente pela existência dos permissivos constitucionais. Se assim não fosse, a Lei Kandir não poderia disciplinar o ICMS. Portanto, o PLS em análise é constitucional.

Não há ressalvas a fazer no tocante à técnica legislativa.

Passamos à análise do méritO – A lógica do sistema de créditos e débitos para efeito da apuração do valor pago pelo contribuinte do ICMS decorre da não cumulatividade. Assim, dentro de uma cadeia produtiva, o ICMS que foi pago em uma operação anterior, deve ser compensado com valor a ser pago na operação subseqüente. O ICMS, portanto, incide apenas sobre o valor integrado ao produto. Como vimos acima, a regra geral estabelece, no art. 155 Inciso II "b" da Constituição Federal, a anulação dos créditos anteriores quando a saída da mercadoria ou a prestação de serviços for isento ou não sofrer incidência de ICMS. Essa é a chamada esterilização dos créditos de ICMS.

O PLS em análise cria exceção àquela regra, estabelece que a aquisição de mercadorias ou serviço para a integração ou consumo de produtos rurais dará direito a crédito, mesmo nas hipóteses em que a saída do produto resultante não tributada ou estiver isenta do imposto. Trata-se de uma medida salutar, que irá beneficiar os produtores rurais, pois ao comprarem mercadorias que foram tributadas pelo ICMS, estão de fato pagando o imposto, como contribuintes de fato, uma vez que o ICMS foi imbuído nos preço das mercadorias.

Por esse motivo, a medida é também justa, pois não se está criando um crédito fictício. Ao revés, trata-se apenas de conceder um crédito relativo ao imposto que foi efetivamente pago. Deve-se notar que o produtor rural é também contribuinte do direito do ICMS. Nem todos os produtos que ele vende são isentos e não tributados.

É justo, portanto, que o proprietário rural possa receber o crédito do ICMS que estava embutido no preço das mercadorias que ele adquiriu para a produção, seja como insumo, seja seu ativo permanente. Com isso estaremos estimulando a produção rural e fazendo Justiça".

O Voto, Sr. Presidente, à vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal em Lei Complementar. O Voto, Sr. Presidente, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – O Relator concluiu pela aprovação da matéria. Em discussão. Estando presente aqui a autora do projeto e membro desta Comissão, com a palavra Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

É uma forma justa de apoiar quem produz, diminuindo aquilo que ele gasta para sua produção. Portanto, Sr. Presidente, a idéia do PLS, como foi dito pelo Relator, que eu agradeço, Senador Neuto De Conto, coloca que são três os objetivos principaiS – O primeiro, que é justamente creditar os valores do ICMS cobrados do fornecedor. Quando o produtor compra um insumo, ele paga o ICMS. Quando ele vai vender o seu produto e o seu produto é isento do ICMS, ele fica com crédito para se ressarcir daquilo que ele pagou. Portanto, isso é legal, é possível ser feito.

Permitir a apropriação de créditos do ICMS de equipamentos e outros bens de serviço, não em 48 meses, mas em 12 meses. É possível também essa antecipação, dentro do prazo em que ele pode ser ressarcido.

E depois, Sr. Presidente, os Estados não saem perdendo, a partir do momento em que o Estado pode,

pela lei, pela proposta desse PLS, ser ressarcido daquilo que eventualmente ele perder na cobrança desse ICMS.

O objetivo específico é essE – É a garantia de que o produtor vai ter diminuído o seu custo de produção, portanto ele vai produzir mais e melhor, vai ser ressarcido naquilo que ele pagou em um prazo exeqüível de um ano, e além disso, o Estado também não sai perdendo, porque a preocupação maior era também que os Estados não saíssem perdendo.

Isso significa, Sr. Presidente, que nós temos que desonerar um pouco os nossos Estados, também, naquilo que eles estão apoiando a sociedade brasileira, em todos as áreas. Nós estamos falando em agricultura, mas podíamos falar em tantas outras áreas em que os Estados têm obrigação do serviço, assim como os Municípios também.

E a União, que arrecada tanto, tem que repartir com os Estados e com os Municípios aquilo que ela arrecada. Portanto, nós estamos aqui falando de uma pequena parcela. E essa arrecadação da União pode ser condicionada a repartir com os Estados naquilo que eventualmente os Estados venham a ser prejudicados na arrecadação do ICMS.

O escopo objetivo do projeto é esse, Sr. PresidentE – É realmente de apoiar quem produz nesse Estado, desonerando muito daquilo que ele precisa, por exemplo dos insumos que ele precisa, seja na lavoura cacaueira, seja quem planta soja, mas ele precisa de insumos, então por que é que ele vai pagar o ICMS do insumo, se depois, o resultado da sua venda, ele vai ser isento? Eu queria que essa cadeia fosse completa, para que quem produz tivesse incentivo para continuar produzindo. Era esse o meu objetivo do meu PLS.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Com palavra o Senador João Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Discutir, Sr. Presidente.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Sr. Presidente, eu, embora tenha lido o Relatório, mas achei que essa matéria é um pouco complexa, que trata-se de... Que mexe na questão de arrecadação, trata de ICMS, e eu acho que essa é questão um pouco complexa, por isso eu solicito vista do projeto, embora eu tenha lido o Relatório, que é de outro Senador, mas eu gostaria da estudar melhor essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Pergunto se o Senador Flexa Ribeiro ainda quer...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Expedito Júnior, o nobre Senador João Ribeiro, ao pedir vista, eu ia me pronunciar favorável ao projeto, e inclusive parabenizar a Senadora Marisa Serrano, que ela busca, através do seu projeto, atender aos produtores rurais que na venda de seus produtos para o mercado interno, por uma ação de cada Estado, têm isenção de ICMS. Na realidade, eles têm o crédito de ICMS nos insumos e nos equipamentos e ficam com o que a gente poderia chamar de "mico". Ficam com o mico na mão, porque eles não têm como tirar, fazer, porque a cobrança de ICMS é uma conta de crédito e de débito. Ele tem o crédito e não pode debitar, porque ele é isento.

Na exportação, isso está se tentando, há décadas, resolver com a Lei Kandir. A Lei Kandir, ela isenta o ICMS nas exportações e, na realidade, quem paga essa conta é o Governo dos Estados. A União está fazendo essa ação com recursos que não são dela; os recursos são dos Estados.

Então nós, todos os anos, lutamos para que, no Orçamento da União, venham os recursos necessários para que a compensação dos Estados exportadores. Ainda agora, no exercício de 2008, vamos de novo ter que fazer essa ação na Comissão de Orçamento para repor os recursos, que a estimativa é que sejam necessários algo em torno de dez a 11 bilhões, e o Governo encaminha, pela LDO, algo em torno de três bilhões e meio.

Então nós precisamos regulamentar a Lei Kandir. Essa é a primeira ação que nós estamos tentando, junto à Comissão de Assuntos Econômicos, fazer a regulamentação da Lei Kandir para evitar isso.

E o que a Senadora, Senador João Ribeiro, o que a Senadora Marisa Serrano propõe é uma Lei Kandir interna, ou seja, para aqueles produtores rurais que tem o crédito e não tem como usar esse crédito.

Eu acho que V.Exª., ao pedir vista, vai aprofundar a matéria, vai poder fazer uma análise.

Eu acho justo que, nesse caso, para apoiar o agronegócio, que União também possa vir a cobrir os Estados desse ressarcimento, para que esses produtores rurais possam usar esse crédito, inclusive, para pagamento de impostos federais. Seria a forma de eles creditarem, que é uma solução que a gente propõe há bastante tempo para a Lei Kandir. Quer dizer, não há necessidade de haver compensação; a compensação seria feita com o título da isenção, o título do crédito do ICMS ser aceito para pagar os tributos federais dos exportadores. Aí estaria tudo resolvido. Acho que essa mesma proposta pode ser utilizada no projeto da Senadora Marisa Serrano. Quero parabenizá-la pela preocupação em apoiar o setor rural brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Senador João Ribeiro.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de pedir vistas em conjunto, devido à importância desse projeto, e que também eu vejo o maior interesse do setor agropecuário, quero parabenizar a Senadora Marisa Serrano. Eu gostaria de pedir vista coletiva para esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Não é concedida vista ao Senador João Ribeiro, haja visto que o Senador João Ribeiro foi o Relator *ad hoc* e, regimentalmente, não é possível que o Relator *ad hoc* possa pedir vista do projeto. Mas eu ia pedir aqui...

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Sr. Presidente, então, diante disso, eu retiro o pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Não, mas a Senadora Kátia Abreu já pediu. Então gostaria de saber se a Senadora Kátia mantêm ainda o pedido de vista.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Eu retiro a vista. Quero retirar e votar, Sr. Presidente. Quero votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Em discussão. Não havendo mais, então, quem queira discutir, passamos então à votação. Em votação. As Srªs. e Srs. Senadores que aprovam o Relatório permaneçam como se encontram. Aprovado.

A Comissão de Assuntos Econômicos. Quero cumprimentar aqui a Senadora Marisa Serrano também.

Sobre a Mesa dois Requerimentos. Requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu que requer, nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº. 20/2007, de autoria do Senador João Tenório, seja acrescentado à lista de convidados para participar de Audiência Pública nesta Comissão com a finalidade de debater e analisar a evolução da produção e da importação brasileira de adubos, fertilizantes e corretivos agrícolas, o nome do Sr. Jorge Wagner Souza, Presidente da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil.

Em discussão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de pedir o apoio dos colegas que já aprovaram a Audiência Pública devido à importância dela para o setor, haja visto que os fertilizantes, apenas neste ano de 2007, para a próxima safra, já tiveram um aumento da 60%, em média, na venda varejo aos produtores rurais, e nós precisamos entender como funciona essa cadeia, porque nós não conseguimos enfrentar o subsídio internacional que é dado aos produtores do primeiro mundO – Um bilhão de dólares/dia de subsídio.

Nós temos que encontrar outros meios de baratear o nosso custo de produção e enfrentar esse paredão do subsídio e o cartel que normalmente é formado nos países em desenvolvimento, e no Brasil não é diferente.

Então eu acho que o Presidente desse Sindicato, da Associação dos Misturadores, que é, na realidade, o intermediário entre a matéria-prima e o produtor rural, que ele possa também ser ouvido para que nós possamos entender toda a cadeia como um todo. E por isso peço a aprovação e o apoio dos colegas. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Srªs. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.

O segundo Requerimento é de autoria do Senador Paulo Paim e do Senador José Nery: "Com fundamento regimental, em aditamento aos Requerimentos nº. 15, requeiro seja alterada a referida propositura para incluir na lista de convidados as pessoas abaixo enumeradas, a fim de que possam debater a respeito das condições da rescisão direta do contrato de trabalho de 1180 empregados da empresa Pará Pastoril e Agrícola, PAGRISA – Dr. Luís Antônio Camargo, Subprocurador Geral do Trabalho; Dra. Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; Dra. Andréia Bonzom, Representante da Organização Internacional do Trabalho; Dr. Cláudio José Montesso, Presidente da ANAMATRA, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; Sr. Manuel José dos Santos, Presidente da CONTAG; Dra. Mary Cohen, Coordenadora da Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Escravo da OAB Nacional; Frei Xavier Plassat, Representante da Comissão Pastoral da Terra.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, autor do Requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Sr. Presidente Senador Expedito Júnior, eu quero dizer que o Senador Flexa Ribeiro, como disse na tribuna ontem, havia inclusive me convidado, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para acompanhar essa missão da Comissão Externa. Expliquei a ele, devido à situação que eu estou ainda atravessando com o meu filho que está no hospital até hoje, infelizmente, vai fazer um outro procedimento, infelizmente, hoje à tarde, gostaria que não fosse, mas é verdadeiro. Fazer o que? Vamos enfrentar o problema.

Então eu não pude acompanhar efetivamente. Ontem acompanhei, pela TV, um pouco do debate no Plenário, mas à distância. E percebo, por todas as informações que recebi, que esse debate tem que continuar, então, para que fique claro todo esse qua-

dro que se apresenta em relação à empresa e aos trabalhadores.

Fui procurado pelo Senador José Nery para que outras pessoas fossem convidadas a participar desse debate. Sou totalmente favorável que o debate seja o mais amplo possível, aqui, agora, o Senador Flexa Ribeiro e a Senadora Kátia me perguntaram se eu não poderia concordar, então, que esse debate, com essas pessoas indicadas fosse lá para a Subcomissão – É esse o quadro, não é? -, para a Comissão Externa, que está tratando desse tema. Eu acho não há problema nenhum.

Eu, embora o Senador José Nery não esteja aqui, nós queremos é esclarecer, ajudar e fazer um bom debate. Que esse próprio Requerimento seja aprovado hoje à tarde, de acordo de todos nós, lá naquele Fórum que está tratando desse tema.

Então, mediante a proposta do Senador José Nery, e eu sou o primeiro signatário, porque sou membro dessa Comissão, e a proposta dos Senadores que nós façamos debate lá, e aprovaríamos todos esses nomes para que falem naquela Comissão Externa, eu retiraria e já remetendo, ou V.Exª., de ofício, poderia remeter para a Comissão Externa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Nós poderíamos já aprovar aqui este Requerimento...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Não há necessidade, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Já há um Requerimento aprovado da Senadora Kátia Abreu, da Subcomissão, que inclusive...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – (pronunciamento fora do microfone) Nós vamos retirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Vai retirar o de lá? Já tem até Audiência marcada para o dia 04/10, próxima quinta-feira.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente? Qual é a Audiência que está marcada?

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Para 04/10 está agendada...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Qual é a Audiência Pública do dia 04?

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Na Subcomissão de Biocombustíveis. Do Pará.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sobre?

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Da PAGRISA.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sim, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Já poderíamos, então, aproveitar, aprovando aqui, hoje...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, por favor? Sr. Presidente, se nós fizermos isso, a Comissão Externa vai se esvaziar. Ela foi criada para que a gente pudesse, *in loco*, com 11 membros, que foram convidados e são participantes, como disse o Senador Paulo Paim, para que a gente pudesse acompanhar esse processo de vistoria na PAGRISA.

Então existe uma Comissão Externa, cujo Presidente é o Senador Jarbas Vasconcelos, e eu já quero, de antemão, retirar o Requerimento que aqui fiz anteriormente, antes da criação dessa Comissão Externa.

Qual foi a minha preocupação? Eu protocolei essa Audiência Pública porque eu fiquei preocupada com o agendamento dos Senadores para ir até a PAGRISA e fiquei de medo de ter um tempo muito longo e se desfazerem as provas, os indícios, as orientações. Mas em seguida, na semana seguinte, nós conseguimos marcar a ida lá, e lá fomos e criou-se a Comissão Externa.

Então eu quero retirar esse pedido de Audiência Pública, porque também à tarde, Senador Paulo Paim, vou protocolar na Comissão, à tarde, nessa Comissão Externa, que hoje de manhã fizemos uma reunião com o Presidente, convidamos todos os membros, mas muitos não puderam ir, justamente para permitir que todos pudessem aprovar quem quer que seja, nessa Comissão, para ser ouvido. E nós não temos pressa. Nós temos urgência, mas não temos pressa nos resultados.

Urgência pela importância e gravidade do assunto, mas não pressa no ponto de poder comprometer as investigações e atrapalhar o Ministério do Trabalho, fazer acusações talvez injustas, mas nós queremos apurar a verdade dos fatos na PAGRISA.

Obrigada, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Com a palavra V. Exª.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, eu quero agradecer ao Senador Paulo Paim e dizer aqui que sou solidário a ele dos momentos difíceis que passa com a saúde do seu filho. Ele me justificou a impossibilidade da ir até Belém, porque ele está... Naquela altura, e eu fiquei até bastante satisfeito, porque ele pretendia, já nesse final de semana que passou, o seu filho ter alta do hospital para sair. Está me dizendo que, lamentavelmente, não foi possível, que ele vai se submeter a uma nova cirurgia. Eu peço a Deus que dê tudo certo com ele, que ele

recupere a saúde, Senador Paulo Paim, e agradeço a compreensão.

Quero dar aqui, já, o testemunho de que votarei pela aprovação não só desses nomes, como de qualquer outros que por acaso venham a ser levados à Comissão Externa do Senado que trata desse caso, porque a intenção nossa não é de prejulgar nada, a intenção nossa é de esclarecer, é saber realmente o que houve lá. Então, quanto mais pessoas vierem... O Senador José Nery vai poder colocar os nomes que ele quiser e V. Exª. terá o nosso apoio para aprovar o Requerimento seu e o Requerimento da Senadora Kátia Abreu na reunião de hoje, às 15 horas, na sala da CCJ, para a qual eu já convido e peço a presença de V.Exª., para que lá possamos aprovar, então, o seu Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Como os dois autores...

Com a palavra Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Só para esclarecer a Casa também, como esse tema pegou um volume, eu queria também informar que o Ministro do Trabalho pediu que, hoje, às 13 horas, eu o receba, junto com os Senadores da Comissão que puderem estar, todos estão convidados, na Comissão de Direitos Humanos, onde ele entregará uma série de documentos também sobre esse tema.

Eu vou receber os documentos oficialmente e, com certeza, os documentos deverão ir para a Comissão Externa que está tratando dessa questão.

Como a Senadora retirou seu Requerimento, não teremos Audiência Pública. Então eu também retiro e vamos reapresentá-los, hoje à tarde, às 15 horas, na CCJ, e vamos ouvir a todos para... Na sala da CCJ, para que esse tema, de uma vez por todas, seja esclarecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Com palavra Senador João Tenório, que é Presidente da Subcomissão dos Biocombustíveis.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Cheguei um pouco atrasado, mas entendi, pelo que ouvi, que havia uma, digamos assim, uma preferência de levar esse tema para a Comissão Externa, que eu acho que é absolutamente correto, porque trata-se de uma Comissão que está aparelhada, muito mais aparelhada, pela sua especificidade, para tratar do tema.

Era só para registrar isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Esta Presidência, então, acata a retirada dos dois RequerimentoS – Da Senadora Kátia Abreu e do Senador Paulo Paim.

Passaremos então, agora, neste momento, à Segunda Parte da nossa Reunião. Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 260/2007, de nossa autoria, que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária, em cumprimento ao Requerimento nº. 14/2007, aprovado em 27/06/2007. Senador João Ribeiro, Relator do projeto em exame. Com a presença do Sr. José Roberto Rodrigues Peres, Gerente Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, e do Sr. Luís Carlos Balbino, Gerente de Programação e Negócios da EMBRAPA, os quais convido para compor a Mesa.

O objetivo maior do projeto é preparar o País para enfrentar uma futura e presumível limitação comercial, embargos econômicos contra a atividade agropecuária do Brasil por parte das países desenvolvidos, pressionados pelo efeito estufa e, principalmente, pelo aquecimento global.

Hoje, o mercado internacional exige a rastreabilidade como condição para a comercialização do gado. No futuro, essa exigência será ampliada para a necessidade de ser um gado ecologicamente viável. A política nacional de integração lavoura-pecuária visa, portanto, um caminho harmônico para a convivência sustentável entre a produção gado e a preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, eu passo a palavra ao Sr. José Rodrigues. Agradecendo aqui a presença de vocês, passo a palavra ao Sr. José Roberto Rodrigues Peres, Gerente Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA.

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES – Bom dia para todos. Em primeiro lugar, eu gostaria da agradecer o convite e parabenizar a iniciativa desta Comissão, através do Senador João Ribeiro e do Senador Expedito Júnior, em provocar este debate sobre o tema Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, que, na realidade, é um dos principais sistemas hoje desenvolvidos, sustentável para agropecuária brasileira.

Eu tenho sempre discutido que, através desse sistema, que o Brasil pode dar uma resposta à Comunidade Internacional de como podemos aumentar a oferta de alimentos, fibras e energia de maneira sustentável, sem derrubar uma árvore.

Entretanto, para que esse sistema seja viabilizado na velocidade necessária, de incorporar, nos próximos anos, talvez nos próximos dez anos, Senador, cerca de dez milhões de hectares de pastagens degradadas, e aí considerando muito os cerrados e parte da Amazônia Legal, é fundamental a formulação de políticas públicas que viabilizassem a participação da toda a cadeia produtiva nesse desafio. E por isso a importância fundamental desta Audiência Pública.

É importante também caracterizar que o sistema de produção integração lavoura-pecuária-floresta é um sistema que cobre todos os tipos de atividade agrícola, desde a grande propriedade agrícola até a própria agricultura familiar.

A EMBRAPA e seus parceiros do setor público-privado, nas últimas décadas, vamos dizer assim, desenvolveu várias tecnologias que permitiram estabelecer esse sistema de produção, que certamente precisará ser continuamente aprimorado.

Entretanto, o grande desafio atual é o de transferir toda essa tecnologia gerada ao setor produtivo. Nesse sentido, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos dois últimos anos, tem priorizado nas suas políticas agrícolas, recursos específicos, créditos específicos para a integração lavoura-pecuária-floresta. O Ministério da Agricultura também, junto com o Ministério de Ciência e Tecnologia, tem viabilizado recursos para a transferência de tecnologias, num grande programa de integração entre as instituições públicas e privadas que tem trabalhado nesse sistema.

Aqui está presente o Dr. Maurício, que é do Ministério, que coordena parte desse programa de transferência de tecnologia, tem envolvido o Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária, as companhias de Assistência Técnica privadas, como é o s caso da CPA/Campo.

Como eu disse anteriormente, são cerca de 50 milhões de hectares em estado de degradação de pastagens no Brasil. E todo esse esforço é óbvio que ainda é insuficiente.

Na primeira etapa do programa, nós priorizamos o cerrado brasileiro, mas a demanda pela integração lavoura-pecuária-floresta é uma demanda nacional.

Hoje nós temos iniciativas e até programas de Governos Estaduais, inclusive no semi-árido Nordestino, na Amazônia, em toda a Amazônia, no Sul do País – Aliás, o Sul do País foi pioneiro em parte desse sistema, que começou-se com plantio direto. Então nós temos que, de fato, além de criar as políticas públicas, nesses políticas públicas inserirmos a necessidade de mais recursos extras, principalmente, como exemplo, dos Fundos Setoriais criados pelo Governo e geridos, hoje, pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, e especificamente o Fundo do Agronegócio.

Não só recurso para pesquisa e desenvolvimento, como pesquisa também para transferência de tecnologia.

Dando algumas informações, nos últimos dois anos, esse esforço concentrado do Ministério da Agricultura com a EMBRAPA e seu parceiros, nós conseguimos capacitar 1300 técnicos da assistência técnica em extensão rural. Como a intenção e a pretensão são de incorporarmos cerca de 30 milhões de hectares nos próximos cinco a dez anos, nós precisamos aumentar e muito essa capacitação. A nossa previsão, se tudo der certo, se Deus quiser, nós poderemos atingir 30 mil extensionistas técnicos da assistência técnica pública e privada, para servirem de multiplicadores numa interação e numa integração com o setor produtivo, fazendo com que estabeleçamos redes de transferência nas propriedades, onde nós podemos fazer as interferências necessárias para podemos cumprir com as nossas metas.

Senador, eu gostaria de destacar aqui que existe uma grande polêmica com o Programa de Energia do Governo Brasileiro. Hoje estamos sendo questionados até em nível internacional, mas eu gostaria de frisar que o Brasil é um País extremamente privilegiado, é o único País do mundo que pode produzir alimentos, fibras e agroenergia, sem haver competição entre essas diferentes atividades.

Só como exemplo, a Alemanha decidiu priorizar seu Programa de Biodiesel e definiu que eles iriam incorporar cerca de cinco milhões de hectares para o plantio de colza como matéria-prima no seu programa de biodiesel. É óbvio que toda essa incorporação de cinco milhões de hectares será encima de reconversão, transformando áreas alimentares em áreas para produção de bioenergia.

Os Estados Unidos, todo mundo tem acompanhado, na decisão de produzir álcool, etanol do milho, conseqüentemente também com reconversão de área agrícola para área para produção de energia. Inclusive, abrindo possibilidades de oportunidades imensas para o Brasil participar mais efetivamente das exportações, principalmente do milho, que já existe um déficit, calculado em nível internacional, deste ano, de cerca de 30 milhões de toneladas. E olhem que os Estados Unidos exportavam anualmente cerca de 40 milhões de toneladas de milho para o mundo todo.

Então é um momento novo, é um momento em que o Brasil tem essa grande possibilidade de incorporar toda esse área de maneira eficiente, de maneira sustentável.

E eu gostaria de voltar um pouco também para a Amazônia Legal, onde nós sabemos que dos 50 milhões de hectares antropizados, cerca de 20 milhões de hectares estão em estado avançado de degradação, e que a viabilização da integração lavoura-pecuária-floresta nessa região, certamente possibilitará nós dobramos a oferta desses alimentos sem derrubar uma árvore, simplesmente recuperando esses 20 milhões de hectares.

Então seria uma oportunidade imensa, vou repetir, para o Brasil dar uma resposta para a Comunidade Internacional, que nós podemos continuar produzindo alimentos e principalmente energia, sem derrubar uma árvore.

E vou colocar maiS – Toda essa demanda em cima do etanol, e essa polêmica da possibilidade ou não de se expandir áreas de cana-de-açúcar – E eu sempre tenho dito que a cana-de-açúcar é a cultura mais sustentável que nós temos no nosso País. Há 500 anos, ela está no Sudeste numa concentração grande, em São Paulo, e no Nordeste, sem expansão, com proteção ambiental. É óbvio que a cana-de-açúcar, ela está estigmatizada pela maneira talvez incorreta de todo o sistema envolvido, todos os atores envolvidos no sistema de produção, como a polêmica do trabalho escravo, como a polêmica do fogo, para você queimar e colher, que é necessário, mas que hoje, com alternativas de mecanização, e que nós podemos...

E eu vou dizer maiS – A demanda mundial por etanol nos próximos dez anos, talvez requeira a duplicação, aumentarmos o que existe hoje de área com produção de cana-de-açúcar, que são 6,5 milhões de hectares. Certamente, 12, 13 milhões de hectares de cana-de-açúcar para atender essa demanda mundial é nada, frente ao nosso potencial. As possibilidades, já, de utilizar áreas degradadas sem precisar desmatar, sem precisar entrar em áreas de florestas, e mesmo no Estado de Rondônia, mesmo no Estado de Pará, mesmo no Estado de Tocantins, mesmo no Estado do Maranhão, mesmo no Estado de Mato Grosso nós temos possibilidade de cultivarmos a cana de maneira sustentável.

Eu não vou entrar nessa polêmica, mas é um debate que precisa ser aprofundado, e colocando como carro-chefe de toda essa possibilidade, a integração lavoura-pecuária-floresta.

Mais um número, SenadoreS – Hoje, 50 milhões de hectares que estão aí prontos para serem incorporados nesse processo são mais do que duas vezes o que nós cultivamos com soja no País. É a área que nós produzimos com grãos nesse País, hoje.

Então essa iniciativa do Senador Expedito Júnior com o Senador João Ribeiro, ela tem que ser internalizada e priorizada num debate dentro do Congresso Nacional.

Eu acho que essa seria as minhas falas iniciais. Nós traçamos estratégias, Senador, de fazer essas colocações, vamos passar um pequeno vídeo, de três minutos, que nós preparamos na EMBRAPA, para divulgar um pouco mais a integração, em seguida o Dr. Balbino fará uma apresentação um pouco mais detalhada do estado da arte, da pesquisa, das tecnologias geradas, da transferência de tecnologia e dos desafios que nós temos pela frente.

Muito obrigado.

(Exibição de vídeo.)

Narrador: O Cerrado é considerado o grande celeiro nacional. Apesar disso, a rentabilidade da atividade agropecuária permanece muito abaixo do seu potencial produtivo.

A maior parte do solo fica abandonada por sete meses, com a produção concentrada apenas no Verão, surgindo sinais de degradação.

Especialistas apontam que um dos maiores desafios para a região é a produção forrageira na entressafra. Quando as chuvas param, o pasto seca e os animais emagrecem.

A EMBRAPA desenvolveu o Programa Integração Lavoura-Pecuária, que vai triplicar a produção de alimentos, fibras e energia, e ainda aumentar a produção de carne e leite.

O sistema produtivo é dinâmico, viável tanto em grandes como em pequenas propriedades. Consiste em fazer com que culturas agrícolas, gado e floresta sejam integrados e convivam em uma mesma área, a partir da sincronização de suas etapas de produção, e sem precisar derrubar uma árvore sequer, utilizando a área já existente de maneira sustentável e preservando recursos naturais.

A tecnologia está sendo transferida aos agricultores por 1300 técnicos treinados pela EMBRAPA. Em três anos, a EMBRAPA irá capacitar 50 mil multiplicadores em vários níveis.

A EMBRAPA está lançamento materiais multiconteúdo sobre a integração lavoura-pecuária, material que também estará na Internet, terá animações 3D, além de contar com cartilhas e documentos para os mais diversos públicos.

O potencial da tecnologia desenvolvida pela EMBRAPA possibilitará a recuperação dos cerca de 50 milhões de hectares de áreas de pastagem em degradação existentes no Brasil. Em dois anos, cerca de 20 mil produtores de todas as regiões do País, especialmente do Cerrado têm obtido a sustentabilidade da atividade agropecuária com a adoção do sistema, que já significou a recuperação de três milhões de hectares de áreas em degradação.

A EMBRAPA está à frente do seu tempo, semeando o desenvolvimento sustentável, o

bem-estar e a soberania nacional. Um Brasil de futurO – Esse é o nosso negócio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Quero agradecer ao Sr. José Roberto Rodrigues e cumprimentá-lo, porque a EMBRAPA, verdadeiramente, tem sido nossa parceira. Lá em Rondônia, nós temos a EMBRAPA e a EMATER, que prestam um grande serviço ao Estado de Rondônia.

E eu sei que, não querendo polemizar e não querendo entrar nessa questão da proibição do plantio da cana na Região Amazônica, mas certamente nós haveremos de discutir esse assunto aqui na nossa Comissão, que nós já temos uma Audiência marcada, Audiência Pública marcada com o Ministro da Agricultura, para que possamos discutir sobre essa questão do plantio da cana-de-açúcar na Região Amazônica. É um absurdo alguém, numa simples canetada, decidir o destino de um Estado sem ouvir ninguém, sem ouvir a sociedade da Região Amazônica.

Então quero louvar aqui a atitude, parabenizar e cumprimentar a todos os servidores da EMBRAPA por este Brasil afora, que prestam um grande serviço ao povo brasileiro.

Quero também cumprimentar aqui o Dr. Maurício, do Ministério da Agricultura.

E concedo a palavra agora, então, ao Sr. Luís Carlos Balbino, Gerente de Planejamento e Negócios da EMBRAPA.

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – Obrigado. Eu também gostaria de agradecer essa oportunidade de estar aqui e tentar mostrar a vocês um pouco o que é a integração lavoura-pecuária-floresta.

Até o ano passado, nós estávamos trabalhando o tema Integração Lavoura-Pecuária, e nós achamos que é oportuno colocarmos também o tema Floresta, por ser de grande demanda também dos agricultores.

Aqui é só para mostrar para vocês as áreas em verde aqui no globo terrestre, onde estão as florestas que ainda são consideradas intactas. Então nós podemos ver porque o Brasil está no foco das Organizações Não Governamentais e tem sido falado tanto da Amazônia. 18% das florestas intactas no mundo se encontram no Brasil.

E essa é a cena que eles mostram do Brasil lá fora. Esses *slides* foram cedidos pelo *Green Peace*. Então são essas as imagens do Brasil no exterior: O Brasil está desmatando a Amazônia, está acabando com toda a floresta. E o grande vilão, ora é a cultura da soja, que está desmatando a Amazônia, ora é o gado, que entra no circuito e é tido como desmatador da Amazônia. E na realidade, nós temos que levar em consideração que a região da Amazônia, ela tem 23 milhões de pessoas que vivem nela. Nós temos que ver o papel que tem essa população, sejam indígenas, sejam imigrantes que foram para lá. Eles fazem parte da Amazônia e têm que ser ouvidos, como o Senador Expedito Júnior falou.

É extremamente importante que essa discussão seja levada num mais longo termo. Aqui também a WWF mostra o impacto ambiental, destruição de mata ciliar, nós estamos vendo uma nascente de rio aqui, evidentemente que ninguém quer isso, nós não queremos desmatamento dessa maneira. A EMBRAPA tem trabalhado muito do zoneamento ecônomico-ecológico para a Região Amazônica, para nós sabermos onde podemos desmatar e que área nós podemos utilizar da Amazônia.

Aqui relevo não própria para agricultura, floresta sendo desmatada. Nós não queremos esse tipo de ação na Amazônia.

Outra área que foi desmatada, com problema sério de erosão.

E aqui nós vemos, em vermelho aqui, no ano de 1990, onde estava a área de produção de soja no Brasil, e no ano de 2002, a expansão da região de soja. Nós vemos que houve uma tendência da soja partir em direção à Amazônia, mas isso daí nós podemos dizer que o Mato Grosso, aqui, 6% somente da soja é produzida na Região Amazônica e o Estado de Mato Grosso, embora participe da Amazônia Legal, grande parte do território é considerado cerrado, vegetação de cerrado.

Aqui também é a produção de gado, em vermelho, em 90, em verde, em 2002. A gente vê que houve uma expansão da área e a tendência de ocupar essas áreas que foram desmatadas.

A cultura do algodão também, ela vai ocupar, fazendo parte de uma rotação de culturas na região Mato Grosso.

A cana-de-açúcar, ela também tem caminhado um pouco, muito pouco em direção à Amazônia, estando concentrada principalmente na região do cerrado de Mato Grosso.

E o que nós estamos tratando aqui é de uma agricultura sustentável. O sistema agrícola, quando nós falamos em sustentabilidade, ele tem que atender necessidades humanas e conservação dos recursos naturais. Então nós temos que pensar em bem-estar, renda, o Brasil ainda depende em grande parte da produção agrícola para o seu PIB, e preservação ambiental.

Então isso não é só para hoje. Nós também temos que pensar nas gerações que estão vindo por aí, e temos que deixar uma agricultura sustentável para esse pessoal que vai estar aí para se alimentar.

Concentrando aqui na região do cerrado, que foi aberta na década de 70, com a introdução de brachiária, em pouco tempo esse sistema produtivo, que era altamente produtivo, passou a ter sinais de degradação. E essa degradação pode ser vista em vários Estados da Federação. Aqui no Estado de Minas Gerais, onde muitas vezes se vê a quantidade da cupins em áreas de pastagem, dizendo que ela está degradada pela questão dos cupins.

Na realidade, o cupim estava nessa região desde a década do quaternado, da Era Quaternária, e o problema é manejo de pastagem. Não é o cupim que é o vilão da história; é o manejo de pastagem, a falta de alimento para esse gado.

Essa aqui é uma voçoroca que se situa na nascente do Rio Araguaia. Ela é tão grande que ela é monitorada por satélite. E nós podemos ver que aqui nós temos uma área da pastagem. Então essa voçoroca se situa no Estado de Goiás.

E áreas de lavoura também apresentam grandes sinais de degradação devido à monocultura e manejo inadequado do solo. Isso levando à baixa produtividade e elevado custo de produção. Então é isso que nós temos que ver; nós temos que produzir cada vez com menor custo.

E como que nós vamos responder a essa questão? Aliar conservação com desenvolvimento, já que o Brasil é um País que depende do desenvolvimento agrário. E a resposta nossa é através da integração lavoura-pecuária-floresta. Eu estou conciliando conservação com desenvolvimento sustentável.

Então integração lavoura-pecuária-floresta seria a diversificação, sucessão e rotação de atividade agrícola, pecuária e florestal dentro da propriedade, como um sistema, uma visão holística da propriedade, de forma que eu tenha benefício econômico, ambiental e social. Então nós temos que mudar como eu estou vendo a propriedade. Tem que vê-la como um sistema. E para isso, eu tenho que fazer um diagnóstico e ter um planejamento para poder fazer a diferença no sistema produtivo. Eu não posso mais ver a propriedade de uma maneira segmentada.

Tentando resumir tudo isso em um *slide*, eu tenho aqui a pastagem degradada, como é que eu vou aumentar a produtividade numa área dessas, sem causar desmatamento? Porque a tendência de uma pessoa que tem uma área com baixa produtividade é abrir novas áreas para poder incorporar áreas ao seu sistema produtivo.

Então, como o Dr. Peres colocou, existem cerca é cerca de 50 milhões de hectares sob pastagem e degradação. Isso é uma área estimada. A área de pastagem degradada é maior, mas essa área, 50 milhões, pode ser utilizada para agricultura. Já está aberta. Ela tem um problema social, ambiental violento, nós temos que viabilizar a utilização dessas áreas, sem ter que desmatar a Amazônia, através de técnicas já conhecidas de recuperação do solo.

Então nós ficamos alguns anos aqui, dependendo de cada sistema, com cultura do milho, soja, arroz, algodão. Cana-de-açúcar é um desafio, ela tem que entrar no sistema de rotação de culturas, deixar de ser um monocultivo, e ser viável socialmente também.

Após alguns anos, nós voltamos numa pastagem de alta produtividade, com pasto recuperado, com maior número de animais por área e ganho de peso também maior.

Ou sistema de integração lavoura-pecuária-floresta. Eu tenho aqui a pastagem, a floresta plantada aqui, árvores plantadas, e com isso a propriedade pode ser utilizada de uma maneira mais intensiva e com nosso impacto sócio-ambiental.

Com isso, pessoal, nós vamos estar realmente diminuindo a pressão por desmatamento. Nós não temos que ir para áreas que não tenham infra-estrutura. O Brasil é carente de infra-estrutura, nós sabemos, e nós temos essas áreas que estão degradadas em locais que já temos infra-estrutura, tanto técnica, quanto infra-estrutura de estradas, armazenagem, tudo isso.

Então listei aqui alguns objetivoS – Recuperar ou reformar pastagem degradada; reduzir degradação do solo, quebrando o ciclo da monocultura, pragas e doenças; produzir pasto, forragem conservada e grãos para a alimentação animal na estação seca; e palha, plantio direto. Plantio direto é uma excelente tecnologia que foi desenvolvida no Brasil, e na nossa região do cerrado e em outras regiões também, é grande desafio ter palhada para o plantio direto. É fazer rotação de culturas, ter culturas ou técnicas que sejam viáveis economicamente. E a integração lavoura-pecuária vem a somar, junto com o plantio direto, para viabilizá-lo.

Outra coisa, diminuir a dependência por insumos externos. Eu vou mostrar aqui um dado que mostrar que a integração lavoura-pecuária, eu posso potencializar o uso de insumos, como adubo, por exemplo.

Aumento da estabilidade de renda do produtor. Diversificando a produtividade dele, ele vai ter uma maior estabilidade, reduzindo o custo da atividade agrícola, como pecuária.

Aqui, quando eu penso na integração lavoura-pecuária-floresta, eu vou ter produção de madeira ecologicamente correta. Nós temos um déficit de madeira, no Brasil, bastante grande. Nós podemos estar fazendo corredores aqui – Vou mostrar algumas fotos para vocês depois -, fazendo arborização de pastagem. A questão da arborização de pastagem, ambiência animal, os ani-

mais terem sombreamento, estarem produzindo, esses animais de uma maneira, digamos, ecologicamente mais correta, numa ambiência animal correta.

Melhora do microclima. Vai contribuir para a melhoria do microclima na região, reduzir os custos da atividade florestal e corredores ecológicos. Que hoje, por exemplo, nós temos várias ilhas de matas em todos os Estados, e se eu fizer as curva de nível com floresta, eu posso estar ligando essas matas, favorecendo o trânsito da fauna, e também já existem dados da pesquisa mostrando que até a flora se beneficia disso, pois o trânsito de animais leva sementes para outras áreas.

Aqui um pouco do sistema. Aqui é cultura do milho com pastagem. Aqui na entrelinha, nós plantamos ao mesmo tempo.

Aqui é o plantio direto também...

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – que aliás, esse sistema... Só um aparte. Esse sistema já é usado, não é? Esse sistema do milho com capim?

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – Já.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Isso já há muito anos vem sendo usado no Brasil, não é?

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – Isso.

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES – (pronunciamento fora do microfone) Essas tecnologias têm décadas que foram desenvolvidas.

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – Que foram desenvolvidas.

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES – (pronunciamento fora do microfone) E agora estamos fazendo a integração. Tudo em um sistema.

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – O plantio junto, que o primeiro plantio foi o Sistema Barreirão, vem da década de 80, que a EMBRAPA desenvolveu o Sistema Barreirão. Mais recentemente foi desenvolvido o Sistema Santa Fé. A diferença disso é que agora nós estamos jogando isso como um sistema na propriedade, incorporando o componente florestal e o passivo ambiental.

Porque hoje é a Amazônia. Não tenha dúvida, Senador, de que amanhã vai ser a Região Sul que vai ser penalizada pelo passivo ambiental. Nós não temos, se formos ver na ponta do lápis, os 20% de reserva legal nas propriedades do Sul do Brasil. Correto?

Aqui o sistema tradicional, em que eu tenho queima, pastagem com baixa produtividade...

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Deixe eu fazer uma pergunta.

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – Pois não, Senador Expedito Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Essa questão do cupim...

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – Correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – O cupim, normalmente, é o que? É de terra cansada, terra fraca, terra degradada, o que é? A gente tem várias versões sobre isso, não é?

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – Sim. A questão do cupim é, como eu falei: Ele está ajudando a formação do nosso solo desde a Era Quaternária. Desde o quartenário, ele está presente no solo. Se nós formos a reservas aqui de Goiás, ali perto de Mineiros, ali...

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Principalmente ali, não é?

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – Tem muito cupim em área que nunca foi mexida. Então, o cupim faz parte do ecossistema. Ele só aparece porque o pasto está baixo. Em áreas de pasto alto, também vou ter cupim. Em área que não é preparada constantemente, eu tenho cupim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Então ele não tem nada a ver com a natureza da terra, com a qualidade da terra?

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – Não. Ele é um indicativo de que tem a degradação, mas ele não é o responsável por ela. Ele funciona como o termômetro.

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES – É um grande indicador de degradação.

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – É.

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES – Onde tem cupim é porque a área está degradada. Ele surge em função da área estar degradada...

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Independente de ter pasto ou não?

LUÍS CARLOS BALBINO – Independente.

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES – Se quiser combater o cupim é só fazer uma calagem, que ele desaparece. Se quiser destruir o cupim que aparece no seu jardim, passa uma adubação, joga um calcário, que ele desaparece.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Está certo.

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES – É um indicador de área degradada. Ele é um oportunista na área degradada.

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – Isso. É um desequilíbrio que ocorre.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Seria mais amplo...

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – Um aproveitador.

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES – Um aproveitador.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Seria mais amplo dizer que é um indicador de terra de má qualidade. Nós temos alguma experiência lá em Alagoas, naqueles tabuleiros de Alagoas, que o senhor dá uma contribuição tão grande lá também, nas terras piores, a presença do cupim é...

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES – (pronunciamento fora do microfone) Sem dúvida.

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – E mesmo quando...

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Com permissão? Lá em Rondônia, a gente diz o seguinte: Que não tem terra de má qualidade, tem terra mal corrigida.

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – Correto. Perfeito.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – É que ele não conhece os tabuleiros arenosos.

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – Agora, o grande desafio nosso em Alagoas é colocar a integração lavoura-pecuária nos tabuleiros costeiros lá. Nós estamos começando um trabalho lá.

Então essa situação, por exemplo, o pessoal faz silagem, tira toda a matéria orgânica do solo, o solo fica descoberto e sujeito à compactação. A idéia nossa com esse sistema de integração pastagem e cultura é que o solo fique coberto.

Aqui, se eu não faço silagem, vou com milho até a colheita.

Dados aqui de pesquisa de EMBRAPA mostrando que a redução de produtividade com o milho solteiro e aqui o milho consorciado com pastagem, ela pode não existir ou às vezes eu tenho até mais produção do milho consorciado que ele solteiro. Então nós temos tecnologia, hoje, para cultivar o milho junto a brachiária, junto com (inaudível), sem haver perda significativa de produtividade. Nós temos tecnologia para isso.

Aqui a colheita do milho. Então nós vamos dizer aqui: "Tudo perfeito?" Não. Eu vou ter que colher mais devagar, eu vou ter um pouco mais de perda, de vez em quando a máquina vai embuchar, eu preciso parar, preciso ir lá limpar, mas, em compensação, vou ter o solo coberto. E é isso que nós precisamos que buscar na nossa região.

48 a 60 dias após a colheita do milho, eu tenho pasto formado. Então é essa situação que nós queremos. É o maior tempo possível o solo coberto.

Aqui no mês de julho, no Estado de Goiás, nós temos aqui uma grande carga animal, os animais com *escores* muito bons, sendo produzidos na integração lavoura-pecuária. Um trabalho também da EMBRAPA, aqui, trabalhando com a parte do melhoramento genético do gado Nelore, viabilizando um ganho a mais no sistema.

O sistema, Senadores, como nós falamos, ele tem que ganhar 1%, 2%, 5% em cada etapa dele, para chegar lá na frente eu poder somar 20% de ganho ou mais.

Aqui são dados de um trabalho que nós fizemos em Mato Grosso do Sul, em Brasilândia, onde eu tinha pastagem degradada produzindo três arrobas de carne hectariana, e num sistema de renovação que nós fizemos lá, passamos a 20 hectares. Foi um sistema direto com Sistema Barreirão, onde um ano só de agricultura me possibilitou isso.

A eficiência do uso de adubo. Aqui eu tenho a curva de produção soja. Esses pontos em vermelho, eu tenho soja e milho continuo, e em verde, rotação soja/brachiária/soja. Vocês vejam que para a mesma produção de soja, três mil quilos/hectare, quando eu tinha soja, milho contínuos, ou seja, não tinha rotação de cultura, eu precisava de seis PPM de fóssil no solo. E quando eu tinha a brachiária dentro do sistema, três ppm e eu produzia a mesma quantidade. Com isso, eu reduzo meu custo de produção e uma eficiência maior no uso de nutrientes.

Então o que eu quero é issO – Após, é um pasto de excelente qualidade, com muitos animais e um ganho de peso melhor. Então a nossa pecuária, hoje, ela tem resquícios daquela pecuária de antigamente, de baixa produção, áreas extensivas. E nós temos condição, hoje, de comparar a produção de gado com a de soja, quando eu tenho uma alta capacidade de produção da pastagem.

Aí vem uma questãO – O gado é tido do compactador do solo. Eu vou falar: "Eu vou colocar o gado nessa área, vai me compactar o solo". Então eu digo o seguinte: O que mais compacta uma pastagem, não é o pé do gado, é a boca do gado, porque quando ele come demais e deixa aquele solo exposto, a compactação é maior. Se eu tiver um bom manejo de pastagem, eu não vou ter esse problema ou ele vai ficar reduzido aos cinco primeiros centímetros, como esse trabalho aqui no Mato Grosso do Sul mostrA – A compactação só está nessa área aqui. Nas outras áreas, de dez, 20 centímetros, ficou a mesma. Então não é problema. Nós temos como resolver essa questão da compactação.

Outra alternativa é utilizar essa pastagem, fazer uma dissecação e fazer o plantio direto. Usar a pastagem como palhada para o plantio direto, viabilizando o plantio direto, porque o grande problema que nós temos no plantio direto hoje aqui para a região do cerrado e em outras regiões amazônicas também é palhada. É viabilizar uma rotação de cultura economicamente

rentável para viabilizar o plantio direto que dê uma palhada, uma cobertura para o solo. Isso me proporciona o plantio, aqui, no caso, de feijão, com uma palhada e excelente sanidade.

Olhem aqui o sistema radicular do feijoeiro quando eu tinha milho mais a brachiária. Só o milho em monocultura, sem a brachiária. Sistema radicular do feijoeiro. Então não preciso falar que a boca das plantas são as raízes. Se eu tiver um sistema radicular melhor desenvolvido, vou poder estar aproveitando melhor os nutrientes e a água do solo, e com isso melhorando minha produtividade.

Aqui uma área colhendo feijão, uma área da providência no solo de Goiás, o solo coberto ainda pela brachiária, no mês de setembro. Mês de outubro começam as primeiras chuvas. Novembro, 16 toneladas de matéria verdE – *Brachiaria ruziziensis*, nesse caso, me dando 16 toneladas de matéria verde.

Faço nova dissecação e depois de 20 dias, plantio direto na área, com a cultura da soja. Para isso, eu tenho que ter máquinas adaptadas, nós temos essa tecnologia, já foi desenvolvido o sistema de plantio direto no Sul do País para ter uma boa plantabilidade numa condição de grande palhada como essa.

Diferente dessa situação, onde o solo descoberto, sujeito a chuvas, e aqui eu vou ter que rever o plantio, vou perder toda a semente que eu utilizei, com custo de produção mais elevado.

Isso aqui são fotos no Estado do Paraná. Outra grande tecnologiA – Por que nós podemos plantar soja, hoje, em área de pastagem? A EMBRAPA desenvolveu o trabalho aqui de *microrizes*, a nodulação da soja aqui, a produção de nitrogênio, nós estamos pegando nitrogênio do solo e transformando em adubação nitrogenada, diminuindo a necessidade da utilização de adubo nitrogenado na cultura da soja.

Então a soja nós podemos plantar após uma área de pastagem, desde que se faça inoculação com rizóbio.

A cultura da soja aqui, uma palhada, o solo totalmente coberto. Depois da colheita da soja, voltando a pastagem, e o gado pode ser o gado de corte, pode ser o gado leiteiro na área. Caprinocultura.

Nós estamos desenvolvendo esse sistema trabalho agora na Região Nordeste, no semi-árido, onde existem sistemas silvopastoris com a caprinocultura e ovinocultura.

Então o que eu gostaria de mostrar para vocês é o trabalho fantástico que o sistema radicular da brachiária faz no solo. Aqui eu tenho soja com brachiária e aqui é uma soja em monocultivo. Esse *slide* eu tirei no Estado de Minas Gerais. Olha o tijolo que eu tirei dessa região superficial do solo, aqui. Então que raiz vai crescer aqui? O que eu vou estar explorando desse tijolo? E olhem o solo como fica embaixo do sistema radicular da brachiária. Então é essa condição que eu querO – Um solo totalmente estruturado, para poder viabilizar e dar sustentabilidade para o sistema produtivo.

Esse é um trabalho de tese que nós desenvolvemos. Foi feita a coleta aqui em Brasília. Só para resumir, aqui a *mesofauna* do solo no sistema de integração lavoura-pecuária aliado a plantio direto. Então tem uma diversidade e uma maior quantidade de fauna no solo, que vai me ajudar a fazer uma melhor estruturação e não ter aquele problema dos cupins. O cupim é presente? É. Está aqui em verde o cupim. Ele aumenta, mas ele está em equilíbrio com as outras faunas do solo que também aumentaram.

Produção associada pecuária e madeira. Olhem aqui no Sul do Brasil, aqui nós temos pinos com cerca elétrica viabilizando o sombreamento de pastagem e a produção de madeira nessas áreas. Uma área mais antiga aqui. Aqui a área em estágio mais avançado e o gado pastando na sombra. O gado não gosta muito de sol.

Aqui com ovinos, também. Eu tenho aqui eucalipto e aqui também um trabalho da EMBRAPA, floresta com pinos.

Esse trabalho do Grupo Votorantim, onde eles plantam dois a três anos cultura de arroz e depois soja. E a partir do terceiro ano, entra pastagem com gado.

Nesse *slide* aqui, só para mostrar uma pastagem degradada e ao lado uma área com plantação de eucalipto, com pastagem no meio. Um solo totalmente coberto.

Como o Dr. Peres falou, a integração lavoura-pecuária, assim como o plantio direto, pode ser utilizado em grande produtores, mas também em áreas de tração animal, pequenos produtores ou agricultura familiar.

Na Amazônia, nós temos vários trabalhos já mostrando isso. Em Minas Gerais, a EMATER-Minas está um com trabalho excelente lá com pequenos produtores na integração lavoura-pecuária.

E o Brasil, hoje, só para registrar aqui, ele exporta essas máquinas de tração animal em plantio direto para outros países. O Brasil é um exportador dessa tecnologia para outros países. Isso eu posso fazer com tração animal, também se eu quiser fazer, posso fazer com o plantio manual, a matraca em pequenas propriedades.

A integração lavoura-pecuária, além de produzir em harmonia com a natureza, o benefício não é só do agricultor, mas da sociedade como um todo. Todo mundo ganha com a integração lavoura-pecuária.

Isso aqui mostrando algumas fotos do trabalho de transferência de tecnologia que a EMBRAPA tem feito. Como o Dr. Peres falou, já treinamos mais de 1300 técnicos nos últimos dois anos, e a idéia é formar uma rede de técnicos multiplicadores.

Aqui na parte de floresta também, no Sul.

E permiti trazer aqui algumas perspectivas do sistema de integração lavoura-pecuária. Se nós estamos falando aqui em 2006, 2007, de três milhões de hectares, se nós tivermos política pública adequada, nós podemos chegar, podemos traçar isso aqui da maneira que nós quisermos, chegando a 2030 ou antes disso, com 36 milhões de hectares. Tudo depende das políticas que nós vamos ter, do apoio que possamos ter.

No começo, é lógico, é mais difícil, até nós começarmos a mostrar, mas é como o plantio direto, é uma curva exponencial, que após os primeiros anos, a adoção é muito grande. Por quê? Porque ela dá retorno econômico. O plantio direto, hoje, se o pessoal faz plantio direto é porque tem retorno econômico, senão não faria. Para isso nós estimamos que seja necessário, dependendo do sistema e da região Brasil em que nós estivermos, algo em torno de 1500 dólares/hectare para poder fazer isso.

Então eu tracei aqui, dos 50 milhões de hectares que nós temos, se em 2030 nós chegamos em 36 milhões de hectares, eu estaria satisfeito. Eu acho que incorporar 36 milhões de hectares no sistema produtivo não é qualquer país que tem.

Para que eu vou de desmatar uma área como essa, tentar aumentar a minha área da pastagem aqui, se eu tenho tecnologia e nós temos um sistema que nós podemos preservar a natureza e estar produzindo onde tem que ser produzido, em áreas próprias para a produção?

Esse *slide* aqui, eu gostaria da encerrar dizendo que a atividade agropecuária brasileira não precisa disso para expandir a nossa área. Nós não temos que desmatar a Amazônia.

Esse projeto está chamando a atenção, nós já estamos fazendo parte de uma missão científica com o Governo Francês na Guiana Francesa, onde eles vão aumentar a área de produção já no sistema de plantio direto integração lavoura-pecuária. Recentemente estivemos na Venezuela, onde vai ser criado um programa de desenvolvimento para os países do PROCISUR também, visando integração lavoura-pecuária-floresta.

E os Estados Unidos já, recentemente, lançaram uma edição de revista delas fazendo revisão da integração lavoura-pecuária. Eu digO – Integração lavoura-pecuária não é novidade, já existe faz muito tempo. A diferença que nós fazemos é tratar ela como um sistema, ver a propriedade de uma maneira holística e com todas as tecnologias que foram desenvolvidos pela EMBRAPA e os parceiros para a agricultura brasileira. O Brasil tem tudo para despontar. Por isso que nós incomodamos. E eles vão continuar mostrando essas fotos, falando que nossa agricultura é predatória e está desmatando a Amazônia.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Na verdade, nós temos tivemos aqui uma aula. E isso reforça mais ainda que nós estamos no caminho certo. Esse nosso projeto que nós estamos apresentamos e cujo Senador João Ribeiro é o Relator, nós entendemos que deverá ser aprofundado aqui nesta Comissão, discutido nesta Comissão e, com certeza, aprovado pelo Senado, porque nós estaremos recuperando, inclusive, a imagem nossa lá fora. Eu acho que a contribuição de vocês aqui colabora e muito no nosso Projeto de Lei e acredito até que antes da apresentação desse projeto eu deveria ter buscado uma informação ainda maior com vocês, principalmente com a EMBRAPA, que iria nos subsidiar e muito, mas, com certeza, estão fazendo já isso agora, porque, como eu já disse, esse projeto poderá ser discutido e aprofundado, com certeza, nesta Comissão e no Plenário do Senado.

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – Desculpe, só fazer um aparte. A Assessoria do senhor nos procurou...

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – O Wagner me disse isso.

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – E nós apresentamos, inclusive já veio uma proposta de algumas idéias sobre integração lavoura-pecuária-floresta para acrescentar no Projeto de Lei, se puderem ser anexadas, nós já enviamos para o Wagner.

Então, na realidade, nós fomos consultados e ficamos realmente muito felizes com essa iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Obrigado.

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Tem V. Exª. a palavra. Um dos Senadores que mais conhece da agricultura brasileira.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Muito obrigado, Presidente. Querido companheiro Peres, Dr. Balbino. Me deu saudades da minha fazenda, agora, porque eu tenho costume de – E já faço isso há seis anos – todo ano eu gradeio 80 hectares de humidicola na minha propriedade, passo herbicida e faço toda a tecnologia adequada. Faço calcário e planto, no mês de dezembro, 80 hectares de milho. E já planto o milho junto com brachiária, na mesma fila, na mesma

plantadeira. E para reforçar a brachiária, na época da cobertura do nitrogenado para o milho, eu também jogo mais um pouquinho de semente, para realmente ficar já gramado. E meses de abril a maio, eu colho em torno, nesses 60 hectares, eu colho em torno de 2000 a 2500 toneladas de silagem, e não tenho nenhum problema com a minha produção de Nelori PO durante a seca. Não tenho nenhum problema. O costume é todo ano eu passar com silagem estocada, por esse processo.

E a brachiária que fica depois é simplesmente espetacular. E aquela brachiária que é plantada na fila, ela reforça a minha produtividade de silagem, porque ela também é colhida, junto com o milho, e fica uma silagem até mais bonita, até mais verde. De forma que o sistema de integração pecuária-lavoura é o sistema que vai melhorar o nosso rebanho, sem precisar desmatar uma árvore sequer.

E só para o senhor ter uma idéia, Dr. Balbino, nesse dia, nós tivemos em um dia só, a oportuno de, lá em Diamantino, participar do lançamento de uma indústria da família Bertin. Três mil cabeças/dia de matança de boi, uma indústria de couro e uma indústria de biodiesel. Nesse mesmo dia, lá em Sorriso, o Grupo Friboi lançou um projeto para seis mil cabeças/dia. Todas elas baseadas, visando, como perspectiva, o uso da integração lavoura-pecuária, uma vez que lá é uma área de lavoura, e agora estão se fazendo lá, Dr. Peres, os maiores confinamentos do Brasil para esse sistema através de silagem ou da palhada mesmo, da própria lavoura, que deixam como alimentação de gado.

De forma que eu parabenizo o nosso Presidente, que é autor dessa idéia e, com certeza, nós vamos ajudar a melhorar o Brasil mais uma vez, sem derrubar uma árvore sequer.

O que nós queremos com o meio ambiente é que nos permita de utilizar as áreas que já estão desmatadas. Só isso. Com isso, nós não vamos precisar, em Rondônia ou em Mato Grosso, principalmente em Rondônia, que já tem uma boa parte do seu território em exploração, que nos permita utilizar o que está desmatado, hoje, do meio ambiente. Não deixam nem utilizar o que está desmatado. Eles preferem que fique sem utilização, mas não dão licenciamento para se fazer alguma coisa, Dr. Peres. É uma coisa irracional.

Mas eu acho que nós vamos ganhar essa parada, através do Congresso Nacional. Isso precisa de leis e leis a responsabilidade é nossa.

Parabéns pela importante palestra. Parabéns à Comissão de Agricultura e parabéns à EMBRAPA, que é orgulho como instituição, orgulho do povo brasileiro.

E eu me faço satisfeito por pertencer ao sistema. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Eu quero apenas cumprimentar os dois representantes da EMBRAPA, aqui o Dr. José Roberto Peres e o Dr. Luís Carlos Balbino, pela excelente explanação de ambos. E que essa explanação só vem enriquecer esse projeto do Senador Expedito Júnior, do qual eu sou o Relator.

E para dizer também que é extremamente importante que sejam feitas leis que protejam a agricultura brasileira, para que haja esse manejo. Nós podemos chamar de manejo, essa forma de você usar a terra degradada. Que haja incentivo, que haja apoio, para que, nós sabemos que em vários países do mundo – Não é, Senador Jonas Pinheiro? – a agricultura recebe incentivos dos Governos ou para agricultura ou para pecuária. Aqui no Brasil, não. Então aquilo que o Senador Jonas Pinheiro colocou é muito importante, porque a questão ambiental no Brasil é muito seria.

Às vezes o licenciamento ambiental prefere que seja feito de forma ilegal, porque quando o cidadão vai tentar resolver um problema, às vezes, de que já foi desmatada e que está degradada, ele tem dificuldade para conseguir o licenciamento ambiental.

Por isso que muitos fazendeiros – E não quero dizer com isso que eu esteja apoiando essa iniciativa – partem para a agressão e fazem à maneira deles. Porque se for esperar, ele vai morrer de fome. Quando vai sair essa licença ambiental? Então, quer dizer...

Eu disse ao Presidente Lula há algum tempo atrás, em uma das reuniões que tivemos do PaláciO – "Presidente, enquanto o senhor não bater na mesa, não chamar os órgãos ambientais, o senhor não vai construir hidrelétrica, o senhor não fazer nada nesse País, que eles não deixam".

Nós tivemos, Senador Jonas Pinheiro, um problema seriíssimo no Tocantins, na Transamazônica, uma Rodovia já muito antiga no Brasil, todo mundo sabe disso, para você pavimentar a Belém-Brasília no canal já existente, ali onde já foi desmatado, eles não concedem licenciamento ambiental. Ora, onde é que nós vamos parar num País desses? Onde nós vamos chegar? No Tocantins teve esse problema e ainda incentivaram os índios, tinha problema indígena, perdeu-se ponte que construíram, ponte de mil e tantos metros, ficou mil e tantos metros de ponte, não uma só, mas duas ou três ou quatro pontes lá. Perdeu-se dinheiro, quer dizer, jogou-se dinheiro fora do País. Então, a crítica que faço é um problema sério que nós vivemos no Brasil.

Nós precisamos informar bem os nossos agricultores do Brasil. Esse projeto, Senador Expedito Júnior, é extremamente importante, mas a gente precisa fazer

a lei e informar. É preciso que haja o apoio do Governo, é preciso que haja o apoio da EMBRAPA, dos órgãos do Governo, mas, sobretudo, informar ao cidadão, para que ele possa usufruir desses benefícios.

Quer dizer, existem muitas iniciativas, hoje, e acho que todas elas são importantes, mas eu acho que é preciso colocar em prática aquilo que se decide. Ou seja, vamos aprovar a lei, mas vamos fazer tudo para colocar em prática.

Eu cumprimento aos representantes da EMBRAPA, à EMBRAPA e ao Senador Expedito Júnior pela grande iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Com a palavra o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Eu gostaria, primeiro de tudo, de registrar a oportunidade de parabenizar o Sr. Presidente e o Sr. Senador João Ribeiro, que sugeriu essa Audiência, porque é uma oportunidade rara de nós conhecemos o trabalho magnífico que é feito pela EMBRAPA.

A minha impressão é que a EMBRAPA, ela talvez seja, dos sistemas de pesquisa brasileiros, aquele que mais resultado dá. Seguramente é o que mais resultado dá. Primeiro porque tenho um trabalho, tem um quadro absolutamente qualificado. E segundo, uma coisa muito importante que eu acho, é que tem muita objetividade no seu trabalho, diferentemente de pesquisas outras, que às vezes ultrapassa o limite daquilo que seria prático e objetivo. Mas eu acho que a EMBRAPA tem essa característica, é uma característica muito presente no seu trabalho, e foi mostrado aqui com muita clareza pelo Dr. Luís Carlos Balbino e pelo Dr. José Roberto Peres.

Então eu queria parabenizar, aproveitar essa oportunidade e registrar que esse foi um momento bom para a gente poder trocar essa... meu Estado, mas na região como um todo, tais como na margem do São Francisco, aquela produção de frutas que tem tido assim um apoio muito importante.

Vou fazer apenas algumas considerações aqui sobre esta Audiência Pública de hoje. Eu queria dizer que exatamente em cima desse trabalho de você fazer com que as produtividades, sobretudo de pecuária sejam mais intensas, nós tínhamos mais de 200 milhões de hectares com pecuária no Brasil. Se nó tivemos um ganho pequeno que seja de produtividade, isso significa uma disponibilização imensa de área para fazer outros tipos de agricultura, principalmente agora que o País decide de uma maneira assim contundente e definitiva entrar na área dos biocombustíveis.

Então qualquer ganho que haja, ele é uma importância muito grande no sentido de fazer com que haja essa disponibilização de área sem o risco do desmatamento da Amazônia. Sem o risco, que isso afeta, constrange e cria uma dificuldade imensa para você explicar no Brasil e sobretudo no exterior, programas de expansão de pecuária, de produção alimentos e biocombustível no Brasil.

Então nós estamos com um projeto aqui, sugerindo algum tipo de incentivo do Governo, tais como diferencial de crédito, taxas de juros, prazo, enfim, para que quem se propuser a fazer uma pecuária, não uma pecuária, digamos assim, intensiva totalmente, porque nós temos muita terra, mas uma melhoria do tipo vazão(F), qualquer coisa desse jeito, que faça com que o grau de produtividade aumente e haja uma liberação de terra importante, que isso tenha algum tipo de incentivo do Governo, seja um crédito diferenciado, seja uma questão fiscal diferenciada, porque o País ganhará muito com isso. É o primeiro ponto. Nós entramos aqui, há uns 15 dias atrás, com essa proposição.

Eu queria fazer aqui uma referência ao que o Dr. Luís Carlos Balbino se referiu, que para mim foi de muita felicidade, que é o seguinte: O senhor lembrou que a Amazônia é uma coisa que tem que ser preservada, é uma coisa que interessa não apenas ao Brasil como ao mundo todo, mas o senhor lembrou que lá vivem 23 milhões de brasileiros. Então eu fico assim sem entender direito, por exemplo, essa discussão que é calorosa, que está sendo feita agora na questão de trabalho escravo. Então é uma coisa que realmente deve ser observada. Então vamos evitar trabalho escravo? Vamos evitar trabalho escravo. Mas na hora, por que evitar trabalho escravo? Porque é humano, é uma coisa digna fazer com que o trabalhador tenha as condições mínimas de trabalho.

E a geração de oportunidades para os outros que não tem oportunidade? Aí ninguém toca nesse assunto. Ninguém toca, porque o importante é não derrubar a madeira, não fazer tudo isso. O homem, os 23 milhões que se danem. Essa que é a grande verdade. Essa é que é a grande verdade que o mundo quer, e o que é pior, que o Brasil avaliza. Então esse seu chamamento a esse ponto, me parece que é uma coisa da maior importância, é uma coisa que precisa ser levada em consideração em qualquer planejamento que por acaso venha a ser feito.

Eu gostaria de registrar isso. Acho que é possível fazer com que essas coisas coincidam e vivam mais ou menos em harmonia. É claro que vai haver algum tipo de agressão. É impossível. Um metro quadrado de agricultura a mais, significa um metro quadrado de agressão ambiental a mais. Não tem jeito. Você não pode fazer uma coisa sem desfazer a outra. Eu costumo dizer o seguinte: Soja não dá embaixo de ma-

deira, embaixo de árvore. Tem que tirar a árvore para botar a soja.

Então o grande segredo que eu acho é exatamente tentar conciliar essas coisas, de uma maneira que suavize o mais possível essa questão, essas agressões.

Então esse registro eu gostaria de fazer, é da maior importância esse seu pronunciamento e essa sua colocação. É preciso pensar na madeira, pensar no meio ambiente e pensar nos bichinhos que habitam aquilo ali tudo, mas também e sobretudo nos 2º milhões ou 23 milhões de habitantes que ali habitam e precisam ter oportunidade. Não pode plantar cana? Não pode. Não pode plantar soja? Não pode. Não pode criar gado? Não pode. Não pode desmatar. E aí como é que eles... É aquela história do sujeito, que contam lá na minha região, se você tiver de matar o animal ou o vigia que está tomando conta do ambiente lá, daquele ambiente ecológico, que mate o vigia, porque o crime é menor do que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador João Tenório, já que democraticamente hoje aqui na nossa Audiência Pública foi aberto aqui o debate, na hora em que o Dr. Balbino estava expondo ou na hora em que o Dr. Peres estava expondo os Senadores interferiam e discutiam e questionavam, me permita aqui também intervir na fala de V. Exª., de repente até para contribuir um pouquinho. É interessante esse assunto que o senhor levanta agora aqui, que é a questão daqueles que sobrevivem na Amazônia.

Eu disse uma vez lá fora que nós estávamos condenados a sermos os lixeiros do mundo, porque nós não podíamos fazer mais nada. Nós estávamos condenados a sermos os lixeiros do mundo, mas que ninguém queria pagar por isso. Os americanos acabaram com o que eles tinham e aí querem mandar aqui no País, querem mandar aqui no Brasil. Então que paguem para isso. Eu não quer também sair daqui e ser o incentivador para que se desmate, para que se derrube, para que se acabe com tudo, pelo contrário, mas eu acho que tinha que se criar algum programa alternativo ou compensatório para que pudesse compensar o povo que lá vive na minha Rondônia, o povo que lá vive no Acre, o povo que lá vive na Amazônia Legal, o povo que vive com a proibição praticamente de tudo, que lá nada se pode.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Só para completar, Sr. Presidente, tem um tema até que eu sugeri uma Audiência Pública sobre ele, que me preocupa muito, é o seguinte, e alguém, não sei se foi o Dr. José Roberto que tocou aqui no assunto, essa questão de suprimentos de fertilizante no Brasil.

Nós tivemos, de 1990, meados da década de 90 até hoje, uma absoluta, forte, da questão da composição dos fertilizantes no Brasil. Nós tínhamos 30% de importação e 70% de produção interna. Hoje é o contrário. Hoje, nós temos um grau de dependência de fertilizante muito grande.

E uma coisa que vai, digamos assim, se incrementar muito, é com esses programas de biocombustíveis que o Brasil está iniciando. Então na hora que tivermos de ter fertilizante não apenas para gerar alimentos como nós temos atualmente, mas termos também que dispor de fertilizantes para implementar um programa da extensão do Programa de Biocombustíveis que o Brasil parece querer fazer, então nós vamos ter um grau de dependência grande, maior ainda dessa questão de fertilizantes, e eu acho que é um assunto que tem que ser muito considerado.

Da mesma maneira que precisamos ter segurança alimentar, segurança energética, nós precisamos ter a tal da segurança o que? De fertilizante, não sei qual seria a qualificação dele. Mas é um tema que eu acho que merece também avaliação.

E no mais, parabenizar a brilhante exposição e dizer que, de fato, mais uma vez a EMBRAPA tem uma representação assim, no ambiente de pesquisa brasileiro, uma contribuição efetiva à agricultura brasileira muito importante e que deve ser ressalvada. Obrigado.

(troca de presidência)

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com a palavra, depois do ouvirmos o eminente Senador João Tenório, com a palavra o nosso Vice-Presidente, que presidiu esta Sessão, Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Nós já fizemos várias intervenções aqui hoje, mas eu, só para finalizar aqui, até porque estava presidindo até pouco tempo, mas eu quero agradecer ao Dr. Balbino, quero agradecer aqui também ao Dr. Peres, além de tudo, pela exposição dos senhores aqui hoje, pela ajuda que nos deram, principalmente em nome da nossa Assessoraria, do Dr. Wagner, em nome do nosso Gabinete, pela maneira como os senhores nos ajudaram quando nós estávamos na intenção de apresentar este projeto.

Eu disse que eu gostaria de ter discutido antes, mas o Dr. Wagner fez as vezes do nosso Gabinete, então fica aqui o nosso agradecimento à EMBRAPA, fica aqui o nosso agradecimento ao Dr. Peres, pela

presença, ao Dr. Balbino, como eu já disse hoje aqui, pela aula que os senhores nos deram aqui hoje.

Muito obrigado e espero que, numa próxima oportunidade em que os senhores venham a falar sobre a agricultura brasileira, que esta Casa, que esta Comissão tenha mais número de Senadores, para que possa aprofundar no debate sobre a agricultura brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Muito obrigado, Senador Expedito Júnior. Passamos para a parte final, para o encerramento. Vamos ouvir o Dr. Luís Carlos Balbino.

SR. LUÍS CARLOS BALBINO – Eu só gostaria da agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui presente, e a EMBRAPA sempre está disponível para discutir qualquer assunto, a parte de fertilizantes e outros assuntos que ela detenha o conhecimento, toda essa parte agrícola.

E acho que é extremamente salutar essa aproximação da EMBRAPA com o Senado, tem corrido bastante isso, nós temos acompanhado bastante essa procura do Senado, da Câmara também por informações com a EMBRAPA, e estamos sempre disponíveis a somar em prol do nosso Brasil.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Com a palavra o Dr. José Roberto Peres.

SR. JOSÉ ROBERTO PERES – Só para (interrupção no áudio) servir até de base de reflexão, aproveitando aqui que o Senador João Tenório é o Presidente da Comissão de Biodiesel, da Subcomissão de Biodiesel, um ponto para reflexãO – Eu tenho acompanhado o Programa de Biodiesel do Governo desde a sua implantação, como representante da EMBRAPA no Grupo Gestor, e eu tenho colocado de maneira clara que o que vai dar sustentabilidade ao Programa de Biodiesel do Governo serão oleaginosas com alta produtividade, no caso do dendê, que chega a cinco mil, seis mil litros por hectare. É claro que, num curto prazo, nós vamos depender ainda das oleaginosas anuais, ou bianuais, que é o caso da soja, o caso da mamona.

O ponto que eu gostaria de colocar para reflexão é o seguinte: Eu coloquei aqui que nós temos mais de 20 milhões de áreas degradadas ou antropizadas na Amazônia. O dendê é uma cultura que nós temos domínio tecnológico, entretanto, existem restrições para reflorestamento da Amazônia ou de qualquer área de reserva legal com plantas exóticas. E o cálculo que eu fiz, se nós plantássemos oito milhões de hectares de dendê na Amazônia, é claro, com planejamento de médio e longo prazo, eu produziria biodiesel para atender a demanda de 42 bilhões de litros de biodiesel que nós temos no Brasil, hoje. Só com dendê em oito milhões de hectares da Amazônia.

Então a sugestão que eu dou é que se aprofunde também o debate da possibilidade, nós já temos informações técnicas, de se permitir, nos 80% de área de reserva legal da Amazônia, ser reflorestada com dendê, que nós temos espécies ou gêneros nativos, que é o caso do caiaué, que é a base do nosso híbrido de dendê, que é nativo.

Então só fugindo um pouquinho do tema, eu não poderia deixar perder essa oportunidade para colocar essa sugestão.

Eu agradeço e estamos sempre à disposição, na EMBRAPA, para contribuir, dentro das nossas limitações.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Antes de encerrar, eu gostaria da manifestar o nosso agradecimento pela presença da EMBRAPA, nas pessoas do Dr. Albino e do Dr. Peres, que vêm enriquecer bastante o tema, e da proposição do eminente Senador Expedito Júnior.

Dizer ao Senador João Tenório que nós já temos uma Audiência Pública programada para o dia 17 de outubro para tratar de fertilizantes e as autoridades já estão sendo convidadas para que nós possamos aqui nos aprofundar bastante nesse debate.

E ainda eu gostaria de, até pelo que se ouviu aqui antes de ouvir o Senador Jonas Pinheiro, eu gostaria de dizer que nenhum patrimônio é maior do que o do ser humano. E aqui vimos um debate sobre o ser humano. E por incrível que pareça, tudo gira na área econômica, tudo gira em interesses econômicos, quase tudo gira em interesses de países, de empresas, de organizações, e muito pouco se trabalha no ser humano.

Eu não pude estar presente toda a Sessão, estive no Planalto para assistir a um tema tão importante dos deficientes físicos do Brasil, que são 20 milhões, e que são seres humanos que temos que olhá-los. E só sabe o valor quem tem dentro de casa. Ninguém conhece.

E o ser humano que precisa comer, precisa viver, precisa prosperar e precisa ajudar esse País, tem que ser ajudado com um patrimônio maior. Por isso, e voltando até àquela teses de que os demais países querem dominar principalmente o meio ambiente nosso, só o Brasil tem 27% da mata nativa do universo. A Europa tem menos de 1%. Nisso alguns dados para reflexão.

Não queremos destruí-las, não, mas entrar na linha de mantê-las, mas mantê-las com benefícios para os brasileiros.

Eminente Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, eu só queria dar uma informação ao Dr. Peres, que há pouco dias, na Comissão de Assuntos Econômicos houve uma Audiência Pública de que participou o Diretor de Imagem lá de Campinas, da EMBRAPA.

SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES PERES – (pronunciamento fora do microfone) Sr. Evaristo Miranda.

Miranda. Ele deu um aqui a respeito do que é reserva legal, o que é bioma cerrado, o que é bioma amazônico, etc.

Em função disso, o Senador Aloizio Mercadante, Presidente daquela Comissão, propôs uma Audiência Pública para tratar desse assunto, que para nós é importantíssimo, com a presença do Ministro da Agricultura, Ministra Marina Silva, EMBRAPA e IBAMA, para nós discutirmos isso, o que é real. Não se admite o bioma cerrado ser desmerecido diante do sistema ambiental como está sendo.

Ora, o cerrado de Mato Grosso não é diferente do Mato Grosso do Sul. No Mato Grosso do Sul a reserva legal é 20%, se traçou uma linha imaginária para o Norte, a reserva passou a ser 35%. A mesma coisa de Goiás com Mato Grosso, a divisa é o Rio Araguaia, por que o bioma cerrado de Goiás é diferente do de Mato Grosso? E mais cruel ainda é verificar entre Goiás e Tocantins. Tocantins era uma parte de Goiás que fazia parte do Centro-Oeste. De repente vem, criasse o Estado de Tocantins, incluiu-se o Tocantins na Região Amazônica e, portanto, na Amazônia Legal, e hoje as terras do Tocantins são mais apreciadas que as terras de Goiás. É uma loucura isso. De forma que nós vamos discutir isso.

Isso tudo porque teu um projeto nesta Casa que tira Mato Grosso da Amazônia Legal. Tira Mato Grosso da Amazônia Legal. Mato Grosso tem uma parte de floresta? Tem. Mas não precisa mexer mais na floresta. Então nós estamos ressalvando que na floresta, não precisa tocar na floresta; deixem a gente produzir no cerrado, que é suficiente para que o Brasil seja o País mais produtor do mundo.

E o pior ainda nisso tudo, Dr. Balbino, é que há uma campanha no mundo para não consumir produto produzido na Amazônia Legal. Portanto, Mato Grosso que é só produtor do *commodities*, é carne e seus derivados, é madeira, é algodão, é soja e vai ser de álcool, o que nós vamos com fazer com esses produtos?

Se jogar todos esses produtos, Senador Neuto de Conto, no mercado brasileiro, os preços dos nossos produtos agrícolas vão lá embaixo.

Corremos o risco de não poder vender nada mais produzido em Mato Grosso, que é produtor de *commodities*, apesar desses produtos todos estarem sendo produzidos no cerrado e não na Floresta Amazônica.

De forma que estou só dando essa informação, que, evidentemente, a EMBRAPA estará sendo convocada, brevemente, para estar presente numa audiência conjunta Meio Ambiente, Agricultura e Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – A preocupação do Senador Jonas Pinheiro é tão profunda que a Comissão e todos os interessados temos que encontrar, temos que ter a capacidade de encontrar solução, não é para o Mato Grosso, para Tocantins, para Goiás, temos que encontrar soluções para o Brasil. E eles fazem parte desse contexto.

Quero agradecer pelos que aqui conduziram, Senador Expedito Júnior, cumprimentar aos que vieram aqui esclarecer e trazer os importantes assuntos da nossa Comissão, e agradecer aos Srs. Senadores pela oportunidade e pelo debate do nosso dia.

Muito obrigado.

(Sessão encerrada às 12h54.)

Ata da 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 3 de outubro de 2007.

Às onze horas e cinqüenta e dois minutos do dia tres de outubro de dois mil e sete, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as) – **SIBÁ MACHADO, DELCÍDIO AMARAL, JOÃO PEDRO, JONAS PINHEIRO, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, PAULO PAIM, VALTER PEREIRA, MÃO SANTA E JOÃO DURVAL.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as) – Antônio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Garibaldi Alves Filho, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes, César Borges, Cícero Lucena, Marisa Serrano e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pautA – **ITEM Nº 01:** Audiência pública, com a finalidade de tratar do temA – Logística e Infra-Estrutura de Transportes para o Escoamento da Safra Agropecuária no Brasil, em cumprimento ao **REQUERIMENTO Nº 16, DE 2007 – CRA**, aprovado em 8.8.2007, de **AUTORIA** da Senadora Kátia Abreu, com adendo do Senador

Osmar Dias, com a presença dos seguintes convidadoS – **Sr. Luiz Antônio Fayet** – Consultor de Infra-Estrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; **Sr. João Aparício dos Reis Costa** – Coordenador – Geral de Logística do Departamento de Desempenho Operacional da Secretaria Especial dos Portos – SEP; **Sr. Walneon Antônio de Oliveira** – Gerente de Outorga e Afretamento da Navegação Interior da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; **Sr. José Renato Ribas Fialho** – Gerente Substituto de Desenvolvimento e Regulação da Navegação Interior da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ ; **Sr. Michel Dib Tachy** – Diretor de Infra-Estrutura Aquaviária do DNIT; **Sr. Sérgio Mendes** – Diretor-Geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais – ANEC; Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as) – Kátia Abreu e Jonas Pinheiro. **RESULTADO – AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador N**euto de Conto,** Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Havendo número regimental declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que com a anuência do Plenário é dada como aprovada.

Informo à Comissão que será realizada de 4 a 7 de outubro do corrente a IV Feira Nacional da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária. Iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com diversos Ministérios, Bancos públicos e o Governo do Distrito Federal, no pavilhão de exposição do Parque da Cidade, EXPOBRASÍLIA. A presente reunião destina-se à Audiência Pública para a finalidade de tratar do tema logística e infra-estrutura de transporte para o escoamento da safra agropecuária no Brasil em cumprimento ao Requerimento nº. 16/2007, CRA, aprovado em 08/08/2007 de autoria da Senadora Kátia Abreu, com o adendo do Senador Osmar Dias e com a presença dos seguintes convidados. Sr. Luiz Antônio Fayet, Consultor da Infra-estrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. CNA. Sr. João Aparício dos Reis Costa, Coordenador-Geral de Logística do Departamento de Desempenho Operacional da Secretaria Especial de Portos. Walneon Antônio de Oliveira, Gerente de Outorga e Afretamento da Navegação Anterior da ANTAC, Agência Nacional de Transporte Aquaviários. José Renato Ribas, Gerente substituto de Desenvolvimento e Regularização da Navegação Superior da Antaq. Sr. Michel Dib Tachy, Diretor da Infra-Estrutura Aquária do DNIT. Sr. Sérgio Mendes, Secretário-Executivo da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais, ANEC. Com a palavra o senhor...

Eu convido todos os componentes citados, por favor, me desculpe, estava lendo, a fazer parte da Mesa.

Primeiramente eu gostaria de cumprimentar os que... Por terem atendido o nosso convite e por vir aqui elucidar um importante segmento para o desenvolvimento da agricultura para transporte de alimentos, para agroindústria, para o comércio e até para a nossa exportação na formação de divisas. Dizer ainda que lamentavelmente anunciar o nosso atraso por compromisso inadiável onde aqui no Senado, aliás, na Câmara dos Deputados foi instalada agora de manhã e se prolongou à formação de uma Comissão do Senado e da Câmara dos Deputados que trata da extensão rural, aonde a presença dos Ministros de Governo, a presença de autoridades da área de todo o Brasil, conseguimos um debate extraordinário para esse importante segmento da economia nacional, desde a Reforma Agrária, do índio, dos quilombolas, de todos os segmentos que tanto necessita da terra e para dela extrair o seu mantimento e sem dúvida nenhuma alimentar o Brasil e participar com uma importante e extraordinária nas divisas do País. Com isso nós vamos ouvir como primeiro debatedor, o Sr. Luiz Antônio Fayet, Consultor de Infra-Estrutura da Confederação da agricultura e Pecuária do Brasil, CNA.

SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, é uma satisfação pra mim voltar a essa Casa do Congresso Nacional quando eu tive a oportunidade de representar o Paraná como Deputado Federal há muitos e muitos anos, mas não perdi essa embocadura da atividade congressual.

O objetivo da minha apresentação será fundamentalmente mostrar as oportunidades do agronegócio brasileiro e os problemas que nós temos com relação à infra-estrutura. Será uma corrida contra o tempo, porque evidentemente os tempos são limitados, e nós temos uma matéria aqui que poderia nos prender por muito tempo. Eu quero começar com a metodologia que a CNA vem adotando muitos anos para definir esses caminhos. Primeiro nós partimos para a verificação dos mercados. Porque se não tiver mercado nós não temos crescimento econômico, se

nós não tivermos crescimento econômico nós não resolvemos o problema da miséria que é a nossa preocupação. E nós também estivemos analisando o mercado por uma razão fundamental. O Brasil é praticamente auto-suficiente no agronegócio e nós temos que usar a alavanca exportadora como um processo de desenvolvimento econômico. Eu faço uma observação que muitas vezes ela não é compreendida por todos quando nós falamos no agronegócio.

O agronegócio não é uma cadeia pobre que não deixa reflexos dentro da economia nacional. O agronegócio é uma atividade fundamental porque comida, da comida nós somos dependentes todos os dias. Da compra de um computador, de um automóvel, nós podemos ter uma postergação do processo de decisão. Mas comida é todo dia. E outra questão é que a população mundial ela reflete diretamente a demanda de comida. A população mundial hoje está avaliada em torno de seis bilhões de pessoas e deverá, até 2500, atingir cerca de nove bilhões de pessoas. Então é um número muito apreciável e isso demandará uma grande quantidade de alimentos.

Eu quero mostrar rapidamente aqui o estudo do BNDES que foi sintetizado pela Confederação da Agricultura do Paraná, e mostra que no ano de... A preços do ano de 2003, para cada 15 milhões de reais de crescimento da economia, que é um número pequenininho, 15 milhões de reais quando nós falamos macroeconomicamente. Nós geramos cerca de 1.100 empregos em três ondaS – O emprego direto, o emprego indireto, por exemplo, uma usina de açúcar tem seus empregados diretos. Tem seus empregados diretos que prestam serviços de transportes, de comunicações, serviços bancários e uma infinidade de outros, e o efeito renda. O que é o efeito renda? As rendas, os salários ganhos pelos empregos diretos e empregos indiretos vão a mercado comprar educação, saúde, alimentação, vestuário, e assim por diante.

Então, o efeito multiplicador da cadeia do agronegócio ela é impressionante. E se nós temos essa possibilidade de utilizar essa alavanca como uma forma de gerar crescimento econômico, é fundamental. Então quando nós falarmos sobre aquele grãozinho amarelo que muitas vezes é desprezado pelas pessoas que não conhecem esse universo macroeconômico é bom que saibam o efeito multiplicador que isso tem para a economia nacional. Aqui tem uma rápida apresentação dos números do que é o agronegócio brasileiro. Eu fiz isso mais para o registro aqui da Casa porque ele é plenamente conhecido, e eu gostaria de chamar atenção para o fato de que o agronegócio ele alavanca um volume fantástico de negócios no Brasil. O crescimento da siderurgia, que fornece matérias-primas para setor de máquinas, para a construção de armazéns... Por exemplo, tem um reflexo direto dessa cadeia do agronegócio brasileiro. Mas nós temos que prestar atenção que alguns produtos vão ter mais importância que outros. Aqui eu dou um flash onde o objetivo é mostrar que num curto espaço de 1997 a 2006 não são nem dez anos, a performance das exportações do agronegócio foi explosiva no Brasil. Prestem atenção àquela primeira coluna comparada com a terceira coluna. Como as coisas se multiplicaram. Isto significa que realmente o agronegócio brasileiro está ocupando um espaço muito forte no mercado internacional. E isso se deve a essa contingência do Brasil ser um País que tem um potencial fantástico. Faço algumas observações. O maior problema de abastecimento mundial de produtos do agronegócio nos próximos 200 anos será fundamento setor florestal. No Brasil, uma floresta de pinos, por exemplo, se desenvolve num tempo, tem um ciclo de maturação entre 30 e 40 anos. Esta mesma floresta na Finlândia, ou na Sibéria, é de 300 a 400 anos. Então, isto determina que o mundo não tem espaço para ocupar com o agronegócio como nós temos aqui no Brasil. E isso é um reflexo. Agora quero mostrar o eu apelidei de "Efeito Bush". Um trabalho que fizemos no Ministério da Agricultura, fazendo uma avaliação do anúncio do Presidente Bush de substituir dos 500 bilhões de litros de gasolina, cem bilhões de litros por etanol. Eu tenho aqui nos registros e uma memória maior na apresentação que vou deixar fazendo uma observação aos senhores. O Brasil hoje junto com os Estados Unidos divide a liderança do mercado mundial, da produção mundial de etanol. Nós temos 17 bilhões e eles têm 18 bilhões de litros. Eles querem uma meta de 100 bilhões de litros. Para atingir isso, como eles não têm mais território ocupável, eles vão desequilibrar o mercado mundial de milho, de soja, de algodão e posteriormente de carnes. Esta é uma oportunidade que se abre para a economia brasileira que é fantástica. Por quê? Não existem outras áreas do mundo com potencialidade para produzir. Hoje nós estamos até certo ponto encurralados com esta questão. E aí nós vamos observar que esta mudança que os Estados Unidos vão comandar no mercado internacional ela vai determinar transformações para nós. Porque o agronegócio no Brasil ele deixou de ser da nossa região, Senador Presidente, que era o sul e o sudeste, e agora avançou para o centro norte e o centro-oeste. Esse avanço representou uma mudança na geografia da produção do agronegócio brasileiro com reflexo fantástico na infra-estrutura de transportes. Lá estarão os novos caminhos para atingir os mercados internacionais. E eu gostaria de mostrar adiante uma importância que isto tem para nós. É um privilégio essa

situação brasileira. Os portos da bacia amazônica e do litoral norte do Brasil eles levam uma vantagem muito grande. Enquanto de Paranaguá a Rotterdam são de 17 a 18 dias, Santos é o mesmo tempo, em São Luís do Maranhão, por exemplo, são de 13 a 14 dias. Então nós temos aqui uma vantagem porque este tempo é decisivo para determinar quanto custa o frete. Os navios são alugados por diária. E se tem quatro dias a menos isso tem um impacto muito forte no mercado.

Vejam agora por onde nós estamos extraindo até 2006 os nossos produtos do agronegócio. Eu chamo atenção que Santos e Paranaguá, no que tange a soja, eles estavam em torno de 10 milhões de toneladas. E tem um ponto que pouca gente está se apercebendo, a importância crescente da exportação pelos portos do norte. Observem aqui o Rio Madeira, Porto Velho, que abastece Itacoatiara e Santarém que já estão atingindo três milhões de toneladas. Ou seja, 30% do que esses principais e tradicionais portos fizeram no passado. São Luís, esse ano, deverá atingir dois milhões de toneladas. Menos do que Porto Velho. Agora, o potencial realmente de São Luís é o maior. Mas a bacia amazônica vai ser o grande dreno da produção brasileira de mercadorias. Isso tem para nós uma grande vantagem para nós e para o mundo. Eu conversava com o Senador Pedro agora há pouco a respeito dessa questão das hidrovias. Enquanto o impacto em termos de custo da rodovia é três, ferrovia é dois, a hidrovia é um. É um transporte muito mais barato. O custo sócio-ambiental muitíssimo menor. A menos de 10% da rodovia. E observem o comparativo de carga. 60 caminhões equivalem a 15 vagões que equivalem a uma barcaça. Então sob esse aspecto de custos e ambientalmente também nós levamos uma grande vantagem no transporte hidroviário que é o caminho da nova região produtora do agronegócio brasileiro.

Eu aqui pirateei uma fotografia maravilhosa dos arquivos na ANTAQ mostrando um comboio deslizando no Rio Madeira. Os comboios que transitam no Rio Madeira hoje eles chegam a levar um conjunto de barcaças que transporta mais de 30 mil toneladas. Dois comboios desses representam um Navio Panamax. Um Navio Panamax é um navio da classe de 60 a 70 mil toneladas, são os principais navios no transporte produtos a granel no agronegócio.

Gostaria de mostrar agora uma questão que é fundamental para nós. Nós mostramos o que nós somos, aquele chamado "Efeito Bush" o que pode representar na multiplicação, observem que o Brasil exporta hoje do agronegócio 70 milhões de toneladas. Nós temos a expectativa que nos próximos 10 anos nós deveremos duplicar esse volume. E essa duplicação não vai acontecer na nossa região tradicional, Senador Neuto Couto. Vai acontecer fundamentalmente nessas áreas da chamada fronteira agrícola brasileira. Onde a nova geografia então tem que ser desenhada de uma maneira inteligente. O sul e sudeste vai evidentemente ficar fundamentalmente com contêineres, e o transporte a granel e o seu grande impacto na economia vai acontecer nessa região.

Eu gostaria de mostrar o quadro seguinte, onde nós estamos focando o Rio Madeira. Este Deus já nos deu prontinho. Mas eu gostaria que verificasse e observassem o seguinte. Aqui está o Rio Madeira. Aqui está o Rio Tapajós, Juruena, Teles Pires. Aqui está o Tocantins, e aqui está o Rio Araguaia. Esses são nossos três Mississipis. O Estados Unidos tem um só. Um rio ainda bastante complicado porque junto com Missouri eles têm cerca de 27 barragens para poder fazer a sua transposição. Nós vamos ver adiante daqui a pouco que os nossos rios são muito mais pródigos e preparados para o transporte hidroviário. O Rio Madeira está pronto. É uma questão de manutenção. Obras para evitar o processo de degradação. Mas o resto ainda está pronto. Ali está. Vamos adiante, eu quero mostrar aqui em detalhe Porto Velho, Rio Madeira, e adiante, por favor. Onde estão localizadas as barragens que vão ser construídas para a geração de energia elétrica. Aqui nós temos que chamar uma atenção especial porque se no momento em que construirmos essas barragens nós não fizermos a previsão para eclusas, neste momento da vida mundial isto será um crime. Em outros tempos, a 30, 40 anos atrás, quando a economia brasileira estava noutro lugar, a visão era diferente. Mas hoje, esta região é o foco do agronegócio brasileiro. E não só do agronegócio brasileiro como das suas ramificações internacionais, as nossas ligações com o Peru e com a Bolívia. Então é fundamental que no momento das construções dos aproveitamentos hídricos nós façamos as visões da energia. Observem só a importância nesse quadro seguinte na relação de custos. Esses dados é da Construtora Odebrecht, que nós utilizamos para mostrar que se construíssemos eclusas agora nós teríamos em torno de 4 a 5% do custo geral da obra. Se nós deixarmos para fazer depois essa, esses custos serão em torno de 15 a 20% da obra.

Então, é o momento exato de nós não perdermos a oportunidade e ocuparmos esse espaço. Por favor. Vamos para o nosso segundo Mississipi. O Rio Tapajós Teles Pires, que entra lá como eu chamo no coração do Mato Grosso. Este Rio Tapajós Teles Pires vai exigir algumas obras para a geração de energia, são essas três obras fundamentais, geração de energia e, ao mesmo tempo, regularização da navegação. No futuro para escoamento do Mato Grosso, para as principais áreas de produção é a via fundamental.

Para nós exportarmos mais 70 milhões de toneladas, 70 milhões de toneladas para quem não é muito do ramo, é o porto de Santos hoje. É o porto de Santos. Para nós fazermos isso, nós vamos precisar usar fundamentalmente esses novos caminhos que aí estão desenhados. Por favor, adiante.

Agora vamos para o Rio Tocantins-Araguaia que foi a primeira preocupação de aproveitamento. Mas como isto aconteceu em tempos muito passados, houve a imprevidência com relação às eclusas. Aconteceu aqui em Tucuruí, e aconteceu também no Rio Paraná na usina de Itaipu. Esse bloqueamento evidentemente está custando muito caro para o Brasil. Mas naquela época, o oeste e o centro norte e o centro-oeste eram muito incipientes. Agora não. Agora é fundamental nós acelerarmos essa obra de Tucuruí para a integração do Rio Tocantins e por um processo multimodal usar o Rio Araguaia sem nenhuma lesão. Sem construir nenhuma obra de intervenção nesse seu trecho médio porque não há necessidade de vez que nós temos a integração com a ferrovia norte-sul Carajás e também com a Belém-Brasília que leva para dois corredores. O corredor de Belém, ou o corredor de São Luís. De qualquer maneira, qualquer desses corredores tem aqueles ganhos em tempos de navegação e que são fundamentais para nós.

Essa questão então... Agora eu mostro novamente. Aí estão os nossos três Mississipis na região norte. Não esqueçam que nós temos mais dois aqui. Este aqui é o Rio Paraguai. Paraguai, Paraná, Prata e esse aqui é a bacia do Rio Paraná que também se íntegra ao Rio da Prata mais na frente. E também são duas bacias navegáveis e que tem uma grande importância e crescente para nós brasileiros. Vejamos agora, após essa observação de que o mundo está nas nossas mãos em termos de abastecimento e um verdadeiro atestado que nós temos dado aí dessa dependência do mundo com relação ao agronegócio brasileiro. As nossas vantagens e os obstáculos que nós temos que transpor. As vantagens estão na natureza, na tecnologia e nos brasileiros. A agricultura brasileira, agricultura não, setor rural brasileiro é hoje de vanguarda mundial protegido por uma natureza fantástica e desfrutando maior padrão de tecnologia. E fomos nós brasileiros que construímos todo este processo. Sofrendo os percalços, a imaturidade do País, as mudanças de geografia de produção. E registrei três grandes obstáculos que nós temos, aliás, esse grupo de obstáculos que nós temos no campo de logística. Nós não vamos nos ater nessa questão aqui com relação a outros problemas sérios que nós temos como é o caso da tributação e o caso do câmbio. Vamos ficar focados exclusivamente nessa questão da logística.

Aqui nós temos duas vertentes da instabilidade institucional. A garantia de investimentos públicos e a gestão patrimonial do setor público. Com relação à garantia dos investimentos públicos eu quero observar que nós temos, por exemplo, uma contribuição aprovada pelo Congresso, que é a CIDE, que tem um saldo não aplicado de 21 bilhões de reais enquanto nós estamos penando com a aplicação desses recursos às vezes 100 milhões, 150 milhões para algumas obras que são típicas de Governo que a iniciativa privada não pode fazer. Mas é fundamental entender que quando nós temos o investimento público nós alavancamos muitas vezes mais os investimentos privados. E a outra questão é a gestão do patrimônio público. E nessa questão da gestão eu registro, inclusive, um gesto importante que foi a criação da Secretaria Especial de Portos. Mostrando uma ênfase muito grande dada ao processo. Só lastimo que a Emenda da Senadora Kátia Abreu não tenha sido aprovada porque ela criaria sob o aspecto técnico, aliás, perdoe, a falta de... A perda da terminologia, quando eu era Deputado eu não teria perdido. Foi aprovado, inclusive o Senado e a Câmara aprovaram dando racionalidade nesse processo de gestão campo público, mas eu tenho esperança que isso depois seja recuperado. Evidentemente que esses dois elementos eles geram um resultado negativo e prejuízos para o setor rural. Eu mostro aqui um caso de instabilidade institucional na gestão portuária. É o caso do porto de Paranaguá. Nós vamos mensurar isso aí logo mais. Nós temos aí oito relatórios da ANTAQ condenando, temos três acórdãos do Tribunal de Contas da União e os prejuízos continuam correndo, porque lá está tudo do mesmo jeitinho há cinco anos. Aqui estão mensurações que para nós que trabalhamos no dia-a-dia são muito visíveis. Mas eu já fui congressista e eu sei que é muito difícil a gente ter esses dados sintetizados, prontos para uso. Vamos observar aqui. O Brasil produz um bilhão de sacos de soja, e 800 milhões de sacos de milho.

Então, observem um fato. Eu estou usando dados de junho. Dados de junho. Em junho, um saco de soja estava 35 reais no cais do porto de Santos e de Paranaguá. E daí eu pego as cotações em Cascavel, Rondonópolis e Sorriso. Meu querido amigo Senador Jonas Pinheiro, meu colega da Câmara, nosso Mato Grosso. Em Sorriso estava 23 reais o saco. 12 reais a diferença. Essa diferença de 12 reais é a diferença 52,1% do valor do produto colocado no porto. Isso se chama custo logístico. Este custo logístico no Brasil ele tem uma característica. Todo o sistema de exportação ele é inter-relacionado no que tange a parte comercial. Um problema em Paranaguá, um problema em São Luís ou em Santos reflete-se sobre as cotações dos

produtos em todos os pontos de produção. Cada vez que por um colapso logístico eu perder um real por saco, eu multiplico por um bilhão para medir o prejuízo que o setor rural tem. Este multiplicador, Srs. Senadores, é uma coisa que a gente tem que ter na cabeça para ver... Para mensurar os impactos negativos dessa falta de logística. Vou dar um outro exemplo específico sobre a questão de dragagem. E essa questão de dragagem, inclusive agora nós temos uma Medida Provisória transitando no Congresso, a Secretaria de Portos conversou muito com a Comissão Portos que é um movimento da ação empresarial a respeito dessas questões e nós estamos apoiando integralmente esse trabalho, é uma questão muito importante também de ser detalhada, como isto impacta à vida do nosso produtor rural. Vamos pegar aqui um exemplo. Paraná saiu um navio que nós trabalhamos com 60 mil toneladas de carga útil. Se por um problema de falta de dragagem no porto, caso de Paranaguá que eu peguei aqui, perde 10 mil toneladas de carga útil, eu alugo o navio. O dono do navio não quer saber. O navio é para 60 mil toneladas. Se levar 50, 40, ou levar um quilograma ele vai cobrar o preço de 60 toneladas. Quando eu perco 10 mil toneladas de carga útil porque o porto não tem calado, por exemplo, num frete para China, eu fiz a conta aqui, dá um real e setenta centavos por saco. Ora, o agricultor vende sacos de soja. Vai perdendo um e setenta aqui, mais um ali, mais um ali, isso evidentemente vai mostrando o problema que nós temos com os prejuízos nessa movimentação.

Vejam aqui esse quadro que isso aqui é o atestado do apagão que vive o escoamento do agronegócio brasileiro. Aqui nós fizemos uma projeção junto com o Ministério da Agricultura, milho, soja, os volumosos diferenciais que nós tínhamos para exportar, estimativa de sete a oito milhões de toneladas a mais esse ano, e fomos vasculhando porto por porto aonde poderia colocar um quilo a mais de soja para exportação ou de milho para a exportação. E chegamos a uma situação dramática. Tudo aqui está com capacidade esgotada, só Santos e Paranaguá que teriam um pouco mais de capacidade hoje. Santos com uma dificuldade terrível de acesso, e Paranaguá com problemas de gestão e uma capacidade ociosa que nós avaliamos em cinco, alguns avaliam em sete milhões de toneladas. Porque isso depende um pouco também das condições do tempo. Nós não podemos trabalhar com soja e milho com chuva.

Então, no mínimo cinco milhões de toneladas de capacidade ociosa. Daí nós vamos no nosso multiplicador de um bilhão de sacos e sabemos onde é que o agricultor está perdendo dinheiro. Porque tudo isso está provocando o quê? O encarecimento logístico. Eu tenho uma capacidade de exportação finita, a uma demanda maior que isso, evidentemente a oferta e procura vai regular subindo os preços dos custos logísticos. Agora vamos passar para soluções. Projeto TEGRAM, ampliação de São Luís no Maranhão é o projeto mais importante para o porto de Santos. Santos hoje depende vida ou morte do porto de São Luís. Porto de São Luís este ano nós tivemos uma demanda de cinco milhões de toneladas. Capacidade do porto hoje dois milhões de toneladas. Isso significa, Srs. Senadores, que três milhões de toneladas que eram cativos da exportação lá em cima em São Luís tiveram que dar uma volta para sair por Santos, Paranaguá e São Francisco do Sul. E isto foi pago com a perda de renda do produtor rural. O TEGRAM, que é o Terminal de Grãos do Maranhão, ele está previsto em cinco blocos com 11 milhões de toneladas. Com mais dois milhões de toneladas existentes, serão 13 milhões de toneladas. Hoje tem dois. Esse acréscimo de 11 milhões de toneladas requer um investimento público de somente 300 milhões de toneladas, é uma gota d'água dos quais 110 milhões de toneladas alocadas no PAC. Reais. 300 milhões de reais aqui, 110 milhões de reais aqui, alocados no PAC, dos quais até 15 dias atrás nenhum centavo liberado. A capacidade da primeira etapa do TEGRAM será mais três milhões de toneladas. Com os dois milhões que tem dá cinco milhões que é a demanda que nós tivemos esse ano. Inferior à demanda que nós teremos no ano que vem. E não será mais possível concluir esses três milhões adicionais para a próxima safra. Então vamos ter mais um volume que nós não conseguimos calcular ainda que vão congestionar novamente Santos, Paranaguá e São Francisco do Sul. Eu espero que grande parte disso saía pelo porto de Porto Velho. Ou vamos observar os reflexos do projeto total de São Luís. Isso aqui na minha opinião é uma questão que foi debatida, um fórum criado pela Confederação da Agricultura junto com o Ministério da Agricultura. Este fórum chama-se Câmara de Logística do Ministério da Agricultura. Lá estamos nós do setor privado e do Governo trabalhando em conjunto para soluções. Isto é uma prioridade da Câmara de Logística, o Ministro Reinhold que comanda a Câmara está conduzindo na área de Governo essas negociações. Nós precisamos imediatamente da conclusão dos 13 milhões de capacidade para a redução de custos logísticos, redução da demanda de subsídios federais. O que está escrito aqui? Em 2005, e em 2006, em cada ano o Governo dispensou, despendeu 500 milhões de reais em subsídios de fretes. Eu e o Dr. Biramar trabalhamos em cima desses dados lá no Ministério da Agricultura. 500 milhões em cada ano. Em dois anos um bilhão de reais. Se nós aplicarmos

somente 300 milhões, nós tapamos uma parte desse ralo. E esses 300 milhões aqui representam mais de um bilhão de reais de recursos privados, no conjunto da recepção, armazenagem e despacho das mercadorias. Porque o Governo só vai fazer o cais. Nada mais. O resto será tudo investido pelo setor privado e depois transferido para a propriedade do Governo. Isso tem como conseqüência, é o principal projeto para o porto de Santos reduzir pelo menos cinco milhões de toneladas de produtos que valem 250 dólares por tonelada no porto de Santos para abrir espaço para produtos que valem mais de mil dólares por tonelada. Porque o porto de Santos é a área mais nobre do setor portuário brasileiro. Está sendo congestionado com produtos que não são nem da sua área de influência, mas são de áreas que como não tem outra saída, caem para Santos. E isso reflete-se na renda rural. Um realzinho que a gente consiga pagar por saco a mais para o produtor rural representará um bilhão de reais na renda do setor rural. Nós que estamos nesse conjunto de trabalho no Congresso Nacional, renegociando dívida, e com todas essas preocupações, alocando subsídios, temos soluções que podem evitar renegociações de dívida porque aumentamos a renda real do produtor rural. E também evitar subsídios porque não haverá necessidade de subsídios se nós conseguirmos trilhar esses caminhos. Por favor, observem esse ponto que hoje tem sido para a Confederação da Agricultura no campo da logística a grande constatação. O paradoxo do setor rural brasileiro. Nós estamos na vanguarda mundial. O mundo não tem como se independer do Brasil para resolver o seu problema de comida. O mercado está numa situação fragilizada para os próximos anos, o que vai determinar cotações de preços crescentes, já estão elevados, soja nos últimos 10 anos teve preço médio de 210 dólares. Nós estamos hoje acima de 300 dólares quase batendo 400 dólares por tonelada. Tudo isso e a insolvência dos produtores rurais. Esse é o atestado de que alguma coisa está errada, e que nós temos que fazer um grande esforço. A nossa vinda hoje ao Senado aqui, eu agradeço a Senadora Kátia Abreu, nossa Vice-Presidente, ela teve como finalidade trazer esse quadro. E mostrar que nós temos o mundo está escancarado de oportunidades para nós. Está escancarado. Nós temos potencial para ocupar isso, e precisamos resolver alguns problemas. Por isso que nós estamos fazendo um grande esforço na Câmara de Logística do Ministério da Agricultura, e através da Câmara trabalhando num viés com a Secretaria Especial de Portos para solucionar os portos porque o resto virá, e também na ação empresarial trabalhando com a ANTAQ, com a Comissão de portos nesse sentido. Particularmente com a ANTAQ na questão hidroviária onde há um projeto fantástico e nós somos sócios disso. E queremos que essa questão seja resolvida como uma forma racional e a mais conveniente para a sociedade brasileira de resolver o problema da logística do agronegócio nos próximos anos.

Muito obrigado pela atenção e eu fico muito feliz de voltar a essa Casa do Congresso Nacional dessa vez trazendo uma contribuição técnica fora dos fóruns políticos. Sou o mesmo sempre querendo colaborar. Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs. Senadoras.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – O ideal, consulto Srs. Senadores, Srª. Senadora, ouvirmos todos e depois partimos para o debate. Eu gostaria, em função do horário e dos números de apresentações, nós pudéssemos limitar em 10 minutos para agilizarmos o trabalho.

Então vamos ouvir agora o Dr. Sérgio Mendes, Secretário-Executivo da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais.

SR. SÉRGIO MENDES – Eu sou Diretor-Geral, mas não tem importância. É Secretário mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Aqui tem Secretário.

SR. SÉRGIO MENDES – Imagina. Eu quero dizer que é um prazer muito grande estar aqui. Eu queria cumprimentar os Senadores que eu vejo aqui à frente, Senador João Pedro, Senadora Kátia Abreu, Jonas Pinheiro, que é um amigão da agricultura de velhas brigas, e cumprimentar o Presidente da Mesa, Sr. Neuto de Conto, e dizer que é um prazer muito grande, um prazer e uma responsabilidade muito grande falar depois do Fayet, porque a exposição dele foi brilhante. Mas a minha pode ser muito mais resumida exatamente porque a dele foi completa. Eu queria apenas complementar com alguns números que vão reiterar tudo aquilo que o Fayet acaba de demonstrar.

Então nós vamos ver... O Fayet acabou de mencionar a importância das hidrovias. Então nós vamos ver que no transporte da soja, por exemplo, e de qualquer grão, no Brasil o transporte está apoiado na rodovia. 60% do que é transportado vai através de rodovia. Quando, no caso dos Estados Unidos, é exatamente ao contrário.

Então, 60% é através de rodovia enquanto que nos Estados Unidos 61% vai através de hidrovia. Isso dá uma vantagem para eles espetacular que nós já vamos ver em seguida. A Argentina tem uma matriz tão pobre quanto a nossa, mas o problema é que a Argentina percorre de 250 a 300 quilômetros. Então, isso facilita muito. Senhores vão ver que o frete despendido pela Argentina é uma coisa muito inferior ao nosso.

Então, eu peguei uma serie de anos para que a gente tenha uma idéia, de 2003 a 2007, tem ali cotações... As cotações. Nesses diversos anos. Aqui está em 290 porque isso aqui é uma média. Nós sabemos que o preço hoje ele está acima de 340 dólares por tonelada. E aqui são fretes ao porto. Então a gente vê que começou com 28 e a gente já vai ver a razão porquê, ele está em 59 hoje. Enquanto Estados Unidos e Argentina ele permanece quase que a mesma coisa. Isso dá uma diferença aqui de 42 dólares por tonelada. E aqui nós vamos ver a diferença de despesa portuária, é de apenas três. Então tudo isso que o Fayet falou é muito importante. Porque a construção de hidrovias e do transporte até o porto, ela é nada mais nada menos que 14 vezes mais, o custo é 14 vezes superior ao custo portuário. O custo portuário não deixa de ser importantíssimo pelo fator de agilidade na liberação dos navios, essa coisa toda. Mas nós temos que olhar se a gente quiser realmente facilitar a vida do exportador e do produtor, transformar a vida do produtor numa atividade mais lucrativa, é aqui que nós temos que olhar. O que aconteceu aqui com a cotação do dólar? A partir aqui de 2003? O dólar estava lá em cima e veio caindo, caindo de forma sistemática. O que aconteceu? Por que é que o produtor, isso que o Fayet expôs, está nessa condição hoje? Porque ele comprou insumos a um dólar mais caro e sistematicamente foi vendendo suas produção a um dólar mais barato. Isso veio acontecendo seguidamente. Por isso que o produtor de Mato Grosso hoje está numa situação difícil. Outro problema aqui é que a renda em dólar é menor, ele comprou insumos a um preço mais caro, e, além disso, tem uma influência muito grande no frete que nós vimos lá. O frete subindo daquele jeito. Não é só por causa do diesel. A questão aqui é a seguinte, se os senhores pegarem duas distâncias equivalentes na Argentina e no Brasil, vamos supor que uma pagando 60 pesos na Argentina e 60 reais no Brasil. Na hora de ajustar a conta do exportador com o produtor, o senhor tem que transformar esses 60 pesos ou 60 reais, tem que transformar isso em dólar para ser descontado do que vai ser pago a ele.

Então, os 60 reais... Os 60 pesos dividido por três, vamos arredondar, resulta num desconto de 20 pesos para o produtor argentino. No caso do Brasil, 60 dividido por dois, são 30 reais que vão ser descontados. Só aí tem uma diferença de dez dólares por tonelada de diferença. Só por conta do frete. Mais nada. Não sei se deu, Senadora, para entender. Então tá bom. Vamos para o quadro seguinte.

Então, o efeito dessa coisa toda é isso que está aqui. Nós pagávamos 28, etc, estamos hoje em 59. A maior parte dessa defasagem por causa do dólar. Todos os senhores estão lembrados dessa proposta da CNT de propor uma multa no caso de filas. Quando se falou na fila, nos portos, eles propuseram através da 11.442, eles queriam uma multa. Então a gente tomou a liberdade de fazer um cálculo de quanto isso custaria. A gente tem quanto foi exportado para o porto, o tempo de espera em cada porto, o que eles queriam cobrar a partir da quinta hora, e então isso diminuído do tempo de espera dá três... Aqui no caso três para os armazéns no interior, sete nos portos, aqui dá... O senhor tem um total de 10 horas, 390 porque o transporte é por bi-trem, então 10 multiplicado por 39 que é a capacidade do bi-trem dá 390, tem o custo total, o custo total está aqui, isso aqui dividido pela tonelagem vai dá a média que se vai pagar por tonelada que chega no total de 10 dólares por tonelada que transformado em dólar seria alguma coisa superior a cinco dólares por tonelada. O que viria a agravar ainda mais a situação que a gente tinha. Graças a Deus, houve uma nova medida do Governo esclarecendo melhor o tal § 5º que havia lá, e com isso nós salvamos aí cinco dólares para o produtor. Nós teríamos passado para 64 dólares por tonelada não fosse essa lei nova ajustando essa questão. Aqui nós temos... Então nós temos custos, sementes, fertilizantes, químicos, custos operacionais, etc, mostrando que a Argentina além daquela vantagem de 40 dólares por tonelada, ela por ter uma terra muito apropriada para soja, ela leva uma vantagem tremenda aqui de custo. Que quando chega nos custos fixos, somando tudo a gente tem... E dividindo pela produtividade, a gente tem aqui um custo por tonelada dos argentinos 100 dólares a mais. 100 dólares a mais que o Brasil. Que com aqueles 40 que a gente mencionou, são 140 dólares por tonelada. Então quando se fala... Vira e mexe se fala "não, nós estamos exportando muito produto de baixo valor agregado, vamos tocar um impostozinho para inibir essa coisa". A Argentina, sistematicamente a Argentina é citada como forma inteligente de privilegiar a indústria inibindo a exportação do chamado produto de baixo valor agregado que nós já vamos mostrar que não é nada disso.

Então, a gente vê o tipo de punição para o agricultor que essa coisa gera. Quer dizer, a Argentina tem um espaço de 140 dólares por tonelada para poder colocar imposto, gente. Eles podem se dar a esse luxo. Nós não podemos. Qualquer coisa a mais que a gente coloque aí, nós deixamos a situação do produtor pior... E a nossa competitividade pior do que já está. Então eu me atrevo aí a colocar... Resumindo tudo que foi dito, três recomendações. E encerro minha participação aqui.

Reforçando aquilo que o Fayet já demonstrou com propriedade, não precisa a gente insistir. Investir em hidrovias. É a única forma de a gente tirar essa imensa diferença que existe. Outra coisa, a gente deixar bem claro que nos fóruns que a gente freqüenta, eu sei que aqui é gente ligada à agricultura que sabe muito bem que qualquer ônus que você insira na rotina da cadeia de exportação sai do bolso do produtor. Mas, convém, não é demais repetir isso daí. Então qualquer imposto, taxa, multas como essa da 11.442 prêmio de exportação negativo, frete, exames monitorados pelo Governo, como a CLASPAR faz para saber se o produto é transgênico, não é transgênico, sai do bolso do produtor. Eu diria por último que a gente tomasse muito cuidado com essa expressão valor agregado. Para justificar a exportação de produtos, não justificar a exportação de produtos primários. Os americanos exportam 30 milhões de toneladas de soja e não se sentem absolutamente prejudicados por isso. Por quê? Porque ele sabe que a soja, a riqueza que ela causa no entorno tem estudos já feitos nosso sobre isso, é 6.6 superior ao valor da própria soja. Quer dizer, deixando a soja livre sem imposto, o milho também, o senhor vai gerar uma riqueza em termos de colheitadeira, venda de trator, venda de pick-up, venda de caminhão, venda de insumos, que proporcionam inclusive um recolhimento para o Estado 6.6 vezes superior ao valor da própria soja. O que mostra que há uma impropriedade muito grande essa preocupação do Estado de querer colocar imposto de exportação. Hoje nós vemos o Estado do Mato Grosso está colocando imposto aí. Tem um estudo pronto, reiterando que o Fayet acaba de dizer mostrando o seguinte. 61 centavos por saca de diferença que é o que o exportador, a cadeia exportadora paga a mais do que aquilo que fica no mercado interno, 61 centavos resulta numa perda para a economia de Mato Grosso do Sul de um bilhão. Um bilhão. 61 centavos por saca. Tem um estudo pronto sobre isso. Então eu queria encerrar a minha fala por aqui. Com essas três recomendações.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Dr. Sérgio Mendes, Diretor-Geral da Associação Nacional dos Exportadores, e na seqüência ouviremos o Dr. João Aparício dos Reis Costa, Coordenador-Geral de logística do departamento operacional da Secretaria Especial de Portos.

SR. JOÃO APARÍCIO DOS REIS COSTA – Sr. Senador, demais Senadores presentes, Srs. Convidados a essa Audiência Pública, já muito boa tarde. Incumbiu-me o Sr. Ministro Pedro Brito em face de outros compromissos assumidos de representá-lo e trazer aos senhores rapidamente a mensagem da Secretaria Especial de Portos. Em face da limitação de horário pelo adiantado da hora que estamos vivendo, solicitaria ao pessoal da Secretaria de apoio, então vamos falar inicialmente sobre algumas das mensagens institucionais e da importância e de alguns aspectos da criação da secretaria e vamos rapidamente à nossa mensagem final. Muito bem.

Criada pela Lei 11.518 agora de 5 de setembro do corrente ano, cabe institucionalmente à Secretaria Especial de Portos, Assessorar direta e imediatamente o Exmº. Sr. Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e fomento do setor portuário, na promoção, execução e avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura e da super estrutura dos portos e terminais portuários marítimos, principalmente os outorgados às companhias docas, a formulação... Isso implica em suas competências legais na formulação, coordenação e supervisão de políticas nacionais voltadas ao setor portuário participação no planejamento estratégico do setor, aprovação dos planos de outorga propostos pela nossa agência de transportes aquaviários relativamente à instalação de investimentos privados na área portuária, estabelecimento de diretrizes para a representação do Brasil em organismos internacionais em convenções e acordos e tratados como, por exemplo, é o caso do código de segurança de navios e instalações portuárias da qual o Brasil é signatário, sob responsabilidade da organização marítima internacional, que é de fundamental importância para nós, e o desenvolvimento da infra-estrutura e da superestrutura aquaviária dos portos e terminais portuários sob sua esfera de atuação. Ou seja, portos públicos marítimos e portos outorgados as companhias docas conforme definido em lei, visando a segurança e a eficiência do transporte aquaviário de cargas e passageiros.

São metas da Secretaria Especial de Portos o estabelecimento de uma política portuária nacional e de um plano estratégico de desenvolvimento portuário. O aprimoramento dos marcos regulatórios em franca correlação com as atividades da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, órgão regulador do setor, a implantação de modelos de gestão por resultados, a estimulação da navegação de cabotagem, e a promoção de investimentos em infra-estrutura de acesso aquaviário e terrestre mormente incentivando também a participação da iniciativa privada nesses investimentos. Nesse ponto eu queria fazer apenas um comentário de ordem prática, já passando ao que nos interessa nessa Audiência Pública, é que a missão primária Nessa Audiência Pública é que a missão primária da Secretaria Especial de Portos é a garantia da infra-estrutura pública

para o desempenho da atividade portuária no Brasil. Ao falarmos em garantia em infra-estrutura pública, estaremos falando fundamentalmente dos nossos acesos terrestres nas suas vertentes rodoviária e ferroviária, nos nossos acesos aquaviários, ou seja, os nossos canais de acesso e bacias de evolução, e a manutenção do perfil de infra-estrutura dos portos públicos dentro da infra-estrutura pública já existente. Adotando como paradigma que não é, e esse é um paradigma que já nos é sinalizado desde 1993, a partir do advento da Lei 8.630 denominada Lei de Modernização de Portos, não é de nossa intenção nem é obrigação de Governo investir na construção de novos berços de atracação de navios. A nova filosofia é muito simplesmente já bem definida desde 1993. Nós temos que garantir a infra-estrutura pública de acesso, ou seja, garantir a recepção nos portos públicos brasileiros, da carga a eles destinada. Da carga demanda a esses portos. E manter as condições de embarque em navios no perfil indicado na frota mundial e que garanta a economicidade das nossas importações e exportações. E quanto à área de nossos portos públicos, garantir o perfil da infra-estrutura pública. Ou seja, nossos berços de atracação, e a nossa infra-estrutura da chamada área do porto organizado para que possamos ali incentivar o perfeito desempenho da atividade portuária.

Aqui nas apresentações anteriores nós vimos a questão que foi muito enfocada, por exemplo, da formação de filas. Quer dizer, se não houvesse a formação de filas nós profissionais de logísticas estaremos todos desempregados. Porque logística é combater a formação de fila. Combater a formulação de fila significa que se nós olharmos com modelo matemático os nossos portos ou qualquer porto do mundo, o porto tem uma chagada de carga aleatória, portanto, um forte gerador de filas, e uma expedição de carga a partir do recebimento de navios também aleatória. Também pendente à formação de filas. Qual é o nosso papel como garantidores dessa infra-estrutura pública de operação e de acesso tanto terrestre quanto aquaviário? É promover o amortecimento fatores de amortecimento nesse modelo matemático natural de geração de fila. O que significa isso? Significa que eu não vi abordado em nenhuma das palestras anteriores, mormente do Dr. Fayet, nenhuma consideração com relação à infra-estrutura de armazenagem. Nós temos que atentar para questão da armazenagem coletora, junto às áreas de produção, armazenagem intermediária que é aquela que agrega a pontos onde chegariam as troncagens de transporte, tanto ferroviárias quanto rodoviárias a produção armazenada nas unidades coletoras e finalmente as unidades terminais que são as nossas as unidades instaladas nas áreas dos portos organizados. De dois aspectos. Ou de aspecto privado, até porque em se falando de agronegócio em geral o agronegócio tem sua logística própria, atua no Brasil fortemente através de seus terminais de uso privativo, terminais portuários, portanto, tem sua infra-estrutura de armazenagem própria. Cabe-nos apenas nesse caso garantir o acesso adequado de embarcações. Os senhores verão no último slide que essa é a principal meta da Secretaria a ser cumprida seguramente até o ano de 2009. E os portos públicos onde nós temos instalações de armazenagem absolutamente limitadas. Para aqueles dados que foram apresentados de exportação, por exemplo, o porto de Paranaguá tem uma unidade pública de apenas cem mil toneladas de capacidade. Portanto, nós temos uma capacidade limitada de armazenamento na área dos portos organizados públicos que são de nossa responsabilidade. Cabe-nos, portanto, enquanto coordenação de logística ativar e estamos ativando já a partir da próxima safra mecanismos de controle junto não só a produção, mas aos órgãos responsáveis pela infra-estrutura... Pelas demais infra-estruturas de transporte, de tentarmos regular esse fluxo de mercadorias para a área do porto organizado, sem o que teremos sempre a formação de filas inadequadas. Então é importante atentarmos para esse aspecto. E no caso da infra-estrutura de acesso aquaviário, garantirmos a chegada de embarcações com a melhor ocupação possível, garantindo, portanto, economicidade nesse nosso transporte, tanto de importação como de exportação.

Bom, aqui há um elenco de ações institucionais delineadas no programa de trabalho da Secretaria Especial de Portos que sãO – revisar uma política portuária nacional, principalmente incentivando a efetiva utilização do mecanismo do CONIT, estimular a livre iniciativa, elaborar um plano estratégico de desenvolvimento portuário, implantar padrões de serviço e segurança nos portos, aí entraríamos na questão dos códigos de segurança de navios e embarcações conforme exigido pela IMO da qual o Brasil é signatário, o tão chamado ISPS Cold que está em franca implantação em todos os portos brasileiros com alguma dificuldade de gestão, mas enfim, em implantação, e revisar as condições de oferta dos serviços portuários e promover uma maior concorrência no setor; Revisar os modelos tarifários. Aí sim é muito importante porque se nós estamos falando de garantir a infra-estrutura pública, nós temos que garantir a sustentabilidade dessa infra-estrutura. E isso os senhores verão adiante que já está absolutamente sendo providenciado.

E por último, o que também é da maior importância para esses esforços e eu lembro um caso prático que foi vivido por mim pessoalmente quando em 2004

iniciamos o Programa Agenda Portos do Governo Federal, ao promovermos reuniões em algumas áreas de portos organizados mormente aqueles fortes exportadores de produtos agrícolas, descobrimos, por exemplo, que o pessoal de serviço de vigilância agropecuária as reivindicações trazidas por eles às reuniões eram as mais simples. Ou seja, o sujeito responsável pela vigilância portuária no porto de Paranaguá, ele não se dispunha sequer, estou falando de 2004, ele não dispunha sequer de acesso em banda larga à internet para poder contactar todas as demais centrais e demais portos que receberiam navio para que ele pudesse ter o chamado livre trânsito. Então são medidas muito simples de logística e gestão que precisam ser tomadas. E naquilo que for de nossa responsabilidade, que estiver na área do porto organizado é compromisso da Secretaria Especial de Portos. Pegando carona nessas iniciativas nós estaremos até 2008 finalizando a implantação em todos os principais 11 portos organizados brasileiros de centros integrados de administração. O que significa, vamos concentrar num único edifício interligados num único sistema de software todas as administrações federais, incluindo receita, vigilância agropecuária, ANVISA, Polícia Federal e as próprias atividades da autoridade portuária num único edifício e num único sistema de controle para que nós possamos facilitar a vida do nosso usuário exportador.

Aí o aprimoramento de marcos regulatórios, que evidentemente se resume numa única frase. Vamos trabalhar em conjunto com a ANTAQ no sentido de incentivar a participação da iniciativa privada no nosso reforço de oferta de serviço portuário. Numa frase bastante simples.

O estabelecimento de um novo modelo de gestão para as nossas autoridades portuárias é fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa. Não só a gestão intrínseca da autoridade portuária, mas principalmente o estabelecimento de critérios de controle que permitam, como eu reforcei para os senhores, termos um amortecimento da chegada de carga no porto. Temos que ter um sistema integrado, e isso está sendo providenciado, em termos práticos já temos um sistema de informática para a troca de informações em desenvolvimento que vai permitir a agregação dos setores de produção e dos demais operadores de infra-estrutura de transportes no controle do recebimento e da chegada de cargas. Nós não vamos conseguir ter e isso é impossível em qualquer lugar do universo, capacidade de armazenagem suficiente para termos fila zero nos nossos portos organizados. Isso é o inatingível. Mas pretendemos atingir aquilo que chamamos de ótimo. Ou seja, a fila mínima. Porque não vamos ter condição de ofertar armazenagem para 100% daquilo que é dirigido. Temos condição sim de regular esse fluxo fazendo com que se dirija a área do porto organizado apenas a mercadoria com sua consignação garantida. Garantindo inclusive com isso qualidade de vida para nossas populações que vivem nesses extremos nos corredores de exportação, porque a relação porto-cidade hoje é algo bastante complexo. Essa formação de filas, essa geração, por exemplo, de pátios de armazenagem próximos ao porto organizado é bastante complexa. Porque os terrenos não estão francamente disponíveis. Nós estamos com nossos portos abraçados pelos grandes núcleos urbanos. Então esse é um problema que está sendo enfrentado dessa forma, com regulação do fluxo. É assim que nós vamos conseguir garantir essa regularidade.

Bom, a estimulação da navegação de cabotagem, entenda-se por navegação de cabotagem inclusive um pouco cutucarmos os responsáveis pela questão hidroviária no Brasil para incentivarmos a retirada desse enorme volume e inadequado volume de caminhões das nossas estradas, que aumenta fundamentalmente o frete incorporado no agronegócio.

Então, se tivermos navegação de cabotagem quem sabe pudéssemos transportar algumas dessas mercadorias de São Luis para Santos ou Paranaguá, ou São Francisco do Sul, um porto mais adequado de exportação onde você esse deficiência dentro de uma programação um pouco melhor e com custos inseridos no processo evidentemente menores. Mas aqui nós estamos falando de uma maneira geral do transporte de mercadorias no território nacional. Para estimular a navegação de cabotagem foram alinhadas algumas medidas as quais fundamentalmente dizem respeito a garantir a competitividade desse modo de transporte.

Bom, ao falarmos da garantia da questão do acesso aquaviário, fundamentalmente vamos falar da recentemente proposta pelo Governo Federal, Medida Provisória 393 que estabelece alguns paradigmas para a execução dos serviços de dragagem no Brasil, tentando superar alguns obstáculos já históricos. Uma licitação internacional de serviços, de maneira que possamos superar a deficiência da capacidade instalada no Brasil de dragagem, um modelo de contratação de longo prazo, portanto, posso garantir aos senhores que nos próximos dez anos teremos a garantia de manutenção das cotas atingidas de acesso aquaviários, a auto sustentabilidade do modelo, ou seja, o auto financiamento dos portos na execução do Programa Nacional de Dragagem, ali, claro, já falamos, os contratos serão de cinco anos renováveis por mais cinco, então podemos garantir dez anos de franco acesso aquaviário, e avaliações permanentes

de desempenho que serão desenvolvidas pela própria secretaria no programa de modernização do Instituto de Pesquisas Hidroviárias. Aqui basicamente estaremos garantindo esses recursos... Esses recursos já estão garantidos. Nós estamos falando... É claro que com limitações temporais relativas à disponibilidade ou não de projetos mais aperfeiçoados já a nível de detalhamento e da questão das nossas licenças ambientais. Mas nós estaremos garantindo nessas profundidades de modernização, os senhores aqui presentes que são afeitos ao agronegócio irão observar que como nosso principal critério, nós estamos atendendo a 95% da frota mercante que demanda a esses portos. Esse é o critério da definição dessa profundidade chamada de modernização. Ou seja, se nós trabalharmos no porto de São Francisco do Sul com a profundidade que está sendo projetada e o projeto sendo detalhado de 14 metros nós estaremos atendendo 95% da frota que demanda o porto de São Francisco do Sul. Ao trabalharmos no porto de Rio Grande com 16 metros de profundidade estaremos atendendo 95% mínimo da frota que demanda o porto de Rio Grande. E a partir de uma revisão do modelo tarifário garantindo por dez anos a manutenção permanente dessas profundidades. Essa é a primeira e fundamental contribuição da Secretaria Especial de Portos à regularidade dos negócios da corrente de comércio exterior brasileiro. Seja agronegócio, seja um negócio industrial. E falando também de outras obras de infra-estrutura, temos aqui cerca de um bilhão e meio de reais garantidos via programa de aceleração de crescimento para obras em infra-estrutura, digamos assim, de terra em nossos portos organizados para que os senhores tenham uma idéia. No porto de Paranaguá, que é um foco permanente da questão do agronegócio nós estaremos garantindo via recursos já disponibilizados no âmbito da administração portuária, a recuperação do cais existente. São cerca de um quilômetro e cem metros de cais. Aí incluído um corredor de exportação evidentemente. E num outro porto importante para o agronegócio no porto de São Francisco do Sul estamos promovendo o rearranjo da infra-estrutura portuária existente com a construção de um novo berço denominado Berço 201 que é o realinhamento do fundo do darcena(F) do porto para aqueles que conhecem transferindo para aquele ponto a movimentação de carga industrial, ou seja, carga conteinerizada e garantindo dois berços para a movimentação de produtos agrícolas. O berço 101 existente que está sendo reforçado e mais um berço numerado 401.

Senhores, essa é basicamente a mensagem que fui incumbido de transmitir aos senhores da atuação da Secretaria Especial de Portos e estamos à disposição para qualquer questionamento. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Dr. João Aparício. Ouviremos agora então o Walneon Antônio de Oliveira, Gerente de Outorga e Afretamento da Navegação Interior da ANAQ, Agência Nacional de Transportes...

SR. WALNEON ANTÔNIO DE OLIVEIRA – O nome é Walneon... É complicado. Bom, o que eu tenho a falar aqui é bastante rápido e é em função do papel que a ANTAQ está desempenhando no setor.

A ANTAQ ela tem como competência legal regular e fiscalizar o transporte aquaviário. Em função de toda essa problemática já falada aqui a ANTAQ através da sua Superintendência de Navegação Interior e contando com o apoio total do seu Diretor-Geral Fernando Fialho, ela resolveu agir como catalisador dessa problemática. Então nós resolvemos realizar uma série de seminários referentes a cada uma dessas hidrovias citadas aqui e nesses seminários, não... O seminário não teve intenção de levantar problemas. Era tentar equalizar os problemas. Tentar uma solução em conjunto. Com isso nós procuramos trazer para mesa os usuários do sistema de navegação interior, e aí incluído a oferta e a demanda de transporte, contando com o apoio do pessoal da CNA, do Ministério de Abastecimento, o pessoal da área de transporte, sindicatos, e todo mundo envolvido nessa problemática. Com isso, nós já realizamos cinco seminários, dois internacionais, porque também estamos tentando trazer a experiência internacional para tentar solucionar esses problemas, que como vocês viram aí são muitos. E o que a ANTAQ está fazendo no momento é um papel de catalisador desses problemas. Também com o apoio do Ministério dos Transportes, o que cada uma dessas hidrovias vai gerar um documento com as proposições do que se pode fazer para solucionar. E eu não vou me deter muito no aspecto de... Das vias, porque isso será objeto com certeza da palestra do Dr. Miguel. Então nós, ao chamarmos esse pessoal para mesa e estimularmos as empresas que operam no setor trabalhado de uma maneira regular, de uma maneira organizada, a ANTAQ não tem como competência estabelecer política, mas quer subsidiar a tomada de decisão. E eu quero agradecer em nome do Diretor-Geral da ANTAQ, que tanto ele como o Superintendente estão em missões, um fora do Brasil e outro com compromissos assumidos, e eu fui designado para trazer esse recado da ANTAQ estar agindo como catalisador dos problemas, propostas e soluções. Obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Agradecemos Dr. Walneon Antônio de Oliveira, e passamos imediatamente para o Dr. José Renato Ribas Fialho, Gerente substituto de Desenvolvimento de Regulação da Navegação Superior da ANTAQ.

SR. JOSÉ RENATO RIBAS FIALHO – Obrigado, Sr. Senador. Mas a mensagem da ANTAQ já foi dada pelo meu colega Walneon. Pode passar para...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Muito obrigado, Dr. José. Então ouviremos o último. Ouviremos o Dr. Michel Dib Tachy. Diretor da Infra-Estrutura Aquaviária do DNIT.

SR. MICHEL DIB TACHY – Exmº. Sr. Senador Neuto de Conto, Exmºs Srs. Senadores, demais pessoas presentes. É um prazer enorme meu, uma felicidade de ter sido convidado para essa audiência apesar de não ter tido tempo de preparar uma matéria, mas vou tentar pela continuidade dos nossos encontros sob o patrocínio da ANTAQ que tem sido a madrinha das hidrovias, e é uma luta árdua de muitos anos em busca de utilizarmos as hidrovias como meio principal de transporte das grandes quantidades de carga de fato que facilita muito a apresentação sem precisar de grandes apresentações, de grandes mapas. Aqui o Brasil, estou colando do meu amigo Fayet, esse mapa que ele colocou ainda agora, para mostrar que esse País é rico em rios que pode ser transformado em hidrovias. O trabalho realizado pelo Ministério dos Transportes, alguns anos atrás quando preparou o Plano Nacional de Aviação, somava um quantitativo de 40 mil quilômetros de rios que poderiam ser utilizados como hidrovias. Se devidamente trabalhado. Hoje o trabalho mais recente que está tramitando ainda no Ministério dos Transportes já elevou esse quantitativo de 40 para 60 mil quilômetros, sem considerar todos os rios dessa bacia que ela toda é praticamente só água. A Bacia Amazônica. O comparativo das grandes bacias internacionais, podemos fazê-lo com a Europa e com os Estados Unidos, eles atingem um quantitativo em torno de 40 mil quilômetros, tanto os Estados Unidos quanto a Europa. A Europa tem mais além das hidrovias tem quase 40 mil quilômetros de canais fabricados que nós temos sido impedidos por força de uma série de restrições que nós encontramos para fazer canais. E os Estados Unidos tem 10 mil quilômetros de canais além dos 40 mil quilômetros. Mas, na Bacia Amazônica, nós temos três grandes, já falados pelo Fayet aqui, vou tentar detalhar alguma coisa, aqui o Rio Madeira, que ele está sendo usado até Porto Velho numa distância aqui de 1.056 quilômetros. Recentemente estamos fazendo duas hidrelétricas que estão previstas sem eclusas. E esse rio está previsto dentro do plano interamericano através do IRSA de utilização no sistema de integração americana passando pelo Arenoco(F) passando pelo Cacique Aire(F), pelo Negro, pelo Madeira vindo até Vila Bela da Santíssima Trindade, como o rio, numa ligação depois para aqui para cárceres, são quilômetros de canal ele ligaria até pegando o Paraguai, o Paraná até a bacia do Prata. Isso é um projeto antigo no nosso País, mas que ainda não frutificou, mas que ainda continua nos planos, mas tem esse canal de 100 quilômetros a ser feito. Na medida que a gente coloque novas hidrelétricas sem eclusas, nós vamos cada vez mais dificultar a realização desse planejamento aqui a longo prazo.

O Rio Teles Pires Tapajós é um rio de 1043 quilômetros que vai de Cachoeira Rasteria até Santarém, ele já está com projeto básico pronto. O custo investimento nessa hidrovia seria na base de 200 a 300 milhões de dólares. Nós pegaríamos 1.043 quilômetros de rio e transformaria numa hidrovia. Ele é um dos elementos muito importante, como disse o Fayet, enriqueceu muito essa minha apresentação porque a maior parte da produção de soja está nesse trecho aqui. E esse é o canal natural de escoamento e está sendo a preocupação fundamental de toda a comunidade ao redor desse trecho aqui que nós tivemos numa reunião lá em alta floresta, tivemos uma palestra desse rio e eles consideram como um ponto crucial para a manutenção da economia para a recuperação da economia dessa região toda.

Falou também no rio Araguaia Tocantins, esse rio Tucuruí está bloqueado aqui pela eclusa de Tucuruí que nós já estamos desenvolvendo, retomando as obras de Tucuruí com previsão para conclusão em dezembro de 2009 e operacionalmente em junho de 2010. A obra está em andamento, os contratos estão todos firmados, esperamos que nós consigamos realizá-los porque já pararam várias vezes, ele começou em 81, parou em 89, voltou em 97 e devagarinho nós estamos conseguindo. Agora já está dentro do PAC e deve concluir até 2010. Ele tem alguns trechos ainda com problema para serem resolvidos, porque ultrapassada aqui a eclusa de Tucuruí, acima dela Tucuruí e Marabá temos mais um trecho de 43 quilômetros de pedragem que nós podemos com derrocamento transformar um trecho navegável. E é um projeto que já está em andamento na IMOR(F) no Pará. A partir de Marabá até o Bico do Papagaio, nós temos um trecho de 60 quilômetros que também é outro pedral que nós podemos torná-lo navegável. Mas o principal problema que temos agora é aqui que a Senadora Kátia me deu o prazer de convidar, é Lajeado. Lajeado é outro bloqueio que limita a navegação e nós estamos ainda ameaçados de dois outros bloqueios. Um a montante e

um ajuzante(F) de Lajeado que é um trabalho que acho que o Senado e o Congresso todo pode nos dar um apoio enorme porque a sensibilidade não atingiu ainda a todos os brasileiros de que o problema hidroviário é fundamental para a nossa produção e para o nosso sistema econômico. Se nós tirarmos, conseguirmos, eu estou tentando, Senadora, tentando ver se nós esse ano reiniciamos lá em Lajeado, para isso já lhe pedi o apoio no sentido de tentar uma Emenda Parlamentar, sobretudo da bancada de 50 milhões para ano que vem, porque nós só temos 10 milhões no orçamento, e esse ano nós temos dois milhões e meio de resto a pagar de 2005 que se nós não começarmos até o final do ano nós vamos perder, temos mais 28 milhões de bancada que nós podemos usar, mas se não tivermos chance de prosseguir no ano que vem, não seria razoável investir os 30 milhões e logo em seguida parar porque o prejuízo é muito maior. Então para isso conversando com o Secretário-Executivo ele me garantiu que se nós conseguirmos que a bancada bote pelo menos 50 milhões a mais, e se o Governador que já liguei para lá, falei com o Casa Civil e falasse com o Presidente da República ele pode autorizar e nós iniciaria as obras esse ano. Aí tem um trabalho enorme Parlamentar que pode ser feito para nós começarmos as obras ainda esse ano. Além disso o bloqueio está previsto aqui estreito e esse bloqueio esta previsto sem conclusas. Também tem ações judiciais, mas nós temos que lutar muito para que seja feito com eclusas para não impedir a navegação desse rio que no conjunto representa 2.611 quilômetros de rios que pode ser transformado em hidrovias. Somando os dois.

Nós temos o Rio São Francisco aqui que é um rio muito importante também que nós temos a partir de Pirapora até Juazeiro são 1.700 quilômetros que agora tem o programa enorme que a Codevas está conduzindo dentro do PAC de Botirama até Juazeiro. Mas tem bloqueios abaixo que tornaria, mas pelo menos esse trecho todo pode ser navegável e em Juazeiro está previsto uma plataforma multimodal que faria então através de rodovias e ferrovias o escoamento via Porto de Aratu lá na Bahia.

Nós temos essa hidrovia aqui que... Parnaíba que nós temos boa esperança que foi uma hidrelétrica construída com previsão de eclusa que foi iniciada e não foi completada. Agora me foi pedido que desse segmento a essa obra, mas eu estou com problema porque tem duas outras hidrelétricas sendo previstas a montante e a jusante que acabaria inviabilizando a utilização desse investimento aqui. E nós temos que trabalhar agora também através de toda a nossa força política com vista a não fazer nenhuma hidrelétrica sem eclusa que nós inviabilizaríamos também o rio Parnaíba. Nós temos um trabalho enorme aqui no sul, aqui no Paraguai-Paraná, recentemente nós tivemos um problema judicial muito forte que o Juiz determinou que nenhuma obra fosse feita nessa hidrovia, mas recentemente já foi liberada e nós estamos fazendo dragagem e está liberado aqui no rio Paraguai nesse trecho aqui. E no rio aqui mais embaixo, já próximo da hidrelétrica, nós temos um problema aqui que é o problema do Guaíra. No Guaíra nós podemos fazer um trabalho de derrocamento. Já temos autorização, então está no PAC os estudos iniciais para fazer um derrocamento tornando esse trecho todo aqui navegável podendo utilizar até o sul.

O Rio Tietê ele e é administrado pelo Governo do Estado de São Paulo e o Rio Paraná aqui é pela Arana que faz parte do Ministério dos Transportes. Nós temos alguns problemas ainda com algumas barragens sem eclusa, mas que ela naturalmente não estão impedindo a navegação já que o Paraná está todo livre. O Tietê foi através de um Canal Pereira Barreto fizeram uma ligação então o que está bloqueado é daqui para cima através da Três Marias que bloqueia que é realmente uma represa que não tem eclusa. Dois grandes rios poderão ser utilizados também, o Paranapanema e o Rio Grande, que é esse projeto nosso de torná-lo navegável também, mas é muito mais a longo prazo. E aqui no sul nós temos a bacia a Lagoa dos Patos, Lagoa Mirim que nós estamos fazendo estudo com vista ao aproveitamento melhor desse trecho aqui da hidrovia. Na realidade, o trabalho de criação das hidrovias ele é muito grande. Ele tem tido muita dificuldade porque ainda nós somos rodoviaristas. E aqui foi falado pelo Fayet com propriedade sobre as diversas vantagens e complementado pelo Sérgio Mendes sobre as grandes vantagens do sistema hidroviário. Mas tem uma que não foi citada que eu gostaria de colocar e deve sair numa publicação do DNIT numa entrevista comigo. O principal problema é o problema humano. São as perdas humanas pelo fato do congestionamento das rodovias brasileiras. Numa pequena análise que eu fiz numa palestra sobre um seminário internacional lá em São Paulo, eu fiz uma extrapolação da produção de grãos, se nós saíssemos do atual 67 milhões de hectares que o Ministério da Agricultura nos colocou e utilizasse mais 91 milhões de hectares que nós temos disponível para plantar que podíamos usar, só usando soja como parâmetro, e mais 116 milhões de hectares que podiam ser convertidos das pastagens se fizesse um aproveitamento mais racional da produção de gado que poderia ser deslocado para a produção agrícola, nós saímos de uma produção atual de 135 milhões de toneladas para a cerca de 800 e poucas milhões de toneladas no Brasil. E se nós melhorássemos a pro-

dutividade conforme expectativa trabalho muito bom da EMBRAPA associado ao Governo de Mato Grosso, de uma produção de três mil cento e poucos quilos por hectares, passássemos a cinco mil quilos por hectare, (ininteligível) por hectare, nós praticamente dobraríamos essa produção de grãos e não tinha condição de escoar nem por todas as rodovias brasileiras além de sem dúvida nenhuma aumentar muito mais a conseqüência em cima das pessoas humanas que segundo estatísticas internacionais, o tráfego nas rodovias tem probabilidade de acidente 2.500% mais do que nas hidrovias. Daí porque essas mortes estão acontecendo toda hora nas nossas rodovias que para nós apenas vislumbrarmos, se nós vamos numa estrada e tem um monte de caminhão pela frente, nós temos uma tendência natural de querer ultrapassar aqueles caminhões, e a conseqüência natural é o acidente, é a morte, é a perda de vidas humanas. Isso é muito mais importante que todos aqueles fatores, novecentos e pouco por cento de mais de minoração de problemas ecológicos, 900% mais de economia de combustível. Isso tudo está minorado dentro de um panorama muito mais importante que é a economia de vidas humanas. São 2.500% de probabilidade mais de vidas humanas perdidas nas rodovias do que nas hidrovias. Só para ter uma idéia, um comparativo, se nós pegarmos um quantitativo de um conjunto, um comboio de seis balsas com seis mil toneladas ela substitui nove quilômetros de caminhões enfileirado na estrada. Agora imagina transportar mil quilômetros com um caminhão numa produção dessa que o Mato Grosso previa depois da próxima década produção de cerca de 45 milhões de toneladas. Isso não escoa pelas estradas. Nem adianta. Então aí o nosso lema vai ser ou não produzir ou matar gente nas estradas ou ficar parado, engarrafado nas estradas.

Então essa é apenas uma apresentação muito ligeira para cumprir o tempo que o nosso Presidente nos deu e submeter às perguntas que estaria a disposição. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Muito obrigado, Dr. Michel. Nós passamos agora então a ouvir os Srs. Senadores e vamos ouvir nossa Senadora Kátia Abreu, autora do Requerimento.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Presidente. Quero agradecer aos nossos convidados pela participação, por nos ter dado a honra da vinda de vocês aqui para um assunto tão importante que nos aflige tanto. Mas diante de tantas evidências aqui apresentadas dá até um certo desânimo. Tão óbvio, tão lúcido, tão claro, tão exemplificado, já está acontecendo no mundo inteiro há muito tempo e por que não aqui? Mas acho que a gente tem que lutar. Desde que cheguei ao Senado, tenho tido o privilégio de ter a Assessoria do Dr. Fayet, pela CNA, mesmo antes de vir ao Senado, após a minha eleição eu tomei uma decisão de dedicar grande parte do meu mandato à infra-estrutura logística do País. E tenho estudado dia após dia, o Fayet é testemunha e tem colaborado muito comigo, tem me ensinado o tanto que ele sabe, eu tenho aprendido um pouco, mas ainda vou chegar lá. E um certo dia, há mais ou menos dois meses atrás talvez eu estive com um editor chefe de um jornal importante do País, e fui pedir a ele, eu já tinha feito mais de dez pronunciamentos lá na Tribuna e mais participações aqui nas Comissões, falando insistentemente sobre a questão da logística, especialmente hidrovias. Aí eu procurei esse editor que tenho um bom relacionamento, e pedi que ele me ajudasse a divulgar esses dados e ele me respondeu com muito carinho e amizadE – "Kátia, só vejo você falar nesse assunto. Não vejo ninguém falar nesse assunto". Tipo assim, não tem interesse em colocar. Tanto é que a Veja há pouco tempo atrás fez uma matéria magnífica sobre infra-estrutura, mas não falou absolutamente nada das hidrovias. Falou até dos portos, mas de hidrovia não mencionou. E eu mandei até uma correspondência à Veja parabenizando pela matéria e reclamando da falta de hidrovias e mandei para eles muitos dados que eu tinha através dos nossos estudos e para que a gente pudesse trazer esse tema à discussão.

Aqui foi mostrado com muita competência pelo Dr. Sérgio e pelo Dr. Fayet, eu acho que fizeram uma palestra brilhante justamente para mostrar qual é a função de tanto querer hidrovia. Então os números da agricultura, realmente são escandalosos, ruim para o meu Estado que é o Tocantins, mas para o Estado com meu amigo Jonas Pinheiro é quase a inviabilidade total da produção daquele Estado que é um dos Estados mais ricos do País, com terras fertilíssimas. É uma judiação ver aqueles produtores na situação que estão e ainda não conseguirem renegociar seus pleitos, suas dívidas, por falta e incompetência do Estado Brasileiro. A nossa parte nós temos feito. Usado de tecnologia, procurando cumprir a legislação, temos feito tudo que há de mais moderno no mundo. Mas o Estado Brasileiro nos falta, nos falta na infra-estrutura, e nos falta na renegociação das dívidas cujo responsável é ele. Ou por infra-estrutura ou por questão econômica.

Mas quando nós falamos de uma FOSFÉRTIL e de uma BUNGE que comanda 74% da produção de rocha fosfática e 88% das reservas de rocha fosfática que tem no seu patrimônio 77% da produção do aço fosfórico, 93% do super triplo, 91 do MAP, apenas a

FOSFÉRTIL e a BUNGE. Aonde nós estamos falando de 10 empresas que comandam 80% do comércio de defensivos agrícolas no País que gira em torno de quatro bilhões e meio de dólares ao ano, dez empresas. Se reduzir para meia dúzia, elas comandam 78% do mercado defensivo no País. Além do dólar, que aqui foi muito explicado, transgênico que não consegue aprovar por conta de questões ideológicas, e a logística.

Então, é esse acúmulo de problemas, é esse acúmulo de complicações de cartel, reservas de mercado, política econômica que pode ter sido boa para alguns setores, mas para o agronegócio foi péssimo, defensivo genérico que não consegue ser registrado que podia estar fazendo economia de quase 30%, repito, apesar da boa vontade da Casa Civil que tem trabalhado direitinho nesse aspecto. Mas a dona ANVISA não deixa andar e, portanto, trazer uma economia de 25 a 30%.

Então é atrás desses reais que nós estamos como disse o Dr. Fayet e como disse o Dr. Sérgio. É 1 real, um 1,50, 2, nós queremos 50 centavos, 10 centavos, porque é a única forma que nós temos para continuar sobrevivendo no País. Sem dizer também do cloreto de potássio que 100% é da CVRD. Esqueci. Passou aqui.

Mas eu gostaria de pelo menos já que eu não consigo diminuir esses custos, eu preciso tentar pelo menos impedir que eles aumentem e eu quero perguntar à ANTAQ se vai ter coragem de autorizar o aumento das taxas portuárias de Paranaguá, como foi pedido, em 21.3%. Paranaguá tem um caixa de 300 milhões de reais só Paranaguá. Vocês já recomendaram ao TCU intervenção em Paranaguá. O Ministro já poderia ter sido processado por crime de responsabilidade, o Ministro do Transporte. Por não ter cumprido uma decisão do TCU. Por três vezes recomendado por falta de capacidade do porto de Paranaguá. E nada tem sido feito. Então me desculpe, eu sou a favor das agências e muito mais a favor da independência total e absoluta das agências no Brasil, todas elas. Mas nesse caso eu acho que está faltando um pouco mais de pulso nessa fiscalização e na exigência do cumprimento dessa fiscalização e regulação. Senão o que adianta as agências? Se não vou para dar segurança jurídica, se não for para fazer as coisas do Estado funcionar, por que é que serve a agência? Então vocês me desculpe a franqueza, mas é isso que tem acontecido no dia-a-dia. Quando eu vejo ali apresentado pelo representante do Secretário João Aparício, dizer de novo perfil dos gestores portuários. Eu lhe desejo boa sorte. Aviso aos partidos, as indicações políticas que vocês estão com essa política de novo perfil dos gestores porque se os partidos políticos que indicam os seus apaniguados não ficarem sabendo que terão que passar por esse processo de mudança, eu creio que o novo Secretário que tem muito boas intenções vai passar por grandes dificuldades.

Mas nós temos aqui algumas Emendas que eu gostaria de entregar e que se o senhor pudesse transmitir ao Sr. Ministro, Emendas que nós estamos lutando há vários meses. Já protocolamos em várias Medidas Provisórias, o Ministro Reinhold Stephane tem muita simpatia por elas e desejo de que elas sejam aprovadas, uma até eu consegui aprovar até foi a que eu menos imaginava que pudesse ser aprovada, mas o Presidente Lula vetou. Mas essas outras Emendas, fora essa União dos portos hidroviários e marítimos, nós temos outros assuntos que poderiam ser muito bem trabalhados em parceria com a Secretaria dos Portos, o Ministro da Agricultura para minimizar alguns problemas. Nós temos a questão da subvenção do óleo diesel que já é feito nas embarcações pesqueiras nacionais e que poderiam ser também feitas na cabotagem. É muito mais caro levar um navio de Paranaguá para China do que de Paranaguá pra Recife. E isso não há mais cabimento e possibilidade de um País que tem intenção de ser no mínimo inteligente que ainda possa permitir que isso continue dessa forma. Então essa é uma das nossas solicitações.

O outro problema é o Fundo Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante. Um nome imenso, mas é AFRMM que deve custar em torno de 40% do custo do tem frete, o fundo, e esse fundo é para financiar estaleiros nacionais. Então se eu quiser o fundo, para eu fabricar um navio, eu sou obrigada a encomendar esse navio em meia dúzia de estaleiros no Brasil. Sendo que eu tenho outros estaleiros no mundo inteiro que são mais baratos e é um financiamento que eu vou pagar. Mas eu sou obrigada a uma reserva de mercado de meia dúzia de estaleiros e a Emenda propõe então que nós possamos liberar o fundo da Marinha Mercadante que na realidade sou contra ela totalmente a capacidade superior a 20 mil toneladas. Preservando os estaleiros pequenos, médios, mas que os maiores pudessem ser comprados em qualquer lugar do mundo. Também tem uma Emenda que incide e pede a isenção desse Fundo da Marinha Mercante, pelo menos no transporte hidroviário de arroz, leite, café, milho, soja, semente de algodão, palma, biodiesel e álcool combustível. Que é desonerar os alimentos e o biocombustível que tanto nós precisamos. Esse Fundo da Marinha Mercante na realidade ele é totalmente desnecessário.

Outra Emenda para desmanchar também uma reserva de mercado. Se eu produtora rural quiser contratar uma bandeira estrangeira para transportar os

meus produtos eu sou obrigada a contratar primeiro uma empresa nacional para que ela possa contratar uma bandeira estrangeira para que eu possa transportar meus produtos. É inacreditável, mas é a verdade.

E a última Emenda que seria como já foi dito pelo Dr. Michel que seria a obrigatoriedade de construção de eclusas junto com a hidrelétrica. Não existe nada menos inteligente do que isso. Está aí os números, quanto custa a mais construir uma hidrelétrica com eclusa e quanto custa construir depois dela pronta. Então eu quero passar ao Secretário, ao representante do Secretário essas Emendas para que possam ser avaliadas e discutidas na condição de poder aprová-las.

Então eu quero muito saber da resposta dessas taxas dos aumentos das taxas que poderão acontecer e que me parece que a ANTAQ já autorizou e já mandou para CAP, e a CAP tem apenas a função de reiterar.

A eclusa de Lajeado não existe... Acho que desde que a usina foi criada, não existe nenhum ano que as Emendas, que a bancada do Tocantins não coloca a Emenda de bancada nela. Todos os anos e praticamente todos perdidos. Eu gostaria, Sr. Secretário, que o senhor me desse o valor em recursos que já foram gastos nessa eclusa desde que ela foi iniciada. Poucos recursos, eu sei que não são suficientes, mas o pouco que tem ido eu não tenho visto movimento nessa eclusa. Eu passo, sobrevôo, nunca fui lá pessoalmente e muito pouco entendo sobre condição de eclusa. Mas eu vejo, como o senhor falou agora há pouco, milhões, milhões, milhões, e não vejo eclusa acontecendo. É pra manter o que esse recurso? Eu gostaria de saber o volume de que já foi despejado na eclusa de lajeado e quero dizer inclusive que trabalhamos muito quando era, o senhor agora tomou posse há pouco tempo, mas o substituto. O Secretário Aquaviário era contra a hidrovia. Por incrível que pareça. E graças a Deus foi substituído.

Então, eu gostaria desses volumosos aplicados nessa eclusa até agora. Já estou terminando, Jonas. E o aumento das taxas, e... Fayet, está aqui, a demanda é cinco milhões de toneladas e nós temos capacidade para duas mil. O que o representante do Secretário apresentou em termos de aprofundamento de calado porque eu nem sabia que isso aqui precisava de calado. Porque acho que é o maior calado do Brasil, mas eu não sabia que ainda precisava de calado. Mas o quê? Especificamente diretamente o que é importante para aumentar essa demanda dessa região?

Outro ponto importante que eu tenho dúvidas e não consegui saber é se Teles Pires Tapajós, se na realidade aquele triângulo de Teles Pires Tapajós lá existe uma reserva indígena ou unidade de conservação porque nós podemos desistir dela logo Jonas e arrumar outra hidrovia para sair de Mato Grosso porque não vamos dar conta, não.

Execução orçamentária do PAC. São dois bi e seiscentos, até 2010. O Dr. Fayet agora há pouco e também o Dr. Sérgio mencionou a dificuldade da execução orçamentária, então eu gostaria o que está acontecendo. O Governo Lula, o senhor me desculpe, mas tem uma fama de ter péssima execução orçamentária. Não consegue nem gastar o que está disponível. O que está acontecendo? O que está pegando que não conseguimos liberar esses recursos para que a gente possa melhorar a condição dos nossos portos. E espero que vocês possam enfrentar, desejo muito boa sorte ao novo Ministro, que ele possa enfrentar o lobby das associações portuárias que chantageiam os transportadores, que possam quebrar todo esse vínculo e essa bandalheira que acontece nos portos do Brasil e que coloca esses portos como dos mais incompetentes do mundo, como é o caso de Paranaguá. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Eminente Senadora de Tocantins, Kátia Abreu, e continuar a palavra à disposição dos Srs. Senadores. Vamos ouvir o Senador de Mato Grosso, Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado Senadora Kátia, senhores conferencistas. Acho que nós ouvimos aqui é a evidência de que Deus é brasileiro. Deus é brasileiro porque deu tudo o que a natureza podia dar ao nosso País. O que está faltando é os homens fazerem a sua parte. Então essa cruzada dos homens fazendo a sua parte é que nós estamos lutando para que isso seja atendido. Vi aí o Dr. Sérgio, conhecedor profundo do agronegócio, bem como o Dr. Fayet, companheiro que nós temos na nossa mais alta conta. Foi assim como Diretor do Banco do Brasil, foi assim como Deputado Federal, está assim como Assessor lá da CNA contribuindo com seus conhecimentos a respeito da área de logística para o agronegócio brasileiro. E é isso. No meu Mato Grosso nós temos um problema gravíssimo. Um deles nós estamos discutindo que também é o caso de Tocantins. Estamos muito preocupados com a campanha do mundo que diz que não pode comprar produto em Mato Grosso, commodity em Mato Grosso porque lá é Amazônia legal. Isso é o maior absurdo. Mato Grosso tem uma parte que podia ser bioma, floresta, mas é muito pouco em relação à floresta que a gente tem dentro do Estado do Mato Grosso. Mato Grosso para produzir não precisa derrubar mais nenhum pau de árvore. Não precisa derrubar árvore. Agora o Governador foi na Ministra Marina junto com a associação

de produtores de soja, algodão, fazer um acordo para desmatamento zero. Não precisa desmatar floresta em Mato Grosso para produzir. É só deixar produzir no que já está utilizado. Agora, falar que o cerrado de Mato Grosso é diferente do cerrado de Goiás ou do cerrado de Mato Grosso do Sul, isso é um absurdo. Mato Grosso com Mato Grosso do Sul a divisão é uma linha imaginária. No Mato Grosso do Sul a reserva legal é 20% do cerrado e Mato Grosso só porque atravessou a linha imaginária passa a ser 35%. Com Goiás o Rio Araguaia não divide Mato Grosso com Goiás. Pelo contrário, une Mato Grosso com Goiás. E a reserva em Mato Grosso é 20%, em Goiás é 20%. Caso mais ainda escamboso, escamboso é o de Tocantins com Goiás. Tocantins era uma parte de Goiás que é centro-oeste. E divide-se com uma linha imaginária. Pois bem, foi só Tocantins passar a ser Estado de repente virou Amazônia Legal, está lá impedido também de produzir boa terra que tem no Tocantins, e se essa campanha no mundo para não comprar commodities em áreas da Amazônia legal pegar mesmo, nós vamos ficar com produto em Mato Grosso sem poder vender, e quando for vender no mercado interno não vai ter preço. Porque hoje Mato Grosso é o maior produtor de soja, é maior produtor de carne, está indo muito bem na produção agora de carne de aves e de suíno, Mato Grosso é o maior produtor de algodão, e vai passar a ser o maior produtor de álcool o dia que nós conseguirmos construir o alcoolduto de Mato Grosso para os portos para a exportação do álcool mato-grossense.

Esse projeto eu tenho aqui corajosamente, estou com projeto já andando e está andando muito bem e que tira Mato Grosso da Amazônia Legal. A Senadora Kátia quer pegar uma carona e também quer estender isso a Tocantins. Mas é com muita razão. Não estão fazendo isso aleatoriamente. Estão fazendo isso em defesa do Brasil. Em defesa do Brasil.

Por isso eu estou muito feliz de estar agora nesta Audiência Pública porque isso vem consolidar cada vez mais o que nós pensamos, ou o que nós fazemos. E felizmente ontem o nosso partido (ininteligível) juízo retirou obstrução que tinha na pauta, foi ontem já escolhido, listado pelo Senado Federal a escolha de um dos grandes afilhados e alunos, Dr. Fayet, que é o companheiro Pagot que assume agora o DNIT e com o seu conhecimento que tem, sobretudo de hidrovias, porque foi ele o grande colaborador do GRUPO HERMASA que permitiu a navegação do Rio Madeira a partir de Porto Velho até Itacoatiara, conhece muito bem a geografia do Brasil a respeito de transporte intermodal, nós queremos que com ele no DNIT nós temos um avanço significativo. E também, Dr. Sérgio, a multa que se tinha nos caminhões parados, eu acho que valeu aí a indicação do Senador Osmar Dias que aproveitando a Medida Provisória 372 que foi Relator, negociou a dívida dos produtores rurais, nós negociamos com o Governo o enquadramento dessa Emenda do eminente Senador Osmar Dias, nós o aproveitamos na Medida Provisória 372 e para alegria nossa não foi vetada. Portanto, eu espero que aí já tenha diminuído essa preocupação que tinha os produtores rurais porque afinal isso vai estourar na costa do produtor rural.

Então estou muito satisfeito, isso aumenta nossa convicção no nosso trabalho e vamos em frente, Sr. Presidente. Vamos aguardar agora uma Audiência Pública que venha a Ministra Marina, o Ministro Reinhold Stephane, venha a EMBRAPA e venha o IBAMA para nós discutirmos o assunto do código florestal que é um caso mal resolvido não só para Mato Grosso, para a Amazônia de modo geral, mas para todo o Brasil. A Santa Catarina, terra do nosso eminente Presidente está sofrendo, porque o pequeno produtor lá não tem mais terra. E tudo é ocupado por reserva permanente. Passou um rio no meio da propriedade dele ele já perde de 30 a 50 metros dos dois lados do rio. Porque veja, quando ele abriu aquela propriedade, ele o produtor, a reserva permanente era cinco metros. Agora está o Ministério Público querendo retirar esse coitado desse produtor porque a Medida Provisória 2.166, veja, uma Medida Provisória, Dr. Sérgio, do dia 25 de junho de 1996. Vê se essa Medida Provisória tem razão de ser? Ela é importante, mas não é urgente. Senão já teria sido votada. Uma Medida Provisória que já foi votada pela Comissão específica, tem o Relatório pronto, pronto para ser votado, mas nem Fernando Henrique Cardoso teve coragem de mandar colocar em pauta, nem o Presidente Lula também tem coragem através de seus Ministros. Mas isso nós haveremos de dar um jeito.

Por isso, até o meu projeto agora já está forçando a votação da Medida Provisória 2.166 e aí o que nós temos que votar é o projeto de conversão do eminente Deputado Moacir Micheletto. Isso ainda esse ano nós queremos dar um jeito nisso para salvar o Brasil. Porque nesse caso enquanto Deus nos ajuda os homens estão atrapalhando. Muito obrigado.

(palmas)

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Jonas Pinheiro. Nós vamos dar para que as respostas podem ser dadas, e também se fazer o encerramento.

SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET – Inicialmente, Senadora Kátia Abreu, a respeito de Itaqui, o Porto de Itaqui tem 110 milhões de reais alocados no PAC que não foram liberados até 15 dias atrás para a remodelação do cais existente, sem o que é impossível instalar os equipamentos para que... Equipamentos que serão

pagos pela iniciativa privada. Para ampliar a capacidade do TEGRAN. E mais 190 milhões é uma avaliação, não existe ainda o projeto definitivo, 190 milhões para a construção de mais um berço. E evidentemente atrás disso a iniciativa privada construirá um corredor de exportação de alta capacidade.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET – O primeiro de 110 milhões de remodelação está no PAC. Eu gostaria de fazer rápidas considerações sobre a questão das tarifas portuárias. Tarifas portuárias tem sido um ponto de discórdia entre a CNA, a Comissão Portos e a própria ANTAQ. Nós entendemos que a variação das políticas, das tarifas, as propostas de tarifas, elas não podem servir como um instrumento para resolver problema de passivo pessoal das companhias docas que não tem nada a ver com o conceito de tarifa. E o caso de Paranaguá é o maior escândalo. Tem 300 milhões de reais em caixa, não realiza as obras, gera prejuízos imensos, não só para a economia do produtor rural, mas para a cadeia logística brasileira, de modo geral. Para cadeia produtiva, para o tecido produtivo do setor do agronegócio no Brasil inteiro. E, por exemplo, 300 milhões de dólares em caixa, 300 milhões de reais em caixa, me permita, e agora poucos dias nós passamos 60 dias com o chip (ininteligível) parado por falta de manutenção. Essa manutenção era feita paralelamente por um convênio elaborado com a associação comercial industrial e agrícola de Paranaguá. Então os operadores davam dinheiro extra via associação para fazer a manutenção do corredor de exportação. Porque o porto não faz a manutenção. Foi a maneira de fazer isso. Quer dizer, nós pagamos a tarifa, e além do mais ainda tem um caixa suplementar para fazer a manutenção. Isso é um escândalo.

Bom, e com relação a um outro ponto que a senhora tocou, Senadora, a questão dessa vinculação da construção naval com a cabotagem. Faz meio século que a construção naval brasileira tem proteção, uma proteção de reserva de mercado. Meio século. Vem do tempo do Governo Juscelino Kubitschek. E em meio século esta coisa não foi resolvida. Quem não tiver capacidade, prazo razoável de se independer de subsídios, ora, tem que ter outro rumo. E o caso da construção naval está emperrando de uma maneira brutal. Hoje o agronegócio poderia tirar das rodovias a curtíssimo prazo cinco milhões de toneladas, fazendo as contas que meu amigo Michel Dib faz. De quantos quilômetros de carretas isso representa é uma brutalidade. Então nós ficamos discutindo a duplicação da rodovia. A primeira coisa que temos que fazer é resolver o problema de cabotagem. E eu quero fazer um registro, as empresas nacionais de cabotagem elas são tão vítimas como nós que estamos pagando essa conta. Porque elas não conseguem prestar um serviço a preços competitivos. O seu registro de que o frete de Paranaguá a Recife é aproximadamente o mesmo valor de Paranaguá a Xangai, é a demonstração clara de que não é possível continuar essa questão. E a culpa não é das empresas de cabotagem, porque essas empresas trabalham em fretes internacionais e competem com armação do mundo inteiro.

Então, o problema não está nas empresas. O problema está na estrutura institucional que alimenta vergonhosamente esses subsídios da construção naval tornando além de tudo toda essa estrutura refém dessa construção naval que cobra praticamente o dobro do que se compra no mercado internacional.

Então esse registro eu gostaria de fazer, mas não gostaria deixar escapar, Senadora, nessa sua luta pela consolidação dessa nova fronteira agrícola um aspecto. Nós tivemos uma discussão muito forte com a área governamental, com o Ministério dos Transportes, com a ANTT, quando foi discutido a questão das concessões rodoviárias para pedagiar, e a CNA levou uma tese de que esses ágios que são pagos nos leilões, eles entram nas planilhas de custo das tarifas. Se nós pegarmos, por exemplo, um segmento que eu conheço em detalhes, os pedágios nas rodovias do Paraná. Nós poderíamos reduzir 20% se nós tirássemos desses pedágios o ágio que foi pago pelas concessões. E tiraríamos mais uns 20%, são números aproximativos, se nós tivéssemos imunidade tributária nos pedágios. Então nós estamos tendo uma nova tributação em cima de um pedágio que está sendo cobrado porque o Estado não está usando a CIDE para fazer a construção e a manutenção, porque não usa de recursos fiscais e os governos estaduais também não o fazem.

Então, até nós estamos admitindo transitoriamente essa questão do pedágio, mas com esse subcusto não é possível. E estou vendo tristemente o leilão da ferrovia norte-sul. Um ágio de um bilhão e meio, quase um bilhão e meio para a concessão. Esse bilhão e meio, Senadora, vai ser reputado na tarifa e nós vamos pagar um adicional aos custos operacionais da concessão para amortizar este ágio. Eu considero que isto aqui inclusive pode ser passivo de uma contestação judicial. Mas lastimavelmente eu não tenho meios.

E finalizando, me aproveitando inclusive da proteção do Estatuto do Idoso, Sr. Presidente, porque eu já tenho 70 anos de idade, eu gostaria de fazer um registro. O Brasil ou toma jeito ou vai ser atropelado. Ou toma jeito ou vai ser atropelado. O mundo, com a fome que vai passar, não vai deixar passar em branco esta oportunidade que o Brasil está tendo de raciona-

lizar os seus processos produtivos e resolver a fome do mundo. Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado.

SR. JOÃO APARÍCIO DOS REIS COSTA – Algumas colocações importantes, e eu queria falar inicialmente sobre a questão da tarifa. Até porque apresentei na nossa breve apresentação a nossa intenção enquanto Secretaria Especial de Portos de revisão tarifária. Só para corrigir, não necessariamente revisão para que possamos cobrir o efetivo custo do serviço prestado. Nós não vamos revisar para transformar as companhias docas e os demais portos delegatários em entidades financeiras. Nós vamos promover o efetivo levantamento do custo do serviço prestado e a garantia da prestação desse serviço e da oferta dessa infra-estrutura pública. O que não implica necessariamente em falarmos em realinhamento para cima, de preços. E conforme estabelecido pela 8.630, já lá de trás de 93, o processo é o mais absolutamente participativo possível. Ou seja, a proposta de um realinhamento tarifário é sempre inicialmente analisada e encaminhada para a apreciação pelo Conselho de Autoridade Portuária, onde tem assento não só os órgãos de Governo, quer dizer, federal, estadual e municipal, mas tem assento os representantes de todas as categorias envolvidas no processo portuário. Trabalhadores, arrendatários, operadores portuários, ou seja, todos os que irão pagar por esse preço diretamente. Então, isso é absolutamente garantido. E a partir daí é que esse preço proposto, esse novo preço de serviço proposto é apreciado pela ANTAQ e será apreciado pela Secretaria Especial de Portos que por sinal vai promover a introdução do modelo de verificação e levantamento de custos e adaptar esses preços à sua realidade. Quanto à sua segunda colocação no que diz respeito a...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Com licença, Sr. Presidente. Apenas um comentário. Então o senhor está afirmando que esse realinhamento então, se assim entender que os custos estão maiores, essas taxas poderão ser aumentadas. Após os estudos.

SR. JOÃO APARÍCIO DOS REIS COSTA – Essas taxas poderão ser...?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Aumentadas.

SR. JOÃO APARÍCIO DOS REIS COSTA – Ah, sim. Poderão. Poderão. Em segundo aspecto, quando a senhora fez uma pergunta muito objetiva quanto à aplicação de recursos do PAC. Eu vou falar de aplicação de recursos de orçamento público como um todo. O PAC é uma espécie de boneca cobiçada de todo mundo que entrar no orçamento federal porque ele não está sujeito ao famoso contingenciamento e tem regras próprias de aplicação mais direta e efetiva dos recursos. Mas uma coisa nós precisamos levar em consideração. Não se trata, e eu aqui volto um pouco atrás ainda quando estávamos a nível de portos sob a égide do Ministério dos Transportes e agora a atuação da Secretaria, não se trata exclusivamente de capacidade de aplicação de recursos. Hoje da Secretaria Especial de Portos. Mas, aplicar recurso público num bom critério implica em termos projeto adequado, implica em termos todo o licenciamento necessário para que essa obra possa vir a ser realizada e mormente o licenciamento ambiental, para que aí então partamos para a etapa final que é da liberação do recurso via Ministérios da Fazenda e Planejamento para empenho e movimentação.

Ora, o nosso grande esforço ou eventual identificada dificuldade de aplicação reside em termos em nossas pontas, nas nossas administrações portuárias a perfeita realização do projeto e o perfeito desempenho dos estudos ambientais que vão gerar o licenciamento ambiental. Só para seu conhecimento, em 2005 e 2006, nós só conseguimos 100% de aplicação de recursos antes do PAC e do PPI, Projeto Piloto de Investimentos nos portos públicos de Santa Catarina. Porque nós tivemos lá um forte apoio do Governo do Estado no desenvolvimento dos projetos. E não tivemos dificuldades de aplicação dos recursos já na fase quase última da questão da licitação pública porque optamos por aplicação do recurso nos batalhões de engenharia do Exército depois adotado pelo Ministério dos Transportes também no caso da BR-101 para que pudéssemos ter a imediata aplicação do dinheiro. Então são muitas dificuldades. O que não é aqui uma desculpa, estou apenas fazendo um relato da dificuldade que enfrentamos. Tudo isso associado a que pelo menos 20 anos não havia investimentos sérios e continuados na infra-estrutura portuária no Brasil. Sabe o que implica isso? Implica que nossas empreiteiras perderam a sua especialização, implica que nossos engenheiros projetistas e especialistas hoje eles estão fazendo pastel na esquina, estão vendendo flor no mercado público municipal porque não havia mercado de trabalho para esses projetistas. Então até recuperar massa crítica para possibilitar a retomada desses investimentos não é uma tarefa simples. Então, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Continua os nossos... Por favor, doutor.

SR. WALNEON ANTÔNIO DE OLIVEIRA – A questão das tarifas portuárias, ocorre da seguindo maneira. Cada porto faz o seu estudo e manda para a ANTAQ. A ANTAQ é quem autoriza. Só que entre reivin-

dicação e autorização, a ANTAQ faz estudos junto com o porto para ver que nível estão esses reajustes.

Eu quero fazer dois comentários a respeito. Nós temos portos administrados de maneiras diferentes pelo Brasil todo. No caso específico de Paranaguá, eu posso encaminhar a justificativa técnica que foi apresentada à ANTAQ para esse reajuste. O CAP, que é o Conselho de Autoridade Portuária, onde todos esses representantes citados pelo João Aparício têm assento, a ele só cabe homologar a tarifa. A tarifa é proposta pelo porto, autorizada pela ANTAQ e homologada pelo Conselho de Autoridade Portuária. Agora eu quero fazer dois comentários de ordem bem geral. O primeiro é que quando nós ouvimos aqui pelo Dr. Fayet que Itaqui é solução do porto de Santos, é Santos, Paranaguá. Mas além de salvação, tem outra alternativa. Para segurar tarifa em porto diante do passivo que todos os portos tem, tem que estimular a competição e ANTAQ vem trabalhando nessa linha e agora com a Secretaria de Portos vai trabalhar mais próximo ainda. Competição. E para competir tem que criar não só estrutura em portos norte como as hidrovias para levar essa carga para o norte. E um, só para encerrar, é que a ANTAQ, conforme a senhora mesmo disse, já teve uma série de questões inclusive com TCU e tudo, em relação ao porto de Paranaguá. E diga-se de passagem, a ANTAQ ganhou todas as questões.

No entanto, acerca de dois anos atrás, a ANTAQ foi expulsa do Porto de Paranaguá. Alguém responsável pela administração lá disse: Aqui quem manda sou eu. Portanto, vocês para entrarem aqui... E a ANTAQ teve de tomar providências para entrar medidas sempre na justiça esse tipo de coisa. E todos os portos são deficitários. Todos argumentam que tem que haver reajuste. Então tem que aumentar a competição, e outra linha que a ANTAQ vem trabalhado. Estimular a produtividade. Nós estamos trabalhando isso com os terminais públicos e privados do Brasil inteiro para tentar minorar esses aumentos que são assustadores do nível que chega na ANTAQ.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Muito obrigado. Dr. Michel.

SR. MICHEL DIB TACHY – Bom, Senadora, mais uma tentativa de dar algumas informações. Quanto aos gastos até agora em Lajeados, eu não posso quantificar porque eu não tenho, como a senhora disse, eu estou há poucos dias na área. Mas vou lhe mandar os dados. Agora, nós temos um trabalho feito lá que é o trabalho de terraplanagem. Inclusive a área foi terraplenada. E nós temos um problema lá até com a Prefeitura local. O Prefeito tem nos procurado que a área que está ocupada pelo canteiro de obras ela é da Prefeitura. E foi feito um acordo com a Prefeitura que assim que nós terminássemos as obras nós devolveríamos devidamente urbanizada. E nós não fizemos isso porque a obra parou. E agora o Prefeito está cobrando de volta e está nas minhas mãos lá para ver o que eu faço para atender o Prefeito e ao mesmo tempo não desmontar o canteiro de obras. Agora, o custo total da obra estimada é cerca de 600 milhões de reais. E o que eu estou pedindo, a senhora sabe, esses valores que estou lhe pedindo é para nós começarmos e vermos, como disseram aqui como o PAC é o lugar que a gente pode encaminhar e dada a realização que não é tão grande do PAC, ver se ano que vem nós encaixamos ela no PAC para que ela tenha seguimento e não pare mais. Mas fico lhe devendo a informação quanto aos valores já expendidos lá.

Agora, quanto ao (ininteligível) tapajós e o problema indígena, que se fala tanto, a Constituição Federal no art. 231 § 3º estabelece que a qualquer operação, qualquer tipo de trabalho e obra em área indígena delimitada precisa de aprovação no Congresso através da autorização do Congresso. Ocorre que não... Tem do lado, do lado. Dentro d'água não tem. E a nossa obra seria dentro d'água. Tinha que ser no rio todo, e não nas margens. Mas tem índio de um lado e de outro. Mas tem muito mais na BR-163, que está autorizada. Porque a BR 163 passa dentro da...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Eu sei que a água não tem dono, mas como é que você vai fazer com o reservatório, que ocupa não sei quantos quilômetros a margens das terras?

SR. MICHEL DIB TACHY – Mas que reservatório? Eu não estou falando de reservatório. Estou falando de hidrovia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sim, mas a Teles Pires no Tapajós, a informação que eu tenho que precisa da hidrelétrica para viabilizar a hidrovia.

SR. MICHEL DIB TACHY – Não, para hidrovia não senhora. Para hidrovia não tem nada a ver. A hidrovia no projeto que nós temos é só abrir derrocamentos. Só tem um pequeno trecho que é entre Teles Pires e... São Luis Tapajós e Buburé, são trechos de 28 quilômetros, que lá tem um projeto que nós já terminamos ele que é fazer um canal com 80 metros de navegação e uma pequena eclusa de 17 metros que só vai inundar esse canal. Torná-lo navegável. O rio nesse trecho tem 2.500 metros de largura. Quer dizer, o você só isola 80 metros para fazer esse canal de navegação e deixa os outros de dois mil e pouco disponível para quem quiser o que quiser nele. Então não há nenhuma interferência. Agora, no plano elétrico tem realmente. Tem primeiro uma hidrelétrica prevista ajuzante desse nosso trabalho, esse projeto, mas não é projeto da hidrovia. É projeto elétrico. E esse... Inclusive nós estamos trabalhando

junto, a ANTAQ, hidrovia, Ministério, para ver se nós conseguimos fazer o mais rápido possível essa obra porque ela tem um retorno previsto pelo Plano Nacional de Logística e Transporte de 24% ao ano.

Então, é um investimento altamente rentável que nós podíamos torná-lo viável e inclusive porque ao torná-lo viável para transporte nós vamos impor a necessidade obrigatória de fazer eclusa. Tem sido esse o argumento usado muitas vezes de que não faz eclusa porque não tem transporte. Eu não sei como é que alguém vai transportar em lugar que não pode passar navio. Então nós temos que transformar em hidrovia para depois transformar em hidrovia obrigar necessariamente que se faça eclusa em qualquer bloqueio elétrico que se faça na hidrovia.

Então, no nosso projeto não há nada disso. Mas há um troço interessante. Recentemente nós tivemos um encontro internacional promovido pela ANTAQ, em que esse tema veio à baila. E a apresentação do Plano Nacional de Recursos Hídricos feito pelo CENTRAN foi que o custo de investimento nas obras da Teles Pires-Tapajós seria de um bilhão e quatrocentos milhões de reais. Eu apresentei minha contestação porque os dados que eu tenho, estudos já feito lá, seria 200 a 300 milhões de dólares no máximo. Mas o CENTRAN ele não só usou um estudo eventualmente uma projeção de hidrovia como botou todos os meios de chegar até a hidrovia. É rodovia para cima e para baixo. Aí realmente colocou o custo alto na rodovia. Acontece que no investimento de uma rodovia a estimativa internacional é que você gasta de 600 a um milhão de dólar por quilômetros. Na ferrovia, 800 a um milhão de dólar por quilômetro. E na hidrovia, no máximo 200 milhões. Então a diferença de custo e investimento é extraordinariamente. Eu não quis abordar na hora para me cingir ao troço mais importante que é vida humana. Esse talvez seja o grande mote para continuarmos brigando, lutando pelas hidrovias e podermos realmente ter um outro Brasil de custo mais barato. Mesmo porque o transporte no custo total de logística ele representa 31% a 32%. O transporte. Portanto, falou em porto, pequenos aumentos de tarifas, poderiam ser superadas mesmo que se faça o estudo evidentemente criterioso para que a tarifa não seja mais do que a necessária, mas mesmo nós podíamos recuperar parte desse valor através do uso da hidrovia que tornava o porto em condições de ter até uma tarifa mais justa com menor custo total do produto.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Com certeza. Eu queria usar da palavra, Sr. Presidente. Eu, com certeza, a bancada do Tocantins vai continuar colocando os recursos como faz ao longo dos anos desde o primeiro dia da construção da hidrelétrica. Isso o senhor pode ficar preocupado. Nós sabemos da importância disso para o nosso Estado, o prejuízo que nós estamos tendo. Inclusive, está aqui o Deputado Federal Junior Marzola de Tocantins que é Presidente da Federação da Agricultura do Estado, e nós entramos com ação para impedir a construção, para bloquear a construção da Hidrelétrica de Estreito porque está sendo construída sem eclusa. Não obtivemos resposta da justiça, mas estamos ainda otimistas. Embora a construção da hidrelétrica sem a eclusa já começou.

Agora, Sr. João Aparício, eu entendo que a iniciativa privada não pode trabalhar sem lucro. Então o senhor vai revisar o custo de produção dos portos para que o senhor possa ou não melhorar, aumentar ou abaixar as tarifas. Só que nós brasileiros não podemos pagar a taxa pela incompetência da administração dos nossos portos. Quem diz isso são todos os estudos internacionais de que os nossos são os mais obsoletos. Eu vou aqui dizer apenas dois dados. O Brasil no Porto de Santos movimenta 2.3 milhões de contêineres/ano. 2.3. A Coréia do Sul é 11.2. A China, 16.2. Cingapura 23.2 milhões de contêineres/ano. Sendo que nós é 2.3.

Então, eu não posso admitir que nós possamos fazer taxas referenciadas pela incompetência desses administradores. Então eu peço muito ao Sr. Ministro Secretário que faça uma avaliação, mas aprofundada dessa avaliação. Porque diante dos mais improdutivos e mais obsoletos portos, não há nem como argumentar a necessidade de aumento de taxas. Aceito subir 1000%. Desde que corrija a incompetência dos portos para ver se realmente é necessário. O porto de Santos ainda, que movimenta 76 milhões de tonelada/ano e Rotterdam 378 milhões, tem 5.500 funcionários e Santos 4.600. Santos tem 16 mil estivadores. Rotterdam tem 69 mil. Só que a diferença é de 76 milhões de toneladas para 378 milhões de toneladas.

Então, é mais um dado aqui que eu defendo o Brasil para que o senhor possa refletir bastante com relação a esses aumentos porque o senhor pode ter certeza absoluta, a gente joga com muita franqueza que a reação vai ser violentíssima com relação a suportar ainda mais a incompetência dessas pessoas.

Com relação, só para finalizar, nós sabemos que o Ministério do Meio Ambiente tem sido um grande empecilho para o desenvolvimento do Brasil. Nós sabemos da importância da preservação ambiental, nós sabemos das compensações, de toda a legislação, mas, o componente ideológico é que tem prevalecido no Ministério do Meio Ambiente. Cuja Ministra é Marina Silva. Mas lá tem dois Ministros. É a Marina Silva e o Capobianco que é um dos representantes de uma

das ONGs ambientalistas mais importantes do mundo que de lá ele veio.

Então, eu sinceramente entendo a sua dificuldade, não é só do seu, da sua Secretaria, mas é do Brasil inteiro trazendo desânimo aos empresários do Brasil por conta disso. Mas, eu ainda gostaria que a ANTAQ avaliasse a respeito da intervenção que foi pedida na administração do porto de Paranaguá. Se não puder responder agora não tem problema. Eu espero por escrito essa resposta, mas gostaria de obtê-la porque não foi feita a intervenção, por que é que o Ministro não pediu a intervenção que foi recomendada pela ANTAQ e aprovada pelo Tribunal de Contas da União.

Então, por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de mais uma vez... Desculpa, Dr. Sérgio.

SR. SÉRGIO MENDES – Bom, eu queria apenas me despedir e dizer que é um alento muito grande ter uma defensora do calibre da Senadora Kátia Abreu, com uma agressividade que a gente poucas vezes vê. A gente vê muito na iniciativa privada e gostei muito de ouvir a senhora.

Queria apenas reiterar dessa questão de... Dos contêineres. Eu sou Diretor-Geral também da ANEA, que é Associação dos Exportadores de Algodão, e nós acabamos de reduzir em 40 mil toneladas, são 44 milhões de dólares que deixaram de entrar, vão deixar de entrar de divisas esse ano por conta da dificuldade de estufagem em Paranaguá e Santos. Isso foi decidido na última reunião que nós tivemos. 40 mil toneladas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Para consideração final o Dr. João.

SR. JOÃO APARÍCIO DOS REIS COSTA – Senadora, alguns comentários que eu julgo importante. O primeiro é ao falarmos de tarifas portuárias nós estamos falando do preço público praticado na área do porto organizado. A nossa infra-estrutura pública. E esses preços dizem respeito hoje único e exclusivamente a garantia da infra-estrutura pública. Ou seja, é preciso atentar que outros formadores do custo portuário, como por exemplo, o custo de estiva e o custo inclusive dos trabalhadores portuários avulsos, esse é o resultado de uma negociação direta entre o tomador do serviço, armador ou agente de navegação, e os respectivos sindicatos. Isso não compõe o preço público representado pela tarifa portuária brasileira. Quando eu estou falando de tarifa, eu estou falando do preço público para a garantia de infra-estrutura de acesso terrestre, garantia da infra-estrutura de acesso aquaviário, oferta de infra-estrutura terrestre para operações na área do porto organizado, fornecimento de água, fornecimento de energia e administração apenas do trâmite de papéis. Todos os demais custos são custos negociados diretamente, são preços negociados diretamente entre o tomador do serviço e o sindicato competente. Não fazem parte da receita portuária, da receita da administração portuária. E alguns de nossos portos estão com suas tarifas congeladas há exatamente 10 anos. Quando eu falo de realinhamento da possibilidade de analisarmos os custos, há preços como, por exemplo, de São Francisco do Sul que movimenta quatro milhões de toneladas de produtos agrícolas, essa turma paga lá pela oferta de infra-estrutura preço de dez anos atrás. O que se paga hoje na sociedade brasileira a preços de dez anos atrás?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Mas Sr. Coordenador, o senhor acabou de dizer que tem 20 anos que não se aplica nada nos portos, essas tarifas por menores que sejam o que o senhor vai fazer do dinheiro dela? Cadê essa tarifa? O senhor mesmo disse que tem 20 anos que não se investe nos portos.

SR. JOÃO APARÍCIO DOS REIS COSTA – Com certeza absoluta.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Aonde está as tarifas pagas mesmo pequenas, onde é que está esse dinheiro até hoje? Guardado aonde?

SR. JOÃO APARÍCIO DOS REIS COSTA – Não está guardado. Estão pagas em despesas de conservação e manutenção a *la band-aid*. Não tenha dúvida de que é isso que vem acontecendo. Não tenha menor dúvida de que é isso que vem acontecendo. Nós estamos falando de um realinhamento real de tarifas para uma oferta adequada de serviço que não era a situação que se vivia até algum tempo atrás. Essa é a nossa realidade.

E quanto à questão da ineficiência, quer dizer, os serviços de operação portuária carga e descarga de navios e armazenagens nos nossos portos de muito são prestados pela iniciativa privada.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Tá. Mas Sr. Presidente, só para finalizar que esse é um assunto muito importante e que talvez seja um dos mais prejudiciais do País que é o porto de Paranaguá. Ele está nessa listagem com requisição para aumentar suas taxas. Então, essa taxa seria para a eficiência portuária. Certo?

SR. JOÃO APARÍCIO DOS REIS COSTA – Exato.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Então, nesse caso quem está recebendo essa tarifa é Paranaguá, que tem 300 milhões de reais na sua conta. Que deveriam estar sendo investidos no porto, porque essa tarifa isso é apropriação indébita. Essa tarifa não é para ficar na conta da administração de Paranaguá. E sim para ser investida. É a mesma taxa que nós pagamos na passagem aérea e que nunca foi investido nos aeroportos. É apropriação indébita. Então Paranaguá tem dinheiro, Sr. Secretário, suficiente para fa-

zer os seus investimentos. E por que não fez até hoje e eu fico surpresa, sinceramente, o senhor desculpa a minha indignação, mas eu sou do agronegócio, eu defendo esse setor há muitos anos, e sei o que está passando esses produtores do Brasil para poder conseguir sobreviver.

Então, o meu Estado é lá no Tocantins, mas o senhor não sabe a importância de Paranaguá para o Brasil todo.

Então, o que nós vamos fazer com Paranaguá? Nós não somos obrigados, o Brasil, a ter um Governador que administra aquele porto, homem que tem compromissos ideológicos insuperáveis, retrógrados e que nós não somos obrigados a tolerar. Nós queremos o Brasil e queremos as agências para defender o povo brasileiro. E não o Governador de um Estado que se recusa modernizar o seu porto, se recusa a modernizar a sua administração e que ninguém faz absolutamente nada. Então tem 300 milhões, se não for verdade, eu gostaria que o senhor me retrucasse que eu tenho humildade suficiente para retroagir.

SR. JOÃO APARÍCIO DOS REIS COSTA – Ok, Senadora. Eu não sei lhe precisar o número exato. Esse número de 300 milhões é um tanto cabalístico e circula assim. Agora, lhe garanto que a Secretaria Especial de Portos tem tomado todas as iniciativas necessárias para que a administração do Porto de Paranaguá promova os investimentos necessários. Tanto que a questão da dragagem de aprofundamento do porto de Paranaguá e eu afirmei na nossa apresentação a recuperação do cais existente serão feitos com recursos que já estão em caixa da administração do porto. E só corrigindo, o posto de Paranaguá é um delegatário da União. Aquela tarifa é uma tarifa pública que o porto arrecada em nome da União. Então aquele dinheiro é da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Quero agradecer todas as intervenções, principalmente os palestrantes pela magnífica reunião, cumprimento o nossos Senadores, essa Casa é cheia de baluarte. Mas aqui tem dois craques extraordinários, a pessoa da nossa Senadora Kátia Abreu, nosso Senador Jonas Pinheiro. Agradecer também a presença do Deputado Ângelo Marzola Júnior que nos dá a alegria de estar com nós, e antes de encerrar dizer alguma coisa. Nós estamos discutindo agricultura, vejam a dimensão do que é a agricultura para um País. Nós discutimos hoje portos, usinas, rodovias, cabotagem, meio ambiente... Parece que temos que trazer todos os Ministérios para cá para encontrar a solução para esse segmento, meu caro Senador Jonas Pinheiro.

Nosso País tem 27% de matas nativas em pé. Sabe quanto tem a Europa? Menos de 1%. Os Estados Unidos, a América do Norte não chega a 5. E todos eles querem o nosso ar. Todos querem comandar. Nós precisamos sim da mata. Mas precisamos desenvolver o nosso País. Como eles desenvolveram no seu tempo. Eu fico até... meio ambiente, portos, rodovias, hidrovias, e que todas elas para dar a este segmento extraordinário que é a agricultura, que já representa 1/3 do PIB nacional, é responsável por todo o superávit da exportação brasileira, esse mesmo... Essa mesma agricultura que não só alimenta o Brasil passa a ajudar a alimentar o mundo e que está sendo vista pelo mundo como grande celeiro, principalmente nas novas tarefas que o Brasil vai ter na produção de combustível.

Eu agradeço a oportunidade de todos, agradeço a presença de todos, imensamente agradecido, e estamos nessa Comissão dizendo de que aquilo que cada um luta e trabalha, em que só se perde, Senadora Kátia, a luta que se abandona. Nós não podemos abandoná-la. Vamos continuar. Muito obrigado.

(palmas)

(Sessão encerrada às 14h30.)

Ata da 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de outubro de 2007.

Às dez horas e vinte minutos do dia dez de outubro de dois mil e sete, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as) – **SIBÁ MACHADO, DELCÍDIO AMARAL, JONAS PINHEIRO, KÁTIA ABREU, OSMAR DIAS, JOÃO RIBEIRO, JOÃO PEDRO E AUGUSTO BOTELHO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as) – Antôni,o Carlos Valadares, César Borges, Expedito Júnior, Garibaldi Alves Filho, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pautA – **ITEM 1:** Audiência pública, com a presença do Ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP, **Dr. Altemir Gregolim**, com a finalidade de tratar sobre as políticas da Secretaria, bem como orçamento e planejamento 2008/2011, em cumprimento ao **REQUERIMENTO Nº 19, DE 2007 – CRA**, aprovado em 19.9.2007, de autoria do Senador Neuto de Conto, com adendo da Senadora Kátia

Abreu e do Senador Flexa Ribeiro, com a participação dos seguintes convidadoS – **Sra. Miyuki Hyashida** – Presidente da Comissão Nacional de Piscicultura da CNA; **Sr. Fernando Ferreira** – Presidente do Conselho Nacional de Pesca (CONEPE); Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as) – Kátia Abreu, Jonas Pinheiro e Sibá Machado. **RESULTADO – AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Neuto de Conto,** Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Aprovada.

O presente Requerimento destina-se à Audiência Pública com a finalidade de tratar sobre as políticas da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca, bem como do orçamento e planejamento de 2008/2011, em cumprimento ao Requerimento nº. 19/2007-CRA, aprovado em 19/09/2007, de autoria do Senador Neuto De Conto, com adendo da Senadora Kátia Abreu e do Senador Flexa Ribeiro, com a participação dos seguintes convidados, que os convido para fazer parte da MesA – Ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, SEAP, Dr. Altemir Gregolim – Que já está na mesa; segundo, a Sra. Miyuki Hyashida, Presidente da Comissão Nacional de Piscicultura da CNA – Não chegou ainda; terceiro, o Sr. Fernando Ferreira – Presidente do Conselho Nacional de Pesca, CONEPE; quarto, Sr. Ivo da Silva, Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aqüicultores, CNPA.

Passamos neste momento a palavra ao Ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, SEAP, Dr. Altemir Gregolim.

SR. ALTEMIR GREGOLIM – Bom dia a todos. Quero cumprimentar aqui ao Senador Neuto De Conto, e a agradecer de coração a disposição do Senador de colocar esse tema nesta Reunião da Comissão de Agricultura. Ele que é de Santa Catarina, conterrâneo lá do nosso Estado, então agradecer, Senador Neuto de Conto, esta disposição de abrir este espaço para a gente aqui.

Cumprimentar ao Fernando Ferreira, que é Presidente do CONEPE, o CONEPE reúne todas as entidades empresariais do setor de pesca e aqüicultura, e o Fernando vem desempenhando com muito brilho essa função que assumiu no ano passado.

Cumprimentar também ao representante da CNA, que chegou agora, está aqui presente também, prazer. Cumprimentar ao Senador Sibá Machado, ao Senador Jonas Pinheiro e à Senadora Kátia Abreu, que também está presente. Cumprimentar a todos os demais presentes, a Assessoria, ao Davi, que é Assessor especial lá da Secretaria da Pesca. Também o Rafael, que é Assessor Parlamentar, e o Marcos, que é Assessor de Imprensa, que também estão aqui presentes.

Quero dizer que para nós esta Reunião é extremamente importante para que a gente possa colocar a importância do setor pesqueiro e aqüícola para o Brasil, as perspectivas deste setor, que são muito positivas, o estágio atual de implementação também das políticas, quais as políticas que efetivamente estão sendo implantadas, quais as políticas que se propõe para os próximos quatro anos.

Então, de forma objetiva, eu gostaria, inicialmente, de utilizar uns dez minutos para fazer uma exposição muito rápida de qual é o estágio atual de desenvolvimento desse setor, qual é a importância de o Brasil investir no desenvolvimento do setor, qual é a importância dele do ponto de vista econômico, social e do potencial de inclusão de pessoas no processo de desenvolvimento através da pesca, através da aqüicultura, que é na verdade o cultivo, tanto em águas continentais como nas águas marítimas do nosso território, o Brasil, que tem uma riqueza de recursos hídricos como poucos países do mundo têm. E ao mesmo tempo falar um pouco do orçamento e o que a gente pensa para o próximo ano em relação a isso.

Primeiro, cada um recebeu um material que tem esses elementos da apresentação. Primeiro, o setor pesqueiro e aqüícola tem um significado bastante grande já no Brasil, e é nessa tese que nós defendemos a importância de investir no segmento. O Presidente Lula criou a Secretaria em 2003, deu uma outra perspectiva, e é uma instituição que vai se consolidando e abrindo cada vez mais espaço do ponto de vista das ações públicas e na relação com o setor também.

O setor é responsável pela produção de um milhão de toneladas de pescado ao ano. Têm girado em torno disso, um milhão, um milhão e 15, um milhão e 30 mil toneladas ao ano de captura e de cultivo. Deste um milhão, 70% são captura e em torno de 30%, 250 mil toneladas são cultivadas, resultado principalmente

do crescimento produção da carciniculturana na Região Nordeste nas últimas décadas, e agora puxado também pela piscicultura. A piscicultura em tanques escavados, a piscicultura em tanques rede começa a ser produzida.

Ou seja, a aqüicultura cresce a mais de 20% ao ano nos últimos dez anos, muito acima da média mundial, que é torno de 8% ao ano. Segundo, o PIB pesqueiro representa hoje cinco bilhões de reais, gera 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos, e nós temos em torno de 700 mil profissionais, pescadores e aqüicultores, envolvidos diretamente na atividade. Ou seja, são famílias que tiram dessa atividade a sua renda e que geram essa riqueza para o País.

Então, do ponto de vista econômico e do ponto de vista social, é um setor bastante importante para o País. Mas, mais do que isso, tem um potencial bastante grande, e é nisso que a gente a aposta e justificativa a importância dos investimentos que estão sendo realizados. E através desse argumento, também, nós pleiteamos mais recursos, porque a gente vê perspectivas reais no desenvolvimento da atividade.

Quais são as perspectivas do setor para 2030? Isso são dados para 2030, FAO. Nós concluímos um estudo, seguramente um dos mais importantes já realizados no Brasil, vamos publicar no próximo mês, a projeção de que a FAO faz é de que o consumo per capita em nível mundial passará de 16 quilos para 22,5 quilos/habitante/ano em 2030. Ou seja, há um crescimento gradativo, resultado principalmente da substituição de carnes vermelhas por carnes brancas. O consumidor tem essa tendência. A tendência mundial é um aumento do consumo de carnes brancas, e o pescado é uma carne nobre.

Por essa projeção, em 2030 nós teremos uma necessidade da ofertar pelo menos mais 100 milhões de toneladas de pescado ao ano. Essa é a projeção da FAO. E a FAO diz o seguinte: O Brasil deverá produzir pelo menos 20 milhões de toneladas para não faltar pescado em nível mundial. Hoje nós produzimos um milhão de toneladas.

Ou seja, nós temos um campo aberto para a produção, em função do quê? Em função do potencial que nós temoS – A riqueza de recursos hídricos, água em abundância, clima favorável, espécies promissoras. Temos tecnologia – Embora isso seja um processo permanente -, mas nós temos 13% da água doce do mundo; temos 8.500 quilômetros de costa marítima; temos mais de cinco milhões de hectares de lâmina d'água só em reservatórios de hidrelétricas, o clima, em mais de 70% do território é calor o ano inteiro, sol, e espécies, além das que capturamos, que são espécies nobres. Diferente, por exemplo, do Pacífico. O Peru é o segundo maior produtor mundial, produz em torno de dez milhões de toneladas, mas é a anchuita, que faz farinha do peixe; não são espécies nobres como nós temos no Brasil: O camarão, a lagosta, a tainha, a corvina, o pintado, uma série de espécies em todo o Brasil. Então nós temos um mercado mundial bastante promissor, eu diria.

O impacto disso, projetado pela FAO, é de que, em produzindo 20 milhões de toneladas ao ano, nós teríamos uma geração de 40 bilhões de dólares no setor primário, 160 bilhões no setor secundário e dez milhões de empregos diretos e indiretos. Ou seja, um impacto bastante importante.

E para dizer que não é só potencial, para objetivar isso – Porque o potencial vem sendo discutido há mais de 20 anos -, eu quero dizer que isso está acontecendo, o setor tem se envolvido e tem demonstrado um interesse muito grande no processo de produção. E nós temos um dos caminhos, além de recuperar estoques na costa marítima, além de ampliar captura na pesca oceânica, que nós temos ainda potencial na zona econômico exclusiva, em águas internacionais, nós temos um foco importante, que é a aqüicultura, ou seja, a produção em águas da União e a produção nas propriedades agrícolas no interior do nosso País.

Eu trago aqui alguns exemploS – O complexo Castanhão, no Ceará, é um reservatório, nós demarcamos já esta área, uma área de sete mil hectares de águas para a produção em tanque-rede, já tem inclusive licença ambiental, outorga da Agência Nacional de Águas. A produção estimada só no Castanhão é de 45 mil toneladas de tilápia por ano, uma projeção de inclusão de mais de mil famílias, e hoje nós temos lá 100 família que estão produzindo, com outorga da Agência Nacional de Águas, que tem uma renda de 600 reais/família por mês.

O Governador e o vice-Governador tiveram uma Audiência Pública comigo há um mês atrás, pedindo agilidade na cessão, dizendo o seguinte: Nós temos fila lá, porque é no semi-árido nordestino, e essas mil famílias têm poucas alternativas de renda, não têm alternativas de renda, e a alternativa de renda que se constitui para elas é exatamente produzir peixe em tanque-rede no Castanhão, e elas estão vendo que tem cem famílias produzindo e tendo essa renda de 600 reais por mês. Para mostrar o potencial.

A Itaipu, nós demarcamos também uma área, mais ou menos um terço da área, são treze braços, dos nove. A projeção de produção da Itaipu é de 50 mil toneladas ao ano. Considerem que nós produzimos, hoje, um milhão de toneladas, então vocês vêem em que somente esses dois reservatórios podem produzir

10% do que nós produzimos em todo o Brasil, entre captura e cultivo.

A maricultura, em Santa Catarina, nós hoje produzimos lá 14 mil toneladas de ostras, mexilhões e mariscos, em 563 hectares. utilizamos 563 hectares, 900 produtores, 3200 empregos. Nós finalizamos agora, inclusive já tivemos Audiências Públicas, duas rodadas de Audiências Públicas em 14 Municípios da grande Florianópolis, nós estamos demarcando 28 mil hectares para produção de ostras, mariscos e mexilhões. Para se ter uma idéia, há dez anos atrás, o Chile produzia menos que Santa Catarina; hoje, o Chile produz mais de cem mil toneladas, porque conseguiu ordenar de uma forma mais rápida, estimulou a produção e cresceu de uma forma fantástica a produção no Chile. E nós esse potencial.

O projeto tilápia na Paraíba, é barragem também, é um projeto para 30 barragens. Aliás, é a terra do Fernando, o Fernando é de lá e hoje está no Pará. Essas 30 barragens vão envolver 630 produtores. São barragens menores, sete já estão em produção, são lagos estaduais, tem já organização, associação, cooperativa, a comercialização, parte direta, lá em Campina Grande, parte com a Netuno, com contrato assinado de entrega, um movimento econômico projetado de 25 milhões de reais por ano. E tem já um projeto DRS-Banco do Brasil de 12 milhões, que estão financiando a produção nessas sete barragens.

Eu estive lá, inclusive na despesca, as famílias estão tirando 500 reais/mês do cultivo de tilápia, e no semi-árido nordestino. Então o Nordeste, que é uma região de seca, tem muitos reservatórios, e a produção de tilápia, que a maior produtora nacional é a Região Nordeste, produz 60% da tilápia cultivada no Brasil, é uma alternativa de renda fantástica para essas famílias no interior do Nordeste.

Esses dados, só para citar alguns, nós temos hoje 1115 pedidos de cessão de águas públicas, pedidos de cessão na SEAPE, na Secretaria da Pesca, e somente esses pedidos projetam um produção de 1,5 milhões de toneladas. Eu coloco isso porque, vejam, nós produzimos um milhão de toneladas, e é emblemática essa questão da cessão, porque desde 92 que se discute isso; o primeiro grupo de trabalho para discutir isso foi em 92.

E eu tenho o prazer de dizer, hoje, aqui nesta Reunião, que acabei de assinar uma Instrução Normativa junto com o Ministro Paulo Bernardo e a Secretaria de Patrimônio da União, como diz o Presidente, destravando esse processo de cessão. Existiam várias pendências jurídicas e nós não conseguíamos dar cessão. Regulamentamos em 2004 um Decreto do Presidente que estabeleceu parâmetros, como, por exemplo, o uso de até 1% da lâmina d'água para a fim de aqüicultura, porém, até agora, a gente não conseguiu dar nenhum título de cessão. Ninguém tem cessão de águas da União no Brasil. Os que produzem, produzem de forma irregular e com Temo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público.

Então foi um drama para conseguir definir os parâmetros, os procedimentos. Como é que se faz a cessão? É um patrimônio público. Faz-se licitação pela 866, pelo maior preço? Preserva-se ou adota-se critério diferenciado para as áreas de interesse social? Para não cair nas mãos de poucas pessoas? Porque nós achamos que temos que incluir muita gente nesse processo de produção.

Então essas pendências foram atrasando os processos. E nós conseguimos agora chegar a um acordo no Governo, e eu assinei hoje de manhã essa Instrução Normativa e vai se publicada amanhã. Inclusive tenho um encontro no Espírito Santo, em Vitória, exatamente sobre o uso das Águas da União. Então nós resolvemos isso e agora isso, com certeza, vocês vão ouvir muito falar, porque vai dar um impulso na produção brasileira, podem ter certeza.

Para terem uma idéia, nós temos hoje 38 pedidos de SIF, Serviço de Inspeção Federal no Ministério da Agricultura, ou seja, 38 plantas frigoríficas de pequeno, médio porte e algumas de porte maior, o que demonstra o interesse do setor. Finalizamos a demarcação em seis grandes reservatórios de hidrelétricas, Tucurui, Três Marias e FURNAS, em Minas Gerais, Itaipu e Ilha Solteira, em São Paulo, e Castanhão, no Ceará. Várias dessas, inclusive, já têm Licença Ambiental, tem outorga da Agência Nacional de Águas, só falta a cessão.

E a cessão o que é? Nós vamos dar um título que dá o direito para o produtor produzir naquele espaço d'água por até 20 anos. Ou seja, ele vai ter segurança de investir e o banco também vai ter segurança de botar o crédito lá. Então eu diria assim, é importante do ponto de vista do ordenamento da produção. Nós estamos, desde o princípio, ordenando de forma sustentável a produção, para a gente não incorrer em resultados ruins no futuro, do ponto de vista social, do ponto de vista ambiental e do ponto de vista da produção mesmo, de sanidade, etc.

E estamos finalizando também os estudos em 51 planos locais, desenvolvendo a maricultura em oito Estados da Federação, na costa marítima. Os Estados são esses, vão do Rio Grande do Sul até Sergipe.

Então eu coloquei esses exemplos para dizer o seguinte, Senador Neuto De Conto, dizer que as condições para o desenvolvimento da atividade estão colocadas de forma muito objetiva, de forma muito con-

creta, e as perspectivas são muito reais de aumento da produção no Brasil.

Aqui eu trago algumas diretrizes do Plano Nacional, muito rapidamente, que balizam os investimentos, as ações, os programas que esta implementando. Primeiro, a idéia do desenvolvimento sustentável, e nisso a gente trabalha com muita seriedade, porque eu não vejo perspectiva para o setor se a gente não respeitar, por exemplo, a questão ambiental, a questão sanitária. Não adianto fazer um estimulo à produção e dar incentivos de forma desordenada, inclusive porque nós estamos caminhando para a certificação desses produtos. Daqui a pouco nós não vamos mais exportar produtos que não sejam certificados, que não sejam rastreados. Então esses parâmetros são fundamentais.

Uma diretriz de inclusão social, por isso aí entram os pescadores artesanais como uma política, uma prioridade do Governo, são 500 mil famílias em todo o Brasil, e também a cessão das Águas da União, de forma que permita adotar um modelo, eu diria, desconcentrado. Esse cuidado a gente tem que ter.

Tem espaço para empresas e é importante, as empresas vão ter e vão dar uma grande contribuição ao desenvolvimento da produção. Agora, tem que permitir o acesso dos produtores familiares nessas águas também.

O fortalecimento do associativismo e cooperativismo, esse é um elemento fundamental. Eu venho de uma região, inclusive, onde o cooperativismo é muito forte, e é preciso ampliar a organização produtiva desse segmento. Isso é fundamental para agregar valor, agregar renda, produzir com qualidade, produzir com preços mais acessíveis, inclusive, para o consumidor.

O fortalecimento da cadeia produtiva vai também nessa idéia de tratar o conjunto da cadeia produtiva e não só o setor primário. Hoje, um dos fatores que colocam o pescado com preço médio superior a outras carnes, como frangos, bovinos, é exatamente a desarticulação ainda que nós temos, a fragmentação da nossa cadeia produtiva. E a gente precisa tratar a questão do beneficiamento, a questão da distribuição, da redistribuição do pescado. Ter uma lógica melhor.

Hoje nós temos, por exemplo, o pescado de Santa Catarina que vai para o Rio de Janeiro para pegar preço, e muito vezes volta para a indústria de Santa Catarina. Então imaginem o custo de frete, imaginem também o comprometimento da qualidade desse pescado, muitas vezes, porque vai batendo no caminhão 2000 mil quilômetros, ida e volta. Então acho que é fundamental isso.

Articulação intra-institucional, aqui eu destaco isso, porque nós temos trabalhado buscando uma articulação com outros Ministérios, com outras instituições e entidades e com os Governos dos Estados. Eu tenho ido aos Estados, tenho tratado com os Governadores, assinado Acordos de Cooperação, para que a gente possa trabalhar numa mesma lógica, compatibilizar programas, compatibilizar ações, somar recursos, somar esforços, porque daí os resultados são muito mais positivos. E a gente tem encontrado uma receptividade muito grande em relação a isso.

Abordagem territorial, trabalhar com territórios, isso é importante, nós temos vários Ministérios que estão trabalhando, e a gente está bastante próximo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Não se trata de cada Ministério construir territórios, mas tem essa idéia de juntar, lá na ponta, Prefeituras, Universidades, instituições, Governos Estaduais, instituições e órgãos federais, dos Estados. É importante porque cria as condições não só para definir com mais propriedades as ações, mas também somar esforços e somar recursos. Então a gente tem esse programa, estamos começando a implantar este ano.

Essas são as principais diretrizes, assim como norteadoras, digamos, das nossas ações.

Metas do plano até 2011: Passar de um milhão para um milhão e 700 mil toneladas. Quando a gente olha assim, pode parecer que é muita ousadia querer aumentar em 70% a produção nacional, mas eu quero dizer que é perfeitamente possível. Nós acreditamos nisso porque as condições objetivas estão dadas. Há interesse do setor, destravamos processos de cessão.

Nós temos muitas empresas estrangeiras que estão vindo para o Brasil porque querem produzir para abastecer seus mercados, empresas espanholas, empresas francesas, empresas de países do Oriente Médio, como Israel, que são se instalando, construindo empresas mistas aqui para abastecer seus mercados. E o objetivo é gerar 300 mil postos de trabalho.

Aqui nós temos estratégias de intervenção, três grandes eixos. Primeiro, na pesca artesanal. Então aqui eu destaquei o central, além, claro, das políticas de crédito, assistência técnica, subsídio de óleo diesel, alfabetização, qualificação, essas que são políticas mais geral de fomento e tal, um gargalo importante é a infra-estrutura do setor. A infra-estruturA – Fábrica de gelo, unidades de beneficiamento, estruturas para comercialização, um veículo isotérmico, um caminhão isotérmico, feiras; que permitam ao pescador ter uma renda melhor. Então a meta ali para pesca artesanal é dotar as comunidades pesqueiras de infra-estrutura, para elevação da renda. É dominar melhor a cadeia produtiva, agregar valor e comercializar.

Então o programa que nós estamos implantando aí são Centros Integrados de Pesca Artesanal, que é exatamente essa estrutura de cadeia produtiva.

Evidente, aí é determinante a capacidade de gestão dessas comunidades, então a capacitação, qualificação, assistência técnica são fundamentais para essa população.

O outro eixo é a pesca industrial. Aí nós temos duas grandes questõeS – Uma é construir efetivamente, em definitivo, uma frota nacional. Hoje nós temos em torno de 60, 70 embarcações que são estrangeiras arrendadas por empresas brasileiras. As maiores embarcações. Prorrogamos o processo de arrendamento, inclusive, agora. O Profrota, aprovado no Congresso, um programa de crédito que tem mais de um bilhão de reais, tem este objetivO – Ele começou a rodar no ano passado, e nós queremos, nesses próximos quatro anos, ter um impacto significativo em relação a isso.

A infra-estrutura de desembarque, especialmente terminais pesqueiros, também, ou seja, dotar a costa brasileira e o interior do Brasil, especialmente a Região Norte, em que é mais forte a pesca, com terminais pesqueiros. Estamos trabalhando em torno de 20 terminais pesqueiros, uns já inaugurados, outros em obras, como Santos, como Cabedelo, na Paraíba, como Manaus, Porto Velho, outros em licitação, como Camocim, no Ceará, Natal, no Rio Grande do Norte, que foram descentralizados 12 milhões de reais para isso.

E uma terceira e última estratégia de intervenção é exatamente o desenvolvimento da aqüicultura como uma grande prioridade, pelo potencial de produção que tem. E aí envolve a demarcação dos parques, envolve o Licenciamento Ambiental, envolve a estruturação desses parques para a produção. Então as Águas da União e a produção em propriedades agrícolas, que tem se desenvolvido de forma significativa.

Eu estive outro dia em Mato Grosso, inclusive com o Senador Jonas Pinheiro, que estava nas atividades lá, presente. O Senador Jonas Pinheiro é testemunha do quanto o Mato Grosso, por exemplo, hoje, está respondendo e ampliando a produção. É uma coisa impressionante. E a riqueza de recursos hídricos que tem naquele Estado.

O Acre também tem investido nisso. A Região Norte tem um potencial muito grande. Então, na grande maioria dos Estados nós temos esse potencial e um envolvimento bastante significativo do setor, porque estão visualizando que é uma área da agropecuária e do agronegócio também com um potencial muito grande, porque tem mercado em nível internacional e tem mercado interno, porque nós consumimos ainda somente sete quilos/habitante/ano, quando a média mundial é 16, e o recomendado pela FAO são 12 quilos. Então temos muito a crescer. O bom dessa estatística é que tem espaço para crescimento.

Nós finalizamos a Semana do Peixe e fiquei surpreso porque as grandes redes de supermercados, todas, no último ano, ampliaram em torno de 20 a 30% a venda. Tem a ver com o aumento da renda também, mas estamos ampliando a comercialização de pescados.

Para nós ir finalizando, eu não vou entrar em detalhes nos programas, nós temos cinco programaS – O Programo de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, entram aí várias questões, como a subvenção econômica ao preço do óleo diesel, que é uma política importante, só no ano passado foram mais de 100 milhões de litros de óleo diesel subsidiados, tem o objetivo de equiparar o preço nacional ao preço internacional, isenção de ICMS e subsídio de até 25% no preço de litro do óleo diesel.

A infra-estrutura; os recibos artificiais, que é um dispositivo de proteção para a reprodução das espécies; os projetos de unidades demonstrativas de pesca de atuns, de anchuitas, etc; renovação da frota artesanal, que é importante.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura, que eu já mencionei, várias ações relacionadas a isso nas águas da União, propriedades privadas, preocupação grande nossa com controle de qualidade, sanidade e certificação.

As políticas de apoio ao desenvolvimento, que passam pela... Na verdade são as políticas de fomento, que dão suporte, digamos, à política mais geral.

A capacitação, que é fundamental, é um segmento em que falta muito isso.

O crédito através do Profrota, através do Pronaf-Pesca as outras políticas que temos no Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Banco da Amazônia. O Proaqua, Pescart, Propesca.

A profissionalização, colocamos CEFETs, porque nós acordamos com o Ministério da Educação que essa estrutura é a melhor para a gente investir em dois sentidoS – Uma, é curso de nível médio, que é o principal gargalo que nós temos no setor. Temos vários cursos superiores, mas temos um curso público de nível médio para esta área, e alguns mais privados. Então nós vamos investir nisso. E também cursos de curta duração, 40 horas, 60, 100 horas para pescadores, piscicultores e maricultores.

A assistência técnica é fundamental. Aí a parceria com MDA e com órgão estaduais de assistência técnica. Para que a gente possa ter sucesso, por exemplo, na produção em reservatórios, tem que ter assistência técnica. É fundamental.

O associativismo, a pesquisa, a comercialização. Comercialização, eu destaco aqui as Semanas do Peixe, a política de adicionar o pescado na alimentação

escolar, que é importante isso, nós estamos focando muito nessa política, porque cria o hábito do consumo e, ao mesmo tempo, é um mercado fantástico, porque o Brasil serve, por dia, 37 milhões de refeições. E as exportações, que também nós temos com as PECs parcerias, e os empresários têm participado de férias internacionais através dessa política.

O programa de infra-estrutura, que envolve daí terminais, Centros Integrados de Pesca Artesanal, os acessos aquaviários.

E o Programa de Gestão da Informação, que envolve monitoramento, estatísticas, gestão, o registro geral da pesca.

Estatísticas, nós temos uma parceria com o IBGE, a gente quer ampliar isso, porque não se faz política sem informação e não se mede impacto sem um sistema estatístico que dê conta disso, e aí nós temos problemas nisso. O único dado mais consistente que a gente tem nessa área é produção, e sai com dois anos e meio de atraso. Então nós queremos resolver isso.

Então esses são os principais programas.

E aqui nós chegamos, então, em relação ao orçamento. O orçamento da Secretaria, em 2003, eram 11 milhões de reais. Nos últimos três anos, nós tivemos uma média de 90, 85, 90 milhões de reais, orçamento da Secretaria. Evidente que temos recursos em outras fontes, por exemplo, todo o seguro-defeso, que eu nem mencionei aí, que é um salário-mínimo por mês durante o período em que a pesca é proibida porque é o período de reprodução, o desembolso ocorre através do Ministério do Trabalho. No ano passado, foram 312 mil pescadores que tiveram acesso, 352 milhões de reais só em seguro-defeso, no ano passado. Água doce e água salgada. Toda a política no Brasil. Este ano deve chegar a quase meio bilhão de reais, pelas projeções. O crédito passa por outras áreaS – MDA, fundos constitucionais. O Ministério da Integração tem recursos na CODEVASF e DNOCs, de sorte que a gente tem mais de um bilhão de reais que são direcionados para esse setor.

Mas os programas de apoio, que eu diria que dão a base para o desenvolvimento, estão na Secretaria da Pesca. E nós temos ampliado gradativamente o orçamento, mas ele ainda é aquém da necessidade. O orçamento que veio aqui para o Congresso aumentou de 80 milhões para 160 milhões de reais para o próximo ano. Esse é o parâmetro. E nós estamos dialogando com o Congresso Nacional, com as várias bancadas dos Estados, Comissões, e esta oportunidade também aqui é extremamente importante, por isso que eu quero agradecer de coração esta oportunidade, porque além de a gente apresentar o setor, também o objetivo é a gente colocar, dialogar com os Senadores a possibilidade de alguma emenda, uma emenda de Bancada, aliás, de Bancada não, da Comissão. São cinco emendas que tem direito a Comissão, três emendas. Na Comissão de Agricultura da Câmara é que são cinco. Cinco? Melhor, não é? Melhor. Cinco emendas, então, o que eu gostaria de ver com os Senadores e Senadoras é a possibilidade de nós termos uma emenda de Bancada para impulsionar esse segmento através de mais investimentos.

E nós estamos fazendo sugestões. São sugestões para análise, são duas sugestões que nós estamos apresentando, uma que seria uma emenda de 20 milhões de reais para estudos, demarcação e estruturação dos parques aqüícolas nos reservatórios de hidrelétricas e na costa marítima, extremamente importante, porque você não desenvolve a atividade sem isso estar feito. Não adianta ter o crédito, não ainda ter a assistência técnica, não ainda ter essa política, se não tem a base que é ordenar a atividade. Então nós, com 20 milhões, nós temos condições de demarcar áreas pelo menos em 20 reservatórios de hidrelétricas e em várias Estados da Federação na costa marítima, principalmente no Nordeste, que está demandando muito isso, até o Norte. Já parte do Sudeste e Sul e parte do Nordeste a gente está investindo. Citamos algumas barragens, são algumas prioridades, mas tem outras também, isso fica aberto para discussão, mas seria de uma utilidade muito grande. Porque no momento em que se demarcou área, dividiu os lotes,um hectare, dois hectares, e faz a cessão, estão criadas as condições para os investimentos e para o desenvolvimento da produção. Então, digamos, é uma política estruturante. Esse que é o objetivo, uma política estruturante na área da aqüicultura.

E segunda sugestão é uma proposta na área de infra-estrutura, então, para o setor. Que seria exatamente investimentos em unidades como fábricas de gelo, unidades de beneficiamento, estruturas para comercialização, os Centro Integrados da Pesca Artesanal e da Aqüicultura, que é o grande gargalo. Investimento em infra-estrutura para agregar valor e para garantir mais qualidade ao pescado, para encurtar, eu diria, a cadeia produtiva até chegar ao consumidor, para ter preços, inclusive, mais acessíveis. Um dos grandes desafios nossos é exatamente isso. Então é também uma medida estruturante.

Uma sugestão de uma emenda de 20 milhões de reais.

Então, rapidamente, tirei já um bom tempo, um pouco para apresentar um quadro do setor e apresentar essas sugestões para dialogar com os Srs. e Srªs. Senadoras.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Dr. Altemir Gregolim.

E ouviremos, de imediato, a palavra da Sra. Miyuki Hyashida.

SRA. MIYUKI HYASHIDA – Bom dia. Eu cumprimento o Presidente da Comissão da Agricultura, Senador Neuto De Conto, autor do Requerimento desta Audiência Pública, juntamente com os Senadores Senadora Kátia Abreu e Senador Flexa Ribeiro. Agradeço também esta oportunidade. Cumprimento o Ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, Dr. Altemir Gregolim.

Agradeço também a oportunidade de poder estar aqui brigando pelas política de desenvolvimento do nosso setor.

Exmªs. Senadoras, Exmos. Senadores e público presente, olhem, eu vou estar apresentando aqui grande parte do que o nosso Ministro já apresentou também, então a agente vai estar fazendo uma fala um pouco mais rápida, e vamos estar passando aqui o que são de considerações que na verdade a gente gostaria de estar aqui reafirmando.

Nós, com a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, nós estamos fazendo um trabalho em conjunto também, viu, Ministro? Junto com a SEAPE, que é nosso parceiro, e o SEBRAE nacional. Então a gente tem o maior agronegócio do mundo, com 600 bilhões de dólares, respondendo a 16% da oferta mundial da proteína animal. Soma 55 bilhões em exportações anuais, o mercado é duas vezes maior que o complexo soja, sete vezes maior que o negócio de carnê bovina, nove vezes maior que a carne de frango e 20% maior que a de calçados.

Nós colocamos ali a aqüicultura. De 1970 a 2002, o crescimento dela de 8,9%, a pesca de 1,2% e a produção animal terrestre de 2,8%.

No período também de 1970 a 2002, a produção da aqüicultura em milhões de toneladas passou de 3.500 para 60 milhões de toneladas, e a movimentação financeira no período foi de 70 bilhões de dólares.

A aqüicultura na produção mundial de pescados, também no período de 70 a 2005, ela representava 3,9 e passou para 49%, com crescimento de 41.1, de 70 a 2005. O crescimento da aqüicultura nacional, a gente, considerando os outros tipos de produção, nós temos aí a aqüicultura despontando bem na frente, quase com 25%.

O consumo per capita, também dito pelo nosso Ministro, o atual é de 6,5 quilos per capita. O recomendado pela Organização Mundial de Saúde é de 13 quilos per capita, e a projeção, de 2010 a 2020, é de 20 a 30 quilos per capita. Para 200 milhões de habitantes, a produção de quatro a seis milhões de toneladas/ano, e o déficit mundial, em 2010, vai ser de 25 milhões de toneladas. Aí nós temos o Brasil como o maior potencial do mundo.

Nesse potencial, até gostaria de estar falando aqui para o nosso Ministro, que a gente viu grande parte de trabalho em cima da pesca, em cima de maricultura, e nós, ali da Região Norte, temos uma vontade muito grande de trabalhar em cima dos nossos peixes, que são os nossos peixes nativos. Hoje nós temos o potencial do maior peixe de escamas do mundo, que é o pirarucu. O segundo maior peixe de escamas do mundo, o tambaqui. A gente tem, além disso, os peixes mais esportivos do mundo, nós temos o tucunaré, nós temos o aruanã, temos os peixes de couro, igual a piarará, igual o pintado, a pirapitinga, ali em cima, então a gente gostaria também de ser incluído com pesquisas, porque nós poderíamos estar colocando o grande diferencial do mundo.

Porque na verdade, hoje, a gente coloca a tilápia, que tem um estudo no mundo inteiro, e o mundo inteiro faz a tilápia melhor que nós. Agora, esses peixes que nós temos, ninguém no mundo tem. Sabe? Então são peixes que, na verdade, hoje, dentro de um mercado internacional, nós já estivemos na Europa, e a gente sabe que quase todo mundo ali pede o pirarucu, pede o pintado, pede esse tipo de espécies, também, que a gente gostaria que fossem desenvolvidas.

Porque senão vai acontecer como aconteceu com o cupuaçu: Levaram o cupuaçu, depois os japoneses lá patentearam, e a patente ficou errada, porque depois foram os japoneses que patentearam.

Mas eu acho que é hora de a gente enxergar as espécies de que hoje a gente tem a maior biodiversidade do mundo. Na Região Amazônica foram catalogadas mais de três mil espécies. Então essa situação nossa é a situação que a gente gostaria já de trabalhar, nessa preservação de espécies que nós temos, e já começar com pesquisas também nesse sentido.

Inclusive os parques aqüícolas que o senhor está aqui pleiteando, vou pleitear junto, porque eu acho que isso é a grande tacada da nação, que é onde a gente vai conseguir aumentar em três, quatro vezes a produção, e fazer essa situação que o senhor mesmo está dizendo, em cima do sustentável social, colocar lá nossas coloniais de pescadores, porque vão construindo hidroelétricas, uma em cima da outra, e os pescadores? Vão estar fazendo o que nessa situação? Então gente poderia estar trabalhando com esses parques, o que agilizaria o problema de licenciamento, que o senhor vai ver que tanto dentro da CONEPE como dentro da CNA, como todas as outras, eu acho que todo mundo colocou esse grande problema como o que trava, hoje, a nossa atividade.

Fora esse potencial enorme que a gente viu, hídrico, que tem o clima, tudo que o Ministro já disse.

Aí tem a distribuição da piscicultura por Região no Brasil. E o senhor está vendo que, apesar das espécies todas, que a gente está aqui. Eu gostaria que os senhores vissem também, Sr. Ministro e Srs. Senadores que a Região Norte, apesar de ser a que tem a maior biodiversidade do mundo, ainda é a que tem a piscicultura em menor quantidade, talvez por menos colocação de pesquisas, ou por recursos mesmo, financeiros, que, na verdade, a gente já precisaria estar trabalhando. Então eu gostaria que o senhor ajudasse a gente nisso.

Essa também é a distribuição nacional de formas jovens para a aqüicultura continental brasileira. Aí também 33% do Nordeste, a gente vê 25% que é o do Sudeste, e a menor porcentagem também ainda é na Região Norte.

Aí são os laboratórios de produção de alevinos, que na verdade eu acredito que são bem mais do que isso, mas como a gente tem a dificuldade imensa de a gente conseguir, na Legislação toda, colocar esses laboratórios em ordem, a gente, por enquanto, está numa situação mais ou menos assim.

A nossa Comissão Nacional de Piscicultura tem como objetivo esse fórum de apresentação e discussão das demandas do setor produtivo, contribuir com a criação de uma Legislação especifica para o setor, simplificando os processos para a legalização dos nossos empreendimentos, propiciar a concretização de ações que aumentem a competitividade e reduzam os riscos da atividade. São os objetivos nossos.

A nossa Comissão já tem esses assunto em pauta, juntamente com o SEBRAE nacional e a SEAPE, que é a adequação da Legislação Ambiental e suporte aos órgãos ambientais.

Nós já estamos até trabalhando com cursos de nivelamento lá no Norte, porque como a gente não consegue licenciamento... Por exemplo, dentro dos nosso Estado, nós temos 600 pisciculturas, tem 11 licenciadas, as outras todas com uma dificuldade imensa de licenciamento, com uma produção enorme, tanto é que o senhor acho que foi à Indústria Tamborá, lá do Tocantins, que hoje o senhor sabe que é a maior indústria de peixe amazônico do País. A gente coloca dentro do mercado de Carrefour, você vai achar em São Paulo, você vai achar em Ribeirão Preto, você vai achar para todo lado esse peixe amazônico. Então o que a gente gostaria também é trabalhar em cima dessa Legislação e tentar nivelar.

Eu acho que os órgãos ambientais estão com certas dificuldades de entender, na verdade, o que a nossa atividade faz, porque quase todo mundo acha que nós somos só impactantes, e o peixe não viveria numa água só ruim. Então eu acho que na verdade o peixe é o termômetro da águA – Se o peixe estiver vivo lá, a água é boa.

Então a outra coisa é a regularização, que a gente está pedindo também, do uso da águas públicas de domínio da União. Que é essa situação que o senhor está pedindo a colocação desse dinheiro nos parques aqüícolas.

A operacionalização do seguro aqüícola, que eu sei que é alguma coisa que já tem dentro da SEAPE em cima de produtores.

A implantação de pequenas indústrias de beneficiamento, CONSIF, porque hoje todas as plantas para colocação do produto, o senhor sabe que são só plantas enormes, que muitas vezes os produtores nem tem a condição de fazer. Então essas situações de trabalhar o associativismo, o cooperativismo, mas trabalhar em indústrias menores, de acordo com a produção, de acordo com o mercado. A gente faria em módulos o aumento disso.

A tarifação, também, diferenciada da energia elétrica.

O diferenciamento das linhas de pesquisas, por isso que a gente está pedindo também pesquisas para os nossos peixes nacionais.

A capacitação e a difusão tecnológica para os produtores.

O Programa de Sanidade Aqüícola, que é o senhor também já falou, que daqui para frente a gente vai tentar colocar só peixe com selo dentro do mercado. E o Programa de Promoção dos Produtos Aqüícolas.

A próxima é o estudo setorial, mas isso é feito também pela SEAPE, e os problemas detectados, também o senhor pode estar olhando ali, é muito parecido com o que o CNA já está fazendo também.

Então eu acho que tem tudo isso de bom, que a gente pode minimizar uma porção de situações e gastos, e trabalharmos realmente juntos.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Agradecemos as informações, a palestra da Dra. Miyuki Hyashida. E passamos também para ouvir o Dr. Fernando Ferreira, Presidente do Conselho Nacional de Pesca, CONEPE.

SR. FERNANDO FERREIRA – Sr. Presidente Senador Neuto De Conto, autor do Requerimento nº. 19 desta Audiência, a quem o CONEPE agradece, com o adendo da Senadora Kátia Abreu e do Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Pará, a quem agradecemos também. Ministro Altemir Gregolim, Ministro da Secretaria Especial de Pesca, Sr. Senador Sibá Machado, Sr.

Senador Jonas Pinheiro, lá do Mato Grosso, e demais autoridades presentes.

Como o Ministro se referiu no início, nossa entidade, Srs. Senadores e autoridades, é a entidade que congrega o setor empresarial da pesca em todo o território nacional, tanto da pesca quanto da aqüicultura.

Nesses anos, nós temos estreitado os relacionamentos de trabalho com o Governo, com os demais órgãos de Governo, em especial a SEAPE, que é o guarda-chuva, hoje, do setor pesqueiro e aqüícola nacional. Foi uma promessa, um compromisso de campanha do Presidente Lula, que criou a SEAPE, porém ainda está, o Ministro sabe disso, o Governo também, está longe a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, ainda está longe de atender as necessidades e as demandas do setor, tanto pesqueiro como aqüícola.

O Ministro tem feito um grande esforço, um grande trabalho, há de se registrar, em conjunto com o setor,mas nós sabemos, nós dois, eu e o Ministro sabemos das demandas das necessidades, inclusive de alguns entraves de outros órgãos do Governo. A fragmentação, Sr. Presidente, da pesca, hoje, em vários órgãos do Governo, isso dificulta muito as ações de Governo. Hoje nós temos a pesca, se eu não estou equivocado, pelo menos em seis ou sete órgãos de Governo. Não é, Ministro? Vai da SEAPE ao IBAMA, ao Ministério de Integração, até o MRE cuida de pesca.

Então, desculpe, esse aqui foi um panorama do nosso trabalho apresentado ao Presidente da República quando nós tivemos Audiência. Eu assumi o CONEPE em novembro de 2006, 30 dias após a minha posse solicitamos uma Audiência ao Sr. Presidente, onde nós apresentamos, o Ministro Gregolim também estava presente, onde nós apresentamos o nosso panorama, que faz parte de um documento também que eu vou depois repassar ao Presidente Senador Neuto De Conto desta Comissão. Essa é uma visão do setor e as ações de Governo para que atinjamos essa meta. Não é fácil, mas eu acho que se todos nós fizermos o nosso papel, o Senado Federal, o Congresso como um todo, os empresários, o Governo como um todo, se não atingirmos as metas, com certeza chegaremos perto. Os demais órgãos parceiros, o CNA, a Confederação também dos trabalhadores da pesca.

Isso aqui foi a carta que nós fizemos ao Presidente. Isso aqui, segundo a nossa visão, que os números da pesca, por a pesca ainda ser uma atividade que está, vamos dizer, em processo de organização, depois desses anos todos, agora que nós temos a Secretaria Especial de Pesca e vamos trabalhar em conjunto com esse Senado para ver se transformamos ela no Ministério da Pesca. Não é, Senador? Então isto aqui, os números da SEAPE são uns, do IBAMA são outros e do setor são outros. Vocês vêem há uma discrepância ali.

Um milhão e 200 mil empregos, a nossa meta é chegar em 2010 com dois milhões de empregos.

Hoje a produção nacional é um milhão e 200 mil toneladas, queremos chegar a um milhão e 700 mil toneladas, em 2010.

O consumo da per capita já foi mencionado aqui, bate.

A distribuição de empregos, hoje, 70% estão nas atividades primárias, que na realidade é a pesca em si, e só 30% estão nas atividades secundárias.

Qual o objetivo do setor empresarial? É que invertamos essa posição, porque essa posição aqui de 30% só e 70% aqui, ela não agrega valor ao produto e nem agrega valor à mão-de-obra, nem melhora a situação de quem trabalha na pesca. Então o objetivo é 60% na verticalização e aumentar para 40% a secundária. Aí inclui-se a industrialização, a distribuição, as exportações.

Mais empregos, mais qualificação do trabalhador, maior valor agregado ao produto, que isso é que interessa ao País.

42% mais da produção com incremento de 62% do PIB da pesca. O PIB da pesca, hoje, nacional, em reais, está estimado em 5,1 bilhões de reais, cinco bilhões de reais. Queremos passar, até 2010, para oito bilhões e cem. As exportações brasileiras estão na faixa de um bilhão e 200, queremos chegar a três bilhões e 300. O mercado interno, hoje, é de 3,9 bilhões, e nós projetamos, para os próximos quatro anos, chegar a quatro bilhões e 800.

Aqui está o equilíbrio da pescA – Situação atual, 70%. Um bilhão e 200. A meta é de quatro bilhões e 800, 60%, ou seja, inverter. Hoje está 30%, se inverte aqui o equilíbrio da pesca.

E aqui está a verticalização dos produtos. Hoje o Brasil já produz calçados de alta moda, empresas que hoje já participam de feiras internacionais de moda em Paris. Aqui é a parte de *nuggets*, medalhões, o picadinho de peixe, que hoje está sendo colocado na merenda escolar já, Ministro e Senadores, tem empresas já vendendo para as Prefeituras de Recife e Fortaleza já essa proteína, quer dizer, isso aqui era feito, antes era dispersado, porque isso é a fauna acompanhante que se jogava fora, hoje a pesca está procurando verticalizar, e aproveitando toda a proteínas sacadas do mar. Aqui você tem o Kanikama também, já no Brasil produzindo, aqui o medalhão de peixe, que é um hambúrguer de peixe, e os outros pratos, outros produtos, e os valores agregados.

Então esse é o objetivo do CONEPE – Estimular as empresas e o Governo em investimentos focados

na verticalização da produção, nas políticas de verticalização.

O aumento da produtividade e receita com baixo impacto, com mais agregação de valor da produção aqüícola e da cassinicultura, mudança no foco extrativista para o aproveitamento da produção. É aquilo a que eu me referi: Antes a gente só se preocupava com o extrativismo, é igual no Brasil, vendia madeira, hoje nós queremos exportar o produto final. Nossas empresas, inclusive a nossa, recebe muito pedido de países como China e Coréia, para vender a matéria-prima; isso não nos interessa, nós queremos atingir o mercado do produto de valor agregado, até mesmo porque, para agregar mais valor à mão-de-obra.

Maior aproveitamento dos produtos extraídos com a geração de mais empregos e receita, eu já comentei. Isso aqui é muito importantE – Com a mesma matriz pesqueira. Aquele tal do desperdício, todo peixe que era jogado fora em alto-mar, você tem a pesca de camarão, 60% da pesca do camarão é fauna acompanhante, ou seja, para cada dez toneladas de camarão selvagem capturado via arrasto, 60%, seis toneladas eram jogadas fora. Isso há três, quatro anos atrás. Hoje o pessoal da frota de camarão já põe barcos acompanhando, porque não dá para congelar, no mesmo barco de camarão, você congelar peixe, que você vai ter prejuízo, então já tem barcos acompanhando de parelha, aquela pesca que era descartada, jogada em alto-mar, que virava problema ambiental e perda de divisa, quer dizer, gerava um problema sério, hoje está sendo transformado naqueles produtos que os senhores viram anteriormente. Quer dizer, a matéria-prima está vindo para a indústria, fazendo a poupa do peixe e transformando naqueles produtos.

Sem contar a pele do peixe, que era jogada fora, e que hoje está fazendo moda. Então isso com a mesma matriz, ou seja, sem aumentar um quilo de esforço daquilo que já vinha se usando na pesca, porque os recursos naturais, em certas espécies, já estão dando sinais de esgotamento, de subplotagem.

As ações estruturantes por parte do Governo, o Ministro já mencionou muitas delas aqui, está dentro já do orçamento da SEAPE, isso aqui é uma antecipação que nós fizemos naquela Audiência, essa apresentação foi feita ao Presidente da República naquela época, está aqui: A definição das decisões em um só órgão de Governo, conforme já recomendava o Projeto REVISER contratado pelo próprio Governo. Isso foi uma Consultoria internacional que o próprio Governo contratou, onde ele recomenda, para melhor absorção das verbas públicas, aproveitamento das verbas e eficácia do órgão, que seja num só órgão de Governo. Que traremos todos para a SEAPE, transformando num Ministério.

O reconhecimento, Srs. Vereadores – Isso aqui é muito importante para todo o setor, tanto pesqueiro quanto aqüícola -, o reconhecimento da atividade pesqueira e da agroindústria para efeito de crédito e trabalhista também, no Art. 187 da Constituição Federal. No art. 187, como os senhores sabem, ali está considerada a pesca como uma atividade rural. Hoje, para os senhores terem idéia, nós pagamos a energia elétrica que paga um clube, que paga um prédio de luxo. A indústria pesqueira paga a mesma energia elétrica. É isso que a Dra. Miyuki Hyashida estava falando. Nós precisamos da energia elétrica considerada dentro do agronegócio da pesca. Uma energia elétrica rural para toda a cadeia, tanto da aqüicultura quanto da industrialização, que já batalhamos isso, mas nós solicitamos o empenho dos Srs. Senadores, principalmente desta Comissão, que façamos um trabalho em conjunto, com a SEAPE também, para ser reconhecido isso aqui. Isso é muito importante para o desenvolvimento do setor, Senadores.

Legalizar a utilização das águas públicas, isso aqui foi naquela época, mas o Ministro já acabou de dar a boa notícia aqui que acabou de assinar o decreto regulamentando as águas públicas. Isso era uma reivindicação do setor quando apresentamos ao Sr. Presidente da República.

E as políticas públicas de acesso ao crédito, principalmente considerando o crédito dentro do Art. 187 da Constituição, como atividade rural, que o crédito para pesca, todos nós sabemos que ele não está enquadrado como crédito agrícola e é muito difícil, tanto é que está aí comprovado o estoque da dívida da inadimplência dos bancos oficiais, dos Programas da Pesca, e não conseguem pagar, porque é considerado um crédito industrial comum. Quer dizer, o cidadão que pega para veículo, para qualquer coisa, a pesca paga a mesma de juros. Então não tem como desenvolver, não tem como você gerar mais empregos ou investir em ativo fixo ou em bens de capital para modernizar nossa indústria para competir com as indústrias internacionais, como dos espanhóis e outros.

As ações da SEAPE, eu não vou me alongar aqui, que o Ministro já colocou, mas eu gostaria de alertar ao Ministro e aos Srs. Senadores, quando ele fala em capacitação técnica profissional da mão-de-obra, Ministro, é realmente capacitar os nosso tripulantes aquaviários. Hoje nós sabemos que um dos países que tem uma pesca mais profissional é a Espanha, ou seja, a Europa, e com esses espanhóis, com esses europeus que a gente concorre lá fora. Hoje os nossos mestres

de barco já estão se aposentando e nós não estamos tendo uma geração nova já capacitada.

Então nós queremos, Sr. Ministro, uma escola de pesca, uma ou duas no Brasil, aos moldes como tem na Espanha aquela Escola de Vigo, aos moldes como tem no Peru, que o senhor mesmo já mandou emissários seus ano passado ao Peru para verem. Aquele tipo de escola de pesca, para a gente desenvolver a pesca oceânica, e atrair o jovem para a atividade de pesqueira, de pesca, porque a pesca, antigamente, era considerada... Quem é pescador? É aquele cidadão que não conseguia emprego, que não se capacitou para a vida em outras atividades, ele ia ser o quê? Pescador. Hoje nós precisamos do pescador profissionalizado, capacitado. Ele saber principalmente nas questões sanitárias, que nós concorremos hoje com o mundo inteiro e com o Brasil mesmo.

O nosso cliente maior hoje é o Brasil. O consumidor brasileiro, hoje, ele é tão exigente quanto o mercado. Eu costumo dizer nas minhas palestras que o estômago nosso, do brasileiro, é igual ao do americano, do espanhol. Só muda um pouco que lá o poder aquisitivo deles é maior do que o nosso. Mas hoje nós queremos, essa questão sanitária é padrão mundial. O senhor sabe disso. E eu gostaria de ver dentro da SEAPE, realmente, uma verba maior, Ministro, para essa questão sanitária. Apesar de que é atribuição do Ministério da Agricultura, mas eu e o senhor já debatemos muito isso a portas fechadas, da nossa angústia, que ainda é muito além essa questão sanitária. O Brasil ainda está brincando.

Estive com o Ministro da Agricultura na semana passada, em reunião com ele, e mostrando para o MinistrO – "Ministro, o senhor está indo para a Europa discutir a carne agora" e a bola da vez, Sr. Senador Neuto De Conto, será a pesca. E Santa Catarina é um dos grandes produtores de pesca. Se nós não cuidarmos, o Ministério da Agricultura não cuidar, Srs. Senadores, da questão sanitária, nós temos um problema sério, hoje, fiscais sanitários do VIGIAGRO levando 15 dias, Sr. Ministro, 15 dias para assinar uma Licença de Importação nos portos. Quer dizer, isso trava qualquer País, hoje, em exportação.

A implantação dos terminais pesqueiros, isso o Sr. Ministro, a SEAPE já está cuidando, principalmente aqueles demais que já vinham de longa data, como o Rio de Janeiro, que foi uma promessa de campanha do Presidente, esse realmente nós sabemos que o senhor já está se empenhando e já tem soluções, isso aqui foi a demanda daquela época.

Eu vou ser mais rápido aqui.

Os investimentos da inovação tecnologia é aquilo que nós estávamos falandO – Capacitar o cidadão para ele ter acesso às tecnologias. As embarcações, hoje, são embarcações modernas, são essas que nós queremos, quer dizer, tecnologia. Com tecnologia a gente alavanca esse País.

Reconhecer o setor pesqueiro, aquilo que eu estava falando, como atividade rural, essa é uma reivindicação do setor.

Inclusão dos pescadores artesanais no programa de seguro desemprego, também, Sr. Ministro. A gente sabe.

Os investimentos de estoques.

Eu gostaria de passar mais rápido agora, que já comentei sobre essas ações sanitárias, para a gente ganhar tempo.

Ações do MinistériO – Reordenamento e consolidação da Legislação, fiscalização permanente, que nós sabemos hoje que o IBAMA, eu e o Ministro sabemos muito bem disso, que a fiscalização é precária, nós já solicitamos à Ministra Marina Silva mais recursos, Srs. Senadores, para a fiscalização da pesca, senão a SEAPE não consegue implementar suas política, nós sabemos disso, não é, Ministro? E a verba que é destinada à pesca é muito aquém daquelas verbas destinadas à fiscalização para as florestas. Nós sabemos que a floresta, hoje, vamos dizer, tem que ser fiscalizada, mas a pesco também, hoje, por essas demandas, e nós queremos um setor realmente organizado, nós primamos pela coisa correta, nós solicitamos até aqui dos Srs. Senadores se puderem fazer um pedido, uma ação sobre o Ministério da Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, para que ela olhe com mais carinho, destine mais verbas à fiscalização. É o setor que pede, não é só o Governo, porque sem fiscalização, sem ordem, a desordem está feita. Está aí a pesca da lagosta e outras, por isso que chegou ao ponto em que chegou, por falta de fiscalização, que é uma ferramenta importante.

E aí foi a carta que nós entregamos ao Presidente. Esse documento está consolidado, Senador e Presidente da Comissão, Senador Neuto De Conto, nesse documento recebido pelo Presidente da República, a qual eu deixo com V. Exª. e passo às suas mãos, está bem detalhado.

Gostaria de agradecer esta oportunidade ao Presidente da Comissão, ao Ministro e aos demais Senadores que estão prestigiando, e gostaria de contar, realmente, com os Senadores. Está tramitando um Projeto de Lei no Senado, e já foi apreciado pela Comissão de Meio Ambiente, e o Senador Flexa Ribeiro fez um voto aparte, está sendo aprovado e depois vai para a Câmara, exatamente tratando desta questão da pesca como atividade rural, nós pediríamos realmente o apoio de V. Exªs. para o desenvolvimento desse se-

tor que gera essa quantidade de empregos e de renda para o País, conforme apresentamos.

Depois, em seguida, se for alguma pergunta do Ministro ou dos Srs. Senadores, estaremos à disposição. Mais uma vez, muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Agradecendo aos três participantes deste importante debate, eu pediria licença aos nobres para fazer só alguma observação, como subscritor do Requerimento também, e dizer que o meu Estado de Santa Catarina é o primeiro em pesca do País, onde ela tem como tradição a pesca do mar.

Quando Secretário da Agricultura, há 20 anos passados, lançamos um programa fantástico que foi que toda propriedade que tivesse interesse e quisesse, poderia requer um açude da Secretaria de Estado para fazer aqüicultura. Mas, naquele momento, não era para vender, não; era para subsistência da pequena propriedade rural, como um meio de um dia por semana ou dois dias por semana ter uma variedade diferenciada de alimentação na propriedade. E certamente sobrariam outros produtos para vender.

E eu tinha uma indignação muito grande, porque eu venho do meio rural e da pequena propriedade rural, onde tem que se plantar, tem que se preparar a terra, tem que adubar, tem que colocar os herbicidas, e tem que esperar que a providência divina nos dê tempo bom para que se faça uma boa colheita para armazenar e depois comer. E o pescador só colhia. Eu ficava indignado, porque, embora sendo os maiores pescadores, eles não precisavam preparar a terra, não precisam adubar, não precisam passar herbicidas, e sim buscar as colheitas no mar.

E nós lançamos, então, alguns desafios. O primeiro deles foi, além da aqüicultura, foi o camarão cultivado, que nós somos grandes produtores no Sul do Estado, e que hoje tem um destaque. Temos a tilápia da Serra, com água gelada, com frigorífico e, principalmente, com tratamento de um processo diferenciado, não congelados e sim defumados, muito importante.

E o que mais nós atuamos foi em conquistar, naquele momento, alguém que quisesse trabalhar no mar com culturas, e que pudesse produzir em cercados. E lançamos a ostra.

A ostra foi um trabalho muito profícuo, onde num primeiro momento, meu caro Ministro, conseguimos dois pescadores que se sujeitavam. Nós doamos a tecnologia, importamos as sementes, fizemos todo o trabalho, e após seis meses fomos lá desfrutar das ostras. Aí foi crescente, e após 20 anos, somos o primeiro produtor nacional, exportamos para todo o Brasil e para o exterior.

Isso é só uma demonstração de que não importa quem, importa que uma idéia bem colocada e que ela se torna rentável, ela dá resultado em qualquer segmento da sociedade. Isso é o primeiro.

O outro ponto, Sr. Ministro e Srs. debatedores, que me chamou muito a atenção, é que naquele mesmo momento nós fizemos uma viagem ao Japão, em Almore, onde fomos ver uma coisa fantásticA – A produção de alevinos para se jogar no mar. Não sei produzia alevinos para criar em cativeiros. Bilhões e bilhões de ares cientificamente, e quem os mantinha numa área era a comida. Porque não só joga na água, eles também tratam. Conseqüentemente, eles crescem no seu hábitat próximo, não vão muito distante, e são capturados sem nenhum investimento, só na produção. São fatos assim que nos chamaram muito a atenção e que acabaram nos dando algumas visões para esta área que, hoje, o Ministro, inclusive, está trabalhando, nos nossos lagos, nos nossos rios.

Eu vejo uma proposta fantástica, esta de nós reproduzimos os nossos peixes, principalmente os de couro, e que aqui foi explicado sobre essa quantidade de peixes nobres e que nós temos muito pouco estudo e muita pouca pesquisa para sua reprodução nesse novo sistema e nesse novo quadro.

Eu tenho uma preocupação, Srs. Senadores, que há não muitos anos, há pouco tempo, o Meio Ambiente produziu uma Legislação proibindo a captura dos jacarés. E hoje ele nocivo, está exterminando os nossos peixes no Planalto e no Norte. E o Meio Ambiente ainda não se manifestou. Porque ele cresceu de tal ordem, que ele desequilibrou. E o seu desequilíbrio está trazendo desequilíbrio nas atividades da pesca, principalmente no Norte e Nordeste.

São só alguns fatos que nós temos que alertar, desde já, buscar soluções, talvez até com uma Portaria, Sr. Ministro, que eu acho que não precisa de Legislação, para que se permita abater o jacaré para consumo humano, ao invés dele nos tirar o peixe, e o deixar na quantidade certa, que eles não desequilibre esse estão importante momento que nós temos.

É nesta observação em que eu vejo a pesca, a aqüicultura, a captura, todos os segmentos, como algumas das grandes fontes de proteínas para o País e para o mundo, de alta qualidade, e que nós temos que também observá-las. E estamos aqui à disposição para debatê-las, para encontrar caminhos para que melhor possa se aproveitar para o bem do Brasil e dos brasileiros.

Eu ouço a nossa que também subscreveu o Requerimento, eminente Senadora por Tocantins, Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o Secretário, o Ministro Altamir Gregolim, Dr. Fernando Ferreira e Miyuki Hyashida, que é uma pessoa bastante especial nesse setor. Miyuki Hyashida não é só Presidente da Comissão de Piscicultura da CNA, mas também é Prefeita da cidade de Brejinho de Nazaré, no Tocantins, e é uma das maiorias criadoras de alevinos do País, e dedica parte enorme da sua vida a essa cadeia. Então eu quero agradecer a sua presença e a sua doação à nossa Casa, à CNA, prestando serviços importantíssimos para a piscicultura no Brasil.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gastaria de aproveitar a nossa Comissão de Agricultura, a presença do Ministro, do Presidente do Conselho, para que, antes da falarmos do assunto, rapidamente, mas um assunto de extrema importância, na segunda-feira, dia 08 de outubro, na página principal de economia do Estadão, foi anunciado, pela primeira vez: "Safra Agrícola e Receita do Produtor Serão Recordes".

Eu quero, em primeiro lugar, parabenizar a matéria, dizer que concordo em gênero, número e grau com todos os dados que estão aqui, mas apenas fazer uma observaçãO – Que aumento de safra, aumento de tonelagem, aumento de receita, não significam aumento de renda. Quando se calcula e se estima a receita, é a receita bruta, e nós não estamos tirando dessa receita os custos de produção. Quando da receita você tira os custo de produção é que você vai achar a margem, a renda, o ganho do produtor, se será positivo ou negativo.

Eu gostaria de aproveitar a Comissão de Agricultura para fazer esse alerta, porque está em andamento uma negociação de dívidas agrícolas, principalmente do Centro-Oeste do País, que é o mais prejudicado pela questão da logística, e essa manchete pode confundir a opinião pública, embora a matéria esteja corretíssima, mas pode confundir a opinião pública e algumas pessoas desavisadas do Governo, achando o que produtor rural possa ter tido algum ganho de renda nesta safra.

Eu quero aqui só dizer que quando as pessoas me perguntam sobre o agronegócio, eu sempre digo que ele vai muito bem e o agricultor brasileiro muito mal. Nós tivemos um aumento nesse faturamento ou nessa receita de 13%, mas quero aqui exemplifica que, na soja, que a receita foi até maior, de 18%, nós tivemos um aumento no custo ainda de 2%, especialmente, Senador Jonas Pinheiro, no Mato Grosso, na cidade de Primavera do Leste, em que nós temos um trabalho feito da CNA, e também em Rio Verde, Goiás, onde houve um aumento de custo de produção de 2% comparado ao ano passado para cá. Isso significa que a renda ainda vai aumentar, a renda negativa do produtor rural do Centro-Oeste brasileiro.

Então eu gostaria apenas de registrar isso, Sr. Presidente, e quero lhe agradecer esta oportunidade.

Mas, voltando ao nosso assunto, da nossa Comissão, eu quero dizer ao Ministro que ele é bastante otimista. Com esse orçamento que V. Exª. tem, eu realmente, sinceramente não vejo como o senhor pode levar a bom termo o desenvolvimento da piscicultura no País.

As questões da piscicultura, elas não são diferente do restante do agronegócio.

A questão sanitária, eu gostaria que V. Exª. pudesse dizer qual é o orçamento o que senhor tem, desses 90 milhões, quem está cuidando da questão sanitária da piscicultura, se é a sua Secretaria ou se é o Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil. A questão sanitária é uma questão importantíssima, mesmo porque com essa projeção monstruosa de crescimento, isso vai significar exportação. Se há exportação, nós temos que nos preocupar com a questão sanitária, que esta inviabilizada nas cadeias mais produtivas no País, que são mais importantes para a exportação brasileira, está inviabilizado o recurso para a sanidade, avalie numa cadeia ainda nova, relativamente nova, mas muito importante, que é piscicultura, quanto vocês não devem ter para cuidar dessa questão que é prioridade máxima, não só para as exportações, mas também pelo consumidor brasileiro, que é o nosso principal consumidor.

Pesquisa, eu acho que não há como você fazer crescer um setor novo no País, como disse a Miyuki Hyashida, a nossa Presidente, como é que pode crescer uma atividade, qualquer que seja essa atividade num País, principalmente uma atividade agropecuária, sem fazer pesquisa? Quais os recursos que nós temos para isso?

E infra-estrutura, também, é um problema de todos nós. E me preocupou na sua palestra, enormemente, quando V. Exª. cita aqui a questão dos terminais públicos, a questão dos terminais pesqueiros públicos para desembarque, na questão de infra-estrutura. Eu quero dizer que, de antemão, discordo de V. Exª., mesmo porque o seu próprio Governo acabou de licitar 36 trechos de estradas, inclusive empresas internacionais que ganharam essa licitação, então, pelo visto, o Governo está no caminho certo. Embora tenha criticado na eleição passada o Alckmin pelas privatizações, mas vem fazendo as privatizações, que é o rumo correto do País. Tudo que foi privatizado nesse País deu um saldo e um retorno positivo para o cidadão e a população.

Então eu gostaria que V. Exª. me explicasse o que são terminais público? Por que terminais públi-

cos? Eu não consegui compreender. E muito menos quando V. Exª. fala aqui: Frota nacional, construção, reforma, nacionalização. Eu gostaria de entender o que significa essa nacionalização da frota nacional pesqueira do País.

Então quero dizer que V. Exª. é uma pessoa bastante otimista. Eu não vejo como um crescimento dessa atividade, a não ser que o setor privado possa levar, como fez a pecuária no Brasil, os nossos colegas sabem disso, que cresceu sozinha à custa dos pecuaristas do País, seleção, desenvolvimento. Não é só neste Governo, não. Há 30 anos que a pecuária brasileira cresce sozinha e constrói-se sozinha, dando um exemplo mundial. A não ser que o setor pesqueiro possa fazer o mesmo e crescer pelas suas próprias pernas e seus próprios braços, sem a menor condição em infra-estrutura, em pesquisa e sanidade que o País possa oferecer.

Cessão de águas públicas, Dra. Miyuki Hyashida, eu tenho cá minhas dúvidas de que algo possa acontecer nesse sentido. O Ministério do Meio Ambiente tem tido, inclusive, confrontos com o próprio Governo, com a Casa Civil, no sentido de implementar energia para o País, que está ameaçado de apagão. Você avalie conceder terras públicas, águas públicas para desenvolver uma atividade pesqueira. Tomara que Deus nos ajude e que, com relação a esse assunto, o Ministério do Meio Ambiente possa ser mais condescendente conosco.

Agora, Dr. Fernando Ferreira, eu, sinceramente, talvez por ignorância, é claro, o CONEPE é um Conselho privado, é um Conselho público nomeado pelo Presidente? Qual a função desse Conselho? Qual o caráter, a formação dele? Porque V. Exª. fez um apresentação, o Ministro fez outra. Os seu números, o senhor me desculpe, o senhor me desculpe, mas o senhor está prometendo mais do que o Lula. O senhor está muito otimista. O senhor está prometendo dois milhões de empregos; o Presidente da República prometeu dez e não está dando conta.

Eu gosto de gente otimista! Sinceramente, eu não estou lhe provocando, não estou fazendo aqui chacota de V. Exª., mas, por favor, esses números não podem ser apresentados assim dessa forma. Que crescimento maluco é esse? De onde nós tiramos esses percentuais de crescimento, se nós estamos vendo que o crescimento brasileiro arrastando 4%? O senhor vem provocar um aumento, até 2010, de dois milhões de empregos, se o Brasil inteiro não deu conta de fornecer dez? Aumento abusivo das exportações de mais de 60%? Baseado em que e no que V. Exª. tirou esses números?

Eu gostaria de ter essa resposta. Eu acho que o Governo tem a responsabilidade de responder à sociedade, tem obrigação de responder à sociedade. Tem até o direito de prever, claro que sim, tem o direito de ser otimista, tem o direito de projetar números, mas baseado em alguma coisa. Baseado no que esse percentual de mercado interno, de exportação, de empregos?

Então eu fico assim torcendo para que isso seja verdade, para que o senhor consiga atingir essa meta, mas eu estou achando um pouco complicado, com esse crescimento brasileiro que nós estamos aí.

Outra coisa, a apresentação da sua palestra, a segunda pergunta para o senhor: Proibição de barcos estrangeiros no Brasil, o que quer dizer isso? Eu gostaria muito de saber o que quer dizer essa proibição? Eu não consegui compreender. Para depois nós continuarmos a falar a esse respeito.

Então são essas as minhas considerações.

Dizer à Presidente da Comissão, Miyuki Hyashida, que eu acho que essa interação é importante, entre o CONEPE, entre a Secretaria. Eu acho que a iniciativa privada, junto com o Poder Público, é que pode resolver, de fato, os problemas. Eu tenho certeza de que o Congresso Nacional está aqui também para colaborar.

Então eu encerro aqui, são essas as minhas perguntas para o Sr. Ministro e Secretário, e o Presidente do CONEPE.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro, Senador do Mato Grosso.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores. Eu agradeço aos palestrantes, porque eles enfocaram muito bem o assunto.

Sr. Ministro, em 1984, eu já era Deputado Federal, e na Comissão de Agricultura da Câmara Federal, criamos uma Subcomissão de Pesca. E essa Subcomissão saiu pelo Brasil afora, nas áreas de pesca, fazendo relatórios sobre a pesca brasileira. Fomos ao Rio Grande, no Rio Grande do Sul, fomos a Itajaí, fomos a Santos, fomos ao Rio de Janeiro, fomos a Pernambuco, fomos ao Ceará, fomos a Belém do Pará, fomos a Manaus, fomos a Cuiabá e fomos a Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul. Eu fui Relator dessa Comissão.

Ontem, recebi no meu Gabinete a presença do seu Assessor Parlamentar, Dr. Rafael, e do Secretário da Comissão daquela época, que hoje é o seu Assessor, Dr. Sebastião Saldanha. E eu solicitei ao Dr. Saldanha para revistar nos anais da Biblioteca ainda do IBAMA, que naquele tempo ainda tínhamos a nossa saudosa

SUDEPE, mas ver o que ainda sobra na Biblioteca do IBAMA sobre esse documento, que é um documento, nisso que eu quero chegar agora, que é um documento que apesar de ter sido feito em 1984, Sr. Presidente, ele é atual até hoje. Quer dizer, os problemas da pesca continuam como estiveram naquela época.

De forma que hoje nós vamos ter um encontro, à tarde, na Câmara, com a Bancada de Mato Grosso, e eu quero ter em mãos já esse documento, para nós darmos uma olhada nele.

Eu estou satisfeito com a palestra, a mim nada é desconhecido, porque eu sou muito ligado à área da pesca aqui no Congresso Nacional, sou pescador, sou filho de pescador, sou pantaneiro, portanto eu vivo da pesca, sou criador, eu tenho também o meu pacú, a minha piraputanga, o meu pintado, isso nós temos na nossa propriedade. Enfim, foi bom.

Foi bom principalmente, Dr. Fernando Ferreira, a respeito, quando o senhor tratou do Art. 187 da Constituição, que, para surpresa minha, o senhor vem dizer que a pesca, ou melhor, a atividade pesqueira, bem como a atividade da agroindustrialização do peixe, ela não está sendo enquadrada ainda na parte do crédito rural. Isso é má interpretação, mas é bom que o Congresso Nacional esclareça isso em linhas. Eu vou procurar esse projeto do Senador Flexa Ribeiro, para nós desenvolvermos melhor esse projeto.

Enfim, eu agradeço, e contem conosco. Eu acredito que o nosso Presidente vai autorizar, ao fazer as emendas ao Orçamento da União, o setor da pesca deve ter, vamos fazer um esforço para isso, para que ganhe uma das cinco emendas da Comissão para tratar da pesca.

E é bom, Sr. Presidente, porque o Relator do setor é o nosso companheiro Carlos Meles, que é companheiro, é colega e conhece muito bem o setor, e nós temos toda intimidade com ele para ver se ele arruma um bom dinheiro para nós darmos aqui o nosso apoio ao setor de pesca do Brasil, para o bem do peixe, para o bem do pescador e para o bem do consumidor.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Senador Jonas Pinheiro. Senador Sibá Machado, com muita alegria.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Altemir Gregolim, Dr. Fernando Ferreira, e Sra. Prefeita Miyuki Hyashida.

Então, Sr. Presidente, em primeiro lugar para dizer que acho que as exposições foram bastante esclarecedoras. Temos aqui um desafio muito grande pela frente, e o setor, queria começar dizendo que o Governo do Presidente Lula foi de uma tremenda responsabilidade com essa área, que eu quero aqui parabenizar por isso.

E reafirmar aqui que o trabalho do Ministro Altemir tem sido de um brilhantismo reconhecido, não só pelos que participam diretamente, mas por todas as pessoas que acompanham, mesmo que indiretamente, o desenvolvimento do setor pesqueiro brasileiro.

Então, ter tido a preocupação de ter juntado essa área numa Secretaria Especial, é um caminho natural, penso eu, para que, num futuro muito breve, a gente possa, também, ter a transformação em Ministério, Ministério de Estado. Eu acho que aí nós temos um grande passo.

Segundo, foi ter dado a mão aos mais desassistidos. Nós temos agora políticas como essa de valorizar o período de entressafra, o momento em que o pescador artesanal não pode exercitar sua profissão, ele ter um salário para garantir sua sobrevivência e, portanto, aí nós temos um início de conversa.

Agora, os desafios aqui apresentados são interessante. Eu quero olhar com muito otimismo, sabendo que também não é tão simples assim. Tem muita coisa para ser feita. Mas vamos lá.

Imaginemos aqui os macro-números que foram apresentados. Eu quero imaginar que o fator água, por si só, os espelhos d'água do Brasil, por si só, já é um ganho muito grande. Eu digo isso porque, como eu convivo há muitos anos com a agricultura familiar, e percebo que, quando se faz uma linda estrada vicinal, por mais linda que ela seja, bem feita e acabada, o grau da aceitação e de alegria dos beneficiados pela estrada é infinitamente menor do que por pior que seja uma espelho d'água que chegue ao seu terreno. Por pior que seja um espelho d'água. A presença da água já dá uma valorização muito grande no terreno dele e a expectativa de médio prazo da sobrevivência dessa família. Portanto eu queria dizer que, para início de conversa, isso, por si só, já paga a conta.

Então, imaginando que visitei o Estado de Piauí, e vi, Sr. Ministro, o trabalho de uma pessoa, que a evaporação e a infiltração de água é violenta ali, semi-árido, mas ele fez um trabalho de impermeabilização de água usando aquela rocha ardósia. Ele usa pouco cimento, pouquíssimo cimento e, segundo ele, aquela rocha tem a capacidade de evitar a criação de microorganismos que venham a prejudicar a qualidade da água, como bem já lembrado aqui pela nossa colega Prefeita.

E eu achei aquilo muito interessante, mas não tenho aqui de imagem o custo de como seria um Programa de Espelhos D'Água, tanques, sei lá como é que poderia ser, em pequenas propriedades, numa região como o semi-árido.

No caso da Amazônia, eu vejo assim: Todos os Prefeitos da Região Amazônica, todos, tendo como um grande desafio para a agricultura familiar fazer chegar pelo menos um tanque ou um pequeno açude àquelas famílias. E eu vejo assim como grande pedido dos Prefeitos, financiamentos, sejam por transferência de recursos da União, as emendas Parlamentares, recursos da SUFRAMA, recursos de outras origens, voltados a máquinas que possam trabalhar essas políticas.

Então fica aqui a minha primeira perguntA – Como é que nós poderíamos ter um ousado Programa Nacional para Norte e Nordeste voltado aos espelhos d'água? Não sei em que tamanho, mas não apenas ainda numa política voltada para uma alta tecnologia do pescado, mas ter o básico, que é como se fosse criar galinha no terreiro, como se fosse criar um pequeno porco, como se fosse criar uma vaca para abastecimento de leite da família, a proteína animal voltada ao abastecimento da mesa? Esta é uma coisa.

E voltado a isso, sei que o PRONAF já avançou em políticas e tal, mas uma coisa me preocupa, Sr. MinistrO – Não está na hora de fazer um acordo com o Ministério da Educação, em que a gente pudesse avançar em escolas técnicas especiais? Porque são tantas escolas técnicas agrícolas no Brasil, e por que não, agora, pensar numa escola técnica especial para a aqüicultura em geral?

Então é uma coisa que eu estou aqui pensando, porque nós estamos num desafio de trabalhar junto ao Governo do Estado do Acre uma escola rural profissionalizante. Transformar o ensino rural, Sr. Presidente, uma idéia que nós estamos trabalhando no Acre, transformar o ensino rural num ensino eminentemente profissionalizante. E por que eu digo isso? Porque o jovem rural, aquilo é a profissão dele; não é apenas a condição de vida, não é apenas a residência, mas é daquilo que ele vive. Portanto, eu não posso acreditar que alguém vai para a escola perder tempo. Perder tempo e estudar coisas que não têm a menor relação com a sua vida, com o seu dia-a-dia. E até acho, ainda, que as escolas tradicionais são uma ponte de ligação entre a família e as cidades. E ele vai e não volta mais. Na idéia de estudar, profissionalizar, ele não volta mais.

Então fica aqui uma segunda pergunta que é: É pensável a idéia de se trabalhar com o Ministério da Educação, sei lá, os Governos Estaduais, experiências municipais, para transformar o ensino rural em ensino profissionalizante, e na seqüência a idéia das escolas técnicas voltadas a esse setor?

A outra minha curiosidade é: Qual é a linha de investimento pesado que nós temos hoje para contar no Brasil? É BNDES? É Banco do Brasil? Quais são as linhas de créditos, além do PRONAF? Porque eu vejo assim: O PRONAF vai com o básico, o basilar, com aquilo que ele pode. Mas no momento em que a gente vai, digamos, dar um passo seguinte, que é o que eu vi de novo – Estou citando o caso do Acre, porque tanta gente fala de se ter a produção de peixe numa escala, digamos assim, mais organizada, mas se perde no passo seguinte. Então todo mundo quer ter o peixe, mas quer vender o peixe da forma tradicional. E aí você esgota a capacidade do mercado local imediato, porque o custo de produção está muito alto, e ele imagina que na primeira tonelada de peixe ele já vai tirar todo o seu custo e já vai ficar rico.

E eu estou aqui tentado a dizer que, ou a gente põe a organização da cadeia minimamente, e aí para isso a gente precisava discutir um pouco melhor a fonte financeira.

A terceira, ainda sobre assistência técnica, Sr. Presidente, porque digo que está todo mundo se esforçando, mas está muito mais na base da adivinhação do que do conhecimento de fato. E eu queria saber onde é que estão os principais centros, e qual a possibilidade de a gente descentralizar esses centros de alta pesquisa e transferência de conhecimento, para que a gente tenha uma assistência técnica de maior qualidade?

E encerro com a pergunta que é: Qual é a necessidade que o Ministério teria? Falou dos 20 milhões para apenas o licenciamento, não é isso? O estudo para licenciamento de água públicas, se foi o que eu entendi. Mas qual é o volume total para se trabalhar uma emenda aqui, que o Ministério precisaria? Nós temos 100 milhões, que é o que está destinado hoje na peça orçamentária, mas qual é a necessidade mínima que o Ministério precisaria para que a gente possa estudar?

E eu já pediria, Sr. Presidente, se a gente pudesse... Porque todo ano a gente tem trabalhado, eu estou no meu quinto ano aqui no Senado, e todo ano nosso acordo é deixar uma reserva para a EMBRAPA, então a EMBRAPA já conquistou o coração desta Comissão, pelo menos no período que eu estou aqui. E se a gente poderia ter agora, tendo em vista que a aqüicultura e pesca no Brasil não tem rosto, não tem Partido, não tem... Eu acho que está aí uma coisa que a gente poderia ter um abraço futurO – A pesca ser assim, digamos assim, o segundo caso de amor desta Comissão, para a gente trabalhar doravante. É o pedido que eu faço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Senador Sibá Machado.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Sim, Senador Jonas Pinheiro?

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, eu só queria acrescentar um fato muito importante a que o Sr. se referiu, que é o excesso de jacaré. O Ministro foi a Cuiabá, e a primeira participação do Prefeito Municipal de Cuiabá foi exatamente issO – "Ministro, pelo amor de Deus, nos autorize a matar um pouco de jacaré, porque jacaré está invadindo os quintais", pegando porcos, pegando galinhas, e podendo atacar a gente também, porque está em excesso, hoje, a proteção que se dá a jacarés na Amazônia, claro, agora, o Pantanal mato-grossense, imagina, aquele nicho especial de criar, a criação ali é natural.

Então, Sr. Ministro, eu acho que essa cobrança o que o senhor recebeu em Cuiabá, volta a ser cobrada aqui, de uma pessoa categorizada como o nosso Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural do Senado Federal. Merece uma resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Senador Sibá Machado e Senador Jonas Pinheiro, realmente nós tínhamos passado já a ele, que não sei qual é a Legislação, tem que ser urgente. Porque, realmente, ele está desequilibrando todo o setor do Pantanal e, principalmente, do Norte, e a própria pesca. Ele vai se alimentar e está se multiplicando de tal ordem, que daqui a pouco eu não sei o que vai acontecer.

Eu gostaria, para começarmos a ouvir as respostas e os finalmentes, eu passaria para a Dr. Miyuki Hyashida. Faz favor, nossa Prefeita, seus comentários finais e se tiver alguma resposta.

SRA. MIYUKI HYASHIDA – Eu tenho mais é que falar mesmo a respeito dessa situação de meio ambiente. Porque, na verdade, eles tomam tanta conta da piscicultura, da aqüicultura, que eu não sei nem por quê. Porque quase todos os animais que são criados no Brasil são exóticos, quase todos eles são híbridos, agora, quando chega à piscicultura e à aqüicultura em geral, é uma situação tão complicada, que se passa por um monte de órgãos que tomam conta, desde o meio ambiente, é COEMA, é EMA, sei lá das quantas, é tanta coiseira, não é? E aí a situação do desequilíbrio mesmo, que o senhor mesmo acabou de falar. Tudo pode, pescar pode, o resto tudo pode, só não pode repovoar, que o senhor falou que viu o exemplo inclusive no Japão, que faz o repovoamento e os peixes vão crescendo na natureza.

Aqui no Brasil não pode, porque o meio ambiente também não deixa. Porque se for fazer um repovoamento, você desequilibra. Que desequilíbrio é esse que a gente não entende? Desequilíbrio é esse monte de jacarés, então. Então vamos fazer pelo menos repovoamento para jacaré comer.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Muito obrigado. Vamos então o Dr. Fernando Ferreira.

SR. FERNANDO FERREIRA – Sr. Presidente, Exmª. Srª. Senadora Kátia Abreu, vou explicar: O CONEPE é uma entidade, eu vou responder a pergunta da nobre Senadora Kátia Abreu, o CONEPE é uma entidade com mais de 20 anos, é uma entidade empresarial, onde congregam todos os Sindicatos de Pesca do Brasil inteiro, de pesca e aqüicultura, a ABCC, Associação Brasileira de Criadores de Camarões, e todas as entidades empresariais do setor.

Tanto é que agora nós aprovamos, em nossa assembléia, a transformação do Conselho, que ele foi criado um Conselho, no início, há 20 anos, que eram poucos sindicatos no Brasil inteiro. Então, agora já tem Sindicatos suficientes para a gente transformar o CONEPE numa Federação Nacional, à qual vamos pedir filiação à CNA, na parte da atividade primária, que é a pesca, e na parte da atividade industrial, vamos solicitar também a nossa filiação à CNI, à qual nossos Sindicatos já estão filiados. Tem Sindicatos nossos filiados, hoje, à CNA e à CNI.

Então a nossa entidade nacional será Federação Brasileira da Pesca, onde congregarão todos os Sindicatos do Brasil inteiro. Vão pedir filiação e nós precisamos de seu apoio também lá CNA para tanto.

Então não tem nada com o Governo.

Os números otimistas... Como?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. FERNANDO FERREIRA – Eu, como Presidente da minha entidade, como empresário que sou, tomei posse e levei os gargalos da pesca. Vou enviar para a senhora aquele disquete, aí a senhora pode analisar com mais detalhes, que ali está, eu entregue agora ao Presidente, vou enviar para o seu Gabinete também, porque eu, como empresário e como brasileiro, se eu não for otimista, então o que é que eu estou fazendo lá?

Eu comecei a minha empresa com quatro funcionários em 1983, em São Paulo, hoje estou no Pará, hoje a minha empresa tem 850 funcionários. A qual, parte da agregação de valores que a senhora viu ali, foi inaugurado há quatro anos atrás que pelo Ministro Furlan, que foi lá inaugurar a nossa linha de medalhão de peixes, hambúrguer, aquela coisa toda. Não estou fazendo propaganda da empresa, nem... Mas eu estou só do lado otimista.

Ali está, em quatro anos, de um milhão e 200 para dois milhões, são 800 mil empregos. São dois milhões

de empregos por ano, em toda a cadeia. Nós estamos considerando aqüicultura, pesca, cassinicultura, que é a criação de camarão, que está crescendo, então toda a cadeia produtiva da pesca. Não é só na indústria de pesca, só no extrativismo; é em toda a cadeia da pesca. Considerando a pesca como um Programa de Governo. Nós, quando consideramos ali, é a pesca como um Programa de Governo.

O outro foi a proibição de barcos. E considerando também, Senadora Kátia Abreu e Srs. Senadores, o seguinte: Conforme o Ministro já apresentou, só no Ministério da Agricultura, hoje, tem 38 pedidos de SIFs, quer dizer, de instalação de indústria de pesca. Isso aponta claramente o crescimento do setor como um todo. Quer dizer, se chegar lá e não crescer os 800 mil, pelo menos a gente tem que ter uma meta. Vamos botar a meta lá e vamos perseguir a meta, senão... Entendeu?

Agora, a proibição de barcos estrangeiros, é o seguinte: Nós não tínhamos uma frota nacional oceânica; nós só tínhamos uma frota nacional costeira. Essa pesca costeira, que tem muitas espécies que já estão dando sinais de esgotamento. Então o que nós queremos do Governo? Que é o Profrota? Que o Governo consolide de vez a frota pesqueira oceânica, onde se pesca o atum, o cação, o espadarte. Que nós não tínhamos cota, Senadora Kátia Abreu, dessa espécie.

O Brasil conquistou, há 12 anos atrás, no ICCAT, que é um órgão internacional ligado à ONU onde se dividem todas as cotas do atum em todos os oceanos, aqui no Atlântico Sul, no Atlântico Norte, em todos os oceanos. O Brasil não tinha tradição da pesca. Quando se criou o Departamento de Pesca e Aqüicultura, no início do Governo Fernando Henrique, nós pleiteamos, empresários, fomos para o Fórum Internacional com o Governo e pleiteamos. Primeira coisa foi que quase que a gente é quase colocado porta para fora do Fórum: "Vocês não têm barco para pesca oceânica, para que vocês conferem cota?" É a mesma coisa do cara quE – "Olha, você não são sabe dirigir carro, você não está habilitado, para que você quer um táxi?" Então os espanhóis, o Japão, nos escorraçaram. Conseguimos uma cota minúscula, começamos a pescar.

Aí o Brasil autorizou a importação, o arrendamento de barcos estrangeiros de grande porte para pescar o atum. Está certo? Para pescar o atum. Ocupar a nossa zona exclusiva de pesca, a ZE. No segundo ano, dobramos essa cota. Eram dois milhões de toneladas, na segunda rodada, que é a cada três anos, passamos para quatro milhões. No ano passado teve outra rodada, nós hoje estamos com quatro milhões e 750 mil toneladas de cotas.

Agora vai acontecer no Oriente Médio, agora, acho que em novembro – Acho, não. É em novembro – outra rodada, e vamos pleitear para ver se a gente passa isso aí para seis milhões de toneladas de atum. Por quê? O Brasil está crescendo nas exportações.

Estamos aqui, o Congresso Nacional recebeu, encaminhei para vários Senadores, inclusive para o seu Gabinete também, o alerta da internacionalização de dois portos no Brasil: Um é Itajaí, que eles estão querendo, e outro em Pernambuco. Para quê? Para que a frota espanhola e de outros países venham para cá, desembarquem o produto aqui, o nosso País sirva de almoxarifado para essa frota, e a gente não pode desenvolver a nossa frota.

Esse programa do Profrota, que eu já discuti muito com o Ministro, já tivemos alguns embates, é o seguinte: Nós precisamos do Profrota, que é o Programa Pesqueiro da frota, mais ágil e menos burocratizado, principalmente com relação às garantias que os bancos pedem, o Banco do Brasil e outros bancos oficiais. Estava 200% de garantia, ninguém ia se atrever a pescar.

Então tudo isso é para garantir, Senadora, a nossa cota, que hoje o Brasil tem direito a essa cota internacional, à consolidação dessa frota. Não permitir que essa frota estrangeira venha aqui desembarcar os produtos, fazer dos nossos portos almoxarifados deles. Pelo contrário, nós queremos avançar. Tanto é que o perfil de exportação do Brasil, hoje, é atum fresco, é o lombo de atum, e está concorrendo com a Espanha.

O Japão já tentou isso várias vezes, esse portos internacionais, e o Brasil nunca concedeu. Porém, está havendo uma pressão muito forte da Europa, principalmente da Espanha, para que tenhamos.

O Presidente da República foi na semana passada para a Espanha, há 15 dias atrás, nós entregamos, o setor entregou um documento desse manifesto do setor empresarial como um todo. A SEAPE se manifestou junto com o Ministério das Relações Exteriores e a Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, assinaram uma nota técnica, não é, Ministro? Alertando o Presidente da República, que estava na pauta do Presidente lá para discutir essa questão, e o setor não vai aceitar isso. É desempregar todo mundo, tudo que nós conquistamos até hojE – A zona exclusiva, a cota para pescar o atum. Agora nós vamos entregar tudo de bandeja?

A única vantagem que a gente tem com a Europa e com a Espanha, que é país altamente profissionalizado nesse setor, é a proximidade da pesca, que está aqui no Atlântica Sul. Entendeu?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Só uma pergunta, Sr. Presidente. Quem que dá essa cota?

SR. FERNANDO FERREIRA – A cota é o ICCAT. É Instituto... Como é o nome, Sônia? Sônia é minha... É um órgão da ONU, que...

SRA. SÔNIA – (ininteligível) International Comission for the Conservation of Atlantic Tunas

SR. FERNANDO FERREIRA – E em português, o que é?

SRA. SÔNIA – Comissão Internacional para Conservação do Atum do Atlântico.

SR. FERNANDO FERREIRA – E afins do Atlântico. E é ligado à ONU. Ele se reúnem em cada ano em um País para discutir. Então era um clube fechado, de que Brasil não participava.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Eu só não compreendi: Mas se é um órgão da ONU que dá essa cota, como que você quer o que Brasil proíba os barcos estrangeiros?

SR. FERNANDO FERREIRA – Não, ele...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Você quer proibir na cabotagem?

SR. FERNANDO FERREIRA – Não. Exatamente...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (ininteligível). Em águas brasileiras.

SR. FERNANDO FERREIRA – Não, não é nas águas brasileiras. O que a Espanha está pedindo é o seguinte: Que o Brasil declare dois portos livres, aqui no Brasil, alfandegários, dois portos, para eles entrarem aqui, descarregarem seus produtos, reabastecerem seus barcos aqui, de óleo diesel e de insumos, esses produtos pescados aqui nessa cota, e não vai fazer parte, esse peixe não fará parte da cota brasileira. É da cota da Espanha. A senhora está entendendo? Eles querem o seguinte: Por eles estarem tão distantes, vamos dizer – Quantos quilômetros dá daqui à Europa? – nove mil quilômetros, eles têm que vir ao Atlântico Sul, porque o atum é um peixe imigratório. Então eles vêm pescar aqui. Puxa, eles levam daqui até a Espanha para descarregar, olha o tempo!

Então, se ele entrar no Brasil, vem um navio deles com contêiner só pegar a pesca aqui. Está certo?

Agora, o mais grave disso, Senadora, é bom que os Senadores sabiam, é o seguinte: Que a Espanha e outros países têm uma frota clandestina muito grande, que não têm licença para pescar atum. A China tem, a Coréia tem, está em todas as revistas internacionais. Inclusive eu vou pedir para a Sônia, esta semana, encaminhar para os Srs. Senadores, inclusive com a declaração do próprio Ministro da Agricultura da Espanha dizendO – "Olha, eles pescam em Portugal clandestinamente".

Então se a gente abrir dois portos livres para eles aqui, nós não estamos preocupados só com os barcos deles, toda a frota clandestina vai vir pescar, vão fazer transbordo em alto-mar, e tudo isso aquilo que a gente conquistou a duras penas, nós vamos estar entregando para clandestinos e sendo lesados.

Então essa proibição que nós estamos falando, é não admitir portos livres. Ou seja, bandeira daqueles países aqui dentro, eles descarregam e não dão satisfação nenhuma. Esse exportação não é do Brasil, essa mão-de-obra não é do Brasil, esse recurso natural, eles captam aqui no Atlântica Sul, que é um recurso internacional, não resta dúvida, não é só do Brasil, mas eles que eles que vendem lá, porque a única vantagem competitiva que o Brasil tem hoje é a proximidade desses recursos.

Um barco brasileiro sai daqui do porto, vamos dizer, de Natal ou de Pernambuco, que é onde está mais próximo da África para pescar ali, vamos dizer, três dias de viagem, ele vão levar 12 dias para vir. Então essa é uma das vantagens que nós temos para poder competir. O nosso atum que entra na Espanha hoje paga, em média, 25% de impostos. E eles vão exportar o produto deles para eles mesmos, quer dizer, a zero de impostos.

As questões sanitárias no pescado, que hoje estão sendo impostas pela Comunidade Européia, é qualquer coisa de absurda. É igual estão fazendo com a carne. As embarcações que lá tem, porque eu digo que eu fui já visitar várias vezes, eu tenho clientes lá na Espanha, as nossas embarcações não devem nada para lá na questão sanitária. Nossas indústrias de pesca não devem nada para lá nas questões sanitárias. E aqui eles impõem tudo. O que é? Barreira sanitária disfarçada de tarifa, de barreiras econômicas?

Então, se a gente entregar esses portos aqui, concordar com o Governo Brasileiro na abertura desses portos, eles estão prometendo não sei quantos milhões de dólares, o Ministro pode até dizer, para o Governo de Pernambuco em investimentos lá, em troca o Governo de Pernambuco se esforçar com o Governo Federal para que conceda esses portos.

Quer dizer, nós estamos aqui numa Comissão de Agricultura, debatendo um setor frágil, como é a agricultura também, a pesca e a aqüicultura, buscando os caminhos, estou sendo otimista, conforme a Sra. Senadora... Eu até aceito, não como crítica, mas como desafio esse meu otimismo, está certo? Discutindo, todos nós brasileiros, não podemos.

Como empresário, eu não admito, e vou lutar, como Presidente da minha entidade empresarial, até as últimas conseqüências, e trazer aos olhos deste Senado que nós não podemos abrir mão dessa vantagem que o Brasil tem nesse setor, Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, para finalizar, eu gostaria de solicitar ao Dr. Fernando Ferreira que nos enviasse, à Comissão da Agricultura, com cópia para todos os Senadores, uma nota técnica a respeito desses dois portos livres, como funciona essa cota e como seria essa proibição.

Obrigada.

SR. FERNANDO FERREIRA – Amanhã mesmo estará nas mãos de V. Exªs. E agradeço, Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Dr. Fernando Ferreira. Vamos ouvir então as respostas e a palavra final do Ministro Altemir Gregolim.

SR. ALTEMIR GREGOLIM – Obrigado, Senador. Obrigado, Senadores e Senadora pela falas, pelas contribuições.

Eu quero rapidamente aqui tecer alguns comentários a respeito das falas, as questões colocadas aqui pelo Fernando Ferreira e pela Miyuki Hyashida.

Primeiro, em relação às competências, de fato as competência estão dispersos, e nós finalizamos um estudo com a FAO, inclusive, e eu revisei, aponto também isso, conforme o Fernando Ferreira colocou, que há necessidade da uma autoridade única para fazer a gestão pesqueira e aqüícola no Brasil. Espelhados nas experiências das mais diversas em nível mundial.

Qual é o nosso histórico aqui em relação à pesca e cultura? é bastante complicado. Nunca foi de fato uma grande prioridade do País. Então nós pegamos, por exemplo, a SUDEPE, 60 e 70, fez um trabalho importante. Foi extinta. Esse setor foi para o IBAMA, que tem uma preocupação mais relacionada à questão da preservação dos recursos e pouca preocupação com o fomento da atividade. Isso de 89 a 97. Depois foi para o Ministério Agricultura como um pequeno Departamento. E agora, com a criação da Secretaria, acho que demos um passo importante, porque tem uma Instituição de primeiro escalão responsável por isso, mas as competências estão ainda dispersas, principalmente o seguinte: Ordenamento e fiscalização, que estão no Ministério do Meio Ambiente e IBAMA.

Nós defendemos a tese de que essas competências precisam ser juntadas. A fiscalização pode ser analisada, mas isso daria uma capacidade maior de gestão para o Governo. Mais agilidade, embora a gente tenha um entendimento muito grande com o IBAMA.

Segunda questão, em relação à pesca como atividades rural, nós, na MP do Bem, no ano passado, propusemos de, em relação à energia elétrica, ter aquele subsídio tanto para a pesca como para a aqüicultura. Passou para a aqüicultura e não passou para a pesca.

E nós estamos trabalhando com o Ministério da Fazenda, e vai para a próxima reunião do Conselho Monetário Nacional. Ocorre que os armadores, para fins de crédito, não são considerados como atividade rural. Já tem parecer positivo do Ministério da Fazenda e vai para o Conselho Monetário Nacional. Acho que a gente resolve, já na próxima reunião, essa questão.

Em relação à capacitação de aquaviários, nós estamos trabalhando com a proposta de CEFETs. Pode ter escolas especializadas, conforme falou o Senador Sibá Machado, e em Santa Catarina, por exemplo, já no ano que vem vai ser construída, passou no Ministério da Educação, o CEFET que vai ter essa finalidade principal de capacitação de aquaviários, porque é o maior pólo industrial pesqueiro.

Mas a idéia é que, nos CEFETs, a meta é, em quatro anos, em 80 CEFETs, ter cursos para pesca e aqüicultura dos mais diversos, especialmente de nível médio, além da capacitação dos pescadores, aquaviários, etc. Eu acho que isso vai resolver um gargalo aí.

E a fiscalização, de fato o esforço nosso é fazer uma gestão pesqueira eficiente. A ausência do Estado nessa área, levou várias pescaria quase que ao colapso. Vejam o caso da lagosta, que enfrentamos este ano e foi tema de debate. Porque a ausência do Estado leva a uma desordem no setor. Você tem 1200 barcos permissionados para seis mil pescando. Então nós estamos entrando, ordenamos este ano a lagosta, o camarão sete-barbas, etc, junto com o IBAMA e Meio Ambiente, exatamente porque é um recurso comum. Se o Estado não regulamenta, não fiscaliza, não ordena, evidentemente todos que querem entrar, entram, pescam e acabam com os estoques.

Em relação às observações do Senador Neuto De Conto, o Senador teve um papel muito importante em Santa Catarina no desenvolvimento dessa atividade. Foi Secretário de Agricultura e deu o pontapé inicial naquilo que hoje, para Santa Catarina, é um orgulho, que é a maricultura, a própria cassinicultura no Sul do Estado, e, agricultor, deu essa grande contribuição.

Repovoamento. O repovoamento, nós estamos trabalhando com essa tese, construindo, por exemplo, a recuperação de estoques no Rio São Francisco, estamos finalizando com a CODEVAST uma unidade em Xique-Xique, que vai produzir três milhões de alevinos com essa finalidade.

Na questão marítima, esse debate começou a aparecer agora, mas ainda é uma incógnita, porque muitos colocam dúvida da eficácia do repovoamento, se você não tratar o ambiente como um todo. Porque outros fatores contribuem para que a espécie não se recupere, que os estoques não se recuperem: É o

assoreamento, é o agrotóxico, com essa desordem, eu diria, a poluição acaba com a fauna, o alimento do peixe, então tem que trabalhar a bacia para poder ter resultado em relação ao repovoamento. Mas é uma questão importante.

A questão do jacaré, quem ordena é o IBAMA, então nós não temos poder de legislar sobre isso. Nós estamos discutindo com o IBAMA, porque é pauta no Pantanal, é pauta no Norte, no Amazonas tem um processo de captura controlada e tal, e a reivindicação dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul é também implementar isso no Pantanal, ou seja, permitir a captura por cotas, a captura controlada, vigiada, porque acabam reduzindo os estoques de peixes, na medida em que o jacaré consume muito peixe. Então está na pauta, desde o ano passado, com o IBAMA.

A questão aqui da Miyuki Hyashida, que é Presidente da Comissão Nacional de Piscicultura, da CNA, e faz uma excelente parceria com a CNA. Eu tive agora, há um mês atrás, uma reunião com a CNA, temos um trabalho em conjunto importante.

Em relação à questão das espécies, eu não citei, mas nós temos o pirarucu, que é um potencial danado, nós estamos fazendo pesquisa para dominar o processo de reprodução em laboratório, ou seja, a produção de alevinos por indução, a desova por indução, que aí nós vamos dar um salto de produção nesta área.

Vou citar uma espécie que é o bijupirá, que é marítima, tem o potencial que o salmão tem para o Chile, nós temos um projeto, dominamos o processo reprodutivo na Bahia Pesca, dominamos, tem um projeto empresarial grande em São Paulo, é uma espécie fantástica, um potencial fantástico. E o pintado, o matrinxã, etc. Nós apostamos nessas espécies, porque são espécies, de fato, de grande potencial e de mercado. Nós estamos desenvolvendo pesquisa em relação ao pirarucú, por exemplo, no INPA, no Amazonas, um outro projeto com uma outra Instituição também no Amazonas, investimos um milhão e meio com o DNOCs para a dominar o processo de reprodução, e estamos próximos a dominar isso.

Temos a EMBRAPA Pantanal, que virou um centro de espécies nativas, investimos lá, realizamos um Seminário Nacional este ano sobre isso também, foi lá no Mato Grosso do Sul, há um mês atrás, então eu diria que é um diferencial que o Brasil tem. Então nós teríamos... O peixe da Amazônia, por exemplo, é uma marca para o mundo. É uma marca que a gente pode desenvolver.

Também tivemos um edital de um milhão e meio, foram dez projetos somente para a Região Norte, direcionados para a Região Norte, do Ministério de Ciência e Tecnologia, investindo nisso. Então, a Região Norte é uma prioridade para nós, do ponto de vista do desenvolvimento da piscicultura. Eu acredito que o pouco desenvolvimento ainda, se deve, principalmente, pela disponibilidade de recursos que existiam lá. Mas, hoje, já, vários recursos começam a ficar escassos, e o interesse pela piscicultura aumenta de forma significativa, inclusive na questão das águas da União.

Legislação. De fato, Legislação é uma questão central. Se a gente não avança nisso, também não adianta destravar a cessão, porque vai brecar no licenciamento. Então tem duas questões que são centraiS – Primeiro, o Projeto de Lei que está... Que o Presidente Lula encaminhou para o Congresso, que trata da regulamentação do Art. 23 da Constituição e define mais claramente as competências dos três níveis de Governo em relação a dar o licenciamento, nós estamos incluindo nesse projeto que o licenciamento para fins de aqüicultura seja descentralizado para os Estados, porque isso agiliza os processos de licenciamento. É diferente de ficar tudo na mão do Governo Federal e cair tudo no IBAMA. Nós teríamos dificuldades. Então nós estamos trabalhando nessa perspectiva.

E segundo, construindo uma Legislação no CONAMA, para aqüicultura, licenciamento da aqüicultura em todo o Brasil, que estabeleça parâmetros. Porque hoje existe uma Legislação e os Estados passaram a legislar, e há uma diferenciação muito grande para cada um dos Estados, com restrições maiores em cada um dos Estados. Então estamos estabelecendo um parâmetro em relação a isso.

Em relação às observações que a Senadora Kátia Abreu faz, de fato essa projeção, Senadora, ela é otimista, mas ela é fundamentada. Ela é fundamentada, porque eu diria o seguinte: Há um amadurecimento de diferentes condições que colocam a perspectiva real de desenvolvimento significativa no próximo período. E eu desataco a questão das águas da União. Por isso vir sendo discutido há mais de 15 anos, hoje há um movimento, em nível nacional, para viabilizar a cessão.

Tem processos que tramitam a dez anos no Governo. Imaginam uma negócio desse? Então, ao destravar esses processos, que acabamos de fazer agora, vai ter um impulso importante isso, com certeza.

Evidente que não depende só da cessão; dependo de um conjunto de políticas para estimular a atividade. E nós temos essa estrutura de políticas.

O orçamento. O orçamento eu fiz um desataque, evidentemente o nosso orçamento é aquém das necessidades, salientei isso. Cresceu. Agora, se a gente comparar com o que tinha, é um orçamento bastante importante, porque os Governos não tinham essa preocupação. Então com a criação da Secretaria, criou-se

essa possibilidade. E nós temos, se nós considerarmos o orçamento do Governo no seu conjunto, do Ministério do Trabalho para isso, especialmente o seguro-defeso, dos recursos para o crédito, os recurso que estão destinados para isso no MAPA, os recursos do Ministério da Integração, no MDA, nós temos aí pelo menos um bilhão e meio de reais, orçamento anual para isso. Só em créditos, dá em torno de um bilhão. 500 milhões do PRONAF, em torno de 300 milhões dos fundos constitucionais, que vão para o PROAQUA, PESCART e PROPESCA, e os recursos para o Profrota. São recursos em torno de um bilhão só em créditos, mais seguro-defeso e mais as outras políticas.

Em relação à questão de sanidade, esta questão é importante. É uma competência do MAPA, mas nós estamos junto com o MAPA, porque bate exatamente no desenvolvimento da atividade em que nós temos a responsabilidade direta. Nós construímos um Problema Nacional de Controle Higiênico e Sanitário de Moluscos com base em programas internacionais, em relação a ostra, marisco, mexilhão, já estamos implantando, e com evitamos, eu diria, um desastre em Santa Catarina, com a tal da Mancha Vermelha, que correu durante todo este ano. A gente conseguiu evitar problemas de saúde pública em relação a isso pelo programa de monitoramento que nós temos lá.

Segundo, nós estamos equipando vários laboratórios, nós investimos na UFSC, em Santa Catarina, como um Centro Nacional de Controle Higiênico e Sanitário, mais de três milhões de reais, nós e o Ministério de Ciência e Tecnologia. Num laboratório na UFMG, Minas Gerais; Pernambuco; construímos o Centro de Tecnológico do Camarão, no Norte; investimos em Maringá e em várias universidades. E estamos equipando laboratórios para fazer o controle de resíduos, que é uma exigência da União Européia. Além da fiscalização em unidades frigoríficas e tal. Então é uma parceria com o MAPA, embora a competência seja especificamente deles.

Em relação ainda à pesquisa, só enfatizar o seguinte: O Ministério de Ciência e Tecnologia, a nosso pedido, incluiu no seu Plano Plurianual, no Programa de Desenvolvimento para os próximos quatro anos, um Programa Nacional de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca. Isso foi uma vitória, já. E segundo, nós propusemos à EMBRAPA, a criação da EMBRAPA Aqüicultura. Embora a EMBRAPA já desenvolva a pesquisa nessa área, mas, para nós, a criação da EMBRAPA Aqüicultura seria fundamental, porque seria um Centro de Pesquisa que coordenaria isso em nível nacional.

Os terminais pesqueiros públicos, essa pergunta da Senadora é importante, qual é a idéia aí? Primeiro, construção pública dos terminais, acesso público, ou seja, acesso de quem quiser fazer o desembarque, dos pescadores artesanais e pescadores industriais, e gestão compartilhada com o setor privado, através de um sistema chamado arrendamento.

Então a gestão, porque não temos recursos humanos, e é uma opção, nós estamos fazendo, já fazemos isso em Vitória, através de um edital de licitação, onde você estabelece os critérios, tarifas, condições de gestão, e faz o arrendamento, faz uma concorrência, onde uma empresa privada passa a fazer o gerenciamento com parâmetros estabelecidos.

Nós achamos que essa modalidade é uma modalidade eficiente de gestão, ainda a ser comprovada. Nós iniciamos isso em Vitória, estamos encaminhando isso em Santos, mas é um modelo que construímos, inclusive com seminários internacionais em 2003 e 2004, nessa modalidade.

A questão do Profrota, o entrave, é um programa novo, ousado, eu diria, evidentemente todos os programas novos tem entraves, mas ele já está financiando inclusive barcos construídos, como em Santa Catarina, que é o maior pólo industrial pesqueiro do Brasil, e também no Nordeste, vários barcos já foram financiados, inclusive o primeiro já foi inaugurado em Santa Catarina, já está pescando com uma eficiência fantástica, que é da empresa da Maria de Fátima. Em dez meses, pescou 1200 toneladas de atum, com resultados fantásticos. O barco com motor importado, eficiente, reduziu muito o custo. Então nós estamos apostando no programa.

O problema das garantias é um problema de toda a frota mercante do Brasil. E o Governo está discutindo um programa de garantias que nós entramos na carona agora, e incluímos a questão dos barcos pesqueiros. Nós resolvemos as garantias depois que o barco já está construído, incluímos as embarcações existentes já da empresa como garantia, o problema está na garantia do barco em construção no período em que ele está em construção. Este está sendo o nó. Conseguimos garantir o limite de 130% de garantias nos bancos, então nós avançamos na resolução de algumas questões, e acreditamos que este ano resolvemos o problema definitivo das garantias.

Nacionalização, a pergunta da Senadora. Na aprovação do Programa Profrota, houve o debate de permitir a importação de alguns barcos. Evidentemente, a grande parte da construção é nacional, para gerar empregos e renda, etc, mas na própria lei foi incluída a autorização para o Governo permitir a importação de até 30 barcos, barcos de médio e grande porte. E nós abrimos edital de concorrência, que obedece a vários critérios, e isso acelera a constituição da frota nacional

pesqueira. Está limitada a 30 barcos como permissão de importação, ou seja, chamada de nacionalização. O restante é tudo produção, construção nacional.

Então é isso. Nós não acreditamos, não é nossa tese, nós não achamos o que Governo vá desenvolver a pesca e a cultura por si só. Nós apostamos numa parceira importante do setor público com o setor privado. Nenhum setor, na nossa avaliação, se desenvolve sem investimentos públicos que ofereçam as condições básicas de infra-estrutura, de políticas de fomento. E isso aconteceu com a agricultura também.

Se nós formos pegar as décadas de 60 e 70, o Governo nunca investiu tanto no desenvolvimento da agropecuária nesse período, como o Governo Brasileiro. A modernização da agricultura passou por investimentos pesados do setor público. Vide a EMBRAPA, criada em 73; vide a EMBRATER, criada em 75; vide o Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 77. Ou seja, políticas que perduraram durante décadas.

E hoje o Governo do Presidente Lula também investe, em que pese todo o questionamento. Hoje está renegociando dívidas, a Câmara está discutindo isso para facilitar, em função da crise de 2005, 2006.

Os preços internacionais, hoje, têm aumentando, isso tem criado condições de retomar o rendimento do setor rural também, mas nós somos parceiros dessa idéia de que é preciso investimentos públicos importantes para dotar o setor de condições básicas de infra-estrutura e fomento. E evidentemente um setor empresarial forte e dinâmico para desenvolver a atividade.

Em relação às considerações do Senador Jonas Pinheiro, é importante dizer que o Senador tem sido um grande defensor dessa atividade, tem história, filho de pescador, e tem o seu mandato pautado também por isso. E eu gostaria de receber documento construído naquele período, fazer chegar às minhas mãos, que eu acho que é importante, até para analisar, do ponto de vista de tempo, o que mudou, o que precisa mudar.

Em relação às considerações do Senador Sibá Machado, que também tem sido um parceiro importante da Secretaria e dessa atividade, o desenvolvimento das atividades em águas da União e tanques escavados, essa questão do modelo de ocupação é importante. Nós trabalhamos com a tese de modelo familiar de ocupação, embora vá ter os espaços para as empresas, e tem muita empresa querendo produzir, é uma questão de ordenamento. Há regiões, por exemplo, que têm uma comunidade tradicional forte, que se pode priorizar aquilo, há regiões em que não existe e há um interesse enorme de empresas, acho que se tem que compatibilizar as coisas nesse aspecto. Mas isso, seguramente, impacta numa alternativa de renda para as comunidades tradicionais. Os ribeirinhos da Região Norte, que podem ter essa atividade como uma importante alternativa de renda, no semi-árido Nordestino e nos vários Estados da Federação.

Em relação ao crédito, eu diria que as fontes de crédito estão principalmente nos fundos constitucionais, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e no BNDES, além dos outros bancos também aportarem recursos próprios. Mas a origem principal dos recursos está nos fundos constitucionais e no BNDES. Nós temos, desde o PRONAF, temos o PROAQUA, PESCART e PROPESCA, temos no BNDES o PRODEAGRO, o PRODECOP e o FINAME, que também financiam.

Estamos trabalhando para ampliar, porque há um recurso de custeio, por exemplo, no setor empresarial, que chega a 150 mil reais por CNPJ. É pouco. Nós estamos trabalhando para mudar isso, que seja por barco, etc. Porque o setor quer, tem condições de pagamento, por que não vai emprestar? Desvincular. Desvincular. Nós estamos trabalhando com isso.

Assistência Técnica. A assistência técnica, nós estamos avançando nisso, é importante dizer o seguinte: Nas últimas décadas, o Sistema Nacional de Assistência Técnica foi desmontado. A partir de 89, com o fim da EMBRATER. O Governo do Presidente Lula tem reconstruído isso, e este ano, 2007/2008, são 160 milhões de reais destinados para isso. E nós estamos fazendo um trabalho de incorporar a assistência técnica para pesca e aqüicultura. Já avançamos nos último dois anos, este ano, o MDA incluiu nos editais, como meta obrigatória dos órgãos estaduais, a assistência técnica para pesca e aqüicultura. Para ter acesso aos recursos, tem que atender a essa condição. Então, isso foi um avanço, também, importante. E eu estou trabalhando com os órgãos estaduais, também. Fazendo parcerias. Lá no Mato Grosso nós tivemos uma reunião com a EMPAER, sensibilizando os Governos que é uma área que tem que investir. E portanto, a assistência técnica tem que também ter isso como prioridade.

Orçamento. Um orçamento bom para nós é pelo menos 450 milhões de reais. Esse é o orçamento. Evidentemente, se nós conseguirmos ter aqui uma emenda de 100 milhões, isso, para nós, vocês não imaginam o impulso que dá e a condição que dá. Então nós colocamos, eu acho que fomos humildes aí, colocamos 20 milhões, mas eu acredito que é possível ter um recurso ainda maior, e nós temos condições operacionais. Eu quero dizer isso aqui, destacar.

Nós, nos últimos dois anos, executamos 98% do nosso orçamento, e mais de 80% das emendas colocadas. Então o meu compromisso, como Ministro, é garantir a execução das emendas. Nós temos capacidade, temos uma equipe ágil, por ser uma Secretaria

nova, um órgão novo, nós construímos uma equipe afinada e ágil, então nós temos essa garantia de execução para colocar aqui para os Senadores.

Em relação às cotas, só esclarecer: Nós avançamos e conquistamos cotas, a partir de 2001, importantes. A cota de atuns, nós, especialmente o espadarte, nós avançamos de 2.800 toneladas para 4.700 toneladas no ano passado. Gradativamente, estamos galgando mais espaços. É uma briga muito grande, é uma disputa ferrenha, as cotas, internacional. E no ano passado, e aqui eu quero fazer jus à Universidade Federal de Pernambuco, que nós temos parceria, o Fábio Hazin, que representa o Brasil, e a nossa participação, a participação de empresários nessa disputa, mas nós conseguimos ampliar no ano passado de 4300 para 4720 toneladas, por duas razõeS – Primeiro nós mostramos para os outros países e para o ICCAT que o Governo Brasileiro tem decisão de investir nos desenvolvimento da pesca, e a prova disso são os investimentos no Profrota. Nós não queremos mais arrendamento, nós queremos frota nacional.

E segundo, são os números, ou seja, nós ampliamos a captura de 2.900 toneladas, em 2004, de espadarte, para 4.300 toneladas, no ano passado. Então a política está se refletindo no aumento efetivo de captura. E isso tem convencido o órgão internacional. E além disso, as políticas de cumprimento dos acordos internacionais, de respeito às medidas de preservação ambiental, como é a Política de Captura Incidental de Aves Marinhas, o albatroz, o pedrês, capturas, os dispositivos dos TEDs para evitar a captura da tartaruga, a questão dos tubarões, vários acordos internacionais que nós estamos cumprindo. E nisto o Brasil tem galgado o respeito na FAO, no ICCAT, na Organização Mundial do Comércio, em que estamos defendendo um tratamento diferenciado de subsídios para os pessoas em desenvolvimento.

A nossa proposta, hoje, é referência na OMC. Estou indo no próximo mês a Genebra, para conversar com o Presidente do Grupo Negociador de Regras, inclusive com o Presidente da OMC, para discutir isso. Nós estamos propondo a limitação de subsídios para os países desenvolvidos, que já investiram muito em subsídios, já esgotaram seus estoques e estão pescando no mundo inteiro, mas queremos o direito de subsidiar a indústria pesqueira. o setor pesqueiro. para desenvolver e consolidar o setor pesqueiro no Brasil e nos países em desenvolvimento.

Nós queremos direito de desenvolver a nossa atividade. E por isso estamos defendendo na OMC, eu diria com brilhantismo, e hoje a nossa proposta é a referência, não se discute regulamentação de subsídios na OMC, sem discutir a proposta brasileira.

Então estamos com esse esforço interno e externo, no sentido de consolidar e desenvolver o setor pesqueiro e aqüícola, e por isso que eu sou otimistA – Eu acredito que este setor, nas próximas décadas, se o Brasil ampliar os seus investimentos, tiver uma política cada vez mais consistente, seguramente o Brasil tem condições de figurar entre os primeiros produtores mundiais de pescado. Seguramente.

A China está disparada na frente, segundo é o Japão, nós hoje somos, na aqüicultura 17º e na pesca 26º, mas temos condições de ser um dos primeiros produtores mundiais de pescado, seguramente.

Então obrigado. Contamos com o apoio da Comissão de Agricultura, e nós estamos aí sempre à disposição dos senhores e das senhoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Eu gostaria, antes de encerrar, eminentes Senadores, dizer que nós, dia 17, vamos deliberar, e dia 18, nós temos o prazo de apresentar cinco emendas para o PPA. Eu precisa da compreensão e da colaboração para que nós possamos, a Assessoria toda esta à disposição, para nós podermos produzir cinco temas importantes para o País, e que nós possamos, a Comissão vai apresentar. E até dia 29, nós temos que também começar a debater oito emendas para o orçamento de 2008. cinco é PPA, e oito é orçamentos. Mudou a regra.

Esta semana, semana que vem, PPA, que são para os exercícios até 2011. PPA vai estabelecer os orçamentos até 2011. O orçamento para 2008, que vai para o PPA, vai contemplar a Comissão em oito emendas.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, nós estamos preocupados, porque eu e o Senador Sibá Machado estamos escolhidos pelo Senado Federal para irmos representar o Brasil na África do Sul na semana que vem. Mas nós estamos mais aliviados, porque a discussão da próxima semana não é o orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Não, é PPA. Mas gostaríamos que dessem, suas sugestões, as sugestões do Senador, para a Assessoria da Comissão, para que eles passem a observar.

O segundo Item, que nós tivemos uma conversa com o Presidente Lula sobre o meio ambiente, sobre os biomas, sobre a pequena propriedade rural, que a pequena propriedade rural, com as regras que estão aí, estão indo tudo para a favela, porque não sobra mais terras para trabalhar, são as reservas, e nós temos tanta coisa, e ele se colocou à disposição para colocar alguns técnicos com a Comissão, para produzirmos, eu pretendo, nessa ordem, uma Legislação regionalizada,

porque o que serve para o Amazonas não serve para o Sul do País, não serve para o Centro-Oeste, para que nós possamos iniciar uma discussão, que ela será de muita importância para nós.

E para encerrar, eu agradeço a Dra. Miyuki Hyashida, eu tenho uma dificuldade para falar em japonês, mas eu queria dizer para ela que eu aprendi no Japão, em Almore, a produção de alevinos para jogar ao mar, e fiz uma experiência no meu Estado, nós jogamos alguns milhões de alevinos num rio rural e durante quatro, cinco, seis anos, os agricultores pescavam peixes de cinco, seis, sete quilo que por ali se criaram e ficaram. Eu usei e é viável para alimentação, fantástico, inclusive habitar os rios com peixes.

E dizer, agradecido pela oportunidade, por estar aqui, pelo ensinamento, pela palestra, ao Dr. Fernando Ferreira, pela brilhante contribuição, e certamente vai nos ajudar. E o nosso Secretário Gregolim, Ministro Gregolim, Secretário da Pesca, ele é do meu Oeste, de Santa Catarina, é filho do meio rural, de agricultores, e por isso que ele fala com tanta veemência, com tanta convicção, e pela convicção e pelo trabalho, certamente nós vamos vencer essa parada. Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO OLIVEIRA (DEM-TO) – Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Só um segundo.

Eu queria só agradecer também a presença, e lhe dar a palavra, ao eminente Deputado João Oliveira, de Tocantins, que de abrilhanta a nossa Reunião e está com a palavra.

DEPUTADO JOÃO OLIVEIRA (DEM-TO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero ser bem breve, é só para cumprimentar o Ministro, que já estivemos junto na Comissão da Agricultura, na Câmara dos Deputados, eu quero cumprimentar V. Exª., Senador Neuto De Conto, e a minha Prefeita Miyuki Hyashida, essa é a Prefeita do meu orgulho, da qual eu falei com V. Exª. que ela é vocacionada para o lado da pesca, da piscicultura.

E, no entanto, eu queria reforçar aquele pedido que lhe fiz relacionado a ela, que V. Exª. apóie, que ela tem projetos importantes para a piscicultura no Estado do Tocantins. É a melhor Prefeita do Estado do Tocantins. O Governador nosso, do Tocantins, só para, vocês sabem que é difícil o Governo estar no Município, já foi cinco vezes, depois da eleição, dentro de cinco meses.

Era só isso que eu queria dizer aos senhores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado ao eminente Deputado João Oliveira. Não tendo nada mais nada a tratar, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Reunião.

(Sessão encerrada às 12h47.)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Ata da 9ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis – CRA-BIO da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de setembro de 2007.

Às dez horas e dezoito minutos do dia treze de setembro de dois mil e sete, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador JOÃO TENÓRIO, reúne-se a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis – CRA-BIO, com a presença dos Senadores(as) – SIBÁ MACHADO, JONAS PINHEIRO, VALTER PEREIRA, NEUTO DE CONTO E PAULO PAIM. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as) – Antônio Carlos Valadares e Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador JOÃO TENÓRIO, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pautA – Audiência Pública com a finalidade de discutir a produção nacional de biodiesel, em cumprimento ao Requerimento nº 9, de 2007 – CRA-BIO, de autoria do Senador João Tenório, aprovado em 11.7.2007, e ao Requerimento nº 14, de 2007 – CRA-BIO, de autoria do Senador César Borges, aprovado em 29.8.2007, com a participação dos seguintes convidadoS – SR. JOSÉ ALCIDES MARTINS – Gerente-Executivo de Participações da Petrobrás Distribuidora; SR. UNIVALDO VEDANA – Diretor da Empresa de Consultoria Biodiesel BR; SR. RODRIGO RODRIGUES – Coordenador da Comissão Executiva Interministerial responsável pelo Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel; SR. NIVALDO TRAMA – Presidente da ABIODIESEL (Associação das Indústrias de Biodiesel do Brasil); SR. SILLAS OLIVA FILHO – Gerente de Comércio de Álcool e Produtos Oxigenados. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as) – Sibá Machado, Jonas Pinheiro e Valter Pereira. RESULTADO – AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA. EXTRA-PAUTA – Requerimento nº 16, de 2007 – CRA-BIO – Requer, nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária conjuntamente com a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com o Dr. Odacir

Klein, Presidente Executivo da União Brasileira do Biodiesel-UBRABIO, bem como o Sr. Francisco Nabuco de Almeida Barreto Neto, Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, com o objetivo de discutir e analisar, com visão geral, a produção dos biocombustíveis no país. AUTOR – Senador Neuto de Conto. Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos, passa-se a fase de votação, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. RESULTADO – Aprovado, com adendo do Senador João Tenório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **João Tenório,** Presidente da Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Bom-dia, senhores... Srs. Senadores, senhores convidados. Havendo número regimental declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Permanente dos Biocombustíveis no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da Leitura da Ata da Reunião anterior que com anuência dos Srs. Senadores, declaro aprovada.

A presente Sessão destina-se à Audiência Pública com a finalidade de discutir a produção nacional do biodiesel em cumprimento ao requerimento nº. 09/2007, da CRABIO, de minha autoria, aprovado na reunião de 11 de julho corrente. E ao requerimento nº. 14/2007, de autoria do Senador César Borges, aprovado em reunião de 29/08/2007, com a presença dos seguintes convidados que, desde já, convido para comporem a Mesa; Sr. José Alcides Santoro Martins, Gerente Executivo de Participações da Petrobras Distribuidoras, representando a Sra. Maria da Graça Fossa, Presidente da BR Distribuidora, por favor. Sr. Univaldo Vedana, está certo? É isso mesmo? Diretor da empresa de Consultoria Biodiesel BR. Presidente, para cá. Sr. Rodrigo Rodrigues, Coordenador da Comissão Executiva Interministerial, responsável pelo Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. Sr. Nivaldo Trama, Presidente da ABIODIESEL, Associação das Indústrias de Biodiesel do Brasil; Sr. Silas Oliveira Filho, gerente de comércio de álcool e produtos oxigenados da Petrobras, representando o Sr. Paulo Roberto Costa, Diretor de Abastecimento da Petrobras.

Gostaria de registrar a presença do nosso Presidente, Senador Neuto de Conto, que preside a Comissão de Agricultura, à qual nós somos, digamos assim, uma filial, que busca discutir com maior, digamos assim... Localizar mais as discussões sobre as questões de biodiesel, naturalmente são ligadas, todas elas, à agricultura.

Então, essa Sessão tem como objetivo tentar expor e explicar um pouco um programa que está ainda incipiente, essa a grande verdade, nós não temos conhecimento do biodiesel da mesma forma que temos conhecimentos, por exemplo, da produção, comercialização, do etanol, por ser um produto de 50, 60 anos. Então, nós estamos começando com o biodiesel e, como tal, nós teremos uma... Trata-se de uma, digamos assim, de uma iniciação ao conhecimento sobre o tema.

Então, os convidados aqui presentes darão, sem sombra de dúvida, uma grande contribuição para que isso possa ocorrer da maneira mais eficiente possível. Eu gostaria até de sugerir aos senhores convidados que, pelo conhecimento que cada um tem dos outros, dos seus setores, indicassem qual seria o melhor ordenamento aí das falas, para que a gente pudesse tirar o maior proveito, como seria mais lógico, digamos assim, a prioridade de quem falar primeiro, segundo, qual seria a melhor maneira de conduzir as negociações. Os senhores têm alguma sugestão a dar? Então, nós poderíamos, caso contrário, vamos dar o ordenamento normal, que a Mesa sugere.

Então, passamos a palavra ao Sr. Rodrigo Rodrigues, Coordenador da Comissão Executiva Interministerial, que lida especificamente com essa questão do biodiesel.

DR. RODRIGO RODRIGUES – Bom-dia a V.Exas., para mim é uma honra estar comparecendo a essa Casa para debater com senhores acerca de um programa de fundamental importância para o nosso país, para a nossa nação, uma janela de oportunidade que se abre com o biodiesel. Vou dar um panorama geral do Estado, da arte, no que tange às políticas públicas, o estágio atual de produção do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, que foi fruto... As diretrizes, a montagem, a estruturação, a regulamentação desse mercado... Foi fruto de um grupo de trabalho instituído pelo excelentíssimo Sr. Presidente da República, em 2003, e, ao longo de 2003, fizemos uma série de audiências com levantamento, com a consulta a representantes da cadeia produtiva como um todo, desde os produtores agrícolas, passando pelos... Pela indústria automobilística e detentores de conhecimento na Academia, institutos de pesquisa que tinham o domínio, o *know-how*, já da produção, das técnicas de produção do biodiesel, trabalhadores rurais, indústria automobilística, os usuários, que geraram uma série de conclusões, recomendações, que ensejaram as

diretrizes básicas para o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

Essas diretrizes estão relacionadas, primeiro, à introdução do biodiesel na matriz energética nacional, de forma sustentável, dada aí a diversidade de clima e solo no território nacional e as diferentes culturas adaptáveis a essas diferentes regiões do país, desde o clima semi... Região semi-árida, no semi-árido do nordeste, até a região equatorial, como outros climas de cerrado, no Centro-oeste, na Região Sul e Sudeste no país. Essa diversidade de clima e solo--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Para poder dar tempo de a gente questionar depois, ficar um tempo dedicado à questão.

DR. RODRIGO RODRIGUES – Certo, previsto mais ou menos para isso. Essas diretrizes, a diversidade de clima e solo, a introdução, de forma sustentável, do biodiesel na matriz energética nacional, a diversidade de tecnologias de uso, de rotas tecnológicas, potencial de substituição do petróleo, ainda importado, atualmente temos um consumo em torno de 40 bilhões de litros de diesel/ano, importamos em torno de seis a 07% desse diesel consumido internamente no país, e os ganhos ambientais, aí, decorrentes, em termos de redução das emissões, são dados... Redução de CO, monóxido de carbono, material particulado, em torno de 50 a 60%, comparáveis, aí, às emissões do biodiesel como do diesel mineral puro e a geração de emprego e renda na produção agrícola das matérias-primas oleaginosas para a produção do biodiesel.

Então, essas foram as diretrizes básicas que ensejaram a constituição do programa, aí, esquecendo também a redução das desigualdades regionais, particularmente do Norte e do Nordeste, em relação à Região Central, Sul e Sudeste do país. Untadas essas diretrizes, instituída uma Comissão executiva interministerial, a qual coordenamos, pela Casa Civil, em dezembro de 2003, começaram a ser tomadas as medidas para introduzir, então, o biodiesel, seguindo, atendendo a essas diretrizes. Então, ao longo de 2004, foram elaboradas, vamos dizer assim, um marco regulatório do biodiesel, as medidas legislativas, medidas provisórias, que foram encaminhadas ao Congresso Nacional, que viriam a regulamentar esse mercado. Aí, editou-se a Medida Provisória editada em setembro de 2004, que veio a se transformar, ser convertida na Lei 11097, que introduz o biodiesel na matriz energética nacional, que estabelece o percentual de mistura autorizativa inicial dos 2%, depois compulsória, iniciando agora cinco anos após a publicação da Lei, em 13 de janeiro de 2008 e, a partir da compulsoriedade da mistura, num período de oito anos após a publicação da Lei, até 2013, essa mistura deverá chegar a 5%, havendo disponibilidade de oferta, de acordo com o monitoramento aí do Programa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – (pronunciamento fora do microfone) a Subcomissão, o Senador Sibá Machado, que prefere ficar ali nos observando e nos criticando.

DR. RODRIGO RODRIGUES – A Lei 11097, e essa Emenda da mistura compulsória; a mistura compulsória foi resultado de uma Emenda Parlamentar, instituída na Câmara; a 11097, resultado de Medida Provisória também editada em dezembro de 2004, que viria a se converter na Lei 11.116, que estabelece o modelo tributário, de tributação diferenciada por região, por categoria de produtor e por tipo de matéria-prima oleaginosa, intensamente debatida no Congresso Nacional, especialmente nessa Casa, no Senado Federal, que estive presente cerca de quatro sessões para se debater esse modelo tributário onde, vamos dizer assim, os interesses e os conflitos aí das representantes, Parlamentares representantes das regiões Sul e Sudeste, em relação aos Parlamentares representantes das regiões Norte e Nordeste, que viriam a ser as mais beneficiadas no processo de redução e de incentivos de estímulo para promover o desenvolvimento regional, a proposta que se discutiu nessa Casa, de substituir essa diferenciação por um índice de desenvolvimento humano e, aí, a análise do índice de desenvolvimento humano, a dificuldade operacional de instituir esse mecanismo, embora mais justo, do ponto de vista de critério de justiça social, de correção das desigualdades, em suma, no caso, o Congresso Nacional veio a sancionar a Lei 11116, estabelecendo o modelo tributário e essas duas legislações básicas, com as regulamentações complementares, decretos do Presidente da República, os atos normativos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, como veio a se denominar e, no início de 2005, tínhamos esse marco regulatório constituído das duas Leis e Decreto,

A Lei confere a Decreto do Presidente regulamentar a Lei tributária e foi o Presidente da República que identificou as regiões Norte e Nordeste, privilegiadas com a isenção tributária com a agricultura familiar e, aí, a agricultura familiar, carregando o maior percentual de benefício e identificando a palma na região Norte e a mamona, na região Nordeste semi-árido, como as culturas que precisariam da isenção tributária máxima, em termos dos tributos federais incidentes sobre os combustíveis, que é PIS/PASEP, COFINS e CIDE.

Esse foi o esquema de diferenciação tributária eleito pelo Governo, então, tínhamos, no início de 2005, um marco regulatório estabelecido, uma autorização definida e não tínhamos um mercado constituído. Uma

medida complementar foi a criação de um mercado, de uma demanda, o estímulo a uma demanda e, aí, foi instituído o mecanismo dos leilões, que a Lei confere, a Lei 11097, que o percentual de mistura pode ser antecipado; a Resolução do Conselho Nacional de Política Energética, de setembro de 2005, antecipou o percentual de mistura compulsória para 1º de janeiro de 2006 e aí permitir, então, na proporção da disponibilidade de oferta de biodiesel, de matéria-prima, aí, permitiu a realização dos leilões de compra de biodiesel que, aí, induziu a regulamentação pela Agência Nacional do Petróleo, Ministério de Minas e Energia, a realização dos leilões de compra, para vir a constituir uma demanda firme para o biodiesel. Foram realizados, então, entre novembro de 2005 até fevereiro deste ano, cinco leilões de compra, adquiridos 885 milhões de litros de biodiesel; o mecanismo do biodiesel, dos leilões, era estabelecer um preço de referência inicial. Os produtores que apresentassem biodiesel dentro das qualidades técnicas exigidas pela ANP e a proposta vencedora, o menor preço era a proposta vencedora. Uma... Nos cinco leilões realizados, tivemos uma queda de preço relativo, aí, de preço médio ponderado das propostas vencedoras; começou lá um R$1,93 para R$1,74, no quarto leilão, que foi o mais volumoso, com 450 milhões de litros; começou o primeiro Leilão a 70 milhões de litros, um segundo com 170 milhões de litros, um terceiro com 450 milhões de litros, um quarto com 50 milhões e um resíduo mais 50 milhões, no último leilão realizado no início desse ano.

Nesses leilões, o objetivo do Governo era alavancar a capacidade produtiva, alavancar a produção. E, nesse sentido, permitiu-se a disputa desses leilões, Projetos de produção de biodiesel que atendessem o critério social básico identificado do pelo Governo, o Selo Combustível Social, ou seja, trabalhar com a agricultura familiar, e a agricultura familiar ela tem um percentual de participação relativa, variável por cada região. Na regulamentação do selo, tem o mínimo 50% com a agricultura familiarizar, na região Nordeste; no mínimo 30% nas regiões Sul e Sudeste e, no mínimo, 10% nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Dos leilões podiam participar Projetos de produção de biodiesel, que era a intenção alavancar a produção, atendendo às disposições e critérios de inclusão social identificados pelo Governo e tínhamos, evidentemente, nesse, nesse mecanismo, um produto novo, um novo mercado que viria a se constituir, uma grande assimetria de informação, problemas regulatórios daí decorrentes, como seleção adversa e risco moral; nem todos os produtores estariam efetivamente comprometidos ou teriam capacidade de vir a entregar o biodiesel nos prazos, nas condições estabelecidas, esse era um risco que se corria. Ou seja, resultado geral desse leilão, desses cinco leilões, tem que... Os representantes da Petrobras e BR podem explicar melhor os dados, nós tivemos 175 milhões, 64 milhões de litros foram cancelados, ou seja, produtores, cinco produtores do primeiro e segundo leilão, que não tiveram condições, não cumpriram os prazos estabelecidos nos contratos firmados com Petrobras e refinaria Alberto Pasqualini para a entrega do biodiesel, dentro dos prazos acordados e repactuados e dentro da qualidade requerida...

(soa a campainha)

DR. RODRIGO RODRIGUES – ... Para o biodiesel... Cinco, então, empresas foram canceladas, temos um volume de entrega, nossa previsão total de entrega desse biodiesel é de cerca de 60 a 70%, até dezembro deste ano, 60 a 70% do volume contratado deverá ser entregue, ou seja, de 530 a 620 milhões de litros. Isso, para nós, é um resultado bastante auspicioso porque o que objetivávamos era alavancar a produção. Temos hoje, então, o resultado dos leilões, se for regulatório, registradas na ANP 41 unidades produtoras de biodiesel, que a capacidade instalada firme com um bilhão e 85 milhões de litros de capacidade instalada de produção; um bilhão e 85... 850 milhões de litros. O mercado do B2, os 2% compulsórios requer 820 milhões de litros, em torno disso, para a compulsoriedade, considerando a demanda atual de diesel.

Estamos em fase de conclusão dos testes veiculares com a indústria automobilística para vir a estender a garantia dos fabricantes aos veículos para uso até 5% de biodiesel. A previsão é que, até o final deste ano, teremos a conclusão desses testes e o referendo da ANFAVEA para o uso de 5% de biodiesel nos motores. Os Projetos em carteira, Projetos de entrada de produção de biodiesel, planejados para dezembro de 2008, totalizam três bilhões, 400 milhões de litros de biodiesel, de capacidade instalada no país, ou seja, se configura, aí, um... Para o mercado da compulsoriedade da mistura, uma super oferta em relação a empreendimentos que estão aí em andamento para a produção de biodiesel. Temos o dobro da capacidade já necessária para a mistura do B2. Estão sendo iniciadas misturas superiores a isso por proprietários de frotas veiculares cativas; a Vale do Rio Doce está usando nas suas locomotivas o biodiesel; frotas de ônibus, na região metropolitana do Rio de Janeiro, passam a usar 5%, foi lançado o uso de biodiesel 5% nas barcas que atendem a Bahia da Guanabara; frotas de ônibus também têm se utilizado de percentuais maiores, 30% misturam diesel e álcool, na região de São Paulo, ou seja, precisamos estimular esses outros, essas outras... Usos que não o mercado da mistura

compulsória, que são os que habilitam, justamente para créditos, o mecanismo de desenvolvimento limpo, Protocolo de Kyoto e precisa o Governo, agora, um estrito monitoramento, tanto da capacidade... Da evolução da capacidade instalada de produção como da demanda. O Governo tem a medida da demanda, o grau da demanda, que vai de dois a 5% da compulsoriedade de mistura do biodiesel. Isso é um mercado de 800 milhões de litros a dois bilhões de litros. Mais do que isso, em termos de consumo interno, precisamos estimular o consumo, em percentuais maiores por frotas veiculares cativas e autorizar o uso de outras formas, em geradores térmicos, que já está permitido pela... Pelo decreto presidencial.

Com esses leilões, temos aí 210 mil famílias de agricultores familiares contratados para fornecimento de biodiesel, nesses 885 milhões vencedores nas propostas dos cinco leilões; cerca de 1/3 da oferta provém de matéria-prima produzida pela agricultura familiar. E, atualmente, o B2 já é comercializado em cerca de seis mil postos revendedores, em todo o território nacional, praticamente toda a rede BR já comercializa B2, na sua rede de postos, e outras bandeiras que iniciaram, Ale Distribuidora também com uma participação expressiva; isso é cerca de 16% do total de postos revendedores em todo o território nacional.

Então, esse é um quadro geral da capacidade instalada de produção, quantidade de produtores e o estágio atual, vamos dizer assim, dos grandes números agregados do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, há grandes desafios e, eventualmente, medidas de adaptação, de aperfeiçoamento desse marco regulatório, serão necessárias para garantir a efetiva participação da agricultura familiar, a efetiva participação das regiões Norte e Nordeste, nesse mercado que se monta para o biodiesel.

Muito obrigado pela atenção. Fico às ordens para os esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo. V.Sa. traz algumas informações importantíssimas sobre essa questão. Até porque há uma contradição imensa na grande mídia sobre se nós estamos avançados ou atrasados no que diz respeito a essa questão da produção e do cumprimento das metas de biodiesel, produção de biodiesel. Depois, eu vou trazer aqui um pouco duas notícias que aconteceram na mesma semana, uma semana depois, no Estado de São Paulo, que diz exatamente uma ao contrário da outra. Então, isso cria, de fato, um... Digamos assim, uma falta de entendimento de como anda o programa em relação às suas metas. Então, mais um pouco na frente, nos debates, nós vamos discutir isso com mais precisão.

Para misturar um pouco, vamos ouvir agora o Dr. Nivaldo Trama, da área privada, vamos misturar um pouco a pública com a privada aqui para... Áreas, que eu estou falando áreas.

SR. NIVALDO TRAMA – Ilustre Senador João Tenório, parabéns pela sua gestão e parabéns pela audiência. Aos demais Senadores, meus cumprimentos. Aos parceiros da Mesa, o meu agradecimento pela participação. A indústria de biodiesel, na visão e percepção da Associação está entre a cruz e a espada, estamos numa armadilha. E podemos até situar, assim, para ilustrar, um filme já visto pelo programa do Pró-Álcool, na década de 70, aonde o Projeto envolveu características de possibilidades de inclusão social, à época, em que os pequenos e médios produtores de cana, engenhos, alambiques, adentraram ao programa do Pró-Álcool e, inevitavelmente, entusiasmaram o programa, naquela época em que resultou uma participação tímida até, mas era um Projeto de grande envergadura.

E nós estamos parecendo hoje que o filme está se repetindo. Por quê? Porque a grandeza do Pró-Álcool se revela pela grandeza do combustível de grande envergadura de volumes e de escala. Em conseqüência, hoje deparamos com o setor no qual a capacidade de produção se revela em grandes escalas de esmagamento. Hoje a indústria de etanol só se sustenta operacionalmente através de uma escala significativA – dois milhões, no mínimo, de esmagamento anual de cana. E conhecemos inúmeras plantas de um milhão, 500 mil toneladas que não avançam porque o custo operacional, toda a estruturação, ela se torna cara diante de uma exigência que o mercado impõe sobre custos.

E, nesse período de 30 anos do Pró-Álcool, nós temos altos e baixos, sucessos e fracassos e, em conseqüência, inúmeras alterações, mas hoje, infelizmente, devido à iniciativa privada investir no modelo da cana, de eficiência das suas mudas, desenvolvimento de tecnologias, o qual se deve muito à iniciativa privada, no Pró-Álcool, hoje o programa de etanol do nosso Presidente Lula, ele navega em berço esplêndido. Passaram-se 30 anos, senhores. Altos e baixos.

Muito bem, trazendo esse filme para o presente, parece que é o mesmo porque o programa do biodiesel, na nossa visão, é louvável, inegavelmente o programa do Presidente Lula vem num momento especial, aonde o programa de implantação do biodiesel, devemos a uma nova economia de mercado que surge. Em sendo uma nova economia de mercado, não há, em conseqüência, dentro do orçamento fiscal federal, uma captação plausível de resultado dos seus impostos.

Muito bem, é inegável que esse programa teve como visão a inclusão social. O que é muito responsá-

vel; é inegável que precisamos avançar nesse setor de inclusão social. No entanto, nós devemos trazer o exemplo do passado de que a inclusão social, diretamente focada num programa, ela não responde à altura da grandeza do programa. Não por má vontade, não por ineficiência de terras ou de capacitações, mas que o próprio programa derivado da agricultura familiar, não corresponde às exigências da grandeza do programa. Com todo o esforço do Governo, do MDA, com todo o esforço que ocorre no momento para consagrar esse programa importantíssimo para o Brasil, nós achamos que o programa merece um desdobramento e uma mudança de foco. O conteúdo dele está bastante objetivado. Mas a forma pela qual ele está sendo implantado deriva de termos 41 empresas autorizadas pela ANP, mas, se fizermos uma radiografia da capacitação dessas empresas, não desmerecendo a sua gestão empresarial, elas são todas de porte pequeno na sua transferificação, ou seja, no seu processo. Das 41 analisadas pela nossa associação, somente numa mão de cinco dedos, podemos indicar aquelas que têm volume, estrutura, capacitação de enquadrarem-se dentro de um Projeto de 820 milhões de m , toneladas para o próximo ano.

Muito bem, da forma como é uma inclusão social, diretamente no Projeto, ele se torna perverso porque o alcance do PRONAF, o alcance do MDA de sustentar o programa, é impossível realizar essa... Tanto é que temos os *defaults* dos atendimentos no programa, temos as faltas de cumprimento dos leilões com a Petrobras, temos inúmeros fatores que derivam, não da má-fé do empresário, mas derivam da pequenez do programa na relação direta com o PRONAF.

A inclusão social, ela é perfeitamente viável e exeqüível, de uma forma indireta, tal qual hoje o Pró-Álcool sustenta inúmeros Projetos de inclusão social, porque a grande estrutura empresarial consegue espargir pelo meio a inclusão social, de forma consistente, programática e de resultado. Muito bem, dentre esses aspectos, senhores, ilustre Senador João Tenório, nós temos algumas propostas para viabilizar, e temos que encarar que a adequação não se pode fazer pontualmente; ela tem uma característica de mudanças radicais, sem o que nós não vamos enfrentar a concorrência do nosso vizinho que, no nosso ver, será o Kuwait do biodiesel, a Argentina, senhores. No universo de produção de óleos vegetais no mundo, os 10 maiores, a Argentina é o terceiro; primeiro é a Malásia, segundo é Indonésia, terceiro é Argentina, em produção de óleos vegetais, que é a matéria-prima essencial para o programa. Em quarto vem Europa e em quinto, o Brasil. Nós temos, em relação à produção, dois milhões e meio de toneladas de óleos vegetais por ano. Fonte da própria ABIOVE, enquanto que a Malásia e a Indonésia são 17 milhões de toneladas. Ou seja, a Argentina, no seu programa de incentivo na grande estrutura da empresa esmagadora de biodiesel, em Rosário do Sul, são nove grandes plantas, incentivadas por um programa do Presidente Kirchner, que determinou o seguinte: A exportação de grãos *in natura* tem uma alíquota de 25%; a exportação de óleos e biodiesel, uma alíquota de 5%. Num programa de 15 anos, ora, os empresários, a grande força de investimento no Projeto de matriz energética, que é uma escala gigantesca, ela só é inerente, ela só é passível quando existe, na base industrial sólida, a decorrência de resultados. E a inclusão social senhores, vem de forma indireta. É inegável que o programa do Presidente Lula é o grande promotor do evento, é a grande conquista do Brasil, nós somos um continente com uma diversidade enorme, mas temos que olhar no foco do grande investimento. E o grande investimento se faz exatamente pelas grandes corporações, não deixando de lado o aspecto de PRONAF, MDA e Selo Combustível Social, isso é muito importante. Nós, da associação, temos essa percepção de que elencamos cerca de 10 itens para que haja uma avaliação.

Por favor. Nós necessitamos, no médio prazo, promover o descolamento urgente das oleaginosas alimentícias, senhores. O mundo todo conclama essa insanidade de fazer combustível derivado de alimentos.

A associação reivindica um programa de descolamento, ou seja, investir para o PRONAF, investir no Ministério da Agricultura, na EMBRAPA e em programas de oleaginosas industriais, daquelas que não competem na *commodity* de alimentos.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – O senhor vai apresentar sugestões. O senhor vai apresentar sugestões?

SR. NIVALDO TRAMA – Não entendi, senhor.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – A associação tem sugestões sobre as oleaginosas?

(soa a campainha)

SR. NIVALDO TRAMA – Temos sugestões, vamos, em seguida, com o tempo, mas, dentre as oleaginosas industriais, a mamona é uma delas, sem dúvida, é da cadeia das industriais, como a jatrofa curca, conhecida no mundo, muito desenvolvida na África, na Índia, no Oriente Médio, em Mali, um grande Projeto, em Israel, um grande Projeto de jatrofa, que é o pinhão manso, temos a inajá, oiticica, babaçu, temos macaúba, que não aderem ao programa de alimentos. O mundo todo está preocupado com a questão de alimentos, tanto é que as *commodities* estão oscilando, a preços elevadíssimos, por conta do biodiesel, por

conta das matrizes de uso de alimentos para a produção de biodiesel, por favor.

Temos que desenvolver um programa interministerial para incentivo dessas oleaginosas industriais; o Brasil, como um continente vocacionado por inúmeras áreas e regiões de alto poder de produção de oleaginosas, o mapa, o Ministério da Agricultura pode vocacionar as regiões das oleaginosas industriais, como Pará, Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste temos inúmeras chances, mas, num programa de oleaginosa industrial, enquanto que a Argentina depende somente da soja e do girassol, mas é o grande produtor de óleo. Nós não somos grandes produtores de óleo, mas poderemos ser grandes produtores de matéria-prima industrial para o biodiesel.

Por favor. O PRONAF deve inserir, nesse programa de oleaginosas industriais, dentre elas, a mamona e a jatrofa têm um poder de aderência, para o PRONAF, que é algo inigualável. Ela adere ao PRONAF de forma sustentável, até para ter um subsídio a mais para o pequeno agricultor. Então, nós não tivemos assistência técnica suficiente para o desenvolvimento de uma matéria-prima como a mamona no Nordeste, daí, não por má vontade do pequeno produtor, mas também dos aspectos cíclicos, a matéria-prima mamona não atendeu à demanda dos industriais e ficaram em *default* com os leilões.

Eu costumo dizer, nas minhas palestras, que o problema está num tripé; o biodiesel, no mundo, está num tripé; o *input* econômico, hoje, com a liquidez financeira no mundo, é fácil entrar recursos para capitalizar um Projeto, muito fácil, tem inúmeros Projetos, inúmeros investimentos pelo mundo afora; o segundo do tripé é a tecnologia, senhores, a tecnologia de produzir biodiesel é muito simples. Produz-se num liquidificador, se produz numa máquina de lavar roupa, é muito simples. No entanto, na deriva de escala, já muda o panorama, por quê? O terceiro do tripé o campo. O petróleo busca no furo, pegamos no subsolo; o bio-renovável, nós buscamos ele na flor da terra. E o campo não está respondendo à altura as exigências do programa. Não só aqui, como nos Estados Unidos, na Europa, inclusive, o problema é que a facilidade das oleaginosas do alimento disponível para o programa está criando essa diferença. Então, propomos esse programa junto ao PRONAF para não deixar de valorizar esse programa da agricultura familiar.

Senhores, Argentina será o Kuwait, na minha opinião, e nós deveremos, o ano que vem, importar biodiesel para fazer face às exigências do programa de 2%. As distribuidoras terão essa obrigação, mas, se o Brasil não atender ao fornecimento, os empresários das distribuidoras terão que importar da Argentina, o que é previsível no marco regulatório. Então, é um contra-sensO – a Argentina não tem base agrícola da mesma escala, mas tem a base industrial de esmagamento. Sugerimos uma desoneração do programa da indústria esmagadora, desde que seja matéria-prima industrial, para fortalecer o Projeto, dar um tempo à consolidação do programa. Nós temos impostos. Se você não entrar no programa de regime fiscal do programa do Agreste nordestino, do PRONAF, do Selo Combustível, você não tem benefício nenhum, você paga a CIDE integral. Ora, se na Argentina o programa é imensamente favorável de desoneração, nós vamos ficar reféns, não tenham dúvida, senhores.

Por favor. Então, a adequação do Selo Combustível Social, no PRONAF, é algo importante, que tem que ser consolidado, ou seja, o pequeno produtor tem que ter, no Selo Combustível Social, um agregado não para dar vantagem ao empresário, mas sim a ele, que é o produtor. Então, o Selo Combustível Social, na nossa visão, deve ser valorizado ao PRONAF, à inclusão social e não ao empresário; o empresário obteve o Selo Combustível Social porque foi uma alavancagem para o programa. Foi uma alavancagem e o Governo fez certO – abrir frentes dos leilões. Só que, baseado somente na matéria-prima do PRONAF, não houve condição de atender às empresas do programa e muitas delas ficaram sem atender. Então, o PRONAF tem que receber um apoio do selo combustível na inversão e não é para o empresário e sim para o próprio PRONAF.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Sr. Nivaldo Trama, sem querer atrapalhar, estamos com o tempo meio regulado, ficaria muito adequado se V.Exa...

SR. NIVALDO TRAMA – Só para finalizar, realmente é bastante rápido, são dois mais itens...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Está bom.

SR. NIVALDO TRAMA – Não existe uma secretaria especial de biocombustíveis, senhores. São cinco ministérios, com seus devidos valores, dedicação, entre os quais eu cito o próprio Rodrigues da Casa Civil, é um dedicado, mas são cinco ministérioS – Ministério de Minas e Energia, Casa Civil, Ministério de Minas e Energia, Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério da Agricultura, MDA. Então, o empresário, o setor não sabe exatamente com quem se identificar. Nós estamos que nem barata tonta no ambiente. Ora, uma secretaria especial de biocombustível de esfera federal, aonde concentraríamos o etanol e o biodiesel, daria uma estrutura de porte, que o Brasil merece, senhores. Nós não podemos perder esse jogo para a Argentina.

Por favor, para finalizar. Exatamente promover, na nossa opinião, a jatrofa que, no mundo todo, ela tem conceito de grande vantagem, promover a jatrofa, o pinhão manso, a mamona, um Projeto de grande envergadura, dando todas as condições para o campo, que é a principal resposta do programa. Dinheiro não falta, tecnologia muito menos, só falta o campo responder, senhores.

O etanol e o Pró-Álcool só são um sucesso hoje, no mundo dos últimos 10, 15 anos, porque a iniciativa privada investiu na demanda de qualidade de variedades de muda, tecnologia. Se não fosse o CTC, Centro Tecnologia da Cana, originário da Copersucar, nós não teríamos o que temos hoje do etanol. Nós temos a EMBRAPA, que discute o assunto de biodiesel de forma marginal. Ora, se o biodiesel, na grandeza do programa, e ele tem, na relação, melhor posicionamento que o etanol, que o etanol tem somente 25% da mistura na gasolina, o biodiesel tem 100% de mistura, ou seja, uma troca total. Então, o programa de oleaginosas não alimentícias é fundamental que o Governo entenda essa questão.

Por favor, para finalizar, uma isonomia tributária, permitindo que, no Brasil como um todo, tenha um benefício voltado para um programa de desenvolvimento sustentável. E não setorizando, com o devido respeito às necessidades de apoio ao Nordeste e no Norte, nós temos que pensar no Brasil como um todo; a isonomia tributária, ela é virtualmente importante para todos os brasileiros, independente da sua classe, condição social e poder econômico. E o programa está vertendo para um núcleo de regime fiscal voltado para o Norte e Nordeste, que é perfeitamente viável e louvável. Porém, temos que pensar em outros Estados também.

Por favor. Para finalizar, Sr. Senador, é uma nova economia de mercado essa matriz energética. O Governo poderia ceder, já que ele não tem nenhuma renda disso ainda, ele poderia ceder 10 anos de isonomia fiscal, por que não? É uma nova economia; o Governo pode perfeitamente declinar desses impostos derivados, muitos Estados já estão na guerra fiscal e já reduzindo a quase que nada o ICMS interno. Por que o Governo Federal não dá um exemplo e dê uma isonomia de 10 anos para finalizar e dará fôlego ao programa.

Era essa a nossa propositura, dizendo que nós temos o potencial de ser líder no mundo de biodiesel, como já somos no etanol, mas, do jeito que está estruturado, com devido respeito às autoridades, aos Ministérios, falta uma grandeza de Brasil nesse programa. Obrigado, Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Muito obrigado, Sr. Nivaldo Trama.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Pois não, Senador.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Dr. Nivaldo, o senhor tem esse material impresso?

SR. NIVALDO TRAMA – Desse aqui? Sim, está aqui disponível, de se ter com mais informações.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Será providenciado, Senador. Dr. Nivaldo Trama, muito obrigado pelas informações absolutamente preciosas, para nós podermos construir opiniões sobre um tema ainda tão desconhecido e, para manter, digamos assim, aquilo que nós combinamos de fazermos, intercalar, intercalar um pouco, vamos ouvir agora de novo o lado público, e eu passo a palavra ao Dr. José Alcides Martins, para que ele possa fazer sua explanação.

SR. JOSÉ ALCIDES MARTINS – Bom-dia a todos. Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite feito à Petrobras Distribuidora, ao Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ao Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão do Biodiesel, ao Senador... Senador Sibá Machado, Vice-Presidente da Subcomissão de Biodiesel, no qual eu cumprimento a todos os demais participantes da Mesa e os Parlamentares e as autoridades aqui presentes.

Eu vou falar sobre a visão da Distribuidora, nessa cadeia de combustível. Pode passar, por favor. Essa cadeia de combustível, ela começa no campo, com o produtor do óleo vegetal; esse óleo vegetal, ele vai para uma usina que faz o processo de transesterificação, que produz o biodiesel; esse biodiesel vai a uma distribuidora que, junto com o diesel fóssil, adquirido normalmente pela Petrobras, ele é misturado na proporção de dois... Duas partes de biodiesel puro para 98 de diesel e, através de uma logística bastante complexa, nós levamos a todos os mercados; mercados consumidores, que nós chamamos de mercado revendedor.

A próxima, por favor. Os produtores de biodiesel... Pode passar. ... No país, um pouco diferente do álcool, eles estão um pouco mais... São democraticamente localizados. Nós temos 38% da capacidade de produção de biodiesel prevista para o final do ano, na região Norte e Nordeste, e 62% da capacidade de produção de biodiesel... Obrigado. De biodiesel, na região Centro-sul, enquanto o álcool essa proporção é 10 para 90. A produção do biodiesel, em 2006, foi de 59 mil m , 59 milhões de litros, e a previsão, até o final do ano, até o próprio Rodrigo Rodrigues, fica em torno de 540 a 620 milhões de litros, até o final do ano.

Esses sãos números de... O número de fornecedores hoje, da Petrobras Distribuidora, na realidade são 14, porque dois entraram em setembro, essa radiografia foi feita em agosto. O número, em agosto, eram 941 milhões de litros, que já seria suficiente para atender o mercado, com as duas unidades que entraram em setembro, passou por um milhão e 50, que foi o número que o Rodrigo citou há pouco tempo atrás. No final do ano, essa produção, a expectativa da produção, da capacidade de produção, em torno de um milhão, 414 mil litros, e isso aí só contando com as unidades que estão nos leilões da ANP, sem contar as demais, que não participaram dos leilões, que já estão prontas, como a Bertin, por exemplo, que não participou, e já está em produção.

A próxima, por favor. Do ponto de vista de logística, é um... Bastante complexa, nós temos produtores em todas as partes do país e consumidores de todas as partes do país. A nossa função é pegar esse produto e levar ao consumidor. A grande... O grande desafio da distribuição é realmente você minimizar essa logística. Nós praticamente não vendemos produto; nós vendemos logística. Quanto menor custo da logística, você consegue ter uma margem sobre o produto.

Nós, hoje, temos 64 bases e terminais da BR. Dessas 64 bases e terminais, 62 bases já estão operando com o biodiesel. Nós fazemos cerca de 870 coletas, em torno de 900 coletas por mês; a capacidade de carregamento hoje já é superior a todo o consumo nacional previsto de biodiesel, de um bilhão, 260 mil; nós temos 150 transportadoras contratadas; nós atendemos a mais de 3500 Municípios e, com relação à não-conformidades, com relação à qualidade, esse número é baixíssimo. Nós tivemos 11 caminhões para o total de 15 mil carregamentos, que tiveram alguma pequena não-conformidade. Então, esse aqui é um mapa de distribuição, cada Estado é atendido por uma determinada produtora de biodiesel, unidade de produção de biodiesel.

A próxima, por favor. Das bases nossas, das 62 bases, nós temos 100% das bases próprias, já convertidas para biodiesel; 100% das bases que nós operamos em "*pool",* também estão convertidas e apenas duas bases de sete, que nós operamos com terceiros, terceiros operam, e nós participamos da desse "*pool*", é que não estão... Não estão ainda aptas, mas estarão até o final do ano. Então, foi feito um investimento da ordem de 35 milhões de reais para poder fazer toda essa adaptação da distribuição de biodiesel.

A próxima, por favor. Mais uma. Com relação à comercialização no mercado revendedor, a BR, ela saltou de um volume de cinco milhões de litros para um volume de 522 milhões de litros em agosto, agora desse ano. Nós passamos de três postos, em maio, para mais de 5500 postos agora em agosto. E hoje nós temos 94% de todos os postos da BR comercializando biodiesel. Mais uma, por favor. Isso significa que nós temos mais postos do que postos que revendem álcool, na BR. Pode passar.

Com relação ao mercado consumidor, aquele... A indústria, o comércio, as ferrovias, as empresas de transportes... Pode passar. Nós saímos de uma... De um... Nós saímos de um total de clientes de três e passamos a quase 10 mil clientes de biodiesel hoje. Esse volume de diesel distribuído hoje pela BR é cerca de 94% de todo o diesel que nós distribuímos muito próximos dos 100%. Nós já comercializamos mais de oito... Mais de oito milhões de litros, oito bilhões de litros de biodiesel, de B2, já comercializado, e com as 64 bases operando já.

Mais uma, por favor. Nós somos líderes também, não só em B2, mas em B5, B20 e B30, onde podemos citar aqui o programa de ônibus, da frota de ônibus do Rio de Janeiro, com mais de três mil ônibus que utilizam B5; a Vale do Rio Doce, que já está utilizando o B20 nas suas... Nas suas ferrovias, não é? E já utiliza B2 em todas as suas unidades e o B30, lá em São Paulo, na viação Itaim Paulista, cujo número de ônibus é em torno de dois mil ônibus; sai a quase 25% da frota lá da cidade de São Paulo, trazendo um ganho ambiental fantástico para a cidade de São Paulo. Em termos gerais, era isso que eu tinha que... Pode passar. Era isso que eu tinha que dizer, do ponto de vista da distribuição, eu acho que eu fiquei dentro do tempo previsto para mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Agradeço por ter tido a preocupação de se enquadrar aí no nosso tempo. Passo a palavra agora ao Dr. Univaldo Vedana, da empresa de Consultoria Biodiesel BR. Desculpe. Ah, certo. Nós estamos com um problema técnico, que é muito comum em computadores e Projetores. Dr. Silas, sua vez.

SR. SILAS OLIVEIRA FILHO – Sim. Senhores, obrigado por essa oportunidade. Eu gostaria de agradecer aí o Presidente da Mesa, o Presidente dessa Subcomissão e o Vice-Presidente da Subcomissão, para fazer alguns esclarecimentos com relação ao mercado aqui de biodiesel no Brasil. A participação da Petrobras, ela se faz mais presente pela sua subsidiária, a Petrobras Distribuidora, a BR, que tem tido um grande esforço para fazer disponível o B2, nos postos, e praticamente em todo o território nacional. Acredito que são poucas regiões do país hoje que não têm o B2 comercializado pela BR.

A participação da Petrobras tem sido fundamental, através dos leilões, onde ela tem sido a grande avalista

do programa, pois ela é compradora total dos leilões, dos 885 milhões de litros. O programa, a grande dificuldade do programa, eu acho que vocês observaram aqui, pelo Dr. Rodrigo Rodrigues, foi exatamente iniciar, dar o seu primeiro passo para que ele comece. Todo o programa, todo Projeto, os primeiros passos que são sempre difíceis. E, decorridos quase que nove meses, oito meses do programa, aí, da adição voluntária do B2, hoje nós vamos chegar com uma adição da metade do volume comercializado dos leilões, com produtores de biodiesel, já estabelecidos em várias regiões do país, comercializando e já se preparando para a obrigatoriedade.

Nós estamos num esforço concentrado, junto com a Casa Civil, mais Ministério de Minas e Energia, visitando praticamente a maioria e os principais produtores de biodiesel, para ver suas condições, a logística, capacidade de produção e, principalmente, sua capacidade de atender à obrigatoriedade, a partir do dia 13 de janeiro de 2008. Existem algumas discussões ainda sendo analisadas, de melhorias no programa, a partir do ano que vem, e a Petrobras, ela está aqui para contribuir para o sucesso desse programa, que não só traz o benefício social para o país, mas também contribui para o meio ambiente no mundo como um todo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Bem, para encerrar as exposições, passamos a palavra ao Dr. Univaldo Vedana, Diretor da empresa de Consultoria Biodiesel BR.

SR. UNIVALDO VEDANA – Bom-dia a todos. Eu queria agradecer ao Senador João Tenório, Presidente dessa Comissão, pelo convite, e vamos falar alguma coisa do biodiesel, visto pelo lado real. O sistema de informática não abriu o *PowerPoint*, então, está sendo distribuída uma cópia para...

A capacidade instalada de produção, no Brasil, já foi dito aqui, ela é muito grande, são hoje cerca de 150 milhões de litros por mês, e isso a mídia garante, em função dessa capacidade instalada, que 2008 está resolvido o problema do biodiesel. Uma coisa é a capacidade instalada e outra coisa é a produção efetiva. Com 150 milhões de litros d e capacidade instalada, nós estamos produzindo, nos primeiros seis meses do ano, produzimos 20 milhões de litros por mês. No mês de julho, o Brasil produziu 24 milhões de litros... Para 150, quer dizer, hoje a capacidade das indústrias brasileiras está trabalhando com 15% da sua... Com capacidade efetiva. Quer dizer, 85% do biodiesel... Das indústrias hoje trabalham na ociosidade, isso é muito grave. E 2008 vem aí.

O que nós precisamos... 14 de janeiro é a entrada do B2 e alguns problemas precisam ser resolvidos até ali. PrimeirO – Preço, disponibilidade de biodiesel poderá até ter matéria-prima? Eu tenho dúvidas. Preço? Não vejo problema porque hoje o óleo de soja, que foi ou que é a grande matéria-prima, que é a única praticamente, ela está custando hoje, no mercado, cerca de R$2,00 o litro, entre 1,80, 1,90 a dois, dependendo a região. Como é essas empresas que venderam biodiesel a 1,74 vão entregar o biodiesel, se a matéria-prima custa dois? Tem empresas hoje que, se cumprirem os contratos, vão ter prejuízo de 50, 60, 70 centavos por litro. É muito mais fácil para essas empresas cumprir o contrato, tem lá uma multa irrisória e não entrega. Por que é que vai entregar biodiesel, perdendo 70, 80 centavos por litro. A matéria-prima hoje custa 1,80, dois o litro.

Eu não vejo outra saída, quer dizer, o empresário vai levar prejuízo, está levando prejuízo, porque ele vendeu a preço fixo e não a garantiu a matéria-prima. Então, não dá para confiar plenamente. Eu não estou colocando dúvida, mas a Petrobras ou o Governo não podem ter certeza de que os compromissos, os leilões vão ser... As empresas vão cumprir. Tem empresas que, se produzirem com 100% da capacidade, não conseguem mais cumprir os contratos dos leilões que elas assumiram até o final do ano.

Foi falado aqui do problema do álcool, quer dizer, o álcool hoje todo mundo bate palma. O álcool encontrou uma matéria-prima que custa... Hoje, uma usina de álcool produz álcool pela metade do preço que a Petrobras produz gasolina. E esse é o grande sucesso do álcool. Ele é competitivo. E o biodiesel precisa encontrar a "cana" dele também. Nós precisamos, nesse país continente, encontrarmos a "cana" do biodiesel que, para que o futuro do biodiesel seja glorioso, ele tem que ser competitivo no preço. Ninguém é tão ecologista o suficiente para abastecer seu carro pagando 10, 20, 30 centavos mais carro no biodiesel do que no diesel. Então, futuro do biodiesel depende de uma matéria-prima que seja economicamente, quer dizer, as empresas trabalham para ganhar dinheiro, o capitalismo está aí. Então, o biodiesel só terá futuro no momento em que nós tivermos produção de matérias-primas específicas para biodiesel.

O biodiesel tem alguns problemas estruturais, alguns problemas de legislação, eu não falo aqui nem em carga tributária, subsídio, como a gente fala. Um dos problemas que o biodiesel tem é o Decreto-Lei 5297. Ele foi instituído onde instituiu o Selo Combustível Social; ele discrimina produtores, discrimina produtor e discrimina oleaginosa, quer dizer, só existe produtor pobre no Nordeste. É isso que dá impressão. Então, lá nos precisamos incentivar. Eu não sou contra, eu acho que deve ser feito isso. Agora, a agricultura familiar, ela

tem que ser incentivada no Brasil inteiro. Então, essa é uma das... E não são só a mamona e o dendê. Eu acho que o incentivo da agricultura familiar, o Decreto-Lei 5297 deve ser mais amplo, incentivando a produção de toda e qualquer oleaginosa produzida pela agricultura familiar, em qualquer região do Brasil.

Segundo. Ampliar um pouco esse Projeto, esse decreto 5297, ele não fala nada em óleo de cozinha usado; já está pipocando em diversas grandes cidades no Brasil, inclusive aqui em Ceilândia, aqui em Brasília, uma usina de biodiesel com óleo de cozinha usado; nós temos pobres na cidade que no campo. Por que não incentivar com isenção de PIS e COFINS a produção de biodiesel com óleo de cozinha usado, oriundo das grandes de cidades, com coleta através da cooperativa de catadores de lixo e associação de moradores de bairros, por que não incentivar isso? O Governo, com isso, não vai perder dinheiro; a Saúde Pública vai agradecer porque o óleo de cozinha que iria entupir esgoto e criar insetos, ratos, baratas e transmissores de doença, seria uma economia no lado da Saúde Publica. Então, ampliar, atualizar esse decreto 5297, substituí-lo por algo mais abrangente e que tenha... E sem perder a função social do trabalho dele, do que ele foi feito.

As grandes usinas de biodiesel hoje trabalham todas com prejuízo, todas. Exceto duas, que foram construídas porque elas tinham a matéria-primA – A usina da Agropalma, onde ela produz biodiesel com um subproduto, com o lixo do processo industrial que eles tinham, e o Grupo Bertin, que produz biodiesel de sebo bovino, que é um subproduto da atividade principal da empresa. Então, são as únicas duas empresas que tem garantida matéria-prima, as outras usinas todas foram construídas baseadas no óleo de soja; os Projetos foram feitos quando o óleo de soja, há um ano atrás, custava R$1,00, R$1,10 o litro. A Bolsa de Chicago, em setembro do ano passado, cotava o óleo de soja a 22 centavos de dólar por livra peso. Ontem, o mercado, a Bolsa de Chicago bateu 40 centavos de dólar por livra peso, quase dobrou de preço. No mercado interno, o mercado de soja está, como falei antes, entre 1,80, 1,90. Todas essas usinas foram construídas pensando em óleo de soja. Acreditaram, investiram e hoje estão com um problema na mão. O que é que elas precisam fazer e a Petrobrás e o Governo, para ter o biodiesel, a partir de janeiro? Para a distribuidora ter combustível na bomba a partir de janeiro, ela tem que começar a comprar, a receber biodiesel no final de novembro de dezembro, só que precisa garantir, a empresa, o fabricante hoje, tem que fazer contrato antecipado, chegar... Qual é o empresário, o usineiro de biodiesel que compra hoje óleo de soja a R$2,00 o litro, sem saber a que preço que ele vai vender.

Então, há a necessidade de se juntar as duas coisas; é um contrato de compra, é lógico que o preço do biodiesel, ele deve passar longe ou chegar muito perto de R$3,00 o litro, quiserem ter biodiesel em janeiro, com óleo de soja a dois, eu não vejo outra saída, o preço tem que ser alto, ele tem que dar... No mínimo, o usineiro tem que empatar. Porque hoje o Selo Combustível Social, que é um subsídio, que é um incentivo do imposto, nenhuma usina está usando, nenhuma usina está produzindo o biodiesel com matéria-prima da agricultura familiar. Então, todas as usinas aderiram ao Selo Combustível Social, só que elas não estão usando, por quê? Porque elas não têm os 50%, aqueles 10% de matéria-prima, oriundos da agricultura familiar.

Então todas as usinas estão pagando 22 centavos de PIS e COFINS, mais 30 centavos de custo industrial, quer dizer, R$2,00 de matéria-prima, mais 22 centavos de PIS e de impostos federais, mais custo industrial, já passa de R$2,50, R$2,60, fora ainda o ICMS que, em alguns Estados tem redução, mas em outros é 12%. Então, está muito próximo de R$3,00. O que precisa ser feito? Distribuidoras contratarem com as empresas, com as usinas de biodiesel, a entrega de biodiesel, a partir de dezembro, fechar negócio hoje, porque nem o usineiro vai comprar o óleo sem ter uma venda garantida, a um preço que não seja justo. E mais, mesmo acontecendo isso, pode ocorrer de não ter óleo de soja disponível.

Liguei a semana passada para uma grande empresa de esmagadora de soja do Paraná para comprar óleo de soja, falei o que eu queria, queria uma programação de compra, ele falou: "Não, nós estamos hoje fechando a nossa programação de venda para março do ano que vem. Qualquer venda de óleo de soja nosso é entrega a partir de março. Nós trabalhamos aí com cinco, seis meses de programação". E mais um agravante, novembro, dezembro e janeiro, a grande maioria das esmagadoras, em função do pico da entressafra, em função das festas do final de ano, de férias, grande parte das esmagadoras, das indústrias param 30, 40, 60 dias para a reforma, para a manutenção anual da sua usina.

Então, isso, hoje, já tem... Todos os anos, assim, já está programado o período de parada. Então, mesmo tendo o dinheiro, poderá ocorrer a chance de termos esse problema de falta de óleo de soja muito grande, e pior ainda, se não se começar urgentemente a contratar, quer dizer, a distribuidora contratar com a usina. De um a 10, eu fico com oito de probabilidade de nós não termos o biodiesel para B2 em dezembro. Produzimos

24 milhões de litros em julho; precisamos multiplicar por três até novembro. Precisamos produzir, 70, 75 milhões de litros até meados de novembro/início de dezembro. O pepino é grande. E mais, o pessoal está preocupado, a imprensa anunciou: "Vamos antecipar os 5% de 2013 para 2010". Esse problema está resolvido; 2010, os 5%, está resolvido, por quê? Porque o empresário investiu, o empresário, a iniciativa privada fez financiamento, investiu, acreditou no Governo e tem lá três milhões de m de capacidade instalada. Quer dizer ele está com um belo de um pepino na mão. E ele, como iniciativa privada, ele tem dois anos, ele vai resolver o problema, queira o Governo ou não, o empresário vai resolver o problema dele. Como ele vai fazer? Ele vai incentivar a produção de oleaginosas específicas, vai fazer, ele vai achar a saída.

Então 2010, na minha leitura, está resolvido; o problema é 2008. Se nós não mexermos urgente agora, nós vamos ter problema a partir de janeiro, os 2%, em função do que está acontecendo. Já falei isso, vocês estão produzindo muito pouco porque não dá lucro. Então, há necessidade de se fazer esse...

Bom, o futuro do biodiesel foi falado aqui, e depende de matéria-prima, nós precisamos de uma política de Governo para incentivo à produção de oleaginosa de segunda safra, de safrinha de inverno. O Brasil tem mais de 30 milhões de hectares de soja e milho na safra de verão. Planta, menos de sete milhões, de março a outubro. Entressafrinha de milho, trigo, região Sul, sobram 23, 25 milhões de hectares de terra que não são aproveitadas, de março a outubro. É aqui que têm que entrar as oleaginosas específicas. Aí, sim deveria ter o incentivo do Governo em cima de quem produzir uma oleaginosa específica para biodiesel, vai ter isenção disso ou daquilo. Oleaginosas específicas para biodiesel nesse período. Não incentivar ou não se dar o subsídio no modelo atual, que se hoje for dado um subsídio de 30%, de 30 centavos por litro, no óleo de soja, na produção atual, nessa matéria-prima, em 30 dias, o mercado comer esse subsídio. Ele vai subir os 30 centavos e o pepino fica na mão do...

Então, não adianta dar incentivo do que já existe; nós temos que dar incentivo a novas produções de matéria-prima. Acho que é isso. O tempo... Teria mais coisa, mas em função do...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Eu grande, Dr. Vedana, pela complementação de informações. Isso, na verdade, essa exposição aqui, de certa forma coletiva e ao mesmo tempo, individual, trouxe a confirmação das dúvidas que se tem sobre... Que a mídia, até a própria mídia manifesta com muita recorrência essa situação. Tenho aqui, por exemplo, uma matéria publicada no jornal Estado de São Paulo, em duas matérias do jornal Estado de São Paulo, em duas semanas. Primeira, duas semanas não. "Em 03/09/07, o Brasil já tem mais biodiesel que precisa para essa primeira fase". Depois vem: "Crise no programa de biodiesel, no qual o ex-embaixador do Brasil em Londres e Washington e atual Presidente do Conselho do Comércio Exterior da FIESP, Rubens Barbosa aponta as imensas dificuldades para o atendimento da meta de 2% de 2008, menciona, inclusive, números apresentados pelo Ministério de Minas e Energia". Mais na frentE – "Dentre as empresas produtoras de biodiesel, a Brasil Ecodiesel, responsável pela entrega, até dezembro de 2007, de 56% de todo o volume negociado entre o primeiro e o quinto leilão, estão com sua produção abaixo do que foi comprometido. Por outro lado, a BS BIOS, a Caramuru, a Ponte de Ferro e a FIAGRIL que, juntas, representam 20% de todo o volume de biodiesel negociado nos leilões, não apresentaram produção até maio de 2007, segundo os dados da ANP".

Então, isso que nós percebemos aqui, essa diferença de interpretação, diferença de entendimento, ela está manifesta na posição dos senhores e também muito na mídia. Então, seria um tema para ser um pouco discutido, tentar uma pacificação dessas informações. Mas, antes disso, eu passo a palavra ao primeiro Senador inscrito, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Expositores, o Governo tem enfatizado muito o papel do biodiesel no fortalecimento da agricultura familiar, isso aí foi destacado aqui com precisão. Ocorre que, na prática, em vez da mamona, do pinhão manso, as empresas preferem a soja como matéria-prima. Isso tem aumentado o seu preço e a competição com outros setores da economia.

Observa-se também que o setor produtivo do biodiesel se caracteriza rapidamente. A Petrobras está investindo forte nessa área e poderá ter posição dominante, a exemplo do que ocorre na infra-estrutura de transportes, dutos, alheação da participação do pequeno produtor. Como ficará o impacto social do futuro do biodiesel? Essa é uma indagação. O Dr. Univaldo pondera que a cana-de-açúcar precisa encontrar sua matéria, aliás, o biodiesel precisa encontrar a sua matéria-prima, a sua "cana-de-açúcar". E, nesse particular, o que nós vimos foi essa opção pela soja, pela mamona etc.

Eu tenho um estudo que mostra o seguinte: A soja produz 800 litros por hectare porque ela tem 20% de óleo. O caroço de algodão produz mil litros/hectare, tem 30% de óleo; a mamona, 1400 litros por hectare, isso no semi-árido; o girassol, 1700 litros; o pinhão manso, três mil litros por hectare; o dendê, cinco mil litros por

hectare, só que o dendê, todos nós sabemos, que a produção dele está mais restrita à região Norte. Por que o pinhão manso não está tendo aquela ênfase nas pesquisas, nos estudos e nas projeções, quando ele é um insumo que teria quase que uma universalização na área de produção e tem uma perenidade muito maior, já que o seu período de produção vai até 40 anos?

Então, será que não está aí no pinhão manso a cana-de-açúcar que precisa ser descoberta para biodiesel? Esta é uma indagação que eu gostaria que fosse respondida por todos aqueles que estão acompanhando essas pesquisas, não é?

Essa questão da soja é uma questão que preocupa também. Nos últimos 12 meses, os preços do produto subiram 45% na Bolsa de Chicago. E, aí, vem o produtor com aquele dilemA – "Vamos vender o óleo de soja ou vamos produzir o biodiesel?" Eu acho que essa busca pela cana do biodiesel é fundamental, nesse momento, porque, se nós imaginarmos deslocar a soja, que é o insumo mais fácil hoje para se produzir o biodiesel, para este tipo de produção, indiscutivelmente esse fenômeno que está ocorrendo agora, de superaquecimento do seu preço, vai implicar na veracidade dessas críticas que têm sido feitas, no âmbito internacional, quanto à questão do destino dos preços dos alimentos.

Então, acho que essa questão é fundamental: "Qual é a matéria-prima?" E é preciso se romper, por exemplo, um paradigma que está nascendo muito cedo, que é de eleger alguns insumos que, sabe-se, poderão influir decisivamente na formação de preços de alimentos. Essa é a indagação que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Próximo Senador inscrito, Senador Sibá Machado, com a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu gostaria, Sr. Presidente, ele vai responder todas as indagações posteriormente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – É melhor. Acho objetivo, mais prático.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Valter Pereira e Jonas Pinheiro, senhores aqui que fizeram essa brilhante explanação. Nós estamos aqui diante de um desafio, realmente cada um dos expositores aqui trouxe informações bastante complementares e que deixa para nós, assim, mais lúcido os desafios de concluir a matriz energética no Brasil, a partir de recursos vegetais.

Bem, saímos do, digamos assim, de um ostracismo no que vivia essa demanda aí, de longo tempo, e muitos foram os pesquisadores que desafiavam a gente, durante este momento todo, tentando chegar até o Governo e transformar isso numa política pública e estamos agora diante dela. Mas, eu queria olhar agora, digamos assim, da ponta final para trás. Fiquei aqui bastante provocado para discutir melhor a questão de preço. Preço. E eu queria, não sei quem poderia nos responder agora, qual é o preço, de fato, do produto final, lá no consumidor. Quanto chega para o consumidor hoje o litro de biodiesel. E, depois, pudesse me esclarecer melhor os custos disso, qual é o custo final? O senhor falou apenas o custo do óleo cru, mas não falou depois do litro do biodiesel produzido. Então, eu queria ter o preço final do consumo, lá na bomba, e quanto que seria este preço de custo do óleo, do biodiesel já produzido.

Depois disso, o Dr. Nivaldo, não é? Falando, de verificação de matriz, de fontes para o biodiesel, e eu rodei o Brasil, aonde pude, para ver de perto também estas coisas e fiquei bastante mal impressionado, muito mal impressionado. E digo, com toda a segurança, que fiquei assustado. Primeiro, o dendê, pelo que me foi informado pela Agropalma, ela só serve, aí, ela diz que não sai de onde ela está, ela não sai dentro da Amazônia, ela fica num único lugar, no Estado do Pará, queria, inclusive, ampliar a área dela ali mesmo, porque tem aquela chuva diária das proximidades de Belém, que chove mais de 1500 milímetros, mas muito bem distribuídos no ano inteiro. Então, tem o momento em que a palmeira precisa de chuva, no pique da seca de outras regiões da Amazônia, mas que, naquele ponto do Estado do Pará, chove bem nesse período também. E, portanto, dali ela não sai. E ela recomendou que quem quiser plantar o dendê em outro lugar, que faça sem responsabilidade, que ela não assumiria nenhuma responsabilidade.

No caso da mamona, quando a gente vai para a agricultura familiar, o que me foi dito pela Brasil Ecodiesel, que se inserir nela melhoria na produção, uso da mecanização, da adubação, coisas desse tipo, não paga as contas. Então, é impossível. Então, eles orientam que, na agricultura familiar, seja produzido mesmo na base da enxada, sem nenhuma melhoria. E, portanto, mal remunerado porque dá uma menor quantidade, mas, mesmo assim, ficaria melhor produzir dessa maneira. Portanto, eu não aconselharia ninguém a sair daquele ponto.

No caso do pinhão manso, eu fui lá na EMBRAPA de Pernambuco, lá em Petrolina, que me disseram que é o lugar que já melhor avançou os estudos. Chego lá e encontro uma notícia de que ele diz que ninguém, ele desafia quem é o cientista que dá isto como vencida esta informação de que o pinhão manso é a melhor saída para o biodiesel, porque ele diz que a planta é muito selvagem e que ainda levaria uns cinco anos para poder se domesticá-la melhor, melhorando a sua

produção. E que os países que estão levando isto à frente estão levando por conta própria, mas não porque tem uma tecnologia já, digamos assim, vencida, encerrada e já em bom aproveitamento.

Então, diante dessas informações, vem a história da soja, um produto cíclico, todo o ano se tem notícia boa e notícia ruim, notícia boa e notícia ruim, portanto, todo mundo quer ganhar o dinheirinho. Então, ela é risco de compromisso, digamos assim, com a produção firme de fornecimento para a produção do biodiesel.

O senhor falou ainda da Argentina como um pólo de alta produção, da Malásia e da Indonésia, e eu fico aqui pensando, eu tentei me informar aqui da área total destes países em relação ao Brasil. Mas eu quero imaginar que a Argentina deve ser do tamanho do sudeste, deve ser este o tamanho da Argentina; a Malásia deve ser o tamanho do Estado do Piauí, deve ser isto. E a Indonésia deve ser menor ainda, que é um conjunto de ilhas, é um arquipélago. E como é que esse pessoal consegue produzir 17 milhões de litros de óleo e nós, com todos os oito milhões e 500 mil km , estamos aqui patinando.

Então, quero entender que, por mais que nós tenhamos desafios por conta de preço ou de tecnologia de uso da mamona ou do dendê ou de outras oleaginosas, falta o Brasil realmente meter a cara neste negócio. Se eles conseguem fazer isso, produzir neste volume, com tão poucas áreas agricultáveis em relação às nossas, eu não quero acreditar que isto é um problema de ciclo de preço ou de tecnologia. Então, o desafio deve ser outro. Se alguns empresários meteram a cara, chegaram até aqui, apostaram no que fizeram, até neste momento, nós não podemos aqui no Brasil deixar essa peteca cair por conta destes desafios.

E, aí, por último, essa história de inserção mesmo da agricultura familiar. Eu acho que o Governo acerta bem porque qualquer cadeia produtiva deste tamanho, eu quero acreditar que nós temos que inserir o grande produtor, o médio produtor, pequeno, até chegar a esta produção familiar. Esta é a novidade do Brasil e esta é a novidade que nós temos que levar em frente e, portanto, eu fico aqui pensando que começamos, por essa questão do preço, na seqüência, o senhor lembrou ali vários pontos de quais são os desafios para superar esses gargalos e dar uma produção firme desse país.

Olha aqui os dados do jornal aqui, não me lembro qual é o jornal, está dizendo aqui... "Os dados apresentados recentemente na Câmara setorial do biodiesel são impressionantes. O estoque mundial atual de óleos vegetais e gordura animal substituiria o petróleo em apenas 15 horas. Todo o óleo comercializado no mercado internacional substitui o petróleo em apenas três dias e meio e toda a produção mundial de óleo substitui o petróleo em apenas 10 dias". Então, o sucedâneo do petróleo não vai ser tão cedo, acredito que não será é nunca. Não será é nunca. Porém, nós estamos falando de colocar uma mistura e encontrar, daqui para frente, quem sabe nos próximos 50 anos, o que venha de fato a suceder o petróleo. Até lá, é um investimento promissor.

Portanto, eu fico aqui no agradecimento de dizer que logística me parece que está resolvido, nas palavras do Sr. José Alcides. Nas palavras do Sr. Nivaldo, é a diversificação, descolando dos olhos, voltados à base alimentar. A preocupação do Sr. Vedana é que o problema aqui está no custo; precisamos resolver o problema do custo. E, se eu pude entender, nos finais da palavra do doutor... É que eu não posso ver o seu nome, meus olhos não permitem... Rodrigues? É que, nessa posição, o olho que lê é o olho direito, ele só lê para perto...

(risos).

Eu só vejo com o olho esquerdo, à distância, as coisas maiores. Mas eu pude ver...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Pra ler, o olho direito, tem que ser de perto. E para a vida normal é com o olho esquerdo. Mas, aí, na política do Governo, não sei se foi o senhor que falou, que é preciso unificar as portas, ter um ponto único do Governo, são cinco ministérios que estão tratando deste assunto, e acho que realmente está na hora de se transformar num endereço único para que a gente não fique aqui perdendo muito tempo de política de um Ministério para o outro, perder velocidade, perder entendimento. Bom, eu acho que essa unificação realmente seria muito promissora para a gente avançar nesses próximos momentos. Era isso, Sr. Presidente, nesse primeiro momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Obrigado, Senador. Com a palavra, o Senador Jonas Pinheiro, para fazer as suas considerações.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT) – Sr. Presidente, senhores expositores, eu estou aqui calmamente assistindo a esse debate e foi bom, foi bom porque aqui nós assistimos o contraditório a respeito do assunto, para nós, que somos afeitos a esta atividade, formamos algumas convicções. Eu só fico preocupado, Senador Sibá, é com esse técnico lá de Pernambuco, esse que foi ver pinhão manso, porque me parece que isso aqui, segundo o que eu ouvi e segundo o que nós estamos vendo no campo, seria a solução, como diz o nosso Senador Valter Pereira. E, lá no Mato Grosso, nós estamos tentando, com a agricultura familiar, fazer

uma combinação com os produtores pecuaristas. Porque, ainda semana, em Diamantina, o Bertin lançou mais uma fábrica de biodiesel, baseada na produção, baseada na matéria-prima sebo. E, paralelamente, eles estabeleceram lá um frigorífico de seis mil cabeças de boi de abate/dia.

Então, a convicção que está se formando no Estado do Mato Grosso, que tem uma capacidade extraordinária para a produção de biodiesel, é de que esta combinação, sebo com pinhão manso, pode resolver essa situação. E a EMBRAPA já está fazendo suas pesquisas lá no Mato Grosso, a empresa de assistência técnica estadual tem um bom trabalho com canteiros e de experiência em todo o recanto do Estado do Mato Grosso. O MDA já está lá, dando todo o apoio; o Incra está dando o apoio na área de assentamento, enfim, como diz o Senador Sibá Machado, seria uma revolução para a área do pequeno produtor rural. Por outro lado, nós estamos lá, Sr. Presidente, só nessa semana, nasceram 13 grandes frigoríficos e uns 10 grandes confinamento, confinamentos de boi que variam de 40 mil animais até 100 mil animais. Portanto, estaria aí uma boa fonte de matéria-prima para o biodiesel, desde que tivesse o óleo vegetal que viria a dar qualidade, dar qualidade ao nosso biodiesel.

Portanto... E volume. Portanto, ganharia com isso o campo, evidentemente. Eu fico satisfeito, tenho que ir para outra Comissão, peço desculpas por isso, mas eu acho que foi de, Sr. Presidente, foi de grande valia, nós tratamos de um assunto tão moderno e tão importante para o Brasil, com pessoas tão competentes, como nós tivemos nesse dia glorioso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Obrigado, Senador Jonas Pinheiro, como sempre, trazendo contribuições importantes para essa e tantas outras comissões das quais ele participa. Eu gostaria só de aqui fazer algumas considerações, algumas indagações, melhor dizendo, em dúvidas que me permanecem. A primeira é a seguinte, eu achei o contraditório sobre a questão, o atendimento ou não das demandas e dos programas já previstos, ao mesmo tempo em que interessante e preocupante, nós estamos realmente com informações muito desencontradas, não só na área de privada/pública, como eu disse há pouco, a grande mídia nacional também tem veiculado informações muito desencontradas. Esse ponto é um ponto que seria muito prudente, digamos assim, para o andamento desse programa com saúde e consistência, que fosse esclarecido, em função desse ponto, dessas contradições.

Uma outra dúvida que eu tenho, e é uma coisa muito recorrente, no que diz respeito à cana-de-açúcar, que é uma das maiores críticas, eu não diria crítica, mas uma das grandes preocupações, no que diz respeito ao etanol, que é a questão da utilização excessiva de terra. Mas, depois de muita avaliação dos técnicos, chego à conclusão que a área utilizável e necessária para se produzir massivamente etanol no Brasil, são áreas que não me preocupam, quando se compara, por exemplo, com a área de grãos, 60, aproximadamente 60 milhões de hectares, a área de pecuária, da ordem de grandeza de 60 milhões de hectares, e a área dedicada hoje a 20 bilhões de litros de álcool, algo em de três milhões de hectares.

Então, no que diz respeito ao etanol, há uma certa conscientização já, apesar de ainda muito questionado, sobre essa questão, sob o ponto de vista de expulsar, digamos assim, a produção de alimento, em função da necessidade de grandes áreas para sua produção. Parece-me que está meio que pacificado isso, no que diz respeito à cana-de-açúcar e o etanol. Mas não há informação muito concreta sobre a questão da área necessária para a produção de biodiesel, até porque não se tem ainda uma matriz de matéria-prima bem definida, que dê, como disse o Senador Valter Pereira, com níveis de produtividade absolutamente diferenciados dos outros, que dificultam ainda mais a questão da, digamos assim, da quantificação da área necessária para que venha a se atender as demandas internas brasileiras e externas brasileiras...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Permita-me fazer uma intervenção na sua fala...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Pois não, Senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Mas é preciso sempre levar em conta que, no Brasil, existem 50 milhões de hectares de áreas degradadas. E estas seriam as áreas que poderiam ser implantadas, seriam implantados esses Projetos, sem prejuízo da área cultivada em nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Ok. Então, mas necessário se faria que se tivesse pelo menos uma idéia aproximada do tamanho da área necessária para que nós pudéssemos implantar um programa, como disse o Dr. Trama, esses programas de combustíveis, é o caso do etanol e agora o caso do biodiesel, ele precisa ter uma massa crítica, senão não decola; se for uma coisa muito pequena, ele desaparece, em função da presença dos combustíveis fósseis. É uma coisa tão diferenciada, em termos de tamanho. Então, se nós não adquirirmos, por exemplo, no caso do etanol e no caso do biodiesel, massas, produções importantes, elas jamais vão ser levadas em consideração, como V.Exa. bem levantou a sua preocupação, um provável substituto ou, pelo menos, um atenuador do consumo de combustíveis fósseis.

Então, era muito importante que nós tivéssemos esse dimensionamento aproximado dessa área e saber se, de fato, nós vamos ter uma massa crítica necessária para decolar com esse programa, à semelhança do que acontece com o etanol. Eu tenho defendido muito o pessoal, muitas das vezes se critica, no caso específico do etanol, a concorrência americana em relação a isso, a proteção americana do milho. Na minha visão, essa coisa não é exatamente assim. Nós precisamos não ser concorrentes, sim complementares. Nós precisamos criar, de fato, isso que eu chamo de massa crítica de produção de etanol, que torne esse produto não só uma commodity, como é o grande objetivo dos produtores e, sobretudo, tenha uma dimensão que se digA – "Não, ele não é o petróleo, mas também não está tão longe do petróleo, tem uma dimensão, tem uma capacidade de produção, tem um tamanho razoável". Então, esse é um ponto que seria interessante que os senhores palestrantes aqui pudessem, se não responder no momento, pelo menos futuramente.

No que diz respeito à utilização de terra ainda, eu queria levantar um ponto aqui, aliás, comentar um ponto que foi levantado pelo Senador Sibá Machado, que ele manifestou, como toda vez que a questão ambiental vem à tona, ele manifesta a sua preocupação, com toda a procedência, é claro, mas eu gostaria de chamar atenção, Senador, e os senhores palestrantes, de um ponto importantE – A Amazônia está sendo excluída, absolutamente excluída, dos biocombustíveis, no que diz respeito ao etanol. Não há a menor possibilidade de se utilizar terras da Amazônia para produção de cana-de-açúcar. Primeiro por falta absoluta de vocação para isso. A cana-de-açúcar exige um período chuvoso e um período seco, e isso não acontece, como V.Exa. bem o disse, no bioma amazônico, na região do bioma amazônico.

Então, quem sabe uma produção de algo que não agrida tanto o ambiente, como é o caso de palma, a produção de palma, confira à região amazônica uma outra oportunidade, também não pode ficar de fora, e aí, nós não podemos produzir combustível, não podemos produzir soja, não podemos produzir nada, e o povo vai viver como? Precisa ter a oportunidade. Então, é buscar aquela oportunidade que seja a menos agressiva, e me parece que a palma é algo que agride menos, digamos assim, se adapta mais ao bioma amazônico, sem agredir tanto quanto seria a cana-de-açúcar. Então, é um ponto a ser refletido, e eu deixaria aqui para reflexão dos senhores palestrantes.

E o terceiro ponto. Eu não concordo, eu diria, como diz um velho político alagoano, eu "desconcordo", digamos assim, dessa preocupação que tem o Governo, que tem a opinião pública de ser contra o subsídios por ser contra os subsídios. Eu hoje, por exemplo, eu não defendo o subsídio para o álcool, por quê? O álcool já adquiriu, e fico muito a vontade, porque sou do ramo, adquiriu uma dimensão, adquiriu um tamanho que já permite, não diria uma concorrência, mas uma convivência com os derivados do petróleo, no caso a gasolina. Mas a produção de biodiesel, que ainda é incipiente, que nós não sabemos ainda nem quais serão as matérias-primas mais adequadas e mais econômicas para a sua produção, me parece que uma renúncia fiscal consistente ou mesmo a concessão de subsídios explícitos, digamos assim, isso poderia dar uma alavancada no setor, para que ele atingisse uma dimensão, aí sim, que pudesse viver sem nenhuma... Sem nenhuma renúncia fiscal, sem nenhum subsídio.

Eu gostaria só de chamar atenção de um número. A Zona Franca de Manaus, que é uma coisa, no meu modo de ver, importantíssima, porque descentraliza o processo de industrialização brasileira, tira um pedaço da produção brasileira, que está concentrada no Centro-sul e muito particularmente São Paulo, e leva para o meio da floresta amazônica, quando não se pode desmatar, porque é crime ecológico e com toda a razão. Então, se criou ali um povo de desenvolvimento industrial, que se não compete, pelo menos completa uma produção, descentraliza o desenvolvimento nacional.

A renúncia fiscal da Zona Franca de Manaus, no ano passado, foi cerca de sete bilhões de reais. Então, isso acontece, isso é verdade, o Governo faz consciente que está perdendo... Renúncia fiscal federal, aí não está ICMS nada, nada das coisas estaduais. O Governo renunciou o ano passado cerca de 6.8, mais precisamente, bilhões de reais para viabilizar a produção de manufaturados de uma indústria de bem de consumo, mas bem de consumo, na região da Amazônia. Nada mais razoável do que fazer isso com o biodiesel. Eu acho que nada mais razoável do que fazer isso com o biodiesel. É importante dar essa alavancar inicial. Então, a renúncia fiscal, mesmo que não seja dessas proporções, mas a região da Amazônia, a Zona Franca, emprega 100 mil pessoas. Um programa de biodiesel, principalmente se for distribuído pela...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – V.Exa. permite uma pequena intervenção?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Só gostaria de terminar. Se isso for feito, sobretudo, levando em consideração a agricultura familiar, isso pode empregar 10 vezes isso, 15 vezes esse número de pessoas, com uma resposta social, eu diria, muito mais importante, por quê? Porque aquilo que o Dr. Trama disse, é difícil compatibilizar o tama-

nho da produção pequena com as necessidades de mercado, do preço de mercado. Você tem que entrar num mundo competitivo. Então, se não houver uma interferência do Governo, conferindo, criando políticas públicas que permitam que essas duas coisas possam conviver, ou seja, uma... A briga no mercado numa ponta e utilizar a inclusão social advinda da pequena produção de outra agricultura familiar, fica impossível, você quebra o ciclo.

Então, eu acho que há uma, há um subsídio explícito, corajoso, explícito, ou uma renúncia fiscal também explícita e corajosa, conferiria a esse Projeto, a esse programa, aquela alavancagem inicial, que seria absolutamente indispensável para que nós pudéssemos ter, aí sim, aquela massa crítica necessária mínima para que nós pudéssemos deslanchar com o programa. Com a palavra, com muito prazer, o Senador...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Só para acrescentar à fala de V.Exa., que eu entendo até como impropriedade falar em renúncia fiscal sobre um bem que ainda não existe. É de se reconhecer a renúncia fiscal? Sim, quando há um processo de produção e o Estado vai abrir mão daquela receita. Mas o que V.Exa. preconiza e que os expositores, de maneira geral, defenderam, foi abrir um período para o Estado deixar a Receita, sem auferi-la, enquanto esses bens, esses produtos vão se inserir no mercado, nesse período de consolidação, mas o que, na verdade, nós estamos falando é de bens que, neste momento, ainda não existem. V.Exa. colocou muito bem a questão do etanol; o etanol já existe, o etanol já foi consolidado, já tem o seu mercado; mercado interno e externo. O Brasil é um grande exportador de etanol. É bem verdade que existe uma briga do nosso etanol com o etanol americano. Lá, cria-se um incentivo para que o etanol brasileiro não entre naquele mercado; é diferente, mas o que nós estamos discutindo hoje, aqui, é de um produto, de um bem que ainda não existe. O biodiesel, hoje, está ainda preso no campo das pesquisas, das experiências e de um... De uma... De um processo com produção ainda incipiente, que ainda não tem o seu mercado definido, dimensionado, ainda não tem a matéria-prima mais clara, qual que vai ser a utilizada, qual que vai ganhar essa corrida.

Então, na verdade, não é renúncia fiscal, certo? Na verdade, não estamos renunciando a nada, ninguém vai perder receita com isso porque essa receita ainda não existe. E V.Exa. lembra muito bem o alcance social da medida, porque o biodiesel, indiscutivelmente, precisa ser olhado pelo viés social. E se nós olharmos pelo viés social, o que é que nós vamos encontrar? Hoje, os assentamentos fundiários que existem no país são verdadeiras favelas rurais, onde não se tem perspectiva para nada. Muitos... Muito poucos são aqueles assentamentos que se viabilizaram economicamente. A esmagadora maioria transformou-se em favela rural. E, aí, entra o biodiesel. O biodiesel. Por exemplo, a exploração do pinhão manso. O pinhão manso, eu andei estudando bastante, Senador João Tenório, o pinhão manso é uma cultura nova. Está ainda suscetível a muitas pesquisas, existem críticas, críticas favoráveis e críticas desfavoráveis, mas a grande verdade é que o nível de produtividade que ele apresenta é o melhor daqueles todos que estão... Que tem a universalização da produção. Não podemos comparar com aqueles, com aqueles produtos, que têm uma cultura, assim, determinada região, que são incompatíveis, como a região Norte, o caso do dendê. Mas esse tipo de cultura precisa submeter-se a um processo de pesquisa mais acelerado; o Governo precisa investir mais, a iniciativa privada tem que ter um incentivo para produzi-lo, a fim de que os investimentos sejam mais seguros.

Então, precisa-se criar esse cenário. E, nesse momento de criação de cenário, eu concordo com V.Exa. e com todos aqui, é preciso que haja um incentivo fiscal sim e preciso... E é preciso que haja um incentivo fiscal sem medo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Sem vergonha.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sem vergonha.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Separado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Separado. Sem vergonha.

(risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Mas, Senador, só dois pontos que eu acho que importantes. A Zona Franca de Manaus, quando começou, ela recebeu uma renúncia fiscal sem existir, sem produzir. Ela só se tornou produtiva porque os empresários que ali foram entenderam que, se ali produzissem, eles teriam condição de competir com aquilo que já estava posto, implantado com o mercado ao lado ali, que é a indústria de bem, sobretudo a indústria de bem de capital, quase toda praticamente toda situada no Centro-sul, de modo geral, e mais particularmente São Paulo.

Então, na verdade, é um estímulo, é um chamamentO – Olha, você vai fazer isso porque você tem o preço de um lado e a remuneração é feita sempre assim. Você chega, eu estava vendo, um dia desses, um índice do OCDE, meio atrasado, dos anos, final de 1990, começo do ano 2000, eles informavam uma coisa que me deixou perplexO – 50% da renda de um... De um agricultor nordestino advém do preço

do seu produto e 50% advém do subsídio. É meio a meio. Suíça é uma coisa impressionante, é 80 a 20. Ele recebe 20% do preço do leite de uma vaca, enfim, do que eles produziram lá e 80% é subsidio. E não há nenhuma vergonha nisso. Claro que aqueles países que têm uma agricultura, que tem um peso menor do que o que o Brasil tem a agricultura, mas é algo que precisa ser levado em consideração.

Então, eu acho que a questão da renúncia fiscal, ela é uma atração. Então, as pessoas entram com mais coragem, com mais segurança de que não vão ter os prejuízos que o Dr. Trama aqui garantiu que vai existir, que o Dr. Vedana garantiu que vai existir, eu concordo, eu sou agricultor e sei exatamente das dificuldades que passam.

No caso do pinhão manso, eu concordo plenamente com o Senador Sibá, com V.Exa., acho que é um achado, acho que é e tenho certeza absoluta, repito, sou agricultor, vivo dessa atividade, tenho certeza absoluta de que, dentro de cinco, seis anos, nós teremos uma solução para essas dificuldades, para essas restrições que não... Evitam o desenvolvimento do pinhão manso. Eu não tenho dúvida nenhuma, pelas vantagens que são conhecidas, pelo lado da crítica positiva. Tenho certeza que a crítica positiva terminará vencendo a crítica negativa.

Bom, então, eu gostaria de abrir a discussão agora... Foram feitas várias questões, não dirigidas especificamente a nenhum dos palestrantes, gostaria de--

SR. NIVALDO TRAMA – Para contribuir com a sua observação agora, sobre o pinhão manso, a jatrofa curca, conhecida cientificamente, no mundo, o BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, sediado na Argentina, com a nossa participação, da ABIODIESEL, fizemos um Projeto gigantesco, tripartite, que está na fase de finalização, para um Projeto, Sr. Senador, de um milhão de hectares de jatrofa curca no Brasil, Argentina e Paraguai, que é um Projeto tripartite, da qual é a autoria a nossa associação, junto com a EMBRAPA e o BID, corresponde a 500 mil hectares no Brasil, 300 mil hectares na Argentina e 200 mil hectares no Paraguai.

O mundo tem consciência dessa matéria-prima, já como o futuro promissor da matéria-prima do biocombustível. Mas, complementando, Dr. Pereira, por favor, discordando do meu companheiro, de que preço... Eu diria que o preço não é o problema porque é uma gestão empresarial, as empresas têm obrigação de fazer estudo de viabilidade para competir no mercado. Então, eu diria que o preço não é o problema. Tanto é que, no etanol, nós temos aí inúmeros fornecedores, disputando a vaga de vender para a BR, para a Ipiranga, para qualquer uma delas. Preço é o mercado que rege sobre economia. Então, cabe ao empresário, dentre os 41 que se propuseram a fazer, fazer uma gestão econômica de viabilidade, caso contrário, ele está fora do mercado. Segundo, eu diria que a implantação renúncia fiscal, complementando, ela é importante, já esse ano, a Receita Federal já assumiu grande parte desse biodiesel entregue, que foi a CIDE; a CIDE incide diretamente, quando você declina do regime fiscal do programa, você paga a CIDE imediatamente, na hora de emitir a nota fiscal. Essa contribuição já está ocorrendo, Sr. Senador.

Então, essa renúncia fiscal e por isso é um outro agravante nas empresas, matéria-prima alta, dificuldade que o campo não atendeu à demanda e, ainda, a tributação na boca. Eu concordo plenamente com o Senador João Tenório, no sentido de que renúncia fiscal é agora que tem que ser dada, é que nem uma gestão de uma criança, tem que dar todo o apoio dela no berçário da maternidade; nós estamos da maternidade do biodiesel. Os Estados Unidos, que não têm a influência do Governo no processo de etanol, ele liberou para os Estados e cada Estado está fazendo o seu programa, e cada empresa faz o seu Projeto. Ora, o Projeto de etanol do milho complicou a situação da soja no mundo, ou seja, eles reduziram 15% da área de soja 2007 para 2008, para plantar milho, porque o mercado teve um benefício.

Então, nós temos que pensar o seguinte: O Governo deve fazer aquilo que é importante, instituir as regras legais, o que vem sendo feito. Porém, o benefício fiscal não existe, então, para alavancar 10 anos no biodiesel, é perfeitamente viável para termos o sucesso do programa. As empresas, operacionalmente, são onerosas; a base esmagadora de soja no Brasil está ociosa e sem operação, devido aos custos operacionais, no aspecto do trabalho, no aspecto dos impostos. Está indo para a Argentina, daí a razão que a Argentina está absorvendo esse potencial. E nós precisamos ficar a alerta a isso, Sr. Senador. Eu fico grato por essas interferências, mas elas são importantes; é a percepção dos empresários que estão em torno dessa situação. Se o Governo estipular um regime, beneficiando o regime de renúncia fiscal, por um período bastante robusto, dando à EMBRAPA, por exemplo, um orçamento de investimento na pesquisa e complementação. Inclusive, é um contra-senso, já existem inúmeras plantações de jatrofa, não é reconhecido pelo Ministério da Agricultura e, inclusive, estão rastreando onde estão esses pequenos e médios empresários, anulando a possibilidade deles negociarem a sua semente. Ora é um contra-senso, o Brasil tem muita diversidade, mas a jatrofa não é ainda nem variedade para teste. Não existe uma variedade, nem que fosse provisória, para

o agricultor se sentir seguro; nós tivemos o exemplo recente de um pequeno produtor que conseguiu vender para a Brasil Ecodiesel semente que não sabia se era para plantar ou se para esmagar, e o Ministério da Agricultura, o regime fiscal da autarquia, bloqueou e travou esse processozinho de produção de jatrofa, de pinhão manso.

Ora, a desconexão dos Ministérios... Não existe uma integração do assunto. Então o que é que... Vai acontecendo um probleminha aqui, um probleminha acolá e essas coisas estão com dificuldades de fechar a formação de preço, a formação de produção.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – OK, Dr. Vedana, pela ordem, aí, para responder às questões.

SR. UNIVALDO VEDANA – Quanto ao pinhão manso, a Lei é clara, a Lei 10711, o pinhão manso, ele não pode ser plantado no Brasil; ele não é uma cultivar reconhecida. Ele só pode ser plantado dentro da agricultura tradicional, pequenos agricultores. Está lá na legislação. Então, primeiro passo é realmente resolver o problema legal do pinhão manso. As informações que eu tenho, que são da EPAMIG, Empresa de Assistência Rural do Estado de Minas, tem o pedido de registro no Ministério da Agricultura. Talvez alguém do Ministério da Agricultura possa, esse pedido de registro está tramitando desde março do ano passado. De março desse ano, perdão.

Então, eu defendo o pinhão manso, desde o dia que eu conheci, em 2003, sou um dos grandes divulgadores, o portal na internet, pinhaomanso.com.br, ele foi, ele foi inserido na internet em final de 2003, quando eu conheci exatamente, não para divulgar a planta, mas para receber informações para começar um trabalho em cima dele.

Então, a gente defende o pinhão manso, só que tem problemas legais que precisam ser resolvidos. O agricultor... Tem "n" grandes empresas, a exemplo do que ele falou, do que o Nivaldo Trama, falou que querem investir no Brasil. Essas grandes empresas, pela legislação, não podem plantar; elas estão à margem da Lei. Nós temos exemplos em Goiás, exemplos no Mato Grosso, grupos espanhóis investindo no Mato Grosso, em cima pinhão manso. Estive com eles diversas vezes, os espanhóis não querem sabem de outra curta, querem o pinhão manso, é um grupo espanhol grande, associado com um grupo brasileiro, só que estão à margem da Lei, e aí? Nós estamos aqui numa Casa de Leis e acho que aqui deve ser organizado o debate para resolver esse problema.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Eu acho que esse debate aqui, Sr. Presidente, está coroado de êxito só com esses alertas, com essas advertências que são feitas por quem está dentro dessa política toda. O pinhão manso, eu gostaria de realçar uma outra questão, que é fundamental, que é a questão ambiental. Veja, por exemplo, o meu Estado pega 70% do Pantanal. O Pantanal de Mato Grosso do Sul; 70% estão no Mato Grosso do Sul. E várias áreas que pegam as fraldas do Pantanal, estão postulando a instalação de... Há uma legislação no Estado rigorosa de proteção ao Pantanal, que precisa ser respeitada, certo? E que o vinhoto traz um grande risco para elas, e isso impede, portanto, as usinas de etanol... E qual é a alternativa que... Qual a alternativa que tem para essas áreas? É o biodiesel, especialmente o pinhão manso, que é compatível com essas... Essas áreas periféricas do Pantanal. Não traz nenhum risco, certo? Não traz nenhuma exigência que possa... Que possa criar obstáculo.

Pois bem, diante disso, me surpreende essa revelação que o senhor traz aqui para a Comissão, de que há restrição para uma cultura, que tem investidores, para a qual tem recursos externos, tem financiamentos generosos, porque o mundo inteiro está preocupado com a questão ambiental e esta é uma solução ambientalmente correta. E, de repente, o Governo não só faz corpo mole com relação à pesquisa, como também ainda mantém uma legislação restritiva.

Então, essa contribuição que o senhor traz para cá, pode estar certo que vai ser encarada com responsabilidade por esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Só para instruir para, digamos assim, para maior consistência a esse debate sobre o pinhão manso, eu gostaria de registrar aqui a presença do Sr. Heitor Kanegae, que é um produtor, um pretenso produtor de pinhão manso. E ele nos informa aqui que está proibido de fazê-lo por conta de toda essa questão que está sendo discutida aqui. Foi muito importante a sua presença e a sua informação. Muito obrigado.

SR. UNIVALDO VEDANA – Falando em pinhão manso e mamona, o biodiesel, o Programa Brasileiro de Biodiesel, ele foi lançado na em cima da agricultura familiar, com foco na mamona, no Nordeste. Nada contra isso. Já faz três anos, vamos para o quarto ano, e a plantação de mamona, a produção de mamona não saiu dos 160, 165 mil hectares. Com problemas no ano passado, de 2005 para 2006, um aumento de produtividade de área plantada na Bahia, não tinha o consumo, quer dizer, houve problema lá, que os produtores queimaram mamona, aquelas coisas todas. Bom, qual é o problema que eu vejo na mamona? É a baixa produtividade média, 700 quilos ou menos de 700 quilos por hectare, na agricultura familiar, isso

não dá renda. Como é que o produtor familiar vai se sustentar—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. UNIVALDO VEDANA – Eu não vou nem entrar nisso, quer dizer, todo ano, a cada dois anos, o pequeno produtor tem que gastar com a mamona, tem que plantar, cultivar... O pinhão manso, se ele der mil quilos só por hectare, dá muito mais renda que a mamona porque ele planta só uma vez. É lógico que o pinhão tem pesquisa, precisa de pesquisa... Nós sabemos de tudo isso. Eu também não defendo, escrevi muito sobre isso, mesmo no portal do pinhão manso, não se faz plantios exclusivos de pinhão manso, quem quiser plantar pinhão manso, planta, corre o risco, por quê? Porque nós temos de dizer, os produtores que plantaram e que estão plantando, eles sabem disso, eles estão correndo risco.

Agora, eles não podem correr o risco de, por uma Lei, por cumprimento de uma Lei, eles serem obrigados a acabar com a plantação. Essas coisas preocupam. Outra coisa, deixar bem claro, eu não estou aqui defendendo partido A nem partido B; não sou filiado a nenhum partido. Eu defendo dois partidos o PB e o PPM, quer dizer, o Partido do Biodiesel e do Partido do Pinhão Manso. Brigo para que o biodiesel realmente aconteça no Brasil e que o pinhão manso também seja reconhecido.

Então, às vezes, o meu jeito de falar um pouco... Pode... Alguém pode pensar: "Está defendo A ou B". Não. Eu só defendo o biodiesel e o pinhão manso.

Outra coisa que precisa ser mexida, que, em função de tempo antes, e aproveitar se eu posso...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Gostaria só que nós déssemos um pouco de celeridade.

SR. UNIVALDO VEDANA – O álcool anidro, só vou completar com álcool anidro. O álcool anidro vai para a usina de biodiesel paga 32% de impostos e o álcool anidro que vai para misturar na gasolina é zero de imposto. Então, as usinas optaram para metanol, por ser mais fácil e mais em conta, em detrimento do nosso álcool anidro. Por que não se reestuda uma isenção do álcool anidro que sai da usina para a usina de biodiesel; sai da usina de álcool para a usina do biodiesel, isentar os impostos, o imposto CIDE, são 32% para a produção de biodiesel. Esses 32%, 15% do biodiesel final representa o álcool transformado em éster. Isso representa quase cinco centavos por litro do biodiesel final, em impostos, dos 32% da correspondente ao álcool anidro. Então, é algo que precisa ser... Ser revisto. Quer dizer, por que é que o álcool anidro que vai para a produção de biodiesel é imposto? Quer dizer, isso não é incentivo à produção de biodiesel, não é coerente.

Então, são pequenas coisas que devem ser... O próprio Presidente dizia, num desses discursos de inauguração de usina, "nós soubemos que o biodiesel tem problemas econômicos. E isso vai ser corrigido". Isso ele disse. Mas já faz seis, sete meses e não... E a coisa não anda, não tem... Então, o biodiesel tem necessidade urgente de adaptações, de correção de rota, de incentivos, de uma série de...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Ok. Eu passaria a palavra ao Dr. Rodrigo Rodrigues e lembraria apenas que foram feitos... Nós estamos centrados muito no biodiesel, mas os Senadores...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Exatamente. Foram levantadas outras questões importantes, se nós pudéssemos diversificar um pouco a matriz aqui das questões, seria interessante.

DR. RODRIGO RODRIGUES – Vou passando à questão preço aqui, Senador, só seguindo, pela ordem, as observações referentes à inclusão da agricultura familiar, com Projetos, como é que ficaria a perspectiva. O programa, ele não foi montado exclusivamente para a agricultura familiar, mas o Governo Federal entende que há um espaço expressivo que pode ser ocupado pela agricultura familiar. Os comentários das unidades das Petrobras; as unidades da Petrobras estão sendo montadas para operar com a agricultura familiar, com provisão de matéria-prima oleaginosa, provida pela agricultura familiar, nas três unidades que estão previstas para entrar em operação no início do próximo ano.

Questão do pinhão manso ainda, o pinhão manso tendo a curiosidade da proibição legal, tendo que só é proibido plantar alguma cultura, aquela cultura que representa um narcotráfico, a cultura que é matéria-prima, maconha, cocaína, isso é proibido no país; as demais cultura não são proibidas por legislação, até onde eu conheça. Existe é... Por conta e risco do empreendedor. Pinhão manso, nós tínhamos, no final do Século XIX, pinhão manso era utilizado para iluminar as lamparinas na cidade do Rio de Janeiro. Então, nós já temos uma tradição aqui, o que não existe é reconhecimento, certificação, um instituto de pesquisa, porque é uma cultura perene, que possa vir a esse debate que o senhor se manifestou, Senador Sibá Machado, referente a uma contradição aí, em termos da segurança, quanto à certificação, quanto a áreas, quanto... Não há um zoneamento agrícola para o pinhão manso, que dificulta, sem dúvida nenhuma. Mas o pinhão manso

se constitui num enorme, num grande potencial, com uma cultura para a produção de biodiesel.

Em relação, aí, à idéia da... Uma cultura se tornar a "cana" para o biodiesel, essa... Nesse sentido, o Governo Federal optou por uma legislação e por uma... Um reconhecimento técnico do biodiesel reconhecido, que procura justamente fugir de uma monocultura. Nós não entendemos, até mesmo por questão de preço, porque todas as oleaginosas são *commodities*; essas *commodities* oscilam cotidianamente o seu preço no mercado internacional. O custo de produção do biodiesel, 70% representa o preço da matéria-prima, ou seja, essa oscilação, há diversidade de opções aí, por isso que a resolução da ANP, que caracteriza física, quimicamente o biodiesel produzido no país, é uma caracterização bastante ampla, flexível, que possa admitir distintas matérias-primas oleaginosas na produção do biodiesel, ou seja, se há oscilações de preço, o produtor possa escolher a disponibilidade, a matéria-prima mais apropriada, competitiva, para a produção do biodiesel.

Nós entendemos que a diversidade de clima e solo do país de deveriam induzir a uma monocultura ou a uma cultura predominante, mas sim à flexibilidade, em termos de cultura, embora, em termos de rendimento de óleo por unidade diária, preço relativo, algumas tendam a ser mais hegemônicas do que outras em determinadas regiões. Mas o programa está estruturado, não para ter uma cultura, a melhor, mas sim por uma heterogeneidade de opções.

Aí, por fim, a questão do preço, Senador Sibá Machado, o preço que nós temos, há uma grande... Esse é um mercado novo, uma grande assimetria de informação, o preço que nós podemos... O Governo trabalhar um preço ao consumidor final. Foi esse preço das... Ponderado aí dos leilões, das propostas vencedoras, que foi de R$1,92 por litro, com os tributos federais e sem considerar o ICMS, a R$1,74 por litro por um preço de, também na mesma forma, com tributos federais e sem ICMS, em torno de R$1,40, que é o preço do diesel na porta da usina. Isso é preço FOB do biodiesel, na porta da usina, com tributos federais, sem ICMS, comparado com o preço do diesel FOB, na refinaria, sem ICMS. Então, R$1,00, que vai de 1,92, 1,93, a 1,74, foram as propostas dos leilões, para 1,40, comparativo do diesel.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

DR. RODRIGO RODRIGUES – Custo de produção, custo de produção, isso que é a grande incógnita, cada produtor tem o seu. Nós temos alguns...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – A média assim?

DR. RODRIGO RODRIGUES – Estudos que nós temos, estudos que procuraram analisar, partindo do preço da matéria-prima, que é estudo da COHAB, estudo devolvido pelo Banco Mundial, com a assessoria da Esalq, contratada para desenvolver esses estudos que estão não concluídos, mas já nos adiantaram dados preliminares, e o Instituto Brasileiro do Petróleo está desenvolvendo um estudo, também envolvendo custo comparativo, preço relativo de diferentes matérias-primas oleaginosas, em diferentes regiões, o custo que estão nos apontando vai de R$1,00 a R$1,40 a R$1,70 real o custo de produção nas diversas alternativas. Inclusive, esses estudos fazem cenários, fazem cenários, quer dizer, se o produtor ele destina aquela matéria-prima para produzir biodiesel, quanto ele vai ter de margem de lucro e se ele comercializa o óleo no mercado, aí pelo preço do óleo, quando ele teria de margem de lucro, e muitos desses dados são bastante, vamos dizer assim, alvissareiros para a alternativa biodiesel.

Então, o que se tem são esses estudos e o que nós vamos ter sinalização mais efetiva é quando esse mercado efetivamente entrar em operação; nós temos que dar um período para esse marco regulatório, como foi moldado, entrar em operação para mensurarmos se o volume e a quantidade, ainda, os incentivos fiscais que vão nos tributos federais, se eles serão suficientes ou não, porque aí vai dar a isenção, realmente é um produto novo, que não existe, e aí, foi a opção ou a redução fiscal, até a isenção dos tributos federais que incidem sobre os combustíveis. Uma idéia de uma renúncia fiscal mais ampla é coisa que a sociedade, o Parlamento e os produtores precisam optar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Esse custo é na bomba ou ao produtor?

DR. RODRIGO RODRIGUES – Ao produtor. Essa idéia desse levantamento é custo... É a estimativa de custo do produtor, considerando aí que 70% do custo de produção do biodiesel é o custo da matéria-prima oleaginosa, partindo do preço dessa matéria-prima oleaginosa no mercado, dependendo da alternativa, soja, algodão, girassol, palma etc. E outra questão fundamental nisso aqui, no processo de produção, aí é a verticalização, a verticalização de uma unidade, ou seja, aquela... Os que são muito mais competitivos, como foi citada aqui a Agropalma, ela utiliza um subproduto que antes era um resíduo sem valor econômico, esse processo, as usinas, as unidades produtoras que adotam uma produção verticalizada, essas têm a grande condição competitiva de produzir um biodiesel bastante competitivo porque elas não são produtoras de biodiesel exclusivo, elas estão agregando valor ao seu produto, já produzem, por exemplo, no caso de

um frigorífico, produz o frigorífico, tem gordura animal como matéria-prima, ela agrega valor, isso vai sair biodiesel competitivo. O caso de caroço de algodão, que por exemplo, quem produz algodão, exporta ou vende a pluma, e o grão passa a ser um subproduto, aí, ele consegue agregar valor. O caso do óleo de palma e o caso de tradicionais produtoras de óleo e farelo de soja, que estão agregando uma unidade de produção de biodiesel.

Questão, finalmente, só aqui das minhas observações, do subsídio, subsídio, quando o Governo lançou o programa e analisou as alternativas, foi intensamente debatida essa alternativa, e estava num cenário, praticamente de auto-suficiência de petróleo, não havia escassez de abastecimento, já tínhamos o álcool... Em 2003, o preço do barril do petróleo estava 29 dólares, o barril. A análise, aí, da competitividade que seria econômica, do diesel frente ao... Do biodiesel frente ao diesel, ou seja, essa é uma questão... O lado negativo do subsídio. Uma vez concedido, ele dificilmente ou com muito tempo ele consegue ser retirado e...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – É como a CPMF.

DR. RODRIGO RODRIGUES – É um exemplo, que atualmente é como um debate tenso aqui na Casa, o que é provisório se torna permanente, ao longo do tempo. Ele sinaliza de forma errônea para a sinalização de preços relativos para a cadeia produtiva. Ou seja, numa conjuntura de escassez de recursos, de insuficiência de recursos para as finanças públicas, a nível federal, e com um produto que tenha que ser sustentável economicamente, foi o grande debate que se teve no seio do Governo, até mesmo na Casa, aqui, quando tramitou a proposta de redução fiscal.

Então, essa é uma alternativa que os alemães optaram por uma isenção total, no início do programa, que tem maior experiência de políticas públicas num mercado mais consolidado, isenção total do biodiesel, como foi introduzido, e uma sobre taxa no biodiesel mineral. Essa foi a opção, com conjuntura Partido Socialista e os Verdes, no Governo anterior. O atual Governo entendeu que houve uma... Os conservadores entenderam que houve uma distribuição de renda para os produtores do biodiesel e resolveram retirar, gradualmente, o incentivo que era dado e, num horizonte de tempo de quatro, cinco anos, a tributação incidente sobre o biodiesel passa a ser a mesma que a do diesel mineral.

Então, essa é uma questão que ao Parlamento, mais do que nunca, cabe discutir uma alternativa de subsídio, a forma de incentivo fiscal a esse produtor.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo. Dr. José Alcides, tem alguma coisa a acrescentar, alguma consideração final aí sobre...

SR. JOSÉ ALCIDES MARTINS – Eu só queria complementar a questão de preço, não é? O preço de uma... De um combustível, nas bases das distribuidoras, é composto de uma parcela, que é a *commodity* mais o custo logístico para levar lá. Como o biodiesel está muito mais distribuído, melhor distribuído no país do que o petróleo; o petróleo nós temos três refinarias que estão basicamente no Sudeste, no Sul, Sudeste e, no Nordeste, temos uma refinaria, não é? E, então, esse aparente aumento de custo, aí, na realidade, quando chega para as bases, não interfere em nada no preço final ao consumidor, por quê? Primeiro que a porcentagem no diesel, ela é muito pequena, não é? São 2%. E o custo de logística, ele é otimizado, ele é minerado com relação ao diesel. Então, não existe reflexo de preço nenhum para o consumidor, pelo menos até agora...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. JOSÉ ALCIDES MARTINS – Ele chega misturado, o consumidor só consome o B2. 2%, com 2%. Então, na casa dos milésimos de centavos, então, ele não interfere nada com relação ao preço.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Deixa-me só lembrar uma preocupação que eu vi, do pessoal da Ribeirão Preto, que é uma usina, moía a cana, tirava o álcool, tinha que mandar para outro lugar para poder a distribuidora fazer toda a... Então, no consumo, tinha que ir lá, num determinado lugar, para voltar ali de novo para consumir. Então, neste caso, onde estão as distribuidoras todas do Brasil e, caso a gente venha a produzir biodiesel lá no Acre, por exemplo, nós temos que mandar para onde para fazer a distribuição?

SR. JOSÉ ALCIDES MARTINS – O Acre, ele é suprido pela... Ele é misturado em Manaus ou Porto Velho e vai para lá, não é? Porto Velho. Ele é misturado em Porto Velho e já vai o B2 para lá pronto; ele não é misturado na base da BR, é uma base só de...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – (pronunciamento fora do microfone).

(risos).

SR. JOSÉ ALCIDES MARTINS – Só também deixar explicitado, apesar de ter bastante contraditório, ter havido contraditório com relação à produção, do ponto de vista da distribuição, esses dois anos serviram muito como curva de aprendizagem para as distribuidoras em geral. E, no caso específico da BR, a gente pode dizer com segurança que não existe problema. Hoje, 94% do nosso diesel é B2. Então, nós não temos, assim, nenhum desafio, nenhum problema com relação à distribuição. E as outras que já estão também não tem

problema, e as que vão entrar não terão certamente problemas de distribuição

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Doutor Silas.

SR. SILAS OLIVEIRA FILHO – Outras eras do álcool. Só fazer uma contribuição com relação às plantas da Petrobras, que foram citadas aqui. A Petrobras, ela entende que esse investimento nas plantas de biodiesel é importante por dois fatoreS – Primeiro, pela inclusão social, que é o compromisso com a empresa estar utilizando esse programa. E o segundo, para o desenvolvimento tecnológico das plantas de biodiesel. Como nós temos falado aqui, tanto comercialmente, como a sua logística de distribuição e produção, é um programa novo. E desenvolvimentos tecnológicos têm que ser feitos para que você tenha a mesma curva de aprendizagem que teve o álcool nos seus 30 anos de programa.

A competitividade do álcool não está não somente no aumento do custo do petróleo para a produção da gasolina e do diesel, mas também pelo ganho de eficiência da sua industrialização e, principalmente, na área agrícola. Eu acho que esse é um ponto importante. E a Petrobras tem muito que contribuir com o seu centro de pesquisa, tendo essas três plantas e, dentro do nosso planejamento estratégico, nós vamos fazer outras plantas, no mesmo modelo, mas agregando mais tecnologia que, com certeza, irá para o mercado. O mercado de diesel no Brasil, não somente no Brasil, mas, na América Latina, ele é dominante. Os nossos mercados não são mercados de gasolina, são mercados de diesel: Brasil, Argentina, Paraguai, Chile, Peru, são grandes consumidores de diesel.

Então, com o amadurecimento da indústria do biodiesel no Brasil, nós vamos ter condições de suprir outros mercados que não têm a mesma capacidade de produção dos biocombustíveis. Exemplo é o Chile. O Chile tem uma limitação de áreas agricultáveis e, com certeza, vai precisar de biocombustíveis, principalmente do biodiesel, porque ele é um grande consumidor de diesel nas minas de exploração de cobre e nas suas atividades econômicas.

Então, nós temos que olhar que o programa é um programa novo, tem essa questão da jatrofa curcas, acho que tem que se buscar, numa discussão mais forte, porque eu conversei com o mesmo pesquisador de Petrolina, que o senhor teve, e eu fiquei impressionado, num evento de biocombustíveis na Indonésia, onde foi lançada uma planta de um bilhão de toneladas de biodiesel, a partir da jatrofa. E a jatrofa, durante a Segunda Guerra Mundial, era utilizada como matéria-prima para a produção de biodiesel para os caminhões Toyota do exército japonês, que o exército japonês não tinha petróleo. Então, como na engenharia a gente se fala, nada se cria, tudo se copia. Então, o biodiesel não é novidade, assim como as plantas de H-BIO da Petrobras também, em termos de química, não são uma novidade. A novidade é que se tornam econômicos, em nível de petróleo, de energia, que nós estamos vivendo, essas novas tecnologias se tornam econômicas e têm que ter o seu amadurecimento, a sua massa crítica para se conviverem. Porque, nós da Petrobras, acreditamos, como boa parte hoje da indústria de petróleo, que não acreditava há dois anos atrás, os biocombustíveis não irão substituir o petróleo, mas vão completar, e muito, a demanda crescente dos combustíveis líquidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Obrigado. Agradecer aos senhores participantes dessa Mesa. Eu gostaria de registrar que se encontram sobre a Mesa dois requerimentos, um de autoria do Senador Neuto de Conto e o outro, é o mesmo requerimento, mas com duas proposições. E essa primeira propõe uma audiência pública na Comissão, juntamente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a nossa Subcomissão Permanente de Biocombustível, para ouvir o Dr. Odair Klein, Odacir Klein, Presidente Executivo da União Brasileira de biodiesel, UBRABIO, com o objetivo de discutir e analisar, com a visão geral, a produção de biocombustíveis no país. Seria uma Sessão conjunta.

E o Senador Garibaldi propõe o convite ao Dr. Francisco Nabuco de Almeida Barreto Neto, professor do Departamento de Economia da Unidade, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que também, em se tratando de um especialista em biodiesel, poderia dar uma contribuição complementar a tudo que nós obtivemos de informação hoje aqui.

Enfim, eu agradeceria aos senadores que aqui estiveram presente e deram sua contribuição importantíssima, e, sobretudo aos senhores... E gostaria de submeter à votação esses dois requerimentos. Quem estiver em pé ou sentado concorde. Fiquem como estão. Aprovado. E dizer aos senhores conferencistas que, para mim foi, assim, um motivo de imensa satisfação tê-los aqui, porque, sem sombra de dúvidas, a contribuição foi imensa, nós estamos engatinhando nesse campo, é uma coisa absolutamente ou quase que totalmente desconhecida e, sem sombra de dúvidas, os conhecimentos que V.Sas. aqui trouxeram, farão uma base muito importante para o nosso entendimento da coisa. Muito obrigado.

(Sessão encerrada às 12h40.)

Ata da 10ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 3 de outubro de 2007.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia três de outubro de de dois mil e sete, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual, Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO, com a presença dos seguintes senadores(as) – **SIBÁ MACHADO, JONAS PINHEIRO, VALTER PEREIRA, PAULO PAIM E MÃO SANTA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as) – Antônio Carlos Valadares, João Tenório, Marisa Serrano e Neuto de Conto. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente eventual, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte PautA **– ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 17, DE 2007 – CRA-BIO ASSUNTO –** Requer nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Subcomissão, audiência pública com o objetivo de discutir as perspectivas de co-geração de energia nas usinas de açúcar e etanol. **AUTOR –** Senador João Tenório**. RESULTADO – Aprovado. Será cumprida a deliberação da Subcomissão. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 18, DE 2007 – CRA-BIO – ASSUNTO –** Requer nos termos do art. 93, ii, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Subcomissão, audiência pública com o objetivo de discutir aspectos relacionados ao mercado de etanol: a velocidade do aumento da oferta, o comportamento da demanda e as perspectivas para o futuro do setor, com a presença dos seguintes convidadoS – **SR. PLÍNIO MÁRIO NASTARI –** Presidente da DATAGRO**; SR. MARCOS SAWAYA JANK –** Presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar – UNICA**; SR. HENRY JOSEPH –** Presidente da Comissão de Energia e Meio Ambiente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA**. AUTOR –** Senador João Tenório. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, o Senhor Senador: João Pedro. **RESULTADO – Aprovado, com adendo do Senador Neuto de Conto e Senador João Pedro, no sentido de convidar o Presidente da CONTAG, representante da EMBRAPA e o Coordenador do Núcleo de Apoio a Projetos de Energias Renováveis da UFPE. Será cumprida a deliberação da Subcomissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA-BIO e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **–** Senador **Neuto de Conto,** Presidente Eventual, da Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Havendo número regimental declaro aberta a décima reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, no âmbito da Comissão de Agricultura, Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que como as anuências dos parlamentares, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se a apreciação dos requerimentos, requerimento de autoria do Senador João Tenório, que requer nos termos do artigo 93, do 2º do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada no âmbito dessa Subcomissão, Audiência Pública, para com objetivo de discutir as perspectivas da correlação de energia nas usinas de açúcar e etanol.

Colocamos o Requerimento em discussão, em votação, Requerimento aprovado. Srs., Sras. Senadores, que apoiam. Aprovado.

Será cumprida a deliberação da Comissão. Item 02, Requerimento de autoria do Senador João Tenório, que requer nos termos do artigo 93 2º do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada no âmbito dessa Subcomissão, Audiência Pública com o objetivo de discutir aspectos relacionados ao mercado de etanol, a velocidade do aumento da oferta, o comportamento das Emendas e as perspectivas para o futuro do setor, com a presença dos seguintes convidadoS – Sr. Plínio Márcio Nastari, Presidente da DATAGRO; Sr. Marcos Sawaya Jank, Presidente da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar, da União; Sr. Henri Joseph, Presidente da Comissão de Energia e Meio Ambiente, da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, ANFAVEA.

Em votação o Requerimento, está em discussão. Com a palavra o eminente Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Presidente, para concordar, quero me manifestar concordando com o mérito dessa discussão, eu acho importante está pautado, é um assunto que o Brasil todo está discutindo, é um assunto em nível internacional, eu gostaria de apresentar, além dos nomes aqui propostos, eu gostaria de apresentar, o Presidente da CONTAG para

fazer parte, eu acho que discutir o contexto todo da produção do etanol, além da EMBRAPA, inclusive, para desmistificar algumas teses, algumas opiniões levantadas aí nesse debate, e o Heitor Scalambrini Costa, que é um pesquisador da Universidade Federal, são três nomes, da Universidade Federal de Pernambuco, EMBRAPA e CONTAG.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – O terceiro como que é?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Heitor Scalambrini Costa, pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco, da UFP. Eu penso que seria uma grande contribuição, quero apoiar a iniciativa do Senador João Tenório, e penso que o Senado, a Casa ganha fazendo esse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Sem dúvida nenhuma, eminente Senador João Pedro, acatamos única observação, que a EMBRAPA esteve na última terça-feira aqui com um tema exclusivo, álcool e etanol, poderemos ouvi-lo novamente, mas já houve, está todo materiais arquivado, está desde todo o material, que poderá ser requerido, uma palestra brilhante, muito boa, mas acatamos...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – É evidente que o debate com vários setores, ele ganha um outro conteúdo. A EMBRAPA esteve sozinha aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Sozinha.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM) – Eu faltei a esse debate. Mas é isso, eu acho que se pode construir um debate, eu não quero excluir a EMBRAPA, a gente pode ao longo da preparação, ter uma avaliação melhor se exclui em função já da apresentação se ela permanece. Eu penso que a presença da EMBRAPA, é melhor, ela encorpa o debate, tira dúvidas, e a empresa que tem um conhecimento e o domínio da tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Acatamos a inclusão de mais três categorias para Audiência Pública e colocamos nelas então, a apreciação, em votação o Requerimento, Srs. Senadores e Senadoras que se aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Já cumprida de deliberação, da Comissão, não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião da Subcomissão da Comissão de Agricultura.

(Sessão encerrada às 11h51.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 31ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 26 de setembro de 2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e vinte e um minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e sete, na sala dois, Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Antonio Carlos Júnior, Expedito Júnior, João Ribeiro, Heráclito Fortes e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Valter Pereira, João Tenório, Eduardo Azeredo e Cícero Lucena. Justificam a ausência os Senhores Senadores Augusto Botelho e Marcelo Crivella. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 019, de 2007-CCT, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que requer "..., nos termos dos artigos 90, inciso V, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para tratar das possíveis tecnologias aplicadas com a finalidade de deter as aeronaves em risco de acidentes nos aeroportos de pista curta. Para tanto, indica-se como convidados as seguintes pessoaS – Ten.-Brig-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Dr. Milton Zuanazzi, Diretor-Presidente da ANAC; Dr. Constantino de Oliveira Júnior, Presidente da GOL; Dr. Marco Antonio Bologna, Presidente da TAM; Presidente do CONFEA; e Engenheiros especializados." Comparecem à Audiência Pública, os Senhores Maj. Av. Roberto Fernandez Alves, Chefe da Sessão de Investigação do 6º Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – SERIPA, Comte. Carlos Gilberto Salvador Camacho, Diretor de Segurança de Vôo do Sindicato Nacional dos Aeronautas – SNA, Murilo Cubas Júnior, Gerente de Engenharia de Operações da Gol, Luiz Kazumi Miyda, Superintendente de Infra-Estrutura da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da

palavra o Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira Presidente, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião, às dez horas e trinta e nove minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Havendo número legal declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura a realizar-se em 26 de setembro de 2007, quarta-feira, às 9h00, na sala nº. 02 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal.

Segunda Audiência Pública assuntO – "Possíveis tecnologias aplicadas com a finalidade de deter as aeronaves em risco de acidentes nos Aeroportos de pista curta". Autoria do requerimento Senador Marcelo Crivella.

Pediríamos ao Senador Valdir Raupp que encaminhasse os convidados para a Mesa, Senador. Convidados Major-Aviador Roberto Fernandez Alves, Chefe da Sessão de Investigação do 6º Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – SERIPA, a quem convido à Mesa, encaminhado pelo Senador Valdir Raupp; Comandante Carlos Gilberto Salvador Camacho, Diretor de Segurança de Vôo do Sindicato Nacional dos Aeronautas – SNA; Sr. Murilo Cubas Júnior, Gerente de Engenharia de Operações da GOL; Sr. Luiz Kazumi Miyada, Superintendente de Infra-Estrutura da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Voltando a repetir, para os telespectadores da TV Senado essa é uma Audiência Pública cujo requerimento é de autoria do Senador Marcelo Crivella e o assunto é: possíveis tecnologias aplicadas com a finalidade de deter as aeronaves em risco de acidentes nos Aeroportos de pista curta.

Obedecendo a ordem que está aqui no meu cronograma, daremos a palavra, primeiramente por 15 minutos, ao ao Eu passo a palavra ao Major.

estive dando uma olhada na primeira audiência e, basicamente, algumas informações **SR. ROBERTO FERNANDEZ ALVES –** Senhores bom dia. Muito obrigado pelo convite. O SERIPA se sente honrado em estar podendo apoiar os senhores e estar nessa Casa participando dessa audiência, esclarecendo alguns aspectos com relação à segurança de vôo no que tange a implemento de novas tecnologias para redução de impactos sobre *overrun,* saídas de pistas.

Eu trouxe uma pequena apresentação. Eu que estão aqui vão se repetir. Eu percebi que na primeira audiência houve um aspecto com relação a custo e não houve nenhuma observação com relação às ocorrências.

Apenas dando uma repassada. Na primeira apresentação do Coronel Cúrcio ele abordou sobre o EMAS, são três dispositivos que existem, mas para aviação civil realmente em prática só existe um, porque os outros dois, o cabo e a rede de contenção, são específicas para aviação militar e são incompatíveis com a aviação civil, em função do tamanho das aeronaves e performance as aeronaves,.

O EMAS, só dando uma repassada, ele é basicamente uma área de concreto que cede ao peso de aeronave e retém a aeronave ao final da cabeceira. O perfil do EMAS. Temos ali no canto esquerda o final da cabeceira e o perfil de instalação dos dispositivos das placas de concreto.

Os gráficos que já foram mostrados também da outra vez, com relação à redução, a necessidade da área de EMAS em função da velocidade. Aqui nós temos para uma aeronave DC 9, para aeronave 737 e 400, o modelo 737 é o mais largamente usado no Brasil, esse para uma aeronave DC 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Por favor, Major, daria para dar uma explicação, pelo menos eu estou tendo dúvida como é que funciona esse gráfico, só para ter uma idéia.

SR. ROBERTO FERNANDEZ ALVES – Do lado esquerdo nós temos uma velocidade máxima da aeronave em que ela sairia da pista e, na base, nós temos o comprimento que seria necessário para instalação daquela área. Aquela área de EMAS, varia entre 200 a 600 pés, que é o padrão mais usual de aplicação.

O EMAS ele é projetado para no máximo de velocidade da aeronave de 70 nós, que é aquela coluna da esquerda. Ali, por exemplo, uma aeronave 747; se aplicarmos o necessário para um cálculo dela saindo a 50 nós, nós teríamos que ter uma área de EMAS de 400 pés, em torno de 200 e poucos metros.

Eu percebi também que houve algum aspecto com relaçãO – "Quais os aeródromos que tem instalado o EMAS?" Eu trouxe essa relação, ela tem ali 20 aeródromos já instalados com 25 pistas instaladas o EMAS, desde 96 até esse ano e, mais sete proje-

tos de instalação de EMAS, deste ano até 2008. Ali embaixo, no último item, está dizendo que tem dois Aeroportos já instalados e o próximo planejado para Madri, o Barajas.

Eu percebi também que houve uma dúvida com relação ao custo de instalação. Foi abordado em torno de 12.500 dólares só o material. Isso é uma audiência, o resultado de uma cidade nos Estados Unidos...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – 12 milhões ou 12 mil?

SR. ROBERTO FERNANDEZ ALVES – 12 mil e 500 dólares só de material. Foi questionado que realmente era um preço muito irrisório, em se tratando de segurança aeroportuário.

Eu fiz a pesquisa, isso é uma audiência de uma cidade que eu não me recordo o nome agora, em que a Prefeitura, na assembléia deles, decidiu por instalar o EMAS. Ali está o valor para aquela pista de 4 milhões e 390 mil dólares. O preço básico do EMAS começa em torno de 5 milhões de dólares, isso envolve desde a preparação do terreno, instalação e manutenção.

Esse tem um gráfico de viabilidade máxima de custo de instalação do EMAS. Ele está começando ali, um EMAS em torno de 200 pés de comprimento, sai em torno de 5 milhões de dólares e vai subindo o preço, eu pararia ali em torno de 600 pesos, que é o mais usual, que chega em torno de 31 e meio, 32 milhões de dólares e inclui tudo.

Esse preço ele é para instalação nas duas cabeceiras, no final das duas cabeceiras. Tem essa observação aqui, que isso inclui para instalação das duas cabeceiras e ocupando toda área da segurança da pista e, inclui o preço de manutenção também. E eu fiz uma pesquisa também, tudo isso aqui foi feita pesquisa Internet, não tem material nenhum reservado, na verdade, nem há.

Com relação às ocorrências, existem quatro ocorrências significativas em que o EMAS, foi exemplo de sua efetividade. Em 99, com uma aeronave SAAB 340, ele livrou a pista, passou pela cabeceira da pista do *Kennedy*, de *New York* e, entrou na área do EMAS. O EMAS de lá é de 600 pés, ele percorreu aproximadamente 215 pés, com pequenos danos apenas.

Em 2003, nós tivemos um outro *overrun*, do MD11, uma aeronave de maior porte, no JFK em que ele foi efetivo, sem problema nenhum. Uma aeronave maior, um 747, no mesmo JFK em 2005. É um aeródromo de muito movimento, está mais propenso, aumenta a probabilidade. E no ano passado, meio do ano passado, uma aeronave pequena em *Greenville, Downtown*, no Sul da Califórnia, um *Falcon* 900, com pessoas a bordo.

Senhores isso foi uma pequena pesquisa feita rapidamente na Internet, em que a gente pode observar a eficiência do dispositivo. Hoje ele é o único que existe é a única tecnologia que existe, está sendo bastante implementada nos Estados Unidos e há um custo relativamente alto, porém que deva ser analisado com bastante critério para que nós possamos avaliar a implementação em nossos Aeroportos.

Tem um circular do FAA, aquela transparência de custos dos aeródromos que têm implementado e de custos, ela tem seqüência, um diagrama de seqüência onde se avalia a implementação do EMAS ou da área de mil pés para escape, que é bastante conveniente. Nós usarmos como referência para iniciar os estudos de instalação ou não do EMAS.

Senhores eu estou à disposição para abordar qualquer aspecto voltado para a segurança de vôo. Eu gostaria da frisar que não sou especialista na área de infra-estrutura aeroportuário e nem Aeroportos, eu sou especialista na área de segurança de vôo e o que eu puder contribuir com o trabalho dos senhores estamos à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu acho que nós passaremos as perguntas em Bloco ao final, mas eu queria só perguntar uma coisa. Major. Esse concreto ele fica, que é um concreto ali no EMAS, não é?

SR. ROBERTO FERNANDEZ ALVES – É um concreto. Ele tem uma certa resistência, por exemplo, se você passar com um veículo por cima não há problema nenhum, agora a aeronave, a hora que passa o peso dela faz com que ele ceda e, por baixo dela, tem uma camada, uma camada meio espuma, algo que vai aumentando a resistência ao avanço da aeronave, ela vai avançando, mas vai diminuindo a sua velocidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria repetir que essa é a segunda Audiência Pública do requerimento do Senador Marcelo Crivella, cujo assunto é possíveis tecnologias aplicadas com a finalidade de deter as aeronaves em risco de acidente em Aeroportos de pista curta.

Acabamos de ouvir as explicações do Major aviador Roberto Fernandes Alves passaremos agora ao comandante Carlos Gilberto Salvador Camacho, Diretor de Segurança de Vôo do Sindicato dos Aeronautas, SNA, há quem, nesse momento, eu passo à palavra.

SR. CARLOS GILBERTO SALVADOR CAMACHO – Obrigado. Bom dia a todos. É um prazer fazer parte desta Mesa, desta Plenária. Eu estou aqui na condição de representante dos trabalhadores, basicamente, os pilotos que operam nas cabines de comando. Eu sou Diretor de Segurança do Sindicato Nacional

dos Aeronautas e percebo pela composição da Mesa todos são técnicos e bastante conhecedores do assunto pertinente à segurança de vôo. E alguns deles, inclusive, o próprio Miyada tem poderes para tomar decisões, o que é muito pertinente estarmos juntos na mesma Mesa.

Mas, enquanto aviador, eu tenho que trazer na verdade um breve relato do que eu percebo de acordo com os reportes, os relatórios dos meus colegas, os poucos relatórios que chegam porque hoje em dia as empresas aéreas desenvolveram um sistema de recepção desses relatórios e elas concentram essas informações e dificilmente essas informações são publicadas, elas são levadas ao conhecimento do sistema como um todo, quando na verdade, o órgão concentrador dessas informações deveria ser o CENIPA e o CENIPA faria o derrame, o comunicado a todos os participantes, a todos os elos das informações colhidas nesta ou naquele Aeroporto, nesta ou naquela localidade.

Nós temos exemplos no passado que provam que as pistas brasileiras de modo geral não são ruins, mas elas poderiam ser melhores, e elas foram se tornando piores à medida que os Aeroportos, os tipos de aviões que foram sendo colocados nessa pista foram aumentando de tamanho e peso.

Se nós temos, por exemplo, ontem mesmo eu usei um exemplo muito interessante. Se nós oferecemos para um Bandeirante da Força Aérea, não é Coronel? Um pouso na pista de Congonhas que é considerada uma pista crítica, pelo menos pelo meu grupo de trabalhadores, é uma pista bastante grande, vamos usar essa expressão, para um Bandeirantes da FAB, mas não seria uma pista longa para uma aeronave de maior porte, tipo um 767 ou um Boeing 747, que nós conhecemos por Jumbo.

A adequação dessas pistas em relação às aeronaves que elas operam é fundamental. A questão da colocação desse concreto poroso, desse concreto de resistência controlado, muito bem apresentado pelo Coronel, perfeito, seria o melhor do mundo que todas as localidades tivessem isso, porque ao longo de minha vida profissional, eu tive a oportunidade de nunca sair da pista, em nenhuma vez, é o que nós chamamos de *overrun*.

Todas, às vezes, eu fiquei dentro do caixote operacional, mas nem todos os meus colegas tiveram esse privilégio e essa oportunidade, alguns que tiveram a problemática, que passaram por esse problema, conseguiram sair andando com suas próprias pernas, outros, nem tanto.

Na verdade o que mais pega nesse momento aqui é o seguinte: os senhores são os nossos passageiros, mais dia, menos dia, nós nos encontraremos em algum avião. É importante que desta Casa parta no mínimo sugestões, no mínimo recomendações para que algo seja feito de forma concreta quanto à operação, ou operações de Aeroportos nacionais.

Nós temos Aeroportos muitos críticos que continuam sendo operados de forma inadequada. Ilhéus, por exemplo, é um Aeroporto problemático o mais importante de Ilhéus é o seguinte: não tem como colocarmos esse concreto poroso, ele praticamente é um Aeroporto, não é um porta-aviões, porque ele não está altiplano, mas é um Aeroporto crítico. O Aeroporto Santos Dumont não tem como colocarmos o EMAS, esse concreto de resistência controlada, esse concreto poroso que, com certeza, nos ajudaria muito a controlarmos um desastre ou pelo menos termos um certo controle sobre um acidente, transformando isso em um simples incidente aeronáutico.

O Aeroporto Santos Dumont, como a pista é de 1.360 metros, 1.380 metros é uma pista crítica, se levarmos a ferro e fogo que todas as pistas deveriam possuir uma área de escape, tecnicamente conhecida por nós como RESA, área de final de pista, que não deve ser utilizada em circunstância alguma, exceto em uma anormalidade, em uma *overrun,* em uma saída de pista, o Aeroporto Santos Dumont não nos oferece essa oportunidade, pelo contrário, em uma das cabeceiras nós temos pedra, temos uma pequena pista de tráfego de automóveis, que passa por ali e, em seguida, um declive, que nós leva para uma condição de água mesmo, quer dizer, caímos ali estamos na água e as aeronaves que operam no Aeroporto Santos Dumont são aeronaves de peso relativo.

Depois do acidente que aconteceu em Congonhas, a sociedade se atentou de um modo geral para conversar, para discutir a questão aeroportuária, porque as empresas estão nos seus papéis, os usuários de modo geral estão nos seus papéis, as entidades estão nos seus papéis e eu estou no meu papel, que é questionar o sistema e tentar melhorar o sistema de forma absoluta.

Nós temos sim, outras condições. O Coronel disse que os cabos de contenção eles não se aplicam a aeronaves de maior peso, correto. Está absolutamente correto. Seria para as aeronaves de menor peso, mas as aeronaves de menor peso também operam em pista mais curta, que poderiam ser contidas por determinados cabos, isso, na verdade, um estudo mais aprofundado poderia nos levar a compreender se existe mais alguma coisa pelo mundo.

Hoje em dia estamos com toda economia globalizada, os sistemas de informação estão globalizadas, os sistemas de produção estão globalizadas, de repente, existe alguém, alguma indústria, algumas fábricas,

que poderiam nos oferecer algo que, de repente, poderia pelo menos que resolvesse em parte, parte dos nossos problemas.

Mas de pronto, de imediato, para abreviar a minha fala, eu diria que nós temos sim uma condição que nós podemos partir de agora. É muito mais eficaz que o concreto poroso, é muito mais eficaz que a área de escape, é muito mais eficaz que qualquer outra medida e esta medida seria reduzirmos o peso das aeronaves que operam em determinadas localidades.

Colocar um Boeing 737 operando em Ilhéus, por exemplo, é um contra-senso, não me sentia confortável quando operava com um Boeing 737 naquela localidade. Era sempre um pouso duro, era sempre um pouso difícil, era sempre uma dúzia de cabelos brancos a mais na minha cabeça. Esse é um Aeroporto. Nós temos, por exemplo, o Aeroporto de Navegantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V.Sª. pousou muito.

SR. CARLOS GILBERTO SALVADOR CAMACHO – Bastante. Obrigado. O Aeroporto de Navegantes, inclusive, nós tivemos lá, sim, uma área da contenção que era um muro e, durante certas reformas que aconteceram naquele Aeroporto, a pista de Navegantes, a gente observava o seguinte. Muitas vezes, nós não nos conversamos entre nós mesmos, os setores que estão lá trabalhando, os grupos que estão trabalhando nas pistas, os pilotos, a administração aeroportuária, porque diversas vezes eu tive que manter a minha aeronave em posição para a decolagem e não iniciar a decolagem porquanto existia um caminhão ou dois ou três trabalhando no final da pista, não dentro da pista, dentro do caixote operacional, mas fora da pista. E eu tenho que prever o seguinte: Eu estou em uma pista onde eu vou iniciar uma decolagem, poderei ter uma situação que me cause surpresa e eu tenho que interromper uma decolagem e se eu não ficar dentro do gabarito operacional, dentro do caixote operacional da pista irei, com certeza, para cima daqueles caminhões.

Eu tinha que solicitar pela fonia, pelo rádio, que aqueles caminhões saíssem da frente, que se deslocassem para uma área onde eu não tivesse perigo de colidir com eles e, até então, esse procedimento era até certo ponto moroso, porque senão houvesse rádio comunicação entre administração do Aeroporto e esses veículos, alguém tinha que se deslocar até lá com uma caminhonete para informar que eles tinham que sair, porque aquele Comandante não aceitava decolar.

Era para ser um protocolo, não era para ser um ou outro Comandante, têm muitos protocolos que não vem sendo cumpridos ao longo dos anos, porque nós pilotos, pelo hábito de fumar cachimbo, fomos nos costumando em entortar a boca, há muitas complacências em nosso grupo e esse é o momento. Eu não posso perder a oportunidade de declarar isso.

A cultura organizacional de certas empresas tem que ser questionadas muito mais do que o cumprimento das pistas, porque se um piloto, por exemplo, ao perceber que naquela pista ele não deve operar porque às condições meteorológicas, particularmente, não lhe permitem, ele deve ir embora, deve ir para sua alternativa. E uma pergunta que eu lhes façO – "Porque não vai? Porque esse piloto insiste em pousar? O que leva a isso?" Esses questionamentos podem ser feitos por alguém que esteja dentro uma entidade que representa trabalhadores, porque as demais organizações não o farão e nem tem por que, é para isso que existe uma organização e é por isso que eu tive o privilégio de ser convidado para falar neste Plenário.

Se nós não tivéssemos envolvido todos os questionamentos 4 ou 5 milhões de dólares na instalação de uma RESA, desculpe do EMAS, o concreto poroso em uma ou outra cabeceira é muito pouco dinheiro. É simples fazer essa conta, a vida que vai ser perdida é a nossa, somos um de nós, a gente vai achar que esse investimento é pequeno, é como um seguro, nenhum de nós faz seguro pensando em utilizá-lo, todos nós fazemos seguros nunca em nossa vida pensando em utilizá-lo, todos nós fazemos seguros, fazendo seguros pensando nunca em nossa vida utilizar o seguro de vida ou seguro de morte, não importa qual seja, todos nós temos os interesses não usarmos os nossos seguros.

Entretanto, no que diz a operação aeroportuária, muita coisa tem que ser feita sim. Um exemplo bem típicO – o Aeroporto de Congonhas, o Aeroporto de Congonhas é considerado um Aeroporto crítico por mais que as autoridades queiram dizer que não é. O Aeroporto de Congonhas é um Aeroporto crítico. Eu sou elemento operacional do pólo ativo da questão, eu sou aquele que se aproxima em um avião e vai ter que operar no Aeroporto de Congonhas, se você tiver Aeroporto de Congonhas seco, sem chuva, a pista não molhada, é um outro Aeroporto, se a minha aeronave estiver com 52 toneladas é diferente de eu estar me aproximando com 64 toneladas a 270 quilômetros por hora, cruze uma cabeceira para os senhores verem a 270 quilômetros por hora.

É inconveniente e você perceber que logo em seguida sua pista vai terminar, por mais que os sistemas de freios tenham sido desenvolvidos e foram, por mais que os sistemas de concreto foram desenvolvidos e foram, e a ANAC tem trabalhado e a Infraero tem trabalhado nesse sentido.

Nós temos, por exemplo, a pista 35, que é aquela que a gente se aproxima na direção de Shopping Ibirapuera, passando por sobre o Jabaquara, na minha opinião pessoal é a pista mais crítica do Brasil, por quê? Porque se você tiver um estouro de pneu do lado esquerdo, pousando nessas condições e saindo para a pista do lado esquerdo, vai encontrar com quem?

Um conjunto enorme de aeronaves estacionadas e não existe o EMAS, não existe RESA que segure. Nós vamos fazer um boliche *in natura, in loco,* no presente momento, quer dizer, poderíamos ter tido um evento que aconteceu em julho do ano passado, que aquilo culminou em 199 vítimas, poderia ser muito mais vítimas que isso. Porque a pista está muito aproxima da área de estacionamento das aeronaves, não tem como aumentar, não existe uma maneira de você colocar um extensor e aumentar essa distância.

O que nós temos que fazer? Nós temos sim que considerar o Aeroporto de Congonhas um Aeroporto crítico e impedir que certas, e isso sim vem de cima para baixo, impedir que certos modelos e tipos de aeronaves com peso incrivelmente grandes, operem nessas condições, não tem EMAS na lateral da pista, até um certo momento nós conversamos isso com o Dr. Miyada, não tem como fazer ali porque seria sim uma área de escape lateral.

Eu como piloto agradeceria muito que tivesse uma área de escape lateral em Congonhas com o EMAS, o mais *soft* possível, entrou um avião ali ele afunda e para mesmo. Seria o melhor dos mundos, mas o que nós temos ali é grama o Dr. Miyada depois vai poder dizer porque é grama e não é outro material qualquer, esse é do domínio, do conhecimento dele não do meu.

Eu percebo o seguinte: a partir do momento que você permite aproximar em uma velocidade menor, ao invés de 135, 138 nós que equivale a 250 a 280 quilômetros por hora, é bastante velocidade para você cruzar uma cabeceira. Como é que você pode fazer com que eu pouse em uma velocidade menor, diminua o peso da minha aeronave, me coloque como se eu estivesse operando uma aeronave de menor porte. "E você terá o que enquanto piloto? Eu terei o que enquanto piloto?" Uma condição de controlabilidade mais efetiva da minha aeronave, com menos velocidade eu usarei menor espaço para pousar meu avião, se tiver um contratempo eu terei mais tempo para pensar.

A Presidente da empresa tem trinta dias para tomar decisões, o Diretor de operação tem três semanas para tomar decisões, o especialista em segurança de vôos tem três horas para tomar decisões, o controlador da torre tem trinta minutos e o piloto tem três segundos, isso é uma realidade. São três segundos, quatro no limite, cinco segundos aonde todas as decisões de vida, de morte, tem que ser tomadas e devem ser tomadas.

Essa Plenária é muito importante que permite esse debate, a questão do EMAS, por quatro ou cinco milhões de dólares é pouco dinheiro. Nós temos o Fundo Aeronáutico, nós temos onde buscar esse dinheiro, não tenho dúvidas dos senhores que nós temos onde buscar esse dinheiro e o mais importante, antes mesmo de gerar um processo de estudo, multipartite com a participação da sociedade de um modo geral, através desta Casa e de outras organizações, mas o mais importante neste momento é adequarmos realmente dentro do interesse da segurança de vôos, as aeronaves que possam operar em determinadas localidades.

Eu não posso colocar, por exemplo, uma aeronave que se aproxima com 58, 62 toneladas no Aeroporto de Ilhéus não me peça isso. Primeiro que, possivelmente o PCN, que é a estrutura da pista, nem suporte. Faz algum tempo que eu não pouso lá, não me lembro mais, mas não me façam ir para esse caminho. Eu não tenho como dizer não para o meu patrão. Se ele disser que eu tenho que ir, eu tenho que ir, existe um risco muito grande que é a perda do meu emprego e, talvez, eu tenho que sair do Brasil para trabalhar lá fora. Eu estou dizendo de modo geral, quando eu coloco-me como piloto e eu me coloco em nome da categoria.

É muito importante que ações imediatas que podem ser tomadas através de uma caneta, e que vão incrementar significativamente a segurança de vôo, possam ser tomadas e os senhores têm o papel preponderante nessas decisões. Eu trouxe um pequeno filme, de um minuto e quarenta segundos que pode demonstrar, inclusive, o que o EMAS ajudaria corroborando, inclusive, com a apresentação do Coronel. Por gentileza.

(Apresentação de vídeo)

Narrador: *Desde 1982, 23 pessoas morreram e 300 ficaram feridas em acidentes nas pistas. Milhões de dólares foram gastos em conserto, mas os recém-criados sistemas de contenção prometem acabar com acidentes do tipo. A técnica consiste em uma faixa construída no final da pista com pequenos Blocos de concreto poroso, formando uma espécie de tanque de areia. Como demonstrado nesse teste realizado em 1996, o avião passa sobre a faixa, afunda e desliza até parar. Mas existem outros perigos na pista.*

SR. CARLOS GILBERTO SALVADOR CAMACHO – Eu acho que ele pára por aí. Concluindo. Os senhores viram a minha organização, foi a primeira a

falar em concreto poroso dentro do cenário brasileiro de operações de aeronaves.

Depois nós levamos esse assunto para a ANAC, na pessoa do Sr. Miyada e, depois, nós ao mesmo tempo nós levamos para a IFALPA, que é a Organização Internacional de Pilotos, ela trabalhou um pouco mais esse assunto e elaborou quatro condições, condição categoria um, dois, três e quatro aeronaves e com o cumprimentado adequado para um ou outro tipo de aeronave, sendo que para categorias um e dois aeronaves mais leves, em torno de 120 metros o prolongamento da pista com essa camada de concreto poroso, com essa camada de EMAS e para aeronaves da maior peso, em torno de 240 metros seria ideal, portanto, aquela conta que o Coronel nos apresentou, seria possivelmente para as aeronaves de maior porte, seria o dobro daquele valor, talvez, nessa linha.

É muito importante que eu deixo registrado aqui, que nós fomos a primeira organização a tocar nesse assunto e foi por ocasião de um evento que aconteceu em Congonhas em 2006, em março de 2006, quando um avião da BRA por muito pouco não iniciou aquela rota maldita que em dado momento atravessaria a pista da Avenida Ruben Berta, da Avenida Washington Luís. É importante que isso fique registrado, porque a gente já vem a algum tempo apresentando sugestões para que a gente possa encontrar saída, que existem saídas de pista que possam ser bem resolvidas e não culminadas e que possam terminar em acidentes. Muito Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Comandante Carlos Gilberto Salvador Camacho. Eu queria dizer aos telespectadores da TV Senado e da Rádio Senado também que essa audiência é pública é de autoria do requerimento do Senador Marcelo Crivella, cujo assunto é: Possíveis tecnologias aplicadas com a finalidade de deter as aeronaves em risco de acidente nos Aeroportos de pista curta.

Eu queria fazer uma colocação Comandante. Eu também sou membro da CPI do apagão e algo que me deixou, quero até passar aqui agora para todos os presentes e também os que estão nos ouvindo, o que me deixou abismado, digamos assim, foi que a decisão judicial que proibia aeronaves de pousar em Congonhas, que acabou sendo cassada pela Desembargadora, na verdade ela não proibia o A 320, ela proibia o 300, a primeira que o Juiz deu, o 400 e aquele que a TAM usava, o *Fokker* 100. Vejam bem. Essas três aeronaves eram as que estavam proibidas de pousar pelo Juiz de Primeira Instância, que foi cassada a decisão na segunda, porém o acidente foi com o A 320, quer dizer, isso durante a CPI eu achei bem complicado. Porque toda, inclusive, foi provado pela Desembargadora que ela tinha todos as dados que mostrava a questão de segurança, que é essa que nós estamos vendo aqui.

Que era o tamanho da pista para pousar a aeronave, tudo certinho, mas o A 320 não estava, foi justamente o acidente com o A 320, quer dizer, uma fatalidade que não estava previsto realmente.

Passaremos agora a palavra seguindo aqui a nossa ordem ao Sr. Murilo Cubas Júnior, Gerente de Engenharia de Operações da GOL.Com a palavra o Sr. Murilo para seus esclarecimentos.

SR. MURILO CUBAS JÚNIOR – Muito bom dia. É um prazer estar nessa Audiência Pública. Eu sou Gerente Geral Técnico de Operações da Gol Varig, Varig – Gol, eu gostaria apenas da tecer alguns comentários.

Na verdade, a gerência técnica, ela se compõe de alguns Departamento entre eles o Departamento de Engenharia de Operações. Eu gostaria de falar um pouquinho de Engenharia de Operações porque é a nossa área que trata da análise de performance das aeronaves, na verdade, a área técnica, a área de Engenharia de Operações é a interface entre o grupo de vôo e a indústria.

É através da Engenharia de Operações que os comandantes recebem os cálculos da decolagem para cada Aeroporto, com a aeronave que ele está operando. Esses Engenheiros, todos formados na área da performance de aviões, eles partem de manuais produzidos pelos fabricantes das aeronaves e em função das informações que nós temos de cumprimento de pista de Aeroportos, das informações de coeficientes de atrito dessas pistas, das informações de notais, por exemplo, você pode ter uma pista que ela tenha 2.000 metros e ela esteja passando agora por uma obra. Nós fazemos a redução dessa obra e consideramos toda essa nova análise de decolagem.

A Engenharia de Operações das empresas aéreas, elas calculam os pesos de decolagens e de pouso para as suas aeronaves. É importante colocar que essas análises são baseadas em critérios internacionais, adotados no mundo todo, ou seja, quando nós estamos em um avião bi-motor e vamos decolar em qualquer Aeroporto, nós calculamos um peso de decolagem visando o quê? Visando que essa aeronave possa correr até uma determinada velocidade que nós chamamos de velocidade da decisão e, nesse momento, o Comandante pode ter a opção ou de parar na pista ou de prosseguir essa decolagem com o motor inoperante.

É importante ter em mente, que toda vez que nós entramos em um avião bimotor, os pesos que

estão contidos, são considerados para uma condição de monomotor, com isso, nós restringimos bastante os pesos de decolagens, quer dizer, é uma função de análise de cumprimento de pista, ou seja, a aeronave tem que correr e ter capacidade de continuar a decolagem com um motor inoperante, cumprindo seu gradiente de subida, com aquele determinado peso ou parar na pista, dentro das condições de segurança previstas nos acordos internacionais.

Quando nós falamos de pesos e decolagens eu me preocupo muito com isso, porque os pesos e decolagens, por exemplo, no Aeroporto de Santos Dumont ou Aeroporto de Congonhas, eles variam de acordo com uma série de coisas, por exemplo, temperatura. Eu tendo temperaturas mais altas, eu tenho diferentes pesos de decolagens, temperaturas mais baixas, diferentes pesos de decolagens, conseqüentemente eu vou ter diferentes pesos, situações em termos que a gente chama de carga paga de passageiros a bordo.

Outro assunto que eu gostaria de lembrá-los e gostaria de salientar esse critério o que é pista curta e não é pista curta. Parece interessante, vale lembrar uma coisa, o Aeroporto Santos Dumont, a pista tem 1.323 metros, mas ela está no nível do mar, o Aeroporto de Congonhas, a pista auxiliar, se não me falha a memória, o Miyada pode me corrigir, alguma coisa de 1.400, aparentemente a pista Santos Dumont tem menos cumprimento, porém Congonhas, apesar de ter mais, está localizada em um terreno elevado a 2.600 pés, o que significa que a performance do avião é pior em uma pista que pode ter um cumprimento maior, mais em uma altitude maior do que no nível do mar, por exemplo, numa pista um pouco mais curta.

Eu queria só que vocês tivessem esse conceito, porque eu tenho ouvido falar na imprensa, nós vamos colocar uma pista de 2.000 metros é tal localidade que está a 3.000 mil pés de altitude, ela vai ter uma performance tão ruim, quanto vocês colocarem em uma pista com 1800 ou 1500 metros do nível do mar. Para vocês terem essa noção que nem sempre ó o cumprimento efetivo que nós estamos falando, tem que ser levado em consideração.

Voltando a falar da área da Engenharia de Operação, eu volto a bater nessa tecla, nós recebemos as informações técnicas dos Aeroportos, ou seja, eu tenho o Aeroporto de Santos Dumont como o Aeroporto de Ilhéus como foi colocado pelo Comandante Camacho. Nós fazemos as análises baseadas nos critérios de quê? A aeronave tem que ter capacidade para parar em 67% quando do pouso da pista, quer dizer, esse é o critério que nós adotamos, se a pista estiver molhada nós incrementamos 15% disso, obviamente baseado em um critério de que vai cruzar a cabeceira no pouso a 50 pés, tocar na marca dos 1.000 pés, e ainda ter uma folga para se parar essa aeronave.

Eu gosto de ter esse cuidado, porque nós temos centenas, milhares de operações diárias e, até bem pouco tempo, o Brasil tem um conceito muito bom com relação a sua parte de Engenharia de Operações e Análises Operacionais. Existe esse cuidado, quando um piloto está em uma cabine ele tem todo um assessoramento por traz de um grupo técnico, ou seja, se nós tivermos, uma obra em uma pista, essa área da Engenharia já calculou que mesmo que a gente tenha um caminhão no final da cabeceira, a aeronave, se ela tiver uma perda de motor, lá vai cumprir um gradiente que vai passar acima de tantos pés desses obstáculos, que dizer, todos os obstáculos que nós temos ao redor dessa aproximação de uma pista são levados em consideração e a partir daí, em função disso, é que nós calculamos os pesos e decolagens.

Nós temos para um 737, por exemplo, que opera no Aeroporto Santos Dumont, que tem um peso de decolagem de 61 toneladas, nós operamos em torno de 47, 48, 49 toneladas dependendo do dia e função das temperaturas e em função de quê? Porque a pista é curta. Em função dessa pista curta, mesmo que tenha 61 toneladas máximas de decolagem, eu tenho que seguir uma regra e essa regra me limita.

Isso tudo é importante dizer são cálculos feitos por programas que são fornecidos e são feitos pelos fabricantes das aeronaves, a Engenharia de Operações elas simplesmente avalia essas análises, ela acrescenta alguns itens de segurança como, por exemplo, os coeficientes de atrito, ou seja, quando eu sei que o coeficiente de atrito na pista de Congonhas não está de acordo com o que seria o ideal para aquela operação, nós colocamos isso em um programa de computador e isso vai dar um decremento nesses pesos.

É importante só ter idéia disso, que existe todo um aparato entre, não é só chegar e colocar a pista e o piloto, ter essa tomada, é verdade, o piloto tem a tomada de decisão, mas ele tem também as informações necessárias para essa tomada de decisão.

Eu gostaria só de acrescentar esse detalhe de que nós tanto na Gol quanto na Varig e, isso é uma critério da empresa, optamos nesse momento de uma operação muito mais cautelosa nesses Aeroportos devido à questão da chuva, devido o coeficiente de atrito. Porém, é importante lembrar que temos todo o respaldo técnico baseado em análise de performance dessas aeronaves.

A princípio era isso que teria que colocar para os senhores. Nós seguimos hoje as informações que são nos dadas pela ANAC e pela Infraero para os cálculos

de pesos, de análise de decolagens e passamos isso ao nosso grupo de vôo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. Murilo Cubas Júnior. Queria repetir para aos telespectadores e ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado que essa é a segunda Audiência Pública de autoria do requerimento do Senador Marcelo Crivella, cujo assunto é: possíveis tecnologias aplicadas com a finalidade de deter as aeronaves em risco de acidente em Aeroportos de pista curta. Nós acabamos de ouvir o Sr. Murilo Cubas Júnior, Gerente de Engenharia de Operações da GOL e da Varig.

Vamos ouvir agora o Sr. Luiz Kazumi Miyada, Superintendente de Infra-Estrutura da Agência Nacional de Aviação Civil, a quem, antes de passar a palavra, eu queria fazer um agradecimento. Eu estava no Aeroporto ontem e, por eu ser da CPI e também Senador, tive um problema com um avião, que acontece, é possível de acontecer de horário que a gente sabe que pode acontecer e, imediatamente, a ANAC, eu liguei, que vieram em cima de mim os usuários, e a ANAC imediatamente já estava cuidando e deu o maior enfoque e atendeu e tomou satisfação e cuidou dos passageiros. Eu queria que o Luiz Miyada levasse, inclusive, ao Assessor Parlamentar que foi quem me ligou, para os nossos agradecimentos, se bem que já estava praticando o seu trabalho, mas só o carinho especial com o Senador, porque nós estamos precisando muito. Não é Senador ACM Júnior? O carinho especial à gente gosta sempre.

Eu passaria a palavra ao Sr. Luiz Kazumi Miyada, Superintendente de Infra-Estrutura da Agência Nacional de Aviação Civil, com a palavra.

SR. LUIZ KAZUMI MIYADA – Bom dia. Senador Wellington Salgado, eu entendo que o grande esforço que temos feito para melhorar a prestação de serviço e a fiscalização é perceptível, vamos dizer assim, está certo?

Em realidade essa ação que o senhor pôde presenciar, eu diria que nada mais é que a obrigação e é o foco da nossa agência. Os senhores participantes da Mesa, e Audiência. Eu até fiquei um pouco temeroso em ser, talvez, muito primário nessa passagem, mas eu acho que é sempre interessante rever alguns conceitos e expressar alguns pontos do que efetivamente nós temos que buscar e procurar.

Eu vou me permitir colocar uma meia dúzia de *slides* a respeito de uma conceituação básica, a respeito das áreas de segurança da pista e a questão das tecnologias para a contenção de aeronaves.

Por favor. Basicamente o que o Dr. Murilo estava colocando, essa ilustração eu acho que não seria o caso nem de aprofundar, mas as distâncias que são tradicionais na aviação e é o comum, eu vou chamar no jargão entre os operadores de infra-estrutura e provedores de infra-estrutura e aqueles que demandam estão ali, as distantes básicas sãO – distância de corridas de pouso, de aceleração e parada, e a chamada distância de decolagem. Naturalmente e, às vezes, dá confusão a respeito da distância de pouso e o requisito de parar em 60% dessa distância disponível e, muitas vezes, pelo enfoque.

Quando com chuva, diz à doutrina que precisa de 15% a mais de pista, só que a pista não alonga quando chove. Na verdade o que tem que se fazer é reduzir o pouso, os pesos de pouso, para que demande 15% a menos de pista. E entra naquilo que o Dr. Murilo estava dizendo, desses ajustes de acordo com as condições reinantes.

Observação feita que, fundamentalmente, todos nós procuramos proteger pessoas e bens. Sejam passageiros, tripulantes, funcionários e também cidadãos e os bens como comentados aqui, até pelo valor das próprias aeronaves, dos próprios veículos, equipamentos, que podem equipamentos de proteção e propriedades circunvizinhas. É esse o contexto que vivenciamos e temos que vivenciar. Entre operadores, reguladores e, também, começo a chamar também a Casa, os legisladores.

(Apresentação de slides.)

Esses são alguns estudos a respeito de registros de saída e posição de parada da aeronave envolvida em acidente. Em realidade são dois estudos diferentes, as duas observações, o de cima e mais recente elaborado por uma empresa inglesa em uma coletânea, mas em todos eles é evidente a concentração de casos, do chamado *aldershot*, ou o pouso curto, antes da cabeceira e o chamado *overrun* que é a ultrapassagem da cabeceira oposta, seja em operações de pouso ou de decolagem.

Estudos do FAA que é administração da Aeronáutica dos Estados Unidos, nesse período de 75 a 87, indicaram que 90% das ocorrências dos chamados *overrun,* foram em velocidades iguais ou inferior a 70 nós que corresponde mais ou menos a 130 quilômetros por hora. Eu faço uma observação, essa base que já é do início da década de 90, é que baseia todo o desenvolvimento da tecnologia conforme já observado aqui pelo Major (inaudível), que tem as primeiras, o primeiro desenvolvimento, as primeiras versões, já na primeira metade dos anos 90 e a gente vai comentar um pouco mais a respeito disso.

E para proteger isso, às vezes, com denominações diferenciadas, mas bastante coincidentes, seja

o órgão regulador que tenhamos as referências OACI ou ICAL(F) não adotam terminologias idênticas, por exemplo, ao órgão da agência americana, mas basicamente o que temos circundando as pistas, são esses três itenS – a faixa de pista, que é aquele tracejado que envolve e é mais largo, que tem dois propósitos básicoS – a proteção contra risco de danos nas aeronaves que saiu da pista, que eu diria àquela área que está ali colocada, como área da segurança ou que a OACI chama de área preparada, área interna, que tem requisitos de declividade e de suporte ou na vizinhança imediata da pista ou circundando ela. E uma excedente, uma largura extra, que é para proteger os sobrevôos de aeronaves em operação de pouso e decolagem e, mais recentemente, na verdade, surge apesar das discussões havidas ao longo da década anterior, como uma referência normativa da própria OACI em 99 o que é a área da segurança de final de pista, que leva aquele incremento destacado nessa figura. E que vem buscar, atender aquela incidência que eu tinha mostrado naquele gráfico anterior, sobre a concentração que se verifica na área imediatamente anterior à pista ou a cabeceira de pouso e nas saídas pela cabeceira oposta.

Em uma visão maior, essas proteções típicas, e apesar da configuração que tende a ser assimétrica, já que nós temos pessoas e decolagens de ambos os lados ou de ambas as cabeceiras, um certo alívio ou tirando para uma interpretação melhor que eu chamo de uma proteção funcional, no caso, partindo daquela configuração típica, se a gente olhar a decolagem ocorrendo na esquerda, nós teríamos dentro da faixa de pista uma proteção contra o *blaster*(F), a área preparada e pelo outro lado, o que normalmente se chama de zona de parada, a RESA, e também a *clearway*(F), o conjunto que protegeria ou que protege, normalmente, uma operação de decolagem.

Próximo. E partindo de uma configuração que eu continuo chamando de funcionalmente, o que estaria protegendo uma operação de pouso, no caso, da direita para a esquerda, em cima da mesma configuração, de novo nós teríamos a RESA, que antecede a faixa de pista, já no prolongamento, mas fundamentalmente para o *aldershot,* o pouso curto, as seguranças, as áreas preparadas normais e a proteção de pista no lado oposto.

Como é que temos visto e entendido esse processo? Naturalmente existem as referências internacionais e o grande órgão a nos passar essas referências é a própria OACI. Aliás, até como notícia, a OACI, que está em assembléia e a informação que tivemos, o Brasil que se especulou que poderia sair do primeiro grupo de aviação, a informação que temos é na votação ele foi confirmado e continua no grupo um da OACI e com a mesma participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Foi tranqüilo ou foi uma votação difícil.

SR. LUIZ KAZUMI MIYADA – Foi tranqüilo. A informação que tenho é que foi tranqüilo, dos 160, se eu não me engano, 120, 140, coisa nesse nível.

E todos nós temos essa referência da OACI, que é uma grande Plenária mundial para discussão, aperfeiçoamento de todos os itens relacionados a segurança nacional e, mais recentemente, ou como referência também nos aspectos de segurança e proteção contra ilícitos, quer dizer, vimos ai de uma história de 70 anos de atuação nesse Colegiado, nessa discussão.

Como é que vemos a OACI? Sem dúvida é uma referência normativa, a implementação dos chamados s*tandard,* que é o SAPIS que de vez em quando vocês também já viram, que vem de *standards and recommended the practical(F)* ou práticas recomendadas e padrões e, no caso dos aeródromos, isso se concentra bastante no anexo 14. Há convenção de aviação civil internacional que passa periodicamente por atualizações, aperfeiçoamentos. Nós temos fundamentalmente que trazer, isso sim, é um papel da nossa agência, a forma que nós desejamos e, principalmente, os períodos factíveis para a gente implementar essas medidas no nosso ambiente.

Já temos estudos, devemos estar com relação à RESA, fazendo um trabalho à RESA ou as áreas específicas de segurança de pista, fazendo um esforço conjunto e determinando alguns estudos (soa a campainha), mais concentrados, mas fundamentalmente também nesses documentos, há que se buscar o equacionamento da viabilidade, não só técnico operacional, como financeira para o estabelecimento desses programas de implementação.

Na questão da viabilização desses ou desses padrões de áreas de segurança, alguns aspectos são considerados e comparados. Até a possibilidade da desativação e reposicionamento da pista e custo de preparação das áreas conforme a padronização estabelecida pelo País, possivelmente reduções no cumprimento de pista, até para assegurar essas áreas de segurança, muitas vezes, também é visto como um certo contra-senso, como é que eu encurtando a pista eu fico com mais segurança? É a pergunta que muitas vezes vem.

Em realidade há que se interpretar com a cadeia da doutrina até de segurança, que permeia não só o provedor de infra-estrutura, mas também o operador das aeronaves. Aquilo que o Dr. Murilo estava destacando e o Comandante também, há que se ter

um respeito às dimensões declaradas, ao se declarar ou ao se definir uma redução de cumprimento de pista, naturalmente o operador tem que se subordinar àquelas novas condições declaradas, muito embora, não seja e pode parecer um contra-senso que estaríamos reduzindo as disponibilidades para pouso ou para operação.

Eventuais combinações dos itens anteriores, e também o chamado ajuste nas instâncias declaradas que é uma providência que já foi feita com relação a Congonhas, nesse primeiro momento.

E uma prática nos Estados Unidos, em função desses estudos que foram desenvolvidos na década de 90, pela própria agência, que é a aplicação do EMAS que enxergamos e já tivemos a manifestação aqui do nosso Major, de todas as tecnologias que me parece que surgiu, essa realmente é uma bastante interessante e afetiva para aeródromos civis, a outra situação, normalmente, exigem uma intervenção ativa. Esse é um elemento passivo, uma vez instalado fico lá é em condições de apresentar as falhas, vamos dizer assim, previstas e dimensionadas com o objetivo de contenção.

O próximo, por favor. Buscando ainda um pouco da prática dos Estados Unidos eles têm algumas diferenças com relação aos padrões estabelecidos como referência pela OACI temos a diferença seria os 180 metros antes da cabeceira de pouso e 300 metros além da extremidade oposta das operações de pouso e decolagens. Preconizam a possibilidade de aplicação do EMAS, exatamente para a redução desse requisito de 300 metros, além da cabeceira para o caso de *overrun* e quais os benefícios e o que eles recomendam para se colocar nessa análise até de viabilidade financeira e comparativos.

É que nessa extensão de 300 metros e nós temos vários casos aqui no nosso País, você pode estar defrontando para conformar esse prolongamento da pista com custo, digamos, impraticáveis. Ou, então, com impactos ambientais, poderíamos estar na beira de algum espelho d'água.

É oferecido com a possibilidade de reduzir, visando conter essa saída da pista. E há que se considerar o histórico das ocorrências e onde provém esse recurso extra.

Também nas práticas do americano, eles apresentam um material de apoio com relação à possibilidade de se balancear as disponibilidades extras de terrenos na extensão da pista e, em muitas situações, usando esse recurso complementar ou essa segurança extra. Próximo. Chegando ao caso de Congonhas, as medidas já implementadas, a partir do dia 23 se eu não me engano, posso estar errado, de setembro, quando se definiu.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu peço ao Sr. Miyada que fosse um pouco mais, porque nós temos a Comissão de Constituição e Justiça que acaba entrando ao vivo, só para dar uma adiantada que é a Comissão mais importante da Casa.

SR. LUIZ KAZUMI MIYADA – Está certo. Nós temos já declarado, visando o ajuste da parte operacional das empresas aéreas, a pista principal com 1.640 metros que daria esse esquema hoje operacional, e na pista auxiliar 1.195 e limitada a aeronaves de categoria dois. O trabalho agora, e leva algum tempo e nós temos que definir uma programação exata, seria buscar essas adaptações que em um primeiro estudo nós teríamos, uma primeira abordagem, um ajuste aqui de 20 metros no posicionamento da cabeceira, isso possivelmente seja factível mediante a calibração dos equipamentos, mas o maior impacto estaria nessa cabeceira 35, onde teríamos a necessidade de um ajuste de 90 metros e nós temos um elemento crítico que é o posicionamento e os procedimentos de aproximação que nos trazem para referência nesse ponto. Esse trabalho vem sendo feito com o DECEA e, possivelmente, na sexta-feira tenhamos mais uma rodada para conseguir ter a definição de quanto tempo será necessário.

Só esclarecendo isso. Nós teremos a questão do ajuste das rampas o LS, principalmente na 35, e também a necessidade de ajustes dos procedimentos hoje praticados e em operação, que tem que ser feito em consonância e também de forma harmônica e com os encargos que são típicos da Infraero, com relação re-pintura da pista, à parte de balizamento luminoso também e de nossa parte buscando a harmonização e compatibilização desses cronogramas e, certamente, vai nos levar a uma nova homologação das características e, também, ao trabalho que vem sendo feito pela, no caso dos operadores aéreos, pelas superintendências e segurança operacional e, no meu caso, da infra-estrutura sobre operadora aeroportuária.

A aplicação mesmo em Congonhas do EMAS, a gente tem algumas estimativas, mantêm uma certa coerência com os números já colocados, mas para instalação em uma das cabeceiras, porque os números que foram colocados e algo em torno de cinco, seis milhões de dólares se referem ao material em si, mas as estimativas que temos para adequações e se instalar em uma das cabeceiras seria algo em torno de 20 milhões de reais para adaptação e, vamos dizer, até importação. Eu acho que é uma questão que pode,

talvez, deva, estar nesse debate em termos desse incremento de segurança nos nossos Aeroportos.

Excedi o tempo. Desculpe Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado Sr. Miyada. Eu acho que tempo foi bem calculado porque acabamos de sair ao vivo agora, porque entrou a Comissão mais importante da Casa que é a CCJ, temos discutido assunto como o voto aberto e está realmente em ebulição, mas foi muito importante porque nós passamos para todos que assistem a TV Senador esse requerimento do Senador Marcelo Crivella, que me mandou o requerimento aqui justificando a sua ausência, que eu gostaria de ler que depois passará não sendo ao vivO – "Requeiro nos termos do Art. 3º Regimento Interno do Senado Federal que seja considerado como missão política interesse Parlamentar a minha ausência nas sessões dos dias 25, 26 e 27 de setembro quando estarei cumprindo agenda na qualidade de Presidente PRB na cidade do Rio de Janeiro, sala de sessões, Senador Marcelo Crivella". Está justificado e eu queria dizer que para mim foi super, para formar posições e, com certeza, também para os telespectadores e ouvintes da TV Senado, sendo os que estão aqui nessa Comissão.

Eu gostaria de saber se existe alguma consideração final que algum convidado gostaria de fazer. Sr. Murilo, Major? Eu vou deixar o Miyada por último, porque ele falou muito, não é Miyada? Comandante Carlos, alguma consideração?

SR. CARLOS GILBERTO SALVADOR CAMACHO – A minha é bem rápida. É que no passado o CENIPA se manifestou no que diz respeito à lâmina d'água da pista do Aeroporto de Congonhas, fez uma sugestão e a ANAC acatou. A minha solicitação, minha sugestão e a minha proposta é que o CENIPA continue se manifestando de forma enfática e, principalmente, que o CENIPA se mova no sentido de levar ao público usuário e, principalmente, aqueles que são os colaboradores do sistema, os colaboradores do sistema, o incremento da apresentação de relatório de perigo para o CENIPA, para que o CENIPA faça a coordenação de todos esses movimentos e que as empresas, é natural que elas tenham o controle sobre seus próprios, mas que publicassem esses documentos com o CENIPA, coisa que não vem fazendo há algum tempo.

É muito importante que o CENIPA se manifeste junto às empresas e, particularmente, já se adiante, se já não o fez, em emitir seu parecer no que diz respeito à lâmina d'água, visto que a pista já foi autorizada a operar em dias da chuva, isso é preocupante porque até aonde vai o meu conhecimento, salvo melhor juízo, nós não temos nenhuma informação de que o CENIPA tenha se manifestado e, portanto, ajudando, inclusive, a ANAC a formar seu juízo de valor e colaborando no sido da segurança de vôo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado. Miyada, consideração final.

SR. LUIZ KAZUMI MIYADA – Obrigado, Sr. Presidente. Apesar de ter falado bastante, eu tinha feito uma provocação que, talvez, a Casa possa também se somar e, com certeza, tem somado bastante.

Os custos da implantação e os custos da segurança, podem parecer um contra-senso a gente está falando em custo hoje, mas mesmo em economias mais avançadas tipo à americana, esse programa de compatibilização das chamadas áreas de segurança de pista, que é esse o grande desafio que está sendo perseguido e onde se encaixa a tecnologia do EMAS também é um programa que teve início no caso americano em 99 e uma perspectiva de ir até 2015, para 500 e tantas pistas que eles têm como fora da padronização desejada.

Nós temos também as nossas. O somatório de esforços que eu vejo é uma seguinte, é uma disciplina, e um conjunto que certamente origina-se por lá, mas também que tenhamos suporte em termos da execução e do aporte de apoio até financeiro para essa implementação. Hoje o que nós temos de recursos em termos de investimentos em infra-estrutura é o chamado ATAERO, que tem seus limites, e tem uma distribuição bastante definida.

Eu acho que nesse conjunto, um programa de financiamento, inclusive, dessa implementação dessas medidas seja uma das vertentes também a ser debatida. E, desculpe, só complementando, a outra é o estabelecimento de um relacionamento e uma proteção e responsabilidade dos três níveis de Governo, quanto à ocupação do entorno, essa me parece que é também bastante urgente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado Sr. Miyada. Eu quero dizer que essa segunda Audiência Pública de autoriza do requerimento do Senador Marcelo Crivella, cujos assuntos são possíveis tecnologias aplicadas com a finalidade de deter as aeronaves em risco de acidentes nos Aeroportos de pista curta.

Eu queria, antes de encerrar essa audiência, dizer que o Brasil continua no grupo um, que é composto esse grupo por Países que tem segurança de melhor nível, digamos assim.

Sabemos os dois acidentes que aconteceu, essa fatalidade na nossa aviação civil, porém sabemos que o Brasil hoje é um País que está nivelado como dos

melhores em segurança que nós também não podemos com essas fatalidades, esses dois acidentes fatais, que aconteceram terrível na nossa história da aviação, mas também não podemos deixar de dizer que o nosso País vem observando os padrões internacionais de segurança de vôo, de segurança, procurando melhorar sempre como todos os senhores colocaram. Esse é o nosso objetivo aqui.

Nada mais tendo a declarar, declaro encerrada essa Audiência Pública. Foi um prazer muito grande tê-los aqui. Muito obrigado.

(Sessão encerrada às 10h39.)

SR. ROBERTO FERNANDEZ ALVES – Senhores bom dia. Muito obrigado pelo convite. O SERIPA se sente honrado em estar podendo apoiar os senhores e estar nessa Casa participando dessa audiência, esclarecendo alguns aspectos com relação à segurança de vôo no que tange a implemento de novas tecnologias para redução de impactos sobre *overrun,* saídas de pistas.

Eu trouxe uma pequena apresentação. Eu que estão aqui vão se repetir. Eu percebi que na primeira audiência houve um aspecto com relação a custo e não houve nenhuma observação com relação às ocorrências.

Apenas dando uma repassada. Na primeira apresentação do Coronel Cúrcio ele abordou sobre o EMAS, são três dispositivos que existem, mas para aviação civil realmente em prática só existe um, porque os outros dois, o cabo e a rede de contenção, são específicas para aviação militar e são incompatíveis com a aviação civil, em função do tamanho das aeronaves e performance as aeronaves,.

O EMAS, só dando uma repassada, ele é basicamente uma área de concreto que cede ao peso de aeronave e retém a aeronave ao final da cabeceira. O perfil do EMAS. Temos ali no canto esquerda o final da cabeceira e o perfil de instalação dos dispositivos das placas de concreto.

Os gráficos que já foram mostrados também da outra vez, com relação à redução, a necessidade da área de EMAS em função da velocidade. Aqui nós temos para uma aeronave DC 9, para aeronave 737 e 400, o modelo 737 é o mais largamente usado no Brasil, esse para uma aeronave DC 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Por favor, Major, daria para dar uma explicação, pelo menos eu estou tendo dúvida como é que funciona esse gráfico, só para ter uma idéia.

SR. ROBERTO FERNANDEZ ALVES – Do lado esquerdo nós temos uma velocidade máxima da aeronave em que ela sairia da pista e, na base, nós temos o comprimento que seria necessário para instalação daquela área. Aquela área de EMAS, varia entre 200 a 600 pés, que é o padrão mais usual de aplicação.

O EMAS ele é projetado para no máximo de velocidade da aeronave de 70 nós, que é aquela coluna da esquerda. Ali, por exemplo, uma aeronave 747; se aplicarmos o necessário para um cálculo dela saindo a 50 nós, nós teríamos que ter uma área de EMAS de 400 pés, em torno de 200 e poucos metros.

Eu percebi também que houve algum aspecto com relaçãO – "Quais os aeródromos que tem instalado o EMAS?" Eu trouxe essa relação, ela tem ali 20 aeródromos já instalados com 25 pistas instaladas o EMAS, desde 96 até esse ano e, mais sete projetos de instalação de EMAS, deste ano até 2008. Ali embaixo, no último item, está dizendo que tem dois Aeroportos já instalados e o próximo planejado para Madri, o Barajas.

Eu percebi também que houve uma dúvida com relação ao custo de instalação. Foi abordado em torno de 12.500 dólares só o material. Isso é uma audiência, o resultado de uma cidade nos Estados Unidos...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – 12 milhões ou 12 mil?

SR. ROBERTO FERNANDEZ ALVES – 12 mil e 500 dólares só de material. Foi questionado que realmente era um preço muito irrisório, em se tratando de segurança aeroportuário.

Eu fiz a pesquisa, isso é uma audiência de uma cidade que eu não me recordo o nome agora, em que a Prefeitura, na assembléia deles, decidiu por instalar o EMAS. Ali está o valor para aquela pista de 4 milhões e 390 mil dólares. O preço básico do EMAS começa em torno de 5 milhões de dólares, isso envolve desde a preparação do terreno, instalação e manutenção.

Esse tem um gráfico de viabilidade máxima de custo de instalação do EMAS. Ele está começando ali, um EMAS em torno de 200 pés de comprimento, sai em torno de 5 milhões de dólares e vai subindo o preço, eu pararia ali em torno de 600 pesos, que é o mais usual, que chega em torno de 31 e meio, 32 milhões de dólares e inclui tudo.

Esse preço ele é para instalação nas duas cabeceiras, no final das duas cabeceiras. Tem essa observação aqui, que isso inclui para instalação das duas cabeceiras e ocupando toda área da segurança da pista e, inclui o preço de manutenção também. E eu fiz uma pesquisa também, tudo isso aqui foi feita pesquisa Internet, não tem material nenhum reservado, na verdade, nem há.

Com relação às ocorrências, existem quatro ocorrências significativas em que o EMAS, foi exemplo de sua efetividade. Em 99, com uma aeronave SAAB 340, ele livrou a pista, passou pela cabeceira da pista do *Kennedy*, de *New York* e, entrou na área do EMAS. O EMAS de lá é de 600 pés, ele percorreu aproximadamente 215 pés, com pequenos danos apenas.

Em 2003, nós tivemos um outro *overrun*, do MD11, uma aeronave de maior porte, no JFK em que ele foi efetivo, sem problema nenhum. Uma aeronave maior, um 747, no mesmo JFK em 2005. É um aeródromo de muito movimento, está mais propenso, aumenta a probabilidade. E no ano passado, meio do ano passado, uma aeronave pequena em *Greenville, Downtown*, no Sul da Califórnia, um *Falcon* 900, com pessoas a bordo.

Senhores isso foi uma pequena pesquisa feita rapidamente na Internet, em que a gente pode observar a eficiência do dispositivo. Hoje ele é o único que existe é a única tecnologia que existe, está sendo bastante implementada nos Estados Unidos e há um custo relativamente alto, porém que deva ser analisado com bastante critério para que nós possamos avaliar a implementação em nossos Aeroportos.

Tem um circular do FAA, aquela transparência de custos dos aeródromos que têm implementado e de custos, ela tem seqüência, um diagrama de seqüência onde se avalia a implementação do EMAS ou da área de mil pés para escape, que é bastante conveniente. Nós usarmos como referência para iniciar os estudos de instalação ou não do EMAS.

Senhores eu estou à disposição para abordar qualquer aspecto voltado para a segurança de vôo. Eu gostaria da frisar que não sou especialista na área de infra-estrutura aeroportuário e nem Aeroportos, eu sou especialista na área de segurança de vôo e o que eu puder contribuir com o trabalho dos senhores estamos à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu acho que nós passaremos as perguntas em Bloco ao final, mas eu queria só perguntar uma coisa. Major. Esse concreto ele fica, que é um concreto ali no EMAS, não é?

SR. ROBERTO FERNANDEZ ALVES – É um concreto. Ele tem uma certa resistência, por exemplo, se você passar com um veículo por cima não há problema nenhum, agora a aeronave, a hora que passa o peso dela faz com que ele ceda e, por baixo dela, tem uma camada, uma camada meio espuma, algo que vai aumentando a resistência ao avanço da aeronave, ela vai avançando, mas vai diminuindo a sua velocidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria repetir que essa é a segunda Audiência Pública do requerimento do Senador Marcelo Crivella, cujo assunto é possíveis tecnologias aplicadas com a finalidade de deter as aeronaves em risco de acidente em Aeroportos de pista curta.

Acabamos de ouvir as explicações do Major aviador Roberto Fernandes Alves passaremos agora ao comandante Carlos Gilberto Salvador Camacho, Diretor de Segurança de Vôo do Sindicato dos Aeronautas, SNA, há quem, nesse momento, eu passo à palavra.

SR. CARLOS GILBERTO SALVADOR CAMACHO – Obrigado. Bom dia a todos. É um prazer fazer parte desta Mesa, desta Plenária. Eu estou aqui na condição de representante dos trabalhadores, basicamente, os pilotos que operam nas cabines de comando. Eu sou Diretor de Segurança do Sindicato Nacional dos Aeronautas e percebo pela composição da Mesa todos são técnicos e bastante conhecedores do assunto pertinente à segurança de vôo. E alguns deles, inclusive, o próprio Miyada tem poderes para tomar decisões, o que é muito pertinente estarmos juntos na mesma Mesa.

Mas, enquanto aviador, eu tenho que trazer na verdade um breve relato do que eu percebo de acordo com os reportes, os relatórios dos meus colegas, os poucos relatórios que chegam porque hoje em dia as empresas aéreas desenvolveram um sistema de recepção desses relatórios e elas concentram essas informações e dificilmente essas informações são publicadas, elas são levadas ao conhecimento do sistema como um todo, quando na verdade, o órgão concentrador dessas informações deveria ser o CENIPA e o CENIPA faria o derrame, o comunicado a todos os participantes, a todos os elos das informações colhidas nesta ou naquele Aeroporto, nesta ou naquela localidade.

Nós temos exemplos no passado que provam que as pistas brasileiras de modo geral não são ruins, mas elas poderiam ser melhores, e elas foram se tornando piores à medida que os Aeroportos, os tipos de aviões que foram sendo colocados nessa pista foram aumentando de tamanho e peso.

Se nós temos, por exemplo, ontem mesmo eu usei um exemplo muito interessante. Se nós oferecemos para um Bandeirante da Força Aérea, não é Coronel? Um pouso na pista de Congonhas que é considerada uma pista crítica, pelo menos pelo meu grupo de trabalhadores, é uma pista bastante grande, vamos usar essa expressão, para um Bandeirantes da FAB, mas não seria uma pista longa para uma aeronave de maior porte, tipo um 767 ou um Boeing 747, que nós conhecemos por Jumbo.

A adequação dessas pistas em relação às aeronaves que elas operam é fundamental. A questão da

colocação desse concreto poroso, desse concreto de resistência controlado, muito bem apresentado pelo Coronel, perfeito, seria o melhor do mundo que todas as localidades tivessem isso, porque ao longo de minha vida profissional, eu tive a oportunidade de nunca sair da pista, em nenhuma vez, é o que nós chamamos de *overrun*.

Todas, às vezes, eu fiquei dentro do caixote operacional, mas nem todos os meus colegas tiveram esse privilégio e essa oportunidade, alguns que tiveram a problemática, que passaram por esse problema, conseguiram sair andando com suas próprias pernas, outros, nem tanto.

Na verdade o que mais pega nesse momento aqui é o seguinte: os senhores são os nossos passageiros, mais dia, menos dia, nós nos encontraremos em algum avião. É importante que desta Casa parta no mínimo sugestões, no mínimo recomendações para que algo seja feito de forma concreta quanto à operação, ou operações de Aeroportos nacionais.

Nós temos Aeroportos muitos críticos que continuam sendo operados de forma inadequada. Ilhéus, por exemplo, é um Aeroporto problemático o mais importante de Ilhéus é o seguinte: não tem como colocarmos esse concreto poroso, ele praticamente é um Aeroporto, não é um porta-aviões, porque ele não está altiplano, mas é um Aeroporto crítico. O Aeroporto Santos Dumont não tem como colocarmos o EMAS, esse concreto de resistência controlada, esse concreto poroso que, com certeza, nos ajudaria muito a controlarmos um desastre ou pelo menos termos um certo controle sobre um acidente, transformando isso em um simples incidente aeronáutico.

O Aeroporto Santos Dumont, como a pista é de 1.360 metros, 1.380 metros é uma pista crítica, se levarmos a ferro e fogo que todas as pistas deveriam possuir uma área de escape, tecnicamente conhecida por nós como RESA, área de final de pista, que não deve ser utilizada em circunstância alguma, exceto em uma anormalidade, em uma *overrun,* em uma saída de pista, o Aeroporto Santos Dumont não nos oferece essa oportunidade, pelo contrário, em uma das cabeceiras nós temos pedra, temos uma pequena pista de tráfego de automóveis, que passa por ali e, em seguida, um declive, que nós leva para uma condição de água mesmo, quer dizer, caímos ali estamos na água e as aeronaves que operam no Aeroporto Santos Dumont são aeronaves de peso relativo.

Depois do acidente que aconteceu em Congonhas, a sociedade se atentou de um modo geral para conversar, para discutir a questão aeroportuária, porque as empresas estão nos seus papéis, os usuários de modo geral estão nos seus papéis, as entidades estão nos seus papéis e eu estou no meu papel, que é questionar o sistema e tentar melhorar o sistema de forma absoluta.

Nós temos sim, outras condições. O Coronel disse que os cabos de contenção eles não se aplicam a aeronaves de maior peso, correto. Está absolutamente correto. Seria para as aeronaves de menor peso, mas as aeronaves de menor peso também operam em pista mais curta, que poderiam ser contidas por determinados cabos, isso, na verdade, um estudo mais aprofundado poderia nos levar a compreender se existe mais alguma coisa pelo mundo.

Hoje em dia estamos com toda economia globalizada, os sistemas de informação estão globalizadas, os sistemas de produção estão globalizadas, de repente, existe alguém, alguma indústria, algumas fábricas, que poderiam nos oferecer algo que, de repente, poderia pelo menos que resolvesse em parte, parte dos nossos problemas.

Mas de pronto, de imediato, para abreviar a minha fala, eu diria que nós temos sim uma condição que nós podemos partir de agora. É muito mais eficaz que o concreto poroso, é muito mais eficaz que a área de escape, é muito mais eficaz que qualquer outra medida e esta medida seria reduzirmos o peso das aeronaves que operam em determinadas localidades.

Colocar um Boeing 737 operando em Ilhéus, por exemplo, é um contra-senso, não me sentia confortável quando operava com um Boeing 737 naquela localidade. Era sempre um pouso duro, era sempre um pouso difícil, era sempre uma dúzia de cabelos brancos a mais na minha cabeça. Esse é um Aeroporto. Nós temos, por exemplo, o Aeroporto de Navegantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V.Sª. pousou muito.

SR. CARLOS GILBERTO SALVADOR CAMACHO – Bastante. Obrigado. O Aeroporto de Navegantes, inclusive, nós tivemos lá, sim, uma área da contenção que era um muro e, durante certas reformas que aconteceram naquele Aeroporto, a pista de Navegantes, a gente observava o seguinte. Muitas vezes, nós não nos conversamos entre nós mesmos, os setores que estão lá trabalhando, os grupos que estão trabalhando nas pistas, os pilotos, a administração aeroportuária, porque diversas vezes eu tive que manter a minha aeronave em posição para a decolagem e não iniciar a decolagem porquanto existia um caminhão ou dois ou três trabalhando no final da pista, não dentro da pista, dentro do caixote operacional, mas fora da pista. E eu tenho que prever o seguinte: Eu estou em uma pista onde eu vou iniciar uma decolagem, poderei ter uma situação que me cause surpresa e eu tenho que interromper uma

decolagem e se eu não ficar dentro do gabarito operacional, dentro do caixote operacional da pista irei, com certeza, para cima daqueles caminhões.

Eu tinha que solicitar pela fonia, pelo rádio, que aqueles caminhões saíssem da frente, que se deslocassem para uma área onde eu não tivesse perigo de colidir com eles e, até então, esse procedimento era até certo ponto moroso, porque senão houvesse rádio comunicação entre administração do Aeroporto e esses veículos, alguém tinha que se deslocar até lá com uma caminhonete para informar que eles tinham que sair, porque aquele Comandante não aceitava decolar.

Era para ser um protocolo, não era para ser um ou outro Comandante, têm muitos protocolos que não vem sendo cumpridos ao longo dos anos, porque nós pilotos, pelo hábito de fumar cachimbo, fomos nos costumando em entortar a boca, há muitas complacências em nosso grupo e esse é o momento. Eu não posso perder a oportunidade de declarar isso.

A cultura organizacional de certas empresas tem que ser questionadas muito mais do que o cumprimento das pistas, porque se um piloto, por exemplo, ao perceber que naquela pista ele não deve operar porque às condições meteorológicas, particularmente, não lhe permitem, ele deve ir embora, deve ir para sua alternativa. E uma pergunta que eu lhes façO – "Porque não vai? Porque esse piloto insiste em pousar? O que leva a isso?" Esses questionamentos podem ser feitos por alguém que esteja dentro uma entidade que representa trabalhadores, porque as demais organizações não o farão e nem tem por que, é para isso que existe uma organização e é por isso que eu tive o privilégio de ser convidado para falar neste Plenário.

Se nós não tivéssemos envolvido todos os questionamentos 4 ou 5 milhões de dólares na instalação de uma RESA, desculpe do EMAS, o concreto poroso em uma ou outra cabeceira é muito pouco dinheiro. É simples fazer essa conta, a vida que vai ser perdida é a nossa, somos um de nós, a gente vai achar que esse investimento é pequeno, é como um seguro, nenhum de nós faz seguro pensando em utilizá-lo, todos nós fazemos seguros nunca em nossa vida pensando em utilizá-lo, todos nós fazemos seguros, fazendo seguros pensando nunca em nossa vida utilizar o seguro de vida ou seguro de morte, não importa qual seja, todos nós temos os interesses não usarmos os nossos seguros.

Entretanto, no que diz a operação aeroportuária, muita coisa tem que ser feita sim. Um exemplo bem típicO – o Aeroporto de Congonhas, o Aeroporto de Congonhas é considerado um Aeroporto crítico por mais que as autoridades queiram dizer que não é. O Aeroporto de Congonhas é um Aeroporto crítico. Eu sou elemento operacional do pólo ativo da questão, eu sou aquele que se aproxima em um avião e vai ter que operar no Aeroporto de Congonhas, se você tiver Aeroporto de Congonhas seco, sem chuva, a pista não molhada, é um outro Aeroporto, se a minha aeronave estiver com 52 toneladas é diferente de eu estar me aproximando com 64 toneladas a 270 quilômetros por hora, cruze uma cabeceira para os senhores verem a 270 quilômetros por hora.

É inconveniente e você perceber que logo em seguida sua pista vai terminar, por mais que os sistemas de freios tenham sido desenvolvidos e foram, por mais que os sistemas de concreto foram desenvolvidos e foram, e a ANAC tem trabalhado e a Infraero tem trabalhado nesse sentido.

Nós temos, por exemplo, a pista 35, que é aquela que a gente se aproxima na direção de Shopping Ibirapuera, passando por sobre o Jabaquara, na minha opinião pessoal é a pista mais crítica do Brasil, por quê? Porque se você tiver um estouro de pneu do lado esquerdo, pousando nessas condições e saindo para a pista do lado esquerdo, vai encontrar com quem?

Um conjunto enorme de aeronaves estacionadas e não existe o EMAS, não existe RESA que segure. Nós vamos fazer um boliche *in natura, in loco,* no presente momento, quer dizer, poderíamos ter tido um evento que aconteceu em julho do ano passado, que aquilo culminou em 199 vítimas, poderia ser muito mais vítimas que isso. Porque a pista está muito aproxima da área de estacionamento das aeronaves, não tem como aumentar, não existe uma maneira de você colocar um extensor e aumentar essa distância.

O que nós temos que fazer? Nós temos sim que considerar o Aeroporto de Congonhas um Aeroporto crítico e impedir que certas, e isso sim vem de cima para baixo, impedir que certos modelos e tipos de aeronaves com peso incrivelmente grandes, operem nessas condições, não tem EMAS na lateral da pista, até um certo momento nós conversamos isso com o Dr. Miyada, não tem como fazer ali porque seria sim uma área de escape lateral.

Eu como piloto agradeceria muito que tivesse uma área de escape lateral em Congonhas com o EMAS, o mais *soft* possível, entrou um avião ali ele afunda e para mesmo. Seria o melhor dos mundos, mas o que nós temos ali é grama o Dr. Miyada depois vai poder dizer porque é grama e não é outro material qualquer, esse é do domínio, do conhecimento dele não do meu.

Eu percebo o seguinte: a partir do momento que você permite aproximar em uma velocidade menor, ao invés de 135, 138 nós que equivale a 250 a 280 quilômetros por hora, é bastante velocidade para você cruzar uma cabeceira. Como é que você pode fazer

com que eu pouse em uma velocidade menor, diminua o peso da minha aeronave, me coloque como se eu estivesse operando uma aeronave de menor porte. "E você terá o que enquanto piloto? Eu terei o que enquanto piloto?" Uma condição de controlabilidade mais efetiva da minha aeronave, com menos velocidade eu usarei menor espaço para pousar meu avião, se tiver um contratempo eu terei mais tempo para pensar.

A Presidente da empresa tem trinta dias para tomar decisões, o Diretor de operação tem três semanas para tomar decisões, o especialista em segurança de vôos tem três horas para tomar decisões, o controlador da torre tem trinta minutos e o piloto tem três segundos, isso é uma realidade. São três segundos, quatro no limite, cinco segundos aonde todas as decisões de vida, de morte, tem que ser tomadas e devem ser tomadas.

Essa Plenária é muito importante que permite esse debate, a questão do EMAS, por quatro ou cinco milhões de dólares é pouco dinheiro. Nós temos o Fundo Aeronáutico, nós temos onde buscar esse dinheiro, não tenho dúvidas dos senhores que nós temos onde buscar esse dinheiro e o mais importante, antes mesmo de gerar um processo de estudo, multipartite com a participação da sociedade de um modo geral, através desta Casa e de outras organizações, mas o mais importante neste momento é adequarmos realmente dentro do interesse da segurança de vôos, as aeronaves que possam operar em determinadas localidades.

Eu não posso colocar, por exemplo, uma aeronave que se aproxima com 58, 62 toneladas no Aeroporto de Ilhéus não me peça isso. Primeiro que, possivelmente o PCN, que é a estrutura da pista, nem suporte. Faz algum tempo que eu não pouso lá, não me lembro mais, mas não me façam ir para esse caminho. Eu não tenho como dizer não para o meu patrão. Se ele disser que eu tenho que ir, eu tenho que ir, existe um risco muito grande que é a perda do meu emprego e, talvez, eu tenho que sair do Brasil para trabalhar lá fora. Eu estou dizendo de modo geral, quando eu coloco-me como piloto e eu me coloco em nome da categoria.

É muito importante que ações imediatas que podem ser tomadas através de uma caneta, e que vão incrementar significativamente a segurança de vôo, possam ser tomadas e os senhores têm o papel preponderante nessas decisões. Eu trouxe um pequeno filme, de um minuto e quarenta segundos que pode demonstrar, inclusive, o que o EMAS ajudaria corroborando, inclusive, com a apresentação do Coronel. Por gentileza.

(Apresentação de vídeo)

Narrador: *Desde 1982, 23 pessoas morreram e 300 ficaram feridas em acidentes nas pistas. Milhões de dólares foram gastos em conserto, mas os recém-criados sistemas de contenção prometem acabar com acidentes do tipo. A técnica consiste em uma faixa construída no final da pista com pequenos Blocos de concreto poroso, formando uma espécie de tanque de areia. Como demonstrado nesse teste realizado em 1996, o avião passa sobre a faixa, afunda e desliza até parar. Mas existem outros perigos na pista.*

SR. CARLOS GILBERTO SALVADOR CAMACHO – Eu acho que ele pára por aí. Concluindo. Os senhores viram a minha organização, foi a primeira a falar em concreto poroso dentro do cenário brasileiro de operações de aeronaves.

Depois nós levamos esse assunto para a ANAC, na pessoa do Sr. Miyada e, depois, nós ao mesmo tempo nós levamos para a IFALPA, que é a Organização Internacional de Pilotos, ela trabalhou um pouco mais esse assunto e elaborou quatro condições, condição categoria um, dois, três e quatro aeronaves e com o cumprimentado adequado para um ou outro tipo de aeronave, sendo que para categorias um e dois aeronaves mais leves, em torno de 120 metros o prolongamento da pista com essa camada de concreto poroso, com essa camada de EMAS e para aeronaves da maior peso, em torno de 240 metros seria ideal, portanto, aquela conta que o Coronel nos apresentou, seria possivelmente para as aeronaves de maior porte, seria o dobro daquele valor, talvez, nessa linha.

É muito importante que eu deixo registrado aqui, que nós fomos a primeira organização a tocar nesse assunto e foi por ocasião de um evento que aconteceu em Congonhas em 2006, em março de 2006, quando um avião da BRA por muito pouco não iniciou aquela rota maldita que em dado momento atravessaria a pista da Avenida Ruben Berta, da Avenida Washington Luís. É importante que isso fique registrado, porque a gente já vem a algum tempo apresentando sugestões para que a gente possa encontrar saída, que existem saídas de pista que possam ser bem resolvidas e não culminadas e que possam terminar em acidentes. Muito Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Comandante Carlos Gilberto Salvador Camacho. Eu queria dizer aos telespectadores da TV Senado e da Rádio Senado também que essa audiência é pública é de autoria do requerimento do Senador Marcelo Crivella, cujo assunto é: Possíveis tecnologias aplica-

das com a finalidade de deter as aeronaves em risco de acidente nos Aeroportos de pista curta.

Eu queria fazer uma colocação Comandante. Eu também sou membro da CPI do apagão e algo que me deixou, quero até passar aqui agora para todos os presentes e também os que estão nos ouvindo, o que me deixou abismado, digamos assim, foi que a decisão judicial que proibia aeronaves de pousar em Congonhas, que acabou sendo cassada pela Desembargadora, na verdade ela não proibia o A 320, ela proibia o 300, a primeira que o Juiz deu, o 400 e aquele que a TAM usava, o *Fokker* 100. Vejam bem. Essas três aeronaves eram as que estavam proibidas de pousar pelo Juiz de Primeira Instância, que foi cassada a decisão na segunda, porém o acidente foi com o A 320, quer dizer, isso durante a CPI eu achei bem complicado. Porque toda, inclusive, foi provado pela Desembargadora que ela tinha todos as dados que mostrava a questão de segurança, que é essa que nós estamos vendo aqui.

Que era o tamanho da pista para pousar a aeronave, tudo certinho, mas o A 320 não estava, foi justamente o acidente com o A 320, quer dizer, uma fatalidade que não estava previsto realmente.

Passaremos agora a palavra seguindo aqui a nossa ordem ao Sr. Murilo Cubas Júnior, Gerente de Engenharia de Operações da GOL.Com a palavra o Sr. Murilo para seus esclarecimentos.

SR. MURILO CUBAS JÚNIOR – Muito bom dia. É um prazer estar nessa Audiência Pública. Eu sou Gerente Geral Técnico de Operações da Gol Varig, Varig – Gol, eu gostaria apenas da tecer alguns comentários.

Na verdade, a gerência técnica, ela se compõe de alguns Departamento entre eles o Departamento de Engenharia de Operações. Eu gostaria de falar um pouquinho de Engenharia de Operações porque é a nossa área que trata da análise de performance das aeronaves, na verdade, a área técnica, a área de Engenharia de Operações é a interface entre o grupo de vôo e a indústria.

É através da Engenharia de Operações que os comandantes recebem os cálculos da decolagem para cada Aeroporto, com a aeronave que ele está operando. Esses Engenheiros, todos formados na área da performance de aviões, eles partem de manuais produzidos pelos fabricantes das aeronaves e em função das informações que nós temos de cumprimento de pista de Aeroportos, das informações de coeficientes de atrito dessas pistas, das informações de notais, por exemplo, você pode ter uma pista que ela tenha 2.000 metros e ela esteja passando agora por uma obra. Nós fazemos a redução dessa obra e consideramos toda essa nova análise de decolagem.

A Engenharia de Operações das empresas aéreas, elas calculam os pesos de decolagens e de pouso para as suas aeronaves. É importante colocar que essas análises são baseadas em critérios internacionais, adotados no mundo todo, ou seja, quando nós estamos em um avião bi-motor e vamos decolar em qualquer Aeroporto, nós calculamos um peso de decolagem visando o quê? Visando que essa aeronave possa correr até uma determinada velocidade que nós chamamos de velocidade da decisão e, nesse momento, o Comandante pode ter a opção ou de parar na pista ou de prosseguir essa decolagem com o motor inoperante.

É importante ter em mente, que toda vez que nós entramos em um avião bimotor, os pesos que estão contidos, são considerados para uma condição de monomotor, com isso, nós restringimos bastante os pesos de decolagens, quer dizer, é uma função de análise de cumprimento de pista, ou seja, a aeronave tem que correr e ter capacidade de continuar a decolagem com um motor inoperante, cumprindo seu gradiente de subida, com aquele determinado peso ou parar na pista, dentro das condições de segurança previstas nos acordos internacionais.

Quando nós falamos de pesos e decolagens eu me preocupo muito com isso, porque os pesos e decolagens, por exemplo, no Aeroporto de Santos Dumont ou Aeroporto de Congonhas, eles variam de acordo com uma série de coisas, por exemplo, temperatura. Eu tendo temperaturas mais altas, eu tenho diferentes pesos de decolagens, temperaturas mais baixas, diferentes pesos de decolagens, conseqüentemente eu vou ter diferentes pesos, situações em termos que a gente chama de carga paga de passageiros a bordo.

Outro assunto que eu gostaria de lembrá-los e gostaria de salientar esse critério o que é pista curta e não é pista curta. Parece interessante, vale lembrar uma coisa, o Aeroporto Santos Dumont, a pista tem 1.323 metros, mas ela está no nível do mar, o Aeroporto de Congonhas, a pista auxiliar, se não me falha a memória, o Miyada pode me corrigir, alguma coisa de 1.400, aparentemente a pista Santos Dumont tem menos cumprimento, porém Congonhas, apesar de ter mais, está localizada em um terreno elevado a 2.600 pés, o que significa que a performance do avião é pior em uma pista que pode ter um cumprimento maior, mais em uma altitude maior do que no nível do mar, por exemplo, numa pista um pouco mais curta.

Eu queria só que vocês tivessem esse conceito, porque eu tenho ouvido falar na imprensa, nós vamos colocar uma pista de 2.000 metros é tal localidade que

está a 3.000 mil pés de altitude, ela vai ter uma performance tão ruim, quanto vocês colocarem em uma pista com 1800 ou 1500 metros do nível do mar. Para vocês terem essa noção que nem sempre ó o cumprimento efetivo que nós estamos falando, tem que ser levado em consideração.

Voltando a falar da área da Engenharia de Operação, eu volto a bater nessa tecla, nós recebemos as informações técnicas dos Aeroportos, ou seja, eu tenho o Aeroporto de Santos Dumont como o Aeroporto de Ilhéus como foi colocado pelo Comandante Camacho. Nós fazemos as análises baseadas nos critérios de quê? A aeronave tem que ter capacidade para parar em 67% quando do pouso da pista, quer dizer, esse é o critério que nós adotamos, se a pista estiver molhada nós incrementamos 15% disso, obviamente baseado em um critério de que vai cruzar a cabeceira no pouso a 50 pés, tocar na marca dos 1.000 pés, e ainda ter uma folga para se parar essa aeronave.

Eu gosto de ter esse cuidado, porque nós temos centenas, milhares de operações diárias e, até bem pouco tempo, o Brasil tem um conceito muito bom com relação a sua parte de Engenharia de Operações e Análises Operacionais. Existe esse cuidado, quando um piloto está em uma cabine ele tem todo um assessoramento por traz de um grupo técnico, ou seja, se nós tivermos, uma obra em uma pista, essa área da Engenharia já calculou que mesmo que a gente tenha um caminhão no final da cabeceira, a aeronave, se ela tiver uma perda de motor, lá vai cumprir um gradiente que vai passar acima de tantos pés desses obstáculos, que dizer, todos os obstáculos que nós temos ao redor dessa aproximação de uma pista são levados em consideração e a partir daí, em função disso, é que nós calculamos os pesos e decolagens.

Nós temos para um 737, por exemplo, que opera no Aeroporto Santos Dumont, que tem um peso de decolagem de 61 toneladas, nós operamos em torno de 47, 48, 49 toneladas dependendo do dia e função das temperaturas e em função de quê? Porque a pista é curta. Em função dessa pista curta, mesmo que tenha 61 toneladas máximas de decolagem, eu tenho que seguir uma regra e essa regra me limita.

Isso tudo é importante dizer são cálculos feitos por programas que são fornecidos e são feitos pelos fabricantes das aeronaves, a Engenharia de Operações elas simplesmente avalia essas análises, ela acrescenta alguns itens de segurança como, por exemplo, os coeficientes de atrito, ou seja, quando eu sei que o coeficiente de atrito na pista de Congonhas não está de acordo com o que seria o ideal para aquela operação, nós colocamos isso em um programa de computador e isso vai dar um decremento nesses pesos.

É importante só ter idéia disso, que existe todo um aparato entre, não é só chegar e colocar a pista e o piloto, ter essa tomada, é verdade, o piloto tem a tomada de decisão, mas ele tem também as informações necessárias para essa tomada de decisão.

Eu gostaria só de acrescentar esse detalhe de que nós tanto na Gol quanto na Varig e, isso é uma critério da empresa, optamos nesse momento de uma operação muito mais cautelosa nesses Aeroportos devido à questão da chuva, devido o coeficiente de atrito. Porém, é importante lembrar que temos todo o respaldo técnico baseado em análise de performance dessas aeronaves.

A princípio era isso que teria que colocar para os senhores. Nós seguimos hoje as informações que são nos dadas pela ANAC e pela Infraero para os cálculos de pesos, de análise de decolagens e passamos isso ao nosso grupo de vôo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. Murilo Cubas Júnior. Queria repetir para aos telespectadores e ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado que essa é a segunda Audiência Pública de autoria do requerimento do Senador Marcelo Crivella, cujo assunto é: possíveis tecnologias aplicadas com a finalidade de deter as aeronaves em risco de acidente em Aeroportos de pista curta. Nós acabamos de ouvir o Sr. Murilo Cubas Júnior, Gerente de Engenharia de Operações da GOL e da Varig.

Vamos ouvir agora o Sr. Luiz Kazumi Miyada, Superintendente de Infra-Estrutura da Agência Nacional de Aviação Civil, a quem, antes de passar a palavra, eu queria fazer um agradecimento. Eu estava no Aeroporto ontem e, por eu ser da CPI e também Senador, tive um problema com um avião, que acontece, é possível de acontecer de horário que a gente sabe que pode acontecer e, imediatamente, a ANAC, eu liguei, que vieram em cima de mim os usuários, e a ANAC imediatamente já estava cuidando e deu o maior enfoque e atendeu e tomou satisfação e cuidou dos passageiros. Eu queria que o Luiz Miyada levasse, inclusive, ao Assessor Parlamentar que foi quem me ligou, para os nossos agradecimentos, se bem que já estava praticando o seu trabalho, mas só o carinho especial com o Senador, porque nós estamos precisando muito. Não é Senador ACM Júnior? O carinho especial à gente gosta sempre.

Eu passaria a palavra ao Sr. Luiz Kazumi Miyada, Superintendente de Infra-Estrutura da Agência Nacional de Aviação Civil, com a palavra.

SR. LUIZ KAZUMI MIYADA – Bom dia. Senador Wellington Salgado, eu entendo que o grande esforço que temos feito para melhorar a prestação de servi-

ço e a fiscalização é perceptível, vamos dizer assim, está certo?

Em realidade essa ação que o senhor pôde presenciar, eu diria que nada mais é que a obrigação e é o foco da nossa agência. Os senhores participantes da Mesa, e Audiência. Eu até fiquei um pouco temeroso em ser, talvez, muito primário nessa passagem, mas eu acho que é sempre interessante rever alguns conceitos e expressar alguns pontos do que efetivamente nós temos que buscar e procurar.

Eu vou me permitir colocar uma meia dúzia de *slides* a respeito de uma conceituação básica, a respeito das áreas de segurança da pista e a questão das tecnologias para a contenção de aeronaves.

Por favor. Basicamente o que o Dr. Murilo estava colocando, essa ilustração eu acho que não seria o caso nem de aprofundar, mas as distâncias que são tradicionais na aviação e é o comum, eu vou chamar no jargão entre os operadores de infra-estrutura e provedores de infra-estrutura e aqueles que demandam estão ali, as distantes básicas sãO – distância de corridas de pouso, de aceleração e parada, e a chamada distância de decolagem. Naturalmente e, às vezes, dá confusão a respeito da distância de pouso e o requisito de parar em 60% dessa distância disponível e, muitas vezes, pelo enfoque.

Quando com chuva, diz à doutrina que precisa de 15% a mais de pista, só que a pista não alonga quando chove. Na verdade o que tem que se fazer é reduzir o pouso, os pesos de pouso, para que demande 15% a menos de pista. E entra naquilo que o Dr. Murilo estava dizendo, desses ajustes de acordo com as condições reinantes.

Observação feita que, fundamentalmente, todos nós procuramos proteger pessoas e bens. Sejam passageiros, tripulantes, funcionários e também cidadãos e os bens como comentados aqui, até pelo valor das próprias aeronaves, dos próprios veículos, equipamentos, que podem equipamentos de proteção e propriedades circunvizinhas. É esse o contexto que vivenciamos e temos que vivenciar. Entre operadores, reguladores e, também, começo a chamar também a Casa, os legisladores.

- Apresentação de slides.

Esses são alguns estudos a respeito de registros de saída e posição de parada da aeronave envolvida em acidente. Em realidade são dois estudos diferentes, as duas observações, o de cima e mais recente elaborado por uma empresa inglesa em uma coletânea, mas em todos eles é evidente a concentração de casos, do chamado *aldershot*, ou o pouso curto, antes da cabeceira e o chamado *overrun* que é a ultrapassagem da cabeceira oposta, seja em operações de pouso ou de decolagem.

Estudos do FAA que é administração da Aeronáutica dos Estados Unidos, nesse período de 75 a 87, indicaram que 90% das ocorrências dos chamados *overrun,* foram em velocidades iguais ou inferior a 70 nós que corresponde mais ou menos a 130 quilômetros por hora. Eu faço uma observação, essa base que já é do início da década de 90, é que baseia todo o desenvolvimento da tecnologia conforme já observado aqui pelo Major (inaudível), que tem as primeiras, o primeiro desenvolvimento, as primeiras versões, já na primeira metade dos anos 90 e a gente vai comentar um pouco mais a respeito disso.

E para proteger isso, às vezes, com denominações diferenciadas, mas bastante coincidentes, seja o órgão regulador que tenhamos as referências OACI ou ICAL(F) não adotam terminologias idênticas, por exemplo, ao órgão da agência americana, mas basicamente o que temos circundando as pistas, são esses três itenS – a faixa de pista, que é aquele tracejado que envolve e é mais largo, que tem dois propósitos básicoS – a proteção contra risco de danos nas aeronaves que saiu da pista, que eu diria àquela área que está ali colocada, como área da segurança ou que a OACI chama de área preparada, área interna, que tem requisitos de declividade e de suporte ou na vizinhança imediata da pista ou circundando ela. E uma excedente, uma largura extra, que é para proteger os sobrevôos de aeronaves em operação de pouso e decolagem e, mais recentemente, na verdade, surge apesar das discussões havidas ao longo da década anterior, como uma referência normativa da própria OACI em 99 o que é a área da segurança de final de pista, que leva aquele incremento destacado nessa figura. E que vem buscar, atender aquela incidência que eu tinha mostrado naquele gráfico anterior, sobre a concentração que se verifica na área imediatamente anterior à pista ou a cabeceira de pouso e nas saídas pela cabeceira oposta.

Em uma visão maior, essas proteções típicas, e apesar da configuração que tende a ser assimétrica, já que nós temos pessoas e decolagens de ambos os lados ou de ambas as cabeceiras, um certo alívio ou tirando para uma interpretação melhor que eu chamo de uma proteção funcional, no caso, partindo daquela configuração típica, se a gente olhar a decolagem ocorrendo na esquerda, nós teríamos dentro da faixa de pista uma proteção contra o *blaster*(F), a área preparada e pelo outro lado, o que normalmente se chama de zona de parada, a RESA, e também a *clearway*(F), o conjunto que protegeria ou que protege, normalmente, uma operação de decolagem.

Próximo. E partindo de uma configuração que eu continuo chamando de funcionalmente, o que estaria protegendo uma operação de pouso, no caso, da direita para a esquerda, em cima da mesma configuração, de novo nós teríamos a RESA, que antecede a faixa de pista, já no prolongamento, mas fundamentalmente para o *aldershot,* o pouso curto, as seguranças, as áreas preparadas normais e a proteção de pista no lado oposto.

Como é que temos visto e entendido esse processo? Naturalmente existem as referências internacionais e o grande órgão a nos passar essas referências é a própria OACI. Aliás, até como notícia, a OACI, que está em assembléia e a informação que tivemos, o Brasil que se especulou que poderia sair do primeiro grupo de aviação, a informação que temos é na votação ele foi confirmado e continua no grupo um da OACI e com a mesma participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Foi tranqüilo ou foi uma votação difícil.

SR. LUIZ KAZUMI MIYADA – Foi tranqüilo. A informação que tenho é que foi tranqüilo, dos 160, se eu não me engano, 120, 140, coisa nesse nível.

E todos nós temos essa referência da OACI, que é uma grande Plenária mundial para discussão, aperfeiçoamento de todos os itens relacionados a segurança nacional e, mais recentemente, ou como referência também nos aspectos de segurança e proteção contra ilícitos, quer dizer, vimos ai de uma história de 70 anos de atuação nesse Colegiado, nessa discussão.

Como é que vemos a OACI? Sem dúvida é uma referência normativa, a implementação dos chamados s*tandard,* que é o SAPIS que de vez em quando vocês também já viram, que vem de *standards and recommended the practical(F)* ou práticas recomendadas e padrões e, no caso dos aeródromos, isso se concentra bastante no anexo 14. Há convenção de aviação civil internacional que passa periodicamente por atualizações, aperfeiçoamentos. Nós temos fundamentalmente que trazer, isso sim, é um papel da nossa agência, a forma que nós desejamos e, principalmente, os períodos factíveis para a gente implementar essas medidas no nosso ambiente.

Já temos estudos, devemos estar com relação à RESA, fazendo um trabalho à RESA ou as áreas específicas de segurança de pista, fazendo um esforço conjunto e determinando alguns estudos (soa a campainha), mais concentrados, mas fundamentalmente também nesses documentos, há que se buscar o equacionamento da viabilidade, não só técnico operacional, como financeira para o estabelecimento desses programas de implementação.

Na questão da viabilização desses ou desses padrões de áreas de segurança, alguns aspectos são considerados e comparados. Até a possibilidade da desativação e reposicionamento da pista e custo de preparação das áreas conforme a padronização estabelecida pelo País, possivelmente reduções no cumprimento de pista, até para assegurar essas áreas de segurança, muitas vezes, também é visto como um certo contra-senso, como é que eu encurtando a pista eu fico com mais segurança? É a pergunta que muitas vezes vem.

Em realidade há que se interpretar com a cadeia da doutrina até de segurança, que permeia não só o provedor de infra-estrutura, mas também o operador das aeronaves. Aquilo que o Dr. Murilo estava destacando e o Comandante também, há que se ter um respeito às dimensões declaradas, ao se declarar ou ao se definir uma redução de cumprimento de pista, naturalmente o operador tem que se subordinar àquelas novas condições declaradas, muito embora, não seja e pode parecer um contra-senso que estaríamos reduzindo as disponibilidades para pouso ou para operação.

Eventuais combinações dos itens anteriores, e também o chamado ajuste nas instâncias declaradas que é uma providência que já foi feita com relação a Congonhas, nesse primeiro momento.

E uma prática nos Estados Unidos, em função desses estudos que foram desenvolvidos na década de 90, pela própria agência, que é a aplicação do EMAS que enxergamos e já tivemos a manifestação aqui do nosso Major, de todas as tecnologias que me parece que surgiu, essa realmente é uma bastante interessante e afetiva para aeródromos civis, a outra situação, normalmente, exigem uma intervenção ativa. Esse é um elemento passivo, uma vez instalado fico lá é em condições de apresentar as falhas, vamos dizer assim, previstas e dimensionadas com o objetivo de contenção.

O próximo, por favor. Buscando ainda um pouco da prática dos Estados Unidos eles têm algumas diferenças com relação aos padrões estabelecidos como referência pela OACI temos a diferença seria os 180 metros antes da cabeceira de pouso e 300 metros além da extremidade oposta das operações de pouso e decolagens. Preconizam a possibilidade de aplicação do EMAS, exatamente para a redução desse requisito de 300 metros, além da cabeceira para o caso de *overrun* e quais os benefícios e o que eles recomendam para se colocar nessa análise até de viabilidade financeira e comparativos.

É que nessa extensão de 300 metros e nós temos vários casos aqui no nosso País, você pode estar

defrontando para conformar esse prolongamento da pista com custo, digamos, impraticáveis. Ou, então, com impactos ambientais, poderíamos estar na beira de algum espelho d'água.

É oferecido com a possibilidade de reduzir, visando conter essa saída da pista. E há que se considerar o histórico das ocorrências e onde provém esse recurso extra.

Também nas práticas do americano, eles apresentam um material de apoio com relação à possibilidade de se balancear as disponibilidades extras de terrenos na extensão da pista e, em muitas situações, usando esse recurso complementar ou essa segurança extra. Próximo. Chegando ao caso de Congonhas, as medidas já implementadas, a partir do dia 23 se eu não me engano, posso estar errado, de setembro, quando se definiu.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu peço ao Sr. Miyada que fosse um pouco mais, porque nós temos a Comissão de Constituição e Justiça que acaba entrando ao vivo, só para dar uma adiantada que é a Comissão mais importante da Casa.

SR. LUIZ KAZUMI MIYADA – Está certo. Nós temos já declarado, visando o ajuste da parte operacional das empresas aéreas, a pista principal com 1.640 metros que daria esse esquema hoje operacional, e na pista auxiliar 1.195 e limitada a aeronaves de categoria dois. O trabalho agora, e leva algum tempo e nós temos que definir uma programação exata, seria buscar essas adaptações que em um primeiro estudo nós teríamos, uma primeira abordagem, um ajuste aqui de 20 metros no posicionamento da cabeceira, isso possivelmente seja factível mediante a calibração dos equipamentos, mas o maior impacto estaria nessa cabeceira 35, onde teríamos a necessidade de um ajuste de 90 metros e nós temos um elemento crítico que é o posicionamento e os procedimentos de aproximação que nos trazem para referência nesse ponto. Esse trabalho vem sendo feito com o DECEA e, possivelmente, na sexta-feira tenhamos mais uma rodada para conseguir ter a definição de quanto tempo será necessário.

Só esclarecendo isso. Nós teremos a questão do ajuste das rampas o LS, principalmente na 35, e também a necessidade de ajustes dos procedimentos hoje praticados e em operação, que tem que ser feito em consonância e também de forma harmônica e com os encargos que são típicos da Infraero, com relação re-pintura da pista, à parte de balizamento luminoso também e de nossa parte buscando a harmonização e compatibilização desses cronogramas e, certamente, vai nos levar a uma nova homologação das características e, também, ao trabalho que vem sendo feito pela, no caso dos operadores aéreos, pelas superintendências e segurança operacional e, no meu caso, da infra-estrutura sobre operadora aeroportuária.

A aplicação mesmo em Congonhas do EMAS, a gente tem algumas estimativas, mantêm uma certa coerência com os números já colocados, mas para instalação em uma das cabeceiras, porque os números que foram colocados e algo em torno de cinco, seis milhões de dólares se referem ao material em si, mas as estimativas que temos para adequações e se instalar em uma das cabeceiras seria algo em torno de 20 milhões de reais para adaptação e, vamos dizer, até importação. Eu acho que é uma questão que pode, talvez, deva, estar nesse debate em termos desse incremento de segurança nos nossos Aeroportos.

Excedi o tempo. Desculpe Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado Sr. Miyada. Eu acho que tempo foi bem calculado porque acabamos de sair ao vivo agora, porque entrou a Comissão mais importante da Casa que é a CCJ, temos discutido assunto como o voto aberto e está realmente em ebulição, mas foi muito importante porque nós passamos para todos que assistem a TV Senador esse requerimento do Senador Marcelo Crivella, que me mandou o requerimento aqui justificando a sua ausência, que eu gostaria de ler que depois passará não sendo ao vivO – "Requeiro nos termos do Art. 3º Regimento Interno do Senado Federal que seja considerado como missão política interesse Parlamentar a minha ausência nas sessões dos dias 25, 26 e 27 de setembro quando estarei cumprindo agenda na qualidade de Presidente PRB na cidade do Rio de Janeiro, sala de sessões, Senador Marcelo Crivella". Está justificado e eu queria dizer que para mim foi super, para formar posições e, com certeza, também para os telespectadores e ouvintes da TV Senado, sendo os que estão aqui nessa Comissão.

Eu gostaria de saber se existe alguma consideração final que algum convidado gostaria de fazer. Sr. Murilo, Major? Eu vou deixar o Miyada por último, porque ele falou muito, não é Miyada? Comandante Carlos, alguma consideração?

SR. CARLOS GILBERTO SALVADOR CAMACHO – A minha é bem rápida. É que no passado o CENIPA se manifestou no que diz respeito à lâmina d'água da pista do Aeroporto de Congonhas, fez uma sugestão e a ANAC acatou. A minha solicitação, minha sugestão e a minha proposta é que o CENIPA continue se manifestando de forma enfática e, principalmente, que o CENIPA se mova no sentido de levar ao público usuário e, principalmente, aqueles que são os colabo-

radores do sistema, os colaboradores do sistema, o incremento da apresentação de relatório de perigo para o CENIPA, para que o CENIPA faça a coordenação de todos esses movimentos e que as empresas, é natural que elas tenham o controle sobre seus próprios, mas que publicassem esses documentos com o CENIPA, coisa que não vem fazendo há algum tempo.

É muito importante que o CENIPA se manifeste junto às empresas e, particularmente, já se adiante, se já não o fez, em emitir seu parecer no que diz respeito à lâmina d'água, visto que a pista já foi autorizada a operar em dias da chuva, isso é preocupante porque até aonde vai o meu conhecimento, salvo melhor juízo, nós não temos nenhuma informação de que o CENIPA tenha se manifestado e, portanto, ajudando, inclusive, a ANAC a formar seu juízo de valor e colaborando no sido da segurança de vôo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado. Miyada, consideração final.

SR. LUIZ KAZUMI MIYADA – Obrigado, Sr. Presidente. Apesar de ter falado bastante, eu tinha feito uma provocação que, talvez, a Casa possa também se somar e, com certeza, tem somado bastante.

Os custos da implantação e os custos da segurança, podem parecer um contra-senso a gente está falando em custo hoje, mas mesmo em economias mais avançadas tipo à americana, esse programa de compatibilização das chamadas áreas de segurança de pista, que é esse o grande desafio que está sendo perseguido e onde se encaixa a tecnologia do EMAS também é um programa que teve início no caso americano em 99 e uma perspectiva de ir até 2015, para 500 e tantas pistas que eles têm como fora da padronização desejada.

Nós temos também as nossas. O somatório de esforços que eu vejo é uma seguinte, é uma disciplina, e um conjunto que certamente origina-se por lá, mas também que tenhamos suporte em termos da execução e do aporte de apoio até financeiro para essa implementação. Hoje o que nós temos de recursos em termos de investimentos em infra-estrutura é o chamado ATAERO, que tem seus limites, e tem uma distribuição bastante definida.

Eu acho que nesse conjunto, um programa de financiamento, inclusive, dessa implementação dessas medidas seja uma das vertentes também a ser debatida. E, desculpe, só complementando, a outra é o estabelecimento de um relacionamento e uma proteção e responsabilidade dos três níveis de Governo, quanto à ocupação do entorno, essa me parece que é também bastante urgente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado Sr. Miyada. Eu quero dizer que essa segunda Audiência Pública de autoriza do requerimento do Senador Marcelo Crivella, cujos assuntos são possíveis tecnologias aplicadas com a finalidade de deter as aeronaves em risco de acidentes nos Aeroportos de pista curta.

Eu queria, antes de encerrar essa audiência, dizer que o Brasil continua no grupo um, que é composto esse grupo por Países que tem segurança de melhor nível, digamos assim.

Sabemos os dois acidentes que aconteceu, essa fatalidade na nossa aviação civil, porém sabemos que o Brasil hoje é um País que está nivelado como dos melhores em segurança que nós também não podemos com essas fatalidades, esses dois acidentes fatais, que aconteceram terrível na nossa história da aviação, mas também não podemos deixar de dizer que o nosso País vem observando os padrões internacionais de segurança de vôo, de segurança, procurando melhorar sempre como todos os senhores colocaram. Esse é o nosso objetivo aqui.

Nada mais tendo a declarar, declaro encerrada essa Audiência Pública. Foi um prazer muito grande tê-los aqui. Muito obrigado.

(Sessão encerrada às 10h39.)

Ata da 32ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 03 de outubro de 2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e vinte e três minutos do dia três de outubro de dois mil e sete, na sala treze, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Expedito Júnior, Flávio Arns e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi, Valdir Raupp, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, João Tenório, Eduardo Azeredo e Cícero Lucena. Justificam a ausência os Senhores Senadores Marcelo Crivella e Augusto Botelho. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 024, de 2007-

CCT, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Augusto Botelho, que requer "...,nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública no dia 03 de outubro de 2007, para debater políticas e programas relacionados à área de Ciência e Tecnologia, por ocasião da "Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2007. Sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da Comissão, requeiro sejam convidadoS – Joe Carlo Viana Valle – Secretário da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS; Lúcia Carvalho Pinto de Melo – Presidenta do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos; Nelson Simões da Silva – Diretor da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Comparecem à Audiência Pública, Joe Carlo Viana Valle – Secretário da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS do Ministério da Ciência e Tecnologia, Nelson Simões da Silva, Diretor Geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, Luiz Fernando Schettino, Subsecretário da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisas – SCUP do Ministério da Ciência e Tecnologia. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Flávio Arns, autor do requerimento, Renato Casagrande e Romeu Tuma. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira Presidente, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião, às onze horas e dez minutos, determinando que eu**, Irlene Martins Pinheiro, no exercício da Secretaria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Havendo número regimental declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que se realiza nesta data, dia 03 de outubro de 2007. Antes de dar início à presente Audiência Pública, à pedido do Presidente Senador Wellington Salgado, eu informo aos presentes que no dia 1º de outubro sua Excelência, Senador Wellington Salgado, portanto, na última segunda-feira, ele teve a oportunidade de visitar junto com o Senador Flexa Ribeiro, os estúdios do PROJAC na cidade do Rio de Janeiro e nessa visita os dois Senadores, em nome da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, puderam conhecer as magníficas instalações que, de acordo com o relato, bem demonstram a preocupação da Rede Globo de Televisão em investir na produção de programas nacionais de elevado conteúdo sociocultural.

Na noite do mesmo dia, o Senador Wellington Salgado e o Senador Flexa Ribeiro participaram da cerimônia solene de abertura da 9ª Edição do FUTURECOM que está se realizando na cidade de Florianópolis de primeiro a quatro de outubro, portanto, com encerramento previsto para o dia de amanhã. É um evento, o FUTURECOM é um evento mercadológico, empresarial e regulatório focado essencialmente em desenvolvimento de negócios ao longo de quase uma década de realizações e se tornou referência de conteúdo em eventos de telecomunicações e tecnologia da informação na Americana Latina.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação deste Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As Srªs. Senadoras e Srs. Senadores que concordam com os termos da ata permaneçam como se encontram. Aprovado.

A realização desta Audiência Pública atende ao Requerimento nº 24, de 2007, desta Comissão, de autoria dos Senadores Flávio Arns, minha autoria, portanto, e Senador Augusto Botelho com o objetivo de debater políticas e programas relacionados à área de Ciência e Tecnologia por ocasião da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2007.

Para darmos início a presente Audiência Pública, convido para fazer parte da Mesa os convidadoS – Dr. Nelson Simões da Silva, por favor, Dr. Nelson, Diretor-Geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, seja muito bem vindo. Convido também o Dr. Joe Carlo Viana Valle, que é Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia, seja muito bem vindo, Dr. Joe Carlo. Teremos também na seqüência a presença do Dr. Luiz Fernando Schettino.

Eu quero destacar que está sendo realizada nesta semana, de primeiro a sete de outubro, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2007. É um evento que acontece anualmente no transcorrer de uma semana onde existem inúmeras atividades programadas não só em Brasília, mas em todo o Brasil. É um número de aproximadamente dez mil iniciativas que acontece no Brasil no decorrer dessa semana.

E isto tudo para se dar a ênfase necessária como vem sendo debatido nessa Comissão para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da inovação, da comunicação e da informática. Então é uma semana que tem por objetivo apresentar trabalhos, realizar visitas, fazer debates, fazer reflexões e o Senado Federal,

através da Comissão de Ciência e Tecnologia, desta Comissão, colaborando com a divulgação do evento, realiza esta Audiência Pública que além de reunir e debater Senadores para algo específico dentro desta Casa, também através dos meios de comunicação do Senado, como a TV Senado, Rádio Senado e os demais meios de comunicação, Agência Senado Jornal do Senado, leva estas notícias para todo o Brasil.

Então neste momento, inclusive, esta Audiência Pública, está sendo transmitida para o Brasil e na seqüência, haverá certamente a repetição deste conteúdo para todo o Brasil. Então é uma forma do Executivo e do Legislativo, junto com a sociedade, se integrarem neste esforço de independência e de soberania através da Ciência e Tecnologia.

Quero dizer também que no mês de novembro, haverá também a ocasião para comemorarmos também o desenvolvimento da ciência, da tecnologia a favor da paz e do desenvolvimento que é uma iniciativa da UNESCO que já aconteceu, inclusive, no ano passado com uma ênfase bastante grande aqui no Senado e através desta semana se enfatizar a grande necessidade de termos todo esse desenvolvimento a favor da paz e da justiça.

Também quero enfatizar aos convidados vê aos Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que aqui dentro do Senado também foi aprovada a resolução de autoria da Senadora Serys Slhessarenko no sentido de termos aqui dentro do Senado também espaços e discussões, um ambiente adequado para a discussão da Ciência e Tecnologia, ou seja, dentro do próprio Legislativo acontecendo esses eventos. Mas é uma satisfação ter os convidados e todos os demais e todas as pessoas que participam dessa Audiência Pública que tem por objetivo debater políticas e programas relacionados à área de Ciência e Tecnologia por ocasião da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Feita essa introdução, tenho o grande prazer de convidar o Senador Wellington Salgado, amigo, companheiro para presidir a presente sessão, que é o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Senador Flávio Arns eu queria dizer o seguinte: em matéria de Ciência e Tecnologia a Presidência tem que ser de V.Exª. Eu queria que V.Exª. conduzisse os trabalhos porque realmente V.Exª. tem sido um defensor dessas questões até mesmo com os trabalhadores da área que têm dificuldades e V.Exª. sempre... Aqui dentro tem Senador específico para cada área e nessa área V.Exª. é com certeza mais do que o Presidente, terei o maior prazer em participar e deixar V.Exª. Eu quero ficar aqui, é um prazer muito grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Senador Wellington Salgado, eu acho que V.Exª. foi um batalhador para a criação desta Comissão de Ciência e Tecnologia, vem fazendo um trabalho intenso de Audiências Públicas e de discussão de legislação, mas pelo menos eu começo e depois V.Exª. porque seria um prestigiamento muito grande tê-lo aqui na Presidência. Eu só anuncio o convidado também o Dr. Schettino, que é o Dr. Luiz Fernando Schettino, que já está aqui presente, seja bem-vindo. O Dr. Schettino é Subsecretário da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Passo então com muito prazer... Passo em primeiro lugar a palavra ao Dr. Luiz Fernando Schettino, que é Subsecretário da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Vamos combinar o seguinte: Que cada expositor terá 15 minutos. Aos 14 minutos vai soar uma campainha automaticamente, não é de minha iniciativa, mas é um sistema já automático, mas se houver necessidade eventualmente de algum tempo a mais a gente pode providenciar isso também.

Eu só queria perguntar em termos de tecnologia é possível começar? Não tem problema. Muito bem. Porque eu quero até destacar que o Ministério da Ciência e Tecnologia está totalmente envolvido com a realização desta Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, inclusive com reuniões hoje, no dia, nesta semana, no Palácio do Planalto com outros Ministérios, uma exposição está sendo feita aqui na Esplanada dos Ministérios muito grande e muito interessante, com a participação de muitas pessoas o que demanda também a presença dos Secretários e da estrutura do Ministério nesses eventos.

Mas nós, de qualquer forma, agradecemos à presença porque é muito importante não só para o Ministério, para o Legislativo, mas principalmente para o Brasil que a gente tenha assim um encaminhamento nessa área de forma adequada, boa, pensando no futuro do nosso País. Com a palavra então, Dr. Luiz Fernando Schettino.

SR. LUIZ FERNANDO SCHETTINO – Meu bom dia a todos e todas. Senador Flávio Arns, agradeço a oportunidade de estar aqui, Senador Wellington Salgado que está assumindo aqui a reunião, a Audiência, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer esse espaço como ontem também teve na Câmara dos Deputados a discussão sobre o tema de Ciência e Tecnologia.

Ciência e Tecnologia, eu tenho dito em todas as oportunidades, é o caminho da soberania do Brasil. Ci-

ência e Tecnologia é a capacidade que nós vamos ter de trocar exportação de navios e navios de minérios por exportar chips, por exportar valor agregado, por gerar emprego em todos os lugares do País com qualidade e com valores muito maiores do que apenas exportar commodities, exportar produtos semi-elaborados. O Ministério de Ciência e Tecnologia, sob a gestão do nosso querido Ministro Sérgio Rezende, está elaborando um plano que daqui a pouco será apresentado ao Presidente da República, que trará ao Brasil um novo caminho, um caminho muito melhor para o desenvolvimento brasileiro.

E nós temos dentro do Ministério, as unidades de pesquisas que tem um papel importante e que eu tenho dito em todas as oportunidades, estão no primeiro mundo em termos de desenvolvimento científico e tecnológico. Recentemente foi lançado pelo INPE o nosso satélite CBERS-2B e hoje nós somos admirados por países de primeiro mundo como os Estados Unidos em termos de desenvolvimento dessa tecnologia e de muitas outras.

Eu vou procurar de uma maneira bastante rápida apresentar as unidades que eu acho importante que as pessoas possam ter acesso e espero poder contribuir com isso.

O Ministério é o responsável pela formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia. A área de abrangência patrimônio científico e tecnológico; a política operação de intercâmbio define a Política Nacional de Ciência e Tecnologia. Inclusive de antemão a gente pede o apoio de todos aqui para aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que já foi aprovado na Câmara e está agora no Senado e tem um papel importantíssimo para o desenvolvimento do País com os fundos setoriais.

Essa é a estrutura do Ministério, uma estrutura bastante simples. São cinco Secretarias, duas Subsecretarias sob o comando do Ministro Sérgio Rezende. A Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa, ela tem por finalidade propor, coordenar e acompanhar a execução dos programas e projetos das unidades, que são os nossos institutos e as nossas organizações sociais; supervisionar e avaliar os contratos de gestão firmados entre essas organizações e a União e a prestação de serviço tecnológico e assessoria técnica ao Ministério e ao Governo de modo geral.

Como eu já falei são dois grandes grupos de Administração direta, os nossos institutos e as organizações sociais que são cinco e que desenvolvem um trabalho bastante interessante. Aí estão os símbolos dessas instituições, o local delas no País, isso é uma coisa extremamente importante, elas estão distribuídas ao longo do País, obviamente que no futuro poderemos ter outras instituições, no Pantanal, como agora foi criado a INSA lá na Paraíba, o Instituto Nacional do Semi-Árido. Museu Goeldi em Belém, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, o IBICT, que tem um papel importantíssimo em Brasília. O CGE, CenPRA, o nosso Instituto de Pesquisa Espacial, CETEM, ON, enfim, CBPF, todos esses institutos espalhados pelo País.

Uma coisa importante que eu gostaria de deixar aqui, caso os Senadores e outras pessoas que quisessem e tivessem interesse conhecessem as instituições. Nós estamos no primeiro mundo em termos de competência, em termos de estrutura. O Ministério, através dos fundos setoriais, está recuperando os laboratórios, equipando esses laboratórios. Até 2009 nós deveremos estar com essas instituições todas bem aparelhadas e equipadas para desenvolver seus papéis de uma forma altamente qualificada.

Eu vou passar de uma forma rápida. O CBPF, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, está no Rio de Janeiro, na URCA, essas instituições todas têm boas estruturas físicas, além do quadro de pessoal tem boa estrutura física, laboratórios. O CBPF tem um papel importante nas estruturas físicas básicas e desenvolve vários programas lá, de alta relevância para o País, treinando e aperfeiçoando o pessoal técnico-científico. Nós temos o INPA, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Uma coisa importante a ser colocada aqui é que foi feito um esforço muito grande do Ministro Sérgio Rezende e o ano que vem todos esses institutos vão ter um aporte maior de orçamento, vai ter um acréscimo de orçamento importante para o ano que vem em todas essas instituições.

O INPA desenvolve um bom trabalho na Amazônia e tem sido um dos centros geradores do conhecimento da Amazônia capacitando recursos humanos, permitindo que a gente conheça mais a enorme possibilidade que a Amazônia tem em sua biodiversidade. A ON, Observatório Nacional fica também no Rio de Janeiro, está completando 180 anos esse ano, é uma instituição antiga e respeitada no Brasil, tem um papel importante que é a questão da hora legal. O que ocorre no sistema bancário, o que ocorre aí no dia a dia, a ON tem esse trabalho e a gente fica muito feliz de ver a responsabilidade que eles têm em desenvolver trabalhos importantes para o País, inclusive trabalhando com o ensino a distância, pós-graduação. Nós temos o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o IMPA, que o símbolo do IMPA Matemática é... A Olimpíada de Matemática esse ano está atingindo 17 milhões de estudantes no Brasil e levando dessa forma os estudantes a se interessarem pela ciência e terem uma referência

nas suas vidas com a importância de desenvolver as pesquisas, de estudarem. É uma instituição hoje de primeiro mundo.

Temos o Museu de Astronomia e Ciências Afins que é o responsável pela história da ciência, o responsável por manter vivo o patrimônio científico, histórico no País, tem um papel importantíssimo, ministra cursos, fica também no Rio de Janeiro. O ON e o MAST funcionam juntos em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, em uma área conjunta de um belo *campus*. O Museu Goeldi ele tem um papel extremamente importante, trabalha não só na área de biologia formando recursos humanos, mas também na área de Antropologia levantando aspectos importantes da Amazônia e o Museu Goeldi tem uma coisa muito interessante. Lá foram contratadas as duas primeiras servidoras públicas brasileiras. Então, tem história não só do conhecimento científico, mas uma história ligada ao setor público do País.

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá eu não estive lá ainda, mas vou agora em outubro, é uma área que equivale a alguns países juntos, países baixos somados, no coração da Amazônia. Tem internet lá, está aqui o Nelson Simões que depois poderá falar sobre isso, muita gente visitando, brasileiros, estrangeiros e um belíssimo trabalho com as comunidades mostrando o que se pode fazer de forma sustentável do uso da Amazônia, do turismo, tem um hotel flutuante no meio da Amazônia, de Tefé para lá tem que ir barco, mas é um local que vale a pena não só conhecer, mas conhecer o trabalho belíssimo que é feito. É uma organização social.

O Laboratório Nacional de Astrofísica também desenvolve um trabalho, tem os equipamentos aí ligados nos Andes, na Europa, monitorando o espaço e trazendo várias cooperações para o Brasil, colocando o Brasil em sintonia com o mundo nessa área de astrofísica. O Laboratório Nacional de Tecnologia de Luz Síncrotron é um trabalho fantástico, identifica as proteínas, estabelece condições de todos os pesquisadores brasileiros irem lá fazerem seus trabalhos gratuitamente para que as pesquisas nas áreas moleculares, nas áreas científicas afins possam ter condições de ser realizadas, áreas de materiais. É um trabalho belíssimo que o Brasil possui. Até recentemente era o único laboratório desses no hemisfério Sul, agora que a Austrália está montando um. A diferença é que Austrália comprou esse laboratório pronto e nós, no Brasil, estamos fazendo, desenvolvendo tecnologia, com todo o respeito, mas os nossos cientistas em quase todos esses institutos são verdadeiros professores pardais porque pegam materiais baratos, inventam, fazem coisas que a gente não imagina e o laboratório de Luz Síncrotron, que fica em Campinas, é um desses institutos que faz isso, é uma organização social.

Nós temos outras instituições importantes que nós chamamos tecnológicas que é a RNP que está aqui o Nelson Simões que vai falar que está trabalhando para estabelecer a internet avançada, o *backbone* nacional, todo o sistema de redes, dez gigabytes, dois gigabytes, anéis em torno das regiões metropolitanas que nós vamos ter condições de linkar todas as instituições de ensino, pesquisa e afins, hospitais universitários para trafegar imagem, dados, voz, vai ser uma verdadeira revolução no Brasil esse trabalho, que já está bem adiantado, o Nelson Simões vai falar sobre isso.

Nós temos o CETEM, Centro de Tecnologia Mineral que está entre as dez melhores instituições do mundo na área mineral, desenvolve tecnologia importantíssima, trabalha com empresas, trabalha com governos, está trabalhando no Nordeste para identificar agrominerais para apoiar o programa do biodiesel, porque nós temos que importar alguns minerais e o CETEM está trabalhando nisso, recuperação de área degradada, retirar metais pesados de recursos hídricos. Tem muitos trabalhos importantes, livros publicados, ele fica junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro, junto ao *campus* da Universidade. O Centro de Pesquisa Renato Archer que fica em Campinas também, é uma instituição extremamente importante e um dos símbolos dela é o trabalho lá de recuperação das urnas eletrônicas, trabalha a questão da TV Digital, é a responsável por pegar computadores de algumas empresas e certificar, são trabalhos extremamente importantes desenvolvidos lá no CenPRA, Centro Renato Archer. Renato Archer foi o criador do Ministério e é um dos símbolos do Brasil novo.

Eu tenho dito em algumas oportunidades que precisamos criar os novos heróis brasileiros. E Renato Archer é um desses novos heróis como o Celso Furtado, pessoas que enxergaram um pouco além do nosso tempo e que eu acho que nós precisamos tornar para os jovens como referência de conhecimento, de trabalho e de pensar no Brasil como um todo.

O INT, Instituto Nacional de Tecnologia, desculpe falando, mas eu acho que é interessante para que possam ter um conhecimento, quem não tem ainda. O INT me deixou muito feliz em saber de algumas coisas, primeiro foi incubadora da Petrobrás. Criado em 1921 foi onde gestou a Petrobrás no Brasil. Eu peguei nas mãos as amostras de petróleo de Lobato, na Bahia, quando ninguém acreditava que o Brasil teria petróleo e hoje nós estamos auto-suficientes e vamos caminhar muito mais.

O INT trabalha com design. Foi o responsável para dar a base para o Proálcool no Brasil, trabalha a

questão dos biocombustíveis, é uma Instituição extremamente importante (soa a campainha) tem hoje um centro - eu vou concluir - um Centro em Recife que nós chamamos de CETENE, está produzindo mudas de cana lá de alta qualidade para distribuir para os agricultores que é um trabalho importante.

O INPE todo mundo conhece o trabalho do tempo, trabalhos de monitoramento da Amazônia. E o IBICT trabalha na área de informação, tem um trabalho belíssimo, as bibliotecas digitais, revistas eletrônicas de alta qualidade... Não sei se vai dar para concluir. Nós temos o Laboratório Nacional de Computação Científica que fica em Petrópolis, no Rio de Janeiro, que também um belíssimo trabalho, dá suporte a várias redes no País de modelagem. Apóia no Estado do Rio de Janeiro vários centros vocacional-tecnológicos, a inclusão social que o Joe Valle vai falar daqui a pouco. Eu já falei da CETENE e acho que vale a pena visitar não só o CETENE, mas a estrutura que o Ministério tem no Nordeste, na área nuclear, tem estruturas para irradiar produtos agrícolas e com isso aumenta a duração desses produtos para exportação. O Brasil têm muitas coisas boas.

E o mais novo instituto do Ministério que é o INSA, Instituto Nacional do Semi-Árido, está na fase de implantação, de planejamento estratégico e tem a sede na Paraíba, mas vai atender a todo o semi-árido. O semi-árido tem um potencial enorme. Já existe, através do trabalho do INSA hoje, shampoo de palma, picles de palma, doce de palma. No futuro nós vamos exportar palmas, nós vamos comer palmas como se fosse verdura, mas para isso precisamos estudar, pesquisar a questão do caprinocultura e outras questões mais. Então esse vai ser um dos papéis do INSA que está nascendo, mas já tem condições de colaborar e esse ano deverá iniciar a construção da sede dele para que possa colaborar mais com o Brasil.

E tem o CGE que é o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos que colabora fazendo estudos para que aquelas demandas necessárias possam ser entendidas melhor e trabalhadas posteriormente pelos programas, pelo Ministério, pelas instituições que interagem na área de Ciência e Tecnologia no Brasil.

Eu penso que essas informações são interessantes para as pessoas poderem conhecer um pouco e nós estamos à disposição se precisar de alguma outra informação e mais do que isso, estamos à disposição no Ministério para colaborar naquilo que for necessário. Muito obrigado.

(troca de presidência)

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, só pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – É que o Dr. Schettino talvez tenha que participar do programa de lançamento do programa de Ciência e Tecnologia. Eu só queria perguntar e o PROANTAR? Que nós temos uma Frente, inclusive, Parlamentar aqui no Congresso Nacional a favor do Programa Brasileiro na Antártica, PROANTAR. Eu sei que não é só da Ciência e Tecnologia, é um Programa Interministerial, mas eles se ressentem, pelo menos até um ano atrás, se ressentiam da falta de estrutura, de falta de recursos, de equipamentos. Eu fiquei muito satisfeito em ver que até 2009 estarão reequipados, reestruturados. Como é que o Ministério está vendo só o PROANTAR?

SR. LUIZ FERNANDO SCHETTINO – Eu não sou um conhecedor profundo do PROANTAR. Eu estou há quatro meses no Ministério, mas o que eu sei é que o Ministério está trabalhando essa questão do PROANTAR e eu acredito que dentro do plano hoje estabelecido, todos esses programas terão as prioridades. Por isso que o Ministro elaborou um plano amplo para que possa não só o Ministério, mas todos os atores envolvidos com Ciência e Tecnologia possam contribuir para que funcione esse trabalho. Mas eu gostaria de colocar uma questão, eu acho que seria importante a gente conversar, não só comigo, com o Joe, com os demais Secretários, eu acho que a aproximação do Ministério com o Congresso é fundamental para passarmos informações, para pedirmos ajuda e para podermos ajudar também.

Então, a gente se coloca à disposição para discutir essa questão do PROANTAR adequadamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nós estamos em uma Audiência Pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, o assunto é debater política e programas relacionados à área de Ciência e Tecnologia por ocasião da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2007. Autoria do Requerimento Senador Flávio Arns e o Senador Augusto Botelho. Acabamos de ouvir nesse momento o Sr. Luiz Fernando Schettino, Subsecretário da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP - do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Passaremos agora a palavra ao Sr. Joe Carlo Viana Valle, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS - do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Com a palavra o Sr. Joe Carlo Viana Valle.

SR. JOE CARLO VIANA VALLE – Bom dia a todos, gostaria de cumprimentar o Senador Wellington

Salgado, o Senador Flávio Arns, o Senador Renato Casagrande que acaba de chegar. E agradecer a oportunidade de poder falar um pouco sobre a questão da Ciência e Tecnologia para inclusão social.

Nós ouvimos agora o Schettino falando de todos os equipamentos que o Ministério da Ciência e Tecnologia hoje possui instalados em nosso País e em um determinado momento, isso no começo, no primeiro Governo do Presidente Lula, se percebeu a importância de que todas essas pesquisas, de que todo esse conhecimento, todo esse saber, a importância de que eles estivessem sendo colocados para as pessoas que são os principais atores e o público alvo de todo esse processo de trabalho, de pesquisa, dos autores e etc.

E aí se criou uma Secretaria recente, portanto, uma Secretaria que tem quatro anos chamada de Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social para que houvesse que se fizesse essa ligação da Ciência e Tecnologia com as pessoas, na base, onde elas realmente estão precisando e onde elas estão precisando mais.

E com isso a Secretaria começou a fazer toda uma articulação de todas as Secretarias do Ministério, de todas as ferramentas do Ministério no intuito de pegar todo esse conhecimento e colocar à disposição da comunidade, à disposição da população mais carente. Nós temos várias ações que são colocadas e estão em curso e aqui eu vou colocar, passar as que nós estamos focando nesse momento na Secretaria, lá na SECIS.

A gente acredita que a questão da educação é fundamental no nosso País. E educação tecnológica então, entra esse rol e nós estamos trabalhando dentro de um programa e de uma ação os centros vocacionais tecnológicos. Os centros vocacionais tecnológicos. Centros vocacionais tecnológicos já são em número de 300 no nosso País, eles fazem e ensinam e a qualificação da comunidade, da população e agora através de um convênio do Ministério da Ciência e Tecnologia com o Ministério da Educação eles vão trabalhar junto aos CEFETs fazendo a complementação e a capilarização do ensino técnico formal nos municípios brasileiros.

Então, existe um plano de se trabalhar mais 1200 centros vocacionais tecnológicos e isso junto com os 300 CEFETs que estarão em curso. A partir do ano que vem a gente tem a idéia de que causará uma grande revolução no nosso País no ensino técnico. Serão 1200 CVTs com os 300 que já existem mais 300 CEFETs, então, nós estamos falando de 1800 unidades de ensino tecnológico no País. Isso realmente é uma coisa inédita e a gente acredita estamos focando dentro da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social nesse programa que leva conhecimento, qualificação para a população. Nós temos vários centros vocacionais tecnológicos funcionando, temáticos onde a gente percebe quando visitamos uma verdadeira revolução no desenvolvimento local em nível de Município que é a nossa unidade básica.

Além disso, nós estamos trabalhando a questão das tecnologias sociais que nós vamos ver logo em seguida. Estamos trabalhando a questão da inclusão digital, os telecentros que, em rede, junto com os centros vocacionais tecnológicos e os CEFETs, nós pretendemos e com a ajuda da RNP que está fazendo um brilhante um trabalho, conectar todos os municípios brasileiros com ensino técnico, ensino de qualificação e universidade aberta.

Esse é um processo de trabalho que envolve várias Secretarias de vários Ministérios no que nós estamos chamando de convergência de políticas públicas em um verdadeiro mutirão de ações para inclusão social. A gente tem trabalhado junto com a Secretaria de Ensino à Distância, do MEC, trabalhado com o Ministério do Trabalho porque a gente quer dar essa inserção, essa visão da inserção no mercado de trabalho. Então, os centros vocacionais tecnológicos, os telecentros, os CEFETs e as Universidades, formando uma grande rede de inclusão social no nosso País.

Com isso nós temos feito alguns eventos que tem levado à popularização da ciência. O Luiz Fernando Schettino acaba de comentar a questão da Olimpíada de Matemática...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Joe Carlo, me permita um aparte?

SR. JOE CARLO VIANA VALLE – Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É que o Sr. Schettino parece que tem uma reunião com o Ministro nesse momento, de Ciência e Tecnologia, então ele vai se retirar para a reunião. É um prazer tê-lo aqui, deseja falar alguma coisa Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Só agradecer ao Schettino e aos amigos do Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Ministério está na mão do Partido de V.Exª. Está bem entregue.

SR. JOE CARLO VIANA VALLE – Como eu vinha falando, nós temos uma Olimpíada de Matemática que já nesse ano está com a participação de mais de 17 milhões de alunos do ensino público, vejam a profundidade e a repercussão disso, quer dizer, 17 milhões e 200 mil alunos participando de uma Olimpíada. Veja a mobilização, o que é aplicar testes, provas em 17 mi-

lhões de alunos, isso é uma coisa recente e que tem trazido e causado um grande impacto no ensino da Matemática no nosso País, descobrindo vocações.

Após a premiação, três mil alunos ganham bolsas; professores, escolas, ganham Centros de inclusão digital, então, essa rede que é feita através do Ministério de Ciência e Tecnologia e do MEC causa um impacto muito grande e estamos prestando atenção nesse processo para que a gente potencialize todo esse trabalho.

E agora, objeto dessa Audiência, a gente está realizando a 4ª Edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. O que é isso? A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, apenas na sua 4ª Edição, já reúne mais de 400 municípios brasileiros que estão com ações agora. Hoje está tendo ação de Ciência e Tecnologia junto à população, junto à comunidade em mais de 400 municípios do Brasil. São mais de dez mil eventos e 550 instituições parceiras fazendo Ciência e Tecnologia para a comunidade, para as pessoas. Nesses momentos a gente percebe primeiro que a gente está recebendo jovens o tempo inteiro.

Aqui em Brasília, eu queria convidar todos os senhores a participarem, a darem uma olhada em nossos estandes, está aqui no Museu Nacional, um evento belíssimo com 70 instituições participando com experimentos práticos, muito interessantes, mostrando a ciência, tecnologia e inovação na vida das pessoas, na nossa vida, no nosso dia-a-dia e já tivemos aqui mais de 20 mil estudantes passando nos estandes.

E a gente nota nos nossos jovens que estão lá visitando, a alegria, o brilho no olho que a gente precisa do resgate da auto-estima da nossa população. E ali, naquele momento, que o jovem participa daquela experiência que não teve oportunidade da participar antes, de um evento, de um trabalho com um cientista que está lá recebendo esse jovem, nós estamos despertando vocações. Nós não sabemos o que é esse investimento que está sendo feito nessa semana, nós não sabemos o que pode acontecer, mas certamente sabemos que são coisas boas. Esses jovens que vão se tornar cientistas naquele momento do despertar, nós vamos ter verdadeiros cientistas e estamos investindo na Ciência e Tecnologia que muda a vida do País.

Então, é um evento extremamente interessante, eu diria que hoje é o maior evento de Ciência e Tecnologia do País reunindo milhões de pessoas durante uma semana e nós estamos efetivamente semeando Ciência e Tecnologia nesse nosso planeta, nesse nosso País, nos nossos municípios, nos nossos Estados. E o tema da Semana desse ano não podia deixar de ser tão oportuno é o tema que é o Planeta Terra. O Planeta Terra que tem sido tão maltratado pelos seus habitantes.

Nós estamos mostrando que inovação, Ciência e Tecnologia com pessoas é a fórmula perfeita para nós salvarmos esse nosso lindo Planeta. E muitas vezes, as tecnologias sociais, a inclusão social, ela aparece como o principal objetivo, mas como conseqüência da aplicação de inovação, de tecnologia e de ciência. E aí pela inclusão a gente começa a juntar outros elementos.

Ontem, por exemplo, eu estava discutindo onde é que a arte entra nesse processo, onde é que a cultura entra nesse processo e nessa forma parceira de conversar com todos os atores envolvidos porque a gente tem uma grande necessidade de fazer inclusão no nosso País é que a gente vê a solução dentro desse processo de Ciência e Tecnologia para inclusão social.

Eu vou mostrar algumas fotos, a Semana está acontecendo, essas fotos são de ontem, aqui no Distrito Federal. Aqui nós temos, em um primeiro momento, vocês vêem produtos de origem amazônica, produtos de pequenos produtores familiares, agroindustriais e tem mel, a parte da agroindústria, então, toda essa parte de inovação sendo colocada, a parte básica de ciência está incluída aí na pasteurização, na conservação, na embalagem. As pessoas começam a perceber que em tudo da vida está inserido o processo tecnológico.

Em todos os momentos, da hora em que acordamos à hora em que vamos dormir, nós estamos trabalhando inovações, tecnologias e ciência. Isso está acontecendo em todo o País, aí uma parte muito ligada á questão da Ciência e Tecnologia para a inclusão social, uma coisa muito nova, mas muito importante. Então, a gente tem dentro da Semana desse ano, vários estandes ligados a essa questão da Terra, mostrando todas as experiências de reciclagem de trabalho para que nós possamos preservar e dar sustentabilidade à vida no nosso Planeta.

Biotecnologia, todo esse processo que a gente tem muito no nosso País; agroenergia que é uma outra coisa que nós temos focado dentro do nosso trabalho, trabalhos de agroenergias em pequena escala, viabilidade econômica de sistemas de produção de agroenergia em pequena escala. A gente passa por um momento muito difícil de internacionalização das nossas terras em função desse grande *boom* da agroenergia, uma coisa complicada que tem relação com a soberania nacional e nós temos alguns gargalos tecnológicos para a produção de agroenergia em pequena escala.

E aí é uma discussão, que eu até faço a sugestão para essa Comissão, porque é uma discussão que está muito em voga, é atual e nós precisamos achar

caminhos para o processo de produção de agroenergia em pequena escala. Isso é fundamental para que nós tenhamos, dentro do menor tempo possível, um parque tecnológico instalado que possibilite realmente o Brasil estar na frente no processo da agroenergia, mas com inclusão. Agroenergia, mas com respeito ao meio ambiente. Porque da forma como nós estamos fazendo nós temos um caminho que pode ser ameaçador. Nós podemos fazer, sair na frente nesse processo, mas termos retaliações mundiais em relação à destruição da Amazônia, em relação ao trabalho escravo, em relação ao trabalho infantil, como nós estamos vendo.

E nesse processo de tecnologia, nesse processo da inclusão social, nós estamos trabalhando a agroenergia com inclusão sócio ambiental. Nós vemos em todos os estandes se tratar dissO – Planeta Terra, maquetes, estudantes com bastante atenção participando e querendo ficar na feira.

A feira aqui no caso termina as 18h30 e o povo não quer sair. Os estudantes querem ficar lá porque eles participam ativamente do processo. Realmente é uma coisa interessante, eu gostaria de mais uma vez reforçar o convite aos Senadores para darem uma passadinha aqui. Dá uma saidinha na hora de ir embora, à noite, ao final do expediente, cinco, 18h ou então saiam um pouquinho, vai lá e volta, é aqui no Museu Nacional, pertinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O expediente está um pouco errado porque ontem eu saí daqui eram o quê? Dez e meia e ainda fomos para o jantar do PMDB.

SR. JOE CARLO VIANA VALLE – Que bom, que bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Trabalhando direto. Mas tentaremos, não é Senador Flávio Arns?

SR. JOE CARLO VIANA VALLE – Então cedo, vamos falar às oito horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Durante... Vamos dar uma saidinha rápida e voltar.

SR. JOE CARLO VIANA VALLE – Antes do expediente então, às oito da manhã, oito, oito e meia está aberto lá e nós podemos recebê-los.

Mais uma vez a quantidade de estudantes participando e a gente realmente têm visto a importância de eventos como esse acontecerem no País. Aqui nós estamos mostrando o processo das produções de vacinas, a Fiocruz participando conosco, então outro momento importante da feira.

Aqui instalado no Museu, nós estamos lá permanentemente (soa a campainha). Aqui, está instalado lá um estande mostrando a questão de um computador por aluno, a importância da questão do ensino a distância, a importância da inclusão digital no nosso País. Eu paro por aqui e estou à disposição dos senhores para qualquer dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Estamos em uma Audiência Pública, cujo assunto é debater políticas de programas relacionados à área de ensino e tecnologia por ocasião da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2007. Autoria do Requerimento Senador Flávio Arns e Senador Augusto Botelho. Acabamos de ouvir o Sr. Joe Carlo Viana Valle, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Antes de passar à palavra ao Sr. Nelson Simões da Silva, eu queria fazer dois comunicadoS – O primeiro é que o Sr. Schettino, que precisou se retirar, que é o Subsecretário da Secretaria de Coordenação de Unidade da Pesquisa, deixou comunicado que em breve convidaremos os membros dessa Comissão para visitar alguma unidade do Ministério, então receberemos o convite.

E tenho à mão também Requerimento do Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente dessa Comissão, onde ele requer nos termos do Art. 43, Inciso II, do Regimento Interno, do Senado Federal, seja abonada a minha ausência na sessão deliberativa 02, 03 e 04 de outubro quando em virtude de falecimento do meu sogro ocorrido hoje, 02 de outubro, estarei na cidade do Rio de Janeiro dando suporte à minha esposa e a nossa família.

Senador Marcelo Crivella, estamos todo aqui também com sentimentos com relação à sua esposa e sua família. Passaremos agora ao Sr. Nelson Simões da Silva, Diretor-Geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, a quem eu passo a palavra.

SR. NELSON SIMÕES DA SILVA – Bom dia, eu queria saudar ao Senador Wellington Salgado, em seu nome as Srªs. Senadoras e Srs. Senadores aqui presentes e agradecer o privilégio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa poder apresentar esse tema que é muito importante para educação e para a pesquisa no Brasil e no mundo, que é a comunicação em colaboração.

Eu vou nesses minutos tentar passar a visão aos Srs. e as Srªs. sobre o que uma rede de pesquisa faz pela colaboração e comunicação, pela educação e pela pesquisa de um País. Eu acho que é importante reconhecer que redes de pesquisas são essenciais para um grande número de aplicações. Isso ocorre em todos os países do mundo, mas especialmente no nosso caso um grande País como o Brasil, elas são

fundamentais, elas são cruciais para o nosso desenvolvimento econômico e social.

Uma rede como essa é uma rede avançada, é uma rede que usa aplicações e serviços especiais e se constitui ali... A gente tem uma base que é essa rede, um conjunto e um suporte de ferramentas, instrumentos para todas essas ações. Então, aí têm alguns exemplos. Em cada uma dessas áreas aqui, no nosso caso, no nosso País, de ações importantes em educação à distância como a universidade aberta do Brasil que o Secretário acabou de comentar ou em clima e tempo como o processamento das imagens que são captadas nos satélites brasileiros e outros satélites, ações em educação à distância em saúde a distância, ações em cultura com conteúdo digitais e várias outras.

Então, a idéia que você tenha um conjunto de aplicações em várias áreas suportadas por uma infra-estrutura avançada, é a idéia que eu quero apresentar-lhes nesse instante. Internet está nas nossas vidas desde o final dos anos 80 e nós acreditamos que muito pouco nós vimos ainda em termos de transformação e uso de tecnologia de informação em redes e muito mais está pela frente.

Hoje essas redes de pesquisa e educação se constituem em redes com conexões do tipo multi gigabyte. Para se ter uma idéia são conexões com uma velocidade dez mil vezes maior àquelas que nós temos nas nossas casas. Se nós compramos um serviço de banda larga hoje, nós temos um mega. Nós estamos falando de redes dez mil vezes mais velozes e de maior capacidade.

Nós estamos falando de redes que integram pessoas, aparelhos de recursos, sensores, de um laboratório a outro, de um ponto a outro, não só na escala nacional ou regional, mas também internacional. E esse ambiente ele é o que caracteriza hoje o que os cientistas, os pesquisadores, os professores chamam da e-ciência(F), que é a forma de colaborar, é a forma de interagir e se comunicar que essa tecnologia de informação e comunicação criou no mundo.

Quer dizer, a ciência nunca foi um ato isolado, ela sempre exigiu e se baseou em uma colaboração. E hoje, mais do que nunca, ela floresce através de uma série de sistemas distribuídos, grandes massas de dados que são trocados, grande poder computacional e uma capacidade de comunicação e colaboração muito próxima da interação real.

Aqui tem alguns exemplos de aplicações para a gente conseguir olhar de uma forma mais concreta. Por exemplo, a universidade aberta do Brasil que é uma iniciativa importante de qualificar professores, criar formação e levar ensino de qualidade em todos os níveis. Hoje, a infra-estrutura da RNP, já integra todas as Universidades Federais, todos os CEFETs e é um marco importante, esse ano todas as escolas agrotécnicas federais, cidades às vezes com uma deficiência muito grande de infra-estrutura e TELECOM. Esse conjunto de instituições serão aquelas que vão fornecer os conteúdos, que vão formar os professores dos arranjos que estão feitos entre universidades e centro de pesquisas e os municípios do Brasil na implantação desse projeto da universidade aberta.

Aqui tem um exemplo tradicional e super importante do aperfeiçoamento de professores de nível médio que começou em 2001, patrocinados pelo IMPA em conjunto com diversas universidades e que em escolas, todos os anos à distância, forma professores em Matemática de nível médio no País. Então educação a distância é uma das aplicações chaves.

Em biodiversidade e clima, eu separei essa porque eu acho que ela é emblemática pela capacidade de articular competência nacional, centros internacionais, é uma rede que capta informações de clima, de geoquímica, de hidrologia, sensores espalhados por toda a Amazônia geram informações que são coletadas, transmitidas até o INPE. Há uma grande participação envolvendo o INPE e vários institutos do Brasil e do exterior, para nós entendermos o que ocorre na Amazônia e é só dessa forma que nós vamos poder promover o desenvolvimento e aproveitar o potencial, o grande potencial dessa região.

Uma aplicação na área de saúde que é a rede universitária de telemedicina. Um projeto financiado desde 2004 com recursos do Fundo setoriais que inicialmente integrou os 14 grupos de pesquisa que já tinham atividades nas faculdades de medicina nessa área, mas que hoje se expandiu para todos os hospitais das clínicas, os hospitais universitários das universidades federais. O que se trata disso? Trata-se de criar unidades de telemedicina dentro desses hospitais que são aquelas de maior complexidade no nosso Sistema Único de Saúde e permitir que esses grupos interajam para educação, interajam para pesquisa, interajam para um pré-diagnóstico. Então unidades desse tipo estão sendo criadas e vão apoiar não só as ações de pesquisa, mas também como desdobramento e aqui tem um mapa que mostra, por exemplo, os Estados que estão marcados nessa cor marrom, são aqueles que fazem parte de um projeto de telesaúde da Secretaria de Gestão e do Trabalho e Educação na Saúde onde esse hospital que está na RUTE, que é essa rede de quase 50 hospitais universitários, vão servir de apoio para 100 pontos em cada uma dessas unidades na capacitação do gestor do Programa de Saúde da Família que está na ponta, que está cuidando da atenção básica que ali, em especial, é muito importante o

apoio dessa estruturas que conhece e pode orientar os casos no dia-a-dia de atendimento à saúde.

Uma aplicação na área de cultura e comunicação. As TVs universitárias vinculadas às universidades estão trocando conteúdo de suas grades. É muito caro produzir e se for possível trocar conteúdo em tempo real pela rede, nós podemos gerar grades muito interessante com conteúdos muito bem produzidos de outras TVs e com isso incentivar uma maior qualidade de todos esses canais que têm educação, cultura como objetivo. Então é um projeto importante, do ponto de vista tecnológico, pelo que ele cria de desafio nessa área de computação, de convergência e muito importante do ponto de vista cultural, pela qualidade e pela oportunidade de melhorar os conteúdos desses canais universitários.

Aqui uma aplicação parece simples, a telefonia pela rede. Hoje nas nossas casas nós podemos usar aplicações desse tipo, Skype e outras são exemplos muitos conhecidos. Desde 2004 também, todas as universidades que estão ligadas à rede e vários institutos podem fazer interurbanos entre si utilizando a própria infra-estrutura. Um projeto que aliou uma tecnologia aberta, desenvolvida pela UFRJ capacitou os gestores de TI e tem impactos importantes, apesar de ser uma tecnologia antiga de telefonia, ela democratiza o uso da telefonia dentro do *campus*, por exemplo, nem todos os alunos, às vezes, têm acesso à própria universidade, tem limitações de custeio para interurbanos. Facilita a mobilidade, um pesquisador, um professor pode no seu computador pessoal, no seu PDA, em um Congresso ou em qualquer outro ponto também estar ligado à internet no Brasil, no exterior e estar com o seu ramal ali, atender e fazer ligações da mesma forma e obviamente reduz custo.

Isso para uma universidade média cerca de 30 mil reais por mês. Isso é resultado inclusive, de uma emenda da Comissão de Educação do Senado em 2005, investimento de quatro milhões que já se pagou muitas vezes. É o uso da inovação, da capacidade da pesquisa brasileira e dessas instituições para gerar resultados muito importantes para todos.

Aqui temos exemplos de aplicações muito comuns da ciência, da grande ciência, astronomia ou o próprio laboratório de Luz Síncronton que foi citado aqui. Quer dizer hoje é possível e é necessário operar esses aparelhos que são únicos, um aparelho tão caro como o nosso Telescópio que está em Cerro Pachon, no Chile, a três mil metros de altura na Cordilheira ou o Acelerador de Luz Síncronton que é utilizado por vários países da América Latina que isso possa ser feito através da rede não só localmente, mas que o uso desses dispositivos estejam disponíveis para os alunos, para os pesquisadores através dessa infra-estrutura.

Essa é a infra-estrutura física que dá suporte a esse e várias outras aplicações, a esta e várias outras aplicações. É uma rede que tem um ponto por Estado, é um grande *backbone* onde as conexões em vermelho são de maior capacidade, são de até dez gigabytes por segundo. A ela estão ligadas cerca de 360 instituições que é o que na visão do MEC, do MCT, responsáveis pelo programa Rede Nacional de Ensino e Pesquisa que é um programa Interministerial, conforme esse Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Educação, quer dizer, toda a conectividade que é feita aqui, está sendo feita de tal forma que essas aplicações estejam disponíveis em cada um dos *campi*.

Um dos desafios foi que em cada uma das cidades não bastava chegar com essa alta capacidade até o que a gente chama o ponto de presença. Vamos supor, em Belém se chega à Universidade Federal do Pará, mas há um conjunto de organizações em área metropolitana do Pará, o Museu Goeldi, a EMBRAPA, um Centro Estadual, uma universidade privada que faz pesquisa, um laboratório privado que conformam o sistema e eles precisam ter essa capacidade. Esse foi um projeto de criar uma infra-estrutura metropolitana e integrar essas instituições a um gigabyte por segundo. É um projeto que nos colocou em um patamar de infra-estrutura no nível dos países que têm investido seriamente em redes de pesquisa e nós vamos ter até o final de 2008, quase que 300 instituições dessas 360 integradas nessas redes metropolitanas, comunitárias. São consórcios de instituições, todos geraram os resultados, fizeram os projetos e em associação, às vezes, com prefeituras, às vezes com empresas de energia se lançou esse esforço e nós estamos já com algumas redes operando. Essa foi a primeira rede, foi o nosso caso piloto, Belém, íntegra um conjunto de instituições.

Vitória, em uma parceria forte com a Secretaria de Educação e a Prefeitura da cidade, nós conseguimos e graças ao apoio do Senador também, nós conseguimos fazer uma implantação especial que vai integrar, inclusive, as escolas na área metropolitana de Vitória. Manaus acabou de ser lançada há duas semanas, tem uma grande articulação com a Secretaria de Ciência e Tecnologia e também vai fazer parte de um projeto mais ambicioso que é a REPAN, que é rede do Estado, fundamental para o Amazonas por conta das distâncias e das necessidades de educação à distância.

Nós esperamos que em 2008, em cada capital, e esse mapa mostra mais ou menos isso, nós tenhamos esses anéis operando, três estão operando, faltam 26, estamos usando tecnologia inovadora, estamos

fazendo diferente de como se faz normalmente no mercado de telecomunicações e por isso custa menos e vai ser sustentável por 20 anos. É algo que vai ficar como um patrimônio para a Ciência e Tecnologia e educação no País.

Do ponto de vista exterior, nós não estamos isolados e nem podemos. Participamos desde 2002 da formulação desse projeto que integra hoje 14 países na América Latina com uma rede de pesquisa também como essa, nacional, restrita, com fins de educação, não comercial. E com o apoio de projetos europeus essa rede opera desde 2004. Tem sido essencial para muitas ações do Brasil na região. No âmbito do Mercosul em várias áreas (soa a campainha) na colaboração e saúde, em vários temas.

O futuro. Eu vou aproveitar mais um ou dois minutos para talvez falar sobre como nós vemos esse cenário do futuro. O futuro vai ser caracterizado e a gente já vê isso lá fora por uma comoditização quase que uma oferta em abundância de capacidade de redes. O avanço dos materiais e o avanço da computação estão gerando isso. Outra característica importante é que nós vamos ver essas aplicações conversando de uma forma muito integrada e isso vai ser muito importante para a educação, inclusive em áreas como segurança, controle do meio ambiente, quer dizer, vai ocorrer uma grande automatização desses sistemas. O terceiro é que nós vamos nos relacionar cada vez mais através de aplicações com imagens, isso já é muito presente na pesquisa e vai ocorrer também.

A RNP acredita que olhando os próximos quatro anos, 2010, 2011, nós vamos ter infra-estrutura ótica em todas as capitais e especialmente e esperamos que sim também em alguns grandes pólos do interior porque isso vai ser muito importante. Acreditamos que as aplicações, esse caminho que nós estamos trilhando hoje, vão permitir uma integração maior em aplicações de ciência, tecnologia e cultura, cultura digital e saúde. Em especial em toda essa interface que existe nessa área no uso dos laboratórios, das aplicações do conhecimento gerado nas nossas instituições.

E achamos que a principal barreira deixará de ser a longa distância ou mesmo a cidade, a principal barreira vai estar dentro das instituições, vão ser as redes institucionais, a dificuldade da infra-estrutura interna ou dos recursos humanos internos para lidar com essa complexidade. Essa é a visão 2010, estamos trabalhando por uma infra-estrutura multi gigabyte em todo o País e hoje ela atende dez Estados.

Estamos trabalhando, vamos dizer assim, é como que um símbolo para chegar a muito mais do que 67 pontos no interior porque nós vamos precisar integrar as sedes e as unidades descentralizadas dessas instituições porque elas é que vão dar suporte a essa visão de telesaúde, da tele educação, quer dizer, a competência vai estar em um conjunto de 300 municípios onde estão os *campi* de CEFETs, universidades, centros de pesquisa que estão no interior.

Nós acreditamos que para isso nós vamos ter vencer algumas barreiras que estão em marcos regulatórios, por exemplo, na utilização de capacidades de comunicação no espectro destinadas à educação em pesquisa, o que pode, usando a vantagem de novas tecnologias, nos fazer avançar mais rápido. Nós vamos precisar fazer um grande esforço para formar especialistas e arquitetos e engenheiros que entendam desse novo ambiente e que sejam interdisciplinares, nós vamos precisar trabalhar em políticas que favoreçam a interiorização e a capilarização de uma infra-estrutura nacional de telecomunicações ótica e achamos que é essencial articular a pesquisa de desenvolvimento porque temos competência tanto na academia como nas empresas para atender a vários desses desafios.

Eu aqui termino dizendo o que é a RNP. Acho que o Secretário Schettino já o disse, mas é uma organização social vinculada a MCT que desenvolve esse programa Interministerial do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Acabamos de ouvir o Sr. Nelson Simões da Silva, Diretor-Geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, RNP. Essa é uma Audiência Pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cujo assunto é debater políticas e problemas relacionados à área da Ciência e Tecnologia, por ocasião da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia que ocorre justamente nessa semana. Autoria do Requerimento é do Senador Flávio Arns e Senador Augusto Botelho.

Como o autor do Requerimento presente é o Senador Flávio Arns, eu gostaria de passar a palavra para suas considerações.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agradeço, Sr. Presidente. Quero também enaltecer a presença dos expositores, parabenizar pela realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia que a gente sabe que é um esforço grande, 4ª edição, 400 municípios assim diretamente envolvidos e dez mil atividades sendo desenvolvidos no Brasil nesse momento. Isso é muito importante.

Eu quero fazer três observaçõeS – A primeira em relação à inclusão social, eu acho que é algo assim fundamental como que a ciência e a tecnologia podem estar voltadas, como a UNESCO fala, para a paz e para o desenvolvimento e como Ministério também

fala, inclusive tem a Secretaria que é muito adequada para a inclusão beneficiar as pessoas.

Eu gostaria de ter uma explicação que, inclusive, ajudaria a sociedade em geral a dizer se alguém tem necessidade de desenvolvimento ou de aplicar o desenvolvimento em tecnologia. Que procedimento que essas pessoas ou a associação onde essas pessoas estão inseridas o que elas deveriam fazer? Quer dizer quais os passos a serem dados para haver essa sintonia entre a preocupação da sociedade em um setor específico e aquilo que o Ministério pode fazer? Dou só um exemplO – A semana passada o Presidente Lula, em relação à pessoa com deficiência, anunciou a construção de fábricas para órtese, pelo que eu vi pelo menos pelos meios de comunicação, órteses, próteses, cadeiras de roda para pessoa com deficiência.

Eu até faria uma pequena reflexão sobre isto porque o desafio do Brasil para a pessoa com deficiência, não é propriamente a construção. O desafio no Brasil é você ter a tecnologia existente em outros países à disposição da pessoa com deficiência para ter uma perna mecânica mais leve, de mais qualidade, uma cadeira de roda motorizada, quer dizer, são coisas simples, eu imagino que não sejam coisas complexas, uma órtese, quer dizer, a tecnologia colocada a essa disposição ou quando a pessoa vai fazer uma cirurgia e precisa, por exemplo, de um material para fêmur, para a perna, para a coluna os médicos eles diz o seguinte: "Seria muito melhor a recuperação se houvesse material de mais qualidade, como não tem e é mais caro, então, a gente tem que usar o material que está à disposição no Brasil, mas não com os resultados que a gente obteria", quer dizer, falta tecnologia porque a ciência em si, já se desenvolveu isso.

Então, o que poderia ser feito? Hoje ainda eu estava vendo o jornal da manhã, o Bom Dia Brasil, e falando sobre os hemocentros, os doadores de sangue, separado o plasma, o plasma é mandado lá para França e volta para o Brasil e a gente gasta, sei lá eu, quase um bilhão de reais nesse processo que poderia ser desenvolvido no Brasil. O que as pessoas têm que fazer para que as necessidades cotidianas nossas possam se encaixar nisso? Na área da deficiência eu não dúvida alguma nesse sentido que é um grande desafio a pessoa com deficiência conseguir o equipamento e conseguir tecnologia, então a idéia de construir fábrica, em minha opinião, não é uma boa idéia. Eu acho que a gente deveria falar com CEFETs, com universidades que já têm todo o centro de desenvolvimento para eles dizerem junto com empresas, inclusive, ganhando as patentes e tudo isso, coisa semelhante. Bom, como é que isso poderia ser feito?

A segunda pergunta para o Dr. Nelson é no sentido desta rede que eu achei assim bem interessante, um trabalho extraordinário, eu quero também dar os parabéns como eu quero dar os parabéns para o Dr. Joe, quando eu falo assim eu penso assim que isso se insere dentro do aspecto mais prático, mas é um trabalho extraordinário que vem sendo feito e com toda esta rede eu queria perguntar se existe algum entrosamento com a área social do Governo? Porque é ensino, é pesquisa, educação, mas é educação aproveitando essa infra-estrutura que está aí à disposição e que pode se ampliar, se existe alguma interação com a parte social que é ensino também.

Eu dou um exemplO – No dia 15 de outubro termina o prazo para que as entidades sociais do Brasil peçam o parcelamento de débitos, cota patronal, cota do empregado, FGTS, qualquer dívida que a entidade tenha, hospital, Santa Casa e tal, pode ser parcelada até o dia 15. O que eu percebo é que existe uma dificuldade para que a informação no Brasil - existe uma dificuldade extraordinária - para que a informação chegue ao público alvo. Porque muitos desses públicos alvos também, infelizmente, não acompanham essas notícias pelos jornais ou não são profissionalizados o suficiente.

Então, existe alguma alternativa? Eu gostaria de entender mais a natureza jurídica da RNP porque foi colocada qual a natureza jurídica. Foi colocado é uma associação sem fins lucrativos e uma organização social. É uma ONG, mas as ONGs, organizações não governamentais, ou são fundações ou são associações. Lá está colocadO – Associação sem fins lucrativos. Mas na seqüência se colocou também a expressãO – É uma organização social, que já teria outra forma de constituição.

Eu acho adequado, eu acho bom até que o Ministério faça parceria com entidades não governamentais, acho ótimo, eu venho assim bastante dessa área não-governamental. Só para entender melhor. Então dar os parabéns e ver se existe, se o Sr. Dr. Nelson, até enxerga assim alguma possibilidade de tendo uma infra-estrutura bonita dessa magnitude se isso não poderia colaborar com ensino, com uma educação que pudesse ser estendida além do escopo da Ciência e Tecnologia em uma parceria com órgãos sociais do Governo nesse sentido.

E a terceira pergunta que serve para os dois expositores que o Presidente, inclusive, sabe que nós estamos aqui sempre recebendo os pleitos dos profissionais da carreira de Ciência e Tecnologia. Não só da carreira, mas aqueles órgãos que inclusive já saíram da carreira como a Fiocruz, por exemplo, também que já teve um atendimento à parte, mas que também está

pleiteando coisas aqui na Ciência e Tecnologia. Nós temos tomado sempre o posicionamento que queremos que a área da Ciência e Tecnologia progrida, se desenvolva, que tenha apoio, mas que essencial que o ser humano que faz a Ciência e Tecnologia seja, em primeiro lugar, prestigiado e valorizado porque sem a pessoa qualificada, competente, valorizada, com plano de carreira, com salário, dialogando com o Governo, com o Executivo seja ele Municipal, Estadual ou Federal ou com as empresas, quer dizer, a empresa vai atrás da pessoa boa, competente, dá o salário e a gente precisa ter na administração pública também, uma carreira assim que precise ser discutida, pelo menos chegar a conclusões.

E eu tenho observado assim, muita dificuldade de negociação e de entendimento apesar de o Ministro já ter se posicionado até por escrito a favor desses entendimentos e dessas discussões. Eu conheço até o texto por escrito, mas com muita dificuldade e com isto perdendo pessoas, desanimando os profissionais no processo.

Como é que os expositores pensam nesse sentido? Eu quero parabenizar, dizer da satisfação de tê-los aqui e dizer que esta Comissão de Ciência e Tecnologia pode sempre estar à disposição para colaborar. Quando houve inclusive a emenda da Comissão de Educação em 2005 é que naquela época a Ciência e Tecnologia fazia parte da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, agora estando à parte, inclusive, a atenção pode ser mais específica em relação à área da Ciência e Tecnologia porque é uma outra Comissão com a possibilidade de fazer cinco emendas, eu acho que deve ser isso, nesse ano, eu não sei como é que vai ser, para a área da Ciência e Tecnologia. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu passarei a palavra ao segundo Senador inscrito. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado, Senador Wellington Salgado, Presidente da Comissão. Senador Flávio Arns, Dr. Nelson, Dr. Joe Valle. Agradecer a presença de vocês aqui nessa Comissão, parabeniza o Senador Flávio Arns pela realização e pela iniciativa dessa Audiência Pública.

Eu vou fazer só um comentário, sem questionamentos, mas primeiro começando pelo final da palavra do Senador Flávio Arns com relação às emendas da Comissão. Eu não sei se o Presidente Senador Wellington Salgado já está tratando do tema ou discutindo e debatendo o tema. Estão procurando ainda. São cinco emendas mesmo que cada Comissão tem, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Renato Casagrande como é uma Comissão e é o primeiro ano, nós temos que ter um Projeto de Resolução do Congresso, aí estamos tentando junto à Comissão de Orçamento colocar emendas para que possamos ter recursos para cá. Está nessa situação porque V.Exª. tem conhecimento, temos tido dificuldades de encontro no Congresso, de aprovação de... A Pauta no Senado, então, o mais rápido será colocar emendas no orçamento, tentar colocar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Está ok, tentarmos colocar emendas no orçamento.

A outra questão é parabenizar o Governo Federal. Eu acho que o Governo do Presidente Lula deu uma bela contribuição na popularização do tema, Ciência e Tecnologia, inovação, acho que a Semana cumpre um papel de popularização da Ciência e Tecnologia no Brasil. Eu tenho acompanhado, quando era Deputado Federal, todas as Semanas Nacionais e também a Semana lá no meu Estado que também está acontecendo neste mesmo período, nesse mesmo tempo, acho que todos os Estados fazem sua Semana e 400 municípios, pelo que eu ouvi.

Então, eu acho que esse tema, essa atividade cumpre o papel da popularização e do incentivo da busca das pessoas participarem, se interessarem pelo tema, tirar a Ciência e Tecnologia dos muros da Academia ou das faculdades para poder levar um debate que interesse a sociedade brasileira. Cada vez mais nós temos a necessidade desses investimentos. Eu acho que o tema Terra é algo que aborda nessa Semana é um tema fundamental, importante até pelo nível de agressão que o Planeta está sofrendo. Ontem mesmo nós vimos nos meios de comunicação anunciando a redução recorde da área de gelo do Ártico e a comparação que se fez na televisão que é uma área como o Sudeste e o Nordeste de redução.

Então, nós temos muito que desenvolver em termos de tecnologia, eu acho que nós só conseguiremos reverter este ambiente de destruição com mudança de comportamento, mas com tecnologias novas. Nós temos que ter novas tecnologias para isso, então, eu acho que a Semana cumpre o papel desse. E o Ministério tem cumprido um papel importante porque o Ministério está montando o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia fortalecendo o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, aumentando cada vez mais os recursos para a área de Ciência e Tecnologia, incentivando as empresas a participarem com investimentos na geração, na inovação, agora o próprio Governo, através dos fundos, tem um recurso a fundo perdido para financiar atividades inovadoras das empresas sem necessidade

de ressarcimento desses recursos. Então, tem muitas coisas novas acontecendo.

Eu falei com o Senador Wellington Salgado, chegou aqui na Comissão a regulamentação do FNDCT, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, eu acho que tem uma série de pontos positivos que nós precisamos reconhecer e eu quero reconhecer aqui na presença de dois representantes do MCT pela importância. Nós aprovamos a Lei de inovação tecnológica que foi importante para nós. Nós avançamos na Lei de informática que foi importante para nós. Nós avançamos na Lei de biotecnologia que foi importante para nós.

Nós tivemos diversos avanços, vamos ter muito mais ainda. O orçamento que deveria ter crescido tem sido um orçamento escasso especialmente para os fundos, para os institutos de pesquisa, Senador Wellington Salgado, os institutos de pesquisa precisam de mais recursos, de mais investimentos para que eles possam fazer frente a essa necessidade que nós temos no Brasil de atuação.

Eu fiquei feliz com o anúncio que o Secretário Joe Valle fez com relação aos CVTs. Eu acho que os CVTs cumprem um papel de formação e de levar as experiências nessa área, importante para o interior desse País. Eu fico... Só para fazer o registro, eu não quero fazer nenhum questionamento, fazer um registro da alegria de estar aqui nessa Semana, o Senado comemorando a Semana de Ciência e Tecnologia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Para que possa responder aos questionamentos, acho que mais do Senador Flávio Arns, acho que dez minutos está bom para cada um? E também para as considerações finais.

Com a palavra o Sr. Joe Carlo Viana, Secretário de Ciência e Tecnologia da Inclusão Social.

SR. JOE CARLO VIANA VALLE – Senador Flávio Arns, agradeço esse questionamento, eu acho muito oportuno.

Na questão das tecnologias assistivas, dos equipamentos, nós temos inclusive um problema que é um problema de certificação. Então, hoje qualquer pessoa que quiser pode abrir uma pequena empresa ou fazer de forma artesanal equipamentos como cadeira de rodas, por exemplo, mesmo sem estar em especificações porque não existe certificação para esse tipo de equipamento e vendê-las no mercado.

Então, nós estamos cuidando para que isso se organize. Nós estamos com um projeto de lançamento de um catálogo de todas as tecnologias assistivas existentes, hoje, no nosso País que estão à disposição dessas pessoas. Porque muitas vezes é falta de conhecimento mesmo. Ela já existe, mas não consegue se acessar. É só problema de comunicação. E aí veja a importância da rede que está acontecendo e a integração de todo esse processo.

Os equipamentos públicos, as universidades, os CEFETs estarem informados em um catalogo desse na rede vai ser uma coisa extremamente importante e por isso nós estamos com esse projeto em curso na Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social.

Em meados de 2008, aproximadamente, qualquer pessoa vai ter acesso a todos os equipamentos certificados que sejam equipamentos de boa qualidade em relação às tecnologias assistivaS – Cadeiras de rodas, próteses, órteses, onde estiver, onde existem empresas ou pessoas fabricando que tenham um princípio de certificação, a gente vai estar com esses produtos no catálogo e acessível a todas as pessoas que tiverem acesso a qualquer equipamento público que possua um equipamento conectado. Já está em curso por isso eu parabenizo por essa intervenção porque a gente pode estar falando para as pessoas o que está acontecendo.

A outra coisa com relação às tecnologias, principalmente as tecnologias sociais apoiadas pelo Ministério é que estão em construção dois grandes portais onde as pessoas também encontrarão essas tecnologias à disposição. No passado com o advento da extensão, da extensão rural, a antiga EMBRATER, nós tínhamos cadernos que eram lançados, cadernos de tecnologias adaptadas e que estavam á disposição das EMATERs no País inteiro, tecnologia simples, fáceis de serem utilizadas, baratas, fantásticas à disposição do produtor. Com o desmonte, o desmanche da extensão, se perdeu isso.

Então, agora a gente está querendo resgatar e aqui eu faço um apelo para essa Comissão na questão da extensão, do retorno, do recurso, do trabalho pela extensão no nosso País. É uma coisa que a gente... Eu não estou falando de extensão rural só porque quando a gente fala em extensão, a gente ouve extensão rural, mas estou falando de extensão urbana também. As universidades inseridas em um contexto da comunidade, da população, isso é uma coisa que nós estamos trabalhando muito na Secretaria e eu acho muito importante essa batalha. E eu gostaria de convidar todos os Srs. a fazerem até aqui uma audiência sobre extensão. Eu acho que é uma coisa que pode mudar o nosso País também. Extensão é fundamental para o nosso trabalho. Nesse quesito a gente está fazendo esse tipo de trabalho.

Na outra como é que o cidadão comum acessa os recursos? Essa é uma grande preocupação nossa porque a gente tem andado o País inteiro e as pessoas acham meio distante, principalmente o Ministério da Ciência e Tecnologia, ainda tem mais esse rótulo. Mas na democracia, nesse sistema que nós trabalhamos, nós temos os representantes eleitos que trazem as demandas para os burocratas que então atendem essas demandas. É mais ou menos essa rede que nós estamos trabalhando.

Nós atendemos as demandas levadas ao Ministério pelas Comissões, pela Bancadas, pelos Deputados, Senadores, Prefeitos, Deputados Estaduais, atendendo todas essa rede no momento em que esses são os representantes, mas não é só isso. A partir de agora nós temos também, um processo de atendimento direto às associações, às OSCIPs, dentro das suas comunidades através de uma ligação direta com a nossa Secretaria, com o Ministério.

Então, dentro das nossas ações que estão na internet na página do Ministério, nós estamos lançando de outra forma porque entendemos, apesar de estarmos trabalhando insistentemente na questão da inclusão digital, na colocação de telecentros, em todos os lugares para fazer a inclusão de todas as pessoas, nós temos que ter outras formas de comunicação porque isso ainda não é uma realidade no nosso País. Muitos lugares... Eu vou dar um exemplo de Brasília especificamente. A 50 quilômetros aqui do plano piloto não se tem acesso à internet na área rural. Então, a rede é fantástica, importante, fundamental e esse trabalho que está sendo feito precisa estar integrado em todas as políticas públicas, mas a realidade é um pouco diferente o que a gente imagina, o que a gente quer.

Então, o ótimo é isso. Mas o bom é a realidade que a gente já está vivendo hoje no nosso País ainda não é de total inclusão digital, então, nós temos que ter outras formas de comunicação e hoje a telefonia, o rádio, ainda é uma coisa que chega aos rincões mais distantes. Então, nós estamos criando mecanismos de atendimento a essas comunidades, a essas associações, a essas OSCIPs, diretamente com o nosso Ministério, fazendo uma ponte direta com o nosso Ministério para realmente democratizar esses recursos que são poucos, mas que são importantes porque eles chegam a pontos específicos de necessidades da comunidade.

Mas basicamente respondendo o seu questionamento o que nós estamos trabalhando é isso. No caminho normal através dos representantes legais, então a gente faz todo o atendimento e presta um serviço, nós somos prestadores de serviço na realidade, então, nós temos catálogos, nós temos folders, nós temos links, nós temos portais mostrando o que a gente está fazendo e mais do que isso, nós estamos montando agora o que nós estamos chamando de central do cidadão com telefone onde as pessoas vão poder se comunicar diretamente com o nosso Ministério e nós vamos estar à disposição para mostrar como o recurso público pode chegar à comunidade e nos locais mais distantes.

E nós estamos fazendo uma rodada pelo País conversando, sempre nos reunindo em Audiências Públicas nas Câmaras Legislativas mostrando como é que isso acontece porque muitos Prefeitos nem sabem como é que isso acontece, que eles podem ter esse acesso direto a esse recurso. Em relação a essa outra parte da carreira, nós estamos todos de acordo, o Ministro junto com o Secretário Executivo está tratando disso, eu sei que há dificuldade apesar de eles terem trabalhado incessantemente para que isso aconteça, quer dizer, o atendimento dos pleitos, existem várias dificuldades no nosso País de ordem orçamentária, financeira que é o que está hoje pegando, mas eles estão se reunindo com o planejamento o tempo tentando achar uma solução para essa questão da carreira que é fundamental.

Nós hoje temos um outro problema que vai acontecer agora para todo o trabalho que são os contratos temporários que estão acabando. Então, os contratos temporários estão terminando agora em dezembro, janeiro até junho e são sete mil servidores. No nosso caso mesmo, a nossa Secretaria, a parte técnica pára e é uma coisa que está agora, vai acontecer agora. Então, nós não temos uma solução ainda para esse processo. Gostaria, inclusive, de colocar aqui para os Senadores que é um problema que está a nossa porta, a partir do momento que nós temos técnicos trabalhando que sabem que vão sair em janeiro que motivação essas pessoas têm se não tem ainda uma solução para elas?

E elas estão trabalhando com recursos públicos, estão trabalhando com projetos que são importantes para a nação. Isso é uma coisa que nós precisamos realmente discutir não só a questão da carreira que é importante está em curso, isso vai acontecer agora, sete mil pessoas vão sair do processo, pessoas que estão inseridas dentro de todo o trabalho técnico dos Ministérios não só do Ministério da Ciência e Tecnologia. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Joe Carlo Viana Valle, Secretário de Ciência e Tecnologia da Inclusão Social.

Passaremos agora para falar sobre os questionamentos colocados pelos Senadores e também para

suas considerações finais, o Sr. Nelson Simões da Silva, Diretor-Geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP - a quem eu passo a palavra.

SR. NELSON SIMÕES DA SILVA – Obrigado. Senador Flávio Arns, eu vou tocar nos dois pontos acho que mais específicos depois da resposta do Secretário. O primeiro tem a ver com o uso social de uma infra-estrutura avançada como uma rede de pesquisa. E eu queria chamar a atenção que muito do que se gera como produto de aplicação e de uso está sendo apropriado socialmente em várias áreas.

Então há uma lógica de trabalho na RNP que consiste em construir projetos de inovação com os melhores grupos da Academia, das várias instituições, das universidades, dos centros de pesquisas. Esses projetos geram soluções na área de tecnologia de informação e comunicação.

Por exemplO – Como montar uma rede sem fio, de baixo custo, em malha? Não dependendo de um ponto só, mas que vários pontos possam ter uma interdependência e com isso você, por exemplo, incluir nas franjas de um *campus* universitário uma comunidade que precisa ter acesso à internet ou em um local onde não há ainda uma infra-estrutura de qualidade, de telecom, gerar um processo de inclusão com uma cidade digital, algo como uma infra-estrutura eficiente e barata para a inclusão digital.

Então muitos produtos têm sido aproveitados em iniciativas públicas por vários atores e até por atores também da sociedade organizada. Quer dizer iniciativas dos governos municipais, estaduais. Alguns grandes projetos desse e esse em especial que cria os anéis nas capitais, ele gerou também uma participação muito forte da municipalidade. Nós olhamos o futuro e vemos que o poder, a capacidade de transformação a essa inovação que se apropria de novas tecnologias vai ocorrer na ponta. Vai ocorrer no nível do Município, da cidade, da comunidade.

Porque ao poder utilizar tecnologias novas e criar soluções adequadas a essa realidade você vence algumas barreiras importantes de infra-estrutura articulada, inclusive, com outros atores, empresas públicas, privadas, quer dizer, você gera uma solução. Alguns desses projetos, como eu falei, eu citei o caso de Vitória, mas isso vai ocorrer em Manaus, vai ocorrer em Florianópolis que é a próxima, aqui em Brasília também tem um entendimento no nível local, quer dizer, são exemplos de como um modelo, usando tecnologia de informação e comunicação, pode ser apropriado para um projeto de inclusão de escolas, para ligar os postos de saúde, para tornar aquilo um benefício mais amplo.

Nós acreditamos muito nessa capacidade de demonstrar impacto através da inovação. A infra-estrutura é de ensino e pesquisa, então, é um programa Interministerial, eu acho que é um programa de sucesso criado em 2000 pelos Ministros, um programa lançado em 99, mas começou a operar em 2000 e que tem essa visão de que essa inovação que conforma o sistema, que integra centros, universidades, EMBRAPA, Fiocruz, escolas agrotécnicas é também solução na forma de produtos, de modelos de gestão e de como lidar com esse novo ambiente da convergência, do uso de novas tecnologias para implantação de políticas públicas em várias outras áreas.

Então, nós temos uma preocupação e uma intenção de que isso possa ser reaproveitado e tenha realmente um resultado na inovação, na mudança, na forma como outras políticas públicas, em diversas áreas, têm favorecido o desenvolvimento social do País.

Acho também que parte de algumas dessas soluções, quer dizer, vão ser integradas dentro de desenhos que nós vamos criar com os atores do setor privado também. Quer dizer muito dos fornecedores que estão na indústria, por exemplo, de telecomunicações que estão apoiando o programa Interministerial do MEC e MCT a criar a essa infra-estrutura nacional, também aproveitam da forma como a RNP tem gerado essas redes para que o seu próprio negócio possa ser melhorado. A gente tem exemplos disso e isso tem a ver muito com a pesquisa de desenvolvimento de grupos de grande competência em certas áreas como comunicação ótica, computação distribuída, software que nós temos no Brasil.

Então, eu acho que também para o setor privado isso é fundamental. Ter um estímulo e um desafio de uma área de fronteira que possa criar e recuperar a capacidade da indústria no Brasil também de ter seus produtos e aprimorá-los e inová-los. Nós temos uma visão de que isso é importante. Do ponto de vista do MEC a importância de inclusão das escolas e de um desenho que permita isso é fundamental, a RNP tem sido instrumental nesse processo de discussão e de formulação de uma estratégia de sucesso que permita integrarmos as escolas e é muito importante que isso seja ressaltado e eu agradeço a pergunta nesse sentido.

O outro ponto tem a ver com modelo de gestão e que eu considero também uma das razões de sucesso do trabalho nos últimos seis anos na RNP. Quer dizer, a RNP nasceu no final dos anos 80 como um projeto do CNPq, um Projeto de Pesquisa, naquela época a internet era um objeto de pesquisa, quer dizer, hoje a internet esta nas nossas casas. Em que pese o valor dessas tecnologias, quer dizer, a visão consagrada pelo MEC e MCT em 99 foi de que era preciso dar uma institucionalidade àquela iniciativa. Isso foi feito na forma

de associação civil sem fins lucrativos que, em 2002, foi qualificada como uma organização social.

O MCT, o Secretário Schettino descreveu, tem cinco organizações sociais em distintas áreas, nós somos uma delas. É um modelo de gestão que viabiliza o fomento em certa área com uma associação civil sem fins lucrativos e é uma qualificação específica que declara aquela Instituição como uma organização social e permite que ela firme um mecanismo que é um contrato de gestão, cinco anos, metas, avaliação, acompanhamento de uma Comissão de especialistas de Ciência e Tecnologia, do tesouro, do planejamento no cumprimento destas metas.

Isso foi essencial porque essa é uma área extremamente dinâmica onde recursos humanos qualificados são essenciais e onde a capacidade e a flexibilidade de uma organização são fundamentais para se conquistar metas crescentes de desenvolvimento nessa área. Então a RNP é uma organização social que tem essa relação do fomento e do desenvolvimento tecnológico na área de redes e de educação em pesquisas para o Brasil. Os outros exemplos eu acho que são também meritórios e muito importantes dessa experiência do MCT, eu acho que os Srs. Senadores deveriam conhecer de perto as outras experiências como Mamirauá, o CGE, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, instituições que fazem coisas completamente distintas, mas que têm conseguido êxitos contínuos e crescentes graças a um modelo de gestão que tem facilitado, tem permitido avançar. Muito obrigado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com palavra Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só queria fazer uma pequena observação. Eu concordo com o senhor quando o senhor fala que isso dá uma flexibilidade, uma dinâmica. Eu sou favorável a isso também, não tenho assim objeção alguma, só que quando se transformou em organização social que é importante, ela deixou de ser uma associação sem fins lucrativos para se converter em uma organização social que é do interesse público e que é organizada de acordo com normas próprias de organizações sociais. Então só eu sugiro assim que, porque na apresentação pareceu, por isso que eu fiz a pergunta, porque apareceu associação sem fins lucrativos que não teria problema nenhum também e depois apareceu organização social, só que as duas são entidades diferentes que quando você tem uma organização social já a associação se forma dentro de regras pré-estabelecidas no Código Civil.

Associação sem fins lucrativos é uma ONG. A organização social, não. A organização social depende do interesse público, uma legislação própria para a formação, o que também é importante, é só verificar. Mas só, se V.Exª. permitir só, porque dentro da minha pergunta, eu acho que o que o senhor perguntou, falou também, sobre essa interação do MEC com as escolas, isso não está acontecendo, é um objetivo a acontecer, a ser perseguido, não é? Essa interação, essa rede com as escolas. Qual é a meta assim em termos só de tempo?

SR. NELSON SIMÕES DA SILVA – A política de uso definida para infra-estrutura que a RNP criou não incluía as escolas e não inclui até o momento as escolas. Nós estamos falando de uma infra-estrutura que hoje integra 300 instituições para um projeto necessário e urgente de 140 mil instituições. Então nós estamos falando de um projeto mais amplo. O que inclui sim, nesse instante e nós temos trabalhado com o MEC, com a Secretaria de Educação e Vigilância(F) (soa a campainha) e com outros atores no Governo é formular uma estratégia que nos permita de forma integrada e não será só a RNP, isso é um esforço que passa pela integração de políticas de universalização, o setor privado, a indústria de telecomunicações formular uma estratégia que nos permita integrar as escolas em um prazo, vamos dizer, de três, quatro anos, essas 140 mil. Quer dizer, há uma meta clara até o ano que vem de integrar as escolas de nível médio. Até o ano que vem e isso vai ser feito principalmente com ações como a infra-estrutura de telecomunicações do Ministério das Comunicações através do GESAC, que são conexões de satélite, mas independente dos meios e formas o que é importante é que essa solução esteja articulada às instituições, universidades, centros do interior e das capitais que vão ser aqueles que vão interagir no processo de comunicação e colaboração à distância. A RNP é parte de um processo de discussão das soluções.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Renato Casagrande, alguma coisa a mais ou não?

Eu queria dizer que essa é uma Audiência Pública, cujo assunto foi debater políticas e programas relacionados à área de Ciência e Tecnologia, por ocasião da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - 2007. Autoria do Requerimento Senador Flávio Arns e Senador Augusto Botelho. Os convidados foram os senhores Joe Carlo Viana Valle, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS - do Ministério da Ciência e Tecnologia; Nelson Simões da Silva, Diretor-Geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP; Sr. Luiz Fernando Schettino, Subsecretário da Subsecretaria

de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP - do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Eu queria parabenizar mais uma vez o Senador Flávio Arns pela autoria do Requerimento. Senador Romeu Tuma que estava acompanhando acaba de chegar, estávamos quase que terminando, aguardando somente V.Exª. para que possa fazer suas considerações.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP) – Essa, eu acho e continuo achando, uma inovação entre as Comissões desta Casa uma principal por tudo que tem ocorrido no mundo em razão do aquecimento.

Hoje pela manhã, Senador Heráclito Fortes, eu fiquei com pena dos ursos que estão morrendo afogados no pólo Norte. Viu, Senador Wellington Salgado, com o degelo porque o vento está levando o gelo para o Atlântico Sul que precipita dos descongelamentos e vários ursos brancos foram encontrados afogados. Então, quem disse que não está acontecendo nada é uma balela.

Então, essa discussão que se traz aqui, o Senador Flávio Arns a gente sempre tem um respeito enorme por ele porque ele se interessa por tudo aquilo que dá tranqüilidade de vida ao cidadão. É principalmente o aspecto da saúde que é uma influência muito grande a mudança de temperatura. Eu diria até pessoalmente que anteontem, à uma hora da manhã, estava chovendo, meia-noite, 11 horas, de repente eu acordei sufocado com o calor. Não pode ter uma mudança tão repentina se não tem algo estranho que esteja acontecendo, a exploração industrial sem respeito à natureza.

A gente que andou muito pela Amazônia tem sentido de perto e sabe que o homem na sua ambição, na sua ganância, está esquecendo das futuras gerações porque ele acha que vai viver mais cinco, dez anos, que se dane, não vai acontecer nada. E nós temos a preocupação, eu acho que a grande preocupação de V.Exª. quando propôs a criação dessa Comissão, o Senador Flávio Arns e todos que aqui participam, estão olhando o futuro.

Nós estamos olhando o futuro. Todos nós temos filhos, temos netos, vamos ter outras gerações e o Brasil está sendo praticamente um bom exemplo pelo que se discute dentro das Casas Legislativas para que se respeite à natureza. Então, eu até sinto não ter estado aqui durante a exposição, eu sempre pego as notas taquigráficas que além de tomar conhecimento a gente tem que guardar porque no futuro dizer: "Olha avisaram, vocês não tomaram conhecimento", então, a gente está pagando um alto preço porque não paga individualmente quem faz, pagam aqueles que sofrem a conseqüência de quem faz.

Então, eu queria cumprimentar V.Exª., o Senador Flávio Arns pelo Requerimento e os expositores pela juventude que ainda tem, os dois, e que tem uma grande preocupação com o futuro e dizia um dia o Fidel Castro, que a turma aqui critica muito, eu estive com ele, ainda não estava doente, e ele me disse, aí o Presidente Collor ia assumir, ele me falou: "Você conhece esse Presidente?" - Eu falei: "Conheço, ele me convidou para continuar trabalhando na Chefia da Polícia". - "Você tem coragem de levar um conselho pra ele?" - Eu falei: "Tenho, se for mensagem do senhor, eu levo com tranqüilidade". - "Diz para ele ouvir os mais velhos porque se eu soubesse o que eu sei hoje, eu não teria feito um monte de besteira que fiz". Então, temos que ouvir os mais velhos e os jovens aprenderem a fase da inteligência que é...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mais velhos só na idade.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Por isso que eu sempre bato um papinho com V.Exª. lá no cafezinho e em outras áreas.

Nada mais tendo a declarar, nada mais tendo a falar, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Muito obrigado.

(sessão encerrada)

Ata da 33ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 10 de outubro de 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e trinta minutos do dia dez de outubro de dois mil e sete, na sala treze, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente no exercício da Presidência, com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Ideli Salvatti, Gilvam Borges, Antônio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Expedito Júnior, João Ribeiro, Francisco Dornelles e Marco Maciel, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valdir Raupp, Wellington Salgado de Oliveira, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Maria do Carmo Alves e João Tenório. Justificam a ausência os Senadores Romeu Tuma e Cícero Lucena. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Marcelo Crivella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº.

21, de 2007-CCT, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer "..., nos termos constitucionais e regimentais, sejam formulados convites à Senhora Marilena Lazzarini, Coordenadora Institucional do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, ao Senhor Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, ao Senhor Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações e ao Senhor Topázio Silveira Neto, Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Telesserviços, a comparecerem a esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em data a ser marcada, para debaterem as propostas de regulamentação das atividades de telemarketing, expressas nos PLS 243/2004 e PLS 123/2007". Comparecem à Audiência Pública os Senhores Senadores Jarbas José Valente, Superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Topázio Silveira Neto, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Telesserviços – ABT; Maria Beatriz Corrêa Salles, Coordenadora de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; Marcos Diegues, Gerente Jurídico do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Renato Casagrande, autor do requerimento, Marcelo Crivella, Expedito Júnior, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho e Eduardo Azeredo. O Senador Renato Casagrande, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2007, com o que todos concordam. Extra-Pauta, Item ÚnicO – Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2007 de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que "Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; altera o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o parecer favorável e pela rejeição das emendas nºs 01 a 05 apresentadas é aprovado. O Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente no exercício da Presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Vice-Presidência, no exercício da Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Marcelo Crivella,** Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Havendo número regimental declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática que se realiza nesta data, dia 10 de outubro de 2007.

Iniciando os trabalhos desta reunião submeto à apreciação deste plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Sras. e Srs. Senadores que concordam com seus termos, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Sras. e Srs. Senadores a realização desta Audiência Pública atende ao Requerimento nº 21 de 2007 desta Comissão de autoria do Senador Renato Casagrande com o objetivo de debater as propostas de regulamentação das atividades de telemarketing expressas no Projeto de Lei do Senado 243 de 2004 que dispõe sobre as práticas de telemarketing, coíbe abusos e fraudes nesses serviços e implementa o registro nacional de chamadas. E o PLS 123 de 2007 que dispõe sobre a oferta de bens ou serviços e a solicitação de donativos de qualquer espécie por meio de chamadas telefônicas que tramitam em conjunto.

Para darmos início à presente Audiência, solicito ao Senador Casagrande que acompanhe os convidados para tomar assento à mesa. Sr. Marcos Diegues, Gerente Jurídico do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC, Jarbas José Valente, Superintendente de Serviço Privado da Agência Nacional de Telecomunicações, a Sra. Maria Beatriz Corrêa Sales, Coordenadora de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Defesa e o Sr. Topázio Silveira Neto, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Telesserviços - ABT.

Eu inicio passando a palavra ao nosso ilustre convidado Marcos Diegues que é Gerente Jurídico do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. V.Sa. tem dez minutos para proferir as suas considerações. E gostaria, em nome desta Comissão, agradecer a presença de cada um dos senhores.

Com a palavra o Sr. Marcos Diegues.

SR. MARCOS DIEGUES – Muito obrigado, Sr. Presidente. Senador Renato Casagrande. Um bom dia a todos.

Eu queria começar a minha exposição, principalmente, registrando o quanto está sendo importante para nós na condição de representante ou aqueles que

têm a pretensão de representar consumidores neste país a partir das organizações não governamentais de participar desta Audiência Pública na medida em que tem sido raro a gente acompanhar e opinar sobre iniciativas legislativas que não tenham no seu conteúdo, muito embora o grande objetivo dessas iniciativas seja positivo, não traga no seu conteúdo verdadeiros ataques ao direito já consagrado pelo Código de Defesa do Consumidor.

Talvez seja chover no molhado lembrar que o Código de Defesa do Consumidor existe desde 1990, nós temos aí dezessete anos de promulgação, quase dezessete em pleno vigor e ainda hoje muitas empresas relutam em reconhecer os direitos ali consagrados. Outras empresas não só relutam como simplesmente partem para o ataque e esses ataques são perpetrados tanto no Judiciário, na defesa em alguns processos judiciais e o exemplo mais emblemático é a ação direta de inconstitucionalidade movida pelas instituições financeiras, como no próprio legislativo e aí nesta casa nós temos um exemplo recente de um projeto de lei que pretendia, de uma forma ou de outra, em que pese a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na (ininteligível) dos bancos tentativa excluir essas instituições do Código de Defesa do Consumidor e é muito importante registrar através de uma audiência pública como esta esse projeto teve o seu pedido de arquivamento.

Existem outros exemplos, projetos de iniciativa na Câmara que tramita, salvo engano, já no Senado que tenha o objetivo de regular agências de turismo, agências de viagem, excluem os agentes de viagem da responsabilidade objetiva do Código de Defesa do Consumidor. E nós temos um projeto tramitando ainda na Câmara de suma importância que é o projeto de uso do solo urbano que traz verdadeiras perdas para o consumidor, muito provavelmente, esse projeto aprovado do jeito que está escrito nós teremos consumidores adquirindo lotes urbanizados ou não e depois impossibilitados de pagá-lo tendo que devolver esses lotes e ainda perdendo todas as prestações que pagou para adquiri-los. Então, por esses motivos eu quero registrar que esta audiência tem como objetivo um ou dois projetos de lei que estão, pelo menos, neste momento ainda imunes a esses ataques e, portanto, é absolutamente positiva e tem de uma maneira geral o nosso apoio.

Eu tratei os dois projetos aos quais eu tive acesso como se um tivesse conteúdo que pudesse ser complementar ao outro. Eu acho que dessa rápida avaliação da proposta eu acho que tem algumas disposições no PL 123 que podem, ao nosso ver, devem ser aproveitadas num eventual relatório final que traga aí propostas de unificação desses dois projetos ou de um substitutivo que pudesse ser aprimorado, vamos dizer assim.

Eu tomo a liberdade de apresentar essas considerações com o único objetivo de contribuir para o debate e tentar trabalhar nesse aprimoramento. O primeiro destaque que eu gostaria de fazer é com relação à definição da atividade ou daquele que é o agente ativo dessa atividade que se pretende regulamentar. Ao meu ver, é melhor a redação do Projeto de Lei 123 na medida em que não exclui as ligações que são feitas para telefones que não são residenciais. No art. 2º do art. 243 a definição do telemarketing ou marketing telefônico reduz as ligações feitas para residências na medida que trazem seu texto a expressãO – "mediante ligações telefônicas para residências particulares". E nós recebemos hoje ligações desse tipo também no nosso trabalho e também não podemos esquecer dos nossos telefones móveis.

Em segundo lugar eu gostaria de ressaltar num texto também contido no Projeto de Lei 243 no art. 7º que tomou o cuidado de garantir que as empresas que fizerem ofertas de fornecimento automático continuado de bens e serviços necessitem obter o consentimento prévio do consumidor quanto ao termo inicial e às condições de cancelamento. É absolutamente importante e preponderante para nós consumidores que aí haja também restrições ou condições às atividades ou esclarecimentos mais específicos com relação à renovação automática desses contratos, eventualmente, firmados neste momento. ExplicO – é muito comum nessas atividades que haja aquilo que nós chamamos de opção negativa, a pessoa adquire um produto ou um serviço por um determinado prazo e no vencimento, no momento da renovação a empresa age da seguinte maneirA – o contrato está renovado se o consumidor não disser o contrário. Do nosso ponto de vista essa atitude é absolutamente ilegal e, portanto, seria interessante que esse projeto contivesse algo ressaltando esse problema, além, daqueles que estão neste art. 7º.

Em terceiro lugar eu gostaria de chamar atenção para as chamadas, e isso está no art. 9º do 243, onde há limitação para que as empresas de telemarketing não possam realizar chamadas telefônicas a cobrar. Eu quero lembrar aqui um fato bastante comum hoje, aliás, no qual eu pessoalmente sou vítima, que tem um celular registrado numa área, viajo com esse celular e recebo chamados das empresas de telemarketing quando estou fora da minha área de registro. Isso, necessariamente, representa custo para o consumidor porque ele é obrigado a pagar deslocamento, home ou outro tipo de despesa por estar fora da sua área. As empresas de telemarketing, lamentavelmente, não

têm, não sei se teriam como saber, mas não têm a menor preocupação com relação a esse problema. É outro ponto que merece destaque.

Em quarto lugar eu gostaria de chamar atenção para o § 2º do art. 11 que fala no direito de solicitar o cancelamento do pedido efetuado para lembrar que o Código de Defesa do Consumidor traz, especificamente, o prazo de arrependimento, salvo engano, está no art. 49 que é de sete dias e o Projeto de Lei com a atual redação, muito embora garanta esse direito de cancelamento do pedido do consumidor não traz disposição específica sobre o prazo de arrependimento que deve prevalecer, no nosso entendimento, até porque esta lei remete ao Código de Defesa do Consumidor e, portanto, estaria garantido, mas vale o destaque...

(soa campainha)

... Principalmente, porque há uma solicitação de cancelamento atribui ou transfere para o consumidor as despesas decorrentes desse cancelamento.

Com relação às sanções administrativas eu prefiro a redação do Projeto de Lei 123 que diz que as sanções a serem aplicadas serão aquelas da Lei 8.078, ou seja, o Código de Defesa do Consumidor. Lá existe todo um processo de sanção administrativa que é bastante interessante, existe um decreto que regulamenta essa atividade, me parece então, que esta é a melhor redação.

Para finalizar, eu só queria relatar aqui uma experiência, já que a justificação de um dos projetos fala nas experiências norte-americanas, eu queria lembrar ou dar notícia de que a Austrália, recentemente, aprovou uma lei semelhante onde cria esse banco de dados chamado por eles *dunot call*(F) e que lá eles encontram hoje já no exercício desses direitos, já com esse sistema funcionando, eles encontram dois problemas e que, eventualmente, pode ser interessante isso aqui para este momento ainda de discussão do nosso Projeto de Lei que são, primeiro lugar: a exclusão do chamado marketing político, eles ainda sofrem com isso e o Projeto de Lei exclui os contatos de propaganda política, isso eu acho que é uma coisa interessante para que se pense e um outro problema que ele estão enfrentando são as chamadas feitas a partir de algum local fora da Austrália, chamadas essas, empresas essas fazem essas chamadas contratadas por empresas australianas para escapar da lei nacional fazem as chamadas de fora do país para a mesma prática que é aquela que nós já assistimos num futuro não muito distante com relação às chamadas disque sexo e que os anúncios para as chamadas para esses números vinham nos jornais como ligações internacionais sem que fossem, cabalmente, identificadas que seria uma ligação internacional.

Eu acho que, se eu entendi direito, o sinal era para que eu encerrasse a minha fala. Eu peço desculpas por ter extrapolado um pouco. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nós que agradecemos a participação de V.Sa.

Com a palavra o Superintendente de Serviço Privado da Agência Nacional de Telecomunicações, Jarbas José Valente.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Obrigado, Senador Marcelo Crivella, mui digno vice-presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação do Senado Federal. Senador e Relator da matéria Renato Casagrande, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer esse convite em nome da Anatel para debatermos um tema de tamanha relevância e tamanha importância.

Nós concentramos a nossa discussão e a nossa representação sem discutir o mérito da matéria em si, da relevância que ela tem que ter ou se precisa ser, até onde precisa ser regulada ou não.

A nossa participação vai ser no sentido de como a Anatel pode contribuir para que esse projeto possa vir a executar de uma forma bastante eficaz e que algumas atribuições que foram alocadas à Anatel, no nosso entendimento, a Anatel talvez não seja o órgão mais adequado, mas a Anatel não foge da responsabilidade de poder contribuir para que isso seja ajustado e, de alguma forma, seja feito.

Eu vou mostrar um pouco o que está hoje como competência do órgão regulador até onde nós estendemos a nossa competência, como que esse tipo de projeto, não estou falando especificamente, basicamente do cadastro que deverá ser feito, poderia ser operacionalizado e até onde a Anatel pode contribuir com esse processo e quais os órgãos que a gente entende federais que podem, em parceria, atuar.

Primeiro o que está na Constituição Federal é que compete à União e aí no inciso XI explorar diretamente ou mediante autorização, concessão, permissão o serviço de telecomunicações nos termos da lei que disporá sobre a organização do serviço a criação de um órgão regulador entre outros aspectos institucionais.

Então a Anatel foi criada, já previsto pelo que está na Constituição Federal, como a agência que regula o setor de telecomunicações nas relações entre as operadoras de telecomunicações do ponto de vista de concorrência, nós instruímos todos os processos da ordem econômica e também nas relações de consumo, nós substituímos nesse caso o DPDC entre os consumidores e as operadoras de telecomunicações.

Aí está na Lei Geral de Telecomunicações logo no art. 1º: "compete à União por intermédio do órgão

regulador nos termos das políticas estabelecidas pelo Poder Executivo e Legislativo organizar a valorização dos serviços de telecomunicações". Então está sempre falando do serviço de telecomunicações. § ÚnicO – "a organização incluiu entre outros aspectos disciplinamento e a fiscalização da execução, comercialização e uso dos serviços e da implantação e funcionamento de rede de telecomunicações, bem como da utilização dos recursos de órbita e espectro de radiofreqüência". Então tudo aquilo que vincula a prestação do serviço entre operadora e o consumidor final na forma de uso bem eficiente do serviço de telecomunicações sem entrar no mérito do que está sendo transportado pelas redes de telecomunicações. É um exemplo claro na próxima que também na lei define o que é serviço de telecomunicações. O serviço de telecomunicações é um conjunto de atividades que possibilita a oferta de telecomunicações. Aí telecomunicações é a transmissão, emissão, recepção por fio, radioeletricidade e meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnéticos de símbolos, caracteres, sinais escritos, imagens e sons ou informações de qualquer natureza, sem entrar no mérito dessas informações. A estação de telecomunicações é um conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de telecomunicações, seus acessórios e periféricos. E foi criado no art. 61 o que é serviço de valor adicionadO – é a atividade que acrescenta um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte com o qual não se confunde novas utilidades relacionadas a acesso, armazenamento, apresentação, movimentação e recuperação de informações. Serviço de valor adicionado não constitui serviço de telecomunicações, classificando o seu provedor como usuário de serviço de telecomunicações que lhe dá suporte com os direitos e deveres inerentes a essa condição. E aí cabe uma explicaçãO – todos os provedores de acesso à Internet no Brasil não são regulados pela Anatel e nem os seus usuários, os seus usuários, toda a relação dos usuários dos provedores são regulados pelo Código de Defesa do Consumidor e aí o DPDC e os Procons que atuam diretamente entre o usuário do provedor de serviços de valor adicionado e todos os provedores de acesso à Internet, os bancos de dados e etc.

Nesse caso específico, que é a próxima transparência, eu fiz um quadrinho onde está discutindo a política para definição da lei que regulará então os processos de telemarketing. Nós temos ali no meio as empresas de telecomunicações que são então reguladas pela Anatel, a relação dessas empresas de telecomunicações com seus usuários, do lado esquerdo as empresas de telemarketing que são usuárias de empresa de telecomunicações e do outro lado os usuários do serviço de telecomunicações.

A pretensão que se coloca como Projeto de Lei é criar um registro nacional desse cadastro para que essas chamadas não sejam efetuadas sem a permissão do usuário final que está recebendo. Então o usuário final teria que cadastrar o seu número e os seus dados nesse banco de dados nacional e as empresas de telemarketing seriam obrigadas a consultar esse banco de dados antes de efetuar uma chamada para aquele usuário, caso o nome dele conste nesse banco de dados ela não poderia efetuar sob pena de multas e multas bem estabelecidas.

Então, a relação que tem clara entre a empresa de telemarketing e o usuário de telecomunicações e a relação entre consumidores, vão estar protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor. Então a Anatel nós não regulamos... A relação entre a empresa e o usuário de serviço de telecomunicações e o usuário telecom, caso venha ser regulado, esse registro nacional de telecomunicações. Então pelo que a gente viu no projeto, o projeto estava colocando como atribuição e obrigação da Anatel não só construir esse cadastro, administrar esse cadastro, gerenciar esse cadastro do ponto de vista nacional. Hoje nós não gerenciamos cadastro nenhum. A obrigação da Anatel é de regular e transferir essas obrigações para as operadoras, as operadoras é que têm essa atribuição.

Então para que os senhores tenham idéia a portabilidade numérica que será estabelecida a partir de março do ano que vem onde cada cidadão vai poder trocar o seu número, ou seja, sair, mudar de operadora mantendo o seu número, essa estrutura do cadastro único de todas as operadoras de telecomunicações tanto de telefonia fixa como telefonia móvel está numa instituição que elas criaram uma instituição sem fins lucrativos bancadas por essas operadoras, onde contém todos os registros de todos os endereços e números de todos os usuários do serviço de telecomunicações para quê? Para facilitar toda a troca de tráfego que haverá entre essas operadoras quando o usuário solicitar uma delas que queira mudar de operadora e queira manter o seu número específico. Então a Associação Brasileira de Recursos tem essa estrutura já pronta para, caso, venha a se discutir como isso pode ser feito. Então da forma como o projeto está não é atribuição da Anatel, mas cabe a gente discutir até que ponto a Anatel pode entrar no processo junto com o Ministro da Justiça para viabilizar que as operadoras então, de alguma forma, sejam envolvidas no processo para que isso seja então armazenado, de alguma forma, num banco nacional se isso vier a ser a solução.

Agora do ponto de vista de regulação e de fiscalização, nós entendemos também que não é atribuição da Anatel, porque hoje nós não regulamos nem entre usuário, um provedor de acesso à Internet, a Anatel não penaliza, não dá multa; não temos essa competência, essa competência nós entendemos que poderia ficar com o Ministério da Justiça, no caso do DPDC, e não envolve o CADE porque aí não tem envolvimento entre as operadoras de telecomunicações para que os Procons então possa executar, caso venha o entendimento, a aplicação dessa multas. Nos Estados Unidos foi assim que foi feito. O órgão ao qual ficou responsável é o FTC – *Federal Trade Commission*, que é o equivalente no Brasil ao DPDC e ao CADE. Então é esse o órgão americano que recebeu a responsabilidade de fiscalizar, que esse banco de dados foi criado onde tem essas chamadas caso a operadora de telemarketing não consulte e venha a reclamação para que seja aplicada a penalidades. Isso pode ser muito bem implementado e aí eu acho que os órgãos de defesa do consumidor poderiam muito bem interagir. Também a possibilidade se não for possível colocar na ABR, se achar que essa ABR não seja mais conveniente, qualquer outra instituição também de responsabilidade, de estrutura que também poderia ter um cadastro equivalente a isso.

Só para também lembrar aos Srs. Senadores a próxima transparência...

(soa campainha)

... Por que nos Estados Unidos foi colocado? Nos Estados Unidos a forma de pagamento é o que nós chamamos de *mobile part paise*(F) quem paga é quem recebe a chamada. Então imagina, independentemente, toda vez que você recebe uma chamada paga. Então você imagina toda hora uma empresa de telemarketing e o cidadão, além, de estar atendendo ao telemarketing está tendo que pagar. No Brasil é o contrário, quem chama é quem paga, exceto quando, por exemplo, a pessoa está em *home* num celular e que aí está em *home* ele paga uma ligação de longa distância, então também tem ônus, pode ter ônus para o usuário, mas o volume que levou os Estados Unidos a criar foi um pouco diferente do Brasil, não que no Brasil não possa ter algo que possa vir a disciplinar esse processo.

Então, basicamente, é isso. A última transparência é só para dizer como é que foi feito nos Estados Unidos. O órgão lá responsável equivalente ao CADE e DPDC aqui no Brasil. E no Brasil nós temos essa Associação Brasileira de Recursos de Telecomunicações onde hoje nela está hospedado todo o cadastro do serviço de telecomunicações para permitir o *home* ou a idéia, podia ser colocado também com a Co Institute(F) também que tem a mesma idoneidade desse que foi criado. E a fiscalização, no nosso entender, logicamente, como é relação de consumo, de consumidores poder ficar a cargo do CADE e do DPDC. Essas são as nossas sugestões ao projeto e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Sr. Jarbas José valente. Passo a palavra imediatamente à Maria Beatriz Corrêa Sales, Coordenadora de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça. V.Sa. tem dez minutos para sua exposição.

SRA. MARIA BEATRIZ CORRÊA SALES – Bom dia Exmo. Sr. Senador Marcelo Crivella vice-presidente dessa Comissão, Srs. Senadores presentes, senhoras e senhores. Eu fico feliz de que o Marcos Diegues tenha me antecedido, ele os poupou das minhas considerações sobre a lei, as deles são muito melhores.

Eu gostaria aqui rapidamente de falar do quanto o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor fica satisfeito com essa matéria tão importante para o consumidor brasileiro estar sendo discutida por todo Brasil. Sim, há dois projetos aqui no Senado Federal, um de autoria do Senador Expedito Júnior, um de autoria da Senadora Roseana Sarney, há um Projeto de Lei que foi aprovado no município de Porto Alegre regulando essa questão, criando um cadastro negativo de consumidores, um cadastro de consumidores que não querem ser importunados com ofertas, com pedidos de ajuda de entidade de caridade com marketing político. É claro que essa lei foi considerada inconstitucional, não é de competência do município a regulação da matéria, por isso é tão importante que nós estejamos aqui hoje discutindo sobre a regulação dessa matéria em âmbito federal.

Eu rapidamente gostaria de falar que essa é uma tendência, a tendência de consumidor se escusar de ofertas, se amparar na lei para não ser exposto à publicidade, isso aconteceu em São Paulo, em São Paulo não há mais *outdoors*, as placas de propagandas têm tamanhos bastante limitados e, tenho certeza, que vai acontecer com telefonia. O consumidor brasileiro não quer mais receber ofertas inoportunas. Isso tem razões econômicas sim. No Brasil não se paga pela ligação que se recebe a não ser que se esteja em *home* e *home* é cada vez mais comum. É enorme a quantidade de aparelhos celulares existentes no país. No entanto, não é a única forma de medir a importância econômica dessa medida. Pessoas recebem ligações e perdem tempo com isso. Essas ligações atrapalharam seus negócios, atrapalharam suas reuniões, atrapalham seus afazeres e isso para quem não quer e vai ter que dizer que não quer, o consumidor tem o ônus de comunicar que não

quer receber ligações de telemarketing. E, tenho certeza, de que o consumidor que não deseja vai comunicar disso ao sistema de informações e, tenho certeza, por outro lado, que as empresas de telemarketing vão se esforçar para que a sua oferta pareça atraente, para que o seu serviço pareça útil para o consumidor, coisa que apesar de todas as tentativas já auto-regulamentação do setor não houve até hoje, o consumidor brasileiro não sentiu isso. Então, a importância desse cadastro é enorme para o consumidor e também para o serviço de telemarketing.

Eu vejo que talvez aqui a nossa dúvida, a nossa dúvida no Governo Federal seja para quem confiar, a quem confiar esse cadastro, a quem confiar responsabilidade de formar esse cadastro.

A Anatel é o órgão regulador, a regulação inclui organização e a Anatel regula o uso do serviço. As ligações feitas para o oferecimento dos serviços utilizam o serviço de telecomunicações, portanto, eu acredito que esteja assim dentre as competências da Anatel fazê-lo, organizar e cuidar desse cadastro e, sobretudo, eu acho que a Anatel tenha a expertise na relação com as empresas de comunicação.

Eu vejo que o modo mais fácil, o modo previsto no Projeto de Lei 243 é a comunicação do consumidor, a empresa que lhe oferece o serviço de telecomunicação, a empresa com a qual ele tem relação. Então em São Paulo o consumidor vai ligar para a Telefônica, em Brasília ele vai ligar para a Brasil Telecom e essas empresas que já detém um cadastro com todas as informações desse consumidor vai criar um campo a mais e com certa periodicidade vai alimentar o cadastro nacional. Isso tudo isso, é claro, tem que ser pensado e regulamentado por decreto. Mas eu acredito que a Anatel tenha não só expertise, mas um grau de comunicação, um grau de supervisão que para ser alcançado pelos órgãos de proteção em defesa do consumidor pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor leva tempo, e eu acho que é um tempo que o consumidor brasileiro não quer esperar, não pode esperar e, eu tenho certeza, que o Senado Federal, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática vai estudar e, claro, com a nossa colaboração, eu acho que o Governo Federal está disposto a hospedar esse cadastro seja em que órgão se decidir que ele será hospedado e urgente é que se o crie, que se aprove uma lei regulamentando esse tipo de serviço desde o horário possível até como se deve dar a oferta, como se deve dar a identificação da empresa.

O Marcos Diegues falou aqui na pequena modificação que o Projeto 243 imprime na venda à distância, o consumidor passaria a ter o ônus pelas despesas da devolução da mercadoria e isso contraria o Código de Defesa do Consumidor que foi aprovada, e eu digo isso com orgulho, por unanimidade, pelas Casas desse Congresso Nacional e na época houve toda uma discussão sobre como esse tipo de devolução, esse tipo de conduta do consumidor que tem prazo certo, um prazo curto de sete dias já está previsto nas despesas, faz parte do risco do negócio de quem vede à distância. E eu acredito que essa parte do PL 243 deva ser adequada ao Código de Defesa do Consumidor que já regula a matéria.

Eu vou usar menos tempo do que eu poderia. Gostaria que o debate após, é claro, a fala do Dr. Topázio e a fala do Senador Marcelo Crivella que esse tempo foi aproveitado num rico debate. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado a Sra. Maria Beatriz por sua explanação.

Passo, imediatamente, a palavra ao Dr. Topázio Silveira Neto, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Telesserviços. V.Sa. dispõe de dez minutos para decorrer os seus pensamentos.

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – Muito obrigado Senador Crivella, muito obrigado Senador Renato Casagrande pela oportunidade, cumprimento os colegas da mesa, Srs. empresários do setor de telesserviço, trabalhadores e profissionais do setor, minhas senhoras e meus senhores convidados.

É para a Associação de Telesserviço uma oportunidade única participar de uma Audiência Pública como esta para poder falar um pouquinho do setor e um pouco daquilo que a nossa razão de existência que é, efetivamente, o atendimento às necessidades do consumidor.

Se nós formos ver que o nosso Código de Defesa do Consumidor tem alguma coisa como 15 anos, Dra. Beatriz me corrija se eu estiver errado. O setor telesserviço teve um papel fundamental na consolidação desse processo através das tão conhecidas centrais 0800 que no Brasil foi a mola propulsora da consolidação e do exercício do direito do consumidor que ele adquiriu através do Código de Defesa do Consumidor, porque basta ele acessar no terminal telefônico, ligar na central 0800 e exercer o seu direito, seja reclamando, seja pedindo a devolução do seu produto, seja fazendo uma sugestão e assim por diante. De maneira que nós nos sentimos muito confortáveis de discutir esse assunto que hoje é pauta da Comissão que é o ordenamento das ligações de telemarketing ativo, entendido telemarketing ativo como aquelas ligações que são originadas por um vendedor ou uma empresa prestadora de serviço de telemarketing ou de Call Center a um consumidor previamente selecionado.

Rapidamente, só gostaria de dar um perfil da Associação Brasileira de Telesserviços, ela congrega hoje às empresas que se dedicam à atividade de telemarketing e call center central de relacionamento, seja o nome que nós possamos dar a essa atividade que desenvolvemos não só àquelas empresas que fazem terceirização de serviços, mas também àquelas companhias que tem os seus próprios call centers, as suas próprias centrais de relacionamento. Essas entidades são representadas no mercado nacional pela ABT que possui aproximadamente 400 associados e está há 20 anos do mercado. São mercados que cresce como o mercado brasileiro vem crescendo com uma característica, deverá empregar, Senador Crivella, ao final desse ano mais de 800 mil trabalhadores de maneira direta, tendo esses empregos muito direcionados ao público jovem que tem no setor a sua primeira oportunidade de trabalho, exatamente porque esse é um setor formador, então mesmo que você não tenha experiência nós conseguimos lhe ensinar a trabalhar, e você trabalha com o que há de mais moderno é o relacionamento com o consumidor e as relações e transações virtuais que é a tendência do mundo. 75% dos nossos trabalhadores são mulheres, sendo que destas mais de 10% são mulheres acima de 40 anos que pretendem voltar ao mercado de trabalho e encontram no setor uma boa oportunidade.

Obviamente que essa discussão toda é gerada e foi gerada a partir de uma experiência americana de quatro, cinco anos atrás na criação do *Dunot call list*(F) com a intenção de defender o direito do consumidor americano que vinha sendo, a palavra pode ser usada, massacrado, por mais de 50 ligações por mês em média de operações de telemarketing de venda nos Estados Unidos. Ora, cabe aqui até para nossa reflexão uma pequena diferença entre o mercado americano e o mercado nacional. Nós temos um mercado maduro, um mercado onde a indústria de call center está estabelecida desde a década de 50, um mercado que conta com mais de 50 mil empresas de telemarketing registradas nos Estados Unidos, um mercado onde o consumidor tem todos os canais de acesso para que ele efetive as suas relações de consumo, seja nas pequenas, nas grandes e nas médias cidades, e de qualquer forma hoje ele pode acessar as relações de consumo, um mercado que se acostumou a fazer o que os americanos chamam de ligação fria, ou seja, você pegar um determinado número telefônico e varrer aquele prefixo do número 0001 ao número 999, seja lá quem for que atenda do outro lado, até porque eu não tenho custo de ligação, quem paga é o consumidor, seja lá quem atenda do outro lado eu fazer abordagem do produto que for. Então eu ofereço produtos infantis para quem não tem filhos e cartão de crédito para quem não tem renda. Então esse era o mercado americano e dizer que essa lei aprovada nos Estados Unidos foi fruto de uma grande discussão que levou mais de sete anos discutindo com toda a sociedade do que deveria ser feito para coibir esse abuso. Não tendo chegado a nenhuma conclusão de auto-regulamentação, de limitação do trabalho das empresas e etc. se optou pela lei que foi implantada nos Estados Unidos.

Nós vivemos no Brasil num ambiente completamente diferente desse que eu estou descrevendo. O modelo brasileiro de empresas de telesserviço ou de call center é diferente do modelo americano. No Brasil hoje nós temos companhia que empregam 50 mil trabalhadores, 50 mil trabalhadores numa companhia só e não é uma só, são duas companhias brasileiras empregando mais de 50 mil trabalhadores. Então há uma forte concentração no mercado nacional em termos de empresas organizadas do setor de call center. Nós podemos reunir numa sala dessa 90% do mercado desses 800 mil empregos porque são empresas pontualmente identificadas. Agora também há que se fazer distinção do mercado nacional e do mercado americano pela informalidade da economia, uma economia onde 50% do PIB, segundo estatística, não está na economia formal, qualquer empresa não registrada pode ter acesso a um terminal telefônico e fazer a campanha de telemarketing que bem entender. Então quando nós pensarmos em defender o direito do consumidor, que, de novo eu digo, a Associação tem todo interesse nisso porque esse é o objetivo final, manter o consumidor satisfeito porque ele é que nos dá trabalho, nós temos que saber que qualquer lista, cadastro e etc. que nós possamos criar, sempre vão ficar sujeito à informalidade da economia e, portanto, uma dificuldade de controle e penalização sim daquelas empresas que estão estabelecidas e que se sabe o endereço e que você pode ir lá reclamar da empresa. Quem me impede de fazer uma ligação em nome de um cliente que não sou eu e causar um transtorno danado para esse cliente que foi nomeado na ligação. Quem me garante isso? Quem me garante que o consumidor vai saber identificar se essa ligação veio da empresa x, y ou z? Quem me garante que o consumidor vai saber identificar se essa ligação não veio aqui do nosso país vizinho, do Paraguai de Cidade Del Leste onde a maioria da população fala português e que hoje tem uma legislação extremamente favorável à implantação de empresa de call center onde o encargo social sobre a folha de salário é de apenas 30%? Quem me impede isso? Então essas questões são questões importantes que a Associação tem todo o interesse de discutir achando que o Programa

Brasileiro de Auto-regulamentação que as entidades criaram há um e meio pode ser uma saída sim para que a gente regulamente a atividade sem impedir ou sem criar uma lista que dificilmente seria controlada no ambiente empresarial e de consumo que nós vivemos, mas regulando horários, regulando formas de abordagem, regulando o direito do consumidor de pedir a sua exclusão daquele cadastro, daquele produto por um determinado prazo regulando a forma de abordagem onde a empresa tenha que se identificar, dizer qual é o objetivo da ligação, interromper a ligação a qualquer pedido do consumidor.

As questões levantadas na mesa, de maneira muito apropriada, com relação aos custos, eu diria o seguinte: hoje a nossa base de telefonia celular é, na sua grande maioria, de terminais pré-pagos, que também é uma diferença dos outros mercados do mundo. Então o terminal pré-pago nós eliminamos muito dos problemas a questão de *home* e etc.

Então temos que avaliar tudo isso sob pena de nós criamos uma legislação sem ouvirmos a sociedade como um todo, porque, normalmente, as nossas opiniões, e eu incluo a minha aqui também são muito baseadas na nossa experiência de consumo. E quero dizer que nós aqui nessa sala não representamos 2% do mercado de consumo brasileiro, as pessoas que realmente consomem não estão aqui nessa sala ou aquelas que querem ter acesso ao mercado de consumo. Se você entender que vender por telefone hoje é a forma mais barata de vender, é o canal de distribuição mais barato que existe e que comunidade do interior desse país nas cidades mais distantes podem ter acesso ao mercado de consumo via telefone, de maneira barata, de maneira segura, de maneira ágil e rápida nós criarmos uma legislação que restrinja isso tudo é muito perigoso. Mas aí nós podemos dizer o seguinte: não, Topázio, mas só colocará o nome na lista aquelas pessoas que não tiveram interesse. Pois bem...

(soa campainha)

... Eu concordo com esse argumento, agora nós temos que pensar o seguinte: para a atividade privada ficar trabalhando diariamente sobre a espada de ser multada, ter o seu registro suspenso etc. e etc. por conta de uma base de dados que ela não tem controle, que ela não conhece quem está controlando, que não é o cór(F) de uma entidade que está controlando aquela lista. Falamos da Anatel, a Anatel tem uma outra missão muito mais espinhosa que é regular o mercado de telefonia no país. Cuidar de uma base de dados desse tipo com a agilidade que nós precisamos seria muito difícil.

Então, encerrando para não estourar o meu tempo, eu gostaria de deixar clara a nossa posição favorável à regulação de toda e qualquer atividade que beneficie o consumidor, porém, o nosso desacordo em implantar essa regulação nos moldes dos projetos de lei do Senado ora citados com a criação de listas restritivas.

Nós estamos dispostos a discutir, a pesquisar, a ouvir o consumidor, a ser parceiro dos órgãos de governo, dos órgãos de Defesa do Consumidor para saber, efetivamente, o que o consumidor está querendo e como ele quer se posicionar nesse sentido, mas fazer isso de maneira que não prejudiquemos o volume de empregos que nós geramos, não prejudiquemos as empresas legalmente estabelecidas e que contribuem e pagam impostos nesse país e não prejudiquemos, por último, o consumidor que quer continuar, sim, tendo acesso às novidades do mercado, aos novos produtos que ele pode adquirir e se não o quiser basta dizer que não quer atender a ligação e desligar o telefone. Essa é a ferramenta e o direito que não se tira nem por decreto, nem por projeto de lei, e nem por nada do consumidor brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Sr. Topázio Silveira Neto.

Passo a palavra, imediatamente, ao Senador Renato Casagrande autor do requerimento. Antes, porém, quero dar aqui conhecimento à Comissão de que chega a essa mesa um comunicado do Senador Cícero Lucena dizendo que a sua ausência se deve ao fato de estar em missão oficial na cidade de Frankfurt, Alemanha no período de 8 a 11 a outubro.

Senador Casagrande V. Exa. tem a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella. Quero agradecer a participação de cada um aqui do Marcos, do Jarbas, da Maria Beatriz e do Topázio. Eu acho que vocês levantam um tema, é um tema que está claro, tem posições distintas e diferentes. Eu acho que a função do Congresso equilibrar um pouco essas visões distintas e o objetivo da nossa Audiência Pública é este, a gente tentar ver que caminhos nós temos que na regulamentação, o Topázio não apresentou os itens do trabalho de regulamentação, mas deve ter algum. Você já deve ter, você já tem uma regulamentação que norteia o trabalho das empresas, Topázio?

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – Senador nós temos o que nós chamado de PROBARE que é facilmente conhecido através do site www.probare.org, não tem o Br, e que tem os dez itens de um código de ética da atividade que regula, como falou a Dra. Beatriz, regula horários, forma de abordagem, padrões.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – O horário pela PROBARE vai até que horas?

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – O horário pelo PROBARE vai de segunda à sexta-feira das 9 da manhã às 21h e aos sábados das 10 às 16h sendo proibido qualquer tipo de abordagem aos domingos e feriados nacionais.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Então das 9 às 21 e sábado das 10 as 16. É isso?

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – E nunca aos domingos ou feriados nacionais.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Horário e mais o que é que vocês regularam?

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – Além do horário a forma de abordagem onde o agente deve se identificar ao início da ligação que se trata de uma ligação de telemarketing. Além disso, as questões que corroboram com a defesa do consumidor ou reforça de não venda para crianças e adolescentes, o poder do consumidor de desligar a ligação e pedir que seu nome seja excluído dos cadastros e das campanhas que estão sendo trabalhadas. E aí nós vamos listando os dez pontos que fazem com que uma operação de televenda seja uma operação profissional e de interesse do consumidor.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Então, veja bem. Nós temos um setor que, de fato, gera uma quantidade significativa de emprego no país, mas pelos projetos que nós estamos tramitando aqui, um do Expedito Júnior que é o Projeto 123 e o outro da Roseana Sarney. A nossa idéia é tentarmos ver se a gente consegue aqui fazer um substitutivo que possa incorporar o que tem de bom nos dois projetos e melhorarmos de acordo com a contribuição que vocês podem nos dar e já estão nos dando aqui nesse debate.

Tem a polêmica criada, o cadastro já está aqui, criada a polêmica, as empresas que trabalham na área não acham que seja necessário e os institutos do defesa do consumidor seja não governamental e seja o governo através do Ministério da Justiça acha que devemos ter cadastro. Caberá aqui ao Congresso definir se nós teremos ou não o cadastro depois desses debates, é lógico que não é a última comissão, isso aqui vai ainda para a Câmara, para o debate na Câmara.

Então assim o cadastro, eu acho que nós devíamos debater um pouco mais, o cadastro, se nós temos alguma coisa que possa substituir o cadastro, tem algum mecanismo que possa substituir o cadastro? Tem alguma identificação na chamada telefônica que poderia substituir o cadastro? Tem algum número que pudesse ser regulamentado pela Anatel que pudesse identificar que aquela chamada é uma chamada da empresa e que a pessoa tem o direito por ser telefone celular atender ou não? Tem alguma coisa que possa substituir o cadastro que é um ponto de conflito entre os consumidores e as empresas que prestam serviço? Se nós não tivermos empresas nós não teremos consumidor, se nós não tivermos consumidor nós não teremos as empresas, então nós temos que ter um ponto de equilíbrio. A outra é o horário. Tem um debate nem a Maria Beatriz e nem o Marcos Diegues entraram na questão do horário da prestação do serviço. Vocês acham que 9h é um limite adequado? Vocês acham que esse horário é um horário que deva ser modificado? Vocês têm alguma coisa para comentar com relação ao horário?

SRA. MARIA BEATRIZ CORRÊA SALES – Eu acho que nesse ponto o Projeto de Lei 423 da Senadora Roseana Sarney é muito feliz. Traz um horário das 8h30 às 18h30, um horário comercial, 21h já é tarde, o consumidor está jantando, está assistindo à novela. Eu acho injusto que seja incomodado no período da noite.

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – Hoje o setor inteiro de call center trabalha em dois turnos de seis horas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Só estamos debatendo o horário agora. Então assim, tanto o IDEC como a (ininteligível) defende um horário de 18h30. Não é isso?

SR. MARCOS DIEGUES – Eu tinha anotado aqui, mas por conta do tempo eu deixei.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Mas essa é a defesa. Pois não, Topázio.

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – Hoje o setor inteiro de telesserviço e call center trabalha doze horas por dia em dois turnos de seis horas. Os nossos trabalhadores têm horários de seis horas diárias o que os permite fazer faculdade e outras coisas. No horário proposto no Projeto de Lei praticamente eliminamos 30 a 40% da mão-de-obra do setor, porque está restringindo ao horário comercial sendo que às 8h da manhã ninguém consegue ligar para casa de ninguém às 8h da manhã, nós já não fazemos isso exatamente porque 8h da manhã muitas pessoas estão dormindo, as pessoas estão em casa se sentem incomodadas, mas até do que receber uma ligação às 20 ou 21h, no máximo. Então nós defendemos o horário das 9 às 21 por experiência nossa de muitos anos e sabemos que é o horário que as pessoas estão mais dispostas a receber uma ligação, eventualmente, atender ou não atender, desejar conversar sobre aquele produto ou não das 9 às 21h sem maior problema com relação às abordagens.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Casagrande V. Exª. me permite aqui um aparte? Acho que esse processo que V. Exa. está implementando aqui é inusitado, mas eficiente

para gente levantar a questão e debater. Agora V. Exa. não permitiu que o nosso Jarbas José valente falasse sobre aquela idéia sua que é o seguinte: a Anatel tem condições de dar a essas chamadas de call center, de telemarketing, o que for, um dígito que a pessoa possa atender ou não, identificar. É possível o senhor responder essa pergunta do Senador Casagrande?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Obrigado Senador. Eu acho que muito bem colocadas as duas manifestações dos senhores, até também para dirimir, eu acho que ficou uma dúvida com a Dra. Beatriz quando eu disse que a Anatel não tem na sua atribuição de ser hospedeira do cadastro e gerenciamento do cadastro diretamente, como isso quem tem hoje é o SERPRO. O SERPRO tem na sua essência na lei que ele hospeda todo o cadastro e administra toda a estrutura computacional. Cabe à Anatel regular, eu acho que esse é o ponto correto. Então regular de que forma? Então essa seria uma atribuição, por exemplo, de obrigarmos que as operadoras ao recebermos uma chamada de um determinado cidadão que não queira, ela, de alguma forma, encaminhar esse número para o cadastro nacional que está lá na ABR para que ele fique lá marcado para quem for consultar depois não possa, é uma questão a ser regulamentada, mas não é uma atribuição para que fique dentro e hospedado dentro da estrutura da Anatel. Isso que eu quis dizer. Então o que tem que discutir é a forma de como regulamentar. Da mesma forma também das N possibilidades que tem, por exemplo, com criação de planos de números específicos para ser criado é algo a se pensar, ou seja, pode criar um plano de numeração especial para esse tipo de prestadoras de tal forma que o cidadão quando receber uma chamada que venha com os algarismos iniciais desse tipo de instituição não atendê-la, também é possível se discutir e ver a viabilidade disso que possa ser feito. Então são várias as alternativas do ponto de vista regulamentar que tenha que ser discutida. Então o que a gente quis sugerir aqui que não determinasse no projeto que a Anatel seja obrigada a ter estrutura física, computacional de receber, armazenar e operacionalizar, mas se tiver que fazer por regulamentação e aí discutimos, logicamente, aqui na Casa o que seria...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – A Anatel não se julga competente para regular esse tipo... Para regular e para manter cadastro, para manter...

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Não. Para regular sim.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Desculpe, manter cadastro.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Agora manter, hoje nós não mantemos cadastro com nenhuma operadora. Por exemplo, toda portabilidade tem instituição, nós obrigamos a empresa a fazê-lo, como isso tem que ser feito, com que tempo, com que prazos, com que ônus isso tem que ser passado, para quem tem que ser passado os ônus para constituição disso. Agora, fisicamente dentro da Anatel, a Anatel não tem essa estrutura, não estamos preparados para isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Dr. Jarbas, veja bem, essas questões parecem ser simples, mas não são simples, vamos colocar os problemas que nós temos em mãos. Você trabalha, você tem as empresas que hoje que trabalha com dois turnos de 9 às 15 e de 15 às 21. Não é isso, Dr. Topázio? Então as empresas têm razão com relação ao turno de trabalho. Se você passa para as 18h você tem um turno incompleto. Então é um problema de gestão porque você teria de 8h30 até as 14h30, depois você teria que ter começado um turno meio dia para terminar às 18, você teria uma intersessão nos dois turnos. Então é um problema de gestão das empresas. Agora, de fato, também é um problema, eu estou lá em casa, qualquer um cidadão que esteja nos acompanhando está em casa e recebe um telefonema na hora que está numa reunião com a família, na hora que está assistindo um filme, ou vendo uma novela, ou jantando, é um incômodo para a pessoa, é um incômodo. Acho que vocês precisam nos ajudar a achar caminho para essa regulação. Está certo? Achar caminho para isso. Por isso que eu falei assim: é possível que num determinado tempo você continue tendo serviços das empresas, mas só para equipamentos móveis, por exemplo, identificados no visor do telefone de 18 até às 20h, ou de 18 até as 20 e pouco. Então eu acho que nós temos que achar caminho porque ninguém quer desempregar ninguém, mas todos nós queremos defender o direito do consumidor, de quem não quer.

Poderia ser feito. É possível implantar o cadastro? Sendo possível implantar o cadastro eu não vejo problema em flexibilizar o horário.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Só respondendo, Senador...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Só pensando alto. Se você tem uma fuga para o consumidor ou uma faixa de escape para o consumidor. "Eu não quero receber, então está me incomodando e vou passar o meu nome para o cadastro e pronto".

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – É totalmente possível operacionalizar o cadastro, por exemplo, se um cidadão liga para a operadora e falA – "não quero que o meu número fique". Vamos supor que essa seja a decisão. Quando nós regulamentarmos aí a regula-

mentação é da Anatel, não é a Anatel executando, a Anatel está regulamentando. A operadora só é obrigada a encaminhar esse número para banco de dados nacional que fica na ABR e ele fica maçados, isso de forma automática e autorização permanente para que as empresas de telemarketing possam consultar isso a qualquer momento, ou seja, é totalmente possível. Agora, tem que ver também...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – O que é que significa a implantação do cadastro na atividade das empresas? É esse o debate. O que é que significa isso?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Isso. O adicional para ligar. Hoje, por exemplo, já é obrigado. Nós obrigamos por regulamentação. As empresas não podem elas mesmas fazer telemarketing, ela não pode usar a estrutura de telecom que ela tem e encaminhar qualquer tipo de propaganda para o cidadão. Só pode fazê-lo se o cidadão permitir. Então hoje, por exemplo, se a Vivo quer mandar uma propaganda para os usuários da Vivo ela não pode, a não ser aqueles usuários da Vivo que permitiu que isso fosse feito. Então quando ela para fazer pela própria não pode, porque nós já regulamentamos isso, isso não é permitido. Se a gente vier discutir como regulamentar isso, seja uma atribuição da Anatel regulamentar a interação entre a operadora e os seus assinantes para que isso seja armazenado no cadastro nacional único, por exemplo, da portabilidade já tem um cadastro de todo mundo, isso totalmente é possível se discutir, mas não é uma atribuição direta da Anatel.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Jarbas, mas como coibir a empresa informal e aquela que está instalada no Paraguai?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Pois é. Aí são discussões também que foi tida nos Estados Unidos da forma que isso teria que ser feito. Aí vem a questão da numeração, então pode se discutir também a numeração especial para que isso seja viabilizado, mas aí tem que ter divulgado nacionalmente, campanha para que o cidadão saiba...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E essa numeração só serve para o aparelho que tem identificador de chamadas?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Então a pessoa tem que ter para saber que o número quando aparecer no visorzinho dele lá, aquele número é um número...

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – Dr. Jarbas o senhor me permite? O Senador me permite? Talvez o que a gente pudesse trabalhar um pouco é na questão evolutiva do problema, se a gente fosse evoluindo nas soluções. Porque eu vejo o seguinte: o mercado americano estava na UTI e eles deram um remédio fortíssimo para o mercado americano. Nós estamos com uma febre e estamos aí analisando o paciente e queremos aplicar o mesmo remédio. Talvez se nós pudéssemos com a participação do Senado criar uma legislação que referendasse de certa forma a auto-regulamentação que o setor já tem criando punições através do Ministério da Justiça, os órgãos de defesa do consumidor para quem não as cumpra. E num primeiro momento na questão da lista, por exemplo, se eu recebo uma ligação de uma determinada empresa me oferecendo um produto e eu digo que eu não quero, aquela empresa não pode me ligar num prazo mínimo de seis meses, sete meses, oito meses sob pena de eu poder denunciá-lA – olha, eu falei que não queria há dois meses e estão me ligando de novo sobre o mesmo produto. De certa forma isso já tira uma demanda recorrente, porque eu costumo dizer o seguinte: o que é que irrita o consumidor em alguns casos? Não é a ligação é a abordagem. Se eu ligo para o senhor hoje e ofereço um produto. O senhor diz: "não, eu não quero. Muito obrigado". E desliga o telefone. Uma semana depois eu ligo de novo oferecendo o mesmo produto. Eu já tenho um nível de irritação no senhor muito grande.

Agora, se eu ligo para o senhor oferecendo um produto que o senhor consome numa situação comercial extremamente vantajosa para o senhor, o senhor não vai se importar com a ligação mesmo que seja às 8h30 da noite. Então o que nós precisamos ver é se nós conseguimos reduzir as abordagens que o consumidor não deseja. Se ele disser: "eu não quero". Eu não posso ligar para ele antes de seis meses, por exemplo, sobre aquele mesmo produto. E vai ser responsabilidade da empresa que detinha o cadastro e que fez a abordagem excluir o nome dele por seis meses e só depois de seis meses, eventualmente, voltar nele para vê se ele mudou de idéia, se mudou a condição econômica dele, ou o padrão de vida ou a situação que ele se encontra. Com isso nós faremos uma coisa gradativa, nós tentaríamos primeiro uma regulação com a mão do estado criando penalidades, quem fiscaliza e etc., mas não criando de pronto um cadastro difícil de ser administrado ainda que com a competência de todos os órgãos aqui na mesa, mas nós temos que reconhecer que é difícil de ser administrado e que criaremos, além, de uma lista daquelas pessoas que não querem receber, eu me permito dizer, é o melhor cadastro brasileiro para se vender alguma coisa por telefone para quem for mal intencionado. Se o senhor põe o seu nome na lista eu sei que o senhor tem poder de consumo e se eu sou uma empresa mal intencionada eu vou querer saber quem era o senhor que colocou o nome na lista porque é o senhor que eu vou abordar. Então nós temos essas duas fases da mo-

eda os dois lados da faca. Então talvez a gente possa fazer isso de maneira evolutiva, de maneira crescente sem que se perda emprego, dando prioridade ao entendimento da questão do consumidor, mas criando uma forma ainda um pouco mais branda de regular essa questão. Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador Casagrande...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra. Seguindo a ordem de inscrição.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Eu quero fazer um aparte ao Senador Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V.Sa. teve a palavra agora. Com a palavra...

SR. MARCOS DIEGUES – Eu gostaria de fazer um pequeno comentário, rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois não, por favor.

SR. MARCOS DIEGUES – Uma coisa que é fundamental e pode parecer até irônico da minha parte, mas é muito importante que fique aqui claro é que o IDEC declina pública e peremptoriamente da indicação para manter sob seu cuidado esse banco de dados, do nosso ponto de vista não tem o menor sentido. A outra coisa que eu queria dizer com relação à auto-regulamentação é o seguinte: tenho dúvida sobre a sua eficácia porque o Código de Defesa do Consumidor está em vigor, é uma lei e, por exemplo, há a previsão expressa nessa lei de que ninguém pode ter os meus dados sem que eu seja comunicado previamente. No entanto, as empresas de telemarketing estão ligando para mim, empresas com as quais eu jamais tive qualquer relação e para as quais eu jamais eu autorizei que me ligassem ou que mantivessem dados ao meu respeito. Então desculpe. Tem-se uma lei federal que não é respeitada, não é a auto-regulamentação que será. Muito obrigado. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra a Coordenadora de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, Maria Beatriz Corrêa Sales.

SRA. MARIA BEATRIZ CORRÊA SALES – Obrigada, Senador. É claro que o Ministério da Justiça, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor é sensível à quantidade de empregos que oferece o setor, eu não tenho a menor dívida disso, eu acho que é saudável para o setor a regulamentação prevista pelos projetos de lei. Primeiro porque esse cadastro vai ficar muito bem alojado, os projetos de lei sugerem à Anatel que é um órgão de absoluta confiança da população brasileira, é uma agência absolutamente consolidada, e eu acho que nós não podemos presumir a má-fé da Agência ou de qualquer dos seus servidores, de qualquer dos incumbidos de administrar esse cadastro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Maria Beatriz, eu só quero lembrar a você quando insiste com a sua proposta que o Jarbas é valente, viu?

(risos).

SRA. MARIA BEATRIZ CORRÊA SALES – E, de qualquer maneira, como eu disse na minha primeira fala, acho que é saudável para o consumidor e para o setor que haja o cadastro, para o consumidor que recusa de todas as maneiras se ver incomodado, molestado, se ver chamado pelas empresas de telemarketing, e saudável para o setor que se renova quando oferece para o consumidor informações que o atraem quando convence o consumidor de que o seu serviço é importante, de que sim, receber ligações às 8h30 da noite pode ser interessante, pode lhe oferecer um negócio interessante. Então o cadastro, eu insisto, é um cadastro negativo, é um cadastro que gera ônus para o consumidor. O consumidor tem que procurar se inscrever nesse cadastro, e só o consumidor que se sente absolutamente confortável em negar esse tipo de abordagem é que vai fazê-lo. E eu tenho certeza de que o setor tão bem montado, tão bem organizado. Está aqui o Dr. Topázio provando isso. É capaz de convencer o consumidor de que a sua não inscrição traz benefícios, traz bons negócios. Eu acho que o cadastro é uma medida muito importante e imprescindível para o consumidor e que não traz prejuízos para as empresas, muito pelo contrário.

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – Senador, me permite só um ponto?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra o Sr. Topázio.

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – Obrigado, Senador Crivella.

Só para falar sobre a auto-regulamentação ainda e concordando com o companheiro do IDEC que é muito difícil de implantar e nós estamos aí numa batalha ferrenha para que o consumidor saiba do PROBARE, mas nós temos aqui no Congresso Nacional dois belos Exemplos, nós temos a Central de Relacionamento da Câmara Federal, Conselho de Ética do PROBARE foi a primeira instituição nacional a obter o selo de ética e temos agora recente o Alô Senado certificado pelo PROBARE. Então as duas instituições da Casa do Congresso Nacional que tem relação com o consumidor hoje seguem estritamente as normas definidas pelo PROBARE.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Quantas empresas usam o PROBARE?

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – Hoje nós temos 18 empresas certificadas e outras 11 em fase de certificação, mas pela característica do mercado nacional eu diria o seguinte, Senador, com essas 29 empresas certificadas nós temos mais de 205 mil trabalhadores nessas 29 empresas que já estão sob a tutela do PROBARE com relação a sua forma de trabalhar. Então, respeitando os horários, respeitando as abordagens e etc.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Topázio, esclarece para nós aqui. O sujeito que faz uma abordagem inoportuna pagando a ligação. Isso não é um prejuízo para a empresa?

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – É um prejuízo para a empresa, por isso que as empresas optam pelo PROBARE, Senador. Hoje as empresas tomam muito cuidado a quem abordar e de que forma abordar, porque nós sabemos mais do que ninguém que pagar ligação para fazer uma abordagem mal feita de um produto que o consumidor não tem no seu rol de consumo é desperdício, é jogar dinheiro fora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra o Senador Expedito Júnior, autor do projeto.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Eu quero, Presidente, cumprimentar primeiramente o relator que teve a sensibilidade de ver a tamanha complexidade deste assunto e não simplesmente relatou o processo, os dois projetos que, acredito, que estão apensados, mas procurou fazer um debate e, com certeza, não vai ser esse debate aqui que nós vamos ainda identificar e vamos já imaginarmos aqui que, de repente, já poderíamos construir aqui um caminho. Eu acho que esse caminho não vai ser pavimentado agora, nós estamos iniciando.

Eu também, na mesma linha, quero cumprimentar a todos os ilustres que compareceram aqui o Dr. Jarbas Valente representante aqui da Anatel, a dona Maria Beatriz que representa aqui também o Ministério da Justiça e, principalmente, em defesa dos consumidores, também o Sr. Marcos que representa aqui eu acho que o intuito do nosso projeto que é exatamente beneficiar os nossos consumidores, e, lógico, aquele que representa, o Dr. Topázio que representa as empresas de telemarketing.

Eu não tenho dúvida que este setor, como disse aqui já o Senador Casagrande, foi dito por vários que já nos antecederam, e eu peço até desculpa não ter vindo para cá às 9h, eu acho que começou às 9h, eu estava no café da manhã com o Ministro da Educação, o Senador Renato Casagrande também estava lá, mas eu logo que pude eu me desvencilhei de lá do meu compromisso e corri para cá.

Eu não tenho dúvida que esse setor é um dos setores que mais emprega e nós, jamais, nessa linha de criarmos dificuldade, muito pelo contrário, eu quero até cumprimentá-los aqui, eu acho que vocês são o segundo setor que mais emprega no país, e tem um fator que eu, inclusive, destaco aqui que é a contratação de jovens, praticamente na sua primeira experiência de trabalho, vocês têm dado essa oportunidade. Agora eu acho que nós temos que conciliarmos isso, eu acho que é possível. Vocês percebem aqui que há uma certa dificuldade, porque entre vocês mesmo não há um entendimento de qual é o procedimento melhor, quando tratamos aqui sobre a questão do cadastro que eu também entendo que eu acho que é necessária essa questão do cadastro, eu também acho que não vai trazer prejuízo nenhum, até entendo, acho que o posicionamento, eu não estava aqui na hora que V. Exa. falou, Dr. Jarbas, mas eu acho que isso não deveria ficar na responsabilidade da Anatel, mas sim para as empresas prestadoras de serviço e acho que sem nenhum custo, principalmente ao nosso consumidor. Nós temos que buscar uma alternativa. Veja bem, nós temos aqui, me informava aqui agora a pouco, no sistema de e-mail você pode simplesmente apertar uma tecla e aquela propaganda, de repente, aquele negócio que está sendo lhe oferecido que você não quer, você simplesmente deleta. Eu acho que se buscar um mecanismo da mesma maneira com o sistema de telemarketing.

Eu acho que o Senador Renato Casagrande está no caminho. Até de manhã cedo eu falei com ele. Porque eu entendi e percebi que ele adentrou mais no projeto da Senadora Roseana Sarney, até porque regimentalmente também ele é o primeiro e há, regimentalmente, a preferência pelo projeto mais antigo. Mas o que eu disse a ele e eu destaquei aqui e gostaria depois até de entregar aqui para ele alguns comentários que eu fiz dos dois projetos, acho que até, às vezes, tem alguns itens que o projeto da Senadora é melhor do que o meu, acho que em outros o meu é aprofunda um pouquinho mais do que o dela. Então eu até sugeri ao relator que pudesse fazer aproveitando os dois projetos e que se fizesse um substitutivo construído assim em várias mãos, construído numa discussão. Eu acho que quando se fala que o papel de discutir com a sociedade eu acho que nós estamos fazendo isso aqui na casa. Eu acho que essa é a nossa obrigação mesmo, que discutir isso e representar aqui a sociedade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E de consultar os trabalhadores também.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Com certeza. Eu acho que nós podemos ampliar isso aqui, esse debate. Eu acho que nós estamos iniciando. Então,

desta sorte Senador Crivella, eu acho que da mesma maneira que é o setor que mais emprega, mas é o setor que mais recebe reclamação também no Procon. Então nós temos que tentar achar um meio termo se está tendo as reclamações no Procon.

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – O senhor me permite só um dado importante. Hoje no nosso programa de auto-regulamentação é muito interessante porque é uma quantidade muito pequena de reclamações que nós recebemos por conta das ligações de telemarketing ativo. Eu tenho aqui o número exato, apenas...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – E qual é a reclamação maior que vocês recebem?

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – Pois é. Apenas 6% das reclamações têm a ver com ligações que são feitas para a casa das pessoas. O número maior de reclamações que nós temos são dos contatos receptivos, as pessoas que ligam para as centrais de atendimento e que, eventualmente, não são atendidas por um problema de fila, um problema de clareza, da argumentação e etc. e etc. Então hoje, não sei também como é que são os dados do Procon, mas imagino que no Procon também tenha uma quantidade de reclamações muito mais da área receptiva e aí não é nenhum demérito para as operações receptivas, mas pelo volume de crescimento da economia, o quanto se cresce nesse país em termos de produtos e serviços que tem no telefone o seu principal canal de comunicação do que propriamente das ligações telemarketing ativo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, com a permissão de V. Exa. eu gostaria de ouvir o Dr. Marcos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois não. Com a palavra o Senador Marcos, perdão o nosso convidado Marcos Diegues.

SR. MARCOS DIEGUES – Eu só queria manifestar, aliás, dividir com o Senador uma coisa que está me angustiando aqui, porque do ponto de vista há distinções muito grandes, muito marcantes entre a atividade de telemarketing e os SACs ou call center. Ao mesmo tempo, que nós estamos tratando aqui do telemarketing, eu estou imaginando a atividade ou a ação ativa dessas empresas para me oferecer serviço. Com relação a isso nós temos posições bastante firmes e foram manifestadas aqui ainda que de uma forma bastante rápida. Com relação a call center vocês vão chamar de receptivo, a questão é absolutamente diferente do nosso ver. Então, a angustia minha é o seguinte: quando se fala do número de empregos e esse tem sido um grande argumento quando se discute iniciativa legislativa, o que é que está aí representado como telemarketing, ou seja, ação e atividade no sentido de proposição de iniciativa e o que é que representa a receptividade. Porque com relação à manutenção dos empregos que trabalham em call centers, SAC, ombudsman, ouvidoria; todo o nosso apoio, agora a manutenção de empregos quando se trata da iniciativa, desculpa a expressão, fica difícil, da intromissão dessas pessoas na nossa vida particular, eu acho que nós temos que ser um pouco mais rígidos. É só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo do bravo estado de Minas Gerais.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, eu acho que nós chegamos agora num ponto que eu estava aqui meio ansioso. Vamos deixar bem claro assim existe a questão do serviço 0800 que é quando a gente liga. Esse serviço é que responde por 90% dos empregos, vou dizer aqui, eu não sou da área, mas eu calculo por aí, 90% dos empregos são nesse sentido, é quando nós ligamos para alguma informação. E aí tem um punhado de problema realmente de reclamações. Agora, então eu acho que esse argumento do emprego tem que ser muito relativisado porque nós estamos falando de 10%, talvez, que seja afetado que seriam exatamente esses empregos do serviço do telemarketing, do ativo.

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – Para lhe dar um número, Senador, hoje ao redor de 20% da atividade das empresas tem a ver com vendas. Nós estamos falando aí de quase 200 mil trabalhadores.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Tudo bem. Errei por pouco. Então, na verdade, 20% é que poderia ser afetado numa restrição maior na questão do telemarketing e na questão da venda.

É evidente que essa área tem um impacto muito grande, sim. Eu diria até que esse tem sido o setor que faz o primeiro emprego no Brasil, quer dizer, o projeto oficial de primeiro emprego fracassou, o primeiro emprego hoje tem sido muito nessa área realmente do call center que é a oportunidade para quem está estudando, faculdade...

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – Lá no seu Estado de Minas Gerais o senhor conhece.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – ...Na verdade, tem grandes operadoras de call center em Minas Gerais e por causa do sotaque mineiro, o sotaque mineiro agrada o Brasil inteiro.

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – Agrada o Brasil inteiro. É que nem pão de queijo, Senador, é que nem pão de queijo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Então isso facilita. Mas aí a questão então é que a gente precisaria ter a lei, eu não tenho dúvida que pela

característica do Brasil, pela nossa tradição é bom ter uma lei a respeito sim. Eu acho que essa coisa de auto-regulação não funciona muito não.

Eu sou relator do outro projeto aquela questão da Internet, dos crimes da área de informática, é a mesma coisa, os provedores querem fazer auto-regulação não vai sair nunca, não vai funcionar. Nós temos aí no caso da computação é a febre do spam, o spam incomoda. E aí vai dizer: "mas só quem está ligado no computador". Mas o spam vem a ser um telemarketing, na verdade.

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – Apesar de que na propaganda funcionou, não é Senador?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim, na propaganda funciona um pouco mais, não sei também, mas um pouco mais.

Então, a primeira colocação porque eu acho que nós temos que ter uma lei sim a respeito. Essa questão de separar bem o que é que é telemarketing de vendas e o que é que é o telemarketing de resposta.

Nós temos que ter uma previsão de que campanhas públicas possam ser feitas, mesmo no sábado, domingo, então teria que ter uma... Você pode ter uma emergência, por exemplo, e que você vá usar o serviço de telemarketing para dar uma informação sobre uma, sei lá o que, alguma coisa que tenha acontecido e aí nós não podemos deixar fechada essa opção de você poder usar o telemarketing em caso de campanhas públicas.

E a questões da cobrança do telefone na origem aí, eu acho que é para a Anatel. Nós não podemos ter uma restrição aí de que no caso de telemarketing o telefone tiver em *home* não paga, quem paga é quem está ligando?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Senador, a gente tem que discutir muito, porque essas sugestões a gente tem que pensar muito como pode acontecer. Depois nós temos um caso específico no Brasil que é a chamada a cobrar. O Brasil é o único lugar do mundo que tem, felizmente, nós temos chamada a cobrar. Por isso nós temos pré-pago hoje com quase 90 milhões de assinantes. Como é que funciona o pré-pago? As pessoas falam: "o pré-pago é caro". É caro para originar chamada. Mas quem paga, na realidade, é quem está recebendo a chamada porque ela é a cobrar e quem recebe paga pouco porque paga naquele plano que ele está ou paga como se fosse um telefone fixo, porque a empresa de origem é remunerada a rede dela. Então como o cidadão não tem renda para poder usar a telecomunicações, por mais que baixasse o preço para ele chamar vai dar uma conta de 10, 15 reais por mês e ele não vai conseguir pagar, por isso quem paga é o destino. Então essa é uma questão que a gente tem que discutir bastante.

Aproveitando a deixa eu queria só esclarecer como é que foi feito nos Estados Unidos a regulamentação dessa lei e as atribuições de competência. Lá foi dada a competência para o FCC que é o Federal Communications Commission que é agência reguladora de telecomunicações americana a competência para regular como que esse cadastro deveria ser implementado, mas não foi dado ao FCC a obrigação de constituir e gerenciar esse cadastro. Então, essa que é a diferença que a gente tem colocado aqui com a nossa representante do Ministério da Justiça. A Anatel não foge da atribuição elementar, óbvio, mas não é atribuição nossa de executa-la diretamente. Então nós temos formas de fazer por meio de regulação, de regular como é que isso tem que ser feito, como é que esse cadastro tem que ser implementado com eficiência e com qualidade como a gente fez na portabilidade. Mas não executarmos diretamente. E coube. Mas a outra questão importantíssima que foi colocada aqui pelo representante Marcos Diegues é a questão da fiscalização que é importante ter esse cadastro e alguém ter que fiscalizar. Também lá essa fiscalização ficou a cargo FTC que é o Federal Trade Commission que é o órgão americano de responsabilidade com relações com o consumidor que é o nosso DPDC representado pela Dra. Maria Beatriz e o CADE. Então eles fiscalizam, ou seja, eles que aplicam multa, que arrecadam aquele dinheiro para poder executar. Então são dois pontos distintos.

No caso do *home,* Senador, nós estamos trabalhando na Anatel porque isso é uma questão da evolução, o *home* paga o AD que é Adicional de Chamada, quando se desloca só paga uma vez para cada chamada. Nós estamos trabalhando a Anatel, estamos estudando junto com os operadores a possibilidade de vir a também não cobrar. Se a gente vier a não cobrar, aí não vai cobrar para ninguém a AD então facilita. E a chamada de longa distância, também nós estamos discutindo na Anatel uma autorização disso, e já colocamos agora no regulamento que saiu definitivamente que caso a operadora não queira cobrar, como promoção ela não vai cobrar, então quem tiver hoje a partir de janeiro em *home*, provavelmente as operadoras móveis tem uma disputa muito grande de mercado não vão cobrar mais por conta própria porque essa possibilidade a Anatel já deu. Nós estamos estudando a outra possibilidade que é a questão do AD que no futuro a gente tem certeza também que isso vai acontecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra o Senador. V. Exa.

quer usar a palavra, Senador Zambiasi? Com a palavra V. Exa.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Eu cheguei atrasado e talvez eu não sei se vou na direção da Audiência Pública, mas afinal trata dessas chamadas desses telefones e me despertou aqui uma curiosidade. A questão das diferenças das chamadas entre... Eu acho que quem pode me responder é a Anatel entre o 0800 que é um telefone gratuito. Então eu tenho percebido nas ofertas, digamos, nas ofertas de serviços das TVs, por exemplo, da TV fechada quando raramente anuncia o 0800 quer dizer, normalmente, dá um número privado em que o cidadão paga a ligação. O jogo tal, o filme tal, ligue... Nem sempre o 0800 é o telefone proposto. Eu tenho notado uma diferença, quando se liga no 0800 a operadora é muito rápida para te atender. Quando tu liga o outro telefone, entãO – "só um minutinho. Como é o seu nome mesmo? Qual é o seu CPF? O senhor poderia repetir seu endereço? Mais um minuto". E aí volta a mesma perguntA – "o podia novamente confirmar sua identidade? O seu endereço qual é que é mesmo?" Eu fiz um teste, no 0800 me atenderam em dois minutos, no outro número... Olha foi proposital. Eu. Pacientemente. fui obedecendo passo a passo o que moça me dizia. Foram entre 10 a 15 minutos. Ao final eu perguntei: moça só me esclareça aqui. Esse telefonema quem é que está pagando eu ou vocês? Não, o senhor. Isso me chamou atenção, quer dizer, de alguma maneira eu consumidor me senti lesado porque me estimularam em comprar um produto, não me informaram que havia um telefone gratuito que é o 0800 o que a chamada maior era do telefone de linha privada, de custo para o consumidor e neste realmente, com certeza, foram mais de 10 minutos para encomendar um produto, para me vender o produto. Quer dizer, é um momento de esclarecer um fato desse como é que a Anatel age?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra o Superintendente Jarbas.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Obrigado Senador. As operadoras de telecomunicações são obrigadas a ter o 0800.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – E a divulgação? E eu consumidor como é que eu fico?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Tem que também ter a divulgação.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Mas o espaço de divulgação não deveria ser o mesmo?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – O mesmo, óbvio. Isso vou levar como reclamação, porque é obrigatória ela ter isso. Agora o que acontece? Como disse, muito bem, o Senador Eduardo Azeredo, por mais que a gente regulamente como usar turno num segmento que é privado, que o regime é privado, nós temos os serviços de telecomunicações hoje como serviços num regime público e serviço no regime privado. Privado é muito mais que a liberdade e a regra, mas a regra, às vezes, por mais que você deixa de regular não se regula. Por exemplo, na telefonia móvel o exemplo que o senhor deu, mesmo usando o 0800 o senhor liga, por exemplo, para cancelar um serviço, não consegue cancelar. Então demora vai e vai e passa e nunca atende, mesmo sendo pelo 0800, tivemos que regulamentar. Então agora a partir de janeiro, por exemplo, a pessoa ligou, automaticamente é criado um protocolo, um número de protocolo, o cidadão vai receber esse número por SMS no seu celular doze horas depois dizendO – foi criado um número tal e você pediu o cancelamento. A partir daquela hora ele tem 24 horas para cancelar, se não cancelar depois das 24 horas as chamadas ficam gratuitas. Foi a forma que a Anatel achou, infelizmente, para poder regular e assim vamos regular. Se tiver acontecendo esse caso, é bom que a gente saiba, porque é obrigatório que tenha o 0800, as chamadas dirigidas ao 0800, obviamente, são gratuitas e que isso tem que ser divulgado tanto quanto as outras.

O senhor estava se referindo, talvez, as chamadas para o número quando pede *pay per view* também tinha que ser usado logicamente...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – São os serviços oferecidos pelos canais fechado.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – ...Também tinham que se usar o 0800 e não chamar o outro telefone. Com certeza, eu vou depois... Você pode me declinar o nome da operadora para que a gente possa atuar em cima.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu quero lembrar que tem um projeto tramitando na casa para que seja automático o reembolso dos dias que a Internet banda larga e os canais a cabo ficam fora do ar, várias vezes ficam fora do ar e a gente não é ressarcido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Dá uma mão de obra danada. Aí você liga o 0800 e não atende.

Sr. Jarbas, como é que está o problema do 0900, o jogo que foi regulamentado, o sujeito que liga para ganhar um carro ou alguma coisa e as operadoras ganham com a ligação o dinheiro para sortear o item. Isso está regulamentado?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – A Anatel regulamentou, mas tem uma decisão judicial no Estado de São Paulo onde mantém a proibição até pelo uso que

tinha do Tele-sexo e etc., mas nós conseguimos, mesmo assim, regulamentar com a possibilidade de se utilizar o 0900 se criando também outra facilidade com o 0300 que tem algo similar. E no móvel se usa muito com as chamadas SMS que as operadoras têm desenvolvido isso para poder fazer a chamada a cobrar à distância que não tem, é difícil no SMS você chamar um Tele-sexo. Então, o Tele-sexo estava muito sendo usado no 0900. Mas já está regulamentado, mesmo o 0900, mas tem uma decisão judicial que impede o uso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois não. Com a palavra V. Exa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sugestão. Nós estamos já no final e, de fato, seria bom se a gente pudesse ir concluído e eu queria pedir a inclusão extrapauta do projeto que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico, o FNDCT.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu não sei que nós temos o quorum necessário? Temos?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – O Dr. Topázio está pedindo a palavra, mas depois a gente poderia encaminhar para gente poder conseguir votar essa matéria agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu consulto o Senador Botelho se quer fazer uso da palavra?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – É pelo mesmo motivo do Expedito e do Senador, apesar de todos aqui que nós estávamos no café, cheguei atrasado e não ouvi.

É uma pergunta assim que eu tenho na cabeça. A gente não poderia ter um identificador de Telemarketing no nosso telefone? Por exemplo, obrigar que o telemarketing sempre usasse um número x, estou dando um exemplo x e y. Aí quando eu visse que era telemarketing eu não atenderia. Poderia ser feito isso?

SR. MARCOS DIEGUES – O senhor me permite? Nós teríamos que comprar o identificador. Desculpa novamente a ironia, aí talvez nós resolvêssemos o problema de emprego das empresas de telemarketing com a empresa da indústria de identificador de telefone.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Mas o identificador está caindo de custo e tudo e é muito mais barato você pagar um identificador, uma identificação no seu telefone do que você ficar tendo a enchessão de acordar de noite e atendendo.

SRA. MARIA BEATRIZ CORRÊA SALES – É para isso que serve o cadastro, Senador. É para isso que serve o cadastro.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Se bem que o cadastro não vai garantir isso, porque qualquer pessoa da sua casa pode fazer uma operação telemarketing ativo sem olhar lista nenhuma e depois vão nos culpar.

SRA. MARIA BEATRIZ CORRÊA SALES – De forma alguma.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu sei que a senhora não vai (ininteligível).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu gostaria, então, para concluir aqui fazer as rápidas perguntas.

Sr. Jarbas José valente o PLS 243 de 2004 prevê a criação de um cadastro nacional de chamadas e nós gostaríamos de saber o seguinte, isso aqui já foi respondido. Sanções. Sanções previstas pela Anatel no caso de descobrimento das obrigações pelas operadoras. E qual o valor da multa a ser paga pela operadora de telemarketing em caso de infração às normas de regulamentação do telemarketing? Ao Sr. Topázio eu queria só incluir aqui a perguntA – qual será a contribuição efetiva da ABT para disciplinar a prática dos telesserviços no Brasil? O código de ética do programa de auto-regulamentação do setor de relacionamento elaborado pela ABT caso seja descumprido pelas operadoras acarretará que tipo de sanção? Qual impacto e a regulamentação do telemarketing pelos Projetos de Lei do Senado 243 e 123 irá causar no custo das operadoras de telemarketing no volume de contratações de emprego. A Maria Beatriz apenas os projetos sobre a regulamentação de telemarketing preserva os direitos de consumidor? E ao Sr. Marcos Diegues encaminhando aqui a pergunta da consultoria legislativa da Casa. Qual a sua opinião sobre o fato de as companhias telefônicas encabeçarem há anos o ranking de reclamações das entidades de defesa do consumidor? Quem seria o culpado a Anatel, as operadoras, o consumidor que não sendo exigente mantém o contrato com a mesma operadora apesar do mau atendimento ou será que o consumidor costuma ser mais exigente com as companhias telefônicas do que com as empresas de outros setores da economia? Com a palavra V.Sa. Marcos para gente fazer rapidamente uma rodada de respostas.

SR. MARCOS DIEGUES – Para ser bastante objetivo na resposta. A nossa experiência demonstra que há problema de qualidade na prestação de serviço de telefonia, não há a menor dúvida. Só que isso não demonstra responsabilidade exclusiva da operadora, é óbvio que isso resvala na agência, porque a agência tem obrigação de regular e tem, inclusive, obrigação de aplicar sanções quando metas de qualidade não são atendidas. Em síntesE – fundamentalmente por

conta disso que nós temos as empresas de telefonia. Agora jogar essa responsabilidade para o consumidor na medida em que ele tenha opção de trocar de empresa, eu tenho muito receio de fazer esse tipo de afirmação, porque do nosso ponto de vista nós não temos mercado concorrencial. É só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Dr. Jarbas.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Só complementando aqui a resposta do colega Marcos Diegues. Nós entendemos que nós temos competição sim, no móvel nós temos quatro grandes operadoras, você tem a opção de escolher de mudar de operadora, por isso que o Brasil hoje tem 111 milhões de acessos celulares. Em 97 nós tínhamos apenas 2 milhões de usuários, não cobria o Brasil todo, tinha a maior dificuldade, se pagava na ordem de 22 mil reais para ter acesso a um telefone celular. Logicamente esse processo é um processo evolutivo, gradativo, você não consegue resolver de um dia para o outro com a espada mágica e aos poucos você vai se aprimorando para que a cultura do próprio cidadão vai melhorando no dia-a-dia para poder exigir os seus direitos que sejam implementados. Então, logicamente, nós fiscalizamos, nós multamos e muito as operadoras, as multas são altas. Entendemos, talvez acho que não seja tão a finalidade de ficar multando simplesmente as operadoras, mas que cria a solução para o usuário final.

Recentemente nós mudamos a regulamentação do SMP o serviço pronto pessoal onde ficou muito mais aderente, muito mais maduro do que com o Código de Defesa do Consumidor que entrará em vigor agora em janeiro onde todas as facilidades para o cidadão serão muito boas, por exemplo, vou ter obrigação das empresas de ter centro de atendimento personalizado a cada conjunto de municípios que tenha 400 mil habitantes. Então tem que ter um lá para atender diretamente pessoalmente. Todos os setores de venda da própria operadora também vão ser obrigados a atender também ao cidadão nas suas reclamações.

Também é importante, nós estamos criando que nesses centros sejam colocados quadros específicos bem destacados para mostrar para o cidadão quais são os direitos dele, para que ele saiba depois reclamar.

E com relação à cobertura, por exemplo, agora com o novo edital licitação da faixa da NT2000 que é faixa de terceira geração do serviço móvel nós criamos condições e nós vamos ter cobertura nacional para todos os municípios brasileiros que não têm celular em dois anos. Então em 2008 e 2009 todos os municípios brasileiros hoje, todos os estados que hoje não têm cobertura celular vão poder ter cobertura celular. Então nós estamos avançando e esse avanço é um avanço gradual.

Com relação à pergunta do Senador Crivella com relação a cadastro e multa. O que a gente colocou aqui a posição da Anatel é que nós gostaríamos de se vier a ter a atribuição da Anatel, a atribuição da Anatel enquanto órgão regulamentador para regulamentar a forma como o cadastro tem que ser criado, a forma operacional para que isso tenha efeito, também as obrigações foram dadas nos Estados Unidos ao FCC que é o órgão regulador equivalente das comunicações.

E com relação à multa, a fiscalização nós entendemos que como são relações de consumo que não envolve a telecom que isso ficasse a cargo dos órgãos de defesa do consumidor aí gerenciado pelo DPDC e os Procons, tendo acesso a esse cadastro, as reclamações podendo ser dirigidas para eles poderem definir que multas seriam cobradas caso isso não seja feito. Que nós definimos multas que envolvem o uso de serviço de telecomunicações.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado. Maria Beatriz.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente, só um momentinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois não. Com a palavra V. Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – O Dr. Jarbas falou a questão da universalização do serviço de telefonia móvel em todo o país em dois anos. Esse projeto não foi divulgado, não é de conhecimento do cidadão.

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Foi Senador, nós colocamos em consulta pública há dois meses, é um novo edital de licitação das faixas de 1.9, 2.1 giga onde nós definimos toda vez que nós vamos fazer um processo licitatório isso é vendido, isso pago; então é definida a forma de como pagar. Então, como é que você define o negócio.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Por exemplo, mas aí não tem interesse econômico, nas pequenas cidades as operadoras não têm...

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Pois é, elas não vão. Mas o que é que a gente fez agora. Como nós criamos e estruturamos a forma de prestação de serviço de tal forma que aquelas áreas que têm mais rentabilidade possa, de alguma forma, viabilizar as menos rentáveis. Por exemplo, quem ganhar a área um que é a região metropolitana do Estado de São Paulo vai levar a região amazônica junto com essas obrigações de atender todos os municípios que hoje não estão atendidos. Agora, então esse edital deve ser aprovado amanhã no Conselho Diretor, provavel-

mente, ou esse mês ainda e devemos assinar esses contratos até o final desse ano, então 2008 e 2009 todos esses municípios brasileiros serão cobertos. Quem levar, por exemplo, o Interior de São Paulo vai levar todo o Nordeste...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Mas isso é uma nova operadora? É uma quinta operadora?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Não, são as quatro operadoras que atuam no Brasil. Elas têm interesse nessas faixas porque nós vamos trazer tecnologia de terceira geração. O que é que é isso? Hoje a gente fala muito voz, mas o mundo está caminhando para a banda larga. Então nós temos banda larga no fixo e vai ter banda larga no móvel. O que é banda larga no móvel? Você conhece um pen drive? Para quem não conhece um pen drive. O senhor eu sei que conhece porque o senhor é um homem da área de informática. É um equipamentozinho desse tipo onde dentro dele virá o chip da operadora, ele tem capacidade extraordinária de 1 giga byte, 4 giga byte e etc., está sendo vendido muito barato e com esse chipizinho você vai poder chegar e ligar no computador que vai ser apenas um hospedeiro para você, seja ele um computador fixo ou computador tipo notebock que é móvel onde você vai ter acesso a banda larga, você vai receber chamada a 14 mega bits por segundo e vai originar a 5 mega bits por segundo para concorrer com as operadoras fixas. Então essas facilidades estão trazendo a tal da convergência da comunicação. Então todas elas vão buscar e tem interesse enorme porque o retorno econômico é extraordinário do ponto de vista de comunicação de dados. Então com esse projeto a gente viabilizou do ponto de vista de preço das outorgas que elas pudessem ter em contrapartida atendimento a esses municípios que hoje não estão atendidos em dois anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Maria Beatriz, a palavra é de V.Sa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Um minutinho, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Ainda nesse assunto que é uma reivindicação dos municípios. Por exemplo, lá em Roraima os nossos municípios são menos de 10 mil habitantes e vivem pedindo telefone, telefone. Eu posso assegurar a eles que nós teremos em 2008, 2009?

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Absolutamente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Olha que eu vou usar a palavra lá.

(risos).

SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – De maneira privilegiada, Senador. De maneira privilegiada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V. Exa. está na linha do Marechal Cândido Rondon, V. Exa. vai levar as comunicações para o interior da Rondônia.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Foi o Cândido Rondon que demarcou o meu estado, foi o cândido Rondon que demarcou o meu estado entre a Venezuela e a Guiana inglesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito bem. Com a palavra Maria Beatriz Corrêa Sales.

SRA. MARIA BEATRIZ CORRÊA SALES – Sr. Presidente, sim os projetos atendem o interesse do consumidor, é louvável a iniciativa do Senador Casagrande de produzir um substitutivo que reúna as qualidades de ambos os projetos, contanto que eles contenham o almejado cadastro nacional de consumidores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Para encerrar nossa Audiência Pública a exposição dos nossos brilhantes debatedores, o Dr. Topázio Silveira Neto. Com a palavra V.Sa.

SR. TOPÁZIO SILVEIRA NETO – Obrigado Senador. Só complementando, Senador Azeredo, aquela questão do ativo e do receptivo apesar de serem 200 mil trabalhadores que fazem hoje telemarketing ativo no país, mas a não existência desse serviço impacta também no receptivo. Só para dar uma idéia hoje se vende por telefone algo como 5 milhões de cartões de crédito por ano no Brasil. Cartões esses que são novos consumidores e que passam a ser atendidos pelo sistema receptivo. Então você tem aí uma interconexão ser entre essas duas coisas.

E aproveito até falando com o senhor dizer que está aqui o Hamilton que é o Presidente da ACS lá do seu estado está aí nos prestigiando na audiência.

Um outro ponto que eu queria levantar só para ainda mais coisas ao Senador Casagrande é a questão das pequenas e médias empresas no comparativo com as grandes empresas, Senador. Na hora que nós criamos restrições ao telemarketing ativo nós tiramos das pequenas e médias empresas desse país que é a grande maioria um canal de divulgação de seus produtos que é extremamente necessário e importante. Elas que não têm dinheiro para acessar a mídia aberta, a mídia externa de televisão e rádio tem hoje no setor um canal prioritário para divulgar seus produtos. Então, nós ainda aumentamos o guep de competitividade entre as grandes corporações das pequenas e médias empresas.

Dizer para a Dra. Beatriz que a nossa posição nesse debate é contrário à lista da forma que ela se impõe e dizer que estamos, absolutamente abertos para em conjunto tentar construir uma solução a partir da nossa auto-regulamentação com aperfeiçoamentos, talvez no primeiro momento deixando na mão do consumidor a possibilidade dele pedir que seja excluído dos cadastros pelo tempo que o Senado determinar seis meses, oito meses, um ano e que as empresas não possam retornar a ele sob pena de multa e assim por diante.

E pegando a espada mágica do nosso companheiro Jarbas Valente, que eu acho que foi muito apropriada. Não existe espada mágica nesse caso, no máximo canivetezinhos pequenos que nós vamos ter que aqui construir a oito mãos, a dez mãos uma solução que preserve o interesse de todo mundo da comunidade, dos consumidores, dos órgãos de defesa, das empresas e dos empregados que hoje não estão aqui na sua maioria, mas que tenho certeza tem muito interesse nesse assunto. Muito obrigado pela participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Quero agradecer a participação brilhante de cada um dos nossos debatedores. Sei que foi um prazer recebe-los aqui. E que o público da TV Senado, bem como o plenário dessa Casa, saiu esclarecido desse proveitoso debate.

Eu gostaria de colocar um item único não terminativo, extrapauta da lavra a relatoria do Senador Renato Casagrande que trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e que tramita em regime de urgência nesta Casa. Com a palavra V. Exa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Muito obrigado, Senador. E eu quero aproveitar então e agradecer a presença de todos vocês. Vamos continuar aí discutindo com vocês para que a gente possa elaborar o nosso relatório, e se a gente conseguir chegar a um consenso muito melhor. Mas vamos rapidamente ao projeto, Senador Marcelo Crivella, o projeto é um projeto que oriundo da iniciativa do Governo, importante dizer que já existia um projeto que tramitou no Senado que estava na Câmara de autoria do Roberto Saturnino Braga, Senador Roberto Saturnino Braga, é importante fazer justiça a ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Do bravo Estado do Rio de Janeiro?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Do bravo Estado do Rio de Janeiro que muito semelhante à iniciativa do Governo, mas o Governo vetou, foi aprovado aqui e aprovado lá, mas o Governo vetou por vício de iniciativa. Então vamos fazer primeiro justiça ao Senador, ao ex-Senador Roberto Saturnino Braga com relação a essa matéria. Essa matéria regulamenta o funcionamento do FNDCT, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Este Fundo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ele ficará a cargo de um conselho gestor, esse Fundo tem diversos fundo setoriais que financia iniciativas, financia pesquisa no Brasil e ele tem um conselho gestor composto por diversos órgãos do Governo Federal, instituições de pesquisa, e, além, do conselho gestor ele tem um Comitê de Coordenação presidido pelo Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia e tem uma Secretaria-Executiva que é a FINEP. Então é um Fundo que tem todas as condições, trabalha com alguns tipos de aplicação de recurso com três modalidadeS – não reembolsável é o recurso que é concedido às instituições de pesquisa e agora às empresas também fazer pesquisa não reembolsável no financeiro de despeça corrente de capital para projeto de instituições científicas e tecnológicas, e projetos de cooperação entre essas empresas para subvenção econômica e a empresa e para equalização de encargos financeiros. E o reembolsável que é o financiamento, as empresas e o aporte de capital. Esses três tipos de financiamento o Fundo passou por dificuldades, retomou a sua capacidade de funcionamento a partir de década de 90 com aporte de recurso como de royalty de petróleo e outras fontes de recursos, e hoje nós sabemos que há uma forte correlação entre os investimentos de ciência e tecnologia e informação, e o nível de desenvolvimento econômico do país. Em regra as nações desenvolvidas aplicam cerca de 2% do PIB em ciência e tecnologia e inovação.

Considerados as aportes públicos e de investimentos privados isso é a regra dos países desenvolvidos, países que deram salto de desenvolvimento nos últimos anos como a Coréia do Sul, por exemplo, adotaram a estratégia arrojada de aplicar algo em alguns casos em 3.5%, no entanto, os países em desenvolvimento, como o Brasil, esse percentual permanece por volta de 1%. Nesse contexto é de sumo(F) especial importância para aprovação do desenvolvimento econômico sustentável à aplicação de recursos tanto governamentais como das empresas em atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Nos últimos anos vêem sendo adotadas medidas destinadas à criação de um ambiente propício para a produção de bens de alto valor agregado no Brasil.

Então, Sr. Presidente, nós temos total interesse e tenho algumas sugestões de emenda, mas nós não estamos acatando as emendas para que a gente possa aprovar rapidamente este projeto da forma como ele

veio da Câmara para que nós já comecemos no ano que vem com esse fundo regulamentado.

Então, nós tivemos avanço, aprovamos a Lei de Inovação, a Lei de Biotecnologia e agora estamos regulamentando o FNDCT. Então é um passo importante, e estamos debatendo aqui a Lei de Informática com o Senador Eduardo Azeredo, estamos discutindo a Lei de Crimes na Internet. Então nós temos um arcabouço legal que está sendo montado no Brasil constituindo e ajudando a constituir, de fato, a implementar um sistema nacional de ciência e tecnologia. Portanto, e por isso tudo eu rejeito as emendas e aprovo a matéria de acordo como ela veio da Câmara dos Deputados, Sr Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Coloco a matéria o relatório do Senador Renato Casagrande em discussão. Senadores...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra V. Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – ... apenas para dizer que estou de pleno acordo com o relatório do Senador Casagrande e da necessidade imperiosa que nós de ter da importância de ter um fundo nessa área de ciência e tecnologia em benefício do progresso do país.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu gostaria de enaltecer a iniciativa de V. Exa. que me comoveu e lembrar aqui o Senador do meu estado, Roberto Saturnino Braga que foi prefeito da minha cidade, foi Senador, é um economista oriundo do BNDS e que aqui sempre teve uma participação muito brilhante. Ele não era um sujeito dos holofotes, mas ele era aquele trabalhador, eu diria, dias, semanas, meses de trabalho árduo nas Comissões, nas Relatorias e que, pronto, não teve a legenda do PT para disputar a sua reeleição. Aliás, o PT ele deu também uma outra amargura, ele foi relator do PPA, mas ele disse: olha, eu só aceito a relatoria se nós baixarmos o superávit primário em 0.25% ao ano. E aí afastaram o nosso bravo Senador Roberto e a Relatoria foi para outro Senador.

Então V. Exa. fez menção de um Senador brilhante que deixou muitas saudades nesta Casa, um exemplo para todos nós, uma vida tecida no trabalho, no estudo e numa inflexível determinado de lutar pelos valores perenes da nossa pátria. Parabéns a V. Exa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente é só para fazer um outro registro que eu acho fundamental para a justiça de um outro carioca que é o Ministro da Ciência e Tecnologia Sérgio Rezende, parabenizá-lo pela tramitação desse projeto, pela provável aprovação nas próximas sessões aqui na Casa, um projeto de regime de urgência. Então parabenizar o Ministro Sérgio Rezende pelo trabalho que tem feito e está desenvolvendo à frente do Ministério. Obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E coaduno com V. Exa. nos elogios a este conterrâneo.

Agora antes de terminar eu queria aqui trazer uma contribuição muito interessante, Senador Casagrande de um dos nossos presentes aqui que é o Marcos Nagimura. Ele diz o seguinte – ao invés de obrigar o consumidor, pessoa física a declarar num cadastro nacional que não deseja receber telefonema de ofertas correndo o risco que essa lista de exceção acarreta, seria desejável que houvesse, sim, Senador Casagrande, essa é sugestão aqui de um dos nossos presentes, registro das más empresas, das praticantes de ações abusivas, daquelas que operam na informalidade para que os órgãos fiscalizadores e de proteção aos consumidores pudessem controlar e coibir. Isso não foi falado aqui. Vou passar às mãos de V. Exa. para que leve as considerações de suas reflexões na elaboração final. Ele ainda está aí? Pronto, Marcos, passei aqui às mãos do Relator sua brilhante contribuição.

Mas coloco em votação. Senadores que concordam permaneçam como estão. O projeto fica aprovado na nossa Comissão.

Com a palavra V. Exa. que hoje sai na capa da maioria dos jornais do nosso país.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pois é. Eu acho tão interessante que quando a gente aprova matérias importantes não dá capa, ontem nós aprovamos, por unanimidade, na Comissão de Assuntos Econômicos as modificações profundas no FIES que vão beneficiar milhares, milhões de estudantes em todo o Brasil, não deu capa. Mas a gente lá acessando um blog que bota até do meu ponto de vista blog que é acessado por qualquer pessoa, por qualquer criança, por qualquer adolescente questões do meu ponto de vista que não caberiam estar ali, mas isso capa. Mas, tudo bem, não tem problema, faz parte da vida.

Agora, Senador Crivella, eu queria apenas dizer o seguinte: esse projeto está em regime de urgência constitucional e ele está também em outras comissões. Parece-me que tem comissão que ele já foi aprovado. Eu queria apenas verificar se é possível, Senador Casagrande, a gente trabalhar porque pelo que eu entendi daquela reunião, daquelas quase duas dezenas de Senadores para gente poder manter a Casa funcionando de que nós faremos votações do plenário hoje, certo? Nós temos apenas uma medida provisória

trancando a pauta, é uma medida provisória que eu acredito que a gente... Então eu gostaria de trabalhar com a possibilidade da gente poder destrancando a pauta... Ele está lá?

(pronunciamento fora do microfone).

Daqui vai para a CCJ? Ele está conjunto? Então eu vou lá então fazer este apelo, para gente poder na sessão de hoje votar essas duas matérias, Senador Casagrande.

(pronunciamento fora do microfone).

E a questão do FIES e a questão do fundo. E aí quem sabe, Senador Casagrande, a gente ganha uma capa de jornal por aprovar uma coisa boa que interessa a milhões de brasileiros e brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Ainda bem que não é a capa da Play Boy.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – A capa da Play Boy, Senador Crivella, Senador Crivella, eu quero dizer o seguinte: a capa da Play Boy eu nunca reivindiquei, quem diria querer reivindicar a capa da Play Boy. Agora matérias importantes para o interesse da população brasileira eu acho que é direito para gente reivindicar a capa, mudanças no fundo da ciência e tecnologia, mudanças no financiamento do ensino superior para os nossos alunos que não têm condição. O dado, Senador Crivella, é contundente. Em 93 se formavam 600, não passavam de 600 mil jovens chegavam a concluir o ensino médio, no ano passado mais de 3 milhões de jovens concluíram o ensino médio. Olha a evolução. Desses 3 milhões de jovens 90% concluiu o ensino médio em escola pública. Portanto, se nós não dermos oportunidades através da ampliação das nossas universidades federais, do ProUni e do FIES como é que essa nossa rapaziada vai fazer universidade? Então, eu acho é uma mudança substancial, consistente, ela é, por exemplo, o FIES agora não é só financiar metade do custo, é 100%, entrou doutorado, mestrado, ampliou o prazo, diminuiu os juros, facilitou muito a vida dos nossos estudantes poderem financiar o seu ensino superior. Então, como é que isso não tem destaque? Entende, Senador Crivella?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – É preciso que tenha. V. Exa. está de parabéns nessa luta e conte com o apoio de todos nós.

Nós damos por encerrada a presente sessão. Muito obrigado a todos.

(Sessão encerrada às 11h23.)

Ata da 34ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 17 de outubro de 2007.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e sete, na sala dezenove, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Antonio Carlos Junior, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Expedito Júnior, Flávio Arns e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Valter Pereira, Demóstenes Torres e João Tenório. Justifica a ausência o Senador Marcelo Crivella. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 502, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador César Borges, que "Acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir atendimento presencial aos usuários de serviços de telecomunicações." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº. 346, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "Acrescenta § 3º ao art. 26 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo e dá outras providências." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. É concedida vista ao Senador Augusto Botelho, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 03: Requerimento nº 025, de 2007-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Nos termos regimentais, requeremos seja realizada nesta Comissão audiência pública para discutir sobre os problemas que acarretarão à população e às emissoras de rádio e televisão nos Estados com fuso horário diferente da hora oficial de Brasília, a partir da aplicação do art. 19, parágrafo único, da Portaria nº 1220/2007, do Ministério da Justiça, que trata da classificação indicativa da programação de rádio e televisão. Para tanto, solicitamos sejam convidadas as seguintes personalidades: a) Ministério da Justiça: Exmo. Sr Tarso Genro; b) Rede Amazônica de Televisão: Dr. Phelippe Daou; c) TV Candelária (Rede Record Porto Velho) – Dr. Everton Leoni; d) Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT)

– Dr. Flávio Cavalcanti." O requerimento é aprovado**. Item 05: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº. 17, de 2007 – CCT,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Marcelo Crivella e Wellington Salgado de Oliveira, que requer "... em aditamento ao Requerimento nº. 17, de 2007, de autoria do eminente Senador Wellington Salgado, com apoio nos arts. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores - Senhor João Carlos Saad, para, em audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, discutir a questão dos limites legais para a regulamentação da propaganda comercial." O requerimento é aprovado. **Item 06: Requerimento nº 026, de 2007-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater a importância da Ciência como meio de promoção da paz e do desenvolvimento. Para tanto, deverão ser convidados a expor seus pontos de vista: 1. Vincent Defourny – Representante, no Brasil, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO; 2. Comte. Geraldo Joaçaba – Secretário da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – SECIRM; 3. Ênio Candotti – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; 4. Jacob Palis Júnior– Presidente da Academia Brasileira de Ciências; 5. Ildeu de Castro Moreira – Diretor do Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia." O requerimento é aprovado. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 241, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Arte e Cultura Comunitária de Natividade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natividade, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 240, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Sede de Marques de Souza para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marques de Souza, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 244, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Caxiense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 67, de 1998**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão deferida a Rede de Emissoras Unidas de Paragominas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda media na cidade de Paragominas, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 267, de 200**7, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Goianésia - FM Goianésia do Pará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianésia do Pará, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 236, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Bandeira do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bandeira do Sul, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 188, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Nova Rússia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 192, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Arapongas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arapongas, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 243, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mare-

chal Cândido Rondon, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis**. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 237, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Majestade "FM" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 242, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Comunitária de Dumont para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dumont, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 162, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Atlântico Sul de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis**. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 163, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Nereu Ramos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 183, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Amor para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Silvianópolis, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 206, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Paraisense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 259, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais." O relator designado, designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 203, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Fundação e Cultura do Desenvolvimento de Brejinho - FUNCUDEB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejinho, Estado do Rio Grande do Norte." A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 258, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 261, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 265, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Semeador para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Macapá, Estado do Amapá." O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 307, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Asa Norte e Bom Sucesso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão." A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 266, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Paço do

Lumiar, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 322, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária de Pedra Branca do Amapari - AP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Branca do Amapari, Estado do Amapá." O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senadores Renato Casagrande, Expedito Júnior, Wellington Salgado de Oliveira, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimentos e Projetos de Decreto Legislativo, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 027, de 2007-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande que requer "..., nos termos constitucionais e regimentais, que sejam formulados convites a Sua Excelência o Senhor Hélio Costa, Ministro de Estado das Comunicações, o Senhor Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, o Senhor Ercio Zilli, Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares – ACEL e o Senhor Ricardo Morishita Wada, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC, do Ministério da Justiça, a comparecerem a esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em data a ser marcada, para debaterem sobre os valores das tarifas dos serviços de telecomunicações, mais especificamente as relativas a matéria veiculada no jornal Estado de São Paulo, sob o título: "Helio Costa quer baixar tarifa do pré-pago", matéria do jornalista Renato Cruz, de 3 de outubro do corrente, publicada no caderno B, conforme cópia anexa." O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Aditamento nº 02 ao Requerimento nº. 17, de 2007 – CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que requer "... em aditamento ao Requerimento nº. 17, de 2007, de minha autoria, com apoio nos arts. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Diretor Jurídico da Associação Nacional dos Editores de Revistas – (ANER), Dr. Lourival J. dos Santos, para em audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, discutir a questão dos limites legais para a regulamentação da propaganda comercial." O Aditamento ao requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 308, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Semeador para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Porto Grande, Estado do Amapá." O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 255, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural Professor Roulien Ribeiro Lima para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Arcos, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 05: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº. 25, de 2007 – CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que requer "..., nos termos regimentais, requeiro aditamento ao requerimento de minha autoria, no sentido de que seja também convidado o Dr. Frederico Nogueira, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Rádio Difusores (ABRA), para participar da audiência pública que objetiva discutir sobre os problemas que acarretarão à população e às emissoras de rádio e televisão nos Estados com fuso horário diferente da hora oficial de Brasília, a partir da aplicação do art. 19, parágrafo único, da Portaria nº 1220/2007 - Ministério da Justiça, que trata da classificação indicativa da programação de rádio e televisão" O aditamento ao requerimento é aprovado. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, faz o comunicado que se segue: **Comunicado:** "Comunico aos Excelentíssimos Senhores Senadores o recebimento de correspondência do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 26/9/2007, nos autos do Processo TC 006.030/2007-4, que trata do modelo de licitação e contratação de serviços de informática, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que fundamentaram aquela deliberação. As Senhoras e Senhores Senadores que desejarem uma cópia dirijam-se à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo." Fica adiada, em virtude da ausência do autor, Senador João Tenório a seguinte matéria da pauta: **Item 04: Requerimento nº ...., de 2007-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador João Tenório, que requer "..., nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam realizadas, no âmbito desta Comissão, duas audiências públicas com a finalidade de instruir, para posterior apreciação, o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, que "regu-

lamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves". Para a primeira audiência solicito o convite dos seguintes debatedores: Dr. Rodolfo Rumpf – Pesquisador da EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia; Dr. Flávio Vieira Meirelles – Professor Veterinário da Universidade de São Paulo – USP. Sr. Orestes Prata Tibery Júnior – Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ. Dr Joselito Araújo Barbosa – Veterinário especialista em clonagem de ovinos da Associação Brasileira de Santa Inês / Alagoas - ABSI/AL. Sr. Maurício Manfredi – Presidente da Confederação Brasileira de Hipismo. Para a segunda audiência solicito o convite dos seguintes debatedores: Dr. Ricardo José Soavinski - Coordenador da Coordenação Geral de Fauna – CGFAU, do IBAMA. Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro – Secretário de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério de Minas e Energia e Membro Titular da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio. Sra. Alúdima de Fátima Oliveira Mendes – Diretora-Presidente da ANVISA. Sra. Marilena Lazzarini – Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC. Sr. **Marcus Vinícius Pratini de Moraes** – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – ABIEC. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e trinta e três minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática..

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Havendo número regimental, declaro a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão legislativa ordinária da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, dia 17 de outubro.

Inicialmente, quero aqui deixar registrado o meu agradecimento ao jornalista Etevaldo Siqueira, pelo gentil novo do exemplar do seu livro "Revolução digital", gostaria de mostrar à TV Senado e também aos membros dessa Comissão, é o livro do jornalista Etevaldo Siqueira, que está presente... Ele está sempre presente em todos os eventos, com relação à comunicação; ainda não li o livro, mas acredito que é um livro de grande conteúdo porque ele, além de ser muito polêmico, o Etevaldo, ele também tem um conteúdo, nessa área, bem substancial.

Dando prosseguimento a essa Reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Flexa. Sobre a Mesa, Requerimento de autoria do Exmo. Sr. Senador Marcelo Crivella, o qual eu subscrevi, Vice-Presidente dessa Comissão, da qual requer licença para se ausentar dos trabalhos da Casa, no período do dia 14 a 19 de outubro do corrente, quando será integrante da comitiva Exmo. Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em viagem oficial ao continente africano... Isso é só para quem tem prestígio, porque nós não somos convidados para uma viagem dessas com o Presidente, e aguardamos um convite ansiosamente para os membros dessa Comissão.

Requerimento: "Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para me ausentar dos trabalhos da Casa, no período compreendido entre os dias 14 a 19 de outubro do corrente, quando estarei integrando comitiva do Exmo. Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em viagem oficial ao continente africano. Sala de sessões, Senador Marcelo Crivella".

Como o Senador Marcelo Crivella andou bastante pelo continente africano, o Presidente Lula fez muito bem em levá-lo; com certeza, vai orientá-lo bastante naquele continente.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, o Sr. Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Peço a V.Exa. a inversão de Pauta, devido à necessidade urgente; vou ter uma eleição agora, às 10 horas, aonde serei reconduzido unanimemente, como coordenador da bancada do Estado do Amapá, então, eu queria a compreensão de V.Exa. O item 26, *ad hoc*, que o Senador João Tenório não está, e o item 28 e 29, do qual sou Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sabendo que a bancada é uma bancada sábia em escolhê-lo para continuar como Presidente, representando esse grupo, parabenizo antecipadamente, e elevo essa mudança de Pauta à Comissão para ver se aprova; os Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Questão de ordem, Senador Cícero Dias, chegando... Desculpe, Cícero Dias é o grande pintor, Cícero Lucena...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Isso é verdade, meu conterrâneo. Para minha honra, Presidente. Eu pediria a inclusão extra Pauta do Parecer da Rádio da Cidade de Porto Grande, no Estado do Amapá, Rádio Educativa, se fosse possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em votação, Projeto extra Pauta, do Senador Cícero Lucena, que a Secretária já estava presente ao lado, com o material, para que entre extra Pauta.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – É a eficiência da Comissão, Sr. Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Só votando extra Pauta, os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Com a palavra, o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Só para pedir também a inclusão extra Pauta, de um Requerimento meu, que eu dei entrada, está aqui comigo, para que a gente possa discutir valor da tarifa de pré-pago; o próprio Ministro Hélio Costa deu uma declaração, que é insustentável a diferença nos valores cobrados das tarifas pré-pago das tarifas dos telefones que nós usamos, pós-pagos. Então, gostaria de fazer Audiência Pública com o Ministro e com representantes das operadoras, para que nós passamos fazer esse debate. Se a Comissão compreender que é possível fazer uma aprovação extra Pauta, eu faço essa solicitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão, o Requerimento. Eu teria o maior prazer em recebê-lo, sendo, então, com a aprovação do Ministério Hélio Costa, o prazer é duplo, certo, Senador Casagrande?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Para discutir, Senador. Posso ler o Requerimento primeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – "Solicito que seja convidado o Ministro de Estado das Comunicações; o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações; o Presidente da Associação Nacional das Operadoras de Celular, e o Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, a comparecerem em Audiência Pública dessa Comissão para debaterem sobre o real valor das tarifas de telefones pré-pagos. Requeiro, nos termos institucionais do Regimento, que seja formulado convite Exmo. Sr. Hélio Costa, Ministro de Estado das Comunicações; o Sr. Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; o Sr. Ércio Zilli, Presidente da Associação Nacional de Operadoras de Celulares, ACEL, e o Sr. Ricardo Morishita Wada, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, a comparecerem a essa Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em data a ser marcada, para debaterem sobre os valores de tarifas e serviços de telecomunicações, mais especificamente as relativas à matéria vinculada no jornal Estado de São Paulo, sob o título: "Hélio Costa quer baixar tarifa pré-pago". Matéria do jornalista Renato Cruz, de 03 de outubro do corrente, publicada no caderno B, conforme cópia anexa. Justificação: A própria notícia justifica a presente solicitação, mas cabe reforçar tal pedido, com exceção de alguns pontos relevantes da matéria jornalística em tela, principalmente aqueles quanto ao envolvimento direto na vida de milhares de consumidores, que utilizam o serviço de telecomunicações, de preferência de telefonia celular pré-pago, os quais poderiam, segundo o Ministro, poderiam ser beneficiados com a redução da tarifa de interconexão, que é paga por uma operadora de telefonia quando ela usa a estrutura de outra para completar a ligação. Outro benefício escolhido por esses horários, poderia ser a ampliação para um ano o prazo de validade para os créditos pré-pagos. Nesse sentido, há necessidade de um debate público sobre o real valor de tais tarifas, tendo em vista os direitos dos consumidores, que não estão sendo observados, motivos mais que justificadores da necessidade de realização da presente solicitação de Audiência Pública, sala da Comissão, Senador Renato Casagrande".

A matéria se encontra em anexo e, já que acabamos de discutir um Requerimento, passamos, aí, à ordem, mas, de qualquer maneira, para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Quero só parabenizar o Senador Renato Casagrande pelo Requerimento dessa Audiência Pública; nós participamos, Presidente Wellington Salgado, nós participamos exatamente nessa época, no início do mês, de um encontro de telecomunicações, em Santa Catarina. Participamos da abertura daquele encontro. E, naquela ocasião, o Ministro Hélio Costa, fez referências exa-

tamente aos custos da telefonia móvel pré-paga. E eu acho que é da maior importância que a gente possa esclarecer qual o motivo do custo ser tão mais elevado do que a pós-paga, principalmente, Senador Renato Casagrande, porque a maioria absoluta dos telefones móveis brasileiros, são pré-pagos. Eu não tenho, com segurança, qual o percentual disso, mas é algo próximo a 70%, 80% são pré-pagos. Então, é importante que se esclareça por que essa diferença de tarifa tão grande, para que não possa penalizar os usuários desse, hoje, tão importante meio de comunicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, tendo em vista, que nós acabamos de discutir o Requerimento, não vou deixar para o final, vamos ver, se estiverem de acordo os Senadores, vamos aprová-lo agora; os que estão de acordo, permaneçam como estão. Aprovado, Senador Casagrande.

Vamos, então, voltar à Pauta, com o pedido de inversão feito e aprovado pelo Senador Gilvam Borges, passaremos ao item 26, com a palavra, o item 26, Projeto terminativo, Projeto de decreto legislativo 265/2007, "aprova o ato que outorga concessão à Fundação Semeador para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Macapá, Estado do Amapá". Vamos ao item 27 também, que "aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Asa Norte e Bom sucesso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão". Quais são os itens do Senador?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – 28 e 29.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – 26, 28 e 29. Então, a quem eu passo a palavra para que possa relatar esses Projetos, 26...

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, chega a essa Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo, o PDS n° 265/2007, da Câmara dos Deputados, que "aprova o ato que outorga concessão à Fundação Semeador para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Macapá, Estado do Amapá.". O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, por meio da mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, c/c art. 223, inciso III, ambos da Constituição Federal. O referido Projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara dos Deputados, que seguiu Parecer favorável de seu Relator.

Sr. Presidente, é o voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS foi devidamente avaliada e corrigida pelos órgãos competentes, tanto da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério, da Câmara dos Deputados, é pelo voto de aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vamos... Todos os Projetos, já foram todos?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, falta só o 28.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então, vamos ler e passamos à votação, no final, em bloco, não é? Voto 28 e 29.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, trata-se da Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda., com todos os procedimentos legais tomados, como publicação através de portaria do Ministério das Comunicações, seguindo para a Casa Civil, e chegando à Câmara de Deputados do Congresso Nacional, a Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. cumpriu todas as exigências legais. Por esse motivo, nós recomendamos o voto favorável na cidade do Maranhão... No Estado do Maranhão.

O item 29 trata-se da Rádio Comunitária de Pedra Branca do Amapari, no Amapá. Também todos os procedimentos legais cumpridos, seguindo todos os trâmites de avaliação jurídica, técnica e legislativa, e a nossa recomendação é pelo voto favorável à Rádio Comunitária de Pedra Branca, no Estado do Amapá.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok. V.Exa. tem muito voto nessa cidade, Amapari. É bem votado?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – A maioria é absoluta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sabia. Eu queria tirar a dúvida, uma dúvida que não era muito dúvida, não era uma dúvida grande. Bom, em discussão os três pareceres lidos. Passaremos à votação, ao final, visto que se trata de processo terminativo. Voltaremos à Pauta agora. Vamos aproveitar, vamos votar a Pauta, não é? Senador Zambiasi, o Item 01 - Projeto de lei no Senado "acrescenta inciso ao art. 3º da lei nº. 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir atendimento presencial aos usuários de serviços de telecomunicações". Autoria do Senador César Borges... Relatoria do Senador Sérgio Zambiasi, a quem eu passo a palavra. Eu pediria que nós pudéssemos ser bem rápidos, porque temos tantas rádios, nós estamos há muito tempo sem relatar rádios, e hoje é uma Sessão

mais para nós relatarmos as rádios, mas, com a palavra, o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – É muito rapidamente, apenas para esclarecer que o Projeto, o objetivo é garantir atendimento presencial aos usuários dos serviços de telecomunicações, procurando aperfeiçoar o relacionamento entre usuários, e prestadores de serviço, especialmente as concessionárias de telefonia fixa.

No relatório, argumentamos que se deve reconhecer a sua conveniência e oportunidade do Projeto do Senador César Borges, e ressaltamos, ainda, que essa postura das concessionárias se dá hoje na contramão do processo da evolução da área tecnológica. A preferência do Projeto reside também no fortalecimento das exigências já estabelecidas pela ANATEL, tanto pelo regulamento do serviço eletrônico fixo, comutado, como do plano geral de metas e qualidade. O tema tem sido alvo de discussões, em algumas Audiências Públicas, tanto na Comissão de Educação, como na de Ciência e Tecnologia, e tem sido consenso o reconhecimento dessa falha do sistema, no que se refere ao atendimento correto e competente dos serviços oferecidos.

Por essa razão, nós sugerimos, oferecemos um Parecer favorável ao Projeto do Senador César Borges, Presidente Wellington.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão, o Projeto. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final, visto que é terminativo, votaremos todos os Projetos terminativos ao final.

Item 02, então, vamos direto às rádios?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – (pronunciamento fora do microfone).

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Atenção, a nossa assessoria pede para que votarmos logo, se nós tivermos *quorum*, temos *quorum*? Vamos votar esse Projeto de Lei do Senado, que é terminativo, esse que o Senador Sérgio Zambiasi acabou de relatar, para que possamos já limpar a Pauta, nesse Item 01; ele é terminativo, a votação será nominal. Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Gilvam Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Maria do Carmo, Senador Sérgio Zambiasi é o relator, o voto é conhecido. Senador Cícero Lucena, que eu chamei de Cícero Dias hoje, que foi um grande pintor, pernambucano, sucesso total, maravilhoso.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – (pronunciamento fora do microfone). Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Azeredo? Senador ACMJ, não é?

(risos).

Júnior, sim. Ok, aprovado o Projeto de Lei do Senado. Vamos para as rádios, então. Os terminativos, item 7. O Senador Marcelo Crivella se encontra em viagem justificada, pediria ao Senador Flexa Ribeiro que fosse o relator *ad hoc* do item 7, o Projeto terminativo, Decreto-lei 241/2007. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Arte e Cultura Comunitária de Natividade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natividade, Estado do Rio de Janeiro." Autoria: Poder executivo. Relatoria *ad hoc* do Senador Flexa Ribeiro, a quem eu passo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Wellington Salgado, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, é uma satisfação ser Relator *ad hoc* do Parecer do nobre Senador Marcelo Crivella. Vamos direto ao voto, Sr. Presidente: "Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n°. 241/2007 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Arte, Cultura Comunitária de Natividade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natividade, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o voto do Senador Flexa Ribeiro. Não havendo

quem queira discutir, passaremos à votação ao final, e queria falar que o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Cícero Lucena, foram visitar o tratamento de resíduos sólidos na Alemanha, para trazer novas modalidades de tratamento para o Brasil, viagem à qual não pude ir, e por isso fico triste, mas espero algum dia fazer uma nova viagem com os senhores.

Item 08 da Pauta, é do Senador... Relatoria do Senador Sérgio Zambiasi; o 08 e 09 também são do Senador Sérgio Zambiasi. O 08 é o... "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Sede de Marques de Souza para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marques de Souza, Estado do Rio Grande do Sul."

O item 09 é... "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Caxiense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul."

Com a palavra, o Senador Sérgio Zambiasi, para relatar o Item 08 e o 09.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente Wellington, o Projeto de Decreto Legislativo 241 de 2007, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Sede de Marques de Souza para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marques de Souza, Estado do Rio Grande do Sul". E o parecer é favorável.

O item 09, Projeto de Decreto Legislativo 244/2007, "aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Caxiense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul", também com o Parecer favorável, Presidente Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Sérgio Zambiasi, um homem de comunicação, que... Mais do que justo relatar essas rádios para o seu Estado de origem. Em discussão, o Parecer do Senador Sérgio Zambiasi. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final, visto que é Projeto terminativo.

Item 10 da Pauta, item 11... O item 10. "Aprova o ato que renova a concessão deferida à Rede de Emissoras Unidas de Paragominas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paragominas, Estado do Pará." Relatoria do Senador Flexa Ribeiro.

Item 11. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Goianésia – Fm Goianésia do Pará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianésia do Pará, Estado do Pará." Também relatoria do Senador Flexa Ribeiro, que tem andado muito pelo Estado do Pará, segundo informações que eu recebi. Nada mais justo, a relatoria de V.Exa. Com a palavra, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Obrigado. V.Exa. tem razão do caminho que temos feito, ao longo de vários Municípios do Estado do Pára, ainda há coisa de duas semanas atrás, estivemos em Paragominas, um Município progressivo, que tem o Prefeito Adnan, nosso companheiro do PSDB, companheiro Sidnei, que transformaram esse Município, ao longo de oito anos já, de Administração do PSDB, e continuando, agora, já por mais dois anos com o Adnan, há 10 anos. E eu tenho a satisfação, então, de ser Relator, tanto da emissora para Paragominas, quanto da emissora para Goianésia, que é outro Município bastante desenvolvido, em desenvolvimento, do nosso Estado do Pará.

O Item 08, que trata da renovação de concessão deferida à Rede de Emissoras Unidas de Paragominas Ltda. Vamos direto ao voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flexa, o item é o 10 e o 11.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – O item 10. O item 10. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n°. 67/1998 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução n°. 39/1992, do Senado Federal e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão deferida à Rede de Emissoras Unidas de Paragominas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paragominas, Estado do Pará", na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados. Esse é o voto, Sr. Presidente.

Vamos ao item 11, que trata da outorga "autorização à Associação Goianésia - FM Goianésia do Pará, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianésia do Pará, Estado Do Pará". Vamos ao voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n°. 267/2007 não evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Goianésia FM, Goianésia do Pará, a executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Goianésia do Pará, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Este é o voto, Sr. Presidente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sr. Presidente, eu acho que o *quorum* vai cair, hein? Temos que ler esse voto bem resumido, senão...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok, então, a pedido também do Presidente, do Senador Botelho, vamos ver se nós venhamos assim mais rápidos. Em discussão os dois pareceres do Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

Item 12, Senador... Relator, Senador Azeredo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Bandeira do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bandeira do Sul, Estado de Minas Gerais", a quem eu passo a palavra. Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, a Associação Comunitária em Bandeira do Sul; Bandeira do Sul é uma cidade próxima a Poços de Caldas, no sul de Minas; a documentação foi toda aprovada pelo Ministro das Comunicações e o Parecer é favorável. O voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Grande resumo, Senador Azeredo. Em discussão, o voto do Senador Azeredo. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

Itens 13, 14 e 15, relatoria, os três do Senador Flávio Arns; o 13, que autoriza a "Associação Comunitária e Cultural Nova Rússia para executar serviço de Radiodifusão Comunitária na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná."

O item 14, que "aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Arapongas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arapongas, Estado do Paraná".

O item 15, que "aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná".

Senador Botelho, se eu for mais rápido do que isso, eu vou poder relatar corrida de cavalo, com certeza, no hipódromo. Senador Flávio Arns, a quem eu passo a palavra.

(risos).

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Resumo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Para contribuir.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Em discussão, os três pareceres, resumidamente colocados pelo Senador Flávio Arns. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

Os itens 16 e 17. O item 16 "aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária 'Majestade FM' para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo". Relatoria *ad hoc* do Senador ACM Júnior.

O item 17, também de relatoria do Senador ACM Júnior, "aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Comunitária de Dumont para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dumont, Estado de São Paulo", a quem eu passo a palavra. Senador ACM Júnior, com a palavra, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, tendo em vista que a documentação dos PDS 237 e 242, que subsidiam o pedido de aprovação da Associação de Rádio Comunitária "Majestade FM" e da rádio... Da Associação Beneficente Comunitária de Dumont, nós opinamos, então, pela aprovação dos dois Projetos, PDS n°. 237 e 242/2007, conforme vieram da Câmara dos Deputados. Esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado. Em discussão o voto do Senador ACM Júnior. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

Os itens 18 e 19, relatoria do Senador Flávio Arns, *ad hoc*, os dois itens. O 18, que "aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Atlântico Sul de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina".

E o item 19, "aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Nereu Ramos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Blumenau", grande cidade, "Estado de Santa Catarina".

Senador Flávio Arns, a quem eu passo a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Aliás, os dois Municípios são Municípios extraordinários, Brusque e Blumenau. Quero também dizer, Sr. Presidente, que os pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Diante de... Eu estou sentido que a minha assessoria está indi-

cando *ad hoc* os relatores que fazem realmente um resumo para ajudar a Casa nesse momento. Senador Flávio Arns, está de parabéns.

Passaremos agora aos itens 20, 21 e 22 que, realmente, eu sendo Presidente, representante de Minas, como fico na Presidência, não posso relatar, então, V.Exa., Senador Azeredo, vai só colhendo esses votos com todas essas outorgas que V.Exa. está autorizando.

(risos).

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vamos lá. É o item 20, que "aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de radiodifusão Amor, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Silvianópolis, Estado de Minas Gerais".

O item 21, que "aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Paraisense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais".

E o item 22, que "aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais".

Passo a palavra ao Senador Azeredo que, com certeza, conhece as três cidades, e já esteve presente, visto que já foi Governador e visitou quase todos os Estados, por favor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sem dúvida, Sr. Presidente, essas três cidades são todas as três cidades realmente conhecidas. Nós temos, aí, o Parecer favorável e, nós três casos, a documentação foi toda examinada pelo Ministério e anexa ao Parecer, do Parecer do Senador Eliseu Rezende; a cidade de Silvianópolis, a cidade de São Sebastião do Paraíso, que fica no Sudoeste de Minas, a terra do nosso Deputado Carlos Melles, a "terra do café". E a cidade de Santo Antônio do Monte, que é a capital da América do Sul dos fogos de artifício, de maneira que o Parecer é favorável em todos os três casos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o Parecer do Senador Azeredo. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

Vamos ao item 23, no exato momento que chega a Senadora Rosalba, Senadora Maria do Carmo—

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Relatoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Relatoria, nesse momento... Vamos fazer o seguinte... Item 24, Senador Cícero Lucena, *ad hoc*. O Projeto de Decreto Legislativo, n° 258, que "aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco".

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena, como Relator **ad hoc.**

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – O relatório já foi antecipadamente distribuído e o voto é favorável, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Resumo... Senador Flávio Arns, resumiu mais do que V.Exa. Está concorrendo com V.Exa.

(risos).

Em discussão o Parecer do Relator *ad hoc* Cícero Lucena. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

Agora, item 23, com muita calma, V.Exa. chegou na hora exata, da relatoria pela aprovação de uma rádio no Rio Grande do Norte. Localizou, Senadora? Posso ler? Então, vamos lá. É o item 23, Projeto de Decreto Legislativo 203/2007, "aprova o ato que outorga autorização à Fundação de Cultura e Desenvolvimento de Brejinho – FUNCUDEB - para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejinho, Estado do Rio Grande do Norte". Relatoria da Senadora Rosalba, a quem eu passo a palavra nesse momento.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Pois não. Sr. Presidente, é esse o relatório: "Chega a essa Comissão para exame, em caráter terminativo, Projeto de Decreto Legislativo n°. 203/2007, destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Fundação de Cultura e Desenvolvimento de Brejinho – FUNCUDEB - para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejinho. A exposição de motivos do Ministro das Comunicações do Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi constituída em conformidade com a legislação aplicável que levou ao seu deferimento.

O referido Projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o Parecer favorável de seu Relator. Análise: Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão. O Serviço de rádio difusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n°.

9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n°. 2615, de 03 de junho de 1998. O exame da documentação que acompanha o PDS n° 203/2007 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n°. 9612/1998, tendo já recebido ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para 10 anos, por força da Lei n°. 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que altera o parágrafo único do art. 6° da Lei n°. 9612, que institui o serviço de radiodifusão comunitária para aumentar o prazo de outorga. Voto: Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n°. 203/2007 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, da juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Fundação de Cultura e Desenvolvimento de Brejinho – FUNCUDEB - a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejinho, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. É esse o nosso voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V.Exa., com certeza, foi bem votada em Brejinho?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – É uma cidade da região agreste, que tem um potencial muito grande, e que, na realidade, essa rádio comunitária já vai prestar um grande serviço à comunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o Parecer da Relatora. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

Passaremos agora ao item 25, Relator *ad hoc* Senador Augusto Botelho. "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à televisão Verdes Mares Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." Com a palavra, o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Em relatoria *ad hoc* do Senador Francisco Dornelles, eu dou o meu voto favorável, Sr. Presidente, à aprovação do Projeto. É o voto. O meu Parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação, quase que imediatamente, daqui a pouquinho.

Item 27. Projeto de Decreto Legislativo n°. 307/2007, que "aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Asa Norte e Bom Sucesso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão". Relatoria da Senadora Maria do Carmo Alves, a quem eu passo a palavra. Queria dizer, Senadora, que eu tive a oportunidade de encontrar com o marido de V.Exa., foi uma conversa super agradável, no gabinete do Senador Pedro Simon, foi uma maravilha, um prazer ter estado com ele. Passo a palavra a S. Exa.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o exame da documentação que acompanha o referido PDS de n°. 307/2007 não evidenciou violação de legislação pertinente e não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Portanto, opinamos pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão o Parecer. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

Entraremos agora com extra Pauta, pedido pelo Senador Cícero Lucena. É o Projeto de Decreto Legislativo n°. 308/2007, "aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Semeador para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Porto Grande, Estado do Amapá".

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Que tem como um dos valorosos defensores o Senador Gilvam Borges, o relatório já foi distribuído, e o meu voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Gilvam Borges, algo a declarar?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – O meu silêncio e a expressão dos meus olhos demonstram a minha alegria. Muito obrigado.

(risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Poeta. Em discussão esse Parecer de um poeta, acompanhado também de um poeta... Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação, imediatamente, é isso? De todos os Projetos terminativos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Senador Wellington, só um registro, o Senador Gilvam Borges, para demonstrar o carinho que ele tem por mim, acaba de me convidar para fazer uma peregrinação na Índia, o "Caminho do sol", são 400 quilômetros a pé, que nós vamos nos programar para fazer essa caminhada.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu teria alguma observação a fazer sobre a questão de sandálias, mas não têm pego bem as minhas declarações sobre sandálias, Senador Gilvam, então, eu não vou declarar.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Aproveitar, Sr. Presidente, com todo o respeito, aquela

grande luta que nós travamos nesta Casa, que todos sabem, e nós fomos citados, eu fui quase que humilhado literalmente, que o nosso adversário falou mal da minha sandália, que eu me visto mal e falaram mal do seu cabelo, que o senhor não penteia o cabelo.

(risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V.Exa. sabe que eu tenho sofrido bastante ultimamente. Senador Azeredo, com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu queria dizer só, a pedido do Senador Eliseu Resende, tem uma outra rádio aí de Minas, se pudesse encaminhar aí, extra Pauta, é o 225.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Azeredo, eu não sei se... Se nós tivermos *quorum*, eu vou mandar pegar, se tivermos *quorum* nós vamos ler, que eu estou com medo de perder o *quorum* para essas que nós já lemos, então, por favor, poderia a assessoria pegar, é o número... Qual número? N°. 225. Vai pegar lá no nosso estoque de rádios, nosso arquivo de rádios. Vamos votar, vamos votar agora. Vamos votar os terminativos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – 255, na verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – 255, não é? Senador Augusto Botelho, como vota V.Exa.?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Gilvam Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Maria do Carmo?

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Antônio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim, com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Com os Relatores e Relatoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Expedito Júnior?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flávio Arns, que não é radialista, mas essa voz realmente, vamos lá, Senador?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ah, me matou, só falou o "sim".

(risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Rosalba?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Falta mais alguém? Ok, então, aprovadas todas as renovações de outorgas e autorização de outorgas. Passaremos agora ao Item 02 da Pauta, não terminativo, se pudessem aguardar, porque se alguns Senadores... Nós vamos tentar votar o Projeto pedido pelo Senador Eliseu Resende, se nós tivermos *quorum*. Mas, antes disso, não terminativo. Projeto de Lei do Senado nº. 346/2005, "acrescenta § 3º ao art. 26 da lei nº. 8.977, de 06 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo e dá outras providências". É importante esse Projeto. Autoria do Senador Pedro Simon, relatoria do Senador Eduardo Azeredo. Favorável, na forma do substitutivo oferecido, matéria terminativa na Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a quem eu passo a palavra. Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim, Sr. Presidente—

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É o item 02.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Esse Projeto foi apresentado pelo Senador Pedro Simon, e ele trata da arquivação da cobrança e dos pontos adicionais; a cobrança da mensalidade pela oferta de ponto adicional de TV a Cabo foi examinada quanto à antijuridicidade pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público de Minas, pelo PROCON também do meu Estado. O estudo apresentado por meio de nota técnica subscrita pelo Procurador da República, Fernando de Almeida Martins e pelo Promotor de Justiça José Antônio Baeta de Melo Cansado. O documento aponta primeiramente que a mencionada cobrança não encontra suporte legal, uma vez que não está prevista na lei que disciplina o serviço de TV a Cabo. Além disso, afirma que o fornecimento de ponto adicional não representa efetivamente prestação de um novo serviço de ao consumidor, pois, a codificação do sinal que impede o cliente de utilizar o serviço em mais de um televisor é medida que se faculta à concessionária em seu exclusivo interesse, não no do cliente.

Nesse sentido, as duas entidades concluem que, na prestação de serviço de TV a Cabo, a cobrança de valores pelas concessionárias, tendo como fato gerador a instalação de pontos adicionais, pelo assinante, constitui uma prática ilegal, tendo em vista, que a política tarifária na lei que o regulamenta não contempla a possibilidade de que seja remunerado, bem como é prática abusiva, em conformidade com o art. 39, inciso V, da Lei Federal 8078, que é o Código do Consumidor. Deve-se consignar, todavia, a existência de entendimentos distintos sobre a matéria; a Agência Nacional de Telecomunicações, a ANATEL, mediante o informe 51/2005, que está no processado, manifesta sua total discordância com o posicionamento antes mencionado dos senhores procuradores, do procurador e promotor. Salienta aquela autarquia que a instalação e manutenção de ponto adicional pela prestadora de serviço a TV a Cabo acarreta ônus para as concessionárias, as quais, em decorrência da disponibilização da estrutura e do acesso conferido ao assinante de forma diversa e independente ao ponto principal, justificam a sua cobrança.

A juízo semelhante chegou o Conselho de Comunicação Social, que se pronunciou sobre o tema no Parecer n°. 04/2005. Na peça, o órgão auxiliar do Congresso Nacional para Assuntos de Comunicação Social reconheceu a licitude do procedimento adotado pelas operadoras de serviço de televisão a Cabo, bem como nos demais mercados, nesse caso foi o caso de Minas Gerais, pelo qual os assinantes, com base em previsão contratual, devem remunerar a operadora pelo número de pontos adicionais que tenham solicitado. Reconhecemos, assim, que é cabível a cobrança adicional no caso de ponto extra, no entanto, de forma a coibir os abusos praticados, mostra-se conveniente limitar essa cobrança a 10% do valor do plano de serviço contratado, podendo ser proporcionalmente reduzida a cada ponto extra subseqüente. Em síntese, ao tempo em reconhecemos o mérito da proposição do Senador Pedro Simon, entendemos que deve ser aperfeiçoada, motivo pelo qual propomos sua aprovação por meio do substitutivo que ora apresentamos.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, n°. 346/2005, na forma da seguinte proposição do substitutivo, que prevê que, no seu art. 1°, o art. 26 da Lei 8977 de 06 de janeiro de 95, passe a vigorar acrescido do parágrafo que prevê que "a cobrança pela disponibilidade do serviço, em um mesmo domicílio, por meio de ponto extra, cuja programação sintonizada seja independente da do ponto principal, será limitada a 10% do valor do plano de serviços contratado, podendo ser proporcionalmente reduzido a cada ponto extra subseqüente.

Veja que não é uma questão simples, nós temos pareceres que consideram que é abusivo e tem pareceres que consideram que é válido. A ANATEL, que é a responsável, a agência responsável, considera que é válida a cobrança, só que a cobrança hoje é totalmente livre. É evidente que nós estamos num mercado livre, de livre concorrência, mas, nesses casos específicos, a concorrência é até muito restrita; tem atuando, duas, três empresas nessa área de TV a Cabo. Então, acaba sendo um (ininteligível), que não quiser dar.

Essa colocação, portanto, de se limitar o valor do ponto a 10%, existem, evidentemente que, para a instalação, existem despesas extras para instalação, agora também para a chegada do sinal, pelos dados técnicos, você tem a necessidade de uma carga técnica, uma carga elétrica maior para que os pontos sejam distribuídos dentro da casa. Então, se você tiver um ponto apenas, digamos que é 10, se você tem mais de um ponto, você tem que ter uma carga mais alta para poder chegar ao segundo ponto, terceiro ponto, quarto ponto com a mesma qualidade.

Quando está se explicando aqui que é programação independente da do ponto principal, é porque existem alguns sistemas, em que você tem os pontos extras, mas eles mudam se alguém mudar no ponto central; eu mesmo já fui num hotel uma vez, estava no meu quarto assistindo jogo de futebol, de repente, saiu

o jogo, aí, eu fui ver porque alguém estava lá na sala, no ponto principal, e tinha mudado a programação.

Então, na verdade existe uma situação desta que acontece, então, por isso a explicação aqui de que será independente da do ponto principal, que é o ponto mais usado. Então, essa é que é a proposição, realmente aceitando qualquer outra discussão, que o Senador Augusto Botelho prefira a versão inicial.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. O Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA) – Foi muito feliz o Senador Eduardo Azeredo com o substitutivo porque, na verdade, quando se fosse... É um serviço pago, onde pode haver multiponto, com sinais diferentes, e a programação, é claro, se, na mesma casa, três ou quatro pessoas estão assistindo programações diferentes, quer dizer, estão usando os serviços que são, na verdade, diferentes, quer dizer, você está comprando programação diferente, então, como estava original, realmente, digamos, era uma restrição de bastante... Forte e até, digamos, de uma forma a desencorajar a se fazer o próprio serviço.

Então, o Senador Azeredo foi muito feliz, quando encontrou um meio termo, limitando, digamos, a cobrança dos pontos adicionais, que é uma forma justa, quer dizer, pegou o espírito do Projeto do Senador Pedro Simon, que era não explorar, não onerar demais o consumidor, porém, de uma forma justa; se está tendo três, quatro programações diferentes, é justo que se cobre com limitativo. Então, foi exatamente o que o Senador Azeredo quis fazer. E eu acho que encontrou uma solução extremamente positiva e que atende, não só à operadora, como aos consumidores. Eu acho que o Senador Azeredo encontrou um ponto importante, e eu apoio a solução dele, solução mineira, como ele disse, eu apoio inteiramente essa posição dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Augusto Botelho, com a palavra também para discutir.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vamos só organizar, então, Senado Cícero Lucena—

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Só para consignar...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ah, não, Senador Augusto Botelho e Senador Zambiasi, e está falando o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Só para consignar o meu voto favorável ao Relator, já que eu vou ter que me ausentar, bem como ao próximo da rádio. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Augusto Botelho, com a palavra. Obrigado, Senador Cícero.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu entendo, assim, bom, eu não sou técnico, mas, quando eu faço um contrato com uma TV a Cabo, eu estou pagando por um programa A, B e C, eu estou pagando por aqueles programas, para utilizá-los, certo? Então, se eu vou usar o A ou o B, num ponto A e ser no outro ponto, eu já paguei por aqueles programas; eu não vou pegar nenhum programa pelo qual eu não paguei.

Então, se ele vai cobrar 10%, está cobrando mais uma vez sobre uma coisa que eu já paguei. Eu entendo que o consumidor é lesado, nesse sistema, por isso que eu vou ser contra esse Projeto, eu achava, eu não tenho uma noção técnica do custo que aumenta de você puxar mais um sinal, porque o sinal ele está emitido, quando você pega o sinal, ele já está sendo emitido, está disponível para o seu aparelho.

Então, o Senador me falou, eu conversei com o Senador que discordava, e disse que há um custo mais elétrico de consumo, mais de sinal elétrico, pelo canal. No caso do satélite, por exemplo, não vai haver porque não tem nenhuma conexão imediata, porque toda energia na TV por satélite é paga por mim, pelo consumidor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sim. Mas quando eu estendo para um outro ponto, eu estendo para um aparelho da minha casa e pagando a energia da minha casa; eu não pago a energia da empresa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Não é a questão da energia elétrica; é a questão da carga, tem que ter, como o Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior colocou, você tem que ter uma carga que é superior.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu entendo assim, que o satélite...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – A carga de transmissão, é que é mais alta.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Mas, Senador, o satélite está transmitindo, cada vez que eu ligo o meu sinal, eu não ativo um ponto no satélite não, eu recebo um sinal que ele está transmitindo; só abre o meu acesso àquele sinal. Por isso que eu acho que essa história de que a empresa está gastando mais sinal, eu não recebo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Porque a discussão é TV a Cabo e TV por satélite.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – E a Cabo também, porque ele emite os sinais todos naquele cabo; eu só tenho acesso aos quais eu tenho um código de acesso àquele sinal. Eu acho que a gente tem que... Não é internacional porque é nova, então, o consumidor agora que está chegando a esse ponto. Então, eu gostaria de ter uma informação melhor sobre esse Projeto. Ele não é terminativo aqui não?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não, não, o senhor quer pedir vista?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu acho que eu vou pedir vistas para poder entender melhor. Senador, eu concordo e acredito que o senhor é uma das pessoas que entendem mais de informática aqui, e defende as coisas, mas é que eu estou raciocinando como cidadão. Eu não entendo de informática, o meu entendimento de informática é o acesso normal de todo mundo no computador, mas, eu entendo assim, que o satélite está emitindo aquele sinal para todos, agora, só tem acesso ao sinal, porque, quando eu ligo o meu receptor na minha casa, eu não ativo o satélite; quando eu ligo o meu receptor pelo cabo ótico, eu não ativo também, porque ele já está emitindo sinal, eu só tenho acesso, que ele permite que eu tenha acesso dentro do meu aparelho, dentro do meu programa.

Por isso que eu acho que as empresas estão ganhando dinheiro a mais com isso. É lógico que eu quero que elas ganhem bem—

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Como está hoje, Senador Botelho, hoje não tem regulamentação. Então, eles cobram o valor que quiserem cobrar. Agora, existe a diferença entre a TV a Cabo e a TV por satélite; no caso do satélite também, você tem uma antena que capta o sinal; você não tem duas tem antenas. Então, para o ponto adicional, aí já é uma instalação interna. Agora, a questão também do fluxo—

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra, o Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA) – Eu queria só complementar, para ilustrar a discussão, que essa prática é uma prática internacional, isso não foi inventado no Brasil. Quer dizer, é uma prática comercial internacional. Quer dizer, o que nós temos que fazer, é exatamente o que o Senador Azeredo fez, quer dizer, limitar a cobrança para não ser abusiva. Agora, eu acho que foi encontrado o meio termo; o espírito da idéia do Senador Pedro Simon foi bom, de proteger o consumidor, mas, como é uma prática internacional de se cobrar, então, o Senador Azeredo encontrou o meio termo, que é limitar a cobrança por ponto adicional. Eu acho que o relatório do Senador Azeredo...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Limitou a quanto, Senador?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – 10%.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Cada ponto mais 10%?

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA) – E caindo com o aumento de pontos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Caindo com o aumento de pontos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Os valores atuais eles significam 50% do que é cobrado; lá em Belo Horizonte, por exemplo, cada ponto é por volta de 20 poucos reais; se for 10% de um plano normal, cairá para 10, 12. Se for um plano mais completo, aí, cairá para 15. Então, há uma redução. Seguramente, há uma redução.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Entendendo, ainda, que possa ser proporcional; o proporcional é assim, se você tem dois... Paga menos, se for três, menos um pouco, se tem quatro, você pode ir fazendo uma redução.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tem uma caixinha também para cada televisor ou não, é um custo adicional que a caixinha, para cada ponto?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Para cada ponto tem que ter uma caixinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E essa caixinha estaria incluída ou é cobrada extra? A caixinha é paga extra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – A instalação é extra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Nós pagamos...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Só para complementar, Presidente, quando é a repetição do ponto, quer dizer, o ponto repete o outro, que se alguém mudar o sinal, muda o outro, aí, é uma caixinha que só faz repetir. Quando a instalação é multiponto, como MULTICANAL, ou seja, cada ponto pode aces-

sar um canal diferente, é uma caixa para cada um, completa, e ela fica independente. Quer dizer, o serviço chega na casa, mas as caixinhas podem receber sinais diferentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É despesa extra?

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA) – Despesa extra.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então, não está incluída na discussão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Não, na realidade, a despesa extra, sempre quando você vai na TV a Cabo, você muita vezes se empolga na sua casa e coloca mais de um ponto, e depois, toma um susto quando chega a conta. Então, o que eu estou vendo aqui a discussão de que não se deveria cobrar mais de um ponto ou ter um valor limitado que ordene isso, porque, na realidade, cada empresa cobra de acordo com as suas... Como bem quer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Zambiasi, com a palavra, para discutir.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Para discutir, eu, em princípio, acho que o ideal seria o Projeto do Senador Simon, mas entendo que... Acho que nós temos que receber um pouco mais de informações, eu vi que aqui em Brasília está em vigor uma lei complementar que dispõe sobre a ilegalidade de pontos extras. E ela está em discussão, parece que está *sub judice*, então...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Já há um pedido de vista do Senador Botelho, mas sempre é bom ouvir V.Exa.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Mas eu acho que a TV a Cabo é cara no Brasil, se lamenta aqui, que tenha que se tratar de um Projeto de Lei para fazer com que haja maior acessibilidade à TV a Cabo, uma coisa impressionante, a TV a Cabo ainda está elitizada aqui no Brasil. Eu não... É muito cara, a TV a Cabo é caríssima no Brasil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone).

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Posso concluir?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – A palavra está com o Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Não, mas eu acho que o Senador Simon, ele está concordando exatamente com esse aspecto, a TV a Cabo é cara no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Botelho, mantém o pedido de vista?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Deixa eu explicar porque eu mantenho o meu pedido de vista, porque eu entendo assim: Quando eu contrato com um canal um tipo de plano, eu pego os programas A, B, C e D, eu estou pagando por aqueles programas, eu estou no meu entendimento de leigo, eu acho que aquele sinal, ele está chegando; ele, quando emite os sinais, todos os sinais chegam pelo canal ou pelo satélite, estão emitindo constantemente. Eu já paguei pelo acesso daqueles, dentro da minha casa, eu pago por 10 acessos, 10 programas diferentes; na minha casa, só vão acessar os programas pelos quais eu já paguei. Então, não acho justo que a empresa cobre, porque ela não tem nenhuma despesa a mais com o meu acesso, por isso que eu vou pedir...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Senador Botelho, eu acho que a gente vai pedir vista, eu sugiro um pedido de vista coletiva em Audiência Pública.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu acredito no Senador Azeredo e respeito ele muito...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu vejo o seguinte, é realmente algo importantíssimo, o debate está colocado, então, a vista está pedida, se houver Requerimento para Audiência Pública, essa Comissão, levando para que os senhores votem, e, se for aprovado, assim será. Então, vista para o Senador Augusto Botelho. Com a palavra o Senador Azeredo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu prometo que serei bem rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Eu já tinha, até há mais tempo, eu tinha feito um Requerimento aqui, no caso, não era só para a questão do ponto, era para aquela questão que foi resolvida, das TVs chamadas básicas, as TVs públicas, que não estavam, não estavam entrando no menu, não estavam entrando no cardápio de programas, aquilo foi resolvido, certo? Quer dizer, as TVs, hoje, a TV a Cabo já está colocando a TV Senado...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tem que carregar, não é?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – A TV digital, quando eles começaram a passar para o sinal digital...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu me lembro, V.Exa. colocou aqui, que reclamou em Minas, inclusive.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Exatamente tinham excluído as TVs públicas, mas isso já foi resolvido. Então, eu tinha um Requerimento que era com esse objetivo, aprovado ainda no primeiro semestre—

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Daí, perdeu o objeto...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – ...Podendo ter uma discussão agora sobre a questão do ponto...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu vejo que o assunto é polêmico. Realmente é uma decisão importante que essa Comissão vai tomar, então, está em vista ao Senador Botelho e o Senador Zambiasi, se quiserem Requerimento de Audiência Pública, eu levarei à Comissão para ver se aprova ou não.

Vamos ao Item 03, Senador Expedito Júnior. Requerimento. V.Sa. gostaria de ler o Requerimento, ou quer que eu leia? Vou lá, então...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – (pronunciamento fora do microfone).

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ah, Senador Azeredo, vamos tentar ver se colocamos aquela rádio que o Senador Eliseu Resende... Se tivermos *quorum*. Nós temos *quorum*? Então, contando comigo, dá nove, então, nós temos *quorum.* Então, nós vamos rapidamente, se a Senadora Rosalba ficar, não é?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente, o Projeto é da Fundação Educacional e Cultural Professor Roulien Ribeiro Lima, para executar serviço de radiodifusão sonora, na cidade de Arcos, no oeste de Minas Gerais. O parecer favorável, do Senador Eliseu Rezende, após analisar a documentação que foi encaminhada pelo Ministério das Comunicações.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok, então, como é um... Em discussão, o Projeto de Relatoria do Senador Azeredo. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação, tendo em vista que é nominal. Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Antônio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Expedito Júnior?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flávio Arns? Senadora Rosalba?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Trouxe a minha gravata, não é, Senador Flexa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Trouxe.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E o meu também favorável. Faltou? Todos? Foi. Então, atingimos o *quorum*.

Requerimento do Senador Expedito Júnior, vou ler para V.Exa.: "Nos termos Regimentais, requeremos seja realizada, nesta Comissão, audiência pública para discutir sobre os problemas que acarretarão à população e às emissoras de rádio e televisão nos estados com fusorário diferente da hora oficial de Brasília, a partir da aplicação do art. 19, parágrafo único, da portaria nº. 1220/2007, do Ministério da Justiça, que trata da classificação indicativa da programação de rádio e televisão. Para tanto, solicitamos sejam convidadas as seguintes personalidades: a) Ministério da Justiça, Exmo. Sr. Tarso Genro; b) Rede Amazônica de Televisão: Dr. Phelippe Daou; c) TV Candelária (Rede Record Porto Velho), Dr. Everton Leoni; d) Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Dr. Flá-

vio Cavalcanti". Muito importantes, Senador Expedito, realmente, a lei não prestou atenção nessas questões de fusorário que existem no Brasil. Com a palavra, o Senador Expedito, sobre o seu Requerimento.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, eu gostaria, além dos nomes que V.Exa. já leu aí, que nós estamos convidando, eu gostaria de fazer um aditamento também, convidando o Dr. Frederico Nogueira, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores - ABRA.

Sr. Presidente, nós temos alguns Estados que têm a diferença da questão do fusorário, como é a questão de Rondônia, Acre, Amazonas, Mato Grosso... Eu, há poucos dias, nós fizemos aqui uma Sessão, onde nós estávamos homenageando a TV Rondônia, a Rede Amazônica de Televisão, e eu me lembro que, naquela ocasião, acredito que foi o Senador Papaléo, ele... Os avanços que nós tivemos, na época, só para o senhor ter uma noção, se gravava o jogo lá em Manaus, e depois levava para passar o jogo, por exemplo, no Amapá... Ele até contando esses episódios, desses acontecimentos, uma vez eles gravaram o jogo e acho que houve um lapso na hora, aquela pressa, aquela correria, levaram os dois 1° tempo; não levaram o 2° tempo. Então, a população, que foi assistir ao jogo ao jogo, já tinha assistido àquele jogo: "Vai acontecer a mesma coisa conosco agora". Por exemplo, hoje, se essa lei por aprovada, hoje nós vamos assistir ao jogo do Brasil; se nós tivermos que seguir o mesmo horário, para que é que nós vamos assistir ao jogo, depois de duas horas, lá em Rondônia, se nós já sabemos o resultado do jogo, se nós assistimos, de repente, TV a Cabo, nós assistimos o jogo. As TVs comerciais terão um prejuízo enorme.

Então, eu acho que... Eu não sou contra o Projeto, mas eu entendo que nós temos que aperfeiçoar, nós temos que aprofundar, nós temos que discutir, nós temos que achar uma solução para que os Estados, hoje, com o fusorário; Rondônia é duas horas, nós já temos uma hora de diferença, com o fusorário, mais uma, nós estamos com mais uma hora...

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA) – Permite um aparte?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA) – Na verdade, nós precisamos é unificar o horário de verão no Brasil inteiro, isso que nós precisamos fazer, quer dizer, o horário de verão, se ele traz realmente economia de energia, nós temos que fazer isso para o Brasil inteiro, e acabar com esse problema. O problema acaba no momento da unificação do horário, quer dizer, o horário verão todo Brasil adere, e acabam todos os problemas com programação de televisão, com a questão de aviação comercial, com a questão de funcionamento de horário bancário, nós acabamos com todos esses problemas se unificarmos o horário de verão. Isso aqui nós temos que brigar, que o Governo não quer fazer, nós temos que brigar por alguns Projetos que ficaram engavetados aqui, que o Governo não quer dar andamento a esse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Aí, nós acabamos recorrendo ao Judiciário para decidir um problema nosso aqui.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Senador Antônio Carlos, eu acho, então, que nós temos a oportunidade, nessa Audiência Pública, de repente, de começar a discussão.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA) – Uma posição de unificação do horário.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Eu vejo aqui, como se estivesse sentado aí, o Senador Antônio Carlos Magalhães, porque era exatamente o que defendia...

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA) – E ele tinha um Projeto, que foi engavetado na Comissão de Infra-Estrutura, para exatamente unificando horário.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Então, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir o apoio...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vamos votar o Requerimento? Os Senadores que estão de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Passaremos ao item 04, que também é um Requerimento do Senador João Tenório, que não está presente, então, não vou ler o Requerimento. O item 05 é não terminativo também, é o Requerimento do Senador Marcelo Crivella, o qual eu também assinei, então, eu posso ler: "Requeiro, em aditamento ao requerimento nº. 17, de 2007, de autoria do eminente Senador Wellington Salgado, com apoio nos arts. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, e 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – Sr. João Carlos Saad, para, em audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, discutir a questão dos limites legais para a regulamentação da propaganda comercial".

Senadores que estão de acordo, permaneçam como estão. Senador, está de acordo? Porque V.Exa... Senador Expedito, V.Exa. está de acordo, que levantou, falei para permanecer como estão... Então, aprovado.

Senador Flávio Arns, Requerimento de V.Exa., Requerimento... Item 06, "Nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, c/c inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT - para debater a importância da ciência como meio de promoção da paz e do desenvolvimento. Para tanto, deverão ser convidados a expor seus pontos de vista: 1. Vincent Defourny - Representante, no Brasil, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco; 2. Comandante Geraldo Joaçaba - Secretário da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - SECIRM; 3. Ênio Candotti - Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC; 4. Jacob Palis Júnior- Presidente da Academia Brasileira de Ciências; 5. Ildeu de Castro Moreira - Diretor do Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia". Autoria do Senador Flávio Arns, a quem eu passo a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, no ano passado, já houve, assim, uma programação grande, em coordenação com a UNESCO, para comemorar essa iniciativa, como é colocado no Requerimento, para debater a importância da ciência como meio de promoção da paz e do desenvolvimento. Quer dizer, isso é fundamental. A UNESCO tem um papel essencial nesse processo, bem como as demais entidades. Então, neste ano, também como uma repercussão, que esta Comissão pode dar para essa iniciativa da UNESCO, então essa iniciativa, essa promoção, está sendo, na verdade, repetida com a presença de outras autoridades, o Vincent Defourny, que é o representante da UNESCO no Brasil, já esteve no ano passado aqui no Congresso, retornará, com prazer e satisfação, neste ano, para todos nós também.

Então, essa audiência está prevista que aconteça nessa Semana da Ciência e Tecnologia, mais especificamente no dia 07 de novembro, de acordo com a assessoria da Comissão. Creio que é uma iniciativa fundamental e com esse enfoque: "Ciência para promover a paz e o desenvolvimento". Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão, os Senadores que estão de acordo com o Requerimento e desejam aprová-lo, permaneçam como estão. Aprovado.

Sobre a Mesa, o Requerimento também de minha autoria, "requeiro, em aditamento ao Requerimento 17, do mês 07, de minha autoria, com o apoio nos artigos 59 § 2º, V da Constituição Federal e 90, V do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Diretor Jurídico da Associação Nacional dos Editores de Revista - ANER, Dr. Lourival J. dos Santos, para, em Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ - discutir os limites legais para regulamentação da propaganda comercial".

Esse é o Requerimento. Os Senadores que estão de acordo com a aprovação, permaneçam como estão. Aprovado. Sobre a Mesa, comunicado: "Comunico aos Exmos. Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Valter Alencar Rodrigues, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, na Sessão de 26/09/2007, nos autos do processo TC - 006030/20074, que trata do modelo de licitação e contratação de serviço de informática, bem como do relatório da proposta de deliberação que fundamentam aquela deliberação. As Sras. e Srs. Senadores que desejarem uma cópia, dirijam-se à secretaria dessa Comissão. A matéria vai a arquivo".

Eu acho de suma importância esse material, eu mesmo pediria que a assessoria me mandasse uma cópia desse material, pessoalmente.

Nada mais tendo a declarar, só tomando um copo de água porque realmente foi uma Sessão rápida e, porém, longa. Declaro encerrada esta Sessão. Muito obrigado aos presentes.

Ata da 35ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 24 de outubro de 2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e sete, na sala dezenove, Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Romeu Tuma, Antonio Carlos Junior, Eduardo Azeredo, Expedito Júnior, João Ribeiro, Heráclito Fortes, Marco Maciel e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valdir Raupp, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Maria do Carmo Alves, João Tenório e Cícero Lucena. Justifica a ausência o Senhor Senador Sérgio Zambiasi. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se

a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 022, de 2007-CCT, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que requer "..., nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater alternativas de flexibilização do Programa *A Voz do Brasil*. Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da CCT: 1 - Franklin Martins, Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; 2 – Roberto Costa Guimarães, Secretário Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional; 3 – José Roberto Garcez, Presidente da Radiobrás; 4 – Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações; 5 – Daniel Pimentel Slaviero, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT); 6 – Milton de Lucca, Presidente da Associação Mineira de Emissoras de Rádio e Televisão (AMIRT); 7 – Paulo Ricardo Tonet Camargo, Diretor da Rede Brasil Sul (RBS); 8 – Weiller Diniz, Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal; 9 – William França, Diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados". Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Franklin Martins, Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações; Paulo Machado de Carvalho Neto, Membro do Conselho Superior da Associação Brasileiro de Emissoras de rádios e Televisão (ABERT) e Flávio Lara Resende, Diretor executivo da Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA). Justifica ausência o Senhor William França, Diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Wellington Salgado de Oliveira, autor do requerimento, Antonio Carlos Junior, Marcelo Crivella, Romeu Tuma, Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo. O Senador Renato Casagrande, requer, oralmente, a inclusão Extra-pauta de requerimento, com o que todos concordam. Extra-Pauta, Item Único: Requerimento nº 028, de 2007-CCT, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ideli Salvatti, Renato Casagrande e Romeu Tuma que requerem "Nos termos regimentais, requeiro que seja realizada audiência pública, nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para a Apresentação do Plano de Ação 2007 – 2010 Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, para a qual convido o Exmo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Dr. Sergio Machado Rezende." O requerimento é aprovado. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira Presidente, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião, às onze horas e quatorze minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sobre a Mesa Ofício nº. 1.480/2007... Obrigado, Senador Expedito. Sobre a Mesa Ofício... Exmº. Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal. Sr. Presidente, cumprimentando cordialmente comunico que o Senador Sérgio Zambiasi estará ausente das reuniões extraordinárias desta Comissão a realizar-se no período de 22 a 26/10, em face de viagem ao exterior em missão oficial conforme Requerimento em anexo. Certo de sua compreensão para o assunto aproveito o ensejo para renovar meus protestos de estima e considerações. Respeitosamente Chefe de Gabinete, José Maurício.

Audiência Pública. 1ª Audiência Pública cujo assunto é debater alternativas de flexibilização no programa a Voz do Brasil. Autoria de requerimento Senador Wellington Salgado de Oliveira, convidado Ministro de Estado da Secretaria, Comunicação Social da Presidência da República, Ministro Franklin de Souza Martins, à minha direita, o Sr. Marcelo Bechara Souza Hobaika, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações que está a caminho, Sr. Paulo Machado de Carvalho Neto, membro do Conselho Superior da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. Está à minha direita também. O Sr. Flávio Lara Resende, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Radiodifusão - ABRA. Sr. Willian França, Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social da Câmara dos Deputados que está a caminho, dependendo de uma comunicação do Sr. Júlio Semeghini.

Passaremos para adiantar a palavra primeiramente para o Exmº. Ministro, inclusive foi o primeiro a chegar no horário correto, e tem um compromisso às 15 para às 11, do qual ele terá que se ausentar dessa Mesa.

Então, primeiramente passaremos a palavra ao Ministro Franklin de Souza Martins, Ministro de Estado da Secretaria da Comunicação Social da Presidência da República. Com a palavra, Sr. Ministro.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS – Inicialmente eu gostaria de agradecer ao Presidente Senador Wellington Salgado e aos membros dessa Comissão pelo convite, a oportunidade de estar aqui discutindo um tema dessa relevância. Queria dar o meu abraço também ao Paulo Machado Carvalho Neto, e ao Flávio Lara Resende, e dizer que eu acho essa discussão extremamente importante.

Quer dizer, a Voz do Brasil, a obrigatoriedade da Voz do Brasil foi criada durante o Estado Novo e de lá pra cá o Brasil mudou muito. Nós não somos mais o país daquela época: Isso vale para tudo e vale também para a área de comunicação. Naquela época o rádio... Nós vivíamos o início da era do rádio. O rádio surgiu na década de 20. Mas o rádio como grande instrumento de comunicação que uniu o país, a época da Rádio Nacional, nós estávamos no auge da era do rádio. E durante o regime ditatorial surgiu a Voz do Brasil como uma forma de unificar a informação a comunicação de Governo daquele período. E de lá pra cá o Brasil mudou uma enormidade.

Primeiro nós vivemos num regime democrático, segundo, o rádio não é o principal instrumento mais de unificação do país. As redes de televisão ocuparam esse papel e ninguém sabe quem ocupará esse papel dentro de cinco ou dez anos, se não serão outros instrumentos que estão vindo com a convergência de mídias, etc, que poderão cumprir esse papel. O fato é o seguinte, há uma necessidade de uma discussão sobre esse assunto. E sempre que a gente tem a discussão, começa a discussão, esbarra-se nos problemas que é a heterogeneidade de interesses e de, vamos dizer, de vocações e de necessidades que se manisfetam. Você tem para o lado das emissoras de rádio, parte de um bom número delas principalmente aquelas que são mais fortes, mais ouvidas nos grandes centros urbanos, há da parte delas uma grita muito grande para que se suprima a obrigatoriedade ou se pelo menos se flexibilize a obrigatoriedade. E por uma razão muito simples. Nesse horário de sete às oito, nos grandes centros, com os grandes congestionamentos urbanos, etc, esse é um momento de grande faturamento das rádios. Então é evidente que se quer discutir como é que neste momento, nessa hora de sete às oito, nesse horário nobre se pode faturar em rádios que são comerciais e têm isso como objetivo. Isso é absolutamente legítimo. Já em outras áreas mais rurais, essa pressão das rádios para que não haja obrigatoriedade é bem menor. Muitas vezes ao contrário, as rádios querem a Voz do Brasil naquele horário e acham que cumprem o papel de manter audiência, atrair audiência. Vê como dentro do próprio setor, não estou querendo criar nenhuma cizânia, mas dentro do próprio setor de rádio há diferenças de opinião e ambas expressam interesses legítimos e posições legítimas. Dentro dos poderes, dos três poderes da República, acho que se nós formos ver que são aqueles que fazem a comunicação dos poderes, através da Voz do Brasil, acho que também há nuances do papel que a Voz do Brasil tem em relação a isso. De qualquer forma, da parte do Governo do Poder Executivo, e eu diria o seguinte, eu acho que seria algo... Eu acho que é importante esse debate e de nossa parte nós estamos perfeitamente dispostos a discutir uma flexibilização do horário da Voz do Brasil. Agora, achamos que isso deve ser feito exatamente como estou dizendo, com uma discussão. Algo que Câmara e Senado participem, o local adequado inclusive para que se faça isso é justamente o Congresso, ou seja, para que os diferentes interesses possam se manifestar, vir à tona e em função disso haver algum tipo de harmonização e de composição, mas eu acho que se você flexibiliza o horário de transmissão de algo entre sete e dez, é um passo para você já poder contemplar a heterogeneidade. Então grandes centros urbanos, quer dizer, que esse horário de sete às oito às vezes é um horário que tem um impacto, vamos dizer, no faturamento das rádios muito forte, etc, você pode flexibilizar para um outro horário desde que seja feito também num horário em que a transmissão seja feita, a comunicação dos poderes seja feita. E com isso se preserva o interesse dos três poderes, etc, de fazer sua comunicação.

Não estou aqui pretendendo ter uma fórmula definitiva. Acho só o seguinte, está evidente que esse arcabouço jurídico já não contempla mais a realidade do país. Quer dizer, um grande número de rádios entrou com Mandado de Segurança, e a justiça concedeu liminar. Muitas rádios já não exibem... Já não transmitem o programa às sete horas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a Associação Gaúcha das Empresas de Rádio e Televisão conseguiu uma liminar que vale para todo... Ou seja, no Estado já não é obrigatório. Quando começa a ficar esse... Vamos dizer, esse faroeste jurídico, digamos assim, onde um Juiz decide aquilo, outro decide ali, é sinal que está na hora de o Congresso talvez avançar e produzir uma legislação que seja capaz de ela sim, enquanto Congresso, Casa que

produz as leis, etc, normatizar uma nova normalidade. O Governo Federal está à disposição para discutir isso. Nós achamos possível encontrar mecanismos que permitam essa flexibilização. Nós sabemos que há uma discussão mais de fundo se é necessário ou não uma Voz do Brasil. Tem setores que acham que não é necessário. Mas tem setores que acham que é necessário. Nós achamos que uma discussão extremada assim dificilmente produzirá uma maioria que faça avançar alguma coisa. A tendência é que você paralise esse processo e não produza nada, o que achamos que é factível, desde que as empresas de rádio tenham essa compreensão. O Senado tenha essa compreensão. O Congresso tenha essa compreensão. O Poder Judiciário e o Poder Executivo é que se produza algum tipo de flexibilização nesse horário de sete às dez e isso acho que seria um passo importante para que a gente possa avançar nessa área.

É isso, em linhas gerais que eu tinha a expor, Sr. Presidente, e estou à disposição para mais tarde para as perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado Ministro Franklin Martins. Eu queria simplesmente relatar essa questão da decisão que a Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio, AGERT, inicialmente a entidade obteve uma liminar que acabou suspensa pelo STF a pedido da União. No julgamento do mérito a AGERT não teve sucesso, mas reverteu o quadro ao apelar para o Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Os Juízes do Tribunal Regional Federal, por maioria, entenderam que a flexibilização no horário da transmissão da Voz do Brasil tem amparo na jurisprudência da Corte e permite as emissoras de rádio que exerça seu direito à liberdade nos termos da Constituição. Ao mesmo tempo que garante a veiculação diária do programa oficial em todas as rádios do País. A União tentou mudar a decisão por meio de um recurso chamado embargo de infringente, mas não foi atendido. No STJ a União alegou que a posição TRF da 4ª Região violou dispositivo do antigo Código Brasileiro de Telecomunicações, que faz referência a transmissão da Voz do Brasil. O Procurador-Geral Lourenço Paiva Gabina sustentou que a radiodifusão é uma concessão e que a lei estabelece requisitos para que essa concessão entre eles e a paralisação do programa para a transmissão da Voz do Brasil. De acordo com Procuradores, a emissoras não estariam sofrendo censura. Para a União, o pedido da AGERT teria o intuito econômico em função do valor publicitário do horário e que o programa oficial é transmitido. Por outro lado, o Advogado Flávio Newman representante da AGERT sustentou que a flexibilização da transmissão não é uma tentativa de lucro fácil, mas a concretização da prestação de serviço que só um veículo como o rádio é capaz de prestar em um horário de grande demanda social. A defesa da entidade ainda argumentou que as pesquisas indicam que a maioria da população desliga o aparelho do rádio quando tem início a Voz do Brasil. Sendo que o seu término os aparelhos não são religados, pois a audiência migrou para outros veículos de comunicação. Isso, para Newman, seria um tratamento desigual entre as mídias já que somente os rádios têm que suportar o encargo do programa oficial.

Quero dizer que ainda cabe recorrência do Supremo nessa decisão, Sr. Ministro.

Passaremos agora a palavra ao Sr. Paulo Machado de Carvalho Neto, membro do Conselho Superior da Associação Brasileira de Emissora de Rádio e Televisão, ABERT. Com a palavra o Sr. Paulo.

SR. PAULO MACHADO CARVALHO NETO – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia Sr. Ministro, bom dia Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes. Eu gostaria só de complementar a informação dada há pouco pelo nosso Presidente da AGERT, para dizer que a AGERT representa mais de 250 emissoras de rádio. Então, são mais de 250 emissoras que estão amparadas por essa decisão liminar. Rapidamente, só que a ABERT é uma entidade fundada em 62, ela representa a radiodifusão livre, aberta e gratuita, representa hoje 2.600 emissoras de rádio, 320 televisões, 21 associações estaduais e é representada em 99% do território nacional, e o principal objetivo é a responsabilidade editorial ser privativa de brasileiros.

Em 1935 o Governo Vargas criou um programa que, na verdade, à época não chamava-se Voz do Brasil. Era um programa consensual entre o Executivo e as emissoras. E o por quê disso? Fazer rádio naquela época, e eu... Para grande orgulho meu venho de uma família que está no meio desde 32, fazer rádio naquela época era algo extremamente difícil, principalmente a captação de notícias. Nós dependíamos fundamentalmente da ECT, da Empresa de Correio e Telégrafos que era a grande transportadora de informativos. E isso criava um ônus muito pesado às emissoras. Então o Governo Vargas naquele primeiro momento atendendo a um pleito comum das emissoras, criou um programa, um informativo que era na verdade proveniente da grande força distribuidora de notícias que o Governo Federal até então detinha que era através do serviço de Correios e Telégrafos. Então esse primeiro programa foi consensual.

Em 39, aí sim o Decreto-Lei 1.915 modificou as feições desse programa com o objetivo de centralizar, coordenar e orientar e superintender a propaganda nacional e servindo como elemento auxiliar dos Minis-

térios, e entidades públicas na parte que interessava à propaganda nacional. Ou seja, aí já começou a ter uma participação ativa do DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Getúlio. Na seqüência, em 62, o Código Brasileiro de Telecomunicações, a Lei 4.117 abrigou a já existente Voz do Brasil e, em 67, então começou a haver a participação das duas Casas Legislativas. É bom também recordarmos que em 67 nós vivíamos o Governo de exceção. E neste momento houve uma troca entre o Governo de então às emissoras de rádio e o próprio Legislativo. No sentido de que se abrisse um espaço para que as duas Casas pudessem ter participação nesse horário. Até então o Legislativo não participava. Era um noticiário exclusivo do Executivo. Alguns problemas que advieram deste problema está aí na Copa do Mundo em 1970, a televisão transmitiu todos os jogos ao vivo, e nós no rádio tivemos uma significativa queda na publicidade porque não podíamos fazê-lo. Em 1980 o rádio deixa de ser o veículo preferido nos meios informados, as emissoras começam a investir em programação sedimentada, formatos diversos, ou seja, passa a surgir um novo rádio. Em 90 surge as emissoras comunitárias que hoje inclusive são em maior número do que as emissoras comerciais. A tecnologia impulsiona a televisão. Uma pesquisa feita pela Datafolha em 95 sobre o hábito de audiência de rádio, nós temos o hábito da população urbana e a população rural. 2000, o rádio é a melhor opção para anunciantes regionais e locais em função até do seu baixo custo de inserção publicitária. 2001, o JB fez uma pesquisa e entre 18h e 19h, 20%, 19h, 25% e 20h e 21h, 10%. Ou seja, durante o horário da Voz do Brasil existe uma queda acentuada na audiência do rádio nos médios e grandes mercados. 2002, no final do Governo FHC, nós tínhamos uma flexibilização que na verdade era uma flexibilização em função de eventos que surgiam. Então a ABERT solicitava, por exemplo, havia um determinado jogo da Seleção Brasileira, ou de um final de campeonato local importante, cujo horário estava dentro do horário da Voz do Brasil, nós solicitávamos à época à SECOM e a SECOM excepcionalmente autorizava. Porém isto era feito a partir de um determinado momento, segundo o que nos informaram, sem amparo legal. O que acabou impedindo a continuidade desse processo. 2005 tem aí uma pesquisa da MARPLAN, mostrando a estrutura de mídia que são 3.600 emissoras de rádio, televisão, jornais, revistas, audiência do rádio, nas suas várias faixas horárias. A pesquisa é uma pesquisa do IBOPE 2006 feita pela RBS, Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Caxias do Sul, Juiz de Fora em que nós vemos que há uma queda acentuada na audiência de 19h às 20h, tal fato não ocorre na cidade de São Paulo porque nós temos na cidade de São Paulo diversas emissoras de rádio com liminares para que não transmitam a Voz do Brasil ou que tenha o seu horário de transmissão diferido. Aí é aquele exemplo do horário, a pesquisa aceita pelo IBOPE em que vemos um pico de queda muito acentuado entre 19h e 19h59.

Em 2006 a Câmara aprova o PL que flexibiliza a transmissão entre 19h e 22h. O rádio é o único meio analógico que tem essa possibilidade, nós temos hoje como concorrentes emissoras comunitárias legais e ilegais, iPod, MP3, internet e satélite, nós centros urbanos e qualquer região do país é necessário manter o cidadão bem informado assegurando o acesso às informações na jornada de trabalho/casa. Flexibilizar garante o direito de informar em tempo real sobre fatos relevantes, eventos esportivos, serviços e ações urgentes e necessárias para mobilizar a comunidade.

Temos o caso do Rio Grande do Sul, que já foi aqui mencionado pelo próprio Presidente da Comissão, e nós questionamos fundamentalmente que esta obrigatoriedade fere a liberdade das emissoras e dos ouvintes. O direito das emissoras de informar em tempo real e o direito dos ouvintes de receber uma programação que não seja a Voz do Brasil no horário de 19h às 20h de segunda a sexta-feira.

Eu queria apenas contra-argumentar aqui com o nosso querido amigo Ministro Franklin Martins de que o problema das 19h às 20h, Ministro, não é um problema de ordem comercial. É um problema de ordem informativa. As emissoras deixam de prestar o seu serviço de informar aos seus ouvintes, principalmente nos grandes e nos médios centros em que essas pessoas neste horário estão dentro dos seus automóveis, e que tem interrompida a informação onde está congestionado, onde não está, qual seria a alternativa que pudesse ter. Então não é um aspecto de ordem comercial é realmente uma prestação de serviço. E outro aspecto é com referência à flexibilização entre 19 e 22h, não há dúvida de que é um passo à frente, mas que ainda continua trazendo problemas às emissoras que transmitem o futebol. Porque hoje nós sabemos que o horário de início das partidas é por volta de 21h45, 22h.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS – (pronunciamento fora do microfone)

SR. PAULO MACHADO CARVALHO NETO – Pois é. Aí é também uma alternativa. Talvez antes da abertura da jornada de poder fazer isso. Concordo com a colocação do Sr. Ministro de que muitas emissoras de rádio no Brasil transmitem a Voz do Brasil até porque entendem que é de interesse da sua comunidade, o que é inegável este fato, e também porque já tem com-

promissos comerciais assumidos com terceiros após as 20h. Então a transmissão de 19 às 20h atende a essas emissoras. E realmente, Ministro, existe esta pequena distorção nos objetivos. Mas tenho a impressão que a maioria realmente defende a flexibilização. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Acabamos de ouvir o Sr. Paulo Machado de Carvalho Neto, membro do Conselho Superior da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT. Queria dizer que essa é a primeira Audiência Pública cujo assunto é debater alternativa de flexibilização no programa a Voz do Brasil. Autoria do Requerimento Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Passaremos agora ao Sr. Flávio Lara Resende. Antes disso queria dizer que chegou à nossa Mesa, passa a compor a nossa Mesa, Sr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações. Estaria na lista como o próximo orador, mas como chegou atrasado, vai para o final da fila. (risos) Então, com a palavra o Sr. Flávio Lara Resende.

SR. FLÁVIO LARA RESENDE – Bom dia. Senador Wellington Salgado, Presidente dessa Comissão, os nossos agradecimentos pela possibilidade de participar desse debate que é tão importante para o Brasil. Sr. Ministro Franklin Martins, Ministro da Comunicação social, Paulo Machado Carvalho Neto, representando aqui a ABERT, Dr. Marcelo Bechara Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações.

Inicialmente eu queria dizer que independente de a ABRA, Associação Brasileira de Radiodifusores, independente da posição dela com relação a existência ou não da Voz do Brasil, porque achamos que a Voz do Brasil perdeu muito nos últimos anos com todas as... Todos os veículos de comunicação que surgiram no Senado, da Câmara, do Poder Judiciário, e também do Executivo, achamos que é extremamente importante essa discussão dentro dessa Casa, no Senado, é importantíssimo essa discussão dentro da Câmara dos Deputados, levando em consideração vários aspectos.

O Ministro Franklin Martins colocou aí de forma muito interessante quando diz que muitas emissoras de rádio no Brasil gostariam de continuar veiculando a Voz do Brasil mesmo no horário de 19h. Isso realmente é verdade, levando em consideração as emissoras, principalmente as emissoras pequenas, que não têm condições até de ter um noticiário como tem as grandes emissoras. Então, essa pauta, as matérias que são veiculadas na Voz do Brasil por essas pequenas... Para essas pequenas emissoras são realmente muito importantes. Elas usam essa Hora do Brasil como uma... Como um material específico de suas rádios para que possam informar a comunidade nessas pequenas cidades, nessas pequenas comunidades. Mas, ao mesmo tempo, nós temos nas grandes capitais as grandes rádios que prestam serviços de informação, principalmente nas grandes capitais e nas grandes cidades do Brasil, e que é muito importante que possa haver essa flexibilização. Essa flexibilização poderia atender as grandes emissoras e as pequenas emissoras.

Nós tivemos... Eu gostaria de colocar aqui primeiramente o seguinte. Como bem lembrou o Ministro Franklin Martins, a Voz do Brasil iniciou-se no Governo Getúlio Vargas. Portanto, nós temos aí 70, quase... 70 anos. Em 70 anos o mundo mudou radicalmente. E o Brasil também. Então, não se justifica você ter essa imposição de se transmitir a Hora do Brasil às 19h para todas as emissoras. Isso realmente na nossa opinião é uma coisa absolutamente absurda. E gostaríamos de colocar aqui aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados a importância de se discutir isso. Não está em discussão eliminar a Hora do Brasil. Muito antes pelo contrário, nós achamos que isso é importante, é fundamental, apesar das mudanças que ocorreram nesses 70 anos e com os novos meios de comunicação que surgiram, e como bem lembrou também o Ministro Franklin Martins, nós não sabemos o que é que vai acontecer nos próximos cinco anos, nos próximos 10 anos. Você pode vir a ter outras maneiras de informar completamente inovadoras e que possa trazer também a necessidade dessa flexibilização da Hora do Brasil.

Nós temos experiência em diversas rádios que compõem a ABRA, principalmente no Grupo Bandeirantes, e eu gostaria de contar uma experiência aqui em Brasília. A Rádio Band News, que iniciou há três meses aqui em Brasília, iniciou a sua transmissão sem veicular a Hora do Brasil às 19h. Veiculava às 23h. Em seguida tivemos uma determinação judicial para que voltássemos a transmitir às 19h. Achamos por bem, o grupo achou por bem não impetrar recurso para isso. E trouxemos dois meses depois a Hora do Brasil para às 19h. No período em que não transmitimos a Hora do Brasil às 19h e sim às 23h, nós tivemos condições de prestar serviços aqui em Brasília que nenhuma outra rádio prestava. Principalmente serviços de trânsito e serviços de informação. Isso foi muito elogiado pelos ouvintes e quando nós voltamos à Hora do Brasil para às 19h, nós recebemos mais de 400 e-mails de ouvintes reclamando desse retorno da transmissão às 19h.

Então, achamos que é muito importante essa discussão, que é fundamental que coloquemos... O Ministro colocou aí o aspecto comercial, e o Paulo Machado da ABERT disse que a questão não é comercial, e eu não posso deixar de dizer que a questão é também

comercial, não tenho a menor dúvida. Porque é o prime time das emissoras. Então nas capitais é um horário onde você, até pela audiência que você tem as pessoas estão nos seus carros se dirigindo para suas casas, ou indo para a faculdade, ou indo para a aula ou indo para o trabalho, então a audiência é muito grande, é o prime time, é importante também comercialmente, agora, é muito mais importante a parte informativa. Porque essas emissoras nas grandes cidades prestam informações que são muito importantes. E aconteceu também nesses últimos 70 anos que as rádios vieram segmentando. O Grupo Bandeirantes tem uma rádio em São Paulo, que é a Rádio Trânsito que é uma rádio exclusivamente de trânsito. E é um dos principais horários. Você tem dois horários principais no trânsito em São Paulo na parte da manhã e na parte da noite que pega esse horário das 19h onde a grande população paulista está nos seus carros. E em São Paulo nós temos uma liminar e não transmitimos a Hora do Brasil na Band News em São Paulo. O Ministro já colocou ao Senador Wellington Salgado, e explicou como é que está a situação no Rio Grande do Sul, então o Ministro colocou isso também que quando começam os questionamentos judiciais a respeito disso, está na hora de começar a conversar.

Então, a posição da ABRA é de que os Srs. Senadores e os Srs. Deputados possam trazer essa discussão para dentro das Casas, do Senado e da Câmara, para que possamos chegar num denominador comum de flexibilizar esses horários porque achamos que isso é importante. Essa flexibilização atenderá também as pequenas emissoras que poderão continuar veiculando às 19h. Mas principalmente achamos que uma coisa que foi criada há 70 anos e que mantém-se da mesma forma que foi criada há 70 anos precisa ser mudada. Tudo vem mudando no mundo, tudo vem mudando no Brasil, e é fundamental trazermos essa discussão na tentativa de uma solução rápida até para se solucionar todas essas questões judiciais que estão pipocando aí pelo país afora. Isso que eu tinha a dizer, muito obrigado Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. Flávio Lara Resende, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Radiodifusão, ABRA. Essa é a primeira Audiência Pública cujo assunto é debater alternativa de flexibilização no programa Voz do Brasil. Queria fazer uma colocação que em entrevista à revista Comunicação Social de abril de 1996, Fausto Faria, responsável pela edição do programa na época afirma que a Voz começou a ser veiculada no dia 22 de julho de 1935 no Governo Getúlio Vargas, sua primeira edição foi apresentada pelo locutor carioca Luiz Jatobá. Naquele período chamava-se Programa Nacional. De 1934 a 62 era levado ao ar com nome de Hora do Brasil. A transmissão obrigatória do programa por todas as emissoras de rádio no país em rede nacional iniciou-se em 1938. Nos primeiros 25 anos apenas os atos do Poder Executivo eram divulgados. Esse perfil editorial mudou em 1962, quando o Congresso Nacional passou a integrar o noticiário. A partir daquele ano o Senado e a Câmara dividiram a segunda meia hora do programa. Também em 62 ocorre a mudança de nome com o programa passando a se chamar a Voz do Brasil. Na década de 30 a geração do programa era de responsabilidade de serviços de publicidade da imprensa nacional. No fim de 1939 passou a ser gerado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP. Em 45 a geração ficou a cargo da Agência Nacional, órgão do Departamento Nacional de Informações que substituiu o DIP. Em 62 ficou sob a responsabilidade da Empresa Brasileira de Notícia, EBM, que foi substituída em 1988 pela RADIOBRAS, atualmente a Voz do Brasil é regulamentada pelo Código Brasileiro de Telecomunicações.

Passaremos agora a palavra ao Sr. Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, já que eu botei de castigo, Sr. Marcelo, mas quero deixar bem claro que sempre que eu vou em algum evento com relação à comunicação V.Sª está sempre presente, sempre participando e sempre atualizado. Passaremos a palavra agora a V.Sª.

SR. MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA – Obrigado, Sr. Presidente. Peço desculpas mais uma vez pelo atraso, quarta-feira em Brasília realmente é um dia complicado. Queria cumprimentar o Ministro Franklin Martins caro amigo Paulito, caro amigo Flávio Lara, Willian...

Eu queria mês começar, na verdade, falando um pouco da importância da Voz do Brasil. O Senador Wellington colocou aqui uma coisa interessante. Ela já passou por três nomes. Começou como Programa Nacional, 38 muda para a Hora do Brasil, e em 1962 para Voz do Brasil. Eu particularmente acho até o nome a Hora do Brasil um pouco mais agradável. Mas o que importa saber é o seguinte, isso é um programa que está há 70 anos no ar, presente inclusive no registro do Guiness book como um programa de rádio mais antigo do hemisfério sul. Polêmicas à parte, eu concordo plenamente com tudo que foi colocado aqui. Evidente que um programa que está 70 anos no ar, de lá pra cá, desde o Governo Presidente Vargas muita coisa mudou e graças a Deus muita coisa mudou. E naturalmente não poderia ser diferente. A Voz do Brasil ela também mudou. Mudou de nome três vezes, não só isso, ela foi evoluindo, o Senador Wellington fez um relato histórico

aqui da evolução da Voz do Brasil, agregando agora informações dos poderes, no começo era só informação do Poder Executivo, e principalmente para dizer que a Voz do Brasil ainda é uma forma importante de informação, principalmente no interior do Brasil. Muita gente no interior desse país, às 19h, todo dia, liga na Voz do Brasil para receber informações. Então eu acho que...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Me permite só...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Um aparte do Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Desculpe... É que foi uma coisa que veio na minha cabeça, aproveitando a presença do Ministro, a importância histórica. E eu até poderia V.Exª se poderia distribuir essa minuta inicial do tempo do Presidente Getúlio. Eu quando estava na Polícia Federal, Ministro, doutor, tinha uma coisa importante na Região Amazônica, naquela região mais longínqua da capital, só se ouvia a Hora do Brasil ou a rádio da Albânia ou da Rússia ou de países do leste europeu em português. Não tinha outra fonte de informação nacional. Então a Hora do Brasil tinha uma importância grande para o cidadão da floresta, porque ele só tinha notícia do Brasil através da... Senão eram as rádios estrangeiras que faziam os programas em português. Desculpa interromper, mas é um registro pessoal que eu acompanhei.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Romeu Tuma, V.Exª que é um arquivo...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Não sou desfavorável à flexibilização. É outra coisa. Acho que isso é importante e também com o Ministro trazer uma linha do que interessa e o que não interessa botar na Hora do Brasil. Também tem que fazer algumas modificações aí. O Ministro vai ter que ter um trabalhinho para fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Queria dizer que a Comissão sente-se honrada em ouvi-lo, Senador Romeu Tuma. Com a palavra o Sr. Marcelo Bechara.

SR. MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA – Obrigado Senador. É exatamente isso mesmo. A Voz do Brasil ela representa ainda, e que bom que ela representa uma fonte de informação segura e importante para milhões de brasileiros. Bom, isso é um primeiro ponto. E acho que ficou muito claro aqui nas colocações de todo mundo, pelo menos até o momento, a importância do programa a Voz do Brasil. O que está sendo discutido, e até o nome efetivamente dessa audiência não é a importância ou não, a eliminação ou não da Voz do Brasil. E sim a flexibilização da Voz do Brasil. Nesse aspecto, eu tenho que concordar que não é possível trabalhar mais com uma questão de horário tão rígido como das 19h. E isso não parte simplesmente de uma opinião pessoal, isso parte de uma constatação de que se nós observarmos por todo o país, nós temos algumas situações de discrepância. Algumas rádios conseguiram liminares para não fazer a transmissão, algumas cidades, inclusive, não têm a transmissão. Isso já aconteceu até com alguns Estados do país, não fazerem a transmissão, e outros fazerem a transmissão, e um dos problemas que muito recentemente infligia muitos radiodifusores, principalmente no horário de verão. Por quê? Porque quando estava sendo transmitido, por exemplo, a Voz do Brasil às 19h horário de Brasília, em algumas regiões do nordeste isso era às 18h. Equivalia às 18h local. Na transmissão simultânea. E nós sabemos que às 18h é o Prime Time do rádio. É o horário nobre do rádio. Então realmente isso trazia um prejuízo, vamos chamar assim, um ônus a mais ao rádio difusor. O rádio difusor é importante ressaltar a importância da radiodifusão brasileira, em especial a radiodifusão sonora. É um serviço universal que presta informação de qualidade, leva conteúdo de qualidade a praticamente todo território nacional. O radiodifusor, principalmente eu quero nesse momento falar um pouco do radiodifusor do interior, que tem as dificuldades no dia-a-dia de manter aquela rádio muito mais às vezes pela paixão de fazer rádio do que até qualquer outra coisa, esse radiodifusor ele já presta um grande serviço à nação. Ele já transmite a Voz do Brasil, todos os programas partidários eleitorais, enfim, já existe ali uma contrapartida importante sendo prestada àquela sociedade. O radiodifusor presta essa informação.

Então, a Voz do Brasil ela... Eu acho que apenas uma dessas obrigações eu entendo que deva ser cumprida. Contudo, nós temos que efetivamente trabalhar numa linha de flexibilização. O Ministério das Comunicações recentemente publicou a Portaria nº. 392 de 18 de julho de 2007. Essa Portaria ela dá um passo no processo de flexibilização, mas nós entendemos que não é o suficiente. Até porque uma Portaria ministerial ela não tem força para, enfim, fazer qualquer tipo de alteração ou contraposição. Uma norma legal, uma lei. E nós estamos falando aqui da Lei 4.117/62 que é o Código Brasileiro de Telecomunicações. Mas uma portaria ela tem condão muitas vezes de dar um esclarecimento maior. E uma das grandes preocupações era que os radiodifusores, principalmente no... Nós temos quatro horas no Brasil. Quatro horas legais no Brasil. Isso foi estabelecido por Decreto. E não é um Decreto novo. Ele é um Decreto de 1913... Na verdade é uma lei de

1913, juntamente com o Decreto que o regulamentou também do mesmo ano, e que foi estabelecido pelo Decreto 4.264 de 10 de junho de 2002. Esse Decreto 4.264 estabeleceu que existem... qual é a Hora Legal do Brasil. A hora legal do Brasil, segundo o Decreto são quatro horas. Existem quatro fusos horários, vamos chamar assim dentro do Brasil. Portanto, se é esse o Decreto que estabelece qual é a hora legal do Brasil, era razoável que a Portaria dissesse ao radiodifusor o seguinte: Você tem que transmitir a Voz do Brasil às 19h, que é o que está na lei. Mas que 19h? A de Brasília? Não. As suas 19h. As 19h da sua localidade, da sua hora legal. Essa é a interpretação mais correta do Decreto 4.264 e da Portaria 392. Com isso nós acabamos criando uma flexibilização que eu entendo que foi muito positiva para boa parte dos radiodifusores que principalmente em momentos de fuso horário como no final do ano e começo do ano que vem que nós estamos passando a partir da semana passada, aquele radiodifusor não é mais obrigado a fazer aquela transmissão 19h junto com Brasília, mas sim fazer 19h dentro da sua localidade, não contrariando a lei e cumprindo uma determinação prevista em Decreto. Só que nós entendemos que isso é muito pouco. Nós entendemos que isso é apenas um passo no processo de flexibilização. Nós entendemos que a flexibilização ela deve ser mais ampla e não por outra razão teria que ser feita por lei, até por isso estamos no Congresso Nacional discutindo, e achamos que com o processo de flexibilização da Voz do Brasil nós vamos estar, ao mesmo tempo, beneficiando os usuários que há 70 anos têm acesso a essa valiosa informação e que devem continuar tendo acesso a essa valiosa informação, mas, por outro lado, não criando um grande ônus ao radiodifusor nacional que já presta um grande serviço no país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Sr. Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações.

Queria dizer para os ouvintes e telespectadores da TV e Rádio Senado que esse é um assunto para debater as alternativas da flexibilização do programa a Voz do Brasil, a primeira Audiência Pública.

Eu fui autor do Requerimento, mas queria pular e passar direto aos Senadores que estão inscritos para que possamos ter uma maior pluralidade e uma maior discussão sobre o assunto. Já que temos aqui seis Senadores, eu queria discutir com a Comissão se passamos direto os seis ou se fazemos dois blocos de três. Senador Flexa dois blocos? É isso? Porque nós temos inscritos aqui na verdade quatro Senadores. Então podemos fazer um bloco só? De acordo? Então vamos lá. Primeiro Senador inscrito é o Senador Antônio Carlos Júnior, a quem eu passo a palavra para que possa se dirigir aos membros dessa Mesa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, saudamos aqui o Ministro Franklin Martins, presente a essa... A esse debate, Sr. Paulo Machado Carvalho Neto, Sr. Marcelo Bechara, Sr. Flávio Lara Resende. Me parece que há um consenso não só entre os debatedores, como também entre os Senadores no sentido de que a flexibilização é a alternativa mais viável, mais interessante. O noticiário da Voz do Brasil é um noticiário que interessa principalmente a locais mais longínquos onde a informação pela internet ou informação mais fresca não chega, então é um noticiário importante. Eu não vejo nenhum motivo de... Da extinção desse noticiário. Agora, a flexibilização é fundamental para que se possa ajustar interesses de regiões de diferentes tamanhos de emissoras de rádios. Nós temos rádios de grande porte, temos rádios de pequeno porte que não têm condições inclusive de manter noticiário. Então a flexibilização é sem dúvida o caminho que compatibiliza, tanto os interesses regiões como os interesses, digamos, do tamanho das emissoras de rádio. Então acho que é um consenso, o Ministro começou na mesma linha, ele é favorável, e todos os outros debatedores também o são. E o, Senadores, pelo que eu tenho visto também defendem essa mesma tese. Esse PL da Câmara, ele trabalha em cima dessa flexibilização. Então, o que nós precisamos, já que existe um Projeto Legislativo tramitando, o que é importante é que nós possamos trabalhar para aprová-lo. E aí, a partir daí, emissoras e o próprio Ministro Franklin Martins vão cuidar da maneira de adaptação desse... Digamos, dessa flexibilização e a questão do conteúdo o Ministro vai com o tempo analisando a necessidade da evolução de mudanças que porventura forem necessárias.

Acho que o consenso é grande, e já que o caminho é regulamentar, eu acho que o que nós precisamos é apressar a aprovação desse Projeto Legislativo que está na Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Antônio Carlos Júnior. Eu queria colocar aqui nos meus... Colocar algo que existe aqui. Uma matéria segundo... A época que o Deputado Aldo Rebelo era Presidente da Câmara, ele dizia, segundo o Deputado Aldo, a flexibilização já existe com os fusos horários do país. Foi uma colocação que foi feita pelo Deputado Aldo à época.

Passaremos agora nesse debate qualificado, passaremos a palavra ao Senador Marcelo Crivella. Vice-Presidente dessa Comissão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, gostaria de saudar aqui ao nosso Presidente da ABERT, que fez uma palestra tão bonita. Parabéns pela sua exposição. Queria me desculpar com o Franklin porque, Franklin, aqui no Senado Federal a gente fica se dividindo. O senhor conhece bem, o senhor cobriu aqui a nossa Casa. E eu cheguei junto com o senhor hoje. Chegamos praticamente juntos. Mas tinha uma outra Comissão. Comissão de Direitos Humanos para onde fui e acabei perdendo aqui a sua exposição e peço desculpas por não ter estado aqui para lhe prestigiar. Marcelo, grande abraço, você coloca ele por último depois seus pedidos de rádio comunitária vão por último também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador, vou deixar uma coisa bem clara. Como a mídia está apaixonada pela minha pessoa, quando o Ministro foi Ministro, falou pra mim no primeiro dia de Ministério. "Wellington, quanto à relação que você tem a qualquer interesse, não vou te dar nada". Então há dois anos e meio que não recebo nada do Ministério. Então não coloque assim senão a mídia daqui a pouco vai vir em cima de mim achando... já fiscalizou tudo no Ministério. (risos) Por favor, me proteja.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Flávio, grande abraço e muito obrigado por estar aqui conosco. Senhores palestrantes, Srs. Senadores. Eu sou um ouvinte assíduo da Voz do Brasil. Não é de agora. Gosto disso. Talvez seja um sujeito muito conservador. Acho que certas coisas entram no hábito nacional como, por exemplo, futebol, até determinados hábitos nossos de alimentação. E que depois é difícil a gente deixar esse apego. Eu sei que nós vamos caminhar pela flexibilização. Pela palestra dos senhores todos eu verifiquei que isso vai ocorrer. Mas eu gostaria muito que nesse processo de flexibilização nós pudéssemos garantir alguma emissora que o horário em que a Voz do Brasil, a época a Hora do Brasil se iniciou, e, aliás, 1995 nós entramos para o Guiness Records book, pouca gente sabe disso, mas a Voz do Brasil está no Guiness como programa mais antigo ainda no ar. Ele colocou aí, né? Pois é. Eu gostaria que nesse processo de flexibilização para brasileiros conservadores que eu sei que existem, nós pudéssemos alguma emissora no espectro nosso que é enorme manter aquele horário que já é um hábito para muitos brasileiros. Acho que vou trabalhar para isso. Claro que as empresas hoje disputam um mercado cada vez mais exíguo. Há pouco tempo atrás uma brasileira que eu socorri nos Estados Unidos na época que eu fui Presidente da CPI da Imigração Ilegal, me mandou um e-mail muito interessante. Ela conseguiu ficar lá porque casou-se com um americano que era um apresentador de um talk show em rádio, rádio FM, na Flórida, e muito famoso. E ela me mandou agora um e-mail dizendo que estava passando por problemas porque ele perdeu o emprego. Quer dizer, um sujeito que era famoso, perdeu o emprego na rádio porque o americano está ouvindo iPods. Está ouvindo esses aparelhozinhos MP3 players. E os anunciantes estão perdendo interesses nas emissoras de rádio. Como o Brasil sempre é um reflexo um tanto atrasado dos fenômenos sociais que acontecem nos Estados Unidos, acabam se manifestando aqui algum tempo depois com menor ou maior intensidade, eu acho que vamos sofrer um processo semelhante. Não com o público da minha idade ou próximo a isso, mas os jovens se habituam a fazer coleções de músicas nesses sites da internet via cabo e acabam deixando o rádio para lá.

Então, é claro que nós precisamos manter esse veículo tão importante no Brasil e que tão relevante serviço prestou à nossa nação e flexibilizar. Reitero apenas o desejo de continuar vendo a Hora do Brasil... Perdão, a Voz do Brasil naquele horário, meio da noite, em pelo menos alguma emissora.

Franklin, desculpe não ter estado aqui na sua apresentação, mas nossas obrigações. Daqui a pouquinho tenho que correr para a CCJ diversos projetos lá em tramitação hoje. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Obrigado, Senador Marcelo Crivella. Com essa intimidade com o Ministro me deixa até um pouco de ciúme, viu Ministro.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS – Nós fizemos uma viagem à África juntos, e na viagem à África conversa vai, conversa vem, já está... (risos) Precisa ver para ele contar os hábitos gestuais...

(risos)

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Quero aproveitar esse intervalo de descontração e pedir incluir Extrapauta Requerimento da minha autoria e autoria da Senadora Ideli, que pede a vinda do Ministro de Ciência e Tecnologia a essa Comissão para apresentar o plano de Ciência e Tecnologia de até 2010.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Já se encontra sobre a Mesa e assim que acabar esse debate será lido e aprovado.

Bom, o Senador Marcelo Crivella com relação à África realmente, até uma vez passada eu pedi que V.Exª explicasse o Embaixador que estava sendo conduzido para um país. Porque sei que V.Exª conhece bem aquela região. E na época a imprensa até colocou que V.Exª estava me dando uma aula. Mas realmente cada Senador tem um conhecimento em determinada área. E V.Exª como é um homem viajado, na sua origem, naquela região é uma região carente, fez sempre seu trabalho, e tenho certeza que o Ministro Franklin foi muito bem assessorado nessa viagem.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois é... A Ministra recebeu proposta na Mesa com a presença do Ministro de 80 vacas e depois essa proposta foi suplantada por outro Ministro que ofereceu 200 vacas, uma girava, um elefante, um camelo. E aí o Ministro que perdeu nessa proposta disse: Não, eu quero fazer uma família, ele quer fazer um zoológico. Mas foi interessante.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois é, um dote constitucional na África. E Senador Wellington, com respeito às feministas, está certo. Tem que pagar mesmo. Tinha de graça, já maltrata, o certo é pagar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – (risos) Esse é o dote quem dá é o pai da noiva?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Quem paga é o noivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ah, o noivo paga para ter a...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Não, isso aí passou no programa da Globo Periferia, que saiu no Fantástico.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Quem paga é quem vai casar?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – É o noivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a minha história eu estaria quebrado. (risos) Com o meu passado.

(risos)

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Wellington, mas não é dinheiro, Wellington.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Mas eu estaria sem nenhum animal em casa. Não teria nem um cachorrinho e... Nem um gatinho.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Poderia começar a fazer isso aqui para vir para Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – (risos) Está bom o Brasil. O Brasil está bom. Não saio daqui, não. Com a palavra já dando continuidade, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Eu também pediria desculpas. Eu acho que a gente tem a oportunidade de ver as notas taquigráficas. Aqui, Ministro, é um negócio complicado. Eles botam quatro, cinco Comissões, e fica todo mundo ligando. Tem que dar presença senão não sai.

Essa aqui eu tive a honra de ser solidário com o Ministro... Com o Presidente Wellington que foi o idealizador dessa Comissão. Foi criada em razão do trabalho que ele efetuou e hoje, Senador Wellington, todos nós sabemos da sua importância pela discussão que se faz em evolução nos meios de comunicação. Hoje cada dia tem uma novidade. Cada Audiência Pública aqui a gente acaba aprendendo. Eu sou do tempo que meu pai me ensinou a fazer o Rádio Galena. Eu disse que eu já fabriquei rádio aqui. Eu via... O Nicolau Tuma que era meu primo, irradiou uma luta do estádio lá de Nova York através de um radinho, ele parecia que estava no estádio e conseguiu irradiar toda a luta e foi cumprimentado porque acharam que ele estava por lá e transmitindo. Foi um grande radialista. Então tem no sangue da família essa... Esse amor pelo rádio. E é claro que na nossa vida pública de trabalho a gente vai aprendendo que cada setor significa para vida do brasileiro, principalmente aqueles que têm menos meios de alcançar a informação. Hoje não dá mais para viver sem informação. Eu sempre ouvi a teoria de quem é bem informado é dono da situação. E o Governo tem as suas razões e acho que é importante, Ministro, senhores aqui, o nosso Diretor da Jovem Pan, que eu admiro muito, já... Para ter uma idéia, Ministro, o dia que eu saí da Polícia Federal, primeiro telefonema que eu recebi foi da Jovem Pan para ser locutor e comentarista policial lá. Fiquei emocionado, porque até hoje eu tenho um bom contato com a Jovem Pan...

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS – (pronunciamento fora do microfone)

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Não, eu queria continuar a ser polícia. Então eu voltei e aí daquilo para frente eu fui trabalhar com o Fleury como Secretário de Assuntos de Segurança e acabei virando um candidato ao Senado. Um ano de trabalho lá acabei virando um candidato ao Senado e vim para cá. É claro que a minha visão não é uma visão completa

política. Eu não tenho uma experiência política para discutir alguns comportamentos, algumas atividades, alguns direcionamentos que são dados porque a gente aprendeu outra coisa na vida. E hoje, com os meios de comunicação on-line, computador, tudo, você sabe na hora o que ocorre. Não tem dois minutos... que essa informação está sendo levada agora ao conhecimento da população que está na TV Senado. E a Rádio Senado. O mínimo da população está tomando conhecimento do que se discute aqui. Agora, a Hora do Brasil, Hora Nacional, dêem o nome que queira dar, ela tem um valor inestimável. Não é só o conteúdo tem que ser um pouco modificado, mas as TVs, as rádios, elas são comerciais. Elas têm objetivos comerciais e têm um foco de informação bastante forte. Mas, elas têm muita coisa que o Governo realiza ou oferece à sociedade que às vezes não sai no noticiário comum. Na Hora do Brasil o senhor vai acompanhar o Decreto, como é que foi feito. O cidadão que está lá da Previdência Social ele vai saber que tem alguma coisa, vai procurar resgatar algum direito que tem. Então, isso que eu acho importante. Se passa às sete horas, se passar às seis da manhã, às dez, quem tem algum interesse vai ligar o rádio. Então, deixar por conta, hoje se deixa tanta coisa por conta das TVs, das rádios... Por exemplo, o Romeu Junior está lá na Secretaria Nacional de Justiça. Quem regulariza o horário que um jovem pode assistir é a própria TV. Ela tem que ter a responsabilidade de definir o horário que pode ou não e qual é o conteúdo que pode ter naquele horário. Se não der... A responsabilidade tem que ter cooperativa, ela não pode ser direcionada por um Decreto e definitiva. E a rádio também. Então, se a rádio... A Jovem Pan quiser passar às oito horas no horário da novela, ela passa a Hora do Brasil. Eu não vejo razão. Se eu ver que hoje a intervenção da justiça tem sido intensa nesse setor. Então, as decisões têm que ser analisada e ver qual é o melhor comportamento de como a população aceita melhor. Mas extinguir, eu acho que seria algo que poderia trazer um prejuízo enorme à sociedade menos favorecida pelos meios de informação que não têm muito acesso. E agora com essas mudanças que estão tendo, o senhor tem feito várias Audiências Públicas aqui com as mudanças de digital, não digital, de ondas... Não tem mais válvula, não existe mais... Então ficou tudo histórico. Então daqui para frente a gente tem que se acautelar e ver o cidadão que precisa da informação.

Eu gostaria depois de receber as notas taquigráficas para poder conhecer bem o direcionamento que foi dado pelo Ministro, por todos aqui dessa Mesa que foi a qualificada, como diz V.Exª, inclusive com a sua Presidência.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, meu querido amigo Senador Romeu Tuma, independente de nossas funções como Senador, V.Exª sabe do maior carinho que eu tenho, até mesmo como conselheiro em algumas situações. Eu queria dizer que essa Comissão é uma Comissão que foi criada esse ano, é uma Comissão que trabalha muito porque o avanço tecnológico faz com que nós tenhamos que correr com a lei atrás da tecnologia, Senador Flexa é o autor de um projeto que caminha nessa Comissão, por enquanto é o único projeto, os demais Senadores estão acompanhando para se houver alguma mudança encaminhará sugestões a V.Exª, então essa Comissão está de parabéns. Porque realmente, ficar atualizado nesse momento tecnológico, nesse mundo tecnológico é muito difícil. Passaremos agora então a palavra ao último orador inscrito, sendo que tivemos também aqui a presença do Senador Azeredo que é um grande especialista na área de informática, eu vou anotar, então passaremos a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para suas considerações com os convidados, por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Wellington Salgado, Ministro Franklin Martins, Dr. Paulo Machado de Carvalho Neto, membro do Conselho Superior de... Da ABERT. Dr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, Dr. Flávio Lara Resende, Diretor Executivo da ABRA.

Ministro, essa questão, Presidente, também, Wellington Salgado, da flexibilização do horário da Voz do Brasil, nós temos dois projetos tramitando aqui no Senado, que tratam dessa questão. O projeto do Senador Zambiasi e o projeto do Senador Álvaro Dias. Então, eu propunha, Presidente... V.Exª tem o direito de falar ao telefone, principalmente com as declarações que fez ainda há pouco da preocupação da forma como se pratica o casamento na África. Pode ser alguma chamada lhe cobrando o passado.

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Nessa questão o Ministro Franklin Martins que nós conversávamos, não tem esse problema. O Ministro já está casado quantos anos, Ministro?

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS – 30 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – (risos) Vá lá Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu dizia que tramitam no Senado dois projetos que tratam da flexibilização da questão da Voz do Brasil. Do Se-

nador Zambiasi e do Senador Álvaro Dias. Acho que nós poderíamos solicitar que esse projeto viessem à CCT para que a gente pudesse também fazer uma avaliação e um estudo com os autores com relação às propostas que eles estão encaminhando pelos seus projetos. É uma proposição que faço.

Pelo que eu pude assistir, e também peço desculpas a alguns palestrantes que tive que me ausentar em algum momento, mas assisti uma parte do Ministro Franklin Martins, do Dr. Paulo Machado e do Dr. Marcelo Bechara, nós temos três correntes: Uma corrente que quer manter como está a questão da divulgação do programa Voz do Brasil. Uma corrente que quer flexibilizar o horário, e outra que quer extinguir a veiculação. Para nós das regiões mais distantes, como é o caso da Amazônia, esse... A Voz do Brasil é um programa da maior importância. É a forma de que o brasileiro que está no ponto mais longínquo e que só tem o rádio ou uma antena parabólica agora com a questão da tecnologia para assistir e tomar conhecimento do que ocorre no mundo, ele fica interado através do noticiário do que acontece no trabalho dos Poderes da República. E uma outra forma de comunicação é através da Rádio Nacional. Durante muito tempo na Amazônia não se ouvia as rádios locais se ouvia a Rádio Nacional. Os programas de maior audiência na Amazônia eram os programas da Rádio Nacional. E que tinham... A gente chegava no interior e ao invés de se falar sobre os programas das rádios locais, se falava do programa da Rádio Nacional que o apresentador tal, o apresentador era conhecido naquela região.

Então eu acho que flexibilizar acho que já é quase que uma... Um consenso da necessidade de flexibilizar. Mas nós não podemos, nós não podemos abrir mão da função social que tem a Voz do Brasil.

Aí eu perguntaria a V.Exª, Ministro, e aos nossos convidados, como flexibilizar? Porque a ABERT eu tenho uma informação aqui que eu acho que ela tem uma motivação sim da questão, como diz aqui dos princípios de liberdade de expressão de imprensa, na questão da escolha do horário, mas tem uma questão econômica, que é o valor do horário nobre da rádio utilizado numa função social. Acho que essa seria talvez uma grande motivação para que a ABERT esteja pleiteando essa flexibilização. Mas, a minha preocupação é como flexibilizar sem tirar da sociedade a possibilidade de ter as informações. Então, mudar de horário eu acho que não há problema. Quer dizer, se o horário de sete horas é o horário nobre em que as emissoras de rádio declaram uma perda econômica da ordem de 175 bilhões por ano, de publicidade nesse horário, que se mude então o horário para um horário menos nobre. Agora, acho que deixar... Aí é opinião própria, deixar livre o horário para que as emissoras possam transmitir no horário que quiserem a Voz do Brasil, ou seja, horários diferentes, isso vai pulverizar e vai fazer com que essa informação não chegue. O que é muito fácil se mudar de sintonia num caso quando se tem horário. Então, no meu entendimento se pode buscar um horário que seja menos nobre, que haja menos prejuízo econômico às emissoras porque estão dando uma contrapartida à concessão que é do Governo, que é dado a elas, mas que se mantenha um horário para todas. De tal forma que você possa não sendo às sete... não sendo às 19, possa ser às 21, mas que ao mesmo tempo seja feita a transmissão.

Eu gostaria de... às 22h. Fora do horário nobre, mas que se mantenha a cadeia nacional para transmitir a Voz do Brasil. Eu gostaria de ter a opinião dos nossos visitantes a respeito de como fazer essa flexibilização sem que se perca a função social do programa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Queria passar a palavra ao último Senador inscrito, Senador Azeredo, já foi Prefeito de Belo Horizonte, Governador de Minas, Senador, se não me engano, com mais de quatro milhões de votos...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Quatro e duzentos, não tira os duzentos, não. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu não podia falar tanto porque nós ficamos um pouquinho ali atrás, com o Ministro Hélio Costa, mas que realmente dá um orgulho muito grande a Minas de tê-lo como Senador, independente de termos posições políticas... políticas não, partidárias não em lados opostos, mas em grupos diferentes, mas eu acho que para Minas é orgulho muito grande tê-lo como Senado e quem participa do trabalho com V.Exª sabe que Minas sempre em primeiro lugar. Isso que é importante. Com a palavra o Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Muito obrigado, Presidente Wellington Salgado, quero saudar o nosso Ministro Franklin Martins, Dr. Paulo Machado, dois mineiros estão ao seu lado, o Marcelo Bechara e o Flávio Lara Resende são dois mineiros também.

A questão da Hora do Brasil, eu vou muito na linha do Senador Flexa Ribeiro. Realmente se nós formos abrir horários diferenciados, acho praticamente vai se acabar com a Hora do Brasil. Então, deveríamos manter um horário padrão, mas que pode não ser às sete horas, pode ser em outro horário, que seja. Muito nessa visão realmente de Brasil grande. A gente tem muito essa... às vezes esse cacoete de olhar as ques-

tões de onde nós estamos. E a Hora do Brasil pode não ser tão importante para Belo Horizonte, para São Paulo, para Rio... Mas ela é muito importante para os rincões de Minas Gerais, para a Amazônia, quer dizer, para o Brasil como um todo, a Hora do Brasil tem importância grande, sim. E esse país, não me canso de lembrar, Minas Gerais mesmo é um Estado que tem distribuição populacional muito interessante. Nós temos na grande Belo Horizonte 30% da população apenas eu diria. Porque não é o caso de São Paulo, não é o caso do Rio que tem concentração na grande São Paulo de 50% na grande Rio de mais de 50%, em Belo Horizonte nós temos na capital, 70% ainda está no interior.

Então eu iria muito nessa colocação do Senador Flexa Ribeiro e entendendo que ela ainda é importante. Agora, apenas para informação, quer dizer, em outros países como funciona essa questão. Eu sei que evidentemente não quero falar do Chávez, não, que a Venezuela hoje se bobear são 24 horas de programação da hora da Venezuela. Vai ter sempre uma informação oficial permanente. Mas, em outros países mais que tenham a normalidade como é o caso do Brasil que hoje vive a normalidade democrática felizmente, como é que esse sistema funciona? Argentina tem alguma coisa parecida? O Chile, para não ficar em países do mesmo porte nosso aqui do Brasil. Quero lembrar também que a questão do horário eleitoral ela acaba sendo uma certa analogia, o horário eleitoral ele caba sendo todo ele no mesmo horário. Ele não é diferenciado. E atinge a rádio e a televisões. No caso da Hora do Brasil é só os rádios, mas as televisões ficam com... Não estou querendo criar para televisão também não, Flávio, mas no caso da televisão ficam apenas com aqueles momentos que há aquisição da rede para algum pronunciamento. Nem todos são muito relevantes, mas a maioria sim. E também no próprio caso da Lei Eleitoral a gente infelizmente nós temos que mudar é um outro ponto que é essa questão dos partidos sem representatividade que acabam realmente eu diria desvalorizando o horário eleitoral porque ao invés de serem partidos que têm o que dizer são partidos que às vezes alguns até de aluguel.

E finalmente a questão da TV pública, Ministro. Aí nós vamos estar numa discussão permanente, o PSDB e o Governo, o Governo já tem a NBR. Quer dizer, então um pouco mais dessa justificativa. O Governo de Minas tem a TV Minas lá, a Rede Minas, TV Educativa, os outros Estados também têm, a TV Assembléia, a TV Senado, todas elas se justificam. Não estou entendendo muito por que é que o Governo quer duas. Porque a NBR na verdade faz isso. Ela já é de divulgação do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Azeredo, poderíamos deixar essa parte, com certeza o Ministro virá aqui em outra audiência, porque esse debate será um debate muito bem qualificado. E quero colocar que minha posição estou ao lado do Ministro Franklin. E vai ser um debate muito bom. Quero ver se nós concentramos somente nesse da flexibilização, porque sei que V.Exª. está aguardando com ansiedade o debate sobre a TV Pública.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Só aproveitei a presença do Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tá. Eu queria aproveitar rapidamente, que eu sei que todos têm compromisso, inclusive o Ministro pediu que teria que sair 10h45, já são 10h47, só para colocar o Requerimento, em votação rapidamente.

Nos termos do regimento requeiro que sejam realizadas Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia e Informática para apresentação no Plano de Ação 2007-2010 de Ciência e Tecnologia e Inovação para Desenvolvimento Nacional para qual convido Exmº. Sr. Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, Dr. Sérgio Machado Resende. Sala das Comissões, Senador Casagrande, Senadora Ideli Salvatti, Senador Romeu Tuma. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Passaremos então...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Claro. Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Só para fazer um adendo, ao questionamento que eu fiz, que foi dito aí que já há uma flexibilização em função do horário de verão. Então, eu também proporia que eu acho que você tem que ter o programa transmitido ao mesmo tempo para toda a nação brasileira. Que no caso do horário de verão, que fosse utilizado o mesmo sistema que a aviação utiliza, ou seja, ela antecipa os vôos naqueles Estados que não estão acompanhando o horário de verão. Então, que a Voz do Brasil também fosse acompanhada, antecipada nesses Estados de tal forma que a nível nacional elas entrasse no ar ao mesmo tempo. Com a flexibilização em outro horário, enquanto não no horário que hoje é 19h.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Vou acrescentar aqui, Senador Wellington, eu tenho sentido, não

sei se o Ministro recebeu alguma informação, são os canais de televisão com respeito às telenovelas, que também há uma divergência de horário com o horário de verão, alguns Estados teriam que receber a imagem no horário local, menor. Então a qualificação de idade ela muda também. Então há uma discussão que talvez V.Exª pode talvez dar uma carimbada ali para poder resolver... São três horas no ar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Eu queria passar agora aos membros da Mesa a palavra para suas considerações finais que sei que inclusive alguns Senadores tem outras Comissões, e como o Ministro Franklin Martins foi o primeiro a chegar, no horário correto e tem compromisso como Ministro, eu passaria primeiramente a palavra ao Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Ministro Franklin de Souza Martins, e que após o seu pronunciamento fique a vontade se precisar se retirar, discretamente. Fique à vontade.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS – Bom, eu acho que o debate, embora razoavelmente curto em termos de duração, ele foi muito interessante no levantamento de uma série de problemas para se encarar essa questão da flexibilização. Isso a meu ver confirma a importância de que esse debate se dê no Congresso. Porque permite que os representantes com os diferentes Estados tragam para cá realidades que são absolutamente distintas.

Evidentemente quando a ABERT falou, quando a ABRA falou, quando eu falei nós já trouxemos os dados de que a atitude das diferentes rádios e dos diferentes ouvintes nas diferentes regiões do Brasil, em relação à Voz do Brasil, apresenta nuances muito fortes. E as intervenções dos Srs. Senadores mostraram isso claramente. É diferente em Belo Horizonte e na cidade de São Paulo por causa da situação, por exemplo, da Amazônia ou do interior de Minas. São situações diferentes. E por isso mesmo o Congresso é o lugar para você poder avançar nesse aí, porque é capaz de trazer as diferentes apreciações, as diferentes realidades.

Eu queria destacar a partir aqui da discussão, viu-se que há entre nós um consenso sobre a questão da flexibilização. O problema é como fazer a flexibilização. Eu diria que há três possibilidades. Uma primeira flexibilização mantendo a rede nacional. Isso significa que você pode flexibilizar basicamente o horário do início e do fim. Então, hoje em dia de 19h a 20h, você pode fazer de 19h a 20h, 19h30 a 20h30, e assim sucessivamente. É uma possibilidade. Se mantém a rede. Qual a vantagem? É que você mantém a rede. Qual a dificuldade dessa proposta? É que ela não contempla a diversidade do Brasil. No interior de Minas, por exemplo, talvez 22h já seja muito tarde. Todo mundo dormindo. Em São Paulo, 22h estaria talvez um horário razoável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ministro, no triângulo mineiro o pessoal está bem acordado nessa hora.

SR. MINISTRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS – Mas nós temos diferenças regionais que a questão da rede talvez não contemple as diferenças regionais eu não estou me referindo àquilo que já é contemplado pela Portaria do Ministério das Comunicações que são os diferentes fusos horários. Ou seja, a manutenção da rede ela tromba com uma realidade diferente. Ela não absorve esse problema.

Segunda hipótese, nós podemos ter cada emissora num período determinado, digamos, de 21h às 22h. Tem que começar pelo menos a partir de 19h qualquer horário, mas tem que terminar até 22h. Mas cada emissora bota no horário que considerar mais adequado ou acertado com o Ministério das Comunicações e isso permite uma flexibilidade, resolve o problema dos Estados, das diferenças regionais, mas isso tem um problema. Isso quebra a rede. Que é algo que vários dos Srs. Senadores mostraram uma questão importante.

Existe uma terceira possibilidade de flexibilização. Que eu não vi tocada aqui, mas que existe. Você pode manter este horário ou um outro horário e abrir intervalos dentro dele para... Já que o objetivo não é comercial, principalmente das emissoras, é o objetivo de dar informação, que as emissoras, vamos dizer que o horário seja de 19 às 20h, mas tenha dois intervalos de cinco minutos onde as emissoras entram com a informação do trânsito, etc e tal. Essa seria uma outra possibilidade. Eu pessoalmente acho que a gente deveria estudar todas as formas. Acho que há um consenso aqui na questão da flexibilização. Agora, será que conseguiremos uma fórmula que junte todos os aspectos, ou seja, a manutenção da rede ao mesmo tempo contemplar as diferenças... As diferentes situações regionais, a necessidade da informação, mas a necessidade ao mesmo tempo de manter um programa como esse. É algo que fica em aberto. Agora, eu acho que se temos um consenso com a flexibilização, eu senti aqui, acho que há possibilidade de se avançar bastante mais.

Eu não teria condições de informar sobre como é em outros países. Acredito que possa haver num ou outro país algo semelhante. Mas como norma geral, não existe. A Voz do Brasil acho que é como a jabuticaba, uma criação autenticamente nacional. Acho que nós teremos que encontrar as nossas soluções. Eu chamaria a atenção dos Srs. Senadores que nós teremos que encontrar as soluções não só olhando para trás, como nossa tradição, mas teremos que encontrar as soluções olhando para frente, para a vertiginosa velocidade das transformações nos meios de comunicação que podem perfeitamente daqui algum tempo, parece que no Japão hoje em dia o grande horário de televisão é horário do rush porque estão começando a ver em aparelhos portáteis, iPods, celulares que transmitem imagem etc. Ou seja, temos que ficar atentos para não fixarmos num modelo que dificilmente resistirá também a uma transformação acelerada nos meios através dos quais as informações são propagadas.

Eu agradeço muito aos senhores pela oportunidade de debater aqui e em relação à TV pública não vou pretender debater isso em um ou dois minutos, só para um pouco responder a provocação positiva do Senador Azeredo, o Governo não está querendo criar uma outra NBR. O Governo faz uma distinção, aliás, quem faz é a Constituição muito clara entre a comunicação estatal, comunicação de Governo e a comunicação pública. A Constituição estabelece que a televisão será, terá uma complementaridade entre o modelo comercial, estatal e pública. A TV Brasil não fará comunicação de Governo. Ela fará uma TV pública aberta para tratar o telespectador como cidadão e não como um consumidor, procurar estimular o espírito crítico, algo que seja plural, controlado pela sociedade, o debate está aberto. Sobre isso nós temos dois modelos diferentes. Não queremos fazer comunicação de Governo. O Governo manterá a NBR porque tem obrigação como Governo de dar publicidade de seus atos. A população precisa saber. Mas a TV Pública como é a TV pública no mundo, pelo menos o mundo que se pretende, mundo sério em termos de comunicação, ela não é uma TV estatal, uma TV que faz comunicação de Governo. TV pública aberta para a pluralidade do país e fazendo algo que é diferente do modelo comercial que eu não estou criticando nem julgando. O modelo comercial ele trabalha basicamente da seguinte forma: Produz uma programação e no Brasil produz uma programação de qualidade, com isso ele capta a audiência, reunindo uma grande audiência ele vende publicidade, com isso ele remunera o seu capital, e obtém o seu lucro e volta a investir.

Quer dizer, esse não é modelo, por exemplo, da BBC, esse não é o modelo da Deutsche Welle ou o da RTF na França ou da TV Espanha... E ela nem por isso são estatais. Quer dizer, mas eu acho que é uma discussão conceitual importante que a gente poderá travar e estou seguro, que não apenas o Senador Wellington Salgado, mas o Senador Eduardo Azeredo apoiará também a TV Pública no momento devido. Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – O principal da TV pública é o que a gente está sentindo agora, Ministro, o afastamento do direcionamento político. Até os nomes que têm parecido de conselho a gente sente de perto que é obrigação que o Senado terá que fiscalizar mesmo que ela não se torne uma TV política. E eu estou sentindo que isto é um direcionamento que V.Exª está dando diferenciada do que se poderia observar no início da tese levantada da criação da TV. Pelos nomes é que a gente vai saber qual a linha que vai tomar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Ministro de Estado, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Ministro Franklin de Souza Martins, essa é a primeira Audiência Pública para debater alternativa de flexibilização no programa a Voz do Brasil.

Como bem colocou o Ministro, não foi muito longo porque estão todos de acordo que tem que haver a flexibilização. Pelo menos eu senti isso aqui. O debate todos numa única direção fica difícil. Mas com certeza vai aparecer Senador que é contra e o debate vai ser mais forte.

Passaremos agora a palavra ao Sr. Paulo Machado de Carvalho Neto, Sr. Ministro esteja vontade. Sr. Paulo Machado Carvalho Neto, membro do Conselho Superior de Associação Brasileira de Rádio e Televisão para suas considerações finais. ABERT. Sr. Paulo.

SR. PAULO MACHADO CARVALHO NETO – Sr. Presidente, eu vou aproveitar para responder a pergunta colocada pelo Senador Azeredo. Dois únicos países no mundo têm um programa semelhante. Burundi e Cuba. São os dois únicos países no mundo que possuem... Burundi e Cuba são dois únicos países do mundo que possuem um programa semelhante à Voz do Brasil. Eu gostaria de agradecer...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – A Venezuela tem lá a conversa com o comandante lá.

SR. PAULO MACHADO CARVALHO NETO – (risos) Eu gostaria de agradecer em nome da ABERT, Sr. Presidente, pelo convite, pela generosidade da partici-

pação, agradecer a presença e a participação do Ministro Franklin Martins, do companheiro Marcelo Bechara, do amigo Flávio Resende, acho que todos temos um sentimento incomum que é no sentido de buscarmos uma solução. E queria ter aproveitado a presença do Ministro Franklin Martins, mas que teve que se ausentar para pedir a ele que quem sabe neste espaço de tempo enquanto não se tem uma regulamentação, uma regulação definitiva que houvesse uma flexibilização pontual. As emissoras de rádio enfrentam problemas que muitas vezes são absolutamente incontornáveis. Muitas vezes nós temos um jogo de futebol de Seleção Brasileira programado para 19h30. E a emissora aí para transmitir o jogo corre o risco.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Dr. Paulo, permite uma sugestão? O Presidente mandar as notas taquigráficas destacando essa proposta de V.Exª.

SR. PAULO MACHADO CARVALHO NETO – Muito obrigado, Senador. Então nós temos causas pontuais. Nós temos casos, por exemplo, agora vamos entrar no período de chuvas. Eu sou paulista como é o Senador Romeu Tuma, São Paulo passa a viver um problema gravíssimo. Inundações, enchentes... E a rádio é o único meio de informação a essa população e que muitas vezes nós nos vemos impossibilitados de transmitir mesmo que quiséssemos fazê-lo. Então quem sabe pontualmente se possa ter uma autorização esporádica para um determinado dia, pelo menos para que nós não sofrêssemos a punição, Dr. Marcelo. Então é isso. Muito obrigado, senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado ao Sr. Paulo Machado de Carvalho Neto, membro do Conselho Superior de Associação Brasileira de Rádio e Televisão - ABERT pelas considerações finais.

Continua o Sr. Marcelo Bechara sendo o último de castigo, que chegou atrasado, e com isso, como eu realmente... No Ministério das Comunicações eu estou também na geladeira, não estou preocupado. (risos) Vamos às considerações finais do Sr. Flávio de Lara Resende, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, a quem eu espero um dia ABRA e ABERT voltem a se constituir numa única associação porque...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

(risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Já conversei com os membros de um lado e de outro...

SR. FLÁVIO DE LARA RESENDE – Senador, nós temos excelentes relações e estamos encaminhando juntos em quase todos os assuntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sim. Mas temos que fazer uma fusão. Eu sempre defendi isso. Falta pouco. Tenho sentido homenagens de parte a parte. A ABRA faz homenagem à ABERT. Tenho participado, tenho visto. Estou sentindo que daqui a pouco eles vão casar. Chegarão lá. E sem precisar dar aquelas coisas que na África tem que dar, animais, girafas... Com a palavra então... O Sr. Flávio Lara Resende.

SR. FLÁVIO LARA RESENDE – Senador Wellington Salgado, eu queria agradecer a oportunidade do debate, que na verdade não foi debate, e fala-se tanto em convergência acho que poucas vezes tivemos Audiências Públicas com tanta convergência. Porque na verdade, não só os debatedores como os próprios Senadores manifestaram-se favoráveis à flexibilização. Acho que as coisas ficaram bastante fáceis e temos apenas que sentar e discutirmos todas essas possibilidades, como bem lembrou ali também o Senador Flexa Ribeiro sobre a possibilidade de se ter o mesmo horário. Acho talvez seja um dos pontos mais complicados até pelo fuso, pela diferença de fuso horário que a gente tem no Brasil, mas de qualquer forma hoje essa Audiência Pública, acho que pouquíssimas vezes tivermos isso, tivemos uma opinião parecida e não só convergente como também todos nós os debatedores, os Senadores dispostos a discutirmos e chegarmos a um denominador comum com relação a isso.

Eu queria agradecer mais uma vez, ao Sr. Senador, e também cumprimentar aqui o Paulo Machado, o Marcelo Bechara e essa presença também do Ministro Franklin Martins que foi muito importante porque trouxe a posição do Executivo, do próprio Governo Federal que acho que é muito importante para isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Também concordo.

SR. FLÁVIO LARA RESENDE – Também concorda. E a presença dos Srs. Senadores aqui, o Senador Romeu Tuma, Senador Eduardo Azeredo e outros Senadores que aqui participaram.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Permite só uma perguntinha?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Dr. Paulo, como falaram em rede e a necessidade de manter a rede ou não, dependendo da forma de flexibilização,

tem aumento de custo, a queda da rede formada e a individualização de cada estação decidir o horário que tem que transmitir. É isso? Não sei se isso ficou muito claro. O custo operacional.

SR. FLÁVIO LARA RESENDE – Olha, o custo operacional, na verdade, você tem a diferença, a diferença que você tem é que se você... Determina-se o horário de transmissão, de uma rede, e você tem a flexibilização de transmitir depois desse horário que foi... A transmissão, você tem que gravar o programa. Então, gravando o programa você normalmente tem um custo a mais porque você tem que ter uma estrutura operacional exclusivamente para gravar isso, independente do restante da sua estrutura do que está fazendo ali editando o dia-a-dia. Queria aproveitar também, Presidente, o Paulo Carvalho falou aí das chuvas que começam em São Paulo, e dizer que hoje mesmo em Brasília muitos das pessoas que se dirigiram ao plano piloto foram alertadas para as duas manifestações que acontecerão na Esplanada dos Ministérios que praticamente fecha a cidade por horas. Isso tem sido muito importante porque você direcione as pessoas no trânsito e você acaba conseguindo que a rádio... E só a rádio pode fazer isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Dr. Flávio, uma companhia de seguro em São Paulo criou uma rádio só para trânsito.

SR. FLÁVIO LARA RESENDE – É a rádio Bandeirantes e a Sulamérica. É uma rádio do Grupo Bandeirantes. Rádio Trânsito Sulamérica.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Só trânsito.

SR. FLÁVIO LARA RESENDE – Que só fala sobre isso. E é verdade, só fala sobre isso. E eu disse aqui anteriormente que as rádios nos últimos anos vêm segmentando exatamente para alcançar esse tipo de coisa...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – O cidadão quando entra na rádio para descrever o seu itinerário que ele encontrou pelo caminho, também é uma forte orientação para aliviar a saturação do trânsito que há em São Paulo. É desesperador.

SR. FLÁVIO LARA RESENDE – Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Sr. Paulo.

SR. PAULO MACHADO CARVALHO NETO – Permite um minutinho. Senador Tuma, uma das preocupações que se faz no caso e é importante também salientar o seguinte. Este problema de deferimento de horário, ele é importante no rádio, mas ele é fundamental na televisão. A televisão enfrenta um enorme problema, com problema dos fusos e principalmente com o problema da qualificação indicativa. Então, este é um assunto muito importante e ela se chocam. Que o senhor coloca com muita propriedade neste momento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – (pronunciamento fora do microfone) Então é uma coisa que tem geral harmonicamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pediria ao Senador Romeu Tuma que falasse ao microfone que está sendo gravado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – ...Buscar uma solução integrada de cooperação entre as TVs e o Governo. E o interesse principalmente do adolescente, da criança que é a mais vigiada. Hoje vocês colocam lá. Próprio para maiores de X. Não tem mais aquele o pai adivinhar. Já vem pelo menos o indicativo. Se o pai deixar é outro problema. É responsabilidade da família. Mas acho que tem que se discutir imediatamente visto que o fuso está em andamento e vai por mais três ou quatro meses à frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Passaremos agora as considerações finais Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações para suas considerações finais. Sr. Marcelo.

SR. MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA – Obrigado, Sr. Presidente. Se eu tivesse ligado na rádio hoje para saber das informações relativas a manifestações eu talvez chegasse mais cedo. (risos)

Eu gostei muito de uma colocação que o Senador Flexa, não está mais presente, mas ele falou sobre a função social da Voz do Brasil. Eu acho que ele conseguiu encontrar uma designação que realmente a Voz do Brasil proporciona que é a função social. Mas, em relação à questão da cadeia é muito complicado você falar em cadeia com a questão de um país em extensão continental. Na verdade, pela Portaria, a Voz do Brasil hoje ela passa em cada uma das 19h daquela determinada localidade. Ela já não está mais em cadeia. Ela está respeitando às 19h daquela localidade. Em relação à questão eleitoral, o Senador Azeredo colocou, é diferente, porque a Lei Eleitoral expressamente estabelece que a transmissão tem que ser simultânea. Essa expressão transmissão simultânea está na legislação eleitoral. Enquanto na legislação que trata da Voz do Brasil fala que tem que ser às 19h. Tem que pegar o Decreto que trata das quatro 19h existentes no Brasil. Essa que é a distinção.

Queria falar rapidamente, sei que não é o assunto, mas da importância da questão da TV Pública, realmente a Constituição estabelece uma diferença entre TV estatal, pública e privada. E a idéia de fazer TV pública e a idéia é que ela seja realmente de interesse público, voltada para o público e que até que seja feita também de uma certa forma feita pelo público. E eu espero que essa Casa na apreciação dessa Medida Provisória cumpra realmente o papel de amplo debate porque a TV Pública ela é uma coisa para o país. Eu tenho certeza que essa Casa, principalmente essa Comissão, Sr. Presidente, vai dar uma contribuição muito valiosa para esse debater. Muito valiosa mesmo.

E finalmente só colocar um ponto que eu acho que precisa ser observado. Toda vez que nós discutimos assuntos como esse, eu tenho mais clareza e mais convicção de que nós já estamos atrasados na decisão do rádio digital. O rádio digital precisa... É a reinvenção do rádio. Foi colocado aqui várias questões relativos a iPods, MP3 da vida e outras ameaças como própria televisão no celular como acontece no Japão pode ser uma ameaça no horário do rádio. Então o rádio precisa se reinventar e acho que o rádio digital é o caminho para isso. Inclusive porque os rádios digitais permite interatividade poderia informação sobre o trânsito ser passadas através do próprio display do equipamento receptor. E levando em consideração o seguinte...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – (pronunciamento fora do microfone)

SR. MARCELO BECHARA DE SOUZA HOBAIKA – Levando em consideração uma outra coisa. As ondas curtas. As ondas curtas podem voltar a ter prestígio com a digitalização. E aí poderia a partir de uma transmissão aqui de Brasília ser levado uma comunicação para todo o país. Em qualidade digital. Então, eu acho que o... Já que a tecnologia é inevitável, que ela seja utilizada, Sr. Presidente, para nos auxiliar. E para modernizar, inclusive não só a radiodifusão privada, mas também a radiodifusão pública, a estatal e a própria Voz do Brasil.

Queria parabenizá-lo por mais essa iniciativa, em que pese não tenha tido o debate talvez que esperasse, enfim, alguma polêmica é de extrema importância e relevância o assunto que foi colocado aqui hoje. Parabéns pela Comissão, queria agradecer a presença do Ministro, dos companheiros de Mesa, palestrantes e Senadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Eu sei que estou abusando aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V.Exª...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Nós estamos discutindo uma coisa importante que é o Projeto de Lei. Nós não estamos divagando ou discutindo algo que seria bom ou ruim. É um projeto que pode ser aprovado. E tem que ser implementado. Então, se não tiver essa concordância, a definição clara que todo mundo aceite, vai ser mais uma luta que o Judiciário vai ter que entrar em ação. E nós estamos sendo praticamente direcionados sempre pelas decisões Judiciais. Por quê? Pelo conflito que há da Legislação vigente. Então o que se quer é modificar para que se haja harmonia e se busque realmente um projeto que dê a solução aos problemas que está sendo apresentado. Não é a flexibilização, é como resolvê-la. E esse projeto vai ter que encontrar o caminho com aqueles que entendem do assunto. Até hoje a gente fica querendo saber o que é banda larga. Daqui a pouco ela é obsoleta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Bem colocado, Senador Romeu Tuma. Queria aqui finalizando, embora preservando a oficialidade, a Voz do Brasil tornou-se um rádio jornal de qualidade compatível aos grandes noticiários de emissoras comerciais brasileiras. Primeiramente modificou o texto tornando-se mais leve desde a saudação de abertura. "Em Brasília 19h". Agora de importância secundária sede lugar ao "Boa Noite". A cobertura dos fatos políticos no programa é ampliada. No aspecto técnico o programa passou a usar trilhas sonoras e vinhetas curtas. A Voz do Brasil também ganhou uma locutora em 1958 desfazendo o padrão de quase 50 anos, quando só as vozes masculinas liam o jornal.

Bom, muito obrigado Sr. Franklin de Souza Martins, Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Marcelo Bechara de Souza, Consultor Jurídico de Ministério das Comunicações, Sr. Paulo Machado Carvalho Neto, membro do Conselho Superior da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão, Sr. Flávio Lara Resende, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Radiodifusores ABRA. Essa foi a primeira Audiência Pública para debater alternativa de flexibilização do programa da Voz do Brasil.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada essa primeira Audiência Pública. Muito obrigado.

(Sessão encerrada às 11h14.)

CONGRESSO NACIONAL

ATAS E NOTAS DA CPI DO "APAGÃO AÉREO"

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 401, de 2007, DESTINADA A APURAR AS CAUSAS, CONDIÇÕES E RESPONSABILIDADES RELACIONADAS AOS GRAVES PROBLEMAS VERIFICADOS NO SISTEMA DE CONTROLE DO TRÁFEGO AÉREO, BEM COMO NOS PRINCIPAIS AEROPORTOS DO PAÍS, EVIDENCIADOS A PARTIR DO ACIDENTE AÉREO, OCORRIDO EM 29 DE SETEMBRO DE 2006, ENVOLVENDO UM BOEING 737-800 DA GOL E UM JATO LEGACY DA AMERICAN EXCELAIRE, E QUE TIVERAM SEU ÁPICE NO MOVIMENTO DE PARALISAÇÃO DOS CONTROLADORES DE VÔO OCORRIDO EM 30 DE MARÇO DE 2007.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº. 401, de 2007, DESTINADA A APURAR AS CAUSAS, CONDIÇÕES E RESPONSABILIDADES RELACIONADAS AOS GRAVES PROBLEMAS VERIFICADOS NO SISTEMA DE CONTROLE DO TRÁFEGO AÉREO, BEM COMO NOS PRINCIPAIS AEROPORTOS DO PAÍS, EVIDENCIADOS A PARTIR DO ACIDENTE AÉREO, OCORRIDO EM 29 DE SETEMBRO DE 2006, ENVOLVENDO UM BOEING 737-800 DA GOL E UM JATO LEGACY DA AMERICAN EXCELAIRE, E QUE TIVERAM SEU ÁPICE NO MOVIMENTO DE PARALISAÇÃO DOS CONTROLADORES DE VÔO OCORRIDO EM 30 DE MARÇO DE 2007.

Ata da 32ª Reunião de 2007, realizada em 19 de setembro de 2007

Ata Circunstanciada da 32ª Reunião de 2007 realizada em 19 de setembro de 2007, às onze horas e cinqüenta e oito minutos, na Sala nº. 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitiva dos Servidores da INFRAERO MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA, JOSÉ WELLINGTON MOURA, e ELEZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES.

Estiveram presentes os seguintes parlamentares membros da Comissão:

Tião Viana – (PT-AC) – Presidente
Demóstenes Torres (DEM-GO) – Relator
Mário Couto (PSDB-PA)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)
Sérgio Zambiasi (PTB-RS)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Romeu Tuma (DEM-SP)
Ideli Salvatti (PT-SC)
João Pedro (PT-AM)

SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Havendo número regimental declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento 401/2007.

Hoje a pauta desta reunião destina-se à oitiva dos Srs. Marco Antônio Marques de Oliveira, servidor da INFRAERO, Srª. Eleuza Therezinha Manzoni dos Santos Lores, servidora da INFRAERO, e Sr. José Wellington Moura, servidor da INFRAERO. A Presidência convida inicialmente para que faça parte da Mesa dos trabalhos o Sr. Marco Antônio Marques de Oliveira. Por gentileza.

Concedo a palavra ao Sr. Relator *ad hoc*, Senador Leomar Quintanilha para conduzir a oitiva.

SR. RELATOR *AD HOC* - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Dr. Marco Antônio Marques de Oliveira, o nobre Relator Senador Demóstenes Torres já havia preparado um roteiro das questões a serem levantadas, e eu vou me ater a esse roteiro.

Sr. Marco Antônio, V.Sª. antes de assumir a Diretoria de Administração da INFRAERO foi Superintendente da Região Centro-Oeste. Em que período V.Sª. exerceu o cargo de Superintendente do Centro-Oeste? Nessa função, quais os aeroportos faziam parte de sua jurisdição?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Bom dia Presidente, bom dia Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, sim, eu sou funcionário de carreira da INFRAERO de 33 anos de serviço, tive um período que eu saí, fui Secretário de Estado em Minas e voltando para a INFRAERO recebi a incumbência de ser Superintendente do Centro-Oeste, onde estava subordinado critério de superintender os aeroportos de Brasília, Uberaba, Uberlândia, Goiânia e Cuiabá.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Em que período foi exercido o cargo de Superintendente do Centro-Oeste?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Foi de junho de 2003 a agosto de 2005.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Constatamos nos autos dessa CPI que as obras de reforma e ampliação do aeroporto de Cuiabá foram contratadas em 2000. Tais obras foram contratadas com a empresa TRIUNFO. É isso?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Com certeza. Embora não estivesse, Senador, em

2000. Na INFRAERO eu estava na função de Secretário de Estado de Transporte e obras em Minas Gerais.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Mas tem conhecimento de que ela foi--

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Com certeza. Até porque peguei o processo à priori. De 2003 para frente.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Consta ainda dos autos da CPI que V.Sª. firmou como representante legal da INFRAERO termo aditivo ao contrato celebrado com a empresa VETOR para a fiscalização das obras de reforma e ampliação do aeroporto de Cuiabá. Está correto?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Não. Eu não firmei nada com a empresa VETOR. Não foi da minha época.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Sabe em que ano, pelo menos isso ocorreu e se V.Sª. já era Superintendente regional do centro-oeste?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Não. Com certeza isso é de 2002. Não é do ano 2003.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. então não era à época Superintendente da regional centro-oeste.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Não. Isso.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Em 2004 o contrato foi rescindido. Por qual motivo? Nessa época V.Sª. já era Superintendente da regional centro-oeste?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Com certeza. Foi uma decisão da Diretoria Executiva da empresa em rescindir o contrato com essa empresa, visto que as obras estavam praticamente paralisadas por falta de ação da empresa.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Após a rescisão, V.Sª. e a Diretora de Engenharia, Srª. Eleuza Therezinha, firmaram com representantes legais da INFRAERO novo contrato com a empresa GEOSOLO para reforma e ampliação do aeroporto de Cuiabá. Ademais firmaram ainda dois termos aditivos. Qual o objeto desse novo contrato, bem como dos aditivos?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Dos aditivos eu não sei. Porque com certeza eu não participei. Mas o contrato com a GEOSOLO era a quarta colocada do processo, a segunda colocada foi consultada para dar continuidade, visto que esse contrato ainda depunha de sobra de caixa e o aeroporto estava sendo deteriorado. Eu gostaria inclusive de passar para o Presidente aqui da Casa algumas fotos de como encontramos o aeroporto em 2004. Porque foi firmado esse contrato com a TRIUNFO em 2004. Quer dizer, o bem público estava praticamente sendo deteriorado, com chuvas, era mês de outubro, e essa é a imagem que nós tínhamos. E o terminal que era o setor B do aeroporto ela estava em franco desleixo, o aeroporto estava praticamente entrando em deterioração ao ponto do Governador do Estado tirar os Bombeiros e a Polícia Militar de dentro do aeroporto por falta de ação da INFRAERO.

Então, nós tínhamos que tomar uma atitude. Até porque o povo não merece o que estava passando.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): E em 2005, V.Sª. como representante legal da INFRAERO firmou contrato com a empresa TECNOSOLO para consultoria e inventários sobre as obras de reforma e ampliação do aeroporto de Cuiabá?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Foi sugestão da área da diretoria de engenharia que a gente precisava fazer até para fazer o inventário para ver como tinha andado essa obra. O que precisava ser feito daí para frente.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Consta ainda dos autos dessa CPI registra uma série de visitas que V.Sª. fez às obras do aeroporto de Cuiabá. Ao total foram seis visitas, todas em 2005. Percebe-se, portanto, pelo histórico feito que V.Sª. tinha conhecimento acerca dos procedimentos adotados durante a execução das obras realizadas no aeroporto de Cuiabá, especialmente a partir da contratação da empresa GEOSOLO. Correto?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Com certeza. Até como gestor da coisa pública, Sr. Senador, eu não poderia dar continuidade a uma obra sem realmente acompanhar o procedimento dela. Até porque esta obra tinha sido assinado pela diretora de engenharia e por mim. Então como estava na minha regional eu deveria realmente e foi muita sorte realmente a gente acompanhar a obra. Porque muita coisa pôde ser feita para melhorar o processo.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): O Senador Demóstenes Torres faz uma breve pausa na inquirição para ler parte de diálogo que ele manteve com o Procurador de Mato Grosso, o Sr. Marcelo Barbosa Lima. Quando esteve aqui nessa CPI.

Sr. Relator Demóstenes Torres. "Dr. Marcelo, de Cuiabá, lá o procedimento foi incluído, não é doutor?" Aí o Sr. Marcelo Barbosa Lima responde: "Não houve questionamento quanto à modalidade de licitação que

foi a de menor preço. Não há indícios, pelo menos o TCU não afirmou nada que houvesse indício de sobrepreço. Mas a empresa contratada não executou a obra". Referindo-se aqui... à GEOSOLO?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Não, a empresa para trás. A empresa anterior que deve ter sido a TRIUNFO.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Aí o Relator diz. "E recebeu". Aí o Procurador Marcelo: "Recebeu pela parte que ela efetivamente executou. Mas não foi penalizado por não ter cumprido. O que além de gerar um prejuízo material também incentiva a empresa a ser temerária nas suas propostas". Relator Demóstenes: "Claro, inclusive queria que V.Exª. afirmasse isso. Essa inexecução acabou trazendo prejuízo porque quando a outra empresa veio, ela teve que refazer parte do trabalho". Aí o Sr. Marcelo diz: "Teve que refazer. Embora ela tenha aceitado manter as mesmas condições contratadas com a anterior, mas tem uma parte que é preciso recuperar". Aí o Relator Demóstenes diz: "Certo. Independentemente disso, a INFRAERO não aplicou qualquer penalidade e ainda acabou pagando mais 750 mil reais por um... - é interrompido pelo procurador que diz - Sim, a título de serviços que teriam sido executados e estariam pendentes. Mas ela só se preocupou com o benefício da contratada, e não em punir pelo descumprimento contratual". Aí o Relator Demóstenes: "A empresa era a TRIUNFO".

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Com certeza.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Aí o Procurador Marcelo diz: "consultoria TRIUNFO". Sr. Presidente, Senador Mário Couto... agora não se sabe o valor do prejuízo. Aí o Procurador diz: "É, não temos esse cálculo de quanto exatamente teria sido o prejuízo". Sr. Presidente Senador Mário Couto. Isso foi interferência que o Senador Mário Couto que estava presidindo a Sessão fez. "Por que todo serviço que a nova empresa executou foi prejuízo ao Governo?" Aí o Procurador Marcelo Barbosa Lima. "Sim. Porque ela teve que refazer". Sr. Presidente Mário Couto. "Teve que refazer esses custos é que era bom avaliar". Procurador Marcelo Barbosa Lima. "Exatamente". Relator, Senador Demóstenes Torres. "Esse trabalho V.Exª. está fazendo ou solicitou ao Tribunal de Contas da União?" Aí o Procurador Marcelo Barbosa Lima: "Ainda não solicitei, mas seria justamente importante para avaliar a indenização que poderia ser pleiteada judicialmente". Relator, Senador Demóstenes Torres. "A INFRAERO também não se preocupou com isso". Aí o Procurador Barbosa Lima: "Certamente, não". Aí o Senador Demóstenes Torres volta à inquisição a V.Sª.

Recentemente a Secretaria de Controle Externo, SECEX, de Mato Grosso, representou contra V.Sª. por diversas irregularidades constatadas nas obras do aeroporto de Cuiabá. Correto?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Correto.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Nas razões de justificativas apresentadas por V.Sª. em diversas oportunidades, V.Sª. remete a responsabilidade para outras instâncias. V.Sª. não gostaria de aproveitar a oportunidade e nominar as pessoas que no seu entendimento são diretamente responsáveis por cada uma das irregularidades resumidamente apontadas e listadas a seguir: Primeiro, contratação da empresa GEOSOLO sem a regular licitação. Segundo, redução do objeto contratado com a GEOSOLO sem a correspondente supressão de valores. Terceiro. Assinatura de um termo de destrato amigável que deu quitação total à empresa TRIUNFO desconsiderando que a contratada descumpriu cláusulas contratuais, ocasionando prejuízo à INFRAERO e à sociedade isentando-a das penalidades previstas no ajuste. São várias, não sei se V.Sª. gostaria, eu lesse todos...

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Se você quiser, eu já vou dando resposta para isso. Até porque na própria CPI eu entreguei um Relatório...

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Para não perder a seqüência, poderia responder desses três. Contratação da empresa GEOSOLO sem licitação, redução do objeto contratado com a GEOSOLO sem a supressão de valores e a assinatura de um termo de destrato amigável dando quitação sendo que a empresa descumpriu cláusula contratual ocasionando prejuízo à INFRAERO e à sociedade isentando-a de penalidade previsto no ajuste.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Vou começar de trás. O destrato com a GEOSOLO eu era totalmente contra o destrato amigável. Mas eu era Superintendente de aeroporto. A Diretoria Executiva achou melhor terminar assim. Amigavelmente. Tanto que no Relatório que foi encaminhado pelo Dr. Benjamin Zymler do Tribunal de Contas, a atuação do então Superintendente do Centro-Oeste, atual Diretor de Administração, mesmo sob o égide de que... De regência hierárquica e com vista a preservar o patrimônio público, se coaduna como excludente de responsabilidade para o fato formal e a recuperação jurídica decorrente. Eu gostaria de deixar isso aqui também à CPI.

E quanto a contratação da GEOSOLO, ela é, como eu disse no início, ela foi a quarta colocada. A segunda colocada não manifestou desejo de aceitar.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): A quarta colocada então houve licitação.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Houve licitação.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Porque aqui fala sem licitação.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Não. A licitação existiu, como a primeira foi afastada a segunda foi consultada não aceitou, a terceira estava recebendo uma punição de idoneidade com a INFRAERO por não fazer duas obras inclusive um terminal de cargas perigosas em Guarulhos. Portanto, ela ia ser penalizada pela própria diretora de engenharia. Então não poderia entrar no nosso processo. Foi chamada a quarta colocada que aceitou.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Aí a última questão é a redução do objeto contratado com a GEOSOLO sem a correspondência de supressão de valores. Quer dizer, diminuiu a tarefa a ser executada sem reduzir--

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Muito pelo contrário. Ele fez muito mais do que o objeto. Porque nós tivemos que refazer praticamente toda a obra. Por algumas inconsistências nos processos. E isso está também no nosso Relatório.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Então nós vamos dando seqüência. Pagamento a maior em favor da TRIUNFO decorrente de erro de cálculo do item 030150300 ocasionando superfaturamento da ordem de 65 mil, 516 reais e 50 centavos a preço de novembro de 2000 e de 82.375,92 referente a abril de 2002 calculados com base da planilha de medição final da obra.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Como o senhor vê, Senador, não sou eu que faço a planilha. O gestor é simplesmente o administrador da região. A planilha foi feita pela área técnica, foi acompanhada pela área técnica, os fiscais são da área técnica que não pertencia, não devia nenhuma subordinação direta na execução dessas planilhas ao Superintendente do aeroporto.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Sobre a licitação na modalidade convite para contratar a remoção, tratamento, pintura, estocagem da estrutura metálica do setor B contrariando o art. 23, § 5º da Lei 8.666/93.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Isso foi uma licitação feita interna pelo próprio aeroporto porque era uma licitação que estava no nível do Superintendente do aeroporto daquela ocasião fazê-lo. Não foi feito pela Diretoria da Empresa nem pelo Superintendente regional. O Superintendente do aeroporto de Cuiabá tem autonomia de fazer as licitações. E isso estava no nível dele. São licitações de menos de 200 mil reais.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): O que é que comenta sobre estar contrariando o art. 23, § 5º da Lei 8.666?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Desconheço, Senador. Porque isso inclusive não me foi trazido. Estou sabendo agora desse assunto. Mas por acaso sei pelo Tribunal de Contas da União que essas três pequenas licitações que ele fez lá é de competência do Superintendente do aeroporto.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Dispensa de licitação para contratar a retirada, fornecimento e substituições no fechamento existente no aeroporto bem como recuperação do sanitário masculino, também contrariando o art. 23, § 5º.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Esse consta, Senador, dessas fotos que entreguei para o senhor a vergonha que era o terminal de passageiros de Cuiabá. Tem a segunda foto aí. O senhor pega a segunda folha das fotos. Esse era o banheiro do aeroporto de Cuiabá onde operava. Ele afundou três vezes o banheiro, o senhor vê rachaduras incríveis ao ponto do CREA local impedir a obra. O senhor vê as rachaduras aí.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Estou vendo aqui. As rachaduras mostram...

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Esse terminal inclusive inutilizou duas lojas. Uma inclusive com aquário de peixes que os peixes se perderam porque realmente o terminal estava impossível de ser praticado. A ponto de o bombeiro ameaçar o fechamento do terminal se a INFRAERO não tomasse uma atitude. Então o Superintendente para consertar um banheiro que era da área restrita do aeroporto, que o passageiro não pode sair para ir ao banheiro, esse pequeno emergencial que me parece que foi de 80 mil reais, que está nível de fazê-lo. E Superintendente está lá para fazer isso mesmo.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Aqui ele comenta também que a inadequada caracterização da situação emergencial calamitosa.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: É calamitosa a situação. As fotos são muito claras. Se o banheiro afunda três vezes, o CREA manda botar

36 escoras de aço porque o terminal ia cair, é calamitosa. E outro dia os passageiros têm que adentrar ao banheiro e o banheiro está nesse estado. Impossível de ser entrado. Inclusive sem água e sem esgoto, é mais que emergencial. Não tem nem que perguntar para fazer. Tem que fazer de madrugada. Resolver.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Talvez seja por isso também que houve o descumprimento do § 2º do art. 7º da Lei 8.666 caracterizado pela inexistência de projetos específicos--

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Não tinha projeto específico. Porque tinha que refazer o que estava lá.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Utilização do orçamento da TECNOSOLO, com orçamento base da dispensa mesmo sabendo que este não foi elaborado em observância do art. 112 da LDO 2006 e sem que fosse apresentada justificativa para os preços unitários superiores a preços mediano do SINAPE. O argumento é que foi utilizado o orçamento da TECNOSOLO como orçamento base da dispensa.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Eu acho que ela pegou os preços que tinha lá, o Superintendente, quero deixar bem claro, Senador, essa é uma missão exclusiva do Superintendente do aeroporto local. Ele que sabe aonde aperta o calo.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): E ela entendeu que deveria basear-se no orçamento da TECNOSOLO.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Exatamente. Agora, o Superintendente no momento lá de crise, no outro dia o aeroporto tem que funcionar. Ele tem que tomar uma atitude. E eu acho que se eu tivesse no lugar dele eu tomaria a mesma atitude. Eu mandaria arrumar o aeroporto. O povo não pode chegar ao outro dia no aeroporto e encontrar o aeroporto destruído e sem ação. E não ter poder de fechar o aeroporto.

Então, ele fez a ação dele eu acho que foi correta. Cabe ao gestor ter sensatez e discernimento de fazer as coisas. E ele teve sensatez e discernimento de fazer. Agora, infelizmente... o gestor agiu como eu teria agido.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): A realização de serviço inerente ao segundo contrato com a GEOSOLO, antes da formalização do processo de dispensa e da celebração do ajuste.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Esse eu não sei lhe dizer, Senador.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Esse segundo contrato com a GEOSOLO.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Segundo contrato deve ter sido emergencial do aeroporto. E foi a mesma coisa. Aí esse terminal inteiro, que já não foi mais o banheiro, a sala de autoridades, nada disso. Esse aeroporto o CREA praticamente o inviabilizou. No dia 28 de agosto de 2005 chegou-se à conclusão numa reunião de Diretoria que não tinha jeito. O Ministério Público reclamando, Bombeiro, CREA, inclusive o nosso Diretor de operações, Ex-presidente da INFRAERO com carta muito dura dizendo: Nós seremos realmente condenados por não fazer. Temos que tomar uma atitude. O terminal vai cair, as chuvas lá na região são realmente em dezembro e precisa ser tomada alguma atitude. A Diretoria Executiva da empresa tomou uma atitude no dia 28 de agosto em Recife de fazer um emergencial.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Mas como é que deixou ficar nessa situação calamitosa? Por que é que não foi tomada uma atitude antes? Porque isso não aconteceu...

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: O senhor vê aí. Nesse momento já deveria ter sido feito o emergencial. Só que não tinha outro aeroporto para fazer. E aí foi... lá o terminal, o aeroporto é setor A, B e C. O setor A foi feito novo. O setor B é o aeroporto que estava sendo operado pela população e pelas empresas aéreas. E o setor C é esse que ta aí na foto que estava sendo construído. O setor B, infelizmente começou a afundar ao ponto do CREA e a Defesa Civil do Estado colocarem 36 estacas para sustentar o terminal. Só que quando chegou a época da chuva, aquilo não estava... Estava continuando a oferecer risco muito grande. E aí foi preciso tomar uma decisão da véspera de fim de ano que deveria dar continuidade ao setor C para que pudesse ser demolido num prazo de seis meses e o outro ficar pronto em seis meses aquele processo. Assim foi feito, é a última foto dessa que eu passei para o senhor, o senhor vê realmente o aeroporto a do meio o aeroporto caindo, e a última é o aeroporto concluído em seis meses que foi inaugurado pelo Presidente Lula em 29 de junho. Seis meses exatamente.

Isso é uma obra que praticamente já devia estar entregue e estava nesse Estado. O senhor vê a segunda foto, é o aeroporto praticamente caindo. E a terceira foto ele pronto depois de menos de seis meses. Pronto.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Mas registra indício aqui

de sobrepreço apurado do contrato decorrente da incompatibilidade dos preços unitários com os de mercado, e da inclusão de custos de comissionamento na planilha com riscos de múltiplas cobrança dessas despesas.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Aí Sr. Senador, eu também não posso... Eu era o gestor. Mas a parte técnica era feito pela nossa parte de engenharia. Eu não posso falar sobre os custos porque--

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Parte de engenharia da INFRAERO aqui ou--

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Não. Da INFRAERO sede que elaborou essas planilhas e fez acompanhamento dessas planilhas. Porque todo esse processo foi acompanhado de perto pelo suporte da nossa área de engenharia da sede.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Ele comenta aqui que a consecução de atos administrativos antieconômicos que ocasionaram gastos que poderiam ser evitados com adequado planejamento da obra em resultar em prejuízo superior a 2 milhões, 576 mil, 414 reais e seis centavos, importando em desobediência aos princípios da razoabilidade e eficiência. E na mesma direção em que pode ser respondido na mesma pergunta, faz um comentário sobre o TCU. O TCU já deliberou sobre as justificativas apresentadas por V.Sª.? Qual o resultado?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Ele ainda não deliberou. Mas eu quero dizer o seguinte, infeliz do gestor que não age. Nesse contrato emergencial, como já foi dito várias vezes aqui, qualquer contrato acima de 12 milhões a Diretoria Executiva da empresa tem que autorizar e dois diretores assinam. Eu assinei essa emergencial, do aeroporto, simplesmente porque a Diretoria Executiva me escalou. É um contrato puramente da diretora de engenharia que foi tocado por ela. Eu não participei mais da... O primeiro processo eu fui cinco, seis, eu acho que Senador até errou aí, eu fui mais de dez vezes ao primeiro processo porque eu era o Superintendente regional. Agora, como Diretor de Administração, administrando mais de dez mil funcionários e mais de 17 mil contratados, eu não tinha possibilidade de ficar acompanhando obra que por um capricho da Diretoria e por um processo legal da empresa eu só assinei para compor o processo. Não cabia a esse Diretor olhar planilha, acompanhar a obra, e fazer... Sim, na primeira fase, sim. Que eu já fui inclusive exculpado de responsabilidade. Mas na última página, muito mais ainda. Porque eu entrei só para compor. Porque o processo tem que ser assinado por dois diretores depois de aprovado pela Diretoria Executiva da empresa. Então a Diretoria Executiva da empresa autorizou e me escalou o Diretor de Administração para assinar com a Diretora de Engenharia.

Agora, todo o processo, todo o período foi acompanhado pela parte da nossa Diretoria de Engenharia e o corpo técnico do aeroporto da época acompanhando essa obra.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu gostaria que V.Sª. pudesse me esclarecer quando V.Sª. fala que assinou para compor. Esse assinou para compor não assume responsabilidade?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Com certeza. Não estou me eximindo de culpa. Estou dizendo o seguinte: Uma coisa é eu ser o Diretor da obra. Eu tenho que acompanhar uma obra. Outra coisa é eu assinar com as minhas atividades simplesmente porque o contrato tem que ser assinado por dois diretores. Agora, a área técnica acompanha aquela obra. Ela toca aquela obra. Eu... não nos cabe realmente lá fazer medição, fazer as coisas, fazer aferição, ver se as planilhas estão certas. Diferente do primeiro estágio que eu era o Superintendente do aeroporto gestor daquela coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Mas se V.Sª. assina um documento, V.Sª. tem que saber o que está assinando. Porque ali cabe a responsabilidade.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): É como V.Sª. acabou de falar que todo gestor tem... infeliz do gestor que não age. Mas tem que agir com responsabilidade. Tem que agir com regularidade. Só faltou V.Sª. completar isso. Tem que agir. Mas tem que agir com responsabilidade, tem que agir com regularidade.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: O senhor tem razão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Quando eu assino um documento, tenho que ver se esse documento está correto, eu tenho que ir fundo e analisar esse documento. Não vou assinar esse documento só por assinar. Senão mais tarde estou assumindo uma responsabilidade por não ter cautela na assinatura de um documento.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Eu talvez não tivesse feito, passado para o senhor o entendimento que eu quis passar. O que eu quero dizer é o seguinte, quando sou gestor daquela coisa diretamente, a responsabilidade é total minha. O que eu quis dizer é o seguinte, que como Diretor de

Administração eu não podia ir como acompanhei o primeiro processo da obra acompanhar aquela obra. Tinha uma Diretora de Engenharia, tinha um corpo de engenharia acompanhando aquela obra. Isso que eu quis passar para o senhor. Agora, a responsabilidade é da empresa.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Vamos continuar. V.Sª. como Superintendente regional do centro-oeste teve conhecimento acerca da veiculação irregular feita nos portões 8 a 10 do aeroporto de Brasília pela empresa AEROMÍDIA?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Não.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Não teve conhecimento. Bem, aqui o Senador Demóstenes faz outra pausa para relatar um diálogo que teve com a Srª. Sílvia Pfeiffer, quando ela esteve nessa CPI. Eu vou ler aqui o diálogo para que V.Sª. seja... Tome conhecimento do que aqui afirmou a Srª. Sílvia Pfeiffer.

Sr. Relator Senador Demóstenes Torres: "Há algum conluio ou compartilhamento de interesses entre os diretores da INFRAERO e os diretores da ANAC? Eles operam juntos? V.Sª. tem conhecimento a esse respeito?" Srª. Sílvia Pfeiffer: "Tenho informações que me passaram. Comentários dentro da própria INFRAERO". Relator Demóstenes: "V.Sª. tem notícia se a INFRAERO ou a ANAC procuram privilegiar companhias desnecessárias determinadas?" Srª. Sílvia Pfeiffer: "Tenho". Relator Senador Demóstenes: "Pode dizer como é que isso acontece?" Srª. Sílvia Pfeiffer: "Aliás, isso é um caso de 2005, aonde o Diretor Comercial na época Tércio Ivan Barros, juntamente com o Diretor de Administração atual Marco Antônio Marques de Oliveira eles repassaram áreas, terrenos para o Neném Constantino, da GOL, isto é, são áreas que estavam sub judice, áreas da TRANSBRASIL". Sr. Presidente Senador Tião Viana: "Só uma coisa. Eles são de onde?" Srª. Sílvia Pfeiffer: "Da INFRAERO. Desculpe, Presidente, eles são da INFRAERO. Repassaram com exclusividade as áreas para a GOL que estava sub judice e discutido judicialmente. Todas as áreas da TRANSBRASIL em todos os aeroportos do Brasil". Sr. Relator Senador Demóstenes: "Eu queria que a senhora repetisse. Então eles passavam para o Neném Constantino?" Srª. "Silvia Pfeiffer: Esses dois diretores da INFRAERO eles repassaram sem licitação as áreas sub judice que estavam ou estão ainda, é da TRANSBRASIL". Relator Senador Demóstenes: "Para a GOL?" Srª. Sílvia Pfeiffer: "Para a GOL em todos os aeroportos". Sr. Relator Senador Demóstenes. "Veja bem, Nenén Constantino, ao que nós ficamos sabendo aqui, ele não faz parte da GOL. Não é isso?" Srª. Sílvia Pfeiffer: "Exato". Relator Senador Demóstenes: "Ele tem outras empresas. Então nós precisamos saber se essa irresponsabilidade é com a GOL ou é com o Nenén Constantino". Srª. Sílvia Pfeiffer: "O que me falaram é Nenén Constantino." Relator Senador Demóstenes. "Neném Constantino, ok?" Srª. Silvia Pfeiffer: "É, exatamente". Relator Senador Demóstenes Torres. "Então a senhora pode precisar quais são essas áreas?" Srª. Sílvia Pfeiffer: "Todas as áreas da TRANSBRASIL em todos os aeroportos brasileiros". Sr. Relator Senador Demóstenes Torres: "Foram repassados?" Srª. Sílvia Pfeiffer: "Foram repassados com exclusividade". Senador Demóstenes Torres: "Para a GOL?" Srª. Sílvia Pfeiffer: "Exato". Relator Senador Demóstenes. "Com..." Srª. Sílvia Pfeiffer: "Com a assinatura do Diretor Comercial na época, Tércio Ivan de Barros e com o Diretor atual administrativo, Marco Antônio". Sr. Relator Senador Demóstenes: "Foi repassado a que título? Foi vendido, foi cedido?" Srª. Sílvia Pfeiffer. "Eu não sei. Aí eu não sei informar ao senhor". Senador João Pedro: "Presidente". Presidente Senador Tião Viana. "Pois não". Senador João Pedro: "Presidente, num diálogo mantido". Senador João Pedro, "nesse exato momento só para precisar quando a Srª. Silva diz: que me falaram, quem falou, só para ficar claro". Relator Senador Demóstenes Torres: V.Sª. pode precisar quem falou? Srª. Sílvia Pfeiffer. "Posso". Funcionários da INFRAERO. Senador João Pedro: "Quem? O nome. Um nome". Srª. Sílvia Pfeiffer: "Mariângela Russo". Senador João Pedro: "Para poder ficar uma coisa bem abalizada". Srª. Sílvia Pfeiffer: "Exatamente". Relator Senador Demóstenes: "Mariângela Russo e quem mais?" Srª. Sílvia Pfeiffer: "Roberto Spinelli". Senador João Pedro: "Quem lhe falou?" Srª. Sílvia Pfeiffer. "Exatamente". Senador João Pedro: "Que a INFRAERO passou terrenos para o seu Constantino?" Srª. Sílvia Pfeiffer: "Exatamente". Sr. Presidente Senador Tião Viana: "É isso?" Srª. Sílvia Pfeiffer: "Exato". Sr. Presidente Senador Tião Viana: "A informação dela que ela..." Relator Senador Demóstenes: "Precisamos saber o seguinte". Presidente Senador Tião Viana, "ela deixou claro que essas informações que chegaram a ela que a INFRAERO repassou terrenos que estavam sub judice da TRANSBRASIL para a GOL não foi isso?" Srª. Sílvia Pfeiffer: "Exato". Sr. Presidente Senador Tião Viana: "Ou não foi isso?" Srª. Sílvia Pfeiffer: "Exato. Usaram exatamente o nome para o Nenén Constantino da GOL. É essa". Relator Senador Demóstenes: "Nenén Constantino da GOL?" Srª. Sílvia Pfeiffer: "É". Relator Senador Demóstenes Torres: "Ok. Muito bem. Porque também a discussão que nós temos é o seguinte. Ao que consta, pela documentação que nós recebemos, o Nenén Constantino..." Aí ele é interrompido pela Srª.

Sílvia Pfeiffer: "Exatamente". Aí o Senador Relator Demóstenes Torres: "Não é da GOL". Srª. Sílvia Pfeiffer: "É". Relator Senador Demóstenes: "Ou seja..." Srª. Sílvia Pfeiffer, "são os filhos, não é?" Relator Senador Demóstenes Torres: Será que é o Constantino Júnior? Porque esse sim é da GOL. Srª. Sílvia Pfeiffer: "Nenén Constantino". Sr. Relator, Senador Demóstenes Torres: "Ok. Ele que teria negociado com os diretores da..." Srª. Sílvia Pfeiffer: "Exatamente. Com os dois diretores". Sr. Relator Senador Demóstenes Torres: "Quais são os diretores, só para repetir". Srª. Sílvia Pfeiffer. "Tércio Ivan de Barros e Marco Antônio Marques de Oliveira". Aí ele volta a perguntar a V.Sª.

O que V.Sª. tem a nos dizer sobre a denúncia apresentada? Que informações V.Sª. pode nos repassar acerca desses terrenos? Quais foram os critérios adotados para a realização do convênio para administração e absorção do aeroporto de zona da mata... Esse aqui acho que é uma pergunta diferente. Então acho que é melhor responder.

O que V.Sª. tem a nos dizer sobre a denúncia apresentada e que informações pode nos repassar acerca desses terrenos?

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Usa o microfone, por gentileza.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Isso não é competência do Diretor de Administração. Eu posso dizer e a documentação está lá à disposição da INFRAERO que eu nunca assinei nada, nada passando, assinando com o Dr. Tércio para a GOL. Até porque não compete ao Diretor de Administração assinar nada em cessão de área para ninguém. Isso é critério exclusivo do Diretor Comercial. Então isso não existiu.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Quer dizer, dessa ação V.Sª. não participou?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Não participei. Inclusive um dos modos que ela falou que foi cedido, esse hangar da TRANSBRASIL, que está aqui em frente aqui o aeroporto, esse hangar antigo que era da TRANSBRASIL, [ininteligível] inclusive, todo mundo sabe que é ligado à INFRAERO que aquilo será a futura sede da INFRAERO. Que fica em frente à ANAC.

Então, nunca foi cedido para ninguém aquilo. Tanto que os aviões da TRANSBRASIL continuam lá.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Muito bem. Quais foram os critérios adotados para a realização do convênio para a administração, absorção do aeroporto de zona da mata, uma vez que os relatórios técnicos apontavam diversas restrições resultando por parte da INFRAERO em grandes investimentos em detrimento de sua própria demanda de investimento na rede aeroportuária?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Senador, isso aí foi um investimento exclusivo...

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Muito obrigado.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Esse é um aeroporto que foi feito exclusivamente com o dinheiro do Governo de Minas, e da verba pró FAA do antigo DAC. E que depois de pronto, numa negociação do Governo de Minas e a INFRAERO está sendo feita a absorção que ainda não se concretizou. Pelo menos até quando eu saí da INFRAERO dia 9 de agosto. É verba exclusiva do Governo de Minas. A INFRAERO não colocou um tostão lá em detrimento dos seus aeroportos. E o procedimento adequado é aquele mesmo que é usado em qualquer parte do Brasil de absorção aeroportuária.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Qual é a sua responsabilidade no envolvimento com a empresa AEROMED, referente ao contrato de assistência médica aos passageiros do aeroporto de Galeão quando da sua gestão naquela dependência resultando em um benefício à contratada em mais de 500 mil.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Olha, realmente isso aí... quem assinou o contrato fui eu. Esse processo me deu muita dor de cabeça porque ele foi... Ele estava coberto por legalidades jurídicas e de auditoria. Não posso ficar sem médico em aeroporto. Tive que assinar o contrato. Isso fecha até um aeroporto, assinei o contrato, mas não favoreci em nada tanto que já ganhei em primeira instância, segunda instância e terceira instância esse processo. Esse processo está vindo e inclusive tive o prazer de mandar para V.Exª. dizendo que eu estou isento de qualquer culpa já há três anos. Porque senão não poderia ter sido nem Diretor da empresa. Se tivesse sido condenado.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Muito bem. Sr. Presidente, aqui o Senador Relator encerra suas oitivas. Eu consulto os Srs. Senadores se querem fazer algum questionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Pois não, Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Queria fazer três breves perguntas. Primeiro: Quem o indicou para Diretor da INFRAERO?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Senador Carlos Wilson.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Você foi Presidente... Aliás, foi Diretor a primeira vez na gestão Carlos Wilson.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Eu era Superintendente do aeroporto de Brasília, e no final do processo, na mudança de Diretoria ele convidou a mim, o Presidente J. Carlos para assumir e o Dr. Tércio para assumir as diretorias vagas naquela época.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): A quem o senhor atribui a sua continuidade como Diretor da INFRAERO?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Eu não continuo como Diretor.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Depois que o Carlos Wilson saiu.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Ah, eu continuei porque fui convidado pelo Presidente J. Carlos para que eu continuasse como Diretor de Administração.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Quem é Josevaldo Reis?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Josevaldo Reis que eu saiba era um funcionário da INFRAERO. Tinha a função de Assessorar o Presidente da empresa.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Qual informação além dessa o senhor tem sobre a atividade desse Josevaldo Reis?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: A não ser de Assessorar o Presidente da empresa.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Ele tinha relações com empresas de construção e com interesses vários que tinham sobre a INFRAERO? O senhor confirma ou não?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Não conheço. Não conheço nada a respeito.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Qual era a sua atividade à época?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Diretor de Administração.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): E não sabia de nada disso?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Nada.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Qual a sua avaliação sobre o desempenho do Brigadeiro José Carlos Pereira enquanto Presidente da INFRAERO? O senhor concorda com gestos e atuações que ele teve como Presidente?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Olha, o que eu posso dizer é o seguinte, concerne a minha área de... Ele foi uma pessoa que me apoiou bastante. A gente conseguiu desenvolver bastante--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Como membro de um colegiado, o senhor acha que foi proveitosa a gestão dele na Presidência da INFRAERO?

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Sim, inclusive na minha área eu tive oportunidade de criar o Instituto INFRAERO e a futura Universidade INFRAERO que é abertura para novos horizontes inclusive para treinamento de pessoas.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O senhor está respondendo aqui sob juramento.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Ok.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): O senhor garante que nada sabe sobre o Sr. Josevaldo Reis.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Nada.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Que tarefas ele cumpria, para quem cumpria as tarefas? Não sabia disso.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Para mim--

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Só tarefas burocráticas e--

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: A tarefa dele funcionava como Assessor direto do Presidente da empresa. Ele não tinha relação nenhuma com nenhum Diretor.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): E sobre a atividade dele o senhor não tem o menor conhecimento.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Não tenho.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Nós agradecemos então a presença e a participação do Sr. Marco Antônio.

SR. MARCO ANTÔNIO MARQUES DE OLIVEIRA: Eu agradeço, Sr. Presidente, Senador, agradeço Srs. Senadores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Dando prosseguimento, vamos convidar o Sr. José Wellington Moura, servidor da INFRAERO.

Sr. Wellington, bom dia. Obrigado por ter vindo. Gostaria de perguntar a V.Sª. se quer fazer alguma consideração inicial.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Sr. Presidente, muito bom dia. Sr. Relator, Srs. Senadores presentes, meus senhores e minhas senhoras. Estou aqui

a convite da Comissão, e estou à disposição para as perguntas que o Relator queira fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Obrigado. Com a palavra o Relator.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Sr. José Wellington, estou funcionando aqui hoje como Relator *ad hoc*, e utilizando da documentação que já foi preparada pelo titular, Senador Demóstenes Torres. E ele tinha interesse em obter algumas informações de V.Sª. e eu começaria com as indagações.

E a primeira é relacionada com o caso da FS3. Qual é a função e lotação de V.Sª. na INFRAERO? Há quanto tempo V.Sª. é empregado da INFRAERO? Em que período V.Sª. exerceu o cargo de Diretor Comercial da INFRAERO? Ainda exerce essa função? Em caso negativo, qual o motivo? E assumiu outra função? Eu acho que seria de bom alvitre, Sr. Presidente, e o nosso convidado, que as respostas fossem dadas na seqüência de cada uma das perguntas para melhor aproveitamento do Relator, o trabalho. Com V.Sª. a palavra.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Perfeito. A primeira pergunta com relação à FS3.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Qual é a função e a lotação de V.Sª. na INFRAERO? Há quanto tempo é empregado dela.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Sou empregado da INFRAERO há 32 anos. Comecei no aeroporto de Aracaju, passando pelo aeroporto de Congonhas, Guarulhos, Campinas, Maceió, Fortaleza, Recife e o ano passado precisamente no dia 27 de março eu assumi a Diretoria comercial atendendo a um pedido, um convite do Brigadeiro J. Carlos, quando ele assumiu a Presidência da INFRAERO nós assumimos em conjunto.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Ainda exerce essa função?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Eu fui Diretor da INFRAERO até 12 de abril do corrente ano.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Deixou a Diretoria por quê? E se assumiu outra função.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Na época eu deixei a Diretoria em função de uma auditoria do TCU... Desculpe, da CGU. Auditoria essa com relação a um posto de gasolina aqui da área do Distrito Federal, do aeroporto, e desse processo inclusive eu gostaria de passar às mãos do nosso Presidente o termo da CGU, exculpando desse processo. E hoje eu continuo a exercer a minha função na INFRAERO não mais como Diretor, eu sou administrador no cargo de carreira da empresa.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Antes de trabalhar na INFRAERO que atividades profissionais V.Sª. exercia? E V.Sª. é ou já foi sócio ou proprietário de alguma empresa? Se foi, quais?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Sócio ou proprietário de empresa, não. Eu, como eu falei, entrei na INFRAERO em 75. Em fevereiro de 75, lá no aeroporto de Aracaju. E fiz minha carreira trabalhando na INFRAERO.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Não tem nem teve atividade empresarial? Não teve empresa nem tem.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Não, senhor.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. já respondeu ou responde algum processo de sindicância? Em caso positivo, quais os motivos da instalação?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Nesses anos de empresa eu respondi esse processo do posto de gasolina o qual eu já foi exculpado, conforme documento que eu acabei de entregar a V.Exª., e tem um segundo processo do qual eu fui envolvido em função da minha função de Diretor Comercial que é o processo da FS3.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Na época da celebração do contrato com a FS3 V.Sª. participou da reunião da Diretoria Executiva que aprovou a contratação? Em caso negativo, a partir de quando tomou conhecimento da contratação?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Eu não participei. Até porque na época eu era Superintendente Regional no nordeste. O contrato e aquisição do sistema pela FS3 aconteceu em 2002, 2003. Eu só vim assumir a Diretoria em 2006. Mas, como sendo aquisição de um sistema que seria implantado em todos os aeroportos obviamente que naquela ocasião como Superintendente Regional do nordeste eu tinha conhecimento que estava acontecendo a aquisição de um sistema. Mas não sabia da magnitude do sistema.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Qual a participação de V.Sª. na execução desse contrato?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Na execução desse contrato nenhuma. Eu tive a participação já a partir de abril de 2006, quando da possibilidade da confecção de um termo aditivo o qual não chegou a ser concretizado.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Quando V.Sª. assumiu a Diretoria comercial da INFRAERO o contrato com a FS3 já estava suspenso?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Já estava suspenso.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Durante sua gestão à frente da Diretoria Comercial foram realizados pagamentos à FS3?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Durante a gestão foi pago umas notas fiscais que não me recordo o valor, se não me engano entorno de uns 60 a 70 mil reais referente a serviços que tinham sido executados pela FS3 no ano de 2005. Pagamento esses que foram realizados com a concordância da área da Procuradoria Jurídica da INFRAERO haja vista que a empresa FS3 tinha protestado os títulos, ou seja, o serviço tinha sido feito, tinha sido comprovado pelos fiscais da INFRAERO eu estava em cartório. Esse pagamento eu recorri à Procuradoria que liberou para que fosse realizado haja vista que o não pagamento implicaria a INFRAERO ir para os órgãos de controle, CADIN, etc.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. era favorável ou contrário a prorrogação do contrato nos moldes apresentados pela empresa? Em caso positivo se fosse favorável à prorrogação do contrato, que vantagem a INFRAERO obteria com essa prorrogação?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Quando assumi a Diretoria em 27 de março, a Diretoria anterior estava em processo de... Tinha suspenso o contrato em 29 de dezembro, por um período de quatro meses para a conclusão dessa negociação. Nesse período, quando eu assumi faltava apenas 30 dias praticamente, assumi em 27 de março, em 28 de abril vencia o último mês que a INFRAERO tinha para fechar essa negociação. Eu conversei na época com o Presidente J. Carlos e baseado inclusive num documento que existente da CISET, uma auditoria 07 em que esse documento citava que o contrato da FS3 estava sendo analisado pelo TCU e que as pessoas envolvidas no que diz respeito à aquisição em 2003 estavam sendo ouvido e que o TCU... Esse Relatório da CISET pedia para que aguardasse o desfecho do TCU.

Então tendo o sistema na empresa, o sistema chegou... Funcionou, foi adquirido, pago e estava funcionando, eu não via porque não colocado para funcionar. Então, para funcionar nós teríamos que fazer um termo aditivo ao contrato. Então esse termo aditivo na época o nosso Presidente emitiu um ato administrativo nomeando uma Comissão, essa Comissão foi quem me deu suporte técnico para que eu desse prosseguimento à negociação, ou seja, a Comissão formada por pessoal da área de informática, Procuradores, Procurador da INFRAERO, pessoas ligadas já ao sistema, e esse corpo técnico nesse curto período de tempo que... Esse ato administrativo do Brigadeiro J. Carlos foi praticamente do dia 5 de abril e ele dava 10 dias para que a Comissão desse essas informações para que nós pudéssemos fechar o termo aditivo. Então, foi o período que houve, assim, foi muito curto e havia muita coisa a ser feita.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Foram adquiridas 416 licenças de usuários ao preço unitário de 9.500 reais. Todas essas licenças foram utilizadas? Que direitos a INFRAERO detêm atualmente em razão da aquisição dessas licenças? Por que o sistema não está disponível na versão existente na data do último pagamento da manutenção das licenças como constava do despacho 239 assinado pela Srª. Márcia Chaves e parte integrante do processo de contratação com a FS3?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Isso aí aconteceu por ocasião da suspensão do contrato em dezembro. Aí eu desconheço o porquê desse fato na suspensão. Na renovação, eles licenças foram revistas e o preço inclusive renegociado preço visando inclusive conforme consta na minuta do contrato que faz parte no processo da CGU a redução é significativa do valor inicial.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): O Sr. Fernando Brendaglia declarou a esta CPI que em caso de renovação do contrato a INFRAERO não teria gasto com aquisição de licenças, mas apenas com a manutenção delas.

V.Sª. confirma essa afirmação? As licenças adquiridas pela INFRAERO obtiveram registro patrimonial?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Segundo a informação passada por essa Comissão que me auxiliou na execução desse termo aditivo, essas licenças, sim. Existiam e fazia parte da aquisição do sistema. Ou seja, o entendimento é que essa Comissão me passou é que todo... Tudo que tinha sido adquirido em 2006 tinha sido entregue pela empresa.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Quer dizer que na renovação do contrato a INFRAERO não teria gasto com aquisição de licenças, mas só com a manutenção delas.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Só com a manutenção. Exatamente.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): O Sr. Ettore Casoria afirmou em depoimento a essa CPI que apresentou pro-

posta para renovação do contrato. O Sr. Adenauher Figueira Nunes declarou a esta CPI que V.Sª. preparou termo aditivo ao contrato com o fim de renová-lo. Pergunto:

A. Quem propôs as cláusulas do aditivo à FS3 ou à INFRAERO?

B. Quais eram as cláusulas desse aditivo? Em especial, quanto ao valor, objeto, duração e garantia? E terceiro, esse aditivo previa novo pagamento de licenças e de bônus de desempenho? Qual era o valor mensal previsto a título de hospedagem? E por último, por que não foi celebrado o referido aditamento?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Nós podemos ir por parte, Senador. Se o senhor me permite.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Porque é muito extensa a pergunta.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: A primeira pergunta.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): O senhor preparou o aditivo para renovar o contrato?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Sim. O aditivo foi preparado--

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Quem propôs as cláusulas do aditivo. A FS3 ou à INFRAERO?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: As cláusulas foram feitas e proposta pela INFRAERO através dessa Comissão que foi nomeada pelo Brigadeiro J. Carlos para que através do resultado do produto dessa Comissão nós fizéssemos a proposta de renegociação do... Renegociação, não. Do termo aditivo. Dentro daquelas necessidades que a INFRAERO sentia.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): As cláusulas desse aditivo, em especial quanto ao valor, objeto, duração e garantia.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Foram feitas pela INFRAERO através da Procuradoria da INFRAERO em São Paulo, em conjunto com a nossa Procuradoria aqui em Brasília. Porque na época que eu assumi, o sistema ele funcionava em São Paulo. E com a renovação com o termo aditivo a idéia era trazer o servidor para aqui para a sede e o sistema ficaria sendo gerenciado aqui em Brasília. Nesse sentido inclusive, Senador, foi criado uma coordenação específica de mídia para que gerenciasse esse produto.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Esse aditivo previa novo pagamento de licença e de bônus de desempenho?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Não, senhor. Inclusive, com relação ao bônus foi que foi um dos motivos, um dos itens em que a Diretoria anterior não tinha conseguido fechar, o meu antecessor, Dr. Tércio, nós conseguimos retirar o bônus, o bônus não consta do termo aditivo que seria assinado, e além do mais nós fizemos uma visita ao Procurador da República aqui do Distrito Federal em que ele não concordava também com o bônus. Mostramos a minuta do contrato ao Dr. Alfredo, se não me engano, no momento, e ele disse que em princípio a dificuldade maior que ele sentia era com relação ao bônus. Retiramos o bônus da cláusula, foi um dos motivos inclusive da demora da execução da preparação desse aditivo. Esse aditivo em absoluto não consta nenhum pagamento de bônus à empresa.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Qual era o valor mensal previsto a título de hospedagem?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Senador, não saberia agora precisar. Mas o pagamento que... O termo aditivo ele consta a minuta consta discriminado toda seqüência de pagamentos do que deveria... Do que seria pago para o retorno do sistema em funcionamento. Eu não saberia precisar porque eu não trouxe esse documento específico. Mas, a CGU nós entregamos todo o material pertinente.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): E por que não foi celebrado o referido aditamento?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Quando nós estávamos, eu diria, já no apagar das luzes do fechamento desse aditivo, o Brigadeiro J. Carlos tinha tido uma reunião no Conselho e o Conselho de Administração pediu para que ele fizesse uma auditoria no contrato. Aí ele resolveu fazer uma perícia técnica. E pediu para que fosse suspenso o prosseguimento da negociação até a conclusão dessa perícia técnica. A partir daí praticamente eu saí do processo. Porque isso passou a ficar com a auditoria e a Comissão que estava fazendo a perícia técnica.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Segundo o despacho 334 DCR de 28 de dezembro 2005 assinado pelo Sr. Roberto Spinelli Júnior, uma das razões para a suspensão do contrato foi a falta de meios para a comprovação da efetiva prestação de serviço. No entanto V.Sª. declarou à Controladoria-Geral da União que o atesto do recebimento do serviços prestados se dava mediante confirmação no próprio sistema. Eu lhe pergunto: Como V.Sª. verificou que o atesto do recebimento do serviço se dava por meio de mera consulta ao sistema?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Essa informação, isso aí é um fato de 2005, foi passado pela Comissão que na época fiscalizava o contrato, e se-

não me falha a memória, Sr. Senador, existe na nota técnica da CGU alguma coisa comprovando que poderia ser feito, sim.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. confirma a improcedência da alegação do Sr. Roberto Spinelli?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Eu diria que eu não posso confirmar essa improcedência, mas o...

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Quando ele afirma que a suspensão do contrato foi pela falta de meio para comprovar a efetivação da prestação de serviço.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Porque no bojo do contrato existente não tem a sistemática de comprovação. Seria um contrato por medição. No decorrer da execução do contrato, isso em 2005, fato que eu levantei posteriormente, a auditoria sugeriu que cada caso fosse comprovado. Ele sugeriu que cada caso fosse comprovado. Isso daí gerou inclusive essa distorção. Haveria como comprovar ou não? Pelo sistema, haveria. Porque a partir do momento em que o empregado ou terceiros externo acessasse o sistema, viria que havia modificação. E essa modificação eram gerenciadas pela empresa FS3. A INFRAERO passa para ela essas informações desse gerenciamento e ela atualiza o sistema e cada sistema atualizado é visto automaticamente. O que a auditoria estava querendo a partir de 2005 muito depois do fechamento desse contrato que foi em 2003 era que daí para diante se passasse a ter alguma comprovação. Tipo, se a FS3 foi ao aeroporto, se houve essa necessidade, esse tipo de deslocamento, etc.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Sr. José Wellington, houve descumprimento de obrigações contratuais por parte da FS3?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: A informação que eu recebi da Comissão que me Assessorou nessa parte de renovação é que tudo, tudo que tinha sido previsto na compra em contrato, a FS3 tinha cumprido. Inclusive, não existia nenhuma multa, nada lá que justificasse--

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Não houve descumprimento.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Não houve descumprimento.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): E houve discordância entre a INFRAERO e a FS3 com relação às cláusulas contratuais em especial quanto à propriedade das licenças adquiridas pela INFRAERO?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Essa discordância passou a haver por ocasião da renovação do termo aditivo. Não na época da compra de 2003. Em 2003. A partir do momento em que foi suspenso o contrato quando o Dr. Tércio começou a negociar o contrato ele não concluindo ele chegando faltando pouco tempo toda a documentação que tinha sido tratada anteriormente pelo meu... Pelo colega que eu sucedi, nós analisamos criteriosamente e amarramos tudo isso dentro do termo aditivo. Esse que terminou, volto a afirmar, não sendo assinado.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Quer dizer que houve uma discordância entre a FS3 quanto a propriedade das licenças adquiridas.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Sim.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): E a INFRAERO não impôs nenhuma sanção, nenhuma penalidade prevista no contrato?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Porque o contrato original não exigia... Não previa esse tipo de procedimento.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): A INFRAERO deixou de pagar a FS3 algum valor previsto no contrato?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: O que eu tenho conhecimento hoje é que existem faturas da FS3, eu não recordo o valor, mas existe faturas que a FS3 tem questionado inclusive--

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. não sabe a razão porque a INFRAERO deixou de pagar?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Desconheço a razão. São faturas originárias de 2005.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): A FS3 pleiteia judicialmente o recebimento desses valores?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Alguma coisa já foi pleiteado, sim senhor.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. conhece em que fase se encontra o referido processo judicial?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Esse primeiro nós chegamos a ter que pagar em função porque não tínhamos como tirar do cartório porque estava atestado a comprovação do serviço. Outros que não foram atestados a comprovação do serviço nós conseguimos equacionar e se a FS3 hoje está cobrando na justiça eu desconheço.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Quanto a celebração do contrato com a FS3. V.Sª. tem conhecimento se essa

empresa foi constituída com o fim exclusivo de contratar com a INFRAERO?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Eu desconheço porque eu não participei desse processo.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): A contratação com a FS3 prescindia de elaboração de projeto básico com definição de serviço a serem executados e estudo de viabilidade econômico-financeira do projeto?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Eu desconheço, Senador, porque na época desse processo eu era regional lá em Recife. Eu não tinha nenhuma ingerência, nenhuma participação na elaboração, na aquisição, no como foi mandado a aquisição desse sistema.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Da mesma forma V.Sª. não vai saber responder se a Superintendência de Tecnologia da Informação deveria ter sido mencionada para opinar sobre a possibilidade de desenvolvimento de programa semelhante pela própria INFRAERO ou a viabilidade técnica do Advantage V2 e a hospedagem dos dados na própria INFRAERO. Que isso era pertinente a...

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: A aquisição.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): A Superintendência de Tecnologia. V.Sª. tem conhecimento se à época da contratação existia no mercado de software similares ao Advantage V2?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Eu desconheço.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. acredita que o procedimento adequado a ser adotado pela INFRAERO seria: Primeiro, adquirir o software mediante licitação internacional ou contratar diretamente com a MEDIA PLUS INTERNACIONAL?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Eu não saberia responder com precisão, haja vista que no momento, na ocasião em que a Diretoria tomou essa ação foi em 2003 e eu não saberia julgar hoje, Senador, se naquele momento tinha ou existia no mercado esse tipo de produto. Até porque não é a minha área direta de atuação.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. a época era Superintendente em Recife. E essa contratação foi feita--

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Foi feita em Brasília.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Então da mesma forma V.Sª. não teria como responder para contratar os outros serviços que representava 70% do valor do contrato da FS3 mediante licitação também não...

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Não saberia precisar.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Quais os setores responsáveis pela análise dos documentos que instruem os contratos celebrados pela INFRAERO?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Nós temos o setor que instrui a análise do...

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Os documentos que instrui os contratos firmados pela INFRAERO.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Nós temos a Procuradoria Jurídica que nos dá todo o embasamento legal do que está sendo feito, nós temos hoje, na época não tinha, mas nós temos hoje uma Controladoria interna que também nos auxilia. Antigamente nós tínhamos na época da aquisição a auditoria.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Certamente uma área técnica.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: A área técnica correspondente que teria que ter dado um suporte maior.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. saberia informar se a Diretoria Comercial costuma realizar consultas ao mercado de preço anteriormente às contratações?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: No que diz respeito à aquisição do software especificamente, é o único grande sistema que existe na Diretoria. Outros sistemas nós não temos. Então eu diria que eu como Diretor eu teria a minha ação. Na época essa ação foi tomada por um colega três anos atrás.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Não há um procedimento de praxe adotado pela Diretoria?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Hoje se nós vamos comprar alguma coisa obviamente a gente consulta o mercado e verifica o mercado. É uma coisa que ocorre com naturalidade.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. considerou exorbitante os quantitativos referentes correspondentes a cada item do contrato celebrado com a FS3?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Olha, eu diria que talvez alguma coisa pudesse ser feito em termos de quantidades menores. Eu como gestor, hoje, conhecendo um pouco mais o sistema talvez eu não colocaria em 65 aeroportos, colocaria em menos aeroportos para no período inicial analisar. Essas coisas que quem

verificou há três, quatro anos atrás tinha uma idéia que obviamente difere da que eu estou falando.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. detectou alguma irregularidade no processo de contratação com a FS3?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: O processo quando eu assumi a Diretoria o processo já estava, eu diria sendo verificado pelo TCU, e posteriormente a partir da auditoria técnica foi para a CGU.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Os senhores Fernando Brendaglia, Márcia Chaves e Mariângela Russo declararam à CPI que os dados não ficaram hospedados na INFRAERO em razão da falta de estrutura da área de Tecnologia de Informação. Alegaram ainda que essa situação era rotineira, mas que no decorrer com o contrato com a FS3 foi implementada a estrutura necessária para que a hospedagem do Advantage V2 fosse transferida à INFRAERO. Pergunto: V.Sª. confirma essas afirmações?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Eu confirmo porque inclusive no ato da renovação do termo aditivo esse que eu trabalhei a própria Comissão me orientou para que fosse trazido de São Paulo para Brasília, fosse transferido de São Paulo para Brasília o sistema. Haja vista a alegação de que na época da aquisição realmente o servidor aqui que nós tínhamos em Brasília ele não absorveria esse sistema. No entanto, o ano passado quando nós... Ano passado, não. Ano passado quando nós estávamos trabalhando o termo aditivo a nossa informática já teria condição de absorver aqui em Brasília. Daí porque é que eu tinha criado a coordenação aqui para iniciar esse processo.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. sabe informar porque esses dados não foram transferidos para a INFRAERO?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Esses dados seriam transferidos tão logo nós colocássemos o sistema para funcionar aqui em Brasília. Seria quase que on-line a transferência desses sistemas.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Por que V.Sª. autorizou pagamentos sem questionar judicialmente notas fiscais contestadas pela INFRAERO sobre a alegação de ausência de prestações de serviços correspondentes e protestadas pela FS3?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: As notas fiscais que nós autorizamos o pagamento, Senador, foram notas fiscais todas elas comprovadas, foram atestadas pelas comissões que eram fiscais desse contrato. Ou seja, por isso que nós não tivemos condição de questionar judicialmente. Porque estava o serviço dado como feito.

Então, em função disso nós tivemos que pagar. Inclusive existe no processo parecer da Procuradoria que nós nos orienta nesse assunto. Que aquelas notas teriam que ser pagas haja vista que havia a comprovação. O cartório a gente não teve como tirar do cartório porque havia comprovação atestada pelo empregado da INFRAERO que fazia parte do processo que aquele serviço tinha sido realizado. Então nós não tínhamos como tirar do cartório. Obviamente que as notas que não constava a certificação nenhuma delas foi paga.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Uma vez que havia pendências entre a FS3 e a INFRAERO, por que a carta fiança fornecida pelo Banco Cruzeiro do Sul, no valor de um milhão, 12 mil, 26 reais e 4 centavos retida durante a gestão do Sr. Tércio Ivan de Barros foi devolvida por V.Sª. à FS3, contrariando a cláusula 1414 com o contrato que estabelece que a garantia só seria liberada após a integral execução e desde que a contratada tivesse cumprido todas as obrigações contratuais.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Essa garantia ela estava vencida desde o dia 29 de dezembro, quando a Diretoria Financeira encaminhou para a área comercial essa garantia. Ela estava vencida já. Que foi uma caução por tempo determinado até a conclusão do contrato. Por ocasião da negociação do termo aditivo, teria que ser feita nova garantia.

Então, essa garantia que já tinha sido liberada pela área financeira não constava mais na contabilidade da INFRAERO desde o dia 30 de dezembro, se não me engano, foi quando a área financeira repassou isso para a área comercial, nessa ocasião eu não era ainda Diretor da área. Poderia já ter sido pedida a nova caução, mas como não se chegou a um valor do contrato, eu consegui chegar a um valor do aditivo e em função disso essa garantia que já estava vencida, que já não tinha valor perante a INFRAERO, foi essa a informação que eu recebi, seria substituída pela nova caução relativa ao termo aditivo. Só que esse termo aditivo foi o que nesse ínterim nós tínhamos pouco tempo para fechar esse termo aditivo, algumas coisas foram feitas oralmente, não há registro formal. Houve a suspensão da negociação em função da criação através do ato administrativo da Presidência de uma nova Comissão para fazer uma perícia técnica.

Não obstante, Sr. Presidente, Sr. Relator, a semana passada os jornais publicaram notícias que o nosso atual Presidente o Dr. Sérgio Gaudêncio pretende colocar o sistema para funcionar. E obviamente que ao colocar o sistema para funcionar ele vai ter que concluir, refazer um novo termo aditivo ou aproveitar o

que existe lá, e a empresa vai ter que apresentar caução. Para poder voltar a ter o contrato com a INFRAERO. Porque o entendimento nosso é que o contrato está sub judice. Está suspenso. Até porque a empresa foi informada formalmente pela INFRAERO que a INFRAERO só prosseguiria com o termo aditivo após concluída as auditorias que estão sendo realizadas pelo TCU. Desculpe, pela CGU.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Qual funcionário determinou a devolução da devida garantia? Ela já estava vencida. Quem foi que determinou a devolução dela?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: A devolução da garantia ocorreu dentro de um processo de negociação do contrato. Formalmente fui eu, foi A, B ou C? Não, nós estávamos negociando o contrato e havia a necessidade de se devolver essa garantia para que o Banco liberasse a outra garantia para o termo aditivo. Isso inclusive existe registro formal entre a INFRAERO e a empresa FS3 no que diz respeito a essa liberação considerando que o Banco estaria já encaminhando a nova garantia que era para o novo termo aditivo. Como foi abruptamente parada essa renovação, foi exatamente na época em que a garantia foi liberada. Mas eu creio que agora, conforme citei há pouco e conforme a determinação da nova gestão da INFRAERO é reativar o contrato porque eu creio que é importante reativar, o sistema é bom, a área comercial precisa ter um sistema funcionando, o nosso atual Presidente ele vai com certeza fazer um novo termo aditivo e fazer a nova caução para poder ter validação e o sistema voltar a funcionar sem problema.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Por que a INFRAERO não alegou a inexecução do contrato pela FS3 por meio da qual poderia executar a garantia, bem como evitar a combinação em juízo de indenização à referida empresa pelo inadimplemento contratual?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Não existem no registro dessa apec desse contrato nenhuma multa, nenhuma referência à... Que a FS3 teria deixado de cumprir alguma coisa que justificasse no caso uma retenção da caução, só que a caução, de qualquer jeito já estava vencida. Perante a INFRAERO a contabilidade ela não tinha mais valor, haja vista que ela venceu em 28 de dezembro, quando venceria o contrato. Só que o contrato ele foi suspenso por 28 dias, desculpe, por quatro meses.

Então, nesse período em que o contrato ficou sem funcionar tecnicamente a caução já estava vencida, e seria reativado com o termo aditivo e obviamente a nova caução.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Durante o período que esteve à frente da Diretoria Comercial V.Sª. tomou alguma providência para solucionar a evasão de receitas da mídia aeroportuária?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Sim, senhor. Nós trabalhamos no sentido de primeiro dar... De organizar a área de mídia que era uma área que os contratos nós tínhamos na ocasião 700, 800 contratos. E nós não tínhamos um setor específico. Então nós organizamos através de ter uma coordenação que trabalhasse nesse sentido. No sentido de fazer funcionar o sistema que desse maior clareza a essa área de mídia, e também no sentido de que nós pudéssemos treinar melhor o pessoal, fizesse uma divulgação melhor dessa área, e isso daí eu creio que nós tivemos, alcançamos êxito porque durante o período que eu fui gestor a receita da área de mídia cresceu em torno, se não me engano 12%. Ela saiu de 31 mil... 31 milhões e foi para 35. Alguma coisa assim. Durante o período em que eu exerci a função de Diretor.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Em relação aos novos espaços de mídia aeroportuária, que medidas foram adotadas para aumento da concorrência entre concessionários e o aumento da transparência?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Nós temos um parecer do TCU em que diz que a área de mídia, a área de publicidade, não tendo concorrente pode ser feita inexigibilidade. Então os aeroportos operam muito, fazem suas operações direto. Nós aqui na sede, a sede funciona mais como órgão que regulamenta, que orienta, que instrui os aeroportos. As atividades contratuais, as atividades de fechamento de negócio são feitos nos aeroportos.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Como estão sendo comercializados atualmente os espaços de mídia aeroportuária? E isso é feito através de licitação?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Olha, sempre que ocorre a disputa do mesmo espaço publicitário, então nós temos nos aeroportos uma variação muito grande de espaço publicitário. Se por acaso uma empresa quer o mesmo espaço obviamente que vai disputar o espaço. Isso não ocorre com freqüência, haja vista que nós temos bastante espaços para a colocação de publicidades nos aeroportos. Alguns já locados com empresas, renovados quando há necessidade de renovar, quando não outras empresas entram. Há uma rotatividade. Eu diria com relação a espaço publicitário nos aeroportos. A ocupação dos espaços publicitários.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. tem conhecimento se houve estudo sobre a estimativa de acréscimo de receita com a utilização do Advantage V2? Por que essas receitas não se efetivaram após a implantação do sistema?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Olha, o estudo eu não recordo se foi feito considerando que isso marota a 2003. Eu não estava na época na Diretoria. Mas, o que eu pude verificar em 2005 depois que eu assumi em 2006 eu pude verificar o que ocorreu em 2005. Eu creio que a divulgação podia ter tido uma divulgação maior, através de workshops junto aos publicitários, uma divulgação mais junto através... na internet para que o pessoal tivesse conhecimento desse sistema e da facilidade que esse sistema daria para fazer negócio. E inclusive também atualização de algumas normas da INFRAERO no que diz respeito até uma possibilidade de Pregão Eletrônico sendo feito através do próprio sistema. Nas eventualidades de se haver a necessidade de concorrência entre empresa que quisessem o mesmo produto.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. verificou se os pagamentos à FS3 foram realizados corretamente? Se houve algum pagamento em duplicidade?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Não, eu desconheço.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Consta do despacho 334 de 28/12/95, assinado pelo Sr. Roberto Spinelli Júnior que uma das razões para a suspensão do contrato foi a falta de comprovação da efetiva prestação de serviço. Por sua vez, a carta formal 18641/2005 enviada à FS3 por Tércio Ivan de Barros registra a necessidade de se promover a revisão do contrato, tendo em vista a manutenção do interesse público. Dessa forma, pergunto: Quais os verdadeiros motivos para a suspensão do contrato com a FS3?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Olha, os motivos... Quem suspendeu o contrato foi o Dr. Tércio. Ele talvez fosse a pessoa mais indicada, ele esteve ontem aqui, talvez até tenha dado já essa informação. Quando ele suspendeu e prosseguiu na negociação. Como ele saiu, em... Eu assumi no lugar dele, eu tive que pegar todo o processo que ele vinha trabalhando, inclusive no que diz respeito aos reajustes do contrato e daí nós colocarmos em prática através dessa documentação que me foi passada na época, no que diz respeito a melhoramento do sistema, daquilo que a gente podia pagar menos, da transferência para Brasília... Tudo isso que vinha sendo feito foi considerado e está documentado nos documentos que nós passamos para a CGU.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. saberia informar a razão da divergência entre os fundamentos alegados na carta formal e no despacho?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Na carta formal... Qual foi a carta, Senador? Cita número?

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): A carta formal... O despacho foi o despacho do Sr. Roberto Spinelli, dizendo que uma das razões para a suspensão do contrato foi a falta de comprovação efetiva da prestação de serviço. Já a carta formal enviada pelo Sr. Tércio registra a necessidade de promover a revisão do contrato, tendo em vista a manutenção do interesse público.

Então, eu queria saber se V.Sª. pode informar a razão da divergência entre os fundamentos alegados num e no outro despacho.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Eu não saberia precisar.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Sabe dizer se esse contrato contrariava os interesses públicos?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Olha, quem escreveu é que eu creio que teria que informar. O que nós fizemos lá, Senador, foi tentar a renovação de um processo, de um contrato. E o entendimento nosso através do documento que eu falei inicialmente da CISET era que o contrato se ele feria ou não o interesse público, ele estava sendo visto pelo TCU.

Então, é aquela... Nós temos um equipamento bom e o equipamento foi comprado e foi pago. Está ali. Então vamos botar para funcionar. Mas precisava funcionar. Até porque segundo está escrito lá, esse equipamento funcionando vai melhorar a nossa receita, vai dar melhor qualidade de trabalho... O entendimento nosso chegando à área comercial era esse. Que eu creio que seja o mesmo entendimento, Senador, que o atual Presidente da INFRAERO está tendo. Ele está lá com o equipamento e vai colocar para funcionar.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Botar para funcionar. Em depoimento à CPI, a Srª. Mariângela Russo declarou que poderia ter sido feito um backup do sistema pela INFRAERO, mas nenhum funcionário tomou essa providência. V.Sª. confirma essa informação se poderia ter sido feito esse backup e que funcionário detinha a autorização de ordenar os backups. Desses dados.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Eu desconheço. Mas na ocasião, o sistema ficando lá em São Paulo, existiam empregados em São Paulo que atuavam diretamente no sistema. Eu creio que... Pode ser

até que esse backup exista. Eu não posso comprovar isso. Mas existiam pessoas, empregados da INFRAERO, uma Comissão formada por A, B, C ou D, que gerenciava o sistema. Então essas pessoas é que talvez desse essa informação com mais precisão.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Sobre o caso SHELL. Qual a vigência do contrato de concessão de uso da área do Aeroporto Internacional de Brasília celebrado entre a INFRAERO e a SHELL, de concessão de uso da área no Aeroporto Internacional de Brasília?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Olha, esse processo do qual eu entreguei esse documento da CGU, me exculpando desse processo, Senador, é um processo que recorre, se não me engano, a década de 80, 90. E veio se arrastando até decisões foram tomadas em 2005.

Então, é um processo que a CGU já me exculpou considerando que eu não tive nenhuma participação nesse processo. Então é uma pergunta que eu não saberia responder a V.Exª.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Não sabe responder qual o período de vigência do contrato.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Não. No momento me foge assim a...

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Nem sabe dizer que funcionário da INFRAERO participaram da celebração do referido contrato. Que ele é antigo.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: É antigo. Não me recordo.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. saberia dizer quando e porque o referido contrato foi rescindido pela INFRAERO? E quais os funcionários da INFRAERO foram responsáveis pela rescisão do contrato entre a INFRAERO e a SHELL?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Se o contrato foi rescindido...

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Quando e porque foi rescindido.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: O que eu recordo desse processo, Senador, é que há uma determinação da CGU, essa mais recente, após esse documento que entreguei ao senhor, que o processo tinha sido feito de maneira errada, e que deveria ser rescindido. Não sei se no momento ele já foi rescindido, se há algum procedimento entre a INFRAERO e a SHELL no que diz respeito ao funcionamento do posto. Depois de 12 de abril que eu deixei a Diretoria, eu não tomei mais nenhuma ciência com relação a esse processo. A não ser o resultado da auditoria que a CGU me encaminhou.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. saberia dizer de quem foi a iniciativa de firmar o termo de transação extrajudicial com a SHELL datado de 25 de agosto de 2005 com o objetivo extinguir a ação de reintegração de posse ajuizada pela INFRAERO contra a SHELL?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: O que eu me recordo desse processo, Senador, é que nessa época a Diretoria da INFRAERO, o Diretor Comercial mais a Procuradoria Jurídica da INFRAERO é que estava envolvido na orientação desse termo extrajudicial que terminou sendo firmado.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Por que é que esse instrumento foi firmado, tendo em vista que já havia decisão favorável à INFRAERO dos autos da ação de reintegração de posse após reaver o imóvel a INFRAERO poderia por meio de licitação ter valor contratual maior, mais vantajoso. Por que é que foi feito? Saberia informar?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Eu não saberia informar porque não era gestor desse contrato na época.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Outra pergunta também é relativa ao mesmo termo, eu vou mencioná-la aqui. Mas se V.Sª. não soube responder a anterior certamente não terá informações para essa outra pergunta que questiona por que é que foi registrado no Relatório de Auditoria da INFRAERO que o termo de transação extrajudicial foi firmado por autoridade competente e que a legislação determina que acordos extrajudiciais depende de autorização do Presidente da estatal?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Houve alguma coisa nesse sentido, sim. Se não me engano, o Advogado da INFRAERO que estava respondendo, o Procurador estava respondendo por esse processo, ele terminou concluindo o processo sem ter levado o assunto à Diretoria da INFRAERO. Houve alguma coisa nesse sentido.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Saberia informar qual funcionário da INFRAERO foi responsável pela celebração do quinto termo aditivo ao contrato com a SHELL?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Nominalmente eu não me lembro no momento.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Também qual seria o prazo de vigência desse contrato após a celebração do aditivo?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Senão me falha a memória, até 2011, 2013, alguma coisa assim.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): O contrato foi firmado pela Superintendência Regional do Centro-Oeste que registrou que não haveria motivação para a renovação do contrato já que a Procuradoria Jurídica estava retomando a área aeroportuária por meio de ação de reintegração de posse. Aquela Superintendência também consignou que a SHELL não estava sendo uma boa parcela comercial. Ainda assim a INFRAERO requisitou o processo e celebrou o quinto termo aditivo do contrato. V.Sª. sabe informar que outros motivos, além da falta de encaminhamentos dos mapas mensais de faturamento levaram a Superintendência Regional do Centro-Oeste a consignar que a SHELL não estava sendo uma boa parceira?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Olha, Senador, volto a repetir. É um assunto de 2005 do qual não era gestor, não era Diretor da época e o Diretor da época foi quem tomou as ações em cima disso. Mas a documentação pertinente que faz referência seria da empresa a qual a SHELL passa a exploração. Que existem nesse processo três segmentos. A INFRAERO, a SHELL e a empresa que opera através da SHELL. Então, eu me lembro que havia algum questionamento nesse sentido.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): A vigência prevista no contrato que foi rescindido pela INFRAERO terminava em 19 de setembro de 2003. V.Sª. confirma que o quinto termo aditivo foi celebrado 23 meses após inspirada a vigência do contrato contrariando proibição do TCU?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Eu volto a repetir, Senador. É a época de outro Diretor, de outra Diretoria em que eu não tive nenhuma participação nesse processo.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Tendo em vista que a prorrogação do contrato após a vigência é nula, o quinto termo aditivo celebrado entre a INFRAERO e a SHELL trata-se na verdade de um novo contrato. Por que é que não foi realizada a licitação para concessão de uso da área até então ocupada pela SHELL? Já que por medida licitação a INFRAERO poderia obter preços mais vantajosos? V.Sª. afirma que o contrato e a prorrogação foi feito em gestão anterior.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Perfeitamente. Exatamente.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): A outra pergunta também é sobre o mesmo contrato. E a última é quando V.Sª. assumiu a Diretoria Comercial o contrato com a SHELL já havia sido prorrogado?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Já. Eu assumi em 27 de março de 2006 e essa prorrogação se não me engano ocorreu em 2005.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Diante de inúmeras irregularidades constantes da prorrogação do efeito do contrato ao assumir a Diretoria Comercial V.Sª. tomou alguma providências para suspendê-lo? Em caso negativo, qual o motivo?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Quando eu assumi, esse assunto me chegou às mãos, Senador, havia divergência da área jurídica e da área de auditoria. Então inclusive essa divergência foi levado para... Seria levado para a Advocacia Geral da União para decidir se a área jurídica. A área jurídica entendia que o processo poderia ser renovado. A auditoria achava que não. A auditoria agora em 2006. Achava que não. Então, nós ficamos sem saber a quem atender. Então, a ação não foi tomada em função do processo ter sido suspenso e passado ao invés de ser encaminhado para a Advocacia Geral da União para que a Advocacia dissesse: Olha, a jurídica está correta em ter feito o acordo extrajudicial ou não está correta? Isso foi para a CGU e a CGU foi objeto de uma auditoria na CGU. E acho que essa auditoria já deve ter sido incluída concluída. Eu não sei o resultado final porque eu fui exculpado logo no início do processo.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. responde a algum processo de sindicância por não ter corrigido as irregularidades detectadas na prorrogação do contrato com a SHELL?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Não, senhor. É exatamente esse documento que acabei de dar para o senhor que a CGU me retirou desse processo. Porque não foi na minha época.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Diante das conclusões do Relatório de auditoria interna sobre a prorrogação do contrato com a SHELL que providência então o Presidente da INFRAERO, Sr. José Carlos Pereira tomou com o fim de anular a prorrogação do contrato?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Eu desconheço as ações porque eu deixei a Diretoria em 12 de abril. Posterior à decisão... Muito anterior à decisão da CGU. Então eu desconheço daí para diante o que foi feito.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): V.Sª. tem conhecimento se esse contrato continua em vigor?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Eu hoje não saberia precisar com firmeza se está em vigor ou se está em questionamento judicial. Não saberia precisar.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): O afastamento de V.Sª. foi em razão da irregularidade da prorrogação do contrato com a SHELL?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Foi.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Desde quando?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: 12 de abril.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): E é esse processo que...

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Eu fui exculpado dele.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Exime V.Sª. da...

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Exato.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Presidente, se V.Exª. tiver algum questionamento, a Relatoria encerra aqui as perguntas ao Dr. José Wellington Moura.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Sr. José Wellington, V.Sª. foi escolhido por quem para ser Diretor da INFRAERO?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Sr. Presidente, na ocasião eu era Superintendente Regional do Nordeste em uma viagem que o Brigadeiro J. Carlos então Diretor de Operações fez ao nordeste ele já me conhecia, ele já era Diretor da empresa, ele me fez o convite para... Ele me disse que havia a possibilidade de assumir a Presidência da INFRAERO e se isso acontecesse ele gostaria muito que eu viesse trabalhar com ele aqui em Brasília. E isso terminou ocorrendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Foi então pelo Brigadeiro José Carlos.

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Isso. Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Quem é Josevaldo Reis?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Josevaldo Reis era Assessor do Brigadeiro J. Carlos lá na Diretoria da empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Qual o papel dele na INFRAERO?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Olha, o papel dele era de Assessorar diretamente lá a Presidência. Isso que--

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Era só esse o papel dele?

SR. JOSÉ WELLINGTON MOURA: Sim, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Muito bem. Muito obrigado Sr. José Wellington pela sua presença. Essa Comissão agradece.

Dando prosseguimento, convido a Srª. Eleuza Therezinha Manzoni dos Santos Lores, servidora da INFRAERO.

Drª. Eleuza, essa Comissão normalmente abre um espaço para as considerações iniciais. Eu pergunto a V.Sª., a senhora deseja fazer alguma exposição inicial ou submete-se aos questionamentos?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Eu até fiz uma apresentação, mas eu posso só deixar uma cópia com os senhores para entregar à Comissão. Nesta apresentação eu demonstro como é que funciona o sistema de Aviação Civil, como é que a engenharia está inserida dentro da empresa, como é que foram feitos os processos licitatórios, porque a engenharia ela é uma atividade meio, ela não é uma atividade fim, então ela não decide as coisas sozinhas.

Então eu tenho toda uma apresentação, mas eu acho melhor deixar com os senhores, aí de repente a Comissão toda analisa e se quiser alguma explicação depois eu apresento. Eu estou aqui pronta para responder. Eu trouxe inclusive em CD. E acho que já até copiaram. E aqui o que eu achei que era interessante, dentro de todos os temas que saiu em revista, saiu em jornal, que me questionaram, a Câmara que já fui à CPI da Câmara, por isso que ele é grosso. [risos] Eu tentei botar aqui de maneira mais simplificada para todos entenderem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Pois não.

SR. ADVOGADO - JORGE JACOBY: Presidente, boa tarde a todos. Presidente, apenas para resguardo de uma questão processual. É que vou oferecer a V.Exª. nesse momento uma argüição de impedimento do Senador Demóstenes tendo em vista as manifestações anteriores que ele fez em relação à minha cliente. Eu sinalizo a V.Exª. que não haverá nenhum transtorno, nenhum tumulto, não pretendo criar a V.Exª., apenas estou entregando a V.Sª. para resguardo de uma futura necessidade de manifestação. E a partir desse momento não pretendo fazer outras intervenções a não ser em sinalização e apoio a minha cliente no que for necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Pois não.

SR. ADVOGADO - JORGE JACOBY: Pode decidir depois, não há problema nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Pois não. Com a palavra o Relator.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Meus cumprimentos novamente à Diretora Drª. Eleuza e ao seu Advogado. Nós estamos aqui funcionando como Relator *AD HOC* -e o Senador Demóstenes havia preparado um elenco de perguntas que entende S.Exª. necessários à elucidação das questões que envolvem o escopo dessa Comissão na investigação que faz inclusive sobre a INFRAERO. Então nós já iniciaríamos fazendo as perguntas que ele deixou registrado.

A senhora, por gentileza, poderia nos informar quais são as suas atribuições atuais na INFRAERO?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Bom, as atuais eu bem ainda não sei porque deixei o cargo de Diretora dia 20 de agosto. Aí eu tinha férias, tirei 15 dias de férias, então estou esperando uma audiência com o atual Presidente da INFRAERO para ver qual vão ser daqui para frente minhas atribuições. Se o senhor quiser eu posso falar do que foram até o momento da Diretoria. Como é que foi a minha ascensão profissional.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Na gestão de qual Presidente da INFRAERO V.Sª. passou a ocupar o cargo de diretora?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Eu fui diretora a partir de 31 de janeiro de 2003 na gestão do Presidente Carlos Wilson. Eu sou funcionária de carreira, eu ocupei todos os cargos de confiança desde 85, eu fui gradativamente tendo uma ascensão profissional dentro da empresa. Eu fui Chefe de Sessão, Chefe de Visão, Gerência de Engenharia, Superintendência e na época que o Presidente Carlos Wilson assumiu o Diretor à época ele saiu antes de ser trocada toda a Diretoria e o Presidente Carlos Wilson me pediu uma apresentação do que era a Diretoria da INFRAERO e me chamou me informando que pelo meu currículo desde 85 e por todos os cargos que eu assumi na empresa ele estava me convidando para ser Diretora de Engenharia. Eu tenho aqui toda a ascensão profissional que também está num documento que inclusive eu já entreguei para o Senador Demóstenes.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Muito bem. A auditorias no TCU nas obras dos principais aeroportos do País constaram a prática reiterada de atos que indicam o direcionamento das licitações como a inclusão de uma etapa de pré-qualificação sem haver fundamento para isso e a fixação de um limite na atribuição de pontos relativa ao oferecimento de descontos na proposta de preço.

Na qualidade de Diretora de Engenharia da INFRAERO qual a sua participação na elaboração dos processos de licitações e na decisão pela inclusão de uma etapa de pré-qualificação e pela limitação da pontuação relativa aos preços das ofertas?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Deixa eu lhe explicar... Essa explicação tem que ter... Contar um histórico um pouquinho. A INFRAERO sempre fez licitação por menor preço. E nos últimos anos, de 95 para cá as licitações começaram a passar por vários processos jurídicos, a empresa que ganhava as outras empresas entravam com ação, tinha empresas que mergulhavam no preço e assinavam contrato com preço inexeqüível, mas não tinha como desclassificá-la, jurídica, não achava na lei alguma maneira de desqualificar. Então começaram a serem lentos os processos licitatórios e as obras começaram a demorar a acontecer. A de Brasília que era uma obra importantíssima, o processo licitatório começou em 99 e em 2002 não tinha começado a obra ainda por uma briga da segunda colocada em relação à primeira. [risos]

Então, quando o Presidente Carlos Wilson assumiu, já tinha uma série de projetos prontos da gestão anterior, a gestão do Dr. Perrone que eram projetos fundamentais do Governo de aeroportos saturados. Que era Congonhas, Santos Dumont, Vitória, Goiânia, Macapá. Os projetos estavam todos praticamente prontos e ainda estava se discutindo essa modalidade de licitação por menor preço. Na época o Presidente Carlos Wilson montou um grupo aonde eu nem participei de engenharia, porque como eu depois iria fiscalizar eu não poderia participar. E a engenharia ela não participa do processo licitatório. Ela contrata um projeto, através do processo licitatório, ela fiscaliza o projeto, ela prepara o termo de referência e encaminha para a administração. Aí a administração tem o edital padrão junto com a jurídica, com a auditoria que se define como é o processo, monta como uma Comissão, faz o processo licitatório, aí a homologação e a assinatura do contrato que vem para a Diretoria com todos os pareceres. Mas nesse caso da técnica da pré-qualificação foi criado um grupo de trabalho onde a INFRAERO inclusive contratou um escritório de Advogado de fora, para dar parecer, e começou-se a estudar uma nova modalidade dentro da legislação de técnica e preço. Porque todas essas obras que estavam com projetos concluídos eram obras grandes, de grandes vultos e obras complexas. Principalmente a de Congonhas que era de maior movimento.

Então durante o ano de 2003, essa equipe formada por membros da jurídica, da auditoria e da administração estudaram a possibilidade da INFRAERO começar a fazer licitações por técnica e preço, coisa que já ocorreu em outras obras, em outros Estados, em obras complexas de metrô e outras coisas.

Então, em 2003 foi decidido através de um ata de reunião dessa Comissão, aonde eu não participei, teve uma decisão de Diretoria, tem umas cartas, esses documentos eu posso incluir todos, onde foi aprovado que essas seis obras, na realidade sete, mas o TPS3 não foi assinado o contrato, que seria técnica e preço.

Aí montou-se um edital, a jurídica e a auditoria onde entrou a pré-qualificação. Esse trabalho também teve consultas com TCU, foi um trabalho grande. Não foi um trabalho pequeno. Aí foram feitas essas obras através dessa modalidade.

Então, basicamente a minha participação foi só técnica. Foi eu opinar que a de menor preço estava dando para a engenharia muitos problemas porque tinha empresas que abandonavam a obra no meio do caminho, Guarulhos tiveram duas obras importantíssimas que foram abandonadas. Aí você ter que fazer outra licitação e outra pegar uma obra no meio do caminho tem até o problema de responsabilidade, teve empresas que faliu, teve problemas judiciais que a gente teve que tirar a empresa porque ela não estava dando conta... Tiveram uma série de problemas. [risos] Então esse técnica e preço poderia vir a solução para grandes obras. Aí tem a pré-qualificação.

Mas esse assunto foi amplamente debatido no TCU e tem um acórdão onde aprova esse tipo de licitação, esse tipo de pré-qualificação tanto que Florianópolis que foi depois a gente fez da mesma modalidade porque nós já temos o acórdão, não estou lembrada o número, mas eu também posso relacionar ele e mandar onde técnica e preço com esse tipo de pré-qualificação está dentro da lei e esse item dentro dos relatórios preliminares do TCU ele já está sendo dado como não regularidade.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Qual foi o seu posicionamento quando a INFRAERO optou pela realização nos diversos aeroportos do País de licitações enormes realizadas de forma global que abrangiam desde obra de engenharia mais simples até reformas que exigiam mais especialização, o que resultou na restrição da concorrência uma vez que essas obras em razão de seu vulto somente poderiam ser executadas por um número muito restrito de grandes empreiteiras?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Na realidade, essas obras que foram feitas de maneira técnica e preço e global, ela não restringiram porque em 6 contratos nós temos 14 construtoras diferentes. Porque a gente pôde fazer consórcio. Coisa que em menor preço a gente não podia fazer porque senão se juntava 3 empresas pequeninhas e mesmo que não fazia obra. Então a técnica e preço permitiu consórcio.

Com isso tiveram empresas de equipamentos, empresas de infra-estrutura, empresas de edificações e nós conseguimos em 6 contratos contratar 14 empresas. Com isso, o mercado abre, as empresas até conseguem atestados. Então não restringe. Ao fato de juntar as obras e fazerem grandes obras nesses aeroportos o fundamental foi porque em outras obras tipo Porto Alegre, Natal, nós tivemos tantos contratos pequenos que na hora de entregar o aeroporto não dava para se... Como é que se diz... Juntar as datas. Porque faltava uma coisa ou outra.

Só para ter um exemplo, na obra de Natal, do novo terminal de Natal nós tínhamos 20 contratos de engenharia. Além de isso ser difícil a fiscalização, porque o corpo técnico da empresa não é grande, porque são obras temporárias, não dá para você ficar contratando gente e mandando embora. Então fica difícil de administrar. Tem sistemas que se interligam. E aí para você fazer outro tem que estar pronto, a empresa às vezes não trabalha no mesmo tempo. Então como é um conjunto que tem que funcionar, é terminal, é passageiro, é sistema, então deram muitos problemas. Salvador deu problema, Porto Alegre deu problema, então tudo foi baseado em experiências antigas. Por isso que diretoria resolveu juntar para não ter Brasília, inclusive o sistema de vôo ele só pode ser concluído, ele foi concluído o ano retrasado. Aí teve que abrir o forro todo de novo, ter feito um retrabalho porque não deu para se juntar as coisas. Em Porto Alegre as pontes de embarque tinha uma data para inaugurar que era um convênio com o Estado com a Prefeitura de Porto Alegre o contrato das pontes era outro contrato, as pontes atrasaram. Aí a obra civil teve que ser prorrogado, o contrato da obra civil porque tinha que primeiro botar a ponte para depois acabar a obra civil.

Então no âmbito da análise toda verificou-se que certas obras, lógico, não são todas, obras do porte de Vitória, de Goiânia, onde você constrói novo terminal, nova pista, novo pátio, o ideal seria fazer consórcio porque aí nós temos um consórcio de várias empresas, mas a gente tem um representante. Se alguém dali falhar, o consórcio é que é responsabilizado e ele tem que ter que resolver o problema. Então por isso que fez essas obras juntas. No caso de Congonhas porque não tinha nem lugar para canteiro de obras. [risos] Congonhas é um aeroporto tão pequenininho que se colocar mais de uma empresa fazendo obra lá

dentro com aquele movimento de passageiros ia ser quase impossível.

Então, Congonhas foi em função até de falta de espaço físico de se instalar canteiro de obras. Mas isso tudo foi criteriosamente analisado na INFRAERO, tanto que o ano de 2003 as licitações começaram no final do ano. O ano de 2003 foi para todas as áreas da empresa analisar a melhor modalidade. Ou junto ou separado, ou técnico, ou preço, ou nota... Então foi só um trabalho de análise antes de se colocar as licitações na rua.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Nas obras efetuadas para melhoramento do aeroporto de Congonhas, a INFRAERO permitiu que o consórcio OAS, CAMARGO CORRÊA e GALVÃO contratasse a empresa PLANOCOR para a elaboração do projeto executivo violando a lei de licitações, uma vez que essa empresa havia participado da elaboração do projeto básico. A esse respeito a senhora foi questionada pelo TCU e argumentou que não poderia ser responsabilizada por atos de seus subornados. A senhora realmente acredita que a Diretoria de Engenharia da INFRAERO não tem a responsabilidade de acompanhar o andamento das obras realizadas em aeroportos, especialmente no caso de uma obra que tem o custo total que supera 180 milhões?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Não. Eu tenho sim e acompanho e Congonhas é a que eu mais conheço porque eu vim da regional São Paulo. O que eu quis dizer é que no ato de aprovação de uma subcontratação pela construtora, quem faz é o gestor do contrato e o fiscal do contrato. Agora eu particularmente, tecnicamente e até já conversei com Advogados, já conversei com o CREA, a melhor empresa para detalhar um projeto executivo é quem fez o projeto básico. Porque ela conhece o projeto, ela vai realmente facilitar o detalhamento e se tiver que ter por algum motivo operacional, porque essas licitações elas demoram muito, normalmente quando se acaba um projeto, além do projeto demorar três, quatro anos, até a gente fazer a licitação e começar a obra já dura mais um ano e meio e até acabar a obra já dura mais uns três, quatro anos.

Então, às vezes é necessário por mudança de tecnologia ou por mudança de aeronave a gente ter que mexer no projeto em alguma coisa. Ou por afastamento de avião, ou por tipo de sistema que evolui ou por demanda que cresceu como no caso de Congonhas. Congonhas quando a gente começou a obra eram 12 milhões de passageiros, num aeroporto que só cabia seis. E era para ter se mantido 12 milhões. Em 2005 foi para 15 e nós já estávamos em 2006, no final de 2006 com 18 milhões. Então o projeto tinha que ir sendo adequado. Não tinha como. E até mesmo pela autoria do projeto. O autor do básico ele tem uma... Como é que a gente fala... Ele tem um direito autoral e se você contratar outro projetista para detalhar o executivo e mudar o básico, a gente também tem outro problema.

Então, há pra mim, e inclusive eu até fiz uma consulta para o CREA e para os Advogados, o que a lei fala é que não se pode subcontratar alguém que tenha participado do processo licitatório em questão. E que o Advogado na época respondeu é que quem faz o projeto básico não está envolvido no processo licitatório. Por isso que não teria problema de ter contratado a PLANOCOR. O Advogado que a gente contratou é o Cintra do Amaral que nos deu o parecer.

Agora, talvez a minha justificativa tenha ficado mal explicada. Eu não quis me eximir da responsabilidade. [risos] Eu só quis dizer que no ato de aceitar à época foi o gestor do contrato e o fiscal.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Ainda com relação às obras do aeroporto de Congonhas, que explicações a senhora pode oferecer para o superfaturamento apontado pelo TCU de 12.7 milhões de reais resultado de burla na avaliação de preços de concreto, pavimentação das pistas e das pontes de embarque?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Esse superfaturamento, esse Relatório do TCU ele ainda é preliminar. Então ele não é conclusivo ainda que houve superfaturamento. Ele questiona que se comparado aos SINAPI dá indícios de um superfaturamento. E na realidade não é nem o superfaturamento. É um sobrepreço. Porque a gente primeiro tem que ver se houve o sobrepreço. Caso tenha tido sobrepreço e eu tenha pago sobrepreço, aí vira um superfaturamento. Mas no caso do sobrepreço, o que há é uma falta de uma planilha aeroportuária aonde já foi discutido, já teve até uma ação do Ministério Público através do Procurador Lucas Furtado aonde não se construiu uma planilha aeroportuária. E como até 2006 a INFRAERO não participava da lei de orçamento da União, ela seguia os seus preços aeroportuários baseados no mercado, em cotações, numa revista ABINEE e em outras obras. Então ela não usava o ciclo SINAPI. E o ciclo SINAPI, quando o TCU comparou o ciclo SINAPI, chegou a essas possíveis irregularidades que os relatórios ainda são preliminares, ainda não estão convictos que existe, eles verificaram que o ciclo SINAPI também era incompleto. Tanto que eles nos pediram para junto à CAIXA ECONÔMICA a gente criar um convênio para criar um SINAPI aeroportuário. Nós fizemos isso, estamos fazendo ainda, e

ainda não se tem uma tabela aeroportuária. O próprio ciclo SINAPI, a própria CAIXA fala que tem uma série de itens que a gente usa em aeroporto que não tem referência no ciclo SINAPI.

Então tem coisas que os relatórios estão apontando como possibilidade de sobrepreço, mas ninguém conseguiu comprovar ainda. Porque numa obra não é só o preço de um contrato. Dentro de um insumo do serviço tem a produtividade, tem a dificuldade de acesso, tem o tipo de fiscalização... Tem uma série de coisas que podem onerar aquele preço.

Então, ainda não está fechado pelo TCU que realmente existem sobrepreços. Porque nós não temos planilha ainda que tenha dados de aeroportuário. Quanto à ponte de embarque que foi questionado e nós já respondemos para o Ministério Público até para o Deputado Onyx, e já também entreguei na CPI da Câmara e posso entregar também para os senhores, o que aconteceu é que na primeira fase da obra que aconteceu em 2002, de Congonhas, a empresa que ganhou por menor preço ela apresentou um preço para ponte inexeqüível. Foi um preço super baixo. Tanto que para assinar o contrato com essa empresa nós... A INFRAERO solicitou que a empresa assinasse um compromisso que ele iria fornecer as pontes por aquele valor. De tão diferente que estava o valor do mercado entre as pontes.

Então, o TCU pegou o valor do contrato de menor preço, não o nosso valor da época da licitação, e comparou com outros preços. E mesmo assim não fez a correção dos anos porque esse preço era de 2002, e não fez a correção que deveria ter feito e normalmente esses equipamentos são importados ele também não viu a variação da moeda estrangeira.

Então, ainda não está comprovado que tenha esse sobrepreço. Tem todas as explicações sobre isso nas respostas dos questionamentos dos relatórios do TCU.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Como se explica a instauração de processo licitatório para a construção do novo terminal de passageiros nº. 3 do aeroporto de Guarulhos? Hoje estimado em 1.2 bilhões, considerando que a INFRAERO desenvolveu um estudo de otimização do projeto de terminal de passageiros nº. 3 de Guarulhos em 2001 que orçava 553 milhões, isso preço de 2001, e cujo projeto foi inclusive premiado pela ENAP, na revista. Ações premiadas no 7º concurso de inovações na gestão pública federal Prêmio Hélio Beltrão 2002.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Deixa eu só explicar. A engenharia ela não gera o dimensionamento do terminal. A engenharia ela tem clientes que a gente chama externos e internos. Os clientes internos é operação e comercial que é quem diz o número de passageiros que o terminal tem que processar aquele projeto que a gente vai fazer e a comercial dimensiona toda a área comercial do terminal.

Então, o que é que se faz normalmente? A gente pega as carências dos nossos clientes, montam um termo de referência e contratam um projeto. Isso aconteceu em 96. E a FIGUEIREDO FERRAZ ganhou esse projeto. E os dados de entrada era um projeto para atender a 12 milhões de passageiros com uma área "x" comercial, um percentual de comercial lá "x". Quando chegou na gestão do Dr. Perrone em 2001, houve a questão do... A análise e a viabilidade da INFRAERO ter mais áreas comerciais porque isso aumentaria a receita, foi feito o projeto Aeroshopping, aonde você tendo uma série de serviços em grandes aeroportos isso ajudaria ao passageiro e a receita, então o TPS3 sofreu uma primeira reformulação de projeto, a área aumentou, ela era inicialmente 170 mil metros quadrados, ela aumentou, não lembro o número, e o preço aumentou. Quando o preço aumentou, na época o Diretor de Engenharia contratou a Fundação Getúlio Vargas para fazer uma otimização já que a INFRAERO estava achando o preço muito alto e teria dificuldades de fazer essa obra. Foi também inclusive estudado por TPS3 uma nova modalidade que era o beste, alguém constrói, opera e explora depois, mas verificou-se que isso não era viável, que Guarulhos era o nosso principal aeroporto, principal de receita, mas o Diretor anterior contratou a Fundação Getúlio Vargas que fez uma otimização. Mas a otimização que foi feita, esse trabalho eu posso disponibilizar para a CPI, ela reduziu o escopo do projeto.

Então, uma série de áreas que tanto o setor, a Diretoria Comercial como a Diretoria Operacional tinha exigido anteriormente, a Fundação Getúlio Vargas com essa equipe que foi montada verificou que isso poderia ser feito depois. Então o trabalho de otimização foi mais em diminuir o tamanho do terminal. Otimizou uma série de serviços que não seriam feitos no momento e seriam feitas em fases depois. Fase posterior. Só que mesmo depois dessa otimização as áreas operacionais e comerciais começaram a discutir que do jeito que estava otimizado ele não atenderia ao que seria necessário ter no TPS3 que iria levar seis anos e para aquela demanda de 12 milhões. Tanto que a gestão do Perrone mudou, veio o Carlos Wilson, e ainda não tinha se decidido qual era o projeto que tinha começado já em 96. Aí se solicitou uma nova análise dos órgãos operacionais e comerciais do projeto e verificou-se que essa otimização que foi premiada ela otimizou porque

ela tirou muito escopo fundamental para o terminal quanto a fluxo, quanto a equipamento. E aí fizeram a gente refazer o projeto de novo aonde o terminal voltou a um tamanho próximo do que era anteriormente, e aí voltou o preço que era anterior.

Então foi essa o conceito que teve. E tanto que a otimização ela só tratou do terminal. Ela não tratou do pátio nem do estacionamento de veículos. E esta licitação que está na rua é terminal, pátio e estacionamento de veículos. Não é só o terminal.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Dª. Eleuza, como se justifica e quais os instrumentos, estudos que motivaram a construção de aeroportos até o ano de 2002 por menor preço? Com exceção do aeroporto de Brasília sendo todos os empreendimentos concluídos com êxito e a partir de 2002 com utilização de pré-qualificação, tipo de licitação técnica e preço que encareceram sobremaneira os preços das obras e que estão eivadas de irregularidades apontadas pelo TCU.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Essa de menor preço com êxito não é bem o que mostra a realidade do passado. Tanto que nós temos um relatório. Até foi feito pela nossa Procuradora Jurídica que uma série de obras de menor preço elas não tiveram o êxito falado, um monte de problemas ocorreu, até diminuição de serviços, problemas de aditivos, além do limite de lei de 25, de 50. Então nós temos um histórico que essas obras maiores por menor preço que foi Curitiba, foi Fortaleza, foi... Que eu lembre Natal, Porto Alegre... Elas tiveram uma série de problemas. Elas não tiveram êxito. Salvador... E esses problemas têm num relatório jurídico que eu posso repassar.

Então, o pessoal concluía que tinha sido feito com êxito porque o terminal era inaugurado. Mas era inaugurado ainda com uma série de problemas. E o tempo que se demorava e a briga jurídica que se demorava para começar uma obra, como foi o caso de Brasília e outras, mostrava que a gente tinha aeroportos saturados demorava muito para começar a obra porque as empresas ficavam brigando e tiveram obras, como eu falei, tiveram duas em Guarulhos, que a firma não conseguiu concluir e largou no meio do caminho. Teve uma em Congonhas também que a gente teve até que fazer uma rescisão judicial e depois para a gente voltar fazer a obra de Campo Grande nós levamos quatro anos. E aí nós ficamos operando um terminal com movimento não digo alto, mas bem significativo para a região em obras que a gente não podia fazer nada que estava no processo judicial.

Então, ao longo desses anos de 95 para cá que foi quando a gente começou a ter mais obras, nós temos uma série de relatos apresentando que a menor preço não teve tanto êxito quanto se fala. A não ser obras pequenas, obras menores. Aí sim não tem nenhum motivo.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Por que a INFRAERO adotou como premissa para as grandes obras, por exemplo, Macapá, Vitória, Guarulhos, Goiânia, Santos Dumont, a otimização de modalidade de técnica e preço sendo constatado pelo TCU que os projetos básicos todos deficientes, tratam-se na verdade de anteprojetos, não estão devidamente maturados, ocasionando enormes alterações no projeto executivo e por conseqüência a realização de um grande número de aditamentos extemporâneos?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Essa de projeto básico... Como é que o senhor usou o termo? Projeto básico...

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): São todos deficientes. Projetos básicos são todos deficientes. Trata-se de na verdade anteprojetos.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: São projetos básicos, não são deficientes, não. Eles são projetos básicos que contém toda a informação, são duas mil, três mil pranchas, e inclusive esse tipo de relatório eu até critiquei na época um relatório do TCU, que as pessoas que analisaram um projeto que a gente levou cinco anos fazendo em um mês analisou e chegou à conclusão que o projeto era deficitário sem ser especialista na área.

Pra gente fazer um projeto nós temos engenheiro elétrico, eletricista, hidráulico, estrutural. Quer dizer, a gente leva um tempão. Quer dizer, a gente não, o projetista. A INFRAERO não faz projeto. Nós contratamos o projeto. Então você leva três anos com uma empresa projetista, com várias especialidades fazendo aquele projeto, aí chega um auditor que não é especialista de tudo, porque não existe um especialista em tudo, e critica em um mês todo o projeto.

Então inclusive eu conversei com a Presidente do CREA, aonde ela me pediu pra gente sentar junto com esses auditores porque alguém para criticar um projeto tem que ter a sua especialidade na área.

Então, eu discordo que os projetos são deficitários, os projetos têm todos os dados suficientes para serem licitados, e isso inclusive nós já conversamos com o TCU, ele está verificando, o TCU tem muita experiência em analisar preço e tudo, mas ele tem que ter especialistas para criticar o projeto dentro da sua área.

Então, os projetos não são deficitários. Normalmente, quando o senhor pegar um Relator, um Auditor que analisou o projeto o senhor vê esse tipo de coisa.

São pessoas que não são especialistas, criticando áreas que têm uma especialidade que tem profissional para isso. E num tempo mínimo. Além disso, era o projeto básico... Qual que era o outro? O senhor fez três perguntas. Ah, o projeto executivo ele não sofre grandes alterações a não ser que os nossos clientes, como eu falei comercial ou operacional o pedem. Então tem obras que a gente começa, aí a área que é a nossa cliente só entende a obra na escala um para um, aí quando está todo o esqueleto montado a Diretoria cliente vai lá e fala assim: "Não, mas isso ficou pequeno, esse fluxo não foi assim". Então existe, sim, às vezes a falta de as outras áreas que nos pedem o projeto saberem realmente o que querem.

Então, o projeto executivo às vezes sofre alterações por isso. Ou pela própria evolução que um aeroporto ele vai mudando constantemente. Só o fato de um aeroporto que é só doméstico virar internacional, isso já gera uma série de alterações. Já gera uma série de outras áreas que a gente precisa implantar. Então nós estamos no meio de uma obra, com um projeto básico aonde a gente não tinha ele como internacional, aí vem um órgão regulador e transforma ele em internacional, nós precisamos criar área de receita, nós precisamos criar área de alfândega. Aí se você parar aquela obra toda para fazer outro projeto, outra licitação, analisando o custo/benefício, o benefício é melhor acertar o projeto executivo e fazer um aditivo. Então isso tudo é analisado dentro dos pareceres de todas as áreas da INFRAERO. Então, não é que sofra grandes alterações.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): São as razões para a grande quantidade de aditamento.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: É. O menor preço ele tinha bem mais aditamentos do que o técnica e preço. Se o senhor olhar técnica e preço Macapá não teve nenhum aditamento, Guarulhos não teve nenhum aditamento, Vitória teve um aditamento de 15%, mínimo, Santos Dumont e Congonhas teve porque são reformas, são aeroportos antigos. Você quando abre aquilo lá não sabe o que vai encontrar. Agora, se analisar obras do passado, obras de Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, você vai ver que tinha muito mais aditivos do que essas de técnica e preço.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Como é que explica tendo a INFRAERO experiência acumulada ao longo de 34 anos de vida, e um corpo de técnicos, engenheiros e arquitetos altamente qualificados, contratar projetos básicos com terceiro? Bem assim aceitar a má qualidade dos projetos e não aplicar qualquer tipo de sanção as empresas contratadas, conforme relatos do TCU?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: A contratação de projetos é porque a INFRAERO, para ela fazer os projetos todos ela teria que ter um corpo de engenheiros muito grande. E a engenharia, no caso de empreendimentos, ela tem começo, meio e fim.

Então, você tem a necessidade fazer o projeto, você faz o projeto, faz a obra e acaba. E o que você faz com esse corpo técnico todo enorme se você não tiver outro projeto para fazer?

Então, dentro do estatuto da INFRAERO ela não tem... Como é que se diz... A finalidade de executar projetos. Nem de executar obras. E sim, fiscalizar. Por isso que ela contrata. Então ela faz um termo de referência e contrata uma grande projetista para fazer o projeto. Ela fiscaliza porque ela domina a operação do aeroporto. Ela sabe o que o aeroporto precisa, é um projeto específico, por exemplo, um hospital, então ela sabe que precisa certos tipos de fluxo, que tem problema de segurança... Não é um projeto de um equipamento urbano comum. É um projeto que segue toda uma legislação não só nacional como internacional. Então ela fiscaliza, mas ela contrata empresas através de processos licitatórios e os projetos eu volto a lhe afirmar que eles não são de má qualidade. E quando eles são, a gente realmente tem sim problemas com a projetista, multa a projetista, a fazela refazer, a gente não aceita um projeto de má qualidade nem lança esse projeto para fazer uma obra.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Como se justifica as empresas de apoio à fiscalização das obras contratadas pela INFRAERO são sempre as mesmas? CONCREMAT, INGEVIX(F), TECNOSOLO, PLANOCOR, THEMAG e ATP. Como se justifica diversos empregados contratados para o serviço de trabalho que demande suas presença full time num contrato esteja presente na mesma condição em outro contrato, em outra localidade diferente? A Diretoria de Engenharia não fiscaliza esse tipo de manobra das empresas? Qual é o papel dos empregados orgânicos das empresas nessas atividades de fiscalização?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Olha, eu não posso lhe responder porque são sempre as mesmas como eu falei não somos nós que fazemos o processo licitatório. Isso é todo um processo feito pela área administrativa. Quanto a um mesmo funcionário de uma empresa trabalhar numa obra ou outra, eu não conheço isso. O que trabalha na obra de Vitória trabalha na obra de Vitória. O que trabalha na obra de Macapá trabalha na obra de

Macapá. São equipes distintas. E a INFRAERO com o corpo orgânico, como eu falei reduzido ela fiscaliza esses contratos e ela faz as fiscalizadoras cumprirem todos os procedimentos. Tanto que a engenharia tem o manual de gestão aonde ela mostra detalhadamente como é que os fiscais têm que se portar quanto a fiscalização de um projeto, de uma obra ou quanto a fiscalização de uma empresa de fiscalização.

SR. RELATOR *AD HOC - SENADOR LEOMAR QUINTANILHA* (PMDB-TO): Por que para os grandes da INFRAERO o empregado Paulo Deter e Mário Jorge Moreira são sempre designados primeiros gestores de fiscais, mesmo existindo as gerências de obra no local da obra e somente depois da gestão é migrados para os gerentes locais?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Isso foi um procedimento acertado pela Diretoria é que é uma norma interna, que os contratos de engenharia, os grandes contratos de engenharia através de um volume que são esses sete que estão na rua seriam fiscalizados pela sede, porque as regionais. A INFRAERO tem oito regionais com estruturas semelhantes à sede, só que com menos pessoal e com mais aeroportos para cuidar. Então esses grandes empreendimentos que são empreendimentos que eram programa do Governo à época eles seriam fiscalizados pela sede. A sede criou gerências especiais nesses empreendimentos, isso foi uma reunião de Diretoria como eu falei, isso é uma norma interna, e em todos os contratos era assinado pela Diretora de Engenharia e outro Diretor escolhido em reunião de Diretoria. E como na estrutura da engenharia nós temos a Superintendência de Empreendimento, a gerência de obra, e dentro da gerência especial que fiscaliza essa obra outro Gerente... Na norma interna ela exige que no contrato tenha um gestor e um fiscal. E um gestor substituto e um fiscal substituto. Essa gerência especial que é criada para ficar lá na obra ela é a fiscalizadora.

Então, dentro da norma da INFRAERO, quem é o fiscal não pode ser o gestor. Então por isso que nesses contratos especiais o gestor era o Superintendente de Empreendimentos da sede com o Gerente da obra da sede. E os fiscais eram os gerentes locais lá da obra. Por isso que sempre contavam esses mesmos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Senador Demóstenes. Consulto V.Exª. se não vai assumir o lugar oficial de Relator.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, eu... As perguntas que eu iria fazer eu as repassei ao Senador Leomar Quintanilha. Eu já cheguei no final do depoimento porque se discutia na Comissão de Constituição e Justiça o... Naturalmente a questão do voto aberto e que acabou sendo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Felizmente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Felizmente. Então eu preferiria que o Senador Leomar Quintanilha terminasse a inquirição, até porque eu teria muitos questionamentos, eu teria que retomar, acabaria prejudicando essa inquirição. E ao final eu vou ficar na Sessão ao final para me pronunciar sobre o Requerimento de impedimento ou suspeição que foi apresentado pela depoente e eu gostaria de fazer um pronunciamento a respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A questão toda é que não está no final. Tem muita coisa aqui. Eu tenho um compromisso na CAE. Há uma sabatina lá e estão insistindo comigo para comparecer lá, Senador Demóstenes. Se pudesse assumir...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Eu indagaria a V.Sª. porque ocorrem exigências exacerbadas na licitação para qualificar as empreiteiras vencedoras em termos técnicos operacionais e na execução da obra a INFRAERO a fiscalização e a Diretoria de Engenharia não exigem tais condições para execução da obra, chegando-se ao cúmulo de engenheiros recém-formados serem responsáveis pela obra como é o caso ocorrido nos aeroportos de Macapá, Vitória, Santos Dumont. Ou seja, o acervo técnico é utilizado somente para ganhar a licitação.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Os critérios técnicos elaborados pela equipe técnica de engenharia são baseados no projeto, na dificuldade da obra, no que a legislação permite e o objetivo não é restringir, é realmente contratar uma empresa que tenha condições de realizar a obra.

Agora, caso na hora que acontece a obra isso não é respeitado, eu já tenho cobrado de técnicos que isso seja tomado uma providência porque isso realmente não pode acontecer. O que eu soube foi um caso--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Quem é o responsável por essa fiscalização? Isso também ficava subordinado a V.Sª.?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: As gerências especiais ficam... Dentro do esquema da INFRAERO, da engenharia, nós temos a Diretoria, nós temos a Superintendência de Empreendimento e Manutenção, dentro da Superintendência de Empreendimento tem a Gerência de Obra que olha todas as obras e no caso das obras especiais

são gerências especial de obra. Então quem fiscaliza a obra mesmo são essas gerências especiais.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): E que são subordinadas a V.Sª. Ou eram subordinadas.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: É. E elas é que tem que ver se os contratos estão sendo cumpridos e fazer com que o contrato seja cumprido. Acima dela tem um Gerente que também tem que fiscalizar isso, tem o Superintendente--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): O TCU constou--

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Quando chega a mim alguém toma providência. Se alguém está fazendo alguma coisa errada eu peço para que corrija e veja que providência é cabível.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): O TCU constatou que algumas empresas elas são contratadas para executar a obra e para fiscalizar a obra. Isso é correto dizer? Que aconteceu.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Desculpa, não entendi.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Que as empresas são contratadas para executar as obras e para dar apoio a essa fiscalização existente. Isso é correto dizer?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: A empresa de fiscalização?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Empresa que é contratada para executar, que ganha licitação, também dá o apoio para que a fiscalização aconteça. Isso é correto?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Depende da sua pergunta. São duas contratações. É contratada uma construtora que é para executar. E é contratado uma equipe de fiscalização que é para fiscalizar a obra junto com o nosso apoio orgânico. Então são duas empresas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Nunca a mesma.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Nunca a mesma.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Nem essa empresa dá apoio à fiscalização. Essa empresa que... Para fazer a fiscalização. Apoio operacional. Fornece profissionais... Isso não acontece.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Não, não. A obra é a obra, a fiscalização é a fiscalização, a equipe orgânica é a equipe orgânica. São serviços distintos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Por que é que a INFRAERO exige na pré-qualificação, e posteriormente até na licitação, que somente empresas que já tenham construído aeroportos possam construir outros?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Porque aeroporto é um equipamento urbano, como eu falei, específico.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): E por que a contratação pela totalidade da obra? Pela globalidade, e não por parte...

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Deixa eu só responder a primeira parte. [risos] Esse item de ter experiências em aeroportos, embora quando a gente pede atestados, digamos, de 15 a gente sempre abre mão de 3. Então esse pode ser um deles, pode até entrar uma obra que não tenha essa capacitação, mas a idéia é que realmente a gente não pegue obras que nunca tenha feito um serviço em aeroporto que a maioria deles é aeroporto em operação e pode nos causar problema.

Imagina um aeroporto como Congonhas, com um monte de passageiros, pega uma empresa que não tem a mínima experiência, cria um caos, interrompe a operação do aeroporto. Então esse item--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Remoção de entulho, por exemplo. Só para... Contratação, a empresa é contratada para fazer a globalidade da obra. Entre ele a remoção de entulho. O Tribunal de Contas nos aponta um sobrepreço de até 300%. E depois até o superfaturamento mesmo porque houve o pagamento. Em alguns itens. Uma comparação que o Tribunal de Contas faz caso a obra não tivesse sido licitada de forma globalizada, mas sim fracionada.

Então, óbvio, a empresa que tem experiência de construir pista de aeroporto ela tem que ser privilegiada na construção da pista. Mas para se fazer o terminal, para se remover o entulho, para se comprar o finger, para se adquirir o elevador... O Tribunal de Contas nos disse sistematicamente que a sistemática adotada pela INFRAERO foi uma sistemática que acabou encarecendo as obras. E vai apontando item por item, por exemplo, remoção de entulho. Acaba sendo de 300 a 400% mais caro, por quê? Porque essa empresa para remover entulho tanto faz remover entulho de aeroporto ou remover entulho de uma estrada em construção. V.Sª. concorda com esse posicionamento do Tribunal de Contas?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Não concordo porque esse posi-

cionamento é relatórios preliminares. Eles não... Eu não concordo primeiro porque--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Por que é que V.Sª. não concorda?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Não concordo porque uma obra não pode ser tão fracionada assim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Mas ela era fracionada anteriormente?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Teve obras fracionadas que nos deram uma série de problema. Mas vamos no entulho. Vamos dizer que a obra está lá fazendo e tira o entulho. Já é outra que tem que tirar o entulho e não tira e aquele entulho atrapalha a obra. Então isso começa a atrasar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Mas não tira, por quê? Não é questão de gerenciamento?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Não. É porque vários contratos dentro de um aeroporto em funcionamento não é fácil gerir. É o que eu já respondi anteriormente. Nós temos aeroportos que você não pode ter várias obras dentro de um contrato. E tem certos fracionamentos que o próprio TCU é contra. Tem certos fracionamentos, tipo isso, se a obra civil, ela tem que, por exemplo, tem que colocar uma janela, tem colocar uma obra, tem que tirar um entulho é dentro de um serviço de uma obra civil, tem que ser tudo junto. O que ela fala de fracionamento é pátio e terminal. E que nós juntamos nessas grandes obras para nós termos facilidade de fiscalização e para ela ser entregues ao mesmo tempo. Porque nós tivemos em outras obras vários contratos.

Em Natal nós tivemos 20 contratos. A obra atrasou três anos para ser entregue porque uma empresa não conseguia cumprir o cronograma e atrapalhava a outra. Porto Alegre também a gente atrasou.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): O tribunal de contas--

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: O senhor deixa só eu responder, por favor.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Então verificou-se que certo tipo de fracionamento prejudicava a entrega do aeroporto que a cidade estava precisando. Por isso que se juntou. E não tem nada ainda do TCU condenando esse tipo de coisa. Todos os relatórios apontando ainda são preliminares. E sobrepreço ainda não se chegou a essa conclusão também porque não se tem uma planilha aeroportuária. O TCU está dizendo que são possíveis--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): O Ministério Público da União também. O Ministério Público da União traz o exemplo de Goiânia. Nós ouvimos aqui o Procurador Hélio Telho. O exemplo do entulho foi colocado, o exemplo mesmo do... Para se adquirir material também foi comparado. Então a opinião do Procurador da República Hélio Telho Correia Filho é que houve sim sobrepreço. E ele inclusive já conseguiu na justiça, primeiramente ele conseguiu uma liminar que foi derrubada e agora nos comunicou oficialmente que... Agora veja só que saia justa. Que o Poder Judiciário mandou refazer a licitação de uma obra cuja execução já se encontra em 20% feita.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: No caso de Goiânia eu desconheço isso aí. Mas o que eu sei é que até agora esse sobrepreços ainda não foram comprovados. Inclusive tem uma representação do Ministério Público também através do Procurador Lucas Furtado dizendo que não existe planilha de preço aeroportuário dos serviços e que tem que ser criada e o próprio TCU através do Benjamim Zymler também chegou a essa conclusão.

Então o que existe é uma grande confusão em preços e uma grande afirmação em coisas que não estão aprofundando para se dizer se tem o sobrepreço ou não. Eu vou só lhe dar um exemplo, que foi um dos aeroportos, no caso de Congonhas, quem estava dizendo que tinha sobrepreço era uma Advogada. Quer dizer, para você dizer que tem sobrepreço, tem que ser no mínimo um orçamentista.

Então, e ainda não se chegou à conclusão porque não se tem uma planilha aeroportuária ainda. Nesse caso de Congonhas, eu não sei essa decisão do Ministério Público porque eu já não estou mais... em Goiânia, eu não estou como diretora, mas tenho certeza que tanto a INFRAERO quanto a construtora estão justificando. Porque quando nós colocamos a licitação na rua as licitações os preços foram todos fornecidos pelos projetistas que são empresas que existem no mercado, a nossa equipe técnica analisou todos os preços dentro da coerência, analisando Pini, cotações, e a obra foi licitada num preço baseado [ininteligível] como dentro da realidade aeroportuária.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): O TCU também diz que foram realizadas licitações dada a ordem de serviço para muitas obras que a INFRAERO não tinha condição de executar ao mesmo tempo. V.Sª. concorda com isso?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Não, não concordo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Diz inclusive que muitas estão... Muitas empresas, muitos empreiteiros estão solicitando a suspensão do contrato por falta de pagamento.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Não, não é nada disso. [risos] Deixa eu lhe dizer. Todas as ordens de serviços que demos, nós tínhamos condição de começar a obra, nós já tínhamos as gerências específicas criadas, e no caso de suspensão de obra só dois aeroportos tiveram a obra parada que foi Vitória e Goiânia. Vitória parou pela cautelar que o TCU aplicou e ela não estava... Ela alegou que ela estava tendo prejuízo. Então, ela parou a obra por essa cautelar. E no caso de Goiânia também. No caso de Goiânia ela acusou o não recebimento porque fazia parte de um convênio com o Governo do Estado onde o Governo do Estado não estava pagando a parte dele.

Então, como só estava a INFRAERO pagando a parte dele, estava-se criando uma dívida junto à empresa. Mas, no final de 2006, o Diretor à época, o Brigadeiro J. Carlos, junto com a jurídica de auditoria determinou que pagasse a parte do Governo do Estado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Qual parâmetro utilizado por V.Sª. e a INFRAERO para preço? Qual era o parâmetro utilizado? V.Sª. tinha um banco de referência?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Nós temos um banco de referência e o parâmetro são as revistas de construção civil que tem preços, os nossos parâmetros são cotações de mercado, os nossos parâmetros são obras já realizadas e como eu lhe falei, não somos nós que fazemos o preço da obra. Quem faz o preço da obra é a projetista que foi contratada para fazer o projeto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Mas se V.Sª. tivesse que contestar o preço, que parâmetro V.Sª. se utilizava?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Nossos orçamentistas têm os parâmetros das revistas de construção civil, de cotação de mercado e de outras obras já realizadas em aeroportos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): O Tribunal de Contas diz que foi concedida à empresa TALUDE a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro no valor de 15 milhões de reais nas obras de Campinas, Congonhas e Guarulhos mesmo após encerrados os contratos, e tendo sido detectadas diversas falhas cometidas pela TALUDE na execução desses contratos. V.Sª. concorda com a posição do TCU?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Não. Esse reequilíbrio não foi de 15 milhões foi 8 milhões. E isso foi feito inclusive uma perícia técnica porque o TCU estava informando que a obra não tinha sido toda realizada e ela foi. Então foi feita uma perícia técnica, o desequilíbrio foi 8 milhões e o que gerou pagar isso foi um parecer não da engenharia, mas o parecer da área jurídica financeira e da auditoria. A engenharia não entra nesse mérito de desequilíbrio físico financeiro. Ela passa para os órgãos competentes da empresa que é a área financeira, jurídica auditoria.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Quem aplica a multa--

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: A conta Goiânia, porque eu saí realmente da Diretoria, tirei até uns dias de férias. Então no caso de Goiânia, só voltando a Goiânia, por favor, Senador, se me permitir. Foi uma decisão da justiça, que se faça uma perícia. Eles não decidiram ainda parar e fazer uma nova licitação. Eles querem realmente fazer uma perícia. É e o que nós temos hoje sobre Goiânia é um acórdão 1692 aonde ele até aprovou o não fracionamento. Por isso que nós continuamos com Goiânia. Aliás, Goiânia, vitória e Macapá foram as primeiras obras--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Essa é a decisão que não é a decisão mais recente. Essa é a outra decisão.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: É. Mas sobre o fracionamento, só para eu lhe dizer, sobre Goiânia Macapá e Vitória o TCU deu acórdão aprovando o não fracionamento. É esse acórdão 1692.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Decisão de quando? É decisão antiga?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: E ela estava parada não foi por falta de pagamento, não. Foi pela a cautelar também que o TCU aplicou, inclusive eu até fui ao Ministro do TCU--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Por suspeita de sobrepreço, não é isso?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: É, a cautelar foi dada por possível sobrepreço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Quem pode aplicar sanção contratual por inexecução ou por execução

que não corresponda ao serviço que foi licitado? Uma obra mal feita.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: O fiscal da obra se identificar que a obra está mal feita ele adverte a construtora e informa aos seus hierárquicos superiores. Ela teria que refazer. Se a empresa persiste, ele informa de novo e na terceira informação a gente pode até rescindir o contrato.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Há alguma previsão de multa contratual pra isso?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Há uma previsão de multa no contrato. Esse edital é um edital padrão que eu não tenho na cabeça qual é a multa--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): A empresa TALUDE em relação à reforma da pista de Congonhas não se aplicou a ela qualquer sanção embora o Relatório do IPT FUSPE(F) tenha dito que as obras foram mal executadas. Essa informação do Tribunal de Contas é verdadeira?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Olha, nesta obra da TALUDE em Congonhas que tem essa informação eu não estava mais em São Paulo, eu não acompanhei essa obra, eu... Nem acompanhei o processo fora da regional São Paulo. Era outro fiscal, outro gestor. E eu não posso responder sobre isso porque eu não conheço o assunto.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Em relação... V.Sª. então não conhece o assunto em relação a essa reforma da pista principal de Congonhas? É isso?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Na época da TALUDE em 2002 não, eu já estava em Brasília. Eu sei que houve um questionamento do gestor à época, eu sei que a TALUDE refez alguns serviços, mas eu não conheço detalhadamente o processo porque era conduzido pela regional São Paulo e com um fiscal à época que tomou as providências que achou necessária.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Por que a Diretoria de Engenharia opta por alocar em seu quadro de empregados pessoas que exerciam atividades nos contratos terceirizados e agora representam a INFRAERO como contrato especial junto a suas empresas de origem, como é o caso dos coordenadores de obras contratos aeroportos de Manaus. Sr. Geraldo Cordeiro, Florianópolis, Wilson Gregório, Recife Renata Siqueira e Congonhas Maria Cristina.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Funcionários que faziam parte de contratos de...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Isso corresponde à verdade essa informação do TCU.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Não sei nem se corresponde à verdade porque a primeira contratação não é feita por mim. É pela área administrativa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Mas V.Sª. era ouvida sobre as questões de engenharia, sobre esses servidores se tinham capacitação técnica?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Sim. Era ouvida. Mas eu não sabia se ela já tinha participado em outra empresa de fiscalização e outra construtora. O que acontece é que na área técnica, quando a gente precisa contratar um engenheiro, dificilmente um engenheiro que a gente vai contratar, ou até que tenha passado num concurso, ele não trabalhou em alguma construtora ou alguma outra empresa de fiscalização.

Então, por exemplo, se tem uma pessoa que tem uma vasta experiência em obra aeroportuária e a gente está precisando dentro da legislação que a gente pode num contrato especial a gente vai e pede para a administração contratar essa pessoa. Se a administração vê que está tudo legal ela contrata. Agora, se ela já trabalhou em outra empresa, não tem como a gente... Senão a gente vai ficar sem engenheiro experiente para trabalhar. Porque ele só é experiente se ele já trabalhou em outra empresa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): V.Sª. poderia--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Doutor, V.Sª. bem disse... V.Exª., aliás, que já foi Juiz de Direito. Juiz do Trabalho. Então, V.Exª. bem sabe, se V.Exª. quiser ocupar o lugar dela para depor não tem nada contra. Mas V.Exª. bem sabe que pode orientar. Pode e deve fazê-lo. E acho que tem que fazê-lo. Agora, que V.Exª. está fazendo é interrompendo a inquirição e praticamente respondendo. Não tenho nada contra. V.Sª. eu posso convocá-lo sem qualquer problema. Não tem... Agora, V.Exª. bem sabe. É um jurista, é um doutrinador respeitável que esse não é o rito. O rito V.Sª. já imaginou V.Exª., melhor dizendo, interrompendo um magistrado. Olha, só um instante, por favor, que eu quero que a minha cliente responda dessa forma. Vou dizer, não tenho nada contra. Estou aqui para perguntar e ela responder. Até porque a minha concepção é que raramente num depoimento alguma coisa sai. Por isso que eu gosto da quebra de

sigilo bancário, telefônico e fiscal. Ou o rastreamento das contas e muito bem. Tanto é que a partir de agora desse ato eu vou solicitar ao Sr. Presidente para que as demais, os demais depoentes sejam ouvidos pela Polícia Federal e depois eu peço a prova emprestada. Para que eu possa me dedicar justamente ao trabalho de quebra de sigilo e os trabalhos que foram realizados pelos órgãos competentes. Mas...

SR. ADVOGADO - JORGE JACOBY: Me permita responder a V.Exª.?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SR. ADVOGADO - JORGE JACOBY: A V.Exª. Em primeiro lugar eu agradeço a atenção de V.Exª. Eu me reportei a minha cliente apenas para esclarecer que ela por amor à INFRAERO e por todos esses anos que ela trabalhou lá ela se sente na obrigação de explicar todos os atos inclusive que não são de competência dela. Então limitar a defesa dela aos atos que ela praticou eu entendo que está no meu campo de atuação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SR. ADVOGADO - JORGE JACOBY: Agora, em nenhum momento eu orientei sobre o mérito.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): E pode orientar. Não tem problema.

SR. ADVOGADO - JORGE JACOBY: A necessidade de interrompê-la e de interromper V.Exª. só se fez porque não consegui achar um tempo melhor para fazê-lo. Mas muito obrigado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Fico à disposição. Eu perguntaria a V.Sª. por que a área de engenharia da INFRAERO realiza excesso de subcontratações nos contratos das grandes obras. Uma vez que segundo o Tribunal de Contas, e é claro, é exigida a capacitação técnica operacional do consórcio vencedor. Se faz isso, se exige essa capacitação, mas acaba havendo um grande número de sub contratações. Por quê?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: As subcontratações não é feita pela INFRAERO. A INFRAERO contrata a construtora para fazer. E dentro dessa contratação, o edital permite a subcontratação. Quem faz a subcontratação é a construtora. E aí a gente não tem como interferir. Ela tem a gente dela.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): E essas subcontratações acabam caindo preferencialmente nas empresas que participaram das licitações e que acabaram perdendo para esse consórcio.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Isso aí a engenharia não tem gestão. Se a construtora foi contratada por a gente e ela pode subcontratar, o que ela faz é perguntar se a INFRAERO concorda na subcontratação se a gente não tem nada contra aquela empresa a gente não tem como não concordar. Então nós não temos gestão sobre esse tipo de ação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Qual foi o fundamento utilizado para se incluir uma obra de 23 milhões de reais referente à construção de um acesso viário para o aeroporto de Congonhas dentro do contrato de concessão de área de uso?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Essa é uma passagem subterrânea que é feita para ter acesso à área interna do aeroporto para eliminar um semáforo na Washington Luiz que causa grande congestionamento, isso foi uma exigência da Prefeitura de São Paulo, como uma ação mitigadora e isso foi prometido na gestão anterior à minha pelo Dr. Perrone à Prefeitura.

Então, isso vem de outra gestão. Eu só estou cumprindo uma promessa e uma solicitação da Prefeitura feita para liberar a obra de Congonhas. Que o senhor sabe que em São Paulo nada é fácil. Pra gente fazer aquela obra de São Paulo num aeroporto que chegou em 2002, depois se o senhor quiser até eu tenho uma apresentação aqui, numa situação insustentável, que ninguém conseguia andar lá dentro daquele aeroporto a gente só conseguiu liberar essa obra junto à Prefeitura depois que foi feito um termo de acordo de ajuste e conduta com a Prefeitura e com a INFRAERO aonde uma série de... E com Movimento Defenda São Paulo, que é o pessoal do entorno que defende o aeroporto, aonde uma série de exigências foram feitas e a INFRAERO se comprometeu em fazer. Então foi isso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): O Tribunal de Contas nos manda também documentação dizendo que V.Sª. como Gerente de Engenharia da Superintendência regional de São Paulo assinou e concedeu pagamento adiantado no valor de 9 milhões de reais correspondendo à época cerca de 5,5 milhões de dólares a construtora CAMARGO CORRÊA por conta de obras que seriam realizadas por aquela empresa para as reformas dos terminais de aeroporto de Cumbica, mesmo sabendo que pagamentos adiantados são vedados pela lei. Só para completar. Além das contratações, nas contratações nessa concorrência nº. 001/CNSP-SP/2001 dispensa de licitação nº. 009... Melhor dizendo. Vamos refazer isso aqui.

O Tribunal nos informa que V.Sª. adiantou o pagamento para a empresa CAMARGO CORRÊA no valor de 5,5 milhões de dólares, 9 milhões de reais

por conta de obras que seriam realizadas por aquela empresa para as reformas dos terminais do aeroporto de Cumbica, mesmo sabendo que pagamentos e adiantamentos são vetados por lei. Além disso, consta literalmente do relatório que na gestão desse contrato por V.Sª. isso está em [ininteligível]... Extrapolou-se o total contratual com pagamentos realizados restando à época significativa parcela de serviços tidos como executados a ser paga. Se aceitos fora das condições legais do contrato. Inexiste condição de aditar os serviços contratuais remanescentes de reforma do TPS1 dentro dos limites previstos em lei, constatada a prática de sistemáticos adiantamentos financeiros, constatada a realização de diversos estornos feitos ao longo das medições sem as respectivas memórias. Constatado que itens financeiramente expressivos foram medidos muito além dos valores previstos no contrato e estornados, caracterizando medições irreais. As memórias de cálculo relativas aos serviços realizados para ressarcimento dos adiantamentos feitos não caracterizem a plena execução dos mesmos. Tem... é verídica essa constatação do TCU?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Não. Primeiro que essa constatação que eu saiba não é do TCU. Isso eu primeiro vou falar sobre o adiantamento. O adiantamento houve nesse contrato. Não foi autorizado por mim. Isso foi uma decisão de Diretoria à época. Eles que decidiram de fazer isso. Esse adiantamento. Não fui eu que aprovei esse tipo de coisa. E isso veio à baila numa sindicância interna da INFRAERO e este contrato eu só fiscalizei até 2001 e a partir daí não foi mais fiscalizado por mim, ele foi fiscalizado por outro gestor e todas essas outras informações que o senhor fala de serviço estornado, de serviço pago e não feito, eu desconheço desse processo. E não sei que isso tenha ido ao TCU. Eu sei que isso tudo começou através de uma denúncia anônima aonde se abriu uma sindicância interna, onde dentro dessa sindicância interna que eu não fui envolvida inclusive, foi que apareceu esse adiantamento do pagamento que foi decidido pela auditoria à época, inclusive embora tenha tido um adiantamento na época a Diretoria exigiu da empresa uma... Como é que se diz... Uma contrapartida, um juros, coisa desse tipo, mas isso foge ao meu alcance, não foi decisão minha, e sobre esses estornos, esses pagamentos eu já não estava mais gerindo esse contrato.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Segundo essa documentação nos enviada pelo Ministério Público Federal, em São Paulo, ainda como Gerente de Engenharia da regional São Paulo, para a empresa MPE por conta do contrato TC053/SRGR/AD (SBGR) /2001 que tinha como objeto a implantação de placas de sinalização de seis aeroportos chegaram a pagar 90% do total contratado sendo que aquela empresa tinha realizado à época da auditoria menos de 15% do serviço conforme segue. Isso é texto que eu estou transcrevendo. Foi constatada a prática de significativos adiantamentos financeiros tendo isso alcançado cerca de 90% do financeiro contratado. O contrato vencido sem execução do escopo, estando à época o físico realizado com apenas 14%. E vem entre parentes, levantamento físico realizado. Obra realizada com expressivos e infundamentados atrasos. Execução dos serviços suspenso devido a falta de cobertura contratual e as irregularidades encontradas. Tem fundamento isso?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Essa obra embora ela tenha sido iniciada quando ainda estava na regional São Paulo, eu saí logo em seguida. Eu não fiquei como gestora. Esse contrato eu sei que ele foi paralisado, ele ficou paralisado três anos, ele teve uma série de problemas, mas eu não posso lhe detalhar se houve pagamento de 90% sem serviço realizado porque eu não estava mais na regional São Paulo. E esse contrato foi conduzido pela regional São Paulo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Ele é para diversos aeroportos?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Ele era para Congonhas e para Guarulhos. E eu não lembro mais se tinha Campinas. Eu não lembro porque isso foi em 2001. Eu só peguei o início do contrato. Às vezes a pessoa indica você como responsável porque no contrato, por exemplo, agora embora eu tenha já deixado a Diretoria de Engenharia, os contratos estão ainda com o meu nome.

Então, pode ser que daqui a dois anos eu ainda seja imputada por ações que já são desse novo Diretor. Porque a INFRAERO não tem o hábito de a partir do momento que a pessoa é substituída reassina todos os contratos. Mesma coisa é a parte de fiscalização. A fiscalização, sim, a gente sai. Mas às vezes o pessoal demora para criar outra Comissão de fiscalização. Então a MPE eu não cheguei a acompanhar eu só peguei o iniciozinho. Eu lembro que Guarulhos, era Congonhas--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Mas depois V.Sª. veio para a Diretoria de Engenharia.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Eu vim para a Diretoria de Engenharia--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): A Diretoria de Engenharia pode fazer um alerta ao órgão competente da INFRAERO de que

um contrato específico embora fosse de uma regional que esse contrato ele gerou prejuízo e que deveria ser cobrado para sua execução ou ressarcimento de prejuízo? V.Sª. se preocupou alguma vez em informar ao órgão competente sobre a situação de inexecução desse contrato?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Esse contrato ele foi todo conduzido pela regional até chegar à sede a situação ele já estava paralisado. Aí a sede na época eu estava aqui na sede, mas o Diretor ele deu toda orientação de como a regional deveria conduzir nesse contrato. Por isso que o contrato ficou parado três a quatro anos. Eu não tive participação nenhuma nessa decisão.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): V.Sª. indicou como administrador aeroportuário, do aeroporto de São José dos Campos o irmão de V.Sª., Jorge Manzoni Santos?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Não indiquei, não. O que aconteceu é que numa reunião de Diretoria, meu irmão inclusive estava empregado quando ele foi convidado para assumir esse cargo. Ele é piloto. Ele é militar da reserva. Quando--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Já tinha administrado algum aeroporto antes?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Ele não. Ele era piloto e militar da reserva. Ele era Major. Quando numa reunião de Diretoria com o Presidente Carlos Wilson o Brigadeiro Veiga que é o Diretor de Operações falou que São José dos Campos, por ser um aeroporto que divide uma área militar muito grande e tem muita interferência com a EMBRAER, e lá estava um civil, ele deveria ser administrado por um militar que teria mais facilidade de trabalhar com toda a área militar que tem dentro desse aeroporto. Esse aeroporto é um aeroporto todo restrito. Então eles deveriam nomear um Superintendente militar para ter facilidade. Nesta época este Diretor de Operações, o Brigadeiro Veiga, ele tinha feito um curso com meu irmão fora do País, tinha trabalhado com o meu irmão já na EMBRAER e ele chegou pra mim e falou, perguntou se o Jorge Fernando não aceitaria esse cargo. Eu falei: "Não sei. Ele está empregado. Ele é piloto de uma companhia. Pergunte você". Então o convite foi feito através do Diretor de Operações e aceito pelo Carlos Wilson. Eu não tive gestão nenhuma nessa indicação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Eu perguntaria a V.Sª.: Chegaram a nós informações que o serviço de reforço estrutural da pista principal do aeroporto de Congonhas e ampliação do pátio de aeronaves executado parcialmente pela empresa TALUDE sobre o contrato TC032/CNSP/DSP/2001 foram sumariamente rejeitados por não atenderem às especificações e os projetos contratados, tendo aquela empresa abandonado as obras e requisitado pagamento suplementares como se segue. Entre aspas, as obras não foram aceitas pela comissão de recebimento conforme justificado no respectivo relatório. A contratada abandonou o canteiro de obras com o escopo contratado não concluído. As obras estão inconclusas acarretando periculosidade às operações do aeroporto o qual foi indicado os relatórios do DAC. Foram feitos pagamentos de serviços inconclusos à revelia dessas recomendações feitas pela comissão de recebimento das obras formada por especialistas? Ou seja, houve esse pagamento? V.Sª. pagou por trecho não concluso?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Em Congonhas isso? Não. Não paguei por trecho nenhum. Essa obra da TALUDE, volto a afirmar, foi feito na época de 2001, 2002, não conheço nenhuma obra que ficou inacabada e que esteja causando qualquer prejuízo ao aeroporto ou qualquer insegurança. Esse processo foi conduzido por um gestor que na época entrou lá na regional que tem toda autonomia ele parou todas as obras, fez uma série de perícias, depois as obras começaram... E eu não participei diretamente disso e nem tomei conhecimento. Eu só sei que não tem nenhuma obra inacabada que esteja gerando qualquer risco. Eu sei que as obras foram acabadas. Todas. E se teve pagamento adiantado, pagamento por serviço não realizado, eu desconheço.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): É verdade que V.Sª. demitiu mais de 20 profissionais de primeiríssima linha que atuavam na área de engenharia quando V.Sª. assumiu o posto?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Não demiti nenhum funcionário.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): V.Sª. sabe porque foram demitidos esse profissionais? Nelson Mateier, arquiteto, 28 anos de Casa. Luis Squetine, engenheiro de pavimento, 24 anos. Todos atribuem--

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Eles não foram demitidos.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Não?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Nelson Mateie está na Casa, Luis Squetine(F) está na Casa--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Foram retirados da área de engenharia?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Não. Estão na área de engenharia.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Alguma exoneração do cargo que ocupavam?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Não. Eles foram... O que aconteceu é que quando eu assumi a Diretoria nós reorganizamos a gerência para atender todo esse plano de obra e como naturalmente acontece, como está acontecendo agora estou deixando de ser diretora, alguns engenheiros saem da área de projeto, vão para área de obra, vai para área de planejamento. É um remanejamento normal. Mas nenhum foi exonerado. Nenhum foi demitido, nenhum saiu da área de--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Foram remanejados, né?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Às vezes até por pedido próprio. Tem pessoas que pedem para ir para Brasília, tem pessoas que pedem para ir para Natal. Tem e eu atendi. Tentei sempre ter a equipe unida, a equipe de engenharia da empresa ela é muito competente eu não tinha motivo para demitir nenhuma pessoa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Durante a gestão de V.Sª. como Diretora de Engenharia, construiu-se no aeroporto de Maceió um pátio de manutenção de aviões de carreira com cerca de 4.200 metros quadrados de extensão e custo de mais de dois milhões de reais. Segundo informações, transcorridos mais de dois anos de conclusão dessas obras até o momento nenhum avião deu entrada naquele pátio para fazer manutenção ou para fazer o pernoite. Não há qualquer perspectiva de que essa obra seja utilizada para quaisquer finalidades nos próximos 20 anos, porque o aeroporto de Maceió não é final de rotas, não representa para as companhias aéreas ponto estratégico de manutenção e também não há possibilidade de ser utilizado para as linhas aéreas regulares, vez que foi construído longe da estação de passageiros do outro lado da pista, no meio do canavial. Essa informação é correta? E ainda, que esse processo foi feito sem licitação? Com dispensa de licitação.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Esse processo eu não conheço. E se um pátio é construído ele, com certeza, ele vem de uma solicitação da área operacional. A engenharia não questiona a área operacional. Se a área operacional pede para se construir um pátio para três aeronaves, e a Diretoria decide, a gente faz um projeto e constrói. Se esse pátio não vem a ser usado, tem que ser cobrado da área operacional e não da engenharia. Se esse processo foi feito sem licitação ou não, eu realmente não lembro dessa obra. E quando eu assumi, Maceió já estava com contrato em andamento e com uma série de obras em andamento. Sobre esse pátio eu não posso lhe responder.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Os projetos básicos e respectivos orçamentos de referência das grandes obras são aprovados pela equipe de gerência de projetos da INFRAERO na sede?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Se a obra é obra especial da sede, ele é aprovado na sede. Se é de regionais, é nas regionais. As regionais têm autonomia para uma vez a projetista entregar o orçamento eles darem uma analisada, dar um aprova e recebe.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Mesmo que seja no aeroporto da envergadura de Congonhas, Guarulhos, ainda assim a sede não interfere?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Não. Nesses são obras especiais. Congonhas, Guarulhos. Estou falando, esses estão com a sede. São obras especiais. Então foi a sede que analisou o projeto e a gerência especial local, junto com o Superintendente de Empreendimentos da minha Diretoria é que aprovaram os orçamentos vindos das projetistas, revisaram e assinaram, inclusive.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): As alterações nos projetos básicos quando da elaboração dos projetos executivos são precedidas de estudo de viabilidade técnica e econômica?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: As alterações normalmente elas são solicitadas pelas áreas operacionais ou comerciais e são analisadas... Não digo... Como é que o senhor falou... Uma análise... Como é que o nome da análise? Estudo de viabilidade. Não, a gente analisa custo/benefício. Então o que se analisa em Diretoria? Por exemplo, operações... Falou, olha, eu preciso desse aeroporto durante essa obra ele virou internacional eu preciso agora que você--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Isso analisado tecnicamente? Com estudos?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Sim, lógico. Eu preciso agora que se coloque uma área para--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): V.Sª. poderia nos expor um caso concreto onde isso aconteceu? Nos expor um caso concreto onde isso aconteceu? Até para checagem?

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Posso. Posso dar o caso concreto de Congonhas aonde a área comercial fez um estudo já que a obra estava sendo feito, criando um nível abaixo dividindo o nível de Congonhas em dois, embarque e desembarque, que era fundamental que tivesse lá na área do subsolo toda uma área para táxi, para locadoras de automóveis e isso gerou uma alteração no projeto. E esse estudo foi feito o estudo que eu falei de custo/benefício se isso valeria a pena você acabar toda a obra e depois começar uma reforma ou cancelar aquela obra e licitar outra, deixar a obra no meio do caminho até licitar outra, ou aditivar dentro do contrato em questão. Aí isso é analisado por todos os órgãos jurídico ou auditoria, uma vez sendo tudo aprovado ele é aditado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V.Sª.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Obrigada. Eu tenho uma série de materiais que eu prometi para o outro Relator que eu vou botar num CD e vou encaminhar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Ótimo.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: E inclusive eu preparei uma cópia em CD para todos os componentes da CPI que eu gostaria de depois deixar com os senhores que seria a apresentação que eu ia fazer, uma série de assuntos polêmicos que saíram em revistas, saiu no jornal, esse sobre técnica e preço. Então eu preparei tudo num CD e eu gostaria de mandar para a Comissão e eu vou incluir eu entrego para quem?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Ao Sr. Presidente.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Ok. Então eu posso mandar... Encaminho com uma carta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Nós agradecemos.

SRA. ELEUZA THEREZINHA MANZONI DOS SANTOS LORES: Já deixo esse aqui que já é o que eu ia fazer a apresentação que nem fiz.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Bom, Sr. Presidente, uma vez que foi apresentada a Comissão um pedido de... Que se declarasse o meu impedimento para continuar como Relator em relação à Srª. Eleuza Therezinha Manzoni dos Santos Lores, em razão das declarações que eu fiz, primeiro, eu peço a V.Exª. que paute chame nossos Senadores para que vote o impedimento que foi apontado. Embora eu me considere absolutamente isento para julgar. Segundo, ou para apresentar meu Relatório.

Segundo, em relação à ameaça de que vão entrar com uma ação representar ao Ministério Público por crime contra a honra, gostaria que o fizesse. Até porque eu quero ter a oportunidade de fazer, apresentar a exceção da verdade. A prova do que eu disse.

Terceiro, não retiro nenhuma palavra em relação ao que eu fiz até agora. Em minha opinião, uma gangue foi instalada na INFRAERO, comandada pelo Sr. Carlos Wilson e outros, inclusive V.Sª., já tive como dizer isso pessoalmente a V.Sª., se houver algo de novo nesse procedimento em relação à quebra de sigilo, se aparecer, não terei nenhuma pecha em retroagir e dizer errei, mereço ser processado, mereço pagar indenização. Mas, até agora estou cada vez mais convicto do que tenho dito.

Lastrei minhas opiniões no estudo pessoal que fiz, em toda a documentação que aqui chegou do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público da União, da Controladoria-Geral da União, da Polícia Federal, de sorte que peço a V.Exª. que ao encerrar minhas palavras que submeta ao Conselho... à nossa CPI, ao Plenário, o pedido de impedimento que foi formulado pela Srª. Eleuza Therezinha Manzoni dos Santos Lores.

Peço também a V.Exª. que os demais depoentes que nós aprovamos para que eles sejam ouvidos pela Polícia Federal e depois, uma vez que tem o inquérito aberto lá com essa finalidade e posteriormente eu peço a cópia dos documentos para que nós possamos agilizar e analisar melhor todas as provas que tem nos chegado. Especialmente as quebras de sigilo bancário, telefônico e fiscal que são provas muito mais interessantes de apreciação. E espero até o dia 15 de outubro, Sr. Presidente, espero, pode ser que haja alguma intercorrência, que essa documentação não chegue com a velocidade que nós estamos esperando, mas que até o dia 15 de outubro eu possa apresentar a última parte desse Relatório uma vez que as duas outras nós já apresentamos. As causas do acidente com o jato Legacy e o Boeing da GOL, também em relação às causas do caos nós já fizemos uma análise há dois meses, e agora espero que até no final de... Ou até a metade de outubro eu possa apresentar essas conclusões para que a CPI aprove ou não o meu Relatório. É isso, Sr. Presidente. Agradeço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Pois não.

SR. ADVOGADO - JORGE JACOBY: Sr. Presidente, inicialmente agradeço a concessão da palavra. Eu gostaria que V.Exª. me permitisse me reportar diretamente ao Relator e diretamente também a V.Exª.

O primeiro ponto é sobre o requerimento. Entendi na defesa da minha cliente ser indispensável a apresentação do requerimento que agora pelas notas taquigráficas que serão lançadas da Ata da Sessão eu faço questão de retirá-lo. Estou retirando o requerimento e desse modo a meu juízo fica prejudicado o primeiro pleito do Senador da votação e decisão sobre o pedido de impedimento. Mas o faço e me sinto no dever de esclarecer a V.Exªs. fundado talvez numa precipitação de julgamento. Eu temia que a minha cliente não tivesse aqueles direitos fundamentais aqui preservados e reconheço o erro da minha posição. Durante todo o depoimento como não poderia deixar de ser S.Exª., que é um grande jurista das letras jurídicas de Goiás para o País, não só a sonorabilidade de toda a sua trajetória política fez prevalecer valores que são fundamentais nessa relação do direito que são o respeito à parte adversa e sobretudo um fator que o dignifica que é a elegância e a fidalguia no trato.

Então, rendendo homenagem a S.Exª., o Relator, eu estou então nesse momento retirando o Requerimento. Eu tenho certeza absoluta, Sr. Presidente, que a mesma grandeza que encontrei no Senador, diante das provas que estão nos autos farão com que ele reveja essa posição e até esses conceitos que aqui eu não mais vou declinar, embora tenha reafirmado nesse momento que os mantém porque são improcedentes. Foram frutos de um momento em que a INFRAERO foi destruída talvez por algumas imagens negativas em relação à instituição.

E eu queria antecipadamente a V.Exª. com autorização da nossa cliente dizer que o sigilo fiscal e bancário dela, ela já inclusive já dispôs a CGU e está oferecendo aqui ao Senador um demonstrativo analítico nos próximos dias, uma cópia do que foi oferecido ao Tribunal de Contas da União.

SR. ADVOGADO - JORGE JACOBY: Ok. Isso eu vou discutir então com ela porque estou sendo tomado de surpresa. V.Exª. há de compreender. Mas eu queria só registrar mais uma vez e talvez algumas searas seja um chavão. Mas o nosso escritório, eu o Ministro Lincoln, Drª. Daniele, nós patrocinamos essa causa porque temos absoluta convicção da honorabilidade da nossa cliente, da correção técnica e quanto ela fez a INFRAERO crescer nesse espaço de tempo.

Então, com as vênias de estilo, retirando o requerimento, fazendo uma homenagem especial ao eminente Relator e não o faço gratuitamente e V.Exª. na condução dos trabalhos eu gostaria então que fosse acolhido meu pleito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): O pleito de V.Exª. está acatado por essa Presidência, dizendo a V.Exª. que é comum desde o primeiro dia em que nós começamos nosso trabalho aqui nesta CPI, é comum o respeito a todos, é comum ver do Sr. Relator que ele tem a grande responsabilidade de investigar uma questão que todo País cobra, mas tem feito isso com muita elegância e com muita dignidade e isso é testemunhado por todos os Senadores que desde o início vieram a esta Comissão colaborar para a investigação dos fatos.

Agradeço a presença de V.Exª. e a presença da servidora Eleuza Therezinha.

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos e tenham uma boa tarde.

Sessão encerrada às 15h35. – Senador ***Tião Viana****, Presidente.*

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº. 401, de 2007, DESTINADA A APURAR AS CAUSAS, CONDIÇÕES E RESPONSABILIDADES RELACIONADAS AOS GRAVES PROBLEMAS VERIFICADOS NO SISTEMA DE CONTROLE DO TRÁFEGO AÉREO, BEM COMO NOS PRINCIPAIS AEROPORTOS DO PAÍS, EVIDENCIADOS A PARTIR DO ACIDENTE AÉREO, OCORRIDO EM 29 DE SETEMBRO DE 2006, ENVOLVENDO UM BOEING 737-800 DA GOL E UM JATO LEGACY DA AMERICAN EXCELAIRE, E QUE TIVERAM SEU ÁPICE NO MOVIMENTO DE PARALISAÇÃO DOS CONTROLADORES DE VÔO OCORRIDO EM 30 DE MARÇO DE 2007.

Ata da 33ª Reunião de 2007, realizada em 24 de outubro de 2007

Ata Circunstanciada da 33ª Reunião de 2007 realizada em 24 de outubro de 2007, às treze horas e trinta e nove minutos, na Sala nº. 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a apresentação do Relatório Final, na oportunidade foi concedida vista coletiva aos membros da Comissão.

Estiveram presentes os seguintes parlamentares membros da Comissão:

Renato Casagrande – (PSB-ES) – Presidente em Exercício

Demóstenes Torres (DEM-GO) – Relator

Antônio Carlos Júnior – (DEM-BA)
José Agripino – (DEM-RN)
Mário Couto (PSDB-PA)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)
João Pedro (PT-AM)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado (PMDB-MG)
Raimundo Colombo (DEM-SC)
Romeu Tuma (PTB-SP)

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão Parlamentar Inquérito, criada pelo Requerimento 401, de 2007, destinada a apurar as causas, condições e responsabilidades, relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo. E nos acidentes envolvendo o Boeing 747-800 da GOL e um jato Legacy.

Esclareço que essa reunião tem como pauta a apresentação do Relatório Final da CPI pelo nosso Relator Senador Demóstenes Torres. A ata da reunião anterior encontra-se sobre à Mesa, coloco-a em discussão e votação. E se não tiver nenhuma proposta de alteração, peço a dispensa de sua leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovados.

Então, vamos... Nós vamos fazer, o Relator vai fazer a apresentação do Relatório, a leitura do Relatório e vamos fazer o debate sobre o Relatório e a apreciação do Relatório do Senador Demóstenes Torres. Vamos passar para dar início, vamos passar a palavra ao Relator Senador Demóstenes Torres para que ele possa fazer a apresentação do seu Relatório.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Sr. Senador, primeiramente eu gostaria de agradecer a V. Exª que sempre esteve presente nessa CPI, que conduziu magistralmente na qualidade de vice-presidente e agora de Presidente dessa CPI. Nada me foi negado, nada do que eu solicitei foi posto obstáculo para que eu pudesse chegar e fazer uma investigação, séria, honesta, isenta. Essa atitude também, eu tenho que reconhecer, ela... essa figura isenta do, hoje, Presidente em exercício da Casa, Senador Tião Viana e na figura de V.Exª. E agradecer ao também nobilíssimo Senador Mário Couto que esteve presente desde o início, participou de todas as Sessões, debateu, buscou informações e colaborou muito com a confecção desse Relatório Final.

Eu quero agradecer as instituições e as pessoas, agradecer aqui aos funcionários da Casa, aos membros efetivos dessa Comissão que regula CPIs, todos que aqui trabalharam na figura do seu chefe, Dirceu, figura respeitável e responsável, que muito nos auxiliou. Ao Dr. Amadeu que tem o trabalho importantíssimo, uma pessoa da maior correção, preocupado, chega a ser neurótico para que os resultados aconteçam, né, é uma pessoa, uma figura ímpar, um trabalhador inconteste e incansável, daqueles que... Que tem muita gente que o expediente acaba às 6, para o Amadeu começa lá às 6. Eu quero agradecer a toda a Assessoria na figura do Dr. Amadeu.

Agradecer a Controladoria Geral da União, Sr. Ministro Hage nos ajudou muito, nos forneceu tudo que era possível, inclusive, sigilo, nós vamos apresentar um Requerimento para compartilhar também as provas que nós obtivemos e tenho certeza que vai ser aprovado, tudo que nós apuramos nós iremos remeter a Polícia Federal, ao Ministério Público Federal, à Controladoria Geral da União, e ao Tribunal de Contas da União para que as investigações permaneçam. Agradecer ao Tribunal de Contas da União por nos ter posto à disposição técnicos absurdamente respeitáveis e competentes, agradecer ao Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando, que também colocou todo o quadro técnico do Ministério Público, os Procuradores da República, que prestaram serviço extraordinário nos ajudaram muito a confeccionar esse Relatório. Agradecer à Polícia Federal, especialmente a figura do Dr. Renato Sayão, que nos acompanhou diuturnamente e nos auxiliou profundamente inclusive nas conclusões com sua experiência de Delegado uma pessoa que, inclusive, foi encarregada de fazer pela Polícia Federal a investigação do acidente GOL/LEGACY, e que também prestou um serviço relevante a essa CPI.

Agradecer ao Dr. Tito Amaral. Dr. Tito Amaral é Promotor de Justiça em Goiás, ele atua no Tribunal do Júri, segunda e sexta-feira, e terça, quarta e quinta ele fica aqui acompanhando, pelo Ministério Público do Brasil todo as ações da Comissão de Constituição e Justiça, CCJ. E, sem sombra de dúvidas, uma das pessoas hoje, uma daquelas pessoas que não aparece muito, mas que tem muito contribuído para que esses trabalhos todos possam chegar ao final e bem. Agradecer a todos os senhores consultores, ao Jonisval, ao Thiago, ao Francisco Eduardo, ao Marcelo, a todos, enfim, que puderam nos ajudar. Ao Flávio, ao Vitor, todos que... ao Alexandre, todos que nos auxiliaram na confecção desse Relatório.

É importante dizer para os senhores o seguinte: Ao final nós temos ali irregularidades na INFRAERO, análise de condutas. Nós fizemos 1.122 páginas desse Relatório e nós fizemos um mini Relatório de 84 página que é mais fácil de ler e compreender. Agora, se quem estiver votando não ler as 1.122 páginas, há muitos casos aqui que não serão compreendidos, muitos são casados um com o outro e especialmente devem ser consultados os capítulos 7 e 8, que detalham em

profusão todas as conclusões a que chegamos no capítulo 9. A título de exemplo. Em alguns casos como, que tratam de contratação irregular da empresa FS3 COMUNICAÇÃO E SISTEMAS, das irregularidades identificadas nas concorrências de obras da INFRAERO, e dos negócios afetos a empresa AEROMÍDIA PUBLICIDADE, é preciso fazer uma leitura de outros tópicos e capítulos, além daquele que trata especificamente da personagem analisada.

Então, portanto, alguns dos encaminhamentos que eu estou fazendo são resultado de análise conjunta, tem que ser lido absolutamente tudo. E em anexo, Srs. Senadores estão recebendo diagramas que explicitam algumas das situações que nós estamos analisando. Existem ajustes de última hora. Por quê? Porque nós continuamos recebendo os sigilos, se a CPI demorar mais 15 dias, mais 20 dias, novos sigilos estão chegando. Por isso precisamos encerrar o nosso trabalho, a última fase para que o Ministério Público, Polícia Federal, Tribunal de Contas da União possam ir adiante.

Não foi investigado o braço corruptor, qual é o braço corruptor? As empreiteiras, por quê? E as empresas também além das empreiteiras que participaram desse processo, especialmente os fraudulentos de licitação. Porque uma quebra de uma única dessas empreiteiras, levaria, digamos os 3, 4 meses ainda para ser analisado.

Então esse trabalho vai ter que ser feito pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal que possivelmente vão gastar mais um ano para fechar esse leque, fazer o rastreamento e dar uma satisfação à sociedade. Basta lembrar que numa conversa que eu tive certa feita com o Dr. Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando, ele falava desse software que o Senado tem e que é um software fabuloso, para cruzamento de dados, cruzamento de sigilos telefônicos, bancários, fiscais e esse software possibilitou, por exemplo, descobrir o sistema, ou o esquema do Mensalão, que posteriormente foi encaminhado à Procuradoria Geral da República, primeiramente aqui na CPI dos Correios, né, posteriormente, isso foi encaminhado para a Procuradoria Geral da República, e agora, no Supremo Tribunal Federal, ajudou também o Ministro Joaquim Barbosa a ter em mãos todos esses elementos para processar aquela quadrilha do Mensalão.

Nós podemos dizer que temos duas quadrilhas aqui bem identificadas. Uma quadrilha comandada pelo Sr. Carlos Wilson, que tomou conta da INFRAERO, trouxe, muita gente de Petrolina, nós podemos chamar de máfia de Petrolina e temos outra máfia que foi instalada e que é uma quadrilha também, existente em Curitiba. Esses dois sistemas foram bem investigados e bem detalhados, é possível nós estamos chegando aqui num montante de fraude, desvios, superfaturamento, sobrepreço algo em torno de 500 milhões de reais. Essa é uma cifra conservadora, esse valor, esse prejuízo pode ser muito maior. Então, com essa responsabilidade sem querer macular a imagem de qualquer pessoa, inclusive também, nós poderíamos ter indiciadas ainda as 23, 21 da INFRAERO, 2 da ANAC, mais 6 que nós estamos pedindo a investigação mais aprofundada, se fosse um trabalho leviano, nós poderíamos chegar a uma centena de pessoas investigadas. Na quebra de sigilo aparecem muitas operações duvidosas, que nós não temos como investigar aqui, mas que a polícia fará a investigação.

Então, aparece, por exemplo, na conta da Eleuza Terezinha, 30 mil reais que ela alega que foi de uma compra de um carro, que a pessoa comprou outro carro na mesma agência que ela vendeu e que o dinheiro entrou na conta pagando-se diretamente a ela, embora a transação dela oficialmente tenha sido na venda de outro carro. Como veio um documento da concessionária, eu aceitei a explicação e não acrescentei isso aqui. Mas é óbvio que a Polícia Federal vai checar essas irregularidades. Estou dando apenas um exemplo, são muitos os exemplos. Por que nós não podemos colocar aqui no telão as quebras de sigilo telefônico, bancário, fiscal? Porque ali vão aparecer também pessoas inocentes que se relacionam, filhos, irmãos, esposa, né, então se nós jogarmos todo mundo no mesmo balaio, muita irregularidade, ou muita operação normal pode aparecer como irregularidade, pode aparecer como crime.

Então, nós tivemos o cuidado de fazer um trabalho básico para que a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União possam prosseguir nesse trabalho. Eu posso dizer que foi um trabalho integrado, foi um trabalho que contou com a supervisão e com a participação de todos esses órgãos. Não é algo divorciado da realidade, então, sei que não é agradável, mas eu estou chegando ao fim de uma missão em que uso até um jargão, né. Eu tenho a minha consciência limpa, que digo que não prejudiquei ninguém, não inventei fatos, não estou atribuindo a quem quer que seja uma conduta que essa pessoa não praticou, mas também não deixei de cumprir a minha obrigação. Aquele que aparece na minha concepção e o Relatório sou eu que assino, tudo aqui que está escrito é convicção minha, por isso é que essas versões foram sempre mudadas em decorrência de chegar novos dados.

Então, essa versão ela é definitiva e é minha, eu tenho a convicção do que estou dizendo, do que estou falando e espero convencer os senhores. Se

isso não for possível, o meu trabalho eu realizei, de qualquer forma, é um trabalho de fôlego, um trabalho feito a muitas mãos, é um trabalho que se iniciou a 5 meses, que passou já por 2 Relatórios, aprovados por unanimidade, agora, eu sei que infelizmente existe o jogo político e eu não quis entrar nesse jogo político. Eu fiz um trabalho técnico, esse é um trabalho que é real, as pessoas podem até discordar, isso é um direito de cada qual. Podem ter outra visão sobre o que eu vou explicar aqui. Mas em minha opinião, existiu uma quadrilha que tomou conta da INFRAERO, e é sobre isso que eu falo nesse Relatório.

Introdução: A criação da presente Comissão Parlamentar de Inquérito foi motivada pela maior crise do setor aéreo nacional vista até então que explodiu no ano que se deveria comemorar o centenário na aviação. O embrião da crise está na criação de um Ministério da Defesa institucionalmente fraco, na retirada do Controle e Fiscalização da Aviação Civil da Aeronáutica desacompanhada de formatação de um sistema de coordenação eficiente. Hoje o Ministro Nelson Jobim até fala sobre isso, em todos os jornais. A ANAC não cumpriu a sua obrigação. Foi retirado um pedaço da aeronáutica e se criou uma agência de regulação que acabou privilegiando, principalmente, as maiores companhias aéreas do Brasil.

Então, redundou na criação da Agência Nacional da Aviação Civil, de coordenação deficiente, na corrupção endêmica na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária INFRAERO, na falta de investimentos no setor e na falta de valorização dos profissionais envolvidos na segurança de vôo. Vários desses temas foram tratados nos dois Relatórios parciais aprovados essa CPI.

Em 29 de setembro de 2006, o maior desastre aéreo da história do Brasil até então, desencadeou a grande crise. Desnudava-se um sistema com sérios problemas estruturais e evidenciava-se a incompetência e a inércia das autoridades para solucioná-lo. A expressão "apagão aéreo" entrou definitivamente no vocabulário nacional. Em pouco tempo um País reconhecido pela qualidade do seu sistema de transporte aéreo pareceu submergir a níveis que só encontram semelhança entre nações mais atrasadas. Quando da aprovação do segundo Relatório Parcial dessa CPI, no início de julho de 2007, o acidente com o vôo 1907 da GOL ocorrido em 29 de setembro de 2006 no qual morreram 154 pessoas era o maior da história do País. Quando a crise parecia acalmar-se no dia 17 de julho de 2007, a aeronave que fazia o vôo 3054 da TAM durante o procedimento de pouso no Aeroporto de Congonhas, acidentou-se tragicamente provocando a morte de 199 pessoas. Em menos de 10 meses a tragédia com a aeronave da GOL perdeu a posição de maior acidente da história da avião nacional.

O então Ministro da Defesa, Waldir Pires é substituído por Nelson Jobim que dá início a implementação de medidas institucionais prementes. Quase todas já recomendadas pelo segundo Relatório Parcial dessa CPI. Nesse contexto, vem à luz fatos que começam a lançar dúvidas sobre a probidade da diretoria da agência reguladora do setor, ANAC. Até o presente momento, da apresentação desse Relatório final, com a atribuição investigatória dessa CPI, 4 diretores da ANAC e quase toda a diretoria da INFRAERO foram demitidos ou exonerados de seus cargos, e acho que nós temos muito a ver com isso, Sr. Presidente. Esse trabalho contribuiu para que essas pessoas pudessem ser demitidas ao longo do tempo, e por incompetência, e outras por corrupção.

Nos termos da proposta de trabalho aprovado essa CPI adotou 3 linhas básicas de investigação:

• as causas do acidente com o vôo 1907 da GOL;

• os problemas do sistema de tráfego aéreo brasileiro;

• os ilícitos administrativos e penais praticados na INFRAERO.

O primeiro Relatório Parcial abordando as causas do acidente com o vôo 1907 da GOL foi apresentado e aprovado no dia 6 de junho de 2007. O segundo tratando dos problemas do sistema do tráfego aéreo brasileiro, no dia 4 de julho de 2007. Esse Relatório Final, trata da terceira etapa das investigações sobre a INFRAERO.

Em razão de fatos novos ocorridos, desde a aprovação do segundo Relatório Parcial, esse Relatório aborda ainda o acidente com o vôo 3054 da TAM, e questões institucionais envolvendo a ANAC. De 5 de julho a 21 de setembro desse ano, foram ouvidas por essa CPI autoridades responsáveis pela investigação do acidente com o vôo 3054 da TAM, analistas do Tribunal de Contas da União, Promotores de Justiça, Procuradores da República e Delegados da Polícia Federal a respeito dos casos ilícitos penais e administrativos praticados no âmbito da INFRAERO e da ANAC, por seus diretores e funcionários envolvidos direta ou indiretamente nas irregularidades investigadas.

É preciso deixar bem claro o seguinte: Eu não tenho nada contra os funcionários da ANAC, de certa... perdão, da INFRAERO, de certa forma a INFRAERO ficou marcada por essa CPI, porque os seus diretores, nesse período em que nós investigamos foram pessoas que não tiveram, para usar um termo da moda, "espírito republicano". E com isso, os funcionários ficaram marcados. Trabalha na INFRAERO, é mal funcionário,

é corrupto, é delinqüente, é malandro... Então aqui eu quero fazer um esclarecimento público que quando eu me refiro à situações de irregularidades da INFRAERO, em momento algum eu me reporto ao servidores de carreira, ao quadro competente e probo, decente que esses servidores acabam compondo.

Além dos depoimentos, essa CPI recebeu vasta documentação, inclusive, relativos a sigilos bancário, fiscal e telefônico dos investigados, conjunto probatório embasador desse Relatório. Agência Nacional de Aviação Civil, a ANAC. No Brasil, as agências reguladoras foram criadas no ano de 1997, com a missão de controlar setores essenciais da economia, como comunicação, transporte e energia, que estavam sendo privatizados, de forma geral, tais agências cuidam de contratos de concessão, preços e qualidade do serviços prestados. Foram inspiradas no modelo anglo-saxão como órgãos independentes para defender os consumidores em eventuais ações impróprias das empresas concessionárias e ao mesmo tempo para proteger essas empresas e seus investimentos de interferência indevidas dos governos.

A criação da ANAC era apenas um dos passos que deviam ser dados no sentido de se garantir uma concorrência mais efetiva no setor da avião civil, que proporcionasse redução de tarifas e incremento do turismo. Para que tais objetivos pudessem ser atingidos era necessário ainda, proceder-se a uma profunda reforma no Código Brasileiro de Aeronáutica, CBA, instituído pela Lei nº. 7.565 de 1986 de forma a remover da legislação brasileira dispositivos anacrônicos que se encontravam nesse diploma legal e que horas visavam à proteção das empresas ora constituída, relegando o interesse dos viajantes a um plano secundário.

Todavia, a reforma no Código Brasileiro de Aeronáutica não foi feita, e a ANAC, criada em 2005, ganhou vida num ambiente jurídico vacilante e incerto, o que teve efeitos diretos na forma como a Agência passou a atuar.

O Brasil passou por uma transição paradigmática na área da aviação ao longo da década de 1990. Seguindo uma tendência mundial, adotou-se uma política de desregulamentação, que instituiu a liberdade de iniciativa no setor.

Essas mudanças foram consolidadas pela Lei nº 11.182, de 2005, que criou a ANAC. Esse diploma legal permitiu que as empresas concessionárias explorassem quaisquer linhas de seu interesse e determinassem sua própria estrutura tarifária, observada a capacidade dos aeroportos e do controle do tráfego aéreo.

Nesse contexto, a repressão a práticas desleais, como tarifas abusivas e competição predatória, passou a ser atribuição exclusiva dos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, que atuam em todos os setores da economia nacional, conforme se observa no art. 6º da Lei da ANAC.

Na verdade, sublinha-se uma cultura jurídica de transferência de problemas, de tradicional descomprometimento com as relações assimétricas de consumo. Que tipo de instituição intermediária se torna a ANAC nesse contexto?

A atuação da ANAC no decorrer da crise aérea brasileira, evidenciada a partir do acidente com o vôo 1907 da GOL, em 29 de setembro de 2006, e particularmente após o acidente com o vôo 3054 da TAM, em 17 de julho de 2007, trouxe à luz dúvidas sobre o modelo de agências reguladoras adotado no Brasil, mais particularmente em relação à razão institucional de ser da ANAC, já que deve regular e fiscalizar um setor que não sofreu privatização.

A ANAC ela é esquisita, inclusive, por isso. As demais agências vieram de setores privatizadas. A ANAC foi criada num setor que sempre foi privatizado. Então a estrutura da ANAC é muito ruim.

O resultado é que, apesar de ter sido inspirada no modelo anglo-saxão de regulação mercadológica, a ANAC tem apresentado uma atuação irregular, mais voltada para a proteção das empresas que para dos consumidores. Ficou evidente que a ANAC facilitou a vida e deu muita atenção às empresas de aviação em detrimento dos consumidores.

Segundo o preocupante estudo sobre a capacidade da infra-estrutura aeroportuária brasileira, da própria ANAC, entre os 28 principais aeroportos do País, quatro já se encontravam saturados em 2005 - Congonhas, Brasília, Vitória e Porto Seguro. A previsão é de que o número de aeroportos congestionados suba para onze em 2010, vinte e três em 2015 e vinte e sete em 2025. O caso mais grave de saturação é o aeroporto de Congonhas, onde aconteceu, em julho, o maior acidente aéreo da história do País.

Chamou a atenção desta CPI o fato de o Presidente da ANAC, Milton Sérgio Silveira Zuanazzi, não fazer qualquer relação, em ofício encaminhado, entre o excesso e concentração de rotas aéreas e a segurança de vôo. Para o Sr. Zuanazzi isso não tem importância nenhuma. E afirmar em depoimento nesta CPI que a solução só poderia vir no longo prazo.

Ora, se a ANAC reconhece que havia um congestionamento em determinados aeroportos e o Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA, mostrava-se incapaz de controlar satisfatoriamente os vôos, fazia-se necessário reavaliar os Horários de Transporte - HOTRANs, já autorizados, a fim de torná-los compatíveis com a real capacidade do sistema. Nada foi feito. Isso só começou a acontecer depois de

uma tragédia: a morte de 199 pessoas no acidente de 17 de julho de 2007. Em pouco tempo foi encontrada a solução, que o Sr. Milton Zuanazzi disse que só viria em longíssimo prazo. Conforme já alertava o segundo Relatório Parcial desta CPI, e o aeroporto foi descongestionado no curto prazo. Apesar das crises existentes ainda por incompetência.

Estranhamente, em reunião realizada no último dia 3 de agosto, no DECEA, a então diretora Denise Abreu se posicionou contrariamente às normas do Conselho Nacional de Aviação Civil - CONAC, destinadas a desafogar o tráfego aéreo no aeroporto de Congonhas. Nessa reunião, chegou, inclusive, a aconselhar as empresas aéreas a empregarem seus poderes econômicos e recorrerem à Justiça com objetivo de impedir a redução de tráfego no aeroporto. Então, a situação da ANAC era de evidente favorecimento às empresas aéreas.

Outro episódio que evidencia a atuação irregular da agência, ainda se refere a Congonhas, a ANAC lançou mão de ato normativo, que aparentemente estava em vigor para convencer o Poder Judiciário a liberar a pista, após ter sido interditada em resposta a uma ação judicial intentada pelo Ministério Público.

Um dos personagens desse episódio foi a desembargadora federal Cecília Maria Piedra Marcondes. Ela foi relatora do agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo nos autos da Ação Civil pública nº 2007.61.00.001691-0, tendo como agravante a ANAC e como agravado o Ministério Público Federal, e como objeto decisão do Juiz Federal da 22ª Vara que determinou liminarmente a limitação das operações de pouso na pista principal de Congonhas a partir de 08 de fevereiro de 2007, interrompendo-se as operações de pouso dos equipamentos Fokker 100, Boeing 737-700 e Boeing 737-800.

A ANAC apresentou, em 22 de fevereiro de 2007, entre os documentos requisitados pela Desembargadora, a norma IS-RBHA 121-189, anexada às fls. 246/257 do Processo nº 2007.03.00.010306-1/AG 191163, que foi extraordinariamente considerada para a decisão judicial de fls. 273 a 275. Após a rejeição de vários documentos juntados aos autos pela ANAC, agravante, a decisão, por fim, qualificou as informações prestadas como "suficientes", para, em seguida, autorizar os pousos que haviam sido suspensos na decisão anterior, das aeronaves Fokker 100, Boeing 737-700 e Boeing 737-800.

Em agosto a ANAC informou a esta CPI, através de sua Diretora Denise Abreu, que essa norma não estava em vigor e, portanto, não tinha ainda se tornado obrigatória para as empresas aéreas, consistindo meramente um estudo que poderia vir a ser implantado. O Procurador Paulo Roberto Gomes, da ANAC, tentou minimizar o fato argumentando que o assunto "reverso" não foi tratado com a Desembargadora, mas apenas sobre o peso das aeronaves. A reação do Poder Judiciário foi imediata. A Desembargadora, em valiosa contribuição a esta CPI, afirmou categoricamente ter sido induzida em erro. Trata-se de ocorrido de alta gravidade. Uma agência reguladora atuando de forma criminosa em processo judicial para beneficiar empresas aéreas. Referido episódio, que ofende diretamente os princípios constitucionais da Administração Pública – legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Art. 37, caput, da Constituição Federal, coloca em xeque, mais uma vez, a razão institucional de ser da ANAC.

Outro episódio de atuação irregular da ANAC envolveu a questão da recuperação judicial da VARIG.

Só para fazer um parêntese, Sr. Presidente, Sr. Senador Romeu Tuma. Nesse episódio, aqui eu menciono... No início eu disse que poderia ter indiciado outras pessoas, não o fiz aqui, porque me pareceu que a atuação criminosa, decisiva foi da Srª. Denise Abreu, juntamente com o Advogado seu, Procurador Paulo Roberto Gomes. O Procurador, inclusive, eu por várias vezes, eu tentei fazer, ver a ele que ele poderia dizer, porque, realmente isso aconteceu, que a norma lhe foi entregue e ele se utilizou daquela norma como sendo válida. Mas ele, não sei, porque razão, acabou aqui também assumindo o ônus, dizendo que a norma era parte, parte válida, parte inválida. Isso não existe em direito, a norma é tratada como um todo, a norma ou ela vige ou não, ela tem vigência ou não, ela existe ou não existe.

Então as decisões da ANAC são tomadas de forma colegiada, então eu poderia aqui ter incluído, se quisesse, sem dor de consciência, o Sr. Milton Zuanazzi e o Sr. Josef Barat e mais outro diretor. Não o fiz, porque entendi que nesse episódio a atuação concreta, o ir atrás, o publicar, o colocar no site, o conversar com a Juíza, induzir em erro a Juíza, aconteceu, principalmente por parte da Srª. Denise Abreu, que era muito interessada em proteger as empresas. E ao Procurador Paulo Roberto Gomes, que assumiu também, que apresentou à Juíza uma norma inválida, como sendo válida e levou a Juíza a erro. A relação do poder --

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V.Exª, Senador Demóstenes, faz aqui na página 7 uma explicação muito clara a respeito desse assunto. Sei o brilhantismo do seu trabalho, do Presidente, dos outros, mas quem lê com cautela e atenção verifica com substancial entendimento a redação que V.Exª deu sobre esse assunto. Ele é muito claro, não dá para discutir ou pretender dar qualquer nulidade ao seu Relatório.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Obrigado, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque ele é muito claro está até marcado por mim aqui pela importância que representa no seu conteúdo. Desculpa interromper, mas é que a explicação de V.Exª foi boa para quem... Que a sociedade tomasse conhecimento da cautela com que realizou esse trabalho brilhante.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Obrigado, Senador Tuma.

Outro episódio de atuação irregular da ANAC, envolveu a questão da recuperação judicial da VARIG. Por favor, se pudesse me trazer um copo d'água, a Juíza de Direito da 8ª Vara... [risos] A Juíza de Direito da 8ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, onde tramita a recuperação judicial da VARIG S/A, determinou que a ANAC aguardasse os prazos fixados para abrir processo licitatório de rotas da VARIG entregues a leilão judicial. Em Sessão realizada na sua Superintendência de Relações Internacionais, em 24 de agosto de 2006. A ANAC tentou abrir processo licitatório às pressas, desrespeitando a decisão judicial, ao argumento de que não poderia receber a intimação. O Diretor Josef Barat, em depoimento nesta CPI, no dia 22 de agosto, confirmou o fato. A quem beneficiaria essa atitude? Apenas às empresas aéreas em plena operação no mercado.

No início de dezembro de 2006, o mesmo Josef Barat, Diretor da ANAC, viajou a Nova York para, segundo a Agência, proferir uma palestra com o tema "A visão da ANAC quanto ao futuro desenvolvimento do setor aéreo e suas questões". A palestra fazia parte do TAM´s Day, como registrado em um convite enviado a uma empresa do mercado. O nome de Josef Barat aparecia como um dos destaques do evento, que tinha como objetivo apresentar a empresa a investidores internacionais. As passagens e demais despesas foram pagas pela TAM, e não pela própria ANAC ou por meio do orçamento do antigo DAC - ainda sob execução naquele ano, dada a criação recente da Agência.

A Corregedoria da ANAC autorizou a participação, fazendo constar em parecer que não haveria comprometimento ético. Trata-se de uma cultura institucional que desconsidera a separação entre o público e o privado. Toda a burocracia da Agência foi movimentada para autorizar uma viagem de óbvio comprometimento ético: as agências reguladoras foram concebidas para atender aos interesses dos consumidores e não das empresas que devem fiscalizar. Tais agentes públicos não podem ter contas pagas por essas empresas. O Código de Conduta da Alta Administração Federal, de 21 de agosto de 2000, é claro sobre isso em seu art. 7º.

Esse mesmo diretor, dias após a viagem à Nova York, registraria em ata de reunião da ANAC sua posição contrária à realização de uma auditoria na TAM, em razão do overbooking do Natal de 2006, e, não obstante, coordenou a força tarefa para investigar a conduta. O seu relatório concluiu pela não-ocorrência de overbooking, apesar dos vários testemunhos de passageiros que foram prejudicados com a prática da empresa. A referida fiscalização da Agência também nada levantou a respeito do comunicado da TAM de que havia, estranhamente, 6 aeronaves suas em manutenção nesse mesmo mês, em plena alta temporada.

3. A TRAGÉDIA COM O VÔO 3054 DA TAM.

O vôo JJ-3054 era uma linha aérea de passageiros que ligava as cidades de Porto Alegre e São Paulo. No dia 17 de julho de 2007, operado pela aeronave Airbus A320, prefixo PR-MBK, da TAM, durante procedimento de aterrissagem, não conseguiu parar e chocou-se contra um prédio da empresa TAM Express, situado nas proximidades da cabeceira da pista do Aeroporto de Congonhas, na avenida Washington Luís.

A bordo do avião estavam 187 pessoas: 181 passageiros, 19 dos quais eram funcionários da TAM, além dos seis tripulantes. Todas morreram no momento da colisão, e, incluindo as pessoas que estavam no prédio da TAM Express, o número total de vítimas fatais do acidente foi 199.

Até o momento, não é possível concluir definitivamente se esse novo acidente se insere no contexto da crise aérea nacional ou se é um evento isolado. Muitas são as hipóteses, poucas as respostas. O Centro Nacional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aéreos - CENIPA, e as polícias federal e civil de São Paulo ainda investigam o fato. Esta CPI analisou os inquéritos policiais em andamento, ricos em depoimentos de aeroviários, aeronautas e controladores de vôo, que ainda não fornecem dados conclusivos. O CENIPA prevê que a investigação técnica dure aproximadamente 10 meses.

Diversas hipóteses foram apontadas por autoridades e especialistas ouvidos nesta CPI para as causas do acidente, destacando-se: Falta de ranhuras na nova pista do Aeroporto de Congonhas (grooving); Reversor do motor direito da aeronave inoperante; Falha humana do piloto, que supostamente teria posicionado o manete do motor com o reversor desativado em posição diferente da recomendada no manual do Airbus; Falha nos freios mecânicos e falha nos freios aerodinâmicos (spoilers); Falha de leitura do sistema eletrônico da aeronave acerca do procedimento de posicionamento dos manetes feito pelos pilotos, interpretando o fato como intenção de aceleração/arremetida/vôo e não de pouso/frenagem.

Como no momento do acidente a chuva não era forte e a lâmina d'água na pista medida pela INFRAERO minutos antes era inferior a 3mm, a possibilidade de o estado da pista ser a causa principal foi se enfraquecendo no decorrer das investigações. Uma das hipóteses cogitadas foi a de que o Comandante cometeu um erro de posicionamento dos manetes.

Segundo a hipótese, apenas o manete da turbina esquerda deveria estar em posição de aceleração, para auxiliar a frenagem com o reverso correspondente, enquanto o da direita deveria estar obrigatoriamente em marcha lenta, posição reverso máximo, ou em ponto morto, posição idle. O piloto teria pousado o avião com o manete dessa turbina em posição de aceleração e por isso não teria conseguido frear o aparelho, o que explicaria a curva à esquerda do avião ao sair da pista. A turbina esquerda freava o Airbus, a outra o acelerava.

A análise da caixa-preta do avião revelou que o Airbus aterrissou com um dos manetes intocado, em posição de aceleração máxima. A hipótese de que o piloto teria deixado o manete um pouco acima do ponto morto foi derrubada uma vez que a caixa-preta registra o ângulo de inclinação do manete, ou seja, o grau de aceleração da turbina. O certo é que a turbina permaneceu sempre em aceleração máxima, inclusive nos 28 segundos entre o pouso e a colisão.

Segundo o manual do fabricante, mesmo com um dos reversores inoperantes, as alavancas devem ser colocadas em ponto morto - idle, pouco antes de a aeronave tocar o solo, e depois trazidas para a posição de reverso máximo, para ajudar a frear o avião. Até fevereiro, segundo a investigação da Polícia Civil de SP, o manual trazia a orientação de que o manete do reversor inoperante deveria ser deixado na posição idle. Os pilotos seguiram a orientação nova do manual ao pousarem em Porto Alegre. Segundo os dados da caixa-preta, ambos os manetes se movimentaram em sincronia, primeiro para o idle, em 0º, e depois para reverso máximo, em -20º, antes de reduzir a potência do reverso e voltar para o idle. No entanto, em Congonhas, na mesma aeronave, com a mesma tripulação, não foi isso o que a caixa-preta registrou. O manete direito permaneceu imóvel. Uma hipótese já levantada seria que o piloto tentou recuar a alavanca, mas a teria deixado poucos graus acima da posição certa.

Entretanto, a leitura indica que o manete ficou em quase 25º, o que equivale a uma forte aceleração - max climb. Enquanto isso, o manete esquerdo foi trazido para reverso máximo, posição a -20º, como ocorrera em Porto Alegre.

Duas possibilidades despontam: Erro do piloto ou falha de leitura do sistema da aeronave. O erro humano, para a Polícia Civil, é improvável. Nos depoimentos colhidos, pilotos informaram que esquecer o manete nessa posição durante um pouso seria um erro primário. Assim, restaria a hipótese de que o manete teria sido movido corretamente mas, por algum motivo, isso não teria sido detectado. A falha poderia ser eletrônica, dos sensores ou até mecânica. Mas nenhuma falha no sistema da aeronave foi encontrada até o momento pelas investigações em curso.

Há precedentes de erro de pilotos no manuseio das manetes. Em Bacolod, nas Filipinas, com o vôo 137 da PHILIPPINE AIRLINES, a 22 de março de 1998; em Phoenix, nos EUA, com o vôo 794 da AMERICA WEST AIRLINES, a 28 de agosto de 2002; e em Taipei, Taiwan, com o vôo 536 da TRANSASIA AIRWAYS, a 18 de outubro de 2004.

Para especialistas, o manual da Airbus não é claro na orientação dos pilotos sobre o sistema de freios e nem sempre há defeitos mecânicos, mas sim a orientação inadequada aos pilotos ou uma interpretação confusa do manual.

Diante dos depoimentos colhidos e da documentação analisada, não é possível, ainda, concluir:

a) se o estado da pista do aeroporto foi causa determinante do acidente;

b) se houve erro humano, falha de software ou problema na caixa de manetes – as três hipóteses mais prováveis após a análise dos dados fornecidos pela caixa-preta.

De qualquer forma, a experiência ensina que em todo acidente aéreo várias são as causas que concorrem para sua consecução e que estas só ficarão cabalmente esclarecidas após a competente apuração, ora em curso, do CENIPA.

4. IRREGULARIDADES NA INFRAERO APURADAS POR ESSA CPI.

O número de irregularidades encontradas na INFRAERO leva à necessária conclusão de que as condutas praticadas – crimes e atos de improbidade administrativa – não o foram por mero acaso ou ocasião. Foi, sim, orquestrada uma bem estruturada organização com o objetivo precípuo de, através da reiteração de crimes, lesar os cofres públicos, mediante a celebração de contratos ilícitos e superfaturados.

Pelos menos duas organizações criminosas atuaram na INFRAERO. Uma a partir de Petrolina no Pernambuco e outra com base operacional em Curitiba - PR. A de Pernambuco, mais estruturada, tinha em vista o controle das duas principais áreas de movimentação de recursos da INFRAERO, quais sejam: A diretoria de engenharia e a diretoria comercial. A quadrilha era liderada por Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos e tinha como lugar, Tenente Aristeu Chaves Filho que,

embora não fosse servidor público e sim empresário do ramo de fruticultura, exercia grande influência sobre Fernando Brendaglia e Eurico Loyo. Este, homem de confiança de Carlos Wilson e seu assessor direto. Exerciam papéis secundários na organização, mas também se locupletaram com as ilicitudes, Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores, Érica Silvestri Duttweiler, José Welington Moura, Josefina Valle de Oliveira Pinha, Márcia Gonçalves Chaves, Maria do Socorro Sobreira Dias e Mariângela Russo.

A outra organização criminosa, com base operacional em Curitiba, atuava intermediando interesses ilícitos com a INFRAERO, desde a área de propaganda e marketing até a licitação de obras. Tinha como integrantes Carlos Alberto Carvalho, sócio da empresa Arte Múltipla Empreendimentos Ltda. AEROMÍDIA; Luiz Gustavo da Silva Schild, empregado da INFRAERO; Mário de Ururahy Macedo Neto e sua esposa Hildebrandina Olímpia Silva Macedo.

4.1) Irregularidades nas obras de construção e reforma dos aeroportos.

Foram analisados os contratos de obras de onze aeroportos. As mesmas irregularidades se repetem em praticamente todos os procedimentos licitatórios.

A saber, por quê era a quadrilha? O *modus operandi* era sempre o mesmo, qualquer aeroporto se fazia, se tinha a mesma conduta para se lesar o erário.

Critérios de pré-qualificação eliminando a absoluta maioria dos concorrentes, indício claro de direcionamento; Elevação de preços de orçamentos-base para contratação; Atuação de empresa responsável pelo projeto básico como sub-contratada da empreiteira para elaborar o projeto executivo; Alteração significativa de projetos executivos de obras no decorrer da execução do contrato. O resultado final é sempre em prejuízo aos cofres públicos. A constatação mais grave é de que as pessoas jurídicas com quem a INFRAERO deveria manter relações pautadas exclusivamente na mais lídima conduta empresarial e no interesse público, verdadeiramente, apropriaram-se da estatal. Não se percebe serem os interesses da INFRAERO e dos usuários dos aeroportos brasileiros os motivos determinantes para a destinação dos recursos, sempre escassos diante das infinitas necessidades.

A apropriação do público pelo privado é tão endêmica na INFRAERO, que independente de quem seja ou de quem esteja ocupando os cargos de direção da empresa, continua sendo o interesse dos empreiteiros o guia para a definição de prioridades nas obras e serviços. Certamente, tal só ocorre se a relação entre os administradores da INFRAERO e seus contratados for promíscua. O problema é suprapartidário e permeia mais de um governo. Mudam-se Administrações, Ministros, Presidentes da empresa, alternam-se diretores, mas o que não sofre transformação é a sistemática de os gastos da INFRAERO serem pautados pelos interesses de seus contratados.

Com base no que foi investigado, não restam dúvidas de que foi montado na INFRAERO um esquema para sugar recursos públicos. São as seguintes as principais irregularidades detectadas na construção e reforma de aeroportos:

4.1.1) Aeroporto Santos Dumont – Rio de Janeiro (RJ)

No processo TC 009.571/2006-0, o Tribunal de Contas da União aponta uma série de indícios de irregularidades na licitação e na execução de contratos. As impropriedades evidenciam a prevalência dos interesses das contratadas. O Tribunal de Contas da União afirma que "grande parte dos problemas aqui detectados foram também abordados por equipes de auditoria quando da fiscalização das obras de outros aeroportos. Sendo assim, não são restritas ao caso em questão e encontram-se disseminadas nos procedimentos adotados pela INFRAERO para contratação de empresas executoras de obras".

Isso é importante, Senador Tuma, V.Exª tem experiência nessa área, o TCU alerta. Não, é só nessa obra em todas as obras fizeram dessa forma, era dirigido dessa forma para se obter a vantagem.

Na concorrência 005-DAAG-SBRJ-2003, que resultou no contrato 052-EG/2004/0062, o TCU apresenta a irregularidade, de serem feitas "exigências desarrazoadas para habilitação técnica, com inclusão de itens de valor inexpressivo em relação ao orçamento e de quantitativos considerados excessivos", simultaneamente com a "exclusão posterior de serviços que serviram de base para a pontuação na fase de pré-qualificação".

Ou seja, se exigia o serviço que só determinadas empresas poderiam prestar, e depois, lá na frente, na hora da execução dispensavam-se aquele serviço e até subcontratava para outras que pela habilitação técnica não poderiam participar da licitação. "Esquemão", para fazer em todos os aeroportos. Não tinha surpresa.

Claramente, de forma artificial, provocou-se ausência de competição, o que propiciou ambiente favorável ao direcionamento do procedimento licitatório.

Ainda no âmbito da concorrência 005-DAAG-SBRJ-2003, a Corte de Contas alertou para que o desconhecimento dos critérios de julgamento das propostas, quando da realização da pré-qualificação, violou o princípio da publicidade.

Nem publicar isso acontecia. Eu sabia. Como é que você vai habilitar se não tem clareza do que vai ser feito?

Mais um ponto contestado pelo TCU foi à fixação indireta de preço mínimo e utilização de critérios que tornam quase irrelevantes a proposta de preços permitindo que a seleção seja feita basicamente através do tipo "técnica". O TCU não contesta o uso em si da concorrência do tipo técnica e preço, inclusive, o acórdão número 1692/2004/TCU/Plenário, acatou sua utilização pela INFRAERO nas matérias discutidas no processo em que a deliberação foi proferida. Os analistas do Tribunal voltam a carga contra essa irregularidade em outra parte do seu Relatório, agora em relação ao procedimento licitatório que levou o contrato TC 043ST/2005/0062. Reafirmando que ela restringe o caráter competitivo da licitação.

A equipe da órgão de licitação do órgão técnico de contas, encontrou outra irregularidade no edital da concorrência 005-DAAGSBRJ/2003, consistente em cláusula editalícia que possibilita a aceitação de solução alternativa de engenharia. Ou seja, o projeto básico, muitas vezes ele era completamente modificado a posteriori. O próprio edital previa outra solução técnica, e os preços também aumentavam até acima da lei do permitido pela Lei de Licitação para aditamento.

Alterações em serviço em especificações de materiais sem justificativa aceitável. Esses fatos foram encontrados em três termos aditivos ao contrato, 052EG-2004/0062, que incrementaram o seu valor de 269 milhões, 450 mil, 960 reais para 316 milhões, 698 mil 525 reais e 19 centavos, representando cerca de 19,76% do valor inicial da obra. A Corte de Contas detectou a prática de sobrepreço no contrato 052 EG/2004/0062, o TCU também identificou sobrepreço no contrato nº 043ST/2005/0062. Primeiramente diante da incompatibilidade entre o cronograma da obra e a sua execução. Mais indícios de sobrepreço envolvendo o contrato 043ST20050062, estão na composição do fator K relativos aos custos indiretos. Não há como passar em branco a manobras para incluir nos custos indiretos - BDI, a serem arcados pela INFRAERO tributos que devem ser pagos pelo contratado. Em mais essa oportunidade evidencia-se a total falta de compromisso dos administradores da INFRAERO para com a gestão responsável e a proteção do patrimônio público. Exemplo: É como se nós estivéssemos aqui e o Imposto de Renda nosso fosse pago pelo Senado e não por nós. Quer dizer, os impostos das empresas eram pagos pela própria INFRAERO.

O pagamento pela INFRAERO da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) devidos pelo Consórcio contratado está presente em outra irregularidade associada a sobrepreço na composição da Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos (TRDE), também no contrato nº 043-ST/2005/0062.

No contrato 052-EG/2004/0062 o TCU verificou a prática excessiva de subcontratações de serviços de baixa complexidade, e, em diversos casos, subcontratações de serviços que tiveram sua execução direta exigida na fase de pré-qualificação, que caracterizam mais um conjunto de irregularidades.

Ou seja, exigia-se da empresa uma qualificação que só ela tinha. Depois passava-se essa execução para diversas outras empresas.

A realidade mostra que são definidas regras excessivamente restritivas nas fases de pré-qualificação das licitações analisadas. Ou seja, mais uma vez, aflora a ação deliberada para cercear a disputa e garantir um ambiente francamente aberto a ajustes espúrios nos procedimentos licitatórios. No mais das vezes, não se espera que as subcontratadas consigam se enquadrar nas rígidas condições das pré-qualificações. Somente grandes empreiteiras conseguem vencer essas fases. Dessa maneira, participam da fase final dos certames, ainda que em variados arranjos nos consórcios, poucas empresas, e sempre as mesmas. Garantida a baixa – ou nenhuma – competição, os preços ofertados e contratados com a INFRAERO tendem a ser bem mais elevados do que os efetivamente pagos aos subcontratados.

A gravidade da conduta dos responsáveis nesses processos fica ainda mais evidente quando o TCU aponta diversos casos em que os serviços subcontratados tiveram sua execução direta exigida na fase de pré-qualificação.

Inclusive no contrato, Senador, Quintanilha, se exige a execução direta que depois as subcontratadas.

As irregularidades glosadas pelo TCU continuam com a autorização dada pela INFRAERO para que o consórcio responsável pela execução da obra subcontratasse, para execução dos projetos executivos, a empresa responsável pela elaboração do projeto básico (Figueiredo Ferraz Construtora e Engenharia de Projetos Ltda.), em contrariedade ao art. 9º da Lei n.º 8.666, de 1993.

O subterfúgio de contratar o autor do projeto básico também ocorreu nas obras do Aeroporto de Congonhas, a serem tratadas mais adiante. A lei protege a Administração, que não tem como adivinhar desvios de conduta de seus contratados, mas que tem o dever inalienável de impedir que eles lhe afetem. Prever que o autor do projeto executivo tivesse qualquer ajuste com o consórcio contratado é exigência descabida de ser feita. Todavia, seria conduta inafastável dos gestores da INFRAERO impedir, pela fiel aplicação da Lei, que qualquer possível conluio entre eles encontrasse solo

fértil para germinar e frutificar, afetando os cofres e os interesses da empresa. Permitir a subcontratação aqui colocada em xeque deu azo a que eventual acerto espúrio entre as empresas envolvidas resultasse em lesão ao interesse público. Indubitavelmente, no mínimo, os dirigentes da INFRAERO colocaram a empresa em risco ao agir em inescusável desalinho com as normas legais.

A fiscalização sobre o contrato nº 043-ST/2005/0062 traz a lume outras irregularidades vinculadas a contratações e subcontratações. A primeira delas refere-se à utilização dos recursos alocados para contratação de serviços técnicos complementares em serviços diversos daqueles previstos do edital da licitação (termo de referência). A contratação de terceiros para execução de atividades inerentes à equipe técnica contratada, por meio da verba "Serviços Técnicos Complementares", associada à violação do § 4º do art. 7º da Lei nº 8.666, de 1993, são duas outras irregularidades vinculadas a contratações e subcontratações em sede do TC nº 043-ST/2005/0062.

Serviços prestados anteriormente à assinatura do contrato de fiscalização foram pagos com recursos específicos desse ajuste. Tal fato foi revelado na fiscalização do contrato TC nº 043-ST/2005/0062. A execução desse contrato foi prodigiosa em atos praticados em descompasso com o ordenamento jurídico. O rol é extenso. Um deles, afrontoso, foi praticado pelo contratado, Consórcio CONCREMAT-DUCTOR, e placidamente aceito pela INFRAERO. A equipe técnica alocada na execução do serviço foi completamente diversa da relacionada na proposta técnica.

Agora, veja a gravidade disso. Exige-se, apresenta-se um corpo técnico como sendo inigualável, inclusive para vencer licitação. Depois, não é aquele corpo técnico que toca a obra. É um negócio escandaloso.

A prática de apresentar uma equipe para ganhar a licitação e outra para executar o serviço é antiga, mas somente ocorre quando o contratante é conivente. A possibilidade de substituição de um ou outro técnico é aceita pela Lei, mas como exceção. No caso sob análise, não restou nenhum dos técnicos originalmente relacionados. Nada mais evidente que o fato de os gestores da INFRAERO terem agido com desprezo pelos interesses da empresa.

A mudança de toda uma equipe para a qual foi atribuída pontuação em procedimento licitatório, pontos esses decisivos para definir o vencedor do certame, não pode ser admitida como natural, e, mais grave, sem qualquer medida protetora ou de cautela por parte dos administradores públicos.

Ainda, o contrato nº 043-ST/2005/0062 foi utilizado como instrumento para burlar o dever de promover concurso público. O TCU funda sua convicção no fato de o contrato ter como objeto a prestação de serviços de fiscalização da elaboração de projetos, de orçamentos e da execução das obras e serviços de engenharia de reforma e ampliação do aeroporto, atividades abrangidas por cargos que compõem a estrutura funcional da INFRAERO. Por esse motivo, consideram ter havido contratação indireta de mão-de-obra. De forma coerente e temperada, o TCU acatou os argumentos da INFRAERO quanto à contratação [soa a campainha] de especialistas técnicos cuja expertise seja necessária em momentos específicos de uma obra ou serviço.

Todavia, remanesce a inadequação de recrutamento, por meio do referido instrumento contratual, de pessoal para prestar serviço de apoio administrativo.

Concluindo, o sobrepreço estimado nas obras do Aeroporto Santos Dumont atingiu a importância de 41 milhões de reais.

Todos os documentos estão aí e a nossa disposição.

4.1.2. Aeroporto Internacional de Brasília – Juscelino Kubitscheck

Alerto, inicialmente, que, na essência, algumas irregularidades listadas para o Aeroporto Santos Dumont se repetem no Aeroporto Internacional de Brasília. As ações foram bem coordenadas. Nos autos do processo TC 12577/2006-5, o Tribunal de Contas da União fez, no período de 26 de junho de 2006 a 07 de julho de 2006, Levantamento de Auditoria nas obras de ampliação, reforma e modernização do Aeroporto Internacional de Brasília (Projeto Básico) – Plano de Trabalho (PT) 2678106311F590053 (Expansão da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Brasília). Várias irregularidades foram observadas. A primeira delas é a existência de sobrepreço de 122% no orçamento base da ampliação do Aeroporto Internacional de Brasília. O TCU recomendou a paralisação do processo, em vista do grande risco de dano ao erário, caso o orçamento fosse utilizado na licitação para ampliação e reforma do aeroporto. 122% de sobrepreço.

Outra irregularidade: a composição de BDI apresentada pela INFRAERO incluiu, indevidamente, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, a Contribuição Social sobre Lucro Líquido e a Administração Local. Mesma estratégia. A INFRAERO paga os impostos da empresa.

Conforme jurisprudência e doutrina consolidadas, esses itens não poderiam integrar o rol dos elementos que compõem o mencionado BDI. Foi identificada, também, a incidência de BDI sobre equipamentos. O TCU encontrou também irregularidades no preço das

pontes de embarque, considerando excessivo o custo para aquisição de 7 dessas pontes para o Satélite Sul do Aeroporto Internacional de Brasília.

A indicação de marca comercial para a aquisição de bens móveis caracteriza outra impropriedade trazida a lume.

Aqui o que aconteceu? O TCU descobriu em tempo e impediu que a obra fosse feita, aqui não houve prejuízo por conta de uma atuação prévia do Tribunal de Contas da União. O que não aconteceu em outros episódios, lamentavelmente. Não por culpa do Tribunal de Contas da União, naturalmente.

4.1.3. Aeroporto de Congonhas – São Paulo.

As obras de melhorias no Aeroporto de Congonhas, iniciadas em 2004, foram marcadas por diversas irregularidades, concernentes tanto ao procedimento licitatório que antecedeu a celebração do contrato com o consórcio das empresas OAS, CAMARGO CORREA E GALVÃO ENGENHARIA, quanto à própria execução dos serviços. A maioria delas corresponde a vícios identificados nas obras dos aeroportos vistos anteriormente.

As irregularidades encontradas na elaboração do processo licitatório indicam uma ação deliberada para restringir o caráter competitivo da licitação e introduzir elementos subjetivos na avaliação das propostas, o que aponta para o direcionamento do certame. A formatação concebida pela INFRAERO para o processo licitatório, que incluiu a realização de uma etapa de pré-qualificação, provocou uma injustificável restrição do número de empresas consideradas capazes de participar do certame. Essa restrição violou as disposições da legislação específica da matéria, que admite a pré-qualificação apenas quando as características do objeto licitado demandarem uma qualificação especial dos proponentes. As obras licitadas, embora de grande vulto, não apresentaram exigências de especialização em nível de complexidade compatível com a necessidade de avaliação prévia dos proponentes.

Com respeito a essas obras, auditoria do Tribunal de Contas da União revelou as seguintes irregularidades:

a) utilização do tipo de licitação "técnica e preço" sem respaldo legal;

b) utilização de critérios subjetivos de avaliação e pontuação na parcela referente à técnica a ser empregada;

c) fixação indireta de preços mínimos e de critérios que tornam praticamente irrelevante a proposta de preços, limitando, no certame, a avaliação das propostas ao seu aspecto técnico.

Era técnica e preço, mas o preço era colocado lá embaixo, então, na realidade, se analisava só a técnica. E a técnica depois era completamente modificada. Uma... E o preço, o preço tinha conexão alguma. As vezes se mudava completamente a obra, como aconteceu... Depois nós vamos analisar aqui o que aconteceu em Campinas, em Viracopos. Mudou-se completamente a obra. Em Salvador, houve uma mudança substancial da obra.

Então a licitação dessas obras que não têm natureza predominantemente intelectual, deveria ter sido realizada de acordo com os critérios de avaliação das licitações do tipo "melhor preço", que proporcionam uma disputa com base no custo das propostas oferecidas pelos licitantes. E a prática de licitar globalmente, o que é que é isso? Se lícita o aeroporto inteiro, então com isso você restringe tremendamente a composição à possibilidade de competição, por quê?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente de fazer a pista, só algumas tem, de montar o sistema todo. Exatamente.

Então, já tem 4 mil empresas que dão conta de construir o prédio. Então quando você faz a empreitada global o direcionamento fica evidente.

Contrariando as determinações legais, a INFRAERO adotou o tipo "técnica e preço" e, além disso, introduziu elementos de avaliação que implicaram a fixação de um preço mínimo e deram peso desproporcional à parte técnica das propostas. Não se observaram os preceitos da boa gestão de recursos públicos e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração na escolha das empresas executoras de um contrato de 188 milhões, 509 mil e 409 reais.

Com relação à execução da obra, a auditoria empreendida pelo TCU verificou a existência de sobrepreço nos custos de insumos com relação a valores de referência que implicariam em um superfaturamento da ordem de 25,15% do valor total dos itens avaliados.

Dentre os itens que apresentaram sobrepreço, é emblemático o caso das pontes de embarque, mencionado aqui pela Procuradora Suzana Fairbanks, cujo valor de referência adotado pelo TCU é de 630 mil, 209 reais e 11 centavos, mas que foram orçadas no contrato em 2 milhões, 218 mil, 665 reais e 62 centavos, o que representa um acréscimo de 252,05%.

Além disso, o consórcio que executou a obra subcontratou, com a anuência da INFRAERO, a elaboração do projeto executivo à empresa PLANORCON, que já havia elaborado o projeto básico da obra, descumprindo, assim, determinação do art. 9º da Lei de Licitações, que veda a participação do autor do projeto básico na execução da obra.

Concluindo, o sobrepreço estimado nas obras do Aeroporto de Congonhas atingiu a importância de 12 milhões de reais.

Agora, vejam bem, aqui, nós estamos pegando valores conservadores. Tem gente que diz que o prejuízo é acima de 100 milhões. Nós estamos ficando com os valores mínimos, devidamente comprovados e lastreados.

Então, poderíamos ir, se quiséssemos soltar uma bomba e tal, jogar o preço para cima, a Polícia Federal, o Ministério Público podem investigar e chegar a essa conclusão, mas o que nós chegamos foi nesse patamar mínimo de 12 milhões de reais.

4.1.4. Aeroporto Internacional de São Paulo – Guarulhos.

A obra de revitalização do sistema de pátios e pistas do Aeroporto Internacional de Guarulhos, orçada em 270 milhões, 374 mil, 856 reais e 15 centavos foi iniciada em 2005 – e ainda não concluída – pelo consórcio formado pelas empresas QUEIROZ GALVÃO, CONSTRAN E SERVENG. Nessa obra, auditoria do TCU verificou um sobrepreço de 25,2% com relação aos valores de referência, que representam cerca de 54 milhões de reais. O relatório de auditoria do TCU aponta, ainda, a deficiência dos projetos básicos da obra na caracterização de seus componentes. Trata-se de irregularidade grave, pois a existência de projetos básicos adequados é condição essencial para garantir a viabilidade técnica dos serviços bem como para avaliar o custo da obra e definir o seu prazo de execução. Deficiências no projeto básico provocam uma situação em que não existe identidade entre o objeto licitado e a obra executada. Em flagrante burla ao preceito constitucional que vincula as contratações públicas a um processo licitatório que garanta isonomia entre os participantes e vise à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Ainda, a insuficiência dos projetos básicos implica a necessidade de se promover alterações na execução dos serviços, abrindo a possibilidade de desvio de recursos públicos.

O processo licitatório para contratação da construção do Terminal de Passageiros TPS-3, do Viaduto, do Sistema Viário Interno, do Edifício Garagem, do Pátio de Estacionamento de Aeronaves e Elaboração de Projetos Executivos, orçado pela INFRAERO em 1 bilhão, 126 milhões, 345 mil, 752 reais e 5 centavos, foi adiado sine die, em razão de diversas irregularidades presentes, que foram apontadas em auditoria efetuada pelo TCU.

Algumas das irregularidades envolvem a violação de preceitos de Direito Financeiro, como o início do processo licitatório sem a correspondente previsão dos recursos financeiros para pagamento do contrato e a ausência de inclusão desses recursos no orçamento de investimentos da INFRAERO. Verificou-se também que a licitação dessa ampla gama de serviços de engenharia fosse efetuada em conjunto, para a celebração de um único contrato - o que eu acabei de mencionar - o que impõe uma limitação extrema do universo de empresas que reúnem condições para executar o serviço, em razão do vulto do empreendimento e da diversidade de atividades envolvidas.

Ainda que se admita a formação de consórcios entre empresas, apenas um número muito reduzido de organizações no País pode mobilizar recursos para realizar obras avaliadas em mais de um bilhão de reais. A divisão do objeto da licitação provocaria um aumento do número de empresas aptas a participar do certame, incrementando a competição, resultando em melhor aplicação dos recursos públicos.

Outra irregularidade detectada foi à adoção de critérios e fórmulas que fixaram, ainda que de forma indireta, um preço mínimo para as propostas e concederam um peso desproporcional a sua parte técnica, tornando irrelevante o preço como elemento de seleção.

Para completar, foram identificados, no orçamento básico, diversos serviços com sobrepreço em relação aos valores de referência.

Concluindo, o sobrepreço estimado nas obras do Aeroporto Guarulhos atingiu a importância de 254 milhões de reais. Aeroporto Internacional de Viracopos...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Relator, o senhor daria licença, desculpa incomodá-lo. São Paulo interessa para gente em razão de permanentemente no aeroporto, a pista foi várias vezes mexida, como aqui... O senhor fez um Relatório sobre o global das obras e não especificou, por exemplo, a pista.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Mas está tudo detalhado aí, e nos documentos que nós temos aí nos Relatórios do TCU. Porque se fosse colocar aqui --

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Entendi.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Tem tudo detalhado item por item.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Queria a confirmação de V.Exª, porque sei que V.Exª se preocupou com o assunto também. Obrigado.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Tá certo.

4.1.5. Aeroporto Internacional de Viracopos – Campinas.

As obras realizadas para a ampliação do Aeroporto de Viracopos, em Campinas, apresentaram diversas irregularidades, que são objeto de investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal. Foram identificadas irregularidades nos contratos firmados com a empresa TALUDE COMERCIAL E CONSTRUTORA

LTDA., para execução de obras de infra-estrutura do sistema viário, da área de carga e da área de apoio do aeroporto, com o consórcio das empresas TALUDE e PEM ENGENHARIA, para execução de obras e serviços de engenharia do edifício administrativo, dos anexos de serviços e da passarela do Terminal de Cargas, e com a empresa GUTIERREZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., para implantação de nova subestação elétrica principal do aeroporto.

As irregularidades mais flagrantes presentes na execução dos contratos foram pagamentos por serviços não realizados - isso é pior ainda - que evidenciam a implantação de um esquema de desvio de recursos da INFRAERO. Os recursos eram desviados por meio de fraude na medição da execução dos contratos e pela prática de concessão de adiantamentos aos fornecedores, sem amparo legal ou contratual.

Pagou por serviço que não existia, pagou adiantado, e fez medição completamente esquizofrênica.

A própria INFRAERO reconhece que esse esquema existiu. A Sindicância nº 002/SEDE/2002, apurou desvios no valor total de 3 milhões, 530 mil, 998 reais e 74 centavos. Outras irregularidades verificadas nas obras do Aeroporto de Viracopos relacionam-se com a falta de coerência entre o projeto básico, que deveria servir de referência para a licitação, e o projeto executivo da obra. A incompatibilidade resulta em alterações substanciais no contrato, que freqüentemente superam os limites legais, ou sequer têm relação com o objeto inicialmente licitado.

O sistema de controle interno da INFRAERO revelou-se de tal maneira ineficiente para coibir tais fraudes, que o Ministério Público Federal, no curso da investigação das obras supracitadas, formulou recomendação à empresa para que implantasse um sistema de controle rigoroso, de forma a evitar a aprovação de medições de serviços que não tenham sido executados pela empresa contratada, bem como de deixar de efetuar adiantamentos de pagamento, sob qualquer forma, haja vista a inexistência de previsão legal.

O Ministério Público recomendou à INFRAERO, ainda, o exercício de controle eficiente para evitar modificações de projeto, de especificações e de quantidades durante o cumprimento dos contratos, e a observância dos requisitos legais na elaboração de instrumentos de aditamento contratual.

As investigações da Procuradoria da República em Campinas seguem em curso, com vistas à identificação de todos os prejuízos causados ao erário e a apuração das responsabilidades dos envolvidos.

Concluindo, o sobrepreço estimado nas obras do Aeroporto de Viracopos atingiu a importância de 3,5 milhões de reais.

Isso aqui, basta dizer que as investigações em Viracopos continuam, então isso foi atestado até o presente momento.

4.1.6. Aeroporto de Vitória – Eurico Aguiar Salles (ES)

As obras de ampliação e melhoria do Aeroporto de Vitória, orçadas em 370 milhões, 788 mil, 484 reais e 85 centavos, tiveram início em 2004, sendo executadas pelo consórcio formado pelas empresas CAMARGO CORRÊA, MENDES JÚNIOR e ESTACON. Auditoria do TCU apontou diversas irregularidades no processo de licitação das obras e também na sua execução. Entre elas, irregularidades recorrentes nas obras dos principais aeroportos do país, que implicaram a restrição do caráter competitivo do certame, tais como a inclusão indevida de uma etapa de pré-qualificação, a adoção da modalidade de técnica e preço, o estabelecimento de exigências de qualificação técnica que incluem elementos não relevantes para o desenvolvimento das atividades e a elaboração de critérios de avaliação das propostas que implicaram a fixação indireta de preços mínimos e tornaram irrelevante o componente de preço das propostas.

Além dessas irregularidades, foram repetidas outras, que se apresentaram de forma reiterada nas licitações da INFRAERO, como a elaboração deficiente de projetos básico e executivo e a ausência de planilha orçamentária fixando os quantitativos e preços dos bens e serviços relacionados nas obras. Essas irregularidades permitem a realização do "jogo de planilhas", que desvia recursos públicos pela inclusão e supressão de itens de despesa de acordo com os interesses da empresa executante do serviço de engenharia.

O Tribunal de Contas da União ainda verificou a prática de sobrepreço em diversos itens do contrato, que somaram o valor de 43 milhões, 946 mil, 951 reais e 95 centavos. Por essa razão, justificou-se a imposição cautelar de retenção nos pagamentos feitos ao consórcio que executa a obra da ordem de 13,12% sobre o valor total de cada medição e de 20,96% sobre o valor dos serviços medidos relativos aos itens "Equipamentos e Sistemas Especiais" e "Serviços Técnicos e Profissionais". Tal medida tem o objetivo de restituir aos cofres públicos os valores desviados nos pagamentos superfaturados efetuados no início da vigência do contrato.

O consórcio das empresas CAMARGO CORRÊA, MENDES JÚNIOR e ESTACON, em resposta à medida de retenção de parcela dos pagamentos, promoveu a paralisação das obras, o que resultou em sério prejuízo à sociedade. A execução das obras foi suspensa no dia 20 de abril de 2007 e somente retomada no último dia 9 de setembro. O Tribunal de Contas da

União, em decisão proferida no dia 19 de setembro, em sede do Acórdão 1947/2007 – TCU – Plenário, manteve a determinação de retenção de parcela dos valores repassados ao consórcio como pagamento pela execução da obra, nos percentuais definidos, e determinou a avaliação de eventuais perdas geradas pela interrupção dos serviços e a correspondente tomada de medidas para reparação, pelas vias judiciais, dos prejuízos causados ao erário.

A falta de controle da INFRAERO sobre a execução do contrato de melhoria e ampliação do Aeroporto de Vitória é tamanha que ensejou o seguinte registro no texto do Acórdão supracitado, de parte de seu relator, Ministro Raimundo Carreiro. Olha o que o nosso Ministro Carreiro diz aí. "Causou-me perplexidade as declarações da lavra da então Diretora de Engenharia da INFRAERO, no âmbito de suas razões de justificativas junto a esta Corte, segundo as quais as empreiteiras, os Consórcios, as Construtoras seriam aqueles que unicamente detinham o total domínio do orçamento - a INFRAERO não sabia que tinha que gastar - dos custos, dos preços praticados nas obras do Aeroporto de Vitória. De fato, tal assertiva só demonstra o total descontrole, a total falta de ação em defesa da coisa pública por parte de setores da então direção da INFRAERO".

Concluindo, o sobrepreço estimado nas obras do Aeroporto de Vitória atingiu a importância de 44 milhões de reais.

E lá ainda tem um grave problema que o nosso Senador Renato Casagrande é testemunha, quando veio o Procurador da República aqui depor. Pela localização da obra, da nova pista, pode ser que essa pista não seja utilizada para destinação dela, que é inclusive se tornar aeroporto internacional e carga, exportação, transporte, porque bem em frente a esse pista tem um acidente físico, um morro que impede que as aeronaves decolem completamente lotadas. Então, desperdício pode ser total.

4.1.7. Aeroporto Internacional de Salvador – Deputado Luís Eduardo Magalhães (BA)

As obras de reforma e ampliação do Aeroporto Internacional de Salvador tiveram início em 1998, foram orçadas inicialmente em 120 milhões, 766 mil, 699 reais e 79 centavos e foram executadas pela Construtora OAS ao custo final de 190 milhões, 993 mil, 693 reais e 56 centavos. Auditoria realizada pelo TCU constatou várias irregularidades no procedimento de licitação dos serviços e também na sua execução. Foram identificados defeitos no projeto básico e no orçamento da obra e posteriores alterações contratuais e revisões do orçamento que elevaram significativamente os custos. Foi constatado sobrepreço em diversos itens do projeto. Os ilícitos praticados levaram o TCU a adotar procedimento de Tomada de Contas Especial e a aplicar multas aos responsáveis, em sede do Acórdão nº 2006/2006 – Plenário.

As informações colhidas foram encaminhadas ao Ministério Público Federal, que ajuizou Ação Civil Pública de responsabilização por atos de improbidade administrativa em face dos servidores da INFRAERO envolvidos na irregularidade e da Construtora OAS e seus sócios. As irregularidades verificadas tiveram início com a elaboração deficiente do projeto básico e projeto executivo da obra e a atribuição à empresa que executava a obra da possibilidade de complementação do projeto executivo. Com isso, abriu-se caminho para a realização do chamado jogo de planilhas, com a inclusão e exclusão de itens contratuais de acordo com os interesses da executante.

Essa prática representou uma violação à obrigatoriedade de licitar, pois a proposta apresentada pela OAS quando da licitação não foi observada, não guardando relação com o contrato que efetivamente foi executado. A esse respeito, é elucidativa a manifestação do Ministério Público na peça inicial da Ação Civil Pública intentada. Assim sendo, tais condutas frustram a própria utilidade e a função da licitação, deixando de propiciar a contratação da proposta mais vantajosa à Administração Pública, já que o objeto do contrato, após os seus onze termos aditivos, não foi o objeto licitado.

Licitou uma obra e fez outra. Ficou bonita, né? [risos]

Ao se incluir itens não previstos, e que, por si sós, poderiam ser objeto de contrato autônomo, permitiu-se à contratação direta da OAS para a respectiva execução, sem que se tratasse de hipótese autorizada pelos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93. Na hipótese, a contratação direta feriu o princípio da isonomia, impedindo que outros particulares, igualmente capacitados, disputassem a execução das obras. A supremacia do interesse público foi preterida em prol do caminho mais rápido e fácil, que também se caracterizou pela maior lucratividade da empresa OAS.

No caso em questão, a ilegalidade não se limitou apenas à complementação do projeto executivo, o que por si só já seria extremamente grave, mas abrangeu também a autorização para que a OAS procedesse a subcontratação dessa complementação às empresas ENGEVIX e CONCREMAT, que já haviam desenvolvido os projetos iniciais. Violou-se, com isso, o art. 9º da Lei de Licitações, que proíbe a participação, na execução das obras, de empresa que tenha desenvolvido o projeto básico ou executivo.

Na prática, as empresas subcontratadas foram pagas duas vezes para a elaboração dos referidos projetos. Todo esse esquema de jogo de planilhas e alterações contratuais levou ao desvio, em favor da empreiteira OAS, de vultosas somas do erário.

Concluindo, o superfaturamento nas obras do Aeroporto de Salvador atingiu a importância de 28 milhões e 400 mil reais.

As irregularidades são basicamente as mesmas, Sr. Presidente. Se V.Exª quiser, eu posso dizer quanto foi o prejuízo de cada e nós. O *modus operandi*, a maneira de fazer sempre da mesma forma. Direção, superfaturamento, então, nós temos todos os documentos. Todos. Qualquer Senador pode ter acesso tudo que está aqui, está absolutamente quantificado.

Aeroporto internacional de Florianópolis, foram tantas as irregularidades com um sobre preço tão importante que a obra acabou sendo suspensa, essa é outra que o Tribunal impediu a conclusão, ou, o início. No aeroporto internacional de Goiânia, também são várias as irregularidades no aeroporto internacional de Goiânia. E o sobrepreço é estimado em 35 milhões e 700 mil reais. Macapá, Macapá é um caso de polícia, está envolvendo, inclusive a empresa GAUTAMA, né, é um aeroporto, digamos, pequeno, e veja só o sobre preço, 52 milhões de reais. Talvez seja o mais emblemático pelo tamanho da obra.

Então, passo para as principais irregularidades relativas às receitas comerciais da INFRAERO. Contrato com a FS3. Essa CPI verificou que existem dois grupos principais de receitas que são administrados pela INFRAERO. As tarifárias, aeroportuárias e as oriundas de arrendamento de áreas. Ou seja, as receitas comerciais. Relativamente às receitas comerciais a INFRAERO dispõe, segundo consta de Relatório do TCU de cerca de 6 mil áreas comerciais e 450 mil pontos de publicidade nos aeroportos que responderam pela Receita comercial de 470 milhões, 379 mil no exercício de 2005, o que representou 26,89% do total da Receita bruta de 1 bilhão, 749 milhões e 295 reais.

Apesar do alto valor dessas receitas, o Relatório da Auditoria realizado pelo TCU em 2006, sobre o sistema de arrecadação da Receita mostrou que não existe segurança dos sistemas que proliferam, sistemas espalhados pelas diversas regiões do País, e que não há uma visão institucional do desenvolvimento desses sistemas. Além disso, os sistemas não são fiscalizados regularmente pela auditoria interna da INFRAERO, tornando-se suscetíveis a erros e fraudes na arrecadação de Receita.

O sistema é completamente bagunçado de mídia aeroportuária e não tem fiscalização nenhuma.

Consta ainda da referida auditoria que a remuneração da INFRAERO sobre os contratos de concessão de uso de área prevê o recebimento de uma parte fixa e uma variável – que é um percentual sobre o faturamento. Essa parte variável é devida quando o faturamento for superior ao valor mínimo, estipulado em contrato. Aí reside um dos maiores problemas de controle desses contratos, qual seja, como aferir o faturamento dos concessionários.

O problema agrava-se em razão da existência de procedimentos manuais que são mais passíveis de erros que os automáticos. A necessidade de preenchimento, envio e digitação de mapas de faturamento de concessionários introduz diversos componentes de erros na operação de arrecadação das receitas da INFRAERO. Além disso, o controle utilizado para coibir a sonegação de informações do faturamento real dos concessionários resume-se a fiscalizações tipo "boca-de-caixa".

Em 2005 a receita oriunda da comercialização de espaços de mídia aeroportuária foi de 35 milhões de reais, e esta CPI verificou que os contratos de concessão desses espaços publicitários são celebrados pela INFRAERO sem divulgação prévia e sem licitação, ficando restrito a poucas empresas. Segundo os funcionários da INFRAERO informaram na CPI, não há licitação em razão da ausência de mais de um interessado em cada espaço. O que é muito improvável, né. Em nenhum espaço tem mais de um interessado para anunciar.

Consta, inclusive, da Nota Técnica nº 749/GS-GAB/SFC/CGU/PR da CGU que o mercado é restrito a poucas empresas e que o grupo que hoje domina a comercialização da mídia aeroportuária, cerca de 80%, é composto por cerca de dez empresas, com fortes vinculações entre si e que se organizaram sob a forma de associação, a ABMA, Associação Brasileira de Mídia Aeroportuária.

Em dezembro de 2003 aí vem, há essa bagunça inteira o que é que acontece? Se resolve fazer corretamente, embora com tudo atabalhoada, um processo para montar um software, para organizar o setor. Em dezembro de 2003 a INFRAERO firmou o contrato nº 182-SF/2003/001 com a FS3 no valor de 26 milhões, 840 mil, 520 reais e 82 centavos. Um software de gerenciamento de mídia. 26 milhões. Cujo objeto era o fornecimento um sistema de gerenciamento de disponibilidade de comercialização de espaços publicitários aeroportuários para 65 aeroportos da empresa.

A justificativa da contratação foi de que era imprescindível a adoção de um sistema que permitisse aperfeiçoar a gestão daquela atividade que vinha apresentando crescente expansão e sofisticação, o

que beneficiaria todos os aeroportos da rede, expandindo os negócios da empresa, além da fiscalização pelas gerências.

No entanto, esta CPI detectou diversas irregularidades praticadas pela INFRAERO na contratação com a FS3, a seguir listadas: Descumprimento do dever legal de realizar o procedimento licitatório regular e contratação por inexigibilidade de licitação com empresa que se constituiu com a finalidade exclusiva de distribuir o software Advantage V2 à INFRAERO, sem experiência anterior, e sem a exigência de capital social condizente com o valor do contrato;

A empresa foi montada simplesmente para fazer aquela obra. Há uma suspeição muito grande, muitos dizem que essa empresa pertence ao próprio Carlos Wilson e ao Fernando Brendaglia juntamente com a máfia de Petrolina.

Fornecimento de dados privilegiados, que eram de conhecimento exclusivo da INFRAERO, com vistas a que a empresa FS3 firmasse o contrato de distribuição do software Advantage V2 com a empresa licenciadora; Ausência de estudos de viabilidade econômico-financeira, de projeto básico com adequada precisão dos serviços realizados pela contratada, de orçamento estimativo dos custos e de consultas de preços ao mercado, acarretando a contratação com base apenas nos dados constantes da proposta da contratada, contrariando o art. 7º da Lei nº 8.666, de 1993 combinado com o inciso IX do art. 6º; Falta de consulta área de tecnologia. Vai montar um sistema de informática, a primeira coisa que você faz... Nós precisamos disso, como é que a gente faz? Vocês dão conta de fazer?

Falta de consulta à área de tecnologia da informação com vistas a emitir parecer técnico e fornecer informações sobre a possibilidade de a INFRAERO desenvolver seu próprio programa de gestão, bem como de solicitar a hospedagem em computadores da INFRAERO, em descumprimento da norma interna sobre aquisição e utilização de recursos computacionais; Inexistência de estudos para verificação do acréscimo de receitas esperados com a contratação, que representava, em um ano, o custo de quase metade do valor das receitas auferidas pela INFRAERO; Previsão contratual de execução dos serviços por período maior que a utilização do sistema Advantage V2, resultando em custo maior do que o benefício; Previsão contratual de preços elevados e quantitativos de licenças superiores ao necessário, não chegando a ser utilizada a metade das licenças contratadas;

Contrataram-se mais de 200, de 400 licença. E no auge do negócio, usaram apenas 200.

Pagamentos antecipados, fez o contrato começa a implantar a partir de tanto só um ano depois estava pronto o contrato e começou-se a pagar por essas licenças no primeiro dia de contrato.

Pagamento por licenças que não foram utilizadas. E pagamento indevidos a título de manutenção das licenças em valores fixos por períodos em que as licenças de usuários ainda não estavam sendo usadas.

Com a suspensão do contrato por 120 dias, um dia antes do vencimento, para negociação da celebração do primeiro termo aditivo, o acesso ao software e aos dados que tinham sido implantados foi negado à INFRAERO, apesar de as licenças já estarem registradas no patrimônio da INFRAERO de as manutenções terem sido pagas, contrariando os termos da cláusula contratual 7.1.11, pela qual a FS3 deveria manter o sistema funcionando na versão disponível na data do último pagamento da manutenção;

O pior de tudo pagou-se dos 26 milhões e um quebrados, o Ministério Público impediu o pagamento de 6 milhões, porque era bônus, pagaram 20 milhões, depois que pagou o sistema inteiro suspendeu o contrato, voltou o sistema antigo, o prejuízo pagou-se muito caro e o sistema não produziu o efeito, porque quando ele poderia produzir efeito veio à suspensão e depois a interrupção do contrato, o que leva também a lucro de outras pessoas, voltando o sistema antigo.

Falta de detalhamento dos serviços denominados Customização/ Implantação e Manutenção do site market e da Manutenção do Software. A falta de licitação em separado desses serviços impossibilitou a avaliação de se os preços praticados estavam de acordo com os de mercado; Hospedagem contratada por valor muito além do mercado, incluindo pagamento de parcelas em períodos em que a etapa de implantação/customização dos dados não havia começado. Hospedar guardar os dados em algum lugar. Então, o que é que se fez? Os dados nem existiam e já começaram a pagar pela implantação desses dados no primeiro dia. Cláusula de pagamento de bônus por desempenho no valor máximo de 6 milhões e 600 que é grave ilicitude, segundo o Ministério Público representa pagamento em duplicidade. Essa aí o Ministério Público impediu de pagar. Os pagamentos a contratados, a contratada eram liberados mensalmente da forma como foram fixados no cronograma de pagamento constante da empresa da FS3 sem a exigência da documentação legal dos direitos de uso do software, bem como da efetiva comprovação por parte da contratada da realização do serviço.

Então, o sistema de fiscalização também era absolutamente maluco, e mais se contratou a empresa, sem saber se ela era dona mesmo do software. Foi

feito todo um esquema, manipulado, no exterior um negócio que nós discutimos aqui várias vezes.

Inexigibilidade de licitação – baseada no inciso I do art. 25 da Lei 8.666/93, em razão de a FS3 ser fornecedora exclusiva do Software Advantage V2 –, embora a contratação dos serviços representassem 75% do objeto do contrato, em contrariedade ao entendimento do TCU que proíbe a contratação em conjunto do software e dos serviços de manutenção; Irregularidades na certidão fornecida pela ABES a contratada para comprovar a exclusividade do fornecimento e distribuição do software; Falta da apresentação de uma série de documentos comprobatórios da constituição da empresa e dos certificados de que a FS3 era de fato a legítima distribuidora do software Advantage V2, a seguir relacionados: certificado de que a Media Plus U.K era a criadora e licenciadora do software Advantage V2; comprovante da legítima distribuição do software Advantage V2 pela FS3; comprovação de que a Media Plus U.K. realmente existia e estava registrada nos órgãos competentes em Londres; comprovante de que o Sr. Zeno Vassiliades representava legalmente a Media Plus U.K; comprovante de registro, no Consulado do Brasil em Londres, do pré-contrato de distribuição do Advantage V2, firmado entre o Sr. Zeno Vassiliades e o Sr. Ettore Casoria, que foi apresentado à INFRAERO; comprovante de que a FS3 realmente firmou com a Media Plus U.K. contrato de licença, com duração de 10 anos, conforme exigido pelo pré-contrato apresentado à INFRAERO, com validade de 45 dias, expirada desde outubro de 2003.

Isso é pior ainda. O que é que acontece? Quando a empresa a contratou tinha um contrato provisório com essa empresa Media Plus U.K., Media Plus contrato de licença, Media Plus U.k e o que é que acontece? Assinou o contrato em dezembro quando ele já estava inspirado em novembro, de fornecimento do software.

Prova da regularidade na constituição e na alteração da composição da FS3, pois o Sr. Ettore Ferdinando afirmou à CPI que a Petrobank figurou como sócia da FS3, com o fim de aportar o capital para o início dos trabalhos da empresa e a carta de fiança apresentada à INFRAERO em 23/12/2003. No entanto, na documentação apresentada pela FS3 à INFRAERO consta documento - instrumento de reratificação da FS3, firmado em 20 de agosto de 2003, que informa que a Petrobank Assessoria e Desenvolvimento de Negócios havia sido erroneamente incluída como sócia da FS3;

É uma bagunça a constituição dessa empresa. Foi feita exclusivamente para negociar com a INFRAERO.

Comprovação do reconhecimento da firma do representante da Media Plus, Sr. Zeno Vassiliades, em Nova York. Local onde foi celebrado o pré-contrato de distribuição do software entre a FS3 e a Media Plus; Irregularidade da devolução da garantia à FS3, em virtude do descumprimento do item 7 do Termo de Contrato nº 182-SF/2003/0001.

Concluindo, o sobrepreço estimado no contrato feito com a FS3 atingiu a importância de mais de 17 milhões de reais.

Aqui o Senador Wellington, disse que um sistema como esse, ele não pagaria mais do que 800 mil reais. Nós estamos botando aqui que esse sistema valeria 3 milhões de reais, que o prejuízo foi de 17 milhões. Nos consultamos empresas de mercado, também, ninguém entende que esse serviço possa ter custado em nenhuma hipótese mais que 3 milhões.

Então, provavelmente o valor correto seria em torno de 1 milhão de reais, daí para baixo.

Irregularidades no contrato de concessão de uso da área celebrada entre a SHELL e a INFRAERO. Isso aqui também foi verificado nós discutimos exaustivamente, houve inclusive um acordo celebrado na justiça por autoridade competente com fim único e exclusivo de ter lucratividade.

Análise das condutas das pessoas envolvidas em irregularidades da INFRAERO, cujo indiciamento é recomendado.

Agora vamos passar aqui a fase: Sugestão de indiciamento. Por que sugestão? Quem decide se vai ser indiciado ou não é a CPI. Por mim eu já estava pedindo a prisão.

Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos. Irregularidades investigadas. Presidiu a INFRAERO entre os anos de 2003 a 2005, em um período em que foram lançados vários editais de licitação para construção, reforma e/ou ampliação de aeroportos, cujos critérios de escolha dos vencedores foram questionados tanto pelo Tribunal de Contas da União quanto pelo Ministério Público Federal por favorecer determinados grupos empresariais, retirando o caráter competitivo das concorrências públicas, além de outras questões. As licitações tiveram valores que somaram quase 3 bilhões de reais.

Ainda em sua gestão, foi assinado contrato com a empresa FS3 COMUNICAÇÃO E SISTEMAS LTDA, para aquisição de sistema de informática que propiciaria a gestão centralizada das concessões de espaços para veiculação de mídia aeroportuária, instrumento que foi considerado lesivo à INFRAERO por desrespeitar às normas que regem as licitações públicas, além de apresentar fortes indícios de superfaturamento.

É investigado, ademais, em inquéritos policiais federais, em procedimentos do Ministério Público Federal e em processos do Tribunal de Contas da União, todos eles instaurados em decorrência de irregularidades detectadas em licitações e contratos da INFRAERO durante a sua gestão à frente da empresa.

Antes de iniciar propriamente a análise dos indícios, vale ressaltar que muitas das irregularidades nesse tópico apontadas, são detalhadas no tópico seguinte quando tratamos da conduta da Srª. Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores. Ademais nesse e no tópico seguinte são relacionados os indícios em que há um envolvimento direto do Sr. Carlos Wilson. Todavia, a conduta do ex-Presidente da INFRAERO deve necessariamente ser avaliada considerando todas as irregularidades nesse capítulo apontadas, vez que a maioria dos indícios de irregularidades desse relatório foram objetos da diretoria da empresa. O Sr. Carlos Wilson assumiu em 3 de janeiro de 2003 a presidência da INFRAERO tendo-se desligado do cargo no início de 2006 em virtude de sua diplomação como Deputado Federal, oportunidade em que ascendeu ao cargo de Presidente da empresa o Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira. Está na carreira pública há mais de 30 anos, já tendo sido Deputado Federal por mais de uma legislatura, vice-Governador do Estado de Pernambuco, Governador do Estado de Pernambuco e Senador da República. Foi arrolado como responsável por irregularidades cometidas identificadas pelo TCU nos processos a seguir relacionados, nos quais estão embutidos potenciais prejuízos ao erário alguns deles pendente de apreciação definitiva por parte daquele tribunal. Detalhes desse processo são explicitados. Conforme mencionado anteriormente quando da análise procedida sobre a conduta da Srª. Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores. Nº. do processo. 007137/2006, encontra-se na CESEC, SP, auditoria de irregularidades constatadas no processo licitatório e na execução das obras do aeroporto internacional de Guarulhos. Valor da obra. 1 bi e meio.

Resumo: Há um sobrepreço médio de 57,76% em relação aos preços de referência representando o montante de 83 milhões, 553 mil, 293 reais e 36 centavos, calculados dentro de uma amostra de serviço 84,32% do valor total do contrato.

6.1.2 - Os preços obtidos em sistemas referenciais notadamente o ciclo e o CINAP(F) feito os devidos ajustes são aplicáveis para avaliação dos serviços contratados.

6.2 - Terminal de passageiros nº 3.

No tocante ao grupo de 67 serviços... isso aí está dentro do mega relatório, do grandão. Se quiserem procurar... possivelmente está na página 662. Se os senhores como está aí, dispensar essa leitura.

Então, no processo 008884 de 2006, encontra-se no gabinete do Ministro Benjamin Zymler seguintes acórdãos, auditoria de regularidade constatados no processo licitatório na execução das obras do Aeroporto de Macapá. Valor da obra 103 milhões, 289 mil, 682.

Resumo. Nesse último grupo está a subcontratação da empresa PLANORCON responsável pela elaboração do projeto básico e etc. Assim vai. Elaboração do projeto executivo a cargo do consórcio GAUTAMA BETER, e por aí adiante. Se os senhores dispensarem eu passo adiante.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): 009571 de 2006, encontra-se na CESECs 3, auditoria de regularidade constatados no processo licitatório e na execução das obras do Aeroporto Santos Dumont. Valor da obra 230 milhões, 773 mil, 928 e 34. 008318 de 2005, encontra-se na CESECs 3 auditoria da regularidade constatada em diversos processos licitatórios em convênio da INFRAERO. 02700 de 2005, 2, encontra-se na CESECs 3, acórdão 1.717 de 2005, auditoria de irregularidades constatadas em contrato de publicidade, propaganda, bens e serviços de informática. É muito grande o leque de irregularidades em cima do Sr. Carlos Wilson. Encontra-se... 008575/2005 e 6 encontra-se na CECOB, acórdãos, 1.131/2005, 1.673/2005, auditoria de irregularidades constatadas no processo licitatório na execução das obras do Aeroporto Internacional de Guarulhos. Valor da obra um bi e meio. 020614 de 2005-7, encontra-se na CESEC São Paulo, auditoria de irregularidades constatadas no processo licitatório... Então, são vários, só Guarulhos, vários, vários, vários. Acórdão 2.302/2005 e 1.616/2006. Resumo, representação da CESEC São Paulo sobre indícios de irregularidades nas obras existentes no Aeroporto Internacional de Guarulhos. 014528/2003-5 encontra-se no gabinete do Ministro Guilherme Palmeira auditoria de irregularidades constatadas no processo licitatório e na execução das obras do Aeroporto de Macapá. 001502 de 2006 e 5 e encontra-se na CESEC, auditoria de irregularidades constatadas em publicidades de propaganda, bens e serviços de informática. Encontra-se na CESECs 3, 020472 de 2004-1, auditoria de irregularidades constatadas na contratação da empresa FS3 para fornecimento do sistema de informática, valor 26 milhões de reais.

Em síntese, aqui nós estamos vendo que todos... todos esses procedimentos em cima do Sr. Carlos Wilson. Sr. Carlos Wilson era o Presidente. Ele montou o seu gabinete trazendo pessoas ligadas à chamada máfia de Petrolina. E hoje o que é que ele quer? Ele

quer pousar de São Jorge em prostíbulo, imagem de São Jorge em prostíbulo. Vê tudo e não participou de nada, ou seja, não dá para ser conivente com o Sr. Carlos Wilson, é o comandante do esquema, é o homem que organizou, trouxe as pessoas para a área de... para fazer burla na área da informática. Depois nós vamos ver que o Sr. Fernando Brendaglia, inclusive, já era especializado quando Presidente de uma associação ligada à exportação de frutas em fazer dispensa de licitação, inclusive, estava condenado pelo Tribunal de Contas.

Então, o *modus operandi* é o mesmo, é sistemático. São irregularidades praticadas ao longo do tempo. Todas... aqui nós estamos colocando exaustivamente tudo o que está sendo apurado contra ele, é um rol extenso e isso tudo se os senhores me dispensarem porque já está aí escrito ou se os senhores quiserem também eu posso ler. Posso? Aqui constam as defesas do Sr. Carlos Wilson... O ex-Presidente da INFRAERO, Sr. Carlos Wilson ainda responde a processo cível no qual o Ministério Público Federal pede a quebra dos seus sigilos em disponibilidade dos seus bens. Noticia o Inquérito Policial notícia crime anônima dando conta de que Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos, então Presidente da INFRAERO orquestraria um conjunto de licitações fraudulentas voltadas para formar caixa para sua campanha as eleições do Estado de Pernambuco e para enriquecimento de sua equipe de apoio. Pela denúncia utilizava-se de concorrência... aí vem relatando e vai colocando os preços. Essa denúncia foi apresentada ao Ministério Público Federal e por incrível que pareça era gente do ramo porque bateu tudo com as investigações que foram feitas.

Então, o Sr. Carlos Wilson é realmente o chefe da quadrilha. Por razões de saúde o ex-Presidente da INFRAERO e atual Deputado Federal Sr. Carlos Wilson R. Q. Campos não pôde ser ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito em que pese tal inquirição ser fundamental a investigação conduzida pela Comissão. Registro ademais que a transferência dos seus sigilos bancário, fiscal e telefônico consubstanciava em ação imprescindível a procedimento investigatório e foi negado aqui a quebra de sigilo do Sr. Carlos Wilson. Sob tal aspecto cabe registrar que foi apresentado requerimento por mim e que foi rejeitado pelo voto da maioria.

Ressalte-se que apesar da inacessibilidade aos sigilos do ex-Presidente da INFRAERO o diagrama 3 que V.Exªs têm em mãos anexo a esse relatório explicita relações telefônicas bastante consistentes mantidas pelo Sr. Carlos Wilson e seus parentes com o seu Eurico Loyo Assessor do ex-Presidente responsável por cuidar de assuntos relativos à área de engenharia. Foram 325 ligações, ou seja, cerca de 556 minutos de tratativas. No mesmo diagrama são demonstrados ainda os vínculos existentes entre o Sr. Eurico Loyo e algumas das empreiteiras responsáveis por obras a cargo da INFRAERO, bem como com empresário de Petrolina Sr. Aristeu Chaves Filho. Tal cenário revela a proximidade que o Sr. Eurico Loyo desfrutava junto às empresas de engenharia que conduziam obras a cargo da INFRAERO supostamente com anuência do Sr. Carlos Wilson.

Por fim o diagrama 1 explicita teia de vínculo estabelecidos pela contratação da empresa FS3 comunicação e sistema. Nós temos como apresentar só rapidamente... vou tentar mostrar para os senhores rapidamente... rapidamente mesmo porque senão essa... essa teia envolvendo o Sr. Carlos Wilson, Eurico Loyo, Aristeu Chaves, a máfia de Petrolina.

Tem como passar? Enquanto isso eu vou relatando. Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores, está aí tudo também absolutamente detalhado, as obras. Ela era operadora, encarregada na prática, eu considero o segundo escalão da organização criminosa. O primeiro escalão era o Sr. Carlos Wilson, o Sr. Fernando Brendaglia, o Sr. Eurico Loyo, o Sr. Aristeu Chaves, esse o Sr. José Wellington. Esses comandavam e mandavam nesses que operacionalizavam, desde direção de licitação, montagem das licitações, como é que isso era efetivamente realizado, a fiscalização das obras. Na área comercial já era o Fernando Brendaglia que dava as cartas. Na área de engenharia, operando com todo mundo o Sr. Eurico Loyo. Vou lendo.

Na condição de servidora pública, patrocinou e intermediou interesse privado junto à Administração da empresa INFRAERO, visando o favorecimento pessoal e de terceiros.

Associou-se, em quadrilha, para o fim de cometer crimes, a Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos, Fernando Brendaglia, Eurico Loyo, os mesmos, Érica Silvestri Duttweiler, José Welington Moura, Josefina e tal.

É investigada em inquéritos policiais federais, em procedimentos do Ministério Público Federal e em processos do Tribunal de Contas da União, todos eles instaurados em decorrência de irregularidades detectadas em licitações e contratos de obras da INFRAERO durante a sua permanência à frente da diretoria de engenharia da empresa.

Os atos praticados por Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores feriram os princípios da Administração Pública, em especial os da moralidade, da legalidade e da impessoalidade, além de princípios atinentes às licitações e contratos públicos, tendo em vista os depoimentos prestados pelos técnicos do Tribunal de

Contas da União; pelos Procuradores da República... Já dá para operar?... Pelos delegados de Polícia Federal; com os relatórios de auditoria e processos de fiscalização do Tribunal de Contas da União e com os procedimentos administrativos instaurados pelo Ministério Público Federal.

Põe uma coisa muito evidente que mostra a ligação de toda a quadrilha. Põe aquele quadro do Eurico Loyo. Já dá para entrar? É o nº 3?

Então, entra. Pode entrar. Vamos, enquanto arruma aí. É necessário que o MP Federal e a Polícia Federal analise o cabimento das medidas legais com vista a apurar atos de improbidade, rastrear os recursos financeiros depositados pela INFRAERO nas contas dos consórcios, empreiteiras responsável pela execução de obras em razão de concorrência supostamente irregulares a partir das contas-correntes, agências e Bancos nos relatórios identificados. Analisar as condutas de fiscais e gestores de obras identificados nesse relatório.

Isso acontece, inclusive, hoje modernamente. Dá para aumentar aí?... Esse é o Eurico Loyo.

Então, os senhores podem perceber a quantidade imensa de telefonemas que ele recebe e dispara para todas as empreiteiras envolvidas no caso. São... depois eu vou detalhar quantas ligações. São só ligações. Essa é o... olha lá o Sr. Aristeu que pousou também aqui de São Jorge em prostíbulo, também dizendo que não sabia de nada. Via, mas não sabia. E aí entra o irmão dele, Rodrigo Wilson Loyo de Queiroz e as empreiteiras, imensa quantidade. Como isso envolve quebra de sigilo, só estou mostrando para os senhores que isso aí os senhores têm na documentação que eu já enviei para os senhores. Isso não pode, naturalmente, vir a público, não pode ser divulgado porque nós somos responsabilidade, temos a responsabilidade por guardar. Mas servirá, com certeza, no futuro. Eurico ficava operando na INFRAERO, era o operador de Carlos Wilson, é considerado o caixa do Carlos Wilson, só que as pessoas têm medo de dizer com essas letras todas, não é? Mas a revista Veja, inclusive, muito atrás de estourar esse escândalo e os senhores vejam só uma coisa muito interessante. Uma série de ligações que o Sr. Eurico Loyo dispara para onde? Para o Banco Rural. O Banco que ele ia, ele não tem conta no Banco Rural. Tem. Temos aqui todas detalhadas também. Tem o número lá de ligações. E há, inclusive, um depósito bancário interessante também que mostra... olha aí, o senhor... o Sr. Bruno Dantas Reis, o senhores já tiveram familiaridade com esse nome, depositou 3 mil reais na conta de Eurico Loyo. Segundo Sílvia Pfeiffer, era Assessor de Carlos Wilson. Agora, vejam os senhores, como é que a Sílvia fala lá atrás e as coisas vão se constatando aí. E aí tem a quebra do sigilo bancário que mostra.

Na operação Vampiro, gestão do Ministro Humberto Costa que também é de Pernambuco, esse Bruno Dantas também estava envolvido na operação Vampiro.

Então, tem dinheiro, não estou dizendo que esse cidadão... mas, estranhamente ele bota dinheiro na conta do Eurico Loyo. Então, são matérias que a Polícia Federal vai incluir. Mas impressiona porque realmente dá a impressão de que ele era o operador junto às empreiteiras. E as empreiteiras naturalmente terão sigilo quebrado e mais do que o sigilo quebrado, hoje modernamente se faz o rastreamento de valores. Acompanha-se... a partir do momento em que a INFRAERO paga a empreiteira acompanha-se aquele dinheiro para saber, inclusive, onde é que em algum momento isso foi desembolsado em cash ou foi transferido para alguma empresa. Esse foi o trabalho feito na CPI dos Bingos que acabou levando a descoberta do esquema do mensalão e que foi utilizado agora pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, eu vou pedir aos senhores depois uma autorização para enviar todos esses diagramas, tudo o que nós apuramos ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal e ao Tribunal de Contas da União, bem como a Controladoria Geral da União. Isso aí os senhores têm detalhadamente o número de ligações, tudo o que aconteceu.

Então, mostra claramente que pelo volume de ligações era o homem encarregado de operar junto às construtoras o Sr. Eurico José Bernardo Loyo que faz máfia, faz parte também da máfia de Petrolina. Depois nós vamos ver mais adiante. Pode cortar. Isso é só para elucidar...

Você quer que eu... Nós temos duas opções aqui, os senhores têm o relatório em mãos. O Presidente... o Presidente, sugeriria o seguinte.

Então, nós encerramos. Eu faço a leitura, se os senhores quiserem eu posso voltar após a Ordem do Dia para terminar a leitura. Caso contrário eu faço um resumo...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Relator, podemos fazer uma sugestão?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Relator agora está apresentando o nome das pessoas e propondo o indiciamento dessas pessoas.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tá certo. Esse indiciamento e os atos ilícitos ou as suspeitas dos atos ilícitos já relatado, já dito, já debatido aqui da CPI. Não sei se é possível, se atrapalha o trabalho do Relator, porque o Senador Tião Viana tem iniciado a Ordem do Dia às 16h da tarde exatamente. E hoje nós temos a PEC 29 para votar, temos o afastamento dos Senadores que fazem parte da Mesa e das Comissões e temos também o fim do voto secreto. São três pontos de pauta importantíssimos. Daqui a pouquinho vamos ser convocados para cá. Não sei se é possível o Relator dar os encaminhamentos finais. Tá certo?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Dou. Então, haverá pedido de vistas. Se houver até já faço um resumo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pedido de vista para olhar esse...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nós podemos combinar. Todos nós queremos fazer um trabalho bem-feito, bem discutido e bem debatido. Nós não temos aqui necessidade de voltarmos amanhã. Podemos voltar na terça-feira.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Nós podemos, inclusive, fazer todo o debate. Lembrar o seguinte.

Então, faço um resumo, então, proponho o indiciamento também do Sr. Adenauher que foi, inclusive, demitido pela Controladoria Geral da União, processo de demissão por improbidade. Ele é ligado principalmente ao esquema do IRB, empresa de resseguros e há uma série de atos irregulares que foram praticados e esse é um corrupto que foi apanhado. Ele, a renda dele era infinitamente superior aos seus proventos.

Então, com isso a Procuradoria teve a oportunidade de constatar que ele se enriqueceu ilicitamente. É o que transformou em bens a propina. O Sr. José Wellington Moura. Esse é outro da gangue de Petrolina. E que esse chegou, inclusive, há uma denúncia que ele recebeu um apartamento na rua Setúbal, nº 5526, apartamento 1.701 na praia da Boa Viagem em Recife da CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO. E nós vamos ver algo que foi confirmado. Realmente há pagamentos dele para QUEIROZ GALVÃO aparentemente comprando o imóvel. Há duas hipóteses consideradas. Ele pagou a um preço menor, caberá à Polícia Federal investigar e ao Ministério Público ou ele simulou um pagamento que depois o dinheiro foi devolvido sacando em conta.

Então, esse rastreamento é que a Polícia Federal vai fazer. É também acusado na sindicância do CGU que investiga a contratação da empresa FS3 por não ter adotado as providências cabíveis visando fazer aquelas irregularidades todas que nós apontamos lá atrás, impedir aquelas irregularidades.

É também investigado pelo Ministério Público Federal do Distrito Federal por favorecer a empresa AUDIT BUSINESS SOLUTIONS LTDA em licitação para aquisição de serviços de fiscalização de faturamento e levantamento de dados usando PDA (Palm) nos principais Aeroportos do Brasil e muitos ilícitos fiscais.

Tércio Ivan de Barros está afastado pela Controladoria e principalmente no rompimento do contrato com a FS3 quando tinha pagado, terminado de pagar em vez de aproveitar o contrato que já tinha sido pago, superfaturado, rompeu o contrato, suspendeu o contrato, primeiramente e isso levou a um prejuízo muito maior. Ele também tem graves problemas, nós já mencionamos no Aeroporto Internacional de Viracopos e é acusado pela Srª. Sílvia Pfeiffer de favorecer a rede de Livraria La Selva.

Também... esse não faz parte da quadrilha, é algo isolado. Marco Antônio Marques de Oliveira, aqui na condição de superintendente da região Centro-Oeste, esse senhor ele simplesmente na construção ou na reforma do Aeroporto de Cuiabá ele acabou dando um prejuízo para a INFRAERO de 2,5 milhões de reais, pagando quando foi detectada que a obra foi abandonada pelo CONSTRUTORA TRIUNFO ainda assim ele pagou a CONSTRUTORA TRIUNFO 2,5 milhões de reais e a obra teve que ser refeita oportunamente. Então, foi pagamento em duplicidade, esse aqui inclusive por obra não executada.

Roberto Spinelli Júnior, está na mesma situação do Tércio Ivan de Barros, está lá em Viracopos, ele é parceiro do Tércio Ivan de Barros.

Josefina Valle de Oliveira Pinho. O que ela é? Ela é o braço jurídico. É o braço jurídico de tudo da quadrilha. É o braço jurídico.

Márcia Gonçalves Chaves, ela era superintendente das relações comerciais quando se fez o contrato com a FS3 e depois no aditivo do contrato da Shell aqui em Brasília que nós já falamos também e foi, inclusive, apenada administrativamente com a suspensão de 30 dias. Ela também fazia parte desse esquema todo.

Mariângela Russo, isso aí está tudo escrito, não tem nenhuma novidade. Também na contratação e na fiscalização da FS3 e de outras atividades.

Maria do Socorro Sobreiro Dias também na FS3, participou da Comissão de Licitação de várias obras. Esse aqui já é do esquema da Comissão de Licitação. Veja só que é tudo bem planejado, as obras eram definidas lá, mas sempre tinha um braço operando juridicamente, operando na Comissão de Licitações.

Então, cada pessoa dessa fez parte da quadrilha, da mesma forma. Érica Silvestre Duttweiler, do mesmo caso também era o braço jurídico.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Senador Demóstenes, o relatório está muito bem feito, bem explicativo, acho que V.Exª já relatou o necessário, as pessoas que cometeram os fatos que cometeram de irregularidades está muito bem exposto, se V.Exª concluísse.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Só para mencionar, Ettore Ferdinando Casoria e Michel Farah, eram donos da FS3. Carlos Alberto Carvalho, faz parte da quadrilha de Curitiba, que é outro esquema. Uma quadrilha entrou lá dentro, montaram a empresa AEROMÍDIA que a Sílvia Pfeiffer também participou, ela denunciou, esse é o esquema denunciado basicamente pela Sílvia Pfeiffer, que se pagava mensalidade de escola, há dinheiro na conta, um contínuo recebendo 50 mil, recebendo uma parte do dinheiro, depois vai para a conta de um terceiro.

Então, esse esquema de Curitiba está totalmente detalhado, é o Sr. Carlos Alberto Carvalho que, inclusive, era Secretário em Curitiba, Secretário Municipal, e buscava recursos também.

Mário de Ururahy Macedo Neto, ele era empregado da INFRAERO, responsável por uma série de coisas.

A Hildebrandina Oliveira Silva que a conta-corrente dela foi utilizada para recebimento de vantagem indevida do marido Mário de Ururahy.

Então, o Luiz Gustavo da Silva Schild, também está bem detalhado, recebeu, inclusive, dinheiro em conta. O Aristeu Chaves Filho, esse já é da máfia de Curitiba... da máfia de Petrolina, que foi trazido pelo Sr. Carlos Wilson para cá.

O Sr. Eurico José Bernardo Loyo, que eu tive a oportunidade de mostrar, mas tem muito mais, se os senhores lerem, tem muito mais.

Então, eu estou sugerindo... Estou pedindo maiores investigações em cima do Sr. Adilson José da Silva, Antônio Felipe Bergamo Barcelos, Arlindo Lima Filho, José de Oliveira Sobrinho, que é Presidente da ABMA, Nelson Jorge Borges Ribeiro e Airton Soares que foi Deputado Federal. Ele faz parte do Conselho de Administração e há informações de que ele nesse conselho ele cria dificuldades para depois pegar essas pessoas e colocar como seu cliente em escritório de advocacia.

Então, eu não indiciei, mas estou pedindo aprofundamento das investigações.

Eu estou propondo três Projetos de Lei para ajudar a melhorar... Para ajudar a melhorar a situação da Aeronáutica Brasileira. Estou solicitando que sejam investigadas todas essas empreiteiras, todas, sem exceção. Empreiteira QUEIROZ GALVÃO, a Empreiteira PLANORCON, a Empreiteira CAMARGO CORRÊA, a Empreiteira OAS... a Empreiteira VIA ENGENHARIA, a ODEBRECHT, a ESTACON, a MENDES JÚNIOR, mais CAMARGO CORREA, mais ODEBRECHT, aí vem... CARIOCA CHRISTIANE - NIELSEN ENGENHARIA, CONSTRUCAP, PEM ENGENHARIA, ANCET TECNOLOGIA, SERVEGEN, Queiroz Galvão, CONSTRAN, TALUDE, GAUTAMA, BETER, estou solicitando aos senhores o indiciamento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senador Demóstenes, V.Exª. está pedindo a investigação para o Ministério Público Federal, é isso?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): É. Estou mandando para a Polícia Federal, Ministério Público, para que eles continuem, porque chegou um momento que nós não damos conta de investigar, ficou grande demais. Isso aí tem que ser vários Delegados, vários Procuradores da República para fazerem essa investigação.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Até onde V.Exª chegou qual é o prejuízo da Nação?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): No mínimo, preço mínimo. 500 milhões de reais.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Milhões?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Milhões. Preço mínimo, pode chegar muito além disso, estou fazendo uma estimativa conservadora. Indício, sugiro indiciamento do Sr. Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos por crimes contra o procedimento licitatório, por improbidade administrativa e por formação de quadrilha, a Srª. Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores, crime contra o procedimento licitatório, improbidade administrativa e formação de quadrilha. Fernando Brendaglia de Almeida, crimes contra o procedimento licitatório, improbidade administrativa e formação de quadrilha. Adenauher Figueira Nunes, corrupção passiva, improbidade administrativa. José Wellington Moura, crimes contra o procedimento licitatório, improbidade administrativa e formação de quadrilha. Tércio Ivan de Barros, crime contra o procedimento licitatório, improbidade administrativa. Marco Antônio Marques de Oliveira, crime contra o procedimento licitatório, improbidade administrativa. Roberto Spinelli Júnior, crime contra o procedi-

mento licitatório e improbidade administrativa. Josefina Valle de Oliveira Pinho, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa e formação de quadrilha. Márcia Gonçalves Chaves, crime contra o procedimento licitatório, improbidade administrativa e formação de quadrilha. Mariângela Russo, crime contra o procedimento licitatório, improbidade administrativa, formação de quadrilha. Maria do Socorro Sobreira Dias, crime contra o procedimento licitatório, improbidade administrativa e formação de quadrilha. Érica Silvestri Duttweiler, crimes contra procedimento licitatório, improbidade administrativa e formação de quadrilha, Ettore Ferdinando Casoria, crime contra o procedimento licitatório, improbidade administrativa. Michel Farah, crime contra o procedimento licitatório e improbidade administrativa. Carlos Alberto Carvalho, corrupção ativa e formação de quadrilha. Mário de Ururahy Macedo, formação de quadrilha, corrupção passiva, Hildebrandina Olímpia Silva Macedo, lavagem de dinheiro, improbidade administrativa. Luiz Gustavo da Silva Schild, formação de quadrilha, corrupção passiva, improbidade administrativa. Aristeu Chaves Filho, formação de quadrilha e tráfico de influência. Eurico José Bernardo Loyo, formação de quadrilha, corrupção passiva, improbidade administrativa. Denise Maria Aires Abreu, aí já é ANAC, falsidade ideológica por ter forjado aquele documento, fraude processual e improbidade administrativa. Paulo Roberto Gomes de Araújo, também no caso da ANAC, falsidade ideológica, fraude processual e improbidade administrativa.

Quero dizer para os senhores o seguintes, em relação a Denise de Abreu, nós quebramos o sigilo dela, ela entrou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, o Ministro Celso de Mello negou a liminar e, quer dizer, nós podemos, ficamos com o direito de quebrar o sigilo, mas aí ela entrou com uma petição pedindo para que o sigilo dela não fosse utilizado, enquanto não se julgasse o mérito do mandado de segurança. E como está nessa fase de julgar, infelizmente nós não podemos usar o que foi feito.

Eu agradeço aos senhores. Foi bom. Obrigado.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Como é que vai ser o procedimento, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, primeiro eu quero parabenizar o Relator Senador Demóstenes Torres pela apresentação do seu Relatório. É lógico que o relatório vai sofrer um processo de estudo e de debate a partir desse momento, mas um trabalho muito detalhado, muito profundo, eu quero parabenizá-lo pelo trabalho, pelo extensivo trabalho que ele coordenou, que desenvolveu. Então, está de parabéns. Quero parabenizar também os técnicos, funcionários que ajudaram e que colaboraram até agora nessa Comissão. O Relatório lido é colocado em discussão para que a gente possa fazer o debate e fazer...

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E fazer a apreciação do relatório. Com a palavra Senador João Pedro, depois Senador Mário Couto.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Senador Demóstenes, V.Exª é testemunha que participei de...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Participou, é verdade.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): De uma grande parte desse trabalho. Queria levantar três questões. Então, V.Exª foi minucioso, foi duro, foi... digo, dedicado a esse trabalho. Três questões eu quero levantar. Primeiro. A primeira parte que nós tivemos um relatório prévio que trata do acidente da GOL está aqui?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Está aí.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É que não está aqui nessa...

A segunda. É... rapidamente, olhando aqui os trabalhos, V.Exª foi extremamente detalhista nessa questão da gestão da INFRAERO, de cada um dos seus, dos seus diretores foi minucioso nas licitações, nos prejuízos, naquilo que foi, das obras que foram realizadas, pelo menos uns 10 Aeroportos aqui está muito bem detalhado.

Então, o Relatório eu olhei rapidamente, cheguei aqui já estava na 19ª página do relatório, eu olhei para trás para ver o acidente da TAM, que foi um acidente que comoveu o País, que redundou do falecimento de praticamente 200 pessoas, 199. E tinha uma expectativa de que isso ia tomar um espaço, esse acidente. E olhei rápido o que foi levantado acerca desse acidente por V.Exª aqui no relatório. E isso me chamou mais atenção para pedir a vista. Eu tenho uma série de anotações, um acidente brutal daqueles e achei poucas páginas. Mas, eu não estou entrando no mérito.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Está mais completo nesse relatório definitivo. Eu não quis concluir. Eu já tenho uma convicção, eu já estive lá, eu já ouvi a caixa-preta, eu estudei esses gráficos da caixa-preta. Mas eu não posso botar a minha convicção a frente da decisão do CENIPA.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Da Comissão. Ok. Olhei rapidamente isso... tem acordo.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Eu acho que três causas, tem uma tese da hidroplanagem que os pilotos defendem, mas

não sei se isso vai vingar, e tem as três teses principais que é justamente a falha do piloto, o sistema não ter lido a orientação que o piloto deu, uma falha do software, ou uma falha mecânica mesmo.

Então, essas três hipóteses são as mais correntes, inclusive, na interpretação que tem sido feita pelos especialistas. Mas eu achei que seria, assim, leviano da minha parte concluir. Porque isso prejudicaria, inclusive, a investigação séria feita pelo Governo. Esse CENIPA... É o Brigadeiro Kersul que já esteve aqui conosco.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Umas três vezes...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente, pessoa da mais... Chegaram a dizer que tinha sumido trechos da fita, fui lá, confirmei, passaram a fita inteira, aproveitei e ouvi a caixa-preta também, a voz do acidente da GOL e da TAM e aí fiquei, assim, com a consciência ainda mais tranqüila, porque aquilo que a gente concluiu fica evidente ouvindo, se você ouvir mais de duas horas de caixa-preta, fica evidente que nós acertamos, os erros foram humanos mesmo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Veja só, eu estou certo aqui nesse encaminhamento que eu estou dando aqui em receber o relatório. V.Exª levantou três questões e não levantou uma que foi na hora do acidente, pelo menos, dias depois do acidente que ganhou muita força a opinião de que o problema é da pista, pista curta, não sei o que, pá-pá-pá, e V.Exª nem levanta isso aqui, e chegou ao Ministério Público, o Ministério Público chegou a pedir o fechamento do Aeroporto por conta da pista.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Eu coloco aqui que a primeira versão passada pela Assessoria, eu até passei aos senhores, inclusive, se descarta a possibilidade de ter um problema na pista. Eu não quis fazer dessa forma. Eu quis dizer justamente que perdeu força essa...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu li rapidamente aqui e V.Exª...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Eu digo que perdeu força...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Na investigação, V.Exª diz isso.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Como no momento do acidente a chuva não era forte e a lâmina d'água na pista medida pela INFRAERO minutos antes era inferior a três milímetros, a possibilidade do estado da pista ser a causa principal foi-se enfraquecendo no decorrer das investigações. Uma das hipóteses cogitadas foi de que o comandante cometeu um erro de posicionamento dos manetes. Então, eu digo sem dizer que essa é uma hipótese que aparentemente não será utilizada lá adiante, e que as possibilidades é isso: Erro humano, falha do software, ou problema na caixa de manete.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O meu pedido de vista e muito nesse debate, a outra não poderia deixar de registrar de forma alguma, V.Exª. faz parte do contraditório.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Claro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Do Senado, de uma Casa como o Senado da República, mas é a vida pública do Deputado Federal Carlos Wilson, que é membro do Congresso Nacional, está aqui com a Legislatura junto com a nossa e um cidadão que foi Governador do Estado, vice-Governador, conseqüentemente Governador, tem uma vida pública... foi dirigente da Mesa Diretora do Senado da República, Senador, tem mais de 30 anos, V.Exª, inclusive, leu, e me causa muita surpresa, justamente o fato de uma longa vida pública e em 3 anos de gestão, porque ele se afasta para disputar o mandato, em 3 anos de gestão, como V.Exª aborda, forma uma quadrilha e compromete mais de 30 anos de vida pública a frente da INFRAERO.

Eu estou registrando aqui isso com tranqüilidade, porque o Deputado Federal, ex-Senador, dirigente político lá no Estado de Pernambuco, eu penso que é duro isso para um homem público. Não estou entrando no mérito. Eu estou destacando aqui a vida pública de Carlos Wilson. E isso me faz também refletir sobre isso e nós travarmos um debate concordando aqui a volta do dia, não pode ter prejuízo, não pode perder, não quero tergiversar.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Veja só, Senador. Eu respeito isso, respeito a história das pessoas. Agora...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu encerro aqui, Presidente.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): São fatos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Tranqüilamente. Se for fatos, são fatos, também a nossa missão de homem público é... E todo o homem público tem que arcar com os seus...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Ainda mais na sua situação peculiar, ele está adoentado, eu até o poupei aqui de vir, em decorrência disso. Entramos... não vou chamá-lo, está com câncer em estágio terminal, isto que me falaram. Eu tive a oportunidade, inclusive, de conversar com ele e o que eu pude fazer para minimizar o seu sofrimento eu fiz. Agora, diante de um quadro como esse

seria uma omissão... Eu sei muito bem que ele é uma pessoa querida, é uma pessoa que tem esse passado. Mas infelizmente são os fatos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador João Pedro, não entendi se pediu vista ou não pediu vista?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pedi vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pediu vista. Senador João Pedro pediu vista, nós vamos ouvir rapidamente, dando oportunidade ao Senador Mário Couto, Senador Antônio Carlos Magalhães...

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA): Se V.Exª. pudesse conceder vista coletiva, acho que ficaria melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vou conceder, naturalmente. Regimentalmente considerei e estarei encaminhamento após a fala do Senador Mário Couto e Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Só para me orientar, esse "rapidamente" quantos minutos são? Só para mim me orientar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Estamos prestes a suspender a Sessão, porque a Ordem do Dia está prestes a começar, se o V.Exª. for rápido.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Não tenho muito o poder de síntese.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Porque nós vamos fazer, só para poder orientar o Senador Mário Couto, nós faremos o debate, eu vou já convocar a reunião de debate e de apreciação da matéria para terça-feira, uma hora da tarde, tá certo, onde nós teremos a oportunidade de debater com profundidade o conteúdo do relatório.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): V.Exª não quer marcar para 11h, porque talvez se estenda um pouco mais, e a Ordem do Dia agora tem começado com rigor. Talvez...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok. Vamos marcar para às 11h, a gente dá uma tolerância de 30 minutos, se for o caso. Então, terça-feira às 11h.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Deixa eu fazer só um comentário rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Primeiro eu quero parabenizar a Presidência e a Relatoria desta CPI. Poucos momentos da minha vida política, da minha vida pública, eu estive tão consciente da seriedade dos trabalhos desta CPI. A competência do Relator é espelhada no próprio relatório dele. Os detalhes em que o Relator se propôs a observar. A paciência que o Relator teve aqui em todas as oitivas que foram necessárias para a conclusão desta CPI.

Por isso eu quero dizer aqui, Senador Demóstenes, que votarei com plena consciência de que todos os fatos por V.Exª relatados foram fatos minuciosamente estudados. E eu tenho absoluta confiança em depositar meu voto e com absoluta certeza da seriedade e da postura do caráter de V.Exª.

Senador, eu fiquei entristecido, preocupado, decepcionado quando observei o Relatório da CPI na Câmara. Cheguei a temer. Mas ao participar de quase todas as reuniões aqui, tinha certeza do trabalho de V.Exª, que V.Exª não iria decepcionar o povo brasileiro.

Não tenho também a menor dúvida, Senador, de que a CPI do Senado colaborou muito e muito com o afastamento dessas pessoas que presidiam as diretorias tanto da INFRAERO como da ANAC. Eu não tenho dúvida disto. Não tenho dúvida também que o relatório desta CPI vai colaborar muito com a necessidade, Presidente Renato Casagrande, prezado Relator Demóstenes Torres, com a necessidade e o relatório é muito claro, só não faz se não quiser de colocar na cadeia essas pessoas, que nós vimos aqui o cinismo de cada uma delas até, Senador, até mentindo. E V.Exª em momentos até sorria por ver a mentira de cada uma daquelas pessoas. Eu tenho certeza que V.Exª teve o mesmo desejo meu, aquela Diretora da ANAC, a Srª. Denise que mais colaborou em proteger as empresas de aviação aérea e jamais fiscalizou, tenha certeza, nenhuma delas, o cinismo dela em dizer que não conhecia os donos das Empresas Aéreas. Senador, esta senhora tem que ir para a cadeia. Para a cadeia, Senador. Eu tenho certeza, Senador, que a falta de fiscalização das Empresas Aéreas, a troca de favores, tenho certeza que levou, Senador, as pessoas daqueles dois aviões à morte.

Se essas empresas fossem melhor fiscalizadas pela ANAC, se não tivesse a corrupção tresloucada que V.Exª mostrou há pouco, quem sabe, Senador, nós não teríamos essas pessoas poupadas e vivas hoje.

Quando se abre uma CPI no Senado, Senador, como eu estou abrindo uma agora da CPI do DNIT, cai tudo, parece que estão fazendo uma ação de perseguição ao Governo. Não é nada disso. O Governo deveria aceitar, o Governo deveria agradecer, se poupar o dinheiro do contribuinte. Olhe quanto foi gasto na corrupção. 500 milhões. Será que se essa CPI tão séria não fosse instalado, essa corrupção não estaria lá? Estaria, Senador. Estaria, Senador. Eu tenho certe-

za absoluta, Senador Demóstenes. Por isso eu quero lhe parabenizar pela sua coragem, pela sua postura de homem determinado. V.Exª contribuiu, contribuiu, tenho certeza, não tenho nenhuma dúvida disso. V.Exª contribuiu e muito na defesa daqueles que viajam de avião e muito.

Se nós tivéssemos essa CPI antes dos acidentes, tenho certeza que talvez nós teríamos evitado até os acidentes. As Empresas Aéreas estão mal acostumadas. A TAM vive rodando, a TAM vive rodando, agora mesmo no Pará, semana passada quase mais um acidente acontecia por falta de manutenção nos aviões. Isso é costume. Ninguém fiscalizava essas empresas. O Dr. Carlos Wilson mereceu todo o seu respeito. Infelizmente nós não podemos quebrar o sigilo. Mas é como V.Exª falou, são fatos que nós não podemos proteger. Se não, nós estamos fazendo um mal à nossa sociedade.

Senador Demóstenes, vá para a sua residência hoje, ao deitar no vosso travesseiro reze dizendo a Deus que V.Exª fez um trabalho digno em favor da população deste País. Tenho certeza hoje que têm muitas pessoas hoje aborrecidas com V.Exª. Tenho certeza disso. Mas é o trabalho que V.Exª tem que fazer. E V.Exª não arredou um milímetro sequer, um milímetro sequer.

Esta CPI, este relatório tem profundidade. É inquestionável. O Ministério Público, a justiça desse País só não coloca na cadeia se não quiser. Se não quiser. Tem tudo para fazer, está aqui o relatório de V.Exª, com a maior profundidade, detalhes, minúcias, V.Exª foi fundo, foi muito fundo. Vá para sua casa, ponha o seu travesseiro, amasse no seu rosto, V.Exª não vai sentir nenhum espinho, nenhum, Senador. Ao contrário, vai sentir um travesseiro muito leve.

Só me resta, Senador, dizer parabéns a V.Exª pela sua postura, eu que entrei nesse Senado lhe admirando agora V.Exª passa a ser muito mais admirado pelo Senador Mário Couto. Eu vou esperar que a justiça desse País faça justiça, que ela faça justiça e coloque esse bando de corrupto que fazem mal a nossa sociedade, que não ligam para a segurança de ninguém, porque querem é dinheiro no bolso, querem é se exibir na sociedade com mansões, com carros importados, enfim, Senador, enfim... E nem querem saber se ali ou acolá vai cair algum avião por falta de zelo, por excesso de corrupção, por falta de fiscalização, por excesso de proteção às Empresas Aéreas. E V.Exª veio e provou tudo isso nesse relatório que fica para a história desse Senado. Parabéns a V.Exª e à Presidência desta CPI.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Antônio Carlos.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Senador Renato Casagrande, Sr. Relator Senador Demóstenes Torres, meu pronunciamento era para parabenizar o belo trabalho que a CPI fez, o Presidente, o vice-Presidente, o Relator em particular, que fez um trabalho belíssimo de investigação e que espero que esse relatório produza efeitos para que nós comecemos verdadeiramente a combater a corrupção no País que está a níveis realmente bastante perigosos e bastante preocupantes.

Então, esse relatório, Senador Demóstenes está de parabéns e eu acho que é... isso é o começo... pode ser o começo de uma nova era no Brasil, na medida em que nós possamos investigar toda a corrupção que foi relatada nessa CPI.

Então, parabéns aos dirigentes da CPI e parabéns ao Senador Demóstenes Torres.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, então, a todos os Senadores, Senadoras. Terça-feira, 11h da manhã, retomaremos os trabalhos com pedido de vista coletivo. Obrigado.

*Sessão encerrada às 16h30. – Senador **Renato Casagrande**, Presidente em Exercício.*

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº. 401, de 2007, DESTINADA A APURAR AS CAUSAS, CONDIÇÕES E RESPONSABILIDADES RELACIONADAS AOS GRAVES PROBLEMAS VERIFICADOS NO SISTEMA DE CONTROLE DO TRÁFEGO AÉREO, BEM COMO NOS PRINCIPAIS AEROPORTOS DO PAÍS, EVIDENCIADOS A PARTIR DO ACIDENTE AÉREO, OCORRIDO EM 29 DE SETEMBRO DE 2006, ENVOLVENDO UM BOEING 737-800 DA GOL E UM JATO LEGACY DA AMERICAN EXCELAIRE, E QUE TIVERAM SEU ÁPICE NO MOVIMENTO DE PARALISAÇÃO DOS CONTROLADORES DE VÔO OCORRIDO EM 30 DE MARÇO DE 2007.

Ata da 34ª Reunião de 2007, realizada em 31 de outubro de 2007

Ata Circunstanciada da 34ª Reunião de 2007 realizada em 31 de outubro de 2007, às onze horas e

trinta e quatro minutos, na Sala nº. 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apreciação do Relatório Final da Comissão .

Estiveram presentes os seguintes parlamentares membros da Comissão:

Renato Casagrande – (PSB-ES) – Presidente em Exercício

Demóstenes Torres (DEM-GO) – Relator

Antônio Carlos Júnior – (DEM-BA)

José Agripino – (DEM-RN)

Mário Couto (PSDB-PA)

João Pedro (PT-AM)

Sérgio Zambiasi (PTB-RS)

Gilvan Borges (PMDB-AP)

Wellington Salgado (PMDB-MG)

Raimundo Colombo (DEM-SC)

Romeu Tuma (PTB-SP)

Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Ideli Salvatti (PT-SC)

Sibá Machado (PT-AC)

Romero Jucá (PMDB-RR)

Valdir Raupp (PMDB-RO)

Esteve presente ainda o Senador Papaléo Paes, não membro da comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento 401/2007, destinada a apurar as causas e condições e responsabilidade relacionadas aos problemas verificados no Sistema Aéreo Brasileiro.

A Pauta desta Reunião é a apreciação, discussão e votação do relatório final da CPI. A Ata da Reunião passada encontra-se sobre a Mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Na Sessão passada, o Senador Demóstenes Torres, Relator dessa Comissão, apresentou o seu voto. Foi feito um pedido de vista, pelo Senador João Pedro, e depois, pelo Senador Leomar Quintanilha, que se transformou numa vista coletiva.

Então, primeiramente, eu passo a palavra ao Senador João Pedro--

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente--

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --Para que ele possa fazer a leitura.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Só um esclarecimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, primeiro, Senador Mário Couto. Depois, Senador Agripino.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu gostaria que V. Exa. me instruísse de como que vai ser a votação. Nós vamos votar, se os Senadores terão direito de falar... Que eu queria externar alguns pensamentos. Antes ou depois--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Lógico... Todo o tempo regimental e com certa tolerância ainda para o senhor falar.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Então, eu quero me inscrever para depois da votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está bem. Depois da votação?

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): É depois da votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não quer discutir o relatório?

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Quero primeiro ter conhecimento da votação, e depois eu quero me inscrever para fazer umas considerações finais do meu trabalho aqui na--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Depois da apresentação do voto em separado, quer se inscrever? Está certo. Já está inscrito. Com a palavra, o Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer ao Plenário o seguinte: O PDT tem direito à indicação de um dos membros dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. É do conhecimento do Plenário que não houve a indicação, ao longo dos trabalhos. Eu tive a oportunidade de falar com o líder do partido, Senador Jefferson Peres, por algumas vezes, e hoje falei com ele, e ele me disse que iria ceder a vaga do PDT para que os Democratas indicassem o membro que iria votar o relatório.

Se nós votarmos hoje, e ele estaria providenciando o expediente que seria lido no Plenário e ensejaria a indicação, por parte dos Democratas, da vaga cedida pelo PDT. Mas há uma tramitação regimental. Se nós votarmos o relatório do Senador Demóstenes, e o voto em separado, que vai ser lido hoje, nós votaremos sem a participação do indicado pelo PDT, que cede a vaga aos Democratas. Nós teremos, portanto, a votação por um *quorum,* que não é um *quorum* completo. O que é que eu solicito de V. Exa? Que aprecie ou submeta ao Plenário, como foi feito ontem, que três Senadores do PMDB solicitaram adiamento para hoje, eu solicitaria adiamento da votação, tendo em vista o fato que eu acabo de expor e as providências conseqüentes que eu vou tomar, de indicação de um membro, tendo em vista a disponibilidade que o PDT me anunciou, da vaga

que lhe pertence, pela indicação pelos Democratas. É a colocação que eu faço e o pleito que apresento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Agripino, o PDT não fez indicação do seu representante até agora, até hoje. Então, de fato, ontem, nós tivemos aqui a boa vontade dos membros da Comissão e do Sr. Relator, Senador Demóstenes Torres, para que nós pudéssemos adiar para hoje, pela ausência de três Senadores que queriam participar.

Então, o fato de ontem é diferente do fato de hoje, do PDT, porque o PDT, de fato, não teve nenhuma participação neste processo. Então, seria, assim, certa incoerência, da minha parte, numa avaliação política, que nós pudéssemos adiar pela participação do PDT.

Então, preliminarmente, a Presidência indefere o pleito de V. Exa. Naturalmente, o Regimento já deve estar sendo consultado pela assessoria para verificar quais são os desdobramentos do pleito que V. Exa. está fazendo. Mas, por não ter tido a participação, em nenhum momento, do PDT, acho que o pleito de V. Exa, ele fica fragilizado porque o partido não quis participar efetivamente de toda a discussão--

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Sr. Presidente, me permita.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --Dessa matéria.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Me permita?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu pergunto a V. Exa.: É direito do PDT?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É direito do PDT indicar, a qualquer hora, o seu representante; direito do PDT indicar, a qualquer hora, o seu representante. Agora, essa Comissão tomar a decisão de adiar para atender à liderança do PDT—

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Sr. Presidente, mas nós fizemos ontem--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Para que nós possamos indicar alguém do PDT ou designado por ele, uma vez que o PDT não participou do debate--

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente, nós fizemos ontem--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --Não debateu o tema.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Nós fizemos, ontem, algo mais do que criterioso. Ontem, por exemplo, eu, como membro da CPI, poderia não ter aceitado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Poderia, naturalmente.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Poderia não ter aceitado. E o Governo corria risco porque não tinha Senadores do Governo—

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É, podia não dar *quorum* também ontem. Então--

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Mas daria *quorum*, daria *quorum.* Tinha certeza que daria *quorum*. E o Governo poderia pagar por essa ausência. Mas nós não optamos por isso. Eu acho coerente que V. Exa., como fez ontem, faça hoje, ao pedido do Senador José Agripino, até uma coerência também de V. Exa. E eu ainda alertei V. Exa. ontem, por duas vezes: "V. Exa. está adiando, com a... Com a credencial do Relator e do meu credencial".

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a concordância do Plenário que estava presente ontem.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu deixei bem, bem... Essa colocação bem clara, exatamente para... Porque nós abrimos precedente. E o precedente muito grave, porque o Governo, ausente, poderia, mais tarde, pagar por essa ausência dos seus Senadores. Mas, nem assim, nem assim, V. Exa. quis fazer ontem e eu aceitei, o Relator aceitou. Por que hoje não, se o pedido é coerente? O Senador Agripino não iria colocar a V. Exa. um pedido que não fosse coerente. Pelo quilate do Senador Agripino, não iria, tenho certeza disso. Então, é coerente. Se é coerente, Presidente, eu peço a V. Exa. que faça o mesmo procedimento que fez ontem. E que eu não estou criticando, ao contrário, eu estou elogiando V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado pelo elogio, Senador Mário Couto—

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Obrigado, Presidente. Eu queria só ler para V. Exa.: "Sr. Senador, comunico a V. Exa., a ter cedido ao DEM, vaga de titular na Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 401/2007, atenciosamente, Senador Jefferson Peres, líder do PDT". Acabou de me ser entregue.

Eu queria, Senador Renato Casagrande, tenho o maior respeito; respeito realmente por V. Exa., admiração; V. Exa. construiu, nesse primeiro ano de mandato, uma boa reputação, e, se V. Exa. não acatar esse pleito que, cavalheirescamente, eu faço, V. Exa. estará, de

certa forma, tisnando o conceito que eu pessoalmente guardo e que a Casa guarda. O que nós pleiteamos é apenas a votação de um requerimento de trabalhos que, ao longo de cinco, seis meses, vêm acontecendo, com um *quorum* completo. É um direito do partido, meu PDT, de indicar ou não indicar. E ele está, é verdade, que na última hora, dizendo que não vai indicar, cedendo a vaga para que os Democratas o façam.

O que nós estamos querendo é apenas que a votação, como ontem foi adiada por falta de *quorum*, também seja adiada, até que o *quorum* se complete, e estou exibindo para V. Exa. o documento do PDT, que cede aos Democratas a vaga. É o pleito que faço e reitero a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Digo logo: não vou recorrer da decisão de V. Exa. Não vou recorrer.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ontem eu tomei uma decisão por unanimidade dos membros presentes a esta CPI. A unanimidade, todos os membros presentes concordaram para que nós pudéssemos adiar para hoje. Hoje tem um novo pedido de se adiar novamente essa Sessão. Não posso... Só posso tomar essa decisão se houver a concordância de todos os membros dessa CPI. Mas, já antecipo a minha opinião, que o pleito de ontem é um pleito diferente do pleito de hoje. O pleito de hoje é um pleito de um partido que se ausentou do debate, que não quis fazer parte do debate. Por isso que a minha posição preliminar com relação a esse--

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente, Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente--

SR. RELATOR SENADO DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Eu acho que agora que é--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas agora já—

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): 45 minutos do segundo tempo, querendo entrar e bater o pênalti.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Presidente Casagrande, eu, como V. Exa. é testemunha, eu participei, senão de todas, de quase todas as reuniões.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Todas. O senhor foi um membro assíduo nessa Comissão.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Se for, Presidente, levar a detalhes a colocação de V. Exa., de participação, eu peço à Mesa que me mostre a participação de Senadores do Governo que participaram dessa CPI. Eu peço à Mesa que me mostre. Tem Senador que quase não veio aqui ou que não veio aqui. Não, isso está sendo discutido. É isso sim, porque o Presidente... É isso sim, que o Presidente acabou de colocar que não há participação nenhuma do PDT. É isso que está colocando sim. Se não há do PDT, também não há de Senadores do Governo. É só verificar a lista de presenças que está lá. É essa colocação sim que está sendo posta—

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador...

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu acho mais do que viável, Presidente, que V. Exa. tome a decisão, não coloque a Plenário não. Porque V. Exa., ontem... Não... Quando V. Exa., ontem, precisou adiar, V. Exa. adiou. Nós concordamos, Senador Wellington Salgado, o que é isso? Nós concordamos, eu concordei, o Relator concordou, nós não criamos nenhum problema, nenhuma objeção de esperá-los... De nada, continue precisando, que terá toda a minha atenção. Continue precisando, que V. Exa. sempre terá a minha atenção. Mas, aí, quando V. Exa. começa a dizer que não quer que adie hoje, aí eu fico estranho, aí me estranha.

Então, Presidente, eu acho que V. Exa. não deveria colocar a Plenário não. V. Exa. deveria tomar a mesma posição que tomou ontem, tomou ontem. V. Exa. foi coerente. Esperou os Senadores do Governo estarem aqui. Por que hoje não toma a mesma posição? Eu não concordo com V. Exa., que coloque para o Plenário julgar. V. Exa. ontem julgou. V. Exa. tem competência de julgar, então, V. Exa. é que deve julgar, sim ou não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria dizer o seguinte, quanto à colocação do meu ilustre companheiro Mário, eu queria dizer o seguinte: A recíproca é verdadeira. Se ele tivesse qualquer problema, tipo, de trânsito, eu também votaria com ele. Agora, a única questão é que

eu vou votar por alguém que eu nem sei quem é, nem está aqui, nem nunca esteve. A situação é diferente. V. Exa. sempre, já vi aqui, V. Exa. sozinho nessa CPI, escutando tudo. Fosse uma situação com o Senador Mário Couto, eu votaria tranqüilamente com V. Exa. porque V. Exa., muitas vezes, entrei aqui, V. Exa. estava sozinho ali, ouvindo as oitivas.

Agora, votar em alguém que eu nem sei quem é, que horas vai vir, quando será, ou se viu alguma coisa, aí é só isso que eu queria... Eu vou acompanhar o que V. Exa. decidir, se for para votar aqui na Comissão, acompanharei a votação de V. Exa., mas estou com V. Exa. o que decidir.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Ideli. Senadora Ideli, depois, Senador Mário Couto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, ontem, V. Exa. consultou a todos os membros e, por informação que eu tenho, houve unanimidade de todos os membros de retardar, até porque o motivo de vários Parlamentares não estarem, no dia de ontem, aqui a tempo de participar da Reunião, tinha tudo haver com a nossa CPI, porque foram problemas de vôo, inclusive. O Senador Wellington não conseguiu embarcar, o Senador Valdir Raupp atrasou, então, teve problema de vôo, ou seja, tudo haver com a nossa CPI. Eu diria até que deveria até fazer parte do relatório da CPI o motivo pelo qual nós não conseguimos fazer a votação, no dia de ontem, por conta exatamente de problema nos Aeroportos.

Agora, a natureza do pedido de hoje é outra. A natureza é outra. É um partido que não participou, que não quis participar, poderia ter tomado a providência ou de indicar ou de ceder a vaga para qualquer outro partido, desde o início, durante... Agora, no dia da votação do relatório?! Eu acho que a natureza é totalmente diferente do pedido. Totalmente diferente.

Por isso, Senador Casagrande, V. Exa. já externou a sua posição, eu vou acompanhar a sua posição e acho que nós devemos fazer a votação do relatório hoje, com a composição que esta Comissão teve. Se algum Senador participou mais ou participou menos, isto obviamente se deve aos compromissos individuais de cada um. Mas nós não estamos trocando nem time e nem jogador na prorrogação. Nós não estamos trocando.

Então, eu acho que é isso que a natureza é diferente do que aconteceu ontem, que volto a dizer, o que aconteceu ontem, inclusive, teve tudo haver com o objeto da nossa CPI. O motivo das pessoas não estarem aqui há tempo foi problema nos Aeroportos, foi problema da crise aérea do país.

Então, eu acho que o motivo de retardar para amanhã é de outra natureza. E, sobre a qual eu quero dizer que eu fecho com a posição de V. Exa. Sem...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Senador Casagrande, qualquer que seja a vossa decisão, não vai alterar nenhum milímetro a minha simpatia por V. Exa--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador, por sua consideração.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Mas sinceramente, hoje o Governo está presente na Reunião, "hoje pode votar". Ontem, o Governo não estava presente na Reunião, "não poderia votar". "Ah, porque foi caos aéreo". "Ah, porque o atrasou". O Regimento não diz aí: "Tendo caos aéreo no país, não poderemos votar". Não diz. V. Exa. tomou a decisão porque achou coerente. Eu achei coerente, pensando que o Governo fosse coerente.

Agora, hoje que tem uma proposta coerente, do Senador Agripino, o Governo não quer aceitar. É Realmente decepcionante. Eu espero que V. Exa. tome uma decisão sábia.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Decisão sábia é decisão com critério. O critério de ontem foi consultar ao Plenário; o Plenário concordou. O mesmo critério, consultado o Plenário, não concordou.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Mas ontem V. Exa. não adotou esse critério.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Adotei, perguntei, V. Exa. estava aqui sentado, em frente.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu disse que era coerente o Senador Demóstenes aceitar, mas V. Exa. não consultou o Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Consultei ao Relator e aos...

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Bem claro isso: Ontem, V. Exa. não consultou o Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Consultei ao Relator e aos Senadores presentes.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Não, senhor. Faça o que V. Exa. quiser, mas ontem V. Exa. não consultou o Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Faço o que estiver na minha condição de fazer, Presidente... Mário Couto, como o Presidente em exercício.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Faça o que V. Exa. quiser, mas não foi essa a decisão nem iniciativa sua ontem--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a palavra... Com a palavra, o Senador--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Presidente, eu gostaria de formular uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, com base no art. 279 do nosso Regimento, que fala sobre o adiamento de discussão, diz o seguinte: "A discussão, salvo nos Projetos em regime de urgência, disposto no art. 349, poderá ser adiada mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador ou Comissão, para os seguintes fins: Inciso IV: Preenchimento de formalidade essencial". E é uma formalidade essencial a indicação por Partido Político, ainda mais, que acaba de ler o requerente, Senador Agripino Maia, um documento em que o PDT cede a vaga ao... Em que o PDT cede a vaga ao Democratas ou ao bloco, para que possa fazer composição. Por que é formalidade essencial? Porque já foi formulado. Então, uma formalidade tem que ser preenchida. Qual é? A leitura, no Plenário, e a mandar publicar—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Então, essa formalidade é essencial para que aquele ato do PDT se torne válido. Pois não, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, eu só gostaria de fazer uma única pergunta. Se é uma formalidade essencial, por que ela não foi essencialmente feita antes? E só veio ser feita hoje?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Senadora, oportunidade e conveniência do partido. V. Exa., no PT, poderia ter feito assim e o fez, nós também o fizemos. O PDT, que tem essa oportunidade e conveniência, resolveu fazê-lo hoje.

Agora, como é que se convalida o ato do PDT? Quando houver o preenchimento dessa formalidade essencial. Qual é a formalidade essencial? A leitura no Plenário e mandar à publicação. Então, esta questão que faço, solicitando a V. Exa. que... Que aceite a ponderação do Senador Agripino Maia e suspenda a discussão enquanto não se preenche esse ato essencial, que é a leitura e publicação em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sei que é um debate importante, Senador Demóstenes, por quem eu tenho o maior respeito nas questões jurídicas, e sempre quando V. Exa. fala, eu fico concentrado. V. Exa. leu o artigo, e eu vi o seguinte, que terá que botar em votação. Aí, no final, V. Exa. não falou em botar em votação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Mas eu li aqui. A requerimento de qualquer Senador--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Presidente teria que botar em votação, segundo o artigo que V.Exa. É isso?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Mediante deliberação do Plenário.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, bota a votação, não é isso?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Estou ligado no que V. Exa...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Ele pode decidir e nós--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Botar em votação.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senhor Relator, Senador Demóstenes, eu vou indeferir a questão de ordem de V. Exa., uma vez que essa não é uma formalidade essencial. Essa Comissão já funcionou até agora sem a indicação do PDT, não precisamos da indicação do PDT para que a gente possa dar seqüência à CPI. Então, indefiro a questão de ordem de V. Exa--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem. Eu só queria que registrasse que o meu fundamento não foi esse, que era a indicação do PDT, era essencial para o funcionamento da CPI. O que eu disse é que, para que tenha validade aquele ofício endereçado ao Senador Agripino Maia, é necessário fazer o preenchimento... Que era necessário se preencher, portanto, essa formalidade essencial. Qual é a formalidade essencial? Leitura, em Plenário, e publicação. Então, V. Exa. tem todo o direito de indeferir. Mas, eu requeri outra coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Demóstenes, meu respeito a V. Exa., mas a decisão minha está baseada no Regimento Interno.

Passo a palavra ao Senador João Pedro, para que faça a leitura do seu voto em separado.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador Agripino--

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Só para... Eu confiei muito no discernimento de V. Exa. Como eu estou vendo que não vai ser acatada a colocação que eu fiz, que mantenho, que reitero e que acho que era justa e correta. Eu queria... Vou me retirar, queria manifestar o meu aplauso, de público, ao relatório do Senador Demóstenes Torres que, por meses, ouviu depoimentos, fez anotações, produziu cruzamentos e, à luz do interesse nacional, apresentou um relatório que, no meu entender, é um relatório verdadeiro, com o qual eu concordo por inteiro. Ele tem o apoio do nosso partido por inteiro. Acho que o Brasil precisaria ver aprovado o relatório de S. Excelência, que contém um diagnóstico do problema e aponta soluções e indica culpados. Ele dá uma contribuição ao fim da impunidade; o pior dos males nesse país é a impunidade. E eu receio que esta Comissão venha pactuar, receio, não estou asseverando, venha pactuar com a impunidade.

O meu partido não convive com a improbidade e nem com a impunidade. O meu voto é favorável ao relatório do Senador Demóstenes Torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Agripino pela manifestação—

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Pela ordem--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Mário Couto.

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): Eu também vou seguir o mesmo caminho do Senador Agripino. Acho que esta Reunião está armada. Acho que seria um desrespeito a cada Senador votar contra este relatório; foram cinco meses de trabalho, cinco meses de trabalho responsável, de trabalho responsável, de homem sério, ético, que foi buscar, realmente, o fundamento da crise aérea e daquela quadrilha que se instalou na INFRAERO e na ANAC.

Foram 34 reuniões, centenas de depoimentos, centenas de depoimentos. Mas o circo se instalou, meu nobre Relator, quando aqui eu vi e fui para a minha casa preocupado com o que eu estava vendo. Não quis alertar o nobre companheiro para não desmotivá-lo, mas, a partir do momento em que aqui o Governo não deixou V. Exa. trabalhar, tirando o direito de V. Exa. de ver as contas de Carlos Wilson, a partir daquele momento, eu desconfiei que as coisas estivessem armadas, meu nobre Relator.

Nem o sigilo da Denise Abreu, nem o sigilo de Carlos Wilson lhe atrapalharam. V. Exa. continuou firme no seu relatório e mostra a todos nós uma das mais belas peças de relatório que eu li na minha vida. Vai se jogar agora esta peça no lixo. Vai se comungar aqui, neste momento histórico, Senador. É um momento histórico para a Nação. As CPIs daqui deste Senado não terão mais moral. É um momento histórico. Nós estamos quebrando uma democracia de um poder do mais alto poder desta República. Quantas CPIs virão? Quantos relatórios serão derrotados? Não haverá mais CPIs aqui, Senador Demóstenes...

Diante de tanto fato de corrupção que V. Exa. mostra neste relatório, nós vamos rasgar o relatório e vamos dizer assim: "Neste país, pode-se praticar corrupção, nesse país pode-se..." Até me emociono, Senador, pode-se praticar corrupção. É isto que vão dizer hoje aqui. É isto que vão dizer hoje aqui, Senador Casagrande.

As palavras ficam até difíceis de sair, Senador, num momento destes, que vim aqui, todas as vezes, colaborar com esta Comissão. Agora, se rasga um relatório para dizer assim ao povo brasileiro: "Olha, Brasil, a corrupção pode ser instalada. Haverá outros caos neste país porque a Denise e o Wilson, Carlos Wilson foram protegidos pelo Governo. A ordem veio de lá. A ordem veio de lá. A ordem veio de cima. Derrubem o relatório do Demóstenes Torres..."

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente--

SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB-PA): "Protejam o Carlos Wilson, protejam a Denise Abreu, protejam os corruptos, protejam os corruptos".

Por isso, Senador, eu me retiro, dizendo ao povo brasileiro e ao povo do meu Estado que eu não comungo com isto. Rasgarei, Senador, Senador Demóstenes Torres. Rasgarei o meu diploma o dia em que o meu voto for a favor da corrupção, eu rasgarei. Eu rasgarei o meu diploma de Senador. Desculpe, Senador, por ter que me retirar. O meu voto é com o seu relatório; relatório honesto, sério, mas que vai ser derrubado pelo Governo Lula.

Parabéns pela sua postura, pelo seu caráter, pela sua dedicação, pela sua honra de mostrar ao povo brasileiro que é um homem sério.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Presidente, pela ordem?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Raimundo Colombo, com a palavra, pela ordem.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Desejo cumprimentar o Senador Demóstenes Torres. Acompanhei, mesmo membro suplente, muitas audi-

ências, muitas reuniões aqui da CPI do Apagão Aéreo. Essa CPI, ela não nasceu por acaso e não há nenhuma pessoa no nosso país que não saiba da crise aérea que nós vivemos. Ela não nasceu por acaso e ela tem fato determinado. Evidentemente que dá para falar da queda do avião da Gol, onde muitas pessoas, no nosso país, perderam a vida.

E, aqui, o representante da Aeronáutica Brasileira fez uma exposição, aprofundou as questões e nós tivemos conhecimento. Tivemos conhecimento aqui também do caso do acidente da TAM. Portanto, existem vítimas desta crise aérea que passa o nosso país. Crise também de credibilidade da classe política brasileira. A classe política, nos últimos anos, sobretudo, vem se desgastando, perdendo crédito e hoje a população a considera totalmente dispensável, tanto quanto as instituições nas quais nós atuamos.

Significa, ao rejeitar o relatório feito com tanta dedicação, com tanto esmero, por tantas pessoas, especialmente pelo Relator, Senador Demóstenes Torres, numa jogada política, clara e evidente, nós vamos ter que acompanhar o voto em separado, que distorce o que nós ouvimos aqui.

Mas, Senador Demóstenes, durante todo esse tempo, com seu espírito público, sua dedicação, o senhor informou ao Brasil. O povo brasileiro sabe o que aconteceu, por que a CPI foi criada e o que aconteceu aqui. Os depoimentos que existiram de pessoas de fé pública, isto não adianta fazer voto em separado. Não adianta a ação de Governo para esconder esta realidade que todo o povo brasileiro acompanhou e sabe. O senhor está de parabéns. O senhor cumpriu com o seu dever. Aqueles que pensam diferente e desejam o voto em separado, o nosso respeito, mas, na minha visão, fica muito claro, está se fazendo a opção por esconder fatos, por negar a realidade e por virar de costas ao povo brasileiro que, mais uma vez, fica envergonhado dos representantes que tem. Também me retiro em lealdade a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Raimundo... Pela ordem, Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMBA): É uma decepção, é uma vergonha o que nós estamos vendo aqui. Isso é ocultar a corrupção, ocultar a bandidagem. Isso é uma coisa absurda, o se fez com o tempo, com o trabalho que o Senador Demóstenes, o brilhante trabalho que o Senador Demóstenes Torres teve aqui. Isso é um absurdo, é esconder a corrupção, porque daí é onde se tira o mensalão; é por aí que vem mensalão. É um absurdo! Isso é uma palhaçada, uma vergonha e envergonha o Senado e envergonha todos nós.

Eu também vou me retirar porque é inaceitável o que está acontecendo aqui. Isso é uma vergonha! Isso é um absurdo e eu... Jamais esperaria passar por uma vergonha dessas. Eu protesto e vou me retirar em protesto. Porque eu não vou ler, conseguir ouvir uma palavra desse voto em separado.

Senador Demóstenes, o senhor foi um herói. O senhor merece todo o nosso aplauso, todo o nosso apreço e o que nós estamos vendo aqui é a maior vergonha que eu já pude ver algum dia, em todo o tempo que eu passei dentro desse Legislativo. Eu saio envergonhado, saio triste e saio decepcionado.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Antônio Carlos Magalhães. Pela ordem, com a palavra, o Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, Senador Renato Casagrande, Sr. Relator, Senador Demóstenes Torres, eu realmente quero declarar minha decepção sobre esta CPI, que foi constituída exatamente para desvendar uma série de irregularidades, para desvendar uma verdadeira quadrilha que se formava, que se formou e continua tendo tentáculos dentro de instituições, que são instituições servidoras do povo brasileiro, que são mantidas pelo dinheiro, pelos recursos do povo brasileiro e que realmente o Senador Demóstenes Torres nos deixa fios de esperança, quando nos entrega um relatório que seria o relatório que deveríamos aprovar nesta CPI e, por conseguinte, serem tomadas as medidas cabíveis contra a verdadeira gangue que se estabeleceu e que fomentou a corrupção, principalmente nas campanhas eleitorais e alimentando mensalões e mensalinhos, que foi muito bem apurado lá na Câmara dos Deputados.

Quero dizer aos senhores, principalmente àqueles que estão nos assistindo, que não se decepcionem com as instituições. Essa instituição Parlamentar chamada, denominada Senado Federal e a Câmara Federal, que constituem o Congresso Nacional, elas têm que ser respeitadas porque elas são o sustentáculo da nossa democracia. E nós nitidamente observamos que existe interesse político de desgastar a nossa democracia; uma democracia que está se fortalecendo.

Nós passamos por um período que eu tive oportunidade de passar, pelo período do regime que chamavam de regime de ditadura Militar, passei por lá, e realmente agora que nós estamos restabelecendo a nossa cultura de democracia. E, de repente, eu credito isso muito à negligência ou à má intenção do Governo, quando eu falo o Governo, eu falo do Executivo, no sentido de desgastar o Legislativo, de desgastar o

Judiciário; ninguém aqui é inocente, ninguém aqui é bobo. Para nós não começarmos a pensar nisso, nesse processo que quer destruir a democracia e que Sr. Hugo Chávez está dando o exemplo claro, porque ele está fazendo isso "na marra", e aqui nós estamos tendo, assim, um sentimento, uma sensação que isso está sendo provocado "por baixo dos panos", para que o próprio povo não acredite mais na justiça, não acredite mais nos legisladores e venha a ficar com o Governo de um homem só.

Então, eu quero dizer a minha decepção desses poderes ou do nosso Poder do Legislativo receber interferências do Executivo e até do Judiciário. Nós somos um poder independente, mas o que nós vemos claramente é que o Governo interfere nitidamente na Câmara dos Deputados, faz o que bem entende, aprova o que bem entende lá. Por quê? Porque tem como fazer isso, de maneira lícita ou ilícita, e uma das fontes ilícitas é justamente a INFRAERO, é que queriam impedir essa CPI para não ser investigada a INFRAERO, porque era grande fonte de recursos para promover essas corrupções.

E a outra questão é a questão da força do poder autoritário do Executivo porque ele que lida diretamente com dinheiro, com verbas e tenta passar para o Legislativo que, na tentativa de nos desmoralizar, que nós praticamos atos que o povo não merece receber.

Então, eu quero registrar aqui meu descontentamento, o meu protesto contra todo esse trabalho que esta Comissão fez, contra todo o trabalho que o Senador Demóstenes Torres nos apresenta, que é um trabalho sério, um trabalho que dignifica os Poderes. Por isso, eu peço que as pessoas que nos assistem, que estão assistindo a cada dia questões sérias se passando no Poder Legislativo, não deixem de acreditar nessas instituições. Essas instituições, se alguém desonra, são alguns poucos homens ou mulheres que aqui estão representando, de maneira indevida, o povo brasileiro. Mas continuem confiando, quando nós deparamos com Senadores como o Senador Demóstenes Torres, como o Senador Renato Casagrande, que fez um trabalho brilhante como Relator, já em diversas Comissões aqui na Casa.

Então, eu peço para que todos continuem a dar crédito a esta instituição importante, que é um dos sustentáculos, repito, da nossa democracia. E saio daqui decepcionado porque não estou acostumado a isso não. Minha profissão é médico. Estou exercendo uma função Legislativa há cerca de cinco anos e não estou acostumado a ver espetáculo circense em locais sérios, como é o Senado Federal.

Então, quero prestar minha solidariedade a todos os companheiros que se manifestaram da maneira contrária a esta... A este bloqueio do uso do poder desta Casa, pelo poder da força do Governo, e quero prestar minha solidariedade e meus parabéns ao Senador Demóstenes Torres, pela sua competência, pela sua seriedade e por honrar esta Casa. Muito obrigado, Senador Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, ao senhor, Senador Papaléo Paes. Pela ordem, o Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Renato Casagrande, Senador Demóstenes Torres, eu queria fazer uma colocação. Eu já... Eu perdi uma votação da CCJ, de 20 a 1. O único voto contrário foi o meu. Naquele momento, Presidente Casagrande, eu defendia que eu entendo que tinha sido quebrada a Constituição, na votação do Conselho de Ética; uma interpretação minha, com consulta a juristas e defendi minha posição, simplesmente não abandonei a posição.

Para V. Exa. ter uma idéia, o Senador João Pedro ainda nem leu o relatório dele. O Senador João Pedro nem leu o relatório dele. Eu vi aqui o Senador Demóstenes trabalhar assiduamente, tomar isso realmente como um trabalho firme de Senador, acompanhei, vim aqui algumas vezes, ele sozinho aqui com o Senador Mário Couto, tomando os depoimentos, fez o trabalho dele, está aqui sozinho com um relatório para uma votação.

No entanto, alguns Senadores se retiraram do recinto sem nem ouvir o relatório do Senador João Pedro. Isso não é democracia.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Me permita. Só para objetar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem o aparte V. Exa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): O relatório do Senador João Pedro está na mão de todos, eu mesmo acabei de ver na imprensa—

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, mas ele não leu--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador João Pedro ontem ficou de me mandar o voto em separado, não é obrigação dele—

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, mas ele—

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Ele não mandou. Eu fiquei de mandar meu voto na quinta-feira para todos os Senadores e mandei--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está certo. Eu não estou falando de V. Exa., não--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): então, o voto do Senador João Pedro, não sei se por culpa dele, já é conhecido porque foi divulgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, Senador Demóstenes, o que eu quero dizer é o seguinte: Ele não cumpriu o ritual Parlamentar do Regimento de ler o seu relatório.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Ah, perfeito. Isso é verdade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esse ritual tem que existir—

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Claro, sem dúvida.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele tem que ser observado. Isso é um respeito à função de Senador. Isso não foi observado aqui. Simplesmente se jogou para a platéia, se deu tapa na Mesa e foi embora. Eu acho que eu, por exemplo, Senador Casagrande, comigo, voto aberto ou fechado, cada um sabe como eu vou votar antes de ser o voto aberto ou fechado, a minha personalidade é clara, e a de V. Exa. também é um homem firme que, para nós, voto aberto ou fechado é indiferente, todo mundo sabe o nosso votantes da votação. E é isso que o Relator quer; saber conhecer aquele que vota, como ele vota, não ficar ali ensaboado, vai não vai, pula na hora para um lado ou para outro.

Então, me sinto realmente entristecido com essa posição de se sair, quando existe uma idéia, ou existe um clima de que vai se perder no voto. A democracia é assim: uma hora você perde, uma hora você ganha. Tem que estar firme na posição até o final. Essa é minha posição, já perdi, ganhei, mas nunca saí. Eu nunca saí. Você tem que ter coragem para perder, para ganhar e discutir as suas idéias. Passar para o eleitorado as suas idéias. Então, esse é o meu objetivo aqui, da minha passagem pelo Senado. Muito obrigado por V. Exa. ter me dado a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): De nada, Senador Wellington. Senador Tasso Jereissati, eu vou passar a palavra ao Senador João Pedro, que vai apresentar o seu relatório. Mas, eu sei que V. Exa. quer pela ordem. Antes de o senhor pedir, eu já vou lhe passar a palavra, pela ordem, para fazer o seu posicionamento político.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Sr. Presidente, pela deferência e pela oportunidade. É importante deixar registrada a nossa... De nossa parte, do PSDB, nas oposições, e eu falo, com certeza, em nome de grande parte da opinião pública brasileira, que tem estado indignada com... Estado indignada com todos os escândalos de corrupção, de falta de competência, falta de espírito público, que têm acontecido no meio do Executivo, no meio do Legislativo, no meio político.

Eu acho que é fundamental para nós, políticos brasileiros e principalmente Senadores brasileiros, fazermos um esforço muito grande para reconstruir a credibilidade das instituições, principalmente do Senado Federal. A democracia é que entra em risco quando essa credibilidade está em jogo. E aqui nós estamos vendo novamente, nessa CPI, uma Comissão em que foi instalada, com grande expectativa da opinião pública, num momento importante de reconstrução da nossa credibilidade, em que a opinião pública estava indignada não somente com os escândalos, mas, nesse caso específico, com as tragédias que ocorreram, em função da incompetência e da corrupção em que nós estamos montando, mais uma vez, uma encenação, uma grande encenação nessa Casa, para encobrir tudo aquilo que foi verificado, foi comprovado, foi, de uma maneira insistente e até minuciosamente investigado, nessa Casa. E, novamente, o Governo, principalmente através das suas lideranças nessa Casa, ao invés de mostrar que quer a moralidade no país, que quer ver realmente extirpado tudo aquilo que é irregular, vem montar, usando da sua maioria, uma grande encenação para encobrir tudo aquilo que foi investigado.

Essa denúncia, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de vir aqui fazer. Essa denúncia, nós vamos fazer, se isso vier realmente a acontecer, nós vamos fazer no Plenário, nós vamos fazer na imprensa, mas o que está se montando, neste momento, nessa Comissão, e quero dizer do respeito enorme que tenho pelo Presidente Senador Tião Viana e pela Presidência que V. Exa. ocorre agora. Sei dos propósitos de V. Exa., portanto, não V. Exa. nem o Senador Tião, têm nenhuma culpa diretamente pelo assunto, mas a base do Governo está montando uma grande encenação, o que é uma lástima, o que faz-nos descrer cada vez mais de uma possibilidade a sério de diálogo com o Governo para assuntos de maior importância. Muito obrigado pela sua deferência.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Tasso Jereissati. Com a palavra, o Senador João Pedro, para fazer a leitura e apresentação, ou a leitura ou apresentação. Eu gostaria de chamar o Senador João Pedro para compor a Mesa e fazer aqui, do meu lado esquerdo, a leitura do seu relatório.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem—

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Romero Jucá--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Apenas para registrar que, como o relatório está distribuído já, talvez, o Senador João Pedro pudesse fazer um comentário sobre o relatório, mas necessariamente não seria necessária a leitura--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador João Pedro, acho que vai levar em consideração a sugestão do Senador--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Eu gostaria de ter acesso, embora seja conhecido pela imprensa, eu não conheço.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --Romero Jucá. Com a palavra, da forma como desejar, apresentação... Está bom... Do Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, em primeiro lugar, eu quero dizer ao Senador Demóstenes que ontem tomei a liberdade, a iniciativa de anunciar ao Senador Demóstenes, Relator da CPI, que iria repassá-lo o meu voto para ele conhecer, num gesto democrático, num gesto que ajudaria essa Sessão, no debate. Lamentavelmente... E eu assinei. E a nossa assessoria ficou de coletar mais três assinaturas. E foi essa a demora, que não foi repassado ontem, mas foi remetido hoje, porque hoje de manhã eu perguntei para nossa assessoria se V. Exa. já tinha recebido este relatório. Foi a primeira coisa que eu fiz hoje no Senado.

Srs. Senadores, é preciso... Eu pedi vista, pedi vista, estou tranqüilo no que diz respeito... Se eu estiver atrapalhando, eu peço desculpa.

[risos].

Eu estou tranqüilo no que diz respeito a discutir o relatório do Senador Demóstenes. Primeiro, eu quero dizer que eu considero o Senador Demóstenes um dos grandes Senadores que compõem o Senado da República.

Eu estive presente aqui, não 100%, mas estive presente na CPI, participei da CPI e tenho condições de travar alguns debates aqui. E o voto em separado, eu quero dizer para os Srs. Senadores que estão aqui, para a imprensa que está aqui, que o voto em separado que eu estou apresentando aqui mantém, mantém... E amplia o rigor, o rigor do relatório do Senador Demóstenes. Mantém o mesmo rigor.

Agora, o relatório, e eu quero fazer um comentário, eu quero fazer este comentário, o relatório do Senador Demóstenes, ele construiu uma lógica neste relatório. E eu vou mostrar, com fraternidade, com fraternidade, ao empenho, ao trabalho, de que o meu voto ajuda a CPI, ajuda o Brasil, ajuda a sociedade nesta polêmica.

As saídas. Eu quero dizer para os Srs. Senadores e lamento profundamente o pouco espírito democrático para se travar esse debate aqui. A votação não pode ser a votação da base aliada, a votação tem que ser a votação da Comissão de Ética, da CPI. E é lamentável que parcela expressiva, significativa da CPI se ausente do debate. Essa é uma hora de nós confrontarmos.

Srs. Senadores, por exemplo, por exemplo, a conclusão do parecer do Senador Demóstenes não entra numa das diretorias mais importantes, mais importantes da INFRAERO, que é a Diretoria de Operações, Diretoria de Operações. O foco do trabalho do Senador Demóstenes ele vai na direção da Diretoria Comercial, da Diretoria Comercial... Essa é a principalidade do relatório, Diretoria Comercial. E eu posso dizer, para mim, não está aí a crise. Não está aí... Não está neste ponto a crise que o Brasil viveu.

Num segundo momento, o Senador Demóstenes trabalha com a Diretoria de Engenharia, de Engenharia... Não vai, não vai... E o meu voto vai, o voto em separado vai a fundo para tratar a associação, ABMA, esse é um problema sério que impediu a modernidade desse espaço importante, relatório do Senador Demóstenes trata isso, são mais de cinco mil pontos de mídia que existem nesse Brasil, e o relatório se atém, por exemplo, à Aeromídia, uma empresa pequena, Srs. Senadores. O grosso, a grande fatia que compõe a ABMA não foi atacada.

O voto em separado aqui apresenta uma proposta de Projeto de Lei, tirando lições desse grave acidente da TAM. O voto em separado está tratando aqui de uma proposta. O nosso voto em separado, ele procura fazer justiça como, por exemplo, com o Procurador Paulo Roberto. Absolutamente não tem por que o Procurador da República seja arrolado da forma como o Senador Demóstenes tratou. O ex-dirigente da INFRAERO, atual Deputado Federal, Carlos Wilson, eu gostaria de ler aqui, Sr. Presidente, na página 17 do meu voto em separado, na página 17 do meu voto em separado, a opinião de um Juiz, na página 17, Srs. Senadores, sobre o Deputado e ex-dirigente da INFRAERO, Carlos Wilson: "Destaque-se que, em decisão de 10 de outubro, 10 de outubro, o Juiz Federal, Dr. Maurício Kato indeferiu a quebra do exigir bancário, fiscal e telefônico do Deputado Carlos Wilson, afirmando não haver fundada a suspeita para o afastamento das garantias Constitucionais". Mais adiante. "A notícia trazida aos autos pela parte autora revela a tentativa de averiguar possível ocorrência de ilícitos administrativos, sem qualquer precisa indicação de que os requeridos, entre eles, o Deputado Carlos Wilson, praticaram os atos

de improbidade administrativa, amparada em mero relatório preliminar do TCU sobre possíveis, de mero relatório preliminar do TCU sobre possíveis irregularidades na concorrência da INFRAERO, o que não se mostra suficiente para caracterização de indícios de recebimento de propina pelos réus".

Srs. Senadores, Sr. Presidente, o voto em separado que apresento dá um encaminhamento a Sra. Silvia Pfeiffer, que participou aqui do debate e penso que ela foi a única que confessou ilícitos aqui. Foi a única. Então, nós estamos fazendo um encaminhamento acerca dessa questão e de outros diretores que constam no relatório, e vou passar a ler aqui o final, a conclusão, na medida em que todos os Senadores tenham em mão aí o...

Vou ler essa página 38 aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores: "Com base nos artigos 132, do § 6º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, apresentamos voto em separado no relatório final da CPI do Apagão Aéreo: 'Diante da recuperação dos fatos expostos, se torna imprescindível a realização das recomendações e das sugestões de indiciamentos feitos no relatório final, apresentado na última quarta-feira. Destacamos que o critério utilizado para a exclusão, inclusão ou alteração dos pedidos de qualificação de condutas levou em conta os documentos e depoimentos colhidos pela CPI e as recentes decisões da Controladoria Geral da União. Somos, portanto, pela aprovação deste voto em separado, que incorpora o texto já apresentado pelo Relator, com as seguintes alterações: 1ª) Inclusão da recomendação à Aeronáutica e à ANAC de que aeronaves de Aviação Civil tenham as mesmas normas de segurança de um avião presidencial. 2) Inclusão e recomendação à ANAC, INFRAERO e empresas de que a lista de passageiros seja divulgada imediatamente após a confirmação de acidentes aéreos. 3) Inclusão da recomendação à ANAC para que, com base nos incisos 12 e 16 do art. 8° da lei 11.182/2005, realize auditorias no sistema de manutenção das empresas TAM, GOL e VARIG. 4) Inclusão da recomendação da realização de auditorias específicas pelo TCU e pelo CGU, para apurar a regularidade da venda de espaços comerciais e publicitários em todos os Aeroportos brasileiros. 5) Inclusão de uma recomendação à INFRAERO para que aproveite o *software Advanced* V2, para venda de espaços publicitários nos Aeroportos, uma vez que as licenças dos *softwares* só foram pagas, já foram pagas, não faz sentido a não utilização do mesmo para centralizar a venda de espaços de mídia. 6) Inclusão da recomendação à INFRAERO, IBGE, Caixa Econômica Federal e TCU para que o capítulo sobre obras Aeroportuárias no SINAPI, Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil, esteja finalizado até o final do ano de 2007. 7) A inclusão dos PL 464, 471, 472/2007, e das PEC 43 e 71/2007, entre as proposições legislativas que têm o apoio da CPI. Tratam-se de proposições que buscam aperfeiçoar o aparato legal relativo às agências reguladoras. 8) Inclusão no relatório final das sugestões relativas ao aperfeiçoamento do marco regulatório da aviação brasileira, feitas pela Subcomissão Temporária de Regulamentação de marcos regulatórios do Senado Federal. 9) Exclusão da qualificação de conduta, sugestões de indiciamento da servidora de carreira Procuradora Federal, Procurador Federal Paulo Roberto Gomes de Araújo. 10) A exclusão do Ex-Presidente da INFRAERO, Carlos Wilson, nos itens 09, irregularidades de INFRAERO, análise de conduta, e 10, classificação de conduta, do relatório final da CPI do Apagão Aéreo. 11) Exclusão do Sr. Aristeu Chaves Filho, dos itens 09, de irregularidade da INFRAERO, análise de conduta, e 10, qualificação de conduta, no relatório final da CPI do Apagão Aéreo. O Sr. Aristeu não é sequer funcionário da INFRAERO. Foi incluído no relatório por supostamente ter apresentado Michel Farah, sócio da empresa FS3, e Fernando Brendaglia, ex-Diretor comercial da INFRAERO, para que celebrassem contrato. Durante a investigação, com base nos depoimentos colhidos, atesta-se que o Sr. Aristeu Chaves Filho não apresentou o Sr. Michel Farah, que sequer conhecia o Sr. Fernando Brendaglia, assim como não demonstrou qualquer interesse na compra do *software*. Destaca-se ainda a inexistência de qualquer vinculação ou irregularidade entre as empresas do Sr. Aristeu e a INFRAERO. 12) Exclusão do Sr. Eurico Loyo nos itens 09 e 10. Os fatos delituosos que foram imputados ao Sr. Eurico Loyo pelo relatório final da CPI, não encontraram, no plano dos fatos, nenhuma base empírica, sendo que não existe nos autos da CPI nenhum elemento probatório mínimo que, de modo satisfatório e consistente, revele o cometimento de crimes ou de atos de improbidade. A acusação contra Eurico Loyo está centrada na entrevista a Sra. Silvia, no entanto, a licitação que teria dado origem à suposta propina foi realizada antes do ingresso do mesmo na INFRAERO. Além disso, ao responder à interpelação judicial sobre o assunto, a acusadora negou em juízo o conteúdo das acusações. 13) Exclusão do crime... 13) Exclusão do crime previsto no art. 288, *caput*, formação de quadrilha, do Código Penal, na qualificação de conduta, sugestão de indiciamento de Fernando Brendaglia de Almeida; Josefina Vale de Oliveira Pinha; Mariângela Russo/ Érica Silvestri Duttweiler. 14) Exclusão da Sra. Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores dos itens 09, irregularidades [ininteligível] de conduta, e 10, qualificação de conduta do relatório final da CPI

do Apagão, argumentos expostos na justificativa do voto em separado. 15) Exclusão do Sr. Marco Antônio Marques de Oliveira dos itens 09 e 10 do relatório da CPI do Apagão Aéreo. O Sr. Marco Antônio foi inserido no relatório por supostas irregularidades nas obras do Aeroporto de Cuiabá, no entanto, não foi responsável por diversos atos que vêm sendo questionados, situação já reconhecida pelo TCU, e precisou adiantar as obras do Aeroporto em virtude de um laudo do CREA, que atestava a precariedade das instalações e o risco aos passageiros. 16) Exclusão do Sr. Fernando Brendaglia de Almeida dos itens 09 e 10, do apagão aéreo. 17) Exclusão do Sr. Wellington Moura dos itens 09, irregularidades, e 10, no relatório. Não foram detectadas, entre os documentos da CPI, maiores evidências de que o Sr. Wellington tenha praticado qualquer ato de corrupção. Além disso, há evidências suficientes para afirmar que a compra do apartamento em Recife foi feita com recursos próprios, não guardando relação com os casos investigados pela CPI".

Gostaria de fazer um comentário aqui, Sr. Presidente, Relator Demóstenes, o senhor Wellington, ele... Ele esteve no meu gabinete. E levou... Eu tenho aqui os comprovantes de pagamento do apartamento que ele comprou de uma outra pessoa. Disse: "Olha, eu tenho 32 anos, passei 29 anos como superintendente, e eu comprei o apartamento. É verdade. Eu comprei, estão aqui os pagamentos todos". Então, não é verdade...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Pagou quanto?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O total... Posso ver aqui esse total aqui. Está aqui... Banco do Brasil. Tem aí...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Qual o valor que ele pagou?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): De cabeça, agora eu não sei. Eu tenho que ver.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Ele pagou 180 mil num apartamento que vale 400.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Item 17--

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Esse aí, me parece, até não quero discutir com V. Exa. agora, mas V. Exa. confia no Ministro Hage, acha que ele é um homem sério?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Ele demitiu esse que V. Exa. está excluindo por ser um homem honrado--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, ele é da INFRAERO.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): --Por corrupção. Mas nós estamos discutindo INFRAERO; ele foi demitido por corrupção pelo Ministro Hage, que é do PT, que é do Governo de V. Exa.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Vamos lá, vamos em frente. Vamos em frente. "18) Exclusão da Sra. Márcia Gonçalves Chaves do item... Dos itens 09 e 10 do relatório final da CPI do Apagão. Márcia trabalhou na INFRAERO durante 29 anos e não foi responsável pela idealização da contratação do *software* Advanced V2. Os encaminhamentos dados pela funcionária ao processo foram meramente protocolares. 19) Inclusão da qualificação de conduta da Sra. Silvia Pfeiffer pela prática dos seguintes crimes: arts. 288, 333, corrupção ativa do Código Penal, art. 1, § 1º, incisos I e II, lavagem de dinheiro; lei 9613/98, art. 10, inciso IV, c/c o art. 3., improbidade administrativa. 20) Inclusão da qualificação de conduta do Sr. José Oliveira Sobrinho pela prática dos seguintes crimes: art. 89 da lei 8666, os inciso IV, c/c o art. 3º, da lei 8492/92. Tal inclusão é mero desdobramento dos fatos já relatados na proposta de relatório final, já que ficou clara a influência negativa da ABMA no direcionamento das decisões tomadas pela Diretoria Comercial da INFRAERO, com destaque ao período em que o Sr. Tércio Ivan de Barros foi Diretor Comercial".

Sr. Presidente, era isso. Eu vou ver aqui o valor desse apartamento, que eu não sei de cabeça.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Eu tenho aqui.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para olhar aqui. E já depois eu respondo para V. Exa.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Concluiu, Sr. Relator, Senador João Pedro? Com a palavra, primeiramente... Com a palavra, primeiramente, o Senador Demóstenes Torres, Relator desta CPI, para os seus comentários com relação ao tema.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Senador João Pedro, Srs. Senadores, eu sei que aqui nós estamos vivendo um jogo político. Não há como dissociar essa... Infelizmente, nós chegamos num momento em que o Governo se reúne para tentar salvar aos seus.

Agora, o que eu não aceito, é estar escrito aqui que, na última quarta-feira, foi apresentado um relatório politizado e carregado de impressionismo. Não é verdade. Tanto não é verdade, que foram detectadas duas máfias no mínimo. Uma das máfias é uma máfia de Curitiba, cujo líder, cujo chefe de quadrilha, era o Sr. Carlos Alberto, que era Secretário Municipal de um Governo que era do PFL. E eu o incluí e incluí a

todos. Não retirei ninguém do PFL, que posteriormente se transformou em Democratas. Então, não foi um jogo político.

E mais. Nós sabemos muito bem que o processo, ele se divide em algumas etapas. O que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito? É um momento primeiro, onde se faz uma investigação. Tem... É similar a um Inquérito Policial. Por isso é que a pessoa é chamada de indiciada. Quando o Promotor ou Procurador da República oferece uma denúncia, ele é chamado de denunciado. E só depois que o Juiz dá uma sentença, é que ele é chamado de condenado.

Em todas essas fases, em todas essas fases, vige um princípio que se chama: "Em dúvida, em favor da sociedade". Se houver dúvida. Então, basta colher um indício para que a investigação tenha que continuar. O papel da CPI é não interromper a investigação. Nosso papel é colher esses indícios e levá-los adiante. Não é verdade também que V. Exa. manteve ou ampliou o rigor. Ao contrário, V. Exa. fez um voto calcado nas suas convicções, o que é normal. Isso não... V. Exa. tem essa convicção. Eu respeito. Mas não se pode dizer que foi mantido o rigor.

Por outro lado, não foi investigada a Diretoria de Operações, primeiro, do Brigadeiro Frederico Veiga e, segundo, do Brigadeiro J. Carlos, por um motivo muito simples: Em nenhum lugar na Procuradoria Geral da República, no Tribunal de Contas da União, na Polícia Federal ou no Ministério Público Federal, constam eles como investigados. Eu não teria dificuldade alguma. V. Exa., lá no final, está propondo indiciamento de uma pessoa que nós não investigamos. Por mim, não tem problema nenhum. Se quiser indiciar o Fernando Henrique Cardoso, eu concordo. Agora, ele não foi investigado. Se quiser indiciar o Lula, eu concordo. Ele não foi investigado. Não apareceu nada aqui para que eu pudesse cometer a leviandade de buscar uma pessoa que não foi sequer mencionada. Esses dois sequer foram mencionados.

V. Exa. diz que o Presidente da ABMA, disse José Oliveira Sobrinho não foi investigado. Foi sim, senhor. Ele foi investigado e consta no pedido de aprofundamento das investigações um pedido contra ele. Eu não recolhi os indícios para que ele pudesse ser investigado. Só para relembrar: Quem é esse senhor? É o Presidente da Associação Brasileira de Mídia Aeroportuária. Nós temos certeza de que ali também existe um esquema de corrupção muito grande. Esse esquema, a idéia era desmontá-lo, montando ou fazendo a mídia de uma forma computadorizada. O esquema foi muito bem concebido. Mas a FS3 foi um esquema de um banditismo puro, a ponto, e aqui eu quero relembrar, aqui, o Senador Wellington Salgado, no início da investigação, quando ele esteve aqui, e estava sendo ouvido, se não me engano, o Fernando Brendaglia ou alguém da empresa, ele falou: "Mas quanto é que custava o *software* do senhor?" "26 milhões de reais. 26 milhões e 600". O Senador Wellington disse para ele: "Pois eu gerencio toda minha rede de faculdade com 800 mil reais".

Então, não é a concepção que é equivocada. É a fraude montada para fazer isso. Então, agora os senhores vejam bem, olha só a incongruência que nós estamos vivendo nesse momento. Agora, no mês de setembro, agora, no mês de setembro, o Ministro Jorge Hage Sobrinho demitiu, por corrupção, demitiu, o Sr. Fernando Brendaglia de Almeida, a Sra. Márcia Gonçalves e o Sr. José Wellington Moura. Eles foram demitidos por corrupção, junto com outros indiciados, Mariângela Russo, Adenauer Figueira Nunes, Mário de Ururahy, foram demitidos pelo Procurador Geral da União. Como é que vamos tirar eles daqui? Não tem como nós tomarmos uma atitude dessas. São nove pessoas que estão sendo incluídas... Estão sendo excluídas.

O Procurador Paulo Roberto, eu tentei, de todas as maneiras, falar para ele: "O senhor é Procurador, o senhor tem uma obrigação legal, o senhor pode ter levado isso". Mas ele assumiu a culpa de ter levado junto com a Denise Abreu. O que é que eu posso fazer? Também não tenho vontade nenhuma em indiciar o Procurador, mas a norma foi montada; ele era o Procurador; ele acompanhou e ele disse que a norma tinha validade numa parte, não tinha na outra, e veio a Juíza Federal aqui dizer que ele tinha participado, junto com a Denise Abreu, naquela pantomima para liberar a pista de Congonhas.

Então, não sou eu que estou excluindo, eu até... Eu ainda tentei, por diversas vezes: "Diga que o senhor foi lá obrigado, que essa norma lhe foi apresentada como válida". Mas ele também assumiu a culpa. Como é que eu vou excluí-lo?

O indeferimento de quebra de sigilo do Sr. Carlos Wilson, isso não quer dizer absolutamente nada. Nós indeferimos aqui e, lá, na peça produzida, o Juiz chegou à conclusão de que as peças apresentadas, no caso de São Paulo, eram insuficientes. Já tem recurso. Nós temos aqui um grande número de procedimentos, um grande número de procedimentos que prova que o esquema foi montado da seguinte forma: Foram trazidas pessoas de Petrolina. Vamos esquecer o esquema de Curitiba porque esse está aprovado. Não dá dúvida quanto à manifestação. O Senador Carlos Wilson tinha um profundo relacionamento em Petrolina. Ele convidou para fazer parte da diretoria o Sr. Fernando Brendaglia, que foi demitido agora por

corrupção. O Sr. Fernando Brendaglia tem depósito, na conta dele, de gente que participou da "Operação Vampiro", que esteve lá na "Operação Vampiro", desse Sr. Aristeu, que é o empresário que, segundo V. Exa., não pode participar porque ele não era nem empregado da INFRAERO. Olha aqui, "150 mil reais depositados pela INFRAERO, na empresa Vale Export, do Sr. Aristeu". A que título? Porque ele só pode exportar frutas. E ele... Obviamente, arrumaram uma maneira de patrocinar uma feira para o senhor, uma feira, está aqui, Nacional de Agricultura Irrigada. E qual era o objeto da Vale Export, além da exportação naturalmente, da associação dos exportadores? "Promover condomínios residenciais para idosos e deficientes físicos; atividades de assistência psicossocial e à saúde de portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente".

Em relação ao Eurico Loyo, o Eurico Loyo, e o próprio Fernando Brendaglia tinha uma filha dentro dessa empresa FS3. Tinham três empregados. Uma, era filha do Sr. Fernando Brendaglia. A empresa do Sr. José Wellington, melhor dizendo, José Wellington. O senhor Fernando Brendaglia esteve aqui depondo; a quebra do sigilo dele revela uma série de ligações com o Sr. Aristeu; são quase 800 minutos de ligação. O Sr. Eurico Loyo, ele tinha ligação com a empresa chamada ATP, além de ser conhecido como homem da mala, como operador, ele também, essa empresa que foi contratada, ATP, foi contratada em Goiânia para fazer o Projeto Executivo, foi contratada no Rio de Janeiro, era de uma sobrinha dele, casada com o sobrinho dele. Ele... Essa empresa também foi contratada em Pernambuco, numa investigação que nós não chegamos ao final, para fazer a fiscalização.

Então, eu concluo o seguinte: Não adianta aqui eu ficar jogando conversa fora, não é verdade? As provas são abundantes. As provas, elas assistem. Os senhores, como eu, nós temos uma responsabilidade Constitucional, que é não desmoralizar o Senado. Nós fizemos uma investigação.

Em relação ao Sr. Carlos Wilson, nós temos que ter duas conclusões: Foi montado um esquema; dispensadas as licitações ou feitas licitações de técnica e preço; colocado em um lugar um braço jurídico; no outro, um braço de engenharia; no Brasil todo, foi feito da mesma forma, ou com superfaturamento ou com sobrepreço, tudo devidamente confirmado. Ele, sendo Presidente da INFRAERO e tendo assinado diversos atos, nós temos uma conclusão. Ou ele era o chefe de todo o esquema, o chefe da quadrilha, ou ele tinha desenvolvimento mental incompleto ou retardado. Ele não tinha condição de estar lá.

Agora, para quem foi Governador de Pernambuco... Um dos Estados patronos da cultura nacional. Não dá para a gente desconhecer isso. Eu reconheço que V. Exa. tem que fazer essa parte. Reconheço até que é convicção de V. Exa., mas esse voto que eu proferi e que eu sustento, que eu não modifico, ele foi feito com base em estudos que eu fiz, que os senhores me ajudaram a fazer; foram feitos juntamente com o Ministério Público Federal, com Ministérios Públicos Estaduais; foram feitos, esses estudos, com a Controladoria Geral da União. Muito do que eu aqui concluí foi feito à custa de um trabalho excepcional que o Controlador Geral da União fez, o Ministro Hage, da Polícia Federal, nós tivemos aqui um delegado extremamente honrado, o Renato Sayão, acompanhando todo o nosso trabalho. De sorte que algumas conclusões, por exemplo, por que é que a Silvia Pfeiffer não foi indiciada? Porque ela já está indiciada. É *bis in idem*. Eu vou repetir... A Silvia Pfeiffer está indiciada. Como é que eu vou recomendar o indiciamento de alguém que está indiciado?

Por fim, para não ficar cansando os senhores. O que eu tenho a dizer é em relação à inclusão, aqui, por exemplo, não por fim, porque eu gostaria de fazer um comentário acerca da exclusão do Sr. Marco Antônio, se não me engano, que era o Superintendente do Centro-Oeste, Marco Antônio Marques de Oliveira; nós temos tudo documentado; ele pagou à Construtora Triunfo dois milhões e meio a mais, por obra não realizada. A empresa que foi contratada a *posteriori* teve que repetir o serviço, ou seja, teve que fazer de novo a obra. Ele não está indiciado por quadrilha. Nós temos todas as provas, a construtora é a Construtora Triunfo. Veio o Procurador da República de Cuiabá aqui e repetiu para todos nós o que tinha sido feito lá.

Em relação a esse Sr. José Oliveira Sobrinho, já disse, ele está sendo feito o pedido de aprofundamento das investigações. Em relação... Qual é a pessoa aí do Governo, que os senhores estão incluindo aí agora, Senador? Do Governo Fernando Henrique. Não, está sendo incluído alguém, lá atrás. Tem, está inclusão de fulano de tal. Cadê isso?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sílvia...

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Sílvia e do José Oliveira Sobrinho.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Ah, muito bem. Então, é isso. Exatamente. Se quisesse incluir o Fernando Henrique, eu digo e repito: para mim, não tinha problema nenhum. Mas eu não o investiguei.

Então, o que eu quero dizer para os senhores é que as conclusões estão evidentemente prontas; os senhores têm maioria para ganhar, mas eu tenho consciência de que o meu trabalho não foi político, não foi

um trabalho dirigido, sob quem quer que seja, eu não conheço o Sr. Carlos Wilson; conheci porque alguém pediu para eu receber e recebi. Ouvi suas ponderações, respeitei, a pedido de todos os senhores, para que ele não viesse aqui; ele não foi convocado. Eu pedi a quebra do sigilo dele, os senhores me negaram, mas os indícios contra ele são veementes.

Por sorte que eu mantenho o voto em separado, que eu proferi... Perdão, o voto que eu proferi, e me resguardo para fazer as considerações finais, após a manifestação dos Srs. Senadores, se houver.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Continua em discussão o relatório. Algum outro Senador deseja discutir o relatório do Senador João Pedro? Senão, eu vou colocar em votação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Casagrande, só queria fazer uma colocação. Nós temos que respeitar o trabalho feito pelo Senador Demóstenes Torres. Participei aqui de muitas audiências realmente, eu vi a dedicação com que ele conduziu esse trabalho, uma dedicação de quem o conhece, sabe que, quando ele pega uma causa, ele vai firme e, muitas vezes, tenho até posições contrárias ao Senador Demóstenes, posições contrárias políticas, às vezes, também de interpretação, mas V. Exa. sabe que eu tenho o maior apreço por V. Exa., também o maior respeito e, muitas vezes, queria tê-lo no meu time, sempre digo isso para V. Exa.

Ao mesmo tempo, vejo que o relatório do Senador João Pedro leva acoplado o relatório do Senador Demóstenes. Não é isso, Senador João Pedro? Com as devidas alterações. Então, eu tenho, vou dar o meu voto, mas fico também tranqüilo, eu não vou falar tranqüilo, fico com a minha consciência atendida, porque tenho certeza que o voto de V. Exa. será acoplado ao voto e irá caminhar... O caminho que for, será sempre junto com o voto do Senador João Pedro. Então, isso me deixa tranqüilo para fazer o meu voto porque não será simplesmente como aqui foi colocado, rasgado e jogado no lixo, de maneira alguma. Isso não vai acontecer. Só isso que eu queria colocar, Senador Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vou pôr em votação. Vou colocar em votação, explicar: O relatório que vai ser votado é o relatório do Senador Demóstenes Torres. Votação, votação...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Demóstenes Torres está solicitando votação nominal. Será feita, então, votação nominal. Vou pôr em votação. Como tem a lista dos... Como vota... Primeiro, a votação do relatório do Senador Demóstenes Torres. Quem votar "sim", vota pelo relatório do Senador Demóstenes Torres. Quem votar "não", vota contra o relatório do Senador Demóstenes Torres.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E depois?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Posteriormente, vamos ver o resultado; se for vencedor, fim do processo; se for derrotado, votaremos voto em separado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Cabe requerimento para poder... Cabe requerimento ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Cabe requerimento, mas eu acho que nós podemos fazer, Senador Wellington, se V. Exa. concordar, dessa forma.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. eu acompanho sempre. Quase sempre, não é, Exa?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Como vota o Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior? Ausente. Senador Demóstenes Torres?

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Demóstenes Torres, sim. Senador José Agripino, ausente. Senador Mário Couto, ausente. Senador Sérgio Guerra, ausente. Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador João Pedro, voto conhecido, voto não. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Leomar Quintanilha, ausente. Senador Gilvan Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nenhum dos suplentes. Senador Valdir Raupp, desculpa, Senador. Não... Votos "não", seis dos senhores presentes; votos "sim", o senhor Relator Senador Demóstenes Torres. O relatório do Senador Demóstenes Torres foi rejeitado. Designo Relator do Vencido o Senador João Pedro, e submeto a votação o Relatório do Senador João Pedro. Chamarei as pessoas presentes. Senador Gilvan Borges. Agora, vamos à seguinte votação. Quem votar com o relatório do Senador João Pedro vota "sim"; quem votar contra, vota "não". Senador Gilvan Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sim, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Ideli?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Wellington?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Valdir. Senador João Pedro, voto conhecido. Senador Demóstenes Torres.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Aprovado o Relatório do Vencido do Senador João Pedro. Antes de encerrar, antes de encerrar, por favor, queria pedir aos Senadores, a Sessão não está encerrada ainda. Antes de encerrar, eu gostaria de, como Presidente dessa Comissão, da Casa ainda não, como Presidente em exercício desde que o Senador Tião Viana assumiu a Presidência do Senado, quero aqui parabenizar o Senador Demóstenes Torres pelo trabalho. Acho que as disputas entre base e a oposição acabam tirando o brilho de um documento que podia ser melhor, ter mais eficácia na apresentação e nos encaminhamentos deste processo, de todo o trabalho que foi feito. Mas, Senador Demóstenes Torres fez um excelente trabalho, um excelente relatório, ele, a equipe que o ajudou, a equipe aqui da Comissão. Fica aqui, como Presidente em exercício, o os meus agradecimentos à forma como o Senador Demóstenes Torres conduziu este trabalho. Também agradecer aqui a participação do Senador João Pedro, Relator do Vencido, aos membros da Comissão e a assessoria da Comissão.

Antes de encerrar, antes de encerrar... Eu vou passar a palavra ao Senador Demóstenes Torres, que fará a sua participação final nesta CPI.

SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Não, é só para agradecer o trabalho brilhante que foi feito pela equipe de assessoria, todos, as propostas legislativas... Eu não vou nominar a todos porque não tem nem a relação aqui. Mas nós trabalhamos muito, trabalhamos o tempo todo, acolhia sugestões, discutimos, em algumas oportunidades, eu acrescentei, em algumas, eu tirei, em relação às ponderações que a consultoria fez. E os senhores bem sabem, eu tenho o maior apreço por esse tipo de serviço, de trabalho, de investigação, de estudo. E eu gostaria de homenagear a todos os senhores e não gostaria que os senhores ficassem, de forma alguma, constrangidos com isso, na pessoa do Amadeu, que revela muito bem todo o trabalho extraordinário que os senhores fizeram. Como os senhores todos fizeram, na impossibilidade de nominar a todos, eu homenageio o Amadeu, que é obcecado pelo trabalho, de ontem para hoje, ele não dormiu porque descobriu que iam tirar nove, ele falou: "Mas vão estragar o relatório inteiro?" Tal, mas faz parte do jogo; infelizmente, as coisas não saem como a gente quer.

Então, homenageio a todos os senhores, brilhantes; em outras oportunidades, eu terei a oportunidade de homenagear a todos os senhores nominalmente e agradeço por esse apoio extraordinário que me foi dado. Ao nobre Presidente Renato Casagrande, aos Srs. Senadores que aqui se encontram, Ideli Salvatti, Wellington Salgado, João Pedro, compreendendo que o relatório foi derrubado, digamos assim, mais por uma questão política, que esse jogo político, infelizmente ele é jogado mesmo, do que propriamente por uma questão de convicção dos senhores Parlamentares. Eu agradeço pela oportunidade, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Parabéns, Senador Demóstenes Torres. Nada mais havendo a tratar, submeto a votação da Ata da presente Reunião, propondo a dispensa da sua leitura. Os que a aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Declaro encerrada a CPI do Apagão Aéreo, criada pelo requerimento 401/2007. Muito obrigado.

*Sessão encerrada às 13h08. – Senador **Renato Casagrande**, Presidente em Exercício.*

CONGRESSO NACIONAL

ATAS E NOTAS DA CPI DAS "ONGS"

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 201, de 2007, E ADITADO PELO REQUERIMENTO Nº 217, DE 2007, COMPOSTA DE 11 SENADORES TITULARES E 7 SUPLENTES, DESTINADA A APURAR NO PRAZO DE SESSENTA DIAS, A LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs -, BEM COMO A UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESSES RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS DO EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999 ATÉ O ANO DE 2006.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 201, de 2007, E ADITADO PELO REQUERIMENTO Nº 217, DE 2007, COMPOSTA DE 11 SENADORES TITULARES E 7 SUPLENTES, DESTINADA A APURAR NO PRAZO DE SESSENTA DIAS, A LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs -, BEM COMO A UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESSES RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS DO EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999 ATÉ O ANO DE 2006.

Ata da 1ª Reunião de 2007, realizada em 3 de outubro de 2007

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião de 2007, realizada em 3 de outubro de 2007, às quinze horas e treze minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, onde foi instalada a Comissão e eleito presidente o Senador Raimundo Colombo.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Heráclito Fortes (DEM-PI)
Raimundo Colombo (DEM-SC) - Presidente
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Fátima Cleide (PT-RO)
Inácio Arruda (PCdoB-CE)
Sibá Machado (PT-AC)
Valdir Raupp (PMDB-RO)
Wellington Salgado (PMDB-MG)
Valter Pereira (PMDB-MT)
Jefferson Péres (PDT-AM)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)
Eduardo Suplicy (PT-Sp)

Esteve presente ainda o Senador José Agripino, não membro da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sras. e Srs. Senadores, sem nenhuma alegria, declaro que como mais idoso estou abrindo a Sessão.

Havendo número regimental declaro aberta a Reunião de Instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n°. 201/2007, aditada pelo Requerimento 217, composta de 11 Senadores titulares e sete suplentes, destinada a apurar no prazo de 120 dias, a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para organizações não governamentais e para organizações de sociedade civil de interesse público, bem como a utilização, por essas entidades, desses e de outros recursos por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

A presente Sessão se destina à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Solicito à Secretaria que distribua a senha, me parece que--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, quero--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Há acordo partidário

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Era exatamente isso que eu gostaria de comunicar que...

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Com a palavra, o Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há um atendimento e tem... E ao perceber, coube a indicação do Presidente, recaindo essa escolha na pessoa do Senador Raimundo Colombo, dos Democratas.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Pois não, Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Para acrescentar, no encaminhamento, a Relatoria seria oficializada a partir do Presidente eleito ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim, mas eu digo só para lembrar, do entendimento ainda sobre a Vice-Presidência, ficaria, então, para ser conversado com os dirigentes do PMDB, que ainda não puderam chegar. Então, para não perder muito tempo, solicito a V. Exa. que a gente procedesse à eleição do Presidente,

deixando, então, de Vice-Presidente para o momento em que o nome for devidamente indicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Talvez ainda nesta Sessão, quem sabe?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Talvez ainda nessa Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Solicito ao Secretário que distribua as cédulas de votação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Pois não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na realidade, a primeira Vice-Presidência precisa de um entendimento entre o PMDB e o PSDB, no caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Como é? Não entendi?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É necessário o entendimento entre o PMDB e o PSDB. Pela lógica regimental, pela tradição, caberia ao PSDB a indicação do 1° Vice.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Mas talvez abra a mão--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Parece que estaria havendo um atendimento. Então, ficaria para... Ou até o final dessa Sessão, mas, pelo visto, como vai se abrir essa votação, a sugestão que eu daria, Sr. Presidente, é que a eleição pudesse ser feita posteriormente, na terça-feira, se não houver nenhum impedimento, que eu acho que não existe.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Eleição do Vice?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Do Vice--

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Terminada esta apuração e encerro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Outra coisa, Sr. Presidente, no texto aqui, é... Constam as apurações até o ano de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): É.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quero lembrar que isso se deu porque essa CPI foi solicitada desde ano passado, e essa data está um pouco envelhecida. Gostaria de saber de V. Exa. se há uma possibilidade, desde que haja um acordo, de que seja estendida até o ano de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Eu creio que havendo consenso, não vejo obstáculo legal que isto ocorra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Sibá. Sim, até o ano de 2007.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Podemos votar Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Podem votar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esse Requerimento... Estender até o ano de 2007 entendeu, Sibá?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Certo. Eu acho que, Sr. Presidente, só para a gente não fazer uma coisa apenas na base do acordo, mas formalizar penso eu que, tão logo os trabalhos sejam iniciados oficialmente, que a gente pudesse fazer proposta de aditamento, via Requerimento. E aí, sem nenhuma... Sem nenhum prejuízo de acordo futuro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Prefere formalizar para evitar contestações futuras?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas concorda?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não, de antemão, a gente pode conversar sobre o assunto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, a pergunta não é esta.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não, eu só não estou dando a concordância determinante aqui, mas acho que o procedimento é valido para ser estudado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Valdir Raupp, há alguma discordância de que se estenda até o ano de 2007, porque, na realidade, o 2006 é porque essa solicitação foi feita e está envelhecida, e ficaria o vazio do ano de 2007.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Deixa isso aí, vamos conversar depois, vamos conversar depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Senador Sibá Machado, já pode votar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Raupp, quer deixar para discutir depois, não?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Já tem algum candidato a Vice-Presidente aí?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A questão da data.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sr. Presidente. Sr. Presidente. Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Pois não, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu queria fazer um encaminhamento aqui de que a gente possa eleger hoje o Presidente e que o Vice-Presidente e o Relator, que vai ser escolhido... O Relator vai ser escolhido pelo Presidente, possam ficar também para a próxima terça-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Deixar o Vice-Presidente para a próxima?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Para a próxima terça-feira, e a indicação do Relator também, que os líderes vão sentar para decidir e como é um ato do Presidente, possa ficar também para a próxima terça-feira.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, atenderá a um acordo... Atenderá ao acordo da base governista. Fica no aguardado, então, da indicação que será feita pela base governista, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Senador Heráclito Fortes, pode votar. Senador Sérgio Guerra é membro?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Já votou? Senador Colombo, já votou? Flexa já, não? Senador Raupp... Quantos são do PT?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele pode votar no lugar da Senadora Fátima Cleide, que não está presente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Oh, chegou a Fátima Cleide.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Senador Wellington. Senador Valter, não tem cédula ainda?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Senadora Fátima Cleide. Senador Wellington, já votou? Todos já votaram? Os presentes?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Dos presentes, acho que seis.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Faltamos nós dois?

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Só.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Faltamos?

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Deixa votar. Deixa a Fátima votar. Um momentinho. Senadores Heráclito Fortes e Raimundo Colombo, escrutinadores.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Raimundo Colombo não--

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Perdão—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Suplicy, Suplicy. Perdão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, o resultado é o seguinte: O Senador Raimundo Colombo, 10 votos; Senador Inácio Arruda, um voto. Portanto, levantado fragorosamente.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Convido o Senador Raimundo Colombo para assumir a presidência.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ainda bem que eu não era candidato.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Não sabia que você estava concorrendo, Arruda?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas alguém escolheu V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Senão, eu tinha votado em você.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu não disputei. O Heráclito quer manter uma intriga, não é possível.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Inácio Arruda.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Alguém quebrou o acordo, alguém quebrou o acordo.

[troca de presidência]

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Bom, Srs. Senadores, eu quero, em primeiro lugar, agradecer a confiança, tanto da indicação, quanto da votação de cada um dos senhores, e também marcar para a terça-feira a próxima Reunião, aguardando, nesse período, o atendimento, que será cumprindo, da escolha do Vice-presidente e da escolha do Relator, que já tem, provavelmente, o nome conhecido, mas que será oficializado, para que, a partir daí, a gente determine o cronograma, num entendimento com o Relator, e a gente possa dar andamento aos nossos trabalhos.

Pergunto se há alguma colocação, se algum Senador deseja fazer--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, Sr. Presidente.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Embora não tenha votado em V. Exa., por ser suplemente, eu o teria feito pelo entendimento e pelo respeito—

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Que tenho por V. Exa. E gostaria de manifestar a... Sobretudo com respeito à iniciativa do Senador Heráclito Fortes, que coletou assinaturas para essa Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as ONGs, que avalio que nós poderemos aqui estar realizando um trabalho muito sério, isento e no propósito que, muitas vezes, ele próprio, como proponente, tem feito. Nós teremos aqui as condições de examinar se, porventura, ocorrerem situações de organizações não governamentais que estejam utilizando inadequadamente recursos públicos, que isso veja à tona, da maneira mais transparente possível, e de forma tal a podermos corrigir possíveis erros de procedimento. Mas, eu tenho, assim, uma convicção pessoal, Presidente Raimundo Colombo, e quero também aqui me dirigir ao Senador Heráclito Fortes, ao próprio... A todos que, se for o Senador Inácio Arruda, se foi outro Relator, se foi o... Se o Senador Valter Pereira estiver exercendo uma função aqui, como titular de grande relevância. Mas, qualquer que seja, todos nós... Nós teremos, nessa CPI, a oportunidade também de conhecer melhor a natureza, os objetivos de organizações sociais importantes, se for esse o propósito de alguns Senadores da CPMI, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, essa não é mista, é do Senado apenas.

Então, por exemplo, se houver interesse de conhecer movimentos sociais, como os movimentos pela moradia, como os movimentos pela reforma agrária, movimentos como o MST, tudo. Eu avalio e quero até dizer àqueles que são membros destas entidades sociais que será uma oportunidade deles aqui mostrarem o seu trabalho, os seus propósitos, a sua... A seriedade com que levam adiante a... E, inclusive, será uma oportunidade para que o Senado Federal conheça mais de perto.

Então, desejo a V. Exa. e a todos os membros da CPI um trabalho sério e com o propósito o mais isento possível. Muito obrigado.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu agradeço a V. Exa. Pode ter certeza de que esse também é o nosso espírito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, primeiro eu quero dar os parabéns a V. Exa. Essa é uma Comissão Parlamentar de Inquérito com propósitos muito interessantes. Segundo, eu quero agradecer o voto do Senador Heráclito Fortes. Depois, dizer que essa CPI, Senador Heráclito Fortes, eu gostaria... Interessante também porque ela vai apurar a liberação de recursos federais para milhares de organizações não governamentais. Hoje o Brasil tem, pelo menos, três centenas de milhar de ONGs. Então, não é pouca coisa. Então, é um trabalho que nós temos que fazer com atenção, no seu limite, no seu tempo, mas com uma preocupação muito grande porque significa examinar as ONGs e as OSCIPs que, pela legislação, já são organizações tratadas com mais rigor.

O conjunto das ONGs, digamos assim, que existe muita flexibilidade. Eu acho que a nossa Comissão, ela deve, com a profundidade e o rigor que nós devemos examinar, compreender essa realidade e talvez afirmar o seguinte propósito: Quer dizer, o que nós queremos é saber o que o Governo Federal repassa para essas organizações e, ao mesmo tempo, se há uma aplicação ajustada, correta dos recursos. E quem não aplica corretamente os recursos, quem aplica, digamos correto, nós iremos exaltar, óbvio, é uma aplicação do dinheiro público, benfazeja para a sociedade. E quem não aplica deverá pagar pelos seus equívocos. Eu acho que é assim que nós devemos proceder numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu tenho a confiança, pela... Conhecemo-nos pouco, mas o que V. Exa. já tem demonstrado nas comissões temáticas, no próprio Plenário, é que uma pessoa muito ajustada, digamos assim, para dirigir uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Uma pessoa paciente, tranqüila, que vai ouvir a todos. Eu acho que isso é muito positivo para a condução boa dos nossos trabalhos.

Eu estou aqui à disposição de V. Exa. para trabalhar, em qualquer circunstância, em qualquer posição, para a gente fazer o nosso trabalho correto, bem articulado, com a presença de todos os Senadores, todos aqui têm ligações, de uma forma ou de outra, com alguma organização não governamental e têm muitas informações que podem ajudar no nosso trabalho. Obrigado.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Muito obrigado, Senador. Pois não, Senador Heráclito Fortes, que é o autor do Requerimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente Raimundo Colombo, sobre V. Exa., a partir desse instante, pesará a responsabilidade de conduzir, talvez, a Comissão Parlamentar de Inquérito mais importante que este Senado está tendo a oportunidade de criar. É evidente que, na segunda-feira, com a escolha do Relator e do 1° Vice-presidente, e com... E completando esse quadro dessa Comissão, V. Exa.

poderá colocar em atividade o objetivo a que ela se propôs.

Tivemos hoje a eleição do Presidente, o que é um grande primeiro passo. Quero lamentar e dizer ao Senador Arruda que, infelizmente, eu não pude votar nele, até porque não era candidato. O voto, ao que me parece, foi um voto equivocado. Alguém achou que era candidato, deve ter pensado em votar no Relator, uma vez que havia um acordo aí, se sabia que ele seria o indicado e que teríamos esse entendimento hoje. Eu quero crer que seja disso. Mas, de qualquer maneira, honra ainda mais a escolha de V. Exa. porque legitima uma vitória e mostra que toda unanimidade é burra.

[risos].

Então, foi exatamente isso que se viu, embora involuntariamente.

O que eu quero torcer e fazer voto, é que essa cumpra, Senador Raupp, os seus objetivos, que é o de separar o joio do trigo. Eu acho que o espírito dessa Comissão não pode ser o espírito político, não pode ser espírito de vendeta, não pode ser nenhum espírito que não seja o de aprofundar e de melhorar e aperfeiçoar o terceiro setor. Nós temos, nesse Brasil, com dificuldades de acesso, com dificuldade de toda natureza, excelentes prestados por ONGs que são reconhecidas nacionalmente. Por outro lado, nós temos verdadeiras arapucas que se instalaram, protegidas na lei, na suavidade da lei, que protege, inclusive, o uso desses recursos. E para malversá-lo e, acima de tudo, para desvirtuar o seu objetivo.

Ao colher as assinaturas para a sua instalação, foi exatamente o meu objetivo: o de fazer com que o país passe, inclusive, a valorizar mais as atividades do terceiro setor. E nós só poderemos fazer isso se essa Comissão agir com isenção, com equilíbrio e, acima de tudo, com objetividade, livrando-se dos holofotes e optando pela operacionalidade e objetividade.

Daí, eu quero crer que, a partir de terça-feira, com a escolha dos companheiros que comporão a Mesa com V. Exa., nobre Senador Colombo, V. Exa. poderá mostrar ao país um grande trabalho, um trabalho que esse Senado é capaz de produzir. Daí porque eu me congratulo com V. Exa. pela eleição, e quero deixar bem claro, Senador Flexa Ribeiro, que, ao afastar a possibilidade de, como autor do Requerimento, participar da escolha para a Presidência ou para a Relatoria, foi exatamente por não me considerar isento, pela luta que mantive nesse caso. E não queria dar a ninguém a oportunidade de amanhã dizer que eu estaria travando ou que o meu partido estaria travando os trabalhos dessa Comissão. Fui buscar exatamente, com a concordância do líder José Agripino, na pessoa do Senador Colombo, um nome ideal, talhado por toda a trajetória política e, acima de tudo, pela seriedade que vem enfrentando, ao longo da vida, os desafios que tem pela frente. Daí porque eu agradeço aos companheiros. Essa CPI teve o maior número de assinaturas já obtido no Senado da República, e isso só aumenta a responsabilidade de V. Exa.

Portanto, eu desejo a V. Exa. felicidades e antecipo, aos que forem escolhidos Relator e Presidente, na terça-feira, que tenham o mesmo destino de V. Exa., que é dirigir com sucesso o destino dessa CPI ora instalada. Muito obrigado.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Heráclito, eu agradeço as suas palavras, o seu gesto, junto com o Senador José Agripino e com todos, e o cumprimento pela iniciativa. E passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Raimundo Colombo, é fazer também minhas as palavras do Senador Heráclito Fortes, ao cumprimentá-lo pela sua eleição para presidir a CPI das ONGs. É o reconhecimento de todos os componentes dessa CPI, na sua competência, na sua seriedade e no seu equilíbrio, para dirigir os trabalhos, sem sombra de dúvidas, de uma das CPI mais importantes do Senado Federal.

Nós vamos puder levar a sociedade, de forma transparente, o efetivo trabalho das ONGs, ou seja, do terceiro setor, a nível nacional. E quero parabenizar também o Senador Heráclito Fortes que, como autor da proposição para a criação da CPI, poderia muito bem reivindicar o cargo de Presidente dessa CPI. Mas, como ele bem disse nesse instante, quer dizer, poderia não ser considerado como isento, por ter sido o autor da proposição para presidi-la. Então, abrindo mão, fez com que recaísse na sua pessoa, com a escolha de todos nós, aprovada por todos nós, na Presidência.

Então, eu quero desejar sucesso, e tenho certeza absoluta que, tanto o Relator como o Vice-presidente, que serão eleitos; o Relator, escolhido por V. Exa., e o Vice-presidente, eleito na próxima Reunião, também irão somar com V. Exa. esforços no sentido de que possamos, com as bênçãos de Deus, chegar aos resultados que se buscam aqui na CPI das ONGs.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro. Consulto se mais algum Senador deseja usar da... Pois não, Senador José Agripino, meu líder.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Senador Raimundo Colombo, eu queria cumprimentar V. Exa. pela eleição para a Presidência dessa CPI, mas queria fazer o registro do entendimento que foi feito entre as lideranças aqui dirijo o agradecimento ao Senador Valdir Raupp, líder do PMDB, ao Senador Romero Jucá, que

se empenhou para que, junto à Senadora Ideli Salvatti, líder do PT, que o entendimento fosse feito. Ao líder Artur Virgílio que, cavalheirescamente, entendeu que o Senador Heráclito Fortes, que tomou a iniciativa de coletar assinaturas, que teve a idéia, pelo fato de ter preocupações, teve a idéia de propor e colher assinaturas para que essa CPI pudesse ter instalada, enfim, cumprimentar os líderes porque, é verdade, foi uma longa jornada, foi uma longa travessia, mas, ao final, nós estamos conseguindo, por consenso, eleger V. Exa. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito. Com isso, os trabalhos começam sem intenção, sob a égide do entendimento, e vamos agora ao trabalho. Resta à base do Governo indicar o nome que V. Exa. indicará, por acordo, o Relator dos trabalhos, e começar trabalhar para que essa matéria... Eleger o 1° Vice-Presidente. E fazer com que essa matéria, que é objeto de preocupações da Casa, siga a sua investigação, com equilíbrio, com moderação, mas com determinação, com determinação. Eu acho que esse é o espírito que preside V. Exa., no exercício da Presidência dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

E quero cumprimentar o Senador Heráclito Fortes que, por dever de justiça, poderia estar ocupando a função que V. Exa. ocupa, e que, num gesto partidário, solidário, libera a função para que V. Exa. tenha a oportunidade de mostrar o talento que eu conheço, mas que o Senado vai conhecer, o talento e a capacidade de, com equilíbrio, conduzir trabalhos. V. Exa. que é um administrador público reconhecido, vai ter a sua oportunidade de, com equilíbrio, com moderação, mas com determinação, prestar mais um serviço ao Brasil. Felicidades a V. Exa.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Muito obrigado, meu líder, José Agripino. Eu quero agradecer a todos os líderes, a todas as pessoas que participaram do acordo, a todos os Senadores que votaram, especialmente ao Senador Heráclito, que fez a minha indicação, junto com o José Agripino, e todo esforço que a gente fará e farei, e tenho certeza que todos colaborarão para a gente fazer um grande trabalho em favor do nosso país.

Fica convocada a próxima Reunião para terça-feira, às 11 horas, eu acho que é um horário adequado. E, não havendo mais nada a tratar--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr. Presidente.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu gostaria de propor que nós fizéssemos 14h30.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Se os outros Senadores concordarem.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Temos alguns Senadores que participam da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL e que, provavelmente, só vão conseguir chegar aqui por volta de 11 da manhã. Eu acho que se V.Exa. marcar para às 11, eu acho que não haverá prejuízo--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Da minha parte, não haverá problema.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): -- Heráclito, Senador Agripino.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu acho que, havendo esse conflito de horários, a sugestão é que ficasse marcada para terça-feira e, posteriormente, a gente adequasse--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): A gente acerta o horário.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fizesse a adequação de que horário.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Tá, mais eu gostei.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Comunicaria exatamente o horário, se às 14h30 ou se às 11 ou se após a...

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Perfeito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Poderia ser feita a comunicação posteriormente.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Ok, fica acordado isso. Então, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima Reunião, que será marcada terça-feira próxima, em horário a ser combinado. Agradeço a todos. Está encerrada essa presente Sessão. Obrigado.

Sessão encerrada às 15h41. – Senador **Raimundo Colombo**, Presidente.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 201, de 2007, E ADITADO PELO REQUERIMENTO Nº 217, DE 2007, COMPOSTA DE 11 SENADORES TITULARES E 7 SUPLENTES, DESTINADA A APURAR NO PRAZO DE SESSENTA DIAS, A LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs -, BEM COMO A UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESSES RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS

DO EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999 ATÉ O ANO DE 2006.

Ata da 2ª Reunião de 2007, realizada em 9 de outubro de 2007

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião de 2007, realizada em 9 de outubro de 2007, às dezenove horas e vinte e um minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Heráclito Fortes (DEM-PI)

Raimundo Colombo (DEM-SC) – Presidente

Lúcia Vânia (PSDB-GO)

Inácio Arruda (PCdoB-CE)

Valter Pereira (PMDB-MT)

Álvaro Dias (PSDB-PR)

Eduardo Suplicy (PT-SP)

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Havendo número regimental declaro aberta a Reunião de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento de n°. 201 de 2007, e aditada pelo Requerimento n°. 217, também de 2007, composta de 11 Senadores titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de 120 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações não Governamentais, as ONGs, e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs - bem como a utilização por essas entidades desses recursos, e de outros por ela recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

Esclareço que a presente Reunião destina-se à eleição do Vice-Presidente da Comissão e não havendo o número necessário--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, para lamentar a falta de empenho da base do Governo para a instalação dessa CPI. Estava marcada para hoje, não só a eleição do primeiro Vice-Presidente, bem como a indicação, a oficialização da indicação do Relator. Ao que me consta, até o momento, não chegou oficialmente a indicação do Relator e nem tampouco tivemos aqui a presença dos componentes da base do Governo para dar suporte ao *quorum* dessa eleição.

Nós sabemos que essa é uma CPI que terá muitas dificuldades. Nós esperamos que a nação brasileira acompanhe, passo a passo, as omissões, as postergações e as manobras para se evitar que se apurem, nesse país, denúncias contra o Terceiro Setor. Não há, da parte, pelo menos minha, que fui o primeiro signatário, nenhum endereço certo, nenhum foco direcionado. O que nós queremos, na realidade, é separar o joio do trigo, enquanto ainda existe trigo. Daí, por que se fazem urgentes a instalação e o funcionamento desta CPI. O Brasil tem noção exata do que é uma boa ONG, do que é uma má ONG. O Brasil tem uma noção exata dos desvios feitos nesse país, seja na área da saúde, do esporte, da educação, seja, inclusive, nas entidades fantasmas, criadas e que não têm nenhum benefício prestado ao país.

No intuito de preservar exatamente esse sistema, que é um sistema fantástico, e que é modelo exemplar, em alguns países do mundo, é que nós achamos por bem a instalação dessa CPI, que já vem se arrastando há mais de um ano. Lamento a falta de *quorum* para o prosseguimento dessa Sessão e louvo a iniciativa de V.Exa., de remarcá-la para manhã. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu agradeço a V.Exa. Pois não, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, tendo sido feita uma crítica à base do Governo, pela ausência de seus membros, eu gostaria de informar a V.Exa. que eu sou membro da base do Governo e tenho o maior interesse nas apurações dos fatos. Estou presente hoje aqui e estarei presente, acompanhando detidamente. Lamento que seja escassa a representação que aqui está presente. E isso dá razão ao Senador Heráclito Fortes, de levantar suspeitas de que pode não haver empenho para que ela cumpra a sua destinação. Mas, no tocante à nossa participação, Senadores Heráclito Fortes, saiba que nós estaremos presentes. Estaremos presentes para fazer a devida apuração que for necessária, onde for necessário também.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero aproveitar e pedir a V.Exa. para pedir desculpa ao Senador Valter Pereira. Eu quero pedir desculpa... Eu não sou... Eu não tenho compromisso com erro; quando eu disse que o Senador Valter Pereira não era da base do Governo, é porque eu vi o seu discurso hoje, inflamado, em primeiro lugar. E, em segundo, porque ele havia me dito que se o seu nome fosse vetado para compor a Relatoria dessa Comissão, ele automaticamente se sentiria fora dessa base. Foi baseado no que V.Exa. me disse, que eu lhe tendo aqui de lado, cometi essa imprudência. Mas, lhe peço desculpas, e V.Exa. deve ter encontrado um meio termo de nem... De conviver com o veto que recebeu e com a base do Governo. Eu quero pedir desculpas a V.Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não. Só para contraditar.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de, contraditando o Senador Heráclito Fortes—

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Só para intriga--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Contradição positiva. Na verdade, eu quero dizer que não deixei a base do Governo, mas não posso negar aqui que a minha postura, que já era uma postura que era uma postura de alinhamento à minha bancada, que era de alinhamento à minha bancada, vai ser... E que, conseqüentemente, alinhava-se ao Governo, vai ser de fidelidade à minha bancada, mas não de alinhamento ao Governo. Meu partido participa da bancada do Governo, participa da base, da base crítica, é verdade. Mas aqui agirei com independência, nessa Comissão e fora dela. No Plenário também e nas outras Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço a participação de V.Exa. e concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu quero considerar que devemos concordar com o proponente dessa CPI, Senador Heráclito Fortes. Ela tem o objetivo de apurar o repasse de recursos para organizações não Governamentais. Qualquer que seja o membro da CPI, tem que agir com a responsabilidade de quem apura, examina os desvios e também buscam organizar, dar o mínimo de organicidade(F) a esse setor, tanto com as OSCIPs como as ONGs, e com fundações privadas, que fazem parte do Terceiro Setor, segundo o que está previsto na Constituição brasileira. Então, é um leque amplo de apuração, muito significativo; se mexe, no Brasil, com um volume muito grande de recursos para organizações não governamentais. E nós temos que ter a tranqüilidade de quem vai apurar, sabendo que estamos discutindo com milhares de organizações não governamentais.

Eu acho que esse é que é o nosso sentido; talvez o esforço de hoje não tenha resultado ainda em uma unidade completa, não só da base do Governo, mas também da própria oposição. Eu acho que a gente tem que buscar... O sentido nosso não é de apurar? O sentido nosso não é de esclarecer a sociedade brasileira. Essas organizações não governamentais, disse o nosso proponente, Senador Heráclito Fortes, são muito conhecidas do público brasileiro. E algumas delas têm trabalho, assim, estimável para a sociedade brasileira, e algumas se prestam a ser, às vezes, repassadora só de recursos, sem serviço nenhum. Algumas atuam, no país, a serviço de outros interesses, que não o interesse do país, do povo brasileiro.

Então, o leque de atuação é amplo; nós temos que ser cuidadosos com o interesse do nosso país, eu acho que isso é fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Perfeito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É só nós apurarmos; quem tiver atuado de forma irregular, vai responder, seja quem for—

[soa a campainha].

Não é um problema de base do Governo ou de oposição, mesmo porque, não há praticamente nenhuma organização política do Brasil que não tenha forte relação com o Terceiro Setor porque eles têm atuação concreta, objetiva na sociedade brasileira. Por isso que eu acho que nós temos que ter a calma, a tranqüilidade, a paciência... Eu sei que o tempo que nós discutimos esse assunto para a instalação da CPI já é um tempo longo, isso cria desgastes, mas eu acho que mais um dia, mais 24 horas, sei lá, 12 horas, não vão criar tanto embaraço assim para que a gente possa instalar, de vez, a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, começar os nossos trabalhos que, afinal, nós estamos aqui todos com o mesmo objetivo, de fazer uma apuração tranqüila e oferecer para a sociedade brasileira um resultado que ela considere positiva dos nossos trabalhos.

Eu acho que é esse o sentido que nós devemos atuar na nossa CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Perfeito. Eu agradeço a V.Exa.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois, não. Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria apenas de cumprimentá-lo pela Presidência dessa Comissão e dizer da importância deste momento que estamos vivendo aqui, ao instalar a Comissão de Inquérito para investigar o que se passa no Terceiro Setor. O objetivo da Comissão é, sem dúvida nenhuma, corrigir as distorções, os desvios e, ao mesmo tempo, tem um lado altamente positivo, que é promover um marco legal desse setor, modernizá-lo, fazer com que ele seja ágil e possa realmente prestar o serviço que todos nós queremos.

Aqui, é bom ressaltar, que nós reconhecemos aquelas ONGs que trabalham com seriedade, que prestam um enorme serviço ao país, mas também sabemos que existem pessoas que se utilizam, ou en-

tidades que se utilizam desse reconhecimento como entidade beneficente para, ou sem fins lucrativos, para desviar recursos. Na verdade, isso precisa ser corrigido para o bem de todos aqueles que trabalham bem nessa direção.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu agradeço as palavras da Senadora Lúcia Vânia. Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, em virtude de pequeno problema ocorrido ali na exposição, numa grande polêmica causada por uma cobra, dentro de um... Uma cobra viva, uma jibóia dentro de uma obra de arte, convidada pelo Senador Romeu Tuma, que não se encontrava, então, acabei dialogando lá com o segurança do Senado, com o Presidente do IBAMA, e ainda deverei voltar lá para resolver o problema da cobra--

[risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas, em virtude disso, prezado Senador Heráclito Fortes, é que eu me atrasei um pouco. Mas eu queria formular uma pergunta, Senador Raimundo Colombo, se, por acaso, houve já um entendimento... Posso ter perdido aqui o momento, com respeito ao Relator que V.Exa. vai designar e ao Vice-Presidente, porque o que eu percebi é que eu acabei dando *quorum*--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- Para a CPI.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador, antes de responder, eu queria... Eu queria que V.Exa. me desfizesse uma dúvida: V.Exa. não encontrou a cobra [ininteligível] do Senador Mercadante... Do Senador Tuma?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A cobra está lá e se V.Exa. desejar, eu posso apresentá-lo à cobra.

[risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas qual seria o papel do corregedor em matar essa cobra? Que destino ele daria à cobra, sem ferir os preceitos do IBAMA?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O corregedor, Senador Romeu Tuma, está vindo de Montevidéu para São Paulo e vai chegar às 20h00, ocasião em que ele vai ficar consciente do problema da cobra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E a cobra vai aguardá-lo?

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Suplicy, eu só queria lhe informar--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Desculpe, mas é o que eu falei, foi um problema que acabou me deixando chegar atrasado aqui--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exa. não tinha nenhum pau para matar essa cobra e acabar com o assunto? E chegar aqui a tempo?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, mas o IBAMA está preocupado com a sobrevivência da cobra.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Está bom, então. A questão, como não deu *quorum*, nós estamos marcando a próxima Reunião para amanhã, às 02h00. E eu faço um apelo a todos para que a gente consiga vencer essa etapa, faça a eleição da vice-presidência, e a gente já anuncie o nome no Relator, que já me foi sugerido pelos líderes, e que vão me passar por escrito.

Então, nada... Eu só queria fazer... Pedir, que aprovassem a Ata da Reunião anterior. Aqueles que concordam, ficam como estão. Fica aprovada a Ata. E, não havendo mais nada a tratar, eu peço, então, que fique marcada a Reunião para amanhã, às 02h00 da tarde, e aí nós estaremos com a Pauta, a eleição do Vice-Presidente e o anúncio do nosso Relator. Obrigado. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 19h35. – Senador **Raimundo Colombo**, Presidente.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 201, de 2007, E ADITADO PELO REQUERIMENTO Nº 217, DE 2007, COMPOSTA DE 11 SENADORES TITULARES E 7 SUPLENTES, DESTINADA A APURAR NO PRAZO DE SESSENTA DIAS, A LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs -, BEM COMO A UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESSES RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS

DO EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999 ATÉ O ANO DE 2006.

Ata da 3ª Reunião de 2007, Realizada em 10 de outubro de 2007

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião de 2007, realizada em 10 de outubro de 2007, às quatorze horas e trinta e cinco minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foi eleita Vice-Presidente a Senadora Lúcia Vânia e designado relator o Senador Inácio Arruda.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Raimundo Colombo (DEM-SC) – Presidente
Lúcia Vânia (PSDB-GO) – Vice Presidente
Inácio Arruda (PCdoB-CE) – Relator
Heráclito Fortes (DEM-PI)
Sibá Machado (PT-AC)
Álvaro Dias (PSDB-PR)
Eduardo Suplicy (PT-Sp)

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Srs. Senadores, havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 201, de 2007, e aditada pelo Requerimento nº 217, de 2007, composta de onze Senadores titulares e sete suplentes, destinada a apurar no prazo de cento e vinte dias a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para Organizações Não Governamentais - as ONGs, e para Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público - as OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas rebeldes do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006. A Ata da reunião passada encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam permaneçam como estão.

Esclareço que a presente reunião destina-se à eleição do Vice-Presidente da Comissão, e dentro do acordo, eu tenho aqui já a indicação, é a Senadora Lúcia Vânia, que já está se dirigindo para cá. Eu acho que a gente poderia começar. Então posso pedir ao Senador Sibá Machado que proceda a votação, inicie a votação. Senador Heráclito Fortes, Senador Inácio Arruda, Senador Eduardo Suplicy, Senador Álvaro Dias. Nós estamos votando para Vice-Presidente.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não, Senador Álvaro.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Enquanto há o prosseguimento e aguardamos, eu peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O senhor tem a palavra, por favor.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Para encaminhar à mesa alguns requerimentos, solicitando ao Ministério do Trabalho encaminhar a esta Comissão, no prazo mais célere possível, a relação das Organizações Não Governamentais que tenham recebido recursos do Ministério entre 2002 e 2006, informando o objeto do convênio, se prestaram contas dos recursos recebidos e a decisão do Ministério sobre a regularidade das contas apresentadas. Também relativamente nos mesmos termos ao Ministério das Minas e Energia, Ministério dos Esportes, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Fazenda, e ao Ministério da Fazenda relativamente ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, Tribunal de Contas da União, solicitando cópias das auditorias realizadas na Organização Não Governamental AGORA - Associação para Projetos de Combate à Fome e, ainda, ao Tribunal de Contas da União, que encaminhe cópia das auditorias realizadas no Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. São esses os requerimentos e estou encaminhando também a V. Exª., Sr. Presidente, para que o Relator considere, as investigações realizadas pela CPI da Terra relativamente a Organizações Não Governamentais, já há um trabalho realizado pela CPI da Terra, que para colaborar com essa CPI, estou encaminhando à mesa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Uma sugestão que eu lhe faria, já que o nome do Relator já foi encaminhado, faltando apenas ser anunciado, é que antes do deferimento fosse feita a indicação do Relator para que já se possa efetivamente iniciar os trabalhos da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): A Mesa --

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É louvável inclusive a atitude do Senador Álvaro Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): -- A Mesa recebe todos os requerimentos e fará a votação na próxima sessão para que a gente possa, com o Relator, construir o plano de trabalho. Então eu quero anunciar e convidar para que se dirija à Mesa do nosso Relator, o Senador Inácio Arruda. Enquanto a gente aguarda ainda a chegada da Senadora Lúcia Vânia, que está se deslocando para cá, eu vou pedir ao Relator que use da palavra.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Seja bem-vindo a essa missão.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Quero primeiro agradecer a indicação de V. Exª. e quero aproveitar, mesmo estando no processo de votação, já propor aos nossos colegas Senadores que vão participar dessa jornada de trabalho, normalmente uma CPI dá bastante trabalho a todos os Senadores, que nós comecemos a ... o Senador Álvaro Dias já fez uma série de proposições e considero que os demais Senadores já poderiam também encaminhar sugestões a esta relatoria porque nós precisamos apresentar um plano de trabalho, talvez pudéssemos adiantar, que precisamos de um esforço do Tribunal de Contas junto conosco, que sempre é bem-vindo e sempre o Tribunal acolhe as nossas reivindicações, eu acho que uma relação do Tribunal de Contas, de todos os convênios que eles já examinaram, o que eles já apuraram, toda essa listagem eles podem mandar para a Comissão, a Controladoria Geral da União tem que nos mandar também uma lista de todos os convênios que eles começaram a apurar e examinar, eu acho que no caso dos Ministérios, porque tem indicações de muitos Ministérios, eu acho que nós poderíamos também solicitar que todos os Ministérios mandassem indicações, e eu acho que o melhor é que os Senadores também façam as suas preposições, é o mais ajustado, o Ministério Público precisa estar conosco presente nessa jornada e examinarmos depois o problema do Ministério da Justiça, a quem está afeito a Polícia Federal, com quem nós devemos trabalhar também nessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então eu gostaria de sugerir a todos os Senadores da nossa Comissão que preparassem as suas reivindicações para que nós pudéssemos colocar no plano de trabalho. Claro que muitas questões que os Senadores querem levantar, elas não estão obrigadas a estar no plano de trabalho ou mesmo alguns Senadores acham que não devem estar porque querem apresentá-las posteriormente, já quando nós iniciarmos os trabalhos depois da aprovação do plano que a relatoria apresentaria. Então eu gostaria de sugerir que a gente desse um tempo mínimo de apreciação por parte dos Senadores, do que eles consideram mais importantes para introduzir no nosso plano de trabalho da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. Talvez no máximo, poderíamos estender isso até o que, até terça-feira no máximo, o final da sessão da terça-feira, todos os Senadores já poderiam fazer as suas sugestões, nós também trabalharmos... vamos ter que trabalhar muito em conjunto, a Mesa, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Colombo, o autor do requerimento, que eu acho que é muito importante, porque é preciso deixar bem claro quais são os anseios e os desejos de quem está propondo a Comissão Parlamentar de Inquérito, eu acho que nós temos que trabalhar muito em sintonia, porque eu acho que esse é o objetivo nosso, nós queremos apurar para aperfeiçoar as ONGs, as OSCIPS, que para nós, pelo menos para mim, são instituições novíssimas no Brasil. Deve ter acontecido muitas irregularidades que tem que ser apuradas, quem fraudou tem que pagar pelo que fez, não temos que ter preocupação absolutamente com nada, porque a CPI, ela tem que estar um pouco acima desses problemas de oposição, de situação, nós não vamos nos preocupar com isso, vamos nos preocupar em apurar. Tem a fraude, vai ser apurada quem é o responsável, vai ser indicado o responsável, que eu acho que é essa a nossa responsabilidade como Relator e como membro da CPI, não é um problema só do Relator, é o conjunto da CPI. Então eu proporia que nós tivéssemos um prazo no máximo até terça-feira, no final da nossa sessão ordinária, para as indicações que todos os Senadores desejem fazer para o plano de trabalho. Em seguida voltamos para a discussão do plano de trabalho, aos cuidados da presidência que --

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Me permite um aparte, Senador.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro, com prazer.

SENADOR ÁLVARO DIAS (PSDB-PR): Eu sugiro a V. Exª. a requisição de servidores do TCU, em todas as CPIs eles nos auxiliam de forma extraordinária, facilitaria inclusive o conhecimento de auditorias já realizadas pelo Tribunal de Contas da União, e há também um consultor de orçamento da Câmara dos Deputados que realizou um amplo estudo sobre ONGs, é o Alexandre, que já trabalhou também em CPIs aqui do Senado Federal e talvez fosse importante a sua convocação para trabalhar na assessoria de V. Exª.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu aproveito a sugestão de V. Exª. para comunicar que por iniciativa do nosso Presidente nós marcamos, o Presidente tomou a iniciativa de marcar uma audiência com o Presidente do Tribunal de Contas da União ainda no dia de hoje, que isso vai adiantando os nosso trabalhos, claro que se possível com a presença de todos que desejam, mas o Presidente tomou essa iniciativa e eu considero muito ajustada. Eu acho que nós deveríamos ir também à CGU, fazer uma visita à CGU, fazer uma visita ao Procurador Geral da República e fazer uma visita ao Ministro Tarso Genro. Eu acho que esse conjunto aqui tem muita responsabilidade com o mundo das Organizações Não Gover-

namentais e das OSCIPS, e de muitas Fundações que a rigor também são ONGs, fundações privadas ligadas a instituições das mais variadas, empresariais ou não, que também tem muita responsabilidades com essas questões. Então eu acho que nós poderíamos já marcar, já adiantar, o nosso Presidente poderia já marcar uma audiência com o Ministro Tarso Genro, com a CGU, com o Ministério Público, com o Procurador Geral da República, eu acho que isso nos ajudaria na elaboração do nosso plano de trabalho para que a nossa CPI seja exitosa, que eu tenho a impressão que nós vamos ter sucesso no objetivo que foi almejado pelo Senador Heráclito Fortes, que é da gente apurar com o grande espírito de ajustar este importante seguimento, considerado o terceiro setor, chamado de terceiro setor e que assumiu quando responsabilidades, alguns de Estado, algumas responsabilidades das ONGs são de Estado, mas foram assumidas pelas ONGs, e tem um mundo de investigações, porque o objeto da CPI é muito amplo. Então nós precisaríamos até examinar como é que nós vamos nos conduzir, porque é largo o espectro de investigação possível pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que --

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O Senador Sibá Machado tinha pedido a palavra antes, em seguida eu passo a V. Exª.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Em primeiro lugar, Presidente Senador Raimundo Colombo, Senador Inácio Arruda, Relator, dizer que estou muito feliz com os entendimentos que foram tidos, eu acho que chegamos a um denominador comum, em que pese o atraso da circunstância, mas a Casa também estava envolta com tantos outros debates, também muitos importantes.

Neste primeiro momento eu queria, a título de sugestão, porque não tive tempo assim de formular por escrito como fez o Senador Álvaro Dias, mas a primeira delas seria se seria importante para o Relator que nós pudéssemos, a partir do enunciado dessa CPI, a partir do enunciado dessa CPI pode ter assim uma avaliação mais jurídica da natureza do que de fato é a Organização Não Governamental, porque aí nós temos uma gama de alguns milhares e a minha preocupação é a gente ficar com tanta ... ter um foco, minimamente um foco e a partir dele seguir um caminho pela frente. Por exemplo, nós temos natureza sindical, nós temos natureza ... a natureza é pública, mas sob espírito de administração privada, são tantas coisas que às vezes nos levam a imaginar qual é o caminho que a gente deve pelo menos iniciar. Então eu estou apenas lembrando se não seria o caso da gente também, entre nós, ter uma melhor materialização sobre a natureza do espírito do que é a Organização Não Governamental. A segunda, eu queria até sugerir ao nosso Relator, se nós pudéssemos, ao apresentar um requerimento, na forma de uma tomada de estudo prévio, nós esquecermos a questão de período. O período é o que a CPI está se dispondo. Por que é que eu digo isso? Para não ficar aqui, Sr. Presidente, a gente tipo ficar numa queda de braço infrutífera, se a coisa começou no dia 01, foi no dia 02 ou no dia 10, evitar esse problema.

Então na medida em que eu, Sibá Machado, apresento um requerimento solicitando que o TCU nos diga uma informação sobre determinada coisa, então a informação é aquilo que ele tem no acúmulo do que a própria CPI se propõe a analisar, nem precisaríamos nós recomendar uma data sobre isto - é a segunda denúncia que eu faço. A terceira é, tendo em vista da possibilidade da viagem, quero até agradecer a lembrança aqui do Senador Heráclito, de estar nessa comitiva que vai à África do Sul, o retorno está previsto para quinta-feira, pelo que eu vi a atividade lá vai até quarta e parece que o retorno aqui é quinta, e aí eu gostaria demais de já estar na primeira reunião e, portanto, se nós tivermos uma reunião antes de quinta, eu particularmente não tenho como acompanhar, é impossível para mim, mas eu não estou dizendo isso por uma questão ... é claro que o Presidente, só estou pedindo que na semana que vem, considerando isso, se seria o caso de nós termos a próxima reunião nossa pensada para a quinta-feira, tipo eu acho que o retorno está previsto aqui em Brasília às dezessete horas parece, a gente estaria aqui, dezessete horas já estaria aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Às dezenove horas está bom para você.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): [risos] Das dezessete e trinta em diante com certeza o esforço é grande de estar aqui. Então eu estou sugerindo isso assim, é claro, para a gente digamos assim começar todo mundo sem se sentir ninguém com nenhum tipo de prejuízo. Ao mais, parabenizar aí pelas definições que foram feitas por V. Exª., Senador Raimundo Colombo, o nosso Relator Inácio Arruda e agora a nossa Vice-Presidente, Senadora Lúcia Vânia, que com certeza terá a unanimidade dos votos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu agradeço a V. Exª. e concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores. Acho que se inicia bem essa Comissão. Basta ver que houve uma convergência de um roteiro, aqui apresentado pelo

Senador Álvaro Dias, e o roteiro apresentado pelo Relator. Eu acho que é esse exatamente isso. Nós temos que nos basear em dados que já temos ou de uma maneira mais concreta ou de pelo menos o que se acompanhou através da imprensa. Por exemplo, Tribunal de Contas, o trabalho que o Tribunal de Contas vem fazendo na investigação de irregularidades nessas entidades. O Ministério da Justiça, porque pela lei, teoricamente, é o encarregado de acompanhar e fiscalizar, só que não está instrumentalizado para isso. Talvez o que falte ao Ministério nós possamos encontrar através desta Casa um caminho para dotá-lo desses mecanismos. Eu acho que esse roteiro inicial deve ser obedecido, é um bom caminho, se vê exatamente o que o Tribunal de Contas tem. A partir daí, também para não se ficar aqui com um volume do que se apurar e sem tempo para tal. Outra coisa é escolher prioridade. Nós temos que ter aqui o bom senso de escolher quais são as prioridades exatamente para não haver agarramento. A terceira sugestão que eu gostaria de dar é que se evitasse ao máximo os convites para depoimento. Os convites para depoimento vêm demonstrando, ao longo do tempo, que eles são inócuos. Perde-se tardes e tardes na realidade muitas vezes ou expondo o depoente ou expondo a Casa, regimentalmente o Regimento dá a ele inclusive abertura para não falar a verdade.

Eu acho que onde que nós estivermos, é a sugestão que eu dou, aonde que se tiver indício de apuração, vamos encaminhar imediatamente para os órgãos competentes de investigação, para o Ministério Público, seja lá o que for. Nós teremos muito mais proveito nessa Comissão, ganharemos muito mais tempo com isso, e os convites sejam em casos realmente que precisem de esclarecimento ou que tenha que haver uma acareação ou que sejam casos emblemáticos. Fora isso, eu acho, e essa Comissão tem tudo para fazer isso, de implantar uma nova modalidade de funcionamento de Comissão aqui, porque acaba um pouco com aquele estrelismo dos convidados virem para cá com os seus Advogados, uns desaforados, outros nem tanto, e a verdade é que depois de tudo nada de objetivo se consegue arrancar. Eu acho que até em alguns casos o Relator pode indicar pequenas Comissões para ouvi-los, não aqui, mas ouvi-los nas dependências da Casa, ouvi-los e evidentemente que se houver um caso mais grave aí se faria numa segunda instância, quer dizer, se fazer uma otimização do tempo, que é precioso, para ver se dessa vez, Senador Sibá, a gente consegue, não só cumprir o tempo, mas como também evitar ter que prorrogar exatamente por isso. É uma sugestão que eu faço, acho que a proposta do Senador Sibá de se relevar a data é fundamental, mas depende de aprovação. A gente pode ter, mas isso daí poderia ser feito, poderia ser feito, coletar a assinatura. Nós temos amarrada até a data de 2006, o Senador naturalmente quis dizer, eu entendi, algum problema que tenha, que surja de 2007, para não deixar também a Comissão imobilizada. Eu acho que isso daí pode ser feito e esse trabalho pode ser feito inclusive em conjunto pelo Presidente, pelo Relator, porque terá, de qualquer maneira, que coletar as assinaturas novamente, de forma que era essa a sugestão, eu queria louvar e saudar a entrada nesse recinto da Vice-Presidente, que tão tranqüila somente agora chega para se ver consagrada nessa eleição pelos seus colegas, como Vice-Presidente da casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Só chegou agora para influenciar ninguém na votação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E dizer que temos a certeza que será uma grande auxiliar do companheiro Raimundo Colombo nessa tarefa, de forma, Sr. Presidente, que era isso, quero desejar boa sorte a V. Exª., ao Relator, à Vice-Presidente e que essa CPI não frustra a Nação e alcance os objetivos que todos nós desejamos. Quero dizer finalizando, Sr. Presidente, que não existe, pelo menos da minha parte, que fui o primeiro subscritor, nenhuma ação deliberada, dirigida a quem quer que seja, a nenhum setor. Anteriormente eu conversava com o Senador Arns, que estava indicado para a Comissão e tem ligações históricas com setores que recebem benefícios dessa atividade, sendo que nós temos inclusive que ter um olho social para as questões, por exemplo, das ONGs ligadas a movimentos religiosos, que às vezes são ONGs de periferia, o Sibá sabe bem o que eu estou dizendo, são ONGs de periferias, são ONGs que não tem contabilidade sofisticada, que tem limitações, mas que tem um serviço social, que tem um trabalho prestado. O foco deve ser, Senador Suplicy, as ONGs de picaretagem, aquelas de trambique, aquelas que são desviadas da função, que são usadas para comprar quadro, eu estou dando aqui exemplos, para manter clube esportivo, clube de tênis, clube de golfe. Nós vamos encontrar aí, ao longo desse tempo, muita coisa nesse sentido, e vamos encontrar também desvios, evidentemente, feitos, e que o país todo já sabe como é que acontece. Eu acho que se nós conseguirmos cortar essa sangria, evitar esse vazadouro de recursos públicos nós vamos prestar um grande serviço ao país e, evidentemente, remeter para a justiça aqueles que se aproveitaram de um organismo perfeito, que é o instituto das ONGs, das OSCIPS, exatamente com a finalidade de diminuir o tamanho do Estado, que se utilizaram desse mecanismo exatamente com fins escusos, o que é inaceitável. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu cumprimento V. Exª., que é o autor do pedido, o primeiro subscritor, e é exatamente dentro desse espírito de harmonia, de procurar corrigir, de prestar um bom serviço ao nosso país, esse é o caminho. A nossa situação aqui deve ser pautada pelo equilíbrio, pelo bom senso, sem querer perseguir ninguém, pelo princípio da justiça, sem querer culpar ninguém sem dar o direito de defesa, e de aperfeiçoar o sistema. Nós temos no Brasil as Prefeituras, Senador Eduardo Suplicy, ela sãos fiscalizadas, eu fui três vezes Prefeito, pela Câmara de Vereadores, pelo Tribunal de Contas, pelo Ministério Público, elas têm que cumprir a Lei 8.666, das Licitações, quer dizer, são instituições e que muitas vezes elas são substituídas. Então eu acho que nós temos que criar, encontrar um mecanismo, Senador Inácio, que a gente possa de fato aperfeiçoar um processo que é novo no Brasil.

Antes de fazer a apuração concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e já em seguida a gente vai fazer a apuração dos votos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero apenas lembrar que o General Santa Rosa é um dos casos. Não vamos trazê-lo para ouvi-lo aqui, mas eu acho que ele precisa ser ouvido porque tem uma matéria, uma declaração dele grave e que tem que ser apurado pela responsabilidade que ele tem e pela posição que ele ocupa na Amazônia. Essa é uma pessoa que precisa ser ouvida, eu acho que não necessariamente aqui, pode ser lá, que a TV Senado dá uma... deve ser ouvido de maneira objetiva e tomar as providências necessárias diante do que ele afirmar. Eu estou lembrando desse caso aqui agora, em decorrer do tempo surgirão outros.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente Senador Raimundo Colombo, prezado Relator Senador Inácio Arruda, prezados companheiros e Sra. Vice-Presidente, meus cumprimentos, pelo menos eu acho que V. Exª. terá a unanimidade de nossos votos.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Obrigada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já quero aqui desejar-lhe o melhor sucesso na sua cooperação com o Presidente Raimundo Colombo. Mas eu gostaria, pensando alto e quem sabe formular algumas sugestões para todos nós e para o roteiro de trabalhos que o Senador Inácio Arruda vai nos propor. Nessa linha, talvez com um foco um pouco diferente do proponente subscritor Senador Heráclito Fortes, mas eu imaginei que esta CPI pudesse também ser uma Comissão Parlamentar de Inquérito para dizer o que de bom existe nas ONGs e quem sabe nós venhamos a encontrar algo de muito positivo que será bom para o Senado Federal conhecer, e neste aspecto positivo quem sabe possamos aqui ouvir desde a Associação Brasileira das ONGs - a ABONG, cujo título tem tanto a ver com a nossa CPI, mas ela abrange cerca de trezentas organizações nacionais e poderíamos aqui ter um depoimento interessante a respeito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se V. Exª. me permite, eu acho que a ABONG precisa ser ouvida com muita rapidez, até porque a ABONG foi injusta e caluniosa com a esquerda brasileira, e eu quero me solidarizar, embora não me catalogue nesse ramo, mas eu acho que ela foi altamente injusta quando disse que o objetivo da CPI era desestabilizar ou esvaziar a esquerda do Brasil. É uma calúnia, eu quero dizer aqui de público. Se a ABONG tem essa visão da quero dizer brasileira não é a minha visão, eu não acho que a esquerda brasileira esteja eivada de mal feitores recursos públicos e que não seja exatamente a esquerda que malverse os recursos de ONG. Eu acho que isso é uma coisa distinta(F), isso não tem etnologia(F). No momento em que a ABONG faz essa distinção, eu quero registrar aqui o meu protesto, e aí seria demais, se fosse verdade, como tem esquerdista ladrão no Brasil, e eu não concordo com isso. Eu quero registrar o meu protesto aqui e dizer que por isso mesmo ela merece ser ouvida o mais rápido possível.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, mas quem sabe, por exemplo, há instituições que acredito, pelo menos na minha visão, tem uma imagem de trabalhos muito positivos e relevantes. Por exemplo, a Rede Mata Atlântica, ela poderia nos dar uma contribuição importante, o Instituto ETHOS tem se destacado em promover ações de responsabilidade social muito significativa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Rede Marta Atlântica? [risos].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Rede Mata Atlântica.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Marta Atlântica?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não é Marta, é Mata Atlântica.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ah, Mata, muito obrigado [risos].

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Se pegar a Mata, a Jibóia e mais esse depoimento [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eles se gostam, com certeza, são grandes amigos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): De repente me tira a voz aqui, mas tem a Transparência Brasil, por exemplo, onde o Presidente Cláudio Weber Abramo tem dado uma contribuição muito importante exatamente no sentido daquilo que V. Exª., Senador Heráclito Fortes, tem sugerido, que venhamos a ter a transparência em todas as questões, o Instituto Educação Solidária, que inclusive tem na Presidência a Sra. Ruth Cardoso, que pode dar uma contribuição muito significativa relativamente até do ponto de vista de exemplos, a APAE, por exemplo, que tem um histórico formidável de atenção para com as pessoas com alguma deficiência, eu avalio e considero, tenho a convicção de que, por exemplo, se aqui pudermos ouvir também o que fazem a CONTAG, o MST, nós vamos ter um relato bastante rico de situações importantes para todos nós Senadores e a população brasileira conhecer melhor, então eu cito aqui algumas entidades para, isso daqui é uma sugestão na linha do que V. Exª. mencionou, Senador Inácio Arruda, para que na próxima semana, dialogando até informalmente, mas para que V. Exª. possa considerar como um roteiro de nossos trabalhos. É só.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois, não, pela ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria apenas que ficasse registrado aqui nos anais dessa CPI que começa em bom momento, que quem primeiro tratou de convocar familiares de Presidente ou de ex-Presidente da República nesta CPI foi o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas no sentido mais positivo da palavra, todos aqui ouviram e V. Exª. sabe do --

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apenas quero fazer o registro, apenas quero fazer o registro e confiante da sua boa intenção. Como V. Exª. é um dissidente do seu partido, não me estranha que contrarie exatamente uma orientação pública da sua líder numa entrevista publicada recentemente aonde achava que o objetivo dessa CPI era investigar familiares do atual Presidente da República, o que não é de maneira nenhuma pelo menos da minha parte. Eu acho que V. Exª. está dando um motivo para que, no calor dessa CPI, esses fatos venham a ser tratados, mas V. Exª. inaugura algo que não... até com respeito à sua lida, com o que eu me atrito tanto, eu vou ousar tratar desse tema. Como V. Exª., mais ousado do que eu, puxa a corda, eu quero apenas que fique registrado nos anais da Casa que foi o partido do Presidente da República, na pessoa do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, que fez a solicitação, a qual eu aprovo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exª., Presidente Raimundo Colombo, é a principal testemunha, até o Senador Heráclito Fortes sabe do meu apresso tanto pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso quanto pela Sra. Ruth Cardoso, que inclusive, quando presidia a comunidade solidária, convidou-me para expor, por exemplo, o Programa de Garantia de Renda Mínima e a Renda Básica de Cidadania. Então eu aqui quero reiterar o meu respeito por ela, mas colocando aqui na lista de entidades de Organizações Não Governamentais que podem nos dar um testemunho positivo de ações que realizam. Então é com esta finalidade, eu vou encaminhar ao Senador Inácio Arruda anotações que fiz aqui informalmente, porque isso daqui é só no sentido de pensar alto para o roteiro que V. Exª. vai nos apresentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Bom, neste momento a gente está encerrando a votação, e para continuar nesse clima de harmonia entre os dois eu convido para apurar os votos o Senador Heráclito e o Senador Suplicy [risos]. Nós estávamos conversando com o nosso Relator, o Senador Inácio Arruda, que a primeira reunião nossa fosse sobre o conceito. O Senador Sibá colocou bem e o nosso Relator vai buscar as entidades, sugerir para que a gente faça o procedimento e que a nossa primeira reunião seja exatamente para o conceito das ONGs no Brasil, a legislação, a prática já existente, as sugestões, para que a gente comece dando o primeiro passo, um passo certo.

Os votos apurados conferem com o número de votantes e apresentam o seguinte resultado: 7 a 0. Parabéns [palmas].

Convido a Senadora para fazer parte da Mesa, como nossa Vice-Presidente.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não, com a palavra o Sr. Relator.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Enquanto nós acolhemos, recepcionando a Senadora Lúcia Vânia e dando-lhe os parabéns pela votação unânime, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que eu acho que as indicações do Senador Suplicy, do Senador Heráclito e do Senador Sibá, elas vão nos ajudar na elaboração de um plano de trabalho. Eu acho que tem sugestões que eu acho que ela já por si, como o Senador Álvaro colocou, elas se incorporam ao plano de trabalho, são fruto da necessidade da CPI. Outras, nós temos que examinar e na discussão do plano de

trabalho tratar de colocá-las no plano de trabalho ou não, eu acho que isso daqui nós devemos fazer com a maior cautela. Eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer que encerrado os trabalhos de hoje, para que a gente sempre faça as coisas muito às claras, eu quero me propor a fazer uma conversa com V. Exª., com o Senador Heráclito, porque o Senador Heráclito é o autor do requerimento, e em seguida com os demais Senadores para que a gente possa apurar bem o nosso plano de trabalho, para que ele seja fruto também de um esforço conjunto. Você tem o Relator, mas o Relator tem a obrigação de fazer e desenvolver o plano de trabalho muito em sintonia com os Srs. Senadores.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria fazer outra proposta. É que fosse cumprida essa intenção inicial do Relator, das duas visitas, e evidentemente podendo ser amanhã ou depois, na hora que se tivesse já o resultado das visitas, aí nós fizermos uma reunião já baseada no que se trouxe do Tribunal de Contas, do Ministério da Justiça, já com fatos concretos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Isso, a sugestão está correta, então, Sr. Presidente, eu proponho que, além da visita ao Presidente do Tribunal de Contas, já possamos agendar a visita à Controladoria Geral da União, ao Ministério Tarso Genro, que é importante, e o Procurador Geral da República. Eu acho que essas quatro instituições são fundamentais. E uma quinta sugestão é de que a nossa primeira audiência para ouvir organizações da área de ONGs e OSCIPS seja com a ABONG, não só para nós dirimirmos as dúvidas com relação às declarações, que eu acho que muitas vezes somos mal interpretados naquilo que anunciamos publicamente, mas para que a gente possa, com a ABONG, fazermos a primeira discussão de conceito, o que mesmo são as ONGs, o que é esse terceiro setor, quem nós vamos investigar. E para ninguém ter receio, ninguém, absolutamente ninguém, nenhuma organização tem que ter receio de CPI. Se tudo está correto não há o que ter receio, agora se tiver irregularidades que descambe para a fraude, esses podem ficar com receio. Os demais não precisam se preocupar, porque a CPI tem um alto grau de informação, os seus componentes, e o sentido aqui é de ajudar o nosso país. Pode ser que tenha ONG que não queira ajudar o país, se tiver nós vamos examinar a sua situação dentro do nosso território, que é o território brasileiro, que nós queremos que todos estejam aqui imbuídos do melhor propósito. Nós temos muitas informações de jornais dizendo o seguinte: tem tal organização que está ligada à biopirataria. Se nós constatarmos isso, evidentemente que essa organização, nós vamos buscar examinar bem a sua atuação no território brasileiro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador, me chegou ao conhecimento de que na Câmara dos Deputados tem um bom acervo sobre situação de algumas ONGs no Brasil.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É verdade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Um levantamento feito --

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Alexandre é o nome, foi de quem o Álvaro Dias falou, o Alexandre que --

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É o pessoal da Câmara ligado exatamente à questão do orçamento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): -- Do orçamento, pronto, Já é também, seria interessante que se pedisse esse material para se ver exatamente o que é.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Bom, eu peço --

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu reivindico aqui também ao nosso Presidente que ele possa nos permitir consultar as pessoas que trabalham tanto na Câmara como no Senado para formarmos aqui em conjunto a melhor equipe de trabalho. Nós temos excelentes profissionais no Senado, excelentes profissionais na Câmara, no TCU, no Ministério Público, eu acho que nós devemos fazer isso muito em conjunto. Então eu pediria a V. Exª. que já nos liberasse para trabalharmos nesse sentido e sempre em conjunto com V. Exª.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mais uma sugestão. Eu estou sendo informado aqui que tem um consultor em orçamento do Senado que tem aquela tecnologia do I-2, que faz o cruzamento, ele é de orçamento, eu acho que é uma pessoa que poderia se ter uma conversa inicial e, se fosse o caso, pedir até para que ele prestasse serviço aqui nesse período, que é outra vertente positiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu peço à Secretaria que já proceda os contatos com a Procuradoria Geral da República, com o Ministério Tarso Genro, o Ministério Público e a CGU para marcar a audiência. A audiência com o Dr. Walton Alencar Rodrigues, que é o Presidente do Tribunal de Contas da União, já está marcada para hoje às dezoito horas, e assim que for desejado, Senador Inácio Arruda, a gente se coloca à disposição para discutir os nomes da assessoria e já em seguida tomar as providências. Senador Lúcia Vânia, gostaria de usar da palavra?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de agradecer a todos os Srs. Senadores pelos votos, pela confiança, e gostaria de fazer ao Sr. Relator, como outros já o fizeram, algumas sugestões. Eu entendo que antes mesmo de qualquer investigação, pelo menos eu entendo que nós vamos por um lado investigar, mas por outro lado nós vamos buscar modernizar o marco legal que regulamenta as ONGs. Portanto, eu acho que não seria interessante nós começarmos já ouvindo as pessoas, mas eu gostaria primeiro que nós formássemos aqui um conceito sobre as ONGs, qual é o seu propósito, quais os objetivos, e depois que a gente pudesse trazer aqui alguém que conhece profundamente o marco regulatório, porque eu acredito que antes de nós termos um embasamento jurídico e uma compreensão da extensão do papel das ONGs, eu acho que qualquer outra posição fica, na minha visão, prejudicada. Eu gostaria de concordar com a visita ao Tribunal de Contas da União e aos demais que foram aqui citados, e quero dizer que o Tribunal de Contas tem um trabalho magnífico a respeito das ONGs, ele acompanha todo o trabalho dentro do possível, fez um seminário a respeito disso, quero dizer que eu trabalhei junto com o Tribunal de Contas para a construção da Lei de Responsabilidade Social e, portanto, nós teremos no Tribunal de Contas não apenas os subsídios, como também o assessoramento daquele Tribunal, que tem vindo aqui constantemente debater esse assunto conosco. Portanto, eu gostaria de deixar essas sugestões e dizer que é muito importante, acredito que seja muito importante esse trabalho, o terceiro setor é uma forma moderna de participação da sociedade, e esse terceiro setor, para que tenha realmente resultado, é preciso que haja um controle, um acompanhamento e uma fiscalização. Isso não quer dizer que eles não tenham já prestado um serviço fantástico, como foi colocado aqui pela APAE, como foi colocado aqui pela Comunidade Solidária e outros tantos que já prestaram serviço a esse país, mas mesmo com o bom serviço prestado nós sabemos que existem distorções, existem desvios, e nós, eu acho que o objetivo primeiro dessa CPI é buscar tampar os ralos por onde saem o dinheiro. Eu acho que esse é o nosso compromisso, acredito que todos nós que estamos aqui somos pessoas comprometidas com a área social, são pessoas que vão buscar sem dúvida nenhuma o caminho mais correto para que a gente possa acompanhar e fiscalizar as ONGs e o terceiro setor.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço à Senadora Lúcia Vânia, cumprimento a ela também pela visão que tem, que é consenso aqui, e isso prevalece, o bom senso de todos nós, o que é muito bom para essa CPI e para o Senado, e não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a presença de todos, e a próxima reunião a gente vai marcar após nós termos todos esses dados, se possível já para a semana que vem para a gente começar o trabalho. Eu agradeço a todos, está encerrada a presente sessão. Obrigado.

Sessão encerrada às 15h20. – Senador **Raimundo Colombo**, Presidente.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 201, de 2007, E ADITADO PELO REQUERIMENTO Nº 217, DE 2007, COMPOSTA DE 11 SENADORES TITULARES E 7 SUPLENTES, DESTINADA A APURAR NO PRAZO DE SESSENTA DIAS, A LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs -, BEM COMO A UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESSES RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS DO EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999 ATÉ O ANO DE 2006.

Ata da 4ª Reunião de 2007, realizada em 23 de outubro de 2007

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião de 2007, realizada em 23 de outubro de 2007, às onze horas e trinta e cinco minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foi aprovado o Plano de Trabalho e os Requerimentos nºs 1 a 8.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Raimundo Colombo (DEM-SC) – Presidente
Lúcia Vânia (PSDB-GO) – Vice Presidente
Inácio Arruda (PCdoB-CE) – Relator
Heráclito Fortes (DEM-PI)
Sibá Machado (PT-AC)
Fátima Cleide (PT-RO)

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento 201/2007 e aditado pelo Requerimento nº. 217/2007, composta de 11 Senadores titulares e sete suplentes, destinada a apurar no prazo de 60 dias, a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para Organizações Não-Governamentais, as ONGs, e para organização de Sociedade Civil de interesse público, as OSCIPs.

Bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros, por elas recebido no exterior, a partir do ano de 99 até o ano de 2006. A ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. Coloca-a em votação, propondo a dispensa da leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Esclareço ainda que a presente Reunião destina-se à apresentação do plano de trabalho e a apreciação de requerimentos. Eu vou pedir ao nosso Relator, Senador Inácio Arruda, se puder fazer a leitura do plano de trabalho para, eu já fui, encaminhado pelos e-mails para todos os Senadores, e tem cópia também sobre as bancadas. Então, peço a V.Exª que faça a leitura e a apresentação do plano de trabalho.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero dizer que buscamos construir o plano de trabalho numa ação conjunta com o Sr. Presidente desta Comissão, discutimos com a nossa assessoria, com o nossos consultores do Senado, e aqui da Comissão diretamente, para que nós pudéssemos elaborar um plano de trabalho numa CPI que tem um leque vasto de indicação para que possa se investigar o repasse de recursos Federais, no período de 99/2006, em nosso país. O plano de trabalho da CPI das ONGs, introdução. O crescimento do chamado terceiro setor na década de 90, criou novos desafios para o Estado Brasileiro. Foi consolidada o idéia de que o Estado necessária de parceiros para prestações de serviço com estaque a área social. No entanto, com o aumento dos repasses de dinheiro público ao terceiro setor, cresceu também a necessidade de criação de mecanismos eficazes de controle da aplicação desse recurso. Um dos sinais desse processo de crescimento e reconhecimento da importância do terceiro setor, foi a aprovação em 1999, da lei nº. 9790, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de Direito Privado sem fins lucrativos como organizações da Sociedade Civil de interesse público, institui e disciplina o termo de parceria e dá outras providências.

A atual CPI das ONGs está inserida nesse contexto, o Requerimento de criação da CPI, explicita e delineia sua finalidade, qual seja, apurar no prazo de 120 dias, o Requerimento original fixo o prazo de 60 dias, há uma controversa que iremos evidentemente resolver, a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para Organizações Não-Governamentais, ONGs, e para organizações da Sociedade Civil de interesse público, OSCIPs, bem como utilização por essas entidades desses recursos e de outras por elas recebidas no exterior, a partir do na de 99 até o ano de 2006. O ponto de partida desse trabalho é o reconhecimento de que a Sociedade Civil tem um importante papel na prestação de atividades de assistência, capacitação e afirmação em direitos e que a ampliação da fiscalização e o aprimoramento dos mecanismos de repasse, são passos importantes para assegurar a consolidação do terceiro setor. Não como substituo do Estado, mas sim como parceiro. Os trabalhos da CPI serão desenvolvidos segundo sete linhas básicas de atuação descritas a seguir.

a) A avaliação das relações do Estado com as ONGs. Preliminarmente a CPI debaterá com autoridades governamentais e especialistas da Sociedade Civil, as relações do Estado com as ONGs, inclusive, o conceito ONG e o rol de entidades sem fins lucrativos, ou sem fins econômicos que devem ser incluídas neste conceito. Algumas das questões que devem ser debatidas são, por exemplo: 1) Em que medida deve o Estado se valer de parcerias com ONGs para prestações de serviços públicos. 2) Admite-se que o Estado conceda recursos a ONGs, que apenas se mantenha operantes porque recebem recursos do Estado. 3) O atual padrão de relacionamento deve ser mandato, ou modifico, em que direção? Convidar para debater a concepção, os problemas e as soluções pertinentes ao atual modelo de relação, estado e ONG, representante da ABONG, representantes de ONGs que prestam serviços reconhecidamente relevantes, pensadores do setor acadêmicos e/ou outros especialistas da Sociedade Civil, e autoridades governamentais. Analisar as diversas espécies de entidades privadas sem fins lucrativos, que executam ações com recursos públicos.

b) Mapeamento da transferência de recurso do orçamento da União, para entidades privadas sem fins lucrativos no período de 99/2006. É preciso descortinar o panorama das transferências de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, buscando identificar, A. Os montantes envolvidos. B. As entidades beneficiadas, revelando quais mantém relações episódicas com o Estado e quais mantém relacionamento duradouro.

c) O padrão de relacionamento Governo - ONG por programas e órgãos e por subperíodos entre outras possibilidades. E D. Verificar o cumprimento das restrições legais para transferência de recurso para ONGs. Uma vez identificadas às organizações que mantém vínculo duradouro e significativo com o Estado em financeiros, a CPI analisará detidamente as parcerias mais relevantes para avaliar os benefícios que vem sendo colhido e a regularidade da aplicação dos recursos. Solicitar ao Ministério do Planejamento, banco de dados com informações por ano, sobre liberação de recursos para entidades privadas, contendo, ano, nome, CNPJ, valores autorizados, empenhado, liquidado e pago, funcional programática, unidade orçamentária, órgão orçamentário, convênios relacionados, entre ou-

tros dados. Solicitar à Receita Federal do Brasil, banco de dados com os dados cadastrais dessas entidades. Solicitar autorização da Receita Federal do Brasil, para acesso aos sistemas que permitem consulta dos dados cadastrais, de pessoa jurídica e de pessoa física. Solicitar ao Ministério do Planejamento relatórios ou planilhas, contendo informações sobre a destinação de recursos públicos por meio de Emendas parlamentares para entidades privadas sem fim lucrativo no período de 99/2006. Solicitar consultoria de orçamento do Senado, relatórios ou planilhas contendo informações sobre destinação de recursos públicos para entidades privadas sem fins lucrativos, inclusive, por meio de Emendas parlamentares no período de 99/2006. Bem como outros trabalhos complementares e específicos. C. Investigação de denúncias ou evidência de fraudes, desvio de recursos públicos e irregularidades nas parcerias Estado - ONG no período de 99/2006, foram noticiados inúmeros casos de irregularidades e fraudes perpetradas por ONGs, que recebem recursos públicos. Várias CPIs investigaram atuação de ONGs. Vários casos estão pendentes de aprofundamento de investigação. Nessa linha de investigação, a CPI identificará e examinará as denúncias que lhe chegarem ao conhecimento, bem como investigará os fatos irregulares que identificar. Serão selecionados casos que a própria CPI apurará na medida de sua capacidade operacional e no tempo disponível para investigação, outros casos serão encaminhados aos órgãos competentes para a devida apuração, com solicitação imediata de fiscalização e por fim outros serão encaminhados àqueles órgãos sem essa solicitação. Os casos já investigados por outras CPIs não serão objetos de nova investigação exceto se houver fato novo e relevante. Identificar e selecionar casos notórios de irregularidades denunciados para aprofundamento das investigações, o qual poderá requerer a quebra de sigilos da entidade e se for o caso, de seus gestores, e terceiros envolvidos diligências in loco com a participação de membros e assessores da CPI, requisição de informações aos Ministérios Repassadores, auditoria contábil, etc. Identificar e selecionar casos notórios de irregularidades para aprofundamento das investigações, solicitando informações à CGU, ao TCU e ao TCU. A imediata instalação de fiscalização e a apresentação de relatórios preliminares no prazo de 20 dias. Ou seja, em alguns casos a CPI atuará diretamente de forma mais incisiva, em outros a atuação primeira será desses órgãos de fiscalização. A da CPI se fará mediante a análise dos relatórios preliminares e continuidade das investigações a partir daí se for o caso. Identificar no manancial de informações sobre análise, indícios de irregularidades que sustentem investigação aprofundada. No momento oportuno da investigação, convocar para depor pessoas envolvidas nas denúncias que estiverem sendo investigadas, bem como outras que possam ajudar no esclarecimento ou na apuração dos fatos denunciados. Solicitar ao Tribunal de Contas da União, informações sobre as prestações de conta de entidades privadas sem fins lucrativos, que recebem recursos do Governo Federal, incluindo informações sobre irregularidades verificadas, multas aplicadas, valores desviados e ilícitos penais. Análise geral das prestações de contas de entidades privadas sem fins lucrativos, que recebem recursos do Governo Federal, incluindo informações sobre irregularidades verificadas. Informações sobre denúncias envolvendo, ONGs, cópia de processo de fiscalização e/ou julgamento de contas específicas pré selecionadas durante o processo de investigação, solicitar a Controladoria-Geral da União informações sobre denúncias envolvendo ONGs, informações sobre as prestações de contas de entidades privadas que recebem recursos do Governo Federal, incluindo informações sobre irregularidades verificadas, multas aplicadas, valores desviados e ilícitos penais. Análise geral das prestações de contas de entidades privadas que recebem recursos do Governo Federal, incluindo informações sobre irregularidades verificadas, cópia de convênios específicos e dos respectivos processos pré-selecionados durante o processo de investigação. Solicitar informações sobre investigações já conduzidas, ou que estejam sendo conduzida e nas quais estejam envolvidas a destinação e a aplicação de recursos públicos repassado pelo Governo Federal, para entidades privadas caracterizadas como ONGs, ao Ministério Público Federal, ao Departamento de Polícia Federal. Solicitar aos Ministérios informações sobre denúncias de irregularidade na destinação e aplicação de recursos repassados a entidades sem fins lucrativos, ONG, no período de 99/2006. Solicitar ao Conselho Nacional de Assistência Social, cópia do banco de dados, signas com todas as informações disponíveis sobre as entidades, que dispõem do certificado de entidade da Assistência Social, SEAS, filantrópicas, banco de dados de convênio realizado entre, 99/2006, para transferir recursos para uma ONG pré-definida, ainda que o conveniente seja Estado ou Município, contendo dada de celebração, nome, CNPJ, fim da vigência, valor empenhado, valor pago, funcional programático, unidade orçamentária, órgão orçamentário, número do convênio no CIAF, número do convênio FNAS, objeto do convênio, justificativa do convênio, número do processo e CPF do responsável pela ONG. Relação das entidades que tenham perdido o CAS, entre 99/2006, acompanhada de justificação acerca da saída voluntária, ou exclusão pelo CAS. Informações sobre denún-

cias recebidas pertinentes à atuação dessas entidades, solicitar o Ministério da Justiça, banco de dados com informações sobre as OSCIPs, informações sobre os procedimentos de fiscalização empreendidos sobre essas entidades.

d) Avaliação dos procedimentos de destinação e fiscalização da aplicação dos recursos repassados pelo Governo Federal para ONGs, da regularidade, da aplicação e dos resultados obtidos nessas parcerias. Nessa linha de atuação serão discutidos e examinados: A) Os procedimentos adotados pelos órgãos federais, para a escolha dos parceiros do terceiro setor com os quais trabalhará para implementação de Políticas Públicas. B) A suficiência e/ou insuficiência das fiscalizações realizadas no âmbito do controle interno e do controle externo para verificar a correta aplicação dos recursos e o cumprimento das metas estabelecidas. C) Os resultados produzidos por essas parcerias e o grau de conhecimento que o Governo detêm sobre a efetividade da atuação dessas entidades. Tais análises serão feitas a partir principalmente dos trabalhos já conduzidos pelos órgãos do controle interno, Controladoria-Geral da União, e externo, Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União. Solicitar ao Tribunal de Contas da União, aos mais relevantes trabalho de auditoria pertinentes a ONGs, informações sobre as prestações de contas de entidades privadas que recebem recursos do Governo Federal, incluindo informações sobre irregularidades verificadas, multas aplicadas, valores desviados e ilícitos penais, estudos e análises já realizados, ou em andamento sobre os problemas detectado na relação Governo e entidades privadas, sem fins lucrativos e possíveis soluções, bem como, sobre a política de se utilizar ONGs, para executar Programas Governamentais, informações sobre os procedimentos que estão sendo a aplicados para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e aferir a eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados por essas entidades. Solicitar à Controladoria-Geral da União, os mais relevantes trabalhos de auditorias realizados em convênios com ONG, prestação de contas específicas de entidades privadas que recebam recurso do Governo Federal, incluindo informações sobre irregularidades verificadas, estudos e análises já realizado, ou em andamento sobre os problemas detectados na relação Governo e entidades privadas, sem fins lucrativos e possíveis soluções. Convidar para escorrer sobre os problemas detectados na destinação, aplicação e fiscalização de recursos repassados pelo Governo Federal, a entidades privadas sem fins lucrativos, o Presidente do Tribunal de Contas da União ou seu representante, o Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, ou seu representante, os Ministros de Estado, ou seus representantes cuja área de competência tenha ocorrido casos noticiados de irregularidades. Convidar representantes de entidades e Sociedade Civil para falar sobre o problema da fiscalização de recursos repassados pelo Governo Federal, a entidades privadas sem fins lucrativos. Solicitar os Ministérios, inclusive, dos fundos e entidades que lhes são vinculadas, como o Fundo Nacional de Saúde, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia e Fundo Nacional de Assistência Social, por exemplo, informações sobre os critérios utilizados para selecionar entidades sem fins lucrativos, ONGs, ou entidades do terceiro setor, para atuar em parceria com o Governo na prestações de serviços públicos, bem como a evolução da fixação desses critérios ao longo do tempo, especialmente a partir de 1999. Solicitar aos Ministérios, informações pertinentes à sua área de competência, inclusive, dos fundos e entidades que lhes são vinculados, como o Fundo Nacional de Saúde, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Assistência Social, por exemplo, sobre a destinação, fiscalização e aplicação dos recursos transferidos a entidades privadas sem fins lucrativos no período de 99/2006. Avaliação e aprimoramento do marco legal que regula a relação das ONGs com o Estado, vários especialistas avaliam que a relação das ONGs com o Estado, precisa ser adequadamente disciplinada, a CPI pretende aprofundar esse debate. Convidar autoridades governamentais e representantes da Sociedade Civil para expor à CPI, a avaliação de diversos modelos de relação, de Estado ONG. A) Termos de parceria, OSCIPs. B) Contrato de gestão, Organizações Sociais e C: Convênios, etc.. Analisar as normas que regulam a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, LDO, Lei 4320, lei das OSCIPs, Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional, Decreto do Poder Executivo e etc.. Solicitar consultoria de orçamento e fiscalização e controle do Senado Federal, estudo sobre as normas da LDO, a respeito da destinação de recursos públicos a entidade do setor privado sem fins lucrativo, sua evolução e sugestões para aperfeiçoamento dessa Legislação. Solicitar consultoria Legislativa do Senado Federal, estudo sobre o marco legal a respeito da destinação de recursos públicos a entidades do setor privado sem fim lucrativo, sua evolução e sugestões para aperfeiçoamento dessa Legislação, inclusive, a partir de elementos colhidos ao longo desta CPI. Solicitar ao Tribunal de Contas da União, estudo sobre as normas a respeito da destinação de recursos públicos de entidades do setor privado sem fins lucrativos, sua evolução e sugestões para aperfeiçoamento dessa

legislação. Solicitar de órgãos e entidades, sugestões para aperfeiçoamento do marco legal.

F) Avaliação da renúncia fiscal derivada da destinação de recursos privados para entidades sem fins lucrativos, isenções tributárias por elas usufruídas. Aqui será examinada outra vertente da absolvição de recursos públicos pelas entidades privadas sem fins lucrativos. A) O recebimento de doações de pessoas físicas e jurídicas que proporcionam aos doadores o benefício de redução do Imposto de Renda, a pagar. B) Isenções tributárias usufruídas por essas entidades em razão da atividade sem fins lucrativos que realizam em benefício da sociedade. Solicitar informações sobre este tipo de renúncia fiscal a Receita Federal do Brasil, convidar para debater o tema com a CPI, o Secretário da Receita Federal do Brasil, representante dos Ministérios, especialistas da Área Tributária, representante de entidades filantrópicas beneficiárias. G) Examinar o recebimento de recursos externos por ONG atuantes no Brasil. Trata-se de um segundo objetivo dessa CPI, avaliar essa situação. No primeiro momento a CPI procurará avaliar sua dimensão montantes envolvidos e número de entidades nessa posição. Posteriormente definirá se for o caso, nova linha de ação. Visita do Relator, do Presidente, e outros membros da CPI, ao Banco Central do Brasil para tratar desse tema. Solicitar informações do Banco Central do Brasil, em meio magnético.

Regras procedimentais: Algumas regras para apresentação de requerimento podem ser acordada para melhor o desenvolvimento dos trabalhos. Propomos que as denúncias a serem investigadas pela CPI, sejam aquelas, objeto de Requerimento devidamente aprovado pela Comissão. O Requerimento deverá especificar se a investigação será feita diretamente pela CPI, ou indiretamente com o auxílio do Tribunal de Contas da União e/ou da Controladoria-Geral da União aos quais serão solicitados relatórios preliminares a serem examinados posteriormente pela CPI. O Requerimento devidamente fundamentado, deverá especificar a entidade, objeto da investigação, ou os fatos a serem apurados, bem como a ação específica a ser adotada. Somente os requerimentos que forem apresentados na Secretaria da Comissão com 24 horas de antecedência em relação à hora prevista para a inicio da reunião, convocada para deliberação de requerimentos serão incluídos na respectiva pauta na Ordem do Dia. As ações específicas contidas nesse plano de trabalho consideram-se aprovada independentemente de Requerimento próprio, salas de comissões, 23 de outubro, Senador Raimundo Colombo, Presidente, Senador Inácio Arruda, Relator. Sr. Presidente, este é o nosso propósito do nosso plano de trabalho. Considerando o tempo exíguo que foi proposto para a CPI de 60 dias, mas que já convergido no Requerimento, posterior para de 120 dias, mas V.Exª mesmo já propôs que nós pegássemos os 60 dias primeiros, e incluísse mais 120 dias, porque o objeto de investigação é muito amplo, nós temos muito trabalho pela frente e precisaríamos, então, de um tempo mais largo. É o nosso Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): 180 dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Nós estamos encaminhando começando a colher assinaturas de um Requerimento ampliando por mais 120 dias, evidentemente que se não precisar pode encerrar antes. Mas até 120 dias.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [Pronunciamento fora do microfone]

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Então, 60 mais 60, ou é 60 mais 120? 180 dias?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): 60 mais 120.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): 180 dias?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Exatamente**.**

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Então o Requerimento já é ampliar para 180 dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): 180 dias. É esse. Do apagão foi 180, e eles consumiram 167 dias. Conseguiram terminar antes. Bom, está...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Exato. A Mesa está pedindo isso. Eu quero agradecer ao Senador Relator, Senador Inácio Arruda, e abrir a discussão tendendo o primeiro pedido do Senador Heráclito Fortes que já está inscrito. Não sei se o Senador Sibá, Senadora Lúcia Vânia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero louvar esse passo inicial, o Relator teve um cuidado de focar realmente os temas principais que preocupam a todos nós brasileiros. Mas eu queria apenas chamar atenção para um cuidado que é preciso a gente ver, se nós teríamos amparo legal. Analisar as diversas espécies de entidades privadas sem fins lucrativos que executem ações com recursos públicos. Nós estamos limitados... Infelizmente nós estamos limitados a investigações de ONGs e OSCIPs. Digo para que nós não tenhamos problemas com relação a essa questão [ininteligível] fosse estudado apenas a questão legal da, e aí depois vem, tem uma correlação com a outra. Solicitar consultoria de orçamento do Senado, relatório ou planilha contendo informações sobre recursos públicos para entidade privada sem fins

lucrativos, fica na mesma. É preciso saber ou amplia aqui, ou como é que vamos fazer?

É universo que nós podemos investigar tendo em vista o Requerimento. Pra gente não ter problema... Informações sobre... Eu estou puxando aqui, eu fiz aqui um... Informações... [ininteligível] Incluindo informações irregularidades verificadas multas aplicadas, é a mesma coisa. A preocupação é... Mas tem aqui outro ponto...

A questão é que é preciso também a gente examinar, nós vamos poder investigar CPIs... ONGs a nível estadual e municipal, que receberam recurso Federal, é isso? As que receberam recursos estaduais não podemos. Digo apenas uma questão de segurança nossa para não...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Está correto o Senador Heráclito Fortes. Quer dizer, só podemos investigar ONGs que tem vinculações com governos estaduais e municipais se receberam recursos Federais.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Se tiver algum recurso estadual caberá uma CPI na Assembléia Legislativa de cada Estado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apenas, acho até que se houver alguma irregularidade, a CPI pode--

[falas sobrepostas]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tribunal de Contas lá do Estado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quando o Relator pede, solicitar aos Ministérios, inclusive, dos fundos e entidades que lhes são vinculados, como FNF, FNDF, MCT, FNA, esquecemos o fato e esquecemos os Fundos de Pensão. Eu acho que nós deveríamos incluir essas duas vertentes que são... 11.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Fundo de Amparo ao Trabalhador. Acho que aí, acho que entra direto. O problema dos Fundos de Pensões, é que tenho dúvida se está dentro do nosso objeto de investigação. Mas já podemos incorporar o fato imediatamente.

[falas sobrepostas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nunca saindo da trilha do...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Fundo de Pensão normalmente eles querem receber. Eles não querem fazer doações.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é, mas--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu acho que a gente deve examinar,se a gente pode--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Acho até que é folclore, mas de vez em quando a gente ouve essas denúncias, eu tenho essa mesma tece. Mas de vez em quando ouve-se falar nisso, para não ser acusado de não ter investigado. Eu não quero crer que haja, eu não quero crer, entendeu Presidente? Mas, quem sabe, apenas uma... Outra que eu gostaria apenas, eu já falei da primeira vez, a gente ter o cuidado em... Nas convocações para oitiva aqui, não ampliar muito o leque porque daqui a pouco antes de começar a ouvir, não vai chegar a lugar nenhum. Porque quem é convocado, ou convidado para abrir uma CPI, geralmente ele é um privilegiado. Porque ele está respaldado pelo... Constitucionalmente. Então ele mente, ele se nega a dar declaração, ele faz espetáculo com o Advogado do lado, se a gente puder evitar, era bom. Agora, as 24 horas eu concordo, mas acho que deveria haver uma brecha para no caso de ter [ininteligível] do Relator e do Presidente. Porque muitas vezes você no correr de uma CPI dessa, você tem questões que não podem... São urgentes.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Brechas no bom sentido aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Havendo entendimento...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Liberação para os dois até.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ok. Presidente, eu--

[falas sobrepostas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Somente o Requerimento que foram apresentadas seja feita a Comissão com 24 horas de antecedência, em relação à hora prevista do dia da reunião convocada para deliberação, será incluído na respectiva pauta. Apenas essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Havendo entendimento, que se--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em outros casos haverá o poder de deliberação do conjunto do Relator e do Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente, eu considero as solicitações do Senador Heráclito Fortes todas pertinentes. A única observação que eu faço é em relação aos Fundos de Pensão. Que ele levantou corretamente, que nós devemos examinar se é possível ou não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu tenho dúvidas, apenas para que depois se diga, eu sei como que é as coisas--

[falas sobrepostas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É apenas isso. Mas eu também acho que não é fácil.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nesse sentido eu proponho a inclusão no plano da trabalho, das sugestões do Senador Heráclito Fortes.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Agradeço muito. E sobre a questão que o senhor colocou, Senador Heráclito, a questão do foco. Nós temos um estudo que a gente fez cerca 276 mil ONGs, e dessas, cerca de mil e oitocentas receberam recursos públicos federais. Então um leque muito amplo e que precisa realmente de ter o foco por que senão fica impossível...

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Aí ao em vez de 180 dias, tem que ser 180 mil dias. Mas eu agradeço a participação do Senador Heráclito Fortes, e concedo a palavra ao Senador Sibá Machado pela ordem.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu vou começar por esse pondo, Sr. Presidente, por que eu vi o Relator se comprometendo e eu quero apresentar aqui as minhas preocupações quanto a esta sugestão. Primeira delas é que quando nós vamos trabalhar sobre o Requerimento para possíveis depoimentos, quebra de sigilo e sobre determinada situação que pode ser entendido como emergência, mas a gente tem que regularizar, então, quais os prazos de apreciação de matérias administrativas. Porque aí se a gente tiver toda a reunião a possibilidade também de votação de Requerimento, é uma complicação que eu queria apresentar. Então, eu queria manter a possibilidade, ou se abrir esta possibilidade de uma avaliação de emergência, nós temos o dia certo na semana de quais são os dias que podemos ter apreciação administrativa, as reuniões administrativas. Que não temos outra finalidade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [Pronunciamento fora do microfone]

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Deixa eu ver se eu entendi. Aqui está falando 24 horas de antecedência o Requerimento, para ser apreciado na reunião administrativa, certo? Então, na mesma reunião administrativa, nós podemos, se houver uma necessidade emergencial, eu estou complementando que devemos ter o dia da semana determinado para as reuniões administrativas. Que é pra gente não ficar possibilidade de ser numa terça, numa quarta, numa quinta... Porque todos nós aqui temos atividades, é importante que a gente esteja sabendo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ao Presidente nós discutirmos essa questão, a minha proposta ao Presidente Colombo, é que a gente se reunisse todas as terças-feiras, de 11 até o que der, para fazer as oitivas, apreciar os depoimentos, todos na terça-feira. E a quinta-feira a gente destinasse para aprovação de requerimentos, discussões de requerimentos, o trabalho administrativo da Comissão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Que pode ser, horas, Relator, mais ou menos?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Dez horas, é a intenção na quinta.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Muita gente tem vôo logo no começo da tarde, mas daria tempo suficiente aí, duas horas de debate sobre Requerimento, para resolver as questões internas da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Se os Senadores concordarem, nós poderemos já estabelecer com regra toda terça-feira a partir das 11, e toda quinta a partir das 10.

[falas sobrepostas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria fazer um apelo que fosse um pouquinho mais cedo. Eu tenho uma Presidência da Comissão de Relações Exteriores. Eu posso levar um pouco para dez e meia...

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Nove horas na quinta-feira.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Tem outros pontos aqui, Presidente. Outro ponto é na página 8. A página 8...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O tema é obscuro, mas precisa de boa luz.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu preciso de muita luz. Solicitar informações sobre investigações já conduzidas, que estejam sendo conduzidas e nas quais esteja envolvidas a destinação e aplicação de recursos públicos e tal. Qual é a minha dúvida nesse ponto? É que são, sendo o processo que já estão em trâmite de investigação, ou que já estejam incluídas, eu queria que pudesse explicar melhor qual é a intenção deste ponto aqui, que eu confesso que não entendi. Se nós não estamos nos metendo em algo, que digamos assim, esteja fugindo de nossa competência. Foi isso que eu entendi, mas eu queria tirar essa dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com a palavra o Relator.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Como é o objeto da investigação é muito amplo, nós determinamos o seguinte, vamos investigar essa ONG, que recebe recursos para Educação, ou para Saúde. Então, nós precisamos ter um conjunto de informações, o que já está apurado, o que já está apurado, está lá.

Nós precisamos ter como informação para a nossa... É uma espécie de banco de dados da CPI. Então já foi apurado e liquidado lá no TCU, ou lá na Controladoria-Geral da União, quer dizer, tal irregularidade foi pago multa, por isso que numa das questões eu pergunto: Qual foi a multa? Qual foi o valor? Foi aplicado, não foi? E chegamos até o ponto de pedir informações sobre ONGs que já foram excluídas do sistema. Para a gente saber, foi por quê que foi excluída do sistema? Foi por má-fé? Ou porque ela extinguiu seu objeto? Quer dizer, então acabou seu trabalho, ela não quer mais continuar agindo como Organização Não-Governamental, então, ela pediu a saída do CNAS, está certo? Até para que a gente informe o banco de dados. Por que como o objeto é muito amplo, você tem que ter um conjunto bom de informações, esta aqui nas mãos, de todos os Senadores, para que a gente possa, então, entrar numa apuração mais criteriosa. Acho que esse que é o sentido. E nesse caso exatamente a Polícia Federal, nesse caso específico levantando, é relativo às informações da Polícia Federal, é principalmente Ministério Público e Polícia Federal. Porque às vezes começa uma investigação e chega ao final e diz não, aqui não tem nada para apurar, quer dizer, houve uma denúncia, saiu no jornal, ou saiu na revista, ou saiu em uma na televisão, mas constatamos que não há nada que desabone a conduta dessa organização, então nós precisamos também ter essa informação, mesmo que ela esteja incluída. É só nesse sentido.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [Pronunciamento fora do microfone] Meu caro Senador Sibá, quando ele fala: "Que esteja sendo conduzidas", é exatamente isso, nós não estamos sabendo. E às vezes operam desconfianças e denúncias contra uma determinada ONG que não são verdadeiras. A Comissão a ter acesso vai exatamente se informar do que está acontecendo. Outra coisa, as investigações que estão sendo feitas pelo Tribunal, pela Polícia Federal, precisa ter acesso, pela AGU, quer dizer que a Comissão também acompanha.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Porque em alguns casos mesmo que esteja concluída, mas houve uma fraude. Então, eu quero identificar essa fraude mesmo concluída. Porque o nosso banco de informações.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós podemos receber informações que não tenham recebido e uma maneira até de uma interação positiva nesse caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Além do que isso está disponível na internet, que dizer, qualquer pessoa pode ir lá e acessar esse trabalho aqui, já feito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): No caso o Ministério Público e a Polícia Federal, que conduzem algumas coisas em sigilo, também a gente traz em sigilo e também vão ficar aqui no nosso cofre como informação para Senadores.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Outra dúvida, Sr.Relator, é aqui esqueci o número da página, recursos internacionais. Que diz respeito a isso. Eu queria entender melhor, porque o objeto desta CPI é recurso público do tesouro nacional. Então se a gente acrescenta repasses...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que já está.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu posso ler para V.Exª requeremos nos termos do parágrafo terceiro, do artigo 58, da Constituição Federal e do artigo 145, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores, e sete suplentes, obedecida proporcionalidade partidária destinada para apurar no prazo de 60 dias, a liberação pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais, as ONGs, e para organização de Sociedade Civil, bem como, a utilização por essas entidades recursos de outros por ela recebido no exterior, no período de 2003/2006, esse é o Requerimento aprovado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): E nesse item está aberto a qualquer fonte? Qualquer espécie de transferência?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Porque aí nós temos o quê? Nós temos repasses de Governo, de instituições estatais pertencentes a estes governos, temos repasse de instituições privadas, temos repasse de ONGs, para ONGs. Então, também, quer dizer, o leque é tão amplo quanto o interno. Mas você tem, acho que é uma boa oportunidade para a gente aferir o que entra de recurso para Organizações Não-Governamentais no Brasil, é importante para nós termos conhecimento, um formal conhecimento. Não é que elas estejam agindo irregularmente, porque nós tínhamos uma CPI, que investigou a atuação das ONGs. Ela não ligou seus recursos, mas ela buscou identificar o que essas organizações fazem no Brasil. As estrangeiras e mesmo as nacionais. Qual é o seu papel, então isso que foi objeto de uma CPI, que iniciou-se em 2001 e tem um parecer já oferecido e aprovado. Agora nós estamos querendo saber é o problema dos recursos, o dinheiro que entra no Brasil. Aliás nós queremos saber duas coisas, queremos saber o dinheiro de renun-

cias fiscais, para algumas organizações, e queremos saber o que exterior. Acho que isso é benéfico para o anteriormente. É uma área que não tem investigação, hoje. Nós temos zero informação.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Perfeito. Acho que a correção final que eu queria sugerir já foi tomado o cuidado, mas para o efeito do texto, onde está escrito aqui entidades privadas que acho que a partir da página... Página 7. Tomar todos os cuidados, já foi corrigido verbalmente pelo Relator, para não deixar essa marca de abertura aqui, por que senão vamos entrar por um caminho que não sei até onde vamos parar. entidades privadas sempre acrescentar no texto ou em qualquer texto doravante que e as que estão em foco de objeto desta CPI.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Na cinco também tem.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A correção proposta pelo Senador Sibá Machado, vamos receber como Emenda de redação do texto. Já "reproponho" que seja aprovada.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ok. Era isso. Presidente obrigado. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srs. Relator, Srs. e Sras. Parlamentares. Sr. Relator, acho que seria mais... Para ficar mais clara essa questão do limite, que a gente pudesse fazer um mapeamento disso. Quais são as condições? Por exemplo, Entidades Públicas, aliás, entidades privadas sem fins lucrativos. Segundo, cujo recurso seja Federal, ou estrangeiro, repasse. Terceiro, não fica muito claro pra mim essa questão dos fundos. V.Exª coloca que o fundo... Os diversos fundos, mas eu não sei se seria para investigar os fundos, ou se seria apenas para saber quais são os critérios de repasse desse fundo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Exatamente. Porque temos critérios distintos entre os fundos.

[falas sobrepostas]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Cada um faz de um jeito. Não é investigar os fundos, que não é objeto da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, nós podemos investigar o repasse, quer dizer, se repassou para aquela ONG, podemos investigar aquela ONG.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Outra coisa que não fica claro pra mim, que se tiver o mapeamento, porque define realmente um universo que vai ser investigado, é a questão do Fundo de Pensão. Eu acho que só os Fundos de Pensão demandava um ano de investigação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Então eu não entendo porque... Eu acho que sair para o Fundo de Pensão, é sair para um mundo totalmente impossível de se analisar em 180 dias.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Veja bem, nós temos que ter esse cuidado, mas também se a grande vertente vier de lá e nós não investigarmos nós vamos ficar mal.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A proposta do Senador Heráclito, é no sentido de zelo, é só. Se surgir alguma coisa aí nós vamos investigar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas ele já fez... Ele já deixou aqui a porta para a investigação. Se houver caracterização--

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas eu acho que é sair do objeto inteiramente, ou nós temos que definir o que é, que o Requerimento quer--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [Ininteligível]

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas, porque você vai analisar Fundo de Pensão...

[falas sobrepostas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Que remeteu recursos para Organização Não-Governamental, ou em vez de investigar, o dinheiro, o repasse. A legalidade do repasse.

[falas sobrepostas]

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Tem que ficar mais claro. Porque é a mesma coisa em relação aos fundos aqui. Nossas vamos investigar o quê? O repasse de recursos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Os fundos para efeito de clarear os critérios, porque acho que uma das questões que vamos ter que tratar, é do aprimoramento do marco regulatório nas ONGs, de como elas lidam com o Governo Federal. O que ocorre? É que o Fundo Nacional de Educação tem um critério. O Fundo Nacional de Saúde tem outro.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Tudo bem. O que eu desejo é que isso seja limitado num espelho para que todos os membros--

[falas sobrepostas]

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Relator, eu quero falar. Depois o senhor fala. É preciso que todos os membros saibam onde é que está esse limite. Porque toda CPI, esse limite não é observado. E eu acho que se nós quisermos um resultado efetivo da CPI, é preciso que haja limite. Bem definido. Que todos saibam onde é que nós vamos investigar. Porque se esse limite não tiver estabelecido, nós não damos conta de apresentar um resultado satisfatório em

180 dias. Com o tempo escasso que nós temos aqui dentro. Então, o que eu gostaria é que fosse feito um espelho em que fosse pontuado os limites estabelecidos no Requerimento. O que é que nós vamos fazer. Acho que isso é fundamental. E por fim, eu gostaria de fazer uma reclamação aqui em nome do meu partido, eu acho que o meu partido merecia está presente no Relatório, aqui no plano de trabalho. Uma vez que eu participei das discussões.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro. E é um prazer recepcioná-la com o seu partido. Será corrigido. Eu quero fazer uma observação em relação à intervenção da Senadora Lúcia Vânia, primeiro para deixar bem caracterizado que nós não estamos investigando os fundos, não vamos investigar nem Fundo de Pensão, nem os fundos que estão ligados aos Ministérios de que operam um conjunto grande de convênios. Qual é o problema? É que eles têm critérios distintos. Nós devemos conhecê-los para aprimorar o marco regulatório. E segundo, são eles que praticam a maioria dos convênios. Nós vamos investigar as Organizações Não-Governamentais. Não vamos investigar...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aí Relator, o que eu acho que é que no caso da irregularidade se apura o que houve na ONG e com relação ao fundo repassador, se manda para a Secretaria de Previdência Complementar, ou para a CVM, conforme o caso. E aí encerra...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): A investigação ela só se dará, a ONG que receber recursos dos fundos e a questão do fundo você passa para o órgão que controla ele.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Uma vez ficando claro isso, é fundamental.

[falas sobrepostas]

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agora outra coisa que eu acho que seria interessante, como foi colocado aí, pelo Presidente, nós temos sete mil ONGs para serem investigadas. Então tem que estabelecer limite de repasse de recurso, para que a gente não fique aqui tateando com repasse de 20 mil, de 10 mil.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nós temos uma situação que é assim. Até mais ou menos 200 mil, você tem aí uma... Esse conjunto de umas seis mil e quinhentas ONGs, quase sete mil estão na faixa de sete mil, de 200 mil, descendo. Por ano. Em seguida vem aí umas 50... Que recebem na taxa um pouco de dois milhões, acima de dois milhões, e umas quase 200 que recebem entre dois e duzentos. A minha idéia é que fizéssemos o seguinte: Vamos examinar as ONGs que mais recebem durante esse período. No tempo e em valores. Pronto. No tempo e em valores.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): [Pronunciamento fora do microfone] Em 2003 ela recebeu 30 milhões. 10 milhões.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pronto. É isso. Tem que ver o volume e o tempo. De 99/2006 que recebeu esse ano assim, no outro ano foi assim. Das maiores. Senão nós vamos ficar... É muito grande.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Critério, digamos, cem ou duzentas maiores, se examina. De qualquer maneira. Exatamente. Não tem nada--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Fora isso, qual é o problema? Se tivermos a identificação de uma ONG, que recebeu menos, mas que fraudou, então nós... O que está lá o indício de fraude, vamos investigá-las.

[falas sobrepostas]

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Entrando na conversa, tem outro ponto para falar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Estou entendendo que a sugestão da Senadora Lúcia Vânia nesse ponto de vista vamos incorporando ao plano.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Muito bem. Eu quero partir das preocupações, das preocupações. Nós temos aqui, três níveis de repasse por valores, que atinge números bem distintos de entidades que recebem esses valores. Eu não posso aqui, que a gente já saia com um pressuposto que dependendo no valor é o chamarisco. Temos que partir em cima do pressuposto de quem não fez a coisa corretamente. Este é um ponto de partida, que a agente tem que, se for de milhões ou se foi de alguns milhares de reais, isso não importa muito. Embora que a gente sabe, que aonde tem maiores transferências pode, digamos assim, despertar maior atenção. Mas se eu não tenho um ponto de partida de uma denúncia, com mínimo de fundamento, eu não posso já colocar qualquer aproximação para essa Entidade, porque sabemos como é que funciona a CPI. A CPI ao colocar um nome só para dizer, não, esta entidade recebeu, como foi o caso da discussão sobre recursos do... Da Mega-Sena. Ah, quem recebeu todos os bilhetes premiados, por, digamos assim, com um ganhador já está sob suspeita. Eu não posso partir desse pressuposto. Queria pedir então o seguinte entendimento. Onde é que tem denúncias fundamentadas, juntamos ela e a partir delas que vamos trabalhar. Não importa aí o valor, não importa o caráter de transferência, ou coisa parecida.

Segundo cuidado que a gente deve ter, penso eu. Na essência da denúncia ela estica que tanto o concedente, quanto àquele que recebe o recurso tem participação em qualquer indício de irregularidade, compensa colocar os dois nomes na baia. Se não há,

eu não posso partir já do pressuposto de que o concedente tem participação num problema que alguém está usando indevidamente. Então, pra gente tomar esse cuidado porque à medida que o nome vai rua, via publicado, até explicar que não é aquilo, não volta mais. Eu digo isso para V.Exª porque essa é uma preocupação que eu tenho que se a gente trabalhar nessa direção ficaria mais tranqüilo. Então--

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Sibá, só para colaborar, nós na quinta-feira nós teremos uma primeira Sessão onde as pessoas vão expor os métodos de trabalho, a forma que elas liberam os recursos. Essa proposta que o Senador Inácio Arruda colocou, a CGU trabalha, o trabalho é inicial agora, com três tipos de avaliação. Uma até 200 mil, de dois mil a 200, até dois milhões e aquelas acima de dois milhões. Esse trabalho está em curso lá. Agora, ele não pode, concordo com V.Exª, não pode ser referência. Uma ONG super bem organizada, com capilaridade, que envolve milhões de pessoas evidentemente que vai receber um recurso expressivo. O que não quer dizer que não haja qualquer tipo de irregularidade. V.Exª tem razão.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de fazer uma intervenção aí. Na verdade, quando a gente fala em volume, a gente quer também trabalhar não é só para investigar que está errado. Nós queremos trabalhar o marco legal, porque na verdade a entidade que recebe um recurso acima disso, tem que apresentar metas, tem que apresentar resultados, e tem que ter uma forma de repasse de recursos que sejam, que seja uma coisa equilibrada. Que seja controlada. Que dê condições de fiscalizar e acompanhar. Então, levantar a entidade pelo recurso não quer dizer que está levantando pelo recurso pressupondo que vai ter fraude. Não. O que a gente pode levantar para saber se houve metas, as metas foram cumpridas, se não foram cumpridas. Qual é a forma que nós temos que sugerir de repasse. Porque isso é fundamental. Se nós estamos analisando, preocupados com o volume de recursos que estão sendo repassados, estamos preocupados que isso não tem um acompanhamento e uma fiscalização, então nós temos que conhecer como é que estão sendo feitos esses convênios e como é que eles estão sendo realizados.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Só para V.Exª ter uma informação, historicamente os valores repassados nos últimos anos são da ordem de 23 bilhões que corrigidos chegam a 32 bilhões de reais a valores atuais. É exatamente dentro dessa linha. Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu estou me desconhecendo, que hoje estou altamente moderado, vou ter que desfazer a proposta radical do Sibá. Quando eu... A proposta de se fazer a separação, é porque é um critério de trabalho usado pela CGU e pelo Tribunal de Contas. Não significa que essas Entidades tenham nenhuma acusação contra elas. Mas pelo menos elas vão ficar separadas para critério de análise da Comissão. Não há nenhum, nós não podemos partir do pressuposto de que a que recebe mais comete irregularidades e a que recebe menos não. Seria uma bobagem nossa. Mas temos que dividir. Até para facilitar e otimizar o nosso trabalho. E aí o que ele sugere, sim, você vai ver em cada um desses grupos quais são as que têm denúncias, as que estão sendo investigadas, quais as que foram investigadas, aí se tiver na maior, ou na menor, é outra parte. A separação, por critérios, é apenas para facilitar para que a gente não fique--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Que em relação a esses valores maiores, Senador Heráclito, digamos que é a preocupação do Senador Sibá está correta. A CPI vai investigar quem for denunciado. Independente de valor.

[falas sobrepostas]

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não sei se eu que não entendi ou não fui entendido.

[falas sobrepostas]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Qual o problema dos valores dos montantes maiores? É que os montantes maiores nós temos que examinar que se tenha um plano de trabalho. É a relação da parceria em si mesmo com o Estado, no caso a União. Não é o problema de identificar só a fraude. Porque muitos desses processos que estão sendo examinados na Controladoria-Geral da União e no Tribunal de Contas não estão examinando fraude, estão examinando as condições daquela organização de conduzir aquele trabalho ou não. Mesmo sem fraude sem nenhuma irregularidade. Ela não tem condições. Quer dizer, ou tem condições, está aplicando bem, está correto, e isso valoriza o trabalho do terceiro setor em parceria com o Estado Brasileiro que é essa a razão da existência ou do convite que o Estado fez ao terceiro setor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até porque, Sr. Relator, quero dar um exemplo aqui, para que V.Exª sinta. Nós temos aí, e quando eu estava colhendo assinatura dentro... O terrorismo que faziam para que eu não fizesse isso, é medo da Globo, coisa que nós não temos. Medo da Igreja também não temos. Até porque eu quero chamar atenção para um fato. As ONGs de igreja elas são modestas na contabilidade, você vê que elas são limitadas pela circunstâncias em que elas funcionam, mas na grande maioria elas são ONGs honestas, elas têm serviços prestados. Se você

vai ver, pelo menos no nordeste por onde eu passo, o que eu vejo é assim. São ONGs de periferias, são ONGs humildes, vamos dizer assim, mas são ONGs que cumprem dentro do possível seu objetivo. Não é esse o caso. O caso que nós temos que ter cuidado aí é que nós temos ONG, por exemplo, hoje que bancam um clube de tênis. Campeonato de golfe... Pinacoteca.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos exorcizar, esse problema, que aqui nós estamos para penalizar as ONGs. As ONGs têm milhares de ONGs prestando grandes serviços para o nosso país.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós queremos aperfeiçoar o setor. Nós queremos não deixar que haja o vazadouro que tem havido até agora e que os governos não têm tido condição de estancar. A questão que nós precisamos. Até porque esse terceiro setor é muito útil para a sociedade moderna e para a sociedade brasileira. Um país que quer crescer. E nós temos que dar essa incorporação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O problema Senadora é exatamente a questão da fiscalização e o custo dessa fiscalização que pode ser em paralelo a órgãos que já existe. Mas eu queria, Senadora Lúcia Vânia, já que nós temos ainda 17 requerimentos para serem lidos.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu queria uma coisa para fechar. Quando eu sugeri que a gente fizesse o histórico da ONG, é importante por uma questão. Nós temos... Eu vou citar dois exemplos aqui, em relação a programas de Governo. PROJOVEM, você faz um convênio de 28 mil reais com determinada Prefeitura. Ora, se o histórico dessa... Faz com a Prefeitura para ela passar para ONG. Se o histórico dessa ONG ela foi crescendo gradativamente, ela tem condições de atender, se ela não teve esse histórico de crescimento gradativo, ela não tem. Então, para ter o exemplo, nós temos 29 no Rio de Janeiro. 29 mil bolsas. No entanto, só sete mil foram aplicadas. Por quê? A capacidade de estrutura, de computadores, de espaço físico das ONGs são limitadas. Então, isso é fundamental a gente pegar o histórico de cada ONG, para ver o número de convênios que elas passavam de um ano, para o outro, para que a gente possa saber se tem alguma coisa aí que não está bem.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, só para concluir meu...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Participação neste momento. Primeiro lugar eu quero concordar que a metodologia acho que foi mal entendimento da... Nossa sintonia não ficou bem no ar. Mas estou concordando com isto, quero concordar também com a preocupação da Senadora Lúcia, que temos que nos esforçar acima de tudo para encontrar o marco regulatório que resolva definitivamente essa situação. Tanto interna, recursos internos quanto recursos externos. Acho que estamos de pleno acordo, acredito que essa CPI pode dar uma grande contribuição. Última coisa é o seguinte, sobre Fundo de Pensão, a preocupação que me vem que queria atenção do nosso Relator, é que Fundo de Pensão, ele não tem o chamado fim lucrativo, mas ele tem o fim econômico. Diferente das ONGs que têm o fim social, não é nem econômico, nem lucrativo, mas social. No caso do Fundo de Pensão, ele não é lucrativo, mas é econômico. Porque ele tem uma arrecadação dos seus membros. Ele trabalha com dinheiro vivo da arrecadação de seus membros. E a partir daí é obrigado a fazer receitas complementares conforme o crescimento da economia--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nós não vamos investigar fundo. O problema aqui é repasse.

[falas sobrepostas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Queria fazer uma correção. O objetivo é social. A vantagem econômica, o lucro, faz parte do objetivo. É apenas para que o dinheiro não--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Exatamente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O objetivo é social, que é para garantir a aposentadoria dos trabalhadores que estão sob sua proteção.

[falas sobrepostas]

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Estou levantando mais um ponto de vista que eu também vou me debruçar sobre o assunto para na próxima reunião encontrarmos o denominador comum.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu gostaria de pedir a colaboração dos Srs. Senadores, nós temos ainda cerca de 20 requerimentos que já deram entrada, queria colocar sob apreciação e votação a aprovação do Plano de Trabalho. Aqui só uma questão que eu gostaria de esclarecer aos Srs. Senadores. O Plano de Trabalho ele pede no final que as ações específicas contidas nesse Plano de Trabalho considere-se aprovada independente de Requerimento próprio, o que não é possível. Nós estamos conversando o com o Senador Inácio Arruda, e a Secretaria orienta isso. Então eles terão que ser desdobrados individualmente. Especificado a cada um para que a gente aprovar em bloco na próxima reunião nossa. Inclusive tem aqui a gente pede a autorização para quebrar sigilo, qualificado. Precisamos--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [Pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não, não. Autoriza.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [Pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não tem nenhum ainda, Senador Heráclito, mas fica em dúvida. Então teríamos que aprovar hoje o Plano de Trabalho em termos do arcabouço dele, do contexto, e depois teremos que aprovar os requerimentos individualizados aí sim na próxima reunião. Então, se há concordância eu coloco em votação o plano. Se todos concordam, ele... Pois não, Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu quero correção. Eu quero o espelho do limite.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Já foi incorporado... Já incorporamos. É espelho em função do objeto da investigação, nós o que nós estamos investigando, são as Organizações Não-Governamentais, que recebem recursos Federais e recursos do exterior, ponto. O espelho tem que ser feito nesses termos. Então acho que está correta a sugestão da Senadora Lúcia Vânia, a ressalva que ela faz já foi incorporada pela relatoria tranqüilamente. Acho que vai na aprovação do plano já.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, mais uma sugestão sobre requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Antes queria colocar em votação se todos concordam fica aprovado o Plano de Trabalho.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): O Requerimento que... Quero fazer a seguinte sugestão, que pudesse ter um espelho dos requerimentos que a secretaria disponibilizasse pra gente, porque a cada Reunião Administrativa a gente tenha uma idéia de Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Os Requerimentos serão distribuídos a todos os membros da CPI, 24 horas antes da reunião.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu vou pedir apenas à secretaria que me forneça aqui para eu começar a leitura já dos primeiros.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, é mais ou menos de praxe nas CPIs, não sei se nós... Nas CPIs e nas comissões, em geral que os autores estejam presentes na votação dos Requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Os requerimentos que... Os primeiros são aqueles que o Senador Alvaro Dias havia colocado na--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Que ele apresentou na reunião passada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu disse que nós iríamos ler nessa. São Requerimentos que não têm nenhuma polêmica, mas--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, como necessita a votação e o autor não se encontra aqui, embora pudesse haver uma sub inscrição, mas não há número para deliberar, iria sugerir que V.Exª fizesse a leitura na quinta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Ok.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Podemos abrir uma exceção a regra no primeiro dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Perfeito. Vou passar então à leitura do Requerimento nº. 11 já. E os dez primeiros são de autoria do Senador Alvaro Dias. Que é do Presidente do Relator, requeiro nos termos do artigo 89, parágrafo 9º, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam colocados a disposição da Comissão dois auditores do Tribunal de Contas da União. Coloco em apreciação. Se todos concordam, fica aprovado.

Também de autoria da Presidência e do Sr. Relator requeiro, nos termos do artigo 89, parágrafo primeiro, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam colocados à disposição da Comissão dois técnicos da Controladoria-Geral da União. Nós fizemos esses dois porque esses nós já visitamos pessoalmente. Eu e o Relator. Agora, com os outros ainda vamos aguardar para que depois da visita--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nossa idéia é que tenha técnicos do Ministério Público, normalmente eles dispõem de pessoal para acompanhar, mas vamos antes fazer a visita, conversar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O Requerimento 13º, requeremos no termo do Regimento Interno do Senado Federal seja solicitado ao Controlador-Geral da União, a designação de representante para abordar em Audiência Pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito sentido e a extensão que os respectivos órgãos e Entidade adotam para o termo organização, não-governamental. E debater questões relevantes do relacionamento destas entidades com o Estado, tais como quais são as características gerais desta relação. Segundo, em que medida deve o Estado se valer da parceria de ONGs para a prestações de serviços públicos. Terceiro, quais

são os pontos positivos e os pontos negativos da experiência até agora. O que deve ser mandado e o que precisa ser modificado. Seria o convite para a reunião de quinta-feira daí do órgão se fazer representado pela Controladoria-Geral da União.

O Requerimento 14º tem o mesmo tema, ele é o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a designação de representante para abordar em Audiência Pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito o sentido e extensão que os respectivos órgãos e a entidade adotam para o termo Organização Não-Governamental e debaterem questões relevantes do relacionamento dessas entidades com o Estado, tais como quais são as características gerais dessa relação, em que medida deve o Estado se valer com parceria ONGs para prestações de serviços publicasse, quais são os pontos positivos e negativos e o que deve ser mandato e precisa ser modificado. Coloco em apreciação, em votação. Aprovado.

O Requerimento 15º. O Regimento Interno do Senado Federal solicita seja solicitado ao Presidente da Câmara dos Deputados a designação do Consultor de Orçamento, Leonardo Rolling(F), para compor a equipe técnica de assessoramento do Relator dessa CPI, haja vista que esse servidor com experiência assessoramento de CPIs, bem como na análise de entidades privadas, sem fins lucrativos. Conforme na página da Câmara dos Deputados na internet poderá contribuir para o bom desenvolvimento dos trabalhos de investigação desta Comissão. Coloco também apreciação, votação. Aprovado.

16º. Requeremos nos termos do Regimento Interno do Senado seja solicitada a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais a ABONG, A designação de representante para abordar em Audiência Pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito o sentido e a extensão que os respectivos órgãos e entidades adotam para o termo, Organização Não-Governamental. E debaterem questões relevantes com o Estado tais como quais são as características gerais desta relação, em que medida deve o Estado se valer de parcerias com ONGs, na prestações de serviços públicos, quais são os pontos positivos e negativos, o que deve ser mandato e o que precisa ser modificado. Também para quinta-feira, às nove horas da manhã.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A sugestão, Sr. Presidente, é que eles vejam juntamente com a pessoa indicada pela AGU.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): É a mesma reunião. São 4 pessoas convidadas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Os requerimentos têm que ser separados.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Porque vai para cada órgão. O quarto convite então para essa reunião de quinta-feira, que será às nove da manhã. Solicitando ao Presidente do Tribunal de Contas da União, a designação de um representante também com os mesmos termos do Requerimento anterior, eu coloco em apreciação. Se aprovado, aprovado. Fica... Requeremos nos termos do Regimento Interno do Senado Federal seja solicitado ao Procurador-Geral da República designação de representante... Acho que esse aqui já foi lido. Já sim. Esse aqui está repetido. Bom, então... Não havendo--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Queria dar uma sugestão ao Presidente e ao Relator, que solicite à Câmara o envio de material que eles têm sobre ONG. Já foi feito?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Temos que fazer um requerimento então...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Era interessante. Obtive informações que eles tinham lá alguma coisa importante...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, o Senador Heráclito Fortes está pedindo que a gente solicite à Câmara dos Deputados porque eles fizeram CPIs separadas. Nós fizemos as nossas, e a Câmara também fez. Que a gente possa recolher as informações das CPIs, que foram realizadas no âmbito da Câmara dos Deputados. Acho que é...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Então eu faço o ofício--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não só CPI, mas também levantamento que tenham por acaso sobre o assunto. Até para que a gente tenha aqui no caso de necessidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): A Mesa vai encaminhar o Requerimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria lembrar que temos lá uma acervo bom que é a Comissão do Orçamento, embora seja mista, ela funciona com toda estrutura lá. Também é importante.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que no caso da Câmara, e do Senado, nós temos consultorias distintas para a mesma Comissão Mista. Eles têm o arquivo da Câmara. Seria interessante de fato se a Câmara puder dispor desse arquivo trazer esse arquivo para ajudar na CPI. Está correto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): São cinco convidados. Então eu estava enganado. Foi incluído mais um aqui, que eu não tinha visto, seja solicitado ao Procurador-Geral a designação de um representante para abordar os

mesmos temas. Então eu coloco em apreciação. Todos concordando, em votação. Aprovado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Relator, queria esclarecer que acabo de ser informado de que esse funcionário que está sendo requisitado tem em mãos ou exatamente todo esse material.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ele, na verdade, já fez uma publicação. O Leonardo. Interessante fruto deste trabalho na Câmara. A gente pode ter esse trabalho do Leonardo, e ter o acervo todo. Acho que seria interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Bom, então não havendo mais nada a tratar eu agradeço a presença de todos e convido todos para a próxima reunião, quinta-feira, às nove horas da manhã. Declaro encerrada a Sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h42. – Senador **Raimundo Colombo**, Presidente.

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 201, de 2007, E ADITADO PELO REQUERIMENTO Nº 217, DE 2007, COMPOSTA DE 11 SENADORES TITULARES E 7 SUPLENTES, DESTINADA A APURAR NO PRAZO DE SESSENTA DIAS, A LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs -, BEM COMO A UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESSES RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS DO EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999 ATÉ O ANO DE 2006.

Ata da 5ª Reunião de 2007, realizada em 25 de outubro de 2007

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião de 2007, realizada em 25 de outubro de 2007, às nove horas e trinta e oito minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foi realizada audiência pública com a presença do Dr. Lucas Rocha Furtado, Procurador Geral do Ministério Público junto ao TCU, Dr. Afonso de Oliveira Almeida, representante do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Dr. Rômulo Moreira Conrado, Procurador da República, e Tatiana Dahmer Pereira, Diretora Executiva da Ass. Brasileira de ONGs – ABONG.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Raimundo Colombo (DEM-SC) – Presidente
Lúcia Vânia (PSDB-GO) – Vice Presidente
Inácio Arruda (PCdoB-CE) – Relator
Heráclito Fortes (DEM-PI)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Sibá Machado (PT-AC)
Fátima Cleide (PT-RO)
Valdir Raupp (PMDB-RO)
Wellington Salgado (PMDB-MG)
Álvaro Dias (PSBB-PR)

Esteve presente ainda o Senador Romeu Tuma, não membro da comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Havendo número regimental declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 201 de 2007, e aditado pelo Requerimento nº 217 de 2007, composta de onze Senadores titulares e sete suplentes, destinado a apurar no prazo de sessenta dias, a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para Organizações Não Governamentais – as ONG's, e para Organização de Sociedade Civil de Interesse Público – as OSCIPS, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior a partir do ano de 99 até o ano de 2006.

A Ata da reunião passada encontra-se sobre a mesa. Coloco-a em votação, propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Saudando o nosso Relator, o Senador Inácio Arruda, também o Senador Flexa Ribeiro, a Senadora Fátima Cleide e a todos os presentes, nós queremos iniciar a nossa reunião, e ela hoje se destina à exposição dos Srs. Lucas Furtado Rocha, que representa o Tribunal de Contas da União, do Ministério do Planejamento o Dr. Afonso de Oliveira Almeida, da Procuradoria Geral da República o Dr. Rômulo Moreira Conrado e da Diretora Executiva da Associação Brasileiras das ONG's, a Sra. Tatiana Dahmer Pereira. Nós vamos convidar, primeiro, o Procurador Geral da República, o Dr. Rômulo Moreira Conrado, depois o Dr. Lucas, do Tribunal de Contas, depois do Ministério do Planejamento, o Doutor Afonso, e por fim a Dra. Tatiana. Após as exposições, que terão o tempo máximo de vinte minutos, nós abriremos então para o debate. Então eu gostaria de convidar o Dr. Rômulo para que se faça presente à mesa, por favor. V. Exª. está com a palavra. Nós estamos ajustando aqui o espaço físico e tendo as cadeiras necessárias, a gente possa convidar também que se façam presentes à mesa os demais

expositores, o Dr. Lucas, o Dr. Afonso e a Dra. Tatiana. Por favor, podem sentar aqui conosco. V. Sª está com a palavra, por favor.

SR. RÔMULO MOREIRA CONRADO: Bom dia a todos. Primeiramente o Ministério Público agradece essa oportunidade em havendo sido convido pela Comissão para trazer a essa Comissão alguns esclarecimentos que eu acredito que serão necessários para o bom andamento de suas atividades.

Eu não preparei nenhum trabalho específico porque de certa forma a visão que o Ministério Público tem prática de Organizações Não Governamentais é parcial, não no sentido pejorativo ou negativo da palavra, uma vez que os procedimentos que tramitam no Ministério Público, relativos a Organizações Não Governamentais, são aqueles em que o repasse de recursos pelo Governo Federal não atingiu os seus resultados, ou seja, quando o repasse de recursos do Governo Federal a uma Organização Não Governamental atinge os seus resultados, há a correta aplicação de recursos, isso não chega ao Ministério Público Federal. O que nos chega são apenas aquelas situações em que há indícios de um desvio de recursos públicos, de má aplicação de recursos e que em razão disso enseja a aplicação de alguma medida cabível por parte do Ministério Público.

Inicialmente, muito se fala, às vezes na imprensa, se atribuiu às ONG's, até de uma forma maniqueísta, sempre uma qualificação negativa, sempre se dizendo: é preciso controlar as ONG's como se elas fossem uma porta exclusiva de saída de recursos públicos, mas não é isso que ocorre. Essas Organizações Não Governamentais são necessários para sanar o vácuo decorrente ou da ausência do Estado em determinado seguimento ou da má atuação estatal nesses segmentos. Então se o Estado fosse pleno, se as atividades estatais fossem suficientes para atender a todas as necessidades coletivas, não haveria necessidade de Organizações Não Governamentais, mas como o estatuo é falho por uma série de razões, então é necessária essa soma de esforços junto à iniciativa privada para suprir, para atender o interesse público através da iniciativa privada.

O que acaba por acontecer é que assim como existem bons órgãos públicos, existem boas ONG's, e assim como existem maus órgãos públicos também existem Organizações Não Governamentais que também são más, que de certa forma, assim como diversos órgãos públicos, são sedes ideais para o desvio de recursos públicos.

Então no que tange às Organizações Não Governamentais, que são entidades privadas, não criadas por iniciativa estatal, no entender do Ministério Público o que se faz necessário é que o Estado assuma uma maior fiscalização para evitar que a verba pública repassada venha a ser dilapidada. Eu acredito que apesar de haver alguns mecanismos de controle, esses mecanismos não são suficientes para assegurar uma correta fiscalização de recursos e uma correta aplicação desses recursos públicos.

Bom, na prática o que acaba por acontecer é que diversas Organizações Não Governamentais, em sua atuação prática, querem ter de certa forma a estabilidade de vida de casado com a liberdade da vida de solteiro, e isso no mundo real é complicado. Então o que é que se faz, o que é necessário? É que na medida em que haja um efetivo repasse de recursos públicos, que haja um maior mecanismo de controle, assim como existe em relação aos órgãos públicos.

Então no entender do Ministério Público, respondendo aqui há alguns questionamentos que foram colocados no requerimento de solicitação para a vinda de um representante do Ministério Público Federal, quais são as características gerais dessa relação, relação das entidades com o Estado. Bom, por princípio essas entidades são necessárias porque o Estado é insuficiente. A atuação estatal em diversas áreas, como é de conhecimento notório, como em áreas de saúde, segurança pública e educação, essa atuação estatal é insuficiente e então daí a necessidade, até o caráter essencial de que existe essa atuação suplementar das Organizações Não Governamentais, que ao ver do Ministério Público não deve substituir a atuação estatal, mas sim deve complementar. Então as características gerais dessa relação, a princípio, seria uma relação, como a própria legislação de regência disciplina, seria uma relação de parceria entre um ente público e uma entidade privada para, somando esforços, conseguir atender as necessidades da coletividade.

Em que medida deve o Estado se fazer de medidas de parcerias com ONG's para prestação de serviços públicos? Há diversos exemplos em que essa atuação com Organizações Não Governamentais é necessária para que ocorra a prestação de serviços. Como exemplo, na área de saúde indígena, por exemplo, em que o Estado não tem atuado de forma eficaz através das entidades com atribuição para tanto, não tem atuado de forma eficaz nesse seguimento. Então praticamente toda a atuação nesse setor de saúde indígena é elaborado, vamos dizer assim, é executada por Organizações Não Governamentais, que têm, no geral, desenvolvido um excelente trabalho nesse seguimento. Então caso não houvesse a atuação de Organizações Não Governamentais, não haveria efetivamente nenhuma prestação de serviço àquele seguimento social. Então é uma atuação necessária. Por outro lado, não deve o

Estado se valer dessas parcerias para se tornar omisso. Então o Estado não pode deixar de atuar em um seguimento, não deve deixar de atuar em um seguimento para transferir toda a atuação a uma Organização Não Governamental, porque o Estado, de uma forma ou de outra, através de definição de políticas públicas, ele o faz através de diversos Poderes. Então há a atuação do Poder Executivo, do Poder Legislativo e de vários órgãos de fiscalização. Então não deve a Organização Não Governamental definir políticas públicas, ela deve executar políticas públicas definidas por entidades e órgãos estatais.

Quais são os pontos positivos e os pontos negativos? Os pontos positivos, acredito eu, são exatamente a própria atuação das Organizações Não Governamentais que, caso não atuassem, deixariam um vácuo de atuação estatal, acarretando prejuízo à coletividade. Então sem essas Organizações Não Governamentais não haveria a prestação de serviços públicos, alguns considerados essenciais. Bom, e os pontos negativos dessa parceria com ONG's? Os pontos negativos não podem ser atribuídos à própria parceria em si, mas sim à ausência de critérios básicos de fiscalização. Então, como eu já falei, há órgãos públicos, que atuam na prestação de serviços públicos, que são focos de corrupção, e há também Organizações Não Governamentais que são propícias a isso, que ao serem constituídas não vêm imbuídas do escopo de prestar um serviço público, mas apenas de receber recursos públicos. Então quais os pontos negativos? Esses pontos negativos decorrem basicamente da ausência de fiscalização estatal acerca da aplicação dos recursos públicos. Então apontando assim algumas experiências práticas e aquilo que a gente tem constatado em diversos procedimentos administrativos, seriam basicamente os seguintes pontos: não existir um controle efetivo de resultados. Então há o repasse, tenho acompanhado alguns recursos do FAT, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, há o repasse de importâncias altas para a promoção, por exemplo, de cursos de capacitação para desempregados, para que eles viessem a ser inseridos no mercado de trabalho. O que tem ocorrido é que esse repasse de recursos tem sido freqüente, vem ocorrendo já há bastante tempo, mas não há por parte do Poder Público nenhum controle de eficácia dessas ações. Então a princípio o FAT e a União podem estar repassando recursos praticamente sem fim, repassando recursos sem uma comprovação de que esse repasse tenha sido bem sucedido, de que o interesse do repasse tenha sido atendido. Então deveriam ser instituídos alguns mecanismos mais eficazes de controle de resultados decorrentes do repasse de recursos públicos.

Também tem sido constatado que algumas Organizações Não Governamentais, ao serem constituídas, não apresentam condições mínimas de manutenção. Então elas acabam precisando se utilizar desses recursos federais, que seriam utilizados para prestação de serviços, elas acabam se utilizando desses recursos para o seu próprio custeio. Então é o que ocorre, tem sido constatado em alguns casos, de algumas Organizações Não Governamentais que receberam recursos públicos e que a partir deles é que passaram a se instalar, então a partir daí é que passaram a adquirir uma sede, a comprar computadores, a pagar salários para seus membros e dirigentes. Então a princípio deveria existir mecanismos que somente assegurasse, somente permitissem o repasse de serviços públicos no caso de as Organizações Não Governamentais disporem de meios para o seu custeio. Por outro lado também deveria existir previsão normativa, ainda que não por lei, mas for ato infralegal, de que essas entidades não tivessem em seus quadros parentes de integrantes do Poder Executivo, porque pode vir a ocorrer que um determinado dirigente de órgão público constitua uma Organizações Não Governamentais, promova o repasse de recursos públicos, mas que com isso que ele acabe tendo a intenção de se beneficiar indiretamente através de seus familiares, ou, ainda, se aplicar também à ONG que presencia receber recursos públicos vedações tais como as que existem para a questão do nepotismo.

Deve ser constituído também, ao ver do Ministério Público, uma espécie de cadastro de sócios ou dirigentes de Organizações Não Governamentais, porque o que tem ocorrido em alguns casos é que o dirigente de uma determinada Organização, a sua Organização recebe recursos públicos, esses recursos são dilapidados e não é apresentada a prestação de contas ou essa prestação de contas é desaprovada e fica evidenciada a aprovação dos recursos. Então posteriormente esse mesmo dirigente abandona essa entidade, cria uma outra entidade e a partir daí passa a receber recursos também. Então de certa forma, e isso tem ocorrido em alguns casos, isso decorre de uma ausência de uma maior fiscalização e da própria inexistência de mecanismos eficazes para esse controle.

Respondendo ao último questionamento, o que deve ser mantido e o que precisa ser modificado? Bom, acredito que o que deve ser mantido deve ser a própria parceria entre o Estado e as Organizações Não Governamentais. Como eu já falei, se o Estado fosse eficiente, fosse 100% eficiente, não precisaria de Organizações da Sociedade Civil que prestasse serviços públicos, uma vez que em essência a prestação de serviços públicos é dever do Estado. Como

isso não ocorre é necessária essa situação complementar, e essa atuação tem sido muito eficiente em determinados segmentos, em outros nem tanto, uma vez que assim como os órgãos públicos, dentro das Organizações Não Governamentais também pode ocorrer desvio de verbas públicas.

Bom, o que precisa ser modificado seria basicamente, no caso de recebimento de verbas públicas, estabelecer mecanismos mais eficazes de controle para evitar a dilapidação de recursos. Acredito eu que alguns desses mecanismos citados, como um controle de eficácia das ações envolvidas, a comprovação de que a entidade tem organização de assegurar o seu próprio custeio, e, além disso, acredito que um tempo mínimo de constituição para que ela viesse a pleitear o recebimento de recursos públicos, para evitar que alguma entidade seja criada e logo após venha a ser beneficiada com recursos públicos. Então deveria existir um tempo mínimo dentro do qual essa entidade desenvolveria suas atividades, sem recursos públicos, e então se tornaria... ela viria a adquirir idoneidade suficiente para receber essas verbas.

Também assim, talvez, uma interpretação diferente da legislação que já existe pudesse possibilitar uma maior fiscalização. Como exemplo, muitas vezes ocorre de o Estado celebrar contratos com essas entidades mediante dispensa de licitação. A dispensa de licitação, a princípio, ela se verifica, nos termos da Lei de Licitações, com entidades que prestam serviços públicos e que lá nos termos da Lei 8.666 apresentam idoneidade suficiente para evidenciar que podem prestar esses serviços, independente de competição com outras entidades. Deveria existir interpretação mais rígida desse mecanismo para que, no caso de existirem várias entidades, várias Organizações Não Governamentais que prestam um determinado serviço, que a contratação ou que o repasse de recursos a essas Organizações dependesse de processo licitatório. Então caso isso ocorresse, haveria pelo menos uma tendência a que viesse a ocorrer uma aplicação mais idônea de recursos públicos e que não viesse a ser beneficiada uma entidade em detrimento de outra. Então receberiam os recursos públicos a entidade que melhor comprovasse a sua aptidão para prestação de serviços.

Então basicamente seriam esses os esclarecimentos do Ministério Público, lamentando, no caso, não trazer mais exemplos positivos, uma vez que, como já falei, os casos que nos são submetidos são sempre aqueles de má aplicação de recursos. Eu acredito que esses exemplos positivos de atuação de Organizações Não Governamentais existem, são muitos, mas provavelmente serão trazidos pela própria Associação Brasileira das ONG's. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu quero agradecer ao Dr. Rômulo, Procurador da República, e atendendo à sugestão que me foi encaminhada aqui, com a concordância de todos eu vou inverter a ordem e passar a palavra, como segunda expositora, à Presidente da Diretoria Executiva da Associação Brasileira das ONG's, a Dra. Tatiana. A senhora tem até vinte minutos para fazer a sua exposição.

SRA. TATIANA DAHMER PEREIRA: Bom dia para todos e para todas, Senadores e Senadoras, também queria saudar a mesa em nome do Presidente da CPI, o Sr. Raimundo Colombo. Bom, antes de tudo eu gostaria muito de agradecer a oportunidade de estar aqui, a ABONG, a Associação Brasileira de ONG's, tem interesse em contribuir com esse debate, eu acho que a gente tem nesse momento da CPI uma oportunidade muito rica não só de aprofundar a relação com o Legislativo e o Judiciário brasileiro, mas também com a sociedade de uma forma geral qualificando melhor que bicho é esse, o que são essas Organizações Não Governamentais, que pode ser tudo, tudo que não é Governo pode virar ONG. Então eu acho que é um grande momento, eu acho que é muito feliz nesse sentido o momento de a gente abrir um debate público sobre o que é isso, quais as naturezas de relação que essas Organizações devem ter com o Estado e qual é o próprio sentido da sua ação, da sua prática. Então eu vou falar rapidamente sobre o que é a ABONG e depois eu vou trabalhar conceitualmente o que são Organizações Não Governamentais.

A ABONG é uma Associação Brasileira de ONG's, ela não representa todas as ONG's do Brasil, até porque esse termo não existe, é um termo sociológico, é um conceito em disputa, ela hoje aglutina em torno de duzentas e setenta Organizações sob formato de Associações e Fundações, e ela nasceu em 1991, justamente uma das pautas centrais tanto do nascimento quanto da agenda de atuação da ABONG é a construção da identidade, do sentido do que são Organizações Não Governamentais, e a ABONG, como um agente coletivo, ela tem tido um papel muito importante nesses anos todos de presença em conselho setoriais de políticas públicas, de articulação de fóruns e redes da sociedade cível, e a sua grande marca é aglutinar Organizações que lutam por Direitos Humanos, que lutam pela democratização do Estado, pela transparência, pelo fortalecimento do sentido de público, que é tão frágil nesse país. Bom, a partir disso eu acho que é muito importante perceber isso, que a ABONG não faz uma defesa corporativa de toda e qualquer ONG,

nós sabemos que há ONG's e ONG's, e que a nossa posição em relação à CPI é uma posição muito positiva, a gente acha que o Senado, ele tem uma relevância muito forte para a democracia brasileira, já tivemos oportunidades de estarmos aqui outra vez, travamos também no ano passado um ciclo de debates com o TCU, foi uma iniciativa muito legal, nós fomos convidados a falar em vários Estados brasileiros, nos diálogos públicos com o TCU, sobre essa questão do monitoramento de acesso a recursos públicos, dos problemas, e a gente tem debates aqui junto ao Senado, no Congresso de uma forma geral, também com relação à Câmara, sobre a construção de um marco legal, um marco regulatório em relação às ONG's, a gente pode até depois entrar mais nisso, mais à frente.

Nesse sentido nós encaminhamos uma nota aos Senadores, no começo dessa semana, reafirmando a nossa posição com relação à CPI, porque aconteceu um incidente na semana passada que veicularam informes nossas através de alguns canais da mídia de uma forma que a gente não havia colocado. Então encaminhamos para os Senadores e Senadoras essa nota, até entrego para o Senador essa nota que encaminhamos a vocês, para que conste da CPI, e também o nosso Informes ABONG, os dois Informes que em editorial nós manifestamos essa posição de apoio à CPI.

Eu trouxe também uma série de documentos aqui que eu acho que são legais em termos de orientação, de publicações nossa sobre o marco legal, publicações sobre o que a gente compreende que são ONG's.

Eu queria entrar agora um pouco nesse debate conceitual que é o coração da minha fala aqui. A primeira coisa é que esse conceito ONG, ele é um conceito político, é um conceito sociológico em disputa na sociedade, assim como é também o termo "Terceiro Setor". Esse termo não existe juridicamente. Quando você abre, quando você cria uma Organização Não Governamental, na realidade você está criando uma Organização Sem Fins Lucrativos. Isso é um direito associativo garantido na Constituição Federal, na nossa Constituição de 1988, e aí, na verdade, é uma Organização de Direito Privado regulamentada pelo Código Civil, atualmente a gente teve a renovação, a revisão do Código Civil, e ela tem duas pessoas jurídicas, duas formas jurídicas para ser criada: ela pode ser uma Associação ou uma Fundação. Se ela for uma Associação, qualquer pessoa tem o direito de se associar com outra e criar uma Associação. Se ela for uma Fundação é preciso ter um patrimônio prévio, um instituidor, e aí as formas de controle, além de somarem as que eu vou dizer em relação às Associações, ainda ela é monitorada, ela é fiscalizada pelo Ministério Público. Portanto, criar uma Organização Sem Fins Lucrativos é um processo que não é difícil, mas ele tem algumas burocracias importantes.

Ao se criar uma Organização, ou seja, o que é importante deixar claro aqui, no que eu vou falar agora, é que existe sim regulação sobre as Organizações no sentido de como elas são criadas, e quando você cria uma Organização ... Ah esqueci de falar uma coisa importante também. Além de Associação e Fundação, com a revisão do Código Civil, existe uma terceira forma jurídica que são as Organizações Religiosas, que também é um debate a ser feito mais à frente sobre o sentido de atuação. Bom, e aí o que acontece? Quando você cria uma Organização Não Governamental, ou seja, uma Organização Sem Fins Lucrativos, você na verdade tem que adotar alguns procedimentos jurídicos e alguns procedimentos societários, é essa a discussão que a gente sempre procura fazer. Os procedimentos legais, formais, são os seguintes: você precisa ter pelo menos quatro registros obrigatórios. Esses registros pertencem aos três níveis de Governo, Governo Federal, Estadual e Municipal, e o primeiro deles é no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou seja, você precisa registrar o estatuto social e todos os atos constitutivos, ter uma Ata de fundação, ter uma direção eleita, um conselho deliberativo, ou seja, todos os elementos formais que assegurem que ali tenha um projeto institucional, que existe aquilo efetivamente. Você registra esse estatuto, registra tudo, e a partir dessa instituição você procede aos outros passos. Você precisa fazer um registro junto à Receita Federal, conseguir assegurar o seu CNPJ para movimentação de recursos. Depois disso você precisa ir à Prefeitura regularizar o seu espaço físico de funcionamento, você precisa de um Cadastro de Contribuinte Mobiliário, o tal do CCM, além disso você precisa ter um alvará de localização, de funcionamento da sua Organização, e para isso tem que apresentar essa documentação prévia, o estatuto social, ata, pi-pi-pi, pó-pó-pô.

Bom, além disso você precisa também ter um registro no Ministério do Trabalho, e esse registro, mesmo que você não tenha empregados na sua Organização - eu vou falar um pouco mais à frente do perfil das Organizações para vocês perceberem também a dificuldade de sustentabilidade desse universo, mesmo sem empregados é fundamental esse registro junto ao Ministério do Trabalho porque tem uma série de informações anuais nesse campo das questões sociais que você tem que prestar, tais como a RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, o GEFIP, que é a Guia do Fundo de Garantia e Informações à Previdência, e se tiver empregados ou empregadas você tem que obviamente ter registro no INSS. Outros registros são facultativos, mas que para muitas Organizações são

fundamentais para a sua sustentabilidade, até para a sua existência mesmo, e aí dependem do perfil de atuação dessa Organização, tem a ver com o registro junto ao Conselho Nacional de Assistência Social, com registro, por exemplo, de certificado de beneficência, de assistência, você pode ter utilidade pública federal, estadual ou municipal, passa pelos Legislativos obrigatoriamente, o reconhecimento que existe, você pode optar pela qualificação como OSCIP, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a Lei que sai em 1999 e ficou alcunhada de "Lei do Terceiro Setor", ou seja, cada um desses registros, existem alguns outros, que são importantes, eles são títulos e qualificações facultativas e que trazem implicações para a Organização, deveres, normas e tudo mais. Bom, para se registrar tem que ter os documentos, você tem que apresentar sempre balanço contábil, não é essa festa que parece, a gente vive realmente processos rígidos nesse sentido de responsabilidade quanto à prestação de contas, quanto à atualização de informações junto à Receita todos os anos, e outra coisa importante também é que para receber utilidade pública ... e você tem que estar sempre atestando, junto às autoridades locais, os seus funcionamentos, pelo menos nos últimos três anos consecutivos, isso é uma coisa importante.

A outra coisa também legal assim de se ver é que essa questão do funcionamento das Fundações, eu já havia anunciado isso rapidamente, além de todas essas obrigações, elas precisam prestar contas, são fiscalizadas pelo Ministério Público, o Ministério Público tem um papel fundamental nesse diálogo. Em relação aos procedimentos políticos e societários, que para nós orientam as opções jurídicas que você faz, eu acho que esse é o grande debate que a gente tem que travar junto ao Senado, na relação com o MP, na relação com o TCU, é que antes de você criar uma ONG é fundamental que você tenha uma discussão muito clara sobre qual o sentido de ação da sua Organização, qual o seu propósito, se tem sentido você criar mais uma Organização ou se vale à pena você somar já aos trabalhos existentes. Muitas vezes as pessoas vão criar ONG porque não estão desiludidas com alguma coisa, perderam o emprego, saíram de uma militância partidária ou comunitária e acreditam que aquilo pode ser uma via de atuação política, comunitária, o que for, ou seja, é preciso ter muito clareza e discernimento sobre qual o papel de uma Organização Não Governamental para não fazer com que aquela instância substituam outras esferas da atuação social, da atuação política, e talvez aí esteja presente muito da confusão em relação ao papel dessas Organizações.

Então é fundamental você ter um conhecimento sobre toda a necessidade de estrutura de funcionamento. A gente conversa muito no sentido de orientar: há um plano, vocês têm clareza da missão, vocês têm clareza da área temática de atuação, da abrangência territorial, da sustentabilidade política, sustentabilidade econômica que essa Organização possa ter? Vocês têm consciência da metodologia de trabalho, do instrumento? Ou seja, não deve ser um processo feito de forma leviana.

A outra coisa também é em relação aos integrantes das Organizações. Qual vai ser o vínculo empregatício que as pessoas vão ter? Vai ser a maior parte voluntariado? Vão ser trabalhadores ou trabalhadores precarizados? Vão conseguir ter algum vínculo trabalhista mais formalizado? Isso tudo define muito qual é a sustentabilidade dessa Organização, qual vai ser a forma de captação de recursos.

Bom, então é isso, eu acho que em linhas um pouco gerais isso é um pouco a parte de conceituação, mas eu queria entrar em algumas questões importantes.

Como é que esse termo ONG nasce? Ele nasce no pós-guerra, depois da Segunda Guerra, dentro do próprio sistema da ONU, das Organizações das Nações Unidas, e a lógica desse conceito, ela entra no Brasil na década de 80, mas é muito importante que vocês vejam que na história associativa brasileira nós temos desde a República Velha as Confrarias, nós temos outras formas de Organização da Sociedade Civil que já existe há muitos anos, e as ONG's, na época da ditadura, que na verdade eram Organizações de Educação Popular, eu mesma participo de uma Organização que é de 1961, antes de eu nascer ela já existia e atuava nesse campo de educação para a cidadania, de alfabetização de adultos, de captação analógica, de assegurar direitos. Na época da ditadura essas Organizações, chamadas de Organizações de Educação Popular, Organizações de Base, isso é muito comum em vários países, Suécia, Espanha, Inglaterra, nos Estados Unidos, no Canadá, essas Organizações não eram conhecidas como ONG's. Esse conceito na década de 80 começa a chegar no Brasil e é abraçado na América Latina com muita força por conta das estruturas de ditadura, onde o Estado era visto como Estado autoritário e a sociedade não contava com ele para assegurar direitos. Por isso se dizia que a sociedade se organizava de costas para o Estado, eram entidades Não Governamentais. Há uma confusão muito grande também entre a idéia de Estado e Governo. Essa confusão precisa ser um pouco dirimida agora.

E aí o que acontece? Nos anos 90, principalmente com o advento da ECO-92, esse conceito Não Governamental explode na mídia. Eu não sei se vocês se lembram, obviamente todo mundo se lembra da ECO-92, o próprio Banco Mundial traz esse termo Não Governamental para a mídia, e aí a gente vive nos anos 90 uma entrada muito forte do neoliberalismo na América Latina e uma lógica de reforma dos Estados, de desmonte dos Estados, de trabalhar uma lógica do Estado mínimo. Nesse período as Organizações Não Governamentais, muitas delas, acabam sendo impulsionadas, formadas numa lógica em que elas deveriam ser executoras de políticas públicas, que o Estado deveria se desresponsabilizar das suas obrigações. O conceito de Terceiro Setor entra de uma forma avassaladora, sendo que esse conceito é um conceito de matriz liberal, que vem dos Estados Unidos, que tem uma outra história lá, o Estado lá era muito marcado pela perseguição às minorias, desde a época da colonização, então esse conceito de Terceiro Setor da sociedade fazer aquilo que o Estado não faz, entra no Brasil por esse viés mais liberal.

No entanto, qual é a visão da ABONG em relação a isso? Nós nos formamos com uma visão que é preciso democratizar o Estado, garantir o seu papel de executor de políticas universalistas, de políticas pautadas na Constituição Federal, nos princípios e diretrizes da Constituição. Então a ABONG é radicalmente contra as ONG's como executoras de políticas públicas. O que a gente trava um debate assim muito público, a gente não se vê como Terceiro Setor, a gente inclusive combate esse conceito. Terceiro Setor não é sinônimo de Organização Sem Fins Lucrativos. Existe aí um balaio de coisas. Para vocês terem uma idéia, numa pesquisa muito interessante, está no site da ABONG, feita em parceria com a ABONG, IPEA, IBGE, é um suplemento do IBGE, é chamada FASFIL - Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil, de propósito não ganhou o nome de pesquisa sobre o Terceiro Setor, em 2002 existiam duzentas e setenta e seis mil Fundações e Associações sem fins lucrativos no Brasil, isso dentro de um universo de 5,3 milhões de Organizações privadas, ou seja, em torno de 5% do universo das Organizações privadas. Parece muito, mas se você for olhar em termos das entidades privadas, não é tanto assim. Não importa, esse número é crescente. E aí é muito importante perceber o seguinte: essas Organizações, elas devem ter que papel na concepção da ABONG? E outra coisa, esse conceito Terceiro Setor, é um conceito que a filantropia empresarial utiliza com muita tranqüilidade, ela se enxerga muito cobrindo esse papel, dizendo: "não, a gente tem que fazer o que o Estado não faz, o Estado tem que gastar com infra-estrutura, nós gastamos com a área social". A ABONG não acredita nisso, não pode existir essa fragmentação, direito universalista só quem garante é o Estado. Uma ONG pode ter um projeto demonstrativo, uma iniciativa que pode vir a ser incorporada como política pública, mas isto é um papel de Estado, ONG não vai dar conta de uma atuação universal. E aí o que a gente acredita que é o papel de uma Organização Não Governamental? É esquisito falar disso, a gente está falando de algo que não existe, mas assim o que a gente defende como sendo ONG? Nós achamos que o papel das Organizações é um papel, antes de tudo, de contribuir para a formação para a cidadania, de contribuir pela elucidação do que são direitos humanos de uma forma geral, direitos sociais, políticos, culturais.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu estou vendo que o tempo da Dra. Tatiana está se esgotando, mas o tema dela é fundamental. Eu gostaria de apelar para o espírito democrático... [falha no áudio] Restabelecida a democracia. Então o que eu gostaria era de que se ampliasse mais um pouco o tempo dela, porque é fundamental, eu estou vendo que ela está querendo pressa, então é fundamental isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sem dúvida. Atendendo ao pedido de V. Exª. a gente amplia em cinco minutos.

SRA. TATIANA DAHMER PEREIRA: Obrigada, Senadores, então eu vou falar mais devagar, eu estou meio acelerada.

A gente defende então que essas Organizações tem um papel muito importante no fortalecimento das esferas públicas. O que é que é isso? No fortalecimento não só da atuação em conselho setoriais que monitoram investimentos públicos, que controlam políticas públicas, que controlam resultados dessas políticas, mas também no sentido de fortalecer redes, fóruns, formas associativas da sociedade, de todas as matrizes ideológicas, você tem ONG's com todas as linhas políticas, com todo o perfil de atuação, que possam dialogar com movimentos sociais, com outras formas organizativas da sociedade. Só para vocês perceberem, esse conceito ONG é um conceito tão sociológico, tão político, tão abstrato teoricamente que, por exemplo, uma Associação de Moradores, quando é criada, ela é formada como uma Organização Sem Fins Lucrativos. Ninguém diz que uma Associação de Moradores é uma ONG, mas você pega uma entidade de assessoria, movimentos sociais, você bate o olho e acha que ela é uma ONG, ou seja, existe um senso comum na sociedade mais ou menos de mapeamento, reconhecimento disso. Então é muito importante esse

debate. As formas de democracia interna de uma Organização Sem Fins Lucrativos, que é uma ONG, são diferentes. Todas são reguladas pelo Direito Privado, mas, por exemplo, uma Associação de Moradores tem uma base associativa grande onde se faz um debate muito claro sobre como se elege uma direção, tem uma base social de outras Associações. Então, quer dizer, é diferente de uma ONG que tem outros mecanismos de democracia interna.

Uma coisa importante também. Tem muita confusão sobre, por exemplo, entidades sindicais, se são ONG's. Sindicato não tem estrutura de ONG, sindicato e partido são regulados pelo direito público. Isso é muito importante também. Nessa pesquisa das FASFIL, das Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos do Brasil, ela traz um pouco o perfil do que são essas Organizações, até é muito importante que realmente todo mundo leia. Para vocês terem uma idéia, quando eles fizeram uma limpa nesses 5,3 milhões, é um estudo muito sério do IPEA, 5,3 milhões de Organizações Privadas, se chegou a um número de quinhentas mil Organizações que apresentavam características ou de Organizações Privadas ou Sem Fins Lucrativos, e aí foram usados cinco critérios para chegar a esse número de duzentos e setenta e seis mil Organizações. Que critérios foram esses? Que elas fossem privadas, não pertencessem ao aparelho do Estado, ou seja, o Estado, até pela Constituição Federal, não pode ter nenhuma ingerência sobre a sua forma de organização, que elas efetivamente sejam sem fins lucrativos, e o que significa isso? Elas não podem distribuir seus lucros entre os seus integrantes. Eventualmente elas podem ter algum lucro, desde que seja aplicado nas atividades fins. Então é muito importante não ter confusão nesse sentido, às vezes muito equivocadamente dizem: mas Organização tal vende algum tipo de produto. Sim, mas isso tem que ser aplicado, retornar para a atividade fim. Ninguém pode enriquecer à frente de uma Organização Sem Fins Lucrativos.

Outra coisa: elas precisam ser institucionalizadas, isso é um debate que a gente precisa travar muito a fundo com o Estado, eu acho que o Senado tem "um compromisso ético" de construir ao final desse processo, depois eu vou falar um pouco das propostas, um debate sobre o que é que existe hoje de acesso a recursos públicos e como eles às vezes criam entraves para o trabalho das Organizações sérias. Eu acho que a gente precisa abrir esse debate franco. Eu acho que o Dr. Rômulo traz elementos muitos legais aqui quando ele fala da sustentabilidade, a gente precisava discutir um pouco isso. Outra coisa também é que elas precisam ser autoadministradas, capazes de gerenciar as suas próprias atividades, e o quinto elemento é que elas precisam ser criadas voluntariamente.

Só para vocês entenderem porque esses elementos são tão importantes, tem um quadro muito didático nessa pesquisa que diz o seguinte: isso limpa o que? Por exemplo, todo o sistema "S", SENAI, SESI, pi-pi-pi, isso não é ONG. Por quê? Porque eles não compreendem, eles não atendem a um desses cinco critérios. Não são formados, por exemplo, voluntariamente. Partidos são direito público, são "parte" do aparelho do Estado, dessa visão ampliada de Estado. Um outro ponto importante: cartórios. Cartórios estão fora disso. Eles têm uma concessão do Estado para o funcionamento, eles estão fora dessa discriminação de ONG. Uma outra coisa que não pode ser reconhecida como ONG: entidade sindical. Por quê? Além de serem reguladas pelo direito público, não é um associativismo voluntário em alguns casos. Aí tem outras coisas também importantes, entidade de mediação e arbitragem, comissão de conciliação prévia. Até condomínio, gente, condomínio não é uma [soa a campainha] associação voluntária.

Com relação ao perfil das Organizações, para vocês conhecerem um pouco, é esse universo das FASFIL, existem hoje no Brasil duzentas e setenta e seis... hoje não, em 2002, esses dados precisam ser atualizados, 62% dessas Organizações são criadas a partir dos anos 90, eu acho que isso é muito importante a gente perceber qual é o contexto de criação, pode ter alguns motes(F) aí. Primeiro uma consolidação da democracia, o desejo das pessoas de fazer alguma coisa. Segundo uma lógica muito de estímulo à criação de ONG's pela própria política de precarização do estado, de aumentar essa coisa dos convênios, talvez no campo aí também de má-fé e tudo mais presente aí. Também tem aí alguma coisa da crise dos partidos políticos, a gente precisa um pouco também reconhecer [soa a campainha] como que isso se dá, desemprego, construção de alternativas. Eu posso continuar ou não?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu apelaria para V. Exª., como Relator, que desse mais cinco minutos, porque evidentemente que nessa Audiência Pública todo esse debate vai girar em torno do que foi dito aqui pela --

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu quero corroborar com a palavra do nosso Senador Heráclito Fortes e pedir que a gente pudesse fazer uma concessão de mais cinco minutos, que a Tatiana acelere um pouquinhos mais só. Ela acalmou um pouquinho, agora ela dá uma acelerada.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Embora ela fale mal da CPI, o autor fala bem dela, quer ouvi-la [risos].

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O senhor pode dizer que já ganhou o autor da CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Fica concedido mais cinco minutos, depois nós teremos o debate onde ela poderá continuar colaborando com as respostas.

SRA. TATIANA DAHMER PEREIRA: Outra coisa importante: 77% dessas Organizações não têm empregados, eu acho que isso é um elemento muito importante. Mas como que elas funcionam. Isso é uma coisa gritante também. Para vocês terem uma idéia teve uma estimativa em 2002 que existem no Brasil cerca de 19,7 milhões de voluntariados, de voluntários, e as ONG's, as Organizações Sem Fins Lucrativos, empregam 1,5 milhão de assalariados, ou seja, olha a desproporção de voluntariado ou de trabalho precarizado nesse meio. A gente precisa efetivamente fazer um debate sobre como construirmos regras de financiamento, e aí, Dr. Rômulo, até quero debater sobre isso depois, de financiamento público sim para o trabalho de determinadas Organizações no campo de ações demonstrativas ou no campo de controle social, monitoramento de políticas públicas, e não no trabalho de execução de política pública. Eu acho que é esse o debate que a gente tem que construir. 1% das ONG's são ONG's de grande porte, com cem ou mais empregados, ou seja, existem 2,5 mil Organizações Sem Fins Lucrativos que possuem um milhão de trabalhadores. Existe uma desigualdade muito grande nesse meio das Organizações Sem Fins Lucrativos. 26% são confessionais, eu acho que isso é um elemento muito importante, ainda existe muito uma lógica da filantropia, da caridade, não que isso seja ruim a princípio, mas isso é uma outra concepção. 12% no campo da assistência social, é o grande debate que acontece no CNAS sobre rede sócio assistencial e política nacional de assistência, isso está ligado à seguridade social, e mais da metade das pessoas assalariadas atuam em saúde e educação, e aí você tem desde ações altamente positivas, emblemáticas como o tempo das ONG's Aids, da saúde indígena, até questões complicadas que você sabe de repasse de recursos na área de saúde, educação, que a gente houve falar, lê na mídia. A média de renda de uma pessoa que trabalha numa Organização Sem Fins Lucrativos idônea é de 4,5 salários mínimos, é uma média mais ou menos.

Bom, é isso, eu acho que em linhas gerais é isso, a gente pode aprofundar depois no debate, eu não falei muito sobre o perfil da ABONG, especificamente assim das associadas, mas eu dei um toque meio geral. Vamos continuar, a gente aprofunda no debate. Obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu quero agradecer a exposição da Dra. Tatiana e convidar então, como membro representante do Tribunal de Contas da União, o Dr. Lucas Rocha Furtado. O senhor tem vinte minutos.

SR. LUCAS ROCHA FURTADO: Sr. Presidente Senador Raimundo Colombo, Sr. Senador Inácio Arruda - Relator, Srs. Senadores, eu cumprimento a Dra. Tatiana pela exposição, a Dra. Tatiana demonstra realmente profundo conhecimento da área e ideais muito bonitos, propósitos muitos bonitos. Eu cumprimento igualmente o Dr. Rômulo pela apresentação.

O Dr. Rômulo mencionou, senhores, que há boas e más ONG's. Eu descordo da concepção de que alguém seja bom ou mau. Eu trabalho com a idéia de que a oportunidade faz o bandido, e que muito poucos manterão essa correção de propósito, essa bondade, diante de um prato feito de dinheiro público, em que a possibilidade de um dos mecanismos de fiscalização do Estado de identificarem fraudes são mínimos, em que a possibilidade de alguém que tenha se apropriado ter que prestar contas, ter que responder ressarcindo os cofres públicos ou sendo condenado criminalmente, são praticamente inexistentes no sistema brasileiro. De fato não tenho assim por definição nada contra as ONG's, por favor, não queiram ver na apresentação que eu preparei, eu confesso que fui convidado, Sr. Presidente, pelo Presidente do TCU a representar aqui o Tribunal na terça-feira à noite, ou seja, basicamente eu tive o dia de ontem para separar algumas decisões do TCU, e o que eu procurei basicamente foi levantar o que existe no TCU sobre ONG's e o que existe no TCU sobre ONG's apresentam um quadro muito feio, diferentemente do que até o momento se apresentou.

Então vamos aqui. Eu gostaria inicialmente de fazer uma leitura de um trecho do voto do Ministro Ubiratan Aguiar nas contas do Governo, processo votado este ano e que diz respeito a fatos ocorridos até 31 de dezembro de 2006. Diz aqui S. Exª., o Ministro Ubiratan. Em 31.12.2006 havia dois mil, setecentos e dezenove convênios, contratos de repasses e termos de parceria cuja vigência já se encontrava expirada desde 31.12.2005, sem que as prestações de contas tenham sequer sido apresentadas aos órgãos e entidades que transferiram os recursos, ou seja, o prazo, pela Instrução Normativa 01, da Secretaria de Tesouro Nacional, é de sessenta dias. Decorrido um ano, havia esse estoque de dois mil, setecentos e dezenove convênios, sem que a entidade que recebeu tenha

prestado contas, e mais, sem que o órgão repassador tenha tomado providências.

Outro dado aqui, um trecho muito rápido do voto do Ministro Ubiratan Aguiar, diz aqui: no que diz respeito às prestações de contas de contas já apresentadas, que é um outro cenário, pelos convenentes, mas ainda não analisadas pelos órgãos e entidades concedentes, havia, em 31.12.2006, trinta e seis mil e setenta e oito processos nessa situação, no montante de 10,7 bilhões de reais, somados às prestações de contas apresentadas e não examinadas, 12,5 bilhões. O Governo não sabe se teve aplicação regular, nem conhece os resultados obtidos. Em termos médios, considerando toda a Administração Pública Federal, esses processos estão há mais de cinco anos aguardando análise, e ainda se considera a situação atípica do Ministério do Planejamento quanto às prestações de contas de contas de órgão extintos, cuja a idade média dos processos de prestação de contas, sem qualquer exame, é de 13,8 anos. Aqui faço uma ressalva em relação a esses processos que se encontram no Ministério do Planejamento, boa parte deles são convênios de repasse para a LBA, ainda na época do Governo do então Presidente Collor de Mello. Então é um passivo, um histórico muito grande que existe sem qualquer exame.

O que temos aqui Sr. Presidente, Sr. Relator, é o seguinte quadro: a legislação brasileira define, por exemplo, que para a Administração Pública contratar, por exemplo, computadores no valor de cem mil reais, o que para a Administração Pública Federal seria um contrato considerado muito pequeno, de pequeno porte, é obrigado a publicar edital, a permitir que todos os possíveis interessados apresentem propostas, a julgar essas propostas por meio de critérios objetivos de publicidade. Se invés de falarmos de um contrato para uma compra de cem mil reais falamos aqui de um repasse no valor de dez milhões de reais, de cem milhões de reais para um programa cuja a execução permita uma parceria com uma ONG, eu tenho o seguinte quadro: total e absoluta discricionariedade. Ou seja, se a Petrobrás, se a FUNASA, se o Ministério da Educação ou da saúde dispõe de verbas cuja execução pode ser feita em parceria com uma ONG, escolhe-se a ONG que se quiser. Quem quiser reclamar, reclame, quem quiser achar ruim, que ache. Não há juridicamente, até hoje, como impugnar. O que eu tenho observado são algumas iniciativas do Ministério Público Federal, a quem cumprimento, no sentido de tentar definir mecanismos objetivos de impessoalidade, de justificação, do porquê da escolha daquela ONG em detrimento de outras que poderiam, tecnicamente, até estar mais qualificadas ou melhor qualificadas. O que é possível, Senador Heráclito Fortes, que ocorra aqui, uma vez mas que se assista, é o Poder Judiciário suprir ou ocupar um espaço, que originariamente seria das Casas Legislativas, no sentido de legislar diante de uma omissão que existe por parte do Estado na definição de critérios objetivos para a escolha dessas entidades, ou seja, primeira etapa do processo: discricionariedade plena, plena na escolha da entidade a quem vai ser repassado o recurso.

Segundo aspecto do processo aqui: falta de transparência no processo de prestação de contas. Não há aparência. Aqui uma vez uma vez, uma pedida que eu devo mencionar e elogiar, Sr. Presidente, foi editado agora em julho de 2007 o Decreto 6.170, que foi gestionado no Ministério do Planejamento, e que inclusive atende a algumas das preocupações do Dr. Rômulo, no sentido de proibir que familiares, que parentes de pessoas que ocupam determinados postos políticos possam receber recursos de ONG's. O maior mérito desse Decreto talvez seja a tentativa de dar transparência, no sentido de que seria criado um site na Internet, a ser administrado pelo Ministério do Planejamento, e que daria uma visibilidade, que hoje não se tem. Algumas características podem ser feitas no sentido de que temos que avançar, ou seja, é possível adotar medidas bem mais rigorosas de moralidade, no que diz respeito à aplicação desses recursos, mas que já é um alento saber que existe, no âmbito do Poder Executivo, uma preocupação de dar ao menos uma maior transparência. Então devo mencionar esse Decreto.

Então temos discricionariedade na escolha da entidade que vai receber, discricionariedade total. Talvez não haja no direito administrativo brasileiro, senhores, uma área mais discricionária do que aquela que diz respeito à escolha da ONG parceira. Em segundo lugar, até hoje, falta de transparência. Peço encarecidamente que sejam envidados todos os esforços, inclusive de negociação política, para que o Decreto seja implementado. Eu conversava agora a pouco com o Dr. Afonso sobre as possíveis dificuldades que ele deve enfrentar para tentar tornar esse Decreto realidade, e lembro aos senhores que vejo como um primeiro passo nesse sentido.

O terceiro aspecto, senhores, tanto o Dr. Rômulo como a Dra. Tatiana falaram da questão da fiscalização. O sistema hoje é montado da seguinte forma: a FUNASA, por exemplo, o Dr. Rômulo mencionou que saúde indígena é praticamente toda ela prestada por ONG's. A FUNASA escolhe discricionariamente a ONG que quer trabalhar. Discricionariedade total. Não interessa se há vinte, se há cinqüenta entidades dispostas a desenvolver determinado problema. A FUNASA escolhe qual quer trabalhar e repassa recursos.

Falta de transparência no processo de prestação de contas, até hoje, que a partir de janeiro de 2008, em parte, esperamos, esse aspecto seja superado. Então mérito, mérito para o governes ponto. Mas o terceiro ponto é o seguinte: não existe, sequer na FUNASA ou em qualquer outro órgão repassador, no Ministério da Educação, não existe estrutura administrativa de pessoal qualificado para abrir esses processos de prestação de contas e verificar, eu falo o mínimo, que é examinar papel. Eu sequer falo estrutura para examinar metas ou examinar cumprimento *in loco* daquilo que foi contratado ou do objeto do convênio. Não há pessoal qualificado sequer para abrir os processos e examinar se aquilo que a ONG encaminhou no papel - sabemos que o papel aceita qualquer informação, obter nota fiscal é algo muito fácil no Brasil. Então não há sequer pessoal para abrir e fazer um exame formal desses processos de prestação de contas.

Esses dados aqui apresentados pelo Ministro Ubiratan Aguiar, que dá a notícia de mais de dez bilhões de reais não examinados. Senhores, eu penso a situação de alguém que tenha desviado parte do recurso e aplicado parte do recurso no objeto do convênio, o quanto esse indivíduo, que sabe que o seu processo está parado no Ministério há anos, sem que ninguém tenha aberto a primeira página, ele ter dito o seguinte: por que é que eu não roubei todo. Por quê? Porque se tivesse roubado ninguém iria saber. Não há controle social, não há como se exercer controle social porque não se dá transparência a esses processos e não há estrutura de fiscalização. Se diz: e TCU, e CGU? Senhores, a prestação de contas não é feita nem à CGU e nem ao TCU, é feita ao órgão repassador. Então não há sequer uma segregação de função. Algo que a CPI poderia cogitar em termos de medida propositiva ao Executivo seria fazer o que há alguns anos atrás foi feita no âmbito da Advocacia Geral da União. Historicamente advocacias das autarquias eram sistematicamente identificadas pelo TCU como fonte de fraude, no sentido de que havia uma sucumbência política total dos órgãos de advocacia das autarquias e fundações públicas em relação aos dirigentes daquelas autarquias. Quando o Ministro Gilmar Mendes era Advogado Geral da União, ele criou a carreira de Procurador Federal, ou seja, centralizou na Advocacia da União a consultoria jurídica das autarquias. Hoje o consultor autárquico da FUNASA, da ONB, de todas as fundações e autarquias públicas, integram uma carreira centralizada, o que diminuo e muito o poder do dirigente dessa autarquia ou desta fundação pública de interferir no trabalho da consultoria jurídica. Poderia-se, eventualmente, cogitar de criar no âmbito da estrutura da Administração Pública brasileira, talvez no âmbito do Ministério do Planejamento ou da própria CGU, uma carreira de fiscal de convênios, que não existe, porque na medida que eu não tenho uma segregação de função, na medida em que a FUNASA, por exemplo, escolhe a ONG, não dá transparência ao processo de prestação de contas, e a própria FUNASA examina essa prestação de contas, é muito fácil, eu tenho aqui um cenário perfeito em que não desvia dinheiro público quem não quer, e não podemos ter um sistema estatal que confiei na aplicação correta dos recursos públicos apenas nas boas intenções daquele que recebe esses recursos públicos. Eventualmente deveria ir à TCU e CGU somente exceção, vai regra. Por quê? Porque não há nos órgãos públicos, que repassam esses recursos públicos, qualquer estrutura.

Eu vou ler, Sr. Presidente, aqui, alguns trechos de alguns acórdãos do TCU. O primeiro processo, o Processo 015586, de 2005, esse processo foi votado em 2006. Aqui foi uma auditoria feita pelo TCU por amostragem em vinte e oito convênios que envolveram repasse para oito Estados brasileiros diferentes e envolveram dez ONG's. Valor total desses convênios: cento e cinqüenta milhões de reais. Alguns dados aqui. Eu vou ler um trecho do relatório da equipe técnica que atuou nesse processo. Ressalvadas duas entidades, das dez, que não apresentaram qualquer problema, e ressalvada a Fundação Getúlio Vargas, em que o convênio mostrou apenas aspectos ou falhas formais, que merecem correção mas não motivo de crítica, em todas as demais foram identificados casos de desvio de recursos públicos, ou seja, como se diz, existem ONG's sérias? Existem, mas hoje as que buscam recursos públicos constituem exceção. Aqui há uma auditoria feita aleatoriamente em que se constata o seguinte: boa parte dos recursos repassados foi integralmente desviada. Eis a constatação aqui. E o quadro, ou seja, obtido, apresentado pelo TCU, é o que não precisaria, Sr. Senador Heráclito Fortes, eu cumprimento V. Exª. pela iniciativa, eu acompanhei a luta de V. Exª. para que essa CPI fosse instalada e que ela resulte em algo positivo, ao menos que seja no sentido de implantar um sistema normativo adequado, porque não existe. Hoje o sistema normativo que relaciona Estado/ONG é definido por uma Instrução Normativa. Que haja uma lei, porque o montante de recursos é muito grande. Somente no orçamento de 2008, previsão para repasses de recursos da União, a serem executadas diretamente com ONG's, ou seja, não falo aqui de repasses da União para Estados e Municípios que irão ser executados por ONG's ou repasses de recursos estaduais e municipais para ONG's. Apenas repasses de recursos do orçamento da União diretamente para ONG: aproximadamente quatro bilhões de reais. Então

causa espanto que esse volume de recursos não tenha um tratamento Legislativo, eu não falo adequado, mas que não tenha o tratamento Legislativo porque não há lei que regule essa relação. E aqui: o Estado a rigor está desaparelhado para acompanhar e fiscalizar essas ações. A escolha da entidade é demasiadamente subjetiva e discricionária, em contraposição à pouca justificativa dos motivos determinantes para a escolha da entidade e demonstração do interesse público recíproco. Mas alguns dados aqui desse mesmo processo dessa auditoria, que resultou nesse Acórdão 2.066/2006. Alguns outros dados: quinze dos convênios analisados foram celebrados com entidades, Sr. Senador, que comprovadamente não dispunham de condições técnicas para a consecução dos objetos ou tinham atribuições estatutárias relacionadas ao mesmo. Os recursos acima repassados para essas entidades que ou não tinham capacidade técnica ou cujo estatuto definia uma área de atuação diversa para o qual aquele recurso foi repassado, oitenta e dois milhões de reais, o que representa 54% do volume de recursos objeto da auditoria. Algum outro dado aqui: constatou-se ainda que é comum as ONG's utilizarem recursos dos convênios para pagarem despesas da própria manutenção, e aqui os casos, pagamento de 13º, de passivo trabalhista da ONG pago com recursos públicos, uma comprou Toyota Hilux para desempenhar atividades rotineiras da ONG com recursos públicos. Aqui mais um trecho desse mesmo relatório, apontada aqui a equipe técnica: a falta de critérios objetivos e de avaliação técnica das condições da convenente para concepção dos objetos pactuados, fez com que a ONG CUNPIR - Coordenação da União dos Povos Indígenas de Rondônia, norte de Mato Grosso e Sul do Amazonas, que tem caráter cultural, fosse conveniada como prestadora de serviços de saúde. Valor dos recursos repassados a essa ONG cultural para prestação de serviços de saúde: 11,39 milhões de reais. Então esse é um trecho.

Outro dia acórdão do TCU, Exªs, diz respeito a uma auditoria feita especificamente na FUNASA, em razão dos dados aqui apresentados de que a FUNASA realmente terceiriza a prestação de serviços na área indígena. A auditoria do TCU se pautou buscando responder às seguintes perguntas: de que maneira a FUNASA seleciona as ONG's para a celebração de convênios com finalidade de prestar ações de assistência à saúde indígena? Houve irregularidade na celebração de convênios com recursos federais para a amostra selecionada? A FUNASA dispõe de rotinas para acompanhamento e fiscalização de execução calcadas em procedimentos que possibilitem aferir a boa e regular aplicação dos recursos? Houve irregularidades na aprovação das prestações de contas? Quais as ações implementadas em face das irregularidades apontadas no relatório final nº 02, de 2002, elaborada pela CPI do Senado Federal, destinada a apurar denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de ONG's? Sr. Senador Heráclito, não tenha dúvida, é dever de qualquer cidadão colaborar com CPI, é dever de órgão de fiscalização mais ainda colaborar com CPI. Já vim aqui ao Senado, à Câmara, algumas vezes participar a título de colaboração com o trabalho de CPI. Agora ficaria muito feliz que o que se levanta se tornasse realidade, quer dizer, é muito frustrante comparecer, ver-se aprovado o relatório final, por exemplo, magnífico relatório final elaborado pela CPMI dos Correios na parte que apresentou proposições legislativas para melhoria de sistema de combate à corrupção no Brasil, e até hoje nenhuma das medidas propostas nesse relatório final foi até o momento implementada. Já se vão aí me parece que dois anos dessa medida.

Então alguns trechos aqui, Exªs., no tocante à primeira questão constatamos que o Departamento de Saúde Indígena - DESAI, da FUNASA, até a conclusão de nossos trabalhos não dispunha de critérios objetivos, nem de manuais ou rotinas de procedimentos para a seleção das entidades. A rigor não haveria sequer necessidade de fazer auditoria para responder a todas as perguntas postas à equipe de auditoria, porque por percepção, por sensação, sabemos que não existe estrutura alguma.

Quanto à segunda questão, verificamos diversas ocorrências, algumas de natureza formal, outras que representam afronta direta ao disposto da IN 01 da Secretaria de Tesouro Nacional: elaboração inadequada do projeto, do plano de trabalho, ausência de projeto básico, previsão de reformas e/ou construções, bem como manutenção de pistas de pouso, de postos de saúde nas propostas oferecidas pelas ONG's sem a apresentação ou aprovação dos respectivos projetos. Uma série aqui, eu teria que gastar uns dez minutos somente lendo o que foi identificado pela equipe técnica para responder à segunda pergunta da auditoria. Em razão do tempo, Senadores, eu não irei ler tudo, mas irei deixar aqui, eu trouxe todas essas informações que consegui levantar em meio magnético, eu deixarei aqui com a CPI.

Com referência à terceira questão: verificamos não ser prática adotada pela FUNASA o acompanhamento *in loco*, seja sob aspecto financeiro, seja sob aspecto técnico da execução dos convênios, inexistem acompanhamentos físicos ou financeiros sistematizados dos convênios. No que diz respeito à execução desses convênios, além do fracionamento de despesas, iden-

tificamos diversas impropriedades e irregularidades nas cotações de preços, contratos realizados pelas ONG's, bem como aquisição antieconômicas de bens permanentes. Enfim, um quadro geral de total desorganização que, repito, que falei anteriormente: se alguém entrou no sistema para prestar serviços de saúde à população indígena por meio de repasses de recursos públicos feitos pela FUNASA e hoje não CAE caiu em tentação, não é caso de ter contas aprovadas, é caso de beatificação, porque não há mecanismo estatal que garanta que aquela pessoa aplicou corretamente por temer alguma sanção do Estado que não existe. O quadro aqui é de total desalento, senhores.

Aqui um outro processo, um resumo consolidado, uma outra auditoria que o TCU fez em razão de determinações feitas pela CPMI da Terra. O volume de recursos aqui examinados pelo TCU foi da ordem de quarenta e dois milhões de reais, e examinou repasses efetuados por meio de convênios às seguintes entidades privadas: ANCA - Associação Nacional de Cooperação Agrícola, CONCRAB - Confederação das Cooperativas e Reforma Agrária do Brasil, ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, Organização das Cooperativas Brasileiras - SRB. Então temos aqui o seguinte quadro, conclusão do relatório: os trabalhos realizados expuseram de forma indubitável a fragilidade do sistema que dá suporte às transferências voluntárias de recursos para execução de ações descentralizadas de Governo.

Senhores, há outros processos aqui que deixam aqui a CPI e gostaria de ler, simplesmente aqui, alguns trechos de um relatório, ainda não votado pelo Plenário do TCU. Esse processo passou pelas minhas mãos terça-feira, eu liberei o processo encaminhando ao Ministro Relator do TCU na terça-feira passada. Aqui diz respeito a um convênio firmado no âmbito do programa Primeiro Emprego, do Ministério de Trabalho e Emprego, para Fundação Estadual de Cidadania do Estado do Paraná. O valor total de recursos: dois milhões de reais. E até um erro, um mal costume que caímos, porque são tão altos os volumes de recursos mencionados que, quando pegamos um convênio de dois milhões de reais, entendemos acreditar que seja pouco dinheiro. Meu Deus do céu, é muito dinheiro. Comparado com outros, é pouco. As conclusões aqui, nesse processo específico, que nos processos anteriores eram exames gerais em que não se focava em convênio específico. A primeira irregularidade: Fundação Estadual de Cidadania. Não é estadual, não é uma entidade pública do Estado, ou seja, o erro começo pelo nome da entidade, é uma Fundação privada que se auto-intitulou estadual talvez para facilitar repasses de recursos públicos. E vem aqui as irregularidades: irregularidades detectadas na execução de convênio. Eu vou fazer uma síntese rápida aqui. Pagamento irregular de remuneração no total de oitenta e quatro mil reais aos dirigentes da Fundação, ou seja, a idéia de convênio pressupõe interesse recíproco, daí porque a Instrução Normativa pressupõe que a entidade que queira receber o repasse público tem a sua contrapartida. A idéia básica é essa. Convênio não é um contrato por meio do qual se remunera uma entidade com fins lucrativos ou sem fins lucrativos para prestar um serviço público. A idéia de convênio é que a entidade tem interesse, aí se diz assim: "não, mas eu vou ter que pagar para fazer algo?" Vai, porque se o objetivamente é simplesmente receber, isso não é caso de convênio, é caso de contrato, e se é caso de concreto faça-se a licitação. Talvez em muitas situações se enquadre como convênio o que é contrato para fugir do dever de licitar. Então no caso aqui é impossível, a Instrução Normativa proíbe remuneração de dirigentes: pagamento de oitenta e quatro mil reais a título de [soa a campainha] remuneração dos dirigentes.

Concluindo rapidamente, Sr. Presidente, não comprovação da aplicação de recursos financeiros relativos aos cheques tais, irregularidades na aquisição e comprovação de vales-transporte no valor de dez mil reais, pagamentos irregulares a título de aquisição de passagens áreas decorrentes da ausência de comprovação de efetivo embarque, ou seja, se pagou, foi emitido o bilhete, e o básico, quem trabalha com prestação de contas sabe, quem viaja com passagem pública tem que juntar o documento dizendo: "está aqui". Isso quem trabalha em empresa privada faz. Foram emitidos bilhetes, foram pagos com recursos públicos, não há comprovação de embarque. Apenas um dado aqui, o último, para concluir, aquisição irregular de mil cadernos pedagógicos da disciplina inclusão digital, no valor de vinte e um mil reais, decorrente de determinação expedida pela Secretaria de Políticas Públicas, no sentido do recolhimento dos referidos cadernos que foram impressos com conteúdo em desacordo com a cláusula 10ª. Cláusula 10ª do convênio: "fica vedada a utilização de símbolos partidários em qualquer material de divulgação", ou seja, pagou-se para divulgar material com símbolo de partido político. A equipe do TCU pediu esclarecimentos, eles disseram que corrigiram essa irregularidade mediante a fixação de um adesivo em cima, cobrindo, o símbolo do partido político. A equipe técnica do TCU pediu que apresentasse um caderno que tenha sido divulgado e que tenha sido feita essa errata, isso foi apresentado a título de errata, não foi apresentado à equipe técnica um.

Senhores, eu não sou contra o sistema de ONG's, eu sou contra o sistema brasileiro de ONG's, que re-

passa muito dinheiro a essas entidades sem que haja um mínimo de controle. Então alguém que não desvia recurso público de ONG's no Brasil é alguém de um espírito muito elevado, santificado. Senhores, muito obrigado, na parte de discussão alguma outra dúvida. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu quero agradecer ao Dr. Lucas Rocha Furtado, representante do Tribunal de Contas da União, e agora eu passo a palavra ao nosso último expositor, que representa o Ministério do Planejamento, o Dr. Afonso de Oliveira Almeida, o senhor tem vinte minutos para a sua exposição.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não, Sr. Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu estou inscrito aqui.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu fiz a minha inscrição também, Presidente.

SR. AFONSO DE OLIVEIRA ALMEIDA: Senador Raimundo Colombo, Senador Inácio Arruda, o agradecimento do Ministério do Planejamento pelo convite. Membros da mesa, Dra. Tatiana, Dr. Rômulo, Dr. Lucas, parabéns pela apresentação, pela contribuição ao debate. Eu vou também fazer na tela uma apresentação, mas basicamente pelo que eu vou falar vai dar para ter um contexto.

A primeira questão que eu queria dizer para vocês é que nos pareceu o convite ao Ministério do Planejamento para fazer uma abordagem sobre o tema ONG, em função da coordenação que o Ministério do Planejamento exerceu no sentido de identificada fotografia dessa relação do Estado com as ONG's, qual a proposição que o Estado deveria ter para melhorar essa relação. Então até em função disso, que resultou no Decreto citado pelo Dr. Lucas, até em função desta referência nós achamos que a melhor contribuição que a gente poderia dar no momento seria justamente explorar com vocês alguns dos itens desse debate, dessa fotografia que a gente extraiu.

Primeiro, o que motivou o Ministério do Planejamento a fazer essa fotografia, o que é que estava acontecendo? Os Ministérios setoriais têm dificuldades para estabelecerem ou concluírem processos conforme citado aqui. O que acontece? Muitos desses processos, a demanda recai sobre o Ministério do Planejamento, os Ministérios dizem: olha, nós não temos cargo, quando é um problema de cargo, nós não temos gente ou nós não temos recursos para dar completude aos convênios. Então como esses são instrumentos que de alguma forma o Ministério do Planejamento administra, nós entendemos que mesmo a Instrução Normativa 01, que de certa forma regula essa relação, sendo no Ministério do Planejamento, nós entendemos que cabia a nós fazermos essa exploração e apresentar um resultado para o Governo. Nós envolvemos o próprio Ministério da Fazenda, a CGU, o Palácio do Planalto, as Secretarias, as SubChefias que tem relação com esse assunto por questões da relação federativa ou por outras questões, e ao fim, ao cabo, a gente está regulamentando o Decreto e a gente queria comentar um pouco, eu acho que é importante para vocês conhecerem isso.

O que a gente identificou? Primeiro, o baixo grau de eficiência na gestão das transferências de recursos, conforme citado. Um estoque de cerca de noventa e dois mil processos de convênios pendentes de análises. É forçoso comentar com vocês que essa pendência, ela é de toda natureza, inclusive um problema de digital. Quem vai colocar a digital num convênio, por exemplo, citados da LBA de doze, treze anos? Um servidor público vai ter que dar OK para aquele convênio ou para prestação ou para negação das contas apresentadas. Então hoje, o Prefeito muda, o gestor público muda, e nós identificamos que este era um problema da gestão do convênio, essa mudança aí que é natural, mas que ela acaba gerando um problema e a gente procurou dar algum tratamento.

O outro, um Acórdão do TCU, o 788, que claramente solicita ao Ministério do Planejamento, recomenda algumas coisas e outras determina, que o Ministério do Planejamento indicasse uma solução para o problema.

Nós fizemos uma árvore, nós tratamos isso como se fosse um grande problema do Estado brasileiro. Nós fizemos uma árvore, nós analisamos o problema, todas as suas causas, quais as ações que poderiam impactar a causa, uma estratégia de implementação, produto que a gente queria, a gente tratou como se fosse uma ... tentamos entender como uma teoria a questão dos convênios, e um dos aspectos que a gente abordou é o custo disso para o Estado. Então nós identificamos, é um valor muito próximo de cem mil reais, eu não tenho certeza, a gente colocou cem mil reais, o custo da gestão no convênio. Então qualquer convênio que seja feito vinte mil reais, trinta mil reais, quarenta mil reais, o ciclo de sua gestão custa cem mil reais, e a gente, na abordagem técnica apenas, um convênio com menos de cem mil reais é inadequado porque você vai gerar menos produto do que o seu custo. Isso não considerando alguns custos, é quase que a apropriar uma despesa de pessoal para a apropriação desse custo.

Um outro aspecto, para vocês terem a idéia da leitura que a gente fez, nós, desse estoque de noventa e dois mil convênios que nós tínhamos à época da leitura, três, quatro meses atrás, desse estoque nós temos dois tipos dele hoje na gestão, no seu ciclo: um é o aprovar, que é quando o Prefeito ou a ONG já apresentou para o gestor do convênio, já apresentou o seu relatório e o gestor ainda não aprovou, e o outro é o a comprovar, quando ainda não foi entregue a documentação necessária. Aí, para vocês terem idéia da importância do que nós estamos falando, no aprovar 57% deles são convênios de valor abaixo de cem mil reais, e no a comprovar 65% deles, mais de 2/3 estão dentro dessa faixa. Então nós procuramos dar algum tratamento a essa realidade no Decreto.

A cada ano são realidades trinta e dois mil novos convênios, e aqui, gente, depois a gente separa, nós estamos dando uma idéia de convênio, regra geral, de setor público e ONG's. Estima-se que a racionalização dos procedimentos permitirá a redução de aproximadamente quinze mil processos de convênios por ano, quer dizer, a sugestão que está no decreto, que entra em vigor, já foi publicado, mas como não tem toda uma organização por trás para a gente conseguir colocá-la efetivamente em prática, ele está entrando em vigor no início de janeiro e a gente está estimando cair pela metade os convênios da Administração Pública Federal, com economia operacional estimada em um bilhão e meio de reais.

Nós estamos fazendo algumas vedações, então no Decreto, e isso nós rogamos todo dia e durante todo o processo que eu coordenei neste debate, nós sempre rezamos para chegar ao fim do processo o Decreto sair com essa vedação para convênio com setor público com valor inferior a cem mil reais. Para as ONG's a gente concluiu, numa atividade bastante conjunta, que era impossível, que envolveu todo mundo, o próprio TCU, eu mesmo devo ter ido de oito a dez vezes no próprio TCU explicar esse processo, explorar com o próprio TCU para a gente internalizar um pouco da avaliação do controle externo, com a própria CGU, então a gente acabou vendo que não dava para vedar naquele momento um convênio com valor inferior a cem mil reais com entidades privadas, porque têm realidades muito distintas, esse país é muito grande, mas pelo menos para aquele seguimento que está institucionalizado, que é o Poder Público, a gente concluiu que valia a pena e ficamos muitos satisfeitos quando o Governo decidiu criar essa vedação.

A outra vedação, eu não sei se vocês se lembram, no relatório da CPI do Sanguessuga foi sugerida essa vedação, que é o segundo item, convênios com entidades privadas que tenham como dirigentes membros do Poder e tal. De última hora acabou não saindo no relatório, mas nós incluímos no Decreto, está certo, então a vedação que nos vincula, que vincula o gestor público à vedação está hoje prevista no Decreto.

As entidades privadas. Nós abrimos esse debate, gente, olha só: nós, a partir de janeiro, esperamos, porque hoje, como foi aqui feito no diagnóstico, hoje tem uma discricionariedade nessa relação, talvez um pouco exagerada. A gente tentou criar um caminho crítico para fazer este enquadramento e fizemos as discussões com as próprias ONG's e elas compreenderam muito bem a posição do Governo, estiveram lá representantes das diversas associações que congregam ONG's e eles entenderam e perfeitamente aceitaram a posição do Governo que algumas regras a gente iria exigir a partir de janeiro: cópia do estatuto social da entidade, relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade com CPF, a prova de inscrição da entidade no cadastro nacional de pessoa jurídica, prova de regularidade com a Fazenda e duas declarações do próprio dirigente, porque a declaração, depois, é usada contra ele no caso do dirigente fazer uma má declaração.

Depois a gente aborda um pouco, abre um pouco, mas a gente acha que isso é o mínimo de informação. Quando a gente tiver esse histórico, por exemplo, digamos que um CPF tal tenha feito uma má execução do convênio. No portal dos convênios, que eu vou citar aqui, vai estar lá gravado aquele CPF para acompanhamento da série histórica. Toda vez que alguém for conveniar, toda vez que um órgão público foi conveniar e digitar aquele CPF que tem uma prestação de contas irregular ou não aceita pelo gestor anterior ou pelo gestor de outro órgão, porque isso também às vezes acontece, o gestor vai estar assumindo uma responsabilidade muito grande. Então do ponto de vista da transparência essa relação para a gente vai ficar bastante interessante.

Um outro aspecto importante, lá na questão das ambulâncias cada um compra a ambulância de um preço ou com um tamanho. O que o Governo está tentando, já determinou, o Decreto determina que os Ministérios procedam a uma padronização dos seus objetos de convênio mais celebrados. Essa padronização, ela é muito importante no tratamento que a gente deu no debate, a gente viu a importância deles. Nós temos às vezes, sei lá, e aí até por perfil, eu vou comentar isso um pouco, mas às vezes você tem um ginásio de esportes de um milhão e meio de reais num um Município de até dez mil habitantes, quer dizer, você tem aí uma relação de padronização que se o Estado se precaver, porque eu, assim, como o Dr. Lucas estava falando, na tese de que é na gestão que está o problema, não é no controle, está certo, tanto é que

esse Decreto, o olhar dele o tempo todo é de gestão, não é um olhar de controle, porque depois, na hora de controlar, o prejuízo, a retomada, o processo judicial, acaba prejudicando aí a boa locação, a eficiência da alocação do recurso público. Então essa padronização, eu acho que vocês devem acompanhar, vários Ministérios já estão trabalhando nisso e se tivermos, se formos vitoriosos ao fim, ao cabo nesse processo, se ele sair da forma como foi imaginado, você vai poder oferecer o objeto padronizado para o perfil da Prefeitura ou até do Estado, qualquer ente.

Estabelecimento de prazo para que os órgãos concedentes promovam a seleção dos objetos padronizáveis, isso eu já falei.

O que é importante, gente, nesse debate para a gente? Hoje você faz um convênio, transfere dinheiro, o ente gasta o dinheiro e, depois, presta contas. Isto vai acabar. Num primeiro momento estará acabando para Estados e Municípios, nós vamos pagar a despesa que tem a ver com objeto de convênio, nós não vamos transferir, nós não vamos transferir dinheiro, e na regulamentação do Decreto a idéia é estendendo para as ONG's, para os maiores valores, até que um dia todo o sistema de transferência voluntária seja feito por meio da transferência de recurso, por meio de banco.

A execução financeira direta no CIAF. Em boa parte dos nossos convênios a execução financeira será direta no CIAF e a futuro esperamos nós que toda a execução seja feita no CIAF, que é o maior instrumento que o Governo tem hoje para organizar essa relação, mesmo porque a base de dados, ela fica disponível aí para a sociedade, para a fiscalização da sociedade.

Um outro aspecto importante, aí tem a ver assim praticamente com todas as iniciativas de CPI, o que é que acontece hoje? Você faz um convênio, o Ministério faz um convênio com uma Prefeitura, uma obra de dez milhões de reais. O Ministério coloca dois milhões e meio neste ano e nos outros anos não coloca nada. Qual é o tratamento que a gente vai dar? Nós vamos segurar os recursos daquele Ministério nos outros anos para ele concluir o objeto daquele convênio. Por que isso? Porque ou o Ministério, na hora de fazer um convênio, ele vai pensar bem, por quê? Porque ele já vai perder o recurso dele a futuro e isso vai ser feito por dentro do CIAF. Isso, na nossa avaliação, CPI de obras inacabadas que já ocorreu ou órgão de controle, isso para a gente aí, que é uma idéia um pouco que está no PAC, com a garantia de recursos e tal, mas isso, para efeito de convênio, nós vamos reduzir muito a quantidade de convênios, porque se o Ministério tem condições de fazer cem convênios de um milhão de reais, que ele faça cem convênios de um milhão de reais e não mil convênios de um milhão de reais dando uma parcelinha para cada um, porque isso cria uma desorganização para o Estado e que depois vem todo o debate até chegar numa CPI, vira uma desorganização completa. Então esse é um aspecto que para a gente vai ajudar muito, naquela redução que a gente falou da despesa e da irregularidade, da despesa no processo e da irregularidade.

Nós já nos comprometemos, porque a gente já está desenvolvendo, nós estamos esperando, a partir de janeiro, já colocar no ar o portal dos convênios. Todas as transferências vão transitar no portal dos convênios, toda a sociedade vai saber quem está recebendo, quem que está assinando convênio. Os órgãos de controle, isso foi acordado com o TCU, vão ter acesso ao sistema para alimentar de informação, qualquer órgão de controle, Câmara de Vereadores, Ministério Público, qualquer cidadão ele pode informar, mas ele pode alimentar, ele fala: "olha, eu fui, visitei a obra e a obra não está sendo executada". Alerta o gestor e inicia um processo bastante positivo. Então este portal, é lógico que ele vai entrar em janeiro e fevereiro com apenas 60% do seu potencial, todo os sistemas estruturantes da administração cumpriram etapas antes de estarem completos do ponto de vista do seu objetivo, e esse também vai ser assim, mas já na partida ele vai estar com bastante substância.

A interligação com sistemas federais. A gente costuma dizer que é o seguinte: também a gente não pode jogar todo mundo na irregularidade. Hoje uma Prefeitura, uma ONG, ele quer criar alguma relação, ele tem que ir lá no Ministério da Previdência, tem que ir na Caixa Econômica, tem que ir na Receita para pegar "nada consta", quando a própria União que está conveniando, que a União está sendo representada por aquele gestor, a própria União tem todas as informações. Então com esta interligação a gente facilita, até que também que algum uso indevido da informação possa ser feita, porque o próprio gestor tem a obrigação, vai ter a obrigação [soa a campainha] de acessar essa interligação. Eta ferro, eu não sabia que eu falava tão devagar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Presidente será generoso como foi com todos, fique tranqüilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): V. Exª terá mais cinco minutos.

SR. AFONSO DE OLIVEIRA ALMEIDA: Obrigado, Presidente. Criação de perfis considerando o porte dos entes públicos. A nossa idéia no portal, quando ele estiver totalmente pronto, quando a Prefeitura digitar o nome dele lá no portal já vai ter um perfil de objeto que ele pode conveniar, provavelmente parametrizado. Então isso para a gente vai ser um grande salto.

Formulários, planos, projetos e tal, nós vamos ter um conjunto no portal, porque muitas vezes você coloca um intermediário porque a Prefeitura não tem condições de apresentar o seu trabalho. E o pré-cadastro também, que a gente, como falamos das entidades privadas, o Ministério não vai poder fazer convênio com a entidade que não esteja cadastrada.

Eu até estava brincando aqui com o Lucas, na tua apresentação, Procurador, quase que fez um roteiro, está certo, alguns itens que a gente tinha identificado, todo mundo tinha identificado de certa forma e que a gente está oferecendo uma resposta. Por exemplo, a realização do chamamento público prévio. Está no Decreto como uma indicação, ainda não como uma obrigação, porque é muito difícil fazer uma consertação, fazer uma mudança dessa, mas a indicação vai obrigar o que? Os órgãos de controle, se você pode fazer chamamento público, por que é que você não faz, qual a razão? Justifica porque você não está fazendo chamamento público, e a futuro, quem sabe, a gente, passado o período de experiência, a gente consiga fazer isso obrigatoriamente.

Outro aspecto que a gente acha importante é que a transferência de recursos, quando o objeto for obra, seja feito por contrato de repasse. Nós vamos ter sempre um intermediário, um agente público com competência para acompanhar a execução de obra. Por quê? Porque muitas vezes um órgão que não tem um ambiente de engenharia começa a contratar obra e quem vai fiscalizar? Para a gente esse aspecto, assim para a gestão, para a fiscalização, o que a gente está fazendo de importante? Em todo convênio o gestor vai ter que colocar lá como ele vai fiscalizar o objeto daquele convênio, porque hoje não é obrigatório. Ele faz um convênio de cinco milhões de reais e muitas vezes, como se vê de relatório aqui citado, muitas vezes não vai lá para ver se aquele objeto foi entregue ou não. Então vai ser cláusula obrigatória nos convênios.

Dois detalhezinhos: no Ministério do Planejamento, eu falei, viu Dr. Lucas, no Ministério do Planejamento está aqui eu creio que em função desse debate sobre a Organização dessas transferências, mas nós temos, nós assumimos lá no DELIC(F), que é um Departamento, todo esse passado dos órgãos que foram sendo extintos e estamos trabalhando para sanar. Nós tínhamos doze mil convênios em 2003, estamos com mil e duzentos e com a meta de zerar até dezembro de 2008. Nós tínhamos uma pretensão, inclusive nós comentamos isso na CPI do Sanguessuga, nós tínhamos a pretensão de zerar esse passado, porque ele precisa sumir da administração, são coisas muito antigas, é pré-real, pré-cruzado, tem de tudo lá, sendo que a gente esperava zerar nesse ano, infelizmente não está sendo possível, reduzimos para mil e duzentos e esperamos zerar até o final do ano que vem.

Eu acho que era isso, gente, obrigado aí pelo convite e vamos fazer a discussão que vocês quiserem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu quero agradecer ao Dr. Afonso, que faz a exposição em nome do Ministério de Planejamento, e nós terminamos assim a primeira etapa da nossa reunião, que são as exposições que foram feitas. Nós temos, além das primeiras perguntas feitas pelo Relator Senador Inácio Arruda, nós temos inscrito já o Senador Heráclito Fortes e o Senador Flexa Ribeiro. Então, pela ordem, eu passo ao nosso Relator, o Senador Inácio Arruda, e em seguida, após as inquisições do Senador Inácio, já está inscrito o Senador Heráclito e, após, o Senador Flexa.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, convidados. Eu quero primeiro dar os parabéns aos nossos convidados, eu acho que o propósito inicial da nossa CPI, de estabelecer um exame sobre o que significa esse Terceiro Setor, o que é mesmo esse mundo das Organizações Não Governamentais, já digamos assim foi alcançado, e nós vamos fazer aqui algumas perguntas que tem o sentido de sublinhar o esforço já apresentado pela Tatiana Dahmer Pereira, pelo Lucas Furtado, pelo Afonso Oliveira, pelo nosso colega do Ministério Público Rômulo Moreira Conrado, que fizeram apresentações todas no sentido de esclarecer bem o que é a ONG e como que o Governo e o Estado brasileiro trata esse setor.

Uma pergunta que eu faria para a Tatiana e também quero estender aos demais membros da mesa, especialmente ao TCU, é problema da ... um dos objetos da CPI será também examinar a questão do repasse de recursos do exterior para Organizações Não Governamentais. Então eu acho que seria importante que TCU, Ministério Público e o próprio Governo que aqui está representando pelo Ministério do Planejamento, possam dar opiniões já sobre essa questão e se tem informações, que eu acho que no campo da nebulosidade, esse parece que é o espaço mais nebuloso.

Segundo, também para a Tatiana, é a relação das ONG's brasileiras com ONG's externas e como essas ONG's fora do nosso país funcionam, como é que esse Terceiro Setor funciona, como funciona na Europa, funciona na África, na Ásia, nos Estados Unidos, que são países gigantescos e que têm uma gama muito forte de Organizações Não Governamentais, inclusive algumas que financiam ONG's em outros países. Como que é o mecanismo? Existe, vocês têm conhecimento de mecanismos de controle, de organização desse setor, eles são auto sustentados ou não? Então

é importante que nós tivéssemos essas informações, se vocês tiverem condições de oferecer.

Ainda no campo da precisão da formulação desse entendimento do que é a ONG, no campo do conceito, eu acho que seria importante a gente sublinhar esse aspecto e que medidas deve o Estado se valer de parcerias com ONG's para execução de políticas públicas? Aqui eu já desenvolvi também a expressão, quer dizer, a ONG executa, mas a política pública é definida pelo Estado. Nisso também há um certo descontrole nessa área, você repassa o recurso e a política pública, na verdade, termina sendo executada e estabelecida pela Organização Não Governamental. E quais são as idéias políticas, sociológicas, gerenciais ou de outras natureza que justifica que o Estado recorra a parceria com entidades privadas sem fins lucrativos ao invés de prestar diretamente serviços ao objeto dessas parcerias? A Tatiana tocou bem nesse assunto, eu quero apenas que a gente possa sublinhar mais por que é que nós chegamos neste ponto, e eu lembro bem porque convivo com ONG's desde que surgiu a expressão e antes de ter surgido a expressão. A Tatiana falou aqui também disso, nós tínhamos desde as Confrarias até as Organizações do pós-guerra, que surgiram nos Estados Unidos, na Europa e também no Brasil, muitas ONG's surgiram no Brasil, mas elas não tinham essa relação tão forte, quase que física com o Estado. Então era preciso a gente sublinhar, porque de um determinado tempo para cá, então as ONG's passaram a assumir responsabilidades que na verdade são responsabilidades de Estado, e em que medida deve uma ONG, ter no Estado, o seu principal financiador? Se tal situação não limita a independência da entidade? Se tal situação não a torna quase que um ente, uma entidade assim paraestatal? Então isso é um dado importante para que a gente possa reforçar o que nós estamos querendo aqui, que é discutir e delinear bem o conceito das ONG's. E qual a avaliação dos senhores e da senhora a respeito do fato de que entidades sem fins lucrativos sejam criadas para desenvolver atividades sociais a partir quase que infelizmente da expectativa de acesso a recursos públicos? Quer dizer, é aquela entidade que foi criada só para isso, eu chamo ali o Lucas, "Lucas, você poderia criar aqui uma Organização, eu estou querendo passar um dinheiro aqui para você para fazer tal política". Depois ele vai ser beatificado, pelo que ele já demonstrou na sua carreira de servidor público. Então eu acho que essas perguntas têm esse sentido, de como nós podemos precisar bem esse conceito.

Lucas, nesse trabalho do TCU, em linhas gerais, eu queria que você pudesse informar para nós quais são as formas que o TCU realiza, as fiscalizações, no que se refere à transferência e utilização de recursos federais por meio de entidades sem fins lucrativos? Para a gente saber também quais os mecanismos que o TCU utiliza, como que ele faz o seu trabalho. Você já falou do resultado, eu até pediria que se você puder, o que você já puder nos oferecer, já deixar conosco, que seria muito significativo. Se você pode ampliar, na sua resposta, o universo de análise desse resultado das fiscalizações. O sentido nosso aqui é sublinhar, nós já ouvimos bem, eu gostei demais da sua apresentação, é apenas para sublinhar. O senhor falou aqui de bilhões de reais, esse número é bom que a gente fique com eles marcados, são bilhões que não foram examinados, é o problema ainda do desaparelhamento do Estado ou o Estado desenvolve essa política de forma deliberada? Isso que é para a gente ter bem claro o que é que nós queremos assim extrair dessas informações, porque uma coisa é você agir, eu acho que talvez o princípio nosso é o seguinte: nós vamos agir de boa-fé, mas há uma política deliberada? Então é preciso que a gente pudesse firmar bem esse propósito.

Uma outra questão, que eu acho que o Ministério Público, a mesma pergunta do TCU, se o Ministério Público também utiliza desses mesmos mecanismos que o TCU usa para o seu processo de fiscalização? Porque no caso do Ministério Público, a sua ação já pode gerar imediatamente um inquérito e esse inquérito já pode ser objeto de uma ação judicial para que o Estado possa haver recursos que foram digamos assim desviados, e como nós temos cifras bilionárias, então a gente poderia ter essa informação do Ministério Público, sobre os mecanismos que o Ministério Público está utilizando hoje para examinar a atuação de Organizações Não Governamentais que entraram neste espaço do Poder Público com recursos repassados, de somas muitas vezes elevadas, e que a gente precisa também ter a informação do Ministério Público que vai nos ajudar na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

E, por último, o nosso representante do Ministério do Planejamento, digamos assim que isso tenha demorado, mas todos nós celebramos o Decreto, mas era importante que nós tivéssemos uma precisão sobre se o Ministério Público, se o Ministério do Planejamento, tenciona oferecer mais informações no sentido de que a gente possa produzir, porque eu compreendi que há um descontrole geral, na verdade, sobre o repasse de recursos e, depois, como que o Estado, aí é o Governo, são os órgãos estatais, controlam a informação? Porque aqui, a informação do TCU, o que ele vai levantando? Primeiro eu escolho para quem repassar, repasso os recursos, depois de repassado os recursos eu não tenho nenhum controle sobre se esses recursos

atenderam ao propósito do convênio, se deu satisfação ao Estado e à sociedade, se teve serventia mesmo a aplicação desses recursos por essa Organização Não Governamental. Então é preciso que a gente tivesse essa informação por quê? Porque o Ministério do Planejamento, então ele vai operar no sentido de reforçar uma opinião para que todos os órgãos públicos do Estado brasileiro possam trabalhar com este Decreto. Esse sentido que V. Sª possa sublinhar esse aspectos para nós tem grande significado, que talvez um dos grandes êxitos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito não seja apenas incriminar, mandar mais um processo para o Ministério Público e mandar quebrar assim uns dez sigilos, prender um, dois ou três, quer dizer, talvez este não seja o nosso grande propósito. O nosso grande propósito pode ser, no final, nós estabelecermos um marco regulatório adequado que dê transparência ao uso de bilhões, nós não estamos falando de "mi" e nem de milhares de reais, quer dizer, bilhões de reais que saem dos cofres públicos. Eu acho que este é o nosso anseio maior, o nosso desejo. Se no meio do caminho tiver uma fraude e tiver um ilícito tão interessante de se apurar com mais profundidade que leve a quebrar sigilo, que leve a mandar buscar em casa, prender e etc, nós o faremos, não teremos aqui o menor temor de fazer isso, agora o maior mérito da CPI, eu tenho a impressão que talvez seja esse o desejo do Senador Heráclito Fortes, é nós termos um marco regulatório adequado para que a gente possa respeitar ainda mais o trabalho do Terceiro Setor, que pela exposição aqui da Tatiana é um setor muito importante para o nosso país, mas que precisa ter essa regulação para que ele funcione de forma adequada.

Senhor Presidente, essas são as indagações iniciais que eu gostaria de fazer, todas num único sentido: no sentido de reforçar a nossa compreensão do significado do Terceiro Setor no nosso país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu, então, vou passar a palavra para as primeiras perguntadas que são endereçadas à Dra. Tatiana, após ao Dr. Lucas e, depois, ao Dr. Afonso, também se o Dr. Rômulo quiser --

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Se V. Exª. me permite, eu acho que por motivo de outras agendas também, nós estamos aqui eu acho que um pouco, se a gente pudesse fazer logo todas às nossas perguntas e ouvir as respostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu consulto se há a concordância. Quebra o rito? Se houver consenso --

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É ruim porque desvia --

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Digamos assim que eu não tenho objeção, mas há um rito nas Comissões Parlamentares de Inquérito, talvez o mais adequado é deixar o pessoal responder, em seguida a gente vai --

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senão se perde a força.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): OK.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O que eu sugiro --

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Foi só uma sugestão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós temos experiência anteriores e esse zelo do Senador --

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): É que tem a Comissão de Desenvolvimento Regional querendo presença lá para votar algumas matérias.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu vou fazer uma sugestão então aos expositores: que sejam o mais breve possível nas respostas, que tem mais três Senadores inscritos e certamente outros se inscreverão, de tal forma que o que não ficar muito claro na resposta haverá outra oportunidade de maior aprofundamento. Então começamos com a Dra. Tatiana.

SRA. TATIANA DAHMER PEREIRA: Eu vou tentar ser o mais breve possível, porque as perguntas são bem densas. Em relação a recursos de repasses do exterior, tudo isso é regulamentado pelo Governo brasileiro. Existe a ABC, a Agência Brasileira de Cooperação, e a entrada desses recursos tem que obedecer inclusive as normas de câmbio do Banco Central, e elas têm que... a gente precisa expor isso, a gente precisa prestar contas junto à Receita Federal. Existe essa regulação, qualquer coisa tem que ser submetida à aprovação dos estatutos ou atos constitutivos de Organizações que recebem recursos do exterior junto ao Governo. Tem até legislação presente no Código Civil que fala sobre isso. E o Ministério das Relações Exteriores, junto com o Ministério da Justiça, são os principais monitoradores dessa relação. De onde vem esse dinheiro, de uma forma geral, pelo menos assim com relação a esse campo da ABONG, o que a gente pode dizer? Existe uma rede formada no pós-guerra de cooperação internacional composta por fundos públicos e privados de governos internacionais e também de doações privadas internacionais, que são fundos

voltados para uma idéia de desenvolvimento nos países "periféricos", de terceiro mundo, nós. Então assim a idéia toda é que se financie trabalhos no sentido do aprofundamento da democracia, de fortalecimento dela. Têm algumas linhas com outro perfil no sentido da erradicação da miséria, do combate das desigualdades, ou seja, de combate ao analfabetismo, de erradicação de doenças. Esse debate já merece uma agenda única para ser discutida, mas é um atuação bastante interessante. As Organizações que recebem recursos internacionais passam por processos de prestação de contas não apenas em relação à Receita, mas principalmente em relação aos seus financiadores. A gente passa por auditorias dentro da Organização duas a três vezes ao ano, com uma rigidez absurda, que você precisa prestar contas para governos internacionais ou para fundos privados internacionais, o que é correto. Agora muitas Organizações têm formas diferenciadas de capacitação. No campo da ABONG muitas vivem majoritariamente de recursos da cooperação, embora esse perfil de financiamento esteja mudando. Fica muito a mercê do perfil político dos Governos, fica muito a mercê, por exemplo, quando o Bush entrou, muitas Organizações Feministas no Brasil perderam financiamentos de recursos públicos, por exemplo, quando lutavam pelo direito à saúde reprodutiva das mulheres, à autonomia, ao aborto. Isso é um pouco um exemplo mais concreto da mudança da política de financiamento e outras coisas nessa linha. A capacitação de recursos de ONG's, eu vou descrever como que é o processo de apresentação de projeto, que eu acho que é uma coisa longa, mas a gente pode passar isso para vocês depois, ou seja, existe uma regulação sobre isso. A capacitação de recursos de algumas Organizações Internacionais que atuam no Brasil também pode se dar via associados. Têm Organizações que têm sócios no mundo inteiro que contribuem com a atuação daquela Organização. Então elas têm campanhas maciças de marketing sobre a sua atuação e recebem apoio dos seus associados. Isso confere a elas uma autonomia relativa maior em relação aos rumos políticos de determinados Governos, mas elas precisam prestar contas a seus associados, sempre você tem que prestar contas a alguém. Não existe almoço grátis, isso eu acho que é uma coisa muito importante.

Uma outra coisa perguntada pelo Senador, por exemplo, existem muitas Organizações Não Governamentais que financiam ONG's no Brasil. Na verdade essas Organizações são agências financiadoras, eu acho que isso é importante, agências privadas financiadoras, e existe todo um debate nesse nosso meio de qual é o papel político dessas Organizações, que elas não devem se sobrepor à ação das agências, das Organizações aqui, porque ela tem essa relação com o poder econômico, não deve impor linhas de ação, tem todo um debate muito interessante nesse campo.

Em que medida o Estado deve se valer dessas relações de parceria das ONG's com o Estado? Eu acho que é importante a gente reconhecer que o Estado sempre se valeu dessas relações de parceria. O volume de recursos sempre foi altíssimo. Vale lembrar da história das Casas de Misericórdia, das Santas Casas, das Fundações históricas na área de saúde, que "nunca" tinha sido questionado. Qual tem sido a grande importância desse debate vir a público? A gente conseguir, agora, visibilizar o quão grande é o volume de recursos, qual é o sentido desse repasse. Eu acho que a questão maior não está no volume, mas nas formas de regulação. É um pouco o que o Dr. Lucas fala, não pode ficar a mercê da índole das pessoas. É preciso ter regulação de acesso a recursos públicos. Desvio de recursos públicos, esse debate apareceu praticamente em todas as CPIs no Congresso, e apareceram várias formas jurídicas de utilização para esse tipo de desvio, desde ONG's a sindicatos. Então a gente precisa fazer esse debate, eu acho que tem que ser um fruto dessa CPI a construção de uma regulação de repasse para recursos públicos pelas Organizações Sem Fins Lucrativos.

Uma coisa fundamental, e aí o Sr. Afonso fala disso, sobre como os convênios hoje, parece que é consensuado na sociedade, vamos fazer um convênio. Isso é uma forma muito complicada. Os convênios têm uma regulação, formas de regulação instáveis, baixíssimas, ficam muito a mercê de cada órgão convenente, os chamamentos públicos são muito questionáveis, você não tem edital para convênio, eu acho que isso é uma coisa muito complicada, você não tem regras claras sobre que relação é essa que você está estabelecendo. Então acontece muito isso, acontece essa coisa dos amigos dos amigos, dessa impessoalidade. Agora eu acho que a gente precisa abrir um debate muito franco com a sociedade e com o Governo, com o Poder Público de uma forma geral. Tem sido um ônus para o Judiciário ter que trabalhar como fiscalizador da forma como eles estão atuando. Os técnicos do TCU, a gente nessa rodada de diálogos e tudo mais, interessa muito a gente estreitar essa relação, eles não vão assinar e colocar ... aferir determinadas coisas complicadíssimas, desde falhas técnicas, uma série de irregularidades que podem não ter má-fé, até outras que têm efetivamente má-fé, ou seja, é preciso que o Legislativo mergulhe de cabeça nesse debate. A gente tem hoje, tramitando no Congresso, tanto no Senado quanto Câmara, em torno de doze a catorze projetos que versam sobre ONG's, com milhares de

apensos. A gente tem que tentar entender um pouco, esses projetos são contraditórios entre si, eles não resolvem a situação. Como é que a CPI pode propor alguma coisa que tente harmonizar essa legislação? E aí o Executivo, por sua vez, nesse desespero de resolver essa situação historicamente, acaba emitindo Decretos, não é o caso necessariamente desse último, mas de outros, que também não conseguem enfrentar um pouco qual é a natureza dessas Organizações. Por exemplo: esse último Decreto, de certa forma, embora traga elementos importantes quanto a essa relação de não ter parente e etc e tal, mas continua tratando as ONG's como se fossem parte da administração direta. Isso é um problema. Convênio talvez não seja a melhor forma. A maior parte hoje de capacitação de recursos é por convênio. A outra questão também, por exemplo, talvez valeria a pena que junto à Receita Federal se disponibilizasse informações sobre todas as Organizações privadas, com e sem fins lucrativos, que acessam recursos públicos. Como usam, qual a natureza, onde vai parar esse dinheiro? E uma questão muito importante também é que o Estado brasileiro, ele vive um problema, tanto a nível Judiciário, de Legislativo, que a gente não consegue avaliar impacto de política pública. Isso é um problema internacional, é um problema nosso também, e muito mais, monitorar e avaliar impacto de trabalho de Organizações Sem Fins Lucrativos, a gente não tem indicadores, não consegue saber. Então como é que a gente pode construir esses elementos? Eu acho que o Ministério do Planejamento, da Justiça, eu acho que a gente tem que pensar um pouco nesses elementos.

Uma outra coisa é o seguinte: a gente defende sim que as ONG's tenham acesso a financiamento público. O problema é como isso é feito, com quais critérios e para que fins. Não é para executar política pública no lugar do Estado, mas existem trabalhos demonstrativos interessantes que podem vir a ser incorporados no futuro e implementados pelo Estado como política pública. Na Suécia as ONG's têm direito a um fundo público com regulação muito clara, prestação de contas rigidíssima, tem um canal na televisão que expõe o trabalho dessas Organizações, monitoramento permanente de como esse dinheiro é usado, não delas, mas de como o dinheiro é usado. Existe uma clareza muito grande que dinheiro público é de toda a sociedade, não é de Governo. É um dinheiro de toda a sociedade e por isso o zelo e a lisura, e o direito da sociedade utilizá-lo para se fortalecer na participação de esferas públicas, nos processos de educação cívica. Eu acho que esse é um debate que a gente tem que fazer, a gente tem que parar de ter uma relação instrumental de ambas as partes. Você criar uma ONG para implementar um convênio, essa ONG dura três anos, capta não sei quanto, e o Estado também, de olhar para as ONG's, beleza, não vamos investir nisso, vamos gastar esse dinheiro para fazer ... sei lá, superávit, outras coisas, entendeu? Então, quer dizer, como é que a gente consegue realmente trabalhar uma outra concepção de Estado? Então essa relação instrumental realmente precisa parar. Eu acho que em linhas gerais é um pouco isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Peço então ao Dr. Lucas que possa responder.

SR. LUCAS ROCHA FURTADO: Sr. Relator, eu tentarei ser o máximo breve possível. A primeira pergunta que V. Exª. apresenta diz respeito aos repasses de entidades do exterior para as ONG's brasileiras. Isso institucionalmente não diz respeito ao TCU, que só cuida do que diz respeito a recursos públicos federais. Então não é algo que diga respeito ao TCU, é matéria de política legislativa, e caso o Congresso Nacional, caso o Presidente da República, que sanciona as leis, entenda correto manter ou fechar, matéria de política legislativa, de conveniência política do Estado brasileiro de abrir ou fechar esse tipo de financiamento. Por que chegamos a esse ponto? V. Exª., Sr. Relator, pergunta no que diz respeito a relacionamento ONG/Estado. Não é uma questão apenas de deficiência do Estado brasileiro, é uma questão de opção política. Não há dúvida de que em determinadas áreas o setor privado tem condições de ser mais eficiente que o setor público, é indiscutível isso, ou seja, a inexistência de obrigação de imposição de normas de direito público, de não ter que fazer concurso, de não ter que fazer licitação, daria maior liberdade, permitiria que o setor privado empresarial ou não empresarial assumisse determinadas tarefas estatais, e isso se faz no setor empresarial por meio das concessões, por exemplo, transferência de rodovia, de serviços de manutenção e de exploração de rodovias faz parte a rigor da mesma idéia, da mesma noção de que o Estado não é tão eficiente na prestação de determinados serviços quanto pode ser uma entidade privada, só que a diferença dos mecanismos de concessão rodoviária ou não, mas de concessão e permissão de serviço público para o relacionamento das ONG's e quem remunera. Quem remunera uma concessão de serviço público é o usuário, e quem remunera as ONG's, pelos serviços de utilidade pública que prestam à população, é o Estado, ou seja, daí a necessidade teoricamente de um mecanismo tão adequado quanto o primeiro.

No Brasil reformulou-se o mecanismo de concessão e foram criadas as Agências. Vemos aqui a disparidade entre uma situação e outra. Dez anos atrás, onze

anos atrás, todo o serviço de telefonia no Brasil é prestado por entidades públicas. Hoje todo ele é prestado por entidades privadas, sob a fiscalização do Estado, ou seja, o Estado não se ausentou, ele assumiu uma posição diferente, de fiscalizador, de orientador. No caso das ONG's, o que acontece? O Estado transferiu, mas não criou nada para desempenhar esse novo papel do Estado que seria de fiscalização, de acompanhamento, de definição de políticas, de padronização, como bem observou o Dr. Afonso, papel que agora parece que vai ser ou começa a ser desempenhado pelo Ministério do Planejamento. Vontade política, ou seja, houve um incremento do repasses de recursos e o marco legislativo não foi desenvolvido no Brasil. Nós temos uma Instrução Normativa. Você vê como o problema de marco normativo, ilustre Relator, é sério. Foi criada, foi aprovada em 1999 a Lei 9.790, a Lei das OSCIPS. As Lei das OSCIPS diz: para que uma entidade seja qualificada como tal, como OSCIP, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, precisa preencher formalmente alguma documentação, ou seja, encaminhar ao Ministério da Justiça, exame formal, mas ao menos o exame formal é feito, para que essa entidade possa receber recursos públicos por meio do termo de parceria, quer dizer, como o sistema não é lógico, não é racional.

Então cria-se uma lei e diz: para receber recursos por esse meio é necessário que a entidade atenda a essas exigências de qualificação. E aí se a entidade não atende, o que se faz? Firma-se o convênio, ou seja, fechou-se uma porta quando se diz é necessário que a entidade atenda a essas exigências, mas deixou-se a janela aberta para que qualquer um pule, ou seja, não é lógico, não é racional. Se eu não atendo às exigências para me qualificar como OSCIP, eu celebro um convênio. Você veja que nós temos no Brasil diversos mecanismos, alguns ou a maioria deles criados em regime anterior. Por exemplo, a questão do Decreto, o Decreto é muito bom em algumas áreas, a questão da gestão, a questão da transparência, esse portal de transparência. Se de fato funcionar será muito bom para a fiscalização, porque é impossível fiscalizar, é impossível porque não temos parâmetros, não temos como acessar esses dados. Repito: uma das perguntas de V. Exª: como o TCU fiscaliza? Essas prestação de contas não são encaminhadas ao TCU, são encaminhadas aos órgãos repassadores. Como que o TCU fiscaliza? Quando recebe uma denúncia, quando o órgão repassador instaura um processo de tomada de contas especial, então, por exemplo, se o convenente recebe o recurso e não presta contas, o órgão repassador é obrigado por lei a instaurar a tomada de contas especial, que vai ser encaminhada posteriormente ao TCU para julgamento, ou seja, muitas vezes a atuação do TCU pressupõe uma atuação do órgão repassador que muitas vezes não existe. Os números aqui apresentados indicam que não existe essa atuação do órgão repassador. Ou o TCU, por iniciativa própria, ou por solicitação das Casas do Congresso, realiza auditorias. Vários desses processos que eu apresentei a V. Exªs. diz respeito a auditorias de iniciativas do próprio TCU ou solicitado por Comissões, inclusive por CPIs do Congresso Nacional.

V. Exª. falou podemos formar uma ONG. Olha, um trecho aqui do Processo 015568, de 2005, um trecho aqui: a falta de critérios objetivos e de avaliação técnica das condições da convenente fez com que, por exemplo, a ONG URIHI - Saúde Yanomâmi, criada exclusivamente para celebrar convênios com a FUNASA, mediante a associação de seis pessoas e cuja sede era a própria casa de seus dirigentes, fosse contemplada com recursos de três convênios no montante de 33,85 milhões de reais. Apenas três meses após a fundação, após a criação dessa Fundação Pública. Ou seja, o que V. Exª. diz, evidentemente em tom de brincadeira, é a realidade. A falta de um marco legal no Brasil permite isso, que seis pessoas se reúnam e três meses depois obtenham convênios na ordem de 33,85 milhões de reais. A situação é muito séria. Então o TCU fiscaliza por meio desses mecanismos praticamente de amostragem. O TCU dispõe hoje de aproximadamente mil e cem analistas para desempenhar toda a atividade fim do Tribunal, ou seja, se dissesse o TCU terá que deslocar toda a sua força de trabalho para examinar processos de prestação de contas de ONG, só isso. Esse mecanismo, essa força de trabalho, não daria conta. O que precisa é dar transparência, permitir que a população fiscalize, que dinheiro há. O que não há até hoje, aparentemente, foi vontade política de nenhum governante anterior de dotar o Estado de mecanismos de controle, ou seja, é um grande avanço esse Decreto, é um grande avanço no sentido de que dá transparência, permite controle social e permite que os órgãos de controle possam intervir no processo sem que no caso do TCU tenha que receber a prestação de contas. Aqui é política deliberada? Se é política deliberada de manter o Estado desaparelhado, é política de todos os governos até hoje. Um aspecto aqui.

O Decreto, vê-se a dificuldade do Poder Executivo de lidar com a questão. O artigo 4º do Decreto diz aqui o seguinte: a celebração de convênio com entidades privadas, sem fins lucrativos, poderá ser precedida de chamamento público, a critério do órgão. Vê-se que isso daqui não é um processo de escolha da entidade, seria um processo de qualificação, saber se as enti-

dades atendem às exigências técnicas, e saber se a entidade atende à exigência técnica ainda é posto no Decreto em termos de poderá a entidade, ou seja, o mínimo que se exigiria seria que ao menos a qualificação técnica, por meio de um chamamento, fosse obrigatório. E além desse chamamento obrigatório e exame de qualificação técnica, que a escolha - e nesse ponto o Decreto é omisso - dentre as vinte entidades que eventualmente se qualifiquem, que atendam ao chamamento público e se qualifiquem. Então vinte se apresentam, são qualificadas por preencherem os requisitos fixados nesse chamamento de edital público. Das vinte com qual o Poder Público vai trabalhar? Resposta: mantém-se o sistema discricionário. Não há, por exemplo, a indicação de uma Comissão para julgar os projetos e para que esse julgamento do projeto da entidade A, de ser melhor, de ser mais adequado, de ser mais eficiente do que a entidade B ou C, possa ser criticado do ponto de vista objetivo, Sr. Relator. Então é o que eu digo: o Decreto avança, mas há espaço para avançar e muito, tornar obrigatório esse chamamento público, há espaço para isso, e definir não em licitação, não é caso de licitar menor preço. Aqui o Poder Público diz o seguinte: eu tenho vinte milhões de reais, quero gastar em determinado projeto. Não há como publicar um edital e dizer: contrato quem oferecer menos. É caso de contrato ou firmo convênio com quem apresentar o melhor projeto, e que se faça isso por meio de um critério objetivo, de impessoalidade, e não com base em discricionariedade total, ou seja, o Decreto avança, mas ainda há muito espaço para avançar, e que isso seja feito por lei, para que haja um mínimo de segurança jurídica para o sistema.

Sr. Relator, eu acho que aqui enfrentei, se não todas, a maioria das questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu agradeço a V. Sª. e peço ao Dr. Afonso então que proceda --

SR. AFONSO DE OLIVEIRA ALMEIDA: Senador Inácio Arruda, eu acho que nós temos que entender um pouco o ambiente que nós estamos na administração. Todo o ciclo de gestão do convênio é uma relação do Ministério setorial com os órgãos de controle. O Ministério é que elabora, assina, fiscaliza, recepciona o resultado, valida o resultado, e os órgãos de controle verificam, completam aí o ciclo da gestão do convênio. O que é que o Ministério do Planejamento se propôs? Oferecer um ambiente, oferecer um ambiente para que todos os convênios fiquem transparentes para a sociedade, e que é o nosso papel, seja o Ministério do Desenvolvimento Social, seja o Ministério do Desenvolvimento Agrário, qualquer Ministério. E nessa oferta, aí eu queria falar um pouco falar da nossa felicidade com a concretude desse propósito. Quando o TCU fez o Acórdão, qual era a intenção do TCU, que a gente foi lá discutir com eles. O TCU queria que o Ministério do Planejamento dotasse os Ministérios setoriais dos recursos necessários a fiscalizar a boa elaboração de termo de referência, a boa fiscalização dos convênios. Olha, nós fizemos um levantamento preliminar, seriam dez mil servidores a mais, dez mil servidores. Aí nós exploramos isso com o TCU, nós falamos: olha, vem cá, não é isso, não é isso. Se a gente reduzir o número de convênios, aí nós precisamos de só mais cinco mil ou de só mais quatro mil servidores, porque a gente não muda isso, essa filosofia, e aí a gente, depois, num longo debate, a gente acabou chegando a isso. O que é importante para a gente assim que está na Administração Pública com relação a isso? O problema não é o controle, o problema é a gestão. O controle é por amostragem, a gestão é absoluta. Nós temos que fazer a boa gestão de todos os convênios. Quando o TCU faz uma amostragem de cem convênios, tem milhares de convênios, são trinta e dois mil convênios todo ano. Então a CPI pode dar uma contribuição, a questão do marco legal, olha, o esforço de engenharia normativa que nós fizemos para colocar no Decreto este conjunto de obrigações sem estar ferindo nenhuma Lei, a gente o tempo todo dizia: não, isso precisa de lei, isso precisa de lei. Então realmente dá mais estabilidade se a gente tivesse uma Lei. O Decreto é o resultado de uma vontade política, quer dizer, o Decreto, ele é resultado de posição, de apoio do CGU e tal, mas de vontade política.

Eu vou comentar esse “poderá” e esse “deverá”. A gente até esteve com o Presidente do TCU e uma das coisas que o Presidente do TCU pediu foi: troca o “poderá” pelo “deverá”. O que acontece? É igual ao relatório que V. Exª. vai fazer aqui, é uma consertação, uma engenharia, é uma negociação. Se a gente fosse trocar o “poderá” pelo “deverá” naquele momento, na avaliação que o grupo de trabalho que eu coordenei chegou à conclusão, é que nós iríamos demorar mais três, quatro meses para convencer todos os autores políticos, porque nós queremos gerar a obrigação, mas se a gente autoriza o Ministério a fazer isso e o Ministério não faz, o órgão de controle vai dizer o seguinte: por que você podia fazer e não fez? Por que é que você poderia buscar mais qualificação para o seu convênio e não o fez? Então no nosso entender foi assim um pouco um limite ali, a fronteira do sair e não sair para ver como a engenharia é difícil nessa solução. Para a gente o grande segredo deste processo, a grande contribuição que a gente pode dar é oferecer, a partir do ano que vem, este portal para todo mundo. Não vai ter CPF que não vai poder ser lido pelos senhores,

não vai ter CNPJ que não vai poder ser lido, não vai ter pagamento que não vai poder ser lido pelos senhores. Se lá na cidade a Câmara de Vereadores quiser acompanhar aquela empresa que recebeu um dinheiro lá e vocês estão ali, não estão vendo obra nenhuma, não estão vendo execução nenhuma, vai poder. Então é assim um avanço que precisa se transformar em lei, que para a gente seria excelente, porque a vontade política, é lógico, pode mudar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu passo a palavra então ao Dr. Rômulo e em seguida ao nosso Senador Heráclito.

SR. RÔMULO MOREIRA CONRADO: Apenas bem objetivamente sobre essa questão do repasse de recursos internacionais, esse cooperativismo assim internacional é uma tendência entre todas as Nações, então eu não vejo assim nocividade no recebimento por ONG's de recursos repassados por outras ONG's. Há alguma discussão notadamente no que tange à questão da soberania da Amazônia, no que se refere àquelas ONG's que atuam nessa questão de preservação ecológica, de que haveria uma ofensa à soberania, mas nesse caso eu acho que o impedimento a esse repasse ou a própria dissolução dessa ONG dependeria de se comprovar a nocividade do recebimento desses recursos, e em se tratando de uma ONG que receba recursos públicos, além daqueles recursos internacionais, eu acho que se poderia exigir dela o afastamento do seu sigilo bancário, que só no Brasil é que o sigilo bancário tem essa extensão que se dá a ele. Então eu acho que só o recebimento de recursos internacionais não é, por si só, motivo de preocupação, a não ser que se comprovasse uma efetiva nocividade sobre esses recursos.

No que tange à atuação do Ministério Público, como foi perguntado pelo Senador Inácio Arruda, também da mesma forma que o TCU só nos chegam os processos depois que são concluídos no âmbito dos Ministérios ou pelo Tribunal de Contas da União. Então o Ministério Público, por essas semanas, tem ajuizado algumas ações relativas a desvios de recursos que ocorreram entre 2000 e 2003, também relativos a repasses para ONG's que ficaram responsáveis por aplicação de recursos do FAT. Então fazendo uma estimativa assim, em termos de efetivo ressarcimento ao erário, eu acho que talvez de um bilhão de reais que sejam desviados, eu acho que o efetivo ressarcimento deve corresponder a 1%, numa visão otimista, uma vez que a maioria dessas entidades não tem um patrimônio próprio. Então o dinheiro também que vem fácil, também sai muito fácil. Então as entidades ou os seus associados acabam dilapidando esses recursos muito rapidamente ou ocultando, e o efetivo ressarcimento é muito complicado, eu acho que ele se dá em talvez 1% dos casos, numa visão otimista.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pela ordem de inscrição eu concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores convidados, Srs. Senadores, jornalistas, acompanhantes dessa CPI a partir de hoje.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu quero fazer um registro aqui com o maior prazer, que é a juventude da mesa. Não, não, não, eu não estou falando dos dirigentes, dos convidados [risos]. Desculpem-me, mas não lhes atinge, não se sintam ofendidos, não sintam-se ofendidos, mas eu quero dizer aos convidados, e é muito bom que num país jovem como o nosso se tenha exatamente a juventude participando desse problema do país, já que nós não tivemos a capacidade de resolver alguns desses problemas. Portanto, eu vejo isso com muita alegria e de maneira muito positiva.

Em segundo lugar, eu queria dizer que esta CPI já começa vitoriosa. Pela primeira vez nós temos na história uma CPI que antes do seu início já produziu resultados, que é exatamente o Decreto do Ministério do Planejamento. Por que é que eu digo isso? Porque ele foi criado em decorrência da ONG. E por que da CPI das ONG's, o que eu estou dizendo? Porque na data da criação, no momento da criação, o Ministro Paulo Renato, com quem eu convivi, tenho o maior apresso pessoal por ele, ao assinar o Decreto me mandou um recado e disse: "isso vai agradar ao Heráclito". Na verdade não é pessoalmente a mim, vai agradar a ele também e vai agradar ao país, mas surtiu o primeiro efeito, porque esse Decreto já poderia ter vindo antes.

Eu queria, em primeiro lugar, me dirigir à Dra. Tatiana. Quero dizer que o que mais me chocou nesse período todo, e agora a senhora recoloca nos devidos lugares, foi uma, duas ou três declarações em que a ABONG ficava contra a CPI. Eu pensei que a ABONG fosse a primeira aliada, até porque o universo de filiados à ABONG é muito pequeno, e as ONG's de picaretagem correm com medo da ABONG. Isso é tido e sabido em todo o setor, daí porque eu acho que a moralização do processo não só fortalecerá a ABONG, como fará com que haja esta fuga da picaretagem. O nosso objetivo, desde o início, é separar o joio do trigo. Nós não queremos de maneira nenhuma penalizar quem cumpre o seu dever. Nessa entrevista do Terra Magazine, eu fiquei orgulhoso, porque o título é: "CPI das ONG's é para detonar a esquerda". Eu quero dizer a vocês que durante muitos anos eu senti um pouco de complexo, porque não conseguia me encaixar nem na esquerda e nem na direita, mas a culpa não é minha, é do país

em que vivemos. Nós não temos história para conteúdo ideológico. O conteúdo ideológico que o Brasil vive é o conteúdo copiado de modelos e não é consistente. Quando nós copiamos o modelo americano da universidade brasileira, essa geração que está aí toda pagou um preço alto. A senhora fique tranqüila que eu vi, a senhora declarou, eu não queria entrar em idade de mulher, mas a senhora disse que nasceu em 1971 ou depois de 1971, então está fora de uma série de decepções que a minha geração teve. A esquerda do Brasil é volátil, ela só não abandona uma coisa: poder. Só não tem compromisso com uma coisa: coerência. Nós temos as exceções. Eu já participei de movimentos inclusive para eleger Presidente da República que não tinha nada de esquerda, mas que a esquerda se juntou para a sua eleição e brigou sofridamente para cargos. Eu estou cometendo algumas injustiças porque essa história de esquerda e direta é muito volátil, você não consegue. Uma das decepções que eu tive na vida, Lucas, foi quando eu vi segmentos da esquerda de São Paulo vender aplausos para o Quércia em convenções do PMDB, eram os tais poropopó. O Quércia tinha que enfrentar os grupos internos e então se valia daquele pessoal para fazer esse tipo de defesa. Portanto, graças a Deus a senhora nasceu em 1971. Se não disse isso, parabéns; se disse, não repita mais. No Brasil nós não temos esquerda e nem temos direita, nós temos caneta. Se não, vejamos: nós temos exilados, torturados, que ao receber a caneta se tornaram poderosos, quando deixaram o poder se tornaram lobistas. Aonde é que está o esquerdismo, a divisão dos bens, o bem-estar da sociedade? Eu vou ficar só num caso. Nós temos esquerdistas de visão antolhada e quero dar um exemplo aqui que me encantou muito, que foi o do Luiz Francisco, que até o Governo passado via tudo, em tudo ele via desonestidade e acusação, e que agora ele está no mais absoluto silêncio, não sei se está trabalhando, não sei se está afastado. É uma questão que me interroga. Será que o Luiz Francisco, nos últimos quatro anos, não viu roubo, não viu desonestidade no país? Perdeu a visão, o senso crítico? Então, Dra. Tatiana, finalmente na última sexta-feira eu tive alguma coisa que me deixou absolutamente tranqüilo, porque olha, não queira saber, você que tem uma posição, esse negócio de dizer aqui na entrevista, em que chama o meu Partido, o DEM, de conservador, estão botando a culpa na senhora. A senhora está admitindo, eu fico muito feliz com isso, mas eu quero continuar sendo conservador com o cofre público, eu não quero sair da minha posição conservadora, que foi a vida inteira, quero continuar com ela. Mas a senhora fez um mal ao partido e nós vamos lhe processar. A senhora, ao botar a culpa no DEM, deu cabimento e inspiração para que a autoridade maior avançasse de DEM para demo e nos atacasse de fora do país de forma impiedosa. A culpa é sua, a culpa é sua. Bom, eu quero dizer à senhora que é uma injustiça dizer que essa CPI é do DEM. Não, ela é minha. Eu tive a solidariedade de todos os companheiros na sua formação, foi a CPI que alcançou o maior número de assinaturas para ser instalada, mas para conseguir as assinaturas houve a maior pressão que essa Casa já teve, para ser obtido o número regimental. Agora entre essa parte e a instalação eu nunca vi nenhuma pressão tão grande. Pressão coletiva e pressão pessoal. As pressões eram do tipo "a Globo não vai gostar", "olha para a dona Ruth, a dona Ruth não vai querer", tipo de pressão que de maneira nenhuma atinge quem tem a consciência tranqüila de que está no caminho correto. Eu acho que ONG de direita, de esquerda, de centro, de banda, de lado, de frente, de fundo, precisa ser examinada. Agora eu quero ser solidário com a esquerda, a esquerda tem que processar esse portal que calunia os esquerdistas usando o nome da doutora, porque eu vou lhe dizer: a ser verdade, o Brasil tem muito esquerdista ladrão. Se isso é verdade, e eu quero defender, eu não quero ver isso, não há questão ideológica nisso. Isso aqui, meu caro Relator, é a tentativa de se procurar uma defesa, de se colocar uma ideologia que para mim é inexistente, para o Brasil, mas eu fiquei muito tranqüilo quando sexta-feira, finalmente uma opinião acima de qualquer suspeita, mostrou que ao longo da vida eu tinha razão. Frei Beto. Quem é que é contra o Frei Beto? Então o Frei Beto escreveu, no Correio Brasiliense, um artigo fantástico: "como endireitar um esquerdista". Eu agora ando com esse artigo debaixo do braço, porque eu acho que deve ser lido e deve ser mostrado. Olha, se o Frei Beto sofreu isso, a metamorfose, a transformação sofrida num universo em que ele conviveu e que em algum momento pensou ser verdadeiro, imagine o resto. Eu queria dizer isso para que de uma vez por todas, durante o correr dessa CPI, não se tente fazer colocações ideológicas nas apurações, até porque nós temos que ser objetivos. Se tem alguém do santo padre ou alguém da igreja universal, não importa. Nós temos que ser objetivos nas apurações.

Vou agora às perguntas: a ABONG tem uma relação, um levantamento de ONG's irregulares, sejam participantes, sejam filiadas ou não? Eu queria chamar a atenção para um fato aqui curioso. Falou-se em questão de Fundações, mas existem Organizações que, dentro do seu bojo, até para evasão fiscal, e isso vai para Organizações financeiras e tudo, mantém ONG's para fazer benefício por baixo, mas vamos ver isso no correr, nos vamos continuar. Fazem hoje como

faziam antigamente com aqueles incentivos agrícolas. Criava-se no segundo plano a sua própria pecuária, a empresa de pecuária, e um passava para o outro, era um negócio fácil que nós vamos, no correr, Dr. Lucas, ver que é grave esse caso, e eu vou sair daqui tranqüilo porque quando se diz que são quatro "bi" para o orçamento de 2008, o nosso representante do Ministério do Planejamento vai tomar providências redobradas com relação a essas [ininteligível], porque ele não vai dizer que não sabia. E isso é muito positivo. Se tudo isso está constatado e com toda essa constatação nós ainda temos quatro bilhões claros, são os quatro bilhões diretos para as ONG's, fora os que saem de maneira indireta, eu tenho certeza que o Dr. Afonso vai tomar providência hoje para aumentar o olho clínico com relação a essas liberações, porque ainda está em tempo.

Dr. Lucas, o Tribunal tem como investigar, tem acesso a recursos repassados para ONG's, por exemplo, pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica e Petrobrás? Não é pouca coisa, não é pouca coisa. As ONG's Confessionais ou as ONG's Religiosas, eu mais uma vez abro um parênteses: elas têm falhas, pelo menos as que eu tive acesso, elas têm falhas processuais, elas são humildes, elas são modestas, mas elas têm um serviço prestado. Não é esse o foco. A senhora deve saber mais do que eu porque tem mais informações. Nós temos ONG no Brasil que por trás mantém clube de golfe, tênis, acervo, pinacoteca, e não é só no Sul não, nós temos nos Estados do Nordeste, e nós não podemos, de maneira nenhuma, conviver com isso.

Eu queria perguntar ao representante do Ministério Público, Dr. Rômulo, se há uma interação entre Brasília e os Procuradores Estaduais com relação ao que se apura de malversação de ONG's. Por exemplo, o Estado do Amazonas, tem uma investigação, há essa integração, essa interação, essa troca de informações? Se não houver, eu acho que era o primeiro passo que o Ministério Público poderia fazer, poderia dar, era criar, porque é evita muita burocracia e se ganha muito tempo, até porque Brasília hoje é caixa de ressonância, os recursos que nós estamos investigando é federal. Eu quero dizer que eu tive um cuidado muito grande, Dr. Lucas, até tendo prejuízo, mas foi um cuidado técnico, de fechar essa apuração para ONG's e OSCIPS pelo motivo muito simples: existe uma técnica congressual que é fantástica, só que não é objetiva, de quem não quer apurar espalha o raio de ação. Aí daí a pouco iam botar aqui, creio que já estava na cabeça iluminado de alguns, de botar o "Sistema Aécio". Na hora que você botasse o "Sistema Aécio", que é poderosíssimo, eu daqui estava cheio de defensor de "Sistema Aécio", muitos puxando a orelha de colegas por favores prestados ou por troca de amizade e embolaria o meio de campo. Quando nós evitamos outro tipo de foco, foi exatamente para que nós não pudéssemos perder esse objetivo.

A senhora tem, Dra. Tatiana, uma relação das ONG's, por exemplo, as ONG's que só recebem dinheiro privado, as ONG's que só recebem dinheiro público, as ONG's que são mista, que recebem dinheiro privado e que recebem dinheiro público? Se tiver, seria muito bom que mandasse, eu pediria ao Relator que solicitasse. Outra pergunta que eu queria fazer à senhora e ao Procurador? Os senhores têm conhecimento das declarações do General Santa Cruz que serviu na Amazônia, eu não sei se serve ainda, sobre questão das ONG's Amazônicas? Eu acho fundamental porque é um homem de responsabilidade. E ele deu declarações, Procurador, exatamente sobre esses repasses estrangeiros e sobre o objetivo da grande maioria dessas ONG's. Essas ONG's geralmente, elas vêm até com patrocínios respeitáveis, só que é uma prática aqui muito grande no Brasil e com relação a doações de ONG's que funcionam. Geralmente o doador é um milionário, um doador estrangeiro, um ricaço exótico e que ao fazer a doação jamais se preocupa com a fiscalização e com o acompanhamento daquilo que fez. O General é Santa Rita, eu quero corrigir. Não é Santa Cruz não, é Santa Rita. A assessoria aqui me corrigiu.

Nós temos que ter os olhos muito voltados para esse objetivo central. Será uma decepção muito grande para o Brasil, para todos os brasileiros, se nós, Sr. Relator, Sr. Presidente, não chegarmos a uma conclusão que justifique tanto tempo e tanta espera. Mas eu contava aqui do General Cruz, Santa Rita, eu não sei se o senhor conhece --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Santa Rosa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Santa Rita.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Lucas falou em beatificação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É Santa Rosa o General

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aqui está constando Santa Rita.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É Santa Rosa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Rosa? Pronto, nem Cruz e nem Rita, Rosa, nada como o meio termo. Como diria o Mão Santa, a virtude está no meio, pronto. Então é General Santa Rosa. Eu acharia proveitoso, não só isso, mas também ele vir a essa Comissão em determinado momento.

Eu tenho algumas perguntas, aliás, tem uma questão aqui, Dra. Tatiana, no Diário On-line de hoje

tem uma entrevista sua, aí diz aqui: "são burocratas - aqui dirigindo-se aos membros -, atrapalham a atuação das entidades idôneas e possibilitam fraude com a conivência dos próprios Governos, o Estadual, o Municipal e o Federal", assinalou. "As ONG's, muitas vezes, são utilizadas como laranjas, para fazer Caixa II em campanhas eleitorais", declarou. A senhora prestará um grande serviço a esta Comissão falando mais sobre isso, esclarecendo mais um pouco e dando, se não quiser dar nomes ou não tiver nomes, pelo menos dando um rumo, porque esse laranjal o Brasil todo quer conhecer e isso pode ser até ... pode ser um bom começo.

Nós temos outra categoria que eu pediria a atenção da mesa, são as chamadas ONG's de vida curta, são as ONG's que começam e terminam no mesmo ano. Eu acho que o Tribunal já deve ter alguma coisa sobre isso. Eu gostaria que a gente aprofundasse, e por uma coincidência essas aberturas e fechamentos, às vezes, nem em todos os casos, coincide com ano eleitoral. São ONG's que tem uma rapidez tremenda, ela sabe o que eu estou denunciado, tem uma rapidez tremenda de receber o recurso e uma rapidez tremenda de encerrar as suas atividades dificultando um pouco até depois para o Ministério Público, para todos, uma investigação.

Em último lugar, a senhora disse que em 2002 eram duzentos e setenta e seis mil ONG's.

SRA. TATIANA DAHMER PEREIRA: Organizações Sem Fins Lucrativos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sem Fins Lucrativos. Mas aí abrange tudo, não é somente ONG e OSCIP?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Para efeito do Estado todos elas seriam ONG's.

SRA. TATIANA DAHMER PEREIRA: Não, faça a pergunta do senhor, aí eu vou esclarecer.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Essa afirmação é globalizando entidades de fins não lucrativos?

SRA. TATIANA DAHMER PEREIRA: Organizações Sem Fins Lucrativos e algumas com a qualificação de OSCIP, tá, mas assim na verdade são duzentas e setenta e seis mil Organizações Sem Fins Lucrativos no formato de Associações e Fundações.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nesse mesmo parâmetro hoje, qual seria esse número?

SRA. TATIANA DAHMER PEREIRA: Isso é uma pergunta importantíssima a ser feita pelo IBGE, IPEA. Eu acho que isso tem que ser atualizado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós vamos ter tempo para ver isso, mas é importante, esse número aqui é importante. Sr. Presidente, eu ainda pretendo voltar a algumas perguntas, mas inicialmente era isso que eu gostaria de colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Muito bem, então agradecendo a V. Exª., eu passaria a palavra primeiro à Dra. Tatiana, também pedindo a todos que sejam o mais breve possível, porque ainda tem o Senador Flexa Ribeiro inscrito.

SRA. TATIANA DAHMER PEREIRA: Senador, a primeira coisa eu acho que tem esse constrangimento dessa entrevista que realmente utilizaram até um termo que eu não utilizo, nada contra os paulistas, mas é um termo super paulistano, "detonaram", e a forma como foi editada. Eu acho que a mídia tem tido um papel fundamental no processo democrático, eu acho que a imprensa escrita, falada, tudo tem tido assim um papel fundamental de dar visibilidade das denúncia e tudo mais, mas em alguns meios você não tem também como ter controle como vão ser veiculadas as informações. Por isso emitimos essa nota, nós revimos a nossa posição, em relação à instalação da CPI no ano passado realmente tínhamos uma posição crítica, lançamos uma nota pública sobre isso muito clara, e quando na abertura da legislatura foi a primeira CPI pedida, nós fizemos uma avaliação, vivemos uma assembléia no final do ano passado com a construção de uma nova direção, na mesma linha política, mas de um novo modelo de gestão na ABONG, e vimos que era fundamental contribuir com esse processo, que seria uma oportunidade muito boa de um debate público, franco, e de um canal com o Congresso sobre essa questão da regulamentação de acesso a recursos públicos. Então eu acho que isso já está um pouco compreendido, espero que ... não é o nosso interesse criar nenhuma situação nesse sentido.

Bom, a ABONG, ela é uma Associação que aglutina duzentas e setenta Organizações. A gente não tem ingerência sobre as nossas associadas. É óbvio que para elas entrarem, elas precisam assinar uma carta de princípios, elas precisam enviar uma série de documentações, enviar anualmente sua prestação de contas para a Receita, ou seja, tem uma forma mínima de pactuação interna de que as Organizações que integram essa Associação são Organizações idôneas. Nós não temos no nosso campo, aparentemente, nenhuma verificação de má-fé, de malversação. Agora eu acho que é uma tema importante a ser debatido aqui, que talvez essa CPI possa trabalhar, é fazer o mapeamento e tentar compreender como o que são as irregularidades. Eu acho que tudo é malversação,

mas assim, negligência, malversação, mas assim há problema aí da irregularidade que tem a ver concretamente às vezes com excesso de burocratização, que, por exemplo, você não pode tratar uma Organização do Sudeste, com uma estrutura, da mesma forma, com os mesmos parâmetros, que você trata uma Organização que atua no interior do sertão. Quais são os princípios, os elementos, os instrumentos técnicos e jurídicos para você aferir idoneidade, funcionamento, prestação de contas e transparência que não faça de forma antidemocrática, que aquela Organização pequena do interior do sertão não possa existir, que só possa existir a grande, que tem uma ... eu acho que a gente precisa ver isso, esse é um país continental, a Organização da sociedade é fundamental e ela tem muitas caras. Como você faz para desburocratizar, mas ao mesmo tempo assegurar transparência e responsabilidade no trato do dinheiro público? A ABONG tem o Conselho de Ética, a gente teve essa assembléia agora, a gente vai reconduzir ao cargo os Conselheiros e Conselheiras, estamos ainda sondando, mas a gente, se tem algum problema, a gente faz um debate interno sobre isso. Agora é isso, a gente não tem poder de polícia, poder de punição, o máximo que a gente pode e desfiliar, e é um pouco o que o senhor fala: realmente tem muitas Organizações que jamais vão se pedir para se filiar à ABONG, como já aconteceu de termos Organizações um pouco duvidosas que queriam se filiar e que nós dizemos: "olha, não é o perfil e tudo mais", justamente porque queriam um pouco o selo de qualificação. Não nos interessa ter um milhão de Organizações afiliadas, mas sim um determinado perfil.

Um outro elemento é o seguinte: essa relação do dinheiro privado e público, nós fizemos um mapeamento entre os nossos associados no sentido de tentar entender como que se dá a sustentabilidade delas. Têm pelo menos nove fórmulas jurídicas de acesso a recursos públicos, temos parceria, contrato, convênios, mas o que é gritante é como a maior parte acaba sendo convênio. Isso não é um problema apenas das Organizações no campo da ABONG. Eu acho que essa precarização dessas relações se dá por conta dessa coisa relacional, entendeu, o Estado numa visão ampliada e sociedade civil organizada. É preciso rever essa questão dos convênios, é um pouco nessa linha do debate do Ministério do Planejamento.

Agora assim, vamos tomar cuidado, por exemplo, se a gente for olhar a quantidade de recursos, tem sido acessado cada vez menos recursos públicos por Organizações que tradicionalmente acessavam, organizações sérias, e isso tem muito a ver com o excesso de burocratização e muitas vezes com a forma de acesso. Por exemplo, Organizações que realmente são sérias e que não coordenem ser executoras de políticas, têm Organizações que crescem para baixo, executam projetos demonstrativos de forma brilhante, mostram um trabalho muito interessante, mas não tem como financiar uma estrutura institucional mínima para a execução daquela atividade e fecham as portas ao final da execução daquele projeto. Então isso é um problema, a gente precisa discutir um pouco isso, eu acho que é uma outra discussão.

A história do laranjal. Eu acho que não são Organizações da Sociedade Civil que são utilizadas como laranja, é uma doideira esse país. No caso a gente sabe de muita coisa pela mídia, até um caso emblemático são as ONG's do Garotinho no Rio de Janeiro, e é um caos, porque o que acontece? Estoura uma denúncia dessas na mídia e aí, obviamente, a mídia liga o tempo todo e pergunta: "mas por que é tão fácil abrir uma ONG?" A discussão não é essa. Abrir uma Organização Não Governamental tem que ser fácil porque é um direito constitucional. O que tem que ser questionado é o acesso a recurso público. Não dá para uma Organização de um dia acessar eu não sei quantos milhões e não ter transparência na prestação de contas. Tem que ter um mínimo de institucionalidade, de sustentabilidade. A segunda coisa é o seguinte: não é fácil para uma Organização séria acessar duzentos e setenta e cinco milhões, lidar com esses recursos, prestar contas. Quem trabalha nesse campo sabe que é difícil. Então, por exemplo, nesses casos por amostragem, se você for ver, tem muita coisa de má-fé, mas tem muita coisa de irregularidade mesmo por incompetência, por uma série de fatores. Eu acho que precisa haver também um grau de profissionalização maior, de formação maior dos quadros das Organizações.

Eu acho que essa coisa da existência pequena tem desde a má-fé, mas também tem um pouco o canto da sereia, pessoas que acreditam que podem fazer alguma coisa, "já que o Estado não faz vamos fazer alguma coisa". Isso é uma visão também bastante equivocada. Então elas criam uma Organização porque abriu um convênio tal num trabalho que elas têm algum acúmulo, elas abrem uma Organização que não tem sustentabilidade nenhuma, acabou aquele projeto, elas fecham as portas. É um pouco na linha das pequenas empresas, você faz um levantamento no SEBRAE, parece que de pequenas empresas, eu acho que em cinco anos 70% fecham. É Esse debate também da sustentabilidade que a gente precisa fazer, que é essa questão da vida curta, e a atualização dessa pesquisa, da FASFIL, ela precisa ser feita. Eu acho que o IBGE, o IPEA, tem prestado um grande serviço.

Uma coisa importantíssima para ressaltar aqui, não são duzentas e setenta e seis mil ONG's no Bra-

sil, são duzentas setenta e seis mil Organizações Sem Fins Lucrativos. ONG não existe, é um conceito em disputa. Na ABONG você tem duzentas e setenta ONG's que são Organizações Sem Fins que lutam por direitos humanos, esse é o conceito que a gente está disputando, mas ali dentro desses duzentos e setenta seis mil tem tudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu concedo então a palavra ao Dr. Rômulo.

SR. RÔMULO MOREIRA CONRADO: Sobre essa questão da soberania de fato, como colocada pelo Senador, existe uma grande preocupação do Exército brasileiro com o recebimento de recursos por ONG's que atuam na região amazônica e que a pretexto de prestar algum tipo de serviço à população que ali reside tencionam se utilizar das riquezas. As riquezas conhecidas da Amazônia são fantásticas e as desconhecidas então não se pode nem especular o valor monetário delas. Então a princípio, também por ter atuado no Ministério Público Federal bastante tempo na região Norte, tomei conhecimento de algumas denúncias relativas à cobiça internacional na região amazônica que se daria através do repasse a determinadas ONG's. À época o Ministério Público fez alguns levantamentos, mas não conseguiu encontrar nada concreto. Muito se mencionava em respeito à ligação inclusive de padres da igreja católica envolvidos nesse processo, mas eu acredito que essa tarefa específica, para ser melhor elucidada pela CPI, eu acho que deveria contar com a participação do Exército, do seguimento de inteligência do Exército e da Agência Brasileira de Inteligência que tem agentes atuando na região Norte e que provavelmente já fez algum trabalho mais específico sobre esse seguimento. Então a ABIN e o Exército é que teriam mais condições de desenvolver uma linha que não é nem de investigação na verdade, porque a investigação seria a partir de um fato concreto tentar descobrir materialidade e autoria, mas essa seria até uma fase antecedente que seria a inteligência, seria tentar chegar a fatos concretos. Então eu acho que seria necessário solicitar esses esclarecimentos junto ao próprio exército e à ABIN.

Sobre a questão da integração do Ministério Público, acaba que a maioria das fraudes que geram processos pela Procuradoria da República no Distrito Federal se referem à má aplicação de recursos no Distrito Federal. Então como segmentação territorial, acaba que o trabalho é bastante segregado. Então em tese, se houver alguma ONG que atua tanto aqui como na Amazônia, ela pode ser processada aqui e lá continuar a receber recursos, então a princípio não há essa interligação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Para esclarecimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone] Por outro lado, a esperança do Brasil hoje em apuração de escândalos recaem sobre a Polícia Federal e sobre o Ministério Público. A ABIN, eu vou falar baixinho para eles não houverem, a ABIN não conseguiu apurar os furtos que nasceram nos escândalos sucessivos no Palácio, dividindo com ele parede, como é que a gente vai querer que a ABIN descubra o que aconteceu na selva amazônica? Não vamos fazer isso, vamos esgotar fisicamente esse pessoal. Então eu queria pedir a V. Sª que poupasse a ABIN. Eles devem estar muito ocupados com alguma coisa, só que a ocupação deles é secreta, é sigilosa. Vamos continuar confiando no Ministério Público e continuar confiando na Polícia Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Concedo a palavra ao Dr. Lucas.

SR. LUCAS ROCHA FURTADO: Sr. Senador Heráclito Fortes, a primeira pergunta que V. Exª. faz é no sentido de saber se o TCU tem competência para fiscalizar os repasses feitos por empresas estatais a ONG's, Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa. Competência tem, mas repito: o TCU, quando fiscaliza, fiscaliza por amostragem. Em termos de procedimentos sistemáticos só vai ao TCU aquilo que o órgão repassador tiver ele apontado como irregularidade, ou seja, se o órgão repassador diz que é regular a aplicação dos recursos, o processo não é encaminhado ao TCU. Se o beneficiário, o convenente, recebe os recursos e não presta contas ou se prestadas as contas elas são consideradas irregulares, isso é encaminhado ao TCU, ou seja, se tem uma idéia muito vaga do que ocorre porque depende-se do órgão repassador. Para o TCU poder fiscalizar, por exemplo, algumas denúncias que foram veiculadas me parece que pelo jornal O Globo, de repasses feitos pela Petrobrás a ONG's ligadas a determinado partido de Governo, o TCU tem competência para instaurar, só que não tem pessoal, e não é possível querer imaginar que se dotasse ... se fosse dotado o TCU de dez mil analistas, se duplicasse por dez o número atual, não daria conta. Precisa se desenvolver novos mecanismos de gestão para que não se precise trabalhar com fiscalização depois de executado, porque sabemos o seguinte: se o órgão de controle entra depois de gasto o dinheiro público, a perspectiva de recuperar o que foi desviado é como disse o Dr. Rômulo, é menos de 1%. Eu digo que esse número não é um número chutado, esse número é fei-

to um levantamento pelo nosso Ministério Público que atua junto ao TCU. O que o TCU condena é encaminhado aos órgãos de Advocacia Pública, inclusive à Advocacia da União, e não por culpa da AGU ou dos demais órgãos, mas porque quem desvia dinheiro público não deixa parado na conta, não compra um imóvel e põe no nome da filha ou da mulher. Esconde, esconde muito bem escondido, não é isso? E os mecanismos estatais, para recuperar o que foi desviado, são lentíssimos.

A situação da AGU quando [falha no áudio] num acórdão do TCU que identificou irregularidade, pode ser comparado a de um particular que receba um cheque e depois descobre que esse cheque sem fundos foi emitido por um estelionatário. Qual a perspectiva de executar no Poder Judiciário, que é um dos piores serviços estatais prestados hoje no Brasil, e recuperar essa quantia? Mínima, irrisória.

V. Exª. fala de criação e extinção. O TCU não faz o acompanhamento do que é criado e do que é extinto. Nesse ponto eu concordo com a opinião da doutora de que é livre, é livre a criação, é livre a extinção. O que tem que se cuidar é: que requisitos aquela entidade deve ter, não para ser criada, mas para receber recursos públicos. Algo que seria muito interessante, se existisse no Brasil, algum tipo de certificação. Existem essas marcas de certificação que são disciplinadas pela Lei de Propriedade Industrial, a Lei 9.279, como existem certificados, não vamos fazer publicidade nenhuma, mas existem certificações criadas pelo setor privado, são entidades com ou sem fins lucrativos que criam marcas que vendem, que negociam o uso da marca, as entidades pagam para ter aquela certificação. Seria muito interessante se nós, que cuidamos da fiscalização pública, pudéssemos confiar que a certificação dissesse respeito não apenas a exame formal de exigências de constituição. O que é feito no âmbito do Ministério da Justiça? São entregues os documentos, é feito o exame de papel e não o exame *in loco*. Em determinado momento, eu acredito que foi o Sr. Relator, que a perguntou sobre o exame *in loco*. São raríssimos os casos em que a estrutura de fiscalização, seja de órgão repassador, seja de qualquer outro órgão, tem condições de ir ao local e verificar se o que foi contratado foi de fato executado, se foi executado com aqueles recursos que efetivamente foram liberados, ou seja, o sistema estatal é muito falho. Haveria assim muito espaço, eventualmente para a ABONG, eu digo que não podemos nós, que atuamos do lado do Estado querer pautar a sociedade civil, mas seria muito interessante se houvesse, por parte da sociedade civil, algum tipo de certificação de qualidade no sentido de dizer: acompanhamos, fiscalizamos e atestamos que essa ONG foi criada regularmente, que ela tem um histórico de aplicação regular de dinheiro público, porque do contrário essa ausência de certificação e de parâmetros do setor privado e essa discricionariedade absurda do Poder Público de poder, hoje, repassar dinheiro público para uma ONG criada ontem, o resultado é o que vemos aqui, o que acompanhamos, desvio de dinheiro público sem qualquer parâmetro, Sr. Relator.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu acho que V. Exª., o Relator, já tem uma providência aqui fantástica com a ajuda do Dr. Rômulo em tomar. O Dr. Lucas mostrou claramente aí a falta de condições de materiais do TCU de proceder a um trabalho mais detalhado. É combinar e acertar, Dr. Rômulo, para que no orçamento que está sendo elaborado agora, fossem colocados recursos, é fundamental.

SR. LUCAS ROCHA FURTADO: Sr. Senador, com a permissão de V. Exª., eu sei que foi quase que um ato beirando o terrorismo. Quando o Ministro Ubiratan relatou esse processo, que são as contas do Governo, em que apresentou aqueles números de dez bilhões, de doze bilhões, eu encaminhei uma representação ao TCU pedindo cautelarmente, não obtive a cautelar, que o TCU proibisse os órgãos de repassar recursos enquanto eles não tivessem examinado as contas de recursos já repassados, ou seja, para eu poder repassar é necessário que eu, órgão público, tenha condições de examinar, senão não há nenhuma garantia de que aquele dinheiro que é entregue a essas entidades, a pretexto de beneficiar a população, esteja sendo efetivamente. O mínimo é exame formal, nem isso é feito. Então se não tem condições de examinar as prestações de contas, que não tenha liberdade para repassar recursos a essas entidades. A cautelar foi negada, não tive até agora, o objetivo não foi paralisar, foi forçar o Poder Público, o Poder Executivo, a criar essa estrutura de fiscalização.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mais uma contribuição que a CPI está dando. Eu acho que essa questão, Dr. Rômulo, do orçamento, é fundamental, e eu fiquei impressionado positivamente com essa determinação que o Ministério do Planejamento demonstra a partir dessa Portaria em realmente ajudar a moralizar o setor.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Como não há nenhuma pergunta ao representante do Ministério de Planejamento, eu concedo então a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, agradecendo pela compreensão, o tempo já se alon-

ga, mas fico muito feliz aí com a sua paciência. Muito obrigado, está com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Raimundo Colombo, Relator Senador Inácio Arruda, Srs. Senadores, Sra. Senadora, senhores convidados. Eu quero iniciar as minhas palavras nessa primeira sessão de oitivas dos depoimentos e informações dos nossos convidados, dizer que nós estamos, Relator Senador Inácio Arruda, iniciando um trabalho da maior importância para o conhecimento pela sociedade brasileira da aplicação de recursos públicos, de valores vultosos como aqui foi colocado, atingindo cifras próximas de doze bilhões de reais.

Quero parabenizar o Senador Heráclito Fortes, autor do requerimento que criou esta CPI, no início até não foi bem entendido do seu propósito, mas ele aqui de forma transparente e clara colocou que o propósito que nós queremos atingir, e queira Deus que consigamos, é normatizar essas transferências e fiscalizar de alguma forma as metas que foram objetos do convênio, se elas foram ou não atingidas, porque como já foi dito aqui pelo representante do Ministério Público, Procurador junto ao TCU, que a falta de fiscalização, a oportunidade leva a que pessoas com intenções outras possam usufruir de aplicar, ao interesse próprio, esses recursos que são retirados da sociedade, porque o dinheiro que o Governo central diz que é da União, na realidade é da sociedade, vem do pagamento dos impostos daqueles menos favorecidos, que ao comprar o seu alimento para o seu dia-a-dia está transferindo recursos para o erário que devem ser corretamente aplicados. Então eu quero louvar aqui esse início de trabalho da CPI e espero que consigamos avançar e chegar, no relatório do Senador Inácio Arruda, a propor soluções que levem a alcançar esse objetivo da boa aplicação dos recursos públicos.

Quero também realçar e louvar o trabalho do TCU. O TCU tem sido como órgão auxiliar do Congresso Nacional, um órgão sempre atuante e presente nas questões de levantamento das contas públicas, dos gastos públicos, e tem feito, através dos seus Ministros, relatórios que chocam a sociedade brasileira, como com o desvio de recursos e com impedimentos inclusive de transferência de recursos que já é uma prática utilizada do orçamento federal, quando há indícios de irregularidade na aplicação, e que o Procurador, Dr. Lucas Furtado, ele coloca aqui e eu acredito, Senador Inácio Arruda, que deva ser objeto do seu relatório, eu vou fazer essa pergunta, mas eu já acho que isso tem que constar, que essas entidades que não tenham sido auditadas ou não tenham prestado contas de convênios já realizados, que elas fiquem automaticamente impedidas de receberem novos recursos, e os Ministérios e os órgãos públicos também impedidos de transferir, já que eles não têm a capacidade de fazer a auditoria necessária na prestação de contas, porque é muito fácil as entidades receberem os recursos, não prestam contas e continuam recebendo o recurso. Então pelo menos você cria um impedimento para que não se propague o desvio quando ocorre destes recursos.

Eu gostaria de perguntar à Dra. Tatiana se a ABONG faz uma fiscalização das suas Organizações filiadas através dos convênios firmados por elas, ou seja, se as ONG's filiadas à ABONG são fiscalizadas ou controladas ou auditadas pela Associação, de tal forma que possa dar, como disse aí o Dr. Lucas, um certificado de qualidade dessas entidades fiscalizadas. Qual é o percentual de ONG's filiadas à ABONG em relação ao universo dessas duzentas e setenta e seis mil? Se elas realmente são ... e também, talvez como sugestão ao Senador Inácio Arruda, se para que a ONG pudesse receber recursos públicos, ela tivesse pelo menos um tempo mínimo de existência, uma comprovação da sua capacidade e pudesse ser obrigatoriamente filiada a alguma entidade que desse esse respaldo, que desse esse certificado de pelo menos dela ter um órgão fiscalizador à qual ela estaria ligada.

Eu perguntaria também à Dra. Tatiana se a ONG Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo é filiada à ABONG, se também a ONG Alfalit do Brasil é filiada e se a ONG Associação Estadual dos Rondonistas de Santa Catarina também é filiada. Eu faço isso porque eu tenho aqui várias publicações de denúncias que, por exemplo, no caso da ONG do Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo, há uma declaração aqui que núcleo do MST abriga curso fantasma, e a ONG para a qual foi transferido esses recursos é exatamente essa ONG que se propôs a fazer a alfabetização de adulto, e pela informação que tenho é que esses cursos não foram realizados, e como não há a fiscalização da meta atingida, então há realmente desvio do recurso. Me parece que foi o Dr. Lucas que falou na questão das ONG's que a FUNASA transfere para o atendimento de saúde na área indígena, essa ONG aqui da Associação Estadual Rondonistas de Santa Catarina, ela teve repassado nos últimos quatro anos trinta e oito milhões de reais para exatamente o atendimento da saúde dos povos indígenas. Então eu quero saber se realmente elas são filiadas à ABONG.

Com relação ao Ministério do Planejamento, eu concordo com o Senador Heráclito Fortes. Eu acho a criação ou a proposta de criação da CPI das ONG's já trouxe uma ação positiva do Governo no sentido de criar esse Decreto que V. Exª. aqui explicou, V. Sª aqui explicou. Pelo menos já é o primeiro passo, o primeiro

resultado prático da criação da CPI das ONG's, mas V. Sª diz que o planejamento, a partir de 2008, fará a fiscalização ou o controle desses repasses através do Decreto que foi editado, agora V. Sª diz também que não existe estrutura para isso. É claro que essa estrutura não será construída da noite para o dia, ou seja, se o Decreto entra em vigor a 1º de janeiro de 2008, como é que o Ministério do Planejamento vai exercer essa função de controle se não tem, pelas suas palavras, estrutura para fazer? Isso, quer dizer, eu posso entender que a partir de 2008 não haveria celebração de novos convênios enquanto essa estrutura não estiver formalmente construída ou vai continuar a celebração de convênios sem que haja fiscalização?

V. Sª disse também, e eu, salvo engano, no entendimento, que uma das condições, Dr. Afonso, é que haveria a publicação ou o conhecimento público do CPF dos dirigentes dessas ONG's que tivesse algo que levasse à idéia de desvio para que não pudessem, lá adiante, participar de novos convênios. Aí eu pergunto a V. Sª: se a ONG da qual esse dirigente participou e que praticou uma irregularidade, se ele troca de dirigente, o CPF dele não vai estar mais na lista. Então é inócua a questão, e aí é muito fácil você trocar o dirigente de uma ONG de Antônio por Alfredo, aí ele sai dessa preocupação, que eu acho que é correta, e aí eu proporia, eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores, se não seria interessante criar-se uma lista de todas as Organizações Não Governamentais que estivessem inadimplentes, inadimplentes pelo não cumprimento de meta, inadimplentes pelo não encaminhamento da prestação de contas, de tal forma que quem estivesse nessa lista estivesse automaticamente impedido de receber novos convênios, novos repasses. Então seria uma forma indireta de obrigar a Organização Não Governamental a prestar conta do convênio firmado anteriormente, porque se não prestasse ela entraria nessa lista e, ao estar na lista, seria impedida de receber, e como propôs o Dr. Lucas, os próprios órgãos governamentais estariam também impedidos de fazer transferências de novos repasses para aquelas que não tivessem cumprido as obrigações anteriores.

Ao Dr. Rômulo, V. Sª tratou de uma questão levantada aqui pelo Senador Heráclito Fortes que preocupa muito a mim. Eu sou Senador pelo Estado do Pará, da Amazônia. A presença de ONG's internacionais na nossa região é de uma incidência bastante preocupante. Temos vários requerimentos aqui, Presidente Senador Raimundo Colombo, do Senador Álvaro Dias pedindo informações sobre transferências de recursos para as ONG's através dos Ministérios, da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, mas não vejo nenhum aqui sobre repasse de recursos externos para as ONG's no Brasil. Então eu vou encaminhar à mesa um requerimento para que a gente também tenha, com a atenção do Dr. Rômulo, a quantidade de recursos que são oriundos do exterior, para quais ONG's vieram e quais os objetivos para que eles vieram.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De que país.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se que país, sim, para quais ONG's e quais os objetivos. Vou encaminhar um relatório. Me parece que foi a Dra. Tatiana que disse que a ABC e o Ministério da Justiça teriam esse controle, não é isso? Então vamos fazer o encaminhamento a eles para que a gente possa ter essa noção. Pode ser que tenhamos até um susto maior do que os doze bilhões que o Dr. Lucas falou com relação às ONG's aqui a nível interno nosso.

Eu teria mais aqui um questionamento. O Dr. Rômulo fez referência que as ONG's funcionam para suprir a ineficiência do Estado. Nós podemos dizer que o Governo atual é ineficiente pela sua afirmação? Por quê? Porque houve um crescimento exacerbado de transferência nesses últimos quatro anos para essas Entidades Não Governamentais. Se elas funcionam para suprir a ineficiência do Estado, então é uma confirmação de que há uma ineficiência do atual Governo em suprir a sociedade dos serviços públicos. Se é esse o entendimento na afirmação que V. Sª quis fazer.

Por último eu gostaria de fazer uma pergunta, já praticamente respondida. Dessas propostas que os vários palestrantes disseram aí, na visão dos senhores e da senhora, quais seriam, objetivamente, as que deveriam pontualmente ser imediatamente adotadas para que pudéssemos diminuir ou extinguir o desvio dos recursos através das Organizações Não Governamentais? Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu agradeço ao Senador Flexa Ribeiro e também quero só colocar, para informação, nós pedimos já uma audiência junto ao Banco Central, com o Relator Inácio Arruda e com a Senadora Lúcia Vânia, mas também com todos os Senadores presentes, estamos aguardando a confirmação da data para a gente discutir exatamente essa questão do repasse internacional de recursos, repasse externo, para as ONG's. Então eu vou inverter um pouco a ordem aqui para dinamizar, pedir a todos os companheiros pelo adiantar da hora que sejam o mais breve possível, eu passo primeiro a palavra ao Dr. Rômulo e depois ao Dr. Afonso.

SR. RÔMULO MOREIRA CONRADO: Bom, a princípio sobre essa questão do repasse internacional, de fato essa consulta ao Ministério das Relações Exteriores e ao Banco Central poderá esclarecer es-

ses questionamentos, saber de onde vem e a que título vem esses recursos internacionais para as ONG's brasileiras.

No que tange à questão da ineficiência, na verdade eu não poderia nem usar o termo ineficiência governamental, mas ineficiência estatal mesmo, porque essa má prestação de serviços é uma questão continuada, quer dizer, ela vem já há bastante tempo e decorre basicamente assim, como falado pela Dra. Tatiana, no exterior ela decorre mais de uma opção política, assim o Estado liberal que atua o menos possível. No Brasil o Estado ainda é muito atuante, mas tem sido historicamente ineficaz nesses seguimentos de educação, saúde, direitos humanos e tal. Então mais até do que uma ineficiência governamental seria uma ineficiência assim de todas as esferas estatais. Não necessariamente assim o aumento do número de repasse às ONG's significaria que piorou o serviço prestado pelo Estado, porque pode decorrer de uma opção política, e nesse sentido eu teria que fazer uma avaliação assim concretamente para responder essa questão. Pode decorrer ou não de uma maior ineficiência do atual Governo, mas eu não teria como responder assim porque a princípio seria uma ineficiência estatal mesmo, não só na esfera do Governo Federal, mas em vários Governos Estaduais há essa atuação por ONG's.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone]

SR. RÔMULO MOREIRA CONRADO: É, o que pode acontecer é assim que talvez tenha ocorrido uma maior facilitação na liberação de recursos ou assim tenham sido observados critérios menos rígidos e que só agora esteja a se buscar uma maior rigidez nesse repasse desses recursos. Então assim a existência de uma ONG decorre da ineficiência estatal para prover aquele serviço que vai ser prestado por ela.

Sobre os mecanismos de controle, a Lei de licitações prevê, por exemplo, que pode ocorrer a dispensa de licitação, e isso poderia ser subsidiariamente aplicável à questão da celebração de convênios com Organizações Não Governamentais, pode ser dispensada a licitação na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente em pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos. Então essa questão do tempo de constituição até poderia entrar aqui, porque a reputação de profissional não se adquire, quer dizer, a reputação vem com o tempo e não com a constituição. Então a princípio esse dispositivo poderia ser aplicado já para pensar em se estabelecer, na esfera administrativa, uma limitação ao repasse de recursos caso a instituição tenha sido recentemente constituída, o que até afastaria os problemas da constituição em ano eleitoral e depois o fechamento. Então apenas a instituição que já atua há algum tempo e que comprova que já prestou determinado serviço de forma eficaz é que poderia ser beneficiária de recursos públicos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, eu acho que é uma sugestão ao nosso Relator aí a questão de haver um tempo mínimo para que as Organizações possam se habilitar a recursos públicos. Agora a forma discricionária do atendimento, na visão dos senhores, o chamamento público dessas Organizações podem dar oportunidade a várias se apresentarem, agora a forma de escolha, como é que poderia ser? Por competência anterior, por não estar devendo nenhum prestação de contas, que tipo seria objetivamente mais forte para impedir os desvios?

SR. RÔMULO MOREIRA CONRADO: Eu acho que já existem essas eliminações no caso de ter havido não prestação de contas, de omissão na prestação de contas, já há esse impedimento ao repasse, mas tal como colocado pelo Dr. Lucas, eu acho que seria um chamamento público em que se analisassem propostas de ordem técnica e analisassem o melhor custo-benefício dessa proposta em correspondência com o valor que o Estado pretende gastar em determinada atividade. Então eu acho que seria uma espécie de ... claro que é não é uma licitação por preço, não necessariamente o melhor preço vai oferecer o melhor serviço, mas poderia ser alguma espécie de chamamento público em que o Estado analisasse propostas de ordem técnica e justificasse, motivadamente, porque é que ele escolhe determinada Organização em detrimento de outra. Então desde que houvesse um chamamento e uma justificação técnica entre várias interessadas, porque eu acho que em todo o seguimento há diversas Organizações que atuam. Então eu acho que seria nesse sentido, o chamamento público com a análise técnica de diversas propostas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Concedo a palavra então ao Dr. Afonso.

SR. AFONSO DE OLIVEIRA ALMEIDA: Vamos ver como que a gente está enxergando o início de 2008, Senador. Nós temos, primeiro, é um consenso, me parece que ninguém aqui foi contra, que o Terceiro Setor cumpre papel na prestação de serviços públicos. Então nós não podemos... em janeiro nós fizemos um Decreto, criamos um regulamento, provavelmente em mais um mês a gente tenha a Portaria assinada pelos dois Ministros, Fazenda e Planejamento, regula-

mentando o Decreto, criando regras adicionais. Mas digamos que deu um problema no portal, deu um problema no sistema e dia 1º de janeiro, aqueles índios que estavam sendo assistidos, aquelas cisternas que estavam sendo construídas, aqueles estudantes, todo mundo... parou tudo. O Poder Executivo eu acho que não tem esse direito. Na visão nossa, nós estamos trabalhando, para vocês terem idéia, quem está construindo o portal com muita competência é a Marinha. As primeiras demonstrações deles, nós esperamos que no curso dessa CPI de repente a gente até traga aqui para mostrar para vocês, vai ser um instrumento assim muito poderoso que está por dentro da solução do que o Senador está colocando. O que é importante, Senador, é o seguinte: o Ministério central, do mesmo jeito que um de controle como a CGU, o Ministério do Planejamento ou o Ministério da Fazenda, normalmente eles oferecem instrumentos para a gestão dos ministérios [ininteligível]. Então nós não vamos, o Ministério do Planejamento não tem esse poder de fiscalizar. Quem tem o poder de fiscalizar é o próprio gestor do convênio, e quem fiscaliza, o fiscal, aí são os órgãos de controle interno ou externo. Se tudo funcionar como o previsto, a clareza, vai ter um conjunto tão grande de autores intervindo para que haja o sucesso da entrega do objeto que está previsto no convênio, que esse conjunto é muito difícil passar por ele, é diferente de um órgão de controle interno ou externo que hora trabalha por denúncia ou por sua técnica amostral, cada um trabalhando de um jeito, mas é um conjunto muito grande, e eu duvido... o Senador é de uma cidade e eu duvido que todos os convênios daquela cidade em que o Senador nasceu, que tem lá de repente a sua residência eleitoral, política, se o próprio gabinete não vai passar um filtro, está certo? Então a amplitude é essa. Uma questão de qualificação, a própria LDO já diz que tem que ter três anos, a própria Lei de Diretrizes Orçamentárias. Aí pergunta: pode ocorrer? Pode. Aí que entra o órgão de controle, porque tem uma Lei dizendo: "olha, tem que ter três anos de atividade", a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Aí se o convenente não tem três e o concedente firma o convênio, o órgão de controle, alguém tem que denunciar, dizer: "esse cara apareceu ontem e já está querendo cuidar de ... de ...", e é sério. A gente fala assim, mas o alfabetizando, o indígena e tal, são populações que precisam desse serviço. Nós esperamos que a qualificação, Senador, isso é importante para a gente, que na medida que a gente tenha uma série histórica, que a gente importe de todos os Ministérios uma série histórica de atuação de CPFs e de CNPJs também, que as Organizações também tem, que ela vai reproduzir no que? Numa qualificação. Então se a gente começar a fazer alguns filtros, de repente a gente tem aí indicadores de eficiência, de efetividade. Não, de efetividade eu não sei, mas de eficácia, pelo menos, da entrega dos produtos, porque o grande desejo nosso é que seja eficiente, que custe o preço justo, está certo, que seja eficaz, que o produto seja entregue, aí nós vamos fazer uma outra abordagem que a Dra. Tatiana está oferecendo, que é a avaliação para ver se tem o resultado, para ver se tem efetividade para a sociedade, quer dizer, se o conjunto de intervenções, por exemplo, de saúde indígenas, se ela é suficiente, a gente vai medir por algum resultado. Se ela é feita majoritariamente por alguma ONG, a gente vai poder medir por algum resultado. Agora o que eu estou querendo dizer é o seguinte: sem essa condição nova que vai ser criada, a chance é zero, tanto do ponto de vista do combate à corrupção, porque os órgãos do controle trabalham por amostragem, quanto do ponto de vista dos órgãos de gestão que não tem tanto. O Brasil é um país muito grande, às vezes você tem um equipe de dez, quinze funcionários, que cuidam de oito milhões de quilômetros, vai fiscalizar como? Como que vai se dar isso? Então o processo, a participação da sociedade também nisso, é muito importante, e tem ONG também de fiscalização e tal da área orçamentária.

A lista de inadimplentes. Eu acho que como que vai ter que ser qualificado no portal, nós vamos ter a lista dos adimplentes. Sem o cadastro no portal não vai poder fazer convênio, seja o cadastro de um ente público, seja o cadastro de um ente privado. Aí é aquela regra dura que vai ter alguma transição aí que eu ainda não tenho idéia de qual é a solução que vai ser adotada na regulamentação do Decreto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quer dizer que o cadastro é positivo então?

SR. AFONSO DE OLIVEIRA ALMEIDA: É, é uma espécie de cadastro, eles vão ter que se qualificar, se expor e --

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Se tiver adimplente pode, se estiver inadimplente está fora.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É positivo, está fora.

SR. AFONSO DE OLIVEIRA ALMEIDA: Ou se qualifica ou não se qualifica. Se a ONG dever ao Município, dever ao Estado, ela não vai estar automaticamente ... o cadastro dela não pode ser aceito. Aí eu te digo: ainda assim o gestor pode assinar o convênio? Ele pode.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pode?

SR. AFONSO DE OLIVEIRA ALMEIDA: Ele pode porque cada um pode assumir a responsabilidade que

quiser. Tem lei dizendo que não pode fazer certas coisas e as pessoas fazem, está certo? Tem lei, tem comando constitucional muitas vezes. Então o gestor, o gestor do recurso, ele pode assinar o que quiser, desde que assuma a responsabilidade, tem que assumir a responsabilidade, tem que responder.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Afonso, o senhor fez referência aí que já a lei orçamentária já prevê três anos.

SR. AFONSO DE OLIVEIRA ALMEIDA: Três anos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas o Dr. Lucas comentou de ONG's com três meses de existência com repasse de trinta milhões e ONG's que são criadas e extintas no mesmo ano. Então o Governo não está cumprindo a Lei Orçamentária, não está cumprindo, porque já vão ser criadas novas leis.

SR. AFONSO DE OLIVEIRA ALMEIDA: Não é o Governo, Senador, a gente tem que separar. Nós temos milhares de gestores na administração. Não é o Governo, não é Governo, é servidor público.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apenas para colaborar aqui com o meu colega, essas ONG's estão sendo chamadas de "Mangabeira ONG" porque tem vida curta, "Mangabeira ONG".

SR. AFONSO DE OLIVEIRA ALMEIDA: Eu não gosto da brincadeira até porque eu sou titular da Secretaria de Planejamento do Ministério do Planejamento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas não foi brincadeira não, é uma constatação para o senhor ver o tanto que o brasileiro acompanha e tem espírito.

SR. AFONSO DE OLIVEIRA ALMEIDA: Viu Senador, eu só queria explicar isso, você não pode segurar a mão, a autoridade coordenadora não pode segurar a mão de cada ... ele pode, alerta, olha o controle. Muitas vezes nós de órgãos central dialogamos com os órgãos de controle e apontamos alguns problemas para eles estarem ... entendeu? Agora nós não temos condições de evitar o ato. Pode estar na lei, na Constituição.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu poderia fazer uma intervenção na sua fala?

SR. AFONSO DE OLIVEIRA ALMEIDA: Pois não.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de dizer o seguinte: eu acho que quando o Ministério não estabelece metas, como está acontecendo esse ano aqui, nós estamos votando o PPA. O PPA tem recursos e não tem metas. Então eu acho que se o Governo não faz a sua obrigação, fica muito difícil esse controle. A gente tem procurado amarrar o orçamento de tal forma que a gente possa, que a sociedade possa fazer uma avaliação. Como é que a sociedade vai avaliar os Conselhos Municipais, enfim, os Conselhos de Assistência Social, de Educação, de Desenvolvimento Urbano, de Saneamento Básico, se não sabe qual é a meta proposta? Então eu acho que há uma dificuldade no Governo em aceitar trabalhar com metas. Eu acho que para que a gente possa realmente ter um resultado efetivo com as ONG's, que são parceiras do Poder Público, é preciso que haja uma Lei de Responsabilidade Social e que o Governo se comprometa a essa Lei de Responsabilidade Social, porque na verdade são duas coisas que atrapalham muito: é a questão das metas que não existem e a questão do contingenciamento do orçamento que faz com que os programas percam a qualidade, e que o cadastro prevaleça durante um tempo, porque aquele aluno que vai, não está recebendo a bolsa, que a estrutura não está funcionando pelo contingenciamento de orçamento, o que é que acontece? É óbvio que essa ONG não vai funcionar bem. Agora eu concordo também com a questão do cadastro positivo. Na medida em que você pé pega uma série histórica de uma ONG, que ela vem cumprindo as metas e etc, mas também não adianta uma série histórica sem metas. Eu acredito que aí a gente pode chegar a um resultado positivo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Afonso, eu ainda acrescentaria --

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Vamos concluir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): -- Só acrescentar, V. Sª falou algo que é da maior importância, inclusive eu defendo isso a nível do orçamento da União, de que você não crie metas, objetos, e de forma liberal sem cumprir as anteriores. V. Sª falou que os repasses seriam garantidos sob pena de não puder fazer novo convênio se não concluir o anterior. Isso é importantíssimo, não só na questão das transferências para as ONG's, mas também na questão orçamentária, quer dizer, você ter, como disse a Senador Lúcia Vânia, você ter um objeto para fazer em dois anos e em dois anos tem que ter os recursos para ser feitos e não estender em dez.

SR. AFONSO DE OLIVEIRA ALMEIDA: Bem, o senhor compreendeu bem, Senador, a questão dos repasses garantidos. O Ministério que eu falei que a gestão é muito importante, o Ministério que iria assinar cem convênios, ele muito provavelmente vai assinar vinte ou trinta, porque ele sabe que o recurso que ele fez a previsão futuro daquele convênio, ele vai ser glosado pela área econômica. O outro, nós temos no PPA, tem um conjunto muito forte de metas. Eu acho que não estão todas as metas, Senador, mas tem uma Mensagem, a Mensagem foi encaminhado ao

Congresso, tem um conjunto muito poderoso de metas, é o que eu estava falando da efetividade. A gente ainda não conseguiu descer, porque são grandes metas, mas a gente ainda não conseguiu descer, por exemplo, "olha, nós vamos dar cobertura total para a política de saúde indígena". Aí articular o conjunto de intervenções do Estado para dar aquela cobertura total. Ainda o Estado não está organizado, ainda é um esforço de gestão que creio que é um desafio de todo mundo. Não estava, está certo, e eu não sei se estará no curto prazo, mas é com certeza o objetivo de todo o Governo, certo?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas eu acho que o nosso grande desafio é exatamente isso. Hoje nós estamos suspendendo as emendas do PPA em função de que essas programações, as ações, não apresentam metas. E isso ficou consignado, no ano passado, na Instrução Normativa do orçamento. Agora outra coisa: eu acho que se não houver, por parte do Governo, uma responsabilidade - e aí eu quero dizer que não é só esse Governo não, os outros também -, a responsabilidade de não contingenciar os programas sociais, porque à medida que contingência há a interrupção no programa, isso perde tudo que foi conquistado antes, não é como uma obra que fica lá esperando. É preciso, nós temos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, em três meses de atraso a qualidade do programa inexiste, e depois você vai cobrar da ONG, mas na verdade tem que ser a parte da ONG, da gestão, e a parte do Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): OK, então eu vou passar a palavra ao Dr. Lucas. Eu só pergunto ao Dr. Lucas se o senhor vai deixar aqueles documentos, se entregou à Secretaria. Já está na Secretaria. Depois a gente faz a cópia e encaminha aos Senadores.

SR. LUCAS ROCHA FURTADO: Sr. Presidente, eu acho que uma questão feita pelo Senador Flexa diz respeito à questão desse chamamento público. De fato, primeiro, seria muito bom que fosse impositivo ou ao menos, Senador Flexa, que fossem fixados limites, ou seja, a partir de determinados valores seria ao menos isso, eu digo que o ideal seria que para todas as hipóteses se trabalhasse com o chamamento público. O chamamento público, eu repito, comparando com uma licitação, seria a fase de qualificação técnica, que afinal de contas deveria existir em qualquer situação e que é posta no Decreto de forma facultativa para o gestor. Então deveria ser feita essa fase de qualificação por meio de um chamamento público, por meio de edital, para verificar se as entidades preenchem esses requisitos, se não há declarações de inidoneidade. Aí seria muito interessante, Sr. Presidente, Sr. Relator, que se criasse nessa possível legislação mecanismos por meio do qual as ONG's, pessoas jurídicas, e seus dirigentes, poderiam ser declarados inidôneos, figura semelhante à que existe na Lei de Licitações. Ontem ou anteontem, eu não sei, eu acredito que anteontem, foi votado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado um Projeto de Lei que altera a Lei 8.666 e que cria esse incidente, que permite a declaração de inidoneidade não apenas da pessoa jurídica contratada, mas dos dirigentes. Então que uma fórmula semelhante seja adotada para a ONG, porque é muito fácil: criamos nós três uma ONG, ela, pessoa jurídica, é declarada inidônea. O que fazer para continuar a receber? Criamos outra. Ou seja, que esse cadastro contemple o negativo, não apenas pessoas jurídicas, as próprias Associações ou Fundações, quanto dirigentes de pessoas jurídicas que tenham sido, de algum modo, tipo contas rejeitadas ou que não tenham prestado as suas contas. Então a idéia é essa, é ter sim um chamamento público para que as ONG's apresentem projetos que demonstrem capacidade técnica, qualificação jurídica. E o exame da ONG, penso eu aqui em termos de proposta, de medida que poderia ser adotada. Ao menos a partir de determinado valor, caso seja o entendimento dessa Comissão, do Congresso Nacional, que a escolha da ONG se daria por meio do exame dos projetos, dos trabalhos técnicos apresentados, que fosse designada uma Comissão que teria que justificar porque é que aquela ONG vai ser contemplada após terem sido todas as ONG's interessadas convocadas por meio desse chamamento público. O chamamento público é para divulgar e chamar a atenção. Prazo para que as ONG's apresentem projetos de trabalho.

Repito, para que a administração contrate cem mil reais, o que é pequeno, muito pouco dinheiro, se faz isso. Por que não é possível disciplinar, por meio de lei, um mínimo de impessoalidade, de cumprimento de regra de moralidade quando nós falamos aqui de bilhões? E a pretexto, Sr. Senador, uma observação: os doze bilhões a que fiz referência não diz respeito ao atual Governo, diz respeito ao saldo total acumulado até 31.12.2006, ou seja, parte significativa desse passivo vem de Governos anteriores, e aqui deve se reconhecer, quem repassa é o gestor, como observa o representante do Ministério do Planejamento. Coube ao Ministério do Planejamento, em razão desses entendimentos mantidos com o TCU, e encaminharei ao Presidente do TCU a referência elogiosa que V. Exª. fez aos trabalhos dos técnicos do Tribunal, que o Ministério do Planejamento iria tentar, por alguma armação numa Casa, que a atuação é de caos. O Governo, como bem observou a Senadora Vânia, en-

tra Governo, sai Governo, e até hoje não se faz nada. Todo o sistema normativo de repasses de recursos para ONG's, no caso por meio de convênios, como observou a representante da ABONG é o principal instrumento de repasse, é feito por meio de uma Instrução Normativa, ou seja, é um absurdo que haja bilhões de reais, sendo esse repasse disciplinado por norma de estatura infralegal. Então tentar por um freio de arrumação numa Casa que impera total desordem no relacionamento público-privado no que diz respeito a repasses de recursos, é difícil. Por isso que eu digo que é caso assim de elogiar, de elogiar fortemente o trabalho e a iniciativa do Ministério do Planejamento quando edita esse Decreto e quando procura regulamentá-lo e procure implementá-lo. Esse portal, se implantado, será magnífico, mas, repito, além desse Decreto, do que já se avançou nesse Decreto, há muito por se avançado, que nas palavras aqui, honestas do doutor, se diz o seguinte: "não foi possível avançar porque se avançássemos um pouco mais não sairia o Decreto". A leitura que fica evidente é isso. O "poderá", desse chamamento público, vingou, porque se constasse "deverá" não sairia o Decreto, ou seja, esse tipo de dificuldade, em termos de negociação política, não existe. Cabe à Casa Legislativa definir que "deverá" e publicar isso por meio de lei. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu passo então à Dra. Tatiana para --

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não, pela ordem a V. Exª.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda com o Dr. Lucas, o Ministro do Tribunal de Contas, Ministro Marcos Bemquerer, ele fez uma declaração: "em alguns casos ficou claro que compras que poderiam ser feitas pelo próprio Ministério foram repassadas a entidades. Isso acontece porque o critério para as entidades privadas não é tão rígido" - declarações do Ministro. Aí eu pergunto: os convênios entre os Ministérios e as Organizações Não Governamentais são feitos muitas vezes para burlar licitações e os concursos públicos?

SR. LUCAS ROCHA FURTADO: Sr. Senador, olha, quanto a isso não há dúvida, e assim, um fenômeno que nos últimos anos tem se observado, talvez mais preocupante, não é apenas o relacionamento do setor público com o setor privado. É quando o setor público, por lei, cria entidade que ele, setor público, diz que é privado. Existem projetos criando Fundações privadas. Os que atuamos no controle temos convicção firme de que o objeto é um só: não ter que fazer licitação, não ter que fazer concurso público. Então eu digo: se é complicado o relacionamento público e privado, causa muito temor, muito espanto quando o próprio setor público propõe a criação de entidades privadas. Uma vez conversando sobre OS, OS é um mecanismo de entidade privada disciplinada pela Lei 9.637, de 1998, diz o seguinte: "são entidades privadas qualificadas como Organizações sociais", algo que ficou fora do debate dessa CPI. OS é entidade privada qualificada como Organização Social, ou seja, para receber recursos públicos. Há Estados que por lei criam sua Organização Social. Quando conversamos com pessoas desses Estados, eles dizem: "o objetivo é ter a maior agilidade para suprir falta de pessoal, carência de pessoal da Administração Pública". Então firma-se um convênio entre o Poder Público e essa OS, criada pelo próprio Estado, para ela buscar no mercado, sem concurso público e sem licitação, o suprimento de necessidades, ou seja, isso não precisaria, isso já é ilegal, só que é ilegal em termos de violação da Lei 8.666 que tem aplicação em todo o território nacional, mas é feito em alguns Estados, e infelizmente não se tomam medidas corretivas nesse tema. Eu observaria aqui, inclusive elogiando o acompanhamento da consultoria técnica aqui da Comissão, que a rigor se fosse observar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, muito do que se faz já é proibido, ou seja, muito do que se faz não dependeria de lei para proibir, bastaria apenas fazer cumprir o que já existe, que já seria um bom passo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Dra. Tatiana, por favor.

SRA. TATIANA DAHMER PEREIRA: Eu acho que antes de começar a dialogar com o Senador, só cria entregar, esqueci de entregar antes, alguns documentos que vocês receberam, os Senadores e Senadoras da Comissão, mas também entregar aqui à relatoria uma publicação nossa sobre a ação das ONG's no Brasil, definindo um pouco o que a gente entende por ONG, um documento que sistematiza todo o debate do marco legal que a gente propõe para esse setor, o estatuto social da ABONG, para esclarecer um pouco o que é a ABONG, e essa pesquisa do IBGE, das Fundações, a FASFIL que a gente falou.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Nós vamos providenciar as cópias e encaminhar a cada um dos Srs. Senadores.

SRA. TATIANA DAHMER PEREIRA: Além disso, o perfil nosso ONG's no Brasil, que a gente sempre tenta atualizar, sobre o perfil das nossas associadas. Em relação a isso, respondendo imediatamente às perguntas, a ABONG não tem o papel de fiscalização das suas associadas. O que a gente faz é um processo permanente de pactuação sobre os princípios éticos.

Então, por exemplo, é isso que eu falei um pouco, as associadas têm que anualmente entregar relatórios de atividade, plano de ação, tem que entregar aquele documento entregue à Receita Federal para assegurar as isenções e a renovação dos cadastros, ou seja, tem uma série de documentos que são entregues à ABONG para que a gente possa no mínimo ter um domínio sobre qual o perfil de atuação dessas Organizações associadas à ABONG, não apenas por uma questão de idoneidade, mas também por conta de qual é o perfil dessas Organizações. Por que é que eu digo isso? E aí essa questão, foi aventado aqui, eu não sei se foi o Dr. Lucas, o Senador Heráclito também falou um pouco disso, sobre essa questão da ABONG ser um selo. É um pouco complicado isso. Eu acho que tem que serve criado algum tipo, como existe o Prefeito Amigo da Criança, essas coisas, mas assim talvez tenha que ser criado um selo público ou talvez esse próprio portal que haja pela positividade possa servir como espaço disso, mas não caberia à ABONG ser essa certificadora por quê? Porque a ABONG, ela aglutina um determinado perfil de Organizações. Há Organizações, por exemplo, do campo da filantropia, que não é o perfil de prática de Organização da ABONG, que são idôneas, que são sérias, que são éticas, mas que não cabem na ABONG, não é o perfil de atuação da gente. A gente não trabalha com filantropia. A gente trabalha com luta por direitos, enfrentamento de desigualdades, formação para a cidadania, é uma outra coisa. Então assim isso daí, mais ou menos, criaria um certo estigma, quer dizer, aquela Organização filantrópica séria, idônea, ética, que não tenha o selo da ABONG, que a gente não quer que se filie porque não é o nosso perfil, ela não tem reconhecimento, é uma coisa complicada, mas eu acho que tem que ir nessa linha de pensar alguma coisa.

Uma outra coisa importante é o seguinte: não existem duzentas e setenta e seis mil ONG's, mas sim duzentas e setenta e seis mil Organizações Sem Fins Lucrativos. Por que é que eu friso isso? Justamente por esse perfil que a gente tem --

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Isso em 2002?

SRA. TATIANA DAHMER PEREIRA: Em 2002, hoje são mais. A gente tem em torno de duzentas e setenta associados, não é nem 1% desse universo. Eu acho que isso é muito importante ficar claro. Não significa que a ABONG, como agente coletivo, não tem um peso político muito grande: presença em fóruns e redes, em conselhos, em diálogos com setores como o TCU, como o Senado, como o Congresso. Agora existem outras formas associativas de ONG's com outras características que também são éticas, que também são sérias. Eu acho que é legal convidar, debater.

Uma outra coisa é em relação à história do portal. A gente acha fundamental o portal, que ele haja pela positividade, que ele disponibilize balancetes e que ele trabalhe muito em cima do CNPJ, dessas séries históricas, pode trabalhar também de CPF, mas talvez os mais estratégicos sejam essa questão de CNPQ.

A gente espera muito assim que ... ah, outra coisa também: dentro do perfil da ABONG, de onde as ONG's associadas à ABONG acessam dinheiro, vocês vão poder ver, se consultarem o site ou pegarem a publicação, que crescentemente, ainda é pequeno o número, mas tem aumentado o número de Organizações da ABONG que acessam recursos públicos, e que da cooperação tem diminuído. Só que isso em geral tem sido feito via Municípios, que não passa necessariamente pelo TCU. Por que isso? Muitas vezes as Organizações vinculadas à ABONG têm uma situação intensa em relação aos mecanismos de controle social existentes, tipo os conselhos, como que a Senadora levanta. Eu acho que a gente não pode esquecer dessas instâncias. Essas instâncias precisam ser valorizadas, são uma conquista constitucional e é ali que tem que ter o grande debate sobre qual o desenho da política pública e qual o papel dessas Organizações. Não podem ser meras esferas cartoriais, eu acho que a gente tem que trabalhar um pouco isso melhor na nossa sociedade. Ali é um espaço de controle social junto com o Legislativo, com o Judiciário.

Por último, eu tinha mais uma coisa para falar, mas eu acho que é isso. Bom, eu acho --

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aquelas ONG's que eu li --

SRA. TATIANA DAHMER PEREIRA: Não são associadas à ABONG, essas três ONG's que o senhor mencionou, até eu ia começar por isso, não são associados à ABONG. Se por ventura fossem, obviamente que a gente apurando e vendo que realmente há malversação, elas seriam desfiliadas, a gente não tem nenhuma defesa corporativa nesse sentido, o trato ético.

Agora uma coisa assim, um apelo que a gente faz para a gente, essa CPI vai ser fundamental, eu acho que ela vai ter uma cara muito diferente da CPI que aconteceu no ano de 2001 no sentido de que há mais acúmulo do debate público da sociedade, mas eu acho que a gente tem que dar visibilidade e num diálogo franco com o Legislativo, Judiciário, Executivo, a gente conseguir pensar normas regulatórias de acesso a recursos públicos que não inviabilizem acesso de ONG's de diferentes perfiz e portes, mas que sejam regras que respeitem os princípios da Lei das

Licitações, mas que também não coloquem as ONG's no mesmo patamar de empresas, pois elas não têm o princípio concorrencial e mercadológico, só que todos os princípios, da impessoalidade, da economicidade, da publicidade, eles têm que ser respeitados. Qual o nosso grande dever de casa, o nosso grande desafio? É tentar construir esses mecanismos regulatórios distinguindo ONG's de Estado, porque hoje não tem essa distinção no Brasil pela legislação, acabar um pouco com a história de convênio ser a grande marca de relação e tratar sem fins lucrativos como elas efetivamente são, com a sua diversidade de natureza, respeitando os processos associativos. Eu queria agradecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O Senador Heráclito tinha pedido a palavra, ainda deseja utilizar?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quero. Veja bem, nós estamos chegando aqui a uma conclusão que vai ser, veja bem, a primeira reunião objetiva da Comissão, é que nós temos que ter um órgão regulador, nós temos que ter um conselho para fiscalização. A cautela da Dra. Tatiana em não permitir que a ABONG participe dessa fiscalização, nesse momento, ela está correta, até porque nós temos uma caixa preta aí. Nós não sabemos, a questão de ONG é tão curiosa que não se sabe o número de ONG's que se tem no Brasil, não tem um registro. E por que é que não tem um registro? Porque há alguns interessam em não ter esse registro. Tem que se ter um Conselho com a participação do Ministério do Planejamento, com a participação da ABONG, aí sim, não só para liberar a autorização de funcionamento, mas para acompanhar. Houve indício, tem indício, que mande tomar providência, mas tem que ter um Conselho, até porque, veja bem, se o objetivo do fortalecimento do Terceiro Setor é para diminuir o tamanho do Estado e o objetivo sempre foi esse, não é justo que não se colocasse, por exemplo, uma entidade privada séria como a ABONG pelo menos tomando conhecimento daquilo que está sendo feito. Era uma troca de informações positiva. Não, o que se faz? ONG mal intencionada foge da ABONG como o diabo foge da cruz. Tem uma coisa errada aí e acho que nós estamos num caminho, Dr. Lucas, veja bem, nossa temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que ela não é perfeita, ela tem várias imperfeições, inclusive não cobra do agente público o cumprimento digamos na liberação dos recursos, criando dificuldade para o administrador, é outra questão, mas das ONG's não se cobra nada.

O Brasil, recentemente, viu uma luta muito grande contra privatizações. No entanto, nessa questão aqui, você pega o dinheiro público e privatiza, você entrega um dinheiro público a entidades e entidades. Então esse recurso não pode ser entregue dessa maneira. Uma Prefeitura, para receber um dinheiro, não pode estar inadimplente. Ele lembrou uma coisa, ele sabe muito bem o que é isso, final de ano o inferno que é aqui, a corrida de um Congresso, principalmente no Ministério do Planejamento, para ajuste de liberação de recursos orçamentários, de indicação de recursos orçamentários que tem prazo. Fora daquele prazo não sai nada. Nesse capítulo aqui a coisa corre frouxa.

Dra. Tatiana, eu tenho tanto respeito e tenho tanta consideração a entidades privadas que eu entrei com o Projeto da Telemania, entrei com emenda na Telemania dando o mesmo benefício que se dava a time de futebol a essas outras casas que a senhora falou agora a pouco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vetado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, vetado não. O Governo aprovou, só que da seguinte maneira: retirou o projeto, levou para a Casa Civil e trouxe de volta atribuindo como de sua autoria, como fez recentemente num projeto do Senador [ininteligível]. Como eu não vivo atrás desse tipo de publicidade, o importante é atingir o objetivo. Que existem casas mal administradas, existem, agora cabe aos fiscalizadores separar o joio do trigo, que é o mesmo caso do que está acontecendo aqui.

Eu fiquei satisfeito, Dr. Rômulo, porque vocês vão levar à frente isso e esse povo de ONG, da mal ONG, não vai olhar só para mim com cara ruim não, vai olhar também para o senhor e para o Ministro. Se todas as providências realmente forem tomadas vocês vão dar uma reduzida nessa picaretagem de cabeça, de cara, e tenho certeza, se prepare, o senhor deve ter o couro grosso, se prepare porque vem tinta por aí.

O que está acontecendo com ONG no Brasil é o que aconteceu agora com a fidelidade partidária: nós não tomamos nenhuma providência, fomos negligentes e omissos, aí de repente vem o Tribunal, certo, e toma. Por que? Pelos excessos. Não é que troca de partido seja crime, mas foi a constância e a maneira como a coisa estava sendo feita, que é a mesma coisa das ONG's. Veja bem, para você liberar um recurso para cinema, para um filme, você só recebe dinheiro público se você tiver arrecadado um percentual privado. No Brasil não. A Organização Não Governamental vive só de dinheiro público e é um número grande. Alguma coisa está errada no setor. Daí porque eu me sinto amplamente satisfeito, e tenho certeza, Senador Inácio Arruda, que V. Exª. está diante dessa oportunidade fantástica que é de passar a limpo esse setor fundamental para o país.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): V. Exª. --

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu gostaria de fazer uma intervenção antes de encerrar, só no sentido de agradecer aos expositores e deixar aqui um tema para reflexão. Quando houve o escândalo do orçamento, que se levantou uma série de desvios em relação às ONG's, alguns Ministérios estabeleceram como objetivo a descentralização. Ao invés de passar aqui o Ministério diretamente para a ONG, passa para a Prefeitura e a Prefeitura faz o convênio com as ONG's, que eu acho que é uma coisa mais profissional no sentido de fazer a fiscalização, a responsabilidade do Prefeito em relação às metas a serem atingidas, eu acho que isso daí é fundamental, e o que é mais importante é a Prefeitura não fazer um trabalho paralelo à entidade. Então eu acho que esse controle, aqui, por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Social, não faz convênio direto com a ONG, pelo menos não fazia, eu não sei se faz hoje. Por quê? Ele faz com o Município, descentraliza, o Município é responsável pela prestação de contas daquele dinheiro repassado à ONG.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Inácio Arruda.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu acho que nós vamos conduzir ... eu acho que foi hesitoso o nosso trabalho no dia de hoje, apesar de termos consumido já quase já quatro horas de debate, mas eu acho que nós demarcamos bem a questão do que é o papel mesmo das ONG's e uma questão central, que é a falta de controle, a exigência de regulação no setor. Nesse sentido nós podemos frisar o trabalho, que já foi citado aqui, mas o trabalho da Comissão Mista de Planos e Orçamentos que tem ano a ano, desde 1999, estabelecido regras, é uma lei, estabelecido regras. Diante dessas regras eu poderia dizer: o Ministério Público poderia agir imediatamente. Por quê? porque estão sendo descumpridas também continuamente, desde 1999. Por coincidência é o período de exame da CPI, está certo, é desde 1999, e desde 1999 vem se estabelecendo regras na LDO, e essas regras, infelizmente, não têm sido obedecidas pelo Poder Público do nosso país. Eu acho que nós podemos começar a trabalhar já examinando o que a LDO ofereceu de subsídios para esse processo regulatório. Nós vamos, querendo ou não, eu tenho a impressão que nós vamos chegar ao final com um bom trabalho no marco regulatório.

Eu até solicitaria que as ONG's que estão nesse campo, que precisam contribuir mesmo com a sociedade, elas também participem desse debate conosco. Claro, hoje foi uma discussão inicial sobre a questão de conceito, mas continuem conosco para que a gente possa produzir uma legislação eficiente e capaz de ser cumprida, porque nós temos já a legislação, mas nós queremos uma legislação que seja cumprida. Eu acho que há espaço sim para que a gente possa trabalhar nesse sentido. Então, Sr. Presidente, hoje nós teríamos também a Controladoria Geral da União, eu acho que nós ficamos para a próximo terça-feira, acho que também vai ser um bom debate porque é um outro órgão ligado ao Poder Público diretamente e que tem feito um exame da atuação das ONG's no nosso país, e é bom que ele também dê um desinforme bem preciso para nós. Eu acho que hoje nós saímos positivamente, eu acho que foi hesitoso o debate no dia de hoje, eu acho que até nos surpreendeu o grau de informações, não só da ABONG, mas do TCU, do Ministério Público, do Ministério do Planejamento, que vai dando passo no sentido da gente abrir caminho para uma regulação mais eficaz. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): A próxima reunião está marcada para terça-feira, às onze horas, e serão analisados os requerimentos. Eu lembro que nós só analisaremos os requerimentos que chegarem até vinte e quatro horas antes da hora marcada, e será também ouvido o Dr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União. Eu quero agradecer ao Senador Relator, Senador Inácio Arruda, a todos os Senadores, o Senador Flexa, o Senador Heráclito, a Senadora Lúcia Vânia, a nossa Vice-Presidente, agradecer a participação do Dr. Lucas Rocha Furtado, do Tribunal de Contas da União, Dr. Afonso de Oliveira Almeida, do Ministério do Planejamento, Dr. Rômulo Moreira Conrado, da Procuradoria Geral da República, e da Dra. Tatiana, Presidente da ABONG.

Nada mais havendo a ser tratado, eu encerro a presente reunião, marcando a próxima para terça-feira, onze horas da manhã. Obrigado a todos.

Sessão encerrada às 13h06. – Senador **Raimundo Colombo**, Presidente.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)
Agência: 4201-3
A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP
Conta-corrente: 170.500-8
Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 1112 PÁGINAS

16568/2007